



Revista
**Saúde
em Redes**

v.10, supl.2 (2024)
ISSN 2446-4813

**ANAIS DO 16º CONGRESSO
INTERNACIONAL DA REDE UNIDA
AS MIL E UMA SAÚDES DOS TERRITÓRIOS**

**VOLUME 1
RESUMOS SIMPLES**



A **Editora Rede UNIDA** oferece um acervo digital para **acesso aberto** com mais de 300 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso **gratuito** às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parceiros e doações.

Para a sustentabilidade da **Editora Rede UNIDA**, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha «e-livro, e-livre», de financiamento colaborativo.

Acesse a página
<https://editora.redeunida.org.br/quero-apoiar/>
e faça sua doação

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa das vidas de todos e todas.

Acesse a Biblioteca Digital da Editora Rede UNIDA
<https://editora.redeunida.org.br/>

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos é o marcador da avaliação do impacto da Editora. Ajude a divulgar essa ideia.

editora.redeunida.org.br



Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA
Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Editores-Chefes: **Alcindo Antônio Ferla e Hêider Aurélio Pinto**

Editores Associados: **Carlos Alberto Severo Garcia Júnior, Daniela Dallegrave, Denise Bueno, Diéssica Roggia Piexak, Fabiana Mânica Martins, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Michelle Kuntz Durand, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Cecon, Stephany Yolanda Ril, Suliane Motta do Nascimento, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Virgínia de Menezes Portes.**

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);
Alcindo Antônio Ferla (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
Àngel Martínez-Hernández (Universitat Rovira i Virgili, Espanha);
Angelo Stefanini (Università di Bologna, Itália);
Ardigó Martino (Università di Bologna, Itália);
Berta Paz Llorido (Universitat de les Illes Balears, Espanha);
Celia Beatriz Iriart (University of New Mexico, Estados Unidos da América);
Denise Bueno (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
Emerson Elias Merhy (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil);
Èrica Rosalba Mallmann Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
Francisca Valda Silva de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil);
Hêider Aurélio Pinto (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil);
Izabella Barison Matos (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);
Jacks Soratto (Universidade do Extremo Sul Catarinense);
João Henrique Lara do Amaral (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);
Júlio Cesar Schweickardt (Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil);
Laura Camargo Macruz Feuerwerker (Universidade de São Paulo, Brasil);
Leonardo Federico (Universidad Nacional de Lanús, Argentina);
Lisiane Bôer Possa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil);
Luciano Bezerra Gomes (Universidade Federal da Paraíba, Brasil);
Mara Lisiane dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);
Márcia Regina Cardoso Torres (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil);
Marco Akerman (Universidade de São Paulo, Brasil);
Maria Augusta Nicoli (Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália);
Maria das Graças Alves Pereira (Instituto Federal do Acre, Brasil);
Maria Luiza Jaeger (Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil);
Maria Rocineide Ferreira da Silva (Universidade Estadual do Ceará, Brasil);
Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Universidade Federal do Pará, Brasil);
Priscilla Viégas Barreto de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco);
Quelen Tanize Alves da Silva (Grupo Hospitalar Conceição, Brasil);
Ricardo Burg Ceccim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
Rossana Staevie Baduy (Universidade Estadual de Londrina, Brasil);
Sara Donetto (King's College London, Inglaterra);
Sueli Terezinha Goi Barrios (Associação Rede Unida, Brasil);
Túlio Batista Franco (Universidade Federal Fluminense, Brasil);
Vanderléia Laodete Pulga (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);
Vanessa Iribarrem Avena Miranda (Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil);
Vera Lucia Kodjaoglanian (Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil);
Vincenza Pellegrini (Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial

Alana Santos de Souza
Jaqueline Miotto Guarnieri
Camila Fontana Roman
Carolina Araújo Londero

Revisão

Tiago Estrela
Luiz Henrique Soares
Natasha Rocha
Yuri Claro

Diagramação

Lucia Pouchain

Coordenação Comissão Científica

**Daniel da Silva Fernandes
Jaqueline Miotto Guarnieri
Virgínia de Menezes Portes**

Comissão Científica

**Adriana Prestes do Nascimento Palú
Berenice de Freitas Diniz
William Pereira Santos
Susana Cararo Confortin
Alana Santos de Souza
Fabiane Perondi
Fernanda Cornelius Lange**

Cristiane Damiani Tomasi

**Carlos Alberto Severo Garcia Junior
João Batista de Oliveira Junior
Roger Flores Ceccon
Camila Fontana Roman
Stephany Yolanda Ril
Thalita Renata Oliveira das Neves Guedes
Carolina Araújo Londero
Maiara Leal da Trindade
Vitória Monteiro Rodrigues
Guilherme Lamperti Thomazi
Izi Caterini Paiva Alves Martinelli dos Santos
Jessica Somensi Comin**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C749a

Congresso Internacional da Rede Unida (16. :2024: Santa Maria, RS).

Anais do XVI Congresso Internacional da Rede Unida: As mil e uma saúdes dos territórios: cuidados, bem viver, liberdade e democracia como atributos éticos da educação e do trabalho no SUS, 31 de julho a 03 de agosto de 2024, Santa Maria / (Organização) Associação Rede Unida. - Porto Alegre: Saúde em Redes, v.10, supl. 2, 2024.

(Resumos Simples)

ISSN: 2446-4813

DOI: 10.18310/2446-48132024v10nsup2

1. Saúde Pública-Congresso. 2. Política de Saúde-Congresso. 3. Território Sociocultural-Congresso. 4. Educação Continuada-Congresso. I. Associação Rede Unida(Org.). II. Título.

NLM WA 100

CDU 005.745:614

Catalogação elaborada pela bibliotecária Alana Santos de Souza - CRB 10/2738

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre - RS. Fone: (51) 3391-1252

www.redeunida.org.br

editora



redeunida

VOLUME 1

RESUMOS SIMPLES

PRÁTICA PROFISSIONAL: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA SECRETARIA DE SAÚDE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRA EM TELESSAÚDE PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ananda Miranda de Lima

O interesse em realizar a prática profissional na Secretaria de Saúde de Borba está relacionado ao fato de eu estar atualmente inserida como coordenadora do Polo de Telessaúde de Borba, vinculado ao Núcleo de Telessaúde da Universidade do Estado do Amazonas e a outras instituições que oferecem esse serviço pelo SUS. Nesse contexto, minha pesquisa tem pertinência com o projeto de pesquisa do mestrado, que envolve a Atenção Primária à Saúde, a População Ribeirinha e a Telessaúde. O objetivo da pesquisa do mestrado é identificar quais ações de telessaúde são realizadas para a população ribeirinha, visando à efetivação do cuidado primário à saúde, além de explorar os conceitos do tema, averiguar sua dimensão e apontar as lacunas de pesquisas existentes. O estágio de campo foi realizado na Secretaria Municipal de Saúde de Borba, de acordo com o plano de trabalho estabelecido, as orientações do secretário e as atribuições que desempenho como Coordenadora do Polo de Telessaúde. Nesse contexto, planejei e acompanhei as atividades da Telessaúde e das teleinterconsultas de telemedicina do Projeto PROADI-SUS. As tele-educações foram realizadas em uma sala ampla para que os profissionais do público-alvo pudessem participar. O chat para tirar dúvidas foi disponibilizado pelos técnicos do Núcleo, assim como o preenchimento de formulários para confirmar a participação no evento virtual. Diversos temas foram abordados durante o estágio. A secretaria mantém um fluxo para a realização das teleconsultas e telemedicina, que ocorrem quando o usuário atendido na UBS ou em outro serviço de saúde da rede precisa ser encaminhado para um especialista. Dessa forma, o médico preenche o Termo de Referência e orienta o paciente a procurar os responsáveis pelo agendamento das teleconsultas. Os teleatendimentos são mediados por profissionais capacitados e treinados para utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e manusear os equipamentos disponíveis. Diversas especialidades estão disponíveis por meio do Núcleo de Telessaúde da UEA e do Projeto PROADI-SUS. No decorrer do estágio de campo, é notório o engajamento dos colaboradores da Secretaria para o fortalecimento e execução da telessaúde no município, o que certamente impacta positivamente a qualidade do serviço. A prática proporciona vivência na área de interesse e pesquisa. A telessaúde, inserida no contexto amazônico, impulsiona a garantia de acesso à saúde especializada e reduz a fila de espera do Sistema de Regulação (SISREG).

METODOLOGIA ATIVA DE APRENDIZAGEM POR ALUNOS TRILHAS DO FUTURO (MG) NO ENSINO DE TÉCNICAS DE ENFERMAGEM

Shirlei Moreira da Costa Faria, Leidiane da Costa Faria,
Izabela Cristina Monteiro de Jesus Cabral, Messias Inácio da Silva Carvalho

A enfermagem, enquanto ciência do cuidar, demanda, desde a formação profissional, o preparo do discente para a promoção da saúde, prevenção de agravos e reabilitação, por meio da efetivação dos conhecimentos teóricos e técnicos. Nesse sentido, este estudo busca descrever a realização de técnicas de enfermagem por meio de metodologia ativa de aprendizagem, efetivada através das Oficinas de Cuidar, inseridas no plano de ensino de disciplinas consideradas teóricas. Para a realização dessas oficinas, considerou-se o conteúdo a ser ensinado, de acordo com a ementa de cada disciplina. Na elaboração do plano de ensino, estabeleceu-se que a cada oito aulas teóricas haveria uma Oficina de Cuidar. Para a realização, o referencial teórico ensinado em sala era acrescido de material complementar para estudo dos alunos, que formavam equipes de até 8 discentes, sendo: 2 alunos atuantes diretamente na execução da técnica, outros 2 explicando o passo a passo para os demais colegas, e os 4 restantes identificando fragilidades e potencialidades no processo de execução. O tempo preconizado para cada grupo era de até 20 minutos. As considerações eram registradas pelo representante do grupo executante e pelo representante das demais equipes em um checklist de conformidades e não conformidades, sendo disponibilizados aos representantes de cada grupo. Essas considerações subsidiaram a etapa subsequente, que consistia na elaboração de um grupo de discussão. Os resultados apontaram que os alunos que participaram dessas Oficinas de Cuidar apresentaram maior agilidade na tomada de decisão em situações de escassez de recursos, souberam identificar as potencialidades de cada membro da equipe e maximizar resultados em cada fase, a partir da individualidade de cada um, a fim de obter um resultado coletivo de excelência. Percebeu-se também que as equipes assimilaram muito bem os apontamentos de outras equipes em relação às não conformidades de forma profissional. Conteúdos relacionados à jurisprudência foram estudados com profundidade pelos alunos, a fim de orientar o paciente sobre direitos e deveres, justificar a realização ou não de um determinado procedimento, bem como orientá-lo sobre o fluxo assistencial na Rede de Atenção em Saúde. A cada técnica finalizada, os alunos realizavam orientações acerca da referência e contrarreferência do paciente na Rede de Atenção. Além disso, a metodologia possibilitou aos discentes associar a realização da prática a outros conteúdos programáticos do curso. Conclui-se, então, que o ensino teórico, quando enfatizado pela prática por meio de apontamentos críticos embasados na ciência, possibilita melhorias tanto nos processos assistenciais quanto no planejamento estratégico para execução e diminuição de agravos.

IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA NO SISTEMA DE REGULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA (AL)

Murillo Nunes de Magalhães, Nadjane Rodrigues dos Santos

O SISREG é uma ferramenta utilizada no Brasil para o gerenciamento e regulação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares no SUS. A implementação da fisioterapia ambulatorial no SISREG envolve características peculiares, devido à sua continuidade e constante renovação, o que torna difícil sua efetivação pelos sistemas de regulação. Em março de 2021, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Arapiraca-AL criou uma área técnica de fisioterapia para minimizar as dificuldades de acesso ao atendimento ambulatorial nas clínicas conveniadas. Implantar o Sistema Nacional de Regulação (SISREG) nos serviços de fisioterapia das clínicas contratadas pela prefeitura de Arapiraca; organizar o fluxo de encaminhamento, marcação e autorização dos procedimentos fisioterapêuticos ambulatoriais; reduzir a demanda reprimida de encaminhamentos fisioterapêuticos existentes nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Arapiraca; garantir e facilitar o acesso dos usuários aos serviços de forma eficiente, eficaz, resolutiva e equânime. Trata-se de um relato de experiência, baseado em uma análise descritiva simples sobre o processo de implantação dos procedimentos de fisioterapia no SISREG. Foi realizada uma análise do BPAI de janeiro a março de 2021 dos prestadores de serviços de fisioterapia, com o intuito de compreender o panorama atual dos recursos financeiros disponibilizados e a conversão proporcional desses valores ao número de procedimentos executados, conforme os valores da tabela SIGTAP-SUS. A utilização do processo regulatório como instrumento de gestão pode se tornar um potente equalizador social entre demandas e ofertas, além de permitir o monitoramento, fiscalização e avaliação dos serviços de saúde. Após a implantação dos procedimentos ambulatoriais de fisioterapia no SISREG, verificou-se um maior controle por parte da gestão municipal sobre as vagas disponíveis e uma diminuição da lista de espera, garantindo maior acesso aos usuários, uma vez que as marcações no sistema ocorrem nas UBS próximas à residência dos pacientes. A regulação dos atendimentos fisioterapêuticos atua como uma ferramenta promotora de equidade, acessibilidade e integralidade da assistência reabilitativa, permitindo o acesso de forma universal e ordenada, em conformidade com os princípios do SUS. A garantia de acesso da população aos serviços de fisioterapia de forma qualificada, por meio de uma rede organizada de serviços fisioterapêuticos através do SISREG, fortalece e confere autonomia ao sistema.

REGISTROS E LACUNAS: UMA ANÁLISE DA REFORMA PSIQUIÁTRICA EM MINAS GERAIS ATRAVÉS DA MEMÓRIAS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE MENTAL

André Amorim Martins, Deborah Santos Leão,
Laura Ferreira Cavalcanti de Albuquerque, Rafaelly Karina de Castro Alves

O objetivo desta pesquisa é analisar a história da Saúde Mental Mineira a partir de informantes-chave que atuaram nos diversos serviços de saúde do Estado de Minas Gerais antes, durante e

depois da reforma psiquiátrica brasileira. Realizamos oito entrevistas semiestruturadas, realizadas nos locais de preferência dos participantes (residência e local de trabalho) nos municípios de Belo Horizonte e Barbacena. Cinco entrevistas foram presenciais e três on-line. Cada participante atuou em locais e tempos específicos, demonstrando uma diversidade de informações sobre a história da Reforma Psiquiátrica. Algumas memórias nos auxiliarão a preencher lacunas sobre o tema. A partir das entrevistas, destacamos que: (i) o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena foi um ícone da precariedade da Saúde Mental Brasileira, mas outros hospitais particulares estavam em condições ainda piores; (ii) os hospitais psiquiátricos tinham uma função de Estado (biopolítica) de exclusão, direcionada a extratos sociais, especialmente para a população pobre e negra; (iii) havia falta de controle sobre a Autorização de Internação Hospitalar, resultando em internações desnecessárias, superlotação dos hospitais e pagamentos superfaturados; (iv) devido à falta de controle, as condições de cuidado eram precárias, centradas nos médicos, com hospitalidade mínima para os internos; (v) os pacientes com poder econômico eram selecionados para transferência à rede privada, alimentando o sistema particular de saúde; (vi) muitas profissões foram regulamentadas apenas na década de 1960, e, portanto, não tinham forte atuação nos hospitais psiquiátricos; (vii) o período de desinstitucionalização, a partir de 1980, e a redução de leitos hospitalares trouxeram muitas transformações, mas foi somente em 2001 que a Lei 10.216, que protege os direitos das pessoas com transtornos mentais, foi promulgada; (viii) com a implantação gradual dos serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as residências terapêuticas, houve uma significativa melhoria no cuidado aos pacientes com transtornos mentais; (ix) a manicomialização ainda está presente na sociedade, com algumas entidades defendendo tratamentos de isolamento, afirmando que “loucos” são perigosos e que a loucura pode ser identificada pelo modo de vida ou vestimenta, com o assujeitamento sendo uma forma de fazer o sujeito aparecer na sociedade. Cada entrevista foi um grande aprendizado, pois a vivência de cada participante trouxe uma compreensão da Reforma Psiquiátrica que vai além da literatura. A experiência apresentada nos provocou o sentimento de que a reforma psiquiátrica é um movimento permanente, com muitas conquistas ainda por serem realizadas. Agradecemos especialmente aos participantes desta pesquisa pela luta realizada, transformando e resgatando a vida de milhares de pessoas. A pesquisa foi aprovada nos Editais 01/2022 e 11/2022 PAPq/UEMG.

DOENÇA MENTAL E A RELAÇÃO COM A INCAPACIDADE: PESQUISA EM UM CAPS III DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

André Amorim Martins, Camila de Melo Martins, Mariana Soraggi Soares Ribeiro

O Centro de Atenção Psicossocial surgiu com a reforma psiquiátrica brasileira como um serviço substitutivo aos manicômios, com a proposta de garantir os direitos dos usuários, inserção na sociedade e oferecer serviços mais humanizados. Esta pesquisa tem o objetivo de analisar dados de prontuários, no período de agosto de 1987 a agosto de 2023, dos pacientes que frequentam o CAPS III de um município do interior de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa documental, com amostra de 200 prontuários de

um total de 20 mil, sendo 140 ativos e 60 inativos. A coleta de dados foi feita através de um questionário norteador em planilha Excel. Para compreender a relação dos Transtornos Mentais com a incapacidade e letalidade, foram utilizados parâmetros da Organização Pan-Americana da Saúde. O estudo identificou os principais diagnósticos dos usuários do serviço, bem como seu impacto, fatores de incapacidade, índices de letalidade, duração da doença, tempo de vida com incapacidade e tratamentos oferecidos. Observam-se melhorias necessárias tanto nos prontuários quanto no cuidado, buscando tratamentos que visem à autonomia, participação e educação dos usuários.

A ATUAÇÃO DA ATENÇÃO HOSPITALAR COMO PONTO DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA

Tayná do Nascimento Costa Moreira, Marcia Silveira Ney

A consolidação da abordagem das violências no Brasil ocorreu em 2001, com a criação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Em 2010, as Redes de Atenção à Saúde (RAS) desafiaram os serviços de saúde a se integrarem para garantir a integralidade do cuidado. No enfrentamento da violência contra crianças, as redes de saúde fazem parte das redes intersetoriais, como a rede de proteção, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A Rede Intrassetorial de Enfrentamento é composta pela Atenção Primária à Saúde (APS), além de hospitais e serviços de urgência e emergência. Esta pesquisa enfatizou a atuação hospitalar como ponto fundamental da rede, argumentando que os hospitais não devem apenas atender, diagnosticar e notificar casos de violência, mas também integrar-se à APS e a outros níveis de atenção para garantir a integralidade do cuidado. A pergunta central desta pesquisa é: “Como a atuação hospitalar se insere na Rede de Enfrentamento à Violência contra Crianças?” O estudo, de caráter exploratório e descritivo, foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica integrativa. A coleta de dados foi feita em bases de dados, selecionando materiais publicados entre 2000 e 2020. Foram incluídos artigos que abordassem a atuação de hospitais ou organizações hospitalares frente a casos de violência contra crianças. Artigos fora do contexto hospitalar foram excluídos. De acordo com os critérios de inclusão, foram selecionados 22 materiais publicados entre 2005 e 2020. A leitura desses materiais resultou na criação de cinco categorias de análise: (1) Políticas públicas brasileiras e o enfrentamento da violência contra crianças na atenção hospitalar; (2) Percepção dos profissionais de saúde sobre o atendimento a crianças violentadas/maltratadas nos serviços hospitalares; (3) Elementos da linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência, segundo os profissionais de saúde; (4) Programa de Proteção à Criança (PPC) – experiência do Hospital das Clínicas de Porto Alegre; e (5) Rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco de violência – análise das redes a partir da experiência de Curitiba. As RAS estão diretamente relacionadas à rede intersetorial de enfrentamento à violência, que precisa ser efetiva para garantir a proteção das crianças. O setor de saúde, como parte do Sistema

de Garantia de Direitos, deve direcionar a Rede de Atenção para o cuidado integral de crianças e adolescentes vítimas de violência, fortalecendo as dimensões de acolhimento, atendimento, registro, notificação e acompanhamento dos casos em toda a rede de saúde e proteção, assegurando esses direitos às crianças. No campo da Saúde Coletiva, compreender a atuação da atenção hospitalar no contexto das RAS é essencial, dado que essa atuação está intrinsecamente ligada à história da atenção hospitalar no Brasil e à reestruturação desse nível por meio de políticas públicas.

O FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA E A AUSÊNCIA DE TRANSMISSÃO DA MALÁRIA NA ÁREA URBANA DE BORBA NO PERÍODO DE 2014 A 2022

Luana Magnólia Valente Scantbelry, Ananda Miranda de Lima,
Socorro Moreira Fonseca, Albert Antunes de Souza Campos

O Programa municipal de prevenção e controle da malária de Borba tem como objetivo garantir a redução dos casos de malária, impactando positivamente na morbimortalidade e gravidade da doença. O programa baseia-se em diagnóstico e tratamento precoce, fortalecimento da vigilância por meio da integração de Agentes de Controle de Endemias, Microscopistas e Agentes Comunitários de Saúde, controle de vetores, educação em saúde e mobilização social. O município de Borba adotou diversas estratégias para o controle vetorial, que são planejadas anualmente e executadas conforme as diretrizes de controle integrado de vetores. A equipe realiza manejo ambiental, atividades de educação em saúde para a população nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), supervisão técnica de campo, controle vetorial, coleta de gota espessa, diagnóstico precoce e tratamento supervisionado. A integração entre Atenção Primária e Vigilância em Saúde tem sido efetiva, refletindo em resultados positivos no controle da malária. Na área urbana, a ampliação da oferta diagnóstica, com a inserção e formação de novos microscopistas, melhorou o diagnóstico e o tratamento imediato. A busca ativa dos Agentes Comunitários de Saúde aumentou a participação das equipes da Estratégia Saúde da Família para 100%, influenciando o acesso dos pacientes à rede de saúde. A equipe técnica do programa é composta por 14 microscopistas em área urbana, 8 microscopistas indígenas, 50 Agentes de Controle de Endemias, 132 Agentes Comunitários de Saúde e 39 Agentes Indígenas de Saúde. A educação em saúde sensibilizou a população para a prevenção, utilizando espaços como a rádio comunitária Santo Antônio para promoção da saúde. Atualmente, o município conta com uma rede laboratorial descentralizada, com 21 laboratórios de diagnóstico por microscopia, sendo 7 na área urbana, 6 na área rural e 8 em áreas indígenas. O programa também disponibiliza medicamentos para o tratamento das espécies *Plasmodium vivax* e *Plasmodium falciparum*. Analisando os relatórios de 2010 a 2013, o município teve 869 casos autóctones de malária urbana. O índice parasitário anual (IPA) foi de 14,47 em 2010; 26,60 em 2011; 6,54 em 2012; e 1,05 em 2013. De 2014 a 2022, a área urbana de Borba apresentou apenas dois casos autóctones de malária. Os nove anos investigados revelaram baixo risco epidemiológico para a malária urbana e demonstram a eficácia do programa no município. Em decorrência das ações de saúde e integração entre Atenção Primária e

Vigilância, os relatórios de 2014 a 2022 comprovam o impacto positivo no combate à doença, quebrando a cadeia de transmissão e eliminando o vetor.

ASSISTÊNCIA HUMANIZADA DO ENFERMEIRO AO RECÉM-NASCIDO PREMATURO

Sylvio Souza de Almeida, Grassiane Pereira Rocha, Maelly Cristine de Jesus Silva,
Lorena Silveira Cardoso, Débora do Sacramento Silva

Em 2003, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Humanização (PNH) para atender às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). A humanização, vista como expressão do decoro ético, envolve a comunicação, crucial para compreender a aflição humana e expressar alegria ou dor. Na unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN), onde recém-nascidos enfrentam procedimentos estressantes sem a presença familiar, a comunicação é vital. Profissionais de enfermagem ponderam sobre a influência da humanização no prognóstico na UTIN, reconhecendo a complexidade de harmonizá-la com a tecnologia. A pesquisa destaca a importância da humanização do profissional de enfermagem e da qualidade do cuidado ao recém-nascido prematuro na UTIN. A assistência humanizada é crucial, impactando não apenas a saúde física, mas também a dinâmica e o bem-estar emocional da família. Diante disso, este estudo visa analisar a produção científica descrevendo a relevância de um perfil humanizado para o profissional de enfermagem e a qualidade do cuidado ao recém-nascido prematuro.

Para alcançar o objetivo, realizou-se uma revisão integrativa da literatura. A busca abrangeu bancos de dados como Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Publicações Médicas (Pubmed) e Google Acadêmico. Os artigos selecionados seguiram critérios de datas de publicação entre 2008 e 2021, com análise de títulos, resumos e conteúdo nessa ordem. Artigos restritos ao tema também foram selecionados. Estruturou-se um quadro com a descrição dos 14 artigos principais para compor a base de dados da pesquisa. As pesquisas destacam a necessidade de sensibilidade no cuidado, abrangendo manuseio, integridade da pele, higienização, proteção, nutrição e apoio gradual à família. A revisão ressalta a escassez de estudos específicos sobre assistência humanizada a prematuros, com mais publicações em 2009, 2010 e 2012. O neonato prematuro, devido à sua imaturidade, exige cuidados especiais e acompanhamento atento da equipe de enfermagem. O enfermeiro desempenha papel crucial na recuperação, oferecendo suporte à família. Procedimentos como ventilação mecânica e cuidados com a pele são essenciais, considerando a fragilidade do bebê. Sugere-se melhorias na estrutura e recursos para um ambiente propício ao cuidado humanizado. A revisão aponta a escassez de pesquisas científicas nesta área, indicando maior atenção ao manejo da assistência humanizada ao neonato prematuro. O papel social do profissional de enfermagem é fundamental, considerando aspectos sociais, financeiros e culturais das famílias. É relevante a capacitação profissional para tornar a assistência ao recém-nascido prematuro abrangente e resolutiva, pois informações e conhecimentos qualificados são indispensáveis. Além disso, é imprescindível o desenvolvimento de novas pesquisas.

CONEXÕES ENTRE DADOS E DECISÕES NA SAÚDE PÚBLICA: OS NÚMEROS DA COVID-19 NO BRASIL

Claudia Lima Monteiro

A covid-19 foi um terrível marco mundial no século XXI. No Brasil, o primeiro caso de contaminação foi detectado em fevereiro de 2020, e no mês seguinte, diversas medidas sanitárias foram tomadas na tentativa de combater sua disseminação em larga escala. Especulações sobre a veracidade das informações veiculadas pela mídia em relação à pandemia foram objeto de polêmicas na sociedade. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é verificar o montante de casos confirmados de covid-19 no Brasil. Trata-se de uma pesquisa documental, realizada em 27/01/2024, no site governamental denominado “Corona Vírus Brasil”. O referido site é de acesso aberto e gratuito, de responsabilidade do Ministério da Saúde, e apresenta atualizações diárias sobre os números de covid-19, incluindo tabelas e gráficos que facilitam a compreensão dos dados. O site informa que até o final do ano de 2023 ocorreram 38.303.320 casos confirmados de covid-19, resultando em 709.195 óbitos, correspondendo a uma letalidade de 1,9%. Em relação às regiões do país, o sudeste apareceu em primeiro lugar em número de casos, seguido pelas Regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. A correlação com o número de habitantes dessas regiões também foi apresentada. Até a data de 25/01/2024, não houve registro de novos casos de contaminação no ano corrente. A pesquisa documental permitiu verificar a dimensão numérica da contaminação por covid-19 no Brasil, sua ocorrência diferenciada nas cinco regiões do país, e possibilitou reflexões sobre a estreita e necessária interface entre os serviços de vigilância e assistência em saúde, bem como de redes de cuidado no combate a essa pandemia.

BRINCAR PARA ELIMINAR: INTEGRAÇÃO VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ATENÇÃO BÁSICA NA PREVENÇÃO DA MALÁRIA NAS ESCOLAS

Tiago José de Souza

A elaboração conjunta de material didático foi feita para adequar-se à realidade territorial onde a escola está inserida. A integração do PSE com a vigilância ambiental foi realizada com o objetivo de promover treinamentos que criassem autonomia para os professores trabalharem a temática de malária nas escolas. Além disso, foi introduzida uma proposta de atividades sobre malária para serem incluídas nas semanas pedagógicas e no projeto político-pedagógico das escolas, garantindo assim a continuidade das ações de forma legal. O desenvolvimento da experiência teve início com o planejamento, baseado no levantamento de dados. Criamos um fluxo de trabalho que ajudou a reunir ferramentas que embasassem nossas ações. Em seguida, elaboramos a estratificação epidemiológica e traçamos o perfil das áreas com mais casos de malária. Paralelamente, analisamos o censo escolar e a PENSE (Pesquisa Nacional de Saúde Escolar), além das bases da educação do campo. A partir dessas análises, selecionamos duas localidades piloto, sendo elas as comunidades do Carvão e do Rio Preto. Após o planejamento e a escolha das escolas

que participariam das ações, partimos para a realização de oficinas, com o intuito de criar ferramentas lúdicas que mantivessem a atenção das crianças durante as atividades. Essas oficinas foram realizadas com técnicos escolares, e resultaram em produtos como rimas, poesias, jogos e atividades escritas. As ações ocorreram nas comunidades do Carvão e do Rio Preto, abrangendo as escolas Vanderléa dos Santos Pena e Tia Chica. Durante as atividades, utilizamos recursos como um mosquito de tamanho ampliado, poesias da gotinha de sangue e da prevenção, o jogo da memória da malária (que apresentava imagens sobre formas de prevenção e sintomas), e o “dinoscópio”, um microscópio infantil em formato de dinossauro, que atraiu a atenção das crianças para a importância do diagnóstico. Além disso, as crianças participaram de atividades como caça-palavras, jogo dos sete erros e pintura. Os principais resultados alcançados foram o treinamento de sete enfermeiros da Estratégia Saúde da Família, capacitados para trabalhar com a abordagem pedagógica e lúdica nas ações de educação em saúde do PSE. Além disso, onze técnicos de saúde escolar da secretaria de educação foram capacitados para abordar a temática da malária com as crianças. Foi criado um fluxo de trabalho entre a vigilância ambiental e o PSE, e a temática da malária foi inserida nas discussões das semanas pedagógicas das escolas do município. Houve uma pactuação local entre o grupo de trabalho e o gestor do PSE para inserir a malária como uma temática prioritária no município. A adesão das crianças e da comunidade às atividades educativas aumentou significativamente. O município adquiriu material educativo para trabalhar o tema nas escolas, e todas as escolas do município passaram a contar com esse material. Como resultado, houve uma redução de 29% dos casos de malária na faixa etária atendida pelo projeto. A experiência “Brincar para Eliminar” tem como essência a superação de barreiras de comunicação com o público infantil, buscando tornar as questões relativas à prevenção e combate à malária mais acessíveis e fluidas do ponto de vista metodológico. A informação precisa ser clara e compreensível para o público-alvo, e utilizamos a educação popular em saúde e práticas pedagógicas como veículos para essa mensagem. A intersetorialidade tem sido um grande aliado na continuidade do projeto, uma vez que a divisão de tarefas permite que tanto a vigilância ambiental quanto a atenção básica, por meio do PSE, se sintam responsáveis pelo processo educativo das crianças. Em suma, nossa missão é garantir que as crianças aprendam brincando, uma vez que essas atividades atendem a uma necessidade básica assegurada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959. No artigo 7º, está estabelecido que “toda criança terá direito a brincar e se divertir, cabendo à sociedade e às autoridades públicas garantir a ela o exercício pleno desses direitos”.

É HORA DE ABRIR O ARMÁRIO: A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL E TRAVESTI COM A PRÁXIA DO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Paulo Rogério Nunes Barbosa, Valeria Ferreira Romano

A população transexual e travesti faz parte do grupo de populações vulneráveis, cercada por diversos estigmas sociais, preconceitos e violências em uma sociedade com um padrão dominante de

heteronormatividade. No campo da saúde, o acesso e o cuidado ofertado constituem áreas sensíveis para a satisfação dessa população, englobando acolhimento e atendimento inadequados, fragilidade na qualificação dos profissionais de saúde e falhas na integralidade do processo de cuidado. O objetivo é analisar a percepção de travestis e transexuais sobre o cuidado ofertado nos serviços de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS) do município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa descritiva/exploratória de natureza qualitativa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número CAAE 69587123.5.0000.5238. A coleta e análise de dados foram realizadas por meio da entrevista compreensiva, que permite uma abordagem ampla, considerando todo o processo, desde o contato inicial com o entrevistado até o que ele expressa (verbalmente ou não), as visitas de campo e as observações feitas nesses momentos. Foram entrevistadas 6 pessoas transexuais e travestis, utilizando-se a técnica da Bola de Neve até a saturação dos dados. Os critérios de inclusão foram pessoas transexuais e/ou travestis que já tiveram contato com alguma unidade de APS no município do Rio de Janeiro. Como critérios de exclusão, foram descartadas pessoas com menos de 18 anos, aquelas que residem fora do município do Rio de Janeiro e aquelas que trouxeram experiências pessoais de mais de 10 anos atrás. Identificou-se como barreiras no acesso à rede formal de cuidados o desrespeito ao uso do nome social nos serviços de Atenção Primária, a qualificação frágil dos profissionais e o desconhecimento das necessidades e singularidades da população transexual e travesti por parte dos profissionais de saúde. Embora tenham ocorrido pequenos avanços, as pessoas transexuais e travestis ainda enfrentam lacunas significativas em relação ao seu processo de cuidado em saúde na Atenção Primária.

A INFLUÊNCIA DA INCLUSÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO TERAPÊUTICO DE PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS ATENDIDOS PELO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE ITUMBIARA/GOIÁS

Amanda Marques Ribeiro Dias, Ana Cristina Silva de Novais

A presença de uma rede de apoio para o portador de transtorno mental é algo essencial, sendo assim, buscou-se, neste trabalho, trazer alusões sobre o lugar da família no tratamento. O presente estudo tem como objetivo analisar a participação e a influência dos familiares no processo terapêutico de pacientes com transtornos mentais atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) localizado na cidade de Itumbiara - Goiás. Participaram deste estudo familiares dos usuários e funcionários do CAPS. Como instrumento para coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada. A metodologia adotada para analisar os dados obtidos foi o estudo qualitativo. Identificou-se, através deste, que a família possui um potencial auxiliador no bom andamento do processo terapêutico dos usuários, entretanto, foram apontadas algumas dificuldades para a efetiva participação delas. Dentre as dificuldades relacionadas ao tratamento psicoterapêutico, destacaram-se a sobrecarga familiar decorrente da doença; a pluralidade de sentimentos gerados na família; a culpabilização pela doença do familiar; a falta de preparo diante das crises; e o impacto causado no

tratamento devido à ausência da família no processo. Após a análise dos dados e das falas coletadas, e correlacionando-as com a literatura da área, concluiu-se que a família tem sido vista como uma aliada no processo de tratamento, sendo assim, os resultados indicam que a família é uma unidade social complexa, mas fundamental para o processo de viver de todo ser humano. Embora existam contribuições de algumas pesquisas, ainda há uma carência de estudos voltados a essa temática. A doença mental permanece, até a atualidade, como algo obscuro perante a medicina, ou seja, não há uma causa que realmente a explique. No entanto, o adoecer psíquico é percebido facilmente, pois, de forma geral, os indivíduos que adoecem apresentam comportamentos que diferem daqueles socialmente aceitos como “normais” (Spadini; Souza, 2006). Dessa forma, e por conta do seu mau entendimento perante a comunidade, existe o paradigma da exclusão social, onde a estigmatização da loucura faz com que o sujeito com doença mental perca a sua cidadania. Portanto, entende-se que a doença mental necessita de assistência adequada, visando à ressocialização do sujeito na sociedade e ao apoio adequado para ele e para sua família. Na composição da análise dos dados extraídos das falas dos atores sociais, há alguns pontos que são mais prevalentes, entre eles a sobrecarga familiar decorrente da doença; a pluralidade de sentimentos gerados na família; a culpabilização pela doença do familiar; a falta de preparo diante das crises; e o impacto da ausência da família durante o tratamento. Conclui-se que a presença da família surge como grupo social organizado e de suma importância no tratamento do paciente. É nela que os vínculos são potencializados, e, portanto, torna-se um fator de proteção. A partir dos expostos, nota-se que a assistência em saúde mental passa por um período de transformação nos modelos de cuidado, muito já foi feito, todavia, ainda há muito a se fazer e devemos lutar diariamente por um cuidado mais humanizado e pela configuração de CAPS efetivo. Concluo que, quando nos propomos a nos desprender de nossos conceitos preestabelecidos e começamos a escutar esses sujeitos, dando voz ao denominado “louco”, que já é silenciado, percebemos que a loucura, antes de ser uma doença, é uma experiência humana – e como tal deve ser considerada e tratada. Isso nos desafia e nos ensina a pensar.

AÇÃO DE DEZEMBRO VERMELHO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE NA PERIFERIA DE BELÉM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Paulo Daniel Pereira Raad, Nayelle Neves de Araújo, Layla Caroline Martins da Gama, Evelin Thays Ribeiro dos Santos, Izabelle Soares Dias, Estefanie Alves Luna Amorim, Gelvana Souza do Nascimento, Pedro Arthur Ferreira de Moura, Pedro Lucas Carrera da Silva

O HIV é o vírus da imunodeficiência humana, responsável por causar a AIDS em casos graves, comprometendo o sistema imunológico e resultando no desenvolvimento de doenças oportunistas. O Dezembro Vermelho é o mês alusivo ao incentivo do combate ao HIV. Segundo o Ministério da Saúde, nos últimos 10 anos, o Brasil registrou mais de 52 mil jovens entre 15 e 24 anos com HIV que evoluíram para AIDS. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem na realização de uma ação de educação em saúde relacionada ao Dezembro Vermelho.

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência, sobre a atuação de acadêmicos de enfermagem em uma ação de educação em saúde em alusão ao Dezembro Vermelho, utilizando a metodologia da problematização do Arco de Charlez Magueres. O arco possui cinco etapas: observação da realidade, levantamento de pontos-chave, teorização, hipóteses de soluções e aplicação à realidade. A ação foi realizada em uma unidade municipal de saúde situada em um bairro periférico de Belém, na sala de espera, onde os pacientes aguardavam por suas consultas. Inicialmente, os acadêmicos questionaram a população sobre o HIV, buscando identificar os pontos fortes e fragilidades no conhecimento dos participantes. Em seguida, o grupo de acadêmicos explanou sobre o que é o HIV, a diferença entre HIV e AIDS, os modos de transmissão e prevenção, as formas de diagnóstico e as possibilidades de tratamento. Para auxiliar na divulgação das informações, foi utilizado um folder educativo com os tópicos abordados, que foi distribuído após a explanação. Ao final da ação, foram disponibilizados preservativos masculinos e femininos, além do autoteste para detecção de anticorpos para o HIV por fluido oral, para aqueles que demonstraram interesse. A ação contou com a participação de 14 pacientes que aguardavam na sala de espera. Os pacientes estavam receptivos à iniciativa, respondendo aos questionamentos sobre os tópicos abordados. Todos demonstraram ter conhecimento sobre o que é o HIV e os modos de transmissão e prevenção, porém apresentaram fragilidades no entendimento da diferença entre HIV e AIDS, assim como nas formas de diagnóstico e tratamento. Durante a explanação dos acadêmicos, surgiram dúvidas relacionadas ao conceito de paciente indetectável. Ao final da ação, todos os participantes receberam o folder e aceitaram os preservativos. Metade dos participantes procurou a enfermeira da unidade posteriormente para obter mais informações sobre o teste rápido oral e foram orientados sobre como realizá-lo e o que fazer em caso de resultado positivo. Este estudo evidencia a importância de levar conhecimento à população que utiliza os serviços da Atenção Primária à Saúde, pois muitos pacientes podem disseminar essas informações em suas famílias. Além disso, a ação proporcionou maior contato entre os acadêmicos e a comunidade, permitindo a aplicação do conhecimento adquirido na universidade em ambientes externos, reforçando também o papel de educador do profissional de enfermagem.

EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM UMA AÇÃO VOLUNTÁRIA DE SAÚDE NA ZONA RURAL DE BARCARENA

Paulo Daniel Pereira Raad, Isadora Pantoja Freitas, Glaisa Martins da Silva,
Izabelle Soares Dias, Cibele Barbosa Rocha, Aline Gaia Gonçalves Lima,
Natasha de Almeida de Souza, Pedro Lucas Carrera da Silva, Maria Eduarda Veloso Lima

A graduação é um período repleto de aprendizados para os acadêmicos da área da saúde, com inúmeras oportunidades de aprimoramento técnico. Contudo, é importante destacar que o contato direto com a comunidade é essencial para a formação do futuro profissional de saúde, pois permite identificar as problemáticas vivenciadas pela população e promover a articulação de possíveis soluções. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem em uma ação voluntária de saúde,

destacando o impacto dessa vivência tanto para os profissionais quanto para a comunidade atendida. Este relato descreve uma experiência vivenciada em uma ação voluntária realizada por profissionais e acadêmicos da área da saúde, que incluía a verificação de sinais vitais, atividades de educação em saúde, além de consultas de enfermagem, psicológicas, nutricionais e odontológicas. A ação ocorreu em um salão de uma instituição religiosa localizada em uma comunidade rural no município de Barcarena, no estado do Pará. Inicialmente, os pacientes passavam por uma triagem para a verificação de sinais vitais e, em seguida, eram direcionados para a consulta com o enfermeiro. A equipe de enfermagem buscava compreender as condições de saúde da população, como doenças crônicas, parasitárias, hábitos de vida inadequados e resultados de exames de rotina. Após a consulta, os pacientes eram encaminhados para outros profissionais, e aqueles que necessitavam de acompanhamento médico eram orientados a buscar a unidade de saúde mais próxima. Os acadêmicos atuaram em todas as etapas do processo, além de promoverem atividades de educação em saúde com os pacientes que aguardavam a triagem, abordando temas como saúde bucal e hábitos alimentares saudáveis. Cerca de 50 pacientes foram atendidos durante a ação, que envolveu diversos profissionais e acadêmicos de diferentes áreas da saúde. A recepção dos pacientes foi positiva, e eles demonstraram grande interesse pelas orientações recebidas, buscando compreender melhor as doenças endêmicas que afetam a região, como zika, dengue, febre amarela e chikungunya. Durante os momentos de educação em saúde, tanto adultos quanto crianças participaram ativamente, fazendo perguntas e esclarecendo dúvidas sobre os temas discutidos. Ao final da ação, os moradores da comunidade manifestaram o desejo de receber novas visitas da equipe de saúde e apresentaram queixas sobre a falta de serviços públicos, enfatizando a necessidade de mais políticas públicas voltadas para a comunidade. A experiência nesta ação de saúde foi extremamente enriquecedora, pois permitiu aos acadêmicos aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade em um contexto prático e desafiador, junto a uma equipe multiprofissional. Além disso, os profissionais e acadêmicos esperam que as orientações fornecidas incentivem os pacientes a adotar melhores hábitos de vida, promovendo a prevenção e profilaxia de doenças. A interação com a comunidade reforçou a importância da integração entre a formação acadêmica e as necessidades reais da população, destacando o papel social do profissional de saúde.

A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SERGIPE (ESP/SE) NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE

Sheilla da Silva Barroso, Laurides Batista Cruz, Maria Gorete da Rocha Santos, Caique da Silva Costa, Daniele de Araújo Travassos, Lays Gisele Santos Bomfim, Soane Maria Santos Menezes

O desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta grandes desafios, pois os trabalhadores, de modo geral, não são incentivados a adotar o hábito de registrar e produzir escrita científica das experiências que acumulam em seu cotidiano. Embora desenvolvam inúmeras tecnologias e soluções para superar desafios diários nos territórios, essas experiências bem-

sucedidas acabam não sendo compartilhadas com seus pares, a comunidade científica e a sociedade em geral. Os núcleos de pesquisa são importantes espaços de disseminação de conhecimento e de compartilhamento de saberes, e, portanto, constituem um cenário legítimo para promover o fomento e a iniciação científica. O Núcleo de Produção Científica (NPC) da Escola de Saúde Pública de Sergipe (ESP/SE), vinculado à Fundação Estadual de Saúde (FUNESA), foi criado com a missão de estimular a produção científica ligada aos processos formativos desenvolvidos na ESP/SE. Relatar a experiência de fomento à ciência por meio da criação e desenvolvimento do Núcleo de Produção Científica (NPC) na ESP/SE. Trata-se de um estudo descritivo de caráter qualitativo, na forma de relato de experiência com análise documental, baseado na leitura das atas das reuniões do NPC realizadas entre 2014 e 2023. Por se tratar de um estudo de análise documental, que não envolve pesquisa com seres humanos, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme a resolução nº 466, de 2012. O NPC opera de acordo com a demanda contratualizada entre a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe (SES/SE) e a FUNESA, seguindo um Plano Anual de Atividades (PAA). As reuniões do núcleo ocorrem mensalmente ao longo de 12 meses, com duração de duas horas. Os membros do núcleo têm formações variadas, como pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, bibliotecários, profissionais da área de educação física, entre outros, que fazem parte do quadro funcional da ESP/SE. Ao longo dos nove anos de reuniões do NPC, foram promovidos diversos movimentos de educação permanente para os trabalhadores da instituição. Projetos de pesquisa foram elaborados e submetidos a agências de fomento, houve participação em eventos científicos e foi proposta a criação de um curso de metodologia e escrita científica dentro da instituição. As discussões realizadas no NPC têm se mostrado de grande relevância para o desenvolvimento de projetos científicos e de intervenções elaborados pelos trabalhadores do SUS, contribuindo para o aprimoramento técnico dos participantes e para a produção e divulgação científica no Estado de Sergipe. Como perspectivas futuras, espera-se o fortalecimento da prática científica e da práxis no SUS, de forma a promover a transformação social por meio da ampliação e disseminação das práticas bem-sucedidas desenvolvidas pelos profissionais de saúde.

ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA INFÂNCIA

Gabriela Garcia de Carvalho Laguna, Karolaine da Costa Evangelista, Breno Oliveira Marques, Ana Luiza Ferreira Gusmão, Níkolás Brayan da Silva Bragas, Gabriela Alves de Souza Assis, Natália Oliveira e Silva

Acidentes com crianças são responsáveis por uma alta morbimortalidade, representando uma das principais causas de óbito nessa faixa etária, além de gerarem potenciais consequências de longo prazo e comprometimento da qualidade de vida. No entanto, muitos desses acidentes podem ser evitados, destacando a importância de medidas educativas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar estratégias educativas eficazes para a prevenção de acidentes na infância no contexto comunitário. Trata-se de uma revisão sistemática guiada pelo protocolo PRISMA (2020) e registrada na plataforma PROSPERO (ID: CRD42024500956). A estratégia de busca foi elaborada a partir da combinação dos descritores “Accident Prevention”, “Child” e “Health Education”. A pesquisa foi conduzida nas bases

de dados PubMed/Medline, Web of Science, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram localizados 5037 estudos, dos quais foram incluídos artigos observacionais publicados entre 2018 e 2023, com amostras compostas por crianças de 0 a 12 anos e/ou seus pais/cuidadores. A qualidade dos estudos foi avaliada com base nos critérios dos instrumentos Qualitative Studies Checklist e Triangle Institute Item Bank, abrangendo tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas. A amostra final consistiu em 30 artigos de qualidade alta ou moderada. A população avaliada totalizou 4510 adultos e 54190 crianças de diversos países. Entre as estratégias direcionadas às crianças, destacaram-se métodos lúdicos e interativos, ajustados às habilidades e capacidades cognitivas de cada faixa etária. Para os adultos responsáveis, a ênfase estava no aprofundamento de conhecimentos técnicos, utilizando recursos visuais e atividades grupais, com o objetivo de otimizar o tempo. As intervenções abrangeram tanto ações gerais de prevenção de quedas e lesões não intencionais quanto iniciativas mais específicas, como o uso correto de cadeirinhas, segurança no trânsito, prevenção de afogamentos, envenenamentos, intoxicações e queimaduras. Inovações tecnológicas, como óculos de realidade virtual e games, demonstraram grande potencial para aproximar o público-alvo e aumentar a interação com os objetivos de prevenção de acidentes. No entanto, dificuldades na implementação e na manutenção desses programas foram evidenciadas, principalmente devido a fatores sociodemográficos, culturais e desafios para garantir o acompanhamento de longo prazo dos participantes. O uso de ferramentas tecnológicas e estratégias comunicativas para identificar lacunas de conhecimento entre adultos e promover o aprendizado infantil reforça a expectativa de que a abordagem de temas relacionados à prevenção de acidentes pode fomentar orientação, estruturação de pensamento, resolução de problemas e criatividade nas atividades diárias dessas populações. Assim, os resultados desta pesquisa podem contribuir para o planejamento de ações de educação em saúde direcionadas a essa população, além de auxiliar no desenvolvimento de ferramentas capazes de abranger diferentes contextos sociais.

A VISITA DOMICILIAR COMO UMA ESTRATÉGIA DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO COM IDOSOS NO BAIRRO SANTA MARTA, PASSO FUNDO (RS)

Janaína Ribeiro França, Estevão Daniel Wohlenberg, Alessandra Regina Müller Germani, Matheus Machado Berleze, Matheus Cassel Trindade, Vitor Miguel Ribeiro Soares Santos

A visita domiciliar é uma prática singular que permite ao médico conhecer integralmente a vida do paciente, uma vez que possibilita identificar as reais condições de vida, as relações familiares e o ambiente em que o paciente está inserido. Considerando que essa prática ainda é pouco explorada no âmbito da medicina, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) desenvolveu um projeto de extensão intitulado “Implementação da visita domiciliar como uma estratégia de assistência em saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Passo Fundo/RS”. O objetivo principal

do projeto é formalizar a visita domiciliar como uma estratégia de assistência em saúde aos usuários vinculados às Estratégias de Saúde da Família (ESF) do município, com a perspectiva de complementar e ampliar a forma de atendimento e acompanhamento desses usuários, contribuindo para a qualificação e aprimoramento do cuidado em saúde prestado. As visitas domiciliares são realizadas semanalmente pelos alunos bolsistas do Curso de Medicina da UFFS, que, no início de 2023, atendiam 38 idosos cadastrados no projeto. No entanto, ao longo do ano, 20 novos idosos foram incluídos, resultando em um total de 58 idosos acompanhados. Esse aumento se deve à busca ativa e ao mapeamento da região realizados pelos próprios alunos. Além disso, à medida que os idosos cadastrados recebiam as visitas, indicavam outros idosos para acompanhamento, sejam familiares, vizinhos, amigos ou conhecidos, reconhecendo a importância dessa forma de acompanhamento. Durante as visitas, são coletadas informações sobre a situação de saúde, hábitos de vida, medicamentos de uso contínuo, presença ou ausência de sintomas clínicos que possam evidenciar algum processo patológico, entre outros aspectos. Essas informações servem de base para as orientações de saúde prestadas no momento da visita e também orientam o acompanhamento nas visitas posteriores. Quando detectada a necessidade de orientação e/ou atendimento especializado, o acadêmico encaminha o idoso para atendimento na ESF, contribuindo para a resolutividade do problema identificado. Com o decorrer do projeto, observou-se o fortalecimento do vínculo com os idosos, que já se familiarizaram com a presença dos acadêmicos no bairro. O projeto tem demonstrado ganhos significativos tanto para os acadêmicos quanto para os idosos, uma vez que estes se beneficiam do acompanhamento e da atenção individualizada prestada em âmbito domiciliar, enquanto os acadêmicos desfrutam de uma forma de aprendizado diferenciada da tradicional, aprimorando suas técnicas de atendimento e relacionamento com o paciente, além de fortalecer o vínculo entre universidade, comunidade e unidade de saúde. Ademais, há o plano de dar continuidade ao projeto em 2024, com o objetivo de envolver mais idosos nesta forma de acompanhamento.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: DEMANDAS DA EQUIPE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE CUIDADOS PALIATIVOS

Tatiane Jardim Costa, Daniele Vogel de Souza, Caroline Thebald dos Reis Gomes

Diante de um diagnóstico ameaçador à vida, surgem inúmeras questões entre o paciente, sua família e a rede de apoio. Os Cuidados Paliativos (CP) são uma área da ciência que busca priorizar a qualidade de vida de pacientes com doenças crônicas, rompendo com os paradigmas tradicionais relacionados ao agravamento da saúde, à morte e ao processo de morrer. Na Atenção Básica (AB), especificamente na Estratégia de Saúde da Família (ESF), os CP podem ampliar sua abrangência e eficácia, devido ao vínculo territorial com os pacientes. O cuidado deve ser contínuo, tanto na unidade de saúde quanto na residência do paciente, com uma atuação integrada entre os profissionais técnicos e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). O ACS desempenha um papel fundamental, sendo o elo entre a comunidade e a unidade de saúde. Este estudo visa expandir o conhecimento sobre os CP para os ACS na AB. Ele faz parte de uma dissertação de mestrado da

autora principal, que também é enfermeira em uma unidade de ESF na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa envolveu a equipe técnica e os ACS de uma unidade de ESF, com o objetivo de identificar seus conhecimentos sobre o tema, utilizando a metodologia da Análise Institucional. Esta abordagem busca romper o isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece, promovendo a construção de conhecimento. A partir de uma demanda da equipe frente a situações de doenças crônicas em fase terminal, foram realizados dois encontros com a participação de 16 profissionais, incluindo a equipe técnica e os ACS. Durante os encontros, a pesquisadora fez questionamentos que permitiram ao grupo expor suas dúvidas e, ao mesmo tempo, construir métodos para facilitar o manejo de casos de CP. No primeiro encontro, prevaleceu o entendimento de que os CP estavam majoritariamente relacionados ao câncer em estado terminal. Com base nisso, foram abordadas outras doenças crônicas, como diabetes e Alzheimer, além da importância de incluir a família no cuidado. Percebeu-se que muitos profissionais associavam os CP apenas ao nível terciário de atenção à saúde, como hospitais. No entanto, refletiu-se que, na AB, há muitos usuários com doenças crônicas que podem se beneficiar dos CP. Durante as discussões, emergiram pensamentos sobre os vínculos estabelecidos com os usuários ao longo de suas histórias de vida, trazendo à tona a perspectiva de perda afetiva quando esses pacientes falecem. Esses encontros permitiram o avanço na compreensão dos CP, aproximando os ACS das novas definições sobre o tema. Além disso, proporcionaram um espaço para que os profissionais expressassem suas vivências, o que contribuiu para um raciocínio mais eficiente sobre como abordar os CP, sem limitar esses cuidados apenas à terminalidade da vida.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DO SUS EM UMA COMUNIDADE DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Glenda Seixas de Araújo

A educação em saúde é uma ferramenta essencial para promover a saúde e o bem-estar em comunidades, especialmente em contextos como o da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, que integra a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, localizada em Manaus, Amazonas. Nessa comunidade, as estratégias de educação em saúde foram sensíveis às questões culturais e ambientais, buscando integrar os saberes locais com os conhecimentos científicos, de forma a promover a saúde de maneira integral e equânime. O objetivo deste trabalho, no formato de relato de experiência, é explanar sobre as estratégias de educação em saúde desenvolvidas na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, pertencente à Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, localizada em Manaus (AM). Para promover a saúde e o bem-estar nessa comunidade, foram realizadas ações educativas focadas em temas como prevenção de agravos, promoção da saúde, educação popular em saúde e alimentar, além de orientações sobre o manejo de doenças crônicas. As atividades foram desenvolvidas em parceria com líderes comunitários e acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Odontologia e

Medicina, visando uma abordagem interprofissional, participativa e culturalmente sensível. Foram realizadas atividades como rodas de conversa sobre diabetes, hipertensão, a importância de exercícios físicos regulares, alimentação saudável, além de orientações sobre cuidados em saúde e prevenção de agravos. A comunicação foi adaptada para atender às especificidades da comunidade e seus determinantes sociais de saúde, que influenciam o processo saúde-doença. Consideraram-se também as vivências dos moradores e de suas famílias, partindo de uma visão holística e integrada. As estratégias de educação em saúde também incluíram aspectos essenciais como o acolhimento e a humanização, pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), que atuam como porta de entrada para os serviços de saúde. O acolhimento busca garantir o acesso universal e equitativo, promovendo o cuidado integral e respeitoso, enquanto a humanização visa à valorização do ser humano, considerando suas necessidades e singularidades. Essas práticas foram fundamentais para estabelecer vínculos de confiança com a comunidade, contribuindo para uma maior adesão aos cuidados e uma melhor qualidade de vida. Os resultados obtidos demonstraram um aumento no conhecimento e na sensibilização da comunidade sobre práticas saudáveis, bem como uma melhoria na adesão aos cuidados preventivos. Além disso, observou-se uma maior procura pelos serviços de saúde disponíveis na região, contribuindo para a promoção da equidade e o fortalecimento do SUS na comunidade. As estratégias de educação em saúde mostraram-se eficazes para promover a saúde e o bem-estar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, destacando a importância da educação como ferramenta para fortalecer as comunidades e melhorar a qualidade de vida. Recebemos devolutivas de que as ações contribuíram significativamente para o bem-viver na comunidade, com os moradores sendo participativos e protagonistas, sugerindo temas sobre os quais tinham dúvidas.

VOCÊS TAMBÉM SENTEM QUE SÃO EXCLUÍDOS DA SOCIEDADE?: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA TERAPEUTA OCUPACIONAL RESIDENTE NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA ADOLESCENTES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Susannah Calochorios Litvac, Ellen Cristina Ricci, Bruno Ferrari Emerich

Grandes transformações causadas pela puberdade, novos papéis sociais, a baixa procura espontânea pelos serviços, os riscos produzidos pela desigualdade e a incessante busca pela identidade são alguns dos muitos desafios que permeiam a atenção à saúde dos adolescentes. A busca constante por conhecimento e atualização torna-se necessária diante desse cenário. Este trabalho aborda a experiência de uma terapeuta ocupacional residente em saúde mental e coletiva da Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo de descrever e discutir as possibilidades de oferta de cuidado em saúde mental para adolescentes em dois centros de saúde do município ao longo do ano de 2023. A metodologia aplicada foi o estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, sendo realizado um breve levantamento bibliográfico. A partir dos relatos registrados em diário de campo, foi possível

identificar a execução de atendimentos de referência para gestão e articulação do cuidado, atendimentos individuais em Terapia Ocupacional, acompanhamentos terapêuticos, atendimentos familiares, visitas domiciliares, acolhimentos periódicos em atendimentos compartilhados com profissionais da equipe de ESF e atendimentos em grupo para e com o público adolescente. De forma complementar, constatou-se o desenvolvimento de projetos e reuniões intersetoriais com escolas e OSCs do território, além de discussões de casos com equipamentos intersetoriais. Por meio dessa vivência, verificou-se a importância do cuidado intersetorial para a efetivação de intervenções integrais, da abordagem participativa e centrada no protagonismo como concretização de uma clínica ampliada e acolhedora, além da residência como ferramenta para promoção de reflexão e novas práticas no campo de atuação. Adicionalmente, evidencia-se a necessidade de estudo contínuo e troca entre profissionais. Por fim, foi proposta a atuação em saúde mental com adolescentes como um posicionamento clínico e político. Ser residente na APS e trabalhar com a adolescência representou um grande desafio, proporcionando afetos, aprendizagens e momentos de crise. Instigou a autora a refletir sobre que profissional deseja ser e em qual SUS acredita, influenciando de forma significativa em sua formação. Transitar por tantos serviços possibilitou a ampliação da visão sobre a saúde e o trabalho em rede, compreendendo que o trabalho vai além dos equipamentos e diretrizes, mas também ocorre no campo das relações.

RESSIGNIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS URBANOS COM LIDERANÇAS INDÍGENAS ATIVAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Aline A. Ferreira Artini, Júlio César Schweickardt

O Sistema Único de Saúde (SUS) é garantido na Constituição Federal de 1988 para todas as pessoas em território brasileiro. O cenário de mobilização dos povos originários, incluindo estrangeiros, tem sido contínuo desde a Pandemia de covid-19. Particularmente, a cidade de Manaus absorveu um número expressivo de indígenas oriundos das aldeias em busca de melhores condições de vida. Atualmente, a cidade possui um pouco mais de 71.000 pessoas indígenas. Esta experiência ocorreu em territórios das comunidades indígenas da Zona Norte, em Manaus, Amazonas. O objetivo foi identificar as lideranças indígenas das comunidades e, a partir de diálogos informais, verificar seus conhecimentos sobre o significado da Atenção Primária à Saúde (APS), considerando a baixa adesão dessa população aos serviços de saúde ofertados. A metodologia utilizada foi qualitativa e etnográfica, permitindo observar o comportamento das lideranças indígenas em suas comunidades, particularmente no que se refere ao interesse em buscar soluções para os problemas de saúde que não eram resolvidos com as práticas medicinais indígenas realizadas pelo pajé. Nesse contexto, verificou-se também o pouco conhecimento das lideranças indígenas em relação à definição do SUS e seus níveis de atenção. Apesar do conhecimento limitado sobre a APS, as lideranças indígenas ressignificaram os territórios de suas comunidades ao abrirem espaço para que os profissionais de saúde atuassem, especialmente os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), de etnias diversas, que estabeleceram vínculos com

as comunidades, fortalecendo a prática do cuidado com a pessoa indígena. Quanto aos resultados, foi possível observar um maior envolvimento das lideranças indígenas com os profissionais de saúde, bem como o interesse em obter mais conhecimento sobre o SUS, que é um direito de todos. O Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que contém diretrizes que integram ações e serviços de saúde indígena de forma diferenciada, respeitando as especificidades culturais, geográficas, econômicas e de saúde desses povos. A Política reconhece que os sistemas tradicionais de saúde se manifestam de diversas formas, considerando que as pessoas estão integradas ao contexto de suas relações sociais e com o meio natural. Diante do cenário atual de mobilidade contínua para áreas urbanas, a experiência evidenciou a necessidade de maior interação e integração com as lideranças indígenas e gestores de saúde, promovendo trocas de saberes e práticas de cuidados indígenas, que são plurais. Percebeu-se que a interculturalidade é uma temática imprescindível no contexto do cuidado na atenção primária à saúde, entendida como algo que deve ser construído por meio de diálogos coletivos, participativos e permanentes. Em suma, apesar dos diversos desafios, as lideranças indígenas desempenham um papel importante no contexto da atenção primária à saúde, contribuindo para o avanço das práticas de saúde nos territórios da Zona Norte de Manaus.”

“A CONSTRUÇÃO DE PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS) COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO EM MEDICINA

Thalita Analyane Bezerra de Albuquerque, Cleide dos Santos Batista, Guilherme Ricardo Pereira Santos, Rafaella Menezes de Oliveira Parente, Ilza Rafaela de Almeida Pereira

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma ferramenta que permite a participação ativa do usuário, considerando sua história, autonomia e necessidades individuais dentro de um contexto específico. A elaboração de um PTS envolve a atuação de um profissional de referência, a participação da família e a colaboração da equipe por meio da discussão de casos, sendo geralmente utilizado em situações graves e de difícil manejo. Esse tema é abordado nas aulas do terceiro período da Faculdade de Medicina de Garanhuns (FAMEG), no módulo de Integração Ensino-Serviço-Comunidade (IESC) III. O presente estudo busca explorar a percepção dos professores tutores sobre a vivência prática da construção de PTS, no contexto da interlocução entre ensino, serviço e comunidade. A experiência prática envolveu a construção de um PTS em sala de aula a partir de um caso fictício. Inicialmente, os estudantes realizaram estudo prévio sobre o tema, seguido de uma aula expositiva-dialogada que abordou as etapas básicas para a elaboração de um PTS. Após essa preparação, os estudantes foram às Unidades de Saúde da Família (USF) para construir um PTS em conjunto com a equipe de Saúde da Família (EqSF). Nesse processo, os estudantes dialogaram com os profissionais, principalmente com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e enfermeiras, para selecionar, de forma colaborativa, casos de difícil resolução que seriam trabalhados. A construção do PTS envolveu a leitura de prontuários, discussões com a equipe e visitas domiciliares, culminando em reuniões nas USF, onde

o projeto foi sendo moldado. Diversos aspectos surgiram durante a construção do PTS, como a relevância do papel das ACS, que se destacaram como profissionais de referência na maioria dos casos analisados; a importância do trabalho transdisciplinar em equipe; o uso das reuniões como espaço de diálogo e construção de novas tecnologias leves para um cuidado articulado e humanizado; além da intersetorialidade, considerando os limites do setor de saúde para atender a algumas demandas, principalmente nas dimensões socioeconômicas e educacionais. O objetivo do módulo foi atingido com sucesso, com os PTS sendo construídos em conjunto com as EqSF, apresentados nas USF e discutidos em sala de aula, incorporando a abordagem da clínica ampliada e ferramentas como o genograma e o ecomapa.

PERFIL NUTRICIONAL DE PRÉ-ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA (AM)

Lauramaris de Arruda Regis Aranha, Ângelo Esmael da Silva Maklouf, Luiz Augusto Belém Júnior, Guilherme Regis Aranha, Gabriel Regis Nigro, Daniel Regis Nigro, Adriana Beatriz Silveira Pinto, Shirley Maria de Araújo Passos, Ângela Xavier Monteiro

Estudos têm demonstrado uma melhora no padrão de crescimento das crianças, mas, paralelamente, há um aumento nos índices de sobrepeso e obesidade entre a população infantil brasileira. Com isso, o presente trabalho teve como objetivo avaliar os dados antropométricos de pré-escolares de um Centro Educacional Infantil vinculado ao Programa Saúde na Escola, no município de Barreirinha, interior do Estado do Amazonas. Este é um estudo transversal e observacional, com dados coletados em 2023 por oito acadêmicos do 10º período dos cursos de Enfermagem e Medicina. A coleta de dados foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (Parecer nº 5.699.561). Do total de 338 pré-escolares, 197 (58,3%) entre 2 e 6 anos, entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Pré-escolares indígenas foram excluídos do estudo. Inicialmente, todos os participantes foram convidados para uma roda de conversa, abordando o uso inteligente do açúcar e a importância da alimentação saudável. Posteriormente, foi realizado um exame epidemiológico com fita métrica e balança mecânica calibrada para obtenção dos dados antropométricos e cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). As medidas do Z score foram utilizadas para classificar as variáveis de Estatura para Idade (E/I) e IMC para idade, conforme as recomendações da Organização Mundial de Saúde. Dos 197 pré-escolares analisados, 117 (59,4%) eram do sexo masculino e 80 (40,6%) do sexo feminino. Os resultados mostraram que 44 (22,3%) apresentavam excesso de peso, dos quais 24 (12,2%) estavam com sobrepeso, 12 (6,1%) com obesidade e 8 (4%) com obesidade grave. A magreza foi identificada em 27 (13,7%) das crianças, sendo que 20 (10,2%) apresentavam magreza e 7 (3,5%) magreza acentuada. A maioria dos pré-escolares (64%) foi classificada como eutrófica, ou seja, com peso ideal para a idade. Em relação à estatura, 92,4% apresentaram estatura adequada, 6,6% baixa estatura e 1% muito baixa estatura. Ao final, foi entregue à Equipe de Saúde da Família uma lista com os nomes dos pré-escolares que apresentaram peso e estatura inadequados, para que fossem acompanhados, uma vez que a escola integra o Programa Saúde

na Escola. O estudo demonstrou que o sobrepeso, a obesidade e a obesidade grave são prevalentes entre os pré-escolares de Barreirinha. A realização desse tipo de avaliação permite o diagnóstico precoce de distúrbios nutricionais, criando oportunidades para intervenções precoces.”

OS IMPACTOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO / RETERRITORIALIZAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM MACUXI INSERIDO NO CONTEXTO DO SUS EM ZONA URBANA MANAUARA

Aline Aparecida Ferreira Artini, Júlio César Schweickardt

Considerando as novas geometrias dos espaços, este relato de experiência está alinhado às evidências de Haesbaert no que se refere à desterritorialização, uma das marcas fundamentais de nosso tempo. Nos processos de desterritorialização/reterritorialização, estão entrelaçadas as dimensões política e cultural. A desterritorialização pode ocorrer de maneira simbólica, pela destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, ou ser de natureza política e/ou econômica, resultando na dissolução de antigos laços e fronteiras econômico-políticas de integração. Nesse cenário, destacam-se os indivíduos, classes e grupos sociais que, em diferentes níveis e escalas, incorporam perspectivas desterritorializadas e desterritorializantes. O objetivo deste relato é apresentar os impactos do processo de desterritorialização e reterritorialização – entendida também como uma linha de fuga – vivenciados por um indígena de etnia macuxi durante a Pandemia de covid-19 em 2020. Esse processo o levou a se desterritorializar de sua comunidade de origem, a Raposa I, em Normandia (RR), e a se reterritorializar na capital do Amazonas. A metodologia utilizada foi qualitativa, com dados coletados a partir de narrativas do macuxi, obtidas em entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que o processo de desterritorialização e reterritorialização permitiu a participação do macuxi em ações de vigilância em saúde nas comunidades indígenas urbanas, sendo contratado como Agente Indígena de Saúde (AIS) pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) durante a pandemia. Ele se tornou uma referência entre seus pares, demonstrando a importância da integração e interação com esse profissional em meio à multiplicidade étnica no espaço urbano. Houve também uma otimização de seu capital intelectual por meio da troca de saberes com a comunidade, seus colegas e profissionais de saúde. Além disso, o macuxi adquiriu uma compreensão mais ampla sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização, que o levaram além dos limites geográficos. O processo de reterritorialização foi desafiador, exigindo adaptação, aceitação e convivência em um novo universo coletivo, onde o esvaziamento de si em meio às diversidades socioculturais foi indispensável para absorver o novo, como uma forma de empatia com o outro. Esta experiência buscou revelar as conquistas e dificuldades vivenciadas por um indígena macuxi no processo de desterritorialização e reterritorialização durante a pandemia, assim como sua inserção e contribuição no Sistema Único de Saúde (SUS), especificamente na atenção primária à saúde da capital do Amazonas. O relato destaca a crescente representatividade indígena

nos territórios urbanos. Para o macuxi, o processo de desterritorialização e reterritorialização tornou-o resiliente, sendo, até os dias atuais, uma das melhores formas de fortalecer a luta pela saúde dos povos indígenas, especialmente os que vivem em áreas urbanas, por meio da integração sociocultural e do princípio da equidade. Esse relato se alinha ao discurso do Secretário Geral das Nações Unidas: “É minha aspiração que a saúde seja finalmente vista não como uma bênção a se desejar, mas como um direito humano pelo qual lutar”.

TERRITÓRIO VIVO: A ARTE GESTACIONAL COMO ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO EM TERRITÓRIO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE SAÚDE NORTE, EM MANAUS – AMAZONAS

Aline Conceição de S Maia, Aline Aparecida Ferreira Artini, Júlio César Schweickardt

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) adota a Atenção Primária à Saúde (APS) como uma estratégia essencial, sendo a porta de entrada para os usuários e guiada pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Esta política define a responsabilidade dos profissionais de saúde no acolhimento e cuidado da gestante, abrangendo o binômio mãe e criança. A PNAB, alinhada à Política de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) e ao Guia do Pré-Natal do Parceiro, tem como objetivo qualificar a saúde masculina por meio das consultas de pré-natal, promovendo saúde e prevenindo doenças evitáveis durante o ciclo gravídico até o puerpério. Vale ressaltar que a atuação integrada entre os profissionais de saúde é fundamental, dada a multiplicidade de perspectivas envolvidas no acompanhamento pré-natal. Nesse contexto, a fim de garantir uma atenção integral e resolutiva ao trinômio gestante, criança e parceiro, esta experiência, realizada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na zona norte de Manaus, teve como objetivo aumentar a adesão às consultas de pré-natal por meio da “Arte Gestacional”, uma estratégia que envolveu um maior número de gestantes e parceiros. A metodologia foi qualitativa, baseada na observação participante, o que permitiu ao pesquisador uma imersão no cotidiano da UBS e maior interação com o contexto investigado. Os resultados evidenciaram uma maior adesão das gestantes e, em especial, dos parceiros às consultas de pré-natal, além de uma aproximação entre a gestão da unidade de saúde e os casais. Relatos individuais destacaram uma maior conexão entre os “casais grávidos”, bem como uma compreensão ampliada da importância das consultas pré-natais. A Arte Gestacional também trouxe um clima de felicidade e empolgação durante o agendamento das consultas e na pintura das barrigas das gestantes, que envolvia a escolha de desenhos representando meninos ou meninas. A estratégia da Arte Gestacional permitiu o estabelecimento de vínculos entre a equipe de saúde e as famílias, fortalecendo os laços entre pai, mãe e filho. Além disso, potencializou o cuidado integral à saúde da mulher, do homem e da criança, promovendo um ambiente de cuidado humanizado e lúdico no território vivo da UBS. Essa experiência visou tornar a participação nas consultas de pré-natal um momento prazeroso, contribuindo para a prática do cuidado contínuo e integral na Atenção Primária à Saúde.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUS

Gustavo Dela Pace da Silveira

O presente relato abrange o período de 2013 a 2023, por meio da minha inserção no Conselho Municipal de Saúde do município de São Vicente do Sul-RS (CMS/SVS). Iniciei minha participação no controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) representando o segmento dos usuários, como parte do Sindicato dos Municipários dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul (PM/SVS), e atuei como secretário do CMS/SVS de 2018 a 2021. Antes mesmo de ingressar no conselho, já havia trabalhado na Vigilância em Saúde. Em 2018, um ano emblemático, ocorreu a 1ª Conferência de Vigilância em Saúde nas três esferas de governo e organização do SUS. Naquela ocasião, tive a oportunidade de idealizar, em conjunto com o CMS/SVS e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde. Nessa conferência, fui eleito delegado para representar a região centro-oeste em saúde e defender propostas nos grupos de trabalho na Conferência Estadual de Vigilância em Saúde realizada em Porto Alegre (POA). Durante a etapa municipal, tivemos a oportunidade de estabelecer propostas prioritárias para o nosso município, sendo uma delas na área de saneamento básico. Há anos reivindicávamos a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), já que o município, com mais de 140 anos, não possuía esse documento essencial, que orienta ações e melhorias nos quatro eixos: esgotamento sanitário, água potável, drenagem urbana e resíduos sólidos. Um dos resultados dessa conferência foi, além de dar visibilidade ao setor de vigilância, a execução do primeiro PMSB, elaborado em parceria com a FUNASA, UFRGS e PMSVS, com minha participação na comissão de execução. O plano foi construído com a participação popular por meio de mobilizações sociais, demonstrando que, por meio dessas ferramentas de controle social, como as conferências, é possível concretizar projetos como o PMSB com o apoio e participação dos atores sociais. Após essa primeira inserção, senti-me mais empoderado no controle social e, a partir disso, criei um canal de comunicação em saúde no Facebook e Instagram, onde fazia postagens sempre com o viés da defesa de um SUS forte e resolutivo. Além disso, levava informações e combatia as fake news, que eram amplamente disseminadas na saúde pública, principalmente pelo próprio governo da época. Em meados de 2019, foram realizadas as conferências de saúde em todo o território nacional, com o tema “Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS”. Essas conferências ocorreram em meio a um desgoverno autoritário e de extrema direita, e, mesmo assim, através da resistência dos militantes do SUS e dos conselheiros municipais, estaduais e nacionais, conseguimos realizá-las, simbolizando uma luta por toda a saúde pública do Brasil. Mais uma vez, tive a oportunidade de idealizar, em conjunto com os órgãos de controle social, nossa conferência de saúde e fui eleito delegado estadual. Nessa mesma oportunidade, representei a delegação do Estado do RS em Brasília, na 16ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), conhecida como 8+8, em alusão à histórica 8ª CNS de 1986. Após essa participação, tive novamente a honra de integrar a 17ª CNS, já no governo Lula, em um ambiente democrático, consolidando, nessa conferência, a política de educação popular em saúde. Concluo este relato com a convicção de que todo cidadão deve ter o direito de participar da vida política e que a informação em saúde deve ser democrática. Assim como eu tive a oportunidade

de conhecer e participar da construção das políticas públicas nos municípios e Estados, acredito que todos os povos devem fazer parte da construção das políticas públicas de saúde de sua nação.

IMIGRANTE EM FOCO: ATENDIMENTO VOLTADO ESPECIALMENTE A ESTRANGEIROS EM UM AMBULATÓRIO DE PASSO FUNDO (RS)

Estevão Daniel Wohlenberg, Giulia Marques Vidor, Renata dos Santos Rabello, Pâmela Machado de Amorim, Luan Vinicius Martinelli, Pedro Henrique Filipin Von Muhlen

Nos últimos anos, o processo migratório tem ganhado cada vez mais força em todo o mundo. Em busca de melhorias na qualidade de vida ou para escapar de conflitos em seus países de origem, muitos migrantes têm procurado refúgio no Brasil. Contudo, com o aumento do número de estrangeiros, surge uma nova demanda: a necessidade de prestar atendimento de qualidade a essas pessoas. Diante desse cenário, este trabalho relata a experiência de um grupo de estudantes do Curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Passo Fundo, que, juntamente com seus professores e a coordenação do curso, iniciaram o projeto de extensão intitulado “Ambulatório do Imigrante”. O projeto, que teve início há mais de cinco anos, conta com atendimentos mensais realizados pelos estudantes de graduação em medicina, bem como pelos participantes da residência multiprofissional em saúde, incluindo fisioterapeutas, dentistas, psicólogos, entre outros profissionais. Desde 2019, são atendidos, em média, 25 pacientes no último sábado de cada mês durante o semestre letivo, totalizando mais de 1.000 atendimentos à comunidade imigrante até o momento. Esse projeto cria um ambiente fértil para a troca de experiências com os imigrantes, além de possibilitar a realização de pesquisas, trabalhos de conclusão de curso e a aquisição de conhecimento prático por parte dos envolvidos. O principal objetivo é sempre oferecer um atendimento de qualidade, integral, contínuo e longitudinal, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, esse contato com a população imigrante ainda enfrenta desafios, sendo o idioma, sem dúvidas, o principal obstáculo. Muitos pacientes, especialmente os mais idosos, apresentam grande dificuldade em se comunicar de forma efetiva com os estudantes, exigindo a presença de acompanhantes para traduzir as consultas. Por outro lado, os resultados positivos do projeto são notáveis, sobretudo no seguimento das consultas. Após conseguirem acesso ao atendimento especializado no SUS, muitos pacientes retornam ao acompanhamento primário com suas queixas já resolvidas. O projeto também envolve acadêmicos de medicina de diferentes semestres da graduação, proporcionando oportunidades de prática clínica para os alunos mais avançados e permitindo que os estudantes mais novos aprendam a semiologia básica e acompanhem os atendimentos. Assim, é evidente que o “Ambulatório do Imigrante” possui uma grande relevância social e merece ser reconhecido. A população imigrante, muitas vezes marginalizada por não possuir documentação regularizada nos primeiros meses, trabalhar em empregos informais ou não ter um local fixo para se estabelecer, enfrenta muitos desafios. Não permitir que a saúde dessas pessoas seja negligenciada é uma ação de saúde pública fundamental e crucial para o bem-estar dos beneficiados.

Além disso, o aprimoramento do atendimento seguirá sendo constante, sempre com o objetivo de capacitar os estudantes a oferecerem o melhor serviço possível.

CÁRIE PRECOCE NA INFÂNCIA EM PRÉ-ESCOLARES DE UM MUNICÍPIO DO AMAZONAS

Lauramaris de Arruda Regis Aranha, Ângelo Esmael da Silva Maklouf, Luiz Augusto Belém Júnior, Guilherme Regis Aranha, Gabriel Regis Nigro, Daniel Regis Nigro, Adriana Beatriz Silveira Pinto, Shirley Maria de Araújo Passos, Ângela Xavier Monteiro

A Organização Mundial da Saúde estabeleceu metas para a saúde bucal infantil, incluindo a redução da cárie dentária. Uma dessas metas visava que 50% das crianças de 5 anos estivessem livres de cárie em 2000 e 90% até 2010. No Brasil, em 2010, apenas 46,6% das crianças de 5 anos estavam livres de cárie, com uma média de ceo-d (dentes cariados, perdidos ou obturados) de 2,43. Este estudo teve como objetivo avaliar a ocorrência de cárie dentária e a necessidade de tratamento em crianças na primeira infância em um Centro Educacional Infantil vinculado ao Programa Saúde do Escolar, no município de Barreirinha, no interior do Amazonas. Trata-se de um estudo transversal e observacional, realizado em 2023, com dados coletados por quatro acadêmicos do 10º período do curso de Odontologia, previamente calibrados por uma professora especialista na área, que também integrou a equipe de pesquisa. A coleta de dados foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (Parecer nº 5.699.561). De um total de 338 pré-escolares, 188 (com idades entre 2 e 6 anos) entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), resultando em uma taxa de resposta de 55,6%. Foram excluídos do estudo os pré-escolares indígenas e aqueles em tratamento ortodôntico. O levantamento epidemiológico foi realizado na escola sob iluminação natural, seguindo as normas da Organização Mundial da Saúde. Além disso, foi realizada uma roda de conversa com as crianças, abordando temas de prevenção da cárie, como técnicas de escovação e escolha de alimentos. Os dados foram registrados em fichas próprias e analisados de forma descritiva com o uso do programa SPSS 20.0. Dos 188 pré-escolares, 114 (60,6%) eram do sexo masculino e 74 (39,4%) do sexo feminino. Em relação à experiência de cárie dentária, 74 (39,4%) das crianças estavam livres da doença, ou seja, com ceo-d igual a zero. As médias de ceo-d para as idades de 2, 3, 4, 5 e 6 anos foram 1,25; 1,48; 2,56; 2,80 e 3,36, respectivamente, resultando em uma média geral de 2,47. O componente cariado (c) foi o mais prevalente, com 59,6%. Em termos de necessidade de tratamento odontológico, 74 (65,5%) das crianças necessitavam de dentística restauradora, 24 (21,2%) de exodontias, 13 (11,5%) de tratamento pulpar, e 2 (1,8%) precisavam de remineralização de mancha branca. As crianças com necessidades de tratamento foram encaminhadas para a equipe de saúde bucal da unidade básica de saúde que atua na escola para tratamento e acompanhamento. As metas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde para 2000 e 2010 não foram alcançadas, com um baixo percentual de crianças livres de cárie e um alto percentual de dentes com cáries não tratadas. Isso ressalta a necessidade urgente de planejar ações de educação em saúde bucal, além de garantir tratamento e acompanhamento regular pelos profissionais envolvidos no Programa Saúde na Escola no município de Barreirinha.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO BRASIL

Gabriela Garcia de Carvalho Laguna, Yago Soares Fonseca, Fernanda Beatriz Melo Maciel, Vanessa Souto Paulo, Grasiely Faccin Borges, Nilia Maria de Brito Lima Prado

A ingestão de bebidas alcoólicas está associada ao aumento das chances de acidentes de trânsito, e, com a implementação da Nova Lei Seca em 2012, houve um endurecimento das punições para motoristas que dirigem sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas. O objetivo deste estudo é analisar a situação epidemiológica dos acidentes de trânsito no Brasil no período de 2013 a 2023. Trata-se de um estudo de natureza ecológica, de abrangência nacional, utilizando dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Sistema de Informação Hospitalar do Departamento de Informática do SUS, cobrindo o intervalo de 2013 a 2023. Durante o período analisado, foram registradas 2.079.058 internações hospitalares devido a acidentes de trânsito no país, resultando em 52.651 mortes. Esses números envolvem predominantemente motociclistas e pedestres jovens, do gênero masculino, de cor negra e residentes nas regiões Sudeste e Nordeste. Ao comparar os dados de 2013 com os de 2023, observou-se um aumento de 21,35% no número de internações, enquanto a taxa geral de mortalidade caiu de 3,14 para 2,15. O custo total dos serviços hospitalares relacionados a esses acidentes atingiu R\$2.511.933.664,43, sendo aproximadamente 55% destinados ao tratamento de motociclistas feridos. Conclui-se que, apesar da persistência de acidentes de trânsito relacionados ao consumo de álcool por motoristas, houve uma redução nas taxas de mortalidade durante o período estudado, sugerindo que as ações legislativas e políticas de saúde pública têm sido eficazes na prevenção de acidentes e no atendimento às vítimas, tanto no local do acidente quanto no ambiente hospitalar.

PERSPECTIVAS DE EGRESSOS DE UM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO AUDITORIA EM SAÚDE

Fillipi André dos Santos Silva, Pétila Tuani Cândido de Oliveira Salvador, Theo Duarte da Costa, Claudia Cristiane Filgueira Martins Rodrigues, Soraya Maria de Medeiros

Historicamente, a qualificação em Auditoria em Saúde tornou-se uma exigência no ordenamento do Sistema Único de Saúde, atribuída por dispositivos legais, pela Constituição do Brasil e pela Lei Orgânica da Saúde, para suprir a necessidade de profissionais qualificados na área, contribuindo para a manutenção e melhoria da qualidade da assistência. Essa qualificação ocorre na modalidade de pós-graduação lato sensu e é oferecida por instituições de ensino superior públicas e privadas. Neste estudo, objetivou-se compreender a percepção dos egressos da primeira turma do curso lato sensu em Auditoria em Saúde de uma universidade federal do nordeste brasileiro quanto à sua formação acadêmica. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado no âmbito do curso lato sensu em Auditoria em Saúde da Escola da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Participaram do estudo 20 egressos da primeira turma da especialização. A coleta de dados foi realizada entre março e dezembro de 2023,

utilizando um roteiro de perguntas abertas via plataforma Google Meet e, posteriormente, adaptado para o Google Forms, como estratégia para aumentar a adesão dos participantes. As respostas foram transcritas e organizadas em um corpus textual, tratado pelo software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ), com análise de similitude. Para garantir o anonimato, foram utilizados pseudônimos, conforme previsto pelos dispositivos legais. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição, com parecer número 5.937.207 e CAAE número 67213523.8.0000.5537, aprovado em 10 de março de 2023. Na análise de similitude, observou-se que o termo “auditoria” estava associado aos termos “expectativa” e “desafios”. As expectativas dos egressos envolviam a construção de conhecimento na área e sua aplicação prática. Já os desafios estavam relacionados à imagem equivocada do auditor como uma pessoa rígida e insensível, o que dificultava sua aceitação pelas equipes, especialmente as assistenciais. A qualificação na área de Auditoria em Saúde, sendo multidisciplinar, atende às demandas crescentes do setor e contribui para a qualidade da assistência, envolvendo aspectos legais e regulatórios importantes para a continuidade dos serviços. No entanto, é necessário desmistificar a imagem do auditor, de forma a apresentá-lo como um parceiro de trabalho, e não como uma figura rígida e irredutível.

PERFIL DE EGRESSOS DE UM CURSO LATO SENSO DE AUDITORIA EM SAÚDE

Fillipi André dos Santos Silva, Pétala Tuani Cândido de Oliveira Salvador, Theo Duarte da Costa, Claudia Cristiane Filgueira Martins Rodrigues, Soraya Maria de Medeiros

A qualificação lato sensu em Auditoria em Saúde ainda é pouco abordada na literatura científica, uma vez que nos cursos de graduação os discentes têm pouco ou nenhum contato com componentes curriculares voltados para administração, especialmente a auditoria, que é um aspecto mais específico. Pouco se sabe sobre a qualificação e o perfil profissional dos auditores, cuja função é crucial para manter e melhorar a qualidade da assistência prestada aos usuários, além de garantir a sustentabilidade do sistema de saúde nos âmbitos públicos e privados. Diante desse contexto, o objetivo deste estudo foi identificar o perfil dos egressos da primeira turma do curso lato sensu em Auditoria em Saúde de uma universidade federal do Nordeste brasileiro. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, realizada na Escola da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculada ao curso lato sensu em Auditoria em Saúde. Participaram da pesquisa 20 egressos da primeira turma do referido curso, com dados coletados entre março e dezembro de 2023. Para a coleta de dados quantitativos, foram utilizados formulários na plataforma Google Forms, contendo questões sobre dados sociodemográficos, acadêmicos e profissionais, e os resultados foram tratados por meio de estatística descritiva. No perfil sociodemográfico traçado, predominaram mulheres solteiras, na faixa dos 40 anos, residentes no Rio Grande do Norte, que cursaram o ensino fundamental e médio em escolas particulares e possuíam renda familiar acima de cinco salários mínimos. No perfil acadêmico, a maioria era composta por enfermeiras formadas em Instituições de Ensino Superior públicas, com titulação máxima de especialistas, uma média de duas especializações e 15 anos de formação.

Em relação ao perfil profissional, as participantes estavam inseridas no mercado de trabalho como servidoras públicas, com uma média de um vínculo de trabalho e uma carga horária semanal de 50 horas. Conclui-se que, juntamente com outras áreas, a auditoria compõe um campo de formação multiprofissional no setor da saúde, com destaque para a Enfermagem, cuja expressiva presença na força de trabalho exige atenção às questões relacionadas à qualidade da assistência e ao controle de recursos. Também se destaca a participação majoritária de mulheres ocupando novos espaços no mercado de trabalho, especialmente como servidoras públicas, e que buscam qualificação contínua por meio da educação profissional.

SAÚDE DOS IMIGRANTES: ANÁLISE DE CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E EPIDEMIOLÓGICAS

Giulia Marques Vidor, Daniela Teixeira Borges, Renata dos Santos Rabello

A saúde refere-se ao bem-estar pleno do indivíduo, o que significa que não se trata apenas da ausência de doença, mas também é determinada por fatores culturais, demográficos e socioeconômicos, que influenciam diretamente na qualidade de vida. Essa relação estreita pode resultar em uma espiral descendente, em que indivíduos vulneráveis são condenados a um acesso limitado à saúde, o que leva a uma maior marginalização. Nesse cenário, populações já excluídas – seja por questões étnico-raciais ou relacionadas à classe, gênero ou sexualidade – tendem a apresentar piores indicadores de saúde. Ao analisar a população imigrante, percebe-se que a interação entre fatores demográficos, culturais e socioeconômicos e a qualidade de vida é ainda mais acentuada quando comparada à população local, o que agrava a vulnerabilidade desse grupo. Assim, a imigração, ao se tratar de um momento de fragilidade para o indivíduo, relacionada, entre outros fatores, ao distanciamento de sua nação de origem, atua como um determinante indireto da saúde, influenciando as características que regem o bem-estar físico, mental e social. Diante desse contexto, o presente estudo busca compreender os aspectos que influenciam o bem-estar geral dos imigrantes e descrever uma possível conexão entre as características dessa população e seu acesso à saúde. A pesquisa objetiva descrever características sociodemográficas, de saúde e o acesso a serviços de saúde dos pacientes atendidos no Ambulatório de Acolhimento em Saúde do Imigrante, em Passo Fundo (RS), investigando de que forma esses fatores se manifestam, como o Ambulatório atende essa população e qual é o seu papel em relação à saúde dos imigrantes. Trata-se de um estudo epidemiológico observacional de delineamento transversal, com abordagem quantitativa dos dados. A amostra, adquirida por conveniência, é composta por 41 imigrantes atendidos no Ambulatório entre junho e agosto de 2023. O perfil encontrado foi de imigrantes adultos (75,6%), pretos/pardos (56,1%), venezuelanos (58,5%), do sexo feminino (56,1%) e residentes no Brasil entre 1 e 5 anos (46,4%). A maioria possui Ensino Superior ou Pós-graduação (43,9%), é assalariada (83,9%) e mora com a família (61,0%) em casas de concreto (70,7%) com acesso a saneamento básico (95,1%). Quanto às comorbidades, foram identificadas doenças respiratórias

(17,9%), hipertensão arterial sistêmica (26,8%), diabetes mellitus (9,8%), obesidade (19,5%), ansiedade (19,5%) e insônia (26,8%). Entre os participantes, 56,1% avaliaram o atendimento recebido no Ambulatório do Imigrante como “Muito Bom”. A observação desses dados possibilita um maior entendimento do panorama de saúde da população imigrante atendida na localidade, ao mesmo tempo em que viabiliza o aprimoramento de políticas públicas voltadas para o acolhimento, cuidado e promoção da saúde. Sendo um estudo pioneiro no estado do Rio Grande do Sul, abre-se a possibilidade para novas investigações sobre o tema, especialmente no que diz respeito ao aprimoramento e à criação de estratégias de saúde direcionadas à população imigrante.

GOVERNABILIDADE DE UM PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE EM FRONTEIRA INTERESTADUAL

Ítalo Ricardo Santos Aleluia, Maria Guadalupe Medina, Ana Luíza Queiroz Vilasbôas

O Projeto de Formação e Melhoria de Qualidade da Rede de Atenção à Saúde (QualiSUS-Rede) foi uma iniciativa federal para apoiar a organização das Redes de Atenção à Saúde em diversas regiões do Brasil. A Região Interestadual de Saúde (RIS) Pernambuco-Bahia foi uma das contempladas para a implantação de um dos subprojetos QualiSUS. Este resumo é um recorte de uma tese de doutorado que teve como objeto de estudo a análise política da referida Região, adotando como referencial teórico o Triângulo de Governo de Carlos Matus. O território da pesquisa abrigou a primeira experiência de Rede Interestadual de Saúde, com a participação dos três entes federados, uma central de regulação interestadual e a Comissão de Cogestão Interestadual de Saúde (CRIE). A coleta de dados combinou análise documental de atas da CRIE, das Comissões Intergestores Bipartite e dos relatórios de gestão do QualiSUS-Rede, além de entrevistas com 35 informantes-chave e o uso do diário de campo do pesquisador. Este resumo apresenta os resultados da categoria “governabilidade”, definida aqui como os principais obstáculos para a implantação dos objetivos do Subprojeto QualiSUS-Rede Pernambuco-Bahia. A construção do Subprojeto foi iniciada em 2011, com previsão de investimentos federais no valor de R\$ 13.723.168,04, representando um importante apoio para a implantação da primeira Rede Interestadual de Saúde do país, cujas discussões já ocorriam desde 2008. Em reunião da CRIE, deliberou-se pela criação de um grupo condutor responsável pela coordenação da implantação do Subprojeto, com representações desde o âmbito local até o nacional. Os eixos prioritários para o uso dos recursos do Subprojeto foram definidos, sendo o principal desafio a logística de regulação interestadual de leitos de alta complexidade. Os recursos foram destinados à qualificação da atenção de urgência e emergência e à implantação de um sistema de apoio logístico em tecnologia da informação para o serviço de regulação. Os relatórios de gestão do QualiSUS-Rede confirmaram que o Subprojeto não foi implantado, e, conseqüentemente, não houve execução orçamentária dos recursos na Região. Entre os principais entraves destacaram-se: as assimetrias nos tempos institucionais e burocráticos para homologação do Subprojeto nas agendas estaduais, o que resultou em atrasos no envio da proposta

para homologação na instância federal, comprometendo a liberação dos recursos em tempo hábil para a RIS. Não foram criados mecanismos legais que permitissem a realização de processos licitatórios integrados entre os dois estados para utilização dos recursos financeiros; a estrutura física e de pessoal foi insuficiente para operar o Subprojeto na Região; a ausência de mecanismos regulatórios federais para a gestão do SUS em fronteiras interestaduais inviabilizou uma gestão compartilhada dos recursos pelos estados fronteiriços, o que estagnou a execução financeira da proposta; além disso, as mudanças de gestão estadual limitaram a articulação regional, resultando na descontinuidade dos debates entre os atores estaduais e os apoiadores do grupo condutor do Subprojeto na Região. A não implantação do QualiSUS-Rede ratifica sua baixa governabilidade nas fronteiras interestaduais, tornando-o um projeto restrito ao plano teórico e ideológico, representando, assim, a perda de investimentos importantes para a implantação de um projeto político que se configuraria como a primeira experiência de Rede Interestadual de Saúde no Brasil.

PROJETO GARUPA: A EDUCAÇÃO DE PARES COMO ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DE BARREIRAS DE ACESSO À SAÚDE POR TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO RIO DE JANEIRO

Daniela Murta

O Projeto Garupa: A educação de pares como estratégia para o enfrentamento de barreiras de acesso à saúde por travestis e transexuais no Rio de Janeiro. No Brasil, a saúde é um direito constitucional que deve ser garantido pelo Estado de forma universal e igualitária, considerando as necessidades específicas de cada indivíduo e coletividade. Baseado no conceito ampliado de saúde, que a relaciona às condições de vida e aos marcadores sociais que atravessam os indivíduos, é necessário implementar ações específicas para determinados grupos a fim de garantir o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) sem distinções, privilégios ou barreiras. Este é o caso da população LGBTQIAP+, que, devido à sua não conformidade com a normatividade sexual e de gênero, tem seu processo saúde-doença potencialmente influenciado por sua orientação sexual e identidade de gênero, estando sujeita a desigualdades que promovem vulnerabilidade e exclusão. Considerando os agravos específicos decorrentes da LGBTIfobia e as iniquidades em saúde vivenciadas por pessoas LGBTQIAP+, este trabalho apresenta o Projeto Garupa, uma experiência exitosa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no enfrentamento das barreiras de acesso à saúde vividas por esse grupo, em especial por travestis e transexuais, garantindo a integralidade do cuidado. O Projeto Garupa é fruto da responsabilidade da gestão municipal de promover a equidade em saúde para a população LGBTQIAP+ e reduzir sua vulnerabilidade, acentuada no contexto da Pandemia de covid-19. O projeto foi implementado com o objetivo de integrar esses cidadãos à Rede de Atenção à Saúde e engajá-los na prevenção e vacinação contra a covid-19. Resultado da cooperação com a iniciativa internacional “Parceria para Cidades Saudáveis” e a Coordenadoria da Diversidade

Sexual, o projeto focou na identificação de obstáculos e na educação entre pares como estratégia para garantir o acesso à saúde e viabilizar a vacinação desse segmento, frequentemente excluído da rede de cuidados por preconceito e discriminação. Através da busca ativa por pessoas trans, realizada por uma equipe formada por indivíduos trans, foi possível acessar e vincular usuários à rede de atenção à saúde, garantindo o atendimento de suas necessidades específicas. De acordo com os relatórios semanais dos agentes vinculadores, foram identificadas diversas necessidades de saúde e vulnerabilidades que, por meio da formação de vínculo entre os agentes e os participantes, puderam ser atendidas. Essas necessidades foram abordadas pela aproximação e acompanhamento na rede de atenção à saúde, especialmente na atenção primária e em outros setores. Como previsto, houve frequentes solicitações de encaminhamento para procedimentos de transição de gênero com acompanhamento profissional, mas também foram identificadas outras demandas, como o primeiro contato com unidades de saúde e o acesso a cuidados especializados para tratar problemas de saúde, destacando-se agravos relacionados ao uso de hormônios sem orientação médica e a falta de cuidados contínuos e longitudinais. Embora 85% dos participantes estivessem cadastrados no SUS, muitos relataram ter deixado de acessar ou nunca terem acessado o sistema de saúde, alegando não se sentirem confortáveis ou seguras, serem alvos de preconceito e não se perceberem como sujeitos capazes de construir projetos de vida de médio e longo prazo. O Projeto Garupa, além de ampliar o acesso da população LGBTQIAP+ à rede de saúde, confirmou que esse segmento enfrenta diariamente barreiras relacionadas à discriminação e preconceito, o que resulta em um processo de intensa vulnerabilização. Excluída da rede de atenção à saúde e de outros dispositivos de proteção social, a população trans tem seu processo saúde-doença determinado por sua identidade de gênero. Isso aponta para o desafio do poder público de romper com a lógica cisgênera de atenção e promover um sistema de saúde livre de preconceitos, assegurando o direito humano e fundamental à saúde.

VACIMÓVEL: UMA ESTRATÉGIA EFETIVA PARA O AUMENTO DA COBERTURA VACINAL NO MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

Aryanne Vanessa Silva Andrade do Amaral, Laís Bezerra da Silva,
Lorena Feitosa de Oliveira, Leidjane da Silva Virões Neta, Thereza Priscila Calado

As vacinas desempenham um papel fundamental na prevenção de doenças, e, nos municípios, as campanhas de vacinação são cruciais para garantir a cobertura vacinal e promover a saúde. Essas campanhas têm como objetivo aumentar a cobertura vacinal, protegendo tanto os indivíduos imunizados quanto a comunidade por meio da imunidade coletiva, o que ajuda a reduzir a transmissão de doenças infecciosas. Entre as inovações recentes, destaca-se o uso de veículos móveis de vacinação, como o Vacimóvel, que leva os serviços de imunização diretamente às comunidades, superando barreiras de acesso, como a distância geográfica e dificuldades de transporte. Essa iniciativa foi implementada no município de Abreu e Lima, em outubro de 2023, durante o Dia D da Campanha

de Multivacinação, e continua integrando a rotina da Secretaria Municipal de Saúde, com foco em crianças e adolescentes. O objetivo da ação é ampliar o acesso à vacinação, especialmente para grupos vulneráveis ou com dificuldades de deslocamento, além de atualizar o esquema vacinal de crianças e adolescentes até 15 anos, aumentando o percentual de vacinados na população-alvo. A metodologia adotada é baseada em um relato de experiência iniciado com o lançamento da Campanha de Multivacinação pelo Governo Federal. A Atenção Básica e a Educação Permanente planejaram as ações, realizando um estudo preliminar da cobertura vacinal e das áreas descobertas. Como estratégia para melhorar os indicadores, o Vacimóvel foi utilizado para alcançar o maior número possível de crianças e adolescentes nessas áreas. O município também revitalizou os personagens Zé Gotinha e Maria Gotinha, ambos caracterizados como cangaceiros, para criar uma identidade cultural e lúdica que incentivasse a adesão à campanha. O Vacimóvel foi equipado com todos os recursos necessários e uma equipe composta por enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar administrativo. A divulgação ocorreu por meio de redes sociais e carros de som. Após o planejamento e a identificação das áreas de difícil acesso, uma escala foi criada para três vacimóveis, e os profissionais foram treinados para garantir uma cobertura vacinal abrangente. Os resultados mostram que, apesar da queda preocupante nas coberturas vacinais a nível nacional, o município de Abreu e Lima seguiu uma tendência positiva com o uso do Vacimóvel. Em 2023, foram aplicadas 3.107 doses no Dia D da campanha, colocando o município em 3º lugar na 1ª GERES e em 4º lugar no estado de Pernambuco, superando as 2.606 doses aplicadas em 2022. A iniciativa também aumentou a conscientização sobre a importância da vacinação, além de identificar situações de vulnerabilidade em saúde que não haviam sido detectadas previamente. Diante dos desafios pós-pandemia, como a disseminação de fake news sobre vacinas, esses números são significativos, especialmente em comparação com outras cidades da região. O município continua adotando essa estratégia e a incorporou ao calendário da equipe do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade (PMAQ), com o objetivo de melhorar ainda mais os indicadores de vacinação. A experiência da campanha de multivacinação com o Vacimóvel em Abreu e Lima evidenciou o impacto positivo de ações itinerantes na promoção da saúde e na melhoria dos indicadores de saúde. A iniciativa foi bem-sucedida em ampliar o acesso à vacinação, especialmente para grupos vulneráveis, e sensibilizar a comunidade sobre a importância da imunização. A estratégia continua em vigor, buscando garantir a proteção da população contra doenças evitáveis e aumentar os índices de cobertura vacinal, levando saúde para todos.

“SÓ ENTRE NÓIS”: A POTÊNCIA DE UM GRUPO DE MULHERES ENQUANTO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE CUIDADO EM UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Andressa Amorim da Silva, Carla Salles Chamouton, Giovana Pellatti, Marina Rezze Barthelson

O grupo possibilita o senso de pertencimento e se constitui como um produto simbólico das relações sociais, construídas em contextos históricos específicos e mediadas pela linguagem, também

enquanto uma construção coletiva. Mais do que apenas um conjunto de pessoas, ele se caracteriza como um lugar de encontro. Além disso, enquanto espaço de cuidado e de expressão da linguagem, o grupo ocorre somente na pluralidade, oferecendo também a possibilidade de acolhimento para aqueles em situação de vulnerabilidade. A Pandemia de covid-19 trouxe à tona de forma ainda mais intensa as desigualdades sociais, destacando, em especial, as assimetrias de gênero, raça e classe social, exacerbando os problemas vivenciados cotidianamente por mulheres. Nesse cenário, os Centros de Convivência (CECOs) emergem como espaços políticos que promovem a inclusão de pessoas historicamente marginalizadas, possibilitando o senso de pertencimento, a interação social e grupal, além de outras formas de expressão da subjetividade. Este trabalho tem como objetivo compartilhar e discutir a experiência de um grupo de mulheres, coordenado por uma fonoaudióloga residente em Saúde Mental e Saúde Coletiva, realizado em um Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) em Campinas. O CECCO serve como campo de estágio para o segundo ano do Programa de Residência em Saúde Mental e Saúde Coletiva da UNICAMP. Diante da demanda de mulheres da comunidade por espaços de fala, foi elaborada uma proposta de grupo com o intuito de promover um local para livre expressão da subjetividade e troca de experiências. A atividade acontece em parceria com o Centro de Saúde local, sendo coordenada por uma equipe multiprofissional composta pela fonoaudióloga residente, uma agente comunitária de saúde e uma nutricionista residente. O Grupo de Mulheres ocorre semanalmente em formato aberto no Centro Comunitário do território. Dada a organização social das relações de gênero, torna-se essencial diferenciar o cuidado oferecido às mulheres enquanto grupo. Temas como violência contra a mulher, racismo, a vida cotidiana nas periferias, a sobrecarga de responsabilidades como cuidadoras de filhos, companheiros e parentes, e a invisibilidade e ausência de espaços de fala, emergem com frequência nos encontros. A construção de vínculos favorece, não apenas a identificação e diferenciação, mas também o compartilhamento afetivo, social, linguístico e cognitivo, possibilitando a construção coletiva. No grupo, as mulheres encontraram um espaço seguro para compartilhar segredos guardados e, nas trocas entre si, foram desatando nós e aliviando angústias antigas, transformando o espaço em um lugar de resistência contra a invisibilidade feminina. A coordenação multiprofissional reforça a importância do trabalho em equipe, do encontro de saberes e da articulação teórico-prática para um melhor manejo do grupo. O grupo de mulheres se constitui como uma produção de cuidado destinada à promoção do direito à expressão, construído de forma conjunta, transformando modos de ser e estar no mundo através de espaços saudáveis de comunicação. Ele demonstrou extrema relevância ao promover uma maior conscientização de que a mulher é um sujeito de desejos e de direitos.

A FISIOTERAPIA NO CONTEXTO DA SAÚDE MENTAL: NARRATIVAS DO PROJETO “NISE DA SILVEIRA”

Fabiane Perondi, Roger Flores Ceccon

A formação em fisioterapia tem, historicamente, um enfoque técnico e reabilitador, direcionado para problemas individuais de saúde, sobretudo doenças com sequelas reabilitáveis. Esse modelo de

ensino, baseado na dicotomia corpo-mente, muitas vezes não aproxima o estudante das diferentes realidades e necessidades dos indivíduos, especialmente no que se refere ao atendimento de pessoas com transtornos mentais. O sofrimento psicossocial frequentemente está entrelaçado com outros problemas de saúde, e o fisioterapeuta precisa ter um olhar ampliado sobre o processo saúde-doença para proporcionar um cuidado mais humanizado e integral. O sujeito com transtorno mental pode estar presente em todos os campos de atuação do fisioterapeuta, tornando necessário que esse profissional desenvolva competências que vão além da reabilitação física. Este relato de experiência descreve o projeto de extensão “Nise da Silveira: reabilitação fisioterapêutica e saúde mental”, da Universidade Federal de Santa Catarina, no campus de Araranguá. O projeto, em desenvolvimento há dois anos, acontece em um Lar de Acolhimento onde residem 28 mulheres com transtornos mentais e em situação de vulnerabilidade social. Os atendimentos fisioterapêuticos, realizados semanalmente por estudantes de Fisioterapia voluntários, são focados principalmente nas demandas de mulheres com esquizofrenia e sequelas pós-acidente vascular cerebral. Os resultados obtidos ao longo do projeto mostram a importância dessa experiência tanto para os estudantes quanto para as mulheres atendidas. As narrativas indicam que o envolvimento no projeto de extensão, que envolve acolhimento, cuidado e reabilitação de pessoas com transtornos mentais, preenche lacunas presentes no currículo tradicional do curso. Os estudantes se tornaram mais sensíveis e preparados para lidar com situações de adoecimento mental, algo comum em todos os campos de estágio. O projeto revelou que o estigma e o preconceito, muitas vezes manifestados pelos estudantes, impactavam negativamente na qualidade e na efetividade do tratamento fisioterapêutico. Além disso, os atendimentos exigiram criatividade e adaptação, pois em alguns momentos as mulheres não compreendiam ou não aceitavam realizar as atividades propostas. Conclui-se que o projeto de extensão “Nise da Silveira: reabilitação fisioterapêutica e saúde mental” foi fundamental para a formação dos estudantes de Fisioterapia, ao proporcionar novos olhares sobre o processo saúde-doença e embasar práticas mais humanizadas, acolhedoras e eficazes. Para as mulheres residentes no Lar de Acolhimento, os atendimentos fisioterapêuticos foram igualmente essenciais, promovendo maior autonomia, funcionalidade e construindo relações de afeto e cuidado.

A INTEGRAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO SUS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Thalita Analyane Bezerra de Albuquerque, Guilherme Ricardo Pereira Santos, Jéssica Aparecida Sobrinho Silva, João Victor da Silva Rodrigues, Juliana Catarine Barbosa da Silva, Suely Emilia de Barros Santos

O Brasil propõe a Educação Permanente em Saúde (EPS) como uma estratégia de transformação das práticas de formação em serviço, assistência, gestão, formulação de políticas e participação popular no setor da Saúde. As disparidades duradouras, mesmo passíveis de mudanças, são conhecidas como iniquidades. Para enfrentá-las, o Ministério da Saúde e outras instâncias de administração do Sistema Único de Saúde (SUS) têm implementado as Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (PPES), com o

objetivo de reduzir as situações de vulnerabilidade enfrentadas por determinados grupos populacionais. O presente estudo tem como objetivo compreender como essas políticas estão sendo integradas no SUS. Foi realizada uma revisão integrativa utilizando pesquisas disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde, com publicações dos últimos dez anos, utilizando como descritores: EPS + Políticas Públicas de Saúde + Equidade. Os critérios de inclusão abrangeram artigos completos, em língua portuguesa, e baseados em pesquisas originais. Foram excluídas teses, dissertações e artigos de revisão sistemática ou integrativa. No total, 12 artigos foram incluídos na análise. A revisão revelou uma escassez de pesquisas científicas que abordem diretamente o tema em discussão. Constatou-se que a formação em saúde precisa se afirmar como um espaço que promova o pensamento crítico-reflexivo. Os estudos sugerem que as experiências de educação permanente em saúde atuam como um convite à construção coletiva, criando novas estratégias de trabalho que emergem a partir da problematização das vivências no contexto da saúde. Isso possibilita ações que estão em consonância com os princípios e diretrizes do SUS. Nesse contexto, abordar políticas de saúde que promovam a equidade é um caminho promissor, uma vez que permite que as necessidades específicas de cada segmento populacional sejam levadas em consideração, problematizando as diversas práticas e cuidados em saúde. Isso garante uma atenção equânime e territorializada. Além disso, este estudo destaca a importância da EPS na construção do conhecimento e no fortalecimento de ações em busca de melhorias nas práticas de saúde. Reafirma-se, assim, a relevância de refletir e trabalhar com temáticas como as PPES e os grupos vulnerabilizados, além de promover reflexões e ações que busquem aprimorar a atuação profissional, reorganizando processos e transformando a prática de saúde no SUS.

“O SEGREDO DE BROKEBACK MOUNTAIN”: UM FILME PARA REFLETIR A HOMOFOBIA

William Pereira Santos

A capacidade do cinema de registrar e representar aspectos da vida social é evidente em obras como “O Segredo de Brokeback Mountain”. Esse filme retrata um romance homoafetivo em um contexto marcado pela repressão e violência social, permitindo que o espectador examine questões como a homofobia e suas implicações na vida dos personagens. O objetivo deste estudo é buscar conexões entre a história do filme e o fenômeno da homofobia, utilizando a análise fílmica como metodologia. O cinema, neste contexto, é tratado como um recurso para além do entretenimento, funcionando como uma ferramenta para a compreensão de aspectos sociais da vida real. A narrativa de “O Segredo de Brokeback Mountain” gira em torno de Jack Twist e Ennis Del Mar, dois jovens que se conhecem em 1963, quando são contratados como pastores de ovelhas em Wyoming, uma região rural e conservadora dos Estados Unidos. Durante o verão, em meio ao isolamento da montanha fictícia de Brokeback, eles se apaixonam, mas ao final do trabalho, seguem caminhos distintos. Apesar disso, mantêm um relacionamento esporádico ao longo de duas décadas, marcado pelo desejo mútuo e pelo medo de sanções sociais, vivendo um amor que não pode ser declarado. O silêncio e o anonimato que envolvem a relação refletem a opressão sofrida por indivíduos estigmatizados, o

que é uma característica crucial do enredo. Dirigido por Ang Lee e arrecadando cerca de US\$178 milhões em bilheteria, “O Segredo de Brokeback Mountain” apresenta uma história de desejo amoroso entrelaçada com o medo de rejeição e perseguição. O final trágico do filme, com a morte violenta de Jack e o sofrimento de Ennis, levanta uma questão instigante: o interesse do público pelo filme está na celebração do amor ou na tragédia de um relacionamento que não pôde prosperar? Essa ambiguidade reforça o paradoxo de que uma das obras mais reconhecidas sobre a temática LGBTQIAPN+ termina de maneira trágica, sugerindo uma reflexão sobre o impacto social da homofobia. O filme revela o dilema vivido por Jack e Ennis, que mantêm seu relacionamento às escondidas, presos à pressão social e ao medo da violência, encapsulado na metáfora de “viver no armário”. Essa pressão social reflete padrões de conformidade que impedem a liberdade de expressão e amor entre pessoas do mesmo sexo. No Brasil, essa realidade se agrava: embora a Constituição Federal proíba qualquer tipo de discriminação, o país lidera mundialmente em assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+, evidenciando uma contradição entre o ideal legal e a prática social. A montanha em “O Segredo de Brokeback Mountain” simboliza um refúgio onde Jack e Ennis podem viver seu amor sem medo, enquanto o “armário” representa a realidade opressiva e insegura da sociedade. Ao assistir ao filme, o espectador se vê confrontado com uma pergunta provocadora: somos meros observadores ou estamos, de alguma forma, coniventes com a homofobia?

GESTÃO E CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO ELETIVO DE UMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL COMO FERRAMENTA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Andressa Amorim da Silva, Susannah Calochorios Litvac, Giovana Pellatti D Lopes,
Rosana Teresa Onocko-Campos, Barbara Coelho Vaz

Este trabalho tem como objetivo descrever e discutir a vivência de um estágio eletivo como ferramenta técnico-pedagógica voltada para a formação direcionada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e seus preceitos. Trata-se do relato de experiência de uma fonoaudióloga e uma terapeuta ocupacional, ambas residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Campinas. O estágio foi realizado no Programa de Residência Multiprofissional de Gestão de Políticas Públicas para a Saúde da Escola de Governo Fiocruz (EGF) da Fundação Oswaldo Cruz, em Brasília. A escolha pelo programa da FIOCRUZ/DF decorreu do interesse pela intersecção entre os campos da gestão e do cuidado em saúde mental, e a experiência ocorreu no mês de setembro de 2023. A inserção das residentes aconteceu em dois cenários de prática, além das atividades teóricas que compõem o programa pedagógico. Durante o estágio, foi possível desenvolver projetos e acompanhar o cotidiano de gestão no CAPS Infância Juvenil (CAPS IJ) Asa Norte, em Brasília, bem como na equipe de Atenção Psicossocial e Promoção do Bem Viver do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena (DAPSI), da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério

da Saúde. A experiência no CAPS II proporcionou aprendizados valiosos sobre o processo de trabalho, gestão de recursos humanos, gestão de dados, liderança, articulação política e construção de parcerias no território. As residentes também participaram do 1º Fórum de Supervisão Clínico-Institucional da Rede de Atenção Psicossocial do Distrito Federal. No âmbito da SESAI, as atividades incluíram participação em reuniões interdepartamentais, discussão e análise de dados epidemiológicos sobre taxas de violência, suicídio, uso prejudicial de álcool e medicamentos psicotrópicos. Também contribuíram para a elaboração de um documento de avaliação e monitoramento de práticas assistenciais voltadas para a atenção psicossocial da população indígena e o conceito de Bem Viver. Além disso, participaram da 1ª Conferência Livre de Saúde Mental da Saúde Indígena. Essa vivência, em diálogo com as disciplinas teóricas, permitiu uma leitura contextualizada das políticas públicas de saúde mental, com atenção às especificidades do público infantojuvenil e indígena. O estágio eletivo se mostrou uma estratégia fundamental para a qualificação de profissionais, proporcionando o ensino pela prática nas diversas realidades do país. A experiência em um contexto diferente expandiu o repertório das residentes por meio da troca de perspectivas, referenciais teóricos e práticas de cuidado. Essa vivência permitiu uma ampliação do olhar sobre o cuidado em saúde mental, especialmente na interface com a gestão, através de ações de planejamento, avaliação e monitoramento, associadas à compreensão das políticas públicas e dos programas temáticos. Além disso, foi fomentada a produção científica que contribui para o aprimoramento das relações sociais e práticas no campo da gestão, com ênfase no fortalecimento do território e da participação popular. As residências multiprofissionais têm como objetivo produzir conhecimento em saúde, visando à qualificação do processo de trabalho. Por fim, o estágio se revelou uma experiência transformadora, impactando positivamente na formação das residentes e reafirmando seus ideais de cuidado em saúde, de maneira afetiva e pautada nos princípios de equidade, integralidade e universalidade.

AMBULATÓRIO DE ACOLHIMENTO EM SAÚDE DO IMIGRANTE: EXTENSÃO E DIREITO À SAÚDE A GRUPOS MINORITÁRIOS EM UMA CIDADE DO NORTE GAÚCHO

Giulia Marques Vidor, Estevão Daniel Wohlenberg, Renata dos Santos Rabello

Localizado na região norte do Rio Grande do Sul, estima-se que o município de Passo Fundo abrigue mais de 205 mil habitantes, dentre os quais aproximadamente 800 são imigrantes. Destacando-se como o terceiro maior polo de saúde da região Sul, a cidade oferece uma ampla gama de serviços de saúde voltados para populações específicas. Desde 2018, um desses serviços é o Ambulatório de Acolhimento em Saúde do Imigrante, projeto de extensão resultante da parceria entre a Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo (UFFS/PF), e o Hospital São Vicente de Paulo de Passo Fundo (HSVP/PF). Em colaboração com a Sociedade Beneficente Muçulmana de Passo Fundo e a Associação de Senegaleses de Passo Fundo, o ambulatório desenvolve propostas extensionistas que buscam atender às necessidades de saúde dos imigrantes locais, oferecendo uma unidade de saúde

de referência para essa população. O principal objetivo do Ambulatório do Imigrante é, por meio de atendimentos especializados, proporcionar um acolhimento em saúde adequado e inclusivo para aqueles que migraram para Passo Fundo. Os atendimentos são realizados mensalmente, sempre no primeiro sábado de cada mês, com uma média de 25 a 30 atendimentos por data. Esses atendimentos são conduzidos por acadêmicos bolsistas e voluntários do Projeto de Extensão, além de educandos da Liga Acadêmica de Saúde da Família da UFFS/PF, sob a supervisão de um preceptor – geralmente, médicos de família e comunidade vinculados à universidade. O Ambulatório do Imigrante não apenas se consolidou como um espaço de aprendizado para os estudantes da UFFS/PF, oferecendo a oportunidade de desenvolvimento social por meio de atendimentos humanizados para um grupo minoritário, mas também se tornou um serviço de saúde de referência para a população imigrante local. Os pacientes que são atendidos no ambulatório avaliam o serviço de forma bastante positiva, especialmente quando comparado a outros serviços de saúde disponíveis na cidade. Embora nem todas as consultas contem com a presença de um tradutor, os pacientes relatam uma redução na barreira linguística durante os atendimentos, além de destacar a percepção de maior respeito pela sua cultura e costumes por parte da equipe de saúde, o que contribui para a construção de um melhor vínculo entre a equipe e os pacientes. Dessa forma, o Ambulatório de Acolhimento em Saúde do Imigrante se configura como um serviço imprescindível para garantir o acesso à saúde da população imigrante de Passo Fundo (RS). Ao se empenhar na redução das dificuldades relacionadas ao acesso, diagnóstico e tratamento, desafios que são comuns no processo de adaptação a um novo local de moradia, o ambulatório também oferece aos graduandos em Medicina da UFFS/PF a oportunidade de contato com pacientes de diversas culturas e etnias, enriquecendo sua formação acadêmica e profissional.

TRABALHAR JUNTO PARA APRENDER JUNTO: ESTRATÉGIAS PARA QUALIFICAR O CONTROLE DA TUBERCULOSE NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DE SERAFINA CORRÊA

Patricia Betineli, Denise Bueno

O controle da tuberculose no Brasil é uma prioridade de saúde pública. A descentralização das ações de controle da doença para a atenção básica à saúde requer aprimoramento constante, por meio da horizontalização das medidas de prevenção e controle, além da qualificação dos processos de trabalho e das equipes de saúde. Para o controle eficaz da tuberculose, a utilização de metodologias ativas e o trabalho interprofissional das equipes de saúde são fundamentais, assegurando profissionais qualificados e ações efetivas. É essencial a integração de saberes e a colaboração interprofissional, processos mediados por vínculos afetivos, para compreender o universo de trabalho das equipes de saúde. Este estudo tem como objetivo demonstrar como implementar ações de descentralização no controle da tuberculose na atenção básica à saúde, com a elaboração de materiais voltados para a educação permanente em saúde. Trata-se de um estudo de abordagem descritiva exploratória, realizado

no município de Serafina Corrêa, RS, com profissionais de saúde e gestores que atuam na atenção básica municipal. A coleta de dados foi feita por meio da aplicação de questionários semiestruturados, buscando captar a percepção e o conhecimento dos entrevistados sobre o Programa de Controle da Tuberculose. O estudo também visou ampliar a compreensão dos profissionais sobre a execução dos serviços de controle da doença na atenção básica, qualificar sua atuação sobre o tema e aprofundar as estratégias de controle da tuberculose nesse nível de atenção. A pesquisa evidenciou a necessidade de fomentar ações de educação permanente em saúde relacionadas ao manejo de indivíduos com tuberculose na atenção básica do município. Como resultado, foram elaborados materiais didáticos na forma de guia prático, fluxograma e cartilha digital. Esses produtos foram construídos com a participação ativa dos profissionais de saúde e gestores, atendendo às demandas das equipes em oficinas realizadas nas unidades básicas de saúde. Esses materiais servem como suporte nos processos de trabalho e como mediadores no aprendizado dos profissionais. A aprendizagem significativa, o trabalho interprofissional e a colaboração profissional permearam a construção desses produtos. Os encontros com os participantes, suas falas, o modo como cada um se compromete com o trabalho e as práticas das equipes proporcionaram uma visão ampliada sobre as reais necessidades e desafios enfrentados no cotidiano. O estudo destacou a importância de espaços de educação permanente em saúde, com aprendizagem baseada na realidade local e comprometida com o coletivo, ressignificando o modo de produzir o cuidado. A participação ativa nas oficinas demonstrou que a educação permanente não se encerra, mas se perpetua, possibilitando novos processos e construções, com a percepção de que sempre há muito a aprender e a ensinar. O estudo permitiu a elaboração e disponibilização de produtos técnicos capazes de impactar a forma de construção do conhecimento, fortalecer o trabalho colaborativo e contribuir significativamente para a aprendizagem dos profissionais de saúde e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

OFICINAS DE PRODUÇÃO EM SAÚDE NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Gabriela Garcia de Carvalho Laguna, Maria Fernanda Silva Aguiar, Gabrielle Silva Sousa,
Ana Luiza Ferreira Gusmão, Karolaine da Costa Evangelista,
Breno Oliveira Marques, Nívea Maria Silveira de Almeida

As Oficinas de Produção em Saúde (OPS) são componentes curriculares obrigatórios do Curso de Medicina do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Elas têm como objetivo aproximar o conteúdo teórico, abordado no eixo temático semestral, da comunidade por meio de um produto de educação em saúde que seja aproveitado por ela, contribuindo para a formação dos discentes ao desafiá-los a encontrar soluções viáveis que se adequem à realidade local. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Medicina exigem que os egressos sejam capazes de se comunicar e compartilhar seus conhecimentos com os pacientes, tornando necessário o constante treinamento dessas habilidades. As OPS contemplam essa demanda, permitindo a troca de saberes, a construção de ferramentas e a realização de ações junto à comunidade, com a participação dos

estudantes, profissionais de saúde e a coletividade. A perspectiva de retribuir à sociedade o investimento na educação pública também motiva o desenvolvimento dessas ações extensionistas, associadas à prática do ensino universitário. Este trabalho tem como objetivo descrever as contribuições das ações de saúde desenvolvidas por estudantes de Medicina desde o início da graduação. Trata-se de um estudo descritivo, caracterizado como relato de experiência, sobre o processo de construção e realização das OPS, que ocorrem semestralmente no IMS/UFBA. Os resultados indicam que a realização de ações de saúde junto à comunidade, mediada por esses componentes curriculares obrigatórios, permite aos discentes desenvolver e aprimorar habilidades como a resolução de problemas e o fortalecimento das relações interpessoais. Essas habilidades são construídas a partir do conhecimento das demandas locais e reais da comunidade e do esforço em manejá-las e buscar soluções. Dada a relevância dessas habilidades para a formação dos futuros médicos, pode-se afirmar que as OPS promovem uma educação de qualidade e oferecem um aprendizado mútuo entre todos os agentes envolvidos. As ações desenvolvidas beneficiam a comunidade ao promover saúde e bem-estar, especialmente quando há articulação com serviços que fornecem o apoio necessário para concretizar os objetivos propostos. O trabalho descreve, portanto, as contribuições das Oficinas de Produção em Saúde para a formação dos profissionais e seu impacto nas comunidades atendidas. Dessa forma, contribui para que essas ações continuem a acontecer e sejam aprimoradas, além de incentivar que outros cursos da área da saúde em diversas instituições de ensino incluam iniciativas semelhantes em seus currículos. Isso garante que a população esteja constantemente assistida por estudantes e orientadores com habilidades resolutivas, promovendo a saúde. Ademais, o estudo contribui para o meio acadêmico ao destacar práticas eficazes que integram a teoria com a experiência prática, além de apoiar outras instituições que planejam implementar ações semelhantes e servir como base para futuros estudos sobre o tema.

AÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE NUTRIÇÃO INFANTIL E HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS EM UMA ESCOLA PRIMÁRIA NA PERIFERIA DE BELÉM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Paulo Daniel Pereira Raad, Izabelle Soares Dias, Cibele Barbosa Rocha, Gabriel Teixeira da Costa, Ana Beatriz Chaves de Souza, João Arthur Melo Saita, Natasha de Almeida de Souza, Maria Eduarda Veloso Lima, Pedro Lucas Carrera da Silva

A infância é um período crucial para o desenvolvimento do corpo humano, durante o qual o organismo necessita de energia e nutrientes para garantir o crescimento adequado. Por isso, é essencial o consumo de alimentos saudáveis, ricos em vitaminas e minerais. Além disso, a higienização correta das mãos antes das refeições é fundamental, já que muitos casos de parasitose e infecções intestinais são causados pela má higienização antes e/ou após a alimentação. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma ação de educação em saúde voltada para a nutrição infantil e a higienização das mãos, realizada em uma escola de ensino infantil localizada em um bairro periférico de Belém, Pará. O

desenvolvimento da ação incluiu palestras educativas ministradas por profissionais e acadêmicos da área da saúde, abordando a nutrição infantil e a correta higienização das mãos. Foram apresentadas orientações sobre alimentação saudável, demonstrações lúdicas de como lavar as mãos adequadamente, além da distribuição de amostras de alimentos caseiros e saudáveis, e cartilhas com dicas para uma lancheira nutritiva. A ação ocorreu em uma sala de aula, onde os alimentos recomendados pelo Ministério da Saúde (MS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) foram apresentados de forma lúdica, utilizando imagens que destacavam frutas, vegetais, legumes, derivados do leite e cereais, levando em conta a realidade local. Posteriormente, a técnica correta de lavagem das mãos, recomendada pela Fundação Oswaldo Cruz, foi demonstrada de forma lúdica, com o uso de luvas de látex e tinta à base de água para simbolizar a sujeira que fica aderida às mãos. Após a demonstração, foram distribuídos alimentos caseiros considerados saudáveis pelo MS e a OMS, como biscoitos de coco caseiros, chips de batata-doce feitos na fritadeira de ar quente, e iogurte caseiro com ingredientes naturais. Ao final, as crianças receberam cartilhas explicativas contendo informações sobre os alimentos saudáveis e orientações para que os pais pudessem preparar lancheiras nutritivas para seus filhos. Os resultados mostraram que as crianças interagiram ativamente durante as apresentações, participando das atividades e respondendo às perguntas feitas pelos palestrantes. Após a demonstração da lavagem das mãos, as crianças realizaram a prática com os mesmos materiais, mostrando grande interesse em participar. Dessa forma, os profissionais e acadêmicos esperam que o público-alvo tenha compreendido os ensinamentos sobre alimentação saudável e higienização correta das mãos, e que coloquem essas orientações em prática. Em conclusão, a ação de educação em saúde foi extremamente relevante para o desenvolvimento prático dos acadêmicos, que tiveram a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Além disso, espera-se que as crianças e seus responsáveis tenham compreendido as orientações e as sigam para promover uma alimentação saudável e a adequada higienização das mãos, contribuindo para o desenvolvimento infantil.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COMO APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA FORMAÇÃO DE CIRURGIÕES-DENTISTAS

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Fernando Valentim Bitencourt,
Brenda Luiza Moreira Magni, Juliana Maciel de Souza Lamers

A Constituição de 1988 estabeleceu que cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) ordenar a formação da força de trabalho em saúde. Políticas indutoras de mudanças na formação de profissionais da saúde, como o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde), incentivaram o aprendizado por meio de vivências problematizadoras em cenários do SUS. No contexto dos cursos de Odontologia no Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) reforçaram a inclusão do SUS como parte integrante da graduação, compreendendo-o tanto como cenário de atuação profissional quanto como campo de aprendizagem que articula ensino, serviço e comunidade. Nessa

perspectiva, os currículos foram reestruturados e o SUS foi incluído nas atividades de ensino e como espaço de prática para a graduação, especialmente durante os estágios curriculares. Este estudo transversal teve como objetivo analisar as aprendizagens significativas relacionadas ao SUS na formação do cirurgião-dentista. Foi realizado com estudantes do último ano do curso de Odontologia de uma universidade pública do Sul do Brasil. A coleta de dados foi feita por meio de questionários semiestruturados, e o foco deste estudo foi uma das questões abertas que tratava da percepção dos estudantes sobre as aprendizagens significativas durante a graduação. O conceito de aprendizagem significativa, conforme proposto por David Ausubel, refere-se à interação entre conhecimentos prévios e novos, em que os novos conhecimentos adquirem significado por meio dessa interação. As respostas dos estudantes geraram dados qualitativos, analisados com base na análise temática de conteúdo de Bardin. O estudo foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa. Entre 2010 e 2023, participaram 793 estudantes de Odontologia (com um percentual de resposta de 76,4%). A maioria dos participantes era composta por mulheres, entre 21 e 25 anos, solteiras, sem filhos, nascidas no estado onde realizam a graduação, e com renda familiar entre 6 e 15 salários mínimos. Entre as aprendizagens significativas identificadas, os estudantes destacaram as práticas de cuidado humanizado, como respeito, empatia e comunicação, além de um cuidado integral ao paciente. Também mencionaram os conhecimentos adquiridos em disciplinas específicas da profissão e o aprendizado sobre o SUS. O SUS foi reconhecido como parte essencial do currículo de Odontologia por proporcionar aprendizados no contexto da Atenção Básica à Saúde (ABS), principalmente durante o estágio. Esses estágios possibilitaram a compreensão da inserção do cirurgião-dentista no trabalho em equipe interprofissional, o reconhecimento das condições de vida dos usuários do SUS e sua relação com a saúde bucal, além da convivência com famílias e comunidades. Os estudantes destacaram ainda a importância das visitas domiciliares, atividades educativas, a diversidade de casos clínicos, o desenvolvimento de competências clínicas como autonomia e confiança, o entendimento do funcionamento dos serviços e o contato com a realidade de diferentes pessoas e famílias fora da Universidade. Para além da ABS, o aprendizado no SUS também foi reconhecido nas redes de atenção à saúde, em experiências de estágio nos Centros de Especialidades Odontológicas e em serviços de urgência da Secretaria Municipal de Saúde, promovendo o crescimento profissional e pessoal dos estudantes. A inclusão do SUS no currículo da graduação em Odontologia ofereceu experiências práticas que complementam e fortalecem a formação teórica, contribuindo para o desenvolvimento de competências clínicas, colaborativas e relacionais, essenciais para a atuação profissional dos futuros cirurgiões-dentistas.

AS IMPORTANTES MUDANÇAS NA SAÚDE DAS MULHERES POR MEIO DO PROJETO MOVIMENTA MANIKAS EM MANICORÉ

Liliane da Silva Soares, Alexandro Felix Oliveira

A maioria das mulheres busca por melhores resultados, seja físico, mental ou social, visto que muitas enfrentam transtornos e timidez por estarem fora dos padrões considerados perfeitos. No entanto, com a prática de atividade física, as mulheres podem desconstruir paradigmas e tabus, adquirindo um

corpo e uma mente mais saudáveis. Nesse contexto, surgiu o projeto Movimenta Manikas em Manicoré, no ano de 2022, com o objetivo de promover essa mudança de comportamento para pessoas de todas as idades e ambos os sexos, visando à promoção e prevenção da saúde por meio de exercícios físicos no estilo zumba, orientações sobre alimentação saudável e cuidados com a saúde mental e corporal. O objetivo deste trabalho é relatar o impacto das mudanças na qualidade de saúde das mulheres participantes do projeto. A metodologia baseia-se no relato de experiência das participantes do Movimenta Manikas, realizado pela equipe e-Multi em parceria com a Atenção Básica. O projeto conta com a participação de mais de 100 pessoas, sendo cerca de 98% do público composto por mulheres. Foram incluídas no trabalho mulheres com idades entre 20 e 62 anos, com entrevistas realizadas com duas participantes que estão envolvidas no projeto desde o início. Nos resultados, ao serem questionadas sobre a importância do projeto em suas vidas, M.B.S, de 39 anos, dona de casa, afirmou: “Foi de muita importância, pois eu estava com início de diabetes e ansiedade”. Já E.D.C, de 34 anos, também dona de casa, relatou: “Foi muito bom, pois perdi peso. No início, eu estava com 91 kg e agora estou com 77 kg; estou no projeto há 1 ano e 4 meses”. Sobre as mudanças percebidas a partir do início do projeto, M.B.S destacou: “A melhor mudança foi a perda de peso; em um ano perdi 15 kg, melhorei meu convívio social e encontrei uma terapia diária”. E.D.C acrescentou: “A mudança que percebi está relacionada a me sentir bem, e agora posso vestir outras roupas, pois emagreci”. Quando questionadas sobre os impactos na saúde, M.B.S afirmou: “Melhorei a alimentação, perdi peso e tive melhoras em todos os aspectos da minha vida”. E.D.C comentou que a perda de peso a fez sentir-se bem. Quanto a sugestões de melhorias, M.B.S mencionou: “Se tivesse aparelhos para exercícios funcionais, seria bom para diversificar as atividades, e também seria ótimo mudar de local, pois a feira é muito quente”. E.D.C concordou, destacando o desconforto com o calor e sugerindo que o local fosse ampliado e que materiais para exercícios funcionais fossem incluídos. De forma geral, M.B.S afirmou: “Melhorei totalmente em todos os aspectos; isso é uma terapia para mim”. E.D.C acrescentou: “A maior mudança foi a perda de peso, e isso é ótimo para mim”. As considerações finais mostram que, a partir dos relatos, é possível observar que o equilíbrio entre a atividade física e mental promovido pelo projeto Movimenta Manikas contribuiu significativamente para a autoestima e a saúde das participantes. O projeto se alinha com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, estimulando o desenvolvimento pessoal das mulheres de Manicoré e servindo como referência para outros municípios.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE

Carlos Matheus Matos Santos dos Santos

O presente trabalho tem como objetivo discutir as disparidades enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+ na sociedade, destacando as desigualdades resultantes do conservadorismo social e do preconceito institucional que limitam o acesso inclusivo à saúde. Inicialmente, o avanço nas políticas públicas é essencial para o aprimoramento da democracia, uma vez que várias questões sociais que sofrem desigualdades buscam o básico, como o direito à saúde. As mobilizações em torno de políticas

de integralização são fundamentais para as comunidades historicamente marginalizadas, como a LGBTQIA+, que além de enfrentarem preconceitos, têm seus direitos atacados, seja por costumes conservadores que os excluem da sociedade, seja pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. O diálogo em busca de uma inclusão aprimorada é o que torna a democracia mais igualitária. Nesse sentido, o direito à saúde é considerado universal em decorrência das mobilizações políticas da sociedade, sendo dever do Estado assegurar a viabilidade das leis. Analisar a comunidade LGBTQIA+ é essencial para entender as condições de risco enfrentadas por essa população. O preconceito relacionado à orientação sexual e identidade de gênero os coloca em situações de desigualdade, resultando em formas variadas de violência e negação de direitos fundamentais, como acesso à educação e saúde. Essa realidade agrava problemas de saúde, como abuso de substâncias, comportamentos violentos e distúrbios mentais, sendo a discriminação e a falta de acesso a cuidados de saúde obstáculos significativos. Um fator primordial para reduzir as desigualdades no acesso à saúde é romper com práticas conservadoras nos espaços públicos e privados que atendem a população LGBTQIA+, assegurando que tenham acesso universal aos serviços e ações de saúde. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), estabelecida pela Portaria n.º 2.836 de 1º de dezembro de 2011, visa promover a saúde integral dessa população, combatendo a discriminação e o preconceito institucional, além de reduzir as desigualdades existentes e fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) como um sistema universal, integral e equitativo. Em síntese, essa política é crucial para garantir o acesso igualitário à saúde, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida da população LGBTQIA+, com ações voltadas à prevenção de HIV/AIDS, acolhimento emocional e disseminação de informações positivas para combater os preconceitos desenvolvidos ao longo de anos de luta. Portanto, conclui-se que, gradualmente, o Estado tem ampliado o acesso à saúde para a população LGBTQIA+, evidenciando sua dedicação à inclusão e possibilitando que a igualdade seja assegurada nos ambientes de tratamento. No entanto, é imperativo manter a vigilância e a mobilização da sociedade civil, a fim de fortalecer progressivamente esse direito e combater o preconceito historicamente enraizado na sociedade brasileira.

O IMPACTO DO RACISMO OBSTÉTRICO NA SAÚDE MATERNA DE MULHERES NEGRAS

Carlos Matheus Matos Santos dos Santos, Karine Monteiro da Vera Cruz

O presente trabalho tem como objetivo descrever o racismo obstétrico, uma realidade desafiadora que afeta mulheres negras e indígenas durante o parto. Apesar dos avanços na saúde materna, persistem disparidades, como a falta de comunicação respeitosa, violência obstétrica e negligência. Em meados do século 20, houve uma mudança nos costumes culturais, com a transição dos partos realizados em casa por parteiras para a responsabilidade médica, visto que se acreditava ser necessário um profissional para conduzir esse momento. A mulher era vista como alguém que passava por sofrimento e riscos de complicações, e esse discurso desmistificou o parto como algo natural e feminino, transformando-o em um processo tecnocrático, conduzido majoritariamente por médicos

homens. A dinâmica colonialista, muitas vezes descrita como período de “descoberta” e navegações, contribuiu para o pensamento racista que permeia a sociedade, marcando os corpos de mulheres negras como inferiores e associando-os a características animais em uma cultura de branquitude. Esse contexto tem raízes no descaso médico observado nos partos de mulheres negras. No Brasil, a taxa de mortalidade materna é mais elevada entre mulheres negras, que também enfrentam maiores dificuldades de acesso aos cuidados pré-natais. Esses fatores combinados contribuem para o fenômeno do racismo obstétrico, que impacta negativamente mães negras, indígenas e amarelas, sendo uma forma de violência direcionada a grupos específicos da sociedade e resultando em disparidades significativas no cuidado e na saúde materna. No início da história da cesárea no Brasil, testes eram realizados em mulheres negras escravizadas, e, atualmente, mulheres negras frequentemente têm anestesia negada com base em estereótipos discriminatórios. O cirurgião José Maria Picanço, por exemplo, foi o primeiro a realizar uma cesariana no Brasil, em 1817, aplicando a técnica em uma mulher negra escravizada em Recife (PE). O corpo da mulher negra é estigmatizado e associado a estereótipos sexuais, resultando em discriminação e violência obstétrica. Expressões racistas, como “mulheres bomba”, e comparações desumanizantes revelam o racismo obstétrico presente no sistema de saúde, refletindo-se na falta de acesso à anestesia e no número reduzido de consultas pré-natais para mulheres negras. Dessa forma, é possível observar a interseccionalidade da violência obstétrica, baseada na desigualdade social por gênero e raça. Em suma, essas práticas violam os direitos humanos e prejudicam a saúde física e mental das mulheres. Para superar esse problema, é essencial implementar políticas de equidade racial, promover o treinamento de profissionais de saúde e garantir o acesso universal a serviços de qualidade. O envolvimento das comunidades afetadas é fundamental para desenvolver soluções que respeitem a autonomia e as experiências dessas mulheres.

CIRCUITO ITINERANTE MICRORREGIONAL: ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DE UMA REGIÃO DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO

Manuella Ribeiro Lira Riquieri, Mayara Sader Santana, Ana Carolina Abdalla Duarte Calvi, Edgard Malheiros Louzada, Heliana Mara Souza Fonseca, Samia Grillo da Silva, Teresa Cristina Ferreira da Silva

Este relato resulta de uma experiência integrada entre o Projeto Apoio Institucional (ICEPi) e a Superintendência Regional de Saúde (SRS) de Cachoeiro de Itapemirim, localizada na Região Sul do Espírito Santo. A iniciativa, denominada “Circuito Itinerante Microrregional”, nasceu da necessidade de descentralizar as reuniões mensais com os coordenadores municipais da Atenção Primária à Saúde (APS), tradicionalmente realizadas nas dependências da SRS. Além disso, buscou-se promover o estreitamento de vínculos entre os municípios da região e criar uma aproximação entre os apoiadores institucionais, a coordenação da APS Regional e os coordenadores municipais da APS. A Região Sul de Saúde do Espírito Santo abrange 26 municípios, contando com uma equipe de 5 Apoiadores Institucionais, que se dividem no suporte a esses municípios, sob a supervisão de uma Supervisora Regional que acompanha o

trabalho dos apoiadores. A atuação prioritária do Projeto Apoio Institucional foca no fortalecimento dos processos relacionados à APS. Nesse contexto, a coordenação da APS/SRS Sul, junto aos membros do Projeto Apoio Institucional, organizou cinco encontros descentralizados entre 07 de julho e 08 de agosto de 2023, cada um adaptado para os grupos de municípios de cada apoiador, garantindo o deslocamento para todos os cinco grupos. Durante esses encontros, foram realizadas reflexões sobre o papel dos coordenadores da APS nos territórios, além de uma avaliação do desempenho dos indicadores de saúde do Programa Previne Brasil, com o objetivo de construir um diagnóstico dos principais desafios da APS na gestão. O “Circuito Itinerante Microrregional” foi uma iniciativa pioneira que buscou promover uma gestão compartilhada, horizontal e construída de forma coletiva por meio do diálogo. As devolutivas dos coordenadores municipais foram altamente positivas, com maior adesão de gestores que anteriormente relataram dificuldades de deslocamento. Isso fortaleceu os vínculos entre a equipe da Secretaria Estadual de Saúde e os municípios da Região Sul de Saúde.

A ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO COMBATE, CONTROLE E PREVENÇÃO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gracis Roberto Lima da Silva Neto, Samantha Pereira Caldas, Amanda Gomes Diniz Pimenta,
Pedro Henrique Costa da Silva, Jane Monteiro Neves

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel essencial nas equipes de saúde, atuando como ponte entre a comunidade e os profissionais de saúde. Eles realizam visitas domiciliares, convocam moradores para atendimento na Unidade Básica de Saúde (UBS) e têm um papel crucial na prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), um grupo de condições crônicas que envolve diversos fatores de risco e são responsáveis por um número significativo de internações e mortes. Dada a gravidade dessas condições, ações estratégicas de prevenção e combate a essas doenças na comunidade tornam-se necessárias. A experiência dos estudantes em acompanhar o trabalho dos ACS em Belém proporcionou uma compreensão prática e aprofundada de suas ações estratégicas na luta contra as DCNTs. O estudo é um relato de experiência, vivenciado por acadêmicos do 3º período de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará, durante uma aula prática do componente curricular Políticas Públicas e Programas de Saúde, realizada em agosto de 2023 em uma UBS localizada na periferia de Belém (PA). Ao chegar à unidade, os acadêmicos foram divididos em duplas, cada uma acompanhando um ACS durante as visitas domiciliares. No período da manhã, três residências foram visitadas, e, apesar de cada uma ter suas particularidades, em todas o profissional de saúde abordou a prevenção e o controle das DCNTs com os moradores. Durante as visitas, foram observadas algumas ações realizadas pelos agentes, como: fornecer informações educativas sobre os fatores de risco das DCNTs e os benefícios de hábitos saudáveis; identificar pessoas em risco ou já acometidas por DCNTs e encaminhá-las aos serviços de saúde; acompanhar o tratamento e o manejo das doenças, garantindo

que os pacientes sigam as orientações médicas; e monitorar o progresso no controle das enfermidades. Os acadêmicos aplicaram os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula nas atividades práticas com os ACS, compreendendo a importância do trabalho desses profissionais no combate às DCNTs. A experiência proporcionou uma troca de saberes entre os estudantes e os ACS, reforçando o controle das doenças crônicas durante as visitas domiciliares. Além disso, permitiu aos estudantes um valioso contato com o ambiente de trabalho dos agentes, contribuindo para sua formação profissional e engajamento na promoção da saúde comunitária. Conclui-se que o papel dos Agentes Comunitários de Saúde é de extrema relevância na identificação, monitoramento e encaminhamento de indivíduos com DCNTs para os serviços de saúde adequados, colaborando para o controle das doenças crônicas. Além disso, destaca-se a importância de sua atuação na educação em saúde, promovendo mudanças comportamentais que auxiliam na adoção de um estilo de vida saudável e na redução dos fatores de risco associados às DCNTs.

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E ATAQUES AO CONTROLE SOCIAL EM PORTO ALEGRE

Victoria Figueiredo Ribeiro, Frederico Viana Machado

A pesquisa em questão é fruto de parcerias estabelecidas entre o Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS), o Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões Participação e Controle Social em Saúde da UFRGS, e o Conselho Municipal de Saúde (CMS). Após a Constituição de 1988, a democracia participativa foi integrada ao arcabouço institucional brasileiro, criando mecanismos essenciais para o controle social das políticas públicas. Embora os Conselhos Municipais de Saúde estejam previstos em lei e fortemente incentivados pelo governo federal, eles vêm sofrendo ataques do poder executivo. Em Porto Alegre, o Conselho Municipal de Saúde (CMS-PoA) tem sido negligenciado pelo poder executivo municipal ao longo de, pelo menos, duas gestões, levando à judicialização de diversas ações que comprometem, entre outras questões, seu caráter deliberativo. Este estudo busca analisar os conflitos entre o CMS-PoA e os poderes executivo e legislativo, mediados pelo poder judiciário, que surgiram como estratégias para garantir a participação e o controle social. A pesquisa possui caráter qualitativo, fundamentada na revisão e sistematização de documentos públicos e matérias jornalísticas. Até o momento, utilizamos o livro comemorativo de 20 anos do CMS-PoA, que aborda as lutas e conquistas do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS), além de notas públicas disponíveis online, entrevistas com atores chave envolvidos nos casos de conflitos, e análises de Processos Administrativos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Esses dados foram transcritos em planilhas no formato Excel (Google Sheets), organizando os casos de conflitualidade por período e classificando suas características, que denominamos de desdobramentos (passos dos casos), juntamente com as respectivas fontes, histórias descritivas e os atores envolvidos. Para manter a consistência das informações para a subsequente análise de dados, criamos abas na planilha, agrupando os conflitos conforme o tipo de coleta. Entre 1990 e 2022, foram mapeados 18 casos nos

quais a impossibilidade de diálogo e deliberação através das vias instituídas do CMS resultaram em judicialização por meio do Ministério Público. Para compreender a natureza desses conflitos, analisamos 44 tipos de Processos SEI, concedidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Também foi elaborada uma tabela com a série histórica (1997 —2022), caracterizando, por ano, a relação dos coordenadores do CMS, secretários municipais de saúde, prefeitos da época e seus respectivos partidos políticos. A organização e compilação dos casos levantados foram feitas em uma nova aba do documento. Outras entrevistas com diferentes coordenadores do CMS estão agendadas, com o intuito de discutir os resultados e explorar possíveis formatos de divulgação. Conclui-se que os ataques à institucionalidade e ao poder do conselho desestabilizam o sistema político e o controle social na saúde, ao ocultar vieses por meio da burocratização do sistema legal e do abuso de direito.

O TEMPO VIROU?! RACISMO AMBIENTAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Victor Tavares de Souza

Nos últimos anos, os eventos climáticos têm ganhado maior destaque na mídia e nos debates públicos. Embora sua discussão tenha se originado nos EUA na década de 1970, ao analisarmos os efeitos das mudanças climáticas, resultantes da ação humana e do capitalismo, é crucial adotar uma abordagem interseccional, considerando raça, classe e gênero. As populações mais afetadas por esses eventos adversos são, em sua maioria, compostas por negros, indígenas, mães solo e pessoas em situação de rua. Essa realidade tem sido nomeada como Racismo Ambiental. O presente resumo é fruto de um projeto de tese de doutorado em andamento, que busca explorar o impacto desse fenômeno no Brasil, onde desastres ambientais recentes têm afetado principalmente as pessoas já em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, termos como racismo ambiental, justiça climática e zonas de sacrifício se entrecruzam. O objetivo deste estudo é compreender como o racismo ambiental afeta a população em situação de rua (PSR) na cidade de Macaé, RJ, com foco nos eventos climáticos. A pesquisa visa investigar as vivências, percepções e desafios enfrentados por essa população diante das mudanças climáticas e do ambiente em que vivem, e propor melhorias nas políticas públicas voltadas para essas pessoas vulneráveis. A metodologia adotará uma abordagem mista, combinando entrevistas qualitativas com PSR para captar suas experiências e percepções, e análises quantitativas de variáveis como raça, renda, tipo de moradia, idade e tempo de vida nas ruas. Também serão analisadas as políticas públicas existentes, com propostas de melhorias baseadas nos resultados. Espera-se que o estudo revele de que forma o racismo ambiental impacta a vida das pessoas em situação de rua em Macaé, evidenciando as desigualdades sociais e raciais. Os resultados poderão contribuir para a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas, visando a equidade. Este estudo destaca a importância de compreender o racismo ambiental a partir das narrativas de pessoas em situação de rua, especialmente em um contexto de mudanças climáticas

e desigualdade social. Propõe-se que ações de combate ao racismo ambiental sejam integradas às políticas públicas, de modo a garantir direitos, dar voz e tornar visíveis corpos historicamente marginalizados e privados de direitos.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A SAÚDE INDÍGENA: CENTRO DE MEDICINA BAHSERIKOWI

Glacy Anny de Andrade Conceição, Amanda Luiza Vasconcelos Santos, Anne Lethicia Mendonça Bezerra, Ana Flavia Martins Figueiredo, Dimes Álames Lima Silva, Gabriel Cesar Lima Zacarias, Gabrielle Magalhaes Brito Amorim, Gabriela Breval de Oliveira Santiago, João Lima Garcia

A introdução destaca como as diversas etnias indígenas no Brasil têm enfrentado o epistemicídio – a destruição de seus conhecimentos tradicionais em face da dominação política e ideológica trazida pela cultura ocidental. O saber ancestral desses povos, incluindo a medicina indígena, é muitas vezes deslegitimado e tratado com preconceito. Um exemplo claro disso ocorreu em 2019, quando Luciene Barreto, picada por uma cobra, teve sua situação avaliada por médicos ocidentais, que inicialmente recomendaram a amputação. Contudo, após a intervenção da família e a combinação de tratamentos médicos tradicionais e ocidentais, a recuperação sem amputação evidenciou a importância da medicina indígena e a necessidade de maior conhecimento e reconhecimento desses saberes. O livro Trançar, destrançar e tecer na dança e no canto, de João Paulo Barreto, fundador do Centro Bahserikowi, reforça a ideia de que a medicina indígena deve ser abordada de forma participativa, ao lado da medicina ocidental. O objetivo deste estudo é aprender sobre os saberes indígenas, visando desmistificar o preconceito estrutural presente na sociedade. Para isso, a metodologia envolveu uma visita ao Centro Bahserikowi, onde foram observadas as práticas de cuidado utilizadas pelas etnias Tukano, Desana e Tuyuka. A pesquisa de campo permitiu o contato direto com os membros dessas etnias e o entendimento de seus métodos tradicionais de cura e promoção de saúde. Os resultados revelam que o Centro Bahserikowi foi criado como uma forma de resistência cultural em um ambiente urbano ocidental, com o intuito de preservar e valorizar os conhecimentos indígenas. A medicina indígena, frequentemente reduzida a crenças religiosas ou processos espirituais pela visão ocidental, na verdade, requer uma preparação rigorosa e longa. Os “médicos” indígenas passam por um período de isolamento na floresta, que pode durar de três a quatro anos, durante o qual aprendem, por meio de transmissão oral, sobre as causas das doenças e as receitas de cura, tornando-se “homens remédio”. Há várias categorias de formação, como os baia, cumon e ya, sendo que esta última foi extinta com a colonização. Para os indígenas, as histórias elaboradas são consideradas fórmulas de cura, e os remédios atuam também em um ambiente metafísico. Suas práticas de cura se dividem em duas formas principais: o Bahsese, que envolve fórmulas metaquímicas de produção de remédios, e o uso de plantas medicinais. A conclusão do estudo destaca que a visita ao centro foi fundamental para ampliar a compreensão sobre os conceitos de cura e doença, reconhecendo a importância da cultura dos pacientes, respeitando sua autonomia e saberes ancestrais. Ela demonstra que a saúde não é apenas a ausência de doença, mas

envolve também o bem-estar físico, mental e social, enriquecido pelo respeito à diversidade cultural e pelos saberes tradicionais.

O IMPACTO DA TERRITORIALIZAÇÃO, GEOPROCESSAMENTO E ANÁLISE ESPACIAL NO PROCESSAMENTO DE DADOS DE SAÚDE DA ÁREA PROGRAMÁTICA DE SAÚDE 5.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (RJ)

Alexsandra Barroso Clarim, Viviane Lins Araújo de Almeida, Raphael Costa Pinto

A territorialização e o geoprocessamento de dados, juntamente com a análise espacial em saúde, têm se consolidado internacionalmente como ferramentas fundamentais para compreender e enfrentar os desafios de saúde das populações. De acordo com dados compilados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), essas práticas são essenciais na monitorização e avaliação de programas de saúde pública, permitindo uma análise precisa dos impactos das intervenções ao longo do tempo e em diversas áreas geográficas. Isso possibilita ajustes estratégicos e aprimoramentos contínuos nas políticas e programas, contribuindo significativamente para a melhoria dos indicadores de saúde globalmente. Na área da saúde da CAP 5.1, o geoprocessamento representa um avanço notável na gestão de casos, oferecendo uma abordagem detalhada e personalizada para a identificação de referências de saúde. Ele permite uma visualização clara do território, reduzindo consideravelmente o tempo necessário para identificar casos de saúde, o que resulta em uma resposta mais ágil e eficaz. Além disso, as análises espaciais proporcionam insights valiosos sobre os cenários locais, auxiliando na implementação de estratégias preventivas e na alocação eficiente de recursos. O geoprocessamento também oferece recursos analíticos que permitem identificar padrões no território e orientar a tomada de decisões estratégicas no gerenciamento da saúde. Um exemplo disso é a capacidade de localizar rapidamente as unidades de referência e equipes de saúde responsáveis pelo acompanhamento de nascidos vivos, além de fornecer uma compreensão mais aprofundada dos padrões de violência na região. Outra aplicação é o combate à sífilis congênita, onde o uso de mapas de calor facilita a identificação das áreas com maior incidência, permitindo uma visão clara da situação de saúde na região. Sua aplicação em salas de situação e gabinetes de crise oferece uma maneira rápida e precisa de analisar cenários e tomar medidas imediatas para enfrentar riscos à saúde da população. Os resultados da iniciativa de geoprocessamento na CAP 5.1 demonstram uma melhoria substancial na precisão e agilidade no acompanhamento de casos de saúde. A redução no tempo de identificação de referências de saúde foi notável, com grandes bancos de dados, contendo mais de 1000 casos, sendo processados em menos de uma semana, enquanto bancos menores eram georreferenciados em apenas um dia. Essa celeridade no direcionamento de casos ressalta a importância do geoprocessamento na gestão de saúde. Adicionalmente, a territorialização e o uso de bases de dados locais foram cruciais para garantir a precisão dos resultados, especialmente em vista das inconsistências da plataforma “Onde Ser Atendido” na atualização dos dados geográficos. Esses avanços demonstram melhorias significativas

na eficiência do acompanhamento de saúde na CAP 5.1, permitindo respostas mais rápidas e eficazes às necessidades dos serviços e da comunidade. Em resumo, a territorialização, aliada ao geoprocessamento de dados e à análise espacial em saúde, é essencial para identificar, compreender e enfrentar os desafios de saúde da população. Essa abordagem não apenas aumenta a eficiência dos serviços de saúde, mas também promove equidade, prevenção de doenças e o empoderamento da comunidade na busca por uma vida mais saudável.

CURSO PARA INSERÇÃO E REMOÇÃO DE DIU COM COBRE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renato Holkem Bonafé, Liane Beatriz Righi

O Ministério da Saúde promove o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, com foco especial na Atenção Primária à Saúde (APS). Dentro dessas iniciativas, o planejamento reprodutivo se destaca, sendo o dispositivo intrauterino de cobre (DIU TCu 380A) um dos principais métodos, reconhecido por sua eficácia, praticidade, segurança, longa duração, reversibilidade e por ser não hormonal. Em vista disso, foi realizado um curso com o objetivo de capacitar profissionais médicos(as) das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Santa Maria na técnica de inserção e retirada do DIU TCu 380A em ambiente ambulatorial, visando também aumentar o número de procedimentos ambulatoriais nas UBS, melhorar a qualidade do atendimento e a resolutividade das demandas na APS, além de aprimorar a preceptoria territorial dos alunos dos cursos de saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O método utilizado para o curso incluiu um treinamento teórico, conduzido por um profissional médico, com duração de quatro horas, realizado no Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPeS) da Prefeitura de Santa Maria. O treinamento prático, com duração de dezesseis horas, foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), na Policlínica Central, local adequado para a realização dos procedimentos. Ao final de cada ciclo de treinamento, os(as) médicos(as) participantes recebem certificação. As usuárias beneficiadas são mulheres residentes nos territórios atendidos pelos médicos(as) participantes ou que estão em lista de espera do município, além de outras interessadas no uso do método contraceptivo. Os resultados do curso têm sido positivos, com o aprimoramento das habilidades dos(as) profissionais médicos(as) da APS e, conseqüentemente, a melhoria dos serviços prestados pelas equipes de atenção primária. Após a capacitação, esses profissionais passaram a oferecer a inserção e retirada do DIU de Cobre nos territórios em que atuam, ampliando o acesso a este método contraceptivo eficaz e não hormonal. Além disso, o projeto contribui para o desenvolvimento da preceptoria dos alunos dos cursos de saúde da UFSM. Essa experiência, que está em andamento e conta com a participação ativa do Departamento de Saúde Coletiva da UFSM por meio de um projeto de extensão, é considerada inovadora na implementação da inserção e retirada do DIU de Cobre na APS municipal. Ela fortalece a integração entre instituições de ensino superior e os serviços de saúde, melhorando a qualidade da assistência e ampliando o acesso

ao método contraceptivo para mulheres de grupos vulneráveis. Espera-se que o projeto de mestrado profissional em Ciências da Saúde, intitulado “Inserção e retirada de DIU com cobre na APS: avaliação da experiência na cidade de Santa Maria, RS”, contribua para avaliar essa iniciativa, identificando as condições necessárias para sua institucionalização.

ESCREVIVÊNCIAS PARA REFLORESTAR O BEM VIVER INDÍGENA TUXÁ E TUPINAMBÁ

Itaynara Rodrigues Silva, Camila Villaça Coelho, Maria Lidiany Tributino de Sousa

O processo de colonização, alimentado pelo pensamento colonial racista, dominou e ainda domina epistemologias, economias, estéticas, políticas, tempo, espaço, subjetividades, afetos e sexualidades. Ele se mantém através da inferiorização, escravização e etnocídio de vidas, bem como pela exploração desenfreada da natureza e o controle das práticas de saúde, o que resulta no empobrecimento das mentes e dos cuidados em saúde. Para a autora Vandana Shiva, a colonização intelectual gera a monocultura da mente, excluindo os saberes tradicionais dos povos colonizados para impor uma única forma de pensar, fazer ciência, plantar e viver, que é determinada pelo sistema de saber hegemônico. Esse processo começa pela desqualificação dos sistemas de saber locais, considerados primitivos e ultrapassados, promovendo o seu desaparecimento e negando-lhes o direito à existência. Esse fenômeno acarreta o adoecimento das populações originárias, pois altera seus modos de viver. Como forma de resistência e enfrentamento, os povos indígenas têm construído coletivamente lutas contra esse sistema, questionando esses parâmetros de racionalidade e compondo novos saberes e práticas corporais para criar novos mundos, buscando o bem viver. Este relato de experiência propõe discutir os processos de monocultura da mente e do cuidado em saúde, bem como as possibilidades de reflorestamento desses territórios por meio do bem viver, através das escrevivências de duas mulheres indígenas, uma do povo Tuxá e outra do povo Tupinambá. As escrevivências começam com memórias compartilhadas, perceptos de quem observa um território alagado pela construção de uma barragem que alterou o curso das águas do rio, fonte de vida e sabedoria do povo Tuxá de Rodelas, e pelas histórias contadas ao redor da fogueira nas terras Tupinambá. Essas escritas nascem das vivências, transmitidas na força da oralidade e da escuta dos mais velhos, que reflorestam o imaginário, ampliam os sonhos e fortalecem os processos de luta e retomada. As memórias são construídas nos corpos que vivem e escutam essas histórias, conectados à terra onde vivem ou para onde buscam retornar. Em muitos discursos no campo da saúde, nota-se uma tendência à padronização do conceito de bem viver. No entanto, nas escrevivências, esse conceito se enriquece com as experiências singulares de cada etnia (Oni Bá para o povo Tuxá e Guajupιά para os Tupinambá). Acredita-se que caminhos possíveis podem ser traçados a partir da produção de novas sociabilidades, com afetos éticos e políticos que escapem do regime universal e valorizem as diferenças. Esta escrita buscou, por meio de duas vivências, discutir os processos de monocultura da mente e do cuidado em saúde, assim como as possibilidades de reflorestamento desses territórios através do bem viver.

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA COVID-19 EM MACRORREGIÕES DE SAÚDE: FATORES LIMITANTES E FACILITADORES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Maria Lidiany Tributino de Souza, Ítalo Ricardo Santos Aleluia, Marcos Pereira Santos, Anna Flávia Bezerra Penha, Valéria Marçal dos Santos Brandão, Larissa de Queiroz Carvalho, Sandy Kerllen Almondes Mendonça, Tarcio de Almeida Oliveira

Evidências destacam que as respostas dos sistemas de saúde, centradas na Atenção Primária à Saúde (APS), podem resultar em intervenções mais eficazes, devido à sua capilaridade territorial, especialmente em cenários de crise sanitária como a complexidade enfrentada na covid-19. Esta pesquisa buscou analisar a percepção de gestores de duas macrorregiões de saúde da Bahia sobre as potencialidades e desafios da APS durante a pandemia, visando contribuir para a compreensão de elementos que favoreçam respostas intermunicipais centradas na APS em crises sanitárias complexas. O estudo, de natureza qualitativa, envolveu 27 entrevistas semiestruturadas realizadas entre julho de 2021 e fevereiro de 2022 com gestores estaduais, regionais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), selecionados por conveniência. As entrevistas ocorreram remotamente e abordaram temas como o planejamento das respostas à covid-19, as pactuações e decisões entre estados e municípios, o financiamento de ações e serviços, a infraestrutura e cobertura do sistema regional de saúde, a organização da rede de atenção e a regulação do acesso aos serviços de referência para a covid-19. A análise das falas revelou que, no planejamento das ações, houve participação das gestões locais da APS, embora os planos tenham sido predominantemente guiados por diretrizes estaduais e federais. A falta de coordenação clara entre os formuladores de políticas levou a decisões tomadas localmente, baseadas nas especificidades de cada região. A divergência quanto às estratégias de manejo dos pacientes com covid-19 representou um desafio para as gestões municipais, que precisaram definir protocolos assistenciais para as unidades da APS. Embora a capilaridade e a experiência da APS no monitoramento e na assistência aos casos, bem como nas ações de imunização, fossem reconhecidas, a importância da APS no enfrentamento à pandemia só foi destacada tardiamente na agenda estadual, agravando problemas preexistentes e gerando novas demandas. Além disso, foram observadas fragmentações no funcionamento dos serviços, com duplicação de funções, falhas nos mecanismos de comunicação e fragilidades na informatização dos processos de notificação e monitoramento. A participação das universidades públicas, fornecendo recursos para testagem e capacitação das equipes, possibilitou diagnósticos precoces e uma maior apropriação técnica por parte dos profissionais. Entretanto, a baixa cobertura de trabalhadores resultou em restrições na prestação de cuidados de saúde. Esse contexto de crise sanitária evidenciou a capilaridade e o papel central da APS na mitigação da doença. No entanto, para que esses aspectos positivos sejam sustentáveis, é fundamental aprender com as dificuldades enfrentadas e aplicar esses aprendizados de forma contínua. Entre as estratégias a serem adotadas estão o reconhecimento da importância da APS no planejamento para antecipação de infecções graves, a reorganização dos processos de trabalho com base nas necessidades locais, o fornecimento adequado de infraestrutura, a organização dos fluxos e a comunicação institucional, a implementação de políticas para a fixação e qualificação de profissionais, o estreitamento da comunicação entre gestores e o fortalecimento da governança regional.

DE RESIDENTE A TUTORA, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA EX-RESIDENTE DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA COM ÊNFASE NA SAÚDE DA POPULAÇÃO DO CAMPO

Francyslane Vitória da Silva

Entre 2021 e 2022, fui residente de enfermagem no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na saúde da população do campo (PRMSFESPC) na Escola de Governo FIOCRUZ Brasília. A residência me abriu portas para novos espaços de militância e ampliou minha consciência sobre os movimentos sociais. Esses movimentos são fundamentais na luta por direitos de pessoas negligenciadas e silenciadas por uma sociedade segregacionista, promovendo a busca por melhorias na qualidade de vida, respeito, direito à vida e à democracia. A residência, de caráter multidisciplinar, me proporcionou uma compreensão mais profunda sobre as lutas dos povos das águas, do campo e das florestas, revelando a importância desses espaços de conhecimento e de transformação social. Foi ali que entendi como aplicar, de forma prática, os aprendizados da graduação e da residência, promovendo saúde junto aos movimentos sociais. Os espaços políticos, como assembleias, conferências e organizações sociais, são essenciais para pensar e planejar o cuidado em saúde, construindo boas práticas que se conectam diretamente com os profissionais de saúde. A vivência com movimentos sociais e o exercício da enfermagem me deram um olhar mais atento para populações que requerem maior atenção, como mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e aqueles em situação de vulnerabilidade social. Trabalhar de forma multiprofissional com colegas de diversas áreas, como serviço social, fisioterapia, educação física, psicologia e farmácia, além de militantes de movimentos sociais, ampliou minha visão. A participação no evento Grito da Pesca Artesanal, em 2021 e 2022, em parceria com o Conselho Pastoral da Pesca e a Articulação de Mulheres Pescadoras, foi uma experiência enriquecedora que me permitiu entender a realidade das populações das águas. Segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta, é essencial respeitar o estilo de vida dessas comunidades, garantindo sua autonomia e direitos. Outro marco relevante foi o Acampamento Terra Livre (ATL), um evento em prol dos direitos dos povos indígenas, onde trabalhei na tenda da saúde ao lado de profissionais de diversas categorias e líderes indígenas. A experiência reforçou a necessidade de compreender a singularidade de cada povo, contribuindo para o planejamento do cuidado de forma integral e equânime, longe da visão hospitalocêntrica. Em 2024, voltei ao PRMSFESPC como tutora dos residentes de enfermagem, compartilhando minhas vivências para ajudá-los a expandir suas perspectivas além dos muros das unidades de saúde, promovendo uma prática equânime e sensível às particularidades de cada território.

PRIORIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA COMO GARANTIA DE ACESSO À SAÚDE VIA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: QUAL A INFLUÊNCIA DOS GESTORES?

Giulia Marques Vidor, Vinícius Lemos Menegoni, Alessandra Regina Müller Germani

A Atenção Primária em Saúde (APS) representa, de maneira geral, o primeiro contato do indivíduo com a rede de saúde, atuando como a “porta de entrada” para serviços de maior complexidade. Como base do Sistema Único de Saúde (SUS), a APS tem como objetivo garantir acesso e cobertura a cuidados de saúde voltados à população, respeitando suas especificidades e priorizando a justiça social e a equidade. De forma longitudinal, a APS enfatiza tanto a atenção clínica quanto a promoção e a prevenção em saúde de maneira humanizada. Para que os cidadãos usufruam plenamente do direito à saúde, os serviços devem estar voltados para um maior investimento e um melhor desenvolvimento da APS. Este resumo objetiva debater o papel dos gestores (municipais, estaduais ou federais) como peças-chave para que o SUS funcione verdadeiramente como um sistema único. Realizou-se uma revisão bibliográfica na base de dados Scielo, utilizando as palavras-chave “Gestão em Saúde”, “Atenção Primária à Saúde” e “Sistema Único de Saúde”. Inicialmente, foram selecionados 23 artigos por título e, posteriormente, por meio da leitura dos resumos, restando dez artigos relevantes para a revisão. Observou-se que, além do conhecimento sobre a burocracia inerente ao cargo, o gestor em saúde deve ter um perfil específico: humano e técnico. A gestão é frequentemente vista como um maquinário complexo, em que o gestor lidera conforme os protocolos e os trabalhadores agem de acordo com ordens durante seu tempo de produção. Entretanto, na área da saúde, essa definição não contribui para a garantia plena da saúde. É importante valorizar as capacidades de imaginação, criação e decisão dos empregados, permitindo que estes administrem a imprevisibilidade característica dos serviços de saúde. Os gestores devem incentivar esse comportamento na equipe, aumentando sua autonomia, e agir com criatividade, unindo paradigmas e burocracias. Dessa forma, em vez de serem vistos como “máquinas”, devem atuar como “artesãos”, humanizando a APS e contribuindo para a resolução de um dos princípios norteadores do SUS: a resolubilidade. Outro fator que influencia positivamente a valorização da APS no SUS é a formação acadêmica dos gestores. Gestões lideradas por indivíduos graduados em saúde ou gestão, independentemente do tempo de experiência, tendem a investir mais na APS, garantindo a descentralização, outro princípio fundamental do SUS. Evidencia-se, assim, a importância do perfil do gestor para a garantia em saúde, através de um maior investimento na APS, buscando romper com a racionalidade gerencial hegemônica e valorizar o aspecto positivo do poder descentralizado. Focar na administração das relações interpessoais – entre gestor e equipe, clínicos e equipe, profissionais e usuários – e nos resultados dessas interações permite a realização de um projeto assistencial coletivo e modifica a prática de “produzir saúde”. Investir na consolidação da APS resulta em uma melhor estruturação do SUS, direcionando o Brasil a um futuro mais justo e garantindo saúde aos cidadãos.

DOCÊNCIA ORIENTADA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aline Costa lopes, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Rosangela Marion da Silva, Maria Denise Schimith

Nas universidades públicas brasileiras, observa-se um aumento na demanda por docência no ensino superior, visando aprimorar a formação de estudantes em nível de pós-graduação. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) estabelece, por meio da Portaria n. 76/2010, em seu artigo 18, que o estágio de docência é parte integrante da formação do pós-graduando, com o objetivo de preparar o estudante para a docência e qualificar o ensino de graduação. Este relato de experiência refere-se à docência orientada na disciplina de Introdução à Enfermagem, direcionada a estudantes do primeiro semestre do curso de graduação em Enfermagem, em uma universidade localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, durante o segundo semestre letivo de 2022. O apoio do docente responsável pela disciplina e a realização das aulas teóricas durante o estágio de docência contribuíram para o desenvolvimento e aprofundamento das temáticas abordadas, conforme o plano de ensino. Buscou-se promover a escuta ativa dos acadêmicos, explorando construtos históricos e sociais, princípios básicos da enfermagem, o processo de trabalho em enfermagem e a pesquisa voltada ao desenvolvimento do saber na área. Durante as aulas, foi possível implementar metodologias ativas e problematizadoras, favorecendo um aprendizado significativo entre os alunos. A experiência como docente no ensino superior proporcionou novas aprendizagens e interação com estudantes de graduação. Juntamente com a orientação do docente responsável pela disciplina, foi possível aprofundar conhecimentos epistemológicos, atuando em diferentes tempos e espaços que contribuíram significativamente para o avanço do processo formativo. Destaca-se que as atividades do estágio de docência estão alinhadas à área de pesquisa do programa de pós-graduação da pós-graduanda, respeitando todas as normativas da Capes, o que reforça a preparação para a inserção na docência do ensino superior. Este trabalho é apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

DECOLONIZANDO AS CENAS DO PARTO

Raquel Del Socorro Jarquín Rivas, Fabiana Mânica Martins, Júlio Cesar Schweickardt

O corpo feminino e suas manifestações, como a maternidade, geram inquietação e trazem inúmeras transformações para essa mulher que guarda tantos mistérios, causando, por consequência, sentimentos como medo, rejeição, isolamento, violência e curiosidade. No entanto, nem sempre a imagem dessa mulher foi permeada por sentimentos hostis. No período medieval, ela era vista como um ser sagrado, dotada de conhecimentos quase divinos, capaz de gerar vida em seu ventre. Com o tempo, essa imagem se transforma: a mulher passa a ser considerada pecadora, provocadora dos instintos sexuais dos homens, uma sedutora que utiliza seu corpo e seu saber sem piedade. Este trabalho busca problematizar ou polemizar alguns conceitos ao longo da história acerca da colonização

de nossos corpos, especialmente o feminino. Essa pesquisa faz parte da dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia (PPGVIDA) do Instituto Leônidas e Maria Deane/ILMD/Fiocruz Amazônia. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, com ênfase na decolonialidade e no cuidado em saúde da mulher. A decolonialidade discute temas relacionados aos processos de colonialidade do poder, do saber e do ser, que colonizam nossos pensamentos, conhecimentos e modos de conceber o corpo e o mundo. O corpo da mulher, no pensamento eurocêntrico, é visto como objeto e como um corpo imperfeito, destinado apenas à reprodução. Dessa forma, torna-se necessária a decolonização das práticas de parto, especialmente no âmbito da biomedicina, promovendo outras formas de conceber a gestão, o parto e o nascimento em diferentes culturas, povos e territórios.

O ACOLHIMENTO EM SAÚDE NAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM VENÂNCIO AIRES: UMA ANÁLISE SOBRE SEU PAPEL PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Tainara Corin da Silveira, Eglê Ângela Ronsoni

O presente estudo se desenvolve a partir da inserção e atuação como residente do Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS) junto à US ESF II Coronel Brito no município de Venâncio Aires. O objetivo é discorrer sobre o tema do acolhimento e analisar se esse dispositivo nas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) do município está em consonância com os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Humanização. O estudo propõe uma análise sobre como ocorre o processo de acolhimento nas ESFs de Venâncio Aires, ressaltando o potencial do acolhimento como uma ferramenta de fortalecimento da integralidade do cuidado em saúde, um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal princípio, assim como o acolhimento, transita na articulação do cuidado em saúde. Além disso, o estudo tem relevância na produção de conhecimento sobre o tema e se coloca como um material de consulta para os trabalhadores do SUS e das ESFs onde a pesquisa é realizada. Os objetivos incluem analisar como se dá o acolhimento nas ESFs como ferramenta de promoção de saúde, bem como identificar as principais demandas que chegam ao acolhimento e os fluxos existentes na unidade, propondo a sistematização ou construção desses fluxos juntamente com os envolvidos no processo de acolhimento. A metodologia consiste na identificação dos usuários e trabalhadores da saúde em relação ao processo de acolhimento, caracterizando-se como um estudo comparativo de visões sobre o mesmo tema, a partir de lugares ocupados de forma diferente – o acolhido e o acolhedor. O universo da pesquisa será composto por sete ESFs do município. Para a coleta de dados, serão realizadas entrevistas com usuários e trabalhadores da saúde para compreender seu entendimento sobre o processo de acolhimento. Espera-se que, como resultados deste estudo, haja uma contribuição para a qualificação do dispositivo de acolhimento, fomentando a promoção da saúde como norte do processo de acolhimento e, por consequência, fortalecendo o SUS.

GRUPO DE PESQUISA NO CENÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aline Costa Lopes, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Marcio Rossato Badke, Maria Denise Schimith

Os grupos de pesquisa inseridos nas universidades brasileiras atuam como instâncias indutoras na formação de redes, na produção de conhecimento, no desenvolvimento de linhas de pesquisa e na reflexão coletiva sobre políticas públicas. Incentivados por órgãos de fomento à pesquisa e pelas próprias universidades, esses grupos contribuem para uma formação multidisciplinar e desempenham um papel importante no desenvolvimento da ciência e em cursos de pós-graduação. Integram-se ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e abrigam linhas de investigação relacionadas a amplas áreas do conhecimento. O objetivo deste relato é apresentar a experiência de uma doutoranda em Enfermagem na participação em um grupo de pesquisa no cenário da pós-graduação. Trata-se de um relato de experiência de um grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da universidade localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul. Os encontros ocorreram de forma presencial durante o ano letivo de 2023 e contaram com a participação de professores do programa de pós-graduação, estudantes da graduação e da pós-graduação, egressos, participantes externos e convidados. A formação e consolidação de grupos de pesquisa têm sido uma das diretrizes das políticas das instituições de ensino superior no Brasil, constituindo um espaço formativo para a construção de conhecimento e para a formação e qualificação dos profissionais envolvidos. O trabalho do grupo de pesquisa apoia-se em metodologias participativas e dialógicas, permitindo a discussão de temas de interesse, a socialização e a troca de experiências entre os participantes. A relevância da finalidade do grupo contribui como um espaço de aprendizagem, investigação e prática colaborativa, favorecendo a troca de saberes, a colaboração em projetos de pesquisa, o conhecimento científico e discussões voltadas à prática profissional e a políticas públicas. Assim, o grupo de pesquisa direciona a construção intelectual referente às linhas de pesquisa, contribuindo para o avanço de práticas atuais nos serviços de saúde. A finalidade do grupo é construir relações interprofissionais e interdisciplinares no desenvolvimento de pesquisas que favoreçam a produção científica e a formação de futuros pesquisadores, além de novas aprendizagens. Este trabalho é apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

SENTIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À PESSOA EM CRISE NO CAPSAD: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO

Savannah Leitzke Carvalho, Nicole Ketzer, Claudia Aparecida Tomielo, Cintia Nasi, Eduarda Camargo Finger, Kaciely de Lima Jacino, Natália Klauck de Souza

O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CapsAD) é um dos principais serviços dedicados ao atendimento de pessoas que sofrem psicologicamente devido ao uso de álcool

e outras substâncias. Este serviço representa uma significativa transformação no cuidado em saúde mental; no entanto, persistem desafios importantes para a consolidação do modelo psicossocial, sendo uma das principais barreiras a atenção à pessoa em crise. Para que esse atendimento seja efetivo, é fundamental compreender os profissionais de saúde não apenas em seu conteúdo técnico sobre o cuidado em saúde mental, mas também em relação aos seus sentimentos durante o atendimento a crises. Assim, busca-se identificar as sensações que se tornam barreiras no atendimento, bem como aquelas que potencializam boas práticas de cuidado. O objetivo deste estudo é compreender os significados dos sentimentos expressos por trabalhadores durante o atendimento à pessoa em crise psíquica em um CAPS AD III. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada na fenomenologia social de Alfred Schutz, realizada com 14 trabalhadores selecionados por meio da técnica de amostragem bola de neve. Os critérios de inclusão foram: trabalhadores do CAPS AD III que enfrentam situações de crise em seu cotidiano de trabalho, com experiência mínima de três meses. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelo Hospital Mãe de Deus/Associação Educadora São Carlos (AESC) via Plataforma Brasil, sob o parecer 5.155.975/2021 e CAAE 52618321.0.0000.5347. A coleta de informações ocorreu em janeiro e fevereiro de 2022, por meio de entrevistas fenomenológicas realizadas presencialmente e online, sendo analisadas de acordo com a abordagem fenomenológica de Alfred Schutz. O estudo respeitou os aspectos éticos relacionados a pesquisas com seres humanos, bem como as diretrizes éticas pertinentes a pesquisas realizadas em ambiente virtual. Da análise, emergiram duas categorias que revelaram os sentimentos e a frustração dos trabalhadores frente ao atendimento de crise. O medo, associado à periculosidade atribuída à loucura, ainda persiste nos discursos dos profissionais. A necessidade de contenção mecânica protetiva gera tristeza e angústia nos trabalhadores; em contrapartida, quando a crise é solucionada por meio do manejo verbal, o sentimento predominante é de alegria e alívio. O manejo de crises recorrentes representa um desafio para a equipe, relacionado aos sentimentos de insuficiência e sobrecarga dos profissionais. Os principais sentimentos de frustração estão ligados à baixa adesão dos familiares, a problemas sociais que sobrepujam o cuidado em saúde mental e à quebra de expectativas na relação entre trabalhadores e usuários. Para a compreensão dos sentimentos, é necessário cultivar relações terapêuticas autênticas entre trabalhadores e usuários, visando lidar com a crise através do manejo verbal e do fortalecimento do vínculo.

O DIA “D” DA DENGUE EM UMA ESCOLA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM RELATO DAS EXPERIÊNCIAS

Iana Vitoria Dias Almeida, Giselle Moita de Aguiar, Rayssa Santos Cipriano,
Elaine Cristiny Evangelista dos Reis, Marina Smidt Celere Meschede

O Brasil vem enfrentando, em 2024, um aumento expressivo no número de casos de dengue. As estimativas do Ministério da Saúde indicam que mais de quatro milhões de pessoas poderão ser infectadas até o final do ano. O monitoramento constante do cenário epidemiológico e a implementação de ações estratégicas de prevenção e cuidado são fundamentais nesse contexto. O controle da dengue é

um dos maiores desafios da saúde pública, tanto no Brasil quanto no mundo, exigindo ações de todas as esferas da gestão e a participação ativa da população. Diante desse cenário, o Ministério da Saúde propôs a realização do Dia “D” em 2 de março de 2024, como uma forma de mobilização nacional para reforçar as ações de prevenção e eliminação dos focos do mosquito. O objetivo deste estudo é relatar as experiências vivenciadas no Dia “D” em uma escola municipal de ensino fundamental no interior da Amazônia brasileira. A metodologia proposta para o Dia “D” envolveu a elaboração de materiais educativos, utilizando recursos didáticos lúdicos e motivadores que facilitassem a compreensão dos alunos sobre a temática da dengue. Para isso, foi formulada uma caixa de perguntas contendo questões relacionadas a sintomas, transmissão, métodos de prevenção, o vetor transmissor e as orientações sobre o que fazer em casos de suspeita de dengue, além de alertas sobre a automedicação. Adicionalmente, para fixar as informações, foram construídos jogos de palavras cruzadas e uma caça ao “tesouro”, na qual os estudantes foram desafiados a encontrar pequenas figuras coloridas do mosquito *Aedes aegypti* em locais da unidade escolar que poderiam atrair o vetor da doença. As atividades realizadas resultaram em respostas positivas. Primeiramente, em relação à aceitação do conteúdo pelas crianças, houve engajamento e motivação, o que pode levar a uma mudança de comportamento em relação à prevenção da dengue. Além disso, a participação dos estudantes nas dinâmicas pode transformá-los em agentes multiplicadores desses hábitos, contribuindo assim para a prevenção da doença. Portanto, a abordagem lúdica e educativa adotada na escola durante o Dia “D” mostrou-se eficaz na compreensão sobre a prevenção da dengue. Os recursos didáticos e as dinâmicas utilizadas foram fundamentais para envolver os estudantes, estimulando seu interesse pela temática. Recomenda-se que atividades como essas sejam implementadas regularmente nas escolas, desde a educação infantil até a educação de adultos, e em outros contextos, como Unidades Básicas de Saúde, universidades e pastorais, a fim de serem uma ferramenta eficaz na educação em saúde.

O PROGRAMA DE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO FRENTE A PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PÊNIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Iara Samiriam Caçador Reis, Maria Giovana de Souza da Silva, Eudinaire Lima Gomes, Karolainy Eliani Jacobson, Mariah Felix Garcia, Pablo Moura da Silva, Cláudia Ribeiro de Souza

O câncer peniano é um tumor raro, predominantemente afetando homens acima de 50 anos, e pode causar desde pequenas lesões penianas até a perda total do órgão. No Brasil, nos últimos dez anos, foram registradas uma média anual de 645 amputações de pênis, conforme dados do Ministério da Saúde compilados pela Sociedade Brasileira de Urologia. No Pará, entre 2022 e 2023, ocorreram cerca de 25 amputações de pênis devido ao câncer. Diante dessa realidade, é imprescindível desenvolver estratégias de intervenção, especialmente no contexto da atenção primária à saúde. Nesse cenário, o Programa de Aleitamento Materno Exclusivo (PROAME), que atende crianças de 0 a 6 meses, se destaca como um recurso valioso para promover ações educativas que orientem

os pais e/ou responsáveis sobre os principais métodos de prevenção ao câncer de pênis, como a adequada higienização da genitália, cuidados relacionados à fimose e a vacinação contra o Papiloma Vírus Humano (HPV). Assim, este trabalho visa relatar a experiência de acadêmicos do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Serra Dourada durante uma ação de educação em saúde realizada com um grupo de pais integrantes do PROAME da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Cruzeiro, no município de Altamira, Pará, Brasil. A metodologia utilizada foi a da problematização, que contextualizou os cinco passos do Arco de Maguerez. Os acadêmicos realizaram uma visita técnica à UBS para dialogar com a enfermeira chefe sobre a possibilidade de abordar o tema dentro do PROAME. Concretizando a dialética ação-reflexão-ação, os discentes promoveram uma roda de conversa com o público-alvo, utilizando tecnologias educativas, como uma peça anatômica do órgão genital masculino, que permitiu simular a higienização adequada e visualizar as características da fimose. Durante toda a atividade, os acadêmicos enfatizaram a importância de ensinar as crianças a identificar alterações no pênis e a realizar corretamente a limpeza corporal íntima. Observou-se que os participantes não tinham conhecimento de que práticas simples, como a má higienização, poderiam desencadear o câncer de pênis, e desconheciam que a vacinação contra o HPV poderia reduzir a probabilidade de manifestação da doença. Alguns homens presentes levantaram dúvidas sobre os procedimentos médicos para a fimose em adultos. As mães, por sua vez, questionaram sobre a massagem no prepúcio para estimular o aparecimento da glândula, uma prática atualmente não recomendada. Os acadêmicos perceberam a relevância das ações de promoção e prevenção à saúde, destacando o papel do enfermeiro como um dos principais protagonistas nesse processo de cuidado. A ação possibilitou a disseminação de conhecimentos, incentivando os pais a se atentarem aos fatores de risco e métodos de prevenção ao câncer de pênis. Além disso, contribuiu para a formação acadêmica, uma vez que promoveu o trabalho em equipe e fortaleceu os laços entre a instituição de ensino e a comunidade.

O RASTREAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO DURANTE A GRAVIDEZ: QUEBRANDO PARADIGMAS ENTRE GESTANTES DE UMA UNIDADE BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA, PARÁ, BRASIL

Claudia Ribeiro de Souza, Rhayssa Loriany Rebouças da Silva, Liomara Gomes Catunda, Ellen Caroline Machado dos Santos, Victor Gabriel Ferreira Rosa, Andressa Araújo Xavier

Na gravidez, é crucial manter um cuidado especial com a saúde, incluindo a prevenção do câncer de colo do útero. Para isso, o exame preventivo, conhecido como Papanicolau ou citologia oncológica, pode ser realizado em qualquer período da gestação, preferencialmente até o 7º mês, visando detectar precocemente alterações celulares no colo do útero que possam indicar a presença de lesões pré-cancerosas ou cancerosas, além de infecções sexualmente transmissíveis. Isso permite intervenções médicas oportunas e eficazes para garantir a saúde da mãe e do feto.

Entretanto, os profissionais de saúde frequentemente se deparam com pacientes que desconhecem a importância da realização do citopatológico durante a gravidez, acreditando que o exame pode prejudicar a gestação. Diante disso, este trabalho objetiva relatar a experiência de acadêmicos do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Serra Dourada durante uma ação de educação em saúde realizada com um grupo de gestantes da Unidade Básica de Saúde do Cruzeiro, no município de Altamira, Pará. A metodologia utilizada foi a da problematização, contextualizando os cinco passos do Arco de Maguerez, na qual os acadêmicos e a professora realizaram uma visita técnica à unidade básica de saúde para conhecer as problemáticas que afetam a saúde das gestantes. Concretizando a dialética ação-reflexão-ação, os discentes realizaram uma roda de conversa com quinze gestantes, utilizando tecnologias educativas, como uma boneca que permite simular o Papanicolau. Isso possibilitou que o público visualizasse a técnica de coleta do preventivo e compreendesse que, em nenhum momento, o exame afeta o feto ou prejudica a gestação. Durante toda a atividade, os acadêmicos orientaram o passo a passo do método, bem como explanaram sua importância, utilizando recursos visuais e respondendo aos questionamentos que surgiram ao longo da atividade. Os resultados evidenciaram que as mulheres possuem conhecimento limitado sobre a aplicabilidade do exame. Algumas relataram desconhecer a periodicidade do exame, a possibilidade de tratamento de inflamações do colo e outras infecções durante o período gravídico. Outras não sabiam sobre as orientações para a coleta do exame, como abster-se de relações sexuais e não usar ducha ou creme vaginal 48 horas antes da coleta. Também houve questionamentos sobre a idade em que pode iniciar a coleta do Papanicolau e o fluxo de atendimento no Sistema Único de Saúde para pacientes que apresentem neoplasias intraepiteliais cervicais. A ação permitiu a multiplicação de conhecimentos e a quebra de paradigmas sobre a temática, estimulando as gestantes a realizarem o exame para rastreamento do câncer do colo do útero durante a gravidez. Ressalta-se que, logo após a educação em saúde, algumas mulheres permaneceram na unidade básica para realizar a coleta do citopatológico. Além disso, a atividade contribuiu para a formação acadêmica, pois estimulou o trabalho em equipe e fortaleceu os laços entre a universidade e a comunidade.

SAÚDE E EDUCAÇÃO: UMA PARCERIA NECESSÁRIA FRENTE AOS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

Claudia Ribeiro de Souza, Anna Lindsay Brito de Sousa, Witallo Marcony da Silva Bezerra,
Lucas Neres Santos, Matheus Nascimento Caetano, Sara Luzia Duarte de Souza,
Marlison Vieira Ribeiro, Maria Nilza Maciel dos Santos

O trabalho escolar com crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um grande desafio para os professores na atualidade. O autismo, caracterizado pela

alteração das funções de neurodesenvolvimento, interfere na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento, exigindo que os docentes apliquem métodos pedagógicos criativos que contemplem as especificidades do aluno e promovam a educação inclusiva. Para isso, é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com alunos autistas. Contudo, o cenário brasileiro revela que a abordagem sobre o tema durante a formação docente ainda é precária, resultando em impactos negativos na educação regular de crianças com TEA. Diante dessa realidade, este trabalho objetiva relatar a experiência de acadêmicos do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Serra Dourada durante uma capacitação realizada com um grupo de professores e orientadores de uma instituição de ensino infantil no município de Altamira, Pará, Brasil. A metodologia utilizada foi a da problematização, contextualizando os cinco passos do Arco de Maguerez. Inicialmente, foi realizada uma visita técnica à escola para compreender as problemáticas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem com alunos autistas. Concretizando a dialética ação-reflexão-ação, os discentes realizaram uma capacitação para o corpo docente, abordando o conceito de TEA, os níveis de suporte, a diferença entre birra e crise, além dos recursos que poderiam ser utilizados em sala de aula para facilitar o aprendizado. Durante a atividade, os acadêmicos ensinaram exercícios para promover a independência dos alunos e aprimorar habilidades que poderão influenciar a futura carreira profissional das crianças. Por último, foram disponibilizados materiais pedagógicos para auxiliar na compreensão, participação e engajamento dos estudantes autistas. Os resultados mostraram que os professores demonstraram grande interesse pela temática, revelando seu conhecimento limitado sobre o assunto. Alguns relataram nunca ter recebido treinamento sobre como lidar com estudantes autistas e, em decorrência disso, enfrentavam muitas dificuldades no dia a dia. A parceria com os pais foi citada como um dos desafios da escola, uma vez que, em muitos casos, os responsáveis negligenciam sua responsabilidade de educar, transferindo essa tarefa apenas à escola. Ademais, foi perceptível a alegria e gratidão dos educadores ao receber os recursos didáticos confeccionados pelos acadêmicos, pois a escola não dispunha daqueles materiais, que agora serviriam como inspiração para a criação de outros. A ação permitiu a disseminação de conhecimentos sobre o tema, estimulando os docentes a implementarem atividades alinhadas às capacidades dos alunos com TEA. Ressalta-se que, durante a capacitação, alguns professores trouxeram os estudantes autistas para a sala, permitindo que eles tivessem acesso aos recursos pedagógicos levados pela equipe. Isso possibilitou ao público-alvo observar, ao vivo, a aplicabilidade dos materiais e sua importância para o desenvolvimento cognitivo, sensorial e motor da criança. Além disso, a capacitação contribuiu para a formação acadêmica, pois estimulou o trabalho em equipe e fortaleceu os vínculos entre a comunidade e a universidade.

ANÁLISE LONGITUDINAL DAS INTERNAÇÕES POR CAUSAS SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA EM MANAUS (AM) (2010—2022): UMA PERSPECTIVA EM RELAÇÃO À PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) 2023 DA SEMSA MANAUS

Gleina Oliveira de Assis, Adriane Farias Valentin, Eliane Nogueira Campos, Maisa Elaine Arruda Fernandes, Odete Santos Amaral, Otávia Nascimento Souza, Sanay Souza Pedrosa

As condições sensíveis à atenção primária, conforme a Portaria MS/SAS n.º 221, de 17 de abril de 2008, referem-se a um grupo de dezenove doenças e agravos definidos com o objetivo de avaliar, de forma indireta, a Atenção Primária, bem como o acesso, a efetividade e a eficiência no uso de recursos. Esses dados subsidiam o processo de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, além de ações de prevenção e assistência. O indicador do ICSAP abrange um subconjunto de dezesseis causas da Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, sendo obtido pela relação entre o número absoluto de ICSAP e o total de internações clínicas de residentes de um município. Esse indicador é fundamental para medir a efetividade da Atenção Primária, considerando que muitas internações podem ser evitadas por intervenções mais eficientes nesse nível de atenção à saúde. Nesse contexto, compreende-se que, a partir do conhecimento das principais causas de ICSAP entre os residentes no município de Manaus, é possível subsidiar os gestores no processo de tomada de decisão para um planejamento adequado das ações de saúde, que atendam às necessidades dos usuários dos serviços, priorizando a atenção primária como ordenadora do cuidado em saúde. De acordo com a Portaria n.º 3.085/2006, a Programação Anual de Saúde (PAS) é “o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde”, incluindo a anualização das metas e a previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados. O objetivo deste trabalho foi apresentar o cenário das ICSAP em Manaus/AM nos últimos treze anos (2010 a 2022), relacionando-o à Programação Anual de Saúde (PAS) 2023 – SEMSA. Para isso, foi realizado um levantamento de dados estatísticos das internações por causas sensíveis à atenção primária em Manaus/AM no período de 2010 a 2022, com ênfase nas cinco principais causas de internação. Em seguida, buscou-se estabelecer uma relação entre essas causas e a Programação Anual de Saúde (PAS) 2023 da SEMSA Manaus, a fim de compreender preliminarmente o alinhamento de metas em relação à programação de ações e as possibilidades futuras de ajustes e melhorias. Observou-se que, no período de 2010 a 2022, a proporção de ICSAP reduziu em 14,5%, passando de 29,6% em 2010 para 25,3% em 2022. Apesar do aumento das ICSAP e das internações clínicas, que cresceram, em média, 1,0% e 1,9% ao ano, respectivamente, a proporção de ICSAP apresentou uma redução média de 0,5% ao ano.

SALA DE ESPERA: UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Adriane Farias Valentin, Rosemary Amanda Lima Alves

A sala de espera de uma unidade de saúde é um ambiente privilegiado para a implementação de diversas atividades educativas voltadas aos usuários, pois concentra pessoas que aguardam atendimento. Nesse contexto, destaca-se a educação popular como uma prática educativa adequada para esse ambiente, promovendo a interação entre usuários e profissionais de saúde por meio da troca de saberes entre o conhecimento popular e o científico. Este resumo tem como objetivo relatar a experiência dos acadêmicos de medicina da Universidade Federal do Amazonas na realização de educação popular sobre tuberculose na sala de espera de uma unidade de saúde em Manaus. Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, referente a uma atividade de educação popular realizada na Unidade Saúde da Família (USF) Vila da Prata em Manaus, Amazonas, durante uma aula prática da atividade curricular de Saúde Coletiva, sob supervisão docente. O público-alvo foram os usuários que aguardavam atendimento na USF. A escolha do tema foi pautada pela importância da tuberculose no cenário epidemiológico de Manaus, que nos últimos anos apresentou o maior número de registros de casos novos da doença no Brasil. A ação teve início com a apresentação dos proponentes (docente e acadêmicos) aos usuários e a explanação do motivo da atividade. Como recurso visual, utilizou-se um pulmão desenhado em uma folha de isopor, que, de forma lúdica, mostrava como a tuberculose acomete esse órgão. Os alunos, com uma linguagem acolhedora e animada, desenvolveram a atividade utilizando perguntas disparadoras sobre o tema, identificando as percepções dos usuários em relação à tuberculose, ao seu corpo e à sua saúde, e aflorando o saber popular, onde os participantes manifestaram suas dúvidas e necessidades. Os usuários que participaram da atividade educativa fizeram várias perguntas sobre diagnóstico, tratamento e cura da tuberculose, que foram respondidas pelos acadêmicos de forma objetiva e em linguagem acessível. Outros participantes compartilharam vivências relacionadas a familiares que tiveram o diagnóstico da doença. Todos os presentes tiveram a oportunidade de expressar suas dúvidas e compartilhar conhecimentos sobre a tuberculose, concretizando a troca de saberes e fortalecendo a discussão. A atividade de educação popular realizada pelos acadêmicos transformou a sala de espera da USF Vila da Prata em um espaço de interação entre os saberes popular e científico. Os usuários empoderaram-se de informações relevantes sobre tuberculose, o que influenciará seu autocuidado e refletirá em uma comunidade mais saudável e bem-informada. A atividade não se esgota na sala de espera, mas abre um espaço para a interação com a comunidade, favorecendo o desenvolvimento tanto dos usuários participantes quanto dos acadêmicos, que se tornarão futuros profissionais de saúde.

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO DA ÁGUA SAUDÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ronnie Bonete de Souza, Marcos Vinícius Santos Batista Silva

A saúde da população envolve fatores biopsicossociais, e garantir a qualidade de vida requer atenção a diversos aspectos, como saneamento básico, acesso à água potável, lazer

e moradia. A água é essencial para a vida, mas deve estar em condições adequadas para o consumo; caso contrário, pode transmitir doenças. O tratamento da água é fundamental, pois previne enfermidades. Este projeto foi realizado no município de Rio Preto da Eva, no estado do Amazonas, na escola municipal Alegria de Saber, com o tema “Promoção da água saudável” em março de 2024, abrangendo os turnos matutino e vespertino, totalizando 539 estudantes. O objetivo foi transmitir conhecimento sobre a importância da água saudável. A iniciativa contou com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde do município. Na escola, foram realizadas palestras para crianças e adolescentes sobre a importância do consumo de água, estratégias para redução do desperdício e o papel do meio ambiente no consumo consciente e sustentável. Além disso, foi feita uma demonstração do processo de análise da água. As atividades foram produtivas, e os estudantes perceberam a relevância do consumo consciente e do tratamento da água para a saúde, além de desenvolverem estratégias para diminuir o consumo excessivo por meio da educação e promoção em saúde. Este projeto contribuiu para disseminar conhecimentos e estratégias de educação em saúde, conscientizando sobre a importância da água e do consumo responsável.

ESTÁGIO NA GESTÃO DO SUS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lauren Colpo Kipper

Este escrito apresenta as singularidades do trabalho realizado na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como objetivo relatar a experiência de uma acadêmica de psicologia durante um estágio em saúde pública, incentivando outros estudantes a buscar estágios que contribuam para a compreensão da importância do acesso à saúde pela população e dos fluxos de saúde em suas futuras áreas de atuação. Este resumo se baseia na experiência de um ano de estágio extracurricular em uma coordenadoria regional de saúde do interior do estado do Rio Grande do Sul. Destaco a importância dos espaços de estágio para o crescimento pessoal e profissional dos acadêmicos, bem como para a identificação em potenciais futuras áreas de atuação. Durante o estágio na coordenadoria regional de saúde, os acadêmicos tiveram a oportunidade de realizar trocas significativas com profissionais de diversas formações na área da saúde, reforçando a multiprofissionalidade do SUS. Além disso, as funções desempenhadas diariamente pelos estagiários permitiram uma aproximação com as políticas de saúde pública e a gestão das mesmas, assegurando que os públicos-alvo possam usufruir dos cuidados oferecidos. O estágio também possibilitou o contato com diversos pontos da rede de saúde, permitindo ao acadêmico conhecer os fluxos estabelecidos para que o usuário tenha acesso à saúde. Considerando que o SUS é um tema de extrema importância para os estudantes da área de saúde – uma vez que o acesso à saúde deve se estender a toda a população, sem distinção de classe social ou local de residência – os estágios em saúde pública desempenham um papel fundamental na formação de profissionais que compreendam a funcionalidade do sistema de saúde brasileiro e estejam motivados a contribuir para uma saúde cada vez melhor.

O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO COMO FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROFISSIONAIS APTOS PARA ATUAÇÃO NO SUS

Lilian Bertanda Soares, Andressara Terra Graça, Ana Beatriz de Souza Silva, Evandro Rocha Pereira, Maria Eduarda Naitzel Duarte, Valesca da Silva Paixão Ramalho, Raiany Saldanha, Débora Cristina Martins

O estágio curricular obrigatório desempenha um papel crucial na formação de profissionais capacitados para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa etapa essencial da formação acadêmica complementa o aprendizado teórico e impulsiona o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para a implementação dos princípios fundamentais do SUS. A Lei n.º 11.788/2008, conhecida como a Lei do Estágio, estabelece as bases legais para essa etapa da vida dos estudantes, definindo critérios como duração, carga horária e direitos e deveres dos estagiários, sob a supervisão de um profissional da mesma área durante todo o processo. Os estagiários são incentivados a adotar uma abordagem humanizada e centrada no paciente, priorizando a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o cuidado integral, alinhados aos princípios e diretrizes do SUS. Essa prática promove uma associação efetiva entre teoria e prática, capacitando os futuros profissionais a atuar com qualidade e contribuir para a constante melhoria do SUS. O objetivo deste resumo é apresentar a vivência de estudantes de Enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada por meio do estágio curricular obrigatório. Este estudo consiste em uma abordagem descritiva, sob a forma de relato de experiência, descrevendo o estágio curricular obrigatório realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) por acadêmicos de uma IES privada localizada no município de Vitória, estado do Espírito Santo. O estágio ocorreu entre setembro e dezembro de 2023, conduzido por preceptores com formação na área de atuação. Durante os estágios, os acadêmicos foram apresentados ao campo de prática em sua totalidade, desde o conhecimento das principais patologias prevalentes no território até as potencialidades vivenciadas. Dentre as diversas patologias, uma chamou a atenção devido à necessidade da equipe desenvolver uma atenção ampliada para a prestação de uma assistência efetiva. O paciente G.G.S., de 23 anos, portador de Pioderma Gangrenoso, uma condição de origem desconhecida que provoca lesões na pele, foi diagnosticado em 2020, após três anos de limitações psicossociais significativas que comprometeram sua autonomia. A atuação da equipe envolveu, primeiramente, a criação de um vínculo de confiança, o que possibilitou a realização de curativos e a adesão aos tratamentos propostos. Além desse aprendizado, foram realizadas atividades externas que configuraram a aplicação das políticas públicas em andamento no país, como educação em saúde nas escolas, atendimentos a pacientes crônicos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. O estágio curricular obrigatório proporcionou experiências diretamente com a comunidade, promovendo aos acadêmicos a oportunidade de desenvolvimento em um contexto que representa um campo fértil para a prestação da assistência integral e centrada no paciente, conforme a exigência existente para os profissionais que atuam no SUS.

A IMPORTÂNCIA DAS EXTENSÕES UNIVERSITÁRIAS NA FORMAÇÃO EM FISIOTERAPIA

Bruna Costa Silveira

Este relato de experiência ressalta a importância das atividades de extensão universitária na graduação em fisioterapia, com o objetivo de enriquecer o conhecimento teórico-prático dos estudantes e fortalecer sua relação com a comunidade. Ao longo do curso, os alunos têm a oportunidade de participar do projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Católica de Pelotas, denominado Programa Atenção Fisioterapêutica na Comunidade. Esse programa inclui atendimentos clínicos e educativos na comunidade de Pelotas (RS), participação em campanhas de conscientização sobre saúde e desenvolvimento de programas de reabilitação, com o objetivo de oferecer atendimento especializado de fisioterapia à população em quatro eixos: Esportivo, Saúde do Trabalhador, Pós-Covid e Saúde do Idoso. Essas experiências permitem aos alunos aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula em situações reais, interagindo diretamente com indivíduos de diferentes contextos socioeconômicos e culturais. Os efeitos percebidos dessa experiência foram vastos e de grande importância para a formação dos alunos de graduação, que desenvolveram maior sensibilidade às necessidades específicas da comunidade, além de uma compreensão mais profunda da atuação prática da fisioterapia. A interação com profissionais e pacientes fora do ambiente acadêmico promoveu o desenvolvimento de habilidades interpessoais, empatia e capacidade de trabalho em equipe, além de aumentar a consciência e responsabilidade social do fisioterapeuta. As extensões universitárias desempenham um papel fundamental na formação integral do fisioterapeuta, complementando o ensino teórico com experiências práticas enriquecedoras e preparando os alunos para enfrentar os desafios complexos e multifacetados do campo da saúde. Portanto, é essencial que as instituições de ensino continuem a investir nesse tipo de atividade, visando formar profissionais competentes, conscientes e comprometidos com a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da comunidade.

A COGNIÇÃO SOCIAL E O GRUPO DOS ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Tiali Dória Machado Santos, Victor de Jesus Ribeiro Rocha

O presente trabalho é um relato de experiência sobre atividades desenvolvidas com um grupo de adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível 1 de suporte, com idades entre 12 e 16 anos, todos oralizados. Esses adolescentes são assistidos em uma unidade especializada na cidade de Salvador (BA), financiada pelo Sistema Único de Saúde. As atividades do grupo são acompanhadas por uma equipe multiprofissional composta por profissionais de Educação Física, Psicologia e Terapia Ocupacional. Na unidade, foi percebido um número significativo de usuários com idades semelhantes, todos oralizados e no nível 1 de suporte, com a possibilidade de

ampliar o tempo de atendimento na clínica. A partir dessa observação, foi criado o atendimento em grupo, denominado “Grupo Cognição Social”, que realiza encontros semanais em espaços externos. O objetivo terapêutico do grupo é trabalhar a interpretação das emoções, tanto dos profissionais quanto dos assistidos, em situações cotidianas, além de promover a aquisição e ampliação de habilidades sociais. As atividades externas foram realizadas sem a presença dos genitores ou acompanhantes, inicialmente em locais próximos à unidade. À medida que os adolescentes foram adquirindo elementos de identidade de grupo, habilidades sociais e aprendendo a seguir regras, as atividades foram transferidas para locais mais distantes da unidade, como praias, museus, estádios de futebol e teatros. Com o tempo de convivência, as trocas entre os participantes e as visitas a espaços sociais permitiram que questões emocionais fossem reconhecidas, refletidas e mediadas em grupo com o apoio da equipe multiprofissional. Observamos, ao longo de dois anos de execução do grupo, que todos os usuários apresentaram evolução, refletida em uma melhora na qualidade de vida, a partir da aquisição de habilidades sociais, do seguimento de regras de aprendizagem social, do controle inibitório e da regulação emocional. Os resultados alcançados nessa experiência demonstram a viabilidade de obter experiências exitosas no SUS e nos convocam a refletir sobre a necessidade de ampliar as políticas públicas de tratamento ao TEA, promovendo um aumento no tempo de intervenção.

EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A PROMOÇÃO DO BEM-VIVER NO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ (DSEI AMP)

Eliana Arara da Costa, Raquel Damasceno dos Santos

Este trabalho objetiva relatar a qualificação realizada pela equipe técnica do DSEI AMP com quatro turmas da Equipe Multiprofissional de Saúde Indígena (EMSI) no segundo semestre de 2023. A principal meta dessa experiência foi realizar atividades que potencializassem a atenção psicossocial na perspectiva do Bem Viver das populações indígenas da Amazônia, no município de Oiapoque. Como metodologia ativa, no primeiro dia, foi aplicada a dinâmica chamada “Nó Humano”. A cartilha “Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas” foi utilizada como um instrumento disparador de reflexão e diálogo, que possibilitou a formação de sete grupos operativos, organizados de acordo com os eixos temáticos: a missão da saúde mental no contexto indígena e o modelo de organização da atenção psicossocial nos DSEI; a transversalidade do cuidado e saberes indígenas na atenção psicossocial; as ações de apoio matricial; as atribuições dos profissionais dos DSEI na atenção psicossocial; a vigilância epidemiológica em saúde mental; e o planejamento das ações. No segundo dia, realizou-se uma dinâmica de quebra-gelo e a divisão dos participantes em quatro grupos para a análise do monitoramento do uso de psicotrópicos e a vigilância do uso de álcool. As atividades incluíram leitura, exposição em cartazes e teatro, abordando pontos de tensão durante a execução dos trabalhos. Por fim, no terceiro dia, os profissionais foram divididos em três grupos para leitura, discussão e apresentação das cartilhas “Monitoramento e Notificação de Violências” e “Manual de Investigação/

Notificação de Tentativas e Óbitos por Suicídio em Povos Indígenas e Estratégias de Prevenção”. Destaca-se a correlação entre o trabalho dos grupos operativos durante os encontros e a promoção do Bem Viver. Os resultados obtidos vão além da educação permanente em saúde para as EMSI. Durante os encontros, foram compartilhadas dúvidas sobre a abordagem de usuários que demandam cuidados em atenção psicossocial, especialmente em casos de tentativa de suicídio. Identificou-se a necessidade de reuniões de equipe para troca de informações e discussões de casos, além do preconceito enfrentado pelas populações indígenas em estabelecimentos de saúde na cidade, especialmente com pacientes que não falam português, e a descontinuidade no fornecimento de medicamentos psicotrópicos. As EMSI apontaram o impacto que as comunidades sofrem com a ausência de regimentos internos e regras específicas sobre o consumo de álcool, bem como a fragilidade da coordenação das lideranças. Diante do exposto, percebe-se que, nos planos micro e macro políticos, questões peculiares à promoção da saúde mental entre os povos indígenas permeiam a dinâmica do trabalho, desde o manejo clínico até os estereótipos da população indígena. É essencial intensificar a compreensão sobre os processos de trabalho das EMSI, alinhando-os à cosmovisão de saúde de cada etnia, incluindo a forma como o uso do álcool se torna um problema. A descontinuidade do uso de psicotrópicos relaciona-se à escassez crônica de medicamentos e à alta rotatividade ou ausência de profissionais, conforme assinala o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (CREPOP).

PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NAS TERRAS DE ARARIBÓIA (NITERÓI (RJ))

Pedro Gebran Velloso Messias, Leandro Augusto Pires Gonçalves, Yuri Silva Ferreira de Souza

Nas instâncias de participação social em saúde, incidem demandas políticas e sanitárias tão diversas quanto os Brasis. A passagem por tais instâncias torna-se relevante para a formação dos profissionais que atuarão no Sistema Único de Saúde (SUS). O próprio exercício político de articulação e proposição nessas instâncias é um processo formador. Neste relato de experiência, estudantes integrantes do Diretório Acadêmico Barros Terra (DABT) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense e um professor do Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFF) compartilham sua experiência ao construir uma Conferência Livre e participar das Conferências municipal, estadual e nacional de saúde, ressaltando o impacto formativo desse exercício. Os objetivos são retomar e fortalecer a passagem de jovens em formação profissional pelas instâncias de participação social em saúde. A UFF tem um reconhecido protagonismo na construção da rede e das políticas de saúde de Niterói, e o DABT foi e continua sendo importante nesse protagonismo. Em 2022, no Simpósio Preparatório da 9ª Conferência Municipal de Saúde (CMS) de Niterói, formulamos e aprovamos propostas focadas na juventude e na responsabilidade constitucional do SUS em ordenar a formação de recursos humanos para a saúde. Em 2023, em colaboração com o Diretório Acadêmico de Enfermagem e o ISC, o DABT organizou a I Conferência Livre em Saúde do Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP).

Esta conferência teve como objetivo recuperar e institucionalizar o debate e a participação social no HUAP, engajando a comunidade acadêmica, trabalhadores e usuários na CMS. Em seguida, o DABT apoiou a Rede Transvestis UFFianas na realização da Conferência Livre de Saúde LGBTQIA+. Ambas as conferências resultaram em propostas e delegados inscritos para a CMS. Na CMS de Niterói, o DABT articulou-se para incidir nos diversos espaços da Conferência, o que levou ao convite para a 9ª Conferência Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, onde nos posicionamos sobre a ausência da juventude nesses espaços e a necessidade de fomentar essa contribuição. Também participamos da 17ª Conferência Nacional de Saúde como delegados, convidados e pesquisadores. Fortalecemos o debate sobre o ensino dentro da rede municipal de saúde e reforçamos a importância da presença dos estudantes nas instâncias de participação social, no trabalho e no aprendizado. Recuperamos parte do espaço e da ação do movimento estudantil como construtor ativo do SUS. As propostas formuladas por nós (DABT/ISC) nesses espaços incluem a institucionalização da participação de estudantes nos Conselhos de Saúde, a criação do Conselho Local no HUAP e o desenvolvimento de novas ações e serviços do hospital a partir das demandas da rede municipal. Entramos em contato com o funcionamento prático, financeiro e político da rede municipal e estadual de saúde e dos movimentos sociais, desenvolvendo habilidades políticas, formativas e profissionais. Nossa participação nos espaços mencionados revelou a ausência de jovens e estudantes neles. Fomos recebidos com surpresa e celebração, mas também assediados por grupos interessados, sempre à espreita com tentativas de tutela. Essa dinâmica é também formativa: resistir à tutela, sustentar nossas pautas, sem desconsiderar os conflitos e apostar em coletivos políticos engajados são habilidades que levaremos para a vida.

ACESSO A MEDICAMENTOS NO SUS, VOCÊ SABE COMO FUNCIONA?

Viviane Durigon, Denise Bueno

O medicamento é parte do cotidiano de todos os profissionais que trabalham no Sistema Único de Saúde (SUS), e garantir o acesso a ele é um desafio fundamental para promover o uso racional de medicamentos (URM). Os medicamentos de uso ambulatorial estão organizados em um sistema transversal de assistência farmacêutica (AF), apoiando as ações de saúde oferecidas na Rede de Atenção à Saúde (RAS), com financiamento tripartite e sem contrapartida financeira do usuário. Para que isso ocorra, a prescrição deve ser realizada por um profissional de saúde, amparada por protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, além de observar a Relação Nacional de Medicamentos e listagens oficiais complementares estaduais e municipais. Nesse contexto, é necessário implementar ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) para reduzir as barreiras de acesso a terapias medicamentosas efetivas. Este estudo teve como objetivo elaborar material didático para fornecer informações sobre prescrição, dispensação e orientação quanto ao uso de medicamentos. A ação de EPS foi desenvolvida após um levantamento das necessidades observadas em uma pesquisa descritiva e exploratória, aprovada pelo Conselho de Ética, na qual um questionário online foi aplicado a farmacêuticos

atuantes na Política de Assistência Farmacêutica e profissionais da equipe da Estratégia de Saúde da Família em 12 municípios da 27ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul, no período de abril a julho de 2022. Participaram 67 profissionais, representando todos os municípios. Foi identificado que 61% dos participantes conheciam a Política Nacional de Medicamentos e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Quanto à disponibilidade de protocolos de uso de medicamentos nos locais de trabalho, 50% dos profissionais, tanto prescritores quanto não prescritores, relataram desconhecimento sobre a existência deles. A Relação Municipal de Medicamentos foi reconhecida por 78% desse grupo. A partir dessas informações, que demonstraram a necessidade de divulgar os critérios de acesso a medicamentos no SUS, foi desenvolvido um card interativo voltado aos profissionais de saúde. Este card, elaborado com base na preferência dos participantes da pesquisa, utiliza uma linguagem simples e recursos de interação para abordar as principais informações sobre o acesso a medicamentos, como: elenco de medicamentos fornecidos, critérios de incorporação de tecnologias, linhas de cuidado, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, responsabilidades de financiamento, critérios de acesso aos medicamentos elencados nos componentes da Assistência Farmacêutica e materiais de apoio nos processos de cuidado relacionados ao uso de medicamentos. Esse produto foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e está disponível no repositório LUME, no endereço <https://view.genial.ly/63600487409dbf0019607ba4>. O resultado esperado desse material é que ele seja amplamente divulgado nas secretarias municipais de saúde, com a perspectiva de ampliar o conhecimento sobre o acesso a medicamentos no SUS.

PROJETO CEGONHA: EXPERIÊNCIAS MATERNAS DE SAÚDE E CUIDADO EM UM PROJETO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA ILHA DO MARAJÓ

Janaína Rabelo Monteiro da Silva

A experiência da maternidade é um processo singular para cada mulher e, ao considerarmos os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais envolvidos, podemos obter uma compreensão mais abrangente dessa experiência universalmente significativa. É fundamental reconhecer que a maternidade não é apenas uma vivência individual, mas está inserida em um contexto social e cultural. Nesse sentido, o presente trabalho discorre sobre o “Projeto Cegonha”, que acontece no município de Soure, na ilha do Marajó, no estado do Pará, há cerca de oito anos. O projeto ocorre duas vezes por semana no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), onde as turmas são semestrais. Seu principal público-alvo são mulheres gestantes em situação de vulnerabilidade social e/ou com uma rede de apoio limitada ou inexistente. Durante a duração das turmas, as grávidas têm acesso à alimentação, palestras sobre maternidade, atendimentos de saúde e cursos para geração de renda. Todas essas intervenções são realizadas pela equipe técnica do próprio centro, composta por profissionais das áreas de psicologia, assistência social, enfermagem, medicina e fonoaudiologia. O projeto foi criado com o objetivo de reduzir desigualdades, fortalecer vínculos maternos e sociais, ensinar

técnicas e habilidades úteis à maternidade, além de capacitar para a emancipação social e financeira. As experiências compartilhadas no convívio diário do projeto desenvolvem uma identificação grupal e ampliam a rede de apoio entre as participantes. Durante as aulas, as gestantes confeccionam seu próprio enxoval personalizado com bordado marajoara, incentivando a cultura regional e fortalecendo o sentimento de pertencimento e afeto à terra natal, que é transmitido para seus bebês como um modo de fortificação do vínculo materno. Ao final do semestre, a equipe técnica, junto com a coordenação do centro, organiza um ensaio fotográfico para registrar esse momento singular que é a maternidade. A partir do relato sobre o projeto, percebe-se o estímulo cultural na constituição das subjetividades maternas, visando fortalecer os vínculos afetivos e a transferência geracional da identidade cultural. A autoafirmação da origem, expressa pela produção do enxoval com grafismos marajoaras, demonstra o impacto positivo da arte no bem-estar emocional e na saúde, além de fortalecer o vínculo entre mãe e bebê. Há um orgulho em ser chamado de “Filho da Terra”, e essa autodeterminação representa um ideal, uma referência. Considerando que não há hierarquia de saberes ou culturas, a produção desse material se constitui como um recurso terapêutico que impacta positivamente a saúde mental, especialmente nesse momento sensível e vulnerável que é a maternidade. Por conseguinte, ressalta-se a importância de ampliar e incentivar a produção cultural para fortalecer a sensação de pertencimento, que é inerente à vida humana.

“ENSINAGEM” NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: CONEXÃO DA SAÚDE MENTAL E PANDEMIA DE COVID-19

Odilon Adolfo Branco de Souza, Cláudia Mara de Melo Tavares

O presente trabalho aborda a importância da valorização do ensino-aprendizagem. A participação ativa do aprendiz possibilita a produção de trocas reflexivas com o ensinante, gerando a construção do conhecimento. A conexão entre as temáticas de Saúde Mental e Pandemia e os impactos que afetaram profissionais da saúde, docentes e discentes ao longo do período pandêmico foi o ponto inicial para o desenvolvimento do planejamento da aula, articulando-o ao processo de formação. O objetivo deste resumo é descrever a experiência vivenciada como enfermeiro docente e doutorando do Programa Acadêmico em Ciências da Saúde, na disciplina Estágio à Docência da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, RJ. Para o desenvolvimento da aula, foi realizado um encontro com a docente titular da disciplina, visando a apresentação e apreciação das ideias e etapas da aula expositiva dialogada, que foram construídas para a implementação das atividades. O planejamento foi analisado, ajustado e validado para ser executado dentro do período previamente definido na programação do tempo de aula. Durante o desenvolvimento, foi apresentado o conceito principal sobre saúde mental, além da disponibilização de dados numéricos oficiais sobre a pandemia de COVID-19, extraídos de sites autorizados para divulgação. Foram socializadas imagens da pandemia, visando promover reflexões

entre os discentes, e distribuídos artigos científicos atuais para discussão posterior sobre os principais elementos percebidos. A escuta ativa esteve presente durante a condução da aula, articulando as vivências dos discentes durante a pandemia e suas percepções sobre saúde mental ao processo de formação. A construção das ideias e o desenvolvimento das etapas de “ensinagem” foram assertivos, conforme o feedback gerado pelos discentes através do aplicativo WhatsApp. Percebeu-se um grande interesse dos alunos pela conexão das temáticas abordadas, com participação ativa em todas as etapas propostas. Os alunos expuseram as emoções vivenciadas durante a pandemia, tanto pelo enfermeiro docente quanto pelos discentes, além dos atravessamentos surgidos ao longo do processo de formação profissional e acadêmica. O encontro foi permeado por trocas sobre os principais contextos, onde se discutiram os agravamentos da saúde mental e alguns elementos fundamentais para a manutenção do controle emocional e equilíbrio psicológico, promovendo uma construção de pensamento crítico-reflexivo sobre a saúde mental, um tema em evidência durante a pandemia. A partir do processo de ensinagem e dos métodos significativos adotados na aula expositiva dialogada, foi possível construir momentos de reflexões relevantes no contexto educacional, conectando as temáticas discutidas e seus desdobramentos. A construção e o desenvolvimento de um processo de interação reflexiva entre docente e discente possibilitam a transformação de ambos.

GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE ATENDIMENTO À PESSOA ACOMETIDA POR COVID-19

Odilon Adolfo Branco de Souza, Cláudia Mara de Melo Tavares

A Pandemia de covid-19 impôs um enorme desafio aos gestores hospitalares e aos serviços de enfermagem, exigindo que pensassem e atuassem rapidamente na reestruturação dos fluxos de atendimento. Para isso, foi crucial aplicar princípios científicos que mobilizassem competências profissionais, administrativas, sociais e emocionais, permitindo que o serviço de saúde pudesse acolher essa nova demanda de forma ágil. Compreender a realidade e as formas cotidianas de atuação dos enfermeiros gestores tornou-se fundamental diante das demandas de cuidados das pessoas afetadas pela covid-19. Este contexto desafiou esses profissionais a refletir sobre as limitações e a complexidade do cuidado de enfermagem, confrontando-os com dois fenômenos historicamente presentes na profissão: o medo da morte e do contágio. Reconhecida como uma das maiores pandemias da história da humanidade, a covid-19 apresentou uma gravidade e um desafio humanitário comparáveis a grandes pandemias do passado. Este estudo visa analisar os desafios enfrentados pelo gestor de enfermagem em um hospital universitário durante a etapa de planejamento e adequação da estrutura hospitalar, incluindo insumos, dimensionamento e treinamento de recursos humanos de enfermagem, promovendo a assistência às pessoas afetadas pela covid-19, especialmente na fase inicial de maior complexidade, marcada pelo desconhecimento das manifestações clínicas da doença e pelos numerosos afastamentos de profissionais. Este relato sistemático descreve a experiência na

implantação de um fluxo de atendimento para pacientes com covid-19 em um hospital universitário, extraindo lições que possam ser aplicadas ao ensino de enfermagem, as quais são expressas por meio de uma “Carta Pedagógica”. O estudo objetiva compartilhar com futuros enfermeiros a experiência vivenciada por um gestor de enfermagem hospitalar em relação às principais demandas gerenciais para a implantação de atendimento a pacientes com covid-19. Essa experiência contribui para a formação de enfermeiros, preparando-os para lidar com pandemias e oferecendo conhecimento sobre estratégias administrativas, estruturais e assistenciais. Além disso, busca-se promover a manutenção da saúde física e mental dos profissionais que atuaram na linha de frente e compreender o papel social desses agentes de saúde. No contexto da (re)organização estrutural e das condutas pautadas em normas, rotinas e protocolos, a equipe de enfermagem, apesar do medo e da insegurança, se empenhou em buscar o (re)aprendizado de medidas preventivas para garantir uma assistência segura a si e aos outros. Essas semanas foram marcadas por um intenso aprendizado e crescimento, tanto profissional quanto pessoal, evidenciando o fortalecimento da empatia, da organização e da busca por ações preventivas para a tomada de decisões. O medo, a insegurança, o estresse, a angústia, o desânimo e o cansaço foram sentimentos intensos ao longo do processo de gestão. Contudo, percebeu-se que, quando a equipe de enfermagem se encontra engajada no processo de trabalho, fundamentando-se em protocolos institucionais e buscando mecanismos para desenvolver uma prática segura, ela consegue garantir uma conexão efetiva com o outro em suas ações.

VIGILANCIA COMUNITARIA EN SALUD Y RESISTENCIA DECOLONIAL EN LA COMUNIDAD INDÍGENA YARARACA EN VAUPÉS-COLOMBIA FRONTERA CON BRASIL

Yuri Consuelo Rodriguez, Alcindo Antonio Ferla

Este trabajo presenta la investigación sobre las reproducciones de salud, la vigilancia comunitaria en salud y la resistencia decolonial de la comunidad indígena Yararaca en Vaupés, uno de los departamentos de la Amazonía colombiana en la frontera con Brasil. Al ser una investigación cualitativa, se realizó trabajo de campo con un diario para anotaciones y una piel sensible, mostrando un compromiso con las epistemologías locales y una mentalidad abierta. La “Bibliografía Viva” – conversaciones con expertos locales – fue la innovación metodológica y epistémica necesaria para representar la construcción conceptual y epistémica del objeto. La base teórica de la investigación se compone de publicaciones: bibliografía material, catalogada y recuperable mediante distintos sistemas de búsqueda, como programas informáticos de gestión de colecciones e indicaciones de expertos. La producción se presenta en dos partes: la primera parte aborda la bibliografía viva y la segunda parte intenta poner en diálogo este saber con el saber oficial. Como resultado de la pesquisa, es indiscutible percibir, por un lado, una cosmovisión articulada que da consistencia a los saberes y prácticas que orientan la producción de la salud individual y colectiva, con un sistema que articula la vigilancia comunitaria a la producción de la salud y de la vida misma; y por otro lado, una tensión

evidente con la cosmovisión de la biomedicina. El recorrido hasta aquí nos moviliza a pensar en las culturas tradicionales y en los saberes ancestrales no como “barbarie”, como lo hicieron los pensadores y filósofos clásicos hace algunos siglos, sino como un marco civilizatorio que guarda respuestas a nuestra crisis civilizatoria.

PARTEIRAS TRADICIONAIS NA SAÚDE INDÍGENA DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA ALTO RIO SOLIMÕES, AMAZONAS

Cristiane Ferreira da Silva, Júlio Cesar Schweickardt, Janayla Bruna Almeida de Oliveira, Sediel Andrade Ambrósio, Julia Moreno Adão

O Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Solimões é um dos sete DSEIs do Amazonas, localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, com uma extensão territorial de 214.217,8 km² e uma população de 73.386 indígenas de sete etnias: Ticuna, Kokama, Kambeba, Kaixana, Kanimari, Witoto e Maku Yuhup, que habitam 241 aldeias em sete municípios. A saúde indígena é assistida por 59 equipes multidisciplinares de saúde indígena (EMSI), distribuídas em 13 polos-base e 16 unidades básicas de saúde. Nesse contexto, as parteiras indígenas desempenham um papel fundamental no cuidado materno e infantil nas aldeias, sendo as primeiras procuradas pelas mulheres indígenas durante a gestação. Elas oferecem suporte contínuo durante a gravidez, o parto e o puerpério, além de serem responsáveis pelo cuidado inicial dos recém-nascidos. As ações voltadas para a saúde da mulher indígena são implementadas nas aldeias pelas EMSI e supervisionadas pelo DSEI, que assiste as mulheres de forma abrangente, com foco no pré-natal intercultural, realiza busca ativa de gestantes que faltam às consultas e promove o pré-natal domiciliar com o auxílio das parteiras. Este trabalho tem como objetivo descrever o acompanhamento do pré-natal das mulheres indígenas do DSEI Alto Rio Solimões, fortalecer a inclusão das parteiras no cuidado materno-infantil junto às EMSI e discutir os desafios enfrentados. As informações apresentadas foram coletadas do banco de dados secundário do SIASI (Sistema de Informação da Saúde Indígena), organizadas em tabelas utilizando o software Microsoft Excel e, posteriormente, processadas com o R Studio 4.1.2, resultando em tabelas descritivas das informações quantitativas. Ao analisarmos as informações do DSEI ARS em 2023, constatou-se que foram registradas 2.311 gestações finalizadas, com uma cobertura de pré-natal de 95,41%, das quais 67% tiveram seis ou mais consultas. Apesar da presença das EMSI na área, as parteiras assistiram 46,22% do total de partos do DSEI ARS. A análise da série histórica de nascimentos revelou que a assistência das parteiras nos partos assistidos foi de 42,49% em 2013, 46,47% em 2014, 50,43% em 2015, 42,86% em 2016, 47,09% em 2017, 52,53% em 2018, 54,30% em 2019, 54,72% em 2020, 53,46% em 2021 e 47,17% em 2022. As principais dificuldades ainda se concentram no início do acompanhamento do pré-natal, uma vez que muitas mulheres iniciam o cuidado de forma tardia. As oficinas de troca de saberes entre parteiras e EMSI têm se mostrado uma das principais estratégias para fortalecer a inclusão das parteiras no cuidado, visando a redução da morbimortalidade materna,

infantil e fetal. O DSEI ARS tem garantido a realização dessas oficinas em seu plano de trabalho, contando com o apoio do Lahpsa e do minilaboratório de cartografia social do Amazonas.

TECENDO A DEMOCRATIZAÇÃO: A CONSOLIDAÇÃO DE REDE INTERSETORIAL BEM VIVER DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ

Eliana Arara da Costa, Raquel Damasceno dos Santos, Sara Cristina da Silva Lemos

Em 2023, o Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Amapá e Norte do Pará (DSEI AMP) focou em fortalecer o diálogo com os serviços das secretarias estadual e municipal da Amazônia amapaense, em colaboração com instituições públicas da educação, assistência social, conselhos, movimentos sociais e indigenistas. Essa articulação resultou na criação da Rede Intersetorial Bem Viver das Populações Indígenas. A consolidação dessa rede baseou-se em um levantamento de documentos do DSEI AMP, da Vigilância Epidemiológica e das estratégias de prevenção e promoção da saúde mental entre 2019 e 2022, bem como na Análise Epidemiológica em Atenção Psicossocial de 2023. Essa análise revelou respostas limitadas a problemas complexos e multifatoriais que impactavam diversas dimensões da vida coletiva dos povos indígenas, destacando a necessidade de monitorar situações de violência, óbitos, tentativas de suicídio, uso prejudicial de álcool e a utilização de psicotrópicos. Os objetivos traçados incluíram a melhoria no acesso à rede de média complexidade, o fornecimento adequado de medicamentos e a adesão ao Plano para Adesão da Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI). A implantação da Rede Intersetorial foi justificada pela urgência de alinhar as ações entre os diferentes entes federados, conforme orientações do Ministério da Saúde. O processo de consolidação da rede se concentrou no diálogo, na apresentação de ações concretas realizadas nos territórios e nas estratégias a serem desenvolvidas. As reuniões mensais têm como foco a democratização do acesso e a co-gestão, assim como o enfrentamento dos sofrimentos psíquicos e dos agravos à saúde, incentivando o aumento no número de atendimentos. Um resultado imediato da implantação da Rede Intersetorial ocorreu a partir das tratativas realizadas no primeiro semestre de 2024, com a implementação do Plano para Adesão da Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), que visa fortalecer e facilitar o acesso à média complexidade, respeitando as especificidades étnicas dos povos indígenas da região. A adesão do Centro de Especialidades Dr. Papaléo Paes garantiu atendimentos nas áreas de neurologia, psiquiatria, endocrinologia, ginecologia, psicologia, cardiologia, fisioterapia, dermatologia e oftalmologia, além de exames complementares e a adesão dos Centros de Especialidades Odontológicas. O acordo firmado prevê que os recursos sejam repassados conforme a qualidade e a quantidade mensal de atendimentos realizados por cada estabelecimento. Esperamos um aumento no número de atendimentos e no valor dos repasses, além de uma maior articulação da Rede Intersetorial e promoção da corresponsabilização interinstitucional. A saúde indígena foi negligenciada por muitos anos, o que dificultou a implementação de políticas de saúde em diversos âmbitos. Diante desses desafios, a Rede Intersetorial busca expandir o espaço para o

debate e a concretização de ações estratégicas voltadas à saúde indígena, assegurando o direito à saúde de forma integral, respeitando as especificidades de cada povo ou grupo de povos indígenas, promovendo a democratização do acesso aos serviços e a co-gestão contínua.

PANDEMIA DE COVID-19: IMPACTOS À SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Odilon Adolfo Branco de Souza, Cláudia Mara de Melo Tavares

A Pandemia de covid-19 teve um impacto profundo na vida dos profissionais de saúde, que precisaram se adaptar rapidamente à nova realidade. Esses profissionais foram colocados na linha de frente da batalha contra o vírus, o que os expôs a uma série de desafios emocionais e organizacionais. Esse cenário acelerou o desenvolvimento de descontrole psíquico e dificuldades na organização das rotinas de trabalho. O presente estudo tem como objetivo compreender as repercussões profissionais e pessoais que a pandemia trouxe para as equipes multiprofissionais de saúde, através das vivências dos próprios pesquisadores; identificar os desafios e fatores marcantes enfrentados no processo de assistência durante a pandemia; explorar os problemas de saúde mental experimentados pelos profissionais e o suporte percebido/recebido, além das reais necessidades psicossociais; examinar as redes de apoio e atenção psicossocial disponíveis para os profissionais, analisando seus pontos fortes e fracos; e, finalmente, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que ofereçam o suporte necessário a esses profissionais em situações de crise pandêmica. Esta pesquisa faz parte de um doutorado em ciências da saúde, utilizando uma abordagem qualitativa epistemológica e exploratória. A metodologia escolhida é a Sociopoética, que valoriza os participantes como co-responsáveis pela produção de conhecimento, reconhecendo a importância da criatividade artística e da dimensão ético-estética e política na construção coletiva do saber. A coleta de dados será realizada de maneira subjetiva, artística e estética por meio de encontros com o grupo pesquisador, que também são co-participantes do estudo. Nessas reuniões, serão aplicadas técnicas ou atividades construídas em oficinas previamente agendadas. Posteriormente, os dados serão analisados de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, agrupando os elementos produzidos nas oficinas para gerar um banco de dados que será analisado, editado, traduzido e descrito. Espera-se que os resultados revelem as emoções e sentimentos dos profissionais de saúde que estiveram envolvidos no processo assistencial e gerencial durante a Pandemia de covid-19, bem como as cicatrizes deixadas por essa experiência. A intenção é que essas descobertas contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam suporte adequado aos profissionais em situações de crise pandêmica, oferecendo ações de proteção e apoio. Considerando que o estresse enfrentado por esses profissionais afeta sua produtividade, frequência ao trabalho e satisfação profissional, e que a pandemia exacerbou essa realidade, é essencial identificar ou organizar redes de apoio. Estudos mostram que o estresse extremo pode desencadear manifestações psicopatológicas, tornando urgente o estabelecimento de mecanismos de suporte que assegurem o bem-estar e a qualidade do trabalho dos profissionais de saúde.

PROJETO INTEGRA E AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Fernanda Manzini, Silvana Nair Leite, Luisa Arueira Chaves, Celia Machado Gervasio Chaves, Adelir Rodrigues da Veiga, Fábio Basílio, Débora Melecchi, Jorge Carlos Santos da Costa, Jorge Bermudez

O Projeto Integra é uma iniciativa conjunta entre o Conselho Nacional de Saúde, o Instituto Escola Nacional de Farmacêuticos e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) no Brasil. Criado com o objetivo de incentivar o engajamento da sociedade civil no enfrentamento dos desafios cada vez mais complexos da saúde pública no país, especialmente durante a Pandemia de covid-19, o projeto tem implementado, desde 2021, diversas estratégias para alcançar esse objetivo. Entre as ações estão a formação nacional de lideranças e a consulta ao controle social, com ênfase na participação da sociedade civil. Este resumo apresenta a experiência e os resultados das consultas políticas ao controle social. O documento retrata a experiência das consultas populares sobre as políticas de Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde e Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Apesar de terem seguido metodologias distintas, todas as consultas foram fundamentadas em princípios comuns, como a reunião de líderes regionais e nacionais, incluindo representantes de ONGs, associações profissionais de saúde, associações comunitárias, academia e setor industrial, trazendo diferentes perspectivas. As consultas promoveram reflexões por meio de debates introdutórios e grupos de trabalho, que discutiram e elaboraram propostas. Todas as consultas foram filmadas, e, ao final, foram registradas por relatores e submetidas a fichas de avaliação pelos participantes. Os relatórios resultantes foram analisados por meio de análise temática. Desde 2022, o Projeto Integra organizou 16 consultas populares em todas as regiões do Brasil, incluindo 7 reuniões regionais, 1 simpósio nacional, 2 conferências livres e 6 audiências públicas. Esses eventos reuniram mais de 600 pessoas para discutir estratégias de integração e consolidação de políticas públicas. As consultas foram amplamente bem avaliadas pelos participantes e resultaram em propostas significativas, agrupadas em 8 temas principais: Desabastecimento de Medicamentos e soberania sanitária; Propriedade Intelectual e Acesso a Medicamentos; Combate a Doenças Infecciosas Emergentes e Reemergentes; Serviços Farmacêuticos Baseados em Necessidades Sociais; Pesquisa Baseada em Necessidades Sociais; Formação de Recursos Humanos para a Integração de Políticas; Dados, Tecnologia da Informação e Intervenção em Saúde; e Tecnologias de Apoio ao Diagnóstico em Saúde. Além das propostas, essas consultas também ajudaram a fortalecer redes regionais e nacionais da sociedade civil, focadas na defesa do direito da população ao acesso a medicamentos e serviços farmacêuticos. Para construir sistemas de saúde mais eficazes, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos, é fundamental desenvolver estratégias que não se limitem apenas às políticas individualmente, mas que também promovam a integração entre diferentes políticas públicas. As propostas apresentadas refletem os desafios atuais enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que requerem uma abordagem holística para serem superados. Além disso, o envolvimento da sociedade civil é crucial para garantir a efetividade dessas políticas. A experiência relatada representa um passo importante no desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas às demandas sociais brasileiras.

O caráter inovador do Projeto Integra, ao promover a integração das políticas de saúde, fortalece o sistema de saúde e torna essa experiência um exemplo a ser compartilhado com outros profissionais.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E POPULAÇÃO LGBTI+ EM UM MUNICÍPIO NORDESTINO: O OLHAR DO LUGAR DE FALA

Miquéias Nery Leal, Vera Lucia Luiza, Regina Ferro do Lago

A população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+) enfrenta uma série de dificuldades ao interagir com os profissionais de saúde, incluindo marginalização nas práticas de cuidado, medo de expor sua orientação sexual e identidade de gênero, desrespeito e falta de acolhimento, entre outros obstáculos relatados no acesso aos serviços de saúde. A promoção da saúde integral para essa população exige a superação de toda forma de discriminação (LGBTIfobia), que impacta diretamente a produção e manutenção da saúde. O objetivo deste estudo é investigar os entraves existentes na Atenção Primária à Saúde (APS), segundo a percepção dos usuários LGBTI+ do município de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco. No percurso metodológico, trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa, realizado por meio de entrevistas semi-estruturadas, entre 13 e 20 de setembro de 2022, com membros e usuários LGBTI+ que buscam atendimento na associação Cores do Capibaribe. O foco da pesquisa foi explorar as percepções dessa população em relação ao uso da APS, particularmente as dificuldades enfrentadas nos serviços de saúde primária do município. Os resultados mostram que as pessoas LGBTI+ utilizam a Unidade Básica de Saúde (UBS) para procedimentos preventivos, como vacinação e exames de rotina. Embora a UBS seja o ponto de entrada para esses serviços, muitos também recorrem ao Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). No entanto, os usuários relataram sentimentos de insegurança, constrangimento e falta de acolhimento durante o atendimento na APS. Na discussão, foi realizada uma análise comparativa com outros referenciais sobre as demandas dos usuários LGBTI+ nos serviços de APS, evidenciando barreiras e dificuldades no acesso e permanência nesse serviço de primeiro contato. A conclusão destaca que, apesar dos avanços nas políticas públicas, a população LGBTI+ ainda enfrenta muitas dificuldades no uso dos serviços de atenção em saúde no município estudado, especialmente na APS, onde ocorre o primeiro contato. Essas dificuldades são motivadas por estigmas, preconceitos e discriminação que persistem nesse ambiente.

O PROTAGONISMO DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

José Gabriel Ferroni Leão, Oranian dos Anjos e Silva Gomes Amaro, Mariato Có,
Muriel Cardozo Martins, Priscila Tadei Nakata Zago, Fernanda Mattioni,
Michele Neves Meneses, Carmen Lucia Mottin Duro, Cristianne Famer Rocha

A enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental no sistema de saúde, gerenciando equipes, organizando o espaço físico e coordenando as diversas salas de

atendimento, como as de vacinas, curativos e acolhimento, entre outras. Além da gestão, a enfermagem também realiza consultas, com o objetivo de identificar problemas recorrentes na população atendida e resolver demandas assistenciais conforme a legislação. Suas atribuições incluem ações de promoção, proteção, reabilitação e manutenção da saúde, prevenção de riscos e agravos, diagnóstico e tratamento, o que torna essa profissão essencial na APS. O objetivo deste relato é compartilhar a vivência de acadêmicos de enfermagem em uma unidade de saúde. Trata-se de um relato de experiência de estudantes do 9º semestre de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolvido nas atividades práticas curriculares em 2023, em uma unidade de saúde na cidade de Porto Alegre. Durante essa vivência, foi possível observar a atuação da enfermagem na APS e os diversos processos de trabalho voltados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Sob supervisão da enfermeira da unidade, os acadêmicos participaram tanto de processos gerenciais quanto do cuidado direto ao paciente e à comunidade, como a coordenação da equipe técnica de enfermagem, o gerenciamento das escalas, o apoio à equipe na avaliação de usuários – com ênfase em feridas crônicas – e a realização de consultas de enfermagem. Os acadêmicos também participaram do Programa de Saúde na Escola (PSE), onde desenvolveram um folder sobre alimentação saudável, que foi distribuído durante uma palestra em uma escola da região. Os resultados dessa experiência foram muito enriquecedores, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades dos acadêmicos como futuros enfermeiros e para uma maior compreensão da prática cotidiana da enfermagem na APS. A vivência também permitiu reconhecer a relevância da atuação da enfermagem neste cenário, dada a importância do trabalho realizado por essa categoria profissional. Conclui-se que essa experiência é de grande valor para os graduandos, uma vez que o aprendizado prático no cotidiano dos serviços reforça a importância do trabalho da enfermagem e destaca a necessidade de dar visibilidade à sua atuação na APS. Além disso, aponta algumas barreiras que ainda existem para a construção de uma enfermagem mais autônoma no contexto da saúde pública.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O BRUXISMO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE MANAUS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Saraiva de Souza, Gabriel Ferreira de Brito, Rosangela Brito dos Santos

O bruxismo é caracterizado pelo contato dos dentes em momentos que não estão relacionados às funções normais de mastigação ou deglutição, podendo ser estático ou dinâmico. Esse fenômeno geralmente ocorre de forma inconsciente durante o sono, sendo o ranger de dentes uma prática comum na população em geral. Muitas pessoas relatam episódios de ranger os dentes, especialmente durante o repouso. A identificação precoce dos sinais e sintomas do bruxismo é fundamental, pois os danos causados por esse hábito podem ser permanentes. Por essa razão, durante o exame clínico, é imprescindível que os profissionais de saúde fiquem atentos e realizem uma anamnese detalhada para garantir o diagnóstico correto. Embora uma medida terapêutica definitiva para o bruxismo não esteja prontamente disponível, a colaboração entre o profissional de saúde, o paciente e outros

especialistas da área é essencial para a eliminação dos sintomas e do desconforto. A placa de mordida é um dispositivo personalizado, moldado de acordo com a dentição do paciente, e deve ser utilizado durante o período noturno ou, conforme orientação profissional, durante o dia. O objetivo principal é aliviar as tensões musculares faciais e proteger as estruturas dentárias contra o desgaste e as forças exercidas durante o atrito e apertamento dos dentes. Este estudo descritivo, do tipo relato de experiência, foi realizado por acadêmicos de odontologia de uma instituição privada em Manaus, por meio de um projeto de extensão. A ação ocorreu em uma escola pública na Zona Oeste de Manaus, utilizando slides e recursos visuais para facilitar a compreensão do tema abordado. Durante a ação, constatou-se que grande parte do público desconhecia a condição do bruxismo, o que gerou muitas perguntas ao longo da palestra. Um dos temas que mais se destacou foi a forma de diagnosticar o bruxismo, já que alguns participantes apresentaram sinais e sintomas característicos, enquanto outros relataram conhecer familiares ou pessoas próximas com esses sinais. Vale ressaltar que apenas um dentista pode diagnosticar corretamente e indicar o tratamento adequado. Conclui-se que é essencial realizar ações educativas que promovam o autocuidado dos participantes, incentivando a tomada de decisões favoráveis para o bem-estar da saúde bucal e ampliando o conhecimento sobre a patologia e o tratamento indicado pelo dentista. A ação educativa possibilita a troca de saberes entre os ouvintes e os palestrantes, gerando insights valiosos. A extensão universitária é fundamental, pois possibilita uma maior aproximação entre a vivência acadêmica e a futura prática profissional.

INFORMATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE SANITÁRIO SOSVIDA: UM RELATO DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

João Carlos Silva de Oliveira, Rogério Luiz Araújo Carminé, Saymon Erickson da Silva Souza, Nazivaldo Caciocley Camelo Correa, André Almeida Venancio, Glenn de Aguiar Oliveira da Fonseca, Marcos Paulo Ferreira Mamede dos Santos, Jefferson Dionizio Soares de Souza, Fabíola Mendonça da Silva Chui

O Serviço de Transporte Sanitário SOS VIDA da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus é responsável pelo transporte de pessoas com agravos crônicos de saúde, que necessitam de tratamentos contínuos, utilizando uma frota de 48 veículos adaptados. Gerenciar esse processo de forma manual sempre foi um desafio, dada a complexidade e o tempo exigido. Em janeiro de 2024, com o objetivo de tornar o processo mais eficiente, foi implementado um software, e este estudo discute não apenas a criação do Sistema de Informação (SI) SOS VIDA, mas também a experiência das pessoas envolvidas, os desafios enfrentados e as melhorias percebidas pelos técnicos e gestores durante essa transição tecnológica. O desenvolvimento e a implantação do software ocorreram ao longo de cinco meses, envolvendo cinco analistas de desenvolvimento e banco de dados, além de cinco membros da equipe do Serviço SOS VIDA. O sistema foi construído utilizando as tecnologias de código aberto PHP e MariaDB, com acesso pela rede da Secretaria mediante credenciais. Após o desenvolvimento, o sistema foi implantado nas unidades do SOS Vida, com etapas de configuração, treinamento, testes e ajustes conforme as necessidades. Entrevistas foram realizadas para captar as percepções dos participantes sobre os desafios, o uso da tecnologia e as

melhorias observadas após a informatização. Além disso, foram coletados dados do SI SOS VIDA para analisar o impacto da solução no atendimento. Em 2024, mesmo sem ampliação da frota de veículos, houve um aumento expressivo de 29,4% no número de usuários atendidos e de 11,1% nos trajetos realizados em comparação ao primeiro trimestre de 2023. Quando comparado à média dos primeiros trimestres de 2019 a 2023, o aumento foi ainda mais significativo, com um crescimento de 72,9% no número de usuários atendidos e de 24,7% nos trajetos. Em relação às percepções dos 20 participantes do processo, destacou-se a importância dos relatórios organizados pelo sistema, que detalhavam endereços e bairros em ordem cronológica, facilitando a compreensão dos padrões de demanda ao longo do dia e permitindo ajustes estratégicos nas operações, como a otimização de rotas. A informatização reduziu falhas operacionais e aumentou a segurança das informações com a transferência para um formato digital com autenticação. O módulo de visualização de disponibilidade de veículos em tempo real trouxe uma transformação significativa ao processo, permitindo maior agilidade no atendimento. O Serviço SOS VIDA, desde sua criação, teve um impacto positivo expressivo, beneficiando milhares de pessoas que necessitam de transporte para atendimento médico. Com o aumento da demanda, a informatização se tornou necessária para melhorar a gestão e facilitar a tomada de decisões. Os registros no SI SOS VIDA demonstram a eficiência e o impacto positivo na gestão da Secretaria em pouco tempo. A colaboração entre as equipes de TI e saúde foi fundamental para o sucesso da iniciativa. Os relatos dos participantes evidenciam melhorias como a redução de esforço, erros e tempo, além de avanços na comunicação e transparência, beneficiando todos os envolvidos. A informatização do programa se destaca como um paradigma de inovação e eficiência, ressaltando a importância contínua de investir na transformação digital da Secretaria para proporcionar um atendimento de saúde de melhor qualidade aos cidadãos.

O PAPEL ESSENCIAL DO ENFERMEIRO PEDIÁTRICO NA SAÚDE: CUIDADOS DOS PACIENTES CRÔNICOS E DOMICILIARES

Liege Lessa Godoy, Gustavo Hanich Kirsch, Simone Vargas Dias, Vinicius Mello de Oliveira, Mariangela Kraemer Lenz Ziede, Larissa Vitoria Apollo, Raiza Quadros

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a estratégia fundamental no tratamento de doenças crônicas é a prevenção de complicações, realizada no nível primário de atenção, com o intuito de evitar a sobrecarga dos níveis secundário e terciário da estrutura de saúde. No contexto pediátrico, as doenças crônicas são uma das principais causas de hospitalizações, levando a criança e sua família a buscar tratamento nos diversos serviços que compõem a Rede de Atenção à Saúde. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância do papel do enfermeiro pediátrico na Atenção Terciária frente ao paciente crônico, nos cuidados domiciliares e na interface com a Atenção Primária em Saúde. Trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, baseada em pesquisas realizadas em bases de dados como Scopus, PubMed, Web of Science, Google Scholar e Scielo, no período de janeiro de 2023 a janeiro de 2024. Foram incluídos artigos publicados em português, espanhol e inglês,

com resumos disponíveis e indexados pelos termos “atenção terciária”, “enfermagem”, “pediatria” e “paciente crônico”. Todos os artigos selecionados estavam disponíveis na íntegra, proporcionando uma visão abrangente e atualizada para embasar as análises e discussões. O enfermeiro pediátrico desempenha um papel essencial no cuidado de pacientes com doenças crônicas, sendo a essência da profissão o olhar integral à assistência, embasado em ciência e acolhimento. Esse profissional estrutura seu plano de cuidado visando o manejo contínuo e diferenciado do paciente crônico, cujo tratamento pode gerar uma sobrecarga nos cuidados domiciliares devido a fatores familiares, pessoais e socioculturais. No entanto, a falta de coordenação do cuidado e de comunicação eficaz entre os níveis primário e terciário de atenção à saúde contribui para a oferta inadequada de cuidados, além de gerar insatisfação e diminuir a segurança do paciente pediátrico nos serviços de saúde. As fragilidades na gestão do cuidado ao paciente crônico nos diferentes pontos da rede geram obstáculos na continuidade do atendimento, como o aumento da sobrecarga materna, a desarticulação entre os serviços e a baixa resolutividade. A ausência de articulação entre os serviços de saúde na transferência de cuidado compromete a continuidade do tratamento, resultando em complicações e hospitalizações desnecessárias para crianças com doenças crônicas. Nesse cenário, o papel do enfermeiro na Atenção Terciária torna-se ainda mais relevante. Além de gerenciar a complexidade dos cuidados assistenciais, o enfermeiro deve garantir a efetiva transferência de cuidado, que se configura como um dos aspectos mais importantes para a continuidade do tratamento do paciente pediátrico. Esse papel é reforçado pela função de educador, que o enfermeiro exerce a cada nova internação, promovendo a instrução dos cuidadores e familiares. No entanto, o cuidado em rede só será efetivo se houver articulação entre os diferentes serviços que compõem essa rede e se a oferta de cuidados for organizada de acordo com as demandas dos usuários. Por fim, destaca-se que o enfermeiro atuante na Atenção Terciária desempenha um papel crucial na consolidação das Redes de Atenção à Saúde, utilizando abordagens que aproximam os diferentes pontos de atenção. Essas ações são instrumentos essenciais para garantir a continuidade do cuidado a pacientes pediátricos com doenças crônicas, promovendo uma melhor integração entre os níveis de atenção e assegurando um cuidado de saúde mais eficiente e seguro.

PROGRAMA SAÚDE NOS PARQUES: UMA ESTRATÉGIA PÚBLICA DE PROMOÇÃO A ATIVIDADE FÍSICA EM AMBIENTES COM ÁREA VERDE

Álissa Melo Tolfo, Eduarda Valim Pereira, Rafael Santos de Moura, Camila Fernandes, Andriago dos Santos Mazzuco, Leandro Fernandes Maffei, Ricardo Teixeira Quinaud, Joni Márcio de Farias

O programa Saúde nos Parques, uma iniciativa em parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Promoção da Saúde da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), está alinhado com uma das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa reduzir a prevalência de inatividade física no mundo. O programa oferece à comunidade o uso de três parques públicos para a prática de exercícios físicos, com orientação e supervisão gratuita de profissionais de

Educação Física, além de avaliação, prescrição e acompanhamento diários das atividades físicas. A admissão no programa ocorre de forma contínua, podendo ser feita via encaminhamento das Unidades Básicas de Saúde ou diretamente nos parques. Além da orientação sobre exercícios, todos os participantes passam por avaliações clínicas e laboratoriais, realizadas presencialmente ou por meio de tele saúde. O objetivo principal do programa é garantir o acesso à promoção da saúde para toda a população, utilizando os parques municipais como uma política permanente de promoção do bem-estar. Atualmente, o programa conta com a participação de aproximadamente 150 pessoas, organizadas em grupos que se reúnem nos horários matutino, das 7h às 9h, e noturno, das 18h às 20h. Para facilitar o acesso, os interessados podem se inscrever por meio de um QR code disponível em outdoors e flyers, que direciona para um formulário com perguntas de identificação pessoal e o preenchimento do Questionário de Prontidão para Atividade Física. Posteriormente, um profissional de saúde entra em contato com os inscritos, através de busca ativa, para identificar a disponibilidade de horários e fornecer orientações para o início das atividades físicas. Este contato é realizado via ligação telefônica ou mensagem de WhatsApp, utilizando uma ferramenta automatizada (bootmaker). Após o contato inicial, e com o interesse confirmado, os participantes são encaminhados ao TELESÁUDE, o canal oficial da Secretaria de Saúde do município, onde são solicitados exames laboratoriais. Com a realização dos exames e a consulta médica, os participantes tornam-se aptos a iniciar as atividades físicas nos parques. Nesses espaços, são realizados testes iniciais de bioimpedância, antropometria, além da prescrição e orientação de exercícios. Para facilitar o controle das atividades, cada participante recebe um crachá colorido, indicando seu status de saúde: verde (sem comorbidade), amarelo (com comorbidade controlada) e vermelho (com comorbidade não controlada). Os crachás também incluem informações sobre a frequência cardíaca ideal, que deve estar entre 50% a 70% da frequência cardíaca de reserva. Os resultados preliminares indicam um aumento progressivo no número de participantes, com atendimento a diferentes faixas etárias, e a diminuição de fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, além de uma melhoria na qualidade de vida. O programa também promove a utilização de espaços públicos com áreas verdes, incentivando uma mudança de comportamento na população de Criciúma e fortalecendo os vínculos sociais e a coesão comunitária entre os frequentadores dos parques. No entanto, devido ao pouco tempo de implementação, ainda não estão disponíveis dados de impacto sobre os marcadores biológicos de saúde dos participantes.

EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO DE TELEMEDICINA EM BORBA, AMAZONAS: O OLHAR DO MÉDICO

Ananda Miranda de Lima, Airton Ribeiro Lopes, Ronaldo Queiroz de Sá

A implantação do serviço de telemedicina no município de Borba, por meio do Projeto de Assistência Médica Especializada Via Telemedicina (TELEAMES), tem sido uma iniciativa valiosa para o fortalecimento do atendimento ambulatorial. Esse projeto, promovido pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), busca atingir os princípios de equidade, universalidade e integralidade no sistema de saúde, ao ampliar a capacidade de atendimento, reduzir barreiras geográficas e otimizar custos e tempos de espera. O objetivo do TELEAMES é

proporcionar um acesso mais rápido e eficaz a consultas especializadas, especialmente para populações em áreas distantes, contando com a parceria do Hospital Israelita Albert Einstein, referência na área de telemedicina. As consultas on-line são realizadas cinco dias por semana, nos turnos da manhã e tarde, e oferecem diversas especialidades, como endocrinologia, neurologia, gastroenterologia, pneumologia, cardiologia, infectologia, psiquiatria, pediatria e reumatologia, tanto para adultos quanto para crianças. O desenvolvimento do serviço ocorre em uma sala especialmente reservada no Ponto de Telessaúde de Borba, equipada com tecnologia adequada, internet de qualidade e equipe qualificada, incluindo um médico mediador e um técnico administrativo dedicados. O serviço funciona com base em um fluxograma que organiza o atendimento. Os pacientes são encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde e outros pontos de atenção, levando consigo o Termo de Referência. Ao chegar ao Ponto de Telessaúde, o médico mediador realiza uma reavaliação para confirmar a necessidade do atendimento especializado. Se confirmada, o paciente é cadastrado na plataforma e tem sua consulta agendada. No dia da consulta, os pacientes passam por uma triagem e são encaminhados à sala para a teleconsulta, sempre com a presença do médico mediador. Todas as teleinterconsultas seguem as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo o sigilo das informações sensíveis dos pacientes. Após a consulta, as condutas médicas são registradas no sistema e o médico mediador se encarrega de orientar e conduzir o seguimento dos casos. O retorno dos pacientes é garantido assim que realizam os exames solicitados ou quando há necessidade de reavaliação após prescrição de medicações. As teleinterconsultas são realizadas diariamente, atendendo tanto a população da sede do município quanto das comunidades próximas que necessitam de atenção especializada. Os resultados do projeto TELEAMES têm sido muito positivos, pois a telemedicina tem facilitado o acesso da população a consultas especializadas, reduzindo significativamente as filas de espera do Sistema de Regulação (SISREG). Além disso, a telemedicina diminui os custos com deslocamentos desnecessários e melhora a qualidade da assistência prestada, tornando-a mais eficiente e resolutiva. O projeto também contribui para a qualificação dos profissionais de saúde por meio da educação permanente e tem gerado um aumento na satisfação dos usuários, que percebem a melhoria no atendimento oferecido.

SETEMBRO AMARELO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PREVENÇÃO AO SUICÍDIO NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA, AMAZONAS

Marcos Vinícius Santos Batista Silva, Euzamar Oliveira Vasconcelos, Valéria Arruda Rodrigues

O suicídio é um grave problema de saúde pública e, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), está entre as principais causas de morte no mundo, com números crescentes a cada dia. Em resposta a essa questão, a campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio é realizada anualmente no mês de setembro em todo o país, com o objetivo de promover a valorização da vida e cuidados em saúde mental. O dia 10 de setembro é marcado como o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, sendo uma data crucial para sensibilização. O presente projeto teve como foco a conscientização

e a prevenção entre os estudantes da rede municipal de ensino do município de Rio Preto da Eva, no estado do Amazonas, por meio de uma abordagem educativa. Foram realizadas palestras ao longo do mês de setembro de 2023 nas 21 escolas do município, com o tema “Se precisar, peça ajuda”, envolvendo a participação de aproximadamente 3.500 estudantes. A ação, realizada anualmente, visa conscientizar os alunos sobre a importância de buscar ajuda e de adotar práticas de cuidado com a saúde mental. As atividades contribuíram significativamente para que os estudantes pudessem refletir sobre a importância de falar sobre suas emoções e buscar apoio quando necessário. Essa iniciativa está alinhada com as diretrizes da campanha Setembro Amarelo, que foca na orientação e participação efetiva em ações preventivas. Ao longo dos anos, os encontros têm se mostrado essenciais para a prevenção do suicídio, proporcionando um espaço de acolhimento, esclarecimento de dúvidas e apoio aos estudantes em suas dificuldades e conflitos emocionais.

HUMANIZAÇÃO DO PARTO: ESTUDO NA PERSPECTIVA DE ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE

Ana Carolina Souza Dias, Letícia de Araújo Pinto, Gisele Viana Arantes, Lisie Alende Prates

Durante muitos anos, o parto era tradicionalmente assistido por mulheres, conhecidas como parteiras, cujo conhecimento era transmitido de forma empírica, com base em suas experiências. No entanto, com o avanço da medicina, o parto passou a ser realizado predominantemente em ambiente hospitalar, e com isso, surgiram intervenções muitas vezes desnecessárias e mecanicistas, afastando o parto de sua essência fisiológica. Nos últimos anos, um movimento pela humanização do parto vem ganhando força, enfatizando a importância de resgatar o protagonismo e o empoderamento feminino durante o processo de nascimento. Esse movimento destaca a necessidade de promover discussões sobre a humanização do parto, especialmente na formação acadêmica dos profissionais de saúde. Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar os conhecimentos e vivências de acadêmicos da área da saúde sobre a humanização da assistência ao parto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, realizada com acadêmicos da área da saúde de uma instituição de ensino localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, durante os meses de janeiro a maio de 2022. A pesquisa foi aplicada a estudantes maiores de 18 anos, matriculados nos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina, devido à presença de componentes curriculares relacionados à saúde da mulher nesses cursos. Os discentes foram convidados a participar por meio de divulgação nas redes sociais, entre outros meios. A coleta de dados foi feita online, por meio de um formulário no Google Forms, contendo perguntas fechadas e abertas. A maioria dos participantes era do sexo feminino, solteiras e autodeclaradas brancas, provenientes de municípios do Rio Grande do Sul, embora sete fossem de outros estados brasileiros. Nos depoimentos, os estudantes ressaltaram a importância do poder de escolha das parturientes e a necessidade de uma assistência baseada no respeito, acolhimento e vínculo. Os participantes destacaram a relevância dos métodos não farmacológicos para alívio da dor, além de enfatizarem a liberdade de movimentação e posicionamento da mulher durante o parto. Também

mencionaram práticas humanizadas como o clampeamento tardio do cordão umbilical e o contato pele a pele logo após o nascimento. A partir das respostas, percebe-se que os conhecimentos dos discentes estão alinhados com as diretrizes e premissas dos principais documentos que norteiam a humanização do parto e nascimento, como as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal e as Boas Práticas de Atenção ao Parto e Nascimento. Contudo, os estudantes apontaram que, na prática obstétrica, ainda há condutas mecanicistas que se distanciam do modelo de humanização. Entre as práticas observadas, destacaram-se agressões físicas e verbais, a realização de procedimentos sem o consentimento da paciente, e a falta de informações adequadas por parte dos profissionais de saúde. Também foi relatado o descumprimento da lei que garante o direito ao acompanhante de parto, a indução precoce do trabalho de parto e a realização de cesáreas sem indicação real. Diante disso, pode-se concluir que os participantes da pesquisa possuem conhecimento sobre as boas práticas de assistência ao parto e nascimento e estão aptos a atuar como novos agentes de transformação na área obstétrica. A partir de sua formação, esses futuros profissionais são capazes de reconhecer as condutas que se distanciam da humanização e contribuir para uma mudança no modelo de atendimento obstétrico.

DESAFIOS DE SAÚDE MENTAL EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA NO ESTADO DO PARÁ

Gabriella do Carmo de Azevedo, Carlos Matheus Matos Santos dos Santos

O presente trabalho busca discutir os desafios da saúde mental em comunidades de baixa renda no Estado do Pará, que são diversos e complexos. Em áreas com recursos limitados, o acesso a serviços de saúde mental de qualidade é frequentemente escasso, o que resulta em subdiagnóstico e subtratamento de condições psicológicas. Além disso, fatores socioeconômicos, como o desemprego, a violência urbana e a falta de moradia adequada, contribuem significativamente para o aumento do estresse e dos problemas de saúde mental nessas comunidades. Inicialmente, é importante destacar a falta de conscientização sobre a relevância da saúde mental e o estigma associado à busca por ajuda psicológica, desafios particularmente preocupantes em um país como o Brasil, que lidera os índices de ansiedade no mundo. A insegurança alimentar e o desemprego restringem o acesso à saúde, fazendo com que muitas pessoas sofram em silêncio, especialmente as da população negra. Profissionais de Serviço Social desempenham um papel crucial nesse contexto, ao ampliar o acesso aos direitos por meio das políticas públicas, buscando melhorar as condições socioeconômicas e o acesso aos serviços de saúde mental. As comunidades de baixa renda são especialmente suscetíveis ao sofrimento psíquico, devido às condições adversas de vida. Os resultados deste estudo mostram que o fator econômico é um dos principais obstáculos ao acesso à saúde mental nessas comunidades, onde a pobreza limita as condições de gerar renda suficiente para garantir acesso a recursos básicos. A exclusão dessas populações das políticas de saúde é agravada pela localização geográfica dos serviços, muitas vezes afastados dos domicílios dessas pessoas, o que dificulta o acesso aos atendimentos. A desigualdade social é cruelmente evidenciada pela falta de acesso a tratamentos de saúde mental,

especialmente em uma sociedade capitalista que prioriza a condição física em detrimento da mental, visto que o lucro é colocado em primeiro plano. A realidade da população de baixa renda foi ainda mais agravada pelos impactos da Pandemia de covid-19, o que intensificou problemas já existentes, como cansaço extremo, irritabilidade, humilhações e discriminações, problemas que muitas vezes são normalizados em comunidades que vivem com renda mínima. Em suma, a falta de informação e capacitação sobre saúde mental está diretamente relacionada à desinformação e ao estigma que ainda cerca o tema, muitas vezes associado ao estereótipo de “loucura”, o que leva à exclusão ou à negligência dessas questões. Portanto, é essencial promover o diálogo e ações educativas nas comunidades de baixa renda, sensibilizando para a importância da saúde mental, especialmente considerando que a população negra é a mais afetada por essa dimensão da questão social.

UKU'ÚSÉ (NOSSAS VOZES): VIVÊNCIAS DE UMA ESTUDANTE INDÍGENA EM UM PROGRAMA DE RÁDIO NA FRONTEIRA OESTE

Gisele Viana Arantes, Letícia de Araújo Pinto, Marília Floor Kosby

Desde a chegada dos portugueses, os povos originários do Brasil enfrentam constantes ameaças a seus territórios e culturas. Esses ataques, que persistem até os dias atuais, não apenas desrespeitam seus direitos de existir e permanecer em suas terras, mas também silenciam suas vozes. Diante dessa realidade, é crucial dar visibilidade a esses povos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos respeitados. Considerando essa problemática, o programa de rádio Uhsã Uku'Úsé (Nossas Vozes), um projeto de extensão da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Uruguaiiana, visa promover o diálogo entre estudantes indígenas, quilombolas e a comunidade de Uruguaiiana e região. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma estudante indígena do povo Tukano, que atuou como mediadora dos encontros promovidos pelo programa de rádio. Trata-se de um relato de experiência a partir da perspectiva dessa discente, que cursa Enfermagem e participou ativamente do projeto de extensão. O programa Uhsã Uku'Úsé é fruto de uma parceria entre a Unipampa e a rádio São Miguel, vinculado ao projeto de extensão “A Grande Saúde dos Povos”, que possui um enfoque intercultural e é coordenado por uma docente do curso de Medicina do campus. Os encontros ocorreram à noite, no espaço da rádio São Miguel, entre os meses de agosto e dezembro de 2023. O objetivo principal do programa foi apresentar à comunidade ouvinte os diferentes povos e comunidades que frequentam a Unipampa e a cidade de Uruguaiiana, desconstruindo estereótipos e preconceitos relacionados aos modos de vida dessas populações. Durante as transmissões, foram entrevistados estudantes indígenas de diversos grupos étnicos, como os Tariano, Kaingang e Baré, matriculados nos cursos de Enfermagem, Medicina e Medicina Veterinária. Ao longo dos encontros, os participantes compartilharam suas vivências em diferentes contextos, incluindo suas aldeias de origem, tradições, crenças, culinária e os desafios enfrentados nos dias de hoje. Além disso, foram abordadas as dificuldades no percurso escolar, os obstáculos enfrentados dentro da universidade, e

a importância de discutir a cultura e a medicina tradicional desses povos no ambiente acadêmico, promovendo novos saberes sobre o fazer saúde. A participação no projeto contribuiu de forma significativa para a formação acadêmica e pessoal dos envolvidos, ao proporcionar um espaço para expressar suas experiências e conhecer melhor outras realidades. O projeto trouxe contribuições valiosas tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade regional, ao promover o diálogo com grupos historicamente marginalizados. Conclui-se que o programa de rádio desempenhou um papel fundamental ao promover visibilidade e espaço de fala para as comunidades indígenas e quilombolas. Encontros como esses são essenciais para que esses povos possam estabelecer sua presença nos contextos urbanos, nas aldeias e em qualquer lugar que desejarem. Ocupando espaços políticos, econômicos e sociais, eles poderão contar suas próprias histórias, sendo vistos e ouvidos pela sociedade.

UMA ANÁLISE MÉTRICA DE UM INSTRUMENTO DE AFERIÇÃO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO

Mariana Góes Turchenski, Marcos Claudio Signorelli, Solena Kusma

A violência contra a mulher afeta cerca de 736 milhões de mulheres em todo o mundo, o que equivale a uma em cada três. No Brasil, a situação não é diferente, e o país ocupa o 5º lugar no ranking de feminicídio, em uma lista que avalia 83 países. Apesar das altas taxas de Violência por Parceiro Íntimo (VPI) contra as mulheres, ainda há uma grande lacuna científica na criação ou validação de instrumentos epidemiológicos para medir esse fenômeno. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar as propriedades configurais e métricas do instrumento Composite Abuse Scale (CAS), que é mundialmente reconhecido e validado para mensurar e tipificar a violência contra a mulher. Para isso, foi realizada uma pesquisa de validação do instrumento CAS, baseada no modelo processual proposto por Reichenheim e Bastos (2021). A amostra utilizada consiste em dados secundários do estudo “Criança em Casa”, no qual 869 participantes responderam voluntariamente à CAS e a outros questionários de forma online. Para a análise e cálculo dos dados, foram utilizados os softwares SPSS e Excel. Entre os cálculos de aferição métrica, foi realizado o cálculo do Alfa de Cronbach, que avalia a consistência interna da CAS. Além disso, utilizou-se o coeficiente geral de concordância para verificar a equivalência e concordância dos itens, e, na esfera configural, foi feita a análise fatorial exploratória para examinar os constructos e fatores da CAS. Os resultados indicam que a escala possui consistência interna, já que o Alfa de Cronbach de cada item foi superior a 0,90 e inferior a 0,95. Concomitantemente, a escala também apresentou ótima concordância e equivalência, com coeficientes gerais de concordância acima de 82,6%. Na análise configural, a partir da análise fatorial exploratória, constatou-se que a estrutura latente da CAS é composta por sete fatores. Espera-se que este estudo promova a análise escalar da CAS, visando sua validação para o português brasileiro, permitindo que seja utilizada pela população brasileira. Isso poderá contribuir para a construção de políticas públicas mais assertivas e eficientes de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil.

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO EM SAÚDE

Elisandro Rodrigues, Rodrigo de Oliveira Azevedo, Daniel Demétrio Fasultino-Silva

O presente resumo refere-se à apresentação de resultados do Projeto de Pesquisa intitulado “Tecnologias educacionais e os processos de subjetivação na formação em saúde”, vinculado à linha de Pesquisa Avaliação e Produção de Tecnologias na Educação do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Tecnologias para o Sistema Único de Saúde (PPGATSUS) e à linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas em Saúde e Educação do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Práticas Pedagógicas em Saúde. A pesquisa tomou como base as noções de tecnologias educacionais e tecnologias de educação em saúde para refletir sobre os processos de subjetivação e formação em cursos da área da saúde. Foi realizada durante e após a pandemia, envolvendo discentes e docentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, Mestrado em Avaliação de Tecnologias para o SUS, Programas de Residência Multiprofissional em Saúde, Curso Técnico de Enfermagem e Curso Técnico de Nutrição e Dietética da Escola GHC. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa com características empíricas, revisão bibliográfica e teórica. Como dispositivo de pesquisa, foi utilizada a entrevista cartográfica, definida como uma conversa com finalidade específica, onde o roteiro é flexível e permite que a conversa ocorra de forma não-estruturada, priorizando a escuta atenta das vivências dos participantes. O objetivo foi descrever como docentes e discentes envolvidos na formação em saúde concebem as “tecnologias educacionais” e “tecnologias de educação em saúde”, e como esses dispositivos influenciam os processos de subjetivação dos sujeitos em formação. O contexto da pesquisa foi o uso de tecnologias educacionais durante a Pandemia de Covid-19. Foram realizadas 25 entrevistas, utilizando perguntas disparadoras como: O que você entende por tecnologias educacionais?; O que você entende por Tecnologias da Educação em Saúde?; Você conhece ou utiliza alguma? Caso sim, qual(is)? Os resultados colaboram com as seguintes hipóteses: 1) docentes e discentes, em sua maioria, equiparam as noções de “tecnologias educacionais” e “tecnologias de informação e comunicação”; 2) a noção de “tecnologias de informação e comunicação” é comumente associada a computadores e dispositivos digitais; 3) em muitos casos, as “tecnologias de educação em saúde” são vistas como uma adaptação das tecnologias educacionais para a área da saúde; 4) no início da pandemia, os docentes se viram obrigados a migrar suas práticas presenciais para o ambiente virtual de aprendizagem sem formação prévia adequada; 5) as práticas educativas presenciais foram muitas vezes simplesmente reproduzidas no ambiente virtual; 6) as tecnologias de informação e comunicação usadas fora do ambiente escolar influenciam as identidades de “ser docente” e “ser discente”, assim como as tecnologias educacionais afetam os sujeitos para além do espaço educativo.

ARQUEOLOGIA DO SENSÍVEL OU SOBRE O INFRAORDINÁRIO NO CUIDADO EM SAÚDE

Elisandro Rodrigues, Roger Flores Ceccon, Carlos Alberto Severo Garcia

Esta tábua busca promover uma conversa e aproximação institucional entre a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Escola GHC para refletir sobre os processos de cuidado em saúde. A proposta parte da ideia de narrativas em saúde, inspirada no conceito de Medicina Narrativa desenvolvido por Rita Charon, que enfatiza a competência narrativa como a capacidade de identificar e representar o tempo, rememorar acontecimentos a partir das histórias contadas pelos pacientes, e interpretar essas histórias de doença para estabelecer uma relação mais cuidadosa em saúde. A proposta é usar essas pequenas narrativas, presentes nos diferentes contextos do cotidiano, para discutir o cuidado em saúde. Sabemos que as narrativas são fundamentais no processo de constituição subjetiva de cada indivíduo; desde o nascimento até o último suspiro, estamos criando narrativas. As grandes narrativas moldam o mundo como o conhecemos, enquanto a vida de cada um de nós pode ser vista como uma grande narrativa composta por pequenas histórias cotidianas. Narrar é trabalhar com a memória viva que nos foi transmitida desde os primórdios da humanidade. No campo do cuidar em saúde, a narrativa oferece inúmeras possibilidades para uma prática mais humanizada, pois permite compreender as histórias contadas pelos pacientes durante os atendimentos. Dessa forma, o cuidado em saúde está intimamente ligado à “política da narratividade”. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), a prática cotidiana dos profissionais de saúde é permeada por narrativas, e talvez o que nos falte seja justamente qualificar nossa escuta e refinar o processo de cuidado em saúde, ancorados na prática literária e na competência narrativa, prestando mais atenção às palavras e às histórias. Propõe-se, assim, uma tábua que convida a observar de perto as palavras, o cotidiano do cuidado em saúde, e a “arqueologia do sensível”, como quem toma nas mãos o gesto e o deslocamento do olhar e da escuta. Se a saúde é um ato político, refletir sobre a palavra e seu poder enquanto território vivo do cuidar é, de certa forma, reconhecer que narrar a vida e o “infraordinário” também é um ato político. Em outras palavras, pensar uma arqueologia do sensível e o infraordinário no cuidado em saúde é reconhecer que é no encontro com as palavras do outro que se constroem os atos de cuidado. Isso é o que Deleuze sugere ao pensar a saúde como literatura, ou o que Georges Perec aborda em seu texto sobre o infraordinário, propondo a criação de nossa própria antropologia – ou, parafraseando, talvez seja o momento de criarmos nossa própria arqueologia do sensível. Isso implica interrogar aquilo que, de tão comum, deixou de nos surpreender: a vida do outro. Talvez o que nos falte, como sugere Emerson Merhy em uma entrevista de 2013 no Encontro Regional da Rede Unida em Inhotim, seja tornar sensível o nosso corpo, como também nos lembra Didi-Huberman, para que possamos perceber e valorizar as sutilezas e singularidades do cuidado em saúde.

LUTAS, LINHAS E AGULHAS: CARTOGRAFIA DE COLETIVOS DE MULHERES BORDADEIRAS EM TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Carla Pontes de Albuquerque, Keliomar Luiza Francisco Gomes, Marisa Flávia Silva

Este projeto busca mapear coletivos de resistência em territórios alvo de gentrificação. Na Gamboa, bairro que integra o Porto Maravilha, um grupo de mulheres utiliza o bordado como dispositivo de expressão cultural e política, reverberando potencialidades pessoais e convergindo lutas por direitos coletivos. Com uma perspectiva cartográfica, as tramas dos encontros semanais de bordar são tecidas, juntamente com as participações em manifestações populares, feiras artesanais, redes com outros coletivos femininos e o cuidado recíproco comunitário. O coletivo Linhas da Gamboa foi constituído em 2022, no momento em que a Pandemia de covid-19 já apresentava descenso, devido ao aumento da cobertura vacinal. Embora a mortalidade causada pelo vírus fosse menor, as repercussões das graves perdas sofridas e da conjuntura política e econômica adversa ainda eram profundamente presentes, especialmente em territórios vulnerabilizados. Integrantes do projeto de extensão “Produção de sentidos e diversidades expressivas na formação interativa e interdisciplinar na saúde”, bem como outros projetos da Comunidade de Aprendizagem Sumaúma, relacionados ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), têm experienciado processos de educação popular e saúde com grupos populacionais engajados em lutas por equidade. Entre as aprendizagens técnicas do bordado, ocorre uma intensa troca de experiências de vida, com conversas que circulam entre diferentes narradoras. A cada encontro, novas agendas emergem, como o apoio a causas político-sociais, a participação em manifestações de rua, a organização de oficinas e eventos, além do preparo de exposições. Historicamente, o bordado foi associado às mulheres e suas habilidades domésticas, frequentemente relegado a um papel secundário em relação às atividades masculinas. No entanto, as mulheres vêm ressignificando essa prática, transformando o bordado em uma forma de expressão de narrativas, memórias, preservação cultural, fortalecimento das lutas feministas, ativismo e resistência. Coletivos como o Linhas da Gamboa são verdadeiros faróis de solidariedade feminina, promovendo apoio mútuo. Eles também contribuem para a narrativa mais ampla da Gamboa como um território de resistência, onde as comunidades se unem para proteger suas raízes culturais e históricas. Em suma, a cartografia revela que as bordadeiras da Gamboa não apenas costuram linhas e histórias, mas também os laços culturais e sociais que mantêm vivas as tradições e a resistência em meio às mudanças que precarizam a vida de grupos vulnerabilizados na cidade e no campo. Essas bordadeiras são guardiãs de um legado cultural, e a universidade, bem como as instituições acadêmicas, têm muito a aprender com coletivos como esse.

CARTOGRAFIAS E TERRITÓRIOS DE VIDA : O PORTFÓLIO COMO DISPOSITIVO PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA NA SAÚDE

Carla Pontes de Albuquerque, Daniel Netto de Aquino, Larissa Carvalho Pessanha

Esse relato traz vivências cartográficas de estudantes do primeiro período de Medicina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na disciplina de Prática em Saúde 1, do eixo de Saúde Coletiva e Humanidades, nas quais a temática ambiental e suas relações com o processo de saúde-doença-cuidado emerge de forma significativa. O registro das experiências nas aulas e no trabalho de campo foi realizado através de portfólios compartilhados por grupos de estudantes distribuídos segundo seus territórios de moradia, revelando ser o portfólio uma ferramenta educacional potente na implicação dos estudantes nos seus processos de aprendizagem. A formação de profissionais em saúde, especialmente na graduação, tem sido um campo de disputas diante das recomendações das diretrizes curriculares nacionais que indicam a importância da coerência com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Especificamente, a formação médica tem sido convocada a se deslocar de um eixo pautado em adoecimentos e diagnósticos para a construção de um conhecimento articulado com as necessidades de saúde da população, da gestão setorial e da participação social, tendo em vista um perfil generalista antenado às realidades diversas populacionais no país. O território de vida se constitui como dispositivo para a problematização das redes assistenciais de saúde, suas fragilidades e potencialidades, explicitando que a produção de saúde demanda articulações que envolvem relações sociais e também o cuidado ambiental. Especialmente na atenção básica, a territorialização viabiliza análises socioepidemiológicas, revelando os fluxos relacionais na problematização da racionalidade biomédica exclusiva, constituída em reducionismos nosológicos. Com a abordagem territorial é possível elaborar políticas de planejamento integrando outros equipamentos públicos (lazer, educação, cultura) e as próprias redes vivas produzidas no cotidiano de vida dos grupos populacionais locais. Outra potencialidade da utilização dos estudos sobre o território é a identificação da relação da comunidade com a biodiversidade local. Particularmente, em espaços marcados por injustiças ambientais, como regiões de fronteiras, áreas de barragens, assentamentos rurais e periferias urbanas, a dinâmica do poder econômico sobre o campo da vida diária é perversa. Esses espaços, geralmente permeados por interesses conflitantes, exigem dos profissionais de saúde e acadêmicos ampliarem suas análises, que necessitam ser também políticas. Para além do biológico, é fundamental conhecer os fatores que influenciam a conservação dos ecossistemas. Para o acompanhamento do processo de aprendizagem pessoal e coletivo no que tange o trabalho na saúde nos territórios de vida, a ferramenta educacional – portfólio – favorece registros dos respectivos itinerários, podendo utilizar diferentes meios expressivos na produção de agenciamentos para uma formação reflexiva. Com a perspectiva cartográfica de aprender com o território e seus fluxos cotidianos, a realização dos estudantes, monitores e docente de seus portfólios na disciplina Prática em Saúde 1, ainda que com muitos desafios enfrentados (dado hábitos remanescentes da educação bancária), tem revelado promissores horizontes no que tange uma formação em saúde mais plena. Foi possível constatar a percepção dos estudantes sobre a degradação ambiental, as consequências negativas dessa à qualidade de vida e suas inferências ao processo de saúde-doença-cuidado.

DESMISTIFICANDO OS CUIDADOS PALIATIVOS: UMA INTERVENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO JANAUBENSE

Louise Cardoso Reis, Ana Paula Menezes Bragança dos Santos

A análise do conhecimento populacional sobre cuidados paliativos (CP) no mundo revela que a maioria das pessoas desconhece o que são cuidados paliativos e suas áreas de atuação. Considerando a progressão do envelhecimento populacional e o aumento dos índices de doenças crônico-degenerativas, espera-se uma maior necessidade da prática de CP em todo o mundo. Buscando minimizar os impactos relacionados às necessidades de CP para a população de Janaúba, desenvolveu-se o projeto de intervenção (PI) “Desmistificando os cuidados paliativos: uma intervenção em saúde da população janaubense”. O projeto foi pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde de Janaúba e com a Coordenação da Atenção Básica, contando com o apoio da equipe do Melhor em Casa de Janaúba. Como estratégia para alcançar a população em geral, o PI foi realizado na feira do Mercado Municipal de Janaúba. Foram realizadas três ações de educação popular em saúde com os visitantes da feira, nos dias 07/10/2023, 11/11/2023 e 09/12/2023, com o objetivo de apresentar à população o conceito de CP como um direito à saúde de todos os indivíduos, bem como sua importância no processo saúde-doença. Para alcançar o público-alvo, foi realizada uma ação de saúde com aferição de pressão arterial e glicemia paralelamente à sensibilização sobre cuidados paliativos, com a participação de alguns integrantes da equipe do Melhor em Casa. O plano de ação seguiu o seguinte caminho: os visitantes foram abordados individualmente por um membro da equipe, que lhes entregava um infográfico e os convidava para aferição de pressão arterial, glicemia e para participar de uma roda de conversa. Paralelamente, outro membro da equipe, com o auxílio de um aparelho de som, anunciava os serviços oferecidos e a roda de conversa. A aferição de pressão arterial e glicemia se tornou um atrativo para que as pessoas se aproximassem do ponto de apoio. Após a reunião dos participantes, iniciou-se o grupo operativo, com uma roda de conversa sobre CP. Cada encontro contou com cerca de 20 a 25 participantes. Observou-se grande interesse da população a respeito do tema, com participação ativa através de dúvidas e questionamentos. Houve feedbacks positivos por parte dos participantes, com agradecimentos pela sensibilização ofertada. O trabalho desenvolvido com a população reafirmou a percepção do baixo conhecimento populacional acerca dos CP e permitiu a troca de saberes com os munícipes de Janaúba. Conclui-se que é essencial continuar propagando o conhecimento sobre CP para essa população. A educação popular em saúde é uma ferramenta importante para permitir a construção democrática e compartilhada do conhecimento. Destaca-se a importância de que devem sempre ser usadas estratégias de educação em saúde conforme a cultura local, adequando a linguagem e valorizando os espaços e construções sociais já existentes.

INTEGRANDO INSTITUIÇÕES FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO PERMANENTE COM PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE ATUAM EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Carla Pontes de Albuquerque, Graciela Esther Pagliaro, Luiz Henrique Chad Pellon, Ana Lúcia de Moura Pontes, Sérgio Ricardo Lima, Ana Paula da Silva

O Grupo de Trabalho (GT) de Saúde e Saneamento da Comissão Estadual de Direitos Indígenas do Rio de Janeiro (CEDIND RJ), integrado à Coordenação de Saúde de Populações Específicas e Equidade da Secretaria Estadual de Saúde (SES RJ), juntamente com docentes de diversas universidades e instituições acadêmicas (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ), além de indígenas aldeados e não aldeados e instituições defensoras das causas indígenas (como a Fundação Darci Ribeiro), criou um curso de extensão, na modalidade híbrida (Classroom, WhatsApp, Zoom e encontros presenciais), voltado para profissionais de saúde que atuam em Angra dos Reis, Paraty e Maricá. Para cada município, foi formada uma turma de 30 participantes. A iniciativa surgiu dos desafios na assistência à saúde dos indígenas nas redes de atenção, especialmente no contexto fragilizado da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) durante o governo Bolsonaro. Também buscou suprir o despreparo na formação dos profissionais de saúde para atuar em territórios cujas populações possuem cosmologias e formas distintas de lidar com questões de saúde e cuidado. A proposta do curso foi aprovada pela Comissão de Integração Ensino e Serviço (CIES RJ) e recebeu apoio das Secretarias Municipais de Saúde locais. O curso teve três turmas, uma para cada município (Angra dos Reis, Paraty e Maricá), com 30 trabalhadores de saúde em cada uma. Cada turma participou de seis encontros remotos em 2022, com temáticas como “Cosmologias dos grupos indígenas (Guarani e Pataxó)”, “Direitos e História das Políticas Públicas que levaram à criação de uma Atenção Diferenciada”, “Saúde da Mulher e da Criança Indígena”, “Atenção Psicossocial e Saúde Ambiental”. As temáticas foram problematizadas por convidados indígenas e profissionais com experiência nos respectivos territórios. Após os encontros remotos, a equipe de coordenação visitou presencialmente cada município para construir a proposta do trabalho de campo, que seria desenvolvido até 2023. A recomendação foi que os trabalhos, com a orientação da equipe de coordenação, qualificassem o cuidado por meio de práticas interculturais menos verticais, integrando as equipes da SESAI às redes de atenção locais. Em novembro de 2023, foram apresentados os projetos em desenvolvimento nos municípios, abordando temas como a assistência às gestantes, parturientes e puérperas indígenas nas maternidades locais, com a criação compartilhada de linhas de cuidado que respeitassem as questões culturais Guarani e Pataxó. Outros temas relevantes incluíram o cuidado com mulheres, crianças e jovens indígenas, com ênfase na saúde mental diante de casos de suicídio; promoção de saúde em ambientes escolares fora da aldeia, pouco acolhedores para estudantes indígenas; e projetos de divulgação das artes e culturas indígenas nos municípios. Apesar das dificuldades enfrentadas, como a fragilidade do sinal de internet nas aldeias e a saída dos profissionais de saúde para participar das aulas, cerca de 65% dos inscritos concluíram o curso e seguiram aprofundando os projetos iniciados.

REPERCUSSÕES DO RACISMO NO CUIDADO EM SAÚDE

José Gabriel Ferroni Leão, Oranian dos Anjos e Silva Gomes Amaro, Kelvin Chrisostomo Queiroz, Mariato Có, Déliisson Pereira da luz, Bianca Piacheski Bonfante, Lázaro Evangelista, Maria Luíza Lucas dos Santos, Cristianne Famer Rocha

O Brasil é composto, em sua maioria, por indivíduos autodeclarados pardos e negros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), 203 milhões de pessoas constituem o nosso país, que é repleto das mais diversas raças, culturas e crenças. No entanto, certos grupos populacionais são negligenciados em diversos aspectos em nossa sociedade. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída em 2009, foi um marco importante ao estabelecer diretrizes para a promoção da saúde e a prevenção de agravos entre pessoas pretas e pardas, propondo ações para mitigar as barreiras de acesso ao sistema de saúde. No entanto, a desigualdade persiste no Brasil, especialmente porque vivemos sob o mito da democracia racial, o que contribui para o adoecimento da nossa população. A falta de atenção às especificidades da população negra faz com que o atendimento oferecido a esses grupos seja pouco resolutivo, o que contribui para o desenvolvimento de comorbidades prevalentes. Ao realizar uma análise sobre a relação entre racismo e a saúde da população negra no Brasil, foram selecionados artigos relacionados ao tema através de uma revisão integrativa da literatura, utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde. A partir dos descritores “Saúde” e “Racismo”, foram identificados 33 artigos, dos quais 24 foram incluídos para análise após a aplicação de critérios de exclusão, como artigos que não eram de livre acesso, que não estavam disponíveis na íntegra ou que não abordavam especificamente a saúde da população negra e o racismo no Brasil. Os artigos foram distribuídos em categorias como Racismo Institucional, Saúde Mental, Políticas Públicas e Iniquidades. Não foi estabelecido um recorte temporal específico, e os anos com maior produção de artigos foram 2022, 2021, 2020, 2019 e 2012. Entre os tipos de estudos encontrados, destacaram-se revisões bibliográficas, estudos qualitativos, epidemiológicos e documentais. Os resultados desta revisão destacam a importância da formação sobre o racismo e suas causas, uma vez que o desconhecimento sobre políticas públicas e racismo gera desfechos desfavoráveis para a saúde da população negra. É essencial incentivar a presença de docentes negros nas universidades para fomentar a temática e promover uma produção acadêmica de qualidade. Foi constatado um déficit na produção de conhecimento sobre a saúde da população negra, e os achados reforçam a relação entre a precariedade da saúde desse grupo e os diferentes tipos de racismo existentes na sociedade contemporânea.

O CUIDADO COM CRIANÇAS/ADOLESCENTES AUTISTAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “CRE-TEA DE VERÃO”

Victor de Jesus Ribeiro Rocha, Tiali Dória Machado Santos

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação

social, podendo também apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. No âmbito do cuidado a esse público, Salvador (BA) conta com o Centro de Referência Estadual para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (CRE-TEA), que atende cerca de 220 pessoas, de variadas faixas etárias, mensalmente. O CRE-TEA possui uma estrutura física que inclui salas de atendimento equipadas com materiais terapêuticos e uma área externa para o desenvolvimento de atividades de interação. A unidade é financiada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e é fruto de uma parceria entre a Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil (LABCMI) e a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência do projeto “CRE-TEA de Verão”, realizado no mês de janeiro de 2024 com o público atendido na unidade. Sabe-se que é responsabilidade das equipes, nos diferentes níveis de atenção, trabalhar com grupos, uma vez que a dinâmica grupal favorece a troca de experiências além do trabalho educativo. Durante o referido período, foram realizadas diversas intervenções coletivas, como atividades artísticas, incluindo a oficina de tela a partir de materiais sensoriais; atividades aquáticas, como banho de mangueira, guerra de bexigas d’água e vivências na piscina; uma oficina na praia com piquenique; atividades de cozinha interativa, como a produção de salada de frutas; e brincadeiras e jogos populares realizados no parque da cidade. Acreditamos que essas atividades contribuíram para estimular a participação da família no processo terapêutico e no desenvolvimento de habilidades motoras, sensoriais e sociais, além de promover a autonomia das pessoas com TEA. Além disso, essas ações ajudaram a estabelecer e fortalecer vínculos entre família, pacientes, terapeutas e os serviços oferecidos pelo CRE-TEA.

EDUCAÇÃO PARA ALTERIDADE E MOVIMENTOS DO FAZER-SE EM UMA POLÍTICA ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

Guilherme de Souza Müller

A pesquisa aborda o problema do campo moral-social da exclusão da alteridade, da inaptidão do viver juntos e do exílio de determinadas formas de existir. Corpos estabelecidos como anormais, monstruosos, diminuídos do seu poder de afetar e ser afetado, clamando por aparecimento e pelo direito de existir. Amplia, dentre outras lentes, o biopoder sobre os indivíduos e a biopolítica sobre as vidas, que resistem e se movimentam enquanto corpos políticos e multidões. Que se chocam às técnicas de poder normalizantes e de captura do neoliberalismo e de um capitalismo farmacopornográfico, em busca de uma nova circulação dos afetos. Como respostas de iniciativas públicas à exclusão da alteridade, apresentam-se políticas para a inclusão e para a equidade em seus processos de construção. Em 2020, através do movimento de trabalhadores da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS), em prol da redução das iniquidades no SUS para as populações em situação de vulnerabilização, cria-se a primeira Política Estadual de Promoção da Equidade em Saúde (POPES). Tal Política reúne um conjunto de grupos populacionais, sendo a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT+), povos indígenas, população em situação de rua, população negra e quilombola,

povos ciganos, população privada de liberdade, população de migrantes e população do campo, entre outras. Este trabalho realizou uma cartografia dessa nova legislação, conjuntamente com os testemunhos dos operadores dessa política, como forma de posicionar sua atribuição enquanto resposta pública, assim como os circuitos de afetos presentes, sua capacidade de acolher a interseccionalidade, de recriar diferentes modos de intervenção e de superar as iniquidades presentes no SUS a partir da constante transformação da vida e da diversidade. Possibilitar, dessa forma, mover-se através de lentes de análise que acolham a imprevisibilidade dos afetos, problematizar sua emergência, suas tarefas e seus compromissos com a existência e resistência de vida de todas as pessoas. Como resultados, a partir dos documentos de políticas para populações específicas, dos documentos de construção de oficinas macrorregionais da POPES e dos testemunhos, chega-se em uma noção de “educação para a alteridade” e dos “movimentos do fazer-se” como intervenção-formação ou formação-intervenção. A educação como criadora de um movimento do “tecer” e de produção de afetos para a constituição de novas possibilidades e rumos para a promoção da equidade em Saúde no SUS.

MACHISMO E HETERONORMATIVIDADE: CONTEÚDOS IMPLÍCITOS EM INSTRUMENTO DIRETIVO DO CUIDADO ÀS CRIANÇAS VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL?

Edyane Silva de Lima, Josiane Nunes Maia, Marselle Nobre de Carvalho

Este estudo analítico e reflexivo aborda o documento “Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias”, com o objetivo de problematizar como o machismo e a heteronormatividade sustentam a violência sexual infantil, avaliando se esses aspectos estão implícitos neste documento orientador. Para essa discussão, realizamos uma análise documental e conceitual relevante à temática. A linha de cuidado, permeada por tecnologias leves em saúde, constitui um importante aparato nacional para o acolhimento e atendimento humanizado. Destacamos que a violência sexual infantil se fundamenta na violência de gênero, ocorrendo predominantemente contra meninas, tendo como principal agressor a figura masculina no contexto familiar, fatores que influenciam diretamente a qualidade do cuidado. Embora o documento reconheça fatores de risco e proteção relacionados a diferentes formas de violência, e que estas ocorrem tanto contra meninos quanto meninas, ele não problematiza a necessidade de ações diferenciadas por gênero. Há uma referência aos parâmetros éticos de abordagem, que devem ser adotados independentemente dessas nuances, incluindo a atenção às famílias. No entanto, vivemos em uma sociedade fundamentada em uma cultura machista, que nega a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, sustentando a ideia de superioridade masculina. Sob padrões heteronormativos, meninos e meninas historicamente ocupam papéis sociais conforme o que a sociedade “convenciona” como adequado, aceitando diferenças biológicas que instituem e cristalizam tais funções. Isso se reflete no exercício do cuidado, que ainda é realizado majoritariamente por mulheres, tanto no lar quanto em instituições de serviço. Portanto, destacamos que a abordagem e os cuidados prestados às crianças vítimas de violência sexual devem considerar suas particularidades, incluindo

o gênero do profissional responsável pelo acolhimento, o que pode influenciar na exposição e adesão aos atendimentos. Ao analisar o documento, observamos que não há menções explícitas a conceitos de machismo ou heteronormatividade. No entanto, ele menciona o gênero como componente da violência de gênero e estrutural, além de fazer uma breve alusão ao papel socio-histórico da mulher em suas funções domésticas, o que implicitamente remete ao padrão heteronormativo. Reconhecemos que a previsão generalizada do cuidado é importante e atende aos aspectos de gestão e planejamento, mas limita certas intervenções. Por isso, é pertinente a formulação de políticas e protocolos locais que devem ser revisados constantemente, discutidos e pactuados nas diversas instâncias de controle social. Outro ponto desafiador refere-se às ações de enfrentamento à violência sexual, sendo essencial problematizar e criar mecanismos seguros para fomentar denúncias e combater a violência em uma sociedade machista. Campanhas e iniciativas que confrontem conteúdos androcêntricos e heteronormativos, que sustentam e perpetuam uma violência simbólica “consensuada”, são urgentes e necessárias. É premente pautar essas questões em diversos espaços de sociabilidade.

DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS DE PARENTALIDADES LGBTQIAPN+ NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Stephany Yolanda Ril, Rodrigo Otávio Moretti-Pires

Este trabalho discute os desdobramentos de uma pesquisa de doutorado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina. O estudo visa aprofundar a compreensão das experiências de parentalidade entre pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades de gênero e orientações sexuais) no Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é investigar se tais experiências estão sendo abordadas de maneira inclusiva e abrangente, em conformidade com os princípios da política de saúde e da Constituição Federal de 1988. O interesse por essa temática surgiu a partir de uma pesquisa anterior realizada no mestrado, que investigou as experiências de gestação e parto de mulheres lésbicas e bissexuais. Esse estudo revelou situações de exclusão e violência nos serviços de saúde e destacou um apagamento significativo das experiências de parentalidade que não se enquadram no modelo cisheteronormativo de família. O estudo adota uma abordagem qualitativa exploratória, com a utilização de sete Grupos Focais Online (GFOs), dos quais cinco envolveram pessoas LGBTQIAPN+ que são pais ou mães e dois grupos foram compostos por profissionais de saúde. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise Temática, dividida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, seguidos de interpretação. Todas as etapas foram conduzidas em conformidade com os princípios éticos para pesquisas com seres humanos, conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH/UFSC), com parecer n.º 6.275.185. Os resultados abrangem uma diversidade de aspectos relacionados às experiências de parentalidade de pessoas LGBTQIAPN+ no SUS, incluindo questões como discriminação, estigmatização, falta de acolhimento e

barreiras no acesso aos cuidados de saúde. Por outro lado, também foram identificadas experiências positivas, com os participantes frequentemente reconhecendo o SUS como uma política pública relativamente mais preparada para acolher a população LGBTQIAPN+. Esse reconhecimento pode ser atribuído, em parte, à implementação da Portaria n.º 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que estabelece a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). O estudo contribui significativamente para identificar lacunas e áreas de aprimoramento no sistema de saúde, visando atender de forma mais eficaz as necessidades dessas famílias. A pesquisa tem o potencial de contribuir para o campo da saúde coletiva, ao destacar a importância de uma abordagem sensível às necessidades das famílias LGBTQIAPN+. Os resultados obtidos podem servir como base para a formulação de ações e políticas que promovam a equidade, inclusão e qualidade no atendimento de saúde, com o intuito de melhorar tanto o acesso quanto a experiência dessas famílias nos serviços públicos de saúde.

INTERVENÇÃO FONOAUDIOLOGICA DAS HABILIDADES AUDITIVAS E LINGUISTICAS EM CRIANÇAS USUÁRIAS DE APARELHO AUDITIVO EM UM SERVIÇO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA

Luana Speck Polli Burigo, Anna Quialheiro, Thaiana Vargas dos Santos, Luciele Kauana Woide, Luciana Berwanger Cigana, Janaina Massignani, Patricia Haas, Karina Mary de Paiva

A perda auditiva na infância compromete o desenvolvimento de habilidades auditivas, linguísticas e sociais da criança. A estimulação e a intervenção precoce por meio de terapia e uso de aparelhos de amplificação sonora pessoal (AASI) são fundamentais para melhorar a comunicação. O objetivo deste estudo foi verificar a efetividade da intervenção fonoaudiológica nas habilidades auditivas e linguísticas de crianças brasileiras com idade entre 6 e 8 anos usuárias de AASI. Trata-se de um estudo experimental que analisou o processo de intervenção em crianças de 6 a 8 anos com perda auditiva bilateral leve a grave e surdez pré-lingual usuárias de AASI, protetizadas no Instituto Otovida via SUS. As informações diagnósticas foram analisadas e as avaliações e intervenções realizadas por meio do Procedimento de Triagem Auditiva de Glendonald (GASP), teste de discriminação de fonemas com figuras (TFDF), teste de classificação de categoria de linguagem expressiva e Escala de Integração Auditiva Significativa para Bebês e Crianças (IT-MAIS). Participaram do estudo 16 crianças, divididas em grupo controle (GC) com seis crianças e grupo intervenção (GI) com dez crianças. Todos os sujeitos da pesquisa foram submetidos a duas sessões de aplicação do protocolo, e o GI passou por seis sessões de intervenção fonoaudiológica. No IT-MAIS, o GC apresentou um aumento de 9% na pontuação, enquanto o GI teve um aumento de 3% após a intervenção. O TFDF registrou um aumento de 5% no GI na capacidade de discriminação fonêmica. Os testes de classificação das categorias de linguagem expressiva e GASP foram considerados pouco sensíveis para alterar os parâmetros das habilidades auditivas e linguísticas. O estudo observou uma melhora significativa no GI no protocolo TFDF e um aumento nas pontuações do IT-MAIS em ambos os grupos.

METODOLOGIA ATIVA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Felipe Mateus Viana Nascimento, Vanessa Spolador Lopes

Nas metodologias ativas, os alunos assumem o centro do processo educacional, sendo estimulados a aprender de forma autônoma e participativa. Isso deve ocorrer por meio de disparadores, situações-problema, debates e com um pensamento crítico. Por ser um método que recentemente está sendo amplamente utilizado na área da saúde, este trabalho tem o objetivo de descrever a experiência do primeiro contato com a metodologia ativa em uma residência multiprofissional. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência. A amostra consiste na visão de um enfermeiro e uma psicóloga durante uma residência multiprofissional na região sul do Espírito Santo. As informações relatadas neste estudo consistem nas impressões e dificuldades encontradas no primeiro contato com a metodologia ativa. Os profissionais da saúde em questão tiveram toda a sua formação baseada na metodologia tradicional, onde o conhecimento era repassado pelos professores de maneira quase sempre vertical e pouco discutida. As avaliações do aprendizado ocorriam por meio de provas ou trabalhos escritos, para os quais era atribuído um valor numérico que simbolizava o sucesso ou insucesso na disciplina. A partir da residência multiprofissional, esses profissionais passaram a aprender por meio da metodologia ativa, tanto no cenário prático quanto nas tutorias, que eram as aulas teóricas semanais. A princípio, o impacto foi grande, pois foram expostos a uma metodologia que cobrava com maior intensidade a produção de resultados da aprendizagem, e que exigia discussão com os outros residentes sobre situações-problema e questões norteadoras. A avaliação é qualitativa, com conceitos de “satisfatório” ou “precisa melhorar”, de acordo com as habilidades esperadas para aquele período. Assim, surgiram várias dificuldades, como a timidez, já que nas experiências anteriores não era comum participar ativamente das aulas. Outra dificuldade enfrentada foi a necessidade de desenvolver uma disposição para buscar o conhecimento de forma autônoma, pois o conteúdo não era exposto por meio de aulas tradicionais. Além disso, foi identificado como obstáculo a falta de capacitação dos docentes para ensinar e avaliar adequadamente os discentes por meio dessa metodologia. A metodologia ativa é uma modalidade de ensino que visa estimular o aluno a buscar o conhecimento, sendo necessário, para isso, desenvolver a disposição, o interesse e a proatividade do estudante. Portanto, pode ser uma ferramenta útil na educação continuada, formando profissionais de saúde que desenvolvem não só sua capacidade teórica e técnica, mas também habilidades comportamentais importantes para a prática de trabalho. No entanto, é essencial que professores, preceptores e tutores sejam capacitados para estimular o processo de aprendizagem, sem deixar o aluno “abandonado” nesse processo, pois isso pode gerar o efeito oposto ao desejado pela metodologia.

ENFERMEIRO-GESTOR NO COTIDIANO DE TRABALHO

Gustavo Hanich Kirsch, Liege Lessa Godoy, Simone Vargas Dias, Vinicius Mello de Oliveira, Larissa Vitoria Apollo, Raiza Quadros, Mariangela Kraemer Lenz Ziede

O enfermeiro desempenha uma ampla gama de atividades de enfermagem, mas, de acordo com a Lei n.º 7498/86, que regulamenta o exercício da profissão, é reservado a ele, privativamente, a direção dos órgãos de enfermagem em instituições de saúde públicas e privadas, a chefia de serviços e unidades de enfermagem, a organização e direção dos serviços de enfermagem em empresas prestadoras de serviços, assim como a coordenação, execução e avaliação das atividades de assistência de enfermagem. Este trabalho tem como objetivo discutir o papel do enfermeiro enquanto gestor. Trata-se de um estudo de natureza descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico. A identificação dos estudos foi realizada na base de dados SCIELO, utilizando critérios de seleção que incluíram artigos publicados em português e inglês, com resumos disponíveis e indexados com os termos “gerenciamento”, “enfermagem” e “gestão”, focados no papel do enfermeiro como gestor. Além disso, os artigos selecionados estavam disponíveis na íntegra para consulta. O levantamento foi realizado entre os meses de janeiro e março de 2024, e resultou na identificação de 60 publicações, das quais 15 foram selecionadas para análise detalhada. Após a análise, emergiram dois eixos temáticos principais: “As bases da Administração” e “Gerência de Enfermagem na Prática”. Taylor, considerado o pai da administração, defendia que a produtividade seria maior com o treinamento adequado dos trabalhadores. Fayol, por sua vez, destacava a importância do controle e definia as funções administrativas como prever, planejar, organizar, coordenar e controlar. A Teoria das Relações Humanas, de Elton George Mayo, enfatizava a necessidade de humanizar e democratizar a administração, ressaltando o papel das ciências humanas, como psicologia e sociologia. Apesar dos avanços teóricos, o gerenciamento dos serviços de enfermagem, tanto hospitalares quanto ambulatoriais, ainda está aquém do ideal, com modelos tradicionais, hierárquicos e baseados em controle e obediência às normas, predominando. O gestor de enfermagem tem um papel crucial na saúde, sendo responsável pela gestão dos serviços de enfermagem e pela integração das áreas administrativas, assistenciais e de ensino/pesquisa, com o objetivo de assegurar a qualidade do atendimento. Conclui-se, com base na literatura revisada, que a gerência de enfermagem é uma atividade exclusiva do enfermeiro, e é essencial que essa capacitação seja desenvolvida durante a graduação, utilizando as teorias da administração para nortear a prática profissional diante dos desafios cotidianos. A contínua formação em gestão é fundamental, permitindo que o enfermeiro enfrente as situações diárias com conhecimento e embasamento adequados.

A HUMANIZAÇÃO NA RELAÇÃO USUÁRIO-MÉDICO NO SUS

Manoela de Menezes Gomes, Brenda Garcia Xavier, Gabriel Bertoncello Clímaco, Gabriela Hernandez Dumani, Guilherme Nascimento Pereira, Rafaelle Simão Branchi, Liliane Espinosa de Mello Norberto Duarte

A dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta diversos desafios, especialmente na relação entre o usuário e a equipe de saúde. A busca constante por equidade, por meio da inclusão de

gestores, trabalhadores e usuários nos processos de gestão e cuidado, reflete a complexidade do SUS. Este estudo realizou uma extensa revisão da literatura sobre diferentes modelos de relacionamento e suas evoluções, além de entrevistas com usuários do SUS, focadas na relação com os médicos das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Embora o aporte insuficiente de recursos seja uma realidade que dificulta, mas não inviabiliza, um atendimento de qualidade, a relação positiva entre equipe e usuário é fundamental para uma compreensão mais profunda das necessidades e expectativas dos pacientes. Isso possibilita uma abordagem mais individualizada e centrada no usuário, promovendo segurança em momentos de vulnerabilidade. Investir na construção de uma relação humanizada entre usuário e médico no SUS não é apenas uma questão de ética e respeito aos direitos dos usuários, mas também uma estratégia essencial para a eficácia e sustentabilidade do sistema de saúde. A medicina tradicional, centrada na doença e com foco exclusivo na patologia, é considerada inadequada para promover uma relação médico-usuário eficaz. É necessário ir além desse modelo reducionista e adotar o que é preconizado nas conferências de saúde, onde o médico humanizado, centrado no usuário, surge como ideal para estabelecer uma relação mais positiva e humanizada. Durante a pesquisa, foram entrevistados vários usuários nas salas de espera das UBSs, que compartilharam suas experiências sobre a relação com médicos e a equipe do SUS. Embora muitos relataram uma relação satisfatória, alguns mencionaram que a rapidez nas consultas gerava um distanciamento, levando à sensação de que estavam sendo tratados com foco apenas na doença, e não como um todo. Esse distanciamento, causado pela agilidade no atendimento, aponta uma tensão entre a necessidade de eficiência e a qualidade da interação usuário-médico. Além disso, alguns depoimentos indicaram desatenção de certos membros da equipe em relação às necessidades dos usuários. No entanto, a maioria dos entrevistados demonstrou compreensão e uma satisfação razoável, levando em conta as condições do ambiente e o número de pacientes atendidos. Os resultados da pesquisa evidenciaram que muitos usuários se sentem satisfeitos com a relação estabelecida com os médicos e as equipes do SUS, embora alguns tenham mencionado um distanciamento nas consultas e uma certa desatenção por parte de alguns profissionais. Isso reforça a importância de os profissionais de saúde investirem na empatia e na escuta ativa para garantir uma relação médico-usuário humanizada, equilibrando a eficiência do atendimento com um cuidado mais personalizado. O modelo ideal de relação deve considerar não apenas o cuidado biológico, mas também aspectos psicológicos, sociais e culturais, garantindo, assim, um cuidado integral e centrado nas necessidades do usuário.

A AUTONOMIA DOS USUÁRIOS DO SUS

Brenda Garcia Xavier, Guilherme Nascimento Pereira, Manoela de Menezes Gomes, Gabriela Hernandez Dumani, Gabriel Bertoncello Climaco, Rafaelle Simão Branchi, Liliane Espinosa de Mello Norberto Duarte

Este trabalho debate as opiniões dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre o exercício de sua autonomia no tratamento de saúde, destacando como isso afeta a qualidade do atendimento e os desfechos clínicos. Autonomia refere-se à capacidade de uma pessoa de decidir sobre o que considera ser o melhor para si. Durante uma semana, realizamos uma pesquisa qualitativa nas salas de espera de

diversas Unidades Básicas de Saúde, envolvendo, em média, 30 usuários do SUS. O método utilizado foi a pesquisa de campo, por meio de questionamentos baseados em um roteiro semiestruturado, no qual o conceito de autonomia foi explicado aos participantes. No entanto, os usuários também tiveram liberdade para direcionar a pesquisa de acordo com suas próprias experiências no uso dos serviços de saúde. Muitos relataram descontentamento com a dificuldade ou, em alguns casos, a impossibilidade de exercer autonomia em relação ao seu tratamento, sentindo que perderam esse direito. Além disso, relataram a perda do poder de fala e da liberdade de escolha em decisões sobre sua saúde. A centralização das decisões de tratamento pelos médicos foi apontada como um fator que restringe a autonomia dos usuários. Frequentemente, os profissionais de saúde tomam as decisões sobre os tratamentos, sem o envolvimento adequado dos usuários, o que compromete sua capacidade de decidir sobre sua própria saúde. Essa dinâmica gera uma relação desigual entre usuários e a equipe de saúde, onde o paciente se sente incapaz de questionar ou participar ativamente do seu plano de tratamento. Além disso, as barreiras ao acesso aos serviços de saúde, como longas filas de espera, falta de infraestrutura adequada e escassez de recursos, também contribuem para a limitação da autonomia dos usuários. O subfinanciamento do SUS resulta em acesso limitado a tratamentos, medicamentos e procedimentos médicos, o que leva a mudanças nos planos de tratamento sem o devido consentimento ou comunicação prévia, afetando ainda mais a autonomia dos usuários e sua confiança no sistema. A falta de autonomia dos usuários do SUS é um problema complexo que demanda soluções integradas e educacionais, além de mudanças políticas, socioeconômicas e estruturais. É essencial promover a educação em saúde, melhorar o acesso aos serviços, fortalecer a comunicação entre usuários e profissionais, e assegurar que os usuários sejam tratados com dignidade, respeito e participação ativa em todas as etapas do seu cuidado. Essas medidas não apenas irão empoderar os usuários, mas também contribuirão para melhores resultados em saúde, além de criar uma relação mais igualitária e colaborativa entre usuários, gestores e profissionais de saúde no contexto do SUS. Embora existam barreiras e limitações para os usuários do SUS, é possível desenvolver estratégias que melhorem as condições de seu cuidado, promovendo um sistema de saúde mais inclusivo e que respeite a autonomia dos pacientes.

A PARTICIPAÇÃO DOS MÉDICOS NO FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Guilherme Nascimento Pereira, Brenda Garcia Xavier, Gabriel Bertoncello Clímaco, Gabriela Hernandez Dumani, Manoela de Menezes Gomes, Liliane Espinosa de Mello Norberto Duarte, Rafaelle Simão Branchi

A participação ativa dos médicos em conselhos e instâncias de governança do Sistema Único de Saúde (SUS) busca fortalecer o sistema de saúde pública, influenciando diretamente a qualidade dos serviços oferecidos à população. Essa participação não só valoriza a profissão médica, mas também contribui para decisões estratégicas embasadas em evidências clínicas e conhecimento técnico, essenciais para a eficiência e sustentabilidade do SUS. Assim, é fundamental incentivar esse engajamento para promover melhorias contínuas no SUS e dos médicos no seu meio. O objetivo deste estudo é destacar o médico como agente crucial e participativo no aprimoramento do SUS, evidenciando suas áreas de atuação no sistema, onde a participação precisa ser mais reconhecida, e

ressaltando a importância da valorização do médico no sistema. O estudo foi realizado por meio de sites, artigos e revistas confiáveis, além de debates em grupo sobre a temática. Os médicos desempenham um papel colaborativo na gestão do SUS no Brasil, sendo suas contribuições essenciais em áreas como prestação de cuidados diretos aos usuários, formulação de políticas de saúde e gestão de unidades. Na Atenção Primária à Saúde (APS), os médicos desempenham um papel fundamental na promoção da saúde, prevenção de doenças e tratamento de condições básicas, além de contribuírem para o desenvolvimento de políticas de saúde, educação e capacitação de profissionais, incluindo estudantes de medicina, residentes e profissionais em serviço. Também estão envolvidos em programas de educação continuada e disseminação de boas práticas clínicas, bem como na participação em conselhos e comitês, cuja presença é essencial para garantir a representatividade dos profissionais de saúde e a tomada de decisões colegiadas. A ausência da comunidade médica nessas instâncias pode resultar em falta de representação efetiva e, conseqüentemente, em menor capacidade de influenciar políticas e práticas que afetam diretamente seu reconhecimento profissional. A relevância da profissão médica está na relação de confiança, respeito e estímulo ao autocuidado que se estabelece com os pacientes. A participação ativa nas decisões do SUS fortalece essa percepção, demonstrando o engajamento dos médicos em questões cruciais para a saúde pública e para a qualidade do atendimento oferecido à população. Incentivar essa participação é um passo importante para fortalecer a voz dos médicos, buscando melhorias nas condições de trabalho e remuneração, além de enriquecer a atuação das equipes de saúde na busca da autonomia do usuário. A participação ativa dos médicos em conselhos do SUS está relacionada a significativas melhorias na qualidade dos serviços de saúde, evidenciando sua importância na sustentabilidade e eficiência do sistema. Conclui-se que a participação médica na governança do SUS é essencial para melhorar a qualidade dos serviços de saúde e garantir a sustentabilidade do sistema, valorizando a profissão médica e fortalecendo o SUS.

A ÉTICA E HUMANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA FRENTE AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Gabriela Hernandez Dumani, Rafaelle Simão Branchi, Manoela de Menezes Gomes, Guilherme Nascimento Pereira, Brenda Garcia Xavier, Gabriel Bertoncello Climaco, Liliane Espinosa de Mello Norberto Duarte

O exercício da medicina de excelência deve ser baseado em conhecimentos técnico-científicos e na prática da ética profissional. Nesse sentido, é fundamental garantir a proteção da dignidade, identidade e integridade do paciente. Assim, torna-se imprescindível identificar o papel dos acadêmicos de medicina diante de questões éticas na prática ao longo de sua formação. Esta revisão narrativa de literatura realizou uma pesquisa na base de dados Pubmed, utilizando os termos “medical”, “students”, “ethical” e “Brazil”, com o operador booleano “AND”. Foram encontrados 69 resultados, dos quais nove foram selecionados. Os filtros aplicados incluíram trabalhos em português e/ou inglês, publicados nos últimos cinco anos. As principais queixas de usuários do sistema de saúde estão associadas à falta de humanização na prática médica, o que inclui a fragmentação do corpo humano em órgãos e sistemas em detrimento do indivíduo como um todo, representando uma grave violação do Código de Ética

Médica no que diz respeito ao respeito e zelo pelo bem-estar do paciente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Medicina, homologadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2001, incluem a atualização das bases para a formação médica com perfil generalista, focando na aquisição de conhecimentos teóricos e humanizados, com ênfase na integralidade da assistência, na responsabilidade social e na valorização da dignidade humana. Nesse sentido, o Código de Ética dos Estudantes de Medicina, criado em 2016, defende a prática das atividades com total respeito ao ser humano, sem discriminação de qualquer natureza, protegendo a privacidade do paciente, esteja ele vivo ou morto. Evidencia-se a necessidade de fortalecer o ensino da ética e bioética nas diversas disciplinas do curso de medicina, com vistas à formação de médicos aptos a realizar análises críticas e éticas, e a tomar condutas moral e humanamente corretas, que busquem a autonomia do indivíduo. Ao promover o desenvolvimento de habilidades de comunicação, inclusão e humanização, é possível tomar a perspectiva do indivíduo como um todo complexo, com singularidades psicossociais, econômicas e familiares, possibilitando a análise do contexto em que ele está inserido e seu grau de vulnerabilidade. Como resultado, fortalece-se a relação de cuidado, proporcionando um ambiente de maior cooperação e adesão às medidas terapêuticas recomendadas, além da manutenção de uma relação de respeito e confiança, que, de fato, remete ao exercício de uma medicina humanizada.

A ARTE NA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DA SAÚDE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UM TRABALHO DE MUITAS MÃOS

Gabriel Bertoncello Climaco, Guilherme Nascimento Pereira, Manoela de Menezes Gomes,
Gabriela Hernandez Dumani, Brenda Garcia Xavier, Rafaelle Simão Branchi,
Liliane Espinosa de Mello Norberto Duarte

A integração da cultura e da arte nos serviços de saúde promove uma visão mais ampla e humanizada do cuidado, destacando a importância dessas práticas na construção de comunidades saudáveis e engajadas. Essa interseção vai além da mera decoração dos ambientes, manifestando-se em iniciativas que transformam a dinâmica dos serviços, priorizando a humanização do cuidado e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Projetos envolvendo grupos de teatro ou dança, por exemplo, não apenas oferecem entretenimento, mas também proporcionam espaços para a expressão emocional, fortalecimento da autoestima e promoção do bem-estar mental. A valorização da música como forma de expressão nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) permite que as dores dos usuários sejam reconhecidas, pois a música nutre a vida interior, e quem tem vida interior afasta a solidão. Além disso, cultura e arte desempenham um papel essencial na promoção do autocuidado e na saúde preventiva. Os municípios devem investir em programas educativos que utilizem elementos culturais para transmitir informações sobre hábitos saudáveis, capacitando os cidadãos a adotar práticas preventivas e assumir um papel ativo em sua própria saúde. Tais iniciativas não só aumentam o conhecimento, mas também fomentam mudanças de comportamento sustentáveis e estilos de vida mais saudáveis. A relação entre usuários e equipe de cuidado também se beneficia dessa integração, com abordagens mais sensíveis e inclusivas que fortalecem a confiança e empatia. Atividades como

música ao vivo em salas de espera ou exposições de arte nos hospitais criam uma atmosfera acolhedora, reduzindo a ansiedade dos pacientes e promovendo um ambiente mais relaxante. Os resultados dessa abordagem são notáveis: maior adesão aos cuidados preventivos, redução de hospitalizações por doenças evitáveis e melhoria da saúde mental de pacientes e trabalhadores. A comunidade torna-se mais participativa, engajada na promoção da saúde e no desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e sensíveis às necessidades locais. Assim, a integração entre arte e saúde demonstra como práticas culturais podem transformar o cuidado e contribuir para a criação de comunidades mais saudáveis e humanizadas, reconhecendo a diversidade cultural como pilar fundamental para sistemas de saúde eficazes e sustentáveis.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE MEDICINA NAS REUNIÕES DE CONSELHOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Rafaelle Simão Branchi, Guilherme Nascimento Pereira, Manoela de Menezes Gomes, Gabriela Hernandez Dumani, Gabriel Bertoncello Climaco, Brenda Garcia Xavier, Liliane Espinosa de Mello Norberto Duarte

O presente trabalho tem por finalidade destacar a importância da participação de acadêmicos de medicina nas reuniões do Conselho do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é mostrar como o aumento dessa participação pode contribuir para a formulação de políticas e tomadas de decisões que aprimorem o sistema público de saúde. Criado em 1937, o Conselho Nacional de Saúde tem como missão a supervisão, condução e fiscalização de políticas públicas de saúde em diversos setores, submetendo as demandas ao poder público, o que o caracteriza como um instrumento de controle social na saúde. Composto por conselheiros titulares e seus suplentes, o conselho inclui representantes de usuários (50%), trabalhadores do SUS (25%), responsáveis pela gestão do SUS e fornecedores de serviços relacionados à saúde (25%). Entre seus participantes estão o Ministério da Saúde, organizações sociais, instituições governamentais e não governamentais (ONGs), corporações e provedores de serviços vinculados à saúde, formando uma estrutura paritária. No entanto, a participação de universitários da área da saúde, incluindo os de medicina, é restrita ao papel de usuários, sendo ausente um espaço formal para estudantes na gestão ou como trabalhadores do SUS. Isso constitui um problema jurídico, uma vez que a inclusão desses acadêmicos requer alteração legal. Trazer essa questão para o debate é essencial para discutir a necessidade de incluir os estudantes de medicina nas discussões do SUS, permitindo a inserção de perspectivas inovadoras e desafiadoras na construção de um sistema mais inclusivo. A participação em debates e desafios relacionados à gestão de saúde pública oferece aos estudantes uma vivência inclusiva e comunitária, capacitando-os para contribuir com sugestões que visem melhorar continuamente o sistema de saúde. Além disso, o vínculo direto entre os acadêmicos e a comunidade representada nos conselhos do SUS fortalece a relação entre esses dois âmbitos, proporcionando aos estudantes uma visão prática e detalhada dos processos envolvidos na prestação de serviços de saúde para a população. Essa parceria se mostra essencial para a

construção de um SUS mais inclusivo, permitindo uma troca contínua de experiências, necessidades e soluções entre os futuros profissionais de saúde e a comunidade com a qual eles trabalharão no futuro. Nesse sentido, é crucial reformular a legislação vigente para incluir explicitamente a participação de estudantes de medicina nas reuniões e decisões dos conselhos do SUS. Tal inclusão jurídica não apenas reconheceria a importância do envolvimento dos futuros profissionais de saúde, mas também garantiria sua participação ativa e formal, consolidando ainda mais a integração entre os acadêmicos de medicina e o Conselho Nacional de Saúde na busca por maior qualidade no SUS.

A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA DE ACADÊMICAS DE MEDICINA NAS REUNIÕES DE CONSELHO DOS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Rafaelle Simão Branchi, Guilherme Nascimento Pereira, Manoela de Menezes Gomes, Gabriela Hernandez Dumani, Gabriel Bertoncello Climaco, Brenda Garcia Xavier, Liliane Espinosa de Mello Norberto Duarte

O presente trabalho tem por finalidade apresentar a importância da participação de acadêmicas de medicina nas reuniões do conselho do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é demonstrar como o aumento da presença dessas estudantes pode contribuir na formulação de políticas e tomadas de decisões para aprimorar o sistema público de saúde. A criação do Conselho Nacional de Saúde foi regulamentada pela Lei n.º 8.142/1990, sendo uma instância colegiada e decisória do SUS, integrada ao Ministério da Saúde. Observa-se, contudo, a ausência significativa de mulheres, especialmente de acadêmicas de medicina, nos conselhos de saúde em todas as esferas – municipais, estaduais e federais. O engajamento das mulheres, e em especial das estudantes de medicina, é crucial para trazer à tona as temáticas e demandas específicas do universo feminino. A presença delas enriquece as discussões e decisões, apresentando perspectivas inovadoras sobre questões que afetam predominantemente as mulheres, como saúde reprodutiva, sexual, câncer de mama e até o câncer de próstata em mulheres, que precisam ser adequadamente consideradas nas políticas de saúde pública. Além disso, a integração das acadêmicas ao ambiente real de gestão de saúde pública, por meio dos conselhos do SUS, fortalece o vínculo entre essas futuras profissionais e a comunidade, proporcionando-lhes uma visão abrangente e detalhada dos processos envolvidos na prestação de serviços de saúde para toda a população. Essa participação se torna essencial para a construção contínua de um SUS mais equitativo, integral e representativo, permitindo uma troca constante de experiências, necessidades e soluções entre os futuros profissionais de saúde e os usuários que irão atender no futuro. Nesse contexto, é fundamental considerar a reformulação da legislação vigente para incluir explicitamente a participação das estudantes de medicina nas reuniões e decisões dos conselhos do SUS. Essa inclusão reconheceria a importância do envolvimento das futuras trabalhadoras da saúde, consolidando sua participação ativa e formal nos processos decisórios e fortalecendo a busca por uma saúde pública inclusiva e de qualidade.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E SAÚDE OCUPACIONAL, TRABALHADORAS DO NORDESTE DO PARÁ ADORAS DA REDE MUNICIPAL

Anatalia Gonçalves de Matos, Rosiane Pinheiro Rodrigues, Fábio dos Santos sobrinho, Ana Lucia Silva Freitas, Tamires Barbosa da Rocha silva, Tatiane Santos Rodrigues, Edilsa Marques Silva, Antonio Mateus Feitosa de Souza, Ana Cássia Gonçalves de Matos

A Educação Popular em Saúde e Saúde Ocupacional para trabalhadoras da rede escolar municipal no nordeste do Pará surge como uma resposta à necessidade de promover ambientes laborais saudáveis e contribuir para o bem-estar das profissionais que atuam no setor educacional. Diante dos desafios específicos enfrentados por essas trabalhadoras, este estudo visa desenvolver estratégias eficazes para promover a saúde e prevenir doenças no contexto escolar. O objetivo central é implementar ações de Educação Popular em Saúde voltadas para essas profissionais, com o intuito de fortalecer a conscientização sobre questões de saúde ocupacional e incentivar práticas saudáveis no ambiente de trabalho, buscando, assim, melhorar a qualidade de vida dessas trabalhadoras. A fundamentação teórica do estudo apoia-se nos princípios da Educação Popular em Saúde, que destaca a participação ativa, a troca de saberes e a construção coletiva de conhecimentos. Além disso, serão abordados aspectos da saúde ocupacional, como ergonomia, prevenção de doenças ocupacionais e promoção de ambientes de trabalho saudáveis. A pesquisa será realizada por meio de abordagens participativas, incluindo oficinas, palestras e atividades práticas, envolvendo diretamente as trabalhadoras da rede escolar. A coleta de dados será feita por meio de entrevistas, observações e análise de registros de saúde, permitindo uma compreensão abrangente das condições de trabalho e saúde. A partir desses dados, serão desenvolvidas estratégias adaptadas à realidade local. Ao término do estudo, espera-se obter insights valiosos sobre as necessidades específicas dessas trabalhadoras, fornecendo subsídios para a criação de programas de Educação Popular em Saúde e Saúde Ocupacional mais eficazes e adequados ao contexto regional. A implementação dessas ações visa não apenas melhorar a qualidade de vida das profissionais, mas também contribuir para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis e sustentáveis no setor educacional.

A CRIAÇÃO ARTÍSTICA NO CUIDADO DA SAÚDE MENTAL

Karine Monteiro da Vera Cruz, Carlos Matheus Matos Santos dos Santos

O presente trabalho tem como objetivo destacar a importância da criação artística no cuidado e no desenvolvimento do indivíduo no contexto da saúde mental. Apesar de a arte ser uma presença constante na sociedade, ainda são escassos os debates sobre sua relevância na área da saúde. A partir do século XVIII, houve uma mudança no comportamento dos artistas, que passaram a frequentar hospícios, manicômios e asilos, com o intuito de obter experiências observando a produção da loucura. Esse contato influenciou artistas como Van Gogh, que estabeleceu uma ligação profunda entre arte

e suas vivências pessoais. A arte, assim, torna-se uma expressão viva de um processo de construção social, proporcionando uma saída criativa para a manifestação de emoções. Dança, pintura, teatro e outras formas artísticas permitem que sentimentos difíceis de serem verbalizados sejam expressos por meio de movimentos e criações. No Brasil, a criação artística permeia diversas formas culturais, como o grafite nas ruas, a dança, o teatro escolar e a poesia. Além disso, é utilizada por profissionais de saúde como ferramenta para estimular a capacidade do sujeito de expressar suas subjetividades, sendo considerada um alimento para a alma e produtora de novas perspectivas. Atualmente, as condições de adoecimento psíquico estão se agravando, com transtornos como esquizofrenia, depressão, abuso de álcool e transtorno bipolar sendo cada vez mais prevalentes e frequentemente relacionados ao ambiente em que o indivíduo está inserido. No entanto, ainda há uma limitação na compreensão desses adoecimentos, com preconceitos que desconsideram a gravidade dos transtornos, o que inviabiliza um debate mais profundo sobre o tema. Como seres sociais, os indivíduos precisam expressar suas emoções coletivamente, e é nesse ponto que arte e psicologia se conectam para o desenvolvimento humano. A criação artística nas unidades de saúde é necessária, especialmente com o crescente distanciamento da subjetividade e do afeto. A arte se mostra como um mecanismo eficaz para mediar emoções, sendo fundamental na prática psicológica. Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) já utilizam desenhos, pinturas, dança, teatro e histórias em quadrinhos como recursos para estimular a criatividade, a socialização e o contato dos pacientes com o mundo real. Em suma, no cenário atual, torna-se evidente a necessidade de novas práticas no campo da Atenção à Saúde Mental, promovendo ações terapêuticas. A implementação de oficinas terapêuticas conduzidas por profissionais de saúde mental é essencial. O envolvimento do indivíduo com a arte é crucial para a promoção da saúde mental, contribuindo para o bem-estar e para uma vida mais equilibrada e saudável.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE EM SERVIÇO ESCOLA DE FISIOTERAPIA

Alice Pedrozo Guerra, Lauren Colpo Kipper, Fernanda Pires Jaeger

Atualmente, discute-se amplamente a importância do tratamento interdisciplinar para pacientes com desenvolvimento atípico. Este trabalho apresenta o relatório final do Estágio Básico I do curso de Psicologia, realizado em uma universidade no interior do Rio Grande do Sul, cujo objetivo era promover a prática de observação em um serviço escola de Fisioterapia de uma instituição de ensino superior, além de estimular a interdisciplinaridade nos tratamentos e identificar demandas de intervenção psicológica nesse contexto. A observação foi conduzida por duas estudantes do terceiro semestre do curso, no segundo semestre de 2023, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, com encontros semanais de aproximadamente duas horas. Ao todo, foram realizados 10 encontros, nos quais os principais fenômenos observados estavam relacionados ao comportamento, à evolução no tratamento e à criação de vínculo entre as crianças com paralisia cerebral e o estagiário

de fisioterapia. A maioria dos pacientes observados apresentava diagnóstico de paralisia cerebral, e foi notado que o vínculo estabelecido entre o estagiário e o paciente influenciava diretamente no andamento do tratamento e na colaboração da criança nas atividades. Além disso, a dinâmica familiar demonstrou ser um fator essencial para a adesão e continuidade do tratamento, pois um núcleo familiar bem estruturado impacta positivamente no desenvolvimento da criança. Durante o período de observação, constatou-se uma melhora significativa nos pacientes analisados, como evolução no controle do tronco e na habilidade de caminhar. A prática do estágio permitiu compreender a observação como uma ferramenta fundamental na atuação do psicólogo, além de proporcionar o conhecimento prático da teoria aprendida em sala de aula. Também possibilitou trocas valiosas com profissionais de outras áreas da saúde, reforçando a importância da interprofissionalidade no cuidado, especialmente no tratamento de pacientes com necessidades complexas, como aqueles com desenvolvimento atípico.

CONSCIENTIZAÇÃO COM DIVERSÃO: EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS DE ENFERMAGEM EM UMA ATIVIDADE SOBRE VACINAÇÃO

Ilka Kassandra Pereira Belfort, Lusiellen Coqueiro dos Santos, Carla Giovanna Barros de Oliveira, Ana Carolina Dias Silva, Andressa Teixeira Pereira, Ana Maria Silva Lira

No contexto pós-pandêmico brasileiro, a hesitação em relação à vacinação e suas repercussões adversas têm crescido significativamente. A imunização, essencial para o desenvolvimento da resistência a doenças, é amplamente alcançada por meio da vacinação. Diante desse cenário, alunos do 4º período de Enfermagem da Faculdade Laboro decidiram realizar uma ação educativa lúdica sobre a importância da vacinação para a população local. O objetivo foi sensibilizar a população acerca da relevância da vacinação, utilizando atividades lúdicas como ferramenta de conscientização. A ação ocorreu no bairro Cidade Olímpica, em São Luís (MA), no dia 4 de dezembro de 2023. Durante a atividade, os alunos ministraram uma palestra dinâmica, utilizando linguagem acessível e recursos visuais para facilitar a compreensão do público jovem. Além disso, jogos adaptados ao tema foram desenvolvidos para reforçar o conteúdo e avaliar o conhecimento adquirido pelos participantes. Participaram da ação 25 pessoas, com idades entre 10 e 19 anos, além de seis alunos de Enfermagem e uma docente, totalizando 32 participantes. Durante as dinâmicas dos jogos, observou-se uma maior interação entre os participantes, permitindo aos alunos identificar diretamente a falta de conhecimento sobre a importância da vacinação e a baixa adesão ao processo vacinal. Essa interação mais intensa proporcionou uma visão clara das lacunas de compreensão entre o público jovem, ressaltando a necessidade contínua de educação e conscientização sobre a importância da imunização. Além disso, a atividade contribuiu para o aumento da procura pela vacinação entre os participantes. O sucesso da ação foi evidenciado nas atividades realizadas após a palestra, que avaliaram o nível de compreensão e atenção dos jovens. Além disso, destacou-se a eficácia do ensino dinâmico para

os alunos de Enfermagem. A experiência de conduzir uma ação educativa direta foi extremamente enriquecedora, enfatizando a urgência na disseminação de informações sobre vacinação como uma ferramenta crucial no combate à hesitação vacinal.

IMPLANTAÇÃO DA VSPEA EM UM MUNICÍPIO DO CENTRO DO ESTADO

Andreia Moro da Silva, Caroline Bozzetto de David, Izabel Cristina Assmann Lamaison, Sheila Kocourek

A Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) surge como uma resposta necessária e urgente aos desafios enfrentados por populações expostas a agrotóxicos, com o objetivo de implementar ações integradas de promoção, vigilância, prevenção e controle dos agravos decorrentes da intoxicação exógena. Este trabalho relata o processo de implantação da VSPEA no município de Agudo, um avanço significativo na promoção da saúde das populações da região de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (4ª CRS). Em 2022, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) que se reúne mensalmente com a participação de servidores da 4ª CRS, CEREST, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, EMATER, hospital, Equipes de Saúde da Família, Unidade Básica de Saúde, secretaria da agricultura e do meio ambiente, coordenador de saúde e representantes das vigilâncias em saúde do município. O GT definiu diversas ações, como a elaboração de material educativo, incluindo um folder direcionado à população geral e distribuído também para crianças nas escolas, com o intuito de que elas se tornem multiplicadoras das informações sobre os sintomas de intoxicação e canais de denúncia. Além disso, foi criado um cartaz voltado para profissionais da saúde, que apresenta dados epidemiológicos, tipos de agrotóxicos, ficha de notificação compulsória, e medidas preventivas para evitar intoxicação. Essas estratégias visam promover a conscientização sobre os riscos da intoxicação por agrotóxicos, incentivar práticas preventivas e aumentar a atenção dos profissionais de saúde na identificação de sinais e sintomas de intoxicação. Em 2022, o município registrou 51 notificações compulsórias ligadas à saúde do trabalhador, das quais apenas três estavam relacionadas à intoxicação exógena. Já em 2023, foram 170 notificações, sendo 37 referentes à intoxicação exógena, um aumento de 233% nas notificações relacionadas à saúde do trabalhador. Esse resultado demonstra o sucesso e comprometimento das ações da VSPEA. Em 2023, foi realizado o 1º Encontro Regional de Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos, com o objetivo de ampliar as ações educativas e conscientização para instituições privadas e profissionais de saúde da 4ª CRS. A implantação da VSPEA em Agudo se mostrou essencial para a promoção da saúde e a prevenção de agravos relacionados à exposição a agrotóxicos. A realização de capacitações, a criação de materiais educativos e a organização de eventos fortaleceram o conhecimento e a conscientização sobre o tema. A colaboração entre diferentes órgãos e instituições permitiu uma abordagem multidisciplinar e abrangente, enriquecendo o debate e ampliando as possibilidades de intervenção.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROMOVENDO A SAÚDE DO TRABALHADOR EM UM MUNICÍPIO DO CENTRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Andreia Moro da Silva, Caroline Bozzetto de David, Daiane Aparecida Martins do Reis, Sheila Kocourek

Com uma população estimada de 24.182 habitantes, Tupanciretã pertence à região administrativa da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (4ª CRS). Desde 2013, ano em que se iniciou o monitoramento da taxa de notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho, o município nunca havia atingido a meta mínima estabelecida pelo Estado do Rio Grande do Sul (RS) e enfrentava desafios significativos na promoção da saúde do trabalhador em seu território. A partir do segundo semestre de 2022, a 4ª CRS implementou diversas ações em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), envolvendo o secretário de saúde, trabalhadores da Atenção Primária em Saúde (APS) e o profissional responsável pela Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) de Tupanciretã. Entre as principais ações destacadas está a capacitação de todos os funcionários da área da saúde do município. Esse trabalho relata a experiência institucional entre a 4ª CRS e a SMS de Tupanciretã, voltada para as notificações compulsórias relacionadas à saúde do trabalhador. A capacitação, realizada em 2023, contou com a participação de aproximadamente 170 trabalhadores da saúde, incluindo profissionais da APS, representantes do hospital, SAMU e CAPS. Durante o período de capacitação, as unidades de saúde foram fechadas e a população foi referenciada ao hospital, que atuou como retaguarda. A capacitação foi coordenada pela VISAT da 4ª CRS, com a participação do setor de epidemiologia da CRS e de um psicólogo do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Foram abordados temas como os marcos teóricos da saúde do trabalhador, a atuação da VISAT na APS, formas de financiamento e o preenchimento de fichas relacionadas à saúde do trabalhador, com exemplos práticos. Atendendo a um pedido do município, o psicólogo do CEREST realizou uma fala com o objetivo de promover um momento de reflexão e cuidado para os profissionais de saúde. O envolvimento de quase 100% dos profissionais do município e a presença constante do secretário de saúde durante a capacitação foram fatores essenciais para promover maior interação e troca de conhecimentos entre os trabalhadores e as instituições. Em 2023, Tupanciretã alcançou um marco importante, registrando um aumento de 198% no número de notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho, atingindo pela primeira vez a meta mínima proposta pelo Estado. O município contabilizou um total de 179 notificações compulsórias, resultando em uma taxa de 74 notificações por 10.000 habitantes. Esse avanço significativo reflete o compromisso da gestão e das equipes com a promoção da saúde do trabalhador. Este relato evidencia que ações conjuntas entre a 4ª CRS e a SMS de Tupanciretã são fundamentais para promover a saúde no território. O compromisso dessas instituições foi crucial para garantir a qualificação e o fortalecimento da VISAT no município, permitindo que Tupanciretã identificasse e respondesse de forma eficaz às questões relacionadas à saúde do trabalhador.

ABORDANDO O FENÔMENO DOS IDOSOS ABANDONADOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ana Paula Zara Couto

O aumento da população idosa em todo o mundo traz consigo um fenômeno preocupante: o abandono de idosos. A expressão “idosos órfãos de filhos são os novos desvalidos do século XXI” ressalta a vulnerabilidade enfrentada por essa parcela da sociedade. Este trabalho surge da reflexão sobre essa realidade, inspirada por estudos prévios, e busca abordar os desafios relacionados ao envelhecimento em sociedades contemporâneas e futuras. O abandono de idosos pode ocorrer por diversas razões, como dificuldades financeiras, problemas familiares, negligência e falta de conscientização sobre os cuidados necessários. Os idosos abandonados enfrentam desafios emocionais, físicos e sociais, incluindo solidão, isolamento e problemas de saúde mental. Esse fenômeno ocorre em diferentes classes econômicas e contextos sociais, tornando os idosos vulneráveis a múltiplas formas de abandono. Este estudo baseou-se em pesquisas que investigaram o nível de ansiedade, solidão e a prevalência desses problemas entre idosos abandonados. A metodologia incluiu a coleta de dados por meio de entrevistas, questionários e revisão bibliográfica, permitindo uma análise detalhada sobre as condições desses idosos. Os resultados evidenciam a urgência de reconhecer a condição dos idosos abandonados como “desvalidos” e a necessidade de ações concretas para enfrentar esse fenômeno. A sociedade tem a responsabilidade de implementar políticas e programas que promovam a conscientização sobre os direitos dos idosos, assegurando sua proteção e bem-estar. Instituições de caridade, organizações não governamentais e governos locais desempenham um papel essencial na criação de redes de apoio para idosos abandonados, visando melhorar sua qualidade de vida e reintegrá-los à sociedade. Concluir que o respeito aos idosos e a promoção de relações familiares saudáveis são aspectos fundamentais para enfrentar esse problema é essencial. Estratégias de intervenção focadas na conexão social, no suporte emocional e no reconhecimento da importância do bem-estar mental na terceira idade são vitais para a construção de uma sociedade mais solidária e resiliente diante dos desafios que os idosos enfrentam.

NOTIFICAÇÕES COMPULSÓRIAS RELACIONADAS AO TRABALHO: CENÁRIO DE UMA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 2023

Andreia Moro da Silva, Caroline Bozzetto de David, Sheila Kocourek

As Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) são órgãos regionais que representam a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e têm como função coordenar, planejar, fiscalizar, monitorar e avaliar ações de saúde em seus municípios de abrangência. A 4ª CRS é responsável por 33 municípios, com uma população estimada em 554.003 habitantes. Durante o ano de 2023, foram realizadas diversas ações

relacionadas às notificações em saúde do trabalhador nesses municípios. A notificação compulsória, obrigatória às autoridades de saúde, é essencial para identificar padrões epidemiológicos e auxiliar no planejamento de ações voltadas para doenças e agravos relacionados ao trabalho. O monitoramento dessas notificações é realizado pela SES, por meio do indicador da Taxa de Notificações de Agravos Relacionados ao Trabalho. O objetivo deste trabalho é apresentar o perfil dos trabalhadores dos 33 municípios da área de abrangência da 4ª CRS. A coleta de dados foi realizada em 5 de fevereiro de 2024, utilizando-se dados públicos do sistema BI Público, Gestão Municipal, Painel Saúde do Trabalhador, com filtros aplicados para “Localidade de Atendimento”, “CRS Atendimento” e “4ª CRS”. A meta estabelecida pelo Estado para o indicador de notificações de agravos relacionados ao trabalho em 2023 era de 42 notificações por 10.000 habitantes. O cálculo do indicador é feito pela fórmula: N° de notificações / População residente x 10.000. Em 2023, a 4ª CRS atingiu sua maior taxa de notificações, com uma variação percentual de 41% em relação ao ano anterior, alcançando uma taxa de 55 notificações por 10.000 habitantes. Dessas notificações, 80% estavam relacionadas a acidentes de trabalho, seguidas por Lesões por Esforços Repetitivos/Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT) (8%), exposição a material biológico (7%) e intoxicação exógena (4%). Os demais agravos representaram menos de 1% das notificações. Nas fichas de acidentes de trabalho, os cinco principais CID registrados foram: Y96 (Circunstância relativa às condições de trabalho) com 19,97%, W20 (Impacto causado por objeto lançado, projetado ou em queda) com 7,73%, W22 (Impacto acidental ativo ou passivo causado por outros objetos) com 5,68%, W01 (Queda no mesmo nível por escorregão, tropeção ou passos em falso) com 5,09%, e Y28 (Contato com objeto cortante ou penetrante, intenção não determinada) com 4,70%. No que diz respeito à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), 9% das fichas não informaram essa classificação, e quanto à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), 78% das fichas não tinham essa informação. Além disso, em 52,03% dos casos de acidentes de trabalho, não foi emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Apesar de a 4ª CRS ter alcançado seu melhor resultado desde 2016, há desafios a serem superados quanto à qualificação das informações nas fichas de notificações de agravos relacionados ao trabalho. Os perfis apresentados servirão de base para o planejamento e implementação de ações prioritárias voltadas aos trabalhadores mais suscetíveis a agravos e doenças no território da 4ª CRS, reforçando a importância da melhoria contínua no registro e acompanhamento dessas notificações.

A CRIAÇÃO ARTÍSTICA NO CUIDADO DA SAÚDE MENTAL

Karine Monteiro da Vera Cruz, Carlos Matheus Matos Santos dos Santos

O presente trabalho tem como objetivo destacar a importância da criação artística no cuidado e no desenvolvimento do indivíduo no contexto da saúde mental. Apesar de a arte ser uma presença constante na sociedade, ainda são escassos os debates sobre sua relevância na área da saúde. A partir do século XVIII, houve uma mudança no comportamento dos artistas, que passaram a frequentar hospícios, manicômios e asilos, com o intuito de obter experiências observando a produção da loucura. Esse contato influenciou artistas como Van Gogh, que estabeleceu uma ligação profunda entre arte

e suas vivências pessoais. A arte, assim, torna-se uma expressão viva de um processo de construção social, proporcionando uma saída criativa para a manifestação de emoções. Dança, pintura, teatro e outras formas artísticas permitem que sentimentos difíceis de serem verbalizados sejam expressos por meio de movimentos e criações. No Brasil, a criação artística permeia diversas formas culturais, como o grafite nas ruas, a dança, o teatro escolar e a poesia. Além disso, é utilizada por profissionais de saúde como ferramenta para estimular a capacidade do sujeito de expressar suas subjetividades, sendo considerada um alimento para a alma e produtora de novas perspectivas. Atualmente, as condições de adoecimento psíquico estão se agravando, com transtornos como esquizofrenia, depressão, abuso de álcool e transtorno bipolar sendo cada vez mais prevalentes e frequentemente relacionados ao ambiente em que o indivíduo está inserido. No entanto, ainda há uma limitação na compreensão desses adoecimentos, com preconceitos que desconsideram a gravidade dos transtornos, o que inviabiliza um debate mais profundo sobre o tema. Como seres sociais, os indivíduos precisam expressar suas emoções coletivamente, e é nesse ponto que arte e psicologia se conectam para o desenvolvimento humano. A criação artística nas unidades de saúde é necessária, especialmente com o crescente distanciamento da subjetividade e do afeto. A arte se mostra como um mecanismo eficaz para mediar emoções, sendo fundamental na prática psicológica. Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) já utilizam desenhos, pinturas, dança, teatro e histórias em quadrinhos como recursos para estimular a criatividade, a socialização e o contato dos pacientes com o mundo real. Em suma, no cenário atual, torna-se evidente a necessidade de novas práticas no campo da Atenção à Saúde Mental, promovendo ações terapêuticas. A implementação de oficinas terapêuticas conduzidas por profissionais de saúde mental é essencial. O envolvimento do indivíduo com a arte é crucial para a promoção da saúde mental, contribuindo para o bem-estar e para uma vida mais equilibrada e saudável.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE EM SERVIÇO ESCOLA DE FISIOTERAPIA

Alice Pedrozo Guerra, Lauren Colpo Kipper, Fernanda Pires Jaeger

Atualmente, discute-se amplamente a importância do tratamento interdisciplinar para pacientes com desenvolvimento atípico. Este trabalho apresenta o relatório final do Estágio Básico I do curso de Psicologia, realizado em uma universidade no interior do Rio Grande do Sul, cujo objetivo era promover a prática de observação em um serviço escola de Fisioterapia de uma instituição de ensino superior, além de estimular a interdisciplinaridade nos tratamentos e identificar demandas de intervenção psicológica nesse contexto. A observação foi conduzida por duas estudantes do terceiro semestre do curso, no segundo semestre de 2023, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, com encontros semanais de aproximadamente duas horas. Ao todo, foram realizados 10 encontros, nos quais os principais fenômenos observados estavam relacionados ao comportamento, à evolução no tratamento e à criação de vínculo entre as crianças com paralisia cerebral e o estagiário de fisioterapia. A maioria dos pacientes observados apresentava diagnóstico de paralisia cerebral, e foi notado que o vínculo

estabelecido entre o estagiário e o paciente influenciava diretamente no andamento do tratamento e na colaboração da criança nas atividades. Além disso, a dinâmica familiar demonstrou ser um fator essencial para a adesão e continuidade do tratamento, pois um núcleo familiar bem estruturado impacta positivamente no desenvolvimento da criança. Durante o período de observação, constatou-se uma melhora significativa nos pacientes analisados, como evolução no controle do tronco e na habilidade de caminhar. A prática do estágio permitiu compreender a observação como uma ferramenta fundamental na atuação do psicólogo, além de proporcionar o conhecimento prático da teoria aprendida em sala de aula. Também possibilitou trocas valiosas com profissionais de outras áreas da saúde, reforçando a importância da interprofissionalidade no cuidado, especialmente no tratamento de pacientes com necessidades complexas, como aqueles com desenvolvimento atípico.

CONSCIENTIZAÇÃO COM DIVERSÃO: EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS DE ENFERMAGEM EM UMA ATIVIDADE SOBRE VACINAÇÃO

Ilka Kassandra Pereira Belfort, Lusiellen Coqueiro dos Santos, Carla Giovanna Barros de Oliveira, Ana Carolina Dias Silva, Andressa Teixeira Pereira, Ana Maria Silva Lira

No contexto pós-pandêmico brasileiro, a hesitação em relação à vacinação e suas repercussões adversas têm crescido significativamente. A imunização, essencial para o desenvolvimento da resistência a doenças, é amplamente alcançada por meio da vacinação. Diante desse cenário, alunos do 4º período de Enfermagem da Faculdade Laboro decidiram realizar uma ação educativa lúdica sobre a importância da vacinação para a população local. O objetivo foi sensibilizar a população acerca da relevância da vacinação, utilizando atividades lúdicas como ferramenta de conscientização. A ação ocorreu no bairro Cidade Olímpica, em São Luís (MA), no dia 4 de dezembro de 2023. Durante a atividade, os alunos ministraram uma palestra dinâmica, utilizando linguagem acessível e recursos visuais para facilitar a compreensão do público jovem. Além disso, jogos adaptados ao tema foram desenvolvidos para reforçar o conteúdo e avaliar o conhecimento adquirido pelos participantes. Participaram da ação 25 pessoas, com idades entre 10 e 19 anos, além de seis alunos de Enfermagem e uma docente, totalizando 32 participantes. Durante as dinâmicas dos jogos, observou-se uma maior interação entre os participantes, permitindo aos alunos identificar diretamente a falta de conhecimento sobre a importância da vacinação e a baixa adesão ao processo vacinal. Essa interação mais intensa proporcionou uma visão clara das lacunas de compreensão entre o público jovem, ressaltando a necessidade contínua de educação e conscientização sobre a importância da imunização. Além disso, a atividade contribuiu para o aumento da procura pela vacinação entre os participantes. O sucesso da ação foi evidenciado nas atividades realizadas após a palestra, que avaliaram o nível de compreensão e atenção dos jovens. Além disso, destacou-se a eficácia do ensino dinâmico para os alunos de Enfermagem. A experiência de conduzir uma ação educativa direta foi extremamente enriquecedora, enfatizando a urgência na disseminação de informações sobre vacinação como uma ferramenta crucial no combate à hesitação vacinal.

IMPLANTAÇÃO DA VSPEA EM UM MUNICÍPIO DO CENTRO DO ESTADO

Andreia Moro da Silva, Caroline Bozzetto de David, Izabel Cristina Assmann Lamaison, Sheila Kocourek

A Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) surge como uma resposta necessária e urgente aos desafios enfrentados por populações expostas a agrotóxicos, com o objetivo de implementar ações integradas de promoção, vigilância, prevenção e controle dos agravos decorrentes da intoxicação exógena. Este trabalho relata o processo de implantação da VSPEA no município de Agudo, um avanço significativo na promoção da saúde das populações da região de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (4ª CRS). Em 2022, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) que se reúne mensalmente com a participação de servidores da 4ª CRS, CEREST, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, EMATER, hospital, Equipes de Saúde da Família, Unidade Básica de Saúde, secretaria da agricultura e do meio ambiente, coordenador de saúde e representantes das vigilâncias em saúde do município. O GT definiu diversas ações, como a elaboração de material educativo, incluindo um folder direcionado à população geral e distribuído também para crianças nas escolas, com o intuito de que elas se tornem multiplicadoras das informações sobre os sintomas de intoxicação e canais de denúncia. Além disso, foi criado um cartaz voltado para profissionais da saúde, que apresenta dados epidemiológicos, tipos de agrotóxicos, ficha de notificação compulsória, e medidas preventivas para evitar intoxicação. Essas estratégias visam promover a conscientização sobre os riscos da intoxicação por agrotóxicos, incentivar práticas preventivas e aumentar a atenção dos profissionais de saúde na identificação de sinais e sintomas de intoxicação. Em 2022, o município registrou 51 notificações compulsórias ligadas à saúde do trabalhador, das quais apenas três estavam relacionadas à intoxicação exógena. Já em 2023, foram 170 notificações, sendo 37 referentes à intoxicação exógena, um aumento de 233% nas notificações relacionadas à saúde do trabalhador. Esse resultado demonstra o sucesso e comprometimento das ações da VSPEA. Em 2023, foi realizado o 1º Encontro Regional de Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos, com o objetivo de ampliar as ações educativas e conscientização para instituições privadas e profissionais de saúde da 4ª CRS. A implantação da VSPEA em Agudo se mostrou essencial para a promoção da saúde e a prevenção de agravos relacionados à exposição a agrotóxicos. A realização de capacitações, a criação de materiais educativos e a organização de eventos fortaleceram o conhecimento e a conscientização sobre o tema. A colaboração entre diferentes órgãos e instituições permitiu uma abordagem multidisciplinar e abrangente, enriquecendo o debate e ampliando as possibilidades de intervenção.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROMOVENDO A SAÚDE DO TRABALHADOR EM UM MUNICÍPIO DO CENTRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Andreia Moro da Silva, Caroline Bozzetto de David, Daiane Aparecida Martins do Reis, Sheila Kocourek

Com uma população estimada de 24.182 habitantes, Tupanciretã pertence à região administrativa da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (4ª CRS). Desde 2013, ano em que se iniciou o monitoramento

da taxa de notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho, o município nunca havia atingido a meta mínima estabelecida pelo Estado do Rio Grande do Sul (RS) e enfrentava desafios significativos na promoção da saúde do trabalhador em seu território. A partir do segundo semestre de 2022, a 4ª CRS implementou diversas ações em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), envolvendo o secretário de saúde, trabalhadores da Atenção Primária em Saúde (APS) e o profissional responsável pela Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) de Tupanciretã. Entre as principais ações destacadas está a capacitação de todos os funcionários da área da saúde do município. Esse trabalho relata a experiência institucional entre a 4ª CRS e a SMS de Tupanciretã, voltada para as notificações compulsórias relacionadas à saúde do trabalhador. A capacitação, realizada em 2023, contou com a participação de aproximadamente 170 trabalhadores da saúde, incluindo profissionais da APS, representantes do hospital, SAMU e CAPS. Durante o período de capacitação, as unidades de saúde foram fechadas e a população foi referenciada ao hospital, que atuou como retaguarda. A capacitação foi coordenada pela VISAT da 4ª CRS, com a participação do setor de epidemiologia da CRS e de um psicólogo do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Foram abordados temas como os marcos teóricos da saúde do trabalhador, a atuação da VISAT na APS, formas de financiamento e o preenchimento de fichas relacionadas à saúde do trabalhador, com exemplos práticos. Atendendo a um pedido do município, o psicólogo do CEREST realizou uma fala com o objetivo de promover um momento de reflexão e cuidado para os profissionais de saúde. O envolvimento de quase 100% dos profissionais do município e a presença constante do secretário de saúde durante a capacitação foram fatores essenciais para promover maior interação e troca de conhecimentos entre os trabalhadores e as instituições. Em 2023, Tupanciretã alcançou um marco importante, registrando um aumento de 198% no número de notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho, atingindo pela primeira vez a meta mínima proposta pelo Estado. O município contabilizou um total de 179 notificações compulsórias, resultando em uma taxa de 74 notificações por 10.000 habitantes. Esse avanço significativo reflete o compromisso da gestão e das equipes com a promoção da saúde do trabalhador. Este relato evidencia que ações conjuntas entre a 4ª CRS e a SMS de Tupanciretã são fundamentais para promover a saúde no território. O compromisso dessas instituições foi crucial para garantir a qualificação e o fortalecimento da VISAT no município, permitindo que Tupanciretã identificasse e respondesse de forma eficaz às questões relacionadas à saúde do trabalhador.

ABORDANDO O FENÔMENO DOS IDOSOS ABANDONADOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ana Paula Zara Couto

O aumento da população idosa em todo o mundo traz consigo um fenômeno preocupante: o abandono de idosos. A expressão “idosos órfãos de filhos são os novos desvalidos do século XXI” ressalta a vulnerabilidade enfrentada por essa parcela da sociedade. Este trabalho surge da reflexão sobre essa realidade, inspirada por estudos prévios, e busca abordar os desafios relacionados ao envelhecimento em sociedades contemporâneas e futuras. O abandono de idosos pode ocorrer por diversas razões, como

dificuldades financeiras, problemas familiares, negligência e falta de conscientização sobre os cuidados necessários. Os idosos abandonados enfrentam desafios emocionais, físicos e sociais, incluindo solidão, isolamento e problemas de saúde mental. Esse fenômeno ocorre em diferentes classes econômicas e contextos sociais, tornando os idosos vulneráveis a múltiplas formas de abandono. Este estudo baseou-se em pesquisas que investigaram o nível de ansiedade, solidão e a prevalência desses problemas entre idosos abandonados. A metodologia incluiu a coleta de dados por meio de entrevistas, questionários e revisão bibliográfica, permitindo uma análise detalhada sobre as condições desses idosos. Os resultados evidenciam a urgência de reconhecer a condição dos idosos abandonados como “desvalidos” e a necessidade de ações concretas para enfrentar esse fenômeno. A sociedade tem a responsabilidade de implementar políticas e programas que promovam a conscientização sobre os direitos dos idosos, assegurando sua proteção e bem-estar. Instituições de caridade, organizações não governamentais e governos locais desempenham um papel essencial na criação de redes de apoio para idosos abandonados, visando melhorar sua qualidade de vida e reintegrá-los à sociedade. Concluir que o respeito aos idosos e a promoção de relações familiares saudáveis são aspectos fundamentais para enfrentar esse problema é essencial. Estratégias de intervenção focadas na conexão social, no suporte emocional e no reconhecimento da importância do bem-estar mental na terceira idade são vitais para a construção de uma sociedade mais solidária e resiliente diante dos desafios que os idosos enfrentam.

NOTIFICAÇÕES COMPULSÓRIAS RELACIONADAS AO TRABALHO: CENÁRIO DE UMA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 2023

Andreia Moro da Silva, Caroline Bozzetto de David, Sheila Kocourek

As Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) são órgãos regionais que representam a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e têm como função coordenar, planejar, fiscalizar, monitorar e avaliar ações de saúde em seus municípios de abrangência. A 4ª CRS é responsável por 33 municípios, com uma população estimada em 554.003 habitantes. Durante o ano de 2023, foram realizadas diversas ações relacionadas às notificações em saúde do trabalhador nesses municípios. A notificação compulsória, obrigatória às autoridades de saúde, é essencial para identificar padrões epidemiológicos e auxiliar no planejamento de ações voltadas para doenças e agravos relacionados ao trabalho. O monitoramento dessas notificações é realizado pela SES, por meio do indicador da Taxa de Notificações de Agravos Relacionados ao Trabalho. O objetivo deste trabalho é apresentar o perfil dos trabalhadores dos 33 municípios da área de abrangência da 4ª CRS. A coleta de dados foi realizada em 5 de fevereiro de 2024, utilizando-se dados públicos do sistema BI Público, Gestão Municipal, Painel Saúde do Trabalhador, com filtros aplicados para “Localidade de Atendimento”, “CRS Atendimento” e “4ª CRS”. A meta estabelecida pelo Estado para o indicador de notificações de agravos relacionados ao trabalho em 2023 era de 42 notificações por 10.000 habitantes. O cálculo do indicador é feito pela fórmula:

Nº de notificações / População residente x 10.000. Em 2023, a 4ª CRS atingiu sua maior taxa de notificações, com uma variação percentual de 41% em relação ao ano anterior, alcançando uma taxa de 55 notificações por 10.000 habitantes. Dessas notificações, 80% estavam relacionadas a acidentes de trabalho, seguidas por Lesões por Esforços Repetitivos/Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT) (8%), exposição a material biológico (7%) e intoxicação exógena (4%). Os demais agravos representaram menos de 1% das notificações. Nas fichas de acidentes de trabalho, os cinco principais CID registrados foram: Y96 (Circunstância relativa às condições de trabalho) com 19,97%, W20 (Impacto causado por objeto lançado, projetado ou em queda) com 7,73%, W22 (Impacto acidental ativo ou passivo causado por outros objetos) com 5,68%, W01 (Queda no mesmo nível por escorregão, tropeção ou passos em falso) com 5,09%, e Y28 (Contato com objeto cortante ou penetrante, intenção não determinada) com 4,70%. No que diz respeito à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), 9% das fichas não informaram essa classificação, e quanto à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), 78% das fichas não tinham essa informação. Além disso, em 52,03% dos casos de acidentes de trabalho, não foi emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Apesar de a 4ª CRS ter alcançado seu melhor resultado desde 2016, há desafios a serem superados quanto à qualificação das informações nas fichas de notificações de agravos relacionados ao trabalho. Os perfis apresentados servirão de base para o planejamento e implementação de ações prioritárias voltadas aos trabalhadores mais suscetíveis a agravos e doenças no território da 4ª CRS, reforçando a importância da melhoria contínua no registro e acompanhamento dessas notificações.

DIABETES EM FOCO: UMA JORNADA DE AUTOCUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA CIDADE DE MANAUS-AMAZONAS

Gilmara Rocha de Oliveira, Edervânio Medeiros de Souza, Manuella Valente Veras,
Maria das Graças de Azevedo Costa, Jucinara Oliveira da Silva Rodrigues,
João Carlos Silva de Oliveira, Priscille Divie Leão de Almeida

A diabetes mellitus (DM) é um dos problemas de saúde mais prevalentes na sociedade, representando um desafio significativo para a saúde pública no século XXI. Trata-se de uma condição crônica, multifatorial e sistêmica. O presente trabalho teve como objetivo desenvolver um plano de autocuidado para lesões em portadores de diabetes mellitus que frequentam unidades de saúde da atenção primária em Manaus, Amazonas. Além disso, buscou-se criar materiais educativos e realizar sessões de orientação personalizadas para cada paciente, abordando a compreensão da diabetes, suas complicações, a importância do tratamento, a prevenção da doença e o autocuidado em relação às lesões. Foi estabelecido um sistema de monitoramento regular das lesões, incentivando os pacientes a registrar e reportar alterações, como dor, inchaço ou mudanças na aparência da ferida. Isso possibilitou a realização de avaliações periódicas e ajustes no plano de autocuidado conforme a evolução do estado de saúde dos pacientes. Também se capacitou os pacientes a realizar autoavaliações regulares, identificando sinais precoces de complicações e incentivando-os a relatar prontamente qualquer preocupação à equipe de saúde. A metodologia adotada foi um estudo longitudinal, que observou e coletou dados de uma amostra

ao longo de um período extenso, permitindo a análise de mudanças nas lesões diabéticas e o autocuidado dos pacientes. Também foi conduzido um estudo de intervenção, que envolveu estratégias sistemáticas para promover mudanças positivas, resolver problemas específicos e alcançar metas predefinidas. A pesquisa foi realizada em quatro unidades do Distrito Sul de Manaus (AM). Para enriquecer a revisão bibliográfica, foram analisados artigos dos últimos dez anos sobre o manejo e autocuidado de lesões diabéticas, extraídos de bases de dados como Scielo, Google Scholar e Lilacs, sem restrição de idiomas. A experiência prática centrou-se no autocuidado das lesões diabéticas, envolvendo o acompanhamento longitudinal das equipes de saúde, o suporte da família por meio de capacitação e a assistência de um cuidador. Nas considerações finais, constatou-se que as demandas de saúde dos portadores de lesões diabéticas foram atendidas, e, após as orientações sobre o processo de autocuidado, não houve retorno às unidades de saúde para cuidados adicionais. No entanto, observou-se que o autocuidado com apoio fragmentado afeta negativamente as dimensões da gestão do cuidado, tornando difícil atender à singularidade dos pacientes de maneira integral, ampliada e ética.

CONECTANDO SABERES: PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA, INTEGRAÇÃO DE GESTÃO EFICIENTE E FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Gilmara Rocha de Oliveira, Manuella Valente Veras, João Carlos Silva de Oliveira,
Maria das Graças de Azevedo Costa, Jucinara Oliveira da Silva Rodrigues,
Edervanio Medeiros de Souza, Priscille Divie Leão de Almeida, Michaelen Silva Oliveira

No século XXI, é evidente a necessidade de implementar métodos que otimizem os processos de trabalho humano, e a adoção da tecnologia da informação surge como uma direção crucial para mitigar falhas nas áreas de saúde e educação. Este estudo parte do pressuposto de que a tecnologia é uma ferramenta fundamental para a eficácia e eficiência da gestão e monitoramento de indicadores do Programa Saúde na Escola, além de permitir uma melhor utilização da gestão do tempo, por meio da transparência dos dados em tempo real. Assim, o objetivo deste trabalho é desenvolver um sistema de informação gerencial que consolide, em tempo real, informações sobre os indicadores de saúde nas escolas, facilitando a tomada de decisão dos gestores, contribuindo para o gerenciamento do tempo nas atividades desenvolvidas, permitindo o acesso a relatórios sobre os indicadores de saúde nas escolas municipais e estaduais de Manaus, fomentando a prática de desenvolvimento de sistemas e a pesquisa científica entre os servidores da saúde, e aprimorando a gestão do tempo dos profissionais da atenção primária no cumprimento desses indicadores. O método utilizado foi direcionado para a Engenharia de Software, organizando o processo de criação do produto em fases: planejamento, levantamento e análise de requisitos, projeto, implementação, testes, entrega, implantação, uso e manutenção. Com o desenvolvimento desta ferramenta tecnológica, houve uma significativa melhoria no acesso às informações, que se tornou imediato e transparente, proporcionando maior eficácia na tomada de decisões para gestores e profissionais de saúde. O uso dessa ferramenta também impactou positivamente os processos de trabalho em outras áreas da cidade de Manaus. Inicialmente restrita a

uma zona específica, a ferramenta foi disponibilizada para os demais distritos de saúde, com o objetivo de otimizar os processos e incentivar os profissionais de saúde na produção de ciência e tecnologia.

PROTOCOLO ASSISTENCIAL PARA O USO SEGURO DO AQUECIMENTO EM PACIENTES HIPOTÉRMICOS: ESTUDO METODOLÓGICO

Cristiele Costa da Matta Rocha, Alessandra Conceição Leite Funchal Camacho

A hipotermia é um fator complicador significativo no quadro clínico do paciente hospitalizado, sendo uma urgência que exige intervenção do enfermeiro para restabelecer a normotermia. O objetivo geral é validar a aplicabilidade do protocolo na prática assistencial, e, como objetivos específicos, descrever a aceitabilidade do protocolo pela equipe multiprofissional e realizar a validação de sua aplicabilidade clínica no âmbito hospitalar. Trata-se de um estudo metodológico realizado em duas etapas: validação de conteúdo e validação de aplicabilidade. A validação do conteúdo por especialistas foi objeto de um estudo anterior (dissertação de mestrado), tendo como base o Guia de Construção de Protocolos Assistenciais de Enfermagem. A validação da aplicabilidade seguirá as diretrizes do AGREE II. A amostra de pacientes será composta por 30 indivíduos, e a dos profissionais de enfermagem terá um objetivo de 47 participantes. O estudo está sendo conduzido na UTI do Hospital Universitário Antônio Pedro, em Niterói/RJ (CEP número 6.316.135). A revisão de literatura que fundamentou a elaboração do protocolo abrangeu 1.527 artigos, dos quais 605 duplicados foram excluídos, 27 foram selecionados para leitura integral e 10 foram incluídos na síntese final. Com base nesses artigos, foram elaborados 29 itens, encaminhados para apreciação de 20 especialistas que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos na Plataforma Lattes (CEP número 4.691.085). Duas rodadas de avaliação foram realizadas, totalizando 21 itens validados globalmente. Elaborou-se e validou-se o conteúdo de um Protocolo Assistencial, sendo prevista a realização de sua validação clínica na prática hospitalar. Trata-se de um produto técnico e tecnológico com potencial para melhorar a prática assistencial de enfermagem, contribuindo para evitar eventos adversos relacionados ao aquecimento inadequado de pacientes hipotérmicos.”

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE PARA AS MARISQUEIRAS DA COMUNIDADE DO PORTO GRANDE (PARÁ): PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO

Adriano Macedo Alves, Rosiane Pinheiro Rodrigues, Ana Carolina Soares Chagas, Diclá Raimunda Chagas da Silva, Jaqueline de Souza Chagas, Livia Marques Palheta, Liviani Marques Palheta, Marinara Matos Leal, Antonio Mateus Feitosa de Souza

A Educação Popular em Saúde (EPS) incide sobre a Saúde da Mulher, visando a construção de uma consciência sanitária para reverter condições marcadas por estigmas e pelo acesso precário aos

serviços e políticas públicas de saúde, promovendo a prevenção de doenças e agravos à saúde. Nesse contexto, o câncer do colo do útero (CCU), com uma taxa de incidência ajustada de 19,48 por 100 mil habitantes no Pará (triênio 2023-2025), é uma afecção prevenível que demanda ações de educação em saúde como estratégia de prevenção, consolidando a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no Sistema Único de Saúde (SUS), que define a educação em saúde como diretriz para rastreamento e diagnóstico precoce do câncer. Assim, a EPS foi realizada por meio do método da roda de conversa com trabalhadoras marisqueiras, abordando a prevenção ao CCU. O objetivo foi promover uma roda de conversa com as mulheres marisqueiras da Comunidade do Porto Grande, no Pará, e com discentes de Saúde Coletiva, construindo conhecimentos sobre sintomas, saberes de prevenção, autocuidado e esclarecendo dúvidas sobre o CCU. Orientados pela docente na disciplina “Educação Popular em Saúde” do curso de graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Pará, os discentes atuaram junto às profissionais marisqueiras, aplicando princípios da EPS, como participação popular, amorosidade, diálogo, emancipação, construção social e problematização. Esse trabalho mobilizou o grupo a estabelecer um espaço de protagonismo para as trabalhadoras, acolhedor e propício à troca de saberes, promovendo a conscientização sobre seus direitos como usuárias do SUS. Nessa perspectiva, foi apresentada a dinâmica “Foto na Caixa”: cada mulher observava individualmente o interior da caixa e expressava uma palavra para definir a “pessoa” na “foto”; palavras como “guerreira”, “determinada” e “importante” foram mencionadas. Ao final, a “foto” revelou-se um espelho, e as palavras usadas refletiam autopercepções das próprias participantes. A discussão incluiu tópicos de Saúde da Mulher com foco na prevenção ao CCU, abordando estigmas e receios sobre o exame citopatológico. Parte das mulheres desconhecia a importância do exame, então foram apresentadas informações sobre rastreamento, periodicidade, vacina contra o HPV, uso de preservativos e práticas de autocuidado. Esta foi a primeira ação educativa na comunidade, envolvendo 35 mulheres, que tiveram a oportunidade de construir e compartilhar conhecimentos sobre o tema, relatar experiências e reconhecer-se como autônomas e protagonistas no processo de prevenção ao CCU. A participação na roda de conversa foi entendida como um método ascendente de EPS. As experiências no coletivo contribuíram para o conhecimento do público-alvo e para a troca de saberes, incentivando a busca por informações e visitas periódicas à unidade de saúde, mitigando sentimentos como medo e vergonha. Por meio de uma comunicação afetiva que transmitia respeito e solidariedade e valorizava o próprio corpo, a ação promoveu a saúde das participantes e o reconhecimento de suas práticas de sustento, estimulando o empoderamento. Além disso, a experiência contribuiu para a formação dos discentes, orientando-os na perspectiva da EPS segundo os princípios do SUS.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: REVISÃO SISTEMÁTICA DE PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS

Gabriela Gardenha Cavalcante Gatinho, Júlia de Carvalho de Souza, Alder Mourão de Sousa

Este trabalho aborda os registros de violência contra mulheres, com o objetivo de analisar as publicações brasileiras sobre violência doméstica contra a mulher durante a Pandemia de covid-19.

Realizou-se uma revisão sistemática, qualitativa, conduzida a partir de artigos científicos, para responder à pergunta de pesquisa: quais são os determinantes relacionados aos casos de violência contra a mulher ocorridos no Brasil durante a pandemia de covid-19? Foram identificados 554 documentos nas bases pesquisadas, dos quais 10 artigos foram selecionados, tratando especificamente da violência doméstica contra a mulher no período pandêmico. Foram incluídos textos completos, gratuitos, em português, publicados entre 2020 e 2022, disponíveis no Scielo, BVS e Periódicos CAPES. A análise resultou na identificação de quatro temas principais: 1) Isolamento social durante a Pandemia de covid-19; 2) Violência psicológica no contexto da pandemia; 3) Feminicídio no período pandêmico; e 4) Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Observou-se a publicação dos artigos em diferentes periódicos, com autoria de profissionais de variadas formações e uma diversidade de métodos de pesquisa, incluindo análise documental, etnografia virtual e pesquisa ecológica. Os artigos indicam que houve um aumento nos casos de violência doméstica durante o lockdown, com episódios de violência perpetrados por parceiros, motivados pelo maior tempo de convivência com os agressores em um espaço restrito e pela ausência de interação com outras pessoas. A proximidade constante com o agressor, a sobrecarga de atividades domésticas e a elevação na probabilidade de episódios de feminicídio foram destacados. Em alguns casos, as restrições sociais devido à covid-19, as dificuldades econômicas, a perda de trabalhos informais e o distanciamento de familiares foram fatores que favoreceram o aumento do feminicídio. A Pandemia de covid-19 expôs fragilidades nas políticas públicas de combate à violência contra a mulher, e o aumento dos casos durante o isolamento social configurou-se como uma “dupla pandemia”. Conclui-se que os dados revisados evidenciam que os principais determinantes dos episódios de violência doméstica contra mulheres durante a pandemia estiveram ligados à restrição dos espaços de convívio familiar e social, à sobrecarga de responsabilidades domésticas, aos transtornos emocionais e à violência dos parceiros, além das fragilidades das políticas públicas.

RAP DA SAÚDE - CURSO DE FORMAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS PROMOTORES DE SAÚDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Marcus Vinícius da Silva Santos, Denise Jardim de Almeida, Marcio Alexandre Baptista, Maíra Kneipp Ramos, Debora da Cruz da Silva

O Curso de Formação de Adolescentes e Jovens Promotores da Saúde – RAP da Saúde é um projeto da Superintendência de Promoção da Saúde (SPS) da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-Rio) que seleciona e qualifica adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos, moradores da cidade, em temas como promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, direitos humanos, cidadania e cultura. Desde sua institucionalização em 2015, os Adolescentes e Jovens Promotores de Saúde passaram a atuar nas unidades de saúde, contribuindo para dar visibilidade às especificidades deste grupo e promovendo uma maior aproximação com a atenção primária, o que aumentou a adesão

e frequência aos serviços de saúde. Anualmente, é aberto um processo seletivo em duas etapas: análise da ficha de inscrição e entrevista individual. Os participantes podem permanecer no projeto por até 12 meses. Os selecionados recebem um auxílio financeiro (bolsa) para atuar como multiplicadores – adolescentes ou jovens sem experiência prévia que realizam ações de promoção da saúde – ou como dinamizadores – jovens com alguma experiência e habilidades de liderança. A principal base do RAP da Saúde é a Unidade de Atenção Primária (UAP), onde a maioria das pessoas tem seu primeiro contato com o Sistema Único de Saúde. Assim, as atividades ocorrem nas Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde e Policlínicas, além de escolas, universidades, praças, equipamentos públicos e eventos de mobilização, priorizando locais frequentados pela juventude. Entre 2015 e 2024, foram realizadas seis chamadas públicas para selecionar jovens interessados nos temas do curso, com mais de 48.945 inscritos, indicando grande interesse pelo projeto e uma carência de oportunidades para esse público no Rio de Janeiro. Desde 2015, o projeto formou mais de 850 adolescentes e jovens, realizou 15.026 ações educativas e de mobilização social, alcançando 541.914 pessoas, com ênfase no fortalecimento do protagonismo juvenil e na educação entre pares. Ao longo de seu desenvolvimento, o RAP da Saúde também apresentou outros resultados significativos, como a qualificação e inserção de jovens no mercado de trabalho, inclusive como profissionais de saúde, o retorno de adolescentes à educação básica e o ingresso de jovens no ensino universitário. O projeto fomenta ainda o autocuidado e a autoestima dos participantes, fortalecendo o convívio social, contribuindo para a saúde mental e promovendo o empoderamento cidadão desse grupo.

METODOLOGIAS EDUCATIVAS UTILIZADAS NA ESCOLA PELO ENFERMEIRO DE FAMÍLIA NA ABORDAGEM A SAÚDE DO ADOLESCENTE

Michelle Adrienne da Costa de Jesus, Fernanda Rizo Rodrigues da Silva, Edineia Lazzari,
Letícia Lourenço Vieira, Jacqueline Carvalho de Oliveira, Karine Detes Canto,
Tatiane Ribeiro Almeida, Gabriela Moíço Azevedo, Marianne de Lira Maia

A presença do enfermeiro em ações educativas nas escolas é fundamental para entender melhor as questões que colocam adolescentes em risco, uma vez que a escola é considerada um local estratégico para alcançar esse público, que raramente busca os serviços de saúde. Existe um forte tabu familiar sobre questões afetivo-sexuais, devido ao receio de que dialogar sobre o tema possa incentivar uma iniciação sexual precoce. O objetivo deste estudo é analisar as estratégias, com foco na educação sexual e reprodutiva, utilizadas pelos enfermeiros no Programa Saúde na Escola (PSE). Foi realizada uma revisão integrativa de literatura, uma abordagem abrangente que permite a análise de estudos experimentais e não experimentais para oferecer uma visão mais completa sobre o fenômeno em questão, orientando a prática baseada em evidências científicas. As buscas foram realizadas em bases de dados virtuais, utilizando os descritores “Enfermagem” e “Educação sexual” e “Promoção da saúde em meio escolar” e, em outra combinação, “Enfermagem” e “Educação sexual” e “adolescente”. Foram incluídos artigos científicos completos, dos últimos cinco anos, em português e espanhol, excluindo-

se aqueles que não fossem de domínio público. Foram selecionadas 12 publicações disponíveis nas bases BDENE, LILACS, SCIELO e PUBMED. Os temas mais debatidos incluem gravidez, métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. As estratégias metodológicas para abordar esses temas foram variadas: vídeos e jogos educativos, palestras, radioweb, podcasts, questionários e entrevistas. Essas metodologias educativas e estratégias de promoção de saúde nas escolas são eficazes para captar o interesse dos adolescentes, além de serem populares, inovadoras e adaptadas à realidade local. Conclui-se que a educação em saúde é um dos pilares para a prevenção de riscos, sendo essencial para ensinar a população sobre o autocuidado, a prevenção de doenças e agravos, e sobre os serviços de saúde oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A educação em saúde impacta positivamente a saúde da população e contribui para a redução dos gastos públicos.

CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE NO TOCANTINS (PEGTES-TO) 2024-2027

Angelita Kellen Freitas de Miranda, Raimunda Fortaleza de Sousa

Pretende-se apresentar o processo de construção do PEGTES-TO 2024-2027, com o objetivo de compartilhar este movimento inédito e suas especificidades em nível estadual. A partir da mobilização nacional conduzida pelo Ministério da Saúde, com apoio institucional, oficinas regionais, guia orientador, Curso de Atualização realizado pelo ISC/UFBA e livro de dados da força de trabalho em Saúde, a Superintendência de Gestão Profissional e da Educação na Saúde (SGPES) instituiu o Grupo Condutor, com a participação de outras áreas da SES-TO, COSEMS-TO, CES-TO, DSEI-TO e MS local, dando início ao processo de construção do PEGTES-TO. A análise de situação de saúde, com ênfase na GTES, foi baseada na realidade da força de trabalho local, nos serviços de GTES implantados, na estrutura organizacional, na equipe envolvida e nos atributos atendidos. Consideraram-se, ainda, as prioridades sanitárias, em consonância com os demais instrumentos de gestão. Optou-se pela realização de oficinas macrorregionais, com o intuito de promover uma escuta generosa numa construção participativa, ascendente e fundamentada nas necessidades de saúde do território. Em Gurupi, Palmas, Araguaína e Augustinópolis, as 08 regiões e seus respectivos municípios tiveram seu direito de voz assegurado, por meio de um diálogo democrático. Também foi realizada uma oficina estadual. Os segmentos representados incluíram trabalhadores, gestores, conselheiros, docentes, acadêmicos e representantes da CIES-TO. Mais de 200 participantes contribuíram para as discussões. A partir dos problemas identificados, foram propostas ações de Governança e GTES. Na Governança, priorizou-se a realização das Conferências Macrorregionais e Estadual de GTES, a qualificação dos conselheiros e a promoção de eventos de práticas integrativas. No eixo da Gestão do Trabalho, destacaram-se as necessidades relativas à humanização, Saúde do Trabalhador, despreciação do trabalho, reativação da mesa de negociação e dimensionamento da força de trabalho em saúde. Na Educação em Saúde, foram elencadas ações referentes à Educação Permanente,

Educação Popular, Integração Ensino-Serviço-Comunidade, formação dos trabalhadores em todos os níveis, curricularização, residências e cenários de práticas para estágios no SUS. A Portaria Ministerial 2.168/2023, como incentivo financeiro, foi complementada por recursos do tesouro estadual, além dos saldos e rendimentos da Portaria Ministerial 1.996/2007, assegurando o valor necessário para efetivação do plano. As estratégias de comunicação, monitoramento e avaliação foram pensadas para dar publicidade e transparência ao desenvolvimento das ações, à execução dos recursos financeiros e à identificação do impacto sobre as práticas em saúde. O produto foi apresentado e aprovado no CES-TO e na CIB-TO, sendo disponibilizado na Biblioteca Virtual da Etsus-TO/SES-TO, como e-book, e nas redes sociais da SES-TO. Reuniões da equipe da SGTES ocorreram com o objetivo de divulgar o plano, como norteador do processo de trabalho da equipe nos próximos quatro anos. Esta experiência refletiu avanços na conexão da GTES, que passou a ter muitas ações em comum e outras complementares. Um dos efeitos dessa aproximação foi o alcance de um plano coerente e viável, apesar dos desafios encontrados nas discussões iniciais, da reduzida participação das instituições de ensino e dos conselhos de saúde, e do distanciamento ainda persistente entre as áreas de GTES.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ABORDAGENS

Paulo Henrique Mendes Teixeira, Liliana Santos

A educação em saúde é uma importante ferramenta de promoção da saúde, especialmente quando vista sob a perspectiva de valorização dos contextos sociais, econômicos e culturais da comunidade. Sua base de conhecimento reside na melhoria das condições de vida e saúde da população. Este estudo teve como objetivo analisar o desenvolvimento das ações de Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família (ESF) em um município da região de saúde Cerrado Tocantins Araguaia, no estado do Tocantins. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas individuais com doze profissionais da ESF, selecionados por sorteio. Os dados foram produzidos e analisados a partir de três categorias: a percepção sobre educação em saúde, com foco na dualidade saúde-doença versus saúde e qualidade de vida; a transição da percepção para a ação, abordando descrição e características das práticas; e a abordagem predominante, identificada como Modelo Preventivista ou de Promoção da Saúde. Os resultados indicam que a maioria dos profissionais compreende e aplica a educação em saúde sob uma perspectiva tradicional, isto é, focada na prevenção de doenças e na tentativa de mudança de comportamento individual. Essa abordagem revela uma postura vertical, impositiva e institucionalizada, com um sentido único de comunicação do profissional para o usuário, sustentando o modelo preventivista centrado na cura. Este estudo pretende contribuir para uma reflexão prática sobre o tema e possibilitar a construção de um novo olhar sobre a educação em saúde, baseado em relações dialógicas e na valorização do saber popular. A expansão do conhecimento neste campo é essencial para promover uma abordagem mais holística e inclusiva, que considere todas as camadas sociais e suas particularidades.

CARACTERIZAÇÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS EM UM SERVIÇO DE REFERÊNCIA À VIOLÊNCIA SEXUAL DA REGIÃO AMAZÔNICA, BRASIL

Paulo Henrique Mendes Teixeira, Lorena Dias Monteiro

A violência contra a mulher é um sério desafio de saúde pública, especialmente nos complexos contextos socioculturais da Região Amazônica, Brasil. Este estudo descreve o perfil das mulheres atendidas pelo Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS) no Hospital e Maternidade Dona Regina (HMDR), Tocantins, de 2013 a 2020. Foi utilizada uma abordagem epidemiológica descritiva com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do HMDR, analisando-se as tendências temporais, demográficas e contextuais das agressões reportadas. Durante o período estudado, foram registrados 88 casos de violência contra mulheres, com uma concentração expressiva de casos em 2016, representando 48,86% do total. As vítimas eram, em sua maioria, mulheres pardas, com idades entre 18 e 39 anos, mais de 8 anos de escolaridade e residentes em áreas urbanas. A maioria das agressões ocorreu em locais públicos (51,1%), e as formas de violência identificadas incluíram violência sexual (77,3%), física (53,4%) e psicológica (47,7%). Os principais agressores foram desconhecidos (68,2%), cônjuges (14,8%) e ex-namorados (9,1%). A pesquisa “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, destaca que a violência é prevalente em todos os níveis educacionais, e mulheres com maior escolaridade frequentemente relatam tipos específicos de violência, como controle ou cerceamento, em maior proporção (27% contra 19% das menos escolarizadas). Esse perfil reflete-se nas usuárias do SAVIS, onde predominam mulheres com maior nível educacional. O estudo evidencia a alta prevalência de violência contra mulheres jovens e pardas, enfatizando uma condição de vulnerabilidade. Estatísticas de gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corroboram a gravidade da situação, indicando que ao menos 6% das mulheres brasileiras com 18 anos ou mais já sofreram violência por um parceiro íntimo. O fato de a maioria dos casos ocorrer em espaços públicos sinaliza a persistência da discriminação de gênero e tentativas de controle masculino sobre as mulheres. Estudos internacionais, como o National Crime Victimization Survey nos EUA, indicam que violências como assaltos e estupros são mais comuns em locais públicos, ajudando a entender as circunstâncias e a frequência desses episódios. No Brasil, pesquisas da Fundação Perseu Abramo e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam como a segurança pública e a vigilância influenciam os locais onde a violência ocorre. Este panorama sugere que a violência contra a mulher é uma questão interseccional que transcende a saúde e envolve segurança e direitos humanos. Urgem iniciativas que promovam não apenas ações punitivas, mas também transformações culturais e educacionais profundas, além de uma capacitação adequada dos profissionais de saúde para detectar e prover a atenção necessária às mulheres em situação de violência.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE COM ADOLESCENTES: SEXUALIDADE E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Wilk Cardoso Cruz, Maysa Cardoso da Cruz, Jaison Frank Ferreira Costa, Rosângela Cristina Sousa Vara, Daniele Cavalcante de Brito, Rosiane Pinheiro Rodrigues

Educação Popular em Saúde pode ser entendida como uma pedagogia que busca transformar as informações sobre saúde dos diferentes grupos sociais, dando maior visibilidade à sua realidade histórica, política e sociocultural. Dessa forma, a Educação Popular utiliza a experiência de vida das pessoas como ponto de partida para a construção de novos saberes. A ação teve como objetivo principal realizar Educação Popular em Saúde para o compartilhamento de conhecimentos entre adolescentes de 14 a 19 anos sobre sexualidade e gravidez na adolescência, considerando os aspectos socioculturais desse grupo. A atividade de Educação Popular foi realizada por meio da metodologia da roda de conversa, em fevereiro de 2024, alcançando 29 adolescentes que foram orientados, a partir do diálogo, a atuarem como agentes multiplicadores das informações compartilhadas. A Educação Popular foi conduzida por cinco estudantes do 3º semestre do curso de graduação em saúde coletiva da Universidade do Estado do Pará, sob a coordenação da docente responsável pelo componente curricular Educação Popular em Saúde. A roda de conversa ocorreu de forma dinâmica, com a exibição de um vídeo curto sobre gravidez na adolescência e métodos contraceptivos, seguido por um diálogo aberto com os adolescentes, orientado por perguntas previamente distribuídas dentro de balões coloridos. A ação destacou, a partir das questões norteadoras, o conhecimento de adolescentes entre 14 e 19 anos sobre sexualidade e gravidez na adolescência, evidenciando a dificuldade desse grupo em dialogar sobre o tema com pais, professores e profissionais de saúde. Diante dessa constatação, promoveu-se um diálogo aberto para que os adolescentes pudessem expressar suas opiniões sobre métodos contraceptivos e os riscos das relações sexuais desprotegidas. Com a execução dos princípios da Educação Popular em Saúde, foi possível contribuir para a promoção e construção do conhecimento entre o público-alvo. Além disso, a ação incentivou a troca de experiências e saberes entre os adolescentes sobre sexualidade e gravidez na adolescência.

SOFRIMENTO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Ana Carolina Cerqueira Medrado

Este trabalho teve como objetivo analisar o sofrimento dos trabalhadores de saúde mental e sua relação com a precarização do trabalho. Para isso, foram exploradas aproximações entre a sociologia do trabalho, a psicodinâmica do trabalho e a saúde coletiva. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo campo foi um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em Salvador, utilizando entrevistas narrativas

como técnica de produção de dados. As entrevistas contaram com questões disparadoras, como: “fale-me sobre o seu percurso profissional”, “conte para mim sua experiência neste CAPS” e “o seu trabalho afeta sua saúde de alguma maneira?”, entre outras que surgiram das narrativas dos entrevistados. Os participantes incluíram profissionais do CAPS e residentes multiprofissionais de saúde que atuavam na instituição. Os critérios de inclusão foram: atuação no CAPS, como profissional efetivo ou residente, e aceitação em participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No total, participaram seis homens e três mulheres, com idades entre 26 e 61 anos, sendo três deles residentes em programas multiprofissionais. Todos os residentes realizavam estágio eletivo no serviço à época, com uma média de dois meses de atuação na instituição. Destaca-se que os residentes relataram suas experiências em saúde mental de forma geral, não especificamente sobre o CAPS em que atuavam. Para a análise dos dados, foram utilizados princípios da hermenêutica de Ricoeur, organizando os dados nas categorias: padecimentos dos trabalhadores de saúde mental e o trabalho capturando o corpo e o tempo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, parecer nº 1.443.135. Os resultados apontam que os fatores de sofrimento incluem: conflitos no ambiente de trabalho, falta de reconhecimento profissional, sobrecarga de trabalho, insegurança quanto às técnicas de intervenção, carga horária excessiva, alta demanda emocional e contato com contextos de violência. Essas fontes de sofrimento resultam não apenas das peculiaridades do trabalho em saúde mental, mas também refletem processos de precarização que permeiam o Sistema Único de Saúde (SUS). Observou-se, ainda, a invasão do trabalho no tempo livre dos profissionais, possivelmente relacionada à flexibilização do trabalho. Conclui-se que o trabalho em saúde mental vem sendo penetrado pela lógica neoliberal, em contradição aos valores ideológicos do SUS. Embora não tenha sido relatada condição de adoecimento, isso pode estar ligado a estratégias defensivas dos trabalhadores ou à transformação do sofrimento em realização pessoal.

PROJETO DE EXTENSÃO EM SAÚDE E APOIO ESTUDANTIL AO ENFRENTAMENTO DE EPIDEMIAS TENDAS DA DENGUE NO DF

Marta David Rocha de Moura, Laura Gonçalves Daniel, Leda Amana Teodoro Silva, Ronald Turetta Bonicenna, Guilherme Augusto Braga e Silva, Maria Eduarda Ayumi Morita, Alice Gonçalves dos Santos

O projeto de extensão, desenvolvido no âmbito do Programa de Extensão da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), foi concebido com a colaboração direta dos Centros Acadêmicos de Medicina e Enfermagem da ESCS. Sua criação surgiu em resposta à epidemia de dengue que afetou o Distrito Federal entre fevereiro e abril de 2024. Para enfrentar essa situação, foi estabelecida uma parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), que disponibilizou 11 tendas, nas quais um servidor da SES-DF, da área da saúde, desempenhou o papel de apoiador e orientador das atividades a serem realizadas. A ESCS, por meio de um link de inscrição, selecionou 1989 estudantes da área da saúde das instituições públicas e privadas conveniadas à SES-DF. Sob coordenação estudantil

da ESCS e supervisão da Direção da Escola e da Coordenação de Inovação e Gestão do Conhecimento da SES-DF, foram organizadas escalas de voluntários, estabelecendo uma parceria eficaz com a gestão em saúde. Os estudantes desempenharam atividades de triagem e acolhimento, atendimento, coleta de testes rápidos e orientações sobre hidratação, seja enteral ou venosa, conforme a classificação clínica do paciente. Essa iniciativa representou uma oportunidade única para os estudantes da área da saúde contribuírem ativamente no combate à dengue, ao mesmo tempo em que adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para sua formação acadêmica e profissional. A parceria entre instituições de ensino, órgãos governamentais e sociedade civil refletiu um modelo de assistência coletiva, resultando na redução da mortalidade e gravidade dos indicadores de saúde no Distrito Federal. Essa experiência evidencia o poder da colaboração entre diferentes setores da sociedade para enfrentar desafios de saúde pública e ressalta a importância do engajamento dos estudantes nas questões sociais e de saúde da comunidade onde estão inseridos. O sucesso desse projeto destaca a relevância e o impacto positivo das ações conjuntas na melhoria dos serviços de saúde e no bem-estar da população.

INTERVENÇÃO ANTITABAGISMO UTILIZANDO PANFLETO EDUCATIVO SOBRE RISCOS E BENEFÍCIOS À SAÚDE BUCAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES ESCOLARES

Grazielly Maniquinho da Conceição, Leonardo Essado Rios

A adolescência é uma etapa da vida em que o acesso à Educação em Saúde é essencial para o controle do tabagismo, sua prevenção e cessação. O tabagismo é extremamente danoso à saúde bucal dos adolescentes, mas os relatos de intervenções educativas antitabagismo em ambiente escolar são escassos no contexto da saúde bucal coletiva. Este trabalho visa relatar uma experiência educativa antitabagismo realizada com adolescentes escolares, com ênfase na saúde bucal. A experiência relatada é parte de um projeto de pesquisa realizado no Instituto Federal de Goiás, na região metropolitana de Goiânia. Estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio, que estudavam em tempo integral na instituição, receberam um panfleto educativo intitulado “Os riscos do tabagismo à saúde bucal e os benefícios de parar de fumar.” O panfleto, elaborado pelo programa Adobe Acrobat, continha: 1) imagens dos principais problemas bucais relacionados ao tabagismo (câncer da cavidade oral, leucoplasia, doença periodontal, perda dental, melanose, entre outros); 2) um texto explicativo sobre os “Riscos do tabagismo” associados a cada um dos problemas ilustrados; e 3) um texto explicativo sobre os “Benefícios da cessação do tabagismo” associados a cada um dos problemas ilustrados. O conteúdo foi adaptado da Organização Mundial de Saúde, com base em evidências científicas. Seis meses após a intervenção, uma amostra de conveniência respondeu às seguintes questões: 1) Você acha que a intervenção educativa realizada na escola (distribuição de panfleto sobre tabagismo e saúde bucal) contribuiu para aumentar seus conhecimentos sobre os efeitos do tabagismo na saúde bucal? 2) Você acha que a intervenção educativa realizada na escola (distribuição de panfleto sobre tabagismo

e saúde bucal) contribuiu para mudar sua motivação para parar de fumar (se você é fumante) ou de começar a fumar (se você não é fumante)? Para ambas as perguntas, as respostas foram categorizadas como Contribuiu/Não contribuiu. Os dados foram digitados no programa estatístico IBM-SPSS (v23) e analisados de forma descritiva. Ao todo, 94 estudantes com idades entre 14 e 19 anos receberam o panfleto e responderam às questões avaliativas da intervenção. A maioria (N=87) achou que a intervenção contribuiu para aumentar seus conhecimentos sobre os efeitos nocivos do tabagismo na saúde bucal. Da mesma forma, a maioria (N=70) considerou que contribuiu para uma mudança na sua motivação para começar ou parar de fumar. Após seis meses, a maioria dos estudantes considerou que a intervenção contribuiu para aumentar seus conhecimentos sobre os efeitos nocivos do tabagismo na saúde bucal, bem como para motivá-los a evitar o tabagismo. Em estudos futuros, esta autopercepção poderá ser analisada à luz de uma mensuração normativa de seus conhecimentos e níveis de motivação para fumar antes e depois da intervenção. Com base neste relato, recomenda-se a intervenção antitabagismo utilizando panfleto educativo sobre tabagismo e saúde bucal como uma potencial estratégia para ampliar o acesso dos adolescentes escolares às informações sobre os riscos do tabagismo e os benefícios de sua cessação para a saúde bucal.

ATITUDES DE PROFISSIONAIS DE UBSF NA PRESCRIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MULHERES RIBEIRINHAS NO PRÉ-NATAL

Naiara Lima Pereira, Evelyne Marie Therese Mainbourg, Pedro Henrique Coelho Rapozo

As escolhas alimentares envolvem diversos aspectos: psicológicos, fisiológicos, socioculturais e econômicos. Durante o ciclo gravídico-puerperal, essas escolhas são frequentemente influenciadas por prescrições de familiares, amigos e profissionais de saúde. As estratégias de educação alimentar, nutricional e de promoção de uma alimentação saudável no pré-natal devem ser conduzidas por profissionais que valorizem as referências culturais presentes nas práticas alimentares das gestantes e puérperas atendidas. Este estudo tem como objetivo analisar a percepção dos profissionais de saúde que atendem gestantes e puérperas ribeirinhas em uma Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) no Amazonas sobre as práticas alimentares dessas pacientes. Foi realizado um grupo focal com a equipe multiprofissional da UBSF, onde se observou que as orientações alimentares relatadas pelos profissionais seguiam as prescrições comuns nas UBS, como a redução do consumo de sal e gordura e o incentivo ao consumo de feijão, frutas e verduras. As falas indicam que muitos profissionais compreendem o contexto local e os fatores que influenciam as escolhas alimentares, como a disponibilidade dos alimentos, as crenças alimentares e a descontinuidade do fornecimento de energia elétrica, buscando, assim, ampliar o leque de opções alimentares. No entanto, alguns profissionais mencionaram a necessidade de recomendar certos alimentos, mesmo cientes das dificuldades de obtenção, refletindo a pressão em seguir diretrizes preconizadas, apesar dos desafios para que as gestantes as sigam. Considera-se que, por se tratar de uma UBSF onde o atendimento é diferenciado e

há maior adesão às consultas, a assistência pré-natal representa um programa privilegiado para atuar na orientação alimentar de gestantes e lactantes. Contudo, para que as orientações sejam otimizadas, é essencial que os profissionais conheçam, compreendam e saibam se adequar à realidade vivenciada por essa população, de forma que o provimento de nutrientes adequados possa ser garantido a partir das condições ambientais e socioeconômicas específicas dessa população.

AS MANDALAS COMO PORTÕES PARA O INCONSCIENTE: UMA JORNADA DE (AUTO) CONHECIMENTO NA SAÚDE COLETIVA COM TRANSFORMAÇÃO DA FORMAÇÃO MÉDICA

Noema Bastos Rodrigues, Arthur Gabriel Rech Giarretta, Kamilly de Oliveira Araújo, Laísa Costa Ribeiro, Maria Eneida de Almeida, Murilo Oberdan dos Santos Gouveia

É reconhecido cientificamente que a expressão criativa oferece um caminho singular para explorar emoções, pensamentos e experiências de forma não verbal e simbólica. Estudantes do segundo ano do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus de Chapecó (SC), desenvolveram uma atividade teórico-vivencial vinculada ao componente curricular de Saúde Coletiva III (2023.2), envolvendo a criação de mandalas e a investigação de sua relação com o cuidado em saúde, incorporando conceitos junguianos como inconsciente, signos, símbolos e sonhos. O estudo teve como objetivo ampliar a formação médica ao investigar o uso das mandalas como recurso terapêutico associado à Arteterapia, uma das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) oferecidas na Atenção Primária à Saúde (APS/SUS), que busca promover o autoconhecimento por meio de ações criativas que integram aspectos profundos da personalidade. Sob orientação docente, os estudantes realizaram encontros semanais e se aprofundaram na pesquisa sobre o uso das mandalas na Arteterapia, explorando suas origens e influências, incluindo as contribuições de Carl Gustav Jung (1875-1961) e Nise da Silveira (1905-1999). Utilizando abordagens qualitativas, como revisões bibliográficas e debates reflexivos, os alunos aprofundaram seus conhecimentos sobre o potencial terapêutico das mandalas e avaliaram como elas podem ser incorporadas na formação de profissionais de saúde, fortalecendo habilidades como comunicação, empatia e sensibilidade. A experiência permitiu aos estudantes integrar conhecimentos teóricos com a criação prática de mandalas, de forma relaxante e meditativa. Eles relataram uma redução do estresse e promoção do bem-estar emocional, observando que as mandalas serviram como uma forma eficaz de terapia não verbal, especialmente para aqueles com dificuldades em comunicar sentimentos e experiências. A cada encontro, os participantes compartilhavam os simbolismos e significados pessoais de suas mandalas, demonstrando um progresso individual e coletivo. O estudo destacou a importância de incluir práticas artísticas na formação de profissionais de saúde, sublinhando a interseção entre arte, cuidado em saúde e meditação por meio dos conceitos junguianos. A integração da arte, especialmente por meio das mandalas, mostrou-se essencial para a construção de práticas de cuidado mais humanizadas e

inclusivas, enriquecendo a formação médica ao ampliar a compreensão da complexidade humana. Essa experiência fortaleceu o entendimento dos estudantes sobre a necessidade de práticas inovadoras na formação em saúde para o sistema público de saúde, destacando o potencial das mandalas na transformação positiva do cuidado no Sistema Único de Saúde.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DE ITAJAÍ (PEPSI): EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NA REDE DE SAÚDE

Edna dos Santos Carvalho Laverde, Greyce de Souza Lobo Mayer

A Educação Permanente em Saúde (EPS) representa uma abordagem dinâmica e transformadora no contexto dos serviços de saúde, centrada na valorização do trabalho como uma fonte rica de conhecimento, sabedoria e experiências. A EPS é fundamentada na ideia de que a aprendizagem é um processo contínuo e colaborativo, voltado não apenas para a qualificação profissional e formação dos trabalhadores do SUS, mas também para a transformação das práticas de saúde e promoção de uma sociedade mais saudável e inclusiva. Com esse entendimento, este trabalho apresenta o Programa de Educação Permanente em Saúde de Itajaí (PEPSI), implementado no município desde 2017, destacando as experiências vivenciadas e os desafios enfrentados na rede de saúde local. O PEPSI foi instituído como uma estratégia para enfrentar as necessidades identificadas, desenvolvendo continuamente cursos, capacitações, treinamentos, atualizações e seminários para os profissionais da rede municipal de saúde de Itajaí, melhorando os serviços oferecidos pelo SUS à população, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde (MS). O planejamento das ações conduzidas pelo PEPSI ao longo do ano é resultado de um levantamento baseado nas necessidades apontadas pelos profissionais de saúde e nos indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde, por meio do Previne Brasil, além dos objetivos definidos no Plano Municipal de Saúde. O programa utiliza diversas plataformas tecnológicas, como Google Meet, Google Forms, YouTube, e-mails, WhatsApp e o site do município, ferramentas fundamentais para garantir que esses objetivos sejam alcançados. Essas plataformas facilitam o acesso aos treinamentos virtuais, inscrições para capacitações presenciais, e a divulgação de informações e materiais que contribuem para o aprimoramento das práticas de saúde. Desde sua implementação, o PEPSI tem enfrentado desafios, apesar dos avanços alcançados. Entre esses desafios estão a falta de uma fonte própria de recursos financeiros, baixa adesão dos servidores às iniciativas de educação permanente, e a ausência de um núcleo estruturado com equipe multidisciplinar para o planejamento e desenvolvimento das ações, além de auditórios e salas de treinamento equipadas com acesso à internet, o que muitas vezes dificulta a realização das atividades e requer parcerias com outras instituições. Assim como outros municípios do Brasil, Itajaí, em Santa Catarina, tem enfrentado desafios globais na área da saúde, como epidemias, endemias locais, o aumento da demanda por serviços e a diversidade de perfis populacionais. Mesmo diante dessas dificuldades, o município reconhece a importância de investir na formação e qualificação dos profissionais de saúde como uma estratégia para reorganizar

os serviços e melhorar a atenção à saúde da população. Dessa forma, o Programa de Educação Permanente em Saúde de Itajaí (PEPSI) representa um passo importante na busca pela excelência dos serviços oferecidos na rede de saúde do município, promovendo a reflexão, atualização e colaboração entre os profissionais de saúde. Esse compromisso com a melhoria contínua demonstra a dedicação à promoção da saúde e ao bem-estar da comunidade local.

RELATO EXPERIÊNCIA DO CAPS: RELIGIOSIDADE, ESPIRITUALIDADE E SAÚDE MENTAL NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ

Maria Civita Doce de Moraes, Claudio Barbosa Ferreira

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tem como propósito atender pessoas com sofrimento mental grave, incluindo casos associados ao uso de álcool e drogas, tanto em situações de crise quanto nos processos de reabilitação, abrangendo todas as faixas etárias que nos procuram. Neste trabalho, abordaremos a influência da religiosidade nas famílias que convivem com pessoas com transtorno mental. A dificuldade enfrentada está na resistência de muitos familiares em aceitar o tratamento adequado, pois, frequentemente, atribuem o quadro a causas espirituais, como macumba, feitiço ou possessões, criando obstáculos para a adesão ao uso de medicações por parte dos usuários. O objetivo é relatar as experiências vivenciadas pela equipe do CAPS no esforço de convencer os familiares a aderirem ao tratamento medicamentoso, considerando as crenças religiosas envolvidas. Metodologicamente, trata-se de um relato de caso conduzido por uma equipe multidisciplinar do CAPS. Inicialmente, realizamos visitas domiciliares para conversar com os familiares e compreender melhor a situação clínica de cada usuário, identificando que a religiosidade estava interferindo no tratamento. Muitas famílias se recusavam a permitir o uso de medicamentos, acreditando que o sofrimento era resultado de questões espirituais. No segundo momento, realizamos um trabalho de conscientização com os familiares, explicando a gravidade do caso e a importância da adesão ao tratamento medicamentoso. Diversas visitas foram necessárias para construir um diálogo eficaz e, com dedicação, demonstrar a necessidade desse tratamento. Os resultados foram positivos: os familiares aceitaram a administração dos medicamentos em paralelo com as práticas religiosas. O paciente apresentou uma melhora significativa, com qualidade de vida aprimorada, retomada de suas rotinas, maior autonomia e lucidez nas ações. A participação nas rodas de conversa do CAPS, agora com pensamentos mais claros, destacou a importância da medicação no cotidiano do usuário. Os familiares puderam constatar a eficácia do tratamento, reforçando a necessidade do uso contínuo dos medicamentos. Concluímos que a colaboração com a família é essencial para o sucesso na recuperação, bem-estar e desenvolvimento dos usuários. Com o apoio familiar, a recuperação é mais tranquila e o usuário se sente mais seguro, cercado por um ambiente que lhe é familiar. Reiteramos a importância dessa parceria em todos os casos, considerando a família como o alicerce fundamental. Pretendemos aplicar essa metodologia e estratégias em futuros casos com demandas semelhantes.

O PAPEL DA PSICOLOGIA NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS: REFLEXÕES SOBRE OS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER

Charlie Paulina Ody

Este trabalho objetiva compartilhar reflexões sobre os atendimentos psicológicos individuais realizados no Centro de Referência da Mulher de um município, a partir da perspectiva da Psicologia, especialmente no trabalho com mulheres vítimas de violência doméstica. As mulheres que chegam para atendimento, em consequência dessa violência, encontram-se em uma condição de extrema vulnerabilidade, necessitando de cuidados significativos em várias esferas da vida, como social, emocional e financeira. Para muitas, essa é a primeira experiência de escuta digna, acolhimento e identificação de suas próprias necessidades, após anos priorizando e dedicando-se às necessidades alheias. Como consequência desse processo contínuo de desconexão consigo mesmas, a perda da autenticidade, da autonomia emocional e da identidade tornam-se evidentes. Nesse contexto, o papel da Psicologia vai além de ressignificar a violência: é também restaurar a dignidade humana da mulher, reconhecendo-a como um ser de direitos, com autonomia e identidade próprias, capaz de tomar decisões a partir do processo reflexivo proporcionado pela psicoterapia. Historicamente, o poder de escolha – como o direito ao divórcio, ao voto, à decisão de ter filhos ou a uma carreira profissional – é algo recente para as mulheres. As gerações atuais ainda carregam marcas de limitações, crenças e preconceitos que, muitas vezes, são reproduzidos de forma consciente ou inconsciente, inclusive por outras mulheres. Como profissionais da Psicologia, é nossa responsabilidade reforçar o protagonismo feminino, facilitar processos e oferecer recursos para que cada mulher construa o melhor caminho de volta para si mesma, respeitando suas necessidades. Isso não implica, necessariamente, no rompimento do relacionamento onde ocorreu a violência, mas sim na conquista de clareza e responsabilidade sobre a vida que deseja construir. Em situações de violência prolongada, a noção de merecimento pode ser gravemente comprometida. Nossa tarefa, então, é assegurar um espaço terapêutico seguro e estabelecer um vínculo de confiança, até que a mulher se sinta pronta para decidir sobre sua própria vida.

EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE EM PRIMEIROS SOCORROS: UMA EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA

Lucca Tamara Alves Carretta, Pedro Rodrigues Teixeira, Matheus Souza Colares, Vitor Marques de Martim, Vanessa Cristina Rodrigues de Oliveira, Simone Karla Apolonio Duarte, Caio Duarte Neto

O projeto Mãos Que Salvam Vidas (MSV) é uma iniciativa promovida pelo corpo docente do Curso de Graduação de Medicina da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia

de Vitória (EMESCAM). Seu objetivo principal é capacitar a população leiga por meio de educação em saúde, com foco na Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) e na manobra de desengasgo, tanto em crianças quanto em adultos. Esse treinamento é crucial, considerando que 90% das Paradas Cardiorrespiratórias (PCRs) extra-hospitalares resultam em óbito e que a cada minuto sem RCP, as chances de sobrevivência caem 10%. Assim, disseminar o conhecimento das manobras de Heimlich e RCP em escolas e entre profissionais não médicos é vital para aumentar as taxas de sobrevivência e reduzir a mortalidade. O trabalho apresentado é um relato de experiência desenvolvido por acadêmicos de Medicina da EMESCAM e seus professores orientadores ao longo de um ano de participação no projeto de extensão MSV. Realizaram-se cerca de oito treinamentos mensais em diversos ambientes, como escolas, hospitais (com profissionais não médicos) e academias, atingindo públicos com potencial para se tornarem agentes de socorro em situações críticas. Os participantes eram divididos em grupos de cerca de dez pessoas e passavam por estações específicas para aprender RCP e desengasgo, tanto em adultos quanto em bebês, utilizando manequins apropriados. Antes do treinamento, uma breve apresentação oral destacava a importância e o método correto das manobras. Os resultados demonstraram grande adesão e engajamento dos profissionais e estudantes, que mostraram interesse tanto no aprendizado quanto no aperfeiçoamento das manobras. As perguntas feitas para avaliar o conhecimento prévio dos participantes revelaram uma base de entendimento inicial que foi intensificada com o treinamento. Além disso, a metodologia interativa, que incluiu recursos lúdicos como o uso de música para marcar o ritmo correto da RCP, ajudou a fixar o conhecimento de maneira eficaz. Essa abordagem promoveu a retenção do conteúdo e preparou os participantes para atuar em emergências, seja no ambiente hospitalar, escolar ou em outros locais. Conclui-se que empoderar a população é essencial para mitigar emergências relacionadas à PCR e ao engasgo, já que atrasos no atendimento do Serviço de Urgência são comuns e um treinamento adequado pode salvar vidas. O projeto MSV se destacou na formação dos acadêmicos, evidenciando a importância do engajamento comunitário durante a graduação. Assim, a continuidade do projeto é fundamental para disseminar ainda mais o conhecimento sobre RCP e a Manobra de Heimlich, reduzindo a mortalidade em situações evitáveis e promovendo a saúde e segurança da população.

SAÚDE MENTAL E SUA ABRANGÊNCIA NO ÂMBITO TRABALHISTA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA QUANTO AO PERFIL DOS BRASILEIROS ACOMETIDOS POR TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO

Lucca Tamara Alves Carretta, Pedro Rodrigues Teixeira, Matheus Souza Colares, Vitor Marques De Martim, Vanessa Cristina Rodrigues de Oliveira, Simone Karla Apolonio Duarte, Caio Duarte Neto

Os transtornos mentais são caracterizados por uma combinação de pensamentos, comportamentos anormais e emoções que impactam tanto o indivíduo quanto suas relações sociais. Nesse contexto, os transtornos mentais relacionados ao trabalho são uma temática de grande

relevância na atualidade, considerando que ansiedade, depressão e estresse estão entre os problemas mais comuns associados à saúde mental e possuem alta prevalência na sociedade. Tais condições podem ser desencadeadas por ambientes de trabalho ou rotinas estressantes, levando à incapacidade do indivíduo e destacando a importância do tema. Este estudo tem como objetivo descrever a prevalência e o perfil de indivíduos acometidos por transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil. O estudo é de natureza ecológica, com dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN-Datasus) no período de 2019 a 2023. Foram selecionadas informações sobre ocorrências com base em variáveis como ano, estado, sexo, faixa etária, raça, escolaridade, tabagismo, consumo de álcool e uso de psicofármacos. Durante o período analisado, foram notificadas 11.648 ocorrências, sendo 2022 (21,8%) e 2023 (30,6%) os anos com maior prevalência. Entre os estados, São Paulo apresentou o maior número de casos (21,5%), seguido por Minas Gerais (19,8%). Houve uma predominância de casos no sexo feminino (68,3%) e nas faixas etárias de 30 a 39 anos (32,5%) e 40 a 49 anos (30,9%). Em relação à raça, a maioria dos casos foi registrada entre pessoas brancas (46%), seguidas por pardos (30,1%). Quanto ao nível de escolaridade, destacou-se a maior prevalência em indivíduos com ensino médio completo (36,4%) ou ensino superior completo (32,4%). Em relação ao uso de substâncias, não houve prevalência significativa de fumantes (4,9%), consumidores de álcool (6,4%) ou usuários de drogas psicoativas (4,5%). No entanto, uma parcela expressiva dos acometidos fazia uso de psicofármacos (34,5%). A análise do perfil e da prevalência de transtornos mentais associados ao trabalho revelou uma concentração de casos nos estados mais populosos, indicando a necessidade de medidas específicas voltadas a essas regiões. A disparidade de gênero evidencia que as mulheres estão mais vulneráveis a transtornos mentais, demandando intervenções urgentes. A alta prevalência em populações com maior escolaridade sugere uma possível relação com o tipo de trabalho que exige maior esforço intelectual e mental. A predominância de casos entre pessoas brancas também reflete as desigualdades raciais presentes no mercado de trabalho brasileiro, onde essas populações ainda têm maior acesso a cargos profissionais de maior exigência mental. Assim, é fundamental implementar medidas que abordem esses fatores, com o objetivo de mitigar as consequências negativas dos transtornos mentais no ambiente de trabalho e em outras áreas da vida dos indivíduos.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E O EMPODERAMENTO DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

Lucca Tamara Alves Carretta, Thais Rabelo Mestria,
Mariana Schroth Baptista, Francine Alves Gratival Raposo

O cuidado em saúde das comunidades ribeirinhas enfrenta desafios significativos na atenção primária, especialmente devido às dificuldades logísticas. Nesse sentido, a Educação em Saúde (ES) é compreendida como uma estratégia fundamental para promover o empoderamento, ampliando a autonomia dos ribeirinhos no manejo do próprio processo de adoecimento. Este trabalho tem como objetivo avaliar a eficácia de ações de ES, realizadas in loco e adaptadas ao contexto local, na capacitação dessas populações. Trata-se de um estudo prospectivo, com abordagem qualitativa e descritiva,

baseado na coleta de dados de pacientes atendidos durante o percurso do barco-ambatório Laguna Negra, entre julho e agosto de 2023, na região do Baixo Purus, Amazonas. A metodologia incluiu rodas de conversa com grupos focais, abordando doenças do trato gastrointestinal. Foram utilizados instrumentos como testes de conhecimento prévio, exposições orais sucintas de informações-chave e pós-testes de aplicação imediata. A análise dos dados foi realizada pelo método de Minayo. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EMESCAM, sob o parecer número 6.162.204. Os resultados do pré-teste indicaram que a maioria dos ribeirinhos não possui o hábito de consumir água tratada regularmente, devido à falta de recursos, como hipoclorito de sódio, ou ao alto custo do gás para fervura, além de desinformação sobre a importância da desinfecção. Embora os moradores conheçam o hipoclorito e sua função, não recebem orientações adequadas sobre a dosagem correta, o que prejudica a aceitação devido ao sabor desagradável em casos de uso excessivo. Isso evidencia a necessidade de estratégias complementares à ES para melhorar a adesão às medidas de saúde recomendadas. Os ribeirinhos também demonstraram certo conhecimento empírico sobre a transmissão de patógenos da água do rio, reconhecendo os sintomas comuns de infecções gastrointestinais, que são frequentes na região. No entanto, poucos souberam identificar doenças específicas ou descrever os agentes causadores, refletindo a baixa escolaridade da população. Os resultados do pós-teste revelaram boa retenção das informações transmitidas durante a ES, confirmando a eficácia da abordagem educativa. Conclui-se que a ES contribui para a busca por autonomia no cuidado em saúde, desde que os profissionais superem barreiras socioeconômicas e culturais, adaptando a linguagem ao contexto ribeirinho para facilitar a comunicação. A baixa escolaridade dessas comunidades reforça a importância de levar informações de maneira clara e acessível, muitas vezes inédita para os moradores. No entanto, mudanças de estilo de vida não são garantidas por uma única ação de ES, pois dependem da aceitação e internalização por parte dos interlocutores. Assim, as ações de ES devem ser contínuas, fortalecendo o empoderamento das populações ribeirinhas e melhorando o cuidado em saúde desse grupo social.

OS CÍRCULOS DE CULTURA COMO FERRAMENTA DE CUIDADO DE MULHERES NO DISTRITO NORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS (SP)

Bárbara Cardoso Miranda, Erotildes Leal, Rosana Teresa Onocko Campos

A Educação Popular em Saúde (EPS) é uma poderosa ferramenta de transformação, capaz de modificar o ambiente e a realidade dos usuários, promovendo um cuidado criativo e crítico que destaca o protagonismo dos sujeitos. A EPS problematiza as condições que entristecem e adoecem as comunidades, estendendo o cuidado ao enfrentamento das opressões e da precarização da vida, e cria soluções inovadoras para transformar a realidade. Isso é feito por meio de consultas, ações de prevenção e promoção da saúde, atividades grupais ou em espaços comunitários no território, visando uma construção coletiva de um mundo diferente. O objetivo deste estudo é compreender o uso dos círculos de cultura com mulheres como ferramenta de cuidado no distrito norte de Campinas,

no ano de 2021. O método incluiu dois ciclos de grupos, cada um com oito encontros, inspirados na abordagem de Paulo Freire, com mulheres acima de 18 anos residentes na região. Os encontros foram documentados em diários de campo e analisados sob a perspectiva hermenêutica-dialética. Os resultados revelaram que as fases do círculo de cultura funcionaram como atos de cuidado. A fase de investigação temática permitiu o estabelecimento de contratos de respeito e sigilo, além de proporcionar o acesso às histórias de vida e contextos das participantes. A etapa de codificação e decodificação possibilitou o desenvolvimento de uma visão crítica e social, fortalecendo a confiança e o afeto entre os participantes. Por fim, o desvelamento crítico permitiu às mulheres vislumbrar a transformação de suas realidades e reconectar-se consigo mesmas e com os outros por meio de vínculos afetivos estabelecidos no grupo. Conclui-se que o círculo de cultura se mostrou uma ferramenta poderosa para a transformação das mulheres, promovendo a EPS a partir de relações humanísticas baseadas no respeito aos valores e crenças das pessoas. Essas relações resultaram em afeto, cuidado, confiança, respeito e liberdade, gerando um ambiente propício para o crescimento e a mudança.

DERRUBANDO OS MUROS INVISÍVEIS: ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Daniela Costa da Cruz

Este trabalho discute a violência contra a mulher, detalhando os principais tipos e classificações dessa violência. Foi observado que o ciclo de violência é frequentemente alimentado por fatores como a tolerância social, a autoinculpação e a falta de compreensão da problemática. A observação é apresentada como um instrumento essencial na atuação dos assistentes sociais, permitindo uma melhor aproximação e compreensão do cotidiano das usuárias atendidas, além de servir como base para orientação e prevenção. Nesse contexto, a pesquisa buscou entender os desafios e o papel do assistente social no enfrentamento da violência contra a mulher. A violência doméstica contra mulheres é uma questão global, manifestando-se de formas diversas e intensas, configurando-se como uma das principais violações dos direitos humanos, sem distinção de raça, classe econômica, idade ou religião. As agressões são tipificadas em formas como psicológicas, físicas e sexuais, que muitas vezes se manifestam de forma simultânea em relacionamentos abusivos. O objetivo deste estudo é discutir as contribuições da observação no atendimento das assistentes sociais a mulheres vítimas de violência doméstica, compreendendo a natureza da violência, seus impactos e as formas de atendimento. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, baseada em fontes como livros, artigos, teses e dissertações. Foram abordadas as seguintes perspectivas: a) compreensão da violência contra a mulher; b) análise do atendimento do assistente social às vítimas; c) entendimento da observação como um instrumento técnico; d) identificação do uso da observação no atendimento às vítimas; e) levantamento das contribuições da observação. Nas considerações finais, constatou-se que as mulheres vítimas de violência sofrem, predominantemente, violência física e psicológica, caracterizadas por agressões frequentes, desarmônicas e depreciativas. As reações dessas

mulheres incluem passividade, vergonha, decepção, culpa e sofrimento. A falta de preparo de muitos profissionais para reconhecer e diagnosticar a vitimização feminina agrava o problema, afetando tanto o atendimento quanto a percepção da mulher sobre a própria condição de vítima. Questões culturais também dificultam o reconhecimento da violência, prejudicando o encaminhamento adequado aos serviços assistenciais. Diante disso, destaca-se o protagonismo do assistente social e a importância da observação como ferramenta de intervenção. Uma abordagem baseada na escuta qualificada e na orientação adequada pode melhorar significativamente o atendimento e os resultados, contribuindo para o apoio efetivo às mulheres vítimas de violência doméstica.

EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NA ATENÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM UM CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E ODONTOLÓGICAS

Paula Doriani dos Santos Bormann, Jéssica Nayara de Castro Ribeiro, Alder Mourão de Sousa

Este estudo aborda o atendimento realizado por equipes multiprofissionais a usuários com surdez em um Centro de Especialidades Odontológicas na cidade de Belém, estado do Pará. De acordo com o Relatório Mundial sobre Audição de 2021, publicado pela Organização Mundial da Saúde, mais de 1,5 bilhão de pessoas em todo o mundo apresentam algum grau de declínio auditivo. No Brasil, aproximadamente 5% da população possui deficiência auditiva. O objetivo desta pesquisa é analisar as experiências dos profissionais durante o atendimento a pessoas com deficiência auditiva em um Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas. Para atingir esse objetivo, foi realizado um estudo exploratório, descritivo e de campo, com abordagem quantitativa e qualitativa, envolvendo 28 profissionais de saúde do Centro. A pesquisa de campo consistiu no preenchimento de um questionário autoaplicável pelos funcionários técnicos e administrativos das áreas médica e odontológica, a fim de identificar e classificar suas experiências no atendimento aos usuários com deficiência auditiva. Dentre os participantes, 78% eram do sexo feminino, majoritariamente na faixa etária de 45 a 59 anos (39%), com 67% trabalhando há mais de seis anos no local. Em relação à experiência no atendimento a usuários com deficiência auditiva, 92% relataram já ter realizado esse tipo de atendimento. No entanto, 96% afirmaram não ter recebido nenhum treinamento ou instrução específica para lidar com as necessidades desses usuários. A análise qualitativa revelou três categorias temáticas principais: 1) Dificuldade no atendimento e frustração dos profissionais; 2) Necessidade de acompanhantes ou tradutores para facilitar o atendimento; e 3) Resultados exitosos em algumas situações. O estudo identificou uma lacuna significativa na comunicação entre os profissionais de saúde e os usuários com deficiência auditiva, o que compromete a qualidade do atendimento. Uma comunicação eficiente é fundamental para realizar uma boa anamnese, que leva a diagnósticos mais precisos e tratamentos adequados. No entanto, a falta de treinamento e habilidades específicas por parte dos profissionais torna a comunicação difícil, evidenciando a necessidade de melhorias na atenção à saúde para este grupo.

TRAZENDO LUZ ÀS VOZES SILENCIADAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADO PELA BOLSISTA DO PROJETO OUVIDORES DE VOZES

Kelen Ferreira Rodrigues, Luciane Prado Kantorski

O Movimento dos Ouvidores de Vozes surgiu na Holanda na década de 1980, quando o psiquiatra Marius Romme e sua paciente Patsy Hage decidiram compartilhar suas experiências, levando à criação de grupos de ajuda mútua. No Brasil, o movimento começou a ganhar força em 2015. Em 2017, a Universidade Federal de Pelotas lançou o projeto de extensão “Ouvidores de Vozes”, que oferece um grupo quinzenal no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Fragata, focado em diálogos terapêuticos e no compartilhamento de vivências. O objetivo do projeto é abordar, intervir e buscar dar sentido às experiências das pessoas no contexto de suas vidas e da atenção psicossocial. Este relato de experiência, vivido pela bolsista do projeto durante o ano de 2024, descreve sua participação no grupo, onde colaborou com a coordenadora no desenvolvimento dos diálogos terapêuticos. Durante os encontros, foram aplicadas técnicas como escuta ativa e qualificada, promoção da liberdade de expressão, compartilhamento de experiências e orientações sobre como conviver com as vozes no dia a dia. O projeto também visa combater o estigma, oferecendo apoio não apenas aos ouvidores de vozes, mas também aos seus familiares, profissionais de saúde e à comunidade. Os encontros revelaram diversas trajetórias de evolução entre os participantes. Um caso marcante envolveu um usuário que, conhecido por sua alegria, relatou episódios de desânimo, pesadelos e visões de autolesão, preocupando familiares e colegas. Uma mulher compartilhou o medo noturno e as visões de vultos que a faziam manter a televisão ligada para se sentir segura, expressando o desejo de voltar às ruas onde viveu sem essas angústias. Outro novo participante revelou ouvir vozes de comando e ter visões relacionadas à própria morte. Duas usuárias discutiram desafios pessoais: uma enfrentava dependência emocional, temendo ouvir vozes que atribuía à vizinhança, enquanto a outra lidava com conflitos familiares e o estigma de ser chamada de “louca”. Um relato sobre internação psiquiátrica também destacou o medo e desconforto sentidos durante esse período. Todos os participantes descreveram dificuldades com vozes e vultos, além de terem refletido sobre momentos em que pensaram em suicídio para cessar o sofrimento. Em conclusão, os relatos mostram a complexidade das experiências enfrentadas por pessoas que convivem com vozes e visões. As histórias ressaltam a importância do suporte oferecido pelo projeto e a necessidade de uma abordagem inclusiva e compassiva. O projeto “Ouvidores de Vozes” proporciona um espaço essencial de diálogo e compreensão, que é fundamental para ajudar os participantes a enfrentar seus desafios com apoio e dignidade.

VIDAS TRANS E POLÍTICAS DE SAÚDE

Luana Baseggio de Lima, Maiara Henicka de Souza, Jairo da Luz Oliveira

O projeto de pesquisa em questão busca compreender as produções acadêmicas realizadas nos últimos cinco anos na área da saúde voltadas para a população trans no Brasil. O tema foi escolhido com o

objetivo de dar visibilidade a essa população e entender seu cotidiano, reconhecendo suas características e necessidades específicas. Isso é essencial, considerando que pessoas trans frequentemente vivem experiências de estigmatização e solidão, especialmente durante o processo de transição, o que torna fundamental o apoio direcionado a elas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando metodologias bibliométricas e documentais. Essas metodologias permitem mensurar a produção científica sobre o tema e explorar as ideias desenvolvidas, com o objetivo principal de esclarecer, desenvolver e transformar conceitos relacionados à saúde da população trans. O problema de pesquisa está centrado na análise das produções científicas sobre a saúde da população trans nos últimos cinco anos, com o objetivo de compreender esses trabalhos e avaliar suas contribuições para a garantia dos direitos desse grupo. Os objetivos gerais incluem realizar uma análise bibliométrica e documental sobre as abordagens da saúde da população trans, além de investigar como essas produções contribuem para a garantia de direitos e ações de extensão que atendam a essa população. A pesquisa também busca promover espaços de debate e formação para ampliar o entendimento sobre essas questões. As categorias de análise utilizadas para compreender o tema incluem: Identidade de Gênero, Variedade de Experiências, Transição de Gênero, Discriminação e Estigma, Saúde Mental e Bem-Estar, Legislação e Direitos, e Comunidades e Apoio. A análise das produções revela que a identidade de gênero é uma vivência complexa, e que pessoas trans enfrentam múltiplas formas de preconceito, estigma e violência, o que as coloca em situações de extrema vulnerabilidade social. Essa discriminação se manifesta por meio de acesso precário à saúde, moradia, emprego, educação e interações sociais, o que resulta em uma fragilidade generalizada na vida cotidiana das pessoas trans. Consequentemente, há uma alta prevalência de problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e ideação suicida. Em resposta a essas adversidades, a população trans frequentemente luta por reconhecimento legal e acesso a direitos sociais básicos, como proteção contra o preconceito, cuidados de saúde adequados e igualdade legal em questões como casamento, adoção e identidade legal. A comunidade trans e seus aliados são fundamentais para fornecer apoio e recursos, formando redes de suporte essenciais. Por fim, o estudo destaca a necessidade urgente de reconhecer e respeitar a diversidade e a complexidade das vivências trans. Promover uma sociedade mais inclusiva e acolhedora requer ações que respeitem todas as identidades de gênero, contribuindo para um ambiente mais equitativo e seguro para todos.

PROJETO DE EXTENSÃO PÕE NA RODA – VIDAS TRANS

Maiara Henicka de Souza, Luana Baseggio de Lima, Jairo da Luz Oliveira

Este projeto de extensão busca criar um espaço de diálogo e informação para a população trans no ambiente universitário, contribuindo para a inclusão e o reconhecimento das suas vivências. A iniciativa está vinculada ao Setor de Apoio Pedagógico do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria, um setor essencial para apoiar tanto professores quanto alunos. O Setor de Apoio Pedagógico tem a função de desenvolver estratégias de ensino, fornecer materiais educacionais, coordenar programas de tutoria, orientar sobre questões de aprendizagem e comportamento, além de promover o desenvolvimento profissional dos educadores.

Ele é fundamental para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, oferecendo assessoria técnica à Direção do CCSH e atendendo às necessidades individuais das coordenações de curso, professores e estudantes, garantindo um ambiente educacional inclusivo e de apoio. A importância deste setor se reflete no entendimento de que a população trans, composta por pessoas cuja identidade de gênero difere daquela atribuída no nascimento, merece atenção e suporte dentro do ambiente universitário. O projeto de extensão pretende abordar as questões específicas que afetam essa população e proporcionar um espaço seguro e acolhedor. A metodologia do projeto envolve rodas de conversa quinzenais no espaço universitário, nas quais serão discutidos temas como Identidade de Gênero, Variedade de Experiências, Transição de Gênero, Discriminação e Estigma, Saúde Mental e Bem-Estar, Legislação e Direitos, e Comunidades e Apoio. O objetivo é facilitar debates que desmistifiquem preconceitos, criar estratégias de saúde, e promover equidade e justiça social. Essas rodas de conversa permitirão que pessoas transgênero – que podem se identificar como homem, mulher, ambos, nenhum ou qualquer outra identidade fora do binário tradicional – compartilhem suas experiências, promovendo o entendimento e o apoio. A atividade será coordenada por um assistente social, duas acadêmicas de serviço social e técnicas administrativas, todas vinculadas ao Setor de Apoio Pedagógico. O projeto terá início em abril de 2024 e visa fortalecer o debate sobre a população trans no ambiente acadêmico, garantindo que a universidade seja um espaço mais justo, inclusivo e acolhedor para todos.

A INTERSECCIONALIDADE DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O PERFIL IMPORTA?

Silvia Rosa Prieto Urzêdo, Camila Okubo, Priscila Queiroz de Almeida Bonatelli, Ailton de Souza Aragão, Bruna Rodrigues Araujo, Mayra de Sá Galdiano, Ana Luiza de Paula Costa, Giorgia Penhalbel Sigilló

A violência é um fenômeno complexo com múltiplas manifestações, entre as quais se destaca a Violência Sexual (VS). Essa forma de violência é definida como qualquer toque, carícia, comentário, exposição, comercialização ou ato sexual não consentido, ou ainda consentido por pessoas sem maturidade física e cognitiva para isso. A Violência Sexual tem um impacto profundo na saúde integral de crianças e adolescentes, que apresentam altos índices de notificações. Diante disso, questiona-se: o perfil etário, racial e de gênero das crianças e adolescentes vítimas de VS aumenta suas chances de serem violentadas? Este questionamento se relaciona com a teoria da interseccionalidade, que busca compreender como os eixos de gênero, classe, raça e outras características se entrelaçam, afetando a vida das vítimas de forma múltipla e interligada. O objetivo desta pesquisa foi analisar o perfil interseccional das vítimas de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (VSCCA) por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). A revisão foi realizada em oito bases de dados (SciELO, BVSalud, Pepsic, PubMed, Scopus, Embase, Psycinfo e Web of Science), utilizando descritores como “delitos sexuais”, “crianças”, “adolescente” e “enquadramento interseccional”. Os critérios de inclusão consideraram textos completos em português ou inglês, publicados entre 2019 e 2023. Um total de 6.852

estudos foram encontrados inicialmente. Após a leitura de títulos e resumos, apenas cinco estudos, sendo 80% internacionais, foram selecionados para a análise completa. A análise revelou três categorias principais: “Interseccionalidade de gênero, raça e idade”, “Efeitos e consequências da VSCCA” e “Ações para enfrentar a VSCCA”. A primeira categoria destacou que meninas negras e indígenas são as mais vulneráveis, enfrentando discriminação racial, estressores adicionais e maior risco de VS, evidenciando a interseccionalidade como fator de risco relevante. A segunda categoria reforçou que a VS tem graves consequências, como baixa autoestima, comportamentos sexuais de risco, uso abusivo de álcool e drogas, abandono escolar e transtornos psicológicos. A última categoria propôs intervenções para enfrentar a VSCCA, como a criação de grupos de acolhimento, colaboração da rede de proteção, utilização da escola como canal de atenção e denúncia, e capacitação de profissionais de segurança pública. A interseccionalidade foi destacada como essencial para uma compreensão ampliada e eficaz das notificações. Conclui-se que a RSL evidenciou a predominância de crianças e adolescentes negras como principais vítimas de VS e revelou a escassez de estudos, sobretudo nacionais, que integrem interseccionalidade e VSCCA. Os eixos de discriminação (raça, gênero e idade) são cruciais para compreender o contexto das altas taxas de notificação e para a formulação de políticas públicas mais eficazes, conforme os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um olhar que transcenda os protocolos de atendimento e adote uma abordagem interseccional é necessário para mudar a realidade desse fenômeno.

PROMOVENDO SAÚDE E EMPODERAMENTO: NOVEMBRO AZUL INCLUSIVO PARA PESSOAS TRANS COM PRÓSTATA NO AMAZONAS

Geovana dos Santos Magalhães, Levy Jessé Cabral da Silva Fernandes

O relato aborda a experiência de estudantes de medicina da UFAM, membros da Liga Acadêmica de Atenção Integral à Saúde LGBTQIA+ (LAAIS LGBTQIA+) no Amazonas. A LAAIS LGBTQIA+, pioneira no estado, tem como missão promover a saúde integral da comunidade LGBTQIA+, abordando questões frequentemente negligenciadas pelos serviços de saúde convencionais e pela grade curricular das universidades brasileiras. Nesse contexto, tivemos a oportunidade de palestrar sobre câncer de próstata para mulheres trans e pessoas não-binárias da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM), suprimindo uma lacuna na educação em saúde dessa população tão marginalizada. A palestra foi meticulosamente planejada, levando em conta a diversidade de identidades de gênero e os desafios específicos que essa população enfrenta no acesso à saúde. Abordamos aspectos anatômicos e fisiológicos da próstata, sintomas e fatores de risco do câncer de próstata, além de estratégias de prevenção e diagnóstico precoce, utilizando uma linguagem acessível ao público. Também discutimos os impactos da hormonização no desenvolvimento do câncer de próstata e ouvimos relatos e experiências pessoais das participantes, o que estreitou ainda mais o vínculo entre palestrantes e ouvintes. Durante a palestra, priorizamos um ambiente acolhedor,

incentivando as participantes a se sentirem confortáveis para compartilhar suas preocupações, conhecimentos e dúvidas. A troca de experiências foi enriquecedora para nós, médicos em formação, proporcionando uma compreensão mais profunda das necessidades de saúde dessa comunidade. As mulheres trans e pessoas não-binárias da ASSOTRAM expressaram gratidão por receberem informações pertinentes e acessíveis sobre uma condição de saúde frequentemente negligenciada no contexto trans. Muitas relataram nunca terem sido incluídas em campanhas de saúde relacionadas ao câncer de próstata, o que destaca a relevância de iniciativas como essa. Além disso, a palestra fortaleceu os laços comunitários e promoveu a autoconfiança das participantes no cuidado com sua saúde. A ausência de espaços seguros para discutir questões de saúde dessa população pode resultar em silenciamento, opressão, orientações inadequadas, dificuldades de acesso a serviços de saúde, e até na negação da própria existência LGBTQIA+. Ao receberem informações e apoio de uma fonte confiável e sensível às suas realidades, as mulheres trans sentiram-se valorizadas e mais encorajadas a buscar cuidados preventivos, ficando mais próximas dos serviços de saúde. Essa experiência evidencia a importância de uma abordagem inclusiva e compassiva à saúde, que reconheça e atenda às necessidades específicas dessa comunidade marginalizada. Fortalecer a população LGBTQIA+ por meio da educação em saúde é essencial para reduzir disparidades e promover o bem-estar geral. Iniciativas como essa não apenas preenchem lacunas no cuidado em saúde, mas também aproximam a comunidade social e acadêmica, promovendo o empoderamento individual e coletivo.

DESAFIO E LEGADO DA COVID-19

Gislaine Soares Fazzolari, Michael Luiz de Souza

Garantir a integralidade da saúde e organizar a rede de urgência e emergência conforme as necessidades dos gestores municipais de São Paulo no contexto do SUS é um desafio complexo, especialmente considerando a população de 12.005.765 pessoas, das quais 6.074.945 são dependentes do sistema público. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública de importância internacional devido ao surto de covid-19, atingindo o mais alto nível de alerta previsto pelo Regulamento Sanitário Internacional. Pensar em integralidade como um princípio que une ações para concretizar a saúde como direito e serviço tornou-se ainda mais desafiador no contexto da Rede de Urgência e Emergência (RUE) durante a Pandemia de covid-19, que trouxe um grande impacto ao sistema de saúde e exigiu uma resposta rápida e coordenada. Diante da situação preocupante gerada pela epidemia, o Governo Estadual de São Paulo decretou a quarentena em 22 de março de 2020 (Decreto n.º 64.881). Em março de 2020, a disseminação da covid-19 começou a ser observada principalmente entre a população de alta renda com cobertura de saúde privada. No entanto, à medida que os surtos avançaram e atingiram a população de baixa renda, sem acesso a planos de saúde, a preocupação dos gestores aumentou. Mesmo com a RUE composta por 73 equipamentos de urgência, incluindo 24 hospitais e 49 unidades de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) fixo 24 horas, havia uma falta de evidências científicas para orientar o planejamento e a formulação de políticas de saúde adequadas. A sobrecarga nos serviços de urgência, a desarticulação entre os

níveis de atenção e o tempo prolongado para a chegada aos hospitais agravaram o cenário. Diante disso, foram necessárias ações de organização e orientação da vigilância em saúde para enfrentar esses desafios múltiplos. O projeto foi desenvolvido em várias fases. Inicialmente, foi feito um diagnóstico por meio de reuniões de articulação com hospitais e unidades de APH fixo e móvel. Em seguida, houve a articulação entre gestores estaduais e municipais, o levantamento da capacidade das unidades de saúde, tanto públicas quanto privadas, e o cadastramento dos leitos disponíveis. Foram discutidos e estabelecidos fluxos de atendimento e pactuações necessárias. A fase seguinte incluiu a implementação do monitoramento hospitalar e pré-hospitalar da covid-19 e a definição de atualizações constantes no sistema de monitoramento, que foi integrado aos sistemas de saúde do estado e da rede privada. A criação de um comitê de crise municipal e a articulação com o estado foram fundamentais, assim como a elaboração de relatórios estatísticos para a análise contínua. Foi avaliada a capacidade de conversão de tipologias de serviços, com ampliação de horários de funcionamento e implementação de novos serviços. Protocolos de checagem e práticas essenciais para enfrentar a pandemia foram adotados. Os resultados incluíram a revisão dos processos de trabalho das equipes de saúde, o reforço das medidas de prevenção, a ampliação dos estabelecimentos de saúde e dos leitos, e a incorporação de novos equipamentos, com destaque para o fortalecimento da oferta de gases medicinais. O monitoramento da rede foi sistematizado e contínuo, e a educação permanente dos profissionais foi promovida, contribuindo para uma resposta mais eficiente às demandas da Pandemia de covid-19.

QUALIFICAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA PACIENTES EM EMERGÊNCIAS CARDIOLÓGICAS NA REGIÃO SUL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Gislaine Soares Fazzolari, Iara Cristina Silva, Rosana Lima Garcia Tsuji, Marilande Marcolin, Haviley Oliveira Martins, Marília Namó de Oliveira, Marcelo Augusto Rocha de Oliveira, Hercules de Oliveira Carmo, Maristela Santini Martins

A segurança do paciente com infarto agudo do miocárdio (IAM) está diretamente relacionada à correta classificação de risco, ao diagnóstico e trombólise precoces, além do encaminhamento em tempo hábil para serviços especializados de alta complexidade. Para garantir o atendimento integral a esses pacientes em emergências cardiológicas, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde, por meio da Portaria n.º 1.600 de 2011, implementou a linha de cuidado do IAM. Desde então, observa-se uma redução significativa das mortes precoces e tardias por doenças cardiovasculares, como o IAM. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de reorganização da Rede de Urgência para a implantação da linha de cuidado do IAM na região sul do município de São Paulo. A metodologia adotada é um relato de experiência. A região sul do município de São Paulo é composta por quinze distritos administrativos, geridos por cinco Supervisões Técnicas de Saúde e uma Coordenadoria Regional de Saúde, abrangendo uma população de 2.863.268 habitantes. A Rede de Atenção à Saúde para urgências e emergências é formada por dezesseis Unidades de Pronto Atendimento 24h, seis hospitais gerais e cinco bases do SAMU. As tratativas para reorganizar

a Rede de Urgência e Emergência (RUE) e implantar a linha de cuidado do IAM começaram em 2019, motivadas pela insatisfação da população com as elevadas taxas de mortalidade e morbidade. Os problemas identificados incluíam a sobrecarga nos serviços de urgência, a falta de articulação entre os diferentes níveis de atenção e o tempo prolongado para a chegada ao hospital, especialmente nos territórios mais afastados. O processo de reorganização ocorreu em três fases: análise diagnóstica da situação, capacitação dos profissionais e adequação do fluxo de atendimento aos pacientes com IAM. Na fase diagnóstica, constatou-se que 10 a 15% dos pacientes atendidos com IAM apresentavam supradesnívelamento de segmento ST e tinham indicação para trombólise pré-hospitalar, que, no entanto, não era realizada nos serviços de atendimento pré-hospitalar fixo e móvel. Dos 110 leitos ocupados por pacientes clínicos nos hospitais da região, 30% eram de pacientes com patologias cardíacas, que aguardavam em média sete dias para a realização do cateterismo cardíaco. Esses fatores foram apresentados aos gestores na reunião do Núcleo de Acesso à Qualidade Hospitalar (NAQH). Na segunda fase, houve sensibilização e capacitação dos profissionais dos serviços de Atendimento Pré-Hospitalar (fixo e móvel) e dos hospitais de referência. O processo formativo, pautado na educação permanente em saúde, abordou o manejo do paciente com IAM, a interpretação de ECG, a administração de trombolíticos, os cuidados em situações de intercorrência e o desenho do fluxo prioritário de atendimento e serviços de referência. Na última fase, foram contratualizados serviços de ambulância para transporte intra-hospitalar e procedimentos de angioplastia primária e cateterismo para pacientes pós-trombólise, cobrindo assim 100% da população local. A reorganização do fluxo trouxe benefícios significativos para os pacientes com emergências cardíacas, acelerando o diagnóstico e garantindo que a trombólise fosse realizada em tempo oportuno.

NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS SERVIÇOS EM UMA UNIDADE DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM SAÚDE NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Maria Clara dos Santos Salgado, Bianca Mayana Ribeiro Reis, Adjanny Estela Santos de Souza, Érica da Silva Nascimento Feitosa, Jennifer Pereira Vasconcelos, Elim Cristina da Cruz Cardoso, Yuri Gabriel Cunha Barros, Ana Clara Cohen Braga, Julyana Serrão da Silva

A gestão em saúde é um dos pilares fundamentais para o funcionamento do sistema de saúde, sendo responsável pela organização, planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços. No entanto, a gestão enfrenta diversos desafios, como a escassez de recursos, a fragmentação dos serviços, a falta de integração entre os diferentes níveis de atenção e a necessidade de ampliar a participação social na tomada de decisões relacionadas à saúde. No interior da Amazônia, as desigualdades no acesso aos serviços de saúde são indicadores preocupantes de saúde pública, o que torna imperativo avaliar as causas subjacentes dessas disparidades, identificar estratégias e intervenções que possam minimizar esses desafios e promover uma saúde mais equitativa e sustentável na região. Nesse contexto, a avaliação da satisfação dos serviços de saúde fornece percepções valiosas sobre a qualidade do atendimento, destacando áreas que necessitam de intervenção e aprimoramento. Assim, o objetivo deste estudo

foi realizar uma análise do nível de satisfação dos serviços oferecidos por uma unidade de referência especializada em saúde no interior da Amazônia. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva do tipo levantamento de campo, desenvolvida no município de Santarém, no Pará, na Unidade de Referência Especializada (URES). O instrumento de coleta de dados foi aplicado por meio de entrevistas e contou com a escala de Likert para quantificação, na qual os usuários atribuíram notas de um a cinco a cada aspecto do atendimento, sendo a maior nota indicativa do melhor atendimento. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética e pesquisa sob o parecer número 5.816.702, conforme a resolução n.º 466/12 da CNS. Foram entrevistadas setenta e sete pessoas, incluindo gestores, funcionários e usuários da unidade de saúde, que responderam a perguntas sobre sua satisfação em relação aos serviços, ao atendimento dos profissionais e à estrutura da Unidade de Referência Especializada - URE Santarém. A análise revelou que 48% dos entrevistados manifestaram insatisfação com a estrutura física do local, 44,1% relataram indiferença quanto à acessibilidade da unidade, 36,3% demonstraram insatisfação com a higiene, 46,7% estavam satisfeitos com o conforto oferecido, 63,6% referiram-se satisfeitos com a segurança do local, 70,1% aprovaram a orientação e a execução dos procedimentos pelos profissionais, 46,7% relataram satisfação com o atendimento realizado pelos profissionais de saúde, 48% expressaram satisfação com a facilidade de agendamento, e 44,1% demonstraram satisfação com o tempo de espera para o atendimento. Conclui-se que há necessidade de melhorias na infraestrutura e na higiene da unidade, a fim de proporcionar um espaço mais adequado para os atendimentos e serviços. A análise permitiu conhecer a satisfação dos usuários em aspectos como acessibilidade, segurança, tempo de espera e agendamento das consultas, fornecendo informações úteis para o fortalecimento de políticas públicas e a garantia da qualidade e organização dos serviços ofertados.

A MUSICOTERAPIA COMO PROPOSTA TERAPÊUTICA AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tainá Roberta Müller, Kamille Cristina Ramme Lermen, Camila Amthauer,
Francieli Eduarda Leão, Larissa Moschem Villani, Leidimari Meneghini

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços especializados e regionalizados que integram a rede de atenção à saúde mental, contando com a atuação de uma equipe multiprofissional no cuidado a pessoas com sofrimento mental. Dentre as ações que contribuem para o processo terapêutico, destacam-se as oficinas terapêuticas, definidas como métodos operacionais de reabilitação psicossocial que promovem acolhimento, expressão e o desenvolvimento de habilidades motoras. Nesse contexto, a musicoterapia se apresenta como uma proposta terapêutica que favorece a socialização, comunicação e descontração dos usuários. O objetivo deste relato é descrever a experiência de uma oficina terapêutica utilizando a musicoterapia como estratégia de cuidado no CAPS. Trata-se de um relato de experiência realizado no CAPS de um município do extremo oeste catarinense. Neste serviço, os usuários são organizados em grupos conforme o diagnóstico, frequentando o CAPS uma vez por semana para

participar de oficinas terapêuticas ministradas pela equipe multiprofissional ou por acadêmicos de diversos cursos. A atividade relatada foi desenvolvida por acadêmicos de Enfermagem da 7ª fase durante o estágio em Saúde Mental, em maio de 2023. Para a oficina, escolheu-se a musicoterapia, utilizando violão e músicas selecionadas e cantadas tanto pelos acadêmicos quanto pelos usuários. No dia da atividade, em meio a um clima chuvoso, o grupo contou com seis participantes, já que muitos usuários faltaram. A oficina começou com uma dinâmica de integração, na qual todos participaram. Em seguida, iniciou-se a musicoterapia; no entanto, poucos usuários se envolveram, pois ficaram envergonhados de cantar ou preferiam outras atividades, como jogar bingo, pintar ou costurar. Reconhecendo e respeitando suas vontades, o tempo da musicoterapia foi reduzido, e os jogos de bingo e as pinturas foram iniciados. Conclui-se que, embora a musicoterapia ofereça benefícios no processo terapêutico dos usuários do CAPS, o mais importante é compreender e respeitar seus desejos. O objetivo das oficinas terapêuticas é promover socialização, integração e alegria, e impor atividades nas quais os usuários não têm interesse contraria essa proposta. A experiência proporcionou uma reflexão sobre essa dinâmica, reafirmando a importância do respeito, empatia e humanização no cuidado aos usuários do CAPS.

A EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM EM UMA CAPACITAÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLA

Maria Clara dos Santos Salgado, Bianca Mayana Ribeiro Reis, Alda Lima Lemos, Sabrina de Oliveira Gama, Karen Vitória de Souza Caldas, Yasmim Picanço Leite, Vitória Fonseca Conceição, Sarah Pedroso de Queiroz, José Mateus do Nascimento Pedroso

A procura por serviços de saúde mental na atenção básica tem aumentado consideravelmente, mas ainda existe uma carência de preparo por parte dos profissionais para atender essa demanda. Nesse contexto, destaca-se a importância do agente comunitário de saúde (ACS) na atenção à saúde mental, pois esse profissional realiza ações de apoio, orientação e acompanhamento dos pacientes. Ele desempenha um papel crucial na educação em saúde durante as visitas domiciliares, identifica os agravos de saúde da comunidade e faz os encaminhamentos necessários para os serviços da Atenção Básica, com foco no acompanhamento multiprofissional e no desenvolvimento da psicoeducação. O objetivo deste estudo foi descrever a atuação de acadêmicas de Enfermagem na realização de uma capacitação em saúde mental para agentes comunitários de saúde que atuam em territórios quilombolas na cidade de Santarém, Pará. Este estudo descritivo, de abordagem qualitativa e do tipo relato de experiência, originou-se da vivência de acadêmicas de Enfermagem no planejamento e execução de uma capacitação em saúde mental para ACS de comunidades remanescentes quilombolas. A capacitação ocorreu no âmbito da Universidade do Estado do Pará, Campus XII, em Santarém, e envolveu 15 profissionais ACS. As atividades incluíram teoria e prática, com palestras ministradas pelas acadêmicas sobre a Rede de Atenção Psicossocial, acolhimento e escuta terapêutica, programas

de saúde mental e síndromes mentais, além de rodas de conversa sobre as vivências profissionais dos ACS relacionadas ao tema. Essa abordagem proporcionou uma perspectiva mais ampla e objetiva para os ACS durante suas visitas domiciliares e o acompanhamento de seus territórios. Na prática, realizaram-se simulações de casos específicos em saúde mental, nas quais os profissionais aplicaram os conhecimentos adquiridos por meio das exposições e debates. Os resultados mostraram que a capacitação permitiu às acadêmicas um entendimento mais abrangente e objetivo sobre as demandas em saúde mental das Unidades Básicas de Saúde, além de desenvolver habilidades e competências importantes para a vida acadêmica e profissional, como liderança e trabalho em equipe. Para os agentes comunitários de saúde das comunidades quilombolas, a capacitação aprimorou seus conhecimentos básicos em saúde mental, possibilitando a identificação de novas demandas e a orientação necessária para a promoção e prevenção da saúde, especialmente na identificação de pacientes em sofrimento mental. Conclui-se que experiências como essa são fundamentais para a formação acadêmica de estudantes de Enfermagem, pois promovem o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos essenciais para a profissão, especialmente nas áreas de promoção e prevenção em saúde. Além disso, reforçam o papel dos ACS no cuidado em saúde mental, ampliando sua capacidade de intervenção e suporte nas comunidades em que atuam.

O IMPACTO PSICOLÓGICO EM MULHERES DAS RELAÇÕES SEXUAIS CONSENTIDAS, MAS INDESEJADAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Amanda Ferreira de Carvalho, Frederico Viana Machado, Máira Brandli Oliveira, Carolina Araujo Londero

Na literatura acadêmica sobre violência contra a mulher, as relações sexuais consentidas, mas indesejadas, não recebem a mesma atenção que outras formas de violência, como o estupro. Essas relações, embora consentidas, configuram uma forma de violência que se situa no limiar entre a violência física e psicológica. Este estudo visa identificar os principais impactos psicológicos das relações sexuais indesejadas em mulheres em relacionamentos conjugais. Para isso, estabeleceu-se como objetivos específicos investigar o contexto histórico dos direitos das mulheres nos relacionamentos conjugais, compreender os conceitos de violência conjugal e sexual, consentimento e desejo, e identificar os impactos psicológicos dessas relações na literatura. A metodologia adotada foi exploratória e teórica, baseada em pesquisa bibliográfica. O corpus analítico abrange estudos sobre o contexto histórico, violência conjugal e sexual, consentimento e os impactos psicológicos das relações sexuais indesejadas no ambiente conjugal. Considerando a necessidade de compreender o contexto histórico relacionado aos direitos das mulheres, o estudo não restringiu a linha do tempo, incluindo materiais desde 1916 até o presente. Artigos com informações repetidas foram excluídos da análise. A análise histórica revelou uma evolução significativa nos direitos das mulheres dentro dos relacionamentos conjugais, desde a era patriarcal até mudanças recentes. A violência conjugal, majoritariamente perpetrada por homens, abrange agressão física, assédio psicológico e atos sexuais não consensuais, influenciados

por fatores sociais e culturais. A violência sexual, frequentemente presente em relações indesejadas, resulta em sofrimento psicológico, como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade e depressão. O desejo sexual feminino é complexo, variando conforme influências sociais, culturais e individuais. O consentimento nas relações conjugais envolve uma dinâmica complicada, na qual as mulheres muitas vezes cedem à pressão cultural, resultando em sofrimento emocional. Os impactos psicológicos das relações sexuais indesejadas são variados, incluindo TEPT, ansiedade e depressão, sendo comum que as mulheres enfrentem dificuldades para buscar ajuda. O estudo enfatiza a importância de compreender e abordar esses impactos, recomendando que profissionais de saúde ampliem suas pesquisas e ofereçam apoio adequado às mulheres afetadas.

AVALIAÇÃO DE RISCO EM SAÚDE MENTAL NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE SÃO PAULO

Ana Cecília Andrade de Moraes Weintraub, Jose Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres

A demanda por cuidados em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS), que já era extensa e variada, foi ainda mais impactada nos últimos anos pela Pandemia de covid-19. Em contrapartida, a oferta de serviços e dispositivos de atendimento enfrenta desafios significativos, como a gestão de recursos escassos, a fragmentação da oferta e do acesso, e a dificuldade de operacionalizar a integralidade do cuidado. Um elemento crucial da lógica de atendimento dessa demanda é a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que foi estruturada para lidar com diferentes níveis de “gravidade” dos casos em vários Pontos de Atenção. Isso exige que as equipes realizem avaliações constantes sobre a gravidade dos casos, embora essa necessidade nem sempre seja explícita no cotidiano de trabalho. A RAPS foi concebida com base em princípios que se distanciam do modelo biomédico tradicional, que atualmente domina a classificação diagnóstica do sofrimento psíquico. A clínica da RAPS está fundamentada na singularidade dos sujeitos, vistos como atores de suas próprias vidas e contextos. Assim, a abordagem clínica proposta enfatiza o cuidado e a construção de projetos de vida que priorizem a felicidade, em vez de focar exclusivamente na remissão de sintomas ou na busca pela “cura”. No entanto, as equipes que operam dentro dessa lógica enfrentam desafios práticos que podem limitar as opções clínicas disponíveis. O objetivo deste estudo é compreender como as equipes realizam a avaliação de risco em saúde mental na RAPS do município de São Paulo. Essa avaliação é uma estratégia clínica essencial tanto para a divisão dos Pontos de Atenção quanto para garantir uma prática clínica comprometida com as demandas dos sujeitos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em andamento, que problematiza a constituição dessa rede e investiga a história e o debate em torno dos conceitos de “risco” em saúde, “clínica” do sofrimento psíquico, “saúde mental” e “doença mental”. Serão realizadas entrevistas com profissionais de diferentes Pontos de Atenção da RAPS em uma das Supervisões Técnicas de Saúde da cidade de São Paulo. As entrevistas serão complementadas por observações detalhadas do cotidiano desses serviços, além do levantamento de dados sobre o volume, as características e os encaminhamentos dos atendimentos. Espera-se que esta pesquisa contribua para uma compreensão mais profunda de como a RAPS conduz a clínica do sofrimento psíquico e gerencia

a relação entre oferta e demanda de cuidados em saúde mental. Considerações finais ressaltam a importância de entender como ocorre a avaliação de riscos e vulnerabilidades dos casos na RAPS, a fim de identificar os desafios de garantir acesso ao cuidado de forma oportuna e adequada em uma rede ampla, mas que muitas vezes parece estar mais centrada na oferta do que na real demanda dos usuários.

CUSTOS DE TRÊS EIXOS DA RAPS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 2023: DESAFIOS PARA A EXPANSÃO DO CUIDADO DE BASE TERRITORIAL

Ana Cecília Andrade de Moraes Weintraub

A implantação e manutenção dos serviços de saúde no SUS enfrentam altos custos, historicamente financiados de forma insuficiente. Além disso, a oferta de serviços é diretamente afetada pela qualidade da atenção, que depende da proporção de serviços disponíveis, da composição das equipes e das condições estruturais dos estabelecimentos. Este estudo tem como objetivo analisar os custos de três eixos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em São Paulo, conforme a Portaria GM/MS n.º 3088/11 e regulamentações associadas. Os eixos examinados são: Atenção Psicossocial Especializada (Eixo II), Atenção Residencial de Caráter Transitório (Eixo IV) e Estratégias de Desinstitucionalização (Eixo VI). O método consistiu na pesquisa online dos Contratos de Gestão e Convênios vigentes em outubro de 2023, firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde e organizações parceiras. A análise incluiu o cálculo dos custos estimados de serviços da administração direta nestes eixos. Os valores dos repasses federais foram baseados nas portarias federais de 2023, que especificam o financiamento destinado ao município para os serviços habilitados. Também foram calculados os valores máximos, mínimos e médios por tipo de serviço, para efeito comparativo. Os resultados indicam que a RAPS em São Paulo custa cerca de 62 milhões de reais por mês, enquanto o financiamento federal é de aproximadamente 4,9 milhões mensais. Isso evidencia um investimento substancial do município e destaca o grande desafio de padronizar os custos, considerando as disparidades nos serviços que deveriam ser homogêneos. As considerações finais ressaltam que, embora o investimento municipal seja imprescindível, a discrepância no financiamento federal compromete a abertura e manutenção de novos serviços, já que os repasses são significativamente inferiores aos custos efetivos.

RESOLUBILIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: RELATO DE CASO

Thalys Augusto Menegazzo Trombetta, Tassio Cardoso dos Santos, Oldair Saldanha Vargas,
Ellen Caroline Barbosa Gomes, João Vítor Urtado, Liamara Denise Ubessi

Este relato de caso foi discutido entre estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a preceptoria de campo em uma Estratégia de Saúde

da Família (ESF) situada em um município fronteiro no Oeste do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, abordando a resolubilidade na Atenção Primária em Saúde (APS). A APS é reconhecida como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenha o papel de coordenadora do cuidado no território, conectando as pessoas à Rede de Atenção à Saúde. A resolubilidade, por sua vez, refere-se à capacidade do serviço de saúde em atender adequadamente às necessidades do usuário, sendo um elemento central na eficácia da APS. Contudo, diversos casos que poderiam ser resolvidos neste nível de atenção acabam sendo encaminhados para serviços de maior complexidade, resultando em iniquidades no acesso, deslocamentos desnecessários e sobrecarga nos serviços secundários e terciários. O caso relatado envolve uma mulher de 62 anos que procurou atendimento na ESF com a queixa de um “caroço na região lombar”, que estava aumentando de tamanho e gerando preocupação. O médico da equipe constatou que o tumor apresentava características de um lipoma e, após a solicitação de um ultrassom que confirmou a suspeita clínica, agendou o procedimento na própria ESF. A equipe preparou o campo cirúrgico e organizou os materiais necessários. Durante o procedimento, observou-se que o lipoma não afetava a musculatura subjacente, sendo removido com dimensões de 14 cm x 8 cm, em um tempo de uma hora e 40 minutos. Essa abordagem mostrou que, embora muitos casos semelhantes sejam comumente encaminhados ao nível secundário, gerando filas de espera e custos de deslocamento, a ação eficiente e resolutiva na APS trouxe inúmeros benefícios. Em menos de duas horas, a paciente teve sua questão de saúde resolvida, sem necessidade de deslocamentos ou espera, diminuindo seu sofrimento e ansiedade. A experiência destaca como a APS pode e deve ser utilizada para realizar procedimentos desse tipo, promovendo cuidado eficaz e contribuindo para a promoção da saúde. Além disso, os estudantes de Medicina e Enfermagem, ao discutir o caso, reconhecem a importância da resolubilidade e a relevância de atender as necessidades dos usuários diretamente na APS. A presença da UNIPAMPA, uma universidade pública localizada em um território distante dos grandes centros, desempenha um papel crucial na formação de profissionais de saúde e na transformação das realidades locais do SUS. As discussões de caso promovem o entendimento dos fundamentos da APS, ajudam estudantes e profissionais a compreenderem os desafios da resolubilidade e reforçam a necessidade de garantir um atendimento acessível e eficaz, beneficiando usuários, trabalhadores da saúde e educadores.

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE PARA O CUIDADO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Bárbara Cardoso Miranda, Erotildes Leal, Rosana Teresa Onocko Campos

Pensar a saúde no Brasil a partir dos conceitos da Educação Popular em Saúde (EPS) implica considerar, no processo de construção de ações e políticas públicas, a democratização do SUS e impulsionar movimentos que assegurem o cumprimento efetivo de suas diretrizes e princípios. Frente aos diversos e complexos agravos de saúde pública em nossa sociedade, a EPS se apresenta como uma ferramenta eficaz entre as estratégias preventivas e de enfrentamento desses problemas, como, por exemplo, a violência. Embora haja avanços no combate às várias formas e locais da violência,

ainda persiste uma desconexão entre as redes de atenção, como saúde, assistência social, educação e segurança pública. Assim, é necessário investigar os efeitos da implementação da EPS no território, promovendo o fortalecimento dos indivíduos por meio da participação cidadã, prevenção e promoção da saúde. O objetivo deste estudo é compreender os círculos de cultura realizados com mulheres maiores de 18 anos, vítimas de violência, como ferramenta de cuidado no distrito norte de Campinas, no ano de 2021. O método envolveu dois ciclos de grupos compostos por oito encontros, inspirados na perspectiva freireana, com mulheres residentes nessa região. Os encontros foram documentados em diário de campo e analisados sob a perspectiva hermenêutica-dialética. Os resultados destacam o impacto, as implicações e o alcance da violência na vida das participantes, revelando temas geradores como: assassinatos de familiares, abuso sexual, violência doméstica, violência de gênero, violência urbana, opressão, violência do Estado, violência estrutural, violência obstétrica, violência na saúde e assédio. Esses temas se interconectam e geram outros tópicos, todos relacionados ao impacto direto ou indireto da violência na vida dessas mulheres. As participantes expressaram interesse em dar continuidade aos círculos de cultura entre as mulheres da comunidade. A conclusão mostra que a EPS promoveu trocas e reflexões significativas sobre as vivências das participantes. A violência foi compreendida em sua dimensão coletiva, e marcadores sociais de opressão e vulnerabilidade foram identificados nas histórias pessoais de cada mulher. O círculo de cultura revelou-se uma ferramenta poderosa para o empoderamento, possibilitando transformações através de relações humanísticas, baseadas no respeito às crenças e valores das participantes, e fomentando relações de afeto, cuidado, confiança, respeito e liberdade.

PRÉ-REQUISITOS EM SAÚDE COLETIVA: UM GESTO DE LEITURA DO CURSO DE MEDICINA DA UFAM, ENTRE 1968 E 2010

Ilson Marcelos de Souza Junior, Walkiria Jordana Saldanha Grijó, Lucas Rodrigo Batista Leite

A Saúde Coletiva, enquanto campo de conhecimento que aborda a determinação social do processo saúde-doença, desempenha um papel essencial nos currículos dos cursos da área da saúde. No caso do currículo médico, que predominantemente segue o modelo flexneriano, a Saúde Coletiva é frequentemente incorporada como uma disciplina que funciona como pré-requisito para outras áreas de estudo. O conceito de pré-requisito ressalta a importância do cumprimento de componentes anteriores, preparando o estudante para as etapas subsequentes na jornada acadêmica. Ao analisar a organização curricular do curso de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o presente trabalho propõe-se a examinar a evolução dos pré-requisitos na área da Saúde Coletiva ao longo do tempo e o que as mudanças nessa estrutura revelam sobre os processos históricos e sociais envolvidos na construção do campo. O estudo é um recorte de uma pesquisa de iniciação científica em andamento desde junho de 2023, com base na abordagem qualitativa e na análise discursiva materialista. Foram examinadas sete grades curriculares do curso de Medicina da UFAM, datando de 1968 a 2010, utilizando pressupostos da Análise de Discurso

para a interpretação do material. Os resultados mostram que, nas primeiras três versões do currículo, as disciplinas de Saúde Coletiva não possuíam pré-requisitos, uma situação compreensível, considerando que o curso estava em sua fase inicial, com a primeira turma formada em 1966. Apenas dez anos depois, em 1976, surgiram os primeiros pré-requisitos, especialmente para a disciplina de Epidemiologia, que exigia as cadeiras de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia. Essa mudança parece estar relacionada ao contexto epidemiológico da época, quando as doenças infecto-parasitárias tinham alta incidência na população brasileira. Em 1985, os pré-requisitos se expandiram para incluir a disciplina de Saúde Coletiva, e a divisão da cadeira de Epidemiologia em duas partes levou a unidade Epidemiologia II a exigir, além de Epidemiologia I, a disciplina de Clínica Médica. Essa exigência reflete uma compreensão da relevância do saber epidemiológico para a prática clínica, especialmente em uma região como a Amazônia, onde as doenças infecciosas estão associadas à sazonalidade. No currículo atual (2010), observa-se uma mudança: os pré-requisitos se organizam dentro da própria área da Saúde Coletiva, com disciplinas como Saúde Coletiva II exigindo Saúde Coletiva I, e assim por diante. Isso sugere uma maturidade epistêmica da área, apontando para sua institucionalização como campo de conhecimento autônomo e uma tentativa de romper com as bases biomédicas tradicionais da formação médica, adotando uma perspectiva mais próxima das ciências humanas e sociais. As considerações finais destacam que a análise dos pré-requisitos das disciplinas de Saúde Coletiva revelou o processo histórico de materialização dessa área no curso de Medicina da UFAM. Além disso, permitiu observar o desenvolvimento da Saúde Coletiva como um campo de conhecimento genuinamente brasileiro, que evoluiu e se consolidou ao longo do tempo.

SAÚDE COLETIVA (E)M DISCURSO: MOVIMENTOS EM UM GRUPO DE ESTUDOS

Lucas Rodrigo Batista Leite, Ilson Marcelos de Souza Junior, Walkiria Jordana Saldanha Grijó

A Saúde Coletiva é um campo de conhecimento interdisciplinar que busca compreender o processo saúde-doença a partir de sua determinação social, integrando saberes da Epidemiologia, da Política, do Planejamento e Gestão em Saúde, bem como das Ciências Humanas e Sociais em Saúde. Estas últimas oferecem um espaço fértil para o diálogo entre saúde, doença, cuidado e as ciências da linguagem. O presente trabalho relata a experiência de um grupo de estudos em Análise de Discurso e(m) Saúde, que se dedica a entender aspectos relacionados à formação e institucionalização da Saúde Coletiva no Amazonas. O grupo, composto por docentes e discentes do curso de Medicina, se reúne periodicamente para a leitura e discussão coletiva de textos da Análise de Discurso (AD), desenvolvida por Michel Pêcheux na França e introduzida no Brasil por Eni Orlandi. O objetivo é compreender os principais conceitos e procedimentos teórico-analíticos da AD, a fim de aplicá-los em dois projetos de iniciação científica: um voltado para a institucionalização da Saúde Coletiva e o outro para a formação em Saúde Coletiva, ambos na Universidade Federal do Amazonas. Em mais de oito meses de funcionamento, o grupo tem conseguido diferenciar noções cotidianas que, na AD, assumem um estatuto específico, como fala, discurso, comunicação, silêncio e interpretação. Além

disso, os integrantes têm mobilizado esses conceitos em pequenas análises de materiais do corpus, como o funcionamento de pré-requisitos na construção de sentidos relacionados à Saúde Coletiva. O grupo tem promovido reflexões críticas e consequentes, oferecendo uma nova perspectiva para compreender a Saúde Coletiva, a saúde e até mesmo a própria medicina. Afinal, “só há sentido, porque há inscrição na história” e “os sentidos sempre podem ser outros”.

O NOME SAÚDE COLETIVA NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA

Lucas Rodrigo Batista Leite, Heliana Nunes Feijó Leite, Ronilson Ferreira Freitas

A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas tem empreendido esforços para atualizar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), em vigor desde 2010, que não contemplava as Diretrizes Curriculares Nacionais (2014) nem as recomendações de curricularização da extensão (2018). No currículo atual, a área de Saúde Coletiva é estruturada em sete disciplinas obrigatórias: Saúde Coletiva I a IV, cada uma com 60 horas, do primeiro ao quarto período; Epidemiologia I e II, também com 60 horas cada, do quinto ao sexto período; e o Estágio em Medicina Preventiva e Social/ Internato Rural, com 800 horas nos dois últimos anos do curso. Há ainda uma disciplina eletiva, Saúde Indígena, com 75 horas. A proposta inicial de atualização curricular foi apresentada em abril de 2021, reorganizando a área de Saúde Coletiva da seguinte forma: Saúde, Ambiente e Políticas Públicas, com 75 horas, no primeiro período; Planejamento e Gestão em Saúde, com 75 horas, e Epidemiologia em Saúde, com 90 horas, ambas no terceiro período; Abordagem Clínica Centrada na Pessoa, Família e Comunidade, com 75 horas, no quarto período; e o Módulo de Medicina Preventiva e Social (Internato Rural), com 800 horas no internato médico. Entretanto, após uma pausa nas discussões devido a questões avaliativas, o tema voltou à pauta em 2022. Novos docentes questionaram a proposta de 2021, principalmente pela ausência do nome “Saúde Coletiva” nas disciplinas. Argumentou-se, com base na análise discursiva, que a nomeação de disciplinas implica recortes em redes de sentidos ancorados em contextos sociais e históricos. O nome “Saúde Coletiva” carrega uma demarcação epistêmica e política, abrangendo compreensões amplas de saúde e sociedade. Assim, dizer “Saúde Coletiva” inclui conceitos como ambiente, políticas públicas, planejamento, família e comunidade; já o termo “Abordagem Clínica Centrada na Pessoa, Família e Comunidade” se vincula mais diretamente à Medicina de Família e Comunidade, não refletindo a abrangência da Saúde Coletiva. Após uma série de reuniões e debates, uma proposta definitiva foi formulada em 2023. Ela prevê as seguintes disciplinas: Introdução à Saúde Coletiva, com 75 horas, no primeiro período; Saúde Coletiva com ênfase em Política, Planejamento e Gestão em Saúde, com 75 horas, no segundo período; Saúde Coletiva com ênfase em Atenção Primária em Saúde, com 75 horas, e Epidemiologia e Bioestatística, com 90 horas, ambas no terceiro período. No internato, haverá o Módulo Saúde Coletiva, com 50 horas, e o Programa de Extensão Saúde Coletiva em Contexto Rural, com 750 horas, articulado ao módulo. Foram também propostas as disciplinas eletivas Saúde Indígena e Tópicos Especiais em Saúde Coletiva, cada uma com 45 horas, sendo esta última com ementa aberta. Em espaços marcados por relações de força, a nomeação assume importância crucial, pois “o nome é que demarca a fronteira”.

VACINAÇÃO DE IMIGRANTES: A REALIDADE EM UMA CIDADE NO SUL DA BAHIA

Tercília Maria Sousa Soares, Aline Daud Lima Querino

Na cidade de Itabuna (BA), o número de imigrantes venezuelanos tem aumentado significativamente nos últimos três anos. Essa população, composta majoritariamente por crianças e adultos jovens, fala principalmente dialetos indígenas e enfrenta diversas dificuldades, como a ausência de vacinação conforme as normas brasileiras, problemas odontológicos, falta de diagnósticos para doenças crônicas não transmissíveis e ausência de acompanhamento em áreas como pré-natal, puericultura e saúde sexual e reprodutiva. O elevado risco de adoecimento e o contato com uma cultura distinta podem comprometer não apenas a saúde dessa população, mas também a saúde coletiva da região. Diante disso, a equipe multiprofissional de saúde, em parceria com a vigilância epidemiológica, desenvolveu estratégias específicas para oferecer atendimento adequado, levando em conta as diferenças políticas, sociais e culturais dos imigrantes venezuelanos. A experiência começou com a estratégia de vacinação no próprio abrigo onde os imigrantes residem. No entanto, a falta de hábito vacinal gerou desconfiança, e a administração de, no mínimo, quatro vacinas por pessoa resultou em resistência, com relatos de dor, febre e crianças que ficaram sensíveis por dias. Quando a equipe de saúde retornou, um mês depois, para continuar o ciclo vacinal, os imigrantes se recusaram a aceitar as vacinas, afirmando que elas haviam causado desconforto e mal-estar. Para superar esse obstáculo, a equipe de saúde contou com o apoio da psicóloga e da assistente social responsáveis pelo acompanhamento do grupo. Um trabalho de conscientização foi realizado para destacar a importância da imunização. Embora os imigrantes ainda limitassem a aplicação a apenas duas vacinas por vez, a nova abordagem teve sucesso. As famílias começaram a comparecer gradualmente à unidade de saúde, com o apoio e a presença da psicóloga ou da assistente social, o que ajudou a criar um ambiente mais seguro e acolhedor. Essa experiência revela que o cuidado em saúde para imigrantes deve respeitar a legislação vigente no país de acolhimento, mas também requer adaptações nos processos de trabalho das equipes de saúde, considerando a cultura e os hábitos específicos dessa população. A atenção à saúde dos venezuelanos mostrou ser um desafio para os profissionais, exigindo uma articulação cuidadosa entre os serviços de saúde disponíveis no Brasil e as particularidades culturais da população assistida. Independentemente de serem imigrantes ou não, todos os indivíduos devem ter o direito à saúde assegurado, e é fundamental que os trabalhadores de saúde respeitem as diferenças culturais e crenças para proporcionar um atendimento humanizado e efetivo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS EXTENSÕES UNIVERSITÁRIAS A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PROGRAMA ATENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA COMUNIDADE

Bruna Costa Silveira, Myrella Rosales Teixeira, Stéfani Scherner da Fonseca

Este relato evidencia a importância das atividades de extensão universitária na formação em fisioterapia, com o objetivo de aprimorar o conhecimento teórico-prático dos estudantes e fortalecer

seu vínculo com a comunidade. Ao longo do curso, os alunos têm a chance de participar do projeto de extensão “Programa Atenção Fisioterapêutica na Comunidade” da Universidade Católica de Pelotas, que oferece atendimentos clínicos e educativos à comunidade de Pelotas (RS). Esse programa inclui campanhas de conscientização sobre saúde e programas de reabilitação, focados nas áreas Esportiva, Saúde do Trabalhador, Pós-covid e Saúde do Idoso. Essas vivências possibilitam aos alunos aplicar seus conhecimentos em situações reais, interagindo diretamente com pessoas de diversos contextos socioeconômicos e culturais. Os resultados decorrentes da participação no projeto “Programa Atenção Fisioterapêutica na Comunidade” são notáveis. Em termos de compreensão prática, os alunos apresentaram um aumento significativo na aplicação efetiva e adaptativa de seus conhecimentos teóricos. A interação direta com pacientes em diferentes contextos promoveu o aprimoramento de habilidades interpessoais essenciais, como comunicação eficaz, empatia e a criação de um ambiente de confiança e respeito. Além disso, essa experiência propiciou uma maior conscientização social, levando os alunos a entenderem melhor as disparidades de acesso aos cuidados de saúde e o impacto social das condições de saúde. As atividades de extensão universitária são fundamentais para a formação integral do fisioterapeuta, complementando o ensino teórico com experiências práticas enriquecedoras. Investir nesse tipo de atividade é essencial para formar profissionais competentes, conscientes e comprometidos com o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade.

PROGRAMA DE TREINAMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS PARA A COMUNIDADE: DIFUNDINDO O CONHECIMENTO

Thaylline Reis Osvald, Norlai Alves Azevedo

Os primeiros socorros consistem em condutas e cuidados iniciais prestados a pessoas com o objetivo de preservar a vida, aliviar o sofrimento, prevenir lesões e promover a recuperação da vítima. No entanto, no Brasil, ainda há uma significativa carência de conhecimento sobre primeiros socorros por parte das comunidades. Nesse contexto, projetos de extensão, como o “Programa de Treinamento em Primeiros Socorros para a Comunidade”, têm desempenhado um papel crucial na difusão desses conhecimentos, especialmente no ambiente escolar. Desde 1990, o projeto oferece treinamentos em primeiros socorros na região Sul do Brasil, compartilhando conhecimento científico, desmistificando crenças sobre o tema e estreitando laços entre a universidade e as comunidades. Por meio de cursos, palestras, treinamentos e oficinas, o projeto capacita tanto a comunidade quanto acadêmicos, abordando noções de atendimento em situações de emergência, como parada cardiorrespiratória, desmaios, crises convulsivas e fraturas. As atividades são desenvolvidas em sintonia com as necessidades da comunidade, e as práticas simuladas com modelos anatômicos proporcionam uma aprendizagem mais eficaz, preparando profissionais de saúde para agir em emergências. Além de preencher lacunas na formação dos profissionais de enfermagem, o projeto incentiva a busca por conhecimento em fontes científicas e promove ambientes educativos e transformadores. Ao disseminar informações sobre primeiros socorros, o projeto contribui para a prevenção de agravos à saúde e aumenta a taxa de sobrevivência das vítimas de acidentes. A participação dos extensionistas na formação

acadêmica amplia o alcance do projeto e fortalece a integração da extensão no currículo universitário. Dessa forma, as ações do programa não apenas conferem visibilidade à extensão universitária e à Faculdade de Enfermagem, mas também promovem a construção de saberes interdisciplinares, aproximando os estudantes da sociedade. Capacitar a comunidade em primeiros socorros significa contribuir para salvar vidas e minimizar sequelas em situações de emergência.

VIVERSUS: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE PÚBLICA

Marcello Alexander Oliveira de Mello Rodrigues, Lauren Colpo Kipper

Este resumo relata a experiência de dois acadêmicos de psicologia durante o estágio de vivência no SUS, denominado ViverSUS, com o intuito de tornar o projeto conhecido entre mais estudantes da área da saúde e incentivar a participação, destacando os valiosos aprendizados que oferece. A metodologia considerou a integralidade do estágio, realizado de forma imersiva durante 10 dias, entre fevereiro e março de 2024, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Cerca de quarenta estudantes de diferentes cursos da saúde participaram, buscando compreender o funcionamento da rede de atenção à saúde. O ViverSUS, desenvolvido pela Agenda Jovem Fiocruz em parceria com o Levante Popular da Juventude, teve nesta edição sua estreia no Rio Grande do Sul, combinando experiências teóricas e práticas. Durante a imersão, foram promovidas palestras e debates com especialistas, abordando temas como a história do SUS e suas conexões com políticas públicas, a humanização dos serviços de saúde, o fluxo da rede de atenção, além de discussões sobre movimentos sociais e saúde popular em territórios de difícil acesso aos cuidados convencionais. Os participantes também vivenciaram experiências práticas em espaços como cozinhas comunitárias, serviços de geração de renda para usuários do CAPS, unidades básicas de saúde e hospitais, proporcionando uma compreensão mais ampla dos tópicos discutidos. Essas atividades permitiram aos viventes uma visão mais crítica e humana sobre a saúde, destacando aspectos não médicos e contribuindo para a formação de profissionais sensíveis às necessidades sociais e complexidades do SUS. Conclui-se que o ViverSUS deveria ser amplamente divulgado e incentivado pelas instituições de ensino, uma vez que o SUS está inserido em grande parte dos cursos da área da saúde. O estágio oferece aos estudantes reflexões e descobertas que vão além das paredes universitárias, desenvolvendo uma perspectiva crítica sobre o sistema de saúde e suas nuances.

O QUE A TUTORIA GRUPAL PODE CONTRIBUIR PARA A FORMAÇÃO DE MÉDICOS DE FAMÍLIA E COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renata de Paula

A residência de Medicina de Família e Comunidade (RMFC) é reconhecida como a formação com maior potencial para ampliar o escopo de práticas médicas na Atenção Primária à Saúde (APS), mas o número de especialistas na área ainda é insuficiente. Nesse cenário, o Programa Mais Médicos

Campineiro (PMMC) foi criado para promover a qualificação de profissionais no município. Contudo, há uma heterogeneidade no processo de formação da RMFC e no PMMC em Campinas, o que pode comprometer tanto a qualidade técnica e teórica dos profissionais quanto a excelência da educação médica oferecida. O objetivo deste relato é descrever a experiência de desenvolvimento do espaço de tutoria grupal da RMFC e do PMMC, realizado no distrito sudoeste de Campinas/SP. A metodologia consistiu em encontros semanais com 14 residentes, distribuídos entre cinco centros de saúde do distrito, de maio a dezembro de 2023. Esses encontros foram fundamentados na metodologia ativa, proporcionando um ambiente propício para a troca de experiências. Os resultados indicam que a tutoria grupal contribuiu significativamente para a troca de saberes entre os residentes, além de fortalecer as relações entre eles e os preceptores. Esse espaço coletivo mostrou-se acolhedor e útil para a contextualização das experiências vividas em sua dimensão coletiva, promovendo um aprendizado contínuo. Além disso, possibilitou o aprimoramento técnico e teórico, favorecendo a construção de vínculos afetivos. Conclui-se que o espaço de tutoria grupal da RMFC e PMMC é uma ferramenta valiosa para a melhoria da educação médica, promovendo um ensino democrático e empoderando os residentes por meio do compartilhamento de vivências. O fortalecimento da relação entre ensino e serviço nas unidades de saúde de referência também se destacou como um aspecto relevante dessa experiência.

VIDA ATIVA NA MELHOR IDADE: EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS SOBRE O ENVELHECIMENTO E O PAPEL TERAPÊUTICO DA DANÇA EM UM GRUPO DE IDOSOS NA ILHA DO MARAJÓ

Janaína Rabelo Monteiro da Silva

O número de pessoas idosas no Brasil tem crescido significativamente nos últimos anos, e a preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar psicossocial dessa população, extremamente vulnerável, deve ser foco de discussões e ações sociais, educacionais, políticas e culturais. Nesse contexto, desenvolver estratégias que promovam o envelhecimento saudável torna-se essencial. Assim, destaca-se a importância de viabilizar projetos que favoreçam a inclusão social, contribuindo para o sentimento de pertencimento e incentivando a melhoria da qualidade de vida. A dança, nesse sentido, surge como uma atividade que beneficia o corpo, a mente e o espírito, tornando-se uma aliada valiosa na promoção do bem-estar dos idosos. O presente trabalho aborda um projeto de fortalecimento de vínculos na ilha do Marajó, mais especificamente na cidade de Soure, no estado do Pará, onde há uma forte influência cultural. O município é conhecido por seus grupos folclóricos dançantes de carimbó, uma dança regional característica da região Norte. O projeto, voltado à saúde, bem-estar e fortalecimento de vínculos rompidos ou fragilizados de pessoas da terceira idade, ocorre duas vezes por semana, promovendo acesso à saúde, lazer e cultura. Um de seus principais objetivos é alcançar o bem-estar físico e emocional e aumentar a autoestima dos idosos por meio da dança. A prática da dança apresenta inúmeros benefícios. Primeiramente, melhora a capacidade física, sendo uma forma

de exercício aeróbico que potencializa a resistência cardiovascular, a força muscular, a flexibilidade e o equilíbrio, reduzindo o risco de quedas e lesões. Além disso, a dança proporciona estímulo cognitivo, pois o aprendizado de passos e sequências trabalha funções como memória, atenção e concentração, ajudando na prevenção de doenças neurodegenerativas como o Alzheimer. No aspecto emocional, a dança promove a liberação de endorfinas, neurotransmissores associados ao prazer e bem-estar, reduzindo sintomas de ansiedade, depressão e estresse. Por fim, a interação social é um aspecto crucial: participar das aulas proporciona oportunidades para novas amizades e construção de uma comunidade, combatendo a solidão e promovendo o senso de pertencimento. Assim, a dança se configura como uma poderosa ferramenta terapêutica para promover o bem-estar físico, cognitivo e emocional em idosos, abrangendo benefícios que fazem dela uma intervenção valiosa para o envelhecimento saudável. A abordagem holística oferecida por essa prática melhora a qualidade de vida na terceira idade, ao mesmo tempo que fortalece a cultura marajoara, já que o carimbó é o ritmo principal ensinado, intensificando o sentimento de pertencimento na região.

AVC, CADÊ VOCÊ? DESVENDANDO O PERFIL DAS VÍTIMAS DE AVC NUMA REGIÃO METROPOLITANA BRASILEIRA

Pedro Rodrigues Teixeira, Lucca Tamara Alves Carretta, Vanessa Cristina Rodrigues de Oliveira, Matheus Souza Colares, Vitor Marques de Martim, Simone Karla Apolonio Duarte, Caio Duarte Neto

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma das principais causas de morbimortalidade, com potencial para gerar graves sequelas físicas, cognitivas e emocionais, e configura-se como a segunda maior causa de óbito no Brasil. A apresentação clínica do AVC, que pode ser isquêmica ou hemorrágica, varia conforme a localização e intensidade da lesão. A incapacidade do tecido nervoso de se regenerar completamente após o dano torna imprescindíveis o diagnóstico e o atendimento imediatos para mitigar sequelas e maximizar a reabilitação do paciente. Este estudo tem como objetivo avaliar a prevalência e o perfil dos casos de AVC atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192 na Região Metropolitana da Grande Vitória-ES (RMGV). O estudo é observacional e transversal, com análise de dados coletados da Central de Regulação Médica das Urgências do SAMU 192 do Espírito Santo, referentes às vítimas de AVC na RMGV, nos anos de 2020 e 2021. As variáveis qualitativas e quantitativas foram analisadas para determinar a prevalência e os fatores associados aos casos, utilizando métodos estatísticos. O estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, sob o parecer 4.308.858. Os resultados indicaram que o AVC teve uma prevalência de 5,8% entre as 37.765 emergências clínicas registradas em 2020 e 2021, totalizando 2.195 indivíduos afetados. O perfil das vítimas revelou predominância de mulheres (52,1%), idosos (74,6%), com idade média de 69 anos, e a faixa etária mais prevalente segundo o IBGE foi de 75 anos (39,1%). As ocorrências foram mais frequentes em 2021 (50,9%), nas sextas-feiras (16,2%), durante o período diurno (72,2%), no município de Vila Velha (25,8%), e ocorreram principalmente no domicílio (95,3%). A maioria dos casos foi classificada como estado crítico presumido pelo médico regulador (71,7%). O atendimento

foi predominantemente realizado pela Unidade de Suporte Básico (USB) (87,8%), com transporte para serviços de saúde (79,9%), dos quais 40,2% eram hospitais públicos (83,2%). A prevalência de óbitos no ambiente pré-hospitalar foi de 0,2%. A caracterização do perfil das vítimas de AVC permite o desenvolvimento de políticas públicas de conscientização alinhadas às necessidades da população. O estudo destaca a importância de medidas preventivas e controle de fatores de risco, com especial atenção para mulheres acima de 75 anos. Além disso, estratégias que garantam atendimento rápido e eficaz são cruciais para reduzir a incidência e a gravidade dos casos de AVC.

MAPEAMENTO DAS DORES NO PEITO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: UM ESTUDO OBSERVACIONAL

Pedro Rodrigues Teixeira, Lucca Tamara Alves Carretta, Vanessa Cristina Rodrigues de Oliveira, Matheus Souza Colares, Vitor Marques de Martim, Simone Karla Apolonio Duarte, Caio Duarte Neto

A dor torácica aguda é uma das queixas mais comuns nos departamentos de emergência, podendo estar associada a uma ampla variedade de doenças, que vão desde o refluxo gastroesofágico até o infarto agudo do miocárdio, este último responsável por cerca de 100.000 mortes em 2022. Com o envelhecimento populacional em ascensão no Brasil, impulsionado pelo aumento da qualidade e expectativa de vida, torna-se essencial caracterizar melhor os quadros que afetam os idosos. Considerando que essa população está no grupo de risco para diversas condições subjacentes à dor torácica aguda, o presente estudo busca avaliar a prevalência e os fatores associados a esses casos em idosos atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192 na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES) (RMGV). Este é um estudo observacional transversal, baseado na análise de dados coletados da Central de Regulação Médica das Urgências do SAMU 192 do Espírito Santo, abrangendo os casos de dor torácica em idosos na RMGV nos anos de 2020 e 2021. As variáveis qualitativas e quantitativas serão analisadas para identificar os fatores associados e a prevalência dos casos, utilizando métodos estatísticos. Além disso, foi realizado um mapeamento geográfico dos dados para melhor compreender a distribuição dos casos na região. O estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, sob o parecer 4.308.858. Espera-se identificar o perfil dos idosos que sofreram com dor torácica na RMGV e os fatores associados a esses episódios, fornecendo informações valiosas para a elaboração de políticas públicas preventivas, especialmente para essa população de maior risco. Os resultados também oferecerão uma análise da estrutura atual da saúde na RMGV, destacando a necessidade de intervenções focadas. O mapeamento das urgências por dor torácica permitirá avaliar a distribuição geográfica dos casos, facilitando a organização dos serviços de saúde de forma mais direcionada e eficaz, ao identificar as áreas com maior concentração de episódios e, portanto, com maior necessidade de atenção e recursos.

MAIO LARANJA E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcos Vinícius Santos Batista Silva, Euzamar Oliveira Vasconcelos, Valéria Arruda Rodrigues

Em 1973, no dia 18 de maio na cidade de Vitória, Espírito Santo, uma criança de oito anos de nome Araceli desapareceu e nunca mais foi vista com vida, após alguns dias, o corpo da criança foi encontrado em um terreno na cidade de Vitória. A menina foi violada, estuprada, espancada e morta, a partir desse crime, o dia 18 de maio foi escolhido como dia de mobilização contra a violência sexual de crianças e adolescentes. O presente projeto, cujo objetivo é a conscientização, prevenção, orientação e combate ao abuso e exploração sexual da criança e do adolescente. Todo ano, no mês de maio é realizado nas escolas municipais no município de Rio Preto da Eva-AM palestras sobre o tema e encaminhamento, caso necessário, para rede de proteção, dentre elas, o Conselho Tutelar. Foi realizado no ano de 2023 palestras nas 21 (vinte e uma) escolas do referido município sobre o tema, e no dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é realizada a caminhada no município com toda a rede de proteção de criança e do adolescente para mobilizar, sensibilizar, informar e convidar a população para participar da luta em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. A ação é importante e contribui para prevenção, proteção e orientação das crianças e adolescentes. A ação contribui para que as crianças e adolescentes empoderem-se e percebam-se tal violação e peçam ajuda, pois as consequências para elas são marcantes e podem tornar-se perenes.

ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DO ALCANCE DAS POLÍTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Anelise Andrade de Souza, Ana Carolina de Moraes Teixeira Vilela Dantas,
Diadorim Rodrigues, Rômulo Paes de Sousa

O projeto teve como principal objetivo apoiar a comunicação dos resultados sistematizados da pesquisa “Alcance das políticas de proteção social e de saúde do município de Belo Horizonte para a População em Situação de Rua (PSR) frente à Pandemia de covid-19”. Essa pesquisa analisou a efetividade das ações de proteção social e de cuidado em saúde destinadas à PSR em Belo Horizonte durante a pandemia, além de compreender as estratégias de rede desenvolvidas, que envolveram a Sociedade Civil Organizada (SCO), e as estratégias de sobrevivência adotadas pela PSR. O projeto de comunicação visou sistematizar e disseminar os resultados para diferentes públicos da sociedade, contribuindo para mitigar os efeitos da pandemia, preparar melhor o município para futuras emergências sanitárias e apoiar a implementação da Agenda 2030 em favor da PSR de BH. As ações do projeto se basearam na

interlocução com a SCO, em parceria com a Pastoral de Rua de BH e o Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua. O Plano de Implementação e Comunicação foi direcionado a três públicos: a PSR; gestores e trabalhadores do setor público e da SCO; e a população em geral, sendo estruturado em três eixos principais. O primeiro eixo focou na educação em saúde, abordando a geração de emprego e renda através de uma oficina de grafite e pintura em muro, representando a cartografia das redes de saúde e assistência social do município de BH sob a perspectiva das pessoas em situação de rua. O segundo eixo foi voltado para gestores e trabalhadores, com a produção de um e-book divulgando os resultados da pesquisa, a fim de fomentar discussões sobre os principais entraves de acesso da PSR aos serviços de saúde e assistência social e destacar as ações intersetoriais necessárias para melhorar essas políticas. O terceiro eixo tinha como foco a sociedade em geral, buscando dar visibilidade às vulnerabilidades e demandas estruturais e conjunturais da PSR por meio de entrevistas em rádios e televisão, além de podcasts que abordavam temas como a caracterização sociodemográfica da PSR em BH, as respostas municipais e da SCO à pandemia, e as estratégias de sobrevivência da PSR. O projeto de comunicação promoveu maior aproximação com o público pesquisado, melhor interlocução com os serviços de saúde e assistência social para discutir os desafios enfrentados pela PSR no acesso a esses serviços, e, por meio da comunicação com a população em geral, ajudou a diminuir a invisibilidade das pessoas em situação de rua em Belo Horizonte.

“MÃOS QUE TRAMAM MUNDOS”: RELATOS DE PRÁTICAS DE ARTE E SAÚDE EM OFICINA NO AMBULATÓRIO TRANS DE PELOTAS

Arthur Righi Cenci, Wemi Soares Pereira, Ametista Muller

O presente resumo relata a experiência de pessoas usuárias do ambulatório trans ao promover e participar de um ciclo de oficinas de fanzines intitulado “Mãos Que Tramam Mundos”. Os encontros foram planejados a partir de uma abordagem experimental e dinâmica, com o objetivo de compartilhar práticas artísticas e manuais de forma interdisciplinar, focadas na produção de fanzines. O termo fanzine (do inglês - fan+magazine) refere-se a pequenas publicações independentes, como livros, revistas ou cartazes, que se destacam pela autopublicação de baixo custo e fácil distribuição. As zines utilizam multilinguagens, como colagem, desenho, escrita, bordado e pintura, oferecendo um espaço de criação livre e transformando simples dobraduras de papel em revistas criativas e autorais. O desejo de promover encontros entre pessoas transvestigêneres usuárias do ambulatório trans, que até então não dispunham de um espaço de convivência, impulsionou a realização dessas oficinas artísticas. A iniciativa partiu das próprias pessoas usuárias, que desejavam ocupar o ambulatório além das consultas clínicas, convertendo-o também em um espaço de socialização e troca. O ciclo de oficinas começou com uma primeira turma de oito pessoas, realizado nos dias 22 de março e 5 de abril de 2024, em um ambulatório trans localizado no município de Pelotas (RS). O primeiro encontro foi dedicado ao conhecimento mútuo entre os participantes e à introdução ao universo dos fanzines, com

a apresentação de exemplos, principalmente de zines criadas por pessoas trans, e a exploração do que define uma zine: como são feitas, quem as realiza e o que elas podem comunicar. Participaram dessa primeira sessão pessoas usuárias, trabalhadoras e gestoras do ambulatório. No segundo dia, ocorreu a produção das zines, utilizando materiais diversos como papel, linha, agulha, canetas, giz e cola. As criações abordaram uma gama ampla de temas, que iam além da transexualidade. Os resultados mostraram que as oficinas se transformaram em um espaço potente de criação e, acima de tudo, em um lugar de encontro e trocas entre subjetividades trans. As atividades artísticas serviram como catalisadoras para o compartilhamento de vivências, ideias, talentos, músicas, preferências e outras experiências, consolidando o grupo como um importante dispositivo de convivência e apoio. Nas considerações finais, destaca-se que a criação de grupos em espaços de saúde está alinhada à ideia de que saúde também envolve bem-estar social. A convivência entre pessoas trans amplia as possibilidades de existência e torna o ambulatório um local de cuidado integral, indo além das questões clínicas e biomédicas associadas ao processo transexualizador.

ENSINAR E APRENDER EM RODA: A SAÚDE PRISIONAL COMO TEMA NO ENSINO SUPERIOR

Virgínia de Menezes Portes, Sheila Rúbia Lindner, Rodrigo Otávio Moretti-Pires

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) foi implementada em 2014 no Brasil, com o objetivo de assegurar que as ações do Sistema Único de Saúde alcançassem a população privada de liberdade e seus familiares, reconhecendo os serviços de saúde prisional como um ponto de atenção da Rede de Atenção à Saúde. No entanto, um dos principais desafios para a efetivação dessa política é a composição das equipes de saúde que atuam no sistema prisional, aspecto crucial para a formação em saúde. Nesse contexto, docentes do Departamento de Saúde Pública da Universidade de Santa Catarina desenvolveram uma disciplina voltada para a saúde prisional, com o objetivo de criar estratégias e ferramentas de ensino-aprendizagem que abordassem essa temática sob a perspectiva da saúde coletiva, no curso de graduação em farmácia. A disciplina, de caráter optativo, foi estruturada utilizando metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas, aulas dialogadas, rodas de conversa, jogos educacionais, dramatizações e o uso de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Os temas abordados buscaram contextualizar a realidade do sistema prisional, incluindo o contexto teórico do sistema carcerário, acolhimento e promoção da saúde no cárcere, saúde do trabalhador, e outros conteúdos que tratam da atenção à saúde de pessoas privadas de liberdade e de seus familiares. Os resultados da experiência mostram uma alta procura dos discentes a cada semestre, evidenciando o interesse e a relevância da disciplina. Além disso, tem-se observado um processo de aprendizagem significativo e contextualizado, que contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas à prevenção de doenças, promoção da saúde e assistência à população carcerária. A avaliação formativa da disciplina revelou o desenvolvimento de uma análise crítica por parte dos alunos sobre problemas

assistenciais, éticos e de gestão no sistema prisional, com uma forte ênfase no direito à saúde. Conclui-se que essa experiência educacional proporcionou uma sólida base teórico-prática para a qualificação da atenção à saúde voltada aos desafios da PNAISP, abordando de forma eficaz as necessidades reais em saúde dos estabelecimentos prisionais. O formato dialógico e criativo das aulas facilitou a compreensão dos conteúdos teórico-práticos, e os discentes relataram uma aprendizagem lúdica e pedagógica. Destaca-se, assim, a importância da universidade pública na formação de profissionais críticos, éticos e comprometidos com as necessidades de saúde da população brasileira, especialmente com uma postura técnica e política que defende a vida e o direito à saúde no contexto do cárcere.

SAÚDE DE MULHERES IMIGRANTES NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE: ANÁLISES PRELIMINARES

Priscila Pavan Detoni, Kyara Borgheti, Stéfanni Vargas Silveira, Eliana Paula Brentano, Fabiana Schneider

O aumento da população de mulheres imigrantes no Brasil, e consequentemente de suas demandas no Sistema Único de Saúde (SUS), traz desafios de cuidado, especialmente na Atenção Básica (AB), que é a porta de entrada para os serviços correspondentes. Este estudo, realizado no contexto da Residência Multiprofissional de Saúde em Família, tem como objetivo compreender a percepção das mulheres imigrantes sobre a saúde da mulher na AB em duas Estratégias de Saúde da Família de um município do interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa, que está em andamento, ocorre nos serviços de atendimento vinculados aos campos de prática da residência. O estudo é de natureza exploratória, com uma abordagem metodológica qualitativa, e se configura como uma pesquisa-intervenção. Utiliza ferramentas como diário de campo das pesquisadoras, questionários sociodemográficos e entrevistas semiestruturadas com mulheres imigrantes dos territórios de saúde, realizadas mediante consentimento. No processo de diagnóstico territorial, foi identificado que os territórios são ocupados principalmente por mulheres haitianas e venezuelanas, que frequentemente recorrem às ESFs durante a gestação ou para acompanhar seus filhos, revelando a necessidade de um entendimento mais profundo das suas demandas de saúde e contextos culturais. Análises preliminares dos diários de campo evidenciam vulnerabilidades e violações de direitos: muitas mulheres realizam o exame citopatológico pela primeira vez no Brasil, enquanto outras sequer conhecem esse exame. Além disso, várias não tinham acesso a serviços básicos de vacinação, cuidados ginecológicos, obstétricos ou distribuição de medicamentos em seus países de origem. As mulheres imigrantes enfrentam situações de violência, refúgio, desemprego, e veem o trabalho masculino prevalecer nas indústrias locais, o que agrava sua angústia em relação aos familiares em situação de vulnerabilidade nos países de origem. Apesar das condições precárias de moradia e das lógicas patriarcais que vivenciam, essas mulheres encontram apoio comunitário entre si e em instituições religiosas, que ajudam a mitigar o risco de insegurança alimentar. Embora reconheçam o SUS como uma estrutura importante para elas e suas famílias, muitas desconhecem o funcionamento completo do sistema, algo que será mais explorado nas entrevistas individuais. As equipes de saúde ainda enfrentam dificuldades para acolher

essas mulheres de maneira adequada, principalmente devido a barreiras linguísticas, que complicam a comunicação e o entendimento. Espera-se que este estudo promova a integralidade e a equidade na saúde dessa população. Ao compreender melhor as demandas e perspectivas culturais das mulheres imigrantes, será possível desenvolver ações de educação permanente para as equipes de saúde, focadas nos hábitos culturais dessas mulheres e no acolhimento integral. Além disso, a pesquisa visa aproximar as mulheres imigrantes dos serviços de saúde da mulher oferecidos pela AB no SUS, utilizando a educação popular em saúde como forma de devolutiva para a comunidade. Essa abordagem busca diminuir as discriminações sexuais, raciais, de gênero e xenofóbicas nos territórios de saúde.

O ARRAIÁ DO CORAÇÃO: GRUPOS OPERATIVOS INTERPROFISSIONAIS

Silvia Mello dos Santos , Luisa de Carvalho Fiedler, Elisangela Lira Bonifácio

As doenças cardiovasculares são a principal causa de morbimortalidade no Brasil, tornando prioritária a abordagem das condições crônicas na Atenção Primária em Saúde (APS). As equipes da APS enfrentam diariamente múltiplos desafios para oferecer um cuidado integral aos usuários, pois lidam com questões que vão além da simples prescrição médica, incluindo aspectos culturais, estigmas e a complexidade do manejo das condições crônicas. Nenhuma profissão de saúde, isoladamente, consegue lidar com essa complexidade, o que reforça a necessidade da educação interprofissional ser incluída na formação universitária. A Estratégia Cardiovascular (ECV) é um tema amplo que favorece a aplicação dessa abordagem colaborativa. Este trabalho relata a experiência de uma unidade de saúde da família que implementa grupos operativos com foco na interprofissionalidade, adotando uma abordagem educacional multidirecional que envolve estudantes de saúde, preceptores e a comunidade. O objetivo é descrever as atividades educacionais interprofissionais realizadas nesses grupos, aplicando metodologias ativas de ensino na APS. A unidade em questão possui cinco equipes de estratégia de saúde da família e é também um cenário de práticas para o programa de educação para o trabalho na saúde (PET-Saúde), para o rodízio do internato médico de saúde coletiva e para a residência de medicina de família e comunidade. As atividades são planejadas mensalmente com temas específicos. Em junho, por exemplo, a unidade organizou uma festa junina para os usuários. O evento foi cuidadosamente planejado e estruturado pelos profissionais de saúde e pelos alunos em formação, com o apoio da própria comunidade. Realizado em uma praça pública, o evento contou com seis tendas temáticas, cada uma abordando hábitos, modos e estilos de vida saudáveis, visando promover uma saúde integral. Além disso, foram oferecidas comidas típicas com opções mais saudáveis, uma aula de forró, e uma apresentação de quadrilha chamada “Quadrilha do Coração”, que envolveu profissionais de saúde, alunos e a comunidade. Ao término do evento, uma roda de avaliação permitiu que todos compartilhassem o que aprenderam com a experiência. Os grupos operativos dessa unidade atraem mais de cem participantes, e as interações entre estudantes e preceptores, desde o planejamento até a execução das atividades, promovem a interprofissionalidade e servem de inspiração para outras equipes da APS regional. Essa abordagem inovadora estimula uma

forma mais participativa de cuidar e ensinar, com maior envolvimento dos usuários em suas próprias necessidades de saúde, fomentando autonomia. Além disso, a colaboração entre diferentes profissões da saúde e seus estudantes reforça o aprendizado conjunto e integrado, essencial para atender às necessidades do SUS de maneira eficiente e eficaz.

AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E O SUS EM SALA DE AULA: CONEXÕES POSSÍVEIS COM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ESCOLAS

Taise Serafim Godinho Raupp, Fabiane Ferraz, Jacks Soratto, Lisiane Tuon, Carine Vendruscolo

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto por políticas públicas de atenção à saúde fundamentadas nos princípios de universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação social. Para que essas políticas se efetivem, é fundamental a colaboração entre diferentes setores. Nesse contexto, entende-se que é por meio das relações intersetoriais que se promovem atividades de educação em saúde, contribuindo para a construção da cidadania e incentivando práticas saudáveis. Dessa forma, as escolas são reconhecidas como espaços fundamentais para a promoção da saúde, por meio de práticas pedagógicas que valorizam a autonomia dos sujeitos. O presente trabalho tem como objetivo analisar como os professores das séries iniciais do ensino fundamental da rede pública abordam em aula o tema transversal da saúde e suas conexões com as ações de vigilância em saúde e o SUS. A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório-descritivo, realizada com 18 professores do ensino fundamental I da rede pública de um município litorâneo no extremo sul catarinense. Após a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética, sob o parecer n. 5.011.594/2021, o trabalho de campo foi realizado de outubro a dezembro de 2021, por meio de entrevistas semiestruturadas e observação direta nas atividades de ensino. A análise dos dados utilizou a técnica de análise temática de conteúdo, estabelecendo categorizações que agruparam elementos, ideias ou expressões de modo a explorar as informações obtidas. Da análise dos dados, emergiram duas categorias: (1) SUS e Vigilância em Saúde: conexões com ações de promoção da saúde em escolas; e (2) Educação Permanente em Saúde: uma aposta no apoio aos professores para a educação em saúde. A análise e discussão indicaram a necessidade de desenvolver trabalhos por meio de projetos escolares integrados ao currículo, voltados para a educação em saúde, uma vez que, tanto os professores quanto as escolas, carecem de um planejamento estruturado de forma intersetorial sobre essa temática. As ações geralmente ocorrem de forma esporádica, motivadas por necessidades momentâneas, e há um desconhecimento, por parte dos professores, das ações realizadas pelas equipes de Vigilância em Saúde, evidenciando a importância da educação permanente como suporte às práticas educativas. Embora o Programa Saúde na Escola esteja sendo implementado pela Secretaria Municipal de Saúde, suas ações permanecem pontuais e ainda não há uma verdadeira integração entre os setores de saúde e educação no município. Conclui-se que há uma evidente falta de articulação entre as Secretarias, o que enfraquece as ações educativas integradoras, comprometendo o compartilhamento de conhecimentos,

valores e práticas. Além disso, destaca-se a necessidade de processos de formação continuada com foco na Educação em Saúde no ambiente escolar. Sugere-se, portanto, que as ações de formação permanente dos docentes sejam realizadas de forma intersetorial, com a presença de um gestor na área da saúde que promova essa interlocução entre as Secretarias de Educação e Saúde.

GUIA PRÁTICO PARA O APOIO NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS ESCOLAS ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Taise Serafim Godinho Raupp, Fabiane Ferraz, Jacks Soratto, Lisiane Tuon, Carine Vendruscolo

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos modelos de saúde mais complexos do mundo, garantindo acesso universal, equânime e integral aos cidadãos. Para que isso seja possível, é necessário um conjunto de políticas públicas, econômicas e sociais que assegurem os princípios estabelecidos pela Lei Orgânica da Saúde. A educação em saúde é fundamental para a formação de cidadãos críticos e autônomos, promovendo a adoção de práticas saudáveis, e o ambiente escolar se apresenta como um espaço privilegiado para essa promoção. As práticas intersetoriais defendidas pelas políticas públicas são essenciais para integrar saberes técnicos em prol de objetivos comuns, tornando a articulação entre diferentes setores imprescindível para efetivar ações de promoção da saúde. O presente trabalho relata a elaboração de material didático-pedagógico para professores, abordando temas como saúde, vigilâncias e o SUS, com o intuito de auxiliar na promoção de ações de educação em saúde nas escolas. O material foi desenvolvido como parte de uma dissertação de mestrado profissional e incluiu uma fase diagnóstica baseada em pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo, realizada com 18 professores do ensino fundamental I da rede pública de um município litorâneo do extremo sul catarinense. Os achados revelaram que os conteúdos de saúde abordados com os estudantes nos planos de aula raramente são trabalhados de forma sistemática e organizada. As práticas são individualizadas e não há um trabalho colaborativo que envolva a comunidade escolar. Além disso, os professores desconhecem as atividades desenvolvidas pelas equipes de Vigilância em Saúde no município. Com o objetivo de promover a aproximação entre os setores de Educação e Saúde por meio de ações educativas, foi elaborado um material didático-pedagógico sobre vacinas, tema apontado como relevante durante a coleta de dados. O material contém quatro capítulos: 1. O que você sabe sobre as vacinas – Conhecimento prévio das crianças; 2. Compreensão do que é a vacina, seu funcionamento no organismo e sua importância; 3. A história das vacinas e sua contribuição para a saúde pública; 4. A logística das vacinas no SUS, desde sua distribuição até os responsáveis locais. Cada capítulo propõe atividades lúdico-pedagógicas para serem desenvolvidas pelos professores com os estudantes. Acredita-se que o material didático promoverá novas experiências, aproximando as equipes de Saúde e Educação e fortalecendo a promoção da saúde por meio de ações educativas intersetoriais, vivenciadas na realidade local escolar. O material também oferece suporte aos docentes, facilitando a exploração e o planejamento das aulas, com conteúdos mais claros sobre vacinas e a saúde de forma geral. Ele estará disponível para a rede pública, e uma formação permanente para os professores será organizada pelas equipes de Vigilância em Saúde, conforme o planejamento das Secretarias de Educação e Saúde.

GRUPO DE APOIO INTERPROFISSIONAL EM CONTEXTO DE PARENTALIDADE ATÍPICA

Isabela Brondani, Fernanda Pires Jaeger

O desenvolvimento atípico ocorre quando há atrasos físicos e/ou mentais no desenvolvimento da criança em relação ao que é esperado para sua faixa etária. A comunicação de um diagnóstico dessa condição, que deve ser feita com cuidado e de forma humanizada pelos profissionais de saúde, coloca a família diante de diversos desafios: aceitar, adaptar-se e criar estratégias para lidar com a nova realidade. Nesse contexto, o grupo de apoio interprofissional é um importante aliado, oferecendo cuidado e suporte aos familiares de crianças e adolescentes com desenvolvimento atípico, além de promover a saúde física e psíquica. Este trabalho, utilizando metodologia de relato de experiência e revisão bibliográfica, busca refletir sobre as situações comuns enfrentadas por essas famílias, destacando a importância de integrar um grupo de apoio que promova o bem-estar físico e mental. Durante a gestação, os pais constroem expectativas em torno de um filho idealizado, que muitas vezes não corresponde ao filho real. O papel do profissional de Psicologia em um grupo de apoio é facilitar a escuta ativa e o acolhimento, ajudando os pais a elaborar o luto pelo filho idealizado e a enfrentar os desafios e sofrimentos associados ao desenvolvimento atípico. Quando o filho nasce, os pais precisam lidar com a ruptura de expectativas, e esse sofrimento pode ser intensificado pela confirmação de um diagnóstico clínico. Observou-se que grande parte do sofrimento expresso pelos pais está relacionada às dificuldades e desafios de criar um filho atípico, trazendo emoções complexas como preocupação, incerteza, tristeza, culpa e uma sensação de perda. Essas dificuldades afetam a dinâmica familiar, as perspectivas de futuro e a maneira de lidar com os obstáculos diários. Por isso, é fundamental fornecer suporte e recursos adequados para essas famílias, criando um ambiente de aceitação, compreensão e carinho que favoreça o desenvolvimento saudável da criança. Uma das tarefas mais difíceis da parentalidade é reconciliar a diferença entre a maternidade idealizada e a realidade, tema abordado nas práticas grupais, onde as mães se emocionaram ao compartilhar suas vivências, medos e frustrações. Essa troca gerou identificação, empatia e um sentimento de pertencimento, conhecido como o “fenômeno do espelho,” onde cada indivíduo se reconhece no outro. Conclui-se que os grupos de apoio são fundamentais para o cuidado de crianças e adolescentes e suas famílias, especialmente quando contam com profissionais de diversas áreas da saúde, como Psicologia, Fisioterapia e Odontologia. Ressalta-se também a importância de manejar cuidadosamente o diagnóstico ao comunicá-lo aos pais, evitando períodos de estresse e crises emocionais. Assim, é essencial que os profissionais de saúde estejam preparados para orientar, manejar e dar suporte, visando sempre o bem-estar da família.

PERIÓDICOS NA ÁREA DA SAÚDE COLETIVA: POTÊNCIAS E DESAFIOS PARA A DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO EM SAÚDE NO SUS

Elisandro Rodrigues, Daniel Demétrio Faustino-Silva, Rodrigo de Oliveira Azevedo,
Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Denise Bueno

Esta é a proposição de uma Távola institucional que reúne três periódicos para discutir as potencialidades e os desafios da difusão de conhecimentos científicos na área da saúde por meio de periódicos de acesso livre. São eles: 1) Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde (CaEP), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Tecnologias para o SUS, Mestrado Profissional do Grupo Hospitalar Conceição. Trata-se de um periódico eletrônico interdisciplinar, que acolhe publicações relacionadas à Saúde Pública e Ciências da Saúde, assim como suas interfaces com as Ciências Humanas e Sociais. Seu escopo valoriza temas, debates e produções voltados para a assistência integral à saúde, avaliação e produção de tecnologias para o SUS, docência, ensino, pesquisa e trabalho em saúde, com publicações semestrais. 2) Saberes Plurais: Educação na Saúde, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional – da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este periódico busca divulgar a produção científica no campo do ensino e da educação “na” e “em” saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde, e Saúde Coletiva. Com publicação por fluxo contínuo e acesso livre, prioriza trabalhos que qualifiquem a formação em saúde e o ensino e o trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo pesquisas, ensaios e relatos de experiência. 3) Saúde em Redes, um periódico on-line de acesso livre vinculado à Rede UNIDA. Focado na disseminação de conhecimentos e tecnologias em educação e saúde, propõe-se como um espaço de colaboração e parceria com pessoas, projetos e instituições dedicadas à formação contínua e ao desenvolvimento de profissionais de saúde. Possui publicação por fluxo contínuo, com três edições anuais. Esses periódicos são voltados para estudantes de graduação e pós-graduação, professores, técnicos em educação e saúde, trabalhadores e usuários do SUS. Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde, Saberes Plurais e Saúde em Redes são importantes espaços de produção e divulgação científica que fortalecem pesquisas e experiências voltadas à formação e ao trabalho no SUS. Os desafios editoriais são numerosos, incluindo a dependência do trabalho voluntário de revisores qualificados; a necessidade de garantir prazos adequados para avaliações; a formação de equipes de trabalho que não são dedicadas exclusivamente às revistas; os complexos critérios de indexação em bases de dados; a manutenção do acesso livre aos artigos sem cobrança de taxas; e a busca por financiamentos públicos que favorecem revistas indexadas. Outro obstáculo é o recebimento de textos que, embora estejam no escopo das revistas, apresentam fragilidades estruturais e de conteúdo. Como potencialidade, destaca-se a construção de redes colaborativas entre editores de revistas da Saúde Coletiva, com o objetivo de compartilhar desafios, desenvolver estratégias conjuntas e promover ações para a qualificação e expansão dos periódicos institucionais. A proposta também visa ampliar o diálogo, convidando outros periódicos do Brasil a se unirem a essa Távola.

ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INSTÂNCIA LOCAL DA CADEIA DE FRIO DE IMUNOBIOLÓGICOS BRASILEIRA

Ana Luíza Karter, Thayane Ingrid Xavier de Andrade, Ilda Conceição de Araújo, Júlia Moreira Martins da Silva, Stela de Azevedo Camtamos, Eliete Albano de Azevedo Guimarães, Valéria Conceição de Oliveira, Ione Carvalho Pinto, Gabriela Gonçalves Amaral

As salas de vacinação, localizadas nas unidades de atenção primária à saúde (UAPS), são a instância local da cadeia de frio, um processo logístico que os imunobiológicos percorrem desde a fabricação até a aplicação na população. Manter as temperaturas preconizadas é fundamental para preservar a eficácia desses produtos, exigindo que os profissionais de saúde sigam as normas e recomendações do Programa Nacional de Imunizações. Este estudo teve como objetivo analisar a estrutura organizacional do nível local da cadeia de frio de imunobiológicos no Brasil. O estudo, de caráter transversal descritivo, foi realizado em salas de vacinação de 80 municípios das diferentes regiões brasileiras, entre 2021 e 2022. Foram incluídas todas as salas urbanas e rurais, exceto aquelas destinadas apenas como ponto de apoio, localizadas em hospitais e/ou unidades de pronto atendimento, inativas ou ativas apenas durante a campanha de vacinação contra a covid-19. Os profissionais de enfermagem responderam a uma escala validada, por meio de entrevistas telefônicas ou envio de link. A análise descritiva dos dados foi realizada, e o estudo recebeu aprovação dos Comitês de Ética em Pesquisa (parecer nº: 4.610.079; parecer nº 4.747.228; e parecer nº 4.812.197). Foram analisadas 280 salas de vacinação, a maioria localizadas em UAPS tradicionais (49,6%) da zona urbana (78,3%), onde o enfermeiro era o responsável pela vacinação (72,4%) e não havia escala de trabalho formalizada (66,1%). Grande parte das salas era de uso exclusivo para atividades de vacinação (79,6%), utilizava caixas térmicas de poliuretano (77,8%) e mantinha os equipamentos de refrigeração protegidos da luz solar ou de outras fontes de calor (73,5%). A maioria das salas estava equipada com câmaras refrigeradas (60,0%) e ambientes climatizados (67,6%), porém, observou-se uma predominância da indisponibilidade de baterias ou geradores (62,9%). Muitos profissionais relataram participar de capacitações em imunização (48,5%) e receber atualizações temáticas (70,4%). Os resultados indicam que a equipe de enfermagem reconhece a importância da organização da sala de vacinação para a conservação dos imunobiológicos. No entanto, foram evidenciadas fragilidades associadas à estrutura física e aos processos de trabalho nas salas de vacinação brasileiras, o que impacta a melhoria do processo vacinal.

REDE EXTRAORDINÁRIO E RARO

Joyce Loyola de Oliveira

Fundada há sete anos e ativa nas redes de comunicação social e visual há dois anos, a Rede Extraordinário e Raro tem ganhado espaço e alcance populacional. Criada com o propósito de acolher, conscientizar e tornar a luta pela inclusão mais assertiva, a rede atua como um multiplicador de

informações sobre a equidade de direitos para pessoas com deficiência e doenças raras. Aborda essas pautas com firmeza, contribuindo para soluções concretas. As questões são investigadas de forma itinerante, por meio de eventos inclusivos, rodas de conversa e palestras em diversos segmentos. Esses eventos destacam situações em que a inclusão não está de acordo com a Constituição Federal, a Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, trazendo clareza sobre o que é deficiência e apontando as falhas de uma sociedade que não oferece a essas famílias o mínimo de qualidade de vida necessária para seu cuidado e manutenção. A rede busca garantir que todos os cidadãos com deficiência e suas famílias atípicas tenham conhecimento de seus direitos e saibam como garanti-los de maneira justa, abrangendo áreas como saúde, educação, lazer, arte e cultura. No entanto, há uma necessidade urgente de atualizar todas as políticas inclusivas, a fim de reduzir os danos e impactos significativos na sociedade. O Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta um déficit, especialmente na área de saúde mental, onde os cuidados são oferecidos apenas para casos graves e não de forma contínua, como essas pessoas necessitam. Na educação, há uma carência na gestão e planejamento para atender às demandas existentes, com a necessidade de professores qualificados e materiais pedagógicos de qualidade. A acessibilidade também enfrenta desafios, atendendo muitas vezes apenas a um tipo de deficiência, embora existam diversas necessidades. Só alcançaremos uma sociedade verdadeiramente inclusiva quando houver ações efetivas que gerem resultados significativos. Dimensionar, planejar e desenvolver ações conjuntas para essas pessoas com deficiência e suas famílias é essencial para garantir um futuro próximo em que a equidade de direitos seja vivenciada. No âmbito da saúde masculina, a campanha “Novembro Azul” é uma ação promovida no município de Santa Quitéria, Ceará, com foco na saúde do homem.

SAÚDE É COISA DE HOMEM! NOVEMBRO AZUL, AÇÃO DE SAÚDE DO HOMEM REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA - CEARÁ

Francisco Eudes da Silva Lô

Vivemos em uma sociedade onde falar sobre a saúde do homem ainda é visto como um “tabu”. Isso tem suas raízes na história da sociedade brasileira, no patriarcado e na divisão social de papéis. Assim, é comum encontrarmos discursos como “homem não pode chorar” ou “ir ao médico é procurar doença”. Essas ideias permeiam o imaginário social e influenciam diretamente a população masculina na busca pelos serviços de saúde, o que pode resultar na falta de identificação precoce do câncer de próstata e de outras doenças que afetam essa população. Nesse contexto, a equipe de residentes em saúde da família e comunidade, em parceria com a equipe da Estratégia Saúde da Família, organizou uma semana de ações voltadas à saúde do homem em novembro de 2023. O objetivo foi sensibilizar a sociedade civil, especialmente a população masculina, sobre a importância do cuidado com a saúde e da identificação precoce do câncer de próstata. Para realizar a ação, foi feita uma busca ativa no território adscrito da unidade de saúde, em conjunto com agentes

comunitários de saúde e agentes de endemias. Foram estabelecidas parcerias com a Secretaria de Esporte do município, enviados convites para representantes das repartições públicas, e convidadas autoridades políticas locais. A ação ocorreu no dia 28 de novembro de 2023, das 8h às 11h, no ginásio poliesportivo da cidade. A programação incluiu a composição de uma mesa solene com profissionais de saúde, como o médico da UBS, um representante do programa de residência e um representante da política de saúde. Após as falas de abertura, foi ministrada uma palestra com o tema “Saúde é coisa de homem!” sobre o Novembro Azul e a prevenção do câncer de próstata. Em seguida, houve o sorteio de brindes e um lanche para os participantes. A ação evidenciou a realidade apontada pelos agentes de saúde: a baixa adesão da população masculina na procura por serviços de saúde, devido ao preconceito relacionado ao exame de próstata, o que resulta na falta de identificação precoce de doenças e no atraso no acompanhamento preventivo. Também ficou clara a necessidade de um trabalho contínuo com essa população, não restrito ao mês de novembro. A iniciativa destacou a importância da contratação de mais especialistas e do desenvolvimento de atividades educativas nas escolas para desmistificar estereótipos e ideias machistas. No geral, a ação contou com uma participação satisfatória.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO TRANSPORTE DE IMUNOBIOLOGICOS NO BRASIL

Ana Luíza Karter, Thayane Ingrid Xavier de Andrade, Gabriela Gonçalves Amaral,
Laura Martins e Silva, Ilda Conceição de Araújo, Júlia Moreira Martins da Silva,
Eliete Albano de Azevedo Guimarães, Selma Maria da Fonseca Viegas, Valéria Conceição de Oliveira

Os imunobiológicos requerem condições específicas de temperatura e armazenamento durante o transporte entre as instâncias da cadeia de frio para garantir sua qualidade e eficácia. No entanto, falhas nesse transporte foram identificadas em diferentes países, configurando uma prática de risco à qualidade desses produtos. O estudo teve como objetivo compreender os desafios e as potencialidades no transporte de imunobiológicos nas diferentes regiões brasileiras. Trata-se de um estudo de casos múltiplos holístico-qualitativo, alinhado com as diretrizes do Programa Nacional de Imunização e normativas específicas para o transporte de medicamentos termolábeis e biológicos. Os casos foram definidos pelas regiões brasileiras Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O estudo contou com a participação de 42 trabalhadores de diferentes níveis da cadeia de frio. Foram utilizados para a coleta de dados entrevistas abertas guiadas por formulário semiestruturado, análise de documentos e fotos enviadas pelos participantes, além de duas visitas técnicas realizadas em municípios das regiões Sudeste e Nordeste. Realizou-se análise de conteúdo na modalidade temática, proposta por Bardin. O estudo obteve aprovação dos Comitês de Ética em Pesquisa (pareceres n.º 4.610.079, n.º 4.747.228 e n.º 4.812.197). Os resultados apresentam tanto as potências quanto os desafios no transporte entre as instâncias da cadeia. Dentre as potências, destacam-se a disponibilidade de veículos exclusivos para transporte; cuidados específicos com o transporte de imunobiológicos, como a utilização de dataloggers, carros climatizados e profissionais capacitados; além do preparo adequado das caixas térmicas. Os desafios, por

sua vez, são significativos, principalmente devido à extensão territorial do Brasil e suas características geográficas diversas. As longas distâncias entre as diferentes instâncias da cadeia de distribuição, aliadas às condições precárias das estradas, dificultam o transporte eficiente e seguro dos imunobiológicos. Além disso, a sazonalidade, as variações climáticas e a indisponibilidade de veículos podem impactar a viabilidade da entrega em determinadas regiões. Ademais, a utilização do transporte de imunobiológicos compartilhado com outras finalidades, como o transporte de pacientes, é um desafio enfrentado por diversos municípios do Brasil. Torna-se essencial elaborar estratégias para mitigar esses desafios, como o apoio e a conscientização dos gestores sobre a importância do transporte adequado para a manutenção da cadeia de frio de imunobiológicos, bem como o investimento em infraestrutura e logística.

RELATO DE EXPERIÊNCIA – INTERVENÇÃO EDUCATIVA EM RODA DE CONVERSA, NUMA ESCOLA DO ENSINO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA CEARÁ

Francisco Eudes da Silva Lô, Francisca Vasconcelos Alves

O respectivo trabalho foi desenvolvido em uma escola do município de Santa Quitéria, Ceará, como parte de um conjunto de ações realizadas na rede de ensino local em parceria com o programa de residência multiprofissional em saúde. O objetivo foi fomentar diálogos e sensibilizar a sociedade civil sobre a violência doméstica, compreendendo a educação como uma política essencial para o desenvolvimento humano e uma estratégia fundamental na prevenção e combate à violência contra a mulher. Além disso, o trabalho destacou a importância da rede intersetorial de apoio no acolhimento de mulheres vítimas de violência, promovendo a efetivação de seus direitos sociais. A metodologia da ação foi baseada em um planejamento estratégico mensal elaborado pelos residentes em saúde que atuam no município. O público-alvo incluiu adolescentes de 12 a 14 anos e grupos do EJA (Educação de Jovens e Adultos). A sistematização envolveu a apresentação do poema “Hoje Recebi Flores”, de autoria desconhecida, que retrata o ciclo da violência doméstica. A leitura foi realizada por uma participante, seguida da explanação do tema a partir da realidade local, destacando as formas sutis e disfarçadas de violência que ocorrem em relações íntimas. Posteriormente, foi exibido um vídeo dramatizando o poema para reforçar a mensagem. Os resultados demonstraram que os encontros com os estudantes foram exitosos, gerando reflexões importantes sobre como a violência doméstica afeta a saúde dos dependentes das vítimas. O debate revelou que o tema não é apenas uma questão social, mas também um problema de saúde pública. Os participantes mencionaram exemplos do cotidiano, como o ciúme excessivo de namorados, o cerceamento da liberdade e autonomia, e a influência da cultura patriarcal ainda presente na cidade. A ação teve boa adesão da comunidade escolar, estimulando discussões sobre a importância da rede de prevenção e combate à violência doméstica. No entanto, também revelou a fragilidade do trabalho intersetorial e a necessidade de abordar esse tema de forma contínua nas escolas. Além disso, destacou-se a urgência da implantação de centros especializados no combate à violência doméstica no município.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDADO ÀS MULHERES COM SÍNDROME HIPERTENSIVA NO PRÉ-NATAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Geralda Beatriz Rodrigues Barbalho, Dannyelly Santos Franco de Assis

A pré-eclâmpsia tem um impacto negativo significativo nos indicadores de saúde materna e infantil. Nesse contexto, torna-se evidente a importância da atuação do enfermeiro dentro da equipe multidisciplinar, assegurando uma assistência adequada e eficaz às gestantes que enfrentam essa complicação. O objetivo deste estudo é destacar o papel da Enfermagem no cuidado às mulheres com pré-eclâmpsia durante o pré-natal. A metodologia adotada foi uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados BVS, SCOPUS, SCIELO, EMBASE e CINAHL, utilizando os descritores: pré-natal, enfermagem e pré-eclâmpsia, no período de outubro a novembro de 2022, com a aplicação de critérios de inclusão e exclusão. Os resultados e a discussão foram organizados em três categorias, com base na análise de 11 artigos selecionados: I) Cuidados assistenciais de Enfermagem às mulheres com pré-eclâmpsia; II) Papel do enfermeiro na educação em saúde para gestantes com pré-eclâmpsia; III) Desafios e caminhos no cuidado pré-natal para mulheres com pré-eclâmpsia. As considerações finais destacam a relevância do papel da Enfermagem no contexto do pré-natal, por meio da gestão do cuidado e da promoção da educação em saúde, além de apontar a necessidade de melhorias e o fortalecimento das práticas de Enfermagem.

A GENTE ORIENTA DE TUDO: POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NO COTIDIANO DOS PROFISSIONAIS DE ENDEMIAS EM MANICORÉ (AM)

Alexsandro Felix de Oliveira, Maria Adriana Moreira, Paulo Robson Oliveira de Macedo, Roberto Bentes Rodrigues, Marcondes Ferreira Brasil, Erivan Souza da Costa

As práticas de saúde desempenham um papel fundamental nas ações de vigilância em saúde no território, revelando elementos de vigilância e educação popular em saúde, especialmente nas interações de diálogo entre os profissionais de endemias e os moradores durante as visitas domiciliares. O objetivo deste trabalho é relatar as vivências e práticas educativas realizadas pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e microscopistas, focadas na prevenção e controle de doenças. A metodologia descreve o desenvolvimento das práticas educativas no cotidiano de trabalho dos ACEs e microscopistas, tanto na área urbana quanto na rural, por meio de práticas que dialogam com os saberes que circulam na comunidade e promovem a vigilância popular em saúde. Foram formuladas três perguntas norteadoras, apresentadas aos profissionais em uma roda de conversa sobre suas atividades educativas durante as visitas domiciliares, contando com a participação de oito ACEs e um microscopista. Os resultados revelaram que, entre 2021 e 2023, as visitas domiciliares atingiram

mais de 90% dos ciclos de dengue, superando o preconizado de 80%. O Levantamento Rápido de Índice de Infestação (LIRAA) indicou risco de médio a baixo, e em 2023 foram notificados 103 casos de dengue, com apenas 13 confirmações, classificando o município como de baixa incidência para a doença. As práticas educativas abrangem temas como a prevenção de doenças transmitidas pelo mosquito Aedes, descarte de lixo, contaminação da água, feridas de leishmaniose, vacinação de cães e gatos, “fumacê” nos bairros, malária, criadouros de mosquito e venenos utilizados pela “funasa”. Quando questionados sobre a preparação para orientar os moradores, alguns profissionais relataram pesquisar palavras-chave, como “proliferação”, enquanto a maioria se baseia em suas experiências. O diálogo é a principal ferramenta: “sempre chamamos o morador para ver as larvas e as pupas na água parada, fazendo medo, dizendo que já é o mosquito da dengue que vai nascer.” O conhecimento compartilhado provém de anos de prática, cursos, internet, palestras nas escolas e conversas com os moradores, que aprendem principalmente com os ACEs. Um exemplo citado é a importância da limpeza das caixas d’água e a identificação das larvas do mosquito. Nas considerações finais, destaca-se que as práticas educativas têm como foco a adesão dos moradores às ações coletivas de prevenção e promoção da saúde. A educação popular, protagonizada pelos agentes e microscopistas de Manicoré, busca sensibilizar e mobilizar a comunidade, ressaltando a importância do papel ativo dos moradores no combate às doenças no território.

O CUIDADO AO LUTO NA PERSPECTIVA DE MÉDICOS/AS E USUÁRIOS VINCULADOS AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM FLORIANÓPOLIS (SC)

Matheus Leoni Dultra Brasil, Carlos Alberto Severo Garcia Junior

Embora o luto seja considerado uma resposta natural diante de uma perda, em alguns contextos essa circunstância pode desencadear um sofrimento agravado. A perspectiva hegemônica atual frequentemente patologiza e medicaliza o luto, o que pode resultar em iatrogenia. Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental no cuidado ao luto no Brasil. Apesar dos desafios enfrentados na prática da APS, ela possui o potencial de promover um cuidado integrado que aborde as complexidades do luto por meio de uma abordagem psicossocial, em vez de uma exclusivamente farmacológica. O objetivo geral deste estudo é analisar o cuidado oferecido às pessoas em luto na perspectiva de médicos(as) e usuários dos serviços de APS em Florianópolis (SC). A metodologia adotada será qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com médicos(as) e usuários vinculados à APS do município, focando no cuidado ao luto oferecido nas Unidades Básicas de Saúde. A seleção dos participantes ocorrerá por meio de um método misto, que combina a seleção direta baseada em critérios de inclusão e exclusão com o método “bola de neve”. A análise dos dados será realizada utilizando a abordagem de análise de conteúdo. Espera-se que este estudo amplie a compreensão das lacunas e potencialidades no cuidado ao luto na APS de Florianópolis. Os resultados esperados incluem o mapeamento das práticas médicas vigentes na atenção básica voltadas para o

cuidado das pessoas em luto, a compreensão dos processos de trabalho na APS e sua influência nesse cuidado, a análise da medicalização do luto na Atenção Primária, a revelação das dinâmicas da relação médico-usuário, e a elucidação das percepções e experiências dos usuários em relação às intervenções médicas no contexto do luto.

EXPERIÊNCIA TRAZIDA DO PROJETO DE EXTENSÃO: A DOR ENQUANTO FENÔMENO SOCIOCULTURAL; SIGNIFICADO, VIVÊNCIAS E SABERES EM UMA COMUNIDADE INDÍGENA NO PARANÁ

Talytah Thaís Costa Guarche

A educação superior no Brasil historicamente tem como foco a formação técnico-científica eurocêntrica, frequentemente desconsiderando a importância das experiências de troca e escuta ativa que os profissionais precisarão exercer em suas trajetórias no território nacional. Essa abordagem acaba silenciando populações tradicionais, gerando violência e preconceitos, e dificultando a formulação de políticas que possam romper esse ciclo. Este projeto, realizado no âmbito da extensão institucional eixo Saúde e Sociedade, foi desenvolvido para promover o contato entre estudantes de graduação das áreas humanas e da saúde e a população indígena Kaingang do Território Indígena Apucarantina, no Paraná. A intenção era que, por meio desse contato dialógico, surgissem linhas de desterritorialização que contribuíssem para a construção de novos saberes e trajetórias. O objetivo inicial do projeto era compreender a organização social e as manifestações culturais do povo Kaingang, com foco nos sentidos atribuídos ao fenômeno da dor, suas percepções e formas de enfrentamento. A primeira etapa do projeto envolveu a apropriação, em sala de aula, de conhecimentos sobre os povos originários no Brasil, incluindo sua história e situação atual. Com base nesse aprendizado, os estudantes participaram de rodas de conversa para refletir sobre suas percepções antes e depois de receberem essas informações. Em seguida, foi proposto um debate sobre o tema da “Dor”, levando em consideração os horizontes de conhecimento dos próprios estudantes e as repercussões sociais e terapêuticas desse fenômeno. Os estudantes foram organizados em grupos interdisciplinares, com a exigência de que cada grupo tivesse representantes de diferentes cursos, e juntos participaram das atividades propostas, incluindo visitas ao território Kaingang. Os instrumentos de campo incluíram um roteiro de entrevista semiestruturada sobre dor e um diário de campo individual. Os encontros aconteceram em um espaço aberto no pátio comum da escola de ensino médio bilíngue, sem portas, paredes ou chaves, propiciando um ambiente onde os saberes pudessem fluir livremente. Inicialmente, o estranhamento mútuo e a timidez marcaram as interações, mas com o tempo, os sorrisos, as conversas gesticuladas e os olhares em busca do tradutor transformaram a dinâmica. Ao final dos quatro meses, as entrevistas foram realizadas, e os diários entregues em cópias, enquanto os estudantes guardaram os originais. Em meio a dias de sol, chuva, frio e calor, os encontros foram abençoados pelas tradições de Kairu e Kame. As expectativas iniciais deram lugar a uma realidade calma e empática, desnudando o olhar do outro e produzindo novas potências de vida. A dor, embora tema central, tornou-se secundária,

com dados importantes coletados que serão analisados posteriormente. Quando chegou o momento de pensar em uma ação final, a sugestão foi celebrar: “Professora, que tal uma festa?”. A proposta foi recebida com entusiasmo tanto pelos estudantes quanto pelos Kaingangs, e a celebração aconteceu com danças, comidas, bebidas, música e alegria compartilhada. A extensão foi repleta de desafios, que vão além do que pode ser descrito em palavras. Colocar estudantes de uma instituição particular em um projeto tão ousado quebrou diversas barreiras, e ainda há muitas a serem transpostas. No entanto, as linhas de fuga começaram a acontecer, e novos estudantes já estão no caminho. Que esses “Fabricantes-de-interiores-em-revolta” possam transformar o mundo.

SABERES ANCESTRAIS E FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE FONOAUDIOLOGIA E MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: AMPLIANDO AS PERSPECTIVAS DO CUIDADO A PARTIR DE UMA “OFICINA DE ERVAS” COM MESTRA JAPIRA PATAXÓ

Fabício Donizete da Costa, Sérgio Resende de Carvalho, Gustavo Tenório Cunha,
Rafael Afonso da Silva, Juliana Luporini do Nascimento

As insurgências decoloniais no espaço acadêmico têm destacado a necessidade de uma refundação pluriétnica e pluriepistêmica dos currículos. No contexto brasileiro, a incorporação das epistemes afroconfluentes e indígenas é essencial. No campo da formação de profissionais de saúde, essa discussão ainda é incipiente, embora experiências emergentes possam oferecer pistas valiosas para impulsionar práticas e processos nessa direção. Este trabalho relata uma experiência pedagógica inovadora nesse contexto. O objetivo é apresentar e discutir uma vivência educativa com alunos de medicina e fonoaudiologia do primeiro ano, que participaram de uma oficina sobre ervas medicinais conduzida por Mestra Japira Pataxó. A experiência foi organizada de maneira ativa, alinhando a agenda de Mestra Japira na universidade visitante com a programação didática da disciplina “Ações de Saúde Pública”, promovendo um desvio enriquecedor das atividades originalmente previstas. No horário da aula, os alunos foram convidados a participar da oficina, conduzida pela Mestra Japira Pataxó, pajé da aldeia “Novos Guerreiros” próxima a Porto Seguro (BA) e professora convidada da UFBA pelos próximos dois anos. Discussões em grupo foram realizadas antes, durante e após a oficina, para captar as ressonâncias da experiência nos estudantes. Os resultados mostraram que a vivência problematizou, junto aos alunos, a formação em saúde ao destacar os saberes indígenas, historicamente alvo de epistemicídio e negligência nas universidades brasileiras. O encontro com Mestra Japira Pataxó abriu espaço para reflexões sobre a importância de incluir os saberes indígenas nas práticas de cuidado, evidenciando uma abordagem holística e comunitária. Na cosmovisão ameríndia, o cuidado não é individualista ou fragmentado, mas integra o bem-estar da comunidade, dos parentes, das matas e de todas as formas de vida, incluindo plantas, animais e espíritos da floresta. A experiência também permitiu problematizar os impactos de eventos necropolíticos, como as invasões de terras indígenas por fazendeiros, garimpeiros e empresários

do setor hoteleiro e imobiliário, na saúde dos povos originários. Concluímos que o cuidado deve ser um tema central na formação de profissionais da saúde. O reconhecimento dos saberes originários tem o potencial de influenciar positivamente as práticas de cuidado dos estudantes e promover uma integração mais significativa dos estudantes indígenas na universidade. O encontro com Mestra Japira e a interação dos alunos com o campus foram uma aposta dos professores na promoção de práticas de cuidado de si e do outro, que transcendem uma formação monocultural e monoepistêmica.

A DEPRESSÃO E SUA DIMENSÃO SOCIAL: INTERFACES COM O SOFRIMENTO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL

Tainara Corin da Silveira, Fernanda Nunes da Rosa Mangini

O presente trabalho tem como objetivo compreender a relação entre o transtorno da depressão, o sofrimento social, as expressões da questão social e a atuação do Assistente Social. A depressão, frequentemente tratada pelo modelo biomédico como um transtorno exclusivamente biológico, tende a encobrir aspectos sociais e políticos que também influenciam a saúde mental dos indivíduos. Por isso, o estudo propõe uma abordagem despatologizante do transtorno, analisando a depressão para além dos aspectos orgânicos e reconhecendo-a como um fenômeno multidimensional e uma expressão do sofrimento social em sociedades capitalistas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica que inclui livros e artigos sobre o tema, e com base no método crítico-dialético, o trabalho busca caracterizar os sofrimentos vivenciados pelas classes trabalhadoras e as dimensões sociais encobertas por esses sofrimentos. A depressão, presente desde a Antiguidade, já recebeu diversas explicações, de fenômenos naturais a castigos divinos. Na contemporaneidade, a explicação hegemônica associa o transtorno à falta de componentes químicos no cérebro e a gatilhos específicos. No entanto, foi a partir da década de 1970, durante uma crise do capital, que a palavra “depressão” se disseminou, acompanhada por um aumento significativo nos diagnósticos, ao ponto de ser considerada o “mal do século XXI”. Esse crescimento dos diagnósticos levanta a hipótese de uma ligação entre a depressão e a sociedade capitalista tardia, marcada pelo consumo, a ideologia da felicidade e a obsessão pela produtividade. O trabalho busca entender a dimensão social da depressão, que envolve relações de dominação, exploração e questões de classe, raça e etnia em uma sociedade opressora que individualiza os problemas e leva a adoecimentos em massa. Conclui-se que é crucial debater a depressão no arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social, dada a crescente presença de usuários com esse transtorno nos serviços de assistência. O fenômeno da medicalização da vida está intimamente ligado ao mundo do trabalho e à cultura da produtividade. Ademais, é necessário aprofundar a relação entre os aspectos específicos da saúde mental e a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, pois isso revela a apropriação da teoria pela prática profissional. O Assistente Social pode desempenhar um papel importante na identificação dos tipos de sofrimento social presentes na população, relacionando-os às expressões da questão social e propondo intervenções que considerem essas dimensões estruturais.

PROJETO NISE DA SILVEIRA – OFICINA DE ARTE

Julia Zago de Barros, Fábio Pereira Martins, Ana Laura Bizzi, Larissa Hikari Takahama,
Lara da Costa Toneto, Diogo de Menezes Lopes, Alba Tereza do Prado Veppo Prolla

O projeto de extensão “Projeto Nise da Silveira – Oficina de Arte” promove a Atenção Integral e a Promoção à Saúde de pacientes internados na Unidade Madre Madalena do Hospital Casa de Saúde, por meio de oficinas terapêuticas desenvolvidas por acadêmicos de Medicina da Liga Acadêmica de Psiquiatria da Universidade Franciscana (LAPSIQUE). Fundamenta-se na importância de estimular o desenvolvimento cognitivo, comportamental e social desses pacientes, visando sua reintegração na sociedade, além de fomentar a aproximação da comunidade acadêmica da área médica com iniciativas voltadas à saúde mental e social. O projeto oferece oficinas de desenho e pintura na Unidade Psiquiátrica Madre Madalena, criando um ambiente que integra a assistência médica com o cuidado psicossocial. Essas atividades terapêuticas proporcionam uma forma de expressão psíquica por meio da arte, auxiliando na reabilitação psicossocial dos pacientes ao envolvê-los em práticas artísticas e artesanais, promovendo acesso aos meios de comunicação e fortalecendo sua inclusão. Espera-se que o projeto traga resultados significativos, como a melhoria do bem-estar psicológico, redução do estresse e ansiedade, e fortalecimento das habilidades sociais e emocionais dos participantes. As oficinas terapêuticas oferecem um espaço para a expressão criativa de emoções e experiências, contribuindo para a autoestima e autoconhecimento dos pacientes. Além disso, visam facilitar a reintegração social, criando oportunidades de convivência e interação que ajudam a combater o estigma associado aos transtornos mentais, promovendo a aceitação e inclusão social. Para a comunidade acadêmica, o projeto busca despertar o interesse pela saúde mental e pela arte como ferramenta terapêutica, cultivando empatia, sensibilidade e uma compreensão mais profunda das manifestações psicopatológicas. Participantes serão incentivados a refletir sobre a relação entre transtornos mentais e criatividade, explorando abordagens terapêuticas que integrem intervenções médicas e artísticas. O projeto também reforça a conexão entre ensino, pesquisa e extensão, engajando futuros médicos em ações sociais e de promoção à saúde mental além do ambiente tradicional de aprendizagem.

PROMOVENDO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM TURMAS PRÉ-ESCOLARES

Raíza Zacarias Costa, Julee Stephani Gomes Alves

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) abrange ações destinadas a promover mudanças positivas na relação das pessoas com os alimentos, com características intersetoriais que se adaptam às necessidades dos diversos cenários de prática, possibilitando a integração de temas relacionados à alimentação e nutrição nas escolas. Diante do crescente consumo de alimentos industrializados

e embutidos, combinado com a redução do consumo de opções mais saudáveis, o que contribui para o aumento de casos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, é essencial implementar ações educativas que incentivem hábitos alimentares saudáveis. O período da educação infantil, que abrange creche e pré-escola, é crucial para o desenvolvimento de múltiplos aspectos humanos, e um conjunto de ações dirigidas a esse público favorece a promoção de práticas alimentares saudáveis e adequadas. O objetivo desta iniciativa é estimular o consumo de alimentos in natura e reduzir a ingestão de alimentos ultraprocessados, utilizando recursos lúdicos e uma linguagem simples que incentive a construção de uma relação saudável com a comida desde a infância. Este relato de experiência refere-se às atividades de EAN realizadas durante um estágio supervisionado de Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Nutrição (FANUT) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre agosto e outubro de 2022. As ações ocorreram de forma presencial em quatro escolas, às quintas-feiras, no período matutino, com crianças de 1 a 6 anos. Diversos recursos educativos foram aplicados, como contação de histórias, palitoches, alimentos e preparações culinárias. As acadêmicas de nutrição, sob a supervisão da nutricionista responsável e preceptora de estágio, coordenaram todas as etapas, desde o planejamento até a execução das atividades. Os resultados demonstraram que os métodos utilizados geraram mudanças positivas nos hábitos alimentares e no comportamento das crianças. A aplicação de recursos lúdicos despertou o interesse e a curiosidade dos pequenos, que se mostraram receptivos e entusiasmados para experimentar novos alimentos, além de desenvolverem uma preferência crescente por opções mais saudáveis. As crianças começaram a associar a alimentação a momentos de prazer, descoberta e aprendizado, ao invés de apenas saciar a fome. Conclui-se que essa experiência destaca a importância de intervenções educativas na primeira infância para promover hábitos alimentares saudáveis. A utilização de recursos lúdicos e uma linguagem acessível revelou-se uma estratégia eficaz e gratificante, deixando um legado de conscientização e bem-estar nutricional entre as crianças atendidas.

ENTRE ROTAS E ROTINAS: INVESTIGANDO A INFLUÊNCIA DO TRABALHO NA SAÚDE DOS CAMINHONEIROS

Marcela Passos Ribeiro, Suelen Andressa de Oliveira Lopes

O artigo em questão tem como objetivo explorar a complexa relação entre o trabalho dos caminhoneiros e carreteiros e os impactos em suas saúdes física e mental. A pesquisa, realizada sob a forma de um estudo bibliográfico de revisão de literatura, está estruturada em quatro seções distintas. A introdução envolve o leitor no tema, ressaltando a importância de compreender a influência das condições de trabalho na saúde dos caminhoneiros. Nesse ponto, destaca-se a relevância desse grupo profissional para a economia e a sociedade, estabelecendo o contexto da investigação. A fundamentação teórica se desdobra em duas partes principais. A primeira, intitulada “A Vida por trás do volante: perfil e contribuição dos caminhoneiros na dinâmica econômica e social”, explora a vida

cotidiana desses profissionais, analisando seu papel fundamental na movimentação econômica e sua contribuição para a dinâmica social. Isso possibilita uma compreensão mais aprofundada do contexto em que os caminhoneiros atuam. A segunda parte, “Bem-estar ou a falta dele em movimento: saúde dos trabalhadores nas estradas”, aborda as questões de saúde enfrentadas por esses profissionais, incluindo longas jornadas de trabalho, condições precárias das estradas e a falta de acesso adequado a cuidados médicos. Essa análise destaca a importância de abordar os problemas de saúde que permeiam a vida desses trabalhadores. Na seção final, intitulada “Considerações finais”, a revisão bibliográfica é sintetizada, ressaltando a necessidade de implementar medidas para melhorar o bem-estar dos caminhoneiros. São propostas possíveis direções para futuras pesquisas e intervenções práticas, sublinhando a relevância do tema e a urgência de ações efetivas.

IMPORTÂNCIA DE UMA ABORDAGEM ACOLHEDORA EM ATENDIMENTO SOBRE DIREITOS SEXUAIS DE PESSOAS COM ÚTERO

Andrielli dos Santos

O objetivo deste trabalho é propor uma reflexão sobre as diferentes formas de expressão da sexualidade. Discutir sexualidade se entrelaça diretamente com fatores sociológicos, científicos e políticos. Com a descaracterização do ato sexual como exclusivamente reprodutivo, um contexto em que a sexualidade feminina era secundarizada – ideia perpetuada por instituições como a igreja –, mulheres e pessoas com útero passaram a ter maior liberdade sobre seus corpos. A vivência saudável do prazer e da sexualidade feminina, sem estigmas sociais, é fortalecida pelo conhecimento de si mesmas e de suas preferências. As ações de saúde reprodutiva e sexual, que frequentemente se concentram no ciclo gravídico-puerperal e em cuidados reprodutivos, têm grande potencial para promover o empoderamento feminino. Isso pode se dar por meio do aconselhamento sobre métodos contraceptivos ou orientações para a concepção, entre outros temas que permeiam a vida sexual. Durante os atendimentos, é fundamental que os profissionais valorizem as singularidades de cada indivíduo, garantindo que as pessoas se sintam confortáveis e tenham sua autonomia respeitada. Para isso, os profissionais devem adotar as melhores práticas baseadas em fundamentos sólidos, reconhecendo que a sexualidade transcende conceitos como dicotomia de gênero, heteronormatividade, raça/etnia e classe social. Nesse contexto, enfermeiros, médicos e outros profissionais devem informar e empoderar seus pacientes, garantindo que suas escolhas sejam respeitadas, livres de vieses, crenças ou julgamentos. O debate crescente sobre a sexualidade, sem reproduzir preconceitos e discriminações, é necessário para provocar questionamentos sobre a vivência da sexualidade. Sem confrontar essas concepções estabelecidas, não será possível questionar os dogmas profundamente enraizados na sociedade.

VIVÊNCIA DE UMA ODONTÓLOGA DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE DA FAMÍLIA COM ÊNFASE NA SAÚDE DA POPULAÇÃO DO CAMPO NA FARMÁCIA VIVA NO DISTRITO FEDERAL (DF): UMA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Anália Amanda Calacia de Sousa, Francilene Menezes dos Santos

Esta sistematização tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por uma odontóloga residente do Programa de Residência Multiprofissional da Fundação Oswaldo Cruz, durante o estágio estratégico realizado no Núcleo de Farmácia Viva, localizado na cidade de Riacho Fundo I, no Distrito Federal, em setembro de 2022. O estágio foi realizado por meio da Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase em Saúde da População de Campo. O relato abrange a vivência durante esse estágio estratégico, que envolveu atividades como o cultivo e manejo de plantas, a colheita, a produção de material técnico, a manipulação do horto, a produção de mudas, a secagem, a estratificação de tinturas medicinais para a produção de fitoterápicos e o acompanhamento de toda a cadeia produtiva. Durante o período do estágio, foram feitos registros detalhados em formulários específicos, conforme o método de Mariluz Morgan, com o objetivo de viabilizar a sistematização da experiência de forma rigorosa e detalhada. A sistematização desta experiência é de extrema importância, pois contribui para a disseminação do conhecimento sobre a existência, o uso, as indicações e os benefícios dos fitoterápicos. Além de serem mais acessíveis financeiramente, os fitoterápicos apresentam menos efeitos colaterais, possibilitam tratamentos individualizados, não causam dependência e têm matéria-prima de fácil obtenção. Além disso, eles são oferecidos como prática integrativa e complementar no Sistema Único de Saúde (SUS).

GRUPOS FOCAIS ON-LINE: UMA FERRAMENTA PARA COMPREENDER A EXPERIÊNCIA SOCIAL DE POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, COM ENFOQUE NAS PESSOAS LGBTQIAPN+

João Batista de Oliveira Junior, Stephany Yolanda Ril,
Virgínia de Menezes Portes, Rodrigo Otávio Moretti-Pires

Este resumo explora a eficácia dos Grupos Focais Online (GFO) como uma abordagem qualitativa para compreender as necessidades de saúde de populações em situação de vulnerabilidade, com ênfase nas pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias). A partir da experiência de pesquisas acadêmicas realizadas no âmbito de um mestrado (uma dissertação) e de um doutorado (duas teses) no Programa de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), envolvendo pessoas trans e

membros da população LGBTQIAPN+ que exercem parentalidade, o uso dos GFOs se mostrou um instrumento valioso para acessar essas populações frequentemente consideradas “de difícil acesso”. O desenvolvimento do trabalho destaca a vulnerabilidade das populações LGBTQIAPN+ à marginalização e discriminação, resultante de padrões cisheteronormativos que prevalecem na sociedade. Tais normas excluem aqueles que não se encaixam nesses padrões, sujeitando-os a violência e preconceito. Como consequência, muitas pessoas evitam participar de pesquisas científicas por medo de exposição e discriminação, o que dificulta o acesso a esses grupos. Os GFOs surgem como uma solução eficaz para esses desafios, facilitando a participação de pessoas de diferentes localidades, ampliando a representatividade de grupos marginalizados e garantindo o anonimato, o que é crucial para o estudo de populações invisibilizadas. Contudo, o acesso à internet e à tecnologia ainda representa um obstáculo para essa metodologia. Os resultados indicam que os GFOs são promissores para alcançar pessoas LGBTQIAPN+ e proporcionar um ambiente seguro e inclusivo para que compartilhem suas experiências. Os participantes sentiram-se à vontade para discutir temas sensíveis e íntimos em um espaço virtual, e a metodologia permitiu uma amostragem mais ampla e representativa, enriquecendo a compreensão das vivências dentro da diversidade LGBTQIAPN+. A interação on-line também gerou uma sensação de solidariedade e apoio, criando uma rede de suporte virtual essencial para aqueles que enfrentam isolamento social ou carecem de recursos locais. Assim, os GFOs surgem como uma ferramenta valiosa para pesquisa e intervenção, possibilitando a coleta de dados qualitativos e o desenvolvimento de ações sensíveis às necessidades dessa população. Concluindo, os Grupos Focais Online representam uma abordagem promissora para acessar e entender as experiências das populações LGBTQIAPN+. Ao superar as barreiras tradicionais da pesquisa científica, esses métodos qualitativos oferecem resultados relevantes para fundamentar políticas e práticas de saúde que sejam inclusivas e sensíveis à diversidade populacional, especialmente no contexto brasileiro.

AS VIOLÊNCIAS NAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA: DILEMAS, PROBLEMAS E EFEITOS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CUIDADO

André Amorim Martins, Josiane Aparecida Elias D’Alessandro, Vitória Silva Martins

A violência envolve diversos fatores que compõem sua definição, e no contexto da gestão da saúde, um dos instrumentos mais relevantes para enfrentar o tema e desenvolver políticas públicas é a Ficha de Notificação de Violências e Agravos, de uso compulsório por profissionais de saúde, conforme diretrizes do Ministério da Saúde. Este estudo analisou, por meio de Grupos Focais, como as equipes de Estratégias de Saúde da Família (ESF) lidam com a questão da violência no dia a dia, investigando como gerenciam essas situações e os fatores que caracterizam e impactam o cuidado integral de saúde dos usuários e dos próprios servidores. A pesquisa de campo permitiu observar a diversidade das práticas realizadas pelas equipes de ESF no município estudado, incluindo a coleta de depoimentos que elucidam as violências enfrentadas e os fatores socioeconômicos que podem potencializar esses agravos. Foi constatado que, em

grande parte das comunidades atendidas, o tráfico de drogas, a criminalidade, o uso abusivo de álcool e outras drogas, a vulnerabilidade social e a falta de infraestrutura (como ruas sem pavimentação, falta de água e dificuldade de acesso ao transporte) são problemas recorrentes. Os resultados da pesquisa destacam a subnotificação de casos de violência, além de dilemas éticos relacionados ao preenchimento da Ficha de Notificação, questões que prejudicam significativamente o cuidado prestado pelas equipes. Portanto, a pesquisa aponta para a necessidade de capacitação das equipes de Estratégia de Saúde da Família, bem como uma melhor compreensão da intersetorialidade nas ações relacionadas à violência, a fim de promover um cuidado mais eficaz e integral.

MODELO TEÓRICO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Iara Veloso Oliveira Figueiredo, Wanessa Debôrtoli de Miranda,
Mônica Silva Monteiro de Castro, Gabriela Drummond Marques da Silva,
Helvécio Miranda Magalhaes Junior, Fausto Pereira dos Santos, Rômulo Paes-Sousa

A judicialização da saúde serve a diferentes propósitos e contextos, exercendo grande influência sobre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Para compreender um fenômeno tão complexo, é essencial utilizar um modelo teórico que analise a judicialização da saúde no Brasil. O modelo proposto permite identificar os fatores que contribuem para o aumento desse fenômeno e suas implicações. Ele se baseia no marco jurídico do direito à saúde estabelecido pela Constituição e pelas leis brasileiras, destacando as necessidades de saúde que permanecem insatisfeitas tanto pelo sistema público quanto pelo setor privado. O modelo aborda duas dimensões principais da judicialização. A Dimensão 1 foca nos interesses dos pacientes, das empresas de materiais e medicamentos, na influência dos médicos prescritores e na atuação dos escritórios de advocacia. Já a Dimensão 2 examina as dificuldades enfrentadas na gestão da saúde pública, incluindo o subfinanciamento do SUS e os interesses dos planos de saúde. O modelo também destaca algumas consequências da judicialização, como a efetivação do direito à saúde, o acesso desigual, o desequilíbrio na distribuição de competências entre os poderes executivo e judiciário, e a interferência negativa no planejamento e orçamento do SUS, uma vez que os limites econômicos nem sempre são considerados. Por um lado, a judicialização traz benefícios, como a garantia do direito à saúde e a melhoria do bem-estar dos cidadãos, por meio de ações judiciais que buscam superar barreiras de acessibilidade e assegurar os direitos dos pacientes. Nesse sentido, a judicialização pode ser entendida como uma extensão da participação cidadã e um reflexo do exercício da democracia. No entanto, ela também gera desigualdades de acesso, beneficiando aqueles que conseguem recorrer ao judiciário. Esses “bolsões de reivindicações” ocorrem entre dois grupos minoritários: aqueles que podem arcar com um advogado particular e os que têm acesso à assessoria jurídica gratuita, por meio da defensoria pública, do ministério público ou de advogados dativos. Alguns autores sugerem que a judicialização é frequentemente impulsionada por elites urbanas que buscam obter medicamentos de alto custo não previstos pelas políticas públicas. A judicialização das políticas de saúde ocorre em um limite delicado, onde o poder judiciário pode acabar usurpando competências do poder executivo. Ao

atender um mandado judicial que exige a prestação de um serviço de saúde não planejado, o SUS pode precisar realocar recursos originalmente destinados a outras políticas, gerando um impacto negativo no planejamento e orçamento. Isso pode levar a uma alocação desigual dos já limitados recursos da saúde, agravando as disparidades e comprometendo o equilíbrio do sistema.

REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DO CÂNCER NO BRASIL

Iara Veloso Oliveira Figueiredo, Mônica Silva Monteiro de Castro,
Fausto Pereira dos Santos, Rômulo Paes-Sousa

A judicialização da saúde é um fenômeno multifacetado que envolve os poderes da república, o sistema de justiça, o setor de saúde e a sociedade, trazendo à tona diversas problemáticas. Nos últimos anos, os pedidos de medicamentos têm se destacado entre as principais demandas da judicialização da saúde no Brasil, com especial atenção para as medicações oncológicas. O câncer, como uma das principais causas de mortalidade mundial, leva um número crescente de pessoas a buscar alternativas terapêuticas. Nesse contexto, os medicamentos oncológicos, que geralmente têm alto custo, representam um desafio significativo, onerando o orçamento do estado e impactando a gestão do SUS. Este estudo teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre a judicialização do câncer no Brasil, utilizando a metodologia de Revisão Integrativa. Foram realizadas buscas nas bases BVS, Google Acadêmico, SciELO e Oasis Br, resultando em 774 textos. Após a leitura dos resumos e a eliminação de duplicidades, 14 artigos foram selecionados por sua relevância ao tema. A maioria dos estudos (n=12) abordou a judicialização de medicamentos oncológicos, predominantemente sob a perspectiva da saúde pública (n=13). Os artigos discutiram 16 tópicos principais: organização da oncologia no SUS, sistema de saúde público e/ou suplementar, tipos de câncer judicializados, objetos da judicialização, medicamentos oncológicos, argumentos judiciais, legislação, jurisprudência, iniquidades, representação nas ações judiciais, prescrição médica, compra e/ou uso dos medicamentos pelo paciente, registro e incorporação de medicamentos, o caso da fosfoetanolamina, cumprimento de decisões judiciais, efeitos da judicialização e os valores envolvidos na judicialização em oncologia. A análise revelou que a judicialização do câncer é um fenômeno complexo, muitas vezes interligado à questão dos medicamentos oncológicos. Diversos aspectos foram discutidos na literatura, incluindo o uso de medicamentos, farmacovigilância, participação da indústria farmacêutica, serviços farmacêuticos, registros e incorporação de novas tecnologias, com destaque para o elevado custo dessas medicações. Estudos realizados em diferentes contextos geográficos identificaram padrões, como a predominância de pedidos relacionados a medicamentos específicos, mas também evidenciaram variações, como a representação legal predominante da Defensoria Pública em algumas regiões e, em outras, de advogados particulares, além de diferenças nas demandas por medicamentos. Poucos artigos exploraram a judicialização do câncer na perspectiva da saúde suplementar, o que pode ser explicado pelas diferenças orçamentárias e organizacionais entre os setores público e suplementar. A judicialização mais frequente no setor público pode estar relacionada a essas disparidades. Pesquisas

que aprofundem a análise dessas questões podem contribuir para a desjudicialização da saúde e o aprimoramento das políticas públicas, propondo soluções para mitigar os impactos financeiros e organizacionais na gestão da oncologia no SUS.

SAÚDE EM CENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PEÇA TEATRAL INFANTIL COMO ATIVIDADE DE PROMOÇÃO EM SAÚDE

Mylene Soares Frey, Carolina Dambrós dos Reis, Stéfanni Vargas Silveira, Jennifer Oliveira More, Bruno Félix Souza, João Pedro Ritter, Leila Juliana Antunes Riggo

As atividades lúdicas têm um impacto significativo nas crianças, abordando diversos assuntos de forma eficaz, pois elas se tornam multiplicadoras de informações, compartilhando conhecimentos com a família e amigos. Nesse contexto, foi planejada uma peça de teatro para disseminar informações sobre vacinação, higiene bucal e higiene corporal. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência da atividade desenvolvida com crianças de uma Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) pertencente ao território de uma Estratégia Saúde da Família (ESF) de um município do norte gaúcho. Durante a verificação das carteiras de vacinação das crianças dessa EMEI, no território da ESF de campo prático, identificou-se a necessidade de realizar uma atividade recreativa que promovesse a vacinação, visando aumentar a cobertura vacinal. Em reunião com os professores, também surgiu a demanda por abordar a higiene bucal e corporal. Foi, então, planejada uma apresentação teatral com fantoches, adaptada para crianças de 4 a 6 anos, com uma história simples e acessível. A trama apresentava Sarah, uma menina que resistia a praticar hábitos de higiene e cuja carteira de vacinação estava incompleta, pois não havia recebido vacinas. A equipe multiprofissional e os agentes comunitários de saúde participaram da organização e execução da atividade. Essa faixa etária foi escolhida por ser um período crucial para o desenvolvimento de habilidades intelectuais e sociais, e a abordagem instrutiva e divertida facilitou a assimilação e disseminação dos conhecimentos adquiridos. Os resultados mostraram uma excelente adesão da escola e a participação ativa das crianças, totalizando 280 alunos. A expectativa é que a atividade contribua para o aumento da cobertura vacinal, ajudando a combater o movimento antivacina e prevenindo o ressurgimento de doenças já erradicadas, como a paralisia infantil, além de reduzir a incidência de outras doenças, como influenza e hepatite B. Espera-se também que as informações sobre higiene bucal e corporal sejam assimiladas pelas crianças, incentivando novos hábitos tanto no ambiente familiar quanto no escolar. Conclui-se que atividades lúdicas são uma estratégia eficaz para aproximar as crianças dos profissionais e dos espaços de saúde, reduzindo medos e emoções negativas associadas a esses locais. Além de promover o cuidado com a saúde infantil, essas ações estimulam o autocuidado e o bem-estar, incentivando o compartilhamento de informações que contribuirão para o aprendizado contínuo sobre a própria saúde.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO E RECONHECIMENTO DE SINAIS E SINTOMAS DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriel Ferreira de Brito, Adriane Gama de Lima

O Acidente Vascular Encefálico (AVE) é uma condição amplamente prevalente e com impacto significativo na saúde pública global, figurando como uma das principais causas de incapacidade neurológica em adultos. Ele compromete diversas funções corporais, como controle motor, equilíbrio, mobilidade e função dos membros. A hipertensão arterial sistêmica é um dos fatores desencadeantes mais prevalentes entre pacientes com AVE. Ressalte-se que a hipertensão nem sempre apresenta sintomas, tornando a aferição regular da pressão arterial, ao menos uma vez ao ano, fundamental para a detecção precoce e, quando possível, para intervenções que não requerem medicamentos. O AVE é uma emergência médica que exige intervenções imediatas, sendo o tempo de atendimento decisivo para a sobrevivência e a minimização de sequelas neurológicas. O presente estudo tem uma abordagem qualitativa e relata a experiência vivenciada durante uma ação educativa realizada com colaboradores de uma instituição de ensino superior privada em Manaus/AM. A atividade foi promovida por um projeto da própria instituição, com o objetivo de promover a qualidade de vida de seus colaboradores. Durante as atividades, observou-se um interesse considerável pelo tema, refletido nas diversas perguntas feitas pelos participantes. Foi evidenciado que a maioria conhecia alguém que havia sofrido um AVE, o que não é surpreendente, considerando que o AVE é a segunda principal causa de morte no Brasil e a principal causa de incapacidade no mundo. De acordo com o Ministério da Saúde, a cada cinco minutos, um brasileiro morre devido a um AVC, totalizando mais de 100 mil mortes por ano. Nas considerações finais, destaca-se a importância de ações educativas em empresas privadas, uma vez que o horário de trabalho muitas vezes impede os colaboradores de buscar atendimento em unidades de saúde. Além disso, há o receio de procurar serviços de saúde por medo de faltar ao trabalho. É comum que muitos trabalhadores passem anos sem realizar exames de rotina. Assim, é essencial criar e implementar políticas que visem à saúde do trabalhador, promovendo ambientes que favoreçam a prevenção e o cuidado contínuo com a saúde.

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Gabriel Ferroni Leão, Oranian dos Anjos e Silva Gomes Amaro, Mariato Có,
Muriel Cardozo Martins, Priscila Tadei Nakata Zago, Fernanda Mattioni,
Michele Neves Meneses, Carmen Lucia Mottin Duro, Cristianne Famer Rocha

A atuação da equipe de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) é essencial para garantir o acesso à saúde. Isso ocorre tanto por meio da gestão da equipe e da produção, registro e divulgação de dados em saúde, quanto pela coordenação de espaços de atendimento, como salas

de vacinas, curativos e acolhimento, entre outros. Além das funções gerenciais, os profissionais de enfermagem realizam consultas com o objetivo de identificar problemas e necessidades de saúde persistentes na população, oferecendo cuidados integrais e resolutivos de acordo com a legislação vigente. Em colaboração com outros membros da APS, a enfermagem desenvolve ações de promoção, proteção, reabilitação e manutenção da saúde, prevenção de riscos e agravos, diagnóstico e tratamento. O objetivo deste trabalho é relatar a vivência de acadêmicos de enfermagem em uma unidade de saúde. O método adotado é um relato de experiência de acadêmicos do 9º semestre do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolvido durante as atividades práticas curriculares em uma unidade de saúde em Porto Alegre, no ano de 2023. Durante essa experiência, foi possível observar de perto a atuação da enfermagem na APS, assim como os processos de trabalho voltados para o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Sob supervisão da enfermeira da unidade, os acadêmicos participaram de atividades gerenciais, como a coordenação da equipe técnica de enfermagem, a gestão de escalas, o apoio na avaliação de usuários (com ênfase em feridas crônicas), a produção de indicadores e dados em saúde, e a realização de consultas de enfermagem. Eles também se envolveram no Programa de Saúde na Escola (PSE), desenvolvendo um folder sobre alimentação saudável e apresentando o tema em uma palestra realizada em uma escola da região. Os resultados dessa vivência foram enriquecedores, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades dos acadêmicos e para uma maior compreensão da prática cotidiana da enfermagem na APS. A experiência destacou a importância do trabalho da enfermagem nesse contexto e aumentou o reconhecimento da relevância dessa categoria profissional. Além disso, a vivência evidenciou algumas barreiras que ainda precisam ser superadas para promover uma maior autonomia da enfermagem nos serviços públicos de saúde. Conclui-se que essa vivência é de extrema importância para os graduandos, pois o aprendizado em situações reais reforça a relevância do trabalho da enfermagem na APS e a necessidade de dar maior visibilidade a essa atuação, ao mesmo tempo em que aponta desafios para o fortalecimento da autonomia profissional nesse campo.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Julia Alcântara Corrêa do Nascimento, Gabriela Oliveira, Fernanda Garcia Gabira Miguez, Isaura Barros Alves Pinto, Karina Fardin Fiorotti, Guilherme Germano, Franciéle Marabotti Costa Leite

Todo ato sexual não consentido ou ações que utilizam a sexualidade de uma pessoa mediante coerção, resultando em danos à integridade do indivíduo, caracteriza-se como violência sexual, um grave problema de saúde pública. Nesse contexto, o Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PAVIVIS) se destaca como um Projeto de Extensão que visa oferecer atendimento multiprofissional a pessoas em situação de violência sexual, abordando não apenas questões físicas, mas também emocionais e sociais, com uma abordagem multidisciplinar essencial. Criado em 1998 no Departamento

de Ginecologia e Obstetrícia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o projeto contou com a colaboração de outras instituições estaduais e, posteriormente, com a criação do Laboratório de Estudos sobre Saúde, Violência e Acidentes (LAVISA) da UFES, ampliando sua rede de atenção. Este trabalho apresenta a experiência teórico-prática de uma aluna de graduação em Enfermagem que participou de um projeto de extensão voltado para a assistência de enfermagem às vítimas de violência sexual. O desenvolvimento deste relato de experiência é feito a partir da vivência de uma estudante de Enfermagem e Obstetrícia da UFES, inserida no PAVIVIS desde dezembro de 2023, através do Projeto de Extensão “Vigilância das Violências: manejo, notificação e monitoramento”. A parceria entre o PAVIVIS e o LAVISA permite que os discentes da área da saúde adquiram experiência prática, conhecendo a rotina, as atividades de atendimento e os protocolos específicos para a assistência às vítimas de violência sexual. A assistência prestada inclui o acolhimento das vítimas, a disponibilização de profilaxias para infecções sexualmente transmissíveis, contraceptivos de emergência e o devido encaminhamento para outros serviços, conforme necessário. A notificação é feita no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), contribuindo para decisões em diferentes níveis governamentais. Também são analisados resultados laboratoriais relacionados às profilaxias e, conforme o caso, as vítimas podem ser encaminhadas para a realização de ultrassonografias. O acompanhamento das vítimas se estende por seis meses, com o objetivo de oferecer suporte contínuo e promover a reestruturação emocional. Durante esse período, os acadêmicos de enfermagem participam de todos os atendimentos, o que favorece a criação de vínculos e a continuidade do cuidado. Além disso, os direitos das vítimas, como o aborto legal, são esclarecidos, e o sigilo profissional é rigorosamente mantido, livre de julgamentos morais. Nos últimos três anos, o PAVIVIS registrou um aumento no número de acolhimentos relacionados à violência sexual, destacando a urgência de abordar essa questão e a importância da assistência de enfermagem qualificada. Conclui-se que a experiência proporcionada pelo projeto de extensão foi fundamental para aprimorar o conhecimento e as habilidades na assistência de enfermagem às vítimas de violência sexual. A participação no projeto revelou a necessidade de profissionais capacitados para garantir um atendimento de qualidade, dada a complexidade e os desafios impostos pela violência sexual e suas consequências.

A EXPERIÊNCIA DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO COMO FERRAMENTA PARA QUALIFICAÇÃO DA PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA

Ana Carolina de Moraes Teixeira Vilela Dantas, Rafaela Alves Marinho,
Ana Luísa Jorge Martins, Anelise Andrade de Souza, Rômulo Paes de Sousa

O Comitê de Acompanhamento desempenhou um papel estruturante no desenvolvimento da pesquisa “Alcance das políticas de proteção social e de saúde do município de Belo Horizonte para a população em situação de rua frente à pandemia da Covid-19”. Ele garantiu a participação ativa dos atores envolvidos em todas as etapas da pesquisa, desde o planejamento até a discussão e validação dos resultados. O Comitê foi formado por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Políticas

de Saúde e Proteção Social do Instituto René Rachou/Fiocruz-MG, representantes das Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, além de membros da Sociedade Civil Organizada (SCO), como a Pastoral da Rua e o Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua. Durante 12 meses, entre 2021 e 2022, o Comitê se reuniu mensalmente com objetivos claros: fortalecer a pesquisa, qualificar as informações e a interpretação dos dados, alinhar a pesquisa ao contexto social, engajar os atores na obtenção dos resultados, identificar as ações governamentais de proteção social oferecidas à População em Situação de Rua (PSR) durante a pandemia, e analisar os investimentos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os convênios com a SCO. As reuniões do Comitê abordaram diversos temas importantes, como a apresentação e definição do cronograma da pesquisa, a elaboração e validação dos roteiros para entrevistas e grupos focais, a seleção de temas para revisão bibliográfica, e a análise detalhada das fases da pesquisa e seus resultados parciais. Também foram realizadas devolutivas sobre visitas aos serviços da rede, apresentação dos resultados finais e discussões sobre a continuidade de pesquisas na mesma temática da PSR. O sucesso do Comitê foi evidenciado pela colaboração eficaz entre pesquisadores e profissionais da rede municipal, o acesso facilitado às bases de dados, entrevistas com gestores de diferentes setores, acesso a atores-chave, e feedback contínuo. Essa colaboração impulsionou o trabalho intersetorial de uma equipe multidisciplinar, aberta ao diálogo, e possibilitou uma reestruturação ágil das ações sempre que necessário. A mediação e a escuta ativa entre os membros foram essenciais para superar diferenças e promover soluções conjuntas. Uma gestão clara e uma coordenação eficaz foram fundamentais para o sucesso do Comitê, garantindo o alinhamento entre representantes de diversos setores e o cumprimento das metas e prazos. Uma coordenação bem estruturada otimiza o uso de recursos, o tempo e assegura que as atividades sejam realizadas de maneira sincronizada e complementar, evitando esforços fragmentados que poderiam comprometer os resultados do projeto. Por fim, o Comitê mostrou-se uma ferramenta adaptável e com potencial para ser aplicada em outros contextos e temas de pesquisa. Em diferentes localidades ou com outras populações vulneráveis, esta metodologia pode melhorar a qualidade e o alcance das pesquisas, promovendo a produção de conhecimento com participação social ativa e soluções inovadoras.

RESSIGNIFICANDO CUIDADOS: UM PROJETO DE EXTENSÃO PARA O PÉ DIABÉTICO

Bruno Aparício dos Santos, Erlinda Clayza Pontes Angulo, Cristiane Costa Reis da Silva

O Diabetes Mellitus (DM) é uma síndrome metabólica caracterizada pela hiperglicemia, resultante de defeitos na ação da insulina ou na capacidade da insulina de exercer adequadamente seus efeitos. Ambos os tipos de DM podem levar a complicações, sendo o pé diabético uma das mais prevalentes. Diante do aumento global dos casos de diabetes, destaca-se a necessidade urgente de implementar projetos educacionais e preventivos que evitem complicações, especialmente aquelas relacionadas aos cuidados com os pés. O objetivo deste relato é descrever a experiência das ações

educativas realizadas com pessoas com diabetes mellitus, voltadas para a prevenção e o cuidado do pé diabético na atenção primária à saúde. Este estudo descritivo é resultado da vivência de graduandos de Enfermagem, conduzida sob a supervisão de uma docente responsável e envolvendo discentes do 6º e 8º períodos do curso de Graduação em Enfermagem. As atividades foram desenvolvidas no âmbito do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), financiado pela Universidade Federal do Amazonas, e integraram pesquisa, ensino e extensão. No âmbito da pesquisa, os encontros focaram na discussão de artigos científicos sobre cuidados preventivos com os pés. No ensino, foram realizadas aulas práticas de avaliação dos pés. Já na extensão, as atividades aconteceram em uma Unidade Básica de Saúde de um município do interior do Amazonas, com atendimentos a pacientes recém-diagnosticados com DM e aqueles já com complicações relacionadas ao pé diabético. O projeto ocorreu no segundo semestre de 2023, atendendo 40 pacientes através de encontros semanais que incluíram palestras educativas, sessões práticas de avaliação dos pés, orientações individualizadas e distribuição de material informativo. Os resultados mostraram que os participantes aprenderam sobre os riscos do pé diabético e técnicas de autocuidado, como inspeção regular dos pés, aplicação de cremes hidratantes, corte adequado das unhas, uso de calçados apropriados e prevenção de feridas. Os graduandos também realizaram avaliações dos pés dos participantes. Observou-se uma mudança significativa na compreensão e no comportamento dos participantes, que passaram a valorizar o monitoramento da saúde dos pés e adotaram medidas preventivas simples, como manter os pés limpos e secos e evitar andar descalço. Muitos expressaram gratidão pelo aprendizado e relataram se sentirem mais seguros ao cuidar de si mesmos. O projeto também criou um ambiente acolhedor, promovendo um senso de comunidade e apoio entre os participantes. Conclui-se que o PACE “Ressignificação de Cuidados do Pé Diabético” foi uma ferramenta eficaz na promoção da saúde e na prevenção de complicações relacionadas ao pé diabético. Ao capacitar os participantes com conhecimentos e habilidades práticas, espera-se ter contribuído para melhorar sua qualidade de vida e reduzir riscos futuros.

VIGILÂNCIA, ALERTA E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA EM VITÓRIA (ES): O CASO DA DETECÇÃO DO VÍRUS DA INFLUENZA AVIÁRIA DE ALTA PATOGENICIDADE H5N1 EM AVES MIGRATÓRIAS COSTEIRAS NO MUNICÍPIO

Belchior Puziol Amaral, Aline Areias de Souza Cabidele, Geane de Souza Sobral Nascimento, Tatiane Comerio, Luciene Rossati Loureiro

O objetivo geral deste relato de experiência é descrever os processos de trabalho desenvolvidos no Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) de Vitória (ES) e apresentar os protocolos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde para rastrear e monitorar pessoas expostas, direta ou indiretamente, a aves infectadas ou com suspeita de contágio por influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP-H5N1). O trabalho inclui a coleta de aves com sinais respiratórios,

neuroológicos ou mortalidade súbita, além de orientações à população local. A metodologia baseia-se em processos de trabalho que envolvem a detecção, avaliação, verificação, resposta e monitoramento de rumores e eventos de saúde pública. Na etapa de detecção, destacam-se a Vigilância Baseada em Eventos (VBE) e a Vigilância Baseada em Indicadores (VBI). A avaliação de relevância utiliza critérios objetivos que consideram o impacto do evento na saúde humana, na assistência, no impacto social e na capacidade de resposta. Na etapa de verificação, é realizado um processo crítico para confirmar a veracidade de rumores relevantes e coletar informações-chave sobre os possíveis eventos. Esses processos foram implementados durante um evento de epizootia entre aves marinhas e costeiras por IAAP H5N1, configurando uma emergência zoossanitária inédita no Brasil. Com a confirmação do evento, foram executadas várias ações, como: monitoramento diário de indivíduos expostos direta ou indiretamente a aves suspeitas ou infectadas; coleta e envio de amostras biológicas de humanos expostos e sintomáticos para investigação laboratorial; comunicação intra e intersetorial entre órgãos de saúde, meio ambiente, agricultura e pecuária; notificação de casos suspeitos em humanos e de aves recolhidas como prováveis casos; organização do atendimento à população por meio do telefone 156 para relatos de aves doentes; vigilância em saúde popular, como rodas de conversa com salva-vidas que atuam nas praias; e acolhimento e monitoramento de pessoas em situação de rua que tiveram contato com aves sintomáticas, bem como o recolhimento de aves suspeitas no município de Vitória. Recomendações foram feitas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF/ES) para que os órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam comunicados de forma oportuna. À Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo (SESA/ES), recomendou-se a ampliação do uso do software Go.Data para rastreamento, monitoramento de casos e contactantes, e análise de dados em tempo real, reforçando a eficiência da resposta epidemiológica.

REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO MUNICÍPIO DE LONDRINA (PR): POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Josiane Nunes Maia, Marselle Nobre de Carvalho, Edyane Silva de Lima,
Letícia Nunes Maia Mendonça, Giovana Maria Mourinho Ferreira

A violência contra as mulheres continua presente em nossa sociedade, ora mantendo sua estrutura arcaica, ora assumindo novas formas. A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual tem um papel essencial na quebra desse silêncio coletivo e na visibilidade das relações estabelecidas diante da violência sofrida pelas mulheres. Este estudo teve como objetivo analisar a organização e o funcionamento da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Município de Londrina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com caráter exploratório e analítico, que utilizou técnicas mistas de análise de dados, incluindo observação participante com registro em diário de campo, análise documental e entrevistas. Para a sistematização e análise dos dados,

empregou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin. A primeira fase envolveu a organização do material, com a escuta e transcrição das entrevistas, leitura flutuante do corpus das atas, do diário de campo e das entrevistas realizadas entre abril e maio de 2021 com membros da rede. Na fase de exploração do material, os textos foram divididos em unidades de contexto e de registro, que foram agrupadas conforme semelhanças de sentido e organizadas em unidades temáticas. Da releitura das unidades de registro, emergiram duas categorias empíricas: estratégias de articulação da rede de atendimento e potencialidades e fragilidades da rede de enfrentamento. Na terceira fase, os resultados foram tratados, inferidos e interpretados, com base no objetivo da pesquisa de analisar a organização e funcionamento da rede. Os resultados mostraram que 96,4% dos participantes eram mulheres (27 de 28), com a maioria ocupando cargos como psicólogas (32,1%) e assistentes sociais (21,4%), refletindo as relações de gênero e a associação histórica dessas profissões ao cuidado feminino. A organização da rede começou em 1986 com a criação da Delegacia da Mulher, seguida do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres em 1988, da Coordenadoria Especial da Mulher em 1993, e da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres em 2003. Atuar em equipe foi identificado como um facilitador da articulação na rede, sendo as reuniões planejadas e conduzidas com debates que fortalecem o trabalho coletivo. No entanto, foram apontadas dificuldades na articulação da rede, como problemas de referência e contrarreferência, decorrentes do baixo número de profissionais, da falta de um fluxo formal e do excesso de demanda. Uma potencialidade da rede é sua estrutura organizada, com Londrina sendo pioneira na implantação de políticas públicas, respaldada por leis e decretos. Por outro lado, a falta de participação e comprometimento de alguns membros enfraquece as articulações e representa um desafio para a rede. Conclui-se que a institucionalização efetiva da rede exige o fortalecimento de suas potencialidades e a superação dos desafios identificados, promovendo uma articulação mais robusta e eficaz no enfrentamento da violência contra as mulheres.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE: SUA ATUAÇÃO NUMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA/CEARÁ

Francisco Eudes da Silva Lô

O presente trabalho busca compreender a atuação do Assistente Social no Centro de Saúde do município de Santa Quitéria, Ceará, e promover reflexões sobre o papel desse profissional em uma equipe multiprofissional. Não tem o objetivo de sistematizar a ação do Assistente Social nem esgotar o debate sobre o tema, mas sim refletir sobre sua prática na Atenção Primária à Saúde (APS), contribuindo para o aprimoramento do conhecimento teórico da categoria. O Assistente Social é um profissional da saúde cujo objeto de intervenção são as múltiplas expressões da questão social, as quais estão profundamente ligadas ao cotidiano dos usuários, suas vivências e o processo saúde-doença. Na política de saúde pública, essas expressões se manifestam nos determinantes e condicionantes

da saúde, como a falta de saneamento básico de qualidade, a ausência de renda e o acesso limitado a bens essenciais. Desse modo, é inviável discutir saúde sem considerar o território e a influência deste no processo de adoecimento dos indivíduos, buscando uma compreensão integral do sujeito. Nesse contexto, o Assistente Social atua nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), criados pela Portaria nº 154 de 2008, com o objetivo de apoiar e ampliar as ações da APS, promovendo uma maior resolutividade nas áreas de prevenção, promoção e recuperação da saúde. O trabalho em rede permite o desenvolvimento de atividades no território adscrito, em conjunto com os demais profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), através do apoio matricial e da intersetorialidade, promovendo cidadania, direitos dos usuários e o controle social, para combater as desigualdades sociais. Ao longo dos anos, o NASF passou por modificações para atender às demandas da sociedade, sendo atualmente regulamentado pela Portaria n.º 635 de 2023, que atualizou sua nomenclatura para Equipes Multiprofissionais (eMulti). Essa portaria define três modalidades de equipes: eMulti Ampliada, eMulti Complementar e eMulti Estratégica, cada uma com suas respectivas cargas horárias e composição de profissionais. Dentre as atividades desenvolvidas pelo Assistente Social na APS estão: o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, educação sanitária, orientações sobre benefícios sociais e participação no Programa Saúde na Escola, entre outras. Conclui-se que o Assistente Social é desafiado a refletir e atuar na superação de obstáculos de forma intersetorial e multiprofissional, promovendo a integração com outras políticas públicas. Sua prática busca oferecer um cuidado longitudinal e integral ao usuário, valorizando a transversalidade dos saberes e proporcionando uma assistência abrangente e eficiente em uma equipe multiprofissional.

DOCÊNCIA ASSISTIDA NO MESTRADO EM ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Carla do Nascimento Gomes Brito, Maria Luíza de Araújo Guedes, Mariana Freire Fernandes, Maria Izabel Rezende Rodrigues, Elanna Nayele de Freitas Costa, Luzia Cibele de Souza Maximiano, Alexsandra Rodrigues Feijão

O estágio de docência tem como propósito contribuir para a formação de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado), estabelecendo uma conexão formativa entre a graduação e a pós-graduação. Outros objetivos incluem o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, a vivência acadêmica e a reflexão sobre a prática docente. O presente estudo relata a experiência de uma mestrandia do programa de pós-graduação em Enfermagem durante seu estágio de docência realizado em um Hospital de Ensino na capital do Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, que retrata a vivência da mestrandia durante o estágio. O estágio foi realizado no segundo semestre de 2023, na disciplina de Enfermagem Clínica e Cirúrgica do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ministrada no quinto período. A disciplina combina teoria e prática, esta última sendo realizada em uma maternidade e em um hospital-escola na capital do Rio Grande do Norte. Os alunos foram organizados em grupos para rodízios, permitindo que todos experimentassem diferentes cenários de prática. A experiência

relatada ocorreu no quarto andar do hospital-escola, onde são atendidos pacientes adultos com diversas comorbidades. A mestranda, junto com a docente da disciplina, acompanhou seis grupos de alunos da graduação, cada grupo em um rodízio de sete dias. Ela auxiliou os alunos em procedimentos de enfermagem como aferição de sinais vitais, exame físico direcionado, punção venosa, exame de ECG, curativos, evolução física, diagnósticos e prescrição de enfermagem. Durante o estágio, a mestranda atuou como facilitadora do processo de aprendizagem, contribuindo ativamente para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Conclui-se que o estágio de docência proporcionou à mestranda uma rica experiência prática, além de possibilitar o aprimoramento de suas habilidades em planejamento de aulas, comunicação interpessoal, gestão de sala de aula e avaliação educacional. Essa vivência se mostrou fundamental para o desenvolvimento profissional e acadêmico da mestranda, reforçando sua capacidade de atuar de forma eficaz no ambiente educacional.

VACINA CONTRA O PAPILOMA VÍRUS HUMANO: ANÁLISE ENTRE UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE

Júlia Lodigiani Rodrigues Bragança, Fernanda Karolina Alves da Silva, Letícia Maira Santos,
Brener Santos Silva, Rafaela Maria Correa Cardoso, Carlos Manoel Silva Moraes,
Valéria Conceição de Oliveira, Silmara Nunes Andrade, Gabriela Gonçalves Amaral

O Papilomavírus Humano (HPV) é uma infecção sexualmente transmissível (IST) com mais de 200 genótipos, sendo os tipos 16 e 18 associados aos principais cânceres genitais, e os tipos 6 e 11, responsáveis pelas verrugas genitais. A prevenção do HPV é de extrema importância, e a vacinação se destaca como a principal forma de proteção. No Brasil, a vacina quadrivalente (sorotipos 6, 11, 16 e 18) é disponibilizada gratuitamente para adolescentes de 9 a 14 anos e para pessoas de 9 a 45 anos com condições especiais. No entanto, a cobertura vacinal ainda é baixa no país. Este estudo teve como objetivo analisar a cobertura vacinal e o conhecimento sobre o HPV entre universitários da área da saúde, considerando a importância desse grupo para a melhoria dos índices de vacinação. Foi desenvolvido um estudo transversal descritivo com estudantes de cursos da área da saúde de duas universidades públicas de Minas Gerais. Foram incluídos universitários matriculados no ano letivo de 2023, sendo meninas nascidas a partir de abril de 2000 e meninos nascidos a partir de fevereiro de 2003. A coleta de dados foi realizada por meio de um instrumento que incluía: a) variáveis sociodemográficas; b) variáveis sobre a cobertura vacinal contra o HPV; e c) variáveis sobre conhecimento e aceitabilidade da vacina, utilizando um instrumento validado. A análise dos dados foi feita de forma descritiva, considerando a meta de 90% estipulada pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) e uma média de 70% para conhecimento e aceitabilidade adequados. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer n.º: 6.019.996). Participaram 349 universitários, sendo 37,5% da universidade estadual e 62,5% da federal. A maioria era do sexo feminino (94,8%), com idades entre 21 e 23 anos (57,6%), matriculados do 1º ao 3º período (42,4%), heterossexuais (72,8%), de raça/etnia branca (61,9%), solteiros (95,7%) e sem filhos (98,6%). Quase todos tinham acesso à internet (99,7%). Foi relatado que 51,3% raramente buscavam informações sobre IST, e

56,4% haviam tido contato com o tema na universidade. Em relação à cobertura vacinal, 89,4% dos universitários estavam com o esquema completo, e 89,7% destes receberam a vacina na rede pública. O conhecimento e a aceitabilidade da vacina foram considerados adequados (89,3%). Embora a cobertura vacinal observada tenha se aproximado da meta do PNI, ela ainda não foi completamente atingida entre os universitários. No entanto, o estudo mostrou que os universitários apresentavam um conhecimento e uma aceitabilidade adequados em relação à vacina. Esses resultados sugerem que a próxima geração de profissionais da área da saúde pode contribuir significativamente para a melhoria dos índices vacinais e para uma prevenção mais eficaz dessa e de outras infecções.

TRATAMENTO DE FERIDAS COM PAPAÍNA ASSOCIADA AOS ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS

Maria Cristina Chiapinotto

No Brasil, as feridas representam um sério problema de saúde pública, dado o grande número de pacientes com alterações na integridade da pele, apesar da escassez de registros desses atendimentos. O número elevado de pessoas com úlceras agrava os gastos públicos e gera consequências físicas e psicoemocionais, afetando a qualidade de vida e o convívio social dos pacientes. A papaína, uma enzima proteolítica presente no látex do *Carica papaya* (mamão-papaia), possui ações bactericida, bacteriostática e anti-inflamatória. Essa enzima estimula o crescimento uniforme do tecido, promove o desbridamento enzimático do tecido necrótico e reduz a formação de queloides, sendo indicada para o tratamento de úlceras abertas e infectadas, além do desbridamento de tecidos desvitalizados ou necróticos, em diferentes concentrações conforme a lesão. Para úlceras necróticas, utiliza-se a papaína a 10%; para casos com exsudato purulento, de 4% a 6%; e em tecido de granulação, a 2%. Os Ácidos Graxos Essenciais (AGE), que não são sintetizados pelo organismo, são fundamentais para manter a integridade da pele e a barreira hídrica, podendo ser usados com outras coberturas sem contraindicações. Aplicam-se diretamente no leito da úlcera ou em gaze para manter o meio úmido até a troca. O conhecimento do profissional de enfermagem sobre os produtos disponíveis, a fisiologia da cicatrização, os fatores de risco e as etapas do processo de reparo tissular é crucial para o diagnóstico correto e a escolha do tratamento adequado. Este relato tem como objetivo demonstrar a importância de uma avaliação adequada da ferida e a escolha correta do tratamento, evidenciando os efeitos desbridantes e cicatrizantes da papaína associada aos AGE em feridas de diversas etiologias. A metodologia utilizada foi um relato de experiência documental e descritivo, envolvendo pacientes de diferentes idades com feridas de etiologias diversas, como lesões por pressão, úlceras venosas e arteriais, deiscência de sutura, lesões traumáticas, lesões por picada de aranha marrom, queimaduras, fasciíte necrotizante e outras. Todas as lesões foram tratadas com papaína em diferentes concentrações associadas aos AGE, conforme a evolução de cada lesão. A coleta de dados incluiu registros fotográficos no início e durante o tratamento. Observou-se que as lesões apresentaram uma redução significativa de características iniciais como necrose, exsudato, fibrina e edema, além de formação de tecido de granulação, contração das bordas e cicatrização efetiva, destacando a eficácia da

papaína e dos AGE na reparação tecidual. Os curativos foram realizados a cada 24 horas ou a cada 12 horas, quando saturados. Este estudo evidenciou a evolução satisfatória de feridas de diversas etiologias nas diferentes fases de cicatrização, com bons resultados na atenção primária. O uso tópico da papaína e dos AGE mostrou-se eficaz, sem causar complicações, promovendo desbridamento, granulação e cicatrização em diferentes tipos de lesões.

ORGANIZAÇÃO DO VI ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE BUCAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emanuelle Ledermann Marder, Maria Laura Braccini Fagundes,
Orlando Luiz do Amaral Júnior, Jessye Melgarejo do Amaral Giordani

A Educação Permanente é uma estratégia político-pedagógica reconhecida mundialmente para consolidar os sistemas públicos de saúde, qualificando a atenção e a gestão em saúde por meio da formação e desenvolvimento dos trabalhadores do setor, sendo um elemento essencial do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, são necessárias ações estratégicas que debatam a qualidade dos serviços e fortaleçam a atenção à saúde, como os eventos que instrumentalizam acadêmicos e profissionais da área. O objetivo deste relato é descrever a experiência do VI Encontro Regional de Saúde Bucal das regiões de saúde Verdes Campos e Entre Rios, promovido em parceria pela 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (4ª CRS) da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES-RS), Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria e a disciplina de Odontologia em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A metodologia adotada consiste em um relato de experiência. Para o evento, foi formada uma comissão organizadora, incluindo integrantes da Liga Acadêmica de Odontologia em Saúde Coletiva (LAOSC) da UFSM, professores da disciplina de saúde coletiva, gestores da 4ª CRS e da prefeitura de Santa Maria. As tarefas foram distribuídas entre os membros da comissão, como contato com palestrantes, confecção de material de divulgação e formulários, criação do cerimonial, seleção de trabalhos para a mostra de experiências exitosas e emissão de certificados. O evento ocorreu em 26 de outubro de 2023, nos períodos da manhã e da tarde, reunindo gestores, profissionais de saúde dos 33 municípios da 4ª CRS, acadêmicos e professores do curso de Odontologia da UFSM. As inscrições foram feitas via Google Forms, com divulgação pelas redes sociais. As atividades realizadas incluíram discussões sobre o atendimento odontológico de pacientes com alterações sistêmicas comuns, exposições dialogadas sobre a história e o panorama atual da Odontologia em Saúde Coletiva no Rio Grande do Sul, além de uma mostra de experiências exitosas que destacou estratégias de qualificação dos processos de trabalho e da atenção à saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) da região. A interação entre Universidade, trabalhadores da saúde e gestão regional fortaleceu a rede de atenção à Saúde Bucal e proporcionou momentos de aprendizado para os acadêmicos, desenvolvendo habilidades e competências necessárias para atuarem no SUS, alinhados às realidades e demandas das populações. Conclui-se que a realização deste evento configura um espaço importante de Educação Permanente em Saúde, favorecendo o desenvolvimento de estratégias que fortalecem a rede de atenção à saúde bucal. O VI Encontro Regional de Saúde Bucal se revelou relevante para a integração ensino-serviço-comunidade, contribuindo para a efetivação dessa conexão fundamental.

CADA UM TINHA SUA DOR: GRUPO ON-LINE DE ENLUTADOS PELA COVID-19

Luciana Bicalho Reis, Felipe do Nascimento Dias Silva, Júlia Pachêco Rodrigues

A Pandemia de covid-19 adicionou fatores de risco ao luto, tornando-o uma experiência ainda mais desafiadora para os enlutados, devido à ausência de rituais fúnebres, mortes repentinas e múltiplas, entre outros. Este trabalho teve como objetivo analisar a percepção de pessoas enlutadas pela covid-19 sobre a assistência recebida em formato grupal e online, no âmbito do projeto Acolhedor da Universidade Federal do Espírito Santo, durante a pandemia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada com doze participantes que integraram grupos online de apoio ao luto entre março de 2021 e março de 2022. Os participantes foram entrevistados em profundidade, alguns meses após receberem a assistência, e as entrevistas abordaram a experiência de participar dos grupos de apoio. Foram feitas perguntas como: “Como você se sentiu em compartilhar sua experiência de perda em um grupo de apoio ao luto?”, “Você acha que ter participado de um grupo mudou de algum modo como você estava lidando com seu luto? Explique-me por quê?”, “O que você acha de o grupo ter sido online?”, entre outras. As entrevistas foram gravadas, transcritas, organizadas em um corpus textual e submetidas à análise lexical pelo software Iramuteq, com um aproveitamento de 77,45%. A análise gerou quatro classes temáticas: “Formato do atendimento”, “Experiência grupal”, “Singularidade da morte na pandemia” e “Compreensão do processo de luto”. O material produzido foi analisado à luz da literatura sobre o luto. Os resultados revelaram que, na percepção dos entrevistados, o apoio recebido, mesmo em formato on-line, teve impactos positivos no ajustamento à perda, proporcionando aprendizado, compartilhamento de emoções e construção de sentidos para a experiência vivida. A oferta de grupos de apoio online mostrou-se uma estratégia relevante de cuidado para pessoas enlutadas, especialmente em contextos de emergência e desastres, quando o contato presencial não é viável. A experiência grupal foi considerada uma facilitadora no enfrentamento e ajustamento à perda, considerando as particularidades das mortes durante a pandemia. Os participantes relataram que compreender o processo de luto contribuiu para lidar melhor com os estressores decorrentes da morte, ajudando a evitar vivências de luto complicado. O estudo reforça a importância de se oferecer cuidados em saúde mental em contextos emergenciais, nos quais as pessoas estão expostas a mortes súbitas e múltiplas, frequentemente acompanhadas de menor apoio social. Apesar de limitações apontadas, como a perda de características importantes da interação presencial, os grupos online demonstraram ser uma alternativa eficaz para criar espaços de cuidado, promovendo saúde mental e bem-estar psíquico. Conclui-se que os resultados indicam o potencial dos grupos online para apoiar pessoas em luto, contribuindo para o ajustamento emocional e a prevenção de complicações psicológicas.

A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO “PARTICIPAR POLITICAMENTE” NA FORMAÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

José Eduardo Ferreira Dantas, Renaildo Lima dos Santos, Josefa Yolanda Vitorio Costa

O trabalho, conforme definido por Karl Marx, é o processo no qual o indivíduo, utilizando sua força e idealização prévia, interage com a natureza, transformando-a para produzir algo com valor de uso. Nesse processo, a natureza também transforma o indivíduo, estabelecendo um continuum. Maria Cristina Sanna discorre sobre o trabalho em enfermagem, destacando os múltiplos processos realizados pelos enfermeiros: Assistir, Administrar, Ensinar, Pesquisar e Participar Politicamente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Enfermagem (DCNEnf) determinam que o graduado em enfermagem deve ser capaz de “reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde”. Contudo, observa-se um déficit na formação pedagógica e política social dos docentes em cursos de graduação em enfermagem. Nesse contexto, destaca-se a relevância da participação política como processo de trabalho do enfermeiro, especialmente diante da alienação imposta pelo capitalismo, que visa impedir os trabalhadores de compreenderem seu papel social e de reivindicarem melhorias. Este estudo objetiva relatar a construção do processo de trabalho “Participar Politicamente” na formação de acadêmicos de enfermagem, ressaltando sua importância para o exercício profissional. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, no formato de relato de experiência, baseado em vivências relacionadas à participação política que contribuíram para a construção desse processo de trabalho entre acadêmicos do curso de Bacharelado em Enfermagem de uma Universidade Federal no interior de Alagoas. Os resultados evidenciam que a formação de um discente transcende as aulas e a matriz curricular, englobando vivências proporcionadas pelo ambiente universitário. A construção do processo “Participar Politicamente” ocorre de forma contínua, articulando conhecimentos disciplinares e atividades extracurriculares. Destacam-se a participação em projetos de extensão, que promovem contato com realidades práticas, e a integração em movimentos sociais estudantis, como o Centro Acadêmico e o Diretório Central dos Estudantes. Essas experiências criam espaços de articulação política e gestão colaborativa, fortalecendo a compreensão dos acadêmicos sobre processos políticos e o papel do enfermeiro na dimensão política do trabalho. Conclui-se que a formação de enfermeiros generalistas deve abordar todos os processos de trabalho de forma equitativa, garantindo que sejam desenvolvidos continuamente ao longo da carreira profissional. A formação política, em particular, não deve se limitar às disciplinas de saúde coletiva, mas ser ampliada por meio de projetos de extensão e movimentos sociais estudantis. Essa abordagem promove uma formação crítica e reflexiva, em consonância com as DCNEnf, preparando o futuro enfermeiro para exercer seu papel social e político de maneira efetiva e transformadora.

AMAZÔNIA E SUA DIVERSIDADE DE SABERES: ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Giselly Cristine Paraiso Pinheiro, Tatiane da Rosa Vasconcelos

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as estratégias coletivas de cuidado em saúde mental, considerando os saberes tradicionais do contexto amazônico. Sabe-se que cada território possui suas especificidades, devido às diversas características que o compõem. A Amazônia possui uma grande diversidade no que se refere às populações e coletividades, sendo a saúde mental representada por olhares e concepções diferentes da medicina tradicional. O cuidado em saúde mental ganha um sentido relacional e subjetivo, ou seja, baseado na relação e no vínculo que se estabelece com cada pessoa que acessa o sistema de saúde ou que recebe assistência do mesmo. Os saberes tradicionais utilizados para as práticas em saúde evidenciam a potencialidade do território amazônico quando se trata do cuidado. Pois, para além daquilo que a ciência nos ensina, também podemos usufruir de ervas, chás, plantas, entre outros, para a promoção e prevenção da saúde e de outros agravos. Mesmo que a saúde seja um direito de todos, conforme a legislação, percebe-se que algumas pessoas ou grupos não têm a garantia de acesso ao sistema de saúde, ou por vezes existem outros obstáculos que o dificultam. No entanto, os modos de fazer saúde na Amazônia oferecem acessibilidade dentro do território, por isso podem ser utilizados como uma das estratégias coletivas de cuidado em saúde mental. Destaca-se que o respeito pelas culturas e saberes tradicionais é a base para a produção de cuidado e saúde, para a construção de ações que fortaleçam e deem visibilidade às suas especificidades quanto à organização social, política, econômica e de relação com o meio ambiente e ocupação de seu território. Considera-se que a discussão trazida aqui é um tema de relevância para o campo da saúde mental e boas práticas em saúde mental. Sendo assim, é necessário pensar sobre essa temática além dos aspectos individuais que a cercam, pois investir em boas práticas na saúde mental é essencial para promover o bem-estar e construir alicerces sólidos para uma vida plena e equilibrada. Em diversas áreas remotas da Amazônia, as populações dependem somente das práticas tradicionais como forma de assistência à saúde. É necessária a valorização dessas práticas não só como possibilidades terapêuticas de um povo, mas também como identificação e autoestima dessas comunidades. Sobretudo, é fundamental a construção de abordagens inclusivas e eficazes em saúde mental, de forma a reconhecer as diversidades de saberes locais e ancestrais, permitindo a construção de uma perspectiva positiva sobre o bem-estar. Portanto, para empregar boas práticas de saúde mental nas comunidades amazônicas, é necessário integrar os saberes tradicionais às abordagens terapêuticas, para fortalecer os vínculos com as comunidades e também preservar a diversidade cultural da região amazônica.

AS NOÇÕES DE CORPO E A PRODUÇÃO DE SAÚDE PELOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

Fabício Lira da Silva, Fabiana Manica Martins

Este projeto explora a produção de saúde pelas comunidades indígenas na Amazônia, com ênfase na valorização dos saberes ancestrais e práticas de cuidado. O objetivo principal é investigar as dimensões pragmáticas e epistêmicas da saúde indígena, destacando a relevância das concepções de corpo e dos conhecimentos tradicionais, conforme indicado por referências como Brasil (2002), Garnelo (2012) e Mendes et al. (2018). A pesquisa adota uma abordagem participativa qualitativa com métodos mistos, priorizando o diálogo intercultural. O estudo é realizado no Centro de Saberes Indígenas e no Parque das Tribos, envolvendo profissionais de saúde indígena, especialistas tradicionais e lideranças comunitárias. A coleta de dados ocorre de forma respeitosa e participativa, utilizando formulários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados esperados incluem a ampliação da produção científica sobre saúde indígena, a valorização das práticas de cuidado tradicionais e a elaboração de materiais educativos que fortaleçam o respeito às tradições e conhecimentos das comunidades indígenas. Além disso, busca-se promover uma abordagem mais inclusiva na promoção da saúde. Em síntese, este projeto visa expandir o conhecimento sobre saúde indígena, fomentar a valorização cultural e gerar impacto social e político, mantendo um compromisso ético com as comunidades envolvidas. A continuidade do estudo é fundamental para desenvolver uma abordagem mais holística e integrativa na promoção da saúde das populações indígenas na Amazônia.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA SAÚDE INDÍGENA DA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE POLÍTICAS E PRÁTICAS

Fabício Lira da Silva

O presente estudo tem como objetivo central avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde na vasta região amazônica, com ênfase na acessibilidade aos serviços de atenção primária, bem como na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Conforme destacado por Moura et al. (2023), a concepção de saúde indígena vai além da ausência de enfermidades, abrangendo um estado de completo bem-estar físico, mental, social e espiritual nas comunidades nativas. Nesse contexto, a pesquisa busca explorar de forma aprofundada as políticas e práticas vigentes, identificando áreas de aprimoramento. A pesquisa será realizada na Unidade de Saúde da Família Parque das Tribos (USF Parque das Tribos) e em comunidades da região amazônica, utilizando uma abordagem mista. Serão empregadas análise estatística dos registros clínicos e entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde, gestores e membros da comunidade. De acordo com Elza Galvão Bergê Cutrim (2020), a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) desempenha um papel crucial na abordagem das necessidades de saúde dessas populações no Brasil. Os objetivos específicos incluem analisar o

impacto das políticas públicas na acessibilidade aos serviços de atenção primária, investigar a eficácia das políticas de promoção da saúde e prevenção de doenças, identificar lacunas na implementação das políticas de saúde e propor recomendações para aprimorar sua efetividade. Como observado por Silva e Silva (2024), a pesquisa em saúde indígena é fundamental para a melhoria das políticas e práticas de saúde voltadas às comunidades indígenas na Amazônia. Em síntese, espera-se que este estudo contribua significativamente para a produção científica sobre saúde indígena, disseminando práticas de cuidados específicas, produzindo materiais educativos relevantes e fortalecendo o diálogo entre saberes tradicionais e práticas biomédicas. Segundo os autores, a pesquisa em saúde indígena desempenha um papel essencial na melhoria das políticas e práticas de saúde voltadas às comunidades indígenas na Amazônia. Este estudo pode fornecer insights importantes para informar políticas públicas mais eficazes e culturalmente sensíveis, visando à promoção da saúde e ao bem-estar das populações indígenas na região. Além disso, ao promover a integração entre saberes tradicionais e biomédicos, busca-se fortalecer a capacidade das comunidades indígenas de acessar e utilizar serviços de saúde de qualidade, alinhados às suas necessidades e perspectivas culturais.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E DIRETRIZES PARA ATENÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS MUNICÍPIOS

Kamila Sartori, Verônica de Azevedo Mazza, Neila Santini de Souza,
Victoria Beatriz Trevisan Nóbrega Martins Ruthes

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido amplamente discutido em nível global e afeta cerca de 70 milhões de pessoas. O diagnóstico do TEA, geralmente realizado na infância, pode representar um desafio significativo para as famílias, especialmente em contextos onde o acesso a serviços e apoios é inadequado. A garantia de acesso e acompanhamento deveria ocorrer por meio de políticas públicas, mas, quando estas são planejadas sem a participação da comunidade, têm grandes chances de fracasso. Esse cenário destaca a relevância da participação social, muitas vezes materializada em conferências de saúde e na elaboração dos Planos Municipais de Saúde. O objetivo deste estudo foi analisar, com base nas políticas existentes, as diretrizes para a atenção às pessoas com TEA nos Planos Municipais de Saúde e investigar a composição dos conselhos municipais de saúde. Trata-se de uma pesquisa documental, de natureza qualitativa e descritiva. A coleta de dados foi realizada a partir de filtros pré-definidos em documentos da última Conferência Municipal de Saúde e dos Planos Municipais de Saúde vigentes das cidades do Núcleo Urbano Central do Paraná (NUC). Os dados coletados foram organizados e analisados por meio da categorização temática proposta por Bardin. Foram identificadas 54 propostas e metas relacionadas ao TEA nas Conferências Municipais de Saúde e nos Planos Municipais de Saúde. Os temas mais frequentes foram: ampliação e aprimoramento de serviços assistenciais, oferta de especialidades, e regulamentação e implementação de políticas públicas. Observou-se que, entre os municípios do NUC, apenas três possuíam representantes de

peças com TEA nos conselhos municipais de saúde, e esses foram justamente os municípios que apresentaram o maior número de propostas para esse público. Este estudo reforça que a participação social desempenha um papel crucial na definição de prioridades, na influência sobre os serviços públicos de saúde e no fortalecimento e regulamentação de políticas públicas, tornando-as mais eficazes e inclusivas. Ademais, entende-se que o fortalecimento da participação social pode contribuir para o empoderamento de grupos sociais historicamente excluídos e vulneráveis, promovendo maior equidade e inclusão na sociedade.

COMO OS FARMACÊUTICOS ATUAM NO CUIDADO DOMICILIAR? UMA REVISÃO DE ESCOPO

Larissa Torres Fernandes, Lusnara Edite Teixeira, Tamires da Silva Montanhas, Sabrina Cerqueira Santos, Carina Carvalho Silvestre, Larissa de Freitas Bonomo

As visitas domiciliares (VDs) são uma estratégia relevante para o acesso à saúde, promovendo a integração entre profissional, paciente, família e comunidade, além de subsidiar o planejamento das ações de gestão em saúde. O farmacêutico inserido no cuidado domiciliar desempenha um papel importante ao detectar riscos relacionados à saúde e ao uso de medicamentos, otimizando o acesso e promovendo o uso racional. Os serviços farmacêuticos englobam atividades organizadas em um processo de trabalho, como a conciliação de medicamentos e a revisão da farmacoterapia. No entanto, percebe-se que a atuação do farmacêutico ainda é pouco explorada no contexto das VDs. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo descrever os serviços e as atividades prestadas por farmacêuticos nas VDs. Foi realizada uma revisão de escopo, analisando estudos das bases de dados PubMed/MEDLINE, LILACS, Embase, Web of Science, Scopus, CINAHL e literatura cinzenta, utilizando descritores relacionados à visita domiciliar, ao farmacêutico e aos serviços e atividades realizados por esses profissionais. A revisão seguiu as recomendações do Instituto JBI e PRISMA-ScR. Dois revisores avaliaram, de forma independente, os títulos, resumos e textos completos de acordo com critérios de elegibilidade, realizando a extração dos dados. Em casos de divergência, um terceiro revisor foi consultado. Foram coletados dados sobre os principais serviços e atividades ofertados pelos farmacêuticos. A revisão incluiu 116 estudos, publicados até setembro de 2022 e realizados em 23 países. Os principais serviços farmacêuticos identificados foram a revisão da farmacoterapia, que incluiu a identificação de problemas relacionados aos medicamentos ou discrepâncias farmacoterapêuticas (n=66; 56,9%), e a conciliação de medicamentos (n=17; 14,6%). Entre as atividades realizadas, destacaram-se orientações e avaliações quanto à adesão à farmacoterapia (n=22; 19%), condições de saúde dos pacientes (n=19; 16,3%), reações adversas (n=14; 12,06%), descarte de medicamentos (n=7; 6,03%), mudanças no estilo de vida (n=7; 6,0%), armazenamento de medicamentos (n=4; 3,4%) e interações medicamentosas e alimentares (n=4; 3,4%). Em 76 estudos (65,5%), as VDs foram realizadas de modo uniprofissional, enquanto 40 estudos abordaram equipes multiprofissionais. Nessas equipes, os profissionais mais citados que atuavam junto aos farmacêuticos foram médicos (n=26; 61,9%) e enfermeiros (n=16; 38,0%). A revisão da farmacoterapia foi o principal serviço

realizado pelos farmacêuticos nas VDs, com destaque para a identificação de problemas relacionados a medicamentos, discrepâncias farmacoterapêuticas e a conciliação de medicamentos. As atividades mais frequentes envolveram orientações e avaliações em saúde e no uso de medicamentos. A integração do farmacêutico em equipes multiprofissionais proporcionou uma avaliação mais ampla das necessidades em saúde, sob diferentes perspectivas, contribuindo para a melhoria do acesso universal e da qualidade da atenção à saúde. Os resultados deste estudo podem fomentar a ampliação da atuação dos farmacêuticos nas VDs, fortalecendo o cuidado em saúde.

QUAIS SÃO OS DESFECHOS CLÍNICOS E ECONÔMICOS PROPORCIONADOS PELA ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO CUIDADO DOMICILIAR?

Larissa Torres Fernandes, Lusnara Edite Teixeira, Tamires da Silva Montanhas, Sabrina Cerqueira Santos, Carina Carvalho Silvestre, Larissa de Freitas Bonomo

O cuidado domiciliar em saúde, realizado por meio de visitas domiciliares (VDs), é uma ferramenta essencial para facilitar o acesso aos serviços de saúde, promover a articulação entre diferentes níveis de atendimento e apoiar a gestão em saúde. No contexto das VDs, o farmacêutico desempenha um papel crucial ao identificar e gerenciar as necessidades em saúde dos pacientes, contribuindo para a prevenção de agravos e a redução da demanda por serviços mais complexos. Essa atuação não apenas melhora os resultados clínicos dos pacientes, mas também reduz os custos relacionados à saúde. Contudo, a literatura ainda explora de forma limitada o impacto clínico e econômico do trabalho do farmacêutico em VDs. Diante disso, este estudo teve como objetivo identificar os desfechos clínicos e econômicos associados à atuação do farmacêutico no cuidado domiciliar. Foi realizada uma revisão de escopo com base em estudos disponíveis nas bases de dados PubMed/MEDLINE, LILACS, Embase, Web of Science, Scopus, CINAHL e literatura cinzenta. Os descritores utilizados relacionavam-se às visitas domiciliares, aos farmacêuticos e às atividades realizadas por esses profissionais. A revisão seguiu as diretrizes do Instituto JBI e do PRISMA-ScR. Os dados extraídos incluíram informações sobre desfechos clínicos e econômicos gerados pela atuação do farmacêutico no cuidado domiciliar. Foram incluídos 116 estudos, publicados até setembro de 2022, majoritariamente realizados nos Estados Unidos (n=30; 25,8%), Austrália (n=19; 16,3%) e Canadá (n=8; 6,9%). Entre os serviços mais frequentes prestados por farmacêuticos destacaram-se a revisão da farmacoterapia, com a identificação de problemas relacionados aos medicamentos ou discrepâncias farmacoterapêuticas (n=66; 56,9%), e a conciliação de medicamentos (n=17; 14,6%). A maioria dos estudos relatou desfechos de processo (n=95; 81,9%). Em termos de desfechos clínicos, 35 estudos (30,2%) relataram melhorias, como redução nas taxas de hospitalizações (n=6; 17,1%), melhora em parâmetros laboratoriais (n=4; 3,4%), redução de mortes (n=4; 3,4%), menor número de reinternações e risco de ocorrências (n=3; 8,6%), reduções em atendimentos de emergência (n=3; 8,6%) e melhora nos níveis pressóricos (n=3; 8,6%). Quanto aos desfechos econômicos, 14 estudos (12,1%) destacaram redução de custos, incluindo diminuição de despesas hospitalares e médicas (n=5;

35,7%), economia em medicamentos prescritos (n=3; 21,4%), intervenções e atividades farmacêuticas (n=2; 14,2%) e desprescrição de medicamentos (n=1; 7,1%). Os resultados obtidos evidenciam que a atuação do farmacêutico em VDs contribui para a melhoria dos desfechos clínicos dos pacientes e para a racionalização dos gastos em saúde. Esses achados reforçam a necessidade de integrar o farmacêutico na prática de VDs, considerando o impacto positivo de sua atuação na recuperação da saúde dos pacientes e na eficiência dos recursos públicos em saúde.

ANÁLISE DAS NEOPLASIAS ENTRE ADOLESCENTES BRASILEIROS, 2021

Maria Eduarda de Oliveira, Danielly Araújo Souza, Letícia Paula Lopes, Maria Eduarda Perpétuo Vilano, Heluara Santos Soares, Ludilaine Cristina da Fonseca, Silmara Nunes Andrade, Gabriela Gonçalves Amaral

As neoplasias compreendem um grupo de mais de 100 doenças caracterizadas pelo crescimento desordenado e exacerbado de células atípicas, com capacidade de invadir outros tecidos e órgãos. Com o aumento da exposição a agentes carcinogênicos, a incidência dessas doenças tem crescido progressivamente, evidenciando peculiaridades na manifestação em diferentes faixas etárias. No caso de crianças e adolescentes, os fatores de risco, etiologia e causas externas diferem significativamente dos pacientes adultos. Assim, o presente estudo teve como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico e clínico de adolescentes com neoplasia no Brasil. Trata-se de um estudo transversal descritivo, baseado no Registro Hospitalar de Câncer da Fundação Oncocentro de São Paulo. Foram incluídas informações de adolescentes de 12 a 17 anos diagnosticados com neoplasias em 2021, excluindo-se dados incompletos ou com erros de digitação. A análise descritiva foi realizada com o software Microsoft Excel. Por utilizar dados de domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Em 2021, foram diagnosticados 220 casos de neoplasias em adolescentes provenientes de diferentes regiões do Brasil, sendo a maioria do estado de São Paulo (n=178; 80,9%). Desses, 122 (55,5%) eram homens e 98 (44,5%) mulheres. As faixas etárias mais acometidas foram 16 anos entre os homens (n=30; 14,6%) e 17 anos entre as mulheres (n=23; 10,5%). Quanto à escolaridade, 34,1% (n=75) dos pacientes apresentavam ensino fundamental incompleto. A maioria não possuía diagnóstico ou tratamento prévio (n=146; 66,4%), enquanto 33,6% (n=74) não estavam em tratamento no momento do estudo. As neoplasias mais prevalentes foram as de medula óssea (n=60; 27,3%), seguidas por ossos longos dos membros inferiores e articulações (n=22; 10%), linfonodos de cabeça, face e pescoço (n=22; 10%) e glândula tireoide (n=11; 5%). A confirmação microscópica foi o método diagnóstico mais utilizado (n=214; 97,3%), com destaque para o Sistema Único de Saúde (SUS), responsável pela maior parte dos atendimentos diagnósticos (n=182; 82,7%). A análise dos dados evidenciou uma predominância de neoplasias em adolescentes do sexo masculino, reforçando a importância de compreender o perfil sociodemográfico e clínico dessa população para a implementação de estratégias mais eficazes de prevenção e tratamento. Estabelecer medidas direcionadas às necessidades específicas dos adolescentes é fundamental para garantir uma abordagem holística e assertiva, promovendo melhores resultados em saúde e maior qualidade de vida.

ANÁLISE DO ATENDIMENTO ÀS NEOPLASIAS MALIGNAS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL, 2019 A 2022

Maria Eduarda de Oliveira, Danielly Araújo Souza, Letícia Paula Lopes, Maria Eduarda Perpétuo Vilano, Heluara Santos Soares, Ludilaine Cristina da Fonseca, Silmara Nunes Andrade, Gabriela Gonçalves Amaral

As neoplasias abrangem mais de cem tipos de doenças malignas caracterizadas pelo crescimento desordenado e incontrolável de células. Nos últimos anos, tornaram-se uma das principais causas de mortalidade global, com destaque para os cânceres de pulmão, mama, cólon e reto, e próstata em termos de prevalência. O aumento contínuo das taxas de incidência evidencia a necessidade de estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento para enfrentar esse desafio global de saúde. Nesse contexto, é essencial investigar se o atendimento para diagnóstico e tratamento das neoplasias está sendo ofertado de forma equânime pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, este estudo objetivou analisar os fatores associados ao atendimento de neoplasias malignas em um hospital público da região Sudeste do Brasil. Trata-se de um estudo transversal analítico realizado com dados do Registro Hospitalar de Câncer da Fundação Oncocentro de São Paulo. Foram coletadas informações de pacientes com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos, diagnosticados com neoplasias entre 2019 e 2022, excluindo-se dados incompletos ou com falhas de digitação. As variáveis foram processadas e analisadas utilizando o software Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 20.0. Para observar associações entre variáveis clínicas e sociodemográficas e as variáveis dependentes – tempo entre a primeira consulta e o diagnóstico (≤ 30 dias) e tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento (≤ 60 dias) –, aplicou-se o teste qui-quadrado. No período analisado, foram diagnosticados 151.898 casos de neoplasias, predominando pacientes do sexo feminino e com idades entre 61 e 80 anos. O SUS teve destaque na oferta dos diagnósticos, e os cânceres de mama, próstata, cólon e reto foram os mais prevalentes. Entre os tratamentos realizados, o tratamento cirúrgico foi o mais frequente. Pacientes com idade igual ou superior a 60 anos, sem metástase, com diagnóstico mas sem tratamento, e aqueles atendidos na rede privada tiveram maior probabilidade de obter diagnóstico em um tempo ≤ 30 dias. De forma similar, pacientes atendidos na rede privada, com diagnóstico e sem tratamento, tiveram maiores chances de iniciar o tratamento em até 60 dias. Os resultados destacam a importância de considerar fatores clínicos e sociodemográficos na abordagem e prevenção das neoplasias, bem como na adoção de estratégias para garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos pelas leis nº 13.896 e nº 12.732, que regulam os tempos máximos para diagnóstico e início do tratamento. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que promovam equidade no acesso e agilidade no atendimento, contribuindo para a redução da mortalidade e melhora na qualidade de vida dos pacientes.

PANORAMA DE MORTALIDADE MATERNA EM MINAS GERAIS, 2017 A 2021

Maria Eduarda de Oliveira, Danielly Araújo Souza, Letícia Paula Lopes, Maria Eduarda Perpétuo Vilano, Heluara Santos Soares, Ludilaine Cristina da Fonseca, Silmara Nunes Andrade, Gabriela Gonçalves Amaral

A vigilância do óbito constitui um instrumento essencial para a compreensão de indicadores de saúde, possibilitando uma análise multidimensional das circunstâncias biológicas e psicossociais das populações. O índice de mortalidade materna, em particular, é um indicador direto da qualidade de vida. Nesse contexto, a delimitação sociodemográfica emerge como uma aliada estratégica na formulação de políticas e estratégias voltadas à saúde materna, promovendo ações preventivas e de promoção da saúde. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil sociodemográfico e clínico dos óbitos maternos em Minas Gerais. Trata-se de um estudo transversal descritivo, realizado com base nos dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde. Foram analisados os óbitos maternos notificados entre 2017 e 2021 no estado de Minas Gerais, excluindo-se aqueles com dados incompletos ou erros de digitação. A análise descritiva foi realizada utilizando o software Microsoft Excel. Não houve necessidade de apreciação ética, pois os dados utilizados são de domínio público. Entre 2017 e 2021, foram notificados 723 óbitos maternos em Minas Gerais, com o maior número de registros em 2021 (2017: n=118; 2018: n=135; 2019: n=115; 2020: n=126; 2021: n=229). Quanto ao perfil sociodemográfico, 49,9% (n=361) das mulheres tinham ensino fundamental completo, 50,8% eram pardas (n=367) e 44,4% casadas (n=321). A faixa etária mais acometida foi entre 30 e 39 anos (n=362; 50,1%). A maioria das mortes ocorreu durante o puerpério, até 42 dias após o parto (n=443; 61,3%). Em relação às causas, os óbitos obstétricos estiveram predominantemente associados a mortes maternas diretas (n=424; 58,6%) e indiretas (n=276; 38,2%). O ambiente hospitalar foi o local mais frequente dos óbitos (n=688; 95,1%), e 98,6% (n=713) dos casos foram investigados. Conclui-se que, entre 2017 e 2021, os óbitos maternos em Minas Gerais ocorreram principalmente entre mulheres não brancas, com idade entre 30 e 39 anos e escolaridade limitada ao ensino fundamental. A prevalência de mortes maternas diretas, ocorridas majoritariamente em hospitais, destaca a necessidade de intervenções que assegurem saúde e segurança materna antes, durante e após o parto, sobretudo no ambiente hospitalar. A atualização das informações não foi possível devido à indisponibilidade de dados recentes.

SUPERFÍCIES REDISTRIBUIDORAS DE PRESSÃO NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO EM PACIENTES CRÍTICOS PEDIÁTRICOS: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Cintia Rosa Arenhaldt, Daniel Demétrio Faustino da Silva

As lesões por pressão são um problema global de saúde pública, refletindo a qualidade da assistência nos serviços de saúde e estando diretamente relacionadas às boas práticas de enfermagem.

As superfícies especiais de manejo da pressão (SEMP) são tecnologias preventivas para essas lesões, particularmente em pacientes críticos pediátricos. Este estudo teve como objetivo mapear, identificar e sintetizar sistematicamente a literatura sobre as SEMP utilizadas nesse grupo, abordando suas características, variações e resultados. A pesquisa utilizou uma revisão de escopo baseada na metodologia do Joanna Briggs Institute e nos critérios PRISMA-ScR, registrada no Open Science Framework (OSF) sob o código osf.io/jt8uw. Uma busca ampla, com descritores DeCS/MeSH, identificou 192 publicações em português, inglês e espanhol, sem limite temporal, nas bases Medline/PubMed, Embase, BVS, Google Acadêmico e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Após a exclusão de duplicatas e artigos irrelevantes, a amostra final compreendeu 20 estudos, dos quais 45% foram publicados em periódicos norte-americanos. Os resultados indicaram que pacientes pediátricos de 0 a 4 anos têm maior risco de lesão por pressão na região occipital. Colchões de espuma foram os mais utilizados, enquanto sobreposições com superfícies de apoio estáticas e dinâmicas, combinadas a medidas preventivas e equipes capacitadas, mostraram-se mais eficazes e econômicas do que superfícies de baixa perda de ar ou ar alternado. Sobreposições de ar alternado com células pequenas, argolas/donuts e coxins de água, ar ou sólidos foram contraindicados. Por outro lado, superfícies de apoio em gel demonstraram ajudar na prevenção de lesões por pressão. Enfermeiros desempenham papel crucial na avaliação do risco cutâneo de pacientes pediátricos e neonatais, recomendando as melhores superfícies disponíveis e implementando bundles de cuidados preventivos baseados em evidências científicas. Essas intervenções são essenciais para minimizar agravos em lesões evitáveis e frequentes. Os resultados deste estudo contribuem para a prática profissional e fornecem subsídios para decisões de gestores na incorporação de tecnologias de saúde.

ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA E LABORAL DOS VACINADORES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Júlia Lodigiani Rodrigues Bragança, Thayane Ingrid Xavier de Andrade, Rafaela Maria Correa Cardoso, Ilda Conceição de Araújo, Bárbara Samelyne de Oliveira Melo, Silmara Nunes Andrade, Valéria Conceição de Oliveira, Ione Carvalho Pinto, Gabriela Gonçalves Amaral

A vacinação no Brasil é uma das principais ações das Unidades de Atenção Primária à Saúde, sendo a equipe de enfermagem responsável por todas as etapas desse processo. Dados do Conselho Federal de Enfermagem apontam que, até 15/04/2024, havia 3.000.805 profissionais de enfermagem registrados no país, distribuídos entre 466.758 auxiliares, 1.795.540 técnicos, 738.121 enfermeiros e 386 obstetritz. Apesar da significativa participação desses profissionais na vacinação, pouco se conhece sobre o perfil específico dos trabalhadores envolvidos nesse processo. Assim, este estudo buscou descrever o perfil sociodemográfico e laboral dos profissionais que atuam nas salas de vacinação das Unidades de Atenção Primária à Saúde no Brasil. O estudo, de caráter transversal e descritivo, foi realizado em 80 municípios brasileiros entre 2021 e 2022. Incluiu profissionais da rede pública, atuantes em salas de vacinação urbanas e rurais, com experiência mínima de seis meses, sendo considerado um profissional por sala. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas telefônicas ou via link enviado por aplicativo

de comunicação. A análise foi feita com estatística descritiva. O estudo foi aprovado por Comitês de Ética em Pesquisa (pareceres n.º 4.610.079, n.º 4.747.228 e n.º 4.812.197). Participaram do estudo 278 vacinadores, majoritariamente mulheres (89,9%), com faixa etária predominante entre 31 e 40 anos (40,6%). Cerca de 50% eram enfermeiros(as), e grande parte possuía vínculo contratual efetivo (36,7%), jornada de trabalho entre 31 e 40 horas semanais (83,1%), e de dois a cinco anos de experiência na função (33,4%). Notou-se a ausência de escala de trabalho em 66,1% dos casos. Em relação à capacitação em vacinação, 47,1% dos participantes relataram ter recebido treinamento após 2020. Os resultados indicam que a equipe de vacinadores é composta majoritariamente por mulheres jovens e evidencia um distanciamento significativo do enfermeiro em atividades associadas à vacinação. Além disso, os profissionais enfrentam condições de precarização e sobrecarga de trabalho. Este estudo oferece um panorama atual sobre a equipe de vacinadores no Brasil, contribuindo para análises dos processos de trabalho e decisões relacionadas à atuação desses profissionais.

LESÃO AUTOPROVOCADA E IDEAÇÃO SUICIDA EM ADOLESCENTES ESCOLARES: NOTA PRÉVIA

Lairany Monteiro dos Santos, Andressa da Silveira, Leila Mariza Hildebrandt, Andreina Oliveira de Freitas, João Fernando Rodrigues Lucho, Alessandra Padilha Melo, Raiana Oliveira Franceschi

A adolescência é um período de mudanças e maturação biopsicossocial, influenciado por condições socioeconômicas, relações interpessoais, exposição a drogas e violência, bullying e cobranças sociais, fatores que podem interferir diretamente no desenvolvimento do adolescente. Internacionalmente, considera-se adolescente o indivíduo entre 10 anos e 19 anos, 11 meses e 29 dias. O ambiente social e as experiências negativas vivenciadas na instituição escolar, somados aos estressores característicos dessa etapa, podem intensificar o sofrimento psíquico, levando a comportamentos prejudiciais à saúde, como autolesões e ideações ou tentativas de suicídio. Diante disso, destaca-se a necessidade de reconhecer os fatores associados, bem como as percepções dos adolescentes acerca de comportamentos autodestrutivos e ideações suicidas. Nesse contexto, este estudo propõe responder à seguinte questão: qual a percepção e as características associadas às autolesões praticadas por adolescentes escolares? O objetivo é compreender a percepção de adolescentes escolares que apresentam comportamentos autodestrutivos, além de identificar os fatores associados a tais práticas. A pesquisa será de campo, com abordagem qualitativa e exploratória, vinculada ao projeto matricial “Cuidado de Enfermagem e Educação em Saúde com crianças e adolescentes na Escola”. Será realizada entre junho e julho de 2024, envolvendo adolescentes entre 10 e 19 anos que apresentem histórico de sofrimento ou adoecimento mental com comportamentos autodestrutivos, estejam matriculados no cenário do estudo e tenham sido indicados pela equipe escolar. O cenário da pesquisa será uma escola pública localizada na zona urbana de um município do noroeste do Rio Grande do Sul, referência para um bairro socialmente vulnerável. A coleta de dados será conduzida com um roteiro semiestruturado composto por perguntas sobre a caracterização dos participantes, fatores associados às lesões autoprovocadas, presença de ideação suicida e rede de apoio. As entrevistas serão transcritas na íntegra e analisadas por meio de

análise de conteúdo. A saturação de dados será utilizada como critério para encerrar as entrevistas. O estudo seguirá os preceitos éticos e legais das Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016, com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (parecer n.º 4.879.918). Os participantes e/ou responsáveis receberão termos de assentimento e consentimento. Espera-se que os resultados identifiquem as características associadas às autolesões e a presença ou ausência de ideias suicidas entre adolescentes escolares. Com base nos achados, o estudo poderá contribuir para qualificar a atenção à saúde dos adolescentes nas escolas, reduzir o sofrimento psíquico, melhorar a qualidade de vida e ampliar o acesso desse público a serviços de saúde especializados.

PRÁTICA DA DOCÊNCIA ASSISTIDA NO CENTRO CIRÚRGICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Luiza de Araujo Guedes, Vanessa Carla do Nascimento Gomes Brito, Andressa Rállia Aquino Soares, Dayara Ainne de Sousa Araújo, Quenia Camille Soares Martins

A docência assistida é uma estratégia essencial para fomentar o ensino e a pesquisa entre discentes de pós-graduação, contribuindo para o desenvolvimento e qualificação durante a formação acadêmica. Este estágio assegura aos programas de pós-graduação stricto sensu a qualidade no processo de formação de docentes universitários. Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência de uma enfermeira, discente do programa de pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), durante seu estágio de docência assistida em um hospital universitário referência na atenção integral à saúde materno-infantil, localizado no estado do Rio Grande do Norte. O relato descreve a vivência da pós-graduanda, mestranda em Enfermagem pela UFRN, durante a realização do estágio de docência assistida. A experiência ocorreu no primeiro semestre do ano vigente, com uma turma do sexto período do curso de Enfermagem, no componente curricular “Atenção Integral à Saúde na Média Complexidade”, da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), em Santa Cruz (RN). A turma foi organizada em pequenos grupos que se revezavam em nove campos de prática, incluindo o Centro Cirúrgico (CC) da Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB). Durante dois meses, as práticas ocorreram três dias por semana, com dois grupos vivenciando as atividades no CC semanalmente. A pós-graduanda, acompanhada diariamente pela docente responsável pela disciplina, conduzia diversas atividades com os discentes. Inicialmente, realizava a apresentação do setor, abordando a estrutura do CC, a equipe e suas respectivas funções, além dos procedimentos de rotina. Entre as atividades, destacaram-se o acolhimento e admissão de pacientes que seriam submetidos a cirurgias, monitorando sinais vitais e, quando necessário, realizando cateterismo vesical em casos de cesáreas ou cirurgias ginecológicas. Os alunos também participaram da instrumentação cirúrgica, experiência que incluiu a escovação cirúrgica, a preparação da mesa de instrumentação e o auxílio ao cirurgião. Além disso, foram orientados sobre as atribuições do enfermeiro circulante no bloco cirúrgico. Outra etapa importante foi a vivência na sala de recuperação pós-anestésica (SRPA), onde os alunos acompanharam cuidados como monitoramento de sinais vitais em intervalos específicos, troca de curativos, punções venosas, cuidados com recém-nascidos e evolução de enfermagem. Essas práticas proporcionaram uma

visão abrangente das rotinas e desafios do ambiente hospitalar. A docência assistida demonstrou ser uma experiência enriquecedora para a formação do aluno de pós-graduação, promovendo crescimento profissional ao exigir não apenas conhecimentos técnico-científicos, mas também o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais.

INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM EM TRABALHADORES COM DORT: REFLEXÃO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SAÚDE

Maria Luiza de Araujo Guedes, Vanessa Carla do Nascimento Gomes Brito, Andressa Rália Aquino Soares, Dayara Ainne de Sousa Araújo, Quenia Camille Soares Martins

Os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são patologias que resultam de cargas excessivas de atividades laborais, levando ao acúmulo de pequenos traumas nas estruturas do sistema osteomuscular. Esse processo ocasiona um desequilíbrio funcional no trabalhador, impactando negativamente sua qualidade de vida tanto no ambiente produtivo quanto fora dele. Este estudo descritivo, do tipo análise teórica-reflexiva, aborda as intervenções de enfermagem em trabalhadores com DORT e a evolução histórica da saúde. Desenvolvido como produto final da disciplina “Bases Filosóficas e Teóricas de Enfermagem na Atenção à Saúde” do mestrado acadêmico em Enfermagem no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, busca refletir sobre as práticas relacionadas ao cuidado desse público. As intervenções de enfermagem voltadas aos trabalhadores com DORT ressaltam a importância de atividades de promoção à saúde. Durante consultas realizadas pela enfermeira do trabalho, são prescritas ações como intervenções ergonômicas e a participação em programas de exercícios no ambiente laboral, conhecidos como ginástica laboral. As intervenções ergonômicas visam aplicar normas e regras no ambiente de trabalho, promovendo ajustes no espaço físico, nos equipamentos e nas máquinas, de forma a reduzir os danos à saúde do colaborador. Já a ginástica laboral consiste em práticas físicas realizadas durante intervalos da jornada de trabalho, com foco em alongamentos, relaxamentos e exercícios que promovam a flexibilidade muscular e articular, prevenindo DORT, Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e outras patologias ocupacionais. Essas intervenções, além de seu impacto prático, relacionam-se ao modelo assistencial campanhista sanitário, que prioriza a prevenção e promoção da saúde. A abordagem visa conscientizar os trabalhadores sobre os riscos aos quais estão expostos, tornando-os protagonistas do autocuidado em associação com a assistência prestada pela enfermeira do trabalho. Ao adotar essas práticas, o profissional de enfermagem contribui significativamente para a saúde ocupacional, garantindo uma abordagem integrada e preventiva. Conclui-se que as intervenções de enfermagem relacionadas aos DORT estão diretamente ligadas à prevenção e promoção da saúde. Ao educar os trabalhadores sobre os sinais e sintomas dessas patologias, a enfermeira do trabalho facilita o reconhecimento precoce de alterações no processo saúde-doença. Isso permite uma investigação rápida e precisa, evitando complicações maiores e promovendo o bem-estar e a produtividade dos funcionários.

VISITA VIRTUAL HOSPITALAR NA PERSPECTIVA DE FAMILIARES DE PACIENTES INTERNADOS

Luciana Bicalho Reis, Kaick Rocha Pereira, Rachel de Freitas Wandekokem Cazelli, Jean Fabricio Sales Gomes, Rosilene Chagas Ricardo, Paula Fernandes Lobato

A Pandemia de covid-19 trouxe restrições severas, incluindo a suspensão de visitas e acompanhantes para pacientes hospitalizados, que frequentemente enfrentaram a internação sozinhos, mesmo em situações críticas, como a iminência da morte. Diante desse cenário, muitos hospitais adotaram as chamadas visitas virtuais, uma tecnologia de cuidado desenvolvida para atender à necessidade emocional de pacientes e familiares de manterem contato, mesmo durante o isolamento social. Essa prática, amplamente difundida em hospitais ao redor do mundo, permitiu visitas mediadas por dispositivos de Tecnologia de Comunicação, como chamadas de vídeo. Este estudo teve como objetivo analisar as percepções de familiares de pacientes hospitalizados sobre as visitas virtuais realizadas durante a Pandemia de covid-19. Por meio de uma abordagem qualitativa, foram entrevistados nove familiares de pacientes internados em um hospital público de Vitória/ES. As entrevistas foram gravadas, transcritas e organizadas em um único corpus textual, sendo analisadas lexicalmente com o software IRAMUTEQ, o que resultou em cinco classes temáticas: 1) “Como o familiar chegou ao hospital”; 2) “Fé e Gratidão”; 3) “Antes das visitas virtuais”; 4) “Avaliação qualitativa das visitas virtuais”; e 5) “Benefícios para o paciente das visitas virtuais”. Os participantes relataram que a suspensão das visitas e da presença de acompanhantes intensificou o sofrimento de pacientes e familiares. Apesar de reconhecerem a necessidade das medidas de isolamento social para conter o avanço da pandemia, o impacto emocional foi significativo. Nesse contexto, as visitas virtuais surgiram como um importante alívio emocional, permitindo comunicação e contato direto entre pacientes e familiares. Essa prática favoreceu a expressão de sentimentos positivos, como esperança e gratidão, e contribuiu para a redução do sofrimento mental e do estresse. Os resultados também indicam que, mesmo em casos de óbito do paciente, as visitas virtuais desempenharam um papel crucial na mitigação do luto complicado entre os familiares. Ao promover a emergência de sentimentos positivos, essas visitas atenderam a um dos principais objetivos da psicologia hospitalar, que é a redução do sofrimento emocional. Conclui-se que as visitas virtuais se apresentam como uma modalidade eficaz de cuidado psicológico, com potencial de ser utilizada para além de contextos de emergência sanitária. Elas podem ser aplicadas em situações em que o encontro físico entre pacientes hospitalizados e seus familiares é inviável, seja por limitações geográficas ou econômicas, consolidando-se como uma tecnologia leve de cuidado com benefícios emocionais amplamente reconhecidos.

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE GESTANTES INDÍGENAS, ASSISTIDAS PELAS EQUIPES DE SAÚDE DO DSEI ALTO RIO SOLIMÕES, AMAZONAS

Janayla Bruna Oliveira de Aguiar, Júlio Cesar Schweickardt, Cristiane Ferreira da Silva,
Reginaldo Conceição da Silva, Sediél Andrade Ambrosio

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) desempenha um papel essencial no acompanhamento do estado nutricional da população indígena nos Distritos Sanitários, visando identificar e abordar problemas relacionados à alimentação e nutrição. Essa vigilância é crucial para o planejamento de estratégias eficazes no enfrentamento de agravos nutricionais. Localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, o Distrito Sanitário Indígena Alto Rio Solimões (DSEI-ARS) atende 73.386 indígenas residentes em 241 aldeias, organizadas em 16 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) e 13 polos-base (PB), distribuídos em sete municípios da região. As Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) realizam o acompanhamento de gestantes indígenas no contexto da VAN, especialmente durante as consultas de pré-natal. Nesse processo, são avaliados indicadores como peso e estatura, permitindo a classificação do estado nutricional com base na tabela de Índice de Massa Corporal (IMC) ajustada por semana gestacional (IOM, 1992). Esse acompanhamento nutricional mensal possibilita o monitoramento contínuo e a avaliação periódica das gestantes, orientando a implementação de ações para a promoção da saúde e prevenção de agravos. O objetivo deste estudo foi analisar o estado nutricional de gestantes indígenas acompanhadas pelas EMSI do DSEI-ARS. Entre janeiro e dezembro de 2023, foram identificadas 2.313 gestações finalizadas, das quais 2.210 mulheres realizaram acompanhamento nutricional, correspondendo a uma cobertura de 95,54%. Entre as gestantes avaliadas, 399 (18,05%) apresentaram baixo peso e 385 (17,42%) foram classificadas com sobrepeso, evidenciando desvios nutricionais significativos. Esses resultados apontam para um quadro preocupante de insegurança e desequilíbrio alimentar e nutricional na população indígena. Tanto o déficit nutricional quanto o sobrepeso indicam situações que comprometem a saúde das gestantes e de seus bebês. O estado nutricional reflete o equilíbrio entre o consumo de nutrientes e o gasto energético necessário para atender às demandas metabólicas do corpo. Durante a gestação, o ganho de peso adequado é essencial para uma gravidez saudável, impactando diretamente a saúde materna e fetal. O ganho excessivo de peso, por sua vez, pode levar a complicações como parto prolongado, pré-eclâmpsia, diabetes gestacional e necessidade de cesariana. Diante disso, ressalta-se a importância do planejamento de ações específicas para enfrentar a insegurança alimentar na região do Alto Rio Solimões, no Amazonas. Tais ações devem buscar não apenas melhorar o estado nutricional das gestantes indígenas, mas também promover condições que favoreçam uma gestação saudável, com reflexos positivos na saúde materna e infantil.

SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DE UMA REDE DE SAÚDE

Luciana Bicalho Reis, Alexandra Iglesias, Luiza H. de Castro Victal e Bastos, Mayara Ciciliotti da Silva

O cuidado de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, mesmo após a Reforma Sanitária e Psiquiátrica, permaneceu marginalizado nas políticas públicas brasileiras. Em 2001, a partir da III Conferência Nacional de Saúde Mental e da Lei 10.216, iniciou-se a discussão sobre a necessidade de uma política específica de Saúde Mental (SM) infantojuvenil, baseada em um modelo assistencial territorial e comunitário, o que permitiu a universalização do acesso aos serviços e cuidados em SM. Esse movimento resultou na formulação de princípios norteadores para uma Política Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil, expressos em documentos oficiais do Ministério da Saúde. Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada em uma cidade do Sudeste, cujo objetivo foi discutir as dificuldades e potencialidades de uma Rede de Saúde Mental voltada para crianças e adolescentes, identificando como os profissionais compreendem e operacionalizam os princípios dessa política. Foram realizados cinco grupos focais, com a participação de 43 trabalhadores, incluindo psicólogos, assistentes sociais, médicos, enfermeiros e fonoaudiólogos inseridos em diferentes níveis de atenção. As discussões foram gravadas, transcritas e analisadas lexicalmente pelo software IRAMUTEQ, originando quatro classes: “O que é ser criança e adolescente?”, “Do que sofrem as crianças e adolescentes?”, “Sobre a relação entre os serviços” e “Potencialidades e desafios da Rede de Saúde Mental”. Os resultados apontaram dificuldades em articular e compartilhar o cuidado, frequentemente fragmentado, especialmente no que tange às ações intersetoriais. O Capsij foi identificado como prioritário no acolhimento, mas com dificuldades em efetivar o cuidado na Atenção Básica (AB). Observou-se ainda a predominância do paradigma biomédico nas práticas e concepções sobre infância e adolescência, marcadas pela ideia de falta e incompletude. Contudo, os participantes relataram movimentos de ruptura com essa lógica, impulsionados por tecnologias como o matriciamento, espaços de discussão coletiva e ações colaborativas entre trabalhadores de diferentes formações. O cuidado no território e a valorização das histórias de vida foram apontados como direções éticas fundamentais. A centralidade do Capsij como referência no acolhimento foi destacada, embora tenha gerado dificuldades para a AB na oferta de cuidados. Conclui-se que a complexidade da atenção em SM para crianças e adolescentes demanda o fortalecimento contínuo da Atenção Básica e de ações intersetoriais que promovam uma clínica ampliada, permitindo um cuidado mais integrado e efetivo para essa população.

ANÁLISE HISTÓRICA DE UMA ESCOLA DO SUS

Isabel Cristina de Moura Leite, Ana Lúcia Abrahão da Silva

A função das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) é formar recursos humanos de nível médio para o setor de saúde do SUS, tomando as práticas em saúde como referência e promovendo o ensino em serviço como estratégia para a consolidação e fortalecimento da rede. Para o desenvolvimento

e fortalecimento dessas escolas, é crucial alterar o modelo de gestão, garantindo autonomia, execução eficiente de recursos e a continuidade da formação pedagógica e dos cursos. Contudo, a maioria das Escolas Técnicas enfrenta entraves burocráticos e sofre impactos negativos de questões políticas locais. A ausência de autonomia administrativa e financeira, além da limitação no poder decisório, dificulta a articulação e a gestão da formação. Este estudo tem como objetivo analisar o processo de institucionalização de uma escola de formação técnica do SUS, com base em sua trajetória histórica até os dias atuais. Este trabalho é um recorte de uma tese de doutorado desenvolvida no Programa Acadêmico das Ciências do Cuidado em Saúde (PAACCS) na EEAAC/UFF. Nele, foi realizada uma análise socio-histórica de uma escola de formação técnica do SUS localizada no estado do Rio de Janeiro, com o propósito de compreender seu processo de institucionalização, papel social, historicidade e impacto formativo no âmbito do SUS. A história, nesse contexto, foi utilizada como um dispositivo de conhecimento e reflexão crítica. O referencial teórico e metodológico adotado foi o da Análise Institucional na perspectiva socio-histórica, com foco na ampliação do entendimento sobre fatos históricos que influenciam o presente. Essa abordagem qualitativa se dedicou a investigar a história das práticas profissionais na formação em saúde no SUS, integrando aspectos teóricos e empíricos. Entre 2022 e 2023, foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica sobre a criação da escola, além do uso de um diário da pesquisadora para registro de encontros com profissionais. Também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com alunos, ex-alunos, funcionários, ex-funcionários e gestores da instituição. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFF sob o número CAAE 52955621.1.0000.5243. Os resultados mostram que a trajetória da escola, com mais de 35 anos, é marcada por desafios significativos, como a falta de financiamento e a precarização do SUS, que dificultam suas atividades e a descentralização do ensino. Interferências institucionais têm impactado negativamente os processos formativos dos trabalhadores da rede, contribuindo para a fragmentação do conhecimento. A integração entre ensino e serviço enfrenta obstáculos, enquanto a autonomia administrativa e de gestão permanece limitada. A pesquisa também revelou implicações pessoais e afetivas com a instituição, que moldaram as diferentes vivências dos participantes no processo de constituição da memória da escola. Como considerações finais, o resgate da história da escola, enquanto integrante da ETSUS, oferece um olhar crítico-reflexivo sobre um dos movimentos que contribuíram para a formulação e execução da política de qualificação e formação técnica em saúde para os trabalhadores, essencial para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. As reflexões trazidas por esta investigação possibilitaram uma compreensão mais profunda das estruturas micropolíticas e macropolíticas que permeiam a instituição.

VIVÊNCIA DE RESIDENTES MULTIPROFISSIONAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Caroline Ruviero Dalmolin, Bianca Rodrigues Strom, Livia Ribas Radaelli

A atuação multiprofissional em saúde é essencial para o cuidado integral da população. Nesse contexto, a residência multiprofissional com ênfase em saúde da família qualifica a formação de

profissionais e a integralidade do cuidado biopsicossocial. Este trabalho busca descrever a experiência multiprofissional dos núcleos de enfermagem, fonoaudiologia e psicologia em uma Estratégia Saúde da Família (ESF) no município de Santa Maria/RS, através do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O trabalho interdisciplinar ocorre em acolhimentos e consultas de pré-natal, puericultura e pacientes crônicos, com participação de profissionais de diferentes áreas, além de consultas específicas de cada núcleo. A vivência da residência também inclui ações do Programa Saúde na Escola (PSE), grupos de usuários e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), visitas domiciliares, busca ativa de usuários em listas de espera do município e participação em reuniões de equipe e de território. Os resultados evidenciam o potencial do trabalho interdisciplinar na ESF, promovendo uma troca de saberes entre residentes e a equipe mínima de saúde, enriquecendo as práticas profissionais. Entretanto, desafios como a falta de espaço físico e recursos para avaliações, atendimentos e triagens dificultam a qualidade do cuidado, exigindo maior organização dos profissionais e usuários para atender às demandas. Conclui-se que a residência multiprofissional amplia o conhecimento em áreas consideradas especializadas e escassas nas unidades básicas de saúde. Ressalta-se a importância de uma boa gestão para otimizar os recursos e sanar carências da equipe mínima, fortalecendo o cuidado aos usuários. Além disso, a articulação com outras unidades e serviços especializados é indispensável para fortalecer a Rede de Atenção à Saúde. Apesar dos desafios, a residência possibilita crescimento profissional e pessoal por meio da integração entre ensino e serviço, promovendo trocas de saberes entre profissionais, residentes, estagiários e usuários.

GRUPO DOCE CUIDADO: UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA COM PACIENTES DIABÉTICOS NA APS

Luciana Bicalho Cevolani Pires, Leticia Santos Silva, Rafaela Ramos Rocha,
Debora Damasceno, Marilza Cotta Lovatti Mancini

A Federação Internacional de Diabetes estimou, em 2019, que 463 milhões de pessoas entre 20 e 79 anos viviam com Diabetes Mellitus (DM) no mundo, número que poderá alcançar 700,2 milhões até 2045. Indivíduos com DM e hiperglicemia persistente apresentam maior risco de complicações, que acarretam custos elevados com tratamento, redução da qualidade de vida e aumento da mortalidade. No Brasil, a Atenção Primária à Saúde (APS), como porta de entrada ao Sistema Único de Saúde (SUS), desempenha papel fundamental nesse contexto, sendo a referência inicial para tratamento e prevenção. Um cuidado eficiente na APS pode reduzir hospitalizações e mortes relacionadas às complicações do DM. Este estudo teve como objetivos verificar o impacto e a adesão às atividades de autocuidado após atendimentos em grupo para pessoas com DM, avaliar a melhoria subjetiva nos indicadores de saúde após a aplicação de auriculoterapia, desenvolver uma horta comunitária na Unidade Básica de Saúde (UBS) para distribuir mudas aos pacientes, promover oficinas culinárias para elaboração de receitas saudáveis e prevenir, identificar e tratar manifestações orais decorrentes do DM. A intervenção foi realizada ao longo de seis meses com pacientes diabéticos da UBS Valparaíso, às quintas-feiras, a cada 14 dias, às 8h. O plano foi estruturado a partir da identificação da baixa adesão ao

tratamento pelos pacientes, que relataram dificuldades nesse processo. Com base nisso, foi elaborado um cronograma contendo temas, datas e equipes responsáveis. Entre os temas abordados pela equipe multiprofissional estavam: cuidado com o pé diabético, Guia Alimentar para a População Brasileira, interpretação de rótulos nutricionais, combate ao sedentarismo, saúde bucal, saúde mental, primeiros socorros, uso de medicamentos e cuidado com feridas. Em todos os encontros, os participantes receberam auriculoterapia e participaram de uma Oficina Culinária realizada na Faculdade Multivix. Os resultados alcançados após seis meses do Grupo Doce Cuidado foram significativos. Sessenta pacientes participaram do projeto, dos quais 12 apresentaram redução da glicemia capilar pós-prandial de 300 mg/dL para 100 mg/dL, além de redução de peso e pressão arterial. No primeiro encontro, seis pacientes tinham glicemia superior a 350 mg/dL, enquanto no último encontro nenhum ultrapassava 200 mg/dL. Houve maior integração da equipe no manejo da horta comunitária, possibilitando a distribuição de mudas aos pacientes. Além disso, foi possível organizar consultas e exames atrasados para cumprir o Programa Hiperdia, enquanto os participantes demonstraram entusiasmo em aprender sobre o autocuidado. Conclui-se que é imprescindível melhorar os cuidados e tratamentos dos pacientes com DM no município de Cariacica por meio de projetos educativos, promoção de práticas nutricionais efetivas, monitoramento contínuo e terapias que visem a melhoria da qualidade e expectativa de vida dessa população.

CAFÉ PEDAGÓGICO: UMA ESTRATÉGIA DE ACOLHIMENTO, ALINHAMENTO E PERTENCIMENTO

Adriana Brendler Romano de Oliveira, Ana Cléia de Freitas Teixeira Goes, Cleide Henriqueta Praxedes Fernandes, Clicia de Sousa Cardoso Pitangueira, Dera Carina Bastos Costa, Iolanda Nogueira de Souza, Liane Gomes Menezes de Araújo, Milena Guimarães Gama Assis, Noemi Cristiane Firpo Fontes

O relato de experiência descreve a implementação do Café Pedagógico como uma estratégia inovadora de acolhimento, alinhamento e fortalecimento do sentimento de pertencimento entre docentes e mediadores do Curso de Especialização em Saúde Pública, promovido pela Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA). Esse curso, de oferta permanente e regionalizada, busca qualificar profissionais de saúde para o SUS/Bahia, contribuindo para ressignificar práticas nos territórios e fortalecer a Rede de Atenção à Saúde. Na sua quinta edição, o curso alcançou maior abrangência, ampliando o número de vagas e envolvendo oito dos nove Núcleos Regionais de Saúde (NRS) da Bahia, além das turmas centralizadas em Salvador, formadas por profissionais da Rede SESAB e discentes da Fundação Estatal Saúde da Família. Com o aumento da oferta, cresceu também o número de mediadores, demandando mudanças na gestão e no formato dos encontros, antes realizados individualmente com mediadores e sem a participação dos docentes. Com o objetivo de promover integração e alinhamento, a coordenação do curso idealizou o Café Pedagógico, uma experiência híbrida realizada via plataforma Teams. Esse formato permite a participação ativa dos 26 mediadores de 45 municípios e docentes das diferentes regiões da Bahia. O encontro mensal proporciona oficinas pedagógicas voltadas para a sistematização e alinhamento do processo ensino-aprendizagem. Durante cada Café Pedagógico, o

docente responsável pelo próximo módulo apresenta o plano de aula e as estratégias metodológicas, elaborados em conjunto com a coordenação do curso. Em seguida, mediadores e coordenadores têm a oportunidade de participar ativamente, esclarecendo dúvidas e contribuindo com reflexões críticas para aprimorar o processo educativo. Essa aproximação fortalece as relações entre os atores envolvidos e permite um conhecimento prévio da temática abordada, facilitando a mediação das aulas teóricas e das atividades no ambiente virtual. Além disso, o Café Pedagógico tem promovido um sentimento de pertencimento e um aprimoramento pedagógico significativo, impactando positivamente o processo de ensino-aprendizagem, a formação dos egressos e as práticas de saúde na Rede SUS/Bahia. A experiência reflete a importância de estratégias metodológicas inovadoras para qualificação contínua no SUS, demonstrando como iniciativas colaborativas podem transformar a gestão educacional e fortalecer a atuação dos profissionais de saúde nos territórios.

EXPERIÊNCIA DE SER MULTIPLICADORA DO CONTROLE SOCIAL

Ádila Wenddy de Oliveira, Antônio Mairton Rodrigues da Silva

Este trabalho relata a experiência de atuação como multiplicadora do controle social no âmbito do projeto Participa +, desenvolvido pelo Conselho Municipal de Saúde de Senador Pompeu. O principal objetivo foi contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da realização de atividades voltadas à multiplicação das oficinas formativas do projeto. A iniciativa contou com a participação de conselheiros de saúde representando os três segmentos principais: usuários, profissionais de saúde e gestores. A condução das atividades ficou a cargo de Ádila Wenddy de Oliveira, assistente social e secretária executiva do Conselho Municipal de Saúde, e Mairton Rodrigues, líder comunitário do distrito de São Joaquim. Ambos participaram previamente do projeto Participa + e aplicaram o Plano de Multiplicação durante as reuniões do conselho. A metodologia adotada incluiu a realização de uma oficina de formação durante a reunião mensal do conselho. O encontro foi iniciado com uma dinâmica motivacional para engajar os participantes, seguida pela exposição dos conteúdos principais da Cartilha do CEAP do projeto Participa +, utilizando slides como suporte. Os conselheiros foram incentivados a participar ativamente, apresentando tópicos e interagindo durante as discussões. Ao término da oficina, foi aplicado um questionário de avaliação, cujos resultados demonstraram satisfação por parte dos participantes. Todos elogiaram a condução do encontro e expressaram interesse em participar de atividades similares no futuro. Essa experiência ressalta a importância da multiplicação do controle social como ferramenta estratégica para o fortalecimento do SUS. A participação ativa dos conselheiros e o retorno positivo recebido indicam o impacto dessas ações na conscientização e no engajamento dos atores sociais, contribuindo para a defesa e consolidação dos princípios que sustentam o sistema de saúde brasileiro.

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL: APRENDENDO JUNTOS PARA TORNAR O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MAIS JUSTO E DEMOCRÁTICO

Paula Beatriz de Souza Mendonça, Lilian Bertanda Soares,
Carolina Dutra Degli Esposti, Raquel Baroni de Carvalho

As crises globais de saúde exigem respostas ágeis e efetivas dos sistemas de saúde, demandando uma formação profissional adaptada a um mundo cada vez mais interconectado. Nesse contexto, a educação em saúde nas universidades federais brasileiras, fundamentais na formação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), tem incorporado novas temáticas de ensino alinhadas às tendências globais para promover sistemas de saúde mais justos e sustentáveis. Entre essas inovações, a Educação Interprofissional (EIP) destaca-se como uma estratégia pedagógica que promove a aprendizagem conjunta de duas ou mais profissões, com foco na colaboração e no atendimento integral à pessoa. Este relato de experiência descreve a abordagem da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) na formação em EIP, vivenciada durante o estágio em docência na disciplina de introdução à EIP, oferecida entre 2022.2 e 2023.1 para os cursos da área da saúde. A disciplina envolveu professores de diversas profissões, estagiários de docência dos programas de mestrado e doutorado em Saúde Coletiva, além de estudantes de enfermagem, odontologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, nutrição e fisioterapia. As temáticas abordadas na disciplina incluíram competências colaborativas, comunicação, centralidade no paciente, clareza de papéis, resolução de conflitos, liderança colaborativa, trabalho em equipe, saúde única e o SUS como cenário interprofissional. A metodologia ativa foi empregada para estimular maior interação entre alunos e professores, com atividades que integraram exposições dialogadas, debates em grupos interprofissionais e simulações realísticas baseadas em casos reais do SUS. Essa abordagem promoveu o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes, capacitando-os para lidar com os desafios socioeconômicos que afetam a saúde da população brasileira e para oferecer uma assistência alinhada às necessidades do SUS. Os resultados confirmam o impacto positivo do ensino de EIP na formação de profissionais mais preparados para colaborar em um sistema de saúde justo e sustentável. A experiência tem impulsionado novas práticas de ensino na UFES, incluindo a ampliação do acesso à disciplina para alunos de outros cursos além do Centro de Ciências da Saúde a partir de 2024.1. Essa iniciativa reflete o potencial do ensino em EIP para transformar não apenas a formação em saúde nas universidades brasileiras, mas também contribuir para avanços no sistema de saúde global, fortalecendo a qualidade do atendimento à população.

REDE MÃES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO

Eliane de Oliveira Campos

A Lei Maria da Penha, promulgada sob o número 11.340 em 7 de agosto de 2006, é um marco legal brasileiro destinado a prevenir e combater a violência doméstica contra a mulher. Batizada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de duas tentativas de assassinato pelo marido, a lei

tornou-se símbolo da luta contra a violência doméstica no Brasil. Entre os principais pontos, destacam-se: a abrangência sobre diferentes tipos de violência, como a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; medidas de proteção à mulher, incluindo o afastamento do agressor e a proibição de aproximação da vítima e seus familiares; a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, visando maior agilidade e especialização no tratamento desses casos; e penalidades mais rigorosas para os agressores, variando de acordo com a gravidade do ato. A sociedade civil também tem um papel essencial nesse combate. Entre as ações possíveis estão a promoção de campanhas educativas sobre direitos das mulheres e igualdade de gênero, a criação de serviços de apoio como abrigos e assistência jurídica gratuita, o incentivo e a facilitação de denúncias, o estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e o monitoramento da implementação e eficácia de políticas públicas. Esses esforços complementam as medidas legais e institucionais, ajudando a construir uma cultura de respeito e igualdade. Dados recentes reforçam a gravidade da situação. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, em 2020 foram registrados 1.341 casos de feminicídio no Brasil, o que representa uma média de uma mulher assassinada a cada seis horas e meia. Esses números evidenciam a urgência de políticas eficazes de prevenção, proteção às mulheres e mudanças culturais que combatam a misoginia e o machismo enraizados na sociedade. Como bem disse Sobral Pinto: “A advocacia não é uma profissão para covardes.”

EQUIDADE PARA O MUNDO PCDS E RAROS

Oliveira Campos

A questão da equidade e inclusão para pessoas com deficiência (PcD) e para pessoas com doenças raras é crucial e desafiadora. Leis como a Lei Berenice Piana, que trata especificamente do autismo, mas é frequentemente referida em contextos mais amplos de deficiência, e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), junto com outras normativas, são projetadas para proteger os direitos e promover a inclusão dessas pessoas. No entanto, a eficácia dessas leis frequentemente esbarra em desafios práticos, como a falta de conhecimento, recursos limitados e fiscalização inadequada. A ausência de punição pelo descumprimento dessas leis pode ser atribuída a vários fatores, como o desconhecimento e a desinformação, que fazem com que instituições e indivíduos muitas vezes não estejam plenamente informados sobre suas obrigações legais em relação às PcDs. Mesmo quando há conhecimento, a falta de recursos financeiros, humanos e materiais pode impedir a implementação efetiva das normativas. Além disso, a fiscalização das leis que garantem os direitos das PcDs muitas vezes é fraca ou inconsistente, deixando as normas apenas no papel. Outro fator relevante é a cultura organizacional e a sensibilidade social em relação às necessidades das PcDs, que ainda estão em desenvolvimento, resultando em uma visão de menor prioridade para essas questões. Para que mudanças ocorram, é necessário um esforço conjunto da sociedade, incluindo a advocacia e o ativismo, com grupos de defesa pressionando por mudanças e pela aplicação mais rigorosa das leis, além de educação e conscientização, melhorias na fiscalização e apoio financeiro. Também é fundamental cuidar de quem cuida das PcDs, pois os cuidadores, sejam familiares ou profissionais, enfrentam desafios físicos, emocionais e financeiros significativos. Oferecer suporte adequado a esses cuidadores é crucial para a saúde e o bem-estar de

quem recebe e presta os cuidados. Esse apoio pode incluir suporte emocional, com acesso a grupos de apoio e serviços de saúde mental; educação e capacitação, por meio de treinamentos e recursos educacionais para cuidados mais eficientes; suporte financeiro, como subsídios ou estipêndios para aliviar o ônus financeiro do cuidado prolongado; serviços de respiro, que proporcionem períodos de descanso aos cuidadores; e políticas públicas efetivas, que reconheçam e garantam direitos trabalhistas e sociais a esses indivíduos. Para promover uma sociedade mais inclusiva, é essencial que comunidades e governos trabalhem juntos na implementação dessas medidas.

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS ACERCA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DIRECIONADA À PESSOA IDOSA NO BRASIL

Rhanna Moraes Mesquita, Rebeca Modesto Corrêa Santos, Maria Luiza Góes Barreto, Deyvylan Araujo Reis

A população idosa tem aumentado exponencialmente no Brasil, impulsionada pela redução das taxas de natalidade e fecundidade, bem como pelos avanços tecnológicos. Nesse contexto, projetos e programas de extensão universitária voltados à atenção e promoção da saúde da pessoa idosa desempenham papel fundamental para integrá-los de forma equitativa na sociedade. Este estudo objetivou identificar as evidências científicas sobre projetos e programas de extensão universitária direcionados à pessoa idosa no Brasil. Trata-se de uma revisão narrativa, cuja coleta de dados ocorreu entre março e abril de 2024, utilizando as bases de dados LILACS, BDENF e a biblioteca eletrônica SciELO. Foram empregados os descritores em saúde “idoso” e “relações comunidade-instituição”, considerando apenas publicações em português, sem delimitação temporal. Os dados foram analisados de forma descritiva. Foram identificadas 70 publicações, sendo 53 na LILACS, 14 na BDENF e três na SciELO, resultando em três artigos incluídos na revisão. As principais atividades desenvolvidas nos programas ou projetos de extensão universitária direcionados à pessoa idosa incluíram terapia comunitária, ensino sobre envelhecimento ativo, educação em saúde, exercícios físicos e atividades manuais. Os resultados apontam que os projetos e programas de extensão universitária contribuem para um envelhecimento saudável e ativo, promovendo ações que melhoram a qualidade de vida dos idosos. Contudo, as lacunas no conhecimento e a escassez de estudos específicos sobre o tema indicam a necessidade de ampliar as investigações sobre a extensão universitária e sua contribuição para a população idosa.

ACOLHIMENTO À CRISE E A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA PRODUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA UERJ

Eliane Oliveira de Andrade Paquiela, Eluana Borges Leitão de Figueiredo, Alessandra Sant’Anna Nunes

Esta pesquisa, iniciada em 2023, está em andamento e vinculada ao Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – PROCIÊNCIA, que visa valorizar a produção científica,

técnica e artística dos docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) por meio de uma bolsa especial de incentivo à produção científica. O objetivo central do estudo é analisar a produção de cuidado e acolhimento voltado às pessoas em situações de crise em saúde mental nos espaços internos dos campi da UERJ. A pesquisa busca problematizar como esses cuidados são oferecidos, considerando as especificidades das situações de crise vivenciadas pela comunidade universitária. A investigação utiliza referenciais teóricos decoloniais e da Atenção Psicossocial, enfatizando a análise das crises em saúde mental a partir de perspectivas que considerem os contextos históricos e sociais brasileiros. Essa abordagem visa propor soluções enraizadas nas experiências culturais e sociais locais. O interesse pela temática surgiu a partir da participação na Comissão de Saúde Mental, vinculada à Pró-Reitoria de Saúde (PR5) e ao Comitê de Assessoramento em Ações de Promoção da Saúde Universitária, que desenvolve propostas de cuidado e acolhimento em saúde mental para a comunidade da UERJ. No campo da saúde mental, a crise é compreendida de forma ampla, como uma experiência de sofrimento intenso e agudo, que, neste estudo, é analisada considerando a trajetória de vida do sujeito, seus territórios afetivos e sociais. A pesquisa adota as interseccionalidades como categorias analíticas, reconhecendo as múltiplas avenidas identitárias que atravessam as histórias das crises e influenciam a produção de cuidado. Metodologicamente, a pesquisa emprega a cartografia, fundamentada na Análise Institucional de linha esquizoanalítica, conforme os filósofos Deleuze, Guattari e Suely Rolnick. Essa abordagem pressupõe a não separação entre objeto de estudo e pesquisadora, valorizando as interferências e os afetos vivenciados no processo investigativo. Para coleta de dados, serão utilizados recursos como estudo documental e diário cartográfico, que auxiliarão na primeira etapa do levantamento de informações junto à Comissão de Saúde Mental (PR5). Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o desenvolvimento de ações em saúde mental direcionadas à comunidade da UERJ, propondo análises sobre o acolhimento de crises no contexto universitário e fomentando a construção de fluxos de acolhimento e ações de promoção à saúde integradas à Rede de Atenção Psicossocial.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO PARA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS ENGAJADOS COM A HUMANIZAÇÃO DO PARTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Lilian Bertanda Soares, Andressara Terra Graça, Ana Beatriz de Souza Silva, Evandro Rocha Pereira, Maria Eduarda Naitzel Duarte, Valesca da Silva Paixão Ramalho, Raiany Saldanha, Débora Cristina Martins, Juliana Mitre da Silva

A expansão do ensino superior em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas foi impulsionada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Posteriormente, em 2001, com a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), houve uma organização mais estruturada do processo de formação, incluindo a obrigatoriedade do Estágio

Curricular Supervisionado (ECS) em hospitais gerais e especializados, com definição de carga horária e oferta nos períodos finais da graduação. Nesse contexto, o ECS realizado no setor de Maternidade busca alinhar-se aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e às legislações vigentes, preparando os futuros profissionais para atuar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Este resumo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de Enfermagem durante o ECS em uma Maternidade localizada na região da Grande Vitória, no Sudeste do Espírito Santo. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que aborda as vivências de acadêmicos de Enfermagem durante o ECS hospitalar em uma Maternidade Municipal, realizado entre fevereiro e abril de 2024, sob orientação de um preceptor da mesma área. Durante o estágio, os acadêmicos participaram da rotina interdisciplinar da Maternidade, com foco específico nas atribuições da profissão de enfermagem. O atendimento às parturientes começava na recepção, com escuta ativa e sensibilidade para acolher tanto a paciente quanto seus familiares, em consonância com os princípios éticos e os fundamentos do SUS. Após essa etapa inicial, a equipe de enfermagem avaliava parâmetros vitais, realizava testagens para infecções sexualmente transmissíveis (IST), encaminhava para avaliação médica e aguardava os direcionamentos para seguir o atendimento. Quando as usuárias eram classificadas como estando em trabalho de parto ativo ou apresentando critérios para internação, eram direcionadas ao setor de pré-parto ou às enfermarias para tratamento clínico. Nesse ambiente, os acadêmicos acompanharam todas as etapas do trabalho de parto natural e casos que evoluíram para cesariana, participando de uma assistência humanizada e garantindo a presença de um acompanhante escolhido pela parturiente. Após o parto, os estagiários prestaram assistência tanto ao recém-nascido (RN) quanto à puérpera, promovendo a Golden Hour e realizando os cuidados iniciais do RN, seguidos da estadia em alojamento conjunto. A experiência adquirida durante o ECS gerou impactos significativos na formação profissional dos acadêmicos, que transcenderam as práticas técnicas. Envolveu o desenvolvimento de habilidades de comunicação, gestão e formação de vínculos profissionais, além de enfrentar desafios éticos e emocionais. Também foi fundamental para desmistificar o trabalho de parto vaginal e destacar a importância da amamentação. Assim, o estágio contribuiu para a formação de profissionais mais capacitados e alinhados às necessidades do SUS e da atenção humanizada à saúde da mulher.

REPERCUSSÕES FÍSICAS, COGNITIVAS E EMOCIONAIS EM PACIENTES QUE VIVENCIARAM UM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL ISQUÊMICO TRATADOS POR TROMBOLÍTICO: NOTA PRÉVIA

Andreina Oliveira de Freitas, Sandra Biazuz, Lairany Monteiro dos Santos, Marines Tambara Leite

O Acidente Vascular Cerebral (AVC), também conhecido como Acidente Vascular Encefálico (AVE), é uma condição silenciosa caracterizada pela redução ou interrupção do fluxo sanguíneo cerebral (AVC-I), sendo atualmente a principal causa de incapacidade e invalidez entre adultos

e idosos. A doença manifesta-se de duas formas: pela obstrução do fluxo sanguíneo no cérebro, resultando em isquemia cerebral, que é mais comum, ou pelo rompimento de um vaso cerebral, ocasionando hemorragia. O AVC pode gerar diversas limitações físico-motoras nos indivíduos acometidos, mas seus impactos não se restringem ao âmbito físico, envolvendo também alterações emocionais e psicológicas que podem transformar o cotidiano dos pacientes. Embora a recuperação clínica seja rápida nas primeiras semanas após o episódio, o retorno às atividades diárias e a capacidade de realizar autocuidado frequentemente se prolongam por meses. Este estudo tem como objetivo compreender as repercussões físicas, cognitivas e emocionais em pacientes que vivenciaram um AVC-I e foram tratados com trombolítico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com pacientes pós-AVC-I internados em um hospital na região norte do Rio Grande do Sul, que receberam tratamento trombolítico. O estudo é parte de um projeto maior denominado “Vivência transicional de pacientes antes e após acidente vascular cerebral isquêmico tratados por trombolítico”. Os dados foram coletados entre setembro e dezembro de 2023, com abordagem inicial durante a internação hospitalar, próximo ao momento da alta. As entrevistas, conduzidas por meio de um instrumento semiestruturado contendo questões sociodemográficas, clínicas e temáticas, ocorreram no domicílio dos participantes entre 60 e 90 dias após o evento isquêmico e o tratamento trombolítico. A análise dos dados seguirá os passos da análise temática operativa, contemplando os aspectos físicos, cognitivos e emocionais, com o objetivo de compreender as repercussões do AVC-I na vida dos pacientes e os desafios enfrentados no cotidiano. A partir dessa análise, apoiada pela revisão de literatura, espera-se aprofundar a compreensão sobre a complexidade do AVC-I em pacientes tratados com trombolítico, que podem permanecer com sequelas temporárias ou permanentes. O estudo destaca a importância de investigar os impactos físicos, cognitivos e emocionais do AVC-I e reforça o papel fundamental de uma equipe multidisciplinar no processo de reabilitação desses pacientes. As etapas já realizadas evidenciam a relevância de estudos que abordem não apenas as sequelas do AVC-I, mas também os desafios enfrentados por essa população no contexto pós-tratamento.

COMUNICAÇÃO ALÉM DAS BARREIRAS LINGÜÍSTICAS: ABORDAGENS ENTRE ENFERMAGEM E LETRAS NO CUIDADO AOS IMIGRANTES

Alessandra Yasmin Hoffmann, Eduardo Elian Vicari,
Gisielle Christine Schmidt Menegolla, Daniela Savi Geremia

O Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido pela Lei 8.080/90, assegura a universalidade e a igualdade na assistência em saúde, garantindo que ações e serviços de promoção, proteção e recuperação sejam acessíveis a toda a população. Com base nessa diretriz, este estudo tem como objetivo relatar a experiência de elaboração e tradução de materiais informativos voltados aos cuidados em saúde, com o intuito de ampliar e assegurar o acesso aos imigrantes em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Trata-se de um relato descritivo de experiência, realizado por meio de uma

parceria entre os cursos de Enfermagem e Letras - Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. A iniciativa foi desenvolvida entre maio e julho de 2023, durante o Estágio Curricular Supervisionado na Atenção Primária à Saúde, realizado por uma acadêmica de Enfermagem. Inserida no Plano de Ação do estágio, a atividade foi motivada pela alta demanda de usuários imigrantes hispanofalantes e pelas dificuldades de comunicação enfrentadas nos atendimentos de saúde. O processo envolveu a elaboração de textos informativos em colaboração com enfermeiras da UBS, seguidos pela tradução dos conteúdos do português para o espanhol, realizada pelos acadêmicos de Letras. Posteriormente, utilizou-se uma plataforma on-line de design para criar panfletos visualmente atrativos, destinados à comunidade. Como resultado, foram produzidos sete materiais informativos abordando temas como saúde ginecológica, métodos contraceptivos, exame citopatológico e vacinação infantil até dois anos. Esses materiais foram armazenados no Google Drive da UBS, facilitando o acesso e a distribuição à população. A iniciativa contribuiu para potencializar as práticas clínicas, promovendo um atendimento mais adequado ao superar a barreira linguística. Além disso, fortaleceu o vínculo entre os usuários hispanofalantes e os serviços de saúde, gerando benefícios tanto para a comunidade quanto para os profissionais envolvidos na assistência. Conclui-se que o trabalho em equipe, aliado ao dinamismo, dedicação, empatia e capacidade de adaptação, é essencial para a atuação da enfermagem no SUS. A atividade não apenas trouxe melhorias diretas aos serviços de saúde prestados à população, mas também promoveu a interação interdisciplinar entre os cursos de graduação da UFFS, configurando-se como uma contribuição significativa para a sociedade.

O PROTAGONISMO DA ENFERMAGEM NA IMUNIZAÇÃO POPULACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alessandra Yasmin Hoffmann, Kyara Serafini Borgheti,
Eliaana Paula Brentano, Alessandra Regina Muller Germani

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil é um dos maiores do mundo, disponibilizando 45 imunobiológicos para toda a população e adotando um calendário vacinal que abrange todas as faixas etárias, além de promover campanhas anuais de vacinação, como a contra a Influenza. A Enfermagem desempenha um papel fundamental nesse processo, pois são esses profissionais que possuem a habilitação para manusear e aplicar os imunobiológicos, garantindo a segurança e a eficácia das campanhas. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma equipe de Enfermagem durante o “Dia D” de vacinação, realizado no contexto da campanha de imunização contra a gripe. Trata-se de um relato descritivo, baseado na vivência de três profissionais da área: duas enfermeiras residentes e uma técnica de Enfermagem, atuantes em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) localizada em uma cidade do norte do Rio Grande do Sul. A campanha de vacinação contra a gripe deste ano teve início em 25 de março, com foco inicial nos grupos prioritários. O “Dia D” de vacinação ocorreu no sábado, 13 de abril de 2024, das 8h às 17h, na ESF em questão. O “Dia D” de vacinação é uma estratégia empregada pelos serviços de saúde para ampliar a cobertura vacinal, oferecendo horários alternativos ao funcionamento usual das unidades, facilitando o acesso da população. Nesse dia, a equipe de Enfermagem organizou

duas salas para a aplicação dos imunobiológicos, administrando 80 doses da vacina contra a Influenza. Foram imunizados indivíduos pertencentes aos grupos prioritários, incluindo idosos com mais de 60 anos, crianças de seis meses a cinco anos, portadores de doenças crônicas e comorbidades, gestantes, puérperas, caminhoneiros, além de profissionais da saúde e da educação. O “Dia D” de vacinação demonstrou-se uma estratégia bem-sucedida, ao mesmo tempo em que promoveu educação em saúde, fortaleceu vínculos com a comunidade e destacou a relevância das vacinas no controle e na prevenção de epidemias. A data foi amplamente aceita pela população, mobilizando toda a equipe da ESF em um esforço conjunto para conscientizar sobre a importância da vacinação e viabilizar o acesso aos serviços de saúde. Assim, essa ação reafirma o papel essencial das vacinas e das equipes de saúde no enfrentamento de desafios epidemiológicos e na proteção da saúde coletiva.

USO DA ARMADILHA OVITRAMPA COMO ESTRATÉGIA DE VIGILÂNCIA DE VETORES DA DENGUE E FEBRE AMARELA

Iana Vitória Dias Almeida, Giselle Moita de Aguiar,
Estefanny Melém de Andrade, Marina Smidt Celere Meschede

Com o objetivo de avaliar a vigilância entomológica dos vetores de Dengue e Febre Amarela – *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* – em Santarém, estado do Pará, foi realizado um estudo de campo para analisar a eficácia das ovitampas como armadilhas para o monitoramento da oviposição desses mosquitos. A área de estudo, localizada no bioma amazônico, apresenta clima tropical e é infestada por *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, espécies que ocupam habitats silvestres e também colonizam criadouros artificiais em áreas urbanas. As ovitampas foram instaladas em diferentes locais do campus de uma universidade federal, abrangendo os períodos sazonais seco e chuvoso. O campus foi escolhido por apresentar intensa circulação diária de pessoas e garantir segurança para que as armadilhas não fossem removidas. Durante cada período sazonal, foram instaladas 19 ovitampas, totalizando 38 armadilhas ao longo das duas estações. Os locais de instalação foram selecionados para garantir ampla distribuição, incluindo áreas abertas, fechadas, às margens do rio Tapajós e próximo a árvores, a uma altura de 1,50 m do solo. Cada ovitampa foi composta por potes plásticos pretos de 300 mL, identificados e equipados com uma solução atrativa composta de 30% de feno e 70% de água de torneira, além de 1 mL de larvicida natural (*Bacillus thuringiensis israelensis*, Bti). Palhetas de Eucatex, medindo 13 cm de comprimento por 3 cm de largura, foram fixadas nos potes para coleta dos ovos. As armadilhas permaneceram expostas por quatro dias e, em seguida, foram levadas ao laboratório, onde secaram por dois dias antes da análise. Os resultados revelaram a presença de 531 ovos nas armadilhas durante a estação seca e 2.703 ovos durante a estação chuvosa. Entre eles, 10,6% foram identificados como *Aedes albopictus* e 86,4% como *Aedes aegypti*. Em relação aos locais, ambientes internos apresentaram menor oviposição em comparação com áreas externas, especialmente aquelas afastadas e moderadamente úmidas. O aumento significativo da oviposição na estação chuvosa evidenciou a influência dos fatores climáticos, como temperatura e umidade, no comportamento dos vetores. Os achados deste estudo reforçam a eficácia das ovitampas como uma ferramenta de monitoramento entomológico e destacam a necessidade de estratégias efetivas

de controle e prevenção em regiões epidêmicas. Além disso, os resultados reafirmam a importância de considerar variáveis ambientais e climáticas no planejamento de ações para reduzir a população desses vetores e os riscos associados às doenças por eles transmitidas.

A QUESTÃO DA PALESTINA; COMPREENSÕES DA NAKBA ATÉ AOS DIAS ATUAIS E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

Yassmin Nasser Said Sagr, Rafael Wolski de Oliveira

A questão da Palestina é um dos temas mais complexos da contemporaneidade, com raízes históricas que se estendem por mais de setenta anos. Esse processo é marcado pela Nakba (catástrofe) de 1948, quando aldeias inteiras foram perseguidas e massacradas, inaugurando um ciclo contínuo de violência, deslocamento e violações de direitos que persistem até os dias atuais. Sob ocupação militar do Estado de Israel, a população palestina enfrenta uma série de brutalidades, incluindo estratégias de extermínio embasadas na necropolítica, como a precarização extrema das condições de saúde, educação, acesso à água e restrição de direitos econômicos e políticos. Essas práticas configuram um cenário de opressão sistemática que expõe indivíduos e comunidades a constante perigo, estresse e sofrimento. A narrativa predominante sobre a Palestina é frequentemente unilateral, construída a partir de uma discursividade ocidental que hegemoniza a percepção do conflito. Frente a essa limitação, o presente estudo adota um método qualitativo, com base na pesquisa narrativa, para analisar o contexto histórico que levou à colonização ilegal dos territórios palestinos ocupados por Israel. Além disso, o trabalho busca explorar as brutalidades enfrentadas pela população palestina e os impactos desse cenário, tanto em nível individual quanto coletivo. O trauma vivido pelos palestinos, caracterizado por ondas sobrepostas de luto traumático e perdas constantes, evidencia a necessidade de estudos que investiguem o adoecimento físico e mental dessa população. A precariedade das condições de vida, somada à violência contínua, exige não apenas análises aprofundadas, mas também a proposição de intervenções que possam oferecer acolhimento, cuidados e estratégias de prevenção à saúde mental no contexto da ocupação. Para que essas ações sejam eficazes, torna-se fundamental a elaboração de intervenções que levem em consideração o contexto histórico, político e social em que essas populações estão inseridas. Abordagens coletivas e interdisciplinares, que integrem diferentes áreas do conhecimento, são essenciais para promover o cuidado e a dignidade da população palestina, frente a um cenário que perpetua o sofrimento e a exclusão.

DENGUE: INTERAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS REDES SOCIAIS

Priscila Victorelli Pires Vargas, Marcia Niituma Ogata, Cibele Correia Semeão Binotto

A dengue é uma doença viral que representa um grave problema de saúde coletiva. Instituições governamentais, como o Ministério da Saúde (MS), têm utilizado redes sociais como estratégia para

ampliar a divulgação de informações sobre a doença. O objetivo desta pesquisa foi analisar as reações dos usuários nas redes sociais diante das informações disseminadas pelo MS sobre a dengue. Trata-se de uma pesquisa documental online com abordagem qualitativa. Foram analisadas 53 publicações realizadas entre dezembro de 2018 e março de 2019, sendo 25 no Facebook e 28 no Instagram. Os critérios de inclusão foram postagens que abordavam a dengue isoladamente ou em associação com outras arboviroses, além de temas como o vetor, sinais e sintomas da doença. Publicações que não contemplassem o tema foram excluídas. A pesquisa foi aprovada pelo CEP/UFSCar, sob o protocolo 13437419.3.0000.5504. A interação dos usuários, englobando ações como “curtir, comentar e compartilhar”, foi analisada de acordo com o referencial teórico de Recuero. Os resultados mostram que, no Facebook, as 25 publicações analisadas geraram 4883 reações simples, enquanto as interações complexas, como “comentar” e “compartilhar”, totalizaram 7762, sendo 504 comentários e 7258 compartilhamentos. A publicação mais curtida abordava os sinais e sintomas da dengue, registrando 507 curtidas, 15 comentários e 1600 compartilhamentos. Em contrapartida, a publicação menos curtida foi a que tratava da prevenção da doença, com apenas 49 curtidas, 2 reações do tipo “haha”, 2 comentários e 62 compartilhamentos. No Instagram, as publicações geraram 23.578 reações simples, limitando-se a curtidas, e 296 interações complexas, todas representadas por comentários. Observou-se que 98,76% dos usuários interagiram de forma mínima, enquanto apenas 1,24% participaram com comentários. A publicação mais curtida e comentada nesta rede tratava de questões sobre repelentes, inseticidas e curiosidades, acumulando 2706 curtidas e 74 comentários. A discussão aponta que, ao curtir uma publicação, os usuários realizam um investimento mínimo, demonstrando presença na conversa sem necessariamente ler ou interagir com profundidade, mas expressando concordância ou apoio. Por outro lado, compartilhar indica maior valorização da informação, contribuindo para sua disseminação, enquanto comentar reflete maior engajamento e participação ativa no diálogo. As considerações finais mostram que os usuários apresentam padrões distintos de interação nas diferentes redes sociais. No Facebook, há maior engajamento, com mais comentários e compartilhamentos, o que favorece a disseminação da informação sobre dengue. No Instagram, predominam interações mínimas, com poucas reações complexas, sugerindo que os conteúdos nem sempre são lidos por completo, o que pode limitar a adoção de atitudes. As redes sociais, portanto, são ferramentas importantes para a divulgação de informações sobre a dengue, mas, isoladamente, não garantem mudanças significativas de comportamento ou maior participação popular.

MUSICOTERAPIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE A PACIENTES COM TRANSTORNO MENTAL GRAVE E PERSISTENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joseane Rafaela Santos de Andrade, Alba Lyenna Lima Siqueira, Ana Clara Rodrigues de Macedo, Maria Eugênia Ferreira Goes Chaves, Maria Julia Vieira Rodrigues, Rafaela Carraro Possídio, Thais Valverde Veiga, Vitória Ferreira Serafim, Naisla Caroline Feitosa Pereira

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2023), o Brasil lidera o ranking de casos de depressão e ansiedade na América Latina. Nesse contexto, pacientes com transtornos mentais demandam cuidado especial, já que essas condições interferem diretamente na qualidade de vida e nas emoções.

Terapias integrativas e complementares, como a musicoterapia, desempenham um papel fundamental no tratamento desses transtornos. De acordo com a Federação Mundial de Musicoterapia (1996), a música pode ser utilizada para promover a aprendizagem, desenvolver habilidades, prevenir e tratar doenças, proporcionando qualidade de vida. Assim, o objetivo deste trabalho foi relatar a experiência do uso da musicoterapia como ferramenta de promoção da saúde em adultos acompanhados pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II). Trata-se de um relato de experiência que descreve uma ação de promoção da saúde realizada em abril de 2024, por meio de uma oficina de musicoterapia voltada para adultos com sofrimentos mentais graves e persistentes, no município de Juazeiro (BA). A atividade foi conduzida durante a prática da disciplina de Integração, Ensino e Serviço na Comunidade III, realizada por estudantes de Medicina. A oficina contou com música interativa envolvendo voz e violão, permitindo que os usuários sugerissem músicas e compartilhassem vivências e memórias. No planejamento, o grupo realizou uma pesquisa bibliográfica nas bases SciELO e PubMed sobre musicoterapia como estratégia de promoção da saúde. A experiência promoveu ampla interação dos usuários, que demonstraram excelente adesão à prática integrativa, embalando-se na cantoria e destravando memórias afetivas, conforme relatado pelos próprios participantes. Essa observação está de acordo com Bergold e Alvim (2012), que apontam que ouvir canções relacionadas ao cotidiano evoca memórias positivas e reduz sintomas de ansiedade. A musicoterapia favoreceu maior envolvimento por meio de expressões verbais e não verbais, sendo uma estratégia inclusiva para aqueles com dificuldades de expressão e comunicação. Além disso, os usuários avaliaram a oficina positivamente, referindo alívio dos sintomas ansiosos e depressivos durante a atividade, corroborando Ibiapina e colaboradores (2022), que destacam a música como potente modulador de respostas fisiológicas e emocionais, promovendo relaxamento e redução do estresse. Paralelamente, a musicoterapia evidenciou um melhor estabelecimento de vínculos, tornando o ambiente mais interativo e melhorando o engajamento dos participantes. Botelho e Lima (2015) reforçam que, independentemente dos transtornos mentais vividos pelos participantes, essa abordagem terapêutica potencializa a interação social. Assim, a musicoterapia mostrou-se eficaz como estratégia de promoção da saúde direcionada aos usuários do CAPS II, promovendo elevada adesão, fortalecimento de vínculos entre alunos e usuários, e uma melhora referida no bem-estar durante a atividade. Nesse sentido, essa terapia apresenta-se como uma ferramenta complementar promissora no cuidado de indivíduos com transtornos mentais.

AÇÕES INTERSETORIAIS PACTUADAS EM CONSENSO REGIONAL PARA ELIMINAÇÃO DAS HEPATITES VIRAIS NA REGIÃO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE

Monylla Gomes Ludwig, Whaga Keren Alves Rodrigues, Claudia Beatriz da Cunha Oliveira,
Vinicius de Oliveira Barbosa, Josué Souza Gleriano

O projeto de extensão universitária “Fortalecendo ações de gestão da atenção à saúde para as Hepatites Virais na região médio norte mato-grossense” tem como objetivo articular docentes,

discentes, gestores e profissionais da saúde para desenvolver ações de gestão voltadas ao fortalecimento do enfrentamento às hepatites virais na região médio norte mato-grossense, iniciadas no segundo semestre de 2023 e em andamento. O objetivo principal é relatar a experiência de ações intersetoriais pactuadas em consenso regional para a eliminação das hepatites virais na região, além de apresentar os resultados alcançados. Trata-se de um estudo descritivo, baseado em um relato de experiência, que visa demonstrar as atividades realizadas de forma conjunta entre instituições e setores do governo durante sete meses. As ações foram organizadas em três fases principais: (1) o I Simpósio Regional de Enfrentamento das Hepatites Virais, voltado à região médio norte; (2) cursos de capacitação para testagem rápida de HIV, sífilis e hepatites virais B e C; e (3) atividades extramuros, como palestras e mutirões. Na primeira fase, o simpósio reuniu especialistas em gestão e hepatites virais para discutir estratégias de prevenção e controle na Atenção Primária à Saúde (APS). A partir dessas discussões, foi elaborado um plano de enfrentamento das hepatites virais voltado à APS na região. Na segunda fase, três cursos de capacitação foram ofertados, organizados pelo CTA-SAE, Escritório Regional de Saúde (ERS) e EsQualOS/UNEMAT, com o objetivo de ampliar a rede de diagnóstico e contribuir para o controle das ISTs. Na terceira fase, mutirões de testagem rápida foram realizados em locais estratégicos, como feiras, escolas e universidades. Além disso, palestras sobre a Mandala da Prevenção Combinada foram ministradas em diversos contextos, incluindo casas noturnas, promovendo a prevenção das ISTs e a saúde da população. Essas ações integradas foram cruciais, refletindo em um aumento de 28% nos casos identificados e notificados de hepatite B em comparação ao semestre anterior às atividades. A conclusão destaca a relevância de ações voltadas ao enfrentamento das hepatites virais, alinhadas à meta global de eliminação até 2030. O país precisa assegurar prevenção, diagnóstico e tratamento à população, mas também é fundamental que os municípios desenvolvam estratégias específicas para prevenção. Nesse cenário, a universidade desempenha um papel essencial ao promover práticas extensionistas nos serviços de saúde, contribuindo para o desenvolvimento profissional dos acadêmicos e para o avanço social e econômico.

CURSO BÁSICO DE LIBRAS APLICADA À SAÚDE EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO

Marta David Rocha de Moura, Adriana Graziano, Márcia Cardoso Rodrigues,
Leandro Torres, Ronald Turetta Bonicenna

A curricularização da extensão foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece a obrigatoriedade de atividades de extensão correspondendo a, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação. Nesse contexto, surge uma iniciativa significativa na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), uma instituição de ensino superior pública do Governo do Distrito Federal, mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e integrada à Universidade do Distrito Federal. Em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB), foi introduzido um curso de Libras voltado para a área da saúde, direcionado aos estudantes do quarto

ano do curso de Medicina da ESCS. Essa ação pedagógica, desenvolvida de forma teórico-prática e presencial, tem como objetivo estabelecer uma formação inclusiva e humanizada, capacitando futuros profissionais da saúde a se comunicarem por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) com pessoas com deficiência auditiva. O curso, com carga horária de 100 horas, foi conduzido por um professor com deficiência auditiva do IFB e buscou proporcionar aos estudantes habilidades práticas para utilizar Libras em situações cotidianas no ambiente hospitalar. Ao término do curso, os estudantes produziram vídeos de curta-metragem em Libras com conteúdos educativos, esclarecedores e informativos sobre saúde, os quais foram divulgados nas mídias sociais da FEPECS, SES-DF e no canal do YouTube da ESCS. Entre os temas abordados estão manobras de ressuscitação (<https://www.youtube.com/watch?v=JOLNLU2I5ac>), sinais de gravidez (<https://www.youtube.com/watch?v=VWuVOeUGMXA>) e a importância do aleitamento materno (<https://www.youtube.com/watch?v=3OlcQE7Q7q0>). O projeto de extensão “Ensino de Libras” vai além do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, promovendo uma formação humanística que amplia a assistência à população. Ao capacitar futuros médicos a se comunicarem efetivamente com pessoas surdas, o projeto fomenta inclusão social, participação cidadã e fortalecimento dos vínculos comunitários. Dessa forma, o impacto dessa iniciativa transcende o ensino de uma língua, contribuindo para a promoção da cidadania e o acesso igualitário aos serviços de saúde.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA – UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Denise Aparecida Rodrigues Amancio, Denise Machado Duran Gutierrez

O texto destaca o processo de educação popular em saúde, abrangendo tanto a que emerge da participação popular e combina práticas e teorias quanto a que se traduz em políticas públicas. Essa abordagem tem sido amplamente aceita por gestores e profissionais que lidam com o adoecimento populacional, especialmente na atenção primária em saúde (APS), onde ocorrem as ações educativas. As práticas em saúde envolvem três atores principais: profissionais de saúde, gestores e a população, sendo este último fundamental na co-construção do conhecimento e na conquista de autonomia nos cuidados, tanto individuais quanto coletivos. Nesse contexto, a educação em saúde, enquanto processo pedagógico, requer uma visão mais aprofundada que fomente um olhar crítico e reflexivo, contribuindo para a autonomia dos sujeitos. Essa educação também potencializa os contextos sociais, econômicos e culturais das comunidades, integrados ao processo de promoção da saúde. Assim, entende-se que toda ação em saúde constitui um ato educativo e que a inserção da população na tomada de decisões, levando em conta seus valores, crenças e saberes populares, fortalece o controle social no Sistema Único de Saúde por meio da educação popular em saúde (EPS). O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relevância da EPS na atenção primária e seu impacto nos processos de aprendizagem da população. Em 2012, foi aprovada a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) pelo Conselho Nacional de

Saúde, e, em 2013, ela foi apresentada no Grupo Técnico de Gestão da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). A EPS propõe uma abordagem político-pedagógica voltada à promoção, proteção e recuperação da saúde, fundamentada no diálogo entre saberes diversos e na valorização dos saberes populares. Esse processo é dialógico, estimula a liberdade e a criatividade, e aproveita as experiências de vida das pessoas. A PNEPS define seis princípios teórico-metodológicos para a EPS: diálogo, amorosidade, problematização, construção compartilhada de conhecimento, emancipação e compromisso com o Projeto Democrático Popular. Espera-se como resultados verificar e refletir sobre a potencialidade das práticas da EPS na APS, compreendendo o compartilhamento de informações entre profissionais e usuários, o cuidado integral, a criação de vínculos, o autocuidado e a realização de atividades efetivas de promoção da saúde. Além disso, busca-se apreender metodologias ativas e lúdicas que despertem o interesse e o engajamento dos usuários. Essas ações desmistificam e potencializam as atividades realizadas na APS ao vivenciar a realidade e atender às demandas específicas de uma população. Conclui-se que a reflexão proposta deve incentivar o diálogo sobre a importância da EPS na superação de relações verticais entre profissionais de saúde e comunidade, promovendo a liberdade e a consciência de usuários e profissionais sobre como pensam e vivem a saúde.

“SAÚDE DA CRIANÇA”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO NA ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Thais Pires Almeida, Cristina Maria Arêda Oshai

O Projeto Multicampi Saúde – Atenção à Saúde da Criança, desenvolvido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), tem como objetivo integrar ensino, serviço e gestão para qualificar a formação de profissionais da Atenção Básica (AB) e de estudantes de dez cursos de graduação na área da saúde. A proposta visa uma formação multiprofissional, baseada na interprofissionalidade do cuidado nos serviços da AB, com foco na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. O trabalho em questão trata-se de um relato de experiência realizado durante um estágio multiprofissional de quatro semanas na Unidade Municipal de Saúde (UMS) Terra Firme, no município de Belém, Pará. A equipe era composta por um preceptor, uma supervisora, uma tutora e seis estudantes de graduação dos cursos de Enfermagem, Terapia Ocupacional, Medicina, Nutrição, Psicologia e Serviço Social. Os resultados observados mostram que a UMS desenvolve diversos programas, entre eles, Atenção à Gestante e Puericultura, que acompanham mulheres no período gestacional e a fase de crescimento e desenvolvimento de crianças do nascimento até os cinco anos de idade. Esse acompanhamento é realizado de forma multiprofissional, envolvendo médico, nutricionista, enfermeiro, assistente social e odontólogo. Na ausência de intercorrências, os acompanhamentos são realizados mensalmente até os seis meses de idade e, posteriormente, de forma trimestral. A UMS atende um número significativo de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), em sua maioria acompanhadas por mães negras, solteiras e empregadas domésticas. A experiência proporcionou uma compreensão mais profunda do contexto sociofamiliar dessas crianças,

muitas das quais precisam ser inseridas em instituições de ensino que frequentemente carecem de profissionais especializados. Durante o acompanhamento da assistente social na UMS, ficou evidente a relevância da articulação com a equipe multiprofissional para solucionar demandas que impactam na resolutividade e qualidade da atenção à saúde infantil. Além disso, o estágio gerou reflexões sobre a importância de uma atenção humanizada, conforme preconizado pela Política Nacional de Humanização, cuja aplicação ainda é pouco destacada no Serviço Social, sobretudo considerando as particularidades dos usuários e seus contextos familiares, como as famílias monoparentais femininas negras atendidas na UMS. Conclui-se que a atuação multi e interprofissional na Atenção Básica é essencial para promover a prevenção, promoção e recuperação da saúde, fortalecendo, em especial, as famílias, uma condição indispensável para o desenvolvimento infantil saudável. Por fim, a experiência no Projeto Multicampi evidenciou os desafios presentes na operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), como a precarização do trabalho, infraestrutura insuficiente e falta de acionamento das redes de atenção à saúde e de proteção social. Apesar dessas fragilidades, o estágio também reforçou o potencial do SUS como exemplo único de política universal no Brasil.

VIVÊNCIAS DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR EM AÇÃO VOLUNTÁRIA DE PROMOÇÃO À SAÚDE

Romulo Brendler Romano de Oliveira, Adriana Brendler Romano de Oliveira, Ana Caroline Santos Gomes, Caio Mota Cerqueira dos Santos, Camila Leandro Oliveira, Enrique Luis Arteaga Arza, Guilherme Brendler Romano de Oliveira, Myla Azi Romano, Rafael Amaral de Matos Albuquerque

Este estudo é um relato de experiência estruturado a partir das práticas humanitárias e voluntárias da equipe cirúrgica do Instituto Avançado de Cirurgia Plástica (IACP) com pacientes submetidas à reconstrução mamária por gigantomastia, atendidas em um serviço social realizado no município de Mata de São João, na Bahia. O objetivo é refletir sobre a importância das atividades humanitárias e seus impactos na formação de estudantes de medicina e demais integrantes da equipe multidisciplinar, promovendo um atendimento humanizado e de qualidade, com foco na integralidade do cuidado e no atendimento individualizado aos pacientes. O IACP, em suas atividades, desenvolve cirurgias reparadoras e, entre janeiro e março de 2024, realizou seis cirurgias de redução de mama com a participação de médicos, enfermeiros e estudantes de medicina. As cirurgias contaram com o apoio da Secretaria de Saúde do município e foram realizadas no Hospital Municipal Eurico Goulart de Freitas, em pacientes previamente cadastradas, que, após consulta médica, receberam o diagnóstico de hipertrofia mamária (gigantomastia). A gigantomastia é caracterizada por um aumento excessivo das mamas, podendo causar sérios danos físicos e psicológicos, incluindo problemas de coluna, ulcerações, infecções submamárias, lesões diversas, dor intensa, perda de sensibilidade mamária, dificuldade de sociabilidade e comprometimento das atividades laborais, devido às alterações físicas e emocionais. Este relato de experiência destaca a relevância da participação de estudantes de medicina e de outros profissionais da equipe multidisciplinar em atividades voluntárias e extracurriculares, contribuindo para a formação de profissionais de saúde comprometidos com a transformação social. Essas vivências fortalecem as

práticas dos trabalhadores da saúde no cotidiano dos serviços, valorizando o esforço coletivo para o desenvolvimento do trabalho humanizado. Além dos resultados físicos e estéticos expressivos, observou-se a satisfação e gratidão das pacientes pelo atendimento qualificado e acolhedor da equipe. Durante todo o processo, foram desenvolvidas relações de cuidado e acolhimento, com atendimento clínico e cirúrgico, acompanhamento e orientações pré e pós-operatórias, mantendo-se contato direto com as pacientes e seus familiares. A realização dessas cirurgias resgatou nas pacientes a autoestima, uma melhor aceitação da imagem corporal e o alívio dos sintomas físicos dolorosos causados pela gigantomastia. Para os membros da equipe multidisciplinar, a participação no programa fortaleceu a consciência e prática social, evidenciando a importância do engajamento em ações voluntárias de promoção da saúde, extrapolando as fronteiras da universidade. Essas iniciativas contribuem significativamente para o estímulo à responsabilidade compartilhada, ao respeito e ao acolhimento dos pacientes, impactando positivamente os resultados dos tratamentos e transformando realidades. Este projeto, que nos enche de orgulho, oferece uma experiência enriquecedora, permitindo que os profissionais de saúde vivenciem, na prática, os conceitos teóricos de cuidado humanizado aprendidos em sala de aula.

SÍFILIS CONGÊNITA EM CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO NAS CINCO REGIÕES GEOGRÁFICAS BRASILEIRAS DE 2012 A 2021

Maria Eduarda Caliri de Brum, Renata dos Santos Rabello, Daniela Teixeira Borges

A sífilis congênita (SC) é reconhecida como um grave problema de saúde pública no Brasil, especialmente devido à sua alta prevalência entre gestantes e sua contribuição para a mortalidade neonatal. Desde 2016, o Ministério da Saúde reforça a relevância de monitorar a SC como um evento sentinela, capaz de avaliar a qualidade do atendimento pré-natal e o cuidado em saúde pública destinado aos recém-nascidos. Este estudo teve como objetivo analisar a taxa de incidência de SC nas cinco regiões brasileiras entre 2012 e 2021, explorando o reflexo desses dados sobre a eficiência do Sistema Público de Saúde. Trata-se de um estudo ecológico, de natureza descritiva e temporal, baseado em dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram coletados registros de casos de SC (CID-A50) em crianças menores de um ano, separados por região geográfica e ano. A taxa de incidência foi calculada utilizando-se como numerador o número de casos notificados e como denominador o total de nascidos vivos, ambos multiplicados por 1000. Entre 2012 e 2021, foram registrados 179.002 casos de SC no Brasil. Observou-se um aumento constante na taxa de incidência entre 2012 e 2018, alcançando o pico em 2018 com 8,3/1000 nascidos vivos (NV), sobretudo na região Nordeste (8,9/1000 NV). Contudo, houve uma redução progressiva a partir de 2019, chegando a 3,7/1000 NV em 2021, valor próximo ao de 2012 (3,6/1000 NV). Embora o Nordeste tenha registrado a maior taxa em 2018, a região sudeste acumulou o maior número absoluto de casos no período, com uma taxa média de 6,6/1000 NV. Apesar da ampla cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS), que ultrapassa 90% em várias regiões, a alta incidência de SC evidencia fragilidades no acompanhamento pré-natal.

Entre os principais fatores identificados estão falhas na interpretação de exames e dificuldades de acesso a testes rápidos e medicamentos para tratamento da sífilis, agravadas pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que restringiu o financiamento do SUS. Por outro lado, o aumento das notificações entre 2012 e 2018 reflete progressos no diagnóstico precoce, na vigilância epidemiológica e na ampliação do acesso ao pré-natal, especialmente nas Estratégias de Saúde da Família. Ainda assim, a Pandemia de covid-19 influenciou negativamente as notificações em 2020 e 2021, afetando a identificação e o acompanhamento de casos. A sífilis congênita permanece como um importante indicador da qualidade do atendimento pré-natal e puericultura. Sua análise revela não apenas avanços no sistema de saúde, mas também desafios persistentes que necessitam de atenção prioritária para assegurar o diagnóstico precoce e a redução da mortalidade neonatal associada à doença.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Camila de Araujo, Daiane Matias de Oliveira, Diogo Domingui, Gabriela Martins Valerim, Jacks Soratto

O modelo de atenção psicossocial no Brasil foi transformado pela reforma psiquiátrica, que instituiu o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) como um dos principais dispositivos para garantir os direitos humanos e oferecer uma assistência mais humanizada às pessoas com sofrimento mental. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha um papel essencial na coordenação da equipe e na assistência aos usuários. Entre as estratégias adotadas, destaca-se o projeto terapêutico singular, que visa proporcionar uma assistência segura, qualificada e multiprofissional, promovendo a reabilitação psicossocial e a reintegração dos indivíduos à vida social. Este relato de experiência tem como objetivo descrever a atuação em saúde mental durante um estágio realizado no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) da cidade de Criciúma/SC. O estágio foi desenvolvido na 8ª fase do curso de Enfermagem da Universidade do Extremo Sul Catarinense, entre setembro e outubro de 2023. O CAPS AD conta com uma estrutura que inclui uma sala de acolhimento, sala para oficinas terapêuticas, banheiro adaptado para pessoas com deficiência, refeitório, cozinha e um posto de enfermagem com sala de medicação. Apesar disso, o espaço é pequeno e insuficiente para atender a alta demanda diária de usuários. A equipe multiprofissional é composta por médico, psicólogo, nutricionista, terapeuta ocupacional, enfermeiro e técnico de enfermagem, mas enfrenta limitações devido à insuficiência de profissionais para atender ao número de pacientes. O trabalho no CAPS AD baseia-se em acolhimento, oficinas terapêuticas e consultas especializadas, promovendo um cuidado individualizado e direcionado aos planos terapêuticos dos usuários. Durante o estágio, foi possível vivenciar a rotina do CAPS e participar das atividades diárias, conhecendo a realidade dos pacientes, que frequentemente veem o local como um espaço de refúgio para enfrentar desafios como dependência química, tráfico, depressão, problemas familiares, bullying e outros fatores que impactam sua saúde mental. Entretanto, foram identificadas limitações e fragilidades no serviço, especialmente a falta de materiais necessários para a realização de oficinas terapêuticas e demais atividades, o que compromete a qualidade da assistência prestada. A experiência no CAPS AD

permitiu observar que, apesar das dificuldades estruturais e da carência de recursos, os profissionais de saúde dedicam-se a oferecer o melhor atendimento possível, dentro das condições disponíveis. Essa vivência evidenciou a importância do investimento na saúde mental para assegurar uma assistência de qualidade e reforçou o papel do CAPS como um espaço essencial para a reabilitação e o apoio aos indivíduos em sofrimento psíquico.

ASPECTOS QUE FACILITAM O ACESSO A ATENÇÃO ÀS HEPATITES VIRAIS, MATO GROSSO, BRASIL

Eveline Eduarda dos Santos, Whagda Keren Alves Rodrigues, Monylla Gomes Ludwig, Claudia Beatriz da Cunha Oliveira, Angélica de Souza, Débora Aparecida da Silva Santos, Lucieli Dias Pesdreschi Chaves, Josué Souza Gleriano

As hepatites virais são amplamente reconhecidas como um grave problema de saúde pública mundial. Além das dificuldades de acesso aos serviços de saúde para diagnóstico e tratamento, observa-se baixo investimento em ações preventivas direcionadas a grupos populacionais vulneráveis. A eliminação das hepatites está incluída como meta na Agenda 2030, destacando a relevância de políticas globais e locais voltadas para este agravo. O objetivo deste estudo foi analisar os aspectos que facilitam o acesso à atenção às hepatites virais. Trata-se de uma pesquisa avaliativa com método misto sequencial, desenvolvida no estado de Mato Grosso, Brasil. O estudo mapeou os serviços de referência nas regiões de saúde do estado, priorizando aquelas com maior número e heterogeneidade de serviços especializados. Foram identificados os stakeholders, incluindo gestores da Secretaria de Estado de Saúde e profissionais dos serviços de referência. As entrevistas semiestruturadas foram transcritas e analisadas por meio da análise de conteúdo, com base nas dimensões do modelo de acesso universal aos serviços de saúde. Os resultados revelaram avanços e desafios nas diversas dimensões analisadas. Na dimensão política, destacou-se o incentivo à descentralização dos serviços e a adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saúde. No aspecto econômico-social, foram mencionadas garantias de orçamento público para expansão dos serviços de referência e subsídios para o deslocamento dos usuários, além do custeio de consultas, medicações e exames. Na dimensão organizacional, observou-se a garantia de insumos para testagem, definição de fluxos para os usuários, facilidade de agendamento de consultas e maior coordenação da atenção primária, com diretrizes, protocolos e ações extramuros. A dimensão técnica evidenciou a importância do compromisso dos profissionais com o serviço, a diversificação de horários de atendimento, a presença de médicos infectologistas e a ampliação de capacitações, além de parcerias intersetoriais. Na dimensão simbólica, destacou-se a valorização da experiência do usuário na trajetória assistencial e a empatia dos profissionais como aspectos essenciais. No entanto, a análise das falas dos participantes revelou fragilidades significativas, como a ausência de estratégias robustas e coordenadas para a testagem em populações específicas, como indígenas, quilombolas, seringueiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, homens que fazem sexo com homens (HSH), travestis, transexuais, pessoas em situação de rua, privadas de liberdade e usuárias de drogas. Apenas dois serviços mencionaram ações intersetoriais para ampliar a testagem aos profissionais do sexo, o que expõe a falta

de critérios alinhados às diretrizes políticas e uma baixa coordenação das ações nos serviços de saúde. Conclui-se que, embora os resultados sejam fundamentais para fortalecer a integralidade do cuidado, há uma necessidade urgente de ampliar a governança regional, envolvendo atores que participem do processo decisório em cada nível federado. A expansão dos serviços de referência é uma alternativa promissora, mas deve ser orientada por uma análise técnica, considerando a capacidade regional de fixação de recursos humanos e a garantia de ações alinhadas às necessidades locais.

DO VAI E VEM À CONSOLIDAÇÃO DO VÍNCULO: EXPERIÊNCIAS DA eSF 014 EM MANICORÉ

Zuleika Karoline dos Reis Mota, Claudenora de Oliveira da Silva, Franciane Leite Campos,
Vanessa Aline Guimarães Abreu, Samir de Souza Mamede, Ivana da Silva Garcia,
David Alves da Silva, Edilena de Souza Dias, Kelly Anne Alves Ribeiro

A relação entre os profissionais de saúde e as pessoas que utilizam os serviços do SUS é um aspecto central na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que busca adscrever usuários e fomentar vínculos e responsabilização entre as equipes de saúde e a população. A Atenção Básica é concebida como a porta de entrada do sistema e o principal elo de comunicação dentro da rede de atenção à saúde. No entanto, o acesso aos serviços ainda enfrenta desafios, incluindo barreiras estruturais, organizacionais, geográficas e relacionadas à qualidade do atendimento. O objetivo deste relato é demonstrar a melhoria do vínculo entre os moradores da Comunidade 11 de Maio e os membros da equipe de Saúde da Família (eSF) 014 da UBS Nilton Pereira de Lima, garantindo o acesso aos serviços de saúde. A estratégia “Saúde na Comunidade” foi idealizada após uma ação de vacinação na localidade, que resultou em uma expressiva adesão. Foi incorporado à agenda da eSF 014 um turno semanal (quinta-feira pela manhã) dedicado à realização de serviços diretamente na comunidade, na Capela de Nossa Senhora de Fátima. Alternando entre a presença do médico e da enfermeira a cada semana, a equipe também incluiu técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS) do território. Os resultados demonstraram o fortalecimento do vínculo entre a equipe e a comunidade, além de uma ampliação significativa do acesso aos serviços de saúde. A estratégia de UBS itinerante contribuiu para a elevação dos indicadores de saúde, especialmente nas taxas de vacinação e na coleta de exames citopatológicos de colo uterino. Esse movimento possibilitou que a população vulnerável, anteriormente com dificuldades de acesso ao sistema de saúde e sentimento de desassistência, aderisse a comportamentos de prevenção. Ao implementar ações conforme a Lei do Cuidado Inverso, foram garantidos cuidados ampliados e priorizados para aqueles que mais necessitam, incorporando os princípios do SUS de universalidade, equidade e integralidade. A atenção individual foi aprimorada por meio de consultas de enfermagem e medicina, abordando condições prevalentes na região, como vômitos, diarreia e coceiras. Já o cuidado coletivo foi fortalecido com ações de educação em saúde sobre prevenção de câncer de mama e colo uterino, além de esclarecimentos sobre as “fake news” relacionadas à vacinação. A estratégia “Saúde na Comunidade” mostrou-se um exemplo de cuidado oportuno e de qualidade, destacando

a importância de uma abordagem territorial e comunitária para promoção da saúde. A participação social ativa e a articulação entre os princípios do SUS foram fundamentais para consolidar uma atenção primária integral e fortalecer a relação entre a equipe de saúde e a população.

HEALTH PROMOTION AND DISSEMINATION OF THE FOOD GUIDE FOR THE BRAZILIAN POPULATION IN SANTO ANDRÉ: A NETWORK APPROACH RESPECTING THE PRINCIPLES OF THE UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)

Juliana Parreira Vasconcellos Sciorilli, Maria Carolina Pestana de Andrade do Nascimento, Edeneia Multini, Luciane Suzano Pereira Cunha, Victor Chiavegato, Antonio Carlos do Nascimento

Health promotion is a critical strategy for enhancing quality of life and addressing the social determinants of health. In Santo André, obesity poses a significant challenge, impacting a considerable portion of the population. This initiative seeks to disseminate and implement the guidelines of the Food Guide for the Brazilian Population to combat obesity, guided by the principles of universality, equity, comprehensiveness, decentralization, and popular participation. Raising public awareness about healthy eating habits is fundamental to addressing obesity. To this end, workshops on permanent education and health promotion were conducted, involving collaborators from Primary Health Care (PHC), Specialized Care, and municipal managers. A notable development was the creation of the Obesity Nucleus (NO) for severe cases referred by PHC, ensuring a specialized approach. The establishment of a municipal commission facilitated the evaluation and discussion of activities, promoting integrated care. Educational materials were produced, and training sessions were held with healthcare professionals, volunteers, and SUS users. Partnerships with the ABC School of Medicine (FMABC) bolstered these efforts, enhancing the reach and effectiveness of interventions. Community engagement was fostered through collective actions in local territories, including cooking workshops and events such as the First Care Arraial. This 2023 event underscored the importance of health promotion and healthy eating, emphasizing humanized care and attracting workers, volunteers, and local health counselors. The outcomes were promising, with an increase in collective actions in various territories and the launch of the Health in Motion Program in 2024. This itinerant initiative delivered health services and disease prevention campaigns to diverse areas of the city. Public spaces hosted collective activities, encouraging physical exercise and integrative and complementary practices. Health promotion and networked care production remain indispensable for preventing diseases like obesity. It is vital to ensure these efforts align with the principles of SUS. The support of the Santo André City Hall and collaboration across sectors were key to the success of these initiatives. Sustained investment in this integrated approach is essential to foster a healthier, more resilient community.

GRUPOS FOCAIS COM USUÁRIOS E USUÁRIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: UM RECORTE SOBRE POLIFARMÁCIA E CONDIÇÕES DE SAÚDE ASSOCIADAS

Bruna Vanti Rocha, Vanessa Pereira Corrêa, Bruna Mascarenhas Santos, Nicolle Castilho, Danielle Soares Rocha Vieira, Ione Jayce Ceola Schneider

Estima-se que os transtornos mentais sejam a terceira principal causa de carga de doença, contribuindo significativamente para prejuízos à saúde em todas as faixas etárias. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo descrever a experiência de usuários e usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I em relação à polifarmácia e à presença de condições de saúde associadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada no CAPS I de Araranguá, Santa Catarina, intitulada “Vulnerabilidades em saúde de usuários do Centro de Atenção Psicossocial de Araranguá (SC)”. O estudo foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina e desenvolvido nos anos de 2023/2024. Os dados apresentados foram extraídos da transcrição de quatro grupos focais, com a participação de 22 usuários e usuárias do CAPS, todos com mais de 18 anos e pelo menos 6 meses de tratamento. Embora o tema central dos grupos fosse o “suporte social percebido”, surgiram, de forma espontânea, narrativas relacionadas às condições de saúde e ao uso de medicamentos. Os participantes foram identificados pela letra P, seguida do número de sequência em que suas falas apareceram nas transcrições. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o nº CAAE 45368221.0.0000.0121. O grupo era composto majoritariamente por mulheres na faixa etária dos 50 anos. Foram registrados relatos sobre a polifarmácia de medicamentos psiquiátricos, como exemplifica P3: “Tomo 8 tipos de remédio para depressão”. Também foram mencionadas condições crônicas de saúde, incluindo dores crônicas, alterações na coluna, hipertensão arterial e tabagismo. P12 relatou: “Eu ando bem devagarzinho, não consigo andar muito, não sei se é da depressão ou por causa desse meu problema de coluna que eu tenho”. Além disso, os participantes apontaram a necessidade de uma atenção integral em saúde mental, como destacou P5: “Daí não é só a depressão, tem vários problemas também né? Então, tudo isso incomoda a gente.” Apesar dos avanços trazidos pela implantação da Rede de Atenção Psicossocial, os serviços de saúde mental ainda apresentam limitações, restringindo-se, em grande parte, à oferta e regulação do tratamento psiquiátrico. Essa situação evidencia a fragilidade das iniciativas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças crônicas entre usuários e usuárias dos CAPS.

A MEDITAÇÃO COMO RECURSO DE MOBILIZAÇÃO PARA O CUIDADO DE SI

Anna Maria Meyer Maciel, Silvia Matumoto, Leandra Andréia de Sousa

A meditação é uma prática mental voltada para a autorregulação da atenção, que pode ser implementada por meio de técnicas corporais, como lian gong, chi gong, tui-na, tai-chi-

chuan e automassagem. Reconhecida como uma possibilidade terapêutica, quando associada a tratamentos convencionais, a meditação pode contribuir para o controle de sinais vitais e minimizar comprometimentos em músculos, nervos, glândulas e órgãos do corpo. A combinação de práticas meditativas mentais e corporais promove o autoconhecimento, a autotranscendência e o equilíbrio, que, ao serem desenvolvidos mediante controle e esforço individual, ajudam a reduzir sintomas emocionais, como ansiedade, hiperatividade, agressividade, depressão e estresse, além de sintomas físicos, como a dor. Ademais, a meditação pode orientar a autoconsciência, a auto-observação, o relacionamento interpessoal e o enfrentamento da violência e do sofrimento humanos, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida no momento presente. O objetivo deste trabalho é implementar técnicas meditativas autoaplicáveis no cotidiano de um grupo de 20 usuários adultos de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) no município de Passos-MG. Durante seis meses, serão realizados encontros quinzenais com duração de 1h30m cada. Antes e após a prática meditativa, serão aferidos os seguintes parâmetros: temperatura corporal, pressão arterial, frequência respiratória e cardíaca. Esses dados serão registrados individualmente em fichas clínicas e analisados posteriormente utilizando a estatística descritiva como metodologia de análise. Espera-se que, ao longo da implementação, os participantes reconheçam a relevância da meditação como uma ferramenta eficaz de autocuidado e que passem a incorporá-la regularmente em seus cotidianos e ambientes sociofamiliares, sem abandonar eventuais tratamentos convencionais. Serão avaliados os possíveis benefícios individuais relatados pelos participantes e registrados nas fichas de avaliação e nas fichas clínicas individuais. Considerando a meditação como uma prática integrante das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) estabelecidas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares como um direito social, este trabalho busca contribuir para a assistência integral à saúde de usuários em situação de vulnerabilidade social atendidos pelo CRAS, fortalecendo o cuidado e a promoção da qualidade de vida.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE INFECÇÃO PELO SARS-COV-2 NA POPULAÇÃO INDÍGENA DO ESTADO DO PARÁ

Concimar Okitidi Sompré

No estado do Pará, assim como em todo o Brasil, os povos indígenas enfrentam a necessidade urgente de atendimento médico em seus próprios territórios, realizado por profissionais de saúde capacitados para compreender e respeitar suas particularidades culturais, sociais e econômicas. Paralelamente, é essencial que qualquer médico tenha um olhar atento às especificidades de cada paciente, especialmente diante da pluralidade e diversidade características da saúde indígena. Como povos originários e primeiros habitantes do país, os indígenas deveriam ter atendimento prioritário, o que raramente ocorre, contribuindo para o avanço do extermínio dessas populações. Essa negligência tornou-se ainda mais evidente durante a Pandemia de covid-19, agravada pela distribuição territorial da população indígena no Pará, que abriga uma das maiores diversidades étnicas do país, espalhada

por 65 territórios indígenas e pela capital, Belém. Além disso, observa-se uma significativa carência de estudos sobre os impactos do SARS-CoV-2 na população indígena, o que evidencia a necessidade de pesquisas específicas sobre essa nova patologia e sobre as particularidades desse grupo populacional. Diante desse cenário, a presente pesquisa propõe um estudo epidemiológico da covid-19 entre os indígenas do Pará, analisando as semanas epidemiológicas da primeira à décima primeira de 2021. O estudo investiga a incidência, mortalidade, distribuição dos óbitos por sexo e quantifica os desfechos com base em dados disponibilizados pela SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), vinculada ao Ministério da Saúde, e pela APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). A análise dos resultados revelou discrepâncias preocupantes: o número de óbitos registrados não acompanha proporcionalmente o aumento de casos e incidência. A letalidade da covid-19 entre os indígenas apresentou-se muito abaixo da letalidade observada na população geral, o que é altamente improvável considerando a vulnerabilidade dessa população. Esses dados sugerem possíveis falhas no sistema de notificação e na coleta de informações. Além disso, o impacto social e cultural do isolamento imposto pela pandemia gerou um provável adoecimento psíquico entre os indígenas, cuja organização comunitária é essencial para o modo de vida. A vulnerabilidade dos povos indígenas frente a epidemias também foi evidenciada pelas condições de vida nas aldeias, como o compartilhamento de utensílios domésticos, habitações coletivas superlotadas e o acesso limitado ao sistema de saúde, seja pela distância geográfica ou pela insuficiência de atendimento específico por parte dos órgãos competentes. Esses fatores, aliados às falhas nos sistemas de notificação, favorecem a rápida proliferação de doenças infecciosas nas aldeias. Com base nesses resultados, espera-se que a pesquisa contribua para futuros estudos, aprofundando o entendimento sobre a covid-19 entre os povos indígenas e destacando a necessidade de um olhar diferenciado para essa parcela da sociedade. O objetivo é subsidiar os órgãos de saúde na formulação de estratégias mais eficazes para a prevenção, tratamento e vacinação, não apenas contra o SARS-CoV-2, mas também para outras epidemias futuras, visando à erradicação de doenças em comunidades indígenas e à promoção de sua saúde integral.

EXTENSÃO E SAÚDE COLETIVA: DIÁLOGO DE SABERES NO CONTEXTO RURAL

José Franklin Santos de Oliveira, Liany Ermínia Marcelino Pechar, Kamila Cavalcante Rebelo,
Lara Beatriz Fonseca Cruz, Leonardo Tavares Guimarães, Amanda Maciel Batista,
Angela Xavier Monteiro, Socorro de Fátima Moraes Nina, Eliaquim Ferreira Neves

O projeto de extensão Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas – PopFlora, composto por estudantes universitários de enfermagem, odontologia e medicina, tem como objetivo promover a saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, a comunidade Nossa Senhora do Livramento situa-se à margem esquerda do Rio Negro, na confluência com a margem direita do igarapé Tarumã-Mirim, na zona rural do município de Manaus, Amazonas. A comunidade está a vinte quilômetros do centro de Manaus em linha reta, e o acesso é feito exclusivamente por barco, tanto para moradores quanto para visitantes. O projeto

realiza atividades de educação popular em saúde, como encontros, oficinas e círculos de conversa, visando compreender as questões de saúde das comunidades e promover a prevenção de doenças. Adicionalmente, busca dar visibilidade aos estudantes da área da saúde, capacitando-os a se tornarem profissionais com uma visão abrangente e senso de responsabilidade social. A ação comunitária ocorreu em 13 de abril de 2024, enfrentando como primeiro desafio o deslocamento fluvial pelo igarapé Tarumã-Mirim. Durante a ação, foram realizadas atividades como verificação da pressão arterial, teste de glicemia e cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), com o intuito de prevenir e controlar doenças crônicas. Também foi promovida a aplicação de flúor e realizadas palestras sobre saúde bucal, incentivando práticas de higiene e prevenção de doenças dentárias. Para uma abordagem integral de saúde, foram realizadas oficinas de brinquedos, promovendo o desenvolvimento infantil e momentos lúdicos para as crianças da comunidade. A comunicação comunitária por meio de voz foi essencial para informar os moradores sobre os serviços disponíveis, garantindo sua participação nas atividades. Essa iniciativa incorporou princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como integralidade, equidade e participação social, ao oferecer serviços que atenderam às necessidades específicas da comunidade. A ação contou com ampla participação da comunidade, fortalecendo os laços entre acadêmicos e moradores e reforçando os entendimentos da Saúde Coletiva como um pilar fundamental na formação dos profissionais de saúde. Os estudantes envolvidos tiveram a oportunidade de vivenciar a prática da saúde coletiva, adquirindo conhecimentos e desenvolvendo habilidades de problematização e elaboração de estratégias para enfrentar os desafios de diferentes cenários do contexto rural. A promoção desses serviços destacou a importância da prevenção de doenças e da promoção da saúde em comunidades tradicionais. A troca de saberes entre o conhecimento científico dos alunos da Universidade do Estado do Amazonas e o conhecimento tradicional das populações ribeirinhas fomentou relações enriquecedoras e expôs os acadêmicos aos componentes fundamentais que sustentam o conceito de saúde, conforme proposto pela Organização Mundial da Saúde.

DEZESSETE ANOS DE PRESENÇA INDÍGENA EM UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E EXPERIÊNCIAS NO CURSO DE MEDICINA

Vandicley Pereira Bezerra, Karla Caroline Teixeira, Cecilia Malvezzi, Willian Fernandes Luna

Uma universidade federal do interior de São Paulo iniciou, em 2007, ações afirmativas que incluem vagas suplementares para indígenas em todos os cursos de graduação, por meio de um vestibular específico. Essas iniciativas buscam desconstruir assimetrias no ensino superior público, promovendo diversidade nos cursos, garantindo o direito de acesso às populações indígenas e reduzindo desigualdades sociais. Desde então, a graduação em Medicina passou a contar com a presença de estudantes indígenas, ocupando um espaço na escola médica que historicamente não incluía essa população. A pesquisa teve como objetivo compreender a trajetória histórica, o perfil dos

estudantes indígenas de Medicina e suas vivências relacionadas à permanência no curso. A abordagem foi quanti-qualitativa, com mapeamento dos ingressantes indígenas entre 2007 e 2023 por meio de documentos institucionais. O contato foi realizado individualmente, via redes sociais e telefone, com convites para participação. Foram mapeados 16 indígenas ingressantes, dos quais 13 participaram da pesquisa, que utilizou questionários, entrevistas individuais e rodas de conversa. Nos 17 anos de ações afirmativas, 16 indígenas ingressaram no curso de Medicina por meio das vagas suplementares, não havendo registros de ingresso pela Lei nº 12.711/2012 (lei de cotas). Os ingressantes tinham entre 17 e 42 anos, sendo 11 homens e cinco mulheres, dos quais três tinham filhos. A origem foi diversa: dez de Pernambuco, dois do Amazonas, dois do Espírito Santo, um do Acre, um de Alagoas e um de São Paulo, pertencendo a diferentes povos, como Pankará, Jeripancó, Truká, Xucuru de Cimbres, Huni-Kuin, Tikuna, Tariano, Tupinikim, Pankararu, Atikum-Umã e Xucuru de Ororubá. Entre os ingressantes, oito concluíram o curso, cinco ainda estão na graduação e três se desligaram antes da conclusão. A análise dos dados resultou em quatro categorias temáticas: motivações para ingresso no curso, dificuldades na escola médica, experiências de desistência e estratégias de permanência. As motivações incluíram o desejo de desenvolvimento pessoal, compromisso com a comunidade e a oportunidade criada pelas ações afirmativas. Dentre as dificuldades relatadas, destacaram-se a metodologia do curso, fragilidade na formação básica, distanciamento da família e dificuldades econômicas. Apesar disso, as estratégias de permanência identificadas foram apoio institucional por meio de bolsas, acompanhamento pedagógico, professores apoiadores da causa indígena, outros indígenas no curso e a atuação do coletivo de indígenas da instituição. Concluiu-se que as ações afirmativas são fundamentais para o acesso dos indígenas ao curso de Medicina, mas é igualmente essencial manter e ampliar os programas de permanência. As experiências vivenciadas revelaram potencialidades relacionadas às trajetórias individuais e à coletividade entre os indígenas no curso e na instituição. Conhecer essas vivências permite identificar fragilidades e avançar nas ações afirmativas do curso de Medicina, além de inspirar outras instituições a seguirem o mesmo caminho. Pesquisa financiada com bolsa FAPESP (2021/07526-4).

COMUNICAÇÃO INTERPROFISSIONAL NO PROCESSO DE TRABALHO EM EQUIPE: COMPREENSÃO DE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Mozara Mignoni Vieira, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi

Diante do objetivo de promover um cuidado integral e centrado nas pessoas, famílias e comunidades, práticas de saúde interprofissionais colaborativas que integrem diferentes núcleos e saberes profissionais tornam-se fundamentais. Nesse contexto, a competência colaborativa da comunicação interprofissional destaca-se como essencial para o trabalho em saúde. Este estudo, conduzido no âmbito do Mestrado Profissional de Ensino na Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), busca compreender como os profissionais da Estratégia Saúde da Família

(ESF) percebem a comunicação interprofissional no processo de trabalho em equipe. A pesquisa adota um delineamento qualitativo com base fenomenológica, fundamentado na fenomenologia da percepção. A amostra foi intencional, composta por profissionais de uma equipe de ESF de um município do sul do país, onde a autora principal atua. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas guiadas por um roteiro, e o material textual resultante está sendo analisado com base na análise de conteúdo, seguindo a perspectiva de Bardin. O estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Os resultados e a discussão estão sendo organizados em temáticas e categorias emergentes, fundamentados nos referenciais teóricos da interprofissionalidade, com foco na educação e no trabalho, e da fenomenologia da percepção. A expectativa é que o estudo contribua para uma melhor compreensão de como a comunicação se estabelece na prática do trabalho em equipe, identificando facilitadores e barreiras que possam impactar a efetividade da prática comunicativa interprofissional. Com base nos achados, pretende-se elaborar um material didático que apoie e facilite os processos de comunicação no trabalho em equipe da ESF e na interação dessa equipe com pessoas e famílias. O objetivo é fortalecer a colaboração e a interação para a qualificação do cuidado em saúde, com maior resolutividade e impacto positivo na atenção primária.

O PAPEL DA CLÍNICA AMPLIADA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sabrina de Andrades da Conceição, Eduarda Beatriz Paaschen,
Evelyn Paradzinski Alves, Vanessa Grohs, Raphaela Bello Favarin, Ana Laura Pieniak,
Laura Fenalte Streher, Luiza Fenalte Streher, Manuel Albino Moro Torres

A Clínica Ampliada, uma das diretrizes centrais da Política Nacional de Humanização, propõe o cuidado integral ao paciente, promovendo tratamentos que consideram as necessidades individuais e contam com a colaboração de equipes interprofissionais. Esse modelo proporciona uma visão ampliada do processo saúde-doença, onde o paciente se torna co-participante do tratamento, ganhando maior autonomia sobre sua condição clínica. O cuidado ultrapassa a prescrição de medicamentos e procedimentos, incluindo recursos terapêuticos como a escuta ativa, a comunicação e técnicas de diferentes áreas da saúde, fomentando vínculos sólidos e confiáveis. Este resumo tem como objetivo destacar o papel da Clínica Ampliada e sua contribuição para o bem-estar físico, mental e social dos pacientes. Para fundamentar a relevância da Clínica Ampliada, foi elaborado um relato de experiência com base em um estágio extracurricular realizado em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) por acadêmicos de Medicina de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em dezembro de 2023. Durante o estágio, um caso específico chamou a atenção pela aplicação do cuidado ampliado. Tratava-se de uma consulta de retorno, na qual uma idosa, identificada como S.C.M., relatou estresse diário, ansiedade e insônia desencadeados por conflitos familiares, especialmente com sua neta. A equipe médica e os acadêmicos ouviram atentamente a paciente, e, com base no vínculo previamente estabelecido, propuseram um tratamento não farmacológico. Considerando o interesse da paciente por bordados, sugeriu-se que ela confeccionasse toalhas para serem sorteadas entre o grupo de gestantes

da ESF, além de participar de atividades coletivas, como a equipe de caminhada da saúde mental. Essa abordagem trouxe à paciente um novo propósito, visivelmente transformando sua expressão de tristeza em alegria. Essa vivência proporcionou uma nova compreensão sobre o cuidado em saúde, evidenciando a importância de uma abordagem que vá além das queixas físicas, considerando também os aspectos emocionais do paciente. Dessa forma, a prática demonstrou uma abordagem humanizada, centrada na integralidade do paciente, integrando suas queixas, sentimentos e pensamentos. A experiência revelou-se transformadora para os acadêmicos, ampliando sua percepção sobre o cuidado centrado no vínculo afetivo e com menor dependência de intervenções medicamentosas. O estágio permitiu vivenciar o conceito de Clínica Ampliada na prática, reafirmando sua relevância na Atenção Primária e fortalecendo o princípio da integralidade do cuidado, um dos pilares do Sistema Único de Saúde.

A REDE QUE IMPACTA VIDAS E MUDA HISTÓRIAS

Joyce Loyola de Oliveira

A Rede Extraordinário e Raro surgiu como um espaço de acolhimento e apoio para famílias, inicialmente por meio de grupos no WhatsApp, Instagram e YouTube. Ao longo dos anos, a rede se fortaleceu com a combinação de estudos na área da enfermagem e vivências militantes, compartilhando aprendizados e ressignificando desafios anteriormente desconhecidos. Fundado há sete anos, o projeto está ativo nas redes sociais há dois anos, funcionando como uma ponte entre movimentos que lutam pela equidade de direitos na sociedade. Por meio dessa conexão, informações e ações têm sido distribuídas em diferentes esferas – municipais, estaduais e federais. Os eventos inclusivos promovidos pela rede têm sido fundamentais para disseminar acolhimento, conscientização, e direitos, além de informar quem realmente precisa acessar garantias legais. Essas iniciativas também geram trocas de experiências valiosas, promovendo estudos e melhorias contínuas. De forma itinerante, a rede leva propostas a diversos lugares, apoiando famílias e reforçando a importância de lutar por direitos já conquistados e de garantir outros. O objetivo é empoderar mães, pais e tutores, recriando oportunidades e abordando a realidade de quem convive com pessoas com deficiência no dia a dia. A rede busca melhorar a qualidade de vida dessas famílias e promover uma sociedade mais inclusiva, onde as diferenças sejam respeitadas. Mais do que apoiar quem cuida, a Rede Extraordinário e Raro luta para garantir direitos fundamentais, como a dignidade de permitir que cuidadores voltem ao mercado de trabalho. Não basta oferecer soluções temporárias, como oficinas, cursos ou eventos de beleza. É essencial assegurar qualidade de vida e implementar recursos que consolidem os direitos garantidos. Iniciativas como o Projeto de Lei 1605/23, que aborda benefícios financeiros para cuidadores após a morte da pessoa com deficiência, revelam a necessidade de uma abordagem mais humana e significativa. A rede defende que a sociedade respeite a Constituição Federal, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), buscando políticas inclusivas e equitativas. Na educação, a proposta inclui capacitar profissionais, adequar materiais pedagógicos e investir em infraestrutura acessível, como banheiros adaptados para todas as deficiências. A redução de impostos para quem implanta banheiros acessíveis pode estimular a inclusão. Além disso, a rede defende a inclusão de Libras no currículo regular e a promoção de saúde mental nas escolas, com equipes multidisciplinares. Saúde e educação devem caminhar juntas, com políticas que priorizem reabilitação e

acolhimento dentro do SUS. A Política Nacional de Saúde Mental precisa ser implementada de maneira prática e eficiente, com especialidades disponíveis para atender as demandas específicas. A Rede Extraordinário e Raro acredita que ações concretas geram resultados significativos. Inspirando-se em figuras como Florence Nightingale, destaca-se a importância de uma boa gestão para minimizar danos e transformar vidas. Com base em todas as propostas apresentadas, a rede reafirma seu compromisso de usar o conhecimento adquirido para promover mudanças significativas na sociedade, garantindo equidade e dignidade para pessoas com deficiência e suas famílias.

ESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS DE ENFERMAGEM E MEDICINA DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE DO BRASIL

Mercia Pereira Sousa, Emilly Sousa Santos, Elaine Andrade Leal Silva

Os cursos de saúde em universidades públicas federais têm a missão de formar profissionais críticos, reflexivos e capacitados para promover saúde e qualidade de vida. Conhecer a estrutura desses cursos permite compreender melhor a gestão educacional universitária e os processos de formação profissional. O objetivo desta pesquisa foi descrever as características dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina ofertados pelas universidades federais brasileiras da região Nordeste. Trata-se de um estudo documental, descritivo e exploratório. A coleta de dados foi realizada entre 21 de setembro e 4 de outubro de 2023, utilizando os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) disponíveis no portal e-MEC do Ministério da Educação e nos sites das Universidades Públicas Federais do Nordeste. Projetos não localizados (4 de Medicina e 3 de Enfermagem) não foram incluídos. Foram analisados 23 PPCs de Medicina e 21 de Enfermagem, respeitando-se os preceitos éticos da pesquisa. Na região Nordeste, foram identificados 27 cursos de Medicina e 24 de Enfermagem. Bahia e Pernambuco destacaram-se com o maior número de cursos de Medicina (N=4 cada), enquanto a Paraíba concentrou o maior número de cursos de Enfermagem (N=4). A maior parte dos cursos está localizada nas capitais nordestinas. Todos os cursos analisados são na modalidade presencial, com ingresso majoritariamente via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), exceto um curso de Medicina que utiliza vestibular próprio. Quanto aos turnos, 82,6% (N=19) dos cursos de Medicina são integrais e 17,3% (N=4) são diurnos. Em Enfermagem, 15% (N=3) são integrais e 85% (N=17) são diurnos, com um curso sem essa informação disponível. O tempo mínimo para integralização do curso de Medicina é de 6 anos em todas as universidades, com um máximo de até 11 anos, enquanto em Enfermagem a integralização mínima varia de 4,5 a 5,5 anos (maioria com 5 anos) e a máxima chega a 7,5 anos. As médias de integralização são de 7,1 anos para Medicina e 5,7 anos para Enfermagem. Notou-se que 5 PPCs de Medicina e sete de Enfermagem tinham mais de dez anos de publicação. Estes estavam desatualizados em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Medicina, publicadas em 2014, mas ainda adequados às de Enfermagem, publicadas em 2001. Os cursos de graduação em Enfermagem e Medicina nas universidades federais do Nordeste apresentam características como: oferta equivalente de cursos; concentração em três estados; expansão para o interior visando

a democratização do acesso; ingresso predominantemente pelo SisU; modalidade presencial com turnos variados; períodos de formação prolongados; e diferenças quanto à adequação às diretrizes curriculares nacionais. Essas características ressaltam a importância de revisões regulares nos PPCs para garantir alinhamento com as DCNs e atender às demandas da formação profissional em saúde.

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO ÀS PRÁTICAS CULTURAIS PARA A SAÚDE DAS POPULAÇÕES

Matheus Teixeira Schumacher, Alessandra Aniszewski Kucner

O presente trabalho confirma, por meio de dados, uma ideia observada na transformação de um espaço urbano a partir da iniciativa de um morador local: a implementação de uma tabela de basquete em uma praça de bairro previamente subutilizada, localizada na cidade de Venâncio Aires/RS. O incentivo às artes e ao esporte, muitas vezes considerados supérfluos pelo senso comum, pode atuar como um fator relevante para melhorar indicadores de saúde pública e reduzir índices de drogadição, conforme demonstrado por indicadores sociais de países como Islândia e Colômbia. No caso estudado, uma pequena amostra (cerca de 20 jovens), oriunda de um bairro de uma cidade média do RS, exemplifica como o acesso facilitado a áreas de lazer e esporte pode trazer mudanças significativas para a comunidade. Além do impacto no esporte, observou-se o desenvolvimento de batalhas de rima entre os jovens, uma manifestação artística popular que promove socialização e reflexão sobre os anseios e necessidades locais. Outra prática associada ao contexto foi o aumento do interesse pelo skate, ainda que limitado pela falta de locais adequados para sua prática. Atividades esportivas, como as mencionadas, contribuem tanto para a socialização quanto para a saúde física dos participantes. A observação da mudança de hábitos entre os jovens, possibilitada por essa intervenção urbana, destaca a potencialidade da sociedade, muitas vezes subaproveitada devido à carência de espaços públicos de qualidade que ofereçam acesso a manifestações culturais e esportivas. Tais iniciativas promovem o desenvolvimento físico e mental das populações, impactando positivamente a saúde pública. Assim, é fundamental que os gestores de saúde pública atuem em sinergia com as comunidades, viabilizando e incentivando a criação de espaços que favoreçam o desenvolvimento intelectual e físico dos moradores. Além de contribuírem para a saúde coletiva, esses locais podem também gerar novas dinâmicas econômicas, promovendo emprego e renda a partir das práticas desenvolvidas.

SAÚDE EM CONTEXTO RURAL NO AMAZONAS: PRÁTICAS TERAPÊUTICAS UTILIZADAS NO TRATAMENTO E CURA DE DOENÇAS

Sérgio de Luna Silva Júnior, Socorro de Fátima Moraes Nina, Taciana Lemos Barbosa

No vasto território do Estado do Amazonas, as exuberantes florestas abrigam comunidades tradicionais que vivem em harmonia com a natureza, especialmente nas Unidades de Conservação

(UC) do tipo Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Apesar disso, há uma notável escassez de estudos acadêmicos sobre a saúde dessas comunidades, o que reforça a importância de iniciativas como esta, especialmente para a formação médica. O objetivo deste estudo foi identificar as práticas terapêuticas tradicionais utilizadas no tratamento e cura de doenças na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e fundamentada na pesquisa-ação, aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (nº 57325922.4.0000.5016). A pesquisa foi realizada na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na RDS do Rio Negro, envolvendo os moradores como população da amostra. O trabalho de campo ocorreu entre agosto de 2023 e fevereiro de 2024. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas que abordaram variáveis como: a) sistemas de interpretação, prevenção e práticas terapêuticas; b) conhecimento sobre parteiras, benzedadeiras e remédios caseiros. As informações coletadas durante visitas à comunidade foram analisadas por meio da Análise Categorical Temática. Os resultados permitiram identificar as práticas terapêuticas tradicionais utilizadas pelos moradores da RDS do Rio Negro no tratamento de doenças. Assim como em outras RDS do Amazonas, o uso de remédios caseiros, como chás e pomadas, é parte do cotidiano da comunidade. Foram identificadas também práticas populares específicas, como as de um desmentidor, que atua colocando “o osso no lugar” em casos de luxação, e de rezadores, que realizam preces e rezas com finalidade terapêutica. Essas práticas refletem a realidade de regiões remotas, onde o acesso a médicos e medicamentos alopáticos é limitado, tornando-as uma solução viável e frequentemente a única alternativa disponível. O estudo conclui que o acesso aos serviços de saúde em áreas rurais exige um planejamento mais alinhado às necessidades locais. A presença de profissionais residentes na comunidade é essencial, uma vez que o esquema atual de visitas não atende plenamente as demandas da população. Nesse contexto, as práticas tradicionais observadas desempenham um papel crucial, sendo muitas vezes o único recurso acessível para o cuidado com a saúde dos moradores, seus familiares e vizinhos. Essas práticas, portanto, não apenas refletem a resiliência das comunidades, mas também destacam a urgência de políticas públicas que ampliem o acesso à saúde nas áreas rurais do Amazonas.

ESTRATÉGIAS DE CUIDADO EM SAÚDE COM MULHERES RIBEIRINHAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sérgio de Luna Silva Júnior, Socorro de Fátima Moraes Nina,
Taciana Lemos Barbosa, Beatriz Naarah Sarah Alves Reis

Ao abordar a educação em saúde em contexto rural, prioriza-se o diálogo aberto e respeitoso, valorizando os saberes locais e as necessidades específicas da população, com o objetivo de promover o bem-estar coletivo e fortalecer as relações comunitárias. Este relato destaca a relevância de um projeto de extensão universitária focado na saúde em uma comunidade rural da região amazônica e seu impacto na formação médica. O objetivo foi relatar a experiência desse projeto, desenvolvido em uma

comunidade tradicional rural no Amazonas. O projeto, voltado para a prevenção e promoção da saúde da mulher ribeirinha, foi realizado na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Iranduba (AM), pertencente à Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. A população-alvo era composta por mulheres ribeirinhas, e foram realizados nove encontros, que adotaram estratégias como rodas de conversa e ciência, produção de materiais educativos, visitas domiciliares e integração com a equipe da UBS local. Os recursos utilizados incluíram música, atividades com movimento, cartazes, materiais educativos, aferição de pressão arterial e orientações alimentares, sempre com atenção a uma linguagem acessível às participantes. Os encontros abordaram temas como autocuidado, a importância da mulher no contexto comunitário, hipertensão arterial, dislipidemias e diabetes mellitus. A vivência desse projeto foi fundamental para construir uma relação de responsabilidade e proporcionar aos extensionistas um embasamento teórico e prático sobre populações do campo, floresta e águas. Isso possibilitou a criação de espaços para diálogo, reflexão e problematização junto às mulheres ribeirinhas. Contudo, a educação em saúde em contexto rural apresenta desafios significativos, como questões logísticas, influência de condições climáticas, períodos de estiagem e a falta de infraestrutura. A experiência reforça o compromisso de futuros profissionais de saúde com a realidade amazônica, destacando a importância de incluir vivências acadêmicas em contextos rurais na formação médica. Atuar e promover saberes em saúde com mulheres ribeirinhas contribui para desenvolver uma escuta qualificada que acolha tanto as dores quanto as esperanças da comunidade. Essa abordagem fortalece o aprendizado de habilidades voltadas para cuidados em saúde mais próximos dos saberes e das realidades ribeirinhas, promovendo atendimentos que respeitem e atendam às especificidades locais, fomentando a dignidade e a qualidade de vida dessas populações.

O SAFETY HUDDLE COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO EFICAZ EM UM HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Itamar Cabral Monteiro

O “Safety Huddle”, ou reunião de segurança, é uma ferramenta que promove melhorias significativas na comunicação em instituições de saúde, reduzindo distâncias entre os diferentes atores dos processos de gestão e proporcionando maior rapidez e alinhamento entre equipes. Isso resulta em uma assistência mais segura e eficiente para pacientes e usuários. Em um complexo hospitalar de grande porte com 400 leitos, as reuniões são realizadas diariamente às 9h da manhã, reunindo gestores, colaboradores-chave, líderes, diretores, gerentes e outros stakeholders, tanto das áreas assistenciais quanto administrativas e de apoio. A participação de outros colaboradores é opcional, mas normalmente limitada aos perfis mencionados. As reuniões ocorrem em uma área comum, com espaço suficiente para acomodar os participantes, que permanecem em pé durante cerca de 15 minutos. A dinâmica consiste em cada participante compartilhar informações relevantes que possam impactar a operação do hospital. Conforme a necessidade, há ou não debates sobre os temas apresentados. Após

o encontro, todos retornam aos seus setores para continuar suas atividades. Meses após a implantação das reuniões diárias, o principal resultado observado foi o maior entrosamento entre as equipes, já que os gestores e líderes passaram a ter um panorama mais claro e abrangente do que ocorre em todas as áreas do hospital. Antes do “Safety Huddle”, a comunicação apresentava muitos ruídos, pois as informações eram transmitidas principalmente por canais formais, como e-mails, sem a frequência necessária de interação direta, que era limitada a eventos esporádicos, como treinamentos e apresentações. Embora a comunicação formal por e-mail continue essencial para a formalização e registro das informações, a introdução da comunicação direta e frequente permitiu um melhor mapeamento de riscos, redução de não conformidades e análise dos processos sob as perspectivas operacional e estratégica. Com isso, a qualidade do atendimento aos pacientes melhorou significativamente. Além disso, os encontros diários desenvolveram nos gestores e líderes uma percepção ampliada do coletivo, promovendo uma exposição mais construtiva das dificuldades e fragilidades dos processos, sem individualizar falhas. Isso fortaleceu o espírito de equipe e união, com foco na satisfação de usuários, pacientes, colaboradores e da própria instituição. A implantação do “Safety Huddle”, apesar de sua simplicidade conceitual, trouxe maior fluidez na comunicação e resolução de problemas, aumentando o engajamento dos participantes em prol da qualidade dos processos. Os resultados incluem uma redução significativa de acidentes e agravos à saúde no atendimento aos pacientes e benefícios tangíveis para todos os stakeholders envolvidos nos processos do hospital. Essa experiência demonstra que uma ferramenta simples pode gerar impactos profundos na operação e na qualidade da assistência hospitalar.

INSERÇÃO DE DIU NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: GARANTIA DE ESCOLHA NO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO EM BRAGANÇA (PA)

Elisanete de Lourdes Carvalho de Sousa, Andreia Paes Oliveira, Igor do Rosário Costa,
Ingrid Bentes Lima, Mario Ribeiro da Silva Junior, Nathália Cantuária Rodrigues,
Nayara Fernanda Alves Moreira, Raimundo de Jesus Picanço da Costa, Rejane Brandão Pinto

A atenção à saúde da mulher no SUS propõe o atendimento aos direitos sexuais, reprodutivos, abortamento seguro e casos de violência doméstica e sexual. No âmbito do planejamento reprodutivo, busca garantir uma vida sexual segura e satisfatória, assegurando autonomia para decidir sobre a reprodução e liberdade para tomar decisões sobre o próprio corpo. Para isso, é essencial oferecer informação e acesso a diferentes métodos de concepção e contracepção. Nesse contexto, o Ministério da Saúde orienta e amplia a disponibilidade do dispositivo intrauterino (DIU) no SUS, destacando-o como um método contraceptivo seguro, eficaz, não hormonal, reversível e de longa duração, além de reforçar o papel estratégico de enfermeiros e enfermeiras na ampliação do acesso ao dispositivo. No município de Bragança, Pará, com uma população atual de 123.082 habitantes, haviam sido realizadas apenas seis inserções de DIU até novembro de 2023. Para mudar esse cenário, a Secretaria Municipal de Saúde de Bragança, em parceria com o Conselho Regional de Enfermagem do Pará e o Conselho Federal de Enfermagem, realizou entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024 uma capacitação para

quatro enfermeiros, capacitando-os como multiplicadores em consultas ginecológicas com ênfase na saúde reprodutiva e inserção de DIU. O objetivo foi incluir esse procedimento pela Enfermagem da Atenção Primária à Saúde (APS) como parte do fluxo de atendimento à saúde reprodutiva no município. O objetivo deste relato é descrever a experiência da capacitação de enfermeiros para consultas ginecológicas e inserção de DIU. O projeto foi estruturado em dois momentos, com carga horária total de 100 horas, realizadas no Centro de Atenção à Saúde da Mulher (CASM) de Bragança. Na primeira etapa, em dezembro de 2023, as mulheres passaram por acolhimento e consultas de enfermagem para avaliar a elegibilidade para inserção do DIU ou outros métodos contraceptivos. As mulheres consideradas elegíveis tiveram o DIU inserido. Na segunda etapa, as participantes retornaram para revisão do posicionamento do dispositivo. Os resultados indicam que, na primeira etapa, foram realizadas 135 consultas de enfermagem, das quais 80 mulheres foram consideradas aptas para inserção do DIU, enquanto 55 foram consideradas inaptas. Além disso, foram realizados 135 testes rápidos para sífilis, HIV e hepatites B e C, com três resultados positivos para sífilis. Na segunda etapa, das 80 mulheres inicialmente atendidas, 67 retornaram para revisão do DIU, sendo que 13 faltaram. Entre as que compareceram, sete optaram por retirar o dispositivo devido a efeitos adversos, como sangramento constante ou cólica intensa; uma mulher reinseriu o DIU e 11 foram encaminhadas para ultrassonografia para avaliação do posicionamento do dispositivo. A capacitação proporcionou aos enfermeiros uma vivência prática aprofundada na inserção do DIU e aprimorou seus conhecimentos, permitindo uma melhor prestação de cuidados às mulheres no município. Além disso, ampliou a oferta desse serviço, contribuindo para melhorar a qualidade de vida, promover a saúde, garantir os direitos sexuais e reprodutivos e reduzir os índices de gravidez indesejada e óbito materno em mulheres em idade fértil da região bragantina.

MORTALIDADE DE MULHERES JOVENS POR CAUSAS EVITÁVEIS: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA NO BRASIL

Vanessa Pereira Corrêa, Bruna Vanti Rocha, Tauana Prestes Schmidt

As mulheres representam mais da metade da população brasileira, e mais de 60% delas estão na faixa etária definida como “mulheres em idade fértil”. Embora tenham ocorrido avanços significativos nas últimas décadas nos cenários de saúde integral da mulher, socioeconômico e de direitos civis, os dados sobre óbitos de mulheres nessa faixa etária, especialmente por causas evitáveis, ainda são alarmantes. O objetivo deste trabalho é sintetizar as evidências sobre a mortalidade de mulheres jovens por causas evitáveis no Brasil. Para tanto, foi realizada uma busca na Biblioteca Virtual da Saúde no mês de dezembro, utilizando a chave de busca [(mortalidade) OR (óbito) OR (causas de morte) OR (mortalidade por causas evitáveis) OR (óbito por causas evitáveis) AND (mulheres)]. Foram incluídos 30 estudos na análise. Entre eles, os que abordaram mortalidade materna foram realizados principalmente em grandes cidades e capitais brasileiras e revelaram padrões semelhantes, destacando

causas como doenças hipertensivas, infecção puerperal e aborto. Esses padrões, no entanto, refletem variações na oferta e na estrutura dos serviços de saúde. A maioria das causas diretas é evitável com intervenções apropriadas durante o pré-natal e a gestação. Dentre essas causas, a mortalidade associada ao aborto apresenta números elevados no Brasil. A Pesquisa Nacional do Aborto revelou que 10% das mulheres entrevistadas, com até 40 anos, já realizaram aborto. Embora as taxas tenham apresentado declínio ao longo do tempo, os dados ainda são preocupantes em populações mais vulneráveis. No caso das doenças hipertensivas, a literatura é unânime ao destacar a importância do pré-natal iniciado em tempo hábil para a detecção precoce e o tratamento oportuno de condições que possam surgir durante a gestação. Já a infecção puerperal, embora evitável com infraestrutura e intervenções adequadas, está frequentemente relacionada à gestão e à qualidade do serviço de saúde. Outros estudos analisaram a mortalidade de mulheres jovens sem o enfoque exclusivo em óbitos maternos. Eles destacaram condições passíveis de prevenção, como doenças do aparelho circulatório, doenças cardíacas e neoplasias, com ênfase no câncer de mama. Contudo, as causas externas, como acidentes e violência, apresentaram altas taxas de mortalidade nessa população. Como se trata de uma breve revisão da literatura, apenas uma base de dados foi utilizada, e os processos de busca e seleção não foram sistematizados. Sugere-se, portanto, a realização de uma revisão sistemática da literatura com ampliação das bases de dados, chaves de busca, idiomas e países, a fim de compreender melhor a temática. Além disso, é necessária a sistematização e investigação mais aprofundada dos óbitos de mulheres jovens, mulheres em idade fértil e maternos. Muitos estudos apontam limitações relacionadas à ausência de dados sociodemográficos considerados essenciais, mas que não são obrigatórios no preenchimento de registros. A falta dessas informações impede o rastreamento de iniquidades em saúde, que têm impacto direto nos óbitos femininos.

CARTOGRAFIAS DOS POSSÍVEIS NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO COMPLEXO DO ALEMÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS INTERPROFISSIONAIS REALIZADAS ENTRE O CAPS III, CLÍNICA DA FAMÍLIA E PET – SAÚDE UFRJ

Desirée Simões Silva, Thiago Benedito Livramento Melicio

Esta pesquisa tem como objetivo cartografar a rede rizomática produtora de ações de saúde que emergem do encontro entre as equipes do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde Interprofissionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PET-Saúde Interprofissionais UFRJ), o Centro de Atenção Psicossocial III (CAPS III) do território, uma Clínica da Família, representantes da comunidade usuária dos serviços e movimentos sociais do Complexo do Alemão. A proposta central é observar a efetivação ou não do “encantamento” nas iniciativas de promoção de vida e saúde promovidas pelos serviços públicos no território investigado. O estreitamento de vínculos entre os serviços públicos, a universidade e a comunidade levou à introdução de debates nos equipamentos

de saúde sobre o trabalho interprofissional e colaborativo em saúde, priorizando práticas socialmente emancipadoras e fortalecedoras do tecido social. Essas práticas foram viabilizadas pela aproximação com o território e os movimentos sociais locais. O objetivo específico foi mapear os processos de produção do cuidado, tanto nos âmbitos macro quanto micropolíticos, desenvolvidos ao longo dessa parceria, e identificar gestos e atos de “encantamento” enquanto estratégia decolonial, materializados durante essas dinâmicas. A metodologia adotada envolveu a análise de diários de campo, produzidos ao longo dos períodos de imersão no campo de pesquisa, para acompanhar as ações de saúde realizadas entre 2019 e 2020, com um retorno ao campo em 2023. Os registros documentaram as interações entre o PET-Saúde UFRJ, o CAPS III, a Clínica da Família e a comunidade do Complexo do Alemão. Concluiu-se que os elementos encantadores da rede rizomática territorial residem no retorno dos agentes dos serviços envolvidos à ética e aos princípios político-sociais que sustentam a história dos movimentos populares e reformistas em saúde, em um movimento de resgate simbólico inspirado no conceito Sankofa. Além disso, destacou-se a efetivação da participação popular e democrática dos membros da comunidade na formulação de ações de saúde locais, conforme preconizado pelos documentos estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses processos reforçam o compromisso com a promoção da saúde como prática emancipadora e socialmente transformadora.

DIFICULDADES NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES COM LESÃO POR PRESSÃO EM DOMICÍLIO NO INTERIOR DO AMAZONAS

Marcelo Augusto da Silva Seixas, Cristiane Costa Reis da Silva, Laura Antonia Torres Reis

Considerada o terceiro incidente mais comum relacionado à saúde, a lesão por pressão (LPP) é um problema que afeta pacientes tanto em âmbito hospitalar quanto domiciliar. A enfermagem desempenha um papel fundamental na prestação de cuidado ao paciente, abrangendo prevenção, tratamento e manejo de LPP. Contudo, existem barreiras que dificultam a assistência em nível domiciliar, como a deficiência de materiais e a escassez de recursos humanos. O estudo teve como objetivo descrever as dificuldades encontradas na assistência a pacientes com LPP em domicílio. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa, derivada do estudo “Prevenção de lesão por pressão na assistência domiciliar: Conhecimento de enfermeiros do interior do Amazonas», vinculado e financiado pela Universidade Federal do Amazonas. Realizado em unidades de atenção primária, a coleta de dados foi feita por meio de um formulário semiestruturado aplicado em entrevistas. A pesquisa atendeu às Resoluções 446/12 e 510/2016-CNS e foi aprovada pelo Comitê de Ética da Pesquisa da UFAM, sob o Parecer nº 5.657.233. Os resultados indicaram que as principais dificuldades enfrentadas na assistência aos pacientes foram a falta de apoio familiar (38,9%), seguida pela resistência familiar em seguir prescrições (33,3%). A ausência de suporte familiar no processo saúde-doença influencia negativamente tanto na reabilitação do paciente quanto no planejamento de sua assistência. Outro problema identificado foi a indisponibilidade de coberturas

nos estabelecimentos de saúde (33,3%), em consonância com estudos de Correia e Santos (2019), que destacam a carência de recursos humanos, materiais e treinamento da equipe. Além disso, fatores como baixas condições socioeconômicas e higiene corporal insatisfatória (11,1%) agravam o contexto. No âmbito da atenção primária, dificuldades financeiras podem comprometer o acesso a uma alimentação saudável, aumentando a vulnerabilidade do paciente ao desenvolvimento de LPP. Outro resultado relevante foi o conhecimento insuficiente do cuidador (5,6%), conforme apontado por Santos et al. (2018), que associam essa lacuna à falta de capacitação do grupo familiar. Assim, a educação em saúde se mostra essencial para a promoção da saúde e indispensável para a prática do cuidado. Conclui-se que os serviços de saúde voltados para pacientes com LPP, prestados por enfermeiros nas unidades de atenção primária no interior do Amazonas, enfrentam desafios significativos, tanto pela carência de recursos humanos e materiais quanto pela insuficiência na formação de cuidadores.

TELEATENDIMENTO EM SAÚDE: UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA A SER COMPARTILHADA

Higor Vaz de Oliveira, Dra. Alessandra Regina Müller Germani

O presente trabalho apresenta um relato de experiência vivenciado por um estudante do Curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Passo Fundo (RS), no ano de 2020, durante a atuação na Atenção Primária em Saúde, em meio à Pandemia de covid-19. O objetivo é compartilhar as experiências vividas em um momento de grande tensão, bem como as estratégias desenvolvidas para superar as inúmeras barreiras enfrentadas pelos profissionais da área. Com a chegada do novo coronavírus (SARS-CoV-2), e enquanto estudante de Medicina, já atuando em cenários de prática desde o início do curso, o período em questão foi marcado pela participação no Componente Curricular da Saúde Coletiva III. Esse componente visava conhecer e aprimorar os cuidados em saúde, considerando as diversas realidades dos usuários, que frequentemente enfrentavam limitações, como idade avançada, incapacidades físicas e cognitivas, dificultando seu acesso às unidades de saúde. Uma das estratégias utilizadas para mitigar tais dificuldades eram as visitas domiciliares, cujo objetivo era conhecer a rotina desses usuários, identificar de perto as barreiras individuais e estabelecer planos de cuidados personalizados. Com a chegada da pandemia, essas visitas domiciliares foram temporariamente interrompidas, sendo substituídas pelos teleatendimentos em saúde. Essa adaptação permitiu a manutenção do vínculo com as famílias e os alunos, respeitando os cuidados necessários diante do cenário pandêmico. As práticas passaram a ser realizadas remotamente, e, semanalmente, os estudantes se reuniam no auditório da Universidade, onde foram estruturados quatro pontos telefônicos para entrar em contato com os usuários cadastrados pela unidade de saúde. O acompanhamento focava na verificação do uso adequado das medicações, no incentivo às medidas de proteção contra a infecção viral, na promoção de práticas de exercícios físicos ajustadas às condições do momento e em outras questões individualizadas. Ao longo dessa nova etapa, desafios significativos foram enfrentados, como as dificuldades de comunicação por telefone, especialmente

com usuários idosos que não possuíam celular ou não sabiam utilizá-lo, além de limitações físicas, como perda auditiva. Apesar disso, a solução encontrada para substituir o contato físico e manter o acompanhamento dos usuários vulneráveis mostrou-se eficaz, permitindo, na maioria dos casos, a continuidade do cuidado e do vínculo, mesmo em um contexto tão adverso. Conclui-se que cada situação vivenciada oferece a oportunidade de aprendizado e evolução por meio de uma análise crítica. A experiência vivida durante a pandemia demonstrou a capacidade de adaptação e resiliência, capacitando os envolvidos a continuar contribuindo para a transformação da assistência em saúde.

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO NA SAÚDE: OPORTUNIDADE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO DO CUIDADO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Viviane Durigon, Carla Agostini, Denise Bueno, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi

O Brasil possui o maior sistema público de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS), que diariamente demanda um número expressivo de profissionais de diferentes áreas e serviços para atender a necessidades de saúde cada vez mais amplas e complexas. Esse contexto desafia os trabalhadores do SUS em suas rotinas e também evidencia lacunas na formação desses profissionais. Apesar dos avanços nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o ensino de graduação ainda não está totalmente alinhado ao trabalho colaborativo em equipe, centrado nas necessidades das pessoas, famílias e comunidades. Nesse cenário, a Educação Permanente em Saúde (EPS) surge como uma estratégia fundamental para qualificar profissionais do SUS, ao promover sua formação baseada nas demandas e realidades dos locais de trabalho. Alinhados a essa lógica, os programas de pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade de Mestrado Profissional (MP), têm ganhado destaque no Brasil. Esses programas articulam conhecimentos atualizados, domínio metodológico e aplicação prática voltada ao campo de atuação profissional dos educandos. O MP também exige o desenvolvimento de produtos técnicos derivados de problemas de pesquisa identificados nas vivências de trabalho dos mestrandos. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Mestrado Profissional em Ensino na Saúde (PPG EnSau), vinculado à Faculdade de Medicina, adota uma abordagem multiprofissional com base curricular voltada para a atuação no SUS. O programa incentiva a inovação tecnológica na educação em saúde, com a incorporação de produtos técnicos nos serviços do SUS onde os mestrandos atuam. Este relato de experiência reflete sobre a trajetória de profissionais egressas do PPG EnSau no período de 2021 a 2023, marcado pela pandemia e pelo ensino remoto emergencial. As experiências educacionais vivenciadas nesse período, aliadas aos novos aprendizados adquiridos, revelaram que o currículo e o corpo docente do MP estimularam o pensamento coletivo e a problematização de situações do trabalho, evidenciando o potencial de uma educação fundamentada no pensamento freiriano e na valorização do trabalho interprofissional. Esse processo formativo permitiu aos profissionais, enquanto educandos e educadores em constante aprendizado, contribuir para a formação de colegas e usuários do SUS. A abordagem educativa adotada se distanciou do modelo bancário, caracterizado

pelo simples depósito de conhecimentos, ao valorizar vivências individuais e coletivas que incentivam a reflexão e a resolução de problemas. Metodologias ativas e horizontais promoveram um aprendizado compartilhado e buscaram a autonomia, refletindo-se não apenas na produção acadêmica, mas também na prática profissional. Esse processo ampliou a percepção sobre os processos de educação em saúde e possibilitou transformações nas realidades loco-regionais. Essa experiência demonstrou que o MP é uma ferramenta potente para a formação de profissionais da saúde, com impactos diretos na melhoria dos serviços de saúde aos quais seus discentes estão vinculados, reafirmando seu papel estratégico na qualificação e na inovação dentro do SUS.

A SAÚDE COMO DIREITO – RESULTADOS PROMISSORES DA PRIMEIRA MOSTRA DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, GOIÁS, BRASIL

Priscila Ariede Petinuci Bardal, Gizelda Vasconcelos Vieira de Alcantara,
Augusto Cesar da Fonseca Neto, Rodrigo Rodrigues Franco,
Fernanda Vieira Rodovalho Callegari, Poliana Rodrigues Alves Duarte, Roselma Lucchese

A 1ª Mostra de Saúde Pública de Catalão, Goiás, Brasil, representou um marco pioneiro ao promover a interação direta da população com as ações de saúde pública disponibilizadas no município. Este trabalho apresenta os resultados da parceria entre o Conselho Municipal de Saúde de Catalão, a Secretaria Municipal de Saúde, a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e dezenas de instituições de ensino e serviço da cidade, que viabilizaram uma agenda focada em ações de promoção da saúde, divulgação do papel do Conselho Municipal de Saúde e fortalecimento do controle social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em seus diversos níveis de atenção e cuidado. Durante o evento, a comunidade e os usuários do SUS puderam acessar stands temáticos que abordaram diferentes aspectos da educação em saúde, além de oferecerem informações sobre os fluxogramas de serviços disponíveis no SUS no município. Atividades complementares incluíram conferências, rodas de conversa e discussões abertas ao público, conduzidas por profissionais renomados na área da saúde, tanto regional quanto nacionalmente. Nos dois dias de evento, realizados em 17 e 18 de agosto de 2023, mais de 500 pessoas participaram das atividades oferecidas, demonstrando uma evidente mobilização social. As discussões promovidas por especialistas trouxeram contribuições significativas para a educação, promoção, prevenção e gestão em saúde. Como resultado do impacto positivo, a Mostra de Saúde Pública foi incorporada ao calendário oficial de atividades do município, fortalecendo a tríade ensino-serviço-extensão e consolidando a parceria com a UFCAT. O evento se mostrou um catalisador para o empoderamento da comunidade, ampliando seu conhecimento sobre os direitos de saúde garantidos pela Constituição Federal e os serviços oferecidos pelo setor de saúde de Catalão. Além disso, promoveu a valorização do SUS como pilar do Estado Democrático de Direito. A aproximação entre o Conselho Municipal de Saúde e a comunidade também se destacou, ampliando a conscientização sobre o papel do controle social na construção e fortalecimento do SUS. A experiência evidenciou que as parcerias entre a comunidade, a rede SUS do município, a

comunidade universitária, o conselho de saúde e entidades públicas e privadas foram determinantes para a implementação de ações mais alinhadas às necessidades de saúde da população local e regional. Essas iniciativas fortaleceram a construção de uma Saúde Pública mais participativa, pautada pelos princípios da equidade, integralidade e universalidade.

AÇÃO VOLUNTÁRIA DE PROMOÇÃO À SAÚDE INFANTIL EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA MARIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICAS DE MEDICINA

Luiza Fenalte Streher, Laura Fenalte Streher, Sabrina de Andrades da Conceição, Manuel Albino Moro Torres

A infância, compreendida como a fase inicial da vida humana entre o nascimento e os 12 anos, é um período crucial para o desenvolvimento físico, mental, social e emocional dos indivíduos. Nesse contexto, a rede de saúde desempenha um papel fundamental, especialmente o médico pediatra, que adota uma abordagem integral voltada à criança, considerando os diversos determinantes de saúde. Por meio de consultas de puericultura, é possível informar e monitorar o desenvolvimento infantil, intervir quando necessário e promover a saúde e a prevenção de doenças, com o objetivo não apenas de garantir uma infância saudável, mas também de contribuir para a saúde do futuro adulto. Este trabalho tem como propósito relatar a experiência de acadêmicas de Medicina em uma ação de promoção à saúde infantil. A atividade social voluntária foi realizada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Santa Maria, por meio do projeto acadêmico “Promoção à Saúde Infantil na Unidade Básica de Saúde”, concomitante às atividades de vacinação organizadas pela UBS. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sob a perspectiva das acadêmicas sobre as atividades desenvolvidas. Para embasar a prática, foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema, permitindo maior correlação teórica com a experiência vivenciada. O objetivo central foi promover a saúde infantil por meio de acolhimento e atendimento profissional na comunidade, orientando pais e responsáveis sobre temas como crescimento, desenvolvimento, nutrição, saúde bucal e imunizações. As ações foram realizadas em conjunto com preceptores médicos e incluíram a atualização do calendário vacinal das crianças, reforçando a importância do cronograma de imunizações; orientação sobre nutrição infantil, com a entrega de material informativo; avaliação antropométrica (peso e estatura), exame físico e orientações sobre condições como sobrepeso, obesidade e desnutrição; incentivo à higiene bucal e ao sono saudável; e conversas educativas sobre a importância da puericultura para a saúde infantil. A ação voluntária atendeu cerca de 70 crianças e adolescentes, paralelamente à campanha de vacinação promovida pela UBS. Os principais resultados incluíram um grande interesse dos pais e responsáveis pelos momentos de educação em saúde infantil, com participação ativa e questionamentos, além de manifestações de desejo por atividades semelhantes no futuro. Observou-se também uma maior adesão à vacinação infantil, fortalecendo os vínculos entre a

comunidade, a UBS, as acadêmicas e os profissionais de saúde. Essa experiência demonstrou-se de extrema relevância para a formação médica das acadêmicas, consolidando o papel das estudantes como agentes transformadoras e promotoras de saúde. A atividade destacou a importância de ações que atendam às necessidades em saúde infantil e reforçou o compromisso profissional voltado ao cuidado integral e à promoção da saúde na comunidade.

AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA TRÍADE: ENSINO/SERVIÇO/COMUNIDADE

Priscila Ariede Petinuci Bardal, Lorena Beatriz Pereira e Silva, Normalene Sena de Oliveira, Caliope Pilger

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) são ferramentas de cuidado que promovem saúde, qualidade de vida e bem-estar nos âmbitos físico, social, mental e espiritual. Este estudo apresenta o projeto de extensão “PICs no SUS e na Universidade” e os impactos positivos na interação ensino/serviço/comunidade, considerando o contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e a comunidade em Catalão, Goiás, Brasil. O projeto oferece gratuitamente práticas como acupuntura, auriculoterapia, terapia floral, automassagem, dança circular, reiki e relaxamento com imagem guiada. Seu público-alvo abrange acadêmicos e colaboradores da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e usuários dos serviços de saúde da Unidade Básica de Saúde “Divano Elias” no município. As práticas são realizadas semanalmente no Laboratório de Práticas Integrativas e Complementares da UFCAT e na unidade básica de saúde, com uma equipe formada por terapeutas, acadêmicos e membros da comunidade capacitados para cada técnica. Além das práticas humanizadas, o projeto promove o cuidado biopsicossocial dos participantes por meio de escuta ativa e acolhimento, incentivando o autocuidado e respeitando a autonomia no processo saúde-doença. Também oferece cursos de capacitação para profissionais de saúde e acadêmicos interessados em atuar no projeto. Em 2023, o projeto realizou mais de 200 atendimentos em atividades desenvolvidas na universidade e na unidade básica de saúde, incluindo atendimentos no Laboratório de PICs e em eventos culturais e de saúde voltados aos estudantes e colaboradores. Embora regulamentadas para serem ofertadas no SUS, as PICs ainda não são efetivamente disponibilizadas à comunidade de Catalão. Acredita-se que este projeto pode sensibilizar a gestão municipal sobre a importância de ampliar o acesso às PICs, promovendo saúde e prevenindo doenças. Tal iniciativa resultaria em cuidados mais holísticos e equitativos, respeitando as manifestações culturais e diversidades da população. Além disso, espera-se que o projeto contribua para a formulação de políticas públicas voltadas ao cuidado integral nos diferentes níveis de atenção do SUS, fortalecendo a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

AS AÇÕES DE HUMANIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM UM HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Itamar Cabral Monteiro

A humanização é, por si só, um tema complexo. Embora pareça algo óbvio, considerando que toda a evolução da humanidade foi conduzida por seres humanos, ainda assim, observa-se que o automatismo, o individualismo e a hipervalorização da racionalidade frequentemente reduzem a sensibilidade, a empatia e a capacidade de reconhecer sentimentos. Essa realidade é especialmente preocupante em ambientes de saúde, onde a desumanização no atendimento assistencial ou administrativo aos pacientes tem sido um tema recorrente. O principal argumento em defesa de uma postura menos empática é o risco de comprometer a objetividade técnica necessária aos profissionais de saúde. Contudo, estudos e experimentos demonstraram que a empatia não apenas melhora a relação entre profissional e paciente, mas também contribui significativamente para o tratamento e a evolução clínica dos pacientes. Com essa visão, nossa instituição hospitalar iniciou um projeto piloto com o objetivo de valorizar os colaboradores que se destacam pela humanização no atendimento aos usuários e pacientes. A empatia demonstrada por esses profissionais frequentemente resulta em elogios registrados em nossa ouvidoria. Em vez de apenas encaminhar esses elogios aos colaboradores ou suas lideranças, optamos por destacá-los em quadros informativos espalhados pelo hospital, permitindo que todos os visualizem. Adicionalmente, esses elogios são divulgados em redes sociais, reforçando a transparência e o compromisso do hospital com a sociedade. Outra ação implementada foi a entrega de certificados de qualidade aos colaboradores elogiados, em cerimônias que contam com a participação da alta direção, reconhecendo suas atitudes e incentivando que sejam seguidas por outros profissionais no complexo hospitalar. Essas iniciativas resultaram em uma redução significativa nas reclamações registradas na ouvidoria relacionadas a atendimentos inadequados, o que consideramos um grande avanço. Há uma relação direta entre a humanização do acolhimento e a satisfação dos usuários e pacientes. Além disso, os colaboradores relatam sentir-se mais valorizados como profissionais, pois conseguem desenvolver suas atividades de maneira empática sem comprometer a qualidade técnica, contando com o apoio e incentivo de suas lideranças e da alta direção.

PERSPECTIVAS ACERCA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Denise de Campos, Josiane Karoline Longhinotti, Alessandra Yasmin Hoffmann,
Ellen Giovana Polaquini, Daniela Savi Geremia, Fabiana Brum Haag

A Educação Permanente em Saúde (EPS) tem como objetivo atualizar, aprimorar e promover a aprendizagem individual, coletiva e institucional, sendo regulamentada pela Política Nacional de

Educação Permanente em Saúde (PNEPS) de 2004. A EPS deve ser incorporada ao cotidiano profissional, promovendo o desenvolvimento contínuo das equipes de saúde. Este estudo relata as potencialidades e dificuldades encontradas na implementação de ações de EPS com diferentes equipes de atenção à saúde. O método utilizado trata-se de um relato de experiência descritivo, baseado nas atividades realizadas de março a julho durante o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) de estudantes do curso de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. As ações foram desenvolvidas em serviços de saúde de diferentes níveis de complexidade, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h. Entre as atividades realizadas, destacam-se capacitações sobre a “Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil”, Teste do Pezinho e Teste da Mãe Catarinense, além de temas como Cetoacidose Diabética e Dengue. Os resultados mostram que, nas UBS, a organização e estrutura do serviço favorecem a prática educativa como parte da rotina, sendo as ações planejadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em parceria com as unidades, conforme as necessidades da população adscrita. A inserção dos estudantes nesse contexto permitiu a construção e implementação de ações educativas em reuniões e treinamentos da equipe, aproveitando os espaços físicos e a organização do serviço. Na UPA, apesar da participação ativa e da troca de conhecimentos quando solicitado pela equipe, identificou-se baixa adesão a outros cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela SMS. Relatos dos profissionais apontaram como barreiras a ausência de certificação, a necessidade de deslocamento fora do ambiente de trabalho, resistência à mudança, sobrecarga profissional, cultura organizacional, falta de recursos financeiros e acesso limitado à tecnologia. Além disso, destacou-se a falta de incentivos para obtenção de titulações após a graduação. Conclui-se que o desenvolvimento da EPS foi relevante para a formação acadêmica dos estudantes, consolidando-se como uma função essencial à atuação do enfermeiro. Cabe a esse profissional não apenas buscar o aprimoramento contínuo, mas também incentivar e promover o desenvolvimento de sua equipe, integrando a educação permanente como um componente indispensável na rotina dos serviços de saúde.

CUIDADO EM LIBERDADE: A REDUÇÃO DE DANOS COMO PRÁTICA ANTIMANICOMIAL EM OPOSIÇÃO ÀS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

Clara Maria Alves Gimenes, Giovanna Maria dos Santos Moura de Oliveira, Ronildo Deividly Costa da Silva

Em 2001, a Lei Federal 10.216 foi sancionada, marcando o fim dos manicômios no Brasil e promovendo mudanças significativas na saúde pública, como o surgimento e a atuação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Esses centros foram criados como uma rede de tratamento e suporte não apenas para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessitam de cuidados continuados devido ao uso abusivo de álcool e outras substâncias, mas também para seus familiares, buscando incluir esses familiares no tratamento e na implementação de políticas de redução de danos. Dada a complexidade do tema e a urgência do debate sobre a luta antimanicomial após a Reforma Psiquiátrica brasileira, este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, como práticas manicomiais

tradicionais se reconfiguraram no modus operandi das chamadas comunidades terapêuticas. Embora as Comunidades Terapêuticas (CTs) acolham pessoas em sofrimento psíquico devido ao uso abusivo de álcool e/ou outras substâncias ou em situação de vulnerabilidade social, seus métodos de tratamento são frequentemente inadequados. Majoritariamente administradas por instituições religiosas, essas comunidades priorizam a fé e a abstinência total como formas principais de cuidado, o que, em muitos casos, intensifica o sofrimento psíquico que se propõem a tratar. Nesse contexto, as comunidades terapêuticas acabam perpetuando a lógica manicomial, institucionalizando pessoas que fazem uso abusivo de substâncias, reforçando práticas que contrariam os princípios da Reforma Psiquiátrica. Assim, a análise da prática antimanicomial e da redução de danos como uma política alternativa, voltada para o cuidado do indivíduo em liberdade, assume uma relevância fundamental. Esse modelo não apenas preserva a dignidade e a autonomia do sujeito, mas também se alinha aos ideais de uma atenção psicossocial humanizada e eficaz, rompendo com a lógica institucionalizadora.

VIOLÊNCIA FINANCEIRA/ECONÔMICA CONTRA A PESSOA IDOSA: UMA DE REVISÃO DE ESCOPO

Eduardo Costa, Sheila Rubia Lindner, Carolina Abreu Henn de Araújo,
Vinicius André Boff, Tadeu Zomer Locatelli

O objetivo desta revisão de escopo foi mapear, na literatura nacional e internacional, o tema da violência financeira e econômica contra a pessoa idosa. A metodologia seguiu as recomendações do Joanna Briggs Institute - Manual for Evidence Synthesis e a Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) Checklist, com o intuito de responder à pergunta de pesquisa: “Quais os tipos de estudos e resultados que a literatura científica revela sobre violência financeira e econômica contra a pessoa idosa?”. A revisão baseou-se no mnemônico PCC (População, Conceito, Contexto), onde “P” representa os idosos, “C” refere-se ao fenômeno da violência, e “C” à violência financeira e econômica. As fontes de dados incluíram bases nacionais e internacionais: Scientific Electronic Library Online (SciELO.org), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PubMed), SciVerse Scopus (Scopus), Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL), Base de Dados em Enfermagem (BDENF), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Embase (Elsevier) e Cochrane Library. O protocolo foi registrado no Open Science Framework (OSF), sob o DOI 10.17605/OSF.IO/VZ7G9. A análise dos resultados revelou inicialmente uma literatura robusta sobre o tema, totalizando 1237 artigos. Após um processo criterioso de seleção e análise, 21 artigos científicos foram incluídos para o desenvolvimento desta revisão. Conforme o protocolo proposto, os artigos foram examinados considerando aspectos como objetivos, autores, local da pesquisa, instituições de vínculo dos autores, periódicos, tipo de publicação, ano da publicação, delineamento, principais resultados, participantes, limitações, recomendações e considerações finais. Os achados indicaram que os estudos possuem objetivos variados, incluindo saúde mental, saúde física e social, no contexto da violência financeira

contra idosos. Predominantemente quantitativos, os estudos foram realizados em diferentes países, sendo 14 nos Estados Unidos, 4 no Brasil e os demais em Cuba, Israel, Irã e Emirados Árabes Unidos. Conclui-se que esta revisão de escopo proporcionou uma imersão teórica aprofundada sobre o tema, configurando-se como uma base norteadora para o desenvolvimento de novos estudos. Além disso, reforça sua utilidade como ferramenta metodológica para mapear e compreender a produção científica em áreas específicas, contribuindo para futuras investigações e intervenções no campo da violência financeira contra a pessoa idosa.

A IMPORTÂNCIA DE POSSIBILITAR MAIOR APROXIMAÇÃO DO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM DURANTE A GRADUAÇÃO ÀS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO ENFERMEIRO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM TEMPOS PANDÊMICOS

Denise de Campos, Alessandra Yasmin Hoffmann, Tiago Luan Labres de Freitas

O trabalho da enfermagem é fundamentado em bases teórico-práticas que acompanham o processo de formação profissional. Na prática, o enfermeiro necessita desenvolver competências e habilidades que vão além da execução de técnicas. Observa-se, no entanto, que enfermeiros recém-formados frequentemente apresentam dificuldades de engajamento ao iniciar suas atividades profissionais, muitas vezes associando esse desafio a um sentimento de insegurança no desempenho do papel gerencial, que inclui a gestão de unidades, equipes e da assistência ao cuidar. Partindo dessas premissas, uma universidade federal do oeste catarinense mobilizou seus docentes do curso de enfermagem para incentivar os acadêmicos a aprofundar seu olhar sobre as atribuições do enfermeiro responsável pelas unidades em que realizavam as Atividades Teórico-Práticas (ATPs) durante o período da Pandemia de covid-19, que trouxe desafios significativos e protagonismo à enfermagem. O objetivo deste estudo foi descrever a importância do estímulo aos acadêmicos inseridos em campos de estágio para exercerem, desde a graduação, o papel de enfermeiro em sua totalidade, indo além dos aspectos técnicos, mesmo diante das adversidades impostas pela Pandemia de covid-19. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que expôs a vivência de estudantes de enfermagem durante as ATPs realizadas em diferentes setores de um hospital no oeste de Santa Catarina. As atividades ocorreram entre fevereiro e abril de 2022, quando os estudantes cursavam o sexto período da graduação em uma universidade pública do sul do Brasil. Durante esse período, os alunos não apenas contribuíram para a rotina do setor, mas também participaram ativamente ao assistir, auxiliar e discutir com o enfermeiro responsável sobre suas atribuições, dificuldades, desafios e potencialidades no desempenho da profissão em toda a sua amplitude. Os resultados indicaram que, frequentemente, o ensino durante a graduação prioriza o desenvolvimento técnico, voltado à execução de procedimentos e técnicas fundamentais, mas insuficientes para sustentar o amplo papel do enfermeiro como gestor e líder. Essas funções requerem uma visão ampliada e habilidades específicas que possibilitem o bom

funcionamento da unidade e assegurem uma assistência integral e de qualidade. Constatou-se que a formação acadêmica tradicional do enfermeiro ainda apresenta lacunas significativas na preparação para o papel gerencial e na capacitação para liderar equipes. Conclui-se que é essencial integrar desde a formação aspectos como liderança, gerenciamento e uma visão ampliada do papel do enfermeiro. Esses elementos são inerentes à profissão e contribuem para maior segurança no desempenho das competências e maior autonomia no exercício da enfermagem. Quando o acadêmico tem a oportunidade de vivenciar a prática real de sua futura profissão, ele se reconhece como protagonista de sua transformação para o “ser enfermeiro”, compreendendo a importância de seu desenvolvimento como gestor e líder de equipe.

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE DOENÇA ARTERIAL CORONARIANA E DA ADESÃO TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA EM UM PROGRAMA DE REABILITAÇÃO CARDÍACA: UM PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Maria Eugênia Rodrigues Tólio, Mariana Perrando Noal, Sabrina Souza dos Santos, Priscilla Costa de Souza, Viviane Bohrer Berni, Jéssica Pippi Guterres, Adriane Schmidt Pasqualoto, Tamires Daros dos Santos, Isabella Martins de Albuquerque

A importância da avaliação do conhecimento sobre a doença arterial coronariana (DAC) e da adesão terapêutica medicamentosa em programas de reabilitação cardíaca (RC) está intrinsecamente ligada ao sucesso no controle de fatores de risco e na promoção de mudanças comportamentais por meio da educação em saúde. No Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), o atendimento em Alta Complexidade em Cardiologia foi implementado em 2005, com o início do Serviço de Reabilitação Cardíaca (Revicardio), voltado à prevenção secundária de doenças cardiovasculares (DCVs). Apesar do aumento da preocupação com o nível de conhecimento dos pacientes sobre suas condições ao longo dos últimos quinze anos, há uma escassez de estudos voltados para a avaliação desse conhecimento em programas de RC. A identificação do nível de conhecimento é crucial para o sucesso das intervenções educacionais e para o controle efetivo das DCVs. Outro ponto relevante na RC é a adesão à terapia farmacológica, que pode ser aprimorada no ambiente de reabilitação. Fatores como características individuais do paciente, a gravidade da doença, os medicamentos utilizados e o acolhimento dos profissionais de saúde desempenham papéis importantes nesse contexto. Com base nessa perspectiva, o presente estudo buscou avaliar o conhecimento sobre DAC e a adesão terapêutica medicamentosa em pacientes de um programa de RC em um hospital de ensino público, de nível terciário, localizado na região central do Rio Grande do Sul. No desenvolvimento do trabalho, foram avaliados dois desfechos principais: o nível de conhecimento dos pacientes sobre a DAC, utilizando o CADE-Q (Questionário para Educação do Paciente Coronariano), e a adesão terapêutica, medida pela Escala de Adesão Terapêutica de oito itens de Morisky (MMAS-8). A educação em saúde foi realizada

de forma individualizada, mas sem um componente formal e sistemático, por meio de interações com a equipe multiprofissional, que forneceu orientações sobre a condição de saúde, controle de fatores de risco, uso de medicamentos e prática de atividade física. A amostra incluiu 42 pacientes (idade média de $62,26 \pm 8,31$ anos, sendo 36 homens). Os resultados indicaram que os pacientes apresentaram um bom nível de conhecimento sobre a DAC, com uma pontuação média de 41 no CADE-Q. A adesão terapêutica foi classificada como moderada, com uma mediana de 7 pontos na escala MMAS-8. Concluiu-se que, mesmo sem um componente educacional formal, os participantes do programa de RC apresentaram um bom nível de conhecimento e moderada adesão terapêutica. Os achados reforçam a necessidade de implementação de políticas públicas que facilitem o acesso a programas de RC multidisciplinares, com foco na prática estruturada de educação em saúde. Isso contribuirá para melhorar a adesão terapêutica, o controle dos fatores de risco e a qualidade de vida dos pacientes.

TRAJETÓRIA DE EGRESSOS DE RESIDÊNCIA EM ENFERMAGEM EM SAÚDE DA FAMÍLIA: IMPACTOS NA DINÂMICA DE EMPREGABILIDADE

Angela Fernandes Leal da Silva, Aluísio Gomes da Silva Junio

Este estudo analisou a inserção de egressos dos Programas de Residência em Enfermagem em Saúde da Família no mercado de trabalho, com ênfase na integração ao Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como objetivo explorar o impacto da formação especializada na empregabilidade desses profissionais, utilizando um delineamento exploratório descritivo de abordagem quanti-qualitativa. Foram examinados os percursos de 113 residentes que concluíram os programas entre 2017 e 2019. A coleta de dados incluiu revisão documental e aplicação de questionário estruturado, e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, sob o parecer n.º 3.650.158. Os resultados revelaram que 80,53% (n=99) dos egressos obtiveram emprego em até seis meses após a conclusão da residência. Outros 12,39% (n=15) foram contratados entre sete e doze meses, enquanto 7,08% (n=9) permaneceram sem colocação profissional após o término do programa. O título de especialista mostrou-se determinante na obtenção de posições de trabalho, conforme relatado por 77,88% (n=96) dos participantes. A formação em enfermagem em saúde da família oferecida pelos programas de residência revelou-se um catalisador significativo para a inserção dos egressos no mercado de trabalho, especialmente no setor público de saúde. Essa especialização destacou-se como um diferencial competitivo no processo de seleção e contratação, evidenciando a relevância de políticas públicas voltadas à expansão e intensificação dos investimentos em programas de residência. Esses programas são essenciais para o desenvolvimento de competências profissionais e para a consolidação da atenção primária à saúde no contexto do SUS na cidade do Rio de Janeiro. Assim, a formação especializada não apenas otimiza trajetórias profissionais, mas também fortalece a integração dos profissionais no sistema de saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA O IDOSO NA REGIÃO SUL BRASILEIRA

Eduardo Costa, Sheila Rubia Lindner, Carolina Abreu Henn de Araújo

A violência financeira contra a pessoa idosa é uma questão social grave e crescente no Brasil, especialmente em um cenário de envelhecimento populacional e aumento da vulnerabilidade dos idosos a práticas abusivas. Nesse contexto, torna-se crucial a implementação de políticas públicas eficazes para prevenir e combater essa forma de violência. A pesquisa foi orientada pela seguinte questão norteadora: o combate à violência financeira contra a pessoa idosa é definido como prioritário nas políticas públicas dos estados da região Sul do Brasil? O objetivo deste estudo foi ampliar o debate sobre as políticas públicas voltadas à violência financeira contra a pessoa idosa na região Sul do Brasil, analisando os objetivos e ações estabelecidos pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A metodologia adotada foi qualitativa, com análise documental, utilizada para examinar e interpretar documentos com o propósito de compreender seus significados e contextos. Os dados foram coletados em páginas oficiais de internet dos governos estaduais e incluíram leis, portarias e manuais. As buscas realizadas nos sites governamentais dos três estados resultaram em achados relevantes, evidenciando que as políticas públicas voltadas para a proteção da pessoa idosa estão bem definidas. Essas políticas apresentam objetivos claros e são integradas à rede intersetorial de cada estado. A participação popular é fortalecida por meio dos Conselhos Estaduais dos Idosos, que priorizam ações nas Políticas Estaduais para os Idosos. Entre os estados analisados, o Paraná destacou-se por possuir uma ação específica voltada ao combate à violência financeira contra os idosos, com a publicação de um manual temático e a implementação do “disque idoso” como ferramenta de suporte. Os achados deste estudo reforçam a importância de garantir os direitos das pessoas idosas por meio de ações preventivas que demandam intenso engajamento social. Políticas públicas de combate à violência financeira contra os idosos devem priorizar ações governamentais integradas e o fortalecimento do controle social para assegurar os direitos dessa população. Ademais, é imprescindível que a rede de enfrentamento atue de forma efetiva, com interações e ramificações que consolidem a proteção e o cuidado às pessoas idosas em situações de vulnerabilidade.

A FALHA NA ASSISTÊNCIA DEVIDO RUÍDOS NA COMUNICAÇÃO

Reginaldo Paim Ferreira dos Santos, Luciana de Oliveira Carvalho

A falha na assistência causada por ruídos na comunicação, embora muitas vezes não descrita ou exposta, ocorre com frequência e pode gerar riscos significativos para pacientes, profissionais e acompanhantes envolvidos no cuidado. A segurança do paciente depende fundamentalmente de uma comunicação segura, que deve ser priorizada desde a chegada do paciente à unidade de saúde até sua

alta hospitalar. A experiência dos profissionais no atendimento aos pacientes constitui um diferencial crucial para mitigar e prevenir esses ruídos, promovendo um cuidado mais seguro e eficaz, com a colaboração ativa de pacientes e familiares. O objetivo deste estudo foi orientar pacientes e familiares sobre o autocuidado após o atendimento. O desenvolvimento baseou-se nas Metas Internacionais de Segurança do Paciente, amplamente divulgadas para garantir uma assistência segura. A comunicação clara e sem ruídos, associada a orientações compreensíveis, transforma a maneira de cuidar e é fundamental para que as instruções fornecidas pelos profissionais de saúde sejam efetivamente compreendidas. Essas orientações devem ser fornecidas desde o início do atendimento, verificando-se se o entendimento foi adequado para a assistência prestada. A implementação da Política Nacional de Humanização no Brasil trouxe mudanças expressivas ao cuidado ao paciente, alinhando-se aos princípios do SUS. Essa política incentiva práticas que promovem trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários, valorizando tanto os profissionais quanto os pacientes. Ferramentas como rodas de conversa, incentivo às redes sociais e gestão de conflitos têm contribuído para uma assistência mais humanizada, inclusiva e resolutiva. Nesse contexto, a Teoria do Autocuidado, há mais de seis décadas, tem transformado a prática de enfermagem ao enfatizar a importância do autocuidado e ao capacitar enfermeiros a desenvolver estratégias individualizadas que promovam o bem-estar dos pacientes e de suas redes de apoio. Os resultados deste estudo demonstram que a comunicação assertiva é a principal atividade dos profissionais envolvidos na assistência ao paciente, sendo essencial para transmitir apoio e confiança. Essa comunicação precisa ser clara, empática e motivadora, de forma a capacitar os pacientes e seus familiares para o autocuidado. Desde o primeiro encontro, os profissionais devem demonstrar segurança e confiança, reforçando que todos são capazes de assumir o cuidado com autonomia. Laços de confiança e vínculos fortes entre profissionais, pacientes e familiares são construídos por meio de uma comunicação sem falhas ou ambiguidades. Conclui-se que a redução de falhas na assistência está diretamente relacionada à qualidade da comunicação dos profissionais de saúde. Orientações claras e estímulos ao autocuidado, fornecidos de forma empática e integral, promovem um cuidado holístico e eficaz. Além disso, o fortalecimento da rede de apoio dos pacientes e a valorização das diferenças individuais contribuem para uma assistência que respeita e empodera o usuário, alinhando-se aos princípios de humanização e segurança do paciente.

CONCEPÇÃO E REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Maria Izabel Rezende Rodrigues, Mariana Freire Fernandes, Vanessa Carla do Nascimento Brito,
Maria Luiza De Araújo Guedes, Erika Simone Galvao Pinto, Nilba Lima de Souza

Os seminários na pós-graduação permitem aprofundar debates, conduzindo os participantes à reflexão a partir de textos e discussões. Além disso, favorecem um processo de ensino-aprendizagem ativo e significativo. Este relato descreve a concepção e realização de um seminário na pós-graduação

acerca da enfermagem na vigilância ambiental. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, originado na disciplina “Enfermagem na Vigilância à Saúde” do programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As discentes responsáveis pela condução do seminário realizaram um planejamento que visava facilitar o processo de ensino-aprendizagem por meio de estratégias educativas lúdicas e interativas, promovendo um aprofundamento das discussões em grupo. Optou-se pela adoção da sala de aula invertida e de uma temática folclórica que relacionasse o conteúdo com personagens da cultura brasileira. O seminário teve como objetivos pedagógicos: compreender os principais conceitos relacionados à Vigilância Ambiental; reconhecer as atribuições do enfermeiro na tomada de decisões; identificar instrumentos de avaliação e gerenciamento de riscos; conhecer os órgãos de Vigilância Ambiental; e associar a relação saúde-meio ambiente. Para embasar as discussões, foram disponibilizados quatro materiais complementares para leitura. No dia do seminário, os participantes iniciaram com uma atividade chamada “estoura balões”, em que um representante de cada grupo estourava um balão contendo uma assertiva e a classificava como verdadeira ou falsa, retomando conceitos previamente trabalhados. Em seguida, realizou-se a atividade “nuvem de palavras do Pererê”, na qual os grupos listaram conceitos importantes relacionados à temática, baseando-se em seus conhecimentos prévios. O seminário prosseguiu com um jogo de tabuleiro, no qual quatro grupos, nomeados a partir de personagens do folclore brasileiro (Boitatá, Boto, Iara e Cuca), avançavam no tabuleiro enfrentando perguntas e desafios, que eram discutidos com o grande grupo. Posteriormente, foram apresentados casos clínicos baseados na literatura previamente disponibilizada, permitindo aos participantes visualizar, de forma prática, os conteúdos no contexto da enfermagem. A discussão desses casos clínicos teve como objetivo consolidar o entendimento prático da temática. Por fim, houve a consolidação do seminário, na qual os participantes revisaram as palavras incluídas no mural no início da atividade, podendo alterá-las ou acrescentar novas, refletindo sobre o aprendizado. A concepção deste seminário proporcionou às facilitadoras uma imersão na temática, estimulando a criatividade na escolha das estratégias educativas. Além disso, enriqueceu o conhecimento e as habilidades práticas das futuras docentes. Os objetivos do seminário foram alcançados, pois os discentes participaram ativamente das leituras, reflexões e discussões propostas, promovendo um ensino-aprendizagem significativo.

RACISMO E SAÚDE MENTAL: UM DEBATE SOBRE A APROPRIAÇÃO DO DEBATE ÉTNICO RACIAL PELAS EQUIPES TÉCNICAS DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Marcus Vinícius Santos Nascimento, Anaísa Leal Barbosa Abrahão

Os resultados parciais de uma revisão integrativa de literatura abordaram a produção científica nacional sobre a relação entre racismo e saúde mental da população negra, com foco na apropriação desse debate pelas equipes técnicas da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A Política Nacional

de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), idealizada em 2006 e implementada em 2009 pelo Ministério da Saúde, já destacava a necessidade de pesquisas sobre o tema. Contudo, estudos anteriores indicaram que essa produção ainda é incipiente e dispersa, carecendo de sistematização. Para enfrentar essa lacuna, foi realizada uma revisão integrativa de literatura com artigos coletados nas bases LILACS, SCIELO e Periódicos CAPES, utilizando os descritores “Racismo” e “Saúde Mental”. Foram selecionados estudos publicados entre 2013 e 2023, analisados por meio da técnica de Análise Temática. Os resultados parciais indicaram que a produção científica sobre o tema permanece limitada. A Psicologia se destacou como o campo do saber que mais contribuiu para o debate, embora prevaleça uma abordagem universalizante nas Ciências da Saúde que ignora os impactos do racismo no processo saúde-doença da população negra e outros determinantes sociais. Parte dos estudos analisados focou na formação dos trabalhadores da saúde e revelou que o debate racial não tem sido efetivamente incluído nos currículos de formação inicial e continuada, contrariando as diretrizes da PNSIPN e das Conferências Nacionais de Saúde. Essa ausência nos processos formativos tem causado falhas graves no atendimento integral à saúde mental da população negra, dificultando o acesso a serviços da RAPS. As falhas manifestam-se, entre outros aspectos, na reprodução do racismo institucional, expressa por práticas como a não coleta do quesito raça/cor e a perpetuação de microagressões raciais. Conclui-se que, apesar da relevância do debate étnico-racial para a construção de uma abordagem ampliada de saúde, especialmente considerando que a população negra constitui a maioria no país, persistem dificuldades na garantia do direito à saúde integral para essa população. Essas barreiras decorrem da predominância de um paradigma biomédico como matriz orientadora dos processos de trabalho em saúde. Recomenda-se, portanto, o fomento a novos estudos sobre o tema e a implementação de processos de educação permanente voltados para as relações étnico-raciais nas ciências da saúde, visando superar iniquidades e assegurar o acesso igualitário a este direito humano fundamental.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO PREPARO DA BENZILPENICILINA G BENZATINA EM UM PRONTO ATENDIMENTO PEDIÁTRICO

Eduardo Martins Ferraz, Ana Elza Oliveira de Mendonça

A amigdalite aguda de origem bacteriana, cujo principal agente etiológico é o **Streptococcus pyogenes**, destaca-se como uma das patologias mais prevalentes em emergências pediátricas em crianças em idade escolar. Frequentemente, o tratamento indicado é a penicilina G benzatina, um antimicrobiano de amplo espectro que reduz a incidência de complicações não supurativas. Contudo, sua administração apresenta desafios: a aplicação intramuscular (IM) exclusiva causa muita dor, e, no contexto pediátrico, existem particularidades que tornam o procedimento ainda mais desafiador. Nesse cenário, é imprescindível que o profissional de enfermagem possua habilidades técnicas e conhecimento científico adequados, além de compreender os riscos envolvidos no preparo e administração dessa medicação. Com o objetivo de contribuir para essa prática, este estudo buscou elaborar critérios para

avaliar a qualidade do preparo da benzilpenicilina G benzatina em um pronto atendimento pediátrico. A pesquisa foi estruturada como um estudo quase experimental, do tipo antes e depois, com abordagem quanti-qualitativa e foco em séries temporais. A necessidade de desenvolver um ciclo de melhoria da qualidade no preparo do medicamento surgiu a partir de uma oportunidade identificada pela equipe de enfermagem. Essa identificação foi realizada por meio de brainstorming, matriz de priorização e uma análise aprofundada das causas, representadas em um diagrama de Ishikawa. Na primeira etapa do estudo, foram construídos oito critérios com base nas recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): (1) conferir o nome do medicamento prescrito; (2) verificar a dose e unidade de medida prescritas; (3) checar se o diluente (tipo e volume) foi prescrito; (4) confirmar se o medicamento possui a forma farmacêutica e a via de administração prescrita; (5) garantir que a via de administração prescrita seja tecnicamente recomendada; (6) esclarecer dúvidas sobre a forma farmacêutica e via de administração com o enfermeiro ou prescritor antes de buscar o medicamento na farmácia; (7) realizar a lavagem das mãos antes do preparo do medicamento; e (8) preparar o medicamento em horário oportuno. Os resultados preliminares, obtidos em um estudo piloto, indicaram uma confiabilidade aceitável dos critérios propostos, com concordância geral observada de 0,77, prevalência estimada de 0,5 e Kappa de 0,54. Esses achados reforçam a relevância de avaliar a qualidade do preparo da penicilina G benzatina, assegurando a segurança do paciente pediátrico e a conformidade com as normas vigentes.

AÇÃO EDUCATIVA E DIAGNÓSTICO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Stephanie Souza Viana, Albino de Jesus Pinto, Alana Oriente da Silva, Ana Cristina Marinho Pinto, Emily Monteiro de Assis, Francisca Oliveira de Jesus, Geisa Cordeiro dos Santos, Juliane Pinto Serrão, Adjanny Estela Santos de Souza

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são, em sua maioria, decorrentes de contato sexual desprotegido e podem ser causadas por vírus, bactérias ou outros agentes infecciosos. Exemplos incluem sífilis, gonorreia, herpes genital, hepatites B e C, infecção pelo HPV (Papilomavírus Humano) e, uma das mais graves, a infecção pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). A alta incidência dessas doenças, aliada a fatores como desigualdade social e barreiras ao acesso à saúde, torna necessária a implementação de ações de controle e prevenção, especialmente em populações vulneráveis, como as comunidades quilombolas. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência em ações de promoção da saúde, incluindo práticas de educação em saúde e diagnóstico de IST, realizadas em comunidades quilombolas. As ações ocorreram em outubro de 2023, em duas comunidades quilombolas de Santarém (PA): Bom Jardim, na área de Planalto, e Pérola do Maicá, na área urbana. A escolha das localidades foi definida pela Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS). As atividades iniciaram com o acolhimento dos comunitários, seguido de explicações sobre a importância da prevenção das IST e do diagnóstico precoce. Em seguida, foram oferecidos testes

rápidos para HIV, hepatites B e C e sífilis, em parceria com o CTA-Estadual. Após a realização dos testes, os participantes recebiam orientações individualizadas sobre prevenção. Em casos de resultados positivos, os indivíduos eram encaminhados para a rede de assistência em saúde do município. Na comunidade de Bom Jardim, a procura pelos testes foi baixa, possivelmente devido ao medo dos resultados, vergonha ou constrangimento, fatores que frequentemente dificultam a adesão a essas ações. Para os que realizaram os testes, a iniciativa representou uma oportunidade importante de cuidado com a saúde, especialmente em uma comunidade sem unidade de saúde local e com serviços precários na unidade mais próxima, que não oferece testes rápidos. Por outro lado, na comunidade Pérola do Maicá, situada na área urbana, a adesão foi significativamente maior, assim como o interesse em esclarecer dúvidas sobre IST. Nessa comunidade, foram realizados 176 testes, atendendo a 44 comunitários, sendo 32 (72,7%) mulheres e 12 (27,3%) homens. Os resultados apontaram uma ocorrência de HIV (2,3%) e três de sífilis (6,8%). A realização dessas ações permitiu não apenas o acesso ao diagnóstico rápido, mas também a troca de conhecimentos e a conscientização sobre a prevenção das IST, contribuindo para a melhoria das condições de saúde e redução das desigualdades. Destaca-se a importância de iniciativas de promoção da saúde que complementem os serviços prestados pelas unidades de saúde locais, considerando as dificuldades de acesso enfrentadas por essas comunidades.

PRÁTICAS DE SAÚDE SOBRE HIGIENE PESSOAL INFANTIL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Caylanne Seixas Viana, Luma Sousa Dias, Rayane Pires da Silva, Maria Eduarda da Silva Souza, Analice França Lima, Daniele Mesquita Batista, Gabriel Cunha da Silva, Stephanie Souza Viana, Adjanny Estela Santos de Souza

A garantia de práticas adequadas de higiene pessoal infantil é fundamental para promover o desenvolvimento saudável e prevenir agravos à saúde, especialmente em comunidades quilombolas, onde condições socioeconômicas adversas podem impactar diretamente a qualidade de vida. Nessas comunidades, a falta de acesso a recursos básicos de higiene e de instrução adequada aumenta o risco de doenças infecciosas, afetando negativamente o bem-estar das crianças. A prevenção e o controle dessas doenças no público infantil quilombola têm se tornado uma preocupação crescente na saúde pública, exigindo uma abordagem integrada que combine ações educativas com melhorias na infraestrutura, contribuindo para a redução das desigualdades. Diante das vulnerabilidades enfrentadas pelas comunidades quilombolas, torna-se evidente a necessidade de intervenções em saúde focadas na prevenção. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de ações de promoção da saúde voltadas para práticas de higiene pessoal infantil em comunidades quilombolas do município de Santarém, no Pará. As ações ocorreram em outubro de 2023 em duas comunidades quilombolas: Bom Jardim, na área de Planalto, e Pérola do Maicá, na área urbana, ambas definidas pela Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS). As atividades buscaram estimular as crianças à adoção de práticas de higiene pessoal e autocuidado por meio de abordagens lúdicas, como

brincadeiras, musicalização, dinâmicas de lavagem das mãos e escovação dos dentes, pinturas e jogo da memória. Essas estratégias promoveram interação entre as crianças, enfatizando a importância de hábitos de higiene na prevenção de doenças. Além disso, foram distribuídos materiais educativos e kits de higiene para reforçar as orientações práticas. Os resultados evidenciaram que a abordagem lúdica despertou grande interesse nas crianças, favorecendo a incorporação contínua de hábitos de higiene pessoal. A disponibilização de itens essenciais de higiene teve impacto direto na qualidade de vida das crianças, possibilitando melhores condições para a prevenção de doenças. A realização dessas atividades permitiu não apenas a troca de saberes e o aprendizado sobre diferentes realidades, mas também o auxílio na promoção da saúde infantil e na redução das desigualdades enfrentadas pelas comunidades quilombolas. Ressalta-se a importância de iniciativas complementares aos serviços de saúde locais, que muitas vezes são insuficientes devido às barreiras de acesso enfrentadas pela população quilombola.

“MAS EU NÃO CONSIGO DOUTOR”: GRUPOS DIALÓGICOS PARA A APS – JUNTOS NÓS PODEMOS

Luísa de Carvalho Fiedler, Elisangela Lira Bonifácio, Silvia Mello dos Santos

As doenças cardiovasculares representam a principal causa de morbimortalidade no Brasil, demandando atenção prioritária na Atenção Primária em Saúde (APS). Nesse contexto, o manejo de condições crônicas na APS requer uma abordagem integral e inovadora, que vá além da prescrição médica tradicional, envolvendo estratégias como grupos de educação em saúde. Essas iniciativas utilizam tecnologias leves para promover mudanças no cuidado, considerando fatores culturais, estigmas e desafios locais. Este trabalho relata a experiência de um grupo de educação em saúde voltado para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Volta Grande, em Volta Redonda (RJ). A UBSF Volta Grande, maior unidade básica de saúde da cidade, atende a mais de 25 mil pessoas em um território com alta prevalência de hipertensão e diabetes. Desde janeiro de 2022, grupos de educação em saúde são realizados mensalmente como estratégia de abordagem comunitária. As atividades são planejadas coletivamente pelas cinco equipes de saúde da família da unidade, em parceria com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e dispositivos sociais do território, como a associação de moradores e a igreja católica local. O roteiro das atividades é previamente estruturado e inclui métodos ativos de interação, promovendo a troca de saberes entre profissionais de saúde e usuários. Os encontros destacam a participação ativa dos usuários, que compartilham experiências e se empoderam diante dos desafios comuns relacionados às DCNT. Dentre as atividades realizadas, destacam-se o “Bingo da Saúde” e o “Painel de Mitos e Verdades”, que estimulam a reflexão e a conscientização sobre autocuidado. Essas práticas têm promovido uma mudança significativa na percepção e no comportamento dos participantes em relação às doenças crônicas. Os resultados indicam um aumento no vínculo dos usuários com a unidade e ampla adesão aos encontros, que reúnem mais de cem pessoas. A abordagem coletiva permitiu trabalhar fatores de risco cardiovasculares, como mudanças

no estilo de vida, por meio de uma equipe multiprofissional. Essa estratégia ressignificou os processos de cuidado, trazendo os usuários como protagonistas e a comunidade como parceira em uma transformação social e de saúde. Observou-se melhora nos hábitos da população, redução de peso, melhores resultados laboratoriais e diminuição dos scores de risco cardiovascular. Conclui-se que a abordagem comunitária, quando direcionada às necessidades específicas do território e com a participação ativa da população, promove uma aprendizagem reflexiva e efetiva para todos os envolvidos. Como afirmou Paulo Freire, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Assim, práticas horizontais e integradoras ampliam a efetividade do cuidado e fortalecem a APS como um espaço transformador.

PROMOÇÃO DA SAÚDE CARDIOVASCULAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adjanny Estela Santos de Souza, Stephanie Souza Viana, Ana Camille Viana Falcão Brito,
Gabriel Lima de Andrade, Lucas Silva Lopes, Ryan Ferreira Cajaiba,
Bianca Mayana Ribeiro Reis, Vanessa dos Santos Borges, Ana Ricelly Pereira de Oliveira

As doenças cardiovasculares (DCV) são uma das principais causas de mortalidade entre populações adultas no Brasil e no mundo, além de representarem um grande número de internações hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses agravos têm impacto significativo na qualidade de vida da população, bem como importantes consequências sociais e econômicas. Dentre as DCV, destacam-se o acidente vascular cerebral (AVC) e a doença arterial coronariana (DAC), que compartilham fatores de risco como idade, sexo, raça, histórico familiar, hipertensão arterial, dislipidemias, diabetes, tabagismo, obesidade e sedentarismo. A prevenção e o controle das DCV, especialmente entre indivíduos de alto risco cardiovascular, constituem uma prioridade em saúde pública. Nesse contexto, conhecer os fatores associados às DCV é essencial para aprimorar a assistência, possibilitar a monitoração contínua e estimular mudanças nos comportamentos que aumentam o risco cardiovascular. Considerando as vulnerabilidades às quais as comunidades quilombolas estão expostas, torna-se evidente a necessidade de intervenções preventivas voltadas à saúde cardiovascular. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de ações de promoção da saúde focadas em práticas de cuidado e educação para o controle e prevenção das DCV em comunidades quilombolas do município de Santarém, no Pará. As ações foram realizadas em outubro de 2023, em três comunidades quilombolas definidas pela Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS): Saracura (área de várzea), Bom Jardim (área de Planalto) e Pérola do Maicá (área urbana). Durante os atendimentos, foram realizados anamnese, verificação de pressão arterial, glicemia, antropometria (peso, altura, circunferência abdominal e cálculo do Índice de Massa Corporal – IMC) e coleta de sangue para determinação do perfil lipídico (colesterol total, triglicerídeos, HDL e LDL). As análises laboratoriais foram conduzidas no Laboratório de Bioquímica da Universidade do Estado do Pará – Campus XII. Posteriormente, em atendimentos de retorno, os

comunitários receberam os resultados dos exames acompanhados de orientações personalizadas com base nos achados clínicos. A ação beneficiou cerca de 150 comunitários adultos nas três comunidades. A maioria dos participantes apresentava um ou mais fatores de risco para DCV. Os atendimentos permitiram conhecer o histórico dos pacientes, ouvir suas queixas principais, identificar agravos, realizar encaminhamentos, esclarecer dúvidas e fornecer orientações sobre cuidados preventivos e de controle das doenças cardiovasculares. A realização dessas atividades em comunidades quilombolas possibilitou a compreensão de diferentes realidades, a troca de saberes e contribuiu para a melhoria das condições de saúde e bem-estar, reduzindo desigualdades. Ressalta-se a importância de ações de promoção da saúde que complementem os serviços prestados pelas unidades de saúde que cobrem essas comunidades, considerando as dificuldades de acesso enfrentadas por essa população.

A HABITAÇÃO COMO DETERMINANTE SOCIAL DA SAÚDE NA VIDA DA COMUNIDADE INDÍGENA URBANA DE MANAUS: UM RELATO DE CASO

Vanessa de Brito Ferreira Falcão, Adria Victoria Ferreira de Deus, Thayla Yasmin Uchôa de Oliveira, Taniele Araújo Ferreira, Anderson Flavio da Silva Texeira, Maria Clara Ribeiro Nascimento, Luana Typhanne Melo Carvalho, Yasmin Barbosa da Costa

Embora a habitação seja um direito constitucional no Brasil, diretamente relacionado à qualidade de vida e saúde, esse direito permanece invisível para muitas comunidades indígenas. Essa realidade reflete a negligência do poder público em implementar políticas que minimizem os impactos dos determinantes sociais de saúde. O presente relato se refere a uma prática desenvolvida na disciplina de Saúde Coletiva I, com ênfase no módulo II – Questões Contemporâneas e Realidade Indígena, e tem como objetivo relatar os principais elementos observados durante uma visita ao Parque das Tribos, em Manaus (AM), refletindo sobre como a habitação se apresenta como um determinante social da saúde dos povos indígenas. O relato é resultado de uma experiência pontual realizada por acadêmicos de medicina da Universidade Federal do Amazonas, que observaram a realidade vivida pelos moradores do Parque das Tribos. Durante a visita, ficou evidente a invisibilidade das necessidades relacionadas à qualidade da moradia na comunidade. Os serviços oferecidos pela prefeitura, além de escassos, são extremamente precários, não atendendo às especificidades culturais e sociais da população indígena local. O pouco que é disponibilizado está impregnado de crenças limitantes e preconceitos, dificultando a superação de barreiras estruturais. Como em qualquer bairro urbano, seria esperado que direitos básicos como pavimentação, saneamento básico, energia elétrica e acesso à saúde fossem garantidos. No entanto, persiste uma visão obsoleta que restringe o indígena ao espaço da maloca, ignorando sua inserção no contexto urbano e seus direitos como cidadãos. Essa mentalidade reforça o paradigma de exclusão e discriminação estrutural, dificultando a implementação de políticas públicas adequadas às necessidades dessa população. É crucial romper com essa perspectiva, reconhecendo que os povos indígenas podem e devem ser incluídos no contexto urbano com seus direitos básicos garantidos e suas especificidades respeitadas. Durante a visita, a cacique Lutana Kokama destacou

diversas dificuldades enfrentadas pela comunidade, como a ausência de unidades básicas de saúde, sistemas de esgoto, energia elétrica e infraestrutura adequada. Esses desafios refletem a marginalização histórica dos indígenas e a falta de ações efetivas por parte do Estado para atender às suas demandas. A perpetuação de tabus, como a ideia de que indígenas só podem habitar ocas, reforça o preconceito estrutural e legitima a negligência em relação aos seus direitos. Conclui-se que é imprescindível valorizar a identidade e cultura da comunidade indígena do Parque das Tribos, direcionando recursos para garantir direitos básicos que promovam uma qualidade de vida adequada. Além disso, é fundamental reconhecer a relevância histórica e cultural desses povos para a sociedade brasileira, lembrando que os povos originários moldaram nossa nação e nosso modo de vida. Somente com essa valorização e ações efetivas será possível avançar na efetivação dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, promovendo maior inclusão e dignidade para essa parcela da sociedade.

ATUAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA E AS CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jaqueline Carvalho do Couto, Leticia Lorenzoni Lasta, Suzane Beatriz Frantz Krug,
Ana Paula dos Santos Rocha, Cecília Dellameia Betim

A Psicologia, com seu foco na subjetividade humana, aborda um objeto de estudo de ampla complexidade, exigindo pesquisas contínuas tanto para fundamentação teórico-prática quanto para a interpretação de fenômenos individuais e sociais. Nesse contexto, a abordagem multidisciplinar é indispensável para alcançar uma compreensão holística do sujeito. Nesse sentido, atividades de iniciação científica, como a participação em projetos de pesquisa e grupos de estudo, são fundamentais na formação em Psicologia, pois fomentam habilidades essenciais como o pensamento crítico. Este trabalho apresenta um relato de experiência baseado nas atividades desenvolvidas como bolsista de iniciação científica no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde (GEPS) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A pesquisa em questão, intitulada “Cuidados com a saúde mental infantil em escolas da rede municipal”, tem como objetivo analisar as práticas e processos de cuidado em saúde mental infantil nas redes municipais de Santa Cruz do Sul-RS e Teresina-PI, além de propor ações e intervenções nas escolas participantes. Em sua fase final, o estudo realiza rodas de conversa e oficinas temáticas com professores e gestores da educação básica, envolvendo acadêmicos e professores de diferentes áreas, especialmente Psicologia, Enfermagem e, anteriormente, Medicina. A experiência como bolsista de iniciação científica tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas indispensáveis à formação do psicólogo. Diante das demandas variadas e complexas que esse profissional encontrará, como a necessidade de projetar práticas voltadas à prevenção, promoção e intervenção em saúde mental no âmbito social, político e institucional, essa vivência acadêmica desempenha papel central. Além disso, a participação em um grupo de trabalho multidisciplinar enriquece a formação ao promover trocas de saberes entre diferentes áreas da saúde,

permitindo a construção de uma visão mais ampla dos fenômenos subjetivos e suas interfaces. Outro aspecto relevante da iniciação científica é a oportunidade de atuar diretamente na comunidade, desenvolvendo ações de educação em saúde. Essa interação não só proporciona maior autonomia ao estudante como também permite um contato prático com possíveis campos de atuação, favorecendo a compreensão das dinâmicas institucionais e sociais envolvidas. Conclui-se que a experiência como bolsista de iniciação científica é profundamente enriquecedora, oferecendo aprendizados teóricos e práticos, além de novas perspectivas. A inserção em um ambiente multidisciplinar desde a formação em Psicologia contribui para a flexibilidade e autonomia dos futuros profissionais, capacitando-os a oferecer um cuidado mais humanizado e abrangente, alinhado às demandas contemporâneas da prática psicológica.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NAS ESCOLAS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM CONTAGEM (MG)

Mônica Garcia Pontes, Alzira de Oliveira Jorge, Elis Mina Seraya Borde, Yumi Elisa Watanabe Chagas, Clara Marzinetti Neves, Natani Eloisa Costa, Artur Gomes Flores, Katharina Silva Borges, Laura Araújo Martins

A Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LIASC), um Programa de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem promovido diálogos enriquecedores entre acadêmicos, trabalhadores da saúde e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2023, membros da LIASC desenvolveram um projeto de educação popular em saúde na FUNEC Inconfidentes, uma escola de educação básica no município de Contagem (MG). Estudantes de diversos cursos da área da saúde, trabalhadores da educação básica e estudantes do ensino médio reuniram-se em rodas de conversa para identificar as principais demandas da comunidade, alinhando-as aos objetivos da LIASC. Entre as temáticas levantadas, destacou-se a promoção da saúde e o acesso a serviços de saúde, o que motivou a construção de um projeto voltado para o debate sobre o direito à saúde e o papel do SUS junto aos adolescentes. O objetivo do projeto foi desenvolver atividades de educação popular em saúde com estudantes do ensino fundamental e médio, promovendo reflexões coletivas sobre o direito à saúde, o papel do Estado e a organização, funcionamento, relevância e desafios enfrentados pelo SUS. Em 2023, foram realizadas quatro oficinas na FUNEC com os temas saúde mental, Redes de Atenção à Saúde, infecções sexualmente transmissíveis (IST), e o ENEM aliado ao cuidado com a saúde. As atividades, que incluíram jogos, oficinas de desenho e rodas de conversa, foram planejadas e conduzidas pelos estudantes da UFMG sob orientação de professores. A escolha das temáticas e metodologias foi fruto de um processo contínuo de diálogo com a comunidade escolar, incluindo professores, gestores e estudantes. A abordagem teve como objetivo estimular o protagonismo dos adolescentes como agentes promotores de sua própria saúde e como participantes ativos na construção do SUS. Para dar continuidade às atividades em 2024 e ampliar a visibilidade do projeto, os ligantes criaram um vídeo ressaltando a importância da participação dos estudantes na construção do SUS. Os efeitos

percebidos foram amplamente positivos. Os estudantes da educação básica relataram que o contato com universitários foi extremamente significativo, ampliando seus conhecimentos sobre si mesmos, suas possibilidades de futuro e o papel que podem desempenhar no sistema de saúde. Eles destacaram a descoberta de recursos do SUS antes desconhecidos e o sentimento de pertencimento à construção do sistema. Para os estudantes de graduação da UFMG, a experiência no campo proporcionou um impacto transformador, ressignificando suas percepções sobre educação em saúde e fortalecendo a conexão entre teoria e prática. Conclui-se que o diálogo entre Universidade e escola, fundamentado nos princípios da Educação Popular em Saúde, tem sido uma ferramenta poderosa para engajar novos sujeitos na luta pelo SUS, promovendo tanto a formação cidadã dos adolescentes quanto o aprimoramento da formação acadêmica dos universitários.

PANORAMA DAS NOTIFICAÇÕES DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM CRICIÚMA, SANTA CATARINA, 2018 A 2022

Álissa Melo Tolfo, Susana Cararo Confortin, Yuri Santos Siqueira, Érica Tassi Frello,
Nicole Lovison Bastian, Larissa da Silva Dario, Luiza Llantada Coelho,
Ana Carolina Vitória Grasso, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) reconhece a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer conduta ou omissão, baseada no gênero, que resulte em morte, lesão, dano físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial. Trata-se de um problema complexo, alimentado por fatores como desigualdade de gênero, questões econômicas e impunidade dos agressores. Além disso, a violência contra a mulher traz impactos profundos à saúde física, emocional e psicológica, comprometendo seu bem-estar e qualidade de vida. Este estudo tem como objetivo analisar as notificações dos tipos de violência contra a mulher no município de Criciúma, entre 2018 e 2022. A pesquisa é de natureza secundária, descritiva e retrospectiva, com dados obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisadas notificações de violência interpessoal contra mulheres com 18 anos ou mais, registradas em estabelecimentos de saúde localizados na cidade de Criciúma, Santa Catarina, no período de 2018 a 2022. Os resultados revelaram que, entre 2018 e 2022, a violência física foi a mais notificada, representando 68,1% dos casos, seguida pela violência psicológica (22,8%) e pela violência sexual (9,1%). A predominância das notificações de violência física aponta para sua visibilidade imediata, uma vez que os sinais de agressão costumam ser evidentes. No entanto, formas menos visíveis de violência, como a psicológica e a sexual, podem ser subnotificadas devido ao medo, estigma ou falta de conhecimento das vítimas sobre seus direitos e os recursos disponíveis. Conclui-se que, embora a violência física continue sendo a forma mais registrada, é essencial ampliar a atenção para as outras formas de abuso que frequentemente permanecem invisíveis. A subnotificação dessas violências destaca a necessidade de políticas públicas e programas que promovam o acolhimento e a conscientização das vítimas, incentivando-as a denunciar e buscar apoio. Tais iniciativas são fundamentais não apenas para registrar adequadamente os casos, mas também para prevenir,

conscientizar e combater todos os tipos de violência contra a mulher, garantindo que mais mulheres recebam o suporte necessário para interromper os ciclos de abuso.

HOSPITAIS FILANTRÓPICOS BRASILEIROS: NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO ADEQUADO PARA A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Eliane Hagemann Cauduro, Marcelo Carneiro, Dulciane Nunes Paiva

O estudo aborda a importância dos hospitais filantrópicos no sistema de saúde brasileiro e os desafios enfrentados devido ao desequilíbrio econômico-financeiro dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esses hospitais desempenham um papel essencial na ampliação do acesso à saúde, mas enfrentam dificuldades crescentes relacionadas ao subfinanciamento. O objetivo é promover a discussão sobre a necessidade de financiamento adequado para garantir a continuidade desses hospitais e o acesso universal à saúde. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada entre março e abril de 2024, com o objetivo de discutir os desafios enfrentados por hospitais filantrópicos. A pesquisa foi conduzida nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando os descritores Unified Health System, Philanthropic Hospitals e Financing of Health Systems, além de seus equivalentes em português na plataforma Google. Apenas um artigo científico foi encontrado diretamente sobre o tema, sendo complementado por publicações em sites especializados, leis, relatórios de especialistas e a Constituição Brasileira. Foram incluídos artigos em português, inglês e espanhol, bem como estudos quantitativos, qualitativos e teóricos. Excluíram-se publicações cujo título não abordasse a temática investigada. No Brasil, o sistema de saúde é mediado pelo Estado, mas o SUS não consegue atender sozinho à alta demanda, contratando hospitais filantrópicos que devem oferecer, no mínimo, 60% de seus serviços com equilíbrio financeiro. Contudo, muitos desses hospitais dedicam mais de 90% de sua estrutura ao SUS, recebendo, em média, R\$ 60 para cada R\$ 100 gastos. Desde 1994, a inflação acumulada foi de 636,07%, enquanto o reajuste da tabela SUS no mesmo período foi de apenas 93,77%. Esse subfinanciamento tem gerado um endividamento crescente, que em 2023 somava R\$ 10 bilhões, forçando muitos hospitais a reduzir atendimentos ao SUS ou encerrar suas atividades. Atualmente, existem 3.288 hospitais filantrópicos em 1.700 municípios brasileiros, sendo os únicos hospitais gerais em 861 dessas cidades. Em 2020, essas instituições realizaram 3 milhões de procedimentos hospitalares e 230 milhões de procedimentos ambulatoriais. Elas são responsáveis por uma proporção significativa de leitos disponíveis ao SUS, incluindo: pacientes crônicos (68%), UTI Adulto III (61%), Oncologia (60%), Cardiologia (53%) e Saúde Mental (49%), entre outros. Em 2020, os serviços prestados pelos hospitais filantrópicos ao SUS geraram um retorno de R\$ 102 bilhões, valor 11,35 vezes superior à imunidade tributária de R\$ 9 bilhões usufruída. Os dados reforçam que os hospitais filantrópicos são pilares essenciais do sistema de saúde pública, oferecendo muito além do mínimo exigido pela legislação. Contudo, o subfinanciamento ameaça sua continuidade, prejudicando o acesso à saúde da população. O tema deve ser amplamente discutido, não apenas pelos gestores, mas por toda a equipe

multiprofissional da saúde. Um financiamento adequado é indispensável para viabilizar políticas públicas de saúde, garantindo estrutura suficiente para promover e restaurar a saúde. Afinal, sem recursos financeiros, não há como assegurar uma saúde pública de qualidade.

MULHERES, HIV/AIDS E MATERNIDADE: PERCEPÇÕES SOBRE SERVIÇOS DE ATENÇÃO À SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Analú Aparecida Dmucharski, Gustavo Zambenedetti, Mariana Tais Paduki de Almeida

Com a feminilização do HIV, políticas públicas mais sensíveis às especificidades das mulheres passaram a ser implementadas, com estratégias voltadas para a testagem durante o pré-natal e o parto, bem como para o encaminhamento e tratamento dos casos reagentes. Garantir o exercício pleno dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas vivendo com HIV (PVHIV) requer assegurar condições livres de violência, coerção, discriminação ou qualquer outra forma de restrição. É fundamental validar a autonomia dos sujeitos em suas práticas sexuais e decisões reprodutivas, garantindo que mulheres vivendo com HIV/Aids possam ter filhos e sejam adequadamente assistidas pelo sistema de saúde. Este trabalho tem como objetivo analisar as percepções de mulheres vivendo com HIV/Aids sobre os serviços de atenção à saúde das mulheres, a partir de suas experiências como mães após o diagnóstico de HIV. A pesquisa adotou uma abordagem cartográfica e realizou entrevistas com dez mulheres que receberam o diagnóstico de HIV durante a gestação ou antes de engravidar. Este estudo analisa uma das oito cenas produzidas ao longo da pesquisa. Os resultados mostraram que todas as mulheres entrevistadas tiveram mais de uma gestação, sendo que apenas três foram planejadas. Marcadores sociais relevantes influenciaram o acesso e a experiência dessas mães às políticas de saúde. Algumas participantes relataram que foram infectadas com HIV ainda na adolescência, sem a oportunidade de planejar suas gestações. As narrativas também evidenciaram atitudes de profissionais de saúde permeadas por discursos técnicos associados a julgamentos morais, como “recomendação ou não recomendação” e “aprovação ou reprovação”, além de comportamentos estigmatizantes relacionados ao HIV. Por outro lado, algumas mulheres destacaram o impacto positivo do acesso a equipes de saúde que ofereceram suporte adequado no planejamento e na descoberta da gestação no contexto do HIV. As análises realizadas ressaltam a complexidade e a diversidade das experiências vividas por mulheres que enfrentam o desafio de viver com HIV/Aids enquanto mães. Reconhecer que essas trajetórias são influenciadas por múltiplos fatores sociais é essencial para atender às necessidades específicas dessas mulheres durante a gestação e a maternidade. Políticas e programas de saúde devem adotar uma perspectiva interseccional e sensível aos marcadores sociais, garantindo acesso equitativo a serviços de saúde sexual e reprodutiva, livres de violência, discriminação e estigma. O acesso acolhedor e a disponibilização de informações adequadas têm papel fundamental na forma como essas mulheres vivenciam suas experiências de maternidade, promovendo um cuidado mais humanizado e inclusivo.

MERENDACAST: UM EXERCÍCIO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NO CURSO DE MEDICINA

Lucas Rodrigo Batista Leite, Matheus Victor Oliveira Garcia, Ana Verena Rodrigues Pinto, Monária Milena de Oliveira Marques, Vitória Socorro Guilherme de Araújo, Patrícia da Costa Franco

O curso de medicina, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014, tem como objetivo formar profissionais generalistas, críticos, reflexivos e éticos, capazes de compreender o processo saúde-doença em seu contexto social e atuar em todos os níveis de atenção e serviços de saúde. Essa formação deve incluir conteúdos que abordem integralmente temas como diversidade, direitos humanos, gênero e relações raciais. Este trabalho relata a experiência de construção do podcast Merendacast na disciplina eletiva Diversidade e Direitos Humanos, ofertada no primeiro período do curso de medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Manacapuru, na região metropolitana do Amazonas. A disciplina, ministrada no semestre letivo 2023/2, tinha como objetivo destacar o papel estratégico da saúde na inclusão da diversidade e dos direitos humanos, promovendo uma formação médica mais solidária e democrática. Entre as atividades propostas, os estudantes foram organizados em grupos para investigar temas relacionados à diversidade e aos direitos humanos, utilizando metodologias ativas, como a produção de podcasts. O grupo responsável pelo Merendacast trabalhou o tema “igualdade racial e políticas de ação afirmativa”. Para a construção do podcast, os estudantes realizaram pesquisas sobre as principais referências e marcos das políticas de igualdade racial e ação afirmativa, com destaque para temas como o mito da democracia racial e o Estatuto da Igualdade Racial. A partir dessa pesquisa, foi elaborado um roteiro interativo, incluindo expressões regionais para engajar o público. A gravação da voz foi feita por um dos integrantes do grupo, e a edição incluiu sonoplastia para complementar a narrativa. O podcast foi intitulado Merendacast, inspirado em um bordão popular manauara (“tu já merendou?”), com a introdução: “E aí, já merendou hoje? A merenda de hoje será igualdade racial... Senta que lá vem merenda”. Em pouco mais de oito minutos, o podcast apresentou de forma dinâmica os principais aspectos da igualdade racial, incluindo definições, a importância das políticas de reparação, e a desconstrução do mito da democracia racial. A apresentação para a turma resultou em uma socialização interativa, com participação ativa de todos os estudantes. A experiência com o podcast permitiu aos discentes se aproximarem de temas fundamentais para a compreensão do processo saúde-doença e na construção de um pensamento crítico e reflexivo. Além disso, essa metodologia ativa proporcionou a experimentação de formas inovadoras de produção e circulação de conhecimento, tornando o aprendizado mais significativo e participativo.

PROGRAMA DE EXTENSÃO NO AMAZONAS: RELATO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DOS BOLSISTAS DA ÁREA DA SAÚDE

Thiago Bentes de Souza, Deyvylan Araujo Reis, Maria Luiza Góes Barreto, Rhanna Moraes Mesquita, Priscilla Mendes Cordeiro

O Programa de Atenção à Saúde do Idoso (Proasi) é uma iniciativa de extensão vinculada à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com sede na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM). Sua finalidade é alinhar-se às diretrizes da Política Nacional do Idoso. Este relato tem como objetivo descrever as atividades realizadas pelos discentes bolsistas do Proasi no Estado do Amazonas. O estudo, de natureza descritiva, apresenta as ações desenvolvidas pelo programa entre janeiro de 2023 e fevereiro de 2024. As atividades do Proasi são planejadas por uma equipe composta por coordenadores e bolsistas, que incluem acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina. No período analisado, diversas atividades foram realizadas presencialmente, com destaque para a comemoração de aniversário e a inauguração da sala do programa na Escola de Enfermagem de Manaus. O Proasi também fortaleceu suas ações no Programa Vida Ativa, promovendo atividades como rodas de conversa, musicoterapia e outras iniciativas voltadas ao bem-estar dos idosos. No âmbito remoto, foram realizadas lives, como “Cuidados ao idoso com fragilidade” em fevereiro e “Violência contra a pessoa idosa: os tipos e como denunciar” em junho, envolvendo profissionais de saúde e demais interessados. Além disso, houve publicações semanais em mídias sociais, com posts e vídeos animados sobre temas relacionados à saúde da pessoa idosa, bem como a produção de podcasts abordando questões pertinentes. O Proasi cumpriu com êxito as atividades planejadas, focando na saúde da pessoa idosa por meio de ações como palestras, lives, rodas de conversa, musicoterapia, produção de materiais para mídias sociais e participação em eventos científicos nacionais e internacionais. Diante desses resultados, o programa continuará buscando novas formas de disseminar conhecimento em saúde e prestar assistência à pessoa idosa.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTUDANTE DE MEDICINA NO PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO NO AMAZONAS

Thiago Bentes de Souza, Deyvylan Araujo Reis, Maria Luiza Góes Barreto, Rhanna Moraes Mesquita, Priscilla Mendes Cordeiro

O Programa de Atenção à Saúde do Idoso (Proasi), uma iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sediada na Escola de Enfermagem de Manaus, alinha-se às diretrizes da Política Nacional do Idoso, conforme disposto na Lei nº 8.842/94. Essa legislação destaca a relevância de garantir os direitos sociais dos idosos, promovendo sua autonomia, integração

e participação ativa na sociedade, com o objetivo de proporcionar um processo de envelhecimento digno e saudável. Este estudo tem como propósito relatar as experiências vivenciadas no Proasi a partir da perspectiva de um estudante de medicina, com ênfase na importância das práticas integrativas e das atividades educativas voltadas para a saúde do idoso. O relato busca não apenas compartilhar os aprendizados e resultados alcançados, mas também incentivar outras instituições e comunidades a implementarem iniciativas semelhantes, reforçando o papel essencial da educação em saúde como fundamento para um envelhecimento saudável e ativo. O Proasi destaca-se como um programa inovador de extensão universitária, voltado para a promoção da saúde e do bem-estar de pessoas idosas. Por meio de atividades educativas e práticas integrativas realizadas em encontros semanais, além de parcerias com iniciativas como o Programa Vida Ativa, o programa demonstra o compromisso da universidade com a sociedade. Ele oferece aos estudantes de medicina, enfermagem e fisioterapia uma experiência singular de aprendizado prático, permitindo uma contribuição direta para a melhoria da qualidade de vida dos idosos na comunidade. Conclui-se que o Proasi é fundamental tanto para a promoção da saúde dos idosos quanto para a formação dos futuros profissionais de saúde. A participação no programa possibilita que os acadêmicos apliquem conhecimentos teóricos em contextos práticos, enfrentando os desafios do cuidado geriátrico. Essa experiência fomenta o desenvolvimento de habilidades multidisciplinares e uma abordagem holística da saúde, preparando-os para uma prática colaborativa e eficaz no cenário contemporâneo de atenção à saúde.

CONHECIMENTO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS SOBRE IST/AIDS EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO MARANHÃO

Lucas Pereira Pires, Ellen Larissa Santos da Rocha Maciel, Gabriela Tavares Félix Monteiro, Gustavo Hugo de Souza Farias, Lucas Vinícius Lustosa Castelo Branco, Maria Letícia Morais Silva, Pedro Henrique Silva Lima, William Pereira Santos, Cláudia Regina de Andrade Arrais Rosa

A Organização Mundial da Saúde reconhece a Educação Sexual Abrangente como essencial para o bem-estar e saúde das pessoas. Contudo, o ensino sobre sexualidade humana é frequentemente negligenciado na grade curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que resulta em lacunas significativas de conhecimento sobre saúde sexual. Essa realidade é particularmente preocupante em regiões com alta incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), como o estado do Maranhão, no Nordeste brasileiro, que ocupa a segunda posição em casos de HIV/AIDS. Neste contexto, este estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento sobre IST/AIDS entre alunos da EJA em Imperatriz, Maranhão. O estudo, de caráter descritivo, utilizou questionários para coletar dados sobre o conhecimento prévio dos estudantes em relação às IST/AIDS. O instrumento, composto por sete perguntas dicotômicas (verdadeiro ou falso), foi aplicado de forma presencial, individual e voluntária, entre outubro e dezembro de 2022, em quatro instituições públicas de Imperatriz. A seleção dos participantes considerou estudantes regularmente matriculados, e o cálculo amostral foi realizado com o software G Power 3.1.9.2. Os dados foram processados no SPSS versão 25, adotando-se um nível

de significância de $p < 0,05$. Esta pesquisa integra o projeto de extensão “Adolescer: Educação Sexual Preventiva”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 5622538), seguindo as diretrizes da Resolução CNS nº 466/12. Ao todo, 181 estudantes participaram, com média de acertos de 4,39. O sexo feminino apresentou desempenho ligeiramente superior ($M=4,49$) ao masculino ($M=4,29$). A idade dos participantes variou entre 18 e 62 anos. Entre os resultados, 47,5% acreditavam que a AIDS pode ser transmitida pelo beijo, 62,1% afirmaram que um teste positivo para HIV significa ter AIDS, e outros 62,1% acreditavam que um teste realizado uma semana após sexo desprotegido poderia confirmar a infecção. Além disso, 22,7% não sabiam que o HIV é transmitido por sexo desprotegido e 13,6% desconheciam sua transmissão pelo sexo anal. Esses dados refletem a persistente desinformação, que pode levar a comportamentos de risco e aumentar a vulnerabilidade ao HIV e outras ISTs. Os resultados destacam a importância da educação sexual como ferramenta preventiva. O ambiente escolar tem papel fundamental na disseminação de informações corretas, promovendo comportamentos mais conscientes e reduzindo riscos à saúde. É necessário ampliar as iniciativas educativas, com estratégias abrangentes e adequadas ao perfil dessa população, incentivando práticas seguras e contextualizadas à realidade de cada indivíduo. Assim, a educação sexual deve ser fortalecida como um pilar essencial para a saúde sexual e a prevenção de ISTs, incluindo o HIV, contribuindo para uma sociedade mais informada e saudável.

CUIDADO E ACOLHIMENTO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ATENÇÃO BÁSICA

André Urban Kist

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a escuta de demandas em saúde mental no contexto da Atenção Primária em Saúde, tomando como base o trabalho das equipes do Núcleo de Apoio Matricial em São Leopoldo. O objetivo é fomentar uma análise crítica dos processos de escuta inicial e acolhimento na Atenção Básica, destacando as práticas interdisciplinares que promovem intervenções pontuais de cuidado nesse cenário. Nesse contexto, são apresentadas as linhas gerais do trabalho de matriciamento, com ênfase no compartilhamento inicial dos casos. Esse processo articula intervenções conjuntas entre as equipes de referência (ESF) e as equipes de apoio matricial, por meio de ações como interconsultas, consultas e visitas domiciliares realizadas em parceria. A noção de sofrimento psíquico assume um papel central, pois estabelece a interseção entre o sofrimento subjetivo e o patológico, sendo este último compreendido como *pathos*, ou seja, a intensificação do sofrimento que pode levar a possíveis designações diagnósticas. Destaca-se o caráter singular da escuta e das histórias compartilhadas, que criam uma tensão epistemológica entre a dimensão particular do sofrimento expresso nos pedidos de atendimento e sua universalização pela nosologia psiquiátrica predominante na saúde mental. Essa tensão reflete a forma como as demandas são frequentemente cristalizadas e apresentadas nesses contextos. Como resultado dessa experiência, evidencia-se o impacto das intervenções realizadas no território sobre algumas demandas em saúde mental, além

do potencial transformador do matriciamento na Atenção Básica. Através da escuta de acolhimento e da transformação dessas demandas, ressalta-se o caráter pedagógico, interventivo e interdisciplinar do processo, envolvendo tanto os indivíduos atendidos quanto os profissionais que acolhem suas demandas. Por fim, destaca-se a importância da construção de avaliações e planos terapêuticos singulares, que valorizem a complexidade das histórias e necessidades dos usuários, fortalecendo o cuidado e a autonomia de todos os envolvidos.

NA LINHA DE FRENTE: O USO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR PELA EQUIPE DE CONSULTÓRIO NA RUA PARA O MANEJO DA TUBERCULOSE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Aline Azevedo Vidal, Karla Santa Cruz Coelho, Letícia Vieira Lourenço

A equipe de Consultório na Rua atua no enfrentamento de problemas clínicos das pessoas em situação de rua, sendo a tuberculose um dos mais prevalentes. Com o agravamento dos desafios no manejo dessa condição, em março de 2020, a Pandemia de covid-19 trouxe novas complexidades. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo de trabalho da equipe de Consultório na Rua da Área Programática 5.1, no município do Rio de Janeiro, no manejo dos casos de tuberculose durante a Pandemia de covid-19. Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, cujo material de análise incluiu o conteúdo das entrevistas realizadas com sete profissionais da equipe. A partir dessas entrevistas, emergiram três eixos temáticos principais: (1) desafios, potencialidades e fragilidades no cuidado à tuberculose em pessoas em situação de rua no contexto da pandemia; (2) construção da rede de cuidados e intersetorialidade para o acompanhamento dessa população; e (3) a rua como espaço de produção de cuidado, enfatizando o processo de trabalho da equipe no manejo da tuberculose em um contexto de vulnerabilidade agravado pela pandemia. Os resultados apontam que o cuidado à pessoa em situação de rua com tuberculose, no cenário da covid-19, exige mais do que o domínio dos protocolos clínicos. É fundamental a construção de um trabalho compartilhado com redes intra e intersetoriais. Essa abordagem possibilita práticas de cuidado baseadas na corresponsabilidade, na escuta ativa e no estabelecimento de pactuações adaptadas às necessidades e possibilidades do sujeito atendido. Além disso, o estudo destaca a necessidade de deslocar o foco da doença para o sujeito, considerando seu território de vida e suas relações, e enfrentando os desafios inerentes a esse contexto. Assim, o processo de trabalho da equipe é construído a partir de espaços de compartilhamento e decisões coletivas, permitindo uma atuação mais abrangente e inclusiva que insere a rua como parte integrante da rede de cuidados. A pesquisa deu visibilidade às práticas desenvolvidas pela equipe, reforçando a importância de estratégias centradas no território e nas singularidades dos sujeitos para um cuidado mais eficaz e humanizado.

PELO ALDEAMENTO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Diego Guimarães Pereira

O presente trabalho tem como objetivo compartilhar o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Povos Indígenas Descolonizando a Psicologia”, vinculado ao Programa de Educação Tutorial-Indígena da UFSM. Este projeto parte do reconhecimento de que a psicologia, enquanto ciência e profissão, ainda se encontra amplamente fundamentada em modelos teóricos de origem europeia. Ao serem reproduzidos no contexto brasileiro, esses modelos enfrentam uma série de atravessamentos históricos, sociais e étnico-raciais que demandam uma reflexão crítica. Para que a psicologia brasileira possa realmente abarcar as realidades e necessidades da população, é fundamental que ela seja construída em diálogo com a diversidade racial e étnica dos povos originários, respeitando suas especificidades e demandas. Essa iniciativa tem como propósito evidenciar a necessidade de desconstruir o viés eurocêntrico da psicologia, viabilizando uma prática decolonial que considere as subjetividades historicamente negadas. Busca-se atender, de forma qualificada, aqueles que resistem frente às opressões impostas pelas estruturas raciais, promovendo o reconhecimento de suas culturas, histórias e identidades. Na fase inicial, o projeto utiliza uma abordagem qualitativa, centrada na revisão de materiais bibliográficos que abordam a inserção da psicologia nas comunidades indígenas e suas contribuições. Paralelamente, promove diálogos com profissionais indígenas atuantes na saúde mental, visando compreender as especificidades do contexto e os desafios enfrentados. Espera-se que o projeto contribua para a literatura psicológica, trazendo reflexões sobre os impactos históricos de violência e genocídio vivenciados pelos povos indígenas, que reverberam no bem-estar psicossocial e na construção de suas identidades. Além disso, pretende-se fomentar novas perspectivas sobre a práxis psicológica em comunidades indígenas, valorizando o conhecimento cultural desses grupos e promovendo um fazer ético e político alinhado às suas realidades. Conclui-se que projetos como este são essenciais para o avanço da psicologia, garantindo o acesso e a inclusão em atendimentos que rompam com as negligências decorrentes dos determinantes sociais. Tais iniciativas fortalecem uma prática mais equitativa e culturalmente sensível, contribuindo para a construção de uma psicologia verdadeiramente inclusiva e comprometida com a diversidade.

CONVERSANDO SOBRE PRÁTICAS ALIMENTARES: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UM PODCAST

Aline da Conceição Gomes, Jacqueline Isaac Machado Brigagão, Bárbara Fogaça, Peter Spink

Este trabalho tem como objetivo problematizar a insegurança alimentar a partir de conversas com moradores e trabalhadores da subprefeitura do M’Boi Mirim, na periferia da Zona Sul de São Paulo. Busca-se identificar práticas alimentares e estratégias de comercialização de gêneros alimentícios na região. A abordagem proposta utiliza a linguagem artística do podcast como ferramenta para

ampliar os diálogos sobre alimentação, saúde física e mental, e o papel dos setores privado, público e das organizações da sociedade civil na promoção da segurança alimentar. O desenvolvimento do trabalho está estruturado em três etapas. A primeira etapa consistiu no reconhecimento do território e no levantamento de preços, criando a “cesta básica real” com valores de referência para o consumo mensal em quatro bairros da região. Na segunda etapa, foram realizados diálogos com moradores, comerciantes de pequena escala de gêneros alimentícios e um distribuidor de alimentos em larga escala da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Além disso, foram entrevistados usuários dos restaurantes do Programa Bom Prato localizados na região e uma representante do poder público estadual responsável pela gestão do programa. Também participaram lideranças de organizações do terceiro setor que promovem alimentação saudável e economicamente acessível para a comunidade. A terceira etapa envolve a gravação, edição e publicação de um podcast em oito episódios de 15 minutos cada, sintetizando as informações levantadas. Resultados preliminares indicam um aumento progressivo nos preços dos alimentos ao longo da cadeia de produção e distribuição, o que reduz o poder aquisitivo das famílias periféricas e limita o acesso a alimentos recomendados pela cesta básica. Além disso, foi identificado que parcerias entre o poder público e organizações da sociedade civil têm sido fundamentais na implementação de projetos voltados para mitigar a insegurança alimentar. Estas iniciativas evidenciam o potencial de ações coletivas para enfrentar os desafios alimentares, promovendo maior equidade no acesso a uma alimentação adequada e saudável na região.

A TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE EM UM CENÁRIO DO CAMPO NO DISTRITO FEDERAL

Thaynara de Oliveira Mendonça, Adriana Pereira Sousa, Leonor Rodrigues Martins,
Maria Júlia Assumpção Alves da Silva, André Luiz Dutra Fenner, Francilene Menezes dos Santos,
Gislei Siqueira Knierim, Fátima Cristina Cunha Maia Silva

Este trabalho aborda o processo de territorialização realizado por quatro residentes de um programa multiprofissional no campo, no Distrito Federal. A territorialização teve como objetivo compreender o território em sua subjetividade, potencialidades e fragilidades, para, a partir dessa experiência, iniciar a atuação no serviço de saúde da atenção primária local. O território é compreendido como espaço de identidade e pertencimento, onde ocorrem lutas, organização e expressão de potencialidades. É nesse espaço que as pessoas constroem vínculos e enfrentam desafios cotidianos. A experiência foi conduzida por meio de mapeamento da região, relatos de moradores, trabalhadores e líderes comunitários, além de visitas exploratórias pelo território. Durante o mapeamento, foram identificados locais com histórico de parcerias com o serviço de saúde, áreas de maior conflito, regiões com insegurança habitacional, barreiras no acesso a bens e serviços, dificuldades de geração de renda, espaços com incentivo à educação e lazer, entre outros. Também foram levantadas informações sobre portadores de doenças crônicas não transmissíveis, indivíduos acamados, principais queixas de saúde e situações de vulnerabilidade. A territorialização,

enquanto processo dinâmico, influencia diretamente na assistência à saúde, permitindo a mobilização e construção de estratégias de ação. Ela possibilita que os profissionais de saúde se impliquem no contexto em que atuam, compreendendo os determinantes sociais da saúde e, consequentemente, adequando suas ações às necessidades da população. Essa abordagem promove maior adesão ao tratamento, fortalece a promoção da saúde e estimula a autonomia dos sujeitos atendidos. No contexto das residências multiprofissionais, a territorialização é essencial, considerando o tempo limitado da formação e a necessidade de que os residentes desenvolvam uma visão ampliada sobre o fazer saúde. Essa prática desafia o modelo biomédico tradicional, permitindo uma compreensão mais abrangente do território e das especificidades das populações do campo. Embora não negligencie os fatores de adoecimento, a territorialização amplia a perspectiva, servindo como base para o planejamento de ações que atendam de forma efetiva às necessidades locais. Por meio desse processo, torna-se possível reconhecer as particularidades das populações rurais, valorizando sua singularidade e afastando-se de uma visão urbana predominante na saúde. Pensar em saúde ampliada e promoção da saúde exige envolvimento no território, reconhecendo-o como um espaço vivo e complexo, que demanda planejamento, atuação conjunta e escuta ativa. O conhecimento aprofundado do território, suas fragilidades e potencialidades, contribui para o engajamento das populações, fortalecendo o acesso à saúde e garantindo direitos. Assim, a territorialização se consolida como um elemento indispensável para a construção de um cuidado de saúde integrado, inclusivo e participativo.

RELAÇÃO DO AGRESSOR COM A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA FÍSICA, PSICOLÓGICA E SEXUAL, EM CRICIÚMA, SANTA CATARINA, 2018 A 2022

Érica Tassi Frello, Susana Cararo Confortin, Yuri Santos Siqueira, Alissa Melo Tolfo, Nicole Lovison Bastian, Larissa da Silva Dario, Luiza Llantada Coelho, Ana Carolina Vitória Grasso, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

A violência, conforme definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), consiste no uso da força para ameaçar a si mesmo ou a outros, com potencial de causar lesões, danos psíquicos ou manter dominação sobre o indivíduo. No caso das mulheres, cerca de 30% vivenciaram algum episódio de violência em 2022 no Brasil, sendo a maioria dos casos decorrentes de comportamentos agressivos por parte de parceiros íntimos ou familiares. Este estudo teve como objetivo analisar a relação do agressor com a mulher vítima de violência física, psicológica e sexual, conforme as notificações registradas no município de Criciúma, Santa Catarina, entre 2018 e 2022. Trata-se de um estudo secundário, descritivo e retrospectivo, com dados provenientes do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisadas notificações de violência interpessoal contra mulheres com idade igual ou superior a 18 anos, registradas nos serviços de saúde do município. O grupo “parceiros íntimos” incluiu cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados. A categoria “familiares” abrangeu pais, mães, padrastos, madrastas, irmãos e filhos. Já “outros” englobou cuidadores, patrões/chefes, pessoas com relação institucional e agentes da lei.

Os resultados indicaram que, entre as notificações de violência contra mulheres, os agressores mais frequentes foram os parceiros íntimos (49,2%), seguidos por familiares (21,2%), outros (11,7%), desconhecidos (9,9%) e amigos/conhecidos (8,0%). Conclui-se que a maioria dos casos de violência contra a mulher está relacionada a agressores próximos, como parceiros íntimos e familiares. Essa constatação reforça a necessidade de estratégias de intervenção e prevenção eficazes, como a capacitação de profissionais de saúde para identificar precocemente sinais de violência, campanhas de conscientização sobre o tema e suas consequências, e o fortalecimento de redes de apoio que incentivem as vítimas a buscar ajuda. A compreensão dessas relações é essencial para a formulação de políticas públicas e ações integradas que promovam a segurança e o bem-estar das mulheres.

ASSISTÊNCIA HUMANIZADA À GESTANTE DE BAIXO RISCO: O CUIDADO MULTIPROFISSIONAL

Elisangela Lira Bonifácio, Luísa de Carvalho Fiedler, Silvia Mello dos Santos, Laís da Costa Campos

A Estratégia Saúde da Família (ESF) enfrenta inúmeros desafios, entre eles a melhoria da qualidade da atenção oferecida pela equipe multiprofissional, com foco na integralidade do cuidado. A gravidez, enquanto período de intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, pode gerar sentimentos como ansiedade, medo, angústia e dúvidas, exigindo adaptações tanto da mulher quanto de seu parceiro. Nesse contexto, surge a questão: os profissionais de saúde estão preparados para oferecer assistência abrangente às gestantes? Para responder a essa demanda, as equipes da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Volta Grande, em Volta Redonda (RJ), desenvolveram novas estratégias de cuidado. Este relato de experiência apresenta uma proposta de cuidado humanizado ao pré-natal, com o envolvimento de diferentes profissionais da saúde no planejamento de uma gestação segura, acolhedora e integral. O objetivo geral deste trabalho foi descrever o grupo operativo para gestantes realizado pelas equipes da UBSF Volta Grande. Os objetivos específicos foram fortalecer a assistência humanizada ao pré-natal de baixo risco na Atenção Primária em Saúde (APS) e integrar a Rede de Atenção à Saúde coordenada pela APS. A UBSF Volta Grande, a maior unidade básica da cidade, atende uma população estimada de 25 mil pessoas, com cinco equipes de saúde da família. O grupo operativo para gestantes, iniciado em agosto de 2023, ofereceu atividades como aulas de Pilates, visitas à maternidade e encontros quinzenais para troca de experiências entre gestantes e a equipe multiprofissional. A proposta foi estruturada para melhorar a percepção da gestante sobre o parto e incentivar práticas humanizadas, fortalecendo o vínculo com os serviços de saúde. Foram realizados oito encontros, com a participação média de dez gestantes, convidadas durante as consultas de pré-natal. Entre as atividades, destacaram-se as aulas de Pilates, iniciadas a partir da 20ª semana de gestação, que contribuíram para o controle da dor, o incentivo ao parto natural e a melhora da visão sobre o parto. Além disso, cinco visitas à maternidade foram organizadas em parceria com a instituição, permitindo que cada gestante levasse seu futuro acompanhante de parto, fortalecendo a proximidade com a equipe hospitalar que conduziria o nascimento. O projeto foi

amplamente elogiado pelas participantes, como exemplificado pelo depoimento de uma gestante: “A experiência que tive está tão viva dentro de mim, que não quero perder esse sentimento. Tudo foi mais do que eu esperava do SUS e dos profissionais que me atenderam. O pré-natal foi leve, prazeroso e emocionante, algo que não quero esquecer ou comparar com nada mais. Concluiu-se que a prática compartilhada e o cuidado humanizado no pré-natal fortalecem a integração dos diferentes pontos da Rede de Atenção à Saúde, promovendo acesso, integralidade, coordenação do cuidado e resolutividade. Essa iniciativa significativa aumentou o vínculo das gestantes com a unidade básica de saúde e a maternidade, proporcionando um pré-natal mais acolhedor, seguro e alinhado aos princípios do cuidado humanizado.

CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA EM SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENFERMEIRO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Nardi, Arthur Dellazeri Cortez, Alessandra Yasmin Hoffmann,
Anderson Batistas dos Santos, Aline Massaroli

A semiologia envolve o estudo dos sinais e sintomas apresentados pelo indivíduo, a execução de técnicas de avaliação clínica e a realização de procedimentos de enfermagem, constituindo a base da prática clínica que orienta a equipe de enfermagem na identificação das necessidades específicas de cada paciente. A monitoria no ensino superior proporciona aos acadêmicos segurança no desenvolvimento de habilidades práticas em diferentes contextos de saúde, fomenta o raciocínio clínico e incentiva a reflexão crítica fundamentada no conhecimento científico. Além disso, aproxima o monitor da realidade docente, aprimorando práticas pedagógicas e promovendo uma maior integração entre teoria e prática. Este relato tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicos de enfermagem atuando como monitores no laboratório de semiologia e semiotécnica, contribuindo para o processo de formação do enfermeiro. O curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, implementou desde 2012 o projeto de monitoria no laboratório de Semiologia e Semiotécnica, reconhecendo-o como um espaço facilitador para a formação profissional. Este ambiente destina-se ao desenvolvimento de competências técnicas e práticas, utilizando manequins, materiais, equipamentos e instrumentos de saúde. O laboratório mantém quatro monitores, remunerados ou não, dependendo da disponibilidade orçamentária anual da universidade. As atividades de monitoria são realizadas em horários distintos das atividades curriculares e estão disponíveis para todo o curso mediante agendamento prévio, com indicação do tema a ser desenvolvido pelos monitores. Os resultados apontam que a evolução teórico-prática dos acadêmicos está associada ao fortalecimento do conhecimento e à repetição das técnicas, promovendo o aprimoramento da teoria e o refinamento das habilidades. O espaço de simulação também prepara os alunos para uma comunicação efetiva e humanizada com o paciente, uma postura profissional adequada e um atendimento assertivo, além de servir como

ambiente reflexivo sobre o impacto dos serviços de enfermagem na consolidação de um sistema de saúde eficiente. Para os monitores, a experiência contribui para o desenvolvimento de técnicas de comunicação e educação, criando um ambiente acolhedor e estimulante para o aprendizado, além de fomentar habilidades essenciais para o futuro, como liderança e capacidade de atuar como educadores. A interação entre alunos e monitores facilita a compreensão, a sedimentação do conhecimento e a articulação entre teoria e prática. Assim, a monitoria constitui um instrumento pedagógico fundamental para a melhoria do ensino, promovendo a formação de enfermeiros mais capacitados e comprometidos com a qualidade do cuidado em saúde.

TEATRO DADIVOSO: RITOS E ATOS POÉTICOS COMO PRÁTICAS DE CUIDADO DE SI E DE OUTRES

Roberta Bentes Flores Bayma, Ivone Maria Xavier de Amorim Almeida

O trabalho trata de uma trama-tese que consiste em uma obra de criação artística, desenvolvida por meio de uma pesquisa performativa entrelaçada com fios, linhas e fibras de fragmentos de ensaios dramáticos. Esses fragmentos encenaram atos e ritos poéticos, ofertados como um gesto de cura ancestral e existencial, atravessados por testemunhos de vida e de experiências em residência artística. Trata-se de uma tessitura escrita que emerge das afetações e memórias, sejam vividas ou inventadas, elaboradas especialmente para a composição da pesquisa. Esses elementos surgiram de experimentações e processos criativos da artista-terapeuta junto ao Teatro Dadivoso. A obra se apoia na metáfora transformadora do ciclo de vida das mariposas, que foi transmutada em devaneios poéticos e corpos em devir, gerando sentidos sobre o ato de pesquisar e criar artisticamente. Foi tramada em espaços casulares, como os porões da cidade de Belém, no Pará, e entrelaçada por outras vozes — tanto daqueles que vieram antes e teceram outros enredos quanto de narrativas testemunhais de artistas e espectadores envolvidos em poéticas dadivosas. Essa pesquisa em arte propôs uma cartografia performativa que atravessa dobras, esquinas e encruzilhadas, femininas e múltiplas, explorando as confluências de caminhos com os movimentos metodológicos vivenciados por dispositivos poéticos. O trabalho revelou uma escritura testemunhal que se empenhou em afirmar na diferença atos singulares de cuidado, em contraposição àqueles consolidados em determinados campos de poder e conhecimento. Tais atos foram ritualizados nas produções cênicas *Ô de Casa! Posso entrar para cuidar?* e *Divinas Cabeças*. Para cumprir esse objetivo, a pesquisa estabeleceu diálogos com outras áreas do conhecimento, tanto científicas quanto não científicas, e com diferentes poéticas cênicas, buscando compreender aproximações e distanciamentos nos sentidos produzidos pelos ritos e atos poéticos do Teatro Dadivoso. Esses atos foram abordados como práticas de cuidado, voltadas para si e para os outros, que ativam dimensões políticas, éticas-poéticas e espirituais.

TRABALHO INTERPROFISSIONAL: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO EM EQUIPE NO ATENDIMENTO À CRIANÇAS AUTISTAS

Marlyara Vanessa Sampaio Marinho

O trabalho interprofissional nas equipes de saúde é essencial e apresenta forte eficácia no acompanhamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O autismo, sendo um transtorno do neurodesenvolvimento, está associado a comprometimentos na comunicação, na interação social e em comportamentos, abrangendo um amplo espectro de características. Diante disso, é imprescindível que a equipe interprofissional, composta por profissionais como assistente social, enfermeiro, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico, psicólogo, psicopedagogo, profissional de educação física e terapeuta ocupacional, mantenha um diálogo contínuo e colaborativo. Esse alinhamento possibilita alcançar melhores resultados para a criança, integrando também a família e a escola no processo. Trata-se de um estudo descritivo, no formato de relato de experiência, baseado em vivências no trabalho interprofissional com crianças autistas. Os resultados evidenciam que a comunicação entre os profissionais é fundamental para o atendimento eficaz. Ela dinamiza o processo, envolvendo a família e a escola de forma integrada e promovendo um trabalho conjunto entre as diferentes áreas. Esse modelo permite que as necessidades da criança sejam atendidas de maneira abrangente, por meio de um plano de trabalho coletivo. Além disso, a atuação integrada no território possibilita o reconhecimento do papel de cada profissional e suas atribuições, tanto individualmente quanto como parte da equipe, fortalecendo os resultados terapêuticos esperados. Conclui-se que o envolvimento interprofissional contribui significativamente para o atendimento de crianças com TEA, fortalecendo os laços com a família e promovendo um trabalho conjunto eficaz. Esse modelo evita que as responsabilidades recaiam sobre um único profissional, valorizando a dinâmica do cuidado em equipe e proporcionando um acompanhamento mais completo e humanizado à criança com TEA.

INTEGRANDO SABERES: O RECONHECIMENTO DO BENZEDEIRO NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA DE APOIO NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS

Genize Kaoany Alves Vasconcelos, Amanda Mamed de Gusmão Lobo,
Rana Andressa Castelo Branco Feitosa, Mareni Rocha Farias, Marcelo Campese

O projeto “Acesso a medicamentos na Amazônia: influência do fator amazônico sobre a assistência farmacêutica”, financiado pela Iniciativa Amazônia+10, está sendo realizado em 18 municípios das nove regiões de saúde do Amazonas. Durante a pesquisa de campo, observou-se a integração de recursos terapêuticos fundamentados na Política Nacional de Práticas Integrativas e

Complementares (PICS) no atendimento aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da região. A PICS incentiva o uso de recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, com o objetivo de prevenir danos à saúde, promover o bem-estar, restaurar a saúde e fortalecer a conexão entre o indivíduo, o ambiente e a comunidade. Essas práticas podem ser incorporadas em todos os níveis da Rede de Atenção à Saúde no SUS. O Estado do Amazonas, com sua diversidade cultural, étnica, botânica e de conhecimentos tradicionais, apresenta um contexto favorável para a adoção dessas práticas. O objetivo deste trabalho é relatar práticas de autocuidado alternativas aos tratamentos convencionais oferecidos na Atenção Primária à Saúde (APS) nos municípios do Amazonas. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com profissionais de saúde e usuários dos serviços de saúde, buscando compreender as práticas de saúde e os hábitos relacionados ao cuidado do corpo e da mente. Observou-se que os usuários recorrem frequentemente à medicina tradicional, seja pelo uso de plantas medicinais, seja pela busca de benzedeiros. Em um CAPS, especificamente, relatou-se a atuação de um benzedeiro em colaboração com os profissionais de saúde. Esse benzedeiro, contratado como conhecedor tradicional, recebe encaminhamentos dos médicos e de outros profissionais de saúde, além de atender espontaneamente os usuários. Os resultados apontam que essa colaboração entre medicina tradicional e convencional é marcada por respeito e cooperação. Usuários com condições como dependência de drogas e álcool, tentativas de suicídio, envenenamento, doenças físicas e mentais, entre outras, são atendidos pelo benzedeiro, que realiza de quatro a dez atendimentos por dia. Esses atendimentos são registrados em fichas de acompanhamento, evidenciando o reconhecimento dessa prática dentro do serviço de saúde. Além disso, os usuários continuam recebendo medicamentos prescritos e acompanhamento da equipe multiprofissional de saúde mental.

O estudo revela uma integração significativa entre a medicina tradicional e a convencional no contexto dos serviços de saúde do Amazonas. A presença do benzedeiro no CAPS demonstra a abertura dos profissionais de saúde para incorporar práticas das PICS, oferecendo aos usuários uma abordagem mais personalizada, que contempla aspectos físicos, emocionais e espirituais. A colaboração entre os diferentes profissionais de saúde e o reconhecimento dessas práticas nas fichas de acompanhamento reforçam que é possível combinar abordagens diversas, gerando benefícios para a saúde e o bem-estar da comunidade.

A GESTÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL: NOVAS ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Sílvia Mello dos Santos

O município de Volta Redonda (RJ) foi contemplado pelos programas federais Mais Médicos para o Brasil (PMMB) e Médicos pelo Brasil (PMPB). No entanto, a gestão municipal identificou a necessidade de desenvolver mecanismos de acompanhamento e qualificação das atividades desses profissionais. A maioria dos médicos selecionados era recém-formada e apresentava dificuldades em atender demandas específicas, como o cuidado a crianças e gestantes. Assim, surgiu o desafio de garantir o acesso universal,

equitativo, inclusivo e resolutivo na Atenção Primária à Saúde (APS). Este relato de experiência descreve as ações de monitoramento e educação permanente implementadas pela gestão municipal para apoiar os médicos do PMMB. A primeira iniciativa foi a nomeação de um médico especialista em medicina de família como apoio técnico local, responsável por supervisionar e apoiar os profissionais nos territórios e atuar como referência municipal para os programas. Para facilitar a comunicação, foi criado um grupo de WhatsApp envolvendo os médicos e o apoio técnico, permitindo esclarecer dúvidas sobre o processo de trabalho e compartilhar informes gerais. O município também desenvolveu um instrumento próprio de avaliação de frequência e desempenho, incluindo os médicos dos programas de provimento. A avaliação mensal considerava indicadores de desempenho funcional e atribuía pontuações de 0 a 100%, garantindo maior efetividade na função. Reuniões bimensais foram organizadas com a participação dos médicos, gerentes das nove unidades de saúde, a coordenação distrital e a gestão central. Esses encontros possibilitaram a construção coletiva de diagnósticos de saúde local e a elaboração de intervenções sistemáticas de cuidado. Os profissionais preparavam apresentações baseadas em pautas previamente definidas, como acolhimento e trabalho em equipe, promovendo discussões e trocas de experiências. Os resultados evidenciaram um impacto positivo na integração e desempenho dos profissionais. Em dezembro de 2023, os nove médicos participantes alcançaram índices de desempenho entre 80% e 100%, demonstrando maior comprometimento com as realidades e necessidades dos territórios. As reuniões bimensais foram fundamentais para fortalecer a conexão entre os profissionais e a gestão, além de proporcionar aprendizado e articulação de novas formas de cuidado, especialmente para médicos com pouca experiência. A experiência demonstrou que apenas a alocação de médicos pelos programas federais não é suficiente para garantir sua permanência ou um trabalho alinhado às necessidades da população. Recomenda-se que a referência municipal para os programas de provimento seja um médico de família e comunidade, para induzir processos de trabalho baseados nos princípios da APS. Além disso, a gestão deve implementar mecanismos de apoio e educação permanente, como as reuniões bimensais, que se mostraram momentos de troca, apoio mútuo e qualificação profissional, contribuindo para o fortalecimento do cuidado em territórios vulneráveis.

CONSTRUINDO RELAÇÕES SAUDÁVEIS: EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO DE ISTS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Ana Luiza Ventura de Alencar, Anne Katherine de Araújo Barros, Anna Laura Oliveira Torres, Bruna Larissa Menezes Coelho, Maria Laura de Souza Alencar, João Victor Amaral Cavicchioli, Pedro Jefferson Ribeiro Correia, Naisla Caroline Feitosa Pereira

A sensibilização sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é fundamental para a promoção da saúde pública, especialmente em comunidades vulneráveis, como pessoas em situação de rua. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ISTs como HIV, Gonorreia e Hepatites virais representam desafios globais que requerem estratégias eficazes de prevenção e controle. Nesse cenário, a educação em saúde desempenha um papel essencial na disseminação de informações sobre

prevenção e cuidados com ISTs. No Centro de Acolhimento Transformar, em Juazeiro, Bahia, foi realizada uma ação educativa no dia 18 de abril de 2024, no período vespertino. Este espaço, que integra a rede SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e se articula com o SUS (Sistema Único de Saúde), oferece acolhimento temporário a pessoas em situação de rua, proporcionando assistência integral e encaminhamento para serviços de saúde. A ação consistiu em uma roda de conversa educativa sobre ISTs, com ênfase em HIV, Gonorreia e Hepatites virais B e C. A escolha desse formato permitiu uma comunicação dinâmica e interativa entre os alunos do terceiro período de medicina e os usuários do centro. Além da palestra, foram distribuídos kits de higiene pessoal, materiais informativos e jogos para estimular a interação e o trabalho em equipe. Os aspectos da ação foram cuidadosamente planejados para criar um ambiente acolhedor e construir vínculos, considerando a linguagem acessível e a empatia dos alunos, que esclareceram dúvidas e estimularam o autocuidado. Camisinhas masculinas, femininas e cartilhas informativas foram disponibilizadas, com orientações sobre prevenção, realização de testes rápidos, uso de preservativos, não compartilhamento de seringas e boas práticas de higiene. Também foram apresentadas, de forma verbal e visual, orientações sobre a utilização da PrEP (profilaxia pré-exposição). A verificação da aprendizagem ocorreu por meio de questionamentos aos participantes, que responderam corretamente todas as perguntas, evidenciando a fixação do conteúdo. O interesse demonstrado pelos participantes refletiu uma comunicação eficaz e o fortalecimento dos vínculos criados durante a intervenção. Os resultados alcançados dialogam com a literatura sobre educação em saúde, intervenções comunitárias e prevenção de ISTs, destacando a eficácia de abordagens inclusivas e acessíveis para conscientização e mudança de comportamento em populações vulneráveis. Este relato documenta uma experiência bem-sucedida de intervenção em saúde em um Centro de Acolhimento para pessoas em situação de rua, demonstrando o impacto positivo da educação em saúde na promoção do bem-estar. Sugere-se a exploração de estratégias adicionais que ampliem as práticas de promoção da saúde e prevenção de doenças, fortalecendo o cuidado integral e a inclusão social dessa população.

SAÚDE INDÍGENA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CENÁRIO DE BARBÁRIE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Bruna do Socorro Oliveira Trindade, Claudia Oliveira Trindade

A saúde das populações indígenas na Amazônia brasileira enfrenta desafios profundos, amplificados pelos conflitos pela terra, que envolvem mineração ilegal, grandes projetos de desenvolvimento e a invasão de territórios. Este artigo aborda os impactos diretos desses conflitos na saúde física das comunidades indígenas, destacando a complexidade e a gravidade da situação. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em uma revisão bibliográfica e adota uma abordagem interdisciplinar, integrando perspectivas teóricas dos campos da saúde indígena, ecologia política e direitos humanos. Essa metodologia permite uma análise aprofundada e holística das questões enfrentadas pelas comunidades indígenas, suas perspectivas e os efeitos diretos dos conflitos pela

terra em sua saúde e bem-estar. Entre as principais referências utilizadas estão relatórios do Instituto Socioambiental (ISA) e do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que oferecem informações detalhadas sobre os impactos de atividades predatórias nos territórios indígenas. No âmbito acadêmico, destacam-se estudos publicados em revistas como *Saúde e Sociedade* (2018) e *Cadernos de Saúde Pública* (2020), que fornecem evidências sobre os desafios relacionados à saúde indígena no contexto amazônico. O garimpo ilegal surge como uma das principais fontes de contaminação por mercúrio na Amazônia, resultando em graves problemas de saúde, como intoxicação por metais pesados, danos neurológicos e problemas de desenvolvimento infantil, conforme apontado por Lebel et al. (2019). Além disso, a degradação ambiental causada por essas atividades intensifica a escassez de alimentos, polui fontes de água e favorece a disseminação de doenças, como observado entre os Yanomami. Os conflitos pela terra também dificultam o acesso das comunidades indígenas a serviços de saúde básicos. A falta de infraestrutura, somada à insegurança provocada pela presença de não indígenas, gera uma grave deficiência no atendimento médico e na prevenção de doenças, exacerbando as condições de saúde já precárias dessas populações. Nesse contexto, torna-se essencial adotar medidas éticas e sustentáveis para proteger a saúde das comunidades indígenas. Isso inclui o fortalecimento da proteção legal dos territórios indígenas, o combate ao garimpo ilegal e a implementação de sistemas de saúde mais robustos, desenhados com a participação ativa das próprias comunidades. Políticas públicas que priorizem a saúde indígena devem incorporar os saberes tradicionais e respeitar os direitos territoriais e culturais dessas populações. Este artigo reforça a urgência de reconhecer e enfrentar os desafios impostos à saúde indígena pelos conflitos pela terra na Amazônia brasileira. Propõe-se um conjunto de ações concretas para assegurar o direito à saúde e o bem-estar dessas comunidades, enfrentando um cenário de exploração, injustiça e negligência que coloca em risco não apenas a saúde dos indígenas, mas também a preservação de seus modos de vida e de seus territórios ancestrais.

A FRAGMENTAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: INVESTIGANDO CAMINHOS POSSÍVEIS NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ)

Marina Araujo da Silveira, Alessandra Aniceto Ferreira de Figueredo

Este trabalho nasce das minhas inquietações enquanto Assistente Social da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Rio de Janeiro (RJ), ao me deparar com inúmeros entraves para a efetivação de um cuidado em saúde mental que seja efetivamente em rede, intersetorial, comunitário e compartilhado entre todos os atores envolvidos. O estudo tem como objetivo compreender os processos que possibilitam, ou não, o diálogo e o cuidado compartilhado em rede, partindo do pressuposto de que a territorialização não deve implicar na limitação da oferta de recursos municipais, na criação de barreiras de acesso ao cuidado, nem na ausência de diálogo, compartilhamento e construção coletiva entre dispositivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A pesquisa, de abordagem qualitativa, está sendo conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais dos

CAPS do município do Rio de Janeiro (RJ). Alguns resultados esperados incluem: trocas fragmentadas na discussão dos casos, decorrentes do distanciamento em relação ao sujeito em sofrimento; o “pouco interesse” em conhecer a história desse sujeito; dificuldade na construção coletiva do Projeto Terapêutico Singular (PTS); pressões para a desocupação de leitos quando o recurso do leito de acolhimento à crise é compartilhado; e obstáculos no compartilhamento de recursos humanos e atividades. Essas práticas guardam semelhanças com as lógicas manicomiais endurecidas, que priorizam o funcionamento interno em detrimento do cuidado integral. Muitas vezes, os profissionais, com seus olhares técnicos, acabam reduzindo a multiplicidade do sujeito a uma equação limitada pelo saber-poder do profissional de saúde, transformando o usuário em objeto de intervenção. Esse “suposto saber” orienta a forma como as demandas do sujeito são ouvidas, encaminhadas e compartilhadas com outros dispositivos, determinando caminhos e, por vezes, erguendo muros institucionais que engessam a prática profissional. Ao pensar a vida dos indivíduos sob a ótica de um único dispositivo de saúde, depara-se com burocracias e barreiras de acesso, pois o olhar deixa de focar no indivíduo e na sua multiplicidade e complexidade, negligenciando a possibilidade de acompanhá-lo em sua trajetória pelo território e de ajudá-lo a construir redes vivas e mais saudáveis. Tais entraves, identificados a partir das entrevistas realizadas, contrastam com o trabalho interdisciplinar, intersetorial e em rede proposto pela lógica da Atenção Psicossocial e do SUS. Como contribuição, esta pesquisa busca investigar caminhos possíveis para superar esse funcionamento engessado, que é reflexo do modelo neoliberal.

O IDEÁRIO NEOLIBERAL, SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS SOCIAIS E A AGUDIZAÇÃO DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: DISCUSSÕES SOBRE SAÚDE MENTAL, RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Marina Araujo da Silveira, Alessandra Aniceto Ferreira de Figueredo

Neste trabalho, partimos do olhar de intervenção do Assistente Social e do entendimento do sofrimento psíquico como uma das expressões da “questão social”. As expressões da “questão social” são compreendidas como consequências das contradições inerentes à relação capital x trabalho e sua ligação com a loucura. Ressalta-se que o sofrimento psíquico é aqui entendido como algo social e culturalmente construído. Os processos de saúde e doença serão analisados sob um viés histórico-social, alinhando-se às contribuições de Basaglia, que possibilitaram o rompimento com práticas manicomiais tradicionais e a busca por novas lógicas no trato com a loucura. A loucura, enquanto conceito socialmente construído, apresenta intervenções que variam de acordo com o contexto histórico e social de cada período. Reconhecemos a natureza contraditória de toda instituição originada no Sistema Capitalista de Produção, o que também se aplica aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Esses espaços são privilegiados para tratar as expressões da “questão social”, pois trabalham diretamente com populações excluídas e vulnerabilizadas pela sociedade capitalista, como pessoas em situação de rua, com sofrimento mental grave, mulheres, pessoas negras, entre outros. Nos CAPS,

as contradições do capitalismo tornam-se visíveis e, em momentos históricos favoráveis ao avanço das políticas sociais, podem abrir caminho para soluções coletivas e integradas. Este trabalho tem como objetivo identificar, a partir das falas de trabalhadores da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como o atual cenário da política de saúde mental, inserido no Modo de Produção Capitalista e no contexto de desmonte das políticas sociais, opera suas contradições e tensões. Os resultados esperados indicam que o ideário neoliberal tende a resultar em políticas sociais mais focalizadas, fragmentadas e desarticuladas. Propomos como estratégia o fortalecimento do diálogo aberto e compartilhado, além da construção e reconstrução contínua da ideia de rede entre os serviços, possibilitando um tensionamento crítico e promovendo a conscientização política entre usuários e profissionais. Esse movimento busca romper a bolha de isolamento dos dispositivos. O sofrimento psíquico grave e as crises decorrentes desse sofrimento não estão desvinculados do contexto social, do território de onde o sujeito vem, de onde mora, por onde circula, de quem é, de sua raça/cor, gênero, identidade de gênero e outros atravessamentos que configuram as expressões da “questão social” e intensificam o sofrimento no contexto do capitalismo. Essas pessoas marginalizadas pelo sistema capitalista tornam-se o foco das políticas sociais. Diante desse cenário, destacamos que o desmonte das políticas sociais e a burocratização dos serviços de saúde mental reforçam a necessidade imperativa da articulação intersetorial de políticas e programas. Essa articulação deve buscar um cuidado integrado, personalizado, comunitário e alinhado aos direitos humanos, respeitando a multiplicidade do ser humano e os princípios e diretrizes do SUS.

CUIDADO DELAS: GRUPO DE SUPORTE EMOCIONAL ÀS MULHERES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Mario Olavo Malfatti Ianhez, Marbelis Yulimar Monroy Rivas, Marina Ametlla de Oliveira,
Annie Caroline Flores Vieira, Brenda Karine da Silva Melo

Este texto apresenta a experiência de psicólogos no planejamento e condução de um grupo de cuidado e apoio emocional para mulheres vítimas de violência e/ou em sofrimento psicológico, realizado na cidade de Campo Grande (MS), na “Associação de Moradores Coophavila II” (AMOC), próximo à unidade de saúde referência do território. Criado em 2022, o grupo é conduzido por profissionais, residentes e preceptor do programa de residência multiprofissional em saúde da família – SESAUFIOCRUZ, destacando a relevância do trabalho multiprofissional na atenção primária à saúde (APS). Na APS, atividades coletivas são estratégias importantes para promover cuidado, melhorar condições subjetivas dos participantes e fortalecer vínculos comunitários. Como espaço construído conjuntamente por profissionais e usuários, o grupo favorece mudanças eficazes e duradouras, além de oferecer aprendizados para lidar com situações-problema e reduzir a exposição a fatores de adoecimento. Os grupos também orientam o planejamento de ações e políticas específicas, pois consideram as demandas reais dos territórios. Em resposta ao aumento de mulheres em sofrimento psicológico na unidade de saúde USF Coophavila II, foi criado um espaço seguro para acolhimento e fortalecimento emocional. Os encontros semanais, com duração média de uma hora e meia,

incluíram rodas de conversa, práticas integrativas, oficinas de arteterapia e culinária, dinâmicas de grupo e educação em saúde com apoio de profissionais de serviço social, enfermagem e medicina. Durante os encontros, relatos recorrentes envolveram violência doméstica, conflitos familiares e sintomas de ansiedade e depressão. Cada participante contribuiu de forma única para a construção dessa ferramenta de autocuidado, relatando mudanças significativas, como redução de sintomas e superação de discursos incapacitantes. O trabalho evidencia o impacto do grupo na promoção do bem-estar físico, psíquico e social, reforçando a importância da atuação de psicólogos nos serviços de saúde pública e coletiva.

CONSTRUINDO ESCOLHAS CONSCIENTES: GRUPO DE PLANEJAMENTO FAMILIAR E REPRODUTIVO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Mario Olavo Malfatti Ianhez, Carolina Letícia Faria Silva, Jeferson Moraes Mota, Marbelis Yulimar Monroy Rivas, Beatriz da Silva Oliveira, José Ikeda Neto, Jéssica Izabel Espinoza da Silva

Este resumo apresenta as experiências exitosas de profissionais da saúde pública na condução de grupos reflexivos e informativos sobre planejamento familiar e reprodutivo em uma unidade de saúde da família (USF) na capital de Mato Grosso do Sul. Na atenção primária à saúde (APS), atividades coletivas são estratégias essenciais para oferecer cuidado integral aos usuários, fortalecer vínculos com a rede de saúde e com a comunidade, além de alcançar um número significativo de participantes em uma única ação. Por meio do compartilhamento de experiências e informações, esses grupos promovem responsabilidade e autonomia no autocuidado, sendo as ações educativas indispensáveis para gerar mudanças significativas na vida dos participantes e disseminar os resultados alcançados para outros membros da comunidade. Considerando as alterações da Lei nº 9.263/1996 pela Lei nº 14.443/2022 e a Portaria nº 405/2023, especialmente nos critérios de elegibilidade para esterilização voluntária, além do aumento expressivo da procura por métodos contraceptivos, profissionais de psicologia, enfermagem e medicina organizaram um grupo de planejamento familiar e reprodutivo na USF Coophavila II, em Campo Grande (MS). O objetivo foi não apenas apresentar os métodos contraceptivos disponíveis na rede pública, mas também ampliar a consciência dos participantes sobre questões culturais, como os papéis sociais impostos às mulheres, preconceitos, formas de violência doméstica, organização familiar, planejamento familiar para além da reprodução, alterações jurídicas recentes e infecções sexualmente transmissíveis, promovendo decisões conscientes e seguras. O grupo teve início em 2022, com encontros semanais e formato aberto, reunindo usuários interessados em contracepção, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero ou estado civil. Até o final de 2023, os encontros contaram predominantemente com mulheres cisgênero e heterossexuais, embora a participação masculina, de homens cisgênero e heterossexuais, também tenha sido expressiva. Esses homens trouxeram dúvidas e reflexões sobre vasectomia, laqueadura, machismo e misoginia, contribuindo para debates ricos e esclarecedores. A experiência reforça a importância de

espaços seguros para diálogos e reflexões sobre saúde individual e coletiva, especialmente em uma população ainda carente de acesso a educação e cultura adequadas.

ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS COM TEA: ATIVISMO POLÍTICO EM BUSCA DOS DIREITOS E CIDADANIA

Neila Santini de Souza, Lairany Monteiro, Andreina Oliveira de Freitas,
Verônica de Azevedo Mazza, Victoria Beatriz Trevisan Nóbrega Martins Ruthes,
Bruna Schmidt Kruger, Cristina Zini Kaiper, Isabel Cristina dos Santos Colomé

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por manifestações no comportamento, comunicação e interação social, frequentemente acompanhado de interesses restritos e comportamentos repetitivos. A rede de apoio familiar desempenha um papel essencial no desenvolvimento das habilidades da pessoa com TEA, fornecendo suporte social para a garantia de direitos e o fortalecimento de suas potencialidades. Associações de familiares de pessoas autistas são ferramentas estratégicas para empoderar famílias, conscientizar a sociedade e gestores públicos sobre os direitos das pessoas com TEA. Esses movimentos promovem o controle social, influenciam a criação e implementação de políticas públicas e possibilitam a luta pelos direitos à vida, segurança, lazer, educação, saúde, trabalho, moradia, previdência, assistência social e autoexpressão, respeitando as singularidades desse público. Este relato tem como objetivo apresentar a experiência de uma associação de familiares, destacando suas ações e seu papel no empoderamento das famílias. A associação de familiares e amigos dos autistas no município de Palmeira das Missões, RS, foi criada em 2023 como resultado de um projeto de extensão iniciado em 2016 pela UFSM/Campus Palmeira das Missões. Esse projeto visava o empoderamento de famílias de pessoas com TEA por meio de um grupo de apoio e estudos que envolvia familiares, profissionais de saúde e educação. As discussões promovidas pelo grupo resultaram na reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPEDE) e na mobilização de mães que levaram à fundação da associação, que agora reúne pais e amigos de pessoas com TEA da região. As ações extensionistas da universidade tiveram impacto significativo, dando voz e protagonismo às famílias de pessoas com TEA. A associação promove acolhimento, inclusão social e convivência, integrando pessoas com TEA e seus familiares em atividades comunitárias, sociais e escolares. Além disso, oferece informações sobre direitos, respeitando as singularidades de cada indivíduo. Os encontros entre os membros da associação propiciam o compartilhamento de experiências, apoio mútuo e ações educativas que fortalecem o conhecimento das famílias sobre seus direitos, empoderando-as como mediadoras no acesso à rede de atenção, especialmente nos âmbitos da saúde, educação e assistência social. A associação, com apoio de órgãos públicos e privados em diferentes níveis, fomenta pesquisas, programas e políticas públicas voltadas à neurodiversidade e à inclusão social. Suas ações promovem acolhimento, combatem o preconceito e ampliam o respeito às pessoas com TEA, incentivando uma visão além das questões biológicas e celebrando a diversidade humana. Conclui-se que o ativismo político da associação de

pais e amigos dos autistas é uma ferramenta poderosa para fomentar políticas públicas, destacando também o papel essencial da universidade na promoção de inclusão, conscientização e suporte às famílias e pessoas com TEA.

DIÁLOGO ENTRE INSTITUIÇÕES FORMADORAS: APROXIMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA ENTRE ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA

Mario Olavo Malfatti Ianhez, Marina Ametlla de Oliveira

Este resumo aborda a integração entre um programa de residência multiprofissional em saúde da família e uma universidade particular, promovida por meio de aulas ministradas por profissionais da saúde pública a acadêmicos de psicologia. A iniciativa foi conduzida em conjunto pela professora da universidade e pelo preceptor de psicologia do programa de residência, ambos comprometidos com a formação teórica e prática de alunos e residentes. O objetivo desses encontros foi proporcionar uma troca de saberes sobre a inserção do psicólogo no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), fomentando reflexões sobre o papel da psicologia para além do modelo biomédico, em uma atuação voltada às questões sociais, econômicas e políticas que afetam a maioria da população. A APS é entendida como um conjunto estratégico de ações voltadas à prevenção de doenças, promoção da saúde e bem-estar físico, mental e social, além de ser a porta de entrada ao SUS e eixo central da integração entre os níveis de atenção à saúde. No município de Campo Grande – MS, a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), implementou a Residência Multiprofissional em Saúde da Família, incluindo a psicologia entre as profissões qualificadas. Contudo, ainda persiste confusão sobre o papel do psicólogo na saúde pública, especialmente na APS, percepção compartilhada pelos alunos de psicologia da universidade. As aulas ocorreram em formato de roda de conversa, conduzidas pelo preceptor e residentes de psicologia, que exemplificaram suas práticas nas unidades de saúde. Essa abordagem buscou desconstruir visões convencionais e promover um entendimento crítico sobre a psicologia aplicada ao SUS. Relatos de surpresa dos alunos revelaram o impacto da experiência, com comentários sobre desconhecimento do funcionamento do SUS e da possibilidade de atuação psicológica para além do contexto clínico tradicional, além de uma visão inicial que considerava o SUS desorganizado. A experiência evidenciou um distanciamento entre a formação teórica e a prática psicológica, bem como lacunas no conhecimento sobre saúde pública e coletiva. Essa parceria entre as instituições formadoras demonstrou-se relevante para aproximar esses saberes, promovendo a construção de um conhecimento mais integrado tanto para os alunos da graduação quanto para os residentes. A iniciativa revelou-se uma estratégia valiosa para fortalecer a compreensão da psicologia no contexto da saúde pública, reduzindo o abismo entre teoria e prática e ampliando o horizonte de atuação profissional dos futuros psicólogos.

A ARTE DA CONVERSA: DEZ ANOS DE CONTRIBUIÇÃO DE DIRETORES DO “CINEMA DOCUMENTÁRIO” NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO PRIMEIRO ANO DE MEDICINA E FONOAUDIOLOGIA

Gustavo Tenório Cunha, Coraci bartman Ruiz, Julio de Matos Lima, Hidalgo Romero Lopes, Sergio Resende Carvalho

A habilidade de comunicação é fundamental para os profissionais de saúde e desenvolve-se continuamente ao longo da vida profissional. Neste artigo, exploramos as potencialidades pedagógicas oriundas do diálogo entre alunos e professores da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e um grupo de artistas dedicados à produção de documentários. A capacidade da arte em expressar a experiência humana e criar novos mundos tem contribuído para que a área da saúde supere os limites da influência cartesiana e mecanicista. Nesse contexto, o cinema documentário se destaca não apenas por tornar visível o que está invisibilizado, mas também por oferecer metodologias de comunicação e vínculo altamente sofisticadas. As técnicas de entrevista, cuja maior referência no Brasil é a obra do cineasta Eduardo Coutinho, fornecem um arcabouço teórico e metodológico de grande relevância para o trabalho em saúde. Para além de ensinamentos objetivos sobre “como fazer”, o trabalho do documentarista inspira pela sensibilidade e capacidade de encantamento com o “outro”. Desde 2012, na Unicamp, cineastas da produtora audiovisual Laboratório Cisco ministram anualmente uma aula na disciplina de Saúde Coletiva II, direcionada a alunos de medicina e fonoaudiologia prestes a iniciar visitas domiciliares. Nessa aula, são apresentadas técnicas e perspectivas para a preparação desses encontros. A proposta evoluiu ao longo dos anos e divide-se atualmente em dois momentos: um primeiro, em que os cineastas exibem trechos de filmes que destacam a entrevista como elemento central, discutindo estratégias e técnicas; e um segundo, em que os estudantes participam de uma atividade prática e lúdica, dividindo-se em duplas para se entrevistarem mutuamente. Posteriormente, algumas duplas apresentam suas experiências, que são discutidas à luz dos aprendizados. O momento de iniciar visitas domiciliares no território das UBS é particularmente sensível. Para preparar os estudantes, são oferecidas três aulas teóricas com os temas: abordagem sistêmica da família, visitas domiciliares e técnicas de entrevista com os cineastas. A disciplina busca aproveitar a ausência de conhecimentos clínicos – “filtros teóricos” que, frequentemente, dificultam a conversa entre profissional de saúde e paciente para além do diagnóstico biomédico – para focar no desenvolvimento de vínculos e habilidades de conversação, por meio das quais os conteúdos de saúde coletiva são abordados. Ao final do semestre, os estudantes devem entregar um genograma/ecomapa, uma narrativa da história de vida e uma análise da relação daquela família com a rede assistencial, o território e os determinantes sociais de saúde e políticas públicas. Ao longo de mais de uma década de experiência, temos observado resultados cada vez mais positivos. Os estudantes relatam maior segurança e frequentemente retomam, nas discussões de casos, os aprendizados da aula de documentário. Essa prática nos parece uma iniciativa potente e promissora para adoção em outros cursos e instituições.

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: O PAPEL DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Michelle Ferreira Resende, Pedro Henrique Santos Paula,
Tayná Cristina da Silva, Maria de Fátima Ribeiro Teles dos Santos

O cuidado em saúde mental e o uso de substâncias psicoativas exige uma abordagem integral e humanizada, na qual o enfermeiro desempenha um papel central na assistência. A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas estabelece diretrizes e estratégias governamentais para ampliar o acesso a recursos terapêuticos e assistência aos pacientes e seus familiares. Como profissional que mantém maior contato direto e indireto com o paciente em adoecimento mental, o enfermeiro frequentemente se torna a principal referência no processo de tratamento. O objetivo deste trabalho é explorar o papel do enfermeiro na assistência e nos cuidados oferecidos aos usuários em sofrimento mental devido ao uso abusivo de substâncias psicoativas. A pesquisa adota uma abordagem exploratória, com método qualitativo, utilizando a técnica de amostragem “bola de neve”. As etapas seguidas incluem o estabelecimento do problema de pesquisa, revisão da literatura, seleção de participantes, coleta de dados, categorização dos estudos, interpretação dos resultados e apresentação do relato. Os resultados destacam o enfermeiro como profissional essencial no cuidado a esses pacientes, sendo percebido pelos participantes como o articulador do cuidado interdisciplinar, o que torna o acolhimento mais eficaz. Isso evidencia a importância do desenvolvimento de habilidades específicas para a atuação do enfermeiro na equipe interdisciplinar e na área da saúde mental. Duas categorias emergiram como mais relevantes na análise dos dados: as habilidades do enfermeiro e o poder do trabalho em equipe, bem como as vulnerabilidades dos usuários de substâncias psicoativas. Os usuários dessas substâncias estão frequentemente expostos a riscos e vulnerabilidades psicossociais e biológicas, que agravam seu sofrimento e afetam também suas famílias. O consumo diário de drogas intensifica esses desafios, tornando imprescindível a atuação da Enfermagem em práticas abrangentes que envolvam acolhimento constante, tratamento efetivo e exercício pleno da profissão. Na psiquiatria, a atuação do enfermeiro demanda propostas terapêuticas inovadoras que transformem as relações entre profissional e paciente. Isso exige o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para estabelecer uma abordagem mais efetiva e humanizada. Este estudo reforça a relevância do papel do enfermeiro na saúde mental e no cuidado aos usuários de substâncias psicoativas, destacando a necessidade de uma prática profissional qualificada e comprometida com o bem-estar do paciente e a eficácia do trabalho em equipe interdisciplinar.

ESTUDO DE CASO: DESMONTE DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AS RELAÇÕES HIERÁRQUICAS NAS EQUIPES DE SAÚDE DO SUS: FALHAS NA COMUNICAÇÃO E NA DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: O PREJUDICADO É SEMPRE O USUÁRIO

Julia Costa Rosa

Este estudo analisa o desmonte de um centro de atendimento à criança com deficiência, que seguia os preceitos da clínica ampliada e da Política Nacional de Humanização (PNH), e os impactos negativos trazidos pela terceirização da gestão, caracterizada por um modelo vertical e médico-centrado. Foram observados problemas como falta de comunicação entre as equipes, acolhimento e escuta precários dos usuários e assédio laboral como prática de gestão. Essa realidade reflete o cenário de diversas instituições afetadas pela terceirização, que segue precarizando as condições de trabalho e os serviços ofertados, enquanto trabalhadores da saúde lutam pela sobrevivência. Nos últimos anos, a terceirização na rede SUS tem avançado de forma acelerada, resultando em graves prejuízos à qualidade do serviço público de saúde. A experiência de terceirização, mediada por organizações sociais nos últimos quinze anos, evidencia um crescimento desenfreado, com contratos sem concursos públicos e sem fiscalização adequada. Essas organizações frequentemente operam por redes de subcontratação, agravando ainda mais as condições de trabalho e o atendimento. Os serviços que anteriormente respeitavam as diretrizes do SUS, baseados na gestão participativa e na clínica ampliada, estão sendo substituídos por modelos voltados para o lucro, com foco na doença e em atendimentos individuais, em detrimento de ações de promoção e prevenção em saúde. Essa mudança compromete gravemente a qualidade do atendimento e a saúde da população. Para reverter essa precarização, o estudo destaca a importância da transversalidade na gestão, fundamental para um SUS humanizado e de qualidade. Estratégias como educação continuada sobre as políticas públicas e a história do SUS, além da união entre servidores e comunidade, são essenciais na luta contra o desmonte e a precarização dos serviços. Essa mobilização é crucial para garantir a efetividade e o caráter humanizado do SUS, assegurando sua sustentabilidade como sistema público de saúde.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ASSISTÊNCIA DOMICILIAR EM MULHERES PUÉRPERAS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Estefany Borges de Sousa, Andreia Paes Oliveira, Gissele Maria Figueiredo Nunes

O período pós-parto é um momento complexo para a mulher, envolvendo cuidados com o recém-nascido e mudanças físicas, psicológicas, fisiológicas e sociais, que impactam tanto no cotidiano

quanto nas relações interpessoais. Nesse contexto, a assistência à saúde de qualidade é essencial, já que essas mudanças podem levar a agravos temporários ou permanentes. A assistência no pós-parto pode ser conduzida por meio de práticas educativas e avaliações preventivas planejadas para identificar, encaminhar e gerenciar possíveis complicações maternas. Profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) têm um papel crucial nesse cuidado, promovendo impactos positivos na saúde e na qualidade de vida das mulheres, como a redução da morbimortalidade materna, aumento da satisfação, autoestima e autonomia, além de proporcionar cuidado contínuo. O presente estudo tem como objetivo propor uma assistência domiciliar multiprofissional baseada na educação em saúde para mulheres puérperas vinculadas às Unidades Básicas de Saúde (UBS). A população-alvo serão mulheres no pós-parto imediato, selecionadas a partir dos Prontuários Eletrônicos do Cidadão (PEC) da UBS de Bragança/PA. Após a seleção, essas mulheres serão convidadas a participar do Grupo de Educação em Saúde (GES), cujo objetivo é promover autoconhecimento, aconselhamento e recuperação durante seis semanas de acompanhamento domiciliar. A assistência contará com visitas semanais de profissionais da Fisioterapia, Educação Física, Nutrição, Medicina e Enfermagem, com duração de uma hora por encontro. Na primeira semana, será realizada uma consulta puerperal com anamnese conduzida por todos os profissionais. Na segunda semana, haverá uma consulta médica para monitoramento dos sinais vitais, orientações gerais sobre o pós-parto e informações sobre métodos contraceptivos. Na terceira semana, o enfermeiro abordará a importância do aleitamento materno, cuidados com as mamas e possíveis contraindicações. Na quarta semana, o nutricionista orientará sobre a ingestão hídrica e alimentação adequada. Na quinta semana, o fisioterapeuta focará na saúde do assoalho pélvico, prevenindo e tratando disfunções musculares e sexuais. Na sexta semana, o profissional de educação física discutirá a prática de atividades físicas no pós-parto, orientando sobre como e quando retomá-las. Ao final do programa, as mulheres serão encaminhadas para retorno à UBS. Espera-se que essa abordagem multiprofissional baseada em educação em saúde no domicílio promova cuidado integral, promoção da saúde e prevenção de complicações no período pós-parto entre as mulheres assistidas. Este estudo destaca a carência de pesquisas sobre assistência domiciliar multiprofissional no pós-parto imediato e propõe uma intervenção inovadora no cenário da UBS de Bragança/PA. Caracterizada como uma tecnologia leve, viável e de baixo custo, a proposta se apresenta como uma estratégia promissora no âmbito da saúde pública.

ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM SANTA MARIA (RS)

Bianca Rodrigues Strom, Marília Meneghetti Bruhn

A formação da sociedade brasileira está intrinsecamente ligada aos processos de extermínio e exploração das populações indígenas e à escravização da população negra pelo colonizador branco. Esses eventos históricos estabeleceram estruturas que ainda influenciam a forma como o governo garante direitos, incluindo o acesso à saúde. Este trabalho tem como objetivo discutir a visibilidade

das relações raciais nas políticas públicas de saúde no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, com base em um relato de experiência durante uma residência multiprofissional em saúde. Nos séculos XIX e XX, políticas de embranquecimento buscaram transformar a imagem social do Brasil por meio da recepção de imigrantes europeus e da implementação de práticas eugênicas destinadas à extinção das populações não brancas. Essa política incentivou a miscigenação, promovendo o mito da democracia racial, que sugere uma sociedade sem racismo, onde direitos e deveres seriam iguais para todos. Contudo, esse discurso invisibilizou a discriminação racial, marginalizando a população negra dos centros urbanos e do mercado de trabalho, favorecendo a mão de obra branca europeia. Os negros eram vistos como inferiores, incapazes e predispostos à transgressão, o que reforçou sua exclusão. Atualmente, essas dinâmicas raciais persistem nas diversas manifestações do racismo – estrutural, institucional, individual e cotidiano – e na perpetuação do necrobiopoder. Essa realidade mantém a população negra em condições desiguais em áreas como habitação, saneamento, educação, saúde, emprego e lazer, aprofundando as fissuras nas interações sociais. No contexto da Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal de Santa Maria, foi constatado que as políticas públicas de saúde ainda não abordam adequadamente as questões raciais, tanto pela ausência de reflexões dos profissionais de saúde sobre sua própria posição social e racial, quanto pela falta de discussão sobre os determinantes sociais do racismo. A maioria dos profissionais de saúde pertence à raça branca dominante, o que os posiciona dentro da norma hegemônica que define e perpetua as relações de poder. Esse cenário reflete o êxito da política de embranquecimento na difusão de um mito que ainda sustenta a ideia de igualdade formal de direitos, enquanto invisibiliza as desigualdades e opressões raciais que permeiam a sociedade brasileira. Portanto, é crucial que a branquitude, como grupo dominante, não permaneça indiferente às inúmeras injustiças raciais. Há uma necessidade urgente de desenvolver estratégias que promovam mudanças nessa realidade historicamente invisibilizada, fomentando discussões sobre raça e promovendo práticas mais inclusivas e equitativas no âmbito das políticas públicas e da saúde.

A ATUAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DO SUS DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19 – A PERSPECTIVA DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE UMA CAPITAL DO SUL DO PAÍS

Vitória Davi Marzola, Denise Elvira Pires de Pires, Felipa Rafaela Amadigi, Rosani Ramos Machado

O texto analisa a atuação do Controle Social do SUS durante a pandemia, com foco na perspectiva dos conselheiros municipais de saúde de uma capital do sul do Brasil. São abordadas as experiências de atuação, organização e contribuição social desse conselho em um cenário inédito para os brasileiros, a Pandemia de covid-19. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, na qual todos os conselheiros titulares que participaram do Conselho Municipal de Saúde (CMS) durante a pandemia foram convidados a participar. Complementarmente, foram analisadas informações disponíveis no

site do CMS e pela secretaria executiva do conselho. Os dados das entrevistas foram interpretados com a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e organizados em categorias. Participaram da pesquisa 42,9% dos conselheiros do segmento de usuários, 35,7% do segmento de gestores e prestadores de serviços, e 21,4% do segmento de profissionais. Os resultados foram estruturados em três categorias principais: 1) A pandemia como contexto de atuação do Conselho Municipal de Saúde; 2) A importância do controle social para a sociedade; e 3) A importância do SUS na pandemia. Na primeira categoria, os entrevistados destacaram que o CMS foi atuante e participativo, ressaltando o papel das tecnologias digitais para viabilizar as atividades do conselho. Na segunda, foi relatado que o Controle Social foi essencial para a gestão da saúde no município, promovendo discussões das necessidades coletivas. Contudo, foi apontado que a população ainda desconhece amplamente o trabalho do CMS. Nessa mesma categoria, foi enfatizada a atuação do conselho como um agente ativo na disseminação de informações seguras e cientificamente embasadas, incentivando o uso de EPIs e a vacinação. Na terceira categoria, os conselheiros destacaram o crescimento e a essencialidade do SUS, enfatizando sua importância dentro de um regime democrático. A pesquisa permitiu identificar ações, desafios e oportunidades enfrentados pelo Conselho Municipal de Saúde dessa capital do sul do Brasil durante a pandemia, ressaltando o papel do Controle Social para a sociedade, a democracia e a defesa do SUS. As considerações finais evidenciam a relevância do CMS, inclusive em crises sanitárias como a da Pandemia de covid-19. Foi constatado um esforço coletivo envolvendo diversas esferas da sociedade, orientado pelos princípios da Constituição Democrática de 1988. O Controle Social do SUS mostrou-se fundamental no processo de informação e organização social, atuando diretamente nos territórios e para os brasileiros. Por fim, destacou-se a necessidade de ampliar a participação social, pois esta pode ser um agente crucial, aliado às práticas de saúde e comunicação, especialmente em momentos de adversidade no país.

RESULTADOS PRELIMINARES: TENSÕES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ANTIMANICOMIAL DO PODER JUDICIÁRIO NOS CAPS AD II DE SANTA MARIA (RS)

Laura Camargo de Moraes, Félix Miguel Nascimento Guazina

O presente estudo tem como objetivo apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa realizada nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas II (Caps Ad II) em Santa Maria (RS), no contexto da desinternação gradual dos usuários do Instituto Psiquiátrico Forense Doutor Maurício Cardoso (IPF). A pesquisa está alinhada à Resolução nº 487 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com seis profissionais de diferentes áreas nos dois Caps Ad do município, identificando os principais temas abordados pelos participantes e analisando os discursos com base na experiência dos profissionais e suas contribuições para a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) local. Os resultados evidenciam desafios enfrentados pelos servidores no cotidiano, incluindo dificuldades na construção

da Raps e a carência de serviços adequados para acolher a população proveniente do IPF em uma cidade com quase 300 mil habitantes. Santa Maria não conta com dispositivos essenciais, como Caps III, Serviço Residencial Terapêutico (SRT) ou Unidade de Acolhimento (UA), o que compromete a implementação do cuidado conforme previsto na portaria da Raps. Além disso, a constante intervenção do Judiciário no cuidado prestado pelos servidores, aliada à ausência de diálogo efetivo com essa instância, gera preocupações sobre a judicialização do cuidado. Os profissionais relataram imposições de procedimentos psiquiátricos compulsórios, como avaliações e internações em leitos psiquiátricos ou comunidades terapêuticas, destacando o aumento da demanda por essas intervenções. No contexto desses desafios, a implementação da Política Antimanicomial e a transferência de usuários do IPF para a comunidade representam um processo complexo. Alguns profissionais expressaram apreensão quanto à periculosidade e ao manejo de crises envolvendo usuários do IPF, apontando resquícios de práticas manicomiais no tratamento de pessoas com transtornos mentais e a fragilidade dos serviços em lidar com usuários em crise. Além disso, os servidores destacaram dificuldades na atuação em rede, mencionando a micropolítica como uma estratégia de cuidado, mas enfrentam barreiras para estabelecer um diálogo produtivo com a coordenação de saúde mental, como reuniões pouco resolutivas e a necessidade de buscar insumos para o trabalho. A falta de medidas adequadas para o acolhimento não apenas dos usuários encaminhados do IPF, mas de todos os que integram a rede, foi amplamente mencionada. Em síntese, os resultados preliminares revelam um cenário desafiador para os servidores municipais diante da desinternação progressiva dos usuários do IPF. As entrevistas apontaram desde a ausência de dispositivos previstos na Raps até a interferência excessiva do Judiciário no cuidado aos usuários, evidenciando a dificuldade em oferecer um cuidado efetivo e humanizado. Apesar dessas limitações, estratégias de atuação em nível micropolítico foram mencionadas, ressaltando a importância do cuidado individual e das ações cotidianas. Assim, a implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário e a consolidação da Raps demandam esforços contínuos, tanto no âmbito macro quanto micro, para superar os desafios enfrentados e garantir um cuidado digno e inclusivo a todos os usuários.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VOLTADA AOS AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE DO DSEI ALTO RIO SOLIMÕES, AMAZONAS

Janayla Bruna Oliveira de Aguiar, Júlio César Schweickardt,
Cristiane Ferreira da Silva, Jamiula da Silva Almeida

O Distrito Especial Indígena Alto Rio Solimões (DSEI ARS) está localizado na região oeste do Amazonas, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. A área abrange 73.386 indígenas de sete etnias, distribuídos em 241 aldeias, atendidos por 59 equipes de saúde que atuam em 13 Polos Base, 16 Unidades Básicas de Saúde Indígena, uma Casa de Saúde Indígena e cinco Casas de Apoio. As equipes de saúde incluem 431 Agentes Indígenas de Saúde (AIS), profissionais indígenas residentes nos territórios

em que trabalham, responsáveis por acompanhar mensalmente crianças menores de cinco anos por meio da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN). Implementada no DSEI ARS em 2006, a VAN segue diretrizes do Ministério da Saúde, visando identificar grupos prioritários com crianças em risco nutricional, avaliar o estado nutricional, manejar equipamentos antropométricos, coletar, analisar e interpretar dados nutricionais, contribuindo para um acompanhamento qualificado e o planejamento de ações. O objetivo deste estudo é apresentar o desenvolvimento de oficinas de educação permanente em VAN voltadas aos AIS. Inicialmente, essas oficinas foram direcionadas a todos os profissionais das equipes de saúde, mas, com a inserção de nutricionistas nas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), passaram a ser estruturadas especificamente para os AIS. Nessas oficinas, os AIS avaliam o estado nutricional por indicadores da Organização Mundial da Saúde (OMS), analisam a situação do aleitamento materno, verificam se as famílias recebem benefícios sociais e se as crianças estão suplementadas com vitamina A ou sulfato ferroso. Todos os Polos Base e Unidades Básicas de Saúde Indígena possuem equipamentos antropométricos adequados para acompanhar o estado nutricional. As oficinas utilizam métodos de ensino e aprendizagem adaptados à realidade de cada território, com momentos teóricos e práticos, tradução para línguas indígenas e recursos audiovisuais. A abordagem busca integrar os AIS e fomentar a autonomia na construção do aprendizado. Realizadas anualmente pelos nutricionistas em conjunto com outros profissionais capacitados, as oficinas têm se mostrado fundamentais para qualificar os AIS no reconhecimento precoce de agravos nutricionais, contribuindo para o planejamento de estratégias junto às EMSI. Os resultados demonstram que essas oficinas são essenciais para o trabalho dos AIS nos territórios indígenas, garantindo atualização e qualificação contínua. A identificação precoce de desvios nutricionais possibilita o planejamento de estratégias efetivas para prevenir o agravamento de quadros nutricionais e promover a saúde infantil. Conclui-se que a atuação dos AIS nas oficinas fortalece o papel destes profissionais na proteção, promoção, prevenção e recuperação da saúde das crianças assistidas pelas equipes do DSEI ARS, contribuindo para o enfrentamento dos desafios nutricionais da população indígena local.

FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO SUS

Vitória Davi Marzola, Rosani Ramos Machado, Felipa Rafaela Amadigi, Denise Elvira Pires de Pires

O Curso de Formação de Conselheiros para a Vigilância em Saúde no SUS foi criado para atender à necessidade de capacitar líderes comunitários em gestão e controle social no Sistema Único de Saúde (SUS). Desenvolvido por professores da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Programa Nacional de Extensão para a Implementação da Política de Vigilância em Saúde (PNVS Comunidade), o curso contou com participantes de todos os estados brasileiros, certificando 109 concluintes após a realização de atividades síncronas e assíncronas. Dividido em três unidades e oito módulos, o curso abordou temas como o funcionamento do SUS, vigilância em saúde e ações intersetoriais. A metodologia utilizou ferramentas de ensino a distância (EAD), como a plataforma

Moodle, transmissões ao vivo pelo YouTube e rodas de conversa virtuais. Esses recursos promoveram a participação ativa e interprofissionalidade entre os participantes, que apresentavam perfis variados, desde aqueles já engajados em participação popular até outros em sua primeira experiência com controle social. As unidades do curso foram organizadas de forma progressiva: a primeira introduziu o trabalho da vigilância em saúde no Brasil, a segunda discutiu o território como espaço de atuação no controle social, e a terceira abordou planejamento e ações intersetoriais. Além disso, atividades ao vivo com facilitadores e especialistas enriqueceram a experiência, tornando a linguagem acessível e adaptada à diversidade dos inscritos. Como resultados, o projeto produziu materiais didáticos em formato de e-book com ISBN registrado e promoveu parcerias com instituições como a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, fortalecendo colaborações interinstitucionais. Os participantes ampliaram seus conhecimentos sobre legislações vigentes, fluxos organizacionais locais e nacionais, e a política de vigilância em saúde. Palestras, seminários, debates, rodas de conversa e webinários foram realizados, aprimorando a interação e o aprendizado, contribuindo diretamente para o fortalecimento do SUS e para a promoção do controle social. O curso foi uma iniciativa transformadora que não apenas educou, mas também construiu pontes entre universidade e comunidades, promovendo a troca de conhecimentos e experiências. Capacitou conselheiros locais, professores e bolsistas envolvidos para serem agentes de mudança em suas comunidades, fortalecendo o SUS e preparando líderes comunitários para enfrentar os desafios da saúde pública no Brasil. Assim, reafirma-se a relevância do projeto como um marco no fortalecimento da vigilância em saúde e da participação social no país.

FORNECIMENTO DE INSUMOS ÀS PESSOAS COM ESTOMIAS ATENDIDAS EM SERVIÇO DE REFERÊNCIA

Mariana Freire Fernandes, Maria Izabel Rezende Rodrigues, Vanessa Carla do Nascimento Brito, Anna Alice Carmo Gonçalves, Vivianne Lima de Melo, Daniel Aser Veloso Costa, Maria Luiza Linhares de Gois, Rhayssa de Oliveira e Araújo, Isabelle Katherine Fernandes Costa

Define-se como estomia um procedimento cirúrgico que cria uma conexão entre um órgão interno e a parede abdominal, permitindo a eliminação de excrementos ou, em alguns casos, a alimentação. A Lei nº 12.738, de 30 de novembro de 2012, determina a obrigatoriedade do fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, além de coletores de urina com conector e sonda vesical de demora, pelos planos privados de assistência à saúde, para uso hospitalar, ambulatorial ou domiciliar. Este trabalho tem como objetivo descrever os insumos fornecidos às pessoas com estomia atendidas em um serviço de referência. O estudo foi realizado no Centro Especializado em Reabilitação e Habilitação do Rio Grande do Norte (CERHRN) e classificado como documental, com coleta de dados a partir de prontuários. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme parecer nº 036267/2022. Os dados coletados foram organizados em planilhas do Microsoft Excel e analisados utilizando o software Statistical Package for Social Sciences (SPSS) 20.0. Foram analisados 98 prontuários de pacientes com idades entre 7 meses e 100 anos, com média de 53,8 anos. A quantidade de equipamentos recebidos mensalmente variou entre 10 e 60, com

média de 13,68 (DP = 9,1%). Dentre os adjuvantes fornecidos, a pasta foi a mais utilizada (75,5%), seguida pelo pó (30,6%), cinto (24,5%), fita adesiva elástica (15,3%) e creme de barreira (12,2%). Em relação ao sistema de continência, nenhum paciente recebeu oclusor ou sistema de irrigação. O pó é utilizado para secar a pele e prevenir dermatites; a pasta, para preencher cavidades e dobras, auxiliando na adesão da placa e diminuindo o descolamento; e o creme de barreira protege a pele contra efluentes intestinais, urina e exsudato. Conclui-se que as pessoas com estomias atendidas no serviço possuem acesso às bolsas coletoras e adjuvantes necessários, conforme estabelece a legislação. Além disso, observou-se que a distribuição de adjuvantes está diretamente relacionada às complicações mais frequentes em pessoas com estomia, demonstrando a busca por minimizar os efeitos dessas condições.

TECNOLOGIA EDUCATIVA DO TIPO CURSO: VAMOS FALAR SOBRE AVALIAÇÃO E REGISTRO DE LESÃO POR PRESSÃO?

Rosana Amora Ascari, Cristiane Baretta, Sandra Maria Cezar Leal

No ambiente hospitalar, as lesões por pressão (LP) adquiridas representam um indicador importante da qualidade e segurança dos cuidados ofertados aos usuários, especialmente no contexto da assistência de enfermagem. Essas lesões são caracterizadas como danos localizados na pele e/ou tecidos subjacentes, geralmente em áreas próximas a proeminências ósseas, embora também possam estar associadas ao uso de dispositivos médicos. Sua ocorrência está relacionada à combinação de pressão e cisalhamento, além de outros fatores que afetam a tolerância tecidual, como microclima, perfusão, comorbidades, estado nutricional e características específicas do tecido. A utilização de tecnologias no cuidado e na educação em saúde tem se destacado como uma ferramenta estratégica para promover o conhecimento de forma individual e coletiva. Nesse contexto, as tecnologias educativas (TE) em saúde surgem com o propósito de atender a necessidades específicas. A enfermagem, em particular, tem se apropriado dessas inovações para qualificar o cuidado, aprimorar a gestão e otimizar os processos de trabalho. Este estudo teve como objetivo apresentar uma tecnologia educacional em formato de curso, voltado à avaliação e ao registro de lesões por pressão. Trata-se de um estudo metodológico desenvolvido em quatro etapas principais: (1) fase exploratória, para identificar os elementos mínimos a serem incluídos no curso; (2) construção da tecnologia, que envolveu a elaboração do conteúdo e sua organização em uma plataforma digital; (3) validação por juízes especialistas; e (4) avaliação pelo público-alvo. A produção está vinculada ao Mestrado Profissional em Enfermagem na Atenção Primária à Saúde. O curso foi estruturado em seis módulos que abordam os seguintes temas: segurança do paciente, anatomia e fisiologia do tecido tegumentar, lesões por pressão, atuação da enfermagem, avaliação de lesões por pressão e registro da avaliação. Durante a fase de validação, 13 juízes especialistas, incluindo estomaterapeutas e enfermeiros dermatológicos de diferentes regiões do Brasil, participaram do processo. O curso alcançou um Índice de Validade de Conteúdo (IVC) de 0,95, demonstrando alta confiabilidade na proposta. Além disso, foi elaborado um infográfico

contendo os principais elementos para a avaliação de LP. Tanto o curso quanto o infográfico foram registrados na Câmara Brasileira do Livro para garantia de direitos autorais e disponibilizados na página do mestrado. A tecnologia validada tem potencial para contribuir significativamente para a redução de dúvidas dos profissionais na avaliação e no registro das lesões por pressão, facilitando o acompanhamento multiprofissional e promovendo maior segurança ao paciente.

CUIDADO FARMACÊUTICO NA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA NA TERCEIRA IDADE

Millena Duarte de Paula, Renan Moraes de Oliveira,
Márcia Helena Duarte de Paula, Fernanda Bueno Morrone

O Ministério da Saúde (2014) destaca que o cuidado farmacêutico envolve tanto o uso racional de medicamentos quanto a educação em saúde. Nesse contexto, a insuficiência cardíaca (IC), segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia (2018), é caracterizada por um conjunto de sinais e sintomas decorrentes da incapacidade do coração de bombear sangue de maneira eficaz para os tecidos do corpo ou de encher-se adequadamente de sangue. Com base nessa perspectiva, esta pesquisa teve como objetivo analisar a evolução do quadro de pacientes idosos com IC que receberam assistência pautada no cuidado farmacêutico. O princípio norteador da investigação é que a adesão dos pacientes à terapia medicamentosa, promovida pela equipe farmacêutica, pode minimizar falhas na administração de medicamentos. A pesquisa foi guiada pela questão: “Quais os impactos do cuidado farmacêutico para a população idosa com insuficiência cardíaca?”, formulada a partir do acrônimo PICOS. Para responder a essa questão, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com coleta de dados entre julho e setembro de 2023. As bases de dados LILACS e MEDLINE foram consultadas por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e do PubMed, utilizando os descritores “Insuficiência Cardíaca,” “Idoso,” e “Cuidado Farmacêutico Baseado em Evidências,” organizados com os operadores booleanos “and” e “or”. Os critérios de inclusão contemplaram artigos completos, gratuitos, publicados entre 2018 e 2023, nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola, e que abordassem o cuidado farmacêutico destinado a idosos com IC. Foram excluídos textos incompletos, editoriais, documentos, cartas ao editor, publicações duplicadas ou que não tratassem diretamente do tema. Na base MEDLINE, foram identificados 1060 artigos, dos quais apenas três atenderam aos critérios de inclusão, todos em inglês. Esses estudos evidenciaram uma melhora na qualidade de vida dos pacientes idosos acompanhados por uma equipe farmacêutica, além de uma evolução significativa no estado de saúde geral. Os achados destacaram que o cuidado farmacêutico contribui diretamente para a redução de riscos associados à farmacoterapia. Por outro lado, foi observado que a baixa adesão dos pacientes à terapia medicamentosa está associada à piora do quadro clínico de IC e ao aumento da frequência de internações hospitalares. Conclui-se que o cuidado farmacêutico desempenha um papel crucial no incentivo à adesão do paciente ao tratamento e na promoção da segurança em relação à terapia medicamentosa. Esse cuidado se mostrou essencial para melhorar a qualidade de vida e o desfecho clínico de idosos com IC, reforçando a relevância do farmacêutico no manejo da doença.

TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE DISTANTE DO IDEAL E OS DETERMINANTES DESSA DIVERGÊNCIA

Júlia Salvagni Nicaretta, Vinicius de Oliveira Lopes

A territorialização em saúde, instituída em 1988 com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), busca dividir o território brasileiro em regiões de saúde, promovendo o vínculo entre profissionais da área e a população, a fim de atender às necessidades específicas de cada comunidade. Contudo, a territorialização não segue o modelo ideal previsto na Constituição, apresentando deficiências em financiamento e reconhecimento territorial, o que compromete a preservação das singularidades dos moradores de cada região. Este trabalho tem como objetivo identificar os principais fatores que, no contexto urbano, tornam a territorialização do sistema de saúde brasileiro distante de atingir o ideal previsto em 1988. O estudo consistiu em uma revisão de literatura, realizada por meio de uma pesquisa exploratória em bases de dados como PubMed, SciELO e LILACS, utilizando o descritor “territorialization in primary health care”, sem aplicação de filtros. No total, foram encontrados 80 artigos, dos quais nove estavam relacionados ao tema proposto e foram incluídos na pesquisa. A análise do material identificou três fatores determinantes para a discrepância entre o modelo ideal e a prática da territorialização. O primeiro fator é a insuficiência financeira, agravada pelo histórico político brasileiro, que prioriza investimentos em outras áreas durante períodos de crise econômica, em detrimento da territorialização da saúde. O segundo diz respeito à divisão territorial, que muitas vezes não favorece os usuários dos serviços, sendo realizada de forma vertical e baseada apenas no contingente populacional, sem considerar as particularidades de cada localidade. O terceiro fator é a dificuldade de mobilidade até as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), especialmente devido à falta de transporte público adequado e à organização geográfica desfavorável, como ladeiras, escadarias e avenidas movimentadas, o que desencoraja principalmente o público idoso a buscar atendimento. Embora a territorialização tenha sido concebida para estreitar os vínculos entre a população e os profissionais das UBSs, ainda está longe de alcançar o modelo ideal previsto na legislação. Sem um comprometimento político com o financiamento adequado, uma divisão territorial participativa e horizontal, envolvendo membros da comunidade, e melhorias na mobilidade urbana, a territorialização do SUS permanece incompleta e distante de cumprir plenamente seu papel.

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tiago de Sousa Cabral, Guilherme Ricardo Pereira Santos, Dayane Alves de Castro, Larissa Lívia Silva Pinto, Israel da Silva Petrónio, Lara Gabriella Nemezio Feitosa de Moura

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma estratégia de cuidado multidisciplinar que busca atender às necessidades individuais e coletivas, desafiando a estrutura tradicional do trabalho em saúde ao promover

maior articulação entre profissionais e compartilhamento de responsabilidades. Este estudo teve como objetivo identificar os principais obstáculos enfrentados na implementação do PTS em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em Garanhun (PE). Sob a orientação do professor do módulo de Integração Ensino-Serviço-Comunidade, estudantes do terceiro período de medicina da Afya Garanhuns analisaram casos complexos apresentados pela UBS. Foi escolhido o caso de um paciente de 50 anos, acamado devido a espondilodiscite e sacroileíte, usuário crônico de morfina, com hipertensão, diabetes mellitus tipo 2, atrofia muscular no braço esquerdo por lesão de plexo braquial, histórico de colecistectomia e Doença Hepática Esquistossomática. A escolha do caso foi orientada por uma Agente Comunitária de Saúde, irmã do paciente. Além disso, a família, residente na zona rural e com dificuldades financeiras, enfrentava outros desafios, como a ausência de laudo médico que impedia o acesso da esposa do paciente à medicação necessária para tratar uma condropatia patelar grau 3. Na construção do PTS, foram elaborados também um Genograma e um Ecomapa para compreender as dinâmicas familiares e sociais. O processo evidenciou que a principal expectativa da família era obter intervenção para uma cirurgia de coluna do paciente, o que gerou frustração ao perceberem que o PTS não visa a resolução imediata de problemas de saúde, mas sim o acolhimento, escuta ativa e identificação de necessidades, demandas e potencialidades. Essa frustração resultou na diminuição da cooperação da família e na recusa de sugestões como inscrição em Programa de Cesta Básica e atendimento psicológico. O estudo destacou que o PTS é uma ferramenta valiosa para o cuidado na Atenção Primária, mas sua implementação enfrenta desafios significativos. A falta de entendimento sobre o propósito do PTS, tanto por parte dos profissionais quanto dos pacientes, pode gerar expectativas equivocadas e frustrações difíceis de mitigar. O sucesso do projeto depende de uma equipe comprometida e capaz de estabelecer uma comunicação clara e eficaz com os pacientes. Outro entrave foi a limitação das interações entre estudantes, equipe de saúde e pacientes, dificultando a formação de vínculos. Após a introdução do PTS, a continuidade do projeto foi delegada à equipe da UBS, que assumiu a responsabilidade pelos encaminhamentos e atendimentos necessários. Este estudo reforça a importância de capacitar os profissionais para o uso do PTS, garantindo alinhamento de expectativas e fortalecendo a comunicação e o vínculo com os pacientes.

SALA DE ESPERA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE HEPATITES VIRAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DURANTE O PROGRAMA MULTICAMPI SAÚDE DA CRIANÇA ALTAMIRA 2023

Evellyn Thiciane da Fonseca Martins

As salas de espera na atenção primária desempenham um papel importante como espaço potencial para a promoção da educação em saúde, pois oferecem um ambiente de troca de conhecimentos entre a comunidade que aguarda atendimento, os profissionais da unidade de saúde e os estudantes envolvidos em ações educativas. Nesse contexto, foi desenvolvida uma atividade de educação em saúde sobre sintomas, prevenção, tratamento e vacinas para Hepatites Virais, em alusão ao “Julho Amarelo”, com o objetivo de informar e orientar os usuários que aguardavam atendimento na unidade de saúde. No dia 20 de julho de

2023, foi realizada uma roda de conversa em uma unidade de atenção primária no município de Altamira, tendo como público-alvo os usuários que estavam aguardando atendimento. A atividade foi elaborada pelos bolsistas do Programa Multicampi Saúde da Criança, um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA), que visa capacitar os discentes como futuros profissionais por meio de práticas acadêmicas. Durante a ação, foram distribuídos materiais informativos sobre hepatites virais, preservativos e laços amarelos alusivos ao “Julho Amarelo”. Além disso, foram coletadas informações dos usuários sobre seus conhecimentos prévios acerca do tema. Como resultados, foi observado que a sala de espera se mostrou um espaço altamente favorável para atividades de educação em saúde, com significativa participação dos usuários, troca de conhecimentos e esclarecimento de dúvidas sobre a temática abordada. A interação durante a ação evidenciou o interesse e a curiosidade dos participantes, o que contribuiu para o sucesso da atividade. Em conclusão, as ações realizadas nas salas de espera constituem importantes momentos de troca de saberes, informações e esclarecimento de dúvidas. Além disso, promovem a ampliação do vínculo entre os profissionais da unidade de saúde e os pacientes, possibilitando um melhor entendimento da realidade da comunidade em relação às hepatites virais e fortalecendo a saúde comunitária.

SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR CONTEMPORÂNEO E ASSÉDIO MORAL

Maíra Brandli Oliveira, Fabiana Pinto Rosa, Juliana Cabreira, Luciana Pereira da Silva, Simone Nascimento Silva, Ariela Cabral Contursi Junges, Amanda Ferreira de Carvalho, Carolina Araujo Londero

A literatura acadêmica revela que as doenças mentais, cada vez mais presentes na vida humana, têm contribuído significativamente para a redução da expectativa de vida da população mundial. A modernidade líquida, com sua instabilidade característica, desestruturou diversas esferas da vida social, como o amor, a cultura e o trabalho, impulsionada por um consumo irracional que se tornou imperativo após a Segunda Guerra Mundial. O modelo capitalista contemporâneo apresenta um cenário preocupante em relação aos recursos humanos no interior das empresas, onde as demandas do mercado frequentemente se sobrepõem às necessidades sociais. Esse novo modelo de gestão, centrado na maximização de lucros e sustentado por uma falsa narrativa de consciência social e ambiental, impõe metas inalcançáveis em um ambiente altamente competitivo. Esse contexto transforma o trabalho em um ambiente tóxico e desequilibrado, com impactos profundos na saúde mental dos trabalhadores, que passam grande parte de suas vidas enfrentando desafios emocionais e interpessoais nesse espaço. Nesse cenário de hostilidade, marcado por tensão constante, falta de comunicação, desvalorização e sentimento de não pertencimento – onde o trabalhador é tratado como mero instrumento de produção –, emerge o fenômeno do assédio moral. Esse fenômeno se caracteriza pela exposição do trabalhador a situações vexatórias e abusivas, de forma repetitiva e prejudicial, com o objetivo de humilhar e constranger. Geralmente presente em relações hierárquicas autoritárias, o assédio moral desestrutura a relação da vítima com o ambiente de trabalho e com a organização como um todo. Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é refletir sobre a importância da saúde mental no trabalho e na vida das pessoas. Trata-se de um estudo teórico-reflexivo baseado em dois

eixos temáticos principais: a precarização laboral e seus impactos na saúde mental do trabalhador e o assédio moral. Observa-se que a saúde mental do trabalhador ainda é um tema relativamente novo nos ambientes laborais, e a legislação caminha de forma tímida nesse campo. São poucos os municípios que possuem regulamentações específicas para lidar com o assédio moral, embora existam projetos em tramitação no Congresso Nacional que visam coibir essas práticas abusivas. Um ambiente de trabalho saudável é capaz de promover maior satisfação, inventividade, renovação e dedicação dos trabalhadores em relação às instituições, fortalecendo vínculos e resultados. Conclui-se que as organizações precisam reconhecer a existência do problema e adotar medidas efetivas para combatê-lo. É urgente promover uma mudança cultural e uma reeducação de valores, incentivando o diálogo constante e permanente, incluindo lideranças nesse processo e responsabilizando-as por criar um ambiente de trabalho mais salutar. Apenas por meio dessas ações será possível minimizar os danos causados por práticas abusivas e construir um espaço laboral mais equilibrado, humano e sustentável.

O APRENDER MEDICINA E OS PARADIGMAS DO PROCESSO FORMATIVO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO CURSAR MEDICINA

Cintia Aparecida Ataíde

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado intitulada *Estudantes de Medicina e a Relação com o Saber: o aprender a ser-médico e os desafios da formação*. Por meio de uma investigação qualitativa ancorada na Teoria da Relação com o Saber de Bernard Charlot, buscou-se compreender os desafios enfrentados pelos estudantes nas diversas etapas do curso de medicina. A pesquisa contou com a participação de estudantes de medicina de dois campi de uma instituição pública federal, que apresentam diferenças na estrutura curricular e nas metodologias de ensino. Apesar dessas distinções, as narrativas dos estudantes de ambos os campi mostraram similaridades, especialmente no que diz respeito aos desafios do aprendizado e da formação médica. O processo de aprender medicina é permeado por complexidades que demandam uma interlocução mais efetiva entre o ensino teórico e a prática em saúde, além da construção de novas abordagens no ensino-aprendizagem. Observa-se que há uma predominância do modelo hospitalocêntrico e organicista em detrimento de saberes transversais, o que evidencia a necessidade de valorização de uma relação dialógica entre instituição, professores e alunos. Ademais, os participantes destacaram a importância de a universidade atentar-se para questões relacionadas à saúde mental e ao autocuidado dos estudantes, considerando a alta prevalência de transtornos mentais, uso abusivo de psicotrópicos e casos de suicídio em cursos de medicina. Esses problemas estão frequentemente associados à sobrecarga acadêmica e às exigências por alta performance. Os estudantes também apontaram que temas sensíveis e complexos são trabalhados de forma incipiente ao longo da formação, o que pode comprometer a saúde mental e o preparo dos futuros médicos. Quanto aos marcos formativos, os participantes enfatizaram a necessidade de incluir conteúdos mais conectados à realidade profissional, além de fomentar uma formação mais humana e inclusiva nos currículos. Essa

perspectiva evidencia a urgência de repensar a cultura de ensino na área médica, de modo a integrar aspectos técnicos e humanísticos, promovendo uma formação mais equilibrada e sustentável.

GESTÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM SÃO PAULO: ENTRE FRAGMENTOS E ARTICULAÇÕES

Ana Cecília Andrade de Moraes Weintraub, Jose Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS) em São Paulo, estruturada a partir dos eixos da Portaria GM/MS nº 3088/2011, compreende aproximadamente 900 serviços, majoritariamente gerenciados por Organizações Sociais por meio de contratos de gestão e convênios com a Secretaria Municipal da Saúde. Esta secretaria está organizada em 27 Supervisões Técnicas, distribuídas entre seis Coordenadorias Regionais de Saúde e integradas pela gestão central. Essa estrutura gera, sob a perspectiva da gestão, uma crescente fragmentação, que se reflete na dificuldade de garantir o cuidado integral. O objetivo deste estudo é analisar os efeitos dessa gestão fragmentada no cuidado em saúde mental na RAPS de São Paulo, utilizando dois exemplos: a atuação das políticas públicas nas chamadas “cenas abertas de uso de drogas” e o acesso aos diferentes pontos de urgência e emergência para situações de crises psicossociais. O método adotado consiste em um relato de experiência na gestão municipal, fundamentado nas reflexões de autores como Nikolas Rose, Rosana Onocko Campos, Christian Dunker e Sandra Caponi. Os resultados indicam que a divisão administrativa dos equipamentos de saúde tem como efeito a criação de critérios cada vez mais específicos e procedimentais, dificultando os cuidados aos casos complexos, como aqueles em cenas abertas de consumo de substâncias ou que exigem atendimentos de urgência. Esses grupos incluem os mais vulneráveis, como pessoas em situação de rua e com múltiplas patologias. Observa-se que os encaminhamentos entre diferentes atores da RAPS são frequentemente mais orientados pela oferta disponível do que pela demanda existente, priorizando questões administrativas em detrimento dos benefícios aos pacientes. Conclui-se que a crescente fragmentação da rede intensifica os desafios para garantir o cuidado integral aos casos graves. Uma possível resposta seria investir em tecnologias leves para articular as redes, como sistemas de informação, espaços de cuidado para as equipes, educação permanente e práticas de trabalho cooperativo, visando fortalecer a integração e melhorar os resultados para os pacientes.

NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER POR FAIXA ETÁRIA EM CRICIÚMA, SANTA CATARINA, DE 2018 A 2022

Ana Carolina Vitória Grasso, Susana Cararo Confortin, Yuri Santos Siqueira, Sabrina Bertolin, Nicole Lovison Bastian, Érica Tassi Frello, Larissa da Silva Dario, Luiza Llantada Coelho, Vanessa Iribarrem Avena Miranda

A violência contra a mulher, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), abrange qualquer ato que comprometa a integridade física, sexual ou moral de uma mulher, seja praticado por parceiro íntimo, familiares ou outros, independentemente de vínculo consanguíneo.

Esse tipo de violência gera graves consequências, como danos físicos que podem levar desde ferimentos até a morte, isolamento social que afasta a vítima de sua rede de apoio e dificulta a busca por ajuda, além do desenvolvimento de transtornos mentais resultantes do trauma. Este estudo tem como objetivo analisar as notificações de violência interpessoal contra a mulher em Criciúma, Santa Catarina, considerando as faixas etárias e o ano de notificação, no período de 2018 a 2022. Trata-se de um estudo secundário, descritivo e retrospectivo, baseado em dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisadas notificações registradas em estabelecimentos de saúde do município, envolvendo mulheres com 18 anos ou mais. Os resultados revelaram que a maior frequência de violência ocorreu entre mulheres de 18 a 29 anos, com exceção de 2022, quando o grupo de 30 a 39 anos apresentou maior proporção. Um dado preocupante refere-se às notificações envolvendo mulheres com 60 anos ou mais, que permaneceram acima de 15% em todos os anos analisados, com um aumento expressivo em 2021. Conclui-se que a violência contra mulheres jovens, especialmente na faixa de 18 a 29 anos, reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à conscientização e orientação desde cedo, a fim de empoderar as mulheres sobre seus direitos e medidas de proteção. Paralelamente, as altas taxas de violência contra mulheres idosas evidenciam a urgência de uma abordagem mais específica, como a criação de uma linha direta de apoio para mulheres na terceira idade, oferecendo um espaço seguro para compartilhar experiências, receber assistência emocional e obter orientações sobre como agir.

VIVÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UM HOSPITAL PÚBLICO

Magali Scheuer, Gabriele Rodrigues Bastilha

As estratégias de educação em saúde buscam disseminar conhecimento sobre temas transversais, fornecendo suporte à equipe multiprofissional para oferecer uma assistência qualificada. Este estudo teve como objetivo relatar a experiência de uma estratégia de educação em saúde desenvolvida para profissionais de um hospital universitário. Trata-se de um estudo transversal e descritivo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (60869822.9.0000.5346), realizado em um hospital de nível terciário vinculado ao Sistema Único de Saúde. Foram convidados 47 profissionais atuantes no turno diurno da unidade de Clínica Cirúrgica, representando as áreas de Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia, Farmácia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social, Técnico em Enfermagem, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. O convite foi feito por cartazes afixados nas salas de enfermagem e de prescrição médica. Foram excluídos profissionais em formação, de outras unidades ou ausentes no turno da capacitação. A coleta de dados ocorreu em duas etapas. Na primeira, realizada presencialmente em uma sala reservada, um questionário de cinco questões de múltipla escolha sobre a via oral de conforto em pacientes com doenças crônicas foi aplicado, com tempo de preenchimento de dez minutos. Em seguida, foi conduzida uma capacitação expositiva de 30 minutos com o auxílio de um banner explicativo, visando minimizar interferências na rotina dos profissionais. Após 20 dias, os participantes receberam

o mesmo questionário de forma online para verificar mudanças nas respostas após a capacitação. Dos 47 convidados, apenas 30 participaram da primeira etapa e, destes, 21 responderam ao questionário na segunda etapa. Entre os participantes, as profissões mais representadas foram Enfermagem (23,81%; n=5) e Fonoaudiologia (14,29%; n=3), seguidas por Farmácia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social, Técnico em Enfermagem e Fisioterapia. A média de idade foi de 31 anos, sendo que 52,38% (n=11) tinham entre um e cinco anos de atuação profissional. Comparando os questionários aplicados antes e depois da capacitação, observou-se uma mudança nas respostas, indicando impacto positivo na compreensão do tema. Conclui-se que, embora a adesão à estratégia tenha sido reduzida, a educação em saúde demonstrou ser uma ferramenta eficaz. Sugere-se, no entanto, que as ações de capacitação sejam ajustadas à realidade dos serviços e integradas a programas permanentes e contínuos de qualificação, com o objetivo de aprimorar o cuidado integral e interdisciplinar prestado pelos profissionais de saúde.

EDITORA FUNESA: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA EM EDITORIA CIENTÍFICA EM UMA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

Paloma Sant' Anna de Oliveira Mendonça, Dagna Patricia de Souza Rodrigues Reis,
Fernanda dos Santos Trindade

No campo da Saúde Pública, a disponibilização de informações de alta qualidade é essencial para atingir as metas e prioridades estabelecidas. O acesso à informação, particularmente por gestores e profissionais da saúde, é fundamental para implementar ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, demandando conteúdos precisos, adequadamente formatados e disponibilizados com agilidade. Nesse contexto, a Política Editorial do Ministério da Saúde representa um marco na organização e circulação do conhecimento em saúde, promovendo o diálogo e a colaboração entre diferentes setores. Com a rápida evolução tecnológica e a diversidade de recursos de comunicação, a política abrange uma ampla variedade de produtos em formatos impressos, eletrônicos e audiovisuais, com o objetivo de aprimorar a pesquisa, a produção, o armazenamento e o acesso a informações de interesse público em saúde. A produção editorial desempenha um papel estratégico para a gestão federal do SUS, fornecendo suporte essencial para suas funções institucionais e atividades prioritárias. Nesse cenário, a criação da Editora Funesa busca fortalecer a Reforma Sanitária e Gerencial do SUS em Sergipe, alinhando-se à Política Editorial do Ministério da Saúde. A iniciativa visa garantir o acesso democrático à informação e promover a preservação e disseminação do conhecimento em saúde. A Funesa, como Centro Cooperante do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, desempenha um papel central na coleta, análise, processamento e disponibilização de materiais didáticos de diversas instituições na Plataforma da BVS, em parceria com a Escola de Saúde Pública de Sergipe (ESP/SE). Os materiais publicados pela Editora incluem periódicos, monografias, trabalhos acadêmicos, manuais, guias, teses, dissertações, relatórios técnico-científicos, estatísticas, materiais educativos, filmes, vídeos e registros sonoros não musicais. Esses conteúdos passam por tratamento técnico, sendo catalogados e indexados com o uso de descritores de saúde, em colaboração

com a Biblioteca da Funesa. O trabalho da Editora Funesa, portanto, evidencia seu papel inovador na qualificação dos processos educativos em saúde no Estado de Sergipe. Em alinhamento com os princípios do SUS, a editora contribui para a produção e análise de materiais didáticos voltados às necessidades específicas de formação em cursos e capacitações realizadas pela Funesa e pela SES. Além disso, organiza protocolos, documentos técnicos e projetos editoriais e pedagógicos no âmbito da Educação Permanente em Saúde, reforçando seu compromisso com a melhoria contínua da formação e capacitação em saúde.

A QUALIFICAÇÃO DO CUIDADO NA REDE ESPECIALIZADA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE COM A INCORPORAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Roberta Viegas Magalhães, Lívia Rocha Queiroz Fagundes, Gabriela de Sales Castro, Christina Silva, Artur Oliveira Mendes, Jayne Esteves, Mônica Garcia Pontes, Alzira de Oliveira Jorge

Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), poucos avanços foram observados na atenção secundária em saúde, que ainda é amplamente baseada em um modelo médico-centrado e prescritivo. Neste contexto, este relato de experiência busca apresentar a atuação de uma equipe multidisciplinar como estratégia de gestão para qualificação do cuidado na rede especializada do município de Belo Horizonte. O objetivo é analisar como a mudança no modelo de atenção secundária, com a incorporação de equipes multidisciplinares, pode promover maior qualificação e resultados mais satisfatórios no cuidado aos cidadãos. O trabalho teve início em junho de 2023, com a implementação do Projeto Linhas de Cuidado, conduzido pela Secretaria de Estado de Minas Gerais. Com apoio financeiro do Estado pactuado em Comissão Bipartite (CIB), o projeto permitiu a inclusão de três categorias profissionais — nutricionista, assistente social e psicólogo — nos equipamentos de saúde da rede especializada, que anteriormente contavam apenas com consultas de médicos especialistas. Inicialmente, foram realizadas reuniões simultâneas com os profissionais da unidade para organizar o processo de trabalho. Nessas reuniões, cada profissional apresentou suas competências, buscando garantir um encaminhamento responsável por parte dos especialistas para a equipe multidisciplinar. No início, os médicos demonstraram resistência e levantaram questionamentos quanto ao papel da equipe multidisciplinar. No entanto, após uma sensibilização conduzida pelo gestor da unidade, começaram a realizar encaminhamentos, evidenciando a integração das equipes. A atuação da equipe multidisciplinar complementou as consultas médicas, resultando em melhorias na propedêutica e no tratamento dos usuários. Casos complexos, como pacientes com doenças crônicas, tiveram resultados positivos, incluindo maior adesão ao autocuidado, acesso a benefícios sociais e fortalecimento de vínculos familiares. Para ampliar a visão social dos profissionais, foram desenvolvidos dois materiais: um impresso, descrevendo os benefícios sociais disponíveis aos cidadãos, e um mapa regional com áreas de maior vulnerabilidade em saúde destacadas por cores, orientando os encaminhamentos para

o serviço social. Conclui-se que a eficiência no cuidado na rede especializada exige uma mudança imediata no modelo de atenção, desmobilizando o atendimento médico-centrado predominante. A inclusão de equipes multidisciplinares mostrou ser uma estratégia essencial para qualificar o cuidado, assegurar os princípios do SUS e garantir a integralidade no atendimento, promovendo ações de suporte que fortalecem a coordenação do cuidado na Atenção Primária à Saúde (APS).

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE ATENDIMENTO DE PACIENTES EM UMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laura Höpner Pierozan, João Gustavo Turmina, Elisson Júnior Hack, Sandra Mara Setti, Thaís Scalco

Este trabalho tem como objetivo promover e dar visibilidade a uma ferramenta utilizada em uma Estratégia Saúde da Família (ESF) no norte do Rio Grande do Sul: uma pesquisa de satisfação que avalia a experiência do(a) paciente durante sua passagem pela unidade. A proposta proporciona um espaço anônimo para avaliação da qualidade dos serviços prestados, configurando-se como uma estratégia de cuidado em saúde que valoriza o protagonismo e a participação popular. A ferramenta consiste em um questionário que avalia seis áreas: atendimento do profissional de saúde, infraestrutura, qualidade do serviço prestado, limpeza, tempo de espera e cordialidade da equipe. A análise é realizada por meio de uma escala de cinco níveis, representados por ícones visuais (do rosto verde e feliz, nota 5, ao rosto vermelho e triste, nota 1), facilitando o preenchimento por pessoas de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Há também um espaço para comentários anônimos, permitindo que os(as) pacientes expressem opiniões sobre questões não contempladas nas áreas avaliadas. Entre março e abril de 2024, foram analisados 31 questionários, com uma avaliação geral satisfatória dos indicadores (média 4,58). Os aspectos mais bem avaliados foram a cordialidade da equipe (4,76) e o atendimento dos profissionais de saúde (4,68). Por outro lado, os indicadores com menores notas foram infraestrutura (4,44) e tempo de espera (4,34). Nos comentários anônimos, destacaram-se críticas quanto à limitada oferta de atendimentos médicos e odontológicos diários e ao tempo de espera, bem como elogios à equipe pela qualidade no atendimento. Os dados obtidos são discutidos semanalmente em reuniões de equipe, com o objetivo de identificar demandas da comunidade e propor ações dentro das competências da ESF para melhorar os processos de cuidado. Questões que excedem a capacidade de resolução local são encaminhadas ao Conselho Local de Saúde, que se reúne mensalmente com representantes da comunidade. Esse processo permite discutir possibilidades de melhoria e encaminhar as demandas às entidades responsáveis. A pesquisa de satisfação, portanto, se consolida como uma ferramenta essencial para planejar e gerir a saúde de forma integrada, garantindo a participação popular e o protagonismo da comunidade em todas as etapas do processo, desde a avaliação e análise até a implementação de ações em nível local, municipal e estadual.

VALORIZANDO O SABER REGIONALIZADO NA SAÚDE PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENSINO-TRABALHO DA ESPBA

Adriana Brendler Romano de Oliveira, Rita de Cássia de Sousa Nascimento,
Tais de Araújo Magnavita Carneiro

O Curso de Especialização em Saúde Pública (CESP) é uma oferta permanente e regionalizada de qualificação de profissionais de saúde para o SUS na Bahia, desenvolvido pela Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA). Atualmente em sua quinta turma, o curso tem contribuído significativamente para transformar a realidade dos serviços de saúde em diversos municípios do estado, por meio de Projetos de Intervenção (PI). Esses projetos encorajam os trabalhadores a refletirem sobre seus processos de trabalho e a utilizarem os dados produzidos nas unidades como ferramentas para melhorias, fortalecendo a Rede de Atenção à Saúde. A operacionalização dos componentes curriculares do CESP segue uma dinâmica de ação-reflexão-ação, promovendo a dispersão dos discentes para seus locais de atuação. Isso possibilita a realização das atividades do curso no próprio ambiente de trabalho, fundamentando-se em uma prática pedagógica baseada na problematização, por meio de metodologias ativas. Essa abordagem, aliada ao perfil dos discentes – majoritariamente trabalhadores da saúde –, favorece a integração ensino-trabalho, objetivo central da educação permanente em saúde. O curso, ministrado na modalidade presencial, utiliza recursos pedagógicos e tecnologias de informação e comunicação, com uma estrutura curricular organizada em módulos. Esses módulos incluem Momentos de Interação Pedagógica (MIP), Momentos de Interação no Trabalho (MIT) e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na forma de um Projeto de Intervenção. Os MIP, com enfoque teórico, são realizados no auditório da ESPBA e transmitidos simultaneamente para núcleos regionais em toda a Bahia, acompanhados por mediadores de aprendizagem (MA). Já os MIT se concentram em atividades práticas e avaliativas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), também supervisionadas pelos MA. O Projeto de Intervenção é considerado uma ferramenta central para induzir mudanças nas práticas de trabalho dos discentes. Contudo, a Coordenação Pedagógica (CP) e a docente de Metodologia do Trabalho Científico (MTC) identificaram dificuldades em 42% dos 150 discentes matriculados no CESP para desenvolver o PI, especialmente quando fundamentado no planejamento estratégico situacional. Para abordar essas dificuldades, o módulo de MTC é conduzido de forma transversal ao longo do curso, permitindo que os discentes desenvolvam o PI progressivamente, participem de bancas de qualificação e concluam suas etapas de maneira satisfatória na prática dos serviços. Além disso, são realizadas oficinas de alinhamento para orientar os docentes sobre estratégias de construção do PI, promovendo acompanhamento individualizado e ajustes pedagógicos. Essa experiência tem permitido à CP, docentes, mediadores e orientadores aprimorar continuamente o curso, resultando em um processo de ensino-aprendizagem diferenciado e acolhedor, com impacto direto na transformação das realidades dos serviços de saúde em que os discentes atuam.

DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE RELACIONADOS À SÍFILIS NA GESTAÇÃO

Aghata Sozinho da Costa, Adrielly de Paula Gonçalves Cordeiro, Jennify Nazaré Alves da Silva, Stefanie Barbosa da Silva, Samantha Pereira Caldas

A sífilis, uma infecção sexualmente transmissível causada pelo *Treponema pallidum*, é caracterizada por lesões cutâneas e pode ser transmitida verticalmente durante a gestação ou no parto. A transmissão durante a gestação pode causar prematuridade, deformidades, lesões neurológicas e até a morte do recém-nascido. Já a transmissão durante o parto vaginal, caso a mãe apresente lesões sífilíticas, pode levar ao desenvolvimento de sífilis congênita no recém-nascido. Segundo os Determinantes Sociais de Saúde de Solar e Irwin, fatores estruturais, como posições socioeconômicas, influenciam diretamente a vulnerabilidade e as condições de saúde. No Pará, em 2017, a incidência de sífilis congênita foi de 5,8 casos por 1.000 nascidos vivos, destacando a necessidade de mapear os fatores epidemiológicos associados à sífilis gestacional. Este estudo tem como objetivo relacionar a sífilis gestacional aos Determinantes Sociais de Saúde. Trata-se de um estudo ecológico descritivo realizado no município de Belém (PA), utilizando dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisados dados de 2016 e 2017, incluindo faixa etária, nível de escolaridade e cor/raça, com base no modelo de Solar e Irwin sobre determinantes sociais de saúde. Em 2016, foram confirmados 266 casos de sífilis em gestantes no município de Belém, número que reduziu para 229 em 2017. A faixa etária predominante foi de 20 a 29 anos. Quanto à escolaridade, em 2016, apenas 15% das gestantes possuíam ensino médio completo, número que aumentou para 32,3% em 2017. Em relação à cor/raça, 80% dos casos registrados em 2016 foram em gestantes pardas, percentual que caiu para 75% em 2017. Os resultados sugerem que determinantes estruturais de iniquidades sociais, como baixa escolaridade e desigualdades em políticas públicas de educação, saúde e segurança social, contribuem para a prevalência da sífilis em gestantes. Além disso, fatores intermediários, como renda e condições de vida, também desempenham papel relevante. Segundo o Censo de 2010, em Belém, das 1.385.194 pessoas com baixa renda, 899.129 eram pardas, indicando uma relação entre cor/raça, renda e acesso a serviços de saúde. Conclui-se que a investigação dos determinantes sociais de saúde é fundamental para compreender as causas associadas à sífilis em gestantes, permitindo traçar um perfil epidemiológico e sociodemográfico. Essa análise pode subsidiar a elaboração de novos planos de saúde voltados para o combate à infecção, com estratégias baseadas em educação, informação e ampliação do acesso aos serviços de saúde, promovendo a redução das desigualdades e o fortalecimento do cuidado às gestantes.

REDES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: NOTA PRÉVIA

Isabel Cristina dos Santos Colomé, Cristina Zini Kaiper, Neila Santini de Souza

A intervenção junto a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma responsabilidade de saúde pública, dado o reconhecimento dessa população como vulnerável e com deficiência, conforme estabelecido pela Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/12). Este trabalho apresenta uma nota prévia do projeto de mestrado acadêmico intitulado “*Redes de Saúde e Educação para inclusão de crianças com autismo*”, submetido ao Programa de Pós-graduação em Saúde e Ruralidade (PPGSR) da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Palmeira das Missões (UFSM/PM). Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da American Psychiatric Association, o TEA é classificado como um Transtorno do Neurodesenvolvimento, abrangendo condições que surgem no início do desenvolvimento infantil e impactam no funcionamento pessoal, social, acadêmico e/ou profissional. Destaca-se a relevância do cuidado em rede por profissionais de saúde e educação no apoio às famílias, desde o diagnóstico até o acompanhamento contínuo no desenvolvimento da criança. Nesse sentido, o estudo propõe investigar como ocorre a inclusão de crianças com TEA nos serviços de saúde (Unidades Básicas de Saúde – UBS) e educação (escolas) para a detecção precoce de alterações no desenvolvimento infantil, considerando o papel da equipe multiprofissional. O objetivo geral do estudo é analisar como ocorre a inclusão de crianças com TEA nas redes de saúde e educação em contextos rurais e urbanos. Especificamente, busca identificar o funcionamento dessas redes de atendimento nesses diferentes cenários. O trabalho adota uma abordagem qualitativa, com a participação de profissionais das redes públicas de saúde e educação que atuam em áreas rurais e urbanas no atendimento a crianças com TEA. A coleta de dados será realizada em encontros grupais utilizando a metodologia do Arco de Maguerez, que envolve cinco etapas: observação da realidade, identificação de pontos-chave, teorização, formulação de hipóteses de solução e aplicação na realidade. A análise dos dados seguirá a proposta de Minayo (2014), contemplando as etapas de ordenação, classificação, análise propriamente dita e teorização. Espera-se, com o desenvolvimento desta pesquisa, compreender a realidade dos contextos urbano e rural em relação ao acesso, vulnerabilidades e potencialidades existentes no cuidado em rede para crianças com TEA. Conclui-se que o estudo tem potencial para contribuir significativamente na criação ou fortalecimento de uma rede intersetorial, de perspectiva multiprofissional, que otimize os atendimentos e fortaleça políticas públicas de saúde e educação. Essas políticas devem ser efetivas e ágeis, atendendo às necessidades das crianças com TEA e suas famílias em contextos rurais e urbanos.

OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA COMO UMA FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E ACOMPANHAMENTO DE AGRAVOS

Adrielly de Paula Gonçalves Cordeiro, Aghata Sozinho da Costa,
Jennify Nazaré Alves da Silva, Stefanie Barbosa da Silva, Samantha Pereira Caldas

Os grupos constituem-se como uma ferramenta alternativa de assistência à saúde que auxilia os profissionais na Atenção Primária à Saúde (APS), permitindo a implementação de ações de educação interativa entre profissionais, população e sociedade sobre o processo saúde-doença. Esses grupos estimulam a transformação de atitudes e habilidades para o autocuidado, promovendo a melhoria da qualidade de vida e da saúde comunitária. A atuação do enfermeiro, nesse contexto, deve abranger os fatores biológicos, psicológicos, espirituais e sociais envolvidos na promoção, prevenção, manutenção e recuperação da saúde. Este estudo buscou compreender a importância dos grupos de convivência como ferramenta de educação em saúde e acompanhamento de agravos. Trata-se de uma revisão narrativa, caracterizada por abordar um tema amplo a partir da percepção subjetiva do autor. A pesquisa foi guiada pela seguinte pergunta: Qual a relevância do grupo de convivência como ferramenta de educação em saúde e acompanhamento de agravos na APS? As bases de dados utilizadas foram Google Acadêmico, Scielo, LILACS e BDENF. Os critérios de inclusão abrangeram textos completos, artigos que respondessem à pergunta de pesquisa, publicados entre 2003 e 2023, em português. Os resultados indicam que os grupos são uma estratégia eficaz para a promoção da saúde, pois incentivam a socialização e a criação de vínculos entre profissionais e indivíduos. Isso permite aos profissionais uma compreensão mais ampla sobre a saúde local e uma melhor eficácia no acompanhamento da comunidade. Os grupos possibilitam intervenções mais direcionadas e promovem a independência da população na gestão de sua própria saúde. Uma característica fundamental dos grupos de convivência é sua finalidade, que determina o problema a ser abordado e as ações a serem realizadas. Essa definição é indispensável para a educação em saúde, pois direciona o profissional às prioridades daquela população. O enfermeiro, em especial, beneficia-se dos grupos como espaço para ações educativas, que são um dos principais eixos de sua prática. Os grupos permitem monitorar, criar vínculos e promover educação em saúde, auxiliando na investigação, prevenção e tratamento de agravos. Conclui-se que os grupos de convivência são ferramentas de grande relevância tanto para os profissionais quanto para os indivíduos que deles participam. A construção de vínculos facilita a educação em saúde, permitindo ao profissional investigar a situação da comunidade e contribuir de forma específica para o autocuidado, a autonomia e a autoestima dos participantes. Além disso, esses grupos possibilitam o monitoramento de agravos que afetam a população, permitindo intervenções que interferem positivamente no processo saúde-doença e ajudam a evitar o aumento de casos.

A RELEVÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE FARMACÊUTICOS GENERALISTAS DE UMA FACULDADE PRIVADA DE MACAPÁ

Geise Maria Brito silveira, Elizandra Bianca Cruz de Azevedo, Rayra de Oliveira Maciel Nascimento, Athina Rafaela Prado da Silva, Ulysses Jheisson Bruno Pinheiro, Danielle Brasil de Oliveira, Karolinne Vilhena de Sousa, Díuliana dos Santos Mendes

Considerando o perfil epidemiológico nacional e regional, a formação de farmacêuticos no Brasil deve atender às necessidades de reconhecer e intervir no processo saúde-doença do indivíduo, da família e da comunidade. Nesse contexto, as atividades extensionistas, em conjunto com ensino e pesquisa, desempenham um papel fundamental na construção e articulação de ideias, além de fomentar o envolvimento da sociedade com a instituição de ensino. Essas atividades promovem a troca de saberes acadêmicos e populares, fortalecendo os laços entre o ambiente universitário e a comunidade. O objetivo deste estudo foi apresentar a relevância dos projetos de extensão universitária na formação de farmacêuticos e na integração entre o meio acadêmico e a comunidade. Trata-se de um relato de experiência baseado na vivência de alunos do curso de graduação em farmácia da faculdade Anhanguera Macapá, que participaram de atividades extensionistas durante o terceiro semestre. O projeto culminou em uma ação social intitulada “Ação Mais Saúde Farmácia”, que ofereceu valiosas oportunidades de aprendizado prático. Essa iniciativa aproximou os estudantes da comunidade, possibilitando o desenvolvimento de conceitos técnicos e científicos, além de estimular pesquisas e a produção de conhecimento na área farmacêutica. Por meio da extensão, os estudantes ultrapassaram os limites da universidade, enfrentando novos desafios e oferecendo serviços como glicemia capilar, verificação de pressão arterial e orientação farmacêutica ao público-alvo do projeto. Essa interação significativa promoveu a integração entre academia e sociedade, permitindo aos alunos vivenciar na prática os conteúdos aprendidos, ao mesmo tempo em que contribuíram para a melhoria da saúde da comunidade. O projeto de extensão consolidou-se como um espaço de reflexão crítica sobre a prática, promovendo uma troca enriquecedora de conhecimentos entre estudantes e comunidade, e fortalecendo a integração entre ensino e pesquisa como geradoras de novos saberes. Esta experiência evidenciou que os projetos de extensão têm o potencial de aprimorar a formação de futuros farmacêuticos, estimulando reflexões sobre as vivências práticas e consolidando a aprendizagem teórica por meio de atividades voltadas à realidade comunitária.

MONITOR CARIOCA DAS VIOLÊNCIAS: FERRAMENTA INOVADORA NA GESTÃO DO CUIDADO EM SAÚDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Marcia Soares Vieira, Jurema Boscardin, Claudia Meneses da Silva

Este trabalho apresenta a ferramenta “Monitor Carioca das Violências” e sua relação com o monitoramento e acompanhamento dos casos de violência notificados na rede pública e privada de

saúde do Rio de Janeiro, por meio da ficha SINAN de violência. O objetivo do Monitor é padronizar os registros de acompanhamento de situações de violência interpessoal e autoprovocada pela Atenção Primária à Saúde (APS), permitindo seu monitoramento pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), por meio da Superintendência de Promoção da Saúde (SPS) e área técnica de violências, além das Coordenações em Saúde das 10 Áreas de Planejamento (CAP) e unidades de saúde. Inicialmente, priorizou-se o monitoramento de casos de violência sexual em crianças e adolescentes, com posterior expansão para todos os tipos de violência e ciclos de vida. A ferramenta busca a apropriação pelas equipes de saúde em seus processos de trabalho e a sensibilização para a importância do registro no sistema. Dada a complexidade e o sigilo exigidos, o acesso ao Monitor é restrito, dependendo de autorização da SPS e da indicação de profissionais pelos gestores das unidades de saúde e CAP, representados pelo Grupo Articulador Regional, responsável pela temática nos territórios. O sistema fornece informações cruciais sobre os riscos de exposição, o panorama epidemiológico das violências em cada território e as lacunas no acompanhamento dos casos. Essas informações incentivam a articulação dos serviços, ações de matriciamento e reflexão sobre as práticas de cuidado realizadas. A ferramenta permite identificar notificações ainda não acompanhadas, casos de usuários não localizados no território ou residentes em outros municípios, bem como o status do acompanhamento pela APS. A APS, enquanto porta de entrada para um cuidado integral e longitudinal, é frequentemente o ponto de identificação de situações de vulnerabilidade atravessadas por violências nos diferentes ciclos de vida e territórios. Nesse contexto, tornou-se fundamental compreender os tipos de violência acompanhados pelas unidades de saúde e elaborar estratégias para atender às situações identificadas e notificadas. O Monitor Carioca das Violências contribui para evidenciar os limites e possibilidades do cuidado, incentivando profissionais e gestores a analisarem os registros de forma reflexiva e propositiva, promovendo a construção de estratégias de intervenção que aprimorem a qualidade e completude do cuidado. A ferramenta destaca ainda a importância de um trabalho em rede e intersetorial, fortalecendo a rede de atenção à saúde para o enfrentamento das violências. Essa abordagem inclui a construção de protocolos, fluxos de atenção e estratégias de prevenção, promoção, combate e assistência. Por fim, o Monitor tem possibilitado a elaboração de um panorama sobre o acompanhamento das violências na cidade do Rio de Janeiro, apontando os desafios das políticas públicas no enfrentamento desse problema e na construção de uma atenção à saúde mais efetiva e humanizada.

VIVÊNCIAS INTERGERACIONAIS: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA EM UM CURSO SOBRE ARTE E CULTURA PARA PESSOAS IDOSAS

Walter Ferreira de Oliveira, Sofia Romanenko Halfpap, Victor Erides Pacheco Coelho

A formação de profissionais da saúde ainda é predominantemente baseada em métodos de ensino convencionais, com ênfase no conteúdo e na técnica. Contudo, a crescente demanda por uma formação crítica e fundamentada em metodologias ativas aponta para a necessidade de uma abordagem que

integre conhecimentos à vida cotidiana. Nesse contexto, ações de extensão direcionadas à comunidade emergem como estratégias valiosas para aprimorar a formação profissional. Este trabalho compartilha a experiência de estudantes de psicologia, que atuaram como assistentes pedagógicos em um curso de extensão voltado para pessoas idosas. O curso de extensão “Arte, cultura e promoção de saúde para pessoas de 50 anos e +”, oferecido pelo Núcleo de Humanização, Arte e Saúde (Nuhas), é ministrado desde 2022 em colaboração com a Universidade Aberta para Pessoas Idosas (NETI-UNAPI) da Universidade Federal de Santa Catarina. Com duração de um semestre letivo, o curso retomou suas atividades presenciais após a pandemia de Covid-19, proporcionando aos participantes conhecimentos e práticas artístico-culturais, instrumentalizando-os para a promoção da saúde e do bem-estar, além de fomentar interações intergeracionais. Conduzidas por um coordenador-professor e dois estudantes bolsistas do curso de graduação em psicologia, as atividades incluem aulas expositivas, rodas de conversa, encontros dialógicos, dinâmicas, observação de materiais artísticos, vivências intergeracionais e atividades em grupo. Os bolsistas, além de auxiliar na assistência pedagógica, também ministram ao menos uma aula, enriquecendo sua formação prática. Temas como literatura, cinema, pintura, teatro, arquitetura, gastronomia e outras expressões artísticas catalisam discussões e atividades ao longo do curso. Os estudantes bolsistas destacam que a participação no curso contribui para a compreensão mais ampla do trabalho do profissional da saúde, alinhado aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A vivência no projeto favorece o desenvolvimento de um perfil humanista, crítico e reflexivo, conforme orientam as reformas curriculares. Relatam ainda ganhos significativos em escuta ativa, habilidades de comunicação, liderança e manejo de conflitos, consolidando o conhecimento teórico e aperfeiçoando competências técnicas. Além disso, consideram-se mais preparados para enfrentar desafios em suas trajetórias pessoais e profissionais. A intergeracionalidade é um dos aspectos mais enriquecedores do curso, proporcionando trocas de experiências entre estudantes com idades entre 20 e 25 anos e participantes na faixa dos 50 aos 80 anos. Essas interações fomentam aprendizados bilaterais, despertam a curiosidade e promovem a formação de vínculos significativos. Os benefícios intergeracionais incluem melhorias nos âmbitos cognitivo, social e afetivo, além de ganhos culturais e psicossociais para ambas as partes. Por fim, o contato com pessoas idosas e a participação ativa em projetos de extensão universitária evidenciam o impacto positivo dessas iniciativas na evolução pessoal e profissional dos estudantes. Além de fortalecer habilidades técnicas e humanas, essas experiências contribuem para a promoção da saúde e para a construção de uma prática mais empática e integrada.

PASTORAL DA CRIANÇA E UBS EMILE TÁSSIA: UMA PARCERIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE EM MANICORÉ

Naima Auxiliadora Benlolo Barbosa, Vanessa Colares Magalhães Alves, Lívia de Carvalho Cuadal, Raimunda Hilda Pereira da Silva, Pauliane de Fatima dos Reis Barbosa, Maria Adriana Moreira, Keillyana Soares de Lima, Roselinda Batista Rosas, Carlos Italo Nogueira Campos

A Pastoral da Criança é uma iniciativa voluntária de líderes comunitários capacitados para acompanhar gestantes e crianças de zero a seis anos, promovendo saúde e criando uma cultura

de paz por meio de ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania. A Unidade Básica de Saúde (UBS) Emile Tássia desempenha um papel fundamental nessa integração, contribuindo para a prevenção e promoção da saúde de crianças, mães e gestantes cadastrados na Pastoral. As ações realizadas envolvem a equipe multiprofissional da Estratégia Saúde da Família (ESF), que atua de forma colaborativa para alcançar os objetivos propostos. Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência das equipes da ESF durante as ações de promoção e prevenção realizadas pela Pastoral da Criança na área de abrangência da UBS Emile Tássia. No território coberto pela UBS, foi identificada uma população em situação de vulnerabilidade social, evidenciando a necessidade de melhorar a assistência à saúde dessa comunidade. Essa necessidade foi destacada em um trabalho da Secretaria de Saúde de Manicoré, que incluiu reuniões com a responsável pela Pastoral da Igreja Santo Antônio para avaliar a situação da Pastoral, considerando o número de crianças e gestantes cadastrados. Após diversas reuniões de alinhamento e planejamento, foram definidas as atividades a serem realizadas pela equipe multiprofissional da UBS em colaboração com a Pastoral. Entre as ações desenvolvidas, destacaram-se o “semáforo do toque” – uma dinâmica educativa com filme instrutivo sobre o tema, conduzida pelo psicólogo da equipe –, palestras sobre saúde bucal ministradas pela dentista, atividades sobre alimentação saudável promovidas pelo nutricionista, administração de vitamina A, vacinação e brincadeiras recreativas realizadas pelo educador físico. Além disso, foi oferecido um lanche ao final de cada atividade, promovendo momentos de convivência e integração. Mensalmente, essas ações envolvem cerca de 24 crianças e seus responsáveis. No decorrer das atividades, observou-se a criação de vínculos entre os participantes, a equipe de saúde e a Pastoral, fortalecendo um ambiente de confiança e colaboração. Essa relação próxima possibilitou uma melhor compreensão das necessidades da comunidade e o fortalecimento do vínculo entre a UBS, a Pastoral e os usuários. Pretende-se continuar e ampliar essas ações mensais, explorando diferentes estratégias de promoção e prevenção da saúde, sempre com o apoio da equipe multiprofissional da UBS. Essa experiência tem demonstrado o impacto positivo da integração entre saúde, comunidade e assistência voluntária, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população atendida.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS EM CASA LAR NA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS: NOTA PRÉVIA

Douglas Henrique Stein, Andressa da Silveira, Fernanda Beheregaray Cabral, Juliana Traczinski

O acolhimento institucional é uma estratégia de proteção para crianças e adolescentes em situações de orfandade, abandono ou cujas famílias não conseguem garantir os cuidados necessários, conforme o Art. 4º da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). Embora seja uma medida extrema, a institucionalização é essencial para assegurar os direitos e o bem-estar dessas crianças e adolescentes, considerados hipossuficientes e vulneráveis. Por não estarem aptos a garantir seus direitos de forma autônoma, cabe à família, à sociedade e ao Estado

assegurar a proteção integral prevista no ECA. Nesse contexto, a Casa Lar desempenha um papel crucial, oferecendo um ambiente seguro, de apoio, e suprimindo as necessidades básicas dessas crianças e adolescentes. Os profissionais cuidadores têm um papel fundamental, sendo responsáveis por atenção, suporte e preparo para a inserção social. Este estudo tem como objetivo identificar as potencialidades e fragilidades dos profissionais da saúde que atuam no acolhimento de crianças e adolescentes institucionalizados em uma Casa Lar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório, a ser realizada em uma Casa Lar localizada na cidade de Santa Maria (RS). A pesquisa envolverá profissionais que atuam na instituição há, no mínimo, seis meses. A produção de dados será realizada por meio de caracterização e entrevistas semiestruturadas, com os dados posteriormente transcritos e analisados por meio da análise temática. Com a realização deste estudo, espera-se identificar fragilidades e potencialidades dos profissionais no acolhimento institucional. Os resultados almejam contribuir para o desenvolvimento de estratégias de capacitação, suporte e intervenção para esses profissionais, fortalecendo sua atuação no acolhimento. Além disso, pretende-se que a pesquisa sirva como ponto de partida para futuros estudos e iniciativas voltadas ao aprimoramento das habilidades e à superação das limitações enfrentadas no acolhimento institucional.

ABORDAGEM SEMIOLÓGICA SOB A ÓTICA DA MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE EM OFICINA PARA ACADÊMICOS INGRESSANTES NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Clara da Silva Maia, Ketlin Angelin, Giulia Marques Vidor, Ana Isabela Alves do Vale, Yasmin Gabriela Peixoto, Carine Elizabeth de Oliveira, Tais Felipe da Silva

A Semiologia é a área de estudo dedicada aos sinais e sintomas característicos de condições e patologias, bem como às técnicas de identificação e interpretação desses sinais. Composta por dois pilares principais, a Anamnese – que envolve a história clínica trazida pelo paciente – e o Exame Físico – baseado nos fatores observáveis durante a consulta –, a Semiologia constitui a base da prática clínica, permitindo a formulação de diagnósticos e a oferta de tratamentos. Além disso, desempenha um papel essencial na construção da relação médico-paciente, promovendo uma comunicação eficiente e uma compreensão do paciente como indivíduo biopsicossocial, aspecto indispensável para a prática da Medicina de Família e Comunidade. Reconhecendo a relevância de uma abordagem holística desde os primeiros passos na formação médica, a Liga Acadêmica de Saúde da Família da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo (LASF UFFS/PF), realiza semestralmente a “Oficina de Semiologia aos Calouros”. Essa iniciativa busca introduzir os ingressantes à Semiologia Pediátrica, do Aparelho Respiratório, à aferição de Pressão Arterial e à realização da Ausculta Cardíaca, destacando a importância de uma abordagem integrada no cuidado ao paciente. A oficina acontece no Laboratório de Habilidades da UFFS/PF, utilizando materiais adequados para a prática. Com uma média de quarenta participantes por edição, os calouros são divididos em quatro grupos menores, assistem

a apresentações teóricas e têm a oportunidade de realizar práticas supervisionadas em colegas ou em manequins, dependendo dos riscos envolvidos. A atividade desperta grande interesse entre os estudantes, especialmente pelo contato precoce com conhecimentos práticos, algo raro nas fases iniciais do curso. Para avaliar a satisfação dos participantes, foi aplicado um questionário com perguntas sobre o aproveitamento geral (nota de 1 a 10), avaliação dos conhecimentos transmitidos (nota de 1 a 10), a probabilidade de recomendar a oficina a outros calouros (nota de 1 a 10) e um espaço para comentários e sugestões. Os resultados foram amplamente positivos: 100% das respostas atribuíram notas entre 9 e 10 nos três critérios avaliados. Além disso, os comentários demonstraram entusiasmo e reforçaram a importância da oficina como uma ferramenta para incentivar uma formação médica mais completa e integrada. A oficina contribui significativamente para o desenvolvimento inicial das práticas clínicas nos primeiros semestres, incentivando uma abordagem mais humana e integrada ao paciente desde o início da formação médica. Além de estimular o raciocínio clínico, promove nos calouros uma maior compreensão da relevância da comunicação e da integração com a comunidade. Para os ligantes da LASE, a oficina funciona como um espaço de “educação em saúde”, fortalecendo seu papel na formação acadêmica e incentivando o entusiasmo dos ingressantes que, muitas vezes, podem sentir ansiedade ou desmotivação nas etapas iniciais do curso.

AMBULATÓRIO DE ACOLHIMENTO À SAÚDE INTEGRAL DE IMIGRANTES CONTEMPORÂNEOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ketlin Angelin, Maria Clara da Silva Maia, Vanessa Oliveira Silva, Livia de Oliveira Sabioni, Carlos Augusto Macedo Callou, Antonio Manoel Ferreira Raymundo, Priscila Pavan Detoni

O projeto de extensão “Ambulatórios de acolhimento em saúde aos imigrantes contemporâneos”, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), foi criado em 2018 com o objetivo de atender às principais demandas em saúde de imigrantes contemporâneos, como haitianos, senegaleses, bengaleses e venezuelanos, representados por instituições como a Sociedade Beneficente Muçulmana e a Associação Senegalesa de Passo Fundo. Este trabalho relata a atuação de acadêmicos de medicina no projeto, destacando a complexidade do cuidado integral a pessoas que, muitas vezes em condição de refúgio e vulnerabilidade social, deixaram seus países de origem para recomeçar em um território desconhecido. O projeto é uma experiência extensionista que proporciona atendimentos ambulatoriais mensais realizados por estudantes de medicina de diversos semestres no campus Passo Fundo (UFFS-PF). A iniciativa conta com o voluntariado de professores médicos da universidade e parcerias com o Hospital São Vicente de Paulo e a Liga Acadêmica de Saúde da Família (LASF). Os atendimentos ocorrem mensalmente aos sábados pela manhã e são planejados pelos ligantes e acadêmicos. Durante os atendimentos, duplas ou trios de estudantes atendem cerca de quatro indivíduos por turno, assistindo aproximadamente 30 imigrantes em cada ocasião. O programa é complementado pela supervisão de profissionais de saúde e docentes médicos, com a colaboração de residentes em

Medicina de Família e áreas multidisciplinares, que garantem a prestação de cuidados abrangentes e integrados. O ambulatório funciona em fluxo contínuo, abordando de forma ampla as necessidades de saúde dos imigrantes, com encaminhamentos para serviços especializados do Sistema Único de Saúde (SUS), quando necessário. Assim, a UFFS cumpre seu papel como promotora do desenvolvimento social, especialmente para os imigrantes que enfrentam desafios como dificuldades de comunicação, estigmatização, distanciamento familiar e ruptura de laços sociais devido ao processo migratório. O projeto busca oferecer um atendimento humanizado, respeitando a diversidade cultural e as crenças dos indivíduos, e contribuindo para sua adaptação, inserção e bem-estar na comunidade. Mensalmente, o projeto atende entre 30 e 50 imigrantes, oferecendo cuidado longitudinal e contínuo que facilita e desburocratiza o acesso universal e integral à saúde para essa população em Passo Fundo e região. Para os acadêmicos de medicina, o projeto representa um excelente campo de prática, ampliando sua compreensão sobre diferentes abordagens de cuidado e enfrentando desafios como barreiras linguísticas e diferenças culturais e religiosas. O Ambulatório do Imigrante é, portanto, essencial tanto para os pacientes quanto para a formação acadêmica e profissional dos envolvidos. Ele promove uma abordagem multifacetada focada no bem-estar integral dos indivíduos, consolidando-se como um pilar para o desenvolvimento educacional e em saúde.

ANÁLISE DOCUMENTAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE

Laudelina Alves de Oliveira, Shirlei da Silva Xavier, Larissa Sampaio Carvalho, Eliene Ferreira de Sousa, Victória Pamponet Souza Vieira, Yris Ferreira Santos

A Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA) é uma Escola de Governo que promove regularmente processos formativos voltados à qualificação de trabalhadores e profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), destacando-se o Curso de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde (CEGSS). O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), utilizado como instrumento de avaliação da aprendizagem, permite aos discentes sistematizar o conhecimento adquirido ao longo do curso e avaliar se os objetivos propostos foram atingidos. Na terceira turma do CEGSS, iniciada em 2021, foram oferecidas duas modalidades de TCC: o relato de experiência e o projeto de intervenção (PI). Esse processo formativo também possibilita a análise das áreas temáticas mais escolhidas pelos discentes no campo da saúde pública, permitindo compreender como os temas refletem o perfil profissional e o contexto de atuação dos alunos. Este trabalho buscou caracterizar os TCC desenvolvidos pelos discentes dessa turma, a partir de uma análise documental dos títulos dos trabalhos. Inicialmente, os títulos foram agrupados conforme as áreas temáticas da saúde disponibilizadas pela Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS|MS). Em seguida, relacionaram-se as temáticas escolhidas ao perfil profissional dos discentes e ao lócus de trabalho. Os resultados apontam as áreas temáticas mais abordadas, evidenciando a pertinência dos trabalhos desenvolvidos em relação à atuação profissional dos

discentes. Isso reforça a relevância do TCC nas especializações ofertadas pela ESPBA, não apenas como síntese e consolidação do aprendizado, mas também como uma ferramenta de avaliação dos objetivos do curso. Além disso, o TCC promove intervenções colaborativas, contribuindo para melhorias nos processos de trabalho e fomentando a produção textual e científica no campo da saúde pública por meio do compartilhamento de saberes e experiências.

SENSIBILIZ(AÇÃO): EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O CUIDADO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Giulia dos Santos Goulart

Historicamente, a formação de profissionais da saúde tem enfrentado desafios significativos, sobretudo pela necessidade de incorporar a realidade prática de profissionais, usuários e gestores para solucionar problemas na assistência e aprimorar o cuidado prestado. Nos dias atuais, evidencia-se a urgência de mudanças na formação acadêmica de estudantes e professores da área da saúde. Nesse contexto, o professor assume um papel central, atuando como agente motivador de transformações por meio da sensibilização, que consiste no desenvolvimento de maior consciência, empatia e sensibilidade em relação a conceitos e experiências específicas. Esse processo busca despertar sentidos, emoções e percepções, permitindo aos estudantes compreenderem mais profundamente a realidade dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O presente trabalho tem como objetivo relatar uma vivência docente que utilizou a supervisão prática como meio para sensibilizar estudantes. Trata-se de um relato de experiência descritivo, com abordagem qualitativa, sobre práticas de ensino técnico que expuseram os estudantes a informações, experiências vivenciais, discussões em grupo, atividades reflexivas e práticas de empatia relacionadas a questões socioculturais, econômicas e de saúde. Essas atividades, realizadas entre março e abril de 2024, incluíram a exibição de vídeos, leitura de relatos de experiências diversas, dinâmicas de grupo e reflexões individuais durante práticas em um colégio público e em um hospital escola no sul do país. Os resultados apontaram que a integração do propósito formativo com a melhoria da qualidade do cuidado é essencial nos processos educativos. A sensibilização como estratégia de aprendizagem revelou-se eficaz na promoção de mudanças de perspectiva, ampliando a compreensão e empatia dos estudantes e incentivando ações positivas no contexto do cuidado no SUS. Essa abordagem mostrou-se particularmente efetiva em questões relacionadas à diversidade, inclusão, direitos humanos, segurança do paciente e outras áreas que demandam conscientização e entendimento para impulsionar transformações significativas. Conclui-se que a formação de profissionais aptos a atuar no SUS requer o reconhecimento das necessidades individuais e do potencial criativo de cada estudante, aliado à reflexão sobre os valores fundamentais da prática profissional. Abordagens educacionais que utilizam metodologias ativas de ensino-aprendizagem oferecem oportunidades de alinhar a formação às reais demandas do sistema e de seus usuários, demandando, em muitos casos, mudanças institucionais, profissionais e pessoais profundas. Dessa forma, é possível formar profissionais comprometidos com um cuidado mais humano, inclusivo e eficiente.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DECOLONIAIS EM SAÚDE NA SUPERVISÃO ACADÊMICA DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Harineide Madeira Macedo, Erika Rodrigues de Almeida

A teoria decolonial desafia as estruturas de poder e desigualdades presentes no cuidado médico do SUS, especialmente em suas áreas prioritárias. Este estudo, inspirado nas reflexões de Frantz Fanon, analisa como a educação permanente e as práticas de saúde da equipe de supervisores do Programa Mais Médicos (PMM) na Amazônia, no período de 2015 a 2022, podem contribuir para superar padrões de opressão e garantir o acesso equitativo aos cuidados de saúde. A supervisão acadêmica do PMM, que inclui o acompanhamento pedagógico dos médicos do programa, possui o potencial de melhorar tanto a qualidade do atendimento quanto a formação em serviço, desde que integre as perspectivas e necessidades dos usuários, evitando a reprodução de estruturas coloniais de poder. Em 2014, o PMM implementou o Grupo Especial de Supervisão, destinado a acompanhar médicos que atuam em comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia. Este estudo foca no grupo de supervisores de Roraima, que vem, desde sua criação, aprimorando e adaptando suas metodologias. A formação desses supervisores se alicerça em uma análise crítica das relações de poder na prática médica, reconhecendo como os sistemas de saúde podem perpetuar racismo, sexismo e outras formas de opressão. O objetivo central é decolonizar o cuidado médico, promovendo a diversidade cultural nas equipes de saúde e integrando perspectivas indígenas e visões de mundo não coloniais na prática clínica, além de fortalecer o empoderamento das comunidades para participarem ativamente de suas próprias jornadas de saúde. A formação dos supervisores ocorre de maneira presencial, com discussões de casos clínicos que consideram as particularidades culturais dos beneficiários, e a distância, por meio de uma plataforma online que disponibiliza textos e outros materiais educativos. Para avaliar o impacto dessa formação, o estudo utilizou levantamento bibliográfico e análise de relatórios de supervisão, o que permitiu identificar desafios enfrentados durante a formação e a evolução das práticas adotadas. Os resultados apontam que, diante das disparidades no acesso e na qualidade dos cuidados médicos, perpetuadas por preconceitos e estereótipos, o grupo de supervisores em Roraima desenvolveu um modelo de formação baseado nos estudos de Fanon. Esse modelo decoloniza práticas e conhecimentos médicos ao valorizar as culturas e identidades das populações indígenas e ribeirinhas, buscando atender às suas necessidades específicas e combater os impactos negativos da colonização na saúde. A análise dos processos educativos desse grupo evidencia que a teoria decolonial oferece uma abordagem crítica e transformadora para a formação em saúde. Ao questionar as relações de poder e conhecimento nas práticas médicas e integrar os saberes das populações beneficiárias, esses processos contribuem para a construção de um sistema de saúde mais justo, inclusivo e culturalmente sensível.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CLÍNICO DE RESPONDENTES DE PESQUISA PÓS-COVID-19

Thaís Dias Feltrin, Juliana Alves Souza, Tamires Daros dos Santos, Viviane Bohrer Berni, Isabella Martins de Albuquerque, Luís Felipe Dias Lopes, Adriane Schmidt Pasqualoto, Carla Aparecida Cielo

A covid-19 é uma doença multissistêmica que, na maioria dos casos, manifesta-se com sintomas leves a moderados. Contudo, alguns pacientes podem desenvolver dificuldades respiratórias, necessitando de hospitalização e internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Estudos indicam maior suscetibilidade entre indivíduos negros, com diferenças raciais e disparidades étnicas evidenciadas nas taxas de infecção e hospitalização. Piores prognósticos também foram associados ao sexo masculino, maiores idades e à presença de comorbidades, como obesidade, diabetes e doenças pulmonares. Este estudo teve como objetivo traçar o perfil sociodemográfico e clínico de indivíduos infectados pelo SARS-CoV-2 na região central do estado do Rio Grande do Sul. Para isso, um questionário online foi aplicado entre 27 de março e 28 de outubro de 2021, com divulgação por mídias impressas e eletrônicas. O questionário abordou dados autodeclarados sobre raça, idade, sexo, sintomas da covid-19, comorbidades e necessidade de hospitalização. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (nº 4467878). Responderam ao questionário 480 indivíduos, sendo 385 mulheres, 94 homens e uma pessoa que não especificou o gênero. A maioria dos participantes autodeclarou-se branca, com idade até 60 anos e do sexo feminino. Grande parte da amostra foi sintomática, relatando manifestações como mialgia, cefaleia, tontura, alteração do sono, queda de cabelo, perda de memória, alteração do equilíbrio, dispneia e dificuldade de engolir. Entre os indivíduos com até 60 anos, destacaram-se a queda de cabelo e a cefaleia, enquanto a fraqueza muscular foi mais frequente no grupo feminino. Apesar de a maioria não apresentar comorbidades, hipertensão arterial sistêmica e outras condições foram significativamente mais prevalentes após os 60 anos. Entre os internados, 14 (38,89%) foram transferidos para UTI e submetidos à ventilação mecânica invasiva. Os achados indicam que a maioria dos respondentes eram mulheres, brancas, com até 60 anos e sem comorbidades, contrariando estimativas de maior impacto da covid-19 em populações negras e de maior vulnerabilidade. Tais resultados também refletem barreiras de acesso a meios digitais e a recursos de saúde durante a pandemia, especialmente entre idosos e minorias étnicas, como acesso limitado a testes, maior exposição a fatores de risco e desigualdade tecnológica. Concluímos que a covid-19 apresenta repercussões que demandam abordagens diagnósticas e terapêuticas multiprofissionais. Contudo, pesquisas realizadas exclusivamente por meios online podem excluir populações vulneráveis, que frequentemente enfrentam dificuldades de acesso e são negligenciadas em levantamentos dessa natureza.

CONTRIBUIÇÕES DA MUSICOTERAPIA NOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM ESQUIZOFRENIA

Talyssa Steinhorst Simões, Mateus Gamarra Schwider, Michele Scher, Beatriz Silva da Trindade, Bianca Dilkin Schmidt, Luana Rosa Somavilla, Márcia Betana Cargnin, Rosana Amora Ascari

No Brasil, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) integram o Sistema Único de Saúde (SUS) e abrangem diversas modalidades, incluindo a Musicoterapia. Essa prática utiliza elementos musicais, como som, ritmo, melodia e harmonia, para estimular a comunicação, o relacionamento interpessoal, a aprendizagem, a mobilização e a expressão, auxiliando no tratamento de várias doenças, incluindo a esquizofrenia. Este estudo tem como objetivo investigar as contribuições da musicoterapia como intervenção terapêutica complementar nos cuidados de enfermagem ao paciente esquizofrênico. A pesquisa, conduzida entre outubro e novembro de 2023, é uma revisão narrativa da literatura com recorte temporal de 2019 a 2023, utilizando os descritores “Terapias Complementares”, “Esquizofrenia”, “Enfermagem” e “Musicoterapia” em bases como Google Acadêmico, SciELO e LILACS. A musicoterapia, recomendada pela *Nursing Interventions Classification* (NIC), tem sido utilizada como tratamento complementar para promover relaxamento, alegria e memórias específicas, além de modificar comportamentos, estimular o desenvolvimento cognitivo e relacional e facilitar a expressão verbal e não verbal. Estudos apontam que a música lenta pode reduzir a frequência cardíaca e a pressão arterial, promover autoestima, introspecção e alterações positivas no humor, além de aliviar o sofrimento psíquico associado a alucinações e outros sintomas da esquizofrenia. Essas características indicam potencial para reduzir a dependência de medicamentos nesses pacientes. Contudo, efeitos indesejáveis, como estranheza em relação à música, podem ocorrer, reforçando a necessidade de que a prática seja conduzida por profissionais habilitados. Além disso, a musicoterapia reflete a individualidade do paciente, já que a música possui significados únicos para cada pessoa, vinculados a experiências vividas. Na enfermagem, a música se destaca como um recurso adicional no cuidado, promovendo a expressão de sentimentos e subjetividades e aliviando o sofrimento psíquico. No entanto, para atuar como musicoterapeuta, o enfermeiro deve ter formação específica na área, e há lacunas na formação acadêmica sobre PICS. Apesar disso, a musicoterapia demonstra ser uma ferramenta eficaz para induzir alterações positivas no humor, restaurar equilíbrio emocional e facilitar a expressão de emoções como tristeza, raiva e luto, contribuindo significativamente para a assistência ao paciente esquizofrênico. O tratamento da esquizofrenia permanece desafiador, exigindo abordagens inovadoras e multidisciplinares. A musicoterapia, aplicada com responsabilidade e combinada com psicoterapia, medicação e apoio social, tem um papel relevante na recuperação e bem-estar dos pacientes, reforçando sua importância nos cuidados de enfermagem.

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE: ROMPENDO BARREIRAS E CONSTRUINDO ESPAÇOS PARA A EDUCAÇÃO NO COTIDIANO

Mara Isa de Vasconcelos Coracini

Este texto apresenta as experiências desenvolvidas pela Diretoria de Educação e Sustentabilidade da SPDM-PAIS, responsável pela gestão de contratos de saúde pública em alguns municípios do Brasil. Diferente dos processos formais de formação ou educação permanente tradicionalmente centrados em serviços ou territórios, este projeto buscou ser um dispositivo capaz de visibilizar e dar voz ao cuidado em saúde mental nos diversos serviços e redes de saúde, por meio de propostas educativas coletivas e transversais. Para explorar as potencialidades e diversidades na concepção de cuidado dentro da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), foi realizado o ciclo de webinars “Saúde Mental em Movimento”, que discutiu, bimensalmente, temas relevantes à atenção psicossocial. O projeto teve como objetivo romper com a modularidade e linearidade típicas dos processos formativos de ensino a distância (EAD), criando um espaço onde os profissionais-alunos pudessem trazer para o centro das discussões as experiências e desafios vivenciados no cotidiano. Diferentes serviços, de diversos municípios, compartilharam práticas relacionadas ao trabalho diário e ao tema proposto, permitindo o reconhecimento e a troca de saberes a partir de experiências reais, nem sempre bem-sucedidas. Destacou-se, nesses encontros, a maior participação de serviços de atenção primária e de urgência e emergência, em comparação aos serviços específicos de saúde mental, o que evidenciou a necessidade de formação voltada para a saúde mental em todos os componentes da RAPS, fortalecendo a transversalidade do campo. A partir desse projeto, foi iniciado um levantamento de necessidades educacionais específicas para a Atenção Psicossocial, utilizando diferentes metodologias. Esse levantamento permitiu identificar pontos comuns, como a carência de processos de educação permanente realizados in loco, lacunas educacionais que demandam formações específicas, e o potencial da educação como ferramenta de gestão. Esse diagnóstico culminou em um novo projeto educacional voltado ao campo da Atenção Psicossocial. A análise das intervenções ressaltou a importância de espaços formativos que integrem o resgate histórico da Política Nacional de Saúde Mental e da Reforma Psiquiátrica Brasileira, além de promoverem atualizações e discussões sobre estratégias e ferramentas de cuidado clínico e territorial em saúde mental para toda a rede. O projeto também incentivou reflexões sobre novas metodologias ativas de ensino, considerando os entraves existentes na implementação da educação permanente no cotidiano e na agenda dos serviços. Conclui-se, portanto, que é essencial adotar novas metodologias ativas de ensino-aprendizagem capazes de desenvolver conhecimentos, habilidades e ferramentas de trabalho de maneira eficaz. Essas metodologias devem superar barreiras geográficas e estruturais, promovendo encontros entre diferentes profissionais e redes, alinhadas ao processo de trabalho e pautadas na práxis e na troca de saberes. Assim, é possível construir dispositivos de cuidado na rede de atenção psicossocial que fomentem a autonomia e o protagonismo de trabalhadores e usuários dos serviços de saúde.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: SAÚDE SEXUAL, REPRODUTIVA E AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Kennedy Mirenda de Araújo, Daniel César de Macedo Sobral, João Filipe Ferreira Silva, Victor Carmo Andrade de Lacerda, Guilherme Teixeira Dumet Dias, Rafael Marques Leite dos Santos, Naisla Caroline Feitosa Pereira

A implementação de estratégias eficazes de promoção da saúde e prevenção de doenças, conforme orientado pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), é fundamental na abordagem das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), especialmente em contextos de vulnerabilidade, como entre a população em situação de rua. Estudos têm evidenciado a relevância de intervenções voltadas para esse grupo, devido às dificuldades de acesso à informação e à maior exposição a riscos de adoecimento. Este relato de experiência apresenta uma abordagem participativa e acolhedora, visando promover a saúde sexual e reprodutiva e prevenir ISTs entre indivíduos em situação de rua. A ação foi realizada por meio de uma roda de conversa conduzida por estudantes de medicina da Estácio IDOMED, em Juazeiro-BA, como parte da disciplina de Integração Ensino e Serviço na Comunidade III (IESC III). Os temas foram abordados de forma acessível e participativa, proporcionando aos participantes um espaço para tirar dúvidas e compartilhar experiências. Essa dinâmica criou um ambiente de diálogo, aprendizado mútuo e integração entre os presentes. Após a atividade, foram aplicadas perguntas para verificar a assimilação do conteúdo, que foram respondidas com assertividade pelos participantes, indicando boa compreensão do tema. Além das discussões, foram distribuídos kits contendo materiais de higiene pessoal, camisinhas masculinas e femininas, e cartilhas informativas sobre prevenção de ISTs e uso da PrEP (Profilaxia Pré-exposição) sob demanda. As cartilhas foram elaboradas com linguagem simples e ilustrações padronizadas para facilitar o entendimento. Também foram entregues brindes, como jogos de carta e dominó, com o objetivo de estimular a integração e o trabalho em equipe entre os participantes. Essa abordagem integrada permitiu que os indivíduos em situação de rua adquirissem não apenas conhecimentos sobre a prevenção de ISTs, mas também orientações práticas para incorporar comportamentos saudáveis relacionados à saúde sexual e higiene pessoal. Durante a atividade, os participantes demonstraram receptividade às informações, conforto ao compartilhar experiências e compreensão sobre a importância do uso de métodos preventivos, como a camisinha, e da higiene pessoal na prevenção de ISTs. A ação de educação em saúde realizada revelou-se uma estratégia eficaz para promover a saúde sexual e reprodutiva e prevenir ISTs nesse grupo vulnerável. A abordagem participativa e acolhedora foi crucial para o engajamento dos participantes e para a disseminação de informações relevantes. A continuidade de iniciativas como essa é indispensável para garantir o acesso à informação e aos cuidados de saúde adequados, contribuindo para a redução das desigualdades e fortalecendo a saúde coletiva.

EXPERIÊNCIA EM UMA FAZENDA EXPERIMENTAL DE PLANTAS MEDICINAIS

Jocimar Brandão Moraes, Kiciosan da Silva Bernardi Galli, Renata Mendonca Rodrigues, Tania Maria Ascari

O relato de experiência aborda uma visita técnica realizada em setembro de 2023 ao horto de plantas medicinais Sítio Verde Aroma, localizada no município de Caibi, na região Oeste de Santa Catarina. A atividade foi promovida como parte da disciplina Enfermagem em Saúde Comunitária II, ministrada na segunda fase do curso de graduação em Enfermagem da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O objetivo foi conhecer o cultivo de plantas medicinais sem agrotóxicos e explorar como seu uso pode contribuir para a promoção da saúde e a preservação da biodiversidade. O Sítio Verde Aroma, existente há mais de dez anos, é coordenado por uma agricultora capacitada em plantas medicinais, abrigando mais de 1.000 espécies diferentes. O espaço, voltado ao turismo de base comunitária, promove um estilo de vida saudável e o uso de plantas medicinais como alternativas terapêuticas naturais e menos agressivas ao organismo. Entre as espécies cultivadas, algumas pertencem ao grupo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), conhecidas por seu valor nutricional e possibilidades de preparo como alimento. Durante a visita técnica, conduzida pela proprietária do sítio, os alunos participaram de uma caminhada pelo horto medicinal, um ambiente amplo e a céu aberto. A metodologia ativa empregada possibilitou o contato direto com as plantas, permitindo observá-las, tocar folhas, flores e frutos, sentir aromas, e até mesmo degustar espécies comestíveis, como *Acmella oleracea* (Jambu) e *Tropaeolum majus* (Capuchinha). A explicação envolveu informações sobre os nomes populares e científicos das plantas, indicações de uso, métodos de colheita, processamento e conservação. Na aula seguinte, foi realizada uma roda de conversa com a professora da disciplina, onde os alunos discutiram suas percepções sobre a relação entre meio ambiente e um estilo de vida saudável. Os resultados destacaram que o cultivo sustentável de plantas medicinais e fitoterápicos, sem o uso de agrotóxicos, é viável e beneficia a preservação da biodiversidade. Essa prática alia saberes populares e científicos, promovendo o turismo comunitário e incentivando o uso de métodos terapêuticos naturais para um estilo de vida mais saudável. A experiência enriqueceu o conhecimento acadêmico dos estudantes, reforçando a importância da sustentabilidade e da consciência ambiental na formação de profissionais de enfermagem comprometidos com a promoção da saúde e o bem-estar. Conclui-se que a vivência proporcionou uma visão holística do cuidado em saúde, evidenciando o potencial da fitoterapia como terapia integrativa. Além disso, a metodologia de aprendizado fora do ambiente acadêmico mostrou-se singular e eficaz, favorecendo uma aprendizagem mais dinâmica e significativa.

RUPTURA DO MODELO MANICOMIAL DE UM MUSEU DO SUS ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE BEM VIVER E INTEGRAÇÃO PSICOSSOCIOAMBIENTAL NO TERRITÓRIO: O CASO DO MUSEU BISPO DO ROSARIO

Alexandre Freire Teixeira Trino, Diana Kolker Carneiro da Cunha,
Vinícius José Caldas Lopes, Carolina Rodrigues

O Museu Bispo do Rosario Arte Contemporânea (MBRAC), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, está situado no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMAS Juliano Moreira), na região da Colônia Juliano Moreira, Zona Oeste do Rio de Janeiro, próximo ao Parque da Pedra Branca, uma área de proteção ambiental. Esse território, outrora um complexo manicomial inaugurado em 1924, foi o cenário onde Arthur Bispo do Rosario criou sua obra, hoje reconhecida mundialmente como um marco da arte contemporânea e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O MBRAC é responsável pela preservação, conservação e difusão da obra de Bispo e de outros artistas institucionalizados, desenvolvendo ações que extrapolam os limites físicos do museu, com práticas educativas, artísticas e psicossocioambientais no território. O histórico do Museu está profundamente conectado aos avanços da reforma psiquiátrica no Rio de Janeiro, em consonância com as políticas do Sistema Único de Saúde (SUS) para a desinstitucionalização de usuários de longa permanência. Fundamentado nos princípios do Bem Viver, na ruptura com o modelo manicomial e no enfrentamento dos estigmas relacionados à loucura e ao sofrimento psíquico, o museu se posiciona como um polo inovador, promovendo novos saberes e práticas nos campos da arte, educação e saúde. A partir da década de 1990, o território da Colônia passou por transformações que estabeleceram estratégias e recursos para o cuidado em liberdade, de base comunitária e territorial, consolidando experiências de reabilitação psicossocial em parceria com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). As diretrizes de reabilitação psicossocial para usuários com transtornos mentais graves foram incorporadas em ações locais que moldaram o perfil único do MBRAC, diferenciando-o dos museus tradicionais. Iniciativas como o Ateliê Gaia, coletivo de artistas usuários dos serviços de saúde; o programa de geração de renda Arte, Horta & Cia; os comitês curatoriais; os programas educativos com escolas; e o Centro de Convivência e Cultura Pedra Branca exemplificam a integração do museu com agentes culturais e do SUS, potencializando as práticas de cuidado e promovendo a reabilitação psicossocial no território. O MBRAC se legitima como um espaço pedagógico e inovador, transcendendo os limites institucionais ao se articular com as comunidades da Zona Oeste por meio de estratégias que integram arte, saúde, educação, cultura, meio ambiente e economia solidária. Essa abordagem singular reafirma o papel do museu como um locus fértil para o desenvolvimento de práticas que promovem inclusão e transformação social, fortalecendo sua relevância no contexto contemporâneo.

GESTÃO ACADÊMICA DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: DESENVOLVIMENTO DE AMBIENTE VIRTUAL

Carina Marinho Picanço, Isabella Rosa de Castro

Este relato de experiência aborda o desenvolvimento de uma plataforma virtual para o acompanhamento dos programas de residência multiprofissional em saúde. Com o advento da Pandemia de covid-19, o ambiente virtual passou a ser utilizado amplamente para atividades teóricas, encontros de tutores com os residentes e reuniões colegiadas em plataformas online. Esse contexto evidenciou a dificuldade de acompanhamento e monitoramento das ações pedagógicas nos programas de residência multiprofissional. A partir da experiência intensificada com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), identificou-se a necessidade de expandir seu uso para outras ferramentas, como a gestão acadêmica dos programas, visando facilitar o acesso às informações e promover a co-gestão pelos envolvidos. O objetivo geral deste relato é descrever o processo de implantação de uma plataforma virtual para o acompanhamento dos programas de residência multiprofissional em saúde. A Comissão de Residências Multiprofissionais (COREMU) do Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), instituída em 2015, atualmente abrange nove programas: Multiprofissional em Neurologia (20 vagas), Multiprofissional em Saúde Hospitalar (14), Enfermagem Intensiva (12), Enfermagem em Centro Cirúrgico e Centro de Material e Esterilização (4), Enfermagem Obstétrica (4), Enfermagem Neonatal (4), Fisioterapia Intensiva/Emergência (12), Fisioterapia em Reabilitação Neurofuncional (8) e Fonoaudiologia Hospitalar com Ênfase em Neonatologia (8), totalizando 86 residentes. Adicionalmente, há residentes vinculados a outras COREMUs, como as da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Federal da Bahia. A COREMU do HGRS é responsável pelo acompanhamento e monitoramento desses programas, assegurando seu alinhamento com as diretrizes da Comissão Nacional de Residências em Saúde (CNRMS) e com os princípios do Sistema Único de Saúde. A plataforma AVA foi desenvolvida no Moodle, com suporte da Escola Estadual de Saúde Pública do Estado da Bahia para tecnologia e acesso. Foram criados fóruns de discussão para os diferentes programas, espaços para compartilhamento de informações, documentos, postagens de atividades, portfólios, projetos de intervenção e trabalhos de conclusão de curso, além de repositórios de pesquisas. O sistema também permite o monitoramento de avaliações realizadas, como as de residentes, preceptores e programas, possibilitando que a coordenação da COREMU e dos programas estabeleça estratégias de melhoria contínua. Além disso, promove uma gestão dinâmica, permitindo que os residentes acompanhem sua trajetória, como carga horária, notas e avaliações. Conclui-se que o desenvolvimento de uma plataforma virtual para o acompanhamento dos programas de residência multiprofissional em saúde pode contribuir significativamente para melhorias, qualificação e aperfeiçoamento desses programas.

CONSTRUINDO O COAPES A PARTIR DO DIAGNÓSTICO CARTOGRÁFICO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NA CIDADE MÃE DE SERGIPE

Sayonara Ferreira de Carvalho, Luíza Glaucia Santana de Souza,
Ana Beatriz Araujo Neri, Leticia Marcelle Santos

A integração entre ensino, serviço e comunidade constitui um eixo estratégico da gestão do SUS, fundamental para aprimorar a formação de profissionais de saúde que atuarão na Rede de Atenção à Saúde (RAS). O COAPES teve suas diretrizes instituídas pelos Ministérios da Saúde e da Educação por meio da Portaria Interministerial nº 1.127, de 4 de agosto de 2015. No município de São Cristóvão, entre abril e agosto de 2023, foi realizado o diagnóstico situacional do eixo de integração ensino-serviço no SUS como uma etapa estratégica essencial para a construção do COAPES, processo que segue em curso. Esse diagnóstico avaliou a capacidade instalada da rede em relação aos cenários de prática, elucidando a atuação de estudantes vinculados a instituições de ensino nos equipamentos de saúde do município e estabelecendo critérios para sua distribuição conforme as necessidades do SUS. Essa etapa, desenvolvida com a rede de serviços, representou um marco estratégico na organização da formação de profissionais para um SUS com qualidade e equidade, buscando o fortalecimento do COAPES junto à gestão local. O objetivo do diagnóstico foi apresentar a cartografia da integração ensino-serviço como etapa estratégica para a construção do COAPES em São Cristóvão. Ele foi realizado por meio de um instrumento prévio, elaborado e preenchido durante visitas a todos os equipamentos de saúde do município. As informações coletadas englobaram os fluxos de solicitação de campo de prática, a avaliação dos gestores de serviços quanto à capacidade instalada para formação em saúde, a análise da estrutura física dos locais e os fluxos de atendimento nos serviços. Os dados obtidos foram tabulados e georreferenciados em mapas das macrorregiões do município, utilizando o programa QGIS (versão 3.36.1). Posteriormente, esses dados foram validados por todos os profissionais responsáveis pela coordenação da rede do SUS no município e apresentados no CIES estadual como a primeira etapa para a construção do COAPES. O diagnóstico trouxe uma série de benefícios à rede de saúde local, proporcionando uma visão detalhada sobre a capacidade instalada dos equipamentos de saúde para a realização de atividades práticas por alunos. Durante o ano de 2023, 1.195 estudantes, incluindo graduandos, pós-graduandos e residentes de seis diferentes instituições de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, estiveram lotados nos campos de prática do município. As atividades desenvolvidas consideraram os indicadores e determinantes sociais mais complexos identificados na população, além de permitir o georreferenciamento da distribuição do ensino por macrorregiões de saúde. Por meio de uma abordagem participativa e colaborativa, envolvendo gestores, profissionais de saúde, alunos e instituições de ensino, foi possível construir um panorama real e assertivo das necessidades e potencialidades da rede de saúde local. Esse processo também possibilitou a distribuição espacial das práticas no território. Espera-se que os resultados e recomendações apresentados fortaleçam a formação dos profissionais de saúde, aprimorem a qualidade dos serviços prestados e promovam o bem-estar e a qualidade de vida da população sancristovense.

TREINAMENTO EM EMERGÊNCIAS AQUÁTICAS PARA TRIPULANTES DA AMBULANCHA SAMU 192/BELÉM

Yara de Souza Guedes

O Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU) é um componente essencial da Política Nacional de Atenção às Urgências, com o objetivo de prestar atendimento rápido e eficaz às vítimas, independentemente das condições territoriais. Para isso, utiliza uma variedade de unidades móveis, como ambulâncias, motolâncias, ambulanchas e serviços aeromédicos. No entanto, os desafios do atendimento pré-hospitalar, especialmente em cenários adversos, exigem a adoção de estratégias contínuas de Educação Permanente em Saúde, fundamentais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades técnicas e práticas. Neste contexto, o presente estudo relata a experiência de um treinamento prático realizado nos rios de Belém do Pará, uma região de características únicas na Amazônia brasileira. Conforme estabelecido pela Portaria Ministerial nº 2.048, de 5 de novembro de 2002, que regula a certificação e recertificação dos profissionais do SAMU 192, o Núcleo de Educação Permanente/SAMU 192 de Belém, em parceria com o Grupamento Marítimo Fluvial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, promoveu instruções teóricas e práticas para os profissionais envolvidos em resgates na região insular de Belém. O treinamento, que utilizou ambulanchas (veículos tipo F), teve como foco o aprimoramento das técnicas de salvatagem e sobrevivência em ambiente aquático, essenciais para a atuação em áreas ribeirinhas. Durante dois dias, condutores e técnicos de enfermagem participaram de atividades que incluíram técnicas de primeiros socorros a afogados, salvamento aquático, resgate e imobilização de vítimas em locais de difícil acesso. O ponto alto da programação foi o simulado de um naufrágio com múltiplas vítimas, realizado na Ilha das Onças, uma área ribeirinha localizada na Baía do Guajará, conectada econômica e geograficamente à capital paraense. No simulado, também foram trabalhadas técnicas de sobrevivência em meio aquático, integrando teoria e prática para situações reais de emergência. Ao término das atividades, os participantes destacaram a relevância do trabalho em equipe e da educação permanente para aprimorar o cotidiano do trabalho em situações críticas. O treinamento prático nos rios de Belém do Pará evidenciou o compromisso do SAMU com a prestação de assistência em cenários desafiadores, como o ambiente aquático. Os resultados demonstraram não apenas a eficácia da capacitação para lidar com emergências específicas, mas também reforçaram a importância de estratégias que integram formação contínua e prática colaborativa, garantindo maior qualidade no atendimento e segurança às populações atendidas em contextos ribeirinhos.

PERCEPÇÕES DE FAMILIARES SOBRE UMA REDE DE CUIDADOS DE SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL

Camila Marchiori Pereira, Luciana Bicalho Reis

Historicamente, as políticas voltadas para crianças e adolescentes no Brasil enfatizaram a proteção, resultando em um modelo assistencial que priorizava a institucionalização e segregação, especialmente para

aqueles com necessidades de saúde mental. Entretanto, com a redemocratização, essas concepções foram revisadas, e as políticas públicas de saúde mental passaram a priorizar o cuidado integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e desejos. Este estudo buscou compreender como a rede de saúde mental infantojuvenil tem se operacionalizado na prática, a partir das percepções de familiares de crianças que demandam cuidados em saúde mental (SM). A pesquisa realizou dois grupos focais, um com familiares da Atenção Básica (AB) e outro com familiares do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij), totalizando 15 participantes. Utilizou-se a análise lexical por classificação hierárquica descendente com o auxílio do software IRaMuTeQ, para realizar análises multidimensionais de textos e questionários. A análise resultou em cinco classes. A Classe “Procurando por ajuda”, representando 25% do conteúdo, destacou as dificuldades enfrentadas pelas famílias ao buscar cuidados em saúde mental. Na Atenção Básica, prevaleceram problemas de aprendizagem e comportamentais; no CAPSij, questões relacionadas à interação social e linguagem, geralmente associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). A escola desempenhou papel central ao alertar as famílias sobre possíveis dificuldades das crianças, incentivando a busca por ajuda especializada. A Classe “Aceitando o diagnóstico da criança”, com 17,09% do conteúdo, revelou as diferentes reações dos familiares ao receberem o diagnóstico, desde negação inicial até aceitação. Nesse processo, o apoio dos profissionais de saúde e a troca de experiências entre os pais mostraram-se fundamentais. A Classe “Onde procurei ajuda”, representando 22,15%, abordou os serviços procurados, como a Apae, destacando as dificuldades de acesso e a importância do encaminhamento por profissionais de saúde e da escola. A Classe “A pílula mágica?” evidenciou que os familiares da AB buscavam principalmente medicação, enfrentando dificuldades para acessar especialistas, como neurologistas, evidenciando uma abordagem predominantemente medicalizante. Por fim, a Classe “Forças e Fraquezas dos serviços”, com 15,82%, revelou as percepções dos familiares sobre os serviços de saúde mental, ressaltando a importância do acolhimento e acompanhamento, mas também apontando fragilidades, como a comunicação insuficiente entre profissionais e famílias. Os resultados destacam que a Atenção Básica enfrenta desafios para identificar e manejar questões de saúde mental infantojuvenil, perpetuando uma lógica ainda centrada na medicalização. A escola foi identificada como um ator-chave na produção da demanda por cuidados, enquanto a família, em muitos casos, é pouco envolvida na construção das ações. Conclui-se que, apesar dos avanços, são necessários esforços adicionais para consolidar um cuidado em saúde mental infantojuvenil alinhado às diretrizes das políticas públicas, promovendo um modelo que integre de forma efetiva escola, família e serviços de saúde.

AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA PESSOA IDOSA EM MUNICÍPIOS DA 20ª REGIÃO DE SAÚDE A PARTIR DA “REDE BEM CUIDAR RS”

Alan Rafael Martins Savariz, Lourenço Redin Jahnke, Cristiane Moraes da Silva, Tayna de Fátima da Silva Santos, Lara Letícia Dotto Nardi, Rodrigo Getelina Vieira, Marinês Tambara Leite

A Rede Bem Cuidar RS (RBC/RS) é um programa da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul instituído em agosto de 2021, com o objetivo de qualificar as práticas de saúde e o cuidado

com as pessoas, promovendo um envelhecimento saudável da população gaúcha, com foco em suas necessidades. Uma das metas do programa é implementar, nos municípios participantes, a Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa (AMPI). Essa avaliação é fundamental para compreender de forma abrangente as dimensões que influenciam a saúde e o bem-estar da pessoa idosa, abrangendo aspectos físicos-funcionais, cognitivos, emocionais, familiares e sociais. Entre seus objetivos estão: identificar necessidades específicas, planejar intervenções personalizadas, promover autonomia e independência, prevenir complicações e melhorar a qualidade de vida. Este estudo tem como objetivo verificar, por meio de uma série histórica, o impacto do uso da AMPI após a implementação da RBC/RS na Região 20. O Rio Grande do Sul está dividido em 30 Regiões e sete Macrorregiões de Saúde, que orientam o planejamento estadual em saúde. A 20ª Região de Saúde, localizada no norte do estado, é composta por 26 municípios, todos aderentes à RBC/RS. Entre as atividades recomendadas pelo programa está a AMPI, cujo registro é realizado no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) pelos profissionais de saúde, permitindo o acompanhamento de indicadores, como o percentual de pessoas idosas com registro do procedimento. A análise da série histórica foi realizada com base em dados dos últimos cinco anos obtidos no sistema “Business Intelligence (BI)” da Secretaria Estadual de Saúde do RS. Os registros de AMPI mostraram: 2018 - 37 registros (0,12%); 2019 - 12 registros (0,04%); 2020 - 48 registros (0,15%); 2021 - 638 registros (1,87%); 2022 - 13.896 registros (40,76%); 2023 - 18.184 registros (53,34%). Observou-se um aumento expressivo nos registros após a implementação da RBC/RS em 2021. Esse crescimento pode estar associado tanto ao aumento do número de AMPI realizadas quanto a um cuidado maior na alimentação do sistema de registros pelos municípios. Contudo, são necessários estudos adicionais para compreender melhor esses resultados. A AMPI é uma ferramenta estratégica que deve ser utilizada para qualificar o cuidado integral e adequado às pessoas idosas, contribuindo para a efetivação das práticas de saúde propostas pela RBC/RS.

IMPACTOS DO CONTEXTO DE PANDEMIA NA INTERAÇÃO NEONATAL NA PERSPECTIVA MATERNA

Camila Marchiori Pereira, Luziane Zacche Avellar, Luciana Bicalho Reis

A Pandemia de covid-19 transformou significativamente o cenário das Unidades Neonatais, demandando adaptações nas práticas e impondo restrições à presença de familiares, o que intensificou o distanciamento social e emocional das mães de bebês internados. Esse contexto desafiador evidenciou a necessidade de investigar os impactos da pandemia na experiência materna no ambiente neonatal, visando preencher lacunas de pesquisa e promover um cuidado mais abrangente e sensível às necessidades das famílias. Com base nesse cenário, o estudo teve como objetivo descrever a experiência das mães no contexto da pandemia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com dez mulheres cujos bebês estiveram internados em uma Unidade Neonatal de um hospital do Sudeste do Brasil durante a pandemia. A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo Temática. As participantes tinham idades entre 19 e 47

anos e apresentavam características sociodemográficas variadas, com predominância de mães jovens, negras e evangélicas. A análise temática resultou em três categorias principais. Na categoria “Vivências na Unidade Neonatal”, as mães relataram uma ampla gama de emoções, destacando a importância da percepção do ambiente e da confiança nos profissionais para a adaptação. A pandemia também impactou a saúde mental das mães, particularmente entre aquelas que perderam renda devido ao fechamento de empregos informais. Na categoria “Experiência de apoio social na Unidade Neonatal”, as mães identificaram diversas fontes de apoio, especialmente familiares e amigos. No entanto, algumas relataram ausência ou inadequação do apoio, o que contribuiu para uma maior sobrecarga emocional. As visitas à Unidade Neonatal foram valorizadas como forma de apoio, embora o medo de contaminação pela covid-19 tenha influenciado negativamente as percepções sobre elas. Na categoria “Implicações da pandemia na internação na Unidade Neonatal”, as mães enfrentaram dificuldades para distinguir os impactos específicos da pandemia das questões relacionadas à gravidez e à internação do bebê. O uso de recursos digitais para manter o contato durante as restrições de visitas foi variado, com ressalvas sobre sigilo e privacidade no uso da tecnologia dentro da Unidade Neonatal. Os relatos indicaram que o medo de contaminação influenciou negativamente o apoio social recebido, os processos de formação do vínculo materno e os cuidados com o bebê. Os resultados destacam a necessidade de considerar não apenas os aspectos clínicos da internação neonatal, mas também o ambiente hospitalar, a cultura de cuidado e as políticas de suporte econômico para as famílias. Diante disso, reforça-se a importância de políticas e práticas que reconheçam as particularidades das famílias, promovam maior integração e participação dos pais na Unidade Neonatal e assegurem suporte adequado às suas necessidades. Além disso, sugere-se a realização de novas pesquisas para compreender os impactos e as consequências na organização do cuidado neonatal no período pós-pandemia.

IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DO CONTROLE DO TABAGISMO NA 1ª E 2ª REGIÕES DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

Laurenço Redin Jahnke, Jairo da Luz Oliveira, Lara Letícia Dotto Nardi,
Alan Rafael Martins Savariz, Rodrigo Getelina Vieira

No mundo, 1,3 bilhão de pessoas utilizam produtos derivados do tabaco, sendo que cerca de 80% desse público reside em países de média ou baixa renda. O tabagismo gera um impacto econômico global anual de US\$ 1,4 trilhão, resultando em elevados custos com saúde e produtividade. Anualmente, é responsável por 8 milhões de óbitos, dos quais 1,3 milhão ocorre entre fumantes passivos. As principais patologias relacionadas a esse hábito incluem câncer, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e doenças cardiovasculares. Além disso, o tabagismo impacta negativamente o desenvolvimento fetal, contribuindo para prematuridade, baixo peso ao nascer e aumento da mortalidade perinatal e infantil. Diante desse panorama, o tabagismo configura-se como uma epidemia global que demanda o enfrentamento por meio de políticas públicas baseadas em evidências científicas. Nesse sentido, a

Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu o programa MPOWER, cujas iniciais, em inglês, referem-se a: monitorar o consumo de tabaco; proteger a população; oferecer assistência para cessação do hábito; alertar sobre os riscos do tabagismo; impor proibições relacionadas a patrocínio e marketing da indústria tabagista; e taxar os produtos de tabaco de maneira eficaz. O Brasil, como signatário da OMS, aderiu em 2003 à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, um marco legal fundamental para a redução do tabagismo globalmente. Dados nacionais revelam que o Rio Grande do Sul e sua capital, Porto Alegre, têm as maiores prevalências de fumantes no Brasil. Além disso, Santa Cruz do Sul e sua microrregião são consideradas o epicentro da produção de tabaco no país, caracterizadas por uma robusta cadeia produtiva e indústrias consolidadas. A região Sul do Brasil concentra 90% da exportação de tabaco do país, o que posiciona o Brasil como maior exportador mundial. Nesse contexto, a presente pesquisa qualitativa, conduzida em 2023, busca analisar o impacto do Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) na 1ª e 2ª regiões de saúde do Rio Grande do Sul, abrangendo 33 municípios. Para tanto, serão entrevistados os secretários municipais de saúde sobre a implementação do PNCT e sua relação com as doenças causadas pelo tabagismo em seus territórios. Paralelamente, serão ouvidos os coordenadores municipais do programa, abordando as ações desenvolvidas, os desafios enfrentados e os impactos percebidos. A expectativa é que os resultados contribuam para aprimorar o PNCT tanto em nível estadual quanto municipal, melhorando o atendimento à população e fornecendo subsídios acadêmicos para pesquisas futuras. Como produto final, será elaborada uma cartilha destinada aos profissionais de saúde, visando facilitar a compreensão e aplicação do programa, além de promover palestras para qualificação dos envolvidos nas 1ª e 2ª regiões de saúde, fortalecendo a educação permanente em saúde.

PREVALÊNCIA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS DE 10 – 19 ANOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Alan Rafael Martins Savariz, Lourenço Redin Jahnke,
Tayna de Fátima da Silva Santos, Lara Letícia Dotto Nardi

A gravidez na adolescência é uma questão de grande importância devido às suas implicações físicas, emocionais e sociais tanto para as jovens mães quanto para seus filhos. Suas causas estão associadas a fatores como baixa autoestima, dificuldades escolares, falta de comunicação familiar e exposição a álcool e drogas. Essas condições podem levar a consequências negativas, como abandono escolar, dificuldades na inserção no mercado de trabalho e o agravamento das condições de vida, especialmente em contextos socioeconômicos vulneráveis. Em escala global, a gravidez na adolescência apresenta-se como um desafio significativo, afetando milhões de jovens. No Brasil, a situação é alarmante, com taxas consideráveis nessa faixa etária, particularmente em contextos regionais. Este estudo teve como objetivo identificar a prevalência da gravidez na adolescência no estado do Rio Grande do Sul, analisando a série histórica dos dados sobre o tema. Utilizando o site

“Business Intelligence (BI)” da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, realizou-se a análise da série histórica referente ao indicador “proporção da gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos” no estado nos últimos cinco anos. O cálculo desse indicador é feito pela soma do número de nascidos vivos de mães adolescentes de 10 a 19 anos residentes em um determinado local e período, dividida pelo total de nascidos vivos de mães residentes no mesmo local e período, multiplicado por 100. Os resultados obtidos mostram uma redução constante no período analisado: em 2019, a proporção foi de 11,10%; em 2020, 10,40%; em 2021, 9,61%; em 2022, 8,66%; e, finalmente, em 2023, 8,51%. Os dados indicam que a gravidez na adolescência no estado do Rio Grande do Sul tem diminuído anualmente nos últimos cinco anos, sugerindo que as ações preventivas implementadas têm sido eficazes. Contudo, é essencial reforçar que a prevenção continua sendo a principal estratégia para mitigar os impactos desse fenômeno. Estudos adicionais são necessários para compreender em maior profundidade os fatores que contribuem para a redução observada, possibilitando o aprimoramento das políticas públicas e ações voltadas à saúde e ao bem-estar dos adolescentes.

CENÁRIO DOS CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS NO RIO GRANDE DO SUL

Lourenço Redin Jahnke, Jairo da Luz Oliveira, Lara Letícia Dotto Nardi,
Alan Rafael Martins Savariz, Rodrigo Getelina Vieira

A Atenção Primária em Saúde (APS) desempenha um papel essencial como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo atendimentos básicos à população. Complementando essa atuação, a média complexidade é indispensável para garantir a integralidade do cuidado, como exemplificado pelos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Inseridos na média complexidade, os CEO realizam a contrarreferência dos atendimentos à APS e abrangem especialidades como periodontia especializada, endodontia, atendimento a portadores de deficiência, diagnóstico bucal e cirurgia oral menor. Procedimentos odontológicos de média complexidade que não podem ser realizados na APS devem ser referenciados para os CEO, nos municípios que contam com esse serviço em sua grade de atendimento. Em 2023, o programa recebeu um aumento significativo de financiamento, com o incentivo de implementação dobrado e o valor do custeio multiplicado por 2,8 vezes, medida que incentivou gestores a aderirem ao programa, ampliando o acesso da população e reduzindo as filas de espera. Neste contexto, o presente estudo documental traça um panorama, de janeiro a dezembro de 2023, sobre os CEO das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) no estado do Rio Grande do Sul. Os dados analisados foram extraídos do Sistema Egestor-AB, ferramenta que auxilia no monitoramento e planejamento dos gestores estaduais e na execução das políticas de saúde pelos gestores municipais. O Rio Grande do Sul possui 18 CRS e, dentre elas, algumas ainda não dispõem de CEO, como as coordenadorias de Cachoeira do Sul (8ª), Cruz Alta (9ª), Santa Cruz do Sul (13ª), Santa Rosa (14ª) e Osório (18ª). Essas regiões, compostas por cidades médias, acabam deixando a população sem acesso aos serviços especializados de odontologia. Por outro lado, a 1ª CRS, que abrange Porto Alegre, é a que possui mais municípios com CEO, totalizando sete cidades. Em seguida, destacam-se as coordenadorias

de Pelotas (3^a), Santa Maria (4^a) e Santo Ângelo (12^a), com três cidades cada. Outras coordenadorias, como Caxias do Sul (5^a), Passo Fundo (6^a), Alegrete (10^a), Erechim (11^a) e Ijuí (17^a), possuem dois municípios com CEO. Por fim, Frederico Westphalen (2^a), Bagé (7^a) e Lajeado (16^a) possuem apenas um município contemplado. É importante ressaltar que a maioria dos serviços oferecidos pelos CEO no estado tem caráter municipal, ou seja, atendem exclusivamente à população do município onde estão localizados. Uma exceção importante é encontrada na 17^a CRS, em Ijuí, onde o serviço é regionalizado, ampliando o alcance e promovendo saúde e reabilitação oral para um maior número de pessoas e municípios. Essa abordagem regionalizada é desafiadora, mas essencial para garantir equidade no acesso a serviços especializados. Para expandir essa estrutura, é fundamental estabelecer um diálogo contínuo com os gestores municipais, consórcios de saúde e Universidades de Odontologia das regiões, viabilizando a implantação de novos CEO regionais. Essa expansão é indispensável para oferecer atendimento odontológico especializado e gratuito a todas as regiões de saúde do Rio Grande do Sul, fortalecendo a integralidade e a equidade no cuidado em saúde bucal.

AÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL INFANTIL EM ESCOLAS: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Letícia Lorenzoni Lasta, Jaqueline Carvalho do Couto, Cecília Dellameia Betim dos Santos, Ana Paula dos Santos Rocha, Suzane Beatriz Frantz Krug, Euna Nayara Cordeiro da Costa, Edna Linhares Garcia

A saúde mental infantil é um tema de crescente relevância, especialmente diante do cenário mundial que aponta para o aumento do adoecimento psíquico entre crianças, evidenciado pelo número cada vez maior de encaminhamentos dessa população a serviços especializados. A saúde mental infantil é influenciada por diversos aspectos, incluindo o ambiente existencial e relacional da criança. Nesse contexto, a escola, onde as crianças passam grande parte do tempo, se configura como um espaço estratégico e privilegiado para a implementação de práticas voltadas à promoção da saúde mental e à prevenção do adoecimento. Estudos têm identificado o sistema escolar como um ambiente crucial para o desenvolvimento de fatores de proteção e para a redução de riscos relacionados à saúde mental. Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, como Saúde e Bem-Estar e Educação de Qualidade, a pesquisa “Cuidados com a saúde mental infantil nas escolas da rede municipal” foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul em três escolas municipais do interior do Rio Grande do Sul. O objetivo deste trabalho é refletir sobre as ações realizadas junto a professores e gestores dessas escolas, reconhecendo a educação em saúde como uma ferramenta essencial para capacitar profissionais da educação na promoção da saúde mental. O estudo se apresenta como um relato de experiência baseado em uma investigação qualitativa, com foco na identificação das condições de saúde mental nas escolas e na proposição de ações que promovam bem-estar e educação de qualidade. As atividades envolveram entrevistas com gestores e docentes, além de duas rodas de conversa com as temáticas “a escola como promotora de saúde mental” e “a formação de professores para a promoção da saúde mental”. Também foram realizadas oficinas abordando “inclusão escolar” e “a família como agente promotor de saúde

mental”. O registro dessas atividades foi realizado por meio de diários de campo, que permitiram ampliar as discussões e análises sobre o tema. Os resultados indicaram que as participantes, a partir de suas experiências como professoras e gestoras, demonstraram um conhecimento construído ao longo do tempo, complementado pelas leituras e reflexões promovidas pelas atividades do estudo. Isso reforça a importância de ações voltadas à capacitação dos profissionais da educação, de forma que possam incorporar estratégias pedagógicas mais assertivas relacionadas à saúde mental no ambiente escolar, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. A educação em saúde nas escolas emerge como um conjunto de atividades que transmite informações moldadas pelo contexto cultural, social e comunitário em que os indivíduos estão inseridos, influenciadas por comportamentos, crenças e conhecimentos prévios. Nesse sentido, as ações realizadas no âmbito do estudo, ao promoverem reflexões sobre saúde mental, contribuem para o planejamento de iniciativas direcionadas ao tema, fortalecendo a promoção de uma vida mais saudável e o bem-estar no ambiente escolar.

A AÇÃO COLETIVA DE ESCOVAÇÃO DENTAL SUPERVISIONADA NO PERÍODO DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA DE COVID-19 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Alan Rafael Martins Savariz, Lourenço Redin Jahnke, Rodrigo Getelina Vieira,
Tayna de Fátima da Silva Santos, Lara Letícia Dotto Nardi

A escovação dental supervisionada é uma ação de saúde coletiva que consiste na orientação e supervisão de crianças durante a escovação dos dentes, geralmente realizada por profissionais de saúde bucal, como auxiliares ou dentistas. Seu principal objetivo é promover a correta higiene da cavidade oral, ensinando técnicas adequadas de escovação e garantindo que a limpeza seja feita de forma eficaz. Trata-se de uma estratégia relevante para a promoção da saúde bucal, contribuindo para a prevenção de problemas odontológicos, como cáries, doenças periodontais e extrações dentais precoces. Além disso, essa prática é de baixo custo e fácil aplicação, podendo ser realizada em diversos ambientes, como escolas, unidades de saúde e domicílios. A Pandemia de covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, trouxe impactos significativos em todo o mundo, incluindo o Brasil. Entre as consequências da pandemia, destaca-se a redução das ações de saúde coletiva realizadas pelas equipes de saúde bucal, com o objetivo de minimizar a circulação do vírus. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a ação de escovação dental supervisionada durante e após a Pandemia de covid-19. O desenvolvimento do trabalho baseou-se na análise da série histórica de registros do indicador “média da ação coletiva de escovação dental supervisionada” por um período de cinco anos no estado do Rio Grande do Sul, utilizando dados disponíveis no site aberto “Business Intelligence (BI)” da Secretaria Estadual de Saúde. O cálculo do indicador considera a fórmula: $(\text{número de participantes na ação coletiva realizada em determinado local por 12 meses} / 12) \times 100 / \text{população no mesmo local e período}$. Os resultados indicaram que a média da ação coletiva de escovação dental supervisionada foi

de 1,51 em 2018; 0,89 em 2019; 0,10 em 2020; 0,10 em 2021; 0,03 em 2022; e 0,19 em 2023. Esses dados evidenciam uma redução significativa a partir de 2019, possivelmente relacionada à Pandemia de covid-19. Observa-se, ainda, que em 2023 os níveis dessa ação permanecem distantes dos patamares pré-pandemia, reduzindo os cuidados preventivos em saúde bucal para a população mais carente. Diante desse cenário, é essencial realizar estudos adicionais para compreender as razões dessa redução, considerando que a escovação dental supervisionada é uma prática crucial para a manutenção da saúde bucal das crianças.

GESTÃO LOCAL E O MONITORAMENTO DA COBERTURA VACINAL EM CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO, NA 20ª REGIÃO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

Cristiane Moraes da Silva, Rafael Marcelo Soder,
Marivana Aparecida dos Santos Nessler, Henrique Martins Costa

A cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano está abaixo da meta de 95%, o que aumenta o risco de reintrodução de doenças imunopreveníveis, como sarampo e coqueluche. O Ministério da Saúde tem incentivado o planejamento e a execução de atividades de vacinação em nível local, com foco na realização de ações de alta qualidade. Este resumo apresenta a nota prévia de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Saúde e Ruralidade da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões, cujo objetivo é identificar e analisar o processo de gestão local no monitoramento e acompanhamento da cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano, fornecendo subsídios para futuras estratégias de intervenção. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, que utiliza a triangulação na coleta de dados e a análise de conteúdo como método de tratamento das informações. A pesquisa será realizada na Região de Saúde 20, conhecida como Rota da Produção, no estado do Rio Grande do Sul. Para compor a amostra, foram selecionados aleatoriamente 10 municípios da região, com base no desempenho do Indicador 5 do Previne Brasil no segundo quadrimestre de 2023, sendo que metade dos municípios apresentou cobertura inferior a 67%. Participarão da pesquisa gestores e trabalhadores da atenção básica que atuam em atividades de imunização há pelo menos seis meses. A coleta de dados documentais será realizada por meio da análise de planos de contingência, complementada pela observação da estrutura disponível nas unidades de saúde. O tratamento dos dados seguirá a análise de conteúdo, buscando compreender as práticas de gestão local e as ferramentas de microplanejamento utilizadas para melhorar a cobertura vacinal. O estudo integra o projeto de pesquisa “Gestão e organização da rede de atenção à saúde: dimensões, conexões, realidades e diálogos no SUS em diferentes cenários e territórios”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Os resultados esperados incluem um entendimento detalhado das práticas de gestão local empregadas para monitorar a cobertura vacinal nos municípios da Região 20, além da análise da adoção de ferramentas de microplanejamento para vacinação de alta qualidade e a identificação de bolsões de suscetíveis entre crianças menores de 1 ano. É provável que os municípios com melhor desempenho no Indicador Previne Brasil apresentem

estratégias de monitoramento mais eficazes do que aqueles com resultados inferiores. Os achados da pesquisa serão utilizados para subsidiar mudanças na gestão local, visando uniformizar e aprimorar a cobertura vacinal infantil na região.

REDE SOCIAL SIGNIFICATIVA DE MÃES EM UNIDADE NEONATAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Camila Marchiori Pereira, Luziane Zacche Avellar, Luciana Bicalho Reis

A internação neonatal é um momento delicado para os bebês e suas mães, envolvendo desafios emocionais, logísticos e sociais significativos. A prematuridade e a adaptação ao ambiente hospitalar, agravadas pelas restrições de contato e isolamento impostas pela Pandemia de covid-19, intensificaram as dificuldades, afetando profundamente as relações sociais. Nesse contexto, o presente estudo buscou compreender, sob a perspectiva materna, a dinâmica relacional da rede social significativa de mães com bebês internados em Unidade Neonatal durante a pandemia. O estudo, de abordagem qualitativa, transversal, descritiva e exploratória, utilizou o Mapa de Redes proposto por Sluzki (2006) como instrumento de coleta de dados. Participaram dez mulheres com bebês internados em uma Unidade Neonatal de um hospital no Sudeste do Brasil durante 2022, período crítico da pandemia. A análise dos dados foi ancorada na Teoria de Redes de Carlos Sluzki, e todas as medidas éticas pertinentes à pesquisa foram seguidas. Os resultados foram organizados em três frentes de análise da rede social significativa: aspectos estruturais (tamanho, composição, densidade, dispersão, homogeneidade/heterogeneidade), atributos dos vínculos (história do vínculo, intensidade de compromisso, frequência dos contatos, função predominante, multidimensionalidade e reciprocidade) e tipos de funções desempenhadas (companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e financeira e acesso a novos contatos). As redes sociais das mães foram caracterizadas, predominantemente, por grande tamanho e alta dispersão, sendo compostas majoritariamente por familiares. Apesar disso, muitas redes apresentaram baixa intensidade de vínculos, com pouca intimidade e reconhecimento das conexões como fontes de apoio efetivo. O suporte recebido pelas mães foi predominantemente emocional, cognitivo e material, mas algumas relataram que este foi insuficiente, especialmente por parte dos parceiros, que frequentemente não assumiram a corresponsabilidade pelos cuidados com o bebê. Além disso, o medo de contaminação por covid-19 contribuiu para um distanciamento entre as mães e suas redes sociais durante o período de internação, intensificando os sentimentos de vulnerabilidade. Apesar desses desafios, as redes sociais se mostraram efetivas em oferecer suporte nos contextos neonatais, destacando a importância de sua integração aos cuidados de saúde como componente estratégico para a humanização das práticas das equipes neonatais. O estudo enfatiza a necessidade de futuras investigações sobre a participação das redes sociais significativas durante a internação neonatal, incluindo a perspectiva dos membros dessas redes. Essas pesquisas podem subsidiar políticas públicas que contemplem tanto as mães quanto aqueles que desempenham papéis de apoio, fortalecendo as bases para um cuidado mais abrangente e inclusivo.

A LUDICIDADE E HUMANIZAÇÃO PRESENTES NOS PROCESSOS FORMATIVOS DO SUS SÃO CRISTÓVÃO

Sayonara Ferreira de Carvalho, Everton de Almeida Nunes, Ana Beatriz Araujo Neri,
Luiza Glaucia Santana de Souza, Maria Socorro Lobato

As formações promovidas pela Educação Permanente em Saúde (EPS) da Secretaria Municipal de Saúde de São Cristóvão têm se destacado por adotar metodologias que utilizam a ludicidade como estratégia didático-metodológica. Essa abordagem visa construir saberes e práticas em saúde junto a estudantes, usuários e profissionais dos serviços municipais de saúde. A EPS tem aplicado essas metodologias em diversas atividades, como encontros com profissionais do SUS, acolhimento de residentes da área da saúde da UFS, processos avaliativos conduzidos pelos gestores de saúde, campanhas de conscientização sobre ISTs, ações do Janeiro Branco em salas de espera das unidades de saúde e formações de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE). Os percursos socioformativos incluem também o uso de tecnologias digitais, como a ressignificação do aplicativo WhatsApp, para criar conteúdos audiovisuais de estética lúdica. Esses materiais reforçam os saberes compartilhados em encontros presenciais e promovem a educação em saúde de forma assíncrona. O objetivo central é compartilhar a experiência de implantação da ludicidade como estratégia didático-metodológica na formação de estudantes, profissionais e usuários do SUS, utilizando a abordagem da Socioformação. A Socioformação, abordagem teórico-metodológica adotada pela EPS, integra os campos da Educação, Comunicação e Artes, priorizando a ludicidade e o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem busca formar futuros profissionais de saúde, promover o bem-estar físico e mental dos trabalhadores e ressignificar a cultura de atendimento aos usuários do SUS. Reconhecendo a dinâmica do trabalho na saúde, os momentos formativos rompem com abordagens tradicionais e utilizam uma estética inovadora, com roteiros que estabelecem objetivos claros de aprendizado e promovem experiências significativas, prazerosas e transformadoras. Os encontros presenciais incluem aberturas lúdicas e sensíveis, geralmente com apreciações artísticas relacionadas à temática da formação. A filosofia da EPS é criar um equilíbrio entre entretenimento e informação, transformando o conhecimento em uma experiência interativa, dinâmica e horizontal, onde os participantes atuam como coautores. Essa abordagem facilita a internalização de saberes e práticas durante o curto período de imersão nas atividades formativas. Os resultados da implementação da ludicidade nos processos formativos têm demonstrado seu potencial transformador. Aumento significativo na adesão e participação dos profissionais nas atividades foi observado, com maior engajamento e interesse nos processos de aprendizagem. Esses resultados são evidenciados nos formulários avaliativos, que destacam a eficácia dessa metodologia. A ludicidade, dentro da abordagem da Socioformação, se consolida como uma estratégia promissora para transformar a EPS no SUS local. Ela não apenas contribui para a formação de profissionais qualificados, mas também promove o bem-estar dos trabalhadores e ressignifica o atendimento aos usuários. Para garantir o aprimoramento e a sustentabilidade dessa prática, é essencial a continuidade das ações, consolidando-a como uma ferramenta indispensável na formação em saúde.

ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: INOVANDO COM O SIMPLES!

Elisa Barreto dos Santos Daroz, Aline Brizon Menegardo,
Fernnanda Castellari Bagatol, Mariza Pereira Magalhães Daroz

Este trabalho realiza uma análise reflexiva dos processos de trabalho das Equipes de Saúde da Família (ESF) em Unidades de Saúde, abordando os macroprocessos, microprocessos básicos e clínicos na gestão do trabalho. Parte-se da premissa de que o trabalhador é sujeito e agente transformador do ambiente e das ações nos processos de trabalho, contribuindo para a organização da assistência à saúde e do cuidado. Utilizando a Educação Permanente em Saúde (EPS) como ferramenta central, busca-se promover uma reflexão crítica sobre as práticas cotidianas nos serviços de saúde, visando transformações nas relações, nos processos, nos atos de saúde e nas pessoas. Uma experiência bem-sucedida desse processo foi a qualificação da coleta, entrega de resultados e monitoramento de exames citopatológicos e mamografias em mulheres de 25 a 69 anos, bem como o acompanhamento pré-natal realizado pela ESF e gestão municipal de Rio Novo do Sul. Essa ação incluiu a vinculação das gestantes aos serviços de referência para partos de baixo e alto risco no Sul do Espírito Santo, utilizando uma planilha remota para organização e monitoramento. Para desenvolver esse trabalho, foram realizados grupos reflexivos com enfermeiros da ESF, com o objetivo de estimular suas capacidades técnicas e institucionais, fortalecer ações de prevenção e controle de condições que afetam o clima organizacional, além de promover a saúde e o bem-estar da força de trabalho. Essa abordagem também considerou os desafios psicológicos e as dificuldades multidimensionais relacionadas aos cuidados preventivos e ao papel dos profissionais na sociedade. Capacitações foram realizadas para a utilização do SISCAN e do SISAB, incluindo a disponibilização de senhas de acesso para inserção de solicitações, monitoramento e acompanhamento dos exames. Essa iniciativa resultou na qualificação dos dados no sistema e na operacionalização eficiente do SISAB, promovendo um gerenciamento mais efetivo dos indicadores de saúde do município. Os resultados obtidos demonstraram um impacto significativo: maior autonomia para gerenciar o sistema SISCAN, qualificação dos dados das pacientes, entrega dos resultados em tempo adequado, aumento de 162% no número de citopatológicos realizados e de 187% nas mamografias registradas no SISCAN. Houve também melhoria na cobertura desses indicadores, maior qualidade do impresso que acompanha as lâminas, redução do risco de acidentes com o material, economia de recursos de transporte e acesso direto ao sistema. Atualmente, está em implantação a qualificação do acesso dos usuários do território sanitário da UBSF Ivo Olioza, no município de Rio Novo do Sul, para agendamentos. Esse processo utiliza um formulário online disponível na página oficial do município, permitindo a análise das respostas e a classificação de risco das solicitações. Essa iniciativa visa aprimorar a eficiência e a acessibilidade nos serviços, fortalecendo a organização e a gestão do cuidado em saúde no município.

A RELAÇÃO ENTRE OS EXAMES DE MAMOGRAFIA BILATERAL E OS CUSTOS COM A MORBIDADE DA NEOPLASIA MALIGNA E BENIGNA DA MAMA

Francisca Livia de Abreu Azevedo, Hellen Roehrs, Vivianne Mendes Araújo Silva

O câncer de mama é um problema de saúde pública cuja incidência vem aumentando no Brasil, com projeções de que se torne a principal causa de morte entre 2029 e 2030, mesmo com a existência de exames de rastreamento. Os diagnósticos nos estágios avançados da doença (III e IV) demandam altos custos para tratamento, enquanto o diagnóstico precoce, realizado por meio da mamografia bilateral, favorece prognósticos mais positivos e reduz os gastos financeiros. O objetivo deste estudo foi verificar a relação entre o quantitativo de exames de mamografia bilateral e os custos associados à morbidade de neoplasias malignas e benignas de mama. Trata-se de um estudo quantitativo baseado nos dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) referentes aos anos de 2018, 2020 e 2022. Foram analisadas as quantidades de mamografias bilaterais realizadas nas diferentes regiões do Brasil e os custos com a morbidade das neoplasias de mama. Após identificar as regiões Norte e Sudeste como outliers em termos de número de exames realizados, foram sorteadas duas regiões de saúde para análise: Médio Norte Araguaia (Norte) e Rio Pardo (Sudeste). O teste de Shapiro-Wilk foi utilizado para verificar a normalidade dos dados, e a correlação entre as variáveis foi analisada por meio do teste de Pearson e da matriz de correlação de Pearson. Os resultados indicaram que a região Norte apresentou o menor quantitativo de exames de mamografia ($n=343.467$), enquanto o Sudeste apresentou o maior número ($n=4.916.933$). Na região de Médio Norte Araguaia (Norte), a correlação entre o número de mamografias realizadas e os custos com morbidade das neoplasias não foi estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0,4309$). Contudo, na região de Rio Pardo (Sudeste), os resultados demonstraram uma correlação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0,02319$), indicando que um maior número de mamografias realizadas está associado a uma redução nos custos com morbidade das neoplasias benignas e malignas da mama. Conclui-se que falhas no rastreamento dificultam o combate ao câncer em um país marcado por profundas desigualdades sociais, resultando em diagnósticos tardios e no aumento dos gastos com tratamento. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso equitativo aos exames de rastreamento, com foco especial em regiões menos favorecidas, como o Norte do Brasil, para reduzir as desigualdades e os custos associados à morbidade do câncer de mama.

MONITORAMENTO DO PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE

Rodrigo Getelina Vieira, Lourenço Redin Jahnke, Jairo da Luz Oliveira,
Lara Letícia Dotto Nardi, Sheila Kocourek

Conforme pactuado pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde (APS), pelo menos 60% das gestantes devem receber atendimento odontológico na APS. Durante a gravidez, as mulheres

tendem a estar mais receptivas a informações sobre saúde, tornando esse período ideal para promover hábitos de higiene bucal e desmistificar o atendimento odontológico. Para isso, a capacitação dos profissionais é essencial, permitindo que realizem o atendimento com segurança, compreendendo as alterações fisiológicas e identificando o trimestre mais adequado para intervenções. Estudos indicam que o 2º trimestre é preferível para tratamentos odontológicos, embora casos de urgência devam ser atendidos em qualquer fase da gestação, já que nenhuma necessidade deve ser negligenciada. O acompanhamento pré-natal é fundamental para prevenir e detectar precocemente condições que podem afetar a gestante e o feto, como infecções, eclâmpsia, diabetes gestacional e anemia. No período gestacional, várias alterações ocorrem no organismo da mulher, incluindo na cavidade oral, devido às variações fisiológicas. Por isso, é crucial que as gestantes sejam atendidas pela equipe da APS e realizem o pré-natal odontológico. Nesse contexto, destaca-se o Indicador 3 do programa Previne Brasil, que mede a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado na APS. Este estudo, de análise documental, teve como objetivo avaliar o desempenho do Indicador 3 do Previne Brasil em 2023 nos 33 municípios das 1ª e 2ª regiões de saúde, pertencentes à 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS). Os dados foram coletados por meio da plataforma SISAB (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica). Os resultados indicaram que, na 4ª CRS, a maioria dos municípios (24 dos 33) mantém o índice acima do pactuado ou está em processo de desenvolvimento para atingi-lo. O engajamento e a dedicação dos profissionais, aliados ao monitoramento constante dos dados, têm contribuído para a manutenção de altos níveis de cobertura, promovendo a prevenção de doenças periodontais e cáries, que podem causar infecções odontogênicas. A redução dessas infecções está associada à diminuição de complicações gestacionais, como parto prematuro, baixo peso ao nascer e pré-eclâmpsia. Para os municípios que ainda não alcançaram o índice pactuado, levantaram-se hipóteses como a falta de integração multiprofissional, incluindo o envolvimento insuficiente dos dentistas nas ações da equipe de APS. Além disso, erros na importação de dados dos sistemas privados para o E-SUS podem gerar discrepâncias entre as ações realizadas e os registros aprovados. Outra barreira identificada é o medo das gestantes de realizar atendimentos odontológicos devido a mitos de que poderiam prejudicar o feto. Em suma, o monitoramento realizado demonstra que, embora a maioria dos municípios esteja progredindo em direção ao índice pactuado, ainda existem localidades que necessitam de ações específicas para superar barreiras. Estudos futuros são recomendados para identificar e abordar essas lacunas, reforçando a importância do atendimento odontológico durante a gestação para promover o bem-estar materno e infantil.

SAÚDE BUCAL NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Clareane Gomes de Santana Souza, Elisa Prezotto Giordani

O Programa Saúde na Escola (PSE) tem como objetivo contribuir para a formação dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, auxiliando no desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Este relato descreve uma experiência realizada em uma escola do município de Vila Velha/ES, resultado das estratégias firmadas entre a escola e a unidade

básica de saúde do mesmo território, conforme o projeto pedagógico e o calendário anual do PSE. No dia 24/04/2024, na UMEF Prof. Nair Dias Barbosa, localizada em Ponta da Fruta, Vila Velha (ES), foi realizada uma palestra sobre saúde bucal direcionada aos alunos de 11 a 14 anos. Os temas abordados incluíram higiene oral (uso de fio dental e escovação), placa bacteriana e formação de cáries, cuidados com aparelhos ortodônticos, uso de escovas específicas e os impactos de alimentos ricos em açúcar na saúde bucal. Considerando a faixa etária dos alunos, a palestra foi planejada para ser curta e objetiva, incluindo temas atuais que conectassem higiene e estética do sorriso, buscando atrair a atenção dos jovens e minimizar a dispersão. Durante a atividade, foi realizado um “quiz” que incentivou os alunos a tirarem dúvidas diretamente com a cirurgiã-dentista. Ao final, foram distribuídos kits de escovação contendo escova dental, fio dental e creme dental. A experiência mostrou que manter a atenção dos adolescentes é um desafio, pois eles tendem a dispersar facilmente. Por isso, métodos práticos e interativos são fundamentais para fixar o conhecimento, objetivo principal de atividades educativas como esta. O método utilizado foi eficaz, permitindo que todas as informações fossem transmitidas e proporcionando interação direta com a profissional, o que gerou um alto grau de engajamento dos alunos. A ação foi bem-sucedida, demonstrando o impacto positivo de estratégias lúdicas e interativas na promoção da saúde bucal no ambiente escolar, reforçando a importância do PSE na integração entre saúde e educação.

ENCONTRO MULTIDISCIPLINAR DO CUIDADO EM FERIDAS (EMCEF) COMO MEIO DE FORTALECER O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE LESÕES NO AGRESTE ALAGOANO

Josefa Yolanda Vitório Costa, José Eduardo Ferreira Dantas, Josineide Soares da Silva

As feridas são interrupções na continuidade da pele, com múltiplas etiologias e classificações. Indivíduos com alterações vasculares periféricas e Diabetes Mellitus (DM) estão mais propensos ao desenvolvimento dessas lesões. No caso do DM, há comprometimento da circulação periférica e redução da sensibilidade tátil nas extremidades, o que pode levar ao agravamento das feridas e, em casos extremos, à amputação terapêutica de membros. Alagoas está entre os estados com maior incidência de amputações no Brasil, especialmente em dedos, antepé, pés e membros inferiores. Entretanto, essas amputações podem ser prevenidas por meio do cuidado precoce e imediato com as feridas, tanto na sua prevenção quanto no tratamento eficaz. Diante desse cenário, o presente trabalho busca relatar, sob a perspectiva de acadêmicos, as contribuições do evento “Encontro Multidisciplinar do Cuidado em Feridas (EMCEF)” para o fortalecimento do tratamento baseado em evidências e a prevenção de lesões agudas e crônicas no agreste alagoano. O estudo é de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, configurando-se como um relato de experiência acerca das contribuições do evento. O EMCEF foi organizado pela Liga Acadêmica de Cuidados em Feridas (LACEF), vinculada ao curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca. Por ser

um evento multidisciplinar, teve como objetivo principal fortalecer o tratamento e a prevenção de lesões crônicas, com foco nos profissionais de saúde da atenção primária, responsáveis pela porta de entrada no sistema de saúde brasileiro, e em acadêmicos interessados no aprofundamento de conhecimentos sobre tratamento de feridas. A organização do evento articulou-se com a coordenação de educação permanente da prefeitura municipal para garantir a participação dos profissionais de saúde, transformando-o em um momento de educação permanente. Ao todo, participaram 74 pessoas, entre acadêmicos e profissionais da saúde, que tiveram acesso a conteúdos sobre princípios gerais do cuidado em feridas, cuidado com feridas neoplásicas – considerando o aumento dos casos de câncer devido à maior longevidade da população – e terapias integrativas e complementares para o tratamento de lesões. Além disso, foram oferecidos minicursos teórico-práticos sobre desbridamento instrumental conservador e uso de coberturas/correlatos. Houve também uma mesa-simpósio com profissionais responsáveis por serviços especializados no tratamento de feridas na 2ª macrorregião de saúde, para discutir a epidemiologia das feridas no estado. Conclui-se que o evento respondeu a uma necessidade epidemiológica, visando minimizar o agravamento de lesões preveníveis e promover o tratamento adequado das já existentes. Com isso, fortaleceu-se a atenção primária no município e a formação acadêmica dos discentes, tanto como participantes quanto como organizadores.

RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO EM MULHERES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA MOTORA NO OESTE DE SANTA CATARINA

Maíra Rossetto, Karina Tombini, Priscila Pavan Detoni, Jane Kelly Oliveira Friestino

O câncer é atualmente um dos maiores desafios de saúde pública, apresentando uma taxa de incidência crescente. Em 2018, a taxa de incidência calculada foi de 65,3 casos por 100 mil habitantes. É também a segunda principal causa de morbimortalidade entre as doenças crônicas. A prevalência alcança 24,2%, enquanto a taxa de mortalidade é de 15%, o que evidencia a magnitude desse problema para os sistemas de saúde. Este estudo teve como objetivo avaliar o rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres com deficiência física motora na atenção primária à saúde em um município do Oeste catarinense. Trata-se de um estudo quantitativo, utilizando o instrumento de Sperling et al. para a coleta de dados. O instrumento foi encaminhado aos Centros de Saúde da Família (CSF) do município, sendo direcionado aos enfermeiros assistenciais responsáveis pela coleta de exames preventivos em suas rotinas. Para análise dos dados, foram empregados os programas Excel e PSPP. A distribuição da variável dependente em relação às variáveis independentes foi analisada pelo teste qui-quadrado de Pearson, com intervalo de confiança de 95%, considerando-se estatisticamente significativos os valores de $p < 0,05$. O projeto foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Participaram da pesquisa 29 enfermeiros, sendo a maioria mulheres (96,6%), com idade predominante entre 31-35 anos e 41-50 anos (27,6%). A maior participação foi de profissionais do CSF Alta Floresta e do CSF Leste (10,3%).

Dos 26 CSF do município, 19 contaram com representantes na pesquisa. Quanto ao tempo de atuação, 31% dos enfermeiros possuíam de 5 a 10 anos de experiência, enquanto 13,8% tinham entre 10 e 15 anos, 10,3% entre 15 e 20 anos, e 6,9% mais de 20 anos. O estudo concluiu que o município apresenta pontos fortes na rede de atenção, como o envolvimento da equipe multidisciplinar (ACS, médicos e demais profissionais) no acompanhamento das mulheres com deficiência física motora. Além disso, o uso de prontuários eletrônicos permite o acesso compartilhado às informações pelos profissionais da rede. Contudo, identificaram-se desafios importantes, como a necessidade de adaptação da estrutura física dos serviços, capacitação dos profissionais para lidar com essa temática e conscientização das mulheres sobre a importância do rastreamento do câncer de colo do útero.

O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA COMO INTERVENÇÃO NECESSÁRIA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

João Victor Souza Ferreira, Letícia Felix de Souza, Ana Júlia Xavier Porto Praça,
Marcos Antônio Resende da Silva

O Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 2007, é uma iniciativa governamental que promove a integração das áreas de saúde e educação, visando à saúde e ao bem-estar dos estudantes. O programa implementa ações preventivas e de promoção à saúde em parceria com instituições de ensino, abordando aspectos como saúde bucal, alimentação saudável, prevenção de doenças, cultura de paz e estímulo à prática de atividades físicas. Reconhecendo o ambiente escolar como estratégico para a promoção da saúde e prevenção de agravos, o PSE desempenha um papel fundamental nesse contexto. Este resumo destaca a experiência dos residentes do primeiro período do programa de residência multiprofissional em atenção básica da Escola de Governo Fiocruz Brasília, que buscaram promover ações de saúde por meio do PSE. Nas residências multiprofissionais em saúde, o PSE é uma das atribuições dos residentes, sendo sua relevância observada nas atividades realizadas na Unidade Básica de Saúde (UBS) 01 do Núcleo Bandeirante. Sob a liderança da equipe azul da UBS, e em conformidade com as diretrizes do PSE, foram estabelecidas parcerias com escolas do território, incluindo o Centro de Ensino Infantil do Núcleo Bandeirante (CEI-NB), que atende cerca de 445 crianças de 3 a 5 anos. Entre março e abril de 2023, foram realizadas oficinas de brinquedo terapêutico, suplementação de vitamina A, triagem das cadernetas de vacinação das crianças e aplicação de vacinas contra covid-19 e Influenza. Como resultado, 173 cadernetas (39% das crianças matriculadas) foram triadas, das quais 97% apresentaram o esquema vacinal de rotina completo, enquanto 85% não haviam recebido vacinação contra covid-19. Além disso, 78% das crianças receberam suplementação de vitamina A. No segundo momento, foram vacinadas 94 pessoas contra Influenza e 29 crianças contra covid-19. Para minimizar o impacto emocional do processo de vacinação, os residentes realizaram atividades de brinquedo terapêutico na brinquedoteca da escola, utilizando brincadeiras e perguntas norteadoras, como “O que é saúde?” e “Como podemos fazer para ter saúde?”. Essas intervenções abordaram

temas como saúde bucal, alimentação saudável, higiene e vacinação, reforçando a importância desses fatores na manutenção da saúde. Conclui-se que as atividades desenvolvidas pelo PSE têm um papel estratégico na promoção da saúde e, no contexto da residência multiprofissional, proporcionam o desenvolvimento de habilidades colaborativas. Essas experiências fortalecem redes intersetoriais de saúde, educação e outras políticas públicas, contribuindo para uma abordagem integrada e eficaz na promoção do bem-estar infantil.

INTEGRAÇÃO ODONTOLOGIA-ACS: RELATO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Elisa Prezotto Giordani, Itamar Francisco Teixeira, Clayde Cristina de Azevedo, Lara Masson Pignaton, Sabrina Santos Vicentini, Clareane Gomes, Maria Júlia Fontes Pavanello

Este trabalho relata uma iniciativa de integração entre cirurgiões-dentistas da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e agentes comunitários de saúde (ACS) em Vila Velha, Espírito Santo, por meio de uma palestra sobre saúde bucal. O objetivo principal foi qualificar os ACS, promovendo a valorização de suas atividades e destacando a importância do contato interprofissional na Atenção Primária à Saúde (APS) para o cuidado ampliado e integral. O curso de Aperfeiçoamento em Saúde da Família e Comunidade com Ênfase em Odontologia Clínica, oferecido pelo Programa de Qualificação da APS do ICEPI-SESA, realiza encontros presenciais mensais para atividades assistenciais ou educativas conduzidas por estudantes e docentes. Identificando a necessidade de alcançar novos públicos, foi elaborada uma palestra voltada aos ACS de uma unidade de saúde. A Coordenação de Saúde Bucal ampliou a proposta, organizando a capacitação para aproximadamente 300 ACS do município, divididos em dois períodos de três horas, em um auditório universitário. Os temas abordados incluíram a observação de lesões labiais, higiene bucal e de próteses, consequências do tabagismo e alcoolismo, alimentação saudável, amamentação e desenvolvimento estomatognático, além de orientações sobre encaminhamentos ao serviço odontológico. A apresentação foi planejada para ser prática, com poucos textos, muitas ilustrações e linguagem acessível, evitando termos técnicos e buscando maior envolvimento dos participantes. Simulações de situações reais e momentos de interação física e emocional aproximaram a equipe odontológica dos ACS. Ao final, uma rodada de perguntas contou com a presença da coordenadora de saúde bucal, representantes da Secretaria de Saúde e da imprensa local, enriquecendo o debate. Os resultados mostraram grande satisfação do público, evidenciada por intensos aplausos, comentários positivos e agradecimentos espontâneos. Os ACS sentiram-se valorizados ao serem foco exclusivo da capacitação. Para os estudantes, a experiência revelou a importância de direcionar atividades educativas não apenas aos usuários do SUS, mas também a outros membros da equipe de saúde, promovendo seu aprimoramento. Conclui-se que estudantes da área da saúde devem ser incentivados a desenvolver atividades educativas para públicos além dos usuais, como crianças, fumantes, hipertensos e diabéticos. Iniciativas voltadas a outros profissionais da equipe fortalecem a interdisciplinaridade, melhoram as relações no ambiente de trabalho, qualificam o cuidado nos territórios e contribuem para o reconhecimento e valorização do trabalho em saúde.

MULHERES IMIGRANTES NO OESTE CATARINENSE: UM DIÁLOGO SOBRE A ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL

Maíra Rossetto, Isis Carolina Viali, Paulo Xavier

Em uma cidade do oeste de Santa Catarina, Brasil, observou-se um aumento no número de imigrantes, o que levou a Rede de Atenção à Saúde local a adaptar-se para atender às novas demandas, incluindo serviços voltados ao pré-natal. Nesse contexto, foi importante analisar a percepção das gestantes imigrantes sobre as ações de pré-natal oferecidas nos Centros de Saúde da Família. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com dados coletados por meio de entrevistas realizadas com oito gestantes imigrantes. Foram identificados o perfil demográfico desse grupo, compreendida sua dinâmica de acesso ao pré-natal e apontadas particularidades entre os sistemas de saúde dos países de origem das imigrantes e do Brasil. Sugere-se que novos estudos sejam realizados para abranger mais aspectos relacionados ao pré-natal entre mulheres imigrantes, com enfoque nos fatores culturais e econômicos envolvidos no cuidado.

PANORAMA DO FINANCIAMENTO DAS EQUIPE DE SAÚDE BUCAL DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE

Rodrigo Getelina Vieira, Lourenço Redin Jahnke, Jairo da Luz Oliveira,
Lara Letícia Dotto Nardi, Alan Rafael Martins Savariz, Tayna de Fátima da Silva Santos

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e reúne diversos núcleos profissionais, entre eles a Equipe de Saúde Bucal (ESB), cuja função é estabelecer uma relação próxima com os usuários para atender às principais demandas de saúde bucal da população. A ESB está vinculada ao Identificador Nacional de Equipe (INE) de uma Estratégia de Saúde da Família (ESF), tendo como papel ampliar o acesso aos serviços por meio de ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, conforme as necessidades do território. Essa equipe é composta por um cirurgião-dentista acompanhado de um auxiliar e/ou técnico em saúde bucal, sendo que a prioridade do Ministério da Saúde são equipes com 40 horas semanais, embora também existam modalidades diferenciadas de 30 ou 20 horas semanais. Municípios que realizam o credenciamento recebem um valor único de implementação e recursos mensais para custeio da equipe. Além dos procedimentos odontológicos típicos da atenção primária, a ESB realiza escovação supervisionada, visitas domiciliares, atendimentos na Unidade Odontológica Móvel (UOM) em áreas de difícil acesso, participa do Programa Saúde na Escola (PSE), oferece pré-natal odontológico e organiza grupos educativos sobre temas como tabagismo e câncer bucal. O presente estudo documental teve como objetivo verificar o panorama dos municípios da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) em relação ao incentivo à ESB. Foram analisados dados da plataforma do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), que reúne informações dos estabelecimentos de saúde do país, e do e-Gestor AB, que permite acesso a sistemas de informação da APS. A análise, realizada entre janeiro e março de 2024, abrangeu 33 municípios das

1ª e 2ª regiões de saúde do estado do Rio Grande do Sul, que compõem a 4ª CRS. Entre os municípios analisados, 15 possuem efetivo profissional suficiente para credenciar novas ESBs junto ao Ministério da Saúde, enquanto seis não dispõem de auxiliares ou técnicos em saúde bucal, cuja contratação permitiria a formação de novas equipes com os cirurgiões-dentistas disponíveis. Em um dos municípios, observou-se a presença de apenas um dentista com carga horária de 16 horas semanais para atender mais de 16 mil habitantes, uma situação insuficiente para atender às demandas de promoção e prevenção de saúde bucal e dificultar a construção de vínculos entre profissional e paciente. Os dados obtidos evidenciam a necessidade de melhorias na gestão pública municipal e na organização cadastral das equipes. É essencial que os gestores estejam cientes dos programas e incentivos financeiros disponíveis para a implantação de novas ESBs e dos benefícios que esses serviços trazem à população. O financiamento da ESB visa apoiar as equipes, oferecer atendimento de maior qualidade e ampliar a cobertura de saúde bucal, contribuindo para o desenvolvimento de indicadores de saúde e aprimorando o cuidado à população.

ATUAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE CARIRI CEARENSE

João Agostinho Neto, Maira pereira Sampaio Macêdo, Ingrid Vieira Santos Souza, Lucia Maria de Lima Paiva, Tereza Cristina Mota de Souza Alves, Rondinelle Alves do Carmo, Maria de Fátima Vasques Monteiro, Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho

A introdução do fortalecimento da Educação Permanente em Saúde (EPS) no Brasil, impulsionada por ações da Secretaria Ministerial de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, tem ganhado destaque em diversos estados. No Ceará, a Escola de Saúde Pública, orientada pelo Plano Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde 2024-2027, promove a revitalização do Projeto Rede Estadual Saúde Escola (RESE). Esse projeto busca transformar os eixos do quadrilátero da Política de Educação Permanente em Saúde (gestão, formação, atenção e controle social) em espaços de educação e desenvolvimento profissional comprometidos com a qualidade da atenção e a coordenação do sistema de saúde. Este estudo tem como objetivo descrever o processo de atuação de um Núcleo Regional de Educação Permanente em Saúde (NUREPS) na região de saúde do Cariri cearense. O desenvolvimento do trabalho foi estruturado como um relato de experiência, baseado nas diretrizes do Projeto RESE e no plano de ação semestral dos apoiadores da Educação Permanente em Saúde no Ceará, que foram selecionados para executar o Plano de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde em 2024. Os resultados destacam que o NUREPS é um espaço estratégico de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, responsável por prestar apoio aos 45 municípios da Região de Saúde do Cariri, com ênfase na qualificação da RESE. Entre as ações realizadas, estão o apoio à criação e implementação de Núcleos Municipais de Educação Permanente em Saúde (NUMEPS); o levantamento diagnóstico situacional das instituições de ensino em saúde (níveis superior e médio/técnico) e seus cursos; a identificação de trabalhadores de saúde por categoria profissional, equipamentos de saúde e equipes de Atenção Primária; e a articulação de espaços regionais, como as comissões de integração ensino-serviço, para discussões e construções coletivas

de demandas de EPS. Além disso, o núcleo oferece suporte às Conferências Municipais de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e participa ativamente das Conferências Regional e Estadual. Conclui-se que a atuação do NUREPS no Cariri fortalece a gestão do trabalho e a educação na saúde, alinhando-se às políticas governamentais voltadas à EPS. A expansão da RESE representa uma oportunidade valiosa para qualificar e formar profissionais no e para o Sistema Único de Saúde (SUS). Com a ampliação dos NUREPS, espera-se que os municípios reconheçam e utilizem esses espaços para refletir, organizar, otimizar, qualificar e potencializar a educação na saúde em âmbito municipal.

COBERTURA DOS LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESE DENTÁRIA NA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE

Rodrigo Getelina Vieira, Lourenço Redin Jahnke, Jairo da Luz Oliveira,
Lara Letícia Dotto Nardi, Alan Rafael Martins Savariz, Tayna de Fátima da Silva Santos

Em 2024, o programa Brasil Sorridente, do Ministério da Saúde, completou 20 anos de existência, consolidando-se como uma importante política pública de saúde bucal. Além de regulamentar as Equipes de Saúde Bucal (ESB), as Unidades Odontológicas Móveis (UOM) e os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), o programa inclui os Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), que atuam na média complexidade dos atendimentos odontológicos no Sistema Único de Saúde (SUS). Os LRPD foram criados para atender à crescente demanda por próteses dentárias nos municípios, oferecendo próteses totais, próteses parciais removíveis e próteses coronárias/intrarradiculares, com o objetivo de reabilitar a cavidade oral, melhorar o bem-estar e elevar a autoestima dos usuários. Esses laboratórios complementam o atendimento realizado na atenção primária, assumindo a etapa laboratorial da confecção das próteses. Todos os municípios, independentemente de sua base populacional, podem se cadastrar para receber recursos destinados à produção de próteses por meio do programa. Cada laboratório recebe verba mensal de custeio do Ministério da Saúde, proporcional à sua faixa de produção, e em 2023, esse incentivo financeiro foi ampliado em 1,5 vezes, tornando o programa mais atrativo para adesão municipal. O presente estudo é uma análise documental que avalia a cobertura dos LRPD entre 2021 e 2023, abrangendo as 1ª e 2ª regiões de saúde que compõem a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS). Os dados foram obtidos no TabNet/DataSUS, uma ferramenta do Ministério da Saúde que fornece informações para subsidiar análises e elaborar ações em saúde. Durante o período analisado, observou-se que apenas 12 dos 33 municípios da 4ª CRS produziram próteses através dos LRPD. Em 2021, apenas 6 municípios estavam cadastrados no programa, número que aumentou para 11 em 2022 e permaneceu estagnado em 2023. Essa baixa adesão reflete a ausência de LRPD em grande parte dos municípios, comprometendo a integralidade do cuidado em saúde bucal e impactando negativamente a qualidade de vida dos pacientes mais vulneráveis. Diante desse cenário, é fundamental que os gestores municipais se mobilizem para credenciar os LRPD em seus territórios, promovendo assim o bem-estar e a recuperação da saúde bucal da população.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE MULHERES GRÁVIDAS E PUÉRPERAS NO SISTEMA PRISIONAL DE CHAPECÓ: ANÁLISE DO ITINERÁRIO TERAPÊUTICO

Maíra Rossetto, Cinthia de Fatima Machado, Renan Mendonça de Souza

O objetivo deste estudo foi analisar o itinerário terapêutico de mulheres em situação de cárcere durante o pré-natal, parto e puerpério no sistema prisional do município de Chapecó (SC), conforme os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS). A metodologia adotada foi qualitativa, envolvendo seis gestantes e/ou puérperas por meio de entrevistas, observação não participante e análise documental, incluindo prontuários e cadernetas da gestante. As entrevistas ocorreram no complexo prisional em uma sala cedida pela gestão, no período de setembro de 2022 a maio de 2023. Os dados foram analisados segundo o método de Bardin, que compreende três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material, e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética e as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados foram organizados em cinco categorias de análise: 1) características sociais, processo assistencial e itinerários percorridos pelas participantes; 2) o pré-natal: entre a angústia e as incertezas; 3) o parto: o dia tão esperado; 4) o puerpério: uma tempestade de sentimentos e suas percepções finais; e 5) processo observacional dos pesquisadores. O itinerário terapêutico das mulheres incluiu atendimentos na rede básica, especializada ambulatorial e hospitalar. No entanto, o estudo identificou que muitas mulheres não foram ouvidas em suas queixas, enfrentaram violências obstétricas e dificuldades de comunicação com os profissionais de saúde durante o atendimento. Como considerações finais, o estudo apontou a escassez de informações precisas sobre a temática e a interferência de alguns profissionais do complexo prisional no processo de entrevista como obstáculos importantes. Foi identificada uma falta de articulação entre os setores de Saúde e Segurança, o que compromete a assistência às mulheres que vivenciam o período gravídico-puerperal em situação de cárcere. Esses desafios reforçam a necessidade de maior integração entre as áreas e de estratégias específicas para garantir assistência adequada e humanizada a essas mulheres.

REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA A FAMÍLIA DE CRIANÇAS NO ESPECTRO AUTISTA

Selmiléia Franciane de Andrade, Larissa Alves de Souza, Patrícia Pinto Braga

Famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam sobrecargas, desafios e níveis de estresse maiores quando comparadas a famílias de crianças com desenvolvimento típico. Este estudo teve como objetivo analisar as repercussões da pandemia da covid-19 na adaptação familiar de crianças com TEA. Foi realizada uma pesquisa qualitativa orientada pelo Modelo de Resiliência, Stress, Ajustamento e Adaptação Familiar, com a participação de 13 famílias de crianças

com TEA. Ao todo, foram realizadas 22 entrevistas semiestruturadas com 12 mães, dois pais, cinco avós e quatro irmãos. As entrevistas foram organizadas e analisadas com o auxílio de software, e genogramas e ecomapas foram utilizados para representar esquematicamente as famílias e suas interações com a comunidade. Os dados foram submetidos a análise temática indutiva, com validação e verificação do processo de codificação por diferentes pesquisadores. Os resultados destacaram cinco categorias principais: (1) funcionalidade familiar nos cuidados à criança com TEA durante a pandemia; (2) repercussões negativas da pandemia sobre a funcionalidade familiar; (3) cotidiano de cuidados à criança; (4) apreciação familiar do diagnóstico à convivência e perspectivas futuras; e (5) gerenciamento familiar de estressores no contexto dos cuidados à criança com TEA. As experiências de adaptação familiar foram marcadas por fatores de apoio, como fé e espiritualidade, presença de uma rede de apoio, comunicação e compartilhamento de tarefas entre os membros da família, além da oferta de atendimentos em saúde e educação. No entanto, desafios significativos emergiram, incluindo sobrecarga materna, discriminação e falta de atividades de lazer. As repercussões negativas da pandemia na adaptação familiar envolveram restrições na rede de apoio, aumento das demandas de cuidado, atraso no desenvolvimento e regressão de habilidades das crianças, além de manifestações de ansiedade e depressão nos cuidadores diretos. A insegurança quanto ao futuro das crianças também se destacou como uma preocupação recorrente. Esses resultados evidenciam a necessidade de apoio político e assistencial para essas famílias no período pós-pandemia, visando auxiliá-las no gerenciamento dos desafios e na promoção de uma melhor adaptação aos cuidados necessários.

APRENDIZADO PRÁTICO EM SAÚDE PÚBLICA: RELATO DE ESTÁGIO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Abigail Babetzki Bonetti, Ellen Nogueira Avila, Cristiane Moraes da Silva, Graciella da Silva Campello, Renan Soares Fagundes, Marivana Aparecida dos Santos Nessler, Alan Rafael Martins Savariz, Prinstaina dos Santos Rocha, Rafael Marcelo Soder

O estágio curricular supervisionado é uma etapa fundamental na graduação em enfermagem, promovendo a integração entre teoria e prática reflexiva, essencial para a formação profissional, especialmente em contextos externos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Este trabalho tem como objetivo descrever a experiência de estudantes de enfermagem durante o Estágio Supervisionado A, realizado no setor de Vigilância Sanitária (VISA) da 15ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS), pela Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões, nos meses de março e abril de 2024. Durante o estágio, as acadêmicas participaram de diversas atividades práticas relacionadas à vigilância sanitária, como a familiarização e caracterização do ambiente, composto por cinco profissionais (dois enfermeiros, dois farmacêuticos/bioquímicos e um engenheiro de alimentos). O estágio proporcionou a compreensão do contexto regional, com foco em estabelecimentos de saúde de alto risco e indústrias alimentícias. Inicialmente, as atividades incluíram o aprofundamento teórico nas legislações que regem a atuação do fiscal sanitário e a realização de cursos on-line pela plataforma AVA VISA, preparando as estudantes para a prática. As ações de vigilância sanitária realizadas

visaram proteger a saúde da população por meio da prevenção de doenças e promoção de ambientes seguros e saudáveis. Entre as atividades práticas, destacaram-se inspeções em locais de produção de alimentos, fiscalização de estabelecimentos de saúde e outros serviços relevantes para a saúde pública. A relação entre o conhecimento teórico e a prática ocorreu através do acompanhamento de inspeções sanitárias, discussões em equipe sobre os cenários observados, avaliação de riscos e elaboração de relatórios técnicos. As inspeções realizadas incluíram hospitais gerais e agroindústrias produtoras de gelados comestíveis, panificação, erva-mate, conservas, farinhas e mandioca congelada. Esse processo envolveu desde a análise documental para renovação de alvarás sanitários até a emissão dos mesmos. Durante as inspeções, foram feitos registros fotográficos e relatórios técnicos detalhados, apontando inconformidades e ações corretivas, com base nas legislações aplicáveis. Nas visitas hospitalares, foram avaliados aspectos como dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, estrutura física, registros da comissão de controle de infecção hospitalar, atividades de educação permanente e controle de manutenção de equipamentos. Já nas agroindústrias, foram aplicados roteiros de inspeção baseados nas Boas Práticas de Fabricação. Essa experiência proporcionou aos estudantes uma visão ampliada sobre os conceitos de promoção e prevenção em saúde e destacou a atuação do enfermeiro em diferentes contextos, incluindo a vigilância sanitária. Além disso, promoveu uma vivência interdisciplinar e multiprofissional enriquecedora, evidenciando a importância da integração entre áreas para a formação de profissionais mais completos e preparados para os desafios da saúde pública.

SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO IDOSO NA CIDADE DE MANAS-AM: UM ESTUDO DE CASO

Iarema Fabieli Oliveira de Barros, Carmem Lúcia Colomé Beck, Teresinha Heck Weiller

O Brasil acompanha o intenso ritmo de envelhecimento populacional, que traz consigo elevados custos associados aos cuidados com a população idosa. Esse cenário é determinado pelas novas demandas e pelo aumento da prevalência e da duração de doenças crônicas. Tal contexto suscita reflexões e exige a implantação e/ou reorganização da atenção ao idoso em diferentes cenários. Diante disso, esta pesquisa teve como objeto de estudo os serviços de atenção aos idosos na cidade de Manaus (AM) e como objetivo geral analisar esses serviços. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, realizada em oito serviços e/ou programas especializados na atenção ao idoso, localizados em Manaus, capital do estado do Amazonas. Os participantes da pesquisa foram 19 gestores de nove serviços de referência na atenção ao idoso em Manaus, sendo 13 gestores atuantes na gestão atual e 6 gestores de gestões anteriores que aceitaram participar do estudo. Esses últimos não foram excluídos, exceto nos casos de afastamento do trabalho ou permanência no cargo por menos de 12 meses. A seleção dos participantes utilizou o método de amostragem “bola de neve”. A coleta de dados ocorreu no segundo semestre de 2019 e foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Todos os procedimentos seguiram os preceitos éticos das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os resultados foram apresentados em duas categorias temáticas e analisados à luz do referencial de Minayo.

A primeira categoria, Serviços de Atenção ao Idoso na Cidade de Manaus (AM), abordou a formação histórica, a descrição e o modelo de gestão desses serviços. A segunda categoria, Relações, Articulações e Interlocações entre os Serviços de Atenção ao Idoso na Cidade de Manaus (AM), destacou as interações entre os serviços e a maneira como se articulam. Foi constatado que políticas públicas forneceram o suporte legal para a criação de serviços especializados na atenção aos idosos em Manaus, alicerçadas no investimento dos gestores públicos que implementaram ações nesse território. Alguns serviços estão sob a gestão estadual, outros sob a municipal, com destaque para a Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas, que efetivou a política voltada aos idosos com base na Lei 8.842/94, coordenando a Política Municipal do Idoso de Manaus. As equipes multiprofissionais desenvolvem atenção especializada pautada no atendimento humanizado, acolhimento e uma visão ampliada das necessidades, promovendo vínculos que facilitam o atendimento às demandas dos idosos usuários dos serviços. No entanto, os serviços ainda não configuram uma rede integrada de atenção, pois, embora se articulem em parte, nem todos estão plenamente interconectados, cabendo aos idosos percorrerem diferentes serviços. Este estudo contribuiu para o desafio de explorar o cenário do envelhecimento na região norte do Brasil, evidenciando novos arranjos de atenção ao idoso em uma perspectiva ampliada, que considera elementos regionais que influenciam diretamente ou indiretamente o processo de envelhecimento dessa população.

EDUCAÇÃO PERMANENTE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ABORDAGEM PERNAMBUCANA DE FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGENTES DE SEGURANÇA E CUIDADORES

Nathalia Ingrid dos Santos Silva Lucena, Guilherme Wellington Teixeira de Lima, Tereza Adriana Miranda de Almeida, Emmanuely Correia de Lemos, Natália Nunes de Lima, Bárbara Paloma Marques de Luna, Jamilly Rodrigues Ferreira Lima de Jesus, Luciana Camêlo de Albuquerque, Célia Maria Borges da Silva Santana

O cuidado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige o respeito a princípios éticos, técnicos e políticos, com a organização de pontos de atenção e a definição de estratégias que garantam uma assistência qualificada, baseada em uma abordagem em rede intersetorial. Reconhecendo a importância e a necessidade de qualificação para melhor compreensão e atuação junto às pessoas com TEA e suas especificidades, este trabalho relata a experiência da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, por meio da Escola de Governo em Saúde Pública (ESPPE), na concepção e desenvolvimento de quatro cursos: “Atenção às pessoas com TEA na atenção primária à saúde (APS)”, “A prática inclusiva na escola e as pessoas com TEA”, “Cuidadores de pessoas com TEA” e “Agentes de segurança na abordagem às pessoas com TEA”. Esses cursos são voltados, respectivamente, para profissionais de saúde da APS, profissionais da educação, cuidadores de pessoas com TEA e agentes de segurança. Os cursos, livres e gratuitos, possuem carga horária de 80 horas-aula cada um e são oferecidos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da ESPPE. O lançamento ocorreu em 28 de

dezembro de 2023, e desde então, os cursos estão disponíveis para acesso. Os conteúdos abordados incluem: histórico do TEA, características e sinais de alerta, disfunções sensoriais, níveis do transtorno, direitos e políticas públicas, epidemiologia e etiologia, diagnóstico, cuidado na APS, rede de cuidados, educação no TEA, tecnologias assistivas, importância do cuidador, suporte às famílias/cuidadores, e abordagens de agentes de segurança às pessoas com TEA, entre outros temas. A construção dos cursos contou com a colaboração de uma equipe de especialistas experientes e a participação de um adulto com TEA, cujas contribuições foram fundamentais para enriquecer os materiais. O processo de elaboração dos cursos foi guiado por encontros e reuniões de alinhamento pedagógico, que promoveram trocas de ideias e reflexões sobre os materiais produzidos, além de reforçar a dimensão da intersetorialidade em cada curso. Desde o lançamento, 2186 discentes concluíram as formações, sendo 803 do curso para profissionais da APS, 722 para profissionais da educação, 500 para cuidadores e 161 para agentes de segurança. Os participantes avaliaram os cursos de maneira majoritariamente positiva, destacando a clareza e a objetividade dos temas abordados, a relevância dos conteúdos, a explicação acessível das videoaulas e o uso de casos clínicos. Como ponto negativo, mencionaram a ausência de complementação presencial, sugerindo que uma abordagem prática e interativa poderia enriquecer ainda mais o aprendizado. Os resultados indicam que os cursos alcançaram seus objetivos ao promover maior conhecimento sobre o TEA, suas especificidades e a inclusão de pessoas com o transtorno, contribuindo para um cuidado integral e qualificado. Com os cursos ainda disponíveis na plataforma e a continuidade de sua divulgação, espera-se que o número de concluintes aumente. Ressalta-se, contudo, a importância de expandir as formações sobre o tema, especialmente com a inclusão de modalidades presenciais para aprofundar a prática e a interação entre os discentes.

UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA ATRAVÉS DO PROJETO ATIV(A)IDADE

Giovana Machado Souza Simões, Flávia Alves Santos, Helles Jaqueline Plaster Suela, Juliana Balarini Carletti, William Nascimento Ferreira Silva, Christian Acácio Spagnol

O processo de humanização nos serviços de atenção primária à saúde dos idosos é essencial, uma vez que essa população enfrenta desafios específicos relacionados à fragilidade na saúde, ao envelhecimento e à redução da qualidade de vida. Em resposta a esse cenário, observado pelos profissionais da Equipe Multiprofissional em São Gabriel da Palha, município localizado no centro-norte do Espírito Santo, foi desenvolvido o Projeto ATIV(A)IDADE. Este projeto tem como objetivo promover a saúde da população idosa assistida, prevenindo quedas, combatendo doenças não transmissíveis, conscientizando sobre direitos fundamentais e orientando quanto ao uso adequado de medicamentos. O projeto é relevante por proporcionar melhoria na qualidade de vida dos idosos usuários da Atenção Primária nesse município. Fundamenta-se nos pilares das práticas educacionais e terapêuticas, englobando diversas atividades físicas orientadas pelas fisioterapeutas da equipe multiprofissional do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi), de Vitória/ES. A iniciativa inclui também a atuação de uma assistente social, que aborda temas relacionados aos direitos fundamentais, e uma consultoria farmacológica, coletiva ou

individualizada, realizada pelo farmacêutico em parceria com a equipe multiprofissional da Estratégia de Saúde da Família (ESF), composta por enfermeiros e agentes comunitários de saúde (ACSs). As atividades foram inicialmente desenvolvidas com um grupo de idosos já ativo, que até então não contava com suporte profissional. Essas idosos se organizavam semanalmente, praticavam exercícios físicos guiados pela líder do grupo e realizavam atividades de lazer e convivência social, como bingos, cantigas e orações. O local de encontro é o pátio da igreja, cedido pela comunidade. A chegada do suporte técnico e profissional do projeto trouxe uma abordagem mais estruturada e ampliou as possibilidades de cuidado e promoção da saúde. Atualmente, o projeto atende cerca de 30 idosos com mais de 60 anos, divididos em cinco grupos, que participam de atividades como equoterapia, dança sênior e exercícios lúdicos associados à prática física. Os resultados obtidos incluem melhoria do bem-estar físico, maior interação social, melhor mobilidade, redução de quedas, promoção de momentos de lazer e descontração, além do fortalecimento da troca de informações e experiências entre os participantes. O projeto também fomenta uma melhor interlocução entre os usuários e as equipes multiprofissionais, promovendo maior liberdade de expressão, confiança e legitimidade nos serviços prestados. O Projeto ATIV(A)IDADE valoriza a singularidade de cada idoso atendido, considerando suas preferências, histórias de vida, valores e desejos ao planejar o cuidado e as atividades em grupo. O respeito às escolhas e à autonomia dos idosos é central na abordagem, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e bem-estar social.

O RESIDENTE EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Angélica Konrath, Paulo Ricardo Rocha Nogueira, Maria Renita Burg

A concepção de educação em saúde está intrinsecamente ligada aos conceitos de educação e saúde. Tradicionalmente, é entendida como a transmissão de informações relacionadas à saúde, com ou sem o uso de tecnologias avançadas. Contudo, concepções críticas e participativas têm ganhado espaço, compreendendo a educação em saúde como um instrumento para alcançar melhorias na saúde. Essa abordagem é definida como “um conjunto de práticas pedagógicas de caráter participativo e emancipatório, que perpassa vários campos de atuação e tem como objetivo sensibilizar, conscientizar e mobilizar para o enfrentamento de situações individuais e coletivas que interferem na qualidade de vida.” Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de uma atividade de educação em saúde realizada por residentes do Programa de Residência em Saúde Comunitária da ULBRA/Canoas, em uma unidade básica de saúde no município de Canoas/RS. Trata-se de um relato de experiência vivenciado por uma equipe multidisciplinar, composta pelos núcleos de enfermagem e odontologia, durante o mês de maio de 2023. As residentes organizaram caixas ilustrativas para a separação de medicações de uso contínuo de uma família, composta pelo avô, responsável pela família, e pela avó, deficiente visual, ambos analfabetos; duas netas, uma de 8 anos e outra de 5 anos; e o filho de 27 anos, diagnosticado com esquizofrenia. As caixas foram elaboradas de maneira a facilitar a compreensão da rotina medicamentosa, considerando as limitações da família. Para isso, foram utilizados cores e

desenhos simbólicos que representavam cada membro da família: uma flor em EVA com alto relevo para a avó, permitindo sua identificação pelo tato; um chapéu para o avô; e figuras representando o jovem e as meninas. Os horários das medicações foram sinalizados com imagens como sol, lua e café, além de representações visuais da quantidade de comprimidos a ser tomada em cada período. O principal resultado alcançado foi a melhoria no controle das condições de saúde da família, incluindo Hipertensão, Diabetes Mellitus e Esquizofrenia. A experiência reforçou que a educação em saúde promovida pelas residentes se mostrou novamente uma ferramenta eficaz e essencial para o cuidado em saúde, proporcionando mais qualidade de vida à família atendida. Através do uso de tecnologias simples e de baixo custo, adequadas às condições e limitações dos indivíduos, foi possível promover mudanças significativas e melhorias em suas condições de saúde.

EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA CONSELHEIROS(AS) EM SAÚDE DE PERNAMBUCO: O CONTROLE SOCIAL NA DEFESA DO SUS

Natália Nunes de Lima, Emmanuely Correia de Lemos, Lidiane Rodrigues Gonzaga,
Flávia Karina Wanderley dos Reis, Bárbara Paloma Marques de Luna, Nathalia Ingrid dos Santos Silva
Lucena, Luciana Camêlo de Albuquerque, Célia Maria Borges da Silva Santana

Os conselhos de saúde desempenham papel fundamental na formulação, implementação e consolidação das políticas de saúde e no fortalecimento do controle social. Contudo, apesar de sua relevância, enfrentam diversos desafios, sendo um dos principais a formação teórica, técnica e política dos seus membros. Em Pernambuco, para responder a essa demanda, a Secretaria Estadual de Saúde, por meio do Conselho Estadual de Saúde (CES), da Secretaria Executiva de Planejamento e da Escola de Governo em Saúde Pública (ESPPE), desenvolveu o “Curso de Atualização para Conselheiros(as) de Saúde de Pernambuco: o Controle Social na Defesa do SUS”. Este relato tem como objetivo apresentar a experiência da ESPPE no desenvolvimento do curso. A construção do curso seguiu etapas bem definidas: levantamento das necessidades locais dos conselheiros; elaboração e pactuação do plano de curso; credenciamento de instrutores e coordenação educacional; estruturação do ambiente virtual de aprendizagem; formação pedagógica dos instrutores; mobilização para matrícula; desenvolvimento das aulas; e monitoramento e avaliação do processo. Desenvolvido presencialmente entre abril e outubro de 2022, o curso foi ministrado em 19 turmas, distribuídas nas 12 Regiões de Saúde de Pernambuco, com carga horária de 60 horas-aula. Seu objetivo foi instrumentalizar os conselheiros para atuarem como agentes catalisadores da participação social no processo político de implementação do SUS. A abordagem teórico-prática do curso foi organizada em cinco eixos: Políticas de saúde, cidadania e SUS; Democracia e participação social, papel dos conselhos e conselheiros; Trabalho em rede no controle social; Atuação dos conselhos nas políticas prioritárias, rede de atenção à saúde e regionalização; e Instrumentos de gestão e financiamento do SUS. Ao final, mais de 250 conselheiros concluíram o curso, com avaliações amplamente positivas. A maioria considerou as estratégias pedagógicas adequadas ao processo de ensino-aprendizagem, destacou a pertinência dos conhecimentos

abordados para sua realidade e elogiou a correlação entre teoria e prática promovida pelos instrutores. A equipe pedagógica também realizou uma autoavaliação e destacou a importância dos encontros de planejamento e monitoramento para o alinhamento teórico-conceitual e metodológico do curso. Esses encontros promoveram um espaço de aprendizado e troca, permitindo ajustar estratégias pedagógicas aos objetivos de aprendizagem de cada eixo e reforçar o papel estratégico da equipe de instrutores e coordenação educacional. Além disso, possibilitaram o acompanhamento em tempo real das turmas, identificando desafios e implementando soluções de forma oportuna, bem como compartilhando práticas bem-sucedidas entre as diferentes turmas durante o desenvolvimento do curso. O curso atingiu seu objetivo ao qualificar a participação social dos conselheiros de saúde em todos os seus segmentos, contribuindo para o enfrentamento dos desafios na garantia da equidade e na efetivação do direito humano à saúde.

ASPECTOS SOCIAIS E CUIDADOS EM SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA TRABALHADORES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM PERNAMBUCO

Bárbara Paloma Marques de Luna, Gersa Guerra Victor Silva, Diego Francisco Lima da Silva, Emmanuely Correia de Lemos, Ana Carolina de Andrade Fragoso, Nathalia Ingrid dos Santos Silva Lucena, Natália Nunes de Lima, Luciana Camêlo de Albuquerque, Célia Maria Borges da Silva Santana

Em 2009, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que, embora represente um avanço significativo, ainda enfrenta inúmeros desafios para sua plena implementação, sendo o racismo institucional uma das principais barreiras. Este racismo potencializa vulnerabilidades ao criar obstáculos ao acesso a direitos e negligenciar as necessidades da população negra, resultando em diferenças no tratamento de grupos sociais com base em raça/cor. Dentro desse contexto, destaca-se a Doença Falciforme (DF), uma condição genética hereditária que afeta majoritariamente a população negra. A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel crucial como ponto de articulação e cuidado longitudinal para usuários com DF. Assim, torna-se indispensável a qualificação de gestores e trabalhadores, alinhada às diretrizes dessa política, com ações de educação permanente em saúde sendo uma estratégia essencial para alcançar esse objetivo. Nesse sentido, a Secretaria Estadual de Saúde, por meio da Coordenação Estadual de Saúde da População Negra de Pernambuco (CASPN) e da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), lançou o curso “População Negra: Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde”. Este relato tem como objetivo apresentar a experiência do desenvolvimento desse curso. A organização do curso envolveu diversas etapas: levantamento de temáticas prioritárias, definição das Regiões de Saúde onde seria oferecido, elaboração e pactuação do plano de curso, credenciamento de instrutores e coordenação educacional, estruturação do ambiente virtual de aprendizagem, formação pedagógica da equipe, mobilização para matrícula, desenvolvimento, monitoramento e avaliação. O curso é realizado de forma contínua e presencial, abrangendo as quatro

macrorregiões do estado, com uma matriz curricular dividida em cinco módulos: O Impacto do Racismo sobre a Saúde da População Negra, Saúde da População Negra: Comunidades Quilombolas e Comunidades de Religiões de Matriz Africana, Política de Saúde da População Negra: Construindo Caminhos para Equidade em Saúde, e Atenção à Saúde da População Negra e a Doença Falciforme: Longitudinalidade do Cuidado (partes 1 e 2). O curso tem uma carga horária de 60 horas-aula. Até o momento, mais de 270 trabalhadores concluíram o curso, com mais de 90% avaliando positivamente as reflexões e conhecimentos adquiridos, reconhecendo sua pertinência para a realidade de atuação, a abordagem pedagógica alinhada aos serviços e os desdobramentos observados nos territórios, que têm repercutido em um cuidado em saúde mais alinhado às necessidades da população negra. Os encontros de planejamento e monitoramento configuraram-se como espaços sistemáticos de troca de conhecimentos e experiências, enriquecendo o processo formativo. Apesar disso, algumas barreiras foram enfrentadas, como dificuldades estruturais, limitações na liberação e deslocamento de trabalhadores pelos gestores municipais, além de problemas de conexão de internet que impactaram a participação de parte da equipe pedagógica em momentos de planejamento e monitoramento. Ainda assim, o processo contínuo de avaliação tem sido fundamental para identificar caminhos que qualificam a oferta do curso a cada nova edição, reforçando sua importância na promoção da equidade e no fortalecimento do cuidado à população negra.

INTERPROFISSIONALIDADE: UM DIÁLOGO FUNDAMENTAL NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Laís Brito Moraes da Silva, Marcos Antônio Resende da Silva, Leticia Dias Albuquerque, David Viegas Rodrigues, Nathália Souza Martins, Kethlen Dandara Paiva Coatio, Nathália Manuelle dos Santos, Johnny Miguel da Silva

Este trabalho discute a importância da interprofissionalidade na Atenção Básica (AB) do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco no Distrito Federal (DF). A Reforma Sanitária no Brasil evidenciou a necessidade de transformar o modelo de saúde uniprofissional, centrado na doença, em práticas interprofissionais voltadas para o indivíduo. A colaboração entre profissionais de saúde promove integração, cooperação e uma abordagem holística. O trabalho interprofissional é essencial para uma atenção integral centrada no usuário, aumentando a satisfação de pacientes e profissionais, reduzindo custos e melhorando os resultados. Nesse contexto, as residências multiprofissionais representam uma oportunidade para práticas colaborativas na Atenção Básica, redefinindo o cuidado e incentivando parcerias entre profissionais e usuários. Com base nessa perspectiva, este trabalho foi realizado no módulo de Atenção Básica à Saúde no Distrito Federal do Programa de Residência Multiprofissional de Atenção Básica da Fiocruz Brasília. Trata-se de um ensaio crítico-reflexivo fundamentado em revisão bibliográfica e no relato de experiência dos autores enquanto residentes. Como resultado, foi promovido um diálogo ampliado entre duas turmas de residência do programa por meio de apresentações dialogadas e rodas de conversa, fortalecendo o tripé ensino, pesquisa e prática. A história da Atenção Primária à

Saúde (APS) no DF teve início em 1979, com a implementação do Plano de Jofran Frejat, que estabeleceu Centros de Saúde com o objetivo de descentralizar o acesso à saúde e oferecer diversas especialidades médicas. Desde então, programas como o Saúde em Casa (1990-1998), o Plano de Conversão da Atenção Primária (1999-2007) e o Programa Converte APS (2017), que consolidou a Estratégia de Saúde da Família como modelo prioritário, têm contribuído para ampliar a cobertura populacional da APS, promovendo maior equidade e redução das desigualdades sociais. Normativas e legislações, como a Constituição Federal de 1988 e as Leis nº 8080/90 e 8142/90, estabeleceram o SUS como sistema público de saúde, com foco na universalidade, integralidade e equidade. O Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e a Estratégia de Saúde da Família (ESF) fortaleceram a interprofissionalidade e a educação permanente na AB, promovendo cuidados integrados. No entanto, a implementação plena da interprofissionalidade enfrenta desafios como sobrecarga de trabalho, crises de saúde pública, limitações estruturais e conflitos interpessoais. A Portaria GM/MS nº 635 de 2023 propõe a reconstrução da AB com foco na interprofissionalidade, mas enfrenta entraves relacionados às condições físicas das unidades, financiamento e restrições orçamentárias. O caso do DF exemplifica a necessidade de coordenação entre diferentes níveis de assistência, conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica, para garantir atenção integral e contínua aos usuários. Desafios práticos, como falhas de comunicação e desconhecimento dos sistemas de referência e contrarreferência pelos profissionais, precisam ser enfrentados para assegurar um cuidado integral ao paciente. A melhoria da comunicação e do sistema de saúde é fundamental para promover uma atenção mais eficaz, centrada no indivíduo.

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CARIRI CEARENSE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maira Pereira Sampaio Macêdo, João Agostinho Neto, Tereza Cristina Mota de Souza Alves, Rondinelle Alves do Carmo, Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho, Ingrid Vieira Santos Souza, Maria de Fátima Vasques Monteiro, Lucia Maria de Lima Paiva

Em 2012, foi instituída a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de ampliar, qualificar e diversificar as estratégias de atenção a esse público, estruturando uma rede de serviços integrada, articulada e efetiva, além de promover ações precoces de reabilitação e prevenção de incapacidades. Nesse contexto, destaca-se a importância de um amplo conhecimento sobre os dispositivos da Rede de Atenção à Saúde (RAS), permitindo um planejamento que consolide ações e metas alinhadas às necessidades e demandas, priorizando os princípios do SUS e a humanização do cuidado. Diante disso, este trabalho objetivou descrever o processo de atualização do plano de ação da RCPD na região de saúde do Cariri cearense. A atualização do plano teve início em janeiro de 2024, conduzida pela Coordenadoria da Gestão do Cuidado Integral à Saúde, pelas Coordenadorias das Áreas Descentralizadas em Saúde e pelo Grupo Condutor Regional. Inicialmente, os colaboradores realizaram a leitura dos documentos norteadores e do plano anterior, com vigência de 2020 a 2023. Em seguida, foram realizadas reuniões internas

para dividir as atribuições por área técnica e estipular prazos para o levantamento dos serviços existentes na rede, além do diagnóstico situacional em saúde das Pessoas com Deficiência (PcD). Com base nesses levantamentos, elaboraram-se propostas elegíveis para habilitação de pontos de atenção junto ao Ministério da Saúde. A definição dos pleitos de habilitação ocorreu em reunião da Câmara Técnica da Rede PcD, com ampla participação de atores sociais, que discutiram aspectos voltados ao fortalecimento da regionalização e à aproximação dos usuários dos pontos da RAS. Após a análise e adequação dos dados às normas técnicas vigentes, o plano foi apresentado à Comissão Intergestores Regional para pactuação, ajustes e emissão de uma Resolução, encaminhada à Comissão Intergestores Bipartite. Entre os desafios encontrados, destaca-se a dificuldade em identificar o número real de PcD na região, devido à ausência desses dados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e à desatualização do cadastro estadual. Apesar disso, constatou-se a existência de serviços voltados às PcD em todos os níveis de atenção, assim como a identificação de vazios assistenciais no território. A política consorcial do Ceará desempenha um papel relevante por meio da habilitação dos três tipos de Centros Especializados em Reabilitação, mas também se destacam os esforços municipais para ofertar serviços com recursos próprios ou por meio de pleitos direcionados às normativas recentes. A rede hospitalar, embora não especializada nessa área, está integrada à RAS, contando ainda com suporte da atenção domiciliar. O desenvolvimento de um plano de ação em rede reforça o processo de regionalização e amplia o acesso ao cuidado integral no SUS, promovendo a articulação com políticas e ações intersetoriais. Essa abordagem contribui para a integralidade do cuidado, a qualidade de vida e a inclusão social das Pessoas com Deficiência.

E-BOOK FORMAÇÃO DA PRECEPTORIA: ESTRATÉGIAS INOVADORAS COM FOCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Mirna Barros Teixeira, Patrícia Pássaro da Silva Toledo, Cesar Luiz Silva Junior, Lidia da Silva Pereira de Oliveira, Ana Laura Brandão, Alessandra Pimentel Barbosa Pinto de Mattos, Jacqueline Oliveira de Carvalho, Emilene dos Santos Guimarães, Igor Azeredo Cruz

Este trabalho apresenta o processo de construção de um e-book interativo desenvolvido por coordenadores e docentes de dois Programas de Residência na Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS), no município do Rio de Janeiro: a Residência Multiprofissional em Saúde da Família da ENSP/Fiocruz e a Residência em Enfermagem de Família e Comunidade da Secretaria Municipal de Saúde. Este processo foi realizado de forma coletiva, como resultado de reflexões, discussões e experiências acumuladas nos campos da gestão, ensino e serviço. A publicação tem como objetivo discutir os principais desafios e potencialidades da preceptoria na APS, fundamentando-se em elementos teóricos e propondo ferramentas práticas capazes de promover novos modos de atuação pedagógica no contexto do serviço. Busca-se ampliar a experiência e a capacidade de percepção dos diversos ingredientes e territórios envolvidos no “agir pedagógico”. A construção compartilhada do e-book foi organizada em seis módulos com objetivos específicos: 1) descrever o processo formativo das Residências com foco na APS; 2) discutir o papel do preceptor, considerando os documentos normativos, as atribuições esperadas,

os desafios da função e a importância da concepção de “equipe preceptora”; 3) abordar as estratégias pedagógicas de formação de preceptores com base nas experiências dos dois Programas; 4) apresentar a integração entre teoria e prática nas unidades de APS, enfatizando os papéis do preceptor e do tutor no processo de ensino-aprendizagem; 5) destacar ferramentas teóricas e metodológicas para apoiar a prática da preceptoria, incluindo a aprendizagem baseada em problemas, o planejamento de atividades, a gestão do tempo e a organização da semana-padrão do residente; 6) discutir o itinerário formativo dos residentes, destacando as estratégias pedagógicas e ferramentas utilizadas no cotidiano do serviço. O e-book interativo busca suprir uma lacuna de aprendizagem relacionada ao exercício da preceptoria, frequentemente observada em Programas de Residência em Saúde. Ao combinar debate teórico e prático, problematizar desafios e propor estratégias aplicáveis, a publicação se consolida como uma ferramenta atual e relevante para os processos de educação permanente, contribuindo para a formação e qualificação de preceptores em âmbito nacional.

SEMINÁRIO DE EIXO TRANSVERSAL – UM PERCURSO FORMATIVO NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Tatiane Milani da Costa, Cássio Andrade Machado

O estudo tem como objetivo apresentar a perspectiva de residentes do primeiro ano do Programa Multiprofissional do Grupo Hospitalar Conceição acerca do espaço teórico denominado Seminário de Eixo Transversal. Esses encontros reúnem 60 residentes de oito programas diferentes, promovendo o compartilhamento de saberes em uma perspectiva multiprofissional e interdisciplinar. O Seminário proporciona um espaço para a subjetividade e o encontro com o outro, permitindo que cada participante traga consigo suas concepções e vivências prévias, tanto como profissional quanto como ser humano, social e cultural. Nesse processo, os residentes vivenciam, refletem e reavaliam sentimentos, aprendizados e experiências, enquanto transformam suas práticas e percepções. O Seminário é organizado por unidades temáticas com o objetivo de segmentar grupos de conhecimentos de forma didática. Contudo, vai além de transmitir conteúdos teóricos sobre temas como a história do SUS, educação em saúde, formação em serviço, epidemiologia e pesquisa. Ele se configura como um espaço para o compartilhamento de experiências, identificação de emoções e construção de novas formas de enxergar o outro e o contexto no qual os participantes estão inseridos. Ao final da primeira unidade realizada neste ano, foi aplicada uma pesquisa por meio de QR code vinculado à plataforma Mentimeter, para captar as percepções dos residentes sobre essa experiência educativa. Os resultados da pesquisa destacaram a importância do Seminário como um espaço que permite um olhar ampliado, facilitado por um contexto de pausa em relação ao cotidiano das práticas hospitalares. Os residentes o descreveram como um espaço de educação não bancária, marcado pela escuta ativa e pelo encontro interpessoal. Também ressaltaram sua relevância para a construção do trabalho em equipe, percebendo o Eixo Transversal como um ambiente que fomenta a reflexão sobre práticas profissionais e provoca questionamentos acerca de concepções, pontos de vista e formas de existência. Para os

participantes, esse espaço contribui para pensar, de maneira ampla, sobre o ser humano, a cidadania e os profissionais que se deseja ser e formar. Assim, o Eixo se fortalece por sua diversidade. Organizado e conduzido por profissionais com trajetórias variadas, ele possibilita encontros entre pessoas com horizontes distintos, promovendo semanalmente a construção de um Sistema de Saúde forte e plural.

PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO E ATUAÇÃO INTERPROFISSIONAL DO EGRESSO DE ENFERMAGEM DO NORDESTE BRASILEIRO

Elaine Andrade Leal Silva, Emilly Sousa Santos

O estudante de enfermagem é preparado, ao longo de sua formação acadêmica, para atuar nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, além de desempenhar funções de gerenciamento. Essa atuação ocorre predominantemente em equipes multiprofissionais, o que exige a integração das competências específicas de sua formação com as dos demais trabalhadores. Assim, torna-se essencial aprender a trabalhar de forma interprofissional. Este estudo teve como objetivo investigar a presença da atuação interprofissional no perfil do egresso dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Enfermagem das Universidades Federais do Nordeste brasileiro. Trata-se de um estudo documental de caráter descritivo e exploratório. O campo da pesquisa incluiu Universidades Federais do Nordeste, com os PPCs disponíveis nos sites oficiais dessas instituições. A coleta de dados foi realizada entre setembro e dezembro de 2023. Inicialmente, o portal e-MEC do Ministério da Educação foi consultado para identificar as Universidades Federais que ofereciam o curso de enfermagem e seus respectivos sites. Após acessar os endereços eletrônicos, os projetos pedagógicos disponíveis foram baixados, totalizando 21 documentos analisados. Outros três PPCs não foram incluídos devido à ausência de retorno das universidades após duas tentativas de contato para obter os documentos. Os dados coletados incluíram o ano de publicação, as competências e habilidades descritas e o perfil do egresso, sendo organizados em uma matriz de coleta. A análise foi conduzida com o uso do software Iramuteq e leitura textual, permitindo identificar termos e palavras por frequência, com estatística descritiva simples. Todos os aspectos éticos inerentes à pesquisa documental foram devidamente apreciados. Os PPCs analisados foram publicados após a última Diretriz Curricular Nacional de Enfermagem, de 2001. Entretanto, 33,3% (n=7) desses documentos têm mais de 10 anos de publicação. Apenas um PPC, publicado em 2023, aborda de forma explícita a interprofissionalidade ao longo da descrição de competências e habilidades esperadas para o enfermeiro. No perfil do egresso, as palavras mais recorrentes foram: Saúde (n=78), Enfermagem (n=66), Profissional (n=40), Formação (n=35) e Processo (n=29). Os verbos mais frequentes foram: Atuar (n=31), Intervir (n=18), Formar (n=14), Conhecer (n=12) e Capacitar (n=10). Termos como Interprofissionalidade, Interprofissional, Multiprofissional e Trabalho em equipe apareceram apenas uma vez, enquanto a palavra Equipe surgiu nove vezes. Os resultados indicam que muitos PPCs dos cursos de Enfermagem no Nordeste necessitam de atualização. Quanto ao perfil do egresso, a atuação esperada para o enfermeiro é apresentada com termos e verbos que

remetem a uma formação processual e contínua, mas há pouca ênfase nas competências voltadas para a atuação interprofissional.

ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS: DELINEAMENTO DE UMA LINHA DE CUIDADO

Raisa Rebeca da Silva Batista, Vanessa Barbosa Santos

Embora a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tenha trazido avanços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), esses avanços ainda são incipientes, e os serviços permanecem permeados por violências institucionais. A literatura evidencia que diversos fatores limitam o acesso das populações minoritárias aos serviços de saúde, especialmente pessoas transexuais e travestis. Entre esses fatores, destacam-se: baixa acessibilidade, fragmentação do sistema, ausência de equidade e acolhimento, atendimento inadequado, falta de capacitação profissional e carência de competência para oferecer um cuidado integral. Dada a inexistência de uma linha de cuidado específica para a população LGBTQIA+ no município, especialmente para pessoas transgênero, que apresentam baixa adesão à Atenção Primária à Saúde (APS) e frequentemente recorrem aos níveis secundários e terciários de atenção, sobrecarregando esses serviços e comprometendo o acompanhamento longitudinal, surgiu a proposta de criar uma linha de cuidado destinada a esse grupo. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de profissionais da residência em saúde da família na construção dessa linha de cuidado. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, desenvolvido durante o rodízio obrigatório em um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, na Bahia, entre agosto e outubro de 2023. A iniciativa esteve vinculada a um setor da gestão municipal e surgiu a partir do Grupo de Trabalho de Políticas de Equidade e da análise dos cadastros de pessoas trans no sistema e-SUS do município. O processo de construção contou com a participação de setores de gestão, como a Policlínica Municipal, o Complexo de Regulação, a Vigilância Epidemiológica e a APS, além de universidades públicas e privadas como apoiadoras. Esses encontros visaram discutir a saúde da população transgênero, delimitar a oferta de serviços e definir as responsabilidades de cada nível de atenção. Entre os temas abordados estiveram saúde mental, hormonização e regulação para procedimentos cirúrgicos. Além disso, foi proposto um Projeto de Lei para instituir a Política Municipal de Promoção de Equidade e desenvolvido um projeto de extensão em parceria com a universidade estadual como suporte. A linha de cuidado tem como foco o trabalho multiprofissional, com a APS como coordenadora e estruturante da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Essa abordagem busca dinamizar e potencializar o cuidado por meio de protocolos clínicos bem definidos, incluindo intervenções essenciais para a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Dessa forma, fortalece-se o cuidado integrado, promovendo maior equidade e integralidade no atendimento à população transgênero.

O TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD): UMA PONTE ENTRE NECESSIDADES MÉDICAS E ACESSO À SAÚDE

Maurenice Matos da Costa Araújo, Tiego França de Souza

O acesso à saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos, independente de sua localização geográfica. Contudo, para muitos brasileiros, especialmente aqueles residentes em áreas remotas ou com infraestrutura médica insuficiente, obter tratamentos especializados ou de média e alta complexidade é um desafio significativo. Nesse cenário, o Tratamento Fora de Domicílio (TFD) surge como uma iniciativa essencial do Sistema Único de Saúde (SUS) para assegurar o acesso equitativo aos serviços de saúde necessários. Este trabalho tem como objetivo demonstrar o funcionamento e os impactos do TFD no município de Manicoré (AM). A metodologia adotada descreve o processo de acesso ao TFD, que compreende etapas fundamentais: Avaliação e Encaminhamento Médico, onde o paciente é avaliado em sua unidade de saúde local; Solicitação do TFD, feita formalmente pelo médico responsável; Análise e Autorização, realizada pela secretaria de saúde do estado ou município com base na documentação apresentada; Logística de Deslocamento, que organiza o transporte do paciente até o local de tratamento; Acompanhamento e Suporte, garantindo assistência durante o período do tratamento; e, por fim, Retorno e Continuidade do Tratamento, assegurando o seguimento clínico na unidade de origem. Em 2023, 926 pacientes foram beneficiados pelo TFD em Manicoré-AM, com um total de R\$ 661.022,02 em custos destinados ao programa. Os impactos positivos incluem: Acesso a tratamentos especializados, permitindo que pacientes recebam cuidados médicos inacessíveis localmente, promovendo recuperação, melhoria da saúde e qualidade de vida; e Desenvolvimento da rede de saúde local, uma vez que o programa identifica e estimula melhorias na infraestrutura e nos serviços de saúde, contribuindo para o fortalecimento do sistema como um todo. O TFD desempenha um papel crucial na sociedade ao alinhar-se aos princípios fundamentais do SUS, promovendo acesso universal e equitativo, integralidade do cuidado, descentralização da gestão e participação social na fiscalização das ações de saúde. Entretanto, o programa enfrenta desafios que demandam esforços contínuos para superação, de forma a garantir que o TFD continue cumprindo sua missão de proporcionar assistência médica de qualidade a todos que dela necessitam.

MOMENTO COM OS IDOSOS E CUIDADORES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE VITÓRIA

Leticia Pereira Mollulo, Adryellen Oliveira Gomes, Aline de Mello Nascimento, Caline de Moura Santos, Carla Santos da Silva, Dirlaine Aparecida Pereira Freire, Juliana Mitre da Silva, Lilian Bertanda Soares, Lorena Evelyn de Jesus Garcia

O estágio curricular obrigatório em saúde coletiva desempenha um papel fundamental na formação do enfermeiro, permitindo que os acadêmicos estejam próximos da população e de suas

necessidades de saúde. Nesse contexto, foi realizada, em uma unidade básica de saúde localizada em Vitória (ES), a ação intitulada *Momento com os Idosos*. Essa iniciativa incluiu palestras, dinâmicas e interações com os idosos e seus cuidadores, com o objetivo de promover orientações sobre os riscos de quedas e a fisiologia do envelhecimento, contribuindo para a preservação da autonomia e capacidade funcional dessa população. Trata-se de um relato de experiência acadêmica do curso de graduação em enfermagem, desenvolvido no estágio supervisionado em saúde coletiva. A atividade ocorreu em 10 de abril de 2024, idealizada por uma enfermeira da unidade e conduzida por um grupo de sete acadêmicas sob supervisão de uma professora da instituição de ensino. O evento contou ainda com a participação do Centro de Referência em Assistência aos Idosos do município. A programação reuniu pouco mais de 50 pessoas, entre idosos e cuidadores. Inicialmente, os participantes foram questionados sobre as mudanças fisiológicas percebidas ao longo dos anos. Muitos relataram dores, dificuldades de mobilidade, problemas de equilíbrio e alterações na coluna. A partir dessas respostas, a apresentação foi conduzida, enfatizando que o envelhecimento é uma fase natural do desenvolvimento humano, e não sinônimo de doenças. Foram abordados fatores de risco associados a condições de saúde, como sedentarismo, tabagismo, obesidade, consumo excessivo de álcool e estilo de vida inadequado. Também foram discutidas alterações nos órgãos dos sentidos, na pele, no sistema geniturinário e nas funções cognitivas. A ação teve uma repercussão muito positiva entre os participantes. A assessoria de comunicação da prefeitura publicou uma matéria no site institucional relatando o sucesso da atividade, com depoimentos dos usuários, que solicitaram novas edições do evento. Ao final, os participantes compartilharam um *coffe-break* e receberam brindes em forma de caça-palavras, como estímulo à atividade cognitiva. O *Momento com os Idosos* foi uma experiência construtiva e enriquecedora, promovendo troca de conhecimentos e ampliando a compreensão sobre maneiras de melhorar a qualidade de vida na terceira idade. A iniciativa destacou a importância de intensificar ações voltadas para a população idosa na atenção básica, em conformidade com a Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, promovendo um envelhecimento ativo e saudável. A matéria completa pode ser acessada em: <https://vitoria.es.gov.br/noticia/us-da-ilha-das-caieiras-orienta-idosos-da-regiao-sobre-envelhecimento-e-quedas-50431>.

INTERVENÇÃO LIDERADA POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PARA MANEJO DE DIABETES TIPO 2 NO INTERIOR DO AMAZONAS

Iarema Fabieli Oliveira de Barros, Yandra Alves Prestes, Maria Natália Cardoso, Iasmin Machado Soares,
Tiago Assunção dos Santos Farias, Thalyta Mariany Rêgo Lopes Ueno, Camila Fabiana Rossi Squarcini,
Hércules Lázaro Morais Campos, Elisa Brosina de Leon

O diabetes mellitus (DM) é uma epidemia global que afeta mais de 537 milhões de pessoas, tornando essencial o desenvolvimento de estratégias eficazes para o manejo dessa condição, especialmente diante da alta prevalência do diabetes mellitus tipo 2 (DM2) e seus riscos associados. Nesse cenário, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel fundamental em intervenções voltadas para

reduzir as disparidades relacionadas ao diabetes, ao promover o empoderamento comunitário. Entretanto, as capacitações tradicionais para ACS, geralmente baseadas em materiais didáticos com protocolos e ferramentas pouco adaptadas ao contexto, mostram-se insuficientes. O modelo baseado no planejamento de ação, que inclui o estabelecimento de metas, identificação de obstáculos e definição de estratégias para superá-los, surge como uma abordagem promissora. Utilizado em intervenções comportamentais e de saúde pública, esse método tem demonstrado sucesso ao promover a responsabilização dos usuários e orientar o progresso no manejo de condições crônicas. Assim, o presente estudo propõe uma capacitação para ACS fundamentada nesse modelo, integrando engajamento comunitário e reconhecimento das particularidades locais, por meio de pesquisa participativa (Community-Engaged Research). Essa abordagem fomenta parcerias entre pesquisadores e a comunidade, colaboração, negociação e compromisso com as demandas de saúde locais. O objetivo principal da pesquisa é avaliar os efeitos de uma intervenção liderada por ACS para o acompanhamento do DM2 no interior do Amazonas, especificamente na cidade de Iranduba. A capacitação dos ACS visa melhorar a autogestão da doença pelos usuários, elevar a adesão ao tratamento e fortalecer o entendimento sobre o DM2. Além disso, espera-se um impacto positivo na satisfação dos ACS com suas atividades, na satisfação dos usuários com o cuidado recebido e na relação entre usuários e profissionais/serviços de saúde. A pesquisa adota uma abordagem de métodos mistos, envolvendo seis Unidades Básicas de Saúde (UBS) urbanas de Iranduba, divididas em Grupos Controle (3) e Intervenção (3), com a participação de 17 ACS das UBS de intervenção. Enquanto os ACS do Grupo Controle seguem com suas atividades rotineiras no acompanhamento de usuários com DM2, os do Grupo Intervenção participam de uma capacitação especialmente desenvolvida para o contexto local, que inclui material de apoio complementar e 20 videoaulas. Essa capacitação busca engajar os ACS de forma mais efetiva, considerando as especificidades do interior do Amazonas. A coleta de dados abrange usuários com DM2 e inclui instrumentos validados, além de medições antropométricas, pressão arterial e hemoglobina glicada. A análise dos dados é conduzida com o software Atlas TI (análise qualitativa) e técnicas de estatística inferencial (análise quantitativa). Os resultados preliminares demonstram melhorias significativas na satisfação dos ACS com seu trabalho, na qualidade do cuidado prestado e na satisfação dos usuários. Além disso, há avanços nas relações entre usuários, profissionais de saúde e serviços de saúde. Conclui-se que a capacitação baseada em abordagens educacionais contextualizadas está contribuindo para aprimorar o manejo do DM2, reforçando a importância de estratégias adaptadas às realidades locais.

EXPLORANDO A CONCEITUAÇÃO DA SAÚDE ÚNICA: UMA INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS DAS ÓPTICAS DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS

Bruna Rezende Martins, Sophia Scholz Boelter, Isadora Molz, Camile Moraes Haeffner

O termo “Saúde Única” é a tradução de *One Health*, que descreve uma abordagem integrada reconhecendo a interconexão entre saúde humana, animal e ambiental. Embora o aprofundamento das

abordagens de Saúde Única tenha se intensificado nas últimas décadas, seus fundamentos remontam à antiguidade. Com os avanços tecnológicos e o crescente uso de plataformas de Inteligência Artificial (IA) como ferramentas educativas, este estudo busca investigar a conceituação do termo “Saúde Única” a partir de respostas fornecidas por diferentes plataformas de IA. Trata-se de uma pesquisa descritiva e reflexiva, de caráter qualitativo. Foram utilizadas quatro plataformas de IA: ChatGPT, Bard, Copilot e Perplexity AI. Para a seleção das ferramentas, excluíram-se aquelas que não dispunham de chats de conversa ou exigiam cadastro ou download. A pergunta norteadora foi: “O que é Saúde Única?”, uniformizando as buscas em todas as plataformas. A análise revelou que todas as IA forneceram definições similares para o conceito de Saúde Única, embora divergindo quanto ao aprofundamento do conteúdo. Enquanto uma plataforma limitou-se à definição do termo, outra apresentou também os princípios fundamentais, aplicações práticas, benefícios e uma visão contextualizada sobre o tema no Brasil, mencionando a Lei nº 14.792, que instituiu o Dia Nacional da Saúde Única, celebrado em 3 de novembro. Outra plataforma abordou o contexto histórico, destacando a evolução da abordagem no século XIX a partir do conceito de “Medicina Única”, motivado pela necessidade de lidar com patologias infecciosas que afetavam seres humanos, animais e o meio ambiente. Duas plataformas realizaram um resgate cronológico mais detalhado, descrevendo as transformações e adaptações do conceito ao longo do tempo. Apesar das similaridades nas definições, as respostas das plataformas diferiram em profundidade, refletindo as particularidades de programação de cada sistema. As informações geradas foram, em sua maioria, superficiais e conceituais, sem discussões detalhadas ou análises aprofundadas sobre o tema. Conclui-se que, embora as plataformas de IA apresentem potencial como ferramentas acessíveis para buscas rápidas, elas não substituem o papel crítico dos pesquisadores. O uso dessas tecnologias deve ser complementar, não substituindo investigações, interpretações e análises realizadas no processo de construção acadêmica. Assim, o avanço das IAs pode ser visto como um recurso valioso, mas ainda limitado no contexto de estudos científicos aprofundados.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE: SINAIS DO ACTANTE SUPOSTO SABER

Leandro Modolo

O avanço acelerado do “saúde móvel” (mSaúde) trouxe a Inteligência Artificial (IA) para o cotidiano dos cidadãos como ferramenta essencial na prestação de serviços de saúde. Baseado no automonitoramento (*self-tracking*), o mSaúde é promovido como meio de alcançar “autoconhecimento” ou de auxiliar na tomada de decisões médicas. Hoje, em várias especialidades, como ginecologia, psiquiatria, endocrinologia e cardiologia, as interações entre paciente e profissional de saúde frequentemente incluem um “intruso” cibernético, como aplicativos de monitoramento menstrual (*menstruapps*) ou plataformas de saúde mental. Esses aplicativos, como o Flo e o Wysa, promovem mensagens que prometem um conhecimento íntimo e personalizado do usuário, reforçando a ideia de que podem ajudar o indivíduo a “ser sua melhor versão”. Este trabalho apresenta resultados parciais de

uma pesquisa de doutorado em Saúde Coletiva sobre o mSaúde. Com base em revisão de literatura e análise de dados primários de usuários de aplicativos de saúde, argumenta-se que as interações com as IAs embarcadas nos aplicativos de mSaúde manifestam um processo psicanalítico de transferência. Segundo Jacques Lacan, a transferência ocorre quando o outro é percebido como detentor de um saber sobre as verdades do sujeito – o que ele chamou de *sujeito suposto saber*. Embora essa suposição seja, para a psicanálise, uma ilusão, ela cria um vínculo simbólico essencial para a prática clínica. No contexto da saúde digital, as IAs incorporadas nos aplicativos desempenham o papel de *sujeito suposto saber*, ao apresentarem-se como portadoras de conhecimento sobre o usuário. O antropólogo Bruno Latour oferece um conceito complementar: o de *actante*, que se refere a qualquer entidade capaz de modificar outra em julgamentos ou ações. Assim, o mSaúde pode ser considerado um *actante suposto saber*, assumindo simbolicamente o papel de “sabedor” no vínculo estabelecido com o usuário. Essa relação confere aos aplicativos um poder simbólico, muitas vezes suficiente para gerar uma relação de “amor” ou confiança comparável àquela existente entre pacientes e profissionais humanos de saúde. Se confirmada a hipótese desta pesquisa, os serviços de mSaúde, com suas IAs, não apenas compreenderiam os usuários, mas seriam percebidos como tais. Essa percepção reforça sua legitimidade simbólica, possibilitando que sejam reconhecidos como “confidentes” ou “guias” no cuidado à saúde, destacando o impacto psicológico e cultural desses artefatos na forma como a saúde é vivida e gerida na era digital.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: APOIO PARA O FORTALECIMENTO DO ENFRENTAMENTO E MANEJO DA SÍFILIS GESTACIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Raquel de Lima Soeiro, Danielle Mendes de Dias dias, José Gustavo Dutra Medeiros, Thaynara Souza, Tamiris Lima da Silva Linhares, Luciana de Almeida Ferreira Vega, Marcello Barboza de Souza

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível, sistêmica e exclusiva do ser humano, que, se não tratada, pode evoluir para estágios de gravidade variada. Além disso, pode ser transmitida verticalmente para o feto durante a gestação, caso o tratamento seja inadequado ou inexistente. Apesar de ser uma doença de fácil diagnóstico e tratamento medicamentoso de baixo custo, a sífilis apresenta alta incidência, permanecendo como um grande desafio para a saúde pública, sobretudo pelos casos de sífilis congênita. Esse cenário revela fragilidades no cuidado e destaca a necessidade de fortalecimento e qualificação nos processos de diagnóstico, tratamento e acompanhamento desses casos. Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde (EPS) emerge como uma ferramenta essencial para aprimorar conhecimentos, refletir sobre práticas de trabalho e melhorar o enfrentamento da sífilis. Este relato tem como objetivo descrever a experiência de apoio institucional promovida pela SPDM/PAIS-RJ e pelos responsáveis pela Linha de Cuidado das Doenças Transmissíveis da Coordenadoria de Saúde, com intervenções realizadas junto a profissionais de Unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) em uma das Áreas de Planejamento (AP) do município do Rio de Janeiro. As ações buscaram

reforçar conhecimentos prévios e atualizar os profissionais sobre o manejo da sífilis, alinhando as práticas às diretrizes nacionais e locais. As oficinas envolveram médicos, enfermeiros, farmacêuticos e gestores, utilizando como base o Guia Rápido de Pré-Natal da Secretaria Municipal de Saúde do RJ e o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde. As atividades iniciaram com um “quiz”, realizado em uma plataforma online gratuita, para disparar discussões sobre diagnóstico, tratamento, condução de casos e registro no prontuário eletrônico do paciente (PEP). Em seguida, foi apresentada e discutida de forma dialogada a condução clínica da sífilis em gestantes, com foco no manejo e estadiamento da doença. Posteriormente, junto às equipes, foram pensadas estratégias para melhorar os processos de trabalho e o acompanhamento das gestantes com sífilis. Por fim, discutiu-se o registro e a notificação dos casos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com ênfase nos erros mais frequentes e na importância da qualidade dessas notificações. A intervenção foi realizada em 14 Unidades, em encontros presenciais *in loco*. Durante o processo, foram identificadas diversas dificuldades enfrentadas pelos profissionais, incluindo critérios para diagnóstico e estadiamento, tratamento adequado, oferta e solicitação de exames, seguimento com o VDRL, manejo de casos de sífilis congênita e crianças expostas, além de registros no PEP. A implementação das oficinas como estratégia de apoio institucional mostrou-se eficaz, promovendo discussões, esclarecimento de dúvidas e reflexões sobre as práticas de trabalho, considerando as realidades locais. A experiência destacou a necessidade de fortalecer ações de EPS e de aumentar a responsabilização dos profissionais, assegurando o manejo adequado da sífilis nas Unidades de Saúde do município. Esse modelo de intervenção pode ser uma referência para outras localidades no enfrentamento da sífilis, contribuindo para a melhoria da assistência à saúde.

PROCESSO DE TRABALHO DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DA ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO

Emmanuelly Correia de Lemos, Natália Nunes de Lima, Nathalia Ingrid dos Santos Silva Lucena, Bárbara Paloma Marques de Luna, Tereza Adriana Miranda de Almeida, Luciana Camêlo de Albuquerque, Célia Maria Borges da Silva Santana

As Escolas Estaduais de Saúde Pública são instituições essenciais para a implementação e fortalecimento da Política de Educação Permanente em Saúde (EPS), combinando funções pedagógicas e de gestão. A Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), criada em 1989, desempenha um papel significativo na formação profissional em saúde, na pós-graduação lato sensu, na pesquisa e extensão. Destaca-se como protagonista na Política Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS), atendendo às demandas formativas dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Este relato descreve a experiência da Coordenação de Educação Permanente em Saúde (CEPS) da ESPPE no período de 2018 a 2023, evidenciando sua contribuição para o desenvolvimento do trabalho em saúde. A CEPS possui como atribuições diagnosticar as necessidades formativas dos trabalhadores do SUS, selecionar corpo docente e discente, representar a ESPPE em

espaços colegiados, desenvolver instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações de EPS, apoiar a formulação de referenciais pedagógicos e instrumentos legais da ESPPE, e fomentar articulações interinstitucionais com entes públicos e privados no desenvolvimento de estratégias e políticas de formação para o SUS. A equipe da CEPS é composta por cinco sanitaristas, incluindo uma coordenadora, e um apoio administrativo. O processo de trabalho da coordenação é organizado em quatro eixos principais: articulação intra e intersetorial para planejamento das ações educacionais; construção das ações; desenvolvimento, monitoramento e avaliação das atividades de EPS; e disseminação dos resultados. Entre 2018 e 2023, a CEPS promoveu 5 cursos de aperfeiçoamento e 47 cursos de atualização, totalizando mais de 160 turmas descentralizadas e interiorizadas, em formato presencial e de ensino a distância, que capacitaram mais de 15 mil trabalhadores. Além disso, foram realizadas 5 séries de aulas virtuais e mais de 30 debates online. A equipe também apoiou a execução da Especialização em Saúde Pública da ESPPE, contribuiu na elaboração do Plano Estadual de EPS (2019-2022) e liderou a produção de materiais didáticos, publicações científicas e livros dos cursos. Paralelamente, a CEPS participou de eventos científicos e publicou artigos em revistas especializadas. Os resultados quantitativos apresentados evidenciam o alcance do trabalho realizado, enquanto os qualitativos demonstram o aperfeiçoamento progressivo do processo de trabalho da CEPS. As ações foram ressignificadas para integrar melhor as equipes da ESPPE e as áreas técnicas da Secretaria Estadual de Saúde (SES), promovendo uma qualificação teórico-prática alinhada aos princípios da EPS no SUS. Entre os avanços destacam-se a ampliação da equipe por meio de concursos específicos para a ESPPE, a diversificação das estratégias formativas e a consolidação de uma atuação integrada entre as diferentes áreas técnicas. A experiência da CEPS demonstra o impacto positivo da Educação Permanente em Saúde no fortalecimento das competências dos trabalhadores do SUS, destacando-se como um modelo eficaz de articulação e execução de ações educacionais voltadas para a melhoria do trabalho em saúde pública.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRÁTICAS INTEGRATIVAS COM ALUNOS DE MEDICINA EM UM CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Polianna Cardoso Cavalcante, André Senna Andrade Nunes Guimarães, Ranna Stephanei Lopes Soares, Rildo Geraldo Siqueira dos Santos, Ana Beatriz Souza Siqueira, Thiago Wesley Andrade Filho, Ana Vitória Soares Machado, Naisla Caroline Feitosa Pereira

No processo de formação de profissionais de saúde, é essencial abordar aspectos diversos que influenciam o bem-estar humano, sejam eles físicos, psíquicos, sociais ou espirituais. Práticas integrativas, como a aromaterapia e a meditação, emergem como ferramentas importantes para promover a humanização e integralidade do cuidado. A atuação junto a indivíduos em situação de vulnerabilidade social, como a população em situação de rua, constitui uma oportunidade significativa para aplicar esses aprendizados, considerando os desafios que envolvem tanto a saúde física quanto o bem-estar emocional e social dessas pessoas. Este relato descreve uma abordagem integrativa

utilizando meditação associada à aromaterapia, realizada por alunos de medicina da Faculdade Estácio IDOMED de Juazeiro-BA, como parte da disciplina Integração Ensino e Serviço na Comunidade (IESC III). A atividade foi realizada no Centro de Acolhimento para pessoas em situação de rua, como estratégia de promoção da saúde e prevenção de agravos. A intervenção incluiu uma roda de conversa para compartilhamento de vivências entre usuários e estudantes, seguida pela aplicação de técnicas de aromaterapia e meditação, em conformidade com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). A aromaterapia foi utilizada para aliviar estresse e ansiedade, seguida de meditação guiada para promover relaxamento. Durante as conversas iniciais, os participantes relataram experiências de estresse e ansiedade, associadas à condição de vulnerabilidade social, uso nocivo de substâncias, exclusão social e dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Após a atividade, os participantes demonstraram melhorias no bem-estar, relatando redução da ansiedade, sensação de calma e relaxamento, além de maior autoestima. Uma usuária, inicialmente agitada, descreveu a experiência como “chegar na porta do céu”, expressando um profundo sentimento de paz interior. Além disso, a abordagem promoveu maior senso de coletividade entre os usuários, fortalecendo laços sociais e incentivando o apoio mútuo. Entretanto, alguns desafios foram encontrados, especialmente na adesão inicial dos participantes, devido à natureza não convencional da proposta. A superação desses desafios exigiu criatividade, flexibilidade e comprometimento por parte dos estudantes, adaptando-se às necessidades e preferências dos participantes. A experiência contribuiu não apenas para o bem-estar dos usuários, mas também para a formação dos estudantes, desenvolvendo habilidades na condução de atividades em grupo e aprimorando a compreensão sobre as necessidades de saúde da população em situação de rua. A intervenção realizada no Centro de Acolhimento demonstrou o potencial das práticas integrativas como uma abordagem holística e centrada na pessoa, promovendo saúde e redução de danos. Essas práticas, aplicadas em um ambiente comunitário, favorecem uma assistência inclusiva e integral a populações em situação de vulnerabilidade. O relato destaca a importância de continuar promovendo a utilização de Práticas Integrativas e Complementares em contextos sociais, como estratégia complementar para potencializar a assistência à saúde e oferecer um cuidado mais humanizado e efetivo.

SEMANA DO BEM-ESTAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AÇÕES DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA PROMOÇÃO DE SAÚDE DE PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS

Raquel de Lima Soeiro, Jaqueline da Silva Soares Souto, Adriana Orsi, Rosiane Nunes do Nascimento

Um dos desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é incorporar ações de autocuidado nas práticas cotidianas de seus trabalhadores e gestores. Em 2020, o Ministério da Saúde publicou um documento destacando as evidências dos benefícios das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) para a saúde do trabalhador. Práticas como auriculoterapia, utilizada para

estresse laboral, yoga e meditação para a síndrome de Burnout, alongamentos e relaxamentos para redução da fadiga e melhora da consciência corporal têm demonstrado contribuir significativamente para atenuar condições específicas de saúde. Neste contexto, este estudo tem como objetivo relatar a experiência da implementação de ações de PICS destinadas aos profissionais da Base Administrativa da SPDM/PAIS-RJ, realizadas durante o evento “Semana do Bem-Estar” em maio de 2023. A ação foi planejada para promover o autocuidado e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores. Durante a “Semana do Bem-Estar”, foram ofertadas atividades como yoga, reflexologia podal, massoterapia, ginástica laboral, auriculoterapia, shiatsu, acupuntura, aromaterapia e reiki. Essas práticas foram disponibilizadas para todos os 139 profissionais da Base, selecionados por sorteio. O evento foi organizado pela equipe de Educação e Gerência de Projetos do Complexo Regulador e Eventos em Massa da SPDM/PAIS-RJ, com a colaboração de profissionais da rede municipal capacitados em PICS. Os resultados indicaram uma recepção extremamente positiva dos participantes. Além da satisfação com a iniciativa, muitos demonstraram entusiasmo em participar de todas as atividades propostas e solicitaram que eventos semelhantes fossem realizados com maior frequência. Os profissionais relataram sentir-se acolhidos, motivados e mais preparados para retornar às suas rotinas de trabalho após participarem das práticas integrativas. A experiência exitosa da “Semana do Bem-Estar” reforça a importância de manter espaços de cuidado voltados para os trabalhadores da saúde. A promoção de ações como essas contribui para a melhoria da qualidade de vida, estimula o autocuidado e fomenta um ambiente de trabalho mais saudável e satisfatório. A continuidade de iniciativas similares pode gerar impactos positivos não apenas no bem-estar individual, mas também na satisfação e no desempenho no ambiente profissional, promovendo saúde e humanização no âmbito organizacional.

ANÁLISE DOS EFEITOS DA OFERTA DO DISPOSITIVO INTRAUTERINO DE COBRE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM MATO GROSSO DO SUL

Eliane Kelly Ribeiro da Silva, Sebastião Junior Henrique Duarte

No Brasil, apenas cerca de 2% das mulheres em idade fértil utilizam o Dispositivo Intrauterino (DIU), evidenciando a necessidade de estudos que promovam estratégias para melhorar esse indicador de saúde reprodutiva. Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos da oferta do DIU de cobre por enfermeiros que atuam na Atenção Primária à Saúde em Mato Grosso do Sul. Trata-se de um estudo descritivo e transversal, realizado com enfermeiros habilitados para a inserção do dispositivo intrauterino. A amostra foi obtida por conveniência, e os dados foram coletados online, com a participação de 31 profissionais de 12 dos 79 municípios do estado. A análise estatística foi realizada por meio do SPSS, versão 24.0, utilizando teste binomial e frequência, com nível de significância de 5%. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes (83,9%) é do sexo feminino, com média etária de 37,3 anos ($\pm 1,35$). Do total, 87,1% possuem consultório de enfermagem equipado, e 93,5% seguem protocolos assistenciais em suas práticas. Contudo, foi observado que alguns enfermeiros não

solicitam exames de imagem, não prescrevem medicamentos e não realizam atividades educativas ($p < 0,001$). A média de reinserções do dispositivo foi de 20,68 ($\pm 4,82$). Conclui-se que o manejo do DIU por enfermeiros amplia o acesso das mulheres a um método contraceptivo de longa duração, contribuindo para a redução de gestações não planejadas e suas consequências, além de reforçar o papel desses profissionais no fortalecimento do cuidado em saúde reprodutiva.

PROJETO AMAZÔNIA SOLIDÁRIA EM NAZARÉ CAPANAZINHO: A CONSTRUÇÃO DE PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

Alexsanderson de Souza Passos, Júlio Cesar Schweickardt, Teila do Socorro Jacob Laborda,
Ana Geralda da Paixão Soares, Tiego França de Souza, Vanessa Colares Magalhães Alves,
Sabrina Araújo de Melo, Maria Adriana Moreira

O projeto Ciência, Saúde e Solidariedade no enfrentamento da covid-19, desenvolvido pela Fiocruz Amazônia em parceria com os conselhos de secretários do Amazonas e Acre (COSEMS), contou com o apoio da USAID, EXPAND, SITAWI e FIOTEC. Seu objetivo foi discutir os fatores que contribuem para a baixa cobertura vacinal da covid-19 e incentivar a criação de produtos de comunicação em saúde voltados para destacar a importância da imunização em comunidades ribeirinhas, quilombolas e de imigrantes venezuelanos. O foco específico foi a produção de materiais de comunicação sobre a vacinação na comunidade Nazaré Capananzinho. Na primeira etapa, foi realizado um censo vacinal para mapear as doses já aplicadas na população. Em seguida, a equipe de saúde da UBS mobilizou a comunidade por meio de panfletos e mensagens em redes sociais, convidando os moradores para oficinas de produção de materiais de comunicação em saúde. Durante as oficinas, foram realizados círculos de cultura com discussões sobre os temas: “O que é território, territorialidade e políticas públicas de saúde na Amazônia”, “Por que vacinar é importante” e “Análise de notícias falsas sobre a Covid-19”. Após as discussões, os participantes foram organizados em grupos para desenvolver produtos de comunicação focados nos diferentes ciclos de vida: crianças, jovens e adultos. As atividades contaram com facilitadores da Fiocruz, apoiadores locais, gestores, professores e lideranças comunitárias, envolvendo, em média, 50 participantes por dia divididos em cinco grupos. Entre os produtos criados destacam-se: o “Bingo da Saúde”, que utilizou um jogo de bingo para informar sobre a importância de cada dose da vacina; a “Cartilha da Saúde”, voltada para o público infantil, com informações ilustradas que desmistificam o medo de vacinar; vinhetas promocionais para rádio e grupos de WhatsApp, incentivando a vacinação; uma paródia como estratégia de engajamento; uma poesia intitulada “Mais Vacina, Mais Saúde”; e vídeos que convidavam jovens a participarem das ações de imunização. A iniciativa mostrou-se de grande relevância ao adotar uma abordagem participativa para enfrentar os desafios socioambientais da região ribeirinha. Além de promover um novo entendimento sobre a importância da vacinação, o projeto contribuiu para combater movimentos antivacina e a disseminação de notícias falsas. Também estimulou a adesão à imunização na comunidade e resultou na criação de materiais que podem ser replicados em outras comunidades e projetos semelhantes.

INTERSECCIONALIDADE E MARCAS DA MIGRAÇÃO: CARTOGRAFANDO TENSÕES E INVENÇÕES RESISTENTES ENTRE MULHERES MIGRANTES EM PORTO ALEGRE

Jéssica Carina Sulzbach Rodrigues, Simone Mainieri Paulon

A migração é um tema de estudo abrangente em diversas áreas do conhecimento, como Direito, Geografia, Sociologia, Antropologia e Psicologia. Apesar do crescente protagonismo das mulheres nos processos migratórios, observa-se ainda uma insuficiente atenção ao marcador de gênero nas análises sobre migração. É essencial reconhecer os marcadores sociais e as dinâmicas de poder em jogo, especialmente em um país colonizado como o Brasil, onde o mito da democracia racial frequentemente invisibiliza as violências e os sofrimentos enfrentados por mulheres migrantes. Esta pesquisa propõe-se a abordar o fenômeno da feminização das migrações a partir de uma perspectiva decolonial, interseccional, antirracista e transcultural, buscando superar o olhar patologizante frequentemente aplicado às mulheres em processos migratórios. O objetivo geral é investigar como os marcadores sociais articulam-se à condição de migrante em mulheres que deixaram seus países de origem para viver em Porto Alegre. Os objetivos específicos incluem: (a) analisar os marcadores sociais que se intersectam com as vivências dessas mulheres, (b) investigar as tensões e dificuldades que enfrentam no contexto de deslocamento, (c) identificar estratégias de resistência utilizadas para superar os desafios desses marcadores em articulação com a condição de migrante e (d) aprimorar a escuta clínica psicanalítica em questões que envolvem migração, gênero e raça. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa-intervenção fundamentada no método da cartografia. No trabalho de campo, utilizam-se ferramentas como rodas de conversa com mulheres migrantes, realizadas no âmbito do Programa de Extensão “Clínica Feminista, Antirracista Interseccional” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As rodas são conduzidas no idioma materno das participantes, sendo ofertados grupos em espanhol, para migrantes hispanohablantes, e em francês e crioulo haitiano. Complementam o campo da pesquisa atendimentos clínicos individuais e observações de eventos e conferências públicas, enriquecendo narrativas diarísticas que permitem uma análise implicada das pesquisadoras. Essas narrativas são articuladas a partir de perspectivas feministas, psicanalíticas e interseccionais, contribuindo para o rigor teórico-metodológico do estudo. Ao final, a pesquisa visa abrir espaços de fala e escuta para as participantes, além de reforçar a importância de políticas públicas e de saúde que atendam às especificidades das mulheres migrantes. Busca-se criar espaços acolhedores que contemplem os atravessamentos interseccionais, respeitem os direitos humanos dessas mulheres e contribuam para a consolidação de uma política migratória inclusiva no Brasil.

USO DE TÉCNICAS DE CONTROLE DO MEDO E ANSIEDADE EM CRIANÇAS DURANTE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO NA USF: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raisa Rebeca da Silva Batista, Gabriel Bastos Teixeira

A odontopediatria é a especialidade odontológica responsável pelo cuidado com a saúde bucal de bebês, crianças, adolescentes e gestantes, tendo como foco o diagnóstico, a prevenção e o tratamento. A forma como a consulta é conduzida impacta significativamente a relação do indivíduo com sua saúde bucal ao longo da vida. Com a inclusão do cirurgião-dentista nas Equipes de Saúde da Família (ESF) por meio da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) e do programa “Brasil Sorridente”, a atuação da Equipe de Saúde Bucal (ESB) tornou-se um importante potencializador na promoção e prevenção da saúde bucal. No caso de pacientes odontopediátricos em idade pré-escolar, a abordagem requer métodos assertivos devido às características próprias do processo de comunicação em desenvolvimento. O manejo comportamental envolve três âmbitos distintos: linguístico, físico e farmacológico. Este relato tem como objetivo descrever a vivência no atendimento odontopediátrico no contexto da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com foco na aplicação de estratégias de manejo do comportamento. O relato baseia-se em uma experiência realizada entre março e dezembro de 2023 em uma Unidade de Saúde da Família (USF) em um município no Sul da Bahia, conduzida por uma cirurgiã-dentista residente em Saúde da Família. As ações incluíram a ambientação do consultório, técnicas de manejo comportamental como “dizer-mostrar-fazer” (DMF), modelagem, reforço positivo, recompensas e atividades coletivas. O consultório foi decorado com elementos lúdicos para tornar o ambiente mais acolhedor e proporcionar uma experiência positiva já no primeiro contato. Durante a primeira consulta, realizava-se a anamnese, e as intervenções eram conduzidas de forma gradual, respeitando a aceitação da criança. A técnica DMF, estabelecida em 1959 por Addelston, foi amplamente utilizada. Essa técnica, baseada na teoria da aprendizagem, é dividida em três etapas: explicar o procedimento, demonstrar de forma tátil, visual e auditiva (permitindo que a criança observe, toque e interaja com os instrumentos) e, por fim, realizar o procedimento. Outra estratégia aplicada foi a modelagem, na qual uma criança colaborativa servia de modelo para outra, encorajando-a a adotar um comportamento semelhante durante o atendimento. O reforço positivo também foi essencial, utilizando elogios e palavras encorajadoras durante o atendimento, além de recompensas simbólicas, como pequenos brinquedos, para estimular o bom comportamento. Essas práticas resultaram em uma redução significativa da ansiedade das crianças e maior aceitação do tratamento, tornando-as mais colaborativas. O diálogo com os responsáveis também foi essencial para estabelecer uma rede de cuidado, firmando compromissos em relação à saúde bucal das crianças e promovendo uma atenção contínua. Conclui-se que essas estratégias foram eficazes no atendimento odontopediátrico na USF, oferecendo um cuidado direcionado, humanizado e menos traumático. Além disso, ampliaram a perspectiva dos profissionais de odontologia sobre o seu processo de trabalho, reforçando a importância de abordagens integradas e personalizadas no cuidado com a saúde bucal de crianças.

A MATERNIDADE NA INTERSECÇÃO ENTRE AIDS, GÊNERO, RAÇA E OUTRAS VULNERABILIDADES

Mariana Zuleica Corrêa Massoud, Jacqueline Isaac Machado Brigagão

A aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) representa o estágio avançado da infecção pelo vírus HIV, que compromete células específicas do sistema imunológico, fundamentais para a defesa do organismo, manifestando-se por meio de diversos sinais e sintomas. Estudos apontam que a condição de maternidade pode ser entendida tanto como uma vulnerabilidade de gênero quanto, em determinados contextos, como um fator de proteção e autocuidado para mulheres adoecidas. Este trabalho apresenta os resultados de uma dissertação de mestrado que analisou os sentidos atribuídos por mulheres hospitalizadas devido à aids à maternidade, considerando as interseções com gênero, raça e outras vulnerabilidades. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com mães internadas em uma clínica de doenças infecciosas de um hospital do Sistema Único de Saúde, em Belém/PA. A investigação foi fundamentada no referencial teórico-metodológico das práticas discursivas e da produção de sentidos, com as entrevistas submetidas à análise discursiva. Os resultados parciais indicam que a maternidade ocupa um papel central na vida dessas mulheres, sendo uma fonte significativa de afeto. Ela faz com que as participantes oscilem entre as posições de quem cuida e de quem necessita ser cuidada. Observou-se que os estigmas associados à aids são construídos de maneira generificada, influenciando decisões sobre revelar ou ocultar o diagnóstico. Além disso, a pesquisa aponta que a ausência de acesso adequado às políticas de prevenção agrava a vulnerabilidade de mulheres negras e de classes populares, ampliando as desigualdades já existentes. Os achados destacam a necessidade de repensar como os temas maternidade e aids são abordados na sociedade, bem como a organização dos serviços de saúde. É imprescindível refletir sobre a implementação das políticas públicas e avaliar se elas respondem às necessidades individuais e coletivas de mulheres que convivem com a aids. O estudo, assim, contribui para fomentar um debate mais sensível e inclusivo sobre essas questões, promovendo avanços na construção de políticas e práticas de cuidado que considerem as múltiplas dimensões da vulnerabilidade enfrentada por essas mulheres.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E O IMPACTO NO TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O “QUALIFICA VD” (VISITA DOMICILIAR)

Raquel de Lima Soeiro, Maria Cassiana Dias da Silva, Tatiane Pereira de Melo, Márcia Santos Siller, Letícia Cristina Favoreto, Priscila Lopes Ferreira da Silva Oliveira

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) desempenha um papel essencial na equipe multiprofissional dos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS), desenvolvendo ações de promoção

da saúde e prevenção de doenças com foco em atividades educativas realizadas em domicílios e comunidades. Sua atuação facilita o acesso da população às ações e serviços de saúde, sendo indispensável para o bom funcionamento da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Dessa forma, a capacitação e atualização contínua desses profissionais são fundamentais para aprimorar a qualidade do cuidado oferecido à comunidade. Este trabalho relata a experiência de uma ação de Educação Permanente em Saúde (EPS), denominada “Qualifica VD”, que teve como objetivo reforçar conhecimentos previamente adquiridos pelos ACS e oferecer novos aprendizados sobre a organização da Visita Domiciliar (VD) e o acompanhamento das linhas de cuidado. A iniciativa buscou capacitar os profissionais para um desempenho mais qualificado no processo saúde-doença das famílias e comunidades atendidas. A capacitação foi realizada entre setembro e dezembro de 2023, envolvendo 94,6% dos ACS vinculados às Clínicas da Família (CF) e Centros Municipais de Saúde (CMS) de uma Área de Planejamento de Saúde (A.P) da cidade do Rio de Janeiro. Participaram 690 ACS, divididos em turmas organizadas pela proximidade com suas unidades de atuação. Cada turma participou de um encontro presencial de 8 horas, durante o qual foram abordados os seguintes temas: História do ACS no SUS, Território, Visita Domiciliar (VD), Vigilância e Promoção da Saúde, Linhas de Cuidado (foco no que observar nas VDs), Identidade e Compromisso, Comunicação, Postura, Mediação de Conflitos, Ética, Trabalho em Equipe, Ficha de Cadastro e Sistemas de Informação. Foram utilizados vídeos e dinâmicas para facilitar a assimilação dos conteúdos. Os resultados evidenciaram a necessidade de reforçar conceitos fundamentais, especialmente aqueles relacionados ao correto preenchimento e alimentação de dados no prontuário eletrônico, que geraram diversas dúvidas entre os participantes. Além disso, foi identificado o resgate do significado do papel do ACS na profissão, com os participantes demonstrando aprendizado ativo, retirando dúvidas, compartilhando experiências e, no feedback final, verbalizando a importância das temáticas discutidas para sua qualificação profissional. Conclui-se que o ACS, por ser o profissional de saúde mais próximo da comunidade, desempenha um papel vital, e, portanto, capacitações como o “Qualifica VD” são indispensáveis. Essas ações promovem a valorização do trabalho dos ACS, fortalecem sua atuação e geram benefícios diretos para a comunidade, contribuindo para a melhoria do cuidado em saúde oferecido no território.

SEGURANÇA DO PACIENTE: PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO EM UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL

Yasmim Fabris Colonetti, Chayenne Ricken, Fernanda Meller,
Valdemira Santana Dagostim, Cristiane Damiani Tomasi

A qualificação do cuidado em saúde nos estabelecimentos de saúde de todo o território nacional representa um desafio constante para os profissionais da área. Nesse contexto, o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) surge como um dos seis atributos essenciais para assegurar a qualidade do atendimento. As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), como parte integrante da rede de atenção

à saúde, necessitam oferecer atendimentos ágeis, respeitando a classificação de risco de cada paciente, mas estão suscetíveis a falhas assistenciais. Considerando os princípios do PNSP, a realidade da unidade de Pronto Atendimento Municipal (PAM) de Forquilha e os resultados da avaliação da cultura de segurança do paciente com a equipe, foi elaborado um protocolo assistencial com foco na identificação correta do paciente. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa sobre a cultura de segurança do paciente com a equipe do PAM, utilizando o questionário HSOPSC, aplicado digitalmente por meio de tablets conectados à internet através da plataforma E-Questionário. Esse levantamento envolveu 19 profissionais atuantes na unidade. Em seguida, foram realizadas ações de sensibilização da equipe, com ênfase na primeira meta internacional de segurança: a identificação correta do paciente. Após a apresentação do protocolo aos profissionais, iniciaram-se encontros de capacitação realizados em três turnos distintos, de modo a abranger todos os integrantes da equipe. O protocolo foi bem recebido pelos profissionais durante os treinamentos, que reconheceram sua relevância para fortalecer a segurança do paciente e aprimorar a cultura de segurança no PAM. No total, 14 profissionais participaram diretamente da capacitação, que abordou competências profissionais e condutas voltadas para a melhoria da segurança assistencial. Os encontros promoveram reflexões sobre as práticas diárias e discutiram estratégias para minimizar riscos, beneficiando tanto os pacientes quanto os próprios profissionais. Com base nas necessidades identificadas no local, o protocolo foi elaborado e implantado, representando uma inovação significativa, já que anteriormente não havia nenhum sistema formal de identificação de pacientes no PAM. A implementação desse protocolo promoveu mudanças nas práticas profissionais diárias, otimizando os processos de trabalho e elevando a qualidade do cuidado prestado. Este trabalho reforça a importância de iniciativas que associem capacitação, sensibilização e inovação para aprimorar a segurança do paciente nas unidades de saúde.

MÚSICA COMO FERRAMENTA TERAPÊUTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Polianna Cardoso Cavalcante, André Senna Andrade Nunes Guimarães, Ranna Stephanei Lopes Soares, Rildo Geraldo Siqueira dos Santos, Ana Beatriz Souza Siqueira, Thiago Wesley Andrade Filho, Ana Vitória Soares Machado, Naisla Caroline Feitosa Pereira

De acordo com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC-SUS), a musicoterapia é uma opção acessível e eficaz para tratar sintomas de algumas doenças, fortalecer a relação médico-paciente e promover bem-estar físico e emocional. Essa abordagem terapêutica facilita a comunicação, integração social e recuperação, inclusive em casos de problemas de saúde mental e emocionais. Ela se apresenta como uma estratégia potencial para reduzir a ansiedade e a depressão, bem como para auxiliar na manutenção e recuperação da saúde de pessoas com transtornos mentais. Nesse sentido, a população em situação de rua pode se beneficiar dessa terapêutica por se encontrar em situação de vulnerabilidade, enfrentando dificuldades no acesso a necessidades básicas, preconceito, exclusão social, maior exposição à violência e uso nocivo de álcool e outras drogas, comprometendo

a saúde física e mental, incluindo transtornos mentais e psiquiátricos. O objetivo deste estudo foi utilizar a musicoterapia como estratégia terapêutica complementar em um Centro de Acolhimento temporário voltado à população em situação de rua. A ação foi realizada em um Centro de Acolhimento do município de Juazeiro (BA), planejada e executada por estudantes de medicina do terceiro período através da disciplina Integração Ensino e Serviço na Comunidade (IESC III), como parte do processo formativo. Durante a intervenção, foi realizada uma roda interativa em que os participantes foram convidados a explorar diversas atividades, incluindo canto em grupo com a sanfona como instrumento musical, tocada por um dos alunos, com a interpretação de músicas leves e regionais. Cada atividade foi cuidadosamente planejada para promover conexão emocional, fortalecer laços comunitários e trazer serenidade ao ambiente. Como resultado, os estudantes envolvidos puderam compreender a importância de abordagens integrativas no apoio às pessoas em situação de rua. A sanfona simbolizou alegria, festividade e interação social, despertando um senso de pertencimento familiar e cultural, gerando vínculo e maior interação social. Durante a atividade, alguns participantes relataram sentir-se mais relaxados, fortalecidos e conectados com os demais, enquanto outros mencionaram redução do estresse e da ansiedade, além de melhorias na autoestima e na capacidade de expressar emoções. A música demonstrou ser uma ferramenta importante para promover vínculos sociais e coesão grupal, criando um ambiente de apoio e solidariedade entre os participantes e proporcionando sensação de bem-estar. Isso ressalta a importância de considerar abordagens como essa no cuidado em saúde, além de reforçar a necessidade de uma abordagem holística e humanizada que valorize tanto a cura física quanto o bem-estar emocional e social. Por fim, ao implementar práticas integrativas junto à comunidade, especialmente em contextos de vulnerabilidade, contribui-se para o processo formativo, facilitando a compreensão das necessidades de saúde de populações específicas e promovendo uma assistência mais inclusiva e eficaz.

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E AUTOPROVOCADA EM ADULTOS E IDOSOS DO ESPÍRITO SANTO

Dávilla Alves de Oliveira, Mariana Ketlin Monteiro Martins, Gabriela Oliveira,
Fernanda Garcia Gabira Miguez, Franciéle Marabotti Costa Leite

A violência interpessoal é caracterizada por ações agressivas cometidas por terceiros, enquanto a violência autoprovocada ocorre quando a agressão é direcionada contra si próprio. Ambas representam um fator agravante significativo, pois, além de impactarem negativamente na qualidade de vida das vítimas, podem acarretar danos físicos, psicológicos, emocionais, familiares e sociais. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo descrever o perfil de adultos e idosos que sofreram violência interpessoal e autoprovocada no estado do Espírito Santo. Trata-se de um estudo descritivo realizado com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do estado do Espírito Santo, referentes aos anos de 2019 e 2022, utilizando informações das Fichas de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada. Foram analisadas as seguintes variáveis: faixa etária (20 a 29; 30 a 39; 40 a 49; 50 a 59; ≥ 60 anos), sexo (feminino; masculino), raça (branco; não branco), escolaridade (≤ 8 anos; > 8 anos),

local da agressão (residência; fora da residência) e relação com o agressor (conhecido; desconhecido; autoprovocada). A análise dos dados revelou que, em 2019, a maior prevalência de violência ocorreu entre adultos de 20 a 29 anos (35%), do sexo feminino (75%), não brancos (69%), com até 8 anos de escolaridade (50%), que sofreram violência em suas residências (75%) e tiveram como agressores pessoas conhecidas (47%). Em 2022, o perfil se manteve semelhante, com prevalência entre adultos de 20 a 29 anos (33%), do sexo feminino (75%), não brancos (70%), com até 8 anos de escolaridade (52%), que sofreram violência em suas residências (77%) e foram agredidos por pessoas conhecidas (54%). Os dados apresentados evidenciam uma alta prevalência de violência interpessoal e autoprovocada nos anos de 2019 e 2022. Observou-se que a maior incidência ocorreu entre mulheres, principalmente pardas e pretas, com idades entre 20 e 29 anos, que sofreram violência em suas residências e cujo agressor era, na maioria das vezes, uma pessoa conhecida. Além disso, os resultados consistentes ao longo dos anos estudados indicam a ausência ou insuficiência de ações efetivas para reduzir esse agravo. Dessa forma, destaca-se a importância de considerar todas as características das vítimas apresentadas neste estudo na formulação de políticas públicas que visem à redução dessas violências, promovendo autoestima, qualidade de vida, dignidade, justiça e bem-estar social.

INTERSETORIALIDADE X RESOLUBILIDADE: PERCEPÇÕES DE UMA ACS EM RELAÇÃO AO CASO CLÍNICO DE UM INDIVÍDUO COM TRANSTORNOS PSICOLÓGICO E DEPENDENTE QUÍMICO

Valdenice Menezes do Nascimento, Zuleika Karoline dos Reis Mota, Marciele Ribeiro Furtado

A intersectorialidade consiste no trabalho colaborativo entre diferentes áreas que se unem para articular estratégias na resolução de problemas, compartilhando informações e propondo soluções com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos envolvidos. A resolutividade, por sua vez, refere-se à capacidade de oferecer uma resposta satisfatória às necessidades de saúde apresentadas, seja por meio de atendimento direto na unidade de saúde ou pelo encaminhamento a outros serviços da rede capazes de solucionar ou melhorar a situação. O objetivo deste estudo foi evidenciar as estratégias de articulação intersectorial entre a Rede de Atenção à Saúde (RAS), o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada no município de Manicoré para o cuidado psicossocial de M. M. S. A metodologia incluiu a realização de reuniões entre os setores envolvidos, com discussões baseadas em relatos de familiares, profissionais de saúde (da atenção básica e especializada), representantes da igreja católica, do poder judiciário e da comunidade. Como resultado, essa articulação intersectorial culminou na decisão judicial de internação compulsória de M. M. S. pela segunda vez, promovendo o tratamento necessário e eliminando os riscos aos quais a população estava exposta enquanto o indivíduo circulava livremente pelas ruas do município. As considerações finais destacam os diversos desafios da intersectorialidade, apontando que a atenção básica desempenha papel essencial no cuidado à saúde mental, trabalhando em conjunto com o CAPS I e contando com o apoio da igreja católica para solicitar

a internação compulsória. Contudo, é fundamental implementar um planejamento intersetorial eficaz com linhas de cuidado definidas, melhorar o rastreamento de familiares de indivíduos com problemas psicossociais e sofrimento mental, e assegurar uma rede de apoio que contemple políticas e ações integradas para o cuidado e acompanhamento após a internação. Por fim, somente ações coletivas, intersetoriais e transdisciplinares, que promovam o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, podem alcançar resultados satisfatórios na resolutividade de problemas psicossociais.

FORMAÇÃO DE RESIDENTES EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE SUA HISTÓRIA E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS ADOTADAS

Luciana Camêlo de Albuquerque, Pedro Miguel dos Santos Neto

A Residência em Área Profissional da Saúde foi regulamentada pela Lei nº 11.129, de 2005, sendo definida como uma modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu voltada para a educação em serviço, destinada às categorias profissionais da área da saúde, com exceção da médica. Embora experiências de formação multiprofissional já ocorressem desde a década de 1970, a ampliação dos programas ganhou força em 2002, com a inclusão das Residências Multiprofissionais em Saúde (RMS) no Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (ReforSUS). Este trabalho tem como objetivo investigar o contexto histórico da criação e ampliação desses programas e as concepções pedagógicas presentes nos documentos oficiais que os regulamentam. O estudo baseou-se em uma análise documental de atos normativos, como leis, portarias e resoluções, disponíveis publicamente, referentes ao desenvolvimento das Residências em Área Profissional da Saúde no período de 2005 a 2015. A partir desses documentos, foram realizadas análises do contexto histórico e das concepções pedagógicas adotadas. Os resultados indicam que, em 2005, ano de publicação da Lei nº 11.129, o Brasil era governado por Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, após um período marcado por forte desertificação social e econômica. Durante esse período, a lógica neoliberal vigente priorizava a redução de recursos para políticas sociais universais, desviando-os para o pagamento de juros da dívida pública. No campo da formação em saúde, foram implementadas iniciativas voltadas à reorientação da formação, com destaque para mudanças curriculares nos cursos de graduação entre 2001 e 2004. Na pós-graduação, incentivou-se a criação de programas de residências médicas e multiprofissionais, buscando romper com o modelo tradicional biomédico, centrado no hospital e na atenção curativa. No entanto, a análise das concepções pedagógicas revelou a presença de termos como “desenvolvimento de competências e habilidades”, “saber fazer” e “aprender a aprender”. Essas expressões, vinculadas ao ideário educacional neoliberal, distanciam-se de discussões ideológicas e aproximam os processos formativos das pedagogias contemporâneas, focando em conteúdos “práticos” e “úteis” para o cotidiano profissional. Essa abordagem, apresentada como inovadora, tende a privilegiar métodos em detrimento do aprofundamento do conhecimento teórico e crítico. Nas considerações finais, destaca-se que a adoção dessas concepções pedagógicas nos Programas de Residência em Área

Profissional da Saúde pode estar contribuindo para o empobrecimento dos conteúdos curriculares e a supervalorização de métodos técnicos. Esse movimento resulta no distanciamento de ideários pedagógicos contra-hegemônicos e, consequentemente, no afastamento de profissionais de saúde das lutas político-ideológicas em torno da Reforma Sanitária Brasileira.

ESTUDO DAS CONDICIONANTES QUE OCASIONAM ACIDENTES GRAVES E ÓBITOS NO MANEJO COM MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS NA 20ª REGIÃO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

Renan Soares Fagundes, Alexa Pupira Flores Coelho Centenaro,
Andressa Magalhães Flores, Henrique Martins Costa, Marivana Aparecida dos Santos Nessler,
Prinstainá dos Santos Rocha, Cristiane Moraes da Silva, Vanessa Gross

No Brasil, a produção agrícola tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos. No entanto, apesar dos avanços tecnológicos, a atividade agrícola continua sendo responsável por números expressivos de acidentes de trabalho. Estudos apontam que trabalhadores rurais enfrentam um risco maior de morte em comparação a outras profissões. Além dos riscos de acidentes, esses trabalhadores estão expostos a fatores ergonômicos, físicos, químicos e biológicos. Os acidentes de trabalho, independentemente do vínculo empregatício ou previdenciário, são classificados como tais desde que ocorram durante o exercício da atividade laboral, podendo resultar em danos à saúde, sejam eles imediatos ou potenciais. Os acidentes com máquinas agrícolas, em particular, contribuem significativamente para as altas taxas de mortalidade entre os trabalhadores rurais e são classificados como acidentes graves. Esses eventos podem ocasionar afastamentos temporários, lesões permanentes, como amputações, ou até óbitos. Tais desfechos impactam diretamente a economia, a estrutura familiar e o sistema de saúde. Diante desse cenário, é fundamental identificar os fatores condicionantes dos acidentes e óbitos ocorridos na 20ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul, bem como compreender as repercussões desses eventos na vida dos trabalhadores rurais. Assim, surgem as seguintes questões: quais são os condicionantes dos acidentes de trabalho graves e óbitos na Região 20? E quais são as repercussões desses acidentes na vida dos trabalhadores rurais? Esse estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade da UFSM – Palmeira das Missões. A pesquisa busca embasar práticas de prevenção de acidentes graves e fatais relacionados ao manuseio de máquinas e implementos agrícolas, além de fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas de vigilância em saúde do trabalhador. Trata-se de um estudo de método misto, de caráter paralelo convergente, a ser realizado na 20ª Região de Saúde, que possui aproximadamente 38% de sua população em áreas rurais, com uma economia predominantemente agropecuária. Na etapa quantitativa, será aplicado um questionário a trabalhadores rurais maiores de 18 anos que tenham registro de acidente de trabalho grave nos sistemas SINAN e SIST entre 2020 e 2023. Na etapa qualitativa, serão entrevistados trabalhadores rurais ou seus familiares, também maiores de 18 anos, com registro de acidente de trabalho ou óbito relacionado ao

trabalho no mesmo período. Todos os trabalhadores rurais com registro de acidente grave nesse intervalo de tempo, que aceitarem participar, serão incluídos na pesquisa. Os dados quantitativos serão analisados por meio de estatística inferencial, enquanto os dados qualitativos serão submetidos à análise temática de conteúdo. A integração dos dados será realizada por meio da ferramenta “joint display”, com análise por meta-inferências, permitindo uma discussão conjunta dos resultados quantitativos e qualitativos. Espera-se que o estudo identifique os condicionantes associados aos acidentes com máquinas agrícolas, aprofundando a compreensão sobre suas causas. Esses resultados poderão subsidiar a implantação de estratégias de prevenção, bem como a construção de políticas públicas direcionadas à segurança dos trabalhadores rurais. A aplicação dessas medidas tem o potencial de alterar o cenário epidemiológico, reduzir gastos em saúde e mitigar os impactos sociais decorrentes desses acidentes.

CARACTERIZAÇÃO DE PREMATUROS EXTREMOS E MUITO PREMATUROS CONSIDERANDO AS DIFICULDADES QUE ABRANGEM OS CUIDADOS DURANTE INTERNAÇÃO E PÓS-ALTA E PROPOSIÇÃO DE UMA FERRAMENTA DE SUPORTE

Maria Elijara Sales Snovarski, Andréia Rosane de Moura Valim, Janine Koepp, Ingri Paz

O nascimento prematuro, definido como aquele que ocorre antes de 37 semanas completas de gestação, pode ser classificado em três categorias: prematuros extremos (menos de 28 semanas), muito prematuros (28 a 31 semanas) e moderados (32 a 36 semanas). A prematuridade é a principal causa de morte em crianças menores de cinco anos em todo o mundo. Apesar do aumento das taxas de sobrevivência de bebês prematuros em países de alta renda, recém-nascidos prematuros continuam a falecer devido à falta de cuidados adequados em muitos países de baixa e média renda. Na última década, a taxa de sobrevivência de bebês com grande e extrema prematuridade aumentou, acompanhando os avanços nos cuidados peri e neonatais. O cuidado intensivo durante a internação é determinante para os desfechos desses pacientes. O objetivo deste estudo é identificar as características de prematuros extremos, as dificuldades relacionadas aos cuidados durante a internação e o período pós-alta, além de propor uma ferramenta de suporte para esses cuidados. A pesquisa será estruturada em três eixos temáticos: vigilância epidemiológica, por meio de um estudo descritivo analítico de tipo transversal prospectivo com abordagens quantitativa e qualitativa; educação permanente, com rodas de conversa envolvendo familiares de recém-nascidos internados na Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal; e estudo de seguimento de recém-nascidos prematuros extremos, culminando na construção de um material educacional de suporte para as famílias. Espera-se como resultado a elaboração de um perfil detalhado dos prematuros extremos atendidos na unidade de tratamento intensivo neonatal de referência, contribuindo para o aprimoramento do cuidado prestado pelo serviço. Além disso, será desenvolvido um guia de cuidados, em formato digital, com o objetivo de promover a saúde de bebês prematuros no período pós-alta hospitalar.

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E AUTOPROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ESPÍRITO SANTO

Mariana Ketlin Monteiro Martins, Dávilla Alves de Oliveira, Gabriela Oliveira, Fernanda Garcia Gabira Miguez, Franciele Marabotti Costa Leite

A Organização Mundial da Saúde (OMS), no *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*, define violência como o uso intencional da força ou do poder, de forma real ou ameaçada, contra si próprio, outra pessoa, grupo ou comunidade, resultando ou com potencial de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no documento *Violência contra crianças e adolescentes (2019-2021)*, destaca que, entre os 129.844 registros das 12 Unidades da Federação envolvendo vítimas de 0 a 17 anos, ocorreram 3.717 mortes violentas intencionais, incluindo homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenção policial. O grupo etário de 15 a 17 anos apresentou o maior número de vítimas, concentrando 82% dos casos. Este estudo tem como objetivo descrever o perfil de crianças e adolescentes que sofreram violência interpessoal e autoprovocada no Espírito Santo. Trata-se de um estudo descritivo com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Espírito Santo, abrangendo os anos de 2019 e 2022, por meio da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada. Foram analisadas variáveis como idade (1 a 4; 5 a 9; 10 a 14; 15 a 19 anos), sexo (feminino; masculino), raça (branca; não branca), local de ocorrência da agressão (residência; fora da residência) e relação com o agressor (conhecido; desconhecido; autoprovocada). Os resultados indicaram, em 2019, maior prevalência de violência entre adolescentes de 15 a 19 anos (45%), predominantemente do sexo feminino (70%), não brancos (73%), vítimas em suas residências (77%) e com agressores conhecidos (48%). Em 2022, esse perfil permaneceu semelhante, com adolescentes de 15 a 19 anos representando 41% dos casos, do sexo feminino (72%), não brancos (75%), vítimas em suas residências (79%) e agressores conhecidos (57%). Conclui-se que o perfil de crianças e adolescentes vítimas de violência no Espírito Santo manteve-se consistente em 2022, mesmo após três anos de diferença entre os dados analisados. Isso evidencia a possibilidade de delimitar as populações que demandam maior atenção para o enfrentamento da violência. Além disso, ressalta-se a urgência de fortalecer políticas públicas efetivas para prevenir a violência contra crianças e adolescentes, buscando reduzir a ocorrência desse grave problema social.

A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE MEDITAÇÃO NO SUS: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE – PICS

Charlie Paulina Ody, Elisa Cristina Bühner, Franciele Pereira Castro Zampronio

Este trabalho tem como objetivo compartilhar a experiência da introdução da meditação no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da criação de um grupo aberto à comunidade, iniciado em

2019. Intitulado inicialmente *Grupo de Meditação e Autoconsciência*, o objetivo era desmistificar a prática da meditação, promovendo espaços de reflexão e trocas entre os participantes. Os encontros semanais ocorriam na Academia da Saúde, localizada na área central da cidade, sendo conduzidos por três profissionais das áreas de Psicologia e Fisioterapia, vinculados às secretarias municipais de Saúde e Assistência Social. Posteriormente, a secretaria de Educação também integrou a iniciativa, ampliando o alcance do grupo. Os encontros, com duração de uma hora e meia, eram estruturados em quatro momentos principais: acolhida, reflexão sobre o tema do dia, prática de meditação e compartilhamento de experiências. Durante a pandemia, os encontros passaram a ocorrer quinzenalmente e de forma online. À medida que o grupo se consolidava, a meditação, prática inicial e central, abriu portas para a introdução de outras práticas integrativas, como auriculoterapia e tai chi chuan. Essa evolução estimulou uma reflexão sobre o nome do grupo, que passou a se chamar *Grupo de Saúde Integrativa* em 2022, representando uma visão ampliada de saúde, incorporando novas práticas e compreendendo-a para além do corpo e da ausência de doenças. Os resultados demonstraram que a comunidade acolheu a prática da meditação, desconstruindo preconceitos e experienciando seus benefícios no cotidiano, frequentemente compartilhados durante os encontros. Observou-se também maior abertura dos participantes para novas práticas integrativas, despertando curiosidade e promovendo saúde por meio de um repertório mais amplo de experiências. Além disso, foi notável o fortalecimento de vínculos sociais entre os participantes e as facilitadoras, criando uma rede de apoio significativa. Conclui-se que a inserção de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no SUS tem o potencial de estimular novas formas de cuidado, ampliando o repertório de opções disponíveis aos usuários. Essas práticas não apenas promovem saúde e bem-estar, mas também incentivam o protagonismo e a responsabilidade individual no cuidado com a própria saúde, permitindo que cada usuário incorpore ao seu dia a dia aquilo que melhor ressoa com sua experiência pessoal de bem-estar. Ao ampliar o acesso e diversificar as escolhas, as PICS fortalecem a promoção da saúde como um processo integral e inclusivo.

VIVÊNCIAS DE UM GRUPO DE FAMILIARES DE UMA UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO NEONATAL, DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE REFERÊNCIA, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Maria Elijara Sales Snovarski, Camila Castro Roso, Jéssica Torres Grasel, Leticia Hermes, Adeline Suzanne Zingler, Thaline Rosa, Danielle Deponti Cuty, Diogo Menezes da Silva

Nos últimos anos, os avanços tecnológicos e científicos na área neonatal têm permitido atender às necessidades clínicas específicas de recém-nascidos (RNs) em estado crítico, aumentando significativamente suas taxas de sobrevivência. Nesse contexto, os serviços de saúde em unidades de terapia intensiva neonatal (UTINs) têm priorizado as demandas clínicas dos RNs. Contudo, os princípios e estratégias do cuidado centrado no paciente e na família (CCPF) estão sendo gradualmente incorporados às políticas de saúde, diretrizes de entidades nacionais e internacionais, pesquisas em saúde e práticas clínicas. Apesar disso,

a participação efetiva das famílias no cuidado e na tomada de decisão ainda avança de forma lenta, em grande parte devido às barreiras de comunicação entre profissionais e familiares, que representam um dos principais desafios nesse processo. Com o intuito de enfrentar essas dificuldades, o Grupo de Familiares da UTI Neonatal do Hospital Universitário promove encontros semanais com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o processo de hospitalização, fomentar a interação e o vínculo terapêutico entre profissionais e famílias, além de fortalecer as relações entre os próprios familiares. Essas atividades também buscam oferecer apoio emocional e facilitar a formação de redes de suporte entre os participantes. O método inclui atividades em grupo, compartilhamento de informações, momentos de descontração com artesanato, dinâmicas e ações especiais em datas comemorativas. Os encontros são coordenados por uma enfermeira da unidade e pelos alunos da Residência Multiprofissional do hospital. Além disso, uma caixa de ouvidoria, localizada no hall de entrada da UTI Neonatal, está disponível para queixas, sugestões e solicitações de informações, sendo os registros lidos mensalmente pela equipe após a realização dos grupos. As reuniões ocorrem às terças-feiras pela manhã, na sala de aula da UTI Neonatal. Com essas iniciativas, espera-se fortalecer o vínculo entre famílias e profissionais, promovendo maior confiança no processo terapêutico vivenciado pelas crianças durante a internação na unidade. Essas ações visam não apenas melhorar a experiência das famílias no cuidado, mas também humanizar e qualificar a assistência prestada.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA 014 ÀS MARGENS DO RIO ATININGA – MANICORÉ (AM)

Vanessa Aline Guimarães Abreu, Zuleika Karoline dos Reis Mota,
Kelly Anne Alves Ribeiro, Valmir Gomes de França

A presença de diversos grupos populacionais às margens dos rios amazônicos levanta importantes reflexões sobre o alcance do Sistema Único de Saúde (SUS) em contextos ribeirinhos. Apesar dos notáveis avanços na Atenção Básica (AB) direcionados a essas populações, como a instituição da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF) e a criação de arranjos específicos como as equipes de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR), Saúde da Família Fluvial (eSFF) e a Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF), ainda persistem desafios significativos. Entre eles, destacam-se as dimensões continentais da região, a dispersão das comunidades em vastos territórios, o difícil acesso geográfico e a oferta insuficiente de serviços frente às demandas existentes. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência vivenciada durante uma viagem para conhecer o território e oferecer serviços de saúde, como consultas de enfermagem, vacinação e orientações de saúde bucal, com a entrega de kits para escovação. As comunidades Santa Maria e Espírito Santo estão situadas ao longo do rio Atininga, em direção à sua nascente, região que, durante o período de estiagem, torna-se quase inavegável. O percurso até as comunidades foi realizado em um bote de alumínio de sete metros, com motor de 15hp, levando cerca de três horas para ser concluído, com cinco pessoas a bordo. O ponto estratégico de encontro foi a residência

do Agente Comunitário de Saúde (ACS) local. Durante a ação, 28 indivíduos de diversas faixas etárias compareceram, possibilitando a realização de 12 consultas de enfermagem, a administração de 37 doses de vacinas e a entrega de cinco kits de higiene bucal para as crianças. Esses resultados reforçam os princípios de equidade, universalidade e cumprimento dos direitos humanos ligados à saúde. Conclui-se que, além das consultas de rotina, é fundamental promover conversas e atividades educacionais que esclareçam práticas de saúde adequadas, visando a melhoria da qualidade de vida dessas populações, além de promover uma rica troca de conhecimentos. Um relato marcante foi o de uma senhora com câncer em metástase que expressou surpresa e gratidão pela ação na comunidade, evidenciando a relevância de ampliar as discussões sobre os desafios do sistema público de saúde em áreas isoladas. Torna-se imprescindível aumentar a quantidade, qualidade e frequência de viagens para essas regiões, dando visibilidade às necessidades das populações ribeirinhas e respeitando suas características geográficas e culturais singulares.

MULHERES/MÃES/CUIDADORAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS DE CAPSIJ: SAÚDE MENTAL, RACISMO E BRANQUITUDE

Luciane Régio, Sônia Barros, Luis Eduardo Batista, Bruna de Paula Cândido, Caroline Ballan, Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira, Ana Luisa Aranha e Silva

O racismo estrutura as classes sociais no Brasil, impactando de forma mais intensa as mulheres negras, que também enfrentam desigualdade de gênero. Este estudo, parte de um relatório de tese de doutorado, parte do pressuposto de que mulheres, mães e cuidadoras de crianças e adolescentes negros e pardos, usuários de Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSIj), sofrem discriminação dupla: em razão da cor da pele e por terem filhos com problemas de saúde mental. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, no qual foram entrevistadas 18 mulheres, selecionadas por amostra não probabilística. As concepções teóricas que sustentaram a análise foram o racismo tridimensional (Werneck, 2016) e o racismo à brasileira (Munanga, 2017). A pesquisa resultou em cinco categorias empíricas, desdobradas em temas e subtemas: (I) Atenção à Saúde; (II) Cuidar de criança/adolescente com problema de saúde mental; (III) A Escola; (IV) Gênero; e (V) Racismo. Os dados revelaram que a sociedade brasileira se ancora no mito da democracia racial, o qual encobre um racismo estrutural de matriz patriarcal, sexista e capitalista, sustentado pela supremacia branca. À luz dos determinantes sociais da saúde, o racismo opera como um “dispositivo de racialidade”, sistematizando iniquidades e intensificando a pauperização das mulheres negras e de seus filhos. Essas mulheres enfrentam discriminações cotidianas relacionadas tanto ao racismo quanto ao estigma associado aos problemas de saúde mental de seus filhos. Mesmo assim, priorizam o cuidado dessas crianças e adolescentes, resistindo em meio a condições adversas, como a responsabilidade exclusiva pela sustentabilidade da casa e pela criação dos filhos, recursos financeiros escassos (como os provenientes do BPC/LOAS), pouco apoio familiar e ausência da participação paterna. A pesquisa conclui que é urgente o combate ao racismo no campo da

saúde mental, com a adoção de uma postura antirracista e antimanicomial por parte dos trabalhadores das Redes de Atenção à Saúde (RAS) e Redes de Atenção Psicossocial (RAPS). Essa perspectiva deve considerar a interseccionalidade de raça, gênero e classe social como categorias analíticas no desenvolvimento de projetos terapêuticos singulares. Tal abordagem pode fortalecer o poder contratual das mulheres e de seus filhos, além de ser uma ferramenta para a garantia de direitos de cidadania. Outro ponto crucial é a desconstrução da branquitude no país, dismantelando as opressões hierarquizadas forjadas pela ideia de superioridade racial, que é o cerne das iniquidades. Este estudo representa um ponto de partida para novas pesquisas, derivadas do projeto “O processo de cuidar em saúde mental da criança/adolescente negro em CAPS infantil”. Os resultados iniciais foram publicados no caderno de texto *Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes Negros no SUS* e no *Relatório Técnico do Diálogo Deliberativo - O Processo de Cuidar em Saúde Mental da Criança e do Adolescente Negro Usuário de CAPSi*.

COOPERAÇÃO ENTRE ATORES DO SUS E JUDICIÁRIO PARA FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Lícia Marques Vidal, Karine Fernandes Almeida Gonçalves, Milane Correia Garcia,
Isis Gomes Biondi, Gabriel Salgado Lacerda Medeiros, Ariani França Conceição,
Marlon Pereira dos Santos, Roseli Maria Cardoso Ribeiro

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é composta por um conjunto de serviços articulados no território para o cuidado de pessoas com transtornos mentais, problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e suas famílias. Sua implementação busca garantir os direitos dessas pessoas como cidadãos, promovendo maior participação social. No entanto, redes frágeis, com baixa capilaridade e pouco poder resolutivo, resultam em desassistência e violação de direitos. Nesse contexto, parcerias entre diversos atores tornam-se fundamentais para identificar problemas, aumentar a resolutividade e reduzir o número de judicializações. Este relato aborda um arranjo cooperativo estabelecido entre trabalhadores do SUS, gestores, profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a Defensoria Pública, iniciado em agosto de 2023, em Jequié/BA. Ainda em andamento, essa experiência representa uma estratégia para o fortalecimento da RAPS e o cumprimento da legislação vigente. O objetivo foi relatar a experiência de cooperação entre atores do SUS e do judiciário para aprimorar a RAPS. A metodologia envolveu a formação de um grupo de trabalho composto por membros da gestão municipal, representantes da regional de saúde, profissionais de Saúde Mental e representantes do judiciário. Foram realizadas três reuniões entre agosto de 2023 e abril de 2024. Durante esses encontros, identificaram-se situações-problema, propuseram-se intervenções e designaram-se os responsáveis pela execução. Entre os diagnósticos apontados estavam: inoperância do grupo condutor e do grupo de trabalho em saúde mental; quadro de profissionais incompleto; fragilidade nos processos de trabalho; ausência de matriciamento; precariedade nas estruturas físicas; inexistência de CAPS Infantojuvenil e residência terapêutica; falta de projetos de reinserção no mercado de trabalho; ausência de Práticas Integrativas e Complementares; e inexistência de protocolo para o serviço de saúde mental.

na UPA e policlínica. A partir dessas constatações, a Defensoria Pública propôs um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), orientando o município na reorganização da rede. Após ajustes, observaram-se avanços significativos, como a formalização de um grupo condutor intersetorial e um grupo de trabalho em saúde mental; contratação de novos profissionais, incluindo psicólogos, assistentes sociais, profissionais de educação física e artesãos; criação de quatro equipes multiprofissionais em Unidades Básicas de Saúde para apoiar as equipes de Saúde da Família; mudança de local do CAPS Álcool e Drogas; organização do atendimento infantojuvenil com psiquiatra especializado; implementação de auriculoterapia no CAPS II; ações de educação permanente para as equipes dos CAPS; e organização do matriciamento para a atenção primária. Essa experiência revelou-se transformadora, evidenciando resultados concretos na organização dos serviços e no fortalecimento do diálogo entre os diferentes atores envolvidos. Além disso, trouxe benefícios diretos aos usuários da RAPS. Foi possível mitigar conflitos, discutir casos graves, responsabilizar entes públicos e distribuir tarefas de forma colaborativa, reforçando que o SUS se constrói coletivamente, com parcerias estratégicas como a do judiciário, que atuou de forma comprometida e responsável para encontrar soluções necessárias.

E CUMÉ QUE A GENTE FICA? REFLEXÕES SOBRE OS ESTRANGEIRISMOS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A REALIDADE DE MULHERES NEGRAS NA AMAZÔNIA-BRASIL

Tess Rafaella Lobato de Oliveira, Daniele Vasco Santos, Daniela Ponciano de Oliveira, Nina Daia Carvalho, Ana Paula Antunes Lobato, Sueli Marques Ferraz, Ronilda Bordó de Freitas

Dados apontam elevados índices de violência não letal contra mulheres no Brasil, afetando predominantemente mulheres pretas e pardas, com um aumento de 19% nos últimos cinco anos. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre possibilidades de reduzir os alarmantes índices de violências letais, como o feminicídio, e não letais, especialmente a violência psicológica. Termos estrangeiros amplamente divulgados na mídia, como *manterrupting*, *bropriating*, *manspreading*, *gaslighting*, *mansplaining* e *stealththing*, descrevem situações que frequentemente acometem mulheres brasileiras, incluindo amazônidas, que enfrentam essas formas de violência em seus contextos socioculturais. Entretanto, ao buscar promover estratégias de autocuidado e medidas de segurança para essas mulheres, surgem barreiras significativas. A utilização de expressões em inglês cria entraves linguísticos e sociais que dificultam a compreensão e o reconhecimento das violências vividas, impactando diretamente o processo de denúncia e enfrentamento. Esse cenário é agravado pela realidade das mulheres brasileiras em territórios amazônicos, onde a desconexão entre a linguagem das campanhas e a cultura local reforça a invisibilidade dessas violências. A literatura aponta que mulheres negras enfrentam uma tríplice discriminação – social, racial e sexual – que as coloca em uma posição de maior vulnerabilidade. Nesse contexto, esta pesquisa, utilizando um método quali-quantitativo, propõe discutir formas de reconduzir essas mulheres ao empoderamento por meio de sua própria

linguagem cultural e cotidiana. Acredita-se que essa abordagem possa contribuir para a legitimação de sua integridade física e emocional, promovendo o direito dessas mulheres de viverem com dignidade e construírem relações sociais e afetivas saudáveis. Ao conectar estratégias de enfrentamento com a realidade linguística e cultural das mulheres amazônidas, busca-se não apenas ampliar o entendimento sobre essas formas de violência, mas também fortalecer sua agência, para que possam denunciar, resistir e transformar suas condições de vida. Assim, esta pesquisa almeja fomentar reflexões e práticas que promovam sua segurança, autonomia e bem-estar em uma perspectiva de justiça e igualdade social.

ESTIGMA E PERTENCIMENTO: UM OLHAR INTERSECCIONAL PARA O TERRITÓRIO POR ADOLESCENTES PARTICIPANTES DE PROJETO SOCIAL DA ZONA NOROESTE/SANTOS

Taís Costa Bento, Eunice Nakamura, Cristiane Gonçalves da Silva

A Zona Noroeste, composta por 16 bairros da cidade de Santos/SP, caracteriza-se por oferecer comércio, serviços de saúde, educação e espaços de lazer, mas também apresenta áreas de submoradia, predominantemente palafitas, sem infraestrutura adequada e sem acesso a saneamento básico. Esses fatores configuram uma região de alta vulnerabilidade social, marcada por expressiva desigualdade. Nesse contexto, encontra-se um projeto social que acolhe crianças e adolescentes de 4 a 14 anos em situação de vulnerabilidade, sendo esse o cenário da presente pesquisa. O objetivo do estudo é analisar a percepção de um grupo de adolescentes sobre o território onde vivem. A pesquisa, de natureza qualitativa e baseada no método etnográfico, já realizou 16 observações participantes durante atividades do projeto social com adolescentes de 11 a 13 anos no bairro estudado. As falas dos jovens revelam as desigualdades socioeconômicas da Zona Noroeste em relação a outras regiões de Santos. Muitos relatam nunca terem ido à praia e expressam percepções negativas sobre como são recebidos em serviços localizados em bairros de classe média ou alta. Esses jovens associam seu território e seus moradores a estereótipos negativos, frequentemente sendo rotulados como “bandidos” [sic], o que resulta em intervenções policiais que violam suas residências. Apesar dessas adversidades, os adolescentes demonstram um sentimento de pertencimento ao território ao discutir vantagens e desvantagens de viver nas “ruas” ou nos “becos”. Esse pertencimento é permeado por contradições, evidenciadas por falas que, mesmo em tom de brincadeira, valorizam o trabalho no tráfico. Além disso, piadas que reproduzem falas racistas também aparecem entre os próprios jovens, indicando internalizações de opressões estruturais. Pesquisas com jovens da periferia requerem uma compreensão ampla de seus contextos sociais, nos quais diversos marcadores sociais – como raça, classe e território – se interseccionam, moldando suas vivências e percepções. Assim, compreender o olhar desses adolescentes sobre o território onde habitam, com uma abordagem interseccional, é essencial para identificar as opressões vividas e contribuir para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às realidades desses territórios marginalizados.

SAÚDE DA MULHER NO CLIMATÉRIO: INTERVENÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Betina Juchem Clemens, Bárbara Nicole Schmidt, Maristela Cassia de Oliveira Peixoto

O climatério é um período de transição marcante na vida das mulheres, caracterizado pela menopausa, que ocorre devido ao esgotamento dos folículos ovarianos, resultando na última menstruação. Esse processo desencadeia alterações hormonais significativas, gerando mudanças fisiológicas e emocionais que sinalizam o fim da fertilidade. Trata-se de um momento de intensas transformações que demandam atenção especial à saúde da mulher. O presente estudo teve como objetivo desenvolver um material educativo sobre o climatério na saúde da mulher. Foi realizado um estudo qualitativo no contexto da disciplina *Processo do Cuidado na Saúde da Mulher*, no curso de Enfermagem. A metodologia incluiu uma pesquisa bibliográfica inicial, seguida da construção de um folder explicativo contendo informações sobre os sintomas da menopausa e métodos não farmacológicos para alívio desses sintomas. Esse material foi apresentado a mulheres da rede social das autoras, proporcionando uma conversa reflexiva sobre o tema. Durante os diálogos, os principais sintomas relatados pelas mulheres foram fogachos, ressecamento vaginal, depressão, ansiedade, insônia, perda da libido e alterações de humor. Em relação ao tratamento, a terapia de reposição hormonal foi amplamente mencionada, mas acompanhada de dúvidas e temores. Alternativamente, as participantes relataram o uso de chá de folha de amora preta como um recurso natural para alívio dos sintomas. Embora o climatério seja um processo natural, é evidente que muitas mulheres carecem de informações adequadas sobre esse período. Profissionais de saúde têm um papel essencial na criação de estratégias para apoiar mulheres nesse momento de transição, promovendo educação em saúde que permita a compreensão e vivência das mudanças fisiológicas de maneira mais saudável. Indivíduos bem informados tendem a ter melhor qualidade de vida, compreendendo melhor os diferentes ciclos da existência. Portanto, é imprescindível a realização de pesquisas e a implementação de ações voltadas para a educação em saúde em todas as esferas de atendimento. Essas iniciativas devem priorizar uma assistência qualificada e humanizada, capacitando as mulheres para enfrentar os desafios do climatério de forma consciente e confiante, promovendo bem-estar e qualidade de vida.

AVALIAÇÃO DE DADOS EPIDEMIOLÓGICOS E FATORES RELACIONADOS AO ABANDONO DO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE NA POPULAÇÃO NEGRA

Anna Clara de Melo Valeriete Nascimento, Lucas Nolasco Fernandes Santos da Silva,
Ana Isabel de Sousa Urtiga, Kevem Cid Dias, Francisco Roney Sousa Paiva,
Alexia Eduarda Miranda Silva, Michele Ribeiro Sgambato, Karla Santa Cruz Coelho

A tuberculose (TB) é uma doença infecciosa causada pela *Mycobacterium tuberculosis* e, no Brasil, permanece como um importante problema de saúde pública, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas. A doença é mais prevalente em áreas urbanas, onde condições socioeconômicas desfavoráveis e alta densidade populacional favorecem sua propagação. O país conta com um programa

nacional de controle da tuberculose que promove a detecção precoce, o tratamento adequado e a prevenção da transmissão, com estratégias como busca ativa de casos, tratamento supervisionado e oferta gratuita de medicamentos. No entanto, desafios como diagnóstico tardio, adesão irregular ao tratamento e resistência aos medicamentos ainda persistem. Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre as dificuldades no tratamento da tuberculose na população negra no Brasil. Para tanto, foram utilizados dados do *Boletim Epidemiológico de Saúde da População Negra* (2023) e artigos científicos disponíveis na base PubMed. Os descritores utilizados foram: *Treatment Adherence and Compliance; Tuberculosis; Black People; Brazil*, conectados pelo operador booleano AND, sem recortes temporais ou geográficos. Os resultados evidenciaram que as disparidades econômicas e raciais, estruturadas desde o período da escravidão no século XVI até os dias atuais, contribuem para a maior vulnerabilidade da população negra à TB. Segundo o Boletim Epidemiológico, entre 2010 e 2022 foram registrados, em média, 73 mil novos casos anuais de TB, dos quais aproximadamente 60% ocorreram na população negra. Em 2022, dos 78.057 casos notificados, 9.738 (12,5%) eram de pessoas pretas e 39.643 (50,8%) de pessoas pardas. Na revisão, foram encontrados quatro artigos relevantes, dos quais um foi excluído por não se adequar ao tema. Os estudos indicam que pacientes negros e pardos apresentam maior risco de não conclusão do tratamento. Um estudo realizado no estado de Pernambuco, entre 2001 e 2014, apontou uma taxa de abandono do tratamento de 11,3%, sendo 13,3% entre a população negra. Além disso, a coinfeção TB/HIV foi mais frequente nesse segmento, associando-se a uma maior mortalidade, especialmente entre os coinfectados (3,6%), em comparação aos indivíduos infectados apenas por TB. Os dados também revelaram maiores agravos de saúde, interrupções no tratamento e dificuldades em completá-lo entre a população negra. O enfrentamento da TB no Brasil exige uma abordagem histórica que reconheça as desigualdades sociais e de saúde que afetam a população negra. Reduzir as disparidades na incidência, morbidade e mortalidade por TB nesse grupo é essencial para promover a equidade no tratamento e a conclusão bem-sucedida do cuidado. Compreender e abordar essas desigualdades é crucial para o fortalecimento das estratégias de controle da tuberculose no país.

ESTRESSE ENTRE MULHERES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

Adriana Geraldina Vicente da Silva, Loys Lene da Costa Siqueira, Franciele Marabotti Costa Leite

O estresse é a resposta do organismo a acontecimentos que provocam desequilíbrio no bem-estar, podendo ser desencadeado por eventos positivos ou negativos que exigem mudanças de comportamento. Esses agentes estressores podem ser físicos, psicológicos e/ou ambientais. No Brasil, 79% das mulheres apresentam sintomas significativos de estresse, com uma proporção maior de fatores psicossociais associados em comparação aos homens, sendo 49% nas mulheres contra 39% nos homens. Um estudo com indivíduos de ambos os sexos, com média de idade de 38,5 anos, evidenciou que altos níveis de estresse crônico comprometem a qualidade de vida, resultando em absenteísmo,

desmotivação, licenças médicas, queda de produtividade, irritação, dificuldades interpessoais, divórcios, relações conturbadas, depressão, ansiedade, doenças físicas diversas e infidelidade. Este estudo objetiva descrever a percepção de estresse entre mulheres adultas residentes no município de Vitória, Espírito Santo. Trata-se de um estudo descritivo com uma amostra de 1.086 mulheres, selecionadas a partir de setores censitários definidos pelo IBGE (2010) e sorteadas aleatoriamente. Um estudo piloto foi realizado em dezembro de 2021 com 34 mulheres (não incluídas na amostra final). A coleta de dados ocorreu entre janeiro e maio de 2022, conduzida por entrevistadoras que utilizaram tablets e o sistema REDCap para captura eletrônica dos dados. A percepção de estresse foi avaliada pela escala PSS-10, e as análises estatísticas foram feitas no software Stata® versão 15.1. Os resultados mostraram que a média total do escore de estresse foi 16,40, destacando-se o nervosismo e estresse nos últimos 30 dias (média de 2,0), aborrecimentos por eventos inesperados (média de 1,66) e a sensação de incapacidade para controlar eventos na vida (média de 1,48). Estudar os aspectos, tipos e consequências do estresse é fundamental para subsidiar o treinamento de profissionais de saúde, a construção de planos de cuidado integral, a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de estratégias para minimizar os impactos do estresse, beneficiando não apenas as mulheres, mas também a sociedade como um todo.

REDES DE CUIDADO EM SAÚDE: UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA "INVISIBILIDADE" DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Mariana Castro de Mello, Leticia Victoria Gomes da Silva Lopes, Lucas Marques Ferreira de Carvalho, Maiara de Santana dos Santos, Fabiana Ferreira Koopmans, Vinicius Rodrigues Fernandes da Fonte, Eliane Oliveira de Andrade Paquiela, Eluana Borges Leitão de Figueiredo, Juliana Mara Nery de Sant Anna

A pesquisa, realizada como trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, aborda o cuidado em saúde da população em situação de rua. Seu objetivo é analisar as perspectivas das redes sociais de apoio a essa população, no município do Rio de Janeiro, e sua relação como subsídio ao cuidado em saúde. Trata-se de um estudo qualitativo exploratório fundamentado no referencial teórico-metodológico de redes sociais da assistente social Lia Sanicola. A coleta de dados incluiu entrevistas semiestruturadas, construção de ecomapas e análise etnográfica de domínio. A pesquisa foi conduzida na Área Programática 2.2, do município do Rio de Janeiro, com pessoas em situação de rua que frequentam ou estão no entorno de um Centro Municipal de Saúde, responsável pelo cuidado a essa população. Os resultados destacaram a relevância do cuidado oferecido pela rede formal, especialmente o Consultório na Rua, e a significativa influência das redes sociais primárias, como os amigos da própria rua, no cuidado em saúde. Constatou-se que quanto menor a rede social do indivíduo em situação de rua, maior é sua vulnerabilidade na atenção à saúde. O estudo contribuiu para o aprimoramento do saber e das práticas de cuidado voltadas a essa população, além de ampliar o conhecimento sobre seu modo de vida e suas particularidades na construção do cuidado em saúde.

DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA DE SEGURANÇA DO PACIENTE NO ÂMBITO HOSPITALAR

Vitoria Keller Gregório de Araújo, Erika Simone Galvão Pinto, Jucielly Ferreira da Fonseca

A Cultura de Segurança do Paciente é um dos componentes essenciais da cultura organizacional nas instituições de saúde, promovendo, por meio de atitudes individuais e coletivas, percepções, competências e comportamentos que reforçam o compromisso com a qualidade e a segurança na assistência à saúde humana. A importância dessa temática foi amplamente destacada pelo relatório do Institute of Medicine, em 1999, que revelou inúmeras mortes causadas por erros médicos. No Brasil, o Programa Nacional de Segurança do Paciente, instituído em 2013, consolidou o foco na qualidade dos serviços de saúde, incentivando boas práticas nas instituições nacionais. A Enfermagem, representando a maior força de trabalho em saúde no país, desempenha um papel central na implementação de processos e metas relacionadas à segurança do paciente, estando diretamente envolvida com os pacientes ao longo de todo o cuidado. Entretanto, a implantação de uma Cultura de Segurança enfrenta desafios significativos, como o número insuficiente de profissionais para atender às demandas crescentes, o que sobrecarrega as equipes e dificulta a adesão às práticas de segurança. Além disso, a persistência de uma cultura punitiva em relação aos erros desestimula os profissionais a reportarem falhas, quando o foco deveria estar na educação continuada e na melhoria das práticas assistenciais. Outro obstáculo é a cultura hierarquizada promovida por algumas gestões, que limita o acesso dos profissionais às lideranças e restringe a abertura para questionamentos e correções de falhas. A efetiva implantação da Cultura de Segurança exige a valorização de diferentes cenários de trabalho e o estímulo à identificação e notificação de erros ou potenciais erros. Essas notificações, gerenciadas pelo Núcleo de Segurança do Paciente, são cruciais para monitorar os indicadores e impulsionar melhorias nos processos assistenciais. Contudo, a associação da notificação a questões pessoais ainda dificulta sua execução em muitos contextos. Reconhecer e superar esses desafios é fundamental para implementar estratégias eficazes que reduzam eventos adversos, promovendo um ambiente seguro e assegurando o melhor cuidado possível aos pacientes.

PERCEPÇÃO DE ESTRESSE SEGUNDO AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE MULHERES RESIDENTES EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

Adriana Geraldina Vicente da Silva, Loys Lene da Costa Siqueira, Franciele Marabotti Costa Leite

O estresse é uma condição que afeta pessoas de todas as classes sociais, idades e ocupações, sendo caracterizado como um estado de desequilíbrio do organismo frente a situações desafiadoras que demandam recursos psicológicos para lidar com eventos mobilizadores. No caso das mulheres, a sobrecarga de múltiplos papéis sociais e familiares as torna mais vulneráveis ao estresse. No Brasil,

79,3% das mulheres relataram sintomas significativos de estresse, em comparação com 51,7% dos homens. Estudos recentes apontam que altos níveis de estresse estão associados à pobreza multidimensional, falta de acesso a recursos e conhecimento, sendo mais prevalente entre tabagistas, pessoas sedentárias e mulheres com renda inferior a dez salários mínimos. Este estudo teve como objetivo identificar a percepção de estresse segundo as características sociodemográficas de mulheres residentes em Vitória, Espírito Santo. Trata-se de um estudo transversal, realizado com 1.086 mulheres adultas a partir de 18 anos, com coleta de dados entre janeiro e maio de 2022. As informações foram coletadas por uma equipe de entrevistadoras utilizando tablets e a ferramenta REDCap. O estresse foi avaliado pela escala PSS-10, enquanto as características socioeconômicas foram obtidas por meio de questionário específico. As análises estatísticas, realizadas no programa Stata® versão 15.1, indicaram que mulheres entre 18 e 29 anos apresentaram a maior média de estresse (19,53), assim como aquelas que se autodeclararam não brancas (16,79), com 9 anos ou mais de escolaridade (16,65), solteiras (18,27), morando em casas alugadas (17,50), sem religião (18,55), beneficiárias de programas de auxílio governamental (18,12), sem plano de saúde (17,01) e residindo com 5 ou mais moradores (18,16). Observou-se ainda que a percepção de estresse aumentava conforme o número de moradores na residência ($p < 0,05$). Reconhecer os fatores associados ao estresse e suas implicações na saúde das mulheres é essencial para a formulação de políticas públicas e aprimoramento dos serviços de saúde, promovendo um cuidado integral e efetivo para essa população.

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO: UM ASSUNTO PARA SE FALAR EM PLENO SÉCULO XXI

Talyssa Steinhorst Simões, Camila Fernanda da Silva, Rosana Amora Ascari

Os primeiros indícios da criação de vacinas surgiram durante a pandemia de varíola, que devastou boa parte do mundo, ceifando inúmeras vidas. Com o desenvolvimento inicial da vacina na China e na Índia, mesmo enfrentando resistência ao método de vacinação, registraram-se avanços significativos na promoção da saúde. Ao longo dos séculos, diante de eventos históricos e do surgimento de novas doenças, o Brasil consolidou uma importante estratégia de saúde pública com o Programa Nacional de Imunização (PNI), criado em 1973. Esse programa permite a promoção da saúde e a prevenção de doenças, garantindo aos brasileiros o direito e o dever de seguir o Calendário Nacional de Vacinação (CNV). O PNI foi fundamental para a redução da mortalidade e a erradicação de doenças como varíola, poliomielite, tuberculose e difteria, tornando-se uma referência global. Este estudo, de caráter descritivo e reflexivo, desenvolvido em abril de 2024, reforça a importância da vacinação na prevenção de agravos à saúde de crianças e adolescentes. A disseminação da era tecnológica, embora tenha ampliado o acesso à informação, também facilitou a circulação de dados errôneos, fomentando movimentos antivacinas que difundem teorias conspiratórias, como a ideia de que vacinas são instrumentos de controle populacional ou armas biológicas. Ainda no século XXI, a Organização Mundial da Saúde intensifica esforços

para conscientizar pais e responsáveis sobre a importância da vacinação infantil e de adolescentes, especialmente em um contexto de doenças já erradicadas no Brasil, mas que, devido à imigração e circulação internacional, têm voltado a aparecer. Nos últimos anos, debates em torno da Pandemia de covid-19 contribuíram para um preocupante decréscimo na adesão ao calendário vacinal. Nesse cenário, destaca-se o papel da equipe de enfermagem em campanhas de vacinação e na parceria com órgãos públicos que exigem a comprovação de vacinação atualizada para matrícula em escolas públicas. Essas ações incluem orientações aos pais ou responsáveis sobre a atualização vacinal, reforçando a relevância da enfermagem na prevenção de doenças e na manutenção da saúde coletiva.

GESTÃO E SAÚDE COLETIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DA REPERCURSÃO DAS AULAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Catharine Santos Brito, Etna Kalliane Pereira da Silva

A saúde coletiva é uma área ampla e complexa que exige, no processo de formação dos trabalhadores da saúde, a aplicação de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, capazes de promover reflexões e vivências significativas para a formação profissional. Este trabalho relata a experiência de uma acadêmica de medicina em visitas a órgãos reguladores de serviços de saúde pública, destacando as repercussões dessas aulas práticas no aprendizado sobre gestão em saúde pública. Trata-se de um relato de experiência das aulas práticas do componente curricular *Práticas em Saúde Coletiva no SUS: Gestão*, realizado em janeiro de 2023, por estudantes do segundo semestre da graduação em medicina da Universidade Federal do Oeste da Bahia. As atividades envolveram visitas ao Conselho Municipal de Saúde, Central Integrada de Regulação, Hospital Municipal Eurico Dutra, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, no município de Barreiras (BA). Essas vivências práticas ofereceram aos discentes a oportunidade de observar e analisar procedimentos de gestão em saúde pública, reforçando conteúdos teóricos por meio da prática e promovendo reflexões críticas sobre a realidade do SUS. Foi possível, por exemplo, identificar problemas como a demora na realização de exames frequentemente solicitados na prática médica, o que levou à reflexão sobre estratégias de gestão para otimizar esses fluxos e alternativas diagnósticas mais acessíveis, visando alinhar o cuidado aos princípios do SUS. Além disso, a experiência evidenciou a importância de condições harmoniosas nos setores de saúde coletiva, destacando que a formulação de estratégias por meio de uma gestão integrada é fundamental para promover um pensamento coletivo e resolutivo na busca pela excelência na saúde pública. Assim, conhecer aspectos da gestão em saúde coletiva no início da formação profissional é essencial para proporcionar um aprendizado ativo e significativo, preparando os futuros profissionais para uma atuação mais eficaz na gestão e assistência à saúde. A inclusão de práticas integradas ao conteúdo teórico se revela indispensável para alcançar essa finalidade, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática e promovendo um processo de formação que contribua para a melhoria contínua dos serviços de saúde.

MORTALIDADE POR ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO OESTE DA BAHIA NO PERÍODO DE 2013 A 2022

Layane de Moura Freitas, Priscila de Magalhães Oliveira Carneiro, Vanderlei Alexandrino Gomes Neves Neto, Daiene Rosa Gomes, Márcia Regina de Oliveira Pedroso

O acidente vascular cerebral (AVC) é uma condição resultante de um déficit neurológico causado por lesões agudas de origem vascular no sistema nervoso central, incluindo isquemia cerebral, hemorragia intracerebral (HIC) e hemorragia subaracnóidea (HSA). Trata-se da segunda principal causa de morte no mundo e a terceira entre as causas de incapacidade. No Brasil, entre 2010 e 2019, o AVC foi responsável por quase 230 mil óbitos, com destaque para a região Nordeste, que apresentou a segunda maior taxa de mortalidade. Diante de sua relevância, é fundamental estudar a mortalidade por AVC no interior dos estados brasileiros. Este trabalho tem como objetivo analisar a mortalidade por AVC na macrorregião de saúde do Oeste da Bahia, no período de 2013 a 2022. Trata-se de um estudo epidemiológico ecológico que analisou os óbitos registrados nos municípios integrantes do Núcleo Regional de Saúde (NRS) Oeste da Bahia, utilizando dados das Declarações de Óbito (DO) do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). As taxas de mortalidade por AVC foram calculadas para o período, considerando as frequências relativas e absolutas das características dos indivíduos que faleceram. Para a análise multivariada, utilizou-se a Regressão de Poisson com variância robusta para estimar o Risco Relativo. Os resultados apontaram que o AVC foi responsável por 2.901 óbitos, representando 6,3% de todas as mortes no período. O coeficiente geral de mortalidade foi de 560 óbitos por 100.000 habitantes, com tendência de aumento ao longo do período, seguido de um decréscimo em 2022. O risco de óbito foi maior entre mulheres, indivíduos com 80 anos ou mais, pessoas de raça/cor preta ou parda, e em óbitos ocorridos em estabelecimentos de saúde. Os coeficientes de mortalidade na região superaram os valores observados em nível nacional, regional e estadual, evidenciando fragilidades nos serviços de saúde do NRS Oeste. Esses achados demonstram que o AVC representa um impacto significativo nos óbitos da região, configurando uma preocupação crucial para a saúde pública e indicando a necessidade de melhorias nos serviços de saúde locais para reduzir essa mortalidade.

PANORAMA DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA MULHER POR FAIXA ETÁRIA E ANO, EM CRICIÚMA, SANTA CATARINA, DE 2018 A 2022

Luiza Llantada Coelho, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Yuri Santos Siqueira, Alissa Melo Tolfo, Érica Tassi Frello, Nicole Lovison Bastian, Larissa da Silva Dario, Ana Carolina Vitória Grasso, Susana Cararo Confortin

A violência contra a mulher pode ser classificada como violência por parceiro íntimo, envolvendo parceiros em união formal ou informal, ou violência perpetrada por outros agentes, como

familiares, amigos ou desconhecidos. Ambas as formas podem se manifestar por agressões físicas, sexuais, psicológicas ou por atos de controle sobre a mulher. As mulheres vítimas de violência carregam consequências significativas para sua saúde, enfrentando não apenas lesões físicas, mas também maior exposição ao HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, transtornos de saúde mental, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e comportamentos suicidas, além de maior predisposição ao tabagismo e uso abusivo de álcool. Este estudo foca na violência física e tem como objetivo analisar notificações dessa forma de violência contra mulheres, considerando faixa etária e ano de notificação no município de Criciúma, Santa Catarina, entre 2018 e 2022. Trata-se de um estudo secundário, descritivo e retrospectivo, com dados obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), abrangendo notificações realizadas em estabelecimentos de saúde e envolvendo mulheres com 18 anos ou mais. Os resultados mostraram que a violência física foi mais frequente no grupo de 18 a 29 anos em todos os anos, exceto em 2022, quando o grupo de 30 a 39 anos teve maior proporção de notificações. De maneira geral, observou-se uma tendência de diminuição da violência conforme o aumento da idade entre 2018 e 2020, com exceção de 2018, quando mulheres com 60 anos ou mais apresentaram maior proporção de notificações em relação ao grupo de 50 a 59 anos. Nos anos seguintes, os padrões mudaram: em 2021, a violência foi mais prevalente no grupo de 18 a 29 anos, seguido pelos de 40 a 49 anos e 30 a 39 anos; já em 2022, as mulheres de 30 a 39 anos lideraram as notificações, seguidas pelas de 18 a 29 anos, com diminuição progressiva nos grupos mais velhos. Esses dados indicam que as mulheres mais jovens são as principais vítimas de violência física, ressaltando a necessidade de intervenções direcionadas, como ações de educação em saúde para orientar essas mulheres sobre quando e como procurar ajuda, além de estratégias para prevenir novos casos e apoiar as vítimas.

UM SONHO QUE SE TORNOU REALIDADE: MESTRADO PROFISSIONAL – TURMA ESPECIAL PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTE E TRABALHO

Virgínia da Silva Corrêa, André Luiz Dutra Fenner, Gislei Siqueira Knierim, Jorge Mesquita Huet Machado

Em 2019, a Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares (RNMMP) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) lançaram um desafio ao Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília e ao Instituto Aggeu Magalhães (AGGEU) da Fiocruz Pernambuco: realizar uma formação que abordasse a determinação social da saúde, compreendendo sua influência na vida das pessoas e promovendo mudanças nos espaços de trabalho por meio da incorporação de novos conceitos e práticas voltadas ao fortalecimento do SUS. Essa proposta resultou no Mestrado Profissional – Turma Especial: Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, realizado de março de 2020 a junho de 2023. Diante da Pandemia de covid-19, a metodologia foi repensada, mantendo os princípios das pedagogias da alternância, histórico-crítica e do movimento, além de adotar estratégias que combinassem momentos síncronos, assíncronos e presenciais sempre que possível. O Mestrado

envolveu trabalhadores da saúde e áreas correlatas, integrantes de movimentos sociais, muitos dos quais atuaram na linha de frente do SUS durante a pandemia. Com base na premissa da formação e por meio de projetos territoriais, os 39 educandos(as) alinharam o desenvolvimento sustentável às necessidades de promoção científica e tecnológica, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e incentivando transformações sociais concretas. As temáticas trabalhadas incluíram acesso à saúde, controle social, agroecologia, alimentação saudável, soberania e segurança alimentar, gênero, políticas públicas, saneamento, cuidado em saúde, saúde mental e vigilância popular em saúde, sendo estas duas últimas as mais abordadas. Os projetos de intervenção contemplaram diversos públicos, como adolescentes privados de liberdade, comunidades atingidas por barragens, populações urbanas, gestoras, trabalhadoras do sexo, pessoas com hanseníase, policiais penais, mulheres em situação de vulnerabilidade, trabalhadores(as) da saúde, pesca e campo, além de agentes populares do campo. As estratégias educativas valorizaram a participação e o protagonismo dos educandos(as) em ações políticas e emancipatórias, promovendo o direito à alimentação saudável, à luta por direitos e à vigilância em saúde, ambiente e trabalho. Esse processo reforçou o compartilhamento de saberes e práticas, integrando vivências pessoais e a atuação de movimentos sociais na organização comunitária e na construção de reflexões para a conquista de direitos e políticas públicas.

CONSTRUINDO VÍNCULOS AFETIVOS PELA EXPRESSÃO ARTÍSTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPSI DE LONDRINA (PR)

Guilherme Afonso Del Pintor Pereira, Hewerton Gonçalves Pereira Rosa,
Thiago Ohara, Alejandra Astrid León Cedeo

O presente trabalho relata uma experiência de estágio no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil Bencrescer (CAPSi), em Londrina-PR, um dispositivo voltado ao cuidado em saúde mental para crianças e adolescentes que vivenciam sofrimento psíquico e/ou abuso de substâncias. O objetivo foi narrar o percurso trilhado no âmbito de um grupo terapêutico de adolescentes, utilizando arte e cultura como meios para construir vínculos, reafirmando a potência de práticas de cuidado coletivo em saúde mental. Inicialmente, observou-se baixa adesão dos adolescentes às atividades propostas, em meio a contextos de vulnerabilidade e sofrimento psíquico. Para enfrentar essa realidade, estagiários e supervisores articularam intervenções coletivas destinadas a fomentar a autonomia, a socialização e a criação de um espaço de liberdade e confiança para expressão das vivências dos participantes. Inspiradas pelas reflexões de Vygotsky sobre Psicologia e Arte, as propostas foram baseadas na presentificação de afetos e processos subjetivos por meio de construções artísticas. Oficinas de pintura e colagem estimularam a criatividade e a autonomia, até que o interesse dos adolescentes pelo Role Playing Game (RPG) emergiu como uma proposta de engajamento significativo. O RPG, caracterizado pela criação e interpretação de personagens e narrativas coletivas, foi integrado às atividades do grupo, gerando seis encontros que se destacaram

pela interação e engajamento dos participantes. Um adolescente assumiu o papel de mestre da partida, conduzindo o jogo com base no manual de *Dungeons & Dragons*, contribuindo para a continuidade e acessibilidade da dinâmica. A produção artística de elementos do jogo, como mapas e personagens, tangenciou a expressão de elementos subjetivos significativos, transformando o RPG em um operador terapêutico eficaz. Os encontros promoveram redes de diálogo, experimentações narrativas e novas perspectivas de autonomia e valorização da vida, com ativa participação dos adolescentes. Conclui-se que essas atividades representaram ferramentas potentes para o cuidado coletivo em saúde mental, destacando a importância dos vínculos afetivos e reafirmando processos de socialização, autonomia e cidadania por meio de uma abordagem interseccional que alia a atenção psicossocial à expressão artística e afetiva.

DESAFIOS NA ADESÃO AO TRATAMENTO DA SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS EM RIBEIRINHAS

Salatiel da Conceição Luz Carneiro, Adelson Lopes Monteiro Junior, Nayana Vêras Jardim de Oliveira

A Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) é uma condição hormonal complexa e de difícil diagnóstico que afeta mulheres em diferentes idades, provocando desequilíbrios hormonais e a formação de pequenos cistos nos ovários. Seus sintomas incluem crescimento de pelos em locais tipicamente masculinos, irregularidade menstrual, acne, dificuldade de ovulação, podendo levar à infertilidade, além de estar associada a diabetes mellitus tipo 2, resistência à insulina e doenças cardiovasculares, impactando significativamente o bem-estar físico e mental das mulheres. Nas comunidades ribeirinhas, os desafios para o tratamento da SOP são ainda maiores devido à localização geográfica remota, que dificulta o acesso a serviços de saúde, medicamentos e acompanhamento especializado. Esses obstáculos incluem barreiras econômicas, culturais e sociais, falta de conscientização sobre a condição e a escassez de infraestrutura. Para enfrentar essas dificuldades, é essencial que profissionais de saúde e autoridades atuem em conjunto com as comunidades ribeirinhas, desenvolvendo estratégias como programas de conscientização sobre a SOP, serviços de saúde móveis para atender áreas remotas, apoio financeiro por meio do Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e a inclusão de líderes comunitários em ações de educação em saúde. A conscientização, a educação e o acesso igualitário aos serviços de saúde são fundamentais para garantir que as mulheres ribeirinhas recebam o tratamento adequado e consigam aderir a ele. Conclui-se que superar os desafios enfrentados por essas mulheres requer a implementação de medidas que promovam o acesso aos serviços de saúde, conscientização e suporte financeiro, assegurando que todas, independentemente de sua localização, possam ter acesso a um acompanhamento médico regular e ao tratamento adequado para a SOP.

GRUPO DE RELAXAMENTO E BEM VIVER: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Daiana de Paiva Gomes, Pedro Nascimento Araujo Brito, Pedro José Santos Carneiro Cruz

O “Grupo de Relaxamento e Bem Viver” é um espaço comunitário voltado à promoção da saúde, à partilha de experiências e à discussão crítica da realidade, fundamentado na perspectiva teórico-metodológica da Educação Popular em Saúde (EPS). Integrando o “Projeto Educação Popular, Práticas Integrativas e Promoção da Saúde na Atenção Básica” e as ações do “Programa de Pesquisa e Extensão Práticas Integrativas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica” (PINAB) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o grupo busca construir saberes compartilhados, fortalecer o protagonismo comunitário e ampliar a concepção de saúde no território, utilizando práticas populares e ancestrais de cuidado. Iniciado em 2019 na comunidade Boa Esperança, no bairro Cristo Redentor, em João Pessoa/PB, o grupo adaptou-se ao formato virtual durante a Pandemia de covid-19, retornando às atividades presenciais em 2022. Com encontros semanais conduzidos de forma horizontal, o grupo conta com moradores da comunidade, extensionistas, orientadores, trabalhadores da Unidade Básica de Saúde Vila Saúde e uma educadora popular local, que atua como coordenadora comunitária. Destaca-se a participação predominante de mulheres nas atividades. Os encontros começam com acolhimento afetuoso e práticas corporais voltadas ao relaxamento, como meditação, alongamentos e massagens. Na sequência, uma pergunta condutora promove a discussão temática, seguida pela realização de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), como escalda-pés, ventosaterapia, massoterapia e auriculoterapia. O encerramento se dá com um lanche coletivo, fortalecendo os laços comunitários. A comunicação com a comunidade é mantida por meio de grupos no WhatsApp, onde são trocados áudios, fotos e vídeos. Temas como infância, hábitos alimentares, acesso a serviços de saúde e convivência solidária são discutidos, permitindo a identificação de problemas coletivos a partir de vivências individuais. Esse movimento de troca gera solidariedade e reforça o desejo de transformação social, consolidando o diálogo entre os saberes da universidade e do território. Por meio do protagonismo comunitário, o grupo tece compreensões, problematiza questões e traça estratégias para enfrentar adversidades, reafirmando a importância de práticas dialógicas respeitosas e propositivas no fortalecimento da saúde coletiva.

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL

Laura Ziviani Santiago, Kirla Barbosa Detoni, Simone de Araújo Medina Mendonça

Apresentação: Considerando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), é de suma importância que o usuário tenha acesso a diferentes profissionais e que estes consigam trabalhar

em equipe em prol do cuidado centrado na pessoa. No entanto, o modelo educacional atual resulta em dificuldades de comunicação entre os profissionais, podendo levar a desfechos insatisfatórios. Como forma de se adequar ao modelo de prática colaborativa e preparar melhor os futuros profissionais, desde o início dos anos 2000 o Ministério da Educação tem proposto atualizações nos currículos dos diversos cursos da área da saúde. Em 2017 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, que focam em três eixos: cuidado em saúde, tecnologia e inovação em saúde, e gestão em saúde. O primeiro e principal eixo, pode ser desenvolvido por meio do fomento das competências para a Atenção Farmacêutica, que consiste em uma prática profissional generalista centrada no paciente. Esse trabalho pode apresentar desfechos melhores quando o farmacêutico está inserido em uma equipe de saúde integrada, com boa comunicação entre os membros. Objetivando promover a integração entre os diferentes cursos da área da saúde, foi criada a atividade acadêmica curricular “Educação interprofissional para a tomada de decisão compartilhada em saúde”, ofertada no segundo semestre de 2022 pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais no contexto de um projeto de doutorado. Participaram discentes dos cursos de Farmácia, Enfermagem, Odontologia, Psicologia e Medicina. Este trabalho visa, portanto, compreender a percepção da primeira autora sobre o processo de aprendizagem interprofissional, como discente que cursou a referida disciplina e o impacto na sua formação acadêmica. Desenvolvimento: Trata-se de um relato de experiência educacional vivenciado por uma estudante do curso de Farmácia. Nas aulas, os estudantes tiveram a oportunidade de compreender o papel do paciente no processo de cuidado, estudando o conceito de injustiça epistêmica, ouvindo o relato de pacientes e profissionais da saúde. Os estudantes puderam também criar um Projeto Terapêutico Singular para um paciente simulado; praticar a tomada de decisão compartilhada entre os futuros profissionais; e simular as atividades desenvolvidas por trabalhadores da atenção básica no SUS, como reuniões de matriciamento e entrevistas por área da saúde. Para relembrar detalhes importantes, será utilizada a estratégia de entrevista, seguindo perguntas norteadoras que serão elaboradas com o auxílio das orientadoras. Uma delas irá me entrevistar e a entrevista será gravada. Além disso, textos produzidos durante a disciplina, juntamente com o portfólio, também serão utilizados como fonte de informação para descrição desse relato. Resultados esperados: Pretende-se realizar uma descrição densa e com riqueza de detalhes sobre a experiência educacional vivenciada, permitindo a compreensão do processo de aprendizagem na referida disciplina na perspectiva discente. Destaca-se que esta foi a primeira experiência da estudante de participação em uma disciplina interprofissional, já no final do curso. Considerações finais: Destaca-se que apesar de importante para avaliação do processo de aprendizagem, qualidade do ensino e desenvolvimento de competências, a literatura é escassa em relatos na perspectiva do discente sobre essas experiências educacionais.”

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: A INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE O ENSINO EM SAÚDE E A COMUNIDADE ESCOLAR ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO FÍSICA E PROMOÇÃO EM SAÚDE

Augusto Demarchi, Felipe de Souza Stigger, Caren Luciane Bernardi, Tiago Willers Miotto, Aline Casaril, Luís Henrique Telles da Rosa, Patrícia Viana da Rosa, Adriana Torres de Lemos, Gabriela Tomedi Leites

O ambiente escolar tem se destacado como um espaço essencial para a promoção de atividades físicas durante a infância, contribuindo tanto para o desenvolvimento motor quanto para a melhoria da aptidão física. Com o retorno às aulas presenciais após o isolamento social causado pela Pandemia de covid-19, a preocupação com a saúde física dos escolares se intensificou. Nesse contexto, o Programa Saúde na Escola (PSE) desempenha um papel crucial ao promover a integração entre os setores de Educação e Saúde, especialmente na formação de profissionais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo teve como objetivo relatar a experiência de avaliação física de alunos do ensino fundamental, com vistas à implementação de intervenções para a promoção da saúde escolar. Trata-se de um relato de experiência de atividades realizadas em duas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental em Porto Alegre-RS, envolvendo uma articulação entre os setores de educação e saúde no âmbito do PSE. Foram realizadas 303 avaliações físicas em escolares por estagiários do curso de Fisioterapia da UFCSPA, contemplando os componentes I e II do programa, com foco na avaliação física e promoção da saúde. As avaliações, realizadas em turmas do 1º ao 5º ano, com crianças de seis a 11 anos, incluíram testes como peso, altura, cálculo do pico do estirão de crescimento, classificação da maturação somática, pressão arterial, acuidade visual, mobilidade funcional, força de preensão manual, força abdominal, força de membros inferiores (saltos horizontal e vertical), avaliação postural, teste de equilíbrio estático e dinâmico, avaliação do desenvolvimento motor e aptidão aeróbica. Os resultados foram analisados individualmente, respeitando parâmetros de normalidade para idade e sexo, e uma devolutiva impressa e de fácil compreensão foi entregue a cada criança e seus responsáveis. Os profissionais explicaram nas salas de aula a importância do exercício físico e de hábitos saudáveis, destacando a alta prevalência de sobrepeso e obesidade, baixa aptidão aeróbica e atrasos no desenvolvimento motor. As crianças relataram satisfação com as atividades devido à abordagem lúdica e ao acolhimento do serviço de saúde na escola, e a devolutiva individual foi um diferencial. A integração e co-responsabilização entre Educação e Saúde, como proposto pelo PSE, mostraram-se fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos escolares e reforçar a importância de práticas saudáveis desde a infância.

A IMPORTÂNCIA DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO MÉDICO

Yana Clara Lugli, Alécia Prestes do Nascimento Palú, Bruna da Silva Valotta,
Fernando Anegawa Ito, Henrique Meneguci da Silva, Karen Alice Colombani Vanderlinde,
Yasmin Lacerda Vargas, Fernando Sluchensci dos Santos

O processo de ensino-aprendizagem em Medicina tem passado por constantes reformulações para garantir uma formação adequada aos futuros profissionais. No cenário contemporâneo, defende-se que o estudante adote um papel ativo na construção do próprio conhecimento, o que pode ser facilitado pela aplicação de metodologias ativas durante a graduação. Este trabalho busca esclarecer a relevância dessas metodologias na formação médica e caracterizar as estratégias baseadas nesse modelo de aprendizado no ensino superior. A pesquisa trata-se de uma revisão de literatura realizada na base de dados SciELO, utilizando os descritores “metodologia ativa”, “aprendizagem baseada em problemas” e “educação médica”. Foram incluídos artigos que abordassem o tema nos títulos ou resumos, publicados em português a partir de 2015, sendo excluídos aqueles anteriores ou em outras línguas. O ensino médico no Brasil ainda se pauta, em grande parte, pelo modelo tradicional, no qual o professor apresenta o conteúdo e o aluno assume um papel passivo de escutar e observar. No entanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) defendem uma formação médica ética, reflexiva, humanista e transformadora, que prioriza a adoção de metodologias ativas. Essas metodologias promovem a autonomia do estudante, o pensamento crítico-reflexivo e transformam o ambiente educacional em um espaço de troca. Nesse contexto, o aluno torna-se o centro ativo do processo de aprendizado, enquanto o professor assume o papel de facilitador, guiando a jornada de construção do conhecimento. As estratégias incluem a aprendizagem baseada em problemas, o ensino híbrido, a sala de aula invertida, o aprendizado entre pares, entre outras ferramentas que estimulam independência, cooperação, proatividade e curiosidade. Esta revisão defende a importância das metodologias ativas na formação médica atual, apresentando um panorama histórico das DCN, que ressaltam a necessidade de um ensino ativo para atender às demandas contemporâneas. Substitui-se o papel do professor como mero apresentador de conteúdo pelo de guia no aprendizado, enfatizando a autonomia e o senso crítico do estudante como pilares centrais do processo educacional.

INTERPROFISSIONALIDADE EM GRUPO DE GESTANTES: ESTRATÉGIA PARA QUALIFICAÇÃO DO PRÉ-NATAL

Aline Costa Lopes, Leandro da Silva de Medeiros, Silvana Dias Leão, Isabely Flores Araújo,
Larissa Orlandi Cherobini, Carla Lizandra de Lima Ferreira, Dirce Stein Backes

A gestação é uma experiência única para a mulher e sua família, marcada por mudanças fisiológicas que envolvem todos os sistemas orgânicos, além de expectativas, emoções, ansiedade, medos e descobertas. Esse processo exige uma compreensão profunda das transformações corporais

e um cuidado interprofissional que, por meio do acompanhamento pré-natal, forneça orientações qualificadas às gestantes, contribuindo para desfechos favoráveis no parto e nascimento. Nessa perspectiva, a interprofissionalidade se apresenta como uma prática compartilhada e articulada entre os profissionais da equipe de saúde, baseada em uma colaboração horizontal que promove o verdadeiro trabalho em equipe. Um pré-natal de qualidade não se restringe a consultas individuais e mensais com um único profissional, mas inclui encontros coletivos conduzidos por equipes multiprofissionais. Este estudo teve como objetivo descrever a importância da interprofissionalidade em grupos de gestantes como estratégia para qualificar o pré-natal. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por acadêmicos de graduação e mestrados de uma instituição comunitária de ensino superior em Santa Maria-RS. O grupo de gestantes era composto por mulheres que estudavam ou trabalhavam na universidade, e os encontros, planejados com base em temas de interesse sugeridos pelas participantes, seguiam as diretrizes do Ministério da Saúde para o pré-natal. A mediação contou com professores do Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil, estudantes de graduação e pós-graduação, egressos, bolsistas, residentes, profissionais de saúde, gestores e convidados. Os resultados demonstraram que a interprofissionalidade percorre continuamente os grupos de gestantes, sendo cada vez mais recomendada pelas instâncias de saúde pública. Essa abordagem proporciona saberes e práticas acolhedoras, interativas e resolutivas, promovendo um cuidado pré-natal mais holístico e integrado. Ao reunir profissionais de diferentes áreas, os grupos favorecem a troca de experiências e saberes, enriquecendo a qualificação do pré-natal e beneficiando as gestantes na rede de serviços de saúde. Conclui-se que a interprofissionalidade tem o potencial de redefinir os processos de trabalho das equipes multiprofissionais, criando cenários de cuidado adaptados às necessidades das gestantes e suas comunidades. Para que o pré-natal seja considerado humanizado e qualificado, é necessário repensar estratégias integradas que resultem em melhorias significativas na assistência prestada.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ESPIRITUALIDADE E FÉ NA ATENÇÃO A PESSOA EM CONDIÇÃO TERMINAL, UMA INTERVENÇÃO HUMANIZADA

Juliana Souza Teixeira Kumagai, Mario Olavo Malfatti Ianhez

Nas últimas décadas, tem-se discutido amplamente a importância da espiritualidade no enfrentamento e recuperação de doenças. Nesse contexto, compreender a vivência da religião, da religiosidade e, sobretudo, da espiritualidade a partir da ótica da psicologia, sob a abordagem Centrada na Pessoa (ACP), que propõe um espaço acolhedor e seguro para o indivíduo, revela-se válido, especialmente no tratamento de pacientes terminais. O objetivo deste estudo é analisar pesquisas científicas sobre os diferentes aspectos da atuação do psicólogo hospitalar junto a pacientes terminais, considerando os impactos da fé, seja em práticas religiosas ou não, como diferencial no tratamento, quando observada sob a perspectiva da ACP. A metodologia utilizada foi uma revisão

bibliográfica de estudos científicos, enfocando a atuação do psicólogo no ambiente hospitalar, a espiritualidade enquanto recurso no enfrentamento e recuperação de doenças, e o papel da ACP como facilitadora nesse processo. A revisão evidenciou que a compreensão da espiritualidade como parte do cuidado em pacientes terminais é essencial, incluindo conceitos como a caracterização do paciente terminal, cuidados paliativos e percepções de pacientes, familiares e profissionais de saúde. Ressalta-se, no entanto, a lacuna no preparo de acadêmicos de psicologia para atuar nesse contexto, muitas vezes limitados a um papel de mediador nas relações interpessoais. A análise indica que o psicólogo pode desempenhar um papel crucial no apoio a pacientes terminais e seus familiares, promovendo interações mais eficazes e respeitando as questões ligadas à espiritualidade, tanto dos pacientes quanto dos profissionais envolvidos, o que contribui para diminuir tabus relacionados ao processo de morrer e à morte. A forma como o paciente terminal enfrenta sua situação impacta diretamente sua qualidade de vida, e a atuação do psicólogo, a partir da compreensão funcional da ACP, se mostra fundamental para garantir que a religiosidade e a espiritualidade dos pacientes sejam respeitadas, mediando as relações na equipe multiprofissional. Conclui-se que a espiritualidade, independentemente da religiosidade, é uma dimensão importante no cuidado de pessoas em estágio terminal, mas não deve ser considerada determinante em detrimento de outras dimensões como saúde física, emocional e social. O psicólogo, ao adotar a tríade rogeriana – congruência, compreensão empática e consideração positiva incondicional –, se destaca por reconhecer a diversidade, preservar subjetividades e respeitar crenças, práticas hospitalares e ritos familiares no encerramento do ciclo de vida.

O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E SEU PAPEL NA TERRITORIALIZAÇÃO: O IMPACTO DESSE PROCESSO NA FORMAÇÃO MÉDICA

Felipe Macedo Vale, Yanna do Socorro Meneses Valente, Maria Vitória Sabino Hupp,
João Kleber de Souza Sanches, Renato do Nascimento Costa, Max Greco dos Santos,
Erik Ferreira Costa, Hector Brenno da Silva Cagni, Maria Carolina Feio Barroso

O processo de territorialização na Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental para melhorar a qualidade de vida da comunidade, pois organiza e adapta os serviços de saúde às necessidades específicas da população adstrita ao território de uma Estratégia Saúde da Família (ESF). Nesse contexto, o papel do Agente Comunitário de Saúde (ACS) é crucial, sendo esses profissionais os que mais diretamente atuam nas comunidades, conhecendo de perto as realidades dos moradores, suas necessidades de saúde, condições de vida e os recursos disponíveis no território. Este trabalho descreve a experiência de acadêmicos de medicina no acompanhamento de uma visita de ACS ao território de uma ESF. O relato foi vivenciado por acadêmicos durante visitas à ESF Condor, em Belém-PA, no âmbito da disciplina Atenção Integral à Saúde. As atividades foram supervisionadas pela professora da disciplina e realizadas em duplas de alunos, com a visitação de quatro residências no território. Durante essa experiência, foi possível compreender a relevância do papel do ACS dentro da ESF, evidenciado pelo contato próximo com a comunidade e pela execução do processo de territorialização. Esse processo envolve conhecer

a comunidade, identificar necessidades específicas de saúde, oferecer orientações, realizar cuidados e acompanhar a população, mesmo diante das dificuldades enfrentadas. Os acadêmicos perceberam o comprometimento dos ACS em fornecer um serviço de qualidade, evidenciado pelo conhecimento detalhado de cada rua e família, o que é essencial para oferecer um cuidado personalizado e eficaz. Destaca-se também a atuação dos ACS em programas da ESF, como no acompanhamento do exame de Papanicolau, garantindo que mulheres que não buscam os resultados recebam orientações e cuidados necessários, muitas vezes por meio de visitas domiciliares ou contatos diretos. Essa experiência revelou como a ausência desses profissionais pode comprometer a continuidade do cuidado, reforçando sua importância como elos essenciais entre a comunidade e os serviços de saúde. Para os acadêmicos, acompanhar o trabalho dos ACS proporcionou uma compreensão mais profunda do papel desses profissionais, que vão além das funções técnicas, sendo verdadeiros mediadores e facilitadores do acesso à saúde. Conclui-se que o fortalecimento e a valorização dos ACS são indispensáveis para a efetividade da APS e a promoção de uma saúde comunitária de qualidade.

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS ACERCA DO CÂNCER DE ENDOMÉTRIO E CÂNCER DE CORPO DE ÚTERO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Juliana Farias Vieira, Mara Mikaelly Santos da Silva, Enzo Kaique da Silva Lopes,
Larissa Silva Barreto de Araújo, Yasmim Luana Andrade Rodrigues, Agliely Gomes Pereira,
Amanda Maria Vieira Pinto, Franciane de Paula Fernandes

O câncer ginecológico pode acometer qualquer parte do aparelho reprodutor feminino, sendo o câncer de colo uterino (CCU) o tipo mais comum entre as mulheres brasileiras. Embora exista um protocolo nacional para rastreamento do CCU, ainda não há diretrizes específicas para rastrear o câncer de corpo de útero (CCPU) e o câncer de endométrio (CE). A principal ferramenta de avaliação utilizada para esses tipos de câncer é o ultrassom (USG) pélvico/transvaginal, que, apesar de amplamente acessível, carece de evidências científicas que sustentem seu uso como método de rastreamento. No Brasil, estima-se que entre 2023 e 2025 haverá 7.840 novos casos de CCPU, enquanto o CE ocupa a terceira posição entre os cânceres ginecológicos mais incidentes, com 6.500 casos estimados entre 2020 e 2022 e aproximadamente 1.800 mortes em 2020. Diante disso, a pesquisa buscou analisar a produção científica brasileira sobre rastreamento e diagnóstico precoce desses tipos de câncer. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), SCOPUS, SCIELO e PUBMED, utilizando descritores e operadores booleanos como “Neoplasias do Endométrio”, “Neoplasias Uterinas” e “Early Detection of Cancer”, além de “Brasil” e variações linguísticas, com adaptações na BVS para excluir achados sobre CCU por meio dos operadores “AND NOT” e descritores como “Cervical” e “Cervix”. O gerenciador de referências Rayyan foi utilizado para organização dos resultados. No total, foram encontrados 11 artigos, dos quais oito eram repetidos, um abordava CCU, e outro tratava de infecções sexualmente transmissíveis (IST). Apenas três artigos discutiam diretamente o CE: um estudo de coorte sobre rastreamento da

Síndrome de Lynch em pacientes com câncer endometrial no sudeste brasileiro, uma monografia na BVS sobre a integração de exames diagnósticos (não disponível na íntegra) e um estudo sobre citopatologia e recidivas de câncer de colo de útero e endométrio. Nenhum artigo abordou a temática do CCPU. Conclui-se que há uma carência significativa de estudos sobre CCPU e CE na literatura científica brasileira, evidenciada pelo número reduzido de achados, mesmo após buscas amplas em diferentes bases de dados. Esses resultados revelam lacunas importantes no conhecimento científico sobre o rastreamento e o diagnóstico precoce desses tipos de câncer.

ROTAS CRÍTICAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: (DES) ENCONTROS COM OS SERVIÇOS DE SAÚDE

Giovana Maria Mourinho Ferreira, Josiane Nunes Maia, Marselle Nobre de Carvalho,
Letícia Nunes Maia Mendonça, Edyane Silva de Lima

A violência de gênero é um fenômeno complexo que abrange múltiplas áreas do conhecimento, sendo um acontecimento histórico, cultural e social diretamente ligado às desigualdades e relações de poder associadas às representações de gênero. Entre as práticas violentas, a violência contra as mulheres é um reflexo marcante do patriarcado, caracterizando-se como uma força social estruturante que exerce poder sobre os corpos femininos. Nesse contexto, os caminhos percorridos pelas mulheres em situação de violência em busca de proteção, conhecidos como rota crítica, delineiam as etapas antes da chegada aos serviços da rede de apoio. Este processo envolve múltiplas interações e é influenciado por fatores como disponibilidade de informação, percepções, atitudes e experiências prévias das mulheres. Este trabalho analisa as relações estabelecidas por mulheres vítimas de violência com os serviços de saúde ao longo de suas rotas de busca por proteção e cuidado, com o objetivo de identificar lacunas e potencialidades na atenção oferecida por esses serviços e profissionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizou o método de história oral temática e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, em 2021. Sete mulheres maiores de 18 anos, que vivenciaram algum tipo de violência, estavam em fase de superação e aceitaram compartilhar suas histórias, participaram do estudo. As entrevistas possibilitaram o resgate de eventos e sentimentos específicos, oferecendo uma visão aprofundada sobre o fenômeno. As mulheres relataram diversas estratégias de enfrentamento, mas destacaram a distância do setor saúde, mesmo quando procuraram serviços após episódios de violência. Observou-se que os ferimentos físicos eram tratados sem considerar o contexto da violência, e as consequências para a saúde mental eram negligenciadas, mesmo em serviços especializados. Essa invisibilidade da violência, mesmo diante de pedidos de ajuda, reforça a necessidade de formação profissional voltada para uma escuta qualificada e acolhimento efetivo, a fim de reduzir relatos de desamparo e a perpetuação de situações de violência. Por fim, o estudo aponta para a urgência de políticas públicas consistentes que atuem como mecanismos facilitadores no rompimento do ciclo de violência contra as mulheres.

O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA OCUPANDO ESPAÇO NA FORMAÇÃO EM SAÚDE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Margareth Pandolfi, Célia Márcia Birchler, Douglas Setimo do Rozário

A experiência de descentralização do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PRMSF) no Espírito Santo (ES) representa um avanço na qualificação da Atenção Primária à Saúde (APS) ao expandir suas ações para além dos territórios tradicionais de saúde e da Região Metropolitana. Composto por 78 municípios divididos em três Regiões de Saúde (Metropolitana, Central-Norte e Sul), o ES implantou em 2020 o PRMSF por meio do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi) e da Secretaria de Estado da Saúde (SESA-ES). Integrando o Programa QualificaAPS, o PRMSF visa fortalecer e qualificar a APS com foco na prática multiprofissional. O ICEPi, por meio do Núcleo de Residências em Saúde, mantém 15 programas, sendo o PRMSF o maior em oferta de vagas (60/ano). A formação é baseada na aprendizagem crítico-reflexiva e na prática em cenários diversos, garantida pela parceria com municípios, proporcionando o desenvolvimento de habilidades alinhadas ao perfil de competências do projeto político-pedagógico. Desde sua criação, o PRMSF ofertou 298 vagas para dez categorias profissionais, com taxa de ocupação de 85% e maior dificuldade de preenchimento em terapia ocupacional e fonoaudiologia. Com três turmas formadas e taxa média de desistência de 20%, os residentes atuam em 28 Unidades de Saúde distribuídas em sete municípios, abrangendo a Grande Vitória e o interior, alinhando-se à proposta de interiorização e expansão da APS. A atuação dos residentes transcende as Unidades Básicas de Saúde (UBS), incluindo ações no Programa Saúde na Escola (PSE), atividades coletivas de promoção à saúde, atendimentos domiciliares e articulações com serviços como CAPS, CRAS, centros comunitários e outros. Essa abordagem busca qualificar as ações destinadas aos usuários do SUS, com foco na formação especializada e na prática multiprofissional em saúde. O PRMSF ampliou o acesso a serviços de especialidades antes inexistentes em diversas localidades e consolidou um trabalho integrado de Educação Permanente em Saúde, potencializando métodos existentes e promovendo uma visão que transcende os territórios tradicionais.

PROJETO RIZOMA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DA OBSERVAÇÃO DOS USUÁRIO NO COLETIVO BRISA DO CAPS-AD III DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Mariana de Assis Pinheiro, Carolina Nascimento Cerqueira, Eduarda de Brito Pereira, Isabella Dutra Soares, Isadora Oliveira Coqueiro, Samuel de Sousa Cruz, Nívea Maria Silva Silveira, Talita Isaura Almeida Ferraz Araújo Pereira, Aline Benevides Sá Feres

O projeto de pesquisa “Entre Afetos e Subjetivações: Rizomas da Educação em Saúde Mental” promove uma imersão no Centro de Apoio Psicossocial – álcool e outras drogas III (CAPS-AD III), em

Vitória da Conquista/Bahia, com o objetivo de observar e compreender a construção do cuidado e as vivências dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial. Este trabalho relata a experiência de pesquisa em curso, realizada no CAPS-AD III, a partir das oficinas de socialização do coletivo terapêutico Brisa, que foca na interação entre os usuários por meio de exercícios de autopercepção e percepção do outro. As oficinas são acompanhadas por discentes do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Campus Vitória da Conquista, e, ao longo dos encontros, experiências, emoções e perspectivas intrínsecas e compartilhadas entre os participantes fortalecem laços coletivos e promovem atenção biopsicossocial. A pesquisa adota uma metodologia cartográfica, com observação participante das atividades em grupo e registros em diários de campo. Os encontros ocorrem quinzenalmente às sextas-feiras, com a presença de ao menos um coordenador e participação média de três a quatro usuários. As atividades incluem práticas como relaxamento, pintura, manutenção de uma horta comunitária e visitas a um orquidário, priorizando a sensação de conforto, acolhimento, liberdade e autonomia no processo de cuidado. A interação inicial dos pesquisadores com os participantes, marcada por estranheza, evolui para uma relação de cumplicidade e respeito mútuo. As atividades do coletivo, geralmente sugeridas pelos próprios participantes no encontro anterior, são divulgadas no ambiente do CAPS por meio de cronogramas semanais, embora nem sempre seja possível seguir o previsto, gerando, às vezes, desinformação para quem não participa de determinado encontro. Observa-se que o bem-estar proporcionado pelo Coletivo Brisa se expande para o ambiente do CAPS, onde elementos como cartazes educativos sobre os efeitos negativos do uso abusivo de substâncias psicoativas suscitam reflexões sobre o impacto desses materiais no acolhimento e participação dos usuários. O Coletivo Brisa mostrou-se um espaço terapêutico significativo, pautado no protagonismo do usuário enquanto sujeito ativo no processo de cuidado, com resultados positivos na adesão à redução de danos associados ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

ANÁLISE DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO INTERIOR DO AMAZONAS

Yandra Alves Prestes, Iarema Fabieli Oliveira de Barros, Maria Nathália Cardoso, Iasmin Machado Soares, Tiago Assunção dos Santos Farias, Camila Fabiana Rossi Squarcini, Thalyta Mariany Rêgo Lopes Ueno, Hércules Lázaro Morais Campos, Elisa Brosina de Leon

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel essencial na intermediação entre a comunidade e os serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, acompanhamento e promoção de saúde, especialmente em regiões com desafios complexos, como a Amazônia. Este estudo teve como objetivo identificar o perfil sociodemográfico e analisar o nível de formação educacional dos ACS de três Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Iranduba, no interior do Amazonas, como parte do projeto “Intervenção liderada por Agentes Comunitários de Saúde para manejo de Diabetes

Tipo 2 no interior do Amazonas”, conduzido pelo grupo de pesquisa SAPPA. Foram selecionadas, por sorteio, três UBS da zona urbana do município, incluindo apenas ACS vinculados às UBS escolhidas e excluindo aqueles em períodos de licença ou afastamento. Os dados foram coletados por meio de questionários sociodemográficos abordando variáveis como idade, sexo, estado civil, número de filhos, raça ou cor, tempo de residência na cidade, tempo de trabalho como ACS, número de famílias atendidas e UBS atual. A análise revelou uma predominância de mulheres (88,2%), em sua maioria solteiras (58,8%), com dois filhos (41,2%) e idades médias de 44 a 53 anos. A maioria reside na cidade há mais de 20 anos e tem entre 10 e 19 anos de experiência como ACS, sugerindo estabilidade e experiência significativa na profissão, fatores que podem impactar positivamente a qualidade do trabalho desenvolvido. A predominância feminina destaca uma tendência de gênero na profissão, evidenciada por características como maior habilidade de comunicação, vínculo e acolhimento, que são diferenciais no desempenho do papel de ACS. Esses achados, alinhados à literatura, contribuem para uma melhor compreensão do perfil dos ACS e podem orientar políticas públicas mais eficazes, voltadas ao reconhecimento e aprimoramento das condições de trabalho dessas profissionais, promovendo maior valorização e suporte ao papel essencial que desempenham na saúde pública.

IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE: MELHORIA NOS INDICADORES DO PROGRAMA PREVINE BRASIL

Beatriz da Silva Oliveira, Mario Olavo Malfatti Ianhez, Jeferson Moraes Mota, Carolina Letícia Faria Silva, Adriely de Oliveira, Thais Aline Pádua do Nascimento de Arruda, Hugo Sant Anna Alves

O presente resumo aborda as experiências exitosas de profissionais da Atenção Primária à Saúde na melhoria dos indicadores de Qualidade em Assistência à Saúde, conforme o modelo de financiamento do Previne Brasil (PB), instituído pela Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, em uma Unidade de Saúde da Família (USF Coophavila II), em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O repasse financeiro do PB baseia-se na capitação ponderada, que qualifica os cadastros populacionais, e no pagamento por desempenho, que avalia o cumprimento mínimo de metas pré-estabelecidas. Nesse contexto, atividades de vigilância e monitoramento realizadas por profissionais de saúde da USF identificaram déficits significativos nos indicadores do PB, evidenciando falhas no acesso, prevenção e promoção da saúde no território adscrito, como problemas de cadastros, baixa adesão a tratamentos e falta de vínculo com pacientes. Como estratégia, os profissionais formaram subgrupos para acompanhar indicadores específicos e propor soluções para as dificuldades levantadas, ajustando fluxos e processos de trabalho. Em relação aos cadastros, foram realizadas capacitações para qualificação, unificação de duplicações e atualização do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) quanto a mudanças de território. Para atendimento à gestante, foram estabelecidos fluxos e “checklists mentais” que garantiram os atendimentos necessários já na abertura do pré-natal. No caso da cobertura vacinal, foram implementadas buscas ativas e ações junto às escolas. Indicadores relacionados ao cuidado de hipertensos e diabéticos contaram com iniciativas como

“hiperdia” e equipamentos sociais, ampliando o acesso, sobretudo em áreas afastadas, e utilizando a busca ativa para vincular pacientes não frequentadores da USF. Para coleta de citopatológico, ações aos sábados e atendimentos em horários estendidos aumentaram a disponibilidade de vagas, complementados por busca ativa por telefone e mensagens. A Atenção Primária em Saúde (APS) demanda adaptações constantes para garantir melhorias e acesso contínuo de qualidade, exigindo que os profissionais permaneçam atentos às necessidades diárias do território, priorizando o cuidado humanizado e a promoção da saúde acima do cumprimento de metas. Vale lembrar que, por trás dos números gerados pelos sistemas de informação, há pessoas atendidas, cuidados prestados e ações de educação em saúde, tudo realizado com foco na humanização e na qualidade, respeitando a promoção, prevenção e manutenção da saúde dos moradores.

FATORES DETERMINANTES DA BAIXA ADESÃO AO EXAME CITOPATOLÓGICO NA ATENÇÃO BÁSICA

Yanna do Socorro Meneses Valente, Felipe Macedo Vale, Maria Vitória Sabino Hupp,
João Kleber de Souza Sanches, Renato do Nascimento Costa, Max Greco dos Santos,
Erik Ferreira Costa, Hector Brenno da Silva Cagni, Maria Carolina Feio Barroso

O exame citopatológico é fundamental para o rastreamento do câncer de colo uterino (CCU), sendo a realização anual indispensável para reduzir a morbimortalidade associada à doença. Contudo, a baixa adesão ao teste nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) contribui para diagnósticos tardios e prognósticos desfavoráveis. Este estudo tem como objetivo identificar os fatores que levam à não adesão das mulheres ao exame citopatológico nas UBS, destacando os condicionantes subjacentes. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa baseada em artigos das bases SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, com embasamento na literatura existente. Os principais impedimentos relatados pelas mulheres incluem dificuldade de agendamento, falta de tempo, medo e vergonha. Os dois primeiros fatores relacionam-se a barreiras organizacionais e à incompatibilidade entre os horários das UBS e a rotina de trabalho das mulheres, ressaltando a necessidade de estratégias na atenção primária que considerem essas demandas. O medo, por sua vez, está ligado ao desconhecimento sobre o exame e experiências negativas anteriores, indicando a importância de fortalecer o vínculo entre profissionais de saúde e a comunidade, promovendo diálogo e confiança. Já a vergonha, decorrente da exposição da genitália durante o procedimento, reflete questões socioculturais, como a moralidade sexista que influencia a percepção feminina sobre o próprio corpo. Esse constrangimento é agravado pela deficiência na educação em saúde, que perpetua mitos e tabus em torno do exame ginecológico. Além desses fatores, as pesquisas apontam outros motivos menos frequentes, como estrutura inadequada, falta de materiais, demora nos resultados, erros na coleta e dificuldade de deslocamento. Em relação ao perfil das mulheres que não aderem ao exame, destacam-se donas de casa, mulheres com parceiros que negam o procedimento, e aquelas com baixo nível socioeconômico e educacional. Assim, a baixa adesão ao exame citopatológico reflete fragilidades no vínculo entre as UBS e suas usuárias, exigindo que a atenção básica implemente mecanismos para mitigar os fatores limitantes e garantir a regularidade do procedimento, assegurando o sucesso das estratégias de prevenção ao CCU.

ATUAÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA AQUISIÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS DE USUÁRIOS DIAGNOSTICADOS COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 NO INTERIOR DA AMAZÔNIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Yandra Alves Prestes, Iarema Fabieli Oliveira de Barros, Maria Natália Cardoso, Iasmin Machado Soares, Tiago Assunção dos Santos Farias, Camila Fabiana Rossi Squarcini, Thalyta Mariany Rêgo Lopes Ueno, Hércules Lázaro Moraes Campos, Elisa Brosina de Leon

A região amazônica enfrenta desafios significativos para a promoção da saúde, especialmente entre populações afetadas por doenças crônicas como o Diabetes Mellitus Tipo 2 (DM2). Nesse cenário, o papel do Agente Comunitário de Saúde (ACS) é fundamental para a aquisição de hábitos saudáveis e o controle da doença. A experiência do projeto “Estudo da Saúde na Atenção Primária da População Amazônica (SAPPA)” investigou barreiras e facilitadores para a adoção de hábitos saudáveis por usuários diagnosticados com DM2, em conjunto com ACS de seis Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Iranduba, localizado a 40 km de Manaus (AM). O objetivo foi compreender, pelo olhar dos próprios usuários com DM2, como os ACS contribuem para a melhoria da qualidade de vida, além de verificar a perspectiva dos ACS sobre sua atuação na região. Para isso, foi realizado um momento acolhedor utilizando a técnica “Word Café”, em que cinco mesas temáticas discutiram fatores como ambientais, alimentação, atividade física, mudanças de hábitos e comportamentos. A dinâmica ocorreu em rodadas, sem repetição, ao longo de dois dias: um com os usuários e outro com os ACS. Entre os aspectos mais relevantes, destacou-se a atenção e confiança que os usuários depositam nos ACS, que, por meio de visitas domiciliares mensais, oferecem acolhimento, aconselhamento e informações sobre a doença e hábitos de vida, além de esclarecer dúvidas sobre o tratamento. Essa interação motiva os usuários a adotar hábitos saudáveis, como alimentação equilibrada e prática de atividade física, mesmo diante de dificuldades. Além disso, o acolhimento dos ACS fomenta a participação em atividades comunitárias, como caminhadas e idas a feiras, promovendo integração social e cuidado mútuo entre os moradores. Os usuários também relataram que os ACS desempenham papel crucial no acesso aos serviços de saúde, agendando consultas, marcando exames e acompanhando o uso de medicamentos e os resultados dos exames, o que é de grande valia para eles. Essa perspectiva evidencia a importância do ACS na promoção da saúde, tanto na comunidade quanto nos serviços oferecidos aos usuários com DM2, contribuindo para o controle da doença, a redução de complicações e a diminuição dos custos associados ao tratamento na região amazônica.

EMULTS E O PRINCÍPIO DA EQUIDADE: A MEMÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Susane Beatis dos Santos Souza, Cleusa Maria Gomes Graebin

O presente estudo discute a atuação das equipes multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (APS), formadas por profissionais de diversas áreas que complementam o atendimento à população, especialmente para aquelas residentes em grandes centros urbanos que, muitas vezes, encontram-se “desassistidas” pela gestão pública em saúde. O cuidado com a saúde, enquanto direito, não se limita à ausência de doenças, abrangendo o bem-estar físico, social e mental, e inclui o acesso a condições básicas como moradia, saneamento, educação, trabalho, salário digno e alimentação adequada, promovendo a dignidade da existência. Esse cuidado é uma conquista da sociedade brasileira, fruto de lutas e movimentos sociais que culminaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), um sistema universal, igualitário e equânime. Regido pelos princípios de Universalidade, Equidade e Integralidade, o SUS é uma das maiores conquistas da saúde pública brasileira, consolidado há quase 34 anos como um modelo reconhecido mundialmente, mesmo diante de sua complexidade. A relevância da atuação das equipes multiprofissionais (eMults) e do princípio da equidade no SUS ganha destaque, sobretudo ao considerar o impacto do extinto Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), cuja atuação seguia moldes semelhantes. Extinto com a instituição do Programa Previnde Brasil pela Portaria nº 2.979, de 12/11/2019, o NASF evidenciava a importância desses profissionais no território, atentos às diferenças, diversidades e necessidades da população. O estudo reflete sobre a trajetória das eMults em São Leopoldo (RS), município com 217.409 habitantes, segundo o censo de 2022, e destaca os desafios enfrentados para garantir um sistema de saúde efetivo a partir do princípio da equidade. A experiência relatada pelos trabalhadores da APS reforça a importância do SUS como uma conquista política e social do período pós-ditadura militar, assegurada pela Constituição Federal de 1988, e reafirma o compromisso do sistema com a vida e com a saúde como um direito, e não como mercadoria. Neste contexto, o papel das eMults é essencial para fortalecer o SUS e promover um cuidado integral e equitativo, alinhado às necessidades da população.

GRUPO (COM) VIVÊNCIA: UMA AÇÃO DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA COM ÊNFASE NA COMUNIDADE DE SANTA MARIA

Larissa Oliveira de Souza, Mayara Machado

A assistência em saúde mental se constrói em diversas áreas da saúde, com a Atenção Primária de Saúde (APS) como porta de entrada, sendo aplicada em locais como a Estratégia Saúde da Família (ESF), ainda que essa demanda não seja prioridade na Portaria nº 648/GM, de 2006. Dentro dessa perspectiva, a ESF São Francisco desenvolve o grupo de convivência “Vida, Alegria e Saúde”, que

aborda a saúde mental de forma abrangente, promovendo convivência, troca de experiências e atividades elaboradas em conjunto pela equipe multiprofissional e os participantes. Este estudo tem como objetivo relatar a assistência em saúde mental na atenção básica por meio de uma ação da Estratégia Saúde da Família, destacando a importância dos grupos de convivência na promoção da emancipação, autonomia e independência de usuários com demandas em saúde mental. Trata-se de um relato de experiência realizado por estagiárias de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no contexto da saúde mental. Os encontros do grupo ocorrem às quartas-feiras, proporcionando um espaço de trocas e horizontalidade entre os profissionais da unidade e os usuários do território. Observou-se que os encontros favorecem benefícios significativos à saúde, com a interação, a troca de habilidades sociais e a resolução de problemas como elementos centrais, ampliando a prática coletiva e a independência ocupacional. Assim, conclui-se que o cuidado em saúde mental vai além do enfoque individual, pois o fortalecimento do coletivo promove mudanças significativas na forma de enfrentar preocupações cotidianas, reforçando redes de apoio e contribuindo para sua sustentabilidade.

RIZOMAS DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE MENTAL

Mariana de Assis Pinheiro, Carolina Nascimento Cerqueira, Samuel de Sousa Cruz,
Nívea Maria Silva Silveira, Talita Isaura Almeida Ferraz Araújo Pereira, Aline Benevides Sá Feres

Os Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e outras drogas (CAPS AD) III são serviços especializados em saúde mental voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, integrando a Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Esses centros desempenham um papel estratégico na atenção integral e na redução de danos associados ao uso de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, utilizando dispositivos como grupos terapêuticos de cunho educativo. Este resumo apresenta o projeto de pesquisa em curso, “Entre Afetos e Subjetivações: Rizomas da Educação em Saúde Mental”, conduzido por docente e discentes do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, no CAPS AD III de Vitória da Conquista/Bahia, com foco na reabilitação psicossocial. O estudo tem como propósito investigar a educação em saúde como estratégia fundamental para a promoção da saúde mental, objetivando cartografar a produção de subjetividades nas práticas educativas relacionadas ao álcool e outras drogas, identificando afetos e afecções de profissionais e usuários no processo de construção do conhecimento sobre reabilitação psicossocial. Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado na perspectiva da cartografia de Deleuze e Guattari, com produção de dados a partir de observação participante durante as atividades em grupo, registradas em diários de campo, e de entrevistas semiestruturadas gravadas com os profissionais de saúde. A análise será conduzida com base nos pressupostos da cartografia e da análise de conteúdo de Bardin. A observação dos grupos terapêuticos possibilita vivenciar a construção de afetos no cuidado à saúde, tanto na esfera individual quanto coletiva, destacando a socialização como fator central na reabilitação psicossocial, ao priorizar o respeito e protagonismo do sujeito. A interação entre pesquisadores e usuários, inicialmente marcada por estranheza, evolui para uma

relação de cumplicidade, favorecendo o compartilhamento de experiências, emoções e perspectivas durante as sessões. O estudo visa acompanhar os processos de territorialização e desterritorialização existencial, os afetamentos produtores de subjetividades e as subjetivações resultantes das atividades educativas, respeitando os preceitos éticos da Resolução 466/12. Além disso, busca ampliar e divulgar o conhecimento na área e proporcionar aos discentes uma experiência enriquecedora na formação médica por meio da pesquisa e dos conhecimentos gerados.

A GESTÃO DA CRISE NO CAPS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA REFERENTE AO CUIDADO TERRITORIAL EM MARITUBA (PA)

Lucas de Almeida Modesto

Este texto aborda as estratégias de atenção à crise adotadas na gestão de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo II em Marituba, na região metropolitana de Belém do Pará, durante meu período como coordenador da instituição, de junho de 2022 a outubro de 2023. O objetivo é relatar a experiência das estratégias implementadas para atender usuários(as) em crise que buscavam o serviço. Desde o início da minha atuação como psicólogo na equipe multiprofissional do CAPS, identifiquei a fragilidade e inoperância do equipamento no manejo de crises, com encaminhamentos imediatos para o único serviço de emergência psiquiátrica de Belém, frequentemente lotado e incapaz de atender novas demandas. Essa situação forçava usuários(as) e suas famílias a buscar atendimento em outras cidades, sem sucesso, revelando um retrocesso nos ideais da Reforma Psiquiátrica, especialmente no papel do CAPS em prevenir internações psiquiátricas. Ao assumir a gestão, iniciei esforços para articular atendimentos junto à equipe local e à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do território. Uma das principais estratégias foi a colaboração com o recém-criado Grupo de Trabalho de Políticas Públicas (GTPP), composto por gestores(as) e trabalhadores(as) de diversas secretarias municipais, com apoio do Ministério Público Estadual. Essa articulação integrou serviços antes isolados, promovendo atendimentos mais eficazes e ampliando o acesso e a qualidade do cuidado. Reuniões, estudos de casos coletivos e articulações entre saúde, educação, assistência social, cultura e outras secretarias permitiram um funcionamento mais orgânico da rede, que passou a responder coletivamente às crises, acionando recursos do território de maneira integrada e compartilhando responsabilidades. Observou-se uma redução nas internações psiquiátricas, melhorias no cuidado territorial e menor prejuízo aos usuários(as), como deslocamentos longos e burocracia para acessar serviços. Além disso, foi possível zerar demandas judiciais relacionadas às crises durante o período. Apesar da descontinuidade do GTPP devido à falta de agendas e locais para encontros, a rede permanece articulada e funcional, atendendo tanto demandas de crise quanto outras necessidades do território.

PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL E FÍSICA COMO FATORES DE INSATISFAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES E SAÚDE DA FAMÍLIA

Bruna Possamai Pagnan, Claudio Alex Sipriano, Cleidiane Aparecida de Quadra, Júlia Grasel, Fabiane Ferraz, Letícia de Lima Trindade, Luciane Bisognin Ceretta, Samuel Spiegelberg Zuge, Jacks Soratto

A insatisfação na atenção primária à saúde, especialmente entre os profissionais das Equipes de Saúde da Família (eSF), está associada a fatores como falta de autonomia, excesso de burocracia, ausência de incentivos educacionais, sobrecarga de trabalho e salários inadequados. Esses elementos comprometem tanto a qualidade do atendimento prestado quanto a saúde mental dos profissionais. Este estudo teve como objetivo identificar os problemas relacionados à saúde mental e física como causas de insatisfação entre os integrantes das eSF. Trata-se de uma pesquisa multicêntrica, descritiva, exploratória e qualitativa, realizada em 16 Unidades Básicas de Saúde com eSF nas principais cidades de cada região geográfica de Santa Catarina: Criciúma, Joinville, Blumenau, Lages e Chapecó. Participaram 64 profissionais, e os dados foram coletados entre março e dezembro de 2020, utilizando entrevistas semiestruturadas e observação indireta como fonte complementar. A análise foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, com suporte do software Atlas.ti para organização dos achados, associada a frequências absolutas e relativas. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (parecer nº 3.675.401). Os resultados identificaram cinco códigos principais: abalos na saúde mental (47,2%), problemas ergonômicos (16,7%), perda das funções laborais (13,9%), perda do sono (11,1%) e angústia pelos pacientes (11,1%). Esses aspectos foram ilustrados por falas dos participantes, como: “(...) isso me dá muita ansiedade, tenho bastante ansiedade, problemas para dormir à noite, durante o dia quando vejo algum paciente chegando já fico aflita” (P21E) e “(...) a gente prejudica o nosso físico, começa a ter dores na coluna, ombros e braços, nas mãos” (P37D). A sobrecarga psíquica e o ritmo intenso de trabalho contribuem significativamente para os problemas de saúde mental e física enfrentados pelos profissionais. Conclui-se que os integrantes das eSF vivenciam angústias, problemas ergonômicos e laborais, além de prejuízos no sono, o que impacta diretamente na atenção integral aos usuários do serviço e reforça a insatisfação com o trabalho.

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PRÁTICA NO TERRITÓRIO PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Vitória Sabino Hupp, Felipe Macedo Vale, Yanna do Socorro Meneses Valente, João Kleber de Souza Sanches, Renato do Nascimento Costa, Max Greco dos Santos, Erik Ferreira Costa, Hector Brenno da Silva Cagni, Maria Carolina Feio Barroso

O conhecimento sobre territorialidade e território é essencial para a implementação eficaz da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), consolidada pelas ações da Estratégia Saúde da Família

(ESF), considerada pelo Ministério da Saúde como a principal estratégia para expansão, qualificação e consolidação da atenção básica. Este trabalho tem como objetivo destacar a importância de atividades práticas no território durante a graduação em cursos da área da saúde, visando à compreensão do ambiente físico, suas particularidades e o funcionamento de unidades de saúde que atendem populações adstritas. Trata-se de um relato de experiência que enfatiza a aplicação de um exercício prático como componente avaliativo curricular, promovendo a interação entre ensino, serviço e comunidade. Fundamentado em um panorama geral sobre o sistema de saúde brasileiro e os conceitos fundamentais da Atenção Básica, o exercício foi realizado no distrito do Condor, em Belém-PA, com visita à ESF Condor. A atividade permitiu que os acadêmicos observassem a realidade local, sobretudo a organização e o funcionamento da unidade, favorecendo uma comparação com a teoria estudada. Durante a visita, o gestor da unidade expôs aspectos relevantes sobre sua operação, destacando os recursos humanos e materiais disponíveis, bem como os desafios enfrentados. A ESF Condor funciona em uma casa alugada, com boa estrutura, mas com divisões insuficientes para a demanda, levando à utilização de um consultório “coringa”, compartilhado entre atendimentos médicos e preventivos em dias alternados. Conta com três equipes de saúde, incluindo agentes comunitários que desempenham papel crucial ao identificar e encaminhar demandas da comunidade à unidade. Além disso, possui programas destacados como o “Saúde na Hora” e iniciativas focadas em diabetes, hanseníase, tuberculose e hipertensão. Observou-se uma característica marcante não só na unidade visitada, mas em muitas outras pelo país: a tentativa de prestar serviços mesmo em condições estruturais precárias. Conclui-se que a vivência prática no território é indispensável no ensino, permitindo uma reflexão mais profunda sobre o sistema público de saúde e a compreensão da atenção básica pelos futuros profissionais. Essa metodologia possibilita a assimilação do funcionamento das unidades e das dificuldades enfrentadas pelos profissionais, contribuindo para a formação de uma visão crítica e empática sobre a prestação de serviços à população.

A INSERÇÃO DO FARMACÊUTICO COMO UM AGENTE PROTAGONISTA NA INTEGRAÇÃO DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Tamara Cruz de Carvalho, Max Greco dos Santos

Historicamente, o farmacêutico tem desempenhado um papel central no cuidado à saúde, seja na dispensação responsável de medicamentos, na manipulação de formulações ou na orientação aos pacientes sobre o uso correto de medicamentos. Contudo, para promover uma evolução integrativa no sistema de saúde, é necessário reavaliar e expandir suas funções, indo além da garantia da segurança e eficácia terapêutica, para estabelecer uma atuação proativa e estratégica na promoção da saúde e na prevenção de doenças. No Brasil, esse debate se torna ainda mais relevante diante de desafios complexos, como a diversidade cultural, as desigualdades socioeconômicas e as demandas de uma população cada vez mais informada e participativa. Este trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica, discute a

inserção do farmacêutico como protagonista na atenção primária à saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa foi realizada na base de dados SciELO, com os descritores “Farmacêutico”, “Atenção Primária” e “Sistema Único de Saúde”, considerando publicações de 2014 a 2024. Ao analisar as atribuições do farmacêutico em unidades como a Estratégia Saúde da Família (ESF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS), é possível identificar resultados positivos tanto no âmbito administrativo interno dessas unidades quanto no impacto gerado nas comunidades atendidas. A atuação do farmacêutico como integrante da equipe multiprofissional transcende os limites tradicionais de sua profissão, permitindo um protagonismo efetivo na formulação e implementação de estratégias que visam à melhoria da saúde da população. Essa abordagem multidisciplinar, característica do SUS, aliada a uma reflexão crítica sobre as práticas e normativas atuais, possibilita a identificação de oportunidades, desafios e caminhos para fortalecer o papel do farmacêutico no sistema de saúde brasileiro. A orientação dos pacientes sobre o uso adequado de medicamentos e a adesão ao tratamento são essenciais para prevenir e controlar doenças. Nesse sentido, é fundamental que os serviços farmacêuticos sejam organizados e integrados à realidade de cada unidade, garantindo a disponibilidade de medicamentos, sua qualidade e correta conservação. Além disso, a educação em saúde deve ser uma prática contínua, promovendo interdisciplinaridade entre os membros das equipes, o que torna a atuação mais eficiente, reduz custos operacionais, minimiza erros de prescrição e evita problemas relacionados a medicamentos (PRM). Dessa forma, almeja-se delinear perspectivas que fortaleçam a carreira do farmacêutico na atenção primária, alinhando sua atuação às demandas e necessidades da sociedade brasileira e consolidando-o como um agente estratégico no cuidado à saúde.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ODONTOLOGIA

Christian Simões Ferreira, Gabriel Bastos Teixeira

A extensão universitária é indissociável do ensino e da pesquisa no processo de formação profissional, sendo indispensável que os graduandos sejam inseridos nas necessidades reais da população e nos desafios do cotidiano para um pleno desenvolvimento educacional. Este trabalho relata a experiência de alunos do curso de odontologia de uma faculdade privada do sul da Bahia na disciplina obrigatória de extensão universitária, denominada Projeto Integrador de Extensão (PIE), que integra o esforço da instituição em curricularizar a extensão em cumprimento às novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de odontologia, com carga horária total de 72 horas. Durante o período letivo, os alunos, no 9º período do curso, realizaram atividades numa Unidade Básica de Saúde (UBS) com três Equipes de Saúde da Família na zona sul de Ilhéus-BA, em íntimo contato com o cotidiano da Atenção Primária à Saúde local, numa região próxima à faculdade. As ações incluíram salas de espera abordando temas como saúde bucal na gestação, pré-natal odontológico, prevenção e tratamento do câncer de boca, higiene bucal e prevenção da cárie dentária, utilizando dinâmicas

lúdicas e incentivando a participação dos pacientes. Também foram realizadas visitas domiciliares, territorialização, atividades educativas em escolas e creches, além do mapeamento de famílias em risco e vulnerabilidade social. Foram distribuídos kits com escova dental, dentifrício fluoretado e fio dental, além de promovida escovação dental supervisionada e aplicação de flúor tópico em gel. Os estudantes acompanharam de perto o trabalho da Equipe de Saúde Bucal da UBS, interagindo dialógica e criticamente nas atividades clínicas e extraclínicas, o que foi fundamental para a prática da integração entre o ambiente universitário e a sociedade, gerando novos conhecimentos e abordagens para os problemas da comunidade e promovendo uma contribuição horizontal e significativa. A curricularização da extensão por meio do PIE permitiu uma visão ampliada entre teoria e prática, democratizando a produção acadêmica, que muitas vezes permanece restrita às instituições de ensino. A convivência com outras áreas da saúde, como enfermagem, psicologia, nutrição, medicina, fisioterapia e serviço social, enriqueceu o saber e as práticas multi e interprofissionais, ampliando a visão integral do ser humano. Assim, embora a odontologia seja essencialmente prática, é indispensável que os graduandos compreendam os aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados à saúde da população. O respeito ético, a democratização do conhecimento e a percepção dos valores sociais são essenciais para uma formação de qualidade e integrativa, e para que tal aprendizado ocorra, é necessário que os cursos incentivem os alunos a buscar conhecimentos além da sala de aula, garantindo que a prática não se limite à teoria.

INTERDISCIPLINARIDADE NA PRODUÇÃO DO CUIDADO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA (HAS)

Felipe Macedo Vale, Yanna do Socorro Meneses Valente, Maria Vitória Sabino Hupp, João Kleber de Souza Sanches, Renato do Nascimento Costa, Max Greco dos Santos, Erik Ferreira Costa, Hector Brenno da Silva Cagni, Maria Carolina Feio Barroso

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um grave problema de saúde pública no Brasil devido à sua alta prevalência, baixa adesão ao tratamento e papel como fator agravante de doenças cardiovasculares (DCVs), que representam a principal causa de morte no país. Diante da complexa cadeia econômico-social que permeia a saúde pública, torna-se essencial adotar uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar na atenção básica para o cuidado da HAS. Este trabalho busca analisar a importância da interdisciplinaridade na produção desse cuidado, por meio de uma revisão integrativa da literatura, com base em artigos científicos que sintetizam o tema de forma abrangente e organizada. A abordagem terapêutica da HAS envolve medidas farmacológicas e não farmacológicas destinadas a reduzir os níveis pressóricos, proteger órgãos-alvo, prevenir desfechos cardiovasculares e melhorar a adesão ao tratamento. Nesse contexto, a atuação multiprofissional é crucial, permitindo a colaboração de diferentes especialidades e promovendo cuidados abrangentes na atenção básica. A Organização Mundial da Saúde aponta diversos fatores que dificultam a adesão ao tratamento, como insegurança médica e farmacológica, desconhecimento sobre o agravo e sobre mudanças de hábitos, barreiras socioeconômicas, acolhimento inadequado no sistema de saúde, entre outros. Assim, a produção do cuidado para pacientes com HAS

deve ir além do acesso ao medicamento, integrando ações combinadas e interdisciplinares que envolvam especialidades médicas, como cardiologia, nefrologia e farmácia, além de suporte psicológico e assistência social, que são fundamentais para o manejo de pacientes do sistema público de forma integral. Contudo, a efetivação desse cuidado interdisciplinar enfrenta desafios como o desconhecimento das atribuições dos diferentes profissionais, a formação voltada ao trabalho individual e o foco em conhecimentos técnicos em detrimento da compreensão do contexto social dos pacientes. Apesar dessas dificuldades, a literatura indica que a interdisciplinaridade das equipes de saúde contribui significativamente para avanços no cuidado da HAS. No entanto, é necessário aperfeiçoar a formação profissional para garantir a continuidade e a qualidade desse cuidado, assegurando um atendimento integral e sustentável para os pacientes com HAS.

CONSULTA DE ENFERMAGEM GINECOLÓGICA NO CONTEXTO DA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aline de Oliveira Dias Ferro, Sabrina Viegas Beloni Borchhardt

A consulta de enfermagem, uma atividade privativa do enfermeiro, é organizada pelo processo de enfermagem (PE), que abrange cinco etapas inter-relacionadas e interdependentes, exigindo raciocínio e julgamento clínico. No contexto da saúde da mulher, a consulta ginecológica desempenha um papel crucial na promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico precoce e tratamento oportuno. Este relato descreve a experiência de uma acadêmica de enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) durante práticas supervisionadas no componente materno-infantil em uma Unidade Básica de Saúde em Pelotas, Rio Grande do Sul. As consultas, previamente agendadas e realizadas em consultório ginecológico, ocorriam em um ambiente acolhedor, com escuta qualificada e baseadas nas etapas do PE. Durante a consulta, foram realizadas anamnese, exame físico, exame clínico das mamas, exame ginecológico e avaliação de exames, indo além da queixa principal ou de procedimentos, como a coleta de citopatológico, permitindo identificar dúvidas e necessidades das pacientes. Os diagnósticos de enfermagem foram elaborados com base nos achados e no julgamento clínico, utilizando os diagnósticos da NANDA. A partir disso, desenvolveu-se um plano assistencial que incluiu intervenções, prescrição de medicações, rastreamento de doenças crônicas, solicitação de exames e planejamento familiar. Na implementação, foram realizadas ações como administração de medicações, testes rápidos de ISTs e encaminhamentos para outros profissionais. A evolução dos casos foi registrada no prontuário eletrônico do paciente (PEC), utilizando o método SOAP, garantindo excelência no acompanhamento longitudinal. Essa experiência promoveu o desenvolvimento de raciocínio clínico, habilidades práticas e conhecimentos sobre a assistência à saúde da mulher, resultando em um atendimento de qualidade e segurança. As consultas também permitiram uma avaliação abrangente das mulheres em seus contextos de vida, com cuidado humanizado e singular. Contudo, observou-se fragilidade na integralidade do cuidado, frequentemente resumido ao

rastreamento do câncer de colo do útero, evidenciando a necessidade de qualificar o atendimento, fortalecer vínculos entre profissionais e pacientes e garantir que a mulher seja protagonista em seu cuidado. A experiência proporcionou ganhos significativos para a formação acadêmica e melhoria na qualidade de vida das mulheres, destacando a importância de ampliar o cuidado integral e o raciocínio clínico para enfrentar a complexidade das demandas, especialmente no rastreamento de doenças crônicas.

PERFIL DO RESIDENTE DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2019-2024

Margareth Pandolfi, Célia Márcia Birchler, Douglas Setimo do Rozário

O Programa Multiprofissional em Saúde da Família (PRMSF), implantado em 2020 pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI) e pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, busca fortalecer e qualificar a Atenção Primária à Saúde (APS) por meio de uma abordagem multiprofissional e diversificada. A formação dos residentes ocorre em parceria com diferentes atores e serviços, abrangendo cenários variados que vão além do território das Unidades Básicas de Saúde (UBS), incluindo o Programa Saúde na Escola (PSE) e ações de promoção e prevenção em comunidades. Desde a implantação, 252 residentes foram distribuídos em sete municípios e 28 cenários de prática, realizando um total de 42.660 atendimentos em 2023, entre consultas clínicas individuais e compartilhadas. A pesquisa para compreender o perfil dos residentes, de caráter qualitativo, foi realizada com 113 participantes das turmas de 2020 a 2024, utilizando um questionário com 27 perguntas fechadas via Google Forms, seguido de um grupo focal. Os resultados indicaram que 86,7% dos participantes eram mulheres, 85,5% identificaram-se como mulheres cisgênero, 76,8% eram heterossexuais, e 60,2% tinham entre 25 e 36 anos. Além disso, 72,6% eram solteiros, 70,8% haviam estudado em escolas públicas, e 73,5% concluíram a graduação nos últimos cinco anos, principalmente em instituições capixabas, com destaque para Odontologia (25,9%), Enfermagem (20,5%) e Psicologia (12,5%). Apenas 40,2% não possuíam pós-graduação ao ingressar na residência, enquanto 38% já eram especialistas e 29,5% haviam concluído uma residência anterior. Em relação ao processo de trabalho, 35,4% não tinham experiência prévia em Atenção e Cuidado em Saúde, 26,5% possuíam experiência na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e 77,9% não haviam recebido capacitação para o Sistema Único de Saúde (SUS). Quanto às condições de vida, 42,5% residiam sozinhos, 55,8% tinham na bolsa de residência sua única fonte de renda, e 40,2% não estavam trabalhando antes de ingressar no PRMSF. Esses dados revelam que a participação no programa é predominantemente feminina, com perfil jovem, solteiro e com pouca experiência em APS e ESF, evidenciando que a residência é uma oportunidade crucial para inserção no mercado de trabalho. A maioria dos participantes não atuava em regime de 40 horas semanais antes da residência, o que reforça o papel do PRMSF na formação e qualificação de profissionais para o SUS.

ENCONTROS DE GESTANTES: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO E ATENÇÃO À SAÚDE MATERNA

Isabely Flores Araújo, Leandro da Silva de Medeiros, Silvana Dias Leão, Aline Costa Lopes, Laura Vendrame Pellegrin, Etiele Difante Velasquez, Dirce Stein Backes

O objetivo deste resumo é destacar a importância dos encontros de gestantes na formação acadêmica de profissionais da área da saúde, atendendo às demandas da sociedade em relação à saúde da mulher. Esses encontros, promovidos pelo GESTAR (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde Materno-Infantil) da Universidade Franciscana, contam com a participação de profissionais de saúde e acadêmicos de cursos como Enfermagem, Medicina e Nutrição. O grupo tem como propósito orientar gestantes por meio de ações de educação e promoção à saúde, permitindo que vivenciem a gestação de maneira singular, respeitando seus limites e desejos. A gestação, sendo um momento único e desafiador, demanda uma rede de apoio e informações para as mulheres, o que motiva a criação do grupo de gestantes, um espaço onde podem ampliar seus conhecimentos e compartilhar vivências. Por meio de rodas de conversa e atividades baseadas em metodologias ativas, gestantes e acadêmicos interagem em encontros periódicos realizados nas dependências da Universidade Franciscana, abertos a gestantes usuárias da rede privada. A proposta central é a promoção de saúde e o fortalecimento de uma rede de apoio, com temáticas sugeridas pelas próprias gestantes, como pré-natal, plano de parto, amamentação, entre outras. Durante os encontros, percebeu-se o fortalecimento do pré-natal, pois a troca de experiências com outras gestantes e profissionais contribui para o autoconhecimento e empoderamento das mulheres, que se tornam mais conscientes de seus direitos e desejos no pré-natal, parto e pós-parto. Além disso, o grupo promove vínculos entre gestantes e acadêmicos, ampliando a formação prática destes em relação às demandas do serviço de saúde. Conclui-se que os grupos de gestantes são essenciais tanto para a comunidade quanto para as parturientes, pois possibilitam a ampliação da promoção e educação em saúde, proporcionando orientações fundamentais e práticas enriquecedoras a cada encontro.

PROJETO CAFÉ COM VIZINHOS – RODA DE GENTE, MESA LOTADA E PARTILHA DE AFETO

José Artur Ribeiro Torres

O projeto itinerante *Café com Vizinhos*, do Centro de Cultura e Convivência Pedra Branca (CECCO PB), une arte, saúde e trocas de saberes sobre bem viver, acontecendo mensalmente na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro. Este relato de experiência refere-se ao período de março a dezembro de 2023, durante o qual atuei como trabalhador da Rede de Atenção Psicossocial (RAPs), no cargo de articulador territorial, contribuindo para a criação e manutenção da teia de atores sociais diretamente e indiretamente envolvidos no projeto. O café da manhã, usado como metodologia participativa, incentiva a aproximação dos presentes por meio de uma mesa cheia

e acolhedora, enquanto o CECCO PB promove articulações com a RAPs, artistas-trabalhadores e fazedores de cultura. Esses encontros, realizados alternadamente em dispositivos de saúde, educação e cultura do território e arredores, tornam-se momentos únicos de interação, diversão, lazer e fortalecimento de artistas e suas artes. O projeto destaca-se pelo potencial de articulação no território, proporcionando um conhecimento mais próximo das estruturas e das pessoas que ocupam os equipamentos locais. Durante os cafés, os participantes podem questionar sobre os serviços, tirar dúvidas e compreender melhor os projetos disponíveis, fortalecendo a sensação de pertencimento ao espaço. Equipes estratégicas têm a oportunidade de escuta ativa, promovendo um alinhamento maior com as demandas comunitárias. Em meio à rotina desafiadora dos serviços do SUS, os encontros oferecem um ambiente acolhedor e descontraído, com duração média de 2 a 2h30, geralmente das 8h às 10h. O projeto tem reunido trabalhadores da saúde, assistência social, educação, projetos artístico-culturais, ONGs, associações comunitárias e lideranças locais, discutindo saúde integral, acessível e aplicável. Em 2023, foram realizadas 10 edições, com 484 participantes, em oito locais diferentes: Projeto Arte, Horta & Cia (março e outubro), Clínica da Família Arthur Bispo do Rosário (abril), Pousada Sertão Carioca (maio), Fiocruz Mata Atlântica (junho), Museu Bispo do Rosário (julho), Associação de Moradores da Colônia (agosto), Capsi Eliza Santa Roza (setembro), Instituto Genivaldo Nogueira (novembro) e Centro de Convivência Pedra Branca – Barracão da Dirce (dezembro). O CECCO PB, integrante da RAPs Carioca, atende a região da AP4.0, abrangendo 17 bairros do município do Rio de Janeiro, articulando saúde, arte, educação e convivência. Os números apresentados são específicos da Colônia Juliano Moreira, incluindo as comunidades de Curicica e Taquara, com a intenção de expandir gradativamente a participação de outras regiões e atores sociais. Os cafés continuam com periodicidade mensal, fortalecendo mesas cada vez mais repletas de afeto, conhecimento, emancipação, acolhimento e alegria.

POTENCIALIDADES DA ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO À PRECARIEDADE MENSTRUAL

Lucas Barros dos Santos, Amanda de Mello Martins, Fernanda Carlise Mattioni, Liciane Costa Dresch, Michele Neves Meneses, Roberta de Pinho Silveira, Thiago Perez Jorge

A menstruação é uma condição do ciclo reprodutivo caracterizada pela descamação do endométrio em pessoas que possuem útero, com início médio aos 13 anos. As pessoas que vivenciam a menstruação incluem mulheres cisgênero, lésbicas, homens transexuais e pessoas não binárias. A precariedade menstrual, por sua vez, refere-se à ausência de gestão digna da menstruação, resultante da falta de estrutura física, insumos e educação em saúde, fatores que dificultam o manejo adequado do ciclo menstrual. Em 2023, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) elaborou um guia com orientações para promover a dignidade menstrual e combater a precariedade menstrual no Brasil, onde cerca de 60 milhões de pessoas menstruam, representando 30% da população. Nesse contexto, a equipe de enfermagem desempenha um papel crucial na promoção da saúde e no cuidado às pessoas que menstruam, especialmente na atenção primária. Os profissionais de enfermagem estão

na linha de frente, orientando e educando as pessoas para prevenir doenças, reduzir desigualdades e promover uma gestão adequada da menstruação, evitando métodos inadequados. Este estudo busca identificar taxonomias de enfermagem que possam contribuir no combate à precariedade menstrual. A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é essencial para organizar e guiar o trabalho dos enfermeiros de forma sistemática, utilizando ferramentas como a Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE) e a NANDA-I. Na CIPE, a precariedade menstrual pode ser diagnosticada como “Déficit de Autocuidado” e “Capacidade para Executar o Autocuidado”, enquanto intervenções possíveis incluem “Serviço de Educação em Saúde” e “Serviço de Saúde”. Já na NANDA-I, diagnósticos como “Autogestão ineficaz da saúde” e “Comportamentos ineficazes de manutenção da saúde”, pertencentes ao domínio 1, classe 2, oferecem diretrizes para intervenções como apoio ao autocuidado, orientação sobre automonitoramento e manejo regular dos sinais. Conclui-se que as taxonomias amplamente utilizadas na enfermagem atualmente fornecem ferramentas eficazes para enfrentar a precariedade menstrual, principalmente por meio da educação em saúde e do fortalecimento do autocuidado, promovendo o autoconhecimento corporal e a gestão digna da menstruação.

PROJETO PRONTO SORRISO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRÁTICA DE SAÚDE HUMANIZADA

Fernanda Medeiros Santos, Flávia Andréa Medeiros, Jacyane Melo de Oliveira Santos,
Matheus de Medeiros Fernandes, Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia

A formação médica é um processo longo e complexo, exigindo anos de estudo e prática para que o indivíduo se torne um profissional qualificado, apto a cuidar da saúde das pessoas. Desde o início dessa formação, os estudantes enfrentam uma carga horária intensa, com disciplinas teóricas e práticas, para prepará-los a lidar com diversas situações clínicas. No entanto, em um movimento para romper com o modelo médico centrado, a humanização das práticas de saúde vem ganhando destaque nas discussões sobre a qualidade dos serviços e da formação. Nesse contexto, a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) propôs, por meio do Projeto de Extensão “Pronto Sorriso”, uma vivência no Centro de Oncologia e Hematologia de Mossoró/RN (COHM). O objetivo foi proporcionar conforto e alegria a pacientes em tratamento contra o câncer, utilizando técnicas teatrais como prática humanizada em saúde, baseada nos princípios da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (PNH), de 2003, que propõe um atendimento de qualidade técnica, ética e relacional. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência dos alunos do projeto, realizada de fevereiro a dezembro de 2023, no COHM, com a participação da coordenadora do projeto e 26 alunos de períodos variados do curso. Para compreender a prática do atendimento humanizado, os discentes participaram de uma capacitação prévia com profissionais de teatro sobre dramatização e teatralização, o que possibilitou o planejamento das vivências com os pacientes. As atividades ocorreram semanalmente, aos sábados, nos seis leitos do COHM, com duração média de 4

horas/dia, e incluíram arteterapia, musicoterapia, contação de histórias, momentos de escuta e orações, quando solicitadas. Para descontrair e alegrar, os alunos usaram vestimenta e maquiagem de palhaço. O maior desafio do projeto foi a resistência inicial dos pacientes em participar das atividades lúdicas, devido à vulnerabilidade decorrente da dor, sofrimento e medo. O projeto proporcionou aos discentes uma experiência extracurricular única e inspiradora para a formação médica, incentivando a prática do atendimento humanizado, onde puderam exercitar a empatia, a comunicação eficaz e o cuidado integral com o paciente. Também teve a oportunidade de desenvolver habilidades de comunicação, escuta e acolhimento na relação médico-paciente. A participação no projeto permitiu aos alunos perceberem que o atendimento médico vai além do conhecimento técnico, sendo necessário buscar estratégias que facilitem a atuação, como a capacidade de ouvir e ser sensível às questões individuais dos pacientes. Espera-se que as ações realizadas tenham impactado positivamente não apenas os pacientes com câncer, mas também seus familiares. Acredita-se que essa experiência contribua para a formação de profissionais competentes, com uma abordagem médico-paciente integrada e humanizada no contexto da prática médica.

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA: EDIFICANDO AS PRÁTICAS DO CUIDADO COMO POTÊNCIA FORMATIVA

Rita de Cássia de Sousa Nascimento, Tais de Araújo Magnavita Carneiro

Um Projeto Pedagógico de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde deve prever metodologias de integração de saberes e práticas, permitindo a construção de competências compartilhadas, tendo em vista a necessidade de mudanças nos processos de formação, atenção e gestão na saúde. As estratégias pedagógicas adotadas pelo Programa de Residência Multiprofissional Regionalizado em Saúde da Família (PERMUSF), da Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA), são fundamentadas em um currículo integrado, baseado na teoria crítica e no referencial que considera as formas de construção do currículo como fatos sociais, proporcionando uma compreensão global do conhecimento e promovendo maiores níveis de interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Esse currículo contribui significativamente para a formação de profissionais autônomos, críticos, abertos e capazes de refletir sobre as mudanças constantes nos cenários da atenção primária, superando a dicotomia entre teoria e prática, bem como entre conhecimento, trabalho e vida. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do PERMUSF, considerando as práticas de cuidado como potência formativa na Estratégia de Saúde da Família (ESF) em municípios do interior da Bahia. Para o desenvolvimento dessa proposta, o Programa adota metodologias ativas de aprendizagem, onde os preceptores, trabalhadores locais das unidades de Saúde da Família e das equipes multiprofissionais, são responsáveis por facilitar o aprendizado dos residentes por meio da discussão de narrativas e de usuário-guias, com base na postura crítica e reflexiva durante a interação do “sujeito” e “objeto”. Essa metodologia explora a espiral construtivista nos movimentos desenvolvidos no trabalho coletivo

dos grupos de residentes e preceptores, possibilitando a aprendizagem significativa, identificando problemas, formulando explicações, elaborando questões, construindo novos significados e avaliando processos e produtos. Em quatro turmas concluídas, o Programa conta com uma estrutura pedagógica formada por preceptores, tutores de núcleo (responsáveis pelo embasamento teórico e acompanhamento do diário cartográfico) e de campo (auxiliam nas intervenções), além de coordenadores locais. O Programa formou 156 profissionais especialistas em saúde da família e desenvolveu práticas em 30 municípios, especialmente localizados no polígono das secas. Ao longo do R1, a ênfase é dada tanto às práticas integradas de cuidado e gestão dos serviços quanto ao rodízio na rede de saúde local, para o conhecimento do território e do itinerário que a população traça para resolver os problemas de saúde, permitindo o diagnóstico em saúde. Já no R2, a ênfase é colocada nas práticas integradas de cuidado, incluindo intervenções intersetoriais, cujas ações concretas em equipe sobre os problemas de saúde geram relatos de experiência individuais para o Trabalho de Conclusão de Residência. Os princípios do PERMUSF baseiam-se na territorialidade, trabalho em equipe, educação permanente, matriciamento, redes de atenção à saúde e interprofissionalidade, permitindo desconstruir e retrabalhar concepções e implementar uma nova práxis na atenção básica, relacionando-se à transformação de realidades. O desafio do programa é relatar vivências expressivas que contribuam com futuros estudos e com a construção de conhecimento para a saúde da família, além da fixação de profissionais especialistas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CASA RUA COMO REDUÇÃO DE DANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Yanna do Socorro Meneses Valente, Felipe Macedo Vale, Maria Vitória Sabino Hupp,
João Kleber de Souza Sanches, Renato do Nascimento Costa, Max Greco dos Santos,
Erik Ferreira Costa, Hector Brenno da Silva Cagni, Maria Carolina Feio Barroso

Este relato de experiência destaca o sucesso de uma metodologia ativa na formação de profissionais médicos em Belém, focada na produção de cuidados em saúde para a população em situação de rua (PSR), com ênfase nas diferentes dimensões e níveis de atenção integral à saúde. O objetivo é evidenciar como a Casa Rua atua como um importante redutor de danos para as PSR, oferecendo conhecimento básico em saúde dentro do contexto social urbano de Belém, além de proporcionar atendimento primário a populações especiais. A Casa Rua está presente em diversas cidades do Brasil, e no caso do bairro da Campina, a orientação teórica foi fundamental para a compreensão dos fatores legais e éticos que norteiam a atuação na região, com destaque para a gestão da Casa Rua pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e a aplicação da redução de danos conforme os estudos científicos da área. O método utilizado envolveu visitas à Casa Rua, localizada próximo à feira do Ver-o-Peso, para observar o atendimento realizado pelas equipes multiprofissionais, com foco na inclusão e no atendimento básico às PSR. Durante a visita, também foram analisadas as funções sociais da instituição, que resgata a dignidade da população atendida por meio de atividades como produção artística, higiene, educação física, literatura e comunicação entre profissionais e indivíduos, promovendo o atendimento básico de saúde às PSR. No contexto urbano de Belém, onde

os determinantes sociais da saúde afetam diretamente o modo de vida das PSR, há uma vulnerabilidade social que se agrava devido a esse processo. Através do Consultório na Rua, com a participação de psicólogos e agentes comunitários de saúde, foi possível estabelecer diálogos e trocar experiências entre profissionais da saúde e as pessoas em situação de rua. Em conclusão, a visita à realidade dessa população invisibilizada, acompanhada de observação e análise dos conceitos de atenção integral à saúde, pode fortalecer a formação dos profissionais de saúde e valorizar as PSR como cidadãos brasileiros. As entrevistas realizadas na Casa Rua e na Praça revelaram que a situação de rua não é uma condição genérica, mas sim profundamente individual, com cada pessoa tendo motivos únicos para estar nessa situação. A intervenção com trabalho, que ajuda a manter as mentes concentradas e permite superar vícios, e a espiritualidade, que serve como suporte para renovar expectativas de um futuro mais digno, junto ao apoio da família como ponto seguro psicológico e social, são aspectos fundamentais para a redução de danos. Assim, para promover uma abordagem efetiva de redução de danos, é essencial a integração de políticas públicas como a Casa Rua, que oferece assistência médica, apoio emocional, oportunidades de emprego e reintegração social, beneficiando todos os envolvidos.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE ATRAVÉS DO ENFOQUE INTERDISCIPLINAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DISCENTES DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE

Francieli Ester Müller, Bruna Rezende Martins, Daiane Kist Back, Samantha Lopes de Moraes Longo, Hildegard Hedwig Pohl, Janine Koepp, Andreia Rosane de Moura Valim

A integração da educação em saúde com enfoque interdisciplinar nos programas de pós-graduação em saúde é uma abordagem que permite aos profissionais da saúde compreenderem de forma ampla os determinantes sociais, comportamentais e ambientais da saúde, possibilitando o desenvolvimento de intervenções eficazes e contextualizadas, levando em consideração as condições sociais, econômicas e culturais que influenciam a saúde dos indivíduos. Além disso, promove o desenvolvimento de habilidades essenciais para o trabalho multi e interdisciplinar, como comunicação, liderança, empatia, sensibilidade, gestão, pensamento crítico e resolução de problemas, fundamentais para a promoção da saúde em níveis individual e comunitário. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de doutorandas matriculadas em uma disciplina com enfoque na educação em saúde através de uma abordagem interdisciplinar. Trata-se de um relato de experiência de discentes do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Brasil, na disciplina de Educação em Saúde: Um Enfoque Interdisciplinar, ofertada semestralmente para pós-graduandos de nível Doutorado. A disciplina é ministrada por quatro docentes com formação nas áreas de enfermagem, farmácia e educação física, e as aulas ocorrem de forma híbrida e síncrona, uma vez por semana. Durante os oito encontros realizados, discentes e docentes discutiram, utilizando metodologias ativas, temas que relacionavam a Educação em Saúde

à Interdisciplinaridade, Saúde Continuada, Saúde Permanente e Saúde Planetária. Esses momentos fomentaram reflexões, promoveram a formação interpessoal e profissional, e contribuíram para fortalecer a valorização dos saberes coletivos, além de qualificar os pós-graduandos para atuarem como protagonistas ativos na prevenção de doenças e promoção da saúde. A inclusão da educação em saúde com enfoque interdisciplinar nos programas de pós-graduação, portanto, contribui para a formação de profissionais competentes, conscientes e reflexivos, capazes de avaliar criticamente as políticas, práticas e intervenções em saúde, além de contribuir para a construção de sistemas de saúde mais equitativos, acessíveis e eficazes, com a capacidade de enfrentar os desafios complexos e multifacetados do campo da saúde.

O PAPEL DO MÉDICO DA FAMÍLIA E COMUNIDADE NO QUE TANGE À CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO ORGANIZATIVO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR DO SUS

Byanca Andrade Martins, Dalila Oliveira Alves, Tacio Ryan Neves de Oliveira,
Geyvisson Paulo da Silva Torres, Livia Vilarinho Ferreira, Guilherme de Jesus Góis,
Giulianne Moraes Vasconcelos, Ycaro Guerra de Santiago Guimarães, Dayse Batista Santos

A Declaração de Alma-Ata sobre Cuidados Primários em Saúde, ocorrida em 1978, abriu portas para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, que, nos moldes atuais, conta com Princípios Doutrinários (Universalidade, Igualdade/Equidade e Integralidade) e Organizativos (Descentralização-hierarquização e regionalização- e Participação Popular). Nesse contexto, é essencial que os profissionais da saúde desenvolvam estratégias para garantir a aplicação efetiva desses princípios. A Medicina da Família e Comunidade, uma das especialidades médicas, é protagonista na Atenção Primária em Saúde e desempenha um papel fundamental na aplicação dos Princípios do SUS, especialmente no que diz respeito à Participação Popular. Este princípio destaca-se por sua contribuição para a eficácia das políticas públicas, estímulo à autonomia dos sujeitos e fomento ao autocuidado e à democracia na saúde. O Médico da Família e Comunidade (MFC), por sua vez, tem um papel crucial na aplicação desse princípio, pois suas ações, enquanto coordenador da equipe de saúde da família, podem ampliar a Participação Popular. O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o papel do MFC no fortalecimento da Participação Popular no SUS, com foco nas responsabilidades desse profissional em estimular a população sob sua responsabilidade a elaborar propostas e ações para a melhoria da saúde da comunidade e fomentar atividades que ampliem o acesso aos serviços de saúde. Trata-se de uma análise reflexiva de estudantes de medicina de uma faculdade do sul da Bahia, a partir dos componentes Saúde Coletiva e Medicina da Família e Comunidade. A análise revela que o papel do MFC é essencial para garantir a participação popular nos serviços e ações de saúde, sendo sua responsabilidade também assegurar o acesso e cuidado equânime, bem como elaborar planejamentos participativos que respeitem os saberes populares. Como resultados adicionais, destaca-se a percepção de que a formação médica precisa estimular o compromisso com os Princípios do SUS ao longo de toda a trajetória acadêmica, além de evidenciar que essa aplicação

ainda está distante da realidade cotidiana dos serviços de saúde. Em consideração final, observa-se que o papel do MFC vai além da promoção da saúde, prevenção de doenças e cura, alcançando aspectos mais amplos, como a aplicação dos Princípios do SUS. Espera-se que reflexões como essa sirvam de incentivo para estudantes e profissionais da saúde, para que a prática médica seja fundamentada em diálogo constante com os Princípios do SUS, garantindo a autonomia dos sujeitos e promovendo um cuidado integral e equânime, pensado com os sujeitos, pelos sujeitos e para os sujeitos.

INTERAÇÃO ENTRE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E POPULAÇÃO DA FLORESTA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Vitória Sabino Hupp, Felipe Macedo Vale, Yanna do Socorro Meneses Valente, João Kleber de Souza Sanches, Renato do Nascimento Costa, Max Greco dos Santos, Erik Ferreira Costa, Hector Brenno da Silva Cagni, Maria Carolina Feio Barroso

A Ilha do Combú, situada a 1,5 km ao sul da capital paraense, Belém-PA, é a quarta maior ilha do município em termos territoriais. Localizada às margens do rio Guamá, a ilha possui uma vasta área florestal com árvores de grande porte e solos férteis, sendo o açaizeiro a árvore predominante. Em 2018, a população local era estimada em 1.500 habitantes. A ilha conta com uma unidade da Estratégia de Saúde da Família (ESF), escolas de ensino fundamental I e II, coleta de lixo regular (três vezes por semana), energia elétrica, bares e restaurantes, além de grande potencial turístico. Contudo, a população não tem acesso a água tratada e, em muitos casos, recorre à construção de poços artesianos. Além disso, praticamente não há direcionamento adequado de dejetos. Segundo funcionários da ESF, são fornecidos frascos de hipoclorito e outros materiais para o tratamento da água, e algumas residências possuem fossas sépticas. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por discentes da disciplina Atenção Integral à Saúde, módulo I, do curso de Medicina da Universidade Federal do Pará (UFPA), com a população especial dos povos da floresta. A unidade da ESF dispõe de boa infraestrutura física e uma equipe multiprofissional, incluindo um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com uma terapeuta ocupacional e uma nutricionista. A maior demanda de atendimentos está relacionada a casos de hipertensão, diabetes e alterações gastrointestinais, como gastrite e diarreia. Os principais fatores de risco para o surgimento dessas doenças identificados na comunidade incluem alimentação inadequada, restrita a embutidos, enlatados e alimentos de preparo rápido, sedentarismo, hábitos como dormir após o almoço, consumo de água não tratada, e falta de saneamento básico adequado. A equipe da ESF busca tornar os atendimentos o mais humanizados possível, utilizando instruções ilustradas, com “caminhos” coloridos, setas e imagens, para que os usuários, especialmente os não alfabetizados e deficientes, consigam localizar-se facilmente dentro da unidade. Além disso, os moradores mantêm uma boa relação com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que agendam os atendimentos via aplicativo de mensagens de texto. A equipe realiza campanhas constantes de promoção de saúde e prevenção de doenças. No entanto, um dos principais desafios enfrentados pela população é o alto custo do deslocamento até a ESF. Há registros de atendimentos de emergência no local, devido a traumas físicos como quedas, ferimentos

por arma branca e picadas de animais peçonhentos. De acordo com os relatos da profissional da ESF, os principais Determinantes Sociais da Saúde (DSS) na comunidade são gravidez na adolescência, relações consanguíneas, violência doméstica, analfabetismo, falta de saneamento básico, sedentarismo e alimentação inadequada. Embora a unidade apresente boa estrutura física e uma equipe engajada em oferecer atendimentos humanizados, é necessário aumentar a adesão da população às ações de atenção primária à saúde oferecidas pela ESF na ilha.

CONSELHO FORTE: COSEMS-AM FORTALECENDO O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gigellis Duque Vilaça, Judas Tadeu Jerônimo de Almeida, Liliam Rafaelle Souza da Silva

O processo de construção de conhecimentos por meio de encontros com os Conselheiros Municipais de Saúde, realizados em oficinas de debates participativos, visa estabelecer dinâmicas que envolvem as relações entre usuários, gestores, prestadores e trabalhadores de saúde, buscando garantir a representatividade dos membros, a visibilidade de suas propostas, a transparência de suas atuações, a permeabilidade e a comunicação com a sociedade para fortalecer as ações. As dificuldades enfrentadas nos municípios do interior do Estado do Amazonas para que os Conselhos de Saúde desempenhem suas atribuições são debatidas pelo Conselho Municipal de Saúde (COSEMS) na execução das políticas e no controle social do SUS. O objetivo principal é capacitar e orientar sobre a importância do papel do conselheiro de saúde, estimulando sua participação ativa no fortalecimento das políticas públicas de saúde, atualização do regimento interno e qualificação na participação social, permitindo que exerçam o controle social de forma eficaz. Ao longo das práticas vivenciadas nos territórios municipais, compreendeu-se a importância do fortalecimento da participação social, com base nos princípios do SUS, para buscar melhorias na saúde da população. Inicialmente, foi realizada uma reunião com o Secretário de Saúde para verificar os Instrumentos de Planejamento do SUS, o que revelou a necessidade de reestruturar o Conselho por diversos fatores, como composição irregular, regimento interno desatualizado e a falta de um calendário de reuniões ordinárias. Os apoiadores do COSEMS deslocaram-se até os municípios para realizar oficinas com duração de três dias, incluindo parte teórica e prática. Durante a oficina, foram realizadas rodas de conversa e levantamentos de situações-problema, além de diagnósticos sobre os nós críticos. Na fase de observação, discutiu-se a percepção dos Conselheiros de Saúde sobre o desempenho de suas atribuições, e em um estudo de caso, simulações de situações vivenciadas pelos conselheiros foram feitas, com cada grupo abordando um tema específico, compartilhando seus depoimentos posteriormente. O apoio do COSEMS-AM sensibilizou os Conselheiros de Saúde e gestores municipais sobre a importância do fortalecimento de cada membro do CMS e do secretário executivo. Como resultado, os municípios capacitados conseguiram atualizar o Regimento Interno, regularizar o cronograma das reuniões ordinárias e a composição dos membros, avançando 85% na análise e aprovação dos instrumentos de gestão, elaboração de documentos e garantindo 100% da legitimidade da conferência. A qualidade dos debates

aumentou, especialmente com os estudos de caso, proporcionando novos olhares sobre a condução e o protagonismo do Conselho de Saúde. Em consideração final, o COSEMS contribuiu com os municípios ao realizar capacitações para o Conselho de Saúde, fortalecendo o espaço democrático e a avaliação da situação da saúde, além da elaboração de propostas com base nas necessidades da população e a participação ativa dos membros e da Secretaria Executiva. O controle social, portanto, expressa hoje uma forma mais viva de participação da sociedade na gestão da saúde.

O USO DA ULTRASSONOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DO MÚSCULO QUADRÍCEPS EM INDIVÍDUOS PRÉ-FRÁGEIS E FRÁGEIS

Jéssica Pippi Guterres, Cássia Selso Camargo, Victoria dos Santos Turchetto

A síndrome da fragilidade (SF) é uma condição clínica complexa, resultante do declínio acentuado da função e reserva de múltiplos sistemas fisiológicos, podendo afetar pacientes em qualquer fase da vida. O declínio cognitivo, a inatividade física, má nutrição, sarcopenia e fraqueza muscular são algumas das condições associadas à SF, que impactam negativamente na morbimortalidade e qualidade de vida dos pacientes. Diante disso, surge a necessidade crescente de ferramentas de avaliação capazes de identificar a função muscular desses pacientes. A ultrassonografia se apresenta como um método clinicamente viável, não invasivo, de baixo custo e de fácil aplicação, com grande potencial para avaliar a espessura e a estrutura muscular. Considerando a crescente prevalência da SF e o interesse por tecnologias simples para triagem e identificação dessa condição, este estudo tem como objetivo relatar a experiência do uso da ultrassonografia do músculo quadríceps femoral em pacientes cardiopatas frágeis e pré-frágeis, em acompanhamento ambulatorial. As avaliações foram realizadas utilizando ultrassom de alta resolução em modo B, com transdutor ecocardiológico microconvexo. Durante as avaliações, os pacientes permaneceram em decúbito dorsal, com os membros inferiores relaxados e em posição neutra. A mensuração da espessura muscular do quadríceps femoral foi feita a partir da distância entre a aponeurose superior do músculo reto femoral e o córtex femoral. A análise de ecogenicidade foi realizada por meio da escala de cinza, e a área de interesse foi medida pelo método do quadrado, considerando uma área de 100 x 100 pixels. Foram avaliados 39 indivíduos com insuficiência cardíaca, com 53% do gênero masculino e média de idade de $61 \pm 8,49$ anos. Desses, 23 pacientes foram classificados como pré-frágeis, de acordo com os cinco critérios físicos propostos por Fried. Quanto à análise muscular, os indivíduos pré-frágeis apresentaram maior espessura muscular em comparação aos indivíduos frágeis. Em relação à ecogenicidade, foram observados valores reduzidos, indicando boa qualidade muscular nos pacientes, possivelmente devido ao fato de a maior parte da amostra ser composta por pacientes pré-frágeis. Apesar dos dados preliminares, é possível observar que a análise do músculo quadríceps femoral por ultrassonografia é uma ferramenta importante e útil, pois esses músculos são os mais suscetíveis à atrofia precoce em pacientes crônicos. A ultrassonografia se mostrou eficiente e rápida, sendo uma ferramenta valiosa para identificar e rastrear indivíduos

com risco de fragilidade e pré-fragilidade em ambientes clínicos de rotina. Além disso, a partir desse acompanhamento, os pacientes podem se beneficiar de intervenções terapêuticas precoces, que podem até reverter a condição de fragilidade.

PRIMEIROS SOCORROS E PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO MEIO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Francieli Ester Müller, Marieli Elena Müller, Cristiane Scherer, Hildegard Hedwig Pohl

Primeiros Socorros compreendem ações realizadas em situações que possam causar sofrimento ou risco de vida, com o objetivo de evitar agravamentos e sequelas, garantindo a integridade dos indivíduos. No ambiente escolar, onde as intercorrências de saúde são frequentes e as condutas iniciais muitas vezes ficam a cargo de professores e alunos, capacitar esse público é fundamental. Com atividades de ensino, recreação e convivência entre crianças e adolescentes, as escolas tornam-se locais propensos a acidentes. Reconhecendo essa necessidade, o Governo Federal promulgou a Lei nº 13.722, em 4 de outubro de 2018, conhecida como Lei Lucas, com o intuito de capacitar professores da educação básica em noções básicas de primeiros socorros. Apesar da importância do tema e dos alarmantes números de acidentes escolares, a disseminação efetiva dos conhecimentos de primeiros socorros ainda é limitada, principalmente no que se refere aos próprios alunos, sendo, em sua maioria, restrita aos profissionais de saúde. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de educação em saúde, com foco em primeiros socorros e prevenção de acidentes, conduzida com alunos de uma escola de ensino médio. O relato de experiência foi desenvolvido no dia 3 de novembro de 2021, na Escola Estadual de Ensino Médio Guilherme Fischer, localizada em Vale do Sol, cidade do interior do Rio Grande do Sul, Brasil. Participaram da ação 102 alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, além de professores e funcionários da instituição. A atividade foi guiada por uma enfermeira, que conduziu uma roda de conversa teórico-prática abordando os seguintes conteúdos: princípios básicos de primeiros socorros, cuidados individuais ao prestar os primeiros socorros, atuação em crises convulsivas, epistaxe, queimaduras, engasgo e manobra de Heimlich, síncope, hemorragias, fraturas, choque elétrico, trauma cranioencefálico, corpos estranhos no organismo, parada cardiorrespiratória e suporte básico de vida. Observou-se a participação e o interesse dos alunos pela temática, evidenciados pelos questionamentos e relatos durante a atividade, o que indicou a aquisição de conhecimentos. Esse fato pode ser justificado pela escolha do tema, que foi uma necessidade solicitada pelos próprios alunos. Quando questionados sobre a participação em treinamentos ou capacitações em primeiros socorros, 86,7% dos alunos responderam que não haviam participado, e 80% afirmaram ter dúvidas sobre a atuação em primeiros socorros. As situações que os alunos apontaram como necessárias para aprendizado foram: engasgo, afogamento, crise convulsiva, ataque cardíaco, ansiedade, crise hipotensiva e dispneia. As ações de educação em saúde envolvendo a temática primeiros socorros e prevenção de acidentes são imprescindíveis no ambiente escolar. Capacitar os estudantes com habilidades básicas de resposta a emergências promove não apenas segurança e bem-estar dentro da escola, mas também prepara os jovens para lidar com

situações similares fora dela. Além disso, ao disseminar o conhecimento sobre primeiros socorros, cria-se uma comunidade escolar mais empática e responsável, capaz de agir rapidamente em momentos críticos e enfrentar as adversidades de forma segura e eficaz.

ITINERÂNCIAS EM BUSCA DO TRATAMENTO DE LESÃO PRECURSORA DO COLO DO ÚTERO: A HISTÓRIA DE ROSA DA ILHA DE COTIJUBA (PA)

Débora Melo da Silva Brito, Jacqueline Isaac Machado Brigação

O objetivo deste trabalho é apresentar os itinerários terapêuticos percorridos por uma mulher residente na Ilha Cotijuba, no município de Belém, em busca de tratamento para uma lesão precursora do câncer do colo do útero. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa de mestrado no campo da Psicologia Social, que adota uma perspectiva construcionista, utilizando como bases teórico-metodológicas as noções de campo-tema e práticas discursivas. A coleta de dados foi iniciada com o aceite de uma usuária do SUS, denominada aqui como Rosa, que atuou como nossa colaboradora-guia. A partir desse aceite, realizamos uma série de conversas/entrevistas e acompanhamos seus trajetos em busca de tratamento durante um período de 8 meses. Durante esse período, utilizamos o diário de campo para registrar todo o processo de acompanhamento e gravamos algumas das conversas/entrevistas. A análise focou nos relatos registrados no diário de campo, permitindo uma leitura ampliada dos contextos da pesquisa, e nos discursos gravados e transcritos, que foram submetidos a uma análise discursiva por meio da elaboração de um mapa dialógico. Nesse mapa, foi possível identificar cinco temas centrais: história de vida, itinerários de tratamento no sistema oficial de saúde, sentidos atribuídos ao diagnóstico, deslocamentos em busca do tratamento e itinerários de tratamentos orientados pela cultura popular e pela espiritualidade. Constatou-se que os itinerários de tratamento são permeados por aspectos culturais e por práticas e saberes complementares em saúde, considerados ancestrais, que influenciam tanto os sentidos atribuídos à doença quanto ao tratamento. Nesse sentido, do ponto de vista das práticas em saúde, é fundamental contrapor o paradigma biomédico hegemônico e contemplar outras racionalidades em saúde que considerem os valores subjetivos das mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

OTAKUS E A CLÍNICA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS CRIADORES DE CONTEÚDO SOBRE ANIMES E MANGÁS NO INSTAGRAM E SUAS IMPLICAÇÕES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Maura Jeisper Fernandes Vieira, Dimitrius Gonçalves Machado

Este estudo investiga o conteúdo produzido por psicólogos no Instagram, utilizando obras de anime e mangá para abordar temas relacionados à saúde mental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa,

inserida no campo dos Estudos Culturais e apoiada nas produções de Michel Foucault. A cultura otaku, originária do Japão, ganhou projeção global ao longo das últimas décadas. O termo “otaku” foi criado na década de 1980 para descrever jovens que dedicavam grande parte de seu tempo e recursos à cultura japonesa e seus produtos, especialmente anime e mangá. O perfil típico do otaku, frequentemente estereotipado, inicialmente era associado a uma personalidade masculina, mas logo passou a incluir uma presença feminina crescente. Os otakus são frequentemente descritos como pessoas introvertidas, com interesse por histórias e personagens de animes e mangás. O estigma social ligado à identidade otaku, muitas vezes associado a traços de solidão, isolamento social e desajuste, pode resultar em exclusão e exacerbar sentimentos de solidão e desconexão social, sintomas comuns em transtornos mentais. A relevância desses sentimentos para a saúde mental é evidente, já que eles estão frequentemente presentes em condições como a depressão e a ansiedade. Além disso, é importante notar que a identidade otaku tem se expandido para além da introversão, alcançando uma comunidade mais ampla de pessoas que consomem esses conteúdos. O objetivo deste estudo é compreender como a interação com o conteúdo otaku, mediada por psicólogos no Instagram, pode influenciar positivamente a saúde mental dos indivíduos otakus. Os resultados mostram que nem todos os jovens otakus enfrentam problemas de saúde mental e que a cultura otaku pode desempenhar um papel positivo na vida desses indivíduos. Muitos otakus encontram um senso de pertencimento, compartilhando interesses comuns e fazendo amizades significativas. Os psicólogos analisados utilizam suas redes sociais no Instagram para discutir obras de anime e mangá e/ou personagens que abordam temas de saúde mental, oferecendo inspiração e conforto aos seus seguidores, promovendo uma ressignificação do conteúdo e de si mesmos. Esse processo pode modificar suas relações e comportamentos, gerando efeitos significativos na saúde mental dos indivíduos. O estudo ressalta a importância da análise midiática do conteúdo otaku na promoção da saúde mental. Ao compreender as experiências e necessidades dos otakus, é possível desenvolver intervenções terapêuticas culturalmente sensíveis, que atendam às demandas específicas desse público e promovam uma prática de validação e inclusão. No entanto, é necessário realizar mais pesquisas longitudinais para avaliar a eficácia dessas abordagens terapêuticas e identificar possíveis limitações. A integração da cultura otaku na prática clínica pode representar um avanço significativo para a saúde mental inclusiva.

A EXPERIÊNCIA DE RESIDENTES DO PROGRAMA DE ATENÇÃO MATERNO INFANTIL EM UM HOSPITAL DE ENSINO

Giovana Durigon Alves, Leandro da Silva de Medeiros, Letícia Oliveira Damitz,
Carolina Ruoso, Ketlin Ferreira Martins, Fabiana Assmann Poll

A Residência Multiprofissional em Saúde é uma modalidade de treinamento em serviço que se baseia na aprendizagem de atributos técnicos e relacionais por meio da prática cotidiana, visando o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo deste trabalho é socializar as vivências

práticas de sete residentes multiprofissionais no contexto do Programa de Residência em Atenção Materno Infantil do Hospital Santa Cruz, localizado no município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. O programa recebeu parecer favorável em janeiro de 2024 pelo Ministério da Saúde e da Educação, e iniciou as atividades da primeira turma de residentes em março de 2024. A equipe inicial foi composta por dois enfermeiros, uma nutricionista, uma fonoaudióloga, uma farmacêutica, uma psicóloga e uma assistente social. As práticas ocorreram em diversas áreas, incluindo a maternidade, pediatria, Unidade de Cuidados Intermediários (UCI), Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal (UTI Neonatal), Ambulatório de Gestação de Alto Risco (AGAR) e na rede de saúde do município. Embora recente, o programa se mostra relevante para atender às necessidades de saúde materno infantil da região, pois os residentes atuam exclusivamente nesta área e em unidades que anteriormente não contavam com uma abordagem multiprofissional. Durante a realização das atividades, os residentes identificaram várias situações nas quais o trabalho em equipe multiprofissional era essencial, como amamentação, supervisão de gestações de alto risco, partos prematuros, intercorrências com neonatos e complicações no pós-parto. A equipe discutiu e escolheu, em conjunto, as condutas mais adequadas para cada caso, levando em consideração as demandas e as particularidades dos pacientes. A presença de uma equipe multiprofissional permitiu uma visão holística e, conseqüentemente, proporcionou uma saúde integral aos pacientes atendidos. Considera-se que a atuação dos residentes no Programa de Residência em Atenção Materno Infantil oferece benefícios para diversos públicos, incluindo a comunidade atendida, os próprios residentes, que ampliam e qualificam sua formação, e a equipe assistencial do hospital, que pode atender à demanda de maneira mais eficiente com o auxílio dos residentes, resultando em maior agilidade nas intervenções e potencial redução do tempo de internação. Esses fatores destacam a importância do programa de residência e incentivam a criação de programas semelhantes em outros municípios, contribuindo para a assistência à saúde materno infantil e garantindo o direito à saúde dessa população.

ANÁLISE DO NÚMERO DE EXPOSIÇÕES A MATERIAL BIOLÓGICO NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 2019 A 2023

Marina de Assis Brasil Mendes Monteiro, Andressa Alberti Fumaco, Cristina Basso Hübner

Os estabelecimentos de saúde desempenham um papel crucial na comunidade ao tratar e curar diversas patologias. No entanto, esses locais colocam os trabalhadores expostos a riscos físicos, químicos, ergonômicos, mecânicos e, principalmente, biológicos. A exposição ocupacional a sangue ou fluidos biológicos é um tipo comum de acidente de trabalho entre os profissionais da saúde e coloca sua saúde em risco. Esse tipo de acidente pode ocorrer por meio de material perfurocortante ou pelo contato direto com secreções em mucosa ou pele não íntegra. Existe risco de transmissão de infecções por bactérias, parasitas e leveduras, mas os vírus merecem destaque, especialmente o vírus da imunodeficiência humana (HIV), o vírus da hepatite B (HBV) e o vírus da hepatite C (HCV).

Embora a exposição a material biológico exija notificação compulsória, é evidente a falta de registro e a subnotificação desses acidentes. O objetivo deste estudo foi analisar o número de notificações por exposição a material biológico na região centro-oeste do Rio Grande do Sul durante o período de cinco anos, de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2023. Foi realizada uma análise descritiva dos dados disponibilizados pelo Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação da Secretaria Estadual da Saúde. Os resultados mostraram uma incidência de 1.259 casos na região centro-oeste durante o período analisado, representando cerca de 5,5% do total de casos registrados no estado do Rio Grande do Sul. O ano de 2023 apresentou o maior número de notificações, correspondendo a 27% dos casos no período. Proporcionalmente, Alegrete foi o município com o maior número de notificações de acidentes com fluidos biológicos entre 2019 e 2023, com uma média anual de 3,10 casos a cada 10.000 habitantes. Dessa forma, é essencial que os casos de exposição a materiais biológicos sejam devidamente notificados para que ações preventivas possam ser implementadas nos locais com maior prevalência. Além disso, medidas já estabelecidas pela Norma Regulamentadora 32 (NR-32), como o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), contenção de agentes biológicos, descarte adequado de resíduos e perfurocortantes, e sistemas apropriados de limpeza e esterilização, são fundamentais para a prevenção desses acidentes e para a preservação da saúde dos trabalhadores.

A FORMAÇÃO DA ENFERMAGEM ANTIRRACISTA E O (RE)CONHECIMENTO DA BRANQUITUDE

Leila Medianeira Coutinho Rosa, Bruna de Paula Candido, Luciane Régio

A formação de alunos do curso de Enfermagem, considerando as interseccionalidades de gênero, raça e classe social, é um ato político que posiciona-se em favor das pessoas vulnerabilizadas ao longo do processo histórico de reprodução social e na compreensão da estrutura patriarcal capitalista branca, privilegiada nesse processo de produção de iniquidades. A subalternização da população negra no Brasil está enraizada no mito da democracia racial e na negação da existência do racismo, que, embora se disfarce sob um discurso de igualdade, se revela na precarização das condições de vida cotidianas e na necropolítica exercida em diversos territórios, periféricos ou não, manifestando-se em mortes concretas e simbólicas. O racismo, assim, configura-se como um determinante social da saúde que, de forma estrutural, coloca os negros nas piores posições sociais, limitando seu acesso ao poder, à saúde e à educação. O racismo institucional também afeta a permanência dos estudantes negros em salas de aula majoritariamente brancas, gerando sentimentos de não pertencimento, baixa autoestima, invisibilidade e falta de representatividade no corpo docente. Nesse contexto, a disciplina curricular “Assistência de Enfermagem de Populações Vulneráveis” tem sido fundamental na construção crítica do saber-ser-enfermeiro, resgatando a importância histórica das Enfermeiras Mary Seacole e Yvone Lara, cujas contribuições foram invisibilizadas e agora são reconhecidas como parte da história que desafia as contradições estruturais. A disciplina também coloca em discussão a branquitude como um fenômeno responsável por forjar a ideia de superioridade racial. O conceito de branquitude integra

as aulas sobre a Política Nacional de Saúde Integral à População Negra (PNSIPN), além de outros temas debatidos, como saúde indígena, saúde da população em situação de rua, políticas para o grupo LGBTQIAPN+ e políticas de inclusão para pessoas com problemas de saúde mental/transtornos do espectro do autismo (TEA).

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE CUIDADOS COM OS PÉS

Augustus Tadeu Relo de Mattos, Lara Gomes Teixeira, Hélio Rubens Veçoso Filho, Leandro Saito, Diego Faustino de Freitas, Ana Beatriz Costa Telles, Guilherme Sicardi Passarin Bosso, Lucas Vidal Passos, Renato Yoshio Teramoto

O curso de Medicina da UFSCar adota metodologias ativas, como a espiral construtivista e a aprendizagem significativa, com a inserção precoce dos estudantes em cenários de prática na rede de saúde. Durante as atividades da Unidade Educacional Prática Profissional (UEPP), os alunos devem realizar ações de Educação para a Saúde voltadas à comunidade, baseadas no conhecimento e experiência adquiridos nesses cenários. Nesse contexto, os estudantes identificaram, por meio das visitas domiciliares (VDs) às famílias acompanhadas, um número significativo de pessoas com Diabetes Mellitus, muitas delas enfrentando as dificuldades impostas pela doença, como a neuropatia periférica, uma das complicações crônicas mais comuns e incapacitantes. O objetivo deste trabalho foi descrever a construção colaborativa de uma atividade de educação em saúde para a comunidade, destacando os principais aspectos aprendidos pelos estudantes durante a ação e sua importância para a formação. Durante as VDs, os estudantes observaram que, em todas as famílias visitadas, havia pelo menos uma pessoa diagnosticada com diabetes mellitus, muitos dos quais apresentavam complicações, incluindo a neuropatia periférica. Com isso, surgiu a ideia de realizar uma ação voltada ao cuidado com os pés. A atividade foi organizada em etapas: apropriação sobre o tema, identificação de estratégias de prevenção, organização da atividade com a comunidade, elaboração de material para divulgação, registros e orientações aos participantes. No dia da ação, os estudantes foram divididos em estações de trabalho: Estação 1 – Recepção e coleta de dados pessoais; Estação 2 – Aferição dos sinais vitais; Estação 3 – Exame de glicosimetria capilar; Estação 4 – Realização do teste de sensibilidade com estesiômetro de 10 gramas; Estação 5 – Orientações sobre os cuidados com os pés. A atividade foi realizada no Centro Comunitário do bairro, com duração de 3 horas, e contou com a presença de cerca de 30 pessoas, das quais 26 participaram de toda a atividade. A faixa etária dos participantes variou de 36 a 81 anos, com uma média de 62,76 anos. O maior valor de glicemia medido foi 328 mg/dL, e o menor, 73 mg/dL. Entre os 26 participantes, 15 já haviam sido diagnosticados com diabetes e, desses, 9 apresentaram alterações de sensibilidade no teste com estesiômetro de 10 gramas. Entre as 4 pessoas que relataram queixas compatíveis com neuropatia periférica, uma apresentou alteração de sensibilidade de 6-8 pontos, duas entre 8-10 pontos e uma de 12-14 pontos. Essas informações foram encaminhadas à USF. Durante a atividade, os estudantes revezaram-se nas diferentes tarefas das 5 estações, o que permitiu não apenas a apropriação das técnicas e procedimentos, mas também

a interação e o diálogo com os usuários. A atividade possibilitou o desenvolvimento de competências como a identificação de necessidades de saúde no plano individual e coletivo e a construção e implementação de projetos de ação coletiva, entre outras.

DESAFIOS NA AUDITORIA DO SUS: ENCONTROS COM GESTORES

Gigellis Duque Vilaça, Liliam Rafaelle Souza da Silva

O aprimoramento da qualidade dos instrumentos de gestão, voltado para as ações mais efetivas e para as demandas dos municípios, apresenta os desafios das práticas inovadoras na concepção e no trabalho das instâncias que compõem o Sistema Nacional de Auditoria (SNA). Nesse contexto, o Conselho Municipal de Saúde do Amazonas (COSEMS AM) tem buscado promover a abertura por meio da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), com o objetivo de sanar muitas dúvidas sobre o funcionamento da auditoria em situações graves na área da saúde que precisam ser atendidas e solucionadas. O objetivo desse trabalho é promover a participação dos gestores na melhoria da auditoria do SUS, com foco nos instrumentos de Gestão Municipal baseados em riscos, estimulando o valor organizacional e proporcionando o monitoramento e avaliação da gestão do SUS. Durante o desenvolvimento do trabalho, foram analisados os instrumentos de gestão no Sistema DIGISUS, especificamente na área de Auditoria do SUS, no ano de 2023. Os gestores relataram a falta de capacitação para entender os aspectos da prestação de contas. O primeiro encontro ocorreu no Auditório do COSEMS, utilizando tecnologias ativas e uma roda de conversa para promover a integração entre gestores e auditores, pois existia a percepção de que a auditoria se limitava à fiscalização e punição. Durante a roda de conversa, foram discutidos diversos problemas enfrentados pelos municípios, como auditorias do DENASUS por irregularidades na prestação de contas e a falta de informações de antigos gestores que não enviaram os instrumentos de gestão no período adequado. Dada a alta demanda de gestores que procuraram o COSEMS, foi necessário realizar um segundo encontro, desta vez de forma virtual devido à distância entre a capital e os municípios do interior, com o intuito de sanar as dúvidas remanescentes e orientar sobre como elaborar o relatório de gestão. Os resultados mostraram que os encontros realizados nas regiões de Saúde Manau, Entorno e Alto Rio Negro tiveram 100% de participação dos municípios. O Sistema DIGISUS, como ferramenta de planejamento, auxiliou no envio de informações públicas, aumentando a transparência e a credibilidade dos dados divulgados. O apoio do COSEMS-AM sensibilizou os auditores do SUS para a realização desses encontros com os gestores municipais. Observou-se que 80% das informações avançaram nas etapas de elaboração dos relatórios, garantindo a legitimidade dos instrumentos de gestão, especialmente na formulação de documentos a serem apresentados durante a auditoria, o que contribuiu para a efetividade da gestão do SUS. Em consideração final, o COSEMS conseguiu promover encontros entre auditores e gestores do SUS, promovendo a melhoria da auditoria referente aos instrumentos de Gestão Municipal, estimulando o valor organizacional e proporcionando o monitoramento e avaliação da gestão do SUS. A Educação

Permanente sobre auditoria interna governamental foi fundamental para o desenvolvimento de habilidades e técnicas que aprimoram o processo de trabalho, trazendo benefícios à gestão e destacando tanto as fragilidades quanto as potencialidades do sistema de saúde.

AUTOMEDICAÇÃO: PERSPECTIVAS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE UMA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Marlos de Oliveira Dantas, Catalina Kiss

A automedicação pode ser definida como a seleção e o uso de medicamentos para prevenir ou tratar doenças e sintomas sem a orientação de um profissional de saúde capacitado para fazê-lo. Essa prática está relacionada a fatores socioculturais, econômicos, epidemiológicos e ao acesso à saúde, sendo amplamente difundida em todo o mundo. Considerando-a como um processo social que envolve o uso de medicamentos e a busca por saúde imediata, seus efeitos sobre as práticas de saúde precisam ser monitorados. O estudo teve como objetivo compreender as perspectivas dos profissionais de saúde atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS) sobre a automedicação, bem como a influência desse fenômeno nos cuidados prestados nesse nível de atenção à saúde. O método de coleta de dados utilizado foi o Grupo Focal, que garantiu aos participantes liberdade de expressão e interação. Os dados obtidos demonstraram que a automedicação é uma prática comum e normalizada tanto entre os profissionais quanto entre os usuários atendidos pelas Equipes de Saúde da Família. Também foi identificado que, embora essa prática seja reconhecida como potencialmente perigosa, há um desconhecimento sobre os dados relativos a possíveis intoxicações medicamentosas e agravos nos estados de saúde. A automedicação foi vista pelas equipes de saúde como uma busca rápida por resolução de sintomas e doenças, podendo ser útil para desonerar os serviços de saúde. No entanto, as fragilidades no acesso à APS podem estar associadas ao aumento da automedicação, o que pode resultar no uso irracional de medicamentos. As recentes mudanças no perfil da APS, mais voltado para as demandas agudas, foram chamadas de “UPA da Família” e podem afetar a continuidade e a capacidade de resposta das ações de promoção e prevenção da saúde, incluindo as ações da assistência farmacêutica. A influência da propaganda e do marketing do mercado farmacêutico é apontada como um fator no uso inadequado de medicamentos, sem prescrição médica. As mídias sociais também foram citadas como um veículo de disseminação de informações sobre automedicação, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19, quando foi possível perceber a influência de atores políticos nesse processo. O debate com os profissionais permitiu constatar a sobrecarga das Equipes de Saúde da Família devido à mudança de perfil, ao crescente número de cadastrados e à insuficiência de estrutura para lidar com as mudanças em curso. A assistência farmacêutica, que preconiza o uso racional de medicamentos, deve ser constantemente aprimorada, sendo um campo de práticas em construção na APS. Nesse sentido, a automedicação é um dos processos sociais que precisa ser monitorado para garantir a efetividade dos resultados esperados.

METODOLOGIAS ATIVAS NA TUTORIA DO PROJETO SAÚDE COM AGENTE

Mariangela Kraemer Lenz Ziede, Luciane Magalhães Corte Real

O Projeto Saúde com Agente (PSA) foi uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Ministério da Saúde e o Conasems, com o objetivo de oferecer cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde e Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, formando 200 mil técnicos de maneira híbrida, combinando ensino a distância com mediação de tutores e ensino presencial com preceptores. Para a atividade de tutoria, foi criado um curso de extensão na modalidade a distância, com 11 módulos e duração de 11 meses, para formar 4000 tutores e 400 supervisores de tutoria, com o objetivo de qualificar a mediação das atividades com os estudantes, muitos dos quais nunca haviam estudado na modalidade a distância e tinham pouca familiaridade com o uso de tecnologias. Foram abertas 16 turmas no Moodle, com 275 participantes em cada uma. Esta investigação teve como objetivo compreender as percepções de um grupo de tutores sobre as metodologias ativas trabalhadas no curso de extensão e replicadas com os estudantes dos cursos técnicos. Trata-se de um estudo transversal, com abordagem qualitativa, utilizando os princípios da análise da conversação, e teve como cenário o referido curso de extensão. A coleta de dados foi realizada a partir dos registros no fórum “Metodologias Ativas” de uma das turmas do curso, no módulo 6. Foram analisadas 332 postagens que, de modo geral, indicaram que a percepção dos cursistas esteve alinhada aos objetivos do curso de extensão. Os tutores utilizaram metodologias ativas na mediação das atividades dos estudantes, como exemplificado nos seguintes extratos: “É importante que o tutor incentive os estudantes a utilizar o material didático, a participar em fóruns de discussão e atividades em grupo, bem como a desenvolver habilidades de pesquisa e leitura crítica”; “Acredito ser possível termos muitos resultados exitosos, porém é sempre um grande desafio romper com o modelo padrão de ensino para propor o novo, porque requer mudanças em todos os espaços”; “Além de estimular o resgate de experiências, visto que muitos carregam uma bagagem de anos da Atenção Básica à Saúde, essa aproximação com as vivências e essa associação com o teórico também é o diferencial para o processo de aprendizado”; “Os alunos estão evoluindo a cada disciplina e estão passando a dar respostas mais reflexivas!”; “A gente vai percebendo a evolução dessas respostas ao longo dos fóruns mais recentes! E isso é muito bom, porque significa que eles estão entendendo o propósito da metodologia ativa, de aplicar seus conhecimentos à realidade em que atuam e também gratificante para nós, tutores, pois significa que estamos conseguindo contribuir para essa aprendizagem e reflexão!” A partir dos dados analisados, conclui-se que as experiências dos tutores e supervisores no curso de extensão foram fundamentais para a mediação das atividades dos estudantes no curso técnico, pois, ao compreenderem as metodologias ativas, os tutores privilegiaram a construção do conhecimento e oportunizaram experiências de trabalho em rede, além do uso das tecnologias digitais, que foram incorporadas às práticas no Projeto.

PESQUISADORES IN MUNDO: PENSANDO A PESQUISA EM MOVIMENTO

Mônica Garcia Pontes, Daniel Emílio da Silva Almeida, Maria da Ajuda Luiz dos Santos, Roberta Viegas Magalhães, Carlos Inácio Andrade, Andreia Devislanne, Carlos Eduardo Menezes Amaral, André Amorim Martins, Alzira de Oliveria Jorge

O Observatório de Políticas e Cuidado em Saúde da UFMG, criado em 2015, realiza pesquisas sobre os efeitos micropolíticos das políticas de saúde e das situações vivenciadas por usuários que evidenciam a ausência ou imprecisão de políticas, ocasionando violação de direitos. Dentre as abordagens investigadas ao longo dos anos, destacam-se o PMAQ, a atenção domiciliar, as redes de atenção à saúde e a situação de mães que perderam seus filhos para o Estado. Partimos da premissa de que todos os envolvidos no processo investigativo e implicados na produção de conhecimento são pesquisadores. O coletivo é formado por professores universitários, estudantes de graduação e pós-graduação, trabalhadores, gestores e usuários do SUS, com alguns acompanhando as investigações desde a criação do Observatório e outros se aproximando ao longo do tempo, impulsionados por subjetividades e pelo desejo de contribuir para nossas produções. Nesse percurso, estamos construindo metodologias para duas pesquisas: “População em situação de rua: acesso e barreira ao cuidado em saúde mental, interseccionalidade e equidade para redução das desigualdades” e “Práticas e Saberes que vêm das margens: encontros e desencontros com a atenção e a formação em saúde”. Estamos também refletindo sobre as ferramentas que poderão orientar os pesquisadores em novos processos investigativos, buscando transformações que transbordam para os nossos estudos. Os encontros realizados entre nós do Observatório/MG e com pesquisadores de diversas regiões do país têm sido convites à desterritorialização, desafiando nossas maneiras de pensar o processo de pesquisa, o mundo e a vida. As leituras coletivas e os afetos compartilhados têm gerado questionamentos que agitam nossa forma de ver o mundo e de conduzir a pesquisa. Trabalhamos de forma rizomática, em fluxo e coletivamente, produzindo emaranhados de sentidos que se conformam. Mergulhamos, assim, em sistemas de opressão e movimentos de resistência. Nos últimos meses, temas como não-violência, feminismos negros, interseccionalidade, corpos dissonantes e o papel do pesquisador no mundo têm nos atravessado. Compartilhar experiências de pesquisa, de trabalho no SUS e de vida tem contribuído para a formação de pesquisadores profundamente implicados com as diversas manifestações da vida. As concepções cartesianas, que tendem a fragmentar o mundo da vida e a academia, vão sendo desarticuladas, e o comum em nós, enquanto humanos, vai ganhando espaço em territórios de criação. Os pesquisadores, imersos no mundo, se emocionam com o campo e com os movimentos que ampliam seu olhar, com o olhar do outro e, ao sentir, conduzem mudanças em si mesmos, permitindo a produção de uma pesquisa comprometida, mergulhada numa subversão molecular lenta, que modifica existências por meio de um processo contínuo de educação permanente. A formação de pesquisadores imersos no mundo, assim como a educação permanente no cotidiano do SUS, ocorre por meio de micro-rupturas, sendo que a caixa de ferramentas da pesquisa opera conforme as ressonâncias ecoam na originalidade dos movimentos coletivos.

EXPLORANDO OS DESAFIOS NA GESTÃO DA VIGILÂNCIA DE EVENTOS SUPOSTAMENTE ATRIBUÍVEIS À VACINAÇÃO OU IMUNIZAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ABORDAGEM GEO-ESPACIAL

Thays Cristina Pereira Barbosa, Gabriela Lourença Martins do Nascimento, Lorrayne Evellyn Lopes Moreira, Anna Luiza Costa Monteiro de Castro, Valéria Conceição de Oliveira, Roberta Barros Silva, Ana Laura Batista Silva, Eliete Albano Azevedo Guimarães

A vigilância dos Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI) é crucial para garantir a segurança das vacinas, exigindo uma gestão eficiente no campo da saúde pública. A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a imunização como uma das metas da agenda 2030, visando assegurar uma vida saudável. A notificação e investigação dos ESAVI são essenciais para entender sua ocorrência, os riscos envolvidos e os grupos mais afetados, com a taxa de notificação sendo um indicador-chave, conforme o Plano de Ação Global para Vacinas. Apesar dos avanços globais na notificação de ESAVI, o Brasil ainda enfrenta o problema da subnotificação, influenciado por diversos fatores. Isso torna necessária uma abordagem adaptada às particularidades locais, com ênfase na geofarmacovigilância, que combina farmacovigilância com dados geoespaciais para monitorar e prevenir eventos adversos relacionados à vacinação. O objetivo deste estudo foi analisar a distribuição espacial das taxas de notificação de ESAVI e os fatores associados ao cumprimento das metas do Plano de Ação Global para Vacinas. Realizou-se um estudo ecológico abrangendo todos os 853 municípios de Minas Gerais, Brasil, com a análise de 34.027 notificações registradas no e-SUS Notifica. Foram empregadas análises espaciais, como Getis e Ord's G_i^* , além de regressão geograficamente ponderada, para identificar padrões de agrupamento e os fatores relacionados ao cumprimento das metas de notificação. Os resultados mostraram que 20,3% dos municípios de Minas Gerais não atingiram a meta de notificar pelo menos dez eventos de ESAVI. Identificaram-se dois grandes aglomerados na região Norte do estado, com baixas taxas de notificação ou até ausência de registros. As variáveis “número de profissionais de enfermagem por habitante” (coeficiente de regressão = 0,644; $p < 0,01$) e “percentual de famílias residentes em áreas rurais” (coeficiente de regressão = -0,013; $p < 0,01$) apresentaram associações significativas com as taxas de notificação. Foi observada uma distribuição heterogênea das taxas de notificação em todo o estado. Em conclusão, os resultados destacam desafios substanciais na gestão da saúde em Minas Gerais, especialmente no que se refere à vigilância de ESAVI relacionados às vacinas contra a covid-19. A persistência de aglomerados com baixas taxas de notificação revela a complexidade do cenário e a necessidade de abordagens regionais adaptadas. Para superar esses desafios, é essencial investir na capacitação de profissionais de saúde, melhorar a infraestrutura de vigilância e promover a educação da população sobre a importância da notificação desses eventos.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA COBERTURA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA REGIÃO DE SANTA MARIA NO PERÍODO DE 2010 A 2020

Andressa Alberti Fumaco, Marina de Assis Brasil Mendes Monteiro, Cristina Basso Hübner

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é um dos profissionais que fazem parte obrigatoriamente da equipe da estratégia de saúde da família. As equipes de ACS devem estar incorporadas às Unidades de Saúde, seguindo os critérios da Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), visando à cobertura de uma área específica. Esse profissional é essencial para o modelo de atenção, promovendo a integração dos serviços de saúde da Atenção Básica com a comunidade concernente a sua microárea, por meio da implementação de programas de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em consonância com as diretrizes do SUS, que priorizem a população com maior grau de vulnerabilidade e de risco epidemiológico. Nesse viés, mostra-se de extrema relevância o conhecimento acerca da abrangência dos cuidados providos pelos ACS em relação a cada localidade brasileira. Faz-se, pois, necessário, desenvolver estudos a respeito da assistência provida pelos Agentes Comunitários de Saúde, sendo esse o principal objetivo deste trabalho: avaliar a cobertura dos ACS no município de Santa Maria no período de 2010 a 2020, por meio de um estudo descritivo de dados disponibilizados pelo Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação da Secretaria Estadual da Saúde, no período de 1 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2020. Como resultado, observou-se que, no período de 2010 a 2017, a cobertura de ACS permaneceu estável, sem grandes oscilações, sendo 13,90% e 17,83% a porcentagem de cobertura respectivamente. Já no ano de 2018, observou-se o maior aumento na taxa de cobertura durante os 10 anos analisados, sendo a população residente de Santa Maria, neste ano, composta por 278 445 pessoas, das quais 60 950 foram assistidas pelos ACS, o que corresponde a 21,89% de cobertura populacional. Outrossim, nos dois anos subsequentes (2019 e 2020), novamente mostrou-se estabilidade nos valores de assistência, correspondendo a 21,11% e 21,60%, respectivamente. Portanto, mostra-se que, apesar de existir um alcance populacional significativo por parte dos Agentes Comunitários de Saúde no município de Santa Maria, a cobertura promovida por essa equipe profissional ainda coloca-se como deficitária na abrangência de uma maior parcela dos habitantes santamarienses, os quais acabam por não se beneficiarem das estratégias e práticas em saúde promovidas pelos ACS. Desse modo, comprova-se a essencialidade de medidas de promoção e gestão em saúde mais eficazes, visando o aumento da cobertura populacional provida pelos Agentes Comunitários de Saúde, a fim de promover um cenário no qual o articulador de serviços, educador social e mobilizador da participação comunitária possa ser contemplado por toda a comunidade.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA NO PERÍODO DE 2010 A 2020

Cristina Basso Hübner, Andressa Alberti Fumaco, Marina de Assis Brasil Mendes Monteiro

Na Atenção Básica à Saúde, o trabalho em equipe é fundamental, servindo como o alicerce principal para o cuidado à comunidade. Esse trabalho está intrinsecamente ligado à articulação das ações de prevenção, tratamento, reabilitação e promoção da saúde, realizadas por meio de abordagens interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares. A Atenção Básica é a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para as Redes de Atenção à Saúde, sendo guiada pelos princípios de acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade. Para cumprir com esses princípios, a Atenção Básica desenvolve programas e ações que levam em consideração a diversidade das necessidades de saúde dos usuários. Nesse contexto, é de suma importância garantir a maior abrangência populacional possível por parte dessas equipes, a fim de criar um ambiente comunitário permeado por cuidados e estratégias de saúde eficazes. Assim, é essencial desenvolver estudos que aprofundem o conhecimento sobre a assistência fornecida pelas equipes de Atenção Básica em diferentes localidades do Brasil. O principal objetivo deste trabalho é avaliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica no município de Santa Maria no período de 2010 a 2020, por meio de um estudo descritivo baseado em dados disponibilizados pelo Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação da Secretaria Estadual da Saúde, cobrindo o período de primeiro de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2020. Os resultados mostram que, entre 2010 e 2014, a cobertura das equipes de Atenção Básica foi estável, com porcentagens variando de 46,64% a 58,30%. No ano de 2015, ocorreu o maior aumento na taxa de cobertura nos dez anos analisados, alcançando 62,2%, com a população residente de Santa Maria, que contava com 274.838 pessoas, sendo 170.940 assistidas pelas equipes. No entanto, nos anos subsequentes (2017, 2018, 2019 e 2020), observou-se uma queda nos valores de cobertura, que não atingiram as metas estaduais, com a taxa de cobertura em 2017 sendo de apenas 39,65% (meta de 74%) e em 2020 de 56,21% (meta de 77,6%). Esses dados demonstram que a cobertura populacional das equipes de Atenção Básica é deficitária, em um ambiente que deveria priorizar a abrangência populacional em larga escala. Dessa forma, como a Atenção Básica é a porta de entrada para o atendimento à saúde, é crucial organizar estratégias que permitam que esse alcance contemple toda a comunidade, uma vez que o aprimoramento e a gestão da política de saúde no país são indispensáveis para garantir o acompanhamento adequado e a defesa da saúde integral, pública e universal para todos os cidadãos.

ATUAÇÃO DOS RESIDENTES DO PROGRAMA DE ATENÇÃO MATERNO INFANTIL NO AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO (AGAR) DE UM HOSPITAL DE ENSINO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Giovana Durigon Alves, Leandro da Silva de Medeiros, Carolina Ruoso, Letícia Oliveira Damitz, Lara Françoise Godinho Arruda, Erinéia Gonçalves da Silva, Fabiana Assmann Poll

A Residência Multiprofissional na Atenção Materno Infantil teve início em 2024 no Hospital Santa Cruz, localizado na cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, referência para gestantes de alto risco na região do Vale do Rio Pardo. Nesse programa, profissionais residentes das áreas de enfermagem, serviço social, psicologia, farmácia e nutrição atuam no Ambulatório de Gestação de Alto Risco (AGAR) ao menos uma vez por semana. Os AGARs foram criados com o objetivo de reduzir as taxas de mortalidade materna e neonatal em gestantes de alto risco, oferecendo um atendimento multiprofissional especializado para essas pacientes e apoio à rede básica de saúde. O objetivo deste trabalho é discutir o papel dos residentes multiprofissionais do Programa de Atenção Materno Infantil na assistência prestada às gestantes de alto risco no AGAR do Hospital Santa Cruz. A metodologia utilizada foi o relato de experiência, com base nas vivências dos residentes atuantes no ambulatório. As consultas no ambulatório são conduzidas de forma individual, permitindo que as gestantes recebam atendimento especializado em diferentes áreas, garantindo o cuidado integral. O atendimento de enfermagem é o primeiro passo, onde é realizada a consulta de enfermagem com acolhimento da gestante e de seus acompanhantes, aferição dos sinais vitais e anamnese das pacientes. O atendimento psicológico tem como objetivo identificar demandas de sofrimento psíquico nas gestantes, sendo que todas passam por uma avaliação. O atendimento farmacêutico assegura a segurança tanto para a gestante quanto para o feto, com ações focadas em orientar sobre o uso seguro de medicamentos e o monitoramento da saúde. No atendimento nutricional, as principais orientações são direcionadas às gestantes com Diabetes Gestacional (DMG) e pré-eclâmpsia, visando a prevenção de desfechos negativos. O serviço social, por sua vez, busca identificar aspectos sociais que possam interferir ou comprometer a assistência à gestante e ao nascituro, com o intuito de reduzir os riscos e complicações durante a gestação e o puerpério. A vivência no ambulatório revelou-se essencial para o acompanhamento de um pré-natal de alto risco, dado que esse tipo de gestação requer a assistência especializada de uma equipe multiprofissional. A experiência proporciona aos residentes uma ampliação dos conhecimentos, permitindo-lhes aplicar as teorias aprendidas ao longo do programa, além de observar o trabalho de profissionais mais experientes no ambulatório. Considerando a importância do sistema de referência e contrarreferência, o atendimento multiprofissional do AGAR é fundamental para a prevenção dos agravos associados às gestações de alto risco. Assim, os atendimentos realizados pelos residentes favoreceram uma troca de experiências e discussões de casos de forma multiprofissional, resultando em uma ação em saúde mais qualificada e eficaz para as gestantes atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O CUIDADO DE VULNERÁVEIS: PROMOVENDO O ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS CONGÊNITA NUMA REGIÃO DA BAHIA

Rita de Cássia de Sousa Nascimento, Saionara Santana de Jesus

A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) sistêmica, prevenível e curável, com medidas de baixo custo disponíveis no SUS. A sífilis congênita é transmitida verticalmente para a criança, em casos de gestantes sem tratamento ou tratadas de forma inadequada. Ambas as condições têm aumentado no Brasil e no mundo, especialmente após a pandemia de Covid-19, que contribuiu para a subnotificação devido ao funcionamento precário dos serviços de saúde. Em 2022, a incidência de sífilis congênita no país foi de aproximadamente 10/1000 nascidos vivos (NV), enquanto em alguns municípios da região Centro-Leste da Bahia, a incidência foi cerca de quatro vezes maior que a média nacional. As possíveis causas dessa situação estão relacionadas à gestão dos serviços, especialmente à articulação inadequada entre gestão, vigilância epidemiológica e a produção do cuidado nas esferas da atenção básica e hospitalar, além de práticas profissionais inadequadas, como a subnotificação de casos. A dificuldade no tratamento da sífilis na atenção básica e o monitoramento inadequado dos casos também são fatores contribuintes. Além disso, causas de cunho individual, como relações sexuais desprotegidas, a não procura por serviços de saúde e o desconhecimento sobre a doença, dificultam a quebra da cadeia de transmissão. As consequências incluem a sobrecarga do sistema de saúde nas especialidades pediátricas, aumento dos gastos públicos com tratamento e seguridade social, violência de gênero, descrédito nos serviços e na gestão, e frustração dos profissionais diante da ineficácia no cuidado. Esta proposta de intervenção tem como objetivo reduzir em 20% a ocorrência de sífilis congênita em menores de 1 ano nos municípios com maior incidência na região Centro-Leste da Bahia (Mundo Novo, Araci, Macajuba e Lençóis) durante o período, conforme as metas nacional e estadual. Serão realizadas atividades de educação permanente para os profissionais de saúde e gestores, abordando os processos de trabalho, valorização das vulnerabilidades, interdisciplinaridade e qualificação da atenção pré-natal. O objetivo é sensibilizar, orientar, capturar e tratar adequadamente as gestantes, ações essenciais para a prevenção da sífilis congênita. Espera-se que os profissionais promovam a articulação entre gestão, atenção primária, vigilância epidemiológica e hospitais, implementando medidas de diagnóstico e tratamento adequados e oportunos, com foco na mudança de práticas e na obtenção de melhores resultados. Através da educação em saúde, a comunidade será incentivada a adotar cuidados que fortaleçam as medidas preventivas, contribuindo para a redução da sífilis congênita nos municípios selecionados. Indicadores de efetividade das ações serão utilizados para avaliar os resultados alcançados, a partir da diminuição da incidência da sífilis congênita.

LIMITAÇÕES DE VIDA DIÁRIA EM TRABALHADORES DE SAÚDE COM CONDIÇÕES PÓS-COVID

Pollyanna Kassia de Oliveira Borges, Eliseu Alves Waldman, Carlos Eduardo Coradassi, Erildo Vicente Muller, Milene Zanoni Silva, Wesley Sousa Borges, Mariele Katherine Jungles, Lis Fatima Schimichel, Sandra Wolff

A Pandemia da covid-19 trouxe enormes desafios aos trabalhadores da saúde, incluindo sofrimento mental, sobrecarga de trabalho, risco elevado de adoecimento e muitos casos confirmados da doença. No entanto, as consequências persistem com condições pós-covid, caracterizadas por sintomas como cansaço, fraqueza, perda de paladar e olfato, depressão, ansiedade, névoa cerebral, perda de memória, alterações respiratórias e cardiovasculares, entre outros, que configuram quadros crônicos com duração superior a três meses. Este estudo objetivou investigar a frequência dessas condições em trabalhadores de saúde e suas limitações nas atividades diárias. Realizou-se um inquérito telefônico em 2023, em um município de médio porte do Paraná, complementado por convites via aplicativo de mensagens e coleta de dados por questionário na plataforma Redcap®, com base na literatura recente. A análise incluiu estatísticas descritivas e associações bivariadas entre exposições e condições pós-covid, com consentimento esclarecido de todos os participantes. Entre os 165 trabalhadores confirmados com covid-19 por RT-PCR em 2020 e 2021, 72,73% relataram condições pós-covid e 57,41% apresentaram limitações nas atividades diárias, como caminhar longas distâncias (40,00%), praticar esportes (29,09%), permanecer em pé por mais de 10 minutos (29,09%), concentrar-se em tarefas por mais de 10 minutos (28,40%) e realizar atividades domésticas (23,64%). Conclui-se que as condições pós-covid são frequentes, impactam significativamente a vida dos trabalhadores da saúde e dificultam o retorno pleno às suas funções, reforçando a necessidade de vigilância contínua e redes de cuidado e reabilitação para essa população essencial.

A SENSIBILIDADE HUMANÍSTICA DOS FUTUROS MÉDICOS: A EXPERIÊNCIA DA LAHUM

Giulia Marambaia Lins de Carvalho, Barbara Gama Drable Silva Barbosa, Giovanna Ribeiro do Valle, Viviane Manso Castello Branco

Humanizar significa tornar humano, estar alinhado com os valores de empatia e solidariedade, e desenvolver a capacidade de se colocar no lugar do outro. No contexto atual, marcado por uma prática médica generalista e padronizada, torna-se essencial discutir a saúde física e emocional da população, especialmente diante da Pandemia de covid-19, que evidenciou um complexo cenário socioemocional. Surge, então, o questionamento: o que a Medicina pode oferecer além da medicalização, exames e diagnósticos? Para responder a essa pergunta, foi criada a Liga de Humanidades (LAHUM) na instituição, com o objetivo de contribuir para a humanização do atendimento e a sensibilização dos futuros médicos. A iniciativa busca promover atividades que desenvolvam sensibilidade e senso

crítico, estimulando nos estudantes a escuta, a percepção e o olhar voltados para as pessoas além de suas doenças, e ampliando os recursos necessários para a prática humanizada. A LAHUM, fundada em 2020 em meio à pandemia, nasceu com o propósito de desafiar os padrões do cuidado médico atual, sensibilizando os alunos para uma abordagem mais humanística. Frente à padronização da medicina e às fragilidades nas relações interpessoais, seus debates focam no paciente como centro do atendimento. Os ligantes da LAHUM participam de encontros presenciais e online, abordando temas como racismo, atenção à população trans, atendimento a pessoas com deficiência, arte e medicina, e trabalho humanitário, sempre valorizando o protagonismo de indivíduos diretamente envolvidos com as questões discutidas. As atividades incluem dinâmicas de grupo, técnicas artísticas e narrativas. Desde 2021, a LAHUM conta com a parceria do projeto de extensão Receituário Poético, que promove a escuta ativa das queixas físicas e psicoemocionais dos pacientes em unidades públicas de saúde e, ao final, “prescreve” poesias e outras formas de arte que promovem bem-estar. Este espaço é fundamental para ampliar horizontes e abordar temas essenciais ao estabelecimento de uma prática médica acolhedora e focada no cuidado, interrompendo o ciclo de formação de médicos “robotizados”. Ligantes relatam que a LAHUM funciona como uma “válvula de escape” em meio à rotina exaustiva do curso de Medicina. Além de apoiar os estudantes, a iniciativa estabeleceu parcerias com disciplinas como Saúde Coletiva e Anatomia, e integrou debates sobre humanidades em eventos científicos da faculdade. A vontade de transformação reuniu estudantes que buscam uma Medicina mais acolhedora e respeitosa, rompendo com padrões limitantes e explorando o valor da arte em projetos como o Receituário Poético, assim como em discussões sobre temas atuais, contribuindo para a formação de médicos mais humanizados.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Eduarda Holanda de Melo Lapa, Ana Brígida de Oliveira Nemezio,
Tiago de Sousa Cabral, Larissa Lívia Silva Pinto, Ozarlan Michel Pereira de Oliveira,
Ana Isabelle da Silva Cardoso, Guilherme Ricardo Pereira Santos

As políticas públicas destinadas às pessoas privadas de liberdade (PPL), embora legalmente garantidas como responsabilidade estatal, mostram-se insuficientes devido à superlotação, carência de profissionais e insumos, além de condições precárias de confinamento que, associadas à dependência de drogas ilícitas e à marginalização social, intensificam a disseminação de doenças infecciosas e tornam essa população especialmente vulnerável a processos de adoecimento e suas complicações. Este estudo, uma revisão integrativa, busca avaliar a efetividade das medidas de saúde no sistema prisional brasileiro, investigando a implantação e o acesso a essas ações por meio de uma análise de 1.233 artigos coletados nas bases EBSCO e Scielo, dos quais 10 atenderam aos critérios estabelecidos: publicações completas desde 2018, com qualis acima de B3 e abordagem crítica e humanizada. Apesar das garantias legais de acesso à assistência médica integral, como preconizado pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), a realidade

prisional reflete desafios significativos, como o trabalho fragmentado das Equipes de Atenção Básica Prisional (EABp), a precariedade estrutural das unidades e a ausência de capacitação adequada dos profissionais. A PNAISP busca aprimorar o atendimento primário nas unidades prisionais, mas a falta de recursos, a desassistência percebida pelos detentos e os fatores que agravam as condições de saúde, como má nutrição, tabagismo, sedentarismo e negligência à saúde mental, evidenciam a necessidade de intervenções urgentes. Além de priorizar a reforma e equipagem das unidades prisionais para melhorar a qualidade de vida e conter doenças contagiosas, é imprescindível adotar uma abordagem biopsicossocial que considere as condições de vida anteriores ao encarceramento, bem como os impactos do confinamento, promovendo um cuidado ético, individualizado e integrado. Fortalecer as EABp e garantir a aplicação plena da PNAISP são passos essenciais para superar a estigmatização da população carcerária e assegurar o respeito aos seus direitos fundamentais.

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS DA PSICOLOGIA EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ANANINDEUA, PARÁ

Ana Paula Monteiro Leite, Cinthia de Castro Santos

Este trabalho reflete sobre a prática e a produção de cuidado em saúde mental em um serviço especializado da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com base na experiência de duas psicólogas em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas modalidades adulto (CAPS II) e infantojuvenil (CAPSi) no município de Ananindeua, Pará. As atividades realizadas pelos psicólogos nesses serviços incluem triagem para avaliação da adequação da demanda ao CAPS, atendimentos individuais de avaliação, anamnese e exame do estado mental, acompanhamento regular, condução de grupos terapêuticos, palestras e reuniões informativas, visitas domiciliares, estudos de caso e trabalho interdisciplinar. A prática também abrange auxiliar os usuários e suas famílias a observar e compreender os processos de saúde e doença que vivenciam. No entanto, reconhece-se que essa abordagem, centrada em um modelo tradicional e clínico da psicologia, já não se adequa às demandas de um serviço público de saúde mental. É necessário ocupar um lugar ético-político, como preconizado pela Política Nacional de Saúde Mental e pelo movimento antimanicomial, resgatando a cidadania, promovendo a reinserção social e garantindo os direitos das pessoas com transtornos mentais e/ou em sofrimento psíquico. Apesar disso, práticas patologizantes, influenciadas pela hegemonia de discursos biomédicos e pela lógica neoliberal, ainda prevalecem em muitos CAPS, reduzindo o ser humano a uma visão fragmentada e desconsiderando os impactos das condições sociais e econômicas no adoecimento. Essa perspectiva também gera sobrecarga dos serviços e afastamentos frequentes de profissionais devido a adoecimento, refletindo a falta de práticas que incentivem o protagonismo dos usuários, o controle social e a integração efetiva da RAPS. A psicologia, enquanto profissão, não pode pactuar com essas práticas de não-cuidado; ao contrário, deve promover o protagonismo dos usuários, construir recursos que fortaleçam sua autonomia e fomentar discussões sobre práticas não manicomiais, contribuindo para uma assistência que respeite a integralidade e a dignidade humanas.

CCAP – TB BRASIL – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcela Haupt Bessil, José Carlos Veloso, Liandro Lindner, Carla Patricia de Almeida, Raimunda Hermelinda Maia Macena, Fabio Bulgary Correa, Marcos Moreira Leite, Juliana Reiche, Carlos Ebeling Duarte

O Comitê Comunitário de Acompanhamento de Pesquisas (CCAP) em Tuberculose (TB) no Brasil, criado em 2016, é uma instância consultiva, independente e composta por representantes da sociedade civil que atuam de forma voluntária e autônoma. O comitê tem como objetivo acompanhar estudos sobre tuberculose e suas comorbidades, abrangendo tanto áreas biomédicas, como pesquisa básica, diagnósticos, medicamentos e vacinas, quanto temas das ciências sociais, como direitos humanos, cidadania e transversalidade das temáticas de TB. Sua criação resultou de um processo de mobilização social e engajamento comunitário, ferramentas que promovem o diálogo entre sociedade civil e pesquisadores, destacando as necessidades e experiências de indivíduos e comunidades em situação de vulnerabilidade. Durante a fase inicial, um Comitê Diretivo-Consultivo definiu os objetivos do CCAP e estabeleceu parcerias com instituições como o Programa Estadual de Controle da Tuberculose do Estado de São Paulo (PECT-SP), o Instituto Clemente Ferreira (ICF) e a Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (CGPNCT), que forneceram apoio logístico e espaço físico para reuniões presenciais. Esse processo foi financiado pelo Projeto de Engajamento Comunitário do estudo STREAM, com recursos da USAID e parcerias da Union/Vital Strategies e REDE-TB, além de apoio do PNCT e do Treatment Action Group (TAG). Atualmente, o CCAP TB Brasil conta com 10 membros, realizando reuniões presenciais anuais e encontros virtuais mensais, além de participações em eventos como ABRASCO, MEDTROP e o IV Encontro Regional de Tuberculose. Em 2023, o edital do CNPQ sinalizou, embora sem obrigatoriedade, a importância de incluir CCAPs no acompanhamento de pesquisas em TB. O comitê reforça que o engajamento comunitário e a mobilização social são essenciais para dar visibilidade às vulnerabilidades e desafios enfrentados no cotidiano por indivíduos afetados pela tuberculose, promovendo um diálogo transformador entre ciência e sociedade.

IMPACTO DO AMBIENTE DE PRÁTICA PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NA QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL

Natália Viana Silva, Emanuele Hoehn de Oliveira, Elisa Iuskow, Letícia de Lima Trindade

O ambiente de prática profissional de enfermagem desempenha papel crucial na qualidade da assistência prestada, influenciando diretamente os resultados para enfermeiros, instituições e usuários. Segundo o modelo teórico de Donabedian, a qualidade em saúde é estruturada pela tríade Estrutura, Processo e Resultados: a Estrutura abrange recursos físicos, humanos, materiais e financeiros necessários para o cuidado; o Processo envolve as ações realizadas pelos profissionais de saúde e usuários, desde o diagnóstico até o tratamento, considerando também aspectos éticos na interação profissional; e os Resultados refletem os desfechos finais da assistência, incluindo a saúde dos usuários, sua satisfação com o cuidado recebido e

suas expectativas. Este estudo transversal e descritivo, com abordagem quantitativa, foi conduzido em oito instituições hospitalares da região Sul do Brasil, entre julho e outubro de 2021, com 291 enfermeiros respondendo a questionários sociodemográficos e à Escala de Satisfação no Trabalho. A análise parcial revelou que a maioria dos participantes era do sexo feminino, residia com companheiro e filhos, possuía mediana de seis anos de experiência profissional e dois anos no serviço atual, e frequentemente tinha especialização, o que demonstrou aumentar a produtividade no Processo, mas com impacto inverso nos Resultados. Identificou-se predomínio de enfermeiros em instituições públicas, com muitos envolvidos na assistência direta e alguns em cargos de coordenação. Fatores como idade e tempo de atuação influenciaram negativamente a percepção do Processo e dos Resultados, sugerindo menor satisfação entre profissionais mais experientes. A satisfação profissional apresentou diferentes associações com as dimensões analisadas, tanto positivas quanto negativas. Esses achados reforçam a importância de investimentos continuados em elementos do Processo, Estrutura e Resultado, essenciais para a prática de enfermagem. Estratégias de gestão devem incluir avaliações regulares, promoção de ambientes de trabalho favoráveis e escuta ativa de profissionais e usuários, visando aprimorar a qualidade da assistência e garantir melhores condições nos diferentes contextos de atuação.

AMIGOS DO SABER – GRUPO DE IDOSOS E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Camila Rocha Silveira, Paulo Ricardo Rocha Nogueira

A Política Nacional do Idoso (PNI), criada em 1994, representa um marco histórico na promoção dos direitos sociais dos idosos, garantindo sua independência, inclusão e participação ativa na sociedade. Apesar das conquistas legislativas, o cenário atual evidencia um retrocesso nos direitos sociais, agravado pelo crescimento da população idosa sem os investimentos necessários em políticas sociais, resultando em empobrecimento e dificuldades para atender às suas necessidades. Envelhecer, nesse contexto, reflete uma expressão das desigualdades sociais, demandando estratégias para enfrentar tais desafios. Ainda assim, a participação ativa dos idosos na esfera social e política tem destacado o envelhecimento como um tema relevante, promovendo mudanças significativas. Questiona-se se essa participação pode ser uma força transformadora, permitindo aos idosos expressar-se, compartilhar experiências intergeracionais e fortalecer seu protagonismo. Nesse sentido, o grupo “Amigos do Saber”, fundado em 2015 e associado a uma Clínica de Saúde da Família (CSF) na região metropolitana de Porto Alegre, exemplifica o impacto positivo da organização comunitária. Com 35 membros e quase uma década de existência, o grupo promove encontros mensais para discutir temas escolhidos pelos participantes, abordando questões como o uso de medicamentos, atividades físicas, autoestima e autonomia. O objetivo central é fomentar o envelhecimento ativo e preservar a independência dos idosos. Além dos benefícios individuais, o grupo desempenha um papel vital no controle social local, participando ativamente das discussões na unidade de saúde e do Conselho Local de Saúde, contribuindo para melhorias nos serviços comunitários. Assim, o “Amigos do Saber” não apenas promove saúde e bem-estar para seus membros, mas também fortalece o controle social,

evidenciando a educação como uma ferramenta essencial para capacitar os idosos, incentivando práticas mais críticas, conscientes e engajadas. Em suma, o grupo é um espaço de enriquecimento pessoal e um agente transformador no contexto social, oferecendo novos significados à vida na terceira idade.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE NA DEMANDA REPRIMIDA DA ESPECIALIDADE DE ENDOCRINOLOGIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE (MS)

Silvio Roberto da Silva Menezes, SILVA, Bruno Luiz Nunes da, AQUINO, Mirna Isabel Cano

A reforma da Atenção Primária à Saúde (APS) gerou a necessidade de melhorias na Rede de Atenção à Saúde (RAS), especialmente no que se refere à qualificação de profissionais médicos para atuação nesse nível. Nesse contexto, foi estruturado o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade (PRM-MFC), fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - MS e a FIOCRUZ. Este estudo teve como objetivo avaliar o impacto do PRM-MFC na demanda reprimida pela especialidade de endocrinologia em Campo Grande - MS no ano de 2022. Foram coletados dados do número de fichas de encaminhamento para endocrinologia registradas no Sistema Nacional de Regulação (SISREG) e do volume absoluto de atendimentos realizados pelas Unidades de Saúde da Família (USF) do município. A análise estatística comparou os índices de encaminhamento entre as USFs com e sem o programa, demonstrando que, estatisticamente, as unidades com o PRM-MFC apresentaram maior resolutividade dos casos. A implantação do programa reduziu significativamente os encaminhamentos para a especialidade, indicando um impacto positivo na demanda reprimida, além de evidenciar melhorias na qualidade do atendimento realizado pelos profissionais residentes. Esses resultados destacam a relevância de ampliar a avaliação para outras especialidades, considerando o amplo campo de atuação dos médicos de família e comunidade em processos de formação especializada.

ANÁLISE DE INDICADORES DA REDE CEGONHA EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA I DO RIO DE JANEIRO

Larissa da Silva Simões, Andreza Pereira Rodrigues

Nova Iguaçu (NI), município da região metropolitana do Rio de Janeiro com cerca de 800 mil habitantes, implantou em 2013 a Cegonha Iguaçuana, dois anos após a criação da Rede Cegonha (RC), com o objetivo de reorganizar a rede de saúde para melhorar o acesso de gestantes a consultas e exames. Este estudo analisa os indicadores da RC no município, com foco em três grupos: mortalidade e morbidade

(G1), atenção à gestante (G2) e capacidade hospitalar instalada (G3), considerando os nascidos vivos (NV) de mães residentes em NI e atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A análise documental e estatística descritiva dos indicadores, baseada em sistemas de informação e documentos públicos, abrange o período de 2013-2022. No G1, a razão de morte materna (RMM) variou de forma significativa, com picos durante a pandemia (246 em 2021), e apresentou valores consistentemente superiores aos do estado do RJ e do Brasil; a prematuridade atingiu 16,87% em 2016. No G2, 72,83% dos NV no período de 2014-2021 foram de gestantes com pré-natal adequado ou mais que adequado, enquanto 27,16% tiveram acompanhamento inadequado ou nenhum, mesmo com a cobertura de Equipes de Saúde da Família (ESF) passando de 25,9% em 2013 para 48,5% em 2020, ainda distante da meta de 95%. Apesar de avanços, a taxa de cesáreas permaneceu acima de 48% (2013-2021), muito superior ao recomendado pela OMS (10-15%). No G3, destaca-se a insuficiência de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (25 existentes, quando seriam necessários 35), a ausência de Unidades de Cuidado Intermediário (UCINCo/UCINCa) e a existência de apenas um Centro de Parto Normal, embora a população justifique ao menos dois. Conclui-se que os indicadores estão aquém das metas estabelecidas pela RC, destacando-se a necessidade de melhorias na estrutura e na oferta de serviços para fortalecer a atenção ao parto e nascimento, especialmente em municípios menores, que refletem o perfil predominante no Brasil.

PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS E O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES ARTÍSTICAS PARA SUA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

Henrique Meneguci da Silva, Aléxia Prestes do Nascimento Palú, Fernando Anegawa Ito,
Yasmin Lacerda Vargas, Bruna da Silva Valotta, Karen Alice Colombani Vanderlinde,
Yana Clara Lugli, Felipe Dunin dos Santos

Os transtornos mentais, caracterizados por disfunções cerebrais que afetam comportamento, cognição, estado emocional e humor, demandam atenção especializada, levando à criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). No contexto da assistência multiprofissional oferecida por esses serviços, destaca-se o papel da arte como ferramenta no processo de reabilitação psicossocial. Este trabalho, fundamentado em revisão literária, analisou artigos da base de dados SciELO, utilizando os descritores “arte” e “reabilitação psicossocial”. Critérios de inclusão priorizaram a coesão entre os objetivos dos estudos e a temática, enquanto artigos irrelevantes ou desarticulados foram excluídos. Os resultados indicam que a produção artística tem se mostrado eficaz no fortalecimento da reinserção social de pacientes psiquiátricos, auxiliando na comunicação e nas interações interpessoais, fundamentais ao tratamento. Pintura, música e teatro, por exemplo, oferecem novas abordagens que permitem aos pacientes expressar sentimentos mascarados ou desconhecidos, ao mesmo tempo que promovem autoconhecimento e autocuidado. Os profissionais de saúde desempenham papel crucial ao interpretar sinais verbais e não verbais emitidos pelos pacientes por meio da arte, de modo a compreender plenamente suas necessidades e promover sua reabilitação. Conclui-se que a arte, enquanto meio de expressão abstrata, é uma estratégia relevante e eficaz para o tratamento de transtornos psiquiátricos, complementando

abordagens clínicas tradicionais e possibilitando a exploração de habilidades artísticas como recurso terapêutico e comunicativo no processo de reabilitação psicossocial.

OS IMPACTOS DA COMUNICAÇÃO EFICAZ NA RELAÇÃO ENTRE ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Jucielly Ferreira da Fonseca, Vitória Keller Gregório de Araújo, Daniele Vieira Dantas

A Pandemia de covid-19 evidenciou a importância da liderança na enfermagem, destacando os enfermeiros como figuras centrais na linha de frente do enfrentamento à crise. Nesse contexto, a comunicação eficaz emergiu como uma competência indispensável para coordenar equipes, alinhar esforços e assegurar a continuidade e a qualidade dos cuidados de saúde. Este estudo tem como objetivo explorar a relevância da comunicação eficaz entre enfermeiros e técnicos de enfermagem para garantir a continuidade do cuidado. Trata-se de uma revisão de literatura realizada a partir do acesso institucional à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), por meio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na plataforma Periódicos CAPES. Os artigos selecionados foram publicados nos últimos dois anos, disponíveis integralmente e de forma gratuita, utilizando os descritores “Liderança”, “Enfermagem” e “Comunicação”, combinados pelo operador booleano AND. A comunicação eficaz, além da transmissão clara de informações, envolve a escuta empática e a interpretação da comunicação não verbal. Segundo a Teoria de Mehrabian, apenas 7% da comunicação se dá pelas palavras, enquanto 38% é representado pelo tom de voz e 55% pelas expressões não verbais. No ambiente hospitalar, onde o tempo é limitado e as informações são transmitidas rapidamente, interpretar sinais não verbais, como tons de voz ou expressões faciais, torna-se crucial para intervenções oportunas e apoio emocional, promovendo um ambiente colaborativo e seguro. A ausência dessa sensibilidade pode levar a desentendimentos e conflitos. Assim, uma comunicação eficaz transcende a mera transmissão de mensagens, sendo fundamentada na escuta ativa e empática, que demonstra respeito pelos membros da equipe e um genuíno interesse em compreender e apoiar. Essa postura fortalece as relações entre líderes e liderados, criando um ambiente inclusivo e solidário, capaz de enfrentar os desafios diários do cuidado hospitalar com maior colaboração, assegurando, assim, a prestação de cuidados de saúde de alta qualidade.

LIGA ACADÊMICA DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: PROMOVENDO O CUIDADO INTEGRAL EM SAÚDE E A FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Priscila Ariede Petinuci Bardal, Lorena Beatriz Pereira e Silva, Normalene Sena de Oliveira, Caliope Pilger

Em 2006, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), reconhecendo o potencial dessas práticas para a promoção de cuidados continuados, humanizados e integrais em saúde. A política estabelece diretrizes e responsabilidades institucionais para fortalecer ações e

serviços de 29 Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), com foco na prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde. Uma de suas diretrizes centrais é a disseminação das PICS nos diversos setores da saúde e na comunidade, incentivando o conhecimento e a formação na área. Nesse contexto, a Liga Acadêmica de Práticas Integrativas e Complementares (LAPIC), vinculada ao departamento de enfermagem da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), desempenha papel significativo desde sua criação em 2014. A liga realiza encontros quinzenais, teóricos e/ou práticos, com duração média de duas horas, incluindo oficinas e vivências específicas. Além disso, organiza ações de promoção à saúde em eventos acadêmicos, como a Calourada, Feira das Profissões e Congressos, e atua na comunidade externa, oferecendo atendimentos em práticas como auriculoterapia, reiki, automassagem, meditação, acupuntura, dança circular e yoga. As atividades se estendem a grupos como HIPERDIA, idosos e gestantes, em Unidades Básicas de Saúde (UBS). A LAPIC também promove workshops, minicursos e cursos em PICS, destinados a estudantes universitários e profissionais da saúde, formando terapeutas que, além de atuarem em projetos de extensão como o “Pics no SUS e na Universidade”, utilizam essas habilidades para complementar ou mesmo constituir sua renda principal. Por meio de suas iniciativas, a LAPIC incentiva pesquisas e estudos em PICS, consolidando-se como uma ferramenta essencial para fortalecer ações de cuidado, promover a saúde e integrar ensino, serviço e comunidade, estimulando práticas de cuidado e autocuidado.

OFICINAS DE PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO DA SAÚDE COM UMA COMUNIDADE INDÍGENA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fernanda Carlise Mattioni, Amanda de Mello Martins, Liciane da Silva Costa Dresch, Lucas Barros dos Santos, Tanisa Brito Lanzarini, Thiago Perez Jorge, Michele Neves Meneses, Roberta de Pinho Silveira

A realização de atividades de Promoção e Educação em Saúde junto aos povos originários reflete a dimensão da equidade, conforme as diretrizes operacionais da Política Nacional de Promoção da Saúde. Essas práticas, no contexto das comunidades indígenas, permitem a construção compartilhada de conhecimentos por meio da integração intercultural nesses encontros. Este trabalho relata a experiência de oficinas de Promoção e Educação em Saúde em uma comunidade indígena, protagonizadas por estudantes do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da UFRGS, no âmbito da Unidade de Produção Pedagógica (UPP) Promoção e Educação da Saúde IV. Durante a UPP, os estudantes aprofundam-se na Política Nacional de Promoção da Saúde e, a partir de suas diretrizes e temas prioritários, elaboram oficinas como atividade prática. Neste semestre, a comunidade indígena foi escolhida como público-alvo, e os temas foram definidos em conjunto, após diálogo inicial entre a docente e a liderança da comunidade. Uma roda de conversa mapeou as necessidades locais, resultando na escolha de duas oficinas: uma voltada à Promoção da Saúde de Crianças Indígenas e outra à Promoção da Saúde de Adolescentes Indígenas. Atualmente, os estudantes estão desenvolvendo as oficinas, que ocorrerão no próximo mês e incluirão orientações sobre cuidados de saúde e atividades lúdicas e culturais, respeitando e integrando elementos da cultura indígena. Este processo proporciona aos estudantes a aplicação prática dos princípios da equidade e interculturalidade, ao

mesmo tempo em que contribui para a construção compartilhada de saberes, valorizando as necessidades e os contextos culturais da comunidade indígena vulnerável.

AS ATITUDES FACILITADORAS DE ROGERS E A PRODUÇÃO DO CUIDADO: UMA PERSPECTIVA A LUZ DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Antonio Soares Junior, Gloria Tayenne Rodrigues da Costa,
Ronilda Bordó de Freitas, Thaynara Cristina da Silva Amorim

A psicologia, em constante evolução, enfrenta desafios na adaptação de suas abordagens teóricas, muitas oriundas de contextos clínicos, às políticas públicas brasileiras, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo teórico busca refletir sobre as atitudes facilitadoras da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), de Carl Rogers, relacionando-as com os princípios e diretrizes do SUS, destacando suas afinidades com as políticas públicas de saúde no Brasil. A ACP valoriza a criação de um ambiente terapêutico pautado na autenticidade, empatia e aceitação incondicional, considerando o indivíduo como especialista de si mesmo e o terapeuta como facilitador de seu autoconhecimento e crescimento. O SUS, por sua vez, promove o acesso universal, integral e equânime à saúde, focando na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, com vistas à qualidade de vida e à redução de desigualdades. Os resultados deste estudo indicam que, quando aplicadas no contexto do SUS, as atitudes facilitadoras da ACP podem transformar significativamente a prestação de serviços de saúde, alinhando-se aos princípios do sistema ao colocar o paciente no centro do cuidado. A adoção dessas atitudes por profissionais do SUS possibilita a criação de um ambiente empático e acolhedor, incentivando os usuários a expressarem preocupações, compartilharem experiências e participarem ativamente do cuidado. Essa abordagem fortalece a humanização, equidade e integralidade, contribuindo para maior adesão aos tratamentos, promoção do bem-estar e melhora na qualidade de vida. Assim, integrar as atitudes facilitadoras de Rogers ao SUS representa um passo relevante para oferecer uma experiência de cuidado mais humanizada, respeitosa e acolhedora para todos os usuários, reforçando os pilares fundamentais do sistema público de saúde no Brasil.

A IMPORTÂNCIA DA HIDRATAÇÃO ORAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA COMO MÉTODO REDUTOR DE DANOS NA PERSPECTIVA DO OLHAR DOCENTE

Monara Souza Vieira, João Ferreira Valvassori

Atualmente, uma das maiores preocupações em relação às pessoas em situação de rua é o acesso à água, um recurso essencial cuja disponibilidade em condições adequadas pode ser determinante para a saúde. Embora existam torneiras públicas, o calor extremo muitas vezes torna a água excessivamente

quente, dificultando sua utilização. Essa situação evidencia como os extremos climáticos afetam primeiramente os mais vulneráveis, seja pelo calor intenso ou pelo frio rigoroso. A falta de água em condições adequadas pode desencadear diversas doenças, tornando sua distribuição uma questão de saúde pública e de garantia de um direito humano básico. Água não se nega a nenhum ser vivo, muito menos a seres humanos que compartilham os espaços urbanos. Manter a hidratação é essencial para o bom funcionamento do corpo humano, promovendo boa digestão, melhorando a circulação, fortalecendo os músculos e contribuindo para a saúde do cérebro. Este trabalho se fundamenta no olhar docente sobre como as equipes dos consultórios na rua têm inovado nas ações de distribuição de água em temperatura adequada para pessoas em situação de rua. Essas iniciativas destacam a água não apenas por seus benefícios fisiológicos, mas também como um dos principais instrumentos de redução de danos, contribuindo para o cuidado com a saúde. Além disso, a oferta de água adequada ajuda a mitigar os efeitos do álcool no organismo, reduzindo suas consequências e promovendo melhor qualidade de vida para essa população.

ARTE NA APS: ADOLESCER COM CULTURA

Carolina Santana Krieger, Elma Galdino Brandão, Janaína Vasconcelos Rocha,
Emanoela Therezinha Bessa Mendes

A arteterapia promove o crescimento pessoal, o desenvolvimento emocional e o contato com o mundo sensível do indivíduo, pois a vivência artística favorece o autoconhecimento e a elaboração de conteúdos internos. Os mediadores artísticos têm como propósito a criação, expressão e comunicação, permitindo, por meio de diversas formas expressivas, que as pessoas explorem seus sentimentos. No contexto da saúde pública brasileira, a saúde dos adolescentes tem sido uma preocupação crescente, especialmente devido ao aumento do sofrimento psíquico, incluindo sintomas de depressão, ansiedade e instabilidade emocional, cujas causas variam entre questões familiares, sociais e o impacto da fase de desenvolvimento, como o uso excessivo de ferramentas digitais. Paralelamente, observa-se uma invisibilidade dos adolescentes em diferentes instâncias, como serviços, políticas públicas e pesquisas, o que os marginaliza e impede a construção de espaços nos quais se sintam pertencentes. Nesse cenário, a arte e a cultura, enquanto dimensões socioculturais da Atenção Primária à Saúde (APS), surgem como ferramentas para reinvenções sociais e modos de subjetividade, contribuindo para a educação, cultura, lazer e saúde, além de promoverem a saúde mental. Estudos que investiguem essa relação com adolescentes são fundamentais para a criação de estratégias de cuidado mais efetivas. Este trabalho relata a experiência do teatro como dispositivo terapêutico e promotor de saúde para adolescentes atendidos por uma unidade de APS em Porto Alegre/RS. O relato descreve atividades realizadas com grupos de adolescentes, buscando criar espaços de encontro, pertencimento e expressividade, garantindo a circulação e participação ativa desses jovens e de suas famílias no território, promovendo cidadania. Foram elaboradas peças teatrais abordando temas de saúde, apresentadas a adolescentes vinculados a Estratégias de Saúde da Família (ESF) de Porto Alegre (RS), com ações voltadas para a cultura e o lazer, que também promoveram

Educação em Saúde e contribuíram para a saúde mental. Reconhecida como prática profissional, a arteterapia foi incluída na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) pela portaria nº 849/2017; contudo, sua aplicação na APS com adolescentes ainda é incipiente. Este relato reforça a relevância de ações artísticas e culturais, como o teatro, enquanto espaços estratégicos de participação e expressão cultural, promovendo cidadania, processos críticos, acesso à educação em saúde e a busca por uma existência mais qualificada, aspectos que dialogam com os objetivos da APS e da promoção da saúde mental e que precisam ser ampliados nas práticas de saúde.

O ACOLHIMENTO COMO PRÁTICA DE CUIDADO EM SAÚDE: A ATUAÇÃO DAS ENFERMEIRAS NA PANDEMIA DA COVID-19

Roberta de Pinho Silveira, Fernanda Carlise Mattioni, Liciane da Silva Costa Dresch,
Tanisa Brito Lanzarini, Thiago Perez Jorge

O acolhimento, estabelecido como diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS pelo Ministério da Saúde em 2003, articula-se à atuação das enfermeiras na Atenção Primária à Saúde (APS), conforme a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2011, que enfatiza ações voltadas aos indivíduos, famílias e comunidades. Essa abordagem permite à enfermagem contribuir para a construção de um território da saúde que também é um território existencial. Contudo, a PNAB de 2017 trouxe alterações que enfraqueceram o enfoque comunitário, priorizando práticas de pronto atendimento com centralidade no cuidado individual. Desde 2016, políticas de austeridade fiscal intensificaram a precarização do SUS, agravada pela crise sanitária da Pandemia de covid-19, que acentuou desafios na APS. Este estudo qualitativo, inspirado no método genealógico de Michel Foucault e embasado por Estudos Foucaultianos, Feministas, de Gênero e Decoloniais, analisou como as práticas de acolhimento à demanda espontânea se constituíram no contexto da pandemia. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 59 enfermeiras da APS no Rio Grande do Sul entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, com aprovação ética pelas universidades e órgãos competentes (CAAE: 20814619.20000.0030, 20814619.2.3025.5347, 20814619.2.3031.5338). Os resultados indicaram que a organização da APS com foco na demanda espontânea gera sobrecarga para as enfermeiras, promove a individualização e práticas de cuidado centradas na medicalização, enfraquece a capilaridade nos territórios e dissolve redes comunitárias de solidariedade. Em contraponto, a ideia força “corpo-território”, originada dos movimentos de mulheres indígenas e incorporada por Estudos Decoloniais, Feministas e de Gênero, emerge como estratégia de resistência. Essa perspectiva reivindica o cuidado com o comum e desafia o regime neoliberal de escassez, afirmando que a pobreza é uma construção do modelo capitalista. Assim, “corpo-território” reposiciona as práticas de saúde como luta pelo acesso às determinações sociais da saúde, promovendo uma visão integral e coletiva do cuidado.

O FUTURO DO CUIDADO E O PAPEL DO ENFERMEIRO

Jucielly Ferreira da Fonseca, Vitória Keller Gregório de Araújo, Patrícia Fernandes Meireles

O cuidado em saúde está em constante evolução, e o futuro aponta para um modelo centrado no paciente e orientado à prevenção, deslocando-se dos ambientes hospitalares tradicionais para os espaços mais familiares e acolhedores: as residências. Este estudo, uma revisão de literatura, utilizou o acesso institucional à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), disponível na plataforma Periódicos CAPES via Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para acessar bases de dados. Os dados foram compilados do portal Scientific Electronic Library Online, com critérios de inclusão que consideraram artigos disponíveis gratuitamente e integralmente online, publicados nos últimos dois anos. Os descritores “Nurse» e “Technological Development» foram combinados com o operador booleano AND. A revisão evidenciou que experiências inovadoras em promoção e assistência à saúde requerem não apenas novas tecnologias e práticas clínicas, mas também uma mudança fundamental na concepção e entrega do cuidado, reconhecendo o paciente como indivíduo único, com necessidades, valores e contextos particulares. Nesse novo paradigma, o enfermeiro desempenha um papel central e multifacetado, atuando na coordenação do cuidado, promovendo uma abordagem integrada e holística; na educação e orientação, capacitando pacientes com informações sobre tratamentos, medicamentos, mudanças no estilo de vida e cuidados domiciliares; e no monitoramento e avaliação do paciente, seja por meio de sistemas de home care ou dispositivos conectados. Esses dispositivos, impulsionados pela “Internet das Coisas”, integram sensores e softwares que coletam e transmitem informações via wireless, permitindo a detecção precoce de problemas de saúde à distância e intervenções rápidas, prevenindo complicações e hospitalizações desnecessárias. A inovação no cuidado, no entanto, não se limita à tecnologia, mas é ampliada pela humanização, com a tecnologia atuando como aliada na personalização e eficácia dos planos de tratamento. A Enfermagem destaca-se nesse contexto, por sua essência fundamentada em interações humanas, garantindo um papel estratégico e essencial no cuidado inovador à saúde, que considera a totalidade da pessoa e não apenas sua condição médica.

RELATO DE CASO: ABORDAGEM INTEGRADA NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO E IDEAÇÃO SUICIDA NA ATENÇÃO BÁSICA

Scarlett Travezani Lovatti, Bruna Rafaela Gomes da Silva

A depressão, uma condição psiquiátrica comum, pode levar a desfechos graves, incluindo tentativas de suicídio. Este relato descreve o manejo integrado de uma paciente de 55 anos, com histórico de depressão e ideação suicida, atendida em uma Clínica de Família e Comunidade

no Rio de Janeiro por meio do matriciamento em saúde mental. A paciente foi encaminhada ao serviço após uma crise e relatava depressão recorrente, com períodos de sintomas graves, incluindo humor deprimido, anedonia, insônia, desesperança e ideação suicida. Após avaliação inicial, foi admitida no CAPS para monitoramento, onde recebeu apoio psicológico do NASF e acompanhamento psiquiátrico. O plano terapêutico incluiu amitriptilina, quetiapina e clonazepam, além de um plano de segurança. Posteriormente, a paciente foi inserida em um programa de matriciamento em saúde mental, recebendo atendimento multidisciplinar com médico e psiquiatra, psicoterapia em grupo, suporte familiar e educação sobre a doença e estratégias de enfrentamento. Nas semanas seguintes, a paciente apresentou melhora progressiva, com redução da tristeza, melhora no sono e maior motivação para atividades diárias. A ideação suicida diminuiu significativamente, e ela demonstrou maior positividade em relação ao futuro. O acompanhamento continuou na CF, com ajustes na medicação e monitoramento do progresso, além de estratégias de prevenção de recaídas, incentivo a um estilo de vida saudável e apoio social. Este caso reforça a relevância do matriciamento em saúde mental no manejo da depressão e prevenção de crises, destacando a eficácia da integração entre medicação, terapia psicológica e suporte social, bem como a colaboração entre profissionais de saúde mental e atenção primária para a continuidade do cuidado e o bem-estar da paciente.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O TRATAMENTO DE CELULITE FACIAL EM UMA CRIANÇA HOSPITALIZADA EM COARI (AM)

Vivianny Kemelly de Souza Nunes, Jennifer Costa Bentes

A celulite é uma infecção cutânea que afeta a derme e a hipoderme, camadas da pele responsáveis por proteger o corpo de forma física, mecânica, térmica e biológica. Causada pelo *Staphylococcus aureus*, bactéria comumente encontrada na pele e narinas, a celulite geralmente não apresenta riscos em condições normais. No entanto, em casos de lesões cutâneas ou imunossupressão, pode desencadear inflamações, manifestando-se com dor, inchaço, vermelhidão, aumento da temperatura local, bordas pouco definidas e, em alguns casos, formação de pus. O diagnóstico inicial é realizado por avaliação clínica e complementado por exames laboratoriais, como hemograma, hemoculturas e biópsias. Este relato tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicos de enfermagem no cuidado a um paciente pediátrico hospitalizado com celulite facial em Coari, Amazonas. Durante o Estágio Curricular Supervisionado I no Hospital Regional de Coari (HRC), foi acompanhado, ao longo de uma semana, o tratamento de uma criança de 4 anos, pesando 19 kg, com celulite facial à direita, acompanhada pela mãe durante todo o período. O tratamento incluiu antibioticoterapia para combater a infecção e medidas para proporcionar conforto e alívio da dor, utilizando-se a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), fundamentada na teoria ambientalista de Florence Nightingale. Essa abordagem enfatiza que

o ambiente influencia o processo saúde-doença, especialmente em crianças, que são mais vulneráveis a fatores ambientais. Como parte do cuidado, foi realizada educação em saúde com foco em medidas de higiene simples, como manter as feridas limpas e secas, e lavar as mãos antes e depois de tocá-las. A experiência evidenciou a influência do ambiente na saúde e destacou a preocupação da mãe em aprender mais sobre os cuidados necessários, buscando prevenir reinfecções. Essa vivência reforçou a importância da educação em saúde e do cuidado com o ambiente, alinhados à teoria de Florence, para oferecer um cuidado mais atento e eficaz, além de promover uma ambiência adequada que favoreça a recuperação do paciente e a prevenção de complicações futuras.

A GENEALOGIA EM MICHEL FOUCAULT E AS POSSIBILIDADES PARA PESQUISA NA ÁREA DA SAÚDE

Fernanda Carlise Mattioni, Amanda de Mello Martins, Liciane da Silva Costa Dresch, Lucas Barros dos Santos, Tanisa Brito Lanzarini, Thiago Perez Jorge, Michele Neves Meneses, Roberta de Pinho Silveira

Michel Foucault, filósofo francês que viveu entre 1926 e 1984, refutava a ideia de possuir uma teoria foucaultiana, preferindo que suas contribuições fossem entendidas como teorizações, marcadas pelo distanciamento de generalizações e totalizações. Sua obra se dedica a um exame minucioso da historicidade dos fatos, buscando revelar os meios de produção desses acontecimentos e seus efeitos sobre os modos como as coisas são constituídas, aceitas como corretas e verdadeiras, e organizadas nos regimes de verdade vigentes na sociedade. As teorizações foucaultianas, nesse contexto, oferecem ferramentas analíticas úteis para pesquisas contemporâneas na área da saúde. Este trabalho apresenta a genealogia de Foucault como uma possibilidade metodológica para tais pesquisas, destacando sua estratégia de focar no acontecimento histórico e nos movimentos de poder e saber que o sustentam, em meio a estratégias institucionais e situacionais. A genealogia, entendida como um conjunto de procedimentos, não apenas possibilita a compreensão do passado, mas também oferece recursos para analisar o presente, permitindo identificar os efeitos intrínsecos a práticas discursivas, as condições de possibilidade que originaram as formações discursivas e os poderes envolvidos nesse processo. Para Foucault, a genealogia exige a análise de emergência, que examina o momento específico em que uma prática discursiva surge, e a análise de proveniência, que investiga as condições históricas que possibilitaram a existência de determinado discurso, traduzido em práticas. Essa investigação detalhista busca indícios em fatos marginalizados pela história tradicional, enquanto a análise de emergência demonstra as forças e disputas que moldam a constituição de um objeto. Ao trazer à tona as discontinuidades que atravessam os acontecimentos e as discursividades a eles associadas, a genealogia se revela uma abordagem potente para pesquisas qualitativas voltadas aos processos sociais contemporâneos, especialmente na análise de fatos do presente.

EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO INDUTORA DE PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: UM EXERCÍCIO NO PERCURSO PEDAGÓGICO DO SANITARISTA

Fernanda Carlise Mattioni, Amanda de Mello Martins, Liciane da Silva Costa Dresch, Lucas Barros dos Santos, Tanisa Brito Lanzarini, Thiago Perez Jorge, Michele Neves Meneses, Roberta de Pinho Silveira

A Promoção da Saúde é um dos pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) e, sob uma perspectiva ampliada, deve atuar sobre a determinação do processo saúde-doença, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Essas práticas podem ser implementadas em diversas dimensões e cenários, mas sua efetivação enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos marcados pelo enxugamento dos gastos públicos, que fragilizam os serviços de saúde, precarizam equipes e desmotivam os profissionais. Este trabalho objetiva relatar a experiência de estudantes do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da UFRGS na Unidade de Produção Pedagógica (UPP) Promoção e Educação da Saúde VI. A UPP prevê carga horária prática para articular conceitos teóricos com demandas reais do SUS. Nesse contexto, foi realizada uma roda de conversa entre os estudantes e a coordenação de Políticas Públicas do município para identificar temas prioritários para Educação Permanente das equipes de saúde, com o intuito de induzir práticas de Promoção da Saúde. A partir desse levantamento, os estudantes, organizados em grupos, foram orientados a estruturar oficinas de Educação Permanente voltadas à sensibilização e instrumentalização das equipes para implementar essas práticas. Embora a UPP ainda esteja em execução e os temas provenientes da roda de conversa não tenham sido definidos, as oficinas elaboradas visam mapear equipes com potencial para sua realização. Ressalta-se o significativo potencial pedagógico dessas atividades práticas para a formação de profissionais sanitaristas, pois elas possibilitam a integração entre o aprendizado e o contexto dos serviços do SUS, ao mesmo tempo em que demonstram a capacidade da Educação Permanente em Saúde de atuar como ferramenta de gestão, promovendo e fortalecendo práticas de Promoção da Saúde.

A VOZ QUE NÃO QUER CALAR: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM OUVIDORES DE VOZES E SUA RELAÇÃO COM AS VOZES DE COMANDO

Marcia Leão de Lima, Luciane Prado Kantorski, Isadora Oliveira Neutzling

O presente relato descreve a experiência do grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF) da UFPEL, vinculado à linha de pesquisa em saúde mental e coletiva, que, em 2017, em parceria com a prefeitura municipal de Pelotas, estabeleceu o Grupo Terapêutico de Ouvidores de Vozes, voltado aos usuários do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) do bairro Fragata que vivenciam o fenômeno da audição de vozes. Atualmente composto por sete membros, o

grupo tem como objetivo geral compreender essa experiência por meio das características e conteúdos das vozes e das estratégias de enfrentamento empregadas pelos participantes. A iniciativa integra uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório com análise de conteúdo, considerando que a audição de vozes é uma vivência singular cujo compartilhamento pode promover uma melhor compreensão do fenômeno e facilitar o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. O grupo proporciona a troca de experiências entre os participantes e a aprendizagem de mecanismos de enfrentamento, com destaque para as dificuldades relacionadas às vozes de comando, que frequentemente induzem ações prejudiciais ao ouvinte ou a terceiros. O projeto fundamenta-se no referencial teórico de Franco Basaglia e na mudança de paradigmas em saúde mental promovida pelo movimento de desinstitucionalização na Itália, aliados aos estudos de Marius Romme e Sandra Fischer, que exploram a natureza e o significado das experiências de audição de vozes, e se articula ao Intervoice, movimento internacional que busca compreender essas vivências de forma alternativa e humanizada, desafiando a visão tradicional que as associa exclusivamente a doenças mentais. No grupo de ouvintes do CAPS Fragata, busca-se romper com o isolamento e o sofrimento silenciado, promovendo um ambiente de escuta sensível e acolhimento baseado na empatia. Os resultados alcançados incluem maior autoconhecimento, empoderamento, resgate da autoestima dos participantes, promoção de uma visão mais natural da experiência de ouvir vozes e desenvolvimento de estratégias de manejo e mudança na relação com as vozes. As estratégias adotadas pelos participantes revelam uma resistência ao modelo biomédico de saúde mental, destacando a necessidade de ampliar os espaços de escuta nos serviços de saúde e de considerar a singularidade de cada experiência. Conclui-se, portanto, que é essencial oferecer, no âmbito da saúde pública, espaços de confiança e acolhimento onde os usuários possam compartilhar suas experiências com as vozes, buscando compreendê-las e encontrando caminhos alternativos para a recuperação.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMO CONDUTORAS DE AGREGAÇÃO – RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO ARTE, HORTA & CIA

Marcelle Azevêdo Rodrigues de Souza, Washington Luiz Barbosa de Barros

O projeto Arte, Horta & Cia, vinculado ao programa de Geração de Trabalho e Renda do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, localizado na Colônia Juliano Moreira, Rio de Janeiro, tem como um de seus eixos principais a horta agroecológica comunitária, gerida de forma participativa por usuários da rede de atenção psicossocial e moradores locais. Este relato de experiência busca descrever o poder agregador das assembleias realizadas no projeto e como as dinâmicas promovidas têm facilitado a resolução de conflitos e a efetiva tomada de decisões democráticas rumo à autogestão. Entre janeiro e abril de 2024, foram realizados sete encontros quinzenais, com uma média de 32 participantes, no espaço da horta, e as convocações ocorreram por meio de um grupo de WhatsApp. Nos três primeiros encontros, foram promovidos diálogos para retomada de ações do ano anterior e sugestões para o ano atual,

utilizando uma dinâmica de chuva de ideias, na qual os participantes, inicialmente tímidos, começaram a expressar suas opiniões. Meu papel como mediadora foi essencial para estimular a participação, inserindo temas geradores que ampliaram as contribuições do grupo. Nos quatro encontros seguintes, com a confiança dos participantes consolidada, o diálogo se intensificou, com propostas estruturais para o espaço da horta, incluindo novas perspectivas de produtividade e direcionamento da produção agrícola. Esse processo revelou conflitos de opiniões, mas a escuta ativa e respeitosa das demandas individuais e coletivas possibilitou a formulação de resoluções práticas e colaborativas. O papel do mediador mostrou-se crucial para identificar as raízes dos debates, compreendendo os conflitos como manifestações de necessidades e anseios acumulados. Assim, os encontros reforçaram a importância de criar um espaço que amplifique vozes e promova a emancipação dos participantes diante das ações propostas. Um dos principais desafios foi manter o diálogo horizontal, evitando hierarquização, manipulação ou invasão das opiniões dos participantes, e, ao invés disso, fomentando interações que estimulassem o pensamento crítico e a percepção de mundo. Embora parcial, o relato destaca como, em um curto período, o incentivo à participação democrática tem empoderado o grupo, conduzindo a mudanças significativas na resolução de questões sociais e no fortalecimento do coletivo.

DIÁRIO DE CAMPO COMO RECURSO DE APRENDIZADO NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Bruna Gabriela Mechi Silva, Michelly Santos de Andrade, Carla Salles Chamouton,
Camila Lima Nascimento, Helenice Yemi Nakamura

Os diários de campo (DC) possuem uma função importante na formação de profissionais da saúde, servindo como ferramenta para documentar experiências e observações práticas. A proposta de descrever ações realizadas no estágio, refletir sobre o impacto dessas vivências, o que foi aprendido e como isso contribui para a jornada acadêmica e profissional tem uma clara intencionalidade pedagógica. A escrita sobre o vivido, distanciada do formato acadêmico, busca registrar atividades, observações, impressões, bem como dimensões afetivas e reflexivas. Este trabalho objetiva discutir as potencialidades do diário de campo como estratégia de ensino-aprendizagem, com base na análise de relatos de graduandas que utilizaram essa ferramenta em suas vivências no serviço. Semanalmente, alunas do último ano de Fonoaudiologia registravam suas experiências e questionamentos sobre a prática em Saúde do Trabalhador em um caderno, que era lido pelos supervisores para gerar reflexões, considerações e indicações de materiais para aprofundamento. Antes de iniciar, as graduandas foram orientadas a explorar dimensões afetivas, descritivas e reflexivas das atividades. Observou-se que, inicialmente, havia dificuldade em adotar uma escrita mais pessoal, provavelmente devido ao hábito da escrita acadêmica formal, mas, com o tempo, os relatos tornaram-se mais subjetivos e livres. O diário permitiu registrar situações relevantes, como desafios enfrentados, intervenções bem-sucedidas e insights clínicos, além de proporcionar autorreflexão sobre mudanças de conduta, facilitadores e barreiras no processo de aprendizagem. Dessa forma, os diários revelaram uma transição para um papel ativo no aprendizado, com maior apropriação de técnicas, conhecimentos e competências, como

trabalho colaborativo e comunicação interpessoal, conectando as necessidades dos trabalhadores às suas condições de vida e ao contexto da formação em saúde.

O CUIDADO À CRISE EM SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA NESTE CAMPO

Nathalia Nakano Telles, Marília Mastrocolla de Almeida Cardoso, Priscilla de Oliveira Luz, Júlia Carolina de Mattos Cerioni Silva, Gabriella de Andrade Boska, Heloísa Garcia Claro Fernandes, Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira

Por muito tempo, as crianças foram vistas como pequenos adultos, o que se refletia em diversos aspectos da vida cotidiana, inclusive nos tratamentos de saúde. Quando se passa a compreender crianças e adolescentes em suas necessidades e demandas específicas, condizentes com seu momento de vida e desenvolvimento, torna-se possível implementar novas ações de cuidado. No entanto, em âmbito global, poucos países possuem políticas específicas voltadas para a saúde mental infantojuvenil. Este trabalho busca refletir sobre a importância de pesquisas em economia da saúde nesse campo, com foco nos serviços voltados para crises de saúde mental em crianças e adolescentes. No Brasil, as políticas direcionadas a esse público começaram a se consolidar apenas a partir da década de 1990, sendo os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSij) os principais serviços estratégicos e articuladores do cuidado em saúde mental no SUS. Apesar de sua relevância, os CAPSij são a modalidade de CAPS com menor expansão nos últimos anos e ainda inexistem em três estados da federação. Esses centros oferecem tanto cuidado longitudinal quanto assistência em momentos de maior vulnerabilidade e sofrimento agudo, sendo fundamentais para a composição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Em casos de crise, existe a possibilidade de atendimento 24 horas nos CAPSij tipo III, mas esses serviços são escassos: em 2022, apenas cinco municípios contavam com CAPSij III, e sua regulamentação ainda não foi feita em âmbito federal. Nas regiões onde esses serviços não estão disponíveis, o cuidado em crises de saúde mental geralmente ocorre em hospitais e unidades de urgência e emergência, que também integram a RAPS e podem ser acionados mesmo onde há CAPSij III. Diante da escassez de recursos na saúde e da necessidade de otimizar investimentos, destaca-se a importância de estudos que avaliem os custos reais e os desfechos das tecnologias empregadas no cuidado em saúde mental infantojuvenil. Contudo, na saúde mental, as pesquisas em avaliação econômica ainda são incipientes, com foco predominante em psicofármacos para a população adulta. Para subsidiar a tomada de decisão e alocação de recursos pelos gestores, é essencial apresentar dados detalhados sobre os custos e desfechos das tecnologias voltadas ao atendimento de crises infantojuvenis, analisando o uso dos serviços, os procedimentos realizados e os resultados obtidos. Esses estudos podem qualificar os investimentos no SUS, garantindo tratamentos mais adequados e cuidados eficazes para crianças e adolescentes em sofrimento mental.

CONHECIMENTO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE SOBRE A SEXUALIDADE DA PESSOA IDOSA: APLICAÇÃO DE UMA ESCALA EM UMA AMOSTRA NACIONAL E A FORMAÇÃO EM SAÚDE

João Vitor Rodrigues Oliveira Soares, Anelise Teixeira Burmeister, Kelly Dias Hoffmann, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Leandro Raizer, Daniel Umpierre, Mayara Cassimira de Souza, Luciana Barcellos Teixeira

O envelhecimento populacional e o aumento da longevidade têm transformado as perspectivas no cenário da saúde. De acordo com o IBGE, o número de idosos na pirâmide etária populacional cresceu quase 30% entre 2012 e 2022. Nesse contexto, é essencial que os profissionais de saúde estejam preparados para abordar o envelhecimento ativo e a sexualidade na terceira idade. Este trabalho teve como objetivo avaliar os conhecimentos e atitudes dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em relação à sexualidade da pessoa idosa, promovendo reflexões sobre os processos de trabalho nas comunidades. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, aninhado em uma pesquisa nacional do Programa Saúde com Agente. Os dados foram coletados por meio da Escala ASKAS (Aging Sexual Attitudes and Knowledge Scale), traduzida e adaptada para a cultura brasileira, utilizando a plataforma Survey Monkey, sob coordenação da UFRGS. Os ACS receberam o link da pesquisa por e-mail, contendo o termo de consentimento e o questionário. A primeira rodada contou com 1.000 respostas, constituindo a amostra deste estudo. A análise focou no componente de conhecimento da escala, que inclui 20 questões com pontuações específicas. O escore global foi calculado por média e desvio-padrão, destacando percentuais de questões relevantes. A análise foi conduzida no software Jamovi versão 2.3.28. A amostra foi composta majoritariamente por mulheres (84%), com idade entre 31 e 59 anos (67%). O escore médio de conhecimento, variando de 20 a 60, apresentou valor intermediário ($30,2 \pm 6,8$). Destaca-se que 19% não acreditam na presença da sexualidade ao longo da vida; 7% não reconhecem os benefícios físicos da sexualidade para idosos; 17% acreditam que a masturbação excessiva em idosos pode causar confusão mental e demência; e 39% consideram inevitável a perda de satisfação sexual para mulheres após a menopausa. Esses resultados evidenciam uma lacuna no conhecimento dos ACS sobre a sexualidade de idosos. À luz da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, conclui-se que as formações em saúde devem incluir a temática da sexualidade na velhice. Para os ACS, que desempenham um papel fundamental ao aproximar a comunidade dos serviços de saúde, abordar a sexualidade sob a perspectiva do envelhecimento ativo é crucial para promover a integralidade do cuidado e a saúde sexual da pessoa idosa.

PROJETO JARDIM DA SAÚDE: PROMOVENDO SAÚDE COM AS PLANTAS MEDICINAIS NO TERRITÓRIO DO FORTE SÃO JOÃO

Adriana Geraldina Vicente da Silva, Maria Marina Pasolini Laurs

O Projeto Jardim da Saúde, desenvolvido na Unidade de Saúde da Família – Forte São João, em Vitória (ES), foi criado em 2014 pela equipe de saúde, composta por psicóloga e assistente social, com base em reflexões sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde, diante da alta procura de usuários com queixas como insônia, ansiedade, estresse e outras condições que impactam negativamente a qualidade de vida, gerando grande demanda por medicação controlada. Fundamentado na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), o projeto busca promover corresponsabilidade dos indivíduos pela saúde, ampliando o acesso a serviços antes restritos ao setor privado, em conformidade com a abordagem do SUS de promover ações interdisciplinares, participativas e focadas nos determinantes sociais da saúde. O principal objetivo é criar um espaço de troca entre usuários e profissionais, oferecendo informações sobre alternativas para lidar com insônia, ansiedade, estresse e afins, além de estimular o uso e cultivo de plantas medicinais. O projeto iniciou-se com a capacitação de profissionais, coordenada por uma médica homeopata e um engenheiro agrônomo, e a identificação de áreas para o plantio na unidade, utilizando água de ar-condicionado e recipientes reciclados, em uma proposta sustentável durante períodos de escassez hídrica. As mudas foram fornecidas pelo viveiro municipal e por doações, enquanto a interação com a comunidade se dá por meio de rodas de conversa e oficinas mensais, alinhadas a datas comemorativas e à situação epidemiológica local. No Dia Internacional da Mulher, por exemplo, foram abordados temas como manejo do estresse, TPM, menopausa e uso de plantas para beleza e redução de inchaço, relevantes em uma região de geografia elevada; recentemente, um repelente natural foi trabalhado devido ao aumento de casos de dengue. A divulgação das oficinas ocorre no “Dia do Chá”, evento em que é servido chá feito com plantas do Jardim da Saúde, e os participantes recebem convites para as atividades futuras. Os resultados incluem o resgate da cultura local, maior consumo de chás e xaropes, engajamento comunitário na manutenção do jardim e continuidade no uso de plantas medicinais, mesmo durante a pandemia. Além disso, as atividades promovem benefícios como melhora na autoestima, qualidade do sono, digestão, gestão do estresse, hábitos alimentares, sensação de pertencimento e empoderamento, com a replicação desses hábitos saudáveis no núcleo familiar e na comunidade, fortalecendo a saúde física, mental, social e o senso comunitário.

APLICAÇÃO DA ESCALA ASKAS EM UMA AMOSTRA NACIONAL DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: ATITUDES PROFISSIONAIS E A NECESSIDADE DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO QUE TANGE A SEXUALIDADE DA PESSOA IDOSA

Kelly Dias Hoffmann, Anelise Teixeira Burmeister, João Vitor Rodrigues Oliveira Soares, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Leandro Raizer, Daniel Umpierre, Mayara Cassimira de Souza, Luciana Barcellos Teixeira

A partir do envelhecimento populacional, a Organização Mundial da Saúde reforça o conceito de envelhecimento ativo, incluindo a sexualidade da pessoa idosa como uma dimensão importante dos cuidados de saúde. No Brasil, os idosos representam mais de 15% da população, e esse percentual tende a crescer nas próximas décadas, evidenciando a necessidade de profissionais de saúde capacitados para atender adequadamente as demandas do envelhecimento ativo. Este estudo teve como objetivo avaliar as atitudes dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em relação à sexualidade da pessoa idosa, contribuindo para subsidiar ações de educação permanente. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, vinculado a uma pesquisa nacional mais ampla no âmbito do Programa Saúde com Agente. Para a coleta de dados, utilizou-se a Escala ASKAS (Aging Sexual Attitudes and Knowledge Scale), validada internacionalmente e traduzida para o português, aplicada via plataforma online (Survey Monkey). O componente de atitudes foi enfatizado, sendo que escores mais baixos indicam atitudes mais favoráveis em relação à sexualidade da pessoa idosa. Participaram 1.000 ACS, majoritariamente mulheres (84%), com idades entre 31 e 59 anos (67%), e 17% possuíam mais de 20 anos de experiência na Atenção Primária à Saúde (APS). Embora 99,6% dos ACS atendessem idosos diariamente, 62% relataram não ter recebido conteúdos sobre sexualidade em sua formação, e 56% não abordavam o tema com os pacientes, apesar de 54% afirmarem não ter dificuldade em lidar com a questão. A média do escore das atitudes foi de $17,3 \pm 6,2$, sugerindo uma atitude positiva. Entre as afirmativas destacam-se: “É vergonhoso para uma pessoa com mais de 65 anos mostrar interesse por sexo” (84% discordaram) e “Eu apoiaria cursos sobre educação sexual para funcionários de casas de repouso” (70% concordaram). O Guia de Cuidados para a Pessoa Idosa do Ministério da Saúde enfatiza a relevância de abordar a sexualidade no contexto do envelhecimento saudável, e os ACS desempenham papel crucial ao orientar e dialogar sobre saúde sexual com os idosos. Apesar das atitudes positivas observadas, a dificuldade relatada por muitos ACS ao lidar com a temática evidencia a necessidade de educação permanente. Este estudo reforça a importância de abordar lacunas de conhecimento e atitudes, promovendo políticas de formação mais eficazes na saúde sexual de idosos.

TRABALHO INTEGRADO ENTRE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATES ÀS ENDEMIAS (ACE): UM DESAFIO A SER SUPERADO NO QUE TANGE ÀS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE E VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO BRASIL

João Vitor Rodrigues Oliveira Soares, Michele de L. Pinto, Kelly Dias Hoffmann, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Leandro Raizer, Luciana Barcellos Teixeira

O presente estudo é fruto do projeto de pesquisa “Saúde com Agente”, uma iniciativa conjunta do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa envolveu Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) que participaram de cursos técnicos desenvolvidos no âmbito do Programa “Saúde com Agente”, ofertados pela UFRGS como parte dessa parceria. Este recorte da pesquisa tem como objetivo analisar a interação entre ACS e ACE no contexto de trabalho, identificando desafios e perspectivas para a integração das equipes na prevenção, promoção e educação em saúde, com base em entrevistas realizadas com esses profissionais. Trata-se de um estudo qualitativo que contou com 110 entrevistas presenciais e online, abrangendo as cinco regiões do Brasil: Nordeste (30,8%), Sul (26%), Sudeste (19,2%), Norte (16,3%) e Centro-Oeste (7,7%). A maioria dos entrevistados é do sexo feminino (79%) e possui em média 14,5 anos de atuação na Atenção Primária à Saúde. Os resultados preliminares indicam que a interação entre ACS e ACE ainda é limitada, ocorrendo de forma pontual e geralmente relacionada a demandas específicas. Observa-se maior interação dos ACS com enfermeiras das Unidades de Saúde, enquanto a rotatividade de médicos contribui para uma menor interatividade com esses profissionais. Contudo, os cursos técnicos ofertados pelo programa têm se mostrado uma importante ferramenta para promover a integração entre ACS e ACE, especialmente por meio de atividades presenciais conduzidas pelos preceptores, que têm fortalecido os vínculos de confiança e a colaboração entre os participantes. Essa aproximação tem proporcionado oportunidades de troca de experiências e maior articulação entre os agentes nos serviços de saúde. Os resultados revelam a necessidade de fortalecer a integração entre ACS e ACE, tanto por meio de iniciativas educativas quanto pela criação de espaços físicos compartilhados que promovam maior comunicação e trabalho em rede, contribuindo para a otimização das ações em saúde e melhores resultados no atendimento à população.

PROJETO: SAÚDE NO PARQUE – TRANSFORMANDO COMUNIDADES ATRAVÉS DA PROMOÇÃO EM SAÚDE

Leandro Fernandes Maffei, Eduarda Valim Pereira, Rafael Santos de Moura, Camila Fernandes, Andriago dos Santos Mazzuco, Ricardo Teixeira Quinaud, Joni Márcio de Farias, Eliane das Graças Camargo dos Santos Salib, Deivid de Freitas Floriano

A busca por um estilo de vida mais saudável tem se tornado uma prioridade para diferentes faixas etárias e classes sociais, com a promoção da saúde sendo fundamental nesse contexto. Enquanto países

desenvolvidos investem em iniciativas públicas que tornam a prática de atividades físicas mais acessível, utilizando parques e espaços públicos, o Brasil ainda carece de consolidação nessa área. Nesse cenário, a Secretaria Municipal de Criciúma-SC, em parceria com a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e o Grupo de Estudo e Pesquisa em Promoção da Saúde (GEPPS), desenvolveu o projeto “Saúde no Parque”. Essa iniciativa inovadora e promissora ocorre em três parques municipais da cidade e oferece acesso gratuito à população para a prática de atividades físicas orientadas, promovendo melhorias na qualidade de vida. Com a supervisão de profissionais de Educação Física concursados pela Secretaria Municipal de Saúde, o projeto incentiva a prática de exercícios físicos não apenas como forma de combater o sedentarismo, mas também como estratégia preventiva de saúde. A metodologia garante inclusão e promove a saúde de maneira abrangente, com acesso facilitado tanto para frequentadores regulares dos parques quanto por encaminhamento das Unidades de Saúde. Após o cadastramento, os participantes passam por avaliações laboratoriais, análise de composição corporal, capacidade física/funcional e monitoramento de parâmetros biológicos, assegurando uma prescrição de exercícios personalizada, baseada em condições físicas e individualidades biológicas. As atividades incluem caminhadas/corridas orientadas e treinamento funcional, realizadas em sessões de 60 minutos, divididas igualmente entre as modalidades. O projeto atende todas as faixas etárias e níveis de aptidão física, destacando-se por promover práticas ao ar livre em ambientes verdes, que são amplamente reconhecidos por estimular mudanças comportamentais positivas. Os resultados apontam melhorias significativas nas condições físicas e emocionais dos participantes, incluindo redução do estresse, elevação do humor e aumento da autoestima, além de fortalecer a interação social e a união comunitária. A combinação de atividade física, socialização e educação em saúde demonstrou ser uma abordagem transformadora, capaz de impactar positivamente a saúde urbana ao promover a prevenção de doenças e fortalecer o bem-estar dos participantes e da comunidade como um todo.

ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: UMA SÍNTESE DA LITERATURA

Carolina Santana Krieger, Elma Galdino Brandão, Emanoela Therezinha Bessa Mendes

A saúde mental (SM) impacta diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores da saúde, a saúde ocupacional das instituições, as condições do cuidado oferecido e as condições psicossociais de quem busca ou fornece assistência, gerando prejuízos em diversas esferas. Este material tem como objetivo apontar estratégias para a promoção da SM no ambiente de trabalho, uma necessidade premente diante dos desafios enfrentados pelos profissionais de saúde. Percentuais elevados de insatisfação laboral refletem situações desgastantes frequentes, intensificadas pela complexidade das demandas e pressões econômicas e sociais. A promoção da SM no trabalho exige abordagens que considerem aspectos como as relações subjetivas com o trabalho, vínculos simbólicos entre sujeitos e instituições, dimensões de prazer e sofrimento, desgaste mental e de autoimagem, estressores

organizacionais e violências no ambiente laboral. Entre as estratégias descritas, destacam-se ferramentas voltadas à mitigação dos efeitos do desgaste mental, como o apoio psicossocial, que inclui a atuação de psicólogos, programas de aconselhamento e serviços de suporte. Esses recursos oferecem um espaço seguro para enfrentar desafios pessoais e profissionais, fortalecendo o suporte emocional. Além disso, programas de bem-estar, com foco em atividade física, relaxamento e mindfulness, são abordagens proativas que promovem um estilo de vida equilibrado e refletem positivamente na esfera profissional. A conscientização e a educação sobre SM também são essenciais, com ações voltadas à disseminação de informações, redução do estigma associado a questões psicológicas e promoção de uma cultura de compreensão e empatia. Adicionalmente, políticas organizacionais progressistas, como a flexibilidade no trabalho, contribuem para a adaptação do ambiente às necessidades individuais, reduzindo o estresse ocupacional. Criar um ambiente positivo e acolhedor, com ênfase em relações interpessoais saudáveis, reconhecimento profissional e apoio social, fortalece a cultura organizacional e valoriza o indivíduo, impactando diretamente na saúde mental coletiva e na qualidade das interações no ambiente laboral. Promover a saúde mental no trabalho é, portanto, um compromisso estratégico e humano que beneficia tanto os colaboradores quanto as organizações.

MÃES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE RESIDENTES NO RURAL: UMA NOTA PRÉVIA

Juliana Portela de Oliveira, Andressa da Silveira, Fernanda Beheregaray Cabral, Lairany Monteiro dos Santos

As crianças e adolescentes com necessidades especiais de saúde (CRIANES) são aqueles que apresentam condições crônicas de saúde, sejam de caráter físico, de desenvolvimento, comportamental ou emocional, que demandam cuidados de saúde ampliados. O cuidado domiciliar, frequentemente, recai majoritariamente sobre a mãe, que se dedica quase exclusivamente ao filho. No contexto rural, pessoas com condições crônicas enfrentam inúmeras barreiras e desvantagens decorrentes das características desse território, especialmente no acesso aos serviços de saúde. Este estudo buscou caracterizar as mães de CRIANES residentes em áreas rurais por meio de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, realizada com 27 mães participantes. A coleta de dados ocorreu entre outubro e dezembro de 2023 em duas unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), localizadas em municípios rurais do Sul do Brasil, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os critérios de inclusão foram: ser mãe cuidadora com mais de 18 anos, residir em municípios rurais e ter filhos de 0 a 18 anos com necessidades especiais de saúde que utilizassem serviços clínicos ou educacionais das APAEs participantes. Os dados foram coletados por meio de um roteiro de caracterização sociodemográfica, entrevistas semiestruturadas e a construção de genogramas e ecomapas para cada participante. As entrevistas, com duração média de 40 minutos a uma hora, foram transcritas e analisadas por meio da análise temática indutiva. As mães entrevistadas tinham entre 25 e 59 anos, sendo a maioria casada, com renda familiar entre um e

seis salários mínimos. Entre as condições de saúde dos filhos, destacaram-se demandas relacionadas ao desenvolvimento e condições mistas, com diagnósticos predominantes de Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Down e Deficiência Intelectual. O cuidado era centrado principalmente nas mulheres da família, especialmente na figura materna, com algum apoio do pai ou de filhos mais velhos. Este estudo visa ampliar a visibilidade do cuidado continuado realizado por essas mães, reconhecendo suas experiências por meio da criação de espaços de expressão e identificação de suas necessidades. Pretende-se também aprimorar as práticas de cuidado por meio de discussões, colaborações coletivas e ações educativas em saúde, levando em conta as singularidades, potencialidades e desafios diários enfrentados pelas mães no cuidado de CRIANES, além de propor adaptações para garantir a continuidade eficaz desse cuidado e estimular o acompanhamento especializado dessas crianças e adolescentes.

IMPACTO DE MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS CONTRA A COVID-19 NOS ANOS DE 2020 E 2021 EM PONTA GROSSA, PARANÁ

Soraya Abegail de Lima, Juliana Ruppel, Laís Paz Kalatai, Ramon Augusto Teixeira, Eliseu Alves Waldman, Elis Carolina Pacheco, Letícia Simeoni Avasi, Erildo Vicente Muller, Pollyanna Kassia de Oliveira Borges

Os coronavírus são uma família de vírus responsáveis por síndromes respiratórias, sendo a variante SARS-COV-2 a causadora da Pandemia da covid-19, o que exigiu a adoção de medidas não farmacológicas em nível mundial para sua contenção. Essas medidas foram adaptadas conforme as orientações nacionais e estaduais, considerando as especificidades locais de cada município. Este estudo analisou o impacto dessas medidas, estabelecidas por decretos municipais, no controle da covid-19 em Ponta Grossa, Paraná, durante os anos de 2020 e 2021. A análise baseou-se nos casos notificados pelo sistema NOTIFICA COVID, agrupados mensalmente, e calculou-se a taxa de incidência da doença por 100.000 habitantes, utilizando os dados populacionais do IBGE. Foram consultados decretos municipais disponíveis no site da prefeitura, relacionando suas datas de publicação com as taxas de incidência correspondentes, observando-se a flutuação nos meses subsequentes. Incluíram-se decretos com impacto duradouro, excluindo-se aqueles que apenas restabeleciam efeitos anteriores. Ao todo, analisaram-se 21 decretos, sendo 12 em 2020 e 9 em 2021, que abordaram medidas de higiene (protocolos sanitários) e isolamento social (uso de máscara, distanciamento e suspensão de atividades). Em 2020, a taxa de incidência cresceu de 0 nos primeiros meses para 112/100.000 hab em dezembro, com picos relacionados à flexibilização de medidas e às festas de fim de ano. Em 2021, observou-se maior variação, com quedas notáveis entre março e abril (de 214 para 116) e entre junho e julho (de 192 para 67), associadas aos decretos 18.797 e 19.206, que restabeleceram restrições após flexibilizações. Conclui-se que o controle da pandemia foi favorecido pela adoção das medidas não farmacológicas, apesar de sua impopularidade, e que a adesão da população desempenhou papel crucial para a contenção da covid-19 em Ponta Grossa durante o período analisado.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EDUCATIVA SOBRE A DENGUE EM UMA SALA DE ESPERA DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA MARIA

Laura Fenalte Streher, Luiza Fenalte Streher, Sabrina de Andrades Conceição, Manuel Albino Moro Torres, Evelyn Paradzinski Alves, Luiza Joaquina Botton Reginatto, Eliza Collares de Aguiar e Sousa

A dengue é uma doença infecciosa causada pelo vírus da dengue, transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Aedes aegypti*. No Rio Grande do Sul (RS), o número de casos tem aumentado nos últimos anos, incluindo registros de casos graves e significativa mortalidade. Diante desse cenário, destaca-se a importância do conhecimento da população sobre os cuidados para prevenção da doença. As salas de espera das unidades básicas de saúde (UBS) oferecem uma oportunidade valiosa para ações de educação em saúde, pois os pacientes, enquanto aguardam atendimento, encontram-se em momento propício para absorver informações relevantes. Este relato descreve uma ação voluntária realizada por acadêmicas de Medicina na UBS Alto da Boa Vista, em Santa Maria, RS, com o objetivo de conscientizar a comunidade sobre a dengue. A atividade foi realizada em abril de 2024, como parte da disciplina Interação e Serviço para Comunidade VI, do curso de Medicina da Universidade Franciscana de Santa Maria, sob supervisão de um preceptor médico e docente. Durante a ação, informações simplificadas sobre transmissão, sintomas e medidas preventivas da dengue foram apresentadas com o auxílio de um banner informativo, que permanecerá exposto na UBS. Em seguida, foram feitas perguntas aos participantes para avaliar o conhecimento sobre o tema, incentivando-os a tirar dúvidas e compartilhar experiências, o que fortaleceu a interação. Cerca de 20 usuários participaram ativamente, demonstrando interesse em aprender e se engajar em ações em prol da saúde. A troca de experiências e o esclarecimento de dúvidas promoveram uma comunidade mais consciente e colaborativa, além de fortalecer os vínculos entre a UBS, a população e os profissionais de saúde. Essa experiência também destacou o papel transformador das acadêmicas como agentes promotoras de saúde.

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE NA UBS COMO DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO POPULAR NO MUNICÍPIO DE TEFÉ

Neurismar de Oliveira, Isaide de Lima Campelo, Tereza Canales Prado, Lecita Marreira de Lima Barros

O Conselho Local de Saúde (CLS) é uma das instâncias do Controle Social implantadas no Município de Tefé como um dispositivo de participação popular, permitindo que cidadãos conselheiros acompanhem, proponham e sugiram o fortalecimento do SUS nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de referência, considerando as especificidades territoriais. No Amazonas, levar saúde ainda é um desafio, especialmente em municípios da região do Médio Solimões, como Tefé. O CLS,

instituído por lei, segue a proporcionalidade dos Conselhos Municipais de Saúde, sendo composto por 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de gestores, e foi fortalecido pelo lançamento da campanha “CONSELHO LOCAL DE SAÚDE, AQUI TEM”. Com o objetivo de ampliar a participação popular e fortalecer o controle social, o CLS busca atuar como agente de transformação na política pública de saúde, oferecendo aos usuários acesso a informações sobre os serviços disponíveis, sensibilizando-os a conhecer seus direitos e deveres e promovendo a construção de um SUS mais efetivo, por meio de capacitação permanente em educação e saúde. A metodologia adotada, de caráter qualitativo e quantitativo, incluiu pesquisa documental baseada em leis, decretos e resoluções, criação de comissões mobilizadoras com membros do Conselho Municipal de Saúde, mapeamento de 12.331 usuários e 51 instituições, além de materiais de divulgação impressos e audiovisuais. Em 2023, ações de fortalecimento do controle social incluíram a participação de Tefé na 17ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, consolidando a campanha “CONSELHO LOCAL DE SAÚDE, AQUI TEM” e motivando a inclusão da criação de CLS nas 10 UBS do município na Programação Anual de Saúde (PAS) 2022-2025. A primeira implantação ocorreu na UBS São Miguel, em dezembro de 2023, com mobilização para a formação de outros três conselhos nas UBS Maíra Fachini, Lourival Pires e Irmã Adonay, abrangendo áreas urbanas e ribeirinhas. Inicialmente, houve resistência de movimentos e instituições, devido ao desconhecimento do dispositivo, mas, através de encontros e esclarecimentos, esse cenário foi transformado, permitindo aos usuários maior compreensão e protagonismo nas políticas públicas de saúde, consolidando o controle social como uma ferramenta inovadora para garantir o direito à saúde e, sobretudo, à vida.

VIOLÊNCIA NO COTIDIANO DE TRABALHO DOS ACS E ACE: RELATOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Kelly Dias Hoffmann, Michele de Lavra Pinto, João Vitor Rodrigues Oliveira Soares, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Leandro Raizer, Luciana Barcellos Teixeira

A violência comunitária, definida como interações interpessoais violentas entre indivíduos que podem ou não se conhecer, fora do ambiente doméstico, é uma realidade enfrentada por profissionais de saúde que atuam na Saúde da Família. Este estudo insere-se no projeto “Saúde com Agente”, uma iniciativa conjunta do Ministério da Saúde, Conasems e UFRGS, que contou com a participação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Endemias (ACE) que concluíram a formação técnica ofertada nacionalmente. O objetivo foi identificar relatos de violência vivenciados por esses profissionais nos territórios onde atuam. A pesquisa, de abordagem qualitativa, realizou entrevistas presenciais e online com 110 ACS e ACE de todas as regiões do Brasil: Nordeste (30,8%), Sul (26%), Sudeste (19,2%), Norte (16,3%) e Centro-Oeste (7,7%). Os dados, extraídos de transcrições em andamento, revelam que a violência urbana, especialmente associada ao tráfico de drogas, é recorrente no cotidiano de trabalho desses profissionais. Os relatos dividem-se entre vivências pessoais, que embora menos frequentes têm grande impacto, e histórias de terceiros, frequentemente relacionadas a eventos passados. A violência, naturalizada nesses territórios, representa um desafio diário, levando os profissionais a desenvolverem

estratégias de enfrentamento, como neutralidade nos conflitos, vigilância durante visitas, estabelecimento de diálogos pacíficos com a comunidade e busca por apoio da equipe. Os ACS e ACE desempenham papel crucial como elo entre o serviço de saúde e comunidades vulneráveis, acessando usuários em locais com altos índices de violência. O estudo evidencia que a violência afeta diretamente o trabalho desses profissionais, demandando suporte e capacitação específicos por parte da gestão pública. Assim, a pesquisa oferece subsídios para políticas públicas que assegurem a segurança e o bem-estar dessas equipes, fortalecendo sua atuação em contextos adversos.

A INFLUÊNCIA DOS FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO LETRAMENTO EM SAÚDE DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Gabriela Kahl Kunkel, Gabriela Franco Budel, Carolina Machado Carvalho,
Adriane Cristina Bernat Kolankiewicz, Eliana Elisa Rehfeld Gheno

Transtornos mentais são condições que alteram o comportamento, pensamentos e emoções de uma pessoa, enquanto o letramento em saúde (LS) envolve habilidades cognitivas e sociais que permitem acesso, compreensão e uso de informações para a promoção da saúde. Estudos apontam que fatores sociodemográficos, como sexo, raça e escolaridade, influenciam os níveis de LS. Pessoas não brancas, geralmente associadas a dificuldades financeiras e baixa renda, tendem a apresentar níveis mais baixos de LS, assim como indivíduos com baixa escolaridade. Este estudo teve como objetivo analisar a influência dessas variáveis no LS de pessoas com transtornos mentais graves. Trata-se de um estudo transversal realizado entre abril e outubro de 2023, em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no sul do Brasil, com 444 participantes diagnosticados com transtornos mentais graves e em estado psíquico estável. Foram excluídos indivíduos com diagnóstico concomitante de deficiência intelectual ou com interdição judicial. O LS foi avaliado pelas dimensões D8 (capacidade de encontrar boas informações de saúde) e D9 (compreensão e aplicação de informações de saúde) do instrumento Health Literacy Questionnaire (HLQ), adaptado para o Brasil como HLQ-Br. A análise estatística foi realizada no SPSS® versão 25. Entre os participantes, 75,9% eram mulheres, 23,9% homens e 0,2% não binários; 76,6% identificaram-se como brancos, e os demais como amarelos, pardos ou pretos. Quanto à escolaridade, 31,5% estudaram de 10 a 12 anos, 28,2% entre 5 e 9 anos, 27,3% até 4 anos e 13,1% mais de 12 anos. Não houve diferença estatisticamente significativa nas dimensões D8 e D9 em relação ao sexo, mas a cor da pele mostrou-se relevante, com pessoas brancas apresentando escores médios mais altos em D8 ($p=0,013$) e D9 ($p=0,048$). A escolaridade também foi significativa, com participantes que estudaram mais de 12 anos obtendo escores médios superiores em D8 e D9 ($p<0,001$) em relação aos que tinham até 4 anos de estudo. Esses achados reforçam a influência de determinantes sociais, como raça e escolaridade, no LS de pessoas com transtornos mentais graves. Assim, intervenções no campo da saúde mental devem ir além do acompanhamento clínico, abordando os determinantes sociais que impactam a trajetória dos usuários e promovendo estratégias inclusivas e equitativas.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E PROFISSIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO ESTADO DO PARÁ

Kelly Dias Hoffmann, Walessa Marcelli Matos Fideles, Tácia Borges de Oliveira Miller, João Vitor Rodrigues Oliveira Soares, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Leandro Raizer, Luciana Barcellos Teixeira

Este estudo tem como objetivo descrever as características sociodemográficas dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do estado do Pará e contribuir para o levantamento de dados na área da demografia do trabalho, com foco no perfil desses profissionais. Foi realizada uma pesquisa de abordagem quantitativa, epidemiológica e descritiva, com base em um recorte amostral dos ACS participantes da primeira edição do Programa Saúde com Agente no Pará. Além disso, duas pesquisadoras realizaram uma visita técnica à cidade de Belém para conhecer as atividades mais comuns desempenhadas pelos ACS na região. O Programa Saúde com Agente é uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS), em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias da Saúde (Conasems) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, em sua primeira edição, ofereceu 200 mil vagas para cursos de Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias. O Pará, o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial e o mais populoso da região Norte, apresentou em 2021 uma cobertura de 60% da Estratégia de Saúde da Família, refletindo possíveis desigualdades em saúde, especialmente em áreas mais carentes. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) tem avançado com a criação de equipes e equipamentos de saúde voltados para as regiões rurais, ribeirinhas e remotas. No estado, 8.490 ACS participaram do curso, sendo que a maioria é do sexo feminino e mais de 80% se autodeclararam pardos. Embora a população urbana predomine, a pesquisa também revela um atendimento significativo à população ribeirinha. A maioria dos ACS possui mais de 11 anos de experiência, e a visita domiciliar é a atividade predominante, conforme relatado por gestores e trabalhadores. Diante das diversas complexidades socioeconômicas e culturais do Pará, a atuação dos ACS é fundamental para conectar as comunidades aos serviços de saúde. Conhecer o perfil dos ACS participantes do Programa Saúde com Agente é essencial para entender as necessidades específicas desses profissionais e os desafios na implementação das políticas de saúde na região. A formação técnica dos ACS, realizada entre 2022 e 2023, busca qualificar e valorizar esses profissionais, capacitando-os para lidar com os desafios da área. Embora a PNAB tenha promovido avanços, ainda existem desafios a serem superados para garantir equidade no acesso à saúde no estado, especialmente devido à sua vasta geografia e à população ribeirinha. A atuação dos ACS é vital nesse contexto, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias para preencher lacunas e promover uma atenção integral à saúde, incluindo cuidados de urgência e emergência. A formação técnica também pode contribuir para melhorar a classificação da vulnerabilidade das famílias e ampliar a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde.

BENEFÍCIOS DO REIKI COMO TERAPIA COMPLEMENTAR NO SUS

Giovana Salette Lira, Jhoanny Ester Ribeiro, Renata Mendonça Rodrigues, Kiciosan da Silva Bernardi Galli

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPICs) reconhece atualmente 29 terapias integrativas como ações de promoção e prevenção em saúde, incluindo o Reiki, uma prática terapêutica redescoberta no Japão, que utiliza a energia vital presente no universo. Esta energia é canalizada através da imposição das mãos, estimulando os mecanismos naturais de recuperação e manutenção da saúde. No contexto das políticas de saúde pública, a aplicação do Reiki oferece vantagens como acessibilidade e eficácia respaldada por evidências. O objetivo deste estudo é compreender como os benefícios do Reiki atuam no Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, na qual foram realizadas buscas na plataforma Google Acadêmico utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) com a sequência: “Reiki” OR “Toque Terapêutico” AND “Práticas Integrativas e Complementares” AND “Sistema Único de Saúde”. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2018 e 2024, em inglês, português e/ou espanhol, textos completos e gratuitos, e que abordassem o tema central do estudo. Foram encontradas 439 produções, das quais 156 atenderam aos critérios estabelecidos. Destes, 46 estavam indisponíveis integralmente, 38 não apresentavam o objetivo central do estudo e 59 não abordavam o tema principal, restando 13 publicações, das quais seis foram selecionadas para a revisão. Observou-se, nos estudos analisados, um aumento recente no uso do Reiki por profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros e cirurgiões dentistas, que aplicam a técnica em hospitais, unidades psiquiátricas, salas de cirurgia e cuidados paliativos. Os benefícios reportados incluem o Reiki como tratamento holístico com excelente custo-benefício e ausência de efeitos colaterais, podendo ser utilizado tanto de forma preventiva quanto para o alívio de sintomas, como redução de dores crônicas, ansiedade, medo, ataques de pânico, sintomas depressivos, estresse, fadiga, entre outros. Além disso, o Reiki fortalece o sistema imunológico e auxilia na liberação de toxinas, melhorando a qualidade de vida dos indivíduos. O toque terapêutico também foi aplicado em condições como sinusite, asma, artrite e insônia. Em pacientes oncológicos em tratamento de quimioterapia, que podem sofrer inúmeros efeitos colaterais, a terapia com Reiki contribui para a melhora do bem-estar e a redução do estresse emocional causado pelo câncer. Conclui-se que, com base nos princípios do SUS, que incluem a prevenção e a abordagem holística dos cuidados, o Reiki contribui para uma utilização mais eficaz dos recursos públicos e aprimora a qualidade de vida dos pacientes.

PESQUISADOR, PROFISSIONAL OU VIZINHO? DIFERENTES PAPÉIS E SEUS (DES)ARRANJOS NAS RELAÇÕES DE CUIDADO NO TERRITÓRIO

Alessandro Demel Lotti, Eunice Nakamura

Este relato descreve a experiência de pesquisa de doutorado em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas no município de Praia Grande – SP, cujo objetivo é

compreender, por meio do método etnográfico, as relações de cuidado desenvolvidas pelos usuários, especialmente nos grupos de práticas corporais. O serviço está localizado em uma área periférica e vulnerável, em comparação com os bairros mais próximos à orla da praia. Conhecer os modos de vida e os significados que as pessoas idosas atribuem ao cotidiano é central neste estudo, pois, na etnografia, o pesquisador busca “fazer parte» e se integrar à cultura local, estabelecendo uma relação de confiança e confidencialidade com os participantes. Isso nos levou a refletir sobre o(s) lugar(es) que o pesquisador ocuparia no estudo e as implicações de uma proximidade tão intrínseca com o campo e os participantes, considerando que o pesquisador atuava há oito anos como profissional de Educação Física na instituição e residia no mesmo território. Essa multiplicidade de papéis – pesquisador, profissional e morador – gerou, no início, uma crise de identidade sobre qual posição ocupar e as posturas adequadas a serem adotadas em determinados momentos. Com o tempo, percebeu-se que essa multiplicidade de papéis enriqueceria as reflexões e a pesquisa sobre o cuidado. Apesar de o contato com as pessoas ocorrer em contextos distintos, os vários papéis estão “amarrados” pelas relações de cuidado no território. As pessoas também assumem diferentes papéis, pois são usuárias do serviço, alunas nos grupos de práticas corporais e vizinhas na mesma comunidade, com possibilidades de interações além do ambiente de trabalho e pesquisa. O estudo revela a complexidade dessas relações e gera algumas indagações: o lócus da pesquisa é a instituição ou o território? As pessoas teriam maior liberdade para tratar certos assuntos fora da instituição? O que elas dizem fora do contexto de trabalho deve ser considerado? A experiência dessa pesquisa mostrou que as relações de cuidado transcendem a prática profissional; toda interação nesse contexto é relevante para a pesquisa. Exemplos disso surgem em situações cotidianas, como quando, na fila do mercado, uma aluna relatou sobre sua cunhada, também aluna, que estava passando por uma fase depressiva; na Unidade de Saúde do bairro, quando uma senhora se justificou pelas ausências enquanto o pesquisador passava por atendimento; ou até mesmo em casa, quando um vizinho distante da unidade perguntou sobre os colegas que não via há algum tempo. Pesquisador, profissional ou vizinho? No contexto do estudo, esses papéis são indissociáveis das relações no território.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CONTEXTOS RURAIS

Mariana Tais Paduki de Almeida, Gustavo Zambenedetti, Analu Dmucharski

Esta pesquisa tem como objetivo discutir experiências de violência vivenciadas por mulheres residentes em contextos rurais, com base na pesquisa de mestrado intitulada “Experiências de sofrimento psíquico de mulheres nos contextos rurais”. Participaram da pesquisa nove mulheres em uso de psicotrópicos e com experiências de sofrimento psíquico, residentes em um município de pequeno porte na região sudeste do Paraná. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO (parecer nº 6.197.682) e as entrevistas ocorreram entre agosto e dezembro de 2023. Durante as entrevistas, as participantes relataram diversas situações de violência, como exemplificado nos seguintes relatos: uma mulher de 38 anos, que faz uso de psicofármacos desde os 13 anos devido a um abuso sexual sofrido por seu padrasto; uma mulher de 47 anos, que, apesar de trabalhar na

lavoura e na residência, precisa realizar “bicos” para adquirir o que considera importante, pois o marido administra o dinheiro proveniente de seu trabalho; uma participante de 30 anos, que, embora esteja separada e morando em outro local, usa a aliança de casamento para se sentir mais segura e respeitada por outros homens; e uma mulher de 38 anos, que se sente pressionada pelos familiares a realizar sozinha as tarefas domésticas além do trabalho na lavoura, devido à visão dos “homens da família” de que essas atividades são exclusivamente femininas, resultando em cansaço e sobrecarga. Esses relatos evidenciam a vivência de múltiplas violências por mulheres em contextos rurais, uma população que enfrenta a interseccionalidade de marcadores sociais como território, gênero, renda, escolaridade e classe, os quais exacerbam a exclusão, desigualdade e exposição à violência. Na posição de pesquisadora-trabalhadora, a pesquisa de intervenção permitiu reflexões e encaminhamentos para mobilizar o campo de intervenção, buscando práticas mais alinhadas às realidades e necessidades das mulheres. Constatou-se a incidência de múltiplas formas de violência vivenciadas por essas mulheres, e a consideração dos marcadores sociais é fundamental para uma interpretação mais coerente do contexto, dada a falta de acesso à informação, meios de denúncia, serviços públicos, renda, transporte e a desigualdade de gênero, entre outros fatores.

A ORGANOGENESE DOS CORPOS DE EQUIPE – CONSTRUÇÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA RAPS

Pedro Lucas Domingos Pelisoli, Tanise Kettermann Fick

O GerAção POA é um serviço único, que integra a RAPS do SUS e faz parte da atenção especializada em saúde mental. Esse serviço oferece oficinas de trabalho em diversos formatos e apresentações, pautadas por valores como economia solidária, construção de autonomia e cuidado em liberdade. Fortemente comprometido com a reforma psiquiátrica, o serviço é estruturado a partir dos usuários, suas demandas e desejos. O Conselho Local de Saúde orienta o trabalho da equipe interdisciplinar, composta por psicólogas, terapeutas ocupacionais, um administrador, uma médica, residentes e estagiários. Em um modelo como esse, as fronteiras entre horizontalidade e verticalidade tornam-se turvas, criando desafios para o posicionamento da equipe e a construção do que pode ser chamado de “fantasma de grupo”. O objetivo deste trabalho é analisar como se organizam os processos da equipe, interagindo com seus membros permanentes, membros em estágio e residência, usuários que constroem seu próprio cuidado e uma demanda sempre mutável. A partir da experiência de estágio curricular em psicologia com ênfase em políticas públicas, proponho-me como cartógrafo, com o objetivo de mapear a dupla-captura gerada pelo encontro com o campo de estágio. Cartografar uma experiência de estágio é mapear os territórios, sensações e afetações geradas pelo encontro com o campo, o serviço, a equipe e, principalmente, com os usuários. O primeiro passo é delimitar a trajetória, prestando atenção a todos os acasos, erros e desvios. A partir daí, o trabalho consiste em conectar essa experiência sensível com os conceitos de autores

como Rolnik, Guattari, Oury, Deleuze, Lancetti e Baremlitt. Para o estudante-estagiário, fazer parte de uma equipe de cuidado é um intenso processo de desterritorialização e territorialização: no momento de maior intensificação de sua formação, observar o funcionamento dos profissionais em exercício representa uma oportunidade de recriar a profissão. Já a residência representa uma situação intermediária, entre a profissão e a formação, gerando suas próprias efervescências, muitas vezes incendiárias. A maior complexidade desse processo surge ao observar o encontro do trabalho do servidor público com o trabalho exercido pelo usuário na posição de oficinairo-trabalhador. Como consequência, todos os posicionamentos, falas e movimentos da equipe se tornam um potente analisador, exigindo atenção especial. Proponho pensar as equipes como corpos, explorando os processos de organização-desorganização-reorganização a partir dos movimentos de formação desses tecidos. A questão central é como potencializar esses movimentos para garantir a capacidade de multiplicação, desindividualização e reorganização dos corpos de equipe.

PROMOVENDO A SAÚDE: CENÁRIO DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DE UMA UNIVERSIDADE DE MACEIÓ, ALAGOAS

Stela Maria Jerônimo da Silva, Alícia Caroline Amorim da Silva, Jordânia França da Silva, Kauany Vitória Ramos da Silva, Maria Luana da Silva Costa, Thais Gabrielly Atanásio Silva, Victoria Karolayne dos Santos Amorim Toledo, Zayanne Samille Marques Magalhães, Audrey Moura Mota Gerônimo

A saúde dos estudantes é um aspecto crucial que afeta tanto o bem-estar individual quanto o desempenho acadêmico. No ambiente universitário, onde os alunos enfrentam desafios acadêmicos, sociais e frequentemente financeiros, a saúde física e mental se torna ainda mais fundamental. Esse contexto destaca a importância de abordar as necessidades de saúde dos estudantes e reconhecer como o cuidado ativo pode impactar positivamente tanto os indivíduos quanto o ambiente universitário como um todo. Com isso em mente, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de avaliar a situação de saúde dos estudantes do curso de graduação em Enfermagem da UNINASSAU Maceió, a fim de identificar as vulnerabilidades a que a comunidade acadêmica está exposta. Um formulário foi criado no Google Forms para levantar informações sobre a situação de saúde dos alunos, dividido em três seções: a primeira com dados pessoais (nome, idade, raça, local de residência, situação de trabalho, entre outros), a segunda sobre questões de saúde (diagnóstico clínico, uso de medicamentos controlados) e hábitos cotidianos (consumo de álcool, tabagismo e prática de atividade física). Os dados foram analisados no Microsoft Excel e os resultados foram compartilhados em sala de aula para definir as temáticas para a produção de material de educação em saúde. A análise detalhada dos dados da pesquisa possibilita uma visão abrangente da saúde dos estudantes, permitindo a identificação de áreas prioritárias para intervenção e o desenvolvimento de estratégias eficazes para promover o bem-estar e o desempenho acadêmico no ambiente universitário. Em resumo, os resultados da pesquisa ressaltam a importância de se abordar ativamente a saúde dos estudantes, especialmente no contexto universitário desafiador. A análise revelou padrões significativos de

saúde e hábitos, como a prevalência da ansiedade, evidenciando a necessidade de intervenções educativas e de saúde mental. A alta taxa de participação na pesquisa também indica o interesse e a disposição dos estudantes em contribuir para o cuidado coletivo. Portanto, ações voltadas à promoção da saúde física e mental, como incentivo à atividade física e ao acesso a serviços de apoio psicológico, são essenciais para melhorar o bem-estar e o desempenho acadêmico dos estudantes, criando um ambiente universitário mais saudável e inclusivo. Este estudo, portanto, demonstra a relevância de ações de educação em saúde direcionadas às vulnerabilidades de um grupo social, sendo valiosas e essenciais na promoção da saúde e prevenção de doenças.

TIRINHAS E NARRATIVAS DO COTIDIANO: PROMOVENDO REFLEXÕES CRÍTICAS E O CUIDADO DE SI MESMO

Jenyfer Regonini Schneider, Roseane Vargas Rohr, Hiata Anderson Silva do Nascimento

A atuação dos profissionais de saúde está intimamente ligada a questões políticas, sociais, econômicas e culturais, que, além de estarem relacionadas aos problemas de saúde coletiva, também impactam o profissional de forma individual. Já é amplamente comprovado que o processo artístico pode trazer benefícios para a saúde, contribuindo significativamente no cuidado humano. O esgotamento físico e mental dos trabalhadores, especialmente daqueles que atuam em serviços de saúde, é um fenômeno evidenciado em estudos há várias décadas; entretanto, a pandemia agravou esse quadro, somado a um contexto político dissonante de políticas de saúde que defendem a vida e o Sistema Único de Saúde. O projeto de extensão “Imagens da vida: arte, saúde, história», desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo desde 2007 (Registro Proex Ufes 638), oferece aos estudantes e profissionais de saúde a oportunidade de refletir sobre temas relevantes à saúde por meio da arte. Ao integrar arte e saúde no processo de formação e cuidado, torna-se possível evidenciar as humanidades nos processos de reflexão e crítica, além de explorar sua potência terapêutica. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência da produção de tirinhas autorais de uma enfermeira que atua no referido projeto, utilizando a arte como uma estratégia de cuidado de si mesma, destacando as reverberações do processo criativo na crítica social. As tirinhas foram criadas durante um processo terapêutico pessoal da autora deste trabalho e abordam acontecimentos vividos em seu cotidiano e história de vida. Foi criado um perfil no Instagram, uma rede social online, para difundir suas obras, intitulado “Desenho Líquido”. O nome foi inspirado nos escritos de Zygmunt Bauman, sociólogo e filósofo polonês, que cunhou o conceito de modernidade líquida, caracterizada por relações voláteis, maleáveis e dinâmicas, com uma fluidez distinta da solidez do período que a antecede. Atualmente, o perfil conta com 180 publicações e 392 seguidores, incluindo membros da comunidade artística, estudantes, docentes e profissionais de diversas áreas, o que tem permitido uma interação dialógica com pessoas que se identificam com as obras. Essa interação, manifestada por meio dos comentários e curtidas na

rede, possibilita amplificar sentimentos individuais e coletivos, estabelecendo uma crítica social diante de fatos da realidade concreta que influenciam o cotidiano de vida e saúde das pessoas. Além disso, contribui para o processo terapêutico e para a expressão de sentimentos abafados por uma sociedade globalizada e intolerante com as divergências de pensamento e crítica. Espera-se que, além dos benefícios individuais, as obras sirvam como um acervo para promover a reflexão e análise crítica da sociedade, sua organização, produção, impactos na saúde e as ações individuais e coletivas que podem ser tomadas para promover mudanças efetivas para as gerações atuais e futuras.

BEBÊ ARCO-IRIS A EXPERIÊNCIA DE UMA GESTANTE APÓS A PERDA GESTACIONAL: RELATO DE CASO

Raquel das Chagas e Silva Xavier, Maria Eduarda de Melo Rodrigues, Milena Fernanda Freitas Martinez, Fatima de Matos Pereira, Vanessa Fábio Vasconcelos Torres, Elimara de Almeida, Mayara Carolina Cañedo

A mulher que vivencia uma perda gestacional ou neonatal muitas vezes recorre à estratégia defensiva de buscar uma nova gravidez, em um curto espaço de tempo, como forma de lidar com a condição paradoxal de ser mãe e, ao mesmo tempo, não ser mãe, com a esperança de que o processo de luto seja finalizado com o nascimento de um novo bebê. Este estudo tem como objetivo realizar consultas de enfermagem a uma gestante que passou por uma perda gestacional. Trata-se de um relato de caso realizado na clínica escola de uma faculdade particular em Dourados, Mato Grosso do Sul, no mês de março de 2024, no âmbito da disciplina de enfermagem na saúde da mulher. A participante, N.D., de 22 anos, casada há três anos e trabalhadora na área de vendas de planos de saúde, leu, discutiu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Durante a consulta, relatou que sofreu uma perda gestacional após descobrir sua gravidez, com aproximadamente quatro semanas de gestação. Informou também que não tinha intenção de engravidar e chegou a utilizar pílula contraceptiva de emergência. N.D. era tabagista, hipertensa, consumia álcool socialmente e estava com infecção do trato urinário (ITU) no momento da perda gestacional. A equipe associou o aborto à ITU e a alterações hormonais. A gestante sempre praticou atividade física e, em relação ao peso, é considerada eutrófica. Após a perda, expressou o desejo de engravidar novamente, modificando seus hábitos de vida e iniciando o uso de ácido fólico. Sete meses depois, engravidou novamente, com a data prevista para o parto do bebê arco-íris marcada para 4 de junho de 2024. A gestação tem evoluído de forma tranquila, mas o último ultrassom revelou restrição de crescimento fetal. Este estudo permitiu ao estudante compreender que as intervenções de enfermagem durante o pré-natal devem ser baseadas na compreensão da individualidade de cada gestante. O processo de elaboração da perda é singular, e é essencial que o cuidado oferecido à mulher e sua família leve em consideração as diferentes dimensões dessa experiência. Além disso, a construção do vínculo entre o profissional e o paciente é crucial para que a gestante consiga compartilhar sua história.

TECNOLOGIAS CUIDATIVO-EDUCACIONAIS EM UTI NEONATAL: HUMANIZANDO O CUIDADO POR MEIO DA ARTE

Jenyfer Regonini Schneider, Roseane Vargas Rohr, Hiata Anderson Silva do Nascimento

É comum nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN's), em meio à rotina de procedimentos técnicos e burocráticos que exigem o uso de equipamentos e dispositivos tecnológicos, juntamente com a intensa carga de trabalho da enfermagem, uma sobrecarga que, somada à escassez de profissionais, dificulta a incorporação de práticas de cuidado humanizado. Nesse contexto, a arte pode se tornar uma aliada importante no cuidado prestado pela equipe de enfermagem. O uso de tecnologias cuidativo-educacionais inovadoras e criativas pode contribuir para a humanização do atendimento aos bebês e familiares. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de utilização de artefatos criativos em UTIN's, visando promover uma relação de cuidado sensível entre profissionais e familiares. A experiência foi desenvolvida em uma UTI neonatal de uma maternidade filantrópica que atende usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), localizada no município de Vitória, Espírito Santo. Os artefatos criativos foram concebidos e implementados por uma enfermeira que atua nesse serviço. O processo criativo para o desenvolvimento dos artefatos foi baseado na experiência profissional da enfermeira, que também é autora deste trabalho, e foi impulsionado por suas competências e habilidades artísticas. Os artefatos foram aplicados em bebês internados e o diálogo com seus familiares foi estabelecido, a fim de perceber os impactos dessas ações durante o período de internação. Foram confeccionadas identificações personalizadas para sondas, pulseiras de identificação com desenhos coloridos, adesivos decorativos para acessos venosos periféricos, e normas, rotinas e avisos do setor foram ilustrados com desenhos personalizados, relacionados aos temas abordados. Durante a utilização dessas tecnologias, observou-se maior interação entre a equipe de enfermagem e a família dos bebês, que expressaram elogios e relataram satisfação com os artefatos utilizados. As ilustrações nas rotinas, avisos e normas facilitaram sua identificação, estimularam a leitura e a memorização, contribuindo para a melhoria da comunicação visual do setor. Esses dispositivos criativos representam uma tecnologia de cuidado inovadora, que contribui para a redução dos impactos negativos da internação na UTIN, melhora a comunicação entre a equipe multiprofissional e a família, e sensibiliza, principalmente a equipe de enfermagem, sobre os benefícios do uso de métodos não medicamentosos para humanizar o atendimento e reduzir os impactos negativos nos recém-nascidos, como dor e desconforto durante os procedimentos. Espera-se que, com o uso da arte e dessas tecnologias criativas, o ambiente hospitalar incorpore soluções que promovam uma melhor interação entre profissionais, familiares e bebês internados, facilitando a comunicação e promovendo o cuidado integral à saúde do recém-nascido.

REDES DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19 SEGUNDO ADOLESCENTES E JOVENS USUÁRIOS DE UM CAPSI DO MUNICÍPIO DE SANTOS (SP)

Marcela Garrido Reghin, Eunice Nakamura, Cristiane Gonçalves da Silva

Ressalta-se a importância de investigar as redes de cuidado no âmbito da saúde mental infantojuvenil, assim como as experiências de crianças, adolescentes e jovens em contextos de vulnerabilidade, especialmente considerando o cenário de crise decorrente da Pandemia de covid-19. Este trabalho compõe parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado que busca explorar as redes de cuidado infantojuvenis, incluindo as ações institucionais e não institucionais, no contexto da crise gerada pela pandemia. A pesquisa, desenvolvida a partir de uma abordagem etnográfica, envolveu observações participantes e entrevistas abertas com oito adolescentes e jovens usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) no município de Santos-SP. Entre dezembro de 2023 e abril de 2024, a pesquisadora participou de dois grupos semanais do CAPSi, realizados às quartas e sextas-feiras, e, durante esse período, estabeleceu uma aproximação com os usuários e os convidou a participar da pesquisa. As entrevistas abertas foram realizadas com os oito participantes que concordaram em colaborar, e até o momento, foram acompanhados os trajetos e alguns dos lugares frequentados por quatro desses participantes, observando os locais onde ocorre o cuidado. O material coletado foi analisado por meio de uma análise interpretativa, com base na hermenêutica. Os interlocutores da pesquisa têm entre 14 e 18 anos, sendo cinco meninas, dois meninos e um adolescente transmasculino. Em relação aos aspectos étnico-raciais, quatro participantes se identificam como brancos e quatro como pretos e pardos. A partir das observações e escutas realizadas, foi possível identificar alguns locais considerados como espaços de cuidado nos territórios. Entre os locais institucionais, destacam-se o CAPSi, a escola, o abrigo, a família, as instituições religiosas, programas de capacitação para o mercado de trabalho e entidades voltadas ao cuidado de pessoas com deficiências. Já os espaços de cuidado não institucionais foram encontrados nas amizades, nas atividades de lazer, na participação em movimentos estudantis, na rua e na convivência com os animais. O celular, enquanto dispositivo de acesso à internet, emerge como um mediador material nas relações de cuidado. A dimensão das relações afetivas, presentes nos diferentes lugares de cuidado, também se destaca, tanto nas boas experiências vivenciadas pelos adolescentes e jovens, como as amizades, quanto nas que sugerem um “não cuidado”, termo nativo que faz referência a alguns ambientes como casas, escolas e até a internet, quando esses jovens enfrentam situações de violência, negligência e discriminação. Durante a pandemia, o isolamento social restringiu o acesso aos diversos espaços de cuidado e à convivência social, limitando-os, na maioria das vezes, à casa e à internet. Isso gerou mudanças significativas na socialização, e alguns adolescentes vivenciaram o agravamento de vulnerabilidades e experiências de violência. Ao final da pesquisa, espera-se mapear as múltiplas redes de cuidado observadas no campo, as quais se constituem e se revelam especialmente em situações de crise, como ocorreu durante a pandemia.

ABORDAGENS INTEGRADAS EM SAÚDE MENTAL: REDUÇÃO DE DANOS E DETERMINANTES SOCIAIS NO CONTEXTO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes,
Eduardo Lúcio Cordeiro, Raphaela Freitas Carvalho, Arnaldo da Silva Xavier,
Marcelly Cristina Santos Costa, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

O consumo de substâncias psicoativas (SPA) é uma problemática resultante de diversos fenômenos, e sua compreensão exige uma visão holística que abranja os diferentes aspectos que permeiam essa questão. Os determinantes sociais (DSS) vivenciados pelos indivíduos no contexto da globalização desempenham um papel significativo, impactando o prognóstico dos usuários ao contribuir para a gravidade da dependência, o envolvimento em atividades criminosas e os consequentes prejuízos sociais. Para melhorar a qualidade do cuidado, surge como política e modelo de assistência a Redução de Danos (RD), que apresenta diversas estratégias de intervenção orientadas pela realidade e vulnerabilidade do sujeito, oferecendo um suporte psicossocial e assistência integral ao público-alvo, reconhecendo a influência desses fatores na saúde mental e no uso de drogas. O objetivo deste estudo é identificar a viabilidade da implementação de estratégias de RD adaptadas aos DSS de usuários de drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura realizada na base de dados EbscoHost, abrangendo artigos disponíveis integralmente online em português e inglês, recuperados por meio das palavras-chave “redução de danos”, “determinantes sociais” e “saúde mental”, utilizando o operador booleano AND. Como resultados, foram encontrados cinco artigos, dos quais três foram selecionados para compor este trabalho. A abordagem da RD se revela essencial no cuidado aos usuários de SPA, sendo concebida como uma estratégia construída junto ao indivíduo, e não para ele. Com base nos princípios da Reforma Psiquiátrica, para a RD, o sujeito, suas necessidades, seu contexto cultural e comunitário, seu território, seus desejos e dificuldades são elementos centrais e decisivos na construção do cuidado. Nesse sentido, o cuidado continuado, com ênfase em abordagens comunitárias, é fundamental para atender às diversas necessidades dos usuários. Assim, é necessário flexibilizar as linhas de cuidado e fortalecer os vínculos entre os serviços de saúde que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com o objetivo de tornar o cuidado mais efetivo por meio da colaboração e do compartilhamento de saberes e potenciais. É importante considerar eixos relacionados ao sofrimento, ao adoecimento, à promoção da saúde e ao cuidado como aspectos essenciais no cuidado em saúde mental, além de orientar as políticas públicas e as práticas de saúde para torná-las mais eficazes e contextualmente relevantes. A prática da RD, embora balizada por elementos procedimentais e instrumentais, só é viável quando adaptada ao contexto situacional do usuário atendido. Dessa forma, um cuidado continuado, que envolva promoção da saúde, prevenção, tratamento e reinserção social, só pode ser alcançado por meio da elaboração de itinerários terapêuticos alinhados às necessidades individuais e suscetíveis de modificação, a fim de maximizar sua implementação. Diante da complexidade do cenário atual, a integração dessas abordagens é imprescindível para avançar na promoção do bem-estar e na redução dos danos associados ao uso de SPA, reforçando a necessidade de um compromisso contínuo com a inovação e a colaboração interdisciplinar no campo da saúde mental.

VACINAÇÃO EM MENORES DE UM ANO NO PARANÁ: IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Laís Paz Kalatai, Juliana Taís Ruppel, Soraya Abegail de Lima, Eliseu Alves Waldman, Mariele Khaterine Jungles, Erildo Vicente Muller, Pollyanna Kassia de Oliveira Borges

O uso generalizado de vacinas foi um dos maiores avanços médicos do último século. No entanto, com o aumento da cobertura vacinal e a consequente redução das doenças infecciosas, a percepção pública sobre os impactos das infecções diminuiu, levando parte da população a considerar a vacinação desnecessária, o que resultou na queda dos níveis de imunização. Essa redução, que começou nos anos 2000, foi acentuada durante a Pandemia de covid-19, devido ao medo da exposição ao SARS-CoV-2 e à drástica diminuição das visitas às unidades de saúde. Este estudo teve como objetivo avaliar a influência da pandemia nos percentuais de vacinação de menores de 1 ano no Paraná. Foi realizado um estudo epidemiológico ecológico, utilizando dados de imunização do Paraná coletados de registros retrospectivos do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) entre 2015 e 2023. Foram analisados os dados de 8 vacinas recomendadas para crianças de até 12 meses: BCG, Hepatite B, Pneumo 10, Penta, Febre Amarela, Meningo C, Rotavírus e Polio Injetável (VIP). Em 2015, todas as vacinas, exceto Hepatite B, atingiram a meta de cobertura, com BCG, Pneumo 10, Febre Amarela, Meningo C, Penta e VIP superando os 95% de cobertura. No entanto, em 2019, apenas BCG e Rotavírus atingiram a meta, enquanto as demais ficaram, em média, 8,7% abaixo dos 95% estabelecidos. Nos anos de 2020 e 2021, a queda foi ainda mais acentuada, com índices de cobertura muito abaixo das metas, variando de 61,3% a 84,3% nas diversas vacinas. A partir de 2022, as taxas começaram a apresentar um discreto crescimento, atingindo, em 2023, valores como 89,8% para BCG, 90,4% para Hepatite B, 91,5% para Pneumo 10, e 91,54% para Febre Amarela, embora ainda abaixo das metas nacionais e internacionais. As taxas de cobertura vacinal em menores de um ano no Paraná estavam em declínio antes da pandemia, mas a crise sanitária intensificou essa queda, resultando em níveis até 15% menores que as metas nacionais. Nos anos de 2022 e 2023, houve uma recuperação gradual, com índices aproximando-se dos níveis de 2019, mas ainda abaixo das metas estabelecidas. Emergências de saúde pública, juntamente com fatores culturais, sociais, crenças e políticas públicas, impactam diretamente as taxas de vacinação. A retomada das metas de cobertura vacinal é desafiadora, mas o Sistema Único de Saúde tem mostrado sinais de recuperação no Estado do Paraná.

PREVALÊNCIA DA VITIMIZAÇÃO POR BULLYING ENTRE ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS NO INTERIOR DA BAHIA: CENÁRIO PÓS PANDEMIA DA COVID-19

Vitória Hinaê Alves de Souza, Márcia Regina de Oliveira Pedroso, Daiene Rosa Gomes

O bullying é um conjunto de violências físicas e/ou verbais com a intenção de causar desconforto e ridicularizar os indivíduos. Esse comportamento pode ocorrer em diversos ambientes, mas é na

escola que o problema ganhou maior visibilidade, em razão das diversas diversidades sociais presentes nesse contexto. A violência impacta o adolescente, colocando-o em um cenário angustiante, que pode resultar em danos ao período puberal, promovendo episódios de ansiedade, pânico, medo, repulsa e até autoagressão. Durante a pandemia, o fenômeno adquiriu novas nuances, e o fechamento das escolas pode ter influenciado o aumento da violência após a reabertura das instituições de ensino. Este estudo teve como objetivo estimar a prevalência da vitimização por bullying entre adolescentes de 15 a 19 anos no município de Barreiras, na Bahia, no cenário pós-pandemia de covid-19. Trata-se de um estudo de corte transversal, derivado do projeto “Vigilância em saúde de adolescentes de um município do interior da Bahia: cenário pós-Pandemia de covid-19 (VIGIADOLEC-BA)”. A pesquisa envolveu adolescentes de 15 a 19 anos, matriculados na rede pública de ensino médio da cidade de Barreiras. Para a amostragem, foi realizado o sorteio das escolas, com base na proporção de estudantes. A vitimização por bullying foi avaliada por meio do Olweus Bully/Victim Questionnaire e caracterizada em cinco tipos: físico (agressão física como bater, chutar, empurrar, cuspir, danificar pertences e furtar objetos e dinheiro), verbal (insultar, ameaçar, ofender, colocar apelidos, zoar), social ou psicológica (divulgar falsos rumores, humilhar, excluir, discriminar, intimidar), sexual (assediar, abusar sexualmente) e cyberbullying (agressão por meio da internet e telefones celulares). Além disso, foram analisadas características da amostra, como sexo, raça, situação conjugal, trabalho remunerado, moradia e escolaridade do chefe de família. Os dados foram analisados no software STATA versão 14, com cálculo das frequências absolutas e relativas. Participaram da pesquisa 538 adolescentes, sendo a maioria de 16 anos (29,55%), do sexo feminino (55,85%), de raça/cor parda (50,56%), sem companheiro (72,13%), com trabalho remunerado (23,46%), residindo majoritariamente com os pais (96,83%). Em relação à escolaridade dos chefes de família, a maioria tinha o ensino médio completo ou superior incompleto (43,61%), seguidos por aqueles com ensino superior completo (30,61%). Quanto à prevalência de vitimização por bullying, o bullying verbal foi o mais frequente, atingindo 62,52% dos estudantes, seguido pelo bullying social (58,44%), bullying físico (48,05%), bullying sexual (17,44%) e cyberbullying (11,69%), com menor frequência. Conclui-se que a prevalência de bullying entre adolescentes de escolas públicas no interior da Bahia é alta, sendo a vitimização verbal a mais presente. O bullying se configura como um grave problema de saúde pública, demandando o desenvolvimento de ações educativas para conscientizar alunos, pais e escolas sobre as consequências desse comportamento e as formas de preveni-lo.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS NA AMAZÔNIA: NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIAS SINGULARES DE SUPERVISÃO ACADÊMICA

Marcus Vinícius Marcelini Silveira Ribeiro, Clarissa Lages Santos, Marina Abreu Corradi Cruz

Neste texto, procuramos abordar aspectos da experiência de trabalho com a supervisão acadêmica no Programa Mais Médicos Para o Brasil (PMM), em áreas indígenas da Amazônia

brasileira, durante os últimos seis anos. Buscamos também explorar a relação dessa experiência com algumas publicações científicas existentes, além de trazer temas e análises que se destacaram ao longo desse processo. As atividades de supervisão do PMM visam oferecer suporte institucional e promover práticas de educação permanente, com foco principalmente no cuidado médico, tanto com os profissionais intercambistas quanto com os brasileiros. Essa atuação se conecta diretamente com as equipes de saúde brasileiras, compostas por gestores de saúde indígena e usuários de etnias e perfis diversos. A função da supervisão acadêmica é, regimentalmente, prover suporte profissional e educacional aos profissionais inseridos no Programa. Com base na educação permanente em saúde, busca-se desenvolver estratégias para fortalecer o cuidado territorial e promover a integração com as equipes de saúde, usuários, gestores e conselhos de saúde, atendendo às demandas dos profissionais que se inserem em um território desconhecido, muitas vezes em um novo país, e em um sistema de saúde com fluxos e organização diferentes do modelo em que foram formados. Emergindo desses territórios, das falas das equipes, dos profissionais e dos usuários, destaca-se a palavra “isolamento”. Seja pelas características geográficas das áreas isoladas ou pelo isolamento vivido na prática cotidiana dos médicos e equipes dessas regiões. Seria, então, o rompimento desse isolamento o centro da prática educativa? As experiências de educação permanente no Programa indicam que sim. Romper o isolamento, tanto das práticas muitas vezes baseadas em crenças estabelecidas e distantes de evidências, quanto da inclusão de profissionais, equipes e usuários em uma estratégia de supervisão ampla, contínua e capaz de desenvolver melhores práticas, é fundamental. Isso estabelece redes de apoio interprofissionais e abre espaço para mudanças, superando o isolamento cultural, marcado por uma abordagem centrada nas práticas biomédicas. Após acompanhar e auxiliar atendimentos clínicos e a partir de diálogos sobre os diversos problemas de saúde já documentados em publicações sobre saúde indígena, foi possível desenvolver atividades de reflexão e aprimoramento da prática clínica e intercultural. Diversos instrumentos e estratégias, como reuniões temáticas, consultas conjuntas, discussões de casos, rodas de conversa, reuniões com pajés, conselheiros e lideranças, foram empregados para disparar reflexões coletivas sobre as interações culturais, os conceitos de saúde e cuidado, as práticas clínicas, procedimentos e ações pedagógicas comunitárias. O objetivo foi promover a compreensão cultural profunda, a parceria comunitária, uma abordagem multidisciplinar e multicultural, com comunicação sensível e acessível.

A ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL COM ÊNFASE NA SAÚDE MENTAL: GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E SUAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE E O TERRITÓRIO

Myllena San Martin Vargas, Helen Barriles Peters

O serviço de saúde mental na atenção básica desempenha um papel crucial na identificação, mapeamento e acolhimento das demandas, com ações que devem seguir o modelo de cuidado em rede, visando o estabelecimento de vínculos com os usuários. Essas ações são fundamentadas pelos

princípios da Reforma Psiquiátrica e do SUS. Nesse contexto, uma das práticas da Terapia Ocupacional junto à Equipe Multiprofissional é a realização de grupos de convivência, que proporcionam reflexões sobre os fatores que impactam a participação social, a convivência dos usuários no território e os marcadores sociais que influenciam seu cotidiano. O objetivo deste trabalho é relatar e refletir sobre a atuação da Terapia Ocupacional no campo da saúde mental, especialmente na realização de grupos de convivência, e como as questões territoriais e comunitárias influenciam o processo de vinculação e participação dos usuários. O estudo é um relato de experiência de estudantes do estágio curricular obrigatório da graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria. Os grupos de convivência ocorrem tanto na Unidade de Saúde quanto no centro comunitário do território, sendo compostos por profissionais de saúde e adultos usuários de duas Estratégias de Saúde da Família na região leste de Santa Maria - RS, que demonstram interesse em participar. Os encontros acontecem semanalmente. A realização de grupos é uma prática comum na Terapia Ocupacional, funcionando como dispositivo de intervenção e cuidado. Esses grupos são espaços de produção de subjetividade, onde os participantes podem ser impactados em várias dimensões. A dinâmica do grupo é baseada em uma relação horizontal, o que facilita a construção do vínculo entre terapeuta e usuário, e também entre o serviço e o usuário. Esse vínculo é significativo para a manutenção do espaço e para a realização das intervenções, atendendo às demandas e ao que faz sentido para os membros do grupo. A realização dos grupos no território tem um papel fundamental ao fortalecer a interação e participação social dos usuários, o vínculo com os serviços e profissionais de saúde, além de potencializar a autonomia e possibilitar outros modos de circulação na comunidade. Refletindo na produção de vida, especialmente em cotidianos marcados pela classe social, em que a vulnerabilidade social afeta constantemente o dia a dia dos participantes.

PRÁTICA EDUCATIVA EM SAÚDE SOBRE A PREVENÇÃO DO HPV: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rebeca Gonçalves Campos Ribeiro, Aluísio Ferreira Celestino Junior, Bianka da Paixão Silva,
Bruna Thaís Furtado de Sousa, Max Wendell Pereira Rodrigues,
Paulo Elias Gotardelo Audebert Delage, Thaise de Cássia Monteiro Monteiro Rabelo

O Papilomavírus Humano (HPV) é um tema de grande relevância na Saúde Pública, devido à sua associação com o câncer uterino e outros problemas de saúde. A vacinação contra o HPV, destinada a crianças e adolescentes de 9 a 14 anos, foi o foco de uma ação educativa realizada em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, localizada em um bairro periférico de Belém do Pará. Essa atividade fez parte das Atividades Integradas em Saúde (AIS), um projeto desenvolvido pela Universidade Estadual do Pará, que envolve intervenções de saúde em ambientes comunitários, como hospitais e escolas, previamente definidos pela instituição. O objetivo da ação educativa foi fornecer informações sobre o HPV, visto que a falta de conhecimento sobre o tema coloca os jovens em situação de vulnerabilidade. O presente trabalho tem como propósito relatar a experiência dos acadêmicos de enfermagem ao compartilharem seus conhecimentos sobre o HPV com os escolares. O estudo seguiu

as cinco etapas da Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez, uma metodologia ativa que estimula a criatividade e o pensamento crítico dos acadêmicos, incentivando-os a problematizar a realidade e buscar soluções para os problemas identificados. Na primeira etapa, os acadêmicos visitaram a escola e observaram as fragilidades e potencialidades do local. A segunda etapa consistiu na identificação dos pontos-chave e na coleta de dados, com a realização de entrevistas sobre o tema. A terceira etapa envolveu a teorização, com a busca de artigos em meios digitais, como a BVS e o SciELO. Na quarta etapa, foi elaborado o Plano de Ação, que consistiu na realização de uma peça teatral seguida de uma dinâmica com jogo de tabuleiro em equipes. Após a conclusão dessas quatro etapas, os acadêmicos retornaram à escola para colocar em prática a ação educativa e realizar a última etapa. Os resultados mostraram que os alunos apresentavam fragilidade no conhecimento sobre prevenção, sintomatologia e tratamento do HPV, mas demonstraram grande interesse pelo tema. A abordagem lúdica, através de uma peça teatral e jogos, favoreceu a dinamização do processo de aprendizagem, promovendo o engajamento, o trabalho em equipe e o desenvolvimento do pensamento crítico, o que resultou em um maior domínio da temática por parte dos alunos. A experiência vivida pelos acadêmicos destaca a importância da Enfermagem no desenvolvimento de recursos educativos que contribuam para a disseminação de informações sobre saúde, especialmente no âmbito da prevenção e promoção. Essa ação contribui para o empoderamento da comunidade, facilita a adesão aos métodos de prevenção e controle, e proporciona o aprimoramento contínuo das habilidades e a participação ativa dos profissionais de saúde na assistência à população.

INSEGURANÇA ALIMENTAR DE UMA COMUNIDADE INDÍGENA INSERIDA NO CONTEXTO URBANO DE MANAUS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Simeão de Oliveira Valente Filho, Mariana Toniolli de Freitas, Renata Rebelo Vieira, Fabiana Mânica Martins

Este relato de experiência aborda a insegurança alimentar de uma comunidade indígena inserida no contexto urbano de Manaus, destacando a influência das características socioeconômicas, culturais e ambientais nas condições de vida e trabalho de seus integrantes. Compreender esses determinantes é essencial para aprimorar o atendimento médico à população. Para isso, uma turma do primeiro período de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) visitou uma comunidade indígena composta por diversas etnias, com o objetivo de observar, na prática, a influência da alimentação nesse contexto. Até 2021, quase um milhão de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar e nutricional, caracterizada pela falta de acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, agravada pelas desigualdades sociais. A visita resultou na elaboração de um relato de experiência, com a intenção de entender a alimentação como determinante social dessa comunidade indígena no contexto urbano. A turma foi recebida no Centro Cultural Mainuma pela Cacica Lutana Cocama, presidente e fundadora da Comunidade Parque das Tribos, que ressaltou a necessidade de reflorestamento no bairro para recuperar áreas de plantação de árvores frutíferas

nativas, essenciais para a cultura alimentar da comunidade. No entanto, a qualidade da terra e da água comprometidas e a presença de vias asfaltadas de forma irregular prejudicam a drenagem do solo, impactando a qualidade das plantações e o consumo alimentar dos indígenas. Além disso, as fontes hídricas naturais são contaminadas por substâncias químicas no Parque das Tribos. Apesar do uso de técnicas de compostagem, a cultura alimentar tradicional da floresta perdeu prestígio devido à pressão cultural, midiática e mercadológica para a integração com um suposto mundo “civilizado”. Em termos nutricionais, isso resultou no empobrecimento da dieta da comunidade, com aumento do consumo de gorduras e açúcares simples, além da redução da diversidade alimentar e do conteúdo de vitaminas e minerais. Essas transformações não apenas afetam as tradições alimentares indígenas, mas também prejudicam a saúde da população, que, devido às condições socioeconômicas, se vê obrigada a consumir grandes quantidades de produtos industrializados. Como consequência, surgem doenças alimentares, como diabetes mellitus e câncer gastrointestinal. A compreensão desse determinante social permite concluir que os indígenas dessa comunidade enfrentam a insegurança alimentar e que, para melhorar o atendimento futuro como profissionais de saúde, é fundamental entender seus hábitos alimentares e culturais.

BUSCAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: NARRATIVAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE PRIMEIRA GERAÇÃO

Mônica Silva Cabral, Alessandra Aniceto Ferreira de Figueiredo

A partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, o acesso ao Ensino Superior no Brasil foi ampliado, permitindo a inclusão de pessoas que anteriormente estavam excluídas desse espaço. No mesmo ano, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, além de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais sobre a permanência e a conclusão da educação superior. Para atingir esses objetivos, o PNAES estabelece dez áreas de atuação, sendo a saúde uma delas, que se configura não como um fim em si, mas como um meio para alcançar os resultados desejados. A partir desse programa, a saúde do estudante nas universidades e instituições de ensino federais passou a ser um eixo de política pública e uma área de atuação da assistência estudantil. Com base nessa perspectiva, esta pesquisa se origina da experiência na Divisão de Saúde do Estudante, vinculada à assistência estudantil de uma universidade pública do Rio de Janeiro, com foco no grupo que mais busca esse serviço: os estudantes de primeira geração, ou seja, aqueles cujos pais ou responsáveis não acessaram o Ensino Superior. O objetivo desta pesquisa é investigar os percursos de busca de cuidado em saúde mental realizados por estudantes de primeira geração, buscando entender como esses estudantes cuidam de sua saúde. Para isso, o estudo adota uma metodologia qualitativa, por meio de entrevistas abertas, com base na metodologia da História Oral de Vida, com estudantes de graduação. As entrevistas são audiogravadas, e as falas dos

estudantes estão sendo analisadas a partir da análise de conteúdo. Parte-se da hipótese de que esses estudantes enfrentam dificuldades socioeconômicas e, por vezes, educacionais, devido à falta ou ao pouco acesso a condições adequadas de saúde, trabalho, moradia e renda, que deveriam ser garantidas pelo Estado. Essas condições podem gerar uma sensação de não pertencimento ao meio acadêmico e dificultar o suporte aos estudos, afetando diretamente a relação desses estudantes com o ambiente acadêmico e, conseqüentemente, sua saúde mental. Espera-se que este estudo contribua para a reflexão sobre a saúde mental dos estudantes universitários de primeira geração, além de propor estratégias para melhorar a oferta de cuidados a essa população, buscando também aprimorar a articulação e a co-responsabilização entre a assistência estudantil e os serviços de saúde do território.

MOVIMENTE-SE E FAÇA ARTE(TERAPIA)

Maysla Rodrigues Barbosa, Priscila Carminati,
Helena Margareth Guimarães Santana, Maria Aparecida Alvis de Jesus

Durante a realização de procedimentos, consultas e visitas domiciliares na Unidade de Saúde de Universal, localizada no município de Viana, Espírito Santo, observou-se um número elevado de idosos apresentando sintomas de ansiedade, depressão e isolamento social, especialmente entre as mulheres. Diante dessa situação, foi implantado, em parceria com uma Agente Comunitária de Saúde (ACS), o projeto “Movimente-se e Faça Arte(terapia)” com o objetivo de promover a saúde, estimular a interação social e fomentar a participação da comunidade. A responsabilidade pela identificação dos idosos que se enquadram no projeto é dos ACS, que também fazem os convites. Os encontros ocorrem semanalmente em um espaço cedido pela Igreja Batista do bairro, onde são realizados dois grupos de atividade física, denominados “Movimente-se”, conduzidos por uma fisioterapeuta, seguidos por sessões de Arte(terapia). Uma voluntária, moradora do bairro, orienta alguns dos encontros, enquanto todos os participantes têm a oportunidade de ensinar uma arte ou compartilhar um novo aprendizado, promovendo a utilidade e valorização do idoso no meio social. O material utilizado é sempre reciclado, garantindo acesso a todos. Na Unidade de Saúde, também foi criada a “Caixinha da Doação”, onde os participantes podem deixar itens como garrafas, caixas plásticas, linhas, colas e outros materiais para artesanato. Além disso, os participantes são incluídos em um grupo no WhatsApp, onde recebem informações sobre os materiais necessários para o próximo encontro e qual pessoa será responsável pela condução do projeto. Aqueles que não utilizam o aplicativo são comunicados pessoalmente pelos ACS. Após a implementação do projeto, duas idosas relataram a redução da medicação (sob acompanhamento médico) para controle da ansiedade. Observou-se também que o espaço oferece conforto para conversas e trocas de experiências, com os idosos mencionando que ali encontram companhia. Uma idosa, que não saía de casa exceto em situações emergenciais desde o falecimento do cônjuge, relatou que, após ingressar no projeto, conseguiu retornar ao convívio social e retomar atividades cotidianas, como cozinhar e arrumar a casa. Outro ponto importante observado foi a sensação de bem-estar e a redução da dor crônica após a prática de atividades físicas, que, a longo prazo, tende a melhorar as capacidades fisiológicas do corpo. Com base nos relatos, é possível

afirmar que a iniciativa tem um impacto positivo na vida do público-alvo, alcançando seus objetivos de reintegrar o idoso ao convívio social e promover o envelhecimento saudável, prevenindo agravos à saúde física e mental.

CONHECIMENTO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRE OS ACADÊMICOS DE MEDICINA (DO CICLO BÁSICO AO CICLO CLÍNICO): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Simeão de Oliveira Valente Filho, Edson Cabral das Neves Junior, Filipe Damasceno de Souza Leite, Gabriel Pansini Barbosa, Giovani Pietro Pazin Malaguti, Fabiana Mânica Martins

Este relato de experiência tem como tema o conhecimento de Saúde Pública entre os acadêmicos de Medicina, do ciclo básico ao ciclo clínico, e visa analisar a evolução desse conhecimento ao longo do curso. A prática médica está diretamente relacionada aos conhecimentos de Saúde Pública e Saúde Coletiva, que devem ser sólidos e incorporados desde a formação universitária. É fundamental que os futuros médicos compreendam a importância do conhecimento adequado em Saúde Pública, especialmente considerando seu papel nos serviços públicos de saúde e seu impacto no atendimento médico. Dessa forma, uma turma do primeiro período de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) realizou um estudo didático na disciplina de metodologia do trabalho científico, com o objetivo de identificar, analisar e quantificar a progressão do conhecimento sobre Saúde Pública entre os discentes, ao longo de sua graduação. O estudo foi conduzido por meio da coleta de dados via “Google Forms”, aplicados remotamente após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), entre os alunos do Ciclo Básico ao Ciclo Clínico (1º ao 8º período) da Faculdade de Medicina. O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha e foi padronizado. Após a análise de 114 respostas, verificou-se que 62,3% dos alunos avaliaram os serviços de saúde pública como “regular”, sendo essa a resposta predominante entre todos os períodos, exceto no 4º período, onde a maioria classificou os serviços como “ruins”. Observou-se também uma taxa de erros de 71,9% nas questões aplicadas, indicando um desconhecimento significativo sobre os desafios atuais enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, a taxa de acerto nas demais questões variou entre 88,6% e 97,4%, sugerindo que o nível geral de conhecimento sobre Saúde Pública entre os estudantes é satisfatório, com poucos déficits, e que esse conhecimento se manteve estável ao longo da graduação. Isso reflete a qualidade do ensino e da pesquisa na instituição, especialmente nas disciplinas de Saúde Coletiva I, II, III e IV, que são lecionadas nos quatro primeiros períodos e estão bem estruturadas na grade curricular, com boa didática. Apesar dos resultados satisfatórios, o estudo aponta que a aprendizagem é um processo contínuo, que deve ser monitorado ao longo da formação acadêmica. Existe a necessidade de um aprofundamento em Saúde Coletiva, utilizando outras técnicas pedagógicas que aproximem os estudantes dos desafios da Saúde Pública e estimulem um olhar crítico sobre a formação de médicos que promovam a integralidade do cuidado, transcendendo os cuidados médicos individuais e buscando o bem-estar geral. Para aprimorar a pesquisa, recomenda-

se a realização de estudos qualitativos, como grupos focais, e a análise de outras variáveis por meio de estudos quantitativos, visando identificar as melhores estratégias de didática para o ensino de Saúde Pública aos estudantes de Medicina.

RESGATANDO O SORRISO A PARTIR DOS VÍNCULOS EXTRA FAMILIARES

Cássius Vinícius Crivello de Oliveira, Fernanda Dos Santos Paulo

Este trabalho relata experiências vivenciadas entre trabalhadores, crianças e adolescentes institucionalizados em uma casa de acolhimento na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no contexto do acolhimento institucional, que é um serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social, destinado a promover o acolhimento e garantir a proteção integral de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Com base nos laços de convivência e nas normas de comportamento estabelecidas para fortalecer o vínculo entre os participantes, surge a seguinte questão: como as práticas de higiene bucal e cuidados pessoais em um ambiente de acolhimento institucional contribuíram para o resgate da autoestima e integração social de crianças e adolescentes com histórico de rupturas familiares? A metodologia empregada é a sistematização de experiências. No ambiente de acolhimento, são criados espaços de escuta ativa e realizadas intervenções orientadas para aprimorar as relações entre educadores, acolhidos e demais atuantes diários, com o objetivo de facilitar o entendimento sobre o significado desse local para todos os envolvidos. O principal objetivo foi resgatar e observar, em cada rosto, um sorriso sincero, fácil e afetuoso. Diante das circunstâncias adversas e dos múltiplos eventos traumáticos que cada acolhido carrega consigo, como histórias de rupturas familiares, o trabalho de acolhimento se faz necessário. Frequentemente, a entrada no abrigo ocorre de maneira arbitrária, acrescentando uma nova camada de violência à experiência dos acolhidos. No entanto, mesmo em um contexto de contradições, buscou-se promover o resgate social desses jovens por meio do incentivo ao autocuidado, tanto físico quanto psíquico, e ao cuidado mútuo. A rotina de higiene bucal, especificamente a escovação dos dentes após as refeições, revelou-se mais do que uma simples prática de saúde; ela transformou-se em uma oportunidade para novas interações sociais, promovendo o “educar cuidando” e distanciando-se das experiências de negligência vivenciadas anteriormente. Esses momentos de cuidado pessoal geraram discussões sobre o funcionamento da sociedade, incentivando os jovens a explorar e questionar não só sobre o próprio corpo e a higiene pessoal, mas também sobre questões mais amplas de saúde pública, como a importância das vacinas em períodos normais e pandêmicos. Este estudo demonstrou que as práticas de higiene bucal e cuidados pessoais em uma casa de acolhimento desempenham um papel crucial na reconstrução da autoestima e na promoção da integração social de crianças e adolescentes com experiências de rupturas familiares. Quando implementadas como parte de uma rotina diária, essas práticas não só cuidam da saúde física dos acolhidos, mas também servem como ferramentas pedagógicas e terapêuticas, auxiliando-os a reconhecer seu próprio valor e a importância do

autocuidado. Além disso, esses momentos de cuidado pessoal se tornam oportunidades para diálogos construtivos e educativos. A experiência vivida destaca como a interação entre educadores sociais e crianças e adolescentes institucionalizados, por meio do acolhimento, escuta e cuidado, com foco na prática da higiene bucal, pode funcionar como uma ponte para um trabalho de formação cidadã, na perspectiva de uma educação popular freiriana.

PROMOVER SAÚDE EXIGE MAIS QUE ENTENDER DE DOENÇAS: DESAFIOS PARA O MÉDICO DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Brunna Holanda Lucas Bezerra, Dayse Batista Santos

A saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde (1946), é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não se limita apenas à ausência de doenças. No entanto, essa definição nem sempre tem sido incorporada na formação do profissional médico, que, influenciado por um modelo hospitalocêntrico e uma abordagem cartesiana e positivista, frequentemente foca no cuidado à doença, em vez de considerar o indivíduo em sua totalidade, incluindo suas dimensões subjetivas. Essa visão pode contribuir para diversas formas de iatrogenia, inclusive cultural. Em contrapartida, o Sistema Único de Saúde (SUS) adota os princípios da universalidade, equidade e integralidade, buscando garantir acesso e cuidados em todos os níveis de complexidade. A integralidade, em particular, objetiva promover o (re)conhecimento do sujeito como um ser holístico, o que implica que, para promover saúde, é necessário antes entender de pessoas e, mais além, reconhecer-se enquanto profissional interagindo com outro ser humano. Nesse cenário, o médico de família e comunidade enfrenta o grande desafio de ser um médico voltado para o cuidado do indivíduo, considerando-o como um todo, não apenas na sua doença. Este estudo visa refletir sobre esse desafio enfrentado por esses profissionais, que, embora formados para atuar dessa forma, frequentemente se veem presos a um sistema e a um pensamento médico que ainda priorizam a atenção à doença, considerada como um gerador de “status profissional”. Contudo, o estudo também evidenciou que o desafio de olhar para o sujeito antes de focar na doença é essencial para a efetivação da integralidade e, conseqüentemente, da equidade na saúde. Espera-se que essa reflexão contribua para o debate sobre a formação e atuação médica, especialmente na medicina de família e comunidade. Permanecer centrado na doença, enquanto a vida se expressa também nas dimensões étnico-raciais, de gênero, culturais, sociais e outras, resulta em um cuidado desprovido de competência cultural, o que certamente não é esperado dos médicos de família e comunidade. Assim, em prol da vida, da democracia e do SUS, é crucial que esses profissionais superem o desafio de priorizar a pessoa antes da doença.

DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO PROCESSO DE TRABALHO DO ENFERMEIRO: AULA FECHADA DE UMA LIGA ACADÊMICA

Natália Viana Silva, Clarissa Bohrer da Silva, Gabrielly Batista Braga, Emanuele Hoehn de Oliveira, Gabriel Sampaio, Samara Baldessar Ghizoni

A realização de pesquisas na enfermagem é fundamental para a busca contínua pela prática baseada em evidências e pela melhoria da qualidade do cuidado, tendo como base as necessidades e experiências dos pacientes. Nesse contexto, o aprofundamento do estudo sobre a dimensão investigativa no processo de trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde (APS) é essencial durante a formação profissional. As atividades das ligas acadêmicas oferecem aos estudantes oportunidades de ampliar suas experiências e habilidades além da matriz curricular, abordando temas específicos como este. O objetivo deste trabalho é relatar a abordagem de estudo de uma liga acadêmica sobre a dimensão investigativa do processo de trabalho do enfermeiro na APS. Trata-se de um relato de experiência da Liga Acadêmica de Atenção Primária e Saúde da Comunidade (LAAPESC), do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que desenvolve atividades como eventos, oficinas, visitas técnicas, e aulas abertas e fechadas para acadêmicos da UDESC e demais interessados. As aulas fechadas são exclusivas para membros da Liga, realizadas por eles mesmos ou convidados. Em abril de 2024, foi realizada uma aula fechada online sobre a “Dimensão investigativa do processo de trabalho do enfermeiro”, dando continuidade aos encontros temáticos anteriores sobre as dimensões do processo de trabalho: assistência, gerência, ensino, pesquisa e participação política. Para a preparação da aula, três membros da Liga realizaram pesquisas sobre o tema e criaram uma apresentação utilizando a ferramenta Canva. A aula seguiu uma abordagem expositivo-dialogada para discutir conceitos relevantes sobre o tema, com foco nos instrumentos utilizados no contexto investigativo. O encontro teve duração de uma hora e contou com a participação de 12 membros da Liga Acadêmica. Ao final da etapa expositiva, foi aberta uma discussão, onde os participantes puderam compreender melhor como a pesquisa impacta diretamente a prática profissional, ressaltando sua relevância para a qualidade dos cuidados prestados aos pacientes. A reflexão sobre esse tema destaca a importância das ligas acadêmicas como espaços de aprendizado complementar, permitindo aos estudantes o alinhamento teórico-prático e o desenvolvimento de outras habilidades de ensino e aprendizagem. Essa atividade enriquece suas experiências acadêmicas, preparando-os de forma mais abrangente para os desafios do campo profissional.

A COMPETÊNCIA CULTURAL COMO ATRIBUTO ESSENCIAL PARA A FORMAÇÃO MÉDICA: UMA BREVE REFLEXÃO

Guilherme de Jesus Góis, Dayse Batista Santos, Byanca Andrade Martins, Dalila Oliveira Alves, Livia Vilarinho Ferreira, Giulliane Moraes Vasconcelos, Iorhana Medrado Silva, Geyvisson Paulo da Silva Torres, Jamilly Joanna Porto Silva

A competência cultural é definida como a habilidade de um indivíduo entender e respeitar os distintos formadores (valores, crenças e atitudes) das diferentes culturas com as quais entra em contato.

Ela é o terceiro atributo derivado da atenção primária à saúde, sendo, portanto, o sétimo atributo. Por se tratar de um dos pilares da atenção primária, a competência cultural deve ser considerada nas atividades desenvolvidas na saúde brasileira, tanto nas abordagens formativas quanto em campo, uma vez que é essencial para a realização de um trabalho de qualidade. Sua importância também se reflete na necessidade de conectar os usuários aos agentes do serviço, visando melhorar a interação em um cenário no qual muitos ainda têm pouca confiança na resolutividade do sistema público de saúde. O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a relevância da competência cultural na formação médica, com foco na sua contribuição para a longitudinalidade do cuidado, a partir do fortalecimento do vínculo médico-usuário. O estudo foi realizado por meio de uma análise reflexiva dos conteúdos abordados no componente de Medicina de Família e Comunidade durante a graduação em medicina em uma faculdade no Sul da Bahia, no primeiro semestre de 2024. Ao final da reflexão, observou-se que a competência cultural é um atributo essencial para a formação de médicos verdadeiramente comprometidos com os sujeitos e com a vida. Também ficou claro que os conhecimentos técnicos adquiridos ao longo da graduação, por si só, não são suficientes, pois as dimensões subjetivas, culturais, étnico-raciais, de gênero e outras, exigem a competência cultural. Destaca-se ainda a compreensão da importância dessa competência para intensificar o relacionamento e o vínculo entre médicos e usuários do sistema, contribuindo, assim, para a resolutividade dos planos de cuidado. Conclui-se que a competência cultural, ao possibilitar a troca de saberes e fortalecer o diálogo, é fundamental para a consolidação de pilares como confiança, vínculo, respeito, comunicação assertiva e longitudinalidade do cuidado. Ela deve ser trabalhada não só em componentes como Medicina da Família e Comunidade, mas também em áreas como Saúde Coletiva, Propedêutica, Semiologia, Ética Médica, entre outras. Além disso, pode ser oferecida como componente optativo ou em projetos de extensão nas formações médicas. Para os profissionais já em serviço, a competência cultural deve ser estimulada por meio de cursos e atualizações. Finalmente, as iatrogenias culturais constituem graves problemas de saúde pública, e negligenciá-las significa manter um modelo de saúde pouco resolutivo.

COZINHA SOLIDÁRIA COMO LUGAR DE ENCONTROS: CONSTRUINDO REDES COM MULHERES EM UMA OCUPAÇÃO URBANA

Natália Rejane Salim, Jessica Alves Rodrigues, Iracema da Silva, Priscila da Silva Duarte,
Kin Del Pilar Ferreira Alves Gajardo, Mario Henrique da Mata Martins,
Daniela Cristina Nunes dos Santos, Ivonete Rocha Mendonça

O objetivo central deste trabalho é relatar a experiência do projeto “Roda das Mulheres que Brilham”, uma iniciativa de extensão universitária que segue o referencial teórico-metodológico da Educação Popular e ocorre na Cozinha Solidária da ocupação urbana Em Busca de um Sonho, localizada em uma região periférica da cidade de São Carlos, no interior de São Paulo. A partir de encontros com as lideranças da Cozinha Solidária, surgiram novas possibilidades de construção de redes, entre elas a Roda de Conversa com as mulheres no espaço da cozinha. Além da entrega diária

de refeições, a Cozinha Solidária passa a ser um espaço de trocas, compartilhamento e construções coletivas, por meio das articulações das participantes e da produção de vivências. As mulheres que compõem a Roda das Mulheres que Brilham buscam novas possibilidades para melhorar a qualidade de vida para si, suas famílias e companheiras de trabalho. As dinâmicas realizadas quinzenalmente no espaço da Cozinha Solidária proporcionam um ambiente de reflexão ativa e busca por soluções coletivas para os problemas vivenciados no local. Através da construção de redes de apoio entre mulheres em situação de vulnerabilidade que habitam o mesmo território, o projeto tem se mostrado uma ferramenta na criação de laços mais fortes e uma maior união entre as participantes. Ao criar um espaço onde suas vozes são ouvidas e elas participam ativamente nas decisões que afetam suas vidas e comunidade, o projeto fortalece o empoderamento das mulheres. As experiências de articulação dessas mulheres, baseadas em suas vivências compartilhadas, têm aberto caminhos para a construção de vínculos e trocas afetivas pautadas pela amorosidade e solidariedade. Por fim, a Roda das Mulheres que Brilham tem buscado novas articulações e a construção de pontes com as participantes na luta pela garantia de seus direitos.

A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO ESTADO DE SERGIPE

Eneida Gomes Ferreira, Ana Carla Ferreira Guedes da Cruz,
Daniele de Araújo Travassos, Lavínia Aragão Trigo de Loureiro

A pandemia de SARS-CoV-2 exigiu a adoção de novas estratégias de cuidado e assistência à saúde pela Atenção Primária à Saúde, com o uso de tecnologias para consultas remotas, visando diminuir a propagação do vírus. Surgiram, assim, os serviços de Teleorientação (TO) e Telemonitoramento (TM) para a população de Sergipe (SE), por meio do aplicativo “Monitora COVID-19”. Os principais objetivos foram avaliar sintomas e riscos da covid-19, permitindo atendimento à distância por enfermeiros e médicos, monitorar a evolução da condição de saúde, orientar por geolocalização a unidade de saúde de referência, reforçar a importância do isolamento, otimizar o trabalho em rede e realizar educação em saúde. A estratégia foi viabilizada pelo Consórcio Nordeste, promovida pela Secretaria Estadual de Saúde (SES-SE) e operacionalizada pela Fundação Estadual de Saúde, com o apoio da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O serviço funcionou de 30/04/20 a 31/12/22, sete dias por semana, das 8h às 18h, com download disponível via Play Store e App Store. O sistema funcionava com um questionário respondido pelos usuários, classificando o risco em quatro categorias: verde, amarelo, laranja e vermelho. Médicos e enfermeiros atendiam os casos classificados como amarelo, laranja e vermelho em até 24 horas, enquanto os classificados como verde eram orientados via aplicativo. O serviço contou com profissionais efetivos, voluntários, professores e alunos da residência médica da UFS, além de contratação por credenciamento, sendo organizado em três equipes: 1) Atendimento (TO e TM); 2) Apoio logístico (para garantir o atendimento por meio de ligações não atendidas); e 3)

Gerenciamento (via plataforma e WhatsApp, elaboração de escalas, encaminhamentos e notificações à vigilância). A divulgação foi feita por meio de conteúdo nas redes sociais, sites institucionais, parcerias público-privadas para envio de SMS e faturas, entrevistas em telejornais e rádios locais, vídeos institucionais e boletins diários. Durante a experiência, foram registrados 16.117 cadastros e 76.714 atendimentos, sendo 63,5% na capital, epicentro da doença em SE. As principais demandas envolveram o manejo da doença, uso de medicações, quadros de ansiedade e insegurança, e reações adversas à vacina. O serviço contou com a habilitação de 20 médicos de família e comunidade, 34 médicos generalistas e 223 enfermeiros generalistas, o que garantiu agilidade na contratação e eficiência do serviço. O projeto também promoveu parcerias inéditas, sem custos para os entes envolvidos, e uma resposta integrada à pandemia, com ações educativas e de vigilância para pacientes em isolamento ou encaminhamentos aos serviços assistenciais. A experiência demonstrou a possibilidade de replicar o modelo em outros cenários, com avaliações positivas de trabalhadores, gestores e usuários quanto à importância e qualidade do serviço e à potencialidade da ferramenta. Por fim, as Tecnologias Digitais mostraram-se eficazes na redução da disseminação da doença, diminuindo a necessidade de deslocamentos às unidades de saúde. A resposta integrada de cuidado e as ações de vigilância remota protegeram trabalhadores e usuários, garantindo o monitoramento, o cuidado em isolamento e o encaminhamento adequado aos serviços, otimizando as portas de entrada dos serviços assistenciais. A experiência também fomentou a possibilidade de novos arranjos organizacionais para a ampliação do cuidado integral no SUS.

OS TREMORES DA FORMAÇÃO-AÇÃO NA TÉCNICA DE REDUÇÃO DE ESTRESSE (TRE), NO DISTRITO FEDERAL

Yasmin Silva da Cruz, Ana Paula Andrade Silva Milhomem, André Luiz Dutra Fenner

O presente estudo visa sistematizar o processo formativo dos Cursos Livres de Técnica em Redução de Estresse (TRE), desenvolvidos pela Fiocruz de Brasília em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). A iniciativa surgiu da necessidade de fortalecer a gestão da Política Distrital de Práticas Integrativas em Saúde (PDPIS), com o objetivo de qualificar profissionais da saúde e áreas afins para atuarem como multiplicadores, formadores e indutores de processos de mudança em seus ambientes de trabalho, facilitando e disseminando as Práticas Integrativas e Complementares (PIS), com foco no TRE no DF. No Brasil, a TRE foi pioneiramente introduzida no Sistema Único de Saúde (SUS) do DF, tornando-se hoje uma prática institucionalizada no âmbito da política distrital. A TRE (Tension & Trauma Releasing Exercises) é uma técnica corporal desenvolvida pelo terapeuta Dr. David Bercei, caracterizando-se por ser uma ferramenta simples, de fácil aplicação e autoaplicável, que pode ser realizada em grupos ou comunidades. Os exercícios realizados provocam tremores no corpo, respostas neurológicas involuntárias que equilibram o sistema nervoso e as emoções, promovendo redução do estresse e melhoria da qualidade de vida, ajudando a acalmar quadros de ansiedade, depressão, estresse, dores musculares e sobrecargas emocionais. Este estudo, de caráter descritivo e

exploratório com abordagem qualitativa, busca sistematizar o processo metodológico de formação dos Cursos Livres de TRE, com o intuito de refletir, documentar e analisar o processo formativo. Os cursos foram realizados entre 2022 e 2024, sendo que em 2022 ocorreram a 1ª e 2ª Etapas do Curso Livre de Aperfeiçoamento para facilitadores da técnica, com um total de 82 horas e 71 profissionais certificados. No ano seguinte, foi elaborado o Curso Livre de Formação em TRE para profissionais da SES/DF, com 5 módulos e um total de 114 horas, certificando 30 profissionais para aplicar a técnica. Os resultados esperados incluem a análise das implicações das formações em TRE, sua utilização pelos profissionais de saúde, o fomento ao desenvolvimento das PIS no DF, o fortalecimento de projetos de formação relacionados e a viabilização do uso racional da prática integrativa pelos profissionais de saúde e usuários. Além disso, o estudo busca destacar a TRE como uma ferramenta eficaz para a promoção da saúde em contextos de vulnerabilidade, com recomendações sobre seu uso em contextos institucionais e coletivos. Nesse contexto, os cursos contribuem para a construção de instrumentos de avaliação do modelo assistencial, da organização dos serviços de saúde e da importância das PIS como estratégia para a integralidade do cuidado, ampliando o alcance das condutas terapêuticas e das medidas preventivas e de promoção da saúde, além de fortalecer as PIS e ampliar sua oferta no DF.

O VIVIDO PELA PESSOA COM SEQUELAS DA COVID-19 E A PERCEPÇÃO DA LIBERDADE SEGUNDO A ÓTICA MERLEAUPONTYANA

Audrey Moura Mota Gerônimo, Isabel Comassetto, Mardjane Alves de Lemos Nunes, Verlane Tenório dos Santos Moura, Camila Ellen Rodrigues Ferreira, Rosângela Cintia Almeida

As sequelas da covid-19 impactam significativamente a qualidade de vida das pessoas que foram afetadas pelo vírus SARS-CoV-2, podendo persistir por tempo indeterminado. O objetivo deste estudo foi desvelar a percepção das pessoas com sequelas da covid-19 sobre suas vivências. Trata-se de um estudo qualitativo, com abordagem fenomenológica segundo Merleau-Ponty, realizado com 14 pessoas diagnosticadas com sequelas da covid-19 que estavam em tratamento entre fevereiro e maio de 2021. A entrevista foi guiada pela questão disparadora: “Conte qual a percepção sobre o seu vivido com sequelas da covid-19, como afetou sua mente e corpo”. Este estudo é um recorte da dissertação de Mestrado em Enfermagem intitulada “A percepção do vivido pelas pessoas com sequelas da covid-19”, aprovada pelo CEP/UFAL, CAAE nº 41216620.6.0000.5013. Durante as entrevistas, emergiram quatro unidades ontológicas, analisadas e interpretadas à luz do referencial teórico-filosófico de Maurice Merleau-Ponty. Uma das unidades, “Discernindo as novas formas de coexistir no mundo” (liberdade), destaca o sentimento de solidão imposto pelo ser-com-covid-19. Os participantes comparam seus hábitos de vida e quadros clínicos, buscando forças para enfrentar os fantasmas que surgem no decorrer do adoecimento, reconhecendo que cada organismo reage de forma única ao vírus, exigindo uma assistência diferenciada. As mudanças decorrentes do isolamento social impactaram não apenas as relações sociais, mas também as relações de trabalho e a dinâmica da vida cotidiana. Ao finalizar a análise, compreendeu-

se que a covid-19 deixará uma marca profunda e indelével na sociedade, pois milhões de indivíduos irão perambular pelo mundo carregando vivências desesperadoras, imersos em lutos não enfrentados e angústias particulares, afastados de suas esperanças, com sonhos interrompidos e privados do impulso que antes os motivava a buscar o que acreditavam necessário para reencontrar a felicidade e a vontade de viver. São almas que tentarão se reencontrar e se reconectar com suas existências. Espera-se que este estudo contribua para a implementação de iniciativas que ofereçam uma assistência humanizada.

QUANDO O USUÁRIO NÃO OUVI E NÃO FALA A MINHA LÍNGUA: O CUIDADO À SAÚDE E A PESSOA SURDA

Leticia Garcia Aranhas, Gabrielli Bevilacqua Baldin, Giovanna de Souza Cordeiro, Maria Cecília Marconi Pinheiro Lima, Karin de Albuquerque Barros Nivoloni, Priscila Mara Ventura Amorim Silva, Thaís Antonelli Diniz Hein, Kátia Cristina Costa, Nubia Garcia Vianna

Os impactos da perda auditiva vão além da dificuldade em ouvir, envolvendo barreiras comunicativas, psicossociais e socioeconômicas. Indivíduos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) enfrentam desafios adicionais no acesso aos serviços de saúde, como discriminação e falta de preparo da rede de atendimento. Este trabalho tem como objetivo analisar a busca por cuidados de uma usuária surda que se comunica por meio da Libras. Trata-se de um estudo qualitativo, cartográfico e do tipo interferência, realizado na rede de saúde de Campinas/SP. A pesquisa consistiu em um estudo de caso a partir da entrevista em profundidade de uma usuária-guia surda, definida como um caso desafiador para a equipe de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A usuária, Carla (nome fictício), de 43 anos, tem perda auditiva neurosensorial bilateral profunda e não utiliza aparelhos auditivos ou implantes cocleares. Utilizou-se o conceito de “analisadores” proposto pela Análise Institucional. Carla procurou a UBS encaminhada pela delegacia, portando um relatório após ter sofrido violência doméstica. Ao chegar na recepção, recebeu um papel com o dia e horário de um Grupo de Saúde Mental, onde a fonoaudióloga da E-Multi, com pouco conhecimento de Libras, identificou as demandas de Carla, que iam além da violência enfrentada. A principal preocupação era o filho de Carla, de quatro anos, que não falava devido à interação quase exclusiva com o pai e com a mãe surda durante o período de isolamento social da pandemia de COVID-19. A profissional da E-Multi, afetada e implicada no caso, teve um papel fundamental no processo de cuidado de Carla e sua família, tecendo redes que conectaram a UBS a serviços de assistência social, como o Centro de Referência e Apoio à Mulher e a Central de Interpretação de Libras (CIL). Na UBS, Carla passou a ser atendida pelo psicólogo, com a presença de um intérprete de Libras, e seu filho, pela fonoaudióloga, ambos da E-Multi. Além disso, Carla expressou o desejo de utilizar aparelhos auditivos, mesmo sabendo que com eles ela ouviria apenas alguns sons, mas o suficiente para aumentar sua independência. Ela mesma procurou a atenção especializada para iniciar o processo e entrar na fila para receber o aparelho, algo desconhecido pela equipe da Atenção Básica. O caso evidencia a importância do trabalho ativo e dinâmico de uma profissional, munida de tecnologias leves, leve-duras e duras; o papel da E-Multi na Atenção Básica; a necessidade do conhecimento de Libras nas ferramentas dos profissionais de saúde; e a rede viva na busca por serviços pelos próprios usuários.

AÇÃO COMUNITÁRIA CONTRA A SÍFILIS NA CIDADE DE JUSSARA BAHIA: ESTRATÉGIAS INOVADORAS DE IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA DO BRASIL

Pâmela de Souza Bastos, Érica Oliveira Evangelista, Adriana Lima do Nascimento, Lígia Silva Barbosa de Miranda de Almeida, Hilleane Rodrigues Monteiro Oliveira, Luís Cláudio Gualberto da Silva, Anna Caroline Lima de Souza Franco, Reinilton Gomes da Rocha Júnior

A sífilis continua a ser uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) significativa, representando um grave problema de saúde pública em todo o Brasil, especialmente nas cidades da Bahia. Essa patologia é de notificação compulsória e, anualmente, estima-se que cerca de 12 a 13 milhões de pessoas, entre homens e mulheres de diversas faixas etárias, sejam infectadas. A Rede de Atenção à Saúde (RAS) desempenha múltiplos papéis no combate à sífilis, com a atenção primária abrangendo desde a educação em saúde, diagnóstico, notificação de casos reagentes, tratamento e monitoramento da doença, até a atenção secundária e terciária. O objetivo deste estudo é descrever as práticas de intervenções no combate à sífilis na Unidade Básica de Saúde (UBS) Centro, na cidade de Jussara, Bahia, sob a ótica de uma enfermeira. Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa, na modalidade pesquisa-ação, realizado na UBS Centro de Jussara, com base nos dados emitidos pela vigilância epidemiológica do município. Um questionário será elaborado para levantar o nível de conhecimento da população sobre a patologia e, com base nos resultados, serão desenvolvidas atividades como palestras, rodas de conversa e testagem rápida em diversas faixas etárias, com a participação dos profissionais da unidade. Os resultados preliminares indicam que muitos pacientes diagnosticados com sífilis não têm conhecimento da infecção ou são assintomáticos, podendo transmitir a doença a seus parceiros por meio de relações sexuais (anal, vaginal ou oral) ou verticalmente para o feto, caso a mulher grávida não tenha recebido o tratamento adequado. A prevalência da doença entre os anos de 2021 a 2023 foi de 11 casos para cada 100 habitantes, e foram notificados 11 casos de sífilis na unidade onde o estudo foi realizado. As atividades realizadas na unidade terão grande importância na redução dos casos de sífilis, além de manter a população informada sobre a doença, prevenção, diagnóstico e tratamento. Conclui-se que ainda existem lacunas a serem desvendadas sobre a educação da população em relação à sífilis. As atividades serão ajustadas conforme a necessidade de práticas que resultem em bons resultados, buscando reduzir a incidência da patologia na área de abrangência da unidade e conscientizar a população sobre a importância da prevenção, incluindo o uso do preservativo, além de combater o estigma relacionado à sífilis.

ATENÇÃO A PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS: GRUPO MULTIDISCIPLINAR COMO FERRAMENTA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Alessandra Florencio, Priscila de Oliveira Rodrigues, Andressa Magalhães Flores, Daiane Milani Kemerich, Kely Rathke Bonelli, Veronica Souza Cavalheiro, Gabrieli Rieffel, Darielli Gindri Resta Fontana

O cenário atual de saúde revela uma constante transformação nas condições e características da população, especialmente no que se refere ao envelhecimento e ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que se tornaram um dos maiores problemas de saúde pública, afetando profundamente a vida e a saúde das pessoas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as DCNT são a principal causa de morte prematura e incapacidades no mundo, com uma pessoa morrendo a cada dois segundos, sendo 86% dessas mortes em países de baixa e média renda. Isso representa um dos maiores desafios de saúde e desenvolvimento deste século. A Atenção Primária à Saúde (APS), como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenha um papel fundamental no cuidado e gestão das DCNT. Neste contexto, este trabalho visa relatar a experiência de uma Estratégia Saúde da Família (ESF) localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, que, por meio de grupos de saúde, ampliou e qualificou o acesso dos usuários portadores de doenças crônicas como hipertensão e diabetes mellitus. Em abril de 2023, a equipe da ESF implementou um grupo interdisciplinar para atender os usuários com essas condições, com encontros semanais no período da manhã. Os usuários, convidados pelos agentes comunitários de saúde (ACS), participam de atividades educativas, além de aferirem sinais vitais e medidas antropométricas. Cada encontro é mediado por profissionais de diferentes áreas, como enfermeira, médico, educador físico, odontólogo, nutricionista, psicóloga, ACS e farmacêutico. Após a atividade educativa, a médica da unidade realiza a renovação e ajustes nas prescrições de medicamentos de uso contínuo, além de outros encaminhamentos conforme as necessidades individuais. Antes da implementação do grupo, a renovação dos medicamentos para hipertensão e diabetes era feita de formas variadas, com fragilidades na padronização do atendimento. Muitos usuários não tinham o hábito de realizar consultas periódicas e, frequentemente, procuravam a unidade apenas para renovação da receita, sem buscar outros atendimentos. Com a implementação do grupo, a equipe conseguiu ampliar e qualificar o acesso, padronizando o atendimento, garantindo periodicidade adequada nas renovações de medicamentos e implementando práticas de atendimento multidisciplinar e educação em saúde, o que tem potencializado a rotina de trabalho e proporcionado maior qualidade de vida e promoção de saúde aos usuários. Assim, a realização de grupos de saúde alinha-se com as diretrizes das políticas públicas e com o compromisso da APS, facilitando o monitoramento contínuo das condições de saúde dos usuários portadores de doenças crônicas não transmissíveis.

POPULAÇÃO LGBTQIA+ EM SITUAÇÃO DE RUA ACERCA DO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Lucas Marques Ferreira de Carvalho, Fernanda da Silva Cardoso, Maiara de Santana dos Santos, Karine Antunes Cardoso Cicero, Fabiana Ferreira Koopmans, Rogério Bittencourt de Miranda, Mariana Castro de Mello, Vinícius Rodrigues Fernandes da Fonte

Este trabalho aborda as vivências da comunidade LGBTQIAP+ em situação de rua, investigando as experiências e percepções desse grupo em relação aos serviços de saúde oferecidos na Atenção Primária à Saúde (APS). O objetivo principal foi analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, o cuidado prestado à população LGBTQIAP+ na APS, buscando identificar maneiras de tornar esse serviço mais inclusivo e receptivo para essa comunidade em situação de vulnerabilidade. A metodologia adotada consistiu em uma revisão integrativa da literatura, que visa sintetizar informações de diversos estudos para proporcionar uma compreensão mais abrangente do tema. A busca por estudos relevantes foi realizada nas bases de dados como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, com foco em pesquisas publicadas entre 2013 e 2023 nos idiomas português, espanhol e inglês. Os resultados revelaram nove fontes selecionadas para discussão, abordando temas como cuidados de saúde, estigmatização, preconceito, estratégias de atendimento e relatos de experiências de pessoas transgênero e não-binárias em situação de rua. A análise desses estudos permitiu identificar as principais contribuições e insights sobre o assunto, destacando a importância de compreender as necessidades específicas desse grupo marginalizado. As categorias de análise, derivadas das fontes agrupadas em temas recorrentes, foram essenciais para descrever e analisar os achados. Essa revisão ressaltou a importância de políticas e práticas inclusivas e sensíveis às demandas da comunidade LGBTQIAP+ em situação de rua. Diante dos resultados, é fundamental repensar as práticas de cuidado na Atenção Primária, para torná-las mais acessíveis, acolhedoras e eficazes para essa comunidade. Recomenda-se a implementação de políticas públicas e ações que promovam a equidade, o respeito à diversidade e a garantia dos direitos desses indivíduos, com o objetivo de construir um sistema de saúde mais inclusivo e humanizado.

MATRICIAMENTO EDUCACIONAL PARA QUALIFICAÇÃO EM ONCOLOGIA DE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM NO BRASIL: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO

Rosenice Perkins Dias da Silva Clemente, Mario Jorge Sobreira da Silva

O câncer é a segunda principal causa de morte em todo o mundo, tornando-se um problema de saúde pública. Para enfrentá-lo, ações de prevenção e controle passaram a integrar as agendas políticas e técnicas do governo brasileiro. Entre as medidas essenciais para atingir os objetivos da política

vigente no país, destaca-se a qualificação dos profissionais de saúde atuantes no setor. O técnico de enfermagem desempenha um papel crucial junto aos demais membros da equipe multiprofissional, mas são identificadas fragilidades no processo formativo dessa categoria no atendimento ao câncer. Este estudo teve como objetivo elaborar um modelo de matriciamento educacional para expandir a qualificação dos técnicos de enfermagem em oncologia. Para isso, foi adotado um delineamento misto de pesquisa, envolvendo duas abordagens: análise documental e o método de Delphi. Na análise documental, foram selecionados e incluídos documentos normativos legais publicados entre 1986 e 2021, por órgãos governamentais e pelo conselho da categoria de enfermagem, com foco no processo de qualificação e atuação do técnico de enfermagem em oncologia. A análise de conteúdo foi utilizada para identificar a frequência e relevância explícita dos núcleos de sentido nos documentos. Os resultados da análise documental foram empregados para estruturar um arcabouço político-normativo, que serviu como base para a segunda etapa do estudo, na qual foi aplicado o método de Delphi modificado, com uma única rodada. O referencial teórico adotado foi o Método Paideia. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, enviado virtualmente através do RedCap, aos membros do painel de especialistas – gestores e profissionais envolvidos com a saúde, oncologia e educação profissional técnica de nível médio, de diferentes regiões do Brasil, totalizando 20 participantes. A análise dos dados quantitativos e a validação do modelo foram realizadas utilizando o Coeficiente de Validação de Conteúdo. O documento foi validado nos critérios de clareza de linguagem, pertinência prática e relevância teórica, alcançando escores de 0,90, 0,91 e 0,91, respectivamente. O modelo elaborado se mostrou uma importante ferramenta para viabilizar a expansão da qualificação dos técnicos de enfermagem em oncologia no Brasil, sendo sua implementação estratégica para o Sistema Único de Saúde (SUS).

UMA ETNOGRAFIA DO CUIDADO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Lucas Marques Ferreira de Carvalho, Isabella de Abreu Ferreira Silva, Maiara de Santana dos Santos, Mariana Castro de Mello, Fabiana Ferreira Koopmans, Rogério Bittencourt de Miranda, Letícia Parente Gonçalves, Igor Porfírio da Silva Costa, Vinícius Rodrigues Fernandes da Fonte

A presente pesquisa aborda o cuidado a pessoas em situação de rua, com foco em uma Unidade Básica de Saúde localizada na zona norte do município do Rio de Janeiro. O objetivo principal foi analisar as concepções sobre o cuidado a essa população, buscando compreender os desafios e as práticas adotadas pelos profissionais de saúde nesse contexto. Para isso, foi empregada uma abordagem qualitativa, utilizando a metodologia etnográfica. Foram realizadas entrevistas com os profissionais de saúde da unidade, além de anotações em um diário de campo para registrar impressões, práticas e sentimentos relacionados à temática da pesquisa. Essa escolha metodológica permitiu uma imersão mais profunda no cotidiano da unidade e nas interações entre os profissionais e as pessoas em situação de rua. Os resultados evidenciaram a complexidade do cuidado a essa população, destacando a

importância do acolhimento, da escuta ativa e da construção de vínculos de confiança. Os profissionais enfrentam desafios como a falta de estrutura adequada, a sobrecarga de trabalho e a necessidade de capacitação específica para lidar com as demandas dessa população. Também foi observado o impacto dos estigmas e preconceitos, que dificultam o acesso das pessoas em situação de rua aos serviços de saúde. Diante disso, ressalta-se a necessidade de políticas públicas mais efetivas e de ações intersetoriais que promovam a inclusão social e o acesso universal aos serviços de saúde. A pesquisa também destaca a importância do trabalho em equipe, da formação continuada dos profissionais de saúde e da valorização da escuta qualificada e do acolhimento humanizado, como elementos essenciais para a promoção do cuidado integral e equitativo. Nas considerações finais, reforça-se a necessidade de repensar as práticas de cuidado e de construir redes de apoio e solidariedade, garantindo o respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas em situação de rua.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA PROMOÇÃO DA HIGIENE CORPORAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASO NA TIJUCA, RIO DE JANEIRO

Lucas Marques Ferreira de Carvalho, Vinícius Rodrigues Fernandes da Fonte, Maiara de Santana dos Santos, Fabiana Ferreira Koopmans, Maria Clara Sameiro de Almeida, Daniele do Nascimento Machado de Sousa, Mary Cristine de Almeida da Silva, Eliane Oliveira de Andrade Paquiela, Eluana Borges Leitão de Figueiredo

O banho é uma necessidade psicobiológica e social, essencial para a higiene, a autoestima e as relações interpessoais. No entanto, a prescrição desse cuidado, especialmente para as pessoas em situação de rua, envolve a violação de direitos constitucionais, já que essas pessoas não possuem acesso à habitação, espaços que garantam o acesso à água ou a privacidade necessária para o cuidado do corpo. O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre os desafios da higiene corporal para pessoas em situação de rua na região da Tijuca, no município do Rio de Janeiro. Durante a circulação pelo bairro da Tijuca, observou-se pessoas em situação de rua utilizando o chafariz da praça Saens Pena para realizar a higiene corporal, além de outras estratégias, como o uso de ligações clandestinas de água ou parcerias com a sociedade civil, como igrejas. No que se refere aos serviços públicos, destacam-se o CREAS Arlindo Rodrigues e o CAPS-AD Mané Garrincha, que oferecem banhos como parte do cuidado à saúde da população em situação de rua. Com a implementação da equipe do Consultório na Rua da AP 2.2, em 2022, com apoio da Coordenação da Área Programática, foi criado um espaço para banho na unidade de saúde, reconhecendo o banho como um cuidado de saúde imprescindível. A disponibilidade do banho, no entanto, trouxe desafios adicionais, como a necessidade de parcerias para garantir materiais de higiene pessoal e roupas. Organizações da sociedade civil, frequentadores e funcionários da unidade de saúde se tornaram os principais apoiadores na oferta de insumos. Aproximadamente 20 banhos eram realizados por dia, atendendo também pessoas de outros bairros. O banho proporcionou outras formas de cuidado, como a investigação de sintomas respiratórios, a oferta de testes rápidos para IST, a coleta de citopatológicos, a regularização da situação vacinal e o fortalecimento de vínculos. No entanto, a ocorrência de conflitos entre os frequentadores,

relacionados ao tempo de espera ou a desavenças pregressas da vida nas ruas, além de questões comportamentais, como adentrar ou permanecer na unidade sem camisa ou utilizar a estrutura para secar roupas, levou a gerência da unidade a suspender o serviço de banho. Estimular a criação de mais espaços de banho na cidade deve ser considerado uma meta, com o objetivo de garantir o cuidado de populações vulnerabilizadas e com direitos violados. Outros desafios envolvem o apoio de políticas públicas de saúde para assegurar esses espaços e fornecer os insumos necessários para garantir uma adequada higiene, evitando a suspensão desse serviço para as pessoas em situação de rua.

PERSPECTIVAS DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL NO SUS: VIVÊNCIAS DA GRADUAÇÃO

Alexandre de Almeida Soares, Laís de Souza Porto, Dorival Fagundes Cotrim Junior, Marcela Andrade Rios

O controle social é um mecanismo essencial para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo a contribuição da população na construção das políticas públicas de saúde no Brasil. Ao longo da história do país, os espaços de controle social foram progressivamente aperfeiçoados, tornando-se mais qualificados, deliberativos, independentes e representativos, especialmente com a implementação da Lei nº 8.142 de 1990, que regulamenta a participação comunitária por meio dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde nas esferas municipais, estaduais e nacionais. Este estudo tem como objetivo refletir sobre a vivência de acadêmicos de Enfermagem em espaços de controle social no SUS, analisando como essas experiências impactam positivamente no processo formativo. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado com acadêmicos de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que participaram da Conferência Municipal de Saúde de uma cidade do interior baiano e de uma reunião ordinária do Conselho de Saúde, no ano de 2023. Essas experiências foram parte do espaço formativo proposto pela disciplina curricular de Política e Planejamento em Saúde. Os resultados indicam que as vivências proporcionadas pela Conferência Municipal de Saúde e as discussões na reunião ordinária do Conselho de Saúde foram espaços significativos de aprendizagem, ampliando a visão dos acadêmicos sobre as realidades externas à academia, frequentemente negligenciadas pelas instituições acadêmicas. Essas oportunidades tiveram um caráter pedagógico ao demonstrar a capacidade de inclusão social, o debate público sobre necessidades coletivas e individuais, e a articulação de propostas para fortalecer o SUS. Além disso, proporcionaram uma compreensão dos determinantes sociais da saúde e dos impactos das iniquidades sociais no processo saúde-doença dos indivíduos, ao ouvir usuários de diferentes contextos compartilhando seus desafios e reivindicações pelo direito à saúde. A Conferência Municipal, com o tema central “Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia - Amanhã vai ser outro dia!», foi marcada por diálogos entre diversos indivíduos, convergindo na defesa de um SUS universal, integral e equânime, como uma força contrária aos projetos de sucateamento, mercantilização e subfinanciamento dos serviços públicos de saúde. Em conclusão, este relato de experiência reforça o

poder democrático dos espaços de controle social na construção do SUS, destacando a participação popular como ferramenta essencial para promover a autonomia dos cidadãos, fortalecer a cidadania e fomentar a consciência crítica de usuários e profissionais de saúde engajados na luta pela consolidação de um SUS efetivo e resolutivo. O estudo também reconhece a importância de proporcionar aos graduandos de Enfermagem experiências de participação social no SUS, visando capacitá-los a se empoderar no movimento em defesa da saúde pública.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: DESAFIOS E VIVÊNCIAS DE REALIZAR PESQUISA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Maiara de Santana dos Santos, Lucas Marques Ferreira de Carvalho, Fabiana Ferreira Koopmans, Mariana Castro de Mello, Hermes Candido de Paula, Letícia Parente Gonçalves, Ricardo de Mattos Russo Rafael, Eluana Borges Leitão de Figueiredo, Eliane Oliveira de Andrade Paquiela

A compreensão e o cuidado para com as pessoas em situação de rua têm ganhado destaque como áreas importantes de estudo e intervenção no campo da saúde pública. No contexto da atenção básica à saúde, abordar as necessidades dessa população apresenta desafios específicos, exigindo uma compreensão profunda das suas realidades e demandas. Este relato visa compartilhar uma experiência significativa vivenciada durante uma pesquisa de campo com pessoas em situação de rua, realizada na Atenção Básica à Saúde, no município do Rio de Janeiro. O relato se refere a uma das etapas da pesquisa, a coleta de dados, que foi conduzida por alunos de graduação em enfermagem e por uma mestrandia da UERJ. A coleta aconteceu em uma ação promovida por uma organização não governamental, com o objetivo de oferecer serviços de saúde e de natureza judicial. A abordagem utilizada foi cuidadosamente planejada, pautada pela empatia e pelo respeito à autonomia dos indivíduos, com o intuito de estabelecer vínculos de confiança e facilitar a comunicação e o compartilhamento de experiências, respeitando, também, a negativa daqueles que não desejavam participar da pesquisa. Durante os diálogos com as pessoas em situação de rua, foi possível perceber uma diversidade de trajetórias de vida, marcadas por desafios como a falta de moradia, o acesso precário aos serviços de saúde e a discriminação social. Contudo, observou-se uma dificuldade em obter os relatos durante as entrevistas, uma vez que muitas pessoas estavam mais preocupadas com a oportunidade de pegar o alimento oferecido, evidenciando que a fome e a sede eram questões constantes nas entrevistas. A partir das narrativas coletadas, foi possível identificar necessidades emergentes, como assistência médica para doenças crônicas não tratadas e acesso a alimentos e itens de higiene básica. A pesquisa de campo reforçou a urgência de políticas públicas e ações concretas para promover a inclusão social e garantir o acesso universal à saúde. É fundamental oferecer suporte integral que contemple não apenas as necessidades físicas, mas também as emocionais, sociais e psicológicas dessa população. Esta experiência fortalece o compromisso de trabalhar por uma sociedade mais justa e solidária, onde todos possam viver com dignidade.

INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASO DO ARRAIÁ COMUNITÁRIO NA PRAÇA DA MEDALHA MILAGROSA

Maiara de Santana dos Santos, Vinícius Rodrigues Fernandes da Fonte, Lucas Marques Ferreira de Carvalho, Maria Clara Sameiro de Almeida, Daniele do Nascimento Machado de Sousa, Mary Cristine de Almeida da Silva, Eliane Oliveira de Andrade Paquiela, Eluana Borges Leitão de Figueiredo

A população em situação de rua continua invisibilizada socialmente, com ações limitadas por parte das políticas públicas e do poder público para mitigar as violações de direitos dessa população. Com a inauguração da equipe do Consultório na Rua, da área programática 2.2 do município do Rio de Janeiro, em junho de 2022, adotamos como estratégia promover ações de sociabilização e integração das pessoas em situação de rua com a comunidade da área em que elas pertencem. O objetivo deste relato é compartilhar as experiências culturais realizadas no Consultório na Rua, por meio de um arraiá comunitário. As ações culturais têm como propósito promover a construção de trajetórias emancipatórias, favorecendo a produção de saúde e qualidade de vida ao estimular a autonomia e a participação social. Nesse contexto, a comunidade passa a ser o nosso objeto de cuidado, reconhecendo que a saúde se faz com a participação ativa da população. Assim, propusemos a realização do nosso Arraiá comunitário na Praça da Medalha Milagrosa. Esta praça é um local de aglomeração de pessoas em situação de rua, o que fez dela o cenário ideal para o evento. A divulgação foi realizada através da unidade de saúde, panfletagem e pela inclusão das próprias pessoas em situação de rua na organização do evento, com destaque para a contribuição delas na escolha do local. O evento contou com doações do comércio local, de voluntários, das equipes do CMS Hélio Pellegrino, NASF, CAP 2.2, CAPS-AD Mané Garrincha, da comunidade católica “Maria Solidária” e até mesmo dos moradores da vizinhança da praça. O arraiá comunitário foi uma construção coletiva, que possibilitou o estreitamento de vínculo das pessoas em situação de rua com o nosso serviço, que estava iniciando suas atividades. Contudo, a manutenção de tais eventos exige um grande esforço coletivo, especialmente devido à gravidade da fome, um problema social que afeta diretamente a população em situação de rua. Portanto, o apoio de políticas públicas, além do apoio da sociedade civil, se torna essencial para garantir a continuidade e o sucesso dessas iniciativas.

CÂNCER DE PELE EM MULHERES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Raiana Oliveira Franceschi, Laura Bischoff Hartmann, Leila Mariza Hildebrant, Fernanda Beheregaray Cabral

Este trabalho é uma revisão de literatura com o objetivo de identificar o que vem sendo publicado sobre o câncer de pele em mulheres que residem em áreas urbanas e rurais. A revisão visa

identificar lacunas no conhecimento, contribuindo para a produção de pesquisas na área, além de nortear práticas educativas e fortalecer discussões sobre políticas públicas de atenção a essas mulheres, com ênfase no câncer de pele, seus sinais e sintomas, modalidades de intervenção, medidas protetivas e promoção de saúde. A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e nos Periódicos Capes, utilizando as combinações dos descritores “câncer de pele” e “mulheres” com o operador booleano AND. Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados entre 2011 e o primeiro semestre de 2023, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Inicialmente, foram encontrados 535 estudos; após a aplicação dos filtros de data de publicação e idioma, restaram 328. Excluíram-se as pesquisas que não correspondiam aos objetivos do trabalho e uma por não estar disponível na íntegra, resultando em 21 estudos selecionados para esta revisão. Entre os artigos sobre mulheres e câncer de pele, vários temas emergiram, incluindo a relação entre medicamentos ou suplementos nutricionais e o câncer de pele (8 estudos); fatores de risco e rastreio da doença (2 estudos); a relação entre câncer de pele e câncer de mama (2 estudos); características fenotípicas e padrão de exposição ultravioleta (UV) e sua relação com a localização do melanoma (1 estudo); material informativo sobre doenças dermatológicas comuns em mulheres na atenção primária, incluindo câncer de pele não melanoma e melanoma (1 estudo); impactos da exposição UV residencial na infância e idade adulta (1 estudo); comparativo clínico-epidemiológico entre homens e mulheres com melanoma (1 estudo); tabagismo associado ao câncer de pele (1 estudo); artigos de revistas femininas sobre proteção solar e prevenção do câncer cutâneo (1 estudo); associação entre etilismo e risco de câncer de pele (1 estudo); excesso de peso e sua influência no câncer de pele (1 estudo); e consumo de frutas cítricas e sua relação com o câncer de pele (1 estudo). Não foram encontrados estudos que abordassem o câncer de pele em mulheres rurais. A maioria das pesquisas foca nos fatores associados ao câncer de pele e suas características clínicas, o que reforça a necessidade de mais estudos sobre o câncer de pele em mulheres em diferentes contextos, abordando as diversas nuances do tema e as políticas públicas de atenção a esse grupo. As neoplasias cutâneas representam um problema de saúde pública, mas sua relação com as mulheres ainda é pouco explorada, o que demanda mais pesquisas e conscientização sobre a doença, seus riscos e as medidas de prevenção.

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM UM VARAL DE FOTOGRAFIAS: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE ODONTOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Itamar Francisco Teixeira, Elisa Prezotto Giordani, Fabiano Araujo Brum

As fotografias, no contexto da educação, permitem ao docente trabalhar com a arte e despertam a afetividade necessária para o processo de ensino e aprendizagem, pois ilustram fatos e momentos que resgatam memórias visuais e psíquico-afetivas no observador. Um varal de fotografias foi utilizado em uma oficina na Atenção Primária em Saúde (APS), no processo de educação permanente, com o objetivo

de promover a diversidade problematizadora na prática pedagógica e capacitar os profissionais para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. O curso de aperfeiçoamento em odontologia na Saúde da Família e Comunidade, do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI), propõe uma prática educacional permanente nos municípios do Espírito Santo, utilizando metodologias ativas para o ensino e aprendizagem. O escopo do curso é a qualificação dos profissionais nos territórios de saúde, por meio de encontros remotos e presenciais entre supervisores e grupos de dentistas lotados na APS. Como metodologia, foi utilizado um varal confeccionado com barbante e fotografias penduradas, contendo imagens de mulheres vítimas de violência doméstica, nos encontros presenciais entre supervisores e grupos de cirurgiões-dentistas. Os profissionais foram organizados em semicírculo diante do varal, similar às rodas de conversa dialógicas usadas nas reuniões das equipes de saúde com a comunidade. Foram convidados a olhar as fotografias e refletir sobre os sentimentos provocados pelas imagens, discutindo os impactos da violência de gênero no cotidiano e na clínica odontológica. Os participantes compartilharam, democraticamente, suas percepções, relatos e vivências sobre os diferentes tipos de violência contra mulheres, políticas públicas, referências de acolhimento e assistência em saúde, além das narrativas sobre como a violência de gênero afeta a autoestima e a saúde bucal. Propuseram hipóteses diagnósticas, como lesões no rosto e na boca, abandono da higiene oral e das próteses, aumento no consumo de álcool e tabaco, alimentação inadequada, obesidade e possíveis quadros depressivos. Como resultado da experiência, observou-se avaliações positivas e a satisfação dos cirurgiões-dentistas e supervisores docentes, relatos de ressignificação dos conhecimentos compartilhados e da abordagem humanizada dos episódios de violência de gênero. Houve também uma ampliação do olhar para o cuidado odontológico da mulher, com a qualificação e valorização das atuações dos profissionais na comunidade. Os profissionais se sentiram estimulados, crítica e reflexivamente, a desenvolver comportamentos atitudinais ampliados nas intervenções, aproximando o conhecimento técnico da realidade, valorizando as relações com a equipe de saúde e os usuários, e proporcionando um cuidado ampliado e assistência às famílias e comunidades, além do campo da saúde bucal. Os supervisores demonstraram satisfação e interesse pela experiência, que exigiu poucos recursos e proporcionou a sensibilização necessária para o aprimoramento dos profissionais de saúde, sendo considerada uma prática educativa exitosa, que pode ser consolidada de forma permanente no curso. Os registros fotográficos revelaram-se recursos didáticos visuais problematizadores adequados para a educação permanente na APS, fornecendo bons insumos para a qualificação profissional dos cirurgiões-dentistas, ao registrar momentos cotidianos que refletem a realidade.

NÚCLEO DE GESTÃO REGIONAL: UMA EXPERIÊNCIA DE APROXIMAÇÃO DA GESTÃO COM OS TERRITÓRIOS

Marilene Gonçalves França, Bianca Bersot Bianchi, Cristhian Kenny Firmino Lucio de Souza,
Kamila Medani Tristao, Flavia Santos da Costa, Rafaela Zandonadi Souza,
Viviane Rassele Silva Caliman, Solange da Costa de Bortoli Neves

O fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS), com foco na Atenção Primária à Saúde (APS), baseia-se em processos que buscam novos modos de análise e operação de coletivos organizados para a

produção, nos quais haja integração entre os sujeitos, constituindo espaços de diálogo, saberes e poderes, com o objetivo de qualificar e potencializar o cuidado em saúde e transformar as práticas nos territórios de saúde. O Núcleo de Gestão Regional (NGR) da Gerência de Atenção à Saúde (GAS) foi instituído em nível técnico-operacional para apoiar tecnicamente os diretores e as equipes das Unidades de Saúde (US) nas respectivas regiões de saúde, com foco na implementação de ações estratégicas definidas pela Coordenação de Atenção Básica (CAB), visando fortalecer a RAS no município de Vitória. O NGR representa uma forma particular de Apoio Paidéia, orientado aos diretores e equipes das US, promovendo a formação de sujeitos capazes de analisar e intervir no campo do trabalho, rompendo com a racionalidade gerencial hegemônica, que separa a formulação da execução. A equipe do NGR é composta por profissionais de nível superior, com carga horária de 40 horas semanais e vínculo efetivo, sendo referência para unidades de uma mesma região de saúde. O grupo se reúne semanalmente com a coordenação do núcleo para planejamento, monitoramento e avaliação de suas ações. As principais atribuições incluem a participação no Colegiado Gestor Regional e no Colegiado Gestor Local, contribuição em outros espaços coletivos, colaboração com gestores locais e equipes das US na definição de estratégias para alcançar metas e monitoramento dos indicadores de saúde. Além disso, o NGR contribui, junto ao nível local, na organização de macros e microprocessos de trabalho e projetos da Secretaria Municipal de Saúde no âmbito da APS. No desenvolvimento dessas ações, observou-se uma aproximação entre a gestão do nível central e os profissionais, apoiando as equipes na implementação de diretrizes, portarias, protocolos e normatizações institucionais conforme as necessidades dos territórios. Constatou-se também uma maior celeridade no retorno às demandas e dúvidas dos diretores e equipes relacionadas à GAS, equipes mais capacitadas na apropriação dos relatórios dos indicadores do Previnhe Brasil, com melhor entendimento dos indicadores e qualificação dos registros. Outro resultado foi o fortalecimento da organização dos fluxos internos e dos processos de trabalho das US, como a organização do cuidado programado e a reorganização da agenda dos enfermeiros para supervisão dos ACS e da equipe de enfermagem. Além disso, houve redução das inconsistências de cadastros dos usuários nos sistemas de informação e prontuários. Assim, a aproximação entre a gestão central e os gestores locais, por meio dos “encontros”, possibilitou uma análise crítica dos resultados, maior assertividade nas tomadas de decisão e na construção de melhorias contínuas nos processos organizacionais, permitindo redirecionar caminhos e propor novas trajetórias, com novos sentidos e arranjos para o aprimoramento da APS.

O ORÇAMENTO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA (ES): UMA ANÁLISE A PARTIR DO ORÇAMENTO POR DESEMPENHO

Marilene Gonçalves França, Adriana Ilha da Silva

A política de saúde requer um orçamento público que assegure recursos suficientes para a implementação de suas ações e serviços. A gestão orçamentária e financeira deve integrar os objetivos, diretrizes, metas e resultados, sendo fundamental o uso de instrumentos de planejamento orçamentário e de saúde para analisar o direcionamento das prioridades do governo e a eficiência dos gastos públicos.

Este estudo teve como objetivo analisar o desempenho do gasto em saúde, com foco na atenção básica, no município de Vitória (ES), no período de 2009 a 2019, utilizando uma metodologia de desempenho do orçamento na saúde, que busca correlacionar o planejamento orçamentário financeiro com os resultados alcançados pela política de saúde. A pesquisa foi documental e quantitativa, empregando o Orçamento por Desempenho como instrumento de avaliação, que permite analisar a relação entre as metas alcançadas, os recursos envolvidos e os resultados das políticas de saúde à luz do orçamento. Os dados foram obtidos a partir da análise das peças orçamentárias e dos indicadores pactuados nos instrumentos de gestão. Inicialmente, foram analisadas as ações dos programas, considerando os indicadores propostos e seus resultados nos Planos Plurianuais (PPA) e Leis de Diretrizes Orçamentárias. Em seguida, relacionaram-se os indicadores pactuados pela gestão, que constavam no Relatório Anual de Gestão, para avaliar seu desempenho anual, com base nas metas programadas e nos resultados alcançados. Por fim, foi utilizada uma matriz para relacionar as peças orçamentárias (subfunções) e o desempenho dos indicadores, conforme a categorização do “orçamento por desempenho”: Recurso, Outputs, Eficiência e Outcomes. A análise revelou fragilidades na elaboração das peças orçamentárias, principalmente na relação entre as ações e os indicadores, uma vez que esses não refletiam os resultados das ações previstas, dificultando a avaliação do desempenho do programa. Além disso, dos 32 indicadores constantes nos PPAs, apenas nove foram identificados nos indicadores pactuados pelo município, o que evidencia a falta de integração entre os instrumentos orçamentários e os de planejamento da saúde. Cerca de 60% dos indicadores pactuados foram classificados na categoria “Eficiência», refletindo o esforço para realizar o processo de trabalho. Em relação às subfunções orçamentárias, a “Vigilância Epidemiológica” foi a que apresentou maior quantitativo de indicadores (41%), seguida pela atenção básica (25%). Observou-se uma relação entre os resultados dos indicadores e o montante de recursos utilizados, com os indicadores que apresentaram melhores resultados mostrando um aumento nas despesas, enquanto os indicadores com resultados abaixo das metas esperadas apresentaram uma redução nas despesas. No que diz respeito à política de atenção básica, embora tenha ocupado a segunda posição, não foram encontrados indicadores que avaliassem o impacto dessa política na vida da população. Assim, a prioridade dada à atenção básica não se reflete na análise do desempenho dos gastos em saúde e no planejamento orçamentário financeiro municipal. Conclui-se que há necessidade de qualificação na pactuação de indicadores, nos instrumentos orçamentários e de planejamento da saúde, além de melhorias no monitoramento, para que se possa avaliar adequadamente os gastos em saúde.

EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL MATERNO-INFANTIL EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

Ghustavo Guimarães da Silva, Walef Alves Viana, Roberto Sarcinelli Barbosa

Gestantes são um grupo de risco para modificações temporárias no meio bucal, enquanto a infância é um período crucial para a criação de hábitos saudáveis e cuidados em saúde, pois é nessa fase que a criança adquire comportamentos que, se trabalhados de forma contínua, perdurarão ao longo da

vida. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência de um projeto de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo. As atividades do projeto são realizadas no ambulatório de pediatria do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, atendendo semanalmente crianças, pais ou responsáveis e gestantes. Durante as ações, são abordados temas como cárie, dieta, irrupção dentária, escovação, traumatismo dentário e hábitos de sucção. Para a conscientização, são utilizados macromodelos para demonstração de higiene bucal, folders educativos e um jogo de cartas, com o intuito de solidificar as informações transmitidas. O projeto Sorriso do Futuro realiza visitas mensais na enfermaria de pediatria, realizando abordagem leito a leito. Além dos temas abordados, as ações permitem esclarecer dúvidas, distribuir kits de higiene bucal e encaminhar os pacientes que necessitam de atendimento odontológico para o ambulatório de odontologia da universidade. Como resultado, destaca-se a intensa troca de informações em saúde, que contribui para o aprimoramento da formação dos estudantes envolvidos no projeto, ao trabalharem diversos temas de saúde e adotarem o modelo de promoção de saúde bucal. Embora a abordagem foque na promoção e prevenção, há casos que exigem atendimento clínico para recuperação, com encaminhamentos para a clínica infantil de odontologia. Nas considerações finais, observa-se o interesse dos responsáveis e pacientes pelas informações em saúde, além da capacitação sobre cuidados diários de saúde bucal, incentivando o autocuidado. Os estudantes extensionistas do projeto também desempenham um papel ativo, protagonizando ações de saúde.

ASSOCIAÇÃO ENTRE PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE ENTRE ENFERMEIROS(AS)

Vitória Portarriax Lopes Machado, Diéssica Roggia Piexak,
Ana Marcela Sarria de Albuquerque, Daniela Dallegrove

Este estudo teve como objetivo identificar a prevalência de pós-graduação entre enfermeiros(as) que declararam ter formação em práticas integrativas e complementares em saúde (PICS). Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, parte do macroprojeto “Estudo Brasileiro: Inquérito Nacional sobre o Perfil Educacional e Profissional de Enfermeiros(as) de Saúde Integrativa e Práticas Tradicionais - ENFPICS”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAAE: 43306921.6.0000.5347). A pesquisa foi realizada em todo o território brasileiro, com coleta de dados quantitativos por meio de um questionário semi-estruturado, aplicado virtualmente, contendo 52 perguntas. Os critérios de inclusão foram profissionais com formação em enfermagem. O estudo constatou uma prevalência significativa de enfermeiros com pós-graduação, com 1.154 participantes de todas as regiões do Brasil, dos quais 86,74% (1.001 profissionais) possuíam algum tipo de curso de pós-graduação. A especialização/residência foi o tipo mais comum, abrangendo 57,45% (663 casos). Observou-se uma forte associação entre a realização de cursos de pós-graduação e a formação em PICS, com os resultados indicando que a pós-graduação, independentemente de seu nível, aumenta em 77% a probabilidade de o profissional ter formação em PICS. A pesquisa também revelou uma

tendência de aumento na formação em PICS conforme o nível de pós-graduação avançava, exceto no caso do pós-doutorado. Participantes com mestrado profissional apresentaram uma probabilidade 131% maior de ter formação em PICS, comparados àqueles sem pós-graduação. Conclui-se que há uma associação significativa entre a conclusão de pós-graduação e o aumento da probabilidade de possuir formação em PICS, sugerindo que fatores como interesse profissional e exposição acadêmica a abordagens terapêuticas integrativas e complementares podem influenciar essa relação.

PERSPECTIVA DE GESTORES QUANTO AS REPERCUSSÕES E FATORES PREPONDERANTES DO TRABALHO DE ENFERMEIROS ESPECIALISTAS EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Bianca Calheiros Cardoso de Melo, Jéssika Wanessa Soares Costa, Vanessa Gomes Mourão, Fillipi André dos Santos Silva, Maria Ruth Cândido Espinola, Katarine Florencio de Medeiros, Jonas Sâmí Albuquerque de Oliveira, Soraya Maria de Medeiros

O setor de saúde, sob a ótica do mercado de trabalho, exige dos profissionais enfermeiros maiores níveis de qualificação, especialmente em termos de pós-graduação. A falta dessa formação tem dificultado a inserção de enfermeiros no mercado de trabalho. Estudos científicos demonstram que a qualificação profissional dos enfermeiros impacta significativamente a qualidade da assistência prestada aos pacientes hospitalizados, evidenciando uma relação entre o nível educacional desses profissionais e a redução tanto da mortalidade hospitalar quanto das reinternações. O objetivo deste estudo foi analisar a perspectiva de gestores sobre as repercussões e fatores preponderantes do trabalho de enfermeiros especialistas em hospitais universitários do Nordeste brasileiro. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, realizado em hospitais universitários da região. Foram contatados 16 hospitais, dos quais 9 aceitaram participar. Foram realizadas entrevistas via Google Meet com representantes da divisão de enfermagem dos hospitais participantes, no período de outubro a novembro de 2021, utilizando um roteiro semiestruturado com questões sobre o perfil de enfermeiros especialistas e a visão dos gestores sobre as repercussões da atuação desses profissionais na assistência prestada. As entrevistas foram transcritas e analisadas utilizando o software Atlas.Ti, conforme o referencial de análise de conteúdo de Bardin. O protocolo de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFRN. Participaram do estudo cinco gestores, distribuídos pelos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia. A análise revelou duas categorias principais: a primeira se refere às repercussões da atuação de enfermeiros especialistas, destacando a identificação de melhores práticas assistenciais, como raciocínio clínico eficiente e ágil, cuidados seguros, gestão de riscos, redução da mortalidade, rotatividade de leitos, redução do tempo de internação e avaliação positiva dos usuários. A segunda categoria está relacionada aos fatores preponderantes para a inserção de enfermeiros especialistas no mercado de trabalho, incluindo a seleção direcionada

desses profissionais, formas atrativas de qualificação e alta permanência nos postos de trabalho. Conclui-se que a contratação de enfermeiros especialistas nos hospitais universitários é bem avaliada pelos gestores, pois agrega qualidade à assistência e impacta positivamente a segurança do paciente. No entanto, existem dificuldades relacionadas ao remanejamento desses profissionais para outros setores, ao adoecimento e ao perfil predominantemente feminino da categoria, especialmente no caso de profissionais de nível superior.

POVOS IMIGRANTES EM PROCESSO DE ADAPTAÇÃO SOCIAL NO DISTRITO DE OUTEIRO NO ESTADO DO PARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Yanna do Socorro Meneses Valente, Felipe Macedo Vale, Maria Vitória Sabino Hupp, Roni Oliveira Pinheiro, Natália Brasileiro Pereira, Jonas de Oliveira Barbosa, Thayanne Ribeiro Lisboa, Brênelly Emanuelli Alexandre Dias, Maira Cibelle da Silva Peixoto

Os conflitos político-econômicos ocorridos no exterior, ao longo do tempo, têm favorecido um intenso fluxo de povos originários para o Brasil, provocando mudanças na dinâmica estrutural da sociedade, que, muitas vezes, não possui ferramentas adequadas para integrar esses indivíduos ao convívio coletivo. Dentre esses povos, destacam-se os Warao, a segunda etnia mais populosa da Venezuela. Este relato tem como objetivo apresentar como essa população vive e se mantém em um território com uma cultura distinta da vivenciada por eles em seu país de origem. O estudo é um relato de experiência baseado na prática de Atenção Integral à Saúde (AIS), vivenciada por discentes do curso de Medicina da Universidade Federal do Pará (UFPA), que registraram a dinâmica de moradia do povo Warao no bairro de Itaiteua, no distrito do Outeiro, no estado do Pará (PA). O cotidiano dessa população foi acompanhado pelos alunos de Medicina da UFPA no âmbito da AIS, onde os estudantes observaram que as moradias, construídas com madeira em um terreno cedido por uma instituição religiosa, eram simples, sem divisões de cômodos ou proteção lateral, ficando expostas ao ambiente e à visão de moradias vizinhas. Essas casas, em sua maioria, abrigavam famílias com cerca de quinze pessoas, o que evidenciava a precariedade da convivência, dado que o espaço ocupado por cada moradia não era suficiente para atender a demanda familiar. Durante as atividades dos discentes, foi observado que a produção alimentar dos Warao vinha de animais criados no próprio território, como patos, galinhas e porcos. Contudo, a relação desse povo com os animais não seguia práticas de higiene adequadas, o que favorecia a proliferação de dermatites e outras doenças infectocontagiosas. Como resultado, várias crianças foram atendidas com quadros severos de gripe, erupções cutâneas, rubor acentuado e, principalmente, esquistossomose. Além disso, a falta de atendimento médico é uma realidade dessa população, uma vez que os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) não alcançam efetivamente todos os indivíduos, em grande parte devido à falta de documentação necessária para identificação e acesso aos serviços de saúde. Ao final da prática, os discentes, organizados em grupos, produziram um infográfico, apresentado em aula, relatando o que vivenciaram no território. Essa experiência proporcionou aos estudantes a vivência de uma realidade que antes conheciam apenas por

meio dos livros de história, sendo fundamental para a formação de profissionais de saúde preparados para compreender e atuar diante de contextos complexos, buscando soluções inclusivas e eficazes para promover o bem-estar e a saúde integral das populações, sempre com foco na Medicina humanizada, conforme os princípios e diretrizes do SUS.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL (PES) NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Maria Vitória Sabino Hupp, Felipe Macedo Vale, Yanna do Socorro Meneses Valente, Roni Oliveira Pinheiro, Natália Brasileiro Pereira, Jonas de Oliveira Barbosa, Thayanne Ribeiro Lisboa, Brênelly Emanuelli Alexandre Dias, Maira Cibelle da Silva Peixoto

A experiência da metodologia ativa na formação de profissionais médicos em Belém é fundamental, especialmente quando se utiliza ferramentas como o Planejamento Estratégico Situacional (PES) para resolver problemas observados na atenção primária. O objetivo deste relato é destacar a importância do PES na gestão das ações de atenção básica, com base no conhecimento adquirido sobre o território de Belém e nas teorias que fundamentam esse planejamento realizado pelos discentes da Faculdade de Medicina da UFPA. As bases teóricas utilizadas para guiar a compreensão da realidade local e identificar os principais pontos insatisfatórios foram o artigo “O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL NO NÍVEL LOCAL: um instrumento a favor da visão multissetorial», de Elizabeth Artmann, e as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). A metodologia aplicada nas aulas é dividida em duas partes: a primeira, prática, e a segunda, teórica, conforme cronograma pré-estabelecido pela docente para o primeiro semestre de 2024. A parte prática inicia-se na Escola Municipal Rotary, no bairro Condor, enquanto a parte teórica ocorre em sala de aula na faculdade. Durante a orientação prática, os discentes foram instruídos a observar os hábitos dos alunos e as relações com o ambiente escolar, focando especialmente nos hábitos alimentares prejudiciais. Observou-se um alto consumo de alimentos ultraprocessados, provenientes das residências dos alunos, oferecidos pelos responsáveis, além de outros problemas como evasão escolar e falta de infraestrutura. Em seguida, durante a aula teórica na faculdade, os estudantes utilizaram as bases teóricas para descrever os problemas observados no território e avaliar quais desses problemas os profissionais de saúde em formação poderiam enfrentar e mitigar, criando estratégias criativas para solucioná-los no contexto local. Em resumo, a experiência evidenciou a importância do PES no planejamento e gestão das ações na atenção primária, permitindo uma abordagem proativa e contextualizada para lidar com problemas multifatoriais que afetam a saúde da comunidade. Os profissionais de saúde da área podem identificar esses problemas e, quando possível, resolvê-los com o apoio de atores locais. Conclui-se que o Planejamento Estratégico Situacional é crucial para capacitar os profissionais de saúde a enfrentar os desafios da prática cotidiana, preparando-os para atuar de maneira eficaz e inovadora na promoção da saúde e melhoria das condições de vida das comunidades atendidas.

SOBRE O ESPERANÇAR FORMATIVO: POLINIZANDO SIGNIFICADOS E SENTIMENTOS COM OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Andressa Ambrosino Pinto, Donizete Vago Daher, Emília Galindo Cursino, Sidênia Alves Sidrião de Alencar Mendes, Enéas Rangel Teixeira, Audrey Vidal Pereira, Irma da Silva Brito, Karla Santa Cruz Coelho, Maria Helena Mendonça Araújo

A formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) continua sendo uma pauta essencial, pois esses profissionais passam por cursos introdutórios, técnicos e sucessivas ações de Educação Permanente em Saúde (EPS). No entanto, muitos relatos indicam lacunas significativas e a falta de ofertas dessas possibilidades formativas. Assim, compreender os significados atribuídos pelos ACS à sua formação é um ato de “esperançar». O objetivo deste estudo foi explorar os significados conferidos pelos ACS às suas vivências formativas, incluindo a formação técnica e as ações de EPS, no município de Macaé (RJ). A pesquisa, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, seguiu uma abordagem próxima à Pesquisa-Ação Participativa em Saúde (PaPS). Participaram 23 ACS, com mais de um ano de experiência em uma das quatro Unidades de Saúde da Família (ESF) escolhidas como cenários. Os participantes aceitaram livremente participar após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Multidisciplinar da UFRJ-Macaé (CAAE: 65479522.9.0000.5699). A coleta de dados foi realizada por meio da oficina World Café, e a análise foi feita utilizando a ferramenta Word Clouds e uma abordagem compreensiva-interpretativa. Os resultados originaram três sínteses: “Narrativas em movimento: desvelando experiências formativas com os ACS”; “Polinizando significados e sentimentos com os ACS: o esperançar de uma formação técnica”; e “Desenlaçando nós e revendo os hiatos: uma nuvem que aponta para uma educação permanente ainda utópica, mas em reconstrução”. Constatou-se que os ACS apresentam uma variedade de significados conectados à sua formação. Muitas vezes, as ações de EPS são associadas a modelos bancários de formação e abordagens biomédicas curativas. Isso destaca a necessidade de resgatar o acesso e garantir o direito à formação para todos os ACS, a partir do diálogo e do “esperançar» freireano, criando um ambiente formativo mais inclusivo e transformador.

PROJETO ENCONTROS DO JURUÁ – EMPODERANDO A GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Liliam Rafaelle Souza da Silva, Gigellis Duque Vilaça, Ariane Guerreiro de Souza, Lorena Falcão de Gusmão Tavares

O Amazonas é composto por 62 municípios, com uma população de aproximadamente 4 milhões de habitantes, distribuídos em três macrorregiões de saúde, subdivididas em nove regiões. A Região de Saúde do Juruá, que integra a Macrorregião Oeste, abrange seis municípios: Guajará, Envira, Ipixuna, Itamarati, Carauari e Eirunepé. Embora à primeira vista a regionalização pareça simples,

o acesso entre esses municípios é extremamente complexo devido à falta de estradas e transportes intermunicipais, tornando o deslocamento difícil, principalmente porque, em muitos casos, o único meio viável de transporte é o aéreo. Dependendo do nível das águas, o transporte fluvial também pode ser inviável, e alguns municípios não oferecem embarcações para a travessia, independentemente da estação. O município mais distante da capital, por exemplo, está a aproximadamente 1.942 km de distância, sendo necessário viajar do Amazonas para o Acre e, então, retornar ao Amazonas para acessar os municípios situados nas fronteiras interestaduais, como Ipixuna e Guajará. Esses desafios dificultam a participação em programas de qualificação profissional, especialmente devido aos altos custos de deslocamento até a capital. Considerando essas dificuldades, o Projeto Encontros do Juruá foi criado para reduzir a distância entre a região e os serviços de Apoio Técnico do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Amazonas (COSEMS-AM), com o objetivo de fortalecer a gestão municipal por meio de espaços de empoderamento para os profissionais de saúde. O projeto visa proporcionar um espaço de diálogo e qualificação profissional, abordando as demandas locais e regionais identificadas pelo serviço de apoio técnico do COSEMS-AM. As demandas são previamente identificadas por meio do monitoramento dos sistemas de informação, portarias e notas técnicas do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde. A partir dessas informações, são organizados encontros regionais para tratar das questões comuns, com a agenda de outros encontros buscando capacitações específicas conforme as solicitações e necessidades dos municípios. O projeto foi implantado em 2023 e teve excelente aceitação por parte dos Secretários Municipais de Saúde e suas equipes. Até o momento, foram realizados cinco Encontros Regionais e cerca de dois encontros mensais com os municípios, contribuindo para a qualificação dos profissionais de saúde. Como resultado, observou-se a redução de pendências no DIGISUS, o aumento da qualidade das informações sobre a produção de MAC no sistema, melhorias na nota de desempenho no Programa Previne Brasil, aumento da Capitação Ponderada e a finalização dos Projetos de Equipes Ribeirinhas e Fluviais Pendentes. Essas ações aproximam as gestões municipais do COSEMS-AM, que agora é visto como um suporte essencial nas decisões dos gestores, refletindo o trabalho bem executado de uma equipe comprometida.

IMPACTO DOS PARQUES DE CRICIÚMA NA PERCEPÇÃO DE SAÚDE DE SEUS FREQUENTADORES

Leandro Fernandes Maffei, Marcela Daiana Vicente Santiago, Eduarda Valim Pereira,
Rafael Santos de Moura, Camila Fernandes, Andriago dos Santos Mazzuco,
Ricardo Teixeira Quinaud, Deivid de Freitas Floriano, Joni Márcio de Farias

A implementação de espaços públicos abertos, como parques, é amplamente incentivada em diversas partes do mundo. No entanto, pouco se sabe sobre a percepção de saúde da população antes e depois da implementação desses espaços. O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção da influência dos parques de Criciúma (SC) na saúde de seus frequentadores, antes e depois de começarem a frequentá-los. A coleta de dados foi realizada nos três maiores parques da cidade: Parque das Nações Cincinato Napolini, Parque dos Imigrantes e Parque da Prefeitura. Vale destacar que este

estudo faz parte de um projeto maior, utilizando apenas os dados relacionados à percepção de saúde para este estudo específico. Foram coletadas informações sobre a caracterização dos participantes e realizadas duas perguntas sobre a percepção da influência dos parques na saúde dos participantes antes e depois de frequentá-los. Um total de 427 participantes responderam a essas perguntas utilizando uma escala tipo Likert, variando de 1 (não influenciou nada) a 10 (influenciou totalmente). Os dados foram analisados por meio de regressão multinível, com intervalos de confiança de 95%, utilizando a linguagem estatística “R” e o pacote “lme4”. A variável dependente foi a percepção de saúde, e as variáveis independentes foram o “tempo” (antes e depois de frequentar os parques) e o “id” (número de identificação do participante). A inserção da variável “id” foi realizada para ajustar o modelo de acordo com a variabilidade das respostas antes e depois da visita aos parques. O banco de dados foi ajustado para um modelo longitudinal, com 854 entradas. Os resultados indicaram uma estimativa de 6,99 (IC 6,87 a 7,10) antes de frequentar os parques e 8,43 (IC 8,31 a 8,55) depois de frequentá-los, mostrando uma diferença substancial e positiva. Esses dados demonstram que frequentar os parques aumentou significativamente a percepção de saúde dos participantes. Conclui-se que os parques públicos de Criciúma são fundamentais para melhorar a percepção de saúde da população, e seu uso deve ser incentivado, assim como a implementação de novos parques para a comunidade.

MOSAICO DE AFETIVIDADES: ABRINDO CARTAS PEDAGÓGICAS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Andressa Ambrosino Pinto, Donizete Vago Daher

A complexidade das práticas cotidianas no contexto da Saúde da Família é evidente. Prestar cuidados em saúde torna-se um desafio a cada novo caso, cada recusa, vínculo, diálogo e silêncio. Nesse cenário, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), enquanto profissionais, cidadãos, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e moradores do território em que atuam, expressam um mosaico de afetividades diárias ao fazer acontecer o SUS. O objetivo deste estudo foi analisar as narrativas sobre os fazeres dos ACS do município de Macaé (RJ), a partir das Cartas Pedagógicas (CP). Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, com aderência à Pesquisa-Ação Participativa em Saúde (PaPS). Os cenários foram quatro Unidades de Saúde da Família (ESF) de Macaé (RJ), com a participação de 23 ACS que atuam há mais de um ano nessas unidades e que aceitaram livremente participar do estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé (CAAE n.º: 65479522.9.0000.5699). Os dados foram coletados por meio das Cartas Pedagógicas, sendo realizadas análises narrativas das mesmas. Os achados foram organizados em dois momentos: “1 - Abrindo as Cartas... Memórias e Afetividade” e “2 - O Enredo Vivido... O Mundo do Trabalho e o Esperançar por Mudanças”. As narrativas dos ACS revelam uma díade de afetividades, como acolhida-não acolhida, autonomia-dependência, esperança-desesperança, alegria-tristeza, gratidão-ingratidão, motivação-desmotivação, satisfação-insatisfação e segurança-insegurança. Essas dicotomias emergem do seu

trabalho enquanto ACS, com ênfase na construção de vínculos, interação comunitária e resolução de problemas, que geram tanto afetos quanto desafetos junto aos usuários. Os ACS demonstram o desejo de ter voz, serem visibilizados e sugerem soluções possíveis, indicando um “esperançar no SUS”.

ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NA PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS DO SUS: SEGURANÇA DO PACIENTE

Josie Pereira da Mota, Marco Antônio Oliveira Silva, Milena Moreira Borges Palheta, Flávia Maíse Cardoso da Silva, Rodrigo Avelar de Almeida, Ruth Anne Meire da Silva, Monique Lorrana Vieira Queiroz, Maria Eduarda da Silva Gomes, Enedina Ruth Trindade Campos

Este trabalho aborda a criação de estratégias de educação popular para o cuidado em saúde, com foco no protagonismo de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo pacientes e familiares, na Fundação Pública Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, referência em cardiologia, nefrologia e psiquiatria no estado do Pará. O projeto, iniciado em abril de 2024, resulta da parceria entre o Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP) e o Comitê de Humanização. Seu objetivo é estimular o protagonismo dos usuários do SUS por meio da intervenção do NQSP e dos membros do Comitê de Humanização, promovendo a segurança do paciente. A primeira ação do projeto consistiu em uma capacitação de 4 horas para os membros e apoiadores do Comitê de Humanização, abordando a diretriz da Política Nacional de Humanização “Defesa dos Direitos dos Usuários” e as seis metas de segurança do paciente, com foco na prevenção de riscos assistenciais e no incentivo ao protagonismo dos usuários. O Comitê de Humanização é composto por 60 membros e apoiadores distribuídos por diversos setores do hospital, garantindo ampla capilaridade. A parceria entre o NQSP e o Comitê de Humanização se destaca por adotar a estratégia de educação popular, promovendo a qualidade em saúde e contribuindo para a redução de eventos adversos e a melhora de resultados favoráveis. Entre os resultados esperados está o empoderamento dos usuários do SUS sobre as seis metas internacionais de segurança do paciente: 1) Identificação do paciente; 2) Comunicação efetiva; 3) Uso seguro de medicamentos; 4) Cirurgia segura; 5) Higienização das mãos; 6) Adequação dos ambientes para evitar quedas e lesões por pressão. Os grupos de educação em saúde ocorrerão em todos os setores do hospital, durante os três turnos, com duração média de 50 minutos. A equipe do NQSP e do Comitê de Humanização conduzirá as rodas de conversa, baseadas nas diretrizes da educação popular, que valorizam os saberes dos educandos e fomentam a construção de conhecimentos a partir de suas realidades. O processo incluirá a aplicação de um pré-teste, utilizando o Google Forms e tablets do NQSP, para avaliar o conhecimento inicial dos pacientes e acompanhantes, seguido das rodas de conversa, e, ao final, um pós-teste com as mesmas questões para avaliar a efetividade da intervenção. A análise dos resultados será realizada utilizando o Excel e a análise estatística do teste t de Student, com o programa Action. Espera-se que, após a intervenção, o estímulo ao protagonismo de pacientes e familiares melhore o conhecimento sobre os processos de seu próprio cuidado e fortaleça a cultura de segurança no hospital.

EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SAÚDE: FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUS CAPIXABA

Ana Clara Fraga, Alexandre de Oliveira Fraga, Caique dos Santos Pereira, Ednéa Harckbart, Gilmara Gomes da Silva Sarmiento, Maristella Zamborlini Macedo, Mariana Pereira Monteiro

Este resumo destaca a experiência pioneira do Projeto Práticas Inovadoras para a Qualificação da Participação Social na Saúde (PDPi) no Espírito Santo, focado na educação permanente para o controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). O PDPi é uma iniciativa do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi), em colaboração com o Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo (CES-ES), que atua em todo o território capixaba, promovendo ações educativas para fortalecer os conselhos de saúde. Desde seu início, em junho de 2022, o projeto tem sido um agente de transformação, alcançando até os municípios mais distantes e qualificando os espaços de participação social. Para os momentos formativos, o PDPi adota metodologias ativas e dinâmicas de grupo como estratégias pedagógicas, estimulando a reflexão crítica e a troca de experiências. O projeto busca valorizar a importância dos conselhos de saúde e promover a atuação ética, responsável e consciente dos conselheiros nas proposições políticas e na tomada de decisões sobre temas de saúde. A temática abordada inclui aspectos históricos, técnicos, práticos, legais, éticos e político-sociais da participação popular no SUS, com ênfase na organização e dinâmica de funcionamento dos conselhos e conferências de saúde. A oferta das atividades educativas é divulgada para todos os conselhos de saúde do estado, podendo ser solicitada pelos mesmos para realização em suas localidades. Para ampliar o alcance e fortalecer o controle social, o PDPi também colabora estreitamente com o Comitê de Educação Permanente do CES, participando de reuniões, trocando informações e realizando atualizações sobre as atividades do projeto. Até o momento, mais de 300 conselheiros e atores sociais foram beneficiados pelas ações do PDPi em diversos municípios capixabas. O projeto adota um processo contínuo de avaliação, incluindo formulários de avaliação anônima para medir a satisfação dos participantes e coletar sugestões valiosas, que são incorporadas para aprimorar o projeto. Ao politizar a saúde e capacitar os participantes para compreenderem seu papel ativo na formulação e implementação das políticas de saúde, o PDPi tem contribuído para transformações significativas no sistema de saúde capixaba, promovendo uma sociedade mais justa e saudável.

EDUCAÇÃO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: INTEGRAÇÃO, EMPATIA E PROTOTIPAGEM

Ana Barros, Vitória Vellozo, Patricia Rocca, Roberta Vianna

As ações e serviços de vigilância sanitária no âmbito do SUS vão além da fiscalização, incorporando também estratégias educativas voltadas ao compartilhamento de saberes sobre a

identificação, classificação, gestão e comunicação de riscos sanitários, com o objetivo de prevenir, controlar riscos, reduzir danos e proteger a saúde dos cidadãos. Desde 2021, nosso foco tem sido agregar à dinâmica institucional do IVISA-Rio a ênfase na gestão do conhecimento, orientando práticas organizacionais voltadas para a geração, captura, disseminação e compartilhamento de conhecimento, por meio da elaboração e coordenação de propostas de capacitação. Guiadas pelos pilares de integração, empatia e prototipagem, desenvolvemos ações para fortalecer o potencial institucional de produção e difusão de conhecimentos no campo da vigilância sanitária, consolidando-a como parte essencial do SUS e da gestão em saúde pública de forma geral. As principais ações focaram na mobilização de pessoas, processos e ativos intangíveis para promover aprendizagem e inovação de forma contextualizada, destacando a criação e manutenção de canais de diálogo, integração e aprimoramento técnico, como o Colegiado de Coordenadores Técnicos e o Grupo Técnico Permanente de Educação Sanitária. Como resultado da integração, reestruturamos a oferta de capacitações, incorporando novos conteúdos e metodologias, e melhoramos os processos de trabalho em cursos livres de vigilância de zoonoses, alimentos e sanitária em saúde. A elaboração e divulgação dos Catálogos Anuais de Capacitações (2021, 2022, 2023, e 2024/2025) refletem a importância dessa agenda. De janeiro de 2021 a março de 2024, foram realizadas mais de 220 capacitações temáticas, com 1.182 turmas, conduzidas por mais de 80 profissionais de nível superior e mais de 77.000 inscrições, resultando na emissão de mais de 35.000 certificados para profissionais da vigilância sanitária e da SMS-Rio. Observamos um aumento de 62% na oferta de capacitações de 2021 a 2023, com destaque para os Cursos de Aperfeiçoamento em Saúde Única e Saúde da Pessoa Idosa, com até 240 horas, em formato híbrido. Essas iniciativas de capacitação criaram espaços de integração e fortaleceram a produção, difusão e gestão do conhecimento, representando uma oportunidade única para a integração ensino-serviço.

POTENCIALIZANDO A QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE: O IMPACTO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PELO PROJETO HIPERDIA

Felipe Macedo Vale, Yanna do Socorro Meneses Valente, Maria Vitória Sabino Hupp, Roni Oliveira Pinheiro, Natália Brasileiro Pereira, Jonas de Oliveira Barbosa, Thayanne Ribeiro Lisboa, Brênelly Emanuelli Alexandre Dias, Maira Cibelle da Silva Peixoto

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel crucial como primeiro ponto de contato da comunidade com os mecanismos de promoção da saúde e controle de agravos, como a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e a Diabetes Mellitus (DM). A implementação do Projeto HiperDia na APS, aliado à capacitação dos profissionais de saúde, como os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), visa a detecção, o cadastramento e o tratamento dessas condições. Desenvolvido por acadêmicos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará (Famed/UFGPA), o projeto foi concebido com base no Programa HiperDia e tem como objetivo a capacitação dos ACSs para

a efetivação das metas do programa, incluindo o cadastramento e o tratamento de indivíduos com hipertensão e diabetes. Este relato de experiência descreve a educação em saúde realizada por meio de palestras no auditório da Famed/UFPA e atividades práticas na quadra da Paróquia São Domingos de Gusmão, no bairro Terra Firme, em Belém (PA), com foco nos ACSs da comunidade Terra Firme. Durante os eventos, realizados no segundo semestre de 2023, discentes de medicina, juntamente com docentes da disciplina Atenção Integral à Saúde, ministraram exposições teóricas sobre a HAS e DM, seguidas de treinamentos práticos sobre o manejo do pé diabético e a aferição da pressão arterial. A capacitação abordou ainda os sintomas, fatores de risco e a identificação das condições relacionadas à HAS e DM. Durante a execução do Projeto, foi identificado um problema importante: a deficiência no treinamento prévio dos ACSs sobre essas enfermidades, já que muitos desconheciam sinais, sintomas, grupos de risco e técnicas necessárias para o cuidado adequado do pé diabético. O ACS, como parte essencial do Programa HiperDia, desempenha a função de identificar, durante as visitas domiciliares, as manifestações clínicas da HAS e DM, encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando necessário, e acompanhar os diagnosticados, garantindo a adesão ao tratamento. O treinamento dos ACSs para aferir a pressão arterial e orientá-los sobre mudanças no estilo de vida é, portanto, fundamental para o sucesso do programa. Esse processo de educação permanente é vital para melhorar o diagnóstico, adesão ao tratamento e a prevenção de complicações, melhorando a qualidade de vida da população afetada. O envolvimento direto dos discentes no treinamento dos ACSs permitiu que os acadêmicos reconhecessem a importância desses profissionais na promoção da saúde e a necessidade de sua capacitação contínua para implementar efetivamente as ações do Programa HiperDia.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: O RISCO DE SUBNOTIFICAÇÃO DOS CASOS DE TUBERCULOSE NA UBS DO JURUNAS – BELÉM(PA)

Yanna do Socorro Meneses Valente, Felipe Macedo Vale, Maria Vitória Sabino Hupp, Roni Oliveira Pinheiro, Natália Brasileiro Pereira, Jonas de Oliveira Barbosa, Thayanne Ribeiro Lisboa, Brênelly Emanuelli Alexandre Dias, Maira Cibelle da Silva Peixoto

A Atenção Básica é a principal porta de entrada do sistema de saúde no Brasil, iniciando com o acolhimento, escuta e oferta de resposta resolutiva para a maioria dos problemas de saúde da população, diminuindo danos e sofrimentos, e sendo responsável pela efetividade do cuidado, mesmo que ele seja oferecido em outros pontos da rede, garantindo a integralidade. Dentro desse contexto, o Programa Nacional de Controle da Tuberculose visa reduzir a morbidade, mortalidade e transmissão da doença. Este trabalho tem como objetivo descrever a situação do atraso na notificação da tuberculose na Unidade Básica de Saúde do Jurunas, em Belém (PA), conforme vivenciado pelos acadêmicos de medicina na própria unidade de atenção primária. A experiência na UBS do Jurunas

ocorreu no segundo semestre de 2023, proporcionando aos acadêmicos um aprendizado prático sobre as doenças endêmicas da região metropolitana de Belém, como a tuberculose, abordando seu diagnóstico, principais exames, tratamento e acompanhamento dos pacientes até o desfecho da doença. O acompanhamento de pacientes com tuberculose é registrado em um documento chamado “Livro de registro de pacientes de Tuberculose e acompanhamento do tratamento”, no qual estão listados todos os casos notificados de TB por unidade de saúde. Esse livro serve como fonte de dados para a unidade e também como base para os indicadores operacionais e epidemiológicos, sendo por meio desse documento e das fichas de notificações que os medicamentos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) chegam à unidade. No entanto, observou-se que, na UBS, a responsabilidade pela notificação estava atribuída a apenas um profissional, devido à insegurança de outros, evidenciada em relatos como “não quererem assumir a responsabilidade do tratamento” ou “não saberem como notificar”. Na ausência dessa profissional, as demandas ficavam desassistidas, resultando no risco de subnotificação dos casos de tuberculose. Assim, conclui-se que a UBS corre o risco de subnotificar os casos de TB devido à centralização dessa tarefa em apenas um profissional. Essa situação prejudica tanto os pacientes, que necessitam dos medicamentos provenientes da notificação, quanto o profissional, sobrecarregado com as demandas, uma carga facilmente resolvida se os outros profissionais também fossem envolvidos na execução dessa atividade, acompanhada de educação permanente para garantir segurança na realização dessas tarefas.

MOVIMENTOS DE (RE) EXISTÊNCIA ÉTNICO-RACIAL: PROMOVENDO EQUIDADE NOS CENÁRIOS DE SAÚDE – OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO AO ATENDIMENTO À DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Camila Athayde de Oliveira Dias, Cristiane Teixeira da Silva Vicente

A oficina “Movimentos de (re)existência” é uma iniciativa de reflexão sobre letramento racial e atendimento racializado na Atenção Primária à Saúde, desenvolvida pelo Núcleo de Equidade Racial em Saúde (NEReS) da Superintendência de Promoção à Saúde do Município do Rio de Janeiro. O principal objetivo dessa oficina é promover debates que incentivem os profissionais da Atenção Primária a refletirem criticamente sobre as especificidades étnico-raciais no atendimento aos usuários de cor. A proposta visa estimular o desenvolvimento de saberes e práticas de cuidado que garantam a melhoria do acesso, acolhimento e promoção de saúde para os diferentes grupos étnico-raciais do município. A promoção da equidade é essencial na busca por justiça e igualdade para todos os cidadãos, sendo que a equidade étnico-racial, em particular, tem sido historicamente desafiada por preconceitos arraigados e desigualdades sistemáticas. O cuidado étnico-racial se configura como uma abordagem que reconhece a diversidade dos povos, garantindo um tratamento equânime e adequado a todas as pessoas, independentemente de sua origem. Para enfrentar essas dificuldades no campo da saúde, as oficinas foram elaboradas com o objetivo de formar profissionais capazes de

desenvolver uma prática antirracista. As oficinas, sendo fóruns potentes, sensibilizam profissionais de diversas áreas, como saúde, educação e serviço social, que atuam na Atenção Primária. Utilizando metodologias ativas e uma abordagem decolonial, essas sessões oferecem um espaço de aprendizado seguro e colaborativo, no qual os profissionais são incentivados a identificar e explorar suas próprias atitudes, preconceitos e privilégios. Esse exercício de autorreflexão é fundamental para reconhecer e superar os vieses inconscientes que podem influenciar as interações com pessoas de diferentes origens étnicas e raciais. O diálogo aberto é facilitado, permitindo uma compreensão mais profunda das questões relacionadas à equidade étnico-racial. Os encontros fornecem informações atualizadas sobre as disparidades étnico-raciais em áreas como saúde, educação, emprego e justiça, capacitando os profissionais a tomarem decisões mais inclusivas e a reduzir essas disparidades nas suas práticas cotidianas. Iniciado no segundo semestre de 2023 com a capacitação das Coordenações de Áreas Programáticas (CAP), o projeto tem atraído o engajamento de profissionais na busca por uma atuação mais racializada, capaz de identificar barreiras de acesso causadas pelo racismo e compreender os impactos na saúde da população negra, que apresenta maior incidência de problemas de saúde. Os encontros das oficinas também popularizaram o trabalho do NReS entre os profissionais da Atenção Primária, fortalecendo a parceria com gestores e superintendentes, que colaboram na produção de documentos abordando a questão étnico-racial em saúde.

EDUCAÇÃO EM DOR E SAÚDE NA LOMBALGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE EM VITÓRIA (ES)

Gabriele Teixeira Braz de Souza, Lucas Balbino Mazzini

A lombalgia, caracterizada pela dor na região lombar, é uma das queixas mais prevalentes na população e uma das principais causas de incapacidade em todo o mundo, impactando diretamente a qualidade de vida, as atividades diárias e a produtividade dos indivíduos. Embora seja um problema comum, muitos casos podem ser tratados de maneira eficaz com cuidados primários de saúde. Nesse cenário, a educação em dor e saúde se destaca como uma ferramenta essencial na atenção primária, oferecendo estratégias para que pacientes e profissionais de saúde compreendam melhor a dor e aprendam a gerenciá-la. A educação em dor e saúde visa capacitar os indivíduos para adotar medidas preventivas, técnicas de autorregulação da dor e promover estilos de vida saudáveis. Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de educação em dor e saúde focada na lombalgia, realizada na Unidade de Estratégia de Saúde da Família (USF) Dr. Bolivar de Abreu, em Vitória, ES. A ação foi conduzida por uma fisioterapeuta e um profissional de Educação Física residentes em saúde da família, e ocorreu no auditório da USF, no Forte São João. Os participantes, usuários da unidade com encaminhamento médico para avaliação fisioterapêutica devido à dor lombar crônica, foram convidados por meio de ligação telefônica e entrega pessoal de convites pelas Agentes Comunitárias de Saúde. Foram realizados dois encontros, com duração média de 50 minutos cada, nos quais se abordaram diversos aspectos da lombalgia, incluindo

anatomia, biomecânica, prevenção, manejo da dor, exercícios terapêuticos e ergonomia. A metodologia envolveu apresentações teóricas com slides, dinâmicas de mitos e verdades para discussões em grupo e demonstrações práticas de exercícios. Foram convidados 37 usuários, dos quais seis participaram, com três em cada encontro. Os participantes avaliaram positivamente a ação, destacando o aprendizado sobre estratégias para lidar com a dor, a melhora na compreensão da lombalgia e a promoção de hábitos saudáveis. Relataram também redução na intensidade da dor e aumento da funcionalidade após os encontros. A baixa adesão foi um ponto de reflexão, com possíveis motivos sendo a escassez de tempo, dificuldades de locomoção e falta de conscientização sobre a importância da educação em saúde para o manejo da lombalgia. Apesar disso, os profissionais consideraram que o grupo atendeu às expectativas de forma satisfatória, permitindo uma escuta qualificada de cada caso e uma abordagem personalizada. Conclui-se que a ação de educação em dor e saúde foi uma intervenção relevante e eficaz, com grande potencial para impactar positivamente a qualidade de vida dos participantes. Contudo, é necessário continuar buscando estratégias para aumentar a adesão e o alcance dessas iniciativas, beneficiando um número maior de indivíduos na comunidade.

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE O ACESSO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID-19

Nádia Alves Antão de Alencar, Mariana de Oliveira Araujo, Brenna Araújo Félix, Luana dos Santos de Jesus, Elaine Brito de Oliveira, Geovana Pinheiro Carvalho, Alexia Fraga Oliveira, Marcio Costa de Souza

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de acesso dos usuários ao sistema de saúde, e a Pandemia de covid-19 impactou diretamente a prestação desses serviços, alterando sua dinâmica de funcionamento e revelando tanto suas lacunas quanto suas potencialidades. O objetivo deste estudo foi analisar como se configurou o acesso à APS durante a Pandemia de covid-19, na percepção dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF). Trata-se de um estudo qualitativo, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com dez profissionais de saúde da ESF em quatro Unidades de Saúde da Família (USF) em Feira de Santana, Bahia. A análise dos dados foi conduzida por meio da Análise de Conteúdo Temática. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, conforme parecer 6.063.810 (CAAE 67967923.8.0000.0053), datado de 17 de maio de 2023. Os resultados destacam que o acesso aos serviços de APS durante a pandemia foi garantido em vários níveis de atenção e em diferentes pontos da rede de saúde, como unidades de saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Policlínicas e Hospitais de Campanha. Protocolos foram estabelecidos para garantir a assistência aos usuários com sintomas gripais ou suspeita de contaminação nas USF, além de assegurar a continuidade do atendimento a portadores de doenças crônicas e gestantes, com agendamentos em turnos específicos para evitar o risco de contaminação. Conclui-se que, apesar das limitações impostas pela pandemia, a APS desempenhou um papel crucial na garantia do acesso à saúde, e a valorização dessa estratégia, com

a redução de suas limitações e o fortalecimento de suas potencialidades, é essencial para a efetivação dos serviços em diferentes contextos.

DIFICULDADES NO ACESSO A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID-19

Nádia Alves Antão de Alencar, Mariana de Oliveira Araujo, Ane Victória Cardoso Estrela, Mayana Carneiro da Silva, Tiago Souza Barbosa, Marcelle Saturnino Santiago, Larissa Samay Souza da Silva, Juliana Alves Leite Leal, Alexia Fraga Oliveira

A Pandemia de covid-19 foi um período desafiador na história da saúde pública e na atuação dos profissionais de saúde, principalmente devido ao elevado risco de adoecimento e ao impacto na saúde mental dos trabalhadores. A pandemia influenciou diretamente a prestação de serviços na Atenção Primária à Saúde (APS), considerada a principal porta de acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo teve como objetivo descrever as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) no acesso à APS durante a Pandemia de covid-19. Trata-se de um estudo qualitativo, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. O campo de estudo foram quatro Unidades de Saúde da Família (USF) em Feira de Santana, Bahia, com a participação de dez profissionais da saúde da ESF. A análise dos dados foi conduzida por meio da Análise de Conteúdo Temática. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, conforme parecer 6.063.810 (CAAE 67967923.8.0000.0053), datado de 17 de maio de 2023. Os resultados apontaram diversas dificuldades, como o número insuficiente de profissionais para atender à demanda aumentada pela pandemia, falta de insumos e equipamentos de proteção individual (EPI), alto risco de contaminação, redução na oferta de consultas médicas e odontológicas de rotina, receio de contaminação por parte dos profissionais, medo da população em sair de casa para comparecer à USF, não aderência aos protocolos de enfrentamento e a ausência de protocolos específicos na fase inicial da pandemia. Alguns desses desafios já faziam parte da rotina da APS antes da pandemia, mas foram intensificados com o avanço da crise. Assim, destaca-se a importância da valorização da APS e a necessidade de reduzir as limitações mencionadas, para garantir o acesso efetivo aos serviços e ações de saúde em diferentes contextos.

FACILIDADES NO ACESSO A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID-19

Nádia Alves Antão de Alencar, Mariana de Oliveira Araujo, Judinara Vitória Pinho, Karen de Moura Rolim Santos, Luana dos Santos de Jesus, Bianca de Oliveira Araújo, Luciane Cristina Feltrin de Oliveira

A crise sanitária gerada pela Pandemia de covid-19 destacou ainda mais o papel fundamental da Atenção Primária à Saúde (APS) como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), com

as Unidades de Saúde da Família (USF) funcionando como espaços estratégicos de acolhimento para os usuários em busca de atendimento. A pandemia provocou mudanças significativas na dinâmica de funcionamento desse nível de atenção, evidenciando tanto seus limites quanto suas potencialidades. Este estudo teve como objetivo descrever as facilidades encontradas pelos profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF) no acesso à APS durante a pandemia de Covid-19. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. O campo de estudo foi composto por quatro USF de Feira de Santana, Bahia, e contou com a participação de dez profissionais da ESF. A análise dos dados foi realizada utilizando o método da Análise de Conteúdo Temática. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, conforme parecer 6.063.810 de 17 de maio de 2023 (CAAE 67967923.8.0000.0053). Os resultados revelaram que diversos instrumentos da APS funcionaram como facilitadores no acesso durante a pandemia, como o vínculo dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) com a comunidade, a possibilidade de os usuários acessarem diversas USF para realização de testes e consultas, a disponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPI) para os profissionais de saúde e a ampliação na validade das prescrições médicas. Diante dos aspectos mencionados, percebe-se que diversas estratégias foram desenvolvidas para facilitar o acesso aos serviços da APS durante a pandemia, a partir de instrumentos já existentes. Isso destaca o potencial de articulação da APS e a necessidade de seu fortalecimento para garantir o acesso efetivo aos serviços e ações de saúde em diferentes contextos.

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE: FORTALECIMENTO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O CUIDADO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Maria de Lourdes Oshiro, Inara Pereira da Cunha, André Vinicius Batista de Assis

A busca por um atendimento de qualidade que considere as múltiplas necessidades de saúde e promova uma ação multiprofissional e interdisciplinar representa um desafio constante no trabalho coletivo em saúde, sendo essencial para uma abordagem integrada e equitativa que atenda às políticas públicas sociais. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo foi o incentivo aos programas de Residências em Saúde, como a Residência Médica e a Residência em Área Profissional da Saúde (Multiprofissional e Uniprofissional), que visam a formação de especialistas em diversas áreas nas regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS). Esses programas buscam proporcionar maior atenção e abrangência à população assistida. Com a finalidade de qualificar profissionais em diferentes serviços de saúde, a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS) tem apoiado e incentivado programas como a Residência Multiprofissional em Cuidados Continuados Integrados (CCI), Reabilitação Física, Residência em Enfermagem Obstétrica, Medicina da Família e Comunidade, além de residências específicas em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/SES/

MS) no apoio às residências em saúde no SUS em Campo Grande-MS. Desde 2014, a ESP/SES/MS tem colaborado com as Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação dessas residências, começando com duas iniciativas: uma em enfermagem obstétrica e outra multiprofissional com foco na saúde do idoso. Com o tempo, outras residências foram incorporadas conforme as necessidades locais e a disponibilidade das IES, resultando na formação de cerca de 242 profissionais ao longo dos anos. Os principais desafios enfrentados ao longo dessa trajetória incluem a falta de espaços adequados para a formação e a alta rotatividade dos preceptores. Como facilitadores, destacam-se o projeto pedagógico de capacitação dos preceptores oferecido pela ESP/MS, além de outras ofertas de acesso aberto e a tutoria baseada em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, fundamentais para o monitoramento e avaliação dos residentes. Em 2024, o programa conta com 86 residentes distribuídos em diversas áreas, como medicina, enfermagem, fisioterapia, farmácia, odontologia, serviço social, nutrição, psicologia e educação física, todos inseridos nas atividades de Atenção Primária à Saúde e nos serviços hospitalares. Os desafios e facilitadores ainda persistem nesse contexto, sendo necessárias políticas públicas intersetoriais para superar obstáculos e potencializar os facilitadores, visando à melhoria contínua da formação dos programas de residência, que não apenas incentivam o exercício profissional, mas também estimulam o pensamento crítico, essencial para a produção de novos conhecimentos e a transformação dos processos de trabalho.

CUIDADO NÃO É SÓ PARA MULHER HÉTERO: O ACESSO À SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E BISEXUAIS

Camila Freire Albuquerque, Maria Eduarda Delduque Pereira, Breno de Oliveira Ferreira

As influências heteronormativas estruturais afastam mulheres lésbicas e bissexuais dos serviços de saúde, principalmente devido à discriminação e à falta de qualificação profissional, o que resulta na invisibilização dessas mulheres no Sistema Único de Saúde e no distanciamento do ideal de cuidado baseado na universalidade, equidade e integralidade. Além disso, enquanto estudos frequentemente analisam a bissexualidade de mulheres em conjunto com as lesbianidades, mulheres bissexuais enfrentam preconceitos específicos, como a alegação de promiscuidade, a tendência à infidelidade, a hipersexualização e a premissa de que a bissexualidade seja uma orientação transitória, configurando-se como bifobia – um conjunto de violências, apagamentos e deslegitimações que também dificultam o cuidado integral dessas mulheres. Diante disso, questiona-se até que ponto as fragilidades e vulnerabilidades dessas mulheres são reconhecidas pelos profissionais de saúde. Este estudo tem como objetivo caracterizar o acesso e a promoção em saúde de mulheres lésbicas e bissexuais por meio de uma revisão de literatura, realizada com base nas bases eletrônicas Medline, SciELO, BDENF e LILACS, incluindo artigos dos últimos cinco anos, em inglês, português ou espanhol, que utilizaram os descritores “Mulheres que fazem Sexo com Mulheres”, “homossexualidade feminina”, “assistência integral à saúde” e “acesso aos serviços de saúde”. A análise qualitativa dos 19 artigos selecionados revelou obstáculos estruturais, pessoais e culturais no acesso à saúde dessas mulheres, destacando

o desconforto profissional em lidar com a homossexualidade feminina, a necessidade de reflexão sobre posturas diante de exames ginecológicos, educação sobre métodos contraceptivos e profiláticos para a saúde sexual não heteronormativa, além da importância de abertura e sensibilização para a diversidade sexual. A escuta qualificada e o acolhimento emergem como elementos essenciais para desconstruir mitos e estigmas, promovendo acesso a informações seguras e garantindo assistência respeitosa. Transformações no campo da saúde requerem a implementação de políticas e programas que promovam a sensibilização das equipes multiprofissionais por meio de educação permanente e o desenvolvimento de pesquisas que atendam às necessidades dessas populações, subsidiando modelos de cuidado inclusivos e equitativos. A normatização inflexível das práticas de cuidado muitas vezes cria situações constrangedoras para as usuárias, forçando-as a escolher entre preservar sua integridade física e mental ou aceitar padrões convencionais de cuidado. Assim, a conscientização e a mudança de paradigma são indispensáveis para alinhar a prática das políticas públicas com o cuidado integral, garantindo que ele seja uma realidade acessível e respeitosa para todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual.

PIPOCANDO IDEIAS – CIÊNCIA, SAÚDE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Berenice de Freitas Diniz, Andreia Luciane Sol Souza, Cibele Lima dos Santos, Laura Magalhães Rocha e Silva, Mariana Cristina Silva Santos, Tiago Filizzola Lima

O relato descreve uma oficina realizada durante a 20ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), no Centro de Referência da Juventude, em Belo Horizonte/MG, nos dias 17 e 18 de outubro de 2023. Organizada por membros dos grupos de pesquisa “Saúde, Educação e Cidadania” e “Políticas Públicas e Direitos Humanos em Saúde e Saneamento” do Instituto René Rachou - Fiocruz Minas, com o apoio das Educadoras Pares do projeto Prep 15-19 (Escolhas) de Belo Horizonte, a oficina teve como objetivo promover discussões sobre ciência, saúde, cidadania e direitos humanos. Participaram adolescentes de 13 a 15 anos, estudantes de ensino fundamental e médio de escolas públicas que visitaram o espaço da SNCT. A atividade foi estruturada com base na metodologia “Café da Equidade” e “World Café”, que incentiva a troca de experiências entre os participantes, e deu origem à oficina “Pipocando Ideias – Ciência, Saúde, Cidadania e Direitos Humanos”. A dinâmica contou com três disparadores temáticos que orientaram rodadas de discussões sobre saúde e meio ambiente, saúde, sexualidade e educação, e os impactos da mineração na saúde. Os grupos, compostos por até cinco estudantes, tinham oito minutos para debater e registrar suas ideias em papéis craft fixados na parede, utilizando criatividade por meio de desenhos, palavras e frases. As discussões foram mediadas por integrantes dos grupos de pesquisa, e, ao final de cada rodada, o som de milho de pipoca estourando marcava a troca de disparadores, incentivando a circulação de ideias e a conexão entre temas. Nos debates sobre saúde e meio ambiente, os estudantes destacaram a importância da preservação ambiental para a prevenção de doenças transmitidas por vetores e apontaram a responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e empresas. Já no tema sobre os impactos da mineração, os

participantes correlacionaram os crimes ambientais em Minas Gerais aos danos à saúde humana, animal e ambiental. A oficina demonstrou que a proposta de desenhar e escrever favoreceu a expressão criativa e livre dos estudantes, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre saúde, cidadania e direitos, além de ampliar as formas de engajamento em relação às temáticas abordadas.

AME-SER

Rita Cristina Silva do Nascimento, Vanessa Alvarenga Crispim Pereira, Nádia Alencar, Luciano Molino Guidoni, Lhaila Carvalho Chisté Novaes, Josieli Xavier da Silva, Ana Beatriz Sá de Freitas Duarte

O Projeto de Acolhimento ao Servidor da Saúde, denominado “Ame-Ser”, surgiu do desejo de servidoras em criar um espaço acolhedor, singular e holístico, destinado inicialmente aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde de Cariacica. Utilizando Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), como Reiki, Acupuntura, Auriculoterapia, Aromaterapia e Terapia com Florais de Bach, o projeto busca atender servidores que manifestam sofrimento físico e/ou emocional, promovendo cuidado integral, prevenção de doenças, recuperação da saúde e encaminhamentos a outros serviços, quando necessário. A equipe responsável, composta por enfermeiras, nutricionistas e fisioterapeutas, realiza as práticas terapêuticas e estrutura planos de cuidado de forma compartilhada, fomentando a corresponsabilidade dos participantes. O acesso ao projeto ocorre via inscrição em um formulário do Google Forms, que direciona as solicitações de atendimento para triagem e regulação conforme a disponibilidade de vagas e sessões necessárias. Desde o início do projeto, 84 servidores se inscreveram, sendo 95,23% mulheres e 4,76% homens, e cerca de 60 foram atendidos, relatando melhorias em queixas como ansiedade, estresse, depressão, insônia e dores articulares, com uma média de 4 a 10 sessões por participante. Além dos benefícios físicos e emocionais, a maioria dos atendidos relata maior percepção de si mesmos como prioridade, o que estimula mudanças no autocuidado e na rotina, como hábitos alimentares, prática de atividade física, lazer e sono. Assim, o Ame-Ser se destaca como uma iniciativa essencial para o cuidado dos trabalhadores do SUS, promovendo bem-estar e contribuindo significativamente para a saúde integral de quem cuida da população.

EMBARCANDO NA INTERSETORIALIDADE: A EXPERIÊNCIA DO EXPRESSO CHAGAS EM QUIXERÉ

Francisca Marília Queiroz Silva, Ana Rebeca Araújo Vasconcelos, Maria de Fátima do Norte Oliveira, Thalita Soares Rimes, Graziella Iara Silva, Gislane Bernardino de Freitas

Em 1907, o sanitarista Carlos Chagas chegou à Lassance, no Norte de Minas Gerais, para combater a malária entre os trabalhadores da estrada de ferro Central do Brasil, e, em 1909, descobriu a Doença de Chagas. Em 2019, com base em experimentos realizados em 2018, a equipe do Instituto

Oswaldo Cruz lançou o projeto “Expresso Chagas XXI”. Desenvolvido em escolas de quatro cidades endêmicas de Minas Gerais, o projeto utilizou uma exposição participativa que uniu ciência e arte para conscientizar sobre a Doença de Chagas, especialmente em áreas de risco ou entre pessoas já acometidas pela doença causada pelo *Trypanosoma cruzi*. O município de Quixeré, historicamente classificado como de alto risco para transmissão vetorial da Doença de Chagas, foi contemplado com o “trem imaginário”, que promoveu o evento em 30 de novembro de 2023. O Expresso Chagas XXI, estruturado no formato de uma estação e seis vagões, ofereceu oficinas, exposições, jogos, atividades práticas de laboratório e testes rápidos para a detecção da doença. A estação inicial realizou a identificação dos participantes com preenchimento de formulários e termos de consentimento. Cada vagão abordou um tema específico: o Vagão 1 reuniu associações e articuladores locais; o Vagão 2 focou em inovação, realizando testes rápidos e sorologias para os casos positivos; o Vagão 3 promoveu atividades educativas e lúdicas, como jogos, teatro mudo e uma imersão em uma artéria gigante; o Vagão 4 tratou da saúde única, controle vetorial e ciclo do barbeiro; o Vagão 5 trabalhou bem-estar, com oficinas de aromaterapia, degustação de chás, orientação nutricional e exercícios laborais; e o Vagão 6 deu voz aos participantes, coletando relatos e percepções sobre as vivências no evento, com destaque para o protagonismo juvenil. Mais de 100 colaboradores municipais, estaduais e da FIOCRUZ se envolveram na organização, atendendo um público de mais de 350 pessoas de diversas faixas etárias. Foram realizados 231 testes rápidos para a Doença de Chagas, dos quais 24 apresentaram resultados reagentes. O evento contou ainda com parcerias de produtores locais, que contribuíram com doações de frutas e produtos para os participantes. O Expresso Chagas, como tecnologia social educativa, integrou educação, investigação, cultura e arte, disseminando informações de forma inovadora e original. Em Quixeré, o formato do projeto foi adaptado localmente, promovendo integração entre as secretarias municipais e consolidando o trabalho intersetorial como essencial para o sucesso desse evento grandioso.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA CAPACITAÇÃO EM BIÓPSIAS ORAIS PARA DENTISTAS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE UM MUNICÍPIO DO ESPÍRITO SANTO

Itamar Francisco Teixeira, Sarah Bonissi Pancieri, Thainara Fregona Gomes,
Vanderson de Jesus, Rebeca dos Santos Rangel

A biópsia oral é um procedimento cirúrgico que exige habilidade técnica do cirurgião-dentista e, para contribuir nesse processo, foi promovida uma intervenção educacional teórico-prática voltada ao diagnóstico do câncer bucal por meio de biópsias. A ação envolveu um grupo de cirurgiões-dentistas da Estratégia de Saúde da Família (ESF) em um município do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de aplicar metodologias pedagógicas ativas que incentivassem o aprendizado a partir da problematização de casos reais e das vivências práticas. Atentos às dificuldades de acesso ao diagnóstico e à prevenção do câncer oral, especialmente devido às grandes distâncias dos centros diagnósticos, os

profissionais participantes do curso de capacitação e aperfeiçoamento em Odontologia em Saúde da Família e Comunidade do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi) identificaram a necessidade de priorizar o tema no cotidiano laboral e capacitar dentistas para atuar diretamente nas Unidades de Saúde da Família (USF). O curso foi estruturado com encontros remotos semanais e presenciais mensais, supervisionados por docentes-assistenciais do ICEPi, e incluiu atividades práticas como anamnese, investigação, propedêutica clínica, diagnóstico bucomaxilofacial, coletas de biópsias orais e proposição de tratamentos para lesões benignas. Os dentistas foram também capacitados para preenchimento de guias histopatológicas, prescrições, abordagens sobre fatores de risco, encaminhamentos e integração à rede oncológica. Essa intervenção solucionou barreiras de acesso ao diagnóstico, promovendo benefícios aos usuários, gestão e maior agilidade nos cuidados. Os resultados demonstraram que a metodologia ativa foi eficaz para incentivar o aprendizado autônomo e participativo, promovendo o uso de casos reais como insumo pedagógico. A capacitação estruturou os serviços e políticas públicas de saúde bucal do município, proporcionando acesso rápido à prevenção e diagnóstico do câncer bucal, continuidade nos cuidados e fortalecimento do trabalho em rede. Os profissionais capacitados manifestaram entusiasmo com a intervenção, sentindo-se aptos a executar biópsias orais em suas unidades e a desempenhar atividades essenciais como preenchimento de laudos, prescrições e encaminhamentos, além de refletir sobre as práticas realizadas. Conclui-se que as metodologias ativas de ensino são adequadas para a educação permanente dos profissionais da ESF, promovendo autonomia, integração e eficiência no cuidado em saúde bucal.

PROMOVENDO SAÚDE E CELEBRANDO A VIDA NA AÇÃO SOCIAL JUNTO A REFUGIADOS VENEZUELANOS EM MANAUS – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Hannah Olívia Prestes de Oliveira, Renato Lui Nunes Garcia, Cecília Maria Alves de Freitas,
Anne Vitória Ramos Beltrão, Marco Antônio Lemos e Silva, Yohance Machado do Nascimento

A presença de migrantes e refugiados venezuelanos em Manaus, capital do Amazonas, em decorrência de fluxos migratórios crescentes, representa um grande desafio às políticas públicas, sobretudo na área da saúde. Este relato de experiência descreve a atuação de estudantes, docentes e técnicos de diversas áreas em um projeto de extensão da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que, em parceria com a Associação Hermanitos e colaboradores do Sistema Único de Saúde (SUS), promove ações sociais e de saúde para esse público. Sob a coordenação da Faculdade de Medicina da UFAM, o projeto “Migrações, Vulnerabilidade e Saúde” realiza mensalmente atividades baseadas nos eixos de prevenção de doenças e proteção da saúde, alinhadas ao calendário temático do Ministério da Saúde e às principais datas comemorativas do Brasil. Em dezembro de 2023, o projeto celebrou o Natal e o fim de ano com uma ação que incluiu palestras, rodas de conversa sobre bem-estar em saúde e meios de alcançá-lo, apresentações culturais de crianças venezuelanas, uma confraternização natalina com bolo, e a oferta do “sopão” da instituição. A atividade proporcionou ao corpo acadêmico uma visão

panorâmica sobre os desafios enfrentados pelos refugiados venezuelanos, permitindo reconhecer a diversidade cultural e as diferentes formas de lidar com as condições sociais adversas. Para a comunidade migrante, a ação representou um momento de acolhimento, troca cultural e acesso a direitos, promovendo integração e valorização da diversidade. A experiência destacou a importância de uma atuação interdisciplinar e humanizada na promoção da saúde de populações vulneráveis, demonstrando que iniciativas extensionistas como essa, apoiadas por parcerias sólidas, podem atender de forma eficaz às necessidades dessas comunidades. Além disso, a integração de aspectos culturais às ações de saúde reforça a relevância de considerar o contexto local na formulação de programas voltados a imigrantes e refugiados, inspirando outras iniciativas a adotarem abordagens sensíveis e integradas.

ESCOLA GERINGONÇA – AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO PROJETO GERINGONÇA PARA UMA EDUCAÇÃO NÃO DISCRIMINATÓRIA

Luiza de Castro Leandro, Willian Domenique Campos dos Santos,
Daniele Noal-Gai, Inajara Cagliari Fernandes, Raissa Martini Junqueira

O presente trabalho reflete sobre os processos formativos desenvolvidos ao longo da Escola Geringonça, uma ação do Projeto Geringonça [Pedagogias da Diferença. Ecologias da Vida], vinculado à Faculdade de Educação da UFRGS (FACED/UFRGS). Essa iniciativa emerge de inquietações sobre questões fundamentais para uma educação não discriminatória, como desinformação, preconceitos, desigualdades, discriminações e violências. Concebida para acolher a diversidade de pessoas, a Escola Geringonça busca uma abordagem abrangente e comprometida com a promoção da equidade e inclusão, promovendo discussões sobre temas como fake news, ódio à diferença, racismo, capacitismo, homofobia e misoginia. Durante 14 encontros realizados em 2023, colaboradores convidados compartilharam saberes e reflexões com o objetivo de construir uma educação inclusiva e equitativa. As atividades destacaram a importância de uma abordagem acolhedora e multidisciplinar diante do aumento da medicalização da infância, enfatizando a necessidade de comunicação próxima entre escolas, famílias e profissionais, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes. O projeto ressaltou que a escola, muitas vezes, é a primeira a identificar alterações comportamentais, dificuldades de aprendizagem e desafios sociais, evidenciando a necessidade de um trabalho articulado entre coordenação pedagógica, orientação escolar e profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a formação de uma rede de apoio efetiva. Além dos encontros, o projeto gerou produções como o *Podcast Geringonça* e o e-book *Escola Geringonça: Encontros Formativos para uma Educação Não Discriminatória*, ampliando o alcance das discussões. A experiência acumulada reforça o papel da FACED/UFRGS como um espaço aberto à comunidade, alinhado aos princípios de uma educação pública, acessível e transformadora. Promover o diálogo e a reflexão sobre temas fundamentais não apenas aprimora as práticas pedagógicas, mas inspira mudanças culturais rumo a uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

USO IRREGULAR DE MEDICAMENTOS EM PESSOAS IDOSAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Lorrane Teixeira Araújo, Andreia Paes Oliveira

As políticas públicas no Brasil têm se voltado para as pessoas idosas, reconhecendo a significativa reestruturação etária do país e a necessidade de acompanhar os desafios do envelhecimento populacional. Nesse contexto, é fundamental garantir cuidados, proteção, promoção e recuperação da saúde dessa população, assegurando seus direitos sociais e de saúde. Entre os desafios, destaca-se a prática comum da automedicação, que pode comprometer gravemente a qualidade de vida dos idosos, ocasionando efeitos colaterais graves e até mesmo morte. Assim, torna-se essencial a atuação da equipe multiprofissional na conscientização e na educação em saúde, visando minimizar os riscos da automedicação e ampliar o acesso à informação sobre o uso adequado de medicamentos e seus potenciais efeitos colaterais. Este trabalho, que objetiva revisar a literatura sobre o uso de medicamentos por pessoas idosas, utilizou artigos científicos em língua portuguesa obtidos nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e BVS, com as palavras-chave “uso de medicamentos irracional por idoso”, “automedicação por idoso” e “agravos causados pela automedicação”, além dos operadores booleanos “AND” e “OR” para refinar a busca. Foram selecionados 5 estudos publicados entre 2022 e 2024, após exclusão de 18 artigos não relacionados ao tema. A análise revelou uma tendência crescente de automedicação entre os idosos, com altos índices de mortalidade e agravos decorrentes do uso irracional de medicamentos, destacando a necessidade de maior disseminação de informações sobre o uso racional de fármacos. Essa lacuna evidencia a urgência de novos estudos e iniciativas voltadas para esse público, que, embora crescente no Brasil e no mundo, enfrenta negligência, especialmente no acesso a informações por meios digitais. Portanto, reforça-se a importância do cuidado multiprofissional, especialmente nas Unidades Básicas de Saúde, que devem atuar como agentes facilitadores de informações para a promoção e prevenção da saúde da população idosa. A prática de educação em saúde, ao fomentar o autocuidado e o uso seguro e racional de medicamentos, contribui para mitigar problemas relacionados à falta de informação, promovendo uma melhor qualidade de vida para os idosos.

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE: NOVOS DILEMAS PARA VELHOS PROBLEMAS

Maura Jeisper Fernandes Vieira, Liara Saldanha Brites, Rosane Machado Rollo, Cristianne Famer Rocha

Este estudo analisa os efeitos da crescente plataformação do trabalho no Brasil, com foco em suas implicações para o setor da saúde. A plataformação, caracterizada pela prestação de serviços por meio de plataformas digitais, como aplicativos móveis ou sites, tem sido impulsionada pelo avanço tecnológico e está associada ao discurso neoliberal do empresariamento de si, que leva os trabalhadores a renunciar, quase voluntariamente, a direitos historicamente conquistados. No Brasil, esse fenômeno

converge com a chamada *Gig Economy*, marcada pela oferta de pequenos trabalhos temporários, e reflete uma realidade em que muitos trabalhadores, sem empregos formais ou de tempo integral, recorrem a essas plataformas como principal fonte de renda. O objetivo do estudo é compreender como o crescimento acelerado das plataformas digitais de contratação direta de profissionais da saúde está transformando as condições de trabalho nesse campo. O percurso teórico-metodológico fundamenta-se na perspectiva pós-crítica do conhecimento, ancorada nos escritos de Michel Foucault e pensadores como Dardot e Laval, Wendy Brown, Jonathan Crary e Franco Berardi. Trata-se de uma pesquisa quantitativa de cunho exploratório, que utiliza como material empírico as plataformas Mycareforce, Wandasaúde e Plenitude Medical, articuladas a reportagens, legislações e produções científicas sobre o tema. Os resultados evidenciam uma fragmentação das relações de trabalho, com perdas significativas de direitos e proteção social, aumento da informalidade e precarização, jornadas intermitentes e má remuneração, levando muitos profissionais a adotarem multijornadas ou multiempregos. Observa-se que as mediações realizadas por plataformas digitais acentuam a exploração e a precarização do trabalho, tornando urgente a implementação de políticas públicas que regulamentem essas plataformas e assegurem proteção social e trabalhista aos trabalhadores. Ademais, é essencial promover o diálogo entre os diversos atores envolvidos para alinhar inovações tecnológicas com a garantia de direitos, enfrentando os dilemas gerados pela expansão tecnológica no contexto das relações de trabalho no Brasil.

A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER UMA TECNOLOGIA SOCIAL INTERPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL

Bianca Ribas Mazzucco Torres, Amanda de Aspiazu Damiani, Bianca Keller, Carollyna Scherer Brum, Laura Lappe Bombardelli, Luíse Walter Gehrke, Manuel Albino Moro Torres

Apesar dos significativos investimentos na saúde materno-infantil no Brasil para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os indicadores de morbimortalidade materna e infantil permanecem alarmantes. As abordagens teórico-práticas ainda são predominantemente verticais, fragmentadas e frequentemente centradas em um único profissional de saúde. Nesse contexto, surge a tecnologia social (TS) como uma alternativa promissora, baseada em recursos educativos desenvolvidos em interação com a comunidade, buscando transformações sociais a partir das necessidades concretas dos usuários. Este estudo avaliou a eficácia e funcionalidade da TS na educação em saúde materno-infantil, destacando seu papel na promoção da inclusão e no empoderamento de indivíduos, famílias e comunidades, potencializando a educação em saúde como um processo multidimensional que valoriza interações, especificidades locais e expectativas de aprendizagem dos atores sociais. A TS se mostrou eficaz ao fomentar abordagens participativas e colaborativas, como evidenciado pelos grupos focais operativos, que sistematizam ações educativas voltadas à autonomia individual e coletiva. Baseado nesse conceito, o grupo de estudo desenvolveu uma TS centrada em visitas domiciliares a gestantes vulneráveis e na construção de grupos operativos, atendendo às demandas das gestantes em colaboração com acadêmicos

de medicina, residentes multiprofissionais e a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF). Os resultados apontaram melhorias significativas no engajamento das gestantes em seus próprios cuidados e na tomada de decisões relacionadas à saúde, além de ampliar a percepção dos acadêmicos de medicina sobre a complexidade dos desafios enfrentados por essas mulheres, fortalecendo a compreensão das questões sociais e estruturais que afetam a saúde materno-infantil. Conclui-se que práticas interprofissionais são essenciais para aprimorar o cuidado nessa área, sendo crucial combater a fragmentação do conhecimento e a segmentação na formação em saúde, promovendo uma visão holística do processo saúde-doença e o desenvolvimento de habilidades colaborativas e interprofissionais.

A IMPORTÂNCIA DA AUTOESTIMA EM GESTANTES COMO FORMA DE FORTALECER VÍNCULO AO BINÔMIO MÃE E BEBÊ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laura Lappe Bombardelli, Amanda de Aspiazu Damiani, Bianca Keller, Bianca Ribas Mazzucco Torres, Carollyna Scherer Brum, Luíse Walter Gehrke, Manuel Albino Moro Torres

Antes mesmo do nascimento, o ser humano demonstra capacidade de aprendizado e organização de defesas contra traumas, sendo o vínculo mãe-bebê um alicerce essencial para um desenvolvimento biopsicoafetivo saudável. Esse vínculo, quando construído de forma segura, pode ser comprometido caso o bem-estar das mães seja afetado, o que acende um alerta para a saúde pública e justifica o presente estudo. Nesse contexto, foi desenvolvida uma ferramenta social como parte do projeto A(dotando) Vidas, realizado em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) na Zona Oeste de Santa Maria (RS), com o objetivo de empoderar gestantes e fortalecer o vínculo materno-infantil. O estudo, de caráter descritivo e baseado em relato de experiência, ocorreu entre março e agosto de 2023, abrangendo 17 gestantes em situação de vulnerabilidade social. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as participantes foram classificadas segundo a Escala de Coelho Savassi e responderam a um questionário desenvolvido pela equipe. Posteriormente, realizaram-se grupos operativos, sessões fotográficas e dinâmicas voltadas ao fortalecimento do autocuidado, do vínculo mãe-bebê e da individualidade materna. Os resultados evidenciaram o impacto direto da vulnerabilidade social sobre aspectos subjetivos da gestação e puerpério, reforçando a relevância de atividades como as propostas. A curto prazo, destacou-se a gratidão das gestantes, expressa por sorrisos, maior disposição e autoestima durante as dinâmicas, além de relatos sobre como esses momentos representaram os primeiros registros significativos de suas gestações. A longo prazo, observou-se redução da prevalência de depressão pós-parto, maior adesão às consultas de puericultura, fortalecimento do laço materno-infantil e maior confiança das puérperas na ESF. Esses achados reforçam a importância de ampliar o conceito de saúde para além da ausência de doença, promovendo bem-estar mental e social. Atividades sociais voltadas às gestantes nas comunidades não apenas estimulam o autocuidado, mas também favorecem a qualidade de vida e a saúde emocional do binômio mãe-bebê, impactando positivamente o presente e o futuro dessas famílias.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DISCENTES DE ENFERMAGEM

Leticia de Moura, Darielli Gindri Resta Fontana, Mariana Cavalcante Lopes,
Andrei Tolotti Lacerda, Isabel Cristina dos Santos Colomé, Adriane Cervi Blumke,
Priscila de Oliveira Rodrigues, Andressa Magalhães Flores

Os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) desempenham papel central nos processos formativos da deliberação participativa dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurada como direito constitucional. Essa participação social caracteriza-se pela inclusão dos usuários em espaços de decisão relacionados à saúde pública, sendo essencial para o fortalecimento das instâncias de controle social na saúde. Este estudo apresenta a sistematização da experiência de discentes de enfermagem nas reuniões ordinárias do CMS de um município do noroeste do Rio Grande do Sul, vinculado à 15ª Coordenadoria Regional de Saúde. A participação dos discentes está inserida no projeto de pesquisa e extensão “Fortalecimento do controle social do SUS em Palmeira das Missões (RS): educação permanente e empoderamento do cidadão”, que busca ativar o controle social e ampliar o debate sobre saúde pública no âmbito acadêmico. Entre as atividades do projeto, destaca-se a presença dos discentes nas reuniões do conselho, promovendo a integração entre pesquisa, extensão e prática. Nessas reuniões, que contam com a participação de conselheiros municipais de saúde, profissionais da rede de atenção, usuários, professores e discentes, observa-se uma oportunidade única para relacionar a teoria acadêmica ao funcionamento prático dos sistemas de saúde, evidenciando suas potencialidades e desafios. A participação ativa dos discentes neste espaço contribui para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, ao integrar a visão dos usuários no planejamento de ações direcionadas às necessidades específicas de cada localidade. Contudo, foi constatada fragilidade na participação social, evidenciada pela baixa adesão de usuários às reuniões ordinárias e às decisões do CMS. Apesar disso, os usuários presentes trazem pautas relevantes e novas perspectivas para superar desafios, reforçando a importância do CMS como espaço de fortalecimento da democracia em saúde. Conclui-se que a participação discente nas atividades do CMS promove uma compreensão prática do papel deste órgão colegiado, além de reforçar a importância do direito à participação social na defesa dos direitos dos usuários do SUS. Para consolidar esse processo, é crucial ampliar a efetividade da participação social nos CMS, garantindo que as reuniões municipais sigam potencializando a democracia em saúde e cumprindo os princípios de integralidade e equidade estabelecidos pelas leis orgânicas e diretrizes do SUS.

CONTRAFISSURAS NA SAÚDE E NA INTERFACE ENTRE SAÚDE E JUSTIÇA

Saturno Fernandes Rezende Nunes

A contrafissura, conceito proposto por Lancetti (2015), e a Redução de Danos se interseccionam nas áreas da saúde e da justiça no Brasil, tanto em nível institucional quanto relacional, abrangendo

as interações entre servidores, entre servidores e residentes, e entre profissionais e usuários dos sistemas de saúde e justiça. Nesse contexto, uma residência em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, com campos de prática nos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e nas GEAMAS (Gerências de Atendimento em Meio Aberto), possibilita a construção de percepções sensíveis à contrafissura presente nos discursos, práticas e propostas de trabalho dos profissionais desses serviços, considerando que um deles prioriza a saúde mental enquanto o outro foca na socioeducação. Este trabalho compartilha o relato de experiência de um residente sobre os discursos e práticas da equipe, construídos nos primeiros meses de atuação na GEAMA e no CAPSi, e propõe reflexões sobre a ideia de justiça presente na saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS) e de saúde no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Foram apresentadas propostas de trabalho com grupos de adolescentes em cada serviço (uma no CAPSi e outra na GEAMA), detalhando seus objetivos, os elementos mobilizados e os resultados gerados, com reflexões surgidas durante as supervisões. Os resultados destacaram como a contrafissura se manifesta, limitando o planejamento de propostas pela estrutura inerente ao serviço ou por experiências prévias de servidores com usuários. A partir da descrição, da escuta sensível e da reflexão sobre o trabalho nesses dois campos de prática com enfoques distintos, emergem reflexões acerca das interseções entre saúde, moral, ética e justiça, e sobre como a justiça pode criar possibilidades para se pensar a saúde dentro de limites preestabelecidos, apontando o que pode ser construído nos cenários dados.

EXERCITANDO-SE A FAVOR DA SAÚDE INCLUSIVA

Júlia Palucci Cardoso, Emilio Palucci Calsani, Claudia Aparecida Stefane

A atividade física, além de mitigar os danos ao corpo, desempenha papel essencial na prevenção e promoção da saúde. Em uma sociedade marcada pelo uso excessivo de recursos tecnológicos e pela persistência do capacitismo, é fundamental que crianças com deficiência tenham acesso à prática de elementos da cultura corporal do movimento como forma de alcançar saúde e inclusão. Este relato apresenta a experiência do uso da cultura corporal do movimento para a saúde e formação psicossocial de uma criança autista, através de sua inserção em atividades físicas. A experiência é narrada por um professor de educação física, com 37 anos de idade e 13 anos de experiência docente, atuante em uma escola privada no interior de São Paulo. O estudante, um menino de 12 anos diagnosticado com transtorno do espectro autista (TEA), inicialmente enfrentava dificuldades significativas para participar de atividades coletivas e exigia adaptações específicas para engajar-se nas propostas. Foi elaborado um plano de ação que incluía um cronograma semanal das atividades, reduzindo a ansiedade do estudante em sala de aula. No entanto, o perfil competitivo do menino gerava desafios nas relações interpessoais, especialmente na gestão de frustrações, que frequentemente resultavam em episódios de agressividade. Para lidar com isso, o estudante foi gradualmente inserido em práticas competitivas sob acompanhamento psicológico, com ênfase na importância da colaboração e participação de todos para o sucesso coletivo. Com o tempo, a adaptação das regras e a aplicação de práticas da cultura corporal do movimento permitiram maior integração do estudante à turma e uma melhor

gestão de suas frustrações. Observou-se, ao longo das aulas, melhorias significativas na qualidade de vida da criança, refletidas no desenvolvimento de coordenação motora grossa e fina, equilíbrio, agilidade, ritmo e capacidades físicas como resistência, velocidade, força muscular e flexibilidade. O processo também exigiu do professor um esforço contínuo de capacitação, incluindo o estudo sobre o TEA e a colaboração com outros profissionais, como terapeutas ocupacionais, promovendo uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar. Durante os cinco anos de acompanhamento, o estudante progrediu significativamente no envolvimento em atividades físicas, nas interações sociais e no controle emocional, além de apresentar evolução no desenvolvimento físico. Apesar do avanço na inclusão escolar de pessoas com deficiência, questiona-se a qualidade e os recursos disponíveis para tal prática no Brasil. Por isso, reforça-se a necessidade urgente de formação inicial e continuada para educadores, bem como a aproximação entre as áreas de educação e saúde, a fim de garantir que crianças com deficiência tenham igualdade de acesso e oportunidades de desenvolvimento por meio de atividades lúdicas e socialmente representativas.

A MEDICINA VAI À ESCOLA: EXPERIÊNCIA EDUCATIVA COM JOGOS COOPERATIVOS ENTRE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Sheila Pires Raquel, José Maria Ximenes Guimarães, Kelen Gomes Ribeiro,
Toa Leonor Muñoz, Vladmir Nascimento Aragão, Lícia Maria Belchior Almeida,
Leonardo Freire Alves Nogueira, Gabrielle Miranda Magalhães Pinto

Trata-se de um relato de experiência de extensão envolvendo duas turmas do segundo semestre da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (FAMED/UFC), realizada em maio de 2022 na Escola de Ensino Fundamental Antônio Sales, em Fortaleza (CE). A atividade foi direcionada a crianças de 5 a 11 anos, com o objetivo de atender uma demanda da direção e do corpo docente da escola referente à necessidade de promover a reaproximação entre as crianças, afastadas do convívio escolar durante a pandemia de covid-19. A equipe educadora da FAMED/UFC avaliou que facilitar processos de interação poderia fortalecer os vínculos entre as crianças, bem como entre elas e os atores escolares, contribuindo para o desenvolvimento de processos de socialização mais saudáveis. Além disso, buscou-se proporcionar aos estudantes de Medicina uma vivência prática com a comunidade escolar, focada na saúde mental, estimulando habilidades de comunicação e a reflexão sobre os determinantes sociais de saúde que influenciam o bem-estar das famílias. A atividade contou com a participação de 18 estudantes de Medicina, que realizaram brincadeiras, jogos, músicas, desenhos e contação de histórias com 221 crianças, divididas em nove turmas no turno da manhã. Cada dupla de estudantes ficou responsável por uma turma, sendo apoiada pelas professoras e supervisionada por uma equipe educadora composta por uma docente, duas mestrandas em Saúde Pública e dois monitores. Apesar do desafio inicial de interação, os universitários demonstraram evolução em comunicação e escuta, improvisando atividades conforme as necessidades das crianças e finalizando com técnicas de

relaxamento e autocuidado. A ação, ao estimular companheirismo e amizade, buscou fortalecer um olhar lúdico para a saúde mental e plantou a semente para futuras iniciativas de cooperação entre universidade e escola. Por fim, recomenda-se a continuidade de atividades que promovam essa interação, envolvendo ativamente os discentes e a comunidade.

ARTE COMO FORMA DE EXPRESSÃO DE SENTIMENTOS FACE AO FEMINICÍDIO: ÍRIS E REBECA, PRESENTE!

Jenyfer Regonini Schineider, Roseane Vargas Rohr, Hiata Anderson Silva do Nascimento

Feminicídio é o crime praticado contra a mulher em razão de violência doméstica ou discriminação de gênero e, no Brasil, desde a Lei 13.104 de 2015, é considerado homicídio qualificado e crime hediondo. Dados do Monitor de Feminicídios no Brasil revelam que, em 2023, foram registrados 1.706 feminicídios consumados, sendo 51 no Espírito Santo (ES), enquanto, entre janeiro e março de 2024, ocorreram 449 casos no país, com 12 no ES. Quando o crime se torna próximo, a vítima deixa de ser apenas um dado epidemiológico, como evidencia o relato de experiência apresentado neste trabalho, que aborda o uso da arte como forma de expressão diante de um feminicídio ocorrido no ES. A obra foi criada a partir de sentimentos de tristeza, indignação e luto da artista e autora deste relato, como uma maneira de prestar solidariedade à família da vítima. O crime, amplamente repercutido, foi noticiado em 16 de janeiro de 2024, quando o corpo de Íris Rocha de Souza, enfermeira de 30 anos, grávida de oito meses de uma menina que se chamaria Rebeca, foi encontrado em uma estrada próxima à zona rural, coberto por cal e com duas perfurações de bala. O principal suspeito, Cleiton Santana dos Santos, ex-namorado e pai de Rebeca, foi preso, mas negou a autoria do crime. Íris, brutalmente assassinada, deixou um filho de oito anos e Rebeca, que não teve sequer a chance de nascer. Este relato, carregado de tristeza e indignação, reflete também a convivência próxima das autoras com Íris na Universidade, como colega de turma e professora. A motivação do trabalho é dar visibilidade ao caso, clamar por justiça e eternizar a memória das vítimas por meio da arte. O desenho criado retrata Rebeca ainda no ventre de sua mãe, com grandes asas angelicais, simbolizando a mensagem: “Onde estamos, não existe feminicídio”. Publicada no Instagram da autora, a obra gerou ampla repercussão, com curtidas, comentários e compartilhamentos que expressaram indignação pelo crime e por outros casos similares no estado. Além disso, a arte representou um conforto à família, especialmente à mãe de Íris, que viu na iniciativa um gesto de acolhimento. Este trabalho, mais do que relatar o crime, reforça a potência da arte como instrumento de comunicação, sensibilização e memória, cobrando da sociedade e das autoridades que casos de feminicídio não sejam reduzidos a estatísticas, mas reconhecidos como histórias de vida que clamam por justiça.

RELAÇÃO NUTRICIONISTA E PACIENTE: EXERCÍCIO PRÁTICO DAS COMPETÊNCIAS COMUNICACIONAIS COM ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

Sheila Pires Raquel, José Maria Ximenes Guimarães,
Helena Alves de Carvalho Sampaio, Jéssica Brito Cavalcante de Queiroz

A competência comunicacional, composta por conhecimentos, habilidades e atitudes, é essencial na Nutrição para qualificar a relação entre profissional e paciente, promovendo o compromisso com o tratamento. No contexto das novas tecnologias, o paciente, que frequentemente recorre ao “dr. Google” e se considera um “expert”, demanda um diálogo ativo com a equipe multiprofissional, tornando-se parte integrante do processo de cuidado. Assim, é imprescindível que o treinamento em comunicação nas graduações da área da saúde seja aperfeiçoado e voltado à prática diária, considerando esse novo cenário. Para atender a essa necessidade, realizou-se um Workshop de Comunicação com graduandos de Nutrição da Universidade Estadual do Ceará, no primeiro semestre de 2023, direcionado a estudantes do 4º semestre. A atividade utilizou metodologias ativas de aprendizagem, como a técnica de Role-Play, na qual os alunos simularam situações reais, desempenhando os papéis de paciente e nutricionista. A técnica permitiu a aplicação prática de competências comunicacionais, como a escuta ativa, compaixão e apoio à autonomia, com foco na construção conjunta de um plano de cuidados e no uso de ferramentas tecnológicas, como sites e fóruns especializados, para apoiar mudanças de hábitos. Durante o workshop, os estudantes refletiram sobre os impactos do plano alimentar na saúde física e nos hábitos do paciente e seus familiares, exercitando a construção de um cuidado compartilhado e eficaz. Supõe-se que, ao desenvolver essas competências desde a graduação, o nutricionista estará apto a dialogar com base nas demandas do paciente, inclusive as influenciadas pela internet, estabelecendo vínculos que incentivem a participação ativa nas decisões relacionadas à sua saúde. Dessa forma, o Workshop proporcionou aos participantes um espaço para integrar conceitos teóricos e práticos, ampliando suas capacidades de comunicação e interação no cuidado nutricional.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM FOCO NO AUTOCUIDADO: UMA EXPERIÊNCIA NA UBSF DE VOLTA REDONDA

Luisa de Carvalho Fiedler, Lais da Costa Campos, Bruna Casiraghi

Autocuidado é a capacidade consciente de cuidar de si mesmo, promovendo saúde e bem-estar. Nos últimos anos, cresceu o reconhecimento da importância de modelos de cuidado centrados no paciente, especialmente em intervenções voltadas à educação para o autocuidado e à otimização do manejo de doenças crônicas em pacientes com comorbidades diversas. Este trabalho descreve a experiência de um grupo de educação em saúde conduzido por uma equipe da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) em Volta Redonda (RJ), com o objetivo de reformular os grupos existentes para

priorizar a percepção do autocuidado. Desde junho de 2022, os grupos abordavam temas relacionados a doenças crônicas por meio de discussão de casos, exposições, jogos interativos e dinâmicas. Contudo, em 2024, identificou-se uma queda na frequência dos participantes habituais devido à repetitividade das atividades, levando à reformulação do grupo com foco no autocuidado apoiado, permitindo aos usuários refletirem e traçarem metas para seu cuidado pessoal. Um cronograma inicial de um ano foi elaborado, com encontros mensais de cerca de duas horas iniciados em março de 2024, contemplando temas como metas pessoais, cuidado coletivo, hábitos atuais, planejamento e execução, estágios de motivação, manutenção e prevenção de recaídas. Cada encontro trabalha os pilares do autocuidado – emocional, social, físico e mental – por meio de dinâmicas, e os participantes recebem ao final um material reflexivo para aprofundar a interação no próximo encontro. Após cada sessão, horários com a médica e a enfermeira são reservados para demandas agudas. Apesar de ainda em andamento, o trabalho já demonstra mudanças significativas na percepção dos participantes sobre saúde e autocuidado, com maior responsabilização por comportamentos que afetam sua saúde, evidenciando o papel transformador do conhecimento. Espera-se que esta experiência sirva de base para iniciativas semelhantes em outras unidades da região, promovendo comportamentos de autocuidado nas populações atendidas, engajando indivíduos e comunidades no próprio bem-estar e fortalecendo serviços de saúde integrados e políticas multissetoriais centradas nas pessoas.

PODCAST UM METODOLOGIA DE FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Edineia Lazzari, Letícia Vieira Lourenço, Jacqueline Oliveira de Carvalho,
Igor Azeredo Cruz, Tulio César Souza Padilha

O presente relato aborda a formação de competências – conhecimento, habilidade e atitude – em políticas públicas, baseada no currículo por competência, entre os residentes de enfermagem de família e comunidade da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, por meio do uso de podcasts. Essa metodologia promove a participação ativa dos residentes no processo de ensino e aprendizagem, incentivando o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, a articulação de diálogos e debates, competências essenciais para a atuação no âmbito das políticas públicas do SUS. O objetivo principal foi desenvolver competências em temas da esfera pública e social na formação de enfermeiros especialistas em família e comunidade, utilizando a gravação e avaliação de podcasts como estratégia avaliativa. A disciplina de políticas públicas, ministrada no primeiro ano da residência, teve como avaliação a construção de podcasts, com a turma dividida em oito grupos, cada qual responsável por uma temática relacionada à saúde pública, como planejamento reprodutivo, novos indicadores de mortalidade materno-infantil, rastreamento precoce do autismo na Atenção Básica, saúde de mulheres em situação de vulnerabilidade, ciclo menstrual, ações de atenção integral à saúde materno-infantil, enfrentamento da tuberculose e arboviroses, além da relação entre racismo ambiental e mudanças climáticas. O formato adotado foi o de bate-papo, guiado por perguntas disparadoras baseadas em textos indicados pela coordenação, e contou com mediação reflexiva de outros residentes, abordando

princípios do SUS, atributos da Atenção Primária à Saúde (APS) e a relevância das temáticas para a prática profissional e qualificação da assistência. Os resultados evidenciam que a consideração dos indicadores de saúde e dos interesses sociais é crucial para a elaboração e execução de políticas públicas no SUS, enquanto o podcast se revelou uma ferramenta pedagógica eficaz para desenvolver competências de diálogo, debate e pensamento crítico reflexivo, articulados ao território e à comunidade, contribuindo para uma formação crítica e qualificada dos residentes. Assim, reafirma-se o compromisso da residência com a formação de especialistas capazes de atuar com consciência crítica diante dos avanços e desafios de um sistema de saúde universal e socialmente justo.

AUTONOMIA E TRANSPARÊNCIA: EMPODERANDO OS CONSELHEIROS DE SAÚDE NO CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS – A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Maristella Zamborlini Macedo, Alexandre de Oliveira Fraga, Ana Clara Fraga, Caique dos Santos Pereira, Ednéa Harckbart, Gilmará Gomes da Silva Sarmento, Mariana Monteiro

Este estudo apresenta os resultados iniciais de uma investigação que monitora as atividades do Conselho de Saúde do Estado do Espírito Santo (CES), destacando a necessidade de qualificar suas práticas por meio de ações de comunicação, pesquisa e educação permanente, bem como de apoiar os conselhos municipais. Essa demanda levou à parceria com o Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), culminando no projeto de práticas inovadoras para a qualificação da participação social em saúde (PDPi). O foco principal é o exercício do controle social, um componente essencial da democracia moderna, que, conforme a Constituição Federal, promove a participação comunitária como uma forma avançada de democracia, sustentada pela transparência e pelo acesso à informação. Os conselhos de saúde desempenham papel crucial na formulação de estratégias e na fiscalização dos recursos destinados à saúde, função reforçada pela lei complementar nº 141/2012, que atribui aos conselhos um papel central na construção de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Os achados apontam que a cidadania ativa exige a autonomia dos conselhos, que depende do acesso à informação, domínio técnico, disponibilidade de recursos financeiros e capacidade de influenciar decisões públicas. A análise da atuação dos conselheiros na avaliação dos instrumentos de gestão – planos de saúde, programações anuais e relatórios de gestão – evidenciou que a clareza das ações governamentais e a acessibilidade de documentos são fundamentais para que os conselheiros possam supervisionar as atividades do governo, garantindo os direitos à cidadania e à saúde. Para um desempenho eficaz, é essencial capacitar os conselheiros a compreender, analisar e monitorar políticas de saúde. Além disso, a pesquisa destacou a importância de uma estrutura organizacional adequada para os conselhos de saúde, incluindo fluxos de trabalho definidos, normatização de atividades e funções, e rotinas transparentes. Essas estratégias promovem uma visão integrada, possibilitam a avaliação de desempenho e asseguram o cumprimento das responsabilidades dos conselhos, fortalecendo o Controle Social no âmbito da saúde pública.

QUALIFICAÇÃO DE CONSELHEIROS INDÍGENAS DE SAÚDE DO DSEI MANAUS COM O USO DAS TICS

Fabiane Vinente dos Santos, Kátia Maria Lima de Menezes, Kleuton Munduruku, Thiago Ribeiro

Este trabalho relata a experiência de um projeto de qualificação de conselheiros de saúde realizado nos 23 polos-base do Distrito Sanitário Especial Indígena Manaus (DSEI Manaus), no Amazonas, ao longo de 2021, com o objetivo de criar uma rede de formação de conselheiros locais de saúde indígena. A iniciativa buscou romper com as lógicas tradicionais de ensino “bancárias”, promovendo práticas libertadoras que fortalecessem a ação dos conselheiros e sua participação efetiva nas políticas públicas de saúde indígena. As atividades combinaram estratégias pedagógicas diversas, incluindo oficinas presenciais, um curso na modalidade de Educação à Distância (EaD) e a produção de material didático em forma de três cartilhas específicas. O conteúdo abordou noções básicas de controle social, informações sobre a Pandemia de covid-19, estratégias de controle social no contexto da emergência sanitária e escutas sobre o enfrentamento da pandemia nos territórios e aldeias. No total, foram elaboradas quatro cartilhas: a primeira com recomendações para as aldeias no período pós-vacinação, e as demais abordando a política de saúde indígena, o controle social e o funcionamento do Conselho Distrital de Saúde (Condisi). A participação ativa da coordenação do Condisi e das lideranças indígenas de cada território foi essencial para adaptar a linguagem e estratégias às realidades locais, permitindo enfrentar os problemas de forma contextualizada. O projeto possibilitou uma reflexão aprofundada sobre o papel dos conselheiros durante a pandemia e contribuiu para identificar soluções visando uma melhor estruturação do subsistema de saúde indígena.

COMO A FALTA DE INTERLOCUÇÃO EFICAZ ENTRE DIVERSAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS NA APS INTERFERE NO PLANEJAMENTO E NA PRODUÇÃO DO CUIDADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PSE

Gabriela de Sales Castro, Henrique Soares Medeiros, Artur Mendes,
Christina Silva, Roberta Viegas Magalhães

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem na Atenção Primária à Saúde (APS) a porta de entrada inicial para os usuários e funciona como coordenadora do cuidado, articulando o trânsito desses usuários entre os diversos níveis da rede SUS. Na APS, estabelecem-se os primeiros vínculos com a população, promovendo uma relação de corresponsabilização entre o usuário e sua saúde, com o suporte direto das equipes de Saúde da Família (ESF), responsáveis pela produção do cuidado e pelo monitoramento contínuo e longitudinal do paciente. As ESF contam com o apoio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), compostos por equipes multidisciplinares que ampliam a resolutividade das ações. Entretanto, diferenças na visão dos profissionais sobre a produção do cuidado podem impactar

a construção dos processos de trabalho, refletindo nos vínculos estabelecidos com a população. A interdisciplinaridade surge como ferramenta para organizar e conduzir, de forma colaborativa, as ações de cuidado no território. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Saúde incluiu o Programa Saúde na Escola (PSE) na rotina das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com 14 atividades propostas pelos Ministérios da Saúde e da Educação, sendo três obrigatórias a cada biênio. Em uma UBS de Belo Horizonte, a enfermeira responsável pelo PSE buscou realizar o maior número possível de ações em parceria com as escolas, enfrentando, contudo, resistência de alguns profissionais do NASF e da UBS, que dificultaram ou realizaram parcialmente as atividades, comprometendo o monitoramento dos encaminhamentos. Entre as ações obrigatórias, apenas a de Promoção de Práticas Corporais e Atividade Física foi concluída integralmente; já a Promoção e Avaliação de Saúde Bucal e a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional foram realizadas de forma parcial, com lacunas no monitoramento e na abrangência do público-alvo. Apesar dessas dificuldades, outros profissionais se engajaram em ações adicionais, como avaliação de acuidade visual e promoção da saúde auditiva. Observa-se, porém, que as UBS frequentemente priorizam o atendimento de casos agudos em detrimento de ações preventivas, como o PSE, que poderiam evitar condições crônicas. Além disso, falta maior engajamento de alguns profissionais e uma gestão local mais efetiva, capaz de estabelecer metas, cobrar resultados e oferecer suporte às categorias envolvidas na implementação das ações do programa.

CAPACITAÇÃO DE PESSOAS SURDAS PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA: UM POTENCIAL A SER TRABALHADO NO INSTAGRAM

Sheila Pires Raquel, Gerardo Clésio Maia Arruda, José Maria Ximenes Guimarães, Marina Andrade Cartaxo, Victor Frota de Vasconcelos, Yanne Sibéria Rocha Lopes, Ana Paula Pires Gadelha de Lima

No Brasil, cerca de 10 milhões de pessoas surdas enfrentam exclusão social devido ao acesso restrito a direitos fundamentais como saúde e educação, segundo o IBGE. Este projeto parte da hipótese de que o capacitismo pode ser enfrentado por meio da criação de ambientes que favoreçam o exercício pleno da cidadania para pessoas com deficiência, promovendo debates e disseminando conhecimento para viabilizar o acesso ao bem-estar físico, mental e social. O objetivo central é capacitar pessoas surdas para atuarem como multiplicadoras de seus direitos, utilizando a rede social Instagram como plataforma principal, com base nos princípios da educomunicação, que estimula a consciência crítica por meio da apropriação de tecnologias. Financiado pela Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (FUNCAP) e desenvolvido em parceria com a Universidade de Fortaleza, o projeto iniciou-se em dezembro de 2023, em Fortaleza, e seguirá até abril de 2025, beneficiando 15 estudantes do Instituto dos Surdos do Ceará. Durante o recrutamento, identificou-se o Instagram como a plataforma mais utilizada pelos participantes, que apresentam perfis ativos, com até 14 mil seguidores e postagens frequentes no feed, Stories e Reels em Libras. No entanto, constatou-se a ausência de conteúdos sobre o direito à saúde e à educação, justificando a relevância do projeto. Adotando a metodologia de

pesquisa-ação, o trabalho envolve grupos focais para identificar temas prioritários, rodas de conversa com especialistas sobre legislação e políticas públicas, e oficinas de capacitação para produção e publicação de conteúdos nas mídias sociais, com acompanhamento por seis meses. Apesar do apoio de intérpretes de Libras, o desafio será transmitir conhecimentos de forma simples e ilustrada, dada a dificuldade do grupo com a língua portuguesa. Espera-se que os participantes se tornem aptos a criar e disseminar conteúdos que promovam a cidadania, alcançando cerca de 1.500 pessoas diretamente. Este projeto busca integrar reflexão, aprendizado e intervenção social, fortalecendo a consciência crítica da comunidade surda sobre seus direitos e o potencial das redes sociais para amplificá-los.

ATUALIZAÇÃO DE ROTINAS DO SERVIÇO DE FARMÁCIA HOSPITALAR EM UM COMPLEXO HOSPITALAR DO SUS COM USO DA TECNOLOGIA

Aline de Carvalho Gomes, Jéssica Rafaski Alves Linhares da Silva,
Fabio Henrique Silva Melo, Itamar Cabral Monteiro, Rosiane Nunes do Nascimento

Na área hospitalar, o termo Hospital 4.0 é utilizado para descrever a integração de ferramentas tecnológicas que influenciam a comunicação interna, aprimorando serviços como a farmácia hospitalar. O uso dessas ferramentas impacta diretamente a qualidade do gerenciamento farmacêutico na cadeia medicamentosa, tornando a logística mais ágil e precisa e contribuindo para a segurança do paciente, ao melhorar processos de controle, estoque e distribuição de medicamentos, com o objetivo de reduzir desperdícios e erros nas prescrições. No Complexo Hospitalar Pedro II/CER Santa Cruz, o serviço de farmácia hospitalar busca integrar automaticamente os processos relacionados à jornada do medicamento, como guarda, unitarização, dispensação, devolução, inventário e controle de validade, reduzindo o tempo gasto em tarefas manuais. A gestão de medicamentos é uma das maiores causas de erros em hospitais e, ao mesmo tempo, representa um alto custo financeiro, razão pela qual os investimentos em tecnologia contribuem para a segurança, o uso racional de medicamentos e a sustentabilidade financeira da instituição. O Complexo Hospitalar adquiriu um novo prontuário eletrônico, onde medicamentos padronizados foram cadastrados e parametrizados com vias de administração, diluições baseadas na literatura e alertas, como para medicamentos de alta vigilância, além da inclusão de requisições e devoluções via sistema, substituindo processos manuais que não garantiam rastreabilidade e segurança. Também foi iniciada a utilização de uma Unitarizadora de medicamentos, promovendo padronização de informações, aumento da rastreabilidade e alertas de segurança por meio de embalagens específicas e símbolos. Os próximos passos incluem a inclusão de justificativas para medicamentos especiais no sistema, atualmente disponíveis apenas para medicamentos controlados e antibióticos, e a implementação da dispensação por bipagem, que aumentará a segurança, a rastreabilidade e a agilidade, eliminando etapas manuais do processo.

MIGRAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E SAÚDE NA AMAZÔNIA: AS MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS EM MANAUS, AMAZONAS, BRASIL

Fabiane Vinente dos Santos, Adrielly Souza Silva e Silva

A abordagem da interseccionalidade permite compreender de forma mais abrangente os diferentes sistemas de exclusão que interagem e se sobrepõem no tecido social, demonstrando que certos problemas não podem ser tratados isoladamente pelas políticas públicas. Esta comunicação, baseada em pesquisa em andamento, organiza e interconecta aspectos relacionados ao cuidado e às políticas de saúde, com foco na situação de mulheres migrantes em Manaus durante a Pandemia de covid-19. Utilizando metodologia qualitativa, com observação participante e entrevistas semiestruturadas realizadas entre janeiro e maio de 2022 com três mulheres migrantes venezuelanas em Manaus, busca-se qualificar, por meio da análise de conteúdo, categorias como “cuidado”, “saúde” e “migração” presentes nos discursos dessas mulheres. A pesquisa examina os impactos do deslocamento em meio à pandemia, durante a qual Manaus figurou como um dos epicentros mundiais da emergência sanitária. Os relatos evidenciam momentos dramáticos de deslocamento, dificuldades de acesso ao sistema de saúde, gargalos impostos pelos desafios da pandemia e as especificidades enfrentadas por mulheres migrantes, considerando o contexto amazônico e áreas próximas às fronteiras. Esses dados destacam como mulheres em situação de deslocamento representam um tema relevante para o sistema de saúde brasileiro, demandando atenção às particularidades de seu perfil e do contexto em que vivem. Este trabalho é parte do projeto “Acesso à saúde e vulnerabilidades de migrantes internacionais no contexto de disseminação da covid-19: uma pesquisa interinstitucional em rede colaborativa”, apoiado pela FAPESP (processo: 2021/06792-2), CNPQ (processo: 403913/2021-7) e pelo projeto “Saúde de migrantes venezuelanos no contexto da Pandemia de covid-19 em Manaus: Estratégias de enfrentamento e redes sociais” (FAPEAM/PIC Fiocruz Amazônia 2023/2024).

REMODELAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO EM FARMÁCIA HOSPITALAR EM UM COMPLEXO HOSPITALAR DO SUS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Jéssica Rafaski Alves Linhares da Silva, Aline de Carvalho Gomes,
Fabio Henrique Silva Melo, Itamar Cabral Monteiro, Rosiane Nunes do Nascimento

O estágio é um ato educativo escolar supervisionado que visa preparar educandos do ensino superior para o trabalho produtivo em ambiente de trabalho, sendo também uma iniciativa de Educação Permanente em Saúde (EPS), conforme a Política Nacional de Educação Permanente no Brasil. De acordo com a Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar (SBRAFH), os Padrões Mínimos para Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde recomendam que o serviço de farmácia promova,

participe e apoie ações de educação permanente, ensino e pesquisa em suas atividades administrativas, técnicas e clínicas, envolvendo farmacêuticos, profissionais e estudantes. Com base nesse princípio, foi estruturado um programa de estágio em farmácia hospitalar em um complexo do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro, abrangendo as rotinas de diferentes setores entre abril e dezembro de 2023, período em que ocorreu uma mudança na supervisão do estágio. O acesso dos estagiários se deu por meio de processo seletivo direto, pelo programa Acadêmicos Bolsistas e pelo Projeto Acolher. Os farmacêuticos lotados no hospital, incluindo a coordenadora da farmácia, foram cadastrados como preceptores junto ao centro de estudos, e os estagiários, devidamente matriculados em instituições de ensino, firmaram contrato com o centro de estudos do hospital. O Serviço de Farmácia foi dividido entre atividades como fracionamento, triagem, dispensação, gestão e Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), onde os estagiários atuaram sob supervisão de farmacêuticos, sendo organizada uma escala para otimizar o tempo de aprendizado em cada setor. O programa também incluiu visitas guiadas às farmácias satélites, permitindo a compreensão das rotinas nesses locais. Após a passagem por cada setor, os estagiários elaboraram relatórios avaliativos para verificar se os objetivos e rotinas foram absorvidos, recebendo feedback ao final de cada etapa. A implementação do programa de estágio não só contribuiu para a formação prática dos estagiários, mas também permitiu uma melhor avaliação dos processos internos do serviço de farmácia, identificando oportunidades de melhoria e reformulação para maior eficiência.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS (DDA) NOS POLOS BASE DE CAMPO ALEGRE E UMARIAÇÚ II, PERTENCENTE AO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

Sediel Andrade Ambrosio, Cristiane Ferreira da Silva, Sheila de Andrade Ambrósio, Evellyn Siqueira Gonçalves Nunes, Simonara Ramos Goes, Henrique Ferreira Vaz, Janayla Bruna Oliveira de Aguiar, Suellen de Andrade Ambrósio, Liciane Alberta Coimbra de Moraes

O presente trabalho tem como objetivo relatar a implementação do projeto de Monitoramento de Doenças Diarreicas Agudas (MDDA) em dois Polos Base (PB) de saúde localizados na região do Solimões. A atividade de educação em saúde foi elaborada pelo Núcleo 1 – Análise de Situação de Saúde e pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) do Distrito, em resposta à fragilidade identificada durante a análise das informações do Sistema de Informação da Saúde Indígena (SIASI), referentes ao período de 2020 a 2023. Essa iniciativa foi realizada por profissionais de saúde e nutricionistas do DSEI Alto Rio Solimões. Durante o período analisado, fatores externos, como a pandemia e a estiagem que afetaram diretamente a região do Amazonas, impactaram significativamente o trabalho das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, alterando a dinâmica dos casos de Doenças Diarreicas Agudas (DDA) registrados no sistema. As alterações foram percebidas através do diagrama de controle do Núcleo de Vigilância em Saúde do DSEI, com redução nos casos registrados no módulo

de morbidades do SIASI e no SIASI WEB, este último voltado ao monitoramento de aumentos e picos de DDA. O projeto foi inicialmente implementado nos PB de Campo Alegre, com a participação de 761 usuários indígenas distribuídos em 23 aldeias, e no PB de Umariacú II, envolvendo, em sua fase inicial, profissionais de saúde treinados para multiplicar informações nos territórios. O DSEI Alto Rio Solimões, com extensão territorial de aproximadamente 114.217,8 km², abrange 13 Polos Base em sete municípios. Frente à necessidade de fortalecer as ações contra as DDAs, especialmente para reduzir a mortalidade infantil, o projeto foi desenvolvido pelo setor de Vigilância em Saúde e CIEVS do DSEI com base no Manual de Capacitação em Monitorização das Doenças Diarreicas Agudas (MDDA) do Ministério da Saúde (2010). Para ampliar a compreensão entre os indígenas, o conteúdo foi traduzido para a língua Tikuna, predominante na região, abordando cuidados com alimentação, ingesta hídrica e higiene geral. Durante a Capacitação de Vigilância Alimentar e Nutricional, o projeto foi entregue aos nutricionistas para execução nos 13 Polos Base, com o objetivo de expandir as ações já iniciadas em Campo Alegre e Umariacú II para os demais polos, promovendo melhor qualidade na assistência e fortalecimento das atividades de Vigilância em Saúde, conforme orientado pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI-2002).

A EDUCAÇÃO SEXUAL PARA A EVITABILIDADE DA GESTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO NARRATIVA

Camila Victoria Jaeger, Keli Verissimo Couto, Amanda Nogueira Soares, Gabriela Amaral de Souza, Camille Kaiser de Almeida, Andressa de Souza Rosa, Vanessa Fontana Ribeiro, Giovana Dorneles Callegaro Higashi

A adolescência é uma fase de transição marcada por significativas mudanças físicas, mentais, de maturação sexual e de identidade, frequentemente associada a conflitos, comportamentos imprudentes e riscos como gravidez precoce indesejada e infecções sexualmente transmissíveis. A abordagem da sexualidade ainda é considerada tabu na sociedade, dificultando a abertura para diálogos entre jovens e seus responsáveis, o que prejudica o esclarecimento de dúvidas e a adoção de medidas preventivas. Este trabalho tem como objetivo analisar a produção de conhecimento sobre a importância da educação sexual na evitabilidade da gestação na adolescência. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura realizada em novembro de 2022, utilizando as bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Banco de Dados de Enfermagem (BDENF). Foram selecionados 16 artigos completos, disponíveis gratuitamente nos idiomas português, inglês e espanhol, com recorte temporal de 2017 a 2021, relevantes para a temática. Os resultados indicaram convergências, como o distanciamento entre profissionais de saúde e adolescentes, que leva à busca por serviços apenas em situações de agravo, dificultando práticas de promoção e prevenção. Identificou-se também a carência de ações comunitárias, palestras e orientações sobre direitos sexuais e reprodutivos, além do desconhecimento de métodos contraceptivos, o que reforça a precariedade de diálogos claros e oportunos sobre a sexualidade.

Esses fatores aumentam a vulnerabilidade dos adolescentes aos riscos de gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis. Dada a gravidez na adolescência como um problema de saúde pública, ressalta-se a necessidade de ações integradas de saúde e políticas públicas que promovam a educação sexual em espaços de aprendizado, como escolas, abordando métodos contraceptivos e sexualidade de forma clara e acessível. Essas iniciativas podem minimizar os riscos, promovendo a autonomia e decisões conscientes para a saúde e vida dos adolescentes.

HUMANIZAÇÃO E PRÁTICA MÉDICA: UMA DISCIPLINA DO CURSO DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DOS DISCENTES

Evelyn Paradzinski Alves, Eduardo Pavanelo Garcia, Rhaíssa Gabriela Maciel Pithan da Silva, Sabrina de Andrades da Conceição, Vanessa Grohs, Ana Laura Pieniak, Laura Fenalte Streher, Kelly Carvalho Silveira Gonçalves

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Medicina orientam o processo de ensino, aprendizagem e avaliação durante a formação acadêmica, tendo sido aprovadas em 2001 e revisadas em 2014 com o objetivo de atualizar a grade curricular e, sobretudo, promover a humanização do futuro profissional. A humanização na saúde é entendida como um movimento essencial de cuidado, valorizando as relações intersubjetivas. Nesse contexto, a disciplina de Humanização e Prática Médica é obrigatória em quatro períodos do curso de Medicina na instituição de ensino analisada, sendo composta por aulas teóricas e práticas em ambientes como Casa Lar para crianças e adolescentes, instituições de longa permanência para idosos, maternidades e alas psiquiátricas, com o primeiro módulo ofertado já no primeiro semestre. Este resumo busca demonstrar a relevância dessa disciplina dentro da estrutura curricular do curso de Medicina e apresentar as vivências de discentes de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul que cursaram a matéria entre 2019 e 2022, nos 5º, 6º e 10º semestres. A experiência relatada evidenciou resultados satisfatórios, permitindo aos alunos vivenciar realidades distintas do seu contexto, aprimorar habilidades de comunicação com pacientes em diferentes fases da vida e reconhecer a importância da relação médico-paciente como recurso diagnóstico, terapêutico e humanístico. Além disso, os discentes destacaram a aplicação prática das competências desenvolvidas, consolidando a relevância dessa área no processo de formação médica. Assim, verifica-se que a disciplina vai ao encontro do que as DCN preconizam para uma formação médica humanizada, integrando conhecimentos teóricos e práticos e promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais como empatia, comunicação e compreensão das desigualdades sociais do país. A estruturação dessa matéria no curso de Medicina revelou-se fundamental para a formação de profissionais humanizados, competentes e comprometidos com uma visão integral do ser humano, alinhada às demandas e expectativas da sociedade contemporânea.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE COVID-19 PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Olívia Paulino Pinto, Maria Rocineide Ferreira da Silva

A pandemia instaurou uma crise sanitária com grande impacto econômico, resultando em um aumento de 140% no número de pessoas em situação de rua (PSR), cuja vulnerabilidade as torna mais suscetíveis a infecções. Para que medidas protetivas sejam adotadas, é necessário que políticas públicas invistam em atividades preventivas, como a educação em saúde (ES). Este relato descreve a experiência de uma ES sobre covid-19 direcionada a PSR, conduzida em 2023 no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, em Fortaleza, Ceará, como parte da pesquisa de uma discente do Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará, com parecer 6.228.658. A atividade, que integrou a coleta de dados para a dissertação sobre itinerários terapêuticos da PSR no diagnóstico e tratamento da covid-19, contou com a participação de 25 PSR e teve como objetivo contribuir com o conhecimento existente sobre a doença. Os dados foram registrados em diário de campo, e a dinâmica inicial envolveu um círculo em que os participantes, ao passarem uma linha de barbante, se apresentaram e compartilharam suas experiências durante a pandemia, reconhecendo-a como um período de medo, morte e incerteza, enquanto a religião e o apoio próprio foram mencionados como principais fontes de suporte. A “teia” formada pelo barbante simbolizou a importância de redes de apoio. Em seguida, foram trabalhados mitos e verdades sobre etiologia, transmissão, sintomas, tratamento e vacinação, sendo as dúvidas mais comuns relacionadas à possibilidade de reinfecção e à validade da vacina, além de crenças equivocadas sobre prevenção e tratamento, como o uso de medicamentos ineficazes e a ingestão de álcool para eliminar o vírus. Esses esclarecimentos foram feitos de forma dialogada, promovendo a construção de conhecimento e maior autonomia dos participantes para debater com profissionais de saúde. Conclui-se que ações de ES são essenciais para o cuidado integral dessa população, considerando que a busca por serviços ocorre, em geral, apenas em situações graves. A ES contribui para a melhoria da qualidade de vida das PSR, ao fomentar práticas que considerem suas especificidades e necessidades.

USO DAS MÍDIAS E PLATAFORMAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO PARA DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL

Marcelle Saturnino Santiago, Juliana Alves Leite Leal, Mariana Oliveira Araújo,
Larissa Samay Souza da Silva, Mariane de Carvalho Pires, Nádia Alves Antão de Alencar,
Judinara Vitória Pinho, Karen de Moura Rolim Santos, Tiago Souza Barbosa

Este relato de experiência descreve a extensão universitária de um projeto voltado à disseminação de informações sobre a política de saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de

mídias sociais e plataformas digitais. O SUS, uma das principais políticas públicas do Brasil, ainda é pouco compreendido por muitos, incluindo estudantes universitários e a comunidade em geral, especialmente no que diz respeito às políticas de saúde mental. Reconhecendo que a comunidade desempenha um papel essencial na efetivação do direito à saúde, o projeto utilizou mídias digitais como Instagram e WhatsApp para promover a educação em saúde e divulgar aspectos fundamentais da política de saúde mental do SUS. Entre os temas abordados estavam: a) a política de saúde mental no SUS, incluindo os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), que oferecem atendimento diário a pessoas com transtornos mentais graves; b) residências terapêuticas, destinadas a pessoas reintegradas à sociedade; c) a desinstitucionalização de saúde mental, que busca reduzir a dependência de hospitais psiquiátricos e reinserir pacientes na sociedade; e d) a integração da saúde mental na Estratégia de Saúde da Família, promovendo cuidados no nível primário com equipes multidisciplinares. O projeto alcançou 1.231 pessoas, registrando 238 curtidas, além de diversos compartilhamentos e comentários, evidenciando um alto nível de engajamento. As interações permitiram compreender melhor as dúvidas e preocupações da comunidade, promovendo diálogo direto. O desafio central foi criar conteúdos atraentes, acessíveis e humanizados, que capturassem rapidamente a atenção do público e transmitissem informações precisas, sem reproduzir estigmas ou sensacionalismo. Apesar das dificuldades, a abordagem cuidadosa possibilitou superar obstáculos e contribuiu significativamente para a promoção da educação em saúde, ampliando a conscientização sobre saúde mental e fortalecendo o entendimento sobre a política do SUS.

IMPACTO DA HOSPITALIZAÇÃO NA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA DA PESSOA IDOSA: PERSPECTIVAS DE ENFERMEIROS (AS)

Leticia de Moura, Mariana Cavalcante Lopes, Marines Tambara Leite, Eliane Raquel Rieth Benetti

As modificações fisiológicas decorrentes do processo de senescência, somadas à alta prevalência de comorbidades nessa faixa etária, tornam a pessoa idosa mais vulnerável a hospitalizações frequentes e prolongadas, que geram impactos negativos em suas dimensões física, psíquica, social e espiritual, comprometendo sua independência e autonomia. Durante a internação, a necessidade de cuidados multiprofissionais, o envolvimento de familiares e a adaptação às normas institucionais hospitalares restringem tanto as atividades quanto a tomada de decisões da pessoa idosa. Este estudo, de abordagem qualitativa, foi realizado com 10 enfermeiros de nível superior em uma instituição hospitalar de médio porte no noroeste do Rio Grande do Sul, com o objetivo de compreender o impacto da hospitalização na independência e autonomia da pessoa idosa sob a perspectiva desses profissionais. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas integralmente, e analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo temática. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Institucional sob o CAAE 71043923.2.0000.5346. Os enfermeiros destacaram a necessidade de uma assistência humanizada

e qualificada, capaz de reduzir os impactos da hospitalização nessas dimensões. Eles apontaram fatores como imobilidade decorrente da restrição ao leito, diminuição das atividades de vida diária, estresse emocional e redução da liberdade de escolha como os principais comprometimentos durante o período de internação. Esses fatores, além de originarem novos agravos e dependência para atividades básicas, também comprometem a comunicação e geram sentimentos negativos nos idosos. Além disso, foi evidenciado que a hospitalização pode comprometer necessidades fisiológicas básicas e o autocuidado, agravando ainda mais a situação. Conclui-se que, diante dos múltiplos desafios impostos pela hospitalização, a equipe de enfermagem deve desenvolver planos de cuidado específicos que promovam a prevenção, a recuperação e a manutenção da saúde da pessoa idosa, assegurando uma assistência humanizada e integral no ambiente hospitalar.

UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE PARA TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SUS: INTERFACE ENTRE SAÚDE E TRABALHO NA ATENÇÃO À POPULAÇÃO TRANS

Fernanda Teixeira de Barros Neta

Este relato de experiência apresenta a atuação de uma psicóloga do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Belém/Pará, que, entre 2023 e 2024, desenvolveu uma iniciativa de Educação Permanente para trabalhadores da saúde, por meio de Rodas de Conversa e Oficinas, com o objetivo de abordar a relação entre a população trans e o mundo do trabalho. A proposta surgiu da inquietação diante da invisibilidade das pessoas trans no ambiente laboral, considerando que o trabalho ocupa um papel central na vida social, influenciando a subjetividade, a saúde, as relações interpessoais e o acesso econômico. Para enfrentar essa lacuna, a psicóloga promoveu ações voltadas para sensibilizar os profissionais da rede de saúde sobre as especificidades dessa população, buscando equidade no atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e refletindo sobre os impactos do racismo, da cisnormatividade e da heteronormatividade. Em abril de 2023, realizou-se uma oficina piloto no auditório do CEREST Belém, com a participação de 35 servidores, abordando temas como orientação sexual, identidade de gênero, transfobia (com dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais sobre mortes de pessoas trans) e os desafios enfrentados pela população trans no mercado de trabalho, incluindo estigmas, vulnerabilidades, exclusão de políticas públicas e predominância em trabalhos informais e precarizados. Ressaltou-se, ainda, a importância do respeito ao uso do nome social ou retificado nos documentos do SUS. Em abril de 2024, uma segunda edição da oficina foi realizada, envolvendo mais 38 profissionais da rede de saúde, ampliando o impacto da iniciativa e reforçando a construção de um atendimento mais inclusivo e humanizado.

INTERSEÇÕES ENTRE TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E CUIDADO NA EXPERIÊNCIA DOS ADOLESCENTES E JOVENS DO CAPSi

Naiara Alves de Barros, Eunice Nakamura

O Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) é um dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que oferece cuidado em saúde mental para crianças, adolescentes e jovens, tanto dentro quanto fora dos equipamentos da rede. A experiência profissional em um CAPSi despertou meu interesse em explorar as questões que permeiam a saúde mental fora do ambiente institucional, a partir da perspectiva dos adolescentes e jovens atendidos no CAPSi sobre o território em que vivem. Para isso, foi realizada uma pesquisa etnográfica com dez adolescentes e jovens acompanhados no CAPSi de Santos (SP). Os resultados revelaram que esses jovens vivenciam diversas formas de violência geradas no território pelo Estado, evidenciando a necropolítica como um mecanismo de controle estatal que impacta diretamente a vida de adolescentes e jovens em territórios periféricos. Os relatos mostraram que fatores como território e raça/cor influenciam significativamente sua segurança e exposição à violência, contribuindo para a desproteção e o descuido. Esses contextos refletem falhas do Estado em garantir o cuidado necessário, agravando o sofrimento mental dos adolescentes e jovens. No campo da saúde coletiva e mental, entende-se que o cuidado exige proximidade com a realidade desses indivíduos, incluindo a compreensão do contexto social e territorial em que vivem, bem como questões cotidianas relacionadas a gênero e raça que atravessam suas experiências de vida. Assim, compreender as interseções entre território, cuidado e saúde é fundamental para interpretar as vivências desses jovens e os fatores que influenciam sua saúde mental.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E GERAÇÃO DE RENDA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Camilly Góis, André Luiz Rodrigues de Macedo, Ethel Libório Dantas,
Rebecca Lopes Libório, Naisla Caroline Feitosa Pereira

A prevenção primária, como conjunto de ações voltadas à redução de fatores de risco populacionais, destaca a alimentação saudável como um dos pilares fundamentais na promoção da saúde e prevenção de doenças. No contexto do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que acompanha usuários com sofrimento mental grave e persistente, torna-se evidente a necessidade de integrar cuidados à saúde física e mental, dada a interconexão entre ambas. Além disso, diante das vulnerabilidades e estigmas enfrentados por essa população, é essencial implementar estratégias que estimulem sua independência e protagonismo, incluindo alternativas para geração de renda com baixo custo e fácil execução. Este estudo objetiva descrever uma ação de educação em saúde voltada

à alimentação saudável, associada a uma estratégia de geração de renda, realizada no CAPS II de Juazeiro-BA, em 11 de março de 2024, pelos estudantes do 3º período de Medicina da Faculdade Estácio/IDOMED. A atividade foi dividida em dois momentos: inicialmente, uma roda de conversa abordou a importância da alimentação saudável na promoção e manutenção da saúde; em seguida, ocorreu uma oficina prática de produção de brigadeiros saudáveis, com demonstração de ingredientes como banana, cacau e coco ralado, além da apresentação de custos de produção e valores de venda. A boa adesão dos participantes permitiu reflexões sobre os malefícios dos alimentos ultraprocessados e incentivou a substituição desses produtos por opções mais saudáveis, promovendo decisões alimentares mais conscientes. Paralelamente, a oficina apresentou a confecção dos brigadeiros saudáveis como uma oportunidade de geração de renda com baixo investimento inicial, despertando interesse e engajamento dos usuários, que se mostraram motivados a explorar essa ideia de empreendedorismo. Assim, a propagação de práticas de alimentação saudável, além de fomentar a prevenção primária e a promoção da saúde, contribui para mudanças positivas nos hábitos alimentares. Ademais, estratégias de geração de renda oferecem aos usuários com transtornos mentais oportunidades concretas de inclusão social, fortalecendo seu protagonismo e independência.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA CONSCIENTIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO A RESPEITO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Hana Beatriz Martins Mota, Naisla Caroline Feitosa Pereira, Maryanne Soares de Moura, Sandemax Pereira dos Santos, George Nilo de Hollanda Tavares, Iza Araujo Moura Brandão

A alimentação saudável é uma prática essencial para a promoção da saúde e a prevenção de doenças como a obesidade, que, sendo multifatorial, está associada a fatores socioculturais, ambientais, endócrinos, genéticos e psicológicos, além de ser considerada um problema de saúde pública devido à sua relação com comorbidades como diabetes melito e hipertensão arterial sistêmica. Nesse contexto, o comportamento alimentar surge como um elemento crucial a ser abordado por meio de práticas de educação em saúde. Este estudo relata a experiência de uma intervenção conduzida por estudantes de medicina na disciplina Integração Ensino e Serviço na Comunidade III (IESC III), junto aos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) em Juazeiro-BA, com o objetivo de sensibilizar sobre a importância de uma alimentação saudável, apresentando estratégias simples e acessíveis para prevenir a obesidade. A intervenção foi estruturada em uma roda de conversa sobre a relação entre obesidade e alimentação equilibrada, promovendo a troca de saberes e experiências entre os participantes. Foram utilizados cartazes informativos com imagens e tópicos relevantes para facilitar a compreensão, além de uma dinâmica interativa que envolveu a correlação de imagens de alimentos e bebidas com a quantidade de açúcar presente neles, utilizando copos como referência visual. Essa atividade gerou ampla participação, momentos de descontração e reflexões sobre o consumo de alimentos industrializados, com relatos de surpresa e a manifestação de intenções de mudança nos

hábitos alimentares. A experiência destacou a relevância de atividades coletivas de educação em saúde para promover hábitos mais saudáveis e prevenir doenças, especialmente em populações atendidas por serviços como os CAPS, evidenciando a importância da conscientização sobre temas como alimentação equilibrada e obesidade no enfrentamento de questões de saúde pública.

COMPARAÇÃO ENTRE FUNCIONAMENTO DOS CAPS I E CAPS AD: ABORDAGENS DIFERENTES E SEMELHANTES NA SAÚDE MENTAL

Mateus Petrykovski dos Santos, Danieli Goulart dos Santos, Tatiana Dimov

A reforma psiquiátrica, garantida pela Lei 10.216/2001, transformou profundamente o modelo de atendimento e suporte a indivíduos com sofrimento psíquico, substituindo a lógica dos serviços manicomiais pelo fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), regulamentados pela Lei 336/2002. Esses centros atendem usuários com transtornos mentais graves e persistentes por meio de ações ambulatoriais em regime intensivo, semi-intensivo ou não-intensivo, seguindo uma lógica territorial e de portas abertas, ou seja, sem necessidade de encaminhamento prévio. Os CAPS estão organizados em diferentes modalidades (I, II, III e IV), CAPSi e CAPS AD (II, III e IV), dependendo da densidade populacional do território onde são instalados. Este estudo tem como objetivo refletir sobre as diferenças e semelhanças entre o funcionamento de um CAPS I e um CAPS AD, com base na experiência de estudantes de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) durante estágio obrigatório em saúde mental, realizado no primeiro semestre de 2024, em um CAPS I localizado em uma cidade com cerca de 24.000 habitantes e um CAPS AD II situado em uma cidade com cerca de 270.000 habitantes, ambos no interior do Rio Grande do Sul. O CAPS I funciona das 8h às 18h, sem fechar ao meio-dia, oferecendo acolhimento em plantão realizado por todos os profissionais (exceto às quartas-feiras pela manhã, quando ocorre reunião de equipe para discussão de casos e elaboração do Plano Terapêutico Singular). Esse serviço atende pessoas de todas as idades com diversas condições de saúde mental, incluindo uso de substâncias químicas, por meio de intervenções individuais, oficinas e grupos. Já o CAPS AD II opera de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, também com plantão de acolhimento envolvendo toda a equipe (exceto nas quartas-feiras pela manhã, quando ocorrem reuniões de equipe), mas é especializado no atendimento a indivíduos que apresentam intenso sofrimento psíquico relacionado ao uso de álcool e outras drogas. Oferece intervenções individuais, familiares, em grupo e visitas domiciliares. A análise comparativa entre esses serviços revela diferenças significativas no perfil do público atendido e na abordagem terapêutica, destacando a amplitude do CAPS I no atendimento de demandas diversas e a especialização do CAPS AD II no enfrentamento de questões relacionadas ao uso abusivo de substâncias químicas.

PRÁTICAS DE ENSINO INOVADORAS UTILIZADAS NA FORMAÇÃO: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA FORMAÇÃO DA ENFERMAGEM

Wallisson Matheus Brito Pereira, Michele Alves Silva

Práticas inovadoras de ensino adotadas por docentes têm o potencial de aprimorar significativamente a aprendizagem e a prática pedagógica, especialmente em cursos de ensino superior em Enfermagem. Nas disciplinas de urgência e emergência, a abordagem prática e holística é essencial para moldar o perfil profissional dos futuros enfermeiros, capacitando-os para enfrentar os desafios e atender às necessidades do contexto profissional. Nesse sentido, metodologias inovadoras tornam-se indispensáveis na formação em saúde. Este estudo teve como objetivo identificar metodologias inovadoras aplicadas ao ensino de urgência e emergência na formação de alunos do curso de Enfermagem. A metodologia utilizada foi uma revisão integrativa qualitativa, orientada pela pergunta: quais são as didáticas inovadoras no ensino da urgência e emergência? A busca foi realizada entre novembro de 2023 e abril de 2024, nas bases de dados LILACS e PUBMED, utilizando descritores em Ciências da Saúde (DeCS) como “educação em enfermagem”, “ensino” e “emergências”, combinados com o operador booleano AND. Para a análise dos dados, foi utilizado um instrumento estruturado em planilha eletrônica, identificando os principais resultados dos estudos. Foram analisados 200 estudos, dos quais 51 foram excluídos após a leitura de títulos e resumos, além de 38 excluídos em etapas subsequentes, resultando em 10 estudos primários incluídos na revisão. Os resultados destacaram metodologias inovadoras no ensino de urgência e emergência, como o uso de inteligência artificial (IA), questionários de aprendizagem, educação virtual por telesimulação, materiais digitais, programas e projetos de extensão, simulação realística e ligas acadêmicas institucionais. Conclui-se que essas práticas inovadoras, frequentemente associadas a novas tecnologias da informação, desempenham um papel formador essencial, promovendo a tomada de decisão assertiva e resolutiva, com autonomia, segurança, ética, comunicação eficaz, visão crítica e pensamento reflexivo. Embora a tecnologia na educação seja frequentemente vista como sinônimo de novos recursos, mais do que isso, ela deve estar atrelada a metodologias e concepções educacionais que transformem o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação assistencial e gerencial de enfermeiros mais preparados para a prática profissional.

A IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO DE VALOR NA GESTÃO E PROMOÇÃO DO CUIDADO SEGURO AO PACIENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Wanesca Caroline Pereira, Jaciara Milena de Araújo, Jemima Rafaela Rodrigues de Medeiros, Ruth Meyre de Freitas Fronival Lopes, Hércules Ricardson Daniel de Albuquerque Filho, Emerson Luis Campelo de Oliveira, Alexandre Augusto de Medeiros Bacurau, Isabela Durso Caiffa

A segurança do paciente está diretamente relacionada à redução de eventos adversos durante sua permanência em instituições de saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define seis metas

cruciais para garantir cuidados seguros: identificação correta do paciente, melhoria da comunicação eficaz, segurança na prescrição e uso de medicamentos, cirurgias seguras, higiene das mãos e redução de quedas e lesões por pressão. A promoção de uma assistência segura depende de treinamentos e ações educativas que estimulem a notificação de eventos adversos e a adoção de uma cultura de aprendizado e segurança. Este estudo teve como objetivo descrever a importância do trabalho conjunto do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), Núcleo de Educação Permanente (NEP) e Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) na gestão e promoção da segurança do paciente em um hospital privado de Natal/RN, destacando ações desenvolvidas desde 2022. O NEP realiza treinamentos periódicos em parceria com o SCIH e o NSP, promovendo práticas seguras; o NSP atua na notificação e tratativa de eventos adversos; e o SCIH foca na redução de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS). Com base nas metas de segurança do paciente, cada núcleo define metas e indicadores para melhorar a qualidade da assistência prestada. Os resultados apontaram maior adesão aos protocolos institucionais de segurança devido aos treinamentos mensais promovidos pelo NEP, além de um aumento nas notificações de eventos adversos, possibilitando melhorias nos processos assistenciais, lideradas pelo NSP. Quanto às IRAS, observou-se uma redução significativa na taxa anual, de 0,5 para 0,2, associada ao aumento da meta de adesão à higiene das mãos, que passou de 80% para 85%, alcançada pelos colaboradores. Conclui-se que a colaboração entre NEP, NSP e SCIH é fundamental para a melhoria contínua da assistência multiprofissional e para a implementação de um cuidado holístico e seguro, promovendo processos mais eficazes e maior qualidade na assistência ao paciente.

EDUCAÇÃO CONTINUADA EM HIGIENE DAS MÃOS: IMPACTO NA SEGURANÇA DO PACIENTE EM UM HOSPITAL PRIVADO

Wanesca Caroline Pereira, Jemima Rafaela Rodrigues de Medeiros, Jaciara Milena de Araújo,
Ruth Meyre de Freitas Fronival Lopes, Hércules Ricardson Daniel de Albuquerque Filho,
Emerson Luis Campelo de Oliveira, Alexandre Augusto de Medeiros Bacurau

A higiene das mãos, seguindo os cinco momentos estabelecidos pela ANVISA, é uma das práticas mais eficazes e acessíveis para prevenir a transmissão de doenças, além de ser a quinta meta de segurança do paciente. Nesse contexto, a educação continuada dos colaboradores torna-se essencial para assegurar a realização adequada da técnica, com o uso correto dos insumos, conforme os protocolos estabelecidos. Este estudo descritivo, do tipo relato de experiência, explora a relevância da educação continuada na promoção e manutenção da adesão à prática de higiene das mãos, com base em vivências de um hospital privado em Natal/RN. Desde 2022, o Núcleo de Educação Permanente (NEP), em parceria com o Serviço de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde (SCIRAS) e o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), realiza treinamentos mensais que incluem dinâmicas lúdicas para facilitar o aprendizado. A abrangência do treinamento foi ampliada para incluir todas as áreas, independentemente do contato direto com o paciente, promovendo uma cultura institucional de higiene das mãos. Os resultados demonstram o impacto positivo dessas iniciativas.

Em 2022, com uma meta inicial de 75% de adesão, os treinamentos elevaram consistentemente os índices, atingindo até 80% em vários meses. Em 2023, a meta foi aumentada para 80%, sendo superada mensalmente, alcançando 90% em três ocasiões ao longo do ano. Esse avanço reflete diretamente na redução da taxa de Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde (IRAS), que caiu de 0,5 em 2022 para 0,2 em 2023. Os dados comprovam que a adesão elevada à higiene das mãos contribui significativamente para a diminuição das infecções e para a segurança do paciente. Assim, conclui-se que a educação permanente sobre higiene das mãos é fundamental para a melhoria contínua dos indicadores de qualidade e para a redução de eventos adversos na assistência hospitalar, consolidando-se como uma prática indispensável para a promoção da segurança do paciente.

AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA CIRURGIA SEGURA E RESPONSABILIDADES ÉTICAS DA ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thaís Emanuelle Bomfim Aragão, Rejane da Conceição Pinto, Joice Oliveira Nascimento Batista,
Patrícia Figueiredo Marques Eder Pereira Rodrigues, Urbanir Santana Rodrigues,
Joseneide Santos Queiroz e Camila de Quadros Carvalho Brandão.

O protocolo de cirurgia segura é uma ferramenta essencial para a redução de agravos cirúrgicos, composta pelo termo de consentimento cirúrgico, o termo de consentimento anestésico e a Lista de Verificação de Cirurgia Segura (LVCS), também conhecida como checklist, que melhora o desempenho dos serviços cirúrgicos. Segundo a resolução COFEN 358/2009, a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) organiza e torna o trabalho da enfermagem mais eficiente, operacionalizando processos. Este estudo relata uma ação educativa direcionada a profissionais de saúde responsáveis pelo preenchimento do checklist de cirurgia segura em um hospital público, realizada como parte das atividades do estágio curricular supervisionado com ênfase na atenção hospitalar (ECS II) do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Desenvolvida com as equipes de enfermagem da clínica cirúrgica e do centro cirúrgico, a intervenção incluiu a apresentação de um caso clínico fictício sobre um óbito decorrente do preenchimento inadequado do checklist, conduzida de forma narrativa para dinamizar a interação. Os profissionais foram questionados sobre a causa da morte, os erros cometidos e suas repercussões, e participaram de uma chuva de ideias registradas em cartaz, apontando ações preventivas que poderiam mudar o desfecho. A discussão ressaltou as repercussões éticas para a enfermagem, destacando a responsabilidade compartilhada da equipe multiprofissional, embora os profissionais da clínica cirúrgica enfatizassem a influência do dimensionamento inadequado de pessoal. Ambas as equipes participaram ativamente, compartilhando vivências e reflexões éticas. A ação sensibilizou os profissionais sobre a importância do correto preenchimento do checklist, reforçando a comunicação como meio de reduzir erros na assistência ao paciente e prevenir penalidades, além de contribuir para a organização integrada entre clínica cirúrgica e centro cirúrgico.

INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS PARA MANIPULADORES DE ALIMENTOS EM UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes, Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Diva da Silva Gomes, Isabella de Oliveira Parente Martins, Chiara Rafaelli, Aline da Silva Cunha Sereno, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

A higienização inadequada das mãos é uma das principais vias de contaminação de alimentos, sendo capaz de transmitir agentes causadores de doenças transmitidas por alimentos (DTAs) e infecções gastrointestinais. Considerando a proteção à saúde dos consumidores, a correta lavagem das mãos desempenha papel essencial na prevenção da contaminação cruzada e é um princípio fundamental para a segurança alimentar em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN). No entanto, estudos indicam baixa adesão dos manipuladores de alimentos a essa prática, tornando necessário estimular sua conscientização e adesão. Este estudo avaliou o processo de higienização das mãos realizado pelos colaboradores de uma UAN no Rio de Janeiro e promoveu uma intervenção educacional para aprimorar o procedimento. Durante uma semana, observou-se a frequência e a forma de higienização das mãos pelos funcionários, identificando baixa adesão e inadequação no processo, realizado por tempo insuficiente. Como intervenção, realizou-se um treinamento de 30 minutos em três etapas: conscientização sobre a importância da higienização adequada e os riscos da inadequação, demonstração das etapas do procedimento eficaz e prática supervisionada pelos colaboradores. O treinamento foi repetido a cada 15 dias durante dois meses, nos períodos da manhã e tarde, para garantir a participação de toda a equipe. Ao final, verificou-se que todos os manipuladores de alimentos haviam memorizado e incorporado o procedimento adequado à rotina de trabalho. Conclui-se que treinamentos periódicos são essenciais para garantir a higiene pessoal dos profissionais, reduzindo o risco de transmissão de patógenos e promovendo maior segurança alimentar nas UAN.

O ESTUDANTE FRENTE À PROMOÇÃO DE SAÚDE NA PRÁTICA: PROJETO VIVÊNCIA EM SAÚDE COLETIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Ghustavo Guimarães da Silva, Alice Pfister Sarcinelli Almilhatti

Vivências em saúde coletiva em territórios diversos constituem dispositivos importantes para proporcionar aos estudantes uma experiência prática e formativa, permitindo a integração precoce no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e promovendo um aprendizado centrado nas peculiaridades do cliente. Este relato descreve a experiência do projeto de extensão *Vivência em Saúde Coletiva* da Universidade Federal do Espírito Santo. As atividades do projeto ocorrem em diversas

localidades do estado, envolvendo extensionistas do curso de odontologia, professores e públicos variados, incluindo populações indígenas aldeadas. As ações são adaptadas ao público-alvo, ao local de atuação e às demandas programadas. Para crianças e seus responsáveis, temas como cárie, dieta, irrupção dentária, escovação, traumatismo dentário e hábitos de sucção são abordados. Para adultos, os temas incluem prevenção de câncer bucal, higienização de próteses, bruxismo, cárie e dieta, utilizando recursos como macromodelos, teatro, slides, folders, higiene bucal supervisionada e exame intraoral. Na capacitação de Agentes de Saúde Indígena, os temas são escolhidos coletivamente, com a participação de professores de diversas áreas da saúde. Essas abordagens promovem intensa troca de experiências, conscientizando os participantes sobre a relevância e abrangência das ações de promoção da saúde. Além disso, inserem os estudantes precocemente no SUS, aprimorando suas competências em comunicação, empatia, trabalho em equipe, postura multidisciplinar e proatividade. As atividades são realizadas em escolas, no Hospital Universitário, em aldeias indígenas e em parceria com municípios e outras instituições públicas e privadas. Os participantes demonstram grande interesse nas informações em saúde, enquanto os estudantes se beneficiam de uma formação ampla, protagonizando as ações, planejando e executando atividades, e desenvolvendo um perfil generalista, sensível às diversas realidades e capacitado para ir além das habilidades técnicas.

NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA: RELATO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Douglas Henrique Stein, Juliana Portela de Oliveira, Andressa da Silveira,
Tamara Probst, Gabrielli Maria Hupples, Keity Laís Siepmann Soccol

A educação em saúde busca conscientizar as pessoas sobre a responsabilidade pelo cuidado com a própria saúde, promovendo hábitos saudáveis e incentivando comportamentos preventivos. Quando integrada ao cotidiano das instituições de ensino, contribui para um estilo de vida mais saudável e melhora a compreensão de conhecimentos e habilidades, além de influenciar positivamente a permanência e o sucesso dos estudantes, associando saúde e qualidade de vida. Este relato aborda as atividades desenvolvidas no Núcleo de Estudo e Pesquisa Criança, Adolescente e Família (NEPCAF), vinculado a um projeto de ensino de uma universidade pública no Sul do Brasil, envolvendo alunos de graduação em Enfermagem e pós-graduandos em nível de mestrado. Desde 2018, o núcleo promove ações de ensino, pesquisa e extensão, com foco nas atividades realizadas em 2023. O NEPCAF coordena projetos como “Tecnologias como possibilidades para o cuidado de crianças e adolescentes com necessidades especiais de saúde” e “Círculos de Cultura para educação em saúde de crianças e adolescentes na escola”, reunindo 11 graduandos, cinco pós-graduandas e uma professora orientadora. Os encontros quinzenais do grupo promovem discussões, leituras de artigos e elaboração de materiais para sustentar as ações em três escolas públicas, além de uma unidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com atividades voltadas para crianças, adolescentes e jovens. Em 2023,

o núcleo abordou temas como cuidado, autocuidado, higiene, saúde, sexualidade, violência (física, verbal, psicológica e sexual), mitos e tabus da adolescência, buscando impactar a vida dos alunos por meio de debates e reflexões. As atividades, alinhadas às demandas do território, promovem um cuidado humanizado e respeitam a subjetividade e os valores individuais, incentivando a busca pelo conhecimento científico. As ações do NEPCAF fortalecem a integração entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a criação de vínculos com a comunidade e promovendo o crescimento profissional dos estudantes, ao mesmo tempo em que impactam positivamente os territórios atendidos e as práticas de saúde coletiva.

MANEJO DO PACIENTE COM SUSPEITA DE DENGUE EM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO INTEIRO PARAENSE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Larissa Silva Barreto de Araújo, Yasmim Luana Andrade Rodrigues, Agliely Gomes Pereira, Mara Mikaelly Santos da Silva, Enzo Kaique da Silva Lopes, Juliana Farias Vieira, Franciane de Paula Fernandes

A dengue, parte do grupo das arboviroses, é causada por vírus transmitidos por vetores artrópodes, sendo, no Brasil, o principal transmissor a fêmea do *Aedes aegypti*. Esse mosquito, que pica durante o dia e se prolifera em locais com água parada, contribuiu para os mais de 1,8 milhões de casos de dengue registrados no país em 2024, conforme dados do Painel de Arboviroses do Ministério da Saúde. O monitoramento da doença depende da notificação dos casos suspeitos, sendo essencial para evitar epidemias. Nesse contexto, o enfermeiro é figura-chave na Atenção Primária à Saúde (APS), realizando o primeiro atendimento, coleta de dados, anamnese, orientações sobre sinais de alarme, medicamentos contraindicados e hidratação. Este relato de experiência descreve o manejo de um caso suspeito de dengue em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), realizado por acadêmicos de enfermagem do 10º semestre de uma instituição pública no Pará, em 2024. Durante o estágio supervisionado, os estudantes atenderam uma paciente consciente e orientada, que relatava sintomas como febre, cefaleia, algias, vertigem, dor visceral e orbital. A prova do laço foi negativa, e o swab nasal para COVID-19 resultou não reagente. Ao exame físico, a paciente apresentava tórax simétrico, bulhas cardíacas normofonéticas, murmúrios vesiculares presentes e dor à palpação abdominal no flanco direito, com fígado palpável a 2 cm do rebordo costal. O manejo incluiu prescrição de dipirona 500 mg, soro de reidratação oral, orientações sobre hidratação e sinais de alarme, além da solicitação de sorologia para dengue, PCR e hemograma. A experiência evidenciou a relevância do enfermeiro no manejo de casos suspeitos, prevenindo agravamentos e óbitos, além de reduzir a sobrecarga nos níveis secundários e terciários de atenção. Apesar dos avanços, o estudo destaca a necessidade de maior integração entre as autoridades municipais de saúde e as instituições de ensino superior para esclarecer fluxos de atendimento ainda desarmônicos.

ATENÇÃO DE ENFERMAGEM FRENTE À INSCRIÇÃO TARDIA DE PRÉ-NATAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Agliely Gomes Pereira, Mara Mikaelly Santos da Silva, Yasmim Luana Andrade Rodrigues, Larissa Silva Barreto de Araújo, Enzo Kaique da Silva Lopes, Juliana Farias Vieira, Franciane de Paula Fernandes

O pré-natal é essencial para garantir o desenvolvimento saudável da gestação e reduzir riscos no parto, além de englobar avaliação psicológica e educação em saúde. Recomenda-se que as gestantes iniciem o pré-natal até a 12ª semana, e o enfermeiro desempenha papel fundamental na Atenção Primária à Saúde, promovendo acolhimento, humanização, acompanhamento e assistência qualificada. Este relato descreve o atendimento a uma gestante com inscrição tardia no pré-natal, realizado por acadêmicos do 10º semestre de Enfermagem durante estágio supervisionado em saúde coletiva em uma Unidade de Saúde da Família no interior do Pará. A usuária apresentou-se consciente, orientada e colaborativa, com 31 semanas e 6 dias de gestação, tendo descoberto a gravidez aos cinco meses, após um ultrassom, sem sintomas perceptíveis além de amenorreia. Relatou luto pela perda da mãe e um acidente recente que resultou em cirurgia no membro inferior, fatores que contribuíram para a percepção tardia da gravidez. Apresentava queixa de pirose, histórico obstétrico de cinco partos, um descolamento de placenta em cesárea anterior e antecedentes familiares de hipertensão, diabetes e gemelaridade. Ao exame físico, constatou-se abdome gravídico com altura uterina de 35 cm, apresentação cefálica, batimentos cardíacos de 152 bpm, edemas moderados em extremidades e curativo extenso em membro inferior. Testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites B e C foram não reagentes, sendo prescritos sulfato ferroso e hidróxido de alumínio para controle da pirose, e solicitados exames do primeiro trimestre e ultrassom obstétrico. A paciente foi orientada sobre a importância do pré-natal, acompanhamento psicológico e odontológico, atualização vacinal, cuidados com as mamas, alimentação saudável, hidratação e sinais de alarme, com retorno agendado a cada 15 dias. Essa experiência evidenciou a importância da escuta ativa e respeitosa para estabelecer confiança, incentivando hábitos saudáveis e promovendo a conscientização sobre os benefícios do acompanhamento pré-natal precoce e regular. A educação em saúde é essencial para capacitar gestantes, reduzir complicações e assegurar uma gravidez saudável e segura, fortalecendo a saúde materno-infantil.

SUSTENIDO: INTERLOCUÇÕES ENTRE CULTURA E SAÚDE

Jessye Melgarejo do Amaral Giordani, Orlando Luiz do Amaral Júnior, Maria Laura Braccini Fagundes

Este relato de experiência descreve uma atividade de inserção da cultura e da arte no pensar e fazer saúde, realizada na Universidade Federal de Santa Maria, com base nos referenciais teóricos de Paulo Freire e Gastão Campos. Compreendendo que cultura, saúde e ensino estão intrinsecamente ligados, a proposta busca uma abordagem integral e democrática no cuidado em saúde, valorizando o patrimônio técnico e cultural de profissionais e usuários. Essa perspectiva incentiva a reflexão crítica, a participação ativa e a transformação social. A atividade consistiu em uma roda de integração no

horário de saída do almoço do restaurante universitário, com a participação de quatro estudantes de música que apresentaram um repertório de violão e voz. Duas estudantes convidadas relataram suas histórias de vida: uma doutoranda cubana em Odontologia e uma graduanda em Terapia Ocupacional que ingressou na universidade após se aposentar como professora estadual. Três professores de saúde coletiva do curso de Odontologia orientaram a atividade, cuja temática abordou trajetórias de estudo e contextos de vida nas instituições públicas, com ênfase nas formações voltadas para o Sistema Único de Saúde (SUS) e as comparações com sistemas de saúde de outros países. Com duração de uma hora e trinta minutos, a atividade intercalou música e relatos, promovendo um espaço aberto para participação. Notou-se grande interesse pela temática e pela forma como a música foi utilizada para estabelecer vínculos. A experiência gerou reflexões, acolhimento e conexões entre os participantes, particularmente os estudantes, e destacou o potencial transformador da relação entre arte, saúde e ensino. A música, como metodologia ativa no ensino-aprendizagem, demonstrou-se capaz de engajar, motivar e promover envolvimento emocional, desenvolvimento cognitivo, criatividade, inclusão e integração multidisciplinar. Essa abordagem enriquece a formação em saúde ao superar um modelo tecnicista e oferecer uma vivência mais dinâmica e inclusiva, reforçando o direito à diversidade e a importância da educação permanente em saúde como processo contínuo e envolvente.

VIVÊNCIAS INTERPROFISSIONAIS E REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO EM SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Miriam Jeus Cruz, Ana Lidia de Santana dos Santos, Mércia Pereira Sousa, Amanda Santos Santana, Jassielle Couto Figueiredo Matos, Rafael Ferreira de Sales, Elaine Andrade Leal Silva, Ana Clara Barreiros dos Santos

A área da saúde, com sua dinâmica ampla e complexa, desafia continuamente os profissionais a se aperfeiçoarem. Nesse contexto, a Educação Interprofissional em Saúde (EIP) mediada por vivências emerge como uma estratégia essencial na formação, promovendo a troca de experiências, conhecimentos e perspectivas entre diferentes especialidades. Tal interação enriquece a compreensão coletiva e transcende fronteiras tradicionais de atuação, fomentando uma abordagem integrada, holística e sensível às diversidades socioculturais, econômicas e raciais. Essa abordagem amplia a capacidade de oferecer cuidados personalizados, atendendo às particularidades de cada indivíduo e comunidade, e reforça a colaboração interprofissional. Este relato descreve uma vivência interprofissional realizada no componente “Educação e Prática Colaborativa Interprofissional” do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no segundo semestre de 2023, com a participação de estudantes de enfermagem, medicina e psicologia. A prática foi estruturada em três momentos: inicialmente, os alunos analisaram um relato de caso que simulava uma vivência interprofissional com atenção centrada no paciente. Em seguida, realizaram uma simulação em pequenos grupos, assumindo papéis de profissionais de saúde e usuários para identificar e resolver problemas. Por fim, apresentaram reflexões em sala de aula sobre as atribuições de equipes interprofissionais e a importância do cuidado centrado no paciente. A vivência revelou-se uma estratégia enriquecedora, permitindo aos estudantes compartilhar conhecimentos, perspectivas

e experiências. Durante a simulação, destacaram a relevância da atenção centrada no paciente e da abordagem integrada nos cuidados de saúde. A discussão colaborativa após a prática promoveu o desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe e a resolução de problemas. A apresentação final consolidou os aprendizados, reforçando a compreensão das atribuições interdisciplinares e o impacto da assistência humanizada e centrada na pessoa. Conclui-se que atividades simuladas interprofissionais são eficazes na formação em saúde, aprimorando comunicação, compartilhamento de conhecimentos e a compreensão do cuidado centrado no paciente. Tais práticas preparam os estudantes para enfrentar desafios do sistema de saúde com sensibilidade, competência e foco na colaboração, destacando a EIP como uma abordagem inovadora e essencial.

A IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS SAÚDE COLETIVA I, II, III E IV NO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa de Brito Ferreira Falcão, Mariana Toniolli de Freitas, Isis Mytieê Pimentel Barros, Thayla Yasmin Uchôa de Oliveira, Liz da Costa Soares Moraes

Atualmente, a atuação do médico vai além do objetivo de curar doenças, exigindo conhecimento aprofundado sobre a saúde no contexto socioeconômico e político-ideológico das comunidades, de forma a combater desigualdades e promover o bem-estar da população. Nesse sentido, as disciplinas Saúde Coletiva I, II, III e IV, presentes na matriz curricular do curso de Medicina da Universidade Federal do Amazonas, desempenham um papel fundamental ao formar médicos comprometidos com a responsabilidade comunitária e a promoção da saúde. Inseridas no eixo temático “Saúde e Sociedade”, essas disciplinas abrangem desde os determinantes sociais e divisões das Redes de Atenção à Saúde (RAS) até a gestão hospitalar, articulando-se para oferecer uma visão abrangente do processo saúde-doença e das ciências sociais aplicadas à saúde. Além disso, abordam questões contemporâneas como saúde indígena, ribeirinha, quilombola, acolhimento de refugiados e outras comunidades amazônicas, promovendo a identificação e participação ativa na resolução de problemas prevalentes na região. Saúde Coletiva II aprofunda a compreensão da relação médico-paciente no contexto social e da estrutura das políticas públicas de saúde no Amazonas. Já Saúde Coletiva III foca na atenção primária à saúde e na Estratégia Saúde da Família, essenciais para médicos recém-formados no Sistema Único de Saúde (SUS). Por sua vez, Saúde Coletiva IV integra práticas de vigilância e gestão em saúde na atenção básica, consolidando conhecimentos em epidemiologia e outros campos indispensáveis à prática médica. As vivências proporcionadas por essas disciplinas evidenciam sua relevância para a formação do médico-cidadão no Amazonas, uma região marcada por especificidades socioeconômicas. Esse aprendizado permitiu romper paradigmas, ampliando o conhecimento sobre saúde no contexto sociocultural amazônico e promovendo a formação de profissionais mais humanos. Conclui-se, assim, que essas disciplinas oferecem uma contribuição social inestimável ao estado do

Amazonas, ao prepararem médicos conscientes das particularidades dos usuários dos serviços de saúde e dos princípios e funcionamento do SUS.

PREPARANDO PARA A VIDA: CURSO PRÉ-NATAL EM COMUNIDADE DE BAIXA RENDA

Gisele Aparecida Costa Silva, Nathalia Cristina Costa e Silva

O Pré-Natal é um período fundamental que antecede o nascimento da criança, no qual um conjunto de ações voltadas à saúde individual e coletiva das gestantes busca assegurar qualidade e resolutividade durante todo o processo, garantindo seus direitos. Nesse contexto, o minicurso de pré-natal “Gestar com Amor: um olhar para o futuro” foi desenvolvido para gestantes, puérperas, lactantes e casais em planejamento familiar de um bairro de baixa renda em Curvelo (MG), visando reverter indicadores perinatais desfavoráveis. O objetivo foi capacitar o público-alvo por meio de informações abrangentes, promovendo uma visão positiva da experiência pré-natal, orientando sobre sinais de complicações, fornecendo práticas úteis e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Realizado em encontros mensais na Estratégia de Saúde da Família (ESF) ao longo de seis meses, o minicurso abordou temáticas relacionadas ao período gravídico-puerperal com a participação de profissionais de diferentes áreas, que ministraram palestras humanizadas e realizaram dinâmicas interativas, abrangendo aspectos físicos, mentais, emocionais e financeiros da preparação para a chegada de um bebê. A adesão ao curso refletiu-se em maior conscientização das participantes sobre a importância dos cuidados médicos e o seguimento de orientações, resultando em melhor gestão da saúde durante o período pré e pós-parto. As famílias beneficiaram-se de uma rede de apoio sólida, que fomentou a troca de experiências, suporte mútuo e bem-estar geral. Além disso, as sugestões e feedbacks obtidos possibilitaram melhorias nos serviços de saúde oferecidos pelo ESF, tornando-os mais eficazes e acessíveis. Assim, o minicurso promoveu não apenas a disseminação de práticas saudáveis e uma cultura de cuidados pré-natais adequados, mas também o aprimoramento do sistema de saúde, contribuindo para uma assistência de qualidade e a promoção da saúde na comunidade.

AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL DA EFETIVIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA SALTA-Z A PARTIR DE UM RECORTE EM QUATRO MACRORREGIÕES DO BRASIL

Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado, Milena Manhães Rodrigues,
Paulo Rubens Guimarães Barrocas, Jaime Lopes da Mota Oliveira, Mariana Vitali

O acesso à água é um direito universal e integra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para a Agenda 2030. Sua escassez impacta diretamente diversas áreas da sociedade, desde a

saúde das populações até a qualidade de vida. No Brasil, a maior parte da população sem acesso a fontes seguras de água está em áreas rurais ou territórios tradicionais, caracterizados por habitações remotas e distantes de centros urbanos. Entre os fatores que dificultam esse acesso estão a inviabilidade de instalação de sistemas convencionais de tratamento e distribuição devido à dispersão das residências, a falta de conhecimento sobre tecnologias disponíveis, a carência de pessoal qualificado e o baixo investimento público na aquisição de materiais e insumos. Uma alternativa para superar esses desafios foi desenvolvida em 2009 pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Pará (Suest/PA - Funasa): a “Solução Alternativa de Tratamento de Água por Zeólita» (SALTA-z), uma tecnologia coletiva de fácil instalação e operação destinada a pequenas comunidades. Para avaliar a efetividade da implementação da SALTA-z, foi realizada uma pesquisa qualitativa envolvendo atores e comunidades de quatro macrorregiões brasileiras com distintos contextos e níveis de adesão à tecnologia. A metodologia incluiu levantamento documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com 50 participantes, entre eles servidores da Funasa, gestores municipais, agentes comunitários de saúde, operadores da tecnologia e líderes comunitários, entre abril e dezembro de 2020. O estudo evidenciou impactos positivos, desafios operacionais e adequações sociotécnicas adaptadas às condições de cada território. A adesão ao projeto mostrou-se vinculada ao pertencimento local e à percepção da escassez de água, destacando a influência da identidade cultural nos processos de educação, mobilização e participação social. Nesse contexto, abordagens psicossociais, dialógicas e inclusivas revelaram-se essenciais para o engajamento efetivo na adoção de tecnologias como a SALTA-z. Além de contribuir para a produção científica no campo da saúde ambiental, o estudo propõe a elaboração de um protocolo simplificado para pesquisas qualitativas, favorecendo a análise contínua da efetividade e gestão de tecnologias de tratamento de água, colaborando, assim, com a meta de universalizar o acesso à água potável no Brasil.

AS POTENCIALIDADES DO MÓDULO DE PRECEPTORIA DA RESIDÊNCIA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA CIDADE DE MANAUS

Thiago Gomes Holanda Neri, Anike Ramos Rodrigues, Barbara Seffair de Castro de Abreu, Bruna de Moura Moraes, Carla de Oliveira Maia, Clara Guimarães Mota, Isa Carolina Gomes Felix, Isabela do Nascimento Gomes, Rebeca Brasil da Silva

As residências médicas desempenham um papel essencial na formação especializada de médicos, sendo a residência em Medicina de Família e Comunidade pioneira em processos educacionais e no fortalecimento da Atenção Básica brasileira, com reflexos positivos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse cenário, o módulo de preceptoria é central, ao integrar residentes como preceptores de internos de medicina, promovendo uma articulação entre especialização e docência, além de incentivar mais profissionais a ingressarem como preceptores após a conclusão de sua formação. Este

relato descreve a experiência de residentes em Medicina de Família e Comunidade atuando como preceptores de internos na Unidade de Saúde da Família Desembargador Fábio do Couto Valle, no bairro Jorge Teixeira, em Manaus, entre 01 de março e 26 de abril de 2024. Três residentes do segundo ano do programa de residência, vinculado à Escola de Saúde Pública de Manaus, receberam três internos do curso de medicina da Universidade do Estado do Amazonas, distribuídos entre as Estratégias de Saúde da Família (ESF) 180, 181 e 182. O planejamento das atividades incluiu a definição de nove temas a serem abordados em seis semanas, com objetivos, metodologias e regras pré-estabelecidas, além da elaboração de um contrato didático inicial. A integração dos internos começou em 04 de março, com apresentação dos setores da unidade, definição conjunta de metas e identificação de forças e oportunidades dos educandos. Durante o estágio, os internos participaram de consultas médicas e de enfermagem, grupos de discussão e projetos comunitários, como a horta comunitária, vivenciando o potencial resolutivo da Atenção Básica dentro da rede de saúde. Para os residentes, a preceptoria permitiu a aplicação de metodologias ativas, utilizando casos clínicos como ponto de partida para discussões e consolidação do aprendizado. Ao final do módulo, os internos elaboraram um ecomapa da unidade e apresentaram uma avaliação final das atividades realizadas. A experiência evidenciou-se como um catalisador para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas nos residentes, promovendo uma relação horizontal de aprendizado e preparando-os para futuras turmas. Sobretudo, destaca-se como um exemplo de educação em saúde que contribui para o fortalecimento do SUS.

FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÁTICAS INOVADORAS PARA A QUALIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE NO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (ES)

Alexandre de Oliveira Fraga, Ana Clara Fraga, Caique dos Santos Pereira, Ednéa Harckbart, Gilmara Gomes da Silva Sarmento, Mariana Pereira Monteiro, Maristella Zamborlini Macedo

O Projeto Práticas Inovadoras para a Qualificação da Participação Social em Saúde, fruto da parceria entre o Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo (CES) e o Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), foi criado para qualificar as ações do CES, fortalecendo o controle social sobre as políticas de saúde por meio de comunicação, pesquisa e educação permanente. Além disso, o projeto busca apoiar os Conselhos Municipais, promovendo a consciência democrática, garantindo direitos sociais e ampliando a participação popular, ao mesmo tempo em que reafirma o caráter deliberativo dos conselhos de saúde. Entre os principais objetivos alcançados destacam-se: a qualificação da participação social na formulação, gestão e controle das políticas públicas de saúde; o fortalecimento dos conselheiros como representantes da sociedade; o desenvolvimento de estratégias para intercâmbio de experiências sobre o controle social no Sistema Único de Saúde (SUS); e a inserção de ferramentas de comunicação que democratizam o acesso às

discussões do CES. Para atingir tais metas, o projeto realizou pesquisas que subsidiaram debates nas Comissões e Comitês Intersectoriais do CES, promoveu atividades sobre temas relevantes para a saúde do Espírito Santo, capacitou conselheiros e atores sociais e desenvolveu um plano de comunicação voltado à divulgação das ações dos conselhos por meio de redes sociais. Em 2023, os resultados foram expressivos: 252 conselheiros e atores sociais capacitados, 21 relatórios, minutas e pareceres elaborados, 2.190 postagens alimentando redes sociais como Instagram, Facebook e YouTube, além de 90 cards e apresentações produzidos para atividades do CES. O projeto também se destacou com a realização de duas pesquisas e projetos de inovação, incluindo a pesquisa “Participação Social no Estado do Espírito Santo”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Vila Velha. Apesar dos avanços, o projeto enfrenta o desafio contínuo de garantir que os conselhos de saúde sejam espaços efetivamente democráticos, onde as demandas da população sejam ouvidas e priorizadas, e que os conselheiros cumpram seu papel fiscalizador, promovendo políticas públicas alinhadas aos interesses sociais.

DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA NA 10ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE (ES)

Gilmara Gomes da Silva Sarmento, Alexandre Fraga, Ana Clara Fraga, Caique dos Santos Pereira, Edinéia Harckbart, Mariana Monteiro, Maristella Zamborlini Macedo

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa sobre a participação social em saúde, realizada durante a 10ª Conferência Estadual de Saúde do Espírito Santo, em 2023. Tem como objetivo discutir os desafios para consolidar as instâncias participativas e de controle social na saúde como espaços efetivos para a garantia do direito à saúde. Para isso, foram utilizados instrumentos quantitativos e qualitativos na coleta de dados, como questionários aplicados às delegadas e delegados e observação participante durante o processo da conferência. A combinação desses métodos permitiu reunir e contrastar informações que evidenciaram contradições nas práticas sociais nessas instâncias, comprometendo o exercício pleno da participação e do controle social. Entre os desafios identificados estão processos eleitorais falhos ou enviesados, vulnerabilidade econômica e a ausência de dispensa das atividades laborais, além de horários e locais incompatíveis com a realidade dos segmentos populares e insuficientes oportunidades formativas. Esses fatores atuam como desmobilizadores, enfraquecendo o engajamento, a diversidade de opiniões e a qualidade das contribuições. A pesquisa revelou que a presença de setores populares, embora vista como um avanço inclusivo, pode mascarar um frágil equilíbrio entre inclusão e empoderamento, refletido na baixa influência desses atores nas discussões e decisões sobre políticas de saúde. Os dados demonstraram que a presença numérica não necessariamente se traduz em impacto significativo, sendo crucial avaliar como essas participações resultam na formulação de pautas alinhadas às vulnerabilidades dos grupos representados. Na conferência, por exemplo, apesar da

presença majoritária de mulheres e pessoas autodeclaradas negras, apenas cerca de dez das 205 propostas tratavam, de forma genérica, das questões de saúde desses grupos. Isso indica que a consolidação de uma participação social equitativa e comprometida com a promoção da equidade requer investimentos em reflexões críticas, autocríticas e ações concretas para eliminar iniquidades econômicas, sociais e políticas dentro dessas instâncias participativas.

ELABORAÇÃO DE GENOGRAMA E ECOMAPA DE UMA FAMÍLIA ATÍPICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Felipe Rodrigues Moreira, Mayara Carolina Cañedo, Edimilson Ricarte da Silva, Josilene de Jesus Nogueira da Silva Martins, Marines Alves dos Santos, Nathally Carolini Dalto Rosa, Katia Santos da Silva Guimarães

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos pais após o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) dos filhos, muitos relatam experiências transformadoras em seus papéis de mãe e pai, tornando-se mais tolerantes, pacientes e mantendo amor, compreensão e carinho pelas crianças. Este estudo teve como objetivo avaliar uma família atípica por meio da aplicação do genograma e do ecomapa. Trata-se de um relato de caso realizado com uma mãe e suas duas filhas com TEA nível 1 de suporte, atendidas em abril de 2024 na clínica escola de uma faculdade particular em Dourados, Mato Grosso do Sul, durante a disciplina de Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente. A participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O caso envolveu M, de 36 anos, e suas filhas: F1, de 11 anos, e F2, de 5 anos. Foram realizados dois encontros com a mãe e as meninas, incluindo observação participante e entrevista. O diagnóstico das filhas foi obtido em dezembro de 2021, sendo que F1 apresentava atraso na fala, escrita, leitura, dificuldades de socialização, rigidez comportamental, seletividade alimentar e atraso no desenvolvimento motor fino e grosso. Apesar de já estar em acompanhamento com fonoaudióloga e psicóloga, o diagnóstico de F1 foi tardio devido ao “masking” e às aulas online, sendo obtido após recomendação da escola para avaliação neuropediátrica e neuropsicológica. Atualmente, F1 realiza acompanhamento com terapeuta ocupacional e psicopedagoga, além de participar de equoterapia, aulas de violão, natação e basquete, embora mantenha vínculos sociais restritos. F2, por sua vez, também é acompanhada por fonoaudióloga, psicóloga e terapeuta ocupacional, além de fazer aulas de violão, mas ainda não encontrou interesse em esportes após tentar balé, judô e tênis. Ambas fazem uso de 1 mg de risperidona ao dia. Os pais possuem apoio da avó materna como principal rede de suporte. A mãe relatou que o diagnóstico de TEA nas filhas promoveu mudanças pessoais significativas, sendo o diagnóstico de F1 essencial para identificar e tratar precocemente F2 e dois primos paternos. Por meio do genograma e ecomapa, foi possível identificar a prevalência de TEA na família, os impactos do diagnóstico no contexto parental e a rede de apoio intra e extrafamiliar, aprofundando o entendimento da dinâmica familiar e facilitando diagnósticos e intervenções de enfermagem.

PROPRIEDADES BIOLÓGICAS DO CUBIU - FRUTO AMAZÔNICO UTILIZADO PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS EM BUSCA DE UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL: UMA REVISÃO

Graziela Moro Meira, Nathália Cardoso de Afonso Bonotto, Débora Luisa Filipetto Pulcinelli, Maria Eduarda Chelotti, Ana Laura Kerkhoff Escher, Isabella Amaral Breidenbach, Bárbara Osmarin Turra, Fernanda dos Santos Trombini, Fernanda Barbisan

O cubiu, também conhecido como Maná-cubiu, tomate de índio, Maná e cocona, é um fruto nativo da América Andina, introduzido na Amazônia pelos povos pré-colombianos. Pertencente à família Solanoaceae, com o nome científico *Solanum sessiliflorum* Dunal, o fruto é amplamente utilizado como alimento pelas populações ribeirinhas e na medicina tradicional, principalmente para o tratamento de feridas cutâneas e no controle de colesterol, ácido úrico, glicose e triglicerídeos. Este estudo teve como objetivo investigar, por meio de revisão bibliográfica, as propriedades biológicas do cubiu comprovadas cientificamente. A revisão foi conduzida com base em artigos científicos publicados na base PubMed (MEDLINE) entre 1991 e 2022, utilizando o descritor *Solanum sessiliflorum*. Foram incluídos artigos em inglês que abordassem as propriedades biológicas do fruto, como suas capacidades antioxidante, anti-inflamatória, antitumoral, anti-citotóxica e cicatricial, excluindo estudos sobre composição mineral, cultivo e análises físico-químicas em diferentes condições. Dos 12 artigos encontrados, 8 atenderam aos critérios de inclusão. Entre as propriedades biológicas relatadas, o efeito antioxidante foi o mais frequente, seguido por atividades antitumorais, anti-inflamatórias, anti-citotóxicas, anti-hiperlipidêmicas, cicatriciais e de fitorremediação. Tais propriedades estão associadas à composição química do fruto, que inclui carotenoides, como o β -caroteno, compostos fenólicos, como os ácidos clorogênico, caféico, gálico, ferúlico e p-cumárico, e flavonoides de alto poder antioxidante, como catequina, quercetina e rutina. Apesar das limitações metodológicas dos estudos revisados, os resultados sustentam o uso tradicional do cubiu na medicina ribeirinha. Contudo, mais pesquisas experimentais são necessárias para elucidar os mecanismos causais de suas propriedades biológicas.

METODOLOGIAS ATIVAS E PRÁTICAS INOVADORAS NA TUTORIA DE ENFERMAGEM NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Lícia Marques Vidal, Tais Carneiro Magnavita, Karlla Christina de Albuquerque Bispo, Rita de Cássia de Souza Nascimento

O Programa de Residência Multiprofissional Regionalizado em Saúde da Família (PERMUSF) fundamenta-se em políticas públicas de saúde que priorizam a formação de profissionais para

o Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na integralidade do cuidado e no fortalecimento da Atenção Primária. Nesse contexto, os residentes, integrados em equipes multiprofissionais, planejam intervenções para minimizar problemas identificados nos territórios em que atuam. O processo de ensino-aprendizagem ocorre em pequenos grupos, mediado por tutores em uma ação dialógica que promove reflexões críticas sobre as vivências cotidianas, produzindo novos saberes e práticas e integrando ensino, serviço e comunidade. Este trabalho descreve práticas inovadoras de tutoria em Enfermagem no interior da Bahia, realizadas desde março de 2023. A tutoria, organizada por categoria profissional, envolve 12 residentes e 3 tutoras, com reuniões mensais virtuais para discutir temas como práticas multiprofissionais, dificuldades nos serviços e sugestões de melhoria. As reuniões são iniciadas com um texto disparador, escolhido por um residente, que orienta reflexões e discussões sobre experiências individuais e coletivas. Os módulos de aprendizagem, baseados em uma matriz de competências, utilizam questões disparadoras para abrir fóruns de discussão assíncronos em um ambiente virtual, favorecendo a aprendizagem significativa e colaborativa. Entre os temas abordados estão educação em saúde, humanização e clínica ampliada. Essa abordagem tem promovido trocas enriquecedoras de saberes entre residentes de diferentes municípios, além de contribuir para a construção de projetos de intervenção que transformam as realidades locais e constituem os Trabalhos de Conclusão da Residência. A experiência destaca-se por alinhar o aprendizado em serviço com a prática multiprofissional, reforçando a formação de trabalhadores para o SUS com competências que fortalecem a Atenção Primária. Assim, evidencia-se como uma prática inovadora, relevante e integradora, beneficiando residentes, tutores, trabalhadores e comunidades.

É NAS ENCRUZILHADAS ENCONTRAMOS RESISTÊNCIAS, EMANCIPAÇÕES E MORTES: SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E SUAS POLÍTICAS

Iverson Luan Ferreira Araújo, Luiz Paulo Ribeiro

Esta pesquisa aborda a saúde da população negra, explorando a resistência, a luta, os enfrentamentos e o impacto do racismo no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, com foco na construção de políticas públicas de saúde voltadas para essa população. A saúde da população negra é atravessada por desigualdades e iniquidades, com destaque para o racismo institucional, que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é um dos determinantes sociais do adoecimento e mortalidade dessa população. Apesar disso, a história brasileira é marcada por lutas e resistências pela garantia do direito à saúde e outros avanços significativos. A análise proposta se inspira no provérbio *sankofa*, que simboliza a importância de resgatar o passado para construir o futuro, e tem como objetivo examinar, com base na literatura científica e empírica, a política pública brasileira para a saúde integral da população negra, seus avanços e os desafios enfrentados na garantia desse direito. A dissertação organiza-se em três capítulos: o primeiro, um ensaio historiográfico, traça a trajetória da saúde da população negra no Brasil desde o período colonial até 2006, com a aprovação da Política Nacional

de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), abordando políticas de morte, compensatórias e emancipatórias; o segundo capítulo reflete sobre o documentário da Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995, que impulsionou avanços significativos para os direitos da população negra, inclusive na saúde; o terceiro capítulo é uma revisão integrativa da literatura que analisa experiências do Sistema Único de Saúde (SUS) no enfrentamento do racismo institucional, apresentadas em um congresso brasileiro em 2022. Os resultados indicam que é possível enfrentar o racismo institucional e melhorar a saúde da população negra por meio de ferramentas metodológicas que viabilizam políticas emancipatórias coletivas. Além disso, reforçam a importância de discussões críticas e interseccionais para a promoção de uma saúde democrática e antirracista. A divulgação dessas experiências em diferentes instâncias contribui para mudanças concretas, a democratização da saúde e a implementação do antirracismo no SUS. Por fim, a pesquisa reafirma o potencial do conhecimento científico como catalisador de lutas e resistências, promovendo o acesso e o direito à saúde da população negra no Brasil.

AS SITUAÇÕES CLÍNICAS PREVALENTES EM USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Elaine Cristina Ferreira Ramos, Mariana Barbosa da Silva, Mirella Dias de Figueiredo,
Carolina Maria Motta Stoffel Barbosa, Hellen Roehrs, Alexandre Sousa da Silva,
Tais Veronica Cardoso Vernaglia, Helen Beatriz Ferreira Ramos

A saúde mental (SM) é mundialmente reconhecida como uma prioridade global, com os transtornos mentais figurando entre as principais causas de incapacidade em todo o mundo. No entanto, os investimentos na saúde mental, incluindo a formação de recursos humanos, permanecem insuficientes para atender à crescente demanda. Essa situação é agravada pelo acesso desigual aos serviços de saúde, frequentemente marcado pelo estigma, o que intensifica desigualdades sociais e vulnerabilidades em grupos específicos. Assim, pessoas com transtornos mentais tornam-se particularmente suscetíveis a doenças evitáveis, devido à ineficiência das redes de cuidado disponíveis. Frente à relevância do tema, este estudo teve como objetivo identificar e descrever o perfil das situações clínicas de usuários do sistema de saúde em serviços especializados de SM. Para tanto, foi realizada uma revisão de escopo seguindo as recomendações do Joanna Briggs Institute (JBI), com buscas nas bases CINAHL, BVS e PUBMED/MEDLINE, resultando em 5.858 publicações, das quais 23 foram incluídas no estudo. A análise descritiva e de conteúdo identificou seis categorias temáticas principais: doenças cardiovasculares, doenças do sistema nervoso central, doenças endócrinas, doenças oncológicas, doenças infectocontagiosas e comorbidades. Os estudos revelam que pessoas com transtornos mentais são mais vulneráveis ao adoecimento, com destaque para a prevalência de doenças cardiovasculares e comorbidades. No entanto, há uma lacuna significativa sobre os tipos de intervenções clínicas utilizadas nesses casos. A partir dessa análise, evidencia-se a importância de traçar o perfil clínico dos usuários de serviços especializados de SM, abordando prevalência, características e possíveis desfechos. Sem essas informações, torna-se difícil planejar e implementar estratégias eficazes para enfrentar as situações clínicas nos serviços de SM em diferentes contextos.

PARTICIPAÇÃO POPULAR EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Geovana Pinheiro Carvalho, Bianca de Oliveira Araújo, Livia Alves Pereira

A participação popular é um princípio fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 8.142/1990, que instituiu os Conselhos de Saúde (CS) como espaços de gestão participativa e controle social nas três esferas de governo. Nesse contexto, os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) destacam-se como instrumentos de fortalecimento da democracia participativa, especialmente ao integrar a sociedade civil no controle social das políticas públicas de saúde em nível municipal. Esses espaços permitem que a população atue diretamente no enfrentamento de lacunas do setor, funcionando como elos essenciais para o aprimoramento do SUS. Este relato descreve a experiência de uma acadêmica de Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) ao participar de uma reunião do CMS de Feira de Santana-BA, ocorrida em 4 de outubro de 2023, que abordou temas como o piso salarial da enfermagem, a judicialização da saúde e a necessidade de maior representação popular nas deliberações. Observou-se o protagonismo de representantes de instituições populares na defesa de pautas prioritárias, como a implantação e o repasse do piso salarial para os profissionais de enfermagem, além do esclarecimento dos processos relacionados. Também emergiram discussões sobre a judicialização do acesso a serviços de saúde, com destaque para o relato de uma conselheira que representava usuários do SUS. Ademais, foi identificada a dificuldade de sindicatos em intervir nas deliberações da Secretaria Municipal de Saúde, evidenciando barreiras à participação popular. A experiência reforçou a importância dos CMS como espaços de cidadania e controle social, proporcionando um olhar diversificado e legítimo sobre os desafios da saúde pública. A atuação do CMS como campo de diálogo entre Estado e sociedade civil é essencial para potencializar o funcionamento do SUS, transcendendo o cumprimento legal e consolidando-se como ferramenta estratégica para a transformação social.

TRABAJO SOCIAL EN ATENCIÓN PRIMARIA: INTERVENCIONES, AVANCES Y RETOS

Marcos Antônio Resende da Silva

La lucha por la reforma sanitaria incorporó al ámbito de la salud las nociones de determinantes sociales que impactan directamente en el proceso salud-enfermedad de las personas. Como resultado, se ha ampliado la visión sobre el individuo, abordándolo de manera integral e incluyendo aspectos como la cultura, la sociabilidad, el ocio y el trabajo. En este contexto, el presente trabajo busca reflexionar sobre el papel del Trabajo Social en la Atención Primaria de Salud, sus intervenciones, avances y desafíos actuales. Aunque el Trabajo Social tiene raíces en la filantropía y la caridad, su inclusión en la asistencia sanitaria, iniciada en la década de 1930, estuvo centrada en educar a las personas

de forma individualizada, enfocándose en aspectos como el control de natalidad, las enfermedades infantiles y la higiene bucal. Este enfoque, sin embargo, reforzaba la naturalización de las condiciones de vulnerabilidad y culpabilizaba a los individuos, ignorando su contexto integral y dejando de lado la responsabilidad del Estado en la formulación de políticas públicas y sociales. En los 33 años desde la creación del Sistema Único de Salud (SUS), el Trabajo Social ha intensificado su compromiso con la integralidad y el acceso a la salud como derechos fundamentales establecidos tras la redemocratización, contribuyendo activamente al Movimiento de Reforma Sanitaria. Desde el Congreso de Virada en 1979, los trabajadores sociales han afirmado un Proyecto Ético-Político contra-hegemónico, enfocado en analizar la cuestión social y sus expresiones en el ámbito de la salud y más allá. La creación de Centros Ampliados de Salud de la Familia (hoy Equipos Multiprofesionales) marcó un avance para la profesión, destacando la importancia de la autonomía, los determinantes sociales y las intervenciones que fortalecen la continuidad de la atención. A pesar de estos avances, persisten retos significativos en la Atención Primaria, como la falta de comprensión del rol de los trabajadores sociales por parte de otros profesionales, su asociación con la caridad o la filantropía, la precariedad laboral y las tensiones entre las políticas del Sistema Único de Asistencia Social y el SUS. Sin embargo, el Trabajo Social en salud desempeña un papel esencial en la promoción de la equidad, la accesibilidad y la calidad de los servicios. Su intervención multifacética incluye desde la acogida y el seguimiento de los usuarios hasta la articulación con políticas públicas y redes de apoyo, consolidándose como un pilar clave para garantizar una atención sanitaria integral y equitativa.

PERFIL DAS OCORRÊNCIAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICAS NOS CAPSAD III

Elaine Cristina Ferreira Ramos, Mariana Barbosa da Silva, Mirella Dias de Figueiredo, Alexandre Sousa da Silva, Tais Veronica Cardoso Vernaglia, Helen Beatriz Ferreira Ramos

O consumo de álcool e outras drogas é um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo, sendo que, no Brasil, a atenção à população em sofrimento psíquico e com necessidades relacionadas ao uso de substâncias é realizada pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com destaque para os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad). Além do uso de substâncias, esses indivíduos frequentemente apresentam comorbidades não psiquiátricas, agravando seu estado de saúde e tornando tais informações fundamentais no cuidado em saúde. Este estudo investigou os atendimentos de urgência e emergência clínicas nos CAPSad III em 2021, caracterizando as ocorrências e analisando dados secundários obtidos nos sistemas de informação das unidades pesquisadas. Trata-se de uma pesquisa observacional, descritiva, retrospectiva e quantitativa, com critérios de inclusão envolvendo usuários atendidos em 2021 que sofreram intercorrências clínicas não psiquiátricas e necessitaram de regulação para unidades de cuidados clínicos, como UPAs ou hospitais gerais. As análises, realizadas no software R (Rstudio 4.3.0), incluíram tabelas de frequência, medidas descritivas e testes de hipóteses não paramétricos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIRIO (parecer nº 5.630.294). Foram identificados 175 registros de solicitações para avaliação

clínica externa, dos quais 15 referiam-se a múltiplas avaliações de um mesmo usuário, resultando em 160 prontuários analisados. Desses, 104 (65%) foram da Unidade 1 e 56 (35%) da Unidade 2, revelando fragilidades no preenchimento e atualização de informações nos prontuários, o que prejudicou a documentação da anamnese clínica e psiquiátrica. O perfil dos usuários foi semelhante ao observado em estudos nacionais: predominância de homens na faixa etária de 30 a 49 anos, baixa escolaridade, desemprego, convivência familiar e consumo de múltiplas drogas, com comorbidades clínicas prevalentes como hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes mellitus (DM) e infecções sexualmente transmissíveis (IST). A maioria das ocorrências relacionou-se a avaliações clínicas. O estudo conclui que conhecer o perfil sociodemográfico e as comorbidades não psiquiátricas dessa população é essencial para compreender os impactos do uso prolongado de álcool e outras substâncias na saúde, considerando os riscos associados ao desenvolvimento de doenças crônicas. Ressalta-se a importância de capacitar as equipes de saúde para atender às demandas de urgência e emergência tanto clínicas quanto psiquiátricas.

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA INFECÇÃO PELO HIV EM GESTANTES RESIDENTES EM DOZE MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS

Aline Paula Klein Coelho, Renata Palópoli Pícoli, Everton Ferreira Lemos

Em 2021, Mato Grosso do Sul registrava uma taxa de detecção de HIV em gestantes de 2,8 por 1.000 nascidos vivos (NV). As mulheres residentes em municípios de fronteira, frequentemente expostas a diferentes contextos sociais e culturais, podem estar mais suscetíveis a fatores associados às altas taxas de infecção pelo HIV. Este estudo teve como objetivo analisar as características sociodemográficas e laboratoriais de gestantes infectadas pelo HIV nessas regiões fronteiriças entre 2012 e 2020. Trata-se de um estudo epidemiológico que utilizou evidências clínicas e laboratoriais de gestantes notificadas com infecção pelo HIV e residentes na linha de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul. Os dados foram organizados e analisados em um banco criado no software Microsoft Office Excel®. Foram notificados 117 casos, dos quais 74,7% correspondiam a mulheres com idade igual ou superior a 20 anos, 41,7% possuíam entre 4 e 7 anos de escolaridade e 61,3% se autodeclararam pardas. Quanto à ocupação, 89,3% eram donas de casa e 50% possuíam parceiros. Em relação aos exames laboratoriais, a carga viral foi coletada em 85,4% das gestantes, enquanto a contagem de T-CD4+ foi realizada em 83,3% dos casos. O perfil encontrado foi o de mulheres jovens, com baixo nível de escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e acesso insuficiente a avaliações laboratoriais completas. Conclui-se que há necessidade de fortalecimento de políticas públicas resolutivas que ampliem a assistência e acolhimento no pré-natal para gestantes vivendo com HIV, além de ações que promovam a regionalização do atendimento e o estabelecimento de acordos bilaterais e sanitários para melhorar a assistência nessas áreas de fronteira.

INTERVENÇÃO EDUCATIVA MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE E CIDADANIA POR ESTUDANTES DA SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Francisca da Silva, Adriane Lira da Silva, Amanda Lira da Silva, Ana Beatriz Leônidas dos Santos, Sabrina Avelino de Lima, Fillipi André dos Santos Silva, Soraya Maria de Medeiros

A sociedade enfrenta inúmeros desafios, e as universidades desempenham um papel crucial no desenvolvimento e progresso por meio da educação, pesquisa, extensão, preservação cultural e promoção do desenvolvimento econômico e social. Uma das formas de atuação universitária é aproximar os alunos das comunidades, permitindo-lhes agir e transformar a realidade local. Este relato descreve a experiência acadêmica de estudantes da área da saúde de uma universidade federal em uma intervenção realizada em um Centro de Educação Infantil de um bairro periférico de Natal-RN, no âmbito da disciplina “Saúde e Cidadania”, ofertada no primeiro período dos cursos de saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em parceria com uma Unidade de Saúde da Família, os estudantes dos cursos de Enfermagem, Odontologia, Medicina, Nutrição, Gestão Hospitalar e Saúde Coletiva, sob a supervisão de um docente assistido (mestrando) e da professora da disciplina, conceberam e executaram uma intervenção metodológica. No início do semestre, foram apresentados o componente curricular e a proposta de intervenção, seguida por visitas ao bairro para reconhecimento dos equipamentos sociais e bens de consumo coletivo. Após consultas com a equipe da Unidade de Saúde da Família, os estudantes optaram pela instalação de uma horta pedagógica, promovendo benefícios ambientais, educacionais e sociais. A horta utilizou garrafas PET para confecção dos vasos, adubo bovino fornecido por um dos membros da equipe e ferramentas manuais. A intervenção contou com o suporte de uma ação de extensão da universidade, que forneceu mudas de árvores para arborização e redução do impacto ambiental. Ao término, a horta e as árvores foram deixadas sob os cuidados da escola para continuidade com novas turmas. A experiência interdisciplinar possibilitou aos estudantes uma imersão prática no contexto da Atenção Primária à Saúde, promovendo formação ética, política e cidadã ao abordar questões emergentes e contribuir para o enfrentamento de demandas sociais.

DIFICULDADES DE ACESSO DAS POPULAÇÕES RURAIS E RIBEIRINHAS À SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Beatriz de Almeida Sampaio, Mariana Toledo Calheiros Nobre Sampaio, Maria Eduarda do Amaral Silva Vasconcelos, Mário Gabriel Almeida Borges, Thereza Raquel Batista Melo, Ana Flávia Rodrigues Leão Melro

Os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) fornecem a base para a estruturação e operação da saúde no Brasil, com foco na equidade, universalidade e integralidade. A aplicação desses princípios é essencial para atender às necessidades de saúde da população rural e ribeirinha da Amazônia. No entanto, fatores como grandes distâncias, concentração de serviços em áreas urbanas, baixos níveis de renda e insuficiência de equipes de saúde dificultam a garantia desse direito. Este

estudo, por meio de uma revisão integrativa, analisou as barreiras que afetam o acesso à saúde dessas populações. Utilizando os descritores “Comprehensive Health Care”, “Brazil”, “public health” e “Rural population” combinados com o operador booleano “AND”, foram selecionados 6 artigos dentre 110 inicialmente identificados nas bases PubMed e BVS, considerando publicações até abril de 2024. Os resultados revelaram que a insuficiência de equipes e recursos limita a cobertura territorial, obrigando muitas pessoas a recorrer a transportes fluviais e longas caminhadas para acessar unidades de saúde, o que desmotiva a busca por atendimento, especialmente devido às longas jornadas de trabalho na agricultura e no extrativismo. Estratégias como unidades móveis fluviais demonstraram avanços ao levar os serviços até a população, mas apresentam limitações, como curta permanência nos locais, alcance insuficiente e restrito envolvimento de agentes comunitários de saúde. Conclui-se que, apesar dos progressos, como a implementação de unidades móveis e equipes de saúde da família, persistem desafios significativos. A superação dessas barreiras requer políticas de saúde que considerem as especificidades locais, com investimentos em infraestrutura, capacitação profissional e educação em saúde, promovendo a equidade e a integralidade do cuidado e assegurando o direito à saúde para todos, independentemente da localização geográfica.

SAÚDE E CIDADANIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adriane Lira da Silva, Amanda Lira da Silva, Ana Beatriz Leônidas dos Santos, Sabrina Avelino de Lima, Maria Francisca da Silva, Fillipi André dos Santos Silva, Soraya Maria de Medeiros

As universidades, ao longo de sua evolução, têm desempenhado um papel fundamental na resposta às demandas sociais, por meio do ensino, pesquisa e extensão. Um exemplo dessa contribuição é a disciplina Saúde e Cidadania (SACI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, criada com o propósito de aproximar os alunos recém-ingressos dos cursos da área da Saúde das comunidades locais, especialmente aquelas residentes em regiões periféricas e usuárias dos serviços de Atenção Primária à Saúde. Este estudo relata a experiência vivenciada no contexto dessa disciplina, destacando a integração entre os aspectos teóricos e práticos e a realização de uma intervenção social planejada por discentes e docentes. A parte teórica da disciplina englobou discussões sobre educação em saúde, cidadania e determinantes sociais, proporcionando aos estudantes uma base sólida para compreender os fenômenos sociais que afetam a saúde da comunidade. Essa abordagem inicial foi complementada por visitas ao campo, nas quais os alunos exploraram o território com um olhar crítico e investigativo, buscando compreender as realidades, desafios e problemas locais. Combinando os conhecimentos teóricos e as vivências práticas, os estudantes planejaram e implementaram uma intervenção em um equipamento social da área de abrangência da unidade de saúde, focando em uma problemática social específica identificada no território. Conclui-se que a disciplina Saúde e Cidadania promove uma conexão significativa entre os estudantes da área da saúde e a comunidade local, permitindo que

o conhecimento gerado na universidade ultrapasse os limites acadêmicos e impacte diretamente a população. Assim, a SACI demonstra ser um importante instrumento de formação cidadã e um meio efetivo para que a universidade atue como uma agente de transformação social.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIOÉTICA E SAÚDE COLETIVA: UM CASO DE RACISMO ALGORÍTMICO

Suliane Motta do Nascimento, Maria Fernanda Araujo, Marcello Medeiros Lucena,
Marta Inez Machado Verdi, Mirelle Finkler, Roger Flores Ceccon

Este trabalho analisa a reportagem intitulada “Deputada acusa Inteligência Artificial (IA) de ‘racismo algorítmico’ por desenho de negra armada”, publicada em outubro de 2023 pelo portal UOL, sob uma perspectiva bioética. O objetivo é discutir os impactos do uso crescente da IA, especialmente na área da saúde, destacando como essa tecnologia pode agravar iniquidades, injustiças sociais e perpetuar o imperialismo moral. A análise foi realizada coletivamente no âmbito da disciplina de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFSC, tendo como base a denúncia da deputada estadual Renata Souza (PSOL/RJ). A parlamentar expôs, em redes sociais, uma imagem gerada por um aplicativo de IA internacional, que, ao receber a orientação de criar a imagem de “uma mulher negra, de cabelos afro, com roupas de estampa africana num cenário de favela”, produziu uma ilustração de uma mulher negra segurando uma arma. Os resultados evidenciam o preconceito inerente a algumas ferramentas de IA, ressaltando que os algoritmos, enquanto conjuntos de instruções, são permeados por subjetividades humanas e podem reproduzir vieses éticos. Foi discutido como a predominância de ferramentas de IA internacionais reforça a colonialidade, especialmente em um contexto como o brasileiro, onde a saúde da população negra enfrenta desafios como a representatividade insuficiente em estudos populacionais e a carência de dados robustos. Essa realidade pode aprofundar desigualdades quando algoritmos são utilizados sem critérios de equidade, promovendo um mercado que prioriza interesses financeiros de empresas de países centrais. No campo da saúde, questiona-se como a IA está sendo implementada no Brasil, dado que esse processo carece de participação popular e de debates éticos sobre seu uso. A reflexão enfatizou a importância de desenvolver algoritmos que favoreçam políticas públicas baseadas na universalidade, equidade e promoção da saúde, em oposição a modelos mercadológicos. O estudo conclui pela necessidade urgente de estabelecer recomendações éticas brasileiras para o uso da IA, especialmente no campo da saúde. Critérios como transparência e explicabilidade devem ser priorizados para minimizar riscos e garantir a justiça social. A análise destacou que a programação da IA está sempre atrelada a valores morais, o que pode explicar vieses como o identificado no caso analisado. Nesse contexto, a bioética se mostra uma ferramenta crucial para a crítica e a formulação de diretrizes que orientem o uso responsável e inclusivo da IA.

REFLEXÕES ACERCA DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE HOMENS TRANS E TRANSMASCULINOS NO SUS: DESAFIOS E LIMITAÇÕES

Guilherme Lamperti Thomazi, Nathália Pacífico de Carvalho, Roberta Siqueira Mocaiber Dieguez, Cristiane da Silva Cabral

O cenário atual, marcado por retrocessos e ataques aos direitos humanos, juntamente com a compreensão inadequada e o uso acusatório do conceito de “ideologia de gênero”, reflete um quadro alarmante de exclusão e violência que afeta cotidianamente pessoas trans e travestis. Nesse contexto, este trabalho busca discutir como homens trans e outras pessoas transmasculinas são percebidas e incluídas nas políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva no Brasil. Apesar de garantidos em teoria, os direitos sexuais e reprodutivos ainda não são plenamente exercidos por essas pessoas, em grande parte devido à predominância de noções binárias sobre sexo e gênero que sustentam a hegemonia cisheteronormativa nos discursos e práticas de saúde, legitimando a invisibilização de suas necessidades nos serviços de saúde. Os textos oficiais que regulam o Sistema Único de Saúde são insuficientes para atender às demandas específicas dessa população, cuja saúde sexual e reprodutiva é frequentemente negligenciada, como evidenciado pela ausência de materiais voltados à prevenção do câncer de colo de útero e pelas barreiras enfrentadas no acesso a profissionais como ginecologistas e médicos de família. Além disso, a estrutura cisnormativa das políticas de acompanhamento do puerpério, centrada no binômio “mãe-bebê”, exclui homens trans e pessoas transmasculinas. As políticas existentes, em sua maioria, reduzem essas identidades a abordagens patologizantes que se limitam ao uso de hormônios e modificações corporais, ignorando a pluralidade de existências e a perspectiva de saúde integral. Portanto, torna-se imprescindível ampliar as discussões sobre transmasculinidades na saúde pública, especialmente nas questões de saúde sexual e reprodutiva, com uma abordagem integral e alinhada à despatologização das identidades trans.

FISIOTERAPIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SAÚDE: PARA ALÉM DO 3 X 10

Gabriela Bárbara Vargas Paulista, Isabella Lara Alves Roldão, Márcia Colamarco Ferreira Resende

A síndrome de fragilidade em idosos caracteriza-se por alterações fisiológicas decorrentes de um envelhecimento não saudável, que podem comprometer a saúde e a funcionalidade global. Nesse contexto, a fisioterapia na Atenção Primária à Saúde desempenha um papel reabilitador, com foco prioritário no ganho de funcionalidade e autonomia dos pacientes. Este relato descreve a experiência de atendimento domiciliar a uma idosa com 79 anos, portadora da síndrome de fragilidade, realizado por duas acadêmicas e uma professora do curso de fisioterapia da PUC Minas Betim, durante estágio em Saúde Coletiva. A paciente, com histórico de quedas e fratura de fêmur, apresentava déficit

funcional nas atividades de vida diária, dependência para marcha, dor e edema no tornozelo direito. Residente com duas filhas em uma casa com quintal amplo, ela contava com excelente suporte familiar e demonstrava grande motivação para o tratamento. Inicialmente, foi entregue uma cartilha com orientações de exercícios para fortalecimento e equilíbrio, a serem realizados diariamente. As visitas domiciliares, quinzenais, focaram na autonomia, nas atividades cotidianas e na marcha. Caminhadas no quintal e na rua estimularam o cuidado com as plantas e a interação com vizinhos. Em uma das visitas, foi organizado um piquenique no quintal, no qual a idosa participou ativamente: planejou, preparou biscoitos, organizou o espaço e cuidou dos detalhes com entusiasmo, embora apresentasse dificuldade em manusear objetos pesados. A experiência revelou um impacto positivo na interação familiar e na motivação da paciente, que se envolveu em atividades de forma autônoma. Este relato destaca a eficácia da fisioterapia na promoção da funcionalidade e qualidade de vida de idosos fragilizados, demonstrando a importância de abordagens multifacetadas que integram exercícios físicos, atividades cotidianas e estímulos sociais na Atenção Primária à Saúde.

CONCEITO DE SAÚDE NA PERCEPÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DISCENTES

Andrei Tolotti Lacerda, Leticia de Moura, Darielli Gindri Resta Fontana, Isabel Cristina dos Santos Colomé, Adriane Cervi Blumke, Andressa Magalhães Flores, Priscila de Oliveira Rodrigues

O conceito de saúde é multidimensional, abrangendo fatores como renda, trabalho, educação, alimentação, habitação, transporte, lazer, liberdade e acesso aos serviços. Espaços de discussão que ampliem a compreensão desse conceito entre os diversos componentes da rede de assistência são cruciais para garantir a integralidade e a longitudinalidade do cuidado. Entre esses espaços, destaca-se o Conselho Municipal de Saúde (CMS), que atua como um importante fórum de debate sobre a saúde pública e seus aspectos relacionados, promovendo a aproximação entre prestadores de serviço, usuários e gestores. Este relato apresenta o desenvolvimento de uma atividade voltada para conselheiros municipais de saúde, com o objetivo de explorar a complexidade e a dinamicidade do conceito de saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A atividade foi conduzida por discentes no CMS de um município do noroeste do Rio Grande do Sul, como parte do projeto de pesquisa e extensão “Fortalecimento do controle social do SUS em Palmeira das Missões (RS): educação permanente e empoderamento do cidadão”. Por meio da criação de uma nuvem de palavras, buscou-se problematizar e compreender os múltiplos aspectos que compõem a saúde e a vida. Entre os termos mais recorrentes, destacaram-se “pulsar”, “é tudo”, “prevenção”, “direito”, “bem-estar”, “saúde”, “vida”, “qualidade de vida”, “atenção”, “bem-estar psicossocial e mental” e “autonomia”. Essas palavras geraram reflexões sobre a importância de resgatar a autonomia individual e social, fortalecer a prevenção de doenças e promover a saúde de forma integral. Os conselheiros enfatizaram a relevância da educação em saúde contínua e da visita domiciliar como estratégias para criar vínculos significativos entre profissionais de saúde

e a comunidade. Também foi destacado o papel da gestão participativa e a necessidade de mudanças organizacionais que promovam saúde e bem-estar, sensibilizando gestores, conselheiros, usuários e a sociedade para práticas mais inclusivas e transformadoras no contexto do SUS. Este relato reforça a importância de uma abordagem integral e participativa da saúde, que vá além da ausência de doenças, reconhecendo as diversas dimensões relacionadas às histórias de vida dos indivíduos. Investir em estratégias que fortaleçam a autonomia e o empoderamento comunitário é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e saudável.

ANÁLISE DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DAS POPULAÇÕES DO CAMPO E DA FLORESTA

Larissa Livia Silva Pinto, Ana Isabelle da Silva Cardoso, Tiago de Sousa Cabral,
Ozarlán Michel Pereira de Oliveira, Ana Brigida de Oliveira Nemezio,
Maria Eduarda Holanda de Melo Lapa, Guilherme Ricardo Pereira Santos

A população camponesa preserva um modo de vida tradicional, adaptando seus saberes populares às transformações sociais, econômicas e geográficas, enquanto enfrenta desafios impostos pelo saber biomédico, que frequentemente conflita com crenças e tradições locais, promovendo apagamento e dominação cultural. A saúde dessa população é comprometida por acesso limitado a serviços, más condições de trabalho, ausência de saneamento básico, distâncias geográficas e a escassez de profissionais sensíveis às especificidades do modo de vida rural, resultando em resistência à adesão, diagnósticos tardios e tratamentos inadequados. A dimensão religiosa também desempenha um papel significativo, influenciando a percepção da doença e sua incorporação às terapias, muitas vezes combinando práticas tradicionais, como o uso de ervas medicinais. Este estudo, por meio de uma revisão integrativa baseada em artigos publicados entre 2018 e 2024, nas bases Biblioteca Virtual da Saúde, Scientific Electronic Library Online e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave relacionadas à saúde rural e aos impactos do trabalho agrícola, busca compreender as condições de saúde da população rural e propor melhorias. Agravos prevalentes incluem intoxicações por agrotóxicos, lesões musculoesqueléticas, doenças respiratórias, infertilidade, neurotoxicidade e câncer, além de doenças transmitidas por vetores como dengue, malária e doença de Chagas. Embora a Política Nacional de Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas tenha buscado reduzir desigualdades, sua implementação enfrenta dificuldades devido à falta de detalhamento sobre contextos rurais e integração insuficiente com outras políticas. Essa disparidade reflete-se na concentração de serviços de saúde em áreas urbanas, relegando as comunidades rurais a condições de vida e saúde precárias, o que demanda o fortalecimento da política nacional para garantir equidade no acesso aos serviços. Investimentos em infraestrutura de saúde, ampliação de serviços, capacitação de profissionais e políticas públicas que promovam acesso à água potável, saneamento básico, moradia digna e condições de trabalho seguras são essenciais para o bem-estar da população rural brasileira.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ESTUDANTE DE ENFERMAGEM NA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA BAHIA

Thalia Nepomuceno Santos Santiago, Fernanda Santana Dourado, Ana Beatriz São Pedro dos Santos, Thaisian Santos do Bomfim, Ellen Rebeca Pereira Silva, Luma Onã da Silva Andrade, Smirna Taina Santos Dantas, Camila Oliveira Nunes, Marília Santos Fontoura

Os estágios durante a graduação proporcionam a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos e possibilitam o ingresso dos estudantes no mercado de trabalho, promovendo sua capacitação sem prejudicar o andamento acadêmico. No curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o estágio é uma estratégia essencial para a formação de profissionais, integrando-se tanto em componentes curriculares ao longo do curso quanto no estágio curricular obrigatório ao final. A Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA), fundada com o propósito de integrar ações de formação em saúde nos níveis médio, graduação e pós-graduação, incluindo residências médicas e multiprofissionais, destaca-se como um campo de estágio fundamental para os estudantes. Entre seus setores, a Coordenação de Integração, Ensino e Trabalho (CIET) desempenha um papel importante na regulação de estágios de nível médio e superior e serve como campo de prática no componente curricular Gestão em Saúde, voltado para estudantes de Enfermagem no 8º semestre. Este relato objetiva apresentar as experiências e os produtos desenvolvidos durante o estágio prático na CIET como parte do processo avaliativo do componente Gestão em Saúde (Enfermagem - UFBA), ocorrido entre março e abril de 2024. A metodologia consistiu no registro de informações por meio de um diário de estágio, documentando as aprendizagens e experiências adquiridas. Nos primeiros dias, realizou-se uma integração ao setor, identificando as demandas do serviço, como a alta rotatividade de estagiários com vínculos temporários, o que evidenciou a necessidade de instrumentos de orientação para uniformizar os processos de trabalho. Como resultado, iniciou-se a elaboração de um Procedimento Operacional Padrão (POP) voltado para a regulação de estágios de nível médio, inexistente até então, em colaboração com profissionais da área. Esse material foi concebido para instruir novos integrantes do setor e auxiliar na execução e revisão dos processos, mitigando dúvidas e inconsistências. A experiência no estágio demonstrou a relevância dos campos práticos para a formação discente, proporcionando vivências em um ambiente multifuncional e multiprofissional. Além de consolidar habilidades e conhecimentos aprendidos, permitiu uma imersão em dinâmicas mais amplas e contribuições significativas para a melhoria do serviço, destacando a importância desses espaços para a formação integral dos estudantes.

DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO NA GESTÃO DO SUS: AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS E SERVIÇOS

Carolina Santana Krieger, Elma Galdino Brandão, Emanoela Therezinha Bessa Mendes

A descentralização e regionalização na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) são pilares fundamentais para aumentar a eficácia na distribuição de recursos e serviços de saúde no Brasil,

ao aproximar a gestão das necessidades locais e oferecer maior autonomia a estados e municípios. Criado pela Constituição de 1988, o SUS é um sistema público, universal e gratuito, que representa um marco civilizatório ao enfrentar as desigualdades sociais e regionais, estabelecendo um modelo descentralizado e regionalizado de atenção à saúde. A gestão do SUS é compartilhada entre União, estados, municípios e o Distrito Federal, buscando assegurar equidade, integralidade e universalidade no acesso aos serviços de saúde. A descentralização, que promove a municipalização das ações e serviços, visa agilizar a tomada de decisões, reduzir a burocracia e melhorar a eficiência na alocação de recursos, adaptando as ações às necessidades locais. Já a regionalização organiza os serviços de saúde em níveis de complexidade, de acordo com a capacidade de atendimento de cada região, para garantir acesso equitativo. A organização federativa do SUS fundamenta-se na autonomia e participação, e exige uma rede hierarquizada de serviços, planejamento regional integrado e acesso garantido a todos os níveis de atenção, com resolubilidade e racionalização dos recursos dentro de uma base territorial. Conclui-se que a descentralização e regionalização integram diferentes níveis de atenção, criando uma rede de cuidados que vai da atenção básica à alta complexidade, promovendo efetividade na distribuição de recursos e no acesso à saúde em todo o país.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE MENTAL: INSTRUMENTO PARA QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE SAÚDE

Carolina Santana Krieger, Elma Galdino Brandão, Emanoela Therezinha Bessa Mendes

A saúde mental dos profissionais de saúde impacta diretamente a qualidade do cuidado oferecido e a eficiência dos serviços. Assim, adotar estratégias para promover a saúde mental no ambiente de trabalho é essencial para garantir um ambiente laboral saudável e seguro. O bem-estar psicossocial influencia tanto a saúde ocupacional dos trabalhadores quanto o desempenho das instituições, refletindo nas condições do atendimento prestado. Situações de insatisfação e estresse no trabalho podem gerar ambientes desgastantes, marcados por conflitos, absenteísmo e falhas assistenciais. Nesse contexto, a introdução de programas de bem-estar, como práticas de atividade física, técnicas de relaxamento e mindfulness, destaca-se como abordagem preventiva e promotora de um estilo de vida equilibrado, com impactos positivos na esfera profissional. A construção de um ambiente de trabalho positivo, baseado em relações interpessoais saudáveis, reconhecimento profissional e apoio social, fortalece uma cultura organizacional que valoriza o indivíduo e promove a saúde mental coletiva. A literatura aponta a importância de estratégias de conscientização e educação, com foco na disseminação de informações sobre saúde mental, redução do estigma e promoção de uma cultura de compreensão. O apoio psicossocial é crucial, com a presença de psicólogos, programas de aconselhamento e serviços de suporte que oferecem espaços seguros para lidar com desafios pessoais e profissionais. Promover a saúde mental no ambiente de trabalho exige a aplicação de ferramentas que criem um ambiente acolhedor e resiliente, engajando os trabalhadores e minimizando os efeitos adversos do sofrimento psíquico. Dessa forma, é possível reduzir déficits assistenciais e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

PARTICIPAÇÃO EM LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE COMO FATOR EXPOENTE NA FORMAÇÃO MÉDICA HUMANIZADA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Heitor Afonso Oliveira

No contexto da crescente popularização da residência em Medicina de Família e Comunidade (MFC), que figura entre as Residências Médicas com maior número de vagas no país, a demanda por essa especialidade tem se mostrado igualmente significativa. Nesse cenário, a Liga Amazonense de Medicina de Família e Comunidade (LAMFAC) desempenha um papel crucial ao oferecer aos seus participantes um aprofundamento teórico e prático em temas essenciais da MFC, como o método clínico centrado na pessoa, o papel do médico na Unidade Básica de Saúde (UBS) e a comunicação de más notícias. Este relato visa destacar a importância do contato com a MFC durante a graduação para a formação de médicos generalistas humanizados. A experiência extracurricular foi adquirida por meio de reuniões teóricas da LAMFAC, que envolveram apresentações e rodas de conversa com ligantes, residentes e médicos de família e comunidade, além de práticas em diversas UBS da zona urbana de Manaus, Amazonas. Participações adicionais incluíram um Exame Clínico Objetivo Estruturado (OSCE), como ator/paciente, para residentes em MFC, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (SEMSA), e uma palestra em uma comunidade periférica da cidade. O ciclo da liga se estendeu de junho de 2023 a maio de 2024. Durante essa experiência, desenvolvi uma nova compreensão sobre o papel do médico, além de vivenciar a posição de paciente. A aquisição de conhecimentos sobre os princípios da MFC transformou minha abordagem dos ensinamentos adquiridos na formação curricular médica da UFAM, centrada no modelo biomédico. Com as reuniões, aprendi a entender o usuário como uma pessoa integral, não apenas como uma doença ou queixa principal. A liga prepara seus ligantes para considerar as subjetividades de cada indivíduo, como competências culturais, socioeconômicas e psíquicas, que se tornam determinantes no manejo clínico. Essa abordagem, que trata o paciente de forma colaborativa, sem a imposição de um tratamento, reforçou a importância da comunicação médico-paciente para um bom prognóstico e para a criação de vínculo. Assim, torna-se evidente a necessidade de ampliar os métodos de ensino médico que incluam a MFC, capacitando os profissionais não apenas para atuar na Atenção Básica, mas também para desenvolver uma visão holística do paciente, independentemente da especialidade. Com isso, essa formação contribui para a educação de médicos mais humanizados.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPERIÊNCIA ENQUANTO RESIDENTE MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO BÁSICA

Thaysa Gabrielle Silva Oliveira, Mayara Suelirta da Costa

Popularizadas no Brasil a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) em 1986, as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) têm uma longa história e são abordagens terapêuticas focadas na prevenção, promoção e recuperação da saúde, com ênfase em um atendimento humanizado que prioriza a escuta acolhedora, a construção de vínculos e a conexão entre o ser humano, o meio ambiente e a sociedade. Este trabalho relata a experiência vivenciada por uma fisioterapeuta no Programa de Residência Multiprofissional de Atenção Básica da Fiocruz Brasília, durante o período de setembro a outubro de 2023, com o objetivo de promover o cuidado ampliado para Pessoas em Situação de Rua (PSR) em um abrigo situado em uma Região Administrativa da periferia do Distrito Federal. Foram realizados cinco encontros com a prática de auriculoterapia, ventosaterapia e aromaterapia, para um grupo de cerca de 40 mulheres cisgênero e transgênero de diversas idades, residentes em um abrigo feminino. As atividades seguiam a metodologia de roda de conversa sobre temas como relacionamentos, violência e sonhos de vida. A aromaterapia teve como objetivo aliviar sintomas de ansiedade e depressão relatados pelas participantes. A auriculoterapia foi aplicada para tratar diversas queixas, como ansiedade, depressão, dores no corpo, insônia, cefaleia, desequilíbrio emocional, tensão muscular e alterações respiratórias. Já a ventosaterapia foi usada principalmente para dores na região cervical, torácica e lombar, sendo associada à liberação miofascial para tratar pontos gatilhos. Um dos principais desafios dessa intervenção foi a alta rotatividade das acolhidas no abrigo, o que impediu o seguimento adequado do tratamento, visto que muitas participantes saíam após apenas um atendimento e, devido à falta de continuidade na rede de serviços, não tinham acesso a essas práticas. As atividades foram bem recebidas pelas acolhidas, que relataram redução da ansiedade, da tristeza, das dores, da ociosidade e de outros sintomas, além de promoverem maior integração entre as moradoras e reflexões sobre temas importantes. A experiência demonstra que as PICs são uma forma de cuidado que amplia a visão do profissional de saúde, deslocando o foco exclusivo das doenças para a promoção e recuperação da saúde integral do indivíduo. A partir dessa vivência, sugere-se que as práticas integrativas sejam incentivadas e implementadas nos consultórios de rua e em toda a rede de atenção básica, para garantir que mais pessoas tenham acesso a esse cuidado holístico. Além disso, destaca-se a importância dos programas de residência, como o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Fiocruz Brasília, em oferecer espaços de vivência que ampliem o olhar de cuidado dos profissionais e contribuam para sua formação.

DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO DO CUIDADO NA REALIDADE HOSPITALAR DE UM PRONTO-SOCORRO DE GRANDE PORTE DE BELO HORIZONTE

Nathália Cristina Costa e Silva, Heloisa Filipe Pascoal, Teresa Elisa Vunge Ngonga, Alzira de Oliveira Jorge

A universalização, a equidade e a integralidade, princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), buscam garantir ao indivíduo uma assistência à saúde que transcenda a prática curativa e individual. No entanto, a realidade dos serviços de saúde no Brasil é permeada por desafios complexos que impactam diretamente a qualidade e a eficácia do atendimento à população. No contexto da formação acadêmica em medicina, a vivência prática é essencial para compreender essas nuances, refletir sobre as estruturas e processos que regem os hospitais públicos e a atuação dos profissionais de saúde. O objetivo deste estudo foi relatar a percepção de acadêmicas de medicina sobre as condutas dos profissionais de um hospital público da região norte de Belo Horizonte, destacando os desafios enfrentados no contexto de urgência e emergência, assim como os aspectos positivos que emergem mesmo diante das adversidades. Por meio da inserção no Programa de Extensão da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais (LIASC-UFMG), as acadêmicas acompanharam, entre junho e agosto de 2023, as equipes multiprofissionais do Pronto Socorro do Hospital Risoleta Tolentino Neves (HRTN). Durante a observação semanal, as alunas participaram de atividades como acolhimento, realização de exames, diagnóstico, cirurgias, internação, corridas de leito multiprofissionais, transferência de cuidados e discussões de casos clínicos. Os resultados indicaram a limitação da estrutura física do hospital para atender à demanda, uma vez que o HRTN é um hospital de porta aberta de urgência e emergência da região metropolitana de BH. A superlotação resultou em maior tempo de espera para os usuários e em uma insuficiência operacional, especialmente nos serviços de apoio diagnóstico e imagem, além de gerar pressão sobre os profissionais devido ao volume elevado de atendimentos. A falta de infraestrutura, principalmente no que se refere à retaguarda de leitos de internação, CTI e salas de bloco cirúrgico, também tornou o ambiente mais estressante. No entanto, foi possível observar a prática de atendimento humanizado e interdisciplinar, destacando a dedicação, empatia e disposição dos profissionais frente às necessidades dos pacientes e seus familiares. Essa vivência contribuiu para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados no ambiente hospitalar, especialmente em uma grande porta de emergência da rede metropolitana de saúde, evidenciando a importância de uma equipe multiprofissional bem capacitada e alinhada com as demandas. Ficou evidente a necessidade de investimentos financeiros para a melhoria da infraestrutura do hospital, além da relevância de uma formação acadêmica pautada na humanização, ética e compromisso, elementos essenciais para reforçar o pensamento crítico sobre a assistência integral à saúde.

A INFLUÊNCIA DOS DETERMINANTES SOCIAIS NO CONTEXTO DE UM PRONTO-SOCORRO DE UM HOSPITAL DE GRANDE PORTE DE BELO HORIZONTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Heloisa Filipe Pascoal, Nathália Cristina Costa e Silva, Teresa Elisa Vunge Ngonga, Alzira de Oliveira Jorge

As demandas do Sistema Único de Saúde (SUS) refletem as condições de vida, habitação e envelhecimento dos usuários, sendo moldadas por determinantes sociais da saúde, como fatores sociais, econômicos e raciais, que influenciam diretamente os problemas de saúde enfrentados pela população. Assim, as queixas dos usuários refletem as condições socioeconômicas, como gênero, etnia, nível educacional e renda familiar. O objetivo deste estudo é relatar a percepção de duas acadêmicas de medicina sobre como os determinantes sociais influenciam o perfil da demanda dos usuários de um hospital público de grande porte que atende urgências e emergências na região norte de Belo Horizonte. No programa Ações de Extensão da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais (LIASC-UFGM), as acadêmicas acompanharam semanalmente equipes multiprofissionais na coordenação do cuidado no Pronto Socorro do Hospital Risoleta Tolentino Neves (HRTN). Os dados sociodemográficos da população da região norte de Belo Horizonte foram obtidos por meio do Portal de Dados Abertos e Geospaciais da Prefeitura de Belo Horizonte, com análise do Índice de Vulnerabilidade em Saúde (IVS), Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M) coletados em 2016. As informações dos pacientes, incluindo principais diagnósticos, sexo e raça, foram extraídas da base de dados do HRTN entre junho e agosto de 2023, com aprovação do Comitê de Ética, uma vez que o projeto aprovado pela UFGM contempla a utilização das bases de dados dos campos de prática da universidade. Durante a execução do projeto de extensão, chamou atenção a recorrência de casos envolvendo idosos frágeis, pacientes majoritariamente pretos e pardos, além de vários casos relacionados a acidentes de trânsito. Condições clínicas comuns incluíam tabagismo, etilismo e transtornos mentais como depressão. Os resultados mostraram que os pacientes atendidos apresentaram elevado IVS, e o IQVU da região foi de 0,624, o menor índice entre as regionais. O IDH-M, referente à renda, foi de 0,733, inferior à média regional de 0,841 de Belo Horizonte. No que se refere à escolaridade, o índice de 0,679 ficou abaixo da média geral de 0,737. Esses dados indicam maior vulnerabilidade social dos pacientes que procuram o hospital, associada à renda, escolaridade e menor qualidade de moradia e vida. As internações no HRTN indicaram que, entre junho e agosto de 2023, foram atendidos 7.918 homens e 7.460 mulheres, sendo 93% pretos ou pardos. Também foram registrados 504 casos de idosos frágeis, dos quais 431 eram pardos. No total, 155 casos envolveram transtornos mentais, como alcoolismo, tabagismo, depressão e esquizofrenia. Esses dados evidenciam a alta vulnerabilidade social e o baixo índice socioeconômico dos pacientes. A vivência contribuiu para reforçar o pensamento crítico sobre a assistência integral à saúde e a identificação, pelas alunas, da necessidade de investimentos em políticas públicas que abordem as iniquidades em saúde.

PROMOVENDO A INTEGRALIDADE: VIVÊNCIAS NO PROJETO DE EXTENSÃO COORDENAÇÃO DO CUIDADO NO HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES

Teresa Elisa Vunge Ngonga, Nathália Cristina Costa e Silva, Heloisa Filipe Pascoal, Alzira de Oliveira Jorge

A Saúde Coletiva busca desenvolver competências nos profissionais, capacitando-os para atuar em equipes multiprofissionais e analisar criticamente as políticas públicas existentes, visando cuidar dos usuários do sistema de saúde sob a perspectiva da integralidade. Nesse contexto, a Liga de Saúde Coletiva (LIASC) é um programa de extensão que oferece aos alunos a oportunidade de vivenciar a realidade do SUS por meio de projetos de extensão. Atualmente, o programa conta com três projetos ativos: Coordenação do Cuidado no Hospital Risoleta Tolentino Neves (HRTN), Educação Popular em Saúde em Ocupações Urbanas e Educação Popular em Saúde nas Escolas. O objetivo deste resumo é analisar a experiência dos ligantes no projeto Coordenação do Cuidado no HRTN, buscando compreender seu impacto na formação dos alunos e sua contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Durante um ano, doze estudantes acompanharam as equipes multiprofissionais do HRTN, participando de atividades como acolhimento, classificação de risco, realização de exames, indicações para internação e cirurgias, corridas de leito multiprofissionais, transferência de cuidados e discussão de casos clínicos. Além da observação participante, os ligantes tiveram acesso a relatórios a partir dos prontuários dos pacientes e registraram suas vivências nos cadernos de anotações dos setores do hospital, descrevendo as atividades realizadas e o impacto na sua formação. A inserção dos alunos em um campo prático de saúde coletiva proporcionou o desenvolvimento de atividades que envolveram estudantes de diversos cursos e períodos da área da saúde, em cenários institucionais que promoveram a vivência da realidade do SUS. Os alunos observaram e atuaram nas equipes dos setores de Clínica Médica, Maternidade e Pronto-Socorro, vivenciando o trabalho em equipe humanizado e interdisciplinar. Exercitaram a análise crítica dos processos assistenciais e refletiram sobre as dificuldades e desafios enfrentados nesse contexto. Os registros das vivências serviram como instrumento de reflexão crítica sobre as atividades executadas e base para a elaboração de propostas de melhorias. Foram realizadas cinco atividades formativas sobre temas como Modelos de atenção e gestão, Parto humanizado, Desafios de um hospital porta aberta no SUS, Cuidados paliativos e A Linha de cuidado na Clínica Médica. Os extensionistas também participaram de um projeto de pesquisa com a Ouvidoria, focado na experiência do usuário no hospital, que incluiu duas capacitações realizadas pelo Ouvidor. Durante quatro semanas, dados foram coletados junto aos pacientes de diferentes setores do hospital, e os resultados reforçaram a importância do projeto como uma iniciativa relevante para promover a coordenação do cuidado no HRTN. A experiência proporcionou uma vivência prática e enriquecedora no contexto do SUS, fortalecendo uma visão crítica e mais consciente sobre o sistema de saúde, seus desafios e o papel dos alunos como futuros profissionais.

NINAR NOS TERREIROS – ILERA OMODÉ: A INFÂNCIA E O CUIDADO AFROCENTRADO NA SAÚDE

Rosemery Costa dos Santos, Bárbara Pinto Andrade de Souza, Anderson Alves da Silva Bezerra

O racismo, tanto institucional quanto religioso, tem impacto direto na saúde da população negra, gerando iniquidades que se refletem nas altas taxas de mortalidade materna, infantil e por causas externas. Nesse contexto, a Prefeitura do Recife criou, em 2015, o projeto Ninar nos Terreiros, como uma estratégia para promover a saúde integral da população negra e combater o racismo. O projeto tem como objetivo oferecer uma nova perspectiva de cuidado afrocêntrico à infância, fortalecendo a identidade e o desenvolvimento das crianças, reconhecendo os terreiros como espaços de promoção à saúde, resistência cultural e religiosa, além de preservar as tradições ancestrais e combater o racismo. Originalmente inserido na programação da Semana do Bebê, promovida pela UNICEF, que visa cuidados integrais à saúde, educação e proteção das crianças, o projeto passou a ser realizado durante todo o ano, articulado com os oito Distritos Sanitários de Recife e com parcerias intersetoriais. Nos terreiros, são oferecidos serviços como contação de histórias africanas, distribuição de livros infantis, atualização da caderneta de vacinação, abordagens de temas de saúde e combate ao racismo de maneira lúdica, como o teatro de fantoches, escovódromo e distribuição de kits de saúde bucal, entre outros. O projeto tem cumprido seu principal objetivo, promovendo a saúde da população negra desde a infância e fortalecendo o vínculo entre os dispositivos de saúde e os terreiros. Ao reconhecer esses espaços como locais de promoção de saúde e cuidado, o projeto fomenta uma perspectiva antirracista desde os primeiros anos de vida. O Ninar nos Terreiros se destaca por sua abordagem abrangente e compromisso em promover a saúde integral das crianças negras e da população negra em geral, ao mesmo tempo em que combate o racismo religioso e infantil, criando espaços antirracistas nos territórios e fortalecendo o vínculo da rede de atenção à saúde com o terreiro e a religião de matriz afro-brasileira.

ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliana Napp, Elisângela Reinheimer de Bittencourt

Este estudo busca refletir sobre a atuação multiprofissional da psicologia e do serviço social no contexto educacional. Como metodologia, optou-se pelo relato de experiência, utilizando um recorte da atuação desses profissionais no espaço escolar, por meio de grupos realizados com turmas de 6º ano, momento em que os estudantes necessitam de apoio devido à transição para o Ensino Fundamental II. Foram proporcionados aos alunos momentos de reflexão e expressão, com o objetivo de compreender suas demandas individuais e seus contextos de vida, promovendo, assim, o acolhimento e a escuta das questões que precisam ser abordadas para garantir os direitos desses estudantes. A atuação multiprofissional no contexto escolar alinha-se ao pensamento freireano, no

qual a escola não é apenas um espaço de aprender e ensinar, mas também um lugar de formação e socialização. Durante os encontros, foram abordados temas como família, processos de escolarização e socialização. Os alunos participaram de uma atividade em que dividiram uma folha em quatro partes: na primeira, escreveram uma música que representava o momento de vida atual; nas outras três partes, compartilharam seus sentimentos sobre o presente, o passado e suas perspectivas de futuro. Os relatos obtidos evidenciaram situações sociais, familiares e escolares, destacando aspectos externos à aprendizagem. Nos relatos sobre o presente, a maioria dos adolescentes expressou felicidade com a vida atual, embora com preocupações, especialmente em relação à moradia. Em relação ao passado, houve relatos positivos sobre experiências familiares, como passeios e a aquisição de animais de estimação, bem como eventos traumáticos, como acidentes familiares. Quanto ao futuro, as respostas refletiram ambições profissionais, acompanhadas de temor quanto à possibilidade de não alcançá-las, além de angústia relacionada à organização do núcleo familiar e à insegurança quanto à moradia. A criação de um espaço de escuta no ambiente escolar fortalece os laços sociais e a construção subjetiva dos envolvidos, funcionando como uma forma de cuidado. Através da escuta, ao compreender o contexto dos alunos, é possível abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de fornecer informações sobre questões sociais que podem subsidiar o estudo social, ajudando a atender suas necessidades. Assim, a integração das ações de psicologia e serviço social pode oferecer suporte tanto no âmbito individual quanto coletivo, especialmente para as famílias em maior vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, psicólogos e assistentes sociais convergem em sua atuação dentro das políticas educacionais, conforme preconiza a Lei nº 13.935 de 2019, que trata da inserção desses profissionais na educação básica. Os dados obtidos nesta experiência demonstram a necessidade do trabalho multidisciplinar e do apoio às equipes pedagógicas em questões sociais e de saúde que adentram o espaço escolar, destacando a importância de oferecer espaços de escuta e acolhimento.

DESTAQUES DA 1ª CONFERÊNCIA LIVRE ESTADUAL DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE EM MATO GROSSO DO SUL

Maria de Lourdes Oshiro, Inara Pereira da Cunha, Ewangelia Pereira, Edgar Oshiro,
André Vinicius Batista de Assis

A 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (CNGTES) está promovendo uma mobilização abrangente em todas as regiões de saúde do Brasil em 2024, com o objetivo principal de fomentar discussões sobre “Democracia, Trabalho e Educação na Saúde para o Desenvolvimento: Gente que faz o SUS acontecer». O foco da conferência está especialmente voltado para a valorização das pessoas que são essenciais na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), que abrange dimensões continentais e envolve mais de 4 milhões de trabalhadores de diversas profissões da saúde, desde os níveis técnico/médio até superior. No estado de Mato Grosso do Sul, a 2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e Educação está prevista para ocorrer entre julho e agosto. Para contribuir com as discussões dos trabalhadores da

Secretaria de Estado de Saúde (SES/MS), a Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser e parceiros organizaram, em maio de 2024, a 1ª Conferência Livre Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. O evento teve como objetivo debater propostas relacionadas ao trabalho digno, seguro, humanizado, equânime e democrático no SUS, visando colaborar com uma agenda estratégica para o futuro dos profissionais de saúde do estado e do país, dentro do Eixo Temático II da CNGTES. Ao todo, 133 pessoas se inscreveram, incluindo servidores da SES/MS, da Fundação de Saúde de Mato Grosso do Sul (FUNSAU), além de docentes e discentes de Instituições de Ensino Superior. A comissão organizadora foi formada por servidores das escolas de saúde pública, responsáveis pela redação do regulamento e promoção do evento, com apoio do Conselho Estadual de Saúde e do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social de Mato Grosso do Sul. Foram recebidas aproximadamente 46 propostas, submetidas pelos participantes por meio de um formulário eletrônico. Essas propostas foram apresentadas, debatidas, consolidadas e votadas, resultando em seis propostas que serão encaminhadas para a 2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e Educação. As propostas são: 1) Regularizar como política de Estado a carga horária de 30 horas para toda a força de trabalho da SES/MS e do SUS; 2) Reativação da Mesa de Negociação Estadual; 3) Realizar o dimensionamento da força de trabalho na SES/MS e no SUS; 4) Revisar o Plano de Cargos e Carreiras da SES/MS, corrigindo distorções salariais entre as categorias; 5) Regularizar as diversas modalidades de trabalho na SES/MS (remoto, híbrido, semipresencial, entre outras); 6) Promover a gestão do trabalho considerando aspectos da promoção da saúde e as especificidades dos grupos mais vulneráveis. Além disso, foi realizada a eleição de um delegado titular e suplente. A 1ª Conferência Livre Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul foi um marco histórico na área, apresentando propostas significativas com potencial para impactar positivamente os trabalhadores e profissionais da SES/MS.

SERVIÇO SOCIAL: EXPERIÊNCIA DISCENTE DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM BELÉM (PA)

Brenda Esthefany Ferreira Moura, Renata dos Santos Alencar

Este trabalho tem como objetivo discutir a inserção do discente no Estágio Obrigatório, considerando o ensino, o serviço e a comunidade sob a ótica da educação voltada à formação de qualidade do estudante. A experiência das autoras será relatada no contexto do ambulatório de Fibrose Cística (FC) do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), em Belém (PA), destacando a atuação do Assistente Social como parte da equipe multidisciplinar no atendimento à comunidade. O estágio é visto como fundamental para a formação do discente, pois aproxima-o do cotidiano profissional do Assistente Social na Política de Saúde, permitindo-lhe refletir sobre a prática dessa profissão. A profissão de Assistente Social possui três dimensões interdependentes: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa. Embora não haja hierarquia entre essas dimensões, é a técnico-operativa que dá visibilidade à profissão, pois é a prática que se torna mais visível para a sociedade. No entanto, a atuação do Assistente Social não é neutra, pois está

fundamentada teoricamente, o que permite ao profissional compreender os movimentos contraditórios constitutivos da realidade social. Durante o estágio no ambulatório de FC, foram feitas reflexões sobre os aprendizados como discente e estagiária de Serviço Social. A FC é uma doença genética rara que afeta cerca de 6.000 pessoas no Brasil, segundo o Registro Brasileiro de Fibrose Cística, e pode reduzir a expectativa de vida dos pacientes, dependendo da mutação genética. No HUIBB, o ambulatório de tratamento de FC acompanha as condições biopsicossociais dos pacientes. Durante o estágio, observou-se que o Assistente Social trabalha com diversos aspectos sociais, que são fatores determinantes e condicionantes da saúde. A atuação do profissional na Política de Saúde se materializa por meio de instrumentos como acolhimento social, avaliação social, abordagem, relatórios sociais, encaminhamentos, entrevistas, reuniões e orientações. Essas ações permitem ao Assistente Social conhecer a realidade dos usuários, identificar suas demandas sociais e, por meio de mediações e reflexões, orientar os cidadãos quanto aos seus direitos. Algumas das demandas observadas incluem a orientação e solicitação de benefícios e serviços previdenciários, além do acesso ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD). A interação do Serviço Social com a equipe multiprofissional também é relevante, com participação em estudos de caso, reuniões de equipe, programações com pacientes e familiares, visitas à ala de internação e outros. O campo de estágio permite que o estudante tenha um contato mais profundo com a profissão, sendo um divisor de águas na formação acadêmica, proporcionando uma troca significativa de conhecimentos com a comunidade e os profissionais envolvidos, enriquecendo a prática e a formação profissional do discente.

A (IN)VISIBILIDADE A CÉU ABERTO: CONSTRUÇÃO DA REDE DE CUIDADOS E INTERSETORIALIDADE PARA O ACOMPANHAMENTO DA GESTANTE EM SITUAÇÃO DE RUA

Luciana Duarte da Silva, Aline Azevedo Vidal, Luciana Simões de Oliveira,
Rose Procópio Chelucci, Carla Figueiredo

O presente relato de experiência busca refletir sobre a produção de cuidado pela equipe de consultório na rua com gestantes em situação de vulnerabilidade, dado o contexto de riscos aos quais estão expostas e a complexidade inerente à gestação e maternidade. O caso relatado refere-se a uma mulher parda, de 28 anos, gestante, solteira, com ensino médio completo, tabagista e usuária de múltiplas drogas, vivendo em situação de rua há cerca de um ano, com vínculos familiares rompidos e uma rede de apoio fragilizada. Residente nas ruas com o companheiro, foi referenciada a uma Clínica da Família na zona oeste do Rio de Janeiro, onde a equipe do consultório na rua articulou intervenções para seu cuidado integral. Dentre as ações realizadas, destacam-se a pactuação de reuniões semanais com equipes multidisciplinares, construção de um plano terapêutico singular e discussões ampliadas envolvendo o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e outros serviços. O pré-natal exigiu vigilância constante, com visitas diárias para fortalecimento de vínculos, além de sua inclusão no Programa Lares Cariocas, que lhe garantiu um imóvel antes do nascimento do bebê. Frente à recusa de abrigamento e à permanência com sua filha de três anos nas ruas, foi necessária a articulação com o

Conselho Tutelar e a escola do território. A construção de uma Rede de Cuidados intersetorial demonstrou a relevância de um trabalho integrado, envolvendo saúde, assistência social e outros setores, para garantir a integralidade do cuidado e reduzir iniquidades sociais. Esse esforço revelou que a rua, enquanto espaço de cuidado, deve ser articulada com unidades de saúde, serviços e demais redes formais e informais, acolhendo demandas específicas das gestantes para potencializar o cuidado oferecido.

O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE COMO UM AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO MÉDICA

Jander Batista Mello, Daniel de Souza Guedes, Cezar Felipe Przybysewski Nalífico, Lúcia Tatiana Filgueira de Souza, Vanessa Figueiredo de Almeida, Vânia Mairi Naue, Raulene Rodrigues Lobo

O Agente Comunitário de Saúde (ACS), no contexto do SUS, tem suas atribuições regulamentadas pela Portaria nº 2436/2017, que define a Política Nacional da Atenção Básica. No entanto, observa-se que, além dessas atividades formais, os ACS enfrentam outras demandas que evidenciam sua potencialidade no cuidado em saúde. Mesmo diante de desafios, esses profissionais mantêm o compromisso com suas tarefas cotidianas, sempre demonstrando empatia e humanidade, características que muitas vezes passam despercebidas e pouco valorizadas. Suas ações fortalecem a Atenção Primária à Saúde (APS), sobretudo na promoção da saúde e na prevenção de doenças, e criam um elo essencial entre usuários, profissionais de saúde e acadêmicos. Ao acompanhar os ACS nos serviços de saúde, os estudantes de Medicina têm a oportunidade de vivenciar na prática o que significa ser humanizado e empático, aprendendo com as experiências e histórias compartilhadas durante as visitas domiciliares. Essa convivência não só enriquece a formação acadêmica dos discentes, como também destaca a relevância do trabalho dos ACS no fortalecimento dos princípios do SUS. No diálogo com esses profissionais, os acadêmicos percebem o impacto transformador do cuidado em saúde e do conhecimento compartilhado, ao mesmo tempo em que os ACS, com sua experiência, demonstram disposição para aprender e colaborar no processo formativo. Assim, reforça-se a importância de valorizar esses trabalhadores, cujo papel é fundamental para a construção de uma APS mais inclusiva, humanizada e eficaz no atendimento às necessidades específicas da comunidade.

ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR PARA O CONTROLE DA HIPERTENSÃO: INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS E DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

Pedro Renan da Costa Andrade, Jander Batista Mello, Cezar Felipe Przybysewski Nalífico, Daniel de Souza Guedes, Lúcia Tatiana Filgueiras de Souza, Vanessa Figueiredo de Almeida, Vânia Mairi Naue, Raulene Rodrigues Lobo

A hipertensão arterial sistêmica (HAS), principal doença cardiovascular, caracteriza-se pelo aumento crônico da pressão sanguínea e possui alta incidência entre idosos, destacando a importância

da educação em saúde como ferramenta essencial para promover o bem-estar e prevenir complicações. Este estudo descreve a relevância de ações educativas voltadas a pacientes idosos hipertensos, por meio de uma intervenção abrangente que incluiu todos os integrantes do grupo. Inicialmente, foi realizado um levantamento para avaliar o conhecimento prévio dos participantes sobre a HAS, permitindo direcionar os conteúdos educativos às áreas que demandavam maior atenção. Os resultados indicaram um desconhecimento significativo acerca da condição e dos cuidados necessários, evidenciando a necessidade de esclarecimentos sobre o uso regular de medicamentos, alimentação saudável e prática de exercícios físicos adaptados. A intervenção educativa, complementada por material informativo ilustrativo em folders, gerou respostas positivas, com melhora na compreensão e na adoção de hábitos saudáveis. Conclui-se que a abordagem direcionada, abrangendo medição da pressão arterial, adesão ao tratamento medicamentoso e exercícios físicos, foi eficaz para promover mudanças práticas, contribuindo para o controle e a gestão da HAS entre os idosos participantes.

MOSTRA DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE: UMA ESTRATÉGIA DE REDE INTERATIVA E EDUCACIONAL

Maria de Lourdes Oshiro, Inara Pereira da Cunha, Edgar Oshiro, André Vinicius Batista de Assis

A Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS), vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS), realizou em 2023 a III Mostra de Programas de Residências em Saúde, em parceria com instituições como a Fundect, UFMS, UEMS e Fiocruz/MS. O evento, com três dias de intensas atividades, proporcionou um espaço para interação e compartilhamento de conhecimento sobre as diversas modalidades de residências apoiadas pela ESP/MS, abrangendo programas como a Residência Multiprofissional em Cuidados Continuados Integrados e a Residência em Clínica Médica. A abertura incluiu uma apresentação cultural e uma mesa solene com representantes de instituições como o Ministério da Saúde e a SES/MS. O evento destacou-se por palestras sobre as perspectivas das residências em saúde, apresentações de experiências exitosas, rodas de conversa sobre temas como a formação no SUS em tempos de crise sanitária e tecnologias leves no cuidado em saúde, além de atividades culturais, como dança circular. Com mais de 300 inscrições, a mostra aprovou 70 trabalhos para apresentação, posteriormente disponibilizados nos anais do evento (ISBN: 978-65-5941-949-4; DOI: doi.org/10.29327/mostra-de-residencia-em-saude), promovendo ampla disseminação do conhecimento. Viabilizado pela ESP/MS com apoio financeiro da Fundect, o evento contou com uma comissão organizadora e científica composta por especialistas de diversas instituições, e culminou com a premiação dos trabalhos destacados. A mostra atingiu seus objetivos ao promover um ambiente de debates e troca de experiências, fortalecendo as residências em saúde. Para os próximos anos, almeja-se ampliar parcerias, incluir mais instituições e adotar formatos híbridos para alcançar um público mais abrangente, reforçando a importância de espaços participativos para a formação e o fortalecimento desses programas.

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Maria de Lourdes Oshiro, Inara Pereira da Cunha, Ewangelia Pereira, André Vinicius Batista de Assis

O Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (ValorizaGTES-SUS) é uma iniciativa estratégica para fortalecer e consolidar as áreas de gestão do trabalho e educação no Sistema Único de Saúde (SUS). Seus objetivos incluem o planejamento de ações específicas, a consolidação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, o estímulo e acompanhamento do trabalho em saúde, a capacitação técnica dos entes federativos e a criação de uma rede de compartilhamento de experiências. A adesão ao programa por estados, Distrito Federal e municípios foi simplificada por meio de formulários online, culminando na elaboração dos Planos Estaduais e Distrital de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (PEGTES). O financiamento, repassado pelo Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde habilitados, assegura a execução das ações com transparência e efetividade. Em Mato Grosso do Sul, a implementação do programa envolveu a formação de um Grupo Condutor composto por diversas entidades de saúde, responsável pela elaboração do plano estadual. Esse processo incluiu a qualificação dos membros, análise situacional e construção de módulos operacionais, culminando na aprovação pelo Conselho de Saúde. Embora a Portaria GM/MS nº 2.168, de 5 de dezembro de 2023, tenha destinado R\$1.500.000,00 para Mato Grosso do Sul, esse montante é insuficiente frente às necessidades e desafios do estado, como vastas áreas de difícil acesso e populações dispersas, que exigem investimentos robustos em infraestrutura e logística. Assim, é essencial que gestores de saúde, em colaboração com o governo federal, busquem estratégias para otimizar os recursos disponíveis e aumentar os investimentos na gestão do trabalho e educação na saúde. Essa abordagem é vital para a efetividade das políticas e a melhoria significativa da qualidade dos serviços prestados à população sul-mato-grossense.

FORMAÇÃO NO SAMU DE QUEIMADOS: FORTALECENDO A EQUIPE E AMPLIANDO A CAPACIDADE DE RESPOSTA

Juliana Leopoldo Costa Dias, Rosangela Bello, Marcia Cristina Ribeiro Paula, Ricardo de Mattos Russo Rafael, Sonia Regina Reis Zimbaro, Ana Lucia Guimarães da Cruz, Flávio Augusto Guimarães de Souza

O relato descreve a experiência de formação interprofissional realizada na base descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de Queimados, Rio de Janeiro, em parceria com o Consórcio Intermunicipal da Baixada Fluminense (CISBAF). A iniciativa buscou fortalecer a equipe e ampliar sua capacidade de resposta em situações de urgência, com ênfase no trabalho colaborativo e interprofissional. O treinamento foi conduzido in loco, capacitando condutores e

técnicos de enfermagem que atuam em regime de plantão de 24 por 72 horas, por meio de sessões teóricas e práticas que utilizaram manequins simuladores de reanimação cardiopulmonar (RCP) para adultos e crianças. Realizados durante trocas de plantão e entre ocorrências, os treinamentos garantiram a participação de toda a equipe, complementados pela distribuição de folders com um resumo do protocolo de RCP da American Heart Association de 2020. Todos os condutores e técnicos de viaturas básicas foram treinados, contando ainda com a participação voluntária de médicos e enfermeiros. Além de aprimorar habilidades técnicas, a iniciativa fortaleceu os vínculos entre os membros da equipe e promoveu a aprendizagem mútua. A abordagem individualizada permitiu identificar e corrigir deficiências na execução da RCP, contribuindo para a melhoria do cuidado prestado. O impacto positivo foi percebido tanto nas práticas individuais quanto no trabalho em equipe, com os participantes aplicando os conhecimentos adquiridos em situações reais. Essa experiência exitosa promoveu o desenvolvimento de competências e atitudes e, com o apoio do CISBAF, apresenta-se como modelo replicável para outros municípios, fortalecendo a capacidade de resposta do SAMU na região da Baixada Fluminense e abrangendo diferentes temas relacionados a urgências e emergências.

A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO, ENSINO, SAÚDE E COMUNIDADE NA MEDICINA

Gabriela Pozzobon Zamberlan da Silva, Amanda Ferreira Rodrigues, Natiele Dutra Gomes Gularte

No Brasil, a disciplina de Interação, Ensino, Saúde e Comunidade (IESC) desempenha um papel fundamental na implementação efetiva do Sistema Único de Saúde (SUS) ao promover a colaboração entre a formação profissional oferecida pelas universidades e os serviços de saúde do SUS. Desde 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da área da saúde, homologadas pelo Ministério da Educação, têm incentivado mudanças alinhadas aos princípios do SUS, com foco na formação de profissionais generalistas e humanistas, integrando o SUS como contexto de aprendizado e rompendo com o modelo tradicional. A disciplina tem como objetivo aproximar os estudantes do contexto psicossocial, econômico e sanitário das comunidades, assegurando uma formação que valorize o cuidado ético, reflexivo e centrado no ser humano. Este relato apresenta a experiência de duas acadêmicas de medicina ao cursar a IESC, obrigatória do 1º ao 8º semestre, com foco no entendimento do SUS e na aproximação com a Atenção Primária à Saúde (APS). Nos semestres iniciais, a disciplina inclui o acompanhamento das atividades de agentes comunitários de saúde, médicos e enfermeiros, além de explorar a dinâmica das equipes, a demanda das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os processos de educação em saúde e atenção domiciliar. No 7º semestre, há um aprofundamento em habilidades de comunicação, essenciais para a prática médica, especialmente na psiquiatria, e no estudo da nutrição em diferentes faixas etárias. No 8º semestre, o estágio na Associação Amparo Providência Lar das Vovozinhas, a maior instituição de longa permanência do Rio Grande do Sul, oferece vivências práticas com idosos, ampliando a compreensão sobre o cuidado

integral. A disciplina abrange todas as fases da vida, preparando médicos para atender de maneira equitativa e considerando as particularidades de cada etapa. Assim, a IESC se destaca como uma peça-chave na formação médica, ao proporcionar uma visão abrangente do SUS, valorizar a APS e enfatizar práticas centradas no ser humano, essenciais para uma medicina humanizada que promove acolhimento, empatia e cuidado integral com a comunidade.

DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE ABORDAR SAÚDE MENTAL NO INTERNATO DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Daniel Madeira Cardoso, Julia Coelho Fernandes, Matheus Ribeiro Natividade, Lélia Cápuia Nunes

A capacidade de abordar de maneira eficaz as doenças com forte componente emocional e questões de saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS) é preconizada pelas matrizes de competências para o internato em Medicina de Família e Comunidade (MFC) e pelo currículo baseado em competências da Sociedade Brasileira de MFC. Este estudo teve como objetivo avaliar o desenvolvimento dessa capacidade entre estudantes de Medicina durante o internato de MFC em uma escola médica federal do interior. Realizou-se um estudo transversal entre abril e agosto de 2023 com duas turmas de estudantes após concluírem o internato. Os participantes responderam a questionários autoaplicados e semiestruturados baseados nas Matrizes de Competência para MFC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Os alunos atribuíram notas de 0 a 10 à sua capacidade de abordar saúde mental na APS em uma perspectiva pré e pós-internato, além de responderem questões abertas sobre pontos positivos e dificuldades enfrentadas. Entre os 86 participantes, 84,9% relataram melhora na abordagem à saúde mental e 87,2% observaram progresso em exame psíquico, com as notas medianas subindo de 6 para 8 em ambas as habilidades. Os discentes destacaram a evolução em anamnese, favorecendo a livre expressão do paciente e explorando crenças e expectativas sobre a enfermidade, além de melhorias em habilidades de comunicação para facilitar a expressão emocional. Relataram desenvolvimento no manejo de transtornos de humor, psicoses, ansiedade, depressão, dor crônica, tabagismo e uso abusivo de álcool e drogas, além de aprendizado em psicofármacos com suporte de residentes e preceptores. O estágio também aprimorou a capacidade de avaliar aspectos psíquicos, como humor, afeto, orientação e pensamento, e ampliou o entendimento sobre o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo critérios de encaminhamento e trabalho em equipe multiprofissional. Dificuldades mencionadas incluíram o manejo de pacientes com múltiplas queixas e vulnerabilidades sociais. Conclui-se que o internato de MFC contribuiu significativamente para o progresso em habilidades relacionadas à saúde mental, conhecimento sobre a RAPS e ampliação da perspectiva integral do cuidado, promovendo uma formação mais abrangente e humanizada.

FATORES ASSOCIADOS A NÃO REALIZAÇÃO DO PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NA ZONA RURAL DE MANACAPURU (AM)

Jander Batista Mello, Cezar Felipe Przybysewski Nalifico, Daniel de Souza Guedes, Joana Maria Borges de Freitas, Lúcia Tatiana Filgueira de Souza, Marcilio Jorge Fernandes Monteiro, Vanessa Figueiredo de Almeida, Vânia Mairi Naue, Raulene Rodrigues Lobo

A saúde bucal é fundamental para a saúde geral, pois infecções na cavidade oral podem repercutir em todo o organismo. Gestantes, por serem mais suscetíveis a condições como gengivite, demandam cuidados odontológicos específicos. Em Manacapuru, AM, a adesão ao pré-natal odontológico no SUS é limitada, contribuindo para complicações como partos prematuros. Este estudo, ainda em desenvolvimento, tem como objetivo identificar e analisar os fatores associados à baixa adesão ao pré-natal odontológico, considerando o contexto rural e ribeirinho do município. Para isso, será traçado o perfil epidemiológico do atendimento odontológico pré-natal entre janeiro e dezembro de 2023, utilizando dados do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB) e registros de gestantes atendidas em 10 Unidades Básicas de Saúde rurais. Critérios de inclusão e exclusão serão aplicados para selecionar o público-alvo. O estudo visa ampliar o entendimento sobre o pré-natal odontológico, destacando unidades com equipes capacitadas e reforçando a importância do acompanhamento adequado para gestantes na região. Também serão analisados fatores que dificultam a adesão, como baixa renda e escolaridade, buscando compreender as barreiras enfrentadas. Os resultados fornecerão subsídios para o desenvolvimento de políticas e intervenções que melhorem o acesso ao atendimento e reduzam complicações sistêmicas durante a gravidez. Com um impacto esperado positivo e duradouro, o projeto pretende garantir cuidados odontológicos adequados, promovendo bem-estar às famílias rurais de Manacapuru e contribuindo para nascimentos saudáveis e melhor qualidade de vida.

APRENDIZAGEM COLABORATIVA COMO POTENCIALIZADORA PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS HUMANAS NA FORMAÇÃO MÉDICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Hélio Rubens Veçoso Filho, Rayanne Vieira França, Kassiane dos Santos Bueno, Rodrigo Silva Ribeiro, Cintia dos Santos Cardoso da Silva, Caique Matsuo Yamaguchi Ichinose, Noahn Gabriel Silva Pereira, Larissa Campagna Martini

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Medicina no Brasil têm desempenhado papel crucial na reformulação dos projetos pedagógicos, destacando a formação de profissionais preparados para lidar com a diversidade e promovendo metodologias que incentivam a participação ativa dos estudantes, fortalecendo sua autonomia e identidade profissional. Essas

diretrizes fomentam o desenvolvimento de competências por meio da grupalidade, que estimula habilidades como comunicação, criticidade e responsabilidade. Neste contexto, relatamos a trajetória de um pequeno grupo do primeiro ano de Medicina da UFSCar na Atividade Curricular Situação Problema 1 (SP1), considerando o papel do grupo nos processos de ensino e aprendizagem e os desafios enfrentados no ingresso universitário. Composto por nove membros e uma facilitadora, o grupo participou da SP1, que integra teoria e prática ao estimular a exploração de conhecimentos prévios, a formulação de hipóteses e a criação de questões de aprendizagem orientadoras dos estudos. A experiência revelou que a dinâmica grupal e um ambiente colaborativo favorecem o desenvolvimento de competências e atitudes essenciais à formação médica. Para aprofundar a discussão, o grupo elaborou narrativas, norteadas pela pergunta: “Qual o papel do pequeno grupo nos processos de ensino e aprendizagem da Atividade Curricular SP1?”. Após a leitura às cegas e a organização temática coletiva, emergiram três categorias: dificuldades iniciais; valores, construção de laços e formação de rede de apoio; e diversidade como potência para a aprendizagem ativa e colaborativa. As dificuldades iniciais destacam os desafios acadêmicos e interpessoais enfrentados no ingresso no ensino superior, abordados desde o primeiro encontro da SP1 para promover a integração ao método de ensino ativo. Na segunda categoria, identificou-se que o compartilhamento de valores como respeito, solidariedade e responsabilidade fortaleceu a confiança e os laços, transformando o grupo em um espaço acolhedor e formativo, essencial para a atuação em equipes multiprofissionais. A terceira categoria evidenciou que a diversidade de habilidades no grupo gerou uma interdependência enriquecedora, alinhando-se às DCNs e à formação desejada pelo SUS, ao integrar competências clínicas, psicossociais e cognitivas. Conclui-se que as DCNs, ao adaptarem o ensino médico à modernidade, e as metodologias ativas, ao promoverem a grupalidade, são fundamentais para o desenvolvimento das competências necessárias à formação de estudantes de medicina.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE IRAMUTEQ EM PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE

Flávia Andréa Belarmino de Medeiros, Jacyane Melo de Oliveira Santos, Hugo César Novais Mota

A análise e o processamento de dados em pesquisas qualitativas apresentam desafios significativos, uma vez que a sistematização das informações requer atenção, rigor metodológico e tempo. Nesse contexto, o uso de softwares tem se tornado uma prática amplamente difundida, destacando-se o Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), uma ferramenta open source reconhecida por suas funcionalidades analíticas. Este texto relata o uso do Iramuteq na análise de uma pesquisa qualitativa na área da saúde, na qual entrevistas geraram um volumoso material textual (corpus), submetido à análise de Bardin. O corpus foi processado pelo Iramuteq, utilizando as análises de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), de Similitude e Nuvem de Palavras, resultando em 28.420 ocorrências de 3420 palavras, 833 segmentos de textos

e 71 textos distintos. Das palavras, 120 apareceram apenas uma vez (3,51% do corpus), indicando homogeneidade textual. O software separou o corpus em 71 Unidades de Contexto Iniciais (UCI), que foram subdivididas em 827 Unidades de Contexto Elementares (UCE), das quais 708 (85,61%) foram classificadas pela CHD, que organiza os segmentos de texto em classes com vocabulários semelhantes e distintos entre si, resultando em quatro classes: a classe 1 abarcou 26,6% das UCEs; a classe 2, 13,6%; a classe 3, 30,4%; e a classe 4, 29,4%. A Análise de Similitude identificou coocorrências entre palavras, evidenciando conexidade semântica, com um núcleo formado por duas palavras que estruturaram as demais. A Nuvem de Palavras, por sua vez, apresentou graficamente as palavras organizadas por frequência, destacando visualmente as palavras-chave do corpus, com tamanhos proporcionais à sua frequência de evocação. Conclui-se que o Iramuteq possibilita análises lexicais integradas ao contexto das palavras, favorecendo a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas, o que amplia a profundidade das interpretações. Entre seus benefícios estão a recuperação de segmentos textuais por classe, o rigor estatístico e metodológico, a otimização da organização dos dados, as análises multivariadas e a gratuidade. Contudo, a curva de aprendizagem do software e a preparação adequada do corpus apresentam desafios, sendo fundamental assegurar o aproveitamento mínimo de 75% do corpus para validação. Espera-se que o Iramuteq contribua significativamente para a organização, análise e elaboração de resultados em pesquisas qualitativas na área da saúde.

AS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Leandro Fernandes Maffei, Marcela Daiana Vicente Santiago, Eliane Camargo dos Santos Salib, Andrey Manoel dos Santos, Katiane Figueiredo, Anderson Correa Benfatto, Karin Martins Gomes, Graziela Amboni, Deivid de Freitas Floriano

A necessidade de cuidados em saúde mental tem impulsionado a identificação de fatores essenciais para o cuidado integral, considerando aspectos sociais, emocionais, fisiológicos e físicos. Nesse contexto, a Secretaria de Saúde de Criciúma, por meio de equipes multiprofissionais compostas por assistentes sociais, nutricionistas, profissionais de educação física, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e farmacêuticos, tem implementado um modelo de atendimento coletivo com foco na estruturação de protocolos de cuidado, integração da prática de exercícios físicos e acompanhamento nutricional. Esse formato tem se mostrado fundamental para oferecer uma assistência ampla e eficiente, contribuindo para a manutenção da saúde mental dos indivíduos atendidos. Em três unidades de saúde, os chamados Grupos de Atendimento Coletivo têm abrangido os distritos sanitários do município, utilizando terapias holísticas que integram aspectos fisiológicos, comportamentais e sociais. Esses grupos proporcionam um ambiente terapêutico de apoio, troca de experiências e construção coletiva, onde os participantes compartilham desafios, angústias e superações, aprendendo habilidades para lidar com dificuldades e recebendo apoio mútuo. Além disso, a Secretaria estruturou protocolos baseados em evidências para garantir a continuidade do cuidado e facilitar a comunicação entre os diferentes serviços de atenção à saúde. Um dos aspectos de maior sucesso nesse processo tem sido a

incorporação da prática regular de exercícios físicos como parte do tratamento, com efeitos positivos na redução do estresse, ansiedade e depressão, além de promover melhorias no humor e na qualidade de vida. As equipes multiprofissionais incentivam os pacientes a integrar atividades físicas em suas rotinas diárias como estratégia terapêutica. Os resultados alcançados incluem a redução do isolamento social, maior sensação de pertencimento e melhorias significativas nos sintomas de saúde mental, evidenciando o impacto positivo desse modelo de cuidado na qualidade de vida dos participantes.

RELEVÂNCIA DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E DO DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO PARA A FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carolina Simonetti Zorzi, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Cristiane Gabim Brizola, Igor de Oliveira, Isadora Raquel Medeiros de Araújo, Juliana Vila Real de Quadros, Kaiane Fernandes Martins, Rafaela Garcia Fernandes

O processo saúde-doença abrange múltiplos fatores e, para monitorar a saúde dos usuários de serviços públicos, são essenciais ações de vigilância em saúde, incluindo o diagnóstico comunitário. Este relato objetiva descrever a experiência de uma acadêmica do quarto semestre de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no contato com vigilância em saúde e diagnóstico comunitário, destacando a relevância dessa vivência para sua formação acadêmica. O estudo foi elaborado com base em práticas realizadas na disciplina de Enfermagem e Vigilância em Saúde, ofertada pelo curso de Enfermagem, com atividades iniciadas no primeiro semestre de 2024, ainda em andamento, em uma Unidade Básica de Saúde recém-inaugurada no município de Santa Maria. Durante essas vivências, os discentes participaram do cadastramento de famílias junto a agentes comunitárias, utilizando formulários de cadastro domiciliar e individual do e-SUS. Por meio das visitas domiciliares, foi possível compreender a importância da vigilância em saúde e do diagnóstico comunitário para embasar ações de saúde direcionadas. Conhecer os indivíduos, suas condições socioeconômicas e as características sociodemográficas do território permite o planejamento de intervenções específicas para as necessidades do público-alvo. Assim, o profissional de enfermagem pode utilizar essas informações para otimizar a gestão da unidade de saúde e oferecer atendimentos mais adequados. Essa experiência prática demonstra a aplicação da teoria em contextos reais, promovendo uma formação mais completa. Além disso, atividades como essas são fundamentais para instigar o senso crítico, estimular a busca por novos conhecimentos e incentivar reflexões sobre planejamento e gestão na saúde. Conclui-se que as vivências práticas relacionadas à vigilância em saúde são imprescindíveis para a formação do estudante de Enfermagem, impactando diretamente sua trajetória profissional ao prepará-lo para lidar com cenários diversos e promover cuidados mais efetivos aos usuários.

FORMAÇÃO EM SAÚDE: A EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO PROJETO RONDON EM CAMPO DO BRITO – SERGIPE

Fabiane Perondi, Letícia Oliveira Marx, Edmilson Rampazzo Klen

O Projeto Rondon, uma iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério da Defesa, busca fortalecer a cidadania nos estudantes universitários enquanto promove a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas. Este relato apresenta a experiência de estudantes de cursos da saúde da Universidade Federal de Santa Catarina na Operação Mangabeiras, realizada em janeiro e fevereiro de 2024 no município de Campo do Brito, Sergipe. Durante a ação, diversas oficinas foram realizadas, abrangendo temas como cultura, saúde, educação, direitos humanos e justiça, tanto em áreas urbanas quanto rurais do município. Uma das oficinas focou na saúde do trabalhador, sendo realizada em um povoado e em uma metalúrgica que pausou suas atividades para permitir a participação de mais de 40 trabalhadores. Embora planejada para outros povoados, a oficina foi impactada pelas marcantes desigualdades sociais, pobreza, ausência de direitos básicos e exploração do trabalho, evidenciando a limitação das ações de saúde em contextos de precarização. Essa vivência gerou questionamentos profundos, como: “Como promover saúde em um cenário de vida tão precarizado?” Apesar das dificuldades, os estudantes adquiriram conhecimentos significativos, ampliando suas perspectivas críticas sobre a realidade social brasileira, muitas vezes não abrangida pelo eixo de ensino universitário. A experiência reafirmou a importância da extensão universitária e ressaltou a necessidade de uma abordagem horizontal no cuidado em saúde, considerando os determinantes sociais que afetam as populações. Conclui-se que os profissionais de saúde devem estar engajados na promoção dos direitos humanos e na garantia da dignidade, enfrentando as opressões estruturais que permeiam a sociedade. A saúde das populações é indissociável dos fatores sociais, econômicos, étnico-raciais e culturais, exigindo um cuidado integral e transformador.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS: O GRUPO DE CROCHE COMO PROMOÇÃO DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vinicius Carvalho Guimarães, Gabriela Lourença Martins do Nascimento, Renata Garcia, Thays Cristina Pereira Barbosa, Thaís Aparecida Corrêa, Anna Luiza Costa Monteiro de Castro, Flavia Gonçalves Isabel Barbone, Gabriela Cunha Correa Freitas de Oliveira, Wiara Viana Ferreira

A promoção da saúde envolve estratégias, políticas, ações e intervenções voltadas à melhoria da qualidade de vida individual e coletiva, impactando os condicionantes e determinantes sociais de saúde. Nesse contexto, o grupo de crochê na atenção primária surge como uma ferramenta promissora, promovendo integração, compartilhamento de experiências, enfrentamento de dificuldades, autonomia e relações interpessoais. Este relato descreve uma experiência exitosa na unidade de Estratégia Saúde

da Família (ESF) Tietê, em Divinópolis (MG), destacando a importância do grupo de crochê no trabalho da Atenção Primária. Iniciado em janeiro de 2023, o grupo realiza encontros semanais às quintas-feiras, durante três horas no período da tarde, com organização e divulgação conduzidas pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), contando com cerca de 15 participantes ativos. Os relatos dos usuários apontam benefícios significativos nos aspectos sociais e mentais, incluindo melhorias na recuperação de transtornos depressivos e ansiosos, além de fomentar vínculos entre os participantes e a equipe, assegurando cuidado continuado. O espaço também promove aprendizado e aprimoramento de técnicas de crochê, potencializando uma prática manual que pode gerar renda para os participantes. Assim, evidencia-se o impacto positivo do grupo na rotina dos pacientes e na promoção de sua saúde, reforçando a necessidade de capacitar profissionais da Atenção Primária, bem como investir em infraestrutura que garanta espaços acolhedores para a continuidade dessas atividades.

CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE HIPERTENSÃO ARTERIAL E SEUS DETERMINANTES EM PACIENTES HIPERTENSOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE À FAMÍLIA “GABRIEL VITOR” NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU – AMAZONAS

Lúcia Tatiana Filgueira de Souza, André Mauricio Rodrigues, Cezar Felipe Przybysewski Nalifico, Daniel de Sousa Guedes, Jander Batista Mello, Vanessa Figueiredo de Almeida, Vânia Mairi Naue, Nicolas Esteban Castro Heufemann, Raulene Rodrigues Lobo

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) destaca-se como a condição cardiovascular mais prevalente, sendo o principal fator de risco para complicações graves como acidente vascular encefálico, infarto agudo do miocárdio e doença renal crônica terminal. Este projeto de intervenção foi realizado na Unidade Básica de Saúde Familiar “Gabriel Vitor”, em Manacapuru, Amazonas, com o objetivo de promover a educação em saúde, focando nos portadores de hipertensão arterial cadastrados na Estratégia de Saúde da Família (ESF). Por meio de intervenções lideradas pela equipe de saúde, buscou-se controlar a hipertensão arterial na população e reduzir suas principais complicações. As ações educativas foram planejadas para promover e prevenir problemas de saúde, complementadas por atividades de monitoramento e avaliação, com o intuito de diminuir a incidência de óbitos relacionados à hipertensão. A metodologia adotada baseou-se no Planejamento Estratégico Situacional (PSE), permitindo que a equipe da ESF identificasse problemas de saúde prioritários e elaborasse um plano de ação em parceria com os pacientes hipertensos. O projeto objetivou aumentar em 90% o conhecimento dos pacientes e seus familiares sobre a hipertensão arterial, suas complicações, cuidados alimentares, adesão ao tratamento medicamentoso e controle de fatores de risco, além de reforçar a importância da participação nas consultas programadas de HIPERDIA na UBSF. A dedicação e o comprometimento dos profissionais de saúde foram essenciais para o sucesso dessa intervenção, potencializando os impactos positivos na qualidade de vida dos pacientes e na redução dos riscos associados à HAS.

VOICES UNVEILED: TRILHANDO ROTAS CRÍTICAS PARA A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Lúcia Tatiana Filgueira de Souza, André Maurício Rodrigues, Daniel de Souza Guedes, Joana Maria Borges de Freitas, Jander Batista Mello, Nicolas Esteban Castro Heufemann, Vanessa Figueiredo de Almeida, Raulene Rodrigues Lobo, Israel Telles dos Reis

Este estudo busca revelar as narrativas de resistência e as histórias silenciadas de mulheres que enfrentam violência de gênero, analisando as rotas críticas percorridas em busca de justiça e segurança. O objetivo é amplificar suas vozes, desafiar estigmas e tabus relacionados à violência contra a mulher, além de identificar lacunas nos sistemas de apoio e propor soluções para abordagens mais eficazes e compassivas. A pesquisa, fundamentada em entrevistas, análise de casos e revisão de literatura, explora as experiências de mulheres que vivenciam diferentes formas de violência de gênero, incluindo abuso doméstico, assédio sexual e feminicídio. Mapeamos as trajetórias em busca de ajuda, analisando os desafios enfrentados ao interagir com instituições como polícia, serviços de saúde e sistemas judiciais, ao mesmo tempo em que examinamos estratégias de resistência e apoio, como redes de solidariedade, organizações comunitárias e recursos de autoajuda. Os resultados evidenciam a complexidade da violência de gênero e sua interseccionalidade com fatores como raça, classe e orientação sexual, ao mesmo tempo em que expõem lacunas significativas nos sistemas de apoio, incluindo a falta de sensibilidade dos profissionais, a escassez de recursos e a ausência de abordagens integradas. Paralelamente, destacamos exemplos de resistência e solidariedade que emergem dessas narrativas, apontando caminhos para transformação social e a construção de uma cultura de respeito e equidade de gênero. Concluimos que é essencial dar voz às mulheres e envolvê-las na formulação de políticas e práticas para erradicar a violência de gênero. Recomendamos a implementação de medidas concretas para fortalecer os sistemas de apoio, aumentar a conscientização e responsabilizar os agressores, garantindo que todas as mulheres possam viver livres de violência e com dignidade.

CAMINHOS PARA A EQUIDADE EM SAÚDE: DESAFIOS INTERSECCIONAIS E PERSPECTIVAS TRANSFORMADORAS

Lúcia Tatiana Filgueira de Souza, Daniel de Souza Guedes, Jander Batista Mello, Joana Maria Borges de Freitas, Nicolas Esteban Castro Heufemann, Vanessa Figueiredo de Almeida, Vânia Mairi Naue, Israel Telles dos Reis, Raulene Rodrigues Lobo

A interseção entre desigualdades sociais e acesso à saúde representa um desafio global significativo, com fatores como raça, classe, gênero e sexualidade influenciando profundamente a equidade e a qualidade dos cuidados. Este estudo analisa os efeitos das múltiplas formas de opressão na produção de iniquidades no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, investigando como desigualdades étnico-raciais, de classe, gênero e sexualidade afetam o planejamento, formulação e

execução das políticas de saúde. Além disso, busca compreender os impactos dessas desigualdades na saúde física e mental da população, contribuindo para a promoção da equidade em saúde e a defesa dos direitos humanos. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram analisados estudos empíricos, relatórios governamentais e documentos de organizações da sociedade civil, guiados pelo referencial teórico da interseccionalidade e da filosofia da diferença, para mapear as dinâmicas das desigualdades no acesso ao SUS. Os resultados mostram que o racismo, machismo, capacitismo, xenofobia e outras formas de opressão são barreiras significativas, influenciando negativamente tanto o acesso quanto a qualidade dos serviços de saúde. Tais desigualdades resultam em disparidades que comprometem o planejamento e execução das políticas de saúde, ao mesmo tempo em que agravam condições de saúde física e mental, aumentando o risco de doenças. Este estudo ressalta a urgência de enfrentar essas interseções como parte de uma agenda mais ampla de equidade em saúde, recomendando medidas concretas para combater as opressões estruturais e garantir acesso universal aos serviços de saúde, promovendo a qualidade de vida de todas as pessoas.

SISTEMAS LOGÍSTICOS NO ÂMBITO DA REDE CEGONHA – UMA ANÁLISE A PARTIR DO PLANO DE AÇÃO

Maira Pereira Sampaio Macêdo, Hermes Melo Teixeira Batista, Tereza Cristina Mota de Souza Alves, Rondinelle Alves do Carmo, Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho, Ingrid Vieira Santos Souza, Maria de Fátima Vasques Monteiro, Lucia Maria de Lima Paiva, João Agostinho Neto

No âmbito da Rede de Atenção à Saúde, os sistemas logísticos são definidos pela integração de identificação, acompanhamento, acesso regulado pelas Centrais, registro eletrônico e transporte em saúde, elementos indispensáveis à efetividade da Rede Cegonha, que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, parto e puerpério, além de garantir à criança um nascimento seguro e um desenvolvimento saudável. Assim, o transporte seguro, o acesso a consultas e exames e o registro adequado de informações tornam-se cruciais para o cuidado integral em todos os níveis de atenção, devendo os planos de ação de estados, municípios e regiões priorizarem esses aspectos. Este estudo documental, fundamentado no plano de ação da região de saúde do Cariri Cearense para 2024-2027, atualizado pela superintendência regional e aprovado pela Comissão Intergestores Regional, com parecer pendente na Comissão Intergestores Bipartite do Ceará, objetivou analisar os recursos logísticos da Rede Cegonha no contexto regional. A coleta de dados foi realizada por questionário enviado via Google Forms aos representantes dos 45 municípios da região. Os resultados evidenciam que 91,1% dos municípios distribuem universalmente o cartão da gestante, essencial para avaliar a qualidade do pré-natal, enquanto 17,6% reportaram indisponibilidade da caderneta da criança, comprometendo registros e acompanhamentos. O transporte seguro de gestantes, puérperas e recém-nascidos é garantido por 88,9% dos municípios, e 86,7% asseguram sua execução conforme a Portaria 2.048/2002 do Ministério da Saúde. Quanto à regulação da assistência, 71,1% indicaram solicitações em tempo oportuno, mas apenas 4,5% relataram indisponibilidade frequente de consultas e exames. Entre as dificuldades apontadas, destaca-se a necessidade de ampliação de leitos obstétricos e neonatais, apesar do

quantitativo satisfatório atual, para atender particularidades regionais. A atualização do plano permitiu uma análise detalhada dos sistemas logísticos e das lacunas existentes, alinhando metas às diretrizes do Plano de Saúde Regional e às especificidades da Rede Cegonha.

TRANSFORMANDO A PRÁTICA DE CUIDADOS EM SAÚDE: INOVAÇÃO, INTERDISCIPLINARIDADE E HUMANIZAÇÃO

Daniel de Souza Guedes, Israel Telles dos Reis, Jander Batista Mello, Joana Maria Borges de Freitas, Lúcia Tatiana Filgueira de Souza, Nicolas Esteban Castro Heufemann, Vânia Mairi Naue, Vanessa Figueiredo de Almeida, Raulene Rodrigues Lobo

O desenvolvimento contínuo dos cuidados em saúde demanda uma abordagem multifacetada que integre humanização, interdisciplinaridade e inovação, elementos que não apenas aprimoram a eficácia dos tratamentos, mas também promovem experiências mais satisfatórias para pacientes e profissionais. Este estudo objetiva examinar como esses pilares transformam as práticas de saúde, analisando seus impactos na qualidade dos serviços e na experiência dos envolvidos. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando bases como PubMed, Scopus e Web of Science, com critérios de inclusão que contemplaram estudos publicados nos últimos dez anos, em inglês, espanhol ou português, focados nos temas de inovação, interdisciplinaridade e humanização. A análise revelou estratégias inovadoras, como o uso de telemedicina e inteligência artificial, que otimizam o diagnóstico, tratamento e acesso a serviços, além de uma ênfase crescente na colaboração interdisciplinar, com equipes integradas adotando abordagens holísticas no cuidado ao paciente. A humanização, por sua vez, destacou-se como um componente essencial, promovendo empatia, respeito e dignidade, ao considerar necessidades individuais e contextos socioculturais. Apesar dos avanços, foram identificados desafios como resistência à mudança, barreiras organizacionais e falta de recursos, que podem limitar a adoção dessas práticas. Assim, o estudo reforça a necessidade de investimentos em capacitação, liderança e colaboração entre os stakeholders, para superar obstáculos e consolidar uma transformação significativa nos cuidados em saúde, baseada em uma abordagem integrada que combine inovação, interdisciplinaridade e humanização.

FATORES CONDICIONANTES DE SAÚDE EM POPULAÇÃO DO CAMPO VIVENCIADO POR ENFERMEIRO RESIDENTE NO NÚCLEO RURAL RIO PRETO DISTRITO FEDERAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rogério Romeiro Oliveira

A saúde de um indivíduo está intrinsecamente relacionada a fatores como convivência, família, trabalho e lazer, e não se limita à ausência de doenças, exigindo uma visão ampla do contexto biopsicossocial. Inserido nesse panorama, o Núcleo Rural Rio Preto (NRRP), localizado na região norte

do Distrito Federal (DF), é uma área voltada à pecuária, avicultura, suinocultura e, principalmente, à agricultura, cuja dinâmica socioeconômica acarreta desafios significativos à saúde da população, como o uso intensivo de agrotóxicos e barreiras de acesso aos serviços de saúde. Este estudo teve como objetivo descrever os fatores condicionantes de saúde em uma comunidade rural do NRRP, com base na experiência de um enfermeiro residente no Programa de Residência Multiprofissional em Estratégia e Saúde da Família com ênfase na População do Campo, realizado pela Fiocruz Brasília em 2023. A população do NRRP é composta majoritariamente por trabalhadores rurais oriundos de outros estados, muitos dos quais vivem em condições precárias, em moradias improvisadas ou galpões sem manutenção adequada, frequentemente próximas a lavouras de grãos expostas à aplicação de agrotóxicos. Essa prática desordenada representa uma ameaça constante, tanto pela exposição direta quanto pela contaminação de alimentos da agricultura familiar. Entre as condições de saúde prevalentes estão diabetes tipo II, hipertensão arterial sistêmica, depressão e ansiedade, com uma alta demanda por cuidados psicológicos na Unidade Básica de Saúde (UBS). As visitas domiciliares revelam o sofrimento da população e dificuldades como continuidade de tratamentos para feridas crônicas, acompanhamento adequado do pré-natal e restrições impostas pela rotina de trabalho, que dificultam o acesso à saúde. Essas condições evidenciam o desgaste para a comunidade e para as equipes de saúde. Apesar da referência para atendimento na UBS, barreiras de acesso e desigualdades sociais persistem, comprometendo a continuidade do cuidado. A saúde dessa população requer ações integradas, incluindo efetivação de políticas públicas, fiscalização das condições de trabalho, melhoria nas habitações e promoção de um ambiente que permita o acesso a lazer e condições dignas de vida.

PRÁTICA DE ENSINO NA COMUNIDADE: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DISCENTE

Ariadne do Nascimento Conceição, Yngreed Libero de Souza, Maraiza Alves de Oliveira

A Prática de Ensino na Comunidade (PEC), disciplina oferecida pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Campus Lagarto, tem como objetivo proporcionar aos discentes uma vivência prática no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a interação com uma comunidade específica ao longo do ano para compreender seus desafios e potencialidades. Essa abordagem visa ampliar o conhecimento dos alunos sobre saúde pública e aproximá-los da realidade local, contribuindo para sua formação como profissionais de saúde. Entre os temas abordados na PEC, destaca-se a Promoção de Saúde (PS), que busca melhorar a qualidade de vida por meio de ações integradas entre diversos setores, sendo o Método Bambu uma das estratégias aplicadas para fortalecer e transformar as potencialidades comunitárias. Neste trabalho, a turma foi designada para atuar em uma comunidade de um povoado em Lagarto (SE), onde utilizou questionários para levantar informações sobre o local e relacioná-las com os conteúdos teóricos, além de visitar o Ponto de Apoio de Saúde, constatando sua má infraestrutura e a ausência de atendimentos. Uma roda de conversa com os moradores possibilitou identificar os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) locais e idealizar ações voltadas à

melhoria da qualidade de vida. Durante esse diálogo, os discentes explicaram o Método Bambu e a importância da autonomia no processo de promoção de saúde, resultando na escolha da comunidade pela realização de um “dia de saúde”, com aferições de pressão arterial, glicemia e oximetria, além de orientações sobre saúde e hábitos saudáveis. Os questionários revelaram que a comunidade, composta por 116 famílias majoritariamente formadas por mulheres autodeclaradas pardas ou pretas com baixa escolaridade, demandava maior acesso a informações sobre seus direitos no SUS. Por meio de visitas domiciliares, os discentes fortaleceram vínculos, promoveram ações de lazer e orientaram sobre saúde física e mental, respondendo aos anseios da população. Assim, as estratégias adotadas demonstraram ser eficazes para atender às necessidades dos alunos e da comunidade, evidenciando a importância da PEC para a formação acadêmica e cidadã, ao oferecer uma experiência humanizada e alinhada aos princípios do SUS, desde o início da trajetória acadêmica dos estudantes.

O PAPEL DA PRECEPTORIA NA CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Fabiana Schneider, Eliana Paula Brentano, Leila Juliana Antunes Riggo, Sandra Mara Setti, Thaís Scalco

A Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (SUS) representa um cenário fundamental para a formação de profissionais interessados na saúde coletiva, sendo o foco deste relato a experiência de preceptoria no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Passo Fundo, com campo de prática no município de Marau (RS). Iniciado em 2013, o programa contou inicialmente com o Grupo Hospitalar Conceição como referência na proposta de descentralização das residências multiprofissionais, sendo coordenado pela UFFS a partir de 2016. Desde então, acompanha residentes das áreas de enfermagem, farmácia e psicologia, acumulando dez anos de experiência em preceptoria. Entre as potencialidades destacam-se os espaços de educação permanente organizados com as equipes de saúde e a Universidade, que fortalecem os aspectos teóricos, práticos e de gestão do programa, além da conquista da bolsa preceptoria, garantida por lei municipal, como reconhecimento e valorização dessa função. Contudo, desafios persistem, como os diferentes perfis de residentes, que frequentemente refletem lacunas na formação de graduação, as cobranças da gestão de saúde relacionadas às demandas do núcleo profissional e a mediação de conflitos entre gestão, residentes e universidade. Essas circunstâncias evidenciam a necessidade de o preceptor desenvolver habilidades como comunicação eficiente, flexibilidade, capacidade de mediação de conflitos e trabalho em equipe, além do compromisso com a atuação no SUS. Nesse contexto, o preceptor desempenha um papel central ao promover a integração dos residentes ao cenário de prática profissional e às atividades teóricas da universidade, configurando-se como um elo essencial para a concretização do ensino em serviço na modalidade proposta pela Residência Multiprofissional em Saúde.

UM PLANO DE INTERVENÇÃO PARA MELHORA DO CONSUMO DE ALIMENTOS IN NATURA EM UMA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM FORTALEZA – CEARÁ

Brenna Virginia Lima Rebouças, Fernanda Cornelius Lange

O pano de fundo deste trabalho é a Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) Frei Tito de Alencar Lima, localizada no bairro Antônio Diogo, em Fortaleza, Ceará, responsável por atender o extenso território da Praia do Futuro II, subdividido em quatro áreas de abrangência: Caça e Pesca, Embratel, 31 de Março e Luxou. Enquanto Caça e Pesca, próximo à unidade, concentra um dos maiores números de usuários adscritos, Luxou destaca-se pela distância, extensão territorial e vulnerabilidades socioeconômicas, com conflitos locais e ocupações. Uma característica marcante da região é a insegurança alimentar e nutricional, evidenciada pelo escasso acesso a alimentos in natura e pela predominância de produtos processados e ultraprocessados nos pontos de venda, contribuindo para uma dieta rica em calorias, gorduras, açúcares e sal, que, quando consumida regularmente, impacta negativamente a saúde. Nesse cenário, observa-se uma alta prevalência de sobrepeso e obesidade entre adultos e idosos, reforçando a necessidade de estratégias para melhorar os hábitos alimentares e prevenir doenças crônicas. O objetivo do trabalho é desenvolver um plano de ação para incentivar o consumo de alimentos in natura entre adultos com sobrepeso ou obesidade atendidos pela unidade. A metodologia envolve dez encontros quinzenais ao longo de cinco meses, realizados na UAPS, com duração de 1h30 e participação média de 15 usuários diagnosticados com excesso de peso ($IMC \geq 25 \text{ kg/m}^2$) interessados em mudanças alimentares. As atividades serão conduzidas pela nutricionista responsável, com apoio de profissionais do núcleo multiprofissional, e incluirão rodas de conversa, planejamento de metas e oficinas práticas. No último encontro, será entregue a cartilha “Como minha alimentação pode promover mais saúde?” como material de apoio para a continuidade das mudanças alimentares. Espera-se que a intervenção proporcione melhorias nos hábitos alimentares, priorizando alimentos in natura e minimamente processados, além de reduzir o consumo de ultraprocessados. Além disso, o projeto busca promover reflexões sobre saúde e alimentação saudável, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos participantes.

CONTRIBUIÇÃO DA LÍNGUA MATERNA TUKANO NA EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA, AMAZONAS

Marcos Vinícius Santos Batista Silva, Valeria Arruda Rodrigues, Marinalva Arruda Rodrigues, Francisco Takmony Fernandes Dantas, Maria Goreti Barroncas de Sousa

A escola desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988, que garante o direito à

educação para todas as pessoas, especialmente as crianças indígenas. Abordar os povos indígenas implica valorizar sua cultura, crenças e costumes. A língua materna desses povos é essencial no processo educativo, pois fortalece o aprendizado das crianças e contribui para a preservação dos saberes dentro de suas comunidades. A Escola Municipal Indígena Beija-flor, localizada no município de Rio Preto da Eva, Amazonas, foi instituída pelo Decreto N° 011-A de 29 de julho de 2011. A escola possui características próprias, com uma proposta pedagógica centrada na valorização da cultura e da língua materna. Ela atende alunos da pré-escola I aos anos iniciais do ensino fundamental, no turno matutino, e atualmente conta com 100 estudantes, dos quais 72 são indígenas pertencentes a diferentes grupos étnicos: 16 Saterê-Maué, 16 Dessano, 12 Kokama, 10 Tukano, 5 Baniwa, 3 Mura, 3 Munduruku, 3 Borarí, 2 Baré, 1 Pacaio, 1 Morubo, além de 28 alunos não indígenas. A escola é um espaço de desenvolvimento científico, social e cultural, onde a língua materna desempenha um papel central no ensino. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a Escola Municipal Indígena Beija-flor e destacar a importância da língua materna no processo de ensino e aprendizagem. Atualmente, os alunos têm aulas de língua materna Tukano duas vezes por semana, ministradas por um professor indígena da etnia Tukano, permitindo a aquisição tanto da linguagem oral quanto escrita, além de reforçar a relevância desse conhecimento para a comunidade local. Dessa forma, o trabalho desenvolvido na escola é imprescindível para a formação das crianças e para a preservação da história, da língua materna e da cultura dos povos indígenas. Manter esse ensino vivo é fundamental para que esses saberes não caiam no esquecimento, beneficiando tanto a escola quanto a comunidade.

CONSUMO ALIMENTAR DE LACTENTES A TERMO EM FASE DE INTRODUÇÃO ALIMENTAR

Larissa Barz de Vargas, Geovana de Paula Bolzan, Giane Eichner, Giovana Cristina Ceni, Bianca Nunes Pimentel

A nutrição desempenha um papel crucial em todas as fases da vida, especialmente nos primeiros dois anos, período em que é fundamental incentivar e adotar hábitos alimentares saudáveis para garantir o crescimento e desenvolvimento plenos. O padrão alimentar estabelecido nessa fase tende a se consolidar na vida adulta, e uma alimentação adequada não apenas atende às necessidades nutricionais, mas também reduz o risco de desnutrição, excesso de peso, deficiências de micronutrientes e doenças associadas. Este trabalho teve como objetivo avaliar o consumo alimentar de lactentes saudáveis em fase de introdução alimentar, comparando variáveis entre grupos cujos pais receberam ou não orientação nutricional e fonoaudiológica especializada. Trata-se de um estudo transversal com lactentes, onde o Grupo Estudo incluiu aqueles cujos pais receberam orientações especializadas, enquanto o Grupo Controle abrangeu lactentes cujos pais não receberam tais orientações. As informações foram coletadas a partir de prontuários e entrevistas para traçar o perfil nutricional, utilizando um formulário de marcadores de consumo alimentar para crianças menores de dois anos. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética (parecer

5.861.862) e todos os responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram avaliados 60 lactentes, e observou-se que o Grupo Controle iniciou a alimentação complementar precocemente, com uma qualidade significativamente inferior à do Grupo Estudo. Este último apresentou maior diversidade alimentar e maior consumo de alimentos ricos em vitamina A, como legumes, vegetais e frutas alaranjadas, enquanto o Grupo Controle teve alto consumo de alimentos ultraprocessados, como hambúrgueres, bebidas adoçadas, macarrão instantâneo e biscoitos recheados. Concluiu-se que a orientação nutricional e fonoaudiológica tem um papel relevante na qualidade da dieta dos lactentes, reforçando a importância de orientações especializadas em todos os níveis de atenção para auxiliar as famílias na adoção de escolhas alimentares mais saudáveis.

RISCO DE DISTÚRBO ALIMENTAR PEDIÁTRICO DE LACTENTES A TERMO EM FASE DE INTRODUÇÃO ALIMENTAR

Larissa Barz de Vargas, Geovana de Paula Bolzan, Giane Eichner, Giovana Cristina Ceni, Bianca Nunes Pimentel

O presente trabalho teve como objetivo avaliar o risco de distúrbio alimentar pediátrico em lactentes saudáveis durante a fase de introdução alimentar, comparando grupos cujos pais receberam ou não orientação nutricional e fonoaudiológica especializada. Trata-se de um estudo transversal, onde o Grupo Estudo foi composto por lactentes cujos pais receberam orientações especializadas para a introdução alimentar, enquanto o Grupo Controle incluiu lactentes cujos pais não tiveram esse acompanhamento. Informações clínicas foram coletadas por meio de prontuários e entrevistas, e o risco de distúrbio alimentar pediátrico foi avaliado utilizando a Escala Brasileira de Alimentação Infantil. Entre os 60 lactentes avaliados, o Grupo Controle apresentou maior risco de distúrbio alimentar pediátrico, com 33,33% classificados com risco leve a moderado. Os resultados evidenciam que a orientação nutricional e fonoaudiológica desempenha um papel protetor contra distúrbios alimentares na infância, ressaltando a importância de um acompanhamento multiprofissional no início da alimentação complementar. Além disso, o instrumento utilizado destacou que as percepções familiares sobre qualidade e quantidade de alimentos podem ser equivocadas no Grupo Controle, possivelmente devido à falta de orientações especializadas. Considerando a alta prevalência de distúrbios alimentares na infância e suas consequências negativas para o desenvolvimento social, emocional, físico e cognitivo da criança, reforça-se a necessidade de suporte multiprofissional para promover práticas alimentares adequadas e reduzir os impactos negativos na vida da criança e da família.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA CIDADE DE MANAUS (AM)

Caio César de Alcântara Bonates, Michele Rocha de Araújo El Kadri

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é um sistema integrado de serviços e atividades voltados à promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em saúde mental, instituído no Brasil pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, no contexto da reforma psiquiátrica. No Estado do Amazonas, a política de saúde mental também é respaldada pela Lei nº 3.177, de 11 de outubro de 2007, que reforça os direitos e a assistência às pessoas com transtornos mentais. Este trabalho tem como objetivo reportar os desafios enfrentados na gestão da política de saúde mental em Manaus, Amazonas. A RAPS, que deve articular-se com outras políticas para assegurar a integração e a solução de problemas sociais, enfrenta barreiras significativas na região, principalmente no acesso aos serviços, o que compromete a eficácia do cuidado em saúde mental. Em Manaus, a escassez de instalações e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) resulta em deslocamentos longos e desgastantes para os usuários, agravados pelas dificuldades de tráfego na cidade. Essa demora no acesso aos serviços contribui para o agravamento dos quadros clínicos, intensificando o sofrimento dos pacientes e fragilizando as famílias. Além disso, a insuficiência de profissionais qualificados, como psiquiatras, psicólogos e equipes multiprofissionais, limita ainda mais a capacidade de atendimento à crescente demanda populacional, tornando urgente a ampliação do número de profissionais e a implementação de programas de sensibilização e qualificação em saúde mental. Outro desafio significativo é o estigma social relacionado aos transtornos mentais, que desencoraja muitas pessoas a buscar auxílio, resultando na subutilização e subnotificação dos serviços disponíveis. Os custos sociais e econômicos do tratamento inadequado ou tardio são elevados, impactando a produtividade, a estrutura familiar e a procura por serviços de emergência, além de perpetuar o ciclo de exclusão social e marginalização dos indivíduos com transtornos mentais. A superação desses desafios exige ações intersetoriais que envolvam investimentos em infraestrutura, aumento do contingente de recursos humanos qualificados e programas de conscientização que reduzam o estigma e promovam o uso adequado dos serviços. Somente com tais iniciativas será possível mitigar as barreiras que comprometem a qualidade de vida e a reintegração social das pessoas afetadas, fortalecendo a efetivação do cuidado em saúde mental oferecido pela RAPS em Manaus.

ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO: FERRAMENTA DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA

Fabiana Schneider, João Pedro Nunes Ritter, Stéfanni Vargas Silveira

O debate sobre a inserção de psicólogos na Atenção Básica destaca a necessidade de equilibrar, em sua prática, as demandas por atendimento clínico com ações de prevenção e promoção de saúde. Este relato aborda a experiência do município de Marau (RS), onde, por decisão da gestão municipal,

psicólogos atuam 20 horas por equipe de saúde, e, especificamente, o contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF) Santa Rita, em parceria com residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde na Atenção Básica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Passo Fundo, do núcleo de psicologia, que cumprem carga horária de 40 horas semanais. Diante das crescentes demandas em saúde mental, marcadas pela complexidade dos casos e pelo sofrimento evidente, os profissionais reorganizaram os atendimentos psicológicos, criando um espaço de acolhimento psicológico na ESF, realizado em dois turnos semanais, por livre demanda ou encaminhamento da equipe e das escolas do território. Para sistematizar o trabalho, foi desenvolvido um protocolo de registro que inclui informações gerais do paciente, histórico de tratamento, uso de medicamentos, antecedentes familiares de transtornos mentais, genograma e encaminhamentos realizados, permitindo a coleta de dados epidemiológicos em saúde mental. Essa organização, implementada desde 2013, possibilita a análise das demandas, orientando a oferta de ações de promoção à saúde em articulação com a equipe. Após a Pandemia de covid-19, observou-se um aumento significativo nos encaminhamentos escolares para atendimento psicológico de crianças e adolescentes, bem como na procura espontânea pelo acolhimento, com prevalência de quadros de ansiedade, sintomas depressivos, ideação suicida, tentativas de suicídio, e transtornos de comportamento e aprendizagem. Essa prática tem fortalecido o reconhecimento do espaço psicológico como uma ferramenta de cuidado, reduzido a lista de espera por meio de critérios de risco, ampliado encaminhamentos para grupos educativos, diminuído a necessidade de intervenções medicamentosas e qualificado os planos terapêuticos integrados com a equipe. Essa abordagem aproxima o trabalho dos psicólogos das reais necessidades da população, e a presença de residentes de psicologia na Atenção Básica tem contribuído para a qualificação do atendimento em saúde mental, permitindo acolhimento respeitoso e alinhado às subjetividades dos usuários. Assim, reafirma-se a importância da Residência Multiprofissional e o papel estratégico da Atenção Básica na formação de psicólogos comprometidos com o SUS.

O SABER DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA CAMELÔ SOBRE A RELAÇÃO SAÚDE-TRABALHO-AMBIENTE: O MUCA COMO SUJEITO COLETIVO

Thaís Lisboa Soares, Monica Simone Pereira Olivar, Aline Aparecida Martins Araújo, Guilherme Faro Bonan, Anna Cecília Faro Bonan, Hertz Viana Leal, Carlos Eduardo Barros Pinto, Maria de Lourdes do Carmo

No centro do Rio de Janeiro, camelôs enfrentam riscos e agravos relacionados ao trabalho, destacando-se pela exposição a condições precárias e desafios cotidianos. Com base no campo teórico da Saúde do Trabalhador, observa-se que esses trabalhadores possuem um saber próprio sobre sua saúde, revelando as complexas relações entre saúde, trabalho e ambiente na categoria. Esta pesquisa, conduzida por duas pesquisadoras do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Trabalhador da Fiocruz, em parceria com o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), utilizou metodologia qualitativa de análise do discurso, baseada em Rodas de Conversa

com roteiro semiestruturado envolvendo camelôs do centro da cidade. Os dados obtidos foram organizados em categorias, destacando a violência e o sofrimento relacionados ao trabalho. Os relatos revelaram uma consciência crítica sobre os processos laborais e suas implicações para a saúde e o ambiente. Os resultados evidenciam que, além das condições adversas intrínsecas ao trabalho, como exposição ao sol e chuva, jornadas extenuantes, movimentos repetitivos, esforço físico e uso excessivo da voz, esses trabalhadores enfrentam violências sistemáticas por parte do poder público. A pesquisa busca contribuir de três formas principais: (1) fortalecer a organização e valorizar o conhecimento dos camelôs sobre saúde-trabalho-ambiente; (2) ampliar o entendimento social sobre a saúde do trabalhador; e (3) identificar agravos e doenças relacionados ao trabalho que afetam essa população. Em resposta, o MUCA tem liderado a construção de propostas para transformar o ambiente de trabalho e mitigar fatores nocivos à saúde. Ressalta-se, ainda, a necessidade de reconhecer a saúde do trabalhador como direito humano, fortalecendo políticas de proteção, promoção e recuperação da saúde, assegurando direitos para toda a classe trabalhadora, independentemente da formalidade ou informalidade de sua ocupação, considerando que mais de 60% da população mundial atua no mercado informal.

UNI DUNI TÊ, CUIDADO EM SAÚDE, CADÊ VOCÊ? – RELATO DE EXPERIÊNCIA NA SALA DE ESPERA DA PEDIATRIA DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Vivian Lemos Lopes De Cicco, Luciana Machado Werneck, Maria do Socorro Gomes,
Katharina Basilio do Rosário, Felipe Soares Martins

Ao longo da história, a importância da infância e do brincar evoluiu de um simples ato de lazer para um processo essencial no desenvolvimento psíquico, motor, cognitivo, afetivo, cultural e social. Crianças em idade pré-escolar e escolar apresentam desafios significativos na promoção à saúde, exigindo estratégias lúdicas que estimulem a participação e o aprendizado, favorecendo a adoção de comportamentos saudáveis. A Constituição Federal Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhecem a infância como uma fase protegida, onde a criança é vista como sujeito de direitos, capaz de protagonizar seu processo de construção histórico, cultural e social. Nesse contexto, o brincar foi adotado como estratégia para promover o conhecimento dos direitos da infância por meio de atividades lúdicas com crianças de 3 a 12 anos, em uma unidade de saúde da família no município de Santos, São Paulo. Este relato descreve ações conduzidas por uma equipe multiprofissional composta por assistente social, nutricionista e estagiários dos cursos de Nutrição e Serviço Social da UNIFESP/BS, realizadas quinzenalmente na sala de espera da pediatria, durante o segundo semestre de 2023, em um território de alta vulnerabilidade social. As atividades abordaram temas como o direito à saúde, ao lazer, à cultura, à alimentação saudável e ao respeito à diversidade, utilizando estratégias lúdicas como contação de histórias, desenhos para colorir, jogos e brincadeiras populares, além de oficinas de plantio e dobradura. Considerando que o brincar é a principal ocupação da infância e o meio pelo

qual a criança desenvolve habilidades físicas, emocionais e psíquicas, essas ações reforçaram o papel do brincar como uma ferramenta de promoção de saúde e participação social. Por meio do projeto Uni Duni Tê, as crianças compreenderam que a unidade de saúde não é apenas um espaço de tratamento, mas também um local para promoção de saúde e cidadania. A eficácia das atividades foi avaliada com base em um diário de campo, que registrou falas das crianças destacando a melhora na interação com os profissionais de saúde e a relevância do aprender-brincando na construção de cidadãos conscientes e participativos, fortalecendo a compreensão dos direitos da infância.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO ADULTA LGBTQIAPN+ SOBRE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, FÍSICA E SEXUAL

Fihama Pires Nascimento, Emanuella de Castro Marcolino, Lindemberg Arruda Barbosa, Joissy Galdino Medeiros, Sabrina Leite de Souza, Lucas Guilherme da Silva Duque, Renata Clemente dos Santos Rodrigues

A marginalização social enfrentada pela comunidade LGBTQIAPN+ aumenta sua vulnerabilidade à violência, agravada pelo estigma, discriminação e exclusão social. Esse contexto demanda uma análise aprofundada das percepções dessa população sobre a violência interpessoal, o que pode ser alcançado por meio da Teoria das Representações Sociais (TRS), ferramenta que auxilia na compreensão das dinâmicas sociais. Este estudo teve como objetivo analisar as representações sociais de pessoas LGBTQIAPN+ adultas sobre violência psicológica, física e sexual. Utilizando um enfoque qualitativo, a pesquisa contou com 18 participantes, majoritariamente entre 18 e 25 anos (66,1%), predominando identidades transgênero (44,4%) e orientação sexual heterossexual (38,9%). A maioria possuía renda inferior a um salário mínimo (55,6%), com 44,4% em empregos informais e 22,2% desempregados. A metodologia incluiu o Teste de Associação Livre de Palavras, em que os participantes responderam a estímulos imagéticos representando diferentes formas de violência, evocando associações que revelaram emoções, conflitos e vivências significativas. Os resultados indicaram que as representações sociais da violência estão profundamente associadas a sentimentos de aflição, sendo as palavras mais evocadas: “Dor”, “Angústia”, “Medo” e “Sofrimento”. Também emergiram termos como “Silenciamento”, “Preconceito”, “Intolerância” e “Repressão”, evidenciando o impacto de representações sociais negativas na exclusão e vulnerabilidade dessa população. Esses fatores dificultam o acesso a direitos e oportunidades, perpetuando sua marginalização. Conclui-se que a violência interpessoal enfrentada pela comunidade LGBTQIAPN+ possui dimensões emocionais e psicológicas devastadoras, exigindo intervenções que transcendam o enfrentamento físico da violência, abrangendo também suas implicações sociais e emocionais. É imprescindível a criação de ambientes inclusivos e seguros que promovam apoio, justiça e a plena participação dessa população na sociedade.

CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL SOFRIDA POR ALUNAS DE ENFERMAGEM AO LONGO DA VIDA

Isana Bronzeado Guimarães, Lindemberg Arruda Barbosa, Fihama Pires Nascimento, Sabrina Leite de Souza, Joissy Galdino Medeiros, Lucas Guilherme da Silva Duque, Tamires Paula Gomes Medeiros, Emanuella de Castro Marcolino, Renata Clemente dos Santos Rodrigues

A violência sexual é caracterizada como qualquer ato ou comportamento de natureza sexual realizado sem o consentimento de uma das partes, podendo envolver coerção, pressão, manipulação ou força. A ausência de consentimento pode ocorrer em diversas situações, como uso de violência física, ameaças, manipulação emocional, intoxicação por álcool ou drogas, ou ausência de um “sim” claro e voluntário. Este tipo de violência afeta predominantemente mulheres, em razão das persistentes desigualdades de gênero e discriminação, ocorrendo em contextos variados, como espaços públicos, privados, lares e locais de trabalho, com impactos profundos no bem-estar das vítimas. Frente a essa realidade e considerando a composição majoritariamente feminina do curso de Enfermagem, torna-se pertinente investigar esse fenômeno entre estudantes universitárias. Este estudo teve como objetivo identificar o perfil de situações de violência sexual vivenciadas por alunas de graduação em Enfermagem ao longo da vida. A pesquisa, de caráter transversal, foi realizada entre outubro e novembro de 2023 com 204 estudantes de duas universidades públicas de Campina Grande, Paraíba. Um questionário sociodemográfico foi aplicado seguindo os parâmetros éticos da Resolução CNS/466 de 2012, com aprovação do Comitê de Ética da UNIFACISA e da seção 10 do World Health Organization Violence Against Women. Os dados foram analisados por estatística descritiva com o auxílio dos softwares Excel e SPSS, versão 21, sendo apresentados em tabelas. Os resultados indicaram que 52% das participantes se identificaram como brancas, 79,8% tinham entre 18 e 22 anos, 95,6% eram solteiras, 98,5% não tinham filhos, 90,6% eram apenas estudantes, 78,7% não possuíam renda e 91,2% residiam na zona urbana. Do total, 78,4% relataram ter sofrido violência emocional, 23,5% violência física e 15,7% violência sexual. Conclui-se que uma parcela significativa das estudantes vivenciou violência sexual, ressaltando os impactos biopsicossociais profundos dessa experiência. Esses achados reforçam a urgência de uma abordagem holística para a saúde das vítimas, com o planejamento de intervenções e a reformulação de políticas assistenciais que combatam e reduzam a violência sexual de maneira abrangente.

CONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA SOFRIDA POR PUÉRPERAS ACOMPANHADAS PELA ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA (PB)

Lilianne Rodrigues Alves, Emanuella de Castro Marcolino, Lindemberg Arruda Barbosa, Fihama Pires Nascimento, Joissy Galdino Medeiros, Sabrina Leite de Souza, Kalyne Araújo Bezerra, Lucas Guilherme da Silva Duque, Renata Clemente dos Santos Rodrigues

A violência obstétrica é caracterizada por ações que incluem abusos verbais, restrição da presença de acompanhante, procedimentos médicos não consentidos, violação de privacidade, recusa na

administração de analgésicos, violência física, entre outros. Estudos indicam que muitas mulheres não recebem informações adequadas sobre cuidados no pré e pós-parto, tornando-se mais vulneráveis a essas práticas. Em resposta a essa situação, o Ministério da Saúde implementou no SUS programas e políticas para promover boas práticas, combater o desrespeito e garantir os direitos das gestantes. Este estudo teve como objetivo analisar a violência obstétrica vivenciada por puérperas acompanhadas pela atenção básica. A pesquisa foi conduzida com 13 puérperas usuárias de Unidades Básicas de Saúde da Família em outubro de 2023, no município de Alagoinha (PB), com coleta de dados mediante questionário sociodemográfico e roteiro de entrevista semiestruturada. Após aprovação pelo Comitê de Ética da UNIFACISA, as entrevistas foram realizadas de forma respeitosa e as participantes identificadas numericamente. Os dados foram organizados e analisados segundo a análise de conteúdo de Bardin. Os resultados evidenciaram que a maioria das puérperas não recebeu orientações adequadas durante o pré-natal sobre violência obstétrica, dificultando seu reconhecimento durante o trabalho de parto. Das participantes, 92% eram pardas, 8% brancas, e a maioria possuía baixa escolaridade (38% com ensino fundamental incompleto). Em relação ao estado civil, 61% eram solteiras, e quanto à moradia, 69% viviam na zona urbana. A prevalência de mulheres pardas, com baixa escolaridade e residentes em áreas urbanas revelou a vulnerabilidade agravada pela falta de informação sobre seus direitos, o processo de parto e as opções disponíveis, além de suporte emocional e social. Conclui-se que a falta de compreensão sobre a violência obstétrica é resultado direto da ausência de orientação no pré-natal, reforçando a necessidade de abordar esse tema no âmbito da Atenção Básica. A elaboração de planos de parto em parceria com as gestantes é essencial para prevenir e enfrentar a violência obstétrica, garantindo uma assistência de qualidade que respeite os direitos das mulheres.

USO DA GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DOS GUIAS ALIMENTARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marivana Aparecida dos Santos Nessler, Pollyana Stefanello Gandin, Cristiane Moraes da Silva, Andressa Magalhães Flores, Ethel Bastos da Silva, Neila Santini de Souza

O Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos, desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, são instrumentos que oferecem recomendações para uma alimentação adequada e saudável, apresentados em uma linguagem acessível tanto para profissionais quanto para pacientes. Ensinar sobre esses guias em cursos da área da saúde é essencial, podendo ser potencializado com recursos baseados na gamificação. Este trabalho descreve a experiência de uso da gamificação como estratégia de ensino-aprendizagem sobre os Guias Alimentares, no contexto da disciplina “Abordagens do Ensino na Prática Docente” do mestrado acadêmico em Saúde e Ruralidade da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões. A atividade incluiu o planejamento e simulação de aula com recursos gamificados, como slides com informações gerais e resumo dos capítulos dos guias, além de um jogo sobre os níveis de processamento dos alimentos desenvolvido na plataforma WordwallR. Durante a aula, foram apresentados os dez passos para uma alimentação saudável e elaborado um mapa conceitual colaborativo na plataforma MindMeisterR, que permitiu contribuições simultâneas dos discentes. Para as mestrandas mediadoras, o uso dessas ferramentas transformou o aprendizado abstrato em desafios

interativos, motivando os discentes e promovendo autonomia, atenção e interesse por meio da integração tecnológica. A gamificação demonstrou ser uma metodologia ativa capaz de estimular a aprendizagem significativa de forma prática e inovadora, em contraste com a memorização tradicional. Contudo, sua implementação exige planejamento detalhado, criatividade e conhecimento sobre diferentes recursos, representando um desafio para os docentes. A gamificação se mostra aplicável em diversas disciplinas e contextos, incluindo abordagens sobre nutrição em cursos de enfermagem e saúde.

MANEJO DA DOR NO NEONATO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: REVISÃO DE ESCOPO

Fernanda Mayara de Souza Franco Silva, Maressa Samai Pinheiro Silva, Eunice Fernandes da Silva, Felipe Silva Ferreira, Michel Siqueira da Silva, Alessandra Aparecida Tavares Neves, Heloyze Maria de Lima Freitas, Daniella Santos Guedes Alcoforado, Loyane Figueiredo Cavalcanti Lima

A hospitalização de recém-nascidos em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) envolve diversos procedimentos dolorosos que podem impactar negativamente sua saúde a curto e longo prazo. Devido à imaturidade do sistema nervoso, os recém-nascidos apresentam maior vulnerabilidade à dor, experimentando-a por períodos prolongados, o que desencadeia respostas hormonais, fisiológicas e comportamentais, comprometendo a homeostase. Este estudo objetivou descrever sobre o manejo da dor no neonato crítico frente aos procedimentos invasivos realizados na Unidade de Terapia Intensiva. Trata-se de uma revisão de escopo que seguiu as diretrizes do Joanna Briggs Institute e do fluxograma PRISMA-ScR. Onze artigos relevantes foram analisados, sendo 33% ensaios randomizados, 33% revisões sistemáticas e 34% outros estudos, com destaque para os anos de 2019 e 2020 (44%). Evidenciou-se a importância de intervenções para alívio da dor neonatal, sejam farmacológicas ou não farmacológicas, como contato pele a pele, soluções adocicadas, amamentação, sucção não nutritiva, contenção e posições facilitadas, que auxiliam na reorganização neuropsicomotora do recém-nascido. Apesar da crescente sensibilização dos profissionais de saúde quanto ao manejo da dor, ainda há lacunas no debate e na implementação de métodos para seu alívio na UTIN, em parte devido à capacitação insuficiente. É fundamental desenvolver, capacitar e implementar estratégias eficazes para atenuar a dor e evitar morbidades futuras nesse público.

GRUPO DE APOIO A SAÚDE DA MULHER NA ALDEIA GUARANI NA CIDADE DE SANTA MARIA (RS)

Alexandro Gomes de Lima

O trabalho apresenta o projeto de extensão “Grupo de apoio à saúde da mulher indígena nas aldeias de Santa Maria/RS”, vinculado ao Programa de Educação Tutorial Indígena da UFSM. O projeto busca promover ações de educação em saúde da mulher nas aldeias Guaviraty Porã, da comunidade

mbya guarani, e Três Soitas, da comunidade kaingang. As atividades, ainda em fase inicial, são desenvolvidas por meio do contato entre o grupo acadêmico, profissionais de saúde e membros das comunidades. Com foco na promoção da saúde da mulher indígena, os petianos elaboram dinâmicas interativas e materiais informativos sobre prevenção de DSTs e câncer de mama, além de planejar a criação de grupos de comunicação direta para apoio às mulheres no enfrentamento de questões de saúde. Espera-se consolidar parcerias entre as mulheres das comunidades indígenas e os estudantes indígenas da área da saúde, promovendo melhorias na saúde e na prevenção de doenças, contribuindo para a redução de patologias. Projetos como este são fundamentais para aproximar os serviços de saúde das comunidades indígenas e formar profissionais qualificados para atuar junto a esses grupos, fortalecendo o diálogo intercultural e a promoção da saúde.

REINSERÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DE CUIDADORAS

Lairany Monteiro dos Santos, Yan Vinícius de Souza Schenkel, Andressa da Silveira, Tamara Probst

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é uma medida judicial que visa proteger indivíduos em situação de violação de direitos, afastando-os temporariamente do ambiente familiar e comunitário. Nesse contexto, os profissionais cuidadores desempenham um papel fundamental na recepção, acolhimento e reinserção social dos acolhidos, tornando-se figuras de referência durante sua adaptação e permanência nas instituições. Este estudo teve como objetivo compreender as perspectivas desses profissionais em relação à reinserção de crianças e adolescentes acolhidos em uma Casa Lar na sociedade. Com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, a pesquisa foi realizada em uma Casa Lar localizada no centro do Rio Grande do Sul, referência no atendimento de crianças e adolescentes sob proteção especial. Os dados foram coletados entre agosto e novembro de 2021, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas online via Google Meet®, em função do período pandêmico. Participaram 11 cuidadoras, selecionadas com base em critérios como tempo de serviço mínimo de cinco meses e acesso a recursos para comunicação virtual. As entrevistas, com duração média de 25 minutos, foram analisadas por meio de análise de conteúdo temática, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 4.594.243), seguindo as normas éticas vigentes. As cuidadoras destacaram preocupações com o futuro dos acolhidos, especialmente no que diz respeito à reinserção social, qualificação profissional, trabalho e reestabelecimento de vínculos familiares. Identificaram a necessidade de preparar os adolescentes para lidar com inseguranças sociais, desenvolvendo autonomia em atividades de autocuidado, tarefas domésticas, gerenciamento econômico e enfrentamento dos desafios da vida adulta. Ressaltaram ainda a importância de capacitar os profissionais para que o cuidado e as atividades sejam orientados por estratégias resolutivas, promovendo uma reinserção social e familiar mais efetiva.

FERRAMENTAS DE QUALIDADE NA DEFINIÇÃO DA OPORTUNIDADE DE MELHORIA PARA REDUÇÃO DA TAXA DE CONTAMINAÇÃO DE HEMOCULTURAS EM UM HOSPITAL GERAL

Caroline Rodrigues Monzato de Oliveira, Eliane Santos Cavalcante

A hemocultura é o exame padrão-ouro para diagnóstico de infecção na corrente sanguínea, permitindo a identificação de bactérias em amostras de sangue. No entanto, a contaminação dessas amostras, causada pela introdução não intencional de microrganismos durante a coleta ou processamento, compromete a confiabilidade dos resultados, levando a consequências como prolongamento da internação e aumento dos custos hospitalares. Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de aplicação de ferramentas de qualidade no processo de definição de melhorias prioritárias para reduzir a taxa de contaminação de hemoculturas em um hospital público na região metropolitana do Rio de Janeiro. Observou-se inicialmente uma taxa de infecção primária de corrente sanguínea laboratorial superior à média estadual, o que motivou a investigação das causas do problema. Por meio de brainstorming com especialistas e aplicação de uma matriz de priorização, definiu-se a taxa de contaminação de hemoculturas como foco principal. Um Diagrama de Ishikawa foi elaborado, categorizando as causas do problema em pacientes, profissionais, infraestrutura e processos de trabalho. Destas, as categorias “profissionais” e “processos de trabalho” apresentaram relação direta, destacando falhas como o não cumprimento do protocolo institucional e a execução inadequada da antissepsia da pele. Concluiu-se que as ferramentas de qualidade foram essenciais para identificar a etapa mais crítica: a execução do procedimento. Com base nos resultados, será realizada uma análise observacional dessa etapa para identificar pontos críticos, permitindo o planejamento direcionado de intervenções educativas que visem à redução da taxa de contaminação das amostras de hemocultura coletadas.

PROMOÇÃO DE SAÚDE EM UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA PARA MENORES INFRATORES NO MUNICÍPIO DE CARIACICA (ES)

Ana Paula de Souza Machado, Edna Nascimento Moratti, Elisa Prezotto Giordani

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado pela Lei nº 8.069/1990, assegura medidas socioeducativas que promovem a reintegração social de adolescentes autores de atos infracionais, garantindo acesso a serviços de saúde, incluindo atendimento odontológico. Em uma unidade socioeducativa de Cariacica-ES, o atendimento odontológico ocorre semanalmente, às terças-feiras, das 7h às 15h, abrangendo 12 adolescentes, predominantemente meninos. Durante esses atendimentos, os adolescentes associaram saúde bucal à limpeza dos dentes, realizada duas a três vezes ao dia com uso de

creme dental e, ocasionalmente, fio dental. Contudo, relataram dificuldade no acesso diário ao fio dental, especialmente entre os detidos provisoriamente, e atribuíram essa limitação à falta de distribuição regular pelos agentes socioeducadores. O objetivo deste trabalho é destacar a importância dos cuidados com a saúde bucal por meio de palestras destinadas a socioeducandos e agentes socioeducadores, incentivando práticas que promovam o uso contínuo do fio dental. A metodologia incluiu palestras abordando temas como cárie, placa bacteriana, tártaro, gengivite, periodontite e técnicas corretas de escovação e uso do fio dental, além de discutir estratégias para garantir o fornecimento regular do fio dental. Espera-se aumentar o conhecimento sobre autocuidado, promover a adesão a práticas de higiene bucal corretas e incentivar a assistência dos agentes na disponibilização do fio dental, com horários programados, preferencialmente à noite, após a última refeição. A falta do uso do fio dental afeta significativamente a saúde bucal, favorecendo cáries, inflamações gengivais, acúmulo de placa bacteriana e até perda dentária. Conclui-se que a saúde bucal é uma questão relevante nas unidades socioeducativas e que a visita regular de cirurgões-dentistas, associada a estratégias educativas, é essencial para melhorar os hábitos de higiene oral dos socioeducandos.

O PAPEL DO NUTRICIONISTA NA ATENÇÃO INTEGRAL EM CUIDADOS PALIATIVOS

Vitória Lourenço Ferreira, Jéssica Marco Pereira da Cunha Duarte, Wêdilane Fernandes Maia, Amanda Dávilla Tintino de Sousa, Rafaela Sousa Rocha, Tainá da Rocha Mendes, Juliana Januário da Silva

O cuidado paliativo é uma abordagem que busca promover qualidade de vida a pacientes com doenças sem possibilidade de cura, fundamentando-se no manejo de sintomas, controle da dor, medidas de bem-estar, respeito à autonomia do paciente e comunicação transparente entre equipe de saúde, paciente e família. Nesse contexto, o nutricionista desempenha um papel essencial ao oferecer conforto emocional e assistência alimentar, garantindo as necessidades nutricionais, ressignificando a relação com os alimentos e contribuindo para retardar o desenvolvimento da caquexia. Contudo, muitas vezes, o cuidado nutricional é limitado, ocasionando sofrimento psíquico, social e biológico, o que reforça a necessidade de maior atenção a essa população. Este trabalho teve como objetivo descrever o papel do nutricionista na atenção integral em cuidados paliativos. Por meio de uma revisão bibliográfica nas bases de dados PubMed e LILACS, utilizando os descritores “cuidados paliativos”, “equipe multiprofissional” e “nutrição”, cruzados com o operador booleano AND, foram selecionados artigos originais completos, publicados nos últimos cinco anos em português, inglês e espanhol, excluindo-se artigos duplicados, teses, monografias e dissertações. De 55 artigos encontrados, 10 foram analisados. Os resultados evidenciam que a relação com os alimentos permanece significativa mesmo diante de doenças graves, uma vez que eles despertam memórias agradáveis e reforçam a convivência social. O nutricionista tem o papel de favorecer escolhas alimentares prazerosas, promovendo proximidade entre os pacientes e seus familiares. Conclui-se que a atuação do nutricionista é fundamental para aliviar o sofrimento, promover conforto e melhorar a qualidade de vida em cuidados paliativos, evidenciando que a alimentação transcende aspectos nutricionais, possuindo um significado afetivo e social que deve ser valorizado.

A FALA COMO FERRAMENTA PARA O AUTOCONHECIMENTO E AUTONOMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO MÃES QUE SE ABRAÇAM

Montegômere do Nascimento Simão, Natali Maria Ferreira de Oliveira, Iara Arcanjo de Luna, Evelyn Marina Costa Gomes, Arineyde Maria D'Almeida Alves de Oliveira, Danusa Pedrosa Miranda de Oliveira

Este relato de experiência descreve as atividades de um grupo operativo de extensão universitária intitulado “Mães que se abraçam: um novo olhar, uma nova esperança”, cujo objetivo principal é promover a comunicação entre as participantes, formando uma rede autônoma comprometida com o enfrentamento das diversas problemáticas vivenciadas por mães e cuidadoras de crianças e adolescentes com transtornos mentais. Composto por 12 integrantes – seis participantes (mulheres), quatro extensionistas (estudantes de psicologia) e duas coordenadoras (docentes) –, o grupo realiza encontros semanais na clínica-escola da instituição formadora, de forma gratuita e paralela ao atendimento terapêutico dos filhos, além de momentos formativos mensais com residentes de psiquiatria. A iniciativa surgiu para preencher a ociosidade dos familiares durante as consultas e terapias e atender à necessidade de expressão dessas mulheres, que buscavam apoio e compreensão. Estruturado como grupo operativo, o projeto vai além do conhecimento das crenças e realidades das participantes, oferecendo um espaço psicoeducativo que promove prevenção e transformação por meio do compartilhamento de experiências, redução de mitos e esclarecimento de dúvidas. Também favorece o aprendizado teórico-prático dos extensionistas e a criação de vínculos e significados entre as participantes. A heterogeneidade do grupo, com mulheres de diferentes realidades socioeconômicas e familiares, potencializa os resultados, que incluem alfabetização de participantes, desenvolvimento de novas formas de geração de renda e maior autonomia e autoestima. Além de analisar as condições de saúde e doença das integrantes, o projeto propõe soluções criativas para suas necessidades cotidianas, sendo um espaço que conecta reflexão, sentimento e ação, demonstrando que os problemas de saúde estão intimamente ligados aos valores e emoções do cotidiano. Com isso, o grupo consolida-se como uma ferramenta essencial de prevenção e promoção da saúde.

VIOLÊNCIA E CUIDADO PUERPERAL: O PAPEL CRÍTICO NA ENFERMAGEM NO PÓS-PARTO

Alicia Lima dos Anjos, Jucielly Ferreira da Fonseca

A assistência à puérpera deve iniciar ainda no ambiente hospitalar, momento em que podem ser detectadas as primeiras alterações decorrentes do parto, como estresse, dores, insegurança, medo, dependência e sentimentos de ambivalência. Este estudo, uma revisão de literatura, teve como objetivo identificar os tipos de violência que a puérpera pode sofrer no pós-parto e propor

ações de cuidado que deveriam ser realizadas pelo enfermeiro. A pesquisa foi conduzida nas bases Plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os descritores “Puerpera», “Assistência», “Violência» e “Saúde da Mulher», combinados pelo operador booleano AND. Os critérios de inclusão envolveram artigos disponíveis gratuitamente na íntegra e online. A violência no contexto da puerpera pode ser física, psicológica, sexual ou manifestar-se como abandono, negligência ou privação de cuidados. Estudos recentes apontam que muitas mulheres sofrem maus-tratos, abusos e desrespeito durante a gestação, o parto e o puerpério, frequentemente perpetrados por profissionais de saúde. No pós-parto, a vulnerabilidade da puerpera exige uma assistência direcionada e individualizada. Contudo, a sobrecarga de trabalho, ambientes hostis e desmotivação profissional frequentemente comprometem a execução desse cuidado, podendo gerar complicações no puerpério e quadros de ansiedade ou depressão. Os cuidados adequados incluem controle da loquiação, higiene da região perineal, manejo da episiorrafia, banhos de assento com água morna para conforto e prevenção de infecções, além de orientações sobre a amamentação e medidas para prevenir hemorragias e infecções. No recém-nascido, o enfermeiro deve realizar o teste do pezinho, higienizar o coto umbilical e orientar sobre o banho. A assistência do enfermeiro fundamenta-se no suporte, orientação sobre autocuidado e cuidados com o bebê. Apesar dos desafios no ambiente de trabalho, espera-se que os enfermeiros ofereçam uma assistência eficaz, mitigando violências e promovendo segurança e bem-estar à puerpera.

COMO NUVENS DE PALAVRAS ESTÃO QUEBRANDO BARREIRAS NA EDUCAÇÃO PRISIONAL

Tiago Antônio Heringer, Daiane Raquel Kist Back, Pauline Schwarzbold, Eduarda Gassen Boeira, Eduarda Ghisleni, Karine Zenatti Ely, Marcela Haupt Bessil, Milena Mantelli, Lia Gonçalves Possuelo

As nuvens de palavras (NP) são representações visuais que capturam a percepção coletiva sobre um tema, destacando com maior frequência e intensidade as palavras mais mencionadas pelos participantes, de acordo com o software utilizado. Este trabalho teve como objetivo analisar o conteúdo das NP geradas durante oficinas ministradas para professores dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJAS) que atuam no sistema prisional do Rio Grande do Sul. A análise, de abordagem qualitativa baseada na análise do discurso conforme Bardin, foi realizada a partir das NP obtidas no projeto “Quebrando Barreiras”, executado em parceria com a Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) e a Secretaria Estadual de Saúde (SES), abrangendo dez regiões penitenciárias do estado. Os dados parciais incluem respostas de seis oficinas, coletadas por meio da plataforma Mentimeter, totalizando 156 participações. As palavras predominantes nas NP foram conhecimento, seguida de saúde e aprendizado, refletindo o objetivo das oficinas de promover educação em saúde e mobilizar atores do sistema prisional para o enfrentamento de doenças como tuberculose e hepatite C. Termos como compreensão, coletividade, compartilhamento, integração e recomeço destacaram a importância de um olhar mais atento às demandas dos professores, que relataram dificuldades

devido à falta de entendimento de outros setores do sistema prisional sobre o papel da educação na reintegração social de indivíduos privados de liberdade. Palavras como conscientização, construção, troca, cooperação, diálogo, acolhedor e esclarecimento reforçaram essa narrativa, apontando a necessidade de maior integração entre os setores. A análise das NP evidenciou a relevância de encontros intersetoriais dentro das instituições prisionais, possibilitando que a comunidade carcerária trabalhe de forma conjunta e eficaz para implementar políticas públicas que realmente favoreçam a reintegração social dos apenados.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tiago Antônio Heringer, Daiane Raquel Kist Back, Pauline Schwarzbold, Eduarda Gassen Boeira, Eduarda Ghisleni, Karine Zenatti Ely, Marcela Haupt Bessil, Milena Mantelli, Lia Gonçalves Possuelo

Os professores dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJAs) desempenham um papel crucial no sistema prisional ao oferecer educação formal e oportunidades de aprendizado às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL), visando capacitá-las para a reintegração social e redução da reincidência criminal. Esse trabalho, alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – “Educação de qualidade” –, busca garantir o acesso inclusivo à educação, especialmente para as PPL. O objetivo deste estudo descritivo, do tipo relato de experiência, é apresentar as demandas identificadas durante capacitações de educação em saúde ministradas a professores dos NEEJAs em instituições prisionais do Rio Grande do Sul. Realizado entre fevereiro e maio de 2024 em seis regiões penitenciárias, o estudo foi conduzido por meio do projeto de extensão “Quebrando Barreiras - Comunidade Carcerária contra Tuberculose e Hepatite C”, em parceria com a Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) e a Secretaria Estadual de Saúde (SES). O projeto visou qualificar servidores das áreas de segurança, educação e saúde, além de promover controle social sobre temas de educação em saúde, com foco em doenças infecciosas como tuberculose e hepatite C. A abordagem incluiu a exibição de vídeos reflexivos, seguidos de rodas de conversa com os educadores. Durante as discussões, os professores relataram desafios como a insuficiência de servidores da segurança para garantir a realização diária das aulas, a falta de apoio da Secretaria Estadual de Educação frente às especificidades das escolas em ambientes prisionais e a fragilidade na comunicação intersetorial. Problemas como o cancelamento repentino de aulas e a ausência de programas como o Programa Saúde na Escola (PSE) foram destacados, evidenciando vulnerabilidades em saúde específicas da PPL e a necessidade de reduzir a incidência de doenças infectocontagiosas. Apesar de a educação prisional ser um direito, os professores apontaram dificuldades significativas para sua efetivação, atribuídas à falta de integração entre os setores, à carência de profissionais de segurança e à superlotação dos presídios. Esses fatores comprometem a garantia do acesso à educação e à saúde, reforçando a urgência de melhorias no sistema.

CUIDANDO DE QUEM CUIDA: COMPETÊNCIAS PARA HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES, TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS E EQUILÍBRIO EMOCIONAL DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS

Samantha Lopes de Moraes Longo, Ricardo Nachtigall Tessmann, Felipe Machado Nesi, Pauline Schwarzbold, Samuel Felipe Johann, Lia Gonçalves Possuelo, Francieli Ester Muller

Este trabalho relata uma experiência de educação e promoção da saúde realizada no Presídio Estadual de Lajeado, no município de Lajeado, com foco nos servidores penitenciários. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, desenvolvido entre abril e agosto de 2022, com grupos de trabalhadores do presídio. O projeto, intitulado “Cuidando de quem cuida: competências para humanização das relações, transformação de conflitos e equilíbrio emocional de servidores penitenciários”, teve como objetivo criar, por meio da prática de diálogo circular, um espaço seguro para conversas difíceis e fornecer ferramentas para o bem-estar pessoal e coletivo. A metodologia dos Círculos de Construção de Paz, sistematizada por Kay Pranis, foi empregada para promover diálogos saudáveis, fortalecer vínculos, horizontalizar relações e explorar a sabedoria individual e coletiva como base para resolução de problemas e desenvolvimento emocional. Os encontros, realizados semanalmente, contaram com a participação voluntária de 24 servidores, divididos em duas turmas de 12 pessoas. A dinâmica dos círculos foi complementada por conteúdos de Comunicação Não Violenta (CNV) e teorias de Transformação de Conflitos, Trauma e Resiliência, conforme propostas de Peter Levine e Carolyn Yoder. Entre os temas abordados, destacaram-se emoções universais, respiração e meditação para controle de impulsos, conceitos de felicidade (hedonismo e eudaimonia), necessidades humanas universais, mediação de conflitos e acolhimento básico em contextos traumáticos. Os resultados, avaliados empiricamente a partir das mudanças nos relacionamentos interpessoais, revelaram maior empatia, facilidade de comunicação, aprimoramento emocional na gestão de crises e maior engajamento nas decisões necessárias ao funcionamento do presídio. O projeto demonstrou um impacto positivo significativo, evidenciando a importância de investir no desenvolvimento pessoal e no bem-estar emocional de profissionais que atuam em ambientes desafiadores como o sistema prisional. A humanização das relações e a integração de abordagens focadas no desenvolvimento emocional contribuíram para um ambiente mais preparado para lidar com conflitos de forma construtiva, reforçando a relevância de ações voltadas à educação e promoção da saúde nesse contexto.

DIÁLOGO ABERTO: FORTALECENDO RELAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO PELA IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA DO DIÁLOGO E CUIDADO MÚTUO COM TRABALHADORES DO SISTEMA PRISIONAL

Samantha Lopes de Moraes Longo, Ricardo Nachtigall Tessmann, Felipe Machado Nesi, Pauline Schwarzbold, Samuel Felipe Johann, Lia Gonçalves Possuelo, Francieli Ester Muller

O trabalho apresenta a experiência de promoção da saúde de trabalhadores em presídios do município de Lajeado, com enfoque no fortalecimento das relações interpessoais e profissionais por

meio da implementação de uma cultura de diálogo e cuidado mútuo. Denominado “Diálogo Aberto: fortalecendo relações no ambiente de trabalho pela implementação da cultura do diálogo e cuidado mútuo com trabalhadores do Sistema Prisional”, o projeto, desenvolvido entre fevereiro e novembro de 2023, contou com a participação voluntária de 20 servidores do Presídio Estadual de Lajeado e do Presídio Feminino de Lajeado. Estruturado em dois eixos, o primeiro envolveu capacitações voltadas às equipes de gestão, focando no fortalecimento da saúde emocional e na aquisição de ferramentas para liderar diálogos estratégicos. O segundo eixo, destinado a todos os colaboradores, visou conscientizar sobre a importância do diálogo e de práticas construtivas no ambiente de trabalho, utilizando metodologias como o Círculo de Diálogo e filosofias de comunicação responsável. Fundamentado na Filosofia Restaurativa, o projeto incentivou valores como responsabilidade, respeito, escuta ativa, empatia e ética, promovendo um ambiente organizacional baseado em boas práticas relacionais. Os resultados indicaram melhorias significativas na comunicação entre os participantes, que passaram a se expressar de forma mais clara e respeitosa, contribuindo para a redução de conflitos e o aumento do bem-estar individual e coletivo. Além disso, os servidores relataram maior disposição para o trabalho em equipe e melhoria na qualidade de vida. As ações educativas se mostraram essenciais para enriquecer as vivências profissionais dos trabalhadores do sistema prisional, reforçando a importância de iniciativas que promovam a empatia, o respeito e a saúde no ambiente de trabalho.

O TABACO, CIGARROS ELETRÔNICOS E VAPERS COMO RISCOS AO CÂNCER DE BOCA E OROFRAINGE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA RODA DE CONVERSA PARA A CONSCIENTIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS

Itamar Francisco Teixeira, Julia Hecher Pereira, Eduarda Almeida Sandara

O hábito de fumar, incluindo o uso de cigarros eletrônicos e vapers, é um fator de risco para o câncer de boca e orofaringe, representando uma preocupação relevante para profissionais de saúde, população e o Sistema Único de Saúde (SUS). Este relato descreve uma oficina dialógica em formato de roda de conversa com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, realizada por duas estudantes de odontologia de uma faculdade local, como parte de um projeto de extensão comunitária. O objetivo foi promover reflexões críticas e observacionais sobre os riscos do tabagismo e suas variantes eletrônicas para a saúde bucal. A atividade ocorreu no Centro de Referências das Juventudes e no Centro de Acolhimento e Atenção Integral sobre Drogas (CAAD), em uma cidade do Norte do Espírito Santo, contando com a participação de 18 jovens de 15 a 28 anos, além de um cirurgião-dentista docente do programa de qualificação da Atenção Primária em Saúde (APS) do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI). Psicólogos e assistentes sociais também apoiaram a iniciativa, oferecendo acolhimento e suporte assistencial. Durante a oficina, foram distribuídos kits de higiene bucal, e palavras relacionadas a “tabaco”, “nicotina”, “vapers”, entre outras, foram sorteadas para fomentar discussões

reflexivas. Cada participante compartilhou suas percepções e sentimentos sobre as palavras, contribuindo para uma construção coletiva do conhecimento sobre o tema. A pergunta disparadora, “O fumar tabaco, cigarro eletrônico e vapers são hábitos de risco para o câncer de boca?”, estimulou um debate democrático e espontâneo. Os resultados indicaram uma compreensão ampliada sobre os riscos do tabagismo e vapers, destacando a desinformação e o baixo comprometimento das equipes de saúde como barreiras no combate a esses hábitos. As histórias compartilhadas sobre jovens com câncer e experiências culturais familiares despertaram maior interesse e engajamento dos participantes, motivando-os a disseminar informações em suas comunidades. A experiência ampliou a percepção das estudantes de odontologia sobre a importância da conscientização de jovens e adolescentes quanto aos impactos do tabaco na saúde bucal. Conclui-se que oficinas dialógicas são ferramentas eficazes de comunicação e educação em saúde, capazes de sensibilizar adolescentes, jovens, famílias e comunidades para os riscos do tabagismo e do uso de vapers, utilizando metodologias simples e acessíveis para promover mudanças transformadoras.

FORMAÇÃO TÉCNICA E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: ANÁLISE DAS EMENTAS DOS CURSOS TÉCNICOS PARA ACS E ACE DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE DE 2021

Iverson Luan Ferreira Araujo, Luiz Paulo Ribeiro

O Programa Saúde com Agente, ampliado em 2023 para o Programa Mais Saúde com Agente, busca qualificar profissionais como Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE), fortalecendo vínculos com os territórios e promovendo integração interinstitucional. Essa iniciativa, conduzida pelo Ministério da Saúde (MS) por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), é realizada em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e as Escolas de Saúde do SUS. Nesse contexto, emergem aspectos legais e educacionais relevantes para o desenvolvimento da Educação Permanente em Saúde, com foco na saúde da população negra. O presente estudo analisou as ementas das disciplinas dos cursos técnicos de Agente Comunitário de Saúde e de Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate a Endemias, ofertados pelo Programa Saúde com Agente em 2022 e 2023, a partir de um olhar crítico-reflexivo racial. Utilizando uma Metodologia Documental e Problematicadora, os dados foram extraídos de projetos pedagógicos de 2021 disponibilizados no site da UFRGS e sistematizados em planilhas com informações sobre etapa formativa, nome da disciplina, carga horária e ementa. Os cursos, com duração de dez meses e carga horária total de 1.275 horas, apresentam uma modalidade híbrida, combinando atividades presenciais e a distância em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do CONASEMS. A análise revelou que nenhuma das ementas abordava explicitamente questões relacionadas à saúde da população negra, evidenciando a presença do racismo institucional na concepção pedagógica desses cursos. Essa lacuna impacta negativamente o processo de saúde-doença-cuidado da população negra e reflete a desconexão entre os processos formativos e as práticas antirracistas esperadas no SUS. Reitera-se

a necessidade de que as universidades, como agentes formadores de cidadãos críticos, promovam reflexões e ações para um SUS mais democrático e antirracista, corrigindo as iniquidades evidenciadas e avançando na construção de um sistema de saúde inclusivo e equitativo.

ANÁLISE CRÍTICA DOS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA ODONTOLÓGICA E DO ACESSO EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE UM MUNICÍPIO DO ESPÍRITO SANTO

Itamar Francisco Teixeira, Melissa Pio Lima Cazelli, Diogo Rocha Ferrari,
Lorrayne Rodrigues Passagem, Lorrana Crystina de Oliveira

O acesso à saúde bucal no Brasil está em processo de transformação com a integração de cirurgiões-dentistas à Estratégia Saúde da Família (ESF), sendo as urgências odontológicas, voltadas para o alívio de dores e tratamento de traumas e infecções na região bucal, uma parte significativa da rotina nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas demandas espontâneas competem com as necessidades eletivas, que envolvem cuidados preventivos e coletivos, expondo desafios relacionados ao acesso e à fragmentação das abordagens na Atenção Primária à Saúde (APS). Este relato crítico-reflexivo, baseado na observação de cirurgiões-dentistas do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI) em Unidades de Saúde da Família (USF) de um município de médio porte do Espírito Santo, analisa as características dos atendimentos de urgência odontológica, como frequência, acesso e fatores associados. O estudo aponta que o cirurgião-dentista, além de seu conhecimento técnico, deve assumir novos papéis em equipes multidisciplinares, envolvendo-se em ações de promoção, prevenção e corresponsabilidade no cuidado, com foco na humanização, na continuidade e na redução de danos, além de desenvolver habilidades especializadas para manejar casos complexos. A análise também destacou fatores como vulnerabilidades sociais, superdimensionamento populacional, localização geográfica, descontinuidade no atendimento e ausência prolongada de profissionais, que intensificam as demandas de urgência e contradizem a lógica preventiva da saúde. Refletir sobre essas questões é fundamental para planejar estratégias locais que incluam capacitação profissional, vínculo com a comunidade, atividades educativas e ações coletivas, contribuindo para a redução de urgências evitáveis e a construção de um cuidado integral em saúde bucal no âmbito da ESF.

DESAFIOS NA TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE

Wêdilane Fernandes Maia, Jéssica Marco Pereira Cunha Duarte, Maria Sandra de Matos,
Amanda Dávilla Tintino de Sousa, Tainá da Rocha Mendes, Rafaela Sousa Rocha,
Vitória Lourenço Ferreira, Cristovão Lira Teles

O Sistema Único de Saúde (SUS), modelo brasileiro de saúde pública, organiza-se com base nos princípios de territorialização descentralizada, hierarquizada e regionalizada, garantindo o direito

universal, equitativo e integral ao acesso à saúde em qualquer ponto da Atenção Primária à Saúde (APS). Contudo, a efetivação desse modelo enfrenta obstáculos significativos, que demandam maior visibilidade e análise. Este estudo, de grande relevância, destaca que conhecer o território é essencial para caracterizar a população, identificar problemas de saúde e avaliar o impacto dos serviços nos níveis de saúde da comunidade. O objetivo foi analisar as dificuldades para a efetivação da territorialização na rede básica de saúde por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura, realizada nas bases LILACS, MEDLINE e SCIELO. A busca utilizou os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Saúde Pública», “Sistema Único de Saúde» e “Territorialização da Atenção Primária em Saúde», cruzados com o operador booleano AND, considerando artigos originais completos publicados nos últimos cinco anos, em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos artigos duplicados, inconclusivos, teses, monografias e dissertações. Dos 74 artigos encontrados, dez foram selecionados para análise, revelando desafios estruturais e organizacionais na territorialização do SUS. Esses desafios incluem um projeto sociossanitário incompleto, limitações político-ideológicas, entraves financeiros, inacessibilidade em áreas remotas, falta de transporte e insumos, e deficiências na execução das ações da APS. Além disso, constatou-se a distorção do princípio da integralidade, que foca no indivíduo de forma isolada, negligenciando a dimensão comunitária, o que desvaloriza o conceito histórico de comunitarismo. Observou-se também a segmentação da Educação Popular em Saúde como uma prática direcionada apenas a usuários considerados “pobres e vulneráveis”. Esses desfalques no projeto de territorialização tornam urgente a reversão desse cenário, de forma a assegurar que os princípios previstos na legislação sejam cumpridos em sua totalidade e essência, garantindo o direito à saúde como um bem universal.

DIREITO À SAÚDE E O IMPACTO SOCIAL NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Tainá da Rocha Mendes, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Ana Cecília da Silva Alves, Amanda Dávilla Tintino de Sousa, Cristovão Lira Teles, Rafaela Sousa Rocha, Wêdilane Fernandes Maia

O Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, oferece desde procedimentos de baixa complexidade, como aferição da pressão arterial, até intervenções de alta complexidade, como transplantes de órgãos, assegurando acesso integral, universal e gratuito à saúde para toda a população brasileira. Embora a legislação garanta o direito à saúde de todos, cabendo ao Estado proporcionar esse acesso sem discriminação, na prática ainda persistem obstáculos significativos, especialmente no atendimento à população negra. Este estudo, uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases LILACS, MEDLINE e SCIELO, utilizou os descritores “População Negra”, “Acessibilidade aos Serviços de Saúde” e “Saúde Pública” com o operador booleano AND, adotando critérios de inclusão de artigos originais, completos, relacionados ao tema e publicados entre 2019 e 2024 em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos artigos pagos, inconclusivos, repetidos, revisões bibliográficas e anteriores a 2019. Após a triagem de 50 artigos, restaram 8 que revelam desafios na assistência à

saúde da população negra, como o despreparo de profissionais frente às vulnerabilidades e a falta de empatia, agravando as desigualdades já acentuadas pela vulnerabilidade social, econômica e psicológica, refletidas em menor expectativa de vida e maior suscetibilidade a agravos. Apesar dos esforços para combater o preconceito racial, ele ainda persiste no âmbito social e nas instituições de saúde, exigindo intervenções que garantam o atendimento integral e equitativo. Dada a Atenção Básica (AB) como porta de entrada do SUS, recomenda-se a ampliação de ações de Educação Permanente em Saúde, voltadas à capacitação dos profissionais da AB, para promover a universalidade e integralidade do cuidado, em conformidade com os princípios do SUS e livres de preconceitos raciais.

EVALUACIÓN DEL ÍNDICE DE CAPACIDAD PARA EL TRABAJO DE PROFESIONALES DE ENFERMERÍA CUBANO

Yuliett Mora Pérez, Yaneidys Cuellar Torres, Alberto Enrique Morales Pérez, Giulia dos Santos Goulart, Eveline do Amaral Antonello, Christiani Andrea Marquesini Rambo, Marculina da Silva, Graziela Maria Rosa Cauduro, Tânia Solange Bosi de Souza Magnago

La capacidad para el trabajo resulta de la interacción entre los recursos humanos y las demandas físicas, mentales y sociales del entorno laboral, junto con la cultura organizacional y el ambiente de trabajo. Evaluarla constituye un indicador relevante al abarcar aspectos relacionados con la salud física, el bienestar psicosocial, la competencia individual, las condiciones laborales y la intensificación del trabajo. En este contexto, el Índice de Capacidad para el Trabajo (ICT), desarrollado en Finlandia, se ha consolidado como una herramienta clave, cuya versión en español fue adaptada por López en 2011. Este estudio transversal, realizado entre enero y abril de 2024, evaluó el ICT y factores asociados en 743 profesionales de enfermería (especialistas, licenciados y técnicos) del Hospital Provincial Universitario Doctor Gustavo Aldereguía Lima, en Cienfuegos, Cuba. Se utilizó un cuestionario para medir el ICT, complementado con variables sociodemográficas y laborales, con un ingreso de datos mediante doble digitación en Microsoft Office Excel® y análisis en Predictive Analytics Software 18.0 (PASW®). Los procedimientos cumplieron con los preceptos éticos aprobados por el comité de ética de la investigación de Cuba (Resolución 09/2023). Los resultados permitieron diagnosticar el nivel de capacidad para el trabajo (bajo, moderado y alto) por área de actuación, identificando factores como el aumento de la carga laboral, el ritmo acelerado y las jornadas prolongadas, que contribuyen al ausentismo por enfermedad debido a cambios físicos y mentales. La evaluación del ICT proporciona información valiosa para organizar el clima laboral, implementar medidas de promoción de la salud y prevenir enfermedades, consolidándose como una herramienta esencial para diagnosticar y mejorar la capacidad laboral en diversas poblaciones.

INFLUENCIA DE UNA INTERVENCIÓN EDUCATIVA EN PUÉRPERAS ADOLESCENTES SOBRE NIVEL DE CONOCIMIENTOS DE AUTOCUIDADO

Dayami Elizabet Díaz Hurtado, Annia Lourdes Iglesias Armenteros, Zenia Tamara Sánchez, Giulia dos Santos Goulart, Eveline do Amaral Antonello, Christiani Andrea Marquesini Rambo, Yuliemi Basso Mora, Graziela Maria Rosa Cauduro, Yuliett Mora Pérez

Anualmente, más de doscientos millones de mujeres quedan embarazadas en todo el mundo, y casi el 90% de estos embarazos ocurren en países en desarrollo. Según la Organización Mundial de la Salud, América Latina y el Caribe tienen la segunda tasa más alta de embarazo adolescente a nivel global, siendo la única región con una tendencia creciente en embarazos entre menores de 15 años, según el Fondo de Población de las Naciones Unidas. En el caso de las adolescentes, el embarazo, parto y puerperio representan riesgos significativos tanto para la madre como para el recién nacido, requiriendo atención, seguimiento y autocuidado para prevenir la morbi-mortalidad materna. Este estudio tuvo como objetivo determinar la influencia de una intervención educativa en puérperas adolescentes sobre su nivel de conocimiento de autocuidado. Se realizó un estudio cuasi-experimental con evaluación pre y post intervención en el Hospital Provincial Universitario Dr. Gustavo Aldereguía Lima, Cienfuegos, Cuba, entre enero de 2019 y diciembre de 2021, con una muestra de 299 adolescentes seleccionadas de un universo de 1342. El conocimiento de autocuidado fue medido a través de un cuestionario estructurado en nueve dimensiones, aplicado durante el ingreso hospitalario y un día después del parto. Se obtuvo consentimiento de las participantes y de la institución, y el análisis estadístico fue realizado con el programa IBBN SSPS versión 18, presentando resultados en tablas de números y porcentajes. La edad media de las participantes fue de 18 años, el 69.2% tuvo partos eutócicos y la anemia grave fue la principal comorbilidad, presente en el 32.8% de los casos. Los resultados evidenciaron un aumento significativo en el nivel de conocimiento de autocuidado tras la intervención educativa ($p < 0.001$), concluyendo que la intervención tuvo un impacto positivo en la mejora del conocimiento de autocuidado entre las puérperas adolescentes.

AÇÕES INTERDISCIPLINARES PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR (BA): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Verena Rodrigues Pinto, Vânia Sampaio Alves

A história do acesso à saúde para pessoas em situação de rua no Brasil, inicialmente centrada em ações assistencialistas promovidas por organizações religiosas, começou a mudar com a Constituição de 1988, que reconheceu a saúde como um direito do indivíduo e dever do Estado. Em

2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua foi instituída pelo Decreto nº 7.053, integrando ações de saúde a diversos setores sociais. Em Salvador/BA, dispositivos do SUS como os Consultórios na Rua e o Ponto de Cidadania oferecem serviços de baixa exigência, incluindo acesso a higiene básica e encaminhamentos para outros serviços, buscando promover autonomia e saúde. Este relato aborda a experiência de uma discente no Ponto de Cidadania durante o componente extensionista “ACCS: Ações Interdisciplinares para Promoção de Saúde e Qualidade de Vida dos Moradores de Rua do Centro Histórico de Salvador” em 2023.1. Os discentes foram introduzidos à teoria de Redução de Danos, conheceram o Movimento da População de Rua e realizaram reconhecimento do território, sendo alocados em grupos nos Pontos de Cidadania para observar práticas voltadas à população em situação de rua. Atividades como assistência em saúde, educação em saúde e intervenções artísticas mostraram a relevância da interdisciplinaridade no cuidado, evidenciando a importância de vínculos entre profissionais e usuários. A presença de crianças na região motivou ações específicas, destacando a necessidade de práticas interdisciplinares para ampliar o acesso à saúde e promover a integralidade do cuidado.

HORIZONTALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO SABER NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE ATRAVÉS DA RODA DE CONVERSA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Verena Rodrigues Pinto, Luciana Thaís Rangel Souza, Tatiana da Silva Pires

A roda de conversa é uma estratégia dinâmica na educação em saúde, promovendo escuta qualificada e horizontalidade no aprendizado, desconstruindo a barreira entre profissionais e pacientes, conforme a lógica Freiriana, onde ambos aprendem juntos e compartilham saberes. Este relato aborda a experiência de uma roda de conversa sobre Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) em uma Unidade de Saúde da Família (USF) em Itabuna (BA), realizada durante as práticas do eixo de Comunidades II de uma faculdade de medicina. Após uma palestra introdutória e um jogo educativo na sala de espera, formou-se uma roda de conversa envolvendo pacientes, profissionais de saúde e acadêmicos, onde foram discutidas questões como o risco de HAS em bebês prematuros e relatos de experiências maternas. Essa dinâmica destacou o papel fundamental da USF no acompanhamento das etapas gestacionais e pós-natais, promovendo debates enriquecedores. A roda de conversa, além de ser uma ferramenta de baixo custo e fácil execução, promove a horizontalidade na construção do saber ao nivelar pacientes e profissionais, valorizando experiências individuais e fomentando a autonomia dos usuários, em consonância com a Política Nacional de Humanização de 2003.

CULTURA DE SEGURIDAD DEL PACIENTE Y AUTOPERCEPCIÓN DE LA PREVENCIÓN DE EVENTOS ADVERSOS EN UNIDAD DE CUIDADOS INTENSIVOS

Alberto Enrique Morales Pérez, Annia Armenteros Iglesia, Yuliemi Basso Mora, Giulia dos Santos Goulart, Eveline do Amaral Antonello, Christiani Andrea Marquesini Rambo, Marculina da Silva, Graziela Maria Rosa Cauduro, Yuliett Mora Pérez

La seguridad del paciente es una disciplina que surgió junto con el desarrollo de los sistemas de atención sanitaria. Sin embargo, dichos avances han evidenciado un incremento en los daños causados a los pacientes durante la atención, convirtiéndose en un problema de alcance global. En este contexto, la autoconciencia juega un papel crucial para lograr resultados satisfactorios tanto para el paciente y su familia como para los profesionales o equipos implicados en eventos adversos. Este estudio tuvo como objetivo determinar la relación entre la cultura de seguridad del paciente y la autopercepción de la prevención de eventos adversos en los enfermeros de la unidad de cuidados intensivos clínicos del Hospital Provincial Universitario Dr. Gustavo Aldereguía Lima de Cienfuegos. Basado en el método hipotético-deductivo, el estudio adoptó un enfoque cuantitativo, de tipo correlacional y diseño no experimental de corte transversal. La muestra estuvo compuesta por 18 licenciados en enfermería. Se utilizó la encuesta como técnica principal, aplicando dos instrumentos: para la variable “seguridad del paciente”, un cuestionario estructurado basado en el *Hospital Survey on Patient Safety*, y para la variable “autopercepción de la prevención de eventos adversos”, un instrumento diseñado por Chávez. Para analizar la relación entre las variables se empleó la prueba no paramétrica de Rho de Spearman. Los resultados mostraron una relación significativa y positiva, con un coeficiente de Rho de Spearman igual a 0,489 y un valor de p igual a 0,000. Se concluyó que existe una relación positiva entre la cultura de seguridad del paciente y la autopercepción de la prevención de eventos adversos en los enfermeros del hospital estudiado, lo que subraya la importancia de fomentar una cultura sólida de seguridad para mejorar los resultados en la prevención de eventos adversos.

INCENTIVOS PARA A PESQUISA DURANTE A GRADUAÇÃO EM MEDICINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Pedro Rodrigues Teixeira, Lucca Tamara Alves Carretta, Vanessa Cristina Rodrigues de Oliveira, Matheus Souza Colares, Vitor Marques de Martim, Caio Duarte Neto, Simone Karla Apolonio Duarte

A Iniciação Científica (IC) é uma modalidade de pesquisa que permite a acadêmicos de diferentes cursos, em colaboração com um professor orientador, idealizar e concretizar projetos de pesquisa. É uma ferramenta valiosa para promover a prática científica e o contato direto com o meio acadêmico desde o início da graduação, proporcionando experiências na elaboração de projetos e artigos científicos, além de incentivar o trabalho em prol do conhecimento e do avanço científico.

Paralelamente, os Núcleos de Pesquisa (NP) são ambientes compostos por pesquisadores dedicados a uma temática comum, oferecendo uma oportunidade enriquecedora para o desenvolvimento curricular e educacional dos graduandos. Este relato busca compartilhar as experiências e aprendizados adquiridos no desenvolvimento de projetos de IC e na participação em NP, sob o ponto de vista acadêmico. O relato foi elaborado com base nas vivências de acadêmicos e professores orientadores do Curso de Graduação em Medicina da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). As experiências relatadas estão relacionadas à participação em projetos de IC financiados pelos editais da EMESCAM, com o apoio de agências de fomento à pesquisa, durante os anos de 2022 a 2024. Esses projetos, frutos de um NP vinculado à instituição, tiveram como foco a área de urgência e emergência. Durante esse período, os alunos estiveram envolvidos em todas as etapas do processo científico, desde a coleta de amostras para construção de bancos de dados até a análise e interpretação dos resultados. A etapa final consistiu na elaboração de artigos baseados nas evidências obtidas, que foram posteriormente apresentados em eventos científicos, contribuindo não apenas para a prática da ciência, mas também para sua disseminação e para o desenvolvimento da habilidade de oratória. Os resultados evidenciaram a importância de fomentar a pesquisa científica, seja por meio de editais de IC ou de atividades extracurriculares. Conduzir um projeto não é tarefa simples, exigindo atenção a diversos tipos de viés. Essa prática oferece ao aluno a oportunidade de desenvolver um olhar crítico, essencial para a formação científica. A dedicação à metodologia não apenas beneficia os trabalhos realizados, mas também permite ao graduando avaliar e selecionar artigos científicos de maneira criteriosa, um fator fundamental para a educação continuada. Conclui-se que a IC não é apenas um incentivo, mas também um mecanismo facilitador para uma formação sólida em escrita e pesquisa científica. É essencial que os alunos tenham acesso a essas experiências durante a graduação, pois este é o momento ideal para aprimorar conhecimentos, treinar a escrita e aprender a planejar e interpretar pesquisas. Garantir que a sede por conhecimento seja disseminada entre os graduandos é vital para enfrentar questões que ainda desafiam a área da saúde e para continuar promovendo avanços científicos nos próximos anos.

A FIGURA DO DOCENTE ASSISTENCIAL E DOCENTE ORIENTADOR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE ATUANTES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Polyana Romano Oliosa, Giovana Machado Souza Simões, Yasmim Maria Barbosa Gomes de Carvalho, Giovani Zanquetto Olmo, Thaís Maranhão

O Componente de Provimento e Fixação de Profissionais das equipes multiprofissionais é um projeto do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi/SESA) que integra o Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde. Esse projeto, baseado na

integração ensino-serviço, promove a formação de profissionais atuantes na APS em municípios do Espírito Santo. A formação abrange atividades gerenciais, assistenciais, educacionais e práticas territoriais, contemplando o quadrilátero da formação, e ocorre em um cenário de atenção marcado pela colaboração interprofissional. A iniciativa oferece formação gratuita e de alta qualidade para profissionais interessados em atuar na APS. No processo formativo, foram instituídas as figuras do docente assistencial e do docente orientador. O docente assistencial atua diretamente com os profissionais em formação, enquanto o orientador desempenha um papel-chave no desenvolvimento de materiais pedagógicos, organização educacional e suporte técnico. Esses atores são fundamentais para o desenvolvimento e a qualificação das equipes multiprofissionais, promovendo ensino dinâmico e adaptável às necessidades do território. As atividades incluem seminários temáticos, grupos de estudo, videoconferências, práticas de pesquisa e estudos de caso. O papel desses docentes vai além da transmissão de conhecimentos, envolvendo a construção de competências éticas e técnicas, permitindo que os profissionais formados modifiquem realidades em seus territórios de atuação. A grande beneficiária desse processo é a população, atendida por profissionais capacitados, que promovem redes de troca de experiências e desenvolvimento coletivo. Assim, a formação orientada por metodologias ativas e práticas interventivas reforça os princípios do SUS, contribuindo para a democratização da saúde e a melhoria contínua dos serviços.

APRENDIZADO COMPARTILHADO POR MEIO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO INTERPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Alzira Maria Baptista Lewgoy, Augusto Meyer Bortsmann, Maria Lilian Trinidad Damaceno,
Luci Cunha Fukes, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi

Este relato apresenta a experiência de educação interprofissional (EIP) na graduação, desenvolvida em uma Unidade de Saúde (US) da Coordenadoria Oeste de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Desde 2012, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio da Coordenadoria da Saúde (CoorSaúde), oferta a disciplina “Práticas Integradas em Saúde I” com o objetivo de integrar estudantes e professores da área da saúde em cenários de aprendizagem vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A disciplina adota o ensino por tutoria, centrado na vivência em territórios da Atenção Básica à Saúde (ABS) e na problematização das realidades encontradas. Entre as atividades desenvolvidas estão a análise territorial, a produção de mapas vivos, o apoio a agentes comunitários de saúde (ACS) e a realização de discussões coletivas. A US Divisa, composta por equipes de Saúde da Família e saúde bucal, acolhe estudantes e professores desde o início dessa iniciativa, promovendo um olhar ético, cultural e interprofissional. A disciplina incentiva a troca de experiências entre estudantes, professores e trabalhadores, fortalecendo competências colaborativas e estimulando reflexões críticas sobre o território. Apesar dos desafios, como a rotatividade de profissionais e a alta demanda de trabalho, a experiência tem sido enriquecedora tanto para os estudantes quanto para as equipes,

possibilitando a construção de conhecimentos práticos e efetivos. Essa iniciativa destaca a relevância da EIP na formação de profissionais capacitados para atuar na APS.

A TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE COMO POTENCIALIZADOR DOS ATRIBUTOS DERIVADOS DA APS

Letícia Stake Santos, Julia Isotton, Ana Luísa Baurich Vidor

Este trabalho tem como objetivo conceitualizar a Atenção Primária à Saúde (APS), os Atributos Derivados e a Territorialização, destacando a territorialização como uma ferramenta essencial para garantir a presença do atributo Orientação Comunitária no cotidiano de trabalho da APS. A APS pode ser definida como um conjunto de valores fundamentais, como o direito à saúde, solidariedade e equidade, aliados a princípios essenciais, como responsabilidade governamental, sustentabilidade, intersetorialidade e participação social. Esses valores e princípios formam um conjunto inseparável de elementos estruturantes da rede de serviços de saúde. Os atributos derivados têm como finalidade qualificar as ações dos serviços de APS e são definidos da seguinte forma: a) Atenção à saúde centrada na família (orientação familiar), que considera o contexto familiar na avaliação das necessidades individuais para a atenção integral; b) Orientação comunitária, que implica o reconhecimento das necessidades de saúde por meio do contato direto com a comunidade e do conhecimento dos dados epidemiológicos; e c) Competência cultural, que envolve a adaptação dos profissionais de saúde às características culturais da população para facilitar a relação e a comunicação. Quando um serviço de saúde se orienta por esses três atributos, torna-se capaz de promover uma atenção integral, do ponto de vista biopsicossocial, à sua comunidade. Estudos apontam que orientar os serviços da APS com base nos atributos derivados permite que os profissionais das equipes de saúde da família identifiquem fragilidades e potencialidades da comunidade e do território em que atuam. O atributo Orientação Comunitária, em particular, destaca a responsabilidade da equipe de saúde em estabelecer vínculos e formas de avaliar as demandas do território, compreendendo as peculiaridades da população e a relação desse contexto com os dados epidemiológicos. Isso favorece a criação de espaços de debate e construção coletiva de ações que aprimorem a qualidade da assistência, promovam o controle social e possibilitem uma gestão colaborativa. A territorialização em saúde se apresenta como uma ferramenta crucial para demarcar áreas de atuação dos serviços, reconhecer o ambiente, a população e a dinâmica social local, além de estabelecer relações horizontais com outros serviços e equipamentos sociais. Por meio da territorialização *in loco*, realizada em conjunto com o agente comunitário de saúde, que possui amplo conhecimento sobre o território, é possível obter informações sobre aspectos como saneamento básico, qualidade da água consumida, coleta de lixo, transporte coletivo, condições das ruas, acessibilidade, comércio de alimentos e medicamentos, entre outros. Esse processo também possibilita o mapeamento da rede intersetorial, incluindo educação, assistência social e outros equipamentos do território. O processo de territorialização é essencial para iniciar qualquer tipo de planejamento de ações e atividades voltadas à comunidade. A

vivência in loco permite ao profissional compreender as dificuldades e particularidades do território, propondo, em gestão compartilhada com os usuários, mudanças que ampliem e garantam o acesso à saúde e a extensão dos atributos derivados.

CUIDADO EM SAÚDE COM CRIANÇAS YANOMAMIS HOSPITALIZADAS: UM ESTUDO CARTOGRÁFICO

Vinicius Leandro da Silva, Ana Lucia Abrahao da Silva

A crise de natureza humanitária, que tem se intensificado nos últimos anos decorrente do avanço do garimpo ilegal e da desassistência sanitária e nutricional, é evidente no território Yanomami. As crianças Yanomamis têm sido fortemente impactadas por esse contexto e chegam em condições críticas de saúde ao Hospital da Criança Santo Antônio, localizado em Boa Vista-Roraima. Diante desse cenário, faz-se necessário iniciar a discussão do processo de cuidado às crianças Yanomamis hospitalizadas nessa unidade de saúde. O objetivo geral deste projeto de sistematização de experiências é compreender, a partir da experiência do vivido do profissional de saúde, os limites e as possibilidades do cuidado com crianças Yanomamis hospitalizadas. Trata-se de um projeto de sistematização de experiências inspirado na cartografia como uma provocação de produção de conhecimento centrada e tecida na dinâmica das afecções e intersecções do pesquisador, autor do estudo, no cuidado com crianças Yanomamis hospitalizadas. A cartografia tem sido empregada em estudos do campo da saúde, com a finalidade de abordar um conhecimento que se revela no ato do cuidado. O estudo cartográfico terá o recorte temporal de fevereiro a dezembro de 2022, período em que estive lotado exclusivamente na Coordenação Indígena do Hospital da Criança Santo Antônio, no município de Boa Vista-Roraima. A produção dos dados ocorrerá através da revisitação das anotações dos atendimentos produzidos pelo pesquisador. A análise do material será realizada por meio da análise de implicação, conceito da Análise Institucional. O processo de análise do material deste estudo objetiva reconhecer e discutir as implicações presentes nas intervenções do pesquisador, assim como analisar e discutir o cuidado produzido com crianças Yanomamis. Espera-se a utilização do estudo enquanto uma ferramenta para a construção de estratégias e práticas de cuidado que venham a corroborar para uma melhoria nas condições de vida e saúde das crianças Yanomamis hospitalizadas no Hospital da Criança Santo Antônio, na cidade de Boa Vista-Roraima. As concepções de saúde e doença dos indígenas estão vinculadas às tradições, crenças e valores de cada comunidade indígena. A forma em que produzimos cuidado também é fruto dos nossos aspectos socioculturais ocidentais. Dessa maneira, pensar o cuidado da criança Yanomami somente dentro dos nossos valores é não reconhecer a integralidade presente na constituição da sua cultura, do seu modo de ser, de viver e de pertencimento ao seu povo Yanomami. A recusa desse entendimento limita as práticas na produção do cuidado em saúde, o que pode se configurar como um potencial dificultador no processo de recuperação dessa criança no período em que estiver hospitalizada.

IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO DE SUPERVISÃO CLÍNICA MULTIPROFISSIONAL EM UM PONTO DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA AMBULATORIAL (PASA) NO SUL DO BRASIL

Jackeline da Rocha vasques, Priscila Rabelo Lopes, Eliane Veiga Chomatas, Edgar Nunes de Moraes, Patrícia Mattos Almeida, Jaqueli Gruhm Franco, Elenir Terezinha Rizzetti Anversa, Marta Oliveira Barreto, Sandra Denise de Moura Sperotto

A implantação da linha de cuidado da pessoa idosa em um ambulatório PASA, em 2022, marcou um avanço significativo na Região Central de um estado no Sul do Brasil. Para garantir excelência no cuidado geriátrico-gerontológico, foi introduzida a supervisão clínica, um método sistemático e dinâmico que promove a interação entre supervisor e supervisionado, com o objetivo de aprimorar competências profissionais, analíticas e reflexivas. Essa prática fomenta o pensamento crítico, essencial para uma tomada de decisão eficaz, priorizando a proteção da pessoa, a segurança e a qualidade do cuidado em saúde. O objetivo deste estudo foi descrever o processo de implantação de um modelo multiprofissional de supervisão clínica em um ambulatório PASA no Sul do Brasil. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre a implantação da supervisão clínica multiprofissional enquanto macroprocesso educacional do modelo PASA. O processo foi apoiado por um supervisor do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), três facilitadoras da Beneficência Portuguesa (BP) e tutores estaduais por meio do projeto da Planificação da Atenção à Saúde (PAS), realizado de setembro de 2022 a dezembro de 2023. Participaram cerca de 20 profissionais de saúde especialistas focais (supervisionados) em cada encontro, com a realização de 10 supervisões clínicas online e uma presencial, abordando a linha de cuidado da pessoa com hipertensão, diabetes e idosa em um ambulatório PASA no Rio Grande do Sul. Em setembro de 2022, a proposta de supervisão clínica foi apresentada e pactuada com os tutores estaduais, o ambulatório e a coordenação institucional, com a elaboração de um cronograma para seu início. O processo incluiu um momento inicial com a equipe assistencial para apresentação da sistemática da supervisão clínica, estruturada em três etapas: 1) estruturação de um caso clínico real em um template específico pela equipe; 2) apresentação do caso clínico pelo profissional médico; e 3) discussão do caso entre supervisor e supervisionados. Foram realizadas dez supervisões clínicas online, abrangendo discussões e revisões práticas no cuidado à pessoa idosa com hipertensão e diabetes, além de um caso clínico envolvendo a equipe do ambulatório e da atenção primária à saúde em uma supervisão clínica integrada, que discutiu o percurso da pessoa usuária. As supervisões clínicas contribuíram para o desenvolvimento técnico e comportamental da equipe, aumentando sua capacidade de resolver problemas simples e complexos e sua autonomia na tomada de decisões clínicas, embasadas nas melhores evidências científicas e na prestação de cuidados responsáveis e seguros. Também houve empoderamento da equipe especializada para exercer a função educacional junto à equipe da atenção primária por meio do matriciamento na dimensão assistencial, o que potencializou a qualidade do cuidado em saúde e a organização da linha de cuidado.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CARTILHA EDUCATIVA VIVER É ENVELHECER – CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO AO IDADISMO

Isabelly Abreu Almeida, Leides Barroso de Azevedo Moura

O relato descreve a experiência de desenvolvimento da *Cartilha Educativa Viver é Envelhecer - Campanha de Sensibilização ao Idadismo*, no âmbito da disciplina Cuidado do Adulto e da Pessoa Idosa, do curso de Enfermagem da Universidade de Brasília. Com a participação de discentes, docentes, idosos do grupo SESC e colaboradores, o projeto visou promover atividades intergeracionais e conscientizar sobre o idadismo. Idealizada pelos docentes da disciplina, a cartilha foi desenvolvida pelos alunos, que combinaram referências teóricas e práticas da disciplina para criar um conteúdo informativo e acessível. O processo incluiu oficinas intergeracionais organizadas em parceria com GTESP-UnB, SESC e o Projeto Renovação Pessoa Idosa da Defensoria Pública do DF, proporcionando momentos de troca entre gerações e debates enriquecedores sobre o tema. Após essa etapa, o material passou por revisão e design, supervisionados por docentes e executados pela monitora da disciplina, com especial atenção a imagens inclusivas e linguagem acessível. A edição foi realizada no Canva, utilizando imagens de colaboradores e bancos de dados públicos. O projeto resultou em uma experiência significativa, aprofundando conhecimentos sobre idadismo, incentivando a criação de um material de alta qualidade para disseminação do tema e promovendo ações práticas de combate à discriminação etária, destacando a relevância da sensibilização intergeracional para o enfrentamento do idadismo.

PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

Rogério Andrade dos Santos

Este resumo apresenta o Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação Popular na Construção dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS), realizado na FIOCRUZ Brasília em 2022. A concepção de TSS emergiu de marcos como o Relatório Lalonde (1974), a Declaração de Alma-Ata (1978), a Carta de Ottawa (1986), a Constituição Federal do Brasil (1988) e eventos internacionais como as Conferências da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Rio+10 (2012) e Rio+20 (2022), alinhadas às Agendas ODM e ODS. Este estudo buscou analisar a produção científica sobre estratégias para a construção de TSS no Brasil entre 2012 e 2022, utilizando a metodologia de Revisão Integrativa. Foram consultados textos na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico com os termos “territórios”, “comunidades” e “municípios saudáveis e sustentáveis”, resultando em 25 textos analisados. A maioria dos textos foi publicada em 2021 (24%), predominando na Revista Ciência e Saúde Coletiva (32%) e na área de saúde coletiva (56%), com forte presença de autores da FIOCRUZ Brasília (24,14%). Os textos destacaram abordagens qualitativas (68%), estudos de caso (32%), palavras-chave relacionadas

à saúde (25%) e objetivos centrados em índices e indicadores (36%). Enquanto o conceito de território saudável é tratado como sinônimo de promoção da saúde no território, institucionalizado pela Política Nacional de Promoção da Saúde, o de território sustentável é limitado pela ausência de integração com outras políticas públicas, permanecendo restrito ao setor saúde. Apesar das estratégias identificadas serem válidas, há uma falta de intersecção efetiva entre os núcleos de saúde e sustentabilidade, com a intersetorialidade aparecendo apenas como um princípio da saúde. A governança territorial emerge como a principal estratégia capaz de unificar saúde e sustentabilidade, ao impulsionar territórios a analisarem os temas globalmente, mas agirem localmente. Contudo, permanece o desafio de expandir essa diretriz para além do setor saúde, envolvendo outras políticas públicas para a construção de territórios verdadeiramente saudáveis e sustentáveis.

INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM CONTRA A QUEDA DA COBERTURA VACINAL DA POLIOMIELITE EM CRIANÇAS NO BRASIL

Emanuele Hoehn de Oliveira, Natália Viana Silva, Elisa Iuskow

A cobertura vacinal adequada é fundamental para prevenir a disseminação de doenças infecciosas, como a poliomielite, especialmente em crianças. No Brasil, a queda da cobertura vacinal da poliomielite tem gerado preocupações, dado seu impacto na erradicação da doença. Neste contexto, a enfermagem desempenha um papel crucial na promoção e implementação de estratégias para aumentar a cobertura vacinal. Este estudo realizou uma Revisão Narrativa de Literatura, com busca na base de dados Google Acadêmico, para identificar intervenções de enfermagem voltadas ao combate dessa queda entre 2019 e 2023. Após uma análise inicial de 803 artigos, apenas dois atenderam aos critérios estabelecidos, incluindo foco em intervenções de enfermagem, relevância para o tema e publicação em português ou inglês no período avaliado. O primeiro artigo destacou o papel da enfermagem na educação de pais e cuidadores sobre os benefícios da vacinação, bem como na conscientização sobre os riscos da não imunização, além da identificação de populações vulneráveis e implementação de estratégias direcionadas em áreas de baixa cobertura vacinal. O segundo artigo enfatizou a atuação dos enfermeiros na coordenação de campanhas de vacinação, garantindo acesso facilitado às vacinas, fornecendo informações claras e realizando visitas domiciliares para imunizar crianças com dificuldades de acesso aos postos de saúde. Esses resultados evidenciam que as intervenções de enfermagem, como educação, conscientização pública, identificação de grupos vulneráveis e estratégias proativas, são essenciais para aumentar a cobertura vacinal da poliomielite no Brasil. A organização de campanhas e as visitas domiciliares demonstram ser abordagens eficazes para atingir um número maior de crianças, contribuindo para prevenir a reintrodução da poliomielite e fortalecer a imunização no país.

ALÉM DAS PALAVRAS: COMO OS DESENHOS ESTÃO TRANSFORMANDO A COMPREENSÃO SOBRE USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Suely Chagas, Genize Kaoany Alves Vasconcelos, André Vinycius Cunha Pereira, Mie Muroya Guimarães

O uso inadequado de medicamentos representa um sério desafio de saúde pública, com consequências que vão desde a dependência química até a intoxicação aguda, podendo levar ao óbito. Para promover a conscientização sobre os riscos da automedicação e o uso irracional de fármacos, o Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos (URM) foi instituído em 5 de maio. Em Manaus (AM), o Conselho Regional de Farmácia do Amazonas, em parceria com a Fundação de Vigilância em Saúde – Dra. Rosemary Costa Pinto e outras instituições públicas e privadas, realizou entre 29 de abril e 5 de maio de 2024 a 7ª edição da campanha sobre o tema, destacando o lançamento do primeiro concurso de desenho com essa temática. A campanha incluiu atividades como talk shows, competições, gincanas, práticas esportivas e concursos de paródia, fotografia e desenho. O concurso de desenho se destacou ao estimular a criatividade dos participantes enquanto promovia a conscientização sobre os perigos da automedicação e do uso inadequado de medicamentos, com ampla divulgação nas escolas públicas. Os desenhos foram avaliados por critérios como coerência temática, vivacidade, traçado, colorido e impacto visual, e o público pôde votar pelas redes sociais e durante a exposição no Teatro de Shopping. Com 32 inscritos, idade média de 11 anos e 2.656 votos registrados, o concurso envolveu alunos e professores em debates sobre o tema nas aulas. As obras refletiram situações cotidianas e demonstraram a compreensão das crianças sobre os perigos da automedicação, atingindo os objetivos da campanha. A estratégia de utilizar a arte para conscientizar as crianças mostrou-se eficaz, destacando a importância da educação desde cedo para construir uma sociedade mais informada e saudável.

DISCURSOS SOBRE MASCULINIDADE(S): RELATOS DE HOMENS ACUSADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, A PARTIR DE UM GRUPO PSICOEDUCATIVO

Rosane Machado Rollo, Mariana Gonçalves Boeckel

A violência contra a mulher é um fenômeno social historicamente construído, com raízes nas relações de poder entre gêneros, sendo considerada um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos. Seus danos vão além dos físicos ou psicológicos imediatos, repercutindo na vida das vítimas e em suas redes próximas. Refletir sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher requer um questionamento sobre masculinidades e gênero. Este resumo apresenta uma pesquisa qualitativa, exploratório-descritiva, que investigou as concepções de masculinidade presentes nos relatos de homens acusados de violência contra a

mulher, enquadrados na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). O estudo foi vinculado ao projeto do protocolo de intervenção *Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher* (GPHAV), composto por nove encontros semanais realizados on-line via Google Meet, com duração média de 1h45min, todos gravados e transcritos. Grupos focais foram realizados no segundo e no último encontro, com dados produzidos por 56 participantes em oito grupos focais iniciais, realizados entre abril de 2021 e março de 2023. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFCSPA, CAAE 35431220.8.0000.5345), seguindo todas as diretrizes éticas. A análise de discurso de inspiração foucaultiana foi utilizada para explorar as informações, das quais emergiram quatro eixos principais sobre o “ser homem”: discursos biologizantes, éticos, históricos e da broderagem. Os resultados apontaram para uma multiplicidade de discursos inter-relacionados, mas revelaram que os participantes ainda aderem a noções de masculinidade baseadas em normas hegemônicas. A pesquisa buscou promover debates críticos e políticos sobre masculinidades, feminilidades e violência sob uma perspectiva pós-estruturalista, desestabilizando relações de poder. Frente à complexidade da violência no Brasil, reforça-se a relevância de iniciativas como grupos reflexivos para provocar mudanças significativas, enfrentando e superando as situações de violência.

AVALIAÇÃO PROCESSUAL: MONITORAMENTO DO EIXO TEMÁTICO I DA 3ª TURMA DO CURSO DE GESTÃO DE PROCESSOS FORMATIVOS NO ÂMBITO DO SUS/BA COM ÊNFASE EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Dera Carina Bastos Costa, Isabela Teixeira Andrade, Liane Gomes Menezes de Araújo, Miralva Ferraz Barreto da Silva, Noemi Cristiane Firpo Fontes, Adriana Brendler Romano de Oliveira

O monitoramento é essencial para a execução eficaz de qualquer projeto, permitindo ao gestor identificar se as atividades programadas foram realizadas conforme planejado, detectar falhas e realizar intervenções imediatas ou propor melhorias para processos futuros. Este trabalho discute o monitoramento do Eixo Temático I da 3ª Turma do Curso de Especialização em Gestão de Processos Formativos no âmbito do SUS/BA, com ênfase em tecnologias educacionais, oferecido pela ESPBA a profissionais da saúde do Estado da Bahia. O questionário eletrônico Forms, disponibilizado no sistema Microsoft Teams Survey integrado ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, foi utilizado como instrumento de coleta de dados. As perguntas foram estruturadas com base na escala Likert, com cinco categorias de resposta, variando de “abaixo da expectativa” a “superou a expectativa”. Além disso, questões abertas buscaram identificar pontos positivos, aspectos a melhorar e sugestões para aperfeiçoamento. A coordenação do curso estabeleceu como meta uma média geral de desempenho de 4,0, correspondente a “atendeu à expectativa”. Dos 33 discentes matriculados, 24 responderam ao questionário, representando 73% da turma total. Na turma 01, composta por 12 alunos, 10 responderam (83%); na turma 02, composta por 11 alunos, 7

responderam (63%); e na turma 03, composta por 10 alunos, 7 responderam (63%). A análise focou no desempenho individual e coletivo das ações propostas no Eixo I, considerando indicadores de entrada e processos educativos. Problemas pedagógicos, como dificuldades com estudo dirigido e espiral construtivista, foram identificados e poderão ser ajustados na oficina “Vivenciando a Mediação com Estratégias Pedagógicas Inovadoras”. Questões relacionadas à infraestrutura física e tecnológica, já conhecidas pela gestão administrativa, serão reforçadas junto à administração. Concluímos que o objetivo específico do Eixo I foi alcançado. As sugestões dos discentes serão analisadas pela equipe responsável, e ajustes pedagógicos poderão ser implementados no processo em andamento, garantindo que não prejudiquem as aprendizagens futuras, ou serão incorporados nas próximas turmas. Esse processo de monitoramento reforça a importância da avaliação contínua para o sucesso de ações formativas no âmbito do SUS.

A ESTRUTURAÇÃO DE UM PORTAL DE DADOS COMO ESTRATÉGIA DE SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO NO IVISA-RIO

Fabrizio Marini Fusco, Vitória Régia Osório Vellozo, Audrey Fischer, Maíra Coelho Chalfun

O Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária (IVISA-Rio), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro, tem como uma de suas principais atribuições propor, acompanhar, executar, controlar e avaliar ações relacionadas à Vigilância Sanitária no município. Para cumprir essa missão, o Instituto busca uma atuação inovadora, orientada por indicadores de saúde e sustentada pela produção sistemática de evidências, articulando-se com outros órgãos da Administração Municipal. Nesse contexto, surge o Portal de Inovação e Integração do IVISA-Rio, concebido como um ambiente dedicado à organização, estruturação e compartilhamento de dados, além de promover a produção científica do corpo técnico do Instituto. Seu principal objetivo é impulsionar a integração do conhecimento institucional, tendo como pilares as Linhas de Pesquisa em Epidemiologia e Saúde Única; Alimentos Seguros e Alimentação Saudável; Educação, Comunicação e Gestão em Vigilância Sanitária; Tecnologias em Saúde e Gestão de Riscos; e Cultura de Segurança do Paciente, que orientam e induzem a produção de conhecimento no Instituto. Para viabilizar esse propósito, foram criados espaços de debate sobre a importância da informação em saúde, ferramentas para organização de bases de dados, relatórios de pesquisa e estudos exploratórios, painéis de monitoramento para apoio à gestão, um catálogo com capacitações internas e externas, entre outras iniciativas. Essas estratégias consolidaram o Portal como um elemento integrador e referência para o acesso e a disseminação do conhecimento produzido pelo IVISA-Rio, assumindo o papel de hub e espaço estratégico para o fortalecimento institucional.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM ABORDAGEM ATIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E EM ESCOLA MUNICIPAL DO TERRITÓRIO

Élida Lorrane Almeida Montalvão, Kim Vinicius Amaral Machado, Amanda Lia Rebêlo Rabelo

A integração da educação em saúde na unidade básica de saúde (UBS) amplia a capacidade de oferecer um cuidado integral, humanizado e efetivo, utilizando ferramentas educacionais que despertam o interesse em temas relevantes. Essa prática busca reforçar a confiança entre a equipe de saúde e a comunidade, promovendo a saúde, prevenindo ou detectando precocemente doenças e agravos. A relação dialógica estabelecida com a comunidade fortalece a saúde, e a abordagem ativa na educação em saúde se mostra como o método mais eficaz para alcançar esse objetivo. Este relato de experiência visa demonstrar como práticas educacionais fundamentadas em abordagens ativas podem promover a educação em saúde em uma UBS. Nesse contexto, relato, como aluna do segundo semestre de medicina, experiências realizadas em uma UBS no município de Manaus e em uma escola municipal de sua área de atuação. As ações incluíram a gamificação como método de ensino ativo, utilizando jogos com balões sobre “mitos e verdades”, confecção e distribuição de panfletos, além de rodas de conversa sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis, Hepatites Virais, Março Lilás (conscientização e combate ao câncer de colo de útero) e medidas de prevenção da covid-19. Os resultados demonstraram aumento perceptível na conscientização sobre a importância das medidas preventivas, reforçando a necessidade de ações educativas contínuas, que são custo-efetivas em comparação com tratamentos curativos. Essas atividades demandam tempo, motivação e criatividade dos profissionais de saúde, mostrando-se mais envolventes que estratégias tradicionais. Conclui-se que a combinação de educação em saúde com métodos inovadores promove práticas interdisciplinares, engaja a comunidade e facilita a efetivação do processo ensino-aprendizagem, posicionando as abordagens ativas como estratégias valiosas no contexto da atenção à saúde.

GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE E ACESSO A SERVIÇOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ana Brígida de Oliveira Nemezio, Tiago de Sousa Cabral, Larissa Livia Silva Pinto,
Ozarlan Michel Pereira de Oliveira, maria eduarda holanda de melo lapa, Clara Beatriz Barbosa Lima,
Ana Isabelle da Silva Cardoso, Guilherme Ricardo Pereira Santos

O Sistema Único de Saúde (SUS) fundamenta-se nos princípios de universalidade, equidade e integralidade, promovendo políticas de saúde voltadas para populações específicas como forma de enfrentar as profundas desigualdades presentes no território brasileiro. Essas políticas são

formuladas a partir de critérios epidemiológicos para garantir que o sistema atenda às demandas particulares dessas populações, priorizando a inclusão sem preconceitos e o acolhimento nos diferentes níveis da rede de atenção à saúde. Este estudo adota uma abordagem de revisão integrativa para investigar a implementação e o acesso à saúde pela população em situação de rua, analisando e sintetizando resultados de estudos independentes para oferecer uma visão ampla e integrada sobre o tema. Durante abril de 2024, realizamos uma pesquisa sistemática em bases de dados como Scielo, EBSCO e fontes governamentais, selecionando estudos, dados oficiais e livros que abordassem de forma crítica e humanizada a saúde dessa população, excluindo publicações em idiomas diferentes do português e materiais como editoriais, relatórios e teses que não atendiam aos critérios de inclusão. A análise revelou que a pobreza e a situação de rua são processos históricos no Brasil, resultantes das desigualdades sociais que afetam profundamente o processo saúde-doença, dada a privação de direitos fundamentais como moradia, trabalho, renda e alimentação, todos determinantes sociais da saúde. Em resposta a essa realidade, o Ministério da Saúde lançou, em 2009, a Política Nacional de Saúde da População em Situação de Rua, com o objetivo de ampliar o acesso dessa população aos serviços de saúde para promoção, prevenção, recuperação e reabilitação. Contudo, a implementação dessas ações a nível estadual e municipal permanece incipiente. Conforme estudo de Medeiros e Cavalcante (2018), os desafios incluem limitações operacionais e financeiras, indicando que a efetividade dessas políticas está intrinsecamente ligada a um financiamento robusto e consistente por parte do governo federal, sem o qual os resultados permanecem aquém do esperado.

ACESSO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO TRANSVERSAL

Letícia Parente Gonçalves, Fabiana Ferreira Koopmans, Ricardo de Mattos Russo Rafael,
Maiara de Santana dos Santos, Lucas Marques Ferreira de Carvalho, Clarissa Terenzi Seixas,
Sonia Acioli de Oliveira, Tiago Braga do Espírito Santo

O presente estudo, defendido como dissertação de mestrado em 2024 na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, teve como objeto o acesso aos serviços de saúde pela população em situação de rua. O objetivo foi analisar o acesso dessa população aos serviços de saúde no município do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo transversal baseado em uma análise secundária dos dados do Censo de População em Situação de Rua realizado no município em 2022. A análise utilizou métodos estatísticos, tendo como variável desfecho o uso de serviços de urgência e emergência em comparação aos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os resultados indicaram que homens, jovens, trabalhadores, usuários de álcool e outras drogas, e que vivem nas ruas, apresentam maior probabilidade de buscar serviços de urgência e emergência. Em contraste, mulheres e outras identidades de gênero, pessoas com auxílio governamental, acesso a serviços de assistência social ou algum problema de saúde relatado tendem a procurar mais os serviços de APS ou CAPS. Esses

dados corroboram estudos internacionais sobre o acesso à saúde dessa população e destacam as barreiras enfrentadas na busca por cuidado. Embora o estudo tenha limitações, evidencia-se a necessidade de revisitar as políticas públicas existentes e avaliar sua implementação na prática, abordando as iniquidades enfrentadas no cotidiano dessa população. A melhoria das condições de vida e o fortalecimento do acesso aos serviços de APS pela população em situação de rua são fundamentais para a promoção da equidade em saúde.

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA REALIZADO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA (ES)

Letícia Pereira Mollulo, Adryellen Oliveira Gomes, Aline de Mello Nascimento, Caline de Moura Santos, Carla Santos da Silva, Dirlaine Aparecida Pereira Freire, Juliana Mitre da Silva, Lorena Evelyn de Jesus Garcia, Lilian Bertanda Soares

O estágio curricular supervisionado em Saúde Coletiva é fundamental para a formação dos estudantes de enfermagem, permitindo a aplicação prática de conceitos teóricos, o desenvolvimento de habilidades clínicas e a vivência em cenários reais, além de integrar os futuros profissionais ao ambiente de trabalho. Entre as diversas atividades realizadas, destaca-se o Programa de Saúde na Escola (PSE), que busca promover a saúde dos estudantes da rede pública de ensino básico e fundamental por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Por meio do PSE, os estudantes de enfermagem participam ativamente na identificação precoce de problemas de saúde, beneficiando os alunos ao proporcionar um ambiente escolar mais saudável e contribuindo para a saúde pública em geral. Este relato de experiência, vinculado a um curso de graduação em enfermagem, descreve atividades realizadas em escolas da área adscrita à Unidade de Saúde de Ilha das Caieiras, em Vitória (ES), com agendamento prévio e organização pela equipe da Estratégia de Saúde da Família, incluindo a participação de acadêmicos sob supervisão docente. Entre março e abril de 2024, três escolas receberam a equipe para atividades como avaliação da acuidade visual, medidas antropométricas, análise da situação vacinal com regularização mediante consentimento formal dos responsáveis, e ações educativas sobre a prevenção da dengue, abordando medidas preventivas, sinais e sintomas. Após os atendimentos, os dados foram registrados no sistema eletrônico municipal e nos prontuários das crianças, com encaminhamentos para oftalmologia nos casos de redução da acuidade visual e fornecimento gratuito de óculos por meio de convênio municipal. A experiência do PSE revela-se inestimável, unindo os pilares da saúde e da educação, com impactos significativos no bem-estar e desenvolvimento acadêmico das crianças, além de melhorar sua qualidade de vida a longo prazo. Para os futuros profissionais, participar desse processo de construção do futuro infantil é uma vivência profundamente enriquecedora.

EQUIDADE E INTEGRALIDADE EM PAUTA: OS PARADOXOS NO ACESSO DE PESSOAS LGBTQIA+ EM UM CAPS AD III

Nicole Ketzer, Letícia Becker Vieira, Savannah Leitzke Carvalho

Este relato de experiência aborda a prática do cuidado em saúde mental de pessoas dissidentes sexuais e de gênero em tratamento para o uso de álcool e outras drogas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS), em um serviço localizado em Porto Alegre. O objetivo é promover reflexões que auxiliem profissionais de saúde em suas práticas de cuidado. A experiência teve início com minha atuação como enfermeira em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD III), que atende um território marcado pela vulnerabilidade social, onde percebi o despreparo da equipe para lidar com a população LGBTQIA+, apesar da boa intenção no atendimento. Em resposta, no mês do orgulho LGBTQIA+ (junho de 2023), implementei ações de educação permanente em diversos turnos, abordando temas como o significado da sigla LGBTQIA+, uso correto de pronomes, respeito ao nome social e distinções entre identidade sexual e de gênero, alinhados à “Política Nacional de Saúde Integral LGBT” de 2013. Realizamos rodas de conversa com os usuários, enfatizando respeito, empatia e o combate ao estigma e preconceito, com participação de representantes de ONGs de defesa de direitos LGBTQIA+ e do primeiro Ambulatório Trans do município. Para garantir continuidade, materiais educativos foram espalhados no espaço físico do serviço. Como resultado, a equipe demonstrou maior interesse e preparo para oferecer um cuidado equânime e integral à população LGBTQIA+, enquanto os usuários participantes disseminaram informações na comunidade e na RAPS. Conclui-se que a informação é uma ferramenta essencial na luta contra preconceitos e desigualdades que afetam populações vulneráveis, como a LGBTQIA+. O direito à saúde é fundamental, e cabe aos profissionais da ponta garantir o cumprimento dos princípios doutrinários do SUS, promovendo acolhimento e respeito em suas práticas.

OPERAÇÃO GOTA: VACINAÇÃO NAS ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO NO ALTO RIO NEGRO, MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, REGIÃO ASSISTIDA PELO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO ALTO RIO NEGRO, 2023

Kelly Andreza Andrade da Silva, Sediell Andrade Ambrósio, Suellen de Andrade Ambrósio, Sheila de Andrade Ambrósio, Simonara Ramos Goes, Liciane Alberta Coimbra de Moraes, Thayla Mylena Carvalho Galvão, Cristiane Ferreira da Silva, Ramon Lisboa Marques

O município de São Gabriel da Cachoeira, localizado a 850 quilômetros de Manaus em linha reta, situa-se no extremo norte do Brasil, na fronteira com a Colômbia e Venezuela. A região é

acessada majoritariamente por via fluvial, devido ao Rio Negro, o maior afluente do Rio Amazonas, e apresenta relevo composto por grandes montanhas rochosas e igarapés cujos níveis variam conforme as condições climáticas. O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Alto Rio Negro, responsável pela assistência sanitária na área, conta com 25 Polos Base (PB) distribuídos no território, que abriga 24 etnias indígenas locais e recebe mais de 60 outras etnias em trânsito, conforme o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena. Cada etnia possui especificidades próprias, e, por tratar-se de uma região transfronteiriça, há um fluxo populacional diferenciado. Entre os principais desafios para a Vigilância em Saúde na região estão a logística, que dificulta o acesso rápido às aldeias e o retorno das informações, e questões socioeconômicas, como a falta de documentação, que impede o cadastro em sistemas de saúde e a inclusão nos indicadores, comprometendo metas de cobertura. Nesse contexto, a imunização, considerada essencial, é promovida pela Operação Gota, uma estratégia para vacinação em áreas de difícil acesso geográfico, fruto de parceria entre a SESAI, SVSA, Ministério da Defesa, estados e municípios, utilizando horas de voo e suporte técnico do Exército. A Operação Gota de 2023 ocorreu de 11 de abril a 6 de maio, totalizando 26 dias de atividades no Alto Rio Negro, abrangendo 11 Polos Base e 105 aldeias. A ação atendeu 5.961 indígenas aldeados e aplicou 18.151 doses de vacinas, utilizando 40 horas de voo. Os critérios para escolha das aldeias incluíram baixa cobertura vacinal, trechos encachoeirados, distâncias superiores a seis dias de deslocamento, caminhadas de até 12 horas pela mata e estiagem que impossibilitou o uso dos igarapés. Participaram 4 enfermeiros, 1 médico e 11 técnicos de enfermagem. A operação foi crucial para oferecer às aldeias atendidas as vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, contribuindo para o controle e a eliminação de doenças imunopreveníveis no território do Alto Rio Negro.

ASPECTOS DA QUALIDADE DA SAÚDE, A PARTIR DO OLHAR DE MULHERES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), EM OITO REGIÕES DE MINAS GERAIS

Cibele Lima dos Santos, Tuiara Tule Outono Ferret, José Roberto Salvaterra, Zélia Maria Profeta da Luz

Este trabalho integra uma pesquisa maior em andamento, intitulada “Mulheres em Resistência: Uma Cartografia Social das Experiências e Demandas Coletivas do MST em Minas Gerais”. O Movimento Sem Terra (MST), reconhecido por sua atuação além da luta pela conquista da terra, busca transformar as condições de vida em seus territórios. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi identificar e analisar, a partir do olhar das mulheres acampadas e assentadas em oito regionais de Minas Gerais, os fatores que influenciam a qualidade da saúde nesses territórios. A pesquisa foi conduzida com base na cartografia social, que explora práticas de resistência e liberdade a partir da percepção crítica e política de quem vive no espaço/lugar, e na cartografia tradicional, que oferece uma visão panorâmica em mapas das necessidades relacionadas à temática abordada. Foi utilizada a técnica do “rio do tempo”, com grupos mobilizados que, a partir de objetos como tarjetas coloridas e

tecidos, mapearam elementos históricos e aspectos da saúde nas regiões. Essas atividades ocorreram em encontros organizados na forma de seminários, nos quais as participantes abordaram o histórico da luta pela terra e a qualidade da saúde nos territórios. O diagnóstico participativo reuniu mulheres de idades entre 22 e 55 anos, com diferentes perfis raciais, níveis de escolaridade (desde nenhuma ou pouca alfabetização até ensino superior completo ou em andamento) e realidades regionais. Os encontros aconteceram nas regionais Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Zona da Mata, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, que possuem características políticas, econômicas e sociais distintas, influenciando os resultados. A análise temática dos grupos revelou que, embora existam serviços públicos e políticas de saúde acessíveis às famílias, a distância entre áreas rurais e urbanas e o estigma associado à identidade de sem-terra impactam negativamente a qualidade da saúde. Notou-se também que as práticas populares de saúde têm grande relevância, sendo amplamente utilizadas como medida preventiva, o que demonstra um forte componente cultural nesses territórios. Por outro lado, a participação em conselhos de saúde ou assistência social mostrou-se fragilizada, refletindo a baixa representatividade dessa população em instâncias de decisão, o que enfraquece suas pautas e reivindicações junto ao poder público. Esses resultados preliminares destacam tanto os desafios quanto as potencialidades da luta coletiva do MST em relação à saúde e à qualidade de vida nos territórios.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MÉTODO BAMBU: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DISCENTE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS PARTICIPATIVOS COMO RECURSO PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE

Yngreed Líbero de Souza, Ariadne do Nascimento Conceição, Maraiza Alves de Oliveira

A participação social, princípio fundamental da promoção da saúde, prevê o envolvimento ativo da população na tomada de decisões que impactam suas vidas. Para fomentá-la, é essencial implementar processos educativos baseados na realidade de cada indivíduo, valorizando o diálogo e promovendo a análise conjunta de problemas e estratégias de superação. Nesse contexto, após visitas, criação de vínculos e atividades que permitiram compreender melhor a realidade de uma comunidade rural em Lagarto (SE), os discentes do módulo de Prática de Ensino na Comunidade escolheram o método participativo Bambu para deliberar ações que visassem melhorar o contexto saúde-doença da população local. Este relato tem como objetivo descrever o processo de implementação do Método Bambu como ferramenta de estímulo à participação social. A implementação foi dividida em dois dias. No primeiro, foram realizadas as etapas iniciais: apresentação do método, semear o bambu (iniciar a conversa), identificar potencialidades, descrever necessidades por meio do “desejando e criando”, elaborar o mapa de prioridades e planejar as ações. Na etapa de identificação das potencialidades, os moradores destacaram conquistas prévias, como esforços conjuntos para melhorias no saneamento básico. Em seguida, relataram as principais necessidades, incluindo calçamento da estrada, mais

comida na mesa, construção de uma pracinha e água encanada. Essas demandas foram organizadas em um mapa de prioridades, definido por votação com base em critérios de necessidade e viabilidade. As prioridades escolhidas foram a pracinha e a comida na mesa, com divisão de tarefas entre os moradores e organização de materiais em uma semana. No segundo dia, a pracinha foi construída com materiais recicláveis, enquanto a comida na mesa foi viabilizada por doação de cestas básicas da Universidade Federal de Sergipe e pelo encaminhamento de moradores à assistência social para solicitar melhorias na segurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade. A implementação do Método Bambu engajou os moradores no reconhecimento de sua realidade e na identificação de desafios e potencialidades. Antes considerada desunida, a comunidade encontrou no método um espaço respeitoso para diálogo e deliberação coletiva. Assim, o Método Bambu mostrou-se uma ferramenta eficiente para instigar a participação social, promovendo o diálogo, a criação de metas e a implementação de ações que contribuíram para a melhoria das condições de vida, saúde e lazer na comunidade.

ALTERNATIVAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA SAÚDE COLETIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jonathan Eduardo de Souza Rosa, Orlando Luiz do Amaral Júnior,
Jessye Melgarejo do Amaral Giordani, Maria Laura Braccini Fagundes

No cenário educacional contemporâneo, a busca por métodos inovadores no processo de ensino e aprendizagem é essencial para preparar os alunos para os desafios do século XXI. Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência do uso de jogos didáticos no ensino da saúde coletiva na graduação em odontologia. Identificou-se a necessidade de uma abordagem mais dinâmica e participativa para o ensino de temáticas relacionadas à saúde coletiva, integrando o conhecimento teórico ao dinamismo dos jogos educacionais como forma de avaliação, em substituição ao modelo teórico tradicional. Os alunos foram divididos em grupos, correspondendo ao número de aulas teóricas ministradas, e cada grupo recebeu um tema para desenvolver um jogo didático relacionado ao conteúdo abordado. Os jogos deveriam ser aplicáveis à população-alvo e integrados à realidade social. Os grupos elaboraram os jogos durante as aulas, explicaram sua lógica à turma e posteriormente aplicaram-nos na comunidade, registrando os resultados. Ao longo do processo, os alunos enfrentaram desafios significativos, como a simplificação de conteúdos complexos para formatos acessíveis e atrativos. No entanto, esses obstáculos foram superados, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e incentivando o uso de recursos educacionais diversificados. Essa abordagem teve impacto positivo além da sala de aula, permitindo que os alunos compartilhassem seus conhecimentos com a comunidade por meio da aplicação prática dos jogos, fortalecendo a conexão com a realidade social e ampliando sua compreensão sobre saúde coletiva. A experiência demonstrou que a integração de metodologias ativas no ensino da

saúde oferece amplas oportunidades para aprimorar o processo educacional. Ao adotar estratégias diversificadas de avaliação, é possível inspirar uma nova geração de profissionais de saúde críticos, comprometidos e capacitados para analisar e resolver problemas, promovendo a saúde e o bem-estar. Essa jornada de inovação educacional não apenas representa uma evolução no ensino, mas também um investimento no futuro da saúde e da sociedade como um todo.

PÉ DIABÉTICO: AVALIAÇÃO DO ENFERMEIRO COM MÉTODO CLÍNICO CENTRADO NA PESSOA

Sunny Lady Neves Santos, Francislaine Maralin Henrique, Renato Vidal de Oliveira, Jacira Nascimento Santos, Daniele Dias Louzada, Lais M. Fontoura, Juliany Mota dos Santos, Sandra Regina da Silva Vita

Este estudo relata uma experiência descritiva sobre o atendimento contextualizado no plano de ensino do Instituto de Ensino Pesquisa e Inovação (ICEPI), conduzido por docentes de enfermagem com discentes atuando na Atenção Básica à Saúde (APS). Durante uma roda de conversa, foi identificado o déficit de conhecimento dos enfermeiros na avaliação do pé diabético, o que impulsionou a proposta de educação permanente focada nessa temática, com o objetivo de planejar, acompanhar e executar atividades voltadas ao bem-estar e assistência da população local. O objetivo foi relatar a experiência de trabalho com pacientes, utilizando metodologia participativa para estimular práticas de atendimento de qualidade na avaliação do pé diabético. A atividade foi realizada em um município do Espírito Santo, envolvendo seis discentes de enfermagem, com foco na avaliação do pé diabético utilizando o Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP). Este método promove uma avaliação que estreita a relação de confiança entre paciente e profissional, permitindo a aplicação de ferramentas adequadas e a elaboração de um plano de cuidados personalizado. O processo incluiu a explicação aos pacientes sobre a importância do método e seus benefícios, além de um diagnóstico abrangente que considerou conhecimentos, sentimentos e percepções dos pacientes para a criação de estratégias de cuidado alinhadas às suas necessidades. Os resultados destacaram o desenvolvimento e fortalecimento de habilidades dos enfermeiros, aprimorando a avaliação do pé diabético e o uso correto das ferramentas e exames necessários. Houve também maior vínculo entre os pacientes e a equipe local, melhoria na adesão ao tratamento e prevenção de lesões nos pés, evitando possíveis amputações. Essa experiência mostrou que o MCCP é uma abordagem fundamental para a prática de enfermagem, pois coloca o paciente no centro do cuidado, proporcionando atendimento personalizado e eficaz. Conclui-se que essa estratégia não apenas melhora os resultados de saúde dos pacientes, mas também promove um sistema de saúde mais eficiente, ao reduzir complicações, internações e custos associados. A aplicação do MCCP reafirma seu valor como uma abordagem essencial para a prática clínica na APS, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento e da saúde da população atendida.

A BARRACA DA SAÚDE EM AÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER: VAMOS CONVERSAR SOBRE A PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA?

Yndiara Borges Sobrosa

A Barraca da Saúde é um projeto de extensão da Faculdade de Enfermagem, regularmente cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas, que desde 2023 participa do Programa de Extensão para a implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde do SUS e da participação da comunidade (PNVS COMUNIDADE). Este relato de experiência descreve as ações de extensão realizadas no município de Morro Redondo, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. As atividades envolveram mulheres com idades entre 18 e 84 anos e foram desenvolvidas em uma oficina com o tema prevenção do câncer de mama, em parceria com estudantes de outros cursos de graduação e técnico, sob a supervisão de professores coordenadores. Como materiais de apoio, foram utilizados panfletos informativos sobre o câncer de mama e o exame de toque, cartões com frases para diferenciar mitos e verdades, próteses mamárias com e sem carcos e pacotes com balas para dinâmicas interativas. Os resultados apontaram que muitas participantes desconheciam fatores de risco para o câncer de mama e como realizar o autoexame. Além disso, houve relatos de mulheres que já enfrentaram a doença, mas que não sabiam, por exemplo, que homens também podem desenvolver câncer de mama ou que a amamentação prolongada reduz o risco de sua ocorrência. A abordagem acessível e didática gerou novos conhecimentos e incentivou o autocuidado entre as participantes. Concluímos que a conscientização sobre o câncer de mama e sua detecção precoce são essenciais. Quanto maior a disseminação de informações, maiores são as chances de diagnóstico precoce, o que eleva significativamente as possibilidades de sucesso no tratamento. As ações realizadas contribuíram para a promoção da saúde, empoderando as mulheres na busca pelo cuidado com sua saúde e na adoção de práticas preventivas.

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: “LIXO: QUEM CUIDA SE CUIDA” – RELATO DE EXPERIÊNCIA DISCENTE DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

Yngreed Líbero de Souza, Ariadne do Nascimento Conceição, Maraiza Alves de Oliveira

A Educação em Saúde tem como objetivo desenvolver o senso de responsabilidade dos indivíduos em relação às suas condições de saúde e à comunidade em que vivem. Para isso, é essencial que as atividades educativas sejam articuladas com a realidade de cada grupo populacional, considerando a influência dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) no sucesso dessas ações. Nesse contexto, este trabalho relata a experiência de participação discente na atividade extensionista intitulada “Lixo: quem cuida se cuida”, focada na promoção da saúde e conscientização ambiental. O processo iniciou com o

mapeamento do território, identificando os DSS presentes. Em seguida, foram realizadas dinâmicas em grupo que criaram vínculos entre os extensionistas e a comunidade, revelando uma problemática central: o descarte inadequado e a queima de lixo. Para abordar o tema, organizou-se uma roda de conversa com o uso de cartazes informativos que evidenciavam os prejuízos à saúde causados pela poluição do solo, ar e água. Os discentes atuaram como mediadores, permitindo que os próprios moradores discutissem os problemas enfrentados. Uma abordagem dinâmica foi utilizada com as crianças, engajando-as nas ações. O debate culminou na organização de um mutirão de limpeza, motivado pela comunidade, com materiais fornecidos pelos extensionistas e ferramentas reunidas pelos moradores. Essa atividade extensionista promoveu uma rica troca de conhecimentos: os discentes mediarão a ação, mas também aprenderam ao ouvir os relatos dos moradores sobre a realidade vivida antes do agravamento do descarte inadequado de lixo. Além disso, foi perceptível o entendimento da população sobre o impacto das práticas de manejo do lixo e o papel da participação social na resolução do problema. A ação demonstrou a relevância da extensão universitária como ferramenta de promoção da Educação em Saúde, ao estimular o repensar das atitudes individuais e coletivas em relação ao lixo. A experiência conferiu autonomia à comunidade para transformar a realidade local, promovendo uma melhoria significativa na qualidade de vida e na ambiência. Assim, a atividade destacou-se como um exemplo prático de como a integração entre universidade e comunidade pode gerar impacto positivo e sustentável.

SUJEITOS E SINGULARIDADES NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA APS

Sandra Regina da Silva Vita, Sunny Lady Neves Santos, Francislaine Maralin Henrique, Renato Vidal de Oliveira, Jacira Nascimento Santos, Daniele Dias Louzada, Lais M. Fontoura, Juliany Mota dos Santos

Este trabalho relata uma experiência descritiva sobre o papel da escuta qualificada no cuidado clínico de pacientes com dúvidas relacionadas ao planejamento familiar, destacando a importância do diálogo claro e humanizado entre profissionais de saúde e pacientes. O objetivo é enfatizar como a escuta qualificada pode promover práticas de humanização no atendimento, respeitando a singularidade de cada indivíduo. Os profissionais envolvidos são enfermeiros bolsistas do programa de qualificação profissional da Atenção Primária à Saúde (APS) do Instituto de Ensino Pesquisa e Inovação (ICEPI), que atuam em unidades de saúde do Estado do Espírito Santo. A análise baseou-se na identificação e observação de casos em que mulheres apresentavam dúvidas sobre o uso de métodos anticoncepcionais, mesmo após a prescrição médica. Muitas relataram dificuldades de entendimento sobre o planejamento familiar, com queixas de que os métodos utilizados não funcionavam e o medo recorrente de engravidar. Algumas mencionaram gestações não planejadas enquanto utilizavam anticoncepcionais, indicando lacunas na compreensão e uso adequado dos métodos. Durante o atendimento, foi identificado que algumas pacientes ingeriam o comprimido apenas durante as relações sexuais, em vez de seguir a recomendação diária. Após receberem orientações detalhadas e adequadas, as pacientes demonstraram adesão bem-sucedida ao método prescrito. Os resultados evidenciam que

a escuta qualificada permite ao profissional compreender melhor a singularidade de cada paciente, oferecendo informações claras e promovendo escolhas mais conscientes. Essa abordagem fortalece o conceito de cuidado centrado no paciente, criando um espaço de diálogo que torna a relação entre profissional e usuário mais equilibrada. Essa interação favorece o compartilhamento das decisões terapêuticas, promovendo a autonomia e a corresponsabilidade do paciente em seu processo de cuidado. Conclui-se que há um déficit no diálogo entre prescritores e pacientes, que muitas vezes deixa dúvidas importantes sem respostas. Compreender o paciente como sujeito ativo de sua história e estar atento às suas particularidades são aspectos fundamentais para o sucesso do atendimento. O diálogo e o acolhimento são ferramentas essenciais para construir uma relação terapêutica eficaz, garantindo que as necessidades individuais sejam atendidas e que o cuidado seja efetivo e humanizado.

LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO ENFERMEIRO NO CONTEXTO HOSPITALAR

Kyoma Félix de Miranda, Gislane Costa de Oliveira Brito

Este estudo busca compreender o papel do enfermeiro como líder e sua influência na motivação da equipe de enfermagem, reconhecendo que o trabalho conjunto não apenas melhora a qualidade de vida no ambiente de trabalho, mas também reflete positivamente na assistência prestada aos pacientes. A pesquisa aborda a questão: qual a importância do enfermeiro como líder e sua influência na motivação da equipe? O objetivo é identificar a relevância da relação entre liderança e motivação para alcançar melhores resultados na prática de enfermagem. Trata-se de uma revisão de literatura baseada nas bases de dados LILACS e SCIELO, com artigos publicados em português entre 2015 e 2024, utilizando as palavras-chave “motivação”, “liderança” e “enfermagem”. Foram identificados 32 artigos, dos quais 16 foram selecionados por abordarem diretamente o tema proposto. Motivação e liderança são pilares fundamentais na atuação do enfermeiro-líder. Mais do que coordenar tarefas, cabe ao líder orientar, incentivar, garantir a produtividade, estabelecer uma comunicação eficaz, demonstrar empatia e adotar um posicionamento assertivo. Motivação é um impulso que instiga atitudes, sendo diferente para cada indivíduo, enquanto liderança refere-se à forma como se conduz um grupo, orientando e delegando funções. O comportamento do líder influencia diretamente nos resultados obtidos pela equipe. O enfermeiro, como líder, desempenha um papel essencial ao aprimorar suas habilidades de liderança, especialmente no que diz respeito à comunicação e à gestão de pessoas. Contudo, estudos apontam desqualificação em alguns profissionais para exercer a liderança, muitas vezes atribuída a falhas na formação ou na trajetória profissional. Essa lacuna ressalta a importância de iniciativas de desenvolvimento profissional, tanto individualmente quanto por meio do apoio das organizações de saúde, que devem investir no aperfeiçoamento das competências de liderança. Os resultados destacam a influência do enfermeiro na motivação da equipe, evidenciada pela criação de vínculos empáticos, promoção de um clima de confiança e facilitação da comunicação e das relações interpessoais. Esses fatores contribuem para direcionar os processos de trabalho, gerenciar recursos e garantir uma

assistência de enfermagem de qualidade e segura. Conclui-se que há necessidade de mais publicações discutindo a temática, reforçando o valor da liderança no contexto da enfermagem. O enfermeiro-líder tem um papel crucial na construção de equipes motivadas e eficientes, sendo indispensável que esse desenvolvimento seja incentivado ao longo da formação e trajetória profissional, bem como pelas instituições de saúde.

FINANCIAMENTO DA SAÚDE COMO FERRAMENTA DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA EXPERIÊNCIA EM CURSO DE EXTENSÃO SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Larissa Samay Souza da Silva, Silvânia Sales Oliveira, Mariana Oliveira Araújo, Marcelle Saturnino Santiago, Mariane de Carvalho Pires, Brenna Araújo Felix, Karen de Moura Rolim Santos, Nádia Alves Antão de Alencar, Judinara Vitória Pinho

O financiamento da saúde é crucial para assegurar o acesso universal aos cuidados de saúde, mas o conhecimento sobre o tema ainda é limitado em diversos segmentos da sociedade. Para enfrentar essa lacuna, o Programa de Extensão DIVULGA SUS, vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), organizou o curso de extensão intitulado *Conhecendo o Sistema Único de Saúde (SUS)*. Durante o curso, uma bolsista voluntária apresentou o módulo *Financiamento da Saúde: ferramenta de concretização do direito à saúde*. A apresentação ocorreu presencialmente em março, contando com 52 inscritos e uma média de 30 participantes por dia. Antes da apresentação, a bolsista revisou a bibliografia básica fornecida para absorver os conceitos essenciais. Com a orientação de um professor, elaborou um material audiovisual acessível, utilizando slides para abordar tópicos como administração pública e privada, iniciativas de financiamento inovadoras e parcerias público-privadas. Durante o encontro, perguntas norteadoras estimularam a discussão, incluindo a origem dos recursos financeiros destinados à saúde. Os participantes foram incentivados a refletir sobre o aumento global dos investimentos em saúde na última década e os impactos disso na disponibilidade de recursos e na qualidade dos serviços. Foi destacado que o incremento no financiamento da saúde está diretamente relacionado à ampliação do acesso aos serviços, como cuidados primários, vacinação e tratamento de doenças crônicas. Além disso, discutiram-se avanços na qualidade dos serviços, como a aquisição de equipamentos médicos avançados e a capacitação de profissionais. Também foram abordados desafios como a sustentabilidade financeira e a eficiência na alocação de recursos, ressaltando que, apesar dos progressos, persistem disparidades no acesso aos cuidados, especialmente para grupos vulneráveis. A análise de dados revelou um aumento de 13% nos gastos públicos com saúde entre 2010 e 2018, evidenciando uma tendência positiva. No entanto, políticas de financiamento equitativas, eficientes e sustentáveis são imprescindíveis para garantir que todos tenham acesso a cuidados de qualidade, independentemente de sua condição socioeconômica. A experiência no programa de extensão proporcionou à bolsista uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelos sistemas de

saúde no que tange ao financiamento adequado para concretizar o direito à saúde. Concluiu-se que atividades extensionistas devem buscar soluções para problemas reais da sociedade, ampliando a relação entre a universidade e a comunidade por meio de ações de conscientização e capacitação. Assim, promover a conscientização sobre o financiamento da saúde é essencial para assegurar que esse direito se torne uma realidade para todos.

VULNERABILIDADES SOCIAIS E A SUA CONTRIBUIÇÃO NA INCIDÊNCIA DE CASOS DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST) NA POPULAÇÃO

Maria Vitória Sabino Hupp, Felipe Macedo Vale, Yanna do Socorro Meneses Valente, Brênelly Emanuelli Alexandre Dias, Roni Oliveira Pinheiro, Jonas de Oliveira Barbosa, Natália Brasileiro Pereira, Maira Cibelle da Silva Peixoto, Thayanne Ribeiro Lisboa

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por diversos microorganismos patogênicos e transmitidas por meio do contato sexual sem o uso de preservativos com uma pessoa infectada. O aumento da incidência dessas doenças na população está relacionado a problemas como a falta de informação, a ausência de educação sexual adequada e o estigma social. Este estudo tem como objetivo compreender os fatores que influenciam o crescimento dos casos de IST na coletividade. Trata-se de um estudo descritivo, na modalidade de revisão bibliográfica narrativa, que utilizou estudos publicados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Os resultados demonstram que a elevação da ocorrência de IST decorre, em grande parte, da escassez de informações sobre prevenção, tipos de infecções, sintomas, formas de transmissão e suas consequências para a saúde pessoal e social. A insuficiência na implementação da educação sexual nas escolas também se destaca como um fator agravante, uma vez que a educação sexual tradicionalmente oferece esclarecimentos sobre saúde corporal e integralidade, capacitando os indivíduos para o autocuidado e a proteção da coletividade. No entanto, barreiras culturais e o conservadorismo religioso limitam sua efetivação, aumentando a vulnerabilidade de jovens e adolescentes a essas infecções. Além disso, a falta de acesso aos serviços de saúde dificulta não apenas o alcance de informações essenciais, mas também a realização de testes, diagnósticos, tratamentos e o aconselhamento médico necessário. As desigualdades e exclusões sociais também influenciam os riscos de desenvolvimento de IST, pois famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam barreiras no acesso a recursos fundamentais para a qualidade de vida e segurança. Conclui-se que o aumento dos casos de IST na população está relacionado à debilidade na democratização de informações fundamentais e a fatores sociais como o acesso limitado aos serviços de saúde, a ausência de educação sexual integrada nas escolas, o estigma social associado às doenças e as fragilidades socioeconômicas. Medidas eficazes são indispensáveis para conter o avanço dessas infecções e promover uma melhor qualidade de vida para a população.

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (EMULTI) NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS NO USO DA FERRAMENTA DO MATRICIAMENTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE (APS)

Marta da Silva Ribeiro, Ana Paula da Silva Estevão,
Marcélia Alves de Souza Martins, Andris Cardoso Tiburcio

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel crucial na redução das desigualdades sociais, abordando o indivíduo em sua totalidade, com ênfase na prevenção e na promoção da saúde. Embora os motivos que levam os pacientes a buscar atendimento sejam variados, observa-se uma mudança no perfil das causas de morbidade, com destaque para o aumento das doenças crônicas não transmissíveis e da violência como principais causas de mortalidade no Brasil. A violência, que pode ser comunitária ou intrafamiliar, apresenta desafios complexos, especialmente quando envolve crianças e adolescentes, sendo frequentemente perpetrada por membros próximos da família. O enfrentamento da violência doméstica exige dos profissionais de saúde conhecimento técnico, compreensão dos fluxos de atendimento e estratégias eficazes para lidar com os impactos no sistema de saúde. O aumento da demanda por serviços de saúde decorrente da violência tem sobrecarregado os fluxos de atendimento, tornando essencial a adoção de estratégias para enfrentamento do problema. Nesse contexto, o apoio matricial fornecido pelas equipes multidisciplinares (eMULTI) emerge como uma ferramenta fundamental. O matriciamento, caracterizado pela troca de conhecimentos entre as equipes da APS, visa melhorar a qualidade do atendimento e está alinhado com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo busca compreender a complexidade do atendimento às vítimas de violência doméstica, refletindo sobre a interação entre as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e as eMULTI, além de investigar os elementos que compõem o matriciamento nesse contexto. Em áreas vulneráveis, as políticas públicas de saúde frequentemente representam a única intervenção estatal acessível à população. Nessas regiões, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) enfrenta barreiras significativas, muitas vezes relacionadas à própria violência. A violência doméstica contra crianças e adolescentes, definida por atos ou omissões de pais, parentes ou responsáveis, causa dor ou dano físico, sexual e/ou psicológico, configurando um grave problema social e de saúde pública. A relevância da discussão sobre o tema está na possibilidade de produzir novos conhecimentos sobre o trabalho integrado entre equipes de saúde, além de identificar os desafios do uso do matriciamento na APS, especialmente em casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Entre os obstáculos enfrentados, destacam-se a falta de capacitação dos profissionais, suas limitações técnicas e a sobrecarga de trabalho. Para superá-los, tornam-se imprescindíveis estratégias como a capacitação profissional contínua, ampliação das equipes da ESF e das equipes multidisciplinares, desenvolvimento de protocolos claros e específicos para o atendimento de casos de violência, e a realização de campanhas de mobilização e participação social, voltadas para a identificação de sinais de violência no território. Abordar esses desafios é essencial para assegurar o acesso e os direitos dos usuários, além de fortalecer

a APS como uma ferramenta eficaz no enfrentamento da violência doméstica, especialmente em sua forma mais complexa e sensível: contra crianças e adolescentes.

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO INOVAÇÃO DE ENSINO

Ellen Rebeca Pereira Silva, Gilberto Tadeu Reis da Silva, Cristiano Oliveira de Souza,
Julia Carvalho Gomes Ferreira, Thalia Nepomuceno Santos Santiago

O processo educacional, que envolve ensinar e aprender, é intrinsecamente coletivo e demanda o uso de estratégias didáticas eficazes. A crescente aplicação de tecnologias exige metodologias que vão além do conhecimento teórico ou técnico, promovendo uma formação prática e científica especializada. Este estudo tem como objetivo descrever a utilização de metodologias ativas e tecnologias digitais como estratégias de ensino em cursos técnicos de Enfermagem. A metodologia adotada foi um estudo reflexivo, baseado em dados coletados durante um projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e em referências obtidas nas bases Scielo, Portal CAPES e Google Acadêmico em março de 2024. Os resultados indicam a adoção de métodos tradicionais, montessorianos, construtivistas e ativos por docentes de Enfermagem, com foco neste estudo na metodologia ativa integrada às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Essas tecnologias, que incluem softwares e hardwares, facilitam a automação e a comunicação, desconstruindo o papel passivo do aluno e reposicionando o professor como mediador que estimula a problematização e a reflexão em equipe. No contexto da Educação Profissional Técnica (EPT), as metodologias ativas promovem práticas docentes inovadoras e tecnológicas, utilizando recursos multimídia e internet para compartilhar conhecimento, configurando um processo de educação permanente que exige atualizações contínuas por parte dos docentes, pois essas metodologias raramente são abordadas na graduação. Apesar de seu potencial transformador, muitos profissionais ainda desconhecem essas estratégias. As considerações finais reforçam que a integração das metodologias ativas às TICs valoriza a participação ativa dos alunos, transformando o professor em facilitador e ampliando as possibilidades de aprendizagem com plataformas virtuais e recursos multimídia. Essa abordagem reconfigura a prática pedagógica, promove coautoria entre professores e alunos e contribui para uma educação mais dinâmica, inclusiva e contextualizada, que transcende as limitações físicas e temporais da sala de aula. Ao formar profissionais mais capacitados, não apenas tecnicamente, mas também em habilidades práticas e científicas, essa metodologia beneficia estudantes, profissionais e a qualidade dos cuidados de saúde prestados à comunidade, demonstrando o potencial das TICs como inovação no ensino em saúde e Enfermagem.

DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

Ana Paula da Silva Estevão, Marta da Silva Ribeiro, Andris Cardoso Tibúrcio,
Marcélia Alves de Souza Martins

Diante dos desafios contemporâneos, a atividade física destaca-se como uma poderosa ferramenta para a promoção da saúde mental, comprovadamente associada à melhoria do humor, redução do estresse e da ansiedade, aumento da autoestima e da qualidade do sono. Sua integração com os usuários de saúde mental não apenas oferece benefícios físicos e psicológicos, mas também combate a invisibilidade enfrentada nos espaços institucionais. A participação em atividades físicas individuais ou em grupo proporciona interações sociais positivas, construção de relacionamentos significativos e sensação de pertencimento, elementos que auxiliam na quebra do isolamento social e na promoção da aceitação. Além disso, ao experimentar os benefícios da prática regular, os participantes desafiam estigmas associados aos transtornos mentais e demonstram sua capacidade de protagonizar suas histórias. No contexto do Programa Academia Carioca, implementado com usuários encaminhados do Centro de Atenção Psicossocial Lima Barreto para a Clínica da Família Maria José de Sousa Barbosa, observou-se melhora na integração entre participantes, maior adesão ao tratamento e redução do uso de medicamentos. Esses resultados refletem uma significativa adesão às atividades oferecidas, evidenciando o protagonismo e engajamento dos usuários com as oportunidades de exercício físico e participação social no território, reforçando a importância de uma abordagem inclusiva e compassiva para o cuidado em saúde mental.

O USO DA TERAPIA MUSICAL NA ATENUAÇÃO DOS SINTOMAS DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

Iara Fantin Macena

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um distúrbio neurobiológico de origem genética que se manifesta na infância e pode persistir até a idade adulta. Embora não seja considerado um distúrbio de comportamento, pode envolver impulsividade e hiperatividade. Essas características, associadas a dificuldades de aprendizado, ansiedade emocional e social e problemas de comunicação, contribuem para uma prevalência de 5% na população. Os tratamentos convencionais incluem medicamentos, psicoterapia e fonoaudiologia. A terapia musical, que integra arte e saúde, busca promover comunicação, expressão e aprendizado, auxiliando na organização e reabilitação dos pacientes. Essa abordagem, desenvolvida na época da Segunda Guerra Mundial, pode ser passiva, quando o paciente apenas ouve música, ou ativa, envolvendo sua participação na execução musical junto ao terapeuta. Benefícios dessa prática têm sido observados em condições como Alzheimer, ansiedade, autismo e TDAH. Este estudo, que teve como objetivo avaliar a redução dos sintomas de hiperatividade e déficit de atenção em pacientes com TDAH submetidos à terapia musical,

realizou uma revisão integrativa de literatura na base PubMed, utilizando os descritores “ADHD” e “music therapy” combinados pelo operador booleano “AND”. Foram selecionados artigos em inglês, classificados como ensaios clínicos e revisões sistemáticas, publicados entre 2019 e 2024, com exclusão de temas adicionais e duplicados, resultando na análise de três artigos. Um deles revelou que a música atuou como distrator em baixa escala em quatro estudos, mas foi auxiliar em habilidades como aritmética, leitura e atenção em seis estudos. O segundo apontou uma redução significativa nos sintomas de TDAH, com aumento na função cognitiva, memória e atenção em crianças. O terceiro indicou progressos em testes de atenção e qualidade de vida após a intervenção musical em crianças com suspeita de TDAH. Assim, conclui-se que a terapia musical apresenta uma abordagem eficaz no tratamento do TDAH, promovendo melhorias na concentração, organização e regulação emocional, além de complementar as terapias convencionais, ampliando os benefícios para os pacientes.

CANAL CONTA COMIGO: EXPERIÊNCIAS DOS INTEGRANTES NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Julia Bredow dos Santos, Denyan Alves Silveira, Kelen Ferreira Rodrigues, Milena Oliveira Costa, Valéria Cristina Christello Coimbra, Luciane Prado Kantorski, Liamara Denise Ubessi

O Canal Conta Comigo é um projeto de extensão voltado à produção, compartilhamento e divulgação de materiais relevantes para a comunidade acadêmica e o público em geral. Criado durante a Pandemia de covid-19 como uma forma de cuidado e aproximação entre as pessoas, também funcionou como extensão para acesso a escutas terapêuticas. A iniciativa nasceu entre integrantes do grupo de pesquisa em enfermagem, saúde mental e saúde coletiva da Universidade Federal de Pelotas, inicialmente utilizando um grupo no WhatsApp e reuniões online. As atividades são organizadas conforme as afinidades e competências de cada participante, abrangendo temas como terapias complementares, cuidados com a saúde, atividades físicas e controle da ansiedade. Este relato de experiência descreve a produção de conteúdo para redes sociais pelos membros do projeto, vinculado ao Grupo de Pesquisa Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva da UFPEL, ao Coletivo Rizoma SUS da UNIPAMPA/Campus e ao IFRS. Desde 2023 até abril de 2024, o projeto manteve seu funcionamento online, com comunicações via WhatsApp e reuniões mensais pelo Google Meet. A organização das postagens envolve uma divisão de tarefas: um membro organiza as datas importantes do mês, outros produzem e revisam os conteúdos, que são posteriormente publicados. Criado em março de 2020, o Canal Conta Comigo continua ativo em redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, alcançando 3.315 seguidores no Instagram. A equipe, composta por uma coordenadora, um bolsista e voluntários de diferentes níveis acadêmicos e instituições, dedica-se à publicação de conteúdos confiáveis sobre saúde mental, datas alusivas e produção livre dos membros, além de repostar materiais alinhados à proposta do projeto. O Canal reafirma seu compromisso social ao transcender os limites da academia, promovendo a saúde comunitária e atuando como espaço formativo para seus integrantes, mesmo em ambiente virtual.

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO

Priscilla Araújo dos Santos, Egle Nataly de Oliveira Souza, Erica Andrade Ferreira, Erica Juviana Batista Soares, Janaína Reis Abreu, Maria das Graças dos Santos Souza

Mudanças significativas têm transformado o cenário da educação, especialmente no que diz respeito aos papéis de docentes e discentes no processo de ensino e aprendizagem. A prática pedagógica do docente mediador surge como um elemento essencial em espaços de produção, construção e reconstrução de saberes. Nesse contexto, o docente mediador atua como facilitador e motivador da aprendizagem, estimulando os discentes a se apropriarem de suas experiências como parte fundamental na construção do conhecimento, tornando-os protagonistas nesse processo. Este relato de experiência tem como objetivo descrever a vivência de um docente mediador em uma turma de Especialização, com foco no entendimento do papel desse mediador na construção e apropriação de saberes. O estudo foi realizado em uma sala de aula no Hospital Materno-Infantil Dr. Joaquim Sampaio, em Ilhéus, Bahia, junto à turma de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, promovida pela Escola de Saúde Pública da Bahia Prof. Jorge Novis (ESPBA) em parceria com a Fundação Estatal Saúde da Família (FESF SUS). A experiência demonstrou, na prática, a importância da mediação não apenas na formação técnica dos discentes, mas também no desenvolvimento de profissionais críticos, proativos e capazes de construir relações horizontais que valorizam a troca de conhecimentos. O uso de metodologias ativas de aprendizagem foi fundamental para estimular práticas baseadas na autonomia e subjetividade dos sujeitos, reforçando sua confiança em alcançar objetivos com segurança e competência. A mediação pedagógica, mais do que acompanhar o aprendizado técnico, envolve incentivar a proatividade, o trabalho em equipe e a construção coletiva de saberes, entendendo a sala de aula como um espaço social dinâmico. Assim, o papel do docente mediador revela-se como uma ferramenta indispensável de interação e apoio no processo ensino-aprendizagem, enriquecendo as práticas e consolidando a relevância da mediação pedagógica para uma educação transformadora.

RECEITA DE POESIA: UMA ESTRATÉGIA DE HUMANIZAÇÃO DA PRÁTICA DOS ESTUDANTES DE MEDICINA

Viviane Manso Castello Branco, Giovanna Ribeiro do Valle, Barbara Gama Drable Silva Barbosa, Alice Goudouris do Lago

Na Escola de Medicina Souza Marques, os discentes do primeiro ano participam de atividades extensionistas em unidades públicas de saúde por meio da disciplina de Medicina Social. Essa prática oferece uma oportunidade singular para que os estudantes desenvolvam um olhar voltado para a pessoa, e não apenas para a patologia, ao observarem os pacientes. No entanto, no início do curso, embora se sintam tocados pelas questões apresentadas pelos pacientes, os discentes frequentemente

não reconhecem o valor essencial de ações como a escuta, o toque e a palavra de conforto para a prática médica. Assim, torna-se crucial implementar estratégias que promovam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e, como sugere Mia Couto, permitam “entrar a luz da poesia na casa do pensamento”. Nesse contexto, o projeto *Receituário Poético* foi criado com o objetivo de desenvolver a sensibilidade e a empatia dos estudantes, enfrentando um dos grandes desafios da graduação em Medicina. A iniciativa, realizada em parceria com a Liga de Humanidades, começou em 2021 com um curso online devido à pandemia, utilizando técnicas participativas, como dinâmicas de grupo, Medicina Narrativa e recursos como poemas, imagens, músicas e vídeos. Entre os convidados para as conversas estavam profissionais de saúde, ex-pacientes e um jovem MC, que trouxe reflexões sobre os desafios e interesses dos moradores de favelas. Posteriormente, os estudantes interessados passaram a ser capacitados em atividades presenciais, incorporando dinâmicas como as técnicas do Teatro do Oprimido. Foi criado um acervo de “receitas” composto por poemas, músicas, posts e vídeos, organizados por categorias emocionais, para uso em consultas e salas de espera. Os estudantes são incentivados a escolher uma receita poética com base no sentimento identificado no paciente, promovendo uma troca afetiva e reflexiva no momento da entrega. Essas atividades, realizadas principalmente nas salas de espera, têm permitido que novas receitas sejam criadas a partir das demandas do público, com o receituário disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da faculdade. As práticas na unidade de saúde têm sido fundamentais para a criação de novas dinâmicas e materiais, atendendo às necessidades dos usuários. As receitas entregues aos pacientes despertaram curiosidade, emoção e identificação, trazendo à tona histórias de perda, preocupação, alegria e esperança. Os estudantes receberam elogios, agradecimentos e gestos de carinho, e relataram, na avaliação, uma maior conscientização sobre a importância de estarem atentos às necessidades dos pacientes. O *Receituário Poético* tem gerado reflexão e aprendizado para todos os envolvidos. As angústias expressas pelos estudantes durante as capacitações apontaram para a necessidade de mais espaços de troca na faculdade. Por incentivar a expressão de sentimentos tanto por parte dos estudantes quanto do público, o projeto exige cuidado na seleção dos materiais, na supervisão dos discentes e na criação de estratégias que favoreçam um diálogo acolhedor com os pacientes.

CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA CULTURAL NOS ESTUDANTES DE MEDICINA

Viviane Manso Castello Branco, Nina Lucia Prates Nielebock de Souza, Dilma Cupti de Medeiros

A formação de um médico ético, humanista e socialmente responsável, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Medicina, exige o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a competência cultural, essencial na prática médica, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS). As atividades extensionistas do primeiro ano da Faculdade Souza Marques são voltadas para este propósito e têm como objetivos pedagógicos desenvolver habilidades como

empatia, humildade, respeito, criatividade e comunicação; valorizar a diversidade e rever preconceitos; estimular a consciência sobre os determinantes sociais da saúde e da qualidade de vida. Na disciplina de Medicina Social, os estudantes realizam atividades práticas de promoção da saúde em escolas e unidades de saúde, considerando as especificidades culturais do público atendido. Antes dessas atividades, discutem temas como determinantes sociais da saúde, território, habilidades para a vida, promoção da saúde, diversidade e educação popular, utilizando técnicas como as dinâmicas do Teatro do Oprimido para fomentar reflexão, troca de experiências e expressão de sentimentos. Visitam bairros periféricos, exposições culturais, escolas e unidades de saúde, entrevistando moradores, estudantes, pacientes e profissionais para ampliar sua percepção sobre os diferentes modos de vida e saúde. Durante as aulas preparatórias, os próprios estudantes criam, com supervisão de professoras e monitores, as atividades que desenvolverão, em um processo que enfatiza o protagonismo discente. No primeiro semestre, as ações ocorrem em escolas; no segundo, em unidades de atenção primária e maternidades com trabalho destacado em humanização e envolvimento familiar. O trabalho segue um ciclo contínuo de ação e reflexão, com os estudantes registrando sentimentos e aprendizados em portfólios. O contato direto com o público os sensibiliza, exigindo que adaptem estratégias de comunicação às diversas culturas e necessidades, sendo marcados pelo carinho das escolas e pela emoção dos pacientes, que relatam satisfação por se sentirem ouvidos. Embora o impacto varie entre os alunos, a maioria relata, nos portfólios, ampliação do olhar, revisão de preconceitos e melhorias em comunicação, criatividade, empatia e trabalho em equipe. A vivência prática, insubstituível, demonstrou sua relevância após os dois anos de ensino remoto durante a Pandemia de covid-19, período em que os professores observaram maior dificuldade nos estudantes que não participaram dessas atividades. O estímulo contínuo à reflexão é essencial para consolidar esses aprendizados.

“ADOLESSÊNCIAS”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA

Richard Ecke dos Santos, Yasmin Kerolainn Pranke, Teresinha Eduardes Klafke, Ana Paula Schafer

Este trabalho aborda a experiência prática de dois estagiários, graduandos em psicologia, na construção de um grupo terapêutico voltado para adolescentes na Atenção Primária em Saúde, realizado no Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS) em um município do Vale do Rio Pardo, RS, como parte do Estágio Integrado em Psicologia. Identificou-se a necessidade de criar um espaço específico para adolescentes, dada a inexistência de iniciativas voltadas a essa faixa etária no serviço. As atividades foram planejadas para abordar temas relacionados ao desenvolvimento psicossocial, promovendo a expressão saudável de emoções, o fortalecimento de habilidades sociais e a construção de redes de apoio entre os participantes. A metodologia do projeto incluiu a definição do público-alvo, estratégias de divulgação, estrutura e funcionamento do grupo, organização dos encontros, requisitos de espaço físico e recursos, cronograma e objetivos específicos para cada

encontro. Apesar das dificuldades iniciais de captação de participantes devido a questões territoriais e de mobilidade urbana, os coordenadores realizaram saídas de campo para articular parcerias com escolas e serviços de saúde, envolvendo diretores, agentes comunitários de saúde e enfermeiros. O grupo, nomeado “Adolessências”, foi implementado com assiduidade e comprometimento dos participantes, promovendo mudanças significativas. A estrutura temática dos encontros incluiu: construção de vínculos; reflexões sobre a transição da infância para a adolescência; habilidades de comunicação; debates sobre corporeidade e mudanças físicas; identificação de conflitos emocionais; análise dos papéis desempenhados nos contextos sociais; reconhecimento dos principais significantes pessoais inspirados no filme *Divertidamente*; e discussões sobre os riscos da exposição excessiva nas redes sociais. Com o encerramento do estágio, o grupo consolidou-se como parte integrante da rotina da instituição e da comunidade, cumprindo seu propósito de atender às diferentes vivências e desafios da adolescência.

PODCAST COMO TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PESSOA IDOSA: PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA

Thiago Bentes de Souza, Deyvylan Araujo Reis, Rebeca Modesto Correa Santos,
Rhanna Moraes Mesquita, Maria Luiza Góes Barreto

Nos últimos anos, os podcasts têm se destacado como uma alternativa tecnológica flexível e acessível para entretenimento, comunicação e aprendizado, ganhando popularidade entre diferentes públicos. Com sua versatilidade e ampla disponibilidade em diversos aplicativos e plataformas, eles também se apresentam como uma tecnologia educacional inclusiva, especialmente para pessoas idosas. Este estudo teve como objetivo identificar os podcasts como tecnologia de comunicação e informação voltada para a população idosa nas principais plataformas de áudio no Brasil. Para isso, foi realizada uma prospecção tecnológica com abordagem quantitativa, coletando dados entre março e abril de 2024. A busca foi conduzida nas plataformas Spotify, Deezer, Apple Podcast, Podcast Addict e Google Podcast, utilizando os termos “Idoso”, “Saúde do Idoso”, “Geriatria” e “Gerontologia”, com as opções “Episódios” e “Podcasts”. Os dados encontrados foram organizados em planilhas no Microsoft Excel® para análise. Os resultados apontaram 18 podcasts e 100 episódios voltados ao público-alvo, composto por pessoas idosas, estudantes e cuidadores. A temática de saúde predominou nos episódios, correspondendo a 66,6% dos conteúdos analisados. A duração dos episódios variou entre quatro minutos e uma hora, enquanto o maior número de publicações foi registrado nos anos de 2021 e 2022, com 33,4% cada. Conclui-se que os podcasts representam uma ferramenta significativa para comunicação e informação dirigida ao público idoso, destacando-se por seu papel social, acadêmico e educativo. Além disso, os podcasts se mostram como um instrumento relevante para promover a educação em saúde, abordando temas relacionados ao envelhecimento, direitos, saúde e cuidados, contribuindo para a inclusão e autonomia dessa população.

SAÚDE DA PESSOA IDOSA: AÇÕES DE UM PROGRAMA DE EXTENSÃO NO AMAZONAS

Thiago Bentes de Souza, Deyvylan Araujo Reis, Maria Luiza Góes Barreto, Rhanna Moraes Mesquita, Rebeca Modesto Correa Santos, Isabelly Vitória Araújo Moura

O Programa de Atenção à Saúde do Idoso (Proasi) é uma iniciativa de extensão da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e sediada na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM), que busca atender às diretrizes da Política Nacional do Idoso. Este estudo descreve as atividades realizadas pelos discentes bolsistas do Proasi no período de janeiro de 2023 a fevereiro de 2024. As ações do programa são planejadas por uma equipe composta por acadêmicos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina, sob a coordenação de docentes. Entre as atividades presenciais destacam-se eventos como a celebração dos 20 anos do Proasi e a inauguração da sala oficial do programa na EEM/UFAM, além de parcerias com o Programa Vida Ativa e os Centros de Convivência da Família, promovendo rodas de conversa, sessões de musicoterapia, ações educativas, atividades lúdicas e recreativas. No âmbito remoto, o programa realizou lives abordando temas relevantes como “Cuidados ao idoso com fragilidade” e “Violência contra a pessoa idosa: os tipos e como denunciar”, transmitidas por plataformas como Google Meet e Microsoft Teams. O Proasi também produziu conteúdos digitais, incluindo posts, vídeos animados e podcasts sobre saúde da pessoa idosa, amplamente divulgados em redes sociais como Instagram, Facebook e Twitter. A participação em eventos científicos complementou as ações realizadas. Conclui-se que o Proasi alcançou com êxito seus objetivos, promovendo atividades educativas, lúdicas, visitas técnicas, fóruns de discussão e a criação de materiais multimídia, contribuindo para a promoção da saúde, a prevenção de agravos e a inclusão da pessoa idosa na sociedade. Os resultados demonstram o impacto positivo do programa na vida dos participantes e reforçam a importância de sua continuidade e expansão para novas iniciativas.

SENTIMENTOS E VIVÊNCIAS DE ENFERMEIROS RELACIONADOS AO TRABALHO EM ONCOLOGIA

Tatiana de Medeiros Carvalho Mendes, Janete Lima de Castro, Dyego Leandro Bezerra de Souza, Nayara Priscila Dantas de Oliveira, Helena Serafim de Vasconcelos, Samara da Silva Ribeiro

O trabalho é uma das principais formas de expressividade da humanidade, mas também pode ser fonte de sofrimento e adoecimento. Este estudo teve como objetivo compreender os sentimentos e vivências de enfermeiras de serviços oncológicos em relação ao sofrimento advindo do trabalho, bem como as estratégias de enfrentamento utilizadas. Realizou-se uma revisão sistemática de estudos qualitativos como parte de uma pesquisa do Observatório de Recursos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que investiga os impactos do trabalho em oncologia na equipe multiprofissional de saúde. A busca por estudos foi realizada nas bases Scopus, PubMed, SciELO e Web of Science, com critérios de inclusão

que abrangeram artigos originais cujo foco eram enfermeiros e que utilizavam entrevistas como método de coleta de dados. Resumos de eventos, revisões de literatura e artigos com participantes de outras categorias laborais foram excluídos. A busca, realizada em maio de 2022, identificou 644 estudos, dos quais 33 compuseram a amostra final, abrangendo publicações entre 1998 e 2022, em países dos cinco continentes. Os resultados destacaram causas de sofrimento, como o enfrentamento constante da morte de pacientes e a falta de preparo técnico e psicoemocional adequado para atuar na oncologia. Dentre as estratégias de enfrentamento mais citadas estavam o apoio de colegas, o distanciamento emocional dos pacientes e a prática de atividades físicas. A sobrecarga de trabalho foi apontada como um fator crítico, evidenciando a necessidade de mais profissionais de enfermagem para viabilizar um atendimento humanizado e dedicado. Além disso, foram apontadas demandas por melhores condições de trabalho, apoio da gestão, reestruturação organizacional e maior clareza na definição de papéis, com redução de funções administrativas para os enfermeiros. Embora o trabalho em oncologia seja marcado pela sobrecarga laboral e emocional, ele também carrega um encantamento singular, no qual a conexão humana e a dedicação conferem sentido ao esforço empreendido. Mesmo diante das adversidades, a prática assistencial nesta área sustenta uma esperança que transcende barreiras geográficas e culturais, destacando-se como um campo de grande significado para os profissionais que nele atuam.

ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO CARDIOVASCULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Geovana Lopes Silva Zinho, Jacqueline do Carmo Reis

Este estudo descreve a experiência de implementação da estratificação de risco cardiovascular em pacientes com hipertensão arterial sistêmica (HAS) e diabetes mellitus (DM) em uma unidade básica de saúde (UBS) no município de Betim, Minas Gerais (MG). Essa abordagem permitiu a reorganização do processo de trabalho com foco no cuidado personalizado e no acompanhamento longitudinal, ajustado à complexidade de cada caso. A estratificação de risco, metodologia essencial para identificar e classificar indivíduos com base em suas necessidades e vulnerabilidades, foi realizada conforme protocolo que categorizava os usuários em baixo, médio, alto e muito alto risco, permitindo um manejo clínico individualizado das condições crônicas. O trabalho teve início com uma análise da situação de saúde (ASIS) na UBS Capelinha, que visou compreender os baixos índices de consultas e acompanhamento de pacientes com DM e HAS, além de mapear a população adscrita. A UBS Capelinha contava com 7.907 usuários cadastrados, dos quais 3.907 pertenciam à equipe Verde, foco do estudo. Entre esses, 486 eram portadores de HAS e/ou DM. Durante dois meses, foram realizadas 35 estratificações de risco para pacientes com DM e 215 para aqueles com HAS ou DM/HAS. A análise revelou que muitos desses usuários desconheciam a gravidade de suas condições, reforçando a necessidade de uma abordagem mais ativa e contínua pela equipe de saúde, especialmente para os pacientes classificados como de alto e muito alto risco cardiovascular. A implementação dessa metodologia demonstrou a importância de ações de autocuidado apoiado, promovendo a autonomia

dos pacientes no desenvolvimento de habilidades individuais e na adoção de estilos de vida mais saudáveis. Como resultado, a estratificação de risco contribuiu para otimizar o fluxo de atendimento, reduzindo a fila de espera para serviços especializados e garantindo um cuidado individualizado e adequado na Atenção Primária à Saúde. Este processo destaca-se como uma estratégia eficaz para melhorar o manejo de condições crônicas e assegurar maior qualidade no atendimento ao usuário.

CONDUTAS DE ENFERMAGEM PARA O CUIDADO À CRIANÇA COM PNEUMONIA: ESTUDO DE CASO

Marilene Pereira da Silva, Paulo Andrey da Silva Araújo, Ezilandio Pereira da Silva

A pneumonia, uma infecção respiratória que afeta os pulmões, é uma condição prevalente entre crianças, caracterizada por uma inflamação pulmonar que pode ser causada por vírus, bactérias ou reações alérgicas. A identificação e o tratamento precoce são essenciais para mitigar os elevados riscos associados à doença, especialmente em casos onde fatores de risco, como desnutrição, falta de amamentação, deficiência de vitamina A, exposição à fumaça de cigarro e vacinação inadequada, tornam as crianças mais vulneráveis. Este trabalho tem como objetivo relatar a assistência prestada por uma acadêmica de enfermagem do 6º período durante estágio na disciplina Saúde da Criança a uma criança hospitalizada com pneumonia. A experiência, realizada entre fevereiro e abril de 2023 no setor de clínica pediátrica do Hospital Regional de Coari, foi supervisionada por um professor e incluiu a aplicação de conhecimentos teóricos na prática, como administração de medicamentos, monitoramento da evolução do paciente, realização de exames físicos e fornecimento de banho no leito. Intervenções específicas, como elevação da cabeceira, administração de oxigênio e monitoramento de padrões respiratórios, sinais vitais, temperatura e perfusão periférica, foram implementadas, além da promoção de um ambiente tranquilo e confortável. Durante o internamento, a criança apresentou ansiedade diante do ambiente desconhecido, mas, com o apoio da mãe e esforços da equipe, demonstrou progressos contínuos e melhoras em sua condição clínica. A equipe de enfermagem teve papel fundamental ao fornecer orientações educativas aos pais, capacitando-os a identificar alterações físicas, como febre, e buscar assistência profissional quando necessário. Os resultados reforçam a importância de um cuidado personalizado e holístico, demonstrando como práticas baseadas em conhecimento técnico e empatia podem contribuir para o planejamento e a melhoria do cuidado de crianças com pneumonia.

AUTONOMIA DA ENFERMAGEM DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS

Daiana Cristina Wickert, Marlise Capa Verde Almeida Mello, Inajara Cagliari Fernandes, Isabella Goulart Gonçalves, Carla Kalline Alves Cartaxo Freitas, Diéssica Roggia Piexak, Maria Denise Schimith, Daniela Dallegrave

É essencial refletir sobre as possibilidades que as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) representam para a enfermagem, especialmente no que diz respeito ao acesso, à

aproximação aos cuidados complexos e à integralidade. Este estudo teve como objetivo compreender a inserção das PICS no cotidiano de trabalho das enfermeiras de Santa Catarina e analisar se o uso dessas práticas amplia a percepção de autonomia profissional. Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, com delineamento explanatório sequencial (QUAN-qual), vinculada a um projeto multicêntrico nacional financiado pelo CNPq. A etapa quantitativa, de caráter transversal, foi realizada com 386 enfermeiras entre 16/06/2021 e 15/10/2021, por meio de questionários virtuais, com análise descritiva e associações verificadas pelo teste Qui-quadrado de Pearson, considerando-se significativos valores de $p < 0,05$. A etapa qualitativa, conduzida entre 01/11/2021 e 20/12/2021, incluiu entrevistas virtuais semiestruturadas e construção de narrativas com 18 enfermeiras formadas em práticas integrativas, selecionadas por sorteio, com análise participativa baseada nas devolutivas das narrativas. A integração dos dados foi realizada por conexão, respeitando os preceitos éticos. Os resultados mostram que 53,5% das enfermeiras utilizam as PICS em sua rotina de trabalho, com maior prevalência na Atenção Primária à Saúde (APS) (51,4%), seguida de clínicas ou consultórios privados (17,4%), atendimento itinerante/domiciliar (7,2%), ambulatorios (7,2%) e outras modalidades. A atuação na APS apresentou associação significativa com uma maior percepção de autonomia ($p < 0,001$), sendo que 88% das participantes relataram que as PICS ampliaram sua autonomia, favorecendo a consulta de enfermagem, a resolutividade e uma visão mais ampla sobre o fazer saúde. Este estudo apresenta um perfil inédito em Santa Catarina, destacando o pioneirismo da enfermagem no uso das PICS e sua formação alinhada aos princípios dessas práticas. A autonomia proporcionada pelo uso das PICS é um aspecto relevante para futuras investigações e debates sobre regulamentações e protocolos, contribuindo para o fortalecimento do cuidado de enfermagem em diferentes contextos e territórios, com base em uma formação qualificada.

CARREIRA ÚNICA NO SUS: O QUE PENSAM OS TRABALHADORES

Janete Lima de Castro, Thais Paulo Teixeira Costa, Soraya Almeida Belisario, Rosana Lucia Alves de Villar, Renata Fonsêca Sousa de Oliveira, Nathalia Hanany Silva de Oliveira, Carinne Magnago, Samara Ribeiro, Patricia Ferras Araujo da Silva

As políticas de proteção e valorização do trabalho e do trabalhador na saúde têm sido historicamente fragilizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) devido a diversos fatores, como a adoção de políticas precarizantes pelos entes federados, a limitada capacidade de investimento da maioria dos municípios e as restrições legais impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A terceirização desenfreada agravou essa situação, precarizando condições de emprego e trabalho e expondo a vulnerabilidade do Estado. Em contraponto a esse cenário, ressurgiu a proposta de uma Carreira Única no SUS, que busca enfrentar o contexto de severa desregulamentação do emprego e do trabalho. Este estudo tem como objetivo compreender a importância e as implicações dessa carreira, segundo os trabalhadores do SUS. A pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, é parte do projeto “Concepções e Desenvolvimento de Carreira na Saúde nos Âmbitos Nacional e Internacional” e utilizou dados primários e secundários. Os

dados apresentados foram coletados em um grupo focal realizado em abril de 2024, com representações dos trabalhadores na Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, e analisados segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin. Os resultados indicam que, apesar da precarização e da crescente pejotização do trabalho na saúde, a implementação de uma Carreira Única no SUS é considerada essencial pelos participantes. Essa proposta, já prevista na Constituição Federal, nas leis do SUS e nas conferências nacionais de saúde, deve ser construída com a participação conjunta de trabalhadores e gestores. Segundo os trabalhadores, uma Carreira Única no SUS representa o compromisso do Estado em transformar a saúde em uma política de Estado, garantindo direitos, respeito aos trabalhadores, regulamentação da jornada, salários dignos e incentivo à qualificação. Além disso, proporciona melhores condições de trabalho, melhora o atendimento à população e reduz os impactos negativos da multiplicação de vínculos empregatícios, que comprometem a saúde física e mental dos profissionais. Diante da relevância e urgência do tema, é imprescindível colocá-lo na pauta dos gestores. No entanto, dada a complexidade do tema, o processo de negociação demandará dos trabalhadores não apenas competência técnica, mas também habilidade política.

ACESSO EM SAÚDE BUCAL E RESGATE DA DIGNIDADE DOS USUÁRIOS ACOLHIDOS NO PROJETO SEGUIR EM FRENTE

Patricia Heras Viñas, Keith Bullia da Fonseca Simas, Arthur Blasco de Souza,
Gabriel Hiath Bezerra da Conceição Souza, Alekz Gomes Ferreira

Em dezembro de 2023, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou o programa Seguir em Frente, um plano de ação e monitoramento para proteger a população em situação de rua, promover sua ressocialização, reinserção no mercado de trabalho e resgate da cidadania. Segundo o censo realizado em 2022 pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o município conta com 7,8 mil pessoas em situação de rua, distribuídas em mais de 1,6 mil pontos, incluindo 109 cenas de uso de drogas. Diretrizes estabelecidas por decreto envolvem ações integradas das secretarias de Saúde, Assistência Social e Trabalho e Renda. No entanto, o acesso dessa população aos serviços de saúde, incluindo saúde bucal, é dificultado por barreiras como preconceito e o alto grau de vulnerabilidade, comprometendo o reconhecimento de seus direitos. A coordenação de saúde bucal municipal constatou que muitos acolhidos necessitavam de intervenções urgentes. Assim, com a força-tarefa de equipes de saúde bucal e estudantes de universidades parceiras, foi elaborado um plano de ação voltado para aliviar condições agudas e promover a reabilitação bucal, restaurando a dignidade e fortalecendo a autonomia desses indivíduos. O planejamento foi dividido em duas etapas: na primeira, entre janeiro e março, os atendimentos ocorreram no Hospital Municipal Francisco da Silva Telles, beneficiando 250 pessoas e resultando na realização de 3.536 procedimentos cirúrgicos, restauradores e de promoção de saúde. Na segunda etapa, 159 pessoas com necessidade de reabilitação foram preparadas para próteses dentárias removíveis, seguindo o protocolo municipal. Apesar

do impacto positivo da ação, estudos mostram que, para pessoas em situação de rua, os serviços ainda predominam em abordagens curativas. É urgente ampliar atividades de promoção de saúde e sensibilizar profissionais para atender às especificidades dessa população de forma longitudinal e integral, alinhada aos princípios de equidade. Durante a ação, ficou evidente a necessidade de qualificar os profissionais da atenção primária para lidar com essas demandas, além de organizar fluxos e horários adaptados à ausência de rotina característica desses cidadãos.

A EXPERIÊNCIA DE TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO EM CRIANÇAS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE DO ESPÍRITO SANTO

Desirée Vargas, Lorena Galletti Roldi, Layla Coutinho de Freitas dos Santos, Itamar Francisco Teixeira

A cárie dentária, o maior problema de saúde bucal, tem no Tratamento Restaurador Atraumático (ART) uma solução minimamente invasiva, prática, de baixo custo e confortável para o paciente, dispensando anestesia e equipamentos rotatórios elétricos. Este estudo teve como objetivo compreender a importância do ART em uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS), as características do público-alvo e analisar sua aplicação em uma Unidade de Saúde da Família (USF) no Espírito Santo. A técnica ART combina cuidado preventivo e curativo, permitindo maior número de tratamentos em menor tempo e com menos desconforto. Apesar de vantagens como redução de dor e custo, apresenta desafios, como a dificuldade de remoção total da cárie e o risco de fadiga para o dentista devido ao uso de instrumentos manuais. A experiência foi realizada em uma USF localizada em um município de médio porte, com difícil acessibilidade e população de aproximadamente 5.000 pessoas, alta incidência de cáries e público-alvo composto por crianças de 4 a 9 anos. Desenvolvida por cirurgiões-dentistas do Programa Qualifica-APS do ICEPI, a intervenção revelou os benefícios do ART para crianças e estimulou reflexões críticas sobre sua eficácia em saúde bucal coletiva. Observou-se que o ART reduziu procedimentos invasivos, preveniu perdas dentárias precoces, facilitou múltiplos tratamentos em uma mesma consulta, controlou a progressão da cárie e promoveu melhorias significativas nas orientações sobre higiene bucal e escovação supervisionada. A implementação do ART na USF resultou em um aumento de 76% no número de crianças atendidas e dentes tratados, maior aceitação do tratamento, redução de rejeição ao dentista e ampliação de 82% no acesso e 88% nas consultas de retorno. Além disso, promoveu vínculos afetivos com as famílias e a comunidade, reduzindo medo e estresse associados ao atendimento odontológico. Nas crianças, foram observadas transformações nos hábitos, maior cooperação, redução no número de sessões e tempo de tratamento, e maior desejo de retornar ao dentista. Conclui-se que o ART representa uma abordagem eficaz e socialmente relevante no SUS, contribuindo para o controle da cárie dentária e promovendo a saúde bucal de forma acessível e humanizada.

A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE COARI (AM): RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vivianny Kemelly de Souza Nunes, Victor Wesley Ferreira da Silva

A educação em saúde, amplamente utilizada em comunidades ribeirinhas, desempenha um papel crucial ao ir além da mera transmissão de conteúdos, promovendo trocas de conhecimento e escuta qualificada. Em comunidades localizadas a quilômetros de distância dos centros urbanos e dos serviços de saúde, essa metodologia adquire um significado ainda mais profundo, considerando o contexto de isolamento e as peculiaridades culturais dos ribeirinhos. Este relato aborda a importância das ações educativas em saúde nas comunidades ribeirinhas do município de Coari, Amazonas, com base na experiência realizada na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro da Boa Fé. A ação foi promovida pelo projeto Médicos dos Beiradões, em parceria com acadêmicos de enfermagem da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o objetivo de levar assistência e educação em saúde às áreas mais distantes. Equipamentos diversos foram transportados para a comunidade para garantir uma assistência adequada, e profissionais de várias áreas, como médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório e quiropraxistas, participaram da iniciativa. Os serviços oferecidos incluíram consultas de enfermagem e medicina, exames laboratoriais, farmácia de pronto atendimento, distribuição de hipoclorito e preservativos, além de palestras sobre saúde. Durante o atendimento, foram realizadas ações de educação em saúde, com ênfase nas Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), parasitoses e métodos contraceptivos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). A ação, que ocorreu ao longo de um dia inteiro, foi marcada pela alta adesão da comunidade, com evidente satisfação dos participantes. Além de proporcionar assistência essencial, a experiência contribuiu para o desenvolvimento profissional dos envolvidos, reforçando a importância de levar cuidados de saúde além dos limites tradicionais do consultório. De forma geral, a iniciativa aliou educação em saúde e assistência de qualidade, superando desafios de acesso e promovendo empatia. Essas ações demonstram como iniciativas simples podem se tornar verdadeiras luzes de esperança no contexto amazônico, reafirmando a relevância de práticas integradoras para populações em situações de vulnerabilidade.

MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO COBERTO PELA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA BONGI, FEITO POR ESTUDANTES DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ana Paula de Pieri de Toledo, Julia Pacheco Veloso Ferraz, Juliana Loiola da Silveira, Maria Nataly Ferreira dos Santos, Maria Teresa Gurgel Amorim, Paulo Vinícius Arcanjo Carvalho, Thaís Bezerra dos Santos Pereira, Petrônio José de Lima Martelli

A territorialização tem se destacado no âmbito da saúde, ultrapassando as dimensões espaciais tradicionais para adquirir um sentido polissêmico, essencial na compreensão do processo de saúde-

doença. Este estudo buscou desenvolver uma ferramenta para expressar a territorialização da Unidade Básica de Saúde (UBS) Bongi, em Recife, identificando características e demandas específicas do território. A coleta inicial de dados foi realizada por meio de visitas acompanhadas por Agentes Comunitários de Saúde, com o objetivo de mapear problemáticas e potencialidades do território que influenciam a saúde da população. A partir dessas informações, criou-se um mapa digital utilizando Google Earth, Paint Tool SAI e Photoshop. Imagens de satélite do Google Earth serviram como base para um esboço refinado no Photoshop, onde foram demarcadas microáreas de saúde, ruas, instituições e indicadores sociais. O uso de cores, símbolos e códigos facilitou a criação de legendas, proporcionando clareza e funcionalidade ao mapa. O projeto resultou em mapas físicos e digitais que permitem uma visão abrangente do território, destacando elementos relevantes para o atendimento e acompanhamento de pacientes. O mapa físico foi adaptado para uso prático, com alfinetes e outros marcadores para sinalizar urgências específicas de saúde, enquanto as versões digitais oferecem flexibilidade para futuras adaptações. Essas ferramentas informam tanto a equipe de saúde quanto a população sobre as ofertas e demandas do território, promovendo um melhor entendimento e integração com o espaço. Além disso, incentivam o sentimento de pertencimento ao território, contribuindo para a qualidade de vida dos moradores. A territorialização da UBS Bongi destacou a importância de uma abordagem integrada e holística, que considera fatores sociais, econômicos, ambientais e de mobilidade. A aplicação da ferramenta facilitou a geração, armazenamento, localização e análise de dados de saúde, além de fomentar práticas de controle social e participação da comunidade na gestão pública. O produto desenvolvido tem potencial para inspirar outras Unidades Básicas de Saúde a adotar metodologias semelhantes, promovendo uma compreensão mais profunda dos territórios e, consequentemente, do processo saúde-doença de seus usuários.

CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: PROMOVENDO EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS

Nathália Bordin Mendes, Lais Mara Caetano da Silva Corcini, Thaina Freitas de Souza, Bruna Flores, Sara Fabian Carvalho Salgueiro, Márcia Gabriela Rodrigues de Lima

As ações de extensão desempenham um papel essencial no ambiente universitário, complementando o ensino e a pesquisa e contribuindo para a formação profissional dos estudantes, como demonstrado neste estudo por meio de um relato de experiência. Participando de projetos extensionistas promovidos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), foi possível organizar e realizar ações como testagem rápida para infecções sexualmente transmissíveis, educação em saúde e diversas outras atividades voltadas à comunidade, ampliando os horizontes profissionais e preparando os estudantes para os desafios multifacetados de suas carreiras. Essas iniciativas proporcionam uma abordagem multidisciplinar, envolvendo estudantes de diferentes cursos de graduação, o que enriquece a compreensão das demandas sociais e de saúde das

comunidades atendidas. Além disso, a extensão universitária revela lacunas nos serviços de saúde e oferece subsídios para pesquisas futuras ou colaborações com o setor público na formulação de políticas mais eficazes, contribuindo para o aprimoramento contínuo desses serviços por meio do retorno das intervenções propostas. Dessa forma, a experiência com projetos de extensão durante a graduação não apenas enriquece o aprendizado acadêmico, mas também capacita os futuros profissionais a serem agentes de mudança, capazes de compreender e transformar as realidades das comunidades em que atuam.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA: CONHECÊ-LA PARA IMPLEMENTÁ-LA

Danieli do Nascimento, Anelise Miritz Borges

A população negra representa, segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), cerca de 67% dos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, em meio às desigualdades raciais e barreiras no acesso à saúde, é essencial avaliar os fatores que contribuem para os altos índices de mortalidade materno-infantil e a prevalência de doenças crônicas, câncer e outras patologias. A implementação da PNSIPN busca fortalecer práticas que eliminem a discriminação, promovam o acesso à saúde e assegurem a equidade. Este estudo teve como objetivo compreender o impacto da PNSIPN no trabalho da equipe de uma unidade básica de saúde (UBS) no interior do Rio Grande do Sul. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva em uma UBS vinculada à 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, localizada em uma cidade onde se concentra a maior parcela da população negra do município. Participaram sete profissionais de saúde, incluindo enfermeira, técnica de enfermagem, dentista, terapeuta ocupacional e agentes comunitários de saúde (ACS), com tempo médio de atuação de oito anos. A coleta de dados ocorreu em setembro de 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas, analisadas com base na técnica de análise de conteúdo temática proposta por Laurence Bardin. Os resultados revelaram que apenas dois participantes conheciam superficialmente a PNSIPN, sem aplicá-la adequadamente no atendimento local, enquanto os demais desconheciam a política, refletindo a desconexão entre o saber e o fazer. A capacitação de profissionais emerge como fundamental para qualificar o atendimento e transformá-los em agentes de mudança na vida dos usuários negros. Conclui-se que é urgente investir em programas educacionais que sensibilizem as equipes sobre questões raciais, destacando que ações voltadas à população negra não são segregadoras, mas essenciais para reconhecer suas particularidades e implementar a PNSIPN de forma efetiva, promovendo um cuidado equitativo e respeitoso.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO EM HISTÓRIA DA ENFERMAGEM: ENCONTROS INTERGERACIONAIS E CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Rayanne Pinheiro dos Santos Kuster, Roseane Vargas Rohr, Daniela Vieira Malta

Visando o respeito ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e às demais normas jurídicas relacionadas, o curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) oferece aos estudantes a oportunidade de integrar a extensão curricularizada em sua formação. Nesse contexto, a disciplina *História da Enfermagem e Identidade Profissional*, ofertada no primeiro período, promove semestralmente o Fórum de História da Enfermagem. No semestre de 2023/2, o evento teve como objetivo principal resgatar a trajetória histórica dos egressos da oitava turma do curso de Enfermagem da UFES, que em 2023 completaram 40 anos de formados. A atividade envolveu os discentes da 94ª turma, que, organizados em duplas, entrevistaram os egressos para registrar suas jornadas acadêmicas e profissionais. Integrada ao projeto de extensão *Centro de Memórias do Curso de Enfermagem da UFES* e devidamente registrada na Pró-Reitoria de Extensão (Proex UFES), a iniciativa buscou propagar conhecimentos históricos sobre o curso, preservar e difundir a história da enfermagem e fomentar o pensamento crítico acerca da profissão. Ao promover o encontro entre diferentes gerações, a atividade permitiu que jovens estudantes, em sua maioria recém-saídos do ensino médio, interagissem com profissionais de sucesso, muitos já aposentados, ampliando suas perspectivas sobre a profissão e fortalecendo a valorização do papel do enfermeiro. O projeto demandou um grande esforço das docentes na organização dos contatos, orientações para as entrevistas e estruturação das apresentações finais, além de superar desafios, como a indisponibilidade de alguns egressos devido a questões pessoais. O Fórum evidenciou o sucesso da estratégia de ensino, demonstrado pelo entusiasmo dos estudantes ao compartilhar os resultados das entrevistas e pela presença de cinco enfermeiras egressas da oitava turma, que valorizaram o encontro. Ao aproximar estudantes e egressos, o ensino de história da enfermagem torna-se mais significativo, conectando os discentes com uma realidade histórica concreta e reforçando a relevância da profissão para a sociedade.

MUSEU DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CEMENF-UFES E WIKI MOVIMENTO BRASIL

Rayanne Pinheiro dos Santos Kuster, Roseane Vargas Rohr, Daniela Vieira Malta, Sandra Schmitt Soster

Desde sua institucionalização em fevereiro de 2010, o Centro de Memórias do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Federal do Espírito Santo (Cemenf-Ufes) vem promovendo ações que fortalecem projetos de ensino, pesquisa e extensão, valorizando o patrimônio

histórico e cultural da Enfermagem capixaba. Com um acervo composto por documentos, imagens, artefatos, mobiliários e outros materiais que narram a trajetória histórica da profissão, o Cemenf-Ufes se estabelece como um espaço de ensino e aprendizagem, além de atuar como campo de estágio para estudantes de arquivologia e promover ações educativas voltadas para estudantes do primeiro período do curso. Em novembro de 2022, firmou uma cooperação técnica com o Wiki Movimento Brasil (WMB) para desenvolver o projeto GLAM (Galleries, Libraries, Archives and Museums), com o objetivo de ampliar a difusão do acervo em plataformas colaborativas vinculadas à Wikipédia Lusófona. Atualmente, 21 imagens de artefatos do acervo, como seringas de vidro, agulhas de metal e vidrarias, estão disponíveis online sob licença livre, alcançando grande visibilidade. Até abril de 2024, essas mídias somaram 63.377 visualizações, com destaque para uma imagem de vidro de transfusão de sangue, que sozinha registrou 50.955 visualizações e está em uso em Wikipédias de 15 idiomas, como coreano, inglês, francês e japonês. A foto de uma seringa de vidro em caixa original ocupa a segunda posição, com 12.422 visualizações e utilização em Wikipédias de 16 idiomas. Apesar desses avanços, ainda é necessário ampliar o número de mídias disponíveis, aprimorar a descrição técnica das imagens e criar ou melhorar verbetes relacionados à área. Nesse contexto, um projeto de iniciação científica sobre símbolos, indumentárias e artefatos da Enfermagem, conduzido por uma acadêmica do curso, está sendo desenvolvido. Os resultados dessa iniciativa permitirão qualificar as informações e subsidiar a criação de novos conteúdos para a Wikipédia, transformando esse espaço colaborativo em um ambiente virtual de aprendizagem e fortalecimento do ensino em História da Enfermagem, além de valorizar a cultura dos cuidados em saúde.

AVALIAÇÃO DA COBERTURA DE ATENÇÃO AO PRÉ-NATAL E AO PARTO NO ÂMBITO REGIONAL

Karlla Christina de Albuquerque Bispo, Licia Marques Vidal,
Tais de Araujo Magnavita Carneiro, Rita de Cassia de Sousa Nascimento

A alta morbimortalidade materno-infantil é uma prioridade sanitária, e a organização do sistema de saúde brasileiro aposta na constituição de Redes de Atenção à Saúde, como a Rede Cegonha, que foi instituída para atender às necessidades dessa população específica, configurando-se como uma área estratégica. Este estudo avaliativo e original objetivou mensurar a cobertura potencial e real da atenção ao pré-natal e ao parto na região de saúde de Jequié, composta por 26 municípios, utilizando agregados espaciais e temporais como unidades de análise. Os resultados revelaram, na atenção primária, uma baixa cobertura das consultas de pré-natal realizadas por médicos (entre 18,16% e 23,14%) e uma elevada concentração das consultas realizadas por enfermeiros (entre 103,04% e 278,92%); já na atenção ao pré-natal de alto risco, identificou-se baixa cobertura de consultas médicas especializadas em obstetrícia (entre 13% e 86,87%). No âmbito hospitalar, apesar da elevada cobertura potencial de leitos obstétricos, 92,6% das internações obstétricas estão concentradas em apenas três municípios, enquanto os demais apresentam leitos ociosos, conforme registros do CNES e SIA/SUS. Este estudo permitiu medir a disponibilidade e distribuição de

recursos da Rede Cegonha na região, considerando diferentes níveis de complexidade assistencial e fornecendo indícios sobre o papel das estruturas de governança como indutoras da racionalidade no planejamento e na programação de ações baseadas nas necessidades populacionais. Contudo, aspectos como a formação e fixação de especialistas em determinados territórios, bem como limitações dos indicadores de cobertura em avaliar mudanças no modelo de atenção, processos de trabalho e qualidade do cuidado, evidenciam a necessidade de estudos complementares para aprofundar a análise e promover melhorias no sistema.

“SAÚDE E CIDADANIA NO TERRITÓRIO” – A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO ARTICULADO ENTRE REDUÇÃO DE DANOS, SAÚDE MENTAL, ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E OS SERVIÇOS DA ASSISTENCIA SOCIAL ENQUANTO GARANTIA DE DIREITO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Arlete Inacio dos Santos, Késia Regina Souza Carneiro de Almeida, Stefânia Santos Soares

O resumo aborda os eventos intitulados “Saúde e Cidadania no Território”, organizados pela Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde) desde 2022. Criada em 2019 pelo Decreto Municipal nº 13.323/2019, a FeSaúde é uma entidade pública de direito privado responsável pela gestão de serviços como os 43 Módulos de Médico de Família (MMFs), os 4 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a Unidade de Acolhimento Infantil, os Serviços Residenciais Terapêuticos, o Centro de Convivência e Cultura de Niterói e a equipe do Consultório na Rua. Os eventos, realizados mensalmente, têm como foco principal a prevenção e promoção à saúde, bem como a orientação e promoção de cidadania, integrando os MMFs, Consultório na Rua, CAPS, equipes de Redução de Danos, Centros de Referência de Assistência Social, Economia Solidária (moeda Araribóia), UFF, Policlínicas Regionais, Centro de Cidadania LGBT, Ambulatório Trans, associações de moradores e outros atores do município. Desde o início das atividades, foram organizados dez eventos em nove territórios, impactando cerca de 300 pessoas por meio de ações como testagens rápidas e orientações sobre ISTs, verificação de pressão arterial e glicose, orientação sobre tuberculose, auriculoterapia, promoção de saúde bucal com distribuição de kits de higiene, rodas de conversa sobre saúde mental e redução de danos, divulgação da moeda social, atividades lúdicas para crianças e adolescentes, apresentações de serviços voltados à população LGBT, orientação sobre benefícios sociais e retirada de documentos, doações de livros, exposições fotográficas, música, danças, atividades culturais, distribuição de preservativos, entre outras iniciativas.

DIVULGANDO A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE COMO UM INSTRUMENTO DE DEMOCRACIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carla Andrêsa Cerqueira Conceição, Brenna Araujo Felix, Elaine Gomes da Silva, Bianca de Oliveira Araújo

A divulgação do Sistema Único de Saúde (SUS) é essencial para que a população brasileira o compreenda não apenas como um sistema de saúde, mas também como um instrumento indispensável ao exercício pleno da cidadania. Conhecer os princípios e diretrizes que regem o SUS capacita os cidadãos a demandar seus direitos e a atuar como agentes ativos na construção e aprimoramento desse sistema. Este trabalho relata a experiência de mediação de uma discussão sobre participação social na saúde durante o Curso de Extensão “Conhecendo o Sistema Único de Saúde”. A discussão baseou-se no texto “Fragmentos de discursos construídos a várias vozes: notas sobre democracia, participação social e Conselhos de Saúde”, previamente disponibilizado aos participantes, abordando temas como democracia, representatividade cidadã nos Conselhos de Saúde e a importância da participação ativa da sociedade. A exposição dialogada, complementada por dinâmicas interativas, fomentou a reflexão coletiva: os participantes foram divididos em grupos para discutir conceitos de democracia, registrar suas percepções e analisá-las sob diferentes perspectivas, promovendo uma análise crítica do direito à saúde e da cidadania ativa na formulação de políticas públicas. O alto nível de engajamento demonstrou interesse genuíno em fortalecer a democracia e a participação social na saúde pública. A troca de ideias enriqueceu o aprendizado coletivo, despertando curiosidade sobre os Conselhos de Saúde e incentivando a participação em suas reuniões. Essa experiência não apenas proporcionou conhecimentos teóricos sobre o SUS, mas também fortaleceu o papel dos participantes como agentes ativos na defesa e promoção da saúde pública, demonstrando que iniciativas educacionais como essa são cruciais para consolidar os pilares democráticos que sustentam o SUS como um sistema justo, inclusivo e eficaz.

INSERÇÃO DOS TESTES RÁPIDOS PARA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO BÁSICA

Caren Fabiana Alves, Anna Julia Pacheco Alves, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Caroline Ruviano Dalmolin, Bianca Rodrigues Strom, Lívia Ribas Radaelli, Jarbas Ziani, Igor Rodrigues

A atuação do enfermeiro no aconselhamento pré e pós-teste para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é essencial para promover a adesão ao tratamento, enfatizando a necessidade de mudanças no estilo de vida, adequação da dieta e uso correto de medicamentos. Essa prática exige formação adequada e preparo específico, especialmente no manejo de testes reagentes. Na assistência, as consultas de enfermagem para coleta de citopatológico destacam-se como um espaço estratégico para a testagem, abrangendo mulheres com vida sexual ativa. Este estudo descritivo, do tipo relato de

experiência, foi conduzido por enfermeiras, residentes multiprofissionais e acadêmicas de enfermagem no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF) entre 2023 e 2024, com foco na realização de testes rápidos para sífilis, HIV, hepatite B e hepatite C, principalmente durante as consultas de saúde da mulher e coleta de exames preventivos do câncer de colo uterino, visando qualificar o atendimento e ampliar a testagem para ISTs. Os resultados evidenciaram a abordagem de aspectos informativos e educativos durante as testagens. O aconselhamento seguiu três eixos: apoio emocional, educativo e avaliação de riscos. O apoio emocional priorizou o acolhimento e a centralidade da usuária no cuidado; o apoio educativo abordou formas de prevenção, transmissão e tratamento das ISTs; e a avaliação de riscos incentivou reflexões sobre comportamentos para reduzir a vulnerabilidade. Durante o período, foram identificados testes reagentes para sífilis e hepatite C, reforçando a necessidade de preparo do profissional para orientar sobre a realização de exames confirmatórios, a disponibilidade de tratamento pelo SUS e os devidos encaminhamentos para garantir cuidado integral. Foram também considerados fatores que poderiam interferir na interpretação dos resultados, como gravidez (no caso de sífilis), vacinas (como influenza, tétano, antirrábica e hepatite B) e medicações, que podem gerar resultados falso-positivos. A implementação das testagens rápidas nas consultas de saúde da mulher fortaleceu o diagnóstico e manejo precoce das ISTs, além de ampliar as possibilidades de educação em saúde para prevenção dessas infecções. As consultas se consolidaram como um espaço seguro e de alta adesão, destacando-se como uma estratégia eficaz para a promoção da saúde e prevenção de ISTs.

“MICROPOLÍTICA DA SAÚDE” E O PSICÓLOGO COMO POTENCIAL AGENTE SOCIAL DE MUDANÇA

Gilson Gomes, Eyshila de Jesus, Graziella dos Santos Pereira, Pedro Victorino, Carlos Eduardo Cavalcante

O presente resumo aborda a interação complexa entre práticas de gestão em saúde, micropolíticas e controle social nos sistemas de saúde contemporâneos sob a ótica Deleuzo-guattariana, analisando como as estruturas de poder operam nesse campo e como as comunidades resistem a esses sistemas, reivindicando autonomia na produção de subjetividade. Nos sistemas de saúde atuais, dispositivos de controle social, como hierarquias organizacionais, normas burocráticas e tecnologias de vigilância, moldam a gestão e a entrega dos serviços, afetando acesso, qualidade e equidade dos cuidados, ao mesmo tempo em que perpetuam relações de poder desiguais e a marginalização de determinados grupos. Contudo, comunidades frequentemente resistem a essas estruturas dominantes por meio de práticas como ativismo comunitário, autocuidado e autogestão da saúde, promovendo agenciamento e novas narrativas no campo da saúde. A pesquisa destaca o papel crucial do psicólogo na promoção de estratégias inclusivas e democráticas, capacitando indivíduos e comunidades a participar ativamente na formulação de políticas e desafiando estruturas opressivas. Intervenções psicológicas que fortalecem a autonomia dos pacientes e a participação comunitária são fundamentais para transformar o sistema de saúde. Assim, ao evidenciar os mecanismos de controle social e as formas de resistência, o estudo contribui para a reflexão crítica sobre as estruturas de poder nos sistemas de saúde contemporâneos,

apontando para a necessidade de construir modelos mais justos e equitativos. Nesse sentido, a “Micropolítica da Saúde” emerge como um campo essencial para compreender as dinâmicas que moldam o sistema de saúde e promover ações para uma gestão mais inclusiva, democrática e sensível às necessidades das comunidades.

O BIOPODER E A SÍNDROME DE BURNOUT

Eyshila de Jesus, Gilson Gomes, Graziella dos Santos Pereira, Pedro Victorino, Carlos Eduardo Cavalcante

Este texto propõe analisar as lógicas do trabalho contemporâneo, sua relação com o biopoder e o fenômeno do burnout, fundamentando-se nas reflexões de *Vida Capital*, de Peter Pál Pelbart. Parte-se da compreensão do biopoder como o poder sobre a vida, que, segundo Pelbart, molda nossas formas de viver, absorvendo sentidos e consumindo subjetividades em escala massiva. Nas últimas décadas, observa-se um novo paradigma na relação entre capital e subjetividade, onde todos, inclusive os não diretamente vinculados ao processo produtivo, são convocados a produzir. No contexto do trabalhador do século XXI, essa dinâmica evidencia o vínculo com o burnout, uma síndrome descrita como esgotamento extremo e adoecimento mental resultante de condições de trabalho extenuantes e pressões constantes. O aumento do burnout reflete o avanço da sociedade capitalista, descrita como uma “megamáquina planetária” que fabrica e comercializa modos de vida, capturando sonhos e subjetividades. Nessa lógica, o capitalismo impõe a sensação de que a constante produção é condição para pertencimento, deslocando o foco do trabalho físico para a exploração da subjetividade: agora, é a alma do trabalhador que se torna a verdadeira fonte de valor, enquanto o corpo serve apenas como suporte. Diante desse cenário, surge a questão: como a psicologia pode atuar para promover a saúde mental e oferecer possíveis linhas de fuga a esse sistema maquinico, resgatando o indivíduo de sua condição de exaustão e promovendo alternativas de resistência e autonomia?

AIDPI COMUNITÁRIO NA SAÚDE INDÍGENA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROCESSO FORMATIVO NA TERRA INDÍGENA PANARÁ E NO TERRITÓRIO INDÍGENA XINGU (TIX)

Sofia Beatriz Machado de Mendonça, Poan Trumai Kaiabi, Karine Cardoso Santos, Rafaela Camargo Baldo, Lavinia Santos de Souza Oliveira, Damiane Santos Cerqueira, Mariza Refosco, Paulo Sérgio Ondeí, Daphne Lourenço de Carvalho Andrade

O Projeto Xingu, programa de extensão universitária vinculado ao Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina (UNIFESP), atua no Território Indígena do Xingu (TIX) desde 1965, desenvolvendo ações de formação em saúde para profissionais indígenas e não indígenas em contextos interculturais. Entre 2022 e 2023, o curso AIDPI Comunitário foi realizado em três polos

base do TIX e na Terra Indígena Panará, Mato Grosso, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI Xingu e DSEI Kayapó-MT). A estratégia AIDPI (Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância), adotada pelo Ministério da Saúde desde 1996, busca reduzir iniquidades e a mortalidade infantil, sendo o AIDPI Comunitário adaptado para técnicos e agentes de saúde em ações específicas de cada território. Para estruturar o curso, foi aplicado um questionário online via WhatsApp aos profissionais indígenas de saúde, cujas respostas, em diálogo com as equipes do DSEI e polos base, orientaram a formação. A metodologia utilizada, fundamentada na educação crítica e problematizadora, parte da realidade local e fortalece a participação indígena na produção de saúde, promovendo educação permanente em saúde. O envolvimento das equipes multiprofissionais de saúde indígena (EMSI) foi crucial para problematizar questões locais, enquanto os agentes indígenas de saúde (AIS) e de saneamento (AISAN) desempenharam papéis duplos como educandos e educadores, apoiando espaços de dúvidas e trocas. A realização dos cursos contou com parcerias das comunidades e instituições indígenas, que forneceram infraestrutura e suporte logístico. Professores indígenas atuaram como facilitadores, e jovens comunicadores registraram as atividades, engajando toda a comunidade no processo formativo. Ao todo, 127 profissionais de saúde indígenas foram capacitados, destacando a relevância do diálogo comunitário e das supervisões colaborativas para a continuidade das ações e fortalecimento da estratégia AIDPI nos territórios indígenas.

A CAPTURA DOS CORPOS LGBTQIAP+

Carlos Eduardo Cavalcante, Gilson Gomes, Eyshila de Jesus,
Pedro Victorino Carvalho de Souza, Graziella dos Santos Pereira

Este resumo busca compreender os meios de captura e produção de subjetividade na sociedade contemporânea, enfocando a luta das pessoas com sexualidade “diferente” pelo direito à escolha e pela garantia de sua autonomia. Inspirando-se nas perspectivas de Guattari e Deleuze, propõe-se a redefinir linhas de fuga das lógicas heteronormativas, que frequentemente impõem capturas implícitas e explícitas sobre indivíduos LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades), promovendo sua marginalização e medicalização, enquanto reforçam padrões cisnormativos e heteronormativos. Essas dinâmicas de captura não apenas alienam e produzem sofrimento, mas também perpetuam o preconceito e a violência, invalidando as expressões diversas de gênero e sexualidade. A psicologia moderna, assumindo uma postura ética e clínica fundamentada na biopolítica, tem buscado despatologizar a diversidade sexual e de gênero, reconhecendo que ser LGBTQIAP+ não é uma condição de desordem mental. Esse movimento é essencial para enfrentar a estigmatização, promover a inclusão e construir uma compreensão mais respeitosa da diversidade humana. Ao propor essas reflexões, indaga-se qual psicologia é possível na construção de práticas que rompam com as capturas normativas, promovendo a valorização da pluralidade e da autonomia das vivências LGBTQIAP+.

HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO EM ONCOLOGIA E CUIDADOS PALIATIVOS: INTEGRANDO AS NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS NA PRÁTICA DE ENFERMAGEM

Luiz Felipe Deoti, Kamyle da Veiga, Leticia Maria Rostirolla

No cuidado a pacientes oncológicos e paliativos, o enfermeiro deve transcender o âmbito ambulatorial, ampliando seu olhar clínico para identificar e atender às necessidades psicoespirituais que contribuem para a humanização do tratamento, especialmente diante do impacto físico e mental causado por enfermidades terminais, como o câncer. Este resumo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, como o profissional de enfermagem pode abordar as necessidades espirituais afetadas em pacientes paliativos. A revisão, de caráter qualitativo, foi realizada em maio de 2024, nas bases Lilacs, BVS e SciELO, utilizando os descritores “espiritualidade” AND “cuidados paliativos” AND “enfermagem”, em português, com publicações dos últimos cinco anos. Após excluir duplicidades, a amostra final incluiu 17 artigos, dos quais três responderam diretamente ao objetivo. Os resultados destacam que as necessidades psicoespirituais são fundamentais para o enfrentamento do paciente, oferecendo compreensão, significado ao diagnóstico e promovendo equilíbrio entre corpo, mente e espírito. A enfermagem pode contribuir para a saúde psicoespiritual por meio de ações como reforço da fé e espiritualidade, incentivo à comunicação, acolhimento para expressão pessoal, práticas terapêuticas religiosas e intervenções que reduzam angústias e incertezas. No entanto, o modelo biomédico predominante, aliado à alta demanda de pacientes, limitação de tempo, falta de preparo para comunicação e preconceitos religiosos, impõe barreiras ao atendimento holístico e humanizado. O enfermeiro, devido à proximidade com os pacientes, desempenha papel essencial na equipe multidisciplinar, criando vínculos que encorajam e apoiam tanto o paciente quanto seus familiares. Ao considerar a totalidade do ser com um olhar holístico, o enfermeiro promove bem-estar físico, mental e social, humanizando o cuidado e oferecendo maior qualidade de vida.

ACIDENTE DE TRABALHO TEM COR, GÊNERO E CLASSE

Monica Simone Pereira Olivar

Este trabalho aborda a divisão racial do trabalho, tema pouco debatido no campo da Saúde do Trabalhador, e sua relação com acidentes e agravos relacionados ao trabalho. Nos últimos anos, as mudanças no trabalho, marcadas pela precarização, erosão de direitos e ampliação do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), têm empurrado uma grande parcela da população para o desemprego estrutural, terceirização e informalidade. Essas condições apresentam marcadores de cor, gênero e classe, como evidenciado pela predominância de mulheres negras terceirizadas nas funções de limpeza em instituições públicas e privadas do Brasil. Historicamente, a divisão racial do trabalho

relegou negros/as a atividades precárias e informais, consolidando um “legado de sobrevivência” que se manifesta em ocupações como camelôs, motoboys, ambulantes, diaristas e entregadores por aplicativo, entre outras. Dados do Serviço Social da Coordenação de Saúde do Trabalhador da Fiocruz, publicados no Anuário Estatístico de 2022, revelam que, entre 2017 e 2019, a maioria dos atendimentos por acidentes de trabalho envolveu terceirizados/as, sendo cerca de 64% a 73% mulheres negras. Esses números reafirmam que acidentes de trabalho possuem marcadores sociais de cor, gênero e classe. O Sistema Único de Saúde (SUS), seguindo os princípios da universalidade e equidade da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considera como trabalhadores/as todos/as os/as atuantes no mercado formal ou informal, independentemente do vínculo empregatício ou área de atuação. Essa perspectiva é essencial para abranger a ampla massa de trabalhadores/as terceirizados/as nos setores público e privado. Acidentes de trabalho, sendo fenômenos socialmente determinados, são previsíveis e preveníveis, o que exige que qualquer ocorrência seja tratada como prioritária para a prevenção. A vigilância em saúde do trabalhador é um processo coletivo que requer a participação de equipes de saúde, trabalhadores/as, sindicatos e gestores, promovendo o envolvimento de grupos como mulheres, negros/as, LGBTQIA+ e Pessoas com Deficiência (PcD). A incorporação de teorias antirracistas, feministas, decoloniais, antipatriarcais, antilgbtfóbicas e anticapacitistas possibilita uma compreensão mais profunda dos impactos das mudanças do trabalho na saúde dos/as trabalhadores/as. Essas perspectivas orientam o planejamento de ações concretas e qualificadas, alinhadas à Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, reforçando o compromisso com a construção de um ambiente laboral mais justo e inclusivo.

DESCUIDO E DESLEIXO NO PROCESSO FORMATIVO DOS TRABALHADORES DAS UTI'S

Ruy Ribeiro Mores Cruz, Cynthia Griselda, Emmanuele de Jesus Balata Sousa Alves, Ingrid Beatriz da Silva, Alessandra Gomes Barros, Maria de Lourdes Carvalho, Mauricio Roberto de Macedo

Conforme os estudos da Fiocruz (2021), as fragilidades na formação técnica e nas ações de educação permanente se evidenciaram durante a pandemia de Covid-19, devido às vulnerabilidades da gestão e da força de trabalho em lidar com o desafio de capacitar as equipes de UTI no manuseio de tecnologias duras, prolongar a vida dos pacientes e preservar a saúde dos profissionais, garantindo sua permanência no mercado. Este estudo teve como objetivo analisar como essas fragilidades na formação profissional impactaram o processo de trabalho, gerando desgaste interpessoal e sofrimento psíquico. Utilizou-se o método de estudo de caso único no Hospital de Alta Complexidade Dr. Carlos Macieira, com abordagem qualitativa, empregando entrevistas semiestruturadas realizadas com sete profissionais de UTI durante o período pandêmico. As entrevistas, gravadas, transcritas e analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo, evidenciaram que a limitada formação dos trabalhadores resultou em dificuldades no manuseio de equipamentos e insumos, além de problemas na gestão de situações que exigiam atenção concentrada, como conflitos interpessoais e emocionais relacionados à morte, ao morrer e à satisfação profissional. Segundo Amaral (2022), esse desconhecimento está

relacionado à falta de investimento da gestão em educação permanente, suporte ético e promoção de uma cultura de cuidado em saúde mental, perpetuando o ciclo de alienação neoliberal descrito por Antunes (2021) e Han (2018). A pesquisa atende à Resolução 466/2012 do CNS, com parecer consubstanciado nº 5.819.191, de 15 de dezembro de 2022, CAAE 65248722.0.0000.5292. Conclui-se que, durante a pandemia, as UTIs demonstraram carência de apoio gerencial no aprimoramento ético, educacional e emocional dos profissionais, refletindo em prejuízos no processo de trabalho, nas relações interpessoais e na dignidade dos trabalhadores. Assim, torna-se urgente ressignificar a relação entre trabalho, educação e satisfação por meio de iniciativas que promovam educação permanente e psicoeducação, assegurando a dignidade humana e o respeito aos princípios do SUS.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE MÉDICOS/AS DE FAMÍLIA E COMUNIDADE DA REDE SUPLEMENTAR

João Gustavo Xavier de Queiroz, Matias Aidan Cunha de Sousa, Isaac Linhares de Oliveira, Juliana Sampaio

A Demografia Médica fornece informações sobre médicos e médicas brasileiros, como idade, gênero, renda e especializações, mas carece de dados específicos sobre Médicos/as de Família e Comunidade (MeFC), especialmente aqueles/as que atuam na rede suplementar de saúde, um fenômeno recente que envolve a transição desses profissionais, originalmente formados para a Atenção Básica pública, para o setor privado. O objetivo deste estudo é caracterizar o perfil sociodemográfico de MeFCs que atuam na Rede Suplementar de Saúde brasileira. Trata-se de um estudo quantitativo exploratório, realizado por meio de um questionário eletrônico autopreenchido no Google Forms, com quatro blocos de perguntas: (1) Dados sociodemográficos, (2) Formação em Graduação, (3) Especialização em MFC e (4) Experiência de trabalho. Neste resumo, analisou-se o bloco 1. A coleta de dados ocorreu entre julho/2022 e maio/2023, utilizando a técnica de snowball, na qual participantes indicam conhecidos que atendam aos critérios de inclusão, resultando em 155 respostas submetidas a análise exploratória simples. A maioria dos respondentes, 41,43% (65), é da região Sudeste, seguida pelas regiões Sul (20%, 31), Centro-Oeste (19,35%, 30), Nordeste (18,1%, 28) e Norte (0,65%, 1), com duas não respostas. A faixa etária predominante foi de 31-40 anos (60,6%, 94), seguida por 21-30 anos (20,6%, 32), 41-50 anos (16,1%, 25) e mais de 50 anos (2,6%, 4). Em relação à cor, 69,29% (106) são brancos/as, 24,18% (37) pardos/as, 4,57% (7) amarelos/as e 1,96% (3) pretos/as. Quanto à identidade de gênero, 65,8% (102) são mulheres cisgêneras e 34,2% (53) homens cisgêneros, sem participação de pessoas transgêneras. Sobre orientação sexual, 81,94% (127) são heterossexuais, 11,61% (18) homossexuais, 5,8% (9) bissexuais/pansexuais e 0,65% (1) assexual. No estado civil, 67,7% (105) são casados/as ou em união estável, 24,5% (38) solteiros/as e 7,8% (12) divorciados/as. A renda familiar predominante foi de 10-20 salários mínimos (50,33%, 75), seguida por mais de 20 salários mínimos (28,87%, 43), 5-10 salários mínimos (19,46%, 29) e menos de 5 salários mínimos (1,34%, 2), com seis mulheres cisgêneras não respondendo. Os resultados revelam uma maior inserção da MFC na saúde suplementar nas regiões Centro-Sul do Brasil. O perfil dos/as MeFCs da rede suplementar

reflete a Demografia Médica, com predominância de mulheres cisgêneras, 31-40 anos, heterossexuais, brancas, casadas ou em união estável e com renda de 10 a 20 salários mínimos. Apesar do crescimento da representatividade feminina na medicina, persistem características elitistas e problemas como a baixa representatividade LGBTQIAPN+ no meio médico.

FORMAÇÃO MÉDICA DE MÉDICOS/AS DE FAMÍLIA E COMUNIDADE DA REDE SUPLEMENTAR

João Gustavo Xavier de Queiroz, Matias Aidan Cunha de Sousa, Isaac Linhares de Oliveira, Juliana Sampaio

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014 orientam a inserção precoce de graduandos/as de medicina na Atenção Básica (AB), enquanto programas como as Residências em Medicina de Família e Comunidade (MFC) e o Programa Mais Médicos buscam fixar Médicos/as de Família e Comunidade (MeFC) na rede pública. No entanto, nos últimos anos, esses profissionais têm sido cada vez mais recrutados pela rede suplementar brasileira. Este estudo analisou o perfil da formação de MeFCs que atuam na rede suplementar, com base em um questionário eletrônico autopreenchido via Google Forms, composto por quatro blocos: (1) Dados sociodemográficos, (2) Formação em Graduação, (3) Especialização em MFC e (4) Experiência de trabalho. A coleta de dados ocorreu entre julho/2022 e maio/2023, utilizando a técnica de snowball, e obteve 155 respostas, analisadas de forma exploratória pelo software Jamovi. No bloco 2, observou-se que 52,9% (82) dos/as participantes se graduaram em instituições privadas, sendo que 51,2% (42) financiaram a graduação com recursos familiares, 37,8% (31) com FIES, 13,4% (11) com PROUNI, e 4,9% (4) com outras fontes de financiamento; outros 4,9% (4) usaram recursos próprios. Mais da metade (51,2%, 42) utilizou mais de uma fonte de financiamento. Quanto ao ano de conclusão do curso, 47% (73) se formaram entre 2015-2019, 32,9% (51) entre 2010-2014, e 9,6% (15) entre 2005-2009. O contato com a AB ocorreu durante todo o curso para 55,5% (86) dos/as participantes, enquanto 33,5% (52) tiveram contato apenas nos últimos anos, 3,8% (6) nos anos iniciais, e 7,1% (11) não tiveram contato com a AB durante a graduação. No bloco 3, a residência foi o principal meio de especialização, com 82,5% (128) dos/as participantes optando por essa via; 7,7% (12) obtiveram a especialidade por Especialização e Prova de Título, 7,1% (11) por Experiência e Prova de Título, e 2,6% (4) não responderam. A maior parte (56,1%, 87) atua como MeFC há 1-5 anos, 21,9% (34) há 6-10 anos, 17,5% (27) há mais de 10 anos, e 3,2% (5) há menos de 1 ano. Entre os/as residentes, 57,9% (73) concluíram o programa em universidades, 28,6% (36) em hospitais e 13,5% (17) em programas das Secretarias de Saúde. Conclui-se que, embora boa parte dos/as participantes tenha tido contato com a AB durante a graduação e financiado seus estudos por meio de programas públicos, isso não garantiu sua fixação na AB pública. Além disso, destaca-se que as instituições privadas demoraram mais a se aproximar da AB pública e que a residência em universidades foi o principal caminho de especialização, com a maioria dos/as profissionais tendo concluído essa etapa de 1 a 5 anos atrás.

RELAÇÕES TRABALHISTAS DE MÉDICOS/AS DE FAMÍLIA E COMUNIDADE DA REDE SUPLEMENTAR

João Gustavo Xavier de Queiroz, Matias Aidan Cunha de Sousa, Isaac Linhares de Oliveira, Juliana Sampaio

Na Atenção Básica em Saúde (ABS), Médicos/as de Família e Comunidade (MeFC) que atuam sob regime estatutário em serviços públicos dispõem de ampla garantia de direitos trabalhistas. No entanto, a carreira médica possibilita diferentes formas de vínculo, como cooperado, pessoa jurídica (PJ) ou Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Recentemente, os/as MeFC têm ingressado na rede suplementar, onde as relações trabalhistas apresentam maior diversidade. Este estudo buscou identificar as características das relações trabalhistas de MeFC na rede suplementar, por meio de um questionário eletrônico autopreenchido via Google Forms, aplicado entre julho/2022 e maio/2023. O instrumento, dividido em quatro blocos, analisou neste resumo o bloco (4) Experiência de trabalho. A coleta de dados utilizou a técnica de snowball e resultou em 155 respostas, tabuladas em planilha Excel e submetidas a análise exploratória simples. Apenas 1,3% (2) dos/as participantes não possuíam experiência prévia na ABS pública, enquanto 43,9% (68) relataram ter trabalhado de 2-5 anos nesse setor, 23,9% (37) por 5-10 anos, 16,8% (26) por mais de 10 anos e 14,1% (22) de 1-2 anos. Na rede suplementar, a média da carga horária semanal foi de 30,5 horas. Quanto aos vínculos trabalhistas, 38,7% (60) dos/as participantes mantinham dois vínculos diferentes simultaneamente, 25,1% (39) três vínculos, 23,2% (36) apenas um, 5,8% (9) quatro, 2,5% (4) cinco e 0,6% (1) seis vínculos. A CLT foi a forma contratual mais frequente, representando 73,5% (119) dos casos, seguida pela PJ (62,9%, 102), regime estatutário (25,3%, 41), autônomo (22,8%, 37), contratado (20,4%, 33), cooperado (17,3%, 28), bolsista (1,2%, 2) e Termo de Ajustamento de Conduta (0,6%, 1). Os resultados mostram que a maioria dos/as MeFC da rede suplementar já trabalhou no setor público, geralmente por 2-5 anos, e atualmente acumula diversos vínculos empregatícios para compor a carga horária média semanal. Apesar de a CLT ser o vínculo mais comum no setor privado, a coexistência de múltiplos vínculos evidencia instabilidade empregatícia e sobrecarga de trabalho.

FATORES INFLUENCIADORES DA PERCEPÇÃO FAMILIAR SOBRE A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM EM CUIDADOS PALIATIVOS NA ATENÇÃO BÁSICA

Isabella Siqueira de Souza, Luiza de Senna Iensen, Caroline dos Santos Silveira, Yuri Shoei Nagata Davi, Fernanda Cristóvão Martins, Nara Marilene Oliveira Girardon-Perlini

O aumento no diagnóstico de doenças crônico-degenerativas, muitas associadas ao envelhecimento, e os consequentes impactos na qualidade de vida, bem como a inviabilidade de tratamentos curativos, têm gerado discussões significativas sobre o paliativismo e os fatores

que influenciam sua implementação. Nesse cenário, a atenção básica se destaca como espaço estratégico para o cuidado de doenças crônicas e paliativos, devido à sua capacidade de articular diferentes níveis de atenção à saúde e oferecer acessibilidade ao cuidado generalista para indivíduos e suas famílias. Este estudo teve como objetivo conhecer os fatores que influenciam a percepção das famílias sobre a atuação da enfermagem em cuidados paliativos na atenção básica, por meio de uma pesquisa qualitativa e descritiva realizada em janeiro de 2021, com seis famílias atendidas por Unidades Básicas de Saúde em Santa Rosa (RS). As entrevistas semiestruturadas envolveram nove participantes (três usuários referência e seis familiares) e os dados foram analisados pela técnica de análise temática, com aprovação ética (parecer nº 4.465.843). Quatro categorias emergiram: “A pandemia como fator de mudança no cuidado” destacou o impacto da covid-19, como o distanciamento social que restringiu visitas domiciliares e enfraqueceu vínculos; “Percepção familiar focada na atuação médica” revelou que as famílias frequentemente priorizam o atendimento médico por acreditarem em maior resolutividade; “Cuidados realizados por outros serviços da rede de atenção à saúde” mostrou que a atenção hospitalar e ambulatorial são vistas como principais referências, ofuscando o papel da atenção primária; e “A atuação insuficiente do serviço de atenção básica” apontou lacunas como a ausência de equipes multiprofissionais no cuidado domiciliar, atribuídas à alta demanda e diversificação de serviços. As considerações finais evidenciam que as percepções sobre a enfermagem em cuidados paliativos na atenção básica são permeadas pela experiência pandêmica, crenças no modelo médico-centrado, referência a outros serviços e a percepção de ineficiência do atendimento.

DESCUIDO E DESLEIXO COM A SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDAS DOS TRABALHADORES DA UTI

Ruy Ribeiro Mores Cruz, Cynthia Griselda, Poliana Braga, Carla Belchior,
Ingrid Beatriz da Silva, Maria Aparecida Dias, Maurício Roberto de Macedo

A Organização Mundial da Saúde (OMS), ao declarar o fim da emergência sanitária da covid-19 em maio de 2023, evidenciou os impactos devastadores da chamada “tempestade perfeita”: o colapso da rede de saúde devido à demanda excessiva e à desestruturação, além do sofrimento mental dos profissionais na linha de frente, como os trabalhadores de UTI. Segundo Antunes (2021), o “desgoverno bolsonarista”, ao negar as orientações dos organismos internacionais para combater desigualdades sociais e priorizar a preservação da humanidade em detrimento de interesses econômicos, fomentou um cenário de delírios, desinformação e desconfiança. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo identificar a presença de sofrimento emocional e psiquiátrico entre os trabalhadores da UTI de um hospital público de alta complexidade e sua relação com o processo de trabalho, a partir da percepção desses profissionais durante o período pandêmico. Trata-se de um estudo de caso único realizado no Hospital de Alta Complexidade Dr. Carlos Macieira, em São Luís (MA), com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi conduzida entre janeiro e maio de 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas

presenciais com sete profissionais que atuavam nas UTIs COVID-19 da unidade. As entrevistas, realizadas com consentimento dos participantes, foram gravadas, transcritas e analisadas utilizando o Microsoft Excel 2019, com base em um referencial teórico. A pesquisa seguiu as diretrizes éticas da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e foi aprovada pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL/UFRN), sob o Parecer Consubstanciado n.º 5.819.191, de 15 de dezembro de 2022, CAAE 65248722.0.0000.5292. Os resultados apontaram desleixo dos gestores públicos, despreparo das lideranças para lidar com o adoecimento mental da força de trabalho e preconceito entre os próprios trabalhadores em relação à adoção de hábitos preventivos e ao suporte especializado. Han (2021) observa que a classe operária é frequentemente seduzida por ideais neoliberais de alto rendimento, alimentando uma imagem de sucesso e heroísmo, mesmo à custa de camuflar dores e sofrimentos, incluindo doenças psicossomáticas e conflitos interpessoais. A crise sanitária da pandemia destacou a necessidade de valorizar a saúde mental dos trabalhadores de UTI, servindo de base para a gestão continuada dos recursos humanos. A criação de planos de educação permanente e protocolos operacionais padrões (POP) pode minimizar os impactos no processo de trabalho, reduzir o esgotamento e sofrimento, e promover qualidade de vida digna para esses profissionais.

UBS NO TERMINAL: UMA AÇÃO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA

Vera Aparecida dos Santos

A cidade de Guarulhos apresenta uma alta incidência de violência contra a mulher, conforme dados da Secretaria de Direitos Humanos do município, que registrou 15.226 casos entre 2022 e o primeiro semestre de 2023, dos quais 512 foram estupros e 407 outros crimes contra a dignidade sexual (Mapa da Violência Contra a Mulher/1º semestre de 2023/Guarulhos). Nesse contexto, o Núcleo de Apoio à Vida IV (NAV), localizado na Região de Saúde IV, conta com uma assistente social e uma psicóloga que atendem 20 unidades de saúde, oferecendo suporte social, psicológico e em saúde às vítimas. Os dados revelam os desafios enfrentados, o que motivou a realização de uma ação de prevenção à violência contra a mulher em agosto de 2023, durante a campanha Agosto Lilás. A atividade, intitulada “UBS no Terminal: uma ação de prevenção à violência”, consistiu em abordar aleatoriamente pessoas, especialmente mulheres, dentro do terminal de ônibus enquanto aguardavam suas viagens. Durante as abordagens, apresentávamos um breve panorama da violência contra a mulher na região, divulgávamos a rede de atendimento disponível e entregávamos folhetos com informações sobre os serviços de apoio, localizações e formas de denúncia. A iniciativa gerou interesse, com diversas pessoas nos solicitando orientações e folhetos ao final das atividades.

USO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS POR CRIANÇAS: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE OS IMPACTOS NEGATIVOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Lidiane de Nazaré Carvalho de Oliveira, Isabela de Moraes Moura Bezerra, Rayssa Medeiros Lopes, José Riquelme Campos Brito, Adria Marcelle da Silva Lucena, Lindsay Lorena de Souza Soares, Rayssa da Silva Ribeiro, Elaiane Silva de Sousa, Alder Mourão de Sousa

Este estudo investiga os impactos negativos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos por crianças na primeira infância, destacando como a distração passiva, amplamente promovida pelas mídias e fortemente demandada pelo público infantil, pode comprometer o crescimento e o desenvolvimento saudável. O objetivo é analisar os efeitos do tempo de tela nas áreas de desenvolvimento da fala, cognição e motricidade, fornecendo subsídios para pais, educadores e profissionais de saúde adotarem práticas equilibradas. A pesquisa seguiu o método de revisão integrativa, com levantamento bibliográfico nas bases SciELO, PubMed e MedLine, considerando artigos publicados entre 2018 e 2023, em português e de acesso gratuito, resultando em uma amostra de sete artigos. A análise temática revelou quatro áreas de impacto: desenvolvimento da fala, cognição, motricidade e riscos à saúde. Os resultados indicam que a falta de interação verbal e visual face a face, substituída pelo uso excessivo de telas, pode atrasar a aquisição da linguagem. No âmbito cognitivo, a exposição constante às telas pode prejudicar a atenção, a concentração e o pensamento crítico. A motricidade também é afetada, com a redução de atividades físicas apropriadas para a idade. Adicionalmente, foram identificados riscos à saúde mental e comportamental, incluindo distúrbios do sono, ansiedade e dificuldades emocionais. Conclui-se que limitar o tempo de tela e promover atividades que estimulem o desenvolvimento saudável são medidas essenciais para garantir um ambiente digital seguro e benéfico, favorecendo o bem-estar integral das crianças na primeira infância.

APLICAÇÃO DO MÉTODO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE REVISÃO INTERATIVA E LÚDICA NA MONITORIA DA DISCIPLINA DE ANATOMIA HUMANA

Vitória Anibele Marchesin, Ana Caroline Vieira Obem, Gustavo Orione Puntel, Jaíne Dalmolin, Maria Eduarda Kerkhoff Escher, Mirella Lariza Kuhn Peixoto, Rafaela da Cunha Allebrandt

Atividades lúdicas inseridas em rotinas de aulas teóricas demonstram ser métodos eficazes para promover interação e fixação de conteúdos, especialmente em disciplinas densas e extensas, como Anatomia Humana. Esta pesquisa avaliou a percepção dos acadêmicos do primeiro semestre do curso de Fisioterapia da UFSM quanto ao uso da estratégia Kahoot, uma plataforma digital baseada em jogos, como ferramenta complementar de estudo e preparação para avaliações. A atividade foi aplicada durante uma aula de Anatomia Humana I, sob supervisão do Professor Dr. Gustavo Orione Puntel e da mestrandia Jaíne Dalmolin, com um questionário abordando músculos da face, pescoço,

abdome e dorso. Divididos em cinco grupos, os alunos participaram de uma competição com questões de dificuldade progressiva, promovendo engajamento e colaboração. O grupo vencedor recebeu um prêmio simbólico, reforçando a motivação. Após a atividade, os participantes preencheram um formulário de feedback, e 100% deles avaliaram a experiência como positiva para a compreensão dos conteúdos. Além disso, durante as aulas práticas subsequentes, observou-se maior familiaridade e confiança na identificação de estruturas anatômicas, demonstrando a eficácia da estratégia na aprendizagem e fixação dos conceitos. Conclui-se que o uso do Kahoot como ferramenta pedagógica interativa é eficaz e altamente recomendável para disciplinas complexas, potencializando o engajamento e o desempenho dos estudantes.

O USO DE RECURSOS EDUCATIVOS INTERATIVOS COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO NAS RESIDÊNCIAS EM SAÚDE: POTENCIALIDADES E RELEVÂNCIA

Igor Azeredo Cruz, Letícia Lourenço Vieira, Michelle Adrianne da Costa de Jesus, Jacqueline Carvalho de Oliveira, Edineia Lazzari, Karine Detes Canto, Marianne de Lira Maia, Alessandra Pimentel Barbosa Pinto de Mattos, Tulio César Souza Padilha

Este trabalho apresenta a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especialmente recursos educacionais interativos, como método pedagógico no Programa de Residência em Enfermagem de Família e Comunidade (PREFC) da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. No contexto educacional atual, as TIC se destacam por atender às necessidades dos sujeitos e transformar relações interpessoais e profissionais, promovendo novas formas de cuidado e organização dos serviços de saúde no SUS. Essas tecnologias auxiliam estudantes a desenvolverem competências como tomada de decisão, comunicação criativa e análise crítica de informações, atendendo à função do SUS de ordenar a formação de recursos humanos em saúde, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. A Residência em Área Profissional da Saúde, instituída oficialmente no Brasil em 2005, é um exemplo de cooperação intersetorial para incluir profissionais recém-formados no mercado, com foco em áreas estratégicas do SUS. Nesse ambiente, recursos educacionais interativos tornam-se ferramentas valiosas para estimular a participação ativa dos residentes, combinando intencionalidade pedagógica, identidade visual e hierarquia da informação. Integrados às ementas do Projeto Político Pedagógico, esses recursos possibilitam adaptação às necessidades individuais, aprendizado acessível em diferentes dispositivos e uso de simulações realistas para situações clínicas, além de oferecer feedback imediato para ajustes e melhorias. Como resultado, promovem aprendizado dinâmico, engajamento e personalização, transformando o ensino presencial, híbrido ou à distância. Conclui-se que esses recursos são essenciais para preparar residentes para os desafios da prática clínica de forma eficaz e inovadora.

O PAPEL DO PODCAST NA QUALIFICAÇÃO DE RESIDENTES EM ENFERMAGEM DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Igor Azeredo Cruz, Letícia Lourenço Vieira, Jacqueline Oliveira de Carvalho, Michelle Adrianne da Costa de Jesus, Marianne de Lira Maia, Alessandra Pimentel Barbosa Pinto de Mattos, Edinéia Lazzari, Karine Detes Canto, Tulio César Souza Padilha

O presente trabalho propõe uma análise sobre o uso do podcast como ferramenta de comunicação no contexto do Programa de Residência em Enfermagem de Família e Comunidade (PREFC) da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, destacando sua relevância na formação de profissionais de saúde e na disseminação de informações estratégicas sobre a Estratégia Saúde da Família. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação disponíveis atualmente oferecem oportunidades significativas para aprimorar a troca de conhecimentos e experiências na área da saúde. Neste contexto, o podcast emerge como uma plataforma versátil e acessível, capaz de potencializar a comunicação e o aprendizado entre residentes e profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS). O podcast, um formato de mídia digital que consiste em episódios de áudio disponibilizados online para audição sob demanda, tem se destacado como uma ferramenta eficaz de comunicação nos últimos anos, devido, em parte, à flexibilidade de consumo, permitindo que os usuários acessem o conteúdo enquanto realizam outras atividades, como deslocamentos ou tarefas domésticas. No programa, o podcast é uma estratégia de comunicação importante, pois seu público-alvo, formado majoritariamente por profissionais de saúde recém-formados, está familiarizado com tecnologias digitais. Através do podcast, os residentes podem acessar conteúdos relevantes sobre a Estratégia Saúde da Família de maneira conveniente, complementando sua formação teórica e prática. A participação de profissionais convidados da rede de APS enriquece os episódios, proporcionando insights e experiências práticas que contribuem para a formação integral dos residentes e para sua capacitação frente aos desafios da APS. Além de abordar tópicos e casos clínicos variados, o podcast estimula habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação oral e expressão de ideias, essenciais para o trabalho em equipe e a interação com pacientes. Em um cenário de constante evolução tecnológica, o uso do podcast como estratégia de comunicação no PREFC demonstra ser uma abordagem eficaz para potencializar a disseminação de informações e o compartilhamento de experiências, contribuindo para a qualificação dos profissionais de saúde, o fortalecimento do SUS e a melhoria dos cuidados prestados à população.

ATIVIDADE DE MEDICINA SOCIAL PRÁTICA: OFICINA SOBRE SAÚDE DIGITAL PARA ESCOLARES

Alexia Loriato Simões, Pietra Lourenço Pinto Alves, Gabriela Serpa Franco Costa, Fernanda Troccoli Noronha Macedo Achá, Dilma Cupti de Medeiros

Em 2023, foi realizada uma dinâmica sobre o impacto do uso das redes sociais com pré-adolescentes do Ensino Fundamental II do Colégio Batista Shepard, no Rio de Janeiro. A escolha do tema “saúde digital” se justifica pela relevância atual, especialmente para os jovens que estão em fase de desenvolvimento por trás das telas. As plataformas digitais tornaram-se cada vez mais presentes na rotina de milhares de crianças, o que exige atenção redobrada de familiares e profissionais, considerando os perigos associados à vida “online”, como ansiedade, bullying e exposição a conteúdos impróprios. O foco principal da dinâmica foi mostrar aos participantes os problemas que a comparação com os outros, decorrente das redes sociais, pode causar na autoestima e na saúde mental, uma vez que essa comparação distorce a noção do real em relação ao que é apresentado pelos algoritmos. A ênfase nesse aspecto surgiu da observação de que essa era a questão que mais afligia os estudantes da Souza Marques. Durante a atividade, foi apresentado um PowerPoint que retratava o cotidiano de uma influenciadora fictícia na internet, simulando suas postagens. O objetivo era evidenciar que algumas pessoas compartilham rotinas irreais e inalcançáveis, gerando frustração entre os seguidores que se sentem incapazes de imitar esses padrões, iludidos pela imagem dessas personalidades. Após a apresentação, promovemos uma roda de conversa onde cada pré-adolescente escreveu, em um pedaço de papel, uma situação ou sentimento que gostava ou desgostava em relação à internet. Ao longo da atividade, ficamos muito satisfeitos com o engajamento positivo do projeto pedagógico, fruto da forma com que a atividade foi conduzida: com calma, paciência e disposição para ouvir, quebrando hierarquias e julgamentos, o que gerou um ambiente de proximidade e confiança com os estudantes. Após a conclusão, os professores responsáveis informaram sobre uma recente crise de cyberbullying enfrentada pela turma, à qual a escola não conseguiu resolver em uma abordagem anterior. O episódio apenas reforçou a perspectiva da Faculdade Souza Marques: “nunca é só um trabalho”.

OS RISCOS DAS DOENÇAS CUTÂNEAS EM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elaiane Silva de Sousa, Lindsayn Lorena de Souza Soares, Rayssa da Silva Ribeiro, Adria Marcelle da Silva Lucena, Isabela de Moraes Moura Bezerra, Rayssa Medeiros Lopes, Lidiane de Nazaré Carvalho de Oliveira, José Riquelme Campos Brito, Claudia do Socorro Carvalho Miranda

A de ensino-aprendizagem aborda as doenças cutâneas em pessoas em situação de rua no município de Belém, onde tais doenças podem manifestar-se como manchas, verrugas, crostas e ferimentos na pele, o maior órgão do corpo humano e responsável pela proteção contra infecções. Durante nosso período de observação no Centro de Referência Especializado para a População

em Situações de Rua, notou-se a precariedade na assistência a essa população, tornando o debate sobre as doenças cutâneas ainda mais pertinente para a sociedade e para os profissionais de saúde. É fundamental que esses profissionais compreendam a complexidade da situação, considerando a integralidade do usuário, a fim de refletir e aprofundar o conhecimento acerca dessas doenças. Surge, assim, a necessidade de entender como as doenças cutâneas se manifestam nas pessoas em situação de rua, suas implicações e as ações para minimizá-las. Utilizando a metodologia do Arco de Maguerez, realizamos duas visitas ao Centro Pop para observar como o local executa suas atividades. Durante essas visitas, ficou evidenciado que há uma equipe multiprofissional que presta serviços, incluindo apoio psicológico, alimentação e higiene pessoal. Os resultados obtidos evidenciam que a metodologia da problematização, no contexto do Arco de Maguerez, revela a vulnerabilidade dessa população, principalmente em relação às doenças cutâneas. As visitas também ressaltaram a falta de infraestrutura e apoio governamental, resultando na exclusão e na carência de assistência para essas pessoas. Além disso, a insalubridade do ambiente contribui para a disseminação de doenças como micoses e hanseníase, devido ao compartilhamento de espaços e utensílios. O estigma associado a essas doenças sublinha a necessidade de educação em saúde e o apoio contínuo da comunidade e do governo para melhorar a qualidade de vida dessa população. Conclui-se que o uso do Arco de Maguerez é extremamente relevante para ampliar a compreensão sobre a contaminação por doenças cutâneas entre pessoas em situação de rua que frequentam o Centro Pop, evidenciando a insalubridade e a escassez de recursos públicos que reforçam a percepção de abandono governamental. É crucial implementar orientações de saúde pública que superem as barreiras de acesso aos cuidados de saúde e promovam a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, que estão suscetíveis a diversas patologias decorrentes das condições precárias em que vivem.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE POR MEIO DE ATIVIDADE COLETIVA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, UTILIZANDO RECEITAS FUNCIONAIS

Giovana Machado Souza Simões, Mariana Ribeiro Polastreli, Mírian Spadetti de Resende Polastreli, Maria Isabel Neri Barreto, Polyana Romano Olíosa, Sirlene de Oliveira Mario Inácio

A educação nutricional abrange hábitos saudáveis e a promoção e proteção da saúde por meio de uma alimentação equilibrada. Com a Revolução Industrial, ocorreram mudanças significativas nos padrões alimentares, marcadas pelo menor consumo de alimentos in natura e maior preferência por produtos industrializados, o que resultou em um aumento no consumo de açúcares, gorduras e sódio, contribuindo para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). Os alimentos funcionais, quando inseridos em uma dieta balanceada, além de seu valor nutricional, auxiliam na prevenção dessas doenças. Assim, práticas educativas que incentivem o consumo de alimentos in natura e funcionais, bem como o resgate do preparo de receitas tradicionais, respeitando

a cultura local, tornam-se essenciais diante da crescente substituição por produtos industrializados. Este trabalho descreve uma experiência na Estratégia de Saúde da Família (ESF) de uma comunidade rural de Alegre, Espírito Santo, desenvolvida pela Equipe Multiprofissional Ampliada (E-multi) do Projeto Qualifica APS do ICEPi, composta por uma nutricionista, uma psicóloga e uma farmacêutica em formação. As atividades educativas foram motivadas pela necessidade de manejo de casos de desnutrição e pela alta prevalência de DCNTs, em um município onde a produção de alimentos e o uso de receitas tradicionais ainda fazem parte da rotina. Mulheres da comunidade participaram voluntariamente de encontros que visavam ajustar receitas locais para incorporar características funcionais, promovendo a modulação de doenças pré-existentes. Os resultados mostraram alta adesão das participantes, com maior compreensão sobre alimentos funcionais e seus benefícios, mudanças nos hábitos alimentares e um resgate das memórias afetivas por meio da valorização das receitas familiares, muitas delas registradas e transmitidas entre gerações. O impacto positivo incluiu o uso integral dos alimentos, preservação de propriedades nutricionais e engajamento social das mulheres, que passaram a compartilhar conhecimentos e promover novas receitas funcionais. O estudo destaca a importância da transformação dos hábitos alimentares para a promoção da saúde e o fortalecimento das tradições locais como ferramenta de inserção social e empoderamento comunitário.

PSICANÁLISE E NUTRIÇÃO: CONSTRUÇÕES CONCEITUAIS E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES E DA OBESIDADE

Andrea Ferioli Melo, Aruanna Cajaty Soares, Mayara Cristhinne Cezário Porphirio, Thamires Monteiro Laranjeira Mota, Ana Carolina Packness Fernandes, Marcela Haido de Carvalho Campos, Mayara Magalhães Felipe, Juliana Honorato Rodrigues, Cristiane Marques Seixas

O tratamento dos transtornos alimentares (TAs) representa um grande desafio para os profissionais de saúde, exigindo reflexões sobre a prática cotidiana e, conseqüentemente, sobre a formação profissional. Para lidar com a complexidade dos TAs, é essencial que a formação contemple uma base teórica sólida aliada a uma prática clínica interdisciplinar. Este trabalho apresenta as atividades desenvolvidas pela equipe interdisciplinar do Núcleo de Assistência e Pesquisa em Transtornos Alimentares (NAPTA), vinculado à Policlínica Piquet Carneiro (PPC). O NAPTA oferece atendimento integrado realizado por psicólogos de orientação psicanalítica, nutricionistas e psiquiatras, com reuniões regulares para discussão de casos baseadas na metodologia da construção do caso clínico, conforme proposta por Viganó (2010). Fundamentada na psicanálise lacaniana, essa metodologia valoriza as particularidades de cada caso e prioriza a transferência como eixo clínico, afastando-se de práticas pautadas exclusivamente em protocolos semiológicos. O método democrático dá voz ao paciente e aos diferentes profissionais envolvidos,

permitindo a escuta da singularidade como expressão do inconsciente. A abordagem psicanalítica complementa o discurso biomédico, ampliando a compreensão dos sintomas para além dos critérios diagnósticos e deslocando as dificuldades relacionadas à alimentação e ao corpo para uma elaboração do sofrimento subjetivo. Na prática, a discussão interdisciplinar desde a triagem até a alta supervisionada evidencia os efeitos da escuta psicanalítica, ajudando a identificar e manejar resistências e transferências, que impactam o trabalho e requerem entendimento compartilhado sobre lacunas no conhecimento dos TAs. Observou-se que o tratamento eficaz de TAs exige mais do que a reprodução de conhecimentos acadêmicos, destacando deficiências na formação e na produção científica, que muitas vezes se limitam a explicações mecanicistas. A interdisciplinaridade, embora fundamental, ainda enfrenta desafios na implementação prática de princípios do SUS, reforçando o papel crucial das universidades no desenvolvimento e disseminação de novas tecnologias em saúde e na construção de alternativas inovadoras e consistentes para o manejo dos TAs.

ATRAVESSAMENTOS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA PLURALIDADE DO GESTAR

Bárbara Ribeiro de Carvalho, Bruna Silva Chimello, Renata de Oliveira Santos,
Gabriela Borsato Scaliante, Gabriela Garcia Degasperi, Júlia Padron Yoshioka

Este trabalho tem como objetivo compreender as formas de violência que incidem sobre a maternidade, com foco na violência obstétrica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) descreve a violência como a imposição de sofrimento evitável, e a violência obstétrica é reconhecida como uma de suas manifestações. No final do século XIX, ocorreu uma mudança significativa com a obstetrícia assumindo o controle da gestação, medicalizando-a e introduzindo um manejo frequentemente desnecessário e excessivo do corpo gestante. Desde então, intervenções evitáveis têm sido realizadas sob a percepção de que mais intervenções representam maior cuidado. Dentro do direito à escolha reprodutiva, a maternidade pode ser vivenciada tanto como empoderamento e realização quanto como impotência e humilhação, sendo atravessada por concepções de família moldadas por contextos históricos, sociais, culturais, psicológicos e raciais, que abrigam uma multiplicidade de configurações. A metodologia deste trabalho envolveu um ciclo de estudos promovido por uma Liga de Saúde vinculada a um curso de Psicologia, onde textos sobre violência obstétrica e suas implicações na experiência da maternidade no Brasil foram lidos e debatidos. O grupo explorou o histórico da maternidade com recortes sociais, econômicos e raciais, buscando compreender as pluralidades que permeiam as vivências maternas e as ressonâncias das diferentes formas de violência obstétrica nos contextos sociais das mulheres. Constatou-se que a violência obstétrica no Brasil está profundamente enraizada em relações de poder que historicamente violam, sobretudo, corpos negros, periféricos e que não se enquadram na cisheteronormatividade. Essas práticas têm origem na colonização, período em que a maternidade era compulsória e desvinculada da vontade da mulher, perpetuando uma visão restritiva do corpo

feminino como meramente reprodutivo. Esse conceito ainda medeia as relações entre mulher e sociedade. Conclui-se que a violência obstétrica atravessa as diversas vivências da maternidade, com os marcadores sociais da diferença influenciando tanto o tipo de violência sofrida quanto a experiência da gestação. Isso reforça a necessidade urgente de repensar práticas de saúde e o papel desempenhado pelos profissionais, promovendo abordagens que respeitem a autonomia, a dignidade e a diversidade das mulheres.

LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES EM VULNERABILIDADE SOCIAL (LASPOVUS): UM BREVE HISTÓRICO

Juliana Jorge Ferreira, Eduarda da Rosa da Silva, Carlucia Alves Ferreira, Ana Carolina Oliveira Ruivo, Angela Moreira Vitoria, Camila Irigónhé Ramos, Welligton Angelo da Silva Cidade

Este trabalho descreve a criação e desenvolvimento da Liga Acadêmica de Saúde das Populações em Vulnerabilidade Social (LASPOVUS) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em Pelotas (RS). A LASPOVUS foi idealizada em 2016 por estudantes de Medicina da UFPel, que, em uma conversa informal, compartilharam a preocupação com a ausência de temas essenciais para uma formação médica mais humanizada, como diversidade sexual e de gênero, questões étnico-raciais indígenas, população quilombola e negra, além de grupos como moradores de rua e pessoas em situação de extrema pobreza. Naquela época, os estudantes apontaram uma cultura acadêmica predominantemente “branca”, com preconceitos explícitos e microagressões contra LGBTQIA+ e alunos cotistas, muitas vezes perpetrados por colegas e até mesmo professores, por meio de comentários, piadas e olhares. Após aprovação pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPel e registro no sistema COBALTO, a LASPOVUS teve sua aula inaugural em setembro de 2016. Inicialmente, a liga previa uma prova de ingresso, mas, considerando sua missão inclusiva, decidiu abrir participação direta a todos os interessados, sem avaliação prévia. Entre 2016 e 2019, a LASPOVUS promoveu aulas, simpósios, palestras, rodas de conversa, oficinas, jornadas e minicursos, abordando temas negligenciados na formação tradicional em saúde. Após um período de inatividade entre novembro de 2022 e novembro de 2023, causado pelo esvaziamento devido à formatura de membros, a LASPOVUS foi reativada em dezembro de 2023 por um grupo de estudantes e professoras. Desta vez, expandiu seu escopo para incluir todos os cursos da área da saúde da UFPel, como Terapia Ocupacional, Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Educação Física, Fisioterapia, Farmácia e Nutrição. A LASPOVUS busca promover uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar em saúde, criando um espaço inclusivo para a discussão de temas historicamente excluídos da formação acadêmica. Dessa forma, a liga reforça seu compromisso com a construção de um ensino em saúde mais humano, equitativo e socialmente engajado.

LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES EM VULNERABILIDADE SOCIAL (LASPOVUS): EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Eduarda da Rosa da Silva, Juliana Jorge Ferreira, Carlucia Alves Ferreira, Ana Carolina Oliveira Ruivo, Angela Moreira Vitoria, Camila Irigonhê Ramos, Wellington Angelo da Silva Cidade

Este trabalho descreve as experiências da Liga Acadêmica de Saúde das Populações em Vulnerabilidade Social (LASPOVUS), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), destacando os desafios enfrentados e as contribuições para a formação de seus membros. Desde sua criação, a LASPOVUS organiza e promove atividades voltadas à complementaridade da formação acadêmica, como rodas de conversa sobre diversidade sexual e de gênero, questões étnico-raciais indígenas, saúde das populações quilombola, negra e em situação de extrema pobreza, bem como jornadas, simpósios, ações de extensão e projetos de pesquisa. Ativa desde 2016, a liga realizou em 2018 a I Jornada de Saúde das Populações em Vulnerabilidade. Com a Pandemia de covid-19, suas ações foram adaptadas para o formato on-line, promovendo eventos como a “Primeira Jornada On-line LASPOVUS” e o “I Simpósio Consciência tem Cor” em 2020. Em 2021, destacou-se com aulas abertas como “Violência doméstica e pandemia” e “TRANSformando a UFPEL”. Já em 2022, realizou o “I Simpósio de Saúde e Visibilidade Trans”. Após um período de inatividade entre novembro de 2022 e novembro de 2023, a LASPOVUS foi reativada em dezembro de 2023, retomando reuniões quinzenais presenciais ou on-line, com debates e rodas de leitura sobre temas pertinentes, atualmente centrados no livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus. No âmbito da extensão, a liga está planejando ações educativas e de prevenção de doenças em áreas de vulnerabilidade social em Pelotas. Na pesquisa, desenvolve-se o projeto “Análise do processo saúde/doença de pessoas idosas em vulnerabilidade social”, a ser realizado nos CRAS do município, além de seminários para capacitação dos ligantes sobre a elaboração de projetos. As atividades da LASPOVUS proporcionam aos membros uma formação ampliada e sensível às realidades dos grupos em vulnerabilidade social, permitindo reflexões e debates que fortalecem um cuidado empático e humanizado. A interação com a comunidade e acadêmicos de diferentes áreas da saúde promove habilidades multiprofissionais essenciais, enquanto os desafios organizacionais da liga estimulam o desenvolvimento de competências em comunicação, gestão e marketing, contribuindo para a formação integral dos futuros profissionais da área da saúde.

VIVENCIANDO AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE NA ZONA URBANA DE MANAUS, AMAZONAS.

Helena Brandão Araújo, Henrique Araújo da Silva

Este trabalho relata as experiências de acadêmicos da área da saúde em ações de promoção à saúde realizadas durante visitas domiciliares em territórios periféricos, com apoio da equipe

multiprofissional de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na zona norte de Manaus, Amazonas. A formação acadêmica em saúde exige experiências em campo que possibilitem o entendimento das realidades vivenciadas por populações vulneráveis, como as encontradas em Manaus, cidade com mais de dois milhões de habitantes e marcadas por desigualdades socioeconômicas, precariedade urbana, dificuldades no acesso aos serviços de saúde e, muitas vezes, pela presença de violência associada a conflitos entre facções criminosas. Durante as visitas domiciliares, o papel do agente comunitário de saúde (ACS) foi essencial, facilitando o acesso seguro da equipe às comunidades e orientando ações como agendamento de consultas, levantamento demográfico, monitoramento de pacientes com doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, e a realização de atendimentos em saúde para aqueles impossibilitados de ir à UBS. A presença de médicos e enfermeiros na equipe conferiu um caráter mais especializado à assistência, sendo recebida com entusiasmo e emoção pelos moradores, evidenciando a importância dessa aproximação para a comunidade. Essas vivências permitiram aos estudantes conhecer de perto as dinâmicas sociais e os desafios enfrentados por populações em situação de vulnerabilidade, realidades muitas vezes negligenciadas no ambiente acadêmico. Além de proporcionar um aprendizado prático, as experiências também contribuíram para o desenvolvimento de um olhar mais sensível e equitativo, essencial para a prática profissional futura, valorizando a integralidade e a humanização no cuidado em saúde.

ARTE PROMOVENDO DIÁLOGOS E REFLEXÕES EM OFICINAS VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM SOBRE TEMAS GERADORES DE DEBATE

Thamires Pêgo Ferreira, Roseane Vargas Rohr, Ludiara Gomes Ramos, Fátima Maria Silva

O projeto de extensão *Imagens da Vida: arte, saúde, história* (Proex Ufes 638), em atividade desde março de 2007 na Universidade Federal do Espírito Santo, utiliza a arte como ferramenta educativa para promover reflexões críticas sobre temas complexos relacionados à saúde, história, ciência, cultura, bioética e cuidado humanizado. Baseado no referencial de Paulo Freire, o projeto valoriza a emancipação e o protagonismo dos estudantes, bem como a leitura de mundo por meio de imagens, organizando mostras culturais temáticas em diferentes espaços, como unidades básicas de saúde e a universidade, abertas à visitação pública. Com a Pandemia de covid-19, que inviabilizou as atividades presenciais, o projeto adaptou suas estratégias para o ambiente virtual, utilizando plataformas como Google Meet e aplicativos interativos (Mentimeter, Padlet e chat). Nesse contexto, foram realizadas três oficinas virtuais gratuitas e abertas ao público interno e externo da universidade, organizadas pelos estudantes sob orientação da coordenadora do projeto. Os temas abordados – pandemia, racismo e saúde, e ansiedade em estudantes da área da saúde – foram explorados a partir de imagens artísticas previamente selecionadas e dispostas em murais digitais no Padlet, que serviram como ponto de partida para diálogos reflexivos e participativos. Os encontros contaram com a gravação das interações, mediante consentimento dos participantes, e registros das discussões no chat, possibilitando

a elaboração de relatórios e produções acadêmicas. Os resultados demonstraram que a metodologia de mostras culturais temáticas pode ser eficazmente adaptada ao ambiente virtual, promovendo um diálogo crítico e interdisciplinar sobre questões contemporâneas. A arte, nesse contexto, revelou-se um poderoso recurso educativo, capaz de atrair e engajar pessoas de diversas áreas para refletir sobre desafios atuais, reafirmando a relevância da conexão entre arte, saúde e educação.

IMAGENS PROMOVENDO REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS QUE AFETAM A SAÚDE PÚBLICA

Ludiana Gomes Ramos, Fátima Maria Silva, Roseane Vargas Rohr, Thamires Pêgo Ferreira

O projeto de extensão *Imagens da Vida: arte, saúde, história* (Proex Ufes 638), em atividade no Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo desde 2007, utiliza imagens como recurso educativo para promover reflexões críticas sobre temas relacionados à saúde e à vida. Recentemente, o projeto implementou uma experiência inovadora ao desenvolver uma mostra cultural temática sobre “desastres ambientais”, definida como tema gerador por uma estudante da equipe. A estratégia consistiu na criação de um banner em lona colorida (90 x 120 cm), intitulado *Os impactos ambientais que afetam a saúde pública*. O banner reuniu oito imagens relacionadas ao tema (fotografias históricas e atuais, pintura, fotomontagem), acompanhadas de legendas técnicas. No centro do banner, incluíram-se um QR code e perguntas geradoras de debate, como: o que as imagens dizem na sua percepção e qual o impacto que elas trouxeram para você? Se você é profissional de saúde, qual medida preventiva aplicaria nessa situação? A leitura do QR code direcionava os participantes a um mural no aplicativo Padlet, onde as imagens estavam disponíveis para interação virtual. A exibição inicial ocorreu na recepção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em Vitória, ES, localizada em um território com grandes vulnerabilidades sociais e que serve como campo de estágio para os estudantes de enfermagem. Durante alguns dias, usuários e profissionais da UBS puderam interagir presencial e virtualmente, refletindo sobre os impactos dos desastres ambientais e respondendo às questões propostas. Os registros feitos pelos participantes no Padlet serão analisados e categorizados, compondo o relatório anual do projeto. A experiência se destacou por ampliar o alcance das reflexões críticas, promovendo engajamento tanto no espaço físico quanto no ambiente virtual. Além disso, a iniciativa de utilizar o banner com QR code representou um avanço na metodologia do projeto, facilitando a coleta e análise das percepções dos visitantes. A ação continua em andamento e o banner será levado a outros espaços, ampliando o público e incentivando debates interdisciplinares sobre desastres ambientais e saúde pública. A proposta demonstra o potencial da arte e da tecnologia como ferramentas pedagógicas e de sensibilização social, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva entre os participantes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO SÓCIO-EDUCACIONAL ACERCA DA PREVENÇÃO DA SÍFILIS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Eliza Collares de Aguiar e Sousa, Lucas Ziegler Dalenogare, Manuel Albino Moro Torres, Luiza Fenalte Streher, Laura Fenalte Streher, Luiza Joaquina bottom Reginatto

O projeto sócio-educacional realizado por acadêmicos de Medicina da Universidade Franciscana de Santa Maria, RS, destacou-se como uma abordagem efetiva para conscientização sobre a prevenção da sífilis, patologia que vem apresentando crescente taxa de detecção no estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos. A ação foi desenvolvida em maio de 2024, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Alto da Boa Vista, em Santa Maria, e envolveu a interação direta com usuários da atenção primária, utilizando a sala de espera como espaço de educação e sensibilização. A proposta consistiu em transformar o tempo de espera dos pacientes em um momento educativo e interativo. Sob supervisão de um preceptor médico, os acadêmicos abordaram os usuários da UBS com informações claras e embasadas sobre a sífilis, enfatizando a importância do uso de preservativos como método eficaz de prevenção. Para apoiar a dinâmica, foi utilizado um banner informativo com tópicos relevantes sobre a doença, que facilitou a explicação e promoveu maior interação. O ambiente foi mantido aberto a perguntas, permitindo a desestigmatização da sífilis e a ampliação da compreensão sobre a necessidade de adesão ao tratamento. A atividade contou com a participação de 11 pacientes, que demonstraram interesse e receptividade ao tema, apesar do estigma associado às infecções sexualmente transmissíveis. O uso do banner foi um diferencial que favoreceu o entendimento e o engajamento dos participantes. Os acadêmicos também relataram que a ação foi enriquecedora para seu aprendizado, especialmente em relação à percepção das dúvidas e da compreensão do público-alvo. A ação foi bem-sucedida em promover a conscientização sobre a sífilis e reforçar a importância de medidas preventivas e do tratamento adequado, que, apesar de simples e eficaz, ainda é subutilizado devido ao estigma associado à doença. Além de beneficiar os usuários da UBS com informações precisas, a iniciativa fortaleceu o vínculo entre os pacientes e a equipe de saúde, contribuindo para uma atenção primária mais humanizada e eficiente. Essa experiência evidencia o potencial de projetos como esse na promoção da saúde coletiva e na formação de futuros profissionais da saúde mais empáticos e preparados para lidar com questões de saúde pública em contextos diversos.

O PROTAGONISMO DE CECÍLIA CONDE PARA A MUSICOTERAPIA BRASILEIRA

Mysia Schubert da Conceição, Roseane Vargas Rohr, Aline Aparecida Miranda Ferres, Paulo Vitor Meireles Silva

O trabalho sobre a trajetória de Cecília Conde é uma importante contribuição para a valorização da história da musicoterapia no Brasil e da profissão que foi recentemente regulamentada em abril de

2024. A musicoterapia, embora presente no país desde a década de 1970, só agora conquistou o status formal de profissão, e o reconhecimento de figuras como Cecília Conde é fundamental para entender o caminho trilhado até essa regulamentação. Cecília Conde foi uma figura central no fortalecimento e expansão da musicoterapia no Brasil. Iniciou sua carreira musical em 1953, quando se formou em canto e piano no Conservatório Brasileiro de Música (CBM), e foi nesse ambiente que começou a construir sua trajetória profissional como educadora musical, além de atuar como diretora do CBM até 2014. Sua importância para a musicoterapia começou a se consolidar em 1972, quando, junto a Doris Hoyer de Carvalho e Gabrielle Souza e Silva, inaugurou o curso de especialização em musicoterapia no CBM. Este curso, que se tornou um marco na formação de profissionais da área, evoluiu ao longo do tempo e, em 1992, passou a ser oferecido também como pós-graduação, ampliando o acesso ao conhecimento especializado. Durante a década de 1980, Cecília Conde, em parceria com Lia Rejane Barcellos, deu um importante passo para a atuação social da musicoterapia, fundando o Centro de Recepção e Triagem da Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM), que ajudou a integrar a musicoterapia ao atendimento de populações em situações vulneráveis. Mais tarde, em 1999, foi uma das responsáveis pela inserção da musicoterapia nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), um avanço crucial para o tratamento de pessoas com transtornos mentais. Em 2001, ainda com a colaboração de outras figuras da área, promoveu cursos que inseriram musicoterapeutas nas equipes de servidores da saúde do município do Rio de Janeiro, ampliando a presença da musicoterapia no contexto institucional e social. Além dessas realizações, Cecília Conde também teve um papel fundamental na criação de diversas Associações de Musicoterapia em várias regiões do Brasil, estimulando o crescimento da profissão em escala nacional e regional. Sua atuação foi crucial para que a musicoterapia se expandisse de maneira organizada e com respaldo acadêmico e profissional, assegurando que os musicoterapeutas pudessem exercer seu trabalho com reconhecimento e respeito. A realização deste trabalho de iniciação científica, que resgata e valoriza a trajetória de Cecília Conde, é fundamental para os estudantes envolvidos, pois proporciona uma compreensão mais profunda sobre o campo de atuação do musicoterapeuta e o contexto histórico da profissão. Valorizar os precursores dessa profissão e seus esforços para o seu reconhecimento é essencial para que a sociedade entenda a importância da musicoterapia e a sua contribuição para a promoção da saúde mental e bem-estar dos indivíduos. Além disso, ao ressaltar as contribuições de Cecília Conde, este trabalho também celebra a regulamentação da profissão no Brasil e garante que o legado dessas figuras pioneiras seja perpetuado e reconhecido pelas gerações futuras.

A EXPERIÊNCIA DO ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO NO HOSPITAL FRENTE À DIMENSÃO DA PERDA

Bárbara Ribeiro de Carvalho, Gabriela Borsato Scaliante,
Anna Laura Costard de Scatimburgo, Renata de Oliveira Santos

A teoria psicanalítica destaca que o adoecimento orgânico muitas vezes representa uma ferida narcísica, uma quebra da imagem idealizada do corpo e da saúde do indivíduo, que pode afetar

profundamente a psique. Esse fenômeno leva o sujeito a se retrair, afastando-se de suas atividades cotidianas e da interação com o mundo externo. No contexto hospitalar, esse processo é intensificado, pois a pessoa não só enfrenta uma barreira psíquica, mas também física, com interações e atividades limitadas pelas regras da instituição. O hospital se torna um espaço de isolamento, onde o sujeito experimenta perdas simbólicas, incluindo o luto pela condição anterior de saúde e pelas funções que desempenhava antes do adoecimento. Nesse cenário, a rotina de trabalho e as interações familiares, que são os maiores elementos de conexão com o mundo, ficam comprometidas, resultando em sofrimento psíquico, além de questões sociais e econômicas. Muitas vezes, o sujeito não consegue voltar seus investimentos para a recuperação física devido à sobrecarga de preocupações relacionadas a vulnerabilidades sociais, acentuadas pela impossibilidade de exercer suas atividades laborais. O acolhimento psicológico, portanto, assume um papel fundamental nesse contexto, ajudando o paciente a reconhecer e processar as perdas que está vivenciando, além de entrar em contato com os sentimentos que surgem a partir dessas transformações. O trabalho psicológico contribui para que o paciente se situe em relação à sua nova realidade e busque se reorganizar nas condições impostas pelo adoecimento. Além disso, é possível explorar as potencialidades do paciente, incentivando estratégias de enfrentamento diante das dificuldades enfrentadas. O trabalho de psicologia no ambiente hospitalar, como relatado na experiência vivenciada por estagiários de psicologia em um hospital de referência regional, é uma parte essencial da assistência integral ao paciente. O atendimento psicológico foi realizado na clínica médica, com pacientes em diferentes estágios de internação e com variados tipos de adoecimento. As intervenções psicológicas foram realizadas com base no prontuário médico, em contato com a equipe multiprofissional, o que possibilitou uma compreensão mais ampla do histórico do paciente e suas necessidades específicas. Além disso, o psicólogo facilita a comunicação das questões práticas entre os profissionais da equipe de saúde, como ajustes na administração de medicamentos e o esclarecimento sobre as condições, tempo e modo do tratamento, garantindo uma abordagem mais eficaz e centrada no paciente. A escuta das angústias internas dos pacientes, bem como suas questões mais urgentes, é parte do processo de cuidado integral, reforçando a importância do psicólogo na equipe hospitalar para ampliar e melhorar o cuidado à saúde. Assim, o trabalho do psicólogo no contexto hospitalar não só ajuda na elaboração das perdas emocionais e psíquicas, mas também contribui para a promoção de um cuidado mais humanizado e eficiente, considerando o paciente em sua totalidade – físico, psíquico e social.

INTERVENÇÕES COM MÚSICA E MUSICOTERAPIA: REVISÃO DE ESCOPO

Mysia Schubert da Conceição, Paulo Vitor Meireles Silva, Aline Aparecida Miranda Ferres

A musicoterapia, no Brasil, é reconhecida desde a década de 1970 e possui formação de nível graduação e pós-graduação, no entanto, ainda enfrenta desafios quanto à sua compreensão e aplicação, especialmente no contexto dos serviços de saúde. O termo “musicoterapia” é frequentemente usado

de maneira inadequada, em trabalhos que não envolvem intervenções musicoterápicas de fato. Este estudo, parte de um projeto de iniciação científica, busca caracterizar as intervenções com música e musicoterapia realizadas em serviços de saúde no Brasil, com foco nos limites e possibilidades de atuação dos profissionais de saúde utilizando recursos musicais, e sua relação com o campo de atuação específico dos musicoterapeutas. A metodologia adotada foi uma revisão de escopo, baseada no modelo do Instituto Joanna Briggs (JBI) e checklist PRISMA-ScR. Esse tipo de revisão visa responder à questão central do estudo: “Como as intervenções com música e musicoterapia são realizadas por profissionais musicoterapeutas ou sem formação em musicoterapia nos serviços de saúde do Brasil?”. Para isso, foram realizadas buscas em várias bases de dados, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medline via PubMed, Web of Science, Scopus, EMBASE e na Revista Brasileira de Musicoterapia (UBAM), buscando artigos originais e relatos de experiência publicados nos últimos cinco anos. Os critérios de inclusão para os artigos envolviam intervenções realizadas com música ou musicoterapia por profissionais, seja com ou sem formação específica na área, em serviços de saúde públicos ou privados. Excluíram-se artigos que envolviam outras práticas terapêuticas além da música, como dança ou meditação. A busca foi organizada em três etapas, de acordo com o método estabelecido pelo JBI, e a análise dos resultados será feita de forma descritiva, com uma síntese qualitativa dos dados encontrados. Até o momento, a pesquisa identificou 155 artigos nas bases de dados selecionadas, dos quais 76 foram escolhidos para leitura completa. Os resultados preliminares apontam para a apropriação indevida do termo “musicoterapia” em estudos que, na realidade, não envolvem práticas musicoterápicas. Esse uso incorreto do termo é um desafio, já que a musicoterapia é uma profissão com um campo específico de atuação e uma definição complexa. Além disso, o estudo revela que, frequentemente, profissionais sem formação em musicoterapia utilizam música em suas intervenções, mas essas não são classificadas como musicoterapia de acordo com a definição técnica da profissão. Os resultados desse estudo terão um impacto significativo ao esclarecer o que realmente constitui musicoterapia, contribuindo para a valorização da profissão e evitando o uso inadequado do termo. Isso pode ajudar no reconhecimento da musicoterapia como uma área autônoma, qualificada e distinta dentro dos serviços de saúde, ampliando a compreensão sobre sua aplicabilidade e promovendo um uso mais ético e fundamentado dos recursos musicais no cuidado de saúde.

GESTÃO DA SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS POR MEIO DA ADOÇÃO DO NPS COMO FERRAMENTA DE APOIO: CASE DE SUCESSO DA GESTÃO EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO

Ana Paula Santos Morato Emidio, Bruno Leandro da Silva Ribeiro,
Maria Paula Cerqueira Gomes, Helvo Slomp Junior

Este trabalho relata a experiência bem-sucedida do Município de Cabo Frio na implementação do Net Promoter Score(NPS) como ferramenta de apoio à gestão da saúde, com

foco na satisfação dos pacientes. O NPS é uma metodologia internacional amplamente usada para medir a satisfação, que no contexto da saúde pública, se mostra valiosa para apoiar decisões, melhorar a qualidade dos serviços e promover uma abordagem mais centrada no paciente. Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, adotou o NPS como parte de sua estratégia de gestão em saúde. O processo envolve o monitoramento das opiniões dos pacientes após o atendimento nas unidades de saúde locais. O sistema é automatizado, utilizando o Software Patient Experience® da Eco Sistemas, com relatórios de gestão e painel de Business Intelligence (BI). As pesquisas de satisfação são enviadas 24 horas após o *check-in* do paciente, conforme os padrões internacionais do NPS, abordando aspectos como acolhimento e eficácia dos tratamentos. Além dos dados quantitativos, os pacientes também têm a oportunidade de deixar relatos qualitativos (elogios, dúvidas, contestações, reclamações, etc.), proporcionando uma análise mais profunda e contextualizada da experiência vivida com os serviços de saúde. Os resultados da aplicação do NPS foram altamente positivos. Houve uma melhoria significativa na satisfação geral dos pacientes, com o índice de satisfação se mantendo na Zona de Excelência, conforme qualificado pela metodologia. A análise dos dados quantitativos mostrou um aumento constante na satisfação, enquanto os dados qualitativos ofereceram percepções sobre áreas de melhoria, como a comunicação entre profissionais de saúde e pacientes, a redução dos tempos de espera e a personalização dos serviços. Além disso, destacou-se o esforço da gestão em dar retorno aos pacientes, com a própria Secretaria de Saúde realizando devolutivas. A experiência de Cabo Frio no uso do NPS demonstrou ser extremamente eficaz para aprimorar a gestão da saúde. A metodologia permitiu uma avaliação mais precisa da satisfação dos pacientes, ajudando a identificar áreas que necessitam de melhorias e a direcionar recursos eficientemente. Além disso, contribuiu para promover uma assistência mais humanizada e centrada no paciente. Esse relato de experiência serve como exemplo para outras instituições do Sistema Único de Saúde (SUS), demonstrando como o uso do NPS pode contribuir significativamente para a excelência na prestação de serviços de saúde, ao promover uma gestão mais eficaz e voltada para as necessidades reais da população.

PRÁTICAS INOVADORAS NA FORMAÇÃO PARA O SUS: APLICAÇÃO DO MÉTODO APRENDIZADO BASEADO EM PROBLEMAS NA FORMAÇÃO DE RESIDENTES EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Carolina Leticia Faria Silva, Luciana Cristina Freixo dos Santos, Jessica Isabel Espinoza da Silva

Este relato tem como objetivo compartilhar as experiências positivas da implantação da metodologia ativa Aprendizagem Baseada em Problema (Problem-based Learning – PBL) em um programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família. O PBL foi introduzido no início de 2024 no canal teórico do núcleo de enfermagem, com a finalidade de complementar a formação dos residentes. Anteriormente, o modelo de ensino aplicado era tradicional, no qual as residentes

se dividiam em duplas, preparavam apresentações expositivas em PowerPoint e abordavam temas previamente estabelecidos. Contudo, reconheceu-se a necessidade de adotar uma metodologia ativa para estimular a busca e a construção do conhecimento, além de promover a resolução de problemas reais vivenciados no dia a dia da prática da saúde. O processo começou com a capacitação das preceptoras de enfermagem sobre o método PBL, seguido pela definição dos temas que seriam abordados. Em seguida, as residentes foram orientadas sobre como o método funcionaria, e os encontros foram organizados no formato de tutoria, divididos em duas sessões: uma para a abertura do problema e outra para sua resolução. Durante a sessão de abertura, foi definida uma coordenadora e uma relatora para cada encontro. O problema era então apresentado, seguido pela identificação de palavras desconhecidas, palavras-chave, o levantamento do conhecimento prévio sobre o tema, e a definição dos objetivos de aprendizagem. Na sessão de fechamento, as residentes apresentavam o estudo individual e respondiam aos objetivos de aprendizagem previamente estabelecidos. Ao final, era construído um mapa de aprendizado, resumindo as informações abordadas. A implantação do PBL resultou em diversos ganhos, como o desenvolvimento de habilidades essenciais, incluindo: pensamento crítico: as residentes foram estimuladas a pensar de maneira mais analítica e reflexiva sobre os casos apresentados. Análise e resolução de problemas reais: ao trabalhar com situações concretas da prática de saúde, as residentes desenvolveram a capacidade de aplicar teorias na resolução de problemas do cotidiano. Busca de informações adequadas e confiáveis: o método incentivou as residentes a procurar fontes confiáveis para embasar suas soluções. Expressão do conhecimento adquirido: as residentes melhoraram sua capacidade de comunicar o que aprenderam e como chegaram às suas conclusões. A experiência com o PBL na Residência Multiprofissional em Saúde da Família proporcionou uma abordagem centrada no profissional, incentivando-o a ser protagonista no processo de aprendizagem. Além de impactar positivamente as residentes, a metodologia também estimulou as enfermeiras preceptoras a explorar novos métodos de ensino que podem ter maior impacto na formação de futuros profissionais da saúde. Essa abordagem favoreceu o desenvolvimento de habilidades que são essenciais para a prática clínica, promovendo um aprendizado mais eficaz e integrado à realidade dos serviços de saúde.

ATIVIDADE ACADÊMICA DE CURSO DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Isadora Godinho Pereira, Silvana dos Santos Zanotelli

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o câncer de colo de útero é o mais prevalente entre os cânceres em mulheres, o que justifica a grande preocupação com sua prevenção. Para tanto, a utilização do método contraceptivo de barreira (camisinha) e a vacinação contra o HPV, oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para meninas e meninos de 9 a 14 anos, têm sido medidas importantes de prevenção. Além disso, a detecção precoce do câncer de

colo de útero é feita por meio do exame citopatológico, que analisa células uterinas, identificando alterações celulares que podem levar ao câncer. Isso facilita o rastreamento e o diagnóstico precoce, aumentando as chances de cura e sobrevida. A Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC) de Chapecó, Santa Catarina, é uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos que oferece diversos serviços relacionados ao câncer, incluindo a coleta de exames citopatológicos de colo uterino, apoio psicológico, perucas e lenços, além de uma casa de apoio para mulheres de outras cidades que necessitam de tratamento oncológico em Chapecó. A instituição é mantida por meio de doações, arrecadações, eventos e um brechó próprio, contando com o apoio de voluntários e profissionais contratados. O objetivo deste trabalho é descrever a experiência da atividade teórico-prática (ATP) realizada pelos estudantes de graduação em enfermagem, no contexto da disciplina “Enfermagem no Cuidado à Mulher e ao Recém-Nascido”, no município de Chapecó, SC, durante a primeira semana de maio de 2024, na RFCC. Este relato de experiência descreve a atividade teórico-prática (ATP) realizada com os alunos do curso de graduação em Enfermagem da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Durante a atividade, os acadêmicos de enfermagem realizaram atendimentos em conjunto com enfermeiras da RFCC, supervisionados por uma professora. As ações de cuidado envolveram consultas ginecológicas, incluindo anamnese, exame clínico das mamas, coleta de citopatológico, solicitações de mamografia e encaminhamentos para avaliações e tratamentos adicionais, caso necessário. Na RFCC, os atendimentos são realizados por enfermeiras, que agendam as consultas ou atendem sob livre demanda. Durante a ATP, as duas acadêmicas de enfermagem, acompanhadas pela professora supervisora, realizaram consultas ginecológicas com abordagem integral. As atividades incluíram: Anamnese: coleta de informações sobre o histórico de saúde da paciente. Exame clínico das mamas: inspeção e palpação das mamas para identificação de sinais e sintomas de câncer. Coleta do exame citopatológico: análise das células do colo do útero para identificar alterações que possam indicar câncer. Solicitação de mamografia: encaminhamento para a realização do exame de imagem quando necessário. Encaminhamentos e orientações: caso houvesse necessidade, as mulheres eram encaminhadas para a Unidade Básica de Saúde (UBS) de seu território para exames complementares ou tratamentos adicionais. A RFCC realiza cerca de 700 exames mensalmente, além de fornecer suporte psicossocial às mulheres em tratamento de câncer, sendo um serviço de referência na comunidade. A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Chapecó se configura como um espaço crucial para a realização das atividades teórico-práticas do curso de Enfermagem, proporcionando aos estudantes uma aproximação com a realidade da saúde das mulheres, com foco na prevenção do câncer de mama e de colo uterino. As atividades realizadas durante a ATP permitiram aos acadêmicos desenvolver habilidades práticas essenciais para o atendimento integral às mulheres e fortalecer o vínculo com a comunidade local. A RFCC desempenha, portanto, um papel fundamental na educação dos futuros profissionais de saúde e no fortalecimento da saúde pública em Chapecó.

GESTÃO DE PROTOCOLO SEPSE COM APOIO DE INTELIGÊNCIA: CASE DE SUCESSO EM UNIDADES DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Ana Paula Santos Morato Emidio, Bruno Leandro da Silva Ribeiro,
Maria Paula Cerqueira Gomes, Helvo Slomp Junior

Implementação do Protocolo Gerenciado SEPSE Inteligente nas Unidades de Urgência e Emergência do estado do Rio de Janeiro. A sepse é uma das condições mais graves e frequentemente subdiagnosticadas em unidades de urgência e emergência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Instituto Latino Americano de Sepse (ILAS) têm promovido a conscientização e a implementação de protocolos para a identificação precoce e tratamento eficaz dessa condição. O protocolo SEPSE gerenciado de maneira inteligente tem sido uma ferramenta essencial no manejo dos pacientes com suspeita de sepse. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência bem-sucedida da implementação desse protocolo em unidades de atendimento de urgência e emergência em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, utilizando uma solução totalmente automatizada e baseada em inteligência artificial. A empresa ECO Sistema, com seu software “Atendimento de Urgência e Emergência”, incorporou uma inteligência artificial ancorada nos padrões internacionais de manejo da sepse. Este sistema identifica precocemente os sinais de Síndrome da Resposta Inflamatória Sistêmica (SIRS) nos pacientes atendidos, e a partir dessa identificação, desencadeia automaticamente todas as ações necessárias conforme os protocolos de SEPSE. O sistema oferece alertas preditivos durante todo o percurso do paciente, fornecendo relatórios detalhados com foco nos desfechos. A interação com os profissionais de saúde (enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem) ao longo do atendimento é fundamental, pois os alertas e os relatórios ajudam a conduzir as ações assertivamente, de acordo com as necessidades do paciente. A implementação do protocolo SEPSE inteligente gerou resultados extremamente positivos nas unidades de urgência e emergência. A sensibilidade na identificação de casos suspeitos de sepse aumentou significativamente, permitindo que a equipe médica e de enfermagem agisse rapidamente, baseando-se nos alertas do sistema. Além disso, foi possível observar um crescimento exponencial no número de casos de sepse identificados precocemente, o que resultou em uma melhor condução dos casos e um acompanhamento mais próximo de seus desfechos. O protocolo também contou com a utilização de uma “árvore de decisão”, que orientou os profissionais médicos em cada etapa do atendimento, garantindo que as ações fossem conduzidas conforme os melhores padrões de prática. A análise dos dados quantitativos revelou que os pacientes foram classificados nas categorias I, II e III, com base na gravidade da sepse e na resposta ao tratamento. Isso possibilitou uma avaliação precisa da performance assistencial, especialmente no indicador de “Tempo de Antibioticoterapia em Pacientes com Suspeita de SEPSE”, que é essencial para o controle da condição. A experiência nas unidades de atendimento de urgência e emergência do Estado do Rio de Janeiro, utilizando o protocolo SEPSE inteligente, demonstrou ser altamente exitosa. A implementação dessa metodologia não só elevou o padrão de manejo da sepse, mas também proporcionou uma condução mais segura e eficiente dos casos, alinhada aos padrões internacionais de atendimento. A avaliação

gerencial baseada em dados permitiu identificar áreas para melhoria contínua e alocar recursos de forma mais eficiente. Além disso, a utilização desse protocolo contribui para a padronização do atendimento e para a segurança dos pacientes, oferecendo um suporte valioso, especialmente em unidades de urgência e emergência. Esse relato de experiência serve como um exemplo inspirador para outras instituições de saúde, especialmente aquelas vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), que buscam implementar ferramentas baseadas em evidências para melhorar a qualidade e a segurança do atendimento aos pacientes com sepse.

CUIDADOS PALIATIVOS DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVAS DE FAMÍLIAS

Luiza de Senna Iensen, Fernanda Cristóvão Martins, Isabella Siqueira de Souza, Caroline dos Santos Silveira, Francieli Castro da Silva, Nara Marilene Oliveira Girardon-Perlini

Perspectivas de Famílias sobre o Cuidado em Cuidados Paliativos na Atenção Básica Os cuidados paliativos (CP) são uma abordagem multiprofissional que visa promover qualidade de vida para pacientes com doenças que ameaçam a continuidade da vida, bem como para suas famílias. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), princípios fundamentais dos CP incluem suporte aos familiares durante a doença e no luto, e atenção às necessidades físicas, emocionais, sociais e espirituais dos envolvidos. Este estudo teve como objetivo compreender as perspectivas de famílias em relação ao cuidado oferecido pela equipe de enfermagem da Atenção Básica (AB) a pessoas em CP no município de Santa Rosa, RS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, utilizando entrevistas semiestruturadas para coleta de dados. Participaram nove pessoas de seis famílias: seis familiares e três pacientes em CP, atendidos pelo serviço de AB. Os dados foram transcritos e analisados com a técnica de análise temática. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, parecer nº 4.465.843. Os familiares apontaram fragilidades na organização do cuidado paliativo na AB, principalmente em relação à continuidade do cuidado. Identificaram discrepâncias entre os atendimentos no posto de saúde e as visitas domiciliares (VD). As visitas domiciliares foram consideradas essenciais para o sentimento de segurança e confiança nas famílias. Nas VDs, os profissionais proporcionaram maior orientação e apoio, contrastando com a percepção de menor atenção nos atendimentos no posto. Contudo, foi relatado que as visitas muitas vezes ocorrem apenas com a presença de estudantes em estágio, o que frustrou as expectativas dos familiares quanto à dedicação constante da equipe. As famílias expressaram a necessidade de maior proximidade e dedicação da equipe de saúde, especialmente em CP, onde o vínculo e a atenção personalizada são cruciais para atender às necessidades do paciente e de seus familiares. Os entrevistados valorizaram práticas terapêuticas alternativas, como o uso de chás e plantas medicinais, como complementares à terapêutica médica. Além de oferecer conforto, essas práticas permitiram que as famílias se sentissem úteis e engajadas no cuidado, favorecendo uma experiência mais ativa e positiva no processo paliativo. Os resultados deste estudo destacam a relevância de conhecer as perspectivas das famílias sobre o cuidado paliativo na AB. Capacitar profissionais de saúde para formar vínculos com as famílias e atender suas necessidades específicas é essencial

para assegurar a continuidade do cuidado. Estratégias que promovam uma abordagem humanizada, incluindo o uso de práticas complementares, podem melhorar a qualidade de vida tanto dos pacientes quanto de seus familiares. Os achados ressaltam a importância de fortalecer a coordenação entre serviços da AB e visitas domiciliares, além de garantir maior frequência e dedicação nas VDs, para atender integralmente às demandas da comunidade em cuidados paliativos.

A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA FORMAÇÃO MÉDICA

Bruna da Silva Valotta, Aléxia Prestes do Nascimento Palú, Fernando Anegawa Ito, Henrique Meneguci da Silva, Karen Alice Colombani Vanderlinde, Yana Clara Lugli, Yasmin Lacerda Vargas, Felipe Dunin dos Santos

A arte, originada na Antiguidade, desempenha um papel crucial como forma de expressão em diversas áreas, como pintura, música e literatura. Quando integrada à formação médica, a arte se revela uma poderosa estratégia pedagógica, capaz de humanizar o aprendizado e desenvolver habilidades fundamentais no cuidado ao paciente. Este estudo revisa a literatura para exemplificar como abordagens artísticas contribuem para a formação do profissional médico, ampliando sua visão humanitária e empática. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada na base de dados SciELO, utilizando o descritor “arte e medicina”. Foram selecionados artigos publicados nos últimos 10 anos, desde que relevantes ao tema. Publicações que não apresentavam compatibilidade foram excluídas. A arte da pintura tem se entrelaçado com a medicina ao longo da história. Os desenhos anatômicos de Leonardo da Vinci, no século XVI, ilustram como a observação artística pode inovar os estudos médicos. Além disso, obras como *O Grito* de Edvard Munch despertam reflexões sobre condições de saúde, como a cefaleia em salvas, aprimorando a habilidade de observação e interpretação clínica. A literatura e a música fornecem ferramentas para o desenvolvimento da empatia e da comunicação. A leitura crítica de narrativas e o envolvimento com a música ensinam os estudantes a interpretar emoções e contextos culturais, favorecendo a compreensão de crenças, opiniões divergentes e dilemas éticos, como o enfrentamento da morte. A arte visual também inspira reflexões sobre a relação médico-paciente. Por exemplo, *O Médico e a Boneca* de Norman Rockwell representa um modelo de validação dos sentimentos e desejos do paciente, essencial para a prática médica humanizada. Esse tipo de abordagem fomenta um olhar atento e vigilante, valorizando as necessidades individuais. A revisão reafirma a conexão histórica e funcional entre a arte e a medicina. As manifestações artísticas não apenas documentam a evolução da medicina, mas também auxiliam no desenvolvimento de competências fundamentais, como empatia, observação, comunicação e capacidade de lidar com dilemas complexos. Integrar a arte na formação médica enriquece a prática clínica, promovendo uma assistência mais humanizada e eficaz. O estudo destaca a relevância de incorporar abordagens artísticas ao currículo médico como forma de formar profissionais mais sensíveis, observadores e capacitados para enfrentar os desafios da medicina contemporânea.

PLANTÃO PSICOLÓGICO NA UNIDADE DE SAÚDE OCUPACIONAL DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Hian Soares Teixeira, Roberta Oliveira da Silva

De origem brasileira, o plantão psicológico é uma intervenção clínica breve, sem duração pré-determinada, que objetiva atender o cliente no momento mais próximo possível de sua demanda, configurando-se como uma prática voltada para urgências psicológicas, com impacto na promoção da saúde e na prevenção do adoecimento. Este trabalho relata a experiência de estagiários de psicologia em plantões psicológicos realizados durante a campanha do Janeiro Branco, dedicada à conscientização sobre saúde mental, na unidade de saúde ocupacional de um hospital universitário federal da região Norte do Brasil. Após ampla divulgação dos horários de atendimento e atividades voltadas à saúde mental entre os funcionários, a equipe de psicologia se organizou em dois consultórios, localizados no prédio principal e na unidade de saúde ocupacional, oferecendo plantões psicológicos em dois dias da semana, nos turnos matutino e vespertino, com foco no acolhimento de servidores efetivos e terceirizados, especialmente os últimos, muitas vezes não assistidos pelo setor de saúde do trabalho. Foram realizados 10 atendimentos, majoritariamente no turno da manhã, abordando questões como sofrimento relacionado à organização do trabalho, abusos de autoridade categorizados como assédio moral, transições de carreira, luto, regulação emocional, ansiedade e depressão associadas à ideação suicida e absenteísmo, além de esgotamento mental pelo excesso de trabalho. Durante a ação, a equipe produziu material informativo sobre serviços de apoio emocional gratuitos e externos à instituição, distribuído aos atendidos conforme necessidade. A experiência proporcionou aos estagiários vivência prática no plantão psicológico em contexto hospitalar e organizacional, fortalecendo a premissa da intervenção: acolher o indivíduo em um encontro único com escuta empática. Além de atender demandas urgentes, a prática mostrou-se valiosa para oferecer espaço de expressão, reflexão e percepção de possibilidades imediatas, beneficiando os servidores sem distinção de vínculo institucional. Como prática de extensão, consolidou a articulação entre teoria e prática, ampliando a compreensão sobre o campo de atuação do psicólogo.

RECOMENDOS: INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DE SAÚDE BUCAL

Fernando Santos

O presente trabalho apresenta a narrativa da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Turma do Bem (TDB) sobre o projeto *Apolônias do Bem*, que oferece atendimento odontológico voluntário a mulheres cis e transgênero vítimas de violência em todo o Brasil, promovendo o resgate da autoestima e autonomia dessas mulheres por meio da restauração da saúde bucal e do sorriso. Os atendimentos são realizados por cirurgiões-dentistas voluntários cadastrados na TDB, em seus próprios

consultórios, de forma gratuita. A seleção das beneficiárias ocorre por meio de triagens em casas de acolhimento, Ministérios Públicos, Tribunais de Justiça e delegacias de polícia, onde as mulheres passam por exame oral e respondem ao OHIP (*Oral Health Impact Profile*), que avalia sua qualidade de vida. As mulheres com problemas odontológicos mais graves, maior impacto no OHIP, que sustentam suas famílias ou que estão retomando estudos e capacitação profissional têm prioridade no programa. Após a seleção, todos os tratamentos odontológicos necessários são realizados, sempre respeitando as particularidades de cada mulher e com acompanhamento da equipe de assistência social da TDB, que busca garantir que o atendimento ocorra de maneira eficaz e humanizada. Desde 2012, mais de 1.100 mulheres foram atendidas pelo projeto, sendo que, em 2023, 133 passaram por triagens e 98 foram selecionadas para atendimento. Atualmente, em 2024, 551 mulheres continuam acompanhadas no programa. *Apolônias do Bem* é um projeto pioneiro e inclusivo, que vai além da saúde bucal ao transformar vidas, restaurando a autoestima, confiança e liberdade de mulheres vítimas de violência, por meio de um sorriso renovado, com o suporte da maior rede de voluntariado de dentistas do mundo.

17º CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE: FAZENDO SAÚDE E RESISTINDO

Carolina Araujo Londero, Vitória Monteiro Rodrigues, Maiara Viana Moreira, Maíra Brandli Oliveira, Amanda Ferreira de Carvalho, Marcia Eliana Migotto Araujo

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista social e política brasileira, reconhecido como modelo de sistema público de saúde e fruto do movimento da reforma sanitária iniciado nos anos 1970, durante a ditadura civil-militar, e fortalecido na década de 1980 com a redemocratização. Esse movimento visava a construção de um sistema de saúde público, universal, integral e equitativo, rompendo com o modelo fragmentado e excludente então vigente. No contexto dessa história, o presente trabalho reflete sobre o SUS e as Conferências Nacionais de Saúde (CNS), com ênfase na 17ª CNS, realizada em 2023. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência de uma pesquisadora participante da conferência. As CNS são espaços fundamentais de participação popular e democrática, garantidos por lei, para a formulação de políticas de saúde. A 17ª edição teve como tema *Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia* e contou com a presença de usuários do SUS, trabalhadores da saúde, gestores e acadêmicos, que debateram diretrizes para o fortalecimento do sistema. Durante a conferência, a pesquisadora observou as dinâmicas das plenárias e realizou entrevistas com delegados, os quais possuem poder de voto nas deliberações. Entre os temas discutidos, destacaram-se a defesa do SUS como patrimônio nacional, a necessidade de financiamento adequado, a valorização dos trabalhadores da saúde, a promoção da equidade e o enfrentamento das desigualdades sociais em saúde. A participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi marcante, considerando o contexto de cortes e subfinanciamento enfrentados pelo SUS em gestões anteriores. As propostas e deliberações resultantes da conferência são cruciais para subsidiar a formulação e implementação de políticas de saúde nos âmbitos federal, estadual e municipal, reafirmando o compromisso com um sistema de saúde justo, equitativo e democrático.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: APLICAÇÃO VIA FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Lorena Evangelista Santos, Francis Sodré

No primeiro ano da Pandemia de covid-19, estudos destacaram a importância de medidas como distanciamento social e preparação do sistema de saúde, especialmente considerando as desigualdades regionais, ausência de vacinação e formas variadas de organização territorial no Brasil. Em resposta, os estados ajustaram suas ações conforme recursos, gestão e disponibilidade assistencial. Este trabalho objetiva identificar os recursos aplicados pelo estado do Espírito Santo entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021, segmentados por tipo de assistência. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, utilizando dados coletados no Portal da Transparência do estado, referentes a recursos exclusivos para Covid-19 em saúde, categorizados e tabulados no Excel. Os resultados mostram que dos cerca de R\$ 700 milhões investidos exclusivamente em Covid-19, aproximadamente 97% (mais de R\$ 670 milhões) foram geridos pelo Fundo Estadual de Saúde (FES). Esses recursos foram alocados em três áreas principais: Administração Geral (18,42%, incluindo materiais de consumo, serviços e pagamento de servidores temporários), Vigilância Epidemiológica (0,33%, principalmente em materiais de consumo e serviços como propaganda) e Assistência Hospitalar e Ambulatorial (81,26%, com foco em contratos, obras, serviços, compras de materiais e equipamentos, e contratação de profissionais). A maior parte dos recursos foi direcionada para a assistência hospitalar e ambulatorial, especialmente para garantir leitos, insumos e infraestrutura hospitalar, corroborando estudos prévios sobre o foco dos investimentos em saúde durante a pandemia no estado do Espírito Santo.

O COMPROMISSO DO PROFISSIONAL DE SAÚDE RESIDENTE NA FORMAÇÃO DE AGENTES EM EDUCAÇÃO POPULAR DE SAÚDE DAS JUVENTUDES

Letícia Dias Albuquerque, Kellyane Torres da Silva, Osvaldo Peralta Bonetti

O Programa de Formação de Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSuS), criado em 2023, busca capacitar a juventude para a compreensão e defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), com base nos princípios da Educação Popular em Saúde. Em fase de implementação nacional, o programa encontra-se em desenvolvimento no Distrito Federal, com propostas de inserção de movimentos sociais locais no processo formativo, vivências nos dispositivos de saúde, e fortalecimento de iniciativas culturais e comunitárias nas regiões abrangidas. Voltado a jovens residentes em regiões administrativas do Distrito Federal, o presente trabalho reflete a experiência de participação no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica (PRMAB) da Fiocruz Brasília, com atuação como educadoras na formação de agentes populares de saúde entre

jovens do Distrito Federal. Integrando um programa de pós-graduação lato sensu, na modalidade residência em Atenção Básica, assumimos o compromisso com o SUS em sua promoção como sistema equânime e universal. Essa atuação transcende o campo assistencialista nos níveis de atenção à saúde, abrangendo também ações fora dos espaços institucionalizados. Assim, formar agentes populares de saúde fortalece o SUS e promove a saúde com base em um conceito ampliado. A participação de residentes do PRMAB possibilita um diálogo entre profissionais de saúde, com conhecimentos sobre as necessidades específicas dos territórios, e movimentos sociais, que trazem vivências e perspectivas locais pautadas na afetividade e sobrevivência. Espera-se, ao término da formação das primeiras turmas de agentes populares de saúde, cumprir um dos compromissos da residência em Atenção Primária: a promoção da saúde pública além dos limites institucionais, por meio da construção compartilhada de conhecimentos com os jovens dos territórios. Ao unir a educação popular em saúde ao conhecimento produzido na residência, busca-se promover o diálogo entre saber acadêmico e popular, construindo um SUS plural, emancipatório e comprometido com a defesa de uma sociedade democrática.

ATIVIDADES EDUCACIONAIS E PRÁTICAS ASSISTENCIAIS DE ENFERMAGEM NO PRÉ-NATAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliany Mota dos Santos, Daniele Dias Louzada, Francislaine Maralin Henrique, Jacira Nascimento Santos, Renato Vidal de Oliveira, Sandra Regina da Silva Vita, Sunny Lady Neves Santos

A autonomia da enfermagem nas consultas de pré-natal desempenha um papel crucial na promoção de uma assistência de qualidade e humanizada às gestantes. No Espírito Santo, práticas que ampliam a independência dos enfermeiros em unidades de saúde metropolitanas têm gerado benefícios tanto para as futuras mães quanto para a eficiência do acompanhamento pré-natal. O programa Qualifica APS, desenvolvido pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi) em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, destacou-se entre junho e agosto de 2023 pela abordagem inovadora na capacitação de profissionais de enfermagem, com foco no fortalecimento da autonomia no contexto pré-natal. O programa utilizou metodologias como a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), promovendo pensamento crítico e reflexivo por meio da resolução de desafios reais encontrados nos territórios. Combinando ferramentas tecnológicas, como Google Meet e Moodle, e atividades presenciais, foram realizadas oficinas pedagógicas que abordaram desde a identificação de barreiras na assistência de enfermagem até a implementação prática de consultas conduzidas por enfermeiros no segundo e terceiro trimestres da gestação. Antes do programa, era comum que enfermeiros transferissem as consultas para médicos após o primeiro trimestre, limitando sua atuação no cuidado pré-natal. A Estratégia de Saúde da Família foi o ambiente de aprendizado e prática, permitindo a integração entre teoria e experiência cotidiana nos serviços. Essa abordagem resultou em melhorias expressivas na qualidade da assistência, evidenciadas pela maior satisfação das gestantes e pela redução de complicações gestacionais. A implementação das consultas de

pré-natal por enfermeiros capacitados demonstrou impacto positivo na saúde materno-infantil, contribuindo para desfechos mais favoráveis. Além disso, a pesquisa-ação utilizada no Qualifica APS promoveu uma reflexão crítica entre os enfermeiros, que identificaram lacunas em suas práticas e implementaram mudanças colaborativamente. Essa metodologia reforçou a importância da educação contínua no fortalecimento do SUS e na promoção de uma assistência mais resolutiva e humanizada. Assim, a autonomia da enfermagem no pré-natal não só potencializa o papel desses profissionais, mas também transforma a atenção materno-infantil em um processo mais acessível, eficiente e alinhado às necessidades das comunidades atendidas.

O PERFIL MATERNO DA SÍFILIS CONGÊNITA EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PARANAENSE, 2021 E 2022

Juliana Christina Gaioski, Marcos Claudio Signorelli, Silvia Emiko Shimakura, Ingrid Margareth Voth Lowen

A sífilis, causada pelo *Treponema pallidum*, é uma infecção sexualmente transmissível que, quando não tratada durante a gestação, pode resultar em altas taxas de mortalidade fetal e neonatal, além de graves consequências para o conceito, como sequelas motoras, cognitivas, neurológicas, visuais e auditivas. A sífilis congênita (SC) é prevenível por meio do diagnóstico precoce e do tratamento adequado da gestante, sendo essencial para evitar a transmissão vertical. Este estudo teve como objetivo traçar o perfil de mulheres diagnosticadas com sífilis gestacional que evoluíram para casos de SC, com dados coletados no Hospital Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre 2021 e 2022. Trata-se de um estudo transversal, com análise descritiva de 117 prontuários eletrônicos de mães maiores de 18 anos cujas crianças foram diagnosticadas com SC e atendidas no Complexo Hospital de Clínicas (CHC/UFPR/EBSERH). A coleta de dados ocorreu entre agosto e outubro de 2023, com base em notificações de SC e nos manuais do Ministério da Saúde. Informações sociodemográficas, histórico de pré-natal, parto e condição de saúde do parceiro foram analisadas utilizando estatística descritiva no software R Core Team 2023 versão 4.3.1. Os resultados mostraram que SC esteve associada a mães predominantemente brancas, solteiras, na faixa etária entre 20 e 30 anos, com baixa escolaridade, ausência de atividade remunerada e baixa renda familiar. Fatores como uso de álcool e outras drogas, vulnerabilidades sociais (como situação de rua e violência de gênero) também estiveram presentes. Apesar de a maioria das gestantes terem realizado pré-natal, o diagnóstico de sífilis ocorreu de forma tardia, contribuindo para a alta taxa de tratamentos inadequados e indicando falhas no manejo clínico da infecção e na prevenção da reinfecção. Esses achados reforçam a necessidade de melhorias na qualidade do pré-natal, com maior atenção ao manejo clínico da sífilis na atenção básica, além de investimentos em ações educativas e preventivas. Abordar a sífilis de forma eficaz durante o pré-natal, com diagnóstico oportuno e manejo adequado, é crucial para reduzir os casos de SC e seus impactos na saúde materno-infantil.

SALA DE ESPERA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SEXUAL NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA

Jayanne Alencar Firmo, Grazielle Medeiros da Silva, Gabrielle Medeiros da Silva, Jardyellen Matias Bezerra, Denise Mota Araripe Pereira Fernandes, José Carlos Viturino Júnior, Sérgio Roberto Carneiro Maciel Filho, Ana Cândida Dantas de Queiroga

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) representam um conjunto de doenças causadas por patógenos transmitidos principalmente por contato sexual desprotegido, podendo afetar diversas partes do corpo e causar sintomas variados. Algumas dessas infecções são assintomáticas, o que torna ainda mais importante a educação sobre prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado. A sífilis, clamídia, gonorreia, herpes genital, HPV e tricomoníase são algumas das ISTs mais comuns, e a abordagem educativa é uma estratégia fundamental para promover a conscientização e a prevenção entre a população. O objetivo deste relato de experiência foi narrar a ação educativa realizada em uma Unidade de Saúde da Família, localizada no bairro Trincheiras, em João Pessoa (PB), com o intuito de oferecer um momento de aprendizado sobre ISTs. Esse estudo tem caráter descritivo e foi realizado no dia 7 de maio de 2024, quando foram distribuídos panfletos educativos e disponibilizados preservativos e lubrificantes, com o objetivo de informar os pacientes e promover práticas de prevenção. Durante o evento, observou-se a importância de criar um ambiente acolhedor e informativo, no qual os pacientes pudessem discutir questões relacionadas à saúde sexual de forma aberta e sem preconceitos. Para facilitar a compreensão, foram desenvolvidos materiais educativos detalhando as principais ISTs, incluindo suas formas de transmissão, sintomas e formas de prevenção. Além disso, a distribuição de preservativos e lubrificantes ajudou a garantir que os recursos para a prevenção estivessem acessíveis aos participantes. A ação resultou em um aumento significativo no interesse dos pacientes sobre o tema, com muitos deles se sentindo mais capacitados e informados para tomar decisões conscientes sobre sua saúde íntima. Além disso, o ambiente educativo promoveu conversas importantes, incentivando a mudança de comportamentos e a adoção de práticas sexuais mais seguras. A iniciativa também destacou a relevância da integração entre ensino, serviço e comunidade, ao envolver estudantes no processo de educação em saúde, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes de seu papel na promoção de saúde pública. Em conclusão, essa experiência demonstra a eficácia de abordagens educativas para a promoção da saúde sexual e prevenção de ISTs, além de evidenciar a importância da criação de espaços acolhedores e informativos para discutir temas muitas vezes estigmatizados. O trabalho contribui para a construção de uma cultura de responsabilidade e autocuidado, estimulando escolhas saudáveis e informadas entre os indivíduos.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ABORDAGEM ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Lauanne Vitória Teixeira Soares, Gabriel Ferreira de Brito,
Eduarda Gabriela Ferreira Lima, Adriane Gama de Lima

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) representam um desafio contínuo para a saúde pública mundial, sendo transmitidas principalmente por meio do contato sexual desprotegido. No Brasil, observa-se que grande parte das mulheres afetadas por essas infecções são também vítimas de violência de gênero. Nesse contexto, entender as causas, sintomas e formas de prevenção das ISTs é fundamental para amparar a saúde sexual e geral dessas mulheres. A prevenção das ISTs envolve práticas sexuais seguras, como o uso do preservativo, a realização de exames regulares, como o teste rápido, e o acesso a vacinas. Além disso, é essencial que a população, especialmente mulheres vítimas de violência, se sinta confortável para dialogar abertamente com seus parceiros e profissionais de saúde sobre sua vida sexual. A educação sexual, ao fornecer conhecimento adequado sobre esses temas, não só reduz o número de infecções, mas também melhora a qualidade de vida e promove a saúde das mulheres. O presente estudo teve como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem envolvidos em um projeto de extensão voltado para a educação sobre ISTs com um grupo de mulheres vítimas de violência de gênero. O trabalho foi realizado por meio de uma iniciativa de extensão de uma universidade privada em Manaus, e a abordagem teve foco na conscientização sobre as infecções sexualmente transmissíveis e a promoção de práticas preventivas. O estudo é de natureza qualitativa, caracterizando-se como um relato de experiência. Durante a realização do projeto, foi observado um grande interesse por parte das participantes, que demonstraram a relevância de receber informações sobre as ISTs. A maioria das mulheres conhecia parcialmente os exames para detecção das infecções, mas não estava plenamente informada sobre os procedimentos a serem adotados após possível exposição. Além disso, foi identificada a necessidade de esclarecer a profilaxia pós-exposição ao HIV, uma medida crucial para a prevenção da transmissão do vírus. Esses resultados ressaltam a necessidade contínua de programas educacionais que ofereçam informações atualizadas e precisas sobre a prevenção e manejo das ISTs, com o intuito de reduzir os estigmas sociais e melhorar a saúde sexual das mulheres. A educação, nesse contexto, se apresenta como uma ferramenta poderosa para empoderar as mulheres, promovendo o acesso a tratamentos e prevenções adequadas. Considerações finais destacam a importância da extensão universitária, que proporciona a integração dos acadêmicos com a comunidade e promove a disseminação de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento ético e profissional dos estudantes de enfermagem. A continuidade e ampliação de ações de extensão são fundamentais para a construção de uma sociedade mais informada e capacitada, capaz de lidar melhor com os desafios de saúde pública, como as ISTs, e de promover a saúde e o bem-estar das mulheres vítimas de violência.

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UM ABRIGO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS EM UMA CIDADE DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Maria Eduarda Brito Soares, Valentina da Silva Bonato, Gabriel Vailatti, Maria Vitória Braga Turri, Pâmela Reis da Rosa, William Soares Carvalho, Luciana Corrêa de Barros Cevenini

O estágio de internato em Estratégia de Saúde da Família realizado por estudantes de medicina da Universidade Católica de Pelotas, em julho de 2023, envolveu a execução de um projeto de intervenção na Casa do Carinho, um abrigo para crianças institucionalizadas. O objetivo principal do projeto foi fornecer orientações em saúde para as cuidadoras dessas crianças e adolescentes, capacitando-as a reconhecer doenças prevalentes nessa fase da vida e a agir de forma mais assertiva em situações inesperadas, especialmente em emergências. Para alcançar esse objetivo, os estudantes prepararam uma apresentação de slides com vídeos e demonstrações práticas, usando bonecos para simular manobras de primeiros socorros em casos de engasgo. Além disso, foram ensinadas orientações sobre como agir durante eventos de emergência, e como avaliar a gravidade das condições das crianças para saber qual serviço de saúde procurar. Após a apresentação, foi aplicado um breve questionário de sete perguntas, com formato verdadeiro ou falso, para avaliar a compreensão das cuidadoras. Os resultados mostraram um acerto geral de 87%, com destaque positivo para a maioria dos tópicos abordados. No entanto, alguns temas mais específicos, como epistaxe (sangramento nasal), prevenção e ocorrência de acidentes, e febre, apresentaram maior dificuldade para as cuidadoras, com um percentual de erro de cerca de 30% em cada uma dessas questões. Esses resultados indicaram a necessidade de reforço nos temas mais complexos ou menos compreendidos. A partir dessa análise, os estudantes decidiram criar um material educativo que fosse deixado na Casa do Carinho. Esse material abordaria os temas discutidos durante a intervenção, com o objetivo de reforçar os tópicos em que as cuidadoras já demonstraram algum domínio e aprimorar o conhecimento sobre os temas mais difíceis. O material também seria acessível para consultas rápidas caso surgissem dúvidas durante a atuação das cuidadoras no futuro. Durante a realização do projeto, foi possível observar a falta de preparação das cuidadoras, que, em sua maioria, não possuíam ensino superior nem conhecimentos sobre as doenças mais prevalentes nas diferentes faixas etárias das crianças. Além disso, muitas não tinham treinamento em primeiros socorros e não sabiam como direcionar as crianças para o serviço de saúde adequado quando necessário. Essa lacuna de conhecimento evidenciou a importância de capacitar as cuidadoras para que possam oferecer um cuidado mais eficaz e seguro. O projeto também apontou que o cuidado das crianças vai além das questões físicas e de saúde. Muitas das crianças institucionalizadas na Casa do Carinho não consideram o abrigo um lar e não se sentem completamente acolhidas, afetando diretamente seu bem-estar emocional e, consequentemente, sua saúde geral. Isso reforça a necessidade de um cuidado mais abrangente, que envolva também o apoio emocional e psicológico das crianças. Em resumo, a intervenção teve um impacto positivo ao capacitar as cuidadoras e promover um cuidado mais informado e eficaz, mas também evidenciou a necessidade de continuar o processo de educação em saúde, com foco em temas críticos e no fortalecimento das

habilidades das cuidadoras. A implementação de um material educativo contínuo poderá ajudar a garantir que essas práticas sejam sustentáveis e eficazes a longo prazo.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO MÉDICA

Karen Alice Colombani Vanderlinde, Alécia Prestes do Nascimento Palú, Bruna da Silva Valotta, Fernando Anegawa Ito, Henrique Meneguci da Silva, Marcela Maria Birolim, Yana Clara Lugli, Yasmin Lacerda Vargas

A Educação Popular em Saúde (EPS) é um movimento que promove uma abordagem participativa e inclusiva na promoção da saúde, baseada na ideia de que o conhecimento e o poder devem ser compartilhados horizontalmente entre profissionais de saúde e comunidades. Dessa forma, capacita as pessoas a se tornarem agentes ativos na melhoria de sua própria saúde. Este estudo tem como objetivo identificar, na literatura, a importância da EPS na formação médica. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com artigos publicados entre 2017 e 2023, disponíveis na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e no Google Scholar. Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores: “educação popular em saúde”, “participação comunitária” e “estudantes de medicina”, e os critérios de inclusão consideraram a adequação dos artigos ao objetivo proposto, excluindo aqueles com temáticas paralelas. A EPS surgiu como uma prática informal e comunitária, ganhando estrutura e reconhecimento com a formação da Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde em 1991. Seus princípios, como saber ouvir, aprender e estar com o outro, são fundamentais para problematizar a realidade e valorizar as experiências de todos os envolvidos, incluindo novos atores no campo da saúde. A integração da EPS na formação médica é essencial para promover uma formação humanista, crítica, reflexiva e ética, capaz de atuar em diferentes contextos de saúde. Ao envolver os estudantes em espaços de prática e reflexão que vão além do ambiente hospitalar, a EPS permite que compreendam as complexidades da saúde e da doença em contextos sociais específicos, ampliando sua visão sobre o papel do médico na sociedade e incentivando a reflexão sobre questões de justiça social, equidade e cidadania. A formação médica exige compreensão dos determinantes sociais que envolvem as realidades dos pacientes, e a prática da EPS, por meio de projetos de extensão, sociais, entre outros, contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades essenciais no exercício da medicina. Assim, a EPS enriquece a formação médica e contribui para uma prática mais ética, sensível e socialmente responsável, promovendo o bem-estar de todos os pacientes, independentemente de sua origem ou condição social.

FLORENCE NIGHTINGALE E A IMPORTÂNCIA DE SEUS ESCRITOS PARA A MUSICOTERAPIA

Aline Aparecida Miranda Ferres, Paulo Vitor Meireles Silva, Mysia Schubert da Conceição

Florence Nightingale (FN), nascida em 12 de maio de 1829 em Florença, Itália, é considerada pioneira na Enfermagem Moderna. Seus feitos revolucionários influenciaram diversas áreas do

conhecimento, com destaque para seus escritos que abordam a influência dos sons na recuperação dos doentes, e a música como elemento positivo para a saúde, mas também capaz de causar desconfortos. Motivado pelo desejo de aprofundar esses estudos, este projeto de iniciação científica visa descrever a relação de FN com a música e suas interfaces com o cuidado em saúde, ressaltando a importância de seus escritos para a musicoterapia. Trata-se de um estudo exploratório descritivo que utiliza fontes secundárias, como artigos, livros, documentos históricos e iconográficos disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Medline via Pubmed, Google Imagens e no acervo do Museu Florence Nightingale, em Londres. Os resultados parciais do estudo em andamento mostram, por meio de registros documentais e imagéticos, a relação de FN com a música e seu potencial terapêutico, embora com limitações devido ao alto custo dessa prática. A pesquisa também aponta a ausência de estudos sobre o tema, mas destaca observações de FN sobre os efeitos dos sons na saúde. Ela afirmava que os instrumentos de sopro, corda e a voz humana, capazes de produzir sons contínuos, geram efeitos benéficos, enquanto o piano e outros instrumentos sem continuidade sonora geram desconforto, afirmações que carecem de maior aprofundamento teórico e contextualização histórica. Suas observações sobre a importância de um ambiente tranquilo e livre de perturbações sonoras continuam relevantes, especialmente à medida que cresce a conscientização sobre a influência do ambiente de cura no processo de recuperação dos pacientes. FN destacou também o impacto dos ruídos no ambiente hospitalar, que vão além de meras inconveniências, podendo causar agitação, interrupção do sono, aumento do estresse e prejudicar a recuperação dos doentes. Hoje, a preocupação com o ruído nos serviços de saúde é parte fundamental da qualidade do cuidado prestado, já que o excesso de ruído pode levar a complicações, como aumento da pressão arterial, redução na eficácia dos medicamentos e prolongamento do tempo de internação. Por outro lado, experiências sonoro-musicais conduzidas por musicoterapeutas qualificados podem ser benéficas ao processo terapêutico. Os escritos de FN oferecem uma base crítica e reflexiva sobre os efeitos sonoros e sua influência, positiva ou negativa, na saúde humana.

A IMPORTÂNCIA DO QUESITO RAÇA/COR PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA E NEGRA: UMA EXPERIÊNCIA COM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Thalita Analyane Bezerra de Albuquerque, Alda Maria de Brito Félix, Carla Caroline Silva dos Santos, Bruna de Jesus Oliveira, Ingrid Tenório Vital de Araújo, Joseane Silva Lopes, Maria Irla de Souza Santana, Valmira Mendes Barbosa

As atividades descritas ocorreram em 2022, com o objetivo principal de construir um plano de ação em parceria com um território quilombola, como parte do curso “Racismo, luta pela terra e direito à saúde”, oferecido pela Universidade de Pernambuco (UPE). O intuito era problematizar a realidade vivida nesse território, buscando ressignificá-la e transformá-la de maneira histórico-crítica, considerando as singularidades e necessidades da comunidade, com foco nas questões raciais.

Para isso, foi elaborado um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com base em três encontros com lideranças e referências da comunidade quilombola de Castainho, localizada no Agreste Meridional, para compreender sua história de resistência contínua. A Matriz de Organização Comunitária (Matriz FOFA) foi utilizada como ferramenta para identificar e avaliar as fortalezas e fragilidades da comunidade, além das oportunidades e ameaças externas que a influenciam. A aplicação da Matriz FOFA revelou questões significativas nos eixos de saúde, cultura e educação, atravessadas por violências decorrentes do racismo institucional, ameaças ao território e descaracterização da comunidade por parte de instituições e projetos externos. Contudo, também foi possível perceber o desejo da comunidade em manter vivas suas tradições e fortalecer seu protagonismo a partir da valorização e apropriação de sua identidade quilombola. Nesse contexto, decidiu-se focar no fortalecimento da identidade negra e quilombola por meio de espaços de diálogo sobre a importância do quesito raça/cor e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. O objetivo era fomentar discussões sobre esse tema, levantado como fundamental pela comunidade, que vivencia na prática as dificuldades impostas pelo preconceito, discriminação e apagamento de sua identidade negra por parte de instituições e grupos externos. O projeto almejou fortalecer o debate sobre o quesito raça/cor, com base nas construções feitas junto à comunidade e na necessidade de continuidade dessa afirmação na luta quilombola. Apesar de parte de suas terras já serem reconhecidas, a comunidade segue enfrentando ataques racistas de diferentes naturezas, assim como outras comunidades quilombolas, que ainda buscam o reconhecimento e a demarcação de seus territórios.

GERENCIAMENTO DE ANTIMICROBIANOS EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO BRASILEIRAS: SEGUNDA RODADA

Mariana Portela de Assis, Rochele Mosmann Menezes, Camila Becker, Eliane Carlosso Krummenauer, Mara Rubia Santos Goncalves, Magda Machado de Miranda Costa, Jane Dagmar Pollo Renner, Marcelo Carneiro, Suzane Beatriz Frantz Krug

A tendência mundial na administração clínica de antimicrobianos por meio de Programas de Gerenciamento de Antimicrobianos (PGA) orienta as instituições hospitalares a adotarem terapias mais criteriosas e responsáveis no uso desses agentes. Nesse sentido, é crucial avaliar a adaptação das estratégias no Brasil, considerando as variações regionais, e estabelecer diretrizes e protocolos governamentais consistentes. A realização de avaliações periódicas desses programas nas instituições hospitalares brasileiras, especialmente nas que possuem Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para adultos, é essencial para garantir a eficácia dessas políticas. Este estudo foi uma investigação prospectiva e transversal, com abrangência nacional, apresentando dados preliminares de 1.171 hospitais com UTI adulta, representando todos os 27 estados do Brasil. O objetivo foi avaliar as variáveis que dificultam e aquelas que favorecem a implementação do PGA nessas instituições. Os dados foram obtidos entre outubro de 2022 e janeiro de 2023, por meio de um questionário online disponibilizado no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Dos 1.171 hospitais, 594 (50,8%) afirmaram

ter implementado o PGA. Entre os fatores mais comuns que contribuíram para a implementação do programa, 477 (80,2%) receberam apoio da alta liderança hospitalar, 442 (74,3%) tinham acesso a protocolos clínicos baseados no perfil da instituição, 309 (51,9%) contaram com apoio e adesão dos médicos prescritores e 227 (38,1%) possuíam um grupo multiprofissional oficial (equipe gestora) responsável pela implantação do PGA. Um estudo inicial realizado em 2019 avaliou as Estratégias de Administração de Antimicrobianos (ASP) em UTIs para adultos, e a pesquisa subsequente, realizada após a divulgação das novas diretrizes, avaliou os PGA nas instituições de saúde que participaram da pesquisa. Comparando os resultados de 2019 com os de 2022/2023, observou-se um aumento no número de hospitais com PGA (de 453 para 594), embora a distribuição das porcentagens entre os níveis de implementação (básico/inadequado, intermediário e avançado) tenha permanecido semelhante, com a maioria (46%) caracterizada como nível avançado. O PGA é uma estratégia viável para otimizar e racionalizar o uso de antimicrobianos, especialmente em países em desenvolvimento. No Brasil, esse plano está em evolução e tem contribuído para a implementação de ações direcionadas às UTIs, com apoio governamental, impactando significativamente na sustentabilidade do controle da propagação da resistência microbiana.

DONA DE MIM

Fabiana Pereira, Daiane Biff

Em outubro de 2022, iniciamos o projeto “Dona de Mim”, com um levantamento da fila de espera, onde encontramos mais de 700 pessoas aguardando consulta em psicologia no sistema de regulação municipal. Após um processo de organização e oferta de atendimentos por telefone, iniciamos em novembro de 2022 dois grupos terapêuticos. Em setembro de 2023, constatamos que não havia mais adultos em fila de espera para psicologia no município, além de contarmos com uma oferta semanal de cinco grupos terapêuticos, distribuídos em diferentes locais e horários, proporcionando atendimento coletivo, sem fila de espera e com demanda livre. Nos grupos terapêuticos, trabalhamos o empoderamento feminino, a autoestima e a promoção da saúde mental, com foco na psicologia positiva. Atualmente, as mulheres podem acessar os grupos por encaminhamento de um profissional de saúde ou diretamente, conforme o local e horário mais conveniente. Em cerca de dez meses, observamos inúmeros resultados positivos, como mulheres que saíram de relacionamentos abusivos, retornaram ao mercado de trabalho, finalizaram cursos profissionalizantes, melhoraram sua vida social e relataram melhorias significativas em doenças neurológicas, autoimunes e reumáticas. Houve também a diminuição do uso de medicamentos controlados, da ansiedade e da depressão, além de um aumento na prática de exercícios, no autocuidado e na habilidade de estabelecer limites saudáveis. Este projeto ultrapassa as prerrogativas do SUS em termos de promoção, prevenção e recuperação da saúde, alcançando objetivos ainda maiores, como a ampliação do acesso aos serviços de saúde mental, a redução significativa das filas de espera, o acesso imediato aos serviços e a melhoria da qualidade de vida. O SUS que queremos é possível por meio de ideias simples e inovadoras.

A IMPORTÂNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO DOMICILIAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Cândida Calenzani Petri, Gabriele Teixeira Braz de Souza, Bianca Martins Alves, Bárbara Andriole Brunhara, Isabela Martins Cunha, Lucas Balbino Mazzini, Kalil Ayres Santana, Adriana Drummond de Aguiar, Ana Cláudia Cordeiro Alvarenga

A Atenção Domiciliar (AD) é um serviço do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecido no domicílio do paciente e integrado à Rede de Atenção à Saúde. Este serviço é focado na promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação, garantindo a continuidade do cuidado. A AD é organizada em equipes que atuam conforme as necessidades do paciente, sendo realizada pela Equipe de Saúde da Família (eSF) ou Atenção Básica de referência para pacientes estáveis, e pelas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e de Apoio (EMAP) para casos mais complexos, por meio do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) – Melhor em Casa. No contexto do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Saúde Mental, alinhados às diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e da eSF, envolvem profissionais que atuam nos campos de prática da atenção básica municipal. O objetivo deste trabalho é descrever a importância da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Saúde Mental na AD no território da Unidade de Saúde do Forte São João, no município de Vitória, Espírito Santo. Este é um estudo descritivo qualitativo, baseado em dados coletados da ficha de produção da Rede Bem Estar, sistema de saúde de Vitória, e relatos dos Residentes. O grupo de Residentes, composto por profissionais de diversas áreas (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Odontologia e Psicologia), atuou no planejamento de ações de promoção e prevenção da saúde, incluindo visitas domiciliares. Durante as reuniões semanais da eSF, as demandas dos usuários são discutidas entre os profissionais da Unidade de Saúde e os Residentes. Com base nessas discussões, as visitas são agendadas conforme as necessidades de cada caso e realizadas pelas quatro eSF semanalmente. No atendimento domiciliar, foram realizadas ações preventivas e educativas para os pacientes e/ou suas famílias, avaliações, diagnósticos, encaminhamentos para a atenção especializada e reabilitação. No período de 1º de março de 2023 a 15 de maio de 2024, foram realizados 220 atendimentos domiciliares pelos Residentes, com a participação das seguintes áreas: 106 atendimentos com Fisioterapia, 48 com Fonoaudiologia, 37 com Odontologia, 15 com Farmácia, 11 com Psicologia e 3 com Educação Física. Essa abordagem proporcionou ao paciente um cuidado holístico e resolutivo. Conclui-se que a Residência Multiprofissional contribui significativamente para a Atenção Domiciliar, promovendo um cuidado qualificado, continuado, humanizado e integral na atenção básica, com foco na prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde.

DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS CONDIÇÕES DE FORMAÇÃO EM PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Lucas Gaspar Ribeiro, Eliana Goldfarb Cyrino, Antônio Pazin-Filho

Para o credenciamento de programas de residência médica na Comissão Nacional de Residência Médica, é necessário ser avaliado e aprovado por especialistas da área correspondente. No entanto, não existe um instrumento-padrão específico para a medicina de família e comunidade (MFC), que considere sua atuação peculiar na atenção primária à saúde (APS). O objetivo deste estudo é desenvolver e apresentar um instrumento para avaliar e monitorar a qualidade dos programas de residência médica em MFC. A pesquisa analisou a experiência dos preceptores de residência em MFC, identificando suas fortalezas e ameaças, e associando-as à legislação da residência médica, com o intuito de construir uma matriz avaliativa inicial. A matriz foi posteriormente aprimorada por meio de um método Delphi a nível nacional. O instrumento foi então testado em programas de residência médica no estado de São Paulo. Foram identificados 36 aspectos com base nos relatos dos preceptores, que resultaram em uma matriz final contendo 11 itens, após cinco ciclos de revisão realizados por juízes especializados e com base na literatura. O instrumento foi aplicado a seis programas de residência médica, que apresentaram resultados variando entre insatisfatório e completamente implementado. A percepção dos preceptores foi fundamental para a construção da matriz, pois permitiu que ela refletisse de maneira mais precisa a realidade das necessidades diárias nas unidades de residência. Essa percepção foi corroborada tanto pela literatura quanto pelos juízes, resultando em uma matriz focada na APS e na residência médica. O desenvolvimento da ferramenta permitiu uma avaliação objetiva (gerando escores) da percepção subjetiva levantada na fase inicial da pesquisa, ressaltando a necessidade de tal instrumento, que serve como uma importante estrutura baseada na legislação e na prática cotidiana da especialidade MFC. O instrumento de avaliação e monitoramento dos programas de residência em medicina de família e comunidade pode ser uma ferramenta valiosa para os gestores de programas, permitindo a avaliação contínua e a qualificação dos mesmos.

PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO DE PRECEPTORES E TUTORES POR MEIO DE VÍDEOS TEMÁTICOS SOBRE O SER E FAZER DO PROFISSIONAL RESIDENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jefferson Nunes dos Santos, Anne Karolyne Santos Barbosa, Camila Alves Caetano, Luciane Patriciana da Silva dos Santos, Janaína Mendes Lopes, Bruna Maria Bezerra de Souza, Joel Azevedo de Menezes Neto

A residência multiprofissional oferece uma experiência de formação intensa, que permite aos profissionais desenvolver e repensar suas práticas e conceitos sobre a prestação de assistência de qualidade. O

processo formativo envolve diversos atores, como preceptores, tutores, docentes, coordenadores, residentes e usuários dos serviços de saúde. Juntos, esses participantes atuam de acordo com as necessidades e realidades locais, tornando essencial o momento de reflexão crítica sobre o papel de cada indivíduo no processo de formação. O objetivo deste trabalho foi relatar os resultados de uma atividade de qualificação de preceptores e tutores do programa de residência multiprofissional de um hospital regional no agreste pernambucano, utilizando metodologias ativas para potencializar a aprendizagem. A estratégia adotada envolveu a criação de vídeos animados desenvolvidos pelos próprios residentes, com o auxílio do aplicativo Powtoon. Esse aplicativo possibilita a criação de animações interativas, com personagens e cenários, permitindo simular situações do cotidiano da prática de saúde. Os vídeos criados focaram em três temas centrais: 1) a rotina de relacionamento entre preceptores, tutores e residentes, 2) as responsabilidades dos preceptores e tutores no acompanhamento das atividades dos residentes, e 3) o processo de avaliação multiprofissional do residente. Cada vídeo abordou situações em que os preceptores não cumpriam adequadamente seus deveres ou não compreendiam o papel do residente, destacando as falhas que poderiam comprometer o processo de aprendizagem e a qualidade da assistência. Os vídeos foram incorporados a um curso de qualificação, destinado a 46 profissionais de diferentes áreas (enfermagem, fisioterapia, nutrição, psicologia, serviço social e radiologia). O curso utilizou a metodologia da problematização, que consistia em rodas de conversa para discutir as percepções dos participantes sobre os temas abordados nos vídeos. Após o debate, os vídeos eram projetados para que os participantes pudessem comparar suas concepções com a realidade vivida pelos residentes. Ao final, havia um momento de reflexão, onde os preceptores e tutores discutiam suas potencialidades e fragilidades no processo de formação dos residentes. Os resultados indicaram que a metodologia contribuiu para uma melhor compreensão do trabalho dos residentes e das dinâmicas de acompanhamento feitas pelos preceptores e tutores. Os participantes puderam refletir sobre suas próprias práticas e perceber como poderiam melhorar sua atuação no processo formativo. A utilização de metodologias ativas e problematizadoras ajudou a criar um ambiente de aprendizagem mais participativo e crítico, incentivando os profissionais a se envolverem ativamente na transformação das suas práticas. Dessa forma, o trabalho sugere a adoção de metodologias semelhantes em programas de residência em todo o país, como uma forma de qualificar os preceptores e tutores, considerando as particularidades de cada serviço de saúde e valorizando a realidade local no processo formativo.

UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA MICROSOFT EXCEL PARA MONITORAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO POR CODE GARBAGE EM UM HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO

Jefferson Nunes dos Santos, Anne Karolyne Santos Barbosa, Camila Alves Caetano,
Luciane Patriciana da Silva dos Santos, Janaína Mendes Lopes, Bruna Maria Bezerra de Souza,
Joel Azevedo de Menezes Neto, Lara Vanessa Almeida Barros

Este estudo destaca a importância da qualidade e confiabilidade dos dados sobre mortalidade, especialmente aqueles relacionados às causas de óbito, para a construção de indicadores de saúde

e formulação de políticas públicas eficazes. A Declaração de Óbito (DO), um documento essencial preenchido pelos médicos, tem um papel crucial na identificação das causas básicas de morte e, quando preenchida de maneira inadequada, impede uma análise precisa da situação de saúde da população. Quando as causas de óbito são mal definidas, elas podem ser categorizadas como “código lixo” (ou “code garbage”), dificultando a análise correta dos dados. Com isso, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência de residentes multiprofissionais na criação de uma planilha no Microsoft Excel para monitorar e investigar óbitos classificados como “code garbage” em um hospital regional no agreste pernambucano. A planilha foi desenvolvida para quantificar e organizar os óbitos investigados pela Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH) devido à má definição das causas de morte. A ferramenta permitia o acompanhamento de diversas variáveis, como: o número de DO solicitadas após constatação de óbito, o número de DO rasuradas e refeitas, as DO devolvidas à VEH, e as investigações realizadas devido ao “code garbage”. Além disso, a planilha permitia identificar os setores hospitalares com maior incidência de erros de preenchimento e que mais demandavam investigações. Os resultados mostraram que a utilização da planilha trouxe benefícios organizacionais ao hospital, ajudando a identificar os problemas recorrentes que causavam o surgimento de “code garbage”. Com base nisso, foram realizadas oficinas sobre o preenchimento correto das DO, tanto para os profissionais da instituição quanto para os estudantes de medicina, com o objetivo de reduzir a ocorrência de erros e melhorar a qualidade dos dados registrados. Como resultado, observou-se uma redução significativa no número de investigações de óbitos por causas mal definidas. O estudo conclui que a quantificação das ocorrências de “code garbage” contribui para o desenvolvimento de estratégias de prevenção. Mortes registradas por causas mal definidas não apenas dificultam a qualificação da assistência à saúde, mas também são indicativas de falhas no cuidado prestado ao paciente, prejudicando o direito à saúde e a promoção de ações de saúde integradas. Portanto, a melhoria no preenchimento das DO e a monitorização constante dessas ocorrências são fundamentais para garantir a eficácia das políticas públicas de saúde.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORTALIDADE POR NEOPLASIAS NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE OESTE DA BAHIA DE 2013 A 2022

Priscila de Magalhães Oliveira Carneiro, Vanderlei Alexandrino Gomes Neves Neto, Layane de Moura Freitas, Ana Beatriz Fernandes de Carvalho Mota, Daiene Rosa Gomes, Márcia Regina de Oliveira Pedroso

Este estudo aborda a mortalidade por neoplasias na Macrorregião de Saúde Oeste da Bahia, destacando a importância de compreender os padrões de mortalidade, especialmente em uma região onde as taxas de mortalidade por certos tipos de câncer estão em ascensão, enquanto em outras regiões do Brasil observam-se quedas. A mortalidade por câncer é uma das principais causas de morte no país, e a região Nordeste apresenta desafios específicos relacionados a esse problema, com uma necessidade urgente de informações descentralizadas para auxiliar na formulação de políticas de saúde mais eficazes. O objetivo do trabalho foi descrever o perfil epidemiológico da mortalidade por neoplasias

em 36 municípios da Macrorregião Oeste da Bahia, utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), entre 2013 e 2022. A análise incluiu variáveis como sexo, faixa etária, raça/cor, estado civil, escolaridade e local de ocorrência do óbito, além de calcular as taxas de mortalidade por neoplasias e as frequências relativas e absolutas dos tipos de câncer. Os resultados mostraram que, no período analisado, ocorreram 5.140 óbitos por neoplasias, o que representou 11,1% do total de óbitos na região. Observou-se uma tendência crescente das taxas de mortalidade, com o pico em 2021 (122,03 óbitos por 100.000 habitantes). Os tipos de câncer com maior mortalidade foram os de próstata, pulmão e mama. A mortalidade foi mais prevalente entre homens, na faixa etária de 60 a 79 anos, em indivíduos de cor/raça preta/parda, casados ou em união estável, com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental, e com óbitos registrados principalmente em estabelecimentos de saúde. A pesquisa conclui que a mortalidade por neoplasias na Macrorregião Oeste da Bahia está em ascensão, o que reforça a necessidade de políticas públicas focadas na redução da incidência de câncer, na melhoria do acesso ao diagnóstico e tratamento, e no fortalecimento da vigilância epidemiológica. A descentralização das informações é crucial para a adoção de estratégias mais direcionadas e eficientes para enfrentar o crescente número de óbitos por câncer na região.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DE PERTENCIMENTO NA ORGANIZAÇÃO E NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, Livia Cozer Montenegro

A pesquisa abordou a gestão participativa no Sistema Único de Saúde (SUS), com foco em um hospital filantrópico de Belo Horizonte, que é referência para gestações de alto risco e atende gestantes de mais de 300 municípios do Estado de Minas Gerais. A inclusão da sociedade na gestão do SUS é garantida pela Lei 8.142/90, que criou os conselhos de saúde e conferências de saúde, e essa participação social continua a ser reforçada por diversas políticas públicas. A pesquisa explorou a participação de usuários, trabalhadores e gestores no Colegiado Gestor do hospital, uma instância de cogestão que visa a negociação e pactuação coletiva nas questões assistenciais, financeiras e estruturais da organização. O estudo, realizado entre junho e agosto de 2021, incluiu dez membros ativos do Colegiado Gestor (quatro representantes dos usuários, três dos gestores e três dos trabalhadores). A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Os resultados mostraram que a participação no Colegiado Gestor é vista como uma oportunidade de pertencimento ao hospital, pois permite que os participantes se envolvam diretamente com as questões da gestão e assistência. Para os participantes, a participação no colegiado fortalece a valorização do SUS e o reconhecimento da importância da participação social, consolidando o compromisso com um sistema de saúde mais integrado e acessível. Os entrevistados destacaram que o colegiado serve como um canal de comunicação importante, permitindo o compartilhamento de informações de diversas naturezas, o que contribui para uma gestão mais próxima dos interesses e necessidades dos pacientes/

usuários. A diversidade de atores envolvidos na gestão foi considerada um fator facilitador para a melhoria da assistência hospitalar, pois assegura que as decisões tomadas no hospital atendam às demandas e expectativas dos diferentes grupos da comunidade. Assim, a pesquisa revela a importância da gestão participativa na qualificação da assistência hospitalar, promovendo maior transparência, corresponsabilidade e engajamento entre os diferentes atores do SUS.

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A PRECEPTORIA DE RESIDÊNCIAS: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO DE PERFIL SOCIOPEDAGÓGICO DE PRECEPTORES NA BAHIA

Kaio Marcel de Souza Henriques, Kétinan Gomes Silva, Bruno Felipe Ferreira Lopes, Ieda Maria Fonseca Santos, Caique de Moura Costa, Anne Caroline Santos, Camila Oliveira Nunes

Este trabalho relata a experiência de mobilização e coleta de dados sobre o perfil sociopedagógico dos preceptores de residência na rede SUS-Bahia, realizada pela Coordenação de Residências em Saúde e Formação em Serviço da Escola de Saúde Pública da Bahia (CORES/ESPBA), com o objetivo de aprimorar a formação desses profissionais. O papel do preceptor na Residência em Saúde é essencial, pois ele facilita o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos residentes, além de ser responsável por identificar necessidades educacionais e elaborar ações para promover o aprendizado. No levantamento realizado, foi utilizado um formulário online desenvolvido por residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde, com supervisão das coordenações da ESPBA. O levantamento teve como foco a qualificação pedagógica dos preceptores e a importância de ações formativas para o aprimoramento da prática de preceptoria. A adesão ao processo foi considerada satisfatória, com os preceptores mostrando grande interesse pela iniciativa e pela possibilidade de aprimorar suas competências pedagógicas. Os resultados indicaram que muitos preceptores na rede SUS-Bahia não possuem uma formação pedagógica formal, o que sugere que a preceptoria tem sido sustentada mais pelo conhecimento técnico e pela experiência prática do que por uma base didática estruturada. Esse dado ressalta a importância de investir em programas de capacitação voltados para o aprimoramento das competências didático-pedagógicas desses profissionais. Além disso, o levantamento revelou que os preceptores reconhecem a necessidade de cursos e atividades formativas para fortalecer seu papel docente-assistencial, destacando a demanda por qualificação pedagógica como uma estratégia para melhorar a formação dos residentes e, consequentemente, a qualidade da assistência prestada no SUS. Em consideração final, a pesquisa destaca a importância de ações educativas voltadas para os preceptores, como forma de melhorar a formação dos residentes e qualificar os programas de residência em saúde, reforçando o compromisso com a melhoria contínua do SUS na Bahia.

MENTORIA EAD EM ENFERMAGEM INSTRUMENTALIZA PROFISSIONAIS PARA UMA ATUAÇÃO SEGURA E FUNDAMENTADA EM APS EM 60 DIAS

Eliane Oliveira Pinheiro, Raissa Rodrigues Organista

O modelo de linhas de cuidado é uma estratégia que visa melhorar a saúde e prevenir agravos de saúde com alta morbimortalidade nas populações atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (ESF). O monitoramento dessas linhas é realizado por programas de indicadores de saúde, como o Previne Brasil, que oferece incentivos financeiros aos municípios com base nos resultados obtidos. Esse sistema busca fortalecer o acompanhamento das equipes de saúde, que devem atuar de maneira sensível e sistemática. Dentro desse contexto, a capacitação dos profissionais, especialmente enfermeiros, para a atuação nas linhas de cuidado é essencial para garantir um atendimento de qualidade e eficiente. Este trabalho tem como objetivo capacitar enfermeiros para atuar nas linhas de cuidado dentro da Estratégia de Saúde da Família, promovendo a formação de profissionais aptos a liderar equipes e atender as necessidades de saúde da população de forma abrangente e integrada. O Programa de Mentoria Profissional foi desenvolvido com base na experiência da autora, que possui 20 anos de atuação em Enfermagem de Família e grande experiência em cenários de Atenção Primária à Saúde (APS). A proposta foi elaborada entre setembro de 2023 e janeiro de 2024, reunindo referências teóricas do Ministério da Saúde, que fornecem os norteadores da APS. O programa é oferecido através de videoaulas na plataforma Google Meet, onde são aplicadas metodologias ativas de ensino, com o objetivo de promover a construção conjunta do conhecimento, permitindo a sedimentação dos conteúdos. O programa é projetado para capacitar enfermeiros graduados a assumir a liderança de uma equipe de Saúde da Família em 60 dias, proporcionando orientação à distância e suporte contínuo no processo de aprendizado durante esse período. Ele abrange todas as linhas de cuidado da Atenção Primária à Saúde, incluindo o acompanhamento dos ciclos de vida, imunização, doenças crônicas não transmissíveis, doenças infecciosas (como HIV, IST, Tuberculose e Hanseníase), além de prevenção e detecção precoce de agravos com alta mortalidade, como o câncer de colo uterino e de mama. Além disso, o programa também prepara os enfermeiros para o uso de ferramentas de gestão, indicadores de saúde, controle social e gerenciamento de equipes, fundamentais para uma atuação eficaz dentro da APS. O programa tem duração de 60 dias, com dois encontros semanais de 2h30 cada, durante os quais são trabalhados conteúdos técnicos e práticos relacionados à gestão e execução das rotinas de uma Unidade de Atenção Primária à Saúde. As metodologias ativas utilizadas buscam facilitar o raciocínio clínico dos participantes, com foco na construção de conhecimento a partir da análise de casos reais e na aplicação de material norteador. Ao final dos 60 dias, espera-se que o enfermeiro tenha desenvolvido as habilidades necessárias para conduzir atendimentos e gerenciar as rotinas de uma Unidade de Atenção Primária à Saúde. Por meio de discussões de casos e reflexões sobre práticas, os participantes estarão capacitados a aplicar o conhecimento adquirido de forma prática, o que permitirá uma atuação mais qualificada e eficiente na APS.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A COMUNIDADE: O ENSINO DE PARASITOLOGIA NA VIDA COTIDIANA

Fernanda Correa da Silva, Alexsandro Antonio Portilho Damasceno, Ana Beatriz de Araújo Campos, Gustavo Henrique Fróes Borges, Regiane Ferreira Feitosa, Raimundo Nonato Moraes Benigno, Fernanda Peixoto Martins

No Brasil, as doenças parasitárias representam um grave problema de saúde pública, com forte associação ao contexto ambiental, às condições de vida das populações e às interações humanas com outras espécies animais. Essas enfermidades afetam, sobretudo, as populações de baixa renda, tornando-se um indicador significativo da qualidade de vida. O ensino de Parasitologia, disciplina essencial em diversos cursos da área da saúde, tem demonstrado dificuldades de aprendizagem entre os estudantes, em razão da necessidade de memorização de nomes, ciclos e conceitos sem a devida conexão com a prática. Nesse contexto, iniciativas que aproximem o conhecimento acadêmico da realidade local são fundamentais para uma educação em saúde mais eficaz. O objetivo deste trabalho foi contribuir para a educação em saúde e a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade de baixa renda, por meio da oferta de informações sobre doenças parasitárias, ministradas por acadêmicos de Medicina Veterinária a alunos do ensino fundamental. O foco foi o esclarecimento sobre as parasitoses e suas consequências, promovendo a conscientização da comunidade sobre a importância do cuidado com a saúde. O evento de Ensino e Extensão denominado “II Mostra Socioeducativa de Parasitologia” foi organizado com a participação dos discentes e docentes da disciplina Parasitologia Veterinária II, do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Durante dois dias, os graduandos realizaram oficinas e exposições para alunos de 8 a 11 anos, do 3º ao 5º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Prof. Virgílio Libonati, localizada no campus da UFRA, em Belém. As atividades englobaram temas como toxoplasmose, leishmaniose, miíases, pediculose, doença de Chagas, entre outras, com foco na identificação dos parasitas e suas formas de prevenção. Foram apresentados 17 trabalhos que abordaram temas variados, incluindo doenças parasitárias como toxoplasmose, leishmaniose, doença de Chagas, além de tópicos sobre artrópodes vetores de parasitoses. As atividades pedagógicas envolveram o uso de microscopia para observação de parasitas, adaptadas para a faixa etária das crianças, além de jogos digitais, simulações e recursos lúdicos como histórias em quadrinhos, teatro de bonecos e vídeos. Durante a atividade, as crianças expressaram entusiasmo e curiosidade, com falas como: “É a primeira vez que vejo um microscópio” e “Hoje, eu estou sendo cientista”. Um dos comentários mais marcantes foi de uma criança que, apesar de a escola estar dentro do campus da UFRA, disse: “Eu nunca fui à UFRA”, o que evidenciou o distanciamento entre a universidade e a comunidade local. Algumas crianças perguntaram como poderiam estudar na universidade, demonstrando interesse em acessar a educação superior. Além disso, os alunos de graduação relataram satisfação com a experiência, destacando o prazer em contribuir para o bem-estar da comunidade e o impacto positivo no seu aprendizado. Muitos expressaram o desejo de seguir a carreira de pesquisador e docente, evidenciando a relevância dessas atividades de extensão para o desenvolvimento profissional dos estudantes. Projetos de extensão como a “Mostra Socioeducativa de Parasitologia” desempenham um papel crucial na integração do saber acadêmico com as necessidades

da comunidade. Tais iniciativas não apenas preenchem lacunas na educação em saúde, mas também incentivam a inserção social e o engajamento dos alunos com a realidade local. Para os estudantes de graduação, essas experiências são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades práticas e para a conscientização do seu papel social como futuros profissionais de saúde, contribuindo de forma significativa para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar desafios sociais e de saúde pública.

USO DO DIAGRAMA DE PARETO COMO FERRAMENTA AUXILIAR DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO PREPARO DA PENICILINA BENZATINA EM UMA EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA

Eduardo Martins Ferraz, Caroline Rodrigues Monzato de Oliveira, Ana Elza Oliveira de Mendonça, Viviane Peixoto dos Santos Pennafort, Vilani Medeiros de Araújo Nunes

Nos programas de gestão da qualidade nas organizações de saúde, a análise dos dados provenientes de avaliações é essencial para identificar áreas que necessitam de melhorias. O diagrama de PARETO, amplamente utilizado nesse contexto, é uma ferramenta eficaz para representar as causas dos defeitos e a frequência das não conformidades em processos avaliativos. Baseado no princípio de que 80% dos problemas são causados por 20% das causas, o diagrama permite identificar as áreas de maior impacto e priorizar intervenções para a melhoria da qualidade. Este estudo teve como objetivo identificar as causas de maior impacto na avaliação da qualidade do preparo da penicilina benzatina, utilizando o diagrama de PARETO, em uma emergência pediátrica. Trata-se de um estudo quase experimental realizado em uma emergência pediátrica no Paraná, com abordagem quanti-qualitativa e ciclo de melhoria da qualidade. Foram analisados oito critérios relacionados exclusivamente ao preparo da medicação, elaborados com base nas recomendações da ANVISA. A análise seguiu as etapas do diagrama de PARETO: construção de uma tabela com a lista dos critérios e suas frequências absolutas e relativas, ordenação dos critérios por número de não conformidades, cálculo da frequência relativa acumulada, construção do gráfico de barras com dois eixos e a curva de frequência acumulada, destacando o ponto que representa entre 60% e 80% das não conformidades. Os resultados preliminares indicaram que as principais causas de não conformidade no preparo da penicilina benzatina foram a baixa adesão à higiene das mãos, a ausência de prescrição da forma farmacêutica e a falta de entendimento sobre a forma farmacêutica pelos profissionais. Essas causas, representando 20% dos fatores, estavam diretamente relacionadas a cerca de 80% dos efeitos negativos no processo de preparo. A utilização do diagrama de PARETO foi fundamental para identificar as principais não conformidades e priorizar intervenções para a melhoria da qualidade. A ferramenta mostrou-se eficaz no processo de avaliação e aprimoramento contínuo da prática, destacando a importância da análise de dados para a gestão eficaz da qualidade nos serviços de saúde.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA HOMENS TRANS QUE GESTAM E PERSPECTIVAS PARA O (DES)CUIDADO INTEGRAL

Matheus dos Santos Rodrigues, Lenise Szczecinski Maliszewski, Thalison Borges de Oliveira,
Julia Peixoto Alves Decker, Juliane Portella Ribeiro

Sob a perspectiva do perfil brasileiro, pessoas travestigenere/transsexuais sempre estiveram marginalizadas na sociedade, convivendo com diversos tipos de violência, principalmente por expressarem uma identidade de gênero que foge dos padrões normatizados. Essas violências afetam diretamente os direitos reprodutivos, especialmente a gestação de homens com útero (homens trans), considerando que muitos enfrentam dificuldades até mesmo para acessar necessidades básicas de saúde, como a realização de exames preventivos de colo uterino, devido a condutas inadequadas que afastam essa população dos serviços de saúde. Diante disso, este trabalho tem como objetivo explorar as políticas públicas de saúde relacionadas à gestação de homens trans. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, cujo objetivo é descrever e analisar teoricamente a produção científica existente sobre o tema, identificando lacunas que possam subsidiar novas pesquisas. A metodologia utilizada sintetiza conhecimentos a partir da descrição de temas amplos, permitindo a análise do contexto atual e o entendimento de suas fragilidades. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT) assegura os direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT no SUS. No entanto, as evidências científicas apontam para um descuido significativo, especialmente no que diz respeito ao processo de gestação de homens trans. Embora as políticas públicas para a população trans tenham surgido no final do século XX, o Sistema Único de Saúde (SUS) priorizou inicialmente as mulheres trans e, somente em 2013, incluiu os homens trans, sem, contudo, abordar especificamente a gestação. Além disso, a falta de conhecimento dos profissionais de saúde sobre o contexto social dos homens trans e a resistência ao uso de seu nome social contribuem para a invisibilização dessa população nos serviços de saúde. O ambiente nos serviços de saúde também é pouco acolhedor, o que agrava a lacuna no conhecimento sobre as demandas de pré-natal e gestação dos homens trans, evidenciando a falta de preparo dos profissionais para lidar com essas questões. O descuido com a população transmasculina no SUS, especialmente no processo de gestação, é evidente, visto pela falta de registros de homens trans acompanhados durante o pré-natal e parto. Apesar da existência de homens trans que gestam, a questão sobre onde esses usuários têm sido atendidos permanece em aberto, o que torna ainda mais complexo o acesso aos seus direitos reprodutivos. A abordagem dos serviços de saúde está imersa na cisnormatividade, com a produção científica sobre o ciclo gravídico-puerperal voltada exclusivamente para mulheres cis. Dessa forma, é urgente ampliar os debates sobre as necessidades de saúde de homens trans que gestam, além de fomentar a construção de novos conhecimentos que centrem o cuidado na pessoa que gesta, independentemente de sua identidade de gênero ou configuração familiar.

O DESENVOLVIMENTO HUMANO ORGANIZACIONAL NO COMPLEXO HOSPITALAR: UMA AMOSTRA DA SAÚDE PÚBLICA CARIOCA

Simone Valério da Silva Santanna Faria, Aline Cristina Estacio da Silva,
Fabio Henrique Silva Melo, Itamar Cabral Monteiro, Rosiane Nunes do Nascimento

A área de Desenvolvimento Humano Organizacional (DHO) é um subsistema de Recursos Humanos focado no acompanhamento e no desenvolvimento profissional dos colaboradores, reconhecendo-os como o recurso mais valioso de qualquer instituição. Com base nos pilares de Ambientação, Desenvolvimento de Lideranças e Equipes e Gestão de Desligamento, e fundamentado nos modelos de gestão por processos e gestão por competências, o DHO visa a melhoria contínua dos profissionais e de seus processos de trabalho. Em uma organização hospitalar estudada, a estratégia inicial foi o desenvolvimento da liderança, preparando os gestores para replicar o conhecimento adquirido entre suas equipes. Esse foco se revela por meio de treinamentos, oficinas, acompanhamento, acolhimento com escuta ativa e gerenciamento de conflitos interpessoais. Em oito meses, foram implantados dois programas significativos: o Programa Boas Vindas (Tutoria), que visa melhorar a experiência do novo colaborador durante a primeira semana de trabalho, e o Programa Novos Gestores, que familiariza a gestão hospitalar com os fluxos institucionais, as competências a serem observadas e as ferramentas utilizadas no processo de desenvolvimento. O estudo, conduzido por duas pesquisadoras da área de Gestão de Pessoas, envolveu 34 lideranças ativas nas unidades pesquisadas, distribuídas entre gerências, coordenações e chefias médicas. Desde a implementação do DHO, percebeu-se a necessidade do cuidado com os gestores de saúde, pois a liderança impacta diretamente a estrutura hierárquica e o funcionamento hospitalar. O estudo revelou as forças e fragilidades da implementação de cada subsistema e ferramenta, destacando desafios na conscientização sobre a importância da participação nas oficinas e evidenciando as principais competências a serem desenvolvidas. O resultado esperado é a melhoria contínua da experiência profissional dos colaboradores, desde a admissão até o desligamento, com a liderança promovendo a humanização e a otimização dos resultados no atendimento aos usuários e acompanhantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

SAÚDE DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Everaldo Araujo Leite Filho, Denise Mota Araripe, Alberto Vasques Tostes, Bernado Andrade de Queirós,
Daniel Galdino de Araújo Pereira, Giovanna Cavalcanti Rolim, Kátia Kelly Cavalcante de Almeida,
Marianna Adijuto de Oliveira Ramalho, Wesley Dantas de Assis

A saúde da mulher é essencial para o bem-estar e o desenvolvimento de uma família saudável. No entanto, apesar dos avanços na medicina e na conscientização, ainda existem desafios significativos para garantir que todas as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde adequados e de qualidade. Com o objetivo de abordar essas questões, foi realizado um projeto de intervenção na USF Mandacaru

IX, em João Pessoa (PB), focando na prevenção, educação e acesso aos serviços de saúde para o público feminino. O estudo optou por um projeto de intervenção comunitária, iniciando com um levantamento das necessidades de saúde das mulheres por meio de entrevistas, questionários e análise de dados de saúde pública. A partir desses dados, foram promovidos workshops, palestras e campanhas sobre temas como prevenção de câncer, planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva, além da distribuição de materiais informativos e serviços básicos de saúde. O evento também facilitou o acesso a serviços específicos para mulheres, como exames ginecológicos e consultas médicas, em parceria com clínicas locais. A promoção de estilos de vida saudáveis, incluindo alimentação equilibrada e exercícios regulares, foi outra medida preventiva enfatizada. Os resultados mostraram a prevalência de condições de saúde específicas, como câncer de mama e colo do útero, agravadas pela falta de acesso a cuidados adequados e pelas desigualdades socioeconômicas na comunidade. A análise revelou uma alta incidência dessas doenças, evidenciando a urgência de uma abordagem abrangente. Além disso, destacou-se a importância da conscientização sobre desigualdades de gênero que limitam o acesso das mulheres à saúde, incluindo informações sobre saúde sexual e serviços de planejamento familiar, bem como o impacto significativo de doenças ginecológicas, como câncer e ISTs. A saúde materna e infantil também foi abordada, com ênfase na importância dos cuidados pré e pós-natais. O papel das mulheres como principais cuidadoras reforça a necessidade de uma abordagem multidisciplinar na promoção da saúde pessoal e do bem-estar familiar e comunitário. Em conclusão, o projeto contribuiu para a redução das desigualdades de gênero e para a melhoria da qualidade de vida das mulheres na comunidade, destacando que investir na saúde da mulher é essencial para o desenvolvimento sustentável e o progresso social.

DIVERSIDADE, SAÚDE E TRABALHO: DIALOGANDO COM TRABALHADORES DO INTERIOR DO TOCANTINS

Cristina Silvana da Silva Vasconcelos, Francisco de Assis Neves Neto, Maria da Conceição de Sousa Costa, Paula Rey Vilela, Tiago Pereira da Silva, Robson José Silva

Desde 2021, a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins implementou o Programa Diversidade na Saúde (PDS), com o objetivo de promover relações de respeito e acolhimento à diversidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Este trabalho relata oficinas realizadas em unidades hospitalares no interior do estado, voltadas para trabalhadores da saúde, com o intuito de proporcionar conhecimento e reflexão sobre temas como sexualidade, gênero, raça, etnia, religião, deficiência, neurodiversidade e outros marcadores sociais. As oficinas também abordaram o impacto do preconceito e da discriminação na saúde mental, formas de enfrentar a violência e o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, além de realizar um levantamento de propostas para melhorar o acolhimento das diversidades nos serviços hospitalares. A abordagem foi educativa, crítica e reflexiva, priorizando a troca de experiências contextualizadas nos territórios de saúde. As atividades ocorreram entre abril e junho de 2023 nos municípios de Gurupi, Dianópolis, Porto Nacional, Paraíso e Guaraí. A discussão foi fundamentada na perspectiva da determinação social da saúde, nos princípios da Política Nacional de

Humanização (PNH) e em outras políticas do SUS, com respaldo de referências bibliográficas na área. Ao final, os participantes foram incentivados a formular propostas para aprimorar os serviços, que foram consolidadas e apresentadas aos gestores, contribuindo para a elaboração dos planos de ação dos serviços de saúde. Participaram das oficinas 559 trabalhadores, distribuídos entre os municípios mencionados. Entre os pontos comuns identificados, destacam-se o desinteresse e o desconhecimento de conceitos relacionados à sexualidade, sendo importante a aproximação desses conceitos para entender a sexualidade como um aspecto essencial do desenvolvimento humano. Além disso, observou-se a reprodução de falas baseadas em crenças individuais, especialmente religiosas, e o espaço possibilitou a reflexão sobre essas falas preconceituosas, muitas vezes naturalizadas no ambiente de trabalho. Os participantes analisaram essas questões à luz dos princípios da Constituição de 1988, do SUS e da PNH. A população LGBTQ+ e outras minorias sociais enfrentam preconceitos dentro da sociedade, o que também ocorre no âmbito da saúde, afastando essas pessoas dos serviços de saúde e expondo-as a maiores riscos. Entre as propostas formuladas destacam-se a realização de rodas de conversa e outras ações de educação permanente, a inserção da temática em colegiados gestores e a criação de folders educativos. A abertura para reflexão dos trabalhadores reflete o potencial de mudança nas práticas de serviço. Conclui-se que o diálogo coletivo é fundamental para questionar e modificar a cultura que naturaliza comportamentos discriminatórios no ambiente de trabalho, visando à construção de uma cultura de paz e respeito às diferenças.

VALIDAÇÃO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A ENFERMEIROS INTENSIVISTAS PEDIÁTRICOS

Camilla Cristina Lisboa do Nascimento, Ivaneide Leal Ataíde Rodrigues, Laura Maria Vidal Nogueira, Erlon Gabriel Rego de Andrade, Alexandre Aguiar Pereira, Marcelo Williams Oliveira de Souza, Mariane Cordeiro Alves Franco, Jailson de Assis Ribeiro

As Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica (UTIP) são ambientes especializados destinados ao atendimento contínuo e intensivo de pacientes pediátricos em estado crítico, exigindo assistência profissional especializada. Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel essencial, sendo responsável pelo acolhimento, administração, organização e controle das práticas de cuidado. O uso de Tecnologias Educacionais (TE) surge como uma ferramenta importante para oferecer apoio à equipe de enfermagem na UTIP. Contudo, para garantir sua efetividade, essas tecnologias precisam passar por um processo de validação. Esse processo envolve a análise de diversos itens, como os objetivos, estrutura e relevância da TE, e deve ser realizado por especialistas na área em questão. O objetivo deste estudo foi validar uma Tecnologia Educacional voltada para as práticas de enfermagem em Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica. Trata-se de uma pesquisa metodológica descritiva, realizada em 2023, dividida em duas etapas: a validação do conteúdo da tecnologia por juízes especialistas na área de enfermagem e por juízes técnicos (designer gráfico, pedagogo e professor de língua portuguesa). A validação foi feita por meio de um instrumento com escala Likert, e a concordância foi medida pelo Índice de Validade de Conteúdo, considerado validado com valor superior a 0,80. Além disso,

foi aplicado o Coeficiente Alfa de Cronbach para verificar a confiabilidade dos resultados de cada bloco. Participaram 16 juízes, com um Índice de Validade de Conteúdo geral de 0,92. As sugestões dos juízes foram incorporadas no produto, resultando na validação da cartilha intitulada “UTI Pediátrica: guia para enfermagem”. A validação da tecnologia educacional pode incentivar a criação de novas ferramentas voltadas para a enfermagem, contribuindo para a melhoria contínua da prática profissional e do cuidado em UTIP.

ESTADO DA ARTE SOBRE LETRAMENTO EM SAÚDE DE PAIS E/OU CUIDADORES RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS DE ZERO A CINCO ANOS

Camilla Cristina Lisboa do Nascimento, Laura Maria Vidal Nogueira, Ivaneide Leal Ataíde Rodrigues, Marcio Yrochy Saldanha dos Santos, Breno Augusto Silva Duarte

O Letramento em Saúde (LS) pode ser definido, entre suas diversas conceituações, como a capacidade dos indivíduos de obter, processar e compreender informações básicas sobre saúde, possibilitando a realização de escolhas adequadas para sua manutenção e promoção. Assim, o LS busca facilitar o acesso a informações de saúde, aprimorando a capacidade das pessoas de utilizá-las de maneira efetiva, tornando-as aptas a promover ou manter sua saúde. Nesse contexto, destaca-se a importância dos pais ou cuidadores de crianças de zero a cinco anos, considerando a necessidade de compreender os agravos que acometem esse público para alcançar melhores resultados no manejo e controle das doenças infantis. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar as evidências científicas relacionadas ao LS de pais e/ou cuidadores responsáveis por crianças de zero a cinco anos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo estado da arte, realizada na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), bem como nas bases de dados SCIELO, LILACS e MEDLINE. Foram utilizados descritores do vocabulário Descritores em Ciências da Saúde, combinados pelos operadores booleanos “AND” e “OR”: “Letramento em Saúde” AND “Criança” AND “Enfermagem”. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos completos, publicados em português, entre os anos de 2018 e 2023. Foram excluídos artigos duplicados, estudos secundários e aqueles que não possuíam relação com o tema em destaque. A busca resultou em 24 artigos, dos quais sete foram selecionados após a leitura dos resumos e lidos na íntegra. Com base no LS de pais e/ou cuidadores responsáveis por crianças de zero a cinco anos, verificou-se que três estudos (43%) destacaram o LS voltado para a saúde bucal do público-alvo, dois estudos (28,5%) abordaram a obesidade infantil, e outros dois (28,5%) evidenciaram o grau de LS de pais e cuidadores no manejo da asma. Ressalta-se que não foram identificados estudos brasileiros sobre os cuidados destinados a crianças no período pós-hospitalização. Diante disso, considerando que o profissional de enfermagem desempenha um papel ativo no processo de promoção da saúde infantil, observa-se a necessidade de ampliar os estudos relacionados à temática central. Tal ampliação é essencial para reconhecer as especificidades de cada criança e sua família, visando ao desenvolvimento de estratégias educativas que melhorem o LS e capacitem pais e cuidadores a oferecer cuidados mais eficazes às crianças.

TECNOLOGIA SOCIAL: RECURSO INDUTOR DE EDUCAÇÃO E BEM ESTAR EM SAÚDE

Julia Zago de Barros, Layane Colling, Andressa Alberti Fumaco,
João Pedro Jung dos Santos, Manuel Albino Moro Torres

Embora o Brasil realize investimentos significativos na área da saúde para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os índices relacionados à saúde social continuam sendo alarmantes, uma vez que as abordagens adotadas ainda são predominantemente verticais, fragmentadas e centradas em um único profissional. Esse modelo não adota práticas inclusivas e holísticas, comprometendo a compreensão ampla dos processos de saúde e doença, além da aquisição das habilidades necessárias para uma atuação colaborativa e interprofissional. Nesse cenário, a ideia de Tecnologia Social (TS) surge como um recurso educacional desenvolvido em interação com a comunidade, representando soluções eficazes para a transformação social e respondendo às necessidades reais dos usuários. A TS promove a inclusão e o empoderamento de indivíduos, famílias e comunidades, potencializando a educação em saúde como um fenômeno complexo e multidimensional. Dessa forma, objetiva-se esclarecer que a educação em saúde vai além de métricas quantitativas, valorizando as interações, associações e especificidades locais. Quando abordada amplamente e contextualizada, busca reconstruir conhecimentos, repensar paradigmas, revisitar conceitos e contribuir para o bem-estar humano e social. Além disso, a TS se mostra uma ferramenta extremamente eficaz na busca por uma educação em saúde compartilhada, pois, por meio de processos colaborativos e participativos, como os grupos focais operativos, fortalece a ideia de que as ações educativas devem promover a autonomia tanto individual quanto coletiva dos usuários de saúde. Assim, a TS se configura como uma ferramenta de construção e desenvolvimento comunitário, fundamentada em práticas interdisciplinares e colaborativas, favorecendo a interação, a interprofissionalidade e a resolução de problemas em saúde e em outras áreas. Dessa forma, promove-se inovação social e soluções para as demandas da sociedade, por meio da interação e do engajamento dos atores sociais.

A REDE DE SAÚDE DE PALMAS TOCANTINS: UM PROJETO PILOTO DO PROGRAMA QUALIFICA-RAVS-FESP NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Maria do Socorro Rocha Sarmento Nobre

A implementação da Rede de Vigilância e Atenção à Saúde pelos pesquisadores do Programa Qualifica RAVS (Rede de Atenção e Vigilância em Saúde) foi iniciada em agosto de 2023, com a realização de um diagnóstico situacional dos campos de pesquisa e cenários de prática dos profissionais. Foram identificados 69 pesquisadores atuando em 18 cenários de prática na Gestão do SUS em Palmas, Tocantins. O objetivo foi construir uma rede de atuação das pesquisas do QualiRAVS, organizadas

por indicadores de saúde, através do cruzamento dos cenários de prática dos pesquisadores com os indicadores pactuados no planejamento da Secretaria Municipal de Saúde. Os pesquisadores foram vinculados, por meio de uma planilha Excel, aos indicadores de saúde de seus locais de atuação, o que resultou na criação de 10 microrredes de saúde, com as seguintes linhas de cuidado: Oncologia, Hanseníase, Tuberculose, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Arboviroses, Vetoriais e Zoonoses, Educação Permanente em Saúde, Média e Alta Complexidade, Laboratórios do SUS e Rede de Apoio e Assessoramento Jurídico, Arquitetônico de Engenharia e Comunicação em Saúde. Para a construção dessas redes, foram planejadas quatro etapas: Educação Permanente em Saúde, Construção do Núcleo de Indicadores por Linha do Cuidado, Construção do Projeto Coletivo, e Monitoramento e Avaliação com base no Planejamento Estratégico Situacional. Utilizando a árvore de priorização de problemas, as três primeiras redes a serem construídas em Palmas foram definidas como Oncologia, Infecções Sexualmente Transmissíveis e Educação Permanente em Saúde. Em maio de 2024, iniciou-se a formação em rede para os pesquisadores na Superintendência de Atenção Primária e Vigilância em Saúde (SUPAVS), com cursos sobre o uso da plataforma Moodle, letramento científico e o Curso Básico de Vigilância em Saúde. Na sequência, serão realizadas Oficinas de Trabalho (OT) com o apoio da Universidade Federal do Tocantins e parceiros. Os projetos das três primeiras linhas de cuidado serão monitorados e avaliados a cada três meses pela equipe gestora. No segundo semestre, outra oficina será realizada com os gestores para priorizar mais três linhas de cuidado, que terão seus projetos desenvolvidos. No plano de ação do programa, até o final de 2025, as 10 redes devem ter seus projetos finalizados e aprovados pelo Núcleo de Pesquisa e Intervenção (NEP), sendo monitorados por indicadores de saúde do município a cada três meses. Cada projeto será revisado conforme as mudanças nos cenários de prática e as adequações dos perfis sociodemográficos e indicadores epidemiológicos de Palmas.

O PROCESSO DE MORTE E MORRER EM UNIDADE DE PRONTO SOCORRO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emily de Oliveira Andrade, Sahmira Vargas Chamorro, Larissa Pereira Dorneles,
Bruna Sodré Simon, Raquel Potter Garcia

O processo de morte e morrer faz parte do ciclo biológico dos seres humanos, mas é um dos momentos mais desafiadores, especialmente para os profissionais da saúde. Apesar de vivenciarem a morte de maneira frequente, muitos profissionais buscam estratégias de distanciamento devido à dificuldade de lidar com essa experiência. Na graduação, muitos estudantes de enfermagem se deparam com esse tema pela primeira vez, o que torna o enfrentamento do luto ainda mais desafiador. Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de discentes de enfermagem durante o primeiro contato com o processo de morte e morrer, a partir de aulas práticas em unidade de observação de um pronto-socorro, realizadas por estudantes do 5º semestre de um curso de graduação em enfermagem de uma universidade pública do Rio Grande do Sul. Durante as práticas, foi possível observar o impacto do processo de morte e morrer tanto na equipe de saúde quanto nos estudantes. Em um dos momentos

da prática, foi constatado o óbito de um paciente, e, devido à causa da morte, não foi possível realizar os cuidados pós-morte, sendo necessário aguardar a perícia. Nesse momento, a equipe de saúde seguiu com suas atividades rotineiras, o que gerou um impacto significativo nos estudantes, que perceberam o distanciamento da equipe frente ao sofrimento causado pela morte do paciente. Esse distanciamento pode ser uma estratégia para lidar com o estresse e sobrecarga que a rotina do pronto-socorro impõe, mas também uma forma de evitar o enfrentamento direto da dor e do luto. As discentes relataram um sentimento de despreparo técnico e emocional, o que gerou insegurança diante da morte em uma unidade hospitalar. Além disso, houve um sentimento de impotência, mesmo sem participação ativa no processo de óbito, observando passivamente o acontecimento. A presença de um óbito em um ambiente de emergência gerou desconforto, sendo esse sentimento ampliado pela bagagem cultural e pelas crenças pessoais de cada indivíduo, que influenciam como vivenciam o momento da morte. Outro ponto importante abordado no relato foi a ausência de espaços de discussão sobre a morte e a terminalidade da vida no currículo acadêmico de enfermagem. Mesmo sendo um tema inevitável na prática profissional, o processo de morte e morrer ainda é abordado superficialmente nos cursos de graduação. Essa falta de preparo teórico e prático pode ser atribuída a aspectos socioculturais que cercam a sociedade e a resistência em lidar com um tema tão sensível. Por fim, o trabalho destaca a necessidade urgente de ampliar as discussões sobre a morte e o luto durante a formação acadêmica, proporcionando aos discentes um preparo mais profundo e completo para enfrentarem esses momentos durante a sua vida profissional, sem recorrer ao distanciamento emocional ou à evasão do tema. A educação em saúde precisa, portanto, incluir esse aspecto da experiência humana, para que os futuros profissionais possam lidar com a morte de maneira humanizada e com o devido respeito à dor e ao luto dos familiares.

MATERNIDADE ATÍPICA NO CONTEXTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, ANTICAPACITISMO E INCLUSÃO NA SOCIEDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Anahí da Silva da Cunha Guimarães, Jessica da Silveira Saldanha, Julia Bujes Silva, Livia Vitória Di Giorgio Amorim, Yasmin Petter Siqueira, Vilma Constancia Fioravante dos Santos, Adriana Roesse Ramos

O reconhecimento das interseccionalidades que geram desigualdades nas relações e experiências das mulheres mães é essencial nos processos de cuidado. A maternidade atípica, em especial, é um tema que demanda maior discussão, principalmente no que se refere aos marcadores de diferença que permeiam as relações sociais dessas mulheres. Nesse contexto, o capacitismo emerge como uma estrutura social intrincada que perpetua hierarquias e discriminações. Assim, o debate sobre posturas e linguagens anticapacitistas no âmbito da formação universitária é crucial, pois reflete diretamente em interações mais respeitosas na atenção à neurodiversidade na Rede de Atenção à Saúde. Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência de uma ação extensionista voltada para a discussão e problematização das vivências de mães neurodiversas e/ou mães de crianças atípicas no uso dos

serviços da Rede de Atenção à Saúde. A ação, realizada em março de 2024, foi promovida pela Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estruturada como um evento aberto à comunidade acadêmica, incluindo estudantes, técnico-administrativos, docentes, servidores, membros da Associação de Familiares e Amigos do Down (AFAD) e demais interessados na temática. O evento foi precedido por reuniões preparatórias com a equipe coordenadora e com mulheres mães de crianças atípicas convidadas a participar. A escolha de março como mês para a realização do evento foi estratégica, considerando a celebração do mês da mulher e a sobrecarga de cuidados atribuída às mães na parentalidade atípica. A proposta também buscou dar visibilidade a datas importantes como o Dia Mundial das Doenças Raras (29/02), o Dia da Síndrome de Down (21/03) e o Dia de Conscientização do Autismo (02/04). As discussões concentraram-se nas experiências das mulheres com os serviços de saúde, na inclusão social e no enfrentamento ao capacitismo, além de explorar suas vivências em espaços de debate sobre essas questões. Durante o evento, foram identificados obstáculos na rede de atenção à saúde e na inclusão, que instigaram reflexões sobre possíveis intervenções e melhorias. Como considerações finais, destaca-se que a ação extensionista foi fundamental para a construção de parcerias institucionais e para fomentar a colaboração entre setores da universidade, além de despertar o interesse de servidores que reconhecem na iniciativa um espaço relevante para conectar a academia à sociedade em torno de temas de interesse comum. Ademais, a ação evidenciou a importância da discussão e da troca de experiências sobre neurodiversidades e deficiências, o que certamente influenciará a prática assistencial e política dos futuros profissionais da saúde.

MORTALIDADE POR VIOLÊNCIA ENTRE IDOSOS SEGUNDO RAÇA/COR NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL NO ANO DE 2022

Leonardo Rosa Monjelo, Lélia Cápua Nunes

O Brasil tem experimentado uma crescente proporção de idosos na sua população, consequência da transição demográfica, exigindo uma maior atenção a questões relacionadas ao envelhecimento. No entanto, a violência contra idosos, um problema significativo, ainda não tem sido suficientemente abordada nas discussões públicas e políticas. O objetivo deste estudo foi caracterizar as taxas de mortalidade por violência entre idosos nas cinco regiões do Brasil, com base em raça/cor, no ano de 2022. O estudo, de natureza ecológica e exploratória, utilizou dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponibilizados pelo DATASUS, para analisar as mortes por violência em pessoas com 60 anos ou mais. As mortes foram classificadas com base nos códigos da CID-10 (X85 a Y09). Para a população de idosos, foram utilizados dados do Censo 2022, obtidos pelo IBGE. As categorias de cor preta e parda foram agrupadas sob a categoria “raça negra” para a análise. A análise das taxas de mortalidade, considerando a padronização por faixa etária, revelou resultados distintos entre as regiões e as raças/cor. A maior taxa de mortalidade por violência foi observada entre idosos indígenas na região Centro-Oeste ($k=36,77$), destacando-se como a mais alta entre todas as categorias analisadas.

Em outras regiões, a maior taxa de mortalidade por violência foi observada entre idosos de raça negra: no Norte ($k=15,56$), no Nordeste ($k=10,18$) e no Sudeste ($k=4,21$). Já no Sul e Centro-Oeste, os idosos brancos e indígenas apresentaram as maiores taxas, com destaque para a taxa de idosos indígenas no Centro-Oeste, que foi 445% maior do que a taxa observada entre idosos brancos e 314% maior que entre idosos negros. Além disso, foi constatado que os idosos negros apresentaram taxas de mortalidade por violência significativamente mais altas em comparação aos idosos brancos em algumas regiões. No Nordeste, a mortalidade por violência foi 152% maior entre os idosos negros, no Norte 80% maior, e no Centro-Oeste 31% maior. Em contraste, não houve mortes por violência entre idosos de raça amarela nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nem entre idosos indígenas nas regiões Sudeste e Sul. Esses dados evidenciam desigualdades significativas nas taxas de mortalidade por violência, refletindo as iniquidades em saúde e as desigualdades sociais no Brasil. A disparidade nas taxas de mortalidade entre diferentes raças/cor sugere a necessidade urgente de estratégias de enfrentamento que considerem essas diferenças regionais e raciais. Além disso, o estudo destaca a importância da qualidade da informação, uma vez que a possibilidade de subnotificação pode influenciar a precisão dos dados e, por consequência, as políticas públicas voltadas para a proteção dos idosos. Por fim, os resultados indicam que o planejamento e a implementação de políticas de enfrentamento à violência contra idosos devem considerar essas desigualdades, a fim de garantir um atendimento equitativo e eficaz para todas as populações de idosos no Brasil.

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL – DECIFRANDO A CLASSIFICAÇÃO NOVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Helen Tiemi Yamamoto, Kamila da Silva Rodrigues, Ana Paula Alves de Souza

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desempenha um papel fundamental na promoção de hábitos alimentares saudáveis, sendo especialmente relevante durante a adolescência, uma fase crítica para a definição de hábitos que podem perdurar ao longo da vida. O ambiente escolar se configura como um local privilegiado para a implementação de ações de EAN, uma vez que possibilita atingir um número significativo de indivíduos em uma fase de formação de hábitos. O Guia Alimentar para a População Brasileira, que promove uma alimentação saudável com base no grau de processamento dos alimentos, é uma ferramenta essencial para essas ações. Este estudo relata uma atividade de EAN realizada em uma escola privada de Cuiabá, com estudantes do 7º ano. O objetivo da atividade foi ampliar o conhecimento dos estudantes sobre alimentação saudável e estimular o aumento do consumo de alimentos in natura e minimamente processados, alinhado à proposta do Guia Alimentar e à classificação NOVA, que divide os alimentos em quatro categorias, com base no grau de processamento: alimentos in natura ou minimamente processados, ingredientes culinários, alimentos processados e alimentos ultraprocessados. A atividade foi organizada em grupos de cinco estudantes, aos quais foram distribuídos rótulos de alimentos para classificar segundo o grau de processamento. A maioria dos estudantes classificou corretamente os

alimentos, e a atividade foi seguida de uma discussão sobre os resultados e a importância de basear a alimentação em alimentos in natura ou minimamente processados, evitando os ultraprocessados. Além disso, os estudantes receberam uma agenda para registrar o consumo diário de frutas durante 30 dias. A análise do comportamento alimentar após o período revelou que os estudantes que já consumiam frutas regularmente mantiveram o hábito, enquanto os que não consumiam frutas não apresentaram aumento significativo no consumo. A experiência confirma que ações de EAN no ambiente escolar são eficazes para proporcionar conhecimento e incentivar hábitos alimentares saudáveis. No entanto, destaca-se a importância de realizar essas ações de forma contínua e integrada à prática diária, para garantir a efetividade no longo prazo e promover mudanças consistentes nos hábitos alimentares dos estudantes.

A EXPERIÊNCIA COM A OFERTA DE UM CURSO VOLTADO AO CUIDADO À PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN: AMPLIANDO FRONTEIRAS OU ESPAÇOS

Jessica da Silveira Saldanha, Anahí da Silva da Cunha Guimarães, Julia Bujes Silva, Livia Vitória Di Giorgio Amorim, Yasmin Petter Siqueira, Vilma Constancia Fioravante dos Santos, Adriana Roese Ramos

Este estudo descreve a experiência de um projeto de extensão universitária voltado ao cuidado de pessoas com Síndrome de Down (SD), que visa a formação interdisciplinar de profissionais da saúde e da educação para o atendimento integral a essas pessoas e suas famílias. A Síndrome de Down, uma anomalia cromossômica comum, exige cuidados específicos que envolvem a estimulação precoce, acompanhamento contínuo e a identificação de comorbidades. O projeto, iniciado em 2021, tem como objetivo capacitar profissionais para oferecer suporte adequado às crianças com SD e fortalecer a rede de apoio familiar. O curso “O cuidado a pessoas com Síndrome de Down” é oferecido na plataforma Moodle de forma assíncrona, e abrange temas como as características da SD, patologias associadas, acompanhamento ao longo dos ciclos de vida, e legislação sobre direitos. O curso também inclui conteúdo multimodal, como vídeo-aulas, entrevistas com especialistas e familiares, sessões de cinema e artigos científicos. A avaliação dos participantes é realizada por meio de pré e pós-testes. A terceira edição, iniciada em março de 2024, conta com 1.023 inscritos e é uma ampliação das edições anteriores, com maior escopo e público-alvo, incluindo tanto profissionais de saúde quanto da educação. A resposta positiva e a alta procura pelas edições anteriores demonstram a necessidade de mais espaços de formação específica sobre a Síndrome de Down. A avaliação positiva dos participantes também mostrou a viabilidade de expandir a oferta do curso, o que foi implementado nesta edição. A criação de um perfil em redes sociais visa ampliar o alcance do projeto, oferecendo informações qualificadas à comunidade. A experiência do projeto ressalta a importância da formação contínua e qualificada para os profissionais que atuam no cuidado a pessoas com Síndrome de Down, promovendo um atendimento mais humanizado e eficaz. O fortalecimento da rede de apoio familiar e o aumento da conscientização sobre as especificidades da síndrome são elementos essenciais para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e suas famílias.

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL – DESVENDANDO OS RÓTULOS ALIMENTARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Helen Tiemi Yamamoto, Kamila da Silva Rodrigues, Ana Paula Alves de Souza

Este estudo relata uma atividade de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) realizada com estudantes do 7º ano de uma escola privada em Cuiabá, no contexto de um estágio supervisionado em Nutrição em Saúde Coletiva. O tema da atividade foi “Desvendando os rótulos alimentares”, com o objetivo de incentivar os estudantes a lerem e interpretar as informações nutricionais nos rótulos de alimentos, promovendo escolhas alimentares mais saudáveis. A atividade foi desenvolvida com 19 estudantes, e os alunos tiveram a oportunidade de analisar os rótulos frontal e traseiro de um alimento ultraprocessado, focando em informações como o alto teor de açúcar, gordura saturada e sódio, a lista de ingredientes, e os alergênicos. Para facilitar a compreensão, também foi demonstrado, por meio de embalagens plásticas, a quantidade de açúcar, óleo e sal presentes no produto. Após a exposição teórica, os estudantes foram divididos em grupos para responder um questionário que avaliava sua compreensão sobre os rótulos. Os resultados mostraram que a maioria dos estudantes entendeu corretamente o conteúdo abordado, reconhecendo o produto como ultraprocessado, identificando os ingredientes e aditivos químicos. A atividade gerou entusiasmo entre os alunos e aumentou sua conscientização sobre a importância de ler rótulos alimentares para fazer escolhas mais saudáveis. A conclusão do estudo aponta para a eficácia da EAN na promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, destacando a importância de atividades práticas como esta para engajar os estudantes e promover uma alimentação mais consciente e informada, principalmente em um contexto em que a tendência ao consumo de alimentos ultraprocessados está crescente.

“COMO PREVENIR UMA NOVA GRAVIDEZ? MÉTODOS CONTRACEPTIVOS OFERECIDOS PELO SUS”: O GUIA DE ORIENTAÇÕES

Brida Luisa Torres Duque, Caroline Souza Soares, Geisa Santana de Oliveira, Yana Sara Gonçalves Teixeira, Wânia Ribeiro Trindade, Greyce Pollyne Santos Silva Minarini, Rita Inês Casagrande da Silva

Este relato de experiência descreve o processo de construção e distribuição de um guia sobre métodos contraceptivos, elaborado por acadêmicas de enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2023. O projeto surgiu a partir de um diagnóstico situacional realizado durante o estágio supervisionado em uma maternidade de alto risco, que revelou um elevado número de mulheres com múltiplas gestações não planejadas e dúvidas sobre os métodos contraceptivos disponíveis, além do desejo de não ter mais filhos. Antes de distribuir o material, o guia foi apresentado às enfermeiras do setor para sugestões e ajustes, fortalecendo o vínculo entre a equipe de saúde, os estudantes e o tema abordado. Após a distribuição inicial do guia, foi realizada uma conversa com os pacientes e acompanhantes para esclarecer

dúvidas. O retorno positivo levou à ampliação da ação, envolvendo outros profissionais da unidade, como recepcionistas e equipes de classificação de risco, com o objetivo de garantir a continuidade da atividade e aumentar sua abrangência. A experiência demonstrou a importância dos materiais educativos na promoção de informações de saúde, não apenas fornecendo dados, mas também estimulando discussões e questionamentos importantes sobre métodos contraceptivos e saúde reprodutiva, contribuindo para a formação de uma rede de apoio e conhecimento entre pacientes e profissionais de saúde.

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL – DESENVOLVENDO UM LANCHE SURPRESA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Helen Tiemi Yamamoto, Kamila da Silva Rodrigues, Ana Paula Alves de Souza

Este estudo descreve a elaboração e avaliação de um “lanche surpresa” como parte de uma atividade de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) realizada durante o estágio supervisionado de Nutrição em Saúde Coletiva, em uma escola privada de Cuiabá. A atividade teve como objetivo promover o consumo de alimentos mais saudáveis entre estudantes do 1º ao 9º ano e servidores da instituição. Para isso, foram escolhidas duas preparações: um suco de frutas vermelhas com beterraba e um sanduíche natural com patê de ricota e damasco. Antes da distribuição, as receitas foram testadas para garantir sua viabilidade e sabor. Após o lanche ser servido, os participantes foram convidados a avaliar as preparações utilizando a escala hedônica facial simplificada, onde podiam indicar se gostaram, ficaram indiferentes ou não gostaram do lanche. A análise das 92 fichas coletadas revelou que 68,5% dos participantes gostaram do lanche, 18,5% ficaram indiferentes e 13% não gostaram. Esses resultados indicam que a maioria dos participantes avaliou positivamente as preparações, demonstrando que a atividade foi bem recebida. A avaliação da aceitabilidade é uma ferramenta importante para garantir que as ações de EAN nas escolas sejam eficazes, proporcionando alimentos saborosos e saudáveis que atendam às preferências dos estudantes e colaboradores. Conclui-se que essa atividade foi uma boa estratégia para incentivar hábitos alimentares saudáveis, além de promover a experimentação de novos alimentos, texturas e sabores. A avaliação positiva das preparações demonstra a viabilidade de integrar ações de EAN no ambiente escolar para a promoção de uma alimentação mais equilibrada.

SOCIALIZAÇÃO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MEIO ACADÊMICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danielle Signori de Carvalho, Laura Bischoff Hartmann, Luisa Fontella Barroso, Natalia Montiel Sponchiado, Bruno Leonardo Winter, Marines Tâmbara Leite, Eliane Raquel Rieth Benetti

Este relato de experiência descreve uma atividade realizada no Grupo de Estudos sobre o Cuidado nas Etapas do Desenvolvimento Humano (GECEDH) da Universidade Federal de Santa

Maria (UFSM), campus Palmeira das Missões, com o objetivo de socializar e discutir o uso da Inteligência Artificial (IA) no contexto acadêmico. A atividade envolveu docentes e discentes de graduação e pós-graduação, que se reuniram em uma roda de conversa no dia 18 de abril de 2024, após uma leitura prévia de artigos e editoriais sobre o tema. Durante a socialização, destacou-se a importância de um uso consciente e responsável da IA, enfatizando que ela deve ser vista como uma ferramenta para potencializar a educação e o processo de ensino-aprendizagem, e não como uma substituta do raciocínio clínico ou do pensamento crítico. Foi discutido que a IA pode ser útil na organização de ideias, na elaboração de trabalhos acadêmicos e estudos clínicos, mas que não deve substituir a inteligência humana, que é essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e clínico dos discentes e profissionais. Os participantes concordaram que, embora a IA ofereça inúmeras possibilidades, sua utilização no meio acadêmico precisa ser criteriosa, de modo a garantir que contribua positivamente para o processo de aprendizagem, sem comprometer a autonomia intelectual e a reflexão crítica dos envolvidos. Em conclusão, o relato evidencia que muitos recursos de IA estão disponíveis para o meio acadêmico, mas sua implementação deve ser feita de maneira consciente e responsável, por docentes e discentes, para garantir que se alinhem aos objetivos educativos e ao desenvolvimento do pensamento crítico.

“CHEGOU A HORA, E AGORA?” FÔLDER EDUCATIVO PARA O ACOMPANHANTE DO PARTO NORMAL

Yana Sara Gonçalves Teixeira, Geisa Santana de Oliveira, Brida Luisa Torres Duque, Caroline Souza Soares, Wânia Ribeiro Trindade, Greyce Pollyne Santos Silva Minarini, Rita Inês Casagrande da Silva

Este projeto de intervenção foi desenvolvido pelas estagiárias da Unidade Materno-Infantil do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes/EBSERH, no contexto do Estágio Curricular Obrigatório II do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O objetivo foi criar um material educativo, o “Guia Básico para o Parto Normal Humanizado”, destinado a informar e orientar parturientes e seus acompanhantes sobre o processo de parto, com foco na educação em saúde e na prevenção da violência obstétrica. O guia, fundamentado em evidências científicas e nas boas práticas de assistência humanizada ao parto, aborda temas essenciais como a Lei Federal nº 11.108/2005, que garante a presença obrigatória do acompanhante durante o trabalho de parto, o papel do acompanhante e suas funções, os direitos da parturiente, as posturas que auxiliam no trabalho de parto, o conceito de violência obstétrica e formas de preveni-la, e a Hora Ouro, que destaca a importância do contato pele a pele e da amamentação imediata após o nascimento. Para garantir maior aceitação e utilização do material pelos profissionais de saúde, o guia foi apresentado à equipe do hospital. O projeto visa promover uma prática mais humanizada na assistência de enfermagem, melhorar a satisfação de mulheres, familiares e recém-nascidos, e reduzir intervenções desnecessárias e prejudiciais, assegurando os direitos das parturientes. Espera-se que o material educativo forneça maior apoio e orientação às famílias durante o processo de parto, contribuindo para uma assistência respeitosa, segura e humanizada.

NOVEMBRO NEGRO ENFERMAGEM E SAÚDE COLETIVA/UFRGS: A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO, DESCONSTRUÇÃO E APROPRIAÇÃO CRÍTICA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Anahí da Silva da Cunha Guimarães, Alessandra Porto D'Ávila, Agnes Olschowsky, Christine Wetzel, Fernanda Souza de Bairros, Lisiane Vieira dos Santos, Mariane da Silva Xavier, Tácia Borges de Oliveira Miller, Thayane Regina Gonçalves

Este relato de experiência descreve a organização e execução do projeto de extensão “Novembro Negro: Enfermagem e Saúde Coletiva”, realizado na Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nas edições de 2022 e 2023. A primeira edição focou no racismo institucional, nas políticas de ações afirmativas e na interseção entre raça, gênero e classe, com o objetivo de promover uma reflexão tanto individual quanto coletiva. Após a avaliação da primeira edição, foi identificada a necessidade de ampliar a participação das pessoas negras, trazendo suas contribuições e expertises para além da temática do racismo. Em 2023, a segunda edição abordou criticamente o racismo e os determinantes sociais nos serviços de saúde, destacando questões frequentemente negligenciadas na formação dos profissionais de saúde, mas de extrema relevância para as vulnerabilidades da população atendida pelo Sistema Único de Saúde. Essa edição contou com palestras de pesquisadoras de Portugal e Equador e com uma mostra de pesquisa e experiências, incentivando estudantes a apresentarem seus trabalhos de pesquisa e vivências relacionadas aos marcadores sociais. Os resultados positivos incluem a ampliação do espaço de fala das pessoas negras na academia, o aumento da participação de estudantes e profissionais, e o engajamento de aproximadamente 20 pós-graduandos, que foram convidados a pensar suas pesquisas sob uma perspectiva interseccional. A mostra de pesquisas contou com 23 trabalhos divididos em quatro grupos temáticos. A realização do evento evidenciou a importância de promover discussões interdisciplinares na formação de profissionais de saúde e de provocar reflexões sobre questões sociais profundamente enraizadas. Embora o evento tenha avançado ao incluir debates sobre a população LGBTQIAPN+ e outros grupos minoritários, como indígenas e quilombolas, ficou evidente a necessidade de ampliar ainda mais esses debates, especialmente sobre a população LGBTQIAPN+, que, embora tenha um grupo temático, não teve trabalhos apresentados. Isso levanta a reflexão sobre como podemos expandir e aprofundar essas discussões na academia e na área da saúde.

IMAGEM, SOM E VOZ: REGISTROS AUDIOVISUAIS REALIZADOS PELA UFRGS PARA O BANCO DE MEMÓRIAS DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE

Anahí da Silva da Cunha Guimarães, Adriana Kowarick, Tácia Borges de Oliveira Miller, Mauro Cesar Gonçalves Cavalheiro, Mayara Cassimira de Souza, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Leandro Raizer, Luciana Barcellos Teixeira

Este relato de experiência descreve a captação de material audiovisual para a composição do banco de memórias do Programa Saúde com Agente, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e a própria UFRGS. Criado com o objetivo de oferecer formação técnica aos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), como os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), o programa tem uma significativa importância histórica, especialmente na região Nordeste, onde o Programa Agente Comunitário de Saúde foi iniciado no Ceará. Durante as atividades dos cursos técnicos, a equipe da UFRGS realizou visitas de acompanhamento e registrou, por meio de depoimentos de estudantes, preceptores e gestores, as experiências de formação. A necessidade de criar um “banco de memórias” do programa levou a equipe a planejar cronogramas e roteiros para visitas em diferentes estados do país, com o objetivo de realizar entrevistas estruturadas e captar registros audiovisuais. Foram estabelecidos contatos com gestores locais para garantir a recepção da equipe e as autorizações necessárias para o uso do material. Em total, foram visitados 9 estados e 14 municípios, resultando na gravação de 111 depoimentos, sendo 36 de ACS, 19 de ACE, 28 de preceptores e 28 de membros da gestão municipal. Além disso, foram registrados vídeos, áudios e fotos das visitas domiciliares realizadas pelos estudantes no cotidiano do seu trabalho. O material, que inclui cerca de 20 horas de gravação bruta, documenta a integração promovida pelo programa entre os trabalhadores da saúde e os usuários, o estreitamento de vínculos e o reconhecimento das funções dos ACS e ACE nos territórios. Os registros destacam o impacto da atuação desses profissionais no SUS, evidenciando sua importância na construção de um Sistema Único de Saúde presente e efetivo nas comunidades. O banco de memórias do projeto confere visibilidade e reconhecimento a esses trabalhadores, documentando seu papel fundamental na promoção da saúde no Brasil.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE A FORMAÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rafaela Sousa Rocha, Julia Maíra Araujo Severo, Jessica Marco Pereira Cunha, Wêdilane Fernandes Maia, Amanda Dávilla Tintino de Sousa, Tainá da Rocha Mendes, Vitória Lourenço Ferreira

A adolescência é marcada por intensas mudanças físicas, psicológicas e nutricionais, que ocorrem em interação com o ambiente e são determinantes para a formação de hábitos de vida. A

adoção precoce de hábitos saudáveis está diretamente ligada à melhoria da qualidade de vida, tanto no presente quanto no futuro. Nesse contexto, é essencial conscientizar os jovens escolares sobre a importância de adotar rotinas que envolvem alimentação balanceada, prática de exercícios físicos e sono regular. Este estudo destaca a necessidade de ações de educação em saúde, pois muitas vezes os adolescentes carecem de conhecimento sobre esses temas e não encontram incentivo para esses estilos de vida em seus ciclos sociais. O objetivo deste relato é descrever uma ação de educação em saúde voltada para a formação de hábitos saudáveis no ambiente escolar. O projeto de extensão foi desenvolvido em novembro de 2023 por acadêmicos do curso de Nutrição do Centro Universitário Maurício de Nassau, em Juazeiro do Norte (CE), na qual participaram estudantes de uma escola de ensino médio profissionalizante. Os alunos do primeiro ano, com idades entre 14 e 16 anos, participaram de uma roda de conversa sobre hábitos saudáveis, seguida de uma gincana com perguntas e respostas, com o objetivo de promover maior interação e fixação do conteúdo. O encontro teve duração de cerca de uma hora e iniciou com a apresentação dos acadêmicos e dos participantes. A roda de conversa abordou práticas de uma rotina saudável, como boas escolhas alimentares, modalidades de exercícios físicos e o impacto dessas atitudes no rendimento escolar, modulação genética, hormonal e na qualidade de vida a curto e longo prazo. Também foram discutidos mitos nutricionais e incentivado o consumo do cardápio escolar, visto que os alunos apresentavam certa resistência. Durante o encontro, surgiram dúvidas que foram esclarecidas, e a gincana, em formato de Quiz, ajudou a reforçar a compreensão do tema. A atividade demonstrou eficácia na transmissão do conhecimento e na interação dos alunos. Em conclusão, a promoção de um estilo de vida saudável na adolescência é de extrema importância, e é essencial desenvolver projetos educativos que despertem nos jovens a consciência sobre a relevância de hábitos saudáveis para a melhoria da qualidade de vida em diversos aspectos.

PERFIL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS QUE ATENDEM COMUNIDADES RIBEIRINHAS: INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS PARA A GESTÃO TRABALHO, A PARTIR DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE

Tácia Borges de Oliveira Miller, Anahí da Silva da Cunha Guimarães, Daniela Riva Knauth, Leandro Raizer, Fabiana Schneider Pires, Daniel Umpierre de Moraes, Mayara Cassimira de Souza, Luciana Barcellos Teixeira

O Programa Saúde com Agente (PSA), uma iniciativa do Ministério da Saúde (MS), em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias da Saúde (Conasems) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), visa à formação técnica de Agentes de Saúde. Em sua primeira edição, o programa ofereceu 200 mil vagas para os agentes de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com dois cursos: Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias. O objetivo deste estudo foi descrever o perfil sociodemográfico dos agentes de saúde participantes, com foco nos que atendem predominantemente comunidades ribeirinhas,

onde há grandes desigualdades no acesso à saúde. Para tanto, foi realizado um estudo quantitativo do tipo *survey*, utilizando dados de 195.770 agentes, coletados durante a inscrição nos cursos da UFRGS, com consentimento para uso de dados para fins de pesquisa. O estudo identificou que, dos estudantes dos cursos técnicos, 619 (0,3%) atendem principalmente comunidades ribeirinhas. Desses, 92,6% são Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e 7,4% são Agentes de Combate às Endemias (ACE). A faixa etária dos participantes varia de 20 a 69 anos, com mais da metade na faixa de 30 a 49 anos. A maioria (70%) é do sexo feminino e 78% possuem ensino médio completo. Quanto à raça/cor, 80% se autodeclararam pardos, e em relação ao tempo de serviço, cerca de 40% possuem entre 10 e 20 anos de experiência. O perfil dos agentes que atendem comunidades ribeirinhas destaca uma força de trabalho experiente, majoritariamente feminina e autodeclarada parda, com escolaridade mínima de ensino médio completo. Considerando que esses profissionais atendem comunidades com grandes desigualdades de acesso à saúde, conhecer seu perfil é fundamental para ampliar e qualificar a oferta de cursos de formação, além de adaptar as ações de saúde às vivências e desafios enfrentados nessas localidades. Identificar e mapear o perfil desses profissionais é essencial para a criação de políticas públicas e programas que melhorem a gestão do trabalho, promovam a educação em saúde e ajudem a superar as desigualdades de acesso aos serviços de saúde nas comunidades ribeirinhas.

EDUCAÇÃO SEXUAL: EXPERIÊNCIA COM PRÉ-ADOLESCENTES EM ESCOLA MUNICIPAL

Maria Eduarda Pessanha Barbosa, Geovanna Gonçalves dos Santos

Este relato faz parte de uma experiência desenvolvida no âmbito do projeto PET-Saúde de uma Universidade Federal, com inserção em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). O projeto envolveu 15 alunos do 8º ano de uma Escola Municipal, com idades entre 12 e 14 anos, e contou com a participação da preceptora do programa e uma estagiária de Serviço Social. Foram realizados quatro encontros, com duração de 50 minutos cada, abordando temas de educação sexual, como a compreensão da sexualidade e da reprodução humana, métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Este relato descreve as dificuldades, aprendizados e o processo de construção e realização das atividades. O primeiro encontro teve como objetivo apresentar os objetivos do projeto e a importância da educação em saúde, permitindo que os alunos expressassem suas preferências sobre os temas a serem discutidos. A maioria demonstrou interesse por educação sexual. O segundo encontro focou na construção de um vínculo com os estudantes, utilizando um debate sobre músicas de funk com conteúdo crítico para aproximá-los e incentivá-los a discutir temas relacionados à sexualidade e reprodução. No terceiro encontro, foi realizada uma dinâmica sobre sexualidade, corpo e diversidade, com uma brincadeira que abordava questões como os papéis sociais para os gêneros na sexualidade, a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, e a importância da autonomia e do consentimento nas relações sexuais. O quarto encontro concentrou-se nos métodos contraceptivos, por meio de uma dinâmica em que os alunos foram divididos em dois grupos para classificar afirmações

como verdadeiras ou falsas. Os resultados mostraram que, apesar da pequena diferença de idade entre os alunos, o impacto do desenvolvimento individual foi perceptível na forma como o conteúdo foi recebido. Alguns alunos trataram a sexualidade como algo cotidiano, enquanto outros a viam como algo distante de sua realidade. Mesmo assim, todos participaram ativamente das atividades. O limite de tempo foi um desafio, pois não foi suficiente para que os alunos pudessem esclarecer todas as suas dúvidas, embora a turma pequena tenha permitido uma maior interação. Iniciar a discussão com temas sobre corpo e sexualidade, em vez de começar diretamente com métodos contraceptivos e ISTs, foi uma estratégia eficaz, pois permitiu abordar aspectos sociais da sexualidade e questionar tabus, estereótipos e preconceitos que podem afetar a confiança e a autonomia dos jovens em relação a esse tema. Em conclusão, embora houvesse limitações, como o número reduzido de encontros, a atividade foi bastante produtiva, pois não apenas esclareceu dúvidas, mas também estimulou os alunos a se informarem mais sobre o assunto e a interagir com os colegas. Isso reforça a ideia de que a educação em saúde vai além da simples transmissão de informações, envolvendo a forma como essas informações são passadas, os instrumentos utilizados e o planejamento das atividades.

O IMPACTO DAS CRISES CLIMÁTICAS NO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICAS

Letícia Therezinha Prates dos Santos, Priscila de Aguiar, Geraldo de Freitas de Souza Junior

Este trabalho analisa os impactos das crises climáticas no estado do Rio Grande do Sul, com foco no desastre natural ocorrido em maio de 2024, causado pelas fortes chuvas. O objetivo é investigar as causas desse evento, incluindo fatores climáticos e de gestão ambiental, além de avaliar suas consequências para a saúde pública, o meio ambiente, a vida social, a economia e a política. A metodologia do estudo envolve uma análise qualitativa e quantitativa das causas e consequências do desastre, utilizando dados meteorológicos, relatórios de órgãos ambientais e entrevistas com especialistas e autoridades locais. Também foi realizada uma revisão das políticas públicas e dos planos de gestão ambiental dos municípios afetados. Os efeitos do desastre incluíram alagamentos, deslizamentos de terra e destruição de ecossistemas locais. No aspecto social, observou-se o deslocamento de famílias, falta de acesso à água potável, aumento da fome e perda de moradias. Na saúde pública, os impactos foram significativos, com a crise da dengue já em curso no estado. As enchentes também comprometeram a qualidade da água e criaram condições propícias para o surgimento de doenças respiratórias, causadas pela umidade e mofo. Além disso, os traumas e o estresse associados ao desastre afetaram a saúde mental da população. Economicamente, o desastre gerou danos consideráveis à agricultura, comércio e infraestrutura, resultando em prejuízos financeiros elevados. Politicamente, as falhas na gestão ambiental e na implementação de políticas preventivas para desastres ficaram evidentes. O estudo conclui que o desastre natural no Rio Grande do Sul destaca a necessidade urgente de uma abordagem integrada para a gestão ambiental e climática. É essencial implementar políticas robustas de adaptação

e mitigação das mudanças climáticas, fortalecer a infraestrutura e promover a conscientização sobre a importância da sustentabilidade. A prevenção e preparação para futuros eventos climáticos extremos dependem de ações coordenadas em nível local e global, visando a proteção do meio ambiente, a saúde pública e a resiliência das comunidades.

A MONITORIA DAS AULAS PRÁTICAS DE ANATOMIA HUMANA I E SUA RELEVÂNCIA NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS MONITORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Eduarda Kerkhoff Escher, Ana Caroline Vieira Obem, Mirella Lariza Kuhn Peixoto,
Rafaela da Cunha Allebrandt, Jaíne Dalmolin, Gustavo Orione Puntel

O estudo da anatomia humana aborda a organização tridimensional das estruturas do corpo humano e a dinâmica do organismo em seu estado homeostático, possibilitando a identificação de estados patológicos e facilitando o desenvolvimento do raciocínio anatomoclínico para estudantes da área da saúde. Com o objetivo de otimizar o aprendizado dos conteúdos abordados na disciplina de Anatomia Humana no curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Maria, foram desenvolvidas atividades de monitoria. Este relato de experiência refere-se às práticas de monitoria realizadas por acadêmicas de Fisioterapia, no período de março a abril de 2024, na disciplina de Anatomia Humana I. A cada semestre, o professor responsável pela disciplina convida alunos que já foram aprovados na matéria para atuarem como monitores. As funções dos monitores incluem a preparação das peças anatômicas conforme o roteiro prático da aula e o auxílio aos estudantes com dúvidas e orientações de estudos extraclasse. As monitorias acontecem paralelamente às aulas, sempre às quartas-feiras, das 12h às 13h30min. Ao final do conteúdo, observou-se que muitos alunos enfrentaram dificuldades na visualização e compreensão da organização tridimensional do sistema músculo-esquelético durante as aulas práticas. Em resposta a essa dificuldade, os monitores desenvolveram uma ferramenta de gamificação para integrar os conteúdos teóricos e práticos da disciplina. A atividade, que abordou músculos da face, pescoço, tórax e abdômen, foi realizada na plataforma online Kahoot, permitindo a criação de jogos educacionais de múltipla escolha. O engajamento dos alunos foi notável, evidenciando o sucesso da estratégia. A monitoria acadêmica mostrou-se uma experiência valiosa para os monitores, pois não só possibilita a revisão e aprofundamento dos conceitos, mas também aprimora a capacidade de relacioná-los de forma interdisciplinar, estimulando o raciocínio crítico sobre os processos de ensino e aprendizagem. Além disso, a experiência como monitor contribui para o enriquecimento curricular dos alunos, servindo como uma importante Atividade Complementar de Graduação (ACG) e ajudando no desenvolvimento de competências de explicação do conteúdo. Portanto, a monitoria acadêmica se revela uma prática essencial para o aprendizado e formação dos estudantes, sendo uma oportunidade ímpar para aprofundar o conhecimento, estimular a troca de saberes e aprimorar as habilidades pedagógicas dos envolvidos.

ATENDIMENTO AO SUICÍDIO PELO SAMU: CONTINUIDADE DO CUIDADO E REDE NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Tamires Rocha Ferreira de Souza, Magda de Souza Chagas

O suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial, envolvendo aspectos biológicos, sociais, ambientais e psicológicos. O atendimento de urgência para casos de tentativa de suicídio é realizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que integra a Rede de Urgência e Emergência (RUE) e a Rede de Atenção à Saúde (RAS), especialmente a Rede de Atenção Psicossocial. Esta pesquisa visa mapear o fluxo das pessoas que tentam suicídio a partir do atendimento do SAMU no município de Niterói, com o objetivo de entender como o atendimento é realizado e a continuidade do cuidado na RAS. A pesquisa será dividida em duas fases. A primeira fase será quantitativa, utilizando dados do banco de informações da Coordenação Regional de Vigilância das Urgências da Central de Regulação das Urgências do SAMU 192 Metropolitana II-RJ, abrangendo o período de 2017 a 2023. Essa fase fornecerá dados sobre o atendimento de tentativas de suicídio e permitirá a construção de um panorama do fluxo de atendimento. A segunda fase será qualitativa descritiva, com entrevistas e discussões com profissionais da Central de Regulação das Urgências, para refletir sobre o cuidado oferecido no SAMU e a continuidade dos cuidados pela RAS. A pesquisa tem como objetivo mapear o fluxo das pessoas que tentam suicídio após o atendimento do SAMU e como elas são encaminhadas e acolhidas pela RAS. Espera-se identificar lacunas ou oportunidades de aprimoramento no atendimento e na integração entre os serviços. Para isso, serão realizadas oficinas com os profissionais da Central de Regulação das Urgências, utilizando metodologias ativas para estimular a reflexão sobre o atendimento e a continuidade do cuidado. Os principais resultados esperados incluem a produção de um protocolo para o atendimento de tentativas de suicídio, construído em conjunto com os profissionais da Central de Regulação das Urgências. Esse protocolo visa melhorar a qualidade do atendimento, integrando o conhecimento e a experiência dos profissionais, e aprimorar a continuidade do cuidado, contribuindo para uma abordagem mais eficaz e resolutiva nas ações de saúde mental na rede pública. Ao final, a pesquisa pretende fornecer elementos para a melhoria das práticas de atendimento a tentativas de suicídio no município, fortalecendo a Rede de Atenção à Saúde, em especial a integração entre os serviços de urgência e a Rede de Atenção Psicossocial.

A PREPARAÇÃO DOS AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE PARA A PREVENÇÃO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE ÁLCOOL

Francisco Takmony Fernandes Dantas, Marcos Vinícius Santos Batista Silva, Fábio Alves Gomes

A pesquisa teve como objetivo analisar a qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde para atuação na prevenção do consumo prejudicial de álcool entre os indígenas da etnia Mayuruna/

Matsés, no Vale do Javari, Amazonas. A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura científica e análise documental, com o intuito de compreender as ações de Educação Permanente voltadas para a atuação profissional no contexto do consumo prejudicial de álcool nas comunidades indígenas. O consumo de álcool entre os povos indígenas, especialmente no Vale do Javari, demanda uma análise profunda, considerando as práticas tradicionais e os impactos das influências externas. As comunidades indígenas, em sua diversidade, apresentam padrões e motivações distintas em relação ao consumo de álcool, tornando a prevenção ainda mais desafiadora. Os Agentes Indígenas de Saúde têm um papel central na prestação de serviços de saúde primária, integrando as equipes multidisciplinares de saúde indígena. Entretanto, temas como o consumo de álcool e a violência nem sempre são abordados de maneira adequada nos programas de formação e qualificação desses profissionais. A pesquisa evidenciou que a qualificação dos Agentes de Saúde precisa ser contínua, interdisciplinar e integradora, envolvendo áreas como psicologia, serviço social, sociologia e antropologia, para que possam atuar de maneira efetiva e contextualizada nas comunidades. Além disso, a participação das lideranças indígenas, educadores e membros da comunidade é essencial para a implementação de estratégias de prevenção que respeitem as especificidades socioculturais de cada etnia. A pesquisa também ressaltou a escassez de estudos focados na qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde no que tange à prevenção do uso prejudicial de álcool, indicando a necessidade urgente de mais investimentos nessa área. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem colaborativa, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e, principalmente, a participação ativa dos indígenas, na construção de estratégias de prevenção do consumo de álcool, considerando suas particularidades culturais e sociais. A troca de saberes entre profissionais e comunidades é vista como fundamental para uma intervenção eficaz, que seja culturalmente sensível e socialmente relevante.

OS IMPACTOS DO GRUPO PET PISC EM UM MUNICÍPIO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Cicília Portinho da Silva, Gabriela Zacharias Andres, Maria Laura Gaeta Hipólito da Silva, Ana Laura Alves Saraiva, Yasmin Ferreira da Rosa, Rodrigo de Souza Balk

O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa instituído pelo MEC em 2005. Tem como objetivo promover atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão visando complementar a formação acadêmica. Nesse contexto, em 2010 surge o PET Práticas Integradas em Saúde Coletiva (PISC), constituído por discentes dos cursos de enfermagem e fisioterapia, um tutor docente sendo ambos da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Uruguaiana. Os objetivos do PET PISC englobam a integração entre discentes, a universidade e a gestão municipal de Uruguaiana, promovendo uma maior integração entre ensino e serviço e consequentemente os serviços de saúde junto à atenção primária em saúde. O Programa visa promover a saúde, reabilitar danos e prevenir doenças, permitindo a troca de conhecimentos de forma integrada e interdisciplinar com ações voltadas para a comunidade. O objetivo deste trabalho é apresentar os benefícios de ações em saúde na comunidade da cidade de Uruguaiana/RS realizadas pelo PET PISC. Os discentes realizam visitas domiciliares, ações no PSE

(Programa Saúde na Escola), engajamento em grupos de idosos e adolescentes, como CRAS e CREAS respectivamente, além de pesquisas e ações extensionistas de forma integrada entre equipe de saúde e comunidade acadêmica. As visitas domiciliares possibilitam uma abordagem pessoal, identificando as demandas e incentivando medidas preventivas e educativas. No contexto escolar, a participação de discentes no PSE promove educação em saúde, essa integração entre saúde e educação fortalece os laços entre as escolas, as comunidades e os serviços de saúde. Os grupos destinados a idosos e adolescentes, oferecem um espaço de acolhimento e troca de experiências, fomentando o bem-estar físico e emocional, dessa forma contribuindo para a construção de uma rede de cuidados mais inclusiva e acessível, atendendo às necessidades de famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo inclusão e cidadania. O grupo impacta a sociedade, especialmente no contexto da saúde coletiva, visando promover a saúde e o bem-estar das comunidades, incluindo a realização de campanhas, conscientização acerca da prevenção de doenças, higiene e saneamento básico, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das pessoas. A integração entre o PET PISC e a comunidade fortalece os laços sociais e a coesão comunitária, promovendo a participação dos usuários do SUS em questões de saúde pública, incentivando o trabalho em equipe e o senso de pertencimento. O envolvimento em visitas domiciliares, PSE e integração em grupos comunitários, é crucial para fortalecer os serviços de saúde, promover a educação em saúde e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade. Esses projetos ajudam na formação discente que não pudessem esse tipo de contato durante a graduação, contribuindo para a formação de profissionais promotores da saúde. Em suma, o PET PISC desempenha um papel crucial na promoção da saúde coletiva e no fortalecimento dos sistemas de saúde, ao mesmo tempo que oferece aos discentes uma formação prática e interdisciplinar que os prepara para contribuir de forma significativa para o bem-estar da sociedade.

POTENCIAL TERAPÊUTICO DA AYAHUASCA: ABORDAGENS PARA A INTEGRAÇÃO DAS VIVÊNCIAS EM DIFERENTES GRUPOS AYAHUASQUEIROS

Nádia Valéria Moreira Santos, Paulo Rogerio Morais, Tais Alves Lourenço

O estudo abordou os diferentes procedimentos de grupos ayahuasqueiros e a relação desses procedimentos com os efeitos percebidos por pessoas que buscaram a ayahuasca por motivos relacionados à saúde mental. Com o crescente interesse pelas substâncias psicodélicas, especialmente no contexto brasileiro, diversos grupos ou religiões ayahuasqueiras têm atraído pessoas em busca de cuidados para questões de saúde mental, como ansiedade, depressão e traumas. A pesquisa, de caráter qualitativo, envolveu entrevistas semiestruturadas e questionários com 58 participantes de três grupos ayahuasqueiros distintos: uma religião ayahuasqueira formal, um grupo neo-xamânico e um grupo sincrético, que combina práticas religiosas formais com rituais indígenas. Esses grupos seguem procedimentos específicos para a preparação da ayahuasca, o acompanhamento dos efeitos agudos da substância e os métodos para integrar os conteúdos vivenciados durante as cerimônias. Os resultados

indicaram que a experiência com a ayahuasca teve um impacto positivo para todos os participantes, independentemente do grupo em que estavam. No entanto, observou-se que o momento ritualístico de compartilhamento da experiência entre os participantes foi valorizado em dois dos três grupos – o neo-xamânico e o sincrético – enquanto no grupo da religião ayahuasqueira formal, esse momento não fazia parte do ritual. Para os participantes dos grupos que ofereciam espaço para o compartilhamento de experiências, esse ato foi percebido como um fator significativo para a integração das vivências e para a reflexão sobre mudanças práticas no comportamento, nas relações interpessoais e na forma de pensar. Os participantes relataram que ouvir as experiências de outros também contribuiu para a percepção de que a ayahuasca poderia estar relacionada ao processo de cura e transformação pessoal. A pesquisa sugere que, na investigação acadêmica e na regulamentação das terapias assistidas por psicodélicos, a inclusão de estratégias grupais pode otimizar os efeitos terapêuticos da ayahuasca, além de reduzir custos e ampliar o acesso a esse tipo de intervenção, especialmente em um contexto de exclusão social e econômica, como é o caso do Brasil. Assim, os resultados indicam que, para maximizar os benefícios terapêuticos da ayahuasca em contextos de saúde mental, a inclusão de momentos de compartilhamento de experiências e apoio grupal pode ser uma estratégia relevante.

IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E CUIDADO EM SAÚDE FOCADAS EM GÊNERO E POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Karla Alves Pereira da Silva, Júlia Figueiró de Quadros, Giulia dos Santos Goulart,
Kely Rathke Bonelli, Nadieli Dutra da Cruz, Fernanda Beheregaray Cabral

Este relato de experiência reflete a importância das mídias e plataformas digitais na educação em saúde, especialmente voltada para questões de gênero e populações vulneráveis. Com o avanço da tecnologia, as redes sociais e outras plataformas digitais se tornaram ferramentas eficazes para disseminar informações de saúde, engajando tanto profissionais quanto as próprias populações que mais necessitam dessas orientações. A experiência descrita envolveu a participação de membros do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Vulnerabilidade e Cuidados em Saúde (GENVULC), que planejou e executou campanhas educativas nas redes sociais durante o primeiro semestre de 2024. Essas campanhas abordaram temas de saúde pertinentes a diferentes grupos vulneráveis e questões de gênero, como o mês de conscientização sobre a endometriose, o dia internacional da visibilidade trans, a conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e outras datas e campanhas voltadas para a promoção de cuidados de saúde em populações vulneráveis, incluindo os refugiados climáticos no estado do Rio Grande do Sul. Por meio dessas interações, foi possível perceber o impacto positivo das mídias digitais na disseminação de conteúdos educativos, pois elas oferecem acessibilidade, interatividade e personalização, tornando as informações mais acessíveis a diferentes públicos. As campanhas promovidas pelo GENVULC mostraram-se eficazes ao alcançar e engajar diferentes grupos, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que

respeitaram as especificidades de gênero em suas abordagens. Entretanto, também foram observados desafios, como a exclusão digital de algumas populações e a disseminação de desinformação por fontes não especializadas. Para que as plataformas digitais possam cumprir seu papel de forma eficaz, é fundamental que haja um enfrentamento desses desafios, com a implementação de estratégias sensíveis ao gênero e à realidade das populações vulneráveis. Além disso, é essencial que se invista em pesquisa e desenvolvimento contínuos para melhorar a qualidade e a eficácia das intervenções de saúde digital. Considera-se, portanto, que as plataformas digitais representam uma grande oportunidade para promover a saúde, diminuir disparidades de saúde e empoderar populações vulneráveis, desde que acompanhadas de estratégias inclusivas, informativas e baseadas em evidências.

A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE ÍNTIMA NA COLETA DE URINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda Nunes da Cunha, Jessica Emanuely Duarte, Jessica Tamires Silva Duarte, Maysa Albojian Sotte, Patrícia Angélica Martins Canfora, Jessica Ribeiro de Almeida Xavier, Francieli Aparecida Araujo

Este relato de experiência aborda uma intervenção realizada por acadêmicos de enfermagem com o objetivo de melhorar a coleta de urina para exames, evitando contaminações que possam comprometer a precisão dos resultados. A iniciativa ocorreu em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em Belo Horizonte, durante o período de março a abril de 2024, e se concentrou na criação de um pôster informativo com instruções claras para profissionais de saúde e pacientes. O exame de urina desempenha um papel crucial no diagnóstico e acompanhamento de várias condições médicas, e a coleta inadequada pode levar a falhas no diagnóstico, atrasos e até erros, comprometendo a segurança do paciente. No contexto da UPA, foi observada uma dificuldade na orientação adequada dos pacientes sobre o procedimento de coleta, o que justifica a necessidade de uma intervenção educativa para garantir a precisão e qualidade das amostras. A solução proposta foi a criação de um pôster informativo, de fácil compreensão, que orientava os pacientes sobre as práticas corretas de higiene antes da coleta de urina, com o objetivo de reduzir a contaminação da amostra e, consequentemente, evitar a necessidade de recoletas ou erros nos diagnósticos. Essa estratégia foi desenvolvida com base em uma abordagem dialogada, envolvendo tanto os profissionais de saúde quanto os pacientes. Os resultados da intervenção indicaram que o uso do pôster foi eficaz para conscientizar e informar os pacientes, além de ser uma estratégia de baixo custo. A implementação desse tipo de material educativo demonstrou ter um impacto positivo na melhoria da qualidade dos serviços prestados, garantindo amostras mais precisas e exames mais confiáveis, contribuindo para a segurança do paciente e um cuidado mais eficaz. Em conclusão, a criação e exposição de materiais educativos simples e de fácil acesso, como o pôster, é uma estratégia valiosa para otimizar processos e melhorar a qualidade do atendimento, destacando a importância da educação em saúde para a obtenção de resultados diagnósticos confiáveis.

FRAGILIDADES NO ATENDIMENTO DAS ESPECIFICIDADES DA COMUNIDADE LGBTQIA+ NA ATENÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliany Mota dos Santos, Daniele Dias Louzada, Francislaine Maralin Henriques, Jacira Nascimento Santos, Renato Vidal de Oliveira, Sandra Regina da Silva Vita, Sunny Lady Neves Santos

O estudo apresentado aborda os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no acesso aos serviços de saúde no Brasil, com foco específico nas políticas públicas, na capacitação de profissionais de saúde e na importância de promover um atendimento inclusivo e humanizado. As atividades educacionais realizadas com enfermeiros no Instituto de Ciências, Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi) em 2022 revelaram lacunas significativas no conhecimento dos profissionais de saúde sobre as necessidades específicas da população LGBTQIA+, com destaque para barreiras como a falta de aceitação do nome social, discriminação e a invisibilidade das mulheres trans em procedimentos clínicos e terapias hormonais. A pesquisa identificou, ainda, dificuldades no acesso dessa população aos serviços de saúde e a necessidade de capacitação para lidar com as especificidades do atendimento. Como resultado, foi realizada uma ação integrativa em parceria com o ambulatório de diversidade de gênero de um Hospital Federal Universitário, com o objetivo de melhorar a preparação dos enfermeiros para um atendimento mais qualificado, inclusivo e acessível à comunidade LGBTQIA+. A partir dessa ação, o estudo procurou retratar as fragilidades no atendimento da população LGBTQIA+ na Atenção Básica, sob a percepção de docentes de enfermagem, e explorar como práticas educacionais, utilizando o ambiente virtual, podem contribuir para a melhoria do acesso e da qualidade da assistência à saúde dessa população. A pesquisa, de natureza qualitativa, abordou o uso de metodologias participativas e estudos de caso para incentivar os profissionais a refletirem sobre estratégias de acolhimento e inclusão. Os resultados indicaram que a formação continuada dos profissionais de saúde é essencial para promover uma assistência mais equânime e qualificada. Propostas de intervenção foram elaboradas para aprimorar a formação dos profissionais e garantir políticas públicas mais inclusivas. A pesquisa conclui que é imperativo que instituições como o ICEPi promovam treinamentos específicos, enfatizando a importância da diversidade e inclusão na saúde, a fim de criar ambientes mais acolhedores e respeitosos para todos os pacientes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Essa iniciativa reflete a necessidade urgente de transformar o sistema de saúde em um espaço mais inclusivo e acessível, assegurando os direitos sociais e de saúde da comunidade LGBTQIA+.

COLHENDO FRUTOS: CAPTURAS DO APOIO INSTITUCIONAL NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO

Fabiane Lima Simões, Maria Angélica Carvalho Andrade

A fragmentação das ações e serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) representa um grande desafio, comprometendo a integralidade da atenção e a capacidade de resposta do sistema. Para superar essa fragmentação, a regionalização, apoiada pelo Planejamento Regional Integrado (PRI), é essencial, promovendo a organização do sistema em rede e integrando as ações e serviços de saúde. O relato de experiência proposto aborda o Apoio Institucional como uma estratégia eficaz para promover a integração e superação da fragmentação no âmbito da Regionalização. O objetivo principal foi compartilhar a aprendizagem do apoio ao grupo de trabalho regional para o desenvolvimento do PRI, em um projeto voltado para o fortalecimento da governança, organização e integração da Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil (RAMI) regional. O processo envolveu a colaboração de equipes técnicas das secretarias municipais e da Secretaria Estadual de Saúde (SES/ES), com o apoio de bolsistas na função de apoio institucional. A intervenção foi realizada por meio de encontros presenciais e virtuais, promovendo a interação entre as diversas partes envolvidas e a reflexão sobre o desenvolvimento do PRI. A análise da Situação de Saúde (ASIS) regional e a organização da RAMI foram os principais produtos gerados ao longo do projeto. O desafio principal identificado foi a construção da identidade regional, uma vez que as experiências dos membros do grupo estavam fortemente ligadas aos seus territórios municipais e estaduais. A atuação do apoiador institucional foi crucial para fortalecer a identidade do grupo, ampliar a participação nas agendas estratégicas da SES/ES e integrar a visão regional nos processos de planejamento. Além disso, o uso de plataformas virtuais foi destacado como uma ferramenta eficaz para aumentar a participação do grupo, considerando as limitações de recursos para deslocamentos e a sobrecarga de agendas. A maior interação e pertencimento regional do grupo, bem como a maior articulação com as áreas técnicas da assistência e vigilância, foram resultados visíveis da intervenção. Como considerações finais, o estudo sugere que o apoio técnico no PRI deve ser fortalecido, com ênfase na melhoria da institucionalidade regional e na conscientização dos municípios sobre a importância de uma abordagem integrada. Esse trabalho de integração, planejamento e articulação pode contribuir significativamente para superar as fragilidades no sistema de saúde, promovendo uma gestão mais eficaz e a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços oferecidos à população.

MAPA DE SAÚDE: UMA FERRAMENTA TAMBÉM DE FORMAÇÃO MÉDICA

Mateus Mariano de Almeida, Gabriel Hermosilla Tamura, Guilherme Henrique Purchatti, Sophia Elisa da Silva Vicente, Otávio Barcello de Almeida Silva, Augustus Tadeu Relo de Mattos, Claudia Aparecida Stefane

O Mapa de Saúde é uma ferramenta importante para o planejamento das ações de saúde, permitindo identificar as necessidades da população e os recursos disponíveis em um determinado

território. A experiência descrita no resumo envolveu um grupo de estudantes do primeiro ano do curso de Medicina que foram inseridos em uma Unidade de Saúde da Família (USF) no interior de São Paulo, com o objetivo de produzir um Mapa de Saúde para analisar as características do território e suas necessidades de saúde. O trabalho foi desenvolvido em um processo colaborativo, com visitas semanais ao território para coleta de dados e estudos remotos para registrar as informações. Os dados foram organizados em três eixos principais, com base no conceito ampliado de saúde: condições geográficas e sociodemográficas, doenças prevalentes e infraestrutura. A coleta de dados foi realizada por meio de três estratégias: consulta ao perfil epidemiológico da população local na plataforma E-SUS, observação direta das condições físicas do território e entrevistas com profissionais da USF e moradores da área. Ao final, foi produzido um prontuário gerencial e um mapa físico e dinâmico, utilizando imagens do Google Earth. A prevalência de condições como hipertensão, diabetes, gestação e acamados foi representada no mapa por alfinetes coloridos, posicionados nas residências dos pacientes com essas condições. Esse processo permitiu que os estudantes compreendessem a dinâmica do território e sua relação com a saúde, além de proporcionar uma análise detalhada que auxiliou na identificação de fragilidades e potencialidades da área. O trabalho contribuiu para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, permitindo a aplicação prática de conceitos de saúde e planejamento territorial. O documento final e o mapa gerado serviram como um modelo para a replicação em outros territórios, ampliando o conhecimento sobre a situação de saúde do município. A experiência também fortaleceu a importância da atualização constante desses mapas para garantir a eficácia das ações de saúde. As considerações finais destacam a relevância desse tipo de projeto para a formação de futuros profissionais de saúde, recomendando a inclusão de iniciativas semelhantes nos cursos de saúde e a continuidade dessas práticas nas USFs, visando uma integração efetiva entre teoria e prática no cuidado à saúde da população.

USO RESPONSÁVEL DAS REDES SOCIAIS NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO E ENGAJAMENTO DO PÚBLICO: O CASO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (ES)

Ednea Harckbart, Alexandre de Oliveira Fraga, Ana Clara Fraga, Caique dos Santos Pereira, Gilmara Gomes da Silva Sarmento, Maristella Zamborlini Macedo, Mariana Pereira Monteiro

O Conselho Estadual de Saúde (CES) tem desempenhado um papel fundamental na promoção de uma comunicação responsável, especialmente diante da disseminação de informações errôneas nas redes sociais. Em parceria com o Projeto de Práticas Inovadoras para a Qualificação da Participação Social na Saúde (PDPi), o CES tem se empenhado em desenvolver conteúdo informativo acessível e relevante para a população, utilizando as redes sociais como ferramenta estratégica para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e promover o bem-estar coletivo. A criação das redes sociais do CES em 2022 e a adaptação de suas plataformas para uma linguagem simples e visualmente atrativa permitiram ao conselho se conectar com um público diversificado, predominantemente composto

por pessoas entre 35 e 64 anos. Além de proporcionar maior visibilidade às ações do conselho, essa estratégia tem como objetivo disseminar informações precisas sobre saúde pública, baseadas em dados atualizados sobre a situação epidemiológica do estado. A atuação do CES também se destacou na capacitação de conselheiros de saúde, principalmente em áreas interioranas, ao adaptar a comunicação à realidade local, sem abrir mão do uso de tecnologias emergentes, como QR codes, para ampliar o acesso à informação. A 10ª Conferência Estadual de Saúde de 2023 representou um marco nesse processo, com o uso intensivo das redes sociais, especialmente no Instagram. Essa experiência, embora desafiadora, demonstrou o impacto positivo da comunicação digital ao engajar o público de forma interativa, conquistando 301 novos seguidores e gerando 157 stories, vídeos e registros do evento, com foco na participação ativa dos diversos atores presentes. O sucesso da conferência evidenciou o poder da comunicação digital para aproximar o conselho da população, criando um senso de pertencimento e participação. A experiência reforçou a importância de uma comunicação adaptável, criativa e comprometida com a verdade, como forma de combater a desinformação e fortalecer a democracia. Portanto, a atuação do CES mostra que, ao utilizar as ferramentas digitais de maneira estratégica, com um foco na transparência e no engajamento, é possível promover um diálogo efetivo e construtivo com a população, fortalecendo o SUS e a participação social na saúde.

MEMÓRIAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA JUVENTUDE: VIVÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA.

Naila Neves de Jesus, Mariana Martins Gonzaga do Nascimento, Aline Silva de Assis Santos, Rita Maria Radl-Philipp

A construção identitária de mulheres trans e travestis é um processo complexo e contínuo, profundamente influenciado pelos contextos sociais, familiares e culturais nos quais estão inseridas. Esse processo, longe de ser linear, envolve altos e baixos, e é marcado pela constante busca por reconhecimento e aceitação em um mundo que muitas vezes é hostil às diferenças de gênero. As mulheres trans e travestis frequentemente enfrentam dificuldades imensas, incluindo invisibilidade, violência e discriminação, ao desafiar os padrões cisgêneros e heteronormativos que regem a sociedade. O estudo apresentado, que investigou as memórias de mulheres trans e travestis na juventude, ilustra como a construção identitária começa muito cedo, ainda na infância, com a percepção de sua identidade de gênero que pode ser expressa através da atração homoerótica, das brincadeiras consideradas femininas, e do uso de roupas e adornos femininos. No entanto, este processo é frequentemente acompanhado por conflitos com os marcos sociais de memória, como os valores familiares e religiosos, que muitas vezes condenam a transgeneridade, levando a sentimentos de culpa e vergonha. Os relatos das participantes revelam que, à medida que se tornam mais visíveis em sua identidade trans, enfrentam discriminação e violência, especialmente no momento em que rompem com as normas de cisgeneridade e heteronormatividade. Além disso, há um relato recorrente sobre a patologização de suas identidades, sendo frequentemente diagnosticadas com transtornos psicológicos

ou disfunções sexuais, o que reforça ainda mais a marginalização dessas mulheres. Um ponto central do estudo foi a análise da violência institucional vivenciada por essas mulheres, especialmente em relação ao acesso aos serviços de saúde. A desrespeito ao nome social e a dificuldade de encontrar profissionais capacitados para atender suas necessidades de saúde, específicas para as realidades trans e travesti, foram frequentemente mencionados. Essa exclusão dos serviços de saúde, combinada com a discriminação, agrava ainda mais os impactos na saúde mental dessas mulheres, que enfrentam um processo contínuo de desumanização. As experiências relatadas por essas mulheres refletem como a discriminação e a violência afetam profundamente o processo de construção de suas identidades, colocando-as em uma posição de marginalização social. A violência vivida não é apenas física ou verbal, mas também institucional e psicológica, afetando o bem-estar e o acesso a direitos humanos fundamentais, como o direito à saúde. Portanto, é essencial que as políticas públicas, especialmente no campo da saúde, sejam adaptadas e sensíveis às necessidades dessa população, garantindo acesso a cuidados adequados e respeitosos. A sociedade, em geral, precisa se engajar na promoção de uma cultura de respeito e inclusão, reconhecendo e validando as identidades trans e travestis, como uma forma de combater as iniquidades e promover os direitos humanos de todos.

SALAS DE ESPERA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: ENSINO APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ALIADO À EDUCAÇÃO POPULAR

Júlia Beck Stüker, Layane Colling, Manuel Albino Moro Torres

A experiência relatada destaca como a Educação Popular em Saúde (EPS) pode ser uma ferramenta eficaz para promover a saúde e fortalecer o vínculo entre a comunidade e os profissionais de saúde. A atividade realizada na sala de espera de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no interior do Rio Grande do Sul abordou a temática da violência contra a mulher, buscando esclarecer dúvidas, compartilhar experiências e combater mitos. Com a participação de duas acadêmicas de Medicina, supervisionadas por um professor orientador, a intervenção teve como objetivo criar um ambiente acolhedor e facilitar a aproximação entre a equipe de saúde e os usuários. Por meio de uma roda de conversa e cartilhas explicativas elaboradas pelas estudantes, foi possível promover o conhecimento de maneira clara e acessível, utilizando a linguagem popular para facilitar a comunicação. Essa atividade proporcionou aos alunos a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos em um contexto real, desenvolvendo habilidades de comunicação e ensino, além de promover uma compreensão mais abrangente da atenção à saúde em equipe multidisciplinar. O projeto evidenciou que, ao integrar os saberes médicos com a linguagem popular, é possível qualificar o atendimento e fortalecer o engajamento dos acadêmicos e o vínculo com os usuários, promovendo uma assistência integral à comunidade.

AÇÕES COLABORATIVAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PROMOVENDO SAÚDE DA CRIANÇA JUNTO À REDE DE ATENÇÃO

Bruna Schmidt Kruger, Neila Santini de Souza, Cristina Zini Kaiper, Jaqueline Schneider Lemes, Bruna Oliveira Ungaratti Garzão, Laura Zachow, Evelyn Waldow, Rafaela de Quadros Steffens, Shanda de Freitas Couto

A cronicidade e a deficiência na infância geram desafios no convívio social e no desenvolvimento, impactando a rotina diária e o contexto familiar. O programa de extensão “Viva Criança: ações colaborativas em rede voltadas à cronicidade e deficiência na infância” da Universidade Federal de Santa Maria/Campus Palmeira das Missões busca atender esse público, envolvendo famílias, escolas, profissionais da saúde e da educação. O objetivo do programa é promover a educação inclusiva e fomentar a discussão sobre as questões relacionadas à cronicidade e deficiência nas escolas, famílias e comunidades local e regional. Este trabalho tem como foco relatar a experiência de ações colaborativas realizadas junto à comunidade. O relato envolve estudantes dos cursos de Enfermagem, Zootecnia e Nutrição, além de mestrandos do Programa de Pós-graduação em Saúde e Ruralidade do Campus Palmeira das Missões, que participam de atividades como sessões de equoterapia, rodas de conversa, e ações de educação permanente para professores, profissionais de saúde e familiares, com divulgação de informações em mídias sociais e cartilhas elaboradas pelos extensionistas. Semanalmente, são realizadas sessões de equoterapia e atendimentos clínicos individuais a crianças de 2 a 10 anos, acompanhadas por seus familiares, com pré-agendamento junto à estratégia de saúde da família. As ações preconizam a atenção interprofissional e o trabalho colaborativo, envolvendo acadêmicos, profissionais de saúde e educação. Em 2022, foi criada uma cartilha educativa que aborda direitos humanos, cidadania, inclusão escolar e o acesso aos serviços de saúde e educação, com foco no desenvolvimento infantil típico e atípico, transtornos de aprendizagem e sinais de alerta para intervenção precoce. Em 2023, a cartilha foi transformada em um ebook. Durante o último ano, 89 crianças foram acompanhadas em consultas clínicas, recebendo acolhimento, anamnese, exame físico, escuta ativa da família, orientações sobre cuidado de crianças com condições crônicas ou deficiência, atividades lúdicas, avaliação de crescimento e desenvolvimento, verificação da situação vacinal e plano alimentar. As ações de educação permanente beneficiaram mais de 500 profissionais e familiares, abordando temas como estimulação precoce, empoderamento parental, intervenções baseadas em evidências, e seletividade alimentar. Essas ações são realizadas em parceria com setores municipais e a rede de saúde, educação e assistência social. O programa visa contribuir para a formação cidadã dos acadêmicos, a educação permanente de profissionais, familiares e a comunidade, promovendo a inclusão social de crianças com doenças crônicas e deficiência.

A DESCONSTRUÇÃO DO TRABALHO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES PROMOVIDAS PELAS FORMAS DE CONTRATO DE SEUS TRABALHADORES

Elisangela Coco dos Santos, Sabrina Santos Colodette, Renata Resstel, Adriana Ilha da Silva

As transformações no mundo do trabalho, originadas com a Revolução Industrial no século XIX, foram acompanhadas por medidas de mensuração de trabalho e produtividade, inicialmente voltadas para a produção fabril. Esse conceito foi incorporado ao trabalho em saúde, mas não considerou a imaterialidade da lógica produtiva que envolve o contato entre trabalhador e usuário, cujo produto final é o cuidado. O objetivo deste estudo é descrever a precarização do trabalho na Saúde Pública e suas implicações na qualidade do cuidado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. A partir da leitura dos artigos, foram realizados fichamentos conforme título e resumo, e, após análise, os temas foram catalogados. A literatura aponta que o Sistema Único de Saúde (SUS) contribuiu significativamente para a melhoria da saúde da população, mas desde sua criação não garantiu uma legislação sólida sobre o provimento de recursos humanos, especialmente em relação aos processos de municipalização. Para garantir a assistência, os trabalhadores passaram a ser contratados e remunerados de diferentes formas, como temporários, bolsistas, prestadores de serviços, contratos por tempo determinado, celetistas, entre outros. Dessa forma, aqueles que não estavam contratados conforme as leis trabalhistas foram relegados a formas precarizadas de trabalho. Para alguns segmentos da saúde, como a Atenção Primária à Saúde, essas condições podem prejudicar a qualidade do cuidado, comprometendo a longitudinalidade, continuidade e acompanhamento do usuário. Além disso, a precarização pode afetar a criação de vínculos entre trabalhador e comunidade, o que, a longo prazo, pode enfraquecer os princípios originais do SUS. Diante disso, é urgente a realização de estudos sobre essa temática e discussões sobre a contratação de recursos humanos para fortalecer o SUS e garantir sua eficácia.

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DAS MULHERES NEGRAS SOBRE O ACESSO AOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Marcelia Alves de Souza Martins, Gisela Cordeiro Pereira Cardoso, Egléubia Andrade de Oliveira

Esta pesquisa foi realizada no Mestrado Profissional em Atenção Primária à Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ e investigou a saúde das mulheres negras sob a ótica étnico-racial, considerando o racismo como um determinante social que impacta diretamente o processo saúde-doença. As relações raciais no Brasil tornam a população negra mais vulnerável, dificultando seu acesso aos serviços de saúde. Embora representem 56,11% da sociedade brasileira, as pessoas

negras enfrentam desigualdade no acesso a bens básicos como saúde, educação e habitação. Na área da saúde, essa situação de vulnerabilidade é exacerbada, com o racismo sendo um fator que limita o acesso da população negra aos serviços públicos. O racismo institucional e estrutural na saúde afeta diretamente o acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, e é importante destacar o impacto dessa discriminação racial, que atinge as mulheres negras de maneira tripla: racial, social e de gênero. A pesquisa de campo foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas, abordando temas como identidade étnico-racial, perfil sociodemográfico, acessibilidade geográfica, condições de saúde, percepção dos serviços e da relação com os profissionais, além da influência do racismo no atendimento recebido. As mulheres negras entrevistadas relataram experiências de discriminação racial e racismo institucional, embora muitas não reconhecessem o conceito de racismo e declarassem nunca ter vivido discriminação diretamente. No entanto, os depoimentos revelaram que o racismo institucional se manifesta de forma sutil, enraizado nas instituições e nas relações sociais. Apesar de perceberem e relatarem situações discriminatórias, algumas participantes demonstraram dificuldades em identificar e reconhecer que também eram vítimas de racismo. Dada a infrequente verbalização, é difícil captar sinais de racismo, pois as mulheres negras podem se sentir diminuídas, desafiadas ou humilhadas. Diante dessas situações, é fundamental fomentar discussões sobre o tema e realizar estudos que não apenas visibilizem as iniquidades raciais, mas também ajudem a entender como essas discriminações afetam a saúde das mulheres negras. É necessário construir caminhos e propostas para enfrentar o racismo institucional, estimulando a denúncia dentro e fora dos espaços institucionalizados, incluindo o setor saúde. Os resultados desta pesquisa devem servir como base para outros estudos sobre o racismo na saúde, além de apoiar a adoção de políticas que reduzam as iniquidades raciais, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

ANÁLISE QUANTITATIVA DE EXAMES DE COLETA DE CITOPATOLÓGICO NOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DE UMA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Caroline Bozzetto de David, Andreia Moro da Silva

A coleta do exame citopatológico (CP), conhecido popularmente como papanicolau, é crucial para mulheres de 25 a 64 anos, conforme as recomendações do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e do Ministério da Saúde. Esse exame é fundamental para a detecção precoce de lesões precursoras do câncer de colo de útero, o terceiro tipo mais incidente entre as mulheres no Brasil, excluídos os tumores de pele não melanoma. Para o triênio 2023-2025, estima-se a ocorrência de 17.010 casos novos anualmente, com uma taxa bruta de incidência de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres. Na Região Sul, o câncer de colo de útero ocupa a quarta posição, com uma taxa de 14,55/100 mil. A Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul é composta por 18 Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), sendo a 4ª CRS responsável pelas regiões administrativas de saúde R1 – Verdes Campos,

com 22 municípios, e R2 – Entre Rios, com 11 municípios. Juntas, essas regiões têm uma média de 300 mil mulheres, com cerca de 160 mil na faixa etária de 25 a 64 anos. O objetivo deste trabalho é analisar os dados sobre a coleta de citopatológico nos municípios da 4ª CRS ao longo de uma década, utilizando informações do DATASUS – TABNET, com filtro por “Ano de atendimento”, “Região de Saúde” e “Procedimento – Coleta de material do colo de útero para exame citopatológico”, abrangendo o período de 2013 a 2023. Durante esse período, observou-se uma queda significativa no número de procedimentos realizados, com variações de 25.056 em 2013 para 2.432 em 2023. Destaca-se a diminuição acentuada a partir de 2019, mesmo com a implementação do programa Previne Brasil em 2020. Em contrapartida, os anos de 2016 e 2020 apresentaram aumentos notáveis nas coletas, superando o número de mulheres na faixa etária recomendada. Não foram encontrados estudos que justificassem esse aumento nas regiões da 4ª CRS, sendo o ano de 2020 especialmente relevante, pois coincidiu com a Pandemia de covid-19. Esse aumento pode ser atribuído a fatores como mudanças nas políticas públicas, maior conscientização da população feminina, melhorias no acesso aos serviços de saúde, maior disponibilidade de recursos ou até erros no sistema de informação. Conclui-se que, apesar do controle do câncer de colo de útero ser uma prioridade de saúde pública no Brasil, ainda há um longo caminho a ser percorrido para cumprir as metas preconizadas pelo Ministério da Saúde. É urgente aprimorar as políticas públicas existentes para garantir a cobertura e a qualidade dos exames, visando reduzir a incidência e a mortalidade associadas ao câncer de colo de útero.

QUANTIDADE DE CASOS E LETALIDADE POR LEPTOSPIROSE NO RIO GRANDE DO SUL, 2013 A 2022

Leonardo Rosa Monjeló, Beatriz de Almeida Berbet, Gabriela Nascimento Gonçalves,
Paula Caldas do Couto, Pedro Ribeiro Braga, Lélia Cápua Nunes

A leptospirose é uma doença cuja transmissão ocorre pelo contato com águas de enchentes, e sua incidência é particularmente alta em regiões afetadas por alagamentos. Com as enchentes no estado do Rio Grande do Sul (RS) em maio de 2024, espera-se um aumento nos casos dessa doença, que já apresenta alta incidência na região. O objetivo deste estudo foi caracterizar o comportamento epidemiológico da leptospirose no RS entre 2013 e 2022, com a finalidade de fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas emergenciais. Realizou-se um estudo epidemiológico descritivo, focando na incidência absoluta e na letalidade da leptospirose no RS. Os dados foram extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para casos confirmados e do DATASUS para óbitos, com base na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A letalidade foi calculada pela proporção de óbitos em relação ao número de casos confirmados. A análise foi realizada por estatística descritiva, incluindo frequência e medidas de tendência central, sem necessidade de aprovação ética, pois se tratou de dados públicos. Entre 2013 e 2022, o RS registrou 4.175 casos confirmados de leptospirose, com uma média de 417,5 casos por ano ($\pm 152,8$). Observou-se uma redução de 39% no número de casos, passando de 440 em 2013 para 270 em 2022. Seis dos dez anos analisados apresentaram número de casos acima da média, com destaque para 2019, que

teve o maior número registrado (616 casos). Quanto à mortalidade, foram registrados 221 óbitos no período, com uma média de 22,1 óbitos por ano ($\pm 7,2$). A mortalidade diminuiu 26% ao longo dos 10 anos, de 19 óbitos em 2013 para 14 em 2022. Contudo, em cinco dos dez anos, o número de óbitos superou a média, e 2015 registrou o maior número de óbitos. A letalidade da doença apresentou um aumento de 20% ao comparar o primeiro e o último ano da série (de 4,32% em 2013 para 5,19% em 2022), sendo mais alta em 2021 (8,76%). Embora o RS tenha registrado um número elevado de casos novos de leptospirose, sua taxa de letalidade média de 5,29% foi 40% inferior à média nacional de 8,92% para o mesmo período. O número de casos novos de leptospirose no RS diminuiu ao longo dos anos, e, embora a redução dos óbitos não tenha sido proporcional, também houve uma diminuição nas mortes. Apesar do aumento da letalidade durante o período analisado, sua média foi menor que a nacional. Esses achados devem ser considerados pelos gestores de saúde em todos os níveis, com o intuito de articular recursos e ações voltadas à prevenção, controle da leptospirose e à redução da letalidade da doença no estado.

A BUSCA DA AYAHUASCA COMO ESTRATÉGIA DE AUTOCUIDADO NAS DEPENDÊNCIAS

Tais Alves Lourenço, Nádia Valéria Moreira Santos, Paulo Rogerio Moraes

Ao longo do século XX, os problemas relacionados à dependência ou ao abuso de drogas psicoativas se tornaram uma preocupação crescente em saúde pública em diversos países. O uso abusivo dessas substâncias pode gerar sérios impactos tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, o que resulta em um aumento na demanda por tratamentos eficazes para os transtornos por uso de substâncias. Além do elevado custo, os tratamentos atualmente disponíveis têm efetividade limitada, o que tem levado muitos indivíduos a buscar alternativas, como os grupos ou religiões ayahuasqueiras, como uma forma de autocuidado. O objetivo deste estudo é descrever e analisar as percepções de pessoas que procuraram esses grupos como uma tentativa de tratamento para o uso abusivo de drogas (lícitas ou ilícitas) ou outros comportamentos aditivos (como o vício em jogos). Este resumo apresenta um recorte dos resultados da coleta de dados realizada para uma pesquisa de mestrado, que é de natureza qualitativa e envolveu 27 participantes que buscaram participar da ritualística com ayahuasca devido a questões relacionadas à dependência, incluindo dependência comportamental. Os participantes apresentavam um histórico prolongado de dependência grave de substâncias, sendo que a maioria relatou policonsumo, com destaque para o abuso de álcool, cocaína, tabaco e maconha. Os impactos negativos desses abusos afetaram a saúde física e mental, as relações interpessoais e a vida profissional dos participantes. Todos haviam passado por múltiplos tratamentos, incluindo terapias medicamentosas e internações em comunidades terapêuticas, mas sem sucesso. A procura pela ayahuasca, geralmente, ocorreu após longos períodos de tratamento sem êxito ou em momentos de recaída. Os relatos indicam que os participantes associaram a experiência com a ayahuasca a uma percepção mais profunda sobre si mesmos e sobre os fatores que contribuíram para o uso abusivo,

além de uma melhora na autoestima e na retomada de vínculos familiares e profissionais. Este estudo destaca a necessidade de mais pesquisas para avaliar a eficácia e a segurança do uso da ayahuasca como estratégia terapêutica para os transtornos por uso de substâncias. Em consonância com outros estudos que investigaram os efeitos terapêuticos de psicodélicos sobre comportamentos aditivos, os resultados apresentados sugerem que a ayahuasca pode ser uma alternativa terapêutica promissora e de baixo custo, especialmente para populações mais vulneráveis.

ENTRE A CLÍNICA DA ATIVIDADE E A CLÍNICA DA DELICADEZA: A SAÚDE NO TRABALHO DENTRO DOS DISPOSITIVOS DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE ÁLCOOL E DROGAS

Viviane Pereira Amorim, Tatiana Lucena Torres

A Reforma Psiquiátrica Brasileira, ao introduzir novas formas de compreender o sofrimento psíquico, representou um marco importante ao romper com a ideia do isolamento terapêutico como única alternativa para o tratamento de questões de saúde mental e uso abusivo de substâncias psicoativas. No entanto, a implementação da Lei da Reforma Psiquiátrica nº 10.216, embora tenha inaugurado novas possibilidades, não conseguiu garantir a erradicação completa dos efeitos históricos dos manicômios nos âmbitos social, jurídico, técnico e assistencial. Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), os profissionais de saúde mental enfrentam, no cotidiano, desafios gerados por retrocessos nas políticas públicas que contrariam os princípios da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O objetivo da pesquisa foi analisar o cuidado de quem cuida, examinando a relação entre o trabalho nos dispositivos da RAPS e a saúde dos trabalhadores da Saúde Mental no município de João Pessoa, Paraíba. Focou-se especialmente na atuação na Atenção Psicossocial a Álcool e Drogas, considerando as mudanças proporcionadas pela Reforma Psiquiátrica. Dois dispositivos foram selecionados para estudo: o Consultório na Rua (CNR) e os Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas 24 Horas (CAPS-AD III). A pesquisa foi fundamentada na teoria da Clínica da Atividade, proposta por Yves Clot, com diálogos com a teoria histórico-cultural de Vygotsky e a linguística de Bakhtin. A metodologia adotada foi a Instrução ao Sósia (IaS), desenvolvida por Oddone, que propôs uma reflexão profunda por meio de uma pergunta disparadora: “Se existisse outra pessoa perfeitamente idêntica a você, do ponto de vista físico, como você diria a ela para se comportar no seu trabalho, de forma que ninguém percebesse que não se trata de você mesmo?”. O objetivo era estimular a autoconfrontação do trabalhador com sua atividade laboral. Participaram três trabalhadores dos serviços analisados: dois do CAPS-AD III e um do Consultório na Rua. Os resultados revelaram questões ético-afetivas no ambiente de trabalho dos profissionais da RAPS, em um contexto de fragilidade de recursos nas políticas públicas e incompletude da Reforma Psiquiátrica. Observou-se que os trabalhadores enfrentam dificuldades relacionadas à perda de poder de ação, adoecimentos e desligamentos, além do desenvolvimento de novos gêneros profissionais pós-Reforma Psiquiátrica. A pesquisa conclui que é urgente aprofundar

os estudos sobre a saúde dos trabalhadores, avaliar a efetividade das políticas públicas da RAPS e investigar os efeitos da Contrarreforma Psiquiátrica para a saúde no trabalho.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: ACOLHIMENTO E CUIDADO

Elizana Corrêa da Cruz, Pauline Bernardo da Silva, Marcos Vinícius Santos Batista Silva

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um dispositivo essencial na rede de atenção à saúde mental, oferecendo cuidados especializados para pessoas que enfrentam sofrimento psíquico, incluindo aqueles relacionados ao uso de álcool e outras drogas. No município de Rio Preto da Eva, no Amazonas, o CAPS tipo I desempenha um papel crucial no atendimento à população, abrangendo crianças, adolescentes e adultos com transtornos mentais graves e persistentes, além de usuários com problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas. Este tipo de CAPS oferece uma gama de serviços terapêuticos, como consultas psiquiátricas, atendimentos psicológicos, acompanhamento de enfermeiros, oficinas terapêuticas, entre outros. A estrutura do CAPS de Rio Preto da Eva inclui dois consultórios de psicologia, um consultório psiquiátrico, uma sala de enfermagem, uma sala administrativa, uma sala para a terapia ocupacional, refeitório, copa e recepção. Além disso, conta com uma equipe multidisciplinar composta por duas psicólogas, um psiquiatra, uma enfermeira, uma técnica em enfermagem, um terapeuta ocupacional, um assistente administrativo, duas recepcionistas e uma assistente social. Essa equipe trabalha em conjunto para garantir o cuidado integral dos usuários e fortalecer a rede de apoio à saúde mental na comunidade. O atendimento no CAPS é feito por demanda espontânea, agendamento ou encaminhamentos das nove Unidades Básicas de Saúde e outros setores. A diversidade de serviços oferecidos visa proporcionar um cuidado abrangente e de qualidade, focado na reabilitação psicossocial e na promoção do bem-estar dos usuários. A gestão municipal, por meio do administrador, tem um papel fundamental na implementação e no apoio das políticas públicas de saúde mental, assegurando os recursos financeiros e humanos necessários para o bom funcionamento dos serviços e para o fortalecimento das práticas profissionais que atendem à saúde mental da população. Portanto, o CAPS de Rio Preto da Eva contribui significativamente para a saúde mental da população local, oferecendo cuidados especializados e promovendo a inclusão social dos usuários, além de reforçar a importância do trabalho colaborativo entre os profissionais para a melhoria contínua dos serviços.

PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO CONTRA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andreina Oliveira de Freitas, Lairany Monteiro dos Santos, Eduarda Cardoso de Lima, Priscila Orlandi Barth

O relato de experiência apresentado reflete a importância da educação em saúde e da realização de testes rápidos como estratégias para a prevenção e diagnóstico das Infecções Sexualmente

Transmissíveis (ISTs). A ação realizada por acadêmicas de enfermagem do 7º semestre do curso de enfermagem, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), teve como objetivo sensibilizar os trabalhadores de uma empresa do setor elétrico, no município da região noroeste do Rio Grande do Sul, sobre o tema das ISTs. A roda de conversa abordou informações sobre o conceito, sinais e sintomas, formas de prevenção e tratamento das ISTs, além de destacar a importância da realização de testes rápidos para o rastreamento do HIV, hepatite B, hepatite C e sífilis. O uso de um QR code para envio de perguntas de forma anônima e a disponibilização dos testes rápidos proporcionaram uma abordagem educativa eficiente e discreta, promovendo a participação ativa do público-alvo, com a adesão de 55 homens à ação. Dos 28 participantes que realizaram os testes rápidos, foi identificado um caso reagente para sífilis, que foi prontamente encaminhado para a unidade de saúde de referência para tratamento. A ação não só contribuiu para a prevenção e rastreamento de ISTs, mas também para a capacitação dos trabalhadores, promovendo o diagnóstico precoce e o início imediato do tratamento. Além disso, a atividade desempenhou um papel crucial no desenvolvimento das acadêmicas de enfermagem, proporcionando a elas uma experiência prática em um contexto real de atendimento comunitário. A ação demonstrou a importância de ações como essa na promoção da saúde e no fortalecimento do papel dos enfermeiros como agentes transformadores e educadores na comunidade. Esse tipo de iniciativa é fundamental para a ampliação do acesso à saúde, especialmente em contextos não convencionais, e fortalece o papel do SUS na promoção da saúde pública.

DESAFIOS NA ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO NO BRASIL: UMA ANÁLISE MULTIFACETADA

Tiago de Sousa Cabral, Guilherme Ricardo Pereira Santos, Ozarlan Michel Pereira de Oliveira, Larissa Livia Silva Pinto, Maria Eduarda Holanda de Melo Lapa, Ana Isabelle da Silva Cardoso, Ana Brígida de Oliveira Nemezio

O Sistema Único de Saúde (SUS) assegura acesso universal à saúde de forma integral, igualitária e gratuita, conforme previsto pela Lei 8.080/1990, abrangendo toda a população, independentemente de grupo social. A legislação específica, como a Lei de Acesso ao Tratamento e Prevenção de HIV/AIDS, reforça essas diretrizes ao garantir a distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais. Além disso, políticas, programas e protocolos de saúde buscam facilitar o acesso aos serviços de saúde. No entanto, um dos segmentos sociais mais marginalizados no Brasil, as pessoas trans, continua enfrentando discriminação baseada em identidade de gênero, resultando em dificuldades significativas no acesso a esses serviços. Este trabalho discute como a população transgênero é tratada na Atenção Primária e o impacto disso no acesso à saúde. A pesquisa realizou um levantamento de estudos nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os descritores “LGBT”, “acesso à saúde”, “transgênero e travesti” e “atenção primária”. Dos 347 estudos encontrados, 11 foram selecionados

com base em critérios sistemáticos de inclusão e exclusão, considerando artigos publicados entre 2014 e 2024, disponíveis em português, com texto completo em formato .pdf e alinhados ao tema. Estudos que estavam em duplicidade, exigiam pagamento, ou estavam fora do escopo foram excluídos. Os resultados confirmaram a hipótese de acesso limitado à saúde, comprometendo o bem-estar da população LGBTQIAP+, especialmente pessoas trans e travestis. Essas pessoas frequentemente relatam o estigma como uma barreira significativa para buscar cuidado e aderir a tratamentos, sendo que até 73% evitam a testagem para HIV devido ao preconceito. Pessoas trans que enfrentaram discriminação em serviços de saúde têm três vezes mais chances de evitar unidades de saúde em comparação àquelas que não sofreram estigmatização. A busca pela profilaxia antirretroviral (PrEP) também enfrenta preconceitos relacionados à irresponsabilidade e promiscuidade atribuídas a seus usuários, restringindo o acesso dessa e de outras ferramentas importantes. Ademais, a falta de conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT entre os profissionais de saúde reflete desinteresse e um acolhimento precário na Atenção Primária, agravando o distanciamento dessa população. O medo e a desconfiança causados pelo estigma e pela discriminação inibem a procura por assistência médica, mesmo quando necessária. Esses dados evidenciam a urgência de combater o preconceito nos serviços de saúde, promover educação inclusiva entre os profissionais e criar um ambiente acolhedor. O Estado tem o dever de proteger as pessoas trans contra violência e maus-tratos, assegurando a elas o pleno usufruto dos direitos humanos e da igualdade.

ANÁLISE DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELA POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA SISTEMÁTICA QUALITATIVA

Catarina Vitória Ozorio Paz, Fabiana Manica Martins, Rosana Pimentel Correia Moysés,
Nely Cristina Medeiros Caires, Alexandra de Paula Oliveira

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população indígena no Brasil cresceu cerca de 66% desde o último censo, realizado em 2010, mas o acesso dessa população à saúde pública permanece extremamente deficiente, sendo marcado por inúmeras dificuldades que geram prejuízos incalculáveis para os povos originários. Embora o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI) tenha como missão implementar a Atenção Primária à Saúde nos territórios indígenas e assegurar a continuidade da assistência em diferentes níveis de atenção, o cenário atual revela inconsistências na execução dessas propostas, resultando em altos índices de morbimortalidade e agravando as desigualdades e marginalizações enfrentadas por esses povos. Diante dessa realidade, o presente estudo analisa dados sobre o acesso da população indígena aos serviços de saúde no Brasil, guiado pela seguinte questão: Qual a produção de conhecimento existente sobre o acesso da população indígena aos serviços de saúde no Brasil? Realizou-se uma revisão sistemática qualitativa utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde como base de dados. A busca foi realizada com os descritores “Saúde Indígena”, “Acesso à Saúde”, “SUS” e “Revisão Sistemática”, combinados por meio das strings AND e

OR para ampliar os resultados. Os critérios de inclusão contemplaram estudos originais, disponíveis na íntegra, publicados entre 2018 e 2022 nos idiomas português, inglês e espanhol, enquanto os critérios de exclusão abrangeram artigos fora do tema, publicados antes de 2018 ou duplicados. Selecionaram-se três estudos da base LILACS, todos em português. Os dados analisados revelaram que as políticas sociais voltadas à saúde indígena são fragmentadas e frequentemente incapazes de integrar os programas propostos pelo SUS. Além disso, fatores geográficos representam uma barreira significativa, com muitas comunidades indígenas localizadas em áreas remotas e de difícil acesso, impedindo a chegada de serviços de saúde adequados. A ausência de infraestrutura básica, como estradas e transporte público, compromete não apenas o acesso à saúde, mas também viola os princípios do SUS, que preconizam universalidade, integralidade e equidade no atendimento. Por fim, conclui-se que, apesar de alguns avanços, a produção científica sobre saúde indígena no Brasil ainda é escassa, carecendo de estudos que não apenas elucidem questões epidemiológicas e sistemáticas, mas também orientem políticas públicas e forneçam um panorama real do acesso dessa população aos serviços de saúde no país.

VIVÊNCIAS PRÁTICAS DE SAÚDE DA MULHER: UM ESTUDO NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Suyane Alves de Queiroga Vilar, Wanêssa Trigueiro Casimiro, Wastânia Degardênia de Oliveira Correia Figueiredo, Luziane Sátiro Martins, Alexandre Lutfi Lira de Abrantes, Jarlan Ferreira Diniz, Fernanda de Moraes Bartolini, Denise Mota Araripe Pereira Fernandes, Pedro Henrique Carvalho Cruz de Oliveira

A abordagem da saúde da mulher evoluiu para se tornar uma prioridade significativa na agenda de saúde pública, com indicadores planejados para aumentar a expectativa de vida, reduzir a mortalidade materna, manejar a fertilidade, prevenir e tratar doenças crônicas não transmissíveis e infecções sexualmente transmissíveis, além de patologias específicas, como câncer de mama e de colo do útero. Esses objetivos destacam o papel crucial da educação em saúde na promoção da saúde feminina, visando minimizar riscos e complicações. Este estudo relata ações de educação em saúde realizadas por uma equipe da Estratégia de Saúde da Família, na perspectiva de alunos do sétimo período de medicina de uma faculdade na Paraíba, durante o mês de março de 2024, em uma Unidade de Saúde da Família localizada em João Pessoa. No contexto do Dia Internacional da Mulher, a unidade ofertou serviços voltados à saúde da mulher, como testes sorológicos rápidos (hepatite B e C, sífilis e HIV), implantação de DIU de cobre, exames citológicos, auriculoterapia, atendimento com nutricionista, ações de educação em saúde, musicalização e atendimentos de demanda espontânea. Cerca de 40 mulheres, entre 16 e 68 anos, foram beneficiadas, recebendo uma abordagem integral da saúde feminina, com ênfase no autoconhecimento corporal e na detecção precoce de problemas de saúde. Essa experiência foi essencial para melhorar o acesso aos serviços de saúde e garantir que as mulheres saibam como utilizar os recursos disponíveis de forma eficaz. As ações de educação em saúde fortaleceram o vínculo entre a população e os profissionais da unidade, contribuindo para estratégias contínuas de sensibilização e orientação dos usuários.

OS DESAFIOS DA INVISIBILIDADE: MULHERES PERIFÉRICAS E O SOFRIMENTO PSÍQUICO

Marcelia Alves de Souza Martins, Andris Cardoso Tiburcio

Entre abril de 2022 e maio de 2024, a experiência intitulada *Muita calma nessa hora: cuidado em saúde mental para mulheres periféricas atendidas por uma unidade de Atenção Primária à Saúde* teve como objetivo prestar acolhimento e escuta qualificada a mulheres afetadas por estresse, ansiedade, insegurança alimentar, conflitos interpessoais, desemprego, depressão e outros sofrimentos psíquicos. A iniciativa buscou abordar questões exacerbadas em territórios periféricos e marcados pela violência armada, fomentando redes de apoio comunitário. As intervenções eram realizadas por meio do Matriciamento em Saúde Mental da psicóloga, em conjunto com equipes multiprofissionais e de Saúde da Família, atendendo queixas comuns como ansiedade, medo da morte, violência, ideação suicida, insônia, isolamento social, tristeza, taquicardia e desconforto respiratório. Os resultados apontaram o agravamento das desigualdades sociais, como pobreza, desemprego e insegurança alimentar, que afetam as mulheres de formas variadas. O estudo destacou a necessidade de mais pesquisas que reconheçam a importância do gênero na construção subjetiva e na experiência do sofrimento mental, além de visibilizar as dores cotidianas dessas mulheres. Em territórios de extrema desigualdade, o cenário de violência estrutural perpetua situações em que as mulheres continuam a desempenhar trabalhos relacionados à manutenção da vida, muitas vezes em condições de dupla exploração, com empregos informais ou vínculos precários que não permitem afastamento, como o home office. O desgaste físico, emocional e mental é ainda mais acentuado para mulheres negras, que enfrentam uma tripla discriminação — racial, social e de gênero — e se encontram em contextos de risco e vulnerabilidade, desempenhando trabalhos socialmente desvalorizados e, muitas vezes, sem condições mínimas de sobrevivência. Conclui-se que é urgente implementar políticas públicas que promovam a equidade de gênero e deem suporte às mulheres em situação de vulnerabilidade.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA A ELIMINAÇÃO DAS HEPATITES VIRAIS

Whagda Keren Alves Rodrigues, Monylla Gomes Ludwig, Angelica de Souza, Vinicius de Oliveira,
Claudia Beatriz da Cunha Oliveira, Carlise Krein, Debora Aparecida da Silva Santos,
Lucieli Dias Pedreschi Chves, Josué Souza Gleriano

As hepatites virais são consideradas um problema de saúde pública mundial, responsáveis por um quantitativo significativo de morbidade e mortalidade. Este estudo tem como objetivo identificar as ações de enfermagem na atenção às hepatites virais na Atenção Primária à Saúde (APS). Foi realizada uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa com 25 enfermeiros da APS na região de saúde médio-norte mato-grossense, no primeiro semestre de 2023, utilizando a técnica de grupo focal

e análise temática, que evidenciou duas categorias principais: *Território e a prática do enfermeiro* e *O enfermeiro da APS na coordenação do cuidado*.

Na categoria *Território e a prática do enfermeiro*, foram identificadas quatro subcategorias. A primeira destaca o reconhecimento do território de saúde como espaço de vigilância e a atuação intersetorial, evidenciando baixa informação dos usuários sobre a sintomatologia das hepatites, limitada adesão de grupos prioritários à testagem e ações preventivas, e pouca corresponsabilização. A segunda subcategoria aborda o monitoramento da cobertura vacinal e da oferta de testagem rápida, mas aponta que poucos enfermeiros solicitam exames para encaminhamento aos serviços de referência. A terceira expõe a fragmentação do cuidado devido à organização dos serviços de saúde, ampliando a discussão sobre vulnerabilidade programática e priorização do binômio queixa-conduta, além da sobrecarga gerencial e assistencial do enfermeiro. A quarta subcategoria revela a submissão da consulta clínica de enfermagem à prática médica.

Na categoria *O enfermeiro da APS na coordenação do cuidado*, duas subcategorias foram delineadas. A primeira aborda a descentralização da testagem para as unidades de APS e a organização da regulação assistencial, evidenciando fragilidades no monitoramento da vacinação em zonas rurais e na articulação com serviços especializados (CTA/SAE). A segunda aponta a necessidade de investimento em educação permanente, especialmente na abordagem de consultas clínicas realizadas por enfermeiros, para ampliar e qualificar sua prática.

Conclui-se que, na região estudada, há um espaço significativo para práticas de enfermagem que contribuam para a eliminação das hepatites virais e a coordenação do cuidado por meio da regulação assistencial. No entanto, para fortalecer os atributos da APS e garantir uma ação ordenada e eficaz, é imprescindível o engajamento de diferentes atores e a consolidação de múltiplas estratégias organizacionais, assistenciais e de gestão, articuladas para ampliar as oportunidades de cuidado.

USO DO TESTE DE DETECÇÃO DO ANTÍGENO LIPOARABINOMANANO (LF-LAM) COMO FACILITADOR DO DIAGNÓSTICO DE TUBERCULOSE ATIVA EM PESSOAS VIVENDO COM HIV: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Tayane Ysla Medeiros Gomes, Maria Jayne Lira de Araújo, Daniel Costa de Almeida,
Suyane Alves de Queiroga Vilar, Gerlânia Simplício de Sousa

A tuberculose (TB), infecção causada pelo *Mycobacterium tuberculosis* e transmitida por aerossóis, acomete com maior frequência pessoas vivendo com HIV (PVHIV) devido ao comprometimento imunológico, o que favorece sua ativação e aumenta a mortalidade associada. O teste de detecção do antígeno lipoarabinomanano (LF-LAM) surge como uma ferramenta valiosa para o diagnóstico de TB ativa em PVHIV, superando dificuldades inerentes a outros métodos. Uma revisão integrativa realizada em março de 2024, na Biblioteca Virtual em Saúde, identificou 31 artigos recentes, dos quais apenas quatro, em inglês e português, atenderam aos critérios do estudo. O LF-LAM detecta um lipopolissacarídeo

presente nas paredes celulares de micobactérias, liberado na urina dos infectados, sendo especialmente útil para PVHIV com quadros clínicos atípicos e radiografias de tórax incomuns. A coleta de urina, prática e segura, minimiza o risco de infecção por escarro e fornece resultados em 25 minutos, acelerando o início do tratamento e superando a demora de métodos como a cultura do *Mycobacterium tuberculosis*. Embora tenha sensibilidade limitada na população geral, o teste é altamente eficaz em PVHIV com tuberculose associada, especialmente em casos de imunossupressão avançada, quando os níveis de linfócitos T CD4+ estão abaixo de 100 células/mm³. Assim, a Organização Mundial da Saúde recomenda o uso do LF-LAM para PVHIV com sinais sugestivos de TB pulmonar ou extrapulmonar, particularmente em contextos de grave comprometimento imunológico. Os estudos analisados confirmam que o LF-LAM é uma ferramenta rápida e eficiente para diagnosticar TB em PVHIV, mas reforçam a necessidade de treinamento das equipes de saúde para seu uso adequado, visando reduzir diagnósticos tardios e atrasos no início do tratamento.

DIÁLOGOS NO TERRITÓRIO: A FORMAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA COMO FERRAMENTA PARA A MUDANÇA DE PRÁTICAS EM SAÚDE

Simone da Silva Oliveira, Wilza Carla Mota Brito Lima, Rogério Ribeiro Ramos

A ampliação da formação em nível de pós-graduação tem sido incentivada pela Escola de Saúde Pública do Estado da Bahia, visando qualificar profissionais para atuarem com maior resolutividade nos serviços de saúde, fortalecendo o Sistema Único de Saúde. Este estudo relata a experiência de tutoria e as estratégias metodológicas aplicadas na condução descentralizada da especialização em Saúde Pública no Núcleo Regional de Saúde Nordeste, em Alagoinhas. A experiência, pautada em ações exitosas, envolveu encontros pedagógicos remotos planejados pela coordenação geral do curso, garantindo que os conteúdos propostos atendessem às ementas dos componentes e fossem conduzidos por tutores locais. As aulas telepresenciais foram iniciadas com dinâmicas de apresentação e pactuação para a condução prática e reflexiva dos componentes. Os discentes, trabalhadores da Rede de Atenção à Saúde da Macrorregião Nordeste, apresentaram projetos de intervenção para seus espaços de trabalho, utilizando formatos interativos como murais e fóruns na plataforma Moodle.

Os conteúdos teóricos, desenvolvidos mensalmente, eram introduzidos por cenários disparadores e leituras prévias, promovendo discussões sobre a atuação do sanitarista frente às práticas e políticas de saúde. Reuniões remotas via Google Meet, conduzidas pelas tutoras da região, ofereceram orientação sobre a construção de produtos relacionados às temáticas. Cada ciclo temático terminava com rodas de conversa, ampliando o olhar crítico e reflexivo dos discentes sobre o contexto político-social e a situação de saúde local. A análise situacional, fundamentada em instrumentos como Planos Municipais de Saúde, e as intervenções propostas pelos participantes enriqueceram a formação.

A vivência profissional compartilhada, aliada ao diálogo entre saberes, fomentou a redefinição de práticas de saúde na região, com contribuições criativas e oportunas. Assim, o processo formativo não só capacitou especialistas em Saúde Pública como também promoveu o fortalecimento da organização do sistema de saúde e do trabalho local na Região Nordeste.

RESIDENTES E O USO DO BUSCADOR GOOGLE: NOVAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM E PARA A SAÚDE?

Liara Saldanha Brites, Maura Jeisper Fernandes Vieira, Rosane Machado Rollo, Cristianne Maria Famer Rocha

As Residências em Saúde desempenham um papel crucial na formação de profissionais qualificados e comprometidos com a construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Durante o processo formativo, que dura dois anos, os residentes vivenciam uma trajetória teórica robusta baseada nos princípios e legislações do SUS, aliada a práticas como conversas clínicas, oficinas, escuta ativa, planejamento de intervenções, e atendimentos coletivos. Com o avanço das tecnologias e da Internet, o acesso a informações em saúde se tornou mais amplo, rápido e dinâmico, permitindo que profissionais em formação utilizem ambientes virtuais, artigos atualizados, cursos e plataformas online, como o Google Search. Contudo, o Google não é uma ferramenta pedagógica; trata-se de uma plataforma de marketing pertencente à Alphabet Inc., orientada por uma lógica neoliberal que prioriza a competitividade e o consumo de produtos e informações. Este trabalho, baseado em uma tese qualitativa de perspectiva pós-crítica, busca discutir as implicações do uso do Google na formação de residentes para o SUS, empregando conceitos como biopolítica e governamentalidade, de Michel Foucault, e governamentalidade algorítmica, de Antoinette Rouvroy e Thomas Berns. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e online, em agosto de 2023, com 15 residentes de programas multiprofissionais e de Medicina de Família e Comunidade. Os dados transcritos e analisados indicam que os residentes transitam entre três papéis no uso do Google: estudante, profissional de saúde e paciente. Como estudantes, utilizam o Google para buscar sites, materiais teóricos, conceitos e legislações, mencionando-o como alternativa para suprir lacunas na formação teórica, embora pouco citem professores, bibliotecas ou materiais fornecidos na Residência. Como profissionais, recorrem ao Google para planejar atividades, elaborar materiais didáticos e realizar ações educativas, enfrentando o desafio de lidar com pacientes que também acessam a plataforma e chegam já munidos de informações. Como pacientes, relatam utilizá-lo como a maioria das pessoas, embora considerem que seu treinamento em saúde os capacite para um uso mais crítico da ferramenta. Esses achados revelam um redesenho das relações tradicionais de poder e saber entre profissionais e pacientes, influenciado pelas estratégias biopolíticas de grandes empresas de tecnologia. O Google tem moldado práticas educativas e profissionais, conduzindo condutas e promovendo uma reconfiguração do aprendizado em saúde. A reflexão sobre esse cenário é essencial para entender os impactos de plataformas digitais na formação para o SUS e para propor estratégias que garantam uma educação em saúde crítica, ética e alinhada aos valores do sistema público.

O OLHAR DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NUMA ABORDAGEM NÃO CONVENCIONAL E A PRODUÇÃO DO CUIDADO AO USUÁRIO – RELATO DE CASO

Taissa Fantin de Assis, Matheus Marinho de Abreu, Elisa Prezotto Giordani

O objetivo deste trabalho é destacar a percepção dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) em uma abordagem não programada, ou seja, no contexto comunitário, ressaltando a produção do cuidado ao usuário e a importância da equipe multidisciplinar da Estratégia de Saúde da Família na condução do caso. Durante uma ação do Programa de Saúde na Escola (PSE), a equipe da Unidade Básica de Saúde Adolar Armani de Souza, de Marcílio de Noronha II, em Viana (ES), observou um morador com evidente aumento de volume mandibular no lado esquerdo da face, o que chamou a atenção, especialmente da equipe odontológica. Ao se identificar, o morador informou ser novo no território e ainda não ter procurado a UBS. A cirurgiã-dentista agendou uma consulta odontológica de urgência para o dia seguinte. Na consulta, J.R., 67 anos, relatou morar sozinho e que, por desmotivação, não cuidava da saúde há muitos anos. Apresentava sinais de depressão, era tabagista, hipertenso e sofria de arritmia cardíaca. Durante o atendimento, referiu tosse, coriza e dispneia, presentes há um ano, e relatou uma exodontia de terceiro molar inferior esquerdo há 30 anos, associada a um tumor que levou à ressecção parcial da mandíbula. Em 2012, notou a recidiva do tumor, que cresceu gradativamente, mas não procurou atendimento médico por não sentir dor. No exame clínico, identificou-se um tumor mandibular, intra e extraoral, do lado esquerdo, assintomático, com cerca de 9 cm de diâmetro. Como parte do acolhimento e cuidado pela equipe, o paciente foi atendido pelo médico da UBS no mesmo dia e encaminhado para um serviço especializado em oncologia, que o atendeu em poucos dias. Todos os exames realizados apresentaram alterações, incluindo a tomografia computadorizada, que sugeriu uma possível lesão neoplásica recidivada, com epicentro presumido na região mandibular esquerda. Após a consulta odontológica e os atendimentos subsequentes, o paciente demonstrou grande gratidão, abraçando a dentista e afirmando que se sentiu acolhido, cuidado e motivado a iniciar o tratamento, o que fez com ânimo. No entanto, devido ao seu comprometimento geral, o paciente faleceu meses depois. Conclui-se que a presença de uma equipe multidisciplinar da Estratégia de Saúde da Família, atuante no território e integrada à Rede de Atenção à Saúde local, é de extrema relevância, e o caso expõe a importância da abordagem, acolhimento e assistência para motivar o paciente a iniciar o tratamento de saúde.

A HISTÓRICA NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO REGIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA ITINERANTE EM SERVIÇOS DE PRIMEIRO NÍVEL DA AMÉRICA DO SUL

Amanda Firme Carletto

A experiência abrange diferentes países da América do Sul, com o objetivo de compreender, de forma teórico-prática, como os serviços de primeiro nível são oferecidos nos sistemas de saúde, incluindo nações com a missão de alcançar o Acesso Universal e aquelas focadas na Cobertura Universal de Saúde. Para isso, as visitas foram realizadas sem agendamento prévio e sem intervenções de atores influentes no Peru, Bolívia, Chile, Argentina e Paraguai, entre agosto de 2023 e janeiro de 2024. Essa metodologia foi adotada para possibilitar a compreensão do itinerário terapêutico percorrido pelos usuários para acessar os serviços. A experiência vivenciada durante o doutorado em Saúde Coletiva em trânsito reafirma a ampla e chamativa diversidade cultural da nossa região, mas também evidencia a desigualdade social gritante, resultante em acessos discrepantes aos serviços de saúde, dependendo da renda e do poder de consumo, com forte presença do setor privado. Como conclusões, observa-se que sofremos historicamente com ondas de governos socialmente irresponsáveis e, como agravante, oferecemos pouco incentivo e espaço institucional para a participação e o controle social. Apesar de nos inspirarmos em países de primeiro mundo, os investimentos em intercâmbios de experiências e conhecimentos na região são escassos, enfraquecendo nosso poder de articulação regional. Uma análise crítica revela que, mesmo com propostas universais, os sistemas de saúde ainda operacionalizam uma carteira de serviços restrita, que atende apenas uma parte da população. De forma conectada, temos construído modelos de Atenção Primária à Saúde, com forte proximidade à vertente restrita, apresentando dinâmicas formativas, laborais e de infraestrutura física que carecem de reformas inspiradas pela Conferência de Alma Ata.

A BIOPOTÊNCIA GUIANDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PRODUZINDO CUIDADO NAS BRECHAS DOS IMPOSSÍVEIS.

Graziella dos Santos, Pedro Victorino Carvalho de Souza, Rebeca Azevedo Machado Pinto, Eyshila de Jesus, Gilson Gomes, Carlos Eduardo Cavalcante, Lucas Oliveira Silva, Camila Obadia

Este resumo aborda as influências das biopotências na formação de profissionais do curso de Psicologia, tomando como base as reflexões do livro *Vida Capital*, de Peter Pal Pelbart, discutidas na disciplina “Psicologia e Processos Sociais”. Destacamos os modos de vida nômades, que se contrapõem às perspectivas da Psicologia tradicional, a qual frequentemente constrói concepções teóricas fundadas em apriorismos, antecipando reflexões sobre aqueles que se pretende cuidar, antes mesmo do encontro com eles. A biopolítica, como forma de controle dos corpos, também impacta a produção de modos

de subjetivação, levando-nos a questionar o lugar paradoxal do trabalhador da saúde. O profissional ou estudante de Psicologia, frequentemente imerso em perspectivas teóricas, busca criar significados para sua prática profissional. No entanto, vivenciamos um fazer psicológico situado no encontro, permeado pela produção de subjetividade capitalista. A questão central é: qual o lugar do psicólogo diante de existências que resistem ao modo de produção de vida capitalista? Inspirados pela figura do nômade, como expressa Kafka, identificamos nele uma proposta de circulação que resiste ao controle, evocando uma vida que escapa às normas. Assim como as muralhas da China, construídas para conter, tinham brechas por onde o nômade escapava e adentrava no império, tomamos a perspectiva nômade como ferramenta para repensar o fazer psicológico. Propomos pensar a Psicologia a partir dessas margens, muros e formas não homogêneas, refletindo sobre o encontro com sujeitos que habitam corpos marcados pelo sofrimento. Nesse percurso, somos movidos pelo desejo de alteridade: seria possível repensar a Psicologia no cuidado com a produção do sofrimento? Inspiramo-nos no fazer psi orientado pelo nômadismo nos encontros, evocando a força inventiva da vida, especialmente nos espaços onde o exercício do poder mais reprime as potências de viver. Caminhamos com a biopotência, entendendo que o ser humano, antes de tudo, é um grau de potência. Guiados por essas inquietações, refletimos sobre o compromisso com a micropolítica do trabalho vivo, buscando nas potências o norte clínico do pensamento. Ao mesmo tempo, nos produzimos como profissionais do cuidado, aproveitando as dobras dos conceitos para analisar nossa implicação no devir psicólogo.

AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE: NOTAS SOBRE SUS NA PANDEMIA COVID-19

Antônio Amancio Barbosa Neto, Rodrigo Tobias de Sousa Lima,

A Pandemia de covid-19 alterou os contextos e resultados de saúde em todo o mundo, direcionando os olhares para o papel do sistema e dos serviços de saúde brasileiros diante dessa emergência de saúde pública de importância internacional. Nesse cenário, destaca-se a avaliação de desempenho dos sistemas e serviços de saúde, bem como o papel fundamental das práticas de monitoramento e avaliação no Sistema Único de Saúde (SUS). As fragilidades dos sistemas e serviços de saúde, evidenciadas pela perda de vidas, ruptura social e colapso dos serviços, ressaltam o que ocorre quando uma crise surge e os serviços não estão preparados. Assim, a avaliação de desempenho se destaca como uma ferramenta essencial para fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação, contribuindo para o aprimoramento do SUS e a produção de conhecimentos que orientam a tomada de decisões na gestão em saúde. No entanto, a avaliação de desempenho, como instrumento dessa cultura, precisa avançar em sua institucionalização. Sua subutilização é atribuída à fraca institucionalização da cultura avaliativa e à necessidade de consolidá-la no cotidiano dos serviços. Torna-se, portanto, imperativo fortalecer sua incorporação à rotina das organizações de saúde, acompanhando os processos de planejamento e gestão das políticas, programas e serviços de saúde, com o objetivo de otimizar ações e resultados. Avaliar é também uma ferramenta de prestação de contas, permitindo à sociedade

exercer o controle social e responsabilizar a administração pública pelo desempenho, substituindo o modelo burocrático de controle. A participação direta da sociedade nas questões relacionadas aos bens e serviços públicos promove o aprendizado social com a esfera pública, configurando um processo pedagógico emancipatório. Este manuscrito foi construído por meio de uma revisão narrativa sobre o campo da avaliação de desempenho de sistemas e serviços de saúde em relação à Pandemia de covid-19, com base na literatura científica contemporânea. A revisão resultou em um capítulo no livro *Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde na Amazônia*, publicado pela Editora Rede Unida (Edital N° 01/2022). Em suma, o contexto pandêmico evidencia a importância de se observar a relação entre a emergência do covid-19 e a avaliação de desempenho dos sistemas e serviços de saúde, resgatando o compromisso entre a academia e os serviços, entre pesquisa e gestão, e removendo os obstáculos entre ambas, além de contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de monitoramento e avaliação no sistema de saúde brasileiro.

O CAPS E O SAMBA DA PRODUÇÃO DE BANCOS: O ESPETÁCULO DA VIDA

Rebeca Azevedo Machado Pinto, Pedro Victorino Carvalho de Souza, Eyshila de Jesus, Gilson Gomes, Carlos Eduardo Cavalcante, Lucas Oliveira Silva, Graziella Dos Santos, Camila Obadia

Esses versos se apresentam como testemunhos de *Encontramentos - Sob os Holofotes: O CAPS e a produção de bancos no espetáculo da vida*. A oficina se inaugura com a capacidade de um dos usuários me surpreender, que, como um gato escaldado, pergunta minha profissão, ao que respondo: “psicólogo”. Para minha surpresa, ele responde: “Mais um psicólogo aqui para não fazer nada?”. Os equipamentos no contexto encontrado tinham pouca porosidade na construção do cuidado com esse público e não se adequavam a esse perfil de usuários. Mas, como já dizia Caetano Veloso, “o samba é o pai do prazer, o samba é o filho da dor, o grande poder transformador. Segura, que a cuíca vai cantar e aí de quem não ouvir.” No CAPS, percebi que, de maneira interativa, existia um grupo de trabalhadores que operava uma oficina de geração de renda, produzindo bancos de sucata de ônibus, quase como um tambor, no ritual de um atabaque. Sagrado. Era um sopro no silêncio, um arrepio na coluna. O grupo se realizava no formato de roda de conversa pela manhã, e, após, produziam os bancos. No espaço de convivência da oficina, surgiam intervenções poéticas. A rigidez da operação burocrática, com uma cozinha que tinha café proibido para nós, na tentativa de coar a existência, não era obstáculo; dava-se um jeito de fazer acontecer, fazendo ebulir vida, criação, que se espalhava com o cheiro do café e aquecia o amargor do espaço. A grupalidade envolvida rompia com os protocolos rígidos, como técnicas, CIDs e atendimentos individualizados, características do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). São diversos os lugares experimentados: a lavagem da sucata, o tirar da poeira, o pintar, preparar o assento, forrar com tecido, o toque final. Uma linha de montagem que vai se sofisticando com o toque de cada um. Inicialmente, as sucatas amassam quando limpamos e não conseguimos trabalhar nelas, mas, aos poucos, uma linha de montagem começa a se formar com os usuários, que, de forma experimental, vão assumindo o desejo por um produto final. Mas é sobre as

experiências coletivas do ato de tentar fazer algo com o outro que essa experiência se faz relevante. No acontecimento, na organização e dinâmica que, de forma inédita, apresentam novas conexões. Vamos de samba para a vida ficar alegre? Vamos de samba, dançar, reinventar e resistir em vida? O que me impactava era a alegria de viver, a maneira como produziam coisas em uma ambiência de muito bom humor. Eles se juntavam e, quando vi, a banda estava formada, sem nenhuma pretensão. A orquestra sinfônica teria inveja de tamanha produção no improviso, mas, em um local de pouca acolhida para suas singularidades, ouvir um bêbado, a canção de um oprimido, parecia para a equipe um absurdo. Devagarinho, me ensinaram como funcionavam. Aprendi que silêncio também era som, e ecoava desafinado. Ensurdecedor.

EXPERIÊNCIA DE UMA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COLABORATIVA DE UM GRUPO DE SUPERVISORES DOCENTES ASSISTENCIAIS PARA A FORMAÇÃO DE CIRURGIÕES-DENTISTAS NAS UNIDADES DE SAÚDE

Itamar Teixeira, Andreza de Oliveira Melo Souza, Elisa Prezotto Giordani, Fabiano Araújo Brum, Lívia Santana de Oliveira, Margareth Machado, Wellick de Melo Santos

Um grupo de trabalho para coordenação, alinhamento e orientação dos encontros de práticas pedagógicas de supervisores docentes assistenciais e dos trabalhos de provimento de cirurgiões-dentistas bolsistas nos municípios capixabas se organiza em encontros e reuniões semanais com o objetivo de coordenar estratégias pedagógicas, analisar reflexivamente a atuação e as realidades dos docentes assistenciais, e traçar direcionamentos para qualificação e apoio aos cirurgiões-dentistas bolsistas nas Unidades de Saúde da Família (USF) do Estado. O programa de qualificação profissional Qualifica-APS, do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI), criou um modelo inovador de coordenação e supervisão pedagógica para apoiar a educação permanente das equipes de saúde no curso de Odontologia da Saúde da Família e Comunidade, provisionando cirurgiões-dentistas nas USF em parceria com os municípios. Esta coordenação se estruturou como uma equipe apoiadora de ensino e aprendizagem dos cirurgiões-dentistas das USF, composta por oito supervisores docentes-assistenciais municipais e uma coordenadora de processos de gestão pedagógica para auxiliar os profissionais em suas rotinas e realidades nos territórios de saúde. A coordenação fundamenta-se em conceitos inovadores, propondo a colaboração da equipe para construir juntas as atividades de ensino e aprendizagem, ouvir e elaborar devolutivas construtivas coletivas, promover empatia pelo trabalho docente e assistencial, e direcionar melhorias no desempenho da supervisão, oferecendo apoio contínuo para as ações educacionais permanentes e para o trabalho em equipe. O resultado foi a construção de um tecido coordenador participativo e a modelagem de um grupo de estudo colaborativo, que utiliza ferramentas de análise crítico-reflexiva e considera as contribuições coletivas dos encontros docentes assistenciais, refletindo sobre como as metodologias ativas podem contribuir para o cotidiano dos professores e dos profissionais de saúde nas USF. A gestão dos

procedimentos metodológicos do grupo se define semanalmente por meio de análises colaborativas entre a coordenadoria e os docentes responsáveis pela formação dos cirurgiões-dentistas, com base em reuniões para mediação pedagógica dos conteúdos do Plano de Ação Didática (PAD), visando aos ciclos mensais de ensino e à socialização das aprendizagens nos grupos de supervisores docentes assistenciais e cirurgiões-dentistas. O grupo busca contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes e dentistas, ressignificando a prática docente ao elaborar devolutivas de aprendizagens e oferecendo oportunidades de desenvolvimento de habilidades como liderança, didática, comunicação, articulação e condução de relacionamentos, além de ampliar o olhar sobre as coletividades. Para os cirurgiões-dentistas provisionados nas USF, o grupo coordenador pedagógico e docente assistencial estimula novos saberes, valorizando a inovação, a mobilidade e a flexibilidade necessárias na educação permanente e ressignificando a prática educacional no SUS. Conclui-se que uma coordenadoria pedagógica, amparada por um grupo estruturante, torna-se coadjuvante de forma colaborativa no processo educacional, agregando qualidade participativa e inovadora ao compartilhar os processos e promover o protagonismo dos supervisores assistenciais de maneira dialógica, autônoma, democrática, proativa e colaborativa.

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: NARRATIVAS INDIVIDUALIZADORAS DELAS, ESTRUTURADAS PELA REFLEXÃO CRÍTICA DAS NARRATIVAS DOS PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS RECEBIDOS

Itamar Francisco Teixeira

Esta rota narrativa expõe uma pequena parte do universo vivido por mulheres que são vítimas da violência doméstica, com o objetivo de revelar os traumas odontológicos resultantes dessa violência e refletir criticamente sobre a rede institucional e voluntária de apoio, além dos esforços da sociedade civil organizada para prevenir a violência de gênero e promover o cuidado das vítimas. Todos os dias, pelo menos 600 mulheres são vítimas de violência doméstica, sendo machucadas, subjugadas, deslegitimadas e desrespeitadas, com suas identidades de mulheres sendo negadas. A violência pode levar à desestruturação, onde o desamparo, o abandono e a solidão dominam a vida dessas mulheres, muitas das quais têm seus dentes destruídos e sua saúde bucal negligenciada. Nesse contexto, os procedimentos odontológicos mais complexos não são acessíveis nas unidades básicas do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que as políticas públicas existentes são insuficientes para acolher e cuidar dessas mulheres, tirá-las do ciclo de violência e ajudá-las a reconstruir suas identidades. Em uma experiência docente, um membro do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI), em supervisão na educação permanente de uma Unidade de Saúde da Família (USF) no interior do Espírito Santo, abordou o projeto “Apolônias do Bem” e seu voluntariado de cirurgiões-dentistas que atendem mulheres vítimas de violência doméstica. A partir disso, surgem narrativas individualizadas,

estruturadas e fundamentadas na reflexão crítica dos procedimentos odontológicos empáticos realizados em mulheres vítimas de violência, considerando suas realidades, dados e episódios de violência, além dos resultados dos tratamentos encaminhados pelo Ministério Público, delegacias de polícia, poder judiciário e entidades do terceiro setor, como o projeto mencionado. O acolhimento das mulheres vítimas de violência vai além da compreensão da violência de gênero, passando pela situação inicial de desamparo e abandono, até a ampliação da rede de apoio, com um modelo de integralidade no acolhimento, com suporte clínico estruturado pelos dentistas e a reconstrução da mulher a partir de suas próprias narrativas. A escuta, nesse processo, visa à qualificação afetiva e à ressignificação dos sentimentos, fortalecendo o feminino e a reestruturação da mulher como pessoa, por meio da ampliação de sua apresentação pessoal. Embora o SUS enfrente dificuldades para implementar uma política de saúde específica para mulheres vítimas de violência doméstica, que necessitam de cuidados altamente especializados nos âmbitos físico, psíquico e emocional, é essencial oferecer amparo e acolhimento para ressignificar a dor e os traumas da violência de gênero. A violência doméstica de gênero é um produto social que deve ser combatido em todos os setores, e a reflexão crítica sobre o feminino e os processos de reinclusão das mulheres em suas identidades deve ser uma pauta transversal a todas as discussões.

A EXPERIÊNCIA DE UMA INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE DA MULHER IDOSA EM UMA QUADRA DE ESPORTE ADSTRITA A UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE UM MUNICÍPIO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Angela Rodrigues Armani, Itamar Francisco Teixeira, Aparecida Cossuol Taqueti, Natália Leite Gonçalves, Sofia Chaves de Oliveira Salla, Scherllynn Schulz Buthe Rodrigues, Shara Pelção Dias, Amabia Juliara de Souza Costa, Luanda Silva Santos

Este relato de experiência descreve uma ação de equipe multidisciplinar de uma Unidade de Saúde da Família (USF) realizada na quadra de esportes de um bairro periférico de um município no Norte do Espírito Santo, com o objetivo de incentivar a prática de exercícios físicos em um grupo de mulheres idosas e vinculá-las à autorresponsabilidade nos cuidados das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), saúde bucal e qualidade de vida. A intervenção ocorreu por meio de uma ação de saúde extramuros, focada nas mulheres idosas que se reuniam na quadra para exercícios físicos. As ações educativas de promoção e prevenção visavam transformar a qualidade de vida dessas mulheres, ressignificando seus hábitos e processos de cuidado com a saúde. A equipe de saúde, composta por enfermeira, agentes comunitários de saúde (ACS), técnicas de enfermagem, auxiliar de saúde bucal e cirurgiã-dentista, que participa de um curso de educação permanente do Programa Qualifica-APS do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI), identificou as dificuldades e a falta de acesso das idosas a cuidados preventivos, consultas e orientações profissionais. As ações semanais,

inicialmente experimentais, tornaram-se permanentes com o nome de “Saúde na Quadra” e passaram a ocorrer nas manhãs, das 7h às 8h, para não interferir nas rotinas dos profissionais da USF. As mulheres que necessitavam de cuidados e tratamentos passaram a ser encaminhadas para avaliação, conduta e acompanhamento pelos profissionais. Casos urgentes despertaram maior interesse pela saúde das mulheres idosas, levando a valorização da escuta qualificada, acolhimento e inclusão, além da ampliação do acesso aos serviços de saúde. A iniciativa também otimizou encaminhamentos para especialistas e programas de saúde, como hipertensão, diabetes, tabagismo, IST/Aids, saúde do idoso, saúde mental, entre outros. Ações específicas como alimentação saudável, saúde bucal, próteses orais, higiene e a importância dos exercícios físicos para o envelhecimento saudável foram implementadas. Além disso, as idosas foram inseridas no sistema de cadastramento de famílias do SUS, o que trouxe inovações na assistência, ampliou a cobertura territorial de saúde e melhorou indicadores, a satisfação das usuárias e a garantia de universalidade e integralidade dos serviços. A ação “Saúde na Quadra” não só contribuiu para o reconhecimento das condições de saúde das mulheres idosas do bairro, mas também fortaleceu a cooperação entre os profissionais de saúde, promovendo saúde e bem-estar para o grupo de idosas atendido.

UMA EXPERIÊNCIA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DOMICILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE DO ESPÍRITO SANTO

Scherllynn Schulz Buthe Rodrigues, Itamar Francisco Teixeira, Shara Pelção Dias, Amabia Juliara de Souza Costa, Luanda Silva Santos, Sofia Chaves de Oliveira Salla, Natália Leite Gonçalves, Natália Pittol Rigo, Angela Rodrigues Armani

As necessidades de cuidados odontológicos de pessoas em leito domiciliar têm aumentado nos territórios de saúde, e, ao perceber essa demanda, os cirurgiões-dentistas da Atenção Primária em Saúde (APS) de um município de médio porte do Espírito Santo buscaram formas de oferecer atendimento assistencial a esses usuários, com o objetivo de ampliar a eficácia, a resolutividade e o acesso da população aos serviços odontológicos, abrangendo prevenção, promoção, cuidados paliativos e curativos. Um grupo de cirurgiões-dentistas do município, orientados por seu supervisor docente assistencial do Programa Qualifica-APS do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI), identificou a necessidade de prestar assistência domiciliar aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), acamados ou não, que, por diversos motivos, são impedidos de comparecer à Unidade de Saúde da Família (USF) para resolver seus problemas bucais. A metodologia adotada envolve o deslocamento de um cirurgião-dentista da USF até o domicílio do usuário, com o agendamento feito pela família, pelo agente comunitário de saúde (ACS) ou em situações de urgência. Os procedimentos são realizados no domicílio, e as urgências, como alívio de dor, sangramentos, lesões de mucosa e biópsias, são priorizadas, exigindo maior sensibilidade e resolutividade para aliviar o sofrimento do paciente e seus familiares, além de apresentar o desafio de associar um plano de cuidados focado na condição e vulnerabilidade do paciente, centrado na pessoa, com abordagem pela clínica ampliada. Os

atendimentos domiciliares em saúde bucal trouxeram tranquilidade aos pacientes, segurança técnico-operacional para as equipes de saúde e para a gestão do município, além de um apoio contínuo e resolutivo para as famílias. O cuidado aos pacientes acamados também contribuiu para a redução de focos infecciosos bucais críticos, riscos de infecção e agravamentos, como pneumonias, além de agregar valor humanizado ao cuidado, evitando deslocamentos arriscados dos pacientes até a unidade de saúde. As consultas odontológicas domiciliares promoveram um caráter educacional permanente no processo de trabalho, permitindo discussões de casos clínicos concretos e compartilhamento de procedimentos, o que incrementou a prática dialógica entre os profissionais e contribuiu para a atualização dos protocolos de atendimento, encaminhamentos e orientações aos familiares e cuidadores. Para a gestão, isso representou inovação na assistência, ampliando a cobertura territorial de saúde bucal, melhorando os indicadores, a satisfação dos usuários e garantindo a universalidade e integralidade dos serviços aos pacientes com restrição e redução de capacidades. Considera-se que novas políticas de saúde podem otimizar os recursos humanos e transformar a dinâmica da saúde bucal nos territórios, ampliando o atendimento odontológico para além dos consultórios, com qualidade e protagonismo do cirurgião-dentista, além de agregar produtividade, humanização, corresponsabilização de cuidados, estruturação de vínculos e comodidade para o paciente.

EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO DE CIRURGIÕES-DENTISTAS NO DIAGNÓSTICO, ORIENTAÇÃO E TRATAMENTO DE ANQUILOGLOSSIA DE RECÉM-NASCIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE UM MUNICÍPIO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Scherllynn Schulz Buthe Rodrigues, Amabia Juliara de Souza Costa, Shara Pelção Dias,
Luanda Silva Santos, Sofia Chaves de Oliveira Salla, Angela Rodrigues Armani,
Natália Pittol Rigo, Natália Leite Gonçalves, Itamar Francisco Teixeira

A anquiloglossia, conhecida como “língua presa”, é uma anomalia cujos danos ao binômio mãe-bebê vão além dos problemas de fonação e dentes mal posicionados, sendo uma questão importante para as puérperas e seus lactentes, pois pode estar relacionada à dificuldade de amamentação. Com isso, os dentistas de um município de médio porte no Espírito Santo criaram uma nova estratégia para a abordagem dessa condição, com o objetivo de integrar à clínica odontológica e à puericultura das Unidades de Saúde da Família (USF) a identificação, o tratamento e o encaminhamento dos casos de anquiloglossia em bebês, visando melhorar a amamentação com humanização, acolhimento e um cuidado centrado na pessoa e na família. Percebendo as dificuldades de amamentação em alguns recém-nascidos devido à anquiloglossia e às queixas das mães, além da dificuldade de acesso à cirurgia para frenotomia lingual, os cirurgiões-dentistas, orientados por seu supervisor docente do Programa Qualifica-APS do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI), começaram a executar o teste da Linguinha como método diagnóstico. Os bebês com teste positivo, que apresentavam

dificuldades na amamentação ou eram encaminhados pelos profissionais da Atenção Primária em Saúde (APS), passaram a ser submetidos à frenotomia lingual diretamente nas unidades de saúde. Casos mais complexos eram encaminhados para uma equipe multidisciplinar em uma sala de pequenas cirurgias anexa ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do município. A inclusão dos cirurgiões-dentistas na identificação da limitação dos movimentos da língua nos primeiros dias de vida permitiu que as puérperas e suas famílias fossem orientadas sobre os riscos da restrição da amamentação materna causados pela anquiloglossia. Essa estratégia inovadora trouxe tranquilidade e apoio para as equipes de saúde, que não dispunham do serviço de frenotomia lingual na puericultura, além de promover educação e capacitação dos profissionais sobre amamentação e aleitamento maternos. Com a coordenação dos cuidados, os casos de anquiloglossia passaram a ser atendidos e acompanhados no próprio município, com a realização das frenotomias linguais pelas equipes de saúde da família, o que facilitou imediatamente a pega do mamilo e a sucção pelo bebê, gerando maior tranquilidade emocional para a mãe, fortalecimento do vínculo psíquico-afetivo entre a tríade mãe-bebê-família e maior adesão à puericultura. Os pais, ao relatarem suas experiências, expressaram sentir-se amparados e acolhidos pelos profissionais, que despertaram neles a conscientização sobre a importância da amamentação materna no desenvolvimento infantil e na prevenção de problemas futuros. O apoio dos cirurgiões-dentistas da USF no diagnóstico da anquiloglossia mostrou-se um modelo assistencial inovador e significativo na puericultura e nos serviços de saúde, promovendo vínculos alicerçados no acolhimento, boas práticas de saúde, articulação entre saberes e a representação de qualidade de vida materno-infantil, com foco na promoção, prevenção e redução de danos.

FITOTERAPIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM UMA FACULDADE DE MEDICINA DE VITÓRIA-ES

Henriqueta Tereza do Sacramento

A experiência ocorreu entre 2022 e 2023, com a oferta do Projeto de Extensão “Fitoterapia na Atenção Primária em Saúde” para acadêmicos dos primeiros períodos de Medicina da Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo (Emescam). Durante as entrevistas para seleção, os principais interesses dos alunos foram o resgate do conhecimento tradicional preservado pelas famílias e o aprendizado para consumo próprio. Após a aprovação do projeto pela coordenação de extensão e sua divulgação no site da faculdade, a seleção dos alunos gerou grande expectativa, com 100% de aprovação. O projeto teve como objetivos oferecer uma fundamentação teórico-prática sobre plantas medicinais e fitoterapia, qualificar os acadêmicos para atuar na Atenção Primária em Saúde, orientar os discentes a realizar revisões sobre a eficácia e segurança das plantas medicinais, produzir Lives e Cards sobre os riscos e benefícios do uso dessas plantas, além de incentivar ações educativas em saúde para as guardiãs de uma horta urbana comunitária. Foram realizados encontros semanais

de duas horas com aulas teórico-práticas sobre identificação das plantas medicinais mais consumidas, abrangendo aspectos agrônômicos, antropológicos, químicos, toxicológicos e farmacológicos. Priorizaram-se aulas sobre o uso consciente e a prescrição de fitoterápicos padronizados no SUS, utilizados nos jardins terapêuticos das Unidades de Saúde da Família (USF). A metodologia incluiu rodas de conversa, oficinas, visitas a jardins terapêuticos das USFs de Vitória e à Horta Comunitária Paraíso. Para a produção de conteúdo, os alunos realizaram revisões bibliográficas sobre as plantas cultivadas na horta comunitária e nos jardins terapêuticos, elaborando minimonografias que foram revisadas pela professora coordenadora. O conteúdo produzido, com foco em profissionais da saúde, estudantes e população, incluiu informações científicas sobre as plantas, suas propriedades, modo de preparo, doses e contraindicações. O sucesso do projeto foi medido pelas interações nas redes sociais, como as curtidas nas publicações. Como resultado, os discentes compreenderam a importância da fitoterapia no cuidado integral na Atenção Primária em Saúde e a necessidade de difundir esse conhecimento, promovendo a integração entre ensino, serviço e comunidade. O projeto introduziu novos conhecimentos sobre a fitoterapia, considerando-a uma prática integrativa e complementar reconhecida pelo SUS, com foco na saúde preventiva, promoção da saúde e atenção primária. Por fim, os acadêmicos entenderam a importância da articulação entre saber popular e científico para a inclusão da fitoterapia no SUS e o apoio ao cuidado integrativo.

GRUPO ESCURECENDO IDEIAS: NO CAPS INFANTOJUVENIL O PODER É PRETO!

Marines Santos de Oliveira, Farley da Silva Graciano dos Santos, Anselmo de Oliveira, Eliane Ferreira de Andrade

O campo da Saúde Mental na Infância e Adolescência no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, evidenciados pela escassez de políticas públicas adequadas e pela falta de recursos financeiros para o cuidado e assistência a essa faixa etária. Esse cenário contrasta com os dados da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância, que apontam um aumento substancial de crianças e adolescentes com sofrimento psíquico entre 2019 e 2023. A situação se agrava quando analisada sob a perspectiva racial, com um quadro alarmante da saúde mental infantojuvenil negra no país. Para compreender melhor esse contexto, é necessário considerar os determinantes sociais de saúde, que estão intimamente relacionados aos agravos à saúde e de difícil acesso para essa população. Esse cenário revela a correlação entre o racismo e o sofrimento psíquico, como exemplificado pelo episódio de 2021, quando um adolescente negro foi abordado de forma truculenta pela polícia no CAPS II Infantojuvenil de Santo André-SP, em plena luz do dia, sob a justificativa de estar usando moletom. O incidente trouxe à tona a falta de diretrizes nas políticas públicas de saúde mental para tratar essa questão, despertando nos profissionais negros, que já haviam vivenciado situações semelhantes, a necessidade de criar um espaço psicossocial voltado ao debate, acolhimento e empoderamento dos adolescentes negros. Assim, surgiu o Grupo Terapêutico Escurecendo Ideias, que se reúne quinzenalmente no CAPS II Infantojuvenil, podendo

também ocorrer em locais do território de vivência dos usuários, como museus, parques e praças. Os familiares e responsáveis, que frequentemente compartilham as mesmas questões enfrentadas pelos adolescentes, participam ativamente das atividades. O trabalho é conduzido exclusivamente por profissionais negros, garantindo identidade e representatividade para os participantes. Durante os encontros, são abordados temas sobre história e cultura africanas, utilizando diversas formas de expressão, como discussões sobre o cotidiano, atividades no território, exibição e análise de filmes, vídeos e literatura afrodescendente. Atividades como oficinas de cabelo e maquiagem destacam a beleza e a autoestima dos participantes, com ênfase nas tranças e no cabelo black power como expressões poderosas da identidade afrodescendente. O grupo também conta com convidados que compartilham suas histórias e experiências, proporcionando trocas enriquecedoras e promovendo diálogos sobre as vivências diárias.

NO CAPS IANA PROFETA RIBEIRO, A ARTE É TERAPÊUTICA! COLETIVO INTEGRAÇÃO: SAMBA, SARAU, POESIA E DANÇA

Marines Santos de Oliveira, Augusto Lopes Ferreira, Ariane Gonçalves, Ronaldo Alves da Silva, Cristiane da Silva Oliveira, Vanessa Salvador Lachi, Maurício Gomes

A relação entre arte e saúde mental é histórica, demonstrando que atividades artísticas promovem bem-estar e benefícios terapêuticos, abrangendo ganhos sociais, emocionais, psíquicos e cognitivos. Nesse contexto, o CAPS III IANA PROFETA RIBEIRO, em Santo André (SP), tem utilizado a arte como uma poderosa tecnologia de cuidado em saúde mental, evidenciando benefícios nos Projetos Terapêuticos dos usuários por meio do Projeto Coletivo Integração, composto por três oficinas: Cativa Samba, DançaTerapia e Sarau – Violão e Poesia. A diversidade de atividades amplia e promove a integração dos usuários, com cada grupo encontrando sua expressão particular em um dos eixos do projeto. A utilização da música como ferramenta terapêutica começou há cerca de 10 anos e, entre as várias experiências musicais, o Samba se destacou, atraindo maior aceitação e formando o Grupo Cativa Samba, nome escolhido por um dos usuários do grupo, por meio de votação. O sucesso do grupo foi imediato, com significativa participação de usuários e familiares, permitindo a integração com outros projetos que aconteciam simultaneamente, como o Sarau – Violão e Poesia e a DançaTerapia. Dessa forma, surgiu o Coletivo Integração, no CAPS III IANA PROFETA RIBEIRO. A proposta integrada aos Projetos Terapêuticos dos usuários artistas trouxe importantes ganhos em autonomia, comunicação, ampliação de redes de apoio, fortalecimento de vínculos familiares, circulação territorial, protagonismo e sociabilidade. As apresentações ultrapassaram os limites do CAPS, com os usuários e profissionais participando ativamente de eventos em instituições, universidades, teatros e outros espaços comunitários, o que reforçou o impacto positivo da arte não só na saúde mental dos usuários, mas também na promoção de sua participação ativa e inclusiva na sociedade. O reconhecimento do trabalho realizado no CAPS e a aceitação dos sujeitos com sofrimento psíquico, anteriormente

marcados por estigmas, foram fortalecidos. A participação dos usuários no processo criativo, o aprimoramento das técnicas musicais, corporais e poéticas, a responsabilidade com compromissos assumidos, e a promoção do bem-estar e qualidade de vida são fatores que contribuíram para a expansão e fortalecimento do projeto. Como desdobramento, destaca-se o protagonismo dos usuários e a desmistificação dos tabus relacionados ao cuidado em saúde mental.

INDICADORES DE GESTÃO EM SAÚDE MENTAL: RAAS, BPA E CENSO COMO NORTEADORES DO CUIDADO PSICOSSOCIAL

Marines Santos de Oliveira

Em 28/08/2012, o Ministério da Saúde (MS) promulgou a Portaria 854/SAS, alterando e criando novos procedimentos de produção para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme o Modelo de Atenção Psicossocial instituído no país e reafirmado pela Portaria nº 3.088, de 23/12/2011. Com essa transição, foi abandonada a abordagem centrada no faturamento quantitativo, expandindo significativamente a perspectiva qualitativa das informações, com o objetivo de demonstrar mensalmente uma “fotografia” do serviço. Ao assumir a Coordenação da Saúde Mental em 2019, os Relatórios de Acompanhamento e Avaliação em Saúde (RAAS), o Bloco de Procedimentos Ambulatoriais (BPA) C e o Bloco de Procedimentos Ambulatoriais (BPA) passaram a ser indicadores de gestão que permitiram realizar inicialmente o diagnóstico situacional. Além disso, identificou-se uma lacuna no monitoramento da ocupação de leitos nos CAPS e no Pronto Socorro de Psiquiatria (PS), o que levou à implantação de um Censo Diário para acompanhar os usuários em situação de Hospitalidade Noturna (HN) e sob observação no PS. A análise dos dados e a estratificação das informações revelaram distintos cenários nos CAPS, destacando perfis mais ambulatoriais ou voltados para uma abordagem territorial. Foi identificada uma considerável dificuldade das equipes em compreender os conceitos e ações relacionados ao RAAS e BPA C, o que afetava diretamente os resultados quantitativos da produção e as ofertas de cuidado aos usuários e suas famílias. Em relação aos leitos no PS e nos CAPS, observou-se conflitos significativos no compartilhamento de informações, no conceito de crise psíquica e na corresponsabilidade do cuidado. Para lidar com essas questões, foram realizadas oficinas com profissionais e administrativos para discutir e alinhar os conceitos, garantindo uma operação uniforme. Instrumentos foram criados para simplificar a notificação dos trabalhadores e a inserção de dados pelos administrativos. A produção passou a ser enviada mensalmente aos serviços, discutida no Colegiado Gestor e apresentada às equipes. O Censo Diário estabeleceu uma comunicação mais eficaz entre os serviços da rede, promovendo melhor cuidado integral e longitudinal, especialmente na atenção à crise. Esse processo de gestão dos dados permitiu o levantamento fiel dos desafios, o estabelecimento de metas e o planejamento anual de cada serviço de forma mais assertiva. A gestão dos dados também contribuiu para qualificar as equipes, aprimorar o cuidado prestado aos usuários, construir fluxos e processos mais eficientes e otimizar a comunicação em gestão com os pares.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO IVCF-20 NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO SUS EM MIGUEL ALVES/PIAUÍ

Francisco Ramon Pereira dos Santos, Ulisses Rigon, João Marcelo Fontinele da Silva, Edvaldo Gomes de Abreu Júnior, Joceline Macêdo Silva, Glenda Moreira, Waleska Ferreira de Albuquerque, Tereza Galiza, Emídio Matos

A detecção precoce da vulnerabilidade clínico-funcional e da sarcopenia em idosos é essencial para uma intervenção eficaz, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, o Instrumento de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20) se destaca como uma ferramenta promissora. No entanto, sua implementação requer uma compreensão aprofundada das percepções e capacidades dos profissionais de saúde atuantes na APS. O objetivo deste estudo foi avaliar a percepção dos profissionais de saúde sobre a implementação do IVCF-20 na rotina da APS no estado do Piauí, investigando sua viabilidade e eficácia para a detecção precoce da vulnerabilidade clínico-funcional e da sarcopenia em idosos. A análise dos dados revelou que, dos 102 profissionais participantes, a maioria era do sexo feminino (85,29%), com média de idade de 36,86 anos. Em relação à raça/cor, 70,59% se autodeclararam pardos, seguidos por brancos (17,5%) e pretos (10,78%). Quanto à escolaridade, 55,88% possuíam ensino superior completo e 44,12% haviam concluído o ensino médio. A percepção dos profissionais sobre a implementação do IVCF-20 foi avaliada por meio de um questionário de escala Likert, que indicou que a maioria acredita que a aplicação do IVCF-20 pode ser uma estratégia eficaz para a detecção precoce da vulnerabilidade clínico-funcional e da sarcopenia em idosos, com 47,05% concordando e 12,74% concordando totalmente. Além disso, 74,51% afirmaram sentir-se capacitados para aplicar o IVCF-20 na rotina da APS, enquanto 76,47% reconheceram que a falta de treinamento adequado pode ser uma barreira para sua implementação eficaz. Os dados destacam uma receptividade significativa dos profissionais de saúde em relação à implementação do IVCF-20 na APS do SUS no estado do Piauí, com eles percebendo o instrumento como útil para identificar precocemente condições de vulnerabilidade e sarcopenia em idosos, embora reconheçam a necessidade de capacitação específica para seu uso. Os resultados sugerem que a implementação do IVCF-20 na APS do SUS no município de Miguel Alves/Piauí pode ser promissora, desde que acompanhada por iniciativas de capacitação dos profissionais de saúde, o que pode contribuir para uma detecção mais eficiente das condições de vulnerabilidade em idosos, promovendo uma melhor qualidade de vida e cuidados adequados para essa população.

FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DE ENFERMEIRAS BRASILEIRAS

Diéssica Roggia Piexak, Suzimar de Fátima Benato Fusco, Islândia Maria Carvalho de Sousa, Lorrainy da Cruz Solano, Vitória Portariaux Lopes Machado, Marcela Moreira da Silva, Tereza Maria Mendes Diniz de Andrade Barroso, Daniela Dallegrave

A normatização da atuação da Enfermagem nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) foi recentemente estabelecida pela Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) nº 739 de 2024, que reconhece algumas PICS como especialidade ou pós-graduação para o enfermeiro, enquanto outras são reconhecidas como capacitação por meio de cursos livres. A Enfermagem, o maior grupo de profissionais de saúde no mundo, desempenha um papel crucial na integração das abordagens alopáticas com as PICS, que têm sido cada vez mais procuradas pela população. Esse crescente interesse exige maior investigação sobre o perfil socioeconômico e educacional dos enfermeiros com formação em PICS no Brasil. O objetivo deste estudo foi analisar a prevalência de formação em PICS entre enfermeiros, os diferentes tipos de formação e os fatores sociodemográficos associados. O estudo é parte do macroprojeto nacional “Estudo Brasileiro: Inquérito Nacional sobre o Perfil Educacional e Profissional de Enfermeiros(as) de Saúde Integrativa e Práticas Tradicionais - ENFPICS”, aprovado pelo Comitê de Ética da UFRGS (CAAE nº43306921.6.0000.5347), e foi realizado com uma abordagem quantitativa, transversal e online, utilizando um questionário aplicado a 1.154 enfermeiros no Brasil entre junho de 2021 e janeiro de 2022. A análise estatística foi conduzida no software StataIC (versão 16.0), considerando a formação em PICS como variável dependente e os fatores sociodemográficos como variáveis independentes. Os resultados mostraram que a maioria dos participantes era do sexo feminino (89,49%), brasileira (99,65%), com média de idade de 39,71 anos ($\pm 10,37$) e renda de até quatro salários-mínimos (52,43%). A prevalência de formação em PICS foi de 43,50%, e entre os 502 enfermeiros com formação, 64,60% atuavam nessas práticas, com uma carga horária de até duas horas semanais (36,96%) e predominância do atendimento individual (78,0%) na atenção primária à saúde (33,40%). Além disso, 85,97% dos participantes acreditavam que o mercado de trabalho em PICS está em crescimento. Após análise ajustada, encontrou-se uma associação significativa entre a formação em PICS e fatores como idade ($p < 0,001$), região de trabalho ($p < 0,001$) e renda ($p < 0,001$). As PICS mais prevalentes entre os enfermeiros foram Auriculoterapia (59,96%), Imposição das Mãos (37,45%), Aromaterapia (29,28%) e Acupuntura (27,49%). Quanto à discussão de casos clínicos relacionados às PICS, 31,40% dos participantes afirmaram discutir com outros profissionais, sendo a maioria com colegas de trabalho (31,80%) ou de cursos anteriores (29,20%). As enfermeiras brasileiras possuem formações em PICS, e fatores sociodemográficos como idade, região de trabalho e renda estão significativamente associados a essa formação.

OPINIÕES DOS ENFERMEIROS SOBRE O ENSINO DAS PICS DURANTE O CURSO DE ENFERMAGEM

Marília Beatriz Toledo Lima, Diéssica Roggia Piexak, Carla Kalline Alves Cartaxo Freitas,
Mônica Viviany Silveira Trindade, Daniela Dallegrave

No âmbito da Enfermagem, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) têm ganhado destaque devido à autonomia para sua aplicação, sendo intervenções que exigem capacitação e conhecimento adequados. Tradicionalmente, grande parte das competências e habilidades dessa área era adquirida por meio de pós-graduações ou cursos livres, mas desde 2014, algumas universidades públicas passaram a promover o ensino das PICS, oferecendo-o em disciplinas optativas, projetos de extensão e mini cursos. No entanto, a implementação nos currículos ainda não é abrangente em todo o território nacional. O objetivo deste estudo foi identificar as opiniões de enfermeiros capacitados em PICS sobre o ensino dessa temática durante a graduação em Enfermagem. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado com entrevistas extraídas do banco de dados do macroprojeto nacional “Estudo Brasileiro: Inquérito Nacional sobre o Perfil Educacional e Profissional de Enfermeiros(as) de Saúde Integrativa e Práticas Tradicionais - ENFPICS”, aprovado pelo Comitê de Ética da UFRGS (CAAE nº43306921.6.0000.5347). Participaram 15 enfermeiros de oito dos dez estados da região Nordeste, que responderam a um questionário com nove questões sobre o ensino das PICS na graduação. A maioria dos participantes concordou que as PICS são ferramentas essenciais para a autonomia profissional e um tema importante a ser abordado durante a graduação. Embora a maioria também tenha concordado com a implementação de capacitações durante o curso, alguns se mostraram desfavoráveis à criação de uma disciplina obrigatória, argumentando que isso reduziria a liberdade de escolha dos estudantes. Mesmo assim, destacaram a importância de incluir as PICS como tópicos nas disciplinas existentes. Por outro lado, uma parte dos participantes foi favorável à inclusão de práticas como Auriculoterapia, Aromaterapia e Reiki, associadas às habilidades pessoais de cada estudante. Alguns enfermeiros também mencionaram a aplicação das PICS em especialidades da Enfermagem, como saúde da mulher, para alívio de queixas ginecológicas; obstetrícia, para alívio de dores lombares no pré-natal e na dor do parto; e em saúde do adulto e idoso, com a fitoterapia no controle da hipertensão. No contexto hospitalar, destacaram a importância das PICS para pacientes com diversas queixas e doenças crônicas. Como observação final, alguns entrevistados apontaram a necessidade de investir não só no ensino das PICS, mas também em pesquisas sobre o tema na área da Enfermagem. Embora tenha havido pequenas discordâncias, houve consenso sobre a necessidade de apresentar as PICS de forma mais ampla desde a graduação, para que a sensibilização ocorra antes do início da carreira profissional. As opiniões desses participantes, que utilizam as PICS em seu ambiente de atuação, refletem informações pertinentes à prática clínica e sustentam a expansão do ensino em mais instituições no país, além de incentivar soluções para fortalecer a autonomia na área.

ENFERMEIROS COM FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Diéssica Roggia Piexak, Marília Beatriz Toledo Lima, Mônica Viviany Silveira Trindade, Karine Alves da Silva, Marlise Capa Verde Almeida de Mello, Alexsandra Oleques das Neves, Daniela Dallegrave

Desde 2013, o Rio Grande do Sul foi pioneiro na criação de uma Política Estadual para a implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), enquanto os estados do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) aprovaram suas políticas em 2018 e 2019, respectivamente. A atuação da Enfermagem nessa área foi normatizada pela Resolução COFEN 739/24, que estabelece competências, habilidades e carga horária mínima necessárias. No entanto, estudos indicam que as PICS já eram praticadas por enfermeiros no setor público e privado antes da formalização dessas políticas. O objetivo deste estudo foi compreender os dados sociodemográficos e os aspectos relacionados à formação em PICS. Trata-se de um estudo quantitativo, com dados do macroprojeto nacional “Estudo Brasileiro: Inquérito Nacional sobre o Perfil Educacional e Profissional de Enfermeiros(as) de Saúde Integrativa e Práticas Tradicionais - ENFPICS”. O estudo utilizou um questionário autoaplicável e virtual, realizado entre junho de 2021 e janeiro de 2022, com análise estatística descritiva. O macroprojeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFRGS, sob CAAE nº 43306921.6.0000.5347. Participaram 534 enfermeiros dos três estados da Região Sul, dos quais 244 possuíam formação em PICS, sendo 210 mulheres e 14 homens, majoritariamente brancos (88,8%), seguidos por pardos (9,4%) e pretos (0,4%). A maioria tinha uma carga horária de 40 horas semanais (29,4%), trabalhava como servidor público (58,5%) e recebia salários entre 3-4 salários-mínimos (39,7%) e 5-6 salários-mínimos (29,4%). A formação em PICS foi adquirida durante a profissão por 46,95% dos participantes, 27,7% aprenderam com colegas de trabalho, e 16,5% cursaram ao menos uma disciplina sobre o tema durante a graduação. Em relação à capacitação, 62,5% consideraram os conteúdos programáticos adequados, enquanto 24,6% apontaram a necessidade de mais cursos de atualização. A formação foi baseada em atividades ambulatoriais de supervisão, prática baseada em evidências, material científico e experiências dos ministrantes (68,8%, 46%, 45,3%, e 60,3%, respectivamente). A maioria dos enfermeiros (68,8%) considerou as PICS muito importantes para sua atuação profissional e como uma ferramenta para maior autonomia (87,9%), enquanto 1,3% não observaram mudanças significativas. Por fim, 92,4% dos participantes veem as PICS como uma área de crescimento na Enfermagem. As PICS têm sido cada vez mais utilizadas no cuidado de Enfermagem, oferecendo estratégias acessíveis de produção de saúde para trabalhadores e assistidos. Embora todos os participantes não tenham estudado o tema durante a graduação, muitos buscaram esse conhecimento por perceberem os benefícios para a saúde. O perfil obtido revela a integração do saber essencial da Enfermagem com as práticas integrativas, motivando a ampliação do uso dessas abordagens e o fortalecimento da autonomia profissional, com maior reconhecimento e regulamentação.

CAIXA MÁGICA SENSORIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Gilvan Fiel Capela Junior

O objetivo deste trabalho é explorar os cinco órgãos dos sentidos em pessoas com deficiência intelectual, utilizando um dispositivo didático chamado “caixa mágica”, construída com papelão e uma abertura em um dos lados, pela qual é colocada uma meia cortada na ponta, permitindo que as pessoas coloquem as mãos dentro da caixa para tocar ou retirar os objetos nela contidos. A ideia inicial é incluir as pessoas ativamente na construção do conhecimento, por meio de possibilidades metodológicas que promovam a interação entre o conteúdo e o ambiente ao redor, despertando a curiosidade. Mesmo aqueles que nunca tiveram contato com os objetos, ao experimentá-los, estimulam sensações e experiências que fortalecem novos significados para o que antes poderia ser um obstáculo. Após a conclusão da caixa, foi cuidadosamente selecionado quais objetos seriam inseridos nela, de acordo com suas especificidades: para o sentido da visão, foram escolhidos lápis de cor e bolas coloridas; para o olfato, pó de café, cravos da índia e folhas de hortelã; para o tato, esponja de lavar louça, uma pedra e folhas secas; para o paladar, goma de mascar azeda, amendoim, jujubas e chocolates; e, para a audição, pandeiro de brinquedo, guizos e um pequeno sino. Os objetos foram colocados na caixa somente após a pessoa ter sorteado um dos sentidos. A caixa mágica sensorial tem como função aguçar os sentidos da pessoa com deficiência intelectual, ajudando a desenvolver a capacidade cognitiva por meio de texturas, sons, visões e formas, beneficiando-a com uma atividade lúdica. Ao sintetizar a importância da composição e organização da pesquisa com estímulos sensoriais, percebe-se como essa intervenção pode promover habilidades essenciais para o desenvolvimento humano, otimizando estímulos válidos e respeitando as características específicas de cada sujeito.

ATIVIDADE FÍSICA EM INDIVÍDUOS IDOSOS NA PRÁXIS DA SAÚDE MENTAL

Flávia Alves Santos, Helles Jaqueline Plaster Suela, Juliana Balarini Carletti, William Nascimento Ferreira Silva, Christian Acácio Spagnol, Giovana Machado Souza Simões, Polyana Romano Olíosa

Ao longo da história, a atividade física sempre esteve presente na rotina humana, associada à dança e a exercícios corporais rudimentares, sendo que, com os avanços da sociedade e as transformações culturais, passou a se tornar um estilo de vida, primordialmente ligado à saúde. Atualmente, diversas estratégias estão sendo desenvolvidas para incentivar a prática regular de atividades físicas, especialmente entre os idosos, contribuindo para a prevenção de doenças e promoção da saúde. Esta população, mais vulnerável aos problemas decorrentes do envelhecimento e de questões de saúde mental, tem se beneficiado de tais iniciativas. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência adquirida com a inserção de diferentes atividades físicas em um grupo de idosos que apresentavam transtornos depressivos ou isolamento social. Baseado na integração da educação permanente e

trabalho, a equipe multiprofissional ampliada do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (ICEPi), composta por assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista e farmacêutico, tem desenvolvido diversas atividades voltadas à saúde mental em diferentes territórios no norte do Espírito Santo. Em abril de 2023, foi trabalhada a temática da saúde do idoso, com a fundamentação teórica e a aplicação prática de atividades físicas. Profissionais da Atenção Primária à Saúde integraram mulheres idosas ao grupo de dança, bordados, cantigas de roda, equoterapia para aquelas que buscavam resgatar memórias afetivas, além de gincanas e atividades esportivas, todas realizadas em áreas abertas e em contato com a natureza, promovendo integração social e práticas integrativas. Como resultado, observou-se uma melhora no bem-estar emocional das participantes, que relataram se sentir mais felizes ao participar dessas atividades. Outras notaram uma melhora nas relações interpessoais, ampliando sua rede de apoio e quebrando o isolamento social. Também foi possível perceber uma redução nas idas às Unidades Básicas de Saúde, sugerindo que, muitas vezes, essas idas estavam relacionadas à solidão e à falta de suporte psicológico. Algumas mulheres relataram ainda uma melhora na memória, conseguindo realizar as tarefas cotidianas sem o auxílio de lembretes, o que antes da prática física não acontecia. Conclui-se que as dimensões da atividade física e o estado de saúde mental estão interligados, permitindo inferir que idosos que praticam atividades físicas podem reduzir os indicadores de depressão e demência. Dessa forma, é essencial manter-se ativo, pois a prática de atividades físicas favorece o convívio social, o enfrentamento de transtornos depressivos e a conscientização sobre os movimentos corporais.

O USO DA TECNOLOGIA E AS POSSIBILIDADE DE CUIDADO E INCLUSÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Anna Beatriz Gomes Moreira, Elias Ferreira de Melo Queiroga, Renata Pachú Florêncio, Maria Clara Bastos Anacleto Fernandes de Sá, Arthur Venâncio Correia Lima, Clara Ramalho Cardoso, Carla Giovanna Gomes da Costa, Denise Mota Araripe Pereira Fernandes

A pessoa com deficiência auditiva enfrenta dificuldades significativas em relação à inclusão social, uma vez que a audição e a verbalização são meios essenciais para a comunicação. Nesse contexto, um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) é a universalidade, que implica a obrigação dos profissionais de saúde em garantir atendimento acessível, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988, que garante a todos os cidadãos, os direitos e as condições necessárias para viver em sociedade. Em um mundo cada vez mais tecnológico, onde o saber médico deve transcender os limites físicos e se estender ao uso de tecnologias, a formação médica deve incluir o conhecimento básico de aplicativos que promovam a acessibilidade e o atendimento humanizado a pacientes com deficiência auditiva, seja congênita ou adquirida. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), reconhecida legalmente pela Lei Federal nº 10.436/02, é a principal forma de comunicação para surdos no Brasil. Contudo, muitos profissionais de saúde ainda não dominam essa linguagem, o que dificulta a comunicação clara e o atendimento adequado. Este relato de experiência tem como objetivo demonstrar a eficácia da tecnologia no atendimento humanizado a surdos na atenção básica em João Pessoa. Trata-se de

um estudo qualitativo e descritivo, realizado em março de 2023, na Unidade Básica de Saúde de João Pessoa, com a presença de uma médica, uma agente comunitária de saúde e estudantes de medicina do 7º período da Afya Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. O atendimento foi realizado a um casal de deficientes auditivos, com o auxílio do aplicativo “Hand Talk”. O princípio da universalidade no SUS está relacionado à promoção da saúde como um direito de todos, independentemente de sexo, raça ou ocupação, incluindo indivíduos com necessidades especiais. Diante das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência auditiva, a atenção primária torna-se a porta de entrada essencial, exigindo a implementação de estratégias de atendimento inclusivas. Além disso, é fundamental que a equipe da atenção básica esteja capacitada para identificar, manejar e encaminhar esses pacientes dentro do SUS, minimizando as barreiras sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência auditiva. Percebe-se, portanto, a necessidade de preparação das equipes de saúde para atender a pacientes com necessidades especiais, garantindo a efetivação do princípio da universalidade. A experiência vivida evidenciou as dificuldades de comunicação enfrentadas pelos pacientes, ressaltando a importância de treinamentos específicos para as equipes de saúde, com o uso da tecnologia, visando um atendimento mais humanizado e eficaz para usuários com deficiência auditiva.

OFICINA DE ESCALONAMENTO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joana Moscoso Teixeira de Mendonça, Ana Alice Freire de Sousa, Claudielle de Santana Teodoro, Ana Karina de Sousa Gadelha, Cynara Rodrigues Soares Silva, Ilana Eshriqui Oliveira, Leticia Yamawaka de Almeida

No contexto do desenvolvimento de competências dos profissionais da saúde, o projeto PROADI-SUS SAÚDE MENTAL NA APS (SMAPS) se destaca como uma iniciativa voltada para a organização da linha de cuidado em saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS). Executado entre 2021 e 2023 em seis regiões de saúde de três estados brasileiros, o SMAPS promoveu uma abordagem integrada, centrada nas necessidades dos usuários, com o objetivo de reduzir as lacunas na assistência às condições de saúde mental. Este relato descreve uma das oficinas do SMAPS, cujo objetivo foi capacitar os profissionais da APS para o escalonamento do cuidado em saúde mental, fornecendo ferramentas e estratégias para garantir uma assistência adequada, no momento certo e pela pessoa certa. O primeiro momento da oficina consistiu no alinhamento sobre o conceito de escalonamento do cuidado, entendido como um processo que organiza os recursos de saúde de maneira progressiva e oportuna, garantindo uma assistência eficaz e ajustada às necessidades individuais dos usuários. A metodologia utilizada foi a exposição dialogada, abordando os quatro elementos fundamentais: i) avaliação da necessidade de cuidado em saúde mental, ii) vulnerabilidade familiar, iii) rede de apoio, e iv) avaliação clínica-diagnóstica, sendo consolidada por meio de um teste de perguntas e respostas. No segundo momento, foi aplicada a metodologia de world café para facilitar o diálogo construtivo sobre casos clínicos. Os participantes foram convidados a exercitar a aplicação de ferramentas relacionadas aos quatro elementos do escalonamento, como a Escala de Avaliação da Necessidade de Cuidado em Saúde Mental (Cuida SM), instrumentos de avaliação da

vulnerabilidade familiar, genograma e ecomapa, e o Manual de Intervenções do Mental Health Gap. As oficinas, com duração de 4 horas, foram direcionadas a médicos, enfermeiros e profissionais da E-multi da APS, que foram incentivados a replicar a oficina em seus respectivos serviços. Ao aplicar o escalonamento do cuidado em quatro casos clínicos, os participantes puderam compreender como os elementos fundamentais interagem e influenciam as decisões clínicas, contribuindo para a oferta de cuidados mais personalizados e adequados às necessidades dos usuários, além de proporcionar uma visão mais ampla e integrada do cuidado em saúde mental. Esse espaço também favoreceu a discussão sobre a integração do cuidado em saúde mental na APS, refletindo sobre quais casos devem ser atendidos pela equipe da APS e quais precisam ser compartilhados com especialistas, por meio do matriciamento e do compartilhamento do cuidado com outros pontos da RAPS. A oficina representou um avanço significativo na capacitação dos profissionais, alinhando-se aos princípios de integração e abordagem centrada na pessoa promovidos pelo SMAPS. Espera-se que, a partir da aproximação com as premissas do escalonamento do cuidado, os participantes se sintam mais preparados para tomar decisões em relação aos recursos mais adequados para a assistência, contribuindo para a melhoria contínua do cuidado em saúde mental.

SAÚDE MENTAL NO TRABALHO EM CORDEL

Jeanine Pacheco Moreira Barbosa, Fabiana Turino, Maria Angélica Carvalho Andrade

Os desafios enfrentados pela Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) exigem criatividade para superar práticas tradicionais e transformar os processos de trabalho. Nesse contexto, a literatura de cordel, por sua acessibilidade e simplicidade, foi utilizada como instrumento para abordar temas sensíveis, como os transtornos mentais relacionados ao trabalho. Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a experiência do uso do cordel em um processo de educação em saúde, visando refletir sobre a saúde mental no ambiente laboral em um município do estado do Espírito Santo. A Visat, em parceria com os residentes em Saúde Coletiva, realizou uma ação durante o Abril Verde, dedicado à prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Em 2024, o tema escolhido foi o transtorno mental relacionado ao trabalho, uma doença subnotificada no município, mas causada por fatores laborais, como problemas organizacionais, gestão inadequada e exposição a agentes tóxicos. Esses transtornos, frequentemente estigmatizados, são difíceis de diagnosticar devido à complexa interação de fatores sociais, econômicos e culturais, incluindo estruturas que geram iniquidades em saúde, como racismo, capitalismo e patriarcado. O trabalho iniciou-se com o levantamento das notificações no município entre 2020 e 2023, para caracterizar a população trabalhadora afetada. A partir desse levantamento, foi elaborado um Boletim Epidemiológico, que gerou questões problematizadoras respondidas por meio de um levantamento bibliográfico e uma roda de conversa entre a Visat e os residentes, resultando em um texto coletivo transformado em cordel. A literatura de cordel, uma forma popular de expressão cultural no Brasil, especialmente no Nordeste, consiste em poemas ou narrativas em versos impressos em folhetos simples, vendidos em feiras ou por ambulantes. O texto foi ilustrado com a ferramenta online Canva e impresso manualmente, e o uso de QR Code no material ofereceu

mais informações sobre transtornos mentais relacionados ao trabalho, incluindo vídeos, quadrinhos do MPT e locais de ajuda. Durante todo o mês de abril, o material foi amplamente divulgado no site da prefeitura e exposto na Secretaria de Saúde, sendo distribuídos 300 exemplares entre os servidores. O site obteve 463 visualizações e foi compartilhado por 348 usuários. Também foi enviado às unidades básicas de saúde por e-mail e WhatsApp e gerou feedback de hospitais privados que utilizaram o cordel durante o Abril Verde, além de alcançar outros municípios. Apesar das limitações de recursos da Visat, a intervenção demonstrou-se altamente eficaz, suscitando uma reflexão sobre a importância do cuidado à saúde mental no trabalho e o reconhecimento precoce desse agravo. O uso do cordel superou a barreira do preconceito, tratando de um assunto delicado de forma sensível e humanizada, e mostrou como é possível (re)criar novos modos de pensar e agir em saúde dentro da vigilância.

DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DE INFANTES EM UMA ESCOLA NA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE/MG: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Gouvêa Junot, Larissa Miranda Lima, Luiza Pinheiro de Assis Freitas, Maria Luiza Andrade Machado Pedrosa, Natália Gonzaga Silveira Sampaio, Shirlei Barbosa Dias, Marina Rodrigues e Silva

A preocupação com as habilidades socioemocionais de crianças entre 4 e 5 anos no período pós-pandemia é um tema relevante para o sistema educacional, especialmente no contexto do Programa Saúde na Escola, que busca desenvolver ações preventivas para mitigar os efeitos da restrição do convívio social no desenvolvimento emocional. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de acadêmicas de Medicina de uma instituição privada de Belo Horizonte em ações voltadas ao desenvolvimento emocional de crianças da Educação Infantil em uma escola pública da cidade. Utilizando metodologias ativas e lúdicas, como música, teatro, desenhos e brincadeiras, as ações abordaram emoções antagônicas como amor, ódio, medo, coragem, tristeza e alegria. Estratégias foram adotadas para incentivar as crianças a expressarem seus sentimentos e refletirem sobre situações cotidianas que exigem inteligência socioemocional, sendo observados seus comportamentos ao longo das atividades. Ao final de cada discussão, foi realizado um registro visual, como desenhos ou pinturas, para reforçar a memória afetiva e visual. Nos cinco encontros realizados, 60 crianças participaram, revelando dificuldades em lidar com suas emoções, influenciadas pela falta de estímulo e, em alguns casos, pela falta de apoio familiar. Após as dinâmicas, observou-se uma maior compreensão das crianças sobre suas respostas emocionais em situações adversas, como tristeza e medo. Contudo, foi notada a persistência dos efeitos negativos da restrição do convívio social, além das limitações cognitivas e emocionais típicas da faixa etária. Conclui-se que atividades focadas no desenvolvimento de competências socioemocionais são essenciais para crianças que foram privadas do convívio social durante a pandemia, especialmente na fase inicial da vida. Destaca-se também o aprendizado das acadêmicas de Medicina, que contribuiu para seu processo de formação profissional.

ENCONTROS POTENTES ENTRE ARTE E SAÚDE DO TRABALHADOR

Jeanine Pacheco Moreira Barbosa, Fabiana Turino, Maria Angélica Carvalho Andrade

A implementação efetiva da Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) depende da capacidade do setor de lidar com questões de gestão, sendo um grande desafio cotidiano a falta de conhecimento dos gestores e trabalhadores do SUS sobre seus papéis e competências, o que resulta em desarticulação e comprometimento do trabalho intersetorial. A ação-intervenção “Amigo Anjo”, que integrou ética e estética, proporcionou um espaço de escuta e foi considerada estratégica para garantir uma transformação social e subjetiva. Realizada na Secretaria Municipal de Saúde, que conta com 521 profissionais, sendo 70% mulheres, distribuídos em 29 setores organizados em cinco andares, a experiência aconteceu durante dois anos consecutivos (2022 e 2023), com o objetivo de integrar os diversos setores e sensibilizar os trabalhadores sobre a importância da Saúde do Trabalhador/a na Vigilância em Saúde. A ética foi abordada como prática de experimentação e criação de novas formas de vida e relações, enquanto a estética incluiu todas as formas de expressão e percepção, indo além da arte para englobar relações sociais e políticas. A ação “Amigo Anjo” promoveu trocas de mensagens de amizade e otimismo entre os profissionais durante 15 dias, sem a troca de presentes, semelhante ao tradicional “amigo secreto”. Realizada pela Visat em parceria com os setores de saúde ocupacional e mental, a iniciativa foi divulgada por cartazes, e-mails e mensagens via WhatsApp, com inscrições feitas pelo Google Forms ou fichas impressas. O sorteio foi realizado online, com os resultados comunicados por e-mail e WhatsApp. As mensagens foram depositadas em caixas decoradas com o nome de cada setor, posicionadas estrategicamente na secretaria. Em 2022, a Visat confeccionou as caixas, enquanto em 2023, cada setor ficou responsável pela sua, resultando em uma diversidade de criações. As mensagens foram trocadas nas caixas do setor correspondente, e após o prazo, os participantes se apresentaram pessoalmente aos seus “protegidos”. Em 2022, foi feita uma foto para uma exposição, enquanto em 2023, as fotos foram enviadas à Visat para a criação de um vídeo memorial. A participação aumentou de 51 para 89 profissionais e de 12 para 25 setores. A ação foi considerada muito importante para a integração (95%) e o bem-estar (100%) no ambiente de trabalho, inclusive por homens, desafiando estereótipos de gênero. Embora não tenha sido sua intenção inicial, muitos servidores trocaram pequenas lembranças durante a ação. A secretária de saúde também participou, incentivando outros a se engajarem. Em contraste com práticas institucionais que frequentemente reduzem as pessoas a critérios de produtividade, a ação “Amigo Anjo” permitiu trocas afetivas entre os setores, com até mesmo quem não participou enviando mensagens de acolhimento aos colegas, evidenciando o papel crucial da cultura e da arte na promoção da saúde, não apenas como ferramentas terapêuticas, mas também como expressões simbólicas que combatem preconceitos e fomentam a inclusão.

SAÚDE MENTAL DE CUIDADORES PARENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS

Isadora Ribeiro Meine, Fernanda Pires Jaeger

A depender das limitações e potencialidades da criança ou adolescente com deficiência, ela pode precisar de auxílio para realizar atividades cotidianas, o que muitas vezes requer o apoio de terceiros, geralmente assumido pelos seus familiares, que dedicam tempo e energia significativos para cuidar do ente com deficiência. Como consequência, a vida desses cuidadores é frequentemente moldada pelos cuidados destinados ao familiar, afetando tanto o núcleo familiar quanto cada um de seus membros. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi investigar os impactos na saúde mental dos familiares que cuidam de crianças e adolescentes com deficiência. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica com materiais publicados entre 2014 e 2024, encontrados nas bases de dados Lilacs e SciELO, utilizando os descritores “saúde mental”, “deficiência”, “família” e “cuidadores”. Os resultados indicaram que o cuidado com o familiar com deficiência afeta a vida dos cuidadores em vários aspectos, como financeiro, social, lazer e trabalho, além de impactar sua saúde mental e física, causando dores, estresse, cansaço, ansiedade e depressão. Também ficou claro que essas dificuldades poderiam ser amenizadas com o apoio de uma rede de suporte, composta por familiares mais amplos, como tios e avós, bem como amigos e vizinhos. No entanto, observa-se que, em sua maioria, são as mulheres, especialmente as mães, que assumem a responsabilidade pelos cuidados, muitas vezes sem o devido apoio. Isso evidencia o impacto das influências socioculturais, que usualmente atribuem ao gênero feminino essa tarefa. Além disso, o preconceito foi um tema recorrente nos estudos, com a falta de conhecimento sobre as deficiências e a ausência de políticas públicas que combatam os estigmas sendo apontados como principais fontes de discriminação. Assim, a presença de uma rede de apoio estruturada se mostrou essencial para compartilhar a responsabilidade do cuidado, permitindo ao cuidador realizar outras atividades, como trabalho e lazer. Nesse sentido, é evidente a necessidade de intervenções multiprofissionais em saúde para apoiar os familiares cuidadores, visando à prevenção e promoção da saúde deles, uma vez que esses indivíduos, ao dedicarem tanto tempo e esforço ao cuidado das crianças e adolescentes com deficiência, tendem a negligenciar seu próprio bem-estar. Considerando que muitos desses cuidadores dependem do SUS para o tratamento dos deficientes, as ações de saúde podem ser realizadas paralelamente às consultas. Por fim, destaca-se a urgência da ampliação das políticas públicas voltadas tanto para o cuidado dos familiares quanto para a conscientização da população sobre as deficiências, promovendo a efetiva inserção desses indivíduos na sociedade.

ATENÇÃO AO PACIENTE CRÍTICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Karina Vieira Carvalho, Marina Monteiro de Castro

Este resumo apresenta os resultados de um Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) multiprofissional que teve como objetivo problematizar o trabalho do assistente social na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) adulto e refletir sobre as particularidades do cuidado ao paciente crítico, com base na realidade do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF). O TCR foi desenvolvido com uma abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica com os descritores: Serviço Social, paciente crítico e UTI, além de análise documental de 14 fichas de acompanhamento do Serviço Social, referentes ao período de dezembro de 2022 a maio de 2023. Essas fichas documentam o acompanhamento realizado pelo assistente social, desde o primeiro atendimento até o momento da alta, e os eixos de análise abordaram dados de caracterização do usuário, motivo da internação, demandas para o Serviço Social, encaminhamentos realizados, e as relações com a família, a equipe e outras instituições de saúde e serviços. Os resultados indicam que, embora o assistente social já esteja consolidado na saúde, ainda existe uma disputa constante pelo reconhecimento profissional, uma vez que muitos profissionais não compartilham a mesma concepção de saúde, o que gera bases divergentes para o desenvolvimento do trabalho. A caracterização do usuário no período pesquisado revelou que a maioria era composta por homens adultos, pretos ou pardos, solteiros e residentes em Juiz de Fora, todos dependentes de políticas públicas. Entre os desafios enfrentados na UTI, destacam-se a alta tecnologia, a centralidade da concepção biomédica com rotinas rígidas e a gestão de leitos, o que dificulta a construção de vínculos com os pacientes. No contexto de pacientes críticos, um dos principais desafios é a intervenção e a tomada de decisões com base nos familiares, já que o paciente perde sua autonomia. Observou-se também um número considerável de acompanhamentos de pessoas em situação de rua e de internamentos com desfecho em óbito, temas relevantes para discussões e aprimoramento do trabalho dos profissionais de saúde. Conclui-se que, a partir dos achados do TCR, o trabalho interdisciplinar ainda é incipiente na UTI, havendo desconformidade com o preconizado pela Política Nacional de Atenção Hospitalar, e que há necessidade de avançar na humanização do atendimento aos pacientes internados e seus familiares.

O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA COMO MEDIADOR DE CONFLITOS ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA DE CRIANÇAS COM AUTISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rosineila Fátima Marques Watanabe, Maria Izabel Martins de Farias, Michel Adão de Oliveira Fernandes, Ana Maria Marinho Diniz, Grazielle Gleice da Silva, Gabriel Rocha Silva, Denise Mota Araripe Pereira Fernandes

Este relato de experiência tem como objetivo avaliar a intermediação da atenção primária no conflito educacional e familiar enfrentado por crianças autistas, que frequentemente encontram

obstáculos no processo de aceitação escolar. Durante o acompanhamento de estudantes de medicina em estágio em uma Unidade de Saúde da Família (USF), foi possível identificar essa problemática e suas repercussões em diferentes contextos da vida da criança, especialmente no âmbito terapêutico e educacional. No estágio, acompanhou-se uma criança de 7 anos, do sexo masculino, que, acompanhada pela mãe, apresentava comportamento imperativo e dificuldades de interação social. Ela foi afastada da escola devido a comportamentos agressivos e seletividade alimentar. A mãe expressou preocupação com a falta de acolhimento escolar, o que prejudicava ainda mais o prognóstico neuropsicossocial da criança. Durante a consulta, a representante da escola relatou que a criança necessitava de um diagnóstico definitivo para garantir o direito de ter um cuidador e frequentar a escola regularmente. A médica da USF leu cuidadosamente o relatório da escola e encaminhou o paciente para um centro especializado para melhor acompanhamento. Observou-se que a escola estava despreparada para garantir os direitos educacionais, culturais e inclusivos de crianças com esse perfil, negando de forma inequívoca um direito básico à criança. A mãe, sem rede de apoio, encontrou na unidade de saúde um espaço de suporte para enfrentar esse desafio imposto pelo ambiente escolar ao seu filho. A experiência destacou a necessidade de uma responsabilização mútua, uma vez que as necessidades biopsicossocioculturais da criança exigem um cuidado integrado entre a escola, a família e os profissionais de saúde. Nesse contexto, a atenção primária pode atuar como mediadora, oferecendo soluções práticas que considerem as capacidades da escola e as recomendações dos profissionais de saúde. Conclui-se que o relato evidencia limitações profissionais e financeiras que dificultam o acompanhamento continuado de crianças autistas em ambiente escolar, destacando a necessidade de a instituição escolar ser uma aliada na aplicação dos direitos conquistados pelas crianças autistas. A natureza complexa do autismo frequentemente gera desafios na comunicação e compreensão da criança, o que pode resultar em conflitos entre a escola e a família. Portanto, a Atenção Primária à Saúde se apresenta como um intermediador fundamental entre saúde e educação.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE EM SITUAÇÕES DE ENCHENTES PARA ENFERMEIROS DA APS NO ESPÍRITO SANTO

Maiara Soares Baratela, Clay Graziotti Assef, Thaís Maranhão de Sá e Carvalho,
Mirela Dias Gonçalves, Giovana Machado Souza Simões

A Educação Permanente em Saúde (EPS) visa promover a formação contínua dos profissionais no cotidiano de trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS), alinhada às necessidades de transformação do cenário de prática. Nesse contexto, é essencial desenvolver nos profissionais as competências necessárias para atuar em situações diversas, como no cuidado durante desastres naturais. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência da Coordenação do Curso de Aperfeiçoamento em Enfermagem em Atenção Primária à Saúde, no desenvolvimento de Oficinas de Ensino-Aprendizagem com os docentes assistenciais, para sensibilização e abordagem eficaz junto aos enfermeiros, com foco

no contexto de desastres naturais, especialmente em situações de enchentes. Trata-se de um relato de experiência da Coordenação do Curso de Enfermagem do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (Qualifica-APS) do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi), envolvendo 376 enfermeiros participantes do programa em 43 municípios do Espírito Santo, no período de novembro de 2023. A proposta surgiu das necessidades educacionais identificadas pelos docentes, que priorizaram a formação crítica e reflexiva, utilizando metodologias ativas de aprendizagem. Foram realizadas oficinas sobre sensibilização e conscientização da atuação profissional, atribuições da APS em situações de enchentes, discussões de situações-problema, busca de evidências, gerenciamento de desastres naturais, manejo clínico do paciente e complicações por infecções decorrentes das enchentes. O objetivo foi fortalecer a integração ensino-serviço entre os enfermeiros da APS no estado. Após o processo formativo, os docentes receberam o link para aplicar um questionário de Feedback sobre as atividades propostas. Os resultados mostraram uma melhor percepção profissional sobre a atuação no território, com alguns participantes já tendo vivenciado situações semelhantes. A abordagem educacional foi considerada importante, permitindo que os enfermeiros refletissem sobre sua prática frente aos desafios contemporâneos. O interesse no aprendizado sobre situações pós-enchente, como a implementação de protocolos no combate à diarreia e leptospirose, foi evidente. A formação contribuiu para a atuação dos enfermeiros em desastres causados por enchentes no sul do estado do Espírito Santo, em abril de 2024, onde atuam profissionais do Qualifica-APS. Em considerações finais, a estratégia educacional dinâmica, reflexiva e holística amplia as competências dos profissionais, preparando-os para enfrentar novos desafios, como as enchentes. A discussão com outros atores, como a defesa civil, é relevante para minimizar os agravos pós-enchentes.

CAMINHOS DO ACOLHIMENTO: A TEIA DE CONHECIMENTOS NA CASA DE APOIO LAR DAS MARIAS

Maria da Conceição Felix dos Santos, Sâmia Feitosa Miguez, Socorro de Fátima Morais Nina

O diagnóstico de câncer é uma experiência devastadora para as mulheres em todo o mundo, afetando diversas áreas de sua saúde, além de impactar sua identidade pessoal e social. Nesse contexto, a Casa de Apoio Lar das Marias, localizada em Manaus-AM, conta com uma equipe multiprofissional qualificada, composta por assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos e cuidadores, que atuam no acolhimento integral e na garantia dos direitos das usuárias. Com o objetivo de compreender a importância dessa equipe no processo de acolhimento, foi realizada uma observação não participante do cotidiano dos profissionais durante cinco dias, acompanhando o acolhimento das recém-chegadas, como parte de uma pesquisa de mestrado em andamento sobre a Rede de Atenção Oncológica no Amazonas. Os resultados evidenciaram que as informações fornecidas pela equipe ajudaram as mulheres a se ambientar melhor na instituição, promovendo uma compreensão mais clara do processo de tratamento, orientando sobre os caminhos a serem seguidos e oferecendo atendimento psicológico que auxiliou no ajustamento à nova realidade da doença, além de reduzir sintomas adversos, melhorar

a adesão ao tratamento e prevenir distúrbios emocionais. Conclui-se que a equipe multiprofissional da Casa de Apoio Lar das Marias desempenha um papel fundamental ao garantir um atendimento personalizado, considerando o contexto biopsicossocial das usuárias, dada a complexidade da experiência de viver longe de suas comunidades de origem para realizar tratamento no único hospital de referência do estado.

FAZER CORPO E PRODUZIR CIDADE E CUIDADO EM SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DA OFICINA DE DANÇA E EXPRESSÃO CORPORAL (ODEC) EM SÃO PAULO

Tatiana Alves Cordaro Bichara

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a formação para o cuidado em saúde a partir da ideia de “fazer corpo” e “produzir cidade”, à luz da experiência da Oficina de Dança e Expressão Corporal (ODEC). A ODEC é um grupo aberto, heterogêneo, com encontros semanais no Centro de Referência da Dança de São Paulo (CRD/SMC-SP), existente há 23 anos e vinculado ao Coral Cênico Cidadãos Cantantes e ao Movimento de Luta Antimanicomial. Atua com base em três princípios: ser um grupo heterogêneo, aberto continuamente a quem queira participar e gratuito, voltado para o exercício da convivência efetiva e compartilhada com a diferença; pela ocupação dos espaços públicos por todos; e com o objetivo artístico de produzir uma arte coletiva em dança e expressão corporal, com alcance terapêutico. A experiência da ODEC permite refletir sobre as ideias de “fazer corpo”, “produção de cidade” e “produção de cuidado” por meio dos encontros que compõem corpos múltiplos e plurais, criando, inventando e performando nos espaços públicos e com os demais corpos. Baseando-se no conceito de “grupo cama-elástica” (BICHARA, 2020), que impulsiona para o fora e ampara na queda, e no exercício coletivo de “expor-se à experiência” (LARROSA, 2002), os encontros com a dança, o fazer trânsito dentro-fora, o deslocar o corpo instrumental ao corpo sensível, e o mover-se com as tensões, disputas, paradoxos e contradições que atravessam a micropolítica do cuidado em saúde, fazem com que os corpos “ganhem espessura” através dos encontros com outros corpos e promovem um “andar do pensamento” nas fronteiras dos limites, permeabilidades das relações e movimentos dos gestos (BARDET, 2018). A noção de “acorporar” (BARDET, 2018) como formas múltiplas de abraçar, “tecer um consolo coletivo com a transmissão de uma fúria” (BARDET, 2018, p. 26) e reconhecer a emergência de outras políticas e poéticas pela potência dos corpos juntos no lugar que ocupam é um ato de tomar corpo, de situar-nos entre os corpos que afetam e são afetados (ESPINOSA, 2009), constituindo-nos na esfera pública pelos corpos juntos, criando estéticas-éticas-políticas que provocam o instituído, inventam possibilidades, imprimem memórias e biografias múltiplas nas cidades e criam o comum.

A SAÚDE DO CAMPO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA COMO PRÁTICA INOVADORA NA FORMAÇÃO PARA O SUS

Larissa Nascimento Pinto, José Venâncio Bomfim Andrade,
Inara Barbosa de Araújo, Ana Karolline Oliveira Caldas

O projeto Saúde do Campo em Áreas de Reforma Agrária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) surgiu da iniciativa de professoras e estudantes em construir um cuidado em saúde pautado, assim como o SUS, na equidade, universalidade e integralidade, atuando em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desde os semestres iniciais do curso, o projeto proporciona o contato das estudantes com a práxis da educação popular em saúde, a luta pela reforma agrária e a valorização dos saberes tradicionais no cuidado em saúde. Através de atividades formativas e práticas coletivas e individuais de cuidado, como atenção domiciliar, construção de genogramas e ecomapas, além da abordagem comunitária com territorialização, o projeto integra métodos clínicos centrados na pessoa, que atravessam todos os processos. Desde 2019, tem contado com a atuação de professores, estudantes e profissionais da estratégia de saúde da família, visando reduzir as barreiras de acesso à saúde dos assentados e acampados do MST na região do Baixo Sul da Bahia, formando profissionais capacitados para lidar com as especificidades da população do campo. Dentre as principais atividades do projeto, destacam-se os cursos de formação orientados pela Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas; a Feira da Reforma Agrária, realizada no Centro de Ciências da Saúde da UFRB em parceria com os assentados, que trazem sua produção agrícola, artesanatos, saberes tradicionais e práticas de cuidado em saúde; e o Estágio de Imersão na Saúde do Campo. Este estágio, uma atividade interdisciplinar envolvendo estudantes e professores dos cursos de Enfermagem, Medicina, Nutrição, Psicologia e do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, promove a convivência direta com a comunidade e suas práticas tradicionais, o território e seus determinantes sociais, durante períodos de três a sete dias em áreas de reserva de mata atlântica, oferecendo serviços como Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, visitas domiciliares, oficinas de educação popular em saúde e atendimentos às necessidades imediatas da população. Assim, o projeto tem um caráter formativo imprescindível para a construção da identidade profissional dos estudantes no SUS, permitindo-lhes desde os semestres iniciais o contato com a rede de saúde, os princípios do sistema, a educação popular e os saberes tradicionais, contribuindo para a autonomia e capacitação dos futuros profissionais para atender às particularidades dessas populações.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS

Anabel Fronza Schuster, Karla Alves Pereira da Silva, Iurri Piovesan da Veiga, Vanessa Fontana Ribeiro, Daniela Pilz

Este relato de experiência tem como objetivo conscientizar a população sobre ações preventivas de higiene respiratória, destacando sua importância na diminuição da propagação de doenças infectocontagiosas. Embora essas ações sejam simples e eficazes, elas são pouco praticadas, contribuindo para surtos, endemias e até epidemias. A educação sobre higiene e prevenção, especialmente quando iniciada na infância e adolescência, é fundamental para reduzir esses problemas, já que nesse período a curiosidade estimula o desenvolvimento cognitivo sobre diversos temas. O objetivo do projeto foi oferecer ações colaborativas de ensino a crianças e adolescentes em escolas públicas municipais e estaduais, visando o conhecimento e a aplicação de métodos de promoção da saúde e prevenção de doenças. A metodologia adotada, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Daniela Pilz, envolveu ações extensionistas por meio do projeto “A educação como ferramenta de transformação social”, nas escolas de Palmeira das Missões. As atividades integraram conceitos teóricos com ações lúdicas, estimulando a curiosidade e o interesse do público-alvo. O projeto destacou métodos de prevenção e práticas de higiene respiratória, como cobrir o nariz com o antebraço ao tossir ou espirrar, a higienização correta das mãos, e a importância do tratamento das doenças respiratórias, ações essenciais para a preservação da saúde. Os resultados mostraram que as atividades envolveram ativamente os participantes, promovendo a aplicação prática dos métodos ensinados. Além disso, a conscientização sobre saúde respiratória e as atividades lúdicas contribuíram para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, incentivando a adoção precoce de bons hábitos. As atividades realizadas tiveram um impacto positivo no cotidiano dos participantes e em seu meio, refletindo o desenvolvimento sustentável ao priorizar a saúde e o bem-estar da população. A escolha do público-alvo foi estratégica para garantir que o conhecimento fosse repassado de forma eficaz às novas gerações, criando um legado de conscientização e práticas de saúde na sociedade.

RESGATE E VALORIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE CUIDADO COTIDIANOS E ANCESTRAIS EM SAÚDE EM UM ASSENTAMENTO DO MST

Inara Barbosa de Araújo, Ana Karolline Oliveira Caldas, Larissa Nascimento Pinto, José Venâncio Bomfim Andrade

O grupo de extensão Saúde do Campo em Áreas de Reforma Agrária, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tem como objetivo fomentar o debate sobre a Saúde do Campo entre os estudantes de Enfermagem, Medicina, Nutrição, Psicologia e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. O grupo discute temas como a determinação do processo saúde-

doença no campo e práticas populares de cuidado em saúde. Como parte da inserção dos estudantes na realidade dos assentados e acampados, o grupo realiza imersões desde 2019 no assentamento Manjerona, localizado em Igrapiúna, no baixo-sul da Bahia, promovendo uma colaboração com as comunidades locais a partir de uma perspectiva horizontal de atenção à saúde. Dentre as atividades realizadas, destaca-se o mutirão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), no qual foram realizadas sessões de auriculoterapia, agulhamento a seco, ventosaterapia, massoterapia e aplicação de cone auricular, esta última aprendida com o setor de saúde do MST e incorporada pelos extensionistas. Enquanto aguardavam os atendimentos, a comunidade participou de uma sala de espera que abordou a percepção coletiva do autocuidado no cotidiano, discutindo atividades prazerosas e como integrá-las à rotina de trabalho. A participação ativa das pessoas foi enriquecedora, com a demanda por essa atividade surgindo diretamente da comunidade e sendo realizada de forma colaborativa. Essa experiência de cuidado comunitário revela a importância da valorização dos saberes populares nos processos de saúde, resgatando e enaltecendo práticas de cuidado presentes na comunidade, bem como os saberes ancestrais, que continuam a produzir efeitos positivos na saúde física e mental.

EXPERIÊNCIA DO CEREST/SES/MA COM A IMPLANTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS NO ESTADO

Thaís Silva dos Reis, Maria dos Aflitos Silva, Edmilson Silva Diniz Filho, Marcia Jessé Brito Nunes Pereira, Adriana Maria Feijão de Carvalho, Deborah Fernanda Campos da Silva Barbosa, Solange de Lourdes Pinheiro Rodrigues

Este relato aborda a implementação da Política de Saúde do Trabalhador no Estado do Maranhão, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.080/1990, com o objetivo de promover a saúde dos trabalhadores por meio de ações integradas de promoção, proteção e recuperação da saúde. A implementação teve início com a criação das referências técnicas em Saúde do Trabalhador, conforme a Resolução 603/2018 do CONASS, e a aprovação da Resolução nº 190/2021 pela CIB/MA, que definiu as diretrizes para as ações de saúde do trabalhador no estado. Diversas providências foram adotadas, como o envio da resolução aos gestores municipais de saúde, a solicitação de indicação de um técnico para atuar como referência em cada município, a elaboração da programação mensal do Cerest com temas relevantes e a realização de webinars mensais. Em 2022, a participação dos municípios nas capacitações de Referência Técnica Municipal em Saúde do Trabalhador foi de 191 (88%), com 26 municípios participando de 5 ou mais módulos, enquanto 78 municípios (de 217) não participaram de nenhuma capacitação. Esses resultados refletem um engajamento significativo na capacitação das equipes municipais de saúde do trabalhador. Embora a implementação da Política de Saúde do Trabalhador no Maranhão tenha sido um processo desafiador, os resultados obtidos até o momento demonstram avanços consideráveis na promoção da saúde dos trabalhadores. A continuidade e o aperfeiçoamento das ações são essenciais para garantir a efetividade da política e melhorar as condições de trabalho e saúde da população trabalhadora do estado.

ACADÊMICA DE ENFERMAGEM EM UM LABORATÓRIO DE PESQUISA EXPERIMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Laura Kerkhoff Escher, Nathália Cardoso de Afonso Bonotto, Fernanda dos Santos Trombini, Fernanda Barbisan, Ivana Beatrice Mânica da Cruz, Maria Eduarda Chelotti, Débora Luísa Filipetto Pulcinelli, Graziela Moro Meira, Isabella Amaral Breidenbach

Entender a Enfermagem como a ciência do cuidado é essencial para compreender a atuação dos profissionais enfermeiros, embora os debates sobre essa concepção sejam recentes e os desafios para consolidá-la ainda persistam. Além disso, áreas da ciência, como a pesquisa de bancada, ainda não são amplamente exploradas pela Enfermagem. Nesse contexto, torna-se relevante relatar a experiência de uma acadêmica de Enfermagem em um laboratório de pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria. O relato é baseado em práticas realizadas entre agosto de 2022 e abril de 2024 no Laboratório Biogenômica, do Departamento de Morfologia e Patologia da mesma universidade. Durante esse período, as atividades da acadêmica incluíram auxílio no cultivo de linhagens celulares, realização de testes para avaliação de citotoxicidade e genotoxicidade de compostos, viabilidade e morte celular, dano celular e genético, além de quantificação da expressão de genes. A estudante também acompanhou o desenvolvimento de testes biomoleculares em um modelo de lesão de pele *in vitro*. A pesquisa experimental possibilitou uma compreensão detalhada dos mecanismos fisiológicos envolvidos no desenvolvimento de doenças, destacando a importância do enfermeiro imerso nesse campo, pois ele se torna capaz de entender a fisiopatologia e proporcionar cuidados baseados na compreensão dos sistemas biológicos. Assim, as atividades desenvolvidas no Laboratório Biogenômica permitiram à acadêmica explorar uma faceta ainda pouco abordada da Enfermagem, aprimorando seu raciocínio clínico por meio do conhecimento aprofundado dos mecanismos celulares. Conclui-se que as oportunidades de pesquisa básica na Enfermagem precisam ser integradas à formação profissional, a fim de preparar enfermeiros que vejam a pesquisa científica como uma ferramenta valiosa no cuidado.

VIVÊNCIAS DE LIDERANÇAS FEMININAS EM MOVIMENTOS SOCIAIS: A DUPLA JORNADA DE TRABALHO E OS IMPACTOS NA SAÚDE

Larissa Nascimento Pinto, Monique Araújo de Medeiros Brito

Esta pesquisa, originada a partir das imersões realizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo projeto de extensão Saúde do Campo em Áreas de Reforma Agrária da UFRB, surgiu ao ouvirmos as histórias que revelavam os impactos na saúde física e mental das vivências da luta, da ocupação de cargos organizativos no MST e das interações familiares e comunitárias, diretamente relacionadas às relações de poder e à divisão sexual do trabalho. O gênero feminino,

historicamente alvo de violência e desigualdade, também é afetado nesse contexto, inclusive dentro do MST, que há 38 anos luta pela terra e pela superação das desigualdades sociais, tendo criado, em 1996, o Setor de Gênero, uma estrutura organizativa voltada para a luta contra o preconceito de gênero, e, em 1999, adotado uma política que visa garantir a paridade de gênero. Assim, o objetivo da pesquisa é investigar a experiência de lideranças femininas da regional Baixo Sul do MST, na Bahia, e os impactos dessa vivência da dupla jornada de trabalho na saúde mental dessas mulheres, utilizando o método da cartografia. Este método compreende que os processos de produção de vida se expressam de formas variadas e estão em constante construção, sendo o ato de pesquisar um processo de acompanhamento dessas vivências. A pesquisa se concentra no encontro com corpos de mulheres forjadas pela luta pela terra, que desejam compartilhar suas histórias. No 34º Encontro Estadual do MST, foram realizadas entrevistas com seis mulheres autodeclaradas pretas, entre elas duas jovens, três adultas e uma idosa, que dedicaram suas vidas à construção da reforma agrária popular, aliando no seu cotidiano a luta de classes, de gênero e de raça. A análise revelou que essas mulheres são simultaneamente mães, militantes, lideranças e pessoas com desejos próprios, forjadas enquanto sujeitos pelo MST. Apesar da paridade de gênero e da presença feminina nos espaços de luta, as mulheres só recentemente começaram a participar dos debates dentro do movimento. O patriarcado, portanto, permanece intrínseco nas relações dentro do MST, e a dupla jornada de trabalho é uma realidade para todas, que exercem ao menos duas funções organizativas, além das obrigações laborais e familiares, resultando em adoecimento físico e mental. As práticas de cuidado relatadas pelas lideranças incluem o uso de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), o apoio da família, da comunidade e do setor de saúde do movimento. A pesquisa evidencia a necessidade urgente de dialogar sobre a divisão sexual do trabalho, a produção do cuidado e a sobrecarga das lideranças femininas no MST, convocando a construção de formas de cuidado em saúde que considerem as singularidades de gênero, raça, classe e outros determinantes sociais das mulheres assentadas.

EXPERIENCIANDO A IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO COMPONENTE CURRICULAR: UNIDADE DE APRENDIZAGEM INTEGRADA – ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA 1

Janaína Ferro Pereira, Danielly Santos dos Anjos Cardoso, Lenira Maria Wanderley Santos de Almeida, Matheus Henrique Barbosa de Carvalho, Ellem Caroline Alencar Fideles, Deivid Nicolas de Assis Silva, Eurides Vitória Viana do Nascimento

Este relato de experiência descreve a implantação de componentes curriculares no novo currículo de 2023 do curso de graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (EENF/UFAL), com ênfase na integração de conteúdos e no fortalecimento da relação teoria-prática-trabalho em enfermagem e interprofissional, adotando a problematização como referencial metodológico para o ensino-aprendizagem. O componente curricular (CC) resulta da integração de

várias disciplinas, como epidemiologia, metodologia da pesquisa, psicologia, história e exercício de enfermagem, configurando um processo de ensino problematizador e profundamente conectado à prática. O desafio proposto aos alunos é mergulhar em um processo educacional transformador da realidade, exigindo um intenso movimento de construção e reflexão. A nova organização curricular permite a distribuição da carga horária semanal de forma a favorecer a problematização, com as aulas organizadas em três tempos: problematização da realidade, teorização e aplicação à realidade (sistematização). Essa estrutura favorece o envolvimento ativo dos alunos, permitindo-lhes relacionar suas experiências com diferentes realidades, aplicar seus conhecimentos na resolução de problemas reais e contribuir para o desenvolvimento de práticas de saúde. Além disso, o curso incentiva atividades interprofissionais, promovendo diálogos sobre referencial teórico denso e estrutural, essenciais para a compreensão do processo saúde-doença e das práticas decorrentes, propiciando trocas, diálogos compartilhados e relações interpessoais, interdisciplinares e interprofissionais. O impacto do novo CC é visível na forma como os alunos compreendem o processo saúde-doença, estimulando-os a questionar as práticas de saúde e a reconhecer suas implicações sociais e políticas, ou a falta delas. Constantemente, os alunos são encorajados a discernir a eficácia das ações em seu contexto, buscando alternativas criativas e inovadoras por meio de reflexões críticas.

O CONHECIMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS DE PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR

Ana Caroline Mota Veloso, Kleberth Santos de Jesus, Simone da Silva Oliveira

Os riscos de acidentes no ambiente escolar são frequentes e podem ocorrer a qualquer momento, e em situações de emergência, a falta de conhecimento dos professores, tanto nas escolas privadas quanto públicas, pode dificultar a reversão de problemas em casos de acidentes. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o conhecimento dos professores sobre Primeiros Socorros no Ensino da Educação Infantil e Fundamental I, e como objetivos específicos, identificar as principais emergências vivenciadas nesse ambiente e descrever as técnicas de primeiros socorros reconhecidas por esses professores. Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e descritiva, a ser realizada em escolas de Educação Infantil e Fundamental I de um município no interior da Bahia, localizado a aproximadamente 123 km da capital, Salvador. A pesquisa contará com a participação de 14 professores dessas instituições. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil, sendo aprovado sob o protocolo nº 78670724.6.0000.03.23, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando a técnica de autorelato com vinhetas, nas quais os participantes relatarão seus conhecimentos sobre primeiros socorros no ambiente escolar, orientados pela questão: “Quais os conhecimentos em Primeiros Socorros dos professores no Ensino de Educação Infantil e Fundamental I?”. As vinhetas simularão eventos reais de emergência nas escolas, como: “Maria, uma criança de 3 anos, está lanchando uva com os colegas durante o recreio e, de repente, coloca as mãos no pescoço,

sem conseguir respirar... O que você faria?”, ou “João, uma criança de 7 anos, está lanchando acerola com os colegas durante o recreio e, de repente, coloca as mãos no pescoço, sem conseguir respirar, mas acaba desacordando... O que você faria?”. Observou-se a precariedade no conhecimento das técnicas de primeiros socorros por parte dos professores, mesmo após a criação da Lei Lucas. Espera-se que esta pesquisa promova discussões sobre a implementação da Lei Lucas em instituições escolares públicas e privadas do município, visando garantir o direito à saúde das crianças que cursam a Educação Infantil.

SENTIMENTOS E COMPORTAMENTOS VIVIDOS POR CUIDADORES DURANTE O LUTO ANTECIPATÓRIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Carla Cristina Alvarez Serrão, Victor Augusto Cavaleiro Correa,
Pedro Sávio Macedo de Almeida, Gilce Tereza Gondim Távora de Albuquerque

O luto antecipatório é um processo delicado em que o indivíduo vivencia o luto antes da morte, em situações em que o paciente está sem possibilidade terapêutica. Durante esse processo, surgem diversas fases e sentimentos que contribuem para o desenvolvimento de morbidades psíquicas nos cuidadores. O objetivo desta revisão é avaliar os sentimentos e comportamentos vividos por cuidadores durante o luto antecipatório. Trata-se de uma revisão integrativa realizada nas bases de dados BVS, Lilacs e Scielo, com artigos publicados entre 2018 e 2023, nos idiomas inglês e português, utilizando os descritores (Bereavement) AND (Psychological Distress) AND (care). Os resultados de seis estudos elegíveis apontaram que os cuidadores, durante o luto antecipatório, apresentam transtornos como depressão, ansiedade e transtorno de ansiedade generalizada, sendo esses sintomas influenciados pelo grau de vínculo emocional com o paciente. Além disso, protocolos aplicados de forma coletiva mostraram-se ineficazes. Conclui-se que é comum a presença de morbidades mentais como depressão, ansiedade e transtorno de ansiedade generalizada em cuidadores, sendo que o grau de envolvimento emocional com os pacientes em cuidados paliativos é um fator determinante significativo no sofrimento tanto no período pré-morte quanto no pós-morte.

A IMPLEMENTAÇÃO DE UM GRUPO DE MULHERES, EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, COMO FERRAMENTA DE CUIDADO E EMANCIPAÇÃO FEMININA

Leticia Dias Albuquerque

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Mulheres, um dos grupos terapêuticos de uma Unidade Básica de Saúde do Distrito Federal, implementado por residentes do Programa Multiprofissional em Atenção Básica da Fiocruz Brasília. Destinado a

mulheres com 18 anos ou mais, de qualquer território do Distrito Federal e entorno, o grupo ocorre semanalmente em um espaço comunitário vinculado à UBS, sendo estruturado como um espaço de fortalecimento feminino com base na lógica da interseccionalidade, que considera como gênero, raça e classe se entrelaçam e impactam a experiência das mulheres. No contexto da Atenção Básica, trabalhar com grupos envolve a imersão na territorialidade e nos processos de apropriação e desapropriação dos sujeitos em seus territórios. A criação desse grupo reflete o desejo da pesquisadora de proporcionar um espaço de partilha e construção coletiva, onde o “nós” seja a categoria central e as trajetórias sejam definidas de forma colaborativa, e não apenas pela mediadora. Fundamentado nos princípios da convivência da Educação Popular em Saúde, o grupo entende a convivência como estratégia essencial para o cuidado baseado em territórios e comunidades, promovendo subjetivação, coletivização, autonomia, emancipação, e vínculos efetivos entre os participantes. Atrelado a isso, o grupo adota a Educação Popular em Saúde, instituída pela PNEPS-SUS em 2013, como ferramenta para valorizar saberes populares e promover a participação ativa nos processos de cuidado em saúde, fortalecendo o diálogo entre conhecimentos técnicos e populares. Assim, o grupo reconhece o afeto como elemento essencial para aprendizado e promoção da saúde, buscando efetivar processos libertadores e fortalecer as mulheres como sujeitos de direitos. Como resultados, observa-se a promoção de autonomia, responsabilização e vínculos entre as participantes, além da formação de sujeitos mais ativos, capazes de compreender os impactos das desigualdades de gênero, raça e classe, e de construir estratégias coletivas. Essa iniciativa evidencia o papel da Saúde Pública na Atenção Básica ao enfrentar as desigualdades de gênero e seus impactos nos processos de saúde das usuárias.

NECESSIDADES DOS TRABALHADORES FARMACÊUTICOS E FARMACÊUTICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO CUIDADO FARMACÊUTICO NO SUS

Agnes Nogueira Gossenheimer, Jânio Barbosa Pereira Júnior, Gabriela Bandeira Burlamaque, Diego Ramon de Sousa Marinho, Suetônio Queiroz de Araújo, Roberto Eduardo Schneiders, Marco Aurélio Pereira

O Cuidado Farmacêutico, como modelo de prática profissional, busca melhorar os resultados de saúde por meio da interação com usuários, famílias e comunidades, fundamentando-se em uma abordagem humanizada que identifica necessidades de saúde e propõe intervenções eficazes e integradas com a equipe multiprofissional. A implementação desse cuidado requer normativas e estruturas que favoreçam o planejamento e o desenvolvimento de atividades assistenciais centradas na pessoa. Nesse contexto, a fase de diagnóstico situacional, no âmbito da ciência da implementação, é essencial para orientar ações voltadas à consolidação do cuidado farmacêutico no SUS. Para isso, o Núcleo do Cuidado Farmacêutico, retomado no Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SECTICS/MS), apoia as coordenações gerais da Assistência Farmacêutica na implementação do cuidado farmacêutico, sendo as Oficinas Estaduais de Diagnóstico do Cuidado Farmacêutico parte do Projeto de Implementação desse cuidado no SUS. Essas oficinas têm como objetivo diagnosticar o estado

do cuidado farmacêutico no SUS e sensibilizar trabalhadores e gestores nos territórios. O presente trabalho apresenta os resultados do levantamento das necessidades dos farmacêuticos para implementar o cuidado farmacêutico em seus territórios, realizado durante as oficinas em quatro estados, no contexto do Planejamento Estratégico Situacional. Por meio da pergunta “Quais as necessidades para a implementação do Cuidado Farmacêutico no SUS?”, os participantes elencaram 638 necessidades, que foram organizadas em categorias e priorizadas utilizando a ferramenta GUT (Gravidade, Urgência e Tendência). Os resultados indicaram que todas as unidades federativas priorizam a contratação e capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento ou melhoria de sistemas de informação e a promoção do acesso a medicamentos, com variações conforme as especificidades locais. A diversidade de ações sugeridas reflete a complexidade do sistema de saúde brasileiro e evidencia a necessidade de adaptações regionais na implementação do cuidado farmacêutico. Contudo, a criação de uma diretriz nacional poderia fortalecer essas iniciativas, garantindo maior uniformidade, equidade, sustentabilidade e eficiência no cuidado farmacêutico no SUS.

PUÉRPERAS PRIMÍPARAS E VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: CONHECIMENTO E SITUAÇÕES VIVENCIADAS

Ana Letícia Soares Valdivino, Emanuele Isabel Araújo do Nascimento, Wesley Josinaldo Andrade de Farias, Jéssica Martins de Oliveira, Ana Luiza Cabral da Cunha de Almeida Chagas, Igor de Sousa Nóbrega, Fihama Pires Nascimento, Renata Clemente dos Santos Rodrigues, Emanuella de Castro Marcolino

A violência obstétrica é uma forma de violência direcionada às gestantes, manifestando-se por meio de desrespeito, abusos e maus-tratos físicos, psicológicos ou verbais praticados por profissionais de saúde durante a gestação, o parto ou o puerpério. Este estudo teve como objetivo verificar o conhecimento de puérperas primíparas sobre violência obstétrica e identificar situações vivenciadas durante o trabalho de parto natural em uma maternidade de referência no interior da Paraíba. Trata-se de um estudo transversal, qualitativo e analítico, realizado com 27 mulheres maiores de 18 anos, em até 24 horas de pós-parto natural. Foram excluídas participantes sem condições emocionais ou que estavam ausentes da enfermagem devido a intercorrências pós-parto. Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados, com entrevistas gravadas, transcritas e analisadas, atendendo às diretrizes éticas da Resolução 466/2012 (CAAE: 92451318.4.0000.5175, parecer: 2.823.341). Os resultados mostraram que a maioria das entrevistadas desconhecia o conceito formal de violência obstétrica, mas soube reconhecer situações de violência, como o impedimento de um acompanhante durante o trabalho de parto, citado por uma participante como uma experiência violenta. Conclui-se que o conhecimento das mulheres sobre o tema é insuficiente, destacando a necessidade de incluir essa discussão no acompanhamento pré-natal para ampliar a conscientização. Além disso, reforça-se a obrigação dos profissionais de saúde em oferecer uma assistência qualificada e humanizada, especialmente em um momento emocionalmente intenso e vulnerável para a mulher.

PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA NO OESTE DA BAHIA

Eduardo Morais Carvalho, Marcia Regina de Oliveira Pedroso

As Doenças Cardiovasculares (DCVs) são a principal causa de morte global, resultando em cerca de 17,9 milhões de óbitos anuais, com a Insuficiência Cardíaca (IC) sendo considerada a via final dessas doenças, apesar dos avanços recentes em terapias farmacológicas e não farmacológicas. Nesse contexto, estudos sobre o perfil clínico e epidemiológico da IC são cruciais para orientar políticas públicas de saúde. Este trabalho teve como objetivo estimar a prevalência e identificar o perfil clínico-epidemiológico da IC em um centro hospitalar relevante na Região Oeste da Bahia. Foi realizado um estudo descritivo baseado na análise de prontuários de pacientes internados no Hospital Municipal Eurico Dutra (HMED) entre 2021 e 2022, uma unidade de atenção secundária que atende casos de baixa e média complexidade. A população do estudo incluiu pacientes maiores de 18 anos internados por pelo menos 24 horas com diagnóstico confirmado de IC. O período foi escolhido devido à reformulação dos leitos e prontuários do HMED por iniciativa da Universidade Federal Oeste da Bahia (UFOB). Dados como diagnósticos, sexo, idade, data de admissão e alta, e motivos de internação foram coletados, e as frequências relativas e absolutas, além de intervalos de confiança de 95%, foram calculados. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFOB. Durante o período analisado, foram registradas 1.764 internações na enfermaria clínica do HMED, sendo 113 de pacientes com IC, dos quais 50,4% eram homens, com idade média de 66 anos. A principal causa de internação foi a descompensação da IC (57,5%), com tempo médio de internação de 10,5 dias e letalidade de 14,2%. A prevalência da IC foi de 5,3% em 2021 e 7,6% em 2022, sendo a etiologia isquêmica a mais comum (38%), seguida da hipertensiva (25%) e da chagásica (20%). O estudo revelou que o aumento na prevalência da IC reflete tanto o envelhecimento populacional quanto melhorias no atendimento médico, e destacou a complexidade dessa síndrome devido à diversidade de causas, incluindo a doença de Chagas. A análise da mortalidade reforça a importância de intervenções precoces e de uma abordagem holística para a IC, oferecendo dados relevantes para futuras pesquisas e para a formulação de políticas de saúde específicas para a região.

CONSUMO DE AÇAÍ PARA O CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS NO INTERIOR DO AMAZONAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raicielly Abreu da Silva

O açaí (*Euterpe oleracea*), fruta típica da região norte do Brasil, destaca-se entre as mais comercializadas para consumo, não apenas por seu sabor irresistível, mas também pelo elevado valor nutricional, rico em bioativos e antioxidantes que desempenham um papel fundamental na redução do estresse oxidativo e na minimização dos danos cumulativos ao DNA, contribuindo para a prevenção de

doenças e promovendo benefícios à saúde. Este relato de experiência descreve a vivência de acadêmicos do 7º período do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), localizado no interior do Amazonas, durante o estágio na disciplina de Saúde Coletiva, realizado em julho de 2023 sob a orientação de um docente enfermeiro da Universidade Federal do Amazonas. Durante um mês, os estudantes observaram demandas de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) local e realizaram visitas domiciliares, incluindo uma visita a um cliente com diabetes que relatou melhora nos níveis glicêmicos atribuída ao consumo regular de chá de açaí, preparado a partir do pó da fruta fervido por cerca de dois minutos. O cliente também relatou comercializar o pó de açaí para outros indivíduos com diabetes, que, segundo ele, relataram benefícios semelhantes após o consumo do chá. Estudos já demonstram a eficácia dos componentes do açaí na redução do estresse oxidativo associado a doenças crônicas, além de sua capacidade de auxiliar na redução de níveis glicêmicos e da pressão arterial, contribuindo para a prevenção de efeitos da síndrome metabólica. Assim, mesmo entre consumidores com baixo nível de escolaridade e conhecimento científico limitado, foi perceptível o impacto positivo do consumo regular do açaí em seus quadros clínicos.

DIAGNÓSTICO DO CUIDADO FARMACÊUTICO NO SUS: ANÁLISE DOS SERVIÇOS E ESTRUTURA FÍSICA

Jânio Barbosa Pereira Júnior, Agnes Nogueira Gossenheimer, Gabriela Bandeira Burlamaque, Diego Ramon de Sousa Marinho, Suetônio Queiroz de Araújo, Roberto Eduardo Schneiders, Marco Aurélio Pereira

O Cuidado Farmacêutico, como modelo de prática profissional, busca aprimorar os resultados em saúde por meio de uma abordagem humanizada que interage com usuários, famílias e comunidades, identificando suas necessidades e propondo intervenções integradas com a equipe multidisciplinar. Para sua implementação, são indispensáveis normativas e estruturas que sustentem o planejamento e a execução de atividades centradas na pessoa. Desde 2023, o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SECTICS/MS) prioriza a implementação do cuidado farmacêutico no SUS, utilizando uma abordagem fundamentada na ciência da implementação, com diagnóstico situacional inicial. Para isso, o Núcleo do Cuidado Farmacêutico (NCF) desenvolveu um questionário com 54 perguntas, distribuídas em seis seções que abrangem os componentes da Assistência Farmacêutica (AF), abordando normativas, estrutura física e serviços ofertados. Este instrumento, enviado às Secretarias de Saúde dos estados e do DF com prazo de três meses para preenchimento, revelou que, no Componente Especializado da AF, 75% dos estados realizam serviços farmacêuticos, com destaque para a dispensação e a informação e educação em saúde individual, enquanto 18% não realizam esses serviços, e 7% justificaram a ausência devido à descentralização do componente. No Componente Estratégico, 33% dos estados oferecem serviços farmacêuticos, majoritariamente dispensação e informação e educação individual, e no Componente Básico, 37% realizam serviços, com foco na dispensação e no acompanhamento farmacoterapêutico. No âmbito do CEAf, o Brasil conta atualmente com 2.026 farmácias, concentradas em quatro estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina), mas apenas 11% possuem consultórios farmacêuticos

em todas as unidades, enquanto 48% dos estados carecem de estrutura física adequada para serviços farmacêuticos. Esses dados são cruciais para subsidiar decisões estratégicas e ações prioritárias na implementação do cuidado farmacêutico no SUS em todo o território nacional.

A MULTIPLICAÇÃO DE ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA À COMPREENSÃO E QUALIFICAÇÃO DE AÇÕES EM PROCESSOS DE CONTROLE SOCIAL EM SAÚDE

Lidiston Pereira da Silva, Daniele Moretti, Marcela Cunha, Yasmyn Rodrigues Barcelos dos Santos

A multiplicação de Espaços de Educação Permanente (EEP) tem se consolidado como uma estratégia central para ampliar a compreensão e qualificação das ações de controle social em saúde no Estado do Rio de Janeiro. A Comissão de Educação Permanente para o Controle Social (ComEP-CS) do Conselho Estadual de Saúde (CES-RJ), em parceria com a FIOCRUZ e o Conselho Nacional de Saúde (CNS-CEAP), assumiu a responsabilidade de desenvolver um projeto ético-político-pedagógico alinhado aos princípios do SUS, promovendo cursos e oficinas de formação para conselheiros e representantes de movimentos sociais. Essa iniciativa resultou na criação da ComEP-CS Ampliada, composta por cerca de 200 integrantes, incluindo representantes regionais do CES-RJ, conselheiros municipais e entidades defensoras do SUS nos territórios, com o objetivo de fortalecer o controle social por meio da multiplicação de EEPs. As ações incluem a organização de encontros regionais mensais, que possibilitam a troca de saberes e experiências, a formação de subgrupos regionais para discutir pautas locais, a promoção de atividades formativas baseadas nos temas identificados nos EEPs, o fortalecimento das ComEPs nos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) e o incentivo à criação de Conselhos Locais de Saúde (CLSaúde). Espera-se, como resultado, a ampliação da problematização sobre controle social em saúde, a realização sistemática de EEPs regionais, o fortalecimento das ComEPs, e o apoio à constituição de CLSaúde nos municípios. Essa ação, em construção permanente, já reverbera em todo o estado, reafirmando a importância da educação permanente como pilar para a efetivação do controle social no SUS.

VIVÊNCIAS ACADÊMICAS EM UMA COMUNIDADE INDÍGENA: APRENDIZADO E COMPROMETIMENTO EM SAÚDE DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raicielly Abreu da Silva, Ananias Facundes Guimarães

O estado do Amazonas, rico em fauna, flora e cultura, abriga povos tradicionais como quilombolas, indígenas e ribeirinhos, sendo os últimos residentes das margens dos rios amazônicos e

enfrentando desafios significativos de acesso à saúde, educação e oportunidades econômicas devido às dificuldades geográficas. Para promover mudanças na vida dessas populações, a Universidade Federal do Amazonas oferece, no curso de Enfermagem, a disciplina “Saúde das Populações Amazônicas”, que busca integrar esses povos à sociedade, reconhecendo suas culturas e propondo soluções adaptadas às suas necessidades. Este relato de experiência descreve as atividades realizadas por alunos do 8º período do curso de Bacharelado em Enfermagem durante as aulas práticas da disciplina, promovidas pelo Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), no interior do Amazonas. A ação, realizada em uma comunidade indígena nos dias 29 e 30 de agosto de 2023, contou com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para transporte fluvial e envolveu 15 acadêmicos, 2 docentes e 2 enfermeiros. As atividades incluíram ações de educação em saúde sobre acidentes ofídicos, distribuição e orientações sobre o uso de hipoclorito, rodas de conversa sobre saúde da mulher abordando planejamento familiar, aleitamento materno e preservativos, além de estratégias didáticas para facilitar a assimilação dos temas abordados, dada a recepção positiva, mas o conhecimento limitado dos comunitários. Essas ações reforçam a importância de iniciativas voltadas às populações tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e capacitando futuros profissionais de saúde com uma compreensão aprofundada das especificidades culturais e sociais dessas comunidades.

EXPERIÊNCIA DE VISITA NA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Jocimar Brandao Moraes, Fernanda Amora Ascari, Pietra Valentina Moreto, Kiciosan da Silva Bernardi Galli

Este relato de experiência descreve a visita técnica à Defesa Civil do município de Chapecó (SC), realizada em abril de 2024, como parte da disciplina de Enfermagem em Saúde Comunitária III (SAC III) do curso de graduação em Enfermagem da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com o objetivo de conhecer as ações desse órgão e entender como sua atuação pode apoiar o papel do enfermeiro na proteção da saúde da população. A Defesa Civil de Chapecó, localizada no Bairro Desbravador, também atende cidades vizinhas por meio do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD). A visita foi guiada pela docente da disciplina, que conduziu os acadêmicos a uma roda de conversa com os coordenadores das regiões de Chapecó e Xanxerê, os quais explicaram o funcionamento da Defesa Civil, abrangendo sua gestão, organização e formas de atuação, com exemplos práticos. O objetivo da visita foi identificar os meios de detecção e resposta do órgão em casos de riscos e desastres. Em uma aula subsequente, a docente promoveu uma discussão sobre os aspectos ambientais, desastres e a importância da atuação da Defesa Civil para a enfermagem, permitindo aos alunos refletirem sobre a visita e a relevância do planejamento de recursos técnicos e materiais em desastres, evitando desperdícios. A visita evidenciou a importância que envolve diversas instituições e entidades, trabalhando em conjunto para prevenir danos e salvar vidas, destacando a importância da Defesa Civil em situações de emergência ou calamidade.

pública, como vazamentos de produtos tóxicos, desastres naturais e a Pandemia de covid-19, ao implantar políticas de controle e enfrentamento. Também foi ressaltada a importância dos serviços meteorológicos na prevenção de agravos à população, com a capacidade de identificar áreas de risco e emitir alertas em tempo hábil. A experiência proporcionou um entendimento mais aprofundado sobre a proatividade da enfermagem e sua interação com equipes multidisciplinares na prevenção de desastres, promovendo a formação de profissionais comprometidos com a saúde pública. Ao final, a visita ampliou a percepção dos alunos sobre a necessidade de integração entre a Defesa Civil e os profissionais de saúde, incluindo os enfermeiros, e evidenciou como estratégias de ensino fora da sala de aula contribuem para um entendimento mais prático e abrangente de sistemas geralmente não abordados no currículo acadêmico.

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS ADOLESCENTES NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Lúcia Rondelo Duarte, Marcos Guedes de Carvalho, Isabelle Oliveira Cesar, Gabriella Asperti de Arruda

Na Atenção Primária à Saúde, observa-se uma defasagem nas ações voltadas à atenção integral da saúde dos adolescentes, com práticas fragmentadas e modelos biomédicos ainda presentes, que desconsideram os aspectos biopsicossociais e a singularidade dessa fase da vida. O estudo teve como objetivos conhecer as percepções da equipe de saúde da família sobre a adolescência, descrever as práticas de cuidado adotadas na Estratégia Saúde da Família, identificar ações promotoras de saúde e evidenciar as dificuldades e potencialidades na atenção à saúde dos adolescentes. Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória de abordagem qualitativa, realizada com 33 profissionais das equipes de saúde de seis unidades básicas de saúde de um município no estado de São Paulo. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas orais gravadas, utilizando um roteiro semiestruturado, e a análise dos resultados seguiu a técnica de análise temática de conteúdo. A maioria dos profissionais vê a adolescência como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, considerando, em alguns casos, os aspectos psicossociais que envolvem essa etapa, como a influência do grupo e da rede de apoio. No entanto, a ausência de práticas específicas voltadas para os adolescentes foi um consenso entre os participantes, revelando lacunas na atenção integral à saúde desse grupo. A educação em saúde foi apontada como a principal atividade realizada com os adolescentes, sendo a adesão a essas atividades a maior dificuldade encontrada. Contudo, o potencial dos adolescentes como agentes multiplicadores de informações de saúde foi destacado, assim como a importância de integrar programas de educação em saúde nas escolas e empoderar os adolescentes para que se envolvam na promoção de sua própria saúde. Dessa forma, é fundamental reconhecer a importância de uma atenção à saúde centrada nas necessidades dos adolescentes, adaptada às suas especificidades, para avançar na construção de uma sociedade mais saudável.

VILA RESIDENCIAL, UM TERRITÓRIO PROMOTOR DE SAÚDE E DE APRENDIZAGEM

Maria Lucia Freitas dos Santos, Adriana da Silva Santiago, Neiva Maria Piccinini Santos,
Claudia Regina Gonçalves Couto dos Santos

O objetivo deste texto é apresentar as interfaces entre ensino, território e promoção da saúde, e suas dimensões de análise nas práticas de análise de territórios de saúde, no fechamento do ciclo de formação de graduandos de enfermagem, considerando o fortalecimento do poder das comunidades no estabelecimento de prioridades, na tomada de decisão e na ressignificação dos espaços, definindo a implementação de estratégias para o alcance de melhores níveis de saúde. O trabalho teve como base o tema “Vila Residencial, um território promotor de saúde: como transformar?”, com a realização dos estágios no território a partir do 2º semestre de 2022, envolvendo até o momento 266 graduandos de enfermagem. Partiu-se da premissa de que a dimensão ampliada da saúde é fundamental ao constructo teórico-prático da promoção da saúde, orientando mudanças no território em um cenário pós-pandemia, ao mesmo tempo em que aponta o caminho para a análise. No campo teórico, os temas de território e urbanidade, ODS, DSS, DCS e participação social constituíram a base de referência, assumindo maior relevância. As atividades se desenvolveram com eixos norteadores de exploração como: territorialização, saúde e condições de vida, saneamento e mudanças climáticas, DSS e qualidade de vida, religiosidade, e participação social para mudanças. Foi adotado um método crítico-reflexivo para capturar a realidade, utilizando abordagens variadas que estimularam a criatividade, empatia, sensibilidade e observação. Como resultados, destacou-se o protagonismo dos graduandos em ações combinadas, maior sensibilidade na compreensão da realidade, o uso inteligente do aporte teórico, propostas mais factíveis e promotoras de autonomia, e a ampliação da capacidade de buscar soluções de forma participativa. Além disso, houve o desenvolvimento de materiais instrucionais, de comunicação e informação, o incremento das redes sociais da Associação de Moradores, e a elaboração de relatórios e planos de ação no apoio à construção de um território promotor de saúde. Conclui-se que a ampliação do escopo de atuação da enfermagem no território recupera princípios fundamentais do SUS, como a equidade, o território como base e a participação social como sustentáculo de políticas públicas, ampliando a capacidade da comunidade de influir nas determinações da saúde e estimulando uma atuação mais integrada, sensível e libertária na promoção da saúde.

A RESIDÊNCIA EM ENFERMAGEM COMO MODELO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Karoline Maia Moreira Pinto, João Pedro Soares Soares

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) tem promovido, aprimorado e desenvolvido os recursos humanos na Amazônia desde sua fundação, em 2001. Nesse contexto, o Programa de Residência

em Saúde da UEA forma profissionais especialistas com rigor ético, científico e intelectual por meio da pós-graduação Lato Sensu, em regime de dedicação exclusiva, com carga horária semanal de 60 horas, sendo 80% de prática em serviço. Entre as especialidades ofertadas, está a clínica em Infectologia, que iniciou sua primeira turma em 2022, com duração de dois anos. Diante da necessidade de difundir esse modelo de formação, o objetivo deste estudo é contribuir para o conhecimento de acadêmicos e profissionais recém-formados sobre as oportunidades de qualificação profissional no modelo de residência, com foco na especialidade de infectologia, dada a carência de enfermeiros especializados e a crescente demanda no estado do Amazonas para enfrentar as doenças tropicais e endêmicas prevalentes na região. O método utilizado é um relato de experiência de dois enfermeiros residentes no programa, que atuaram na Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD) entre março de 2022 e fevereiro de 2024, nos serviços especializados de atendimento a pessoas vivendo com HIV/AIDS, profilaxia pré e pós-exposição ao HIV, tuberculose (TB), infecção latente de TB e hepatites virais. A FMT-HVD, referência no tratamento de doenças tropicais e infectocontagiosas, atende tanto a capital quanto os 62 municípios do estado. A atuação dos residentes foi baseada nos manuais e protocolos do Ministério da Saúde, realizando atividades como consulta de enfermagem, rastreamento de condições de saúde associadas ao diagnóstico, busca ativa de contatos, solicitação e avaliação de exames laboratoriais, elaboração de planos de cuidados, e participação no processo de enfermagem com especialistas e equipe multidisciplinar, além de discussão de casos e tomada de decisões. Importante destacar que os enfermeiros residentes estão na linha de frente do serviço, permitindo o acompanhamento contínuo dos pacientes, em razão da carga horária semanal e do tempo de atuação no serviço. Assim, o modelo de residência se mostra mais eficiente comparado a outros modelos com carga horária reduzida. Durante a especialização, os residentes fortalecem sua autonomia e aprimoram seus conhecimentos na especialidade, atuando em diferentes níveis de atenção, como Unidades Básicas de Saúde, Serviços Especializados, Centros e Grupos de Pesquisa, e Unidades de Internação. Por fim, a formação de especialistas por meio da residência responde às necessidades do estado e oferece ao enfermeiro um modelo rigoroso de formação, com excelente avaliação no mercado profissional, capacitando-o a exercer sua profissão com a competência exigida, contribuindo para o serviço e prestando assistência qualificada à população.

DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTO INSTITUCIONAL PARA DIRECIONAR OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA ADEQUADA COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Patrícia Medeiros da Silva Oliveira, Sâmia Jamylle Santos de Azevedo, Ana Beatriz de Almeida Medeiros Moura, Albireia Shinobu Inaoka Brito, Bruna Giane Saidelles Machado, Carlos Alexandre de Souza Medeiros, Manuela Pinto Tiburcio, Lindemberg Marx Ferreira de Oliveira, Elisângela Franco de Oliveira Cavalcante

A preocupação com a segurança do paciente foi destacada em 1999, com a publicação do documento “Errar é Humano”, um marco importante na área da saúde. No Brasil, um avanço

significativo ocorreu com a promulgação da Portaria nº 529, em 1º de abril de 2013, que instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), com o objetivo de melhorar a qualidade do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos do país. A Portaria caracterizou a Cultura de Segurança do Paciente por meio de cinco características operacionais, incluindo a promoção da notificação de incidentes e a aprendizagem organizacional decorrente desses eventos. Para garantir a segurança do paciente, é fundamental que os profissionais de saúde compreendam a notificação de incidentes como uma ferramenta reativa para o gerenciamento de risco, sendo essencial em todos os serviços de saúde, assim como a vigilância e o monitoramento desses incidentes. O objetivo deste trabalho foi relatar o desenvolvimento de um instrumento institucional para orientar os profissionais de saúde sobre a adequada notificação de incidentes em um hospital universitário. A criação do instrumento ocorreu em dois encontros de grupo de convergência realizados no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), em Natal (RN), em dezembro de 2023, com a participação de 14 profissionais no primeiro encontro e 12 no segundo. No primeiro encontro, foram identificados os obstáculos à notificação de incidentes e discutidos os conceitos e siglas relacionadas à Segurança do Paciente (SP) e Eventos Adversos (EA). No segundo encontro, foram delineados os conteúdos para o desenvolvimento do instrumento, com cada encontro durando cerca de 60 minutos. Os resultados destacaram as principais barreiras à notificação, como a falta de familiaridade com os termos e a importância da notificação, fatores que contribuem para a subnotificação. Constatou-se a necessidade de criar uma ferramenta tipo protocolo, pois, na instituição analisada e na rede EBSERH, não existia um instrumento específico para orientar os profissionais. Esse avanço é essencial para fomentar a cultura de segurança do paciente e estabelecer metas para evitar ou prevenir falhas na assistência à saúde, promovendo soluções e aprendizados contínuos.

FATORES SOCIOECONÔMICOS E CÁRIE DENTÁRIA EM PRÉ-ESCOLARES BRASILEIROS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Wanderson Mendes Machado Junior, Deison Alencar Lucietto, Marcos Antônio Albuquerque de Senna

A cárie na primeira infância é caracterizada pela presença de uma ou mais superfícies cariadas, perdidas ou restauradas devido à ação cariogênica em qualquer dente decíduo de crianças com menos de seis anos. Trata-se de uma doença dinâmica e multifatorial, cuja etiologia é influenciada por fatores biológicos e modulada por determinantes socioeconômicos. Este estudo teve como objetivo revisar a literatura sobre a influência dos fatores socioeconômicos na prevalência de cárie dentária em pré-escolares brasileiros. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, em abril de 2024, nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e Bibliografia Brasileira de Odontologia, acessadas via Biblioteca Virtual em Saúde. A pesquisa utilizou os descritores “cárie dentária”, “pré-escolares” e “fatores socioeconômicos”, combinados com o operador booleano “AND”, e incluiu artigos com texto completo disponível,

nos idiomas português e inglês, publicados entre 2017 e 2024. Das 41 publicações localizadas, 12 artigos foram analisados na íntegra após leitura dos títulos e resumos. Os resultados apontam para uma associação entre o nível de vulnerabilidade social das crianças e a prevalência de cárie dentária na primeira infância. Embora com variações, a privação social aumenta a probabilidade de lesões cariosas, com maior índice de cárie na dentição decídua. Verificou-se a polarização da doença nos grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica, caracterizados por menor renda familiar, menor nível de educação e instrução sobre saúde bucal e medidas preventivas, dificuldade de acesso a serviços odontológicos e piores condições de higiene oral. Considerando que os fatores socioeconômicos influenciam a prevalência da cárie dentária em pré-escolares brasileiros, atuando como fatores modificadores da progressão e severidade da doença, é necessária a adoção de medidas de promoção da saúde, prevenção e tratamento das lesões, levando em consideração os determinantes sociais da saúde. Pessoas em situação de vulnerabilidade social devem ser priorizadas em ações de cuidado em saúde bucal, programas e políticas públicas, com foco na equidade e integralidade do cuidado bucal.

DESENVOLVIMENTO DE VÍDEOS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM EM SEGURANÇA DO PACIENTE

Sâmia Jamylle Santos de Azevedo, Albireia Shinobu Inaoka Brito, Ana Beatriz de Almeida Medeiros Moura, Andressa Luanny Cosme da Silva, Bruna Giane Saidelles Machado, Carlos Alexandre de Souza Medeiros, Evelyn Beatriz de Araújo Campos, Manuela Pinto Tiburcio, Patrícia Medeiros da Silva Oliveira

A educação continuada para profissionais de saúde tem ganhado destaque no cenário educacional, sendo essencial para manter os colaboradores atualizados sobre questões pertinentes à linha de cuidado dos pacientes hospitalizados. O conhecimento teórico sobre o tema tem grande impacto no processo assistencial, e deve ser disseminado para os profissionais envolvidos. Nesse contexto, as metodologias ativas no ensino-aprendizagem, como o uso de vídeos educacionais, podem facilitar e tornar a experiência mais dinâmica e produtiva. O objetivo deste trabalho foi desenvolver vídeos educacionais para o ensino-aprendizagem em Segurança do Paciente, voltados para profissionais e estudantes. Trata-se de um estudo metodológico realizado no Hospital Universitário Onofre Lopes, dividido em três etapas: 1) pré-produção, com seleção dos temas, atores, definição do roteiro e construção de storyboards; 2) produção, com as filmagens dos vídeos; e 3) pós-produção, com edições finais e a posterior aplicação do produto. Foram desenvolvidos quatro vídeos sobre as metas internacionais de segurança do paciente e o engajamento do paciente e/ou acompanhante, abordando duas perspectivas: uma sem o engajamento ativo do paciente e outra com o paciente como sujeito ativo no cuidado. Para operacionalizar e aplicar o produto final, foram realizadas oficinas durante quatro dias, com a participação de 146 profissionais da equipe multidisciplinar e estudantes. Durante as oficinas, utilizou-se o Diagrama de Ishikawa, uma ferramenta da qualidade, para estruturar as causas dos problemas apresentados. Os resultados mostraram que o uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem e tecnologias audiovisuais gerou feedback positivo, sendo considerado interessante e útil

pela maioria dos participantes. O Diagrama de Ishikawa foi essencial para a construção de um modelo norteador de conceitos de segurança do paciente, sistematizando os fatos observados. A principal contribuição do estudo foi a criação de um repositório de vídeos educativos, desenvolvido com base nos processos e na realidade institucional, que será utilizado continuamente em capacitações realizadas pela equipe do Setor de Gestão da Qualidade, como o treinamento de residentes multiprofissionais, para capacitá-los conforme as normas da instituição e assegurar a integridade do paciente durante o cuidado. Conclui-se que o estímulo ao uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, como as tecnologias audiovisuais, é fundamental para a formação desses profissionais, uma vez que contribui significativamente para o aperfeiçoamento da equipe multiprofissional, promovendo uma aprendizagem sensorial, dinâmica e interativa.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: “VAMOS ÀS COMPRAS?”

Fernanda Albuquerque Nunes, Edjane Araújo, Poliana Eustáquio, Ana Paula Alves de Souza

A prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, como diabetes e obesidade, tem aumentado na população infantil nos últimos anos, e a alimentação saudável desempenha um papel crucial na prevenção dessas doenças e na promoção da saúde. Os hábitos alimentares das crianças são influenciados pelos ambientes e vivências em que estão inseridas, sendo importante estimular a adoção de uma alimentação composta por alimentos in natura e minimamente processados, além de reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados. Este estudo tem como objetivo relatar uma atividade de educação alimentar e nutricional realizada com crianças participantes de um projeto social em Cuiabá (MT). Trata-se de um relato de experiência, realizado durante o estágio supervisionado de Nutrição em Saúde Coletiva, com o tema “Vamos às compras”. O objetivo da atividade foi ampliar o conhecimento sobre alimentação saudável e incentivar o aumento do consumo de alimentos in natura e minimamente processados, por meio de uma simulação de compras em um mercado, com crianças de 6 a 9 anos. A ação, realizada em março de 2024, envolveu 27 crianças e iniciou com uma breve explicação sobre a dinâmica da atividade. Os participantes foram divididos em três grupos e receberam dinheiro fictício para realizar suas compras, podendo escolher até dez alimentos entre opções in natura, minimamente processados e ultraprocessados. Após as compras, foi realizada uma roda de conversa para discutir a classificação NOVA, de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira. Observou-se que a maioria dos grupos escolheu alimentos ultraprocessados. As compras foram analisadas, e os participantes receberam explicações sobre as funções de cada alimento para a manutenção da saúde. Em seguida, foram orientados a refazer as compras, considerando o nível de processamento dos alimentos e seu impacto na saúde. Após a explicação, todos os grupos fizeram escolhas mais saudáveis, adquirindo mais alimentos in natura e minimamente processados. Ao final, todos demonstraram interesse em aumentar o consumo desses alimentos em casa. Em conclusão,

atividades de educação alimentar e nutricional são fundamentais para incentivar o consumo saudável entre crianças, especialmente porque, nessa faixa etária, os hábitos alimentares estão em formação. A realização de atividades lúdicas e informativas sobre saúde é essencial para criar familiaridade com alimentos saudáveis.

SIMULAÇÃO REALÍSTICA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA O DISCLOSURE DE EVENTOS ADVERSOS GRAVES: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Albirea Shinobu Inaoka Brito, Sâmia Jamylle Santos de Azevedo, Ana Beatriz de Almeida Medeiros Moura, Bruna Giane Saidelles Machado, Carlos Alexandre de Souza Medeiros, Manuela Pinto Tiburcio, Patrícia Medeiros da Silva Oliveira, Pétala Tuani Candido de Oliveira Salvador, Giovanna Karinny Pereira Cruz de Andrade

A fim de promover a segurança do paciente, a Organização Mundial de Saúde, em seu Plano Global de Segurança do Paciente 2021–2030, apresenta um plano de ação com objetivos e estratégias específicas a serem seguidas, destacando o “disclosure” como uma das principais abordagens. O disclosure refere-se à comunicação aberta, honesta e transparente entre as instituições de saúde e os pacientes vítimas de eventos adversos, e é reconhecido como uma estratégia fundamental para a segurança do paciente. Reconhecendo que a comunicação com o paciente é um grande desafio e impacta diretamente no sucesso do disclosure, esta proposta de intervenção visa promover a temática entre as equipes assistenciais por meio da simulação realística, uma metodologia ativa de ensino que estimula o desenvolvimento de competências cognitivas, técnicas, atitudinais e afetivas em um ambiente controlado, permitindo a melhoria do desempenho dos participantes a partir dos seus próprios erros. O objetivo deste estudo é propor a simulação realística como estratégia de ensino-aprendizagem para o disclosure de eventos adversos graves. Trata-se de um estudo quase experimental, do tipo antes e depois, com grupo controle não equivalente, de abordagem quantitativa, em que será realizada uma intervenção educativa com a equipe multiprofissional da Unidade de Terapia Intensiva. A intervenção utilizará um roteiro de simulação realística com cenários estruturados e atores fictícios, nos quais os participantes, divididos em pequenos grupos, interagirão para realizar o disclosure. A atividade será iniciada com um briefing e finalizada com um debriefing. A efetividade da intervenção será avaliada por meio de um questionário de pré e pós-teste aplicado ao grupo controle, que participará apenas de uma aula expositiva, e ao grupo de intervenção, que participará da aula expositiva seguida da simulação. Os dados serão analisados quantitativamente, além de ser realizada uma avaliação de satisfação da intervenção. Espera-se que os participantes avaliem positivamente a simulação realística como uma proposta educativa e que a atividade contribua para o aprimoramento profissional no que se refere ao disclosure e à promoção da segurança do paciente. Em conclusão, o disclosure é uma resposta ética, transparente e empática a incidentes que causam danos ao paciente, sendo também uma ferramenta para efetivação dos seus direitos e um compromisso com a melhoria do sistema de saúde. Embora seja

um tema sensível, é essencial que o disclosure seja abordado e integrado na prática das instituições de saúde, e a simulação realística surge como uma estratégia eficaz de ensino-aprendizagem.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL REALIZADA COM IDOSOS: “BINGO NUTRITIVO”

Fernanda Albuquerque Nunes, Edjane Araújo, Poliana Eustáquio, Ana Paula Alves de Souza

O consumo de frutas e hortaliças é essencial para uma boa saúde, especialmente entre os idosos. No Brasil, cerca de 24,8% dos idosos consomem cinco ou mais porções desses alimentos por dia, o que é importante para suprir nutrientes, fibras e proteger o DNA contra danos, contribuindo para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Com o aumento da população idosa, a promoção de uma alimentação saudável se torna cada vez mais relevante no campo da Saúde Pública. Este estudo tem como objetivo relatar uma atividade de educação alimentar e nutricional realizada com idosos frequentadores de Centros de Convivência no município de Cuiabá-MT. Trata-se de um relato de experiência baseado em uma atividade desenvolvida durante o estágio supervisionado de Nutrição em Saúde Coletiva, com o tema “Bingo Nutritivo”. O objetivo foi estimular o aumento do consumo de alimentos in natura, com ênfase em frutas e hortaliças, entre os idosos, por meio de um bingo contendo imagens desses alimentos nas cartelas. A ação foi realizada com 46 idosos, no mês de abril do ano corrente. Inicialmente, foi feita uma breve explicação sobre a condução da atividade, seguida da apresentação do tema alimentação saudável e dos benefícios do consumo de frutas e hortaliças para a saúde. Os idosos foram divididos em grupos e receberam aleatoriamente cartelas contendo nove figuras de frutas e hortaliças, além de feijões para marcar os alimentos sorteados. Para cada alimento sorteado, foi dada uma breve explicação sobre suas funções e benefícios. O grupo vencedor deveria citar os alimentos sorteados e mencionar suas funções e benefícios, o que foi feito corretamente por todos os participantes. Ao final, todos demonstraram interesse em aumentar o consumo desses alimentos em casa. Conclui-se que é fundamental estimular o consumo de frutas e hortaliças entre os idosos, considerando que, nessa fase da vida, é comum a presença de comorbidades ou um maior risco de problemas de saúde.

CONSULTÓRIOS NA RUA DO DISTRITO FEDERAL: A PROPOSTA DE UMA AGENDA PÚBLICA PARA GESTORES E PROFISSIONAIS

Marcelo Pedra Martins Machado, Maria Fabiana Damásio Passos, Stella Santos, Juliana Borges, Mayara Cristina Silva de Araujo, Sofia Oliveira Lopes Cançado, Flávia Marques Gonçalves Elias

Este trabalho apresenta a pesquisa realizada com os trabalhadores e gestores das equipes de Consultório na Rua (eCR) do Distrito Federal (DF), cujo objetivo foi analisar o processo de trabalho e

as práticas dessas equipes, propondo, ao final, uma agenda pública para os trabalhadores e gestores. A metodologia incluiu entrevistas com gestores da Secretaria de Saúde do DF (5) e trabalhadores das eCR/DF (21), além da realização de um Café Mundial, com a participação de 24 pessoas, para discutir as práticas e o processo de trabalho das eCR no DF. A partir dos resultados obtidos, foram propostas recomendações para uma agenda pública, com ênfase em: Gestão da eCR – construir uma agenda periódica para todas as eCR, promovendo um espaço de troca pautado pela Estratégia de Saúde da Família (EPS); constituir fóruns territoriais de saúde mental; criar um grupo de trabalho para desenvolvimento de indicadores de processo e resultado; Trabalhadores das eCR – ampliar a oferta de cuidado coletivo; organizar ações sistemáticas de matriciamento entre os trabalhadores das eCR e a rede de saúde intersetorial; fomentar a eCR como espaço de formação para o SUS; e mapear as demandas de pesquisa. Como considerações finais, destaca-se que a palavra “sensibilizar”, frequentemente mencionada durante a pesquisa, deve ser complementada pela palavra “instrumentalizar”, no sentido de que as eCR possam apoiar as equipes de Atenção Primária à Saúde a se prepararem melhor para assumir a responsabilidade de cuidar da população em situação de rua. Além disso, a palavra “acesso”, já considerada um avanço promovido por essa política pública, deve ser acompanhada de “resolutividade” e “qualidade”.

CUSTOS SOCIAIS E IMPACTO DA ASMA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Sheyla Velasques Paladini, Maria Gabriela Borges Hermes, Stella Pegoraro Alves-Zarpelon, Marcia de Azevedo Frank, Michael Ruberson Ribeiro da Silva, Denise Bueno

A asma é uma doença crônica de alta prevalência mundial, afetando cerca de 10% da população brasileira, com impactos econômicos e sociais diretos e indiretos. Este estudo teve como objetivo descrever o perfil de gastos familiares, incluindo despesas diretas, indiretas e a perda de rendimentos de indivíduos com asma e suas famílias, utilizando o Questionário de Custos Familiares com a Asma (AFCQ). Foi realizado um estudo transversal, no qual os gastos foram descritos por média e desvio-padrão, apresentados em reais (BRL) e dólares (USD), considerando o poder de paridade de compra. Foram entrevistados 57 indivíduos com diagnóstico de asma, atendidos em uma farmácia de uma Unidade de Saúde da região sul do Brasil. Desses, 43 (75,4%) relataram despesas privadas relacionadas ao tratamento da asma, com um gasto médio de \$287,74 (495,19 BRL), sendo que alguns apresentaram perdas significativas em sua renda no último ano. Os principais gastos identificados foram com a compra de medicamentos, realização de exames e consultas, transporte, alimentação, estacionamento, perda de emprego e outras despesas extras. A maior parte dos entrevistados teve gastos privados relacionados à asma, impactando a renda das famílias. Pacientes que sofreram perdas substanciais em sua renda enfrentaram dificuldades adicionais com despesas extras para o tratamento da doença. Notou-se também que houve gastos significativos com medicamentos que deveriam ser fornecidos pelo Sistema Único de Saúde, o que pode indicar falta de conhecimento sobre os serviços públicos disponíveis, afetando a renda e a adesão ao tratamento.

ESTRATÉGIAS EFICIENTES DE COMPRAS: FOCO NA QUALIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM UMA UNIDADE HOSPITALAR PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Débora Ester Passos de Oliveira Lima, Fabio Henrique Silva Melo, Itamar Cabral Monteiro, Rosiane Nunes do Nascimento, Lorena Gomes da Rocha Altino

O presente trabalho aborda a importância da gestão eficiente de compras e aquisições em uma unidade hospitalar do SUS no município do Rio de Janeiro, destacando como a otimização desses processos contribui não apenas para a aquisição adequada de suprimentos, mas também para a redução de custos, melhoria da qualidade dos produtos e alinhamento das necessidades de cada setor, impactando positivamente a excelência na prestação de serviços de saúde. A gestão de compras em uma unidade do SUS vai além da simples transação comercial, sendo fundamentada em um Regulamento de Compras e Contratações, o que exige uma abordagem estratégica para garantir eficiência operacional e o cumprimento das normativas institucionais. Uma prática adotada para alcançar esses objetivos é a identificação criteriosa de fornecedores qualificados, utilizando plataformas públicas e convocações eletrônicas para garantir transparência e concorrência. A análise das propostas segue diretrizes publicadas em diário oficial da União, considerando aspectos como custo, qualidade, prazo de entrega e credibilidade, e é essencial que os fornecedores atendam a uma série de requisitos documentais, assegurando sua idoneidade e capacidade técnica. A seleção dos fornecedores ocorre com base em critérios como qualidade, custo e garantia de execução, garantindo a melhor oferta para a instituição de saúde. Os resultados observados ao longo de 24 meses (2023/2024) indicam uma redução significativa nos custos de aquisição, especialmente em produtos como proteínas, insumos secos, descartáveis, hortifrúti, padaria e água de 500ml, usados no preparo e fornecimento de alimentação. A amostra, que inclui a distribuição de cinco refeições/dia para pacientes, três refeições/dia para acompanhantes e quatro refeições/dia para profissionais, resultou em uma média de 61.270 refeições/mês em 2023 e 66.000 refeições/mês até março de 2024. Essa melhoria contínua nos processos de gestão de compras contribui para a satisfação dos pacientes, acompanhantes e profissionais, pois garante que as refeições principais (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia) sejam ofertadas adequadamente, com os insumos e serviços essenciais para os cuidados de saúde. Assim, a gestão eficiente de aquisições e compras em unidades hospitalares do SUS desempenha um papel crucial na garantia da qualidade e eficácia dos serviços prestados à população, promovendo não apenas a redução de custos, mas também a melhoria contínua dos processos, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais de forma eficiente e sustentável.

UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA PRÉ E PÓS-TESTE PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM POR PROFISSIONAIS MÉDICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Sílvio José Santana, Laís Coelho Caser

A educação permanente para médicos na Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental, embora desafiadora, e avaliar a aquisição do conhecimento pelos profissionais é uma etapa crucial para a manutenção ou ajuste das metodologias empregadas. O Componente de Provimento e Fixação de Profissionais do Programa Qualifica-APS do ICEPi/SESA do Espírito Santo realiza educação permanente abordando as necessidades educacionais para qualificar o processo de trabalho, e, nesse contexto, foram buscadas ferramentas para avaliar a aprendizagem dos médicos, como o pré e pós-teste. Esses instrumentos, na forma de questionários, servem como ferramentas didáticas de autoverificação, permitindo observar o grau de conhecimento prévio (pré-teste) e o impacto das atividades de formação no aprendizado (pós-teste), sem caráter avaliativo e aplicados de forma anônima. Durante o Programa, questionários foram elaborados sobre temas como doença renal crônica (DRC), profilaxia pré e pós-exposição (PrEP e PEP), e violência na APS. Cada questionário foi aplicado no início do mês (pré-teste) e ao final do mês, após as discussões e estudos (pós-teste). Os resultados mostraram que, para o tema de DRC, 332 médicos participaram, com uma média de acerto de 75,1% no pré-teste, que aumentou para 85,2% no pós-teste, com uma variação de 10,1%, sendo o maior aumento de 31,1% em uma das questões. Para o tema de PrEP e PEP, o ganho de aprendizagem foi de 9,4%, com o maior aumento de 21,5% de acertos no pós-teste. Em relação à violência na APS, 288 médicos participaram, com a média de acertos no pós-teste alcançando 82,0%, um aumento de 5,6% comparado ao pré-teste, sendo a maior melhoria de 23,3% em uma das questões. Assim, nos três meses de aplicação, observou-se uma melhoria média de 8,3% na aprendizagem. As questões abordaram aspectos essenciais para o processo de trabalho, como diagnóstico, condutas corretas, encaminhamentos adequados e solicitações de exames, impactando diretamente na capacidade dos médicos para melhorar a resolutividade na APS e, por consequência, fortalecer o SUS. Dessa forma, é evidente que a busca contínua por estratégias educacionais e ferramentas de avaliação para aprimorar esses processos é indispensável e deve ser sempre valorizada.

ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DE CRITÉRIOS DA QUALIDADE NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO EM PACIENTES CRÍTICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sâmia Jamylle Santos de Azevedo, Carlos Alexandre de Souza Medeiros, Ana Beatriz de Almeida Medeiros Moura, Albireia Shinobu Inaoka Brito, Bruna Giane Saidelles Machado, Manuela Pinto Tiburcio, Patrícia Medeiros da Silva Oliveira, Ana Elza Oliveira de Mendonça, Viviane Peixoto dos Santos Pennafort

As discussões sobre a segurança do paciente têm ganhado destaque devido à sua relação direta com a qualidade da assistência à saúde, e uma das ações do Programa Nacional de Segurança do

Paciente é a prevenção de lesões por pressão (LPP) nos estabelecimentos de saúde. Sabemos que pacientes em cuidados intensivos apresentam risco elevado para o desenvolvimento dessas lesões, o que torna essencial a criação de critérios para avaliar a qualidade da prevenção das LPP em pacientes críticos. O objetivo deste trabalho foi descrever o processo de elaboração e validação de critérios para avaliar a qualidade na prevenção de lesões por pressão em pacientes críticos. Trata-se de um relato de experiência realizado entre fevereiro e março de 2024 em um hospital universitário de alta complexidade da região Nordeste. Após identificar e analisar o problema de qualidade, foi feita uma revisão da literatura sobre o tema, seguida pela elaboração dos critérios e esclarecimentos, com descrição precisa dos termos para avaliação da conformidade. Esses critérios foram apresentados e discutidos com a equipe da Unidade de Terapia Intensiva Adulto para avaliar a viabilidade de sua aplicação. A validação dos critérios foi feita por dois avaliadores do Setor de Gestão da Qualidade, que analisaram 30 prontuários e observaram os processos de trabalho. Em seguida, calcularam-se as medidas de concordância e confiabilidade, além da análise gráfica dos dados para priorização das intervenções através do diagrama de Pareto, seguindo as diretrizes éticas da resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Como resultados, os critérios elaborados foram: a aplicação da escala de Braden na admissão e diariamente pelos enfermeiros, avaliação diária da pele dos pacientes, realização de medidas para redistribuição de pressão e redução da fricção e cisalhamento pela equipe multiprofissional, rodízio na fixação de dispositivos médicos, reposicionamento de pacientes com pontuação abaixo de 15 na escala de Braden a cada 2 horas, registro no prontuário do reposicionamento e anotação de enfermagem sobre as lesões por pressão. Todos os critérios se mostraram confiáveis, com Coeficiente Kappa acima de 0,6. Através do diagrama de Pareto, observou-se que 64% das não conformidades estavam relacionadas ao reposicionamento no leito, indicando que as intervenções devem ser focadas nesse aspecto. A experiência revelou-se relevante, pois permitiu identificar as principais causas de não conformidade associadas às lesões por pressão, e a análise dessas informações subsidiará a implementação das intervenções, além da avaliação da conformidade antes e após as ações, com a possível melhoria sendo demonstrada no gráfico de Pareto.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DOS CONSULTÓRIOS NA RUA, EM ÂMBITO NACIONAL

Marcelo Pedra Martins Machado, Maria Fabiana Damásio Passos, Stella Santos, Juliana Borges, Mayara Cristina Silva de Araujo, Sofia Oliveira Lopes Cançado, Flávia Marques Gonçalves Elias

Os Consultórios na Rua (eCR), criados em 2011 pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), atualmente somam 171 unidades no Brasil, com cerca de 1.500 profissionais. No entanto, o conjunto de informações sobre as eCR ainda é incipiente, especialmente no que se refere à definição de objetivos, resolutividade esperada e critérios para monitoramento e avaliação das equipes. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi sistematizar e debater as noções de objetivos, resolutividade e critérios de monitoramento e avaliação presentes na literatura, no registro das práticas das eCR e nas percepções dos atores envolvidos, como pesquisadores, gestores, trabalhadores e usuários. A

metodologia adotada incluiu três etapas: revisão documental e na literatura científica sobre as eCR, para mapear os sentidos atribuídos às noções de objetivo, resolatividade e critérios de monitoramento e avaliação; análise de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e de quatro fichas do prontuário eletrônico da Atenção Básica (e-SUS AB); e realização de 28 entrevistas com atores diretamente envolvidos nas práticas das eCR nas cinco regiões do país, a fim de compreender as percepções desses atores sobre as noções em estudo. Os resultados indicaram que a literatura sobre os objetivos, resolatividade e critérios de monitoramento e avaliação das eCR é ainda limitada, sendo o acesso o principal tema abordado, tanto no contexto da relação da população em situação de rua (PSR) com a Atenção Básica (AB) e o SUS, quanto na ampliação da resolatividade da eCR, consolidando-a como equipe de AB nas redes locais. As práticas mapeadas no e-SUS AB e as entrevistas destacaram o aumento do número de enfermeiros e médicos nas equipes, um fator relevante para a organização do processo de trabalho, além da necessidade de um olhar específico para mulheres em situação de rua e pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. As trocas entre os campos estudados (literatura, prontuário eletrônico e os atores envolvidos) revelaram que as eCR transitam por diversas fronteiras, como as das políticas públicas, entre a AB e a Saúde Mental, entre os campos do conhecimento e entre a sociedade civil e as políticas públicas. Por essa característica, mais do que delimitar fronteiras, as eCR têm o potencial de ser uma ponte, estimulando e sustentando conexões.

PERCEPÇÃO DE UM PROFISSIONAL FARMACÊUTICO SOBRE O CUIDADO ATRAVÉS DO TELEATENDIMENTO FARMACÊUTICO

Sheyla Velasques Paladini, Andreia Turmina Fontanella, Michael Ruberson Ribeiro da Silva

O manejo da asma e da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), enfermidades respiratórias altamente prevalentes, afeta não apenas as famílias, mas também os sistemas de saúde. O envolvimento do farmacêutico no cuidado desses pacientes pode melhorar significativamente a adesão ao tratamento, reduzindo a frequência de crises, visitas ao pronto-socorro, internações hospitalares e os custos globais para o sistema de saúde, além de promover a melhoria da qualidade de vida dos pacientes. O teleatendimento tem sido uma estratégia utilizada no Sistema Único de Saúde (SUS) para ampliar o acesso aos serviços de saúde, especialmente diante da desigualdade na distribuição de recursos no país. Após realizar mais de 176 teleconsultas farmacêuticas com usuários do SUS diagnosticados com asma e DPOC, percebo que o farmacêutico está bem qualificado para preencher muitas das lacunas do sistema de saúde. Como membro ativo da equipe multiprofissional, o farmacêutico desempenha um papel crucial no controle de doenças crônicas, promovendo e monitorando a adesão à terapia medicamentosa, garantindo o uso adequado dos dispositivos inalatórios, identificando gatilhos que desencadeiam crises respiratórias, como sintomas de transtorno psíquico, e desenvolvendo planos de ação individualizados. Além disso, o farmacêutico pode sugerir ajustes na dose ou mudanças de tratamento ao prescritor com base na gravidade dos sintomas, efeitos colaterais ou outras considerações

clínicas. No teleatendimento farmacêutico, é responsabilidade do profissional prover serviços que ampliem o acesso universal e integral à saúde, sendo essencial promover e valorizar novas formas de cuidado no SUS, como essa abordagem, que tem o potencial de melhorar a qualidade de vida dos usuários, reduzir custos relacionados à saúde e mitigar desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

ESTUDO DE CASOS DA PRÁTICA ODONTOLÓGICA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Henrique de Souza Chaves

A prática da odontologia no sistema prisional brasileiro, por meio do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNAISP), reflete a realidade da maioria da população carcerária, onde o cuidado com a saúde bucal é muitas vezes negligenciado, mas se torna imprescindível. O objetivo deste estudo é analisar a saúde bucal em um presídio localizado no município de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, com base na análise dos prontuários de saúde bucal, após uma triagem inicial realizada nos pacientes que chegam à unidade de saúde prisional. Para o estudo, foi selecionada uma amostra de 60 prontuários e pacientes. O estudo revela a triste realidade da saúde bucal no sistema prisional e busca sensibilizar as pessoas e o poder público sobre as necessidades dessa população. Os resultados apontam que a prática de uma odontologia humanizada pode contribuir significativamente para a reintegração social dos presos, devolvendo-lhes a função, a saúde bucal e a autoestima. A análise dos prontuários, coletados a partir da triagem inicial no Departamento Estadual de Polícia Penal de Santa Catarina (DEAP/SC), revelou que três pacientes nunca haviam ido ao dentista, 15 possuíam próteses dentárias (sendo uma provisória, uma prótese parcial removível inferior e o restante com próteses totais superiores e inferiores), nove utilizavam aparelho ortodôntico, três necessitavam de exodontias, 15 relatavam dor de dente, dois apresentavam gengivite aguda, um tinha trismo, e três precisavam de tratamento endodôntico, enquanto nove pacientes não relataram nenhuma queixa dentária. Conclui-se que a saúde bucal no sistema carcerário é fundamental para o processo de ressocialização dos internos, e suas necessidades devem ser atendidas tanto pelos cirurgiões-dentistas quanto pelo poder público. Este estudo destaca os desafios e propõe que, com base nesta amostra, medidas sejam adotadas para garantir a promoção integral e a atenção ao cuidado da saúde bucal da população carcerária brasileira.

TRABALHO, RENDA E AUTONOMIA – A EXPERIÊNCIA DA REVISTA TRAÇOS NA ATUAÇÃO COM POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

Marcelo Pedra Martins Machado, Maria Fabiana Damásio Passos,
Stella Santos, Juliana Borges, Sofia Oliveira Lopes Cançado

A Revista Traços é uma das 125 publicações de rua do mundo, lançada no Distrito Federal em 2015, com o principal objetivo de promover a cultura local, além de promover a autonomia e

reintegração social de pessoas em situação de rua ou em extrema vulnerabilidade. A revista utiliza o binômio trabalho e renda como ferramentas para ampliar a autonomia dessa população. O objetivo deste instrumento de avaliação é subsidiar o trabalho realizado pela Revista Traços junto aos Porta-Vozes da Cultura (PVC). O instrumento foi desenvolvido a partir de reuniões e escuta com os PVC, a equipe da revista e diversos autores envolvidos com a sociedade civil e políticas públicas para populações em vulnerabilidade. O instrumento hierarquiza seis domínios de autonomia do PVC, apresentados em ordem decrescente, do mais fácil de ser alcançado ao mais difícil. Esses domínios são: 6º. Busca e mantém formas de autocuidado; 5º. Rotina de vendas; 4º. Acesso à moradia; 3º. Dedicção e assiduidade no campo da educação; 2º. Condições de ir e vir aos locais indicados (trabalho ou outras indicações); 1º. Busca trabalho em outros pontos da rede (formal ou informal). Atualmente, o instrumento está em fase de implementação junto à equipe, com três análises trimestrais realizadas com a Equipe Psicossocial da Revista. Os resultados indicam que os domínios de “busca e mantém formas de autocuidado” (6º), “rotina de vendas” (5º) e “acesso à moradia” (4º) são os mais acessíveis para os porta-vozes da cultura quando inseridos no processo de trabalho e renda promovido pela revista. No trabalho com populações em extrema vulnerabilidade, o processo desenvolvido pela Equipe Psicossocial da Revista Traços tem se mostrado uma estratégia eficaz, em parceria com os Centros de Atenção Psicossocial e os Consultórios na Rua (DF e RJ). Nesse contexto, a construção de uma ferramenta que avalie os gradientes de autonomia dessa população pode também se tornar um instrumento útil para equipes e serviços do SUS e do SUAS.

EDUCAÇÃO PARA GENTE QUE CUIDA DE GENTE: EXPERIÊNCIA DE DIÁLOGO SOBRE COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COM ENFERMEIROS DE UMA UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO

Cassio Andrade Machado

Este trabalho relata a experiência de um diálogo sobre Comunicação Não Violenta (CNV) no Grupo Hospitalar Conceição (GHC), localizado em Porto Alegre (RS), com o objetivo de compartilhar essa vivência em espaços de formação voltados ao corpo de enfermagem do Hospital da Criança Conceição (HCC). A formação, organizada em dois encontros de duas horas, foi oferecida pela Gestão do Trabalho em diferentes turnos e pensada como parte de um conjunto de intervenções para qualificar o serviço de saúde. Ao saber da formação destinada aos colegas do HCC, a Comissão de Educação Permanente da UTI do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC) solicitou a inclusão de sua equipe. Com isso, a oferta foi expandida, resultando em três encontros de quatro horas destinados a uma turma de 24 enfermeiros da UTI. A Comunicação Não Violenta, ao ser pensada como intervenção nas dinâmicas de trabalho, não é uma prática inovadora, mas sim uma forma de reconhecer que tais dinâmicas exigem espaços de debate e novas perspectivas, que se distanciam da prática biomédica e tecnicista, apontando para um cuidado mais complexo e sustentado pelas relações entre usuários e

trabalhadores. Esse reconhecimento revela novas possibilidades e necessidades de educação para os trabalhadores. A CNV pode ser entendida como um conjunto de habilidades de comunicação que fortalece a capacidade de manter nossa humanidade, mesmo em situações adversas, e se alinha à ideia central da enfermagem de sustentar o trabalho de “gente cuidando de gente”.

FAZENDO CORPO COM A GESTÃO: EDUCAÇÃO POR MEIO DA EXPERIÊNCIA

Cassio Andrade Machado

O Programa de Residência em Gestão do Grupo Hospitalar Conceição insere os residentes em contextos complexos, nos quais emergem diversos conflitos que exigem e contribuem para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos essenciais à prática de gestão. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre uma proposta de intervenção formativa para os residentes do Programa de Gestão em Saúde, baseada em vivências ocorridas entre 2022 e 2023. Além do contexto prático, que envolve situações desafiadoras para os residentes, estes contam com uma interlocução constante com preceptores externos, que trazem perspectivas variadas, provenientes de suas distintas trajetórias. Ao refletir sobre o trânsito dos residentes entre os diferentes atores da gestão e considerar a complexidade de uma formação integral, surgiu a necessidade de incorporar as experiências ofertadas, muitas vezes abstratas, ao processo formativo. A ideia de “fazer corpo” foi adotada como um processo de aprendizagem, que envolve imersão corpórea atenta e ações fora do ambiente de sala, como sair ao sol. Buscou-se conduzir os residentes a experiências práticas que estivessem alinhadas aos conceitos discutidos nos espaços teóricos. Embora a residência seja, por natureza, uma experiência vivencial, o Programa de Gestão, em alguns momentos, pode afastar os residentes dos corpos, dado o caráter das atividades de gestão, que frequentemente se restringem a planilhas e reuniões. Entre 2022 e 2023, foram organizadas inserções e visitas técnicas aos seguintes locais: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, onde ocorreu uma roda de conversa com uma redutora de danos; Centro de Atenção Psicossocial Adulto, com uma oficina de encadernação facilitada por uma usuária; GerAção/POA – Oficina Saúde e Trabalho, que promove a geração de renda para usuários da rede de saúde mental de Porto Alegre, com a facilitação de uma servidora e uma usuária; e, por fim, a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, que se dedica à educação ambiental e soberania alimentar. Sobre a experiência, os residentes afirmaram que “estar ali e nos demais espaços foi importante para reafirmar a nossa discussão recorrente de que não há possibilidade de pensar a gestão de forma efetiva sem conhecer a sistemática e a pluralidade da assistência”. Assim, a formação em gestão exige que se aprenda a produzir corpo, tanto individual quanto coletivamente, através das vivências e encontros, incluindo os sistemas e fórmulas que os processos de gestão envolvem. Para tanto, ativar os corpos e permitir que as experiências se relacionem deve ser a proposta de quem pensa os processos formativos.

SOBRE VOLTAR E REPARTIR: ESCRITA E LEITURA DE SI COMPARTILHADA

Cassio Andrade Machado

O uso da produção técnico-científica para refletir e promover mudanças nos cenários de prática é comum na área da saúde, com práticas como estudos de caso, rounds, seminários e palestras, entre outras, que se configuram de maneiras diversas e, muitas vezes, dialógicas. No entanto, é mais raro o compartilhamento de outras manifestações que, embora relacionadas à práxis do cuidado, partem de uma perspectiva diferente, a do afeto. Seja entre trabalhadores e usuários, por meio de diferentes formas de expressão da palavra, como escrita, leituras e declamações, ou da imagem, como desenhos, fotografias e colagens, essas manifestações ainda são pouco frequentes. Pequenas hipóteses podem surgir desse distanciamento entre o técnico e o sensível, mas a normatividade biomédica se coloca, de forma evidente, como um corte transversal para a construção de diferentes possibilidades de cuidado, tanto de si quanto do outro. Se escrever sobre vivências pessoais pode ser visto como um mecanismo de elaboração, compartilhar essas vivências pode ser considerado uma intervenção, tanto em si quanto no outro. Durante a pandemia, escrevi sobre diversos temas como medo, negacionismo, vacina e esperança, questões que nos afetaram profundamente e ainda nos atravessam. Porém, foi nas rodas de leitura com usuários que o sentido da escrita se concretizou. Em 2022 e 2023, fui convidado por colegas dos Centros de Atenção Psicossocial a compartilhar essas escritas em grupos de leitura já consolidados, participando das rodas de leitura em voz alta. Após cada crônica, surgiam discussões, e frases como “que chique conhecer um escritor” foram ditas, mas foram as expressões como “Foi exatamente isso que senti!” ou “Não havia pensado dessa forma” que deixaram marcas profundas. Somos formados para expor e reforçar nossa técnica, mas muitos autores destacam os impactos do compartilhamento dos afetos e suas potencialidades de transformação. Quando devemos afetar por meio da mobilização dos próprios afetos? Com que frequência construímos arte para também nos instrumentalizar? Como preparamos os campos mais áridos? A escrita surgiu assim como o uso da terra em tempos passados: quando a terra se faz possível, planto; quando não, escrevo, e ambos trazem a mesma herança, a partilha. Da experiência, destaco duas possibilidades: o compartilhamento de si como possibilidade de aproximação e a exposição de si como potência formativa. A primeira se alinha aos escritos de diversos autores, como Viktor E. Frankl, e a segunda reflete a ideia de Villela, que descreve a segregação e a robotização como consequências de processos que impõem modelos representacionais nos sujeitos, limitando suas ações criativas e inovadoras.

PLANO DE MAPEAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DAS CENAS ABERTAS DE USO DE DROGAS, COM ÊNFASE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)

Maria Fabiana Damasio Passos, Stella Santos, Marcelo Pedra Martins Machado,
Juliana Borges, Mayara Cristina Silva de Araujo

O presente estudo tem como objetivo mapear e sistematizar as ações de saúde no enfrentamento da problemática das cenas abertas de uso de drogas, com ênfase na atenção primária à saúde (APS), tendo como referência a Política Nacional de Saúde Mental, que orienta as estratégias adotadas para estruturar medidas de assistência a pessoas com necessidades específicas de tratamento em saúde mental, com base nas práticas de gestores e trabalhadores dos Consultórios na Rua (eCR). Este trabalho busca identificar as diferentes práticas de gestão, atenção e cuidado em saúde, tanto no âmbito nacional quanto internacional, voltadas ao enfrentamento das cenas abertas de uso de drogas (cracolândias). Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica, com abordagem qualitativa, sobre as práticas de cuidado desenvolvidas pelos eCR, a partir da perspectiva de gestores e trabalhadores. Serão realizadas oficinas com esses profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com ênfase na APS, organizadas na forma de grupos focais. A pesquisa está estruturada em quatro metas: a Meta 1 consiste no mapeamento e sistematização das ações de enfrentamento das cenas abertas de uso de drogas, a partir da perspectiva dos gestores, com foco na APS; a Meta 2 visa mapear e sistematizar as práticas dos trabalhadores dos eCR, com foco nas ações de saúde nas cenas abertas de uso de drogas, dentro da APS e da RAPS; a Meta 3 envolve a construção de uma Síntese de Evidências, com a criação de um protocolo de busca nacional e internacional, com a seguinte questão: quais são as ações de APS para enfrentamento da drogadição em populações em situação de rua nas cenas abertas de uso de drogas (cracolândia)? Atualmente, a pesquisa está na fase de construção das metodologias propostas nas oficinas e na pactuação com gestores para a execução das Oficinas (Meta 1), com realização de cinco encontros, um por região do país. A proposta metodológica visa promover a interação entre gestores e equipes de saúde, estimulando a troca de experiências e a construção colaborativa de ideias, com propostas sobre ações de saúde no enfrentamento da problemática das cenas abertas de uso de drogas e o processo de trabalho das equipes. Os resultados serão utilizados para a produção de relatórios técnicos de pesquisa, podendo também ser aplicados em trabalhos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de cursos ou dissertações, com o intuito de integrar ensino, pesquisa e extensão no grupo de pesquisadores envolvidos.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES PARA ALÉM DA GRADE CURRICULAR NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PARA CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL DO ENFERMEIRO

Gabriela Ramos Mendonça, Samuel Duarte Fernandes da Silva, Gustavo Francisco de Aragão, Katiucia Martins de Barros, Shirlei Barbosa Dias

Na educação em saúde, observa-se a incorporação progressiva de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento das competências necessárias à melhoria da formação profissional. Estudos indicam que metodologias práticas devem ser preferidas em relação às abordagens expositivas e conteudistas, pois promovem maior apropriação de habilidades pelos graduandos e disseminação de informações para a comunidade. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de acadêmicos de Enfermagem em uma mostra de profissões, na qual foi apresentada a estação prática intitulada “A atuação do enfermeiro frente ao paciente crítico vítima de traumatismo cranioencefálico”. Este estudo descritivo, do tipo relato de experiência, refere-se a uma prática educativa realizada por acadêmicos de Enfermagem de uma faculdade particular de Belo Horizonte, supervisionados por duas docentes, durante uma mostra de profissões destinada a alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas, ocorrida entre os dias 12 e 15 de setembro de 2023. A apresentação foi feita por meio de uma estação prática em que os discentes demonstraram o papel do enfermeiro em uma unidade de terapia intensiva com foco em pacientes neurocríticos. Utilizaram manequins, dispositivos de monitoramento e manutenção do paciente neurocrítico, além de um quadro explicativo dos principais pontos a serem abordados, empregando simulação e recursos lúdicos para facilitar a compreensão dos jovens. A cada hora, um grupo de adolescentes passava pela estação, com o objetivo de romper estigmas relacionados ao papel do enfermeiro na sociedade. Durante a atividade, foi abordada a fisiopatologia do trauma, os desdobramentos da hipertensão intracraniana e o manejo do enfermeiro diante desse quadro, enfatizando o raciocínio crítico e clínico que fundamenta a prática da enfermagem. O trabalho também destacou o cuidado da enfermagem para além do biológico, reconhecendo o indivíduo em suas diversas dimensões, o que contribuiu para a valorização da profissão. Aproximadamente 900 adolescentes e alguns professores foram impactados pela experiência, divididos em grupos de 50 por estação, com sessões repetidas a cada hora. Os adolescentes mostraram-se interessados e participativos, enquanto os acadêmicos de Enfermagem ressaltaram a importância de experiências que vão além da matriz curricular, contribuindo para o desenvolvimento de maior autonomia, segurança, domínio, habilidades de oratória e saberes específicos essenciais para a formação profissional. Em conclusão, percebe-se que é fundamental transcender os limites do ensino-aprendizagem tradicionais, utilizando metodologias variadas para impactar a construção do profissional ao longo da trajetória acadêmica, tornando essencial o incentivo à participação dos alunos em eventos desse tipo.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, SUSTENTÁVEL E COM REDUÇÃO DE DESPERDÍCIO: SUA RELAÇÃO COM A RECICLAGEM E O DESENVOLVIMENTO PRÉ-ESCOLAR

Maria Eduarda dos Reis Souza, Ana Carolina de Souza, Daiane Ribeiro Miranda dos Santos, Edina Alves Guedes, Letícia Emily Rodrigues Ferreira, Maria Carolina Soares Barbosa, Maria Clara Rodrigues, Stael Abelha Ourives, Shirlei Barbosa Dias

A alimentação saudável desempenha um papel crucial na construção e manutenção de um estilo de vida saudável, especialmente na primeira infância. Dados da UNICEF de 2019 destacam o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados como um fator que conecta a desnutrição por falta de nutrientes essenciais à obesidade e sobrepeso em crianças, contribuindo para o surgimento de doenças. Nesse contexto, é fundamental ressaltar a importância da alimentação sustentável, que não apenas garante uma dieta nutricionalmente adequada e balanceada, mas também aborda questões econômicas e ambientais, promovendo a acessibilidade alimentar e a preservação do meio ambiente, em contraste com o sistema alimentar moderno baseado na produção e processamento industrial dos alimentos. Além disso, a reciclagem é essencial para transformar resíduos sólidos descartados em novos objetos, reintegrando esses materiais à cadeia produtiva. Este trabalho descreve a experiência de uma atividade extensionista educativa, focada na promoção de uma alimentação saudável, redução do desperdício de alimentos e incentivo à reciclagem para minimizar o impacto ambiental. A atividade foi realizada por acadêmicas do 3º período de Enfermagem de uma faculdade privada, como parte de uma disciplina extensionista no primeiro semestre de 2024, em uma escola municipal de educação infantil localizada na periferia de Belo Horizonte, com 14 crianças de quatro a cinco anos. O uso de abordagens lúdicas foi essencial para aproximar as crianças do tema. A atividade iniciou com perguntas sobre os tópicos que seriam discutidos, seguidas da exibição de dois vídeos educativos sobre alimentação saudável e coleta seletiva. Após a exibição, a turma foi dividida em três grupos para participar de uma dinâmica recreativa, que consistiu em jogos desenvolvidos com materiais reciclados: um quebra-cabeça feito com palitos de picolé, um jogo da memória de papelão e lixeiras de coleta seletiva construídas com garrafas PET, todos projetados para promover a discussão sobre alimentação saudável e reciclagem. A última etapa incluiu a distribuição de desenhos para colorir, reforçando o conteúdo aprendido. As atividades foram bem recebidas pela instituição e pelas crianças, que participaram ativamente e de forma voluntária, compreendendo o conteúdo e consolidando o aprendizado de maneira divertida e prática. Em conclusão, é essencial discutir questões nutricionais e ambientais com o público infantil, pois a formação de hábitos saudáveis desde a infância é altamente eficaz, especialmente quando realizada em conjunto com a família e a escola. Esse processo deve ser acessível, atraente e estimular o desenvolvimento psicossocial e cognitivo das crianças.

CARACTERÍSTICAS ASSOCIADAS AO CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS NA ADOLESCÊNCIA TARDIA: CENÁRIO PÓS-PANDEMIA DA COVID-19

Lara Heloisa Souza Oliveira, Márcia Regina de Oliveira Pedroso, Daiene Rosa Gomes

Durante a adolescência, uma fase marcada por mudanças significativas no desenvolvimento humano, os jovens estão suscetíveis a diversas influências externas, incluindo aquelas relacionadas às escolhas alimentares. Nos últimos anos, tem-se observado um aumento preocupante no consumo de alimentos ultraprocessados por adolescentes, tendência que foi ainda mais acentuada no período pós-pandemia. O objetivo deste trabalho foi analisar as características sociodemográficas e de estilo de vida associadas ao consumo de alimentos ultraprocessados por adolescentes de escolas públicas do interior da Bahia, considerando o contexto pós-pandemia da Covid-19. Este estudo, parte do grupo de pesquisa “VIGIADOLEC”, foi uma investigação de corte transversal realizada com adolescentes de 15 a 19 anos, matriculados em escolas públicas do município de Barreiras, Bahia, com coleta de dados entre setembro e dezembro de 2023. O desfecho analisado foi o consumo de alimentos ultraprocessados, associado às características sociodemográficas e ao estilo de vida dos participantes, com uma amostra mínima de 350 adolescentes e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Os resultados mostraram que viver com um/a companheiro/a, ter trabalho remunerado, usar aparelhos eletrônicos por mais de 4 horas diárias e consumir bebidas alcoólicas frequentemente estavam associados a um maior consumo de alimentos ultraprocessados. Por outro lado, não ter companheiro/a, não ter trabalho remunerado, ser heterossexual, usar aparelhos eletrônicos por no máximo 1 hora por dia e não consumir bebidas alcoólicas estavam relacionados ao menor consumo desses alimentos. Adolescentes cujos familiares foram afetados pela covid-19 apresentaram um consumo reduzido de alimentos ultraprocessados. Conclui-se que o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados entre os adolescentes está associado a fatores como moradia, disponibilidade de renda, consumo de bebidas alcoólicas e tempo dedicado ao uso de dispositivos eletrônicos. Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial na promoção de hábitos saudáveis, com o envolvimento dos pais, incentivando a prática de atividades físicas e reduzindo o tempo dedicado ao uso de eletrônicos, visando impactos positivos duradouros na saúde dos adolescentes. Além disso, destaca-se a importância do nutricionista como promotor de saúde, que pode utilizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para promover uma alimentação saudável e equilibrada entre os adolescentes.

PLANO DE AÇÃO PARA REDUÇÃO DO RISCO CARDIOVASCULAR NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA (CISNORDESTE)

Ana Maria Groff Jansen, Udo Hawerth, Lucas Alexandre Pedebos, Paula Fabricio Sandreschi,
Sílvia Regina Bonatto, Isabela Aragão Pereira, Rodrigo Adrianly David, Tânia Eberhardt

O presente estudo tem como objetivo apresentar a metodologia de um plano de ação destinado à redução do risco cardiovascular nos municípios do Consórcio Interfederativo de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE). Desenvolvido em parceria entre a Radar Saúde e o CISNORDESTE, o projeto visa abordar os fatores de risco das doenças cardiovasculares, empregando tecnologia e inovação dentro do contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma iniciativa inovadora, abrangendo municípios com características sociodemográficas semelhantes, com foco na equidade na oferta de serviços de saúde, para potencializar os resultados em âmbito regional. As doenças cardiovasculares representam a principal causa de morte no Brasil, conforme dados da Organização Mundial da Saúde, e, diante desse cenário, o plano de ação se fundamenta em marcos importantes, como as metas estabelecidas pela Assembleia Mundial da Saúde e publicações recentes do Ministério da Saúde, com o objetivo de melhorar a prevenção e o cuidado cardiovascular na Atenção Primária à Saúde (APS). O projeto também leva em consideração a falta de comunicação eficaz sobre iniciativas de prevenção cardiovascular para a população. Baseado em uma plataforma digital inteligente, que apresenta uma análise preditiva do risco de Acidente Vascular Cerebral (AVC) ou infarto nos próximos 10 anos, o projeto utiliza um algoritmo validado e adaptado para o sistema de saúde brasileiro. A partir das informações geradas, foi elaborado um plano de ação com responsabilidades compartilhadas entre a Radar, o CISNORDESTE e os municípios consorciados, visando à integralidade, à integração de informações e ao auxílio na captação de recursos. Além disso, o projeto propõe fluxos organizacionais para melhorar a eficiência das ações de prevenção e cuidado cardiovascular. Desde outubro de 2023, o projeto está em execução, com adesão de 10 municípios e planos de expansão para os demais consorciados. Em maio de 2024, 781.885 pessoas estavam sendo monitoradas quanto ao risco cardiovascular, o que corresponde a 77,1% dos cidadãos residentes nos municípios aderidos. Os principais resultados iniciais incluem a melhoria na tomada de decisões da gestão municipal, a qualificação de planejamentos estratégicos realizados pelos municípios e pelo consórcio, e a garantia de monitoramento e avaliação de programas de saúde. Espera-se que a longo prazo o plano de ação resulte na redução de eventos cardiovasculares, internações e custos com média e alta complexidade, além de contribuir para a satisfação da população atendida. A continuidade e expansão dessas iniciativas são essenciais para enfrentar o desafio das doenças cardiovasculares e promover uma saúde mais equitativa e eficaz nos municípios do CISNORDESTE.

ESCUTANDO RUAS – FORMAÇÃO PARA GUARDAS MUNICIPAIS PARA ATUAR COM POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS, COM FOCO NAS PESSOAS COM DEMANDAS RELACIONADAS AO USO DE SUBSTÂNCIAS

Marcelo Pedra Martins Machado, Maria Fabiana Damásio Passos, Stella Santos, Regiane Rocha Gomes, Juliana Borges, Mayara Cristina Silva de Araujo, Flávia Marques Gonçalves Elias, Vitor Lúcio Ferraz de Araújo, Josélia de Souza Trindade

A formação das forças de segurança pública para atuar com as populações mais vulnerabilizadas é um tema emergente, mas essencial no cenário atual. Nesse contexto, o NuPop Fiocruz Brasília, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas do Ministério da Justiça, propôs e desenvolveu uma formação para qualificar a abordagem dos guardas municipais em nível nacional. A formação “Escutando Ruas” visa capacitar os guardas municipais de forma ascendente, com a participação de movimentos sociais, dos próprios guardas e de pesquisadores, com o objetivo de enfrentar os desafios impostos pela ampliação e complexidade das demandas das pessoas em situação de rua nos centros urbanos. Para isso, a formação exige uma atuação integrada e articulada das políticas públicas, focada no cuidado, respeito à dignidade e liberdade, além do fortalecimento das políticas específicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A formação será oferecida por meio de um curso híbrido, com conteúdos na plataforma EAD, chats online, lives e oficinas territoriais. O curso será dividido em quatro módulos: Populações Vulneráveis, Equidade, Políticas Públicas para Populações Vulneráveis/Específicas, e Saúde Mental e Álcool e outras Drogas. Ao final de cada módulo, será realizada uma live com os conteudistas e convidados, transmitida pelo canal do YouTube da Fiocruz Brasília e mantida gravada. Além disso, serão realizadas oficinas territorializadas nas 27 cidades participantes do projeto, com foco na dimensão atitudinal da aprendizagem, utilizando técnicas de dramatização para aplicar os conteúdos trabalhados. O curso atenderá cerca de 130.000 guardas municipais, com a previsão de formar 2.700 profissionais nas oficinas presenciais. Em abril de 2024, foi realizada a Oficina de Construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), com a participação de representantes do Ministério da Justiça, guardas municipais, SUS, SUAS e movimentos sociais, como o CIAMP Rua. A oficina teve como objetivo levantar elementos para a construção do PPP e contou com 70 participantes. As discussões giraram em torno das expectativas para a formação, os temas e conteúdos necessários, a carga horária, as estratégias pedagógicas, o material didático e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Ao final, foram elencados diversos temas e conteúdos para compor o PPP. Dado que a segurança pública é um desafio para as populações mais vulneráveis, uma formação como a do “Escutando Ruas” pode se configurar como uma importante referência para futuras iniciativas de capacitação.

MORTALIDADE POR CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: CENÁRIO EM BARREIRAS, NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE OESTE E NA BAHIA

Tauane Santos Machado, Layane de Moura Freitas, Priscila de Magalhães Oliveira Carneiro, Vanderlei Alexandrino Gomes Neves Neto, Daiene Rosa Gomes, Márcia Regina de Oliveira Pedroso

O câncer de colo de útero é uma das principais causas de morte entre mulheres em todo o mundo, ocupando o quarto lugar em termos de mortalidade. No entanto, essa doença pode ser controlada por meio de rastreamento efetivo, resultando em diagnóstico precoce e tratamento, que, na maioria dos casos, leva à cura. Contudo, há variações na cobertura do exame preventivo em diferentes regiões do Brasil, impactando os padrões de mortalidade e demanda uma análise para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. O objetivo deste trabalho foi analisar a mortalidade por câncer do colo do útero em Barreiras, na Macrorregião de Saúde Oeste e na Bahia, entre 2012 e 2021. Trata-se de um estudo ecológico e descritivo, no qual foram analisados dados de óbitos de mulheres registrados no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), com causa atribuída ao câncer de colo de útero. Foram calculadas as taxas de mortalidade para cada localidade e ano, além das frequências absolutas e relativas das variáveis em estudo. Os resultados indicam um aumento nas taxas de mortalidade em Barreiras (53,23), na Macrorregião de Saúde Oeste (54,85) e na Bahia (56,06) por 100.000 mulheres, no período entre 2012 e 2021. As características sociodemográficas dos óbitos revelaram que as vítimas eram predominantemente mulheres com mais de 65 anos, casadas, negras ou pardas, com ensino fundamental (5ª a 8ª série) e com ocorrência de óbitos em ambiente hospitalar. Esses achados sugerem uma possível falha na cobertura dos exames preventivos, resultando em diagnóstico tardio e aumento do risco de óbito, reforçando a necessidade de aprimorar as políticas públicas voltadas para a saúde da mulher.

ATENDIMENTO REMOTO EM PSICOLOGIA – A EXPERIÊNCIA DO PSICUIDADOS

Mayara Cristina Silva de Araujo, Marcelo Pedra Martins Machado, Maria Fabiana Damásio Passos, Giulia Bedê Bomfim, Stella Santos, Sofia Oliveira Lopes Cançado, Flávia Marques Gonçalves Elias

O projeto PsiCuidados foi iniciado no primeiro momento da Pandemia de covid-19, em março de 2020, com o objetivo de oferecer atendimento psicológico aos profissionais da saúde da cidade de Goiás (GO). Inicialmente, a proposta se baseou na pirâmide de intervenções do IASC (Comitê da ONU para emergências humanitárias) e se caracterizou por diversas formas de intervenção, operando em quatro níveis de atenção. As ações incluem atendimentos à população em geral, fortalecimento do laço comunitário, qualificação de serviços locais para primeiros cuidados psicológicos (segundo a OMS) e oferta de cuidados especializados para aqueles com sofrimento psíquico severo. O projeto nasceu da iniciativa dos psicólogos do SUS municipal, especialmente nas equipes do Nasf AB, SAD e CAPS, e adota a lógica do Apoio Matricial. O objetivo principal do PsiCuidados é oferecer um conjunto de ações

em Saúde Mental e Atenção Psicossocial para a população e trabalhadores de Goiás (GO), integrados à Atenção Primária à Saúde (APS) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O projeto estabeleceu estratégias para três dos quatro níveis de atenção do IASC, já que o primeiro nível (sustentação dos serviços básicos) já estava funcionando no município. Para o segundo nível (Fortalecimento de Apoios Comunitários e Familiares), foram realizados contatos telefônicos com rádios comunitárias, associações de moradores e instituições religiosas, oferecendo conteúdos educativos em saúde, como podcasts, vídeos e cartilhas. No terceiro nível (Apoios Específicos), as equipes de saúde locais foram qualificadas com técnicas de dramatização para fornecer os primeiros cuidados psicológicos. Já no quarto nível (Serviços Especializados), foi disponibilizado atendimento psicológico remoto (via videochamada e/ou telefone) para os trabalhadores da saúde, focado na saúde do trabalhador. Os resultados do PsiCuidados incluem a disseminação de informações sobre Atenção Psicossocial para aproximadamente 23.000 habitantes, a qualificação das equipes de saúde locais (10 eSF, 46 ACS, Nasf AB, CAPS e SAD) para oferecer cuidados psicológicos iniciais, e a oferta de atendimento psicológico remoto para 400 profissionais de saúde. Após quatro anos de atuação, o PsiCuidados tem demonstrado adesão significativa por parte dos trabalhadores e tem se mostrado eficaz no cuidado ao sofrimento psíquico leve e moderado na APS, utilizando diferentes metodologias de atendimento remoto. Este modelo pode representar uma nova tecnologia em saúde a ser incorporada, especialmente na Atenção Primária à Saúde.

GESTÃO DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR: AÇÃO INTERDISCIPLINAR NA REDE HOSPITALAR

Wanesca Caroline Pereira, Hanna Priscila da Silva Medeiros, Ana Karina Alves Cavalcanti Macedo, Aroldo Natan Cirino da Silva, Simone Cristina Caravelos Itajaí Mendes, Alice Maria Freitas de Assis, Ruth Meyre de Freitas Fronival Lopes, Paula Machado Couto, Hercules Ricardson Daniel de A. Filho

O Serviço de Nutrição Dietética enfrenta o desafio de assistir o paciente de forma integral, garantindo qualidade em todos os processos relacionados à produção de alimentos e produtos oferecidos. Para assegurar a segurança do paciente, é muitas vezes necessário contar com setores estratégicos, como o Serviço de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde, que desempenha um papel fundamental na definição, investigação e desenvolvimento de estratégias para garantir a qualidade dos processos no setor de nutrição. Nesse contexto, o uso de ferramentas de gestão da qualidade, como o Diagrama de Ishikawa, é essencial para investigar as causas dos problemas e restabelecer os efeitos desejados. O objetivo deste estudo é demonstrar a importância da implementação de ferramentas de gestão da qualidade para garantir a segurança nos processos de nutrição clínica. Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, configurada como relato de experiência, com o propósito de descrever o impacto do Serviço de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde na melhoria dos processos e na identificação de fatores de risco no Serviço de Nutrição e Dietética de um hospital privado localizado em Natal, Rio Grande do Norte. A coleta de dados ocorreu em janeiro de 2024 e incluiu procedimentos como visita técnica, identificação de problemas, construção de um diagrama de Ishikawa e elaboração e implementação

de planos de ação. A visita técnica revelou problemas estruturais e processuais que poderiam estar influenciando a contaminação da água utilizada na máquina de gelo, sendo o diagrama de Ishikawa a ferramenta escolhida para identificar como essas causas estavam contribuindo para o problema. A análise indicou que a estrutura do local deveria ser melhorada, com a máquina de gelo sendo relocada para um ambiente fechado, e que a equipe precisava ser treinada quanto à higienização adequada da máquina e da área onde ela estava instalada. Além disso, uma Instrução de Trabalho foi elaborada para documentar as orientações e garantir que fossem seguidas sempre que necessário. Outra mudança importante foi a definição de responsáveis específicos pela manipulação do gelo, reduzindo o risco de exposição. Após a implementação do plano de ação, o gelo produzido voltou a ser seguro para o consumo humano. Conclui-se que a interação entre o setor de nutrição e áreas estratégicas como o Serviço de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde é fundamental para garantir a segurança nos processos. A utilização de ferramentas de qualidade, como o Diagrama de Ishikawa, é crucial para estabelecer planos de ação voltados à melhoria contínua.

O QUE MOTIVA E O QUE DESMOTIVA OS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS A UTILIZAREM MÉTODOS ATIVOS EM SUAS PRÁTICAS DOCENTES: O USO DO “PANORAMA SOBE E DESCE” NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

Michele Duarte Pereira, Ana Luiza Paes Mingote, Tabata Isabely Souza Neves,
Vitória Karoline Rodrigues Molica, Lara Camargo de Oliveira, Magno Márcio de Lima Pontes,
Vanessa de Souza Amaral, Emily de Souza Ferreira, Rosângela Minardi Mitre Cotta

No contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais, a formação dos professores universitários é vista como uma dimensão essencial para a inovação e transformação do processo de ensino, aprendizagem e avaliação dos futuros profissionais do século XXI. Nesse sentido, os métodos ativos se configuram como uma importante vertente da inovação educacional. O objetivo deste estudo foi identificar as fortalezas (motivações) e as fragilidades (desmotivações) do uso dos métodos ativos na prática docente de professores e preceptores de uma universidade pública brasileira, por meio da técnica do “Panorama Sobe-Desce”. Trata-se de um relato de experiência a partir de uma oficina de desenvolvimento docente realizada em uma universidade pública brasileira. A coleta de dados foi realizada utilizando a técnica do Panorama Sobe-Desce, que visa expressar, de forma lúdica, interativa e criativa, as motivações (Sobe) e desmotivações (Desce) dos participantes em relação a um contexto específico, como curso, programa ou estratégia. As respostas à pergunta formulada pelos pesquisadores foram registradas pelos participantes em post-its de cores distintas, representando motivação e desmotivação, os quais foram colados em um banner, formando um panorama visual do contexto individual e coletivo. No estudo, a pergunta formulada foi: “O que me motiva (Sobe) e o que me desmotiva (Desce) a utilizar os Métodos Ativos em minha prática docente?”. A coleta de dados ocorreu em uma oficina sobre Métodos Ativos, realizada para 35 docentes de diferentes

curso de uma universidade pública em 2023. A análise das respostas revelou núcleos de sentido. Quanto às desmotivações, destacaram-se: a resistência dos alunos, a falta de integração entre os docentes, a escassez de tempo para preparar e corrigir atividades, a insuficiência de preparo dos docentes para aplicar os métodos ativos, a falta de recursos humanos e materiais e a dificuldade em fornecer um feedback adequado aos alunos. Por outro lado, entre as motivações destacaram-se: aulas mais dinâmicas, maior autonomia dos alunos, desenvolvimento de competências, aquisição de conhecimento, aprendizagem significativa e a possibilidade de proporcionar o protagonismo do aluno. A técnica do Panorama Sobe-Desce revelou dimensões importantes que influenciam a utilização dos Métodos Ativos pelos professores, permitindo que compartilhassem angústias, frustrações, temores, assim como alegrias e experiências bem-sucedidas. Esse processo estimulou reflexões e despertou o interesse por estratégias utilizadas por colegas, abrindo portas para o estabelecimento de parcerias e redes de apoio e colaboração.

UNIVERSIDADE PROMOTORA DA SAÚDE: CONTRIBUINDO PARA O FAZER ACONTECER DOS AGENTES DE SAÚDE E AGENTES DE CONTROLE DE ENDEMIAS

Jailson Castro de Aquino Filho, Isabel Cristina Costa Correia da Silva, Livia Cortez Braga,
Ludmilla Oliveira Lourenço, Nicolas Daniel da Costa Silva, Anna Vitória Praxedes de Oliveira,
Gabrielli de Oliveira Silva, Alexandro Iris Leite

A educação em saúde é uma ferramenta fundamental para a promoção da saúde, pois favorece o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, capaz de desvelar a realidade e propor ações transformadoras, alinhadas com a autonomia e emancipação dos indivíduos, com impacto positivo na saúde coletiva. Nesse contexto, os agentes de saúde e de controle de endemias desempenham um papel crucial como multiplicadores de informações em suas áreas de atuação. A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), por meio de atividades de extensão, tem oferecido cursos sobre zoonoses e endemias transmitidas por vetores para esses profissionais na região Oeste Potiguar, território no qual a universidade está inserida. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência dos cursos e seus impactos nos participantes. As atividades de extensão estão vinculadas ao Departamento de Ciências da Saúde da UFERSA e são realizadas em parceria com as prefeituras e suas respectivas Secretarias de Saúde, com base na adesão dos gestores e no risco epidemiológico local. A equipe executora é composta por docentes, discentes de graduação (Medicina e Medicina Veterinária) e de pós-graduação (Residência em Medicina Veterinária), que se preparam com conteúdos teóricos e pedagógicos. Os cursos, denominados “Capacitação em Zoonoses e Endemias Transmitidas por Vetores”, têm duração de dois dias consecutivos, com carga horária de 16 horas/aula, e uma metodologia que inclui exposição dialógica e interativa, discussão de casos e distribuição de material impresso (apostilas com resumos e exercícios de fixação). Os conteúdos abordam principalmente formas de transmissão, prevenção

e controle de doenças como arboviroses, raiva, leishmaniose visceral, leptospirose, toxoplasmose, doença de Chagas, esporotricose, larva migrans e o complexo teníase/cisticercose. Ao final, os participantes recebem um certificado de participação. Desde 2018, os cursos contemplaram 11 municípios, atingindo centenas de profissionais da atenção básica que atuam diretamente no sistema de saúde. Houve boa adesão e interação, com feedback positivo nas avaliações realizadas por meio de rodas de conversa, nas quais os participantes foram sensibilizados e atualizados para se tornarem multiplicadores de ações de promoção da saúde, identificação de riscos e implementação de medidas de prevenção e controle. A experiência também contribuiu para o crescimento da equipe envolvida (docentes e discentes), consolidando o processo de ensino-aprendizagem e materializando suas práticas além dos muros da universidade. No entanto, as limitações incluem a carga horária, indicando a necessidade de ações contínuas para aprimorar a aprendizagem. As atividades de extensão relatadas não apenas fortaleceram a formação dos discentes, mas também reafirmaram o compromisso social da universidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O CUIDADO DE PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS: O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM NÚCLEO DE TELESSAÚDE

Ana Luiza Paes Mingote, Michele Duarte Pereira, Tabata Isabely Souza Neves, Vitória Karoline Rodrigues Molica, Lara Camargo de Oliveira, Vanessa de Souza Amaral, Emanuele Louise Gomes de Magalhães, Emily de Souza Ferreira, Rosângela Minardi Mitre Cotta

O uso das tecnologias digitais em saúde se apresenta como uma importante estratégia de intervenção, especialmente no contexto do cuidado interprofissional da Atenção Primária à Saúde (APS). Nesse cenário, foi desenvolvido o Núcleo de Telessaúde da Universidade Federal de Viçosa (NUTELES-UFV), com o objetivo de realizar o Telemonitoramento e a Tele-Educação de pessoas com diagnóstico de diabetes mellitus (DM) e/ou Hipertensão Arterial (HA) nos 9 municípios da microrregião de saúde de Viçosa, MG. O Núcleo alinha a academia aos serviços de saúde, reforçando o plano de cuidado por meio da saúde móvel e facilitando o acesso a informações baseadas em evidências científicas, tanto para usuários quanto para profissionais de saúde. Este estudo tem como objetivo descrever a criação e o desenvolvimento de uma Plataforma Computacional (NutelesWeb) e de um Aplicativo Móvel (NutelesApp), frutos da parceria entre a universidade pública, as secretarias de saúde (estaduais e municipais) e os serviços de saúde da APS. O NUTELES-UFV foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa do Programa de Inovação em Docência Universitária (PRODUS) e do Laboratório de Estudos em Planejamento e Gestão em Saúde (LabPlanGest), com apoio da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e do Laboratório de Banco de Dados e Engenharia de Software da Universidade Federal de Tocantins. O NutelesApp visa o armazenamento e a integração das informações coletadas dos pacientes atendidos pela APS, promovendo saúde por meio da

tecnologia digital e do cuidado continuado. Além de armazenar dados sociodemográficos e de saúde dos pacientes, o aplicativo direciona-os ao Portal de Informações (NutelesWeb), por meio de um link e QRcode, proporcionando acesso a conteúdos educativos. Este portal oferece informações sobre o tratamento de DM e HA, prevenção de agravos e monitoramento de hábitos saudáveis, com uma abordagem holística da equipe multidisciplinar. A criação dos conteúdos é realizada por profissionais da saúde voluntários, incluindo médicos, nutricionistas, educadores físicos, enfermeiros, psicólogos, dentistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e psicólogos. O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O NutelesApp foi utilizado para o cadastro e coleta de dados de 818 pacientes com diagnóstico de HA e/ou DM, nos nove municípios da microrregião de saúde de Viçosa. A capacitação dos usuários das APS para utilizar a interface NutelesWeb está em andamento. O projeto contribui para a produção de conhecimento científico e tecnológico, a formação de profissionais qualificados, a promoção da inclusão social, o fortalecimento da rede de saúde no SUS e o engajamento com a comunidade.

O “VARAL DE AVALIAÇÃO” COMO TÉCNICA DE SENSIBILIZAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Tabata Isabely Souza Neves, Michele Duarte Pereira, Ana Luiza Paes Mingote, Érica Aparecida Coelho, Lara Camargo de Oliveira, Magno Márcio de Lima Pontes, Vanessa de Souza Amaral, Emily de Souza Ferreira, Rosângela Minardi Mitre Cotta

A profissionalização docente tem um impacto direto na qualidade do ensino superior, e, nesse contexto, a institucionalização do processo de educação permanente dos educadores é uma pauta constante nas universidades do século XXI. Com esse objetivo, a Pró-Reitoria de uma universidade de Minas Gerais, Brasil, tem promovido oficinas de capacitação docente em métodos ativos de ensino, aprendizagem e avaliação. Este estudo apresenta uma das técnicas utilizadas em uma dessas oficinas: o “Varal de Avaliação”, que visa capturar os relatos dos participantes sobre suas experiências positivas e negativas em relação ao processo de avaliação em suas trajetórias acadêmicas e profissionais. O objetivo deste trabalho foi identificar essas experiências e promover a reflexão sobre o impacto da avaliação na formação pessoal e profissional dos educadores, e por extensão, dos estudantes. O trabalho é um relato de experiência de uma técnica ativa utilizada em uma oficina de desenvolvimento docente realizada em 2024, com a participação de 25 docentes, divididos em grupos de 5 pessoas. A técnica consiste em estruturar um painel com um varal, onde os participantes são convidados a recordar e registrar suas experiências negativas e positivas de avaliação. Primeiro, eles escrevem sobre uma experiência negativa, destacando o fato e a marca deixada por ela, e fixam essas informações no varal. Após a leitura dos relatos, a mesma atividade é realizada com as experiências positivas. Ambas

as atividades despertam emoções, que são trabalhadas pela equipe gestora enquanto a técnica é executada. Ao final, os resultados são sistematizados e apresentados aos participantes. As experiências negativas destacaram núcleos de sentido relacionados à avaliação em diferentes cenários de formação profissional (mestrado, internato, graduação, estágio, doutorado) e de trabalho (avaliação pela chefia), com marcas como insegurança, dificuldade de aceitação, injustiça, incapacidade, trauma, bloqueio, revolta, angústia, desvalorização e indignação. Já as experiências positivas, nos mesmos contextos, evidenciaram marcas como paz, autoestima, motivação, autoconfiança, sensibilidade, empoderamento e liberdade. A vivência dialógica proporcionada pelo Varal de Avaliação levou os docentes a refletirem sobre o impacto da avaliação e do feedback, seja ele apreciativo ou depreciativo, sobre a vida e saúde das pessoas. A técnica mostrou-se uma ferramenta dinâmica, interativa, visual e ativa, estimulando a reflexão sobre a importância da implementação da avaliação formativa com feedback assertivo e oportuno para recuperação ativa, além da avaliação somativa.

CRIANÇA SEGURA & SOCIEDADE PRÓSPERA: COMO CONTRIBUINTE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL E PROMOÇÃO À SAÚDE NO COMBATE CONTRA A VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL

Julia Zago de Barros, Ana Claudia Guma Fiorenza de Oliveira, Ana Laura Pieniak, Enzo Moraes Rizzato, Sabrina de Andrades da Conceição, Paulo Henrique Dellaméa, Liliani Mathias Brum, Nina Vieira Russo, Gabriela Pozzobon Zamberlan da Silva

As Ligas Acadêmicas de Medicina têm como objetivo a tríade ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a ampliação do conhecimento acadêmico dos alunos ao longo da graduação. Focando em áreas específicas da medicina, essas atividades buscam proporcionar aos discentes experiências clínicas e conhecimentos especializados, além de consolidar o aprendizado além das salas de aula e dos estágios. Nesse contexto, o projeto visa acompanhar atividades nas especialidades de medicina legal e perícias médicas, aprimorando a propedêutica e as competências técnicas dos participantes, além de estimular a realização de pesquisas científicas na área. O projeto também busca reforçar a prevenção ao abuso e à violência infanto-juvenil, atuando em um Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente no interior do Rio Grande do Sul. Entre 2022 e 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania registrou um aumento de 24% nas denúncias de violações contra crianças e adolescentes no Brasil, justificando a relevância do projeto diante da alta incidência de violência infanto-juvenil e da necessidade de preparar os discentes para atuarem em áreas como medicina legal, perícias médicas e na compreensão da legislação sobre violência infanto-juvenil. O objetivo geral é desenvolver atividades de prevenção ao abuso e à violência infanto-juvenil com educadores do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, além de incentivar a produção científica, agregando novos conhecimentos ao ambiente acadêmico e capacitando os futuros médicos a discutir ideias e tratar seus pacientes com sabedoria. Entre os métodos utilizados está a entrega e discussão de cartilhas sobre prevenção ao abuso e à

violência infanto-juvenil, proporcionando aos acadêmicos conhecimento legal e pericial, e promovendo o entendimento dos sinais de violência, além de vivenciar o trabalho coletivo inter e multiprofissional da equipe. O projeto oferece aos alunos um amplo aprendizado sobre violência infanto-juvenil em diversas áreas médicas, sendo uma pesquisa multidisciplinar que integra experiências em pediatria, psiquiatria, perícia médica e medicina legal. Por meio deste projeto, os discentes adquirem experiência prática em como identificar e lidar com casos de violência, promovendo também a prevenção dessa problemática social, contribuindo significativamente para sua formação. Além disso, o projeto gera material científico relevante, dada a relevância social do tema, e abre inúmeras possibilidades para novas pesquisas e ações. Assim, o projeto de extensão beneficia tanto a instituição quanto os alunos, impactando positivamente a maneira como eles e a sociedade lidam com a violência infanto-juvenil.

CONSTRUÇÃO DE UM FORMULÁRIO DE TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR DE PACIENTES EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Manuela Pinto Tiburcio, Sâmia Jamylle Santos de Azevedo, Ana Beatriz de Almeida Medeiros Moura, Albireia Shinobu Inaoka Brito, Bruna Giane Saidelles Machado, Carlos Alexandre de Souza Medeiros, Patrícia Medeiros da Silva Oliveira, Jhonny Mery Silva da Costa, Michelle Silva Nunes

Os formulários de transporte intra-hospitalar são essenciais para garantir a segurança, eficiência e conformidade regulatória no cuidado ao paciente, facilitando a comunicação clara e completa das informações críticas entre as equipes assistenciais durante a transição de cuidados. O objetivo deste trabalho foi construir um formulário de transporte para um hospital universitário. Para isso, foi criado um grupo técnico composto por médicos, enfermeiros e um representante de tecnologia da informação, lotados em áreas estratégicas do hospital, para identificar as informações essenciais a serem incluídas no formulário. Além disso, foram revisadas literaturas sobre práticas de transferência de pacientes e formulários utilizados em outros hospitais. Uma versão inicial do formulário foi testada em duas unidades do hospital (Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Unidade de Diagnóstico por Imagem), por meio de ciclos PDSA, permitindo uma abordagem metodológica controlada para inovação e melhoria contínua antes da implementação em larga escala. Após dois ciclos PDSA, foram realizadas entrevistas com os profissionais para avaliar a usabilidade e eficácia do formulário na comunicação das informações necessárias. Com base nos feedbacks, o formulário foi revisado para melhorar a clareza e o fluxo de informações. O formulário de transporte foi integrado ao sistema informatizado da Central de Serviços do hospital, que também gerencia os chamados de transporte. Foram inseridos campos obrigatórios, como nome do paciente, unidades de origem e destino, quadro clínico, tipo de transporte, necessidade de cilindro de oxigênio, precauções, sinais vitais e uso de dispositivos invasivos, sendo possível concluir e imprimir o formulário apenas após o preenchimento completo dessas informações. Além disso, foi adicionado um campo opcional para informações adicionais e um espaço para a assinatura do profissional responsável na unidade de destino. Após os testes, foi constatado que o formulário é fácil de preencher, mas foram solicitados acréscimos sobre o uso de drogas vasoativas e parâmetros ventilatórios para pacientes em ventilação mecânica. Atualmente, o formulário está em fase de ajustes finais para ser implementado em larga escala. Formulários detalhados de transporte

intra-hospitalar são fundamentais para manter a continuidade dos cuidados, melhorando a comunicação e evitando incidentes. Simultaneamente, o grupo técnico está desenvolvendo o protocolo institucional de transporte intra-hospitalar, e, após sua validação, será necessário realizar treinamentos com os profissionais para garantir a implementação eficaz e a adesão ao novo sistema.

PROJETO DE CRIAÇÃO DE UMA LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA LEGAL E PERÍCIAS MÉDICAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Henrique Dellaméa, Julia Zago de Barros, Liliani Mathias Brum, Sabrina de Andrades da Conceição, Enzo Moraes Rizzato, Ana Laura Pieniak, Ana Claudia Guma Fiorenza de Oliveira, Felipe Nunes Walter, Vinicius Freitas Pedron

Este resumo descreve a experiência na elaboração de um projeto para a criação de uma Liga Acadêmica de Medicina Legal e Perícias Médicas no curso de Medicina de uma universidade no interior do Rio Grande do Sul. O objetivo principal da Liga é estimular o interesse e ampliar o conhecimento dos acadêmicos nas áreas de medicina legal e perícias médicas, dada a relevância desse tema para a sociedade. O projeto surgiu a partir de debates entre os alunos sobre a importância de conhecer a função do médico e suas atribuições junto ao Poder Judiciário, seja nas investigações e resoluções de casos criminais, seja em outras demandas que exijam análises médico-legais, como perícias trabalhistas, ambientais e administrativas. Para sua elaboração, foram realizadas reuniões mensais com o apoio de professores da instituição especializados em Patologia, Perícias Médicas e Medicina Legal, incluindo profissionais do Instituto Médico Legal da região. A Liga adota as três modalidades clássicas de aprendizado: Ensino, Pesquisa e Extensão. Durante a elaboração do projeto, ficou evidente o papel indispensável do médico para a garantia da justiça, da legalidade, da saúde e da segurança pública, além das diversas possibilidades de atuação desse profissional junto aos órgãos públicos, como perito criminal, médico legista e assistente técnico. Assim, ficou clara a importância das ligas acadêmicas na formação dos futuros profissionais, pois incentivam o aprofundamento em áreas específicas da Medicina que, muitas vezes, não são suficientemente exploradas no cronograma regular das disciplinas, devido ao grande volume de conteúdos abordados durante o curso.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS E PRÁTICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO COM ESTUDANTES DE ENSINO DA REDE ESTADUAL

Jéssica Custódio Gonçalves, Pitter Batista de Souza, Marcos Paulo de Oliveira Carius, João Luiz Ribeiro Caffaro, Kátia Mendes de Souza, Andrea Moreli Mendes Gualberto, Ana Maria Auler Matheus Peres

O projeto “ObservaSUS – Observatório de Políticas e Práticas do Sistema Único de Saúde” é uma iniciativa de extensão universitária na região Serrana que teve início em 2021, com o objetivo

de analisar a execução das políticas públicas em saúde na cidade de Petrópolis, permitindo que os extensionistas aprofundem e consolidem o conhecimento adquirido, aspecto fundamental na formação em saúde. Além disso, o projeto promove ações para discutir esse conhecimento com a comunidade local, empoderando-a e desenvolvendo uma escuta qualificada, aprendendo também com ela. Em 2023, uma atividade foi realizada com estudantes da rede estadual para promover reflexões sobre o funcionamento do SUS, a participação social nesse sistema e a Política Nacional de Humanização (PNH). A atividade consistiu em uma pesquisa de opinião sobre a experiência de acolhimento nas unidades de saúde e as dimensões de atuação do SUS. Os estudantes foram divididos em grupos, orientados por extensionistas, para responder às perguntas propostas, e também participaram de uma roda de conversa sobre a participação social no SUS, conduzida pelos extensionistas com perguntas disparadoras e exemplos práticos. Esse momento permitiu aos estudantes compartilhar suas percepções e experiências sobre o acesso aos serviços do SUS, refletindo sobre os avanços e desafios enfrentados. Em seguida, os dados quantitativos e qualitativos foram analisados, proporcionando uma compreensão das percepções e expectativas da população em relação aos serviços do SUS, o que contribuiu para uma formação mais alinhada com as necessidades da comunidade e destacou a importância da integração entre teoria e prática nas atividades extensionistas. Os extensionistas vivenciaram espaços de diálogo com os estudantes, desenvolvendo suas habilidades de escuta e reflexão, com um distanciamento de suas próprias referências, para entender melhor as experiências da população no uso dos serviços do SUS. Em conclusão, a atividade do ObservaSUS foi significativa tanto para o processo formativo dos extensionistas quanto para a conscientização dos estudantes, promovendo uma visão abrangente das percepções, desafios e necessidades do sistema de saúde pública brasileiro. A colaboração entre os diferentes atores envolvidos destacou a importância da educação em saúde e da participação social, identificando questões críticas e áreas de oportunidade para futuras intervenções, contribuindo para a criação de um sistema de saúde mais equitativo e alinhado às necessidades da população.

CES-MG PERTO DE VOCÊ” UM ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO POPULAR EM MINAS GERAIS: EDIÇÃO PILOTO EM GOVERNADOR VALADARES

Lourdes Aparecida Machado, Pedro Israel da Cunha, Erli Rodrigues da Silva, Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva

Em 2023, o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES-MG) criou o projeto “CES-MG perto de você”, com o objetivo de aproximar o controle social da comunidade, melhorar o fluxo de comunicação entre os conselhos municipais de saúde e os usuários do SUS, criar intercâmbio entre os conselhos para troca de experiências, além de instituir o Núcleo de Comunicação do CES-MG, formado por um membro de cada Conselho. Para a implementação do projeto, a Mesa Diretora do CES-MG decidiu realizar uma edição piloto na macrorregião Leste, com apoio integral do Conselho Municipal de Saúde de Governador Valadares. Na parte da manhã, as mesas diretoras dos conselhos municipais da região se reuniram com o CES-MG para o Fórum de Conselhos, promovendo a troca

de experiências e o compartilhamento de ideias para tornar mais assertiva a atuação dos conselhos em relação à saúde pública. O CES-MG também apresentou o Cadastro de Conselhos de Saúde do Estado de Minas Gerais (CADCES), facilitando a interação entre o Conselho Estadual e os municipais. Para a população e as comunidades de Governador Valadares, foi realizado o evento “Conselho na Praça”, com o objetivo de engajar os usuários do SUS e promover o controle social, oferecendo serviços estaduais e municipais, além de atividades voltadas à saúde, cultura, cidadania e ciência. Essas atividades ocorreram em tendas montadas na praça, onde profissionais de diversas áreas atenderam à população. O projeto foi aprovado tanto pelos moradores quanto pelos profissionais envolvidos, destacando a importância de oportunidades como essa para que a população possa efetivamente usufruir dos direitos garantidos pelo SUS. Uma consulta realizada com os participantes, como a moradora Brunna Freitas, que sugeriu mais projetos inovadores como o “Conselho na Praça”, revelou a adesão ao evento: “Eu moro em Governador Valadares já há 5 anos e acho que a cidade precisa de mais eventos como esse, achei incrível, adoro quando passo aqui na pracinha e tem esse tipo de evento, principalmente coisas diferentes. A gente nunca via por aqui esse tipo de coisa”. Profissionais como Aparecida Paixão, enfermeira e membra do Conselho Municipal de Saúde, também destacaram a importância desses projetos para que a população entenda o papel dos conselhos e o protagonismo do Conselho Municipal de Governador Valadares. Dada a experiência bem-sucedida, o CES-MG aprovou uma agenda para a realização de edições permanentes em todas as macrorregiões de saúde do estado, com previsão para 2024, e Governador Valadares realizará a segunda edição do evento em 27 de abril de 2024.

INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA COM O PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA NA AVALIAÇÃO DO ESTADO VACINAL DE ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luís Felipe Soares Cardoso, Isabela Mendonça Spina, Claudirene Milagres Araújo

A vacina, desde sua criação no século XVIII, tem sido um mecanismo eficaz de proteção contra doenças para crianças, jovens e adultos. No contexto brasileiro, apesar de sua reconhecida importância, muitos ainda não apresentam o estado vacinal completo, representando um risco para a saúde pública. Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência de acadêmicos de Medicina em uma atividade de verificação da cobertura vacinal de adolescentes em uma escola pública. Trata-se de um estudo descritivo, realizado em uma escola pública de Minas Gerais com adolescentes de 13 a 18 anos, a pedido da prefeitura, em parceria com o Programa de Saúde na Escola. A ação foi dividida em duas etapas: a primeira consistiu em um levantamento bibliográfico sobre as vacinas recomendadas pelo Programa Nacional de Imunização e na solicitação dos cartões vacinais dos alunos. Em seguida, os discentes, junto com a técnica de enfermagem do programa, realizaram o levantamento imunológico, registrando o perfil dos alunos e seu estado vacinal em uma planilha do Excel. Foram analisados 76 cartões, e menos de um quarto estava completo. As vacinas mais faltosas

foram contra gripe, covid-19, tétano, HPV e meningite, sendo a vacina contra a gripe a mais prevalente. Um comunicado foi enviado aos pais ou responsáveis, informando sobre as vacinas pendentes e sugerindo o comparecimento dos adolescentes às Unidades Básicas de Saúde para atualização do cartão vacinal. A intervenção foi de grande relevância, pois os dados revelaram um descuido quanto à importância da vacinação, somado à falta de conhecimento da população sobre a quantidade de doses necessárias e a periodicidade para uma imunização efetiva. Constatou-se, portanto, a necessidade de continuidade de projetos que promovam a vacinação, especialmente entre os jovens. Além disso, a atividade proporcionou aos acadêmicos uma valiosa experiência, auxiliando no seu desenvolvimento profissional como promotores e educadores em saúde.

BARREIRAS PARA A PRÁTICA INTERPROFISSIONAL COLABORATIVA NA VISÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Juliana Thais Alves Lopes Werner, Mathias Roberto Loch, Josiane Nunes Maia,
Lucélia Justino Borges, Silvano da Silva Coutinho

A Prática Interprofissional Colaborativa (PIC) é definida como a ação conjunta de profissionais de diferentes áreas do saber, com objetivos comuns, que tomam decisões compartilhadas, visando evitar a fragmentação do cuidado. Embora sua importância seja reconhecida, ainda há poucos estudos sobre os fatores que impactam positivamente ou negativamente as ações dessa prática na Atenção Primária à Saúde (APS). Este estudo teve como objetivo verificar as barreiras para a implementação da PIC por profissionais de nível superior na APS de pequenos municípios do Paraná. Trata-se de um estudo transversal quantitativo, realizado em 58 municípios com até 20 mil habitantes, vinculados a 5 regionais de saúde do estado. A pesquisa envolveu profissionais de diversas áreas da saúde, como dentistas, enfermeiros, médicos, assistentes sociais, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos veterinários, nutricionistas, profissionais de educação física, sanitaristas e psicólogos. Foi enviado por WhatsApp ou e-mail um formulário com 12 questões sobre “Barreiras e Facilitadores para a PIC”, divididas em três eixos: condições de trabalho (estrutura física, carga de trabalho, organização do processo de trabalho e gestão/coordenação), composição das equipes e oportunidades de compartilhamento de conhecimento (oportunidades de compartilhar e aprender) e conhecimento, atitudes e habilidades (meu conhecimento, minhas habilidades e a receptividade dos usuários para o cuidado interprofissional). As respostas foram categorizadas em cinco opções, sendo que “não favorece” e “pouco favorece” foram consideradas barreiras. A amostra foi composta por 292 profissionais, com predominância do sexo feminino (84,2%) e maior tempo de atuação na APS entre 1 a 5 anos (37,3%). As barreiras variaram de 4,1% a 29,5%, com as mais apontadas relacionadas às condições de trabalho, sendo a estrutura física a principal barreira (29,4%), especialmente entre os enfermeiros (36,9%) e menos entre os médicos (21%). A gestão/coordenação foi considerada barreira por 14,4% dos profissionais, com maior frequência entre médicos (21%) e menor entre dentistas

(6,1%). “As oportunidades para compartilhar meus conhecimentos” não foi considerada barreira por dentistas, mas 12% dos “outros profissionais” apontaram essa dificuldade. Quanto às oportunidades para aprender, 15,8% dos médicos, 9,1% dos dentistas, 7,1% dos enfermeiros e 10,1% dos outros profissionais indicaram como barreira. As variáveis menos mencionadas foram habilidades para a PIC e o conhecimento sobre funções dos profissionais. Conclui-se que a estrutura física foi a principal barreira para a implementação da PIC entre todos os profissionais, exceto os médicos, para os quais a maior barreira foi a carga de trabalho (31,6%).

IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTO DO DIAGNOSIS RELATED GROUP (DRG) NA GESTÃO HOSPITALAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CONTEXTO PRIVADO

Thamiris Martins de Medeiros, Wanesca Caroline Pereira, Jaciara Milena de Araújo,
Jemima Rafaela Rodrigues de Medeiros, Clara Beatriz de Castro Gomes, Ruth Meyre de Freitas Fronival
Lopes, Hercules Ricardson Daniel de A. Filho, Isabela Durso Caiffa

A gestão de recursos hospitalares é essencial para garantir a qualidade assistencial por meio do controle de custos e processos de trabalho, e, para tanto, é necessário que os gestores utilizem ferramentas eficazes. Uma dessas ferramentas é o Diagnosis Related Group (DRG), que agrupa pacientes com patologias semelhantes conforme a complexidade assistencial, facilitando o alocamento eficiente de recursos. Este trabalho tem como objetivo descrever a importância do DRG na gestão de recursos de um hospital privado em Natal, Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que visa relatar a implementação do DRG neste hospital. A implantação começou em 2022, com a capacitação inicial da equipe de auditoria, mas, em 2023, todos os gestores receberam treinamento, o que ampliou sua aplicabilidade. Com a inclusão dos gestores, foram criados indicadores que expressam a eficiência da assistência hospitalar. Após a implementação, foi possível realizar um trabalho conjunto com o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) e o Núcleo de Epidemiologia (NEP) para monitorar as condições adquiridas durante a internação, o que favoreceu a criação de protocolos e treinamentos para a redução desses eventos. Além disso, a ferramenta possibilitou a redução da permanência hospitalar, diminuindo as reinternações em menos de 30 dias e as recaídas pelo mesmo diagnóstico, por meio da sistematização da assistência com protocolos clínicos. Os indicadores gerados pelo DRG são fundamentais para orientar as decisões dos gestores, promovendo a melhoria contínua dos serviços. Conclui-se que o DRG contribui para a melhoria contínua do serviço, sendo essencial que todos os gestores compreendam o objetivo da plataforma e implementem ações eficazes. A análise dos indicadores também revelou maior adesão aos protocolos clínicos institucionais, comprovando a eficiência do modelo.

INIQUIDADES DE ACESSO À HORMONIZAÇÃO DE PESSOAS LGBTQIAPN+: POSSÍVEIS IMPACTOS DA LEITURA SOCIAL

Ian Borba Guedes, Talita Miranda Pitanga Barbosa Cardoso, Marcio Costa de Souza, Henrique Miranda da Cruz Santos, Ana Beatriz Barros Ferreira da Silva, Tatianne Melo de Freitas, Luísa Heloíse Santana Costa, Caio Brian Santana Santos, Joslene Lacerda Barreto

O estudo tem como objetivo refletir sobre os fatores que impactam o acesso aos serviços de saúde por pessoas transgênero, especialmente após a ampliação do acesso ao processo transexualizador ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída pelo Ministério da Saúde em 2011, e a posterior redefinição e ampliação do serviço de terapia hormonal, instituída pela portaria nº 2803 de 2013. Foram analisados os relatórios mensais gerados no ambulatório LGBTQIAPN+, unidade especializada em uma capital da região Nordeste, entre dezembro de 2023 e abril de 2024. A unidade iniciou suas atividades em setembro de 2023 com o objetivo de promover atenção integral à saúde dessa população, incluindo a oferta de medicamentos para o desenvolvimento das características secundárias desejadas por pessoas com incongruência de gênero. A busca por essas características por meio da terapia hormonal é, muitas vezes, influenciada pela transfobia estrutural, que decorre da leitura social baseada nas características físicas dessa população, perpetuando a ideia de que pessoas trans precisam eliminar as características secundárias do gênero designado ao nascimento, mesmo na ausência de disforia quanto a essas características, para obter aceitação social. Além da pressão estética, mulheres trans e travestis podem ser motivadas a iniciar a terapia hormonal para normatizar sua aparência e, assim, reduzir a transfobia. Esse fator é especialmente relevante no contexto brasileiro, que registra os mais altos índices de homicídios de mulheres trans e travestis no mundo. Como essa leitura social é baseada em características físicas, mulheres trans e travestis, por apresentarem um tempo mais longo para o desenvolvimento das características desejáveis, estão mais sujeitas à transfobia estrutural, o que pode impactar seu acesso ao serviço. A análise dos relatórios revelou que, entre dezembro de 2023 e abril de 2024, houve mais atendimentos de homens trans (135) do que de mulheres trans e travestis (64), com uma variação proporcional de 62,7% a 66,87% a mais de homens trans atendidos, sugerindo a existência de fatores dificultando o acesso de mulheres trans e travestis ao serviço de hormonização. O tempo prolongado para o desenvolvimento das características secundárias pode estar contribuindo para esse cenário, resultando, possivelmente, em automedicação, com o uso de medicamentos mais eficazes para mudanças corporais, mas que apresentam riscos à saúde. Isso ressalta a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre os fatores que interferem no acesso dessa população a serviços especializados, visando considerar as singularidades das pessoas atendidas e promover a universalização do acesso à saúde.

DIÁLOGOS SOBRE O GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maylla Rayecha Queiroz de Assis, Lorena Ketlyn da Silva Dantas, Osvaldo de Goes Bay Junior

Nas últimas décadas, modelos gerenciais têm sido implementados para atender às demandas organizacionais, estruturais e assistenciais do setor de saúde. O gerenciamento em Enfermagem, seja em instituições hospitalares ou na Atenção Primária à Saúde, é uma atividade dinâmica e complexa, que exige competências e habilidades do profissional para gerenciar equipes, serviços e realizar o cuidado aos usuários. Nesse contexto, é essencial a implantação de estratégias pedagógicas que aproximem a teoria dos diferentes cenários práticos, minimizando a dicotomia muitas vezes presente na formação em Enfermagem. O objetivo deste estudo é relatar a experiência vivenciada pelas discentes do curso de graduação em Enfermagem na atividade pedagógica “Diálogos com os Profissionais de Enfermagem”. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e reflexivo, do tipo relato de experiência, vinculado à disciplina História e Processos de Trabalho em Enfermagem do curso de graduação da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os diálogos foram realizados com duas enfermeiras em seus respectivos espaços de atuação: uma na gerência de enfermagem em instituição hospitalar e a outra na gerência de enfermagem na Atenção Primária à Saúde. Em ambos os diálogos, destacou-se a necessidade de desenvolver competências e habilidades que favoreçam a participação de diferentes atores no planejamento e no processo decisório, além de ações voltadas para atender às necessidades da organização e melhorar a qualidade da assistência prestada aos pacientes. Conclui-se que foi fundamental compreender o gerenciamento em enfermagem, seu funcionamento e suas demandas, aproximando os aspectos teóricos e práticos e contribuindo para a formação dos futuros profissionais. O enfermeiro à frente da gestão em enfermagem tem atribuições complexas, relacionadas à manutenção da eficiência e qualidade dos cuidados e à motivação da equipe de trabalho. Assim, é importante aprimorar o embasamento teórico durante a graduação e fomentar discussões sobre os desafios da prática do enfermeiro, incentivando avanços na formação profissional.

A ENFERMAGEM NO ENCAMINHAMENTO DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS EXTRAÍDAS DE CIRURGIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elaine Thayna Trindade Costa, Edileuza Nunes Lima, Sthefanny Aguiar das Chagas,
Pedro Paulo Mussu Costa, Renata Glaucia Barros da Silva Lopes

A cirurgia segura envolve o encaminhamento adequado das amostras biológicas extraídas durante o procedimento até a unidade de patologia. O objetivo deste estudo é relatar a experiência da enfermagem no processo de encaminhamento das amostras anatomo-biológicas após a cirurgia.

Trata-se de um relato de experiência de uma residente de enfermagem em oncologia, atuando no centro cirúrgico de um hospital-escola em Belém do Pará. Após a cirurgia, as amostras biológicas devem ser encaminhadas o mais rápido possível para análise anatopatológica, com a enfermagem desempenhando papel fundamental para garantir a segurança do paciente, a correta identificação, o armazenamento adequado e o encaminhamento preciso para a confirmação do diagnóstico e indicação do tratamento. A amostra retirada é entregue ao técnico de enfermagem circulante, que confirma em voz alta o nome da peça e registra manualmente em etiqueta contendo: nome do paciente, nome da mãe, matrícula, data de nascimento e órgão-amostra. Em seguida, acondiciona a amostra em recipiente ou saco plástico duplo e adiciona formol a 10%, sob supervisão do enfermeiro. O cirurgião é responsável pelos registros no prontuário eletrônico institucional e impresso do SUS, preenchimento da solicitação de análise anatomopatológica, impressão de três etiquetas de identificação da amostra e entrega ao técnico de enfermagem da sala. A amostra deve ser armazenada até as 16 horas do mesmo dia ou na manhã seguinte, para envio à patologia. Dessa forma, a responsabilidade e participação ativa da enfermagem no processo de encaminhamento das amostras é evidente, pois qualquer erro na identificação ou acondicionamento em uma das etapas pode resultar em problemas graves de identificação, ou deterioração das amostras, causando atraso no tratamento e estresse para a equipe profissional e o paciente. Conclui-se que a equipe de enfermagem desempenha papel essencial na prevenção de erros, garantindo a entrega segura e oportuna da amostra para análise. O enfermeiro deve supervisionar, orientar e resolver todas as pendências em cada etapa do processo, ressaltando a importância do encaminhamento seguro das amostras biológicas.

TERRITORIALIZAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorena Ketlyn da Silva Dantas, Maylla Rayecha Queiroz de Assis, Osvaldo de Goes Bay Junior

Os territórios são espaços com limites definidos, compostos por ambientes naturais e construídos, onde ocorrem relações de poder e trocas. Para organizar os serviços e implementar práticas de promoção à saúde que atendam às demandas da população, é essencial aproximar-se da dinâmica do território, conhecendo sua historicidade e significações. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada pelas discentes do curso de graduação em enfermagem durante a atividade pedagógica “Aproximação do território e a construção de mapa inteligente”. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e reflexivo, do tipo relato de experiência, vinculado à atividade prática do componente curricular “Saúde e Cidadania” da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para o planejamento de ações em enfermagem voltadas à promoção da saúde, foi realizada uma territorialização durante o limiar do componente. Inicialmente, foi feita uma observação direta da estrutura física do território, por meio de uma caminhada pelas ruas. Em seguida, ao analisar documentos de domínio público e dialogar com profissionais da Estratégia de Saúde da Família, foi possível conhecer as características demográficas,

socioeconômicas, geográficas, sanitárias, epidemiológicas, as atividades produtivas existentes e a disponibilidade de serviços de saúde. Por fim, realizaram-se visitas domiciliares com os Agentes Comunitários de Saúde, o que possibilitou uma compreensão mais aprofundada da realidade local, a partir de diálogos com lideranças formais e informais. A territorialização não só possibilitou o reconhecimento do ambiente, das condições de vida, das desigualdades sociais e da situação de saúde da população, mas também permitiu identificar o acesso da população às ações e aos serviços de saúde. Essa aproximação viabilizou o desenvolvimento de práticas de saúde voltadas à realidade cotidiana dos indivíduos residentes naquele território, permitindo uma melhor identificação das demandas sociais e das necessidades em saúde, o que direcionou a seleção de problemas prioritários para o planejamento das ações de promoção à saúde.

ESTÁGIO DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE RIBEIRINHA: RELATO DE CASO

Gabriela Bampi

O Hospital Sírio-Libanês, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), desenvolveu o Estágio de Atendimento à População Ribeirinha, destinado a residentes e egressos de residência em saúde de qualquer região do Brasil. Com duração de 30 dias, o estágio remunerado permite a vivência junto às Equipes de Saúde da Família Fluviais (eSFF) e/ou Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (eSFR), uma especificidade da Estratégia Saúde da Família (ESF), além da possibilidade de atuação em Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), caso existam na localidade. A cada mês, aproximadamente 23 residentes ou egressos são selecionados por meio de edital, para a vivência entre os meses de janeiro a outubro de 2023. Fui selecionada para o mês de outubro e, como local de atuação, escolhi Manicoré, uma cidade do estado do Amazonas, situada às margens do Rio Madeira. Atuei como cirurgiã-dentista residente em atividades interprofissionais clínicas na UBSF e em atividades inter e multiprofissionais no território ribeirinho, especificamente nas Comunidades Democracia e Capananzinho. A experiência de atuar diretamente com as equipes de Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial, em uma modalidade especial da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), possibilita a ampliação do conhecimento teórico, a compreensão da complexidade territorial brasileira e a valorização das políticas públicas locais. Como profissional de saúde, também percebi a importância de maximizar as ações e serviços de saúde, buscando efetivar a resolutividade, visto que as equipes nem sempre estão no território. Estágios como esse, que permitem explorar a organização e a amplitude do Sistema Único de Saúde, além de proporcionar vivência e compreensão das políticas de saúde, incentivam o retorno dos profissionais de saúde aos territórios onde atuaram, uma vez que esses locais deixam de ser desconhecidos.

FORMAÇÃO CRUZADA EM SAÚDE: AFETOS FORMATIVOS PRODUZIDOS PELA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA NA 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Lucas Cariboni Fontaine, Gabrielle Dunley de Figueiredo Nunes

A construção do imaginário do Brasil resultou do entrecruzamento de diferentes histórias, culturas e encontros entre povos, como os povos originários presentes na chegada dos portugueses, os negros trazidos de África durante a escravidão e os imigrantes que chegaram em busca de riquezas ou refúgio. Esses grupos se encontraram e passaram a compor o que entendemos hoje como o povo brasileiro, gerando e herdando expressões culturais diversas, incluindo saberes, estéticas e práticas, como as de saúde, que se incorporam à identidade nacional. Diante dessa diversidade, propiciar uma formação em saúde que a contemple se torna um grande desafio, nos convocando a pensar em propostas que abracem, envolvam e se deixem envolver por essa riqueza. Neste trabalho, propomos uma reflexão sobre a experiência de pesquisa na 17ª Conferência Nacional de Saúde, com o objetivo de interpretar como a participação na pesquisa “Saúde e Democracia: estudos integrados sobre participação social” gerou atravessamentos que se conectaram à nossa própria vivência e se revelou como um potente processo formativo em saúde, numa perspectiva ampliada e diversificada. Após a seleção dos pesquisadores, a Fundação Oswaldo Cruz ofereceu o curso “Fazendo manhãs para a saúde e para a democracia: participação social e políticas de saúde”, que forneceu o respaldo teórico para orientar nossa atuação no campo durante a 17ª CNS. Ao aplicar a pesquisa, adotamos uma metodologia ativa de formação, ouvindo relatos dos entrevistados e nos relacionando com as pessoas, os espaços e os saberes, deixando-nos ser atravessados pelos afetos, olhares, emoções, conhecimentos e informações gerados nesse processo. Simas e Ruffino, por meio da epistemologia das macumbas, compreendem a produção de saberes como resultante das transformações provocadas pela nossa implicação com diferentes saberes, um processo que chamam de “cruzo”. Assim, podemos pensar na formação cruzada em saúde como aquela gerada pelas alterações e afetos que surgem da nossa interação com os diversos saberes presentes na 17ª CNS. Como resultados desse processo formativo, destacam-se os aprendizados gerados pelos afetos, que promoveram mudanças substanciais na experiência subjetiva dos pesquisadores, ampliando a compreensão sobre a participação social na construção do SUS, a pluralidade e as especificidades dos saberes em saúde, os desafios do controle social, a importância dos processos democráticos na elaboração de políticas públicas e o potencial formativo da participação em uma pesquisa extensa, tanto em volume de dados quanto em número de estudantes e pesquisadores envolvidos. O envolvimento na pesquisa reforçou nossa crença na luta por uma saúde das massas, acessível e comprometida com os movimentos sociais, para que nossa prática não se restrinja à reprodução da lógica eurocêntrica, hospitalocêntrica e elitista da saúde.

PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE MULHERES ACOMPANHADAS POR UM CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DE ESCRIVIVÊNCIAS INSPIRADAS NA LITERATURA FEMININA NEGRA

Yasmyn Rodrigues Barcelos dos Santos, Thais dos Santos Costa, Shaiane Nayara Silva Martins, Marcos Ferreira Lopes, Brenda Iolanda Silva do Nascimento, Débora Silva do Nascimento Lima, Flávia de Castro Farias, Rute Ramos da Silva Costa

A literatura feminina negra permite aprimorar a capacidade de refletir sobre o mundo a partir dos desafios e das potencialidades de ser mulher negra. Através dessa literatura, é possível também encorajar mulheres a vocalizarem e ampliarem a compreensão sobre suas experiências individuais e coletivas. Foi por meio dessa arte que iniciamos diálogos com mulheres mães acompanhadas no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Nova Esperança, em Macaé (RJ). Após a leitura coletiva do livro *A mulher que pariu um peixe*, de Rai Soares, no grupo Café com Vivências, surgiu a ideia de escrever uma obra com as narrativas das participantes, inspirada no conceito de “escrevivência” de Conceição Evaristo, permitindo que as mulheres tecessem suas próprias “escrevivências”. Realizamos uma roda de conversa com a escritora e professora Rai Soares, para conhecer a origem, a inspiração e as motivações de sua escrita. A partir da leitura de seus contos, relacionamo-los às nossas experiências cotidianas. Conhecer, pela primeira vez, uma escritora negra e sua história de vida, tão próxima à realidade das mulheres do grupo, foi uma fonte de extrema inspiração. Passamos então a nos reunir para ler e escrever nossas próprias histórias, que, após um ano, foram reunidas no livro *Mulheres que pariram a esperança*, publicado em julho de 2023, no Dia da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha. A obra apresenta dez textos narrativos ou contos de família, assim como os de Rai Soares, escritos por dez autoras da comunidade Nova Esperança. Essas narrativas nos fazem refletir sobre as agências e resistências contra as violências e violações de direitos que afetam os corpos de mulheres em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista. A produção do livro abriu portas para as mulheres compartilharem suas histórias em feiras literárias, jornadas acadêmicas, rodas de conversa, entrevistas em rádio e eventos culturais. Esse exercício de protagonismo ampliou a confiança, a autonomia e a autoestima das participantes. Além disso, após a publicação do livro, algumas mulheres expressaram o desejo de estudar e foram aprovadas na universidade e em cursos profissionalizantes. O coletivo Café com Vivências também construiu um projeto que leva a literatura de mulheres negras aos CRAS de outras comunidades de Macaé, para dialogar com outras titulares de direito sobre a potência de escrever suas próprias histórias. O projeto foi contemplado com apoio financeiro do Edital 006/2023 da Secretaria de Cultura do município de Macaé, referente à Lei Complementar Paulo Gustavo de incentivo à cultura, o que permitirá uma divulgação ampla do livro pelos CRAS da cidade. Os resultados obtidos até o momento inspiram liberdade e a conquista da autonomia. Ao compartilharem suas escrevivências, as mulheres podem desafiar estereótipos, criar conexões emocionais e encorajar outras a se sentirem validadas e representadas.

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Julia Alcântara Corrêa do Nascimento, Larissa Aguiar dos Santos,
Leticia Peisino Buleriano, Franciele Marabotti Costa Leite

Vivenciar a violência na infância configura-se como um grave problema de saúde pública, pois a infância exerce grande influência sobre o futuro do indivíduo. A agressão contra menores é um fenômeno complexo e multifacetado, sendo fortemente influenciado por fatores psicossociais e culturais. É fundamental ressaltar que a maioria dos casos tem um impacto significativo no processo de desenvolvimento da criança, com crianças maltratadas apresentando maior probabilidade de desenvolver psicopatologias e sofrer danos ao seu crescimento e desenvolvimento. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão da literatura sobre os impactos da violência vivenciada na infância no crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes. A metodologia adotada foi uma revisão integrativa da literatura, realizada entre os meses de junho e dezembro de 2023, com busca de artigos nas bases de dados MEDLINE, LILACS, BDENF, Web of Science e Scopus. Os descritores utilizados foram “violence”, “child abuse”, “exposure to violence”, “child development”, “growth” e “growth and development”, combinados com os operadores booleanos “AND” e “OR”. Foram selecionados 23 estudos, publicados entre 2002 e 2022, sendo a maioria com amostra da população geral de adolescentes e escolares. Os estudos foram categorizados em quatro eixos temáticos: impactos na saúde mental, no sono, na saúde física e no crescimento, e no desenvolvimento e comportamento. Os principais impactos negativos identificados foram a depressão, a ansiedade, prejuízos na capacidade cognitiva e motora, maior uso de substâncias ilícitas, além de alterações no crescimento, no desenvolvimento e problemas de comportamento. A violência na infância afeta tanto a saúde física quanto mental, além de prejudicar a vida social das vítimas ao longo dos anos. As vítimas precisam de assistência integral e devem ser vinculadas a redes de proteção. É evidente a importância de um olhar atento e qualificado dos profissionais de saúde para identificar precocemente a violência, assim como notificar e atuar em ações de prevenção e combate. Reconhecer os impactos causados pelos maus-tratos infantis permite estabelecer ações voltadas para a proteção integral desse público, além de gerar evidências que possam subsidiar políticas públicas e sociais para erradicar e diminuir os danos desse triste cenário. Destaca-se, no entanto, a escassez de dados estatísticos sobre o tema, dificultando a evidência da problemática e a implementação de ações de prevenção e rastreamento.

FERRAMENTAS DIGITAIS UTILIZADAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO COMO FACILITADORAS DO CUIDADO E VIGILÂNCIA EM ARBOVIROSE PELO PROFISSIONAL ENFERMEIRO

Karine Gomes Penedo de Azevedo, Juliana Carrijo Jorge, Bruna Soares da Silva, Thamires de Aguiar Gomes Costa, Cristiane Gonzaga Camilo Costa, Nadja Caetano de Oliveira Accacio

Este trabalho relata a experiência de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família (ESF) no município do Rio de Janeiro (MRJ), que utilizam ferramentas padronizadas para qualificar, vigiar e monitorar casos de arboviroses, como Dengue, Zika e Chikungunya. Essas doenças virais são transmitidas principalmente por mosquitos dos gêneros *Aedes*, *Culex* e *Anopheles*, e seus sintomas surgem de 3 a 15 dias após a picada, incluindo febre, mialgia, artralgia, dor retro-orbitária, astenia, enjojo, vômitos e exantema. Em casos graves, podem ocorrer sangramentos e complicações fatais. A incidência dessas doenças é mais alta em áreas urbanas com alta densidade populacional, temperaturas elevadas e acúmulo de água. A prevenção exige medidas contínuas para controlar os focos dos vetores. Segundo o Ministério da Saúde, em 2024, o Brasil registrou 4.797.362 casos prováveis de dengue, e o observatório epidemiológico da cidade do Rio de Janeiro (EpiRio) relatou um aumento significativo de 76.476 casos no município, em comparação com 2023, o que reflete as condições socioeconômicas e sanitárias da cidade. O enfermeiro, como parte da ESF, desempenha papel essencial no controle dessas doenças, especialmente por meio de práticas educativas que promovem mudanças de hábitos, além de realizar orientações, procedimentos, encaminhamentos e registros detalhados no prontuário do paciente, informações essenciais para o planejamento dos serviços de Enfermagem. A vigilância epidemiológica, como eixo preventivo, requer um sistema de notificação eficaz para criar estratégias de ação em regiões endêmicas. No MRJ, o monitoramento das arboviroses é realizado por meio da plataforma da Subsecretaria de Promoção da Saúde, Atenção Primária e Vigilância de Saúde (SUBPAV), que centraliza dados sobre a situação epidemiológica, número de casos, incidência por área, atendimentos, internações, óbitos, além de notas técnicas, fluxogramas de manejo, polos de atendimento e fichas de notificação. O Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) - VitaCare, utilizado no MRJ, também é uma ferramenta essencial, pois reúne informações clínicas dos pacientes, incluindo uma seção específica para o atendimento de arboviroses, onde são registrados sinais, sintomas, data de início, vulnerabilidades e comorbidades. A ficha de notificação é gerada automaticamente pelo PEP, que, uma vez preenchida com os dados clínicos, segue para o sistema SINAN online. Durante a epidemia de dengue em 2024, as ferramentas VitaCare e SUBPAV ajudaram os enfermeiros da ESF a aprimorar o monitoramento e a vigilância dos casos, agilizando atendimentos, ampliando o cuidado, intensificando ações educativas e promovendo o engajamento comunitário, além de contribuir para a elaboração de estratégias eficazes de saúde pública.

UMA METODOLOGIA DE SUPERVISÃO CLÍNICO-INSTITUCIONAL COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO EM SAÚDE

Maria Fabiana Damasio Passos, Marcelo Pedra Martins Machado, Stella Santos, Juliana Borges, Mayara Cristina Silva de Araujo, Sofia Oliveira Lopes Cançado, Flávia Marques Gonçalves Elias

Este trabalho descreve e analisa o processo de Supervisão Clínico-Institucional para as equipes de Consultório na Rua (eCR), realizado pelo NuPop Fiocruz Brasília em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Saúde em todo o território nacional, com atividades tanto online quanto presenciais. O processo é fundamentado na perspectiva de construção compartilhada de conhecimento sobre o trabalho das eCR e na produção concomitante de autonomia das equipes. O objetivo é problematizar e qualificar coletivamente, envolvendo trabalhadores das diferentes equipes, pesquisadores e gestores, o processo de trabalho das eCR. A metodologia de Supervisão Clínico-Institucional se organiza em quatro etapas: 1) construir uma análise da população atendida e do território de atuação (1ª reunião); 2) elencar e analisar as ofertas clínicas e a organização do processo de trabalho da eCR para lidar com as demandas identificadas na 1ª reunião; 3) construir uma agenda estratégica, com a definição de prioridades para atuar frente às demandas existentes e as possibilidades e limites do processo de trabalho da eCR; 4) propor critérios de monitoramento e avaliação (de processo e resultado), orientando as eCR e a gestão quanto aos efeitos do trabalho com a população em situação de rua (PSR) e com a rede local. O “Marco Zero” consiste em uma reunião com a gestão da Atenção Básica (AB) e as eCR sobre “o que é e o que esperamos do Consultório na Rua?”. Após o Marco Zero, ocorre o primeiro encontro, onde se discutem as características da PSR local, com dados como pontos de concentração, número de usuários crônicos, vacinação em dia e gestantes acompanhadas. O segundo encontro aborda as características do processo de trabalho das eCR, como as atribuições dos trabalhadores e os atendimentos programados e espontâneos, tanto nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) quanto na rua. No terceiro encontro, as eCR propõem uma agenda estratégica, com dados sobre a carga horária (CH) na UBS e na rua, atendimentos individuais e em grupo, e ações de Educação em Saúde. O quarto encontro foca na construção do monitoramento e avaliação das ações da eCR, com questões como as ações prioritárias, a integração com outros serviços da rede e a satisfação dos usuários. O processo de Supervisão Clínico-Institucional já qualificou equipes nas cinco regiões do Brasil, incluindo cidades nos estados do RJ, GO, SC, AL, RO, PR, PE, RR, DF e PA, envolvendo cerca de 30 eCR e mais de 200 profissionais. A metodologia de qualificação dos Consultórios na Rua, baseada na intervenção — troca entre pares — e na construção colaborativa de soluções e estratégias, tem se mostrado uma ferramenta eficaz nos processos formativos conduzidos pelo NuPop Fiocruz Brasília.

ESTRATÉGIAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS UTILIZADAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO DE SANTOS

Pedro Santana Jorge, Lia Thieme Oikawa Zangirolani

A População em Situação de Rua (PSR) é frequentemente estigmatizada e associada ao crime e à desocupação, vivendo em uma invisibilidade quase total no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais, como o acesso à alimentação. Embora o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, assegurado pela Constituição, determine que todo indivíduo tenha acesso irrestrito a alimentos adequados, saudáveis e em quantidade suficiente, é inegável que a PSR não possui acesso regular a alimentos, sendo forçada a adotar estratégias não convencionais para suprir sua carência alimentar, como a dependência de doações e a busca em lixeiras. Este estudo tem como objetivo caracterizar a PSR residente na região central de Santos e compreender suas estratégias de sobrevivência relacionadas à alimentação. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com um roteiro elaborado especificamente para o estudo, com o apoio dos serviços do Consultório na Rua (CnaR) e do Centro de Referência Especializado à População em Situação de Rua (Centro POP) de Santos. As entrevistas foram gravadas, codificadas e transcritas para análise posterior, que começou com a caracterização demográfica dos participantes, incluindo nível educacional, origem, vínculos familiares e tempo em situação de rua. Os participantes foram questionados sobre suas estratégias para obtenção de alimentos, além de compartilharem aspectos relevantes de sua rotina alimentar, experiências nas ruas e desafios associados. Diários de campo foram usados para registrar reflexões e observações do pesquisador. Foram entrevistadas dez pessoas na área do Centro Histórico de Santos e quatro na sede do Centro POP, totalizando 14 entrevistas. A maioria dos entrevistados se identificou como homens cisgêneros, sendo majoritariamente pretos e pardos, com ensino fundamental incompleto. As estratégias alimentares emergentes foram: troca de favores ou trabalho informal por alimentos, busca em lixeiras e pedido ou recolhimento de esmolas nos semáforos. A maioria dos entrevistados mencionou as doações como a principal fonte regular de alimentos, seja de estabelecimentos comerciais, instituições religiosas ou particulares. As análises preliminares indicaram que as doações possuem caráter caritativo, sem promover mudanças significativas na condição social da PSR, reforçando relações de dependência entre quem dá e quem recebe. Contudo, apesar dos desafios, muitos entrevistados acreditam que seu direito à alimentação está sendo garantido, pois ainda conseguem acessar alimentos, de alguma forma. Espera-se que o aprofundamento das análises forneça maior visibilidade às condições de vida da PSR e aos desafios impostos pela negação de direitos, incluindo o direito à alimentação adequada e saudável, podendo subsidiar a implantação de planos de ação e monitoramento locais que auxiliem na efetivação da Política Nacional para a PSR em Santos.

VALORIZAÇÃO DOS ATORES QUE SUSTENTAM A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL EM ATO: DA POTÊNCIA DO DIÁLOGO À APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Marcos Eduardo Pereira de Lima, Jose Rebelo Torres Junior, Helena Martins de Moraes da Costa

A articulação de propostas de formação com a rede de atenção psicossocial é essencial para garantir que os profissionais de saúde mental recebam capacitações relevantes, capazes de fazer uma diferença significativa em seu trabalho diário e impactar diretamente o cuidado aos usuários. Nesse sentido, o centro de estudos do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira tem promovido reflexões e debates com dispositivos da rede de atenção psicossocial da RAPS Zona Oeste, com o objetivo de identificar lacunas na atenção à saúde e particularidades nos territórios de atuação, para desenvolver ações formativas que atendam às necessidades dos trabalhadores. Nos encontros, emergiram apontamentos relacionados a temas como: 1) Alinhamento dos Princípios da Reforma Psiquiátrica, que envolve a defesa da desinstitucionalização, a promoção da autonomia dos usuários, a valorização dos territórios de vida e a construção de uma rede de cuidado comunitária e integrada; 2) Atendimento Integral e Humanizado, com capacitação em escuta empática, acolhimento, respeito à diversidade, trabalho em equipe e abordagens terapêuticas centradas no usuário, para um atendimento mais completo e respeitoso; 3) Desenvolvimento de Competências Específicas, com capacitações voltadas a habilidades como intervenção em crises, manejo de comportamentos agressivos, avaliação de risco suicida, intervenção em abuso de substâncias e cuidados paliativos em saúde mental; 4) Atualização sobre Políticas e Legislação, com capacitações que abordem as políticas públicas de saúde mental e a legislação sobre os direitos dos usuários, fortalecendo o entendimento do papel dos profissionais no sistema de saúde mental e a garantia dos direitos humanos dos usuários; 5) Fomento à Integração e à Colaboração, com treinamentos que promovem a integração entre diferentes serviços e profissionais da rede, visando uma abordagem holística e integrada ao cuidado, incluindo comunicação eficaz, trabalho em equipe interdisciplinar e práticas colaborativas; 6) Estímulo à Reflexão e à Prática Reflexiva, com capacitações que incentivem a análise crítica das práticas de cuidado, análise de casos clínicos e discussões sobre dilemas éticos, favorecendo a melhoria contínua da qualidade do cuidado; e 7) Valorização da Experiência e do Saber dos Usuários, com capacitações que reconhecem o conhecimento e as vivências dos usuários como parte fundamental do processo terapêutico, promovendo um cuidado mais colaborativo e empoderador. A partir desses apontamentos coletivos, o centro de estudos vem elaborando capacitações mais eficazes e alinhadas à política de educação permanente em saúde, refletindo um cuidado territorial praticado e vivenciado pelos trabalhadores da rede de saúde mental.

SHANTALA COMO FERRAMENTA DE HUMANIZAÇÃO: OFICINAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA SENSIBILIZAR E APRIMORAR O CUIDADO

Ana Cecília de Oliveira Valdés, Angela Fernandes Leal da Silva, Esmeralda Vasconcellos Corrêa

A Shantala, no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS) e das práticas integrativas e complementares, utiliza o toque como ferramenta de cuidado, estabelecendo uma conexão íntima entre o cuidador e o bebê. Originária da tradição indiana e transmitida oralmente de geração para geração, essa prática milenar fortalece os vínculos afetivos, contribui para o desenvolvimento motor, a consciência corporal e a redução do estresse, proporcionando uma experiência integrativa. O objetivo deste estudo é relatar a vivência de formação dos profissionais da APS Carioca na massagem Shantala. De março a agosto de 2023, a Área Técnica de Práticas Integrativas e Complementares da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro promoveu a formação de profissionais da rede em Shantala, com uma abordagem lúdica e interativa. Durante a inscrição, os profissionais foram orientados a usar roupas confortáveis, e o espaço foi preparado para a execução da técnica entre os participantes. Foram realizadas 26 oficinas, com a participação de aproximadamente 486 profissionais do município. A experiência de formação, de caráter lúdico e integrativo, foi essencial para o desenvolvimento da aprendizagem, favorecendo também a troca de experiências e a construção compartilhada de saberes. Antes da chegada dos participantes, as bonecas utilizadas para demonstração eram dispostas sobre as cadeiras, facilitando a integração do grupo. Além disso, os profissionais foram habilitados em técnicas de respiração e automassagem, que poderiam ser difundidas junto a gestantes e cuidadores, antes de aprenderem a massagem. Embora a sequência completa de movimentos tenha sido realizada nas bonecas, todos foram incentivados a praticar a massagem entre si, experimentando tanto a execução quanto o recebimento do toque. Essa vivência de tocar e ser tocado em um ambiente seguro para expressar livremente impressões, dúvidas e sensações foi fundamental para aumentar a confiança dos profissionais na multiplicação desses saberes. Apesar da hesitação inicial de alguns participantes em adotar abordagens que envolvem o toque, foi ressaltada a importância de superar essas resistências, dentro do espectro das práticas integrativas, reconhecendo seu papel na promoção da saúde holística. Após a sensibilização, os profissionais demonstraram transformação ao reconhecerem a satisfação intrínseca da experiência da massagem. Ao final das oficinas, foi solicitado que expressassem, em uma palavra, o que sentiram; as respostas mais comuns foram relaxamento, amor, aprendizado e cuidado. Assim, as ações de educação permanente, com uma abordagem crítica e lúdica, estimulando a experimentação do que é ensinado, proporcionaram aos profissionais uma compreensão mais profunda, ampliando sua capacidade de multiplicar o conteúdo aprendido. Nesse contexto, a massagem Shantala surge como uma estratégia para melhorar a integração entre profissionais, família e bebê, valorizando as relações entre a criança e seus cuidadores, não se limitando à figura materna, e tornando-se uma poderosa ferramenta de humanização do cuidado, promovendo uma visão sistêmica e integradora.

PREVALÊNCIA DE VIOLÊNCIA ENTRE MULHERES ISOLADAS PELA COVID-19

Ana Letícia Soares Valdivino, Emanuele Isabel Araújo do Nascimento, Wesley Josinaldo Andrade de Farias, Maria Luísa Cabral da Cunha, Ana Luíza Cabral da Cunha de Almeida Chagas, Igor de Sousa Nóbrega, Renata Clemente dos Santos Rodrigues, Emanuella de Castro Marcolino

Introdução: Durante a pandemia da covid-19, como estratégia para diminuir a propagação do vírus, as pessoas foram submetidas a um isolamento social, o que resultou em um aumento nos casos de violência contra a mulher, uma vez que a vítima passou a conviver por mais tempo com o agressor, enquanto o acesso às redes de proteção e apoio foi reduzido. **Objetivo:** Identificar a prevalência de violência entre mulheres isoladas socialmente em decorrência da pandemia da covid-19. **Metodologia:** Este estudo transversal, com abordagem quantitativa e caráter descritivo, foi realizado com 510 mulheres residentes de uma cidade no interior da Paraíba. Como critérios de inclusão, foram consideradas mulheres maiores de 18 anos e residentes no município de Campina Grande, PB; e como critério de exclusão, aquelas que relataram não ter permanecido isoladas durante a pandemia. A coleta de dados foi realizada por meio de divulgação digital e aplicação de um formulário eletrônico. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa do Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento (CEP/CESED), sob parecer nº 4.126.107. **Resultados:** Observou-se que mais de 60% da amostra apresentou prevalência de violência, com destaque para a violência geral (61,3%), violência psicológica (61,3%) e violência física menor (8,6%). **Conclusão:** Embora o número de registros de violência contra a mulher tenha diminuído durante o período pandêmico, nota-se que essa problemática foi mascarada pela situação de restrição da vítima ao lar, o que agravou esse fenômeno. Assim, é imprescindível o aprofundamento do conhecimento sobre o tema, além de ações intersetoriais por parte do poder público e da sociedade civil para o enfrentamento dessa realidade.

EXPLORANDO DESAFIOS EM SAÚDE EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO NA ÁREA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Cristiane Gabim Brizola, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Carolina Simonetti Zorzi, Igor de Oliveira, Isadora Raquel Medeiros de Araújo, Juliana Vila Real de Quadros, Kaiane Fernandes Martins, Rafaela Garcia Fernandes

A saúde de uma comunidade é influenciada por uma complexa interação de fatores sociais, econômicos e ambientais, e compreender esses fatores é essencial para promover intervenções eficazes que melhorem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Este estudo de caso foca nos desafios de saúde enfrentados por uma comunidade em situação de vulnerabilidade social, onde se desenvolveram as aulas práticas de vigilância em saúde. A análise desses desafios não apenas oferece percepções sobre as necessidades específicas dessa comunidade, mas também destaca questões mais amplas relacionadas à equidade em saúde e à efetividade das políticas públicas. O objetivo deste estudo

foi descrever como os fatores sociais afetam a saúde das pessoas em comunidades vulneráveis. O relato resulta da participação ativa na disciplina de Enfermagem e Vigilância em Saúde, parte da grade curricular do curso de graduação em Enfermagem. Durante as visitas à comunidade, identificaram-se e analisaram-se os principais desafios de saúde enfrentados pelos moradores, a partir de entrevistas com membros da comunidade, profissionais de saúde locais e observações diretas do ambiente. Os desafios incluíram o histórico de acesso limitado a serviços de saúde de qualidade, a falta de recursos financeiros para despesas médicas e alimentação adequada, condições precárias de moradia, e a ausência de saneamento básico, que contribui para problemas de saúde ambiental, como infestações de insetos e animais peçonhentos. Além disso, questões sociais como desemprego, baixa escolaridade e discriminação impactaram negativamente a saúde e o bem-estar dos moradores. Vale destacar que, há cerca de cinco meses, foi inaugurada uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na comunidade, o que antes representava uma grande dificuldade para os moradores, que precisavam percorrer longas distâncias para obter atendimento médico. A presença da UBS tem sido bem recebida, com relatos de satisfação com os serviços disponibilizados. Este relato evidencia os desafios de saúde enfrentados pela comunidade, como o acesso limitado a serviços de qualidade e as condições precárias de moradia, além de questões sociais que afetam o bem-estar. A inauguração da UBS trouxe melhorias, mas ainda há desafios a serem superados. A abordagem integrada e colaborativa, envolvendo diversos setores, é fundamental para promover a equidade em saúde e atender às necessidades da comunidade de maneira abrangente, destacando a importância de políticas públicas efetivas e de uma abordagem centrada na comunidade para garantir a todos o acesso a uma vida digna e saudável.

ACOLHIMENTO HUMANIZADO NO AMBIENTE DE TRABALHO: LIDERANÇA E GESTÃO EMOCIONAL EM UMA UNIDADE HOSPITALAR PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Fabio Henrique Silva Melo, Aline Cristina Estacio da Silva, Simone Valério da Silva Santanna Faria, Rosiane Nunes do Nascimento, Itamar Cabral Monteiro

Este processo de escuta ativa e educação aborda a urgente necessidade de oferecer suporte emocional aos profissionais no ambiente de trabalho, especialmente diante dos desafios crescentes de saúde mental. O objetivo é apresentar e sugerir aos profissionais do SUS a terapia cognitivo-comportamental (TCC) como uma ferramenta essencial de primeiros socorros em saúde mental para líderes e gestores, visando reduzir o impacto do sofrimento emocional e promover um ambiente de trabalho mais saudável e acolhedor. Em meio ao aumento do estresse, agravado pela pandemia, incertezas econômicas e operações em áreas conflagradas, é evidente que muitos profissionais enfrentam desafios significativos em relação à saúde mental no local de trabalho. Embora líderes sejam frequentemente treinados em primeiros socorros para situações físicas, como lesões, poucos estão preparados para lidar com crises de saúde mental. Essa lacuna se torna ainda mais preocupante

diante do aumento das taxas de ansiedade e depressão entre os funcionários. Profissionais ouvidos na organização hospitalar estudada apontam que fatores como demissões e problemas na gestão de pessoas têm gerado um ambiente de insegurança, refletindo-se no aumento das licenças médicas e na negligência com a saúde física e de seus familiares. Além disso, a falta de foco nas relações interpessoais durante as atividades laborais e reuniões evidencia a necessidade de uma abordagem mais empática por parte de líderes e liderados. Na era da indústria 4.0, os gestores carecem de treinamento adequado para lidar com questões de saúde mental entre suas equipes. A crescente conscientização sobre a importância da saúde mental, especialmente entre as gerações mais jovens, ressalta a necessidade urgente de capacitação nessa área. A TCC emerge como uma ferramenta eficaz, ensinada como parte dos cursos de primeiros socorros em saúde mental, oferecendo aos gestores habilidades básicas para lidar com crises emocionais no ambiente de trabalho. Diante dessa análise, os dois pesquisadores do tema têm implementado ações que abordam empiricamente as ferramentas da TCC para gestores, com a expectativa de melhoria significativa na capacidade de oferecer suporte emocional aos profissionais. Essa abordagem não visa substituir tratamentos especializados, mas sim fornecer cuidados iniciais até que a ajuda especializada possa ser buscada, se necessário. A escuta ativa e o apoio empático dos líderes podem reduzir barreiras de acesso aos cuidados de saúde mental e promover um ambiente de trabalho mais saudável e solidário. Reconhecer que a saúde mental no local de trabalho é uma questão urgente exige ação imediata das lideranças. Ao investir em treinamentos de primeiros socorros em saúde mental, as organizações não apenas apoiarão melhor seus funcionários, mas também promoverão uma cultura organizacional mais inclusiva e compassiva. Com as ferramentas adequadas, os gestores podem desempenhar um papel fundamental na redução das lacunas no tratamento e na promoção do bem-estar emocional dos profissionais.

RELATAR O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DIDÁTICO-INSTRUCIONAL PARA FINS DE ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENSINO SIMULADO EM SAÚDE

Valcirene da Silva Barbosa, Jacks Soratto

A temática da educação na área da saúde está estreitamente ligada à segurança do paciente, e a utilização do ensino simulado desponta como uma técnica inovadora, pautada nas melhores práticas recomendadas pelas diretrizes nacionais e internacionais para a simulação no ensino. Nesse contexto, surgiu a necessidade de criar instrumentos normativos e pedagógicos para auxiliar os profissionais, como regulamentos internos e materiais didáticos instrutivos, contendo normas gerais para o planejamento das atividades simuladas. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência de construção de um regulamento interno e um guia didático-instrucional sobre o planejamento pedagógico, organização e realização das atividades simuladas. O cenário dessa construção foi o Hospital de Ensino do Extremo Sul Catarinense, onde, inicialmente, foram realizadas escutas e rodas de conversa com a equipe de trabalho para troca de

experiências, com ênfase na segurança do paciente, com base nas vivências pessoais ou experiências de outros. A temática foi discutida por meio de questionamentos dirigidos, utilizando vinhetas e referenciais teóricos para motivar a participação da equipe. Além disso, foram realizados três momentos para observação de atividades de ensino em saúde com médicos residentes, aplicando as técnicas da simulação realística para suporte básico de vida e suporte avançado de trauma. Como resultado, foram estruturados dois produtos: o regulamento interno, que normatiza a organização, funções e atividades educativas do Centro de Simulação, e o guia didático-instrucional, que apresenta informações conceituais sobre as origens da simulação, destacando movimentos relevantes, e descreve sucintamente as características da simulação, seus conceitos, princípios, propósitos, tendências, tipologias, aspectos das metodologias ativas e as principais etapas para o planejamento de cenários simulados. A criação desses instrumentos contribui no planejamento, gerenciamento e execução de projetos educativos com aulas simuladas para diferentes públicos, fortalecendo a formação dos profissionais da saúde e a segurança na prática assistencial, além de qualificar o ensino em saúde, melhorar o processo de trabalho e fortalecer a integralidade do cuidado.

PROMOVENDO O CUIDADO HUMANIZADO: ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR O ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO AMAZÔNICA

Andreia Paes Oliveira, Carla Sueli do Vale Marinho, Estefany Borges de Sousa, Meiriane Araújo Carneiro, Raimundo de Jesus Picanço da Costa, Rejane Brandão Pinto, Carlos Cristiano Espedito Guzzo Júnior

A Política Nacional de Humanização (PNH), implementada no Brasil desde 2003 no Sistema Único de Saúde (SUS), representa um desafio contínuo para instituições e profissionais de saúde em todos os níveis de atendimento, à medida que o cuidado humanizado se torna cada vez mais essencial nas diretrizes globais de saúde. No contexto brasileiro, as Unidades Básicas de Saúde desempenham um papel crucial na promoção do cuidado primário, sendo a principal porta de entrada do SUS. Contudo, diversos desafios ainda persistem para garantir a integralidade e a humanização no atendimento ao paciente. Para superar esses obstáculos, é necessário fortalecer políticas públicas que promovam a humanização nas Unidades Básicas de Saúde. Com esse intuito, o objetivo deste projeto é implementar um programa de acolhimento humanizado no município de Bragança (PA), oferecendo atendimento integral e personalizado a todos os usuários, por meio da colaboração da equipe multiprofissional e da aplicação do método Problem Based Learning (PBL). A proposta será baseada na Educação Permanente da equipe das Unidades Básicas de Saúde, utilizando o método PBL, estruturado em dez etapas: 1) Seleção de um problema autêntico e relevante; 2) Formação de grupos de colaboração e troca de ideias; 3) Introdução ao problema com informações sobre o contexto da situação a ser resolvida; 4) Identificação e compartilhamento de conhecimento prévio em grupo; 5) Pesquisa e exploração do problema em plataformas científicas; 6) Discussão em grupo sobre possíveis soluções; 7) Sessões de feedback durante o processo de resolução do problema; 8) Desenvolvimento de soluções

com período de síntese baseado na ciência; 9) Apresentação da solução com explicação do raciocínio adotado; e 10) Avaliação de aprendizagem por meio de um resumo escrito. O método será dividido em duas fases: a primeira, da 1ª à 5ª etapa, e a segunda, da 6ª à 10ª etapa, sendo a capacitação realizada durante todo o calendário anual das Unidades Básicas de Saúde. Espera-se que a implementação do método permita à equipe categorizar problemas relacionados à humanização e suas nuances, além de encontrar soluções adequadas à realidade local, favorecendo a reflexão e ação conjunta. Acredita-se que este projeto também aumentará a sensibilização da equipe de saúde quanto à importância do acolhimento, facilitando o acesso dos usuários, especialmente considerando suas vulnerabilidades. Assim, este projeto propõe ações voltadas à capacitação contínua da equipe, por meio do método PBL, visando o desenvolvimento crítico e a promoção da conscientização sobre a humanização no trabalho diário em saúde, capacitando os profissionais para acolher melhor os usuários do SUS.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: UMA AGENDA EM PROL DA MELHORIA DO ACESSO À SAÚDE, PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, NO DF

Stella Santos, Carmen Lucia Albuquerque de Santana, Marcelo Pedra Martins Machado, Maria Fabiana Damásio Passos, Mayara Cristina Silva de Araujo, Regiane Rocha Gomes

Este projeto dá continuidade a uma parceria entre a Organização Pan-Americana de Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF), com o objetivo de capacitar tecnicamente os profissionais para o desenvolvimento de ações que promovam o fortalecimento do acesso e do cuidado a populações em situação de vulnerabilidade social no DF. O projeto visa desenvolver um conjunto de ações de Educação Permanente em Saúde e uma Agenda de Pesquisa, direcionadas aos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) do DF, focando na melhoria do acesso e do cuidado dessas populações vulneráveis. A metodologia para a oferta do curso será semipresencial, com o tema “Educação Permanente e Pesquisa em prol da melhoria do acesso a populações em situação de vulnerabilidade no DF”, destinado aos profissionais da APS, organizados em duplas ou trios por Unidade Básica de Saúde (UBS). Serão oferecidas 300 vagas, distribuídas em três turmas de 100 vagas, com a participação de cinco tutores por turma. Cada turma terá a duração de oito semanas, com quatro encontros presenciais de 8 horas cada (totalizando 32 horas), além de um encontro assíncrono à distância (4 horas) e atividades de dispersão (24 horas), totalizando 60 horas por turma. A metodologia de pesquisa envolverá três pesquisadores responsáveis por estudos exploratórios sobre a saúde das populações vulneráveis no DF, durante seis meses, com a produção de três produtos: 1) avaliação das necessidades em saúde dessas populações com dados primários e secundários; 2) análise do perfil epidemiológico das populações vulneráveis com dados secundários; e 3) análise do processo pedagógico e do material produzido no curso, com perfil dos egressos. Os resultados esperados incluem a formação e qualificação de 300 profissionais da APS, com 60 horas de atividades, diagnóstico das necessidades de saúde da população vulnerável, análise do perfil epidemiológico da saúde dessas

populações no DF, aprimoramento dos métodos de Educação Permanente em Saúde para profissionais da APS e melhoria técnica e humanizada do atendimento prestado às populações vulneráveis nos serviços de saúde. Considerando a centralidade de garantir o acesso e acompanhamento das populações mais vulnerabilizadas, o projeto visa qualificar as equipes da APS de forma orgânica e territorializada para esse trabalho. No final de 2023, foi realizada a 1ª fase do projeto, com um ciclo de formação para servidores da APS da SESDF, com duração de 12 semanas, visando a formação de multiplicadores de boas práticas na atenção primária a populações vulneráveis. Atualmente, estão sendo realizadas oficinas para a construção do Projeto Político Pedagógico do curso, que terá início no final de 2024.

VALORIZAÇÃO DA MEDICINA TRADICIONAL INDÍGENA KAIOWÁ E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Jemerson Franco da Silva, Francielia dos Santos Vicente

Este trabalho, vinculado ao Programa de Educação Tutorial Indígena da Universidade Federal de Santa Maria, tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a importância e valorização da medicina tradicional indígena do povo Kaiowá, seu impacto na sociedade e no meio ambiente, além de destacar o uso de ervas tradicionais no tratamento de doenças e no processo de cura na medicina indígena Kaiowá. O projeto busca transmitir à comunidade acadêmica e à sociedade a relevância da medicina tradicional do povo Kaiowá, especialmente dos Nhanderús e Nhandesys do Conesul de Mato Grosso do Sul, destacando seu impacto social, ambiental e o uso das plantas medicinais no processo de cura espiritual, física e psicológica, tanto para os indígenas quanto para os não indígenas. A metodologia envolverá a pesquisa de bibliografias existentes na literatura médica, saberes indígenas, publicações e artigos sobre o tema, além de relatos de indígenas especializados na medicina tradicional Kaiowá, incluindo rezadores e rezadeiras da comunidade local. O resultado esperado é evidenciar à sociedade a importância da medicina tradicional indígena Kaiowá, seu impacto significativo na sociedade e no meio ambiente, e o uso das ervas tradicionais como meio eficaz de cura e tratamento para diversas enfermidades que afligem a própria comunidade indígena.

A ATUAÇÃO DOCENTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: O DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Ana Lúcia de Moraes Barros

O presente trabalho apresenta o projeto de pesquisa inserido no mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da

UFRJ. A pesquisa aborda os conhecimentos pedagógicos dos profissionais atuantes na vigilância sanitária, com foco em sua inserção no campo da educação sanitária, especialmente nas capacitações oferecidas à população e aos profissionais envolvidos nas atividades do setor regulado. O objetivo geral do estudo é investigar os conhecimentos pedagógicos mobilizados pelos profissionais na atuação docente em capacitações, enquanto os objetivos específicos são: apreender os principais desafios enfrentados pelos profissionais para um melhor atendimento ao público-alvo; identificar as estratégias pedagógicas adotadas pelos profissionais em sua atuação docente, considerando o público-alvo da formação; e compreender como os conhecimentos pedagógicos que constituem a base para o ensino são percebidos pelos profissionais no processo docente. A pesquisa se fundamenta na necessidade de promover a articulação entre saúde e educação, refletindo sobre a atuação docente dos profissionais de saúde. O referencial teórico é baseado nas formulações sobre conhecimento docente, com ênfase nos sete campos de conhecimento descritos por Shulman: conhecimento do conteúdo; conhecimento pedagógico geral; conhecimento do currículo; conhecimento pedagógico do conteúdo; conhecimento dos alunos; conhecimento dos contextos educacionais; e conhecimento dos fins, valores e propósitos educacionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo-exploratório, que será desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com roteiro pré-estabelecido, realizadas com os profissionais que atuam como docentes e os responsáveis pelo planejamento e gestão das ações de formação, além de uma revisão de literatura para contextualização do estudo. As entrevistas serão gravadas, e a transcrição das falas dos participantes permitirá a interpretação por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin, considerando as categorias descritas por Shulman a priori, com a inclusão de novas categorias ou subcategorias, além de modificações ou exclusões, se pertinentes à análise. O objetivo final é elaborar um quadro interpretativo que possibilite alcançar os objetivos propostos no projeto de pesquisa, contribuindo para a compreensão dos conhecimentos pedagógicos dos profissionais de saúde na vigilância sanitária.

OFICINA TURÍSTICA: FOMENTANDO O ACESSO E O PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO E A CIDADE

Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

O consumo de substâncias psicoativas, como álcool e drogas ilícitas, é um fenômeno complexo de etiologia multifatorial, com implicações significativas para os indivíduos, comunidades e sociedades. Nesse contexto, é essencial construir abordagens holísticas e sensíveis ao contexto urbano, promovendo a saúde, a segurança e o bem-estar de indivíduos e comunidades, além de fomentar o acesso e o pertencimento ao território, entendendo o direito à cidade como fundamental para todos os cidadãos. Este estudo tem como objetivo relatar e refletir sobre o processo de inserção e acesso à cidade por indivíduos vulnerabilizados, usuários de substâncias psicoativas, a partir de um grupo terapêutico voltado para o acompanhamento e a visitação a pontos de acesso ao turismo, cultura, educação, lazer e arte no Rio de Janeiro. A metodologia consiste no relato da atividade terapêutica “oficina turística”,

realizada com visitas a destinos turísticos e culturais da cidade. A liderança da atividade foi exercida por uma enfermeira e uma técnica de enfermagem da unidade de saúde, enquanto os participantes foram usuários interessados que apresentaram condições para alcançar os destinos programados. A oficina teve duração de dois meses, com encontros quinzenais, totalizando cinco sessões: uma delas foi dedicada à apresentação da proposta da oficina; duas ao planejamento das visitas; e duas à visita dos destinos. O primeiro destino foi o Museu do Amanhã, onde os usuários e profissionais participaram de uma visita não guiada, convivendo de forma autônoma com os outros grupos presentes. O segundo destino foi o Museu Bispo do Rosário, espaço que, além de proporcionar uma rica experiência sensorial, ofereceu uma reflexão sobre a possibilidade de ressignificar o espaço onde se vive. O cenário do relato é um CAPS ad III localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Os resultados da oficina são ricos tanto do ponto de vista terapêutico quanto político, com resultados emergindo de forma unificada na clínica. Ao possibilitar o acesso à cultura, lazer e arte, os indivíduos experimentam uma existência além dos limites impostos pelo abuso de substâncias. Através das sensações e sentimentos gerados pela simples contemplação e pelo transitar pelo território, foi possível vivenciar a prática de cidadania. Além disso, a atividade gerou um fortalecimento do senso de pertencimento e a produção de senso crítico. Em conclusão, o paradigma existencial do usuário de substâncias se caracteriza pela subtração de seus direitos, dignidade e existência. A oficina turística demonstrou ter o potencial de romper com essa realidade, oferecendo uma abordagem terapêutica e emancipatória que promove o acesso à cidade, ao território e aos espaços.

EPIDEMIOLOGIA DAS VIOLÊNCIAS E ACIDENTES NA BAHIA

Ionah Micheli Barreto Souza, Ana Cristina de Melo Silva, Ana Maria Amorim Bulhões,
Laís Souza dos Santos Farias, Paloma Barreto dos Santos, Ricardo da Silva Oliveira,
Veralucia Lino dos Santos Pinto, Adriana Galdino Batista Pereira, Alex Souza de Miranda

A morbimortalidade por causas externas, especialmente violências e acidentes, constitui um grave problema de saúde pública, dada a crescente incidência de casos e óbitos, afetando predominantemente faixas etárias mais jovens e gerando significativo impacto social. Este estudo teve como objetivo descrever o perfil epidemiológico das lesões autoprovocadas intencionalmente, agressões e acidentes de trânsito na Bahia em 2021, utilizando uma série histórica de violências e acidentes ocorridos entre 2014 e 2023. Os dados foram extraídos do portal da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, com base nos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação e do Sistema de Informação sobre Mortalidade. As variáveis analisadas incluíram sexo, faixa etária e ano de ocorrência, e as taxas de incidência, prevalência e mortalidade foram calculadas conforme a CID-10, no Capítulo XX sobre Causas Externas de Morbidade e Mortalidade. Entre 2019 e 2023, a Bahia registrou 18.678 lesões autoprovocadas e 3.994 suicídios, com um aumento nas lesões autoprovocadas, especialmente entre as mulheres, que somaram 4.034 casos em 2023, em contraste com 2.000 casos entre os homens. Em relação ao suicídio, os homens apresentaram números mais elevados, com 702 casos em 2023 (84,5%) contra 129 casos entre as mulheres (15,5%). Em 2021, a prevalência de

homicídios, suicídios e acidentes de transporte foi mais alta entre os homens, com 92,9%, 81,8% e 85,9%, respectivamente. As lesões autoprovocadas em 2021 ocorreram majoritariamente na faixa etária de 20 a 39 anos (n=6.874), enquanto o suicídio afetou principalmente indivíduos de 30 a 49 anos (n=366). A violência contra a mulher teve maior incidência entre 20 e 49 anos (56,8/100.000). As taxas de mortalidade por violências e acidentes entre 2014 e 2023 indicaram que, em 2021, o ano ocupou o terceiro lugar em agressões (43,2%), o quarto em acidentes de transporte (16,2%) e o segundo em suicídios (5,6%). As taxas de mortalidade por acidentes de transporte foram as segundas mais altas em todos os anos desse período, com as maiores vítimas em 2021 sendo motoristas de automóveis (n=969) e motociclistas (n=692). Esses resultados evidenciam a necessidade de investimentos em ações intersetoriais que priorizem a segurança viária, a expansão da rede de atenção psicossocial, a desconstrução das desigualdades de gênero e a prevenção da violência contra as mulheres. No caso dos suicídios, é fundamental adotar medidas direcionadas, levando em consideração as diferenças entre os sexos. Recomenda-se ainda a implementação de práticas de educação permanente para qualificar as notificações nos sistemas de vigilância em saúde.

PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: PROJETO MULTIDISCIPLINAR PARA CRIANÇAS COM TEA NO ESPÍRITO SANTO

Scheila da Silva Lima, Gabriele Teixeira Braz de Souza, Juliana Dalcolmo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica complexa que afeta o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento, e sua incidência tem aumentado significativamente nas últimas décadas, tornando-se um desafio de saúde pública global. A assistência multiprofissional, que inclui psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, psicopedagogia e terapia ocupacional, é essencial para atender às necessidades complexas das crianças com TEA, promovendo seu desenvolvimento global e melhorando sua qualidade de vida. Contudo, a dificuldade de acesso a serviços especializados, especialmente para aquelas que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), é uma realidade enfrentada por muitas famílias. A escassez de recursos torna o acesso a tratamentos multidisciplinares um grande desafio, deixando muitas crianças sem o suporte necessário. Neste contexto, o projeto-piloto apresentado surge como uma resposta à demanda não atendida de assistência multiprofissional para crianças com TEA no Espírito Santo. Em parceria com a Secretaria de Saúde do estado e o Hospital Santa Casa, esta iniciativa visa preencher essa lacuna no sistema de saúde, oferecendo tratamento integrado para crianças com TEA e suas famílias. O projeto é estruturado para atender à alta demanda por atendimento especializado, sendo que as crianças são avaliadas por uma psicóloga para determinar as necessidades de intervenção de outros profissionais da equipe multidisciplinar. Após a avaliação inicial, é desenvolvido um plano de tratamento individualizado, considerando as necessidades específicas e os objetivos de intervenção de cada criança. Composto por 11 profissionais, o projeto atende 12 crianças, sendo os encaminhamentos realizados exclusivamente pela Secretaria de Saúde do Espírito Santo (SESA), abrangendo tanto a grande Vitória quanto algumas regiões do interior do estado.

O atendimento tem a duração de 50 minutos, e os resultados iniciais indicam melhorias significativas no comportamento das crianças participantes, que têm demonstrado maior controle e capacidade de seguir as terapias propostas. Embora haja dias de maior agitação, as terapias têm se mostrado eficazes no tratamento do TEA. Além disso, os pais receberam orientações sobre o uso adequado da medicação para melhorar a concentração das crianças durante as atividades e em sua vida cotidiana. Esses resultados indicam que, antes do projeto, as crianças autistas atendidas não haviam recebido tratamento multidisciplinar. Com a oferta desses serviços, os responsáveis demonstram confiança na melhora progressiva dos filhos, e a participação das famílias nos atendimentos tem sido fundamental. Este projeto tem potencial para servir de modelo para outras iniciativas em diferentes regiões, evidenciando a importância e a eficácia do tratamento multidisciplinar para crianças com TEA. A parceria entre instituições de saúde e órgãos governamentais é essencial para garantir o acesso a serviços de qualidade, cumprindo o direito das crianças autistas ao tratamento especializado, conforme assegurado por lei.

RODA DE CONVERSA COM ADOLESCENTES SOBRE HIGIENE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Carolina Reschke Morganti, Débora Barbosa Rocha Ribas, Luis Felipe Soares Cardoso, Artur Santos Kumaira

A higiene desempenha um papel crucial na prevenção de doenças e na promoção de uma saúde ampla, sendo o ambiente escolar um local ideal para mudanças nesse contexto e campo de intervenções. Com isso, foi realizada uma roda de conversa com adolescentes do nono ano de uma escola pública em Nova Lima (MG), com o objetivo de trabalhar ativamente com esses estudantes, aprimorando seus hábitos de higiene no cotidiano, prevenindo doenças e melhorando sua qualidade de vida. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado como parte do Programa de Saúde na Escola, dividido em três etapas. A primeira consistiu em um levantamento dos problemas mais recorrentes, em parceria com a diretora da escola. A segunda envolveu uma revisão bibliográfica sobre a abordagem mais adequada para esse público e os conteúdos a serem trabalhados, baseados em manuais do Ministério da Saúde e na Cartilha do Adolescente. Na terceira etapa, foi confeccionado um panfleto com informações objetivas. A roda de conversa abordou os cuidados com axilas, cabelo, unhas, mãos, pés, dentes e genitálias, com o objetivo de avaliar o conhecimento prévio dos adolescentes, trazer novos aprendizados por meio de metodologias ativas e entregar o panfleto. Observou-se uma participação ativa dos adolescentes, mas também uma lacuna de aprendizado em relação à anatomia básica da região genital, o que impacta na higienização adequada. As dúvidas mais frequentes estavam relacionadas à higiene das axilas e dos pés, além de uma grande vergonha dos adolescentes ao tratar de questões envolvendo as genitálias, tanto em relação à anatomia quanto à higienização dessas áreas. A roda de conversa permitiu a construção de conhecimentos valiosos, destacando a importância de trabalhar temas sobre higiene na adolescência para a incorporação de hábitos de autocuidado nessa fase de transição entre a infância e a maioridade. Abordagens teóricas e práticas frequentes são essenciais para efetivar esse aprendizado, pois a higienização é um componente fundamental da prevenção primária, evitando diversas patologias e aliviando a sobrecarga do sistema de saúde.

IDENTIFICANDO OS COMPORTAMENTOS CARACTERÍSTICOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Carolina Braga de Abreu, Hemilly Thaynara Cândido de Araújo, Deborah Cybelly Tavares Pinangé Coutinho,
Érica Vilar Ramalho de Souza, José Matias da Rocha Filho, Luis Felipe Santana Tavares Moreira,
Ana Candida Dantas de Queiroga

No contexto da atenção primária, o reconhecimento das características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda está, em sua maioria, restrito a pessoas com formação na área, apesar da crescente divulgação sobre o tema nos últimos anos. Diante disso, surgiu a necessidade de esclarecer a sintomatologia do TEA e sanar dúvidas sobre o assunto. Aproveitando o mês de abril, marcado pela conscientização sobre o autismo, organizamos uma sala de espera na USF Distrito Mecânico II, com o objetivo de auxiliar a comunidade (usuários e profissionais) a identificar sinais característicos que indicam a possibilidade de um diagnóstico de TEA. Discutimos a tríade sintomatológica do autismo e seus três níveis de suporte, além de abordarmos a heterogeneidade do transtorno, destacando que ele pode se manifestar de formas diversas em diferentes pessoas, exigindo a validação médica para confirmação do diagnóstico e a definição do tratamento adequado. Para isso, organizamos uma palestra objetiva, utilizando linguagem acessível à população, na qual explanamos os comportamentos sugestivos do TEA. Também enfatizamos a importância do diagnóstico precoce, orientando os usuários presentes a serem proativos ao identificar tais comportamentos e a buscar uma avaliação médica, além de destacar o papel fundamental do acolhimento que a sociedade deve oferecer à criança e sua família. Reforçamos que as escolas municipais contam com o apoio de profissionais especializados no acompanhamento de crianças com TEA, mas é essencial que as autoridades invistam em estratégias para promover a inserção dessas crianças na sociedade de maneira equânime.

A FORMAÇÃO DE RESIDENTES, NA PERSPECTIVA DO PLANO DE AÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA ATENÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, NO DF

Stella Santos, Marcelo Pedra Martins Machado, Maria Fabiana Damásio Passos, Juliana Borges,
Renata de Albuquerque Lobo Simões, Mayara Cristina Silva de Araujo,
Sofia Oliveira Lopes Cançado, Flávia Marques Gonçalves Elias

O NuPop Fiocruz Brasília, em parceria com os Programas de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde (APS), Gestão em Saúde e Medicina de Família e Comunidade, além das Secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social (GDF) e Instituições da Sociedade Civil, iniciou em 2020 o Plano de Ação Interinstitucional Pop Rua/DF (PAIPR), com o objetivo de qualificar os residentes da Fiocruz Brasília para o trabalho com pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, inicialmente no contexto da covid-19. O PAIPR articulou ações entre os Consultórios na Rua (eCR),

os Abrigos Institucionais e as Equipes de Abordagem Social (SUAS), ampliando a atuação dos serviços do SUS e do SUAS junto à população em situação de rua (PSR). O plano visou construir ações integradas entre os setores da Saúde, Assistência Social e a Sociedade Civil, estabelecendo responsabilidades e ofertas de serviços para a PSR, ao mesmo tempo em que qualificava os residentes da Fiocruz Brasília para o trabalho com essa população. Organizado em três linhas de trabalho, o PAIPR envolveu a retaguarda especializada dos residentes para os abrigos, atividades voltadas para a PSR não abrigada (com apoio clínico-assistencial das eCR e ampliação das ofertas nas UBS), e supervisão, que incluía análise da carga horária, metodologia, participação dos residentes, resolução de dúvidas e desenvolvimento de novas perspectivas de trabalho com a PSR. Entre os resultados alcançados, destacam-se a ampliação das ofertas para a PSR na APS, o fortalecimento das ações das cinco eCR no DF, a visibilidade das ações junto à PSR na formação de residentes da APS, e o fortalecimento de ações conjuntas entre as UBS e os 16 abrigos específicos para PSR no DF, além da qualificação das ações de saúde nas 16 instituições da Sociedade Civil que atuam com a PSR. Ao longo do período, aproximadamente 150 residentes participaram de um processo formativo específico para as ações propostas. Os principais destaques do PAIPR, ao longo de quatro anos, incluem a ampliação dos debates sobre ações intersetoriais entre SUS e SUAS no atendimento à PSR, a formação de profissionais capacitados para um SUS mais inclusivo, e a mudança de foco da Atenção Básica, que passou a se direcionar mais para as pessoas em situação de rua nos territórios, permitindo aos residentes desenvolver novas abordagens adequadas a essa população.

AMBIÊNCIA/CONVIVÊNCIA COMO COMPLEMENTARIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) III

Marcella de Oliveira, Patrícia Romano, Giovanna Sandrini

Esta proposta, iniciada em agosto de 2023, adota diretrizes da Portaria nº 3.088/2011 - Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da Política Nacional de Humanização (PNH) de 2013 como princípios orientadores, com foco na composição da ambiência/convivência. A disposição da mobília, como cadeiras, mesas e outros objetos, é repensada para permitir a configuração de um ambiente que, ao invés de hierarquizar as relações entre usuários e profissionais, favoreça a igualdade. Nesse sentido, a reconfiguração da disposição das cadeiras em formato circular e a mesa encostada na parede nas salas de atendimento visam promover um espaço que facilite o acolhimento, o protagonismo e a qualificação do cuidado. A proposta segue os princípios da RAPS e da PNH, apoiando-se nas bases territoriais e coletivas para promover um atendimento que respeite as singularidades e complexidades dos usuários, possibilitando o reconhecimento de seus desejos, a resolução de conflitos e o fortalecimento do papel ativo da pessoa em cuidado. Dentre os recursos técnicos considerados para a implementação, destaca-se a programação da

televisão, alinhada às temáticas abordadas pelos grupos, a escolha de músicas ou karaokê pelos conviventes, e a identificação de sinais de ansiedade ou angústia, oferecendo escuta qualificada. A instalação da proposta envolveu a reconfiguração espacial, considerando a disposição da mobília, cores e artes visuais, visando facilitar as relações interpessoais e o exercício das habilidades psicossociais. A adaptação do espaço procurou proporcionar acolhimento e maior conforto, favorecendo a experiência coletiva e permitindo a sistematização metodológica da avaliação técnica multidisciplinar e estratégias de intervenção. A qualificação do cuidado em saúde mental, ao priorizar os direitos humanos e promover a convivência sistematizada, contribui para a preservação da vida, favorecendo o acolhimento e a experiência coletiva. Os dados mostram que, desde agosto de 2023, foram registradas 3.488 ações de reabilitação psicossocial, com previsão de mais de 8.000 em 2024, incluindo a implementação de temas transversais sobre relações étnico-raciais e luta antirracista.

EMBELEZE-SE: DIÁLOGOS SOBRE DESIGUALDADES, GÊNERO, SEXO E RACISMO

Valéria Araújo, Marcella de Oliveira, Giovanna Sandrini

No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) III Joaquim Avamilano/Vila Vitória, a proposta terapêutica “Embeleza-se” visa proporcionar um espaço de diálogo para mulheres, promovendo escuta, compartilhamento de experiências e reflexões sobre desigualdades de gênero, imposições culturais e normativas sociais machistas. O grupo, que inicialmente se intitulava “Grupo de sexualidade para mulheres”, passou por uma reformulação em 2022, ampliando suas abordagens para incluir elementos de autocuidado e autoestima, como atividades de salão de beleza (cuidados com cabelo, maquiagem, unhas) e práticas de relaxamento (massoterapia e reflexologia). Este espaço oferece proteção contra preconceitos frequentemente enfrentados pelas mulheres atendidas no CAPS, muitas vezes estigmatizadas por conta de efeitos colaterais de medicamentos ou por suas condições de saúde mental. O grupo tem como objetivos o fortalecimento do protagonismo feminino, a promoção de autonomia, o reconhecimento de violências nas relações e a criação de vivências acolhedoras que favorecem o autocuidado e a valorização pessoal. Resultados observados incluem maior autonomia das participantes em suas escolhas estéticas e afetivas, além da capacidade de estabelecer limites e identificar situações de violência. A metodologia baseada em referenciais feministas se mostrou eficaz na construção de estratégias de resistência e fortalecimento das mulheres. O sucesso do “Embeleza-se” inspirou a criação de um grupo similar para homens, com enfoque em educação sexual, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), e respeito nas relações interpessoais. Com duração de aproximadamente 18 meses, ambos os grupos se consolidaram como espaços de transformação, promovendo autoestima e resistência através do autocuidado e do embelezamento, reforçando a importância dessas iniciativas na produção de cuidado e bem-estar dos usuários do CAPS.

MAPAS, CARTAS E OUTROS PAPÉIS – UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CAPS II

Luma Fernandes Garcia da Silva, Alejandra Astrid León Cedeño,
Roberth Miniguine Tavanti, Patrícia Silvia de Souza

A criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na década de 1980 representou um marco no processo de desinstitucionalização iniciado nos anos 1970 no Brasil, culminando na Lei 10.216. O CAPS II, por sua vez, foi concebido para atender adultos em sofrimento psíquico grave e persistente, priorizando o cuidado intensivo e de longo prazo em um contexto comunitário e aberto. Sua atuação baseia-se na humanização, no respeito à singularidade e na reinserção social dos usuários em atividades laborais, de lazer, exercício de direitos civis e fortalecimento de laços familiares e comunitários, promovendo a restauração da agência e da capacidade dos indivíduos de agir sobre sua realidade e enfrentar o sofrimento decorrente da exclusão social promovida pelo modelo manicomial. Este relato de experiência baseia-se no estágio curricular em Psicologia da primeira autora, realizado em um CAPS II vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL), com ênfase nas oficinas do regime intensivo. Este regime é direcionado a usuários com Projeto Terapêutico Singular (PTS) provisório, que comparecem diariamente ao CAPS devido a episódios recentes de tentativa de suicídio, comportamentos agressivos ou início de tratamento. As oficinas foram organizadas em três momentos: no primeiro, mapas territoriais foram utilizados para identificar redes afetivas e elementos fortalecedores da autonomia dos usuários; no segundo, os participantes criaram linhas da vida, poemas e cartas pessoais para resgatar suas histórias e superar estigmas; e no terceiro, o foco foi a implicação dos usuários no autocuidado e na gestão de seus PTS. Os mapas revelaram a relação entre o sofrimento dos usuários e ambientes familiares ou laborais ansiogênicos, além de destacar o papel positivo de espaços comunitários como padarias, igrejas e áreas verdes no bem-estar. As linhas da vida possibilitaram aos participantes reconhecer suas trajetórias como produtos de suas vivências e ter suas histórias validadas. Os poemas serviram como ferramentas de expressão e validação da luta contra o luto, a desesperança e a desconexão, bem como dos desejos de amor e conexão com a natureza. Já as cartas ajudaram os usuários a lidar com questões do passado, atribuindo sentido ao presente e planejando ações para o futuro. O trabalho evidenciou a potência desses instrumentos – mapas, linhas, poemas e cartas – como ferramentas capazes de revelar dimensões afetivas frequentemente negligenciadas pelo modelo hospitalocêntrico e, por vezes, até pela Rede de Atenção Psicossocial. Além disso, validaram as experiências e emoções negativas dos usuários em relação ao modelo manicomial, demonstrando seu valor como dispositivos na psicoeducação e na luta antimanicomial.

COLABORATÓRIO NACIONAL POP RUA, UMA ESTRATÉGIA DE APOIO INSTITUCIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INTERAGEM COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Maria Fabiana Damasio Passos, Marcelo Pedra Martins Machado, Stella Santos, Juliana Borges, Mayara Cristina Silva de Araujo, Sofia Oliveira Lopes Cançado, Regiane Rocha Gomes, Vitor Lúcio Ferraz de Araújo, Josélia de Souza Trindade

O Colaboratório Nacional PopRua é uma iniciativa desenvolvida em parceria entre o NuPop Fiocruz Brasília, o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama/USP e o Núcleo de Direitos Humanos da PUC/PR. Sua gestão e operacionalização integram movimentos sociais e instituições públicas, promovendo um espaço colaborativo que reúne pessoas com trajetória de rua e profissionais de diversas áreas. Entre seus objetivos, destacam-se: acompanhar políticas públicas específicas para a população em situação de rua (PSR); qualificar politicamente essas pessoas para fortalecer a participação social e o controle social; e promover estratégias de qualificação dos serviços e equipes que atendem a PSR. O projeto é estruturado em quatro componentes principais: 1. Colegiado Gestor, que administra o projeto e articula ações institucionais; 2. Polos Descentralizados (localizados no DF, RJ, SP, BA e PR), que realizam escutas para mapear demandas e boas práticas no trabalho com a PSR; 3. Escola Nacional PopRua, que promove oficinas itinerantes para qualificação política de movimentos sociais e da PSR; e 4. Grupo de Pesquisa, que coordena estudos e monitora dados coletados pelos demais componentes. Entre 2023 e 2024, o Colaboratório realizou ações significativas: 22 com equipes do SUS, 30 com equipes do SUAS, 13 intersetoriais envolvendo órgãos de garantia de direitos e instituições de trabalho e renda, 11 para formação de equipes que atuam com a PSR, e 56 de incidência política, totalizando 3.251 participantes. A Escola Nacional PopRua qualificou 45 instituições em 23 oficinas realizadas em cidades como Brasília, São Paulo, Salvador e Curitiba, formando 461 pessoas. Já o Grupo de Pesquisa mapeou iniciativas acadêmicas sobre a PSR, organizou perguntas de pesquisa para revisões integrativas e desenvolveu o projeto da tabela ADPE. O Colaboratório Nacional PopRua tem se mostrado essencial para fortalecer as políticas públicas voltadas à PSR, qualificar os serviços do SUS e SUAS e impulsionar a participação ativa dos movimentos sociais. Apesar dos avanços alcançados, há uma necessidade clara de continuidade do projeto após 2025, com articulações políticas para garantir seu financiamento e expansão, reafirmando seu papel como instrumento estratégico de transformação social.

MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO DE ÁLCOOL DURANTE A COVID-19: UMA INVESTIGAÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES

Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

O álcool, uma substância psicoativa capaz de causar dependência, desempenha papel significativo na carga de doenças e nos prejuízos sociais e econômicos, dependendo do volume, padrão de consumo e qualidade da substância. A dependência de álcool é considerada uma doença crônica multifatorial, caracterizada por sintomas como desejo incontrolável de beber e dificuldade em interromper o consumo. O consumo abusivo ou beber pesado episódico (BPE) é definido pela ingestão de 60 g ou mais de álcool puro em pelo menos uma ocasião no último mês. Dados recentes apontam um aumento no consumo abusivo na população geral, de 18,4% para 20,8% entre 2021 e 2023, e um crescimento progressivo no consumo por mulheres entre 2010 e 2023. Além disso, houve um aumento de 24% nas mortes atribuíveis ao álcool no primeiro ano da Pandemia de covid-19. Diante desse cenário, este trabalho teve como objetivo detalhar os fatores de risco associados ao consumo abusivo de álcool durante a pandemia, orientando ações de saúde mental para populações vulneráveis. A metodologia envolveu uma revisão integrativa de literatura na base Google Scholar, utilizando os descritores “pandemia”, “abuso de álcool”, “saúde mental” e “fatores de risco”. Foram identificados 586 resultados no período de 2019 a 2022, dos quais 427 foram excluídos após análise dos títulos e resumos. Após leitura criteriosa, 8 artigos foram selecionados para a revisão. Os resultados mostraram mudanças significativas nos padrões de consumo de álcool durante o confinamento. A diminuição do consumo foi associada à redução de eventos sociais, enquanto o aumento esteve ligado a preocupações econômicas, sofrimento psíquico, impactos de convivência familiar disfuncional e sintomas psiquiátricos. Fatores como idade (jovens até 29 anos), gênero (homens), raça/cor (brancos), além de fatores socioculturais, psiquiátricos (elevados níveis de ansiedade, estresse e depressão) e psicológicos (angústia, solidão e isolamento), foram identificados como preditores de risco. A conclusão reforça que o consumo abusivo de álcool funcionou como uma estratégia para aliviar o sofrimento emocional durante a pandemia, evidenciando a necessidade de intervenções específicas em saúde mental para mitigar esse comportamento. A compreensão dos fatores de risco é crucial para desenvolver estratégias preventivas e intervenções eficazes, promovendo apoio adequado e reintegração social, com vistas à proteção da saúde e bem-estar das populações vulneráveis.

REDE VIGIFLÚOR ES: INTEGRANDO ENSINO-PESQUISA-COMUNIDADE PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL

Caroline Costa de Araujo, Erikles dos Anjos Loyola, Karina Tonini dos Santos Pacheco,
Carolina Dutra Degli Esposti, Thiely Casagrande Candido, Ana Beatriz Nalesso Saraiva,
Ana Carla Layber Porto, Katrini Guidolini Martinelli

Os projetos de extensão são ferramentas fundamentais para disseminar os conhecimentos gerados nas Instituições de Ensino Superior, integrando ensino e pesquisa ao público externo e promovendo a

troca de saberes. Este trabalho relata a experiência do projeto de extensão “Rede VIGIFLÚOR ES”, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), composto por docentes, graduandos, pós-graduandos e profissionais de Odontologia. Iniciado em julho de 2022 e coordenado por duas docentes do curso de Odontologia, o projeto está vinculado à Rede Brasileira de Vigilância da Fluoretação da Água de Abastecimento Público (Rede VIGIFLÚOR). Seus objetivos incluem integrar interessados nas atividades da Rede, identificar potenciais Agentes VIGIFLÚOR no estado, inserir e validar dados no Sistema VIGIFLÚOR e organizar ações de promoção e discussão sobre a importância da fluoretação da água e sua vigilância no Espírito Santo (ES). As atividades realizadas abrangem estudos teóricos, reuniões com a Rede VIGIFLÚOR nacional, gestores municipais e estaduais de Saúde Bucal e Vigilância Ambiental, e representantes de instituições da área de Odontologia. Também foram elaborados materiais para redes sociais, promovendo informações sobre os benefícios da fluoretação no combate à cárie dentária e a relevância da vigilância dessa política pública. Além disso, o projeto participou de eventos científicos, co-organizou a celebração dos 70 anos da fluoretação no Brasil, realizada em Baixo Guandu (ES), e fomentou pesquisas de iniciação científica e dissertações de mestrado. Os resultados indicam avanços na conscientização e integração entre ensino, pesquisa e comunidade, embora evidenciem a necessidade de intensificar a vigilância e qualificar os dados relacionados à fluoretação, bem como ampliar a disseminação de informações à população. Apesar de seu impacto positivo, essa política pública carece de melhorias para alcançar seu pleno potencial. O projeto tem promovido debates junto à comunidade e gestores locais, ampliando a cobertura e os benefícios da fluoretação para a saúde bucal da população capixaba. A participação dos estudantes em todas as etapas reforçam a compreensão de que a aplicação prática de pesquisas fundamenta argumentos sólidos que podem transformar a qualidade de vida da sociedade.

EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lairany Monteiro dos Santos, Andreina Oliveira de Freitas, Leila Mariza Hildebrandt,
Andressa da Silveira, Maria Eloísa Collognese

As ações de educação e promoção de saúde com pessoas idosas promovem reflexão, autoconhecimento e incentivam a adoção de novos hábitos. Metodologias lúdicas e ativas facilitam a autonomia na construção do saber, empoderando o público-alvo a tomar decisões sobre seus hábitos e tornando-os agentes transformadores do próprio cenário. Este relato de experiência descreve vivências de acadêmicas de enfermagem no desenvolvimento de atividades educativas e de promoção em saúde junto a grupos de pessoas idosas, em parceria com uma equipe multidisciplinar vinculada à Rede Bem Cuidar (RBC) de uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) na área rural do Centro-Serra do Rio Grande do Sul. Realizadas mensalmente no primeiro semestre de 2023, as ações envolveram equipes de enfermagem e odontologia, abordando temas como prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), câncer de pele, violência, promoção da saúde bucal, oficinas de memória e controle da hipertensão arterial sistêmica (HAS). As atividades incluíram apresentações didáticas em PowerPoint, testes rápidos para rastreamento de ISTs, distribuição de protetores solares e kits de higiene bucal, e dinâmicas lúdicas como jogos da memória, bingo e dominó gigante, estimulando o raciocínio

lógico e a memória dos participantes. Em junho, foi promovida uma festa junina com atividades interativas relacionadas aos temas abordados, integrando lazer e aprendizado. Essas ações possibilitaram educação em saúde, prevenção de agravos, reabilitação de hábitos, momentos de distração e lazer, além de favorecer a identificação de potencialidades e dificuldades das pessoas idosas pelos profissionais de saúde. Observou-se que o uso de metodologias lúdicas fortaleceu a autonomia dos idosos e aproximou os profissionais das vivências cotidianas do público-alvo, promovendo trocas de saberes enriquecedoras. Entretanto, a dificuldade de acesso à ESF, devido à extensão territorial e à restrição de transporte na área rural, destacou-se como uma limitação importante, exigindo estratégias para ampliar o alcance das ações.

ASSOCIAÇÃO ENTRE A MORTALIDADE DESENCADEADA PELA SÍFILIS CONGÊNITA E A EFETIVIDADE DO PRÉ-NATAL: ANÁLISE DA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA

Pedro Ribeiro Braga, Henrique Shelter Pereira Viana

A sífilis congênita (SC), causada pela bactéria *Treponema pallidum*, resulta da transmissão vertical durante a gestação, podendo causar graves complicações ao feto, como comprometimento do sistema nervoso central, hematológico e musculoesquelético, além de aborto. Entre 2019 e 2023, dos 114.447 casos de SC notificados no Brasil, 50.661 ocorreram na região Sudeste, que concentrou 41,62% dos óbitos relacionados à doença, com prevalência média de 11,48 casos por 100.000 nascidos vivos. Gestantes de 20 a 24 anos representaram 36,31% das notificações, e a ausência de pré-natal mostrou-se um fator de risco significativo, aumentando em 3,16 vezes a probabilidade de óbito fetal por SC, com taxas de 0,81% entre as que realizaram o acompanhamento e 2,56% entre as que não o fizeram. Apesar disso, apenas 21,93% dos parceiros sexuais de gestantes diagnosticadas com SC receberam tratamento, mesmo em casos com pré-natal. Esses dados destacam a importância de ações que reforcem a educação sexual, o monitoramento de exames laboratoriais como o VDRL, a inclusão do parceiro no tratamento e a qualificação do pré-natal, essenciais para reduzir a prevalência de SC e seus desfechos graves, promovendo saúde materno-infantil mais efetiva.

CARREIRA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: À LUZ DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Renata Fonsêca Sousa de Oliveira, Thais Paulo Teixeira Costa, Soraya Almeida Belisario,
Rosana Lucia Alves de Vilar, Nathalia Hanany Silva de Oliveira, Carinne Magnago,
Samara Ribeiro, Patricia Ferras Araujo da Silva, Janete Lima de Castro

A conformação da carreira na saúde no Brasil é um tema desafiador e historicamente debatido em espaços como as Conferências Nacionais de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

(CNGTES), que permitem avaliar e propor melhorias para o fortalecimento do SUS. A carreira no SUS compreende a trajetória do trabalhador desde seu ingresso até o desligamento, regulamentada por normas de desenvolvimento profissional, remuneração e avaliação de desempenho. Este estudo, parte da pesquisa “Concepções e desenvolvimento de carreira na saúde nos âmbitos nacional e internacional”, do Observatório de Recursos Humanos da UFRN em parceria com o Ministério da Saúde, analisou proposições relacionadas ao tema “carreira” nos relatórios das CNGTES. Desde a I Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde (CNRH) em 1986, o tema é pautado, destacando a necessidade de planos de carreira, remuneração adequada e desenvolvimento profissional, além de alertar para vínculos e jornadas de trabalho inadequados. Na II CNRH (1994), o debate priorizou o regime de dedicação exclusiva e a implantação de Planos de Carreira, Cargos e Salários. Já na III CNGETS (2006), ampliou-se a discussão, propondo ferramentas de acompanhamento e estratégias flexíveis para planos de carreira. A continuidade do tema nas conferências evidencia uma luta histórica e a falta de priorização governamental. Com a realização da IV CNGETS em 2024, após quase duas décadas da última conferência, emerge uma oportunidade de retomar o debate, considerando perdas de direitos trabalhistas, desproteção social e os impactos da Pandemia de covid-19 nas condições de trabalho e no mercado.

COMITÊ COMUNITÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PESQUISA (CCAP) EXPANDTPT RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcela Haupt Bessil, Ezio Távora dos Santos Filho, Anete Trajman, Priscilla Wolter Paolino, Carla Patrícia de Almeida, Soila Mar Silveira da Silva, Otoniel Cavalcante de Lima, Gleydson Vicente Coutinho da Silva, Célia Reis Vieira

Na Reunião de Alto Nível da ONU sobre Tuberculose (TB) em 2023, o Brasil assumiu o compromisso de eliminar a doença como problema de saúde pública até 2030. Um dos maiores desafios para atingir essa meta é a prevenção em contatos com infecção latente de tuberculose (ILTb), que apresentam maior risco de adoecer nos dois primeiros anos após a infecção. Nesse contexto, o programa ExpandTPT visa implementar ferramentas de vigilância para expandir o tratamento preventivo da TB (TPT) com base na abordagem da cascata de cuidados. Desde 2023, o programa está sendo desenvolvido em cinco cidades, com comparações em cinco cidades-controle, e será ampliado para outras três a partir de 2024. Um componente essencial é o Comitê Comunitário de Acompanhamento em Pesquisa (CCAP), formado por dois a três membros da sociedade civil em cada cidade, para promover uma interlocução colaborativa entre pesquisadores e a comunidade-alvo. O CCAP contribui ativamente na capacitação de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde - ACS), fornecendo feedback e sugestões para aprimorar as atividades, como aplicação de questionários de avaliação de conhecimentos antes e depois das capacitações e realização de rodas de conversa para esclarecer dúvidas. Além disso, o CCAP desenvolveu uma cartilha específica para ACS em 2023, revisada com base em consultas diretas, e validada em encontros virtuais e presenciais com 177 ACS das cidades participantes. O material, intitulado *Guia d@s ACS para TPT*, foi

entregue pelo CCAP e pontos focais municipais. Atualmente, o ExpandTPT está em fase de expansão e implementação em novas unidades municipais, com a participação direta do CCAP para garantir a incorporação do TPT nos serviços de saúde. Apesar de a profilaxia de TB já estar nas diretrizes de tratamento para pessoas vivendo com HIV/Aids desde 1993, sua implementação ainda é um desafio. Portanto, é fundamental que a sociedade civil informe, monitore e acompanhe a efetividade da nova política de TPT, destacando sua relevância na prevenção de novos casos de TB e no alcance das metas assumidas pelo Brasil para a eliminação da doença.

PREVALÊNCIA DE ALÉRGENOS EM PACIENTES COM DERMATITE DE CONTATO ALÉRGICA NA REGIÃO DE PELOTAS/RS

José Eduardo Aires Salbego, Maria Eduarda Brito Soares, Mariana de Souza Pascoali,
Joice Bria?o Go?ebel Pinto, Ralph Vighi da Rosa, Gabriel Camacho Cantarelli

O ambulatório de dermatologia da Universidade Católica de Pelotas realizou testes de contato em 9 pacientes ao longo de 2023. A idade dos participantes variou entre 33 e 76 anos, com média de 51,12 anos, predominando o sexo feminino e o fototipo II (5 pacientes). Cerca de 66% eram procedentes e 100% residentes de Pelotas. A profissão mais comum foi “do lar” (33%), e 77% apresentavam histórico pessoal e 66% histórico familiar de atopia. Em relação a hábitos, 33% eram tabagistas e 22% etilistas. Aproximadamente 55% dos pacientes tinham hipertensão arterial e 22% apresentavam Transtorno de Ansiedade Generalizada. Entre as atividades extralaborais destacaram-se natação, cuidados com idosos, reformas e contato com animais de estimação. Quanto ao uso de equipamentos de proteção, 88% utilizavam algum tipo, sendo luvas (75%), máscaras (30%), óculos, touca ou jaleco (10%) os mais citados. Em termos de higienização das mãos, 66% usavam apenas água ou água com detergente. Inicialmente, 66% das lesões estavam localizadas nas mãos, face, ombros e antebraços, com posterior envolvimento de dorso e outras regiões. Os testes apresentaram relevância diagnóstica em 88% dos casos, com apenas um teste sem resultado positivo. As substâncias mais frequentemente associadas às reações foram: sulfato de níquel (33%), tetracloropaladato de sódio (33%) e metilisotiazolinona (33%), seguidas por cloreto de cobalto, fragrâncias Mix II e metildibromo glutaronitrilo (22% cada). Outros materiais somaram 10%. Essas substâncias, presentes em produtos como antibióticos, conservantes e plantas, foram identificadas como sensibilizantes, permitindo o diagnóstico e a orientação para reduzir a exposição, prevenindo crises de eczema, melhorando a qualidade de vida e promovendo a educação em saúde, como a leitura de rótulos.

GRUPOS DE TERAPIA OCUPACIONAL COM ADOLESCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Laís Martello Cervelin, Fernanda Raquel Toillier, Kelly Sabrine Petry, Helen Carvalho de Souza, Yasmim de Oliveira de Abreu, Silvani Vargas Vieira

A formação dos profissionais de saúde ultrapassa questões biológicas, abrangendo aspectos sociais e educacionais que se mostram prementes na contemporaneidade. Nesse contexto, a escola emerge como um espaço potente para a aplicação de práticas e metodologias ativas, especialmente em grupos na Terapia Ocupacional, promovendo trocas de experiências e incentivando um olhar mais sensível, essencial para uma formação humanizada e descentralizada. Este relato de experiência descreve práticas grupais realizadas na disciplina *Estudos do Fazer Humano III* do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria. As atividades ocorreram semanalmente entre setembro e novembro de 2023, em uma escola pública na região oeste de Santa Maria, com uma turma do 9º ano do ensino fundamental. Os participantes, com idades entre 15 e 17 anos, compunham grupos de cerca de 15 alunos, em encontros de uma hora. Inicialmente, as atividades focaram na autopercepção dos adolescentes e, posteriormente, na reflexão sobre o território em que estão inseridos, incluindo o ambiente escolar. Planejadas com base nas demandas dos estudantes, as práticas articularam interesses dos jovens com a compreensão dos processos que moldam suas realidades e potencialidades. Recursos como mapas corporais, a árvore das singularidades e debates sobre músicas foram usados para promover dinamicidade, novos saberes e interação entre os participantes. Os relatos dos estudantes evidenciaram um repertório limitado sobre seus direitos, espaços de cidadania, continuidade escolar e acesso ao ensino superior e mercado de trabalho. Entretanto, as atividades grupais estimularam o reconhecimento de possibilidades para além do contexto vulnerável, fortalecendo a compreensão de seus direitos e meios de exercê-los. Essa prática no ambiente escolar, integrando conceitos aprendidos em sala à atuação prática, contribuiu para ampliar o olhar acadêmico e profissional. Conclui-se que as práticas grupais constituem uma ferramenta essencial para troca de experiências e desenvolvimento de escuta, acolhimento e descobertas. O contexto escolar mostrou-se um terreno fértil para iniciativas da Terapia Ocupacional, embora ainda seja um espaço subexplorado pela profissão, apresentando demandas urgentes e vasto potencial para atuação.

O PODER DAS REDES SOCIAIS NA HESITAÇÃO VACINAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Fabíola Fernandes Bersot Magalhães, Jandesson Mendes Coqueiro, Fabiana Turino, Ariane Silva Carvalho, Carolina Strauss Estevez Gadelha, Izabelle Venturini Signorelli, Tatiane Comerio, Maria Angélica Carvalho Andrade

A vacinação é amplamente reconhecida como um dos maiores avanços da saúde pública, com o Programa Nacional de Imunização (PNI), instituído em 1975, sendo um marco no Brasil por sua

abrangência e eficácia, além de ser internacionalmente aclamado. No entanto, o fenômeno da hesitação vacinal, listado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma das dez maiores ameaças à saúde pública, desafia a sustentabilidade dessa cultura de imunização. A hesitação vacinal abrange indivíduos que demonstram indecisão ou desconfiança quanto a vacinas específicas, ou à vacinação em geral, podendo atrasar ou recusar imunizações. No Brasil, uma pesquisa de 2019 apontou que 13% da população deixou de se vacinar devido a informações falsas, o que representa mais de 21 milhões de pessoas. A disseminação de desinformação, denominada pela OMS de infodemia, encontra nas redes sociais um meio de propagação acelerado, intensificando o temor a eventos adversos e minando a adesão vacinal. Embora o Brasil tenha historicamente alcançado altas taxas de vacinação e erradicação de doenças imunopreveníveis, as últimas décadas revelaram uma queda preocupante nos índices vacinais, com o reaparecimento de enfermidades anteriormente erradicadas. Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre o impacto da desinformação, especialmente por meio das redes sociais, na adesão vacinal e discutir suas implicações na hesitação vacinal. Foi realizada uma revisão integrativa orientada pela questão: *qual a influência da desinformação disseminada via redes sociais na não adesão vacinal?* As buscas, realizadas nas bases Lilacs, SciELO e PubMed, abrangeram o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de janeiro de 2024, utilizando os descritores: desinformação, redes sociais, hesitação vacinal e recusa vacinal. De 143 artigos encontrados, 42 foram selecionados para leitura integral após análise temática de títulos e resumos. Os resultados indicam uma deterioração da confiança nas vacinas, amplificada pela rápida disseminação de informações falsas via dispositivos eletrônicos e redes sociais. Essa infodemia dificulta o enfrentamento do problema, dada a velocidade com que a desinformação se propaga. Conclui-se que é urgente intensificar pesquisas nessa área e desenvolver ferramentas eficazes para monitorar e combater a disseminação de desinformação em todos os campos do conhecimento, buscando mitigar os impactos negativos na saúde pública.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E VIVÊNCIAS EM UMA OCUPAÇÃO URBANA: IMPACTO NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES

Leonardo Fernandes Ruiz Diaz, Livia de Freitas Moura, Elis Mina Seraya Borde, Alzira de Oliveira Jorge

A formação das cidades brasileiras reflete profundas desigualdades socioeconômicas, evidenciadas na configuração dos centros urbanos, onde áreas de maior poder aquisitivo desfrutam de melhor infraestrutura, enquanto uma expressiva parcela da população vive em condições marginalizadas. Nesse contexto, as ocupações urbanas surgem como manifestações políticas que reivindicam não apenas o direito à moradia, mas também o direito à cidade. O projeto de extensão “Educação Popular em Saúde nas Ocupações Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte” tem acompanhado os moradores da ocupação Pátria Livre, situada na favela Pedreira Prado Lopes, promovendo atividades de educação popular em saúde. Este trabalho reflete sobre o impacto dessa iniciativa na formação dos estudantes envolvidos. O projeto integra o programa da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva da Universidade Federal de

Minas Gerais (LIASC-UFMG), que adota uma abordagem transdisciplinar. Inicialmente, foram realizadas atividades de ensino internas, incluindo discussões sobre educação popular em saúde e o binômio saúde-território. Em seguida, foram organizadas visitas à ocupação em parceria com movimentos sociais locais. Nessas visitas, os estudantes elaboraram roteiros com perguntas norteadoras sobre o cotidiano dos moradores, visando identificar fatores de proteção e risco. Ao longo das visitas, emergiram demandas em saúde, como questões relacionadas à saúde mental, saúde da mulher e ausência de espaços de lazer coletivo. Essas demandas orientaram a criação de atividades educativas, incluindo práticas coletivas de exercícios físicos e rodas de conversa, como uma sobre câncer de mama, que utilizou modelos didáticos de mama amiga para demonstrar sinais de alerta e engajar as participantes. As ações realizadas, como a parceria com o Encontro das Mulheres no galpão anexo à ocupação, proporcionaram aos estudantes vivências que transcendem o aprendizado técnico, fundamentando a educação popular em saúde como prática de cuidado e fomentando engajamento político-social. Ao abordar as ocupações urbanas, um tema geralmente negligenciado na formação acadêmica, o projeto promoveu uma visão crítica sobre os serviços de saúde disponíveis e os modelos de cidade até então consolidados, enriquecendo a formação dos alunos com uma perspectiva mais humanizada e comprometida socialmente.

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE SAÚDE COLETIVA II NO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Liz da Costa Soares Moraes, Mariana Toniolli de Freitas, Isis Mytieê Pimentel Barros

A Saúde Coletiva é um pilar fundamental no entendimento da atuação do sistema de saúde brasileiro, destacando-se pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Conhecer o fluxo de funcionalidade do SUS é essencial para garantir uma prestação de serviços eficaz e equitativa, além de compreender as Redes de Atenção em Saúde e as linhas de cuidado, que permitem uma abordagem mais integrada e coordenada, promovendo um cuidado integral ao paciente e contemplando todos os princípios do SUS. Nessa perspectiva, essa abordagem didática foi ministrada ao longo da disciplina de Saúde Coletiva II, parte da grade curricular do curso de Medicina da Faculdade Federal do Amazonas. Durante a disciplina, os alunos participaram de uma experiência enriquecedora ao serem imersos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Saúde da Família (USF) pré-selecionadas pelos docentes. Nessa imersão, os estudantes exploraram todos os setores das unidades e dialogaram brevemente com diversos profissionais, incluindo médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e demais servidores, obtendo relatos valiosos sobre o funcionamento e os desafios enfrentados pelas unidades. Destacou-se a ampla oferta de serviços disponíveis, que incluíam atendimento pré-natal, tratamento de doenças crônicas como hipertensão e diabetes, cuidados paliativos ao pé diabético, tratamentos para doenças infecciosas, distribuição de vacinas, consultas médicas e encaminhamentos a outras especialidades dentro do sistema. Também evidenciou-se o trabalho intenso de busca dos agentes comunitários aos usuários no território, sendo de extrema relevância para o rastreamento de comorbidades presentes na

comunidade atendida. A aprendizagem enriqueceu o conhecimento dos alunos sobre a saúde pública local, ampliando o conhecimento adquirido previamente em sala de aula e destacando a importância da integração entre profissionais e serviços para garantir uma atenção de qualidade à comunidade. Os desafios nas UBS e USF incluem falta de encaminhamentos corretos, recursos limitados, como testagem rápida para doenças infecciosas e glicosímetros, bem como dificuldades na localização de pacientes pelos agentes comunitários, ressaltando a urgência de investimentos e políticas públicas para fortalecer a atenção primária e superar tais obstáculos na saúde coletiva. Assim, depreende-se a importância da atenção primária no sistema de saúde, caracterizando-a como a porta de entrada do usuário ao SUS, bem como sua trajetória que permeia outros níveis de atenção, favorecendo prevenção e diagnóstico precoce. A resolução dos desafios encontrados é essencial para promover a saúde e o bem-estar da população, garantindo um sistema mais eficiente, equitativo e acessível para todos. Ao longo da disciplina ministrada, compreende-se que é na atenção primária que se estabelece o primeiro contato do paciente com o sistema de saúde, sendo crucial o manejo adequado nesse nível de atenção para garantir uma abordagem preventiva, diagnósticos precoces e encaminhamentos adequados, contribuindo assim para a promoção da saúde coletiva e o bem-estar da população.

AÇÕES EXTENSIONISTAS NA EDUCAÇÃO SEXUAL COM ADOLESCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aryane Maria Claudino de Oliveira Rocha, Alais Fernanda Vicente de Lima,
Luiz Artur Ferreira de Albuquerque, Mariana Andreia Lisboa Duarte Delmoní,
Wcleriston Renan Silva de Araújo, Yasmin Barbosa Cardoso, Ana Paula Rebelo Aquino Rodrigues

A sexualidade é um fenômeno complexo e inerente ao ser humano, abrangendo relações afetivas, desejos, sentimentos e expressões sociais. Durante a adolescência, especialmente na puberdade, os vínculos afetivos amorosos e a descoberta do “eu” social ganham intensidade. Contudo, essa fase pode trazer comportamentos sexuais de maior risco devido à imaturidade emocional, cognitiva e etária, além das influências dos grupos sociais. Nesse contexto, a comunicação é uma ferramenta estratégica de promoção da saúde para adolescentes, oferecendo informações que minimizem e previnam riscos associados à sexualidade. Relatar a experiência dos extensionistas do Projeto de Extensão Vigilância e Tecnologias em Saúde (VIGITECS), da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), na difusão de informações sobre saúde sexual para adolescentes em ambiente escolar. O estudo descritivo, do tipo relato de experiência, foi realizado em resposta a uma demanda de profissionais de uma escola situada no bairro do Jacintinho, em Maceió. A ação foi planejada pelos extensionistas do VIGITECS, que produziram materiais educativos baseados em evidências científicas para apresentação e discussão do tema com os adolescentes. A abordagem envolveu uma roda de conversa e uma dinâmica de “verdadeiro ou falso”, com linguagem acessível para facilitar o engajamento e compreensão dos participantes. A atividade gerou significativa interação, com os adolescentes expressando dúvidas, curiosidades e percepções prévias sobre sexualidade. A ação esclareceu conceitos errôneos, destacando a necessidade de acesso a informações seguras e científicas sobre o tema. A escola se mostrou um ambiente essencial para promover debates e construir a moralidade

e o conhecimento dos jovens. A parceria com o VIGITECS proporcionou um momento enriquecedor de educação em saúde, com foco na promoção da saúde e prevenção de doenças, contribuindo para reduzir vulnerabilidades nessa faixa etária. A iniciativa evidenciou a importância de criar espaços para discussões abertas e trocas de experiências, fundamentais para o desenvolvimento de relações saudáveis e conscientes sobre sexualidade na adolescência. Ao desmistificar tabus e abordar a sexualidade de forma educativa e segura, a ação contribuiu para a formação de uma consciência coletiva e para o empoderamento individual dos adolescentes, promovendo escolhas informadas e responsáveis sobre sua saúde sexual.

FISIOTERAPIA COLETIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DOCÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Fabíola Fernandes Bersot Magalhães, Jandesson Mendes Coqueiro

A Fisioterapia é uma profissão que, historicamente, tem sua atuação concentrada nas atenções secundária e terciária, com foco no caráter curativo e reabilitador. No entanto, a evolução do conceito de saúde e a integração de práticas humanistas e transdisciplinares promovem um redirecionamento no campo de atuação do fisioterapeuta, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). A APS oferece um cenário que permite à Fisioterapia transcender o modelo biomédico e fragmentado, ampliando seu escopo para práticas de promoção e educação em saúde e para a integração com determinantes sociais que influenciam a produção de saúde. Relatar a experiência de inserção da Fisioterapia na APS em duas Unidades de Saúde da Família (USF) no município de Vitória (ES), em 2022, com o objetivo de contribuir para o debate sobre o papel do fisioterapeuta na Saúde Coletiva. A experiência foi conduzida como parte de uma preceptorial em Saúde Coletiva, envolvendo docentes, estudantes, equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a comunidade. Inicialmente, foi realizado um diagnóstico das demandas populacionais das áreas adscritas às USF. Com base nos dados coletados, foram organizados grupos de educação em saúde voltados para dor crônica, saúde da mulher, gestantes, idosos e exercícios funcionais. O modelo de atendimento integrava abordagens individuais e coletivas, garantindo que cada usuário fosse acolhido de maneira personalizada e, quando possível, inserido em atividades grupais. Algumas ações ocorreram fora das unidades, em locais como ONGs e escolas, ampliando o alcance das práticas de cuidado e promovendo o rompimento com a lógica isolada e puramente reabilitadora. A experiência demonstrou o potencial transformador da inserção da Fisioterapia na APS, destacando-se pelo fortalecimento de vínculos entre profissionais de saúde, estudantes e a comunidade. Apesar dos desafios relacionados à inserção do fisioterapeuta em práticas colaborativas e ao enfrentamento de um modelo biomédico predominante, a experiência mostrou ser possível ultrapassar os limites da atuação tradicional e promover um cuidado mais abrangente e integrado. A inserção do fisioterapeuta na APS representa um avanço no campo de atuação da profissão, permitindo a desconstrução de práticas restritas à reabilitação e a ampliação do papel do fisioterapeuta na produção de saúde. Para que esse processo se consolide, é necessário refletir continuamente sobre o lugar da Fisioterapia na APS, suas atribuições e seu impacto na Saúde

Coletiva. Experiências como essa reforçam a importância de práticas integradas e coletivas, capazes de transformar o cuidado e fomentar a construção de novos saberes no âmbito da saúde pública.

PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE SEGURANÇA NA INTERNET COM ESCOLARES: UMA ABORDAGEM INOVADORA

Pamella Lamela Fonseca, Viviane Manso Castello Branco, Laura Cucco Felipe, Daniel Gonçalves Bassalo, Bruna Cirne Nunes Machado, Ana Carolina Camilo Coutinho, Bruna Wenkert, Julio Cesar da Mota vilas boas Vieira, Beatriz Ferreira Pires

Este relato descreve uma experiência realizada por alunos do primeiro ano da Faculdade de Medicina Souza Marques, que abordaram de forma criativa os riscos da navegação na internet, incluindo o uso excessivo e o acesso a conteúdos inadequados, tanto em escolas públicas quanto privadas. O objetivo principal foi informar os adolescentes, de maneira simples e compreensível, sobre a complexidade da internet e a importância de se prevenir contra os perigos das interações virtuais, especialmente com desconhecidos. O projeto também ressaltou a relevância de habilidades socioemocionais, como criatividade, trabalho cooperativo e comunicação, essenciais na formação do médico. A atividade foi planejada para jovens de 11 a 13 anos, com foco em criar algo atrativo e educativo. Quatro alunos usaram caixas de papelão para ocultar suas identidades, criando personagens fictícios, cujas características foram apresentadas conforme os interesses da faixa etária. Após essa introdução, os adolescentes foram questionados se teriam relações interpessoais com essas identidades e, ao se interessarem, as caixas foram removidas, revelando as verdadeiras pessoas por trás dos personagens. A quebra de expectativa causou grande impacto, destacando a desconexão entre as aparências virtuais e reais. O sucesso da atividade dependia do trabalho em equipe, evidenciando a importância da cooperação para o desenvolvimento profissional dos futuros médicos. Ao ensinar sobre os perigos digitais de forma interativa, a experiência preparou os alunos para abordar problemas de saúde contemporâneos com criatividade e eficácia, promovendo a saúde física e mental dos jovens. A metodologia estimulou a participação ativa, gerando reflexões sobre a imersão precoce no mundo virtual. Além disso, a colaboração entre os membros do grupo reforçou a importância do trabalho em equipe para alcançar metas comuns na medicina e educação, destacando as habilidades de comunicação e criatividade como fundamentais para enfrentar desafios futuros com resiliência e adaptabilidade.

VISITAS VIRTUAIS E ACOLHIMENTO AO ÓBITO – ESTRATÉGIAS DE HUMANIZAÇÃO E DE INOVAÇÃO EM SAÚDE PÓS-PANDEMIA

Andréia Maria Thurler Fontoura, Fabricia Santos Ferreira

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do serviço de Psicologia do Hospital Antônio Pedro (HUAP), em Niterói (RJ), durante a Pandemia de covid-19, e seus desdobramentos. A pandemia,

que teve início em 2020, trouxe mudanças significativas nas relações sociais e na saúde mental das pessoas, gerando medo e insegurança em um cenário nunca vivenciado. Isso exigiu uma reinvenção das formas de ser e de atuar, tanto no contexto pessoal quanto profissional. No âmbito hospitalar, por exemplo, as visitas aos pacientes internados foram suspensas, e novas formas de acolher os familiares precisaram ser pensadas, com a tecnologia se tornando um recurso essencial no processo de cuidado. O acolhimento ao óbito também precisou ser modificado, já que os tradicionais rituais de despedida não podiam ser realizados da mesma maneira. Este trabalho compartilha a experiência de construção multiprofissional das Visitas Virtuais no CTI e do acolhimento ao óbito, detalhando o contato com os familiares, a organização da equipe para a implementação dessas práticas, as parcerias necessárias e os efeitos para os envolvidos, tanto usuários quanto equipes. Utilizando os pressupostos da Humanização em Saúde, refletimos sobre esse momento da nossa história recente, destacando o princípio da indissociabilidade entre atenção e gestão, uma vez que foi necessário reinventar práticas e gerenciar o trabalho em equipe. A pandemia abriu oportunidades para a construção de novos fluxos assistenciais que perduraram e aprimoraram o cuidado, servindo como analisadores de pontos críticos e desafios em saúde, como comunicação, transição de fluxos processuais, continuidade do cuidado e inclusão dos usuários. A nível nacional, foi promulgada a Lei nº 14.198, de 02/09/2021, que garante a realização de videochamadas entre pacientes internados e seus familiares, o que obrigou os serviços de saúde a se organizarem para isso. No HUAP, um protocolo foi desenvolvido para realizar visitas virtuais para pacientes sem a possibilidade de estar perto de sua rede social. Além disso, o processo de acolhimento ao óbito continua sendo discutido e ampliado junto à gestão e às equipes assistenciais. O projeto “caixa de memórias”, implantado durante a pandemia para auxiliar no luto dos familiares, também está sendo repensado para ser implementado na maternidade e na Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal. Assim, fluxos assistenciais importantes, que envolvem processos de trabalho delicados e complexos, estão sendo reinventados e fortalecidos, ampliando a produção de cuidados para usuários, famílias e profissionais.

NAS TRILHAS DO CUIDADO: APRENDIZADOS COM OS SINAIS QUE VÊM DA RUA

Gilson Gabriel da Silva Firmino, Silvio Yasui

Ao longo da história brasileira, o fenômeno da urbanização tem se mostrado um fator central na construção coletiva da vida humana, moldando nosso processo civilizatório. Nas ruas das cidades, nos deparamos com uma diversidade de experiências e vivências que desafiam nossa compreensão e nos convidam a estabelecer novas formas de olhar e se relacionar. No entanto, a população em situação de rua, que ocupa esses espaços urbanos, é frequentemente invisibilizada, desprovida de direitos e hostilizada em seus modos de existência. Este trabalho, parte de uma pesquisa de doutorado em andamento no município de Campinas (SP), busca analisar a produção de saúde em redes de cuidado fomentadas pelas práticas clínicas do Consultório na Rua. Por meio de casos-guia, o estudo procura evidenciar a multiplicidade de vidas nesses territórios e explorar suas relações com políticas públicas

como o SUS, a Reforma Psiquiátrica e a Atenção Psicossocial. Orientando-se pela questão: “Como captamos os sinais que vêm da rua nas trilhas dos agenciamentos de produção de vida nas paisagens do cuidado?”, adota-se a cartografia como metodologia de pesquisa-intervenção, desdobrada através do conceito de caso-guia nômade e da pedagogia das encruzilhadas. Essa abordagem transgressora tem como missão a construção de narrativas coletivas sobre existências marginalizadas, conectando-as a novos campos de possibilidade e explorando o fenômeno de viver na rua em sua complexidade e vitalidade. A pesquisa, habitada pelo devir-pesquisador, tem revelado processos valiosos de produção e reinvenção de vida, emergentes dos encontros cuidadores e das múltiplas expressões de afetos vividas nos territórios rueiros. Além disso, propicia a abertura de novos caminhos metodológicos, alinhados a uma pesquisa comprometida e implicada com a cocriatividade e a potência do encontro entre corpos. Esse percurso destaca a defesa incondicional da reinvenção da vida como valor supremo, transcendendo compreensões reducionistas e unilaterais.

NEM MEU, NEM SEU, NOSSO! HIPERTENSÃO E DIABETES MELLITUS EM UM MODO DE CUIDADO INTEGRADO NO MUNICÍPIO DA BAHIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gesler Santana Casaes, Simone da Silva Oliveira

A implementação de políticas públicas voltadas para diagnóstico precoce, prevenção primária e cuidados secundários das pessoas com diabetes mellitus (DM) e/ou Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), com a minimização de desfechos indesejáveis, é um desafio que precisa ser enfrentado por todos os níveis de gestão do Sistema Único de Saúde. Para tanto, é imprescindível caracterizar as condições de saúde e seus determinantes, considerando as múltiplas intervenções necessárias, desde um cuidado contínuo até ações pontuais que possam interferir no processo de saúde, em uma rede integralizada. Este estudo tem como objetivo descrever o itinerário de cuidado dos usuários com DM e HAS na Rede de Atenção Secundária à Saúde do município de Alagoinhas/Ba. Trata-se de um relato de experiência da implementação do Programa de Atenção Integral à Pessoa com DM e/ou HAS, que conta com uma equipe multiprofissional, composta por enfermeiro referência técnica, cardiologista, endocrinologista, nutricionista, psicólogo, assistente social, auxiliar administrativo, estagiário de enfermagem, entre outros especialistas da média complexidade. A proposta visa a expansão de uma rede de cuidados complementares em saúde, garantindo um atendimento integral e personalizado, que respeita as desigualdades sociais e econômicas de cada indivíduo, superando a fragmentação e a escassa integração entre os serviços, prevenindo o surgimento de novas comorbidades, hospitalizações e o aumento da mortalidade. A primeira ação da equipe foi traçar o perfil da população, suas necessidades e vulnerabilidades, por meio da escuta ativa em reuniões estratégicas com representantes de associações de DM/HAS, a comunidade e os gestores da Rede de Atenção à Saúde, estabelecendo um fluxo crescente de complexidade. A qualificação profissional foi outra estratégia importante, com a implementação de um plano de educação permanente para os profissionais, abordando promoção, prevenção, diagnóstico

e cuidado, por meio de palestras e cursos oferecidos pelo município e Estado. Também foi utilizado o questionário de Findrisc para estratificação de risco para diabetes entre os familiares dos usuários, a fim de elaborar condutas preventivas. A articulação com a rede de Laboratório Municipal e a Central de Regulação visou maximizar o acesso a exames e consultas, além da implementação de um programa de Atendimento a Feridas Complexas para o acompanhamento de lesões crônicas. A comunicação ativa entre os serviços da RAS, por meio de grupos de trabalho via WhatsApp e fluxos de encaminhamentos para referência e contrarreferência, também foi uma estratégia eficaz. Por fim, foi desenvolvido um instrumento de monitoramento com dados individuais e de tratamento, garantindo o acompanhamento contínuo do itinerário dos usuários na Rede. O Programa tem apresentado resultados sólidos, com a identificação precoce de casos e o estabelecimento de vínculos com as equipes de saúde locais, a implementação de protocolos de cuidados e monitoramento, o que trouxe efetividade no processo de cuidado, fazendo com que problemas antes negligenciados passassem a ter a devida atenção. Conclui-se que o cuidado integrado e personalizado favorece uma articulação responsável e justa, garantindo o letramento em saúde, a dignidade e a autoconfiança dos usuários com DM e HAS, reconhecendo-os como sujeitos de direitos na sociedade.

A EXPERIÊNCIA DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA SOBRE PRIMEIROS SOCORROS

Raíssa Rodrigues Organista, Bianca Campos Oliveira, Marcely Santiago Mesquita, Lucas Andrade Kreischer Bandeira, Silvio Caldas de Moraes, Andréia de Jesus Xarife Ricardo, Rita de Cassia Ribeiro da Silva

Os recursos de comunicação, como cartilhas, folhetos e cartazes, são materiais educativos eficazes para promover melhores resultados em educação em saúde, pois têm o potencial de dinamizar a comunicação e facilitar a compreensão do conteúdo de maneira acessível e envolvente. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de elaboração de uma cartilha educativa sobre primeiros socorros pelos acadêmicos de enfermagem. No primeiro período do curso de Enfermagem da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), a disciplina de Primeiros Socorros tem como objetivo desenvolver o conhecimento sobre técnicas básicas de socorro em emergências domésticas e na via pública, abrangendo o entendimento das técnicas, o manejo e a prevenção de acidentes. Durante a disciplina de Primeiros Socorros da turma noturna, no primeiro semestre de 2024, foi proposto pela docente a criação de cartilhas educativas sobre diversos temas, como intoxicação e envenenamento, ideação suicida e automutilação, afogamento/asfixia, choque elétrico/raio, convulsão e engasgo. O público-alvo foi a comunidade escolar da UNIVERSO, incluindo discentes de outros cursos, profissionais administrativos, de serviços gerais e docentes. A expectativa era que a construção das cartilhas possibilitasse aos alunos uma compreensão mais aprofundada do instrumento e de sua finalidade educativa, além de ampliar o conhecimento do público leigo sobre os casos abordados. A turma foi dividida em 6 grupos de acordo com afinidades pessoais e escolha dos discentes,

sendo sorteados os temas previamente definidos. Foram fornecidas orientações para a elaboração do trabalho, que explicavam o objetivo da cartilha, as normas visuais e referenciais solicitadas. O prazo para pesquisa bibliográfica e criação do instrumento foi de 18 dias para revisão da professora. O grupo sorteado para o tema “afogamento e asfixia” elaborou uma cartilha intitulada “Prevenção e Primeiros Socorros em Casos de Afogamento e Asfixia”, composta por duas páginas coloridas e ilustradas, abordando tópicos como a prevenção de afogamentos, primeiros socorros em caso de afogamento, prevenção da asfixia, primeiros socorros em caso de asfixia, além de observações sobre a melhor forma de prevenção e números telefônicos emergenciais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e do Corpo de Bombeiros. O trabalho foi enviado por e-mail à professora, sendo liberado no dia seguinte para impressão. Foram impressas 30 cartilhas, que foram distribuídas pela docente no início do horário letivo, com explicações sobre o conteúdo à comunidade acadêmica. A construção de cartilhas educativas é uma ferramenta poderosa para compartilhar informações com o público em geral, funcionando como um recurso didático prático de fácil manuseio, que facilita o diálogo dos acadêmicos com a comunidade escolar. Destaca-se que, para criar a cartilha, os discentes precisaram se aprofundar nas literaturas atuais sobre o tema e organizá-la de forma a dialogar com o público-alvo, o que reforçou o conteúdo da aula e proporcionou um primeiro contato com a autoria de recursos instrucionais e didáticos.

A REPRESENTATIVIDADE DAS OFICINAS DE PLANIFICAÇÃO NA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EQUIPE PET-SAÚDE 2022–2023

Sara Evelin Penha Gonçalves Soares, Anna Flávia Piccin Henriques de Souza, Mariana Zamprogno Zottele, Adjane da Silva Vasconcelos, Francine Alves Gratival Raposo

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) é um projeto financiado pelo Ministério da Saúde e coordenado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) em nível federal, com a coordenação da Escola Técnica de Saúde (ETSUS) no nível municipal. O programa tem como cenários de práticas as áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) de Vitória, nas Gerências de Atenção à Saúde e Vigilância em Saúde. O objetivo principal do PET-Saúde é proporcionar aos estudantes uma vivência prática em ações estratégicas de educação no trabalho, gestão e assistência, com foco na atenção à saúde de pessoas com Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e diabetes mellitus (DM) na Atenção Primária à Saúde (APS). Dentro desse contexto, as estudantes do grupo da gestão participaram dos encontros da Oficina de Planificação – Rede Vix. O objetivo deste trabalho é relatar a importância dessas oficinas para a construção da Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que diz respeito à coordenação do cuidado em saúde. As alunas do programa PET participaram de quatro encontros da Oficina de Planificação – Rede Vix, com duração

de quatro horas cada. Esses encontros foram conduzidos por tutores e tiveram como público-alvo todos os trabalhadores do serviço de saúde, sendo cada semana destinada a uma unidade de saúde específica da região de Vitória (ES). O objetivo das oficinas foi sensibilizar e mobilizar as equipes de saúde para a importância das mudanças nos processos de trabalho, que seriam implementadas por meio da Rede Vix Saúde, focando na melhoria da qualidade do atendimento na Atenção Primária à Saúde. Durante as oficinas, as alunas puderam vivenciar a importância da reorganização dos processos de trabalho nos serviços de saúde, especialmente para aumentar a resolutividade da Atenção Básica. Também destacaram a relevância da qualificação da programação do cuidado, o fortalecimento dos espaços coletivos nos serviços de saúde e a motivação das equipes para uma atuação mais colaborativa e integrada. O programa também contribuiu para a melhoria dos indicadores do Programa Previne Brasil, que visa a ampliação do acesso e da qualidade da atenção básica à saúde. A vivência nas oficinas foi fundamental para que as alunas compreendessem a importância do trabalho em equipe multidisciplinar. A troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais fortaleceu a atuação da equipe de saúde e reestruturou o atendimento na Atenção Básica, com o objetivo de oferecer um cuidado mais integral e holístico aos usuários. A abordagem multidisciplinar e o envolvimento das equipes possibilitaram que o atendimento fosse mais eficaz, considerando as demandas e as realidades dos pacientes e melhorando a qualidade dos serviços prestados.

AUMENTO DOS CASOS DE ISTs ENTRE A POPULAÇÃO JOVEM: O QUE PRECISA SER FEITO?

Rafaela Garcia Fernandes, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Carolina Simonetti Zorzi,
Cristiane Gabim Brizola, Igor de Oliveira, Isadora Raquel Medeiros de Araújo,
Juliana Vila Real de Quadros, Júlia Gabriel Silva, Kaiane Fernandes Martins

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual sem o uso de preservativo com uma pessoa infectada. Entre os jovens, destacam-se as ISTs como sífilis, herpes genital, gonorreia, HPV, HIV/aids, clamídia, tricomoníase, além da hepatite B e C, que podem evoluir para complicações graves. Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento alarmante na incidência dessas infecções nesse grupo demográfico. De acordo com pesquisas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no Brasil, tem-se registrado um aumento considerável de casos entre jovens de 15 a 29 anos, o que tem desafiado os sistemas de saúde e se tornado um grave problema de saúde pública. Portanto, são necessárias medidas preventivas para reduzir os casos de ISTs entre essa população e promover qualidade de vida. O aumento dos casos de ISTs pode ser influenciado por vários fatores, como a falta de educação sexual adequada, resultando em desconhecimento sobre a prevenção e práticas sexuais seguras; o acesso limitado a serviços de saúde sexual, devido a barreiras como custo e estigma; e o comportamento sexual de risco, como o uso inconsistente de preservativos, múltiplos parceiros sexuais e consumo de álcool e drogas, que aumentam o risco de contrair ISTs. Para enfrentar esse problema, são essenciais estratégias de intervenção, como a implementação de programas educacionais abrangentes, com informações sobre prevenção, consentimento, contracepção e aconselhamento; o acesso facilitado a serviços de saúde sexual, incluindo testes gratuitos de ISTs, contracepção e orientação; o engajamento

comunitário, envolvendo líderes, escolas, pais e jovens na promoção de comportamentos sexuais saudáveis e na redução do estigma; e a criação de campanhas de mídia e redes sociais voltadas aos jovens, destacando a importância da prevenção de ISTs e incentivando a busca por serviços de saúde. Diante dos desafios no aumento dos casos de ISTs entre os jovens, é fundamental adotar medidas preventivas eficazes e um compromisso coletivo com a saúde dessa população. Além disso, é necessária uma ação multiprofissional que combine educação, acesso a serviços de saúde, redução do estigma e engajamento comunitário.

AS AÇÕES DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO FRENTE AO ATENDIMENTO À MULHER EM TENTATIVA DE AUTOEXTERMÍNIO

Kyoma Felix de Miranda, Andressa Aparecida Lima Campos, Gigliola Rainha Gomes

Atualmente, o suicídio é uma das três principais causas de morte no cenário mundial, configurando-se como um grave problema de saúde pública global. Indivíduos com comportamento suicida frequentemente enfrentam sequelas duradouras, devido às tentativas frustradas contra si mesmos. No Brasil, o número de mulheres que tentam o autoextermínio tem aumentado, e esse fenômeno está relacionado a diversos fatores. Nas unidades de urgência e emergência, os profissionais de enfermagem desempenham um papel fundamental no atendimento a essas mulheres, especialmente no acolhimento inicial. Diante disso, surge a questão: como é o acolhimento do enfermeiro frente à mulher que tentou o autoextermínio? O objetivo deste estudo é identificar e descrever as principais ações do enfermeiro no atendimento à mulher em tentativa de autoextermínio. Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO, com artigos publicados entre 2015 e 2024, em português, utilizando descritores relacionados a enfermagem, suicídio e mulher. Foram encontrados 53 artigos, dos quais 12 foram selecionados por atenderem ao tema proposto, enquanto os demais foram descartados por não se enquadrarem no escopo da pesquisa. As principais causas de tentativa de autoextermínio em mulheres estão relacionadas à depressão, término de relacionamentos conjugais, perdas familiares, abortamento, entre outras questões psicológicas, biológicas, culturais e sociais. O enfermeiro tem um papel essencial no atendimento às mulheres que tentam contra a própria vida, podendo atuar em todos os níveis de atenção à saúde. As principais ações de enfermagem no atendimento incluem o acolhimento, a escuta qualificada, a notificação de violência autoprovocada, a articulação com a equipe multiprofissional para a abordagem adequada e, nos casos mais graves, o cuidado imediato com estabilização e monitorização para prevenir complicações. O estudo revela que as principais ações do enfermeiro frente à mulher em tentativa de autoextermínio envolvem o desenvolvimento de estratégias de prevenção, identificação e intervenção, além da promoção do fortalecimento da rede integrada e multiprofissional, garantindo um atendimento humanizado. Ressalta-se, ainda, que o suicídio é um problema de saúde pública de ampla complexidade e relevância, que exige mais atenção para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e políticas públicas voltadas para a promoção da saúde mental e do bem-estar.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NO ÓBITO E PÓS-ÓBITO: RELATO DE UMA ESTUDANTE

Thalia Nepomuceno Santos Santiago, Fernanda Santana Dourado, Dalton dos Santos Amor Divino

Os cuidados de enfermagem englobam ações e procedimentos realizados pelos enfermeiros com os usuários da unidade de saúde, independentemente do nível de atenção à saúde. Para que o cuidado seja eficaz, é necessário adotar uma abordagem integral, que considere o bem-estar físico e mental do paciente. O enfermeiro é responsável por coordenar, planejar, executar e avaliar a assistência de enfermagem, visando à promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde de indivíduos, famílias e comunidades. A assistência de enfermagem também envolve o cuidado em situações de óbito, um tema frequentemente tratado de forma discreta na graduação e na literatura científica, mas essencial para que o profissional esteja apto a oferecer um cuidado integral. Idealmente, quando identificada a proximidade da fase final da vida, o paciente deve ser mantido em um ambiente calmo, com pouco trânsito de pessoas e intervenções mínimas, a fim de garantir seu conforto. A família deve ser orientada sobre o processo de fim de vida, para que possa permanecer próxima, com visitas de entes queridos sendo negociadas. Após o atestado de óbito, o paciente é mantido em uma posição digna, em um ambiente tranquilo, permitindo uma última visita aos familiares. Após esse momento, o corpo é limpo e organizado, posicionado para o sepultamento, com as identificações necessárias. O objetivo deste relato é apresentar os cuidados de enfermagem no óbito e pós-óbito durante o estágio na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), no componente curricular “Cuidados de Enfermagem à Pessoa em Situação de Urgência e Emergência” (Enfermagem – UFBA). A metodologia utilizada foi o relato das experiências e aprendizados adquiridos durante o estágio prático no HUPES, com registros feitos por meio de diário de estágio. Durante o período no turno da manhã, a paciente ECR foi internada após uma parada cardiorrespiratória, necessitando de drogas vasoativas e ventilação mecânica invasiva para estabilizar os sinais vitais. No mesmo dia, a paciente teve uma piora do quadro e, após o atestado de óbito, foram retirados os dispositivos instalados, realizados curativos, limpeza das secreções por aspiração das vias aéreas e cavidade oral, e inseridos algodões nas cavidades e amarrados os pés e mãos para melhorar a posição devido à rigidez cadavérica. O corpo foi identificado com o nome da paciente e o horário do óbito, coberto com pano branco e deixado aos cuidados da equipe de enfermagem até a chegada do transporte para a transferência. A experiência foi significativa, pois proporcionou reflexões sobre a importância dos campos práticos de estágio na formação acadêmica, especialmente em uma área pouco abordada, mas essencial na prática hospitalar, demonstrando a importância da capacitação nesta temática.

POSSIBILIDADES E FRAGILIDADES DO ACESSO DE PESSOAS COM TUBERCULOSE AOS BENEFÍCIOS DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Erlon Gabriel Rego de Andrade, Ivaneide Leal Ataíde Rodrigues, Hildegard Soares Barrozo de Lima, Alexandre Aguiar Pereira, Laura Maria Vidal Nogueira, Maria Catarina Salvador da Motta, Maria Helena do Nascimento Souza, Regina Célia Gollner Zeitoune, Ethel Leonor Noia Maciel

A tuberculose é uma doença infectocontagiosa crônica fortemente associada a vulnerabilidades sociais, como baixa escolaridade, baixa renda e condições inadequadas de moradia, que impactam negativamente na continuidade do tratamento e na redução dos índices de cura. No Brasil, os profissionais da Atenção Primária à Saúde desempenham um papel essencial no controle da doença, facilitando o acesso dos pacientes a programas governamentais de apoio, como o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família e a Tarifa Social de Energia Elétrica. Esses programas oferecem suporte socioeconômico para enfrentar as dificuldades decorrentes do adoecimento. No entanto, existem obstáculos que dificultam o acesso efetivo a esses benefícios, o que pode impedir que os pacientes sejam adequadamente contemplados. O objetivo deste estudo foi analisar as percepções dos profissionais da Atenção Primária à Saúde sobre as oportunidades e fragilidades no acesso de pessoas com tuberculose aos benefícios dos programas governamentais. Trata-se de um estudo qualitativo multicêntrico, realizado com 58 profissionais de Unidades de Saúde da Família em quatro capitais brasileiras: Belém (PA), Campo Grande (MS), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ), entre julho de 2019 e fevereiro de 2020. Os dados foram coletados por meio de entrevistas audiogravadas, com um roteiro semiestruturado, que incluía perguntas objetivas sobre o perfil dos participantes e subjetivas sobre o tema de estudo. Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva, enquanto os dados qualitativos foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo temática, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa. A maioria dos participantes era do sexo feminino (77,59%), com idades entre 25 e 40 anos (56,90%) e com menos de cinco anos de experiência no atendimento a pessoas com tuberculose (55,17%). As categorias temáticas emergentes da análise indicam que, enquanto os profissionais reconhecem que os benefícios dos programas governamentais são destinados a todos os grupos vulneráveis, incluindo as pessoas com tuberculose, também identificaram fragilidades que dificultam o acesso a esses benefícios. Essas fragilidades incluem fatores burocráticos e políticos, além de longos períodos de espera para que os usuários sejam atendidos. Em consideração final, o estudo destaca a importância de qualificar o acesso das pessoas com tuberculose aos benefícios governamentais, visando reduzir o abandono do tratamento, melhorar a qualidade de vida dos pacientes e contribuir para a cura. Tais ações são fundamentais para potencializar o controle da tuberculose no Brasil e no mundo, enfrentando este problema de saúde pública de forma mais eficaz.

REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS DO ADOECIMENTO POR TUBERCULOSE PULMONAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Erlon Gabriel Rego de Andrade, Ivaneide Leal Ataíde Rodrigues, Maria Catarina Salvador da Motta, Maria Helena do Nascimento Souza, Regina Célia Gollner Zeitoune, Ana Paula Rezendes de Oliveira, Alexandre Aguiar Pereira, Laura Maria Vidal Nogueira, Ethel Leonor Noia Maciel

A tuberculose, causada pelo bacilo *Mycobacterium tuberculosis*, pode se manifestar de duas formas clínicas: a pulmonar, que afeta principalmente os pulmões, e a extrapulmonar, que acomete outros órgãos do corpo. A doença se perpetua especialmente em países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil, afetando principalmente grupos em situação de vulnerabilidade. A Atenção Primária à Saúde desempenha um papel crucial no atendimento às necessidades biopsicossociais dos pacientes, sendo essencial para o manejo das repercussões da doença. As consequências do adoecimento exigem ajustamentos tanto do paciente quanto de suas redes sociais, com destaque para as repercussões socioeconômicas, que incluem o uso de recursos próprios para custear despesas relacionadas ao tratamento e o afastamento das atividades cotidianas. Este estudo teve como objetivo analisar as concepções de pessoas com tuberculose pulmonar sobre as repercussões socioeconômicas do adoecimento. Trata-se de um estudo multicêntrico de abordagem qualitativa, realizado em duas Unidades Básicas de Saúde de Belém, Pará, e em quatro de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com 41 participantes em tratamento para tuberculose pulmonar. Os dados foram coletados entre julho e dezembro de 2019, por meio de entrevistas individuais utilizando um roteiro semiestruturado. As informações sociodemográficas foram analisadas descritivamente, enquanto os dados subjetivos foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo temática, que envolveu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa. A maioria dos participantes era do sexo masculino (56,1%), com idade entre 21 e 40 anos (39,0%), com ensino fundamental incompleto (36,6%), desempregados (68,3%) e sem receber benefícios governamentais (56,1%). A análise dos dados revelou duas categorias temáticas: na primeira, os participantes relataram que as dificuldades operacionais das unidades de saúde e a falta de benefícios governamentais os forçaram a utilizar recursos próprios para custear exames, medicamentos, alimentos e transporte. Na segunda, a doença impactou diretamente suas atividades ocupacionais, reduzindo o tempo dedicado ao trabalho ou até mesmo resultando na perda do emprego. Em consideração final, apesar dos avanços técnicos e da previsão de benefícios para pacientes com tuberculose, o estudo evidencia que as repercussões socioeconômicas ainda são um desafio significativo. Isso reforça o caráter socialmente determinado da doença e aponta para a necessidade de investimentos intersetoriais para superar a tuberculose como um problema de saúde pública.

A SAÚDE DIGITAL NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA DA ENSP/RJ: UMA ANÁLISE DA SUA APLICABILIDADE

Alessandra Pimentel Barbosa Pinto de Mattos, Márcia Maria Pereira, Emilene dos Santos Guimarães, Igor Azeredo Cruz, Letícia Vieira, Karine Detes, Mirna Barros Teixeira, Patricia Pássaro da Silva Toledo, Lídia da Silva Pereira de Oliveira

A Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-Rio) e o Ministério da Saúde (MS), implantou o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PRMSF) em 2005, com base nos princípios da Educação Permanente em Saúde. Esse modelo destaca que a aprendizagem acontece no trabalho, integrando o processo de ensino e aprendizagem ao cotidiano das organizações e serviços. Com o início da Pandemia de covid-19, o programa precisou se adaptar à modalidade híbrida, incorporando plataformas digitais para garantir a continuidade dos serviços. Com a pandemia, foi necessário inserir aplicativos digitais para otimizar os serviços relacionados ao programa. Os encontros entre tutores, preceptores e residentes passaram a ser realizados de forma síncrona, por meio de videoconferências. As atividades teóricas foram integradas ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, o que facilitou a realização de sessões educacionais remotamente e também desburocratizou processos burocráticos, como a emissão de documentos oficiais, evitando duplicação e agilizando procedimentos. A implementação de aplicativos digitais contribuiu significativamente para a continuidade dos serviços do Programa de Residência durante a pandemia. Facilitou a otimização do tempo dos residentes, tutores e preceptores, permitindo a realização de atividades educacionais à distância, além de reduzir a necessidade de deslocamentos. Essa mudança também possibilitou o armazenamento na nuvem, o que permitiu o acompanhamento detalhado e eficiente da trajetória acadêmica dos residentes ao longo do programa. Após o período crítico da pandemia, o PRMSF manteve o uso dessas plataformas digitais, pois elas beneficiaram os residentes ao ampliar o acesso a metodologias ativas por meio do Moodle. Isso favoreceu o desenvolvimento de habilidades criativas e reflexivas nos residentes, ao mesmo tempo em que otimizou a gestão das informações acadêmicas e práticas. O uso de tecnologias digitais da informação e comunicação no processo educativo contribuiu significativamente para a formação de profissionais de saúde capacitados para enfrentar os desafios do sistema de saúde contemporâneo, promovendo melhorias nos processos de trabalho e a qualidade da educação em saúde.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA IMPLEMENTAÇÃO INTERPROFISSIONAL DE UM PROTOCOLO DE SEPSE EM UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Matheus Oliveira Sousa, Aryândelly Gomes de Andrade, Raquel Angélica da Hora, Lucas Emanuel dos Santos, Luiz Fernando Silva Cardoso, Izabelle Caires Moreira dos Santos, Keite Cristina de Souza Arcanjo, Márcia Regina de Oliveira Pedroso, Maria Lidiany Tributino de Sousa

O presente trabalho descreve a experiência de uma equipe multidisciplinar de discentes dos cursos de Ciências Biológicas, Farmácia, Medicina e Nutrição, que participaram do Programa de

Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde) Gestão e Assistência. Esses estudantes atuaram na implementação de um protocolo gerenciado de Sepses na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Clarice Borges, localizada em Barreiras, Bahia. O objetivo foi sistematizar as práticas de cuidado da sepsis e melhorar o atendimento dessa condição potencialmente fatal, frequentemente observada na unidade. Durante o processo de implementação, os estudantes auxiliaram nas quatro fases do Protocolo de Manejo da Sepsis, observando e participando das rotinas de atendimento aos pacientes com suspeita de sepsis. Eles também promoveram a interação entre os profissionais das diferentes áreas de atuação, aproveitando as competências específicas de cada profissão envolvida. Além disso, foram realizadas oficinas multiprofissionais de diálogo, visando a ampliação do conhecimento sobre como reconhecer e manejar a sepsis, com base nos casos vivenciados diretamente na unidade. Como resultados dessa intervenção, diversas ações foram desenvolvidas, incluindo a criação de uma ficha de triagem específica para a identificação precoce dos casos de sepsis, elaborada com a contribuição da equipe, considerando as necessidades locais. Também foram produzidos materiais informativos, como vídeos e impressos, tanto para os profissionais da UPA quanto para a equipe do Programa Melhor em Casa do município, com orientações para os cuidadores de pacientes domiciliares sobre medidas preventivas de infecções. Esse material foi uma resposta à alta incidência de sepsis nesse perfil de paciente. Além disso, foi realizada uma oficina de intercâmbio de experiências entre as equipes da UPA e do Programa Melhor em Casa, o que resultou no lançamento de uma cartilha de cuidados para pacientes domiciliados. A participação dos discentes nesse processo foi fundamental para as ações de Educação Permanente em Saúde, pois permitiu uma aplicação mais horizontalizada e colaborativa do protocolo, considerando os aspectos específicos e as necessidades locais. A experiência demonstrou que, ao integrar os conhecimentos e as experiências de diferentes áreas e profissionais, é possível promover soluções mais eficazes e contextualizadas para o enfrentamento dos desafios relacionados à sepsis, além de incentivar a autonomia e a proatividade na gestão dos casos e na criação de soluções adaptadas à realidade da UPA.

PERFIL EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DE ENFERMEIROS DE SAÚDE INTEGRATIVA DA REGIÃO CENTRO – OESTE DO BRASIL

Calíope Pilger, Quelen Tanize Alves da Silva, Dilmar Xavier da Paixão, Fabiana Gonring Xavier, Marcela Moreira da Silva, Débora Rodrigues da Silva, Diéssica Roggia Piexak, Daniela Dallegrave

Este estudo analisou o perfil educacional e profissional dos enfermeiros que atuam com Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) na Região Centro-Oeste do Brasil. O trabalho foi realizado como parte de uma pesquisa maior, o “Estudo Brasileiro: Inquérito Nacional Sobre o Perfil Educacional e Profissional de Enfermeiros(as) de Saúde Integrativa e Práticas Tradicionais – ENFPICS”, com a participação de 53 enfermeiros da região. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário virtual, utilizando a plataforma LimeSurvey da Universidade Federal do Rio Grande

do Sul (UFRGS), composto por 52 perguntas, e foi analisada com estatística descritiva e inferencial. Os resultados revelaram que a maioria dos enfermeiros participantes era do sexo feminino (84,9%), com predominância de adultos (73,6%), e 66% se identificaram com religiões cristãs. Em relação à formação, 56,6% possuíam especialização ou residência, e 84,9% tinham alguma formação em PICS, com destaque para a auriculoterapia (77,8%), acupuntura (48,9%) e Reiki (44,4%). A maioria (48,9%) se capacita de 1 a 3 vezes ao ano, e 33,3% gastam de R\$ 1.000,01 a R\$ 3.000,00 anualmente em cursos sobre PICS. A pesquisa também mostrou que 67,9% dos enfermeiros realizam alguma atividade de PICS no local de trabalho, sendo que a maior parte atua na Atenção Básica (28,3%), seguida de clínicas privadas e atendimentos itinerantes. Além disso, a busca por PICS foi significativamente maior entre enfermeiros aposentados/pensionistas, assalariados sem carteira assinada e prestadores de serviços. Conclui-se que os enfermeiros da Região Centro-Oeste que trabalham com PICS são predominantemente mulheres, com especialização e/ou residência, e atuam principalmente na Atenção Básica de Saúde. O estudo destaca a necessidade de divulgar as PICS durante a formação acadêmica e incentivar os gestores de saúde a realizar concursos para contratar profissionais especializados nas práticas integrativas, tanto nos serviços públicos quanto privados.

PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DA REGIÃO CENTRO – OESTE DO BRASIL SOBRE OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Caliope Pilger, Déborah Rodrigues da Silva, Marcela Moreira da Silva,
Quelen Tanize Alves da Silva, Daniela Dallegrave

Este estudo analisou a percepção de enfermeiros da região Centro-Oeste do Brasil sobre os desafios para a inserção das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) nos serviços de saúde. Parte da pesquisa “Estudo Brasileiro: Inquérito Nacional Sobre o Perfil Educacional e Profissional de Enfermeiros(as) de Saúde Integrativa e Práticas Tradicionais – ENFPICS”, a pesquisa envolveu 53 enfermeiros, dos quais 15 participaram da etapa qualitativa, com entrevistas realizadas online. A análise dos dados, feita por meio da análise temática de Bardin, revelou três categorias principais: a primeira, ausência de remuneração e inserção formal nos serviços de saúde, evidenciou que, embora muitos enfermeiros utilizem as PICS, elas não estão sistematizadas na rotina de trabalho, dificultando sua implementação plena. A segunda categoria, falta de abertura da gestão e de outras categorias profissionais, mostrou a resistência tanto das gestões de saúde quanto de profissionais de outras áreas, como médicos, em aceitar e integrar as PICS, como no caso da acupuntura, que ainda é vista como uma prática exclusiva dos médicos. A terceira, paradigma biomédico e ausência de adesão da comunidade, destacou a prevalência do modelo biomédico, que foca no tratamento de doenças, em detrimento de uma visão integral da saúde, além da resistência da população, que ainda busca os serviços principalmente para tratar doenças, dificultando a adoção das PICS. Em suas considerações

finais, o estudo apontou que os principais obstáculos para a inserção das PICS nos serviços de saúde são a predominância do modelo biomédico, a falta de reconhecimento e remuneração dessas práticas, e a resistência da gestão e de outros profissionais. Diante disso, é fundamental promover discussões sobre as PICS nas universidades, serviços de saúde e na sociedade, com o objetivo de ampliar a adesão a essas práticas e proporcionar um cuidado integral à saúde.

UM OLHAR ATENTO A ERGONOMIA E SAÚDE DE TRABALHADORES DE UMA CLÍNICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rayssa Carvalho Mendonça, Anny Karoline Santos de Andrade, Maraiza Alves de Oliveira

A Prática de Inserção da Fisioterapia na Comunidade (PIFISIO), uma disciplina do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) de Lagarto, utiliza como principal metodologia o Arco de Maguerez, composto por cinco etapas que vão desde a observação da realidade até a aplicação prática. Nessa abordagem, os discentes são inseridos em atividades de campo para vivenciar os desafios do Sistema Único de Saúde (SUS), compreender a organização local e identificar as necessidades de saúde da comunidade. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência discente em uma Clínica de Saúde da Família (CSF), onde os alunos aplicaram o Arco de Maguerez para planejar e realizar uma ação. Primeiramente, para identificar agravos relacionados ao trabalho, os discentes inspecionaram o local de trabalho dos profissionais da CSF, registrando fotos, vídeos e coletando queixas dos mesmos. A partir disso, foi identificado o uso inadequado do mobiliário, a má postura e a ausência de pausas como fatores que contribuem para dores musculoesqueléticas. Com base nessa análise, os discentes desenvolveram uma ação voltada para a saúde dos trabalhadores, focando na educação em saúde, com orientações sobre adaptação e uso adequado do mobiliário. A ação foi dividida entre trabalhadores que se mantinham em posições estáticas e dinâmicas. As orientações incluíram o uso adequado do encosto da cadeira, o nivelamento correto do monitor, o uso do teclado com apoio para punho, com o objetivo de prevenir Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Além disso, foi enfatizada a importância das pausas e da prática de cinesioterapia laboral antes, durante e após o expediente. Os acadêmicos ensinaram técnicas de autoalongamento e automassagem. Durante a ação, os profissionais relataram que, ao incorporar as orientações ao seu cotidiano, perceberam a necessidade e a importância dessas práticas. Conclui-se que a PIFISIO, além de promover a integração curricular e a aplicação prática do conhecimento, permite que os alunos realizem intervenções educativas e preventivas que contribuem significativamente para a saúde da comunidade e o bem-estar dos trabalhadores.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA DESTINADA A TRABALHADORES DE UMA CLÍNICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Anny Karoline Santos de Andrade, Rayssa Carvalho Mendonça, Maraiza Alves de Oliveira

A Prática de Inserção da Fisioterapia na Comunidade (PIFISIO) é uma disciplina do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) de Lagarto, que visa a integração ensino-serviço por meio de ações direcionadas à população local, seja através de visitas domiciliares ou acompanhamento aos trabalhadores da atenção básica. Durante o ciclo, os discentes são vinculados a uma Clínica de Saúde da Família (CSF), onde desenvolvem atividades alinhadas às necessidades observadas na comunidade e aos temas discutidos em sala de aula. O presente relato descreve a experiência vivenciada em uma Clínica de Saúde da Família de Lagarto. Para conhecer a realidade da clínica, os discentes realizaram uma coleta de dados no ambiente de trabalho dos profissionais de saúde. Durante a coleta, os trabalhadores relataram que consideravam o ambiente de trabalho estressante e cansativo, o que dificultava a interação entre os colegas. Com o intuito de melhorar a qualidade de vida no trabalho, os discentes planejaram uma ação para proporcionar um momento de relaxamento aos profissionais. Sob supervisão docente, os acadêmicos utilizaram os conhecimentos adquiridos para oferecer cuidados como sessões de quebra-gelo, automassagem, autoalongamento e massagem relaxante, promovendo momentos de interação entre os participantes por meio de um circuito de rodadas. Durante a dinâmica, os profissionais se apresentaram e deixaram mensagens motivacionais para os colegas. Como resultado, observou-se grande adesão às dinâmicas propostas e uma notável melhoria na relação interpessoal. Os funcionários agradeceram pelo momento proporcionado, destacando o valor do relaxamento e das técnicas que poderiam ser aplicadas por eles mesmos. Em ações subsequentes, relataram ter colocado em prática as técnicas aprendidas, melhorando condições dolorosas e o ambiente de trabalho, além de expressarem interesse em novas ocasiões semelhantes. Com essa ação voltada para os trabalhadores, percebe-se que cuidar da saúde dos colaboradores contribui para a qualidade do serviço prestado à comunidade. Assim, por meio da PIFISIO, os alunos têm a oportunidade de vivenciar a atenção básica e desenvolver habilidades para aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos durante a graduação.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: IMPACTOS DAS AÇÕES PARA AS EQUIPES DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA

Wellen Góbi Botacin, Larissa Hitomi Morigaki, Marly Marques da Cruz,
Meyrielle Belotti, Lorena Ferreira, Carolina Dutra Degli Esposti

As ações de Educação Permanente em Saúde têm um impacto positivo na formação profissional e na prática nos serviços, proporcionando um cuidado cada vez mais qualificado. Essa ferramenta robusta contribui para a modificação das práticas de saúde ao promover a reflexão sobre a própria

atuação profissional, incentivar a busca por novos conhecimentos, criar espaços de troca de saberes e viabilizar novos modos de atuar na assistência e gestão. A Equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária, composta por profissionais de diversas categorias, foi criada com o propósito de apoiar o cuidado na Atenção Primária à Saúde, abordando demandas não solucionadas, ampliando seu escopo de trabalho e colaborando para a efetivação da rede de serviços, além de promover a Educação Permanente em Saúde. Com isso, o objetivo desta pesquisa foi verificar os impactos das ações de Educação Permanente em Saúde na prática cotidiana sob a perspectiva dos profissionais dessa equipe. A pesquisa, de abordagem quantitativa, foi realizada por meio de um questionário autoaplicado, com coleta de dados entre novembro de 2019 e março de 2020 de forma presencial e entre agosto de 2020 e janeiro de 2021 de forma remota, com os profissionais da Equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária do município de Vitória, Espírito Santo. Foram incluídos profissionais com pelo menos dois anos de atuação no serviço e excluídos aqueles em licença ou férias no período da pesquisa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. Participaram 48 dos 60 integrantes da equipe, representando as categorias de Assistente Social (14), Farmacêutico (12), Psicólogo (8), Educador Físico (8) e Fonoaudiólogo (6). Os resultados indicaram que 45 (93,8%) profissionais consideraram que as ações de Educação Permanente em Saúde os capacitam para atuar na Atenção Primária à Saúde, e 46 (95,8%) afirmaram que essas ações contribuem para a resolução das demandas do serviço. Dentre as formas de resolução dessas demandas, 40 (83,3%) relataram que as ações modificam os processos de trabalho, impactando positivamente na qualidade dos serviços prestados, 37 (77,1%) apontaram que auxiliam na gestão dos serviços conforme os princípios do Sistema Único de Saúde, e 31 (64,6%) disseram que ajudam a identificar as necessidades locais da população. Dessa forma, as ações de Educação Permanente em Saúde demonstraram ter impactos positivos na prática cotidiana dos profissionais, sendo práticas transformadoras que qualificam a atuação técnica, social e política, fortalecendo o cuidado e aprimorando a resolutividade dos serviços.

DESAFIOS RELACIONADOS A UTILIZAÇÃO DO TELESSAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Wellen Góbi Botacin, Gustavo Silveira Antunes, Flávia Faria Rodolfo, Samyla Faria de Aguiar

A pandemia de Coronavírus Disease 2019 (covid-19) trouxe profundas transformações em diversas áreas da sociedade, incluindo a saúde. As medidas de isolamento social reduziram as buscas por serviços de saúde presenciais, devido ao receio de transmissão do vírus, que gerava grande preocupação pela quantidade de casos e mortes. Nesse cenário, uma alternativa foi o Telessaúde, uma tecnologia que possibilita o atendimento de usuários através de canais de telecomunicação, sem a necessidade de presença física, permitindo discussões e compartilhamento de informações. Isso fez com que o Telessaúde ganhasse destaque e fosse amplamente adotado pela população. Contudo, sua utilização

ainda não é plenamente difundida e enfrenta vários desafios. O objetivo deste estudo foi apresentar as barreiras associadas ao uso do Telessaúde durante a Pandemia de covid-19. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com buscas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online, Medline via PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde e Google Acadêmico, utilizando os descritores “covid-19”, “telessaúde”, “telemedicina” e “pessoal de saúde” combinados pelo operador booleano AND. As buscas ocorreram entre novembro e dezembro de 2022, abrangendo publicações de 2020 a 2022, para incluir trabalhos relacionados à pandemia que teve início em 2019. Foram selecionados artigos publicados em português, inglês e espanhol, excluindo-se aqueles não encontrados na íntegra, resumos de eventos, teses, dissertações e artigos não focados no tema. Inicialmente foram encontradas 449 publicações, das quais 12 atenderam aos critérios de inclusão. Observou-se que, embora o Telessaúde já existisse antes da pandemia, seu uso aumentou durante esse período devido à sua praticidade e segurança, permitindo que os usuários realizassem consultas de suas casas, o que protegeu tanto os profissionais quanto os pacientes, além de ampliar a cobertura em regiões de difícil acesso e economizar tempo. No entanto, a utilização dessa tecnologia ainda apresenta desafios, como o despreparo de profissionais e usuários para seu uso, a dificuldade da população mais idosa em utilizá-la e problemas relacionados à infraestrutura e à internet, já que nem todos têm acesso a equipamentos e conexões de qualidade. Além disso, aspectos importantes do atendimento médico, como a criação de vínculo, acolhimento e a necessidade de avaliação física, são prejudicados pela interação online. Apesar desses desafios, o Telessaúde apresentou bons resultados e se mostrou uma alternativa eficaz durante a pandemia, sendo utilizado até o presente momento. No entanto, são necessárias melhorias, como a capacitação de profissionais, o aprimoramento da infraestrutura e a manutenção de uma relação médico-usuário mais eficaz, com ênfase na criação de um ambiente acolhedor e de escuta qualificada.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E O TRANSTORNO DO ESPETRO AUTISTA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda Dávilla Tintino de Sousa, Wêdilane Fernandes Maia, Tainá da Rocha Mendes,
Giovana Oliveira Cruz, Vitória Lourenço Ferreira, Rafaela Sousa Rocha,
Jessica Marco Pereira Cunha Duarte, Cristovão Lira Teles, Elis Maria Jesus Santos

O autismo é uma síndrome comportamental com etiologias diversas, caracterizada por um desenvolvimento infantil profundamente alterado. Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam características comuns, como dificuldades em estabelecer relações sociais, distúrbios graves de linguagem e uma obsessão por rotinas e repetições (sameness). Por isso, é fundamental prestar atenção e cuidados específicos a esse grupo, além de destacar a importância do diagnóstico precoce. A promoção de ações educativas em locais públicos, voltadas ao esclarecimento da população, está ligada ao conceito de educação em saúde, cujo objetivo é o tratamento e promoção da saúde de pessoas com TEA, suas famílias e a comunidade. Nesse contexto, é essencial proporcionar mais intervenções para pessoas com TEA, garantindo ambientes físicos, sociais e atitudinais acessíveis e inclusivos. O objetivo deste trabalho é descrever uma ação de educação em saúde sobre o autismo.

Trata-se de um relato de experiência realizado em abril de 2024 por acadêmicas do curso de Nutrição do Centro Universitário Maurício de Nassau, em uma praça do município de Juazeiro do Norte-CE. Participaram crianças com TEA e outras crianças presentes no local, acompanhadas por seus pais ou responsáveis. Foram realizadas duas dinâmicas: a primeira consistiu na identificação de alimentos saudáveis e não saudáveis, e a segunda foi uma degustação de alimentos. A ação iniciou-se com a montagem de uma tenda na praça pelas acadêmicas de nutrição, seguida pelas atividades com as crianças, que envolviam a identificação de alimentos saudáveis e não saudáveis. Durante a dinâmica, as acadêmicas perceberam que muitas crianças tinham dificuldades para diferenciar os alimentos, e explicaram aos pequenos e aos responsáveis a importância de cada item. Ao final das atividades, como forma de premiação, as crianças escolheram entre dois alimentos saudáveis: pipoca feita sem óleo e sorvete de banana com calda de maracujá. Essas ações são de grande relevância para a promoção da saúde e a participação da comunidade. As considerações finais mostram que atividades voltadas para crianças com TEA são essenciais para promover sua inclusão social. Para os pais ou responsáveis, ficou evidente que, apesar dos cuidados existentes, ainda havia muitas dúvidas, especialmente relacionadas à nutrição, já que muitas crianças com seletividade alimentar nunca haviam sido atendidas por profissionais da área que poderiam oferecer suporte.

ENFRENTAMENTO À SÍFILIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA EQUIPE DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA

Wellen Góbi Botacin, Joana Almeida Borges, Janaína de Oliveira Romeiro, Kézia Catein dos Santos

A residência multiprofissional é uma pós-graduação lato-sensu que promove a interação entre profissionais da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de melhorar o serviço de saúde e capacitar os trabalhadores. Esse modelo tem se disseminado em diversas regiões do Brasil, e os residentes enfrentam realidades distintas nos serviços em que estão inseridos. A sífilis continua sendo um problema significativo nos serviços de saúde brasileiros, sendo uma infecção sistêmica causada pela bactéria *Treponema pallidum*, que, se não tratada adequadamente, pode evoluir para uma doença crônica com sequelas irreversíveis. A preocupação aumenta especialmente com as gestantes, pois a sífilis não tratada pode resultar em sífilis congênita, prejudicando gravemente a saúde do bebê, incluindo a possibilidade de óbito. O objetivo deste trabalho é apresentar a atuação da residência multiprofissional no enfrentamento dos casos de sífilis no município de Cachoeiro de Itapemirim, no interior do Estado do Espírito Santo. A equipe de residência multiprofissional em Saúde Coletiva era composta por uma cirurgiã-dentista, uma veterinária, duas biólogas e uma enfermeira. Após a realização de um levantamento epidemiológico sobre a doença no município, as residentes desenvolveram um Plano de Ação, incluindo ações de promoção, prevenção, educação em saúde e monitoramento da sífilis, além de atividades de capacitação para os profissionais de saúde. A capacitação foi realizada nas Unidades Básicas de Saúde, com a elaboração de materiais didáticos, como apresentações de slides com casos clínicos para discussão

e a criação de um fluxograma de manejo dos casos de sífilis, que foi apresentado aos profissionais da saúde. Além disso, as residentes elaboraram uma cartilha com informações sobre sífilis, prevenção e tratamento, visando conscientizar a população. Ações também foram realizadas com a população, como rodas de conversa, testagens, especialmente com gestantes no dia do pré-natal, e com usuários durante a rotina de atendimentos. Algumas ações ocorreram aos sábados, para atingir um maior número de pessoas. Em uma das ações, foram realizados 53 testes rápidos, dos quais dois casos deram positivo, sendo imediatamente encaminhados para consulta médica e iniciando o tratamento. Fica evidente, portanto, a importância de conhecer a realidade prática do serviço e suas demandas, e a relevância da residência multiprofissional como uma aliada fundamental nos serviços de saúde, contribuindo para melhorias, fortalecimento do SUS e um atendimento de maior qualidade à população.

REDES DE ATENÇÃO NO ATENDIMENTO INTEGRAL À CRIANÇA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA

Wellen Góbi Botacin, Keila Moreira da Silva Costa, Larissa Hitomi Morigaki,
Carolina Dutra Degli Esposti, Karina Tonini dos Santos Pacheco

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, fundamentado nos princípios da universalidade, equidade e integralidade, está em constante transformação, e uma das prioridades dessa evolução é a atenção à saúde infantil. A criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança visa coordenar as atividades e os recursos de saúde voltados para esse público, destacando as Redes de Atenção à Saúde como elementos essenciais para o cuidado integral. Entre essas redes, a Rede Cegonha foca na saúde materno-infantil, abrangendo a gestação, o parto e o nascimento; a Rede de Atenção às Urgências e Emergências destina-se ao atendimento imediato de crianças em situações críticas; a Rede de Atenção Psicossocial apoia crianças em vulnerabilidade, vítimas de violência ou com distúrbios mentais; a Rede de Atenção às Doenças e Condições Crônicas cuida de crianças com enfermidades prolongadas, oferecendo tratamentos contínuos; e a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência se destaca pela atenção especializada a crianças com deficiências auditiva, física, visual, intelectual, transtorno do espectro autista e outras condições. A Política abrange diversas fases da vida da criança, garantindo suporte contínuo aos cuidados necessários, mas é fundamental que os profissionais de saúde e a população, especialmente os responsáveis pelas crianças, compreendam bem essa política e as Redes de Atenção para garantir um cuidado integral e de qualidade. A articulação e o funcionamento eficaz dessas redes são essenciais para assegurar que todas as crianças tenham acesso pleno aos serviços do SUS, promovendo um atendimento qualificado e inclusivo.

INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO: MUDANÇAS NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE ODONTOLOGIA

Wellen Góbi Botacin, Giullia Hott Pereira, Pedro Henrique Hecher Viana, Nathalia Campos Dell'orto Cardoso Bortolini, Larissa Hitomi Morigaki, Carolina Dutra Degli Esposti, Karina Tonini dos Santos Pacheco

A formação dos profissionais de saúde deve ser orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que estabelecem o planejamento curricular e o processo formativo dos estudantes de graduação. Em 2021, a Odontologia passou por uma atualização significativa em suas DCNs, incorporando novos aspectos relacionados à integração ensino-serviço. O objetivo deste estudo foi comparar as DCNs de 2002 e 2021 do curso de graduação em Odontologia, focando nos aspectos da integração ensino-serviço. Já nas DCNs de 2002, a integração ensino-serviço era abordada, sendo estipulado que 20% da carga horária total do curso deveria ser dedicada a essa integração, além das atividades práticas. O estágio curricular, previsto nas diretrizes de 2002, foi mantido, mas as diretrizes de 2021 ampliaram essa previsão, destacando que ele deve incluir atividades relacionadas às competências gerais e específicas dos estudantes, realizadas tanto dentro quanto fora das instituições de ensino, com supervisão em todas as etapas. Outra novidade das diretrizes de 2021 é que pelo menos metade da carga horária total do curso deve ser dedicada a atividades práticas, sendo que 40% dessa carga deve abranger atividades clínicas de assistência odontológica, excluindo o estágio curricular. Além disso, os estudantes devem ser inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo do curso, para vivenciarem suas políticas e o trabalho interprofissional. O processo de ensino-aprendizagem, especialmente no atendimento aos usuários, deve ser baseado no cuidado integral e resolutivo, tanto na clínica-escola quanto nos serviços de saúde onde os estudantes estão inseridos. A realização dos estágios no SUS, como parte do processo de ensino-aprendizagem, se configura como uma ferramenta essencial na formação superior, não apenas para a Odontologia, mas para todas as áreas da saúde, permitindo que os estudantes aprendam com base nas demandas reais dos serviços de saúde e promovam uma atuação crítica e reflexiva.

A INFLUÊNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NA SAÚDE MENTAL: UMA AVALIAÇÃO DOS SEUS EFEITOS SOBRE A SAÚDE EMOCIONAL

Clarisse de Freitas Ramos, Lara Ferreira Raminho, Yasmin Silva Vilela, Carla de Paula Silveira

O Ministério da Saúde brasileiro adota o modelo biopsicossocial de saúde, que visa uma abordagem multidisciplinar, abrangendo as dimensões biológica, psicológica e social, para promover um acompanhamento médico integral aos cidadãos. Com base nessa orientação, é fundamental reconhecer as necessidades físicas, mentais e emocionais de qualquer paciente que busque ajuda em uma Unidade Básica de Saúde. Nesse contexto, as artes podem ter um impacto positivo no autocuidado

emocional, facilitando a expressão e a aceitação de sentimentos dolorosos em um ambiente livre de julgamentos. Este relato descreve a experiência de acadêmicos de medicina no desenvolvimento de ações voltadas à saúde mental por meio de atividades lúdicas. Inicialmente, os acadêmicos de uma instituição privada em Belo Horizonte organizaram uma atividade no grupo de psicologia de um centro de saúde localizado na regional leste do município. A proposta era incentivar as mulheres participantes a criar desenhos e pinturas para expressar seus sentimentos. Cada participante recebeu uma folha de papel e materiais como tintas e lápis de cor, sendo orientada a desenhar o que estava sentindo na semana ou algo significativo em sua vida. Após a criação, houve uma discussão sobre os desenhos, ressaltando a importância de expressar sentimentos para o bem-estar mental. Durante as atividades, as participantes conseguiram compartilhar situações prazerosas ou desafiadoras em suas vidas. Os desenhos e pinturas se mostraram um meio eficaz de abordar questões delicadas, como relações familiares, profissionais e pessoais, ajudando-as a lidar de forma mais saudável com adversidades e a tomar decisões mais assertivas. A realização de atividades lúdicas, como instrumento de promoção da saúde mental, se revelou importante para aliviar o sofrimento, possibilitar a troca de experiências e permitir a expressão de sentimentos que necessitam ser compartilhados. Conclui-se que atividades lúdicas, ao incentivar a reflexão sobre experiências, emoções e sentimentos, são fundamentais para a saúde mental. Grupos reflexivos favorecem o apoio mútuo, promovendo o bem-estar emocional e fortalecendo o vínculo entre a comunidade e o centro de saúde, especialmente no contexto da saúde mental.

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA AMAMENTA E ALIMENTA BRASIL EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO MATO-GROSSENSE

Helen Tiemi Yamamoto, Rodrigo César de Oliveira Carvalho, Ana Paula Alves de Souza,
Andressa Menegaz, Lorena Barbosa Fonseca

O tutor da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) tem a responsabilidade de implementar ações de promoção do aleitamento materno (PAM) e da alimentação complementar saudável (PACS) nas unidades básicas de saúde (UBS) e solicitar a certificação da unidade na estratégia, desde que cumpram os critérios estabelecidos. No entanto, o tutor enfrenta diversos desafios que comprometem sua atuação. Em resposta a esses desafios, foi desenvolvido um projeto de extensão em parceria entre a Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, com o objetivo de apoiar tutores em um município do estado na implementação da EAAB nas UBS. O objetivo deste trabalho é descrever os resultados desse projeto. O primeiro passo foi a definição, junto à Secretaria Municipal de Saúde, das UBS prioritárias, com base nos indicadores de aleitamento materno e estado nutricional de crianças menores de dois anos. Após a análise, apenas um tutor concordou em participar da iniciativa. A equipe do projeto planejou e desenvolveu, junto aos profissionais da UBS, uma Oficina de Trabalho e um Plano de Ação, com a

participação de mais de 85% dos profissionais da unidade. Foram realizadas ações coletivas de PAM e PACS, com a recomendação de que se tornassem sistemáticas, além de uma avaliação quanto ao cumprimento da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactantes (NBCAL), que corresponde a quatro dos seis critérios exigidos para a certificação na EAAB. No entanto, na UBS em questão, não eram realizadas ações relacionadas ao PAM e PACS, e as atividades realizadas foram as primeiras sobre o tema. Dois critérios para certificação, como o “monitoramento dos índices de aleitamento materno (AM) e alimentação complementar (AC)” e a “disponibilidade de instrumentos para organização do cuidado à saúde da criança”, não foram cumpridos, pois exigiam maior participação da equipe de saúde, que, naquele momento, não dispunha de tempo suficiente. Como resultado, não foi possível obter a certificação da UBS na EAAB. Esse cenário reflete uma realidade observada em todo o Brasil, onde, em 2019, havia 5.959 tutores formados na EAAB, mas apenas 192 UBS certificadas. Entre as razões para o baixo número de certificações estão a alta rotatividade de profissionais de saúde, o fraco vínculo entre o tutor e a equipe, a falta de infraestrutura para o registro de dados e o limitado apoio dos gestores locais. Apesar disso, todas as atividades realizadas junto aos usuários e aos profissionais da UBS contribuíram para a promoção do PAM e da ACS, mesmo que não tenham sido cumpridos todos os critérios para certificação. Destaca-se a importância de sensibilizar os profissionais de saúde sobre o potencial da EAAB em melhorar os índices de aleitamento materno e alimentação complementar saudável, impactando positivamente as condições de saúde e nutrição da população atendida.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO FORMATIVO SUPERIOR

Wellen Góbi Botacin, Giullia Hott Pereira, Pedro Henrique Hecher Viana,
Karina Tonini dos Santos Pacheco, Carolina Dutra Degli Esposti

A implementação de um curso formativo exige o cumprimento de regulamentos obrigatórios para seu bom funcionamento e nivelamento, a partir de uma base de conteúdos definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. A aplicabilidade dessas diretrizes nos cursos de graduação deve ser monitorada e avaliada, garantindo a dinâmica curricular, o acompanhamento dos processos e ajustes para seu aperfeiçoamento. A avaliação do ensino superior faz parte de um mecanismo de retroalimentação, revisão de estratégias, métodos de ensino e aprendizagem, sendo essencial para o desenvolvimento de habilidades e competências de forma clara e compreensível. Este trabalho tem como objetivo relatar a importância da avaliação no processo formativo superior no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura realizada em maio de 2024, com busca em inglês e português, de artigos publicados entre 2017 e 2023, utilizando os descritores “Universidades” e “Avaliação Educacional”. As bases de dados Scielo e PubMed via MEDLINE foram utilizadas, resultando na identificação de oito artigos, que passaram por duas etapas de seleção: leitura de título e resumo, e leitura integral, restando três artigos para compor a revisão. No campo educacional, é fundamental que a avaliação do processo formativo seja contínua, beneficiando estudantes e professores, com

padrões de evolução que melhorem o ensino e a aprendizagem. A avaliação do processo formativo nas instituições de ensino superior brasileiras tem como objetivo direcionar os conhecimentos e é essencial para garantir que os profissionais sejam formados conforme as necessidades da sociedade. O ensino do professor e a aprendizagem do aluno devem ser associados para uma avaliação completa, que considere a didática, a estrutura e o suporte oferecidos na construção do conhecimento. Sua aplicação envolve a articulação do projeto de ensino com o projeto pedagógico, integrando os conhecimentos de docentes e discentes, visando proporcionar uma educação consolidada e estruturada nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A avaliação do processo formativo evidencia as qualidades e deficiências do ensino superior, permitindo realizar as mudanças necessárias e melhorar a qualificação dos futuros profissionais. Além de avaliar os alunos, essa prática serve como feedback sobre as condições e a oferta de ensino. Os docentes devem refletir sobre sua prática pedagógica e buscar alcançar todos os estudantes de forma homogênea, utilizando metodologias de ensino e atividades práticas que possibilitem essa distribuição. Nesse contexto, a avaliação do ensino superior torna-se essencial para evidenciar os pontos que ainda necessitam de intervenção, com resultados que promovam melhorias e a formação de um profissional qualificado.

BARREIRAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EAAB NO ESTADO DE MATO GROSSO

Helen Tiemi Yamamoto, Rodrigo César de Oliveira Carvalho, Andressa Menegaz, Lorena Barbosa Fonseca

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) tem como objetivo qualificar o processo de trabalho dos profissionais da atenção básica, promovendo o aleitamento materno (AM) e a alimentação complementar (AC) saudável para crianças menores de dois anos. Este estudo teve como propósito descrever as principais barreiras enfrentadas para a implementação da EAAB em Mato Grosso. Realizado em 2020, o estudo visou subsidiar a proposta de um projeto de extensão destinado a apoiar os tutores da EAAB no estado. Foi aplicado um questionário online aos tutores, abordando a situação atual da EAAB nas unidades de saúde em que atuavam e as dificuldades encontradas na implementação. Trinta tutores responderam ao questionário, sendo que apenas 1 (3,3%) era do sexo masculino e 56,7% tinham 41 anos ou mais. Em relação à formação, 40% eram enfermeiros e 30% nutricionistas, com 13,3% provenientes de outras áreas como Letras, Ciências Contábeis e Serviço Social. Quanto à ocupação, 20% atuavam em cargos de gestão e 26,7% eram servidores do SUS. A maioria (43,3%) foi formada em oficina realizada em 2019, enquanto 30% o foram em 2015. Quando questionados sobre os temas que precisavam de mais apoio, os mais frequentes foram alimentação complementar (73,3%), mecanismos de proteção legal da alimentação infantil (66,7%), aleitamento materno (63,3%) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (56,7%). A maior dificuldade relatada pelos tutores foi “garantir a continuidade do trabalho” (70%), seguida pela execução das ações propostas (50%), sobrecarga de trabalho (43,3%) e cumprimento da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes (NBCAL) nas UBS (43,3%). Destacou-se também a dificuldade de reunir

a equipe para participar das atividades da EAAB, mencionada por 36,7% dos tutores. Em relação aos critérios para certificação na EAAB, apenas 23,3% afirmaram ter construído o plano de ação na UBS onde atuam. Ações sistemáticas para a promoção do AM e AC foram realizadas por 33,3% dos tutores, enquanto 10% monitoravam os índices de AM e AC, e 3,3% possuíam instrumento de organização do cuidado à saúde da criança. A maioria (66,7%) afirmou que a NBCAL era cumprida na UBS. As barreiras para o cumprimento dos critérios de certificação foram, entre outras, a Pandemia de covid-19, a falta de atuação na assistência à saúde, a escassez de recursos humanos, a falta de apoio dos gestores, dificuldades na alimentação do sistema da EAAB e a rotatividade da equipe. Esse cenário indica a necessidade de mais esforços para apoiar a implementação da EAAB em Mato Grosso, já que nenhuma UBS conseguiu cumprir todos os critérios para certificação. Embora a pandemia tenha sido a barreira mais relatada, tutores formados antes de 2019 também não conseguiram êxito, sugerindo que outros fatores além da pandemia podem estar dificultando o progresso das ações.

ELABORAÇÃO DE INFOGRÁFICOS PARA MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA AMAMENTA E ALIMENTA BRASIL NO ESTADO DE MATO GROSSO

Guilherme Nunes da Cruz, Helen Tiemi Yamamoto, Rodrigo César de Oliveira Carvalho, Lorena Barbosa Fonseca

O monitoramento da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) em âmbito estadual é responsabilidade das secretarias estaduais de saúde, que, em Mato Grosso, optaram por utilizar infográficos como ferramenta de monitoramento. Esses infográficos foram disponibilizados aos Escritórios Regionais de Saúde (ERS) com o objetivo de dar visibilidade às ações realizadas e estimular os municípios a aprimorarem sua atuação. Este trabalho tem como objetivo descrever o processo de construção dos infográficos e os principais resultados encontrados. A elaboração dos infográficos foi realizada durante o estágio de Nutrição em Saúde Coletiva do curso de Nutrição, na Equipe Técnica de Promoção do Aleitamento Materno e da Alimentação Complementar Saudável (EPAMACS) da SES/MT. Primeiramente, foram definidas as informações a serem incluídas e, em seguida, desenvolveu-se o design do material, priorizando um aspecto estético que destacasse os quantitativos e os mapas locais. As informações foram coletadas a partir das Portarias MS 3.297/2020 e 1.124/2022, que tratam dos municípios contemplados com recursos federais para a implementação da EAAB, além de formulários enviados pela EPAMACS aos ERS. No total, foram elaborados 17 infográficos: um que apresentou as regiões de saúde contempladas nas portarias e um panorama geral do estado, e 16 para representar cada região de saúde de Mato Grosso. Apenas três regiões receberam recursos financeiros para a implementação da EAAB: Médio Norte, Teles Pires e Baixada Cuiabana. Das 16 regiões de saúde, apenas 7 possuíam ao menos um tutor formado na EAAB. As regiões Médio Norte e Teles Pires foram as que mais indicaram profissionais para a formação (72 e 21, respectivamente) e as que apresentaram maior proporção de profissionais que concluíram a formação (43 e 12, respectivamente). A Baixada Cuiabana, embora também contemplada com recursos federais, indicou dois profissionais

para a formação, mas nenhum concluiu. Ao analisar cada região de saúde, observou-se que poucos municípios se envolveram na indicação de profissionais para a formação, sendo que apenas as regiões Médio Norte e Teles Pires apresentaram maior número de municípios envolvidos. A EAAB tem o potencial de contribuir significativamente para a melhoria dos indicadores de aleitamento materno e alimentação complementar saudável entre crianças menores de dois anos. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à formação de tutores, sendo este um dos obstáculos principais a ser superado.

EMPODERANDO AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PARA O SUCESSO DA AMAMENTAÇÃO: O CURSO DE MANEJO EM ALEITAMENTO HUMANO E ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DO DISTRITO SANITÁRIO CABULA BEIRU

Cleide Henriqueta Praxedes Fernandes, Débora Santa Mônica Santos, Tanila de Araujo Barreto

A amamentação é um pilar fundamental para a saúde e o bem-estar de crianças e mães. Reconhecendo seu valor inestimável, o Distrito Sanitário Cabula Beiru (DSCB), em parceria com o Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador e com a Escola de Saúde Pública da Bahia, elaborou o Curso de Manejo em Aleitamento Humano e Alimentação Complementar, capacitando Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para se tornarem agentes de mudança na promoção da amamentação em seu território de atuação. As temáticas abordadas foram cuidadosamente selecionadas, e a construção do projeto pedagógico, assim como a formação do corpo docente, ficou a cargo das técnicas do distrito, com o apoio da referência do setor. O curso, ocorrido em outubro de 2023, teve o objetivo de munir os ACS com um conjunto abrangente de competências e habilidades para promover a amamentação. Com um conteúdo aprofundado, os profissionais desenvolveram uma compreensão das evidências científicas que respaldam os benefícios do aleitamento materno, habilidades para identificar e orientar sobre práticas adequadas de amamentação, capacidade de comunicação eficaz com as famílias sobre o tema, aptidão para oferecer apoio às famílias nas suas dúvidas e preocupações, e desenvoltura para resolver problemas comuns relacionados à amamentação. O curso também orienta os ACS a prestarem atendimento individualizado e respeitoso, considerando a diversidade cultural, valorizando os saberes e crenças de cada família. Essa abordagem ética visa garantir que as mães se sintam acolhidas e seguras em suas escolhas e tradições. Utilizando metodologias ativas, o curso valoriza o conhecimento e a experiência dos próprios ACS, incentivando-os a se tornarem protagonistas do processo de aprendizagem, o que os torna multiplicadores mais engajados e confiantes na promoção da amamentação em suas comunidades. A seleção criteriosa dos docentes foi crucial para o sucesso do curso. Além de profissionais com experiência em maternidades e bancos de leite, a equipe contou com membros do próprio quadro de funcionários do DSCB, que trouxeram a vivência prática do dia a dia nas comunidades atendidas pelos ACS. Essa combinação garantiu uma abordagem rica, contextualizada, e fortaleceu a identificação e o engajamento dos

participantes. O Curso de Manejo em Aleitamento Humano e Alimentação Complementar reflete o compromisso do DSCB com a promoção da amamentação, configurando-se como uma intervenção essencial para a saúde materno-infantil. A colaboração entre SMS e DSCB evidencia a importância da expertise local na construção de programas educacionais e serve como modelo de boas práticas a ser replicado em outros contextos. Ao investir na educação e no apoio à amamentação, o curso contribui significativamente para a construção de um futuro mais saudável para crianças e mães, inspirando outros serviços a promover a amamentação como um componente fundamental da saúde pública.

PERCEPÇÃO DE GESTANTES ACERCA DO PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE UM TERRITÓRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA (ES)

Larissa Hitomi Morigaki, Isabela Patrocinio Schimitel Batista, Wellen Góbi Botacin,
Carolina Dutra Degli Esposti, Karina Tonini dos Santos Pacheco

A gestação é um momento único na vida da mulher, durante o qual ocorrem diversas alterações hormonais, psicológicas e sociais que podem afetar a saúde bucal, como o aumento do risco de doenças periodontais e cáries dentárias. Esses problemas podem prejudicar a qualidade de vida das gestantes e até interferir em suas atividades cotidianas. O período gestacional oferece uma oportunidade para promover hábitos saudáveis e fornecer orientações que beneficiem a saúde bucal. Este estudo teve como objetivo analisar a percepção de gestantes sobre o cuidado odontológico pré-natal na Atenção Primária em um território de saúde de Vitória, Espírito Santo. Realizou-se uma pesquisa qualitativa com gestantes maiores de 18 anos a partir do quinto mês de gestação na Unidade Básica de Saúde de São Cristóvão. Foram feitas sete entrevistas individuais em julho de 2023, com um roteiro-guia, e também coletados dados secundários sobre idade, semanas de gestação, paridade e número de consultas, extraídos dos registros da Rede Bem Estar. A análise dos dados seguiu a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin. As participantes tinham idades entre 19 e 32 anos, e quatro das sete gestantes não realizaram consulta de pré-natal odontológico. As principais barreiras apontadas pelas gestantes para o não acesso ao cuidado odontológico foram a falta de vagas na unidade de saúde e a não procura pelo serviço. Apesar disso, todas reconheceram a importância desse cuidado durante a gestação, tanto para a saúde da mãe quanto para o bebê. Aqueles que realizaram o pré-natal odontológico reconheceram positivamente o cuidado prestado pela equipe de saúde bucal. Os resultados do estudo destacam que, embora as gestantes tenham uma boa percepção sobre a importância do cuidado odontológico, isso não garante que elas tenham acesso efetivo ao serviço. A pesquisa enfatiza a necessidade de implementar ações eficazes para superar as barreiras de acesso ao pré-natal odontológico, envolvendo desde o nível municipal, para garantir a execução das atribuições da Estratégia de Saúde da Família, até a atualização contínua dos profissionais, assegurando um cuidado integral e adequado às gestantes no Sistema Único de Saúde (SUS).

A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ENSINO: UMA FERRAMENTA NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO DO UNIFESO

Geise Gonçalves Pimentel, Isabella Gomes Ferreira

O Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) tem se empenhado na transformação do currículo dos cursos da área da saúde, afastando-se do modelo linear e fragmentado tradicional, adotando metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem e estruturando uma formação integral, integrada e integradora. O currículo foi redesenhado para promover uma mudança no modelo de formação dos profissionais, tornando-os mais ativos no processo de ensino-aprendizagem, com um compromisso com a saúde da sociedade, em um contexto de integração entre ensino, trabalho e comunidade. Com a mudança da metodologia de ensino, surgiu a necessidade de acompanhar as práticas dos Professores-Tutores no cotidiano com os estudantes, refletindo sobre o processo de mudança e a formação dos enfermeiros com base nas metodologias ativas de aprendizagem. O objetivo deste estudo foi analisar o papel do professor-tutor na educação permanente no processo de formação dos enfermeiros do UNIFESO. Os objetivos específicos foram identificar as potencialidades e fragilidades da sessão de Educação Permanente na formação dos enfermeiros e reconhecer os espaços significativos para a realização da Educação Permanente. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, utilizou um questionário semiestruturado para a coleta de dados. Os participantes foram dez professores-tutores do curso de Graduação em Enfermagem do UNIFESO, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme a Resolução 466/2012. Os resultados indicam que, embora a educação permanente apresente algumas fragilidades, como a falta de inserção em todos os cenários, as potencialidades identificadas sugerem um cenário promissor, ampliado pelas discussões realizadas. Conclui-se que a educação permanente no Curso de Graduação em Enfermagem é uma ferramenta poderosa na formação dos estudantes, sendo necessário, no entanto, priorizar a escuta e promover a mediação das relações de troca para potencializar a prática de cada futuro enfermeiro.

CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, SEGUNDO PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO.

Larissa Hitomi Morigaki, Ana Carolina de Moura da Silva, Wellen Góbi Botacin,
Marly Marques da Cruz, Lorena Ferreira, Carolina Dutra Degli Esposti

A Educação Permanente em Saúde é uma ferramenta crucial para a transformação da prática profissional nos serviços de saúde, pois implica reflexão constante e aprendizado com o cotidiano. O objetivo deste estudo foi analisar as contribuições da Política de Educação Permanente em Saúde para a qualificação da prática nos serviços, sob a perspectiva de profissionais da Atenção Primária à

Saúde. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com 12 profissionais da Estratégia de Saúde da Família no município de Vitória, capital do Espírito Santo. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, entre julho de 2020 e maio de 2021, que foram transcritas e analisadas com o auxílio do software MAXqda 12.0. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz (pareceres nº 2.464.885/2018 e 4.228.002/2020) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) (processo nº 83170561/2018), com os participantes assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em relação às contribuições e mudanças para a prática profissional decorrentes da participação nas atividades de Educação Permanente, todos os participantes relataram que houve uma transformação no processo de trabalho e um aprimoramento na capacitação após essas atividades. Os profissionais mencionaram alterações nas atividades cotidianas e em práticas específicas, oriundas dos conhecimentos adquiridos durante a Educação Permanente. Além disso, observaram um aumento na motivação para o trabalho, o que contribuiu para a qualidade do cuidado e o ambiente de trabalho. Fica claro que a Educação Permanente em Saúde tem auxiliado na capacitação para o exercício profissional na Atenção Primária à Saúde, seja pela introdução de novos conteúdos, seja pela discussão e reflexão sobre casos, facilitando o processo de tomada de decisões. Este estudo contribui para a discussão sobre a importância da Educação Permanente em Saúde, não apenas em Vitória, mas em outros municípios brasileiros, visando qualificar a implementação da política.

OS SENTIDOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, SEGUNDO PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

Larissa Hitomi Morigaki, Ana Carolina de Moura da Silva, Wellen Góbi Botacin,
Marly Marques da Cruz, Lorena Ferreira, Carolina Dutra Degli Esposti

A Educação Permanente em Saúde é uma ferramenta essencial para a consolidação do Sistema Único de Saúde, e a compreensão de seu significado pelos profissionais é crucial para a efetiva implementação da Política. Este estudo teve como objetivo analisar os sentidos atribuídos à Educação Permanente em Saúde pelos profissionais das equipes da Atenção Primária à Saúde no município de Vitória, capital do Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com 12 profissionais da Estratégia de Saúde da Família, por meio de entrevistas individuais semiestruturadas realizadas entre julho de 2020 e maio de 2021. As entrevistas foram transcritas e analisadas com o auxílio do software MAXqda 12.0. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz (pareceres nº 2.464.885/2018 e 4.228.002/2020) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) (processo nº 83170561/2018), com os participantes assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A análise das entrevistas revelou diversas interpretações sobre a Educação Permanente em Saúde. Para a maioria dos profissionais, ela está associada à aprendizagem contínua integrada à prática profissional no serviço de saúde. Outros

a vinculam ao compartilhamento de experiências com colegas, considerando-a uma construção de conhecimento baseada nas vivências diárias. Alguns participantes entenderam-na como sinônimo de cursos ou atualizações, focando mais no aspecto técnico do conhecimento, direcionado às categorias profissionais. Além disso, observou-se que alguns profissionais não tinham um entendimento claro sobre o conceito de Educação Permanente em Saúde. Quanto às diferenças e semelhanças entre Educação Permanente e Educação Continuada, poucos profissionais destacaram uma distinção, considerando a Educação Permanente uma prática mais técnica e a Educação Continuada como a continuidade do aprendizado no ambiente de trabalho. No entanto, muitos não perceberam uma diferença clara entre as duas abordagens ou não souberam especificar tal diferença. Os resultados evidenciam as diversas concepções de Educação Permanente em Saúde entre os profissionais da Atenção Primária à Saúde. Essas diferentes interpretações reforçam a necessidade de difundir melhor os conceitos e objetivos da Educação Permanente, para garantir a compreensão de sua aplicação e assegurar a implementação eficaz da política, contribuindo assim para a qualificação dos serviços no Sistema Único de Saúde.

A ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO RECENTE

Luana Tanaira Saldanha Santos, Kathlyn Silva, Cristian Fabiano Guimarães, Larissa Maria Bragagnolo

A Atenção Especializada em Saúde (AES) representa um grande desafio na construção de redes dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo essencial para a integralidade do cuidado. Organizada de maneira regionalizada e hierarquizada, com lógica de densidade tecnológica, a AES oferece processos diagnósticos, terapêuticos, ambulatoriais e hospitalares. Este estudo teve como objetivo analisar o conhecimento atual sobre a AES no Brasil e as redes de cuidados, a partir da observação de anais de congressos brasileiros de Saúde Coletiva. A pesquisa foi realizada em parceria com o Observatório de Políticas Públicas do SUS da Unifesp e a pesquisa Cartografia da Atenção Especializada no Brasil, com a proposta de avaliar a AES nas regiões brasileiras. A questão central da investigação foi: “Quais experiências inovadoras têm sido adotadas no Brasil na construção de redes de cuidado na AES?”. Utilizando a metodologia de revisão integrativa, foram identificados 5.239 trabalhos nos anais do 13º Congresso de Saúde Coletiva (2022) e do 4º Congresso de Política, Planejamento e Gestão da Saúde (2021), dos quais 190 foram selecionados. Desses, 75 tratavam de aspectos de gestão e 115 abordavam o cuidado na AES, sendo excluídos os resumos que não respondiam à questão central do estudo. Os resultados mostraram que, do total de resumos, apenas 2,19% tratavam especificamente do cuidado na AES, dos quais 37,9% se referiam ao cuidado de pessoas com câncer, evidenciando dificuldades de acesso devido a condições sociais e físicas, além de uma distribuição desigual dos serviços. Outros 10,3% abordaram a infectologia e o cuidado a pessoas vivendo com HIV/AIDS, destacando a persistência de problemas relacionados à distância dos serviços de referência e à fragmentação do cuidado para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Também foram mencionados temas como redes de

cuidados para pessoas com deficiência (PCD), saúde da população LGBTQIAPN+ e cardiologia. Os trabalhos apontam a necessidade de estratégias de gestão compartilhadas, monitoramento contínuo dos tratamentos e atenção às particularidades dos territórios no desenvolvimento de projetos que promovam a equidade e a integralidade do cuidado. O baixo número de trabalhos sobre a AES indica uma carência de formulação teórica sobre este nível de atenção, evidenciando a escassez de pesquisas que impactam o avanço do conhecimento sobre a gestão do cuidado em rede e os processos de gestão do SUS. As barreiras de acesso são principalmente socioeconômicas e físicas, aspectos que devem ser considerados na formulação de políticas públicas voltadas à equidade. A dificuldade de acesso e a concentração dos serviços especializados nos grandes centros sugerem a existência de vazios assistenciais e fragilidade no transporte sanitário, essencial para o acesso aos serviços regionalizados. Por fim, o estudo destaca a necessidade de maiores investimentos na AES e mais pesquisas em áreas como oftalmologia, cardiologia, nefrologia e ortopedia, que se configuram como fragilidades do sistema.

FERRAMENTA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SOCIOPEDAGÓGICO DOS PRECEPTORES DA REDE SESAB: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Kétinan Gomes Silva, Kaio Marcel de Souza Henriques, Bruno Felipe Ferreira Lopes, Caique de Moura Costa, Lêda Maria Fonseca Santos, Camila Oliveira Nunes, Anne Caroline Santos

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem a responsabilidade de ordenar a formação em saúde, atuando como campo de prática para cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação. Nesse contexto, os preceptores desempenham um papel fundamental, pois possuem competência técnica e pedagógica para articular a prática com a teoria dentro do serviço de saúde, sendo essenciais para a formação de profissionais capacitados a atender às necessidades do SUS e para a integração entre ensino e serviço. Considerando a relevância dos preceptores para o SUS, conhecer seu perfil sociopedagógico permite identificar as necessidades profissionais e pedagógicas, possibilitando a implementação de medidas que fortaleçam a integração e melhorem o processo de aprendizagem na rede de saúde. O objetivo deste trabalho é relatar o processo de elaboração de um formulário para identificar o perfil sociopedagógico dos preceptores do SUS-BA, desenvolvido por residentes da Escola de Saúde Pública da Bahia. Inicialmente, foi realizada uma reunião com representantes da Coordenação de Residências em Saúde e Formação em Serviço (CORES), Coordenação de Integração da Educação e Trabalho na Saúde (CIET), Coordenação Pedagógica, Estudos, Pesquisa e Tecnologias Educacionais (COPEPTE) e os Residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde, a pedido da Superintendência de Recursos Humanos (SUPERH) da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), para apresentar a proposta, discutir as ferramentas que seriam utilizadas para obter informações sobre os preceptores e elaborar as perguntas a serem incluídas. Em seguida, o formulário foi construído utilizando a plataforma Google Forms e, posteriormente, uma reunião foi realizada para apresentar e validar a ferramenta com as coordenações da Escola. O formulário foi

desenvolvido de forma a garantir que as informações coletadas atendam às necessidades da SUPERH e das coordenações da ESPBA, organizando-se em seções para otimizar o preenchimento e o fornecimento de dados. As seções foram divididas em perfil sociodemográfico, preceptoria e dados gerais, permitindo a coleta de informações sobre preceptorias de estágios obrigatórios e não obrigatórios de cursos médio-técnicos, graduação, pós-graduação, residência médica e residência multiprofissional. A articulação entre os diversos setores da SUPERH fortaleceu a construção de uma ferramenta sensível à captura das informações sobre os preceptores, já que o processo de construção multiprofissional e interprofissional considerou as especificidades de cada cenário, seja de preceptores na residência, estágio ou em cursos técnicos e de pós-graduação. Outro elemento importante para fortalecer esse processo foi a COPEPTE, que tinha como atribuição o uso de tecnologias para o desenvolvimento do formulário, emissão do link de acesso via web e disponibilização de recursos para a realização da reunião online. A prática da articulação na experiência da residência contribuiu com o processo de aprendizado, evidenciando a potencialidade do trabalho colaborativo na gestão de processos no SUS.

LETRAMENTO EM SAÚDE ENTRE USUÁRIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Camilla Cristina Lisboa do Nascimento, Laura Maria Vidal Nogueira, Paula Gisely Costa Silva, Márcio Yrochy Saldanha dos Santos, Lorena de Kássia da Costa Rodrigues, Ricardo Coelho Guimarães

O letramento em saúde é definido como a capacidade das pessoas de acessar, compreender, avaliar e aplicar informações e serviços para promover e manter sua saúde e bem-estar, tanto pessoal quanto coletivo. Trata-se de uma habilidade multidimensional que vai além da leitura e da contagem, envolvendo a compreensão das informações de saúde, o julgamento crítico dessas informações e sua integração na vida cotidiana, incluindo os cuidados de saúde e a expressão de sentimentos pessoais e sociais relacionados à saúde. Considerando o letramento em saúde como um determinante social de saúde, níveis baixos dessa habilidade estão associados a desfechos clínicos desfavoráveis, como não adesão ou adesão inadequada aos tratamentos, subutilização dos serviços de saúde e altas taxas de readmissões hospitalares. Portanto, compreender o letramento em saúde dos usuários é crucial para reduzir as desigualdades nos serviços de saúde. Na Atenção Primária à Saúde, ações de promoção à saúde são desenvolvidas com base no contexto epidemiológico e nas demandas locais, sendo a integralidade essencial para a resolutividade da Estratégia Saúde da Família, conforme orientado pela Política Nacional de Atenção Básica, que enfatiza a territorialização e regionalização da assistência à saúde. O objetivo deste estudo foi avaliar o letramento em saúde multidimensional de usuários da Atenção Primária à Saúde de um município do Pará, Brasil. Trata-se de um estudo analítico, transversal e quantitativo, com uma amostra de 211 participantes. A coleta de dados incluiu instrumentos sociodemográficos e o Health Literacy Questionnaire. Os dados foram registrados em um banco informatizado no programa Epi-Info 6.0, com dupla entrada para garantir a confiabilidade. A análise estatística foi realizada utilizando o Rstudio, versão 1.4.1106, com testes de normalidade D'Agostino-Pearson, correlações bivariadas de Spearman e o teste Kruskal-Wallis para variáveis contínuas, além do

teste Qui-quadrado para variáveis categóricas, adotando um valor de $p < 0,05$. Os resultados revelaram um perfil socioeconômico diversificado entre os participantes, com predominância do gênero feminino e faixa etária de 30 a 39 anos. A maioria reside em casa própria de alvenaria, mas uma parte significativa não possui trabalho formal, dependendo de assistência social. A análise das associações entre os resultados do Health Literacy Questionnaire e as variáveis demográficas destacaram a influência do nível educacional e dos meios de comunicação na compreensão e no apoio dos profissionais de saúde. Aspectos como o destino do lixo e a atividade laboral também se associaram a diferentes dimensões do letramento em saúde, evidenciando a inter-relação entre as condições de vida e as habilidades de saúde. O estudo reforça a importância do letramento em saúde como instrumento para melhorar o autocuidado e a qualidade de vida na Atenção Primária à Saúde. Destaca, ainda, a necessidade de políticas e estratégias inclusivas e equitativas de promoção e educação em saúde, com o objetivo de reduzir desigualdades e fortalecer as capacidades individuais e coletivas dos usuários.

PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS ACERCA DA VULNERABILIDADE DE MULHERES ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Andréa Carvalho Araújo Moreira, Francisco Antônio de Sousa, Maria Adelane Monteiro da Silva, Ana Karina Bezerra Pinheiro, Eliany Nazaré de Oliveira, Larisse Kelly Silva Barros, Tâmilá Yasmim Lima Ferreira, Maria Jailane Alves de Sousa

O papel dos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental na prevenção, controle e tratamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Esses profissionais têm o potencial de estimular a reflexão sobre saúde sexual e reprodutiva, promovendo o empoderamento da população atendida. No entanto, enfrentam desafios ao lidar com questões relacionadas à sexualidade, como as desigualdades de gênero, que aumentam a vulnerabilidade das mulheres às IST. Este estudo apresenta uma análise da percepção dos enfermeiros da APS sobre a vulnerabilidade das mulheres às IST, com foco nas relações de gênero. Trata-se de uma pesquisa-ação, conduzida entre abril e agosto de 2022, com oito enfermeiros da APS de um município da região norte do Ceará. A primeira etapa da pesquisa (fase exploratória) envolveu entrevistas semi-estruturadas, cujos dados foram analisados por meio da Análise Temática Reflexiva. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Os resultados indicam que os enfermeiros percebem a vulnerabilidade das mulheres às IST, destacando comportamentos de risco como vida sexual ativa sem proteção adequada e relações com múltiplos parceiros. No entanto, muitos enfatizam que a vulnerabilidade das mulheres também é influenciada por fatores socioculturais e econômicos, que dificultam a percepção do risco de infecção. Temas como a falta de conhecimento das mulheres sobre as IST e o uso de álcool e drogas foram frequentemente mencionados, revelando a necessidade de estratégias de promoção de saúde e prevenção para reduzir essas vulnerabilidades. Contudo, os enfermeiros ainda não reconhecem plenamente como a autonomia das mulheres na tomada de decisões sobre sua saúde sexual e reprodutiva pode impactar na vulnerabilidade às IST. O estudo

conclui que ainda é um desafio para os enfermeiros da APS lidar com as vulnerabilidades em que as mulheres estão inseridas, especialmente em relação à saúde sexual e reprodutiva. Assim, é essencial que as ações de promoção da saúde das mulheres busquem fortalecer sua autonomia, contribuindo para a redução dessas vulnerabilidades. As abordagens educativas nas unidades de saúde devem ir além do planejamento familiar e da oferta de preservativos, incorporando estratégias mais amplas para promover a saúde e reduzir as desigualdades de gênero no contexto das IST.

RELAÇÕES DE GÊNERO E AS VULNERABILIDADE DE MULHERES ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa Carvalho Araújo Moreira, Francisco Antônio de Sousa, Maria Adelane Monteiro da Silva, Ana Karina Bezerra Pinheiro, Eliany Nazaré de Oliveira, Larisse Kelly Silva Barros, Tâmila Yasmim Lima Ferreira, Maria Jailane Alves de Sousa

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) continuam sendo um desafio importante para a saúde pública, com transmissão principalmente por meio de relações sexuais desprotegidas, mas também por transmissão vertical de mãe para filho. No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), os profissionais desempenham um papel crucial na assistência, especialmente ao considerar as particularidades e vulnerabilidades das mulheres, que podem enfrentar violência, estigmas, preconceitos e desigualdades de gênero. Dessa forma, é fundamental desenvolver ações educativas voltadas para esses profissionais, com ênfase nas questões de gênero, a fim de melhorar o atendimento e reduzir as vulnerabilidades das mulheres às IST. Este estudo relata a experiência de oficinas temáticas desenvolvidas com enfermeiros da APS em um município no interior do Ceará, com o objetivo de discutir as desigualdades nas relações de gênero e suas implicações para a vulnerabilidade das mulheres às IST. As oficinas ocorreram entre maio e setembro de 2022 e contaram com a participação de oito enfermeiros. Durante os encontros, os profissionais refletiram sobre questões de gênero e como essas influenciam o atendimento de saúde. A primeira oficina teve como foco a clarificação de conceitos como sexo, sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual, utilizando materiais dinâmicos e fontes confiáveis. A segunda oficina abordou a construção histórica e sociocultural dos papéis de gênero, com análise de imagens de propagandas e mídias direcionadas às mulheres, promovendo discussões sobre o papel da mulher na sociedade e o impacto do machismo na autonomia feminina. Na terceira oficina, os participantes criaram um plano de ação para implementar as reflexões dos encontros anteriores e planejaram momentos de educação permanente, com foco no aprofundamento dessas questões. Os resultados indicam que, para reduzir as vulnerabilidades das mulheres às IST, é essencial que os enfermeiros adotem uma escuta mais atenta e uma abordagem ampliada, que desafiem as concepções naturalizadas de subordinação das mulheres. Momentos de educação em grupo e atendimentos individuais podem ser estratégias eficazes para promover o empoderamento feminino, com impacto positivo na saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Este estudo reforça a importância de integrar a perspectiva de gênero nas práticas de saúde, especialmente na Atenção Primária, para

que os profissionais possam agir de forma mais sensível e eficaz, contribuindo para a promoção da saúde e bem-estar das mulheres.

ASSISTENTE DE EXTENSÃO NO PROJETO SAÚDE COM AGENTE: UM COMPROMISSO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

Iverson Luan Ferreira Araujo, Ana Paula Grellert, Walter Atalpa de Freitas Neto, Andressa Marques da Silva, Paula Bresolin, Luciane Magalhães Corte Real, Mariangela Kraemer Lenz Ziede, João de Deus Cabral Júnior

O estudo apresentado investiga as aprendizagens na educação a distância (EAD) no contexto de um curso de extensão focado na formação de tutores e supervisores que atuaram no Programa Saúde com Agente (PSA), voltado para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE). O PSA foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em colaboração com o Ministério da Saúde (MS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), com o objetivo de oferecer formação técnica profissional aos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). O curso de formação de tutores e supervisores envolveu 4.000 tutores e 400 supervisores, e foi oferecido em 16 turmas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA Moodle), com 275 cursistas. A Educação a Distância (EaD) proporcionou a democratização do acesso ao conhecimento, permitindo que os participantes, mesmo estando distantes, tivessem acesso à formação. No entanto, um aspecto fundamental da metodologia foi o papel dos Assistentes de Extensão (AEs), que atuaram como mediadores do processo educacional, promovendo o engajamento dos tutores e supervisores e garantindo a qualidade do aprendizado. Os AEs desempenharam funções importantes, desde o suporte técnico em plataformas online até o incentivo à participação ativa nos fóruns de discussão e nas atividades propostas. Eles atuaram como facilitadores, ajudando a construir um ambiente de aprendizado colaborativo. O curso de formação envolveu tanto atividades teóricas a distância quanto práticas presenciais realizadas nos locais de trabalho dos agentes de saúde. A reflexão proposta no artigo se concentra em duas linhas de discussão. A primeira aborda o protagonismo dos AEs nas ações de ensino e extensão, destacando sua contribuição para a formação continuada dos tutores e supervisores. A atuação dos AEs se revelou essencial para a efetivação das ações educacionais e a manutenção da qualidade dos cursos ofertados. A segunda linha de discussão foca na construção de uma comunidade de aprendizagem virtual, envolvendo os AEs e outros pesquisadores vinculados ao projeto. Essa comunidade de aprendizagem teve um caráter interdisciplinar e interinstitucional, o que potencializou o processo de pesquisa e desenvolvimento dentro do projeto, contribuindo para a formação de uma rede de aprendizagem. Conclui-se que a atuação dos AEs foi crucial para o sucesso do programa, impactando positivamente o processo de aprendizagem dos tutores e supervisores, e consequentemente, contribuindo para a formação mais qualificada dos ACS e ACE, elementos-chave para a melhoria dos serviços de saúde no SUS.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

Juliana Vila Real de Quadros, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Carolina Simonetti Zorzi,
Cristiane Gabim Brizola, Igor de Oliveira, Isadora Raquel Medeiros de Araújo,
Júlia Gabriel Silva, Kaiane Fernandes Martins, Rafaela Garcia Fernandes

A vigilância em saúde desempenha um papel crucial na formação do enfermeiro, capacitando-o para realizar ações de promoção e proteção da saúde, bem como de prevenção de doenças, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa prática envolve o planejamento e implementação de medidas de saúde pública, a identificação precoce de problemas de saúde, o monitoramento de agravos existentes e a avaliação da efetividade das ações realizadas. O estudo realizado com os acadêmicos de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) reflete sobre a experiência vivenciada na disciplina “Enfermagem e Vigilância em Saúde”, que integra conhecimentos teóricos e práticos com o objetivo de capacitar os estudantes para a atuação na saúde pública. A metodologia adotada foi descritiva, consistindo em um relato de experiência nos cenários de práticas da disciplina, realizada no primeiro semestre de 2024 com alunos dos 4º e 5º semestres do curso de Enfermagem. A disciplina tem como foco a capacitação dos acadêmicos sobre os princípios básicos do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, desenvolvendo habilidades analíticas e preparando-os para situações de controle e prevenção de surtos e doenças. A parte teórica inclui aulas que fornecem uma base sólida sobre as vigilâncias e suas portarias, enquanto as aulas práticas são realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Santa Maria, onde os alunos participam do cadastramento de domicílios e famílias, permitindo uma análise das características sociais e culturais dos territórios. Os resultados destacam a relevância da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017, que define a vigilância em saúde como o elo principal entre a equipe de saúde e a população. O cadastramento realizado por um dos grupos de estudantes incluiu 12 famílias e 46 pessoas, possibilitando a vivência da realidade local e a identificação das necessidades sociais e culturais que impactam as demandas de saúde. Isso permite uma abordagem mais personalizada no acolhimento e na construção do vínculo entre os profissionais de saúde e a comunidade. As considerações finais ressaltam que a combinação de conhecimentos teóricos e práticos permite aos estudantes compreender a importância da vigilância em saúde na formação do enfermeiro. Isso contribui para a formação de profissionais com uma visão ampla sobre o processo saúde-doença e as demandas dos territórios. Além disso, a análise epidemiológica realizada durante a formação possibilita aos enfermeiros tomar decisões informadas, identificar tendências e implementar intervenções eficazes para melhorar a saúde da população.

FERRAMENTA DIGITAL PARA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS PRECEPTORES NO ENSINO MÉTODO CENTRADO DO EDUCANDO

Karine Detes Canto, Michelle Adrienne da Costa de Jesus, Gabriela Moço de Azevedo, Marianne de Lira Maia, Jacqueline Oliveira de Carvalho, Tatiane Ribeiro de Almeida, Alessandra Pimentel Barbosa Pinto de Mattos, Letícia Vieira Lourenço, Igor Cruz de Azeredo

O Programa de Residência em Enfermagem de Família e Comunidade da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (PREFC/SMS-Rio) utiliza a plataforma digital Moodle para apoiar o ensino-aprendizagem dos enfermeiros preceptores, permitindo uma flexibilidade de acesso ao conteúdo na modalidade assíncrona, respeitando as exigências cronológicas do curso. O curso “Método Centrado no Educando”, disponibilizado na plataforma, é estruturado em quatro componentes fundamentais: o primeiro consiste em avaliar as necessidades dos residentes, explorando lacunas e metas, considerando suas áreas profissionais e experiências pessoais; o segundo, entender o residente como uma pessoa íntegra, reconhecendo suas vivências, sentimentos e saberes que impactam no percurso formativo; o terceiro, elaborar um plano conjunto de aprendizagem, que envolva tanto o preceptor quanto o residente, alinhando necessidades e objetivos de ambos; e o quarto, intensificar a relação preceptor-residente, fortalecendo o vínculo e a escuta ativa, aspectos essenciais para o desenvolvimento do relacionamento interpessoal. A plataforma Moodle oferece diversas ferramentas pedagógicas, como fóruns de discussão, feedbacks da tutoria e lembretes de prazos, aumentando a eficácia do aprendizado e permite aos preceptores revisar o material sempre que necessário. Ao final do curso, os preceptores devem elaborar um plano de acompanhamento do residente com base no método centrado no educando e compartilhar suas experiências de planejamento e execução nas interações dos fóruns. Dessa forma, o curso visa transformar a atuação em saúde ao estreitar a relação entre teoria e prática, personalizando o processo formativo de acordo com as necessidades e vivências individuais dos residentes, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e centrada no educando.

A UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DE ENFERMAGEM DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Karine Detes Canto, Alessandra Pimentel Barbosa Pinto de Mattos, Igor Cruz de Azeredo, Edineia Lazzari, Gabriela Moço Azevedo, Tulio Cesar Padilha, Jacqueline Oliveira de Carvalho, Letícia Vieira Lourenço, Tatiane Ribeiro Almeida

Com o advento da Pandemia de covid-19, tornou-se necessário repensar novas modalidades de gestão e compartilhamento de informações. A utilização de plataformas digitais baseadas em nuvem facilitou o acesso a informações essenciais sobre os residentes, preceptores e a coordenação, contribuindo para as práticas de serviço. No contexto da formação em Programas de Residência,

que exige o cumprimento de 5760 horas ao longo de dois anos, sendo 20% de aulas teóricas e 80% de campo prático (Resolução MEC), o Programa de Residência em Enfermagem de Família e Comunidade da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro adotou, desde 2021, a ferramenta digital SigaEnf (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica). Essa plataforma visa o compartilhamento e a preservação das informações acadêmicas dos enfermeiros residentes ao longo da sua formação. A tecnologia da informação aplicada ao ensino-serviço facilita a desburocratização dos processos de ensino-aprendizagem no campo prático. O aplicativo foi desenvolvido para informatizar e otimizar o controle de frequência, o registro de documentos dos residentes, a submissão de atestados, afastamentos, feedbacks e outros planos relacionados ao processo formativo. A implementação do sistema resultou em uma gestão mais eficiente do tempo, segurança no acesso às informações e maior corresponsabilidade entre residentes e preceptores. A coordenação pode acompanhar o progresso dos residentes, avaliando suas competências, habilidades e atitudes, além de realizar autoavaliações. O sistema também inclui avaliações 360°, como a avaliação do preceptor feita pelo gestor da unidade, declarações de matrícula e conclusão de residência, inserção de atestados, publicações de conteúdo acadêmico, boletins de notas das atividades teóricas, e o portfólio com a carga horária das atividades práticas. Essas ferramentas facilitam o acompanhamento longitudinal dos residentes e o gerenciamento do conteúdo do programa. O desenvolvimento do aplicativo, fundamentado em diretrizes e normas educacionais, visa atender aos fluxos específicos e suas particularidades no âmbito do PREFC/SMS-Rio, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem por meio da disponibilização de funcionalidades que otimizaram a implementação e a disseminação das informações.

A CABANA DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL: UMA DINÂMICA NA OFICINA DO PROJETO PARTICIPA+ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Aldenisia Alves Albuquerque Barbosa, Alessandro Galvão de Brito, Aline Aguiar Freitas de Lima, Amanda Santos de Paiva, Francinete Melo dos Santos, Jane Suely de Melo Nóbrega, Jomara Cíntia de Araújo Carneiro, Suerda Isa Nascimento Teixeira, Francisco Canindé dos Santos

Cada região, município e comunidade guarda sua própria história, refletindo uma diversidade de crenças, culturas e formas de expressão que tornam cada local único. Essas especificidades precisam ser reconhecidas, valorizadas e compartilhadas, especialmente em espaços de troca de saberes que envolvem pessoas de diferentes municípios, como ocorre nas oficinas do projeto PARTICIPA+, uma parceria entre a Organização Pan-Americana de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde e o Centro de Educação e Assessoramento Popular. O projeto visa promover a interação social e a troca de saberes entre Conselheiros Municipais de Saúde e membros de movimentos sociais, participantes da Comissão de Educação Permanente para o Controle Social do SUS do CES/RN, promovendo o intercâmbio de informações e a valorização da cultura local de cada município. Para isso, foi realizada uma dinâmica em que os participantes de 16 municípios da 3ª Região de Saúde se apresentaram, trazendo um objeto ou algo que representasse a história, ou peculiaridade de

seu município. Os participantes, 37% dos usuários, 37% profissionais de saúde, 13% gestores e 13% representantes de movimentos sociais, trouxeram como pontos relevantes de identidade sociocultural atividades econômicas como a produção de sal e energia eólica, além de destacar a pesca, relevante devido à localização no litoral norte do Rio Grande do Norte. Também foram mencionados pontos turísticos religiosos, aspectos naturais, como uma fonte de água cristalina, e a importância política histórica, incluindo o primeiro voto feminino e uma antiga estação de trem usada para

IMPRESINDIBILIDADE DAS ATIVIDADES PRÁTICAS DE VISITA DOMICILIAR NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE RESOLUTIVOS E ADEPTOS AO PRINCÍPIO DOUTRINÁRIO DA EQUIDADE

Pedro Augusto Pimenta de Almeida, Davi Silveira Martins, Leonardo Rosa Monjeló,
Luís Felipe de Lima Rezende, Victor de Carvalho Vaz Ferreira

A compreensão dos determinantes sociais da saúde (DSS) é essencial para o entendimento e a resolutividade do processo saúde-doença, em consonância com o princípio de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), que exige um tratamento individualizado. Em uma escola médica federal do interior de Minas Gerais, durante a disciplina de Sistemas de Saúde, buscou-se reforçar a importância de considerar o contexto socioeconômico do paciente para um atendimento integral e resolutivo, por meio de uma visita à comunidade ribeirinha da microárea da Ilha Brava. A atividade foi organizada em parceria com a unidade de saúde local (ESF) e o agente comunitário de saúde (ACS) responsável pela área. Os estudantes percorreram cerca de 15 quilômetros de ônibus até a margem do rio e, posteriormente, foram transportados de canoa motorizada, única forma de acesso à ilha. Durante a visita, os alunos foram apresentados à geografia, cultura e características socioeconômicas da comunidade, predominantemente rural, além dos desafios enfrentados, como dificuldade de acesso a serviços de saúde devido à distância das unidades de atendimento, acúmulo de entulho, e limitações de locomoção em períodos de cheia do rio. Após a caminhada exploratória, que durou cerca de 40 minutos, os estudantes retornaram à universidade, onde realizaram a elaboração de um Mapa de Saúde e uma análise territorial da área visitada. A atividade foi crucial para consolidar o conteúdo teórico sobre o SUS, além de proporcionar contato direto com uma realidade que reflete as diversidades e desigualdades do cenário nacional, fundamentais para a escolha de tratamentos individualizados. A importância do trabalho do ACS ficou evidente, pois ele viabiliza o acesso de populações marginalizadas, como os ribeirinhos, a serviços de saúde integrais e de qualidade, mesmo diante de limitações geográficas e socioeconômicas. Portanto, atividades práticas que envolvem visitas domiciliares, análise dos DSS e do território são indispensáveis para a formação de profissionais de saúde aptos a compreender as especificidades de cada paciente e a atuar de forma integral, promovendo a equidade e aumentando a resolutividade no SUS, elementos essenciais para a efetividade de um sistema de saúde complexo e diversificado.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES IDOSAS E O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO CONTROLE DESSES CASOS

Iara Fantin Macena

A violência contra a mulher é caracterizada por ações lesivas, sejam físicas, sexuais, patrimoniais, morais ou psicológicas, conforme tipificado pela Lei Maria da Penha, e tem como motivação principal o gênero. Entre os segmentos mais vulneráveis e notificados, destaca-se o de mulheres idosas, que frequentemente enfrentam a ausência de apoio familiar e social. Reconhecendo a violência de gênero como um problema de saúde, é essencial o papel da Atenção Primária à Saúde (APS) na assistência às vítimas, especialmente por meio de atividades educativas e ações protetivas voltadas para os grupos mais vulneráveis, como o de mulheres idosas. Compreender a eficácia da APS na assistência a mulheres idosas vítimas de violência. A revisão integrativa foi realizada utilizando a plataforma Google Scholar, com os descritores “violência doméstica contra mulheres idosas” e “programas de saúde”. Foram selecionados artigos de revisão publicados em português nos anos de 2023 e 2024. Após exclusão de artigos duplicados e que não se relacionavam diretamente ao tema, quatro artigos foram lidos integralmente, a partir de um total de 32 encontrados. Houve consenso entre os artigos quanto ao núcleo agressor ser predominantemente familiar, cujos membros perpetram privação de liberdade e agressões físicas por motivações externas. As principais consequências relatadas incluem dores crônicas e quadros depressivos, demonstrando a correlação entre a violência sofrida e o agravamento das condições de saúde física e mental dessas idosas. A APS foi identificada como elemento fundamental na resposta à violência contra mulheres idosas, desde a identificação precoce até o acompanhamento e apoio contínuo, mesmo na presença de dificuldades de comunicação e confiança entre o agente de saúde e a vítima. A violência contra a mulher idosa se mostra elevada na sociedade brasileira, destacando-se as agressões patrimoniais, físicas e libertárias. A APS apresenta papel indiscutível na percepção desses casos e na promoção da qualidade de vida dessas mulheres, porém urge fomento de especialização dos trabalhadores da saúde e da elaboração de políticas de saúde que atendam com efetividade os casos de violência. Desse modo, por meio da estruturação de uma abordagem integrada e multidisciplinar, entende-se a eficiência da assistência da APS em casos de violência contra as mulheres idosas, garantindo o cuidado necessário para manutenção da segurança e da dignidade das idosas vítimas de violência doméstica.

E-MULTI NO ESPÍRITO SANTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PROGRAMA DE PROVIMENTO FORMATIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ESTADO

Thais Maranhao de Sa e Carvalho, Giovani Zanquetto Olmo, Giovana Machado Souza Simões, Polyana Romano Oliosia, Yasmim Maria Barbosa Gomes de Carvalho

No contexto de reconstrução da Atenção Primária à Saúde pelo governo federal, em maio de 2023 foi criado novo incentivo financeiro para implantação de e-multi no âmbito da APS. Dois anos antes do governo federal retomar essa agenda, a Secretaria de saúde Estado do Espírito Santo implantou um programa de provimento formativo para equipes multiprofissionais ampliadas, dentro do Programa Qualifica-APS,

elaborado e executado pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde, órgão vinculado à SESA-ES. Por meio da cooperação com municípios capixabas, o programa oferta formação em serviço com duração de três anos, na qual municípios ofertam vagas em equipes de APS como cenários de práticas e o Instituto cursos de aperfeiçoamento. Este relato tem como objetivo narrar experiência desse programa inovador que desenvolve práticas interprofissionais na APS em conjunto com as e-multi. Planejada em 2020 e iniciada em abril de 2021, o Programa Qualifica-APS, em seu componente de Provimento formativo visa ampliar o escopo de atuação, qualificar assistência dos profissionais por meio de práticas colaborativas e do trabalho em equipe, além de ampliar e-multi no Estado e garantir o direito à saúde à população. Os profissionais são selecionados a partir de processos seletivos públicos e gratuitos, atuam nas equipes de atenção primária dos municípios por três anos, na qual 80% do tempo (32 horas) são de atividades práticas e 20% (8h) são teórica-práticas. Os profissionais são acompanhados por docentes assistenciais que promovem formação visando integração ensino-serviço-comunidade. Como apoio para a formação docentes e organização das atividades formativas dos cursos de aperfeiçoamento, os docentes realizam atividades de educação permanente em saúde junto às docentes-orientadoras e à coordenação, num período de 4h às 8h por semana. Após dois anos de implantação, há adesão de 50% dos municípios capixabas, em todas as regiões do Estado. Integrando 236 profissionais em cursos de aperfeiçoamento em interprofissionalidade, de 12 diferentes categorias, sendo elas: assistentes sociais, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, nutricionistas, profissionais de educação física, profissionais de gerontologia, psicólogos, sanitaristas e terapeutas ocupacionais. Havendo previsão ainda de participação para arte-educadores, geriatras e psiquiatras. Com o advento do programa, foi possível a criação de novas equipes e/ou ampliação de profissionais em equipes existentes, conforme relato dos gestores municipais. Ademais, foram retomados mais de 100 grupos de educação em saúde com a população: atividade física, saúde mental, reabilitação física/pulmonar e convivência. Há ainda práticas interprofissionais no cuidado às pessoas com hipertensão, diabetes, saúde da mulher, do idoso, saúde mental, a partir de práticas de matriciamento, discussão de casos, atuação conjunta em atividades. As práticas já receberam inclusive premiações em âmbito estadual e nacional (COSEMS-ES e CONASEMS). O processo de reconstrução da APS é premente para efetivação dos direitos constitucionais ao SUS. O programa Qualifica-APS tem sido fundamental para fortalecimento das E-multi no Espírito Santo, com base no cuidado ampliado, interprofissional e descentralizado. Destacamos a importância dos cursos de formação, bem como ampliação e retomada significativa de ações por equipes multiprofissionais na APS, respondendo às necessidades atuais de saúde e Determinações Sociais.

SALA DE ESPERA NA ATENÇÃO BÁSICA: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE A DENGUE

Beatriz Lacerda Campos, Achilles Leal Neto, Ana Luiza de Araújo Trindade Feliciano, Filipo Medeiros Rangel Travassos, Maria Eduarda Sabino Grossi, Samuel Moreira Baltar, Gustavo Alexandre Barbosa da Silva, Denise Mota Araripe Pereira Fernandes

A dengue é uma doença viral transmitida principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti*, mas também por outros do gênero *Aedes*, como o *Aedes albopictus*. Além disso, pode ocorrer transmissão por transfusão de sangue contaminado ou de mãe para filho durante a gravidez, ou parto. Os sintomas incluem febre alta, dores de cabeça, musculares e articulares, dor atrás dos olhos, erupção cutânea e fadiga, podendo evoluir

para formas graves com sangramentos, danos orgânicos e choque. A prevenção baseia-se na eliminação de criadouros de mosquitos e no uso de medidas de proteção pessoal, como repelentes, roupas adequadas e telas em janelas. Não há tratamento específico, sendo o manejo voltado ao alívio dos sintomas e hidratação, com hospitalização em casos graves. Este relato de experiência foi realizado na Unidade de Saúde da Família Doce Mãe de Deus, no bairro Valentina, em João Pessoa (PB), com foco em ações educativas sobre a dengue. A iniciativa ocorreu em 17 de maio de 2024 e utilizou panfletos informativos e a distribuição de chocolates para criar um ambiente acolhedor e participativo. A sala de espera foi transformada em um espaço de educação em saúde, no qual a epidemia de dengue no Brasil foi discutida de forma acessível. Os panfletos elaborados destacaram sintomas, prevenção e informações gerais sobre a doença, incentivando o diálogo aberto entre os participantes e os profissionais de saúde. A abordagem permitiu que os pacientes se sentissem valorizados, mais bem informados e motivados a adotar práticas preventivas. A ação promoveu maior conscientização sobre a dengue, capacitando os participantes e estimulando mudanças comportamentais positivas. O ambiente interativo gerou discussões significativas sobre saúde pública, reforçando a importância da educação em saúde como ferramenta para prevenção de doenças e promoção do bem-estar coletivo. Esta iniciativa reflete o compromisso com a integração ensino-serviço-comunidade, oferecendo cuidados holísticos e incentivando escolhas saudáveis. A experiência demonstra a relevância de abordagens estratégicas e criativas para disseminar o conhecimento, destacando o papel dos estudantes e profissionais de saúde na transformação da realidade local e no fortalecimento da conscientização sobre a dengue.

EDUCAÇÃO PARA A EQUIDADE E INCLUSÃO: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO, ACOLHIMENTO, RESPEITO E VALORIZAÇÃO DE TRABALHADORAS/ES E FUTURAS/OS TRABALHADORAS/ES DO SUS NO SUL DA BAHIA

Alba Lucia Santos Pinheiro, Renato Fontana, Dejeane de Oliveira Silva,
Naiara Maria Santana dos Santos Neves, Chandra Lima Maciel, Carlos Vitório de Oliveira,
Aline Maron Setenta, Nayara Mary Andrade Teles Monteiro

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), em sua 11ª edição, busca fortalecer a integração entre ensino, serviço e comunidade, articulando o Sistema Único de Saúde (SUS) e Instituições de Ensino Superior (IES) para promover a formação e valorização de profissionais, com foco na equidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiências. Entre os projetos contemplados, destaca-se a proposta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), desenvolvida em parceria com as secretarias de saúde de Ilhéus e Itabuna, intitulada “Educação para a equidade e inclusão: construindo estratégias de formação, acolhimento, respeito e valorização de trabalhadoras/es e futuras/os trabalhadoras/es do SUS no Sul da Bahia”. O projeto, que se posicionou em 12º lugar entre 150 propostas nacionais, terá vigência de 2024 a 2026 e está estruturado em cinco Grupos de Aprendizagem Tutorial (GAT), compostos por tutores, preceptores e estudantes de cursos

como Enfermagem, Medicina, Biomedicina, Direito e Ciências Sociais. A iniciativa visa desenvolver competências voltadas à equidade, promover ambientes de trabalho éticos e inclusivos no SUS, produzir conhecimento técnico-científico, combater desigualdades e discriminações no trabalho, e fortalecer a saúde mental e o acolhimento de gestantes e puérperas, além de fomentar o controle social e a atuação de movimentos sociais para a promoção da equidade. Com base na educação permanente em saúde, o projeto busca consolidar práticas interprofissionais e intersetoriais que respondam às necessidades do SUS, contribuindo para a formação de profissionais mais capacitados e para a transformação de ambientes de trabalho em espaços acolhedores e justos.

DESINTOXICAÇÃO DA SÍNDROME DE ABSTINÊNCIA ALCOÓLICA: REDUÇÃO DE DANOS NA CLÍNICA PSICOSSOCIAL DO CAPS AD DE SANTO ANDRÉ

Patrícia Batista Alves Teixeira, Mayra Yume, Emilio Inocente, Gabriela Roberto

O uso excessivo, abuso e dependência de álcool são questões de grande relevância para a saúde pública devido às graves consequências associadas a esses comportamentos, incluindo danos ao sistema nervoso central e taxas de mortalidade que variam de 5 a 25%. A Síndrome de Abstinência Alcoólica (SAA), desencadeada pela redução ou privação do consumo de álcool, representa um desafio crítico no contexto clínico, especialmente para os profissionais do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), devido ao risco de complicações graves, incluindo óbito. No CAPS AD Bárbara da Silva Santos, em Santo André (SP), a criação e implementação de um Protocolo de Desintoxicação, desenvolvido por enfermeiros, médicos e a equipe multidisciplinar, surgiu como uma estratégia para manejar a SAA e reduzir eventos adversos. O protocolo foi elaborado a partir de revisão bibliográfica, discussão técnica, análise de evidências científicas e avaliação de normativas legais, culminando em reuniões periódicas com representantes das diferentes áreas da equipe. Sua construção incluiu aspectos éticos e técnicos, a definição de critérios para inclusão e exclusão de pacientes, e a organização dos recursos físicos, materiais e medicamentos necessários. Após a elaboração, a equipe foi capacitada para aplicar o protocolo, abrangendo conceitos de SAA, manejo clínico para inclusão e exclusão de pacientes, monitoramento com a escala CIWA-AR e integração com a rede de urgência e emergência, como SAMU e UPA, quando necessário. O protocolo garante uma abordagem integral, organizando o projeto terapêutico pós-desintoxicação e envolvendo familiares ou pessoas de apoio. A experiência tem demonstrado resultados positivos, alinhando-se aos princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica, do Modelo de Atenção Psicossocial e da Redução de Danos, promovendo cuidados clínicos e psicossociais efetivos aos usuários em SAA. A estruturação e capacitação da equipe, bem como o suporte de recursos adequados, foram essenciais para a eficácia do protocolo, otimizando o manejo clínico e os encaminhamentos na rede de assistência, com impacto direto na qualidade do cuidado oferecido.

TREINAMENTO PARA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E CUIDADOS DE LESÃO POR PRESSÃO EM PACIENTES HOSPITALIZADOS

Georgia Favoretti Galimberti, Maria Eduarda Pereira da Silva Sacht, Taynara Pereira Bicarior

As lesões por pressão (LPP) são um desafio importante para a equipe de enfermagem e para a qualidade do cuidado ao paciente, exigindo treinamento adequado para garantir eficácia na prevenção. Este relato descreve uma experiência vivenciada por estudantes do oitavo período de Enfermagem de uma instituição privada durante o estágio supervisionado em abril de 2024, em um hospital filantrópico. A iniciativa surgiu a partir da demanda da enfermeira do setor de treinamento assistencial, que identificou a necessidade de uma ação educativa com a equipe de enfermagem sobre prevenção de LPP e registros em prontuário. Optou-se por uma abordagem dinâmica e objetiva, considerando a rotina intensa dos profissionais. Com o apoio dos preceptores, os 12 estudantes planejaram uma intervenção interativa, utilizando uma roda e um dado com perguntas sobre LPP para identificar dificuldades na prevenção e tratamento. Além disso, foi criado um QR code contendo informações essenciais para auxiliar nas evoluções dos pacientes, promovendo maior eficiência no registro. Durante a atividade, foi aberto um espaço para sanar dúvidas e discutir os desafios enfrentados pelos profissionais na assistência a pacientes hospitalizados. Embora os colaboradores demonstrassem conhecimento sobre o uso de coberturas e a disponibilidade de insumos, apontaram a deficiência de pessoal, alta rotatividade e afastamentos como fatores que sobrecarregam a equipe, prejudicando a humanização do atendimento, especialmente para pacientes do SUS. A experiência permitiu que os estudantes ampliassem sua compreensão sobre a relevância da prevenção de LPP, que representam um problema de saúde pública global com impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes, além de serem uma questão econômica e social importante, reforçando a necessidade de boas práticas e assistência humanizada.

DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM PARA LACTENTE COM INFECÇÃO DE VIAS AÉREAS INFERIORES: RELATO DE CASO

Natally da Silva Rossetto, Tailine Bonfá da Silva, Elisângela Barbosa Silva Ferreira, Beatriz Macedo de Melo, Milena amanda Pereira dos Santos Silva, Umbelina vieira de Macedo, Elizabet chaves chimenes Brito, Mayara Carolina Cañedo

As Infecções das Vias Aéreas Superiores (IVAS) são frequentes em lactentes devido ao contato com vírus e bactérias, especialmente em estações do ano como inverno (frio e seco) e primavera (umidade e chuvas). Este relato objetiva elaborar diagnósticos de enfermagem baseados na Teoria das Necessidades Humanas Básicas, de Wanda de Aguiar Horta, utilizando as terminologias padronizadas da NANDA International Nursing Diagnoses: Definitions and Classification, para uma lactente com Infecção de Vias Aéreas Inferiores (IVAI). O caso foi conduzido na clínica escola de uma faculdade

particular em Dourados, Mato Grosso do Sul, na disciplina de Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente, em abril de 2024. A responsável pela lactente leu, discutiu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A paciente, O. R., de oito meses, nasceu de parto cesáreo e precisou de manobras de reanimação e internação em UTI neonatal por 72 horas. Desde os seis meses, ao iniciar a frequência em um Centro de Educação Infantil devido ao fim da licença maternidade da mãe, apresentou sintomas respiratórios recorrentes e atualmente está em uso do segundo antibiótico por via oral. No dia da consulta, não apresentou alterações nos sinais vitais, e o exame físico não revelou anormalidades. Os diagnósticos de enfermagem identificados foram: risco de infecção, desobstrução ineficaz das vias aéreas e fadiga. Como intervenções, foram realizadas orientações sobre o uso de soro fisiológico para higienização nasal, nebulizações com soro fisiológico, administração das dietas em horários distintos do leite materno, e armazenamento e administração adequados do antibiótico. Além disso, foram destacados sinais de agravamento, agendado retorno para acompanhamento e reforçada a importância de manter o calendário vacinal em dia. Este caso destaca a relevância do Processo de Enfermagem nas consultas, uma vez que sua implementação cientificamente embasada promove qualidade no cuidado prestado à criança e à sua família. Frequentemente, o enfermeiro enfrenta desafios semelhantes, evidenciando a necessidade de constante aperfeiçoamento profissional para oferecer uma assistência eficaz e humanizada.

A VISITA DOMICILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE INVESTIGAÇÃO DE MAUS TRATOS A PACIENTES PSIQUIÁTRICOS

Ana Caroline Gomes de Miranda Linhares, Ana Vitória dos Santos Lima Queiroga, Sayd Abrantes de Lima Pereira, Ana Carla de Arruda Pessoa, Maria Eduarda de Azevedo Galdino Benevides Silva, Larissa Medeiros Maia Leão, Alexandra Lays Oliveira Viana Barreto Pacine

O cuidado em saúde mental é complexo e requer acompanhamento contínuo, multidisciplinar e familiar. Nesse contexto, as visitas domiciliares desempenham um papel crucial na avaliação do contexto biopsicossocial e familiar dos usuários. Este relato tem como objetivo ilustrar a importância dessas visitas como ferramentas para investigar maus-tratos no âmbito da atenção primária à saúde. O relato é baseado em uma vivência específica durante um atendimento domiciliar em saúde mental no município de João Pessoa (PB), realizado com uma paciente atendida pela Unidade de Saúde da Família (USF) Mandacaru IX. Em março de 2024, estudantes do 7º período do curso de Medicina, participantes de um estágio na disciplina que integra o serviço-ensino-comunidade, foram designados para acompanhar um atendimento médico domiciliar. Durante a manhã, o grupo foi direcionado para realizar a consulta de uma paciente com diagnóstico de esquizofrenia, com o objetivo de avaliar a adesão ao tratamento e o suporte familiar. Ao chegar à residência da usuária, observou-se um quadro alarmante de descaso e cuidados inadequados por parte da família. A paciente, que apresentava hipotensão, rebaixamento do nível de consciência e dificuldades de comunicação, encontrava-se em condições precárias de higiene, isolada em um ambiente pequeno e escuro, cercado por grades,

sem interação social ou familiar. A paciente dormia sobre uma bancada de tijolos e concreto, sem colchão ou roupa de cama, em um ambiente que mais se assemelhava a uma prisão. Além disso, os familiares relataram tentativas de sedação da paciente com altas doses de benzodiazepínicos. Diante dessa situação de maus-tratos, a ocorrência foi imediatamente notificada ao Centro de Referência de Assistência Social para que fossem tomadas as providências cabíveis. A vivência evidenciou uma situação de extrema vulnerabilidade social e expôs as formas de negligência e desamparo vividas por pacientes com doenças psiquiátricas. A experiência também trouxe à tona a crueldade das sequelas deixadas pela assistência à saúde manicomial, uma herança de um passado ainda recente. Nesse sentido, ficou claro o papel essencial das visitas domiciliares para garantir o acompanhamento contínuo dos usuários, promovendo seu bem-estar e oferecendo cuidado humanizado.

PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Amanda Actis Silva, Cammille Bittencourt da Cruz, Moacir Lira de Oliveira

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento, complexo e multidimensional, que pode afetar áreas como comunicação, socialização e comportamento, resultando em padrões restritivos e repetitivos. Esses comprometimentos podem impactar significativamente a qualidade de vida do paciente e de sua família, especialmente se não houver diagnóstico precoce e tratamento contínuo. No Brasil, o aumento dos diagnósticos de TEA, tanto na primeira infância quanto na vida adulta, tornou o transtorno uma questão de relevância crescente no âmbito da saúde pública, exigindo profissionais capacitados, incluindo os enfermeiros, que desempenham papel fundamental no atendimento dessa população. Nesse contexto, o presente projeto de pesquisa busca explorar as percepções dos estudantes de enfermagem sobre o TEA, destacando a importância da formação desses profissionais para oferecer uma assistência adequada a pessoas com autismo. Compreender como os estudantes de enfermagem percebem o Transtorno do Espectro Autista e, como objetivos específicos, descrever como identificam os principais sinais e sintomas do TEA, além de investigar em qual momento durante a graduação o tema é abordado. Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa, a ser realizada com alunos do curso de enfermagem de uma instituição de ensino superior localizada na cidade de Alagoinhas, Bahia. Para a coleta de dados, será utilizado um questionário contendo três perguntas subjetivas, cujas respostas serão transcritas simultaneamente pelas pesquisadoras. O material coletado passará por uma análise temática em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, seguidos de uma interpretação para reflexão futura. Espera-se identificar o nível de conhecimento dos estudantes sobre o autismo, gerando novas discussões e pesquisas que possam intensificar a formação acadêmica e aproximar os futuros enfermeiros da temática, visando qualificar a assistência prestada a indivíduos com TEA.

LIGA ACADÊMICA COMO DISPOSITIVO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA NA COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Pedro Paulo Mussu Costa, Yuri Costa de Freitas, Aline Assunção da Costa, Arthur Henrique Araújo Ferreira, João Ferreira da Silva Junior, Leila Fernanda Silva de Oliveira, Gabriela Iris Correa Viana, Allan Vítor da Silva Gonçalves, Pedro Lucas Carrera da Silva

Ligas Acadêmicas são associações formadas por graduandos, profissionais e professores com o objetivo de aprofundar conhecimentos em áreas específicas, promovendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Outubro Rosa é uma campanha internacional de conscientização sobre o câncer de mama (CAM), que ocupa o segundo lugar entre os tipos de câncer mais comuns no mundo e é o mais prevalente entre as mulheres no Brasil. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de atividades de extensão universitária realizadas por uma Liga Acadêmica durante a Campanha do Outubro Rosa, na Região Norte do Brasil. Este estudo é um relato de experiência sobre as atividades de extensão universitária realizadas pela Liga Acadêmica Interdisciplinar de Cancerologia (LICAN) durante a Campanha do Outubro Rosa de 2023, na cidade de Belém, Estado do Pará. Para a realização das atividades, os graduandos da LICAN participaram de uma capacitação conduzida por uma equipe multiprofissional de saúde de um centro de referência no tratamento de câncer. O treinamento abordou temas como a conscientização sobre o câncer de mama, sinais e sintomas, epidemiologia, métodos de rastreio e a importância do autoexame. Com esse conhecimento, os membros da liga acadêmica conduziram palestras em empresas e escolas e realizaram ações de educação em saúde em uma Unidade Municipal de Saúde e em uma praça pública no centro de Belém. As ações realizadas impactaram significativamente o público, gerando um aumento no interesse sobre o tema. As palestras permitiram que muitas pessoas, especialmente mulheres de diversas faixas etárias, refletissem sobre os fatores de risco do câncer de mama e reconhecessem que se enquadravam em muitos desses fatores. Mesmo o público masculino, que não era o principal alvo da campanha, demonstrou interesse e se capacitou junto com as mulheres para compartilhar o conhecimento com as mulheres de suas famílias. Além disso, as atividades proporcionaram o desenvolvimento de habilidades em educação em saúde entre os acadêmicos, preparando-os para o atendimento adequado de pacientes com suspeita ou diagnóstico confirmado de câncer de mama. As ligas acadêmicas desempenham um papel fundamental na Campanha do Outubro Rosa, promovendo a conscientização sobre o câncer de mama e impactando positivamente a população. No entanto, a falta de integração entre hospitais de ensino e as ligas acadêmicas ressalta a necessidade urgente de estabelecer uma conexão mais estreita entre essas entidades. Isso ampliaria o alcance das ações de educação em saúde, beneficiando um número ainda maior de pessoas na população paraense e brasileira.

BUSCA ATIVA DE SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS , UTILIZANDO FERRAMENTAS DE GEORREFERENCIAMENTO NO ENFRENTAMENTO A TUBERCULOSE

Marcelia Alves de Souza Martins

A tuberculose é uma das principais doenças que afetam a saúde pública, exigindo ações estratégicas e o uso de ferramentas eficazes para o controle da doença. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), em 2018, cerca de 10 milhões de pessoas desenvolveram tuberculose, e 1,451 milhões faleceram devido à doença. Este estudo foi realizado em uma unidade de Atenção Primária à Saúde na área Programática 5.1 no município do Rio de Janeiro, onde a Estratégia de Saúde da Família se destaca como uma importante ferramenta para a detecção precoce e oportuna dos casos de tuberculose. A plataforma GEOTB, que utiliza o georreferenciamento dos casos de tuberculose, foi fundamental para identificar as áreas com maior concentração da doença. Com isso, as equipes de Saúde da Família se concentram na busca ativa de Sintomáticos Respiratórios (SR), identificados e georreferenciados através dos dados da Secretaria Municipal de Saúde. A análise dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) permite mapear as áreas com maior incidência da doença, possibilitando a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como protagonistas nas ações educativas e na promoção de saúde. A recomendação para a busca ativa de Sintomáticos Respiratórios (SR) é de 1% da população, conforme o Manual de Recomendações da Tuberculose do Ministério da Saúde. As equipes de saúde realizam a análise semanal dos dados no GEOTB, e, com base nesses dados, elaboram planos de ação para realizar a busca ativa dos SR nas áreas com maior risco. As ações educativas, que incluem tendas, folders e cartazes explicativos sobre a doença, mitos, estigmas, e o tratamento da tuberculose, são realizadas mensalmente nas áreas elegíveis. Durante essas ações, as amostras para o exame BAAR são coletadas, e os insumos necessários para os procedimentos laboratoriais são utilizados. Essas atividades são realizadas em pontos estratégicos como bares, mercados, escolas, e Associações de Moradores, em colaboração com as redes comunitárias locais e os atores sociais do território. O trabalho evidencia a importância do uso de ferramentas como o georreferenciamento para o controle da tuberculose, permitindo a quebra do ciclo de transmissão e o tratamento oportuno dos casos. A análise da distribuição espacial dos casos de tuberculose revela que a doença está concentrada em áreas com altas vulnerabilidades sociais. Assim, é essencial que o planejamento e a gestão das ações de saúde considerem as condições de moradia, saneamento básico e insegurança alimentar, enfrentando as mazelas sociais desses locais de risco. A participação dos atores sociais e o trabalho intersetorial são fundamentais para o sucesso das ações, contribuindo para a melhoria dos indicadores de SR, aumento da taxa de cura e a redução das interrupções do tratamento, garantindo uma abordagem mais eficaz no controle da tuberculose.

O CUIDADO PELO AVESSO: BORDANDO ENCONTROS NA POLÍTICA PÚBLICA

Gabriela da Cruz Miranda

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre as práticas de cuidado presentes nas políticas públicas de saúde e assistência social, com especial ênfase na atuação da psicologia nesse contexto. A partir da análise das heranças coloniais, observa-se que muitas das práticas de cuidado reproduzem lógicas de dominação, como o sexismo e o racismo, perpetuando formas de violência e controle. Essas práticas, embora institucionalizadas, ainda refletem uma perspectiva universal que tende a homogeneizar experiências, desconsiderando as especificidades e necessidades dos sujeitos. A psicologia, nesse campo, desempenha um papel importante ao validar conceitos de padronização e práticas disciplinadoras, muitas vezes sem questionar as estruturas de poder e as normas impostas pelos sistemas de saúde. O trabalho busca questionar esse conceito de cuidado, propondo um olhar atento às formas de acolhimento que desafiem essa lógica colonizadora, através da ideia de “encontro”. O encontro é visto como uma ferramenta potencializadora das relações, permitindo o reconhecimento das vozes distintas e a construção de um diálogo que respeite as diferenças. Para embasar essa discussão, são utilizados os referenciais teóricos da saúde coletiva, dos estudos decoloniais e, especialmente, do feminismo negro, com contribuições de autoras como Patricia Hill Collins, bell hooks e Audre Lorde. Essas pensadoras oferecem um novo olhar sobre o cuidado, desafiando a visão hegemônica e propondo práticas de escuta que reconheçam e validem as experiências de indivíduos marginalizados. A metodologia adotada para essa reflexão é a escrita narrativa, que busca não apenas cartografar as vivências nos serviços públicos de saúde, mas também iluminar passagens e experiências que, à primeira vista, podem parecer banais, mas que, no contexto do cuidado, revelam novas formas de relacionar e de viver a alteridade. Ao narrar essas cenas cotidianas, o trabalho propõe uma reconfiguração do cuidado, onde o sujeito não emerge apenas pela via da autonomia pessoal, mas como parte de uma construção coletiva de existência. O “cuidado às avessas” que se propõe aqui não se fundamenta nas práticas tradicionais e institucionais de cuidado, mas sim nas pequenas ações, muitas vezes imperceptíveis ou desconsideradas, que geram vínculos e possibilitam o florescimento da vida em sua totalidade. Ao se afastar das práticas impositivas e normativas, esse modelo de cuidado amplia o tempo e as possibilidades de experiência, permitindo que as relações se entrelacem sem a necessidade de fixação de sentidos, mas sim através de “encruzilhadas” de formas de habitar o comum. Dessa forma, o trabalho propõe uma reflexão sobre o cuidado que valida todas as formas de existência e possibilita que a vida seja experienciada em sua plenitude.

CONSULTA COLETIVA DE GESTANTE: UMA EXPERIÊNCIA DE ENFRENTAMENTO A MORTALIDADE MATERNO FETAL E INFANTIL NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Marcelia Alves de Souza Martins, Tandara Machado Outeiro

Este relato de experiência descreve a realização de consultas coletivas de gestantes em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) na área Programática 5.1, no município do Rio de Janeiro. O objetivo dessas consultas é promover o desenvolvimento saudável da gestação, oferecendo orientações em rodas de conversa e realizando a avaliação da gestante por uma equipe multiprofissional. Esse modelo de cuidado visa garantir um parto com menores riscos para a mãe e o bebê, por meio de uma abordagem que integra as consultas coletivas ao acompanhamento regular de pré-natal. As consultas coletivas acontecem semanalmente e envolvem uma equipe multiprofissional composta por Agentes Comunitários de Saúde, enfermeiros (com uma enfermeira como referência), técnico de enfermagem, psicólogo, assistente social e educador físico. Em cada encontro, a equipe de enfermagem monitora sinais vitais, como peso, altura uterina, batimento cardíaco fetal, além de identificar possíveis sinais de alerta. Durante os seis primeiros encontros, são abordados temas como pré-natal, direitos da gestante, depressão durante e após a gravidez, nutrição saudável, uso de medicamentos e atividade física na gestação, trabalho de parto, aleitamento materno, cuidados com o recém-nascido e práticas integrativas e complementares, como a Shantala. A participação do pai ou de outra pessoa da rede de apoio também é incentivada. O sétimo encontro, chamado de “Chá de Formatura”, marca o encerramento do ciclo de consultas, proporcionando um momento festivo e participativo para as gestantes e suas famílias. A consulta coletiva contribui significativamente para a redução da mortalidade materna, fetal e infantil, fortalecendo o vínculo das gestantes com a UAPS e garantindo um número maior de consultas, acolhimento e segurança para as gestantes, além de facilitar o retorno à unidade em casos de sinais de alerta. Além disso, as consultas coletivas promovem um ambiente acolhedor, onde as gestantes podem compartilhar experiências e informações. A equipe multiprofissional também utiliza técnicas de relaxamento e dinâmicas de grupo, criando um espaço socializador que fortalece a assistência humanizada. Ao integrar essa abordagem ao pré-natal regular, as consultas coletivas contribuem para a ampliação da cobertura de pré-natal e para a promoção de um cuidado integral à mulher e seu bebê, rompendo com o modelo biomédico tradicional e estabelecendo um modelo assistencial mais humanizado e centrado no sujeito. Esse modelo inovador de cuidado representa um avanço na assistência à saúde da mulher, promovendo um acompanhamento mais próximo, humanizado e multidisciplinar durante o período gravídico e puerperal.

A EXPERIÊNCIA DO COAPES EM PORTO ALEGRE

Rafaella Codeim Dresch, Frederico Viana Machado

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de mestrado em andamento que visa descrever a experiência do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES)

no município de Porto Alegre. O COAPES, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.127/2015, tem como objetivo orientar a pactuação de integração entre ensino, serviço e comunidade (IESC) nos municípios ou regiões de saúde, e é especialmente relevante para a abertura de novos cursos de Medicina em instituições de ensino superior privadas, conforme a Portaria Interministerial nº 1.369/2013. A pesquisa visa compreender como o COAPES é implementado em Porto Alegre e quais elementos estruturantes tornam essa experiência distinta, observando também a atuação de outros municípios da região metropolitana. A pesquisa foi iniciada com um levantamento de documentos e atos normativos do poder executivo municipal, estadual e nacional sobre a IESC. Esse levantamento possibilitou a criação de uma linha do tempo que orienta os marcos históricos da estruturação da IESC no município. Foi realizado também um mapeamento das relações que envolvem a IESC, iniciando com uma reunião com o Comitê Executivo do COAPES, o que contribuiu para a definição da metodologia de pesquisa e para o entendimento do campo de atuação dos atores sociais envolvidos. Uma das observações relevantes até o momento foi a escassez de produção científica sobre o COAPES, o que torna urgente a discussão sobre sua aplicação e execução nos territórios de saúde. Em Porto Alegre, o histórico movimento de organização da IESC, iniciado em 2011, foi destacado como um ponto-chave da experiência. Os Distritos Docentes Assistenciais (DDAs) e as Comissões de Gestão e Acompanhamento Local (CGALs) são instrumentos de gestão da IESC nos territórios de saúde do município e têm papel central na execução do COAPES. Além disso, a territorialização do cuidado em saúde e a efetiva integração do SUS com a IESC são aspectos que se destacam na prática local. A pesquisa tem como objetivo oferecer uma descrição detalhada sobre a experiência da IESC em Porto Alegre, destacando a metodologia utilizada para sua execução, que se mostrou estruturante para o sucesso do COAPES na cidade. A pesquisa também buscará compreender os fatores e atores sociais que influenciam a dinâmica de execução do contrato e, além disso, revisar a literatura científica sobre o COAPES. O trabalho propõe uma reflexão sobre a importância de um investimento mais profundo nesse tema, considerando os mecanismos de monitoramento e avaliação que regem esses contratos, e como eles podem aprimorar as políticas de integração entre ensino, serviço e comunidade no SUS.

OFICINAS DE ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL INDÍGENA: EXPERIÊNCIAS NO DSEI ALTO RIO SOLIMÕES

Maria Eunice Waughan da Silva, Janayla Bruna Oliveira de Aguiar, Lusbriela Oliveira Lopes, Meiry de Souza Lopes

Este trabalho compartilha a experiência das oficinas de alimentação tradicional realizadas pelas equipes multiprofissionais de saúde indígena do DSEI Alto Rio Solimões, destacando a importância da soberania alimentar para os povos indígenas. O cuidado em saúde com os povos originários está diretamente ligado ao respeito pelos seus modos de vida, e, no campo da nutrição, garantir uma alimentação saudável passa pela preservação da floresta, das águas e pela implementação de políticas públicas que combatam o acesso excessivo a produtos ultraprocessados. As oficinas de alimentação tradicional têm um papel central na educação permanente, tanto para a população indígena quanto para

a equipe de saúde, funcionando como espaços de aprendizado mútuo sobre alimentos regionais, modos de preparo e restrições dietéticas conforme a fase da vida. Após as rodas de conversa, ocorre a partilha dos alimentos, fortalecendo os vínculos entre comunidade e profissionais de saúde. Para os profissionais, essas oficinas também são espaços de educação permanente, proporcionando o conhecimento sobre a cultura alimentar indígena e a experiência de novos sabores, como a fruta moela de mutum e o pé de Jaboti. Contudo, nas comunidades mais distantes dos centros urbanos, a variedade de frutas da floresta é maior, enquanto nas áreas mais próximas aos municípios, o acesso a alimentos in natura é mais limitado, afetando principalmente o paladar das crianças, que muitas vezes preferem consumir produtos como café com biscoito ao invés de mingau de banana, mesmo quando este está disponível. Esses desafios evidenciam a necessidade de fortalecer o acesso a alimentos tradicionais, especialmente nas comunidades mais próximas de centros urbanos. Os resultados das oficinas incluem o fortalecimento do vínculo entre a comunidade e a equipe de saúde, com o ato de compartilhar alimentos e o aprendizado mútuo, contribuindo para a construção de um cuidado integral. Exemplos de aprendizagem surgem de relatos, como o de um idoso que compartilhou o uso de uma semente de árvore alta, utilizada como remédio caseiro para proteger o organismo antes de consumir qualquer fruta do mato, e de mulheres que mencionaram que as puérperas Ticuna evitam consumir peixe de couro, preferindo os peixes de escama, como sardinha e curimatã, fato confirmado durante as visitas domiciliares, quando as puérperas estavam consumindo caldo de peixe de escama. A manutenção e o fortalecimento dessas oficinas são essenciais para promover um diálogo contínuo entre os profissionais de saúde e as comunidades indígenas, qualificar a equipe de saúde com um olhar integral sobre os modos de vida e as práticas culturais indígenas e, ao mesmo tempo, preservar e promover a soberania alimentar dos povos originários, estreitando a integração entre a comunidade e o sistema de saúde.

PRECEPTORIA, CONSTITUINDO O SUS COMO UMA ESCOLA

Bruno Felipe Ferreira Lopes, Kaio Marcel de Souza Henriques, Kétinan Gomes Silva,
Camila Oliveira Nunes, Anne Caroline Santos, Iêda Maria Fonseca Santos

A Coordenação de Integração da Educação e do Trabalho na Saúde (CIET) é responsável pelo ordenamento dos campos de prática da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), sendo uma referência no estado na promoção de estratégias de integração ensino-serviço. Isso ocorre por meio da regulação de estágios entre as Instituições de Ensino Superior conveniadas com a SESAB e os Estabelecimentos de Saúde, tanto sob gestão direta quanto indireta, sempre com o compromisso de garantir uma formação em saúde alinhada às políticas públicas e aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Para que a CIET consiga planejar adequadamente o processo de integração ensino-serviço e a formação em saúde, é fundamental compreender profundamente o perfil dos preceptores atuantes na SESAB. Embora a preceptoria seja uma prática bastante utilizada no campo da saúde, ela ainda é pouco abordada na literatura e na legislação existente. O objetivo deste relato de experiência é registrar a criação de estratégias para o conhecimento dos profissionais que atuam como preceptores, instrutores de estudantes em formação. A metodologia adotada consistiu na elaboração de um questionário sociopedagógico

sobre o perfil dos preceptores da Rede SESAB, desenvolvido pelos residentes Multiprofissionais de Gestão da Educação e do Trabalho da ESPBA, em Salvador (BA). O monitoramento, a avaliação e a regulação dos campos de prática são competências da CIET, que devem ser executadas de forma holística e com qualidade, abrangendo todos os envolvidos no processo de formação em saúde. Com isso, surgiu a ideia de criar um instrumento avaliativo para nortear a CIET na compreensão dos aspectos sociais e pedagógicos dos preceptores, essenciais na mediação do conhecimento e no fortalecimento das aprendizagens práticas dos estudantes. O formulário desenvolvido aborda questões que ajudam a CIET a compreender as características dos preceptores da Rede SESAB, como sexo, cor, identidade de gênero, facilitando a criação de ações que incentivem a inclusão de minorias. Além disso, a coleta de informações sobre o número de alunos acompanhados por cada preceptor e as modalidades de estágio realizadas permite à CIET definir limites de capacidade pedagógica e a necessidade de cursos de qualificação para preceptores. Considera-se que o preceptor precisa de apoio para aprimorar sua formação didático-pedagógica, possibilitando o desenvolvimento de suas competências e, consequentemente, uma melhor formação para os estudantes. Compreender as características dos preceptores é fundamental para a criação de políticas públicas que estimulem a melhoria da qualidade da formação em saúde, conforme estabelece a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

ESTRATÉGIAS PARA RECUPERAÇÃO DAS COBERTURAS VACINAIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA – ES

Tatiane Comerio, Ariane Silva Carvalho, Carolina Strauss Estevez Gadelha, Charlla de Jesus Medeiros, Fabiana Turino, Fabíola Fernandes Bersot Magalhães, Isabelle Venturini Signorelli, Maria Angélica Carvalho Andrade, Etherl Leonor Noia Maciel

A consolidação do Programa Nacional de Imunização (PNI) enfrenta inúmeros desafios na prática de saúde, exigindo criatividade para alcançar as metas de cobertura vacinal. Esse cenário se agravou a partir de 2017, com a queda nas coberturas vacinais, um problema que se intensificou durante a Pandemia de covid-19 e foi impulsionado pela crescente onda de movimentos antivacinas e pela propagação de informações falsas nas mídias sociais. Em resposta a esses desafios, o Programa Municipal de Imunização (PMI) de Vitória, no Espírito Santo, implementou diversas ações, como vacinação extra-muro, ampliação de horários, capacitações e parcerias interinstitucionais. O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir a sistematização de ações ampliadas para recuperar as coberturas vacinais no município. Trata-se de um relato de experiência baseado no planejamento de ações previstas no plano municipal de recuperação das coberturas vacinais, com foco na ampliação do acesso da população, na aquisição de novas tecnologias e na qualificação da rede de serviços de saúde, incluindo as equipes de medicina e segurança do trabalho, com ênfase na leitura básica da caderneta de vacinação, visando ampliar o conhecimento em vacinação. O município de Vitória, capital do Espírito Santo, conta com 83 equipes de estratégia de saúde da família, cobrindo 80,89% da população, e dispõe de uma Central de Imunobiológicos e 28 salas de vacina, cada uma com um enfermeiro capacitado, responsável por organizar as ações de vacinação conforme as características locais. O PMI, em conjunto com as equipes

de saúde, iniciou ações de vacinação extramuro, firmou parcerias com outras secretarias e lideranças comunitárias, e ampliou a oferta de vacinas de rotina e de campanhas, incluindo a abertura das salas de vacina em horários estendidos durante a semana, finais de semana e feriados, garantindo maior acesso à população, especialmente aos trabalhadores. Além disso, foram adquiridos tablets 4G, notebooks para registros online e materiais lúdicos como fantasias de Zé Gotinha, camisetas e pins. O PMI também firmou uma parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo e a Escola Técnica do SUS para promover capacitação em sala de vacina aos profissionais de saúde da rede e das equipes de medicina e segurança do trabalho em empresas, focando na leitura básica da caderneta de vacinação. Os resultados incluem o aumento das coberturas vacinais das vacinas de rotina, fruto de um trabalho contínuo e estratégico desde 2017, que assegura o direito à saúde dos usuários.

REINVENÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA DA FIOCRUZ BRASÍLIA: CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÃO

Olga Maria de Alencar, Rosalia Souza Gomes, Mayara Suelirta da Costa, Kelly Dandara da Silva Macedo, Daniel Marcos de Sousa Santos, Luciana Tavares Barbosa, Osvaldo Peralta Bonetti

No campo da formação em saúde, é imprescindível a reformulação dos modos de ensinar. A reflexão sobre a prática pedagógica tem exigido o uso de métodos dialógicos capazes de gerar transformações tanto nos educandos quanto em nós, enquanto docentes. Este texto busca compartilhar os afetos produzidos em nossa prática ao nos desafiar a utilizar metodologias participativas e emancipatórias no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Escola de Governo Fiocruz Brasília. Nesse exercício diário de repensar formas alternativas de formação, experimentamos uma abertura para vivências únicas, em um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização. Nossa abordagem teórica é fundamentada nos princípios da educação popular em saúde, que incluem participação, afetividade, criatividade, problematização, autonomia e a valorização do saber popular, promovendo reflexões críticas em diálogo com as necessidades dos educandos. O objetivo deste relato é compartilhar nossas experimentações pedagógicas, refletindo sobre a prática docente e a produção de deslocamentos epistêmicos do saber. Este relato de experiência, ancorado no método de sistematização de experiência de Holliday, busca, por meio da narrativa, extrair aprendizados críticos da práxis, entendida como um processo sócio-histórico em movimento. Ao narrar o vivido, refletimos que não basta apenas existir enquanto educador, mas é necessário se posicionar ativamente no mundo. Essa metodologia propõe alguns passos: o ponto de partida, viver a experiência, as perguntas iniciais, recuperação do vivido, reflexões de fundo e os pontos de chegada. A vivência relatada aconteceu em março de 2024, durante o módulo de política nacional de atenção básica, no qual foram levantadas questões iniciais como: como produzir encontros educacionais baseados na problematização freireana? Como fortalecer os vínculos entre o corpo docente e os profissionais de saúde residentes (PSR)? Quais as possibilidades do uso da arte nos processos educacionais? Nos

encontros, denominados aulas-encontros, a dinâmica pedagógica seguiu movimentos em espiral, sempre iniciando com uma atividade de acolhimento mediada pela arte. Após o acolhimento, apresentamos o plano do encontro, as pactuações pedagógicas e discutimos as temáticas da matriz de competência, com foco nas práticas profissionais voltadas para a territorialização. Utilizamos, como dispositivos educacionais, o desenho/pintura, o círculo de cultura, os estudos de situação-problema e a simulação do processo de territorialização. O uso das metodologias participativas tem gerado encantamento nos PSR, estimulando a criatividade. Nossa experiência revelou o poder dessas metodologias, que promovem um maior engajamento dos educandos e reforçam nossa crença de que o papel do educador é despertar a curiosidade. Outro aprendizado importante foi a possibilidade de exercitar a territorialização em um ambiente educacional protegido. Essa vivência nos mostrou que é possível reinventar-se diariamente e que a criatividade docente é inesgotável.

FISCALIZANDO COM EFICIÊNCIA E EFICÁCIA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO EM UMA UNIDADE HOSPITALAR PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Lucas Gama Xavier, Fabio Henrique Silva Melo, Itamar Cabral Monteiro, Rosiane Nunes do Nascimento

Este trabalho aborda a importância da fiscalização eficiente e eficaz das contratações públicas em uma unidade hospitalar do SUS no município do Rio de Janeiro, que gerencia 55 contratos de prestação de serviços continuados. O objetivo é demonstrar como uma gestão rigorosa pode assegurar a qualidade dos serviços prestados à população, atendendo suas necessidades de forma satisfatória. A unidade hospitalar em questão reflete a complexidade e a alta demanda dos serviços de saúde pública no município, recebendo diariamente pacientes que esperam um atendimento capaz de proporcionar alívio e solução para seus problemas de saúde. Para atender a essa expectativa, a equipe administrativa hospitalar precisa garantir que os serviços contratados operem em conformidade com os padrões estabelecidos. A legislação determina que a administração pública deve fiscalizar a execução dos contratos firmados. No caso dessa unidade hospitalar, que gerencia 55 contratos contínuos e realiza cerca de 90 contratações pontuais anualmente, a fiscalização é uma tarefa crucial. A implementação de uma gestão técnica especializada, capaz de acompanhar e gerenciar esses contratos, é essencial para o sucesso do processo. As avaliações periódicas permitem monitorar a qualidade dos serviços prestados, identificar pontos de melhoria e confirmar a conformidade com os termos contratuais. A utilização de *checklists* detalhados garante que todas as cláusulas sejam cumpridas, minimizando o risco de falhas operacionais. Reuniões regulares entre a administração hospitalar e as partes interessadas promovem um canal aberto de comunicação, facilitando a resolução de problemas e a manutenção de bons relacionamentos. A adoção dessas práticas de fiscalização tem mostrado resultados positivos. A presença constante de uma equipe técnica especializada nas especificidades de cada contrato permite identificar precocemente qualquer não conformidade. Com isso, a administração pode intervir

rapidamente, corrigindo problemas antes que se tornem críticos. Além disso, a implementação de avaliações mensais e *checklists* promove um ambiente de transparência e responsabilidade. As partes envolvidas sabem que suas atividades estão sendo monitoradas de perto, o que as motiva a manter altos padrões de desempenho. Esse controle rigoroso resulta em serviços mais eficientes e eficazes, melhorando a experiência do usuário final, ou seja, os pacientes. A melhoria contínua no processo de gestão dos contratos continuados é vital para assegurar a qualidade do atendimento à população. A fiscalização adequada, baseada em avaliações regulares, *checklists* detalhados e reuniões periódicas, é uma ferramenta poderosa para garantir que os serviços contratados atendam às necessidades e expectativas dos usuários. A postura proativa e vigilante da administração pública não apenas cumpre suas obrigações legais, mas também promove a confiabilidade no serviço público, proporcionando um atendimento mais digno e eficiente no SUS. A experiência desta unidade hospitalar do Rio de Janeiro serve como exemplo de boas práticas na gestão de contratos públicos, demonstrando que a combinação de fiscalização rigorosa e gestão eficiente resulta em benefícios tangíveis para a sociedade.

TRAZENDO A SAÚDE PARA ALÉM DOS MUROS: UMA EXPERIÊNCIA CULTURAL COM O GRUPO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Ana Luísa Pereira Carvalho, Arielle Rodrigues Maringolo, Clara Mendes Medeiros,
Lucileide dos Santos de Melo, David Viegas Rodrigues, Nathália Souza Martins,
Pedro Custódio Botelho, Beatriz Schmidt da Rocha, Luiza Alessandra Pessoa

O Grupo Movimento a Vida, composto por mulheres acima de cinquenta anos, se reúne semanalmente na Unidade Básica de Saúde 02 do Guará II, em Brasília (DF), com o objetivo de promover a saúde. Em outubro de 2023, organizou-se um passeio ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), que despertou grande entusiasmo entre as participantes, que aproveitaram os pontos turísticos ao longo do percurso. No CCBB, foram recebidas por guias locais e tiveram a oportunidade de explorar as obras de Cândido Portinari, compartilhando suas impressões e reflexões sobre as exposições. Este relato destaca a experiência da excursão, ressaltando a importância de atividades sociais e culturais fora do ambiente clínico. A atividade estimulou a criatividade, a expressão pessoal e proporcionou um ambiente terapêutico e enriquecedor. O principal desafio foi garantir a acessibilidade, superado por meio da coordenação com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para providenciar o transporte adequado. Muitas participantes descreveram a visita como gratificante e inspiradora, destacando a oportunidade de se envolver com expressões artísticas e interagir em um ambiente culturalmente enriquecedor. Além disso, a visita ofereceu uma pausa revigorante das pressões do dia a dia, contribuindo para o bem-estar emocional e proporcionando uma experiência relaxante. A excursão ao Centro Cultural Banco do Brasil foi mais do que uma simples saída recreativa para o Grupo Movimento a Vida; foi um momento de conexão, descoberta e enriquecimento tanto individual quanto coletivo. A oportunidade de participar de atividades culturais fora do ambiente clínico não apenas fortaleceu os laços entre as participantes, mas também promoveu uma sensação de

vitalidade e bem-estar. Espera-se que essa iniciativa inspire outras comunidades a valorizar e investir em programas semelhantes, reconhecendo o impacto transformador que a arte, a cultura e a interação social podem ter na promoção da saúde e do bem-estar emocional, independentemente da idade.

BARRACA DA SAÚDE: CUIDADO INTERDISCIPLINAR EM COMUNIDADES DA ZONASUL

Yndiara Borges Sobrosa, Michele Mandagara de Oliveira, Felipe Fehlberg, Herrman Gabriel Moura Pereira

O projeto de extensão Barraca da Saúde surgiu da parceria entre professores e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e o Programa de Extensão, com o objetivo de implementar a Política Nacional de Vigilância em Saúde do SUS e promover a participação comunitária (PNVS COMUNIDADE). O projeto conta com a participação de estudantes de diversos cursos de graduação, como Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Medicina, Educação Física, Odontologia, Jornalismo, Biotecnologia, Ciências da Computação, Letras, Zootecnia, Ciências Biológicas, Antropologia e Direito. O objetivo principal é promover ações de saúde na perspectiva da interdisciplinaridade e intersetorialidade com as comunidades da região do extremo sul do Brasil. Este relato de experiência descreve uma atividade de extensão inovadora, que está em operação desde 2018 e atualmente envolve 190 estudantes de graduação e 8 de pós-graduação (mestrado e doutorado), além de seis professores orientadores. As ações de promoção da saúde foram realizadas em escolas, serviços como CADUNICO, Centro Pop, Consultório na Rua, Exército da Salvação e eventos municipais. Em 2023, o projeto passou a contar com a parceria do PNVS COMUNIDADE, realizando ações assistenciais, como testes rápidos, controle de pressão arterial, escuta terapêutica, oficinas de alimentação sustentável, avaliação bucal, avaliação do sistema neurolocomotor, entre outras, além de ações de promoção da saúde com escolas de tempo integral. A parceria com o PNVS COMUNIDADE tem potencializado a inovação e diversificação das ações de extensão realizadas com as comunidades, proporcionando momentos de capacitação, formação, compartilhamento e avaliação das atividades realizadas pela equipe. Além disso, o projeto Barraca da Saúde ampliou a parceria com as secretarias municipais de saúde, educação e assistência social de Pelotas (RS) e passou a integrar a curricularização da extensão. A experiência com a nacionalização do projeto, por meio do PNVS COMUNIDADE, favoreceu a expansão das atividades de extensão, compostas por equipes interdisciplinares, promovendo o aprendizado e a experiência do trabalho em equipe, a união e interseção de diferentes campos do saber científico e profissional, e o acesso e troca de informações entre estudantes, profissionais e comunidades de diversos territórios.

DOENÇAS SOCIALMENTE DETERMINADAS: INFLUÊNCIAS NA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO

Isadora Raquel Medeiros de Araújo, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Carolina Simonetti Zorzi,
Cristiane Gabim Brizola, Igor de Oliveira, Juliana Vila Real de Quadros,
Kaiane Fernandes Martins, Rafaela Garcia Fernandes

O Programa Brasil Saudável: Unir para Cuidar, lançado em fevereiro de 2024, visa combater as doenças socialmente determinadas, que são influenciadas por fatores socioeconômicos, culturais e ambientais. Essas doenças afetam principalmente as populações vulneráveis e marginalizadas, exacerbando as desigualdades sociais. O programa se insere como uma extensão das ações do Comitê Interministerial para Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas (CIEDS), criado em 2023. Seu foco está em erradicar doenças como a doença de Chagas, esquistossomose, filariose linfática, geo-helmintíase, malária, oncocercose e tracoma, além de eliminar doenças de transmissão vertical, como HIV, hepatite B, sífilis, entre outras. O programa também visa atingir metas globais da OMS, como a redução da mortalidade por tuberculose, hanseníase e hepatites, e aumentar o diagnóstico e o tratamento de pessoas vivendo com HIV. O papel do enfermeiro nesse contexto é fundamental. O enfermeiro, tanto na gestão quanto na execução das práticas assistenciais, educativas e preventivas, tem uma função estratégica na implementação do Programa Brasil Saudável. Esse profissional é essencial no acolhimento, escuta, estabelecimento de vínculos e na intervenção interdisciplinar e intersetorial, abordando os determinantes sociais de saúde, como condições de vida, acesso a serviços e fatores ambientais que impactam na saúde das populações vulneráveis. Além disso, a enfermagem desempenha um papel crucial na atenção primária à saúde, onde pode contribuir diretamente para a promoção da saúde e prevenção de doenças socialmente determinadas. O enfermeiro, com sua atuação próxima à comunidade, é uma peça-chave na redução das desigualdades em saúde, melhorando a qualidade de vida da população, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, o Programa Brasil Saudável não só é uma ferramenta importante para melhorar as condições de saúde da população, mas também fortalece a atuação da enfermagem, garantindo recursos e estratégias para o desenvolvimento de práticas voltadas à promoção da saúde e prevenção das doenças. Em resumo, o programa, ao tratar das doenças socialmente determinadas e envolver diversas áreas do governo, coloca a enfermagem como um pilar central na implementação de suas metas. A atuação do enfermeiro é essencial para garantir o sucesso do programa, especialmente na atenção primária, onde o cuidado preventivo e educativo pode mudar o curso das doenças, principalmente nas populações mais vulneráveis.

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAIS NO ATENDIMENTO ÀS GESTANTES NO SUL DO ESPÍRITO SANTO

Mateus Candeia Gianizeli, Hellen Danubia Machado Balbino, Giovana da Silva Spilari, Mariana Zuim Careta, Ana Cristina Ferreira Germano, Nayana Garcia Silva Frade, Valéria Rossi Manhago, Solange Thompson, Bianca Oliveira Sena

Este relato descreve a atuação de uma equipe multiprofissional no atendimento a gestantes na Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Castelo, no sul do Espírito Santo, com o objetivo de garantir um cuidado abrangente e integrado durante a gestação. A equipe, composta por enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, dentistas, farmacêuticos, assistentes sociais e educadores físicos, todos do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi/SESA), iniciou os encontros em novembro de 2023 em três unidades básicas de saúde, seguindo um cronograma estruturado de atividades e palestras sobre cuidados durante a gestação e no pós-parto. Durante os encontros, os profissionais abordaram, de forma integrada, temas como acolhimento e orientações sobre o pré-natal, alimentação saudável, ganho de peso adequado, uso seguro de medicamentos, direitos sociais das gestantes, saúde mental e fortalecimento do vínculo mãe-bebê, além de exercícios terapêuticos e fisioterapia. A atuação coordenada da equipe garantiu a adesão das gestantes, que participaram ativamente de todas as fases do programa. Com isso, foi possível ampliar a rede de apoio, oferecendo cuidados contínuos, personalizados e holísticos, atendendo integralmente às necessidades das gestantes e promovendo a saúde e o bem-estar de mães e bebês. Este modelo de atenção multiprofissional contribui significativamente para a promoção de uma gestação saudável e um suporte eficaz e abrangente às gestantes nas unidades de saúde.

POR UMA FARMÁCIA DECOLONIAL: A EXPERIÊNCIA DE UM FARMACÊUTICO COM A ESTRATÉGIA DA GESTÃO AUTÔNOMA DA MEDICAÇÃO

Vitor Igor Fernandes Ramos, Károl Veiga Cabral

O uso de métodos para tratar doenças físicas e psicossociais remonta a séculos de experiências humanas, sendo o medicamento químico ou fitoterápico a substância mais comumente utilizada. Com o avanço da industrialização e a capitalização dos corpos para torná-los “aptos” ao consumo de medicamentos, emergiu o fenômeno do adoecimento populacional relacionado à medicamentação. Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência do autor/farmacêutico com a estratégia de Gestão Autônoma de Medicamentos, implantada em um dos dispositivos da rede de saúde mental da cidade de Belém do Pará, buscando construir uma prática de farmácia decolonial. O método utilizado foi a pesquisa-intervenção qualitativa, com uma abordagem subjetiva, que se reflete na prática do autor, servidor do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), o único CAPS tipo II na Região Metropolitana de Belém. Desde 2022, o farmacêutico realiza grupos com usuários e usuárias

do serviço, promovendo a contratualização sobre o uso de medicamentos e a discussão sobre drogas, autonomia e cuidado em liberdade, por meio de rodas de conversa semanais. A Gestão Autônoma da Medicação tem suas origens no Canadá, mais especificamente em Quebec, onde, impulsionados pela luta social e pelo movimento coletivo de usuários/as da saúde mental, foi construída uma abordagem para a participação ativa no tratamento medicamentoso. Embora o Canadá seja um país com alto índice de desenvolvimento humano e econômico, sua saúde mental ainda estava ancorada em práticas manicômicas, que internavam pessoas diagnosticadas com “loucuras”. Em resposta a essa realidade, os usuários/as se organizaram coletivamente e criaram um Guia para orientar seu tratamento, que incluía perguntas como: a) quais medicamentos estou tomando?; b) por que devo usá-los?; c) quais efeitos esses medicamentos podem causar em meu corpo? As rodas de conversa realizadas no CAPS AD buscam concretizar o direito à fala e à discussão sobre o uso de medicamentos, considerando as particularidades de cada sujeito, incluindo seu contexto social e de vida. Em consideração final, o farmacêutico deve sempre buscar novas alternativas de conhecimento para enriquecer sua atuação. A legalização do conceito de farmácia decolonial é um posicionamento que desafia a verticalização do cuidado biomédico e medicalizante. Por meio de alternativas de cuidado inovadoras, é possível formar e (des)formar a prática farmacêutica, promovendo debates que relacionem o uso de medicação a marcadores sociais como raça, gênero, classe e território. A Gestão Autônoma de Medicação propõe um cuidado que é antimanicomial, antiproibicionista, antirracista, feminista e, acima de tudo, decolonial.

PERCEPÇÃO DE ENFERMEIRAS(OS) DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE A INSERÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Diéssica Roggia Piexak, Izadora Martins da Silva, Karine Alves da Silva,
Marlise Capa Verde Almeida de Mello, Daniela Dallegrave

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são abordagens terapêuticas inovadoras e humanizadas, que visam ampliar os cuidados à saúde de maneira integral e vitalista. A Enfermagem, além de ser uma profissão fundamental no Sistema Único de Saúde (SUS), tem o objetivo de promover o cuidado no processo saúde/doença, e as PICS contribuem para a ampliação desse cuidado. O objetivo deste estudo foi conhecer a formação em PICS autorreferidas pelos enfermeiros do Rio Grande do Sul (RS) e analisar a percepção desses profissionais sobre a inserção das PICS nos cursos de graduação em enfermagem. O estudo utilizou dados do projeto multicêntrico “Estudo Brasileiro: inquérito nacional sobre o perfil educacional e profissional de enfermeiros(as) de Saúde Integrativa e Práticas Tradicionais – ENFPICS”, com a análise de 13 entrevistas realizadas com enfermeiros do RS, que participaram da fase qualitativa do estudo. As entrevistas ocorreram online, com duração média de 30 minutos, durante o segundo semestre de 2022, e utilizaram um questionário semiestruturado com 8 questões abertas, sendo analisadas duas delas para este estudo. Os dados

foram analisados por meio de estatística descritiva e Análise Textual Discursiva. O macroprojeto foi aprovado pelo CEP da UFRGS (CAAE: 43306921.6.0000.5347). Os resultados mostraram que dos 13 entrevistados, a maioria era do sexo feminino (12), autodeclarados brancos (10), com média de idade de 44 anos (variando entre 28 e 63 anos). Todos os participantes tinham pós-graduação, e o tempo de formação variava entre 36 a 60 meses. As formações em PICS mais recorrentes foram Auriculoterapia (9), Reiki (7), Acupuntura (5) e Medicina Tradicional Chinesa (3). Todos os entrevistados destacaram a necessidade de incluir as PICS nos cursos de graduação, com opiniões divididas entre a inserção como disciplina obrigatória ou optativa. Muitos defenderam a inclusão obrigatória, especialmente devido ao reconhecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e sua aplicabilidade no SUS. Outros concordaram com a importância das PICS, mas sugeriram sua inserção de forma optativa, permitindo que os estudantes escolhessem se desejam ou não aprender sobre essas práticas. Outro ponto destacado foi a possibilidade de os profissionais buscarem especialização em PICS após a graduação, de acordo com sua afinidade com as diferentes práticas. Em conclusão, todos os participantes acreditam no futuro das PICS nos cursos de graduação, considerando que as universidades devem incluir, no currículo, ao menos uma disciplina introdutória sobre as PICS. Esse consenso pode estar relacionado ao fato de todos os participantes já possuírem formação em PICS e reconhecerem a relevância desses conhecimentos na formação acadêmica. Assim, novos estudos podem ser realizados para entender melhor outras percepções sobre a inserção das PICS na formação dos profissionais de enfermagem.

ENFERMEIROS COM FORMAÇÃO EM AYURVEDA: É UMA REALIDADE BRASILEIRA?

Diéssica Roggia Piexak, Alexsandra Oleques das Neves, Karine Alves da Silva, Marília Beatriz Toledo Lima, Mônica Viviany Silveira Trindade, Pricilla Porto Quadro, Daniela Dallegrave

O Ayurveda é um sistema médico milenar originário da Índia, que abrange uma variedade de práticas terapêuticas, desde intervenções nutricionais até medidas corporais e cirúrgicas. No Brasil, é reconhecido como uma das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) dentro da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) do Sistema Único de Saúde (SUS). O crescente interesse pelas PICS, incluindo o Ayurveda, torna essencial o entendimento sobre essas práticas e os profissionais que as oferecem. Assim, este estudo teve como objetivo verificar a existência de enfermeiros com formação em Ayurveda no Brasil, bem como identificar o perfil sociodemográfico e educacional desses profissionais. O estudo faz parte de um macroprojeto nacional, de caráter quantitativo, descritivo e exploratório, com delineamento transversal. A amostra foi composta por 1.154 enfermeiros, dos quais 24 possuíam formação em Ayurveda, e foram analisados especificamente para este trabalho. A coleta de dados ocorreu entre junho de 2021 e janeiro de 2022, por meio de um questionário online, acessível via LimeSurvey. Os dados foram analisados utilizando o software SPSS® versão 20.0, por meio de estatística descritiva, com cálculo das frequências absolutas e relativas para variáveis categóricas e medidas de tendência central (média) para variáveis numéricas. O estudo

foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob CAAE número 43306921.6.0000.5347, respeitando a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os resultados mostraram que a maioria dos participantes era do sexo feminino (87,5%), com média de idade de 42,36 anos ($\pm 11,82$), brancos (87,5%), em união estável (33,3%) e com filhos (62,5%). A maior parte dos participantes atuava no estado de São Paulo (33,3%), seguida do Rio Grande do Sul (29,2%) e Santa Catarina (20,6%). A maioria era servidores públicos (41,7%) e trabalhavam 40 horas semanais (37,5%). Quanto à formação acadêmica, 95,8% possuíam pós-graduação, sendo 58,3% com especialização ou residência, e 16,7% com mestrado profissional. Todos os participantes possuíam mais de uma formação em PICS além do Ayurveda, e 29,2% estavam familiarizados com as PICS desde o início da carreira. Em relação à formação específica em Ayurveda, 62,5% dos participantes consideraram a carga horária adequada e utilizavam as PICS em grande parte de sua rotina de trabalho, com 20,8% dedicando entre 11 a 20 horas semanais à prática. Em conclusão, o estudo identificou que, embora haja enfermeiros com formação em Ayurveda no Brasil, o número ainda é baixo. Os dados obtidos ressaltam a importância de expandir a inclusão dessas práticas nos cursos de graduação, tanto na formação quanto na atuação dos profissionais, considerando a escassez de pesquisas sobre o tema, em contraste com os benefícios que podem ser oferecidos para a promoção da saúde e qualidade de vida.

REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DE PERSONAGENS DA NOVELA MALHAÇÃO

Bárbara de Oliveira Moraes e Souza, Uliana Pontes Vieira, Jane de Carlos Santana Capelli

A população com deficiência (PcD) representa 8,9% (18,6 milhões de pessoas) da população brasileira, sendo historicamente marginalizada e excluída, além de frequentemente representada de forma pejorativa, vitimizada ou capacitista na mídia. Muitas vezes, as PcDs são retratadas em papéis cômicos, onde a deficiência se torna motivo de piada, ou em papéis dramáticos como uma forma de castigo, com foco na deficiência e não nas múltiplas dimensões dos personagens. Este trabalho integra a pesquisa PIBIC/UFRJ “Representação da pessoa com deficiência (PcD) em telenovelas: visibilidade, estigma e preconceito”, com o objetivo de identificar e analisar a representatividade de personagens com deficiência em telenovelas brasileiras e como essa representatividade contribui para o combate ou perpetuação de estereótipos sobre essa população. A escolha deste tema se justifica pela telenovela ser um dos principais produtos culturais de exportação do Brasil, com grande influência na formação de opinião e na construção da imagem do país no exterior. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma revisão integrativa da literatura sobre os temas “pessoa com deficiência” e “telenovelas na cultura brasileira”, utilizando bases de dados como Scielo e Google Acadêmico, além de analisar a legislação brasileira sobre a PcD. Também foi realizada uma pesquisa documental nos sites oficiais da Rede Globo, maior emissora brasileira, focando na análise das telenovelas e seus personagens. Os sites “Teledramaturgia” e “Memória Globo” foram os principais utilizados. A pesquisa abrangeu todas as 27

temporadas de *Malhação*, exibidas entre 1995 e 2020, devido ao seu foco no público adolescente, fase de formação identitária e crítica social. Como resultado, foram identificados sete personagens com deficiência, presentes em nove temporadas da novela. Apenas um desses personagens foi interpretado por uma atriz PcD. A deficiência auditiva foi a mais recorrente, representando 43% das deficiências abordadas, com três personagens e sete temporadas. Considerando uma média de 30 personagens por novela, o total esperado seria de aproximadamente 73 personagens PcD, o que evidencia uma grande discrepância em relação à realidade e à demografia brasileira. Esses dados fomentam a reflexão sobre o papel das novelas na (des)construção de estereótipos relacionados às pessoas com deficiência. Em relação às considerações finais, observa-se que, apesar da relevância de *Malhação* para o público jovem, há uma baixa utilização desse espaço cultural para promover a representatividade de PcD, tanto quantitativa quanto qualitativamente. As representações, majoritariamente negativas, tendem a vitimizar ou romantizar os personagens, o que se configura como formas distorcidas de representação. A mídia, especialmente a de entretenimento de massas, tem um papel crucial na promoção da diversidade humana e na conscientização sobre inclusão social. No entanto, muitas vezes, contribui para a construção de uma percepção equivocada da sociedade em relação às pessoas com deficiência. Assim, seria importante utilizar esse espaço para quebrar estereótipos e promover uma representação mais justa e inclusiva.

PERCEPÇÃO DOS FONOAUDIÓLOGOS DO NASF SOBRE OS CASOS DE DISFONIA INFANTIL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Lherian Christine Pereira, Carla Salles Chamouton

A voz desempenha um papel fundamental na constituição do sujeito, pois permite que ele expresse suas emoções e pensamentos. Quando há dificuldades ou alterações na emissão vocal que comprometem sua produção e transmissão adequadas, surge a disfonia. Nesse contexto, o fonoaudiólogo é o profissional competente para o atendimento clínico-terapêutico, para promoção e prevenção de distúrbios de voz, podendo atuar na Atenção Primária à Saúde, dentro do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), contribuindo para a integralidade do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo teve como objetivo verificar a percepção dos fonoaudiólogos dos NASFs do município de Campinas (SP) acerca do acompanhamento de casos de disfonia infantil na Atenção Primária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FCM/UNICAMP (número 68427523.2.0000.5404). A pesquisa foi realizada entre junho e setembro de 2023, com participação de 13 fonoaudiólogos dos NASFs do município. A coleta de dados incluiu um questionário de caracterização dos participantes e uma entrevista semiestruturada. A análise dos dados foi feita por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados evidenciaram que a disfonia infantil na Atenção Primária é considerada uma questão de saúde pouco prevalente ou inexistente, além da desvalorização das queixas vocais

na infância por parte dos profissionais e familiares, impactando negativamente na integralidade do cuidado. A equipe de saúde, incluindo os fonoaudiólogos, demonstrou pouco conhecimento sobre o fluxo de cuidado em saúde vocal no município, evidenciando a necessidade de capacitação dos profissionais sobre a linha de cuidado para queixas relacionadas à voz. As considerações finais reforçam a importância do trabalho interdisciplinar para a abordagem do sujeito em sua totalidade, reconhecendo a voz como parte essencial da constituição do indivíduo e um fator determinante para a qualidade de vida. Conclui-se que mais estudos são necessários, especialmente no contexto da Atenção Primária, com o intuito de valorizar as questões vocais no processo de cuidado e ampliar as possibilidades de intervenção em saúde.

PERFIL E PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: UM ESTUDO NA ATENÇÃO BÁSICA DO RIO GRANDE DO SUL

Eloisa da Silveira Azambuja Simao, Diéssica Roggia Piexak,
Pricilla Porto Quadro, Joana Maria Hentges, Daniela Dallegrave

O reconhecimento das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) como uma estratégia de promoção da saúde, alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), destaca a Atenção Primária à Saúde (APS) como um campo promissor para explorar esse tema. O objetivo deste estudo foi analisar o perfil dos profissionais que atuam na Atenção Básica da 7ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul e que possuem experiência ou formação em PICS, além de propor possibilidades de formação na lógica da Educação Permanente em Saúde. O estudo utilizou uma abordagem de métodos mistos, combinando elementos exploratórios e descritivos, com um delineamento transversal. A coleta de dados quantitativos foi realizada por meio de questionários virtuais, enquanto os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas virtuais semiestruturadas, realizadas entre maio e outubro de 2022, com 144 profissionais de saúde na fase quantitativa e 11 na fase qualitativa. A análise dos dados quantitativos foi feita com estatísticas descritivas e inferenciais, usando o software SPSS versão 20,0, e os dados qualitativos foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRGS e da Secretaria Estadual de Saúde (RS). Os resultados mostraram que a maioria dos profissionais participantes era do sexo feminino (90,3%), casados ou em união estável (55,5%), com filhos (74,3%), recebendo até dois salários mínimos (63,2%) e com carga horária semanal de 40 horas (70,8%). A maioria era Agente Comunitário de Saúde (47,2%), seguida por Enfermeiros (18,1%). Em relação à formação, 65,3% dos participantes não possuíam pós-graduação, mas 47 profissionais declararam ter alguma formação em PICS, sendo as práticas mais citadas: imposição de mãos ou Reiki (21), Auriculoterapia (13) e Medicina Tradicional Chinesa (11). Além disso, 79,9% demonstraram interesse em participar de formação em PICS como ouvinte, e 50% como facilitadores,

compartilhando e trocando experiências. As práticas mais mencionadas para formação incluíram Acupuntura, Auriculoterapia, Fitoterapia, Imposição de mãos ou Reiki, Meditação e Terapia Floral. A análise qualitativa revelou três categorias principais e sete subcategorias, destacando a importância dos Processos Formativos e da Educação Permanente, a (in)visibilidade das PICS nos territórios e o papel crucial da gestão nos processos de implantação e formação em PICS. Como produto técnico, foi desenvolvido um Painel Informativo para divulgar os principais resultados da pesquisa, visando estimular reflexões sobre a formação em PICS. Este estudo contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das PICS e suas implicações na 7ª Coordenadoria Regional, promovendo possibilidades de formação nessa área, sob a perspectiva da Educação Permanente em Saúde.

NECESSIDADES DE COMUNICAÇÃO DE PESSOAS EM VISITA DOMICILIAR NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA

Ana Caroline Giusti de Andrade, Carla Salles Chamouton

A visita domiciliar, como parte do Sistema Único de Saúde (SUS), é uma resposta às mudanças nas necessidades de saúde da população brasileira e impõe novos desafios, especialmente nos casos em que os usuários apresentam dificuldades de comunicação. O cuidado integral está diretamente relacionado à capacidade de expressão e interação entre os profissionais e os usuários. O objetivo deste estudo foi entender a perspectiva dos profissionais de saúde envolvidos na visita domiciliar sobre as necessidades de comunicação dos usuários atendidos. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A amostra foi composta por profissionais (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde) de um centro de saúde no município de Campinas (SP). A coleta de dados incluiu um formulário de caracterização dos entrevistados e uma entrevista semiestruturada sobre as percepções dos profissionais sobre as necessidades comunicativas dos usuários nas visitas domiciliares. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da Análise de Conteúdo Clínico-Qualitativa. Os resultados mostraram que os profissionais relataram que as necessidades de comunicação dos usuários nas visitas domiciliares variam em tipo e origem. Além disso, os profissionais enfrentam dificuldades de comunicação e frequentemente recorrem a estratégias adaptadas, contando com a ajuda dos cuidadores como interlocutores. No entanto, muitas das dificuldades relatadas estavam centradas na necessidade do profissional de se fazer entender, sem considerar adequadamente a expressão do usuário. Foi ressaltada a importância de se atentar ao Letramento Funcional em Saúde e à adoção de uma comunicação efetiva para promover uma relação mais horizontal entre profissionais e usuários, fortalecendo o vínculo. Este estudo destaca a necessidade de aprofundar a compreensão das necessidades de comunicação em contextos culturais diversos, explorar estratégias para complementar as visitas domiciliares e investigar os impactos da comunicação efetiva na adesão dos usuários ao tratamento. A pesquisa sugere que aprimorar a

comunicação nas visitas domiciliares não é apenas uma necessidade imediata, mas uma oportunidade para promover a equidade no acesso aos serviços de saúde e fortalecer os laços entre profissionais e usuários, aprimorando a prática da saúde.

DIFICULDADE DE ACESSO AOS MEDICAMENTOS ENFRENTADA PELOS PACIENTES DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA SEM FARMÁCIA ATIVA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

João Vitor Teixeira Gomes, Ana Cliffya Filgueira Rodrigues Santos, Beatriz Dantas Fonseca Santos, Beatriz Rodrigues de Medeiros, Margarida Kelly Lopes Ferreira, Marina Gabrielle Araújo Guimarães

A falta de farmácias ativas em algumas Unidades de Saúde da Família (USF) pode representar um grande desafio para a população atendida, prejudicando o acesso aos medicamentos e comprometendo a continuidade do tratamento médico. Este relato descreve a experiência de uma USF na cidade de João Pessoa (PB), que enfrentou a falta de farmácia ativa, obrigando os pacientes a se deslocarem para outras unidades para retirar seus medicamentos. Esse processo gerou desgastes físicos e emocionais para os usuários, resultando em atrasos no início do tratamento e retorno precoce ao consultório, muitas vezes sem a resolução das queixas. O objetivo do estudo foi evidenciar os impactos da falta de farmácia ativa em uma USF e reforçar a importância da infraestrutura adequada para garantir a continuidade do cuidado. Durante o período em que a farmácia da unidade esteve inativa, os pacientes enfrentaram sérios obstáculos, como a distância para buscar os medicamentos e o desgaste pessoal causado pelo deslocamento, o que, além de prejudicar o tratamento, gerou estresse tanto para médicos quanto para pacientes. A situação afetou a eficácia da conduta terapêutica, pois muitos pacientes não conseguiam dar seguimento à prescrição médica adequadamente. Os resultados indicaram que a ausência da farmácia ativa prejudicou a adesão ao tratamento, aumentou o estresse dos pacientes e dificultou a comunicação entre os profissionais de saúde e os usuários. Além disso, o deslocamento para outra unidade de saúde tornou o processo mais demorado e, em alguns casos, causou frustração tanto no médico quanto no paciente, pois havia uma expectativa de que o tratamento fosse iniciado imediatamente após a consulta. As considerações finais ressaltam a importância de garantir que as farmácias nas unidades de saúde funcionem adequadamente para apoiar a adesão aos tratamentos, melhorar a orientação farmacológica e reduzir o estresse dos pacientes. A atuação conjunta do médico, da farmácia e do paciente é essencial para promover a eficácia terapêutica e assegurar a continuidade do cuidado, o que contribui diretamente para a qualidade de vida da população atendida nas USF.

FORTALECENDO VÍNCULOS E TRANSFORMANDO PRÁTICAS: LIÇÕES DO PET-SAÚDE NA UFRB E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Leonardo Santos de Jesus, Jaqueline Alves Fonseca, Amanda Bispo Pereira,
Bruna Eduarda dos Santos Oliveira Souza

Há mais de uma década, o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) tem se consolidado como importante promotor na agenda de práticas em saúde no Brasil, contribuindo para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e o desenvolvimento e formação de estudantes e profissionais habilitados para as práticas em saúde. São apresentadas as experiências adquiridas com a participação no PET-Saúde, realizado com colaboração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Santo Antônio de Jesus e a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), de agosto de 2022 a junho de 2023, visando analisar as articulações de gestão, territorialização, trabalho em equipe e eficiência do trabalho nas unidades de saúde da família, com foco na análise da dinâmica do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) nas unidades de saúde Bela Vista, Viriato Lobo, Fernando Queiroz I e II, Marita Amâncio, Zilda Arns, Calabar\Urbis I, Urbis II, Irmã Dulce e Esperança (Zona Rural) com participantes oriundos dos cursos de Nutrição, Enfermagem e Psicologia, supervisionados pela Assistente Social do NASF-B. Foram realizadas atividades práticas, incluindo visitas domiciliares, observação de atendimentos, participação em eventos de saúde e reuniões técnicas. Importantes atividades de sensibilização comunitária incluem o desenvolvimento de salas de espera com temas relacionados à saúde mental, educação sexual, alimentação saudável, câncer de mama, além da participação quinzenal no grupo de gestantes. A imersão no serviço de saúde revelou inconsistências sobre o papel do NASF, tanto pelos profissionais de saúde quanto pelos dirigentes municipais que apresentavam planos de atividades do NASF paralelos, dificultando o vínculo da Assistente Social com as unidades. Ainda, a análise das percepções dos usuários das Unidades de Saúde da Família (USF) mostrou a importância das intervenções realizadas pelo PET-Saúde, com devolutivas positivas quanto ao impacto das atividades práticas na comunidade local. Contudo, foram adotadas estratégias de enfrentamento, incluindo uma abordagem colaborativa e proativa, resultando em uma integração mais efetiva entre as equipes de saúde da família e o NASF. Estes resultados são importantes não só para a otimização dos serviços de saúde locais, mas também para informar as políticas de saúde a nível municipal e nacional. Este relato traz uma contribuição original destacando as experiências do PET-Saúde na UFRB e as complexidades envolvidas na efetiva implementação do NASF em Santo Antônio de Jesus. Ressalta-se a necessidade de investimento e reconhecimento adequados para fortalecer as atividades do NASF, bem como a importância da formação integrada e humanizada dos profissionais de saúde. Vale ainda ressaltar o impacto positivo na formação dos estudantes, que desenvolveram competências profissionais e pessoais durante o período de trabalho, contribuindo assim para uma abordagem mais integrada e humanizada na prestação de serviços de saúde.

DEPRESSÃO NAS MULHERES E FATORES ASSOCIADOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Daniela Marisol Pérez Angarita, Fernanda Garcia Gabira Miguez, Franciéle Marabotti Costa Leite

A depressão maior, especialmente entre as mulheres, é um transtorno psiquiátrico que causa sofrimento significativo e está relacionado a diversos fatores biológicos, psicológicos e sociais. O estudo realizado, com base em uma revisão de literatura, objetiva compreender melhor os fatores associados ao desenvolvimento desse transtorno nas mulheres, considerando as especificidades hormonais e socioculturais que impactam a saúde mental feminina. Os resultados revelam uma prevalência significativamente maior de depressão entre mulheres do que entre homens, com fatores biológicos, como as flutuações hormonais durante a puberdade, menstruação, gravidez e menopausa, contribuindo para um risco aumentado de desenvolver o transtorno. Essas alterações hormonais influenciam processos neurobiológicos, tornando as mulheres mais suscetíveis à depressão. Além dos fatores biológicos, fatores sociais e culturais desempenham um papel crucial. As mulheres, frequentemente sobrecarregadas com a combinação do trabalho laboral, tarefas domésticas e cuidados familiares, enfrentam desafios adicionais, como a discriminação de gênero e a desigualdade social. Esses fatores contribuem para um aumento do estresse, da ansiedade e da depressão, afetando seu bem-estar psicológico. As experiências traumáticas, incluindo abuso, negligência e violência doméstica, também estão associadas ao desenvolvimento de quadros depressivos. Essas vivências modulam fatores epigenéticos, ativando processos neurológicos e bioquímicos que afetam a estrutura e a função cerebral, criando uma vulnerabilidade maior à depressão. Portanto, a depressão é uma condição multifatorial que envolve uma complexa interação entre fatores biológicos, sociais, culturais e psicológicos. Compreender esses fatores é essencial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento mais eficazes, além de destacar a importância da atenção à saúde mental das mulheres em todas as fases da vida, para reduzir o impacto desse transtorno na qualidade de vida e bem-estar psicológico feminino.

FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS ASSOCIADOS AOS SINTOMAS DEPRESSIVOS ENTRE MULHERES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

Daniela Marisol Pérez Angarita, Fernanda Garcia Gabira Miguez, Franciéle Marabotti Costa Leite

A depressão é uma das doenças psiquiátricas mais prevalentes e impactantes no mundo, afetando cerca de 350 milhões de pessoas, com uma prevalência particularmente alta entre as mulheres, especialmente em países da América Latina como o Brasil. O estudo realizado em Vitória (ES), com 1.086 mulheres, teve como objetivo analisar a prevalência dos sintomas depressivos e sua associação

com variáveis sociodemográficas e econômicas. Os resultados revelaram que 23,9% das mulheres na amostra apresentaram sintomas depressivos. A pesquisa identificou que fatores sociodemográficos e econômicos estão fortemente associados ao desenvolvimento de sintomas depressivos. Mulheres com menor escolaridade (0 a 8 anos de estudo) apresentaram uma prevalência 59% maior de sintomas depressivos em comparação com aquelas que tinham 12 anos ou mais de escolaridade. Além disso, as mulheres solteiras tiveram 42% mais sintomas depressivos do que aquelas com companheiro, e aquelas sem religião apresentaram uma prevalência 1,47 vezes maior de sintomas depressivos em relação às mulheres com crenças religiosas. Outro fator importante foi o recebimento de auxílio do governo, que foi associado a uma prevalência 41% maior de sintomas depressivos. Esses achados indicam que a situação socioeconômica desempenha um papel crucial no desenvolvimento de transtornos depressivos, sendo as mulheres em situações vulneráveis mais propensas a apresentar sintomas depressivos. Fatores como violência, baixo nível. A depressão é uma das doenças psiquiátricas mais prevalentes e impactantes no mundo, afetando cerca de 350 milhões de pessoas, com uma prevalência particularmente alta entre as mulheres, especialmente em países da América Latina como o Brasil. O estudo realizado em Vitória (ES) com 1.086 mulheres, teve como objetivo analisar a prevalência dos sintomas depressivos e sua associação com variáveis sociodemográficas e econômicas. Os resultados revelaram que 23,9% das mulheres na amostra apresentaram sintomas depressivos. A pesquisa identificou que fatores sociodemográficos e econômicos estão fortemente associados ao desenvolvimento de sintomas depressivos. Mulheres com menor escolaridade (0 a 8 anos de estudo) apresentaram uma prevalência 59% maior de sintomas depressivos em comparação com aquelas que tinham 12 anos ou mais de escolaridade. Além disso, as mulheres solteiras tiveram 42% mais sintomas depressivos do que aquelas com companheiro, e aquelas sem religião apresentaram uma prevalência 1,47 vezes maior de sintomas depressivos em relação às mulheres com crenças religiosas. Outro fator importante foi o recebimento de auxílio do governo, que foi associado a uma prevalência 41% maior de sintomas depressivos. Esses achados indicam que a situação socioeconômica desempenha um papel crucial no desenvolvimento de transtornos depressivos, sendo as mulheres em situações vulneráveis mais propensas a apresentar sintomas depressivos. Fatores como violência, baixo nível.

EPIDEMIOLOGIA DO LINFOMA DE HODGKIN: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REGIÕES BRASILEIRAS NO ANO DE 2022

Pedro Ribeiro Braga, Henrique Shelter Pereira Viana, Laura Almeida Oliveira

O linfoma de Hodgkin (LF) é uma neoplasia do sistema imunológico que surge a partir de linfócitos, caracterizada pela presença de células de Reed-Sternberg, que são resultados da transmutação clonal de células-tronco B. Fatores de risco incluem infecções virais como o Epstein-Barr, doenças autoimunes e fatores genéticos. Sintomas comuns incluem linfadenopatia (aumento dos gânglios linfáticos) e sintomas B, como febre, suores noturnos e perda de peso inexplicada. O

tratamento é realizado conforme o estadiamento da doença, com a quimioterapia clássica (adriamicina, bleomicina, vinblastina e dacarbazina) e, em casos refratários ou recidivantes, anticorpos monoclonais como rituximab e brentuximab vedotin, além de radioterapia. O objetivo deste estudo foi analisar a incidência e a mortalidade do linfoma de Hodgkin no Brasil em 2022, com um comparativo entre as regiões brasileiras. A pesquisa foi de caráter transversal e comparativo, utilizando dados do Sistema de Informação Hospitalar (SIH) do DATASUS e dados populacionais do IBGE. Os resultados mostraram que a região Sul apresentou a maior incidência e menor mortalidade, com 3,119 internações a cada 100 mil habitantes. Por outro lado, a região Norte teve a maior taxa de letalidade, com 5,96 óbitos a cada 100 casos, embora sua incidência fosse mais baixa (1,25). A faixa etária mais afetada foi de 15 a 19 anos, e o sexo masculino teve taxas de incidência e mortalidade mais altas do que o feminino. Com base nesses dados, conclui-se que a epidemiologia do linfoma de Hodgkin no Brasil revela uma maior incidência e mortalidade entre os homens, com destaque para a região Sul em termos de incidência e a região Norte quanto à letalidade. Esses dados indicam a necessidade de melhorias no sistema de saúde, especialmente no que diz respeito ao rastreamento precoce da doença e ao acompanhamento adequado dos pacientes. A análise epidemiológica proposta serve para orientar ações de saúde pública, visando a redução das taxas de incidência e mortalidade do linfoma de Hodgkin no país.

ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES POR DENGUE: PERFIL DOS PACIENTES EM UM HOSPITAL DE ENSINO

Maitê Souza Magdalena, Eliane Carlosso Krummenauer, Jéssica Vieira, Caroline Alegransi, Anita Mota Oliveira, Rochele Mosmann Menezes, Jane Dagmar Pollo Renner, Marcelo Carneiro, Janine Koepp

A dengue é uma doença viral transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, e seus sintomas podem variar de leves a graves, sendo classificados em diferentes formas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Este estudo teve como objetivo analisar o perfil dos pacientes hospitalizados com diagnóstico de dengue durante o primeiro quadrimestre de 2024, considerando parâmetros como sexo, faixa etária, duração média da internação, método diagnóstico, exames laboratoriais e ocorrência de óbito. A pesquisa foi de natureza transversal retrospectiva, realizada de janeiro a abril de 2024, com coleta de dados a partir de um banco de dados secundário do Núcleo de Epidemiologia Hospitalar de um hospital de ensino localizado na região dos vales do estado do Rio Grande do Sul. Os critérios de inclusão foram pacientes internados com exame reagente para dengue ou diagnóstico clínico-epidemiológico. Os resultados mostraram que, durante o período estudado, ocorreram 46 internações por dengue. A maioria dos casos foi confirmada por antígeno NS1 (91%), seguido por critério clínico-epidemiológico (7%) e sorologia IgM (1%). A média de idade dos pacientes foi de 49 anos, com predominância do sexo masculino (59%) em relação ao feminino (41%). A média de duração da internação foi de 3,7 dias, e os exames laboratoriais mais comuns mostraram plaquetopenia (média de $35.566/\text{mm}^3$), leucopenia (média de $4.247/\text{mm}^3$) e desidratação (hematócrito médio de 39,2%). O tempo médio entre o teste positivo e a hospitalização foi de 3,4 dias. Entre os 46 pacientes internados, 4% (dois pacientes) evoluíram para óbito. Os pacientes que faleceram tinham

comorbidades pré-existentes, uma média de idade de 51,5 anos e ficaram internados por uma média de cinco dias. Ambos receberam atendimento de suporte avançado e apresentaram diagnóstico por antígeno NS1. As conclusões ressaltam a importância do diagnóstico precoce, do reconhecimento dos sinais de alerta e do diagnóstico diferencial, visto que a dengue compartilha sintomas com outras doenças. Esses achados enfatizam a necessidade de fortalecimento da vigilância epidemiológica e da notificação de casos, contribuindo para respostas mais eficientes no controle e prevenção da doença e no estabelecimento de políticas públicas de saúde.

ADESÃO AS MUDANÇAS DE ESTILO DE VIDA EM PACIENTES COM DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Paulo Teles Neto, Lucas da Silva Oliveira

O relato de experiência apresentado tem como objetivo avaliar as dificuldades enfrentadas por pacientes com diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica (HAS) no que diz respeito à adesão a mudanças no estilo de vida saudável. A pesquisa foi conduzida durante estágios em uma Unidade de Saúde da Família (USF), onde se observou que muitos pacientes têm dificuldades significativas para adotar hábitos saudáveis, o que pode impactar negativamente sua saúde e repercutir em diversos aspectos de suas vidas. O relato destaca o caso de um paciente do sexo masculino, de 67 anos, que apresentava diabetes mellitus descompensada, além de sintomas de depressão e indisposição. Ele se queixava de falta de ânimo, dificuldade respiratória e de um histórico de acidente. Durante a consulta, foi identificado que ele consumia grandes quantidades de doces, o que contribuiu para a descompensação da glicemia. O médico da USF solicitou exames de rotina e orientou o acompanhamento médico para tratar a glicemia descontrolada. No decorrer do estágio, foi possível perceber que a maioria dos pacientes com diabetes mellitus e HAS demonstram pouca adesão a hábitos saudáveis, como a prática regular de exercícios e a adoção de uma alimentação balanceada. No entanto, quando a condição de saúde começa a se deteriorar, muitos pacientes se tornam mais receptivos a mudanças, especialmente no que diz respeito à prática de exercícios físicos e a adoção de uma dieta saudável, orientada pela nutricionista da unidade de saúde. Este relato evidencia a importância da Atenção Primária à Saúde (APS), que desempenha um papel fundamental no incentivo e na orientação para a adoção de hábitos saudáveis. A APS consegue oferecer cuidados de saúde acessíveis e contínuos, fundamentais para o manejo de doenças crônicas como a diabetes mellitus e a hipertensão arterial, e deve atuar integradamente para promover a saúde da população.

A NECESSIDADE DE GARANTIR A LONGITUDINALIDADE DO CUIDADO AOS CIDADÃOS RESIDENTES EM ÁREAS DESCOBERTAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Pedro Lucas Guedes dos Santos, Natanael Antônio Pessoa da Silva, Juan Pablo Gonçalves de Freitas Lima, Maria Fernanda Vital Ramalho, Crisanto Abílio de Sousa Netto, Layza de Souza Chaves Deininger, Aralinda Nogueira Pinto de Sá

O relato aborda a importância da longitudinalidade do cuidado na Atenção Primária à Saúde (APS) e os desafios enfrentados pelos municípios brasileiros para alcançar cobertura total pelo modelo da Estratégia de Saúde da Família (ESF), conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB/2017). A experiência vivenciada por acadêmicos de medicina em uma Unidade de Saúde da Família (USF) no Estado da Paraíba, entre março e maio de 2024, revelou que, nas áreas cobertas pela ESF, os atendimentos equilibravam condições clínicas agudas e ações programáticas, como pré-natal, puericultura e manejo de condições crônicas. Em contrapartida, nas áreas descobertas, predominavam atendimentos emergenciais sensíveis à APS, com pouca ênfase em ações preventivas, o que compromete a continuidade do cuidado e sobrecarrega as equipes. A ausência de cobertura universal pela ESF reflete uma inversão preocupante do modelo de atenção à saúde, centrando o cuidado em demandas agudas em detrimento do cuidado preventivo e integral, como preconizado pelo SUS. Para enfrentar esse desafio, são necessárias ações como o aumento do investimento público para expandir a ESF, a capacitação das equipes de saúde, o planejamento territorial eficiente e a valorização da APS como principal estratégia para universalizar o acesso e promover a qualidade de vida da população.

TECENDO REDES NA VIGILÂNCIA DA DENGUE: COMPARAÇÃO ENTRE NOTIFICAÇÕES DE UM HOSPITAL DE ENSINO E A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MUNICIPAL

Caroline Alegransi, Paula Trevisan, Cicero Décio Soares Grangeiro, Eliane Carlosso Krummenauer, Maitê Souza Magdalena, Jessica Vieira, Jane Dagmar Pollo Renner, Marcelo Carneiro, Rochele Mosmann Menezes

A dengue, uma doença viral transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, é endêmica no Brasil, com casos registrados ao longo do ano e uma sazonalidade associada a períodos quentes e chuvosos, aumentando o risco de epidemias. A vigilância epidemiológica é essencial para detectar surtos precocemente, identificar áreas de risco e implementar ações preventivas e de controle. Nesse cenário, as Redes de Atenção à Saúde (RAS) desempenham um papel crucial na notificação e monitoramento dos casos em diferentes níveis de atenção. Este estudo transversal retrospectivo, realizado entre janeiro de 2021 e abril de 2024, comparou quantitativamente as notificações de dengue realizadas por um hospital de ensino na região dos vales com as notificações do município. Os dados hospitalares foram

coletados pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) e Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE) e comparados às notificações municipais disponíveis no SINAN Dengue Online. Em 2021, o município notificou 6561 casos, dos quais 10% foram realizados pelo NHE. Em 2022, de 3666 notificações municipais, 8% vieram do NHE. Em 2023, com 1888 casos registrados, a participação do NHE foi de 14%. Até abril de 2024, de 4924 notificações, 23% originaram-se do NHE, indicando um aumento expressivo na contribuição hospitalar e na demanda por atendimento, além de sugerir um possível impacto da priorização da covid-19 nos anos anteriores na subnotificação de casos de dengue. Na atenção primária, a notificação precoce é essencial para identificar surtos e implementar medidas de controle. Nos níveis secundário e terciário, como em hospitais, contribui para o manejo clínico e o monitoramento da gravidade. A crescente participação do NHE evidencia a importância da colaboração entre diferentes níveis da RAS, fornecendo dados críticos para ações preventivas e estratégias mais eficazes, como vigilância entomológica intensificada e educação comunitária. Essa articulação fortalece a capacidade de resposta a surtos e contribui para a melhoria da saúde pública local.

O JUDICIÁRIO NA MINHA HISTÓRIA

Vera Aparecida dos Santos

O projeto “Judiciário na Minha História”, iniciado em fevereiro de 2023 pelo Núcleo de Apoio à Vida da Região de Saúde IV de Guarulhos, é uma iniciativa voltada ao atendimento de vítimas de violência sexual de todas as faixas etárias, com foco no empoderamento jurídico das famílias atendidas. Muitas dessas famílias possuem pouco ou nenhum contato prévio com o sistema judiciário, o que agrava o sofrimento psicológico e reduz a confiança no sistema de justiça, além de comprometer a responsabilização dos agressores. A proposta busca orientar as famílias de maneira clara sobre as etapas do processo judicial, desde a abertura do Boletim de Ocorrência (BO) até a audiência de instrução e julgamento, utilizando uma linguagem acessível para garantir o entendimento pleno de seus direitos e deveres. Inspirada pela Campanha Nacional pela Simplificação da Linguagem Jurídica, promovida pela Associação dos Magistrados do Brasil em 2004, a iniciativa conta com a parceria da Delegacia IV DP de Guarulhos (SP) para a realização de BOs humanizados, com agendamentos específicos e diálogo prévio entre os profissionais envolvidos. O projeto tem como objetivos acolher as demandas jurídicas das famílias, orientá-las sobre as etapas processuais em linguagem simplificada, promover o empoderamento jurídico das vítimas e realizar BOs humanizados. A metodologia empregada inclui atendimento social com entrevistas próprias do serviço social, escuta ativa, atendimento humanizado, entrega de materiais informativos detalhando cada etapa do processo, orientação para acesso integral ao processo via senha e contato prévio com a delegacia para facilitar o registro de ocorrências. Entre os resultados alcançados, destacam-se a realização de BOs humanizados, maior acesso das famílias ao sistema judiciário, redução do sofrimento psicológico, aumento da compreensão e credibilidade do sistema, maior interação com a rede de apoio (promotorias, ONGs e serviços públicos), participação efetiva em todas as etapas judiciais e atenuação de conflitos familiares. Em conclusão, o projeto demonstrou como ações simples, como a escuta atenta, orientação e acolhimento humanizado, podem transformar a relação das famílias com o

sistema judiciário, garantindo-lhes o direito de acesso à justiça e fortalecendo a rede de apoio às vítimas de violência sexual, em consonância com os princípios do HumanizaSUS.

OFICINAS INTEGRATIVAS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SUS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Henriqueta Tereza do Sacramento, Cintia Maria Rocha Nonato

As Oficinas Integrativas realizadas no município de Vitória integram atividades coletivas de educação em saúde ofertadas a usuários e profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde e das Práticas Integrativas e Complementares (PICS). O objetivo dessas oficinas é promover articulações em territórios saudáveis, reduzir vulnerabilidades, melhorar a qualidade de vida, respeitar diversidades, incentivar reflexões sobre autocuidado e cuidado com o ambiente, além de fortalecer a humanização e a corresponsabilidade na busca por vidas mais saudáveis. Anualmente, as sensibilizações ocorrem durante o Fórum Municipal de PICS, com formação de profissionais e usuários por meio de vivências e palestras sobre práticas como fitoterapia, yoga, terapia comunitária integrativa e auriculoterapia. Profissionais de saúde são incentivados a implementar oficinas integrativas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que atendem demandas relacionadas ao bem-estar emocional, redução da medicalização e fortalecimento de vínculos comunitários. Entre os temas abordados estão: uso de chás medicinais para diversas condições, preparo de repelentes naturais, esalda-pés com ervas calmantes, oficinas de beleza com babosa, rodas de terapia comunitária para promoção da saúde mental e fortalecimento da autoestima, auriculoterapia para manejo do estresse e dores musculares, e ioga para equilíbrio emocional. A divulgação é feita por cartazes e mensagens pelo WhatsApp, e a condução cabe a profissionais das PICS com apoio técnico do município. Com participação média de 15 pessoas por oficina, incluindo usuários, profissionais e residentes do programa e-Multi, as atividades têm atraído majoritariamente mulheres, que relatam a riqueza das trocas de experiências e o impacto positivo na divulgação das PICS como ferramentas de autocuidado. Essas práticas fortalecem o desenvolvimento regional de projetos de PICS e promovem reflexões sobre saúde mental, autoconhecimento e autocuidado. Como resultado, observa-se o estímulo à criação de novos projetos que contribuem para a união e o bem-estar da comunidade.

O IMPACTO DA DESINFODEMIA NA HESITAÇÃO VACINAL CONTRA COVID-19.

Izabelle Venturini Signorelli, Fabiana Turino, Maria Angélica Carvalho Andrade, Tatiane Comerio, Carolina Strauss Estevez Gadelha, Ariane Silva Carvalho, Fabíola Fernandes Bersot Magalhães, Thiago Dias Sarti

A vacinação, um dos maiores avanços da saúde pública mundial, enfrenta o fenômeno da hesitação vacinal, caracterizado pelo retardo ou recusa em aceitar imunizações, mesmo diante de

programas amplos e seguros. A erradicação da varíola e o controle de doenças imunopreveníveis só foram possíveis graças a bem-sucedidos programas de imunização. O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto da desinfodemia – a disseminação massiva de desinformação – na hesitação vacinal contra a covid-19. A metodologia envolveu uma revisão integrativa da literatura, com buscas nas bases PubMed e LILACS entre outubro de 2021 e março de 2024, utilizando os descritores: hesitação vacinal; covid-19; desinformação; infodemia. Foram selecionados 13 artigos. A Pandemia de covid-19 marcou o século XXI, trazendo esperança pela vacinação, mas também temor devido à hesitação vacinal impulsionada por notícias falsas amplamente disseminadas. Esse fenômeno gerou enormes prejuízos a populações vulneráveis e desinformadas. Dados indicam que a concordância com as afirmações “vacinas são seguras” e “vacinas são eficazes” caiu de 70-79,9% para 60-69,9% durante a pandemia, evidenciando os efeitos da desinformação. A OMS definiu o termo *infodemia* para descrever a epidemia de falsas informações que dificultaram o acesso da população a dados confiáveis, agravaram os riscos de contágio, enfraqueceram o isolamento social e fomentaram a desconfiança nas vacinas. A redução das coberturas vacinais ao longo dos anos, intensificada pela desinformação, destaca a necessidade urgente de estratégias efetivas para combater a hesitação vacinal e mitigar seus impactos na saúde pública. Estudos futuros devem explorar soluções inovadoras e direcionadas para lidar com essa problemática, reforçando a confiança da população nas vacinas e assegurando os avanços conquistados pela imunização.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO CÂNCER DE BOCA NO BRASIL UTILIZANDO O STATA

Josimar Santorio da Silveira

O câncer de boca é um problema de saúde pública relevante no Brasil, figurando entre as neoplasias malignas mais comuns na população. Este estudo analisou a probabilidade de desenvolvimento de câncer de boca utilizando dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, considerando variáveis como idade, sexo, região geográfica, tabagismo, consumo de álcool e presença de HPV. As análises estatísticas foram realizadas no software STATA, com técnicas avançadas para avaliação dos dados. Foi conduzido um estudo transversal, começando com uma descrição dos dados por frequências e medidas de tendência central. Testes de hipótese identificaram associações significativas entre as variáveis, enquanto a regressão logística determinou os fatores de risco ajustados. Além disso, análises de sobrevivência, incluindo Kaplan-Meier e regressão de Cox, avaliaram a influência dos fatores na mortalidade. Os resultados apontaram um aumento na incidência de câncer de boca ao longo do período analisado, especialmente entre homens acima de 50 anos, com mortalidade mais elevada nas regiões Norte e Nordeste. Na análise multivariada, o tabagismo emergiu como o principal fator de risco (OR = 3,5; IC 95%: 2,8-4,3), seguido pelo consumo excessivo de álcool (OR = 2,8; IC 95%: 2,2-3,5). A infecção pelo HPV destacou-se como fator de risco significativo, especialmente entre pacientes mais jovens. As curvas de Kaplan-Meier evidenciaram menor tempo de sobrevivência entre pacientes com

hábitos de tabagismo e consumo de álcool, achado corroborado pela regressão de Cox, que demonstrou a influência negativa desses fatores na sobrevida. Os achados reforçam a necessidade de intervenções preventivas voltadas para a redução do tabagismo e do consumo de álcool, bem como a implementação de programas de vacinação contra o HPV. Políticas públicas devem considerar as variações regionais na incidência e mortalidade, buscando mitigar desigualdades no acesso ao diagnóstico e tratamento. Este estudo contribui para a compreensão da epidemiologia do câncer de boca no Brasil e evidencia a importância de estratégias preventivas e de promoção da saúde. A aplicação do software STATA foi crucial para análises estatísticas robustas e confiáveis, proporcionando uma base sólida para futuras pesquisas e formulação de políticas públicas.

PERCEPÇÃO DOS DOCENTES ASSISTENCIAIS DE ENFERMAGEM ACERCA DA AMPLIAÇÃO DO ACESSO À TESTAGEM DE HIV NAS UNIDADES DE SAÚDE – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jacira Nascimento Santos, Daniele Dias Louzada, Juliany Mota dos Santos, Renato Vidal de Oliveira, Sunny Lady Neves Santos, Francislaine Maralin Henrique

O câncer de boca configura-se como um importante problema de saúde pública no Brasil, sendo uma das neoplasias malignas mais prevalentes na população. Este estudo avaliou a probabilidade de desenvolvimento dessa condição utilizando dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, analisando variáveis como idade, sexo, região geográfica, tabagismo, consumo de álcool e infecção por HPV. As análises estatísticas foram realizadas no software STATA, com técnicas avançadas que garantiram a precisão e confiabilidade dos resultados. O estudo transversal iniciou-se com a descrição dos dados por frequências e medidas de tendência central, seguida de testes de hipótese para identificar associações significativas entre as variáveis. A regressão logística foi empregada para determinar os fatores de risco ajustados, enquanto as análises de sobrevivência (Kaplan-Meier e regressão de Cox) investigaram a influência dos fatores na mortalidade. Os resultados indicaram um aumento na incidência de câncer de boca, especialmente em homens acima de 50 anos, com mortalidade mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste. O tabagismo foi o principal fator de risco identificado ($OR = 3,5$; IC 95%: 2,8-4,3), seguido pelo consumo excessivo de álcool ($OR = 2,8$; IC 95%: 2,2-3,5). A infecção pelo HPV destacou-se como um risco relevante, particularmente em pacientes mais jovens. Análises de Kaplan-Meier revelaram menor tempo de sobrevida entre pacientes com hábitos de tabagismo e consumo de álcool, corroborado pela regressão de Cox, que confirmou a influência negativa desses fatores na sobrevivência. Os achados reforçam a necessidade de estratégias preventivas focadas na redução do tabagismo e do consumo de álcool, além da ampliação de programas de vacinação contra o HPV. Políticas públicas devem ser ajustadas para considerar as disparidades regionais na incidência e mortalidade, buscando reduzir desigualdades no acesso a diagnóstico e tratamento. Esse estudo contribui significativamente para a compreensão da epidemiologia do câncer de boca no Brasil,

evidenciando a importância de ações de promoção da saúde e prevenção. O uso do software STATA foi essencial para realizar análises estatísticas detalhadas, fornecendo subsídios robustos para futuras pesquisas e formulação de políticas públicas mais efetivas.

IMPACTO DOS DESASTRES AMBIENTAIS NA SAÚDE COLETIVA EM MIMOSO DO SUL, ES, EM 2024

Josimar Santorio da Silveira

Em 2024, Mimoso do Sul, no Espírito Santo, foi gravemente afetada por chuvas intensas e enchentes, resultando em um desastre ambiental significativo que impactou profundamente a saúde coletiva da população local. Desastres desse tipo provocam surtos de doenças infecciosas, como leptospirose e diarreia, devido à contaminação das fontes de água potável, além de problemas respiratórios e dermatológicos relacionados à umidade elevada, mofo e contato com água contaminada. Também são comuns transtornos psicológicos, como estresse, ansiedade e depressão, intensificados pela perda de entes queridos, destruição de propriedades e insegurança sobre o futuro, com crianças e idosos sendo particularmente vulneráveis. A destruição de infraestrutura e a superlotação de abrigos temporários agravam a situação, dificultando o acesso a serviços básicos e favorecendo a disseminação de doenças. Para mitigar os impactos, são necessárias ações integradas, como distribuição de água potável, campanhas de higiene, controle de surtos, vacinação, apoio psicológico e melhoria das condições sanitárias em abrigos. Estratégias de longo prazo incluem o fortalecimento de infraestrutura resistente a desastres, desenvolvimento de planos de evacuação e treinamentos, além de campanhas de conscientização sobre riscos ambientais. A experiência de Mimoso do Sul destaca a importância de respostas rápidas e coordenadas, bem como da preparação preventiva, servindo como referência para a gestão de desastres em outras regiões vulneráveis.

ANÁLISE DA QUALIDADE DO RASTREIO DE CÂNCER DE COLO DO ÚTERO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Kellyane Torres da Silva

A falta de seguimento e repetição da coleta de material que não contemplou a zona de transformação pode resultar em um falso negativo para malignidades, comprometendo a qualidade do rastreamento do câncer de colo do útero. Isso gera um diagnóstico tardio e possível tratamento inadequado, contrariando os princípios do rastreio e impactando diretamente na sobrevivência das mulheres diagnosticadas com a doença. O presente estudo tem como objetivo analisar a qualidade do rastreio do câncer de colo do útero a partir dos registros de atendimentos e resultados de coletas

de citopatológico realizados por uma equipe de Saúde da Família (eSF) de uma UBS da Região Administrativa mais populosa do Distrito Federal. Este projeto de pesquisa é requisito para a obtenção do título de especialista em saúde da família e comunidade, no curso de Pós-graduação Lato Sensu, modalidade Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Escola de Governo Fiocruz-Brasília. A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, exploratório-descritiva, do tipo pesquisa documental, utilizando dados secundários. Serão analisados prontuários disponíveis no e-SUS e laudos de citopatológicos no SISCAN, obtidos por meio de consulta ao e-SUS Atenção Primária (e-SUS APS) e ao Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) disponibilizados pelo DATASUS. Os resultados esperados incluem o aumento da qualidade do rastreamento, com a busca ativa de mulheres que não tiveram a zona de transformação contemplada nos exames. Como resultados secundários, espera-se o aumento do diagnóstico precoce, maior sobrevida, maior realização de citopatológicos, e a realização de atividades de educação permanente para os profissionais enfermeiros da eSF da UBS. O estudo também visa contribuir para uma das prioridades do Pacto pela Vida, que é a redução da mortalidade por câncer de colo do útero. O rastreamento, como uma tecnologia da atenção primária, exige que os profissionais compreendam o método, a periodicidade e a população-alvo, além de orientar e encaminhar adequadamente as mulheres conforme os resultados dos exames e garantir seu seguimento. Dessa forma, é fundamental o controle da qualidade das coletas e a busca ativa de pacientes para garantir a coleta quando necessário, reduzindo as taxas de falsos negativos, melhorando a qualidade do rastreamento e, conseqüentemente, aumentando a sobrevida das pacientes por meio do diagnóstico e tratamento precoce.

DESAFIO DOS GESTORES EM SAÚDE NA ASSISTÊNCIA DE SAÚDE EM ERA DE DESASTRES AMBIENTAIS E EFEITOS CLIMÁTICOS

Giovana Guimaraes Oliveira

Os gestores de saúde precisam desenvolver estratégias de prevenção e assistência em saúde diante de desastres ambientais e efeitos climáticos, que se tornaram uma realidade crescente em nosso país. A problematização da saúde coletiva nesses contextos é crucial, pois os desastres ambientais não apenas causam sofrimento à população, mas também geram custos imprevistos, desviando recursos do planejamento anual de saúde e retardando o desenvolvimento econômico local. Estamos vivenciando, na atualidade, os alertas feitos há 30 anos na Conferência ECO-RIO 92, que previu os desastres ambientais e efeitos climáticos como uma realidade. A ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, promovida pela ONU, foi um marco no debate sobre questões ambientais e suas consequências. Um dos principais objetivos da conferência foi a avaliação dos desastres naturais e seus impactos na saúde coletiva, além da necessidade de criação de políticas públicas voltadas para a prevenção e gestão desses fenômenos. A falta de planejamento adequado e de estratégias antecipadas por parte dos gestores de saúde compromete a saúde coletiva, com consequências imediatas e a longo prazo, como surtos

de doenças (gripes, leptospirose, diarreias, meningite), hipertensão e problemas de saúde mental. Esses efeitos já eram previstos na ECO-RIO 92, mas até hoje, pouco foi feito pelos gestores federais, estaduais e municipais para implementar ações efetivas nesse sentido. Os desastres ambientais e os efeitos climáticos, cada vez mais frequentes no Brasil, exigem investimentos altos por parte dos gestores de saúde, comprometendo o planejamento anual. Exemplos de tais fenômenos incluem o rompimento de barragens em Cataguases (2003), Bom Jardim em Mirai (2007), o deslizamento no Morro do Bumba, em Niterói (2010), o rompimento da barragem do Fundão em Mariana (2015), os deslizamentos e enchentes em Petrópolis (2019), o rompimento da barragem de Brumadinho (2019) e as recentes enchentes em Mimoso do Sul (2024) e no Rio Grande do Sul (2024). Os gestores de saúde precisam se articular para enfrentar essa problemática e buscar soluções para mitigar os impactos desses desastres. As considerações finais destacam a necessidade de aprimorar a gestão em saúde e criar políticas públicas inovadoras e eficazes, que considerem os desafios impostos por essas catástrofes ambientais e seus efeitos na saúde da população.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES E LETALIDADES DESENCADEADAS PELA SEPTICEMIA: ANÁLISE DAS REGIÕES BRASILEIRAS

Henrique Shelter Pereira Viana, Pedro Ribeiro Braga

A septicemia é uma Síndrome de Resposta Inflamatória Sistêmica (SRIS) resultante de um processo infeccioso que pode levar a disfunção orgânica múltipla, sendo uma das principais causas de óbito em pacientes em terapia intensiva. Ela se inicia com a entrada de microorganismos através da cavidade oral, trato gastrointestinal ou trato geniturinário, desencadeando inicialmente uma infecção localizada, que pode se generalizar. O diagnóstico é baseado no exame clínico, complementado por métodos de imagem e exames laboratoriais, como análises de líquido, urina, secreções e hemoculturas, que buscam focos de infecção e auxiliam na avaliação da evolução clínica. O rastreamento microbiológico visa identificar o agente infeccioso causador, prevenindo que o quadro evolua para sepse grave, choque séptico e falência orgânica múltipla, o que pode ser fatal. A sintomatologia é variável, incluindo febre ou hipotermia, hipotensão, taquicardia, confusão mental, e redução do débito urinário. A abordagem terapêutica segue as diretrizes da Surviving Sepsis Campaign, que orienta o manejo médico para tratar a sepse conforme um protocolo mundial. O objetivo deste estudo foi analisar a incidência de septicemia e sua relação com a morbimortalidade nas diferentes regiões do Brasil entre 2013 e 2023. Trata-se de um estudo epidemiológico longitudinal que investiga a distribuição da sepse e sua letalidade por região, sexo e faixa etária, com dados obtidos da base de dados do DataSUS e projeções populacionais do IBGE, permitindo uma análise comparativa entre as regiões. Os resultados mostraram um aumento na incidência de internações por sepse, com uma queda atípica durante a Pandemia de covid-19 e um retorno gradual em 2022. A região Sul apresentou a maior incidência, com uma média anual de 79,7 casos para cada 100 mil habitantes, sem diferença significativa entre

os sexos, enquanto o Centro-Oeste teve a menor incidência. A região Sudeste, no entanto, apresentou a maior letalidade, com uma média anual de 49,14 óbitos para cada 100 internações. Observou-se também um aumento de 75% na frequência de casos de septicemia entre o primeiro e o último ano da série. Diante desses dados, conclui-se que, embora a septicemia tenha uma fisiopatologia complexa, seu tratamento deve ser imediato e realizado pela equipe hospitalar multidisciplinar, com foco na identificação precoce dos sinais e sintomas e na administração de medicamentos apropriados. A crescente incidência de internações por septicemia no período analisado sugere a necessidade urgente de ações de saúde pública para reduzir sua alta morbimortalidade no Brasil.

DESENHAR CIENTISTA: DEBATES SOBRE ESTEREÓTIPOS NA CIÊNCIA COM ESTUDANTES DE MAGISTÉRIO EM UM COLÉGIO ESTADUAL NO RJ

Raísa Soares Estevão da Graça, Uliana Pontes

O projeto de extensão *Construindo Pontes*, desenvolvido no Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, tem como objetivo promover representatividade e inclusão no meio acadêmico, além de debater as relações entre mídia, saúde e sociedade. Desde 2018, o projeto mantém uma parceria com o Colégio Estadual Luiz Reid, em Macaé (RJ), envolvendo turmas do 3º ano de magistério em atividades que discutem a importância da visibilidade dos grupos minoritários e o papel da educação e ciência no combate às desigualdades sociais. A cada ano, no primeiro encontro, são colhidas percepções dos estudantes sobre o que significa ser cientista, por meio do teste do Desenho de Cientista, que gera debates sobre a relevância da ciência no cotidiano e a quebra de estereótipos, promovendo o respeito à diversidade. No ano de 2024, a turma conta com cerca de 30 estudantes, a maioria mulheres adolescentes, sendo que 29 participaram do primeiro encontro. Durante a atividade, foram manifestados interesses em diversas áreas acadêmicas, como pedagogia, biologia, psicologia, nutrição e medicina. Dos 29 desenhos realizados, a maioria representou figuras associadas às ciências da natureza e ciências exatas, com predominância de homens e brancos, sendo Albert Einstein a personalidade mais desenhada. Esses desenhos geraram debates sobre o que significa ser cientista, os estereótipos representados nas ilustrações e as formas como a mídia tradicionalmente representa cientistas, permitindo a discussão sobre como essas visões estereotipadas afetam o ensino, a pesquisa e a saúde pública, com ênfase em questões de viés racial, de gênero e padrões de beleza. No segundo encontro, foram apresentados conceitos sobre a produção de conhecimento, o método científico e o trabalho de cientistas de diversas áreas. A proposta do projeto é destacar mulheres que contribuíram significativamente para a ciência, culminando com uma apresentação no sarau cultural de fim de ano do colégio. O envolvimento de estudantes de magistério é estratégico, pois eles serão futuros educadores e formadores de opinião. Além disso, os temas abordados aproximam os alunos da vida universitária e colaboram para a ruptura com estereótipos que elitizam os sistemas de educação, saúde e produção científica no Brasil. O papel da mídia, como manifestação cultural e política, se mostra fundamental para a compreensão

dos fenômenos sociais observados, especialmente no que diz respeito aos estereótipos de gênero que limitam os interesses e potencialidades de meninas e mulheres.

USO DE TECNOLOGIAS CUIDATIVO-EDUCACIONAIS NA PRÁXIS DA SAÚDE

Julia Peixoto Alves Decker, Juliane Portella Ribeiro, Matheus dos Santos Rodrigues, Thalison Borges de Oliveira, Lenise Szczecinski Maliszewski, Vitória Peres Treptow

As tecnologias do cuidado e da educação, quando entrelaçadas, fortalecem a prática profissional na área da saúde. Por essa razão, surgiu o conceito de *Tecnologias Cuidativo-Educacionais* (TCE), que compreende de maneira mais ampla os processos tecnológicos e seus produtos, transcendendo a ideia de cuidar e educar como processos isolados. As TCE são saberes científicos que sustentam a operacionalização do processo de cuidar e educar em saúde, empoderando os profissionais para oferecer uma assistência qualificada. As práticas cuidativas e educativas são atividades que possibilitam o desenvolvimento, avaliação, criação, validação e aplicação de tecnologias que visam promover a autonomia dos indivíduos em sua condição de saúde. A práxis, nesse contexto, é definida como uma prática consciente que transforma a natureza, ao criar objetos, instrumentos e tecnologias, e também o próprio ser humano, à medida que este transforma a natureza. Uma práxis envolve tanto aspectos objetivos quanto subjetivos. As TCE, enquanto ferramentas integradas à práxis da saúde, como cartilhas, vídeos educativos e folders, visam desenvolver habilidades críticas e reflexivas, além de ampliar o conhecimento tanto dos profissionais que as utilizam quanto dos indivíduos que as recebem. O objetivo deste trabalho é identificar na produção científica o uso de TCE na área da saúde. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, que busca apresentar uma interpretação abrangente sobre o tema, estimulando a reflexão e o debate. Essa revisão explora informações e atualizações sobre o objeto de estudo para identificar lacunas no conhecimento, fornecendo uma visão geral do estado atual da pesquisa. Sendo um processo simplificado, o tema pode ser abordado de maneira livre. Na literatura, observa-se que a maioria dos estudos sobre o uso de TCE na saúde está voltada para acompanhantes e pacientes. Exemplos incluem a elaboração e validação de cartilhas educativas para a prevenção do excesso de peso em adolescentes, para a punção venosa periférica, para métodos não farmacológicos de alívio da dor no trabalho de parto, para a promoção da saúde de pessoas com diabetes mellitus durante a covid-19, e para a saúde da mulher no pós-parto e do recém-nascido, entre outras. As TCE representam uma inovação significativa ao integrar os processos de cuidar e educar, que se fortalecem mutuamente. Dentro dos preceitos da práxis da saúde, elas oferecem uma abordagem holística, promovendo uma assistência qualificada e centrada na autonomia do indivíduo. A revisão narrativa permitiu identificar e analisar diversas TCE aplicadas na saúde, evidenciando sua validade e utilidade. Contudo, o estado da arte revela como lacuna o desenvolvimento e a validação de TCE voltadas para a formação e capacitação de profissionais da saúde. Como as Tecnologias Cuidativo-Educacionais integram os processos de cuidado e educação, uma abordagem promissora, é necessário ampliar as pesquisas e os debates sobre o tema.

A IMPORTÂNCIA DO OLHAR PARA A SAÚDE EM CONTEXTO RURAL E O IMPACTO NA FORMAÇÃO MÉDICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sérgio de Luna Silva Júnior, Socorro de Fátima Moraes Nina, Matheus Santos Freire

No contexto da prática médica, a atenção à saúde em áreas rurais assume um papel crucial, dado os desafios e as particularidades enfrentados pelas comunidades rurais no acesso à saúde. Este relato de experiência visa destacar a importância de focar na saúde em contexto rural na região amazônica, ressaltando seu impacto na formação médica. O objetivo geral deste trabalho foi compartilhar as vivências e aprendizados adquiridos durante a participação em projetos de iniciação científica e extensão voltados à saúde em áreas rurais no Amazonas. O objetivo específico foi destacar a relevância de integrar a saúde em contextos rurais na formação médica. Foram realizados três projetos de iniciação científica e um de extensão universitária sobre saúde em contexto rural, todos na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no município de Iranduba, interior do Amazonas. Os projetos de pesquisa abordaram as condições de vida e saúde, práticas terapêuticas utilizadas no tratamento de doenças e ações de prevenção. Já as atividades de extensão focaram na promoção da saúde das mulheres ribeirinhas da comunidade local. Durante a execução desses projetos, foi possível vivenciar de perto os desafios enfrentados pelos moradores no acesso à saúde, incluindo limitações de recursos e condições socioeconômicas desfavoráveis. Também se destacaram obstáculos relacionados à natureza, como a estiagem e a difícil acessibilidade à comunidade. No entanto, foi notável a resiliência e a solidariedade dessa população, além da importância do profissional de saúde como agente de transformação. O contato direto com pacientes rurais proporcionou uma compreensão mais ampla das necessidades específicas dessa população, desafiando e enriquecendo a formação médica. A experiência em áreas rurais expõe as disparidades no acesso à saúde, mas também permite reconhecer a força e a união que caracterizam essas comunidades, especialmente na região amazônica. Refletir sobre a interação com os pacientes rurais reforça a importância de uma abordagem sensível e culturalmente contextualizada na prática médica. Além disso, os saberes dos moradores de comunidades rurais são valiosos para a formação médica, ampliando o entendimento sobre as condições de saúde locais. Este trabalho enfatiza a relevância de incluir vivências em contextos rurais na formação médica, especialmente na região amazônica. A atuação em áreas remotas não só amplia o repertório clínico dos estudantes, mas também os sensibiliza para questões sociais e culturais que impactam diretamente a saúde das comunidades rurais. Investir nessa abordagem contribui para a formação de profissionais de saúde mais preparados e humanizados, além de promover políticas de saúde mais eficazes e inclusivas para essas populações. Por fim, destaca-se a importância de compreender a realidade de saúde dessas comunidades para realizar intervenções efetivamente.

A IMPORTÂNCIA DO CIRURGIÃO-DENTISTA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: PERSPECTIVAS DE DIREITO À SAÚDE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, CLASSE E GÊNERO

Josimar Santorio da Silveira

A atenção primária à saúde (APS) é fundamental para garantir cuidados acessíveis e integrais à população, e a inserção do cirurgião-dentista nesse contexto é crucial, não apenas para a promoção da saúde bucal, mas também para enfrentar as desigualdades sociais relacionadas à etnia, raça, classe e gênero. O direito à saúde, garantido pela Constituição Federal do Brasil, assegura o acesso igualitário aos serviços de saúde, incluindo os cuidados odontológicos, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como populações negras, indígenas, pessoas de baixa renda e mulheres. O cirurgião-dentista na APS desempenha um papel vital ao garantir que esses grupos recebam cuidados preventivos e curativos adequados, promovendo a equidade no acesso à saúde bucal. As desigualdades raciais têm um impacto significativo na saúde bucal, com populações negras e indígenas frequentemente enfrentando barreiras adicionais ao acesso a cuidados odontológicos, o que resulta em maiores índices de doenças bucais. Nesse contexto, a atuação do cirurgião-dentista na APS é fundamental para identificar e combater essas desigualdades por meio de programas de saúde bucal direcionados, educação em saúde e intervenções culturalmente sensíveis. A classe social também é um determinante importante na saúde bucal, pois indivíduos de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades no acesso a serviços odontológicos, o que agrava os índices de doenças bucais. O cirurgião-dentista na APS pode mitigar esses impactos por meio de serviços preventivos, tratamentos acessíveis e campanhas educativas sobre a importância da saúde bucal, além de reduzir as barreiras financeiras ao cuidado odontológico com a inclusão desses serviços nos programas de saúde pública. As questões de gênero também influenciam a saúde bucal, uma vez que mulheres podem enfrentar barreiras adicionais ao acesso a cuidados odontológicos devido a responsabilidades familiares, desigualdades econômicas e discriminação de gênero. Além disso, condições específicas, como gravidez e menopausa, exigem cuidados odontológicos especializados, e a presença do cirurgião-dentista na APS é essencial para fornecer cuidados sensíveis ao gênero e abordar as necessidades odontológicas das mulheres. Assim, a inserção do cirurgião-dentista na APS é crucial para garantir a promoção da saúde bucal e o direito à saúde para todos, especialmente os grupos vulneráveis. Abordar as desigualdades étnico-raciais, de classe e de gênero na saúde bucal requer uma abordagem integrada e sensível às necessidades específicas de cada grupo, sendo necessário que políticas públicas apoiem e expandam a atuação dos cirurgiões-dentistas na APS, garantindo o acesso a cuidados odontológicos de qualidade e promovendo a equidade em saúde.

DESAFIOS NO ATENDIMENTO DO ENFERMEIRO NA CONSULTA DE PUERICULTURA ÀS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Letícia Alves de Sousa, Yngrid Karoline dos Santos Amorim, Renata Clemente dos Santos Rodrigues, Kalyne Araújo Bezerra, Tamires Paula Gomes Medeiros, Igor de Sousa Nóbrega, Nayara Thayse de Sousa Oliveira, Vitoria Hellen da Silva Amarante, Emanuella de Castro Marcolino

A violência sexual infantil é uma grave violação dos direitos humanos e um problema social complexo, caracterizando-se por qualquer ato invasivo cometido contra crianças e adolescentes, com diferentes formas e níveis de gravidade. Entre 2018 e 2022, foram notificados 32.328 casos de violência sexual em crianças de até 4 anos, sendo que 22.123 ocorreram dentro de residências. Nesse contexto, o papel do enfermeiro torna-se essencial durante a consulta de puericultura, especialmente no que se refere à identificação e reconhecimento dos sinais e sintomas dessa violência. Além disso, é fundamental que o enfermeiro esteja capacitado para prestar o acolhimento adequado às vítimas e suas famílias, realizando a notificação de casos suspeitos e confirmados. O objetivo deste estudo foi identificar os desafios enfrentados pelos enfermeiros nas consultas de puericultura com crianças vítimas de violência sexual. A pesquisa, de natureza analítica exploratória com abordagem qualitativa, foi realizada com 108 enfermeiros da saúde da família em Campina Grande, Paraíba. Enfermeiros de férias, em licença ou folga foram excluídos da pesquisa. Os dados foram analisados por meio do Software IRAMUTEQ, com base em entrevistas transcritas na íntegra. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (CEP 6.303.634). Os resultados evidenciaram que um dos principais desafios é a falta de colaboração dos pais ou responsáveis pela criança, que muitas vezes não fornecem as informações necessárias, dificultando a identificação da violência e o seguimento adequado da assistência. Outro desafio significativo observado foi o receio dos profissionais quanto ao encaminhamento e à notificação dos casos de violência sexual, demonstrando uma hesitação em denunciar. Além disso, a falta de capacitação profissional foi um fator limitante na abordagem das vítimas, dificultando a identificação precoce dos sinais e sintomas da violência. A necessidade de capacitação qualificada e contínua foi identificada como uma prioridade pelos próprios enfermeiros, que reconhecem a importância de um manejo integral e especializado das vítimas. Diante dos desafios identificados, é fundamental a implementação de processos de educação contínua e eficaz para os profissionais de enfermagem, garantindo que estejam devidamente capacitados para lidar com a violência sexual infantil. O manejo adequado dos casos, assim como o acolhimento humanizado da vítima e de sua família, são essenciais para a redução do sofrimento físico, psicológico e emocional da criança, além de permitir intervenções precoces e eficazes, tanto para a prevenção quanto para o tratamento da violência.

IMPACTO DA INTERVENÇÃO EDUCATIVA NO CONHECIMENTO DE ENFERMEIROS DIANTE DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Letícia Alves de Sousa, Edite Beatriz Alves Santos, Renata Clemente dos Santos Rodrigues, Kalyne Araújo Bezerra, Tamires Paula Gomes Medeiros, Ana Luiza Cabral da Cunha de Almeida Chagas, Nayara Thayse de Sousa Oliveira, Vitoria Hellen da Silva Amarante, Emanuella de Castro Marcolino

A violência sofrida por crianças e adolescentes é uma realidade presente na história humana, manifestando-se de diversas formas em diferentes contextos culturais e sociais. Esse fenômeno envolve atos deliberados de ameaça, força física ou domínio sobre a vítima, que podem resultar em lesões, danos cognitivos e psicológicos. Diante disso, a assistência da equipe de enfermagem é essencial, pois possibilita uma abordagem integral para identificar e intervir na propagação da violência. Além disso, ações educativas são fundamentais nesse processo, viabilizando o enfrentamento dessa problemática por meio de práticas de denúncia. Este estudo teve como objetivo avaliar o impacto de uma intervenção educativa no conhecimento de enfermeiros sobre casos de violência contra crianças e adolescentes. Trata-se de um estudo quase experimental, de natureza quantitativa, realizado com 44 enfermeiros de um hospital de grande porte no interior do estado da Paraíba. A intervenção consistiu na exibição de um vídeo explicativo, seguida da aplicação de um questionário antes e depois da atividade, com o intuito de medir sua eficácia. Os dados foram tabulados e analisados em software estatístico, utilizando estatística descritiva e inferencial (Teste de Wilcoxon para amostras pareadas e Teste de Correlação de Spearman). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento/Faculdade de Ciências Médicas, sob o parecer nº 3.159.668/2019. Os resultados mostraram uma melhora significativa nas variáveis relacionadas ao conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente ($p=0,001$), violência contra crianças e adolescentes e o papel do enfermeiro na identificação e manejo desses casos ($p=0,000$). A intervenção educativa demonstrou ser eficaz em ampliar o entendimento dos enfermeiros sobre sinais de violência, protocolos de notificação e acolhimento das vítimas, destacando a relevância de ações educativas contínuas para aprimorar a prática de enfermagem e contribuir para a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes vítimas de violência.

PREVENÇÃO DA CÁRIE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA SAÚDE DA FAMÍLIA DE ORIENTAÇÕES LÚDICAS DE HIGIENE BUCAL PARA CRIANÇAS DE UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE DO ESPÍRITO SANTO

Julia Hecher Pereira, Fabiany Gama Rigatto, Itamar Francisco Teixeira, Gabriella Monteiro de Barros

A cárie dentária é um problema de saúde pública que, já na infância, pode causar dor, infecção, mastigação inadequada, perda dentária, redução da autoestima e comprometimento da qualidade

de vida. Nesse contexto, intervenções realizadas por acadêmicos de odontologia, durante estágios na saúde da família, buscam capacitá-los para atuar na prevenção da cárie, promoção da saúde bucal e compreensão dos impactos dos determinantes sociais na saúde, contribuindo para uma formação mais humanizada. Este relato apresenta a experiência de ações integradas em instituições de educação infantil de um município de médio porte do Espírito Santo, conduzidas por estudantes de odontologia de uma faculdade local. As atividades utilizaram abordagens lúdico-educativas, como palestras, *role-play* e contação de histórias, para transmitir informações atrativas e conscientizar as crianças sobre saúde bucal. As palestras incluíram demonstrações práticas do uso correto de creme dental e fio dental, associando-os a personagens do imaginário infantil, enquanto técnicas de escovação foram ensinadas de forma lúdica, utilizando termos como “bolinha”, “trenimon” e “vasturia”, que representavam os movimentos da higiene bucal diária. Durante o *role-play* e as histórias, personagens como a “Dentina”, “Fada do Dente” e “Doutor Dudu” dramatizavam a importância da escovação, enquanto a “Bruxa Má” simbolizava a cárie, reforçando a necessidade de cuidados diários e visitas regulares ao dentista. As ações foram encerradas com a distribuição de kits de higiene bucal, escovação supervisionada e encaminhamento odontológico quando necessário. Materiais recicláveis, cartazes e fantasias foram usados para criar uma atmosfera lúdica, com os universitários assumindo os papéis dos personagens. Os resultados apontaram para uma maior compreensão das crianças sobre a importância da higiene bucal na prevenção de cáries, refletida no entusiasmo e no envolvimento ativo durante as atividades. Para os estudantes, a experiência possibilitou o desenvolvimento de habilidades de comunicação e interação, ao mesmo tempo que estimulou a troca de conhecimentos de forma prática e dinâmica. Já os profissionais das instituições demonstraram engajamento e sensação de apoio educacional, enquanto as comunidades visitadas se beneficiaram com a replicação dos aprendizados pelas crianças. Conclui-se que ações integradas de saúde com metodologias lúdicas são estratégias eficazes para educar, informar e promover a saúde bucal em crianças, suas famílias e comunidades, fortalecendo o aprendizado e a qualidade de vida.

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA COMO REDE DE APOIO PARA PACIENTES PORTADORES DE FIBROMIALGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Paulo Teles da Silva Neto, Lucas da Silva Oliveira

Este relato de experiência busca avaliar a atuação da Atenção Primária à Saúde no cuidado a pacientes com fibromialgia, condição caracterizada por dores difusas que frequentemente desencadeiam ansiedade, depressão e transtornos de humor, impactando significativamente a qualidade de vida. Durante os estágios realizados por estudantes de medicina em uma Unidade de Saúde da Família (USF), foi possível observar a complexidade dessa problemática e os desafios enfrentados pelos pacientes. Um caso emblemático foi o de uma mulher de 42 anos, que, visivelmente abatida, relatou ter perdido a vontade de viver devido às dores crônicas da fibromialgia. Diante dessa situação, o médico

da USF destacou a relevância do apoio psicológico e da atuação de uma equipe multidisciplinar no cuidado à paciente. Ele reforçou a importância de práticas como a realização de exercícios físicos e encaminhou a paciente para atendimento psiquiátrico, além de recomendar o suporte de um psicólogo e a participação em grupos de acolhimento e apoio a pessoas com fibromialgia. Esse relato evidencia a fragilidade emocional associada à doença e os impactos negativos sobre a qualidade de vida dos pacientes. Assim, ressalta-se o papel fundamental da Atenção Primária como rede de suporte para esses indivíduos, incentivando hábitos de vida saudáveis e ativos, que podem mitigar os desafios emocionais e físicos decorrentes da fibromialgia. A abordagem integral e humanizada é essencial para enfrentar a complexidade dessa condição e oferecer cuidado efetivo e acolhedor aos pacientes.

ODONTO EM FOCO: UMA EXPERIÊNCIA DE WEBCAST DE ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO, COMO MEIO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE SAÚDE BUCAL COM A COMUNIDADE

Júlia Hecher Pereira, Giovanna Uliana Pascoal, Itamar Francisco Teixeira, Marcela Vieira Calmon

O projeto “**Odonto em Foco**”, desenvolvido por estudantes de Odontologia de uma faculdade no Norte do Espírito Santo, utiliza *webcasts* como ferramenta de comunicação e educação para promover a saúde bucal e geral. Vinculado à Liga Acadêmica de Cirurgia Bucomaxilofacial e Estomatologia (LACBE), o projeto tem como objetivo ampliar o acesso à informação, conscientizando a população sobre práticas preventivas, desmistificando crenças comuns e abordando temas relevantes para a saúde pública, especialmente em comunidades com menor acesso a serviços de saúde. O desenvolvimento do projeto envolve entrevistas, bate-papos, lives e reportagens realizadas por estudantes e convidados, como professores e profissionais de saúde, no campus da Faculdade Anhanguera. As ações são alinhadas aos princípios da Atenção Primária em Saúde (APS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), destacando determinantes sociais de saúde, acesso aos serviços e os impactos da desinformação, incluindo fake news. Com foco em inovação e integração científico-social, os conteúdos visam despertar a reflexão crítica em saúde coletiva e promover hábitos saudáveis, contribuindo para a formação interdisciplinar dos acadêmicos e a conscientização do público. Os resultados incluem debates permanentes sobre saúde bucal e sistêmica, o engajamento de profissionais da rede pública e privada, e a interação do público com os conteúdos apresentados. Além disso, o projeto tem favorecido a ampliação do conhecimento científico dos estudantes, a integração com as diretrizes do SUS e o fortalecimento da educação em saúde como um direito de todos. Conclui-se que o uso de mídias digitais, como *webcasts*, é uma estratégia eficaz para disseminar informações úteis sobre ciências, saúde bucal e saúde coletiva, contribuindo para a evolução social e a promoção de bem-estar da população.

PARTILHANDO A EXPERIÊNCIA DE CUIDADO COM FAMÍLIAS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL (CAPSi)

Maria Fernanda Almeida de André, Eduarda de Arruda Azevedo, Isabela Laurindo Mourão,
Maria Carolinna Henriques Monteiro, Monique Araújo de Medeiros Brito

O presente relato de experiência aborda a realização de grupos de acolhimento para responsáveis de crianças e adolescentes usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ) no município de Rio das Ostras (RJ). A iniciativa, vinculada ao estágio em psicologia no serviço, foi fundamentada nas diretrizes operacionais dos serviços de saúde mental no Brasil, que ressaltam a necessidade de incluir familiares e responsáveis como sujeitos de cuidado e acolhimento no processo de atenção psicossocial. O objetivo central foi destacar a importância de considerar o sofrimento vivido por esses cuidadores, compreendendo que o cuidado às crianças também requer atenção aos seus responsáveis. Os grupos ocorreram semanalmente, com encontros abertos e fechados para novos participantes, e tinham como foco trabalhar os responsáveis como sujeitos de desejos, explorando temas como autoestima, autoconhecimento e autocuidado, além de promover um espaço de protagonismo e apoio mútuo. Ao final do período, constatou-se que as reuniões proporcionaram trocas de experiências, a criação de uma rede de apoio e o fortalecimento do vínculo entre os participantes e o serviço, resultando em maior aderência dos familiares ao acompanhamento. Notou-se uma participação majoritariamente feminina, composta por mães e avós, que relataram desafios como sobrecarga, jornada dupla de trabalho, dificuldade de pensar em si mesmas, ausência de apoio externo, culpa, preocupação com os filhos e limitações financeiras e de tempo. A experiência evidenciou o impacto das vulnerabilidades sociais e dos marcadores de gênero e classe como determinantes na saúde das famílias. Destacou-se a relevância de espaços que favoreçam o reconhecimento e acolhimento de vivências singulares e o fortalecimento dos vínculos comunitários e institucionais. Assim, iniciativas como essa demonstram potencial para fomentar a autonomia das famílias e promover um cuidado ampliado e compartilhado, contribuindo para a construção de redes comunitárias de suporte e fortalecimento coletivo.

USO DE SUBSTÂNCIAS NATURAIS E CUIDADOS EMPÍRICOS NO TRATAMENTO DE FERIDAS NO INTERIOR DO AMAZONAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raicielly Abreu da Silva, Vinícius Soares Mitouso

O uso de agentes terapêuticos naturais no tratamento de feridas é uma prática comum nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, refletindo a sabedoria tradicional transmitida ao longo das gerações. Entre os métodos mais utilizados estão substâncias de origem animal, como o sebo de

Holanda, a banha de cobra e a banha de tartaruga, além de compostos vegetais, como os óleos de andiroba e copaíba. Esses recursos oferecem benefícios como fácil acesso e comprovação científica de propriedades terapêuticas, embora apresentem limitações relacionadas à falta de supervisão profissional para garantir segurança. Este relato de experiência descreve a vivência de acadêmicos de enfermagem do 7º período do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) da Universidade Federal do Amazonas, durante estágio na disciplina de Saúde Coletiva, realizado em julho de 2023. Durante o estágio, os acadêmicos observaram as demandas de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) local e participaram de visitas domiciliares, incluindo o acompanhamento de um paciente com lesão por pressão na região sacral, adquirida durante internação hospitalar. A equipe da UBS realizava curativos diários, enquanto, nos dias de não funcionamento da unidade, a família assumia os cuidados utilizando substâncias naturais, como sebo de Holanda e óleo de copaíba. A ferida apresentava sinais positivos de cicatrização, com tecido de granulação, ausência de exsudato e sinais flogísticos. Segundo o paciente, a associação do sebo de Holanda e óleo de copaíba após o banho contribuiu para a melhora do quadro. Estudos científicos corroboram o potencial dessas substâncias: o sebo de Holanda apresenta propriedades emolientes e cicatrizantes, enquanto o óleo de copaíba possui ação anti-inflamatória, antimicrobiana e cicatrizante, facilitando a recuperação do tecido lesado. Essa experiência evidenciou o valor dos conhecimentos tradicionais no manejo de feridas, reforçando a necessidade de integrar práticas empíricas ao cuidado científico de forma respeitosa e validada. Conclui-se que os cuidados empíricos com feridas na Amazônia exemplificam como o conhecimento tradicional pode complementar a medicina moderna. A integração desses saberes à prática científica pode favorecer abordagens holísticas e acessíveis, beneficiando comunidades locais e ampliando as opções terapêuticas para o tratamento de feridas.

CURSO TÉCNICO EM ÓRTESE E PRÓTESE – TOP E A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA NA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Ester Cristina M. Ruas

Este trabalho tem como objetivo debater a transmutação da deficiência para a reabilitação, por meio de uma comunicação dialógica, através da oferta pioneira do curso Técnico de Órtese e Prótese (TOP) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Essa iniciativa foi desenvolvida em parceria pela Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (CGSPCD/MS), Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde (CGATES/MS) e pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz). O curso enfrentou o desafio de incorporar ao seu Plano Pedagógico a integralidade do cuidado à pessoa com deficiência, promovendo uma formação que vai além da visão biomédica, acolhendo perspectivas mais humanizadas e que reconheçam o modelo social da deficiência nas dimensões biológicas, individuais e sociais. Essa abordagem dialógica busca formar uma equipe multidisciplinar em reabilitação capaz de compreender e atender às necessidades integrais das pessoas com

deficiência. No território, o curso promoveu o diálogo entre as Oficinas Ortopédicas e as Escolas Técnicas do SUS, utilizando tecnologias de comunicação. Esse ineditismo fortaleceu a grade curricular das Escolas Técnicas do SUS, deu visibilidade aos técnicos em órtese e prótese como trabalhadores fundamentais no SUS, e reforçou a importância da educação permanente para profissionais de saúde, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência. Além de alcançar a meta de formação, o curso proporcionou um mapeamento das Oficinas Ortopédicas e uma avaliação de sua capacidade como campo de prática para a formação técnica em OPM. O ambiente virtual de aprendizagem, desenvolvido como parte do projeto, foi transferido para a Escola Técnica do Mato Grosso do Sul, que continuou o processo, permitindo que outras Escolas Técnicas do SUS o adotassem. Assim, o curso TOP não apenas qualificou profissionais, mas também ampliou a compreensão da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, promovendo uma educação inclusiva e integrada com impacto positivo no fortalecimento do SUS e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A MEDICINA TRADICIONAL AMAZÔNICA E OS DESAFIOS DE SUA INCLUSÃO NA FORMAÇÃO INICIAL DE ENFERMEIROS

Layla De Cassia Bezerra Bagata Menezes, Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Esta revisão de literatura tem como objetivo discutir os desafios presentes na formação inicial de enfermeiros e como esses desafios impactam na inclusão da Medicina Tradicional Amazônica (MTA) nesse processo. A MTA é entendida como um conjunto de práticas utilizadas pelas populações da Amazônia para a prevenção, tratamento e cura de doenças físicas, mentais e espirituais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem incentivado a inclusão da Medicina Tradicional (MT) nos serviços de saúde desde 1970, por meio do Programa de Medicina Tradicional. A declaração de Alma-Ata de 1978 também abordava a integração da MT e de seus praticantes aos cuidados primários de saúde. No Brasil, dentro do contexto das políticas públicas de saúde, há um movimento crescente para inserir a MT no sistema de saúde oficial. Em 2006, foram criadas a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Sete anos depois, em 2013, foi criada a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, cujo objetivo inclui promover o diálogo entre práticas e saberes populares e técnico-científicos no âmbito do SUS e de instituições formadoras. Nesse cenário, é essencial que os profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, sejam capacitados para atender às demandas emergentes dessas políticas e atuar nas especificidades regionais, respeitando a pluralidade cultural. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2001 exigem que os enfermeiros estejam aptos a atuar em um contexto de diversidade cultural. Contudo, a formação inicial do enfermeiro ainda prevalece sobre um modelo fragmentado de currículo, que enfatiza a assistência hospitalocêntrica e centrada na doença. Esse modelo, influenciado por uma visão flexneriana, negligencia a inclusão de saberes tradicionais, como os da MTA, ao não considerar tais práticas como válidas dentro dos parâmetros do método científico. A enfermagem

é um campo essencial no sistema de saúde brasileiro, e sua formação precisa se adaptar aos novos entendimentos sobre saúde e doença promovidos pelo SUS, que enfatizam abordagens humanísticas e holísticas do cuidado. A exclusão da MTA nesse contexto impede que os profissionais de saúde, como os enfermeiros, possam oferecer cuidados mais integrados e respeitosos à diversidade cultural dos pacientes. A OMS estima que 88% dos países utilizam práticas terapêuticas como medicinas indígenas, fitoterapia, acupuntura, entre outras. Em muitas regiões, essas práticas são os principais recursos para a manutenção da saúde. A integração da medicina tradicional com a medicina moderna requer uma relação respeitosa entre ambas, sem a negação de uma pela outra. Para isso, é essencial que os praticantes da MTA, pesquisadores e profissionais de saúde compreendam os princípios e contextos das práticas tradicionais e das abordagens médicas modernas, visando proporcionar o melhor atendimento aos pacientes e promover o bem-estar de suas comunidades.

DIAGNÓSTICO TARDIO DE AUTISMO: A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO TEMA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Júlia Amaral Pereira, Uliana Pontes Vieira

Este projeto de Iniciação Científica visa abordar o diagnóstico tardio de autismo, especialmente em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de nível 1 de suporte, cujos sinais e sintomas podem ser mais difíceis de identificar, resultando em uma avaliação muitas vezes não realizada na infância. Isso pode levar a um impacto negativo ao longo da adolescência e da vida adulta, pois a falta de compreensão do quadro durante a infância pode resultar em dificuldades significativas nos relacionamentos e na adaptação social. O projeto, originado da disciplina “Saúde da Comunidade 1” do curso de Medicina da UFRJ-Macaé, foca em realizar uma revisão narrativa da literatura brasileira disponível sobre o diagnóstico tardio do autismo. A intenção é categorizar os principais aspectos discutidos sobre o tema, trazendo à tona a escassez de informações científicas e a disseminação de conteúdos desprovidos de bases sólidas. Durante a fase inicial da pesquisa, observou-se uma carência de material que trate especificamente do diagnóstico e manejo de adolescentes e adultos com TEA de nível de suporte 1, o que provavelmente se reflete na formação profissional, que ainda não oferece subsídios suficientes para lidar com esses casos de forma eficaz. Os resultados esperados incluem a coleta e análise crítica das informações existentes sobre o diagnóstico tardio, destacando a necessidade de uma formação médica mais robusta e atualizada sobre o tema. Além disso, o trabalho busca evidenciar a importância do acolhimento e cuidado adequado para adultos que passaram por diagnóstico tardio de autismo. Um diagnóstico mais precoce pode melhorar significativamente a qualidade de vida dos indivíduos, facilitando suas interações sociais e promovendo um desenvolvimento mais saudável e adaptativo. Ao gerar mais conhecimento sobre o diagnóstico e manejo do TEA em adultos, o projeto visa contribuir para a formação de profissionais de saúde mais preparados para lidar com esses casos, promovendo a inclusão, a redução de preconceitos e a melhoria do atendimento às pessoas com autismo em todas as idades. A pesquisa também visa sensibilizar a

sociedade sobre a importância de estratégias de intervenção precoce para que as condições para o pleno desenvolvimento do indivíduo sejam garantidas.

VIVÊNCIAS DE PESSOAS TRANSMASCULINA NO PROCESSO DE GERAR E PARIR

Yasmin Pereira Said Cunha, Douglas Dias Duarte, Adriana Lemos

Este estudo aborda a experiência de pessoas transmasculinas durante o pré-natal, parto e puerpério nos serviços de saúde, destacando as dificuldades enfrentadas por homens trans que desejam gerar e parir. A pesquisa visa explorar as vivências desse grupo em um contexto marcado pela cisnormatividade e práticas de saúde discriminatórias, que frequentemente não reconhecem a possibilidade de homens trans se tornarem pais biológicos. As abordagens convencionais, que pressupõem que apenas mulheres cis podem gerar e parir, geram uma série de barreiras, incluindo a transfobia e a violação dos direitos humanos dessas pessoas. A pesquisa, de caráter descritivo-exploratório e com abordagem qualitativa, utilizará entrevistas semi-estruturadas com homens transmasculinos, selecionados por meio da técnica de amostragem por bola de neve. A análise será feita com base na Teoria de Transição de Afaf Meleis, que ajudará a compreender como os homens trans experimentam o processo de gerar e parir e como suas vivências são tratadas pelos serviços de saúde. Os resultados esperados incluem a identificação dos desafios enfrentados por pessoas transmasculinas no acesso à saúde durante a gestação, parto e puerpério, além de uma reflexão sobre a necessidade de mudanças nas abordagens profissionais, para que as especificidades desse grupo sejam atendidas com respeito, acolhimento e cuidados adequados. O estudo também busca promover uma visão mais inclusiva, que respeite os direitos reprodutivos dessa população e melhore sua qualidade de vida. Considera-se que, ao ampliar o conhecimento sobre as vivências de pessoas trans nesse contexto, será possível contribuir para a formação de profissionais de saúde mais preparados para lidar com a diversidade de gênero, promovendo práticas anti-transfóbicas e garantindo o direito à saúde para todos, conforme preconizado pela Constituição e pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO EM BELÉM DO PARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CRIAÇÃO DE UM CORAL EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira, Filipe Cunha Nascimento, Luciana Maria Corrêa Malcher, Natália do Socorro Oliveira dos Santos

Este estudo destaca a importância de políticas públicas que promovam o envelhecimento ativo, com foco em melhorar a qualidade de vida da população idosa. A proposta de utilizar a música como

ferramenta terapêutica, por meio da formação de um coral com idosas, exemplifica uma estratégia inovadora para atender a esses objetivos. O “Coral Melhor Idade”, criado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Belém do Pará, envolveu 40 idosas em ensaios semanais de canto, coordenados por profissionais de saúde e alunos de música voluntários. Essa iniciativa foi aberta e gratuita, sem critérios de exclusão, e durou mais de cinco anos, gerando uma série de benefícios para as participantes. Os resultados mostram que, além do prazer e bem-estar proporcionados pelo canto, as idosas apresentaram melhora na autoestima, maior adesão aos tratamentos de saúde e desenvolvimento de uma consciência maior sobre a importância da prevenção de doenças. As atividades também contribuíram para a melhora da cognição e proporcionaram uma sensação de pertencimento ao grupo, com destaque para a adesão ao uso de uniformes para apresentações, uma iniciativa que surgiu das próprias idosas e foi custeada por elas. As apresentações do coral em eventos públicos e sua interação com a comunidade fortaleceram vínculos sociais e familiares, além de proporcionar um espaço de acolhimento e estímulo para as idosas. A experiência demonstrou que a música, além de ser uma forma de expressão artística, pode ser um poderoso instrumento terapêutico, ajudando a reduzir o isolamento social, melhorar o bem-estar e aumentar a motivação para cuidados de saúde. Como proposta para ampliar o impacto dessa intervenção, sugere-se a inclusão do profissional de música na equipe da Atenção Primária à Saúde, contribuindo com sua expertise para o desenvolvimento de novas iniciativas terapêuticas e promocionais de saúde para idosos.

O CUIDADO À SAÚDE DO HOMEM TRANS NO PERÍODO PUERPERAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Larissa Pereira Dorneles, Emily de Oliveira Andrade, Lisie Alende Prates, Elitiele Ortiz dos Santos, Sandra Beatris Diniz Ebling, Bruna de Oliveira Arnhold, Sahmira Vargas Chamorro

Este estudo descreve a experiência de cuidado à saúde de uma pessoa trans durante o período puerperal, vivenciada em abril de 2024, como parte das aulas práticas do curso de Enfermagem em uma universidade localizada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. O objetivo é refletir sobre a vivência da gestação e do puerpério por homens trans, áreas que frequentemente são associadas apenas as mulheres cisgênero, o que muitas vezes deixa os profissionais de saúde despreparados para atender às demandas dessa população. A presença de um homem trans na maternidade desafia as normas e expectativas sociais em relação à gestação, tradicionalmente vinculada à figura da mulher cisgênero. O estudo evidenciou que o cuidado prestado durante o período gravídico-puerperal pode ser impactado pela falta de preparação dos profissionais, que muitas vezes carecem de compreensão sobre a identidade trans e sobre as especificidades do processo de gestação e puerpério para pessoas trans. Isso reflete as lacunas na formação acadêmica, que não aborda adequadamente as questões relacionadas à saúde trans, especialmente no contexto da gestação e do pós-parto. O relato de experiência demonstra a necessidade de inserir as vivências transgêneras nas discussões acadêmicas e nos serviços de saúde, a fim de sensibilizar e preparar os profissionais para prestar cuidados respeitosos, inclusivos e equânimes. A experiência reforça a importância de abordar as questões de gênero e sexualidade

de forma mais abrangente nas grades curriculares, oferecendo uma formação mais voltada para a diversidade. Considera-se que, apesar dos avanços na inclusão de temáticas de gênero e sexualidade na formação de profissionais de saúde, ainda há uma grande necessidade de investir em educação permanente para que os profissionais possam proporcionar um atendimento mais sensível e inclusivo, garantindo um cuidado de saúde digno e respeitoso às diversas identidades de gênero.

POTÊNCIAS E DESAFIOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO BRASIL: SABERES E EXPERIÊNCIAS LOCALIZADAS NA REGIÃO NORDESTE

Kathlyn Silva, Luana Tanaira Saldanha Santos, Larissa Maria Bragagnolo, Cristian Fabiano Guimarães

Este estudo visa analisar os desafios e as potências na implementação da Atenção Especializada em Saúde (AES) na região Nordeste do Brasil, a partir de uma revisão dos trabalhos publicados nos Anais de dois congressos brasileiros de Saúde Coletiva. A pesquisa foi realizada pelo Observatório de Políticas Públicas do SUS da Unifesp, em colaboração com o projeto “Cartografia da Atenção Especializada no Brasil” (Chioro et al., 2023). O objetivo foi entender como a AES está sendo implementada na região Nordeste, destacando tanto as dificuldades quanto as iniciativas bem-sucedidas. A revisão integrativa identificou 5239 resumos, dos quais 190 abordaram o tema da AES. Desses, 130 trabalhos focaram em realidades específicas da região Nordeste. A análise revelou que a região concentra 35% dos resumos sobre AES e destaca-se pelo investimento em consórcios intermunicipais e interfederativos, que visam reduzir os vazios assistenciais e melhorar a articulação da rede de cuidados. Essas experiências de gestão incluem o uso de tecnologias como o telematriciamento, que ajuda na redução das filas de espera, e a tele saúde, que apoia a atenção básica na prevenção e promoção da saúde. Além disso, as policlínicas regionais desempenham um papel fundamental no acesso a tratamentos especializados e apoio diagnóstico, embora a coordenação de ações como transporte sanitário, alimentação e acomodação seja crucial para a adesão dos usuários ao tratamento. Os trabalhos analisados destacam a necessidade de ações de Educação Permanente (EP) para aprimorar a comunicação entre gestores, profissionais de saúde e usuários. A coordenação da política de saúde regional e o planejamento com base nas necessidades locais também foram apontados como essenciais para o sucesso da AES. Em conclusão, as experimentações de gestão e regulação assistencial na região Nordeste estão enfrentando os desafios de forma inovadora, com o uso de consórcios e ferramentas digitais para melhorar o acesso e a gestão das filas de espera. Contudo, o acesso às policlínicas e a coordenação eficiente das políticas de saúde ainda são questões em discussão, e a implementação de ações de EP e planejamento territorial são vistas como estratégias necessárias para enfrentar as desigualdades regionais.

POTÊNCIAS E DESAFIOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO BRASIL: SABERES E EXPERIÊNCIAS LOCALIZADAS NA REGIÃO SUDESTE

Kathlyn Silva, Luana Tanaira Saldanha Santos, Larissa Maria Bragagnolo, Cristian Fabiano Guimarães

Este estudo visa analisar os desafios e as potências na implementação da Atenção Especializada em Saúde (AES) na região Sudeste do Brasil, a partir da revisão de trabalhos publicados nos Anais de dois congressos brasileiros de Saúde Coletiva. O objetivo da pesquisa, desenvolvida pelo Observatório de Políticas Públicas do SUS da Unifesp, é aprofundar o conhecimento sobre a AES no Brasil, em colaboração com o projeto “Cartografia da Atenção Especializada no Brasil” (Chioro *et al.*, 2023). A revisão integrativa identificou 5239 resumos, dos quais 190 abordaram a AES. Após a leitura e classificação dos trabalhos, 130 destacaram realidades regionais específicas, com 36% desses trabalhos relacionados à região Sudeste. Desses, 33 abordaram a assistência e 14 trataram da gestão da AES. A análise revelou que, embora existam potências e avanços no cuidado especializado na região, há desafios consideráveis, como a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a falta de integralidade no cuidado. Entre os principais desafios identificados estão a escassez de serviços especializados habilitados, a grande extensão territorial das Redes Regionalizadas de Atenção à Saúde e a falta de profissionais qualificados, fatores que contribuem para diagnósticos tardios e piores prognósticos. A baixa escolaridade e a falta de habilidades de autocuidado também foram apontadas como barreiras, refletindo em uma assistência de saúde menos eficaz. Por outro lado, os trabalhos destacam como potenciais a regulação e o planejamento integrado, especialmente a microrregulação que visa monitorar as filas de espera, possibilitando uma priorização no diagnóstico e o início mais rápido do tratamento. A participação de instituições da iniciativa privada, como Santas Casas e Organizações Sociais, foi identificada como relevante, mas precisa de mais estudos sobre seu papel na produção do cuidado. O fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) e a atualização dos protocolos de encaminhamento em rede também foram apontados como estratégias fundamentais para melhorar a gestão do cuidado. Além disso, o planejamento regional integrado e o transporte intermunicipal para os usuários foram mencionados como elementos-chave para enfrentar as dificuldades de acesso e melhorar a adesão ao tratamento. Essas iniciativas de regulação e planejamento regional têm o potencial de garantir a continuidade e a longitudinalidade do cuidado, reduzindo as disparidades de acesso e fortalecendo a rede de saúde. Em conclusão, a pesquisa aponta que, embora haja desafios significativos como os vazios assistenciais e as discrepâncias territoriais, as soluções para melhorar a AES na região Sudeste estão ligadas a uma regulação eficaz, planejamento regional integrado e o fortalecimento da APS, que podem proporcionar avanços importantes na equidade e na qualidade do cuidado especializado.

A IMPORTÂNCIA DO INTERNATO DE SAÚDE COLETIVA PARA A FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS

Julie Stephanny de Souza Gurgel Paranhos, Beatriz Gonçalves Carvalho, Leila de Fátima Santos, Júlia Pinheiro Campos, Giulia Oliveira Santos, Shirlei Barbosa Dias

O Internato de Saúde Coletiva, também conhecido como internato rural, desempenha um papel crucial na formação de enfermeiros, especialmente para atuação na Atenção Primária à Saúde (APS). De fevereiro a março de 2024, acadêmicas de Enfermagem vivenciaram essa experiência em um município rural do centro-oeste mineiro, residindo na comunidade e trabalhando integralmente em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS), sob a supervisão de enfermeiras e de uma professora responsável. Durante o estágio, participaram ativamente da rotina das UBSs, realizando consultas de Enfermagem, visitas domiciliares, acolhimento de casos agudos, treinamentos de equipe, ações de educação em saúde e discussões sobre a situação endêmica da região, com destaque para o enfrentamento da epidemia de dengue, que demandou habilidades de gestão em meio à escassez de recursos e alta demanda. Essa vivência proporcionou o desenvolvimento de competências técnicas, como a tomada de decisão e organização de equipes, além de habilidades interpessoais, como empatia, sensibilidade e ética profissional, fortalecidas pelo contato direto com a comunidade e a realidade local. Assim, o internato rural mostrou-se essencial para a formação integral do enfermeiro, unindo prática e teoria, e promovendo a capacitação em liderança, trabalho em equipe e cuidado humanizado, preparando os acadêmicos para enfrentar os desafios do Sistema Único de Saúde (SUS) de forma consciente, ética e eficiente.

A CLÍNICA AMPLIADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA: COMPOSIÇÕES ENTRE ARTE, CULTURA, TERRITÓRIOS E INTERSETORIALIDADE

Elaine Aparecida Borges Santana Eugênio, Rosimár Alves Querino, Cristiane Neri Teixeira, Glendha Oliveira Arduini

Os Centros de Convivência e Cultura (CECOs) são dispositivos fundamentais na rede de atenção psicossocial, promovendo a desinstitucionalização do cuidado em saúde mental por meio da integração entre arte, cultura, educação, esporte, trabalho e outros saberes. Esses espaços valorizam a criatividade e os encontros, mediados por oficinas de música, desenho, conversas sobre trabalho e vivências singulares dos sujeitos, buscando autonomia, garantia de direitos e combate ao estigma social da loucura. Este estudo descritivo, realizado no contexto de um programa de mestrado profissional, analisou a organização do trabalho em um CECO do interior de Minas Gerais, envolvendo doze trabalhadores, desde serviços gerais até profissionais graduados. Os resultados, obtidos por meio de formulários e entrevistas com análise de conteúdo temática, apontaram que o trabalho do CECO se fundamenta no tripé arte/cultura, abordagem territorial e intersetorialidade,

estruturando-se em movimentos “para dentro” e “para fora”, com ações tanto internas quanto externas ao dispositivo. A entrada dos usuários ocorre via encaminhamento da rede de saúde ou demanda espontânea, sendo o trabalho marcado por entrevistas iniciais, oficinas criadas a partir das habilidades dos trabalhadores, registros e orientações. Práticas intersetoriais envolvem ocupações de espaços públicos, parcerias com universidades, instituições religiosas, projetos sociais, e eventos significativos para a saúde mental, ampliando o repertório de conviventes e profissionais. O CECO desempenha um papel mediador, fortalecendo os laços entre sujeitos em sofrimento psíquico e a comunidade, mas enfrenta desafios de sustentabilidade devido à insuficiência de investimentos permanentes. A pesquisa evidencia a potência da clínica ampliada no CECO, que transcende o cuidado em saúde para abarcar dimensões culturais e territoriais, reforçando a importância da descentralização das ações e da consolidação de parcerias intersetoriais como estratégias para garantir uma política de saúde mental efetiva e inclusiva.

ESTRATÉGIA DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA ADEÇÃO MEDICAMENTOSA E MUDANÇA NO ESTILO DE VIDA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vinícius Marcel Silva, Daniel Costa de Almeida, Flávia Luana Lopes Tenório,
Francisco Assis Jardelino Formiga Neto, Helen Dantas Silvestre, Maria Vitória Feitosa Messias

A Unidade de Saúde da Família (USF) Cordão Encarnado, em João Pessoa (PB), enfrentava desafios relacionados à má adesão medicamentosa, especialmente em pacientes com doenças crônicas como hipertensão arterial e diabetes mellitus, comprometendo a eficácia dos tratamentos e aumentando os riscos de complicações. Para abordar essa questão, um estudo qualitativo descritivo foi realizado entre março e maio, envolvendo uma médica e estudantes do 7º período de medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, com o objetivo de identificar as causas da baixa adesão e implementar estratégias educativas. Dentre os fatores identificados, destacaram-se a complexidade dos regimes de dosagem, preocupações com efeitos colaterais, falta de conhecimento sobre as doenças e dificuldades no acesso a medicamentos. Utilizando a sala de espera como espaço educativo, foram realizadas intervenções que incluíram a distribuição de folhetos informativos, palestras sobre mudanças no estilo de vida e medidas não farmacológicas, além de um café da manhã educativo com alimentos de baixo índice glicêmico. Essas ações ajudaram a desmistificar mitos, esclarecer dúvidas e reforçar a importância da adesão aos tratamentos. Como resultado, observou-se uma melhora significativa na adesão medicamentosa, no fortalecimento da relação entre pacientes e equipe de saúde, e na confiança mútua, elementos fundamentais para o sucesso terapêutico. O estudo destaca a eficácia do uso da sala de espera como um ambiente estratégico para promover educação em saúde e sugere que essa abordagem pode ser replicada em outras unidades de saúde para lidar com desafios similares.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO CÂNCER DE MAMA NA REGIÃO NORTE ENTRE OS ANOS DE 2019 A 2023: UM PANORAMA ATUAL

Pedro Paulo Mussu Costa, Alice Campos Ferreira, Allan Vítor da Silva Gonçalves, Gessica Rafaela dos Passos Ramos, Letícia Brito da Silva, Ana Clara Luz Chagas, Allana Paula Goncalves Santos, Gabriela Iris Correa Viana, Pedro Lucas Carrera da Silva

O câncer de mama (CAM) é um tumor maligno caracterizado pela multiplicação desordenada de células anormais da mama, sendo o tipo de câncer mais diagnosticado mundialmente e a principal causa de morte por neoplasias em mulheres no Brasil. Entre os fatores de risco associados ao CAM estão o histórico familiar da doença, alcoolismo, tabagismo, sedentarismo e idade entre 50 e 59 anos, condições que favorecem o desenvolvimento do tumor. Na região Norte do Brasil, há altos índices de casos notificados e de mortalidade, alinhados com os dados da literatura nacional. Este estudo epidemiológico, de caráter descritivo e abordagem quantitativa, analisou dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2019 a 2023, considerando variáveis como local de residência, sexo, faixa etária, modalidade terapêutica, estadiamento e tempo de tratamento. Os dados foram processados no software Google Sheets 2023 e comparados com a literatura nacional. Os resultados revelaram que 2022 foi o ano com maior número de casos de CAM na região Norte, com predominância de diagnósticos na faixa etária de 50 a 54 anos, especialmente no estado do Pará. A quimioterapia foi a modalidade terapêutica mais utilizada, com início do tratamento em até 60 dias e estadiamento avançado no estágio 3. O número de casos registrados em 2022 (2.494) superou significativamente a previsão do Instituto Nacional do Câncer (INCA), que estimava até 2.000 novos casos para a região. Os achados confirmam a prevalência do CAM no Norte do país e reforçam a vulnerabilidade do grupo de risco identificado na literatura. Diante desse cenário, ressalta-se a necessidade de intensificar campanhas de prevenção, como ampliar o alcance do Outubro Rosa, e promover ações de educação em saúde que capacitem as mulheres da região para identificar sinais e sintomas precocemente, além de incentivar o rastreamento conforme as diretrizes do Ministério da Saúde

SUJEITOS E SINGULARIDADES NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA APS

Sandra Regina da Silva Vita, Sunny Lady Neves Santos, Jacira Nascimento Santos, Lais M. Fontoura, Juliany Mota dos Santos

Este relato de experiência descritivo aborda a prática de escuta qualificada por enfermeiros no cuidado clínico de pacientes com dúvidas relacionadas ao planejamento familiar. O objetivo é destacar a importância de uma comunicação clara e humanizada, que respeite as particularidades individuais para desenvolver práticas de atendimento mais eficazes. Os enfermeiros envolvidos são bolsistas do programa de qualificação profissional da Atenção Primária à Saúde (APS) do Instituto de Ensino

Pesquisa e Inovação (ICEPI), atuando em municípios do Estado do Espírito Santo. A análise baseou-se na identificação e observação de casos em que mulheres relatavam dificuldades na compreensão do uso correto de anticoncepcionais, mesmo após a prescrição. Frequentemente, pacientes buscavam atendimento na Unidade de Saúde da Família alegando que o método contraceptivo utilizado não era eficaz, temendo uma gravidez não planejada. Um caso ilustrativo envolveu pacientes que faziam uso do comprimido apenas durante relações sexuais, demonstrando a necessidade de orientações detalhadas. Por meio de escuta qualificada, as profissionais esclareceram as dúvidas, possibilitando a adesão adequada ao método contraceptivo e reduzindo os relatos de insatisfação. Os resultados apontam que a escuta qualificada promove ações em saúde baseadas no conceito de cuidado, fortalecendo o vínculo entre profissional e paciente, respeitando as individualidades e gerando autonomia para o autocuidado. A relação mais simétrica entre profissional e usuário permite a construção de ações terapêuticas compartilhadas e efetivas. Conclui-se que ainda há um déficit no diálogo entre prescritores e pacientes, evidenciado pelas repetidas buscas ao serviço de saúde para resolver dúvidas não esclarecidas. Compreender o paciente como sujeito ativo e autor de sua história de vida é essencial para um cuidado em saúde efetivo, destacando o diálogo e o acolhimento como elementos fundamentais na construção de um atendimento humanizado e eficaz.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA PROMOVENDO PERSPECTIVA DE FUTURO EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO

Adriana Pereira Sousa, Maria Júlia Assumpção Alves da Silva, Thaynara de Oliveira Mendonça,
Leonor Rodrigues Martins, Amorabe dos Santos Nascimento, Bruna Eduarda Alecrim Gomes,
Thalita Gabriela dos Anjos Vilanova

Este trabalho relata a parceria entre duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e uma escola pública do Lago Oeste, uma área rural do Distrito Federal, na execução do Programa Saúde na Escola (PSE) de agosto a novembro de 2023. A iniciativa foi idealizada por sete residentes do Programa Multiprofissional com Ênfase na Saúde da População do Campo, da Fiocruz Brasília. O objetivo foi promover a formação integral de estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e educação em saúde, realizadas de forma integral, multissetorial e interdisciplinar, contribuindo para ampliar a adesão dos adolescentes aos serviços de saúde. As atividades visaram garantir, no ambiente escolar, o acesso à informação e educação em saúde, empoderando os jovens com respeito às particularidades da adolescência. O projeto consistiu em três encontros com quatro turmas do Ensino Médio, envolvendo cerca de 100 adolescentes, durante as aulas de Projeto de Vida, com apoio da educadora responsável pela disciplina. Os temas foram escolhidos pelos próprios estudantes por meio de um formulário online. No primeiro encontro, abordaram-se autoconhecimento e rede de apoio; no segundo, profissionalização e perspectiva de futuro; e no terceiro, emoções e saúde mental. As atividades foram planejadas de maneira dinâmica, acessível e contextualizada às especificidades do território rural. Os resultados apontaram mudanças significativas na relação dos adolescentes com os serviços de saúde,

evidenciadas pelo aumento do vínculo e da procura pelos serviços antes mesmo do terceiro encontro. Houve também maior interesse em formações profissionais após o Ensino Médio, demonstrando o impacto positivo na autonomia e empoderamento dos jovens. Diante dos resultados alcançados, os residentes planejam continuar e expandir os encontros com os adolescentes no ano letivo de 2024, consolidando as ações iniciadas pelo PSE.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE

Mirela Dias Gonçalves, Alana Alves de Araújo, Aline Fabiane da Silva Moura, Erika Barros Batista Pereira, Juliana Peterle De Nadai, Scheyla Fraga Ferreira Rauta, Selma de Jesus Bof Vêscovi, Tatiana Felicio Campos, Maiara Soares Baratela

A Educação Permanente em Saúde (EPS) configura-se como um espaço de aprendizagem que integra ensino e serviço, promovendo a reflexão crítica sobre as práticas profissionais e se consolidando como uma importante estratégia político-pedagógica para abordar temas relevantes na área da saúde. Este relato de experiência descreve a atuação de docentes assistenciais na EPS de Enfermeiros, utilizando o diálogo sobre a violência como estratégia de ensino-aprendizagem, com foco no acesso, abordagem centrada na pessoa e na coordenação do cuidado às pessoas em situação de violência. Realizada em abril de 2024, a experiência integrou o Curso de Aperfeiçoamento em Enfermagem em Atenção Primária à Saúde com profissionais do Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, empregando metodologias ativas que incentivaram a escuta, o diálogo, a reflexão e a troca de saberes. O processo formativo envolveu encontros síncronos online, atividades de dispersão supervisionada e encontros presenciais, todos planejados de forma colaborativa entre docentes e coordenação, com base no Plano de Ação Didática. As oficinas incluíram vídeos disparadores para sensibilização sobre a violência, situações-problema relacionadas à abordagem centrada na pessoa e à coordenação do cuidado para redução de barreiras de acesso na APS, análise do Anuário Estadual de Segurança Pública do Espírito Santo, pesquisa e socialização de evidências científicas, além de compartilhamento de experiências práticas sob a ótica do acolhimento, humanização e compreensão da Rede de Atenção, incluindo a notificação e seguimento do cuidado às vítimas de violência. Como resultados, destacou-se a sensibilização dos profissionais para o cuidado às pessoas em situação de violência no território, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais à prática profissional, ampliação do espaço de discussão sobre a violência, fortalecimento da co-responsabilidade na coordenação do cuidado e melhorias no acesso e na abordagem clínica centrada na pessoa. Contudo, foram identificadas expressões de medo ao discutir o tema, recorrência de relatos de violência doméstica e necessidades educacionais, além de dificuldades no uso da ficha de notificação de violência, apontando a necessidade de aprimoramento. O uso de métodos ativos de aprendizagem mostrou-se eficaz no compartilhamento de experiências e na troca de saberes, evidenciando a importância

da EPS para o enfrentamento da violência na APS. Por fim, destaca-se a necessidade de maiores investimentos em processos formativos que capacitem os profissionais para oferecer cuidados que atendam às demandas das pessoas e contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

O CAMINHAR NO CAMPO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: ITINERÁRIO FORMATIVO DO RESIDENTE MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA DA ENSP/FIOCRUZ

Lidia da Silva Pereira de Oliveira, Ana Laura Brandão, Patricia Pássaro da Silva Toledo, Cesar Luiz Silva Junior, Mirna Barros Teixeira, Alessandra Pimentel Barbosa Pinto de Mattos, Emilene dos Santos Guimarães

O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da ENSP/Fiocruz (PRMSF) foi idealizado em consonância com a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF), modelo prioritário na reorganização da Atenção Primária, que foca na família e na promoção da saúde. Fundamentado na interdisciplinaridade, o PRMSF busca construir um conhecimento ampliado em saúde, respondendo ao desafio de atuar nas coletividades e considerando as dimensões objetivas e subjetivas dos sujeitos do cuidado. Além da formação dos profissionais, o Programa almeja transformar os serviços de saúde, incentivando a reflexão sobre as práticas desenvolvidas, seus limites e possibilidades de aprimoramento. Nesse contexto, o itinerário formativo do residente multiprofissional foi concebido como uma ferramenta essencial para orientar o processo de aprendizagem prática e teórico-prática nos campos de atuação do PRMSF, auxiliando o preceptor a proporcionar vivências alinhadas às competências definidas no Projeto Político Pedagógico. Esse itinerário aborda questões que qualificam a formação do residente sob a perspectiva da integralidade das práticas em saúde e do cuidado como valor central, sendo planejado em uma agenda padrão elaborada coletivamente com os profissionais do serviço. Essa agenda é flexível, transformando-se ao longo do tempo e respeitando tanto a dinâmica do território quanto o tempo necessário para a construção do conhecimento de maneira artesanal e personalizada. Durante as vivências, tarefas específicas são propostas, como a construção de fluxogramas, projetos de grupos na Atenção Primária, mapeamento territorial, recadastramento com a equipe, e vigilância das linhas de cuidado, entre outras, promovendo a sistematização do aprendizado e a reflexão sobre o processo de trabalho na unidade de saúde. O itinerário formativo na Atenção Primária destaca-se como uma potente ferramenta de educação permanente, permitindo ao residente compreender o processo de trabalho da equipe de saúde da família e da unidade básica de saúde, favorecer a interação entre as equipes, fomentar relações interprofissionais e refletir sobre práticas de cuidado e organização do trabalho, com ênfase na importância do registro e da vigilância como elementos centrais para a qualificação dos serviços de saúde.

O OLHAR CRÍTICO DO ENFERMEIRO DA ESF NA AVALIAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Sandra Regina da Silva Vita, Rayelli da Silva Souza

Este relato de experiência apresenta a atuação de profissionais de Enfermagem, bolsistas do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (APS) do Instituto de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI), destacando a importância dessa formação para atualizar o enfermeiro em uma abordagem ampliada do paciente, indo além da queixa imediata. Na oficina realizada em junho de 2023, foi abordado o tema da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) no contexto da APS, evidenciando a necessidade de identificar e abordar causas subjacentes, como a obesidade, que muitas vezes permanecem invisíveis na rotina de atendimento, mas que são fatores determinantes de queixas relatadas pelos pacientes. A VAN, componente das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) do Ministério da Saúde, é uma ferramenta essencial para avaliar o perfil alimentar e nutricional da população, bem como os fatores condicionantes e determinantes relacionados à alimentação, influenciados pela cultura, estilo de vida e condições econômicas. O estado nutricional, diretamente ligado à qualidade de vida, requer uma avaliação integral que permita não apenas prevenir e diagnosticar, mas também promover educação em saúde com foco em hábitos saudáveis. Nesse processo, a obesidade é identificada como um importante fator de risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs). Na APS, o papel do enfermeiro é fundamental para o cuidado integral às pessoas do território. Por meio de equipes multidisciplinares, os profissionais têm a oportunidade de abordar a obesidade, promovendo orientação sobre nutrição, atividade física e esclarecendo dúvidas sobre essa condição crônica. Essa atuação é indispensável na Política Nacional de Promoção da Saúde, sendo a consulta de enfermagem na APS um momento crucial para identificar riscos, aconselhar e planejar ações voltadas ao cuidado do indivíduo, da família e da comunidade. A enfermagem exerce um papel ativo no manejo da obesidade, fornecendo educação, apoio emocional e monitoramento contínuo dos pacientes. As atividades incluem a promoção de hábitos alimentares saudáveis, incentivo à atividade física e estratégias de autocuidado, sempre respeitando as condições culturais e socioeconômicas dos indivíduos. Como resultado, essa abordagem ampliada contribui para práticas clínicas que não apenas atendem à queixa inicial do paciente, mas também o conscientizam sobre as causas subjacentes, promovendo mudanças de hábitos a curto, médio e longo prazo. Embora a nutrição não seja uma atividade específica da enfermagem, o enfermeiro tem um papel indispensável na identificação e prevenção da obesidade e de seus fatores condicionantes, além de atuar na promoção da saúde e na prevenção de complicações, consolidando a APS como espaço estratégico para o cuidado longitudinal e integral.

CRIAÇÃO DE UMA AGROFLORESTA COMUNITÁRIA NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA SENHOR DO BONFIM EM PAULO AFONSO (BA): UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Marcel Luis de Moraes Oliveira, Álvaro Eduardo Santos Oliveira, Bruna Vitória Batista de Andrade, Grazielle Ferreira das Neves Santos, Isadora Maria Anjos Neves, Leonardo Alves Santos, Maria Fernanda Alves de Sá, Renata Deise Oliveira Silva, Renner Cipriano da Silva

O presente trabalho apresenta o projeto “Criação de uma Agrofloresta Comunitária em uma Unidade de Saúde da Família (USF)”, desenvolvido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e vinculado à pró-reitoria de extensão, na cidade de Paulo Afonso (BA). A intervenção, que teve início recentemente, busca promover saúde e bem-estar à população adscrita à USF Senhor do Bonfim, abrangendo sua equipe multidisciplinar de saúde e estudantes de diversas instituições de ensino superior da região que utilizam a unidade como ambiente de aprendizado. O objetivo central é desenvolver uma agrofloresta que proporcione um espaço acolhedor, confortável termicamente e acusticamente, promovendo saúde em múltiplas esferas, valorização de espécies nativas da Caatinga, práticas sustentáveis e educação ambiental. Adicionalmente, a agrofloresta visa promover segurança alimentar e estímulo à alimentação saudável, por meio do cultivo de frutas, hortaliças e legumes frescos e orgânicos, destinados a atender a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou insegurança alimentar vinculada à USF. Também está prevista a utilização da agrofloresta como espaço para dispensação de plantas medicinais e estímulo à prática de fitoterapia, valorizando saberes populares sobre o uso terapêutico das ervas. A implantação é realizada de forma coletiva e gradual, entre maio e dezembro de 2024, envolvendo ativamente a comunidade local, profissionais de saúde e estudantes em ações colaborativas que fortalecem vínculos, promovem a troca de experiências e consolidam laços comunitários. Este projeto, alinhado aos princípios da saúde planetária, explora a relação entre a saúde humana e o bem-estar ambiental, promovendo espaços de educação continuada sobre os impactos das mudanças climáticas, desmatamento e poluição, destacando como essas questões afetam a saúde pública e propondo soluções para um presente mais saudável e um futuro sustentável. Em tempos de emergência climática, a iniciativa se configura como uma prática replicável de agricultura urbana de baixo custo, com múltiplos benefícios à comunidade e ao meio ambiente, além de estar em consonância com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Nacional de Humanização e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADO POR ACADÊMICOS EM ENFERMAGEM SOBRE AÇÃO EDUCATIVA NO CENTRO DE SAÚDE

Alex Marques Ribeiro, Bianca Lorrany dos Santos Pinto, Franciele dos Anjos Santos, Izabella Christyne Rodrigues de Almeida, Mara Martins Ribeiro

A realização de ações educativas desempenha um papel essencial na formação prática de estudantes de enfermagem, proporcionando uma oportunidade única para aplicar conhecimentos

teóricos em um contexto real de cuidado à saúde. Este relato descreve a experiência vivenciada durante a implementação de uma atividade educativa no 5º dia em um centro de saúde, abordando os preparativos realizados, as estratégias de execução adotadas e as lições aprendidas ao longo do processo. O objetivo foi documentar e refletir sobre essa ação, destacando os desafios enfrentados, as contribuições para a promoção da saúde comunitária e os aprendizados obtidos, que podem servir como referência para estudantes e profissionais interessados em práticas educativas e na educação em saúde. Na atividade, utilizou-se a metodologia de sala invertida em formato de roda de conversa. Nessa abordagem, os acadêmicos prepararam previamente o material de estudo e estruturaram a prática educativa, compartilhando os conteúdos com os participantes durante a sessão. Durante a roda de conversa, os acadêmicos atuaram como facilitadores, promovendo discussões, esclarecendo dúvidas e incentivando reflexões. Ao final, foi realizada uma avaliação do aprendizado e uma análise reflexiva sobre o processo. Os resultados da ação destacaram a importância do aleitamento materno e seus múltiplos benefícios, que abrangem aspectos nutricionais, emocionais, imunológicos e a saúde materna. Os temas abordados incluíram anatomia e avaliação das mamas, técnicas de sucção, posicionamento correto e pega adequada dos recém-nascidos. Sob a ótica da política de humanização em saúde, os acadêmicos discutiram estratégias para minimizar desconfortos na amamentação, como ajustes na postura da mãe e prevenção e manejo de traumas mamilares. A experiência revelou que enfrentar situações reais vai além da assimilação de teorias: envolve o desenvolvimento de empatia, habilidades interpessoais e a capacidade de adaptação. A atividade educativa não apenas contribuiu para a disseminação de conhecimento entre os participantes, mas também fortaleceu a formação dos acadêmicos como futuros profissionais de enfermagem, preparando-os para atuar com sensibilidade e competência em diferentes contextos de cuidado em saúde.

DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM EM UMA PACIENTE PEDIÁTRICA ACOMETIDA POR TUMOR DE BURKITT EM UM HOSPITAL NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Felipe Braga Correa, Laura Rafaela Ferreira de Abreu, Keyla Pereira Tiago,
Ana Carolina Cantuaria de Assunção, Monica Karla Vojta Miranda, Renê Silva Pimentel

O Linfoma de Burkitt é um tumor maligno do centro germinativo do tecido linfóide, altamente invasivo, que acomete cerca de 40% das crianças e possui classificações multifatoriais, como endêmicas, esporádicas ou associadas à imunodeficiência. Sua sintomatologia inclui dores abdominais, náuseas, vômitos e o crescimento acelerado de massas na região abdominal ou cervical. Diante disso, a resolução COFEN nº 0509 determina que o enfermeiro implemente a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que organiza o cuidado com base em recursos técnicos, científicos e humanos. No entanto, persistem desafios para sua aplicação plena e compreensão por parte dos enfermeiros, o que poderia fortalecer a assistência e proporcionar atendimento humanizado. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos em um estágio na Clínica Pediátrica do Hospital

Regional do Baixo Amazonas, por meio de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, com base na vivência de acadêmicos do curso de Enfermagem da UEPA - Campus XII durante o estágio na disciplina de Enfermagem Pediátrica. No ambiente hospitalar, foi observado o caso de uma paciente pediátrica com diagnóstico de tumor de Burkitt no pós-cirúrgico de Tiflectomia e Enteroanastomose, com um acesso venoso femoral direito para administração de quimioterápicos, cujo procedimento visou remover a massa maligna e reconectar segmentos intestinais. A experiência permitiu aos acadêmicos ações exploratórias e educativas, além de abordar temas sociais e culturais discutidos na graduação. Com base no NANDA-I, foram identificadas necessidades e diagnósticos de enfermagem, como mobilidade física prejudicada, risco de queda, confusão aguda, déficit de autocuidado, comunicação verbal prejudicada e lesão de pele. Assim, a prática discente revelou-se essencial para o cuidado clínico de pacientes pediátricos e evidenciou a importância da SAE na promoção do bem-estar físico e psíquico, ao integrar conhecimentos teóricos e práticos, fortalecendo a formação acadêmica e a assistência clínica.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS CRIANÇAS COM ASTROCIDOMA PILOCÍTICO JUVENIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Felipe Braga Correa, Laura Rafaela Ferreira de Abreu, Keyla Pereira Tiago, Ana Carolina Cantuaria de Assunção, Monica Karla Vojta Miranda, Renê Silva Pimentel, Irinéia de Oliveira Bacelar Simplício

O astrocitoma pilocítico juvenil (APJ) é uma neoplasia circunscrita, preenchida por fluido e de evolução lenta, que afeta principalmente o cerebelo, além de outras regiões como a via óptica, tálamo, hipotálamo, tronco cerebral e medula espinhal. Clinicamente, o tumor manifesta-se por alterações relacionadas à hipertensão intracraniana e hidrocefalia obstrutiva, incluindo comprometimento motor, epilepsia, papiledema, cefaleia e náuseas. Diante dos impactos da neoplasia na vida das crianças, é fundamental aprofundar o entendimento sobre o tema para aprimorar a assistência de enfermagem. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é identificar, por meio de evidências científicas, como a enfermagem pode contribuir no cuidado de crianças com APJ. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura baseada nas bases de dados MEDLINE e LILACS, utilizando os descritores controlados DeCs: "Assistência de Enfermagem", "Astrocitoma Pilocítico Juvenil" e "Neoplasia". Os critérios de inclusão englobaram estudos completos, dissertações e artigos que respondessem ao objetivo da pesquisa, publicados entre 2018 e 2022. Os resultados demonstraram que a assistência de enfermagem é crucial para minimizar sinais e sintomas do APJ, como infecções periodontais, respiratórias, gastrointestinais, cutâneas e perineais, além de sintomas inespecíficos como náuseas, vômitos e cefaleia. A equipe de enfermagem deve estar atenta a esses sinais, pois sua detecção precoce é essencial para a prevenção e o controle adequado. O prognóstico do APJ é geralmente favorável, com sobrevida de até 90% em dez anos para pacientes pediátricos, sendo as principais modalidades de tratamento a ressecção cirúrgica, quimioterapia e radioterapia. A participação ativa da enfermagem no cuidado é indispensável para

a recuperação do paciente e alívio das dores, oferecendo suporte tanto à criança quanto à família, especialmente considerando que o cérebro e o corpo das crianças ainda estão em desenvolvimento. Apesar de ser um tumor com baixa probabilidade de metástase, a compreensão da etiologia e das manifestações clínicas é essencial para o diagnóstico precoce e a prevenção de complicações, tornando o enfermeiro uma peça-chave antes, durante e após o diagnóstico e tratamento. Por fim, destaca-se a necessidade de mais estudos sobre o tema para ampliar o conhecimento e evidenciar a relevância do papel da enfermagem nesse contexto.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES E DAS TAXAS DE MORTALIDADE POR LEPTOSPIROSE NO BRASIL, DE 2008 ATÉ MARÇO DE 2024

Izabella Vitória Pereira Neves, Giovana Fantoni Guimarães Castro, Isadora Pontello de Assis Maciel

Desde 1985, a Leptospirose é uma infecção de notificação imediata e compulsória no Brasil, com alta incidência de casos, especialmente em zonas urbanas de clima temperado e tropical, onde vivem os principais reservatórios da bactéria do gênero *Leptospira*. A infecção ocorre pelo contato de membranas mucosas, lesões ou conjuntiva com urina de animais contaminados, ou pela ingestão de alimentos ou água contaminados. A relação entre os indicadores socioeconômicos e as formas de contaminação evidencia desigualdades regionais. Este estudo tem como objetivo comparar as taxas de mortalidade e números de internações entre as regiões brasileiras, relacionando esses dados com indicadores socioeconômicos e propondo estratégias de saúde pública. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, baseado em dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), cobrindo o período de 2008 a março de 2024, para analisar a distribuição de internações, óbitos e taxas de mortalidade. No período analisado, foram registradas 28.629 internações, 1.589 óbitos e uma taxa de mortalidade média nacional de 5,55. A região Sul, com 2,98, e o Centro-Oeste, com 2,81, apresentaram taxas de mortalidade inferiores à média, enquanto o Nordeste (7,46), Norte (5,80) e Sudeste (7,58) registraram valores acima da média nacional. Em relação ao número de óbitos, o Sudeste liderou com 629, seguido pelo Nordeste (447), Sul (328), Norte (176) e Centro-Oeste (9). No número de internações, o Sul apresentou 10.989, o Sudeste 8.294, o Nordeste 5.993, o Norte 3.033 e o Centro-Oeste 320. Uma relação inversa foi identificada entre internações e óbitos, especialmente nas regiões Sul e Norte: enquanto o Sul registrou o maior número de internações e uma das menores taxas de mortalidade, o Norte apresentou altos números de óbitos com internações mais baixas. Essas discrepâncias refletem desigualdades nos sistemas de saúde regionais, diretamente influenciadas por fatores socioeconômicos. Conclui-se que compreender e abordar essas desigualdades é essencial para mitigar complicações e óbitos relacionados à Leptospirose. Medidas públicas efetivas devem ser priorizadas no Norte do país, com foco na ampliação da capacidade de atendimento às demandas de saúde relacionadas a essa enfermidade.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS HEPATITES VIRAIS NA REGIÃO SUL: O CONTEXTO DESAFIADOR DO RIO GRANDE DO SUL

Isadora Pontello de Assis Maciel, Giovana Fantoni Guimarães Castro, Izabella Vitória Pereira Neves

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 1,4 milhão de pessoas morrem anualmente por complicações relacionadas às hepatites virais. No Brasil, essas hepatites são consideradas um problema de saúde pública, sendo os tipos mais comuns causados pelos vírus A, B e C. Muitos pacientes permanecem assintomáticos, o que favorece o desenvolvimento crônico da doença. Este estudo analisa o número de casos de hepatites virais na região Sul do Brasil, com foco no estado do Rio Grande do Sul (RS), relacionando os dados com desastres naturais, como enchentes, e as providências necessárias para evitar o aumento dos casos de contaminação pelos vírus. Trata-se de um estudo descritivo baseado em dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), do Ministério da Saúde e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), abrangendo internações e óbitos entre 2014 e 2024, além de casos confirmados entre 2010 e 2020. Ao longo dos últimos dez anos, a taxa de mortalidade por hepatites virais na região Sul foi de 5,91%, enquanto no RS atingiu 7,74%, cerca de 31% superior à média regional. O RS também registrou 3061 internações, representando 49% do total regional (6426), e 237 óbitos, correspondendo a 64% das mortes na região (369). No período de 2010 a 2020, o estado concentrou 50,05% dos casos confirmados de hepatites virais no Sul, além de 62,44% dos casos de hepatites transmitidas por água ou alimentos. Esses índices evidenciam que o RS apresenta os maiores números de mortalidade, hospitalizações e casos confirmados de hepatites virais entre os estados sulistas. Com as chuvas intensas e enchentes ocorridas em 2024, espera-se um aumento nos casos de hepatite viral, especialmente hepatite A, devido às condições de contaminação agravadas pelas inundações. Diante disso, torna-se imprescindível a atuação dos órgãos de saúde na atualização do calendário vacinal das populações em risco, na orientação sobre higienização pessoal e alimentar, e na prevenção do contato com águas contaminadas pelas enchentes.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: COMO A DISPARIDADE DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA SUGERE QUE HÁ AINDA UM LONGO CAMINHO A PERCORRER

Giovana Fantoni Guimarães Castro, Isadora Pontello de Assis Maciel, Izabella Vitória Pereira Neves

A violência de gênero, historicamente predominante em culturas patriarcais, tornou-se mais evidente a partir do surgimento do movimento feminista no século XIX e da luta pelos direitos das mulheres. No Brasil, essa realidade é marcada por altos índices de agressões contra mulheres, destacando a necessidade de intervenções para mitigar o problema. Este estudo tem como objetivo comparar, ao longo de dez anos, os índices de violência contra homens e mulheres no país, avaliando

avanços ou retrocessos nessa temática. Trata-se de um estudo descritivo, baseado em dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), de 2012 a 2022, analisando diferentes tipos de violência e suas relações com o vínculo social das vítimas. Os dados revelam que, dos 408.468 casos de violência sexual notificados no período, 88,35% foram contra mulheres, número 7,6 vezes maior que os casos contra homens. Outras formas de violência também apresentaram predominância de vítimas femininas, como violência psico/social (84,15%), violência física (71,6%), tortura (78,53%), violência de repetição (79,42%) e violência financeira (82,48%). No contexto de agressões associadas ao ciclo social, mulheres foram as principais vítimas: 93,25% dos casos de ex-cônjuges, 90,70% dos casos de cônjuges, 71,68% dos casos de patrões e 68,24% dos casos de amigos/conhecidos. Os dados indicam que, em todos os tipos de violência analisados, as mulheres são violentadas em mais que o dobro de casos quando comparadas aos homens. Conclui-se que a violência contra a mulher reflete um problema estrutural associado à instituição patriarcal no Brasil, reforçando a necessidade de fortalecer os direitos das mulheres e os mecanismos de combate às agressões. É fundamental assegurar canais de denúncia eficientes, ampliar os espaços de acolhimento às vítimas e garantir a aplicação rigorosa das penalidades aos agressores, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

CARACTERIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS EM UMA EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA NO ESTADO DO PARANÁ

Eduardo Martins Ferraz, Morganne Arruda Gomes Vieira, Zaira Santiago de Lima Damázio, Adriana Ximenes de Abreu Dantas, Viviane Peixoto dos Santos Pennafort, Ana Elza Oliveira de Mendonça

O desenvolvimento de estudos sobre as características dos serviços de saúde contribui significativamente para subsidiar a avaliação e o planejamento de ações eficazes, considerando as necessidades regionais e os agravos mais prevalentes na população. Tais estudos permitem o acompanhamento das especificidades locais, dos riscos assistenciais e organizacionais, além das contingências necessárias para adequar o perfil de atendimento, inclusive em situações de surtos de doenças. No contexto da atenção à saúde, as crianças constituem um grupo vulnerável, suscetível a determinadas doenças e ao agravamento rápido de quadros clínicos devido a suas particularidades, o que as torna prioridade na rede de urgência e emergência. Identificar as características da população e das demandas por atendimento é, portanto, imprescindível para o planejamento de intervenções eficazes, promovendo desfechos positivos e segurança no atendimento pediátrico. Este estudo teve como objetivo caracterizar os atendimentos em uma emergência pediátrica no estado do Paraná, por meio de uma análise descritiva, retrospectiva e quantitativa, realizada em maio de 2024, com dados secundários extraídos do software Gestor Saúde, referentes ao período de janeiro a abril de 2024. A pesquisa utilizou dados de domínio público divulgados mensalmente pela central de regulação de leitos da instituição, seguindo preceitos éticos de anonimato. Durante o período analisado, 24.414 crianças buscaram atendimento na unidade de emergência pediátrica, com média de 6.103 atendimentos mensais. As principais enfermidades registradas foram infecções agudas das vias aéreas superiores (46,06%), febre não especificada (20,34%), dengue clássica (8,14%), náuseas e vômitos (6,57%), diarreia e gastroenterite

presumivelmente infecciosas (5,84%), tosse (4,95%), nasofaringite aguda (3,81%), febre de origem desconhecida (2,57%) e amigdalite aguda não especificada (1,72%). Conclui-se que a caracterização do atendimento pediátrico em emergências é essencial para o planejamento de ações assistenciais, capacitação das equipes para lidar com as causas mais frequentes, otimização de recursos, redução de desperdícios e retrabalho, promovendo, acima de tudo, uma assistência segura e eficaz.

DISCIPLINA PRÁTICAS EM SAÚDE COLETIVA: ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA INOVADORA DE INSERÇÃO DOS ACADÊMICOS DE MEDICINA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Marina Alvarenga Marinho, Rafaela Salvi e Souza, Ana Cláudia Pereira dos Santos

A disciplina obrigatória Práticas em Saúde Coletiva, oferecida no segundo período do curso de Medicina em uma faculdade privada de Minas Gerais, está alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e busca inserir os discentes, já no início da graduação, no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do contato com a Atenção Primária em Saúde (APS). Sob supervisão docente, os acadêmicos são organizados em grupos de até dez integrantes e alocados em Unidades Básicas de Saúde (UBS) cobertas pela Estratégia Saúde da Família (ESF). As atividades incluem o diagnóstico situacional do território de abrangência, o acompanhamento do processo de trabalho dos profissionais da APS, observação do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias durante visitas domiciliares, além do acompanhamento dos diversos setores das UBS e de consultas médicas e de enfermagem. A disciplina também conta com uma carga horária destinada à extensão curricular, durante a qual os discentes elaboram e implementam projetos de intervenção comunitária, com base nos resultados do diagnóstico situacional ou em demandas apresentadas pela gestão ou pela própria comunidade. Essa experiência inicial proporciona aos acadêmicos o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a prática médica, como uma compreensão mais aprofundada das questões sociais e econômicas que impactam a saúde, empatia pelo usuário, sensibilidade cultural e consciência das disparidades nos diferentes territórios. Esses valores fomentam uma abordagem médica mais holística e centrada no paciente, considerando não apenas os aspectos biológicos, mas também os determinantes sociais da saúde. A inserção precoce dos discentes na APS representa uma estratégia pedagógica inovadora, que promove o desenvolvimento de competências fundamentais para a formação médica. Por meio da disciplina Práticas em Saúde Coletiva, os estudantes têm a oportunidade de compreender os determinantes sociais da saúde, observar o trabalho das equipes de saúde da UBS de referência e planejar ações extensionistas com potencial para melhorar a saúde da comunidade, reforçando a formação de médicos mais integrados às realidades sociais e ao SUS.

SAÚDE RIBEIRINHA: DESAFIOS DA ATENÇÃO BÁSICA E O ACESSO À SAÚDE DURANTE A ESTIAGEM EM TEFÉ

Adriene Araújo Fernandes

A estiagem de 2023 trouxe uma severidade incomum para as comunidades ribeirinhas do Amazonas, impactando significativamente uma população que depende do rio como fonte de subsistência, transporte e distribuição de alimentos e produtos. Essa realidade difícil e inevitável exige estratégias específicas para cada território, como as desenvolvidas pelas Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR). No município de Tefé, um dos mais afetados pela seca extrema, cinco ESFRs garantiram o acesso aos serviços de saúde durante esse período desafiador. A ESFR 14, vinculada à Unidade Básica de Saúde Irmã Adonai, cobre o território do Lago de Tefé, Costa e Ilha do Tarará, abrangendo 16 comunidades e flutuantes, com cerca de 2.200 indivíduos cadastrados. Composta por uma equipe multidisciplinar, realiza visitas mensais para ofertar serviços de Atenção Básica, incluindo atendimentos médicos, de enfermagem, fisioterapia, odontologia, imunização, testagem rápida e distribuição de medicamentos, além do acompanhamento de programas de saúde. Durante a estiagem, a equipe enfrentou desafios como deslocamentos mais longos, desgaste físico provocado pelo calor e caminhadas extensas, além do aumento na demanda por atendimentos devido aos problemas de saúde típicos do período. Entre setembro e dezembro de 2023, a ESFR 14 prestou atendimento a 10 comunidades, realizando 2.878 procedimentos, dos quais 1.043 foram de enfermagem, 504 de fisioterapia, 653 consultas médicas e 710 atendimentos odontológicos. A distribuição de kits emergenciais, contendo hipoclorito, materiais de curativo e medicamentos básicos, permitiu que os agentes comunitários de saúde (ACS) suprissem demandas emergenciais, garantindo primeiros socorros e controle de infecções, mesmo nas comunidades mais isoladas. Esses kits também asseguraram a continuidade do tratamento de hipertensos, diabéticos e gestantes, mesmo diante das dificuldades de acesso. Assim, a adaptação das estratégias às condições específicas dessa população mostrou-se crucial para mitigar os impactos da seca e assegurar a continuidade do cuidado em saúde, reafirmando o compromisso da Atenção Básica em Tefé com a população ribeirinha.

VARAL DE EMOÇÕES MATERNAS: ESTRATÉGIA PARA O CUIDADO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO CICLO GRAVÍDICO

Stefanie Rodrigues Betinelli, Ritieli Kreuzberg, Nicolý Micaela Eidelwein,
Leticia de Moura, Dejanir Camargo, Fernanda Beheregaray Cabral

Durante o ciclo gravídico-puerperal, profundas transformações ocorrem nas dimensões física, psíquica, social e espiritual da mulher, muitas vezes desencadeando uma variedade de sentimentos que podem fragilizar sua saúde mental. Reconhecendo essa realidade, é essencial que os profissionais

de saúde desenvolvam atividades educativas e de cuidado no pré-natal, visando promover a adaptação às mudanças e fortalecer o bem-estar emocional da gestante. Nesse contexto, destaca-se o “Varal de Emoções Maternas”, uma adaptação da dinâmica “Varal de Vozes Maternas”, criada por docentes e alunos de enfermagem durante a disciplina “Enfermagem Obstétrica e Neonatal”. Essa iniciativa foi aplicada em um encontro de gestantes em uma Estratégia Saúde da Família (ESF) no norte do Rio Grande do Sul. A atividade utilizou folhas de papel com figuras, palavras e frases representando emoções comuns no período gravídico, como “Rede de apoio”, “Medo” e “Esperança”. As gestantes eram convidadas a escolher uma folha que refletisse seus sentimentos e a compartilhar livremente suas experiências e percepções. Os resultados foram promissores: o “Varal de Emoções Maternas” criou um espaço de diálogo e escuta ativa, possibilitando que as gestantes expressassem medos, dúvidas e expectativas, ao mesmo tempo em que fortalecia o vínculo com os estudantes de enfermagem e valorizava suas perspectivas. Essa dinâmica, além de promover a escuta sem julgamentos, destacou a importância de uma rede de apoio sólida e do cuidado em saúde mental durante a gravidez, demonstrando que práticas grupais podem ser ferramentas eficazes para acolher e apoiar as mulheres nesse período de desafios e vulnerabilidades. Assim, o “Varal de Emoções Maternas” mostrou-se uma estratégia valiosa para integrar a promoção da saúde mental ao cuidado pré-natal, beneficiando o bem-estar integral da gestante e do bebê.

ENTRE O ESTIGMA E A INCLUSÃO: A PSICOLOGIA TENSIONADA FRENTE AS ALTERIDADES NA ESCOLA

Natália Barbosa Medeiros, Maria Goretti Andrade Rodrigues

O presente estudo tem como objetivo tensionar o papel da psicologia no ambiente escolar, considerando as singularidades dos estudantes e questionando a influência do discurso médico-patologizante, que historicamente tem permeado a profissão, contribuindo, por vezes, para a rotulação e estigmatização desses sujeitos. Para isso, adota-se como caminho metodológico a cartografia sob a perspectiva de Deleuze e Guattari, abordagem que posiciona o pesquisador como agente implicado e atuante no processo de investigação. Através desse método, busca-se mapear os espaços escolares e seguir pistas que emergem das narrativas dos sujeitos envolvidos, permitindo uma compreensão dinâmica e situada do campo de pesquisa. Essas pistas, construídas por meio da escuta atenta às histórias do cotidiano escolar, revelam cenas vivas em movimento, capazes de problematizar a psicologia enquanto prática que, em vez de patologizar a diferença, acolha as alteridades como aspectos intrínsecos à experiência humana. Embora o estudo ainda esteja em andamento, os resultados preliminares indicam a potência dos pequenos gestos cotidianos na construção de práticas alternativas que promovam a saúde mental de forma coletiva, rompendo com o individualismo muitas vezes instaurado na profissão. Espera-se, ao final, discutir caminhos que colaborem para um processo educacional mais humano, onde o estudante seja reconhecido como protagonista de sua própria trajetória.

PERFIL DE ENFERMEIROS COM FORMAÇÃO EM PICS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

Júlia de Salles Borges, Diessica Roggia Piexak, Daiana Cristina Wickert, Quelen Tanize Alves da Silva, Suzimar de Fatima Benato Fusco, Daniela Dallegrave

No cenário atual da saúde, as Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS) vêm ganhando destaque e relevância, motivando a realização deste estudo que buscou traçar o perfil sociodemográfico e profissional de enfermeiros com formação em PICS na região Sudeste do Brasil. Trata-se de um estudo descritivo e transversal, com coleta de dados conduzida virtualmente por meio de questionário eletrônico abordando características sociodemográficas, formação em PICS e sua aplicação na prática profissional. A amostra foi composta por 430 enfermeiros, dos quais 37,7% possuíam formação em PICS, com prevalência de modalidades como auriculoterapia (18,1%), acupuntura (13,0%), reiki (10,2%), aromaterapia (9,8%) e fitoterapia (8,1%). A maior parte desses profissionais iniciou sua formação após a implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em 2006. O perfil sociodemográfico revelou média de idade de 45,28 anos, predominância feminina (87,65%), maioria residindo em São Paulo (78,4%) e significativa presença de participantes que coabitavam com parceiros(as) (59,88%) e se identificavam como brancos (64,81%) ou pretos/pardos (33,95%). A prática religiosa foi referida por 86,42% dos participantes, e em termos ocupacionais, 39,50% atuavam como servidores públicos ou com carteira assinada, enquanto 17,28% eram autônomos. A carga horária predominante foi de até 40 horas semanais (65,43%), e 49,38% tinham renda superior a cinco salários mínimos. Acadêmicos com mais de 10 anos de formação e pós-graduação representaram a maioria (73,45%). Em relação à prática, 71,60% consideraram a formação em PICS fundamental para a carreira, e 97% relataram impactos positivos em sua própria saúde. Além disso, 83,4% indicaram maior autonomia em suas práticas após a formação, enquanto 93,20% reconheceram que as PICS conferem mais autonomia aos pacientes. O mercado de trabalho nesse campo foi visto como em expansão por 69,1% dos participantes. Os dados evidenciam o impacto positivo das PICS na formação e prática profissional, destacando seu papel na promoção da autonomia e na capacitação dos enfermeiros. Assim, conclui-se que as PICS representam uma área promissora e em crescimento na enfermagem, com potencial para fortalecer a integração dessas práticas no cuidado à saúde no Brasil.

TERRITÓRIOS E DESTERRITORIALIZAÇÕES NA PERIFERIA DA FORMAÇÃO NO E PARA O SUS?

Mariana Fonseca Paes, Rosemarie Andreazza

A formação de profissionais de saúde no contexto da atenção básica encontra seu padrão-ouro nas residências médica e multiprofissional em saúde da família e comunidade, pois possibilita práticas crítico-reflexivas pela educação no trabalho, considerando as diversidades e características territoriais no cuidado em saúde. Neste contexto, a presente apresentação compartilha achados de uma pesquisa

de doutorado que analisou vivências e percepções de estudantes de programas de residência em saúde frente às estratégias educacionais vivenciadas em territórios periféricos da zona leste de São Paulo. Esses territórios, marcados por diversidades sociais, vulnerabilidades e potenciais, destacam elementos fundamentais à formação no e para o Sistema Único de Saúde, visando universalidade, integralidade e equidade no cuidado. Utilizando um método qualitativo, foram realizadas entrevistas cartográficas com residentes do primeiro e segundo ano de dois programas, no ano de 2021. As entrevistas, abertas e sem roteiro prévio, revelaram importantes lacunas formativas, especialmente na vivência dos contextos territoriais, no aprofundamento sobre os conceitos de território e comunidade e na territorialização. O período pandêmico da covid-19 foi determinante para esse distanciamento, limitando atividades individuais e coletivas intra e extra “muros” das unidades de saúde. Essa limitação impactou ações dos residentes frente às vulnerabilidades locais, dificultando sua vinculação às realidades e culturas periféricas e suas percepções sobre desigualdades sociais. Também se evidenciou a ausência de diálogo sobre questões étnico-raciais, reforçando o descompasso entre o processo formativo e as realidades periféricas. O estudo aponta para a necessidade de qualificar o componente comunidade nos currículos das residências, ampliando a abordagem da equidade nos processos educacionais e utilizando a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica para abordar questões étnico-raciais, sociais e de gênero, contribuindo para uma formação mais alinhada às demandas reais dos territórios e para o cuidado integral em saúde.

DIVERSIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE PELOS TERRITÓRIOS DO RIO DE JANEIRO: A EXPERIÊNCIA DO PET-EQUIDADE

Margareth Cristina de Almeida Gomes, Mirella Giongo Galvão da Silva, Thiago Benedito Livramento Melício, Cristal Oliveira Moniz de Aragão, Maria Kátia Gomes, Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá Brito, Carolina Manhaes Moura Reis, Renan Tomaz da Conceição, Vania Mefano

Este trabalho apresenta o projeto PET Equidade UFRJ, fruto da parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) do Ministério da Saúde. O projeto reúne oito cursos de graduação da área da saúde – Medicina, Odontologia, Enfermagem, Psicologia, Nutrição, Serviço Social e Terapia Ocupacional – e, atendendo à proposta do edital, inclui os cursos de Filosofia e Ciências Sociais, totalizando 11 docentes, 10 preceptores e 40 estudantes. Suas práticas se desenvolvem em três unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) na zona norte do Rio de Janeiro e em uma coordenadoria de área programática, configurando essa região como um território escola e ampliando a articulação entre universidade e rede de atenção à saúde. As atividades estão organizadas em três eixos principais: (1) valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras no SUS, abordando gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiências e interseccionalidades no trabalho em saúde; (2) saúde mental e enfrentamento das violências no trabalho em saúde; e (3) acolhimento e valorização de trabalhadoras e trabalhadores no processo de maternagem, incluindo pessoas gestantes de diferentes identidades de

gênero. A metodologia inclui participação em fóruns de debates organizados em diferentes níveis da gestão de saúde, desenvolvimento de ações tutorais pactuadas nos cenários de prática, e promoção de práticas formativas e assistenciais sobre gênero, identidade de gênero, raça, etnia e deficiências. Entre as ferramentas utilizadas estão diários de campo e portfólios elaborados por cada unidade e pelo projeto como um todo. Os achados iniciais evidenciam a necessidade de atividades de letramento funcional em saúde sobre temas como gênero, raça, etnia, deficiências e geracionalidade, além de ações voltadas ao levantamento de dados sobre aspectos étnico-raciais e saúde mental de trabalhadoras da APS. Também destacam a importância de atividades coletivas voltadas à população LGBTQIAPN+ e a pessoas gestantes, bem como o fortalecimento do matriciamento das equipes ESF/eMulti. Ao investir no processo formativo de trabalhadores e estudantes em cenários interprofissionais, o projeto PET Equidade UFRJ busca promover um cuidado em saúde mais sensível às diferenças e à diversidade, comprometido com a vida e com os princípios de equidade do Sistema Único de Saúde.

ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER: ATUAÇÃO DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM NA REALIZAÇÃO DA CONSULTA GINECOLÓGICA

Juracir Geane da Silva, Nathália Priscyla Vasconcelos Soares Lima, Alícia Carla Almeida Santos, Raíssa Fernanda Evangelista Pires dos Santos

O Centro de Apoio às Comunidades (CAC) atua na defesa de direitos sociais, promoção da saúde e prevenção de agravos, oferecendo serviços como pré-natal de baixo risco, puericultura, citologia e acompanhamento de condições crônicas (hipertensão). Este estudo, de natureza descritiva e tipo relato de experiência, foi realizado por acadêmicas do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, durante o módulo de Saúde da Mulher da disciplina de Bases Integradas para Intervenção em Saúde III, no CAC, situado em um bairro do sétimo distrito sanitário de Maceió. As aulas práticas permitiram às estudantes vivenciar a atenção à saúde da mulher, com foco na execução da consulta ginecológica, destacando procedimentos como citologia, exame clínico das mamas e exame físico completo, precedidos por anamnese detalhada que possibilitou compreender a história atual e pregressa das pacientes, identificar fatores de risco e realizar encaminhamentos à equipe multiprofissional. Essa abordagem favoreceu intervenções preventivas, como orientações sobre dieta, exercícios físicos, ingestão hídrica, uso de preservativos e manutenção de consultas regulares, além de permitir a execução de exames citológicos com a colaboração ativa das pacientes. As atividades realizadas proporcionaram às acadêmicas o aprofundamento do conhecimento teórico e o desenvolvimento de uma assistência integral à saúde feminina, ampliando a compreensão sobre a mulher em seus aspectos singulares e múltiplos, e contribuindo positivamente para a promoção de sua qualidade de vida e a formação de futuras profissionais.

EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE EXTENSIONISTAS EM UMA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA O HPV

Juracir Geane da Silva, Melissa Beatriz Vasconcelos Martins Silva, Ellen Luanny da Silva, Ashley Hevillayne Astério de Araújo, Alyce Vitória Costa Tavares, Tânia Kátia de Araújo Mendes

O Papilomavírus Humano (HPV) é responsável por uma Infecção Sexualmente Transmissível que causa verrugas anogenitais e está diretamente relacionado ao desenvolvimento da maioria dos casos de câncer de colo de útero. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece medidas profiláticas eficazes contra o HPV, como distribuição de preservativos, vacinação para adolescentes de 9 a 14 anos e o exame preventivo Papanicolau, que identifica lesões precursoras do câncer cervical. Considerando o início precoce da vida sexual e os comportamentos de risco adotados por adolescentes, é fundamental implementar estratégias para sensibilizar essa faixa etária sobre a prevenção contra o HPV. Este trabalho descreve a experiência de acompanhar uma campanha de vacinação contra o HPV em ambiente extramuros. Trata-se de um relato de experiência conduzido por extensionistas do projeto de Vigilância e Tecnologias em Saúde (VIGITECS), da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, que participaram de uma campanha realizada em uma escola do segundo Distrito Sanitário de Maceió. A atividade possibilitou ações de educação em saúde na escola e na unidade de saúde, destacando a campanha como estratégia para enfrentar a baixa adesão dos adolescentes à vacinação e evidenciando a importância do planejamento conjunto entre escola e unidade de saúde. No dia da vacinação, os extensionistas, atuando junto à equipe de vacinação, adquiriram conhecimentos sobre a administração de vacinas, dialogaram com pais e responsáveis sobre a caderneta de vacinação, eventos adversos e os benefícios da imunização. Essa vivência ampliou a percepção sobre a organização das ações de saúde, conforme as necessidades da comunidade, e incentivou o grupo a desenvolver estratégias futuras para promover a qualidade de vida da população e melhorar os indicadores de saúde.

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA EXTENSIONISTA NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM

Juracir Geane da Silva, Wcleriston Renan Silva de Araújo, Aryane Maria Claudino de Oliveira Rocha, Tânia Kátia de Araújo Mendes, Ana Paula Rebelo Aquino Rodrigues

A prática extensionista constitui uma estratégia pedagógica essencial no processo de formação acadêmica, ao possibilitar que os estudantes transcendam o conhecimento teórico adquirido em sala de aula por meio de sua aplicação em contextos reais. Essa prática valoriza a interdisciplinaridade, estimula a colaboração entre diferentes categorias profissionais e promove a atuação interprofissional com foco no cuidado integral. Este estudo, de natureza descritiva e tipo relato de experiência, foi conduzido por extensionistas do projeto de extensão Vigilância e Tecnologia em Saúde (VIGITECS), da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, com o objetivo de descrever vivências, desafios e aprendizados advindos das ações desenvolvidas. A prática extensionista tem incentivado

o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade, ao ser direcionada pelas necessidades e especificidades locais. Essa abordagem amplia a compreensão dos determinantes sociais da saúde e fomenta a criação de estratégias para minimizar agravos à saúde da comunidade. A diversidade de públicos envolvidos exigiu dos extensionistas a adaptação de suas abordagens, visando uma interação mais eficaz com os participantes nas práticas educativas, além do aprimoramento de conhecimentos técnicos e práticos. Identificaram-se fragilidades na comunidade relacionadas ao conhecimento sobre medidas de preservação da saúde e formas de melhorar a qualidade de vida frente às patologias existentes. As ações extensionistas têm gerado retorno positivo, evidenciado pelo interesse da população em esclarecer dúvidas e pela maior adesão aos serviços ofertados pelas unidades de saúde nos territórios onde as atividades foram realizadas. A experiência descrita demonstra que os estudantes percebem a prática extensionista como uma ferramenta pedagógica indispensável para seu desenvolvimento profissional e pessoal, contribuindo para sua formação integral.

EMOÇÕES, CORPO E CUIDADO: DIÁLOGOS ENTRE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE EM UM PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Margareth Cristina de Almeida Gomes, Bruna Motta dos Santos, Elisabete Pimenta Araújo Paz

A formação em saúde tem consolidado um horizonte que incorpora as bases das Ciências Sociais e Humanas como estratégia para qualificar a análise das questões do setor saúde em seu contexto histórico e social. Essa abordagem amplia a compreensão de dimensões úteis na produção do cuidado em saúde, evidenciando o valor da interdisciplinaridade. Este trabalho relata a experiência de ministração de conteúdos relacionados às Ciências Sociais no Programa de Residência em Enfermagem em Saúde da Família da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizado em parceria entre o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN). Sob o título “Emoções, corpo e cuidado”, foram promovidos três encontros com residentes do segundo ano (R2), explorando temas da Antropologia das Emoções e suas interseções com a saúde. As discussões abarcaram desde o debate sobre doenças, perturbações e poder até o lugar do cuidado no sofrimento social, situando-se em exemplos práticos do cotidiano dos residentes, com destaque para as intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade nas moralidades que atravessam o ato de cuidar. Essa abordagem promoveu a integração interinstitucional dentro da UFRJ e revelou-se oportuna para tematizar emoções suscitadas pelo cotidiano do cuidado em Saúde da Família, que até então encontravam espaço apenas nas aulas de Saúde Mental. A experiência demonstrou que é possível abordar as emoções como parte constitutiva do ofício de cuidar, sem patologizá-las, qualificando o repertório analítico e científico dos residentes. Assim, contribuiu para significar de forma positiva e criativa a subjetivação do trabalho em saúde, enriquecendo a prática profissional no campo da Saúde Coletiva.

UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR: GERENCIAMENTO DA DOR CRÔNICA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Rosane Da Silva Alves Cunha

Este estudo investiga a saúde do trabalhador com foco no manejo da dor crônica e na promoção da qualidade de vida, explorando estratégias multidisciplinares para enfrentar esse desafio e contribuir para o bem-estar em ambientes laborais diversos. A pesquisa utiliza uma revisão de literatura criteriosa, abrangendo fontes sobre a interseção entre saúde do trabalhador, dor crônica e qualidade de vida. A pergunta norteadora examina a eficácia de diferentes abordagens para o manejo da dor crônica no trabalho e sua influência na qualidade de vida, utilizando a estratégia PICO: trabalhadores como população, intervenções diversas para manejo da dor, comparação entre abordagens, e impacto na qualidade de vida como resultado. A busca foi realizada em bases de dados como PubMed, Scopus e Web of Science, empregando a string: (“Worker Health» OR “Occupational Health») AND (“Chronic Pain» OR “Persistent Pain») AND (“Quality of Life») AND (Multidisciplinary Intervention) AND (Health Promotion). Os resultados destacam a eficácia de terapias multimodais, como fisioterapia, terapia ocupacional, psicoterapia cognitivo-comportamental e intervenções farmacológicas, na redução da dor e melhoria da funcionalidade e qualidade de vida dos trabalhadores. A revisão conclui que abordagens multidisciplinares integradas são essenciais para o manejo da dor crônica no ambiente de trabalho. A colaboração entre empregadores, profissionais de saúde e trabalhadores é crucial para implementar programas abrangentes de prevenção e intervenção que promovam saúde e bem-estar. No entanto, mais estudos são necessários para identificar melhores práticas e preencher lacunas no conhecimento, orientando futuras investigações na área.

ACESSO À REABILITAÇÃO PÓS-AVC EM VOLTA REDONDA, RIO DE JANEIRO: EFICIÊNCIA NA ASSISTÊNCIA ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE E DO CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO

Rosane da Silva Alves Cunha, Vladimir Lopes de Souza

Este estudo investiga o acesso à reabilitação para pacientes após alta hospitalar com diagnóstico de Acidente Vascular Cerebral (AVC) no município de Volta Redonda, Rio de Janeiro, com foco na eficiência da assistência oferecida. O objetivo é avaliar como a integração entre a atenção primária, como porta de entrada, e o Centro Especializado de Reabilitação (CER) pode otimizar o acesso e a

qualidade da reabilitação pós-AVC. A análise explora a interação entre essas esferas de cuidado e seu impacto na agilidade e eficácia do tratamento. Para alcançar o objetivo, foi realizada uma revisão de literatura que examinou estudos sobre reabilitação pós-AVC, acesso ao tratamento e eficácia das intervenções. A pesquisa adotou a estratégia PICO, considerando pacientes após alta hospitalar com diagnóstico de AVC (População), a integração entre atenção primária e CER (Intervenção), a reabilitação tradicional e atenção primária isolada (Comparação), e o acesso e eficiência na assistência (Resultados). Os resultados preliminares indicam que a integração entre a atenção primária e o CER pode reduzir o tempo de espera para início do tratamento, melhorar a coordenação dos cuidados e aumentar a qualidade do atendimento. Essa abordagem integrada facilita a continuidade do tratamento, proporciona acompanhamento mais próximo e personalizado e promove uma reabilitação centrada no paciente, com maior adesão ao tratamento e melhores resultados funcionais. Além disso, a atenção primária, como ponto de contato contínuo, assegura que as necessidades dos pacientes sejam atendidas de maneira eficiente. Conclui-se que a integração entre a atenção primária e o CER é uma estratégia promissora para melhorar o acesso e a eficiência da reabilitação pós-AVC em Volta Redonda. No entanto, são necessárias pesquisas adicionais para operacionalizar essa integração, identificar melhores práticas e superar desafios de implementação. Com o avanço das pesquisas e a aplicação prática dessas descobertas, espera-se promover um sistema de saúde mais eficiente e acessível, garantindo melhor qualidade de vida para os pacientes pós-AVC na região.

O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO EM UNIVERSIDADE PÚBLICA: CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA JÚNIOR COMO PRODUTO DO EIXO GESTÃO EM SAÚDE

Maria Isabel Sales Campello, Maria Lucélia da Hora Sales, Gicely Santos de Andrade, Ana Aline Rodrigues Oliveira

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Enfermagem estabelecem como uma das competências fundamentais do enfermeiro a administração e o gerenciamento. Nesse contexto, o curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) inclui em sua matriz curricular o componente de Gestão e Empreendedorismo, com o objetivo de promover a mentalidade empreendedora, estimular a autonomia e desenvolver atitudes criativas e inovadoras nos futuros profissionais. Alinhado a essa proposta, o Movimento Empresa Júnior tem ganhado destaque no meio acadêmico, permitindo que estudantes se tornem agentes econômicos, sociais e políticos por meio de atividades empreendedoras, enfatizando a autonomia em gestão e empreendedorismo na Enfermagem. Este estudo descritivo, do tipo relato de experiência, descreve a vivência dos estudantes na criação da primeira Empresa Júnior do curso, intitulada *Humanização Integralizada em Enfermagem* (HIENF), estabelecida em uma universidade estadual de Alagoas. A fundação da HIENF começou em março de 2022, com capacitações oferecidas pela Federação de Empresas Juniores de Alagoas (FEJEA), que forneceram suporte metodológico para consolidar a empresa como uma Associação Civil Sem Fins Lucrativos,

legalizada com a obtenção de CNPJ em dezembro de 2022. A empresa júnior fortaleceu no meio acadêmico a integração entre o planejamento pedagógico e o Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT), promovendo estratégias para incorporar o ensino de gestão e empreendedorismo desde a graduação. Por meio de uma formação crítico-reflexiva, os acadêmicos assumiram um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo atividades como criação de e-books, palestras sobre educação em saúde, participação em congressos e fóruns, consolidando o conhecimento teórico-prático em gestão e administração de negócios. Os membros da HIENF participaram de capacitações periódicas oferecidas pela FEJEA, abordando temas como liderança, gestão de crises, administração de negócios, estratégias de vendas e inovação nos processos assistenciais. Essas atividades proporcionaram um espaço para o desenvolvimento de competências empreendedoras e inovadoras. Além disso, a estruturação da empresa envolveu a criação de um CNPJ para sua formalização e consolidação como uma entidade jurídica. Essa experiência ressalta a relevância da formação em gestão para os cursos de Enfermagem, ainda que essa temática seja abordada de maneira limitada nos projetos pedagógicos. Amplificar as discussões sobre empreendedorismo na Enfermagem é essencial para preparar futuros profissionais com competências, habilidades e atitudes necessárias para atender às demandas do mercado de trabalho e contribuir de forma inovadora para a área da saúde.

O (DES)ENVOLVER COM A PESQUISA: A CONQUISTA DO PARTICIPAR

Suellen Vidal Werner, Magda de Souza Chagas

Cuidar das relações construídas no ato de pesquisar é um gesto de coragem e afetosidade com o campo e com os participantes. Este estudo teve como objetivo apresentar como se deu a aproximação ao campo, iniciada pelo convite aos participantes, buscando seu envolvimento com a pesquisadora e a pesquisa, a fim de construir coletivamente uma ferramenta com uma equipe multidisciplinar em saúde. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-intervenção, com uso da ferramenta roda de conversa para produção e coleta de dados, realizada em um hospital público geral de grande porte na região Serrana do estado do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados por meio de gravação digital e posterior transcrição, e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (UFF), com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) lido e assinado coletivamente pelos participantes. As rodas de conversa ocorreram em março e junho de 2023, em quatro blocos com intervalos de três meses, sendo os dados analisados pela hermenêutica dialética de Minayo, com enfoque na análise temática. O cuidado com os participantes foi central para a inserção no campo da pesquisa, buscando evitar que fosse apenas mais um estudo em que os envolvidos entregassem dados sem um vínculo significativo. O planejamento incluiu convites personalizados, contendo uma mensagem sobre o tema, um mimo, um chocolate e uma caixinha decorada com laço, entregues individualmente com explicações sobre a pesquisa, datas e horários dos encontros. Antes de cada roda, houve contato prévio com os participantes para lembrá-los do horário. Durante as rodas

de conversa, foi dado espaço para fala e escuta ativa, promovendo participação, troca de experiências e interação significativa. Ao final de cada encontro, um coffee break marcou a confraternização e agradecimento pela adesão. A trajetória cuidadosa e afetuosa consolidou vínculos, gerando uma adesão expressiva, com participantes solicitando novos encontros e demonstrando interesse em continuar as propostas. As considerações finais destacaram a importância do envolvimento, cuidado e da Educação Permanente como elementos-chave para a adesão e participação ativa em pesquisas, reforçando que o caminho percorrido deve ser um norteador para iniciativas futuras.

AS AÇÕES CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA NA FORMAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: O PET-SAÚDE NA RUA

Ândrea Cardoso de Souza, Arlete Inácio dos Santos, Guilherme Andrade Campos

A cultura se apresenta como uma estratégia poderosa para promover inclusão social de pessoas em sofrimento e em situações de vulnerabilidade, permitindo reposicionamentos subjetivos por meio de ações culturais. Essas ações têm o potencial de romper com uma formação tradicional centrada exclusivamente no saber acadêmico-profissional, abrindo espaço para o diálogo com o saber das pessoas em situação de rua. Dessa forma, novos modos de ensino-aprendizagem em Saúde Mental podem emergir, enriquecendo o processo formativo. Este texto apresenta uma experiência do PET-Saúde/UFF/Niterói realizada em um Centro de Atenção Psicossocial para usuários em uso problemático de álcool e outras drogas (Caps AD), que integra Arte, Cultura, Saúde e Educação. O espaço tradicional da universidade revela-se insuficiente para produzir um cuidado efetivo voltado à vida na cidade, enquanto o PET-Saúde promove uma ruptura dessa lógica ao incentivar uma formação interprofissional, coletiva e colaborativa, focada no território e em suas demandas. A lógica formativa do PET-Saúde gera encontros e agenciamentos com as ruas, as pessoas e o mundo do trabalho, como evidenciado nas atividades dos programas Cine Praça e Praça Cultural, componentes do Projeto Cultura a Céu Aberto (PCaCA). Criado em 2019, em Niterói, o PCaCA utiliza a cultura como um elo de conexão entre pessoas em situação de rua e outros vulnerados, serviços e a universidade, tomando as ruas como espaços de produção de vida. Entre seus objetivos está o exercício do direito à cidade, por meio do acesso ao cinema, ao lazer, à música e às expressões artísticas. Essas ações, realizadas nos territórios onde a vida acontece, reforçam a dimensão sociocultural da Reforma Psiquiátrica e ajudam a construir novos lugares sociais para a loucura. A formação atual, muitas vezes limitada aos bancos universitários e centrada no saber técnico-científico, tem muito a aprender com os saberes que emergem das ruas. O PET-Saúde, como política formativa, constitui um espaço privilegiado para esses encontros, mostrando a urgência de produzir novos modos de formação para a Atenção Psicossocial. Esses novos modos só se tornam possíveis com recursos formativos alternativos, como os proporcionados pelo PET-Saúde, que ampliam as possibilidades de aprendizagem e cuidado no contexto da Saúde Mental.

USO DA ARTE COMO AÇÃO EDUCATIVA NO PROJETO “LUZ PELAS FENDAS” EM MEDICINA

Amanda Maria e Silva Coelho, Maria Eduarda Caldas Santos Bernardo Novaes,
Maria Fernanda de Andrade Nobre, Maria Luísa da Silva Cavalcante Sobrinho, Natália de Lima Melo

Arte e Extensão se conectam à Saúde por meio da Educação, oferecendo uma visão renovada sobre o papel da universidade, em uma abordagem dialógica, interdisciplinar e centrada nas pessoas. Nesse contexto, a arte tem desempenhado um papel significativo em ambientes de saúde, promovendo soluções terapêuticas e criando um ambiente acolhedor. A Educação em Saúde enriquece-se pela integração com a Arte, que amplia os espaços de comunicação de abordagens terapêuticas. Este estudo descritivo-exploratório, realizado no projeto de extensão “Luz pelas Fendas”, utilizou telas de pintura como meio educativo e de humanização para pacientes pediátricos com fissuras labiopalatinas em um instituto BucoMaxiloFacial. A ação educativa ocorreu na sala de espera e no espaço de brinquedoteca, onde pacientes foram incentivados a expressar sentimentos e emoções através da pintura, em uma atividade lúdica que favoreceu o diálogo sobre cuidados e humanização na medicina. Durante encontros de duas horas, a atividade proporcionou acesso a materiais artísticos, promovendo socialização, bem-estar e desenvolvimento criativo, ao mesmo tempo que fortaleceu vínculos entre estudantes, pacientes e diferentes áreas do conhecimento, colaborando para a prevenção, cuidado e promoção da saúde. Fundamentado na perspectiva da arte enquanto prática social e cultural, o projeto demonstrou ser inclusivo e transformador, ao humanizar o atendimento médico e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, consolidando-se como uma prática universitária inovadora e integradora.

AS REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UM PROJETO DE EXTENSÃO EM MEDICINA

Amanda Maria e Silva Coelho, Maria Fernanda de Andrade Nobre, Maria Luisa da Silva Cavalcante Sobrinho,
Maria Eduarda Caldas Santos Bernardo Novaes, Natália de Lima Melo

As atividades de extensão expressam o compromisso social da universidade, atuando como um elo dinâmico entre pesquisa, ensino e comunidade, em um processo contínuo de troca de saberes entre discentes e docentes. A internet, com seu vasto potencial de divulgação e interesse gerado, apresenta-se como uma poderosa ferramenta para ações extensionistas e educativas, permitindo uma aproximação eficaz com a comunidade. Neste contexto, o projeto de extensão “Luz pelas Fendas” utilizou redes sociais, especialmente o Instagram, para disseminar conhecimentos sobre fissuras labiopalatinas em Medicina. Este estudo descritivo-exploratório explorou a educação em saúde e a humanização do atendimento por meio de postagens regulares com conteúdos informativos e artísticos, incluindo vídeos explicativos, ilustrações educativas e HQs, direcionados a pacientes pediátricos e seus familiares. Os conteúdos abordaram desde cuidados bucais até informações sobre os direitos dos pacientes, integrando diversas áreas da Medicina. Essa estratégia ampliou o alcance

e promoveu um espaço interativo para discutir cuidados e tratamentos, fortalecendo vínculos interdisciplinares e o respeito entre estudantes, pacientes e diferentes áreas do conhecimento. Além disso, as redes sociais facilitaram a socialização, bem-estar e desenvolvimento técnico e criativo de um público diversificado. Fundamentado na perspectiva da arte enquanto prática social e cultural adaptada ao ambiente digital, o projeto demonstrou que o uso das redes sociais como ferramenta educativa é inclusivo e transformador, humanizando o atendimento, ampliando o acesso à informação e melhorando a qualidade de vida dos pacientes, consolidando-se como uma prática inovadora e impactante para a universidade.

CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NA LONGITUDINALIDADE DO CUIDADO DO IDOSO: UMA EXPERIENCIA EXITOSA

Sunny Lady Neves Santos, Tereza Alves de Sousa, Sandra Regina da Silva Vita

O envelhecimento rápido da população idosa traz mudanças significativas, desafiando as equipes de saúde a desenvolver estratégias de acompanhamento integral e humanizado. Este estudo relata uma experiência desenvolvida na Unidade de Saúde de Cariacica, Espírito Santo, destacando a extensão do cuidado humanizado em situações específicas. O objetivo foi descrever a atuação de enfermeiros do Instituto de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI) e como a equipe contribuiu para a qualidade de vida dos idosos da comunidade. A partir da avaliação de carências identificadas por uma enfermeira do grupo de discentes do ICEPI, foi percebida a necessidade de socializar os idosos em ambientes fora de casa. Assim, os pacientes que buscavam atendimento na unidade foram inseridos no grupo “Viver Bem na Melhor Idade”, com encontros semanais que promoveram prevenção, socialização, estímulo ao autocuidado e minimização das vulnerabilidades observadas. Os encontros, realizados uma vez por semana durante duas horas, incluíram acolhimento humanizado e a construção de planos de cuidado personalizados para idosos que viviam sozinhos, enfrentando problemas emocionais e dificuldades com a adesão medicamentosa. Atividades como rodas de conversa, musicalização, ações lúdicas e reabilitação em saúde estimularam a autonomia, reduziram os efeitos de comorbidades e evidenciaram melhorias na adesão medicamentosa, com redução de índices glicêmicos e pressóricos registrados na caderneta do idoso. Benefícios à saúde mental também foram notáveis, com o aumento da autoestima e da interação social, particularmente em idosos que haviam perdido o desejo de viver. Os encontros contribuíram para a redução da solidão, mostrando que o envelhecimento é um processo natural e não uma doença. A interação social e as atividades preventivas promoveram uma comunicação mais eficaz entre a equipe de saúde, melhorando a identificação de necessidades médicas e odontológicas. A participação da equipe multidisciplinar foi enriquecida por trocas de conhecimento e reconhecimento mútuo do trabalho realizado. Conclui-se que é possível promover a longitudinalidade do cuidado à população idosa, fortalecendo sua qualidade de vida e integrando diferentes profissionais em um modelo de atendimento humanizado e eficaz.

“MUTIRÃOZINHO DO AVISO”: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO E ACESSO AO CUIDADO ODONTOLÓGICO PARA CRIANÇAS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Sofia Chaves de Oliveira Salla, Scherllynn Schulz Buthe Rodrigues, Itamar Francisco Teixeira

Os empecilhos ao tratamento odontopediátrico podem ser agravados por dificuldades no manejo dos cirurgiões-dentistas e pela falta de abordagens humanizadas, o que contribui para absenteísmo e limita o acesso de crianças às consultas odontológicas nas Unidades de Saúde da Família (USF). Para enfrentar esse desafio, o projeto “Mutirãozinho do Aviso” foi idealizado por cirurgiões-dentistas do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPI) em um município da Região Norte do Espírito Santo, com o objetivo de orientar e tratar os dentes decíduos, selar molares permanentes, reduzir perdas dentárias precoces, controlar o meio bucal e restaurar lesões de cárie em crianças. A iniciativa foi estruturada em dois momentos: no primeiro, um evento lúdico e festivo na USF foi realizado para recepcionar as crianças em um ambiente acolhedor, proporcionando consultas e avaliações bucais, além de tratamentos urgentes e agendamento de consultas futuras, com o apoio dos agentes comunitários de saúde (ACS) para avisos e convites às famílias. No segundo momento, as crianças foram divididas em três grupos etários (1 a 4 anos, 5 a 9 anos e 10 a 14 anos), com atendimentos mensais específicos, realizados em dias diferentes, totalizando 20 vagas por grupo, e urgências atendidas a qualquer momento. Durante os seis meses do projeto, o “Mutirãozinho do Aviso” atendeu 41 crianças no primeiro momento, enquanto as consultas de retorno somaram 126 tratamentos concluídos, com maior demanda na faixa de 6 a 9 anos, devido ao risco de cárie e perdas dentárias precoces característicos dessa fase. Além disso, o ambiente descontraído e acolhedor incentivou crianças que inicialmente não participaram a buscarem atendimento, destacando o impacto positivo na relação criança-dentista, na adesão às consultas e no bem-estar emocional infantil. A experiência demonstrou ser eficaz na ampliação do acesso, na inclusão e na hierarquização de prioridades odontológicas, sugerindo que iniciativas semelhantes podem ser replicadas em outras unidades de saúde para aprimorar o cuidado em saúde bucal infantil.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mirela Dias Gonçalves, Aline Fabiane da Silva Moura, Maria Rozária Dias Andreão,
Maiara Soares Baratela, Raiani Feu Cassandro

Este estudo relata a experiência da implantação de ações estratégicas no enfrentamento à violência contra a mulher, utilizando a Educação Permanente em Saúde (EPS) como ferramenta para aprimorar práticas

profissionais. A iniciativa foi desenvolvida pela equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) Patrimônio da Penha, no município de Divino São Lourenço, entre outubro de 2023 e maio de 2024, em parceria com o Núcleo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (Núcleo Margaridas). O projeto teve como objetivo efetivar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do Espírito Santo nas regiões de saúde. A equipe da ESF mobilizou-se para instrumentalizar-se quanto às ações do projeto, promovendo discussões, organização e planejamento das atividades no território. Identificou-se a necessidade de sensibilização e capacitação dos profissionais da Unidade de Saúde (US) por meio da EPS, o que resultou em campanhas de conscientização na comunidade, ações educativas em salas de espera, e participação em eventos locais, com um stand informativo sobre violência contra a mulher. A equipe realizou atendimentos personalizados e encaminhamentos, quando necessário, para acompanhamento integral com profissionais de referência, como psicólogos, advogados, assistentes sociais e serviços de segurança. A parceria sensibilizou os profissionais para o enfrentamento à violência contra a mulher, promovendo reflexões críticas sobre o tema e a adesão a abordagens humanizadas nas práticas profissionais. Houve ampliação na divulgação de informações à comunidade, aumento na procura por atendimento por mulheres em situação de violência e fortalecimento do vínculo com a equipe da ESF, o que contribuiu para a melhoria da qualidade do cuidado prestado. A experiência evidenciou que a EPS é essencial para preparar as equipes a oferecer um cuidado qualificado e alinhado às necessidades da população, demonstrando a importância de implementar ações estratégicas no enfrentamento à violência contra a mulher.

ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL: IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLOS E CUIDADO PSICOSSOCIAL NA RAPS DE SANTO ANDRÉ

Patrícia Batista Alves Teixeira, Vanessa Salvador Lachi, Valdirene Aparecida de Oliveira, Jonas Cardoso

Este trabalho surgiu da necessidade de unificar as ações de enfermagem na Rede de Saúde Mental do município de Santo André, resultando na criação do Manual da Enfermagem em Saúde Mental, composto por Procedimentos Operacionais Padrão (POP), Protocolos Assistenciais em Enfermagem e Regimento. Embasado cientificamente, o manual foi desenvolvido para atender às diretrizes técnicas do Modelo de Atenção Psicossocial, ao SUS e aos princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira, buscando alinhar-se às particularidades do cotidiano de serviços como CAPS, Residências Terapêuticas, Unidades de Acolhimento e Consultório na Rua. O objetivo central foi reorganizar e padronizar a assistência de enfermagem, reduzindo riscos de acidentes e incidentes, promovendo cuidados singulares e garantindo conforto, segurança e qualidade no atendimento aos usuários. Para tanto, a construção dos Protocolos Assistenciais seguiu os princípios éticos e legais da enfermagem, baseando-se em evidências científicas e nas normativas do SUS em diferentes esferas, além de respeitar as especificidades institucionais dos locais de aplicação. A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica integrativa e discussões periódicas com os enfermeiros técnicos responsáveis pelos diferentes serviços, culminando na elaboração de três documentos estruturantes: POP, Protocolos Assistenciais e Regimento.

Após a elaboração, o material foi revisado pela Coordenação da Saúde Mental e por um representante do COREN-SP, garantindo conformidade com preceitos éticos, legais e normativos técnicos e sanitários, além das diretrizes e legislações em saúde mental. Em seguida, o manual foi publicado e apresentado à Rede de Atenção Psicossocial, marcando o início de sua implantação por meio de treinamentos, monitoramento e integração à rotina dos serviços, com revisões e ajustes contínuos baseados em discussões sistemáticas de pontos sensíveis. A implantação trouxe impactos positivos, como maior segurança para profissionais e usuários, padronização de cuidados e assistência, melhor incorporação de tecnologias e criação de indicadores, além de incentivar a percepção crítica e a qualificação contínua das práticas para atingir metas e resultados esperados. Por fim, o manual consolidou-se como uma produção científica singular, disseminando conhecimento, promovendo a coordenação do cuidado e fortalecendo a prática da enfermagem em saúde mental.

HIPERDIA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO DE AGRAVOS RELACIONADOS A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

Ana Carolina Diniz Starling Albuquerque, Ana Claudia Margarida Rocha, Luiza Furtado Biondi Pinheiro, Mikaelly Souza Miranda, Mara Martins Ribeiro

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica caracterizada por níveis elevados de pressão arterial, sendo diagnosticada quando as pressões sistólica e diastólica atingem ou ultrapassam 140 e/ou 90 mmHg de forma persistente. Essa condição afeta grande parte da população brasileira, tornando ações comunitárias em saúde essenciais para prevenir a doença, promover comportamentos saudáveis e incentivar mudanças no estilo de vida que reduzam os agravos. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo descrever uma ação de saúde desenvolvida por quatro acadêmicas de enfermagem, voltada para o programa “HiperDia” em um Centro de Saúde em parceria com um Centro de Convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais. A metodologia incluiu o recrutamento presencial de pacientes no Centro de Saúde, seguido pela confirmação da data e horário por contato telefônico. A ação contou com a participação de 14 pacientes, sendo 12 homens e duas mulheres, com idades entre 33 e 67 anos, dos quais oito relataram realizar a aferição da pressão arterial em casa. Durante o encontro, foi realizada uma roda de conversa para abordar o conceito de HAS, fatores de risco, sintomas, sinais de agravamento e estratégias para manter uma pressão arterial adequada, com esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de experiências. Adicionalmente, foram realizados alongamentos para combater o sedentarismo, oferecido um lanche como exemplo de alimentação saudável e disponibilizada a aferição da pressão arterial. Ao final, os participantes preencheram uma pesquisa de satisfação, na qual todos relataram ter compreendido o que é hipertensão e seus fatores de risco, além de expressarem interesse em participar de futuras reuniões educativas. A ação revelou-se eficaz na promoção da saúde do público-alvo e contribuiu para o crescimento intelectual e humano das acadêmicas envolvidas.

O IMPACTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE SAÚDE

Thaís Peixoto Alves Ramos, Samara Valentim dos Santos Lima, Maria Lucelia da Hora Sales, Bruna Larissa Alves Cordeiro, Thiago Melo Mota Jordão, Matheus Duarte Cavalcante

De acordo com os princípios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), o processo pedagógico no ensino superior fundamenta-se em três elementos indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão. A resolução nº 7 do MEC, de 18 de dezembro de 2018, determinou que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da grade curricular dos cursos de graduação, tornando-as práticas indispensáveis para estudantes de todas as áreas, incluindo a saúde. No entanto, embora exista uma base teórica significativa sobre o impacto da extensão para estudantes e a sociedade, há escassez de estudos que abordem os resultados práticos dessas atividades no aprendizado dos alunos de saúde e na comunidade. O presente trabalho teve como objetivo analisar as opiniões e experiências da comunidade e dos estudantes impactados pelas atividades de extensão nos cursos de saúde, com o propósito de fomentar o debate científico sobre essa prática. Metodologicamente, trata-se de uma revisão de literatura que utilizou bases de dados de bibliotecas virtuais para identificar artigos científicos e relatos de experiência publicados a partir de 2020, os quais embasaram a construção deste estudo. Os resultados indicaram que as principais habilidades desenvolvidas pelos estudantes incluem protagonismo, inovação, tradução do conhecimento científico em linguagem acessível, experiência em gestão em saúde, criticidade no processo ensino-aprendizagem, correlação de dados epidemiológicos com o território, compreensão dos determinantes sociais e das necessidades das comunidades, obtenção de novas perspectivas para a formulação de políticas públicas, disseminação de informações entre profissionais e comunidades e incentivo prático ao estudo e à pesquisa. Entre os desafios encontrados, destacaram-se dificuldades na tradução de linguagem técnica, evasão comunitária, limitações dos sistemas de informação e horários restritos para o desenvolvimento das atividades extensionistas. Conclui-se que a extensão universitária promove a superação das barreiras físicas da universidade, trazendo consigo realizações e desafios. Assim, é imprescindível uma autocrítica contínua e a implementação de adaptações, como a flexibilização da carga horária e a avaliação do entendimento comunitário, para que a universidade cumpra adequadamente sua função social obrigatória.

A VIVÊNCIA DA LONGITUDINALIDADE DO CUIDADO AO PACIENTE COM DIABETES: MELLITUS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

David Chaves Felício da Silva, Claudiane de Jesus, Simone dos Santos Pimenta, Sonia Aparecida Silveira, Mirela Dias Gonçalves

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é a porta de entrada prioritária dos usuários ao sistema de saúde, orientando-se por princípios e diretrizes que promovem uma atenção qualificada. O

trabalho das equipes baseia-se em estratégias de humanização e criação de vínculo para atender às necessidades dos usuários, oferecendo uma abordagem centrada na pessoa e longitudinal. Este estudo relata a experiência da ESF Santa Rita, no município de Vila Velha (ES), no cuidado longitudinal a um paciente com Diabetes Mellitus (DM) e complicações relacionadas à amputação de membro inferior, sob a ótica da humanização e da continuidade do cuidado. A vivência ocorreu entre julho e setembro de 2022 e utilizou acolhimento, escuta ativa e fortalecimento do elo de confiança com o paciente, com foco na sensibilização para o autocuidado e no acompanhamento de longo prazo. A abordagem humanizadora foi essencial para engajar o paciente na proposta terapêutica, que foi conduzida de forma colaborativa e envolveu o planejamento e execução da assistência. Os resultados demonstraram que a criação de vínculo e confiança entre equipe e paciente potencializou a adesão ao tratamento, destacando a eficácia de uma abordagem centrada na pessoa. Observou-se que a continuidade do cuidado proporcionou melhorias na qualidade de vida do paciente, promovendo satisfação e benefícios duradouros. Conclui-se que a longitudinalidade do cuidado é crucial para fortalecer a relação entre equipe e usuário, favorecendo a promoção e prevenção em saúde a longo prazo. Práticas humanizadoras e centradas no paciente são aliadas valiosas para garantir a adesão ao tratamento e a qualidade da atenção prestada.

A VISITA PUERPERAL SOB A ÓTICA DO CUIDADO LONGITUDINAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mirela Dias Gonçalves, Aline Fabiane da Silva Moura, Maiara Soares Baratela,
Maria Rozária Dias Andreão, Raiani Feu Cassandro

A Visita Domiciliar (VD) puerperal realizada pela equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) promove proximidade, acolhimento e vínculo, contribuindo para uma assistência de qualidade que previne complicações e reduz a mortalidade materno-infantil. Este estudo objetivou descrever a vivência dos profissionais em visitas domiciliares puerperais na ESF sob a perspectiva do cuidado longitudinal. Trata-se de um relato de experiência baseado nas vivências da equipe da ESF Patrimônio da Penha, no município de Divino São Lourenço (ES), no período de junho de 2023 a maio de 2024. A proposta de cuidado materno-infantil iniciou-se no pré-natal, com consultas periódicas e ações educativas individuais e coletivas, visando criar vínculo e estabelecer confiança para assegurar um cuidado longitudinal durante o puerpério. A experiência envolveu o planejamento das VDs, sua execução, avaliação e elaboração de propostas de cuidado conforme as necessidades da mãe, da criança e da família, incluindo encaminhamentos quando necessários. O acolhimento e a escuta ativa integraram o cuidado, garantindo atendimento resolutivo, fortalecimento do vínculo e promoção da saúde, com foco na satisfação do usuário com o serviço. Os resultados evidenciaram que as VDs puerperais fortalecem o cuidado longitudinal ao consolidar vínculos estabelecidos no pré-natal. O acolhimento às gestantes facilitou o acompanhamento puerperal, ampliando a confiança entre equipe e usuários e permitindo intervenções que asseguram o bem-estar da mãe, da criança e da família, reduzindo riscos de complicações e os indicadores de morbimortalidade materno-infantil. A VD foi percebida como um fator

de proteção para a prática de amamentação exclusiva, fortalecimento da interação mãe-filho e promoção de segurança nos cuidados ao recém-nascido, além de auxiliar na adaptação familiar e na criação de uma rede de apoio. A escuta ativa favoreceu o diálogo, fortalecendo a puérpera e aumentando sua segurança no cuidado ao recém-nascido e no autocuidado. Conclui-se que a VD puerperal é fundamental para o cuidado longitudinal, oferecendo atenção humanizada e acolhedora que considera a mãe e a criança em seu contexto familiar desde o pré-natal até o puerpério. O vínculo e o diálogo se mostram essenciais para uma atenção integral, e a atuação ética, legal e moral da equipe é determinante para garantir o apoio e a segurança em um momento tão significativo para mãe e bebê.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL DE SORRISO (MT) E NBCAL: JUNTOS NA PROTEÇÃO AO ALEITAMENTO MATERNO

Cláudia Inês Sônego, Fernanda Barbosa

A Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos Infantis (NBCAL) foi criada para regular a promoção e o uso adequado de produtos comercializados como substitutos ou complementos do leite materno, incluindo mamadeiras, bicos e chupetas, que podem prejudicar ou interromper a amamentação na primeira infância. A fiscalização do cumprimento da NBCAL deve ser realizada pelas vigilâncias estaduais, municipais e pela Anvisa de forma eficaz. Em abril de 2024, a equipe de Vigilância Sanitária de Sorriso (MT) participou de uma capacitação presencial sobre a NBCAL e, posteriormente, realizou o curso online oferecido pela UNASUS. Com base nos conhecimentos adquiridos, elaboraram materiais educativos para orientar os estabelecimentos comerciais locais. Foram realizadas vistorias em 34 estabelecimentos, entre supermercados e farmácias, nas quais a equipe entregou informativos e fiscalizou o cumprimento das normas, orientando sobre as irregularidades encontradas. Observou-se um desconhecimento generalizado da legislação por parte dos responsáveis pelos estabelecimentos. As principais irregularidades identificadas incluíram a promoção de leites em desacordo com as recomendações do Ministério da Saúde e a exposição destacada de chupetas e mamadeiras. Nesta primeira fase, a ação teve caráter orientativo, com a promessa de que as próximas vistorias serão fiscalizadoras, alertando os comerciantes para a necessidade de adequação. Em maio de 2024, ocorreu a semana “NBCAL em Foco”, organizada pelo Escritório Regional, para intensificar as fiscalizações nos municípios da região de Sinop (MT). Após essas ações, a NBCAL foi integrada à rotina de fiscalização da equipe de Sorriso (MT), incluindo a promoção de educação permanente sobre o tema nos estabelecimentos e a disseminação de informações sobre a NBCAL entre a população local. A proteção e promoção do aleitamento materno devem ser uma responsabilidade coletiva, assegurando que a amamentação seja incentivada e realizada adequadamente pelo tempo necessário. Os profissionais da vigilância sanitária desempenham papel crucial nessa luta, garantindo o cumprimento das normas por meio de fiscalização contínua e penalizações, combatendo a influência do marketing na utilização inadequada desses produtos.

PERCEPÇÃO ACADÊMICA FRENTE À ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA EM UM HOSPITAL ESCOLA DE VITÓRIA (ES)

Isabela Zilda Carvalho Ortelan, Richardson Moraes Camilo

Trata-se de um relato de experiência de acadêmicos de fisioterapia durante estágio supervisionado em terapia intensiva em um hospital escola de Vitória (ES), realizado entre fevereiro e maio de 2024. Os hospitais são ambientes destinados a pacientes que necessitam de cuidados intensivos de moderada a alta complexidade, prestados por equipes multiprofissionais especializadas. Nesse contexto, a internação em unidades de terapia intensiva pode expor os pacientes a eventos adversos, como o isolamento familiar, frequentemente associado ao rebaixamento do humor, impactando negativamente o tratamento e prolongando o tempo de internação. Considerando o conceito do ser humano como um ser biopsicossocial, é necessário oferecer cuidados além do modelo biomédico tradicional. Apesar da ampla discussão sobre o cuidado humanizado, não há protocolos específicos que ensinem a aplicar uma abordagem verdadeiramente humana, sendo essencial atender às demandas individuais e subjetivas dos pacientes. A experiência dos acadêmicos destacou que, mesmo em casos com patologias ou quadros clínicos semelhantes, as necessidades e respostas dos pacientes variavam significativamente, exigindo abordagens personalizadas durante a assistência fisioterapêutica. Para muitos pacientes, o atendimento de fisioterapia era uma oportunidade de interação, conversa, mobilidade e socialização, pois, em geral, as sessões duravam entre 15 e 30 minutos, dependendo da demanda individual. Ao final dos atendimentos, os pacientes frequentemente relatavam melhora no aspecto emocional, além de uma percepção subjetiva positiva por parte dos acadêmicos. Observou-se também que pacientes com maior adesão e aceitação da fisioterapia apresentavam menor tempo de permanência na UTI em comparação aos que recusavam atendimento. Conclui-se que a fisioterapia, além de contribuir para a reabilitação física, oferece suporte social e emocional aos pacientes internados, sendo uma ferramenta essencial para garantir cuidado integral e humanizado. Esse suporte não apenas promove a manutenção da integridade física e emocional, mas também reduz o tempo de internação, destacando a importância de um olhar sensível e individualizado na prática fisioterapêutica em terapia intensiva.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: PERCEPÇÃO DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL

Bárbara Cássia de Santana Farias-Santos, Wellen Góbi Botacin, Mariamélia Santos Ribeiro,
Marly Marques da Cruz, Lorena Ferreira

A Educação Permanente em Saúde (EPS) consolidou-se como a principal estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para qualificar e desenvolver profissionais, promovendo mudanças nas práticas de gestão e atenção por meio da aquisição de novos conhecimentos e da reflexão crítica sobre práticas

existentes no contexto de trabalho. Este estudo teve como objetivo compreender a apropriação das ações de EPS por profissionais de Equipes de Saúde Bucal (eSB) da Atenção Primária à Saúde (APS) no município de Vitória, Espírito Santo. Foi conduzido um estudo quantitativo com 46 cirurgiões-dentistas, 18 técnicos em saúde bucal e 45 auxiliares em saúde bucal com pelo menos dois anos de experiência na APS, utilizando questionários autoaplicados presencialmente entre novembro de 2019 e março de 2020 e remotamente entre agosto de 2020 e janeiro de 2021, excluindo-se profissionais em licença ou férias no período. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da ENSP/FIOCRUZ (parecer nº 2.464.885/2018) e financiada pela FAPES (processo nº 83170561/2018). Os resultados mostraram que a maioria dos participantes entendia a EPS como capacitação (84,4%) e já havia participado de ações como treinamentos e eventos (83,2%), rodas de conversa (77,5%) e cursos de especialização ou capacitação (69%), com avaliações predominantemente positivas (65,4%). As ações abordaram principalmente o tema “APS” (82,2%) e foram realizadas em locais como ETSUS (74,5%) e Unidades de Saúde (61%), resultando na produção de portfólios e planos de intervenção (63,4%) aplicáveis à prática diária. Esses resultados indicam que os profissionais de saúde bucal percebem a EPS como um meio de capacitação prática e teórica, fortalecendo a qualidade dos serviços na APS. A ênfase em ambientes que favorecem o desenvolvimento profissional e a produção de materiais aplicáveis à prática evidencia uma abordagem transformadora, que transcende o aprendizado teórico, contribuindo para melhorias na prática clínica e na gestão dos serviços de saúde bucal no SUS.

ABORDAGENS PEDAGÓGICAS PROBLEMATIZADORAS PARA A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU

Isabel Cristina dos Santos Colomé, Neila Santini de Souza, Ethel Bastos da Silva, Luiz Anildo Anacleto da Silva

As transformações na educação superior em saúde demandam mudanças significativas na formação acadêmica, privilegiando estratégias pedagógicas que coloquem o estudante como protagonista do processo de ensino-aprendizagem, capacitando-o a exercer autonomia e a construir conhecimento relevante para sua realidade. Nesse contexto, vivências que utilizam situações-problema como ponto de partida tornam o aprendizado mais significativo, incentivando os estudantes a buscar estudos científicos que embasem soluções baseadas em tomada de decisão e autonomia profissional. Tais aspectos se alinham às metodologias ativas de aprendizagem, especialmente por meio da problematização. Este trabalho relata a experiência de docentes no desenvolvimento da disciplina obrigatória “Abordagens do ensino na prática docente”, parte do currículo do curso de Mestrado Acadêmico em Saúde e Ruralidade da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões/Brasil, com carga horária de 45 horas. Desde sua criação, em 2021, a disciplina visa promover uma compreensão crítico-reflexiva sobre o ensino no Brasil, com ênfase em saúde, ruralidade e práticas educativas contemporâneas, além de instrumentalizar os mestrandos para a docência, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a disciplina obrigatória “Docência orientada”. Fundamentada em metodologias ativas, a disciplina

integra aulas presenciais, leituras de artigos científicos, diálogos em grupo, reflexões, escrita científica e construção de memórias coletivas. Suas atividades seguem os pressupostos da educação libertadora de Paulo Freire, da problematizadora de Bordenave e Pereira e da Aprendizagem Baseada em Problemas. A avaliação contempla a presença e participação ativa dos mestrandos, elaboração de memórias coletivas, escrita de um artigo fundamentado em vertentes pedagógicas e apresentação de um plano pedagógico de aula ou disciplina fundamentado em teorias contemporâneas, com simulação prática de 50 minutos. A disciplina também promove a replicação das aulas simuladas nos cursos de graduação em que os mestrandos atuam, incentivando a aplicação prática dos aprendizados. A avaliação contínua durante a vigência da disciplina permite ajustes constantes nos planos e estratégias, promovendo reflexões críticas, protagonismo dos estudantes e o aprimoramento do ensino na pós-graduação strictu sensu, além de contribuir para a reconstrução das práticas pedagógicas dos docentes envolvidos.

POLO DE CUIDADO UNB – PROMOVENDO O BEM-ESTAR E ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS POR MEIO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS COM ENFOQUE NO REIKI E MEDITAÇÃO

Gabriela Samara Carvalho Pinto, Manuela Santos da Silva, Marcos Oliveira Gomes,
Josenaide Engracia dos Santos, Daniela da Silva Rodrigues

O Polo de Cuidado UnB, projeto de extensão da Universidade de Brasília, tem como objetivo promover saúde, bem-estar e qualidade de vida na comunidade universitária por meio de abordagens de cuidado, com destaque para as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Dentre as atividades oferecidas, a Meditação e o Reiki Usui, também conhecido como “energia vital universal”, destacam-se como práticas que promovem o equilíbrio físico, mental, energético e emocional. Este relato descreve a experiência das ações do projeto no âmbito da atividade de Meditação e Reiki com estudantes universitários durante o semestre de 2023/2. As atividades ocorreram semanalmente, conduzidas por facilitadores extensionistas do projeto, dividindo-se em três momentos: meditação, com foco em posturas e concentração na respiração; aplicação de Reiki, realizada por facilitadores formados na técnica; e verbalização, um espaço de acolhimento e compartilhamento de impressões, fortalecendo o senso de pertencimento e a construção coletiva do cuidado. Observou-se que, frente à rotina universitária, as práticas proporcionaram bem-estar e relaxamento, incentivando o autocuidado e um olhar mais atento às próprias necessidades. O projeto também oportunizou aos extensionistas a vivência e o aprofundamento nas PICS, fortalecendo vínculos entre discentes, docentes, servidores e comunidade. Conclui-se que espaços acolhedores voltados ao cuidado e à partilha de experiências, como o Polo de Cuidado UnB, são fundamentais na promoção da saúde e no desenvolvimento de práticas de autocuidado dentro das universidades. As atividades de Meditação e Reiki mostraram-se especialmente eficazes para fortalecer redes de apoio e promover bem-estar entre os estudantes universitários, contribuindo significativamente para a qualidade de vida da comunidade acadêmica.

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA GESTANTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mirela Dias Gonçalves, Marcia Petronilho Montes da Cruz,
Síntia Dias Portugal, Maria Cristina Cardoso de Carvalho

As atividades de educação em saúde individuais e coletivas desempenham papel fundamental na atenção ao pré-natal, promovendo o autocuidado das gestantes e incentivando sua co-responsabilidade ao longo do ciclo gravídico-puerperal. Este estudo relata a experiência da implantação de estratégias de promoção da saúde por meio de ações educativas e formação de grupos de gestantes, destacando as percepções dos profissionais sobre os impactos para as gestantes e a equipe de saúde. A experiência ocorreu na Unidade de Saúde Divino Espírito Santo, em Vila Velha/ES, de agosto a outubro de 2022, conduzida por uma equipe multiprofissional que identificou demandas educativas emergentes durante o acompanhamento pré-natal. Como estratégia de intervenção, foram planejadas ações que incluíram dinâmicas interativas, rodas de conversa e simulações práticas, abordando temas como a importância do pré-natal, tipos de parto, manejo da amamentação, mudanças gestacionais, autocuidado e rede de apoio. Essas atividades buscaram atender às necessidades das gestantes, promovendo um espaço de diálogo e compartilhamento de experiências. Os resultados evidenciam que a formação de grupos de gestantes fortaleceu vínculos afetivos, aumentou a confiança entre equipe e usuárias e estimulou a interprofissionalidade na atenção pré-natal. Além disso, as ações ampliaram o acesso à informação e incentivaram práticas colaborativas entre os profissionais, contribuindo para inovações nos serviços de saúde e melhoria da qualidade do cuidado. Conclui-se que iniciativas como esta impactam positivamente a atenção à gestante, aprimorando práticas profissionais e promovendo boas práticas de saúde fundamentadas em trabalho colaborativo e interprofissional.

PET-SAÚDE E A DIGNIDADE MENSTRUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

Francisca Lívia de Abreu Azevedo, Larissa dos Reis Rangel, Dannel de Lima Gonçalves Gomes Teixeira,
Hellen Roehrs, Viviane Mendes Araújo Silva

A dignidade menstrual é um tema que exige ampla discussão nas comunidades acadêmicas e pode ser abordado por meio de iniciativas como o Programa de Educação Tutorial (PET). No Rio de Janeiro, um grupo formado por quatro acadêmicos e suas tutoras realiza mensalmente rodas de conversa com mulheres da comunidade Santa Marta, abordando questões relacionadas à saúde da mulher e dignidade menstrual. A pobreza menstrual, realidade vivida por muitas mulheres no Brasil, reflete as desigualdades sociais históricas do país, com fatores sociais e econômicos que influenciam diretamente a saúde e o bem-estar das pessoas que menstruam, ampliando cenários de vulnerabilidade. Este relato tem como objetivo promover a educação em saúde sobre a dignidade menstrual por meio

de rodas de conversa e distribuição de absorventes. Entre novembro de 2023 e março de 2024, foram distribuídos 61 pacotes de absorventes descartáveis, totalizando 488 unidades para 61 mulheres, além da realização de atividades educativas utilizando materiais como folders, infográficos e vídeos, abordando temas como “Meu SUS digital” e menopausa. A discussão reforça que dignidade menstrual envolve não apenas o acesso a absorventes e tecnologias de gestão menstrual seguras e acessíveis, mas também a disponibilidade de banheiros, água e saneamento em boas condições, além de educação menstrual em escolas e comunidades. Essa abordagem busca expandir o conhecimento sobre o corpo e o ciclo reprodutivo, promovendo equidade menstrual e impulsionando a formulação de políticas públicas que reconheçam as tecnologias de gestão menstrual como itens essenciais para a saúde. Conclui-se que o fortalecimento do tema dignidade menstrual contribui para ampliar o conhecimento das pessoas que menstruam sobre seus corpos e direitos sexuais e reprodutivos. Por meio dessas ações, o PET promove a dignidade menstrual, colaborando com as mulheres na garantia de seus direitos à saúde e formando profissionais mais críticos, reflexivos e humanos.

SAÚDE E A AGROECOLOGIA: COMO RESPOSTA ÀS CRISES AMBIENTAIS E SINDEMIAS GLOBAIS

Gislei Siqueira Knierim, André Luiz Dutra Fenner, Virginia da Silva Correa, Fátima Cristina Cunha Maia Silva, Manuela Ferreira de Saboia Lima, Ana Paula Andrade Silva Milhomem, Yasmin Silva da Cruz, Barbara Loureiro Borges, Aline Oliveira da Silva

Em 2023, o Movimento de Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST) lançou o projeto nacional “Plantar Árvores”, com a ambiciosa meta de plantar 100 milhões de árvores em dez anos, promovendo a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos e acampamentos do movimento. Alinhada ao Plano Nacional de Plantio de Árvores e Produção de Alimentos Saudáveis, lançado em 2020, a iniciativa busca integrar saúde, agroecologia e Reforma Agrária Popular. Realizada em parceria com instituições como a Fundação Oswaldo Cruz, a formação-ação fortalece práticas agroecológicas, o plantio de árvores e os cuidados com a saúde nos territórios do MST. A experiência relatada inclui encontros regionais realizados em todas as regiões do Brasil, envolvendo agricultores(as) assentados(as) e acampados(as), com foco na troca de saberes e práticas baseadas na pedagogia freiriana e na educação popular, visando a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. Esses encontros resultaram em avanços significativos, como a formação de 179 educandos(as), a produção de materiais pedagógicos e a criação de um colegiado de coordenação do projeto. A iniciativa demonstra o potencial do MST em articular ações que preservam o meio ambiente, promovem a saúde e asseguram a soberania alimentar, com impactos positivos na construção de práticas agroecológicas sustentáveis. A experiência do projeto “Plantar Árvores” inspira outras iniciativas voltadas para a sustentabilidade, reafirmando o papel transformador do MST na promoção da saúde e na luta pela preservação ambiental e justiça social.

SAÚDE DO TRABALHADOR E HISTÓRIA ORAL: CAMINHOS DA FONOAUDIOLOGIA

Bruna Gabriela Mechi-Silva, Helenice Yemi Nakamura

A relação entre o processo saúde-doença-cuidado dos trabalhadores envolve diferentes abordagens e a participação de variados profissionais, incluindo o fonoaudiólogo, cuja atuação tem evoluído para incluir novas formas de compreender a saúde em relação ao trabalho. Caracterizada por sua abordagem multidisciplinar, a Fonoaudiologia ocupa um papel relevante na humanização das relações de trabalho e na promoção da saúde dos trabalhadores como seres comunicativos. Embora ainda enfrente desafios, especialmente devido à sua história recente e ao enfoque tradicionalmente reabilitador, a Fonoaudiologia apresenta vastas possibilidades de atuação. Este estudo utilizou entrevistas individuais realizadas por videoconferência, seguindo a metodologia de história oral, orientadas pelas perguntas: “Como foi sua inserção na Saúde do Trabalhador?” e “Quais ações eram realizadas?”. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e os participantes assinaram um Termo de Cessão de Direitos sobre Depoimento Oral, aceitando a identificação, característica da história oral. Focado na trajetória de duas fonoaudiólogas pioneiras na área de Saúde do Trabalhador (ST) no estado de São Paulo, o estudo revelou que a escolha pela Fonoaudiologia foi muitas vezes guiada por um misto de desconhecimento inicial e interesse pela área da saúde, mas também motivada por um desejo de atuação ampliada e interdisciplinar. A pesquisa resgatou o processo histórico das ações desenvolvidas, abrangendo práticas individuais, coletivas, de participação social e atividades de ensino e docência, destacando a busca por uma atuação ampliada e a defesa de ideais na ST. Os relatos indicaram que as trajetórias pessoais e profissionais das participantes foram determinantes para compreender a importância da Fonoaudiologia na construção desse campo. Além disso, a análise evidenciou como o contexto histórico, social e político influencia as práticas na ST, com períodos de redemocratização sendo marcados por esperança e avanços, enquanto momentos de crise e desgoverno impactaram negativamente as inserções e práticas. A perspectiva multicausal dos adoecimentos relacionados ao trabalho ressaltou a necessidade de considerar as dimensões sociais e históricas do trabalho além do binômio saúde/doença. Conclui-se que, apesar de a Fonoaudiologia encontrar espaço na ST e possuir contribuições específicas relevantes, a entrada no campo ainda é limitada, em parte devido à formação que prioriza a Saúde Ocupacional em detrimento da ST. O estudo destaca a importância de compreender os aspectos históricos e políticos que moldaram o campo, fornecendo subsídios para avanços futuros na área.

A VISITA DOMICILIAR SOB A ÓTICA DA INTERPROFISSIONALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mirela Dias Gonçalves, Denize Flores Porto Felix, Suely Lima Oliveira Alves, Janiléia de Souza Duarte

A interprofissionalidade é um princípio essencial no trabalho das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), promovendo práticas colaborativas que fortalecem as competências profissionais e melhoram a qualidade da atenção domiciliar. Este relato descreve a experiência das Visitas Domiciliares (VDs) realizadas pela equipe de ESF Ataíde, em Vila Velha/ES, de abril a dezembro de 2022, com foco na perspectiva do trabalho interprofissional. A reorganização do processo de trabalho incluiu a implementação da Educação Permanente em Saúde, capacitando os Agentes Comunitários para compreenderem sua importância e atuação integrada à equipe. As VDs foram organizadas com base em uma escala de priorização e classificação das famílias, envolvendo planejamento, execução, avaliação e discussão de casos antes e após as visitas. Entre os desafios enfrentados destacaram-se: violência intradomiciliar, suicídio, conflitos familiares, negligência com crianças e idosos, além de pacientes com alta dependência de cuidados e sem rede de apoio. Após cada VD, a equipe discutia os casos, avaliando informações e percepções para elaborar um plano de cuidados compartilhado com os pacientes e suas famílias, incluindo prescrições, encaminhamentos e solicitações de exames. Em casos de maior complexidade, foi necessário acionar profissionais de outras áreas, reforçando o trabalho interprofissional e garantindo um cuidado mais integral. Os resultados evidenciaram que as VDs despertaram um olhar mais atento e humanizado na equipe, promovendo integração e ações interprofissionais que atenderam de forma mais completa as necessidades de saúde da população. Houve fortalecimento do vínculo de confiança com a comunidade, ampliação das competências dos profissionais e melhorias na comunicação e nas práticas interprofissionais. Conclui-se que o trabalho interprofissional é essencial para garantir um cuidado integral e de qualidade na atenção domiciliar. A Educação Permanente em Saúde mostrou-se uma aliada estratégica no aprimoramento das competências profissionais e na inovação das práticas de cuidado, reforçando o compromisso das equipes com a excelência e a integralidade no serviço prestado.

RELATO DE EXPERIÊNCIA – PROGRAMA DIVERSIDADE NA SAÚDE

Maria da Conceição de Sousa Costa, Francisco de Assis Neves Neto, Bianca Pereira da Silva

O Programa Diversidade na Saúde (PDS) é uma iniciativa da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, concebida pela Superintendência de Gestão Profissional e Educação na Saúde, com o objetivo de promover equidade e diversidade nas práticas de saúde. Criado em 18 de maio de 2021 pela Portaria n. 298/2021/SES/GASEC, o programa surgiu como resposta a uma demanda judicial

relacionada ao assédio moral em uma unidade hospitalar do estado. Desde então, suas ações têm se estruturado em três eixos principais: relações entre trabalhadores, relações entre trabalhadores e usuários, e representatividade e empregabilidade, articulando-se à Política Nacional de Humanização. Por meio de sensibilização, mobilização e formação de trabalhadores e gestores, o programa busca fomentar relações interculturais e integrar a disparidade no contexto da saúde. O PDS se posiciona como uma estratégia para assegurar a saúde integral, alinhada aos princípios do SUS, ao considerar as especificidades étnicas e culturais de trabalhadoras, trabalhadores e usuários, cujas realidades estão em constante transformação. A complexidade em efetivar políticas de equidade na saúde e garantir o cuidado integral às populações diversas torna o programa ainda mais relevante. Para atender a esse desafio, o PDS realiza articulações com universidades, setores da saúde e educação pública, além de movimentos sociais, desenvolvendo formações e capacitações que capacitam profissionais como multiplicadores nas unidades de saúde, respeitando as demandas locais. Entre suas iniciativas inovadoras está o projeto “Glossário Indígena”, que busca facilitar a comunicação entre profissionais de saúde e usuários indígenas do SUS. Esse projeto, o primeiro glossário indígena em formato de aplicativo no Brasil, reúne traduções de palavras e diálogos do cotidiano hospitalar em línguas de diferentes etnias indígenas do estado. Durante 15 dias em novembro de 2022, a coordenadora do programa, Maria da Conceição de Sousa Costa, realizou visitas técnicas a aldeias das etnias Apinajé, Karajá Xambioá, Krahô, Xerente, Javaé e Ava-Canoeiro. Nessas visitas, palavras e expressões hospitalares foram traduzidas para línguas indígenas, com autorização das lideranças locais. O material está em fase de transcrição e será publicado com apoio da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da recém-criada Secretaria Estadual dos Povos Originários e Tradicionais. Além disso, o programa desenvolve ações voltadas para populações quilombolas em parceria com a diretoria de proteção aos quilombolas da mesma secretaria. Essas iniciativas refletem o compromisso do PDS em promover a interculturalidade, fortalecer a representatividade e garantir a equidade na saúde, respeitando a diversidade das populações atendidas no Tocantins.

TRANSFORMANDO DESAFIOS EM OPORTUNIDADES: ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA AMPLIFICAR A NOTIFICAÇÃO DE CASOS DE DENGUE EM UM HOSPITAL DE ENSINO

Rochele Mosmann Menezes, Caroline Alegransi, Anita Mota Oliveira, Paula Trevisan, Eliane Carlossso Krummenauer, Maitê Souza Magdalena, Jéssica Vieira, Marcelo Carneiro, Jane Dagmar Pollo Renner

A dengue é um desafio persistente para a saúde pública em muitas regiões do mundo, incluindo o Brasil, e no estado do Rio Grande do Sul, sua incidência tem gerado crescente preocupação, exigindo respostas eficazes de autoridades de saúde e instituições médicas. Nesse contexto, a notificação precisa e oportuna de casos de dengue é essencial para avaliar a carga da doença, identificar áreas de surto e implementar medidas de controle e prevenção. Este estudo analisou o número de casos suspeitos

e confirmados de dengue notificados em um hospital de ensino antes e após a implementação de estratégias para incrementar essas notificações, com base em um estudo intervencionista e retrospectivo realizado entre janeiro de 2021 e abril de 2024. A coleta de dados, conduzida pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) e pelo Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE), revelou que, nos anos de 2021, 2022, 2023 e no primeiro quadrimestre de 2024, foram registradas, respectivamente, 680, 295, 261 e 1157 notificações. O aumento significativo no início de 2024 decorreu de estratégias como educação continuada e sensibilização das equipes médicas e de enfermagem, além da integração entre o SCIH e o setor de informática, que resultou no desenvolvimento de um sistema inteligente de notificação no SoulMV. Esse sistema automatizou o envio de informações sobre testes prescritos para dengue, permitindo rastreamento de casos não notificados, e incluiu uma aba específica no sistema para listar atendimentos de interesse epidemiológico com base no CID-10. Comparando o total de notificações do triênio 2021-2023 (1236 notificações) com os quatro primeiros meses de 2024, que alcançaram 1157 notificações, observa-se um incremento de 86,57%, evidenciando a eficácia das estratégias implementadas. Essas iniciativas demonstram o impacto positivo no fortalecimento da vigilância epidemiológica, contribuindo para uma resposta mais eficiente no controle e prevenção da dengue, reforçando a importância de capacitar e incentivar os profissionais de saúde a realizar notificações precisas e oportunas.

ODONTOLOGIA INCLUSIVA: CUIDADOS PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA SAÚDE COLETIVA

Josimar Santorio da Silveira, Marcelo Ventura de Andrade, Thaina Soares Carvalho, Rogério Caldas, Rodrigo Resende

A odontologia para pacientes com necessidades especiais (PNE) é uma área essencial da saúde coletiva, voltada a garantir acesso e qualidade nos cuidados odontológicos para indivíduos com condições físicas, mentais e emocionais diversas. Esses pacientes frequentemente enfrentam barreiras significativas no acesso aos serviços de saúde bucal, como obstáculos arquitetônicos, falta de capacitação profissional, preconceitos e limitações financeiras, o que resulta em maior incidência de doenças dentárias, comprometimento da saúde geral e redução da qualidade de vida. A integração da odontologia para PNE aos serviços de saúde coletiva é crucial para oferecer cuidados abrangentes e contínuos, exigindo adaptações estruturais nas clínicas, capacitação contínua dos profissionais e a formulação de políticas públicas inclusivas. A capacitação especializada de cirurgiões-dentistas e suas equipes é fundamental para o manejo comportamental, o uso de tecnologias assistivas e a comunicação eficaz. Além disso, a infraestrutura deve ser acessível, com eliminação de barreiras arquitetônicas e disponibilização de equipamentos adequados. Programas comunitários de saúde bucal, focados em ações educativas, prevenção e tratamento, podem ampliar o alcance e a eficácia dos cuidados. Por fim, políticas públicas robustas, que incluam financiamento, incentivo à pesquisa e promoção de uma cultura de inclusão, são indispensáveis para assegurar que os serviços

odontológicos sejam acessíveis e equitativos. Ao superar as barreiras existentes e adotar estratégias inclusivas, é possível melhorar significativamente a saúde bucal e a qualidade de vida dos pacientes com necessidades especiais, consolidando a odontologia como um pilar essencial na promoção da equidade em saúde coletiva.

EXPLORANDO O TERRITÓRIO EM SAÚDE DE UNIDADE DE SAÚDE EM JOÃO PESSOA

Ana Beatriz Cavalcante De Oliveira, Aralinda Nogueira Pinto de Sá

A medicina preventiva e o cuidado integral centrado na pessoa são pilares fundamentais para uma prática médica resolutiva, que considera o território e seus fatores ambientais, sociais e econômicos, bem como o estilo de vida e o acesso à assistência, como determinantes do processo saúde-doença. Nesse contexto, cabe ao profissional conhecer o território em que atua, traçando um diagnóstico de saúde que atenda às reais necessidades locais. A territorialização permite compreender a dinâmica da comunidade, mapeando fatores de adoecimento e diagnósticos relacionados a aspectos históricos, sociais, epidemiológicos e sanitários. Este relato de experiência descreve a vivência acadêmica de estudantes de medicina na construção de um diagnóstico situacional em uma Unidade de Saúde da Família (USF), durante as aulas práticas do módulo Integração Ensino Serviço e Comunidade I (IESC I) na Afya Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, no período letivo de 2024.1. As aulas abordaram territorialização, determinantes sociais de saúde (DSS), medidas de prevenção e os princípios do SUS, direcionando os alunos a compreender a realidade local. Durante a atividade, os acadêmicos realizaram observações no território de uma comunidade dependente exclusivamente do SUS, identificando microáreas de risco relacionadas a fatores ambientais, como rios poluídos pelo descarte inadequado de lixo e pontes improvisadas, e fatores sociais, como insegurança devido ao tráfico de drogas e conflitos de facções. Essas condições agravaram o adoecimento, refletido na alta demanda por consultas médicas para doenças infecciosas, parasitárias e outras ligadas à pobreza. O diagnóstico evidenciou uma discrepância entre as necessidades da população e as ações preventivas desenvolvidas pela equipe de saúde da família (eSF), que deveriam contemplar uma visão ampliada do cuidado por meio de ações educativas e acompanhamento longitudinal, como puericultura, pré-natal, citologia, monitoramento de hipertensos, diabéticos e pessoas com transtornos mentais. Constatou-se a insuficiência das intervenções da USF, perpetuando iniquidades e destacando a necessidade de práticas educativas e de vigilância mais efetivas, que estimulem a autonomia e o controle social da comunidade. Assim, o estudo do território revelou-se essencial para a resolutividade na atenção primária à saúde, permitindo o planejamento de ações preventivas direcionadas às principais causas de adoecimento no território.

PROJETOS INTEGRADOS: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA RESIDÊNCIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Alice Pauli, Charles Albert Brandão, Deivid Silva Sampaio, Carolina Carneiro de Melo, Karoline Gonçalves, Jamilly Ferreira

O momento dos Projetos Integrados é um espaço dedicado ao planejamento, execução e avaliação de projetos, ações e atividades extra-muro, derivados da territorialização e das demandas das equipes de saúde e da comunidade, sendo desenvolvidos de forma interdisciplinar pela equipe de residentes, com apoio dos professores do curso. O objetivo desse espaço é promover o planejamento de ações em saúde de forma multiprofissional e interdisciplinar pelas/os residentes em Saúde da Família. O relato de experiência destaca que os encontros ocorrem semanalmente, com duração de três horas, no Centro de Saúde onde as/os residentes atuam, durante o horário de trabalho. Atualmente, nesse Centro de Saúde, localizado na região continental de Florianópolis (SC), estão em andamento seis projetos: Programa Saúde na Escola, Matriciamento, Mapeamento da Rede Intersetorial, Educação Permanente em Saúde, Conselho Local de Saúde e Cine Comunidade. Esses projetos envolvem residentes do primeiro e segundo ano da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Catarina, das áreas de Serviço Social, Educação Física e Nutrição. Alguns projetos encontram-se em fase de planejamento, enquanto outros estão em execução desde 2022. Entre os objetivos específicos destacam-se: planejar e implementar o Programa Saúde na Escola no território; criar um espaço de matriciamento no Centro de Saúde; mapear a rede intersetorial por meio de visitas institucionais; implantar um espaço de Educação Permanente para os profissionais; fomentar a participação popular no Conselho Local de Saúde; e promover espaços de reflexão com a comunidade, por meio do Cine Comunidade, abordando temas relacionados à saúde e à sociedade. Até o momento, observou-se que esse espaço tem contribuído significativamente para a concretização de práticas interdisciplinares e multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde, fortalecendo os princípios do Sistema Único de Saúde no atendimento à população usuária e desempenhando um papel essencial na formação profissional dos residentes da Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

IMPACTO DA MORTE POR SUICÍDIO NOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Michele Nunes Guerin, Luciane Prado Kantorski, Gabriella Bastos Ferreira

O suicídio, uma questão de saúde pública com aumento expressivo nos últimos dez anos (2010-2019), é um fenômeno complexo e multifatorial que abrange aspectos pessoais, sociais e diferentes áreas do conhecimento. O luto, por sua vez, é uma reação intensa à ruptura de um vínculo

afetivo, desencadeando sofrimento específico que pode incluir sintomas psíquicos e alterações nas relações sociais. No caso do suicídio, devido ao seu caráter repentino e violento, o luto é frequentemente marcado por sentimentos de culpa e autoacusação, exigindo grande esforço psíquico para ser elaborado. Por isso, a literatura denomina essas pessoas de “sobreviventes», uma vez que precisam ressignificar sua própria existência após a perda. O tabu e o estigma que cercam o suicídio influenciam diretamente a vivência do luto, podendo dificultar sua elaboração e simbolização. Entre os afetados pelo suicídio estão os profissionais da saúde, cujas experiências de luto muitas vezes não são reconhecidas devido à expectativa cultural de que continuem desempenhando suas funções, mesmo diante de perdas e sofrimento psíquico. Este resumo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada para dissertação de mestrado, cujo objetivo foi compreender as experiências de profissionais da saúde que se tornaram sobreviventes enlutados por suicídio após a perda de familiares, amigos ou pessoas significativas, considerando também perdas no contexto profissional. A coleta de dados ocorreu entre agosto e outubro de 2023 e incluiu dez entrevistas com profissionais de duas instituições hospitalares em Pelotas/RS, sendo nove mulheres e um homem. A análise dos dados foi realizada com base no Modelo Fenomenológico Empírico (MFE) de Amedeo Giorgi, adequado para compreender o fenômeno investigado. Os resultados apontaram incongruências na percepção da morte por suicídio, especialmente em casos envolvendo uso abusivo de medicação, refletindo negação e dificuldade de aceitação dessa realidade. Além disso, o impacto do suicídio muitas vezes se manifesta antes da morte, devido ao adoecimento ou comportamento de risco que antecede o ato, envolvendo os colegas no cuidado ao indivíduo e criando um ambiente de trabalho desfavorável. Conclui-se que é urgente uma maior atenção à saúde física e mental dos profissionais da saúde, para que tenham espaço para vivenciar suas experiências e lutos, além de prevenir futuros casos de suicídio entre esses profissionais.

O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: COMPARANDO DIRETRIZES EDUCACIONAIS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Caroline Alegransi, Tiago Antônio Heringer, Rochele Mosmann Menezes, Anita Mota Oliveira, Paula Trevisan, Cicero Décio Soares Grangeiro, Taiane Piccini Teixeira, Gizele Scotti do Canto, Lisiane Boer Possa

A Vigilância Sanitária (VISA) é um espaço institucional com raízes históricas que integra a Saúde Coletiva como campo de conhecimento e prática. Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a VISA foi reconhecida como uma política de saúde, com suas ações incorporadas às competências do SUS. Definida como um conjunto de ações destinadas a eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde, a VISA também busca intervir em problemas sanitários relacionados ao meio ambiente, à produção e circulação de bens e à prestação de serviços de interesse da saúde, incluindo o controle de bens de consumo em todas as suas etapas e o controle de serviços que afetam direta ou indiretamente a saúde. Nesse contexto, a participação do farmacêutico é essencial, devido às áreas privativas de fiscalização que, conforme a RDC nº 418/2020, foram recentemente classificadas como de alto grau de risco

sanitário. Este trabalho tem como objetivo relacionar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Farmácia com a atuação profissional, avaliando se a formação prepara adequadamente os farmacêuticos para as competências exigidas na VISA. Por meio de uma revisão qualitativa, utilizou-se como referência as DCN de 2017 e o guia “O Farmacêutico na Vigilância Sanitária”, elaborado pelo Conselho Federal de Farmácia em 2022, além de descritores como farmacêutico, vigilância em saúde e vigilância sanitária, buscando informações nas bibliotecas virtuais Scielo e Google Scholar. As DCN estão organizadas em três eixos: “Cuidado em Saúde”, “Tecnologia e Inovação em Saúde” e “Gestão em Saúde”, sendo que apenas o eixo “Tecnologia e Inovação em Saúde” destaca explicitamente a necessidade de formação voltada para fiscalização e gestão, visando garantir a qualidade de tecnologias, processos e serviços na área da saúde. Apesar da VISA ser uma área de atuação farmacêutica, com atribuições privativas em alguns casos, o tema recebe pouca atenção nas disciplinas do curso de Farmácia, assim como suas implicações na qualidade dos produtos e serviços farmacêuticos. A produção científica sobre a atuação do farmacêutico na VISA é escassa, o que reduz a visibilidade desse profissional, enquanto a formação ocorre muitas vezes de forma empírica, descontínua e assistemática. Diante disso, cabe às instituições de ensino refletirem sobre seus currículos, implementando ajustes necessários para preparar os futuros farmacêuticos para os desafios e as complexidades das atribuições cotidianas na área de Vigilância Sanitária.

OS DESAFIOS PARA A SAÚDE FRENTE AOS IMPACTOS DA CONTAMINAÇÃO MERCURIAL DA TERRA INDÍGENA KAYAPO

Alberto da Silva Amaral, Debora Suely do Espirito Santo Souza

O presente trabalho aborda os impactos socioambientais e os danos à saúde dos Mebêngôkre-Kayapó, que habitam a Terra Indígena Kayapó, localizada no sudeste do Pará, em decorrência da contaminação por mercúrio advinda do garimpo ilegal de ouro. Essa atividade contribui diretamente para a instabilidade sociocultural desses povos, uma vez que suas terras são devastadas pelo avanço do garimpo ilegal, especialmente na Terra Indígena Kayapó. O objetivo da pesquisa é analisar os impactos na saúde dos povos indígenas dessa região em função da contaminação mercurial. Metodologicamente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental para compreender e avaliar tais impactos. O mercúrio (Hg) é considerado um dos metais mais tóxicos devido à sua alta periculosidade e mobilidade em diferentes ecossistemas, sendo liberado no ambiente por fontes naturais ou ações antropogênicas. Esse metal circula entre a atmosfera, os oceanos e o solo, sofrendo transformações complexas. A exposição ao mercúrio representa sérios riscos à saúde humana: o consumo de peixes contaminados por metilmercúrio pode causar danos neurológicos, incluindo lesões no sistema nervoso central e atrasos no desenvolvimento infantil; a inalação de seus vapores pode provocar lesões pulmonares e respiratórias. Observou-se que a Terra Indígena Kayapó é uma das mais afetadas pelo garimpo ilegal na Amazônia, resultando na degradação dos rios e impactando diretamente a saúde

dos povos indígenas. Como país signatário da Convenção de Minamata, o Brasil tem a obrigação de adotar medidas eficazes para reduzir ou eliminar o uso de mercúrio, além de intensificar o controle de fronteiras, mapear as rotas de entrada de mercúrio ilegal e conduzir investigações judiciais para combater essas práticas.

PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA PESSOAS COM SOBREPESO E OBESIDADE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ACADEMIA DA SAÚDE EM BELO HORIZONTE (MG)

Henrique Soares Medeiros, Flavia Rocha Pedrosa de Oliveira, Gabriela de Sales Castro,
Artur Oliveira Mendes, Cristina dos Santos Silva

O excesso de peso é atualmente um dos maiores desafios para a saúde pública mundial, afetando mais de um bilhão de pessoas, conforme a Organização Mundial da Saúde. No Brasil, a situação também é preocupante: dados do Ministério da Saúde de 2019 indicam que 55,9% da população está acima do peso e 19,8% apresenta obesidade. Associado a doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes, problemas osteomusculares, doenças cardíacas e alguns tipos de câncer, o excesso de peso também impõe um alto custo ao Sistema Único de Saúde (SUS), que gastou R\$ 1,42 bilhão apenas com a obesidade em 2018. Combatê-lo exige uma abordagem abrangente que promova um estilo de vida saudável, sendo intervenções voltadas para a mudança de comportamento uma estratégia eficaz nesse contexto. Este projeto teve como objetivo proporcionar um ambiente de aprendizado, apoio, motivação e capacitação para que os participantes adotassem um estilo de vida saudável, alcançassem metas de perda de peso e promovessem saúde a longo prazo. A intervenção foi realizada com 19 indivíduos (16 mulheres e três homens, média de idade de 62,2 anos) de uma Academia da Saúde em Belo Horizonte/MG, inspirada no Instrutivo de Abordagem Coletiva para Manejo da Obesidade no SUS. Dividida em 8 encontros semanais de 90 minutos, a intervenção abordou causas, consequências e relações do excesso de peso com aspectos emocionais e sociais, indo além das tradicionais dietas e exercícios físicos. A atividade culminou em um festival gastronômico com pratos preparados pelos participantes. No primeiro, quarto e sétimo encontros, foram aferidos estatura, massa corporal e circunferência da cintura, e ao final os resultados demonstraram uma redução média de 2,60 kg no peso corporal e 4,92 cm na circunferência da cintura. Os participantes também relataram melhorias na qualidade de vida, bem-estar emocional, motivação, autoestima e responsabilidade em relação à saúde. A intervenção revelou-se promissora ao integrar aspectos comportamentais, emocionais e sociais do excesso de peso com práticas tradicionais, sugerindo ser uma abordagem complementar eficaz para o tratamento do sobrepeso e obesidade, promovendo mudanças sustentáveis de comportamento em longo prazo.

APLICAÇÃO DE METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO MÉDICA PARA CONSTRUÇÃO DE PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elidiane de Moura Moreira, Aralinda Nogueira Pinto de Sá, Nathalia Oliveira Pinto, Victor Gabriel Costa Campos de Azevedo Nery, Vanessa Lima do Nascimento, Érica Giovanna Mailho Ismael de Carvalho, Beatriz Amorim Attanázio, Cecília Fernanda Batista de Araujo, Mariana Souza Tavares

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma estratégia de cuidado integrativo voltada para o usuário, família e comunidade, caracterizando-se por adaptar condutas terapêuticas às singularidades e integralidade de cada indivíduo. Elaborado em colaboração entre profissionais de saúde e pacientes, o PTS busca atender às necessidades específicas de cada contexto. A utilização de metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL), na formação de estudantes de medicina representa um avanço na educação e prática médica, colocando o aluno como protagonista do processo de ensino-aprendizagem. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência de alunos do terceiro período de medicina na criação de um PTS utilizando a metodologia TBL, aplicada em três etapas: preparação individual, garantia de processo e aplicação de conceitos. Inicialmente, após aulas teóricas sobre o PTS, os alunos elaboraram um plano de cuidados a partir de uma situação-problema hipotética, garantindo a aprendizagem individual e em equipe por meio de discussões e testes cognitivos. Na etapa de aplicação prática, realizaram visitas a uma Unidade de Saúde da Família (USF), onde, com o auxílio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), conheceram pacientes e coletaram informações para elaboração de instrumentos de abordagem familiar, como genogramas e ecomapas. A partir dessas informações, estruturaram o PTS contemplando as etapas de diagnóstico, divisão de metas e responsabilidades, e reavaliação. O plano final foi discutido e entregue como proposta terapêutica singular para os pacientes e a USF. A experiência consolidou aprendizados teóricos e práticos, destacando impactos positivos na formação médica centrada no paciente, com ênfase no desenvolvimento de habilidades como comunicação, empatia e cuidado humanizado. Os resultados mostraram que metodologias ativas proporcionam aprendizado mais profundo e contextualizado, capacitando os alunos a integrar teoria e prática de forma eficaz, mesmo diante de desafios como a complexidade das situações familiares e sociais e a necessidade de colaboração com equipes multidisciplinares. O estudo concluiu que metodologias ativas são essenciais para o enfrentamento de problemas complexos no contexto clínico, despertando o raciocínio crítico e preparando os futuros médicos para superar as adversidades da prática e construir soluções colaborativas junto aos pacientes.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E A AUTOMASSAGEM CHINESA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM FACILITADOR

Calebe Brito Monteiro, Josenaide Engracia dos Santos, Daniela da Silva Rodrigues

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece, de forma integral e gratuita, 29 tipos de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), incluindo a automassagem chinesa, com o objetivo de promover saúde e integralidade no cuidado. Este estudo relata a experiência da prática de automassagem chinesa realizada em um projeto de extensão de uma universidade pública do Centro-Oeste, conduzido por um facilitador certificado em automassagem chinesa. Trata-se de um relato descritivo baseado na perspectiva do facilitador, que é discente da instituição e busca oferecer momentos de relaxamento e acolhimento aos usuários da comunidade acadêmica e de seu entorno. A prática ocorreu no laboratório de práticas corporais da universidade, durante três encontros semanais em novembro de 2023, cada um com duração de uma hora e participação majoritária de estudantes universitários, sem necessidade de inscrição prévia. A experiência foi estruturada em três momentos: 1) acolhimento dos participantes e acomodação no espaço, com ênfase na canalização dos pontos energéticos yin e yang, considerando a visão holística e a multidimensionalidade do ser humano; 2) estimulação de pontos energéticos conforme as demandas apresentadas pelos participantes, como dores nos ombros (ponto Jiangjing – Poço do ombro) e dores de cabeça (ponto Yintang – Terraço do sinal); 3) finalização com respiração consciente, orientações sobre o próximo encontro e acolhimento de possíveis demandas posteriores. A prática foi bem aceita pelos participantes devido à sua simplicidade e eficácia como técnica de autocuidado. Concluiu-se que a automassagem nos ambientes universitários oferece diversos benefícios, especialmente no que se refere ao autocuidado, mas também levanta reflexões sobre como ampliar o acesso a outros campi e espaços públicos, como praças, comunidades e Unidades Básicas de Saúde. Discutir e expandir a implementação de PICS contribui para aprofundar as reflexões sobre o papel das instituições de ensino na formação de profissionais com uma abordagem mais holística e humanizada, fortalecendo as propostas de práticas integrativas no Brasil.

O PAPEL DO TELEMONTITORAMENTO NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NA PANDEMIA DE COVID-19

Clara Silva Avellar Mascarenhas, Mirella Gionco Galvão da Silva, Maria Kátia Gomes, Carolina Gama Campbell, Mariana Cristina Ferreira, Amanda Pasti Pacheco, Rebeca Poubell Dourado Costa, Anderson Áthila Guedes da Silva, Maria Cynésia Medeiros de Barros

O projeto PET Interprofissionalidade/UFRJ, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação e a Secretaria Municipal de Saúde

do Rio de Janeiro, visa valorizar a formação profissional integrada ao trabalho nos serviços de saúde. Essa iniciativa estimula parcerias que ultrapassam o ambiente acadêmico, alinhando a formação dos estudantes aos preceitos do SUS e às necessidades da população. Durante a Pandemia de covid-19, o PET adaptou suas atividades extensionistas nas Clínicas da Família (CF) do município do Rio de Janeiro, envolvendo cinco cursos de saúde (Medicina, Odontologia, Enfermagem, Saúde Coletiva e Psicologia). Em uma unidade localizada na Penha, foi criada uma força-tarefa para o acompanhamento remoto da saúde dos usuários, utilizando o FormSUS e o Telemonitoramento (TL), ferramentas desenvolvidas em colaboração entre professores, equipes de saúde e estudantes. Esse processo demandou o desenvolvimento de competências, como treinamento em TL para manejo da covid-19, integração entre os profissionais e estudantes, organização de planilhas compartilhadas, sistematização de dados e priorização de atendimentos conforme risco. O TL foi essencial para evitar a aglomeração de usuários sintomáticos leves nas unidades de saúde, garantindo cuidado remoto e seguro. Os principais objetivos incluíram acompanhar a evolução clínica de pessoas com síndrome gripal por meio de contatos remotos, descrever casos com base em características sociodemográficas e integrar estudantes às equipes de saúde para discussões e busca ativa de pacientes. A Clínica Souza Neto, responsável por cerca de 4.232 usuários, foi o foco deste estudo, abrangendo 335 usuários com sintomas gripais atendidos entre março de 2020 e outubro de 2021. A média de idade foi de 39,75 anos ($DP = \pm 20,48$), com idades variando de 1 a 92 anos. Entre os participantes, 40,90% apresentavam comorbidades, das quais 26,87% eram hipertensos, 11,34% diabéticos e 4,18% tabagistas. A mortalidade foi maior entre os usuários com comorbidades (3,65%) em comparação com aqueles sem comorbidades (0,50%). O TL teve papel crucial na identificação de casos de síndrome gripal e covid-19, permitindo redirecionar a assistência no SUS, especialmente para grupos prioritários com doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. Essa prática marcou o início de um processo contínuo de aprimoramento no cuidado integral de usuários com doenças crônicas não transmissíveis, reforçando a importância de estratégias inovadoras e interprofissionais no enfrentamento de desafios em saúde pública.

PARTICIPAÇÃO DA ENFERMAGEM NA IMPLANTAÇÃO E ADESÃO AO PRÉ-NATAL DO PARCEIRO

Gleycimara Patrícia Mafrá de Oliveira, Márcia dos Santos Pereira, Livia Cozer Montenegro, Adriane de Carvalho Oliveira, Leydiane Andrade Ferreira, Isabela Silva Cancio Velloso, Carolina da Silva Caram

Na prática clínica, observa-se que, apesar do incentivo do Ministério da Saúde ao programa pré-natal do parceiro, criado em 2016, muitos homens ainda não se envolvem com o processo de gestação. Essa temática é relevante para a enfermagem no cuidado à saúde do homem, da mulher e do bebê, porém poucos estudos abordam diretamente a participação do enfermeiro na implantação do programa, o que compromete o reconhecimento do papel desses profissionais na adesão dos homens ao pré-natal do parceiro. Este estudo realizou uma revisão integrativa da literatura, com busca de produção científica entre 2016 e 2022, nas bases de dados BVS, LILACS e BDENF, utilizando os descritores “pré-natal”, “parceiro” e “enfermagem”, extraídos dos Descritores em Ciências da

Saúde (DeCS). A pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: de que forma se dá a participação da enfermagem na implantação e adesão ao pré-natal do parceiro? Foram selecionados 17 artigos para a amostra final, dos quais 36% eram estudos qualitativos, todos publicados por enfermeiros ou estudantes de enfermagem após a criação da política pública do pré-natal do parceiro; 94,12% dos estudos foram desenvolvidos após a implementação dessa política. Isso evidencia o esforço da enfermagem em refletir sobre o tema, acompanhando a evolução das políticas públicas. Contudo, a partir de 2021, houve uma redução na publicação de estudos sobre o tema, sem indícios claros da consolidação da implantação do pré-natal do parceiro nos serviços de saúde. Apesar de os enfermeiros serem os profissionais que mais discutem o tema, poucos estudos destacam diretamente sua contribuição para ampliar a adesão ao programa, apontando para a necessidade de novas pesquisas que deem visibilidade à atuação desses profissionais. Identificou-se que a participação dos enfermeiros ocorre na criação de protocolos, sistematização das consultas e implementação de ações que inserem o parceiro no cuidado pré-natal, estimulando-o a cuidar de si mesmo, do bebê e da mulher. Dessa forma, reforça-se a importância de os enfermeiros incentivarem a implantação do pré-natal do parceiro nos serviços de saúde, promovendo ações efetivas que estimulem sua presença e participação nesse contexto.

CAFÉ COM CONTEÚDO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC)

Alice Pauli, Charles Albert Brandão, Deivid Silva Sampaio, Carolina Carneiro de Melo, Karoline Gonçalves, Jamilly Ferreira

A Educação Permanente em Saúde é uma estratégia de aprendizagem no trabalho que promove análise crítica e qualifica a atuação profissional, resultando em serviços de maior qualidade às/aos usuárias/os do Sistema Único de Saúde (SUS). Com o objetivo de implantar um espaço de Educação Permanente, foi desenvolvido o projeto “Café com Conteúdo” em um Centro de Saúde de Florianópolis (SC). Iniciado em maio de 2023, os encontros ocorrem mensalmente no auditório do Centro de Saúde Novo Continente, no bairro Capoeiras, com duração de aproximadamente duas horas. A forma de exposição é definida pela pessoa responsável pela condução do tema, e os conteúdos são escolhidos com base em demandas observadas no cotidiano pelos profissionais residentes organizadores e nas sugestões trazidas pelas/os demais trabalhadoras/es da unidade. Os canais de comunicação incluem reuniões de equipe, uma caixa de sugestões na unidade e o próprio espaço do encontro. Entre os temas abordados destacam-se: atualização da lei de entrega voluntária à adoção; protocolo de atenção integral às pessoas em situação de violência sexual; fluxos e serviços do Ambulatório Trans de Florianópolis; abordagem não gordofóbica no cuidado de pessoas com sobrepeso e obesidade; matriciamento na atenção primária à saúde; características do autismo; e enfrentamento ao racismo. A participação tem sido majoritariamente composta por residentes

de diferentes Centros de Saúde do município. Até o momento, o projeto tem sido bem avaliado pelos profissionais, com relatos de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no dia a dia das unidades de saúde. Dessa forma, o “Café com Conteúdo” vem demonstrando efetividade em alcançar seu objetivo de promover Educação Permanente em Saúde.

NÚCLEOS DE SAÚDE NA ESCOLA E NA CRECHE COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO TERRITORIAL

Alexandre dos Santos Silva, Dilma Cupti de Medeiros, Edson Teixeira da Costa, Gilmara Valadão da Silva, Patricia de Oliveira Maia, Suely Kirzner, Rossana Helena Passos Espíndola, Denise Jardim de Almeida

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído nacionalmente em 2007, tem como objetivo promover a saúde e o desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino básico. No município do Rio de Janeiro, em 2015, foi criado o PSE Carioca, por meio da Resolução Conjunta SEGOV SMS SME SMDs Nº 01, com a inclusão da Secretaria de Assistência Social na gestão do programa, diferindo do modelo nacional. Este trabalho apresenta um modelo de gestão intersetorial em microterritórios heterogêneos, abordando o desafio da articulação entre diversos serviços. A gestão do programa conta com um Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M) formado por profissionais das secretarias de saúde, educação e assistência social, e é sustentada por dez Núcleos de Saúde na Escola e na Creche (NSECs), compostos por representantes das coordenadorias de saúde (CAP), educação (CRE) e assistência social (CAS). Os NSECs têm como atribuições apoiar o GTI-M no planejamento, monitoramento e avaliação do programa, além de estimular a interação local entre escolas e serviços de saúde e assistência social, descentralizando atividades e promovendo a saúde na escola. Também mapeiam equipamentos territoriais para acolhimento e atendimento integral à saúde da comunidade escolar e fortalecem a integração das ações do PSE Carioca com outras políticas públicas. Para superar os desafios da gestão, os NSECs realizam encontros com gestores de saúde, assistência social e educação, fortalecendo vínculos, discutindo casos, enfrentando vulnerabilidades e planejando ações conjuntas para a comunidade escolar. Os resultados incluem o aprimoramento das ações de promoção da saúde, formação e educação continuada dos profissionais, melhorias no registro e monitoramento das atividades e maior interação entre os atores do território. A divisão territorial em NSECs mostrou-se uma estratégia eficaz para lidar com a grande extensão territorial, densidade populacional e articulação intersetorial entre secretarias, permitindo uma atuação mais qualificada e ajustada às especificidades locais, promovendo benefícios concretos à comunidade escolar.

MAPEAMENTO DA REDE INTERSETORIAL EM SAÚDE: UMA EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Alice Pauli, Charles Albert Brandão, Deivid Silva Sampaio,
Carolina Carneiro de Melo, Karoline Gonçalves, Jamilly Ferreira

A intersectorialidade refere-se à articulação entre diferentes setores e ações que visam enfrentar as complexidades sociais, assegurando que indivíduos e comunidades sejam atendidos de forma integral, princípio fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS) e que deve orientar a prática cotidiana dos profissionais de saúde. Nesse contexto, durante a formação na Residência Multiprofissional em Saúde da Família, identificou-se a necessidade de conhecer e se aproximar dos equipamentos e serviços aos quais a população é encaminhada diariamente. O objetivo deste trabalho foi mapear a rede intersectorial de Florianópolis por meio de visitas institucionais, compreender o fluxo de encaminhamento dos usuários, estreitar vínculos com os profissionais que atuam nesses espaços e socializar as informações coletadas com outros profissionais de saúde. O levantamento das instituições governamentais e não governamentais municipais e estaduais responsáveis pela execução de diferentes políticas públicas foi o ponto de partida para a realização das visitas institucionais, iniciadas em maio de 2022 e ainda em andamento. Até o momento, foram realizadas quinze visitas abrangendo as áreas de Assistência Social, Saúde e Terceiro Setor. Essas visitas permitiram sistematizar informações como público-alvo, fluxo de acesso, atividades ofertadas e áreas de cobertura, organizando um quadro de acesso aos serviços. A socialização dessas informações facilita o acesso rápido às descrições e fluxos dos serviços, promovendo uma articulação mais eficiente entre os profissionais de saúde e a rede intersectorial. Essa integração potencializa o atendimento integral às/aos usuárias/os, indo além dos protocolos e encaminhamentos formalizados no sistema de informações de saúde. Por fim, a manutenção de uma rotina de visitas institucionais complementa o conhecimento sobre os serviços públicos disponíveis e fortalece as relações entre os profissionais que atuam na rede, contribuindo para um atendimento mais qualificado e humanizado.

GERÊNCIA DO CUIDADO EM SAÚDE E ENFERMAGEM: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO ENSINO-SERVIÇO EM UMA DISCIPLINA DE GRADUAÇÃO

Márcia Dos Santos Pereira, Isabela Silva Cancio Velloso, Carolina da Silva Caram, Carolina Galdino

A disciplina Gerência do Cuidado em Saúde e Enfermagem, parte integrante do currículo do curso de Enfermagem da UFMG, é ministrada no oitavo período e consolida, ao longo dos semestres, uma relação significativa com os serviços de saúde por meio do ensino clínico. Essa interação tem fomentado projetos de extensão, pesquisa e ensino, com a participação ativa de docentes, discentes e profissionais de saúde. Este texto problematiza o desenvolvimento da disciplina nas unidades

assistenciais que compõem a rede de serviços do SUS, onde os alunos realizam atividades práticas. O curso de Enfermagem da UFMG, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais, prevê uma carga horária mínima de 4005 horas distribuídas ao longo de cinco anos. No oitavo período, a disciplina oferece 90 horas, divididas igualmente entre atividades teóricas e práticas, estas últimas realizadas em unidades assistenciais do SUS. Seu objetivo é desenvolver nos alunos competências relacionadas ao conhecimento de modelos de atenção à saúde, compreensão de políticas e diretrizes financeiras, análise de situações conflituosas no contexto da gerência em saúde e a capacidade de gerenciamento em saúde e enfermagem. Sob supervisão docente, os trabalhos práticos em campo promovem autonomia estudantil, práticas reflexivas e criativas por parte dos professores, e contribuem para os processos administrativos e gerenciais dos serviços de saúde. Além disso, possibilitam a elaboração de projetos de médio e longo prazo que integram o ensino às práticas do trabalho do enfermeiro no SUS. Em contraponto aos modelos de formação predominantemente técnica, a disciplina valoriza a problematização de situações práticas, permitindo que os alunos analisem e proponham intervenções para problemas vivenciados, enquanto os professores exercem sua práxis docente de forma social e ética, fundamentada no diálogo. Essa abordagem defende a ampliação das atividades acadêmicas em unidades assistenciais do SUS, visando superar uma formação limitada às necessidades do mercado, que frequentemente reduz o ensino às dimensões técnicas e mecanicistas. Para tanto, os docentes devem estar preparados para lidar com situações reais e imprevisíveis que emergem nos campos de prática, utilizando essas vivências para construir conhecimentos e competências que norteiem a formação integral dos futuros enfermeiros.

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE: IMPORTÂNCIA E ATUAÇÃO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EM SAÚDE

Alice Pauli, Charles Albert Brandão, Deivid Silva Sampaio,
Carolina Carneiro de Melo, Karoline Goncalves, Jamilly Ferreira

O Conselho Local de Saúde (CLS) é um espaço de diálogo e participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando por meio do controle social. Este estudo teve como objetivo compartilhar a atuação do CLS em Florianópolis/SC durante o ano de 2022 e contribuir para a discussão sobre sua importância no controle social das políticas de saúde. A pesquisa utilizou análise documental das atas das sete reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho no período. Os apontamentos dos usuários destacaram problemas de saúde prioritários, a necessidade de maior divulgação sobre os serviços disponíveis na unidade de saúde e no território, a representação da população perante autoridades competentes e o fortalecimento do sistema de saúde como um recurso essencial para a população. O CLS promoveu debates que resultaram em conquistas significativas para a comunidade local. Conclui-se que a atuação do Conselho reafirma sua relevância como espaço de diálogo, garantindo serviços de saúde mais equitativos, acessíveis e de qualidade. A participação ativa da comunidade e o diálogo permanente entre as partes interessadas são fundamentais para melhorar o sistema de saúde e atender às necessidades e anseios da sociedade de forma plena e justa.

EFEITO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS EM PACIENTES COM MULTIMORBIDADES

Francisco Messias de Oliveira Júnior

A multimorbidade, definida como a presença de duas ou mais morbidades em um mesmo indivíduo, despertou maior interesse na comunidade científica apenas a partir dos anos 1990. Estimativas apontam uma prevalência variando entre 13% e 66%, colocando essa condição como um dos principais desafios para os sistemas de saúde. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que, em 2010, 808 milhões de pessoas (11,7% da população mundial) incorreram em gastos com saúde superiores a 10% do orçamento familiar, enquanto 179 milhões (2,6% da população mundial) ultrapassaram 25% de suas rendas familiares com despesas de saúde. No Brasil, entre 2007 e 2015, 25,6% da população apresentou gastos com saúde superiores a 10% do total das despesas ou rendas domiciliares. Embora a multimorbidade seja mais prevalente em faixas etárias avançadas, não é exclusividade desse grupo e está associada a maior mortalidade, redução da capacidade funcional, aumento da demanda por cuidados de saúde e maiores custos. Diante da necessidade de novas estratégias para auxiliar no tratamento de pacientes com câncer e outras comorbidades, este estudo realizou um estudo de caso com um paciente masculino, de 80 anos, praticante regular de exercícios físicos, diagnosticado com várias patologias clínicas, incluindo câncer de reto, tratado com quimioterapia e radioterapia. A autonomia funcional do paciente foi avaliada utilizando o protocolo do Grupo de Desenvolvimento Latino-Americano para a Maturidade (GDLAM) nos períodos pré-tratamento, durante o tratamento e pós-tratamento. Após seis meses de acompanhamento, observou-se que o paciente manteve suas funções autônomas diárias e apresentou melhora no desempenho em diversas atividades propostas. Os resultados indicam que a prática contínua de exercícios físicos contribuiu para preservar ou até melhorar o desempenho funcional durante todas as fases do tratamento. Isso possibilitou que o paciente mantivesse sua rotina diária sem perda de mobilidade ou necessidade de auxílio para atividades como caminhar, realizar refeições e higiene pessoal. A preservação da autonomia funcional reduz o risco de complicações secundárias, como aumento dos custos de tratamento e surgimento de doenças oportunistas, incluindo a depressão. No entanto, é fundamental avaliar individualmente cada caso para traçar estratégias adequadas e estabelecer parâmetros para a prescrição de exercícios, seja durante ou após o tratamento.

DESAFIOS DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NA GESTÃO DO CUIDADO DO ENFERMEIRO NO CONTEXTO HOSPITALAR

Kethlin Maia Mariano, Rúbia Oliveira do Nascimento, Márcia dos Santos Pereira, Carolina da Silva Caram, Isabela Silva Cancio Velloso

Diariamente, os enfermeiros enfrentam desafios significativos no processo de tomada de decisões relacionadas à gestão do cuidado de pacientes internados em unidades hospitalares. Essa tomada de

decisões, uma ferramenta gerencial central na prática profissional, é fundamental para oferecer uma assistência integral, ágil, humanizada e segura. Neste contexto, a presente reflexão aborda os desafios enfrentados por enfermeiros no exercício dessa gestão, com base em observações da prática profissional em unidades de internação de transplantes de células-tronco hematopoiéticas e em um hospital geral. A análise identificou que fatores como dimensionamento de pessoal insuficiente, descumprimento de protocolos assistenciais por médicos, ausência de prática colaborativa, modelo assistencial médico-centrado e múltiplas atribuições dos enfermeiros dificultam esse processo decisório. Conclui-se que, para superar esses desafios e ampliar a autonomia dos enfermeiros, é imprescindível implementar ações corretivas que incluam dimensionamento de pessoal adequado, incentivo à prática colaborativa, revisão do modelo assistencial, uso eficaz de protocolos assistenciais e melhorias na comunicação da equipe.

MATRICIAMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE TROCA DE CONHECIMENTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC)

Deivid da Silva Sampaio, Alice Pauli, Carolina Carneiro de Melo,
Charles Albert Brandão, Karoline Gonçalves, Jamilly Ferreira

O matriciamento é uma metodologia complementar de trabalho que utiliza mecanismos de referência e contrarreferência, além de protocolos, visando oferecer tanto retaguarda assistencial quanto suporte técnico-pedagógico às equipes de referência. Sua implementação é essencial para integrar as Equipes de Saúde da Família e a Equipe Multiprofissional, promovendo a compreensão de sua relevância na Atenção Primária à Saúde, especialmente na garantia da integralidade do atendimento. Este relato tem como objetivo descrever a implantação de um espaço de matriciamento no Centro de Saúde Novo Continente, em Florianópolis (SC). O projeto tem como público-alvo as/os profissionais de saúde do centro e foi estruturado com base em um levantamento bibliográfico realizado pelas/os Residentes Multiprofissionais em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Catarina. A partir da leitura e resenha de artigos selecionados, promoveu-se uma discussão coletiva sobre o tema, resultando na sistematização de um documento que fundamentou a proposta. Após a aprovação da criação do espaço de matriciamento, foi formado um grupo de trabalho para elaborar um roteiro, organizar a logística e garantir a participação das equipes envolvidas. Propôs-se a realização de encontros mensais com pelo menos um representante de cada categoria da Equipe Multiprofissional e de cada Equipe de Saúde da Família, em sessões de três horas, dedicando uma hora para cada equipe de referência. O espaço de matriciamento foi planejado para discutir casos novos e retornos de casos em andamento, com pauta previamente definida para permitir a preparação dos participantes por meio da leitura de prontuários. A apresentação dos casos complexos seguirá o roteiro elaborado pelo grupo de trabalho, assegurando que as informações necessárias sejam fornecidas para embasar as discussões e intervenções. Apesar das dificuldades impostas pelas agendas complexas dos profissionais, que impactam a periodicidade das

reuniões, o espaço tem se mostrado valioso. As trocas de conhecimentos, experiências e perspectivas entre os diversos núcleos profissionais enriquecem o projeto, possibilitando sua aplicação prática nos Centros de Saúde onde atuam as/os participantes. Até o momento, o projeto de Matriciamento tem alcançado seu objetivo principal, contribuindo para a melhoria da integração entre as equipes e a qualidade do atendimento prestado na Atenção Primária à Saúde.

ESQUIZOFRENIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS DISPARIDADES DE GÊNERO AO LONGO DE UMA DÉCADA

Isadora Pontello de Assis Maciel, Marcela de Assis Marquez, Fernanda de Assis Marquez

A esquizofrenia é um transtorno mental crônico caracterizado por sintomas cognitivos, emocionais e comportamentais que comprometem significativamente a funcionalidade do indivíduo ao longo da vida. Sua etiologia é multifatorial, influenciada por fatores como infecções virais, complicações gestacionais e durante o parto, condições socioeconômicas desfavoráveis e o uso de substâncias psicoativas. Diante da complexidade dessa doença e das variações em sua prevalência, este estudo tem como objetivo analisar e comparar a predominância da esquizofrenia entre os gêneros no Brasil ao longo dos últimos dez anos, visando compreender disparidades, otimizar diagnósticos e tratamentos e propor estratégias em saúde pública. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo baseado na análise de dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), abrangendo o período de 2014 a 2024. Foram analisadas taxas de mortalidade, óbitos e internações, considerando variáveis como faixa etária e sexo. Os resultados revelaram um total de 730.695 internações por esquizofrenia no Brasil, com 2.367 óbitos registrados, resultando em uma taxa de mortalidade de 0,32%. Observou-se um predomínio significativo do sexo masculino, representando 61% das internações (448.355 casos) em comparação ao sexo feminino (282.340 casos). Esse padrão também se repetiu nos óbitos, com 1.440 registros masculinos contra 927 femininos. A faixa etária mais afetada foi de 20 a 59 anos, destacando o impacto da esquizofrenia em adultos. Conclui-se que o perfil epidemiológico da esquizofrenia no Brasil é marcado pelo predomínio masculino em idade adulta, evidenciado pelos elevados números de internações e óbitos. É crucial implementar medidas de saúde pública que promovam diagnósticos precoces e reduzam as internações de adultos, além de fomentar estudos genéticos que aprimorem os tratamentos. Compreender a distribuição da esquizofrenia e suas disparidades é essencial para direcionar estratégias eficazes tanto no campo da saúde pública quanto na pesquisa científica, visando mitigar os impactos dessa condição na população brasileira.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: COMO EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA INTERSETORIAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC)

Deivid da Silva Sampaio, Alice Pauli, Carolina Carneiro de Melo,
Charles Albert Brandão, Karoline Gonçalves, Jamilly Ferreira

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação que busca promover a integralidade na formação de estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações permanentes de prevenção, promoção e atenção à saúde, articulando equipes de saúde e educação básica. No contexto do território de um Centro de Saúde na região continental de Florianópolis/SC, o programa foi executado como parte de um Projeto Integrado da Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em 4 de maio de 2023, ocorreu uma reunião com o coordenador da unidade de saúde para discutir as possibilidades do PSE e planejar estratégias. Durante o encontro, revisaram-se ações anteriores e a interlocução entre saúde e educação, resultando no compromisso de estabelecer contato com as diretorias das creches do território para compreender as demandas educacionais e agendar reuniões presenciais. A primeira reunião com representantes das instituições de ensino foi marcada pela escuta das experiências e demandas relacionadas ao PSE, culminando na criação de um Grupo de Escuta intersetorial, envolvendo Saúde, Educação, Assistência Social e Conselho Tutelar, para discussão de casos e planejamento de intervenções conjuntas, superando a lógica do encaminhamento. Também foi planejada uma ação de saúde mental, com rodas de conversa conduzidas por profissionais de Serviço Social e Psicologia, direcionadas às/os profissionais de educação, com periodicidade mensal, realizadas nas creches. Essas ações visam integrar o PSE à rotina da unidade de saúde, sendo incorporado às pautas fixas das reuniões de equipe. Em 23 de abril de 2024, foi realizada a primeira visita a uma creche do território, atendendo cerca de 80 crianças de 4 meses a 6 anos no turno da manhã, com a participação das equipes de Saúde da Família, Multiprofissional e Saúde Bucal, que realizaram testes de Snellen, avaliações nutricionais e de saúde bucal. O programa tem demonstrado avanços significativos na promoção de saúde e educação no território, consolidando-se como uma prática integrada e efetiva.

CAPACITAÇÃO SOBRE IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIAL DOADOR PEDIÁTRICO EM MORTE ENCEFÁLICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA EM UTI INFANTIL NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Maria Clara dos Santos Salgado, Bianca Mayana Ribeiro Reis, Raíssa Gabriele da Cruz Vieira,
Nicole Marques Silva, Suellen Victoria Viana Pereira Santana, Lucicleide Kubiczewski Goto,
Richard Lucas Maciel Santos, Monica Karla Vojta Miranda, Renê Silva Pimentel

A educação permanente na área da saúde desempenha um papel crucial no aprimoramento técnico das equipes e na melhoria do atendimento aos pacientes, sendo fundamental que as unidades

de saúde invistam na capacitação contínua para prevenir riscos e assegurar a continuidade e qualidade dos serviços. No contexto da assistência, o Sistema Nacional de Transplantes estabelece regras rigorosas para unidades habilitadas à captação de órgãos, incluindo a capacitação das equipes de terapia intensiva na suspeição de morte encefálica (ME) e no manejo desses casos. Este estudo descreve a experiência de acadêmicas de Enfermagem durante uma capacitação sobre o protocolo de morte encefálica e captação de órgãos, realizada em uma Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica no Hospital Regional do Baixo Amazonas, em Santarém, Pará. Trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa, baseado na vivência prática das alunas durante a disciplina de UTI Neonatal e Pediátrica. A capacitação, conduzida pela equipe multiprofissional da UTI Pediátrica, abordou temas como critérios e procedimentos para abertura do protocolo de ME, busca ativa de potenciais doadores, abordagem familiar, captação e transplante de órgãos, além de aspectos éticos e legais relacionados à doação. A formação destacou a importância da comunicação eficaz com as famílias e das técnicas de manutenção da estabilidade hemodinâmica dos potenciais doadores, enfatizando a autonomia da enfermagem nesse processo. Como resultado, as acadêmicas e os profissionais de saúde envolvidos aprimoraram seu entendimento sobre a rede de captação de órgãos no estado e sobre a atuação necessária diante da suspeição de ME. A capacitação também proporcionou o compartilhamento de conhecimentos entre os profissionais do setor e as alunas, reforçando a importância da educação permanente para o desenvolvimento de habilidades críticas à prática da enfermagem. Conclui-se que experiências como essa são essenciais para a formação de profissionais de saúde mais preparados, éticos e tecnicamente competentes, garantindo um atendimento de excelência a pacientes e suas famílias, ao mesmo tempo em que fortalecem a rede de transplantes por meio do investimento em capacitação contínua e recursos adequados.

CONSTRUINDO UM ESPAÇO DE DEBATES EM TORNO DA EDUCAÇÃO POPULAR E DAS PRÁTICAS DE INTERPROFISSIONALIDADE EM SAÚDE

Andreia Soares de Araújo, Felipe Marques da Silva, Pedro José Santos Carneiro Cruz,
Danilo Fernandes Costa, Franklin Delano Soares Forte, Renata Pekelman

O projeto de extensão “Práticas de Educação Popular integradas à pesquisa e à construção de territórios saudáveis e sustentáveis” visa fortalecer processos de formação e mobilização social para aprimorar as ações sociais e políticas de diferentes atores. Desde 2020, em parceria com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) e o Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o projeto desenvolve atividades baseadas na Educação Popular (EP). Este resumo aborda o I Simpósio de Educação Popular e Práticas de Interprofissionalidade em Saúde, realizado em 9 de março de 2024, em parceria com o Programa de Extensão e Pesquisa “Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica” (PINAB) da UFPB. O evento, realizado online pelo Google Meet, contou

com dois turnos de atividades síncronas. Pela manhã, discutiu-se o tema “Princípios e Metodologias da Interprofissionalidade em Saúde”, enquanto, à tarde, foram compartilhadas experiências interprofissionais na construção democrática das unidades básicas de saúde do SUS. Cada sessão foi estruturada em três etapas: recepção acolhedora, com atividades de alongamento, música de relaxamento e autocuidado; compartilhamento de reflexões por dialogistas convidados; e abertura para discussões com os participantes. Reunindo 36 pessoas de 14 estados brasileiros, entre estudantes, membros de comunidades, movimentos sociais, professores e trabalhadores da saúde, o simpósio proporcionou uma rica troca de saberes e práticas. Apesar dos desafios de conexão e condições climáticas, o evento destacou maneiras práticas de implementar a interprofissionalidade, partilhando experiências que demonstraram resultados efetivos e boas práticas no cotidiano dos serviços. Além de promover habilidades crítico-sociais e protagonismo, o simpósio evidenciou o papel da pedagogia crítica da EP no fortalecimento da interprofissionalidade, agregando contornos metodológicos que potencializam sua aplicação nos serviços de saúde. A atividade ressaltou a importância de novos encontros e reflexões sobre a interlocução entre interprofissionalidade e educação popular, estimulando práticas inovadoras, especialmente na Atenção Primária à Saúde, e contribuindo para ações mais efetivas no âmbito do SUS.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE ACERCA DA DENGUE E COVID EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luísa Cristina Jank, Djenyfer Kassandra de Godoi, Isabella Amaral Breidenbach, Jamily Rabuske, Maria Denise Schimith, Alessandra Marin Santini

Este trabalho relata uma atividade de educação em saúde realizada em uma Unidade de Saúde da Família (USF), estruturada como uma “sala de espera” para usuários(as) enquanto aguardavam consultas e exames. A ação teve como objetivo esclarecer dúvidas sobre as principais diferenças entre a dengue e a covid, orientando sobre quando procurar atendimento especializado. A atividade foi desenvolvida por acadêmicas de enfermagem, sob a orientação de uma docente e uma técnica administrativa em educação enfermeira, durante uma disciplina prática em uma USF no município de Santa Maria. A escolha do tema surgiu a partir de relatos dos profissionais da unidade, que identificaram dúvidas recorrentes dos(as) usuários(as) sobre a dengue, cujos sintomas são frequentemente confundidos com os da covid. Para abordar o tema, criou-se uma dinâmica utilizando um quadro de isopor dividido entre “dengue” e “covid”. Figuras e frases relacionadas aos sintomas, causas, medicamentos, formas de tratamento, prevenção e sinais de alarme foram recortadas e utilizadas para interação com os(as) participantes. Durante a atividade, uma acadêmica fantasiou-se de mosquito transmissor da dengue para atrair a atenção, enquanto as demais liam as frases, permitindo que os(as) usuários(as) associassem o conteúdo à doença correta. As respostas eram corrigidas quando necessário, acompanhadas de explicações relevantes. A experiência contribuiu para ampliar o entendimento da comunidade sobre

as duas doenças, possibilitando que os(as) usuários(as) identificassem sintomas que poderiam ser tratados em domicílio, reduzindo a demanda desnecessária nos serviços de saúde e otimizando o atendimento de casos que necessitam de atenção especializada. A atividade destacou o papel educativo do(a) enfermeiro(a) e o impacto positivo de estratégias lúdicas para engajar a população e facilitar a aprendizagem. Conclui-se que ferramentas como atividades lúdicas e educativas são fundamentais nos serviços de saúde, especialmente em situações emergentes, como a dengue, que representa um desafio de saúde pública no Brasil. Além disso, ações desse tipo promovem o uso assertivo e em tempo adequado dos serviços de saúde, reduzindo impactos derivados do desconhecimento da população.

RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DE AÇÃO REALIZADA COM A COMUNIDADE PRIVADA DE LIBERDADE DE SANTA MARIA

Jamily Rabuske, Djenyfer Kassandra de Godoi, Isabella Amaral Breidenbach,
Luísa Cristina Jank, Maria Denise Schimith, Alessandra Marin Santini

O trabalho aborda uma atividade de campanha de vacinação realizada em uma penitenciária, promovida pela disciplina de Enfermagem na Atenção Básica do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria. A iniciativa destaca-se por assegurar a promoção da saúde pública e a garantia dos direitos humanos básicos às pessoas privadas de liberdade, além de enriquecer a formação das acadêmicas ao proporcionar vivências em diferentes cenários de atuação e desafios enfrentados pelos enfermeiros(as). O principal objetivo foi relatar as experiências de acadêmicas de enfermagem na campanha de vacinação contra a influenza para detentos da Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM). O estudo, de natureza descritiva e caracterizado como relato de experiência, enfatiza a relevância de inserir futuros profissionais em variados contextos, ampliando sua formação acadêmica. Inicialmente, foi apresentada ao grupo de acadêmicas a oportunidade de participar da campanha em parceria com os servidores municipais de saúde, prontamente aceita, dada a possibilidade de adquirir experiência prática, ampliar conhecimentos, vivenciar diferentes realidades e promover a equidade defendida pelo Sistema Único de Saúde. Em seguida, ocorreu o deslocamento à penitenciária, onde se iniciou o preparo das vacinas, assegurando sua correta aspiração e refrigeração. Durante o turno da manhã, foram aplicadas vacinas contra a influenza em aproximadamente 500 detentos. A experiência contribuiu significativamente para o aperfeiçoamento técnico das acadêmicas, possibilitando o aprendizado sobre a aspiração e aplicação de vacinas, bem como a inserção em um novo contexto de atuação, compreendendo a dinâmica do território prisional, sua organização e as medidas de segurança para os profissionais. Além disso, a atividade garantiu o acesso à saúde aos detentos, estimulando reflexões sobre a importância da promoção integral da saúde na comunidade prisional e a necessidade de ampliar a participação de acadêmicos(as) nesses ambientes, fortalecendo ações voltadas à reinserção social. Ao final, as estudantes perceberam a vulnerabilidade e os desafios enfrentados para assegurar uma saúde integral e de qualidade aos detentos, considerando barreiras

ao tratamento contínuo e à manutenção de hábitos saudáveis. Ressalta-se, portanto, a importância de ações longitudinais e contínuas, para além de campanhas pontuais, com a inserção de acadêmicos(as) na rotina dos profissionais de saúde em presídios, contribuindo tanto para a saúde dos apenados quanto para a formação qualificada de futuros enfermeiros(as).

A HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Maria Clara dos Santos Salgado, Rosana Soares Lisboa Silva, Gabriel Lima de Andrade, Gisela de Matos Maciel, Bianca de Andrade Lima, Thaís Pereira Trindade, Sabrina Pereira Santos, Danielly Lima Clauss, Fabiane Corrêa do Nascimento

A violência doméstica, caracterizada como uma ação baseada no gênero, pode causar sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral, patrimonial e até levar ao óbito, configurando-se como um grave problema de saúde pública e de direitos humanos. No Brasil, com a promulgação da Lei Maria da Penha, a saúde passou a integrar a rede de assistência e enfrentamento da violência contra as mulheres, que frequentemente buscam os serviços de saúde em decorrência de problemas como infecções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, sofrimento mental, transtornos alimentares e uso abusivo de álcool e drogas. Nesse contexto, os profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, desempenham um papel crucial na identificação da violência e na assistência às vítimas, promovendo segurança e atendimento integral. Este estudo, uma revisão descritiva da literatura realizada entre abril de 2021 e dezembro de 2023 nas bases SciELO e LILACS, analisou 14 artigos que atenderam aos critérios de inclusão e buscou descrever a assistência humanizada da enfermagem a mulheres vítimas de violência doméstica. Os resultados apontaram que o primeiro atendimento geralmente ocorre em Unidades de Pronto Atendimento ou na Estratégia de Saúde da Família, com enfermeiros oferecendo assistência humanizada por meio de avaliação física (identificando sinais como cefaleia, dores musculares, emagrecimento, lesões, medo, isolamento e depressão), escuta ativa e encaminhamento para serviços especializados. Além disso, os enfermeiros orientam as vítimas sobre seus direitos, a importância da denúncia e os recursos disponíveis, como delegacias especializadas e núcleos de apoio assistencial, considerando a vulnerabilidade e o desamparo das mulheres nessas situações. Contudo, o estudo destacou desafios, como a falta de preparo e capacitação dos profissionais de saúde, dificultando a identificação dos casos e resultando, em algumas situações, em uma postura fria e desumanizada. Dessa forma, a pesquisa evidenciou a relevância da humanização na assistência de enfermagem, destacando que a atuação acolhedora e eficiente desse profissional é essencial para garantir à mulher vítima de violência o direito à saúde integral, promovendo confiança, conforto e segurança.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE COM DOMÍNIO CLÍNICO PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Djenyfer Kassandra de Godói, Isabella Amaral Breidenbach, Jamily Rabuske,
Luísa Cristina Jank, Maria Denise Schimith, Alessandra Marin Santini

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2017 ressalta a importância da integração ensino-serviço-comunidade, criando espaços formativos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) que reúnem acadêmicos, pós-graduandos e residentes. Essa integração facilita a inserção dos profissionais em formação na realidade dos usuários desses serviços, promovendo o desenvolvimento de raciocínio e domínio clínico alinhados às necessidades da população atendida, bem como o uso consciente dos recursos disponíveis. Um domínio clínico efetivo vai além das queixas apresentadas, abrangendo a realidade socioeconômica, as condições de moradia, a rede de apoio dos usuários e os recursos institucionais, a fim de determinar condutas e prescrições mais coerentes e resolutivas. Este estudo tem como objetivo principal identificar as características que os profissionais atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS) devem apresentar diante do cenário em que trabalham e analisar como a falta de domínio clínico impacta negativamente na saúde da população atendida. A reflexão descritiva realizada evidencia que práticas desprovidas de domínio clínico apropriado comprometem a resolutividade do serviço, a adesão às orientações e geram insegurança nos usuários, que, ao não encontrarem escuta qualificada nem solução para suas queixas, passam a desacreditar no sistema público de saúde. Profissionais com domínio clínico na APS devem apresentar competências técnicas e científicas em medicina geral e de família, conhecimento das diretrizes e práticas em saúde, habilidades de comunicação e criação de vínculo com usuários e equipes, capacidade de decisão baseada em evidências, sensibilidade cultural, conhecimento territorial, empatia e resiliência frente ao estresse. Contudo, a realidade da APS frequentemente contrasta com esse perfil ideal, apresentando profissionais que desconhecem o território em que atuam, não se integram às equipes multidisciplinares, seguem estruturas verticais de trabalho e não dominam as diretrizes e práticas da atenção à saúde da família ou os serviços e insumos oferecidos pelo SUS. Esse descompasso prejudica a qualidade do atendimento na APS, evidenciando que a formação de profissionais de saúde precisa estar alinhada à realidade dos serviços e às demandas da população. Somente com o desenvolvimento de habilidades compatíveis com a APS será possível oferecer uma atenção primária integral, eficiente e humanizada, que atenda efetivamente às necessidades da população.

CONHECIMENTO DE ENFERMEIROS ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Letícia Alves de Sousa, Edite Beatriz Alves Santos, Renata Clemente dos Santos Rodrigues, Tamires Paula
Gomes Medeiros, Kalyne Araújo Bezerra, Igor de Sousa Nóbrega, Vitoria Hellen da Silva Amarante,
Nayara Thayse de Sousa Oliveira, Lindemberg Arruda Barbosa

A violência contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública que compromete o bem-estar biopsicossocial e pode ocorrer de diversas formas. De acordo com o

Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), o enfermeiro é responsável pelo gerenciamento do cuidado e desempenha o papel de articulador no desenvolvimento de estratégias para enfrentar a violência contra esse grupo vulnerável. Para um acolhimento assertivo e uma abordagem integral, é essencial que os profissionais de enfermagem tenham conhecimento sobre estratégias de identificação de violência no atendimento a crianças e adolescentes. Este estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento de enfermeiros sobre a abordagem a crianças e adolescentes vítimas de violência. Foi realizado um estudo quase experimental, de natureza quantitativa, com 44 enfermeiros, utilizando uma intervenção por meio de um vídeo explicativo e a aplicação de questionários pré e pós-intervenção para medir a eficácia da abordagem. Os dados foram analisados com o software Statistical Package for the Social Science (SPSS), utilizando estatística descritiva e inferencial (Teste de Wilcoxon para amostras pareadas e Teste de Correlação de Spearman). No questionário pré-intervenção, foram coletados dados sociodemográficos e informações sobre o conhecimento e as práticas profissionais relacionadas ao cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento/Faculdade de Ciências Médicas sob o parecer n.º 3.159.668/2019. Os resultados mostraram que a maioria dos participantes nunca havia recebido treinamento ou capacitação (31; 70,5%), embora tivessem conhecimento sobre a ficha de notificação compulsória de violência interpessoal (29; 65,9%), que não estava disponível no local de trabalho para muitos deles (29; 65,9%) e raramente era preenchida (39; 88,6%). Os achados evidenciam um déficit na capacitação dos profissionais de enfermagem, indicando a necessidade de educação continuada voltada para a identificação de sinais físicos e comportamentais de violência e para o acolhimento humanizado das vítimas e suas famílias. Esse acolhimento deve ser realizado de maneira biopsicossocial, visando minimizar e prevenir agravos na saúde dos indivíduos afetados.

O CUIDADO DE ENFERMAGEM ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO: REVISÃO INTEGRATIVA

Rosane dos Santos Batista, Edimara Oliveira de Jesus, Naiana Damasceno Nogueira,
Silvio de Jesus Cruz, Emília Mattos Marques

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define aborto como a interrupção da gravidez entre a 20ª e 22ª semana de gestação, com o feto pesando menos de 500 g ou medindo menos de 16,5 cm. No Brasil, o aborto é considerado crime, salvo em três situações específicas: quando a gravidez é resultado de estupro, quando representa risco à vida da gestante ou em casos de anencefalia. Apesar da ilegalidade, evidências mostram que o aborto continua sendo um evento recorrente na vida das mulheres, configurando um sério problema de saúde pública. A constância dos casos, a gravidade das complicações e seu impacto social tornam o tema alvo de estudos e debates, especialmente na área da Enfermagem, com foco na melhoria da assistência e do acolhimento durante o abortamento. Este estudo aborda os desafios éticos e bioéticos enfrentados por profissionais no atendimento a mulheres em situação de abortamento, um dos maiores problemas de saúde pública do país, ocupando o quarto lugar entre as causas de morte materna. Trata-se de uma revisão integrativa de abordagem qualitativa, baseada em dez artigos que atenderam

aos critérios de inclusão e responderam à pergunta de revisão. A análise revelou que a assistência é majoritariamente técnica, voltada para a solução de problemas físicos, mas reflete fortemente as concepções morais, religiosas e culturais dos profissionais, além das restrições legais. A influência de conceitos religiosos, como a percepção do aborto como pecado, resulta na criminalização, censura e julgamento das mulheres, especialmente em casos de aborto induzido, mesmo quando permitido por lei. Essa perspectiva moralista afeta negativamente o cuidado, criando uma diferenciação entre o tratamento do aborto espontâneo e do induzido, sendo o último frequentemente associado à punição e estigmatização. A assistência frequentemente se dissocia da humanização, tornando o atendimento ineficaz e prejudicando o vínculo entre paciente e profissional. Tal prática contraria os princípios das políticas de saúde, ainda que os próprios profissionais reconheçam a importância de um atendimento digno e humano, independentemente da causa do aborto. Os conflitos vivenciados pelos profissionais são diversos, com a assistência ao abortamento frequentemente confrontando valores pessoais, culturais, religiosos e os preceitos éticos da profissão. O tema, reconhecidamente bioético, ultrapassa o campo jurídico e reflete diretamente na qualidade da assistência prestada. Além disso, muitos profissionais recorrem à objeção de consciência para não prestar assistência a mulheres em abortamento. Essa postura pode caracterizar discriminação institucional e limitar a cidadania das mulheres, negando-lhes autonomia e dignidade humana. Tal prática também fere os quatro princípios fundamentais da bioética: não maleficência, beneficência, justiça e autonomia. O estudo evidencia a necessidade de superar esses desafios, promovendo uma assistência que equilibre a técnica e a humanização, respeitando os direitos das mulheres e os princípios éticos da profissão.

FISIOTERAPIA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA – AÇÃO OUTUBRO ROSA

Ingrid Schmidt Gonçalves, Celina Vargas Meira, Daniela Vieira Reichel,
Yasmin dos Santos Borges, Roqueli Matos de Oliveira

A presença da equipe multidisciplinar na atenção primária à saúde garante a qualificação do serviço oferecido, com a fisioterapia desempenhando um papel relevante em ações coletivas, ampliando o alcance da população e fortalecendo estratégias de promoção da saúde. Durante o evento do Dia D Outubro Rosa, realizado nas unidades de saúde da família do município, os fisioterapeutas conduziram salas de espera direcionadas às mulheres que aguardavam consultas ou acessavam os serviços. O tema abordado foi a incontinência urinária, uma demanda frequentemente levantada em consultas com as equipes de saúde. Foram utilizados panfletos ilustrativos, orientações educativas sobre alterações miccionais e um protocolo inicial de exercícios. Durante as atividades, as fisioterapeutas explicaram fatores de risco, causas, consequências, prevenção e tratamento, além de esclarecerem dúvidas e orientarem sobre os exercícios íntimos. A ação alcançou aproximadamente 150 mulheres, qualificando o serviço ao informar um público que, em sua maioria, desconhecia os conteúdos apresentados. A integralidade, como princípio do SUS, foi fortalecida ao oferecer um atendimento abrangente, integrando a promoção do autocuidado a serviços como mamografia e CP. A abordagem

simples e natural facilitou a criação de vínculos entre a equipe e as usuárias, desmistificando tabus, como a percepção da perda urinária como algo normal. Embora a iniciativa não substitua consultas individuais, ela proporcionou acesso à saúde para pessoas que dificilmente chegariam ao consultório. A presença do fisioterapeuta na atenção básica demonstrou ser essencial, alcançando as usuárias antes mesmo de apresentarem queixas, promovendo prevenção e saúde. A atuação coletiva nas salas de espera extrapolou o espaço do consultório, somando-se à importância do tratamento na atenção secundária e fortalecendo a rede de saúde, cujo principal beneficiário é o usuário do SUS.

CARTOGRAFIA DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SÃO PAULO

Camila Aleixo de Campos Avarca, Larissa Maria Bragagnolo, Guilherme Ávila Salgado,
Mariana Fonseca Paes, Luís Fernando Nogueira Tofani, Mariana Alves Melo,
Cristian Fabiano Guimarães, Rosemarie Andreazza

A busca pela garantia do direito universal à saúde, de forma equânime e integral, exige melhorias no acesso e na qualidade do cuidado oferecido nos diferentes serviços de saúde, especialmente os especializados. Nesse contexto, em agosto de 2023, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou a Política Nacional da Atenção Especializada (PNAES), que estabelece diretrizes, dimensões e eixos estruturantes, sem definir um padrão único de tecnologias de gestão, cuidado ou modelagem de serviços. Essa abordagem permite que a PNAES se adapte às singularidades e heterogeneidades das diversas regiões de saúde do Brasil, funcionando como um plano comum que se molda às especificidades locais. Para realizar um diagnóstico situacional multidimensional da Atenção Especializada em Saúde (AES) no Brasil, está em andamento a pesquisa intitulada *Cartografia da Atenção Especializada no Brasil: PNAES*, um estudo qualitativo e multicêntrico desenvolvido em parceria com a Secretaria de Atenção Especializada (SAES) do Ministério da Saúde (MS), o Conass e o Conasems, por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre o MS-SAES e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Em São Paulo, a estratégia metodológica incluiu uma cartografia imersiva em uma macrorregião da Rede Regional de Atenção à Saúde (RRAS), permitindo a análise da AES em movimento por meio das perspectivas de diferentes atores dos serviços de saúde regionais. Como resultados preliminares, destacam-se quatro eixos analíticos principais: (a) “Regulação no quente”, que abrange estratégias de regulação realizadas em tempo real e nas bordas dos sistemas; (b) a relação entre rede ensino-serviço e formação médica, abordando o impacto da formação profissional, o papel da universidade e a integração pesquisa-ensino-extensão junto aos municípios; (c) o conceito de regionalização solidária, sintetizado pela expressão “Sem camaradagem não existe o SUS”; e (d) o papel das Organizações Sociais de Saúde (OSS) e das instituições filantrópicas, considerando a lógica de mercado e financiamento na AES. A pesquisa segue em fase de análise, integrando dados qualitativos e quantitativos para explorar aspectos como autonomia e (in)suficiência da rede, com a expectativa de revelar novos resultados e aprofundar as discussões.

PROMOVENDO SAÚDE E JUSTIÇA: ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Júlia Gabriel Silva, Cindy Menezes Silva, Henrique Salles Rodrigues, Guilherme Emanuel Weiss Pinheiro

A persistente desigualdade no acesso à saúde pela população negra reflete disparidades socioeconômicas e raciais históricas. Barreiras como a falta de infraestrutura em áreas marginalizadas e a discriminação institucional limitam o acesso a cuidados de qualidade, ampliando as disparidades e aprofundando as desigualdades entre grupos étnicos. Nesse contexto, o projeto *Práticas de educação permanente em saúde no contexto de comunidades remanescentes de quilombo* foi iniciado em outubro de 2023, com ações voltadas para promover o acesso integral à saúde dessa população. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) Rural Genézio Carvalho, localizada em São Miguel Velho, interior de Restinga Seca, é o foco inicial do projeto. A primeira reunião teve como objetivo compreender, de forma sensível e completa, as experiências e desafios enfrentados pela equipe de saúde no cuidado à comunidade quilombola. Utilizando um relato de experiência, a visita realizada em abril de 2024 empregou a matriz SWOT para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da equipe de saúde em relação à comunidade atendida. Os resultados destacaram a matriz SWOT como uma ferramenta valiosa, promovendo maior transparência entre os profissionais e permitindo uma abordagem mais eficaz e empática. Com base nas discussões, foram delineados planos de ação, incluindo oficinas de dança e rodas de conversa voltadas a mulheres negras, identificadas como grupo prioritário devido à sua vulnerabilidade no acesso à saúde. A visita possibilitou uma visão sistêmica dos serviços prestados e das necessidades da comunidade, permitindo a formulação de iniciativas direcionadas e eficazes. O projeto visa não apenas promover um acesso mais equitativo à saúde, mas também fortalecer os laços comunitários e capacitar os profissionais a se tornarem agentes de mudança. Essa é apenas a primeira etapa de uma jornada contínua em busca de equidade e justiça na saúde para todos.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camile da Silva Martins, Cenir Gonçalves Tier

O Programa Institucional “UNIPAMPA Cidadã” promove ações voltadas à cidadania e solidariedade, configurando-se como uma atividade curricular de extensão nos cursos de graduação, com o objetivo de atender às necessidades da comunidade e proporcionar aos discentes experiências em novos cenários. Conforme a Resolução nº 317/2021 e o registro 2023.EX.UR.2123 do curso de Enfermagem, as ações devem ser realizadas por meio de trabalhos comunitários, preferencialmente em locais que atendam grupos sociais vulneráveis. Para cumprir a carga horária exigida de 100 horas, foi

escolhida a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) “Lar São José”, localizada em Itaqui-RS, na região oeste do Rio Grande do Sul. Este relato tem como objetivo apresentar as atividades de extensão desenvolvidas na ILPI e destacar sua importância para a formação pessoal e profissional da discente envolvida. As atividades foram realizadas diariamente nos turnos da manhã e tarde, entre 23/12/2023 e 06/01/2024, abrangendo 39 indivíduos, sendo 25 pessoas idosas e 14 funcionários. Dentre as ações executadas, destacaram-se o auxílio na higiene pessoal, como banhos, cortes de unhas, troca de fraldas e vestimentas, contribuindo diretamente para o bem-estar e a saúde dos residentes. Além disso, foi prestado apoio à locomoção interna e externa, especialmente para aqueles com mobilidade reduzida, incluindo transporte para outros locais quando necessário. As atividades também envolveram suporte na alimentação, administração de medicamentos, organização de documentos e do ambiente, além de atender outras demandas da equipe da instituição. Um dos aspectos mais relevantes foi o exercício do acolhimento, da atenção e do diálogo, promovendo um cuidado humanizado e singular para os residentes do Lar. Essa experiência contribuiu significativamente para a formação pessoal da discente, reforçando a valorização da vida, da saúde e da autonomia nas atividades diárias. Ademais, possibilitou a desconstrução de preconceitos sobre as Instituições de Longa Permanência, reconhecendo-as como espaços de apoio e assistência para as pessoas idosas e suas famílias. No âmbito profissional, a experiência evidenciou a importância do cuidado humanizado e do respeito às particularidades individuais, ampliando a percepção sobre a qualidade de vida e o bem-estar físico e mental dos idosos. Assim, a vivência de atividades de extensão voltadas para a cidadania revela-se essencial para a formação integral dos discentes, permitindo-lhes aplicar o acolhimento e a humanização desde a graduação. A extensão universitária, portanto, constitui um pilar fundamental na formação pessoal e profissional, impactando diretamente os futuros serviços de saúde e a qualidade dos cuidados prestados.

JANELA DA SAÚDE: CAMINHOS PARA O CUIDADO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Iolanda Nogueira de Sousa, Adriana Brendler Romano de Oliveira,
Mílène Guimarães Gama Assis, Mariana Azevedo Mascarenhas de Sousa

O texto apresenta o relato de experiência do Curso de Especialização em Saúde Pública (CESP), na sua 5ª edição, destacando a estratégia pedagógica intitulada “Janela da Saúde», concebida como um espaço de ampliação de perspectivas e aprendizagem significativa para os discentes. Inspirando-se em Rubens Alves, que afirmou que “sem a educação das sensibilidades, todas as habilidades são tolas e sem sentido», a proposta convida técnicos de áreas específicas da saúde para compartilhar experiências contextualizadas com a realidade dos serviços, promovendo a articulação entre teoria e prática e fomentando discussões sobre temas éticos, sociais e políticos relacionados à saúde. Esse espaço busca consolidar estratégias aplicáveis a situações reais e significativas, propondo soluções efetivas para os desafios da formação de trabalhadores e aproximando-os da complexidade dos serviços de saúde, contribuindo para a formação de sanitaristas mais críticos e preparados. Além disso, o projeto oferece oportunidades para implementar linhas de cuidado voltadas às demandas e necessidades do SUS-BA. Durante os encontros presenciais ao

longo dos módulos, são discutidos temas transversais, como violência, questões étnico-raciais e de gênero, de forma sistemática e contínua, utilizando metodologias ativas que estimulam a troca de experiências, a mediação de conflitos e o aprendizado mútuo. Na primeira edição, a “Janela da Saúde» abordou o tema “Caminhos para o cuidado às pessoas em situação de violência sexual como problema de saúde pública», incentivando os discentes a se posicionarem como agentes transformadores dessa realidade. A estratégia enfatiza a importância de compreender a violência sexual, identificar sinais de alerta precocemente e atuar de maneira eficaz, considerando os tempos biológicos e psicológicos envolvidos no cuidado, com vistas à prevenção de doenças e danos emocionais. Como resultado esperado, busca-se formar profissionais mais sensíveis à causa e mais engajados no enfrentamento deste e de outros problemas sociais que impactam a saúde da população.

CUIDANDO ATRAVÉS DA ARTE NA ATENÇÃO PÚBLICA À SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEMPORÂNEO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Camila Ribeiro de Oliveira, Mariana Tavares Cavalcanti Liberato

O presente trabalho compartilha os resultados de uma pesquisa de mestrado realizada entre 2022 e 2023 em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Fortaleza-CE, configurada como uma pesquisa-intervenção cartográfica com base na análise institucional francesa. Inserida no Programa Pasárgada - Promoção de Arte, Saúde e Garantia de Direitos, vinculado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), a pesquisa teve como objetivo geral investigar as possibilidades do cuidado com arte na atenção psicossocial em tempos de crise da reforma psiquiátrica. Motivada pelo impacto do neoliberalismo no Brasil e pelo fortalecimento da manicomialização na saúde mental pública, a investigação buscou refletir sobre os desafios e os horizontes possíveis para o uso da arte nesse contexto. Entre os objetivos específicos estavam: discutir a crise da reforma psiquiátrica e seus efeitos no cuidado pela arte; cartografar práticas de cuidado artístico em um CAPS de Fortaleza; e analisar os efeitos da arte na produção de saúde e modos de existência, a partir das perspectivas de usuários e profissionais. A pesquisa utilizou dispositivos como entrevistas semiestruturadas, atividades de sala de espera, rodas de conversa, momentos de restituição e acompanhamento de atividades artísticas, com observação participante e diários de campo. A análise, fundamentada na análise de implicação e na interseccionalidade, revelou as forças que atravessam as práticas de cuidado artístico no cenário atual da atenção psicossocial em Fortaleza. O diálogo teórico incluiu a esquizoanálise, a análise institucional, os princípios da reforma psiquiátrica e autores alinhados aos estudos decoloniais. Os resultados apontaram entraves como escassez de recursos, ausência de políticas públicas voltadas à arte e desinvestimento no coletivo, mas também destacaram as potencialidades da arte para o cuidado psicossocial. Foram mapeadas três principais possibilidades: a arte como dispositivo que potencializa a ação dos trabalhadores da saúde mental; como estratégia de fortalecimento de encontros; e como agente de uma dimensão inventiva

do trabalho em saúde mental. A pesquisa conclui pela necessidade de investir no fortalecimento do cuidado pela arte na atenção psicossocial, visando resistir aos desafios contemporâneos e atualizar suas práticas. Agradecimentos à CAPES pelo financiamento concedido.

A GESTÃO DE PESQUISA EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS BRASILEIROS

Graciele de Matia, Nen Nalú Alves das Mercês, Aida Maris Peres, Leonardo Pires de Souza, Rita tracz

Apresentação: O processo de gestão de pesquisas em Hospitais Universitários Federais (HUFs) vem se mostrando um desafio e para fazer gestão destes, é indispensável, visto as necessidades a serem supridas, com tecnologias, pensadas de forma abrangente e, com a formulação e implementação de estratégias diversas, além da organização do trabalho, mobilizando recursos que precisam ser adequadamente combinados entre si; sejam ele, profissionais ou de equipamentos. O objetivo deste estudo foi identificar as forças que impactam a gestão de pesquisa na Rede Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). **Desenvolvimento do trabalho:** A pesquisa possui caráter exploratório-descritivo e qualitativo. A coleta de informações foi realizada, no segundo semestre de 2022 através do Grupo Focal (GF) on-line, com a organização dos dados por meio da metodologia conhecida como FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), com ênfase neste recorte nas forças. O modelo de coleta e análise de dados proposto se apresenta em analogia ao referencial do Planejamento Estratégico, mais especificamente à análise FOFA. Teve como questão de pesquisa “Quais as forças impactam a gestão de pesquisa em HUFs gerenciados pela Ebserh?” Participaram da pesquisa 4 (quatro) profissionais atuantes na gestão de pesquisas da Ebserh Sede, 100% dos profissionais atuantes na área de pesquisa na administração central em Brasília. Os profissionais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), responderam um questionário de dados sociodemográficos e participaram de um encontro de GF on-line, através da Plataforma Teams. Neste trabalho são apontadas perspectivas trazidas pelos gestores. **Resultados:** Em relação às forças, destaca-se: A quantidade de hospitais presente em todo o território nacional, possui uma vasta capilaridade com unidades em grandes centros, mas também nos municípios do interior. A Ebserh é uma empresa pública, além de ser a maior rede responsável pela assistência hospitalar em média e alta complexidade no Serviço Único de Saúde (SUS), sem nenhum outro serviço que venha a concorrer para tal; com 41 HUFs ligados em rede, dispondo de um número alto de especialidades, que representam o pilar de assistência, ensino, pesquisa e extensão de 33 Universidades Federais. Há uma administração central que faz a gerência e articulação com os hospitais. **Considerações finais:** Com isso, foi possível apontar que os gestores têm uma visão abrangente sobre os diversos aspectos da rede, para fins de melhora, de manutenção dos serviços oferecidos pela instituição e da necessidade de desenvolvimento e refinamento da estratégia de gestão para as pesquisas no âmbito da Ebserh, além da capacidade dos serviços oferecidos pelos HUFs da rede, potencializando as ações de forma coordenada, sendo possível se fortalecer como Rede.

A PRODUÇÃO DO CUIDADO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PESSOAS TRANSEXUAIS EM NÍVEL SECUNDÁRIO: A EXPERIÊNCIA DO AMBULATÓRIO IDENTIDADE- HUPE/ PPC/UERJ

Tamires Marinho Caldas, Juliana Gouvea Talon Soares, Carolina Brito, Márcia Cristina Brasil Santos

A produção de cuidado e assistência à saúde de pessoas transexuais de forma qualificada e respeitosa é uma pauta urgente na agenda dos serviços de saúde. Em oposição à histórica patologização psiquiátrica da transexualidade e buscando a integralidade do cuidado, foi inaugurado, em 2022, o ambulatório de transdiversidade IDENTIDADE, vinculado ao Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e à Policlínica Piquet Carneiro (PPC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O debate sobre transexualidade insere-se na discussão conceitual de gênero, distinguindo-o do conceito de sexo. Enquanto o sexo se refere aos aspectos físicos e biológicos, o gênero é uma construção social que define papéis, comportamentos e performances, muitas vezes dentro de um viés binário e cisheteronormativo. Pessoas transexuais, cuja identidade de gênero diverge do sexo atribuído ao nascimento, frequentemente enfrentam múltiplas formas de violência, incluindo transfobia institucional nos serviços de saúde. Historicamente, as políticas de saúde tiveram papel central nas práticas voltadas para pessoas transexuais, embora muitas vezes reforçassem análises que classificavam a transexualidade como patologia psiquiátrica. A inclusão desse público nas políticas públicas começou a ganhar força com a pandemia de HIV/AIDS, que trouxe visibilidade à comunidade LGBTQIA+ e impulsionou movimentos sociais a demandar direitos e políticas específicas. Exemplos dessas políticas incluem o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011) e o Processo Transexualizador do SUS (2008, ampliado em 2018). O ambulatório IDENTIDADE foi criado com a perspectiva de promoção e assistência integral à saúde das pessoas transexuais em nível secundário. Oferece acompanhamento clínico, pré e pós-operatório, além de suporte para hormonização. Sua equipe interdisciplinar abrange profissionais de diversas áreas, como Serviço Social, Endocrinologia, Ginecologia, Urologia, Psiquiatria, Psicologia, Nutrição, Enfermagem e muitas outras, além de contar com estagiários e residentes, consolidando-se também como espaço de formação e qualificação profissional. O ambulatório fornece ainda assessoria e consultoria aos serviços de saúde da rede. O IDENTIDADE tem se destacado como um espaço essencial de produção de cuidado e assistência à saúde para pessoas transexuais no Rio de Janeiro, promovendo um serviço qualificado que visa à saúde integral e ao respeito à diversidade, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo.

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA ESCALA INNOVSAFE CARE PARA O BRASIL

Luciene Muniz Braga, Margareth Cristina de Almeida Gomes, Pedro Paulo do Prado-Junior, Mara Rubia Maciel Cardoso do Prado, Talita Prado Simão Miranda, Luana Vieira Toledo, Andreia Gomes, Andréia Guerra Siman, Equipe HAINNOPREV

O presente estudo teve como objetivo adaptar a “Escala INNOVSAFE CARE para a prevenção e controle de infecções associadas aos cuidados de saúde em estudantes do curso de licenciatura em enfermagem” para o contexto brasileiro. Trata-se de um estudo metodológico de adaptação transcultural de uma escala originalmente em português europeu, realizado por meio de um comitê de especialistas que analisaram as equivalências culturais, semântico-idiomática e conceituais. Participaram 32 especialistas, entre enfermeiros e professores, com experiência clínica, no ensino e/ou na pesquisa sobre Infecções Relacionadas à Assistência de Saúde (IRAS), selecionados a partir de informações disponíveis nos sites de Instituições de Ensino Superior e na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Índice de Validade de Conteúdo (IVC) foi utilizado para avaliação da concordância entre os especialistas, sendo considerado aceitável um mínimo de 0,80. Foram seguidos os preceitos éticos para pesquisa com seres humanos, com aprovação pelo parecer 6.253.243. Durante a adaptação transcultural, 13 especialistas sugeriram adequações na gramática e no vocabulário, incluindo a substituição de termos como “equipa” por “equipe”, “doente” por “paciente”, “infecção” por “infecção”, “alastramento” por “transmissão”, “controle” por “controle”, “salas de tratamento” por “enfermaria”, “área clínica” por “salas de atendimento de saúde”, “diligentemente” por “cuidadosamente” e a sigla “IACS” por “IRAS”. O instrumento apresentou um IVC superior a 0,90 para a maioria dos itens, indicando clareza, pertinência e relevância. Concluiu-se que a escala adaptada para o Brasil manteve bons índices de equivalência semântica, idiomática, conceitual e cultural, semelhantes à sua versão original, estando em processo de análise a validade externa, a equivalência de mensuração e a reprodutibilidade.

CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM SOBRE PREVENÇÃO DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA DE SAÚDE: PERCEPÇÕES DOS ENFERMEIROS

Luciene Muniz Braga, Talita Prado Simão Miranda, Luana Vieira Toledo, Pedro Paulo do Prado-Junior, Mara Rubia Maciel Cardoso, Andréia Guerra Siman, Andreia Gomes, Rodrigo Siqueira Batista, Equipe HAINNOPREV

O presente estudo teve como objetivo compreender as percepções de enfermeiros sobre o conhecimento dos estudantes de enfermagem em relação à prevenção de infecções relacionadas à assistência de saúde. Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou a técnica de grupo focal para coleta

de dados, envolvendo nove enfermeiros assistenciais com, no mínimo, seis meses de atuação em um hospital de ensino. As entrevistas do grupo focal foram gravadas, transcritas integralmente no programa Word for Windows e submetidas à análise temática, com o devido cumprimento dos aspectos éticos para pesquisas com seres humanos (parecer: 6.253.243). Entre os resultados, destacou-se a categoria “Lacunas na formação acadêmica”, emergida da percepção dos enfermeiros sobre a insuficiência de conhecimento dos estudantes em conteúdos relacionados às infecções associadas à assistência de saúde. Como sugestões, os enfermeiros recomendaram a inclusão explícita, nas disciplinas da graduação, de critérios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para diagnóstico dessas infecções, a criação de uma disciplina específica sobre o tema, evitando que o conteúdo permaneça apenas como transversal às demais disciplinas, e a utilização do serviço de controle de infecção hospitalar como campo de estágio no último ano do curso. Concluiu-se que existem lacunas significativas na formação dos estudantes de enfermagem, limitando seus conhecimentos durante as aulas práticas e estágios hospitalares, sendo necessário aprimorar o ensino sobre infecções relacionadas à assistência de saúde para melhor prepará-los para a prática profissional.

EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES EXTENSIONISTAS DA ÁREA DA SAÚDE EM UMA REGIÃO INSULAR DA REGIÃO AMAZÔNICA

Igor de Souza Carvalho, Rayelly Cristina de Sousa Azevedo, Mariana da Silva Serrão,
Brenda Letícia Castro de Oliveira, Nádile Juliane Costa de Castro

A região amazônica, com suas vastas áreas insulares, abriga comunidades ribeirinhas cuja rica herança cultural e estilo de vida estão profundamente conectados ao meio ambiente, mas que enfrentam desafios relacionados ao fortalecimento de sua identidade cultural e autonomia. Nesse contexto, a extensão universitária surge como uma proposta de formação inclusiva, integrando experiências compartilhadas para promover a saúde, valorizar a identidade cultural das populações ribeirinhas e contribuir para a formação de estudantes. A interação entre ensino e comunidade, sob a ótica da educação, permite um aprendizado significativo e aplicado, beneficiando tanto a comunidade quanto os estudantes ao integrar o conhecimento acadêmico com práticas comunitárias reais. Este relato de experiência, realizado em abril de 2024, teve como objetivo relatar vivências extensionistas sobre a identidade de populações ribeirinhas por meio do conjunto imagético construído a partir de desenhos de crianças ribeirinhas. Trata-se de um estudo descritivo vinculado a um projeto de extensão universitária voltado para equidade e saúde. As atividades revelaram o fortalecimento da identidade cultural das populações, com crianças expressando entusiasmo ao retratar suas vivências cotidianas por meio de desenhos que destacaram os arredores de suas casas, animais locais e amplo conhecimento sobre a fauna e flora da região. Atividades colaborativas, como o desenho de uma árvore com folhas secas, aprofundaram a conexão cultural. Entretanto, algumas influências externas foram observadas, como a menção a frutas não nativas. Relatos de enchentes e a presença de animais peçonhentos também influenciaram as obras das crianças, evidenciando aspectos do

cotidiano local. O projeto não apenas reforçou a valorização cultural e a resiliência das comunidades, mas também promoveu o desenvolvimento de habilidades de empatia e compreensão intercultural entre os estudantes, destacando a relevância da extensão universitária para o desenvolvimento inclusivo. Conclui-se que, além de fortalecer a conexão das populações ribeirinhas com seu ambiente e cultura, o projeto ampliou o conhecimento científico sobre autocuidado e saúde ambiental, contribuindo para melhorias na qualidade de vida das comunidades e na formação integral dos futuros profissionais da saúde.

(DES)HUMANIZAÇÃO NO ACESSO/ATENDIMENTO AO SUS: TRILHANDO CAMINHOS COM OS LUTOS E LUTAS DAS MÃES PRETAS

Ariane Silva Carvalho, Heloisa Ivone da Silva de Carvalho,
Maria Angelica Carvalho Andrade, Rita de Cassia Duarte Lima

Os corpos femininos pretos ainda são cercados por mitos que os desumanizam e reforçam estereótipos como “precisam de menos anestesia”, “são mais fortes” e “mais resistentes à dor”. Esses discursos, frutos da colonialidade, racismo, machismo e patriarcado, são construções sociais oriundas do período da escravização no Brasil, perpetuadas e naturalizadas na sociedade brasileira. Em contrapartida, mulheres brancas, historicamente consideradas “delicadas”, “frágeis” e dignas de cuidado e proteção, têm recebido atendimentos mais humanizados. Este estudo propõe problematizar as vivências de mães pretas durante o luto, refletindo sobre relações étnico-raciais e ancestrais, bem como os impactos desses acontecimentos, permitindo-nos ser afetados por tais signos. Para essas mulheres, a morte de seus filhos, jovens negros, não é apenas uma tragédia pessoal, mas um símbolo de uma inversão da ordem natural da vida. A dor das mães negras, frequentemente chefes de família e responsáveis pelo sustento econômico, educacional, social e político, é amplificada por essas perdas, que representam o impacto do racismo estrutural. A pesquisa seguiu uma abordagem bibliográfica com levantamento no banco de dados da CAPES, entre 2017 e 2022, abrangendo os períodos pré, durante e pós-pandemia da COVID-19. Utilizando descritores como saúde-cuidado, mães-negras e humanização na saúde, foram identificadas 311.726 dissertações e teses. Na área de saúde coletiva, foram encontradas 372 teses de doutorado, mas nenhuma mencionava “mães negras” no título. Quanto à categoria “humanização na saúde”, houve 894.949 dissertações e teses, sendo 146 teses de doutorado, porém também sem títulos relacionados à “humanização”. Esses resultados expõem uma lacuna preocupante na produção acadêmica sobre a saúde e o cuidado de mães negras, especialmente aquelas enlutadas pelo extermínio de seus filhos. Levantam-se questões sobre a persistência do epistemicídio, a desqualificação dos saberes de povos subjugados e os efeitos do racismo estrutural e estruturante, evidenciando a indigência cultural e a exclusão do acesso à saúde pública equitativa e de qualidade. Além disso, o apagamento das histórias e memórias da população negra reflete mecanismos contínuos de deslegitimação. Como conclusão, compreende-se que mães da juventude negra e periférica são especialmente vulneráveis a adoecimentos mentais

decorrentes dessas perdas violentas. Diante da ausência de acolhimento e respostas do estado, essas mães organizam, por iniciativa própria, redes de cuidados e autocuidados que oferecem suporte mútuo, permitindo-lhes encontrar forças para lutar por justiça e pela redução da violência que ameaça seus filhos. Ressalta-se a necessidade urgente de refletir e implementar políticas públicas humanizadas que contemplem a interseção entre raça, gênero, territórios e maternidades negras, promovendo ações concretas de acolhimento e equidade.

ATIVIDADE EXTENSIONISTA SOBRE OS PERIGOS DA BANALIZAÇÃO DA AUTOMEDICAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aryane Maria Claudino de Oliveira Rocha, Yasmin Barbosa Cardoso, Alaís Fernanda Vicente de Lima, Luiz Artur Ferreira de Albuquerque, Mariana Andréia Lisboa Duarte Delmoní, Wcleriston Renan Silva de Araújo, Ana Paula Rebelo Aquino Rodrigues

A automedicação é um problema que interfere diretamente na vida das pessoas, podendo causar dependência química, reações adversas e até mesmo a morte. A banalização dessa prática reflete um efeito dominó impulsionado por fatores como a dificuldade de acesso à assistência básica em saúde, a ineficiência nos diagnósticos médicos e a falta de informação. Para conscientizar, minimizar e prevenir os riscos associados, é essencial capacitar a sociedade por meio da educação como estratégia de promoção à saúde. Com esse propósito, o trabalho descreve a experiência de extensionistas do Projeto de Extensão Vigilância e Tecnologias em Saúde (VIGITECS), vinculado à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), em uma ação de educação em saúde realizada em uma Unidade de Saúde em Maceió. O estudo, do tipo relato de experiência, abordou a crescente prática da automedicação observada na literatura e no cotidiano, com a produção de um material educativo em formato de panfleto, baseado em evidências científicas, sobre os perigos dessa prática. Durante a atividade, os usuários da unidade foram orientados sobre os riscos da automedicação e alternativas para aliviar dores sem o uso indiscriminado de medicamentos, como bolsas quentes, chás naturais e massagens. A abordagem simples e clara permitiu esclarecer dúvidas e destacar os perigos do uso de medicamentos sem acompanhamento profissional, evidenciando a necessidade de maior acesso à informação e a importância de discutir temas tão relevantes para a saúde. No decorrer da ação, os extensionistas criaram um ambiente propício para socializar o conhecimento e apoiar a unidade de saúde, reforçando o papel das ações extensionistas na promoção da saúde e prevenção de doenças. Por fim, a parceria com o VIGITECS possibilitou a realização de uma atividade educativa que desmistificou o senso comum sobre o uso de medicamentos, promovendo o uso consciente e responsável de fármacos com orientação profissional.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E REALIDADE BRASILEIRA

Erika Laiany Lima, João Victor Araújo do Nascimento, Pedro José Santos Carneiro Cruz, José Carlos da Silva

O Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira é uma iniciativa que promove análises, reflexões e diálogos entre educadores populares em saúde de diferentes contextos do país sobre a realidade brasileira, com foco especial na saúde. Desde sua criação em 2021, durante a pandemia de Covid-19 e em um cenário marcado por retrocessos civilizatórios, negacionismo científico, atos antidemocráticos e políticas ultraneoliberais, o Observatório busca qualificar e ampliar as práticas de educação popular em saúde nos territórios e fortalecer a democracia. Institucionalmente vinculado ao Programa de Extensão e Pesquisa “Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica” (PINAB) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o projeto reúne trabalhadores da saúde, conselheiros, estudantes, docentes, lideranças comunitárias e protagonistas de movimentos sociais de todos os estados brasileiros. Atualmente, conta com 3.300 inscritos e uma média de 100 a 120 participantes nos encontros bimestrais, realizados por meio do Google Meet e YouTube, com divulgação por e-mail e WhatsApp. Encontros extraordinários também ocorrem conforme demandas temáticas. Os participantes que cumprem 75% da carga horária anual recebem certificados. Entre os temas debatidos estão: “Controle Social e a participação popular em saúde no SUS: novos horizontes, novas agendas e novos modos de fazer”, “Cuidado, Violências e o papel da Educação Popular em Saúde”, “Direitos, diversidade e lutas sociais das Travestis e Transsexuais no cuidado em Saúde”, “Soberania Alimentar e Nutricional e os Territórios Saudáveis e Sustentáveis na reconstrução da Nação e da Democracia Brasileira” e “Contribuições da Comunicação em Saúde e da Participação da Comunidade no controle da dengue”. O Observatório tem se consolidado como um espaço vital de comunicação e integração, fortalecendo as lutas de diversos atores em saúde e potencializando ações conjuntas que promovem práticas sociais transformadoras, especialmente na Atenção Primária à Saúde. A troca de saberes e a articulação entre diferentes atores sociais empoderam comunidades, difundem práticas e estratégias inclusivas e impulsionam a construção de experiências participativas e integrais de saúde.

TECENDO REDES DE CUIDADO NO APOIO ÀS PESSOAS COM DORES CRÔNICAS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE EM JOÃO PESSOA (PB)

Lara Albuquerque Freitas, Sara Albuquerque Freitas, Evelyn Lais Lopes de Sousa Martins,
Maria Lais Soares Monteiro, Érika Laiany Lima, Felipe Marques da Silva,
Andreia Soares de Araújo, Pedro José Santos Carneiro Cruz

Este trabalho tem como objetivo descrever uma experiência de Educação Popular em Saúde (EPS) desenvolvida pelo Programa de Pesquisa e Extensão “Práticas Integradas de Promoção da

Saúde e Nutrição na Atenção Básica” (PINAB), vinculado ao Departamento de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e realizado no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa-PB. Atuando nas comunidades Jardim Itabaiana, Pedra Branca e Boa Esperança, o PINAB foca em três áreas principais: apoio à saúde comunitária, cuidado a pessoas com dores crônicas e promoção do relaxamento e bem-estar. Em parceria com a Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Saúde e lideranças locais, busca-se criar redes de apoio social e fortalecer espaços de cuidado comunitário. No Grupo de Apoio às Pessoas com Dores Crônicas, encontros semanais acontecem às sextas-feiras, das 14h às 16h, no Salão Comunitário da Igreja São Lucas, reunindo uma equipe composta por dois professores coordenadores, 11 estudantes de extensão e um facilitador comunitário residente na área, além de moradores convidados pela equipe ou pelas lideranças locais. As atividades são organizadas em três momentos: acolhida, com meditação guiada, músicas relaxantes, exercícios de respiração e alongamento; discussão em grupo, abordando desafios e estratégias para lidar com a saúde; e práticas integrativas, como reflexologia podal, ventosaterapia, auriculoterapia e escalda-pés, realizadas por estudantes de extensão ou agentes comunitários. A iniciativa visa promover o cuidado integral a indivíduos com dores crônicas, utilizando práticas populares e integrativas, com uma abordagem ético-política e pedagógica orientada pela EPS. Os participantes destacam o impacto positivo do grupo na criação de redes de apoio mútuo, que fortalecem tanto o cuidado individual quanto comunitário. Alguns moradores, inspirados pelo projeto, buscaram formação em práticas integrativas para também oferecer cuidados à comunidade. Esses resultados evidenciam o fortalecimento e a ampliação do impacto das práticas integrativas na região, promovendo saúde e qualidade de vida. Além disso, as experiências constituem oportunidades de aprendizado para estudantes e membros do grupo, fomentando redes de apoio social, momentos de diálogo, troca de conhecimentos e construção colaborativa de caminhos para o cuidado.

CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS NOS TERRITÓRIOS: DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS

Paloma König Baldissera, Amanda Somavilla Cechin, Carmem Lúcia Colomé Beck

O cadastramento das famílias é uma atividade essencial realizada principalmente pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) na Atenção Primária à Saúde (APS), permitindo maior vínculo entre a população e os profissionais das unidades de saúde. Essa prática é fundamental para o diagnóstico situacional em saúde, auxiliando no planejamento e organização de estratégias de promoção e prevenção de agravos e doenças de acordo com as necessidades locais. Este relato de experiência descreve a realização de cadastramentos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, destacando sua importância para a formação profissional e a melhoria da atenção à saúde no território. Durante as atividades práticas da disciplina de Enfermagem e Vigilância em Saúde, acadêmicas do 4º semestre da Universidade Federal de Santa Maria aplicaram questionários em duas etapas: inicialmente, cadastrando os domicílios para observar condições

de saúde, saneamento e infraestrutura; e, em seguida, cadastrando individualmente os moradores para identificar hábitos de vida e doenças prevalentes. Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas e compartilhados com a UBS para análise. Apesar da relevância da atividade, desafios significativos foram identificados, como a ausência de ACSs, que resulta na invisibilidade de parte da população para a unidade; condições climáticas adversas, dificultando o acesso às residências; e a alta mobilidade das famílias, o que torna o cadastramento um processo contínuo e instável. Essas limitações dificultam a criação de vínculos e a manutenção de uma base de dados atualizada. Ainda assim, a experiência proporcionou às acadêmicas o desenvolvimento de habilidades em comunicação, organização e compreensão das dinâmicas sociais e de saúde do território. Ressalta-se a necessidade de maior investimento na contratação e capacitação de ACSs, bem como na adoção de tecnologias que agilizem o processo. O fortalecimento do cadastramento é indispensável para a construção de uma APS mais eficaz, equitativa e inclusiva, contribuindo para a identificação do perfil comunitário de saúde e a melhoria das condições de vida da população atendida.

“NOS COLOCANDO NOS SAPATOS” DOS OUTROS: INTERAÇÕES DIALÓGICAS ENSINO/SERVIÇO/ COMUNIDADE NOS TERRITÓRIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE CARIOCA

Margareth Cristina de Almeida Gomes, Beatriz Barboza Fernandes, Larissa Bastos do Carmo Moisés, Milena de Oliveira Figueiredo Carvalho, Rafaella de Jesus Santos, Thaíssa Felix Affonso

A promoção da saúde é uma estratégia essencial no contexto da saúde pública, exigindo a implementação de abordagens educacionais que fortaleçam ações e práticas voltadas ao bem-estar das comunidades. Nesse sentido, a educação em saúde se destaca como um caminho promissor, ao impulsionar práticas emancipatórias e promover a autonomia dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). No âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), o desenvolvimento de ações de promoção da saúde representa uma oportunidade para construir relações empáticas e operacionalizar iniciativas baseadas nos determinantes sociais da saúde. Este relato descreve uma experiência realizada em uma clínica da família na região central do Rio de Janeiro, em maio de 2023, durante a disciplina “Programa Curricular Interdepartamental IV - Enfermagem nos Cuidados Básicos de Saúde”, da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEAN/UFRJ). Inspiradas na perspectiva freireana de educação emancipatória e dialógica, as acadêmicas conduziram uma atividade com o grupo de Promoção à Saúde do Idoso, abordando a temática de Diabetes Mellitus, sugerida pelos idosos e pelo profissional de Educação Física da unidade. Após uma preparação que incluiu leitura de materiais científicos e a elaboração de um folder informativo, as acadêmicas utilizaram metodologias ativas, como rodas de conversa e participação em exercícios físicos junto ao grupo, promovendo uma interação mais dinâmica e horizontal. Durante a atividade, os usuários sugeriram a realização de uma estação de avaliação dos pés, utilizando o teste de sensibilidade com os monofilamentos de Semmes-Weinstein. Essa ação evidenciou

aspectos frequentemente negligenciados no cuidado de pessoas com Diabetes Mellitus, como a escolha adequada de calçados, essencial para diferentes contextos socioeconômicos. O toque e a avaliação dos pés também fomentaram uma relação de confiança entre profissionais e usuários, reforçando a empatia e o cuidado humanizado. Essa vivência possibilitou a construção de vínculos e uma compreensão mais profunda das trajetórias de vida dos idosos, valorizando suas biografias e experiências no autocuidado e nas condições de saúde. O engajamento dos sujeitos envolvidos fortaleceu as ações da APS sob uma perspectiva humanística e equitativa, consolidando elementos fundamentais para a promoção da saúde e reafirmando o papel das relações interativas e horizontais no cuidado em saúde.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA TERRA E NA SAÚDE: DIMENSÃO DO ACESSO À SAÚDE DAS PESSOAS QUE LUTAM POR MORADIA NO RECIFE (PE)

Lorena Melo , Paulette Cavalcanti

Esta pesquisa busca oferecer uma compreensão crítica da realidade no campo da Saúde Coletiva, com o objetivo de contribuir para a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do fortalecimento da participação social de sujeitos que reivindicam condições adequadas de vida e moradia digna. Focando no acesso à saúde nos territórios ocupados por comunidades em luta por moradia na cidade de Recife, o estudo adota uma abordagem qualitativa, explorando registros de reuniões do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e do Conselho Municipal da Cidade (CMC) entre 2017 e 2022, incluindo atas, áudios e vídeos disponíveis nos sites desses Conselhos. As reivindicações das famílias que vivem em territórios ocupados vão além da regularização fundiária e refletem as determinações sociais em saúde, evidenciando a exclusão dessas populações da Política de Saúde no território. A análise revelou que a participação dos movimentos de luta por moradia nos espaços de decisão, como o CMC, é limitada, com baixa presença nas plenárias, e que não há registro de organizações desses movimentos representadas no CMS. Nos registros do CMS, as populações residentes em ocupações foram mencionadas apenas uma vez, em crítica ao modelo de Atenção Básica instituído pela Portaria 2.436/2017. Observou-se também a ausência de discussões aprofundadas sobre temas como o Plano Municipal de Saúde, o Pacto Metropolitano do SUS e o Plano de enfrentamento à Pandemia de covid-19, considerando as especificidades dessas populações. A escassa participação dos movimentos de luta por moradia nos espaços de controle social reflete a realidade cotidiana das lideranças locais, que enfrentam desafios para garantir a sobrevivência das famílias nos territórios ocupados. Nesse contexto, as demandas em saúde frequentemente emergem e são articuladas pelas mulheres, lideranças locais que organizam e reivindicam melhorias, incluindo a garantia de uma cobertura de saúde de qualidade. A pesquisa propõe uma análise teórica da interseção entre categorias como o modo de (re)produção da vida no capitalismo dependente, relações sociais de gênero, raça e território, problematizando a participação dos movimentos de luta por moradia nos Conselhos deliberativos de Saúde e das Cidades. Conclui-se que esta pesquisa contribui para as análises da Saúde Coletiva, abordando a complexidade da dinâmica do espaço urbano

e os desafios enfrentados pelas/os sujeitas/os que lutam por moradia adequada em Recife, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e participativas.

ANIMAÇÕES EM SAÚDE: UMA ABORDAGEM LÚDICA PARA PROMOVER A SAÚDE ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Vinicius Antônio Alves Pereira, Dilma Cupti de Medeiros, Alexandre Silva dos Santos, Gilmara Valadão da Silva, Suely Kirzner, Edson Teixeira da Costa, Rossana Helena Passos Espíndola, Patrícia de Oliveira Maia

O uso crescente da internet por crianças e adolescentes tem levantado preocupações sobre os impactos negativos dessa exposição, e, nesse contexto, este estudo visa descrever e refletir sobre o desenvolvimento e a implementação de animações educativas voltadas para crianças e adolescentes, abordando temas críticos como racismo e cyberbullying no âmbito do projeto “O brincar como fator de promoção da saúde e prevenção das violências”. Este estudo, caracterizado como um relato de experiência com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, foi realizado no contexto do projeto coordenado pelo Programa de Saúde na Escola (PSE) da Superintendência de Promoção à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RIO). As animações foram desenvolvidas de forma colaborativa, envolvendo profissionais da saúde, educadores e especialistas em animação, com temáticas selecionadas a partir de dados e relatos de ocorrências frequentes nas escolas. Uma das animações foi ambientada na Favela Harmonia, incluindo locais familiares como a praça Harmonia e instituições públicas, além de personagens diversificados que promovem inclusão e representatividade, como crianças, um profissional de saúde, uma idosa e uma professora. A narrativa abordou os impactos emocionais e mentais do racismo e do cyberbullying, destacando a importância de redes de apoio, mostrando, por exemplo, uma criança que, após receber mensagens ofensivas, foi acolhida por amigos e profissionais de saúde, culminando em uma campanha de conscientização comunitária. A abordagem sensível das animações demonstrou potencial em transmitir mensagens importantes de forma acessível, promovendo reflexões sobre respeito, empatia e enfrentamento de problemas sociais complexos. Ainda em desenvolvimento, as animações buscam oferecer uma experiência educativa e envolvente ao público infanto-juvenil, reafirmando seu papel como uma potente estratégia de educação em saúde, ao gerar conhecimento e estimular a compreensão de mensagens fundamentais para a promoção da saúde por meio de uma comunicação acessível e significativa.

PROJETO DE INTERVENÇÃO VISANDO A REORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO HUMANIZADO AOS PACIENTES INSERIDOS NO PROGRAMA CAMINHOS DO CUIDAR

Juliana Cangussu Campos

A Secretaria Estadual de Saúde da Bahia, por meio das Policlínicas Regionais em Saúde, desenvolve o Programa Caminhos do Cuidar, que busca, entre outros objetivos, reduzir o tempo de espera para

confirmação de casos suspeitos de câncer e garantir o início do tratamento com a maior brevidade possível após o diagnóstico. Nas Policlínicas, o Serviço Social atua como referência técnica do programa, e, a partir da experiência desse profissional na Policlínica Regional de Saúde em Eunápolis, identificou-se a necessidade de sensibilizar e humanizar as equipes do Setor de Regulação e do Tratamento Fora de Domicílio (TFD) dos oito municípios integrantes do Consórcio de Saúde, atendidos pela Policlínica. Observou-se, por meio de relatos dos pacientes e do contato direto com as equipes de regulação, fragilidades no processo de acolhimento, que impactam negativamente nos prazos para a realização de exames e no início do tratamento. A Lei Federal 12.732/2012, atualizada pela Lei 13.896/2019, determina prazos de até 30 dias para exames em casos suspeitos e de até 60 dias para início do tratamento em pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, o que aumenta as chances de cura. Para garantir a efetividade do tratamento, é necessária uma intervenção por meio da educação permanente, que, como prática transformadora, permite reavaliar os processos de trabalho com foco nas necessidades dos pacientes. A proposta envolve encontros periódicos presenciais nos oito municípios do Consórcio Interfederativo da Costa do Descobrimento, utilizando estratégias como oficinas, rodas de conversa, dinâmicas, escuta qualificada, relatos de experiências e a elaboração de uma cartilha de orientação ao usuário. Essas atividades serão pautadas na Política Nacional de Humanização e adaptadas à realidade de cada município, contando com a parceria da equipe multidisciplinar da Policlínica, profissionais da Saúde, da Assistência Social e de órgãos governamentais e não governamentais, formando uma rede intersetorial de cuidado e garantia dos direitos dos pacientes oncológicos. O resultado esperado é a reorganização dos processos de trabalho dos envolvidos no Programa Caminhos do Cuidar, promovendo assistência humanizada e de qualidade, acesso à informação e fortalecimento dos direitos dos pacientes oncológicos atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

UNIÃO E AÇÃO COLETIVA: PILARES DA TRANSFORMAÇÃO NA SAÚDE DO TRABALHADOR - REFLEXÕES SOBRE A I JORNADA DO CEREST VALE DE GRAVATAÍ E BONS VENTOS

Bianca Vieira Fernandes, Eulalia Pitrez Duro

A saúde do trabalhador é uma questão central que impacta diretamente o bem-estar físico, mental e social dos indivíduos, demandando a promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis por meio de ações coletivas envolvendo trabalhadores, empregadores e autoridades governamentais. A I Jornada do Cerest Vale de Gravataí e Bons Ventos exemplificou essa mobilização, destacando a relevância da união e da ação coletiva para transformar a saúde no ambiente de trabalho. Realizada nos dias 24 e 25 de abril na Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí, a jornada contou com a participação de representantes do INSS, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, além de cerca de 200 trabalhadores de uma empresa local, que, de forma pacífica, reivindicaram direitos e melhores condições de trabalho. Essa manifestação demonstrou o poder da mobilização para sensibilizar representantes de instituições governamentais, promovendo um diálogo voltado à busca conjunta de

soluções. O evento evidenciou que a união e a ação coletiva são fundamentais para assegurar avanços na saúde do trabalhador, reforçando a necessidade de um diálogo aberto e transparente entre trabalhadores, empregadores e autoridades para alcançar mudanças significativas.

ORGANIZAÇÃO DO FLUXO DE ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE PARA UM ACOLHIMENTO MAIS ASSERTIVO

Gabriela Quintanilha Scofield da Silva, Franciele dos Anjos Santos, Isabelle Silva Cordeiro, Izabella Christyne Rodrigues de Almeida, Alexandre Dolabela dos Santos Soares, Claudirene Milagres Araújo, Renata Pereira Rodrigues Ferreira

A diretriz do acolhimento na saúde prioriza uma abordagem multiprofissional, afastando-se do modelo tradicional centrado apenas no atendimento médico. Baseada em valores humanitários como solidariedade e cidadania, essa prática busca facilitar o acesso dos usuários aos serviços de saúde e aprimorar a comunicação entre equipe e paciente por meio de uma escuta atenta às suas necessidades. O acolhimento direcionado se destaca por simplificar o acesso e garantir um atendimento personalizado e de qualidade. Este relato de experiência descreve a vivência de acadêmicas de enfermagem na reestruturação do fluxo de acolhimento em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Belo Horizonte, durante o estágio metropolitano em atenção primária do 9º período do curso. Inicialmente, realizou-se um levantamento junto aos usuários para identificar os principais motivos de procura por atendimento. Em seguida, após reuniões com a gerência e equipe de enfermagem da UBS, foi desenvolvido um novo fluxo de direcionamento do paciente, eliminando a obrigatoriedade de atendimento inicial com o enfermeiro. Os resultados mostraram que, após a triagem, 30% dos usuários apresentavam queixas como dor, febre ou alterações na pele, sendo encaminhados para avaliação imediata ou agendamento com o enfermeiro, enquanto os demais foram direcionados para outros serviços da UBS, como curativos, vacinação e consultas eletivas com médico, dentista ou enfermagem. Essa reorganização reduziu significativamente o número de atendimentos diretos pelo enfermeiro no acolhimento, permitindo que ele se dedicasse aos casos com maior complexidade. A implementação desse fluxo de atendimento direcionado otimizou recursos, garantiu uma assistência mais personalizada e melhorou a qualidade do cuidado prestado, evidenciando o impacto positivo de uma triagem eficiente aliada a fluxos bem definidos na atenção primária.

APRENDIZAGEM EM SAÚDE COLETIVA A PARTIR DA MONITORIA

Lynda Beckman do Carmo, Letícia Guimarães Maciel, Antônio Luís Machado Crespo Filho, Samara Andréa da Costa Fonseca, Nadia Alves Aquino, Manuella Rangel Silva, Fabiana Mânica Martins, Raniele Alana Lima Alves

A Saúde Coletiva (SC) considera fatores socioeconômicos, ambientais e comportamentais que influenciam a saúde da população, sendo essencial para a formação de profissionais capacitados para atuar

no Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo destaca a monitoria como estratégia pedagógica eficaz para promover o aprendizado e fortalecer habilidades práticas na área. A disciplina de SC integra módulos teóricos e práticos, com metodologias ativas que incluem rodas de conversa e debates sobre temas relacionados à Atenção Primária à Saúde (APS), além de práticas em Unidades Básicas de Saúde (UBS). Durante as atividades práticas, os alunos realizam visitas técnicas às UBS, dialogam com a gestão das unidades e analisam as necessidades do território com base em indicadores de saúde. Como produto final, elaboram um Projeto Micropolítico, que envolve a escolha do público-alvo, definição de metodologia, diagnóstico da unidade e descrição de soluções práticas e viáveis, incluindo um plano de ação claro e objetivo com etapas e metas definidas. Os resultados dessa abordagem indicam que a aplicação de metodologias ativas e práticas em UBS prepara os acadêmicos para compreender o perfil das comunidades atendidas, promover a educação em saúde e reforçar a cidadania e autonomia dos usuários. Essas práticas também aproximam os estudantes da realidade do SUS, permitindo-lhes entender a reorientação do modelo assistencial focado no território e nas demandas da comunidade. Além disso, o envolvimento com equipes multidisciplinares fortalece habilidades como responsabilidade social, comunicação interpessoal e trabalho em equipe. Esse processo contribui para a formação de profissionais críticos, versáteis e comprometidos com a melhoria do sistema de saúde e o bem-estar das comunidades. Conclui-se que a monitoria em SC é uma ferramenta valiosa para consolidar o entendimento sobre o cuidado no território, as características da APS e as demandas dos usuários, destacando-se como elemento essencial para a formação de profissionais de saúde alinhados à realidade e aos princípios do SUS.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CONTEXTO DE POPULAÇÕES RIBEIRINHAS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Igor de Souza Carvalho, Nádile Juliane Costa de Castro, Mariana da Silva Serrão, Raíssa Moura de Almeida, Rubia Gabriela Ferreira Lacerda, Leticia Sousa Jatene, Dayanne de Nazare dos Santos, Jamily Silva Souza, Alessandra Queiroz Conceição

A gestão do trabalho e da educação na saúde em contextos ribeirinhos enfrenta desafios únicos, especialmente diante das mudanças climáticas, exigindo intervenções voltadas à educação ambiental na saúde fundamentadas na vigilância em saúde, nas políticas de saúde para populações das águas e na educação ambiental. As comunidades ribeirinhas, profundamente conectadas ao ambiente natural, estão cada vez mais vulneráveis às alterações climáticas, tornando imprescindível a adoção de práticas sustentáveis e educativas que promovam a saúde e fortaleçam a resiliência comunitária. Este estudo descritivo e documental, baseado em relatórios parciais e atas de reuniões de um projeto de extensão universitária vinculado ao programa nacional de vigilância em saúde, analisou uma proposta de intervenção que integra o conhecimento ambiental às práticas de saúde. A análise temática dos documentos, realizada em maio de 2024, identificou três eixos principais: vigilância em saúde e sustentabilidade ambiental, políticas de saúde para populações das águas e educação ambiental diante das mudanças climáticas. Esses eixos destacaram a importância do monitoramento e mitigação dos impactos ambientais, o desenvolvimento de políticas

públicas adaptadas às necessidades específicas das comunidades ribeirinhas e a utilização da educação ambiental como ferramenta essencial para enfrentar os desafios climáticos. Os resultados evidenciaram que a intervenção proposta contribui para fortalecer a gestão do trabalho e da educação na saúde, promovendo resiliência comunitária e sustentabilidade. Contudo, o estudo aponta a necessidade de reavaliar a gestão do trabalho de forma estratégica, com foco na educação na saúde, para atender às novas demandas e melhorar a qualidade de vida dessas populações.

O IMPACTO DA MUSICOTERAPIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Fernanda de Assis Marquez, Marcela de Assis Marquez, Isadora Pontello de Assis Maciel

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma desordem do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades motoras, na comunicação, interação social e comportamento. Nos últimos anos, têm crescido os estudos sobre intervenções voltadas ao desenvolvimento do sistema nervoso central de pacientes com TEA, destacando-se a musicoterapia, método terapêutico que promove avanços em habilidades sociais, comunicação e controle emocional, contribuindo significativamente para o tratamento desses pacientes. Este estudo teve como objetivo analisar o impacto da musicoterapia no tratamento de pacientes com TEA por meio de uma revisão integrativa, utilizando levantamentos bibliográficos nas bases Scielo, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram selecionados dez artigos publicados entre 2019 e 2024, com buscas baseadas nos termos Transtorno do Espectro Autista, musicoterapia e tratamento. Os resultados apontaram uma melhora significativa nas habilidades motoras dos pacientes, especialmente com o uso de instrumentos musicais, além de ganhos cognitivos, como maior atenção e interação social. Observou-se ainda uma redução na ansiedade, melhora na regulação emocional e diminuição de comportamentos agressivos em alguns pacientes. Conclui-se que a musicoterapia apresenta resultados positivos e promissores no tratamento de pacientes com TEA. No entanto, destaca-se a necessidade de estudos adicionais para aprofundar a compreensão dos efeitos no sistema nervoso central e potencializar os benefícios dessa intervenção terapêutica.

CARACTERÍSTICAS EPIDEMIOLÓGICAS DOS CASOS DE CÂNCER DE MAMA ENTRE MULHERES ALAGOANAS ATENDIDAS NO CENTRO DE DIAGNÓSTICO DE IMAGEM (CEDIM)

Paulo Geovanny Silva Santos, Maria Lucélia da Hora Sales

O câncer de mama é a neoplasia maligna mais frequente entre mulheres acima dos 40 anos, sendo a principal causa de morte por câncer na população feminina em praticamente todo o Brasil. Dada a

relevância da prevenção e a disponibilização de exames pelo Sistema Único de Saúde, o rastreamento desse tipo de câncer é objeto de constante investigação, pois a ausência de diagnóstico precoce e de intervenções eficazes pode levar a desfechos graves. Este estudo realiza uma avaliação epidemiológica das características associadas ao risco de câncer de mama, buscando identificar fatores relevantes para a formulação de estratégias de prevenção e diagnóstico precoce, com ênfase na qualidade de vida das mulheres mais afetadas pela doença. A pesquisa, de caráter quantitativo e descritivo, analisou dados do sistema de informação do câncer (SISCAN) do DATASUS, coletados entre 2019 e 2023, referentes a 25.332 pacientes atendidas no Centro de Diagnóstico de Imagem (CEDIM). Entre os resultados, destacou-se a predominância de atendimentos na faixa etária de 50 a 54 anos (20,3%) e de mulheres provenientes de Maceió (79%). Observou-se que 70% das pacientes realizaram avaliação clínica prévia e 75,3% passaram por mamografia anterior. Quanto aos resultados, a categoria BI-RADS 2 foi a mais prevalente (57,8%). Conclui-se que as mulheres atendidas no CEDIM apresentam um perfil epidemiológico bem definido: majoritariamente oriundas da capital do estado, Alagoas, com histórico de avaliação clínica ou mamografia prévia e exames de imagem predominantemente classificados como BI-RADS 2. Esses achados reforçam a importância do rastreio organizado e contínuo para o controle do câncer de mama na região.

A PRODUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO CAPS: REFLEXÕES CARTOGRÁFICAS

Lauane Rafaela de Brito Campos, Regina Melchior

O panorama atual das políticas públicas e do entendimento coletivo sobre Saúde Mental no Brasil é resultado de um processo histórico e político cuja origem remonta a uma série de acontecimentos articulados com a efervescência do período de redemocratização e, sobretudo, com a Reforma Sanitária, que alicerçou a Reforma Psiquiátrica no país. Reconhecendo o CAPS como um espaço privilegiado de acesso aos serviços de saúde mental na rede de saúde, este estudo teve como objetivo mapear a relação entre a oferta de serviços e as necessidades dos usuários a quem se destinam. Para isso, utilizou-se o referencial teórico-metodológico da cartografia, que pressupõe uma reflexão do vivido a partir da afetação do sujeito-pesquisador pelo objeto-pesquisado, promovendo a construção de um mapa vivo do objeto e a análise das várias linhas que compõem seu contorno. Os resultados indicaram múltiplos fatores que, na constituição do serviço, podem funcionar mais como barreiras do que como promotores de cuidado em saúde, incluindo a insuficiência numérica de serviços em relação à demanda, a organização do serviço pela gestão e o esvaziamento da proposta terapêutica do CAPS. Apesar dessas dificuldades, identificou-se que o encontro emerge como o verdadeiro locus de produção de cuidado, pois, nesse espaço, mesmo diante dos desafios impostos pela macropolítica, é possível estabelecer vínculos, acolher os afetos que se manifestam em forma de discurso e demanda e organizar uma oferta que atenda à necessidade de saúde apresentada.

CARACTERÍSTICAS DA UTILIZAÇÃO DE PACIENTES ATENDIDOS EM UM SERVIÇO DE PRONTO-ATENDIMENTO

Luma Santos de Oliveira, Emily de Jesus Fraga, Lorena Baião Vieira,
Ana Paula Santana Coelho Almeida, Thiago Dias Sarti

Os serviços de urgência e emergência, fundamentais como porta de entrada para situações que demandam atendimento imediato, têm se tornado fonte regular de cuidado, desafiando o modelo de atenção centrado na longitudinalidade, em que a Atenção Primária à Saúde (APS) deveria ser o serviço de primeiro contato preferencial. Este estudo transversal, realizado em um Pronto Atendimento (PA) em Vitória, Espírito Santo, teve como objetivo descrever o perfil de utilização dos usuários atendidos. A pesquisa envolveu 1117 indivíduos, selecionados por amostragem sistemática, e os dados foram coletados ao longo de 30 dias consecutivos por meio de entrevistas estruturadas, analisadas com o software Stata 17.0. Os resultados mostraram que a maioria dos usuários eram mulheres (62,4%), autodeclarados pardos (55%), com idades entre 18 e 39 anos (57,8%), e com escolaridade fundamental ou média (49,5%). Embora 72,2% dos participantes tivessem acesso a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), apenas 27,3% possuíam uma equipe de referência. A maioria buscou o PA diretamente (71,7%), e 43,8% já haviam utilizado o serviço ao menos uma vez no último ano. Entre aqueles que tentaram atendimento prévio e não conseguiram (32,4%), 53,2% haviam procurado a UBS. A maior demanda pelo PA ocorreu de segunda a sexta-feira (75%), entre 7h e 17h (64,4%). Os principais motivos de procura incluíram a crença de que o serviço é mais resolutivo (28,7%), dificuldade em marcar consulta na UBS (12,2%) e horário de funcionamento das UBS (11,1%). Cefaleia (11,5%), febre (6,13%) e náusea (5,41%) foram os sintomas mais relatados. Constatou-se que os usuários percebem os serviços de emergência como mais eficientes, resultando em um percurso de cuidado não linear que não reflete a necessidade de saúde apresentada. Observou-se também que o uso do PA como segunda opção de cuidado, após tentativas frustradas em outros níveis, contribui para a utilização inadequada dos serviços de urgência, superlotação e disfunção do sistema de saúde. Identificar e abordar os fatores que levam a essa realidade é essencial para melhorar a organização e a eficiência do sistema de saúde.

O IMPACTO ECONÔMICO, SANITÁRIO E EDUCACIONAL NAS NOTIFICAÇÕES DE ASCARIS LUMBRICOIDES NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO, NOS ANOS 2000 E 2010: UMA ANÁLISE SOCIAL E EPIDEMIOLÓGICA

Gabriel da Silva Brazões Pereira, Thaís Estevão Bernardes, Marie Pacheco Laines Vicente,
Rafaella Dhom Ferrari Matos Gomes

A *Ascaris lumbricoides* é um nematelminto frequentemente encontrado em regiões carentes de saneamento básico, especialmente em localidades interioranas. Com o avanço da

economia, infraestrutura local e disseminação da educação, é possível que mais informações sobre esse parasita sejam amplamente divulgadas, incentivando a busca por exames coproscópicos e a consequente notificação de casos de ascaridíase. Entender os fatores sociais, educacionais e econômicos é essencial para que o Brasil reduza a disseminação do *A. lumbricoides* e das patologias associadas a ele. Relacionando o desenvolvimento social e econômico à saúde, esta pesquisa epidemiológica descritiva analisou dados do DATASUS sobre a região metropolitana do Vale do Aço, Minas Gerais, nos anos de 2000 e 2010, considerando variáveis como escolaridade da população com 15 anos ou mais, percentual de pessoas que recebiam menos de $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo, acesso a instalações sanitárias e notificações de ovos de *A. lumbricoides* em exames coproscópicos. Em 2000, 47,14% da população tinha pelo menos o segundo ciclo do ensino fundamental completo, percentual que cresceu para 60,58% em 2010. O número de habitantes que recebiam menos de $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo caiu de 17,75% em 2000 para 7,55% em 2010. O acesso a serviços de água e esgoto aumentou de 86,31% em 2000 para 92,56% em 2010. Notificações de ovos de *A. lumbricoides* subiram de 17 casos em 2000 para 285 em 2010, refletindo maior busca por exames e diagnóstico. Conclui-se que as notificações de *A. lumbricoides* estão diretamente relacionadas a fatores sociais e econômicos da região estudada. Políticas públicas que promovam a educação são fundamentais para ampliar a conscientização sobre os sintomas da ascaridíase e a importância dos exames, permitindo identificar áreas endêmicas e implementar medidas de controle. Além disso, melhorar o acesso ao saneamento básico para populações carentes é uma estratégia crucial para prevenir novos focos do parasita e mitigar sua presença na região.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O ELO ENTRE O CONHECIMENTO COMUNITÁRIO E CIENTÍFICO

Samara Valentim dos Santos Lima, Thaís Peixoto Alves Ramos, Maria Lucélia da Hora Sales

O tripé funcional da universidade – ensino, pesquisa e extensão – é regulamentado pela Constituição Federal de 1988, com a extensão definida pelo Plano Nacional de Extensão Universitária como um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior também reforça que a extensão deve ser “aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”, destacando a indispensabilidade do diálogo contínuo entre academia e comunidade. Este estudo teve como objetivo expor a relevância social dos projetos e programas de extensão realizados por estudantes, além de evidenciar a importância da vinculação das práticas e conhecimentos comunitários à formação profissional dos acadêmicos. Metodologicamente, realizou-se uma revisão de literatura utilizando as bases Google Scholar, PubMed (Medline) e Scielo. A busca incluiu seleção de artigos por título, resumo e leitura completa, complementada pela análise das referências bibliográficas dos estudos selecionados para identificar

textos adicionais. Os resultados indicaram que as práticas extensionistas promovem benefícios mútuos, ampliando o espaço de aprendizado dos estudantes e complementando sua formação acadêmica, ao mesmo tempo que abordam demandas locais deficitárias, amenizando problemas específicos de cada região trabalhada por meio da territorialização. Conclui-se que estudar, compreender e disseminar conhecimentos relevantes para as comunidades atendidas consolida o tripé funcional instituído pela Constituição de 1988, fundamentando a formação acadêmica em metodologias de ensino atualizadas e voltadas para o impacto social.

RECONHECIMENTO DO DESCONFORTO E INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA EM CRIANÇAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Izabella Christyne Rodrigues de Almeida, Franciele dos Anjos Santos, Gabriela Quintanilha Scofield da Silva, Isabelle Silva Cordeiro, Claudirene Milagres Araujo

As Unidades Básicas de Saúde têm um papel central na promoção da saúde e prevenção de doenças, mas enfrentam desafios crescentes com o aumento de casos complexos, como a síndrome respiratória aguda grave em crianças. Reconhecer sinais de gravidade em doenças respiratórias pediátricas e iniciar o tratamento para estabilização são habilidades essenciais para os profissionais de saúde. Este estudo teve como objetivo relatar a experiência de acadêmicas de Enfermagem na condução de uma roda de conversa com profissionais de saúde sobre o reconhecimento de desconforto e insuficiência respiratória em crianças. Trata-se de um relato de experiência realizado em uma Unidade Básica de Saúde, envolvendo 14 profissionais de Enfermagem. A atividade, demandada pela gerente do serviço devido ao elevado número de crianças com quadros respiratórios graves atendidos, utilizou manuais da Sociedade Brasileira de Pediatria e do Suporte Avançado de Vida em Pediatria como base teórica. Durante a roda de conversa, vídeos ilustrativos de crianças com problemas respiratórios foram apresentados para facilitar a identificação dos sinais de gravidade e orientar a avaliação clínica. Os profissionais participaram ativamente, discutindo as estratégias de manejo, como posicionamento, manutenção da permeabilidade das vias aéreas e oxigenação. Essa abordagem interativa permitiu trocas de experiências e reforçou o aprendizado sobre intervenções práticas. Concluiu-se que a roda de conversa foi uma experiência enriquecedora tanto para as acadêmicas quanto para a equipe de saúde, sendo os vídeos uma ferramenta eficaz para promover interação, facilitar a compreensão dos problemas e apoiar a aquisição de conhecimento. O reconhecimento precoce e o manejo adequado de emergências respiratórias são essenciais para melhorar a qualidade do atendimento em saúde pediátrica na atenção primária.

IMPACTO DA ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA NEUROMUSCULAR (EENM) EM PACIENTES NA ATENÇÃO TERCIÁRIA À SAÚDE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA

Anderson Procópio Viana, Isabella Luz Assolari, Zaqueline Fernandes Guerra, Arlete Ana Motter

Esta pesquisa aborda uma revisão sobre o uso da Estimulação Elétrica Neuromuscular (EENM) em pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) com diferentes condições clínicas e seus impactos no Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo foi relatar o impacto da EENM em pacientes na atenção terciária à saúde no SUS. O estudo utilizou uma revisão integrativa, com buscas realizadas nas bases de dados PubMed e PEDro entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024. Os termos de busca foram selecionados no Medical Subject Headings (MeSH), incluindo *Electrical Stimulation Therapy*, *Intensive care unit*, *Physiotherapy*, *Electrical stimulation* e *Randomized controlled trial*, combinados com os operadores booleanos “AND” e “OR”. Foram incluídos ensaios clínicos randomizados com participantes maiores de 18 anos, de ambos os sexos, sob ventilação mecânica invasiva (VMI) em UTI. Inicialmente, foram identificados 128 artigos, dos quais nove foram excluídos por duplicação e 100 descartados após análise de títulos e resumos. Isso resultou em 19 artigos para leitura integral, mas um foi excluído por indisponibilidade. Após análise completa dos textos, 12 artigos foram eliminados por não atenderem aos objetivos da pesquisa, restando uma amostra final de seis estudos. Desses, cinco apontaram redução no tempo de VMI, internamento em UTI e hospitalar. Dois estudos relataram ganhos de força muscular, enquanto três destacaram a estabilização da perda de massa muscular. Conclui-se que a EENM apresenta impactos positivos no SUS ao possibilitar que pacientes sejam referenciados para a Atenção Primária à Saúde com menor comprometimento funcional, reduzindo o risco de complicações crônicas. Esses achados reforçam a relevância da EENM como uma estratégia complementar no cuidado intensivo e na recuperação funcional de pacientes em UTI.

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS): ESTUDO TRANSVERSAL

Anderson Procópio Viana, Alexandra Ignes Bruni Tulio, Andreane Daniele Barbosa de Lira, Heloísa Alves Bobato, Regina Helena Senff Gomes, Paula Chomem, Zaqueline Fernandes Guerra, Arlete Ana Motter

O estudo aborda pacientes pós-covid-19 que, devido à gravidade da doença, estiveram internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), submetidos à Ventilação Mecânica Invasiva (VMI), e receberam assistência fisioterapêutica na Atenção Primária à Saúde (APS). O objetivo foi relatar o impacto da Pandemia de covid-19 na assistência fisioterapêutica na APS. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e quantitativo, baseado na análise de prontuários, fichas de ventilação mecânica

e acompanhamento domiciliar de pacientes infectados pela covid-19 há três anos, internados na UTI Covid de um hospital na região metropolitana de Curitiba. Durante visitas domiciliares, foi aplicado um questionário semiestruturado com dados sociodemográficos, além de avaliações respiratória e motora por meio de manovacuometria, Escala de Dispneia Modificada e Teste de Força de Preensão Manual. A coleta ocorreu entre dezembro de 2023 e maio de 2024, envolvendo 31 indivíduos, dos quais 21 receberam acompanhamento fisioterapêutico pela APS, sendo dez do sexo feminino. Entre os participantes, cinco apresentaram fraqueza muscular respiratória e outros cinco, fraqueza muscular global, mesmo após três anos da infecção, possivelmente em função de múltiplas comorbidades. Apesar do impacto da pandemia na assistência oferecida pela APS, o estudo evidenciou que 67,74% da amostra recebeu atendimento fisioterapêutico, com apenas 23,80% apresentando fraqueza muscular respiratória e 23,80% fraqueza muscular global.

SAÚDE DA MULHER NEGRA NO BRASIL: O RACISMO COMO UM DETERMINANTE SOCIAL

Samara Valentim dos Santos Lima, Bruna Larissa Alves Cordeiro, Matheus Duarte Cavalcante,
Thaís Peixoto Alves Ramos, Maria Lucélia da Hora Sales

Apesar de o Sistema Único de Saúde (SUS) ter como princípios a universalidade, equidade e integralidade, sua aplicabilidade é influenciada por fatores históricos, culturais e políticos. A Organização Mundial da Saúde define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Nesse contexto, ao considerar o racismo como determinante social, compreende-se como ele interfere no processo de adoecimento da população negra. Quando se insere a mulher negra nesse debate, somam-se as questões do “racismo patriarcal”, que impõe outras formas de violência, sobretudo contra mulheres. O presente estudo objetiva contribuir para a discussão sobre saúde pública sob uma perspectiva interseccional, destacando as necessidades e os obstáculos enfrentados por mulheres pretas e pardas no Brasil em diferentes aspectos do atendimento e níveis de atenção à saúde. Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados Google Scholar, PubMed (Medline) e Scielo, com seleção de estudos a partir de títulos, resumos e leituras completas, complementada por análise de referências bibliográficas para identificar textos adicionais relevantes. Os resultados apontaram que mulheres negras têm menor acesso a serviços preventivos e enfrentam assistência de baixa qualidade durante o ciclo gravídico-puerperal, além de maior propensão a problemas de saúde relacionados às suas condições socioeconômicas. Relatos de negligência, condutas preconceituosas, superficialidade no cuidado e tratamento indiferente ilustram formas recorrentes de discriminação. Essa realidade as torna mais suscetíveis a doenças psíquicas, ampliando sua vulnerabilidade a opressões de terceiros ou auto infligidas. Assim, evidenciadas as particularidades do processo saúde-doença dessas mulheres e a negligência no cuidado a elas destinado, torna-se imperativo o enfrentamento do racismo institucional na área da saúde e a ampliação da produção científica sobre o tema, com vistas à implementação de ações e estratégias para combater as disparidades que as afetam.

ZUMBIZAR DO TERRITÓRIO À ORELHA: CONSTRUINDO UM MÉTODO PARA ESCUTAR O ACENO DA VIDA

Julia de Campos Cardoso Rocha

Este trabalho expande o escopo do Trabalho de Conclusão da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Primária da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, intitulado “Construindo a possibilidade de apoiar: o diálogo tem método e tempo”, apresentado em 2023. Como uma vivência-aprendizado cartográfica, o objetivo dessa experiência é introduzir o conceito de zumbizar como uma tecnologia de captar, coletivizar, processar, refletir e ativar o trabalho vivo em ato, conectando-se à complexidade da vida dos usuários. A experiência iniciou-se em agosto de 2023, em um município da Grande São Paulo, no contexto de um estágio profissionalizante. A prática consistiu em desvendar caminhos para a produção do cuidado em uma divisão territorial da Atenção Básica, no papel de Apoiadora em Saúde. A escolha pela divisão territorial foi orientada pela escuta dos “zumbidos do território”, uma metáfora inspirada no provérbio nigeriano narrado por Chinua Achebe, no qual o Mosquito zumbiza à Orelha para lembrar de sua permanência. Assim, a escuta atenta ao que o território manifestava tornou-se uma metodologia para selecionar o Território Central e estruturar uma cartografia sistematizada nos espaços de Educação Permanente em Saúde, promovidos pela Diretoria da Atenção Básica e concluídos em dezembro de 2023. Entre os zumbidos que nortearam essa escolha, destacam-se tensões entre trabalhadores, dificuldades gerenciais para mediar conflitos internos, desafios na operacionalização das atribuições da Atenção Básica, médicos contratados como Pessoa Jurídica, encaminhamentos excessivos para categorias profissionais ausentes na rede e a indicação política dos trabalhadores administrativos das unidades. Além disso, houve uma inquietação com o silêncio sobre as vidas das pessoas no centro da cidade e sua relação com os serviços de saúde, o que motivou a busca por territórios não institucionalizados e não mencionados explicitamente. Nos últimos encontros com as gerentes, emergiram questões que apenas o contato direto com as vidas das pessoas poderia responder. Esse trabalho, inspirado pelo provérbio nigeriano, destaca a importância da escuta ativa, que integra palavras, memórias e interpretações ao cotidiano. O conceito de zumbizar é, portanto, um manifesto que valoriza tecnologias ancestrais como ferramentas de diálogo-oralidade e como instrumentos para compreender a vitalidade ou estagnação do trabalho vivo em ato.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E FUNCIONAL DOS PACIENTES PÓS-COVID-19: ESTUDO TRANSVERSAL

Anderson Procópio Viana, Alexandra Ignes Bruni Tulio, Andreane Daniele Barbosa de Lira, Heloísa Alves Bobato, Regina Helena Senff Gomes, Zaqueline Fernandes Guerra, Arlete Ana Motter

Este estudo aborda pacientes pós-covid-19, três anos após a infecção, que durante o período de recuperação estiveram internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e necessitaram de Ventilação Mecânica Invasiva (VMI). O objetivo foi analisar e descrever o perfil sociodemográfico e funcional

desses pacientes. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e quantitativo, baseado na coleta de dados de prontuários, fichas de ventilação mecânica e acompanhamento domiciliar de pacientes atendidos na UTI covid de um hospital na região metropolitana de Curitiba. Foram aplicados questionários semiestruturados para coleta de dados sociodemográficos, avaliação respiratória por manovacuometria e Escala de Dispneia Modificada, além de avaliação motora pelo Teste de Força de Preensão Manual. A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2023 e maio de 2024. Participaram 31 pacientes, dos quais 51,61% eram do sexo feminino, 32% eram idosos, 58,06% apresentavam renda familiar de até dois salários mínimos, 41,94% tinham ensino fundamental incompleto, e 77,42% possuíam pelo menos uma comorbidade, sendo a mais prevalente a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), em 61,29% dos casos. Em termos de funcionalidade, 64,52% apresentaram fraqueza muscular inspiratória, 41,94% fraqueza muscular expiratória e 29,03% fraqueza muscular global, medida pelo teste de força de preensão palmar. Os resultados destacam que a maioria dos pacientes era do sexo feminino, grande parte tinha renda familiar acima de um salário mínimo, e a maioria possuía comorbidades. Além disso, mesmo após três anos da infecção, os pacientes ainda apresentam comprometimentos respiratórios e motores, evidenciando a necessidade de atenção continuada à saúde desses indivíduos.

JARDIM MEDICINAL ANANDA COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: ENCONTROS E PARTILHAS PARA VIVER MELHOR

Janine Fregapani Barbosa, Patrícia Lane Araújo Reis, Carina Lima Ferreira, Ana Claudia Honório Freitas

O Jardim Medicinal Ananda é um projeto desenvolvido pela Amurt Amurtel, uma Organização da Sociedade Civil que, há 30 anos, realiza programas e projetos voltados à Educação, Assistência Social e Direitos Humanos no Brasil. O principal objetivo do projeto é promover a educação popular em saúde por meio do jardim medicinal Ananda, envolvendo adultos moradores do extremo sul de Porto Alegre (RS). Os encontros semanais ocorrem às quintas-feiras, com um grupo pela manhã e outro à tarde, totalizando 14 participantes com idades entre 26 e 75 anos, abrangendo diferentes graus de escolaridade, desde pessoas analfabetas até graduadas. Os participantes relatam queixas relacionadas à saúde física e, em alguns casos, questões de saúde mental de leve a médio grau. Os grupos são conduzidos por uma bióloga e educadora em saúde que, junto aos participantes, propõe ações a serem realizadas no jardim, alinhando ideias e iniciando atividades práticas como manutenção, construção de canteiros, manejo do solo, produção de mudas de plantas medicinais e criação de elementos para o espaço, como bancos e bancadas reutilizando materiais disponíveis na instituição. Em dias de chuva, os encontros acontecem em sala de aula, com foco em atividades teóricas, planejamento de espaços verdes e sugestões para aplicação em terrenos residenciais ou vasos de apartamentos. Além disso, são abordados temas como identificação botânica, processamento doméstico de plantas medicinais, incluindo colheita, secagem, armazenamento e qualidade para uso terapêutico. O jardim é um espaço de encontros e partilhas que promove bem-estar e fornece plantas medicinais com orientação de

uso seguro. Observa-se uma melhora progressiva na saúde dos participantes, com destaque para o aumento da coordenação motora, percepção, foco, atenção e compreensão das atividades realizadas. O ambiente também estimula uma vibração positiva e empática, fortalecendo o senso de coletividade e solidariedade, onde os participantes auxiliam uns aos outros em problemas cotidianos. O Jardim Medicinal Ananda se destaca como um espaço transformador, que promove a conexão com a terra e a natureza, despertando a essência humana muitas vezes adormecida pelas adversidades da vida. Além disso, fomenta reflexões e práticas de cuidado em saúde de maneira autônoma e integral, consolidando-se como uma iniciativa potente e inspiradora.

ANÁLISE DO RISCO CARDIOVASCULAR EM GRUPOS DE PORTADORES DE DIABETES MELLITUS EM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SANTOS, SÃO PAULO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Giovanna de Matos Framiglio, Tatiana das Neves Fraga Moreira, Lucas Ferreira Lima

A vigilância em saúde atua não apenas como ferramenta de monitoramento e priorização de ações, mas também como meio de compreender a população de um território, permitindo monitorar o estado de saúde em relação aos agravos identificados e intervir com ações de prevenção e promoção de forma integral e longitudinal. Com base nessa perspectiva, este trabalho relata a experiência de profissionais residentes inseridos em três grupos de portadores de Diabetes Mellitus insulino-dependentes atendidos em uma unidade de saúde da família no município de Santos, São Paulo. Durante o programa de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde, foram coletados dados antropométricos para fundamentar intervenções voltadas à prevenção de agravos e promoção da saúde. Os grupos, vinculados a três equipes de saúde da família da Policlínica do bairro Valongo, reúnem-se nas três primeiras segundas-feiras de cada mês, com atividades como distribuição de insumos, aferição de pressão arterial, glicemia capilar e orientações gerais aos usuários com diagnóstico de Diabetes Mellitus e em uso de insulina. A equipe multiprofissional de apoio é composta por nutricionista e educador físico. As medidas coletadas, circunferência da cintura e do quadril, avaliaram o risco cardiovascular conforme a relação cintura/quadril estabelecida pela Organização Mundial da Saúde. Entre abril e maio de 2024, 53 usuários, com idades entre 32 e 82 anos (66% do sexo feminino), participaram da coleta; os resultados indicaram 47% com alto, 24% com muito alto, 25% com moderado e 4% com baixo risco cardiovascular. Durante os encontros, foram identificadas dúvidas frequentes sobre alimentação, motivando a elaboração de rodas de conversa, dinâmicas e palestras sobre alimentação saudável para os meses seguintes, com reavaliação das medidas em novembro e dezembro de 2024 para acompanhar a evolução dos participantes. Espera-se que essas intervenções promovam conhecimento e autonomia, impactando positivamente na alimentação e estilo de vida dos usuários. A coleta e análise das medidas proporcionam uma

visão ampliada sobre o cuidado integral, permitindo intervenções adequadas à realidade do território, reforçando a contribuição da vigilância em saúde para planejar e implementar ações que beneficiem diretamente a população atendida.

PROJETO HAINNOVPREV: UMA EXPERIÊNCIA TRANSNACIONAL DE APRIMORAMENTO DO ENSINO SOBRE CULTURA DE SEGURANÇA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Margareth Cristina de Almeida Gomes, Lizandra Quintiliano de Carvalho, Ana Carolina Barboza Brandão, Luciene Muniz Braga, Elisabete Pimenta Araújo Paz, Sabrina da Costa Machado Duarte, Francimar Tinoco de Oliveira, Priscila Brigolini Porfírio Ferreira, Equipe Hainnovprev

No currículo de graduação em Enfermagem, a formação de competências voltadas para a prática profissional é uma estratégia potente para sensibilizar discentes e docentes sobre a responsabilidade de aprender a fazer e de aprimorar práticas assistenciais preventivas. O “aprender a fazer” está diretamente relacionado ao conhecimento e reconhecimento de erros e falhas na prestação do cuidado, sendo essencial ao enfermeiro propor medidas que evitem danos aos pacientes. Nesse contexto, torna-se imprescindível promover e sustentar uma cultura de segurança nos serviços de saúde desde a graduação. Este trabalho apresenta a experiência de cooperação técnica internacional entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, financiada pelo Edital Erasmus + da União Europeia, com o objetivo de tematizar a cultura de segurança e desenvolver boas práticas em serviços de saúde. O projeto, denominado HAIInnovPrev, reúne quatro países – Brasil, Peru, Portugal e Espanha – e seis instituições que buscam qualificar o ensino sobre infecções relacionadas à assistência à saúde nos currículos de graduação, apostando em estratégias pedagógicas inovadoras e cenários de simulação ancorados em evidências científicas. No Brasil, o projeto envolveu a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de Viçosa, onde foram realizados grupos focais com docentes, discentes e enfermeiros preceptores para identificar necessidades e moldar estratégias de ensino-aprendizagem alinhadas à cultura de segurança. Sob o Parecer CAAE 71248323.3.1001.5153, as práticas propostas visam adaptar o modelo de ensino ao contexto latino-americano. Em 2025, o projeto prevê a publicação de um modelo de ensino que incentive a adoção das práticas inovadoras em toda a América Latina. Ao integrar princípios éticos e humanísticos da profissão, o HAIInnovPrev promove atenção integral à saúde dos usuários, incentivando reflexões críticas sobre a realidade social e o engajamento em ações cooperativas que potencializem os resultados em segurança do paciente. Acredita-se que experiências de internacionalização na graduação, como esta, possibilitam o uso de metodologias dialógicas, promovendo a diversificação de saberes e a inovação das práticas pedagógicas, contribuindo para o aprimoramento dos currículos de formação no Ensino Superior.

OPRESSÃO DE GÊNERO E O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DAS TRABALHADORAS: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES DE TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NO BRASIL ENTRE 2013 A 2023

Adriana Werle Soares, Lisiane Bôer Possa, Giovana Werle Soares

Apesar dos avanços que permitiram maior inserção da mulher no mercado de trabalho, a discriminação de gênero persiste, sustentada por uma estrutura social machista que inclui a sobrecarga da dupla jornada feminina, estereótipos de gênero, a presença crescente de mulheres em profissões historicamente masculinas, disparidades salariais de até 25,2% e a ocorrência de assédio. Esses fatores contribuem significativamente para o adoecimento mental das mulheres no ambiente de trabalho. Este estudo teve como objetivo analisar disparidades nas notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho (TMRT) no Brasil entre 2013 e 2023, segundo o sexo. Trata-se de um estudo secundário, descritivo e retrospectivo, com dados extraídos do banco de informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisadas notificações de TMRT por sexo, diagnóstico específico e região de residência. No período analisado, foram registradas 19.644 notificações, sendo 65,7% dos casos referentes ao sexo feminino. Observou-se um aumento expressivo nas notificações ao longo dos anos para ambos os sexos, com crescimento percentual maior entre mulheres (482%) em comparação aos homens (253%). Entre os transtornos registrados para o sexo feminino, destacam-se os neuróticos, relacionados ao estresse, somatoformes, transtornos do humor e Síndrome de Burnout, que representam 76,7% das notificações. Regionalmente, todas as cinco regiões brasileiras apresentaram maior prevalência de notificações no sexo feminino, sendo o Centro-Oeste (79,7%) e o Sul (75%) as de maior prevalência, enquanto o Nordeste apresentou a menor (58,8%). Os dados reforçam a maior vulnerabilidade das mulheres ao adoecimento mental relacionado ao trabalho, evidenciando a necessidade de políticas públicas que contemplem disparidades regionais e promovam integração entre os serviços de saúde mental e outros serviços de saúde. O Sistema Único de Saúde desempenha papel crucial ao dar visibilidade a essas diferenças e ao fomentar políticas ocupacionais sensíveis ao gênero. Além disso, é urgente apoiar pesquisas que monitorem indicadores de saúde mental entre mulheres no mercado de trabalho, identificando áreas prioritárias para intervenção e prevenção.

O PALHAÇO COM AFASIA: A CORAGEM DE ERRAR PODE SER A VERDADEIRA CURA

Lenisa Brandão, Isadora Uberty da Silva, Zezé Vivian, Luana Lopes Rodrigues

A afasia, um distúrbio de linguagem causado por lesão cerebral, tem no acidente vascular encefálico sua causa mais comum e se torna crônica entre seis meses e um ano após a lesão. Entre

os diversos tipos, a afasia não fluente caracteriza-se pela preservação relativa da compreensão e pela limitação da linguagem expressiva oral. Pessoas com afasia não fluente frequentemente enfrentam estigma e temem cometer erros linguísticos em situações comunicativas, o que as predispõe ao isolamento social e problemas de saúde mental. Há uma lacuna na literatura no que se refere a terapias interdisciplinares e inovadoras que abordem processos cognitivos de forma multimodal, abrangendo todo o corpo, evitando a exclusividade da expressão oral e promovendo mudanças emocionais benéficas que impactem positivamente a percepção de si e das relações sociais. Este estudo investigou a experiência de pessoas com afasia crônica não fluente encaminhadas por hospitais e secretarias de saúde de Porto Alegre e Alvorada, bem como de um grupo de convivência da UFSM, que participaram de um programa de palhaçoterapia. Também foi analisada a resposta das plateias que assistiram às apresentações realizadas pelos grupos. Os participantes realizaram sessões semanais de duas horas durante cinco meses, culminando em apresentações teatrais assistidas por 200 pessoas. Lideradas por atores experientes em palhaçaria, as sessões ocorreram em espaços adequados para atividades teatrais. A pesquisa incluiu observação sistemática das sessões, análise temática de falas em grupos focais e avaliação das respostas das plateias por meio de questionários. Os resultados indicaram que modalidades comunicativas não verbais foram amplamente utilizadas, promovendo uma mudança positiva na perspectiva dos participantes sobre a comunicação. Elementos como música, dança e poesia destacaram-se nas apresentações, favorecendo experiências sociais enriquecedoras e um senso de participação ativa. Essas vivências foram percebidas como transformadoras, reconfigurando percepções de si e dos outros. Conclui-se que a palhaçoterapia oferece uma abordagem interdisciplinar e inovadora, explorando a multimodalidade da comunicação, afastando-se da exclusividade da expressão oral e promovendo mudanças emocionais e sociais significativas. Essa abordagem contribui para combater o estigma social enfrentado por pessoas com diversidade comunicativa, ampliando as possibilidades de interação e expressão.

PRÁTICA OBSTÉTRICA: VIVÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA AO PRÉ-PARTO, PARTO E PÓS-PARTO

Juracir Geane da Silva, Bruna Vasconcelos Falcão, Enya Nunes Tobias,
Laysa Gomes dos Santos, Alba Maria Bomfim de França

As práticas de ensino clínico são ferramentas indispensáveis na formação acadêmica, permitindo aos discentes aplicar o conhecimento teórico em situações reais. No âmbito da obstetrícia, a assistência ao parto envolve aspectos que necessitam de aprofundamento prático, fundamental para a formação de enfermeiros qualificados. Este estudo descreve a vivência de acadêmicos de Enfermagem durante a assistência ao pré-parto, parto e pós-parto (PPP), nas aulas práticas de obstetrícia realizadas na disciplina de Bases Integrativas para Assistência em Saúde IV, no curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, em uma maternidade de alto

risco referência no estado. As aulas práticas proporcionaram aos estudantes uma visão do cotidiano clínico, permitindo compreender a dinâmica da assistência à gestante, a estruturação do fluxo de serviços e os desafios inerentes a essa realidade, fortalecendo o senso crítico. Observou-se que as salas “PPP” eram estruturadas para garantir conforto e segurança às parturientes, equipadas com berço, banheiro privativo e recursos para facilitar o parto normal, como bola de pilates, cavalinho obstétrico e escada. A assistência seguiu uma abordagem humanizada, priorizando o acolhimento e o respeito em todas as etapas do parto. Durante o pré-parto, foram realizadas avaliações detalhadas, como ausculta dos batimentos cardíacos fetais, monitoramento da dinâmica uterina, avaliação dos sinais vitais maternos e observação de perdas vaginais. Após o nascimento, houve estímulo à produção de ocitocina por meio do contato pele a pele entre mãe e bebê, além da avaliação do recém-nascido e monitoramento periódico da mãe e do bebê até a transferência para outro setor. Esse relato destaca a relevância de uma assistência planejada e humanizada nos períodos de PPP, promovendo uma experiência positiva para parturiente e recém-nascido. Conclui-se que a exposição prévia às práticas de enfermagem no setor de obstetrícia contribuiu significativamente para o aprendizado dos discentes e para sua qualificação como futuros profissionais de saúde.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E HUMANIZAÇÃO NA UTI PEDIÁTRICA DURANTE O ESTÁGIO NO HOSPITAL DA REGIÃO OESTE DO PARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lucicleide Kubiczewski Goto, Yuri Julian Sousa da Silva,
Lucas Santos de Araújo, Mônica Karla Vojta Miranda

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Pediátrica é um ambiente de alta complexidade, destinado ao cuidado de crianças com condições graves que demandam monitoramento contínuo e assistência especializada. Este setor exige, além de competências técnicas, uma abordagem humanizada e educativa que contemple o cuidado integral às crianças e suas famílias. Este relato descreve as atividades realizadas durante um estágio em uma UTI Pediátrica em um hospital na região oeste do Pará, enfatizando a importância da humanização e da educação em saúde no contexto do cuidado pediátrico. Durante o estágio, observou-se a implementação de práticas humanizadas que promoviam o bem-estar das crianças e de seus familiares. A equipe de saúde demonstrou empatia e atenção às necessidades emocionais dos pacientes, proporcionando um ambiente acolhedor e seguro. A inclusão ativa das famílias no cuidado foi incentivada, fortalecendo os vínculos afetivos e promovendo uma assistência integral. A educação em saúde desempenhou papel central, capacitando pais e responsáveis para os cuidados necessários à recuperação e manutenção da saúde das crianças. Sessões educativas abordaram temas como higiene, administração de medicamentos e identificação de sinais de complicações, empoderando as famílias para continuar o cuidado após a alta hospitalar. Apesar dos avanços, foram identificados desafios, como a carência de recursos materiais, a sobrecarga da equipe de saúde e a necessidade de capacitação contínua em práticas

humanizadas e educativas. Essas limitações impactaram a implementação de algumas iniciativas, evidenciando a necessidade de políticas que priorizem a humanização e o fortalecimento da educação em saúde. A experiência revelou a relevância de integrar práticas que valorizem não apenas as competências técnicas, mas também os aspectos humanos e educativos no cuidado pediátrico. A inclusão das famílias no processo e a promoção da educação em saúde são estratégias fundamentais para o empoderamento e a continuidade do cuidado, reforçando o papel da humanização como elemento central na recuperação e bem-estar das crianças.

OFICINA DE GERENCIAMENTO DE ESTRESSE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Fayer Fonseca Ferreira, Aline Borges Alves Benevides, Beatriz Motta Neves, Paulo André Borba da Rocha, Solange Thompson, Saulo Márcio Brasil Trocilo, Giovana Machado Souza Simões

O estresse é uma resposta física, mental e emocional do organismo a demandas excessivas ou ameaças percebidas, podendo ser benéfico em situações de perigo. Contudo, quando constante ou excessivo, pode causar impactos adversos significativos na saúde, bem-estar, produtividade, relações interpessoais e clima organizacional, especialmente em contextos de trabalho na área da saúde. Este trabalho relata uma experiência exitosa na Atenção Primária à Saúde no município de Piúma, sul do Espírito Santo, focada no gerenciamento do estresse e na criação de um modelo de Programa de Felicidade no Trabalho adaptado da metodologia do Índice de Felicidade Bruta. A iniciativa foi conduzida pela Equipe Multiprofissional Ampliada, vinculada ao ICEPi/SESA-ES, e contou com oito encontros presenciais em formato de roda de conversa, utilizando pedagogia da alternância e terapia comunitária. Os encontros abordaram temas como estresse e Burnout, Índice de Felicidade Bruta no trabalho, fatores estressores e protetores, ferramentas de gerenciamento do estresse e qualidade de vida no trabalho, promovendo debates coletivos que estimularam mudanças individuais com reflexos no ambiente de trabalho. Os resultados evidenciaram, por meio da Escala de Felicidade Interna Bruta Adaptada para o Ambiente Corporativo, questões como endividamento, saúde emocional, ética, comunicação, rede de apoio, sono e administração do tempo como aspectos relevantes a serem melhorados para a qualidade de vida. Muitos profissionais apresentavam sinais iniciais de Síndrome de Burnout, o que reforçou a necessidade de intervenções direcionadas. Entre as estratégias propostas para o manejo do estresse destacaram-se a prática de meditação, atividades físicas para reduzir cortisol e liberar endorfinas, manutenção de relações saudáveis, organização do tempo e a busca por redes de apoio. Conclui-se que a inserção de práticas direcionadas ao gerenciamento do estresse favorece a adoção de estratégias eficazes de gestão, contribuindo para a redução do absenteísmo, o aumento da produtividade e, principalmente, a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, promovendo um impacto positivo tanto individual quanto organizacional.

A EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA AMAZÔNIA

Lucicleide Kubiczewski Goto, Yuri Julian Sousa da Silva, Lucas Santos de Araújo,
Mônica Karla Vojta Miranda, Renê Silva Pimentel

O estágio curricular é uma etapa fundamental na formação dos discentes de enfermagem, proporcionando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Este estudo relata a experiência de estudantes durante um estágio em um hospital público de média e alta complexidade em Santarém, no Oeste do Pará, na área de Urgência e Emergência, com o objetivo de compreender a percepção dos acadêmicos sobre a aprendizagem vivenciada, explorando os desafios enfrentados e as oportunidades de desenvolvimento profissional. O estágio oferece uma oportunidade crucial para os estudantes aplicarem teorias e desenvolverem habilidades clínicas essenciais. Durante os dias de estágio, os acadêmicos participaram de atividades como triagem inicial de pacientes, observação das práticas de atendimento e intervenção em situações críticas. O hospital segue o método “porta fechada”, atendendo apenas seus funcionários e pacientes crônicos, e os estagiários acompanharam o processo de triagem, interagiram com pacientes e familiares e receberam orientação de enfermeiros experientes. Além das observações diretas, participaram de reuniões da equipe, discutindo casos e estratégias de atendimento. Os desafios incluíram a superlotação do setor de acolhimento, a escassez de recursos básicos, como medicamentos e materiais médicos, problemas na comunicação entre a equipe de saúde e os pacientes e deficiências na infraestrutura do hospital. A falta de materiais essenciais frequentemente levava a improvisações pela equipe, o que gerava maior estresse no ambiente de trabalho. Os estudantes destacaram a importância da comunicação efetiva para a prestação de cuidados de saúde, ressaltando a necessidade de construir uma relação de confiança e respeito com os pacientes. A coleta precisa de informações durante a triagem foi considerada crucial para uma intervenção eficiente. No entanto, os desafios estruturais, como a escassez de recursos e a superlotação, geraram frustração e impotência entre os acadêmicos, que enfrentaram a realidade de um sistema de saúde pública onde a alta demanda por serviços supera a capacidade de atendimento. As dificuldades de comunicação resultavam frequentemente em mal-entendidos e na necessidade de repetição de procedimentos, aumentando o tempo de atendimento e o desgaste da equipe. Este estudo analisou detalhadamente as vivências dos acadêmicos durante o estágio, destacando não apenas os obstáculos, mas também as significativas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento profissional. A experiência evidenciou a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura, equipe e treinamento para garantir um atendimento de qualidade aos pacientes, e a superação desses desafios beneficiará tanto os pacientes quanto o fortalecimento do sistema de saúde. Recomenda-se a implementação de políticas de saúde que melhorem as condições de trabalho e ofereçam suporte contínuo à equipe de enfermagem, com melhorias estruturais, como a ampliação das instalações e a aquisição de mais recursos, fundamentais para reduzir a sobrecarga de trabalho e aprimorar a qualidade do atendimento.

PALHASUS DO PAMPA EM AÇÃO COM CRIANÇAS DESABRIGADAS PELA ENCHENTE NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA (RS): UM RELATO DA EXPERIÊNCIA

Bruna Duarte Moscarelli, Gabriel Pereira Gregório, Bárbara Angelo de Moraes,
Bruna Simoneto Marques, Liamara Denise Ubessi

Este trabalho apresenta um relato de experiência do projeto de extensão intitulado *PalhaSUS do Pampa: a palhaçaria como dispositivo de produção de saúde e formação na comunidade*, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com foco nas atividades realizadas em maio de 2024. O objetivo é compartilhar as vivências com as crianças em abrigos provisórios na cidade de Uruguaiana, município banhado pelo rio Uruguai, que anualmente enfrenta períodos de cheia, afetando as populações ribeirinhas. Durante esses períodos, as famílias são realocadas para abrigos nos ginásios das escolas municipais ou centros esportivos. O trabalho visa demonstrar os benefícios da palhaçaria para a saúde física e mental das crianças, ressaltando sua importância no contexto de vulnerabilidade. O grupo, criado em 2023, é composto por discentes, docentes e colaboradores internos e externos da comunidade acadêmica. As atividades realizadas consistiram em brincadeiras lúdicas, como “batata quente”, cabo de guerra, dança das cadeiras, oficinas de pintura e construção de aviõezinhos de papel. Para incentivar a participação, doces foram oferecidos como premiações simbólicas, garantindo que todos os participantes recebessem a mesma recompensa ao final das atividades. As ações ocorreram em dois dias distintos, contemplando dois abrigos da cidade. O primeiro abrigava 38 crianças, e o segundo, 27, abrangendo desde recém-nascidos até adolescentes. Durante as atividades, observou-se a diversidade nas reações das crianças, com algumas demonstrando carência de atenção e afeto, enquanto outras estavam mais retraídas. Essas peculiaridades foram consideradas na realização das atividades, sempre com o objetivo de atender às suas necessidades emocionais. Muitas das crianças não frequentam a escola, permanecendo o tempo todo no abrigo com suas famílias, interagindo apenas com outras crianças, o que torna seus cotidianos monótonos. A alegria das crianças durante as brincadeiras e ao receber os doces foi evidente, algo simples, mas de grande impacto para elas. Além disso, notou-se diferenças entre os abrigos: no primeiro, as crianças estavam mais agitadas, enquanto no segundo estavam mais calmas; no entanto, algo em comum entre elas era a necessidade de serem ouvidas e abraçadas. A palhaçaria, nesse contexto, vai além de fazer rir; é uma forma de ouvir, observar e compreender as necessidades de cada criança. A figura da palhaça, por trás do nariz vermelho, oferece um sorriso e conforto, mesmo em momentos difíceis, proporcionando alegria e esperança. A gratificação de ver os sorrisos das crianças confirma a beleza da vida e reforça o impacto positivo da palhaçaria, lembrando-nos de que as crianças são afetos poderosos que movem mundos, especialmente o da palhaçaria.

MAIO LARANJA: ATUAÇÃO DA RESIDÊNCIA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE E MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA, CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL

Mariana Santos Araújo Mariano, Annie Caroline Flores Vieira, Ivone Cardoso de Moura, Nathalia Thais Silva, Thais Aline Padua do Nascimento de Arruda, Alyssa Maria Fernandes Shimizu, Luciana Cristina Freixo dos Santos, Brenda Karine da Silva Melo, Claudinei Ferro Souza

O Maio Laranja faz alusão ao combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com ênfase no dia 18 de maio, data estabelecida em memória ao caso de Araceli, uma tragédia que ressaltou a importância de proteger os direitos dos jovens. Esta data reforça o dever do Estado, da sociedade e das famílias em garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ela nos convida a refletir sobre como fortalecer as medidas de proteção para assegurar que seus direitos sejam respeitados, promovendo uma cultura de respeito. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) tem um papel fundamental, identificando sinais precoces durante as consultas, estabelecendo vínculos com os pacientes, encaminhando-os para serviços especializados e promovendo a educação em saúde. O Programa Saúde na Escola (PSE) surge como um importante aliado da APS, funcionando como uma ferramenta de comunicação entre esses dispositivos e favorecendo o contato com os estudantes, permitindo o debate de questões relevantes de acordo com cada faixa etária. Com essa perspectiva, a Equipe Multiprofissional de Residentes da Unidade de Saúde da Família Alfredo Neder, do Programa de Residência de Saúde da Família e Comunidade - SESAU/Fiocruz, realizou uma ação educativa nos dias 11 e 12 de maio de 2023, composta por médicos, enfermeiros, odontólogos, psicólogos, assistentes sociais e agentes comunitários de saúde, em uma Escola Municipal, localizada em Campo Grande - MS, pertencente ao território de abrangência da Unidade. As atividades foram divididas conforme a faixa etária do público-alvo, com oficinas lúdicas sobre o tema “semáforo do toque” para crianças do segundo ao sexto ano do ensino fundamental e rodas de conversa para adolescentes do sétimo ao nono ano, abordando a história do Maio Laranja, os tipos de crimes de violação de direitos de crianças e adolescentes, canais de denúncia e serviços de apoio, como a USF. Além disso, foi exibida uma gravação de teatro com situações que abordavam diferentes tipos de violência e formas de intervenção e prevenção relacionadas ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Ao todo, a ação alcançou aproximadamente 1.570 alunos, abrangendo todas as 54 turmas da Escola Municipal. A realização de oficinas e rodas de conversa, com enfoque na conscientização e orientação sobre o tema, evidenciou a importância da educação como ferramenta de prevenção. A parceria com a escola ampliou o alcance da mensagem e permitiu uma discussão mais acessível e inclusiva. Conclui-se que a ação educativa fortalece o vínculo com a escola, fomenta a cultura de denúncia e facilita o acesso aos serviços de apoio, reforçando os direitos das crianças e adolescentes, conforme o ECA, e atuando em consonância com os princípios e diretrizes do SUS.

IMPLANTAÇÃO DE UM NÚCLEO DE TELESSAÚDE NO ESTADO DO PARÁ: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Juliana Reis Almeida, Leidiana de Jesus Silva Lopes, Alessandra Gomes Larrat,
Matheus Marins Damasceno do Carmo

A expansão da Saúde Digital a nível mundial oferece diversas perspectivas positivas para a área da saúde, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde os serviços disponíveis não atendem plenamente às necessidades da população. Em 2022, com o incentivo do Ministério da Saúde, foi iniciado no Pará o desenvolvimento do Núcleo de Telessaúde vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), com o objetivo de apoiar a Atenção Primária em Saúde do Estado. O Núcleo oferece serviços de Telediagnóstico em Tele dermatologia e Tele-eletrocardiograma, que auxiliam o sistema de regulação ao evitar encaminhamentos desnecessários para a atenção especializada e deslocamentos de pacientes da região para a capital. Além disso, promove a educação permanente de profissionais por meio de Teleconsultorias, esclarecendo dúvidas clínicas e sobre processos de trabalho. O objetivo deste estudo é evidenciar o processo de implantação do Núcleo de Telessaúde da UFPA, destacando suas perspectivas e desafios de janeiro de 2022 a abril de 2024. Trata-se de um estudo descritivo baseado na análise de dados fornecidos pelo próprio Núcleo de Telessaúde da UFPA. Em 2022, não houve adesão significativa dos gestores de saúde municipais ao projeto, principalmente devido à falta de conhecimento sobre os serviços, dificuldades de acesso à internet em algumas localidades e à ausência de capacitação profissional, já que as formações presenciais dependiam de viagens longas, tanto por terra quanto por água. Esses obstáculos se refletem nos baixos números de utilização dos serviços no primeiro ano (seis solicitações de Tele dermatologia, zero de Tele-eletrocardiograma e 0 de Teleconsultorias). Em 2023, novas estratégias de divulgação foram implementadas, com visitas da equipe do Núcleo aos municípios para apresentar os serviços à gestão e capacitar os profissionais, o que resultou em uma maior adesão e aumento na utilização dos serviços (192 solicitações de Tele dermatologia, 898 de Tele-eletrocardiograma e 873 de Teleconsultorias). Nos primeiros quatro meses de 2024, o Núcleo já demonstrou resultados ainda melhores, com a maior adesão de Belém, a capital do Estado, e novos incentivos das gestões municipais, registrando 391 solicitações de Tele dermatologia, 664 de Tele-eletrocardiograma e 577 de Teleconsultorias. A partir da análise dos dados, pode-se concluir que, apesar dos desafios enfrentados na implantação da Saúde Digital no Pará, os esforços realizados para transformar a Atenção Primária em Saúde na região têm gerado resultados significativos, evidenciados pelo crescimento contínuo na utilização dos serviços ao longo dos anos.

INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO DO SUS: O SERVIÇO DE TELE-EDUCAÇÃO UFPA

Juliana Reis Almeida, Leidiana de Jesus Silva Lopes, Alessandra Gomes Larrat,
Matheus Marins Damasceno do Carmo

A partir da criação do Programa Telessaúde Brasil Redes, uma iniciativa do Ministério da Saúde com o objetivo de fortalecer a formação contínua das equipes multiprofissionais que atuam nas

Estratégias de Saúde da Família (ESF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), foi iniciado no Telessaúde UFPA o serviço de Tele-Educação, com a finalidade de proporcionar acesso a uma variedade de conhecimentos, promovendo o aprimoramento das habilidades dos profissionais e, consequentemente, melhorando a qualidade do atendimento de saúde prestado à população. O programa alcança esse propósito por meio de diversos canais de comunicação, incluindo webconferências, materiais informativos e educacionais, palestras e cursos auto instrucionais. O objetivo deste estudo é apresentar o serviço de tele-educação do Núcleo de Telessaúde-UFPA, evidenciando suas ofertas de maio de 2022 a abril de 2024. Trata-se de um estudo descritivo, que utiliza informações da base de dados do próprio Núcleo de Telessaúde-UFPA. Entre os serviços oferecidos, destacam-se 29 webconferências transmitidas de forma síncrona e posteriormente disponibilizadas para visualização assíncrona no site do Núcleo de Telessaúde. As temáticas abordadas foram voltadas para as demandas da comunidade abrangida pela Universidade, com foco em doenças infectocontagiosas, como Tuberculose, Hanseníase, Malária, covid-19, Poliomielite, Rastreamento de IST, Manejo da pessoa com HIV na APS e Monkeypox. Além disso, o projeto oferece o curso autoinstrucional “Processo de Trabalho na APS”, que inclui recursos educacionais diversos, permitindo flexibilidade de tempo e espaço, desenvolvendo a autonomia e a responsabilidade dos alunos. O curso é composto por três módulos com as seguintes temáticas: SUS, Atenção Primária à Saúde e Território; Organização do trabalho em equipe e gestão do cuidado na APS; e Mecanismos de Coordenação de cuidados: As Redes de Atenção em Saúde. Adicionalmente, está em construção o curso “Vigilância da Sífilis Congênita e na Gravidez”, que será oferecido posteriormente. Em conclusão, a continuidade e expansão do projeto, com a inclusão de novos cursos e a oferta contínua das webconferências, indicam um compromisso contínuo com a capacitação e aprimoramento dos profissionais de saúde, refletindo um impacto positivo na atenção à saúde das comunidades.

GRUPO ANTITABAGISMO: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Ivone Cardoso de Moura, Alyssa Maria Fernandes Shimizu, Thays de Deus Sobreira, Brenda Karine da Silva Melo, Eduarda Beatriz de Oliveira Celeri, Luciana Cristina Freixo dos Santos, Nathalia Thais Silva, Silvio Roberto da Silva Menezes, Claudinei Ferro Souza

Este resumo destaca as experiências exitosas de profissionais do Programa de Residência Multiprofissional e Médica da Saúde da Família SESAUFiocruz, atuantes na Atenção Primária à Saúde e integrantes do programa antitabagismo na Unidade de Saúde da Família (USF Coophavila II), em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O programa proporcionou acolhimento, suporte e orientação a tabagistas que buscavam ajuda para superar esse hábito prejudicial à saúde. Os grupos antitabagismo na atenção primária desempenham um papel crucial na cessação do tabagismo, sendo compostos por uma equipe multidisciplinar de médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais de saúde. Esses grupos oferecem uma abordagem abrangente para ajudar os participantes na jornada

rumo à liberdade do tabaco. Durante um semestre, tabagistas interessados em abandonar o vício foram cadastrados em uma lista de espera para posterior contato, com 13 participantes selecionados com base na fila de espera, retorno de contatos anteriores e persistência do interesse. Foi estabelecida uma programação de 17 encontros, começando com quatro semanais, depois dois quinzenais e, por fim, encontros mensais. O grupo teve início em 20/02/2024, com previsão de término em 11/02/2025. Durante as sessões, os participantes foram incentivados a compartilhar suas experiências com o tabagismo e suas expectativas em relação à cessação do hábito, promovendo apoio mútuo. Consultas médicas foram agendadas para intervenções medicamentosas, incluindo o uso de adesivos de nicotina e comprimidos de bupropiona conforme a necessidade individual. Consultas de enfermagem focaram na auriculoterapia, que gerou benefícios como redução da ansiedade, irritabilidade e sintomas de abstinência, além de melhorar a qualidade do sono. Outras práticas integrativas complementares, como acupuntura e meditação para atenção plena, também foram utilizadas. Após oito encontros, correspondendo a três meses de acompanhamento em grupo, seis participantes alcançaram a cessação do tabagismo, resultando em um índice de sucesso de 46,15% antes da metade do período total de acompanhamento. Os resultados evidenciam a eficácia do programa antitabagismo na USF CoopHavila II como uma estratégia valiosa na promoção da saúde e cessação do tabagismo. A colaboração entre profissionais de diferentes áreas, o suporte mútuo entre participantes e a aplicação das Práticas Integrativas Complementares (PICS) desempenharam um papel fundamental no êxito do programa. Esses resultados inspiram a continuidade e ampliação de iniciativas semelhantes, visando alcançar um maior número de pessoas e contribuir para a redução dos índices de tabagismo na comunidade.

PREVENÇÃO E CONTROLE DA RETINOPATIA DIABÉTICA NOS PACIENTES ATENDIDOS PELA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS RESIDENTES

Nicolly Curvelo Franco, Guilherme da Costa Amorim, Eduarda Beatriz de Oliveira Celeri, José Ikeda Neto, Alyssa Maria Fernandes Shimizu, Jeferson Moraes Mota, Ana Carolina Silva, Camilla Silva e Silva, Hugo Sant'Anna Alves

O presente resumo aborda as experiências dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção e prevenção de saúde, com foco na doença crônica Diabetes Mellitus (DM), uma das principais doenças crônicas do mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a hiperglicemia é o terceiro fator de mortalidade prematura. O DM pode gerar complicações micro e macrovasculares, sendo a retinopatia diabética, uma complicação microvascular causada por microaneurismas dos capilares da retina, o tema deste resumo. A Retinopatia Diabética (RD) pode ser classificada como não proliferativa (leve, moderada ou grave) ou proliferativa, e também pode ser avaliado o edema macular, outra condição tratável que causa diminuição da acuidade visual. O rastreamento da RD deve ser realizado em pacientes com DM tipo 1, tanto adultos quanto crianças

acima de dez anos, após cinco anos do diagnóstico, enquanto que para pacientes com DM tipo 2, o rastreamento deve ser feito no momento do diagnóstico. O rastreamento anual é recomendado para todos os pacientes diabéticos enquadrados nos critérios, e para os que apresentam retinopatia ativa, o rastreio deve ser realizado com maior frequência, dependendo do grau da doença. A detecção precoce desse problema na atenção primária é crucial, pois existem intervenções eficazes que podem prevenir formas mais graves da doença e promover a saúde. Em 2024, foi implantado um programa de rastreamento de retinopatia diabética nas Unidades de Saúde de Campo Grande - MS, em parceria com o Hospital de Referência São Julião, na carteira de serviços das Unidades de Saúde, com o apoio do programa de residência médica e multiprofissional em saúde da família. Os profissionais da APS passaram por uma capacitação, em colaboração com a equipe do Hospital São Julião, para realizar o exame de fundoscopia com o retinógrafo. Os pacientes são rastreados na atenção primária, e as imagens coletadas são avaliadas e laudadas pela equipe especializada. Como resultados, os casos de RD são referenciados ao Hospital de Referência, enquanto os pacientes sem RD ou com formas leves da doença são acompanhados pela unidade para cuidados contínuos, ajustes no tratamento e prevenção das formas graves. Esse programa resultou em maior acessibilidade ao exame, qualificação no encaminhamento para a especialidade e diagnóstico precoce das doenças retinopáticas.

CINE ESCOLA: EXPLORANDO TEMAS DE SAÚDE E SOCIEDADE ATRAVÉS DO CINEMA

Brenda Karine da Silva Melo, Eduarda Beatriz de Oliveira Celeri, Marcinei Baraba,
Annie Caroline Flores Vieira, Jeferson Moraes Mota, Hugo Alves Sant'Anna, Nicolly Curvelo Franco,
Thays de Deus Sobreira, Alyssa Maria Fernandes Shimizu

O projeto Cine Escola é uma iniciativa dos residentes do programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Residência de Medicina de Família e Comunidade, realizado na Unidade de Saúde da Família (USF Coophavila II), com o objetivo de abordar questões cruciais de saúde e sociedade no ambiente escolar. Reconhecendo a adolescência como um período de descobertas e desafios, o projeto visa oferecer um espaço seguro e informativo para discutir temas sensíveis através do cinema e rodas de conversa. Com encontros bimestrais realizados nas escolas do território, o Cine Escola proporciona uma experiência educativa, onde os participantes assistem a filmes previamente selecionados, com temáticas relevantes para a faixa etária, seguidos de rodas de conversa mediadas por uma equipe multiprofissional. Os temas abordados incluem abuso e exploração sexual, álcool e drogas, saúde mental, planejamento familiar, entre outros, adaptados para o público adolescente. Dada a relevância dos temas, espera-se uma receptividade positiva por parte dos adolescentes. Através da linguagem cinematográfica, temas sensíveis são tratados de maneira mais acessível e lúdica, facilitando a compreensão e reflexão do público-alvo. Além disso, a interação com profissionais de diferentes áreas da saúde proporciona uma abordagem integrada e multidisciplinar, ampliando o impacto das intervenções. O projeto é um importante instrumento na promoção da saúde e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Ao utilizar o cinema como ferramenta educativa, cria-se um espaço para

o diálogo e a reflexão sobre temas relevantes, contribuindo para a formação de adolescentes mais informados e conscientes. A continuidade e expansão dessas iniciativas são essenciais para garantir o acesso universal a informações e serviços de saúde.

O ATENDIMENTO COMPARTILHADO EM UMA UNIDADE ESCOLA DE RESIDÊNCIA MÉDICA E MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Guilherme da Costa Amorim, Marcinei Baraba, Annie Caroline Flores Vieira,
Silvio Roberto da Silva Menezes, Mariana Santos Araújo Mariano, Jéssica Isabel Espinoza da Silva,
Beatriz da Silva Oliveira, Carolina Letícia Faria Silva, Eduardo Godoy da Rocha

O atendimento compartilhado na Atenção Primária à Saúde (APS) envolve a colaboração de diversos profissionais de saúde para oferecer um cuidado integral, eficiente e centrado no paciente. Essa abordagem melhora a qualidade do atendimento e a formação dos profissionais de saúde, promovendo uma prática mais integrada e coordenada. A principal característica do atendimento compartilhado é a multidisciplinaridade, onde médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais trabalham juntos, contribuindo com suas especialidades para um plano de cuidado abrangente. Essa abordagem holística considera todas as necessidades do paciente, abrangendo aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais. Além de proporcionar um ambiente de aprendizado para residentes e profissionais em formação, o atendimento compartilhado melhora a comunicação e a coordenação entre diferentes níveis de atendimento e serviços de saúde, garantindo que os pacientes recebam o cuidado adequado de maneira eficiente e centrada, respeitando suas necessidades e preferências. O suporte emocional e social oferecido aos pacientes é fundamental para ajudá-los a lidar com desafios pessoais e familiares relacionados à saúde. A experiência de realizar atendimento compartilhado na APS tem se mostrado enriquecedora tanto para os profissionais envolvidos quanto para os pacientes. Esse modelo de cuidado, que integra uma equipe multidisciplinar, permite abordar de maneira mais completa e eficaz as necessidades de saúde da população atendida. A prática envolve colaboração entre médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas e outros profissionais de saúde, sendo especialmente eficaz na APS, onde os pacientes frequentemente apresentam condições de saúde complexas e crônicas. A interação diária com colegas de diferentes especialidades promove a troca de conhecimentos e experiências, enriquecendo a prática clínica e beneficiando os residentes e outros profissionais em formação, que podem observar e participar de um cuidado mais integrado. Para os pacientes, o atendimento compartilhado tem demonstrado melhorar a qualidade do cuidado, considerando as dimensões físicas, clínicas, emocionais e sociais, além de melhorar resultados clínicos e aumentar a satisfação com o atendimento. Além dos benefícios para pacientes e profissionais, o atendimento compartilhado contribui para a eficiência do sistema de saúde. A comunicação e coordenação eficazes entre os diferentes níveis de atendimento ajudam a evitar a duplicação de exames e procedimentos, otimizando os recursos disponíveis, o que é fundamental em um cenário de restrições orçamentárias. A necessidade de comunicação entre os membros da equipe e a coordenação

para garantir a integração dos aspectos do cuidado é crucial. Concluindo, a experiência de realizar atendimento compartilhado na APS tem se mostrado altamente benéfica, enriquecendo a prática dos profissionais, melhorando a qualidade e abrangência do cuidado e contribuindo para a eficiência do sistema de saúde. Esse modelo de atendimento, centrado na colaboração e na integração de saberes, é fundamental para os desafios complexos da saúde contemporânea e o bem-estar da comunidade.

REPENSANDO A RAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE MANAUS PARA REORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE CENTRAL DO AMAZONAS

Eliane Nogueira Campos, Adriane Farias Valentin, Maisa Elaine Arruda Fernandes, Gleina Oliveira de Assis, Deyse Nascimento Giffonni, Hevelen Francisca Silva e Silva, Odete dos Santos Amaral

Manaus, capital do Estado do Amazonas, concentra a maior parte da população e do parque de saúde do estado. Com a reorganização da Rede de Atenção à Saúde (RAS), a cidade passou a integrar a Macrorregião de Saúde Central (MRC), composta por três Regiões de Saúde (RS): RS Manaus, que abrange a capital e o entorno, e Alto Rio Negro, com 12 municípios; RS Rio Negro e Rio Solimões, com oito municípios; e RS Rio Purus, com cinco municípios, totalizando 25 municípios. Após a definição do território da MRC, iniciou-se o processo de identificação dos principais problemas sanitários, destacando-se a mortalidade materna e infantil. Com isso, a MRC iniciou os estudos sobre a Rede de Atenção Materno Infantil (RAMI), visando reorganizar as redes de saúde da região. A RAMI deve garantir o acesso ao planejamento familiar, ao pré-natal precoce, aos exames de laboratório e serviços de imagem, à atenção humanizada durante a gravidez, o parto e o puerpério, além de assegurar aos bebês o direito ao nascimento seguro e ao desenvolvimento saudável. O objetivo deste estudo foi descrever a experiência do município de Manaus na realização de um estudo situacional de saúde para identificar a melhor forma de redesenhar a RAMI. Para identificar as prioridades sanitárias, a equipe de Manaus analisou dados de mortalidade da MRC, acessando a base de dados no site Tabnet/Datasus referente ao período de 2010 a 2021. A análise dos dados envolveu a identificação das principais causas de morte à quais a população da MRC estava exposta. Foram identificados 24 problemas de saúde que causaram maior impacto na população, destacando-se a mortalidade materna e a mortalidade infantil. A partir dessa definição, iniciou-se o estudo sobre a RAMI, começando pela análise dos óbitos de mulheres em gestação, parto ou puerpério, para entender o itinerário percorrido e identificar os pontos críticos até o desfecho fatal. O exercício consistiu em investigar os óbitos e identificar situações como: nível de atenção (primário, secundário, terciário), território sanitário (municipal, regional, macrorregional), gestão (municipal, estadual, federal), nós críticos nos pontos de atenção (UBS, ESF, maternidades, hospitais), pontos de apoio (laboratório, serviços de imagem, regulação) e sistemas logísticos (transporte sanitário). A organização dessas informações foi feita em planilhas de Excel e os achados apresentados em fluxogramas do percurso. Foram realizados cinco estudos de percurso,

segundo a mesma metodologia, discutidos com técnicos e gestores, com coleta de propostas e possíveis aplicações. As etapas de identificação dos serviços existentes e dos serviços necessários estão em andamento para a elaboração da proposta do novo desenho da RAMI. Compreender a realidade epidemiológica e os determinantes sociais, econômicos e culturais que influenciam a incidência de problemas de saúde pública é fundamental para (re)organizar a RAS e desenvolver estratégias de intervenção mais eficazes e direcionadas, atendendo às necessidades da população, especialmente no que diz respeito à saúde materno-infantil.

DESAFIOS PARA MIGRANTES E REFUGIADOS NO ACESSO AO SUS

Daniela Marisol Pérez Angarita, Lucía Belén Pérez, Santos José Nze Ntugu Afumu, Karla Mayerling Paz Ledesma

O Sistema Único de Saúde (SUS) está fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, mas migrantes e refugiados enfrentam desafios significativos para acessar esses serviços. Entre as barreiras identificadas estão as dificuldades linguísticas e culturais, que dificultam a comunicação e a compreensão das instruções médicas, além de complicar a navegação no sistema de saúde. A falta de informações sobre seus próprios direitos e sobre os serviços disponíveis também é um obstáculo, uma vez que muitos migrantes e refugiados não entendem o funcionamento do sistema e os direitos que possuem como residentes no país. Além disso, atitudes discriminatórias por parte de profissionais de saúde ou outros pacientes podem dissuadir migrantes e refugiados de buscar cuidados médicos. A incerteza em relação ao status migratório também gera medo de deportação ou outras repercussões legais, levando muitos a evitar serviços de saúde. Por fim, barreiras financeiras, como os custos de transporte e a necessidade de faltar ao trabalho para consultas, podem ser proibitivos. Essas barreiras revelam a complexidade do acesso ao SUS para migrantes e refugiados, evidenciando a necessidade de abordagens integradas e sensíveis às suas necessidades específicas. A superação dessas barreiras exige políticas públicas adequadas, ações para combater a xenofobia, promover a inclusão cultural e econômica e garantir o pleno respeito aos direitos humanos. Para assegurar a plena realização dos princípios de universalidade e equidade do SUS, é essencial implementar medidas que garantam o acesso sem discriminação aos serviços de saúde para migrantes e refugiados. Integrar uma abordagem baseada nos direitos humanos é fundamental para criar um sistema de saúde inclusivo, o que inclui a eliminação de barreiras linguísticas e culturais, treinamento adequado para os profissionais de saúde, campanhas de conscientização pública e políticas antidiscriminatórias. Ao adotar essa abordagem, não apenas promove-se a saúde das populações vulneráveis, mas também reforça-se o compromisso do Brasil com a justiça social e os direitos humanos. O objetivo deste estudo é examinar as barreiras de acesso ao SUS enfrentadas por refugiados e migrantes. A metodologia adotada foi uma revisão literária, utilizando os descritores “Saúde dos migrantes”, “Saúde e refugiados”, “Sistema de Saúde”, além da análise de regulamentações vinculadas aos princípios do SUS e à Constituição de 1988.

DESENVOLVENDO ESTRATÉGIAS INOVADORAS NO SUS (TO): O PAPEL DO OBSERVATÓRIO DA FORÇA DE TRABALHO NA SAÚDE DO TOCANTINS

Michelle de Jesus Pantoja Filgueira, Gabriel Duarte de Oliveira, Danielle Ferreira da Silva, Ana Flavia Moreira Pires, Robson José da Silva, Carlos Felinto Júnior, Tiago Pereira da Silva, Leide Idaine Barros da Silva

O Observatório da Força de Trabalho na Saúde do Tocantins (ObservaFTSTO) foi criado com o objetivo de fortalecer a gestão de recursos humanos na saúde, integrando-se à Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde do Brasil. Instituído pela Portaria 1074/2023/SES/GASEC em 18 de outubro de 2023, sua implantação teve início em junho de 2022 pela Diretoria de Regulação, Monitoramento e Avaliação do Trabalho na Saúde, da Superintendência de Gestão Profissional e Educação em Saúde. A criação do ObservaFTSTO está alinhada com diretrizes nacionais, como a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), a Portaria GM/MS Nº 1.768/2021 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o Objetivo Nº 8. Os principais objetivos do Observatório são sistematizar dados, produzir informações e fomentar pesquisas para apoiar o planejamento, gestão, monitoramento e avaliação do trabalho na saúde no Tocantins. Suas competências incluem integrar dados sobre a força de trabalho na saúde, cooperar tecnicamente com organizações nacionais e internacionais e apoiar a formulação de políticas de gestão do trabalho e educação na saúde. Até o momento, o Observatório participou de diversos projetos da SESTO, incluindo o apoio na construção do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (PEGTES 2024-2027), a elaboração da Ficha Técnica de Indicadores para o Centro de Inteligência Estratégico para Gestão Estadual do SUS (CIEGES/TO), e a disponibilização de dashboards sobre Força de Trabalho, Cessão de Servidores, Folha de Pagamento e Saúde do Trabalhador. Além disso, foi publicado um artigo científico sobre absenteísmo do NASSTSESTO na Revista de Patologia da UFT e o Boletim RetraTO. O Observatório também participou ativamente em reuniões e oficinas importantes, como a 1ª Oficina de Transformação Digital em Saúde (CONASS), a reunião técnica para a construção do Sistema Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e a Oficina de apoio à elaboração do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança da Trabalhadora e do Trabalhador do SUS (PNAISST). Estão em construção painéis adicionais sobre progressões, processos formativos em saúde e integração ensino-serviço. Os dados fornecidos pelos painéis têm sido essenciais para a previsão de vagas no edital do concurso público da SESTO, que está em fase de elaboração. As ações e produtos desenvolvidos pelo Observatório têm contribuído para a tomada de decisões estratégicas baseadas em evidências. A integração do ObservaFTSTO à Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde do Brasil permite que o Tocantins participe de um esforço nacional e continental coordenado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), com o intuito de melhorar a gestão de recursos humanos na saúde através de estudos, pesquisas e acesso a informações e análises sobre a área. A criação do ObservaFTSTO representa um avanço significativo na gestão de recursos humanos em saúde no Tocantins, promovendo a melhoria contínua dos serviços de saúde por meio da integração de dados, cooperação técnica e desenvolvimento de políticas eficazes. A iniciativa reforça o compromisso do estado

com inovação, transparência e segurança no uso de informações em saúde, alinhando-se aos princípios da PNIS e aos objetivos da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável.

DESAFIOS NO DIAGNÓSTICO DE TUBERCULOSE NA APS: DO PRIMEIRO ACESSO AO TÚMULO: UMA EXPERIENCIA DE INVESTIGAÇÃO EM SISTEMAS

Eliane Nogueira Campos, Adriane Farias Valentin, Gleina Oliveira de Assis, Maísa Elaine Arruda Fernandes, Deyse Nascimento Gifonni

Identificar a tuberculose no estágio inicial é fundamental para o sucesso do tratamento. No entanto, o diagnóstico precoce ainda representa um desafio devido à falta de acesso a testes de diagnóstico e ao conhecimento limitado, tanto de pacientes quanto de profissionais de saúde da atenção básica, sobre os sintomas iniciais da doença e as melhores práticas de diagnóstico e tratamento. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência de avaliação do itinerário terapêutico de óbitos por tuberculose em Manaus no ano de 2023. A metodologia envolveu a avaliação dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), incluindo óbitos com a causa básica CID-10 A-15 a A-16.9 em 2023. Em seguida, foi realizada uma busca manual no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para identificar as notificações de A-16.9 nos anos de 2022 e 2023, uma vez que o número de registros no SIM era baixo. Por fim, foram obtidos dados no Prontuário Eletrônico do Cidadão (e-SUS PEC) sobre todos os atendimentos realizados na Atenção Primária à Saúde (APS) dentro de um intervalo de seis meses antes e seis meses depois da data de notificação encontrada. Foram identificados sete óbitos com CID-10 A-15 a A-16.9 como causa básica. Desses, um caso foi registrado no SINAN cinco vezes, sendo quatro como tuberculose resistente a drogas, e recebeu atendimento na APS durante o período do estudo. O caso em questão tinha histórico na APS desde 2021, sendo atendido por sinais e sintomas respiratórios compatíveis, mas durante o período em questão, quando a ênfase estava no tratamento de covid-19, o paciente foi tratado como caso de covid-19 sem melhora após o tempo esperado de reavaliação. O paciente retornou várias vezes ao serviço de APS sem ser diagnosticado com tuberculose resistente a drogas, e também não houve comunicação entre a APS e o serviço especializado, apesar de sucessivos abandonos do tratamento. O desfecho foi o óbito do paciente, que também afetou sua família. Considerações finais apontam que a APS desempenha um papel essencial na detecção precoce, tratamento e prevenção da tuberculose. Para melhorar o diagnóstico e aumentar as chances de êxito em todas as fases do tratamento, é fundamental investir em capacitação contínua para os profissionais de saúde, estimulando a sensibilidade na identificação de novos casos, além de promover a educação em saúde para a população, para que reconheçam os sintomas da doença, a importância de buscar o serviço para iniciar o tratamento precocemente, e conheçam seus direitos à avaliação diagnóstica adequada, tratamento oportuno e desfecho favorável. Também é necessário que os profissionais identifiquem fragilidades no processo de tratamento e evitem desfechos desfavoráveis para o paciente.

REESTRUTURAÇÃO DAS FORMAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ESPAÇO INTEGRADO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E MÉDICA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE CAMPO GRANDE (MS): RELATO DE EXPERIÊNCIA

Claudinei Ferro Souza, Jeferson Moraes Mota, Thais Aline Padua do Nascimento de Arruda, Ivone Cardoso de Moura, Beatriz da Silva Oliveira, Hugo Alves Sant'Anna, Jéssica Isabel Espinoza da Silva, Luciana Cristina Freixo dos Santos, Alyssa Maria Fernandes Shimizu

Ao longo das últimas décadas, uma revolução tecnológica tem transformado significativamente nossa forma de viver, especialmente no século XXI. Essa mudança afetou diversas áreas, incluindo a educação, onde as tradicionais salas de aula foram redesenhadas pela crescente demanda por informações e pelo surgimento de novas tecnologias e dispositivos eletrônicos. Nesse contexto, tornou-se evidente a necessidade de repensar o modelo de ensino, que antes se baseava exclusivamente na leitura e discussão de artigos, muitas vezes relegando os alunos a um papel passivo de meros receptores de informações, sem espaço para uma verdadeira troca de conhecimentos. Para lidar com esses desafios, foi estruturado o Espaço Integrado da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Residência em Medicina de Família e Comunidade na Unidade de Saúde da Família Alfredo Neder – CoopHavila II, em Campo Grande (MS), adotando uma abordagem inovadora no ensino. Através da implementação de metodologias ativas, o objetivo era não apenas melhorar o ambiente de aprendizado da residência, mas também desenvolver propostas para aprimorar o cuidado em saúde e a relação interprofissional. Essas metodologias desafiaram os estudantes a assumirem um papel mais ativo na construção do conhecimento, enquanto os professores atuaram como facilitadores desse processo. A preceptoria desempenhou um papel crucial, orientando os residentes e integrando valores éticos e práticos, ampliando o aprendizado e capacitando-os para lidar com uma variedade de demandas e casos complexos, ao mesmo tempo em que promovia uma abordagem inovadora no cuidado de saúde. A reestruturação do Espaço Integrado foi precedida por um estudo e planejamento pedagógico, envolvendo reuniões entre preceptores e outros colaboradores, incluindo o supervisor da unidade. Foi adotada uma abordagem de metodologia ativa, baseada em experiências reais ou simuladas para resolver desafios da prática social. Os encontros foram organizados em torno dos atributos essenciais da Atenção Primária à Saúde, utilizando métodos como o Método do Arco de Charles Maguerez, Espiral do Conhecimento, Estudo de Caso e Sala de Aula Invertida. Com a implementação dessas mudanças, os residentes foram divididos em turmas para participar dos encontros semanais, o que possibilitou um aprendizado compartilhado e prático. Essa reestruturação não só melhorou a organização das atividades, resolvendo questões como agendamento de salas e uso de equipamentos, mas também permitiu uma aplicação mais direta dos conceitos aprendidos na prática cotidiana. Além dos benefícios para os residentes, os preceptores também foram impactados positivamente, expandindo suas habilidades como educadores em saúde. Essa abordagem inovadora destaca a importância do contínuo aprimoramento tanto dos residentes quanto dos preceptores,

contribuindo para a capacitação e inovação em diversos campos profissionais. A reestruturação do Espaço Integrado elevou os padrões de ensino-aprendizagem, promovendo uma conexão mais estreita entre teoria e prática e enfatizando a importância do compartilhamento do conhecimento.

DERECHO A LA SALUD DEL MIGRANTE COMO DERECHO HUMANO O COMO BENEVOLENCIA DEL ESTADO: CONTROL DE CUERPOS, TERRITORIO Y FRONTERAS

Ricardo Molina Dominguez, Alexandre Marcondys Ribeiro Portilho, Thiago Nardoto do Carmo, Daniela Marisol Pérez Angarita, Diana Mariluz Pérez Angarita, Brunela Vieira de Vincenzi

El derecho a la salud está consagrado en la Declaración Universal de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, en el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, así como en las constituciones de diversos Estados. Sin embargo, en la práctica, el derecho universal a la salud no es tan universal ni tan garantizado, ya que los migrantes, al necesitar servicios de salud, a menudo desconocen que tienen derecho a acceder a ellos. Se enfrentan a barreras como el idioma, el respeto a la religión o a prácticas culturales, lo que pone de manifiesto la falta de capacitación de los profesionales de la salud para atender a migrantes, refugiados y apátridas, dejándolos vulnerables a sufrir violencia médica en sus diversas formas, como psicológica, física, obstétrica, sexual, negligencia e incluso la privación de cuidados. En este contexto, utilizamos el concepto de *Homo Sacer* de Giorgio Agamben para definir al migrante como una figura del derecho que, parafraseando a Hannah Arendt, “no tiene derecho a tener derechos”, por lo que no solo es susceptible de violencia, sino que esta violencia se permite contra él. Aunque teóricamente el derecho a la salud de los migrantes está garantizado por diversos instrumentos jurídicos internacionales y algunos Estados cuentan con normativas al respecto, en la práctica este derecho se ve violado, pues el Estado no lo garantiza realmente, presentándose como soberano y colocando al migrante fuera de la comunidad política, lo que convierte la violencia en una posibilidad no solo posible, sino necesaria, lo que hace que el migrante, en palabras de Agamben, sea una “vida desnuda”, despojada de derechos.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM CUIDADO DOMICILIAR NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE, ESPÍRITO SANTO

Aline Martins Batista Valli, Tiago Cardoso Gomes, Marilza de Souza Lima

A adesão terapêutica é essencial para o sucesso de qualquer tratamento. O abandono ou cumprimento inadequado das prescrições não apenas contribui para o insucesso terapêutico, mas também aumenta o risco de agravamento de doenças e até de mortalidade. A baixa adesão

medicamentosa interfere no controle de doenças como Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e Diabetes Mellitus (DM), cujos sintomas, quando controlados, melhoram a qualidade de vida dos pacientes. Quando há recorrência no descontrole dos sintomas de HAS e DM, as equipes de Atenção Básica podem incluir visitas domiciliares no acompanhamento, com profissionais diversos atuando sobre os fatores que afetam a adesão terapêutica. Assim, é importante entender como a Assistência Farmacêutica pode ser implementada de maneira eficaz no cuidado domiciliar. A partir disso, questionou-se como o acompanhamento domiciliar de pacientes crônicos pode contribuir para a efetividade da adesão à Farmacoterapia. Este trabalho descritivo, do tipo relato de experiência, abordou o acompanhamento e a assistência farmacêutica em domicílio de pacientes no território de saúde do distrito de Assunção, no município de Muniz Freire-ES, entre julho e outubro de 2023. Durante esse período, foram realizadas visitas domiciliares com uma equipe composta por Agente Comunitária de Saúde, Técnica de Enfermagem, Assistente Social e Farmacêutica da Equipe Multiprofissional Ampliada do ICEPi. A definição dos pacientes foi feita pela equipe da UBS, considerando a recorrência de descontrole da pressão arterial e do nível de glicemia, além de aspectos relacionados à adesão ao tratamento farmacológico, como o uso inadequado e/ou desuso de medicamentos. Foram selecionados 4 pacientes, com média de idade de 67 anos, sendo 3 mulheres e 1 homem. Duas pacientes tinham hipertensão e diabetes, a terceira era apenas hipertensa, e o paciente era apenas diabético, totalizando 9 visitas. O cuidado incluiu aferição da pressão arterial, medição de glicemia capilar, avaliação de auto-relato e observação das condições de vida, moradia e relações familiares. A assistência farmacêutica envolveu verificação da validade dos medicamentos, recolhimento de medicamentos vencidos, análise da prescrição médica para manutenção/atualização, contagem de medicamentos entre as visitas para evitar desuso, orientações sobre a importância da adesão ao tratamento e confecção de uma caixa organizadora para medicamentos, entregue aos pacientes na segunda visita. Após as visitas, observou-se uma melhora na adesão ao tratamento, com correção de problemas como o uso de doses subterapêuticas, uso de medicamentos não prescritos e mudanças nas atitudes dos pacientes, como maior atenção para o armazenamento e prevenção do uso de medicamentos vencidos e a redução do uso de medicamentos com prescrições vencidas. Conclui-se que o acompanhamento domiciliar de pacientes crônicos permite à equipe desenvolver cuidados de maneira integral e longitudinal, focando nas necessidades específicas de cada paciente. Em relação à implementação da assistência farmacêutica, esse acompanhamento proporcionou à farmacêutica a oportunidade de avaliar, no domicílio, as condições dos medicamentos dos pacientes e como eles eram administrados. Além disso, possibilitou a correção e resolução dos problemas identificados na baixa adesão medicamentosa de maneira assistida e eficaz. A experiência relatada também evidenciou a necessidade de ampliar o acesso à assistência farmacêutica domiciliar para outros territórios de saúde do município.

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE PARA MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

Daniela Marisol Pérez Angarita, Santos José Nze Ntugu Afumu, Ricardo Molina Domínguez, Diana Mariluz Pérez Angarita, Alexandre Marcondys Ribeiro Portilho, Karla Mayerling Paz Ledesma, Lucía Belén Pérez, Carlos Allencar Sérvulo Rezende Pereira, Beatriz de Barros Souza

A saúde é um direito humano fundamental para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. No Brasil, o acesso à saúde para todos os residentes no território nacional é garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e, no caso de migrantes e refugiados, esse acesso também é assegurado por diversos dispositivos legais, como a Constituição Brasileira. No entanto, migrantes e refugiados se encontram em situação de vulnerabilidade, fruto de um arranjo social que gera desigualdades. O direito à saúde para essas populações é garantido por instrumentos nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 196. Garantir o acesso desses indivíduos à saúde, porém, é um grande desafio, pois evidencia como a experiência cotidiana de acessar serviços públicos é marcada por desigualdades sociais estruturantes que, de forma específica, afetam negativamente essa população. O objetivo deste estudo foi analisar os aspectos relacionados ao direito à saúde dos migrantes e refugiados no Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura, analisando artigos científicos em diferentes bases de dados, como Biblioteca Virtual em Saúde, PubMed, Scielo e Science Direct, utilizando descritores como “Saúde dos migrantes”, “Saúde dos refugiados” e “Direitos humanos”. A análise revelou a existência de diversos documentos legais que orientam o direito à saúde, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, e a Convenção de Genebra de 1951. Conclui-se que o enfrentamento das desigualdades de acesso à saúde vivenciadas por migrantes e refugiados no Brasil requer a harmonização de políticas nacionais com leis internacionais, reconhecendo que políticas públicas precisam ter articulação internacional. Isso garante a aplicação dos princípios do SUS e influencia as dinâmicas e ações de saúde com um arcabouço jurídico-institucional robusto.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA FEBRE CHIKUNGUNYA NO ESTADO DE MINAS GERAIS NO DECURSO DOS ANOS DE 2020 A 2024

Thaís Estevão Bernardes, Gabriel da Silva Brazões Pereira, Marie Pacheco Laines Vicente, Rafaella Dhom Ferrari Matos Gomes

A febre Chikungunya é uma arbovirose causada pelo vírus CHIKV, transmitido pela picada de mosquitos fêmeas infectadas do gênero *Aedes*. Os principais sintomas da infecção aguda incluem febre, artralgia, dor de cabeça e edema, com alguns pacientes apresentando quadro persistente semelhante ao de osteoartrite crônica. Casos graves podem exigir internação hospitalar e até levar ao óbito. Considerando a classificação das arboviroses como um problema de saúde pública significativo,

analisar a prevalência, incidência, faixa etária e sexo mais afetados pela doença em Minas Gerais contribui para uma compreensão mais detalhada da Chikungunya na região. Esta pesquisa, utilizando dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), tem como objetivo traçar perfis epidemiológicos que auxiliem na elaboração e aplicação de intervenções mais eficazes no âmbito da saúde. O trabalho se baseia em uma pesquisa epidemiológica descritiva, analisando o número total de casos de infecção pelo vírus CHIKV no estado de Minas Gerais, de janeiro de 2020 a maio de 2024, além das notificações por faixa etária e sexo. De 2020 até 23 de maio de 2024, foram notificados 283.467 casos de febre Chikungunya em Minas Gerais. No primeiro ano, foram registrados 4.994 casos, número que subiu para 7.702 em 2021 e 17.111 em 2022. Em 2023, houve um aumento exponencial, com 129.731 notificações. Em 2024, até a presente data, foram registrados 123.731 casos, quase alcançando o total de 2023. A faixa etária mais afetada entre 2020 e 2023 foi a de 20-39 anos, com 53.078 casos, que, somados aos do ano vigente, chegam a 90.188, representando 32% do total de infecções no período analisado. Em 2024, a faixa etária de 40-59 anos passou a ocupar o primeiro lugar, com 39.366 casos, e, desde 2020, 89.186 pessoas desse grupo foram infectadas, o que corresponde a 31,5% do total. Em relação ao sexo, cerca de 60% das pessoas infectadas no estado durante os cinco anos analisados eram do sexo feminino. Os resultados destacam o aumento alarmante dos casos de febre Chikungunya em Minas Gerais nos últimos anos, com um elevado número de infecções nas faixas etárias de 20-59 anos e no sexo feminino. O perfil epidemiológico traçado permite o planejamento e a execução de intervenções direcionadas e políticas de saúde específicas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a saúde da população.

ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SUS TOCANTINS: INSIGHTS DO BOLETIM RETRATO

Danielle Ferreira da Silva, Michelle de Jesus Pantoja Filgueira, Gabriel Duarte de Oliveira, Tiago Pereira da Silva, Leide Idaine Barros da Silva, Carlos Felinto Júnior, Robson José da Silva, Ana Flavia Moreira Pires

O Boletim RetraTO é um produto do Observatório da Força de Trabalho na Saúde do Tocantins, desempenhando um papel essencial na consolidação das políticas de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Este boletim funciona como uma ferramenta de disseminação de conhecimento e qualificação das pautas da saúde, abordando de maneira estratégica os principais desafios da área. A equipe do Observatório está desenvolvendo um projeto inovador que vai além da análise da força de trabalho, abrangendo toda a Rede de Atenção à Saúde do SUS no Tocantins. O RetraTO foca nas questões relacionadas à força de trabalho no SUS do Tocantins, destacando desafios e incentivando a realização de pesquisas para aprimorar a gestão da saúde pública. Ele se torna uma ferramenta fundamental para compreender a dinâmica dos recursos humanos na saúde pública estadual, oferecendo uma análise completa dos principais desafios e oportunidades na gestão da força de trabalho. A publicação examina tendências demográficas, distribuição geográfica, perfil profissional e lacunas de pessoal, fornecendo

insights valiosos para melhorar políticas e práticas de recrutamento, formação e alocação de recursos humanos. Além disso, o boletim enfatiza a importância de medidas inovadoras e colaborativas para enfrentar os desafios emergentes, promovendo uma saúde mais acessível, equitativa e eficaz para todos os cidadãos do Tocantins. Em resumo, o Boletim RetraTO é uma peça-chave para a construção de um sistema de saúde mais robusto e eficiente, contribuindo significativamente para a melhoria da saúde pública no estado, por meio da disseminação de conhecimento e do incentivo à pesquisa e inovação na gestão da força de trabalho em saúde.

ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS DE ACESSO À TERAPIA ANTIRRETROVIRAL EM PORTO ALEGRE DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Daila Alena Raenck da Silva, Lara Colles de Oliveira Arauj, Sabrina Terezinha de Souza Gilli Brundo, Ataisa da Cunha Galan, Pauline Soares Ferrugem, Lia Fernanda Trajano da Silva, Adriano Cordeiro de Oliveira, Eduardo Emerim, Eudoxia Beatriz Meleu Sehn

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma das maiores catástrofes climáticas de sua história, causada por um volume significativo de chuvas que resultou em enchentes em diversos municípios, incluindo a capital Porto Alegre. A cidade foi fortemente afetada, o que levou à construção de abrigos provisórios para atender às vítimas dos alagamentos. Estas pessoas foram alocadas em diferentes locais da cidade, como ginásios, escolas e igrejas, totalizando 147 instalações e 12,8 mil desabrigados. Nesse contexto, diversas problemáticas surgiram, incluindo o aumento de doenças agudas e crônicas entre os abrigados, que, devido às inundações, perderam seus medicamentos. Este relato tem como objetivo descrever a estratégia adotada para garantir o acesso à terapia antirretroviral durante esse período de calamidade pública em Porto Alegre. Em 02 de maio de 2024, foi decretada a calamidade pública na cidade por meio do decreto N.º 22.647. Em resposta, a política de IST/HIV do município criou um sistema de comunicação para facilitar a solicitação e entrega da terapia antirretroviral às pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA) nos abrigos. Este sistema consistia em um link com informações mínimas, como dados pessoais do usuário, informações do profissional responsável pela solicitação e o endereço para o recebimento do medicamento. As informações preenchidas nos abrigos eram enviadas para análise dos médicos infectologistas, que avaliavam a situação do usuário no prontuário eletrônico, no sistema de exames e de dispensação de medicamentos. Caso o paciente apresentasse boa adesão ao tratamento e estabilidade da doença, a terapia antirretroviral era enviada rapidamente por transporte ao abrigo. Também havia a opção de retirada na unidade dispensadora de medicamentos antirretrovirais mais próxima, caso o usuário preferisse. Na primeira semana de implantação, foram registradas 289 solicitações, das quais 207 optaram pela entrega direta no abrigo, 41 realizaram a retirada no local desejado, e 41 estavam em perda de seguimento, necessitando de uma avaliação da equipe especializada para uma nova prescrição. Entre os 41 em perda de seguimento, 16 apresentaram quadro de aids avançada, caracterizando doença grave. A estratégia possibilitou, mesmo diante do cenário catastrófico, a identificação das PVHA e o acesso rápido à terapia antirretroviral,

evitando a interrupção do tratamento, o que poderia levar ao aumento da viremia e agravamento da doença. Além disso, garantiu aos usuários a opção de receber o medicamento no abrigo ou retirado em local mais conveniente, assegurando o sigilo do diagnóstico. Essa abordagem foi fundamental para identificar usuários em processo de adoecimento grave e reintegrar aqueles em perda de seguimento ao tratamento. Em resumo, a estratégia eliminou barreiras de acesso à terapia antirretroviral, garantindo a inclusão das PVHA em tratamento e oferecendo a elas um atendimento mais adequado e humanizado, mesmo em um momento de crise.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO APERFEIÇOAMENTO DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM SALA DE VACINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Rozaria Dias andreão, Solange Aparecida Mauro Fiorese, Joemilly Grecco Cezati,
Mirela Dias Gonçalves, Raiani Feu Cassandro, Maiara Soars Baratela, Aline Fabiane da Silva Moura,
Poliana Oliveira Nunes, Elizeth Carlos Vieira Toledo

A imunização é considerada uma das melhores estratégias para a prevenção de doenças imunopreveníveis, além de estimular o sistema imunológico e conferir proteção contra diversas doenças. A integração de diversos setores da saúde pode potencializar as ações preventivas nos territórios e promover a qualidade dos serviços prestados. Nesse contexto, a organização do processo de trabalho desempenha um papel importante no cenário de atuação dos profissionais em salas de vacina, proporcionando qualidade e criando laços de aproximação entre o usuário e o serviço, o que pode gerar vínculo e co-responsabilidade. Este estudo teve como objetivo refletir sobre a organização do processo de trabalho das equipes que atuam nas salas de vacina, abordando a adesão vacinal e a qualidade da atenção. Trata-se de um relato de experiência que se desenvolveu em diferentes momentos: identificação das necessidades de melhorias; diagnóstico situacional; planejamento e organização de uma proposta de intervenção; e avaliação das ações implementadas. Utilizaram-se encontros de Educação Permanente em Saúde (EPS) com as equipes envolvidas na imunização para escuta, diálogo e compartilhamento de experiências que impulsionassem a análise da situação de saúde. Os principais pontos de discussão incluíram o aprimoramento das práticas profissionais nas salas de vacina, os motivos da não adesão dos usuários à vacina, a cobertura vacinal, estratégias de acolhimento e humanização, e a necessidade de prevenção e promoção da saúde. Como resultado, observou-se a sensibilização das equipes para a organização do processo de trabalho e o aprimoramento das competências a partir da EPS. Percebeu-se que a condução das atividades teve um impacto positivo, promovendo maior interação entre o grupo, além de estimular o diálogo e a intersetorialidade. Durante as discussões, surgiu uma preocupação com a influência de notícias falsas sobre as vacinas, o que levou à criação e execução de estratégias de educação em saúde nas escolas e nas comunidades, além da implementação de estratégias de acolhimento e humanização nas salas de vacina, contribuindo para a melhora na acessibilidade. O uso de recursos tecnológicos também ajudou a aumentar a procura da população pelos serviços e, conseqüentemente, a cobertura vacinal. Em considerações finais, destacamos que a

EPS tem a potencialidade de transformar a realidade, qualificando as equipes que atuam nas salas de vacina, e contribuindo para o avanço da qualidade dos serviços de saúde. A participação ativa dos profissionais na organização do processo de trabalho é imprescindível e pode promover engajamento e co-responsabilidade pelas situações de saúde no território.

REFUGIADOS INDÍGENAS DESDE UMA LEITURA DA FILOSOFIA DA MIGRAÇÃO. O CASO DOS WARAOS EM VITÓRIA (ES)

Ricardo Molina Dominguez, Brunela Vieira de Vincenzi, Daniela Marisol Pérez Angarita, Alexandre Marcondys Ribeiro Portilho, Diana Mariluz Pérez Angarita

Em 2022, um grupo de indígenas Waraos, originários do Delta do Orinoco, na Venezuela, chegou à cidade de Vitória, vindo do estado da Bahia, após enfrentar uma série de violações de direitos e violências no contexto da crise humanitária que afeta a Venezuela. Esses indígenas entraram no Brasil pelo estado de Roraima e têm se deslocado por diversos estados, sempre em grupos. Os grupos são geralmente compostos por famílias extensas, incluindo adultos, mulheres, crianças e idosos, o que resulta em diversas vulnerabilidades e necessidades. Donatella Di Cesare, no livro *Extranjeros residentes, una filosofía de la migración* (2019), alerta que não há um esforço filosófico real sobre a migração, e que é urgente se debruçar sobre esse tema. A situação dos migrantes se agrava ainda mais quando se encontram em condições de refugiados, atravessados por outras vulnerabilidades, como o fato de serem indígenas, ou seja, corpos racializados que carregam características culturais específicas. Como explica Aníbal Quijano, essa condição resulta na exclusão e violência, com suas culturas, línguas, costumes e tradições sendo apagados, muitas vezes considerados inferiores e sem importância devido à colonialidade do poder. Para a realização desta pesquisa, foram consultadas diversas bases de dados com os descritores “migrantes”, “refugiados” e “Waraos no Brasil”. Também foi realizada uma revisão de documentos do ACNUR Brasil e da produção filosófica de Donatella Di Cesare e Aníbal Quijano.

MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL, VIOLÊNCIAS

Daniela Marisol Pérez Angarita, Alexandre Marcondys Ribeiro Portilho, Diana Mariluz Pérez Angarita, Adriana Esperanza Blanco González, Ricardo Molina Domínguez, Brunela Vieira de Vincenzi

O agravamento da crise econômica, social e das violações de direitos humanos na Venezuela tem levado a um aumento significativo do número de migrantes e refugiados venezuelanos pelo mundo. Em 2024, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) estima que mais de 5,4 milhões de venezuelanos tenham se deslocado para outros países. Esse deslocamento tem desencadeado uma série de fenômenos nos países anfitriões, como a xenofobia, dificuldades de acesso à moradia,

educação e trabalho. Este trabalho analisa as violências enfrentadas pelos venezuelanos em território brasileiro, levando em consideração que, apesar dos esforços do governo central, muitos relatos indicam dificuldades no acesso à saúde, educação, moradia, trabalho e outros direitos básicos. O objetivo é identificar como as violências sofridas pelos venezuelanos se processam no Brasil, considerando o alto número de indivíduos deste grupo, a diversidade dos locais de acolhimento e a necessidade de que as violências sejam tratadas como objeto de atenção dos governos locais, com o intuito de formular políticas públicas eficazes de enfrentamento. A metodologia utilizada baseia-se nas publicações e estudos apresentados pelas três principais instituições envolvidas no trabalho com refugiados: ACNUR, UNICEF e Ministério da Justiça, além dos relatos de experiência publicados em jornais locais. Os estudos indicam que os venezuelanos sofrem violências de natureza institucional ou social, em grande parte devido às dificuldades de comunicação (idioma), acesso a serviços básicos como saúde e educação, e à subvalorização de sua força de trabalho.

GESTÃO ESTRATÉGICA NO SUS TOCANTINS: A IMPLANTAÇÃO DO CIEGES PARA TOMADA DE DECISÃO

Paulo de Sousa Burgue, Wagner Santos de Jesus, Michelle de Jesus Pantoja Filgueira, Danielle Ferreira da Silva, Renata Tavares Nascimento, Matheus Crisanto Fauth Silva, Carlos Felinto Júnior

A Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), regulamentada pela Portaria GM/MS nº 1.768 de 30 de julho de 2021, estabelece diretrizes para a gestão da informação e informática no Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo é fortalecer o uso de tecnologias da informação para aprimorar a eficiência e a eficácia dos serviços de saúde, garantindo que informações precisas e relevantes estejam disponíveis para profissionais e gestores. Dentro desse contexto, o Programa SUS Digital, instituído pela Portaria GM/MS nº 3.232 de 1º de março de 2024, visa modernizar a infraestrutura digital do SUS, promovendo a integração de sistemas e dados para melhorar a gestão, a comunicação e o atendimento em saúde, trazendo oportunidades para a transformação digital do SUS. A Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins aderiu à rede do Centro de Inteligência Estratégica para a Gestão Estadual do SUS (CIEGES), uma iniciativa do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). O CIEGES é um projeto estratégico que visa apoiar a construção de uma inteligência gestora estadual, transformando dados em informações úteis para subsidiar a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas de saúde. O CIEGES TO atua como um centro de inteligência, coletando, analisando e compartilhando informações essenciais para a gestão da saúde no estado. Suas atividades incluem o monitoramento epidemiológico, a gestão de insumos e recursos humanos, e a análise de dados para otimizar o uso de recursos e melhorar os serviços de saúde. Este centro é crucial para a eficiência e eficácia do SUS, fornecendo dados atualizados e precisos que orientam decisões estratégicas e operacionais. Além disso, o CIEGES TO facilita o acesso a informações abrangentes, promovendo uma gestão mais informada e proativa. Ele integra diversas fontes de dados, desde indicadores de saúde até informações sobre recursos materiais e humanos, permitindo uma visão holística da situação de saúde no estado. Isso contribui para o planejamento estratégico e a alocação eficiente de recursos,

garantindo que as necessidades de saúde da população sejam atendidas de maneira eficaz. Por meio de suas atividades, o CIEGES TO promove a transparência e a accountability na gestão pública de saúde, assegurando que as decisões sejam baseadas em evidências e que os gestores tenham acesso às melhores informações disponíveis. Isso não apenas melhora a qualidade dos serviços de saúde, mas também fortalece a confiança da população no SUS. Em resumo, a implementação do CIEGES no Tocantins e a adoção de políticas como a PNIIS e o SUS Digital representam avanços significativos na modernização e eficiência da gestão de saúde pública no Brasil, garantindo que o SUS continue a oferecer um atendimento de qualidade, acessível e eficiente para toda a população.

MORTALIDADE INFANTIL EVITÁVEL NA MACRORREGIÃO SUL DE MINAS GERAIS, BRASIL, DE 2018 A 2022: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

Marie Pacheco Laines Vicente, Rafaella Dhom Ferrari Matos Gomes,
Thaís Estevão Bernardes, Gabriel da Silva Brazões Pereira

A mortalidade infantil é um importante indicador da qualidade da saúde pública, especialmente a mortalidade infantil evitável, cuja análise pode proporcionar melhorias nos serviços de saúde oferecidos à população. Este estudo epidemiológico descritivo tem como objetivo avaliar os óbitos infantis por causas evitáveis na macrorregião Sul de Minas Gerais, visando também viabilizar discussões sobre a saúde na região. No período analisado, Minas Gerais registrou um total de 15.718 mortes infantis evitáveis, das quais 562 ocorreram no Sul, representando 3,57% do total de mortes infantis evitáveis no estado. O estudo se baseia em dados fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), considerando a faixa etária de 0 a 4 anos, no período de 2018 a 2022. As informações relacionadas à mortalidade infantil por causas evitáveis foram analisadas por faixa etária, ano e causa, de modo a identificar falhas no serviço de saúde, dificuldades no acesso a esses serviços ou questões relacionadas ao aspecto sanitário e socioeconômico da macrorregião Sul. Durante o período de 2018 a 2022, observou-se uma flutuação considerável no número de mortes, com uma certa homogeneidade nos anos de 2018 e 2022: 125 casos em 2018, 115 em 2019, 93 em 2020, 100 em 2021 e 129 em 2022. Em relação à faixa etária, 293 das 562 mortes infantis evitáveis ocorreram entre 0 e 6 dias de vida, 77 entre 7 e 27 dias, 125 entre 28 e 364 dias e 67 entre o primeiro e o quarto ano de vida. Quanto às causas evitáveis, destacam-se: 120 mortes que poderiam ser reduzidas com a atenção à mulher durante a gestação, sendo 64 delas devido à síndrome da angústia respiratória do recém-nascido; 48 mortes relacionadas à atenção inadequada à mulher no parto, com 21 mortes devido à hipóxia intrauterina e asfixia ao nascer, e 16 devido à síndrome da aspiração neonatal; 167 mortes que poderiam ser prevenidas com a atenção ao recém-nascido, destacando-se 71 mortes por infecções do período neonatal e 66 por transtornos respiratórios e cardiovasculares no período neonatal. Com base nesses dados, observa-se uma estagnação significativa no número de mortes em 2018 e 2022, além de uma prevalência das mesmas causas ao longo do período analisado, com uma grande concentração

de mortes evitáveis de 0 a 6 dias de vida. Esses resultados sugerem uma possível falta de atenção no cuidado à gestante e ao recém-nascido, o que levanta questões sobre as necessidades de saúde dessa macrorregião, como a limitação de recursos ou a capacitação insuficiente das equipes de saúde. Além disso, é necessário considerar o acesso ao cuidado, as condições sanitárias e socioeconômicas, que podem influenciar diretamente o número e as causas dessas mortes, com o objetivo de promover a saúde e reduzir a mortalidade infantil evitável na Macrorregião Sul de Minas Gerais.

ESTRATÉGIAS DE ADESÃO À VACINAÇÃO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE: UMA EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA

Henrique Mendes Quintão, Ana Luísa Dantas de Oliveira, Clara Moretzsohn Neuenschwander, Eduarda Sophia de Melo Almeida, Esther Secunho Silva Tavares, Marinna Beatriz Roberto Aleixo, Larissa Pacheco Cabral, Shirlei Barbosa Dias

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a gripe mata mais de 500 mil pessoas por ano. A familiarização com a doença, somada à baixa adesão à vacinação, destaca a necessidade de desenvolver estratégias para informar e sensibilizar a sociedade sobre essa temática. Nesse contexto, aliado à importância da disseminação de informações seguras e embasadas cientificamente, são necessárias ações efetivas para promover a adesão da população às campanhas e à rotina de vacinação. Foi com esse objetivo que acadêmicos de Medicina se inspiraram para construir uma solução para essa demanda, identificada em uma Unidade Básica de Saúde. O objetivo deste estudo é relatar a experiência de acadêmicos de Medicina em ações relacionadas à campanha de vacinação em uma Unidade Básica de Saúde. Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, decorrente de uma ação extensionista da disciplina de Práticas de Saúde Coletiva, realizada pelos estudantes do 2º período do curso de Medicina de uma faculdade particular de Belo Horizonte (MG). A partir da identificação da baixa adesão à vacinação dos usuários na área de abrangência de uma unidade básica de saúde da capital mineira, os estudantes, acompanhados por uma docente, realizaram ações relacionadas às campanhas de vacinação contra a Influenza e a Covid-19. As ações ocorreram nas manhãs de quartas-feiras, nos meses de abril e maio de 2024, com o grupo se dividindo em duas etapas concomitantes: uma na sala de espera e outra na administração das vacinas. Uma sala anexa à sala de vacinação foi montada para atendimento dos usuários pelos estudantes e professora. Inicialmente, a proposta era apoiar a vacinação contra a Influenza, mas com a chegada da vacina contra a covid-19, o atendimento foi ampliado. Na sala de espera, eram distribuídos folhetos informativos, e os estudantes também orientavam os usuários, convidando-os a se dirigir à sala de vacina, onde realizavam a triagem, registravam as informações necessárias e aplicavam as vacinas, fornecendo orientações apropriadas. Durante todo o processo, os estudantes interagiram com o público, a professora e a equipe local, criando um ambiente confortável, seguro e privado. Durante o período mencionado, os alunos conseguiram alcançar aproximadamente 200 pessoas, incluindo idosos, crianças, profissionais de saúde e o público em geral, com a aplicação de 81 doses de vacinas, sendo 68 de Influenza e 13 de covid-19 (nova vacina

da Moderna). Com a sala de espera funcionando como um espaço de promoção de saúde, estima-se que os usuários atendidos se tornaram multiplicadores de informações sobre a vacina. As ações de extensão proporcionam aos alunos a oportunidade de atuar além das salas de aula, aplicando o conhecimento científico, promovendo troca de saberes e contribuindo para a sociedade. Além disso, a experiência vivenciada durante a campanha de vacinação permitiu perceber a importância da atuação do profissional na promoção de informações credíveis e baseadas em ciência, além de enriquecer a formação dos acadêmicos e futuros médicos.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES E TAXAS DE MORTALIDADE POR DENGUE NO BRASIL, DE JANEIRO 2014 ATÉ MARÇO DE 2024

Gabriel Oliveira Forzan, Rafaella Dhom Ferrari Matos Gomes,
Gabriel da Silva Brazões Pereira, Giovana Fantoni Guimaraes Castro

De 2014 até a atualidade, o Brasil tem enfrentado uma alta incidência de dengue, com surtos recorrentes que afetam milhões de pessoas. Fatores como urbanização desordenada, saneamento básico deficiente, clima favorável ao mosquito e dificuldades no controle do vetor contribuem para a persistência do problema. A dengue é uma arbovirose transmitida pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, com quatro sorotipos conhecidos até o momento. A infecção pode causar sintomas como febre alta, dores de cabeça, musculares e nas articulações, além de erupções cutâneas. Em casos graves, pode evoluir para dengue grave, caracterizada por sangramentos e choque hipovolêmico, podendo ser fatal se não tratado adequadamente. Este estudo epidemiológico descritivo, com base nos dados fornecidos pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), abrange o período de janeiro de 2014 a março de 2024, com o objetivo de comparar a distribuição das taxas de internação, mortalidade e óbitos entre as regiões brasileiras. A análise da morbidade hospitalar do SUS no Brasil revela que, em nível nacional, houve 120.262.564 internações e 5.640.455 óbitos, resultando em uma taxa de mortalidade de 4,69%. A região Sudeste, com 47.360.604 internações, apresenta a maior taxa de mortalidade, 5,57%, com destaque para o estado do Rio de Janeiro (RJ), que tem uma taxa alarmante de 7,23%. A região Sul registra uma taxa de 4,84% com 21.086.499 internações, enquanto a Região Nordeste tem uma taxa de 4,06% com 32.089.826 internações. A região Centro-Oeste apresenta uma taxa de 3,88% com 9.443.710 internações, e a região Norte, com a menor taxa de mortalidade de 3,04%, teve 10.281.925 internações. Esses dados evidenciam disparidades regionais significativas, com estados como RJ e SP enfrentando maiores desafios, possivelmente devido à urbanização intensa e à alta densidade populacional. Embora os estados da região Norte apresentem um clima mais favorável à proliferação do mosquito, esses estados tiveram resultados mais positivos, com 10.281.925 internações e 312.995 óbitos, resultando em uma taxa de mortalidade de 3,04%. A análise da morbidade hospitalar do SUS revela, portanto, disparidades regionais significativas na taxa de mortalidade, com estados como RJ e SP apresentando índices alarmantes, possivelmente devido à urbanização intensa e à alta

densidade populacional, uma vez que a espécie de mosquito que transmite a dengue é mais frequente em áreas urbanas, onde há aglomeração de pessoas e muitos locais propícios para a deposição de ovos. Segundo o Ministério da Saúde, a quase totalidade dos óbitos por dengue é evitável e depende, na maioria das vezes, da qualidade da assistência prestada e da organização da rede de serviços de saúde. Essas desigualdades entre as regiões refletem falhas na distribuição dos recursos de saúde recebidos por cada localidade e na implementação de políticas públicas eficazes, especialmente nas áreas de maior proliferação do mosquito. Portanto, uma possível solução seria fortalecer a atenção básica à saúde, especialmente nas áreas urbanas mais densas, por meio da expansão de programas como a Estratégia Saúde da Família (ESF).

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE DO TRABALHADOR DA SAÚDE: ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NA GESTÃO DO TRABALHO

Patricia Ferrás Araújo da Silva, Janete Lima de Castro, Paulo Moreira Silva Dantas, Maria Aparecida Dias

Os resultados apresentados fazem parte da pesquisa “Cuidando de quem cuida: a saúde do trabalhador da saúde no pós-pandemia da covid-19”, desenvolvida pelo Observatório de Recursos Humanos da UFRN, com financiamento do Ministério da Saúde. O cuidado com a saúde do trabalhador, que sempre foi uma pauta essencial, tornou-se, a partir dos desafios impostos pela pandemia, uma questão necessária, prioritária e inegociável, sob risco de esvaziamento da força de trabalho, seja por óbito, adoecimento ou exaustão desses profissionais que estão na linha de frente dos serviços essenciais de saúde. O objetivo deste estudo foi analisar como a prática de atividade física contribui para a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores da saúde. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com abordagem quali-quantitativa, envolvendo trabalhadores(as) ativos do Ministério da Saúde, lotados em Brasília nas Superintendências Estaduais, hospitais e institutos federais, ou nos Distritos Sanitários Indígenas, com amostra de conveniência, independente da modalidade de vínculo de trabalho. Os dados foram coletados por meio de um questionário online, composto por 35 questões fechadas e duas abertas, abordando informações sociodemográficas, educacionais, laborais, de saúde, adesão à atividade física e sobre a existência de espaços para a prática de atividade física no ambiente de trabalho. Participaram 562 trabalhadores, sendo 74% mulheres e 26% homens. Em relação ao perfil sociodemográfico, 88,4% se identificaram como heterossexuais, 47,3% como brancos, 39% como pardos, 5,9% como pretos, 2% como amarelos e 5,9% como indígenas. Quanto à saúde física, 51,6% dos participantes consideraram-na boa, 16,7% muito boa, 23,9% regular e 2,7% ruim. Em relação à saúde mental, 52,1% consideraram boa, 19,3% muito boa, 26% regular e 5,7% ruim. 34,9% dos trabalhadores não apresentaram doenças diagnosticadas, enquanto 65,1% referiram possuir alguma doença, com as mais prevalentes sendo: depressão, ansiedade, insônia, síndrome do pânico, sobrepeso, obesidade, hipertensão, doenças osteoarticulares e dislipidemia. Além disso, 72,4% tiveram covid-19, com os principais sintomas pós-covid sendo fadiga, dificuldades de linguagem, dores de cabeça, perda

de paladar, dores e fraqueza muscular, distúrbios do sono e depressão e ansiedade. Quanto à prática de atividade física, 61,9% dos participantes afirmaram praticá-la, porém 73,3% declararam que não há desenvolvimento de atividades físicas de promoção da saúde do trabalhador em seu local de trabalho. As considerações finais indicam que as estratégias de promoção da saúde, com foco na atividade física, podem contribuir significativamente para o combate às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), redução de fatores de risco, melhoria dos sintomas pós-covid e qualidade de vida no trabalho, resultando em benefícios para a instituição, como aumento da motivação e redução de afastamentos por doença. Nesse contexto, a promoção de atividades físicas é uma potente estratégia de gestão da saúde do trabalhador, pois, além de enfrentar e melhorar os sintomas mencionados, favorece a criação de ambientes de trabalho mais saudáveis, por meio de práticas coletivas que estimulam a socialização e integração das equipes, trazendo benefícios diretos tanto para os trabalhadores quanto para a gestão.

ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE CONTROLE DA DENGUE UTILIZANDO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Rozaria Dias andreão, Solange aparecida Mauro Fiorese, Joemilly Grecco Cezati, Mirela Dias Gonçalves, Raiani Feu Cassandro, Maiara Soares Baratela, Poliana Oliveira Nunes, Elizeth Carlos Vieira Toledo

A dengue é considerada uma das mais importantes arboviroses e um grande problema de saúde pública, o que exige ações intersetoriais voltadas à promoção e prevenção de agravos, especialmente para a saúde de crianças e adolescentes. A integração entre saúde e educação, fortalecida com o Programa Saúde na Escola (PSE), oferece uma oportunidade para trabalhar temas relevantes, capacitando os jovens a se tornarem disseminadores de informações sobre educação em saúde no combate e controle de vetores. Este estudo teve como objetivo sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da promoção e prevenção no combate aos criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, iniciando o trabalho no ambiente escolar e expandindo para a comunidade. O desenvolvimento do trabalho envolveu a instalação de uma sala de situação da dengue, composta por representantes das secretarias de saúde, obras, assistência social, educação, defesa civil e hospitais, com o intuito de monitorar, intensificar e criar propostas de ações de combate ao mosquito. Uma das propostas foi utilizar as escolas e projetos educativos voltados para crianças e adolescentes, com práticas educativas, como apresentações explicativas sobre a doença, rodas de conversa, músicas, orientações sobre as formas de transmissão da patologia, além de profissionais se vestindo de mosquito da dengue. Também foram utilizados recursos didáticos como cartazes ilustrativos, panfletos e a exibição de um aquário fechado com larvas e mosquito da dengue, para que os alunos pudessem conhecer e identificar possíveis focos no território. Além disso, foram realizadas atividades práticas nos bairros próximos à escola ou projetos supervisionados por profissionais de saúde, juntamente com panfletagem à população local. A Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) destaca que entre as responsabilidades territoriais das equipes de Estratégia de Saúde da

Família (ESF) estão as práticas educativas em saúde, aproximando-se da escola e promovendo integração intersetorial. Outro ponto importante é a inclusão das escolas como espaços para o desenvolvimento de práticas educativas em saúde, ampliando o acesso às informações e criando ambientes favoráveis ao desenvolvimento de práticas educacionais. Essa parceria promove o envolvimento dos educandos como principais veículos de promoção da saúde, a partir de conhecimentos teóricos e práticos no combate à dengue. Em considerações finais, destaca-se que a intersetorialidade é uma estratégia importante para promover saúde, prevenir riscos e agravos para a comunidade escolar. O envolvimento entre saúde e educação, desde a elaboração e execução das ações até o envolvimento da família e do território, deve ser articulado, valorizando saberes e práticas, com foco na integralidade do cuidado.

CONTRIBUIÇÕES DE ESTUDANTES DE MEDICINA NA SAÚDE DO IDOSO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bianca Alves Barros Dias, Joane de Carvalho Moreira, Alessivânia Márcia Assunção Mota

A Atenção Primária em Saúde (APS), como parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), utiliza a Estratégia Saúde da Família (ESF) como modelo organizador do cuidado à população adscrita, tendo na atenção domiciliar um serviço essencial de promoção e cuidado, especialmente para a população idosa. O curso de Medicina de uma instituição privada na Bahia tem priorizado a inserção precoce dos discentes nos serviços de saúde, com o objetivo de capacitá-los de forma mais eficaz para compreender as reais necessidades de saúde da população. Nesse contexto, este trabalho busca apresentar a experiência vivenciada durante as visitas domiciliares realizadas à população idosa do território da ESF, como parte da atividade prática do componente Medicina de Família e Comunidade. Durante três semanas, foram realizadas cinco visitas domiciliares à população idosa adscrita da unidade, acompanhadas por uma agente comunitária de saúde. No início, foi realizada escuta ativa, permitindo conhecer a história de vida, a realidade das pessoas atendidas e o nível de entendimento sobre seu processo de saúde. Em seguida, foram aferidos sinais vitais, como pressão arterial, medição de saturação, frequência cardíaca e glicemia, além de procedimentos básicos de triagem para rastreamento das doenças mais comuns nessa população. Por fim, com base na abordagem centrada na pessoa, procurou-se fornecer informações sobre a promoção e prevenção da saúde, destacando a importância de mudanças no estilo de vida, como melhorias na alimentação e a prática regular de atividades físicas. Também foi realizada a distribuição da caderneta do idoso, com orientações sobre o uso das informações nela contidas, e os estudantes ofereceram frutas e bolos especiais (sem adição de açúcar, glúten e lactose) como estratégia de socialização e vínculo com a população idosa atendida. As visitas domiciliares realizadas permitiram compreender a importância da atenção domiciliar promovida pela Estratégia de Saúde da Família, bem como a efetividade da utilização do método clínico centrado na pessoa. Durante o atendimento, foram identificados três casos de pacientes com alterações nos exames físicos e/ou sinais vitais, que precisaram ser encaminhados para a Unidade de Saúde, onde receberam atendimento personalizado e continuado. Esta experiência evidenciou a importância da inserção precoce dos estudantes de Medicina na comunidade, destacando a

relevância dos instrumentos da atenção primária em sua complexidade, a humanização do cuidado em ação e a eficácia da medicina centrada na pessoa.

HIPERDIA, ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIABETES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Isabela Melo Franco Guimarães, Fernanda Karoline Afonso Mendes, Grazielle Stela Novais, Izabella Almeida Santana, Ludmila dos Santos Dultério, Mara Martins Ribeiro

Este relato descreve a experiência de alunas do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, que conduziram um projeto de intervenção em um Centro de Saúde de Belo Horizonte, como parte do estágio obrigatório em Saúde Coletiva. O objetivo foi promover um espaço para discussão e orientações sobre estilos de vida saudáveis e o manejo do diabetes, visando fortalecer a relação entre os profissionais de saúde, os usuários do posto e a comunidade local. A ação ocorreu no dia 30 de abril e teve como público-alvo pessoas com diabetes, frequentadoras do Centro de Saúde e do Centro de Convivência. Foi realizada uma roda de conversa para ensinar pontos importantes sobre a diabetes, incluindo os sinais e sintomas de hipoglicemia, hiperglicemia e as complicações da doença. Além disso, dinâmicas focaram na alimentação adequada e promoveram uma reflexão sobre o valor da vida. Ao final, foi aplicado um questionário de feedback para avaliar a eficácia da intervenção. Durante a roda de conversa, com a participação de cerca de 17 pessoas, o ambiente favoreceu o aprendizado e o compartilhamento de experiências. Os participantes apresentaram dúvidas e relataram barreiras que dificultam o cuidado integral da diabetes. As dinâmicas permitiram esclarecer questionamentos, desmistificar ideias erradas sobre a doença e criar um espaço de escuta, oferecendo estratégias para adaptar o tratamento à realidade de cada indivíduo. Em conclusão, o projeto abordou uma questão de grande relevância de maneira interativa, criando um ambiente acolhedor e informativo para o esclarecimento de dúvidas e facilitação do diálogo. As atividades realizadas contribuíram para a educação em saúde e o engajamento comunitário, destacando a importância da atuação da enfermagem em contextos comunitários e reforçando o compromisso com a educação e a prevenção de doenças crônicas.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM SALA DE ESPERA DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE COREAÚ (CE)

Anael Queirós Silva Barros, Yara Edwirges de Albuquerque Fontenele, Rodrigo Barros Sousa, Rosiane de Paes Borges Herculano, Ticiane Oliveira de Albuquerque, Aldenora Oliveira do Nascimento Holanda

A sala de espera de uma unidade básica de saúde (UBS) é um espaço importante para a prática educativa de promoção da saúde, sendo um local onde ações multidisciplinares de educação são

frequentemente realizadas, tornando-se uma estratégia fundamental na atenção básica. O objetivo desta experiência foi promover uma atividade de educação nutricional para os usuários de uma unidade básica de saúde no município de Coreaú, CE. A atividade foi proposta pela nutricionista que atua na unidade de saúde. Inicialmente, a intervenção incluiu uma pesquisa de preços de alimentos saudáveis no comércio local, como frutas, verduras, legumes e carnes, com o intuito de apresentar aos usuários opções de baixo custo financeiro e possíveis substituições para alimentos frequentemente consumidos, como os industrializados e ultraprocessados. Em seguida, foram colocadas cartazes com as comparações de preços dos alimentos pesquisados, destacando as diferenças nutricionais entre eles. Durante a ação, os usuários participaram ativamente e demonstraram interesse no assunto. Assim, a atividade mostrou-se eficiente em influenciar as escolhas alimentares dos usuários, incentivando o consumo de alimentos in natura e acessíveis. Em considerações finais, ressalta-se que atividades de educação alimentar e nutricional realizadas na sala de espera são estratégias importantes para disseminação de informações. Essa prática deve ser incentivada por todos os profissionais de saúde, pois o conhecimento multiplicado e transmitido a coletividades é uma estratégia essencial para a promoção da saúde.

MATRICIAMENTO COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO SOBRE A LÓGICA MEDICALIZANTE NA ESCOLA, UMA CARTOGRAFIA NO TERRITÓRIO

Amanda de Jesus Silva Ramos, Maria Goretti Andrade Rodrigues

A imposição do saber médico, enquanto produtor de verdades sobre o sujeito, tem permeado o espaço escolar, especialmente em contextos de educação inclusiva. Em São José de Ubá – RJ, após o retorno das aulas presenciais no final de 2021, o município enfrentou uma defasagem de aprendizagem entre seus alunos, uma consequência esperada pela suspensão das aulas durante a pandemia de coronavírus. No entanto, um novo fenômeno se impôs: o aumento dos laudos médicos, prescrições medicamentosas e solicitações de mediadores escolares. Esta pesquisa aborda o uso do matriciamento como ferramenta de intervenção para desconstruir a lógica medicalizante nas escolas, propondo encontros horizontais entre uma psicóloga/pesquisadora, a equipe pedagógica e os professores/mediadores. O plano de ação envolve encontros com esses profissionais para alinhar ações de matriciamento e promover a educação inclusiva, rompendo com a visão patologizante das dificuldades de aprendizagem. A pesquisa se baseia na metodologia da pesquisa interventiva participativa, utilizando a cartografia, e abrange cinco escolas e uma creche municipais que atendem alunos da Educação Infantil ao 5º Ano do Ensino Fundamental, nas zonas urbana e rural. A proposta é identificar as falhas nos sistemas de ensino e promover o reconhecimento das singularidades dos alunos, proporcionando um novo modo de ensino que valorize a diversidade. O objetivo é que a psicologia, ao considerar a complexidade dos processos subjetivos, vá além da simples manipulação de rótulos e laudos, desconstruindo a associação entre “doenças do não aprender” e a diversidade escolar, visando uma educação mais inclusiva e sensível às necessidades de cada aluno.

PROPOSTA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM SAÚDE MENTAL COLETIVA

Elizabete Bertele, Margarete Isoton de David

A formação de profissionais de saúde representa um dos maiores desafios na atualidade. A formação de profissionais com habilidades adequadas, alinhadas aos princípios e diretrizes dos sistemas de saúde, é uma estratégia crucial para qualificar os sistemas de saúde. No entanto, o distanciamento entre as práticas formadoras e as diretrizes do sistema de saúde brasileiro tem gerado mudanças pouco significativas nas práticas de cuidado, na democratização da gestão e na politização do controle social. Esse distanciamento tem sido objeto de preocupação do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e das instituições formadoras. Para enfrentar essa situação, foi instituída, em 2004, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, uma proposta estratégica destinada a transformar e qualificar as práticas de saúde, a organização das ações e serviços, os processos formativos e as práticas pedagógicas na formação e no desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, tanto no setor público quanto no privado. A política ministerial para a saúde mental tem exigido a criação de estratégias para consolidar uma política de saúde mental que esteja alinhada aos princípios do SUS e da reforma psiquiátrica, promovendo a integralidade do cuidado de forma longitudinal e articulada com as Redes de Atenção Psicossocial. Nesse contexto, o objetivo desta proposta é qualificar profissionais na área de saúde mental, conforme os pressupostos do SUS e da Política Nacional de Saúde Mental, para a gestão do cuidado, avaliação, condução e formulação das políticas públicas de saúde mental. Para isso, foi elaborada uma proposta de Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde Mental Coletiva, com 360 horas/aula, destinada a profissionais de diferentes áreas do conhecimento. A construção da proposta pedagógica contou com a participação de três discentes das áreas de Psicologia, Serviço Social e Enfermagem, com experiência profissional na área da Saúde Mental. A grade curricular foi desenvolvida em torno de dois eixos temáticos: um sobre os conhecimentos específicos em Saúde Mental Coletiva e outro sobre conhecimentos transversais no campo da saúde. As disciplinas foram agrupadas em cinco módulos temáticos, incluindo uma disciplina que prevê a imersão dos estudantes em serviços de saúde mental, com carga horária representando 22,2% do total do curso. Os professores convidados para ministrar as disciplinas são profissionais com experiência teórica e prática, o que favoreceu uma aproximação significativa com o mundo do trabalho. Os principais resultados evidenciados na formação de especialistas em saúde mental incluem o conhecimento ampliado sobre o processo saúde-doença, especialmente em relação aos transtornos mentais, considerando os diferentes aspectos da vida social, e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes necessárias para o planejamento e execução de propostas interventivas e de atenção integral dentro do paradigma da Reforma Psiquiátrica e das diretrizes do Ministério da Saúde e Educação.

OFICINAS DOS LAÇOS: A CULINÁRIA COMO INSTRUMENTO DE AUTONOMIA, INSERÇÃO E REABILITAÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Renata da Conceição Silva Chaves, Larissa Costa do Prado, Jéssica Pereira Sampaio de Melo, Mariana Santos Sabino, Luciana Azevedo Maldonado, Juliana Honorato Rodrigues, Isadora Padilha da Silva, Danielle Jeniffer de Oliveira Martins Lameira, Monique Coelho de Oliveira

Os transtornos psiquiátricos são os principais fatores responsáveis pelo aumento da morbimortalidade global, principalmente devido à sua natureza crônica e incapacitante. No entanto, essa cronicidade é exacerbada pela institucionalização, que provoca o isolamento social dos indivíduos afetados, mais do que pela própria natureza da doença. O acesso a serviços de saúde, apoio social e a participação em práticas de educação em saúde são fundamentais para o tratamento dessa população. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram criados como dispositivos da rede de saúde para oferecer assistência especializada a pessoas com transtornos psiquiátricos moderados a graves, com foco na redução de danos e reintegração social. Contando com uma equipe multidisciplinar, incluindo psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas e assistentes sociais, os CAPS promovem a autonomia, autoconfiança, reintegração social e expressão da subjetividade dos usuários. A atuação da equipe de nutrição nos CAPS é pautada pela política de redução de danos psicossociais e nutricionais, promovendo uma alimentação saudável entre os usuários mais vulneráveis. No CAPS do estudo, uma importante estratégia terapêutica é a oficina culinária, onde os usuários preparam alimentos para venda e consumo na unidade, com foco na reabilitação psicossocial, alimentação saudável, autonomia e desenvolvimento de habilidades culinárias. O objetivo deste estudo é relatar o papel da oficina culinária como geradora de cuidado, reintegração, reabilitação e geração de renda no tratamento dos usuários do CAPS UERJ. O estudo foi realizado no CAPS de um município do Rio de Janeiro, com atividades semanais no Laboratório de Nutrição, envolvendo em média 15 usuários de ambos os sexos. A coleta de dados foi realizada por meio de observações diretas nas oficinas culinárias e anotações sobre as principais falas e avanços observados. Os resultados mostraram que as oficinas culinárias contribuíram para a reintegração dos usuários ao mercado de trabalho, por meio de atividades geradoras de renda e autonomia. Os participantes desenvolveram habilidades culinárias e trocaram experiências, promovendo um ambiente de aprendizagem compartilhada. A equipe observou, por exemplo, usuários em situação de rua sendo capazes de preparar receitas básicas, e relatos de usuários e familiares destacaram o aumento da confiança para cozinhar em casa e diversificar as preparações. Conclui-se que as oficinas culinárias proporcionaram aos usuários a oportunidade de exercitar sua autonomia e independência psicossocial, além de gerar uma fonte de renda dentro de suas condições, melhorando sua qualidade de vida. As oficinas terapêuticas cumprem seu papel de reabilitação psicossocial, oferecendo espaços de inclusão e interação social para os usuários do CAPS.

VIVÊNCIAS DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM UMA COMUNIDADE RURAL

Juciane Queiroz Marques, Elizete Tavares Magalhães, Ricardo Fonseca Farias,
Adriane Gama de Lima, Gabriel Ferreira de Brito

A formação acadêmica em enfermagem, por meio de programas de extensão universitária, ultrapassa os limites das salas de aula, proporcionando uma maior aproximação com a vivência profissional nas comunidades. Essas experiências são fundamentais para a formação dos futuros enfermeiros, pois permitem uma compreensão mais profunda das necessidades da comunidade, preparando-os para os desafios e responsabilidades da profissão. O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de enfermagem de uma instituição privada de Manaus, por meio de um projeto de extensão universitária realizado em uma comunidade rural. Trata-se de um estudo descritivo exploratório, do tipo relato de experiência, realizado entre março e abril de 2024. A ação envolveu várias etapas, incluindo a definição de objetivos e metas, planejamento e execução. As atividades realizadas na ação incluíram consultas de enfermagem, aferição de sinais vitais, orientações sobre planejamento familiar, realização de exames preventivos e educação em saúde. A experiência permitiu interações com os moradores da comunidade, por meio de palestras de educação em saúde e consultas, proporcionando assistência e orientação sobre a prevenção de problemas de saúde, como infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e educação sexual para evitar gravidez indesejada. Observou-se que a comunidade tinha conhecimento limitado sobre esses temas, mas demonstrou interesse nas discussões. Também foi notada a ausência de gestantes, com relatos de que, quando presentes, buscaram assistência na capital, enfrentando dificuldades quanto à continuidade e qualidade dos cuidados de saúde. A oferta de serviços de saúde nas áreas rurais é intermitente, devido à concentração dos serviços na área urbana e às dificuldades de acesso. Foi evidente a importância das ações de saúde nas comunidades rurais, em contraste com a realidade urbana, e esse contato proporcionou aos acadêmicos o aprimoramento das capacidades gerenciais necessárias para a profissão. A extensão universitária desempenha um papel crucial na formação dos estudantes de enfermagem, enriquecendo seus currículos acadêmicos e proporcionando experiências práticas significativas. Durante a ação, os alunos puderam realizar uma variedade de atividades de enfermagem, como consultas e educação em saúde, sob a supervisão de professores. Embora desafios como a falta de acesso contínuo aos serviços de saúde tenham sido observados, essas experiências permitiram aos alunos compreender a importância da assistência em ambientes desafiadores, destacando a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para as comunidades rurais.

DESAFIOS DA GESTÃO DO CUIDADO RELACIONADO À PREVENÇÃO DE QUEDAS EM PESSOAS IDOSAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Gabrielle Vieira Roriz, Moyra Mayrink Castro de Almeida, Paulo André Rodrigues de Sousa, Bianca Tavares, Érica Giovana Lopes Alves, Raquel Borges Linhares, Gabrielly Fernanda Silva, Juliana Martins Pinto

A ocorrência de quedas na população idosa é um dos principais problemas de saúde pública, que exige cuidados formais e informais. Este fenômeno é multideterminado e sensível ao rastreio e à prevenção na Atenção Primária à Saúde (APS). Embora muitos municípios e unidades de saúde ofereçam serviços preventivos, tais ações se mostram desafiadoras para as equipes e gestores. O objetivo deste trabalho é descrever e discutir os principais desafios encontrados na implementação do Circuito Multissensorial de Prevenção de Quedas em uma região do Distrito Federal. O Circuito Multissensorial de Prevenção de Quedas é um programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde com o objetivo de promover o envelhecimento ativo, melhorar a capacidade funcional e prevenir quedas por meio de atividades multicomponentes que estimulam a participação ativa e a interação social. As atividades são realizadas durante dois meses, duas vezes por semana, com duração de 90 minutos. O circuito é composto por dez estações e atende até 20 idosos simultaneamente. As avaliações pré e pós-intervenção incluem o Índice de Vulnerabilidade Clínica-Funcional (IVCF-20), o teste de força dos membros superiores, o teste de levantar-se e sentar-se (30 segundos) e o Miniexame de Estado Mental (MEEM). Para a realização das estações de exercícios, foram disponibilizados materiais como degraus, bambolês, argolas, halteres, caneleiras, cama elástica, colchonetes, cones, discos de equilíbrio, bola suíça, entre outros. Gestores locais e profissionais da E-multi foram treinados para serem responsáveis e multiplicadores do circuito nas suas unidades. As ações de treinamento, avaliação, intervenção e reavaliação dos usuários idosos são realizadas em parceria com professores, estudantes extensionistas e estagiários da Universidade de Brasília. Em 2023, o circuito multissensorial foi realizado em quatro Unidades Básicas de Saúde na região de Ceilândia, em Brasília-DF, com a atividade ocorrendo durante três meses, em grupos de aproximadamente 10 idosos, por meio da integração ensino-serviço. Durante o processo de implementação, gestores locais, profissionais, estudantes e professores vivenciaram e avaliaram criticamente o circuito e, após reuniões de equipe, identificaram os seguintes desafios comuns: 1) Aplicação de critérios objetivos para classificação do risco de quedas e do nível funcional; 2) Diversidade no grau de funcionalidade dos usuários (elegibilidade); 3) Conservação e reposição de materiais não previstas; 4) Treinamentos insuficientes e insegurança das equipes; 5) Profissionais com carga horária e rotina de trabalho incompatível com a participação na ação; 6) Dificuldade de implementar ações baseadas em evidências científicas (avaliação e intervenção); 7) Dificuldade em sistematizar e analisar as informações coletadas; 8) Ausência de diálogo e participação social no processo de construção, elaboração e implementação do programa. Em considerações finais, o programa tem mostrado ser positivo e tende a mobilizar as equipes e a comunidade para o cuidado da população idosa, especialmente para a prevenção de quedas. Contudo, para que a implementação seja efetivada e as ações alcancem os objetivos desejados, é essencial adotar estratégias para superar os desafios identificados e utilizar os recursos de forma adequada.

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À CULTURA E LAZER NA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL: EXPERIÊNCIAS DO CAPS UERJ

Anália da Silva Barbosa, Ana Laura Borges, Clara Vilhena Nascimento, Tatiana Campos Fernandes

Localizado na Policlínica Piquet Carneiro e integrante da rede de atenção psicossocial do município do Rio de Janeiro, o Centro de Atenção Psicossocial da UERJ (CAPS UERJ) é dedicado ao atendimento de usuários com transtornos mentais graves e persistentes, com uma abordagem de trabalho alinhada aos princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira e à perspectiva de desinstitucionalização. O projeto “Universidade e Atenção Psicossocial: saúde mental, cultura, lazer e território”, em andamento desde 2023, visa promover ações que reforcem os paradigmas da Atenção Psicossocial na assistência e na formação no CAPS UERJ, utilizando o trabalho territorial e o acesso à cultura e lazer como estratégias fundamentais. Com duração prevista de 24 meses, o projeto realiza visitas bimensais a espaços culturais e de lazer na cidade, com escolha dos locais e planejamento das visitas feitos colaborativamente entre a equipe e os usuários. Após cada visita, é realizada uma avaliação que revisa registros audiovisuais e permite aos participantes compartilhar suas experiências, discutindo os significados individuais e coletivos, desafios e impactos. Até o momento, foram realizadas seis saídas com 15 usuários, consolidando ações integradas nos campos da assistência, pesquisa, ensino e extensão, e observando uma contribuição significativa para a socialização e integração dos participantes na cidade, além de efeitos positivos na clínica e na qualidade de vida, fortalecendo o vínculo com a instituição e a implicação com seus Projetos Terapêuticos Singulares (PTS). Para a Universidade e a Policlínica Piquet Carneiro, reconhecer o território como direção do cuidado, abrangendo dimensões subjetivas e existenciais dos sujeitos, é fundamental para o avanço na construção de políticas públicas em saúde mental, transcendendo o espaço físico institucional e investindo em formas inovadoras de cuidado. Por meio deste projeto, reafirmamos o território como um locus de potencialidades e garantimos também a formação de profissionais alinhados aos princípios da Atenção Psicossocial e do Sistema Único de Saúde.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORES DE TEA E DI EM CASAS DE ACOLHIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ewelyn Farias Luna, Luana Maria Barbosa da Silva, Maria Jardiele da Silva Fideles, Bruna Eduarda Silva Maranhão, Moisés Davi da Silva Bomfim, Elielma Maria da Veiga Silva, Audrey Moura Mota Gerônimo

A adoção é um ato de amor, mas ainda existe um padrão estabelecido na escolha das crianças a serem adotadas. Quando se trata de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Intelectual (DI), observa-se uma invisibilidade, preconceitos e dificuldades

enfrentadas por esses indivíduos nos lares de adoção. A Lei nº 12.955/2014 acrescenta ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) a prioridade nos processos de adoção para crianças e adolescentes com deficiência que se encontram em abrigos. O presente estudo relata a experiência vivenciada por discentes do curso de Enfermagem acerca das dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes com TEA e DI em um lar de acolhimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, do tipo relato de experiência, construída a partir da vivência de acadêmicos de Enfermagem durante uma visita de campo ao Lar Batista Marcolina Magalhães, em Maceió, Alagoas, Brasil, realizada em abril de 2024. A atividade integrou a disciplina de Saúde Coletiva e Programas de Saúde, com o objetivo de promover a aproximação dos estudantes com diferentes formas e ambientes de atuação do profissional enfermeiro. Durante a visita, foram realizadas atividades lúdicas com as crianças, como pintura facial, entrega de presentes, pintura em desenhos e lanche coletivo. Ao longo da visita, observou-se o vínculo emocional das crianças com as cuidadoras e a carência de atenção, carinho e conversa, o que facilitou a aproximação com os estudantes. Ficou evidente também o desejo das crianças de sair daquele lar e ter uma família. Nesse contexto, a adoção não pode ser vista como uma forma de suprir faltas subjetivas, mas como uma oportunidade de proporcionar bem-estar e amparo afetivo. O enfermeiro desempenha um papel fundamental ao acolher essas crianças, atender às suas demandas específicas e oferecer suporte às futuras famílias. A experiência evidencia os estigmas da adoção, com a ideia de que a deficiência é um fardo e a dependência uma barreira permanente. Essa é uma das principais dificuldades que as crianças enfrentam ao retornar ao convívio familiar. O que se espera é o desenvolvimento de um ambiente familiar saudável e um tratamento individualizado com um adulto. A pesquisa também ressalta a necessidade de um maior aprofundamento do tema, visando capacitar os enfermeiros a atuar de maneira integral e longitudinal com esse grupo social, sendo essencial para uma adoção não tardia, além de promover um acolhimento e vínculo eficazes entre as crianças e seus adotantes.

OFICINAS DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SAÚDE: UMA ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES PARA AUMENTO DO INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE NO ESTADO DE MT

Maria da Penha Ferrer de Francesco Campos, Rosiene Rosa Pires

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma iniciativa de transferência de renda condicionada para famílias em situação de pobreza, com o objetivo de promover o acesso a direitos sociais básicos e romper o ciclo intergeracional da pobreza. O recebimento do benefício está vinculado ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. No campo da Saúde, as condicionalidades se aplicam às famílias com crianças menores de 7 anos e/ou gestantes, e incluem: I – realização de pré-natal; II – cumprimento do calendário nacional de vacinação; III –

acompanhamento do estado nutricional de crianças de 0 a 7 anos. De acordo com a PNAB 2017, as atribuições dos profissionais de Atenção Básica (AB) incluem: “XXV – Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais; XXVI – Acompanhar e registrar no Sistema de Informação da Atenção Básica e no mapa de acompanhamento do PBF (e outros programas equivalentes) as condicionalidades de saúde das famílias beneficiárias.” Nesse contexto, a Gestão Estadual do PBF na Saúde da COPS/SAS/SES-MT implementou um calendário de 14 oficinas sobre a gestão das condicionalidades de saúde, direcionadas a gestores municipais e profissionais da Atenção Básica, responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades no SUS. Os resultados da 2ª vigência de 2018 mostraram uma cobertura de 73,05%, que aumentou para 80,16% na 2ª vigência de 2019, refletindo um acréscimo de 7,11% em um ano, atribuído à realização das 14 oficinas de capacitação. Participaram das oficinas 384 profissionais de 70 municípios do estado e referências regionais lotadas em 14 Escritórios Regionais de Saúde de MT. Em 2019, a meta de cobertura pactuada foi de 73%, e o estado superou essa meta, alcançando 80,16% de acompanhamento, com um total de 319.360 beneficiários, dos quais 255.997 foram acompanhados pela saúde. Em relação às crianças, a Atenção Básica acompanhou 78.323 delas (70,17%) das 111.615 para acompanhamento na saúde, com 99,76% com o calendário vacinal em dia e 96,11% com dados nutricionais coletados. Quanto às mulheres, 177.674 (85,52%) das 207.740 mulheres foram acompanhadas, com um aumento de 3.511 mulheres em relação à vigência anterior. Além disso, o estado identificou 5.967 gestantes, superando a estimativa de 4.368 gestantes em 136,61%.

UMA IMERSÃO NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL COMO GRADUANDOS DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Hemilly Kathielen Lima Nascimento, Cleo Aimê Silva Santos, Simone da Silva Oliveira,
Rebeca Santos Santana, Daniele Ramos Rodrigues, Engracia Figueredo Lima

O Atendimento Pré-Hospitalar (APH) é fundamental no sistema de saúde, proporcionando cuidados imediatos a vítimas de urgência e emergência, antes da chegada ao hospital. Por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU – 192), realizam-se rápidas para estabilizar pacientes em estado grave, com o potencial de salvar vidas e reduzir sequelas. Este estudo pretende relatar a imersão de graduandos do curso de Enfermagem de uma instituição de ensino superior privada, durante um estágio supervisionado no SAMU – 192. O relato descreve a aproximação dos discentes ao campo de práticas, por meio de estágios curriculares realizados no SAMU, situado no interior da Bahia, que conta com duas Unidades de Suporte Básico e uma Unidade de Suporte Avançado, atendendo uma região de 34 municípios. Durante o estágio, os discentes foram acolhidos pelo serviço, acompanhados por preceptoras, e realizaram o reconhecimento da Central de Regulação das Urgências, infraestrutura, instrumentos de trabalho e a equipe envolvida na intervenção e gestão do serviço. Na primeira semana, participaram de uma reunião técnica com o Núcleo de Educação às Urgências

para conhecer o Regimento Interno de Estágio dos cursos de Enfermagem. Para o planejamento das atividades do plantão, a preceptora do dia organizava uma escala, distribuindo os discentes entre as áreas de gestão, prática assistencial e produção técnica, incluindo a busca de evidências como protocolos operacionais e fluxogramas de atendimento. Os discentes participaram de atendimentos a acidentes de trânsito e emergências clínicas, realizando procedimentos de suporte básico e avançado de vida sob supervisão. A experiência exigiu raciocínio crítico e reflexivo para avaliar rapidamente os usuários, administrar medicamentos, imobilizar fraturas, controlar hemorragias e desenvolver comunicação eficaz com a equipe e os pacientes. Os desafios incluíram a tomada de decisões rápidas em situações de alta pressão e a gestão do estresse diante de casos graves e cenas inusitadas. Como resultado, houve um aprimoramento significativo das habilidades técnicas, atitudinais e interpessoais, como empatia, trabalho em equipe e resiliência. Os discentes participaram ativamente de briefings e *debriefings* de situações reais de urgência. Assim, a imersão no cenário do SAMU – 192 foi crucial para uma formação interativa, aproximando o ensino-serviço e a comunidade, e preparando os futuros profissionais para os desafios do atendimento de urgência e emergência, com foco nas necessidades dos usuários. A experiência proporcionou uma visão realista do exercício da enfermagem no contexto pré-hospitalar, integrada à pesquisa, assistência e gestão.

VIDA RIBEIRINHA: A EXPERIÊNCIA EXITOSA DA FISIOTERAPIA NA ESRF AMPLIADA (ÁREA 14).

Amanda Marla da Silva Lima

Os ribeirinhos são pessoas que residem em casas flutuantes ou nas margens dos rios, em comunidades de baixa renda, e dependem da floresta para o sustento básico, sendo vulneráveis a várias doenças e com dificuldades de acesso ao atendimento de saúde. A Fisioterapia tem sido uma das especialidades mais procuradas nessas regiões. No entanto, realizar procedimentos fisioterapêuticos nessas comunidades enfrenta consideráveis desafios devido à escassez de materiais, à falta de espaços adequados e à complexidade logística do transporte, disponibilidade de materiais e os desafios ambientais e de percurso. Durante o período de um ano de trabalho na área ribeirinha, iniciado em 6 de março de 2023, com uma população estimada de 2.200 habitantes na região abrangida, a equipe da Unidade Básica de Saúde Irmã Adonai, na área 14, realizou 1.001 procedimentos. Desses, 712 foram em pacientes do sexo feminino e 289 em pacientes do sexo masculino. Essa disparidade pode ser atribuída às diferenças nos padrões de busca por cuidados de saúde entre os gêneros e à maior incidência de condições de saúde nas mulheres que exigem intervenções fisioterapêuticas, como dor crônica, distúrbios musculoesqueléticos relacionados à gravidez ou questões específicas de saúde feminina. Além disso, foram conduzidas atividades laborais e ações no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE). Nas comunidades ribeirinhas de Aratamã, Missão, Flutuantes, Vila Bastos, Santa Clara, São Jorge e Santa Maria do Glória, observou-se que cada uma delas possui de dois a quatro pacientes em tratamento funcional, com evolução positiva em seus quadros clínicos, o que demonstra a eficácia das intervenções realizadas. Esses resultados indicam

não apenas o alcance dos serviços de saúde em áreas remotas, mas também a melhoria significativa na qualidade de vida e funcionalidade dos habitantes ribeirinhos. O trabalho beneficia pessoas que vivem em locais de difícil acesso, sendo muitos agricultores que não têm tempo nem recursos financeiros para buscar tratamento na cidade. Durante a estação seca, muitas comunidades ficam isoladas devido à redução do nível dos rios, dificultando o acesso a atendimentos básicos de saúde, e o deslocamento para essas áreas pode levar de duas a três horas de caminhada após a chegada da embarcação. Observa-se que o trabalho agrícola contribui para o surgimento de diversas patologias, especialmente transtornos musculoesqueléticos, comprometendo a saúde dos agricultores. Ao analisar as patologias diagnosticadas durante as visitas às comunidades, constatou-se que as dores musculoesqueléticas foram as mais prevalentes nessa população. Nesse contexto, a fisioterapia desempenha um papel fundamental no vínculo entre saúde e agricultura, sendo uma opção importante para o alívio da dor e para o retorno dos indivíduos às suas atividades diárias.

PERFIL DOS PACIENTES QUE REALIZAM FISIOTERAPIA NO CEREST VALE DE GRAVATAÍ E BONS VENTOS

Danúbia Graziela Pareira Ferreira, Gabriele Cristina de Souza Flores, Bianca Vieira fernandes, Gisele Góes

A fisioterapia desempenha um papel essencial na promoção da saúde e reabilitação de diversas condições, e nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), ela é fundamental para a recuperação e manutenção da qualidade de vida dos trabalhadores. Este artigo visa traçar o perfil dos pacientes atendidos nos CEREST Vale de Gravataí e Bons Ventos, analisando suas características demográficas, as condições de saúde mais frequentes e os desafios enfrentados. Para isso, foram analisados dados demográficos, clínicos e ocupacionais dos pacientes que buscaram tratamento fisioterapêutico nos referidos centros, a partir de prontuários eletrônicos e avaliações fisioterapêuticas, abrangendo atendimentos tanto em grupo quanto individuais. Durante a análise, observou-se predominância de mulheres entre 34 e 60 anos, principalmente nas profissões de costureira, serviços gerais, doméstica, cozinheira e auxiliar de escritório, enquanto os homens, na faixa etária de 19 a 50 anos, foram mais representados nas profissões de metalúrgico, técnico em manutenção e auxiliar de produção. As mulheres relataram queixas principalmente relacionadas à dor na coluna, enquanto a depressão foi a condição mais prevalente. Já entre os homens, a tendinopatia de ombro foi a queixa mais comum. Esses resultados indicam uma clara diferenciação entre os grupos, tanto nas características demográficas quanto nas patologias apresentadas. As mulheres, com idades mais avançadas e ocupações ligadas ao trabalho doméstico e de serviços, destacaram-se por queixas relacionadas à coluna e uma prevalência de depressão, possivelmente explicadas pelas exigências físicas e emocionais dessas funções, além das pressões sociais ligadas aos papéis de gênero. Por outro lado, os homens, mais jovens e com trabalhos manuais e técnicos, apresentaram uma alta prevalência de tendinopatia de ombro, provavelmente devido aos movimentos repetitivos e posturas inadequadas. Esses achados sugerem a importância de abordagens diferenciadas para cuidados e prevenção entre os gêneros, além de reforçar a necessidade

de estratégias de saúde ocupacional adaptadas às particularidades de cada profissão. O perfil dos pacientes atendidos nos CEREST Vale de Gravataí e Bons Ventos evidencia a relevância desses centros para a promoção da saúde ocupacional, com destaque para a necessidade de intensificar as medidas preventivas nos ambientes de trabalho e garantir a continuidade dos tratamentos fisioterapêuticos. Os CERESTs desempenham um papel fundamental na promoção da saúde dos trabalhadores e na reabilitação de lesões, contribuindo para a criação de ambientes de trabalho mais seguros e para a formação de uma força de trabalho mais saudável.

ANEMIA FERROPRIVA NA PRIMEIRA INFÂNCIA RIBEIRINHA: DESAFIO PARA O ATENDIMENTO NO PERÍODO DE ESTIAGEM

Gabriel Protásio Paulino

A carência de ferro é a deficiência nutricional mais prevalente no mundo, afetando quase dois bilhões de pessoas, especialmente crianças (lactentes e pré-escolares) em países emergentes. Este estudo foi desenvolvido para contribuir com o planejamento de estratégias baseadas em práticas clínicas fundamentadas em evidências, visando o controle da anemia ferropriva e o estado nutricional de crianças atendidas por profissionais da atenção básica, com foco na atuação da enfermagem na área 14 durante o período de estiagem de 2023, voltado à primeira infância ribeirinha das comunidades no Lago de Tefé/Rio Solimões, de setembro a dezembro de 2023. A questão é desafiadora, especialmente por envolver a primeira infância ribeirinha e a maior seca dos últimos anos, o que cria uma tríade de dificuldades sociais, culturais, ambientais e econômicas singulares. O estudo concentra-se em estratégias preventivas, como a suplementação de ferro e a fortificação da dieta, alinhadas aos princípios doutrinários do SUS, com ênfase na equidade e universalidade. O combate à anemia ferropriva deve ser uma prioridade, com esforços para implementar políticas públicas adequadas, promovendo o envolvimento da comunidade e a otimização dos serviços de saúde para atender essa demanda com qualidade. A amostra foi composta por 217 crianças cadastradas no PEC, com idades de 0 a 5 anos, no Lago de Tefé/Rio Solimões, e o acompanhamento foi realizado com 92 crianças, das quais 53 foram avaliadas durante as consultas de puericultura. Todas as 53 crianças avaliadas apresentaram sinais e sintomas sugestivos de anemia ferropriva, como fraqueza, tontura, falta de apetite, dificuldade cognitiva, hipocoloração de membros periféricos, baixa perfusão sanguínea e baixo peso para idade, alterações que podem estar relacionadas as condições socioeconômicas, culturais e ambientais. Apenas 13 crianças não apresentaram os retornos esperados, devido a não adesão aos cuidados prescritos, como alimentação e suplementação de ferro. Por outro lado, 40 crianças foram tratadas e acompanhadas adequadamente, com um plano nutricional específico (com cardápio regional adaptado), o que gerou resultados positivos. Para as 13 crianças com dificuldades de adesão, foram realizadas intervenções individualizadas para garantir assistência regular. O combate à deficiência de ferro deve começar com maior atenção no acompanhamento pré-natal, para reduzir o baixo peso ao nascer, a prematuridade e a anemia materna, além de incentivar o aleitamento

materno exclusivo e promover consultas de puericultura de qualidade, com orientações sobre alimentação saudável, especialmente fontes ricas em vitaminas e ferro. A elaboração de cardápios conforme a oferta local é essencial. Essas estratégias são fundamentais para reduzir a prevalência de anemia em crianças de 0 a 5 anos, fortalecendo as práticas clínicas baseadas em evidências, conforme o AIDPI, e destacando a atuação da enfermagem nas comunidades ribeirinhas.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DAS VIAGENS ITINERANTE DA UBS FLUVIAL EM TEFÉ

Patrick Narciso Porto de Sousa

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) tem sido um pilar fundamental na promoção de saúde e bem-estar para as populações ribeirinhas do Brasil. Dentro desse contexto, destacam-se as Unidades Básicas de Saúde Fluvial (UBSF), que utilizam embarcações como meio de transporte para alcançar áreas remotas e de difícil acesso. Este trabalho tem como objetivo relatar o impacto significativo que a intensificação da assistência de saúde trouxe para a promoção da saúde nas populações ribeirinhas de Tefé, localizado no estado do Amazonas. As comunidades que habitam as regiões ribeirinhas de Tefé enfrentam diversos desafios, incluindo carência no acesso à saúde, educação e informação, entre outras necessidades básicas. Nesse cenário, a estratégia da UBS Fluvial tem se mostrado vital, proporcionando avanços significativos na promoção da saúde por meio da implementação dos programas estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Fortalecer e expandir as ações de saúde na zona rural é essencial para garantir a cobertura adequada a essas populações marginalizadas. Durante os 34 dias de viagem da UBS Fluvial Vila de Ega, foram realizados 2.112 atendimentos, incluindo 903 atendimentos médicos, 1.199 atendimentos de enfermagem e 684 atendimentos odontológicos. Além disso, foram aplicadas 2.532 doses de vacinas como parte das atividades de imunização e realizados 2.490 exames laboratoriais para diagnóstico e acompanhamento de saúde. A equipe da farmácia atendeu a 2.503 receitas médicas, fornecendo um total de 5.766 medicamentos. Esses resultados refletem o amplo alcance da UBS Fluvial na prestação de serviços de saúde básica às comunidades ribeirinhas de Tefé. A diversidade de atendimentos realizados, juntamente com a oferta de medicamentos e vacinação, destaca o compromisso da equipe de saúde em atender às necessidades dessas populações remotas, reforçando a importância do acesso contínuo aos serviços de saúde básica nessas regiões. A UBS Fluvial Vila de Ega desempenha um papel crucial ao levar assistência médica e educação em saúde diretamente às comunidades situadas nas margens do Lago Tefé, Rio Tefé e Rio Curumita. A realização de atividades de assistência e educação em saúde durante a viagem da UBS Fluvial demonstrou ser uma estratégia eficaz na promoção da saúde e prevenção de doenças entre as populações ribeirinhas. Os atendimentos médicos, a aplicação de vacinas, a oferta de medicamentos e as orientações sobre saúde foram essenciais para atender às necessidades básicas dessas comunidades remotas. A equipe da UBS Fluvial está comprometida em continuar com as atividades de prevenção de saúde, garantindo que mensalmente sejam enviados kits de medicamentos pelos técnicos e agentes comunitários de saúde (ACSs), uma prática que se intensifica especialmente durante o período de estiagem.

IMPLEMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE PENICILINA BENZATINA NO TRATAMENTO DA SÍFILIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Juliana Peterle de Nadai, Mirela Dias Gonçalves, Daniele Dias Louzada,
Maiara Soares Baratela, Clay Graziotti Assef

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma estratégia fundamental para a atualização e aprimoramento das competências profissionais, sendo essencial na melhoria do cuidado à saúde. Este estudo tem como objetivo descrever a experiência da implementação da administração da Penicilina Benzatina (PB) na Atenção Primária à Saúde (APS), utilizando a EPS, com foco no acesso e adesão ao tratamento da sífilis. O relato de experiência foi realizado nos municípios de Barra de São Francisco, Vila Pavão, Alto Rio Novo, Mantenópolis e Água Doce do Norte, com enfermeiros atuantes no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (Qualifica-APS), entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. O processo formativo incluiu quatro encontros síncronos online, onde foram discutidos temas como fisiopatologia, epidemiologia, manejo da sífilis, procedimentos de enfermagem, legislações vigentes e o protocolo de administração da PB. Além disso, ocorreu um encontro presencial para o desenvolvimento das habilidades práticas na aplicação da Penicilina Benzatina. Como resultado, observou-se que os profissionais demonstraram sensibilidade e potencial para modificar suas práticas, a partir de reflexões críticas sobre a importância de superar as barreiras no tratamento da sífilis. Houve adesão dos profissionais à implementação do protocolo, com atitudes pró-ativas na reorganização do serviço e busca de apoio da gestão municipal. O processo formativo proporcionou o aprimoramento de conhecimentos e habilidades, gerando maior segurança na execução do protocolo. A EPS se mostrou uma ferramenta eficaz para reflexão crítica e compartilhamento de experiências, sensibilizando os profissionais e a gestão municipal, superando fragilidades que dificultavam a implementação do procedimento. Como resultado, os cinco municípios adotaram o protocolo de tratamento da sífilis na APS, evidenciando o protagonismo do enfermeiro nas mudanças no cenário de prática. Através da EPS, os profissionais desenvolveram autonomia e segurança na realização do procedimento, melhorando o acesso ao tratamento para os usuários, com redução do abandono e impacto no cenário epidemiológico da sífilis. A utilização de metodologias ativas possibilitou que os enfermeiros aprendessem de forma autônoma e participativa, promovendo o diálogo e potencializando o processo de ensino-aprendizagem. Em conclusão, o estudo demonstrou que a EPS ampliou os saberes, possibilitou a quebra de paradigmas e resultou em maior autonomia e segurança na execução do procedimento, estreitando as barreiras de acesso e melhorando a adesão ao tratamento da sífilis. O maior limitador para a implementação do procedimento foi identificado como a insegurança dos profissionais enfermeiros.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PESSOAS COM DIABETES MELLITUS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS ESTRATÉGIAS QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS EM PROL DA SAÚDE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Gustavo Gomboski, Suzane Beatriz Frantz Krug, Renita Baldo Moraes, Magda de Souza Reis, Jessica Vargas Lopes, Eduarda Salton Grando, Marcus Vinicius Schefer

A diabetes mellitus (DM) está se tornando uma doença epidêmica, com a Organização Mundial da Saúde estimando que, até 2045, mais de 1 bilhão de pessoas no mundo possam ser afetadas pela condição. No Brasil, o número de casos aumentou de 16,8 milhões em 2019 para mais de 20 milhões em 2023. Esta doença silenciosa pode resultar em complicações irreversíveis para a saúde e prejudicar significativamente a qualidade de vida dos pacientes. O estilo de vida é um dos principais fatores responsáveis pelo agravamento da DM, e diversas estratégias de educação em saúde têm sido discutidas como forma de prevenir o avanço da doença e melhorar a qualidade de vida dos acometidos. O objetivo deste estudo foi investigar e descrever as estratégias de Educação em Saúde para adultos e crianças com diabetes mellitus, desenvolvidas no Brasil, por meio de uma Revisão Bibliográfica de artigos publicados entre 2003 e 2021 nas bases de dados PubMed, Scielo e Google Acadêmico. Foram encontrados 81 artigos em língua portuguesa, dos quais oito foram selecionados e analisados para este trabalho. As estratégias de educação em saúde evoluíram ao longo da história da educação sanitária no Brasil, passando de um modelo “bancário” para um modelo mais participativo, que considera as peculiaridades de cada indivíduo e comunidade. As abordagens adotadas incluíram ações criativas adaptadas para diferentes públicos e regiões, focando na promoção de habilidades de autocuidado, ensino individualizado sobre o uso de medicações e orientações personalizadas para a elaboração de planos alimentares adequados. Todos os artigos analisados destacaram a natureza epidêmica da DM e a importância da mudança no estilo de vida como forma de prevenção. Embora a tecnologia digital tenha sido pouco explorada nas estratégias descritas, as ações educacionais incluíram palestras, abordagens orientativas nos consultórios, postos de saúde, unidades hospitalares do SUS e no Programa Saúde na Escola (PSE), além de abordagens em grupo em espaços comunitários. A maioria dessas estratégias foi conduzida por profissionais de enfermagem, com o enfermeiro desempenhando um papel central na implementação das ações. O aumento dos casos de DM e suas consequências deve ser amplamente discutido para que, por meio de ações de educação em saúde e mudanças no estilo de vida, seja possível reduzir esses números no Brasil. O uso mais efetivo da tecnologia poderia ampliar o alcance das estratégias de educação em saúde, e o maior envolvimento de equipes multiprofissionais poderia potencializar a disseminação de ações que visem reduzir os riscos de agravamento da DM e melhorar a qualidade de vida da população.

ANÁLISE DO AUMENTO DO NÚMERO DE CASOS DE MIOPIA NO SÉCULO XXI: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Thaís Peixoto Alves Ramos, Samara Valentim dos Santos Lima, Maria Lucelia da Hora Sales

A miopia é um problema de saúde pública caracterizado pela diminuição da acuidade visual para objetos distantes, causado por um globo ocular mais “alongado”, resultante na formação da imagem antes que a luz atinja a retina. A condição geralmente se manifesta em crianças por volta dos 3 ou 4 anos e tende a evoluir até os 21 anos. No século XXI, a miopia atingiu níveis epidêmicos em algumas regiões do mundo, e os indivíduos míopes apresentam um maior risco de desenvolver outras doenças oculares graves, como glaucoma, descolamento de retina e degeneração macular míope, que podem levar à cegueira irreversível. Diante disso, torna-se essencial investigar os fatores ligados à progressão da doença, visto que alguns podem ser atenuados por mudanças no estilo de vida. Este estudo tem como objetivo analisar as causas do aumento crescente dos casos de miopia, buscando compreender melhor a relação entre os comportamentos atuais e a disseminação dessa patologia. Trata-se de uma revisão de literatura integrativa, com base em artigos científicos publicados entre 2021 e 2024, nos idiomas português e inglês, obtidos por meio de buscas nas bibliotecas virtuais, como o Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como “causas de miopia”, “fatores de risco para miopia” e “epidemia de miopia”. Os resultados indicam que, segundo um artigo publicado no *Ophthalmology Journal*, o número de míopes duplicou nos últimos 50 anos, com a previsão de que 50% da população mundial será míope até 2050. Estudos recentes sugerem que a miopia possui componentes genéticos e ambientais, como a exposição à luz natural e o uso excessivo de telas. No entanto, os fatores genéticos sozinhos não explicam o aumento tão rápido de casos. A pesquisa também revelou que crianças que passam ao menos 40 minutos ao ar livre por dia têm 23% menos chance de desenvolver miopia, enquanto o risco para a doença é duas vezes maior entre aqueles com formação universitária em comparação aos que estudaram até os 16 anos. Conclui-se que as mudanças drásticas no estilo de vida no século XXI, como a redução do tempo ao ar livre e a realização de atividades que exigem menos esforço visual em ambientes fechados, são fatores ambientais sugestivos para o aumento do risco de desenvolvimento da miopia.

IDENTIFICANDO E COMBATENDO O ETARISMO ENTRE TRABALHADORES E USUÁRIOS DO SUS, NA ATENÇÃO PRIMÁRIA – ÁRES DE PLANEJAMENTO 5.3 – RIO DE JANEIRO

Deise Tavares Oliveira, Leila Maria Moreira Rangel Marino

Diante da diversidade observada entre os trabalhadores do SUS, este trabalho destaca a diversidade etária como um fator de enriquecimento, valorização e reflexão sobre os profissionais

que atuam no Sistema Único de Saúde, especialmente na Atenção Primária. Com a presença tanto de jovens quanto de profissionais mais experientes, cujas vivências e formações, acadêmicas ou empíricas, são somadas aos avanços tecnológicos, é possível perceber, de forma crescente, o fenômeno do “etarismo” nos ambientes de saúde, tanto nas interações com a população quanto entre colegas de trabalho. O etarismo, entendido como discriminação baseada em estereótipos relacionados à idade, se manifesta por piadas, ofensas, exclusão social ou comportamentos que marginalizam indivíduos de diferentes faixas etárias. Os avanços da medicina, da tecnologia e o acesso à informação possibilitaram tratamentos antes impensáveis, transformando doenças letais em condições tratáveis. Além disso, as inovações farmacológicas, robóticas e diagnósticas proporcionaram cirurgias mais eficazes e rápidas, garantindo uma recuperação mais segura e o acolhimento integral do paciente, desde o atendimento até o retorno à rotina. A conscientização sobre envelhecimento saudável, a prática de atividades físicas e as mudanças no estilo de vida, juntamente com o entendimento dos malefícios do tabagismo e do alcoolismo, têm contribuído para o aumento de pessoas com mais de 60 anos ativas no mercado de trabalho. Neste novo contexto, onde a troca de experiências intergeracional é valorizada, a diversidade etária dos colaboradores do SUS na Atenção Primária se apresenta como um ponto positivo e enriquecedor. Este tema é relevante não apenas para a saúde dos profissionais, mas também para o bem-estar dos usuários, e busca-se promover um ambiente inclusivo, que valorize as potencialidades de cada faixa etária. Para tanto, é essencial aprimorar a qualidade do serviço prestado à população idosa, estimulando a empatia, a valorização da diversidade social, cultural e etária. A proposta é desenvolver políticas de inclusão, qualificação pessoal e educação permanente para combater o etarismo e todas as formas de discriminação presentes no cotidiano, garantindo que os espaços de atuação do SUS sejam acolhedores e respeitosos a todos, independentemente de suas condições ou características.

O IMPACTO DA COVID-19 EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS, ANTES E APÓS A IMUNIZAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Pollyanna Pazito Pereira, Celia Regina Nascimento Recco, Giovanna Seabra Ramalho, Hélia Rita Leite de Oliveira, Vilma Azevedo Canuto Pereira, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa

Este relato de experiência descreve o trabalho intersetorial realizado pela vigilância epidemiológica em parceria com as 25 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizadas no município de Vila Velha (ES) durante a Pandemia de covid-19, com o objetivo de avaliar o impacto da vacinação no controle de surtos do vírus nas ILPI. Entre abril de 2020 e agosto de 2021, uma equipe multidisciplinar realizou o monitoramento diário das ILPI, auxiliou na condução de casos positivos ou suspeitos e orientou sobre os procedimentos de isolamento. Foram elaborados Planos de Contingência, realizados testes RT-PCR em 100% das ILPI com casos positivos de covid-19, além de inspeções sanitárias para sanar eventuais irregularidades e coordenar a operacionalização da

vacinação contra a covid-19. Durante o período monitorado, foram realizados 2.383 testes RT-PCR, com 150 (29,70%) casos positivos entre idosos e 163 (32,47%) entre funcionários. O maior número de óbitos de idosos institucionalizados ocorreu antes da vacinação (36 óbitos), em comparação com os óbitos após a imunização (7 óbitos). Após a conclusão do esquema vacinal (2 doses da Coronavac) iniciado em 18/01/2021, o monitoramento foi encerrado e a assistência às ILPI passou a ser realizada pelas unidades de saúde do território. O trabalho intersetorial foi fundamental para controlar a infecção nas ILPI e orientar proprietários e funcionários sobre os protocolos a serem seguidos durante a pandemia, e a vacinação com a Coronavac teve um impacto positivo no controle das infecções por covid-19, com uma redução significativa nos surtos e na mortalidade entre os idosos, quando comparado ao mesmo período de 2020.

GARANTIR O DIREITO À ALIMENTAÇÃO PARA FORTALECER O DIREITO À SAÚDE

Mayara Suelirta da Costa, Verônica Cortez Ginani, Leonor Pacheco Maria Pacheco Santos

O direito à alimentação é fundamentalmente interdependente ao direito à saúde, sendo essencial para promover o bem-estar de indivíduos, comunidades e territórios. O acesso à alimentação adequada é um direito básico, intrinsecamente relacionado ao direito à vida, e sua negação equivale à negação da cidadania. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância de garantir o direito à alimentação como forma de fortalecer igualmente o direito à saúde. Trata-se de um ensaio teórico reflexivo, destacando que a luta pelo direito à alimentação ocorreu de maneira compartilhada e coletiva, com forte atuação dos movimentos sociais, especialmente diante do intenso abandono da população pelo Estado, da violação de direitos e da pobreza gerada durante a ditadura militar, que marcou a perda de direitos civis e políticos essenciais e consolidou o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. O combate à fome como prioridade dos governos depende do posicionamento político e do compromisso das autoridades com a sociedade. No governo de Lula, já em seu primeiro mandato em 2003, a luta contra a fome foi uma marca importante, com a criação de programas e políticas como o Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Bolsa Família, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), entre outras ações voltadas para a redução da pobreza, promoção da cidadania e da Segurança Alimentar e Nutricional, o que, em 2014, tirou o Brasil do mapa da fome. No entanto, em 2022, o Brasil voltou a figurar no mapa da fome, em um cenário de crise econômica, redução dos investimentos públicos, fake news, propagação de ódio e desmantelamento de políticas sociais, agravado também pela pandemia de Covid-19. Portanto, o direito à alimentação continuará a ser negado se as políticas públicas não o compreenderem de forma integral e intersetorial, enfrentando a longa cadeia que vai do acesso ao alimento até sua utilização biológica pelo corpo. Negar o direito à alimentação é negar o direito à saúde, pois ela é central para a própria cidadania. Portanto, ao fortalecer o SUS, é fundamental fortalecer também a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO CAMPO

Mayara Suelirta da Costa, Verônica Cortez Ginani, Leonor Pacheco Maria Pacheco Santos

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política de segurança alimentar e nutricional que garante que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o programa, no mínimo 30% sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância do PNAE como estratégia de fortalecimento da segurança alimentar no campo. Trata-se de um ensaio teórico reflexivo, que destaca como o PNAE, ao tratar a alimentação escolar como um tema multidisciplinar, se torna intersetorial, ampliando as possibilidades de retorno social da política. A compra direta da agricultura familiar fixa os recursos disponibilizados pelo FNDE nas regiões, gera renda local, promove uma alimentação saudável, fomenta hábitos alimentares positivos e fortalece a produção local e circuitos curtos de distribuição. Além disso, o programa prioriza a aquisição de produtos provenientes de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e grupos formais e informais de mulheres, com a Lei garantindo que pelo menos 50% da venda seja feita em nome das mulheres. Ao gerar emprego e renda, o PNAE também contribui para a melhoria da alimentação das famílias dos agricultores, incentiva a cooperação, cria novos espaços para a comercialização de alimentos, amplia iniciativas de produção orgânica e agroecológica, e promove o resgate da cultura alimentar regional. Assim, um dos caminhos para avançar na garantia da segurança alimentar no campo é fortalecer e promover programas como o PNAE.

INSERÇÃO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE EM TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS

Mayara Suelirta da Costa, Osvaldo Peralta Bonetti, Kelly Dandara da Silva Macedo, Daniel Marcos de Sousa Santos, Olga Maria de Alencar, Rosalia Souza Gomes, Luciana Tavares Barbosa

Ser trabalhador(a) no Sistema Único de Saúde (SUS) é atuar no mais complexo sistema de saúde pública do mundo, o que envolve inúmeros desafios. Esse trabalho exige das instituições de ensino uma formação sensível para profissionais da saúde, capacitando-os para atuar em territórios com diversas vulnerabilidades que impactam diretamente o processo de saúde-doença das pessoas e comunidades. No processo de formação da residência, todo o território deve ser convidado a refletir e produzir espaços de saúde e qualidade de vida, sendo este o modo de formação que se constrói, gerando respostas coletivas. O objetivo deste relato é refletir sobre a inserção do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica (PRMAB) da Escola de Governo Fiocruz Brasília em territórios

vulnerabilizados do Distrito Federal (DF). A decisão política da Coordenação Política Pedagógica (CPP) do Programa é oferecer campos de residência nesses territórios. Atualmente, o PRMAB Fiocruz Brasília atua em 15 Unidades Básicas de Saúde (UBS) em diversas Regiões Administrativas do DF, como Gama, Samambaia, Taguatinga, Ceilândia, Guará, entre outras, com aproximadamente 100 residentes divididos em duas turmas. Esses territórios, embora desafiadores, são marcados por vulnerabilidades sociais, mas também por suas potencialidades, diversidade cultural, saberes e práticas populares, conhecimentos técnicos-científicos e uma pluralidade de povos. A residência em saúde é uma das estratégias de formação para o SUS e também uma força de trabalho multiprofissional para o território que a recebe. O PRMAB Fiocruz Brasília atua em espaços próximos à realidade cotidiana das pessoas e comunidades, permitindo a formação de profissionais mais alinhados às diretrizes do SUS, compreendendo as necessidades dos territórios, especialmente os mais vulnerabilizados, e criando espaços de aprendizagem e transformação social. A escolha de atuar nesses espaços também visa educar para a cidadania, o bem-viver e a saúde a partir dos problemas cotidianos, utilizando a educação como instrumento para a construção do conhecimento com vistas a uma ação ética e política nos territórios da Atenção Básica, em articulação com as demais redes de cuidado do SUS. O processo de formação do PRMAB Fiocruz Brasília, considerando a atuação do SUS em espaços vulnerabilizados, propicia uma formação crítica que contribui para a leitura da realidade, considerando a diversidade e a complexidade do contexto sócio-histórico-cultural desses territórios.

INTOXICAÇÕES E ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DO SUS

Amanda Mamed de Gusmão Lobo, Genize Kaoany Alves Vasconcelos,
Rana Andressa Castelo Branco Feitosa, Mareni Rocha Farias, Marcelo Campese

O Amazonas, o maior Estado brasileiro em extensão territorial, possui grande parte de seu território ocupado pela Floresta Amazônica e seus rios, o que implica em desafios significativos para os profissionais de saúde que atuam em municípios do interior. Acidentes com animais peçonhentos e intoxicações são emergências que exigem intervenções rápidas para evitar complicações. O objetivo deste trabalho é relatar os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde que atendem pacientes intoxicados e vítimas de acidentes com animais peçonhentos em três municípios do interior do Estado. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e transversal, realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais médicos e de enfermagem de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e hospitais de dois municípios da região do Rio Negro e um da região do Baixo Amazonas. Os profissionais foram questionados sobre o atendimento a casos de intoxicação, incluindo acidentes com animais peçonhentos, abordando a conduta, a evolução dos casos e as dificuldades enfrentadas. As entrevistas foram gravadas, e os áudios avaliados pela equipe de pesquisa, que integra o projeto “Acesso a medicamentos na Amazônia:

influência do fator amazônico sobre a assistência farmacêutica”, financiado pela Iniciativa Amazônia +10. Os resultados mostraram que os profissionais relataram com maior frequência casos de acidentes ofídicos e uso abusivo de álcool e drogas. A região Amazônica apresenta uma incidência de acidentes ofídicos cerca de cinco vezes maior que a média nacional, e os soros antiofídicos são administrados apenas em hospitais urbanos, localizados distantes das áreas rurais, onde ocorrem a maioria dos acidentes. A principal dificuldade apontada pelos profissionais foi a gravidade dos pacientes ao chegarem aos serviços de saúde, devido ao longo e precário trajeto até as unidades, frequentemente feitos a pé, de canoa ou moto. Além disso, muitos medicamentos necessários para o tratamento de intoxicações e antídotos estão armazenados apenas nas unidades hospitalares urbanas, enquanto as unidades rurais não dispõem desses recursos. No caso do uso abusivo de álcool e drogas, as dificuldades incluem o início precoce do uso entre os jovens, muitas vezes já na adolescência, com a presença de pais também usuários, a falta de tratamento específico nos municípios e a vulnerabilidade social dos pacientes, dificultando o início e a continuidade do tratamento. As dificuldades relatadas pelos profissionais são previsíveis devido às características da região, como a grande extensão territorial, baixa densidade demográfica e a dificuldade de acesso a transporte. Dessa forma, é essencial realizar uma avaliação específica da região Amazônica e buscar alternativas adaptadas que promovam a equidade no acesso à saúde, especialmente para as populações em áreas remotas.

RETOMADA DAS ATIVIDADES E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO E INOVAÇÃO, NO PROJETO SAÚDE COM ALEGRIA – AÇÃO DOUTORES PALHAÇOS EM MATO GROSSO

Rosiene Rosa Pires, Cássio Fernando Oliveira da Silva, Aurea Kelly de Oliveira Campos, Cíene Conceição da Silva, Wagton Douglas Fonseca

A saúde é fundamental para o desenvolvimento humano, social e econômico, sendo um componente essencial da qualidade de vida. Fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos podem tanto favorecer quanto prejudicar a saúde (CONASS, 2014). Nesse contexto, estratégias intra e intersetoriais são cruciais para fortalecer a promoção da vida, integrando áreas como a arte e a cultura, que contribuem significativamente para o cuidado. O Projeto Saúde com Alegria – Ação Doutores Palhaços, idealizado pela Coordenadoria de Promoção e Humanização da Saúde (COPHS/SAS/SES/MT), tem como objetivo implementar o cuidado humanizado nos serviços de saúde por meio do riso, utilizando os princípios da Política Nacional de Humanização (PNH), como acolhimento qualificado, ambiência, valorização do trabalhador, defesa dos direitos do usuário e clínica ampliada. O projeto emprega arte corporal e teatral, adereços como maquiagens e vestimentas, musicoterapia e contação de histórias. A cultura e a arte da palhaçaria Doutores Palhaços têm fortalecido os ambientes de saúde, funcionando como uma ferramenta poderosa de acolhimento e cuidado. A aplicação dessa arte no contexto da saúde tem demonstrado ser um dispositivo eficaz no tratamento psicoemocional e físico

dos pacientes, com estudos apontando que o sorriso tem o poder de liberar hormônios do “bem-estar”, como endorfinas, dopamina e serotonina. Essas substâncias não só reduzem a percepção de dor, mas também melhoram o humor, combatendo a depressão e a ansiedade. O Projeto Saúde com Alegria: Ação Doutores Palhaços, em Mato Grosso, tem transformado a gestão da saúde, alcançando resultados positivos através da educação permanente e formação dos Doutores Palhaços, com acompanhamento da equipe de humanização da COPS. Até o momento, 110 profissionais de diversas áreas foram capacitados em cinco hospitais regionais (Sorriso, Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta e Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá), três hospitais municipais de Cuiabá (Hospital Municipal de Cuiabá – HMC, São Benedito e Pronto Socorro de Cuiabá) e nas unidades básicas de saúde de Alta Floresta–MT. As capacitações são compostas por três módulos com carga horária de 48 horas, além de módulos semestrais de aperfeiçoamento com carga horária de 16 horas, todos certificados pela Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESP-MT). O projeto prevê expandir suas atividades para as UBS de diversas regiões do Estado e três hospitais em 2024. Os Doutores Palhaços têm levado alegria e esperança aos ambientes de saúde, utilizando a palhaçaria como ferramenta terapêutica para proporcionar descontração e alívio, criando um ambiente acolhedor, afetuoso e positivo, e melhorando as relações entre pacientes, familiares e profissionais da saúde.

RISCOS OCUPACIONAIS E AUTOCUIDADO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO

Igor Brasil de Araujo, Daniel da Silva Santana

O presente estudo tem como objetivos analisar os riscos ocupacionais a que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) estão expostos e as práticas de autocuidado associadas a esses riscos na Estratégia Saúde da Família (ESF) da zona rural e urbana de um município do interior de Pernambuco, comparar os riscos ocupacionais enfrentados pelos ACS das zonas rural e urbana e conhecer as práticas de prevenção de autocuidado adotadas por esses profissionais. O estudo foi realizado no município de São José do Belmonte, Pernambuco, entre junho e agosto de 2023, no âmbito da atenção primária à saúde. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa exploratória, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas, orientadas por um roteiro, com os participantes. A amostra consistiu de ACS de ambos os sexos, com idade superior a 18 anos e pelo menos dois anos de trabalho na mesma unidade e território, sendo selecionados de acordo com o Critério de Saturação Teórico Empírico. A análise dos dados seguiu o método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), nas etapas de pré-análise, exploração/organização do material e interpretação dos resultados. As entrevistas foram transcritas integralmente, analisadas por meio de leituras exaustivas e organizadas em quadros no software Excel, com a posterior categorização no software NVivo 11 para aferir a saturação empírica. Foram entrevistados 20 ACS, sendo dez da zona rural e dez da zona urbana, sendo a maioria do sexo feminino, todos com vínculo empregatício estatutário, com média de idade de 46,3 anos, e a maior parte se autodeclarou como parda. A pesquisa identificou que os ACS da zona rural estão expostos a riscos psicológicos, físicos,

químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, com maior exposição aos riscos físicos, químicos, ergonômicos e de acidentes devido às condições locais de trabalho. As entrevistas também revelaram práticas de autocuidado adotadas pelos ACS, como atividades físicas, lazer, religião, controle das emoções e acompanhamento psicológico e psiquiátrico. Foi observado que o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) não segue uma padronização, e os ACS relataram insuficiência na assistência governamental no fornecimento adequado e suficiente desses equipamentos. Conclui-se que os ACS de São José do Belmonte estão expostos a diferentes riscos ocupacionais, com variações entre os profissionais das zonas rural e urbana, e que a utilização dos EPIs não é padronizada, refletindo a insuficiência da assistência governamental em fornecer os equipamentos de proteção adequados.

TRABALHADORES DE SAÚDE HOMENS NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: (DES)TERRITORIALIZAÇÕES NO CUIDADO AO USUÁRIO HOMEM

Igor Brasil de Araujo, Jean Ferreira Sousa, Daniel Januzzi, Álvaro Pereira

O estudo tem como objetivo cartografar os encontros entre trabalhadores de saúde homens e usuários homens nas redes de cuidado da Estratégia Saúde da Família. A pesquisa foi fundamentada em uma abordagem cartográfica, inspirada em Gilles Deleuze, Felix Guattari, Suely Rolnik e Michel Foucault, utilizando o dispositivo do Eterno Retorno para analisar os movimentos que construíram três mapas cartográficos das subjetivações masculinas que produzem cuidado em uma Unidade de Saúde da Família em Salvador, Bahia. Para isso, foi empregado o dispositivo do trabalhador de saúde homem-guia, com o intuito de explorar os afetos presentes nos territórios existenciais de dois trabalhadores de saúde enfermeiros, além de compor as experiências de 28 homens e mulheres das quatro equipes da unidade e sete usuários homens. As entrevistas individuais e em grupo, juntamente com os diários de campo cartográficos, foram utilizados para construir o objeto e os sujeitos do estudo, realizado entre outubro de 2019 e março de 2020, após aprovação do comitê de ética em pesquisa sob o número 3471108. Mutações no modo de operar o cuidado, a partir das afecções entre dois trabalhadores homens, foram cartografadas com base nas afetações geradas por um usuário homem negro, que colocou os trabalhadores de saúde em análise, abrindo linhas de fuga para que as masculinidades agenciem formas criativas e responsáveis de cuidar. O estudo potencializou os modos de subjetivação dos homens, deslocando os agenciamentos dos corpos masculinos — trabalhadores de saúde e usuários — para um cuidado mais sensível, acolhedor e transversal. As linhas de captura evidenciam a demanda micropolítica de problematizar o tecido social, o cuidado e a saúde, a fim de agenciar a reinvenção das masculinidades e a produção de devires. Novos agenciamentos coletivos de enunciação e maquínicos de corpos podem ser produzidos no cotidiano para impulsionar ações na Estratégia Saúde da Família que militam pela produção desejante de encontros entre trabalhadores de saúde, homens e usuários. Nesses encontros, a produção imanente do cuidado de si dos usuários homens deriva da escuta e observação atenta do trabalhador de saúde homem, que, na experiência e no conhecimento de si, projeta linhas e vetores capazes de aumentar a potência de sentir, agir e existir desses usuários.

ACOLHIMENTO E LONGITUDINALIDADE/ CONTINUIDADE DO CUIDADO NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA ATENÇÃO AOS USUÁRIOS HOMENS: COMO ACOLHER HOMENS QUE NÃO SE VEEM COM NECESSIDADE DE CUIDADO?

Paulo Ricardo Alves de Andrade, Igor Brasil de Araújo

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é o modelo assistencial da Atenção Básica (AB), no qual equipes multiprofissionais atuam em territórios específicos, desenvolvendo ações de saúde com base no conhecimento da realidade local e nas necessidades da população. Ao refletir sobre a ESF, surge a questão: “Como os homens estão inseridos nesse nível de atenção?” Na prática, é evidente a dificuldade de aproximar os homens desse cuidado, bem como de promover um vínculo longitudinal. Assim, o objetivo deste estudo é analisar o processo de acolhimento dos homens na ESF e suas repercussões sobre a continuidade do cuidado. Para isso, foram realizadas entrevistas com trabalhadores e usuários homens vinculados à ESF, em diferentes distritos e unidades de Salvador (BA), entre abril e julho de 2023. Para organizar e categorizar os dados, foi utilizado o software NVivo11, e como método de análise, recorreu-se à Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Os resultados revelam diversas dificuldades relacionadas ao acolhimento desses homens, como a falta de organização específica para esse público, a ausência de profissionais capacitados e a limitação de mecanismos para vincular os homens à unidade e garantir seu retorno. Além disso, o acolhimento adequado e a criação de vínculos entre trabalhadores e usuários foram identificados como ferramentas cruciais para a longitudinalidade do cuidado. O estudo demonstra que, para incluir o homem na ESF, é indispensável a implementação de práticas de saúde inclusivas, a criação de grupos e serviços direcionados a eles, além da busca ativa e um acolhimento adequado nas unidades de saúde.

ESTRATÉGIAS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO CUIDADO E APROXIMAÇÃO COM USUÁRIOS HOMENS: O QUE E COMO TEM SE PRODUZIDO PRÁTICAS QUE DESCONSTROEM AS MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS?

Thalita Rebeca Dantas Rodrigues, Igor Brasil de Araújo

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as estratégias utilizadas pelas equipes de Saúde da Família para operacionalizar o cuidado e aproximar os usuários homens. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, de caráter observacional, cujo foco foi analisar as estratégias das equipes de Saúde da Família para o atendimento aos homens. Foram entrevistados e observados 49 trabalhadores

de sete Unidades de Saúde da Família (ESF) de cinco Distritos Sanitários do município de Salvador, entre abril e julho de 2023, seguindo um roteiro específico, durante o horário de funcionamento das unidades, de segunda a sexta-feira, e aos sábados, quando ocorriam ações voltadas para os homens. Os dados foram transcritos e organizados conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (1997). Seis categorias foram identificadas: 1. Estratégias anteriores de cuidado aos homens na Saúde da Família; 2. Ações realizadas em julho (Dia Internacional do Homem); 3. Novembro Azul; 4. Pré-natal do parceiro; 5. Sábado do Homem, uma estratégia municipal que visa ampliar o acesso e acolhimento dos homens adultos nos serviços de saúde e prevenção; 6. O vínculo entre profissionais e usuários, incentivando a confiança e o atendimento de qualidade, sendo a escuta qualificada um recurso importante para que os usuários se sintam seguros ao expressar suas queixas. Além disso, destaca-se a importância da mediação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) entre o usuário e a unidade. As estratégias encontradas neste estudo estão relacionadas aos esforços dos trabalhadores da saúde para aproximar e cuidar dos homens, porém, em alguns casos, essas estratégias não são plenamente implementadas. Ações como as realizadas em meses específicos (julho e novembro), ou o pré-natal do parceiro, muitas vezes, não ocorrem de forma contínua. Por outro lado, as unidades analisadas mostraram a presença frequente de atendimentos aos sábados voltados para os homens. No entanto, é perceptível que o vínculo, o acolhimento e a resolubilidade, por meio da presença dos homens nas unidades e no território, são práticas dos trabalhadores da saúde com o intuito de desconstruir o cuidado dos homens na saúde da família.

DIMENSÕES DE ACESSO DOS USUÁRIOS HOMENS ÀS PRÁTICAS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: ATÉ QUE PONTO ESTE SERVIÇO TEM SE COLOCADO DISPONÍVEL E ACOLHEDOR ÀS MASCULINIDADES QUE URGEM POR CUIDADO?

Daniel da Silva Santana, Igor Brasil de Araújo

Segundo Assis e Abreu-de-Jesus (2012, p. 2866), o acesso pode ser definido como “liberdade de usar serviços de saúde, mas também como uma estratégia, que permita a possibilidade de indivíduos inadequadamente assistidos e culturalmente equivocados terem a oportunidade de esperar que os cuidados com a sua saúde sejam assegurados”. O acesso pode ser estratificado em cinco dimensões: política, econômica, organizacional, técnica e simbólica (ASSIS; ABREU-DE-JESUS, 2012), e este trabalho tem como objetivo analisar essas dimensões na Estratégia Saúde da Família de Salvador (BA). Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória realizada na cidade de Salvador, entre os meses de abril e julho de 2023. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas orientadas por roteiros específicos para cada grupo nas Unidades de Saúde da Família (USF). A escolha das unidades foi aleatória, considerando a divisão territorial geográfica de saúde do município em doze distritos sanitários, de forma a contemplar pelo menos uma USF por distrito e garantir diversidade geográfica entre as regiões. As coletas ocorreram em cinco desses distritos, totalizando oito USF, até atingir o critério de saturação teórico-empírica da pesquisa.

Os participantes foram divididos em dois grupos: 49 trabalhadores de saúde (grupo I) e 38 usuários (grupo II). Todos os participantes que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme a Resolução 466/2012; o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. As entrevistas foram transcritas, organizadas e categorizadas com o auxílio do software NVivo11 e do método de Análise de Conteúdo. Os aspectos simbólicos de barreira relacionados à figura masculina na sociedade e os entraves associados à construção histórica e social do homem e do imaginário masculino, conforme apontado por Thurler e Medrado (2020), se mostraram uma das dimensões presentes nesta pesquisa. Trabalhadores e usuários destacaram fatores que influenciam a má adesão dos homens aos cuidados de saúde, como a cultura patriarcal, os papéis sociais entre homens e mulheres, o sentimento de invulnerabilidade masculina, o pudor e as diferenças entre gerações, sendo mais frequente a procura dos usuários da terceira idade pelos serviços de saúde. De acordo com Assis e Abreu-de-Jesus (2012), o nível de escolaridade apresentou relação direta com a motivação dos homens para buscar cuidado em saúde. Foi identificado também que a violência nas comunidades, associada à criminalidade, impacta negativamente o acesso dos homens aos serviços de saúde, pois muitas vezes impede a livre circulação dos homens entre as ruas e as unidades de saúde. Além disso, os atendimentos profissionais focados em tecnologia dura desmotivam os homens a manter o vínculo com os serviços, levando-os a buscar cuidados apenas em situações de queixas agudas.

PROJETO PROMOVE PICS

Rosiene Rosa Pires, Jucelia Maria Braga, Marlusa Benedita de Lira Lima,
Devanil Roza Fernandes, Diogenes Marcondes

O Projeto Promove PICS foi idealizado e implementado pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT), por meio da Coordenadoria de Promoção e Humanização da Saúde, com início em março de 2023, em Cuiabá (M)T. As práticas institucionalizadas por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) incluem 29 terapias integrativas, que se inserem transversalmente nas ações do SUS e podem ser aplicadas em todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde, como estratégia do cuidado em saúde. Uma das abordagens desse campo é a visão ampliada do processo saúde/doença e da promoção da saúde, com ênfase no autocuidado, considerando aspectos físicos, psíquicos, emocionais e sociais. Nesse contexto, o PROMOVE PICS tem como objetivo promover a saúde do trabalhador, visando cuidar de quem cuida. O projeto propõe a melhoria da qualidade de vida dos servidores, assegurando o direito a um ambiente de trabalho saudável e implementando estratégias voltadas para a valorização do servidor e da comunidade. As PICS são estratégias para a promoção da saúde por meio da integralidade do cuidado e do empoderamento individual e coletivo. O projeto ocorre semanalmente, às terças-feiras, das 8h30 às 11h30, na praça da sede da SES-MT, oferecendo várias terapias propostas pela PNPIC para os trabalhadores e as comunidades no entorno. São expostos produtos naturais ligados às práticas integrativas, como velas, sprays, sabonetes aromatizados, artesanatos, além de consultas e orientações farmacológicas sobre o uso correto das plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. O PROMOVE PICS conta com a

parceria de terapeutas da SES-MT ou voluntários que se inscrevem de forma espontânea. Todas as edições são divulgadas por meio de postagens no Instagram, e-mails institucionais, mídias sociais da Coordenadoria de Promoção da Saúde e pela Assessoria de Comunicação da SES-MT. Os terapeutas e expositores se cadastram por meio de um link (Google Forms), sendo avaliados pela equipe técnica quanto à formação e habilidades, e os expositores devem garantir que seus produtos estejam certificados e atendam aos objetivos do projeto. Desde seu início, o Promove PICS atendeu mais de 1.250 servidores, bem como a comunidade do entorno, promovendo a saúde do trabalhador por meio de rodas de danças circulares, escutas qualificadas e acolhedoras, com atendimentos individuais e coletivos, e oportunizando momentos culturais criados pelos trabalhadores. De acordo com as avaliações e relatos dos participantes, o projeto tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida, destacando-se benefícios como melhora no sono, redução de dores, sensação de alegria e paz, redução de ansiedade e depressão, e melhorias nas relações e na produtividade no trabalho.

ART EM ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE APIACÁ (ES)

Juliane Costa Alves Freire

Diante das condições socioeconômicas e culturais de um município de baixa arrecadação no sul do estado do Espírito Santo, observou-se a extrema necessidade de tratamento odontológico para a maioria dos indivíduos, especialmente crianças na faixa etária de 3 a 6 anos. Esse público exige cuidados diferenciados devido à fragilidade e dificuldades de acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS), causadas por fatores como a falta de conscientização dos pais, que também cresceram com uma cultura de descuido com a saúde bucal. Foi realizado um levantamento epidemiológico das condições de saúde bucal de aproximadamente 95 crianças em idade pré-escolar, entre 4 e 5 anos, de uma unidade de ensino do município de Apiacá (ES). O objetivo foi melhorar as condições de saúde bucal dessas crianças, dentro da proposta do curso de “Aperfeiçoamento em Odontologia Clínica para Atenção Primária à Saúde”, com supervisão da docente Lívia Santana (ICEPi – EaD). A maioria das crianças apresentou altos índices de lesões cáries e higiene oral deficiente. Foram realizadas palestras e demonstrações práticas de controle e correção de cáries, voltadas para pais e profissionais da unidade de ensino. Além disso, foram selecionadas 30 crianças com maior número de dentes comprometidos para a realização de um tratamento restaurador atraumático (ART) com grande êxito, executado no próprio ambiente escolar, mesmo com infraestrutura limitada, buscando tranquilizar os alunos e conquistar sua confiança para a execução do trabalho proposto. As crianças receberam “Kits de escovação” e um “certificado de coragem”, o que as incentivou ainda mais. A ação gerou grande interesse de outros públicos além dos diretamente envolvidos. A colaboração dos profissionais da escola foi intensa, e os pais e alunos expressaram grande satisfação com os resultados. Conclui-se que o cirurgião-dentista é uma peça fundamental no cuidado da saúde da população, sendo imprescindível investigar as necessidades locais, planejar e executar ações de cuidado e monitoramento constante, especialmente fora do consultório, indo até o público-alvo, onde o interesse por cuidados com a saúde bucal ainda é pouco valorizado, devido a questões econômicas e culturais, comuns em cidades pequenas do sul do estado.

ENFRENTAMENTO DA HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA DURANTE A PANDEMIA POR COVID19 EM 2020: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vilma Azevedo Canuto Pereira, Maria Luciana dos Santos Cabral, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa

A hanseníase é uma doença infecciosa crônica, curável, mas que ainda permanece endêmica em várias regiões do mundo, especialmente na Índia, no Brasil e na Indonésia. Por ser uma condição que pode causar sequelas graves se não tratada adequadamente, ela exige monitoramento contínuo até a alta por cura, o que assegura o sucesso no tratamento. Com a promulgação da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública devido à covid-19, a equipe do Programa de Controle de Hanseníase (PCH) de Vila Velha enfrentou o desafio de manter a oferta de serviços e garantir o atendimento necessário à população assistida. O objetivo deste estudo foi relatar as estratégias adotadas pela equipe multidisciplinar do PCH durante a Pandemia de covid-19 em 2020 e apresentar os resultados do indicador de proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nas coortes do período de avaliação de 2020, como forma de avaliar a qualidade do serviço prestado. Para garantir a continuidade do tratamento, o PCH priorizou pacientes com indicação de manter distanciamento social e/ou sem recursos financeiros para acessar a unidade de referência, utilizando kits individualizados com medicações e fichas de busca ativa, além de mobilizar o carro da Vigilância Epidemiológica (VE) e técnicos visitantes treinados, que seguiram as medidas de proteção individual durante as visitas domiciliares. Para avaliar a qualidade do serviço, foi escolhido o indicador nº 6 da Pactuação Interfederativa 2017–2021 (proporção de cura dos casos novos diagnosticados nas coortes), sendo utilizado o programa TabWin para o cálculo. Em 2020, houve uma redução no número de casos novos de hanseníase, com 39 registros, e dos 66 pacientes que iniciaram o tratamento em 2018 e 2019 e concluíram em 2020, 83% receberam alta por cura, enquanto 4% abandonaram o tratamento, apesar da oferta de serviços. O resultado do indicador nº 6, com base nos dados de 2020, foi de 96%. Apesar dos desafios impostos pela pandemia, as ações estratégicas adotadas pela equipe do PCH foram avaliadas como satisfatórias, com um índice de cura de 96%, superando a meta de 90% estabelecida pela Pactuação Interfederativa 2017–2021. Concluímos que, entre os fatores que contribuíram para esse resultado, destacam-se o engajamento da equipe e os recursos disponíveis, embora seja necessário investir em planejamento e estrutura para aumentar a efetividade do PCH municipal e evitar resultados negativos futuros. Além disso, é fundamental que, em situações de eventos de saúde pública, como a covid-19, as medidas de intervenção sejam constantemente reavaliadas, com a participação de todos os protagonistas da assistência e vigilância em saúde.

CENÁRIO DA SAÚDE DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DA UNINASSAU MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS

Sophia Freitas da Rocha, Maria Audrey Moura Mota Gerônimo

A saúde dos estudantes de enfermagem evidencia a importância de monitorar não apenas o desempenho acadêmico e profissional, mas também o bem-estar físico e mental. Cotidianamente, esses

estudantes enfrentam desafios únicos, como longas jornadas de estudos e práticas clínicas intensivas, que elevam os níveis de estresse. A saúde é entendida de forma ampliada, considerando não apenas as questões biológicas, mas também a relação intrínseca com os determinantes e condicionantes de saúde. Este estudo de natureza qualitativa e descritiva, tipo relato de experiência, aborda o cenário de saúde dos alunos de enfermagem do Centro Universitário Maurício de Nassau de Maceió (UNINASSAU Maceió), realizado durante as atividades da disciplina de Epidemiologia no primeiro semestre de 2024. A pesquisa, aplicada a alunos dos períodos inicial, intermediário e avançado do curso, envolveu um levantamento por meio de formulário com perguntas sobre saúde física e mental. Os resultados mostraram alta prevalência de transtornos de saúde mental, com destaque para ansiedade, depressão e transtorno de personalidade borderline, além de problemas de saúde física, como diabetes, doenças cardiovasculares e tireoidite de Hashimoto. Em relação aos hábitos de vida, foram identificadas vulnerabilidades associadas ao sedentarismo e ao consumo de álcool. A análise dos dados também revelou uma predominância do gênero feminino entre os participantes, com a maioria tendo entre 18 e 30 anos, e maior proporção de solteiros em comparação aos casados. Quanto à etnia, predominou o grupo de pardos, seguido por brancos e, em menor número, negros. Esses resultados reforçam a necessidade de estratégias direcionadas para promover a saúde e o bem-estar dos estudantes de enfermagem, com o objetivo de garantir uma futura força de trabalho resiliente e capacitada. Em resposta aos desafios identificados, foram propostas ações como a promoção de terapia cognitivo-comportamental para transtornos de saúde mental, acompanhamento médico regular para problemas físicos e conscientização sobre hábitos prejudiciais à saúde. Essas medidas visam não apenas o enfrentamento dos problemas identificados, mas também a prevenção e a criação de um ambiente mais saudável para o aprendizado e desenvolvimento dos estudantes. Considerações finais: É urgente abordar os desafios de saúde enfrentados pelos estudantes de enfermagem, destacando a alta prevalência de transtornos mentais e problemas físicos. Tais achados indicam a necessidade de implementar medidas eficazes de apoio e intervenção. As instituições de ensino superior e os profissionais de saúde devem reconhecer e atuar proativamente, oferecendo recursos e suporte adequado. Além disso, é fundamental promover uma cultura de autocuidado e bem-estar no ambiente universitário, visando não só o desenvolvimento acadêmico, mas também a saúde integral dos estudantes e sua preparação para uma prática profissional resiliente e qualificada.

RECONSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ

Clara Maria Silva dos Passos, Rubenita da Silva Bastos

Este trabalho apresenta o percurso da Comissão de Educação Permanente do Conselho Estadual de Saúde do Amapá, destacando suas ações e conquistas no período de 2021 a 2024, enfrentando desafios como a Pandemia de covid-19, que teve início em março de 2020, e o apagão

que afetou todos os municípios do Amapá. Apesar dessas dificuldades, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) manteve as capacitações online, permitindo à comissão seguir com suas atividades. A principal função da comissão é garantir a participação popular nas políticas de saúde, reafirmando o caráter deliberativo dos conselhos de saúde. Nesse contexto, a comissão se empenhou em desenvolver políticas de trabalho que pudessem capacitar eficientemente os novos conselheiros e suplentes do Conselho Estadual de Saúde, focando na formação de multiplicadores para fortalecer o Controle Social no SUS e a atual gestão. Antes desconhecida, a comissão agora é reconhecida, com diversas histórias de ações concretas e um grande potencial para fortalecer o Controle Social e o SUS, beneficiando usuários e comunidades em geral, como conselheiros, crianças, adolescentes, jovens, quilombolas, indígenas, deficientes e LGBTQI+. Esses segmentos passaram a conhecer a existência da Comissão de Educação Permanente, que hoje é respeitada e reconhecida, com história, arquivo e atuação constante nas Conferências de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde dos Municípios. A coordenadora da comissão representa o Conselho Estadual de Saúde no PEGETES/SESA-AP e na CIES. Atualmente, a comissão se apresenta renovada e com uma imagem digna de ser exibida em qualquer evento, oficina ou espaço, sendo reconhecida pelo CNS, pelos municípios e pelo estado. A comissão iniciou com 12 membros e terminou com cinco, mas ao longo desse tempo estabeleceu metas claras e executou ações com dedicação, visando à formação de multiplicadores e à democratização do estado, assegurando os direitos sociais para conselheiros, lideranças, movimentos e organizações populares que lutam pelos direitos humanos e pela saúde.

SALA DE ESPERA E PROMOÇÃO DA SAÚDE COM FOCO NA AMAMENTAÇÃO E VÍNCULO MATERNO INFANTIL

Giulia Oliveira Santos, Júlia Pinheiro Campos, Julie Stephanny de Souza Gurgel Paranhos, Beatriz Gonçalves Carvalho, Bruno Gonçalves Silva, Leila de Fátima Santos, Shirlei Barbosa Dias

A amamentação é um dos pilares fundamentais para a saúde infantil, oferecendo diversos benefícios tanto para o bebê quanto para a mãe. No entanto, muitas mulheres enfrentam desafios e dúvidas relacionadas a esse processo, o que torna essencial fornecer informações claras e orientações adequadas para promover uma amamentação bem-sucedida. A sala de espera, entendida como um espaço importante para a promoção da saúde por meio da construção coletiva de saberes e trocas, emerge como um ambiente adequado para abordar essa temática. O objetivo deste trabalho é descrever a experiência de acadêmicas de enfermagem em uma sala de espera de uma Unidade Básica de Saúde, durante o internato rural. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por acadêmicas de uma faculdade privada de Belo Horizonte, durante o internato rural em maio de 2024, no nono período do curso de Enfermagem, em uma Unidade Básica de Saúde de um município localizado no centro-oeste mineiro, a pouco mais de 200 quilômetros da capital. A ação educativa foi direcionada a gestantes que aguardavam atendimento de pré-natal, com o objetivo de incentivar o vínculo entre mãe e filho por meio da amamentação, abordando o processo de forma leve, sem dor e sem culpa. Durante a ação, foram realizadas orientações sobre os benefícios

da amamentação, cuidados necessários para as mães e identificação das principais preocupações em relação à amamentação. A ação atingiu 12 mulheres gestantes, sendo aplicado um questionário para identificar as principais preocupações e medos, seguido de uma palestra informativa sobre os benefícios e cuidados para o sucesso da amamentação. Entre as participantes, 75% estavam em sua primeira gestação, e 25% já tinham experiência com a segunda ou mais gestações. 50% das mães relataram medo da amamentação, principalmente devido à dor ou dificuldades no processo. Das mães com mais de uma gestação, 66,7% conseguiram amamentar com sucesso, o que indica que a experiência prévia pode influenciar positivamente o sucesso da amamentação. Após a palestra, 100% das mães se sentiram mais confiantes e informadas sobre o processo. A experiência também permitiu que as discentes desenvolvessem habilidades técnicas e interpessoais, ao acolherem as queixas das gestantes e buscarem soluções para suas preocupações. Além disso, o internato rural ampliou a visão das acadêmicas sobre a importância da atenção primária na promoção da saúde desde a gestação até o desenvolvimento do bebê. Em conclusão, a amamentação é essencial para a saúde e o desenvolvimento do bebê, oferecendo benefícios a curto e longo prazo tanto para a saúde do bebê quanto para a mãe. Embora as mães frequentemente enfrentem preocupações e medos relacionados a esse processo, é fundamental que recebam acolhimento e informações científicas para que se sintam seguras e empoderadas a amamentar. A sala de espera se mostrou uma ferramenta eficaz para o ensino-aprendizagem de temas de saúde, proporcionando um ambiente propício para a disseminação de conhecimentos importantes.

INSERÇÃO DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM NA CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO EM HIPERTENSÃO ARTERIAL E DIABETES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DURANTE O INTERNATO RURAL

Júlia Pinheiro Campos, Julie Stephanny de Souza Gurgel Paranhos, Giulia Oliveira Santos, Beatriz Gonçalves Carvalho, Bruno Gonçalves Silva, Leila de Fátima Santos, Shirlei Barbosa Dias

A hipertensão arterial sistêmica e a diabetes mellitus são os principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, que representam a principal causa de morbimortalidade no Brasil. Se não tratadas adequadamente, essas condições podem levar à invalidez, com graves repercussões para o paciente, a família e a sociedade. A promoção de hábitos saudáveis, por meio da educação em saúde, desempenha um papel fundamental no controle e prevenção dessas enfermidades. O internato rural de enfermagem é uma experiência transformadora, que promove a imersão prática na realidade da saúde da comunidade, permitindo conhecer os desafios locais e desenvolver estratégias de intervenção, contribuindo para um sistema de saúde mais eficaz e inclusivo. Este trabalho objetiva descrever a atuação de acadêmicas de enfermagem na conscientização e prevenção da hipertensão e diabetes, durante o Internato de Saúde Coletiva em uma cidade rural. A ação educativa foi realizada em abril de 2024, durante um encontro do grupo de usuários hipertensos e/ou diabéticos,

denominado “Grupo de Hiperdia”, em uma Unidade Básica de Saúde de um município na região centro-oeste de Minas Gerais. Os encontros ocorrem mensalmente na unidade, com o objetivo de garantir um acompanhamento precoce e contínuo dos pacientes. Participaram 23 usuários, sendo 10 homens e 13 mulheres. Inicialmente, foram aferidos a pressão arterial e a glicemia capilar em jejum. Em seguida, as acadêmicas realizaram uma roda de conversa abordando fatores de risco, sinais e sintomas, estratégias de prevenção e controle das doenças, com ênfase em alimentação saudável, prática de atividades físicas, cuidados com os pés e a importância do tratamento adequado. Após a discussão, foi realizado um jogo de perguntas para fixação dos conhecimentos, e como prêmio, foram distribuídas receitas de temperos caseiros saudáveis, incentivando o consumo de verduras e legumes e desencorajando o uso de temperos industrializados. Ao final do encontro, foi oferecido um café da manhã saudável, com o intuito de fortalecer o vínculo entre os usuários por meio da confraternização. Durante a ação educativa, foram identificados dez participantes com pressão arterial elevada e nove com níveis altos de glicemia, o que evidenciou o desafio de manter o controle dessas condições crônicas e a importância do acompanhamento contínuo desse grupo. Os usuários mostraram-se muito participativos, esclarecendo dúvidas e compartilhando seus conhecimentos sobre o tema. Essa experiência no internato rural possibilitou que as discentes compreendessem a importância do manejo de condições crônicas, capacitando-as para o desenvolvimento dessa atividade e ressaltando a necessidade contínua de atualização e aprimoramento profissional na educação em saúde na atenção primária. Em conclusão, a inserção de acadêmicas de enfermagem nas atividades de educação e prevenção, no contexto do internato rural, é fundamental para a formação de enfermeiros, pois amplia sua autonomia e incentivo à busca por conhecimentos. Além disso, favorece a identificação de fatores correlacionados à prevenção e manejo de doenças, com contribuição significativa para a equipe de saúde local. Essa imersão na realidade comunitária, aliada ao aprendizado teórico, é crucial para preparar profissionais capacitados a enfrentar os desafios da saúde pública.

EPIDEMIOLOGIA E VULNERABILIDADES DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA RELACIONADAS AOS ACIDENTES ESCORPIÔNICOS

Lucicleide Kubiczewski Goto, Gustavo Alessandro de Sousa Pereira, Marco Antonio Barros Guedes,
Caio Vitor de Miranda Pantoja, Ana Carolina Cantuaria de Assunção, Ana Carolina de Oliveira Sá,
Mario Junio Oliveira da Costa, Sheyla Mara Silva de Oliveira

Os acidentes escorpiônicos são um problema crescente de saúde pública no Brasil, especialmente na Amazônia, onde as condições ambientais e sociais favorecem a proliferação desses animais, aumentando o risco de acidentes. As populações tradicionais da região, como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, apresentam maior vulnerabilidade devido a fatores socioeconômicos, culturais e ao acesso limitado aos serviços de saúde. Dessa forma, a epidemiologia dos acidentes escorpiônicos nessas populações exige atenção especial, dada sua significativa contribuição para a morbidade e mortalidade, principalmente em áreas remotas com escassa assistência à saúde. Este estudo tem como objetivo

descrever os achados epidemiológicos dos acidentes escorpiônicos em Santarém, Pará, com base na análise de dados obtidos entre 2019 e 2023. Trata-se de uma pesquisa de natureza epidemiológica, descritiva e retrospectiva, com abordagem quantitativa, utilizando dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Pará (SESPA). Foram analisados os registros de acidentes escorpiônicos em Santarém no período de 2019 a 2023, além de um levantamento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), como a UBS de Fátima, e no Núcleo Técnico de Vigilância em Saúde, para identificar casos entre as populações vulneráveis da cidade. Os dados foram processados e analisados por métodos estatísticos descritivos, com apresentação das frequências absolutas e relativas dos casos por ano. A verificação de 4074 portuários nas UBS de Fátima e no Núcleo Técnico de Vigilância em Saúde não identificou casos de acidentes escorpiônicos, e todos os dados relevantes foram encontrados exclusivamente no SINAN, com os seguintes registros para Santarém: 126 casos em 2019, 104 casos em 2020, 199 casos em 2021, 245 casos em 2022 e 135 casos em 2023. A análise demográfica revelou que os acidentes escorpiônicos afetaram predominantemente adultos jovens, com maior ocorrência no sexo masculino. A maior incidência foi observada entre indivíduos de 20 a 40 anos, faixa etária da população economicamente ativa, frequentemente envolvida em atividades ao ar livre e exposta a habitats escorpiônicos. A maioria dos acidentes ocorreu em áreas rurais e periurbanas, onde as condições de habitação e trabalho aumentam o risco de contato com escorpiões. Este estudo destaca a urgência de aprimorar a vigilância epidemiológica e as estratégias de prevenção dos acidentes escorpiônicos em Santarém, sendo fundamental implementar programas educativos de ampla cobertura, com foco no controle ambiental e nos primeiros socorros. Além disso, é crucial fortalecer a infraestrutura de saúde e garantir a disponibilidade de soro antiescorpiônico em áreas remotas. A resposta a esse problema de saúde pública deve ser interprofissional, envolvendo a colaboração entre autoridades de saúde, organizações comunitárias e a população local. Somente por meio de uma abordagem integrada será possível mitigar os riscos e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais da Amazônia.

CURSO DE QUALIFICAÇÃO EM RASTREAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UMA ESTRATÉGIA INOVADORA E INCLUSIVA DO ESTADO DA BAHIA

Dera Carina Bastos Costa, Ana Clelia de Freitas Teixeira Goes, Claudia Cristiane Moura da Silva Souza,
Cleide Henriqueta Praxedes Fernandes, Clicia de Sousa Cardoso Pitangueira,
Adriana Brendler Romano de Oliveira

A realização periódica do exame preventivo do câncer do colo do útero, o Papanicolau, é fundamental para reduzir a ocorrência e a mortalidade pela doença, permitindo a detecção precoce de lesões em estágio inicial. Diante de um cenário desfavorável no Estado, com um número elevado de lâminas insatisfatórias, e considerando que no contexto da Saúde Pública brasileira a coleta nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) é majoritariamente realizada por enfermeiros com base no protocolo instituído pelo Ministério da Saúde (MS), foi desenvolvido um projeto educativo em parceria com a

Diretoria de Atenção Especializada (DAE), a Diretoria de Gestão do Cuidado (DGC), a Diretoria da Atenção Básica (DAB) e a Fundação Estadual Saúde Família (FESF). O objetivo geral foi capacitar os enfermeiros atuantes na Atenção Primária do Estado da Bahia na realização qualificada da coleta do exame citopatológico Papanicolau. Para alcançar os 417 municípios baianos, foi estruturado um curso com carga horária total de 60 horas, sendo 20 horas teóricas (autoinstrucionais) com vídeo-aulas sobre temas correlacionados às habilidades necessárias e 40 horas de prática profissional, onde os discentes realizaram pelo menos 20 exames supervisionados por profissionais habilitados e previamente qualificados. Essa proposta foi inovadora, pois não havia um programa que alcançasse simultaneamente todos os municípios do estado, sendo exitosa ao qualificar 2.919 enfermeiros de 395 municípios. Esses resultados impactaram diretamente na ampliação do acesso ao exame e na redução das lâminas insatisfatórias, fortalecendo as ações de promoção da saúde e contribuindo para a redução dos indicadores de câncer de colo do útero no Estado.

REFLEXÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO DA RESIDÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA DA FIOCRUZ BRASÍLIA: TESSITURAS COLABORATIVAS

Olga Maria de Alencar, Mayara Suelirta da Costa, Kelly Dandara da Silva Macedo,
Daniel Marcos de Sousa Santos, Osvaldo peralta Bonetti

Embora o currículo tenha uma polissemia de significados, compartilhamos a concepção de teóricos da educação crítica, que o veem como um conjunto de práticas que favorecem a produção, circulação e consumo de significados no espaço social. Todo currículo reflete uma posição daqueles que o produzem, pois a educação não é neutra, e o ato de ensinar está intrinsecamente ligado a valores. A organização dos currículos nos cursos de saúde tem potencializado o redimensionamento do ensino, promovendo a integração entre serviço e comunidade, com foco na atuação eficiente no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo as Residências Multiprofissionais em Saúde uma estratégia de Educação Permanente. Nesse contexto, o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica (PRMAB) da Escola de Governo Fiocruz Brasília (EGF) tem se esforçado para construir seu currículo de forma participativa e colaborativa. Compreender os serviços de saúde como cenários de aprendizagem também reforça o compromisso com a efetiva participação popular no SUS, e o PRMAB da Fiocruz Brasília baseia-se na educação popular em saúde. O objetivo deste trabalho é descrever o percurso metodológico da construção da matriz curricular a partir da reflexão sobre nossa prática pedagógica. Trata-se de uma análise crítica-reflexiva sobre a elaboração do currículo do PRMAB, por meio das narrativas produzidas a partir da práxis, enquanto processo socio-histórico. Ao narrar o vivido, percebemos que não basta apenas estar no mundo enquanto docente, mas é necessário nos posicionarmos nele. O desenho do currículo ocorreu entre setembro e dezembro de 2023, a partir das narrativas da primeira oficina para elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e da análise crítica do modelo de currículo existente quando assumimos a Comissão Política Pedagógica (CPP).

A construção do currículo partiu da pergunta problematizadora: Como produzir um currículo por competência, tendo como referência os atributos da Atenção Básica à Saúde (ABS)? A construção do currículo foi realizada por meio de oficinas conduzidas pela CPP do PRMAB. Nossa primeira tarefa foi avaliar o currículo existente na EGF, que estava estruturado no modelo disciplinar. O novo currículo ancorou-se na aprendizagem significativa, visando oferecer uma base para compreensão e proposição de soluções, além de estimular a reflexão sobre a prática e sua aplicação nos territórios da ABS. A matriz curricular foi estruturada em 9 módulos, com as competências esperadas e os objetivos de aprendizagem correspondentes a cada competência. Os módulos foram: Política Nacional de Atenção Básica, Estratégias de Cuidado na ABS, Participação Popular e Controle Social, Educação Popular e Educação Permanente, Metodologia da Pesquisa, Produção e Sistematização do Conhecimento, Produção do Trabalho de Conclusão de Residência, Vigilância em Saúde, Bioética e Equidade, e Políticas Públicas para a Saúde, sendo cada módulo organizado em unidades educacionais. O currículo foi delineado com foco na construção de competências a partir de práticas contextualizadas, valorizando a experiência prévia dos educandos e suas necessidades de aprendizagem. Aprendemos com essa experiência que o envolvimento dos sujeitos responsáveis pela formação em saúde depende de sua participação efetiva nos espaços acadêmicos.

TREINAMENTO TEÓRICO-EMPÍRICO DO OLHAR COMO FASE PREPARATÓRIA DA PESQUISA DE CAMPO QUALITATIVA COM IDOSOS RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA

Mayara Del Aguila Pacheco, Widson Davi Vaz de Matos, Nicole Jucá Monteiro, Márcia de Assunção Ferreira

O envelhecimento é um fenômeno mundial, mas se manifesta de forma heterogênea no Brasil, dada a sua vasta extensão territorial. Compreender as particularidades das comunidades idosas, como as ribeirinhas da Amazônia, representa um grande desafio para os pesquisadores, pois exige uma abertura incomum para entender os lugares de pertencimento de outros. Este estudo, de caráter exploratório-descritivo e tipo relato de experiência, teve como objetivo realizar o treinamento teórico-empírico do olhar por meio de visitas técnicas exploratórias em duas comunidades ribeirinhas do Norte do Brasil, focando na população idosa. As visitas ocorreram entre janeiro e março de 2024 nas comunidades de Combú e Cotijuba, em Belém do Pará, com a intenção de aproximar o campo da pesquisa sobre as representações sociais da velhice, saúde e cuidado aos idosos. Com a autorização da Secretaria de Saúde, a pesquisadora acompanhou os Agentes Comunitários de Saúde nas visitas domiciliares e observou a realidade sociocultural dessas populações. Na ilha de Combú, o acesso às residências ocorreu por barcos a motor (“rabetas”), enquanto em Cotijuba, os locais mais distantes foram acessados por carro cedido pela Secretaria de Saúde. Olhar e ouvir desempenham funções essenciais na pesquisa qualitativa, como discute o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, e, nesse sentido, incursões prévias no campo sensibilizam o pesquisador tanto teoricamente quanto

empiricamente para apreender as realidades da população. As condições de acesso às comunidades exigem do pesquisador um investimento considerável de tempo e recursos financeiros, especialmente em estudos voltados a esse grupo social. Foram realizadas visitas domiciliares a 15 idosos, e a maioria demonstrou boa capacidade funcional, apesar das limitações físicas decorrentes de comorbidades como artrite e neuropatias. Na ilha do Combú, os idosos vivem perto de seus familiares, que formam novas famílias, mas ainda habitam as margens do rio. Já Cotijuba, conhecida como o “cemitério dos velhos”, abriga muitos idosos que migraram de outras localidades, mas também vivem à beira do rio. As práticas tradicionais das comunidades incluem o uso de plantas medicinais, confecção de artesanatos, colheita de açaí e cacau, pesca e roçado, sendo o ecoturismo a principal fonte de renda de ambas as ilhas. Contudo, o acesso aos serviços de saúde é desafiador, pois depende de recursos financeiros e da variação do nível de água do rio (cheia ou seca). As visitas técnicas ampliaram o entendimento sobre as questões socioculturais da população idosa ribeirinha, revelando um campo promissor para pesquisas sobre o envelhecimento a partir das realidades vividas por esse grupo social específico. O estudo também gerou reflexões sobre como aplicar metodologias de pesquisa nas condições territoriais das ilhas e proporcionou oportunidades para o desenvolvimento de estratégias no combate a estigmas e discriminações associadas à velhice.

REMINISCÊNCIAS DE SABERES DE SENSO COMUM SOBRE A TRANSMISSÃO DA TUBERCULOSE PULMONAR NOS DISCURSOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Mayara Del Aguilar Pacheco, Widson Davi Vaz de Matos, Nicole Jucá Monteiro,
Márcia de Assunção Ferreira, Iací Proença Palmeira

Desde o século XIX, com a descoberta da tuberculose, práticas estigmatizantes foram intensificadas nas sociedades. Em locais como barbearias, bares e restaurantes, materiais utilizados por pessoas doentes eram separados, e nas pensões, talheres e louças precisavam ser fervidos antes de reutilização. No entanto, informações repetidamente difundidas nas relações de cuidado podem contribuir para a dinâmica de (des)construção de ideias equivocadas sobre a tuberculose e seus portadores, uma vez que os encontros dialógicos favorecem a criação de vínculos de confiança e a reconstrução de sentidos, saberes e pensamentos. O objetivo deste estudo foi identificar as repercussões dos saberes de senso comum sobre a tuberculose pulmonar e o cuidado aos usuários no contexto da Atenção Primária à Saúde. O estudo, de caráter descritivo e qualitativo, baseou-se na Teoria das Representações Sociais, em sua abordagem processual, que explora a construção de saberes de senso comum e suas influências nas ações. A pesquisa foi realizada em Estratégias Saúde da Família (ESF) no município de Belém do Pará, com a participação de 30 usuários acima de 18 anos, com pelo menos dois meses de tratamento para tuberculose pulmonar. A coleta de dados ocorreu entre março e junho de 2022, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados psicossociais e demográficos foram organizados em planilhas Excel para tratamento estatístico, enquanto o conteúdo das entrevistas foi

analisado com o software ALCESTE (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto), que, por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Classificação Hierárquica Ascendente (CHA), rede de associação de palavras e unidades de contexto elementares, contribuiu para a análise dos resultados. Os resultados indicaram que as relações interpessoais entre profissionais de saúde e usuários influenciam as atitudes dos sujeitos diante das orientações sobre a tuberculose. A confiança construída favorece a continuidade do tratamento, mas a presença dos termos “separar coisas” e “separar talheres”, mencionados pelos usuários como informações recebidas de profissionais de saúde, contribui para a autoexclusão dos pacientes com tuberculose de suas redes socioafetivas, incluindo a família. O enfermeiro é o principal responsável por orientar sobre os cuidados com o tratamento e a transmissão da doença, mas os saberes de senso comum cristalizados sobre a tuberculose reverberam na segregação do paciente. As orientações sobre os cuidados afetam o protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos, sendo fundamental que tais orientações estejam baseadas em saberes científicos. A circulação de informações equivocadas aumenta a possibilidade de atitudes estigmatizantes na sociedade. A Educação Permanente promove a valorização dos profissionais de saúde e, consequentemente, qualifica a educação em saúde para as pessoas com tuberculose, seus familiares e as comunidades, o que deve ser incentivado.

UTILIZAÇÃO DAS PICS NA COLETA DO CITOPATOLÓGICO NA UBSF: HUMANIZANDO A PRÁTICA

Maria das Candeias da Silva Pereira, Elisa Barreto dos Santos Daroz

Considerando a exposição da mulher durante a realização do Preventivo de Câncer de Colo de Útero e as dificuldades de adesão a esse procedimento, este trabalho visa analisar reflexivamente esse momento e as razões para a não adesão das mulheres. A proposta inclui a inserção de Práticas Integrativas Complementares, como Aromaterapia e Musicoterapia, associadas à escuta qualificada, colocando a paciente/mulher como sujeito ativo no processo. Durante o procedimento, a mulher é informada sobre todas as etapas do exame e o que está sendo examinado/encontrado, de forma que ela compreenda a importância do procedimento, mantendo a adesão às orientações do enfermeiro e aos cuidados indicados. A orientação e prescrição dos cuidados utilizam técnicas de Educação Popular em Saúde, incorporando práticas colaborativas de aprendizagem e entrelaçamento dos saberes da paciente. É importante destacar que, embora essas abordagens terapêuticas já sejam abordadas no SUS, o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) não utilizava essas práticas em suas UBSF, o que impulsionou a implementação dessas práticas no dia a dia da UBSF Aeroporto. A experiência bem-sucedida foi relatada pelas mulheres, que consideraram o momento da coleta muito prazeroso e relaxante, além de ampliado o seu conhecimento sobre o que foi realizado, sobre seu corpo e como cuidar da sua saúde. Para o desenvolvimento do trabalho, foram realizadas reuniões orientativas com os Agentes Comunitários de Saúde, explicando o diferencial na coleta do preventivo com a Enfermeira na UBSF, além da oferta da vaga para a coleta, ambientação do consultório com aromatização e

musicalização, e a escuta avaliativa da paciente no momento da entrega do resultado do Citopatológico. Como resultado da implementação das práticas integrativas, aliadas à escuta qualificada e à educação integral dos pacientes, houve um aumento significativo na adesão das mulheres à coleta de exames citopatológicos. As mulheres relataram uma experiência mais agradável e relaxante durante o procedimento, o que melhorou a compreensão e o envolvimento com o processo. Essa abordagem também contribuiu para o registro de dados citopatológicos de melhor qualidade no sistema SISCAN.

EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE UMA UNIDADE SAÚDE DA FAMÍLIA

Maria Camilla Lima Coelho de Santana, Sarah Nóbrega Cavalcanti,
Ana Beatriz Lins de Oliveira Lima, Layza de Souza Chaves Deininger

O diagnóstico situacional identifica as vicissitudes e analisa as complexidades do espaço, neste caso, da Unidade Vila Saúde, por meio das vivências estudantis, incluindo relatos dos trabalhadores e suas percepções sobre os usuários do sistema de atendimento, o que permite traçar um perfil demográfico e demarcar as necessidades territoriais. O objetivo deste trabalho foi descrever as vivências de acadêmicos de medicina na construção do diagnóstico situacional da USF. A pesquisa qualitativa foi realizada entre abril e maio, com o relato de experiência no território da USF, buscando identificar aspectos das vivências singulares e os moldes de funcionamento da unidade. Inicialmente, foi conhecida a microárea do Jardim Itabaiana II, que conta com 2.552 usuários cadastrados e uma menor concentração de indivíduos dependentes do SUS, além de possuir saneamento básico, ruas asfaltadas, 90% de empregabilidade e melhores índices de qualidade de vida. Em contraste, o Jardim Itabaiana I tem 3.308 usuários, e Pedra Branca II, 2.495 usuários, com grande presença de criminalidade, violência, uso de substâncias químicas, ruas sem saneamento básico e alta vulnerabilidade social e financeira. Assim, tornou-se perceptível o impasse enfrentado pela equipe multiprofissional, que, apesar da competência, lida com a escassez de insumos e com microáreas dependentes de recursos públicos. Conclui-se que nas quatro microáreas de Jardim Itabaiana e Pedra Branca há muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, consequência da falta de recursos, apesar da dedicação da equipe de saúde. Esse diagnóstico proporcionou uma visão abrangente sobre a humanização laboral e os desafios enfrentados pelos profissionais da saúde.

NECROPOLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA MESTIÇAGEM E OS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA DA AMAZÔNIA PARAENSE

Flávia Danielle da Silva Câmara, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira, Anderson Reis de Oliveira

A história da saúde pública brasileira está intimamente ligada à emergência do Estado-nação, que, em sua busca pelo status de identidade nacional, civilização e progresso, viu-se forçado a sanear a

nação e embranquecer seu povo. A necropolítica, que extraiu do período colonial/escravista elementos como o terror, o estado de exceção, as técnicas de tortura e a eleição da raça para gerir a morte, forjou um “Outro” – o inimigo a ser eliminado. Nesse contexto, a categoria filosófico-analítica da Necropolítica auxiliou na compreensão de como uma “saúde-diretriz” foi estruturante desse Estado-nação, utilizando a eugenia como técnica, um dispositivo a serviço da gestão da morte. Este resumo integra a tese de doutorado intitulada “Políticas de Saúde Integral da População Negra: Necropolítica, Tensionamentos e Caminhos para Equidade Racial em Belém”, cujo objetivo foi demonstrar como a capital da Amazônia Paraense, ocupando o lugar colonial, elegeu a morenidade como salvadora para sua população, e como isso impactou a produção da saúde pública na contemporaneidade. A pesquisa foi realizada com base no Pensamento Feminista Negro e na Interseccionalidade, utilizando a metodologia de Método Misto, qualitativo e quantitativo, com levantamento estatístico de dados do e-SUS/AB, IBGE, DataSUS, SIM/SINASC e Painel de Monitoramento, e análise dessas informações à luz de referenciais teóricos sobre saúde da população negra. Os dados do e-SUS/AB de 2022 mostraram que, no município de Belém, 475.113 indivíduos eram negros (pretos + pardos), 73.509 brancos, 12.691 amarelos e 659 indígenas, com a população negra sendo a que mais apresentava hipertensão e diabetes (doenças prevalentes na raça), além de ter o maior índice de mortalidade materna e infantil por causas evitáveis. Esses dados ilustram como a necropolítica interseccionalmente organizou as noções de nação, cidadania e saúde no Brasil, criando entraves para a concretização da equidade racial. A saúde das mulheres negras, por exemplo, é fortemente afetada pelas condições de moradia em Belém, já que elas são a maioria das que residem em áreas com os piores índices de infraestrutura e serviços básicos. A eugenia, técnica utilizada no Brasil para o “melhoramento” da nação, contribuiu para a busca pelo embranquecimento populacional, definindo quem seria considerado o belo-humano-cidadão saudável. Assim, a cidade de Belém, com sua diversidade cultural, culinária e paisagens, esconde em sua alcunha a cor e etnia de sua população, além da memória dos seus antepassados, cujos corpos de mulheres indígenas e africanas foram tomados pela violência colonial. Essa miscigenação, longe de ser um processo neutro, tornou-se um marcador das iniquidades raciais que se refletem nos dados de saúde pública do município. Dessa forma, a necropolítica se consolidou como a base para administrar e fazer viver em mundos de morte, atualizando as noções de humanidade, cidadania e instituindo novos modos de ser.

AVALIAÇÃO DE EFEITOS PRODUZIDOS EM DISPOSITIVOS DE GESTÃO AUTÔNOMA PARTICIPANTES DA REDE DE APOIO E COMPARTILHAMENTO DE PRÁTICAS DE GAM

Carlos Cesar David de Carvalho, Suzana de Almeida Gontijo, Bianca Castro Vieira, Clarissa Viola Dutra,
Adriana de Sousa Santos, Mariana Teixeira Duarte, Maria Luiza Lucena Porto,
Marcus Adams de Azevedo Pinheiro, Eduardo Caron

O Guia da Gestão Autônoma da Medicação (GAM), criado no Canadá, visa defender os direitos humanos e promover a retirada da medicação psiquiátrica. No Brasil, a estratégia foca no aumento da

autonomia dos usuários, na cogestão do cuidado, na ampliação das redes de apoio e na reflexão sobre a centralidade da medicação e do assujeitamento. Essa abordagem participativa inspirou práticas e pesquisas em áreas como álcool e drogas, infantojuvenil e Atenção Primária, extrapolando os limites do Guia GAM. Desde 2021, o Fórum de Apoio e Compartilhamento de Práticas de GAM, projeto de extensão da UFF, reúne acadêmicos, trabalhadores e usuários de trinta serviços em seis estados, promovendo o compartilhamento de experiências, formação e pesquisa. Com o objetivo de construir indicadores qualitativos sobre os efeitos da GAM, foi criado um formulário eletrônico com seis eixos de avaliação sobre os impactos da prática. Participaram 26 usuários e 19 profissionais de 14 serviços, e as respostas foram analisadas por núcleo de sentido, visando identificar as percepções dos efeitos da GAM em cada eixo. Os resultados mostraram: I) aumento da participação no processo de cuidado, com maior interesse, comunicação, respeito, afetividade e escuta entre usuários e equipes, além de intensificação do autocuidado, incluindo o manejo da medicação e outras substâncias; II) aumento da integralidade no processo de trabalho, com os usuários mais implicados, reconhecendo seus direitos e se envolvendo em atividades coletivas, gerando vínculos e diálogos, enquanto profissionais refletiam sobre suas práticas, buscando espaços de formação e troca de experiências entre serviços; III) ampliação da rede de cuidado, com profissionais e usuários participando mais ativamente nos grupos, serviços e territórios, fortalecendo o cuidado compartilhado, a redução de danos, a escuta distribuída e ações de convivência e parcerias; IV) incorporação da experiência de dignidade no processo de cuidado e na vida, com aumento do questionamento, autonomia, autoconhecimento, autoaceitação e pertencimento, além da redução do sofrimento, maior consciência sobre o uso de medicações e substâncias psicoativas e ampliação do acesso a direitos e serviços de saúde, convivência e lazer; V) discussão sobre direitos humanos, violências e discriminação no contexto da saúde mental, com temas como racismo, violências contra mulheres, transfobia, invisibilidade das violências contra povos indígenas e imigrantes, e a não visibilidade de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, além do crescente interesse por saberes tradicionais e práticas integrativas; e VI) aumento do interesse pelo conhecimento, seja acadêmico e profissional, seja sobre direitos sociais, saúde e educação pessoal. As práticas de gestão autônoma enfrentam resistência ao modelo tradicional de atenção, centrado em diagnósticos e medicamentos, na verticalidade das relações e na descontinuidade interprofissional, com foco no controle e produtividade. A família, muitas vezes associada à medicação e às violências, dificulta o diálogo sobre racismo e diversidade de gênero, além de reforçar a abstinência no uso de drogas.

AÇÕES LEGISLATIVAS COMO ESTRATÉGIA BRASILEIRA CONTRA A HESITAÇÃO VACINAL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Ariane Silva Carvalho, Fabiana Turino, Maria Angelica Carvalho Andrade,
Fabiola Fernandes Bersot Magalhães, Tatiane Comerio, Carolina Strauss Estevez Gadelha,
Izabelle Venturini Signorelli, Rita de Cassia Duarte Lima

O Brasil se destaca historicamente na área da saúde, especialmente por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), sendo reconhecido internacionalmente pela eliminação de doenças

infecciosas ao longo das últimas décadas. O PNI oferece 19 vacinas, abrangendo recém-nascidos, crianças, adolescentes, adultos, idosos, gestantes, povos indígenas e quilombolas. O Sistema Único de Saúde (SUS) conta atualmente com 38 mil salas de vacinação, número que pode chegar a 50 mil durante as campanhas, com um total de 114 mil vacinadores. No entanto, desde 2013, tem-se observado uma queda significativa nas taxas de vacinação, agravada pela pandemia de Covid-19 e associada à Hesitação Vacinal, definida como um estado de conflito ou oposição à vacinação, envolvendo intenções e predisposições. Isso levanta a questão das ações adotadas para combater a recusa ou relutância à vacinação e aumentar a cobertura vacinal no país. Este trabalho baseia-se nas pesquisas históricas do tempo presente, tomando como referência o período imediato e propondo uma análise dos eventos recentes e reflexões sobre o passado recente. A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica triangulada com a coleta de informações científicas, legislações pertinentes, elementos historiográficos recentes e fontes jornalísticas atuais, visando analisar as experiências, conjunturas e aspectos culturais e políticos. Os resultados indicam que, em alguns países como os Estados Unidos, o incentivo financeiro e a distribuição de alimentos e bebidas foram algumas das principais estratégias para lidar com a hesitação vacinal. No Brasil, destacam-se as ações legislativas, embora com desafios e contradições na mudança de comportamento em relação à vacinação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante a obrigatoriedade vacinal, incluindo a vacina contra a Covid-19, para crianças e adolescentes, conforme o calendário nacional de vacinação estabelecido pelo Ministério da Saúde. Destaca-se também a exigência de cumprimento do calendário vacinal para o recebimento do Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda e combate à fome do Brasil. Dentro do contexto da hesitação vacinal, é crucial valorizar o aspecto histórico, reconhecendo a supremacia do coletivo sobre a escolha individual, e considerar a necessidade de medidas extremas, de caráter econômico ou punitivo, para combater a hesitação vacinal e o ressurgimento de doenças, bem como para a redução de mortes. Por fim, pode-se afirmar que a vacinação envolve uma responsabilidade sanitária coletiva, não se limitando ao cumprimento de leis, mas também ao respeito a princípios de responsabilidade e justiça social para a construção de uma sociedade mais igualitária.

USO CORRETO DO SALBUTAMOL “BOMBINHA” EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Suellen Figueiredo Ferigotti, Vivian Mara Barbosa

Este trabalho aborda o uso correto do salbutamol (“bombinha”) e o controle ambiental, visando aumentar a eficácia no tratamento da asma em crianças e adolescentes. O projeto propõe orientar e treinar os agentes comunitários de saúde (ACS) no uso adequado do salbutamol, para que possam repassar esse conhecimento aos cuidadores, crianças e adolescentes que necessitam do dispositivo para o controle da asma. O objetivo geral é melhorar a adesão e a eficácia do tratamento da asma, enquanto o objetivo específico é garantir o manuseio correto do salbutamol pelos cuidadores. O uso inadequado da “bombinha” ocorre devido à falta de conhecimento técnico do cuidador e à supervisão inadequada

durante o uso do dispositivo, comprometendo a eficácia do tratamento. Para enfrentar esse desafio, foram realizadas capacitações dos ACS da Unidade Básica de Saúde (UBS) Luxemburgo, equipe 39, no bairro Baronesa, em Santa Luzia. Essas capacitações incluíram reuniões sobre informações gerais sobre a asma, controle ambiental e treinamento no uso correto do salbutamol. Também foi ensinado como confeccionar um espaçador usando uma garrafa PET, uma solução de baixo custo que aumenta a eficácia do medicamento e melhora a acessibilidade. Após as capacitações, os ACS realizaram visitas domiciliares junto à equipe de saúde, repassando o conhecimento adquirido sobre a asma e a confecção do espaçador. Durante as visitas, observou-se baixo nível de conhecimento técnico sobre o uso correto da “bombinha”, controle ambiental ineficaz (ambientes mofados, empoeirados, com animais de estimação, baixa ventilação, acúmulo de pelúcia nos quartos), baixa adesão ao tratamento e falta de compreensão sobre as crises de asma e quando procurar a UBS ou a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). O uso correto do salbutamol em crianças e adolescentes é essencial para melhorar a adesão, o controle e a eficácia do tratamento da asma. Os resultados obtidos indicam que o papel dos ACS nas visitas domiciliares, ensinando, revisando as técnicas inalatórias e orientando sobre o controle ambiental, é imprescindível. Os próximos passos incluem a continuidade das orientações sobre o controle ambiental, a verificação do uso do salbutamol durante as visitas domiciliares, a demonstração contínua da confecção do espaçador com garrafa PET e a coleta de resultados ao longo das visitas.

AVALIAÇÃO DAS EXPECTATIVAS DOS GRADUANDOS DE ENFERMAGEM EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Bruna Franco Valle, Camila Lampier Lutzke, Lorrayne Cesario Maria,
Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

A contemporaneidade trouxe avanços significativos na área da saúde, exigindo uma qualificação profissional mais elevada para atender às crescentes demandas do mercado. No âmbito da enfermagem, houve a necessidade de reformular os currículos pedagógicos, adequando-os aos desafios educacionais atuais. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 3 de 2001, enfatizam a formação de profissionais competentes em áreas como atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança e educação permanente. A formação acadêmica enfrenta o desafio de capacitar profissionais capazes de integrar teoria e prática de maneira eficaz, atuando como agentes das políticas de saúde. Reconhecer as demandas e os desafios dos estudantes é essencial para reorganizar o processo formativo e desenvolver as competências necessárias para um exercício profissional eficiente e humanizado. Com o objetivo de avaliar as expectativas dos graduandos do curso de enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), foi realizado um estudo observacional, com delineamento transversal, utilizando um questionário estruturado para coleta de dados, após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da UFES. A amostra foi composta por 75 estudantes dos últimos períodos do curso de enfermagem, com critérios de inclusão que exigiam matrícula na UFES entre os semestres 2021/2 e 2022/1 e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados ocorreu em sala de aula,

com um pesquisador aplicando um questionário anônimo que abordava variáveis socioeconômicas, dados acadêmicos e expectativas profissionais dos estudantes. Após a coleta, os dados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva. A amostra foi composta majoritariamente por mulheres (70%) com até 24 anos (49,3%), sendo a maioria solteira (93,3%) e sem filhos (93,3%). Quanto à raça, 48% se declararam brancos, 37,3% pardos e 14,7% negros. A maioria dos participantes cursou o ensino médio em escola pública (57,3%) e reside com os pais (56%). A renda familiar de até 5 salários mínimos foi predominante (66,6%), e 82,7% dos estudantes não trabalhavam. Em relação às atividades acadêmicas, 57,3% não realizavam monitoria, mas a maioria participava de projetos de extensão (64%) e iniciação científica (54,7%), com apenas 37,3% apresentando trabalhos em congressos. Embora 78,7% não pretendam cursar outra graduação, muitos demonstraram interesse em pós-graduação, especialmente no mestrado (50,7%). As áreas de maior interesse são Saúde da Criança e do Adolescente (32%), Urgência e Emergência (22,7%) e Saúde da Mulher (21,3%). Em relação ao mercado de trabalho, a maioria prefere trabalhar em regime de plantão (74,7%) e deseja realizar concurso público (97,3%), visando à estabilidade profissional. As principais dificuldades previstas foram a saturação do mercado de trabalho (54,7%) e a dificuldade de inserção no serviço público (48%). As expectativas dos graduandos refletem um desejo por estabilidade e especialização, que pode ser atendido por uma formação acadêmica que incentive a participação em atividades complementares como monitorias, projetos de extensão, iniciação científica e congressos. Dessa forma, os futuros enfermeiros estarão melhor preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e contribuir significativamente para a saúde pública.

ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS ODONTOLÓGICAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM CONTEXTO PANDÊMICO

Sandra de Vasconcellos Schmidt, Camila Lampier Lutzke, Lorrayne Cesario Maria,
Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

As urgências odontológicas requerem atenção imediata e são prioritárias na Atenção Primária à Saúde (APS), envolvendo casos agudos ou o agravamento de condições crônicas. Com a Pandemia de covid-19, os atendimentos eletivos foram suspensos devido ao alto risco de contaminação das equipes de saúde bucal, mas as urgências continuaram sendo atendidas globalmente, com a decisão sobre a urgência de um procedimento baseada no julgamento clínico individual. Este trabalho tem como objetivo avaliar o volume de atendimentos de urgências odontológicas na APS do Espírito Santo durante a Pandemia de covid-19. Para isso, foi realizado um estudo analítico transversal com cirurgiões-dentistas das equipes de APS do SUS no Espírito Santo. A população do estudo foi baseada nos dados do CNES de fevereiro de 2020, totalizando 999 profissionais. A coleta de dados foi feita por meio de questionário eletrônico entre 22 de maio e 27 de julho de 2020. A amostra foi calculada para 375 profissionais, com acréscimo de 10% para compensar perdas, considerando critérios específicos de inclusão e exclusão. A análise descritiva utilizou o teste qui-quadrado para investigar associações, com significância de 5%, através do IBM SPSS 20.0. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em

Pesquisa da UFES sob o Parecer Consubstanciado nº4.035.957. Foram entrevistados 403 profissionais, predominando o sexo feminino (75,9%), com idades variando entre 23 e 67 anos. Embora se esperasse um aumento no atendimento de urgências odontológicas devido à suspensão de procedimentos eletivos, observou-se uma redução da média de atendimentos diários (3,0 atendimentos/dia) quando comparada à média do período anterior à pandemia (5,2 atendimentos/dia). Esse fato pode ser atribuído à preocupação da população em se contaminar com a covid-19 ao buscar atendimento. Um expressivo percentual de profissionais (88,8%) fez uso exclusivamente de prescrição medicamentosa, como analgésicos, antibióticos ou anti-inflamatórios no atendimento. Os atendimentos mais prevalentes foram pulpite irreversível (70%) e abscessos dentários ou periodontais (67,3%), condições que demandam atenção clínica para alívio da dor, o que pode explicar a procura por atendimento mesmo em um cenário pandêmico. A demora no tratamento das urgências odontológicas pode agravar lesões bucais e doenças, resultando em tratamentos mais traumáticos, custosos ou mutiladores. Conclui-se que houve uma redução no número de atendimentos odontológicos de urgência durante a pandemia, o que pode levar ao diagnóstico tardio e tratamentos mais complexos. Essa redução também aponta para a necessidade de maior preparo e organização dos serviços para o enfrentamento de futuras epidemias, incluindo a capacitação dos profissionais para uma maior resolutividade nos atendimentos, comunicação clara com a população sobre os serviços disponíveis e garantia de equipamentos e ambientes seguros para a atuação odontológica.

MUDANÇAS NA ATUAÇÃO DE CIRURGIÕES-DENTISTAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Sandra de Vasconcellos Schmidt, Camila Lampier Lutzke,
Lorrayne Cesario Maria, Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

No final de 2019, um novo coronavírus (SARS-CoV-2) surgiu em Wuhan, China, e rapidamente se espalhou globalmente. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classificou a covid-19 como uma pandemia. A transmissão ocorre principalmente por gotículas respiratórias e contato com mucosas, colocando os cirurgiões-dentistas em alto risco devido à proximidade com os pacientes e à geração de aerossóis durante os procedimentos. Para proteger profissionais e pacientes e conter a disseminação do vírus, entidades internacionais e nacionais recomendaram a suspensão dos atendimentos odontológicos eletivos, mantendo apenas as urgências. A Atenção Primária à Saúde (APS) tornou-se essencial no enfrentamento da pandemia, funcionando como a principal porta de entrada do sistema de saúde. Os cirurgiões-dentistas que atuam nas equipes de saúde da família precisaram adaptar suas práticas às novas diretrizes. Este trabalho analisa a atuação desses profissionais na APS do Espírito Santo durante a pandemia da covid-19. O estudo, de delineamento transversal e abordagem quantitativa, foi conduzido entre maio e julho de 2020 com cirurgiões-dentistas atuantes no Sistema Único de Saúde do estado. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico estruturado. A análise descritiva foi

feita através de tabelas de frequências absolutas e relativas para cada item do instrumento de pesquisa. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o Parecer Consubstanciado nº4.035.957. A amostra incluiu 403 cirurgiões-dentistas, dos quais 22,6% não participaram de processos de trabalho durante a pandemia. Os demais profissionais atuaram em barreira sanitária (28,7%), vacinação (28,1%), monitoramento epidemiológico (21,4%), *Fast track* (8,0%), visita domiciliar (7,7%), inquérito epidemiológico (7,2%) e outros atendimentos (16,2%). Apenas 3,5% dos cirurgiões-dentistas mantiveram atendimento odontológico exclusivo. Os resultados indicam a necessidade de os cirurgiões-dentistas, especialmente os que atuam na atenção primária e no serviço público, se adaptarem aos diferentes cenários, com resiliência e conhecimento para novas funções, além de habilidades para o trabalho multiprofissional. Essas competências devem ser desenvolvidas durante a graduação, garantindo profissionais bem preparados para responder aos desafios de saúde e adaptáveis a diversas situações. Conclui-se que este estudo evidenciou mudanças significativas no processo de trabalho dos cirurgiões-dentistas durante a pandemia de covid-19, destacando a importância de sua participação nas equipes de APS e sua responsabilidade sanitária na equipe multiprofissional no território.

ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NO GRUPO HIPERDIA COMPONDO A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Daiane Souza Nascimento, Neuza Helena Moura Queiroz, Priscila Dalapicula Barcelos,
Daiana Moronari de Brito, Priscila Carminati Siqueira

A Atenção Primária à Saúde tem avançado na coordenação das Redes de Atenção à Saúde por meio das equipes da Estratégia Saúde da Família e de equipes multiprofissionais. O aumento das doenças crônicas, como hipertensão e diabetes mellitus, exige que essas equipes desenvolvam estratégias de intervenção e monitoramento eficazes. O Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (Hiperdia) é uma ferramenta essencial no gerenciamento dessas condições, permitindo que os profissionais de saúde acompanhem a evolução das doenças e a adesão ao tratamento. O nutricionista desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de ações educativas em saúde, orientando sobre alimentação saudável e realizando avaliações antropométricas no grupo Hiperdia. Este estudo teve como objetivo promover a educação em saúde e aumentar a adesão ao tratamento farmacológico e não farmacológico de pacientes hipertensos e diabéticos com a atuação do nutricionista no grupo Hiperdia. Foi implementado um grupo de educação em saúde para pacientes hipertensos e/ou diabéticos na Unidade de Saúde da Família São Torquato, em Vila Velha, Espírito Santo. Os encontros ocorreram mensalmente, com duração de duas horas, e o nutricionista da equipe realizou atividades educativas sobre alimentação e estilo de vida, incluindo conteúdos sugeridos pelos próprios pacientes com base nas dificuldades relatadas. Durante as reuniões, foram realizadas rodas de conversa, preparação de receitas, degustações, caminhadas e/ou alongamentos. Os dados pessoais e de saúde dos participantes (pressão arterial, glicemia capilar, peso e altura) foram registrados e atualizados em um sistema de informação para acompanhamento, e também registrados nos prontuários. Após cada encontro, os pacientes eram avaliados pelo médico

da equipe. Entre fevereiro e setembro de 2023, ocorreram oito encontros com temas como alimentos funcionais para hipertensos e diabéticos, oficina culinária, sugestões de sobremesas sem adição de açúcar, leitura de rótulos alimentares, complicações da hipertensão e diabetes, hidratação adequada e direitos da pessoa idosa. Durante os encontros, observaram-se melhorias na qualidade de vida dos pacientes e um fortalecimento do vínculo entre os usuários do SUS e os profissionais de saúde. O grupo apresentou boa adesão e participação, mostrando-se uma estratégia eficaz de promoção da saúde. Os pacientes relataram aumento na disposição para as atividades diárias e autocuidado, além de destacarem o valor do espaço proporcionado para sociabilização e aprendizado. A literatura sugere que intervenções em grupo apresentam melhores resultados a médio e longo prazo, e a inclusão do paciente na responsabilidade pelo seu processo saúde-doença é fundamental. A presença do nutricionista, com suas ações educativas, contribuiu para aumentar a adesão ao tratamento e a adoção de práticas saudáveis entre os participantes do grupo.

INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS PARA A GESTÃO DE ALTAS: REVISÃO DA LITERATURA

Juanah Oliveira Debetio, Suzany de Fátima Henchoste Olibone

A gestão de alta hospitalar desempenha um papel crucial na continuidade do cuidado ao paciente após sua saída do ambiente hospitalar. A transição do hospital para o lar ou outro ambiente de cuidados requer um planejamento cuidadoso e uma coordenação eficaz entre os diferentes profissionais de saúde, a fim de garantir uma transição segura e bem-sucedida. O objetivo deste estudo foi identificar, na literatura nacional e internacional, as abordagens relacionadas à gestão da alta hospitalar. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados CINAHL, Web of Science, Scopus, Embase, PubMed, Scielo, Lilacs e Cochrane. Os critérios de inclusão foram artigos originais, publicados entre 2018 e 2023, em inglês, espanhol ou português, e que contivessem os descritores indexados nas bases de dados no título ou resumo. Inicialmente, foram identificados 5072 artigos, dos quais 26 foram excluídos por duplicidade. Após a triagem de títulos e resumos, 311 artigos foram selecionados para leitura integral. A análise dos artigos resultou na identificação de cinco categorias principais: intervenção multidisciplinar, papel das enfermeiras de ligação, utilização de ferramentas e protocolos estruturados, ênfase na continuidade do cuidado e apoio pós-alta. A gestão de alta hospitalar é fundamental para um sistema de saúde centrado no paciente, contribuindo para a melhoria da qualidade do cuidado, redução de custos e aumento da satisfação do paciente. A implementação de estratégias eficazes de gestão de alta deve ser uma prioridade para profissionais de saúde e formuladores de políticas. Esta pesquisa destaca a importância de abordagens multidisciplinares, o papel crucial das enfermeiras de ligação, a necessidade de ferramentas e protocolos estruturados, bem como a ênfase na continuidade do cuidado e no apoio pós-alta, visando garantir uma transição segura e eficaz dos pacientes do ambiente hospitalar para o domiciliar ou ambulatorial.

ESTUDO COMPARATIVO DO CONTROLE POSTURAL ENTRE CRIANÇAS DE DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS QUE NÃO PRATICAM EDUCAÇÃO FÍSICA

Cindhy Suely da Silva Medeiros, Geruza da Silva Medeiros, Simone Lara, Susane Graup, Lilian Pinto Teixeira, Ingrid Stephanie Gougart Medeiros

O equilíbrio é fundamental para a locomoção e para diversas atividades da vida diária, e sua habilidade melhora ao longo do tempo devido ao processo de maturação dos sistemas. A infância, portanto, representa um estágio crucial no crescimento e desenvolvimento, e a avaliação do controle postural em crianças torna-se relevante para identificar possíveis fatores relacionados aos transtornos do equilíbrio. Esses dados podem servir para a criação de estratégias de prevenção e correção de déficits motores. O objetivo deste estudo foi analisar o controle postural de crianças de diferentes faixas etárias, que não praticam educação física escolar e se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica. O estudo envolveu crianças em idade escolar (6 a 11 anos), de ambos os sexos. O controle postural foi avaliado por meio da posturografia dinâmica computadorizada (PDC), que inclui o índice geral de equilíbrio (escore composto) e seis situações sensoriais, utilizando os testes de organização sensorial (TOS). A contribuição de cada sistema sensorial responsável pelo controle postural (visual, vestibular e somatossensorial) também foi analisada. Foram avaliadas 189 crianças, com média de $7,65 \pm 1,92$ anos, distribuídas em três grupos etários: 6/7 anos, 8/9 anos e 10/11 anos. Os resultados indicaram que, em quatro condições dos TOS e no sistema visual, houve diferenças entre o grupo de crianças de 6/7 anos e de 10/11 anos, sendo os últimos superiores. No índice geral de equilíbrio (escore composto), as crianças de 10/11 anos demonstraram um melhor equilíbrio em comparação às outras faixas etárias. Foi observada uma alta frequência de déficits de controle postural, com maior expressão na faixa etária de 8-9 anos. As crianças de 10/11 anos apresentaram controle postural superior às demais faixas etárias, enquanto as de 8/9 anos exibiram uma maior frequência de déficits no controle postural. Este estudo contribui com dados sobre o controle postural de crianças brasileiras de 6 a 11 anos, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que não praticam educação física escolar, os quais podem servir como base para o desenvolvimento de estratégias de promoção de saúde nas escolas. Esses achados também reforçam a necessidade de construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil e seus determinantes de saúde.

ABORTO: CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E LEGAIS – UMA REVISÃO DA LITERATURA

Erlene Pinheiro de Souza, Viviane Medeiros, Débora Suelem Pereira Lima, Antônia Evilânna Cavalcante Maciel

O aborto, com suas questões éticas e legais, é um tema complexo e controverso que envolve múltiplas dimensões e provoca intensos debates. O objetivo deste estudo é oferecer uma análise crítica

das perspectivas éticas e legais relacionadas ao aborto, destacando as implicações e debates que o cercam. Trata-se de uma revisão da literatura que distingue entre aborto espontâneo e induzido, explorando as diversas razões que levam à interrupção da gestação, seja de forma involuntária ou deliberada. A pesquisa analisa o quadro legal do aborto em diferentes países, contrastando regiões onde a prática é permitida com aquelas onde é criminalizada. No Brasil, são discutidas as exceções legais previstas no Código Penal, como nos casos de estupro e risco à vida da gestante, evidenciando o confronto entre valores éticos, direitos reprodutivos e a proteção da vida fetal. O estudo também destaca a importância da confidencialidade médica no contexto do aborto, a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde para tratar a questão de maneira holística e a diversidade de políticas adotadas em diferentes países, refletindo abordagens legais e sociais variadas. Os resultados da análise revelam uma profunda diversidade nas opiniões éticas sobre o aborto. O ponto de vista pró-vida defende que o feto possui direitos à vida desde a concepção, equiparando o aborto a tirar uma vida humana, enquanto a perspectiva pró-escolha enfatiza a autonomia da mulher sobre seu corpo, defendendo seu direito de decidir sobre a continuidade de uma gravidez indesejada. Legalmente, há variação significativa nas leis que regem o aborto em diferentes partes do mundo, influenciadas por fatores culturais, religiosos e políticos. As políticas restritivas podem levar a abortos clandestinos e inseguros, colocando em risco a vida e a saúde das mulheres, enquanto a acessibilidade ao aborto seguro é considerada fundamental para a saúde pública e os direitos das mulheres. A discussão sobre o aborto é multifacetada, envolvendo aspectos éticos, legais, sociais e de saúde pública. É essencial reconhecer e respeitar os direitos reprodutivos das mulheres, incluindo a autonomia sobre suas decisões reprodutivas. Garantir acesso equitativo aos serviços de saúde sexual e reprodutiva é crucial para proteger a saúde e os direitos das mulheres. Promover um diálogo informado e respeitoso é fundamental para desenvolver políticas que priorizem o bem-estar e a dignidade de todos os envolvidos. A contínua controvérsia em torno do aborto desafia as sociedades a equilibrar os direitos das mulheres com os direitos do feto e as considerações éticas e legais, conduzindo discussões com empatia e respeito às complexidades envolvidas.

PRÁTICAS DOS ENFERMEIROS HOSPITALARES PARA CONTINUIDADE DO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO PACIENTE COM COVID-19

Juanah Oliveira Debetio, Suzany de Fátima Henchoste Olibone, Maria Fernanda Baeta Neves Alonso da Costa

A covid-19, por sua rápida disseminação e potencial letalidade, trouxe inúmeros desafios para a sociedade. Estima-se que 20% dos contaminados evoluam para quadros moderados ou graves, necessitando de internação hospitalar. Diante disso, medidas emergenciais precisaram ser adotadas, especialmente nos hospitais, para evitar a propagação do vírus e garantir que as equipes estivessem preparadas para fornecer a assistência adequada aos pacientes infectados. No entanto, pouco se discutiu sobre a continuidade do cuidado do hospital para a Atenção Primária ou o planejamento da alta hospitalar no contexto da pandemia. O objetivo deste estudo foi conhecer as

práticas dos enfermeiros que atuam em Hospitais Universitários no que diz respeito à continuidade do cuidado do paciente com covid-19 na Atenção Primária. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa, realizada em dez Hospitais Universitários Federais. A pesquisa contou com a participação de 37 enfermeiros de unidades de internação que atendiam pacientes com covid-19 e que receberam alta externa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com um roteiro semiestruturado entre junho de 2021 e janeiro de 2022. Os dados foram analisados com o auxílio do software NVivo10, seguindo a análise temática de Minayo. A partir da análise, emergiram três categorias: cuidados de enfermagem ao paciente com covid-19, desde a admissão até a alta hospitalar; a importância da equipe multiprofissional para a continuidade do cuidado ao paciente com covid-19; alta hospitalar e a continuidade do cuidado. Os resultados indicaram que o enfermeiro participa ativamente durante todo o processo de admissão hospitalar e internação do paciente, coordenando a equipe multiprofissional para fornecer os cuidados necessários. A equipe multiprofissional também planeja a alta do paciente e adota ações para garantir a continuidade do cuidado na Atenção Primária à Saúde (APS), incluindo encaminhamentos e educação dos pacientes com covid-19. Conclui-se que as atividades de continuidade do cuidado realizadas pelos enfermeiros envolvem a coordenação da equipe de enfermagem e multiprofissional, além da assistência integral ao paciente com covid-19.

O USO DA ARTE E DA CULTURA COMO FORMA DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS

Bruno Manoel Barros de Souza, Luana Mirelle da Silva

A arte e a cultura exercem uma influência significativa sobre diversos aspectos da vida humana, incluindo o desenvolvimento pessoal, social e a saúde, tanto física quanto mental, sendo sua importância na promoção da qualidade de vida inegável, especialmente no contexto dos cuidados paliativos. Este trabalho tem como objetivo demonstrar como essas práticas podem beneficiar a qualidade de vida de pacientes em cuidados paliativos. Para tanto, foram utilizados artigos que abordam o uso da arte e das terapias expressivas para a humanização desses cuidados, além de relatos de profissionais de saúde que implementaram terapias artísticas com seus pacientes. A terapia artística, que engloba várias formas de expressão, como música, pintura, dança e poesia, tem sido utilizada para promover o bem-estar mental e melhorar a qualidade de vida de pacientes em situações delicadas, como nos cuidados paliativos. A participação desses pacientes em atividades artísticas permite que se tornem mais ativos em seu próprio tratamento, ajudando-os a lidar com emoções como medo, tristeza e isolamento, ao oferecer uma forma de expressão não verbal para suas experiências emocionais. Essa integração das atividades artísticas não só proporciona um meio de compartilhar emoções, mas também facilita a comunicação eficaz entre pacientes, familiares e profissionais de saúde, fortalecendo o vínculo entre eles e permitindo uma atuação mais integrada da equipe multidisciplinar, composta por médicos, terapeutas ocupacionais, artistas e voluntários. Essa colaboração possibilita a adaptação das atividades

artísticas às necessidades e preferências individuais de cada paciente, contribuindo ainda para o alívio de sintomas físicos, como dor e fadiga, frequentemente presentes em pacientes em cuidados paliativos. Dessa forma, a terapia artística desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade de vida desses pacientes, ajudando a minimizar os impactos negativos do adoecimento e do tratamento. A adoção de uma abordagem multidisciplinar, que utilize diferentes métodos e técnicas de acordo com as necessidades de cada paciente, é essencial para proporcionar momentos prazerosos e estimulantes, sendo a arte uma ferramenta valiosa para a expressão dos sentimentos e uma forma de fuga da realidade, crucial para o bem-estar do paciente paliativo.

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DA CATARATA EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Mariana Toniolli de Freitas, Thayla Yasmin Uchôa de Oliveira,
Isis Mytieê Pimentel Barros, Vanessa de Brito Ferreira Falcão

O envelhecimento da população mundial, impulsionado pelos avanços tecnológicos, é um fenômeno global contemporâneo. No entanto, no Brasil, a saúde e o bem-estar dessa faixa etária apresentam desafios, especialmente com relação às altas taxas de catarata e risco de cegueira entre os idosos. Um fator determinante para essa situação é a negligência na atenção básica e no diagnóstico precoce dentro dessa comunidade. O objetivo deste estudo foi investigar a relação entre a atenção primária à saúde e o diagnóstico precoce de catarata na população idosa, além de compreender o perfil socioeconômico e epidemiológico dessa população. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada a partir de operadores específicos e das bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Medline (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) e Google Scholar, que inclui o Scielo, considerando artigos publicados entre 2019 e 2023 que abordam o tema proposto. A pesquisa encontrou 106 artigos nas bases de dados, dos quais 12 foram selecionados para compor a amostra da revisão. A análise revelou que é fundamental que toda a equipe interdisciplinar esteja atenta aos fatores de risco e ao perfil socioeconômico e epidemiológico dessa população, caracterizada principalmente por idosos com diagnóstico prévio de diabetes mellitus e/ou hipertensão arterial sistêmica, acima de 75 anos, do sexo feminino, com frequência de exposição à luz solar e baixa escolaridade. A atenção primária à saúde se mostra crucial para o diagnóstico precoce da catarata, especialmente no contexto do controle glicêmico, do acompanhamento da hipertensão, e das ações educativas voltadas à prevenção e promoção da saúde, além de uma triagem eficaz durante as consultas generalistas e a ampliação do atendimento por meio de estratégias de saúde.

EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DO AMAZONAS

Antônia Evilânna Cavalcante Maciel, Mayra Costa Rosa Farias de Lima

Este trabalho aborda os impactos das mudanças climáticas na vida e saúde da população ribeirinha da região amazônica, com ênfase nas consequências da seca extrema de 2023, causada pelo fenômeno El Niño e pelo desmatamento. O objetivo é analisar como essas mudanças afetam a saúde pública e a biodiversidade na região. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com revisão da literatura sobre secas, desmatamento e saúde pública na Amazônia, utilizando fontes acadêmicas e relatórios de organizações ambientais e de saúde. Os resultados indicam que a seca extrema de 2023, a maior já registrada no Amazonas, causou sérias consequências, como a escassez de água potável, o aumento de doenças respiratórias devido às queimadas e o impacto negativo nas atividades econômicas, como a pesca e a agricultura. A seca impediu o tráfego nos rios, dificultando o acesso das Unidades Básicas de Saúde Fluviais às comunidades remotas, o que resultou em desafios significativos para atender à crescente demanda por atendimento médico. As considerações finais destacam que as mudanças climáticas impõem desafios inéditos à saúde pública e ao meio ambiente da Amazônia, com a degradação florestal aumentando a vulnerabilidade da região. É fundamental um planejamento antecipado para desastres naturais, além de investimentos contínuos em infraestrutura de saúde e capacitação de equipes para emergências. A colaboração entre atenção primária, especializada e telessaúde é crucial para melhorar a resposta a crises ambientais, e a inovação e compreensão da dinâmica produtiva da Amazônia são essenciais para desenvolver políticas públicas eficazes. Medidas governamentais para conter queimadas e melhorar a qualidade do ar devem ser implementadas para mitigar os impactos das mudanças climáticas na saúde da população ribeirinha.

Renascer da Amazônia: Um Poema de Esperança e Compromisso

Na Amazônia, onde a vida pulsa intensa,
Há queimadas que deixam a natureza suspensa.
O fogo voraz, a floresta devora,
E a biodiversidade chora, chora, chora.

Secas implacáveis, rios emagrecidos,
A terra resseca, os horizontes perdidos.
O pulso da selva bate fraco e triste,
Enquanto o Amazonas, de dor, persiste.

A fauna e a flora, em agonia, clamam,
Nas queimadas, suas casas se inflamam.
O ciclo da vida, interrompido e abalado,
Enquanto o Rio Amazonas segue seco ou inundado com a morte dos seus que faziam morada.

Mas em meio ao desespero, há esperança,
Na luta pela floresta, uma dança.
Unidos, devemos proteger, preservar,
A floresta, com amor, irá pulsar.

A natureza é um tesouro que não tem preço,
Cuidar dela é nosso maior compromisso.
Nas queimadas e secas, levantar-se é preciso,
Para que o Amazonas renasça, com novo sorriso.

Com corações unidos, mãos dadas em defesa,
Renovamos o compromisso com sua beleza.
Na Amazônia, onde a vida pulsa intensa.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO ODONTOLÓGICO NO PERÍODO GESTACIONAL

Rafaela Scherer, Bárbara Gottardi Furtado, Maurício Fernando Nunes Teixeira,
João Augusto Peixoto de Oliveira, Andreas Rucks Varvaki Rados

Durante a gestação, a mulher passa por inúmeras modificações fisiológicas e psicológicas, tornando-se mais suscetível ao desenvolvimento de complicações sistêmicas, incluindo alterações bucais. Assim, o acompanhamento odontológico é crucial para garantir o bem-estar e a saúde da mãe e do bebê. O objetivo deste resumo é evidenciar a importância do cuidado odontológico na gravidez, por meio de uma revisão narrativa que exemplifica as alterações orais passíveis de prevenção com o cuidado integral. Diversos fatores contribuem para a baixa utilização do serviço odontológico pelas mulheres grávidas, como questões socioeconômicas, falta de tempo e de informação. Contudo, o aumento da produção hormonal durante a gestação impacta diretamente a saúde bucal, elevando a suscetibilidade a doenças periodontais, como a inflamação gengival, que causa desconforto, sangramento e respostas inflamatórias inadequadas. Além disso, sabe-se que a saúde bucal afeta diretamente a saúde geral, e várias doenças sistêmicas, como a diabetes, aumentam a predisposição a doenças periodontais, inflamação gengival e sangramentos, além de favorecer problemas como boca seca, candidíase oral e dificuldades na cicatrização. Doenças imunológicas e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) também podem resultar em infecções bucais oportunistas, como candidíase, herpes labial, aftas recorrentes e gengivites severas, devido à supressão da resposta imunológica. As ISTs podem ainda provocar manifestações orais, como lesões ulcerativas na sífilis e verrugas no HPV. O acompanhamento odontológico durante a gestação possibilita detectar e prevenir a progressão dessas doenças, sendo mais recomendado no segundo trimestre, quando o feto já está mais desenvolvido e os riscos são menores. A importância desses cuidados foi reforçada pela implementação da Rede Cegonha, instituída pelo Ministério da Saúde em 2011, que visa garantir um atendimento de qualidade, humanizado e seguro às mulheres, desde a gestação até os dois anos da criança, promovendo atenção integral à saúde da mulher e da criança, incluindo exames de pré-natal e ao menos uma consulta odontológica durante o acompanhamento gestacional. Conclui-se, portanto, que o acompanhamento odontológico no pré-natal é essencial para evitar complicações orais e sistêmicas, sendo possível prevenir problemas que possam afetar tanto a mãe quanto o bebê por meio da prevenção e cuidado integral.

RECONQUISTA DAS ALTAS COBERTURAS VACINAIS: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO PROJETO AGENTES POPULARES DE SAÚDE AMAZONAS

Peterson Carvalhal Sousa, Marcilio Sandro de Medeiros, Antônia Evilânna Cavalcante Maciel

Este estudo aborda os desafios éticos e morais enfrentados durante a pandemia da covid-19, com ênfase na desigualdade na distribuição da doença, influenciada por fatores como cor, idade e classe social. O objetivo principal foi investigar e propor estratégias para aumentar a cobertura vacinal na região do Amazonas, considerando os movimentos anticientíficos e antivacina, bem como a falta de planejamento governamental. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: revisão da literatura, mensuração da cobertura vacinal e implementação de uma pesquisa-ação. A revisão da literatura explorou estratégias para reconquistar a cobertura vacinal, identificando fatores influentes, como a hesitação vacinal e o acesso geográfico. A mensuração da cobertura vacinal foi realizada com dados do Sistema de Informação em Saúde do Programa Nacional de Imunização (SISPNI). A pesquisa-ação consistiu no desenvolvimento de um curso de curta duração sobre a importância da vacinação, com base na educação popular em saúde. Os resultados indicaram uma relação entre os profissionais de saúde e a aceitação vacinal, além de um aumento da hesitação vacinal, motivado por desinformação e preocupações com a segurança das vacinas. A análise dos dados de cobertura vacinal revelou áreas com baixos índices, destacando a necessidade de intervenções direcionadas. O curso de curta duração se mostrou uma ferramenta promissora para promover a vacinação e combater a desinformação. Conclui-se que a baixa cobertura vacinal na região do Amazonas representa um grande desafio para a saúde pública, com risco de surtos de doenças preveníveis. Estratégias como educação e conscientização, fortalecimento da infraestrutura de saúde e parcerias comunitárias são essenciais para enfrentar esse problema. A educação popular em saúde surge como uma abordagem eficaz para engajar as comunidades e promover a vacinação, especialmente em áreas vulneráveis.

VOCÊ FALA BRASILEIRO? UM RELATO SOBRE SINGULARIDADES NO ATENDIMENTO A PACIENTES DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL POMERANA

Camila Lampier Lutzke, Maria Helena Monteiro de Barros Miotto, Maria Angélica Carvalho Andrade

Quando os primeiros imigrantes pomeranos chegaram ao distrito de Melgaço, no Espírito Santo, entre 1857 e 1873, enfrentaram grandes desafios no processo de desbravamento. A falta de equipamentos adequados para a lavoura, a ausência de assistência governamental e as dificuldades linguísticas contribuíram para o isolamento dessa comunidade, que hoje é reconhecida como um dos Povos e Comunidades Tradicionais brasileiros. Atualmente, o idioma pomerano é um traço

marcante dessa cultura, e alguns descendentes ainda se comunicam exclusivamente em sua língua materna, sem compreender o português, que chamam de “brasileiro”. Essa barreira linguística dificulta a comunicação, silenciando tanto as queixas do paciente quanto as orientações e cuidados do profissional. O trabalho relatado aqui consiste na aplicação de orientações de saúde bucal no idioma pomerano durante atendimentos odontológicos na Atenção Primária, em um distrito pomerano no município de Domingos Martins. A tradução da fala dos profissionais de saúde foi reconhecida como necessária ao observar que os pacientes, embora tivessem comunicação básica em português, apresentavam dificuldades em entender orientações mais específicas ou em explicar sua situação de saúde. Durante os atendimentos, a cirurgiã-dentista (CD) realizava as orientações e a auxiliar de saúde bucal (ASB) fazia a mediação, repetindo as informações em pomerano para reforçar a compreensão. A tradução foi particularmente útil em orientações pós-cirúrgicas e em instruções sobre escovação dental supervisionada, quando o sucesso do tratamento depende da adesão do paciente. Também foi importante nos encaminhamentos a outros serviços, garantindo que os pacientes compreendessem plenamente as etapas do tratamento. Observou-se uma diminuição no número de faltas quando as datas e horários das consultas eram repetidos em pomerano, já que muitos pacientes tinham dificuldade em compreender números e datas em português. Nos atendimentos a crianças, a tradução foi essencial para facilitar a colaboração durante os procedimentos, já que muitas delas só aprendem o português ao ingressar na escola. As crianças em idade pré-escolar se sentiram mais acolhidas quando atendidas em pomerano. A CD, embora não fluente na língua, dedicou-se a aprender algumas expressões em pomerano, o que ajudou a criar um vínculo com os pacientes e a melhorar a aceitação dos tratamentos. Esse esforço foi percebido pelos pacientes como um respeito à sua cultura e um interesse genuíno da equipe em acolhê-los. Conclui-se que a tradução durante as consultas odontológicas resultou em maior adesão ao tratamento, redução no número de faltas e um vínculo mais forte com os pacientes, facilitando também o condicionamento das crianças. Em um cenário ideal, seria recomendável que todos os profissionais fossem fluentes no idioma pomerano. Contudo, se isso não for possível, é fundamental que pelo menos um membro da equipe tenha habilidade para mediar a comunicação entre o português e o pomerano falado pela comunidade.

USO DE MAMADEIRA E DESMAME PRECOCE EM POPULAÇÃO TRADICIONAL POMERANA

Camila Lampier Lutzke, Maria Helena Monteiro de Barros Miotto, Maria Angelica Carvalho Andrade

Bicos artificiais, como chupetas e mamadeiras, são hábitos de sucção com grande potencial de impacto na função estomatognática do bebê e no desenvolvimento oral e facial. A oferta de alimentação por meio de mamadeiras é amplamente aceita socialmente e, muitas vezes, estimulada. Práticas como publicidade abusiva e o desrespeito ao Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno incentivam o uso de apetrechos que substituem o leite materno, prejudicando a amamentação. Com o objetivo de descrever a utilização de mamadeiras e sua associação com o

desmame precoce em crianças de uma comunidade rural de colonização pomerana, foi realizado um estudo quantitativo e transversal, envolvendo 143 prontuários de crianças atendidas nas consultas de puericultura no Distrito de Melgaço, Domingos Martins, Espírito Santo. A maior parte da amostra foi composta por mulheres brancas (76,9%), com idades entre 25 e 34 anos (44,8%), escolaridade até o ensino fundamental incompleto (49,0%) e trabalhadoras agropecuárias (61,5%). Das 143 crianças, 67 (46,9%) eram alimentadas com mamadeira, e encontrou-se uma associação positiva entre o uso de mamadeira e o desmame precoce (p-valor 0,000). A pesquisa revela a forte pressão da indústria de substitutos do leite materno, que frequentemente infringe o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno por meio de “marketing agressivo”. Populações mais vulneráveis, com menores índices socioeconômicos, são mais suscetíveis a essas influências, levando a desfechos negativos para a amamentação, como a interrupção precoce do aleitamento materno. Os resultados indicam a necessidade de conscientização sobre o uso de mamadeiras e a importância de respeitar as normas e códigos de comercialização desses produtos, principalmente para proteger as populações mais vulneráveis. Essa questão é complexa e envolve fatores em nível macro, uma vez que as mamadeiras são socialmente aceitas, amplamente utilizadas e fazem parte do processo de maternidade, desde listas de enxoval até prescrição médica. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o Parecer nº 3.952.910, de 03 de abril de 2020, CAAE 28363220.4.0000.5060.

ESTÍMULOS MULTISSENSORIAIS NO APRENDIZADO ALIMENTAR INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA

Mateus Felipe Silvério Neubaner, Beatriz Milagres Silveira, Laura Fonseca Pereira, Letícia Porto Carvalho de Faria, Rafael Porto Francisco, Thiago Brandião da Fonseca, Thiago Rosental Silva, Shirlei Barbosa Dias

Durante a infância, os incentivos à aprendizagem mediados por experiências multissensoriais são fundamentais para o desenvolvimento, e o ensino sobre uma alimentação equilibrada pode ser potencializado quando integrado a um movimento lúdico e artístico que preconiza a participação dos sentidos na construção desse saber. Neste contexto, o objetivo deste relato é compartilhar a experiência de estudantes de Medicina no desenvolvimento de uma ação extensionista focada na interação de crianças com alimentos saudáveis. Em uma disciplina extensionista, seis estudantes de Medicina de uma faculdade particular, sob supervisão docente, desenvolveram oficinas lúdicas e interativas com crianças de 4 e 5 anos, em maio de 2024, com 60 crianças de uma escola municipal de educação infantil localizada em uma região periférica e de vulnerabilidade social em Belo Horizonte. Como parte do planejamento, foi realizada uma visita de reconhecimento para aproximação com as crianças, identificação de demandas e personalização das atividades. Foi elaborado um circuito com oficinas em três salas, nas quais brincadeiras conhecidas pelo público infantil foram combinadas com jogos de reconhecimento de frutas, utilizando os sentidos. Inicialmente, as crianças foram agrupadas por turma

e identificadas por uma pulseira colorida, estimulando o trabalho em equipe. Os grupos circularam entre as salas, participando de dinâmicas distintas. Em uma das salas, o jogo “Boliche” foi realizado, no qual as crianças derrubaram os pinos com uma bola e, em seguida, reconheceram as frutas (manga e tangerina) pelo olfato. Em outra sala, o desafio foi passar por uma “Cama de Gato” feita com barbantes, e ao final do percurso, as crianças participaram de uma degustação às cegas de maçã e uva, reconhecendo-as pelo sabor. Na última sala, o jogo da “Amarelinha” foi proposto, e ao completá-la, as crianças tocaram duas caixas, uma de cada vez, para identificar frutas escondidas (banana e limão) pelo tato, com base na textura e formato. Observou-se que as crianças participaram ativamente, em um ambiente colaborativo, podendo concluir as atividades através do conhecimento prévio ou pelo debate entre os colegas. O engajamento foi notório durante a dinâmica e, mesmo após o término da atividade, as crianças demonstraram interesse em compartilhar relatos pessoais de experiências anteriores com as frutas apresentadas. Segundo as observações das professoras da escola, o efeito foi positivo, especialmente para as crianças que inicialmente se recusavam a experimentar as frutas, favorecendo a experimentação e aceitação. A inserção da ludicidade sensorial como forma de expandir os cenários do ensino infantil pode ser uma excelente maneira de desconstruir a verticalização na transmissão de conhecimentos, estimulando uma abordagem mais horizontal, onde as experiências pessoais de cada criança também modulam a formação sociocultural dos estudantes e professores. Essa dinâmica surpreendeu os discentes ao mostrar uma nova maneira de aprender, diferente até mesmo do método educacional empregado em sua própria formação.

A IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS COM GESTANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mirela Dias Gonçalves, Bruna Souza Leite, Denilce Moraes Coimbra,
Mariana de Souza Almeida, Sara Santos Gonçalves

As ações de promoção à saúde fazem parte do processo de trabalho das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e possibilitam a realização de atividades educativas com gestantes, como parte do pré-natal. Os profissionais realizam a educação em saúde de forma individual e coletiva, utilizando uma linguagem clara e de fácil entendimento, abordando orientações gerais sobre os cuidados na gestação, parto e puerpério, cuidados com o bebê e outros temas conforme as necessidades educacionais apresentadas pelas gestantes. Este estudo teve como objetivo relatar a experiência da implantação de ações educativas e formação de grupos de gestantes da Estratégia Saúde da Família Santa Rita, no município de Vila Velha, Espírito Santo. Trata-se de um relato de experiência sobre a implantação e formação de grupos de gestantes, conduzidos por um grupo de enfermeiras do Programa Qualifica-APS, na Unidade de Saúde Santa Rita, no município de Vila Velha (ES), entre julho e dezembro de 2022. Durante a experiência, observou-se que as gestantes apresentaram dificuldades em lidar com sentimentos, muitas vezes divergentes, especialmente em relação ao cuidado com o bebê, no manejo da amamentação, banho e cuidados com o coto umbilical, temas abordados durante os encontros. Estudos indicam que é fundamental, durante o período gestacional, fornecer explicações detalhadas

às gestantes sobre os cuidados que devem ser adotados tanto na gestação quanto no puerpério, com o objetivo de promover a saúde e prevenir complicações futuras, tanto para a mãe quanto para o bebê. Dessa forma, ficou evidente que as atividades de educação em saúde promovem o acolhimento e favorecem o vínculo profissional com a paciente, ajudando a quebrar estigmas e reduzir inseguranças, o que contribui para uma gestação mais segura e tranquila. O processo de formação em serviço permite o desenvolvimento de competências profissionais importantes e o aperfeiçoamento de boas práticas. Assim, sugerem-se investimentos em Educação Permanente em Saúde.

DISCUSSÃO DE UM MODELO PARA O ENSINO DA PREVENÇÃO DE INFECÇÃO EM AMBIENTES DE SAÚDE

Luciene Muniz Braga, Pedro Paulo do Prado Junior, Mara Rubia Maciel Cardoso do Prado, Andreia Guerra Siman, Luana Vieira Toledo, Talita Prado Simão Miranda, Andreia Gomes, Rodrigo Siqueira Batista, Equipe HAIInnovPrev

O processo de ensino-aprendizagem na área da saúde representa um grande desafio tanto para docentes quanto para discentes. Para os professores, que conciliam o cuidado com o ensino, o desafio é continuar promovendo o autocuidado e os espaços de interação social, visando a criação de um ambiente coletivo saudável. Já para os alunos, os métodos utilizados no ensino superior em saúde representam desafios significativos, pois influenciam diretamente no acesso às ferramentas necessárias e na qualidade do ensino. Os modelos educacionais na área da saúde devem permitir a participação ativa dos estudantes e integrar as ciências básicas e clínicas, fomentando o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais no contexto do ensino em saúde. O objetivo deste estudo foi realizar um grupo focal para apresentação de um modelo para o ensino da prevenção de infecção em ambientes de saúde. O modelo foi elaborado por docentes de cursos da área da Ciência da Saúde de universidades do Peru, Brasil, Portugal e Espanha, participantes do projeto HAIInnovPrev – Empowering Nursing High Education with Innovative Healthcare-Associated Infection Prevention and Control Practices in Latin America. Após a elaboração do modelo, este foi apresentado e discutido em um grupo focal com docentes da Universidade Federal de Viçosa (MG). Para a realização do grupo focal, foi criado um guia com um roteiro para nortear a discussão, promovendo uma investigação mais produtiva, baseado no objetivo do estudo e com questões que validassem a aplicação do modelo. O guia continha três questões, favorecendo o andamento das discussões e auxiliando o moderador e os participantes. As sessões grupais foram operacionalizadas conforme os momentos-chave: abertura da sessão, apresentação dos participantes, esclarecimentos sobre a dinâmica de discussão participativa, estabelecimento do *setting*, debate, síntese e encerramento da sessão. O grupo focal teve uma sessão de 50 minutos, realizada no auditório do Departamento de Medicina e Enfermagem, com sete docentes participantes. Durante a sessão, foi realizada uma apresentação oral do modelo, com a fundamentação dos conceitos que embasaram sua construção. A discussão foi gravada e transcrita na íntegra, e, após análise dos conteúdos, geraram-se quatro categorias: 1) Integração entre teoria e prática; 2) Limitações de recursos humanos, materiais e infraestrutura; 3) Resistência dos profissionais às mudanças no

processo de trabalho; 4) Contribuições do modelo para o ensino de enfermagem em prevenção e controle de infecção. Na última categoria, os docentes sugeriram a inclusão de liderança e gestão na estrutura do modelo. A utilização da técnica do grupo focal foi essencial para a emergência de diferentes pontos de vista e significados, contribuindo significativamente para o sucesso das discussões. O modelo se mostrou eficiente para repensar o ensino sobre a prevenção e controle de infecção nos ambientes de saúde, de acordo com a percepção dos docentes.

CONTRIBUIÇÕES DA LIGA INTERDISCIPLINAR DE SAÚDE, LONGEVIDADE E ENVELHECIMENTO (LISLE) NA FORMAÇÃO PARA O CUIDADO COM A POPULAÇÃO IDOSA

Thalyta Ísis de Matos Pires, Julia Shimohara Bradaschia, Taís Petrucci Boechat, Ana Luisa Ribeiro Araujo, Gabriely Marques Garrido de Araujo, Camilly Rodrigues Contão, Hetieny de Souza Lima, Yunara Fernandes Venturelli, Juliana Martins Pinto

As mudanças nos perfis de morbidade e mortalidade, nas relações sociais, no mercado de trabalho e renda, bem como nas atitudes em relação à velhice, corroboram a necessidade de mais oportunidades de formação e atualização profissional vinculadas ao planejamento de políticas públicas e de cuidado, a fim de promover longevidade com qualidade de vida. As ligas acadêmicas evidenciam a carência de conteúdos obrigatórios nos cursos de graduação da área da saúde destinados ao estudo do envelhecimento, uma problemática que se soma à baixa disponibilidade de especialistas em Geriatria e Gerontologia no mercado de trabalho. O objetivo deste trabalho é descrever a experiência da Liga Interdisciplinar de Saúde, Longevidade e Envelhecimento (LISLE) e refletir sobre seu papel na formação de profissionais de saúde. A LISLE foi criada em 2023, na Universidade de Brasília-Campus Ceilândia, com o intuito de fomentar o ensino-aprendizagem sobre Geriatria e Gerontologia, englobando perspectivas biopsicossocial, ecológica e coletiva; apoiar projetos e ações relacionados ao cuidado da pessoa idosa; e promover integralidade, interdisciplinaridade e humanização nos processos de construção da aprendizagem e produção de saúde. As atividades da LISLE envolvem ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao envelhecimento, permitindo que os estudantes da área da saúde vivenciem experiências teóricas e práticas com profissionais especialistas, para o desenvolvimento de habilidades e competências na abordagem da pessoa idosa. Os participantes reúnem-se semanalmente e realizam atividades em instituições parceiras. Foram realizados encontros presenciais com aulas sobre envelhecimento patológico e ativo, cuidados com idosos portadores de demência e depressão, saúde pélvica e fisioterapia aquática. A LISLE também participou da VIII Feira de Saúde da Associação Médica de Brasília e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Distrito Federal, compartilhando informações sobre a prevenção do risco de quedas. Além disso, os extensionistas atuaram no Grupo Vida e Saúde de uma Unidade Básica de Saúde, participando do planejamento e execução de atividades coletivas na comunidade. As interações entre professores, profissionais e estudantes de diferentes cursos fortaleceram a interdisciplinaridade, despertando nos estudantes o interesse por outros projetos na universidade

e na comunidade, bem como pela especialidade após sua formação. No entanto, a baixa oferta de conteúdos e disciplinas obrigatórias que abordem o envelhecimento reflete na elevada busca dos estudantes pela liga, que enfrenta o desafio de elaborar processos seletivos competitivos para incorporar novos membros, excluindo uma parcela significativa de estudantes que buscam essas experiências e conhecimentos. A difusão insuficiente do conhecimento gerontológico na formação profissional tem contribuído para as dificuldades na oferta de cuidados à população idosa, conforme apontado pela literatura. Embora a formação de especialistas e bacharéis em Gerontologia tenha crescido no Brasil, os conteúdos relacionados ao tema ainda são pouco abordados nos cursos da área da saúde. Apesar do papel estratégico das ligas para o engajamento dos estudantes, é importante destacar que elas não suprem as lacunas estruturais dos cursos.

INVESTIGAÇÃO DE EVENTO ADVERSO POR MEIO DA FERRAMENTA 5 PORQUÊS EM PRONTO ATENDIMENTO PEDIÁTRICO

Eduardo Martins Ferraz, Thalita Marques de Mesquita,
Viviane Peixoto dos Santos Pennafort, Ana Elza Oliveira de Mendonça

No contexto das emergências pediátricas, o preparo e a administração de medicamentos têm um papel crucial no manejo das doenças em crianças. No entanto, apesar de muitos medicamentos apresentarem uma resposta terapêutica prevista, seu uso envolve riscos que podem desencadear eventos adversos, especialmente em crianças, uma população vulnerável com funções fisiológicas em desenvolvimento, tornando-as mais suscetíveis a diversos agentes farmacológicos, principalmente quando prescritos inadequadamente. O gerenciamento de fatores de risco que podem evoluir para eventos adversos é, portanto, de extrema relevância para prevenir e mitigar tais ocorrências, garantindo uma assistência segura. Este estudo relatou o processo de investigação de um evento adverso em pediatria, ocorrido durante o atendimento a uma criança que, após a prescrição e administração inadequada de dipirona, evoluiu com síncope. A investigação, realizada em maio de 2024 em um pronto atendimento pediátrico no sul do Brasil, utilizou a ferramenta dos “cinco porquês”, que levou à identificação da causa raiz do evento: a ausência de um processo operacional definido para a administração segura de medicamentos e a falta de um mecanismo de identificação diferenciada para pacientes alérgicos. A utilização dessa ferramenta foi crucial para entender as falhas no processo e destacar a importância de uma gestão de riscos eficaz na promoção da segurança do paciente pediátrico. Compreender os fatores que contribuem para o desencadeamento de eventos adversos em pediatria é fundamental, e as ferramentas de gestão da qualidade desempenham um papel essencial nesse processo.

ATIVIDADES LÚDICO-RECREATIVAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO

Fernanda Raquel Toillier, Kelly Sabrine Petry, Laís Martello Cervelin, Helen Carvalho de Souza, Yasmim de Oliveira de Abreu, Amara Lucia Holanda Tavares Battistel

A Turma do Ique é um espaço de convivência e lazer voltado para crianças e adolescentes em tratamento oncológico no Centro de Tratamento de Crianças e Adolescentes com Câncer (CTCriad) do Hospital Universitário de Santa Maria, bem como para os familiares que os acompanham. Nesse sentido, é importante que o ambiente proporcione atividades e recursos que estimulem a sociabilização e a descontração. O objetivo deste resumo é apresentar um relato de experiência referente a uma prática da disciplina de Estudos do Fazer Humano II do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria. Sabe-se que crianças e adolescentes em tratamento oncológico enfrentam um cotidiano marcado por interrupções e mudanças significativas em suas principais ocupações. Em junho de 2023, os alunos do 3º semestre de Terapia Ocupacional organizaram uma festa junina para as crianças, adolescentes e seus familiares no espaço de convivência da Turma do Ique, visto que a Terapia Ocupacional compreende que criar um ambiente lúdico e recreativo, oferecendo momentos de diversão, lazer e sociabilidade, é importante para o desenvolvimento infantil. A realização da festa junina oportunizou tanto a socialização entre as crianças, pais e alunos de Terapia Ocupacional, como também a exploração do ambiente e dos materiais disponíveis, para além do que é o habitual. Por meio da inserção de novas brincadeiras e jogos tradicionais juninos, as crianças e adolescentes foram convidadas a se integrarem ao grupo e compartilharem o momento com os demais. Proporcionou-se um espaço mais humanizado na rotina de espera e consultas. A ludicidade foi um elemento essencial e desempenhou um papel fundamental ao incentivar a exploração do ambiente, de si mesmo e das pessoas ao redor, promovendo o desenvolvimento de habilidades e potencialidades por meio da criatividade e do prazer. Para os pais, oportunizou-se um momento de descontração e descanso, onde a visão do filho em tratamento oncológico foi ressignificada para de uma criança que brinca, pula, dança e se experimenta. A partir da realização da festa obtiveram-se retornos e comentários positivos, como também, notou-se a alteração da atitude das crianças e dos pais, que expressaram contentamento, leveza e felicidade acerca da quebra de rotina estabelecida no atendimento. A sede da Turma do Ique contempla um salão amplo, harmonioso e acolhedor, que à primeira vista pode até mesmo não evocar o motivo pelo qual aquelas crianças estão lá. Nesse sentido, no momento da festa junina, o local deixou de ser “a sala de espera para a consulta” e tornou-se de fato uma festa, onde eles puderam se divertir, socializar, brincar e ter a experiência cultural que a festa junina proporciona. Além disso, denota-se que o espaço poderia vir a ser um potente acolhedor de práticas de disciplinas do curso de Terapia Ocupacional, bem como, poderia até mesmo dispor de um profissional terapeuta ocupacional efetivo no quadro de profissionais do local.

ORGANIZAÇÃO DE UM SIMPÓSIO DE SAÚDE LGBTQIA+: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Manoela Nachtigall dos Santos, Jade Mauss da Gama

O apagamento social da comunidade LGBTQIA+ reflete diretamente no cuidado à saúde dessa população, desde o despreparo profissional para atender suas demandas específicas até a omissão desse tema nos cursos técnicos e de graduação. Em resposta a essa realidade, acadêmicas do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas idealizaram o “Simpósio de Saúde LGBTQIA+”, voltado para estudantes e profissionais de diversas áreas da saúde, especialmente Enfermagem, com o objetivo de abordar as necessidades dessa população. Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências e contribuições das duas edições do simpósio, realizadas nos anos de 2022 e 2023, para o desenvolvimento de habilidades e promoção de conhecimento a partir da experiência das discentes. Trata-se de um relato de experiência baseado nas vivências de acadêmicas de Enfermagem durante a organização e execução do evento, que foi promovido pelo Diretório Acadêmico do curso e demais entidades patrocinadoras. O tema escolhido para a primeira edição foi “A promoção e os desafios para um cuidado que acolhe”, enquanto a segunda edição abordou “Um olhar multiprofissional e humanizado”. Os palestrantes convidados incluíram profissionais das áreas de Enfermagem, Medicina, Terapia Ocupacional, Psicologia, Educação Física e Direito. Ao longo de três dias, no período noturno, foram realizadas nove palestras de uma hora cada, com adesão média de 100 participantes por edição. Os temas abordados incluíram a saúde mental da população LGBTQIA+, o acesso aos serviços de saúde e a responsabilidade profissional em garanti-lo, o relato das vivências de profissionais LGBTQIA+ em seus âmbitos de trabalho, cuidados relacionados à hormonização, cirurgia de redesignação sexual e saúde mental de pessoas trans, a atenção à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais, e os direitos assegurados por lei a essa população. Além de capacitar profissionais para o acolhimento e atendimento dessa comunidade, observou-se grande interesse da comunidade em integrar o evento, sanando dúvidas e apoiando a iniciativa, ao reconhecerem a necessidade de um espaço que dê visibilidade ao tema. Eventos sobre saúde LGBTQIA+ desempenham um papel crucial ao oferecer um espaço de discussão e aprendizado sobre questões específicas dessa comunidade, além de propiciar o compartilhamento de descobertas, experiências e práticas profissionais. Ao abordar questões como acesso aos serviços de saúde, prevenção de doenças e saúde mental, o evento também contribui para a promoção de políticas e práticas mais inclusivas e igualitárias. Além disso, trazer essa discussão para o meio acadêmico torna o tema mais visível e incentiva futuros profissionais a pensarem e agirem de forma mais inclusiva com relação a essa população.

TERAPIA OCUPACIONAL EM UM AMBULATÓRIO DE PEDIATRIA: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE UMA ACADÊMICA

Eduarda Nachtigall dos Santos, Danusa Menegat

O projeto de extensão intitulado “O multiprofissional e o ambiente hospitalar”, vinculado ao curso de Terapia Ocupacional (TO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), tem como cenário de atuação prática o Ambulatório de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFPel, associado ao Sistema Único de Saúde, e iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2023. As ações do projeto são realizadas por acadêmicas do curso de TO, sob a coordenação da Prof.^aDr.^a Danusa Menegat. A proposta para a inclusão do projeto no Ambulatório de Pediatria surgiu após médicos e estudantes de medicina identificarem um aumento significativo no atraso do desenvolvimento e nos diagnósticos de condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma das discentes participantes do projeto, destacando a importância dessa atuação para sua formação acadêmica e profissional. As acadêmicas e a docente do projeto realizaram atividades voltadas para a avaliação, o atendimento e o acompanhamento terapêutico ocupacional, além de orientações às famílias e responsáveis por crianças de 1 mês a 6 anos atendidas no serviço de seguimento ambulatorial. As intervenções ocorreram semanalmente, às quartas-feiras, no turno da manhã. Inicialmente, eram realizadas orientações na sala de espera, enquanto os pacientes aguardavam a consulta médica, com foco em educação em saúde e estímulos ao desenvolvimento infantil. Após a construção do vínculo com a equipe, as intervenções foram ampliadas, com encaminhamentos de médicos e estudantes de medicina para avaliação e acompanhamento pela Terapia Ocupacional. As práticas no projeto incluem a apresentação e discussão de casos clínicos atendidos. O atendimento terapêutico ocupacional era realizado em uma sala, junto aos familiares ou responsáveis. Para avaliar as crianças, foi utilizado o Teste de Triagem de Desenvolvimento - Denver II, que abrange as áreas “motor-grosso”, “motor fino-adaptativo”, “linguagem” e “pessoal social”. Com base nos resultados, as crianças eram agendadas para acompanhamento mensal ou quinzenal no Setor de TO vinculado ao projeto. Para organizar a agenda semanal, no mínimo duas crianças eram atendidas às quartas-feiras pela manhã. O projeto, que integra ensino, pesquisa e extensão, proporcionou uma experiência extremamente enriquecedora para a formação acadêmica das discentes no curso de Terapia Ocupacional, pois a observação da prática profissional e a realização de orientações e avaliações da TO foram fundamentais para o desenvolvimento do raciocínio clínico terapêutico e a consolidação dos conhecimentos adquiridos na graduação. Além disso, o contato com a equipe multiprofissional, as crianças e seus familiares/responsáveis, a criação da relação terapêutica paciente-terapeuta e a proposta de atendimentos lúdicos e prazerosos, considerando as diversas idades, diagnósticos e contextos culturais e sociais, foram essenciais para o plano de atendimento individualizado.

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ATIVIDADE EXTENSIONISTA

Alessandra Porto D Avila, Maria de Lourdes Custódio Duarte, Marcio Wagner Camatta, Cíntia Nasi

A atividade de extensão na graduação foi proposta em 2018, com obrigatoriedade a partir de 2023 para 10% da carga horária dos currículos, considerando seu potencial transformador para a comunidade. No curso de Enfermagem, as atividades extensionistas têm se mostrado essenciais na promoção de saúde e bem-estar, além de fortalecer o diálogo entre a universidade e a sociedade. Nesse contexto, uma disciplina de saúde mental pode ser uma ferramenta importante na formação de futuros enfermeiros, sensibilizando-os para as questões relacionadas ao sofrimento e adoecimento humano. A atividade extensionista organizada pela turma do sétimo semestre do curso de Enfermagem, na disciplina de saúde mental, buscou promover reflexão sobre resiliência e saúde mental por meio de atividades artísticas. O objetivo foi criar um ambiente acolhedor e incentivador, oferecendo uma visão otimista sobre a vida dos adolescentes da Escola Instituto Estadual Rio Branco, uma escola pública estadual em Porto Alegre (RS) com 1300 alunos. Foram selecionados 60 estudantes do ensino médio, do primeiro e segundo anos, no turno da tarde, divididos em seis grupos de cinco alunos. Durante a execução da atividade, utilizaram-se materiais de artesanato e revistas. Após ouvirem a música “Amarelo”, os alunos foram incentivados a escolher um trecho que representasse seu cotidiano e a expressá-lo de forma artística. Diversos estilos de expressão artística surgiram nesse momento, enquanto os alunos de graduação circulavam pela sala, acolhendo as escolhas e justificativas dos participantes. O ambiente de acolhimento e o diálogo sobre saúde mental na adolescência proporcionaram um espaço para a manifestação de sentimentos relacionados a relações familiares, ao futuro e a si mesmos. Inicialmente, pensava-se que os estudantes não participariam da atividade, mas, com o tempo, observou-se adesão crescente, com a maioria afirmando que gostaria de ter mais atividades como aquelas. A realização da atividade, por meio de intervenções artísticas e discussões contínuas, foi essencial para o andamento da tarefa, com os acadêmicos acompanhando de perto os pequenos grupos. Para os alunos da graduação, o momento foi de aprendizado e desafios, no qual precisaram aplicar habilidades para lidar com o desconhecido e fortalecer características como autonomia, empoderamento e criatividade entre os participantes. Cartazes, colagens, pinturas e textos foram produzidos, trazendo vivências criativas e expressivas, permitindo que a arte abrisse espaço para o diálogo. A realização das práticas extensionistas pelos graduandos, como elaboradores e executores, demonstrou o potencial da universidade em dialogar com a comunidade. As vulnerabilidades do ambiente escolar, desde a interlocução com a direção até a fala dos alunos, permitiram aos universitários uma vivência diferenciada do fazer saúde na escola. Conhecer a comunidade em que estão inseridos e compreender como a saúde mental repercute nesses espaços é fundamental na formação de futuros enfermeiros.

CEGONHAS DE MANGUINHOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO DE GESTANTES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Larissa Menezes de Paula, Gabriela Moura Pacheco, Camila Franco dos Santos, Fabiana Dantas Turino, Letícia Guimarães de Sá, Gabriel Gonçalves dos Santos, Ian dos Santos Nogueira Manoel Maria

Durante o período gestacional, ocorrem diversas transformações físicas e emocionais, tanto por fatores hormonais quanto pela aceitação da nova condição e mudanças na rotina. Essas modificações fazem com que a gestante, seu parceiro(a) e familiares vivam uma nova fase que exige adaptação dos papéis na sociedade e do ambiente doméstico, gerando sentimentos de ansiedade e medo. O grupo de gestantes tem se mostrado um recurso eficaz na superação dessas ansiedades, além de promover uma assistência pré-natal de qualidade que garante autonomia à gestante, pois busca atender integralmente as necessidades da parturiente, de seu parceiro(a) e familiares, complementando o atendimento individualizado realizado nas consultas. A partir desse entendimento e das necessidades identificadas pelas equipes de saúde da família do Centro de Saúde Germano Sinval Faria (CSE) em relação ao pré-natal, a equipe de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da ENSP/Fiocruz, com o apoio dos demais integrantes das equipes, criou o grupo denominado “Cegonhas de Manguinhos”. O objetivo é promover um espaço coletivo de educação em saúde por meio de dinâmicas dialogadas e participativas, abordando temas sobre gestação, parto e puerpério, voltados para gestantes da área atendida pelo Centro de Saúde. Com base na compreensão do grupo como um espaço dialógico e uma prática discursiva, a experiência de acompanhar a transformação do grupo de uma perspectiva individual para a coletiva é valiosa pelas possibilidades de diálogo que promove. Em um diálogo, respondemos uns aos outros continuamente, antecipando, esperando e agindo conforme essas expectativas. Dessa forma, o trabalho visa criar espaços de conversação nos quais as gestantes possam se sentir livres para compartilhar experiências e tirar dúvidas, por meio de rodas de conversa com temas previamente definidos. Espera-se que essa abordagem fortaleça o vínculo da gestante e de sua família com o serviço de saúde, ajudando a identificar lacunas no atendimento pré-natal e oferecendo soluções. Além disso, busca-se o empoderamento da gestante, promovendo o conhecimento pleno de sua nova fase e reduzindo suas ansiedades e medos em relação à gestação, além de orientá-la sobre seus direitos e como agir quando esses forem violados. Considerando que a prática grupal tem o potencial de gerar reflexões a partir do compartilhamento de experiências e do fortalecimento das relações interpessoais, entende-se que o grupo para gestantes é de extrema relevância, tanto para as participantes quanto para o serviço de saúde, pois essa prática estimula a autonomia e o empoderamento das usuárias, permitindo que elas lidem de forma mais eficaz com suas necessidades de saúde.

DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS DECORRENTE DA SOBRECARGA DE TRABALHO EM UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Felipe Braga Correa, Caylanne Seixas Viana, Maria Eduarda da Silva Souza, Luma Sousa Dias,
Ana Carolina Cantuária de Assunção, Keyla Pereira Tiago, Monica Karla Vojta Miranda

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é um espaço fundamental na assistência de saúde pública, oferecendo cuidados emergenciais essenciais para a população. O profissional de enfermagem tem um papel crucial no funcionamento eficaz desta unidade, sendo responsável por garantir o bem-estar dos pacientes e a qualidade do atendimento. No entanto, a crescente demanda por serviços de urgência e emergência tem imposto uma carga excessiva sobre a equipe de enfermagem, comprometendo a qualidade do atendimento e a saúde física e mental dos profissionais, levando a um desgaste significativo. Este trabalho tem como objetivo relatar os desafios enfrentados pelos enfermeiros devido à sobrecarga de trabalho em uma UPA localizada em Santarém, Pará, com base na experiência vivenciada por acadêmicas do sétimo semestre de enfermagem durante o estágio da disciplina de urgência e emergência. O estágio foi realizado na UPA de Santarém de 14 a 16 de maio de 2024. Durante o estágio, foi possível observar o cansaço dos enfermeiros, especialmente na sala de classificação de risco, onde realizam triagens, aferição de sinais vitais e anamnese. A grande demanda de pacientes, que aguardavam em média uma hora para serem atendidos, foi um dos principais fatores que geraram sobrecarga, mesmo com os profissionais trabalhando de maneira contínua. Na sala verde, onde ocorre a medicação, notou-se a impaciência e incompreensão dos pacientes devido à demora no atendimento, o que gerou um ambiente de estresse para os enfermeiros. O alto fluxo de indivíduos dificultava a prestação de um atendimento eficaz, seguro e humanizado. O estágio permitiu observar diversos aspectos importantes da dinâmica de trabalho dos enfermeiros, ampliando a compreensão das acadêmicas sobre as realidades do atendimento em saúde. A experiência prática evidenciou o desgaste dos enfermeiros, que, mesmo dedicados, enfrentavam dificuldades para oferecer um atendimento de qualidade devido à sobrecarga de tarefas e à pressão constante. Isso ressaltou a necessidade urgente de melhorias nas condições de trabalho para garantir um serviço de saúde adequado à população. O estágio proporcionou uma visão clara da rotina dos enfermeiros, destacando os desafios enfrentados com a alta demanda de pacientes e longos tempos de espera, o que reforça a complexidade do trabalho e a importância de promover melhorias estruturais e organizacionais nas UPAs para assegurar um ambiente de trabalho mais saudável e um atendimento mais eficiente e humanizado.

O PAPEL DO SUS NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO E PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA DA POPULAÇÃO NEGRA EM SALVADOR

Yasmin Victória Conceição Correia, Alanna Santos Silva, Emanuelle Vieira Loiola, Camila Freitas Normandia, Thaynara Martins Brito, Leila Pitangueira Guedes Mazarakis

A mortalidade materna, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorre quando uma mulher morre durante a gestação ou até 42 dias após o término da gravidez, por causas relacionadas ou agravadas pela gestação, excluindo causas acidentais e incidentais. De acordo com a CID-10, essas causas são divididas em obstétricas, diretas (relacionadas às complicações da gravidez, parto ou puerpério) e indiretas (associadas a doenças pré-existentes ou desenvolvidas durante a gestação, como diabetes e hipertensão). Este estudo teve como grupo-alvo mulheres negras soteropolitanas falecidas em decorrência da gestação, no período de nove meses ou até o primeiro ano de vida da criança. Os dados foram coletados a partir de bases secundárias governamentais (DataSUS, Tabnet e Boletins de Mortalidade), utilizando um desenho epidemiológico analítico observacional. O objetivo foi analisar a relação racial e socioeconômica como indicadores de risco na mortalidade materna de mulheres negras em Salvador, além de entender como o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Atenção Básica e de estratégias de comunicação e prevenção, poderia contribuir para modificar esse cenário. A mortalidade materna configura-se como um problema de saúde pública no Brasil, e de acordo com o Ministério da Saúde (MS), as altas taxas de mortalidade materna representam uma violação dos direitos humanos de mulheres e crianças, atingindo principalmente as classes sociais de menor renda e com menos acesso aos bens sociais. A análise de relatórios dos Comitês de Morte Materna revelou que o risco de morte materna é mais elevado entre as mulheres negras, incluindo as pretas e pardas, evidenciando as iniquidades em saúde e os determinantes sociais que afetam as populações marginalizadas. Os dados também apontam que as mulheres negras vivem em piores condições e possuem menores níveis de escolaridade. Entre 2015 e 2021, dados do Tabnet Salvador mostraram maior prevalência de mortes maternas entre mulheres negras, com maior incidência nos distritos de São Caetano/Valéria, Subúrbio Ferroviário, Itapuã e Cabula/Beiru, áreas de alta densidade populacional e negligenciadas em saúde e segurança. Portanto, é essencial que as equipes de saúde da Atenção Primária acolham, acompanhem e tratem as principais causas de morbimortalidade materna e fetal, além de estarem disponíveis para as intercorrências durante a gestação e o puerpério. A educação em saúde, com foco nas patologias mais comuns durante a gestação e nos cuidados necessários durante o pré-natal e puerpério, é fundamental para capacitar as gestantes e estimular o diálogo. Estima-se que cerca de 50% das causas de morte materna poderiam ser evitadas. Embora o SUS tenha ampliado sua cobertura, a qualidade dos serviços ainda varia regionalmente, e muitas mortes maternas, especialmente entre mulheres negras, poderiam ser evitadas com um acesso mais adequado e precoce aos serviços de saúde. A atuação eficiente dos serviços de saúde e uma comunicação eficaz com as gestantes são cruciais para reduzir a mortalidade materna e garantir um atendimento de qualidade.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE SAÚDE NA ILHA DA MADEIRA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Luiza Da Silva Perri, Kaylane Bernardo de Araujo Pinheiro, Magda Guimarães de Araujo Faria, Patrícia Ferracioli Siqueira Lemos, Paula Soares Brandão, Tarciso Feijó da Silva, Juliana Roza Dias

O Diagnóstico Situacional de Saúde (DSS) é uma ferramenta essencial para o levantamento de dados demográficos, socioeconômicos, epidemiológicos, socioambientais, de infraestrutura, acesso e aspectos políticos do território de saúde, com o objetivo de analisar a situação de saúde e planejar ações e estratégias pelas equipes de Saúde da Família. A realização de um DSS foi um dos processos avaliativos no campo de Aulas Práticas, não previstas como estágio, da Disciplina Saúde, Trabalho e Meio Ambiente 1, para os alunos do 1º Período do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no 2º semestre de 2023. O objetivo foi relatar a experiência dos acadêmicos na execução do Diagnóstico Situacional de Saúde na Ilha da Madeira, localizada em Itaguaí, Rio de Janeiro. Durante o desenvolvimento do trabalho, foram coletadas informações sobre o acesso à saúde, dados políticos, infraestrutura da Unidade Básica de Saúde (UBS), recursos humanos e serviços ofertados, além de aspectos ambientais. Para tanto, foram utilizados instrumentos como roteiros de observação, entrevistas com informantes chaves, fichas de cadastro domiciliar e territorial, e o cadastro individual do E-SUS. Os alunos conheceram a estrutura física da UBS, realizaram o mapeamento do território, realizaram entrevistas com informantes chaves e visitaram domiciliares para cadastrar as famílias da área adscrita. A Ilha da Madeira tem uma área de aproximadamente 3,5 quilômetros quadrados e uma população estimada em 5 mil habitantes. A UBS é responsável pelo atendimento de todo o território do bairro, incluindo algumas áreas da Ilha de Itacuruçá, como Quatiquara e Cruz das Almas. A equipe de Saúde da Família é composta por um médico, um enfermeiro, três agentes comunitários de saúde, um técnico de enfermagem, um dentista, um auxiliar de saúde bucal, um auxiliar administrativo e um auxiliar de serviços gerais. Durante as visitas domiciliares, 98 pessoas foram cadastradas e cinco informantes chaves foram entrevistados, permitindo que os estudantes conhecessem a história da região e se aproximassem do contexto de bem-estar local. A economia da ilha, tradicionalmente baseada na pesca e no turismo, enfrenta desafios significativos devido à crescente influência da indústria, que impactou negativamente a economia pesqueira. Os informantes chaves destacaram dados epidemiológicos relacionados a problemas respiratórios, decorrentes da exploração de minério crescente na região, além de outros problemas de saúde, como solidão, tabagismo, hipertensão arterial e diabetes. Essa experiência proporcionou aos acadêmicos a oportunidade de aplicar as teorias aprendidas em sala de aula, participando do processo de territorialização da área adscrita e colaborando com a equipe na atualização dos cadastros das famílias. Essa ação permitiu uma maior aproximação dos estudantes com as práticas da Estratégia Saúde da Família, trabalhando com uma equipe multiprofissional, qualificando sua formação e aprofundando seu entendimento sobre a realidade da população, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e estratégias para tomada de decisões baseadas nas necessidades de saúde do território.

QUANTITATIVO DE ACS E ACE PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO SAÚDE COM AGENTE NO RS E COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA POR REGIÕES DE SAÚDE

Bruna Hentges, Jéssica Amaral, Daniela Riva Knauth, Leandro Raizer

Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACEs) desempenham um papel crucial na identificação das necessidades de saúde nas comunidades e na facilitação do acesso aos serviços de saúde. Eles atuam nos territórios, de forma integrada, para encaminhar problemas de saúde que, em sua maioria, são resolvidos na Atenção Básica (AB). Para que essa atuação seja eficaz, é necessário garantir uma cobertura adequada dos serviços da AB e a qualificação técnica dos profissionais. Cursos oferecidos dentro da Política Nacional de Educação Permanente possibilitam uma melhor compreensão das necessidades da comunidade, facilitam a implementação de intervenções eficazes e promovem a prestação de cuidados de saúde culturalmente sensíveis e adaptados ao contexto local. O objetivo deste trabalho é apresentar os quantitativos de ACS e ACE que realizaram o curso de qualificação do Programa Saúde com Agente (PSA), um curso técnico que contou com a adesão de 5.452 gestores municipais de saúde, representando 98% dos municípios brasileiros, e contextualizar esses dados com a cobertura da AB no Rio Grande do Sul (RS) e o total de profissionais ACS e ACE atuantes no estado. O estudo caracteriza-se como quantitativo e descritivo, abrangendo os ACS e ACE que se matricularam na primeira edição do PSA no Rio Grande do Sul. Os dados sobre as regiões de saúde foram obtidos por meio do portal E-gestor AB. O estado do Rio Grande do Sul possui 11,3 milhões de habitantes, distribuídos em 30 regiões de saúde, e conta com aproximadamente 13.450 ACS e ACE atuantes no SUS. Segundo o portal E-gestor AB, a cobertura média da Atenção Básica nas regiões de saúde do estado é de 57,63%, variando entre 20,2% e 94,5%. Um total de 6.890 agentes de saúde do RS se inscreveram no curso do PSA, com 5.966 (87%) sendo ACS e 924 (13%) ACE. As regiões de saúde com maior número de matriculados foram a Região 21 – Sul (que possui 49% de cobertura de AB) e a Região 10 – Capital e Vale do Gravataí (que tem 20% de cobertura). A terceira região com maior número de inscritos foi a Região 23 – Caxias e Hortênsias (com 21,9% de cobertura de AB), seguida pela Região 03 – Fronteira Oeste (com 37,8% de cobertura). Das quatro regiões de saúde com maior número de inscritos, três estão entre as com os piores índices de cobertura da AB no estado. Apesar dos dados desfavoráveis nessas regiões, a adesão significativa dos agentes destaca a importância de uma força de trabalho qualificada e comprometida. A expressiva adesão dos agentes, mesmo em regiões com índices desfavoráveis de cobertura de saúde, aponta para o potencial de melhoria na qualificação e atuação desses profissionais, contribuindo para o fortalecimento do sistema de saúde regionalizado no estado do Rio Grande do Sul.

“EU ACHO O SUS IMPORTANTE, EU ACREDITO NO SUS”: A PERSPECTIVA DE PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM COVID-19 A RESPEITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Alana Izadora Peppe, Gustavo Zambenedetti, Heloísa Gabriela Hrubá

A pandemia de Covid-19 gerou uma mobilização mundial, fazendo com que grande parte da população voltasse seus olhos para a saúde em diversos aspectos, desde cuidados sanitários até mudanças nas relações sociais e organizativas. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi convocado a dar respostas efetivas a esse grave problema de saúde pública, reposicionando-o frente à opinião pública quanto à sua universalidade e importância. Este trabalho teve como objetivo analisar a percepção de pessoas diagnosticadas com Covid-19 sobre o acesso ao sistema de saúde e o acompanhamento relacionado à doença. Trata-se de um recorte analítico de uma pesquisa mais ampla vinculada ao projeto “Efeitos psicossociais da pandemia de Covid-19 em municípios no interior do sul do Brasil”, financiado pela chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021. A pesquisa é qualitativa, sob a perspectiva da Psicologia Social da Saúde, na interface com a Saúde Coletiva e a Análise Institucional. Foram selecionadas as transcrições de entrevistas com 14 pessoas diagnosticadas com Covid-19 em um município do sudeste paranaense, realizadas entre abril e maio de 2021, durante um pico de infecções e óbitos, que resultou na sobrecarga do sistema de saúde. Entre os participantes, 7 eram mulheres e 7 homens, 3 tinham plano de saúde, e 11 utilizavam o SUS. Oito participantes foram considerados casos leves a moderados, necessitando de diagnóstico e monitoramento, enquanto 6 passaram por agravamento da doença, demandando internações e, em alguns casos, acompanhamento pós-Covid. A maioria dos participantes relatou uma percepção positiva em relação às respostas do SUS durante a pandemia. Como exemplo, uma participante afirmou: “Eu acredito no SUS, (...) a gente sabe que tem muita falha, mas se a gente for ver em comparação a outros países, a gente vê que o SUS é um sistema que funciona”, reconhecendo também as condições adversas enfrentadas naquele contexto. Embora o SUS tenha sido mais presente no acesso ao diagnóstico e internações, observou-se que, nos cuidados pós-Covid, alguns participantes migraram para o sistema privado, evidenciando uma fragilidade do SUS. Esses dados contribuem para compreender as experiências relatadas pelos participantes sobre a resposta do SUS no enfrentamento da pandemia, destacando a importância dos princípios de universalidade e equidade, fundamentais para garantir a saúde como direito de todos. As falas dos participantes operam como resistências à postura negacionista e neoliberal que permeavam as ações do governo federal e se difundiam em outros níveis de gestão e segmentos da população durante o período pandêmico. Por fim, o estudo aponta para a necessidade de revalorização do SUS, não apenas no aspecto financeiro, mas também simbólico, buscando valorizar os profissionais de saúde e os agentes da ética do cuidado, atendendo às demandas do usuário brasileiro e considerando as singularidades individuais, coletivas e contextuais, somando forças para a defesa de uma saúde pública democrática.

A EXPERIÊNCIA DO VÍNCULO COMO POTÊNCIA NO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE A PESSOA QUE VIVE COM HIV

Monara Souza Vieira

O vínculo é um dos componentes operacionais fundamentais nas necessidades de saúde, abrangendo tanto o “vínculo de responsabilidade” quanto o “vínculo de compromisso e de corresponsabilidade”. Ele é entendido como algo que emerge da convivência contínua, com potencial para resolver problemas e manter a saúde dos indivíduos. Esse vínculo é abordado ora como princípio, ora como fundamento e diretriz da Atenção Primária à Saúde (APS), sendo definido de forma mais precisa como a construção de relações de afetividade e confiança entre o usuário e o trabalhador da saúde, permitindo o aprofundamento do processo de corresponsabilização pela saúde ao longo do tempo e carregando, em si, um potencial terapêutico. O objetivo central deste trabalho é relatar como a APS pode atuar especificamente no caso do HIV, considerando que, no Brasil, a assistência a pessoas vivendo com HIV se consolidou como responsabilidade dos serviços especializados, vinculados aos Centros de Testagem e Aconselhamento, e com a prevenção realizada em parceria com organizações não governamentais (ONGs). Gradualmente, porém, a APS aumentou sua participação nesse contexto, mostrando-se como uma porta de entrada e comunicação com toda a Rede de Atenção do SUS, devendo orientar suas ações pelos princípios da universalidade, acessibilidade, continuidade do cuidado, integralidade da atenção, responsabilização, humanização e equidade. Conclui-se que a APS funciona como um filtro que organiza o fluxo dos serviços nas redes de saúde, desde os mais simples até os mais complexos, por meio da criação de um vínculo que permite a confiança do usuário, e ao mesmo tempo, potencializa as estratégias ofertadas pelas equipes de saúde, promovendo um cuidado longitudinal para as pessoas que vivem com HIV.

DIA “D” DOAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jane Katia Vivas Taveira, Karine Maria de Almeida Coenga, Vanessa Vitória da Costa, Isabelli Pauleto da Silva, Rodrigo César de Oliveira Carvalho, Lorena Barbosa Fonseca, Bruna Teles Soares Beserra, Mariane Alves Silva

O leite materno (LM) é considerado o alimento padrão-ouro para crianças menores de dois anos, devido à sua composição nutricional e imunológica, que favorece o crescimento e o desenvolvimento infantil adequado. Quando a amamentação direta não é possível, a doação de LM se torna fundamental, especialmente para bebês prematuros, com baixo peso ou com complicações clínicas. No entanto, muitas nutrízes desconhecem as condições e os requisitos para a doação do excedente de leite, acabando por descartar o leite ordenhado não utilizado pelo seu próprio filho. Nesse cenário, o “Dia D Doar” foi uma ação de incentivo à doação de leite materno, promovida como parte das comemorações da Semana e do Dia Nacional de Doação de Leite Humano. A atividade, realizada

em maio de 2023, aconteceu nos dois Bancos de Leite Humano (BLH) e dois Postos de Coleta de Leite Humano (PCLH) de Cuiabá (MT), com a participação de acadêmicos do projeto de extensão “Apoio e Incentivo ao Aleitamento Materno” e dos responsáveis técnicos dos BLH e PCLH. O público-alvo foi composto por nutrizes frequentadoras de Unidades Básicas de Saúde do município. A ação incluiu acolhimento e recepção das nutrizes, visita guiada à Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, e uma roda de conversa. Durante a visita à UTI neonatal, as nutrizes interagiram com as mães de bebês internados, promovendo uma troca de vivências que estimulou reflexões sobre a importância da doação de LM. Além disso, foram apresentadas a rotina e as ações dos BLH e PCLH, e a roda de conversa teve como objetivo esclarecer dúvidas e compartilhar experiências sobre amamentação. Ao final, as nutrizes receberam orientações e um pôster com informações sobre o cadastro para doação de leite humano. A ação teve duração de duas horas e contou com a participação de 24 nutrizes, sendo quatro no BLH-HG, cinco no BLH-JM, cinco no PCLH da Femina e um no PCLH do Santa Helena. No acolhimento, as mães compartilharam suas experiências com a amamentação, e a visita à UTI neonatal, juntamente com o encontro com as mães dos bebês internados, foi fundamental para reforçar a importância da doação de LM. Muitas nutrizes demonstraram interesse em se tornar doadoras, evidenciando o impacto positivo da ação.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELO ENFERMEIRO NAVEGADOR NO PROCESSO DE RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO DE PACIENTES DE TRANSPLANTE DE CÉLULAS-TRONCO HEMATOPOIÉTICAS PELO SUS

Kethlin Maia Mariano, Carolina da Silva Caram, Márcia dos Santos Pereira, Isabela Silva Cancio Velloso, Carolina Sales Galdino, Ana Carolina Araújo de Andrade, Bárbara Costa Moreira, Bruno Cupertino de Almeida, Rúbia Oliveira do Nascimento

O Transplante de Células-tronco Hematopoiéticas (TCTH) no Sistema Único de Saúde (SUS) é realizado por meio do registro do paciente no Sistema Nacional de Regulação (SISREG), que agendará uma consulta para avaliação do transplante em grandes “Centros Transplantadores”. O encaminhamento para o transplante é realizado pela equipe que acompanha o tratamento hematológico do paciente, e o processo regulatório é feito por um profissional da saúde vinculado ao hospital encaminhador ou às Secretarias Municipais de Saúde. Para otimizar os resultados do TCTH, a indicação precoce, o encaminhamento ágil e a regulação eficiente são essenciais. Nesse contexto, o enfermeiro navegador desempenha um papel fundamental, auxiliando o paciente em todas as etapas do processo do TCTH, gerenciando o cuidado integral e garantindo uma hospitalização ágil e segura. Este relato de experiência descreve a prática de uma enfermeira navegadora de um Centro Transplantador de Minas Gerais, 100% SUS, entre fevereiro de 2023 e março de 2024, e discute os desafios enfrentados nesse processo de recebimento e avaliação de pacientes com indicação de TCTH no SUS. Os principais desafios identificados incluem o desconhecimento da equipe encaminhadora

sobre a necessidade de inserção da demanda no SISREG, dificuldades no acesso e treinamento da equipe para utilização do sistema, problemas no preenchimento dos dados dos pacientes, que dificultam a localização e o contato, e a falta dos documentos comprobatórios necessários para o processo. Além disso, o enfermeiro também enfrenta o desconhecimento dos pacientes sobre o encaminhamento, além das dificuldades financeiras para o deslocamento dos pacientes do interior para os Centros Transplantadores nas capitais, o que pode comprometer o seguimento adequado do processo. Diante desses desafios, é imprescindível haver uma conscientização e capacitação da equipe encaminhadora sobre o processo de inserção no SISREG, incluindo a documentação e as informações necessárias para garantir um acesso rápido e eficiente ao transplante. Além das ações educativas, é urgente a implementação de políticas públicas que garantam e facilitem o acesso dos pacientes, especialmente os do interior, aos Centros Transplantadores localizados nas capitais, além de garantir a permanência desses pacientes durante as avaliações necessárias para o TCTH.

FEMINILIDADES, MASCULINIDADES E COVID-19: INTERFERÊNCIAS NA EXPERIÊNCIA DE SAÚDE-DOENÇA NO CONTEXTO PANDÊMICO.

Heloísa Gabriela Hrubá, Gustavo Zambenedetti, Alana Izadora Peppe

As condições desiguais de vida durante a Pandemia de covid-19 fizeram com que as pessoas vivessem o processo saúde-doença de maneiras distintas, com o gênero sendo um dos principais marcadores sociais que modulam essas experiências. Este trabalho tem como objetivo analisar a interferência do marcador gênero na experiência de pessoas diagnosticadas com covid-19, a partir de um recorte analítico da pesquisa “Marcadores sociais da diferença nas experiências de pessoas diagnosticadas com covid-19”. A análise se baseia na convergência da saúde coletiva, psicologia social da saúde e análise institucional, entendendo o gênero como uma instituição que impacta os modos de ser e estar no mundo, com efeitos nos processos de subjetivação. Foram selecionadas transcrições de entrevistas com pessoas diagnosticadas com covid-19, em diferentes momentos da pandemia, cujos excertos evidenciam dois aspectos significativos. O primeiro refere-se à hierarquização de gênero, onde as mulheres, expostas à exploração das duplas ou triplas jornadas de trabalho (cuidados, trabalho externo, trabalho doméstico), vivenciam uma sobrecarga de responsabilidades. Uma participante relata que, ao trabalhar fora, ao chegar em casa assumia também os cuidados domésticos e com o filho. O segundo aspecto trata dos efeitos das masculinidades sobre o processo saúde-doença, evidenciado por relatos de participantes do sexo masculino. Um deles, ao comparar sua vivência da covid-19 com a do marido, afirmou que, para os homens, tudo é mais difícil, incluindo a experiência da doença. Outro participante minimizou a covid-19 inicialmente, mas reviu sua atitude ao perceber o agravamento de sua saúde. As práticas de saúde masculina cisheteronormativa, muitas vezes sustentadas por discursos machistas, incluem a rejeição ao cuidado de si e do outro, visto como uma prática feminina. Essas práticas culturais, como fumar, beber e a resistência a medidas preventivas de

saúde pública, como usar máscaras ou lavar as mãos, são fatores que influenciam a percepção de saúde dos homens e contribuem para a demora na busca por cuidados de saúde. Adicionalmente, a virilidade associada à masculinidade hegemônica gera uma sensação de “invulnerabilidade masculina”, o que pode comprometer o autocuidado. Conclui-se que a vivência da masculinidade hegemônica pode vulnerabilizar os homens em relação ao autocuidado e ao cuidado do outro, além de contribuir para desigualdades na distribuição das tarefas domésticas, sobrecarregando as mulheres. Este estudo propõe discussões que ampliem os repertórios sobre as formas de constituição das identidades masculinas e femininas, promovendo relações mais equânimes e protetoras de si e dos outros.

A IMPORTÂNCIA DO INTERNATO RURAL PARA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS GENERALISTAS

Bruna Marcely da Cruz Santos, Carolina Lima de Moraes, Edna Lúcia Campos Wingester

A O internato rural, realizado durante o estágio em saúde coletiva, é uma etapa essencial na formação de estudantes das ciências da saúde, focando no desenvolvimento de habilidades e práticas educativas em ambientes rurais. Esse estágio, geralmente ocorrido no último ano da graduação, oferece aos acadêmicos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em um contexto assistencial, frequentemente marcado pela escassez de recursos e serviços de saúde bem estruturados. Cumprindo seu propósito, o internato rural enriquece a formação dos estudantes ao proporcionar uma ampla diversidade de cenários, integrando o conteúdo acadêmico à prática clínica. Normalmente desenvolvido na Atenção Primária à Saúde (APS), que é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), o internato visa promover e proteger a saúde dos usuários. A vivência dessa experiência permite aos estudantes compreender a dinâmica da APS como centro da Rede de Atenção à Saúde, essencial para sua formação como enfermeiros generalistas. Este resumo pretende descrever a experiência de acadêmicas de Enfermagem no internato de saúde coletiva em uma cidade rural de Minas Gerais, em que, durante 45 dias, as discentes prestaram serviços em dois centros de saúde, com acompanhamento de enfermeiros locais e preceptoria a cada 15 dias. Durante esse período, elas realizaram diversas atividades nas unidades de saúde, incluindo integração com a equipe de enfermagem, e desenvolveram habilidades tanto técnicas (hard skills) quanto interpessoais (soft skills). Após o internato, as acadêmicas conseguiram executar, com eficiência e embasamento teórico-científico, atividades como exames de coleta de citopatológico, puericultura, acolhimento em saúde da mulher e do idoso, visitas domiciliares, tratamento de feridas e elaboração de procedimentos operacionais padrão, entre outras. Essa experiência contribuiu para o desenvolvimento de habilidades essenciais como capacidade de adaptação, empatia, comunicação eficaz e resolução de problemas, além de sensibilizar as estudantes para as desigualdades em saúde, fortalecendo seu compromisso com a promoção da saúde e o bem-estar das comunidades menos favorecidas. O internato rural teve, assim, um papel crucial na formação acadêmica das estudantes, proporcionando uma vivência prática enriquecedora em contextos desafiadores e diversificados.

RELEVÂNCIA DE TREINAMENTOS: IMPACTO DA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE CLÍNICA MÉDICA NA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

Gabrielle Rossini de Oliveira Fontes, Larissa Viana Almeida de Lieberenz, Gabriel Campos Diniz, Giovanna Nunes Lages, Izabella Oliveira, Ana Luiza Coelho Martins

A vivência na Clínica Médica do Hospital Universitário proporcionou a consolidação dos conhecimentos teóricos na prática clínica dos discentes do 9º período de Enfermagem, sendo crucial o desenvolvimento da habilidade de avaliação da pessoa lesionada e a prescrição do cuidado mais adequado, além de orientar e supervisionar a equipe de Enfermagem na realização de curativos. Nesse contexto, o objetivo foi realizar o treinamento de residentes de Medicina durante o estágio supervisionado dos acadêmicos de Enfermagem na Clínica Médica. O treinamento foi realizado em um Hospital Universitário de Belo Horizonte, adotando uma abordagem teórica sobre lesões e o uso da cobertura mais assertiva, conforme as singularidades de cada quadro clínico. Foram aplicados um pré-teste e um pós-teste, ambos com seis perguntas, com a participação de dez residentes de Medicina. As questões dos dois testes foram idênticas, a fim de avaliar a evolução do conhecimento adquirido. Durante o treinamento, os acadêmicos promoveram discussões sobre casos clínicos reais, esclareceram dúvidas e informaram sobre as melhores condutas terapêuticas. A explanação teórica sobre lesões, seguida da análise de diferentes casos clínicos e da discussão da terapêutica mais adequada, permitiu examinar as necessidades individuais de cada paciente. Ao comparar as respostas do pré-teste com o pós-teste, observou-se uma evolução no conhecimento sobre o tema. Nos acertos do pré-teste, os resultados foram de 60%, 10%, 70%, 80%, 100% e 80%, respectivamente, enquanto no pós-teste, as respostas corretas aumentaram para 80%, 90% e 100%, refletindo uma significativa evolução. A experiência adquirida com o treinamento foi fundamental para o desenvolvimento profissional dos acadêmicos de Enfermagem, evidenciando a importância da experiência prática na consolidação dos conhecimentos teóricos e no aprimoramento das habilidades essenciais para a prática do enfermeiro.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ARTETERAPIA COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE APOIO SOCIAL DE USUÁRIOS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS-AD)

Ana Barbosa Siqueira Lopes, Samuel Barroso Rodrigues, Ana Luiza Coelho Martins, Gabriel Campos Diniz, Gabrielle Rossini de Oliveira Fontes, Giovanna Nunes Lages, Izabela Oliveira de Faria

A arteterapia é uma intervenção aplicada pelos profissionais de saúde que pode promover benefícios à saúde e à qualidade de vida dos indivíduos, utilizando diversas linguagens, como sonora, plástica, literária, dramaturgia e corporal. Por meio de técnicas expressivas, como pintura, modelagem, música e

desenho, a arteterapia oferece aos usuários a oportunidade de melhorar sua vivência e enfrentamento de dificuldades, angústias, medos e conflitos pessoais. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência de uma ação sensibilizadora realizada em um Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas (CAPS-Ad). A metodologia envolveu um encontro no CAPS-Ad, em Belo Horizonte, como parte do estágio supervisionado de Saúde Mental. Durante a atividade, os pacientes foram convidados a se expressar artisticamente por meio de uma atividade lúdica, sendo estimulados a compreender o conceito de Rede de Apoio Social. A ação incluiu o uso de recursos musicais e materiais artísticos para a criação de ilustrações sobre suas redes de apoio, seguido de uma escuta ativa após a execução da atividade. O resultado revelou que, ao compartilharem suas ilustrações, a maioria dos pacientes destacou a família, os serviços de saúde e os profissionais como integrantes centrais de sua rede de apoio, demonstrando segurança e liberdade para se expressar. Conclui-se que a arteterapia, ao permitir a livre expressão, foi uma ferramenta eficaz para promover a autonomia e o desenvolvimento das subjetividades dos indivíduos em sofrimento mental, contribuindo significativamente na construção de suas redes de apoio social, conforme a percepção dos próprios usuários.

PERCEPÇÕES DE GRADUANDAS EM ENFERMAGEM SOBRE AS PRÁTICAS CURRICULARES NA ATENÇÃO BÁSICA

Amanda Somavilla Cechin, Paloma König Baldissera, Carmem Lúcia Colomé Beck

A Atenção Básica (AB) é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às Redes de Atenção à Saúde, sendo orientada pelos princípios de acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade. Dentro dessa perspectiva, a Estratégia Saúde da Família (ESF) se destaca como um modelo estratégico para a continuidade do cuidado, oferecendo diversos serviços de saúde aos usuários, com a participação de uma equipe multiprofissional. Atuar nesse ambiente é fundamental para o desenvolvimento do estudante, proporcionando trocas de experiências com professores e profissionais da área. O objetivo deste relato é compartilhar as percepções de estudantes de enfermagem sobre o primeiro contato com o ambiente da AB, destacar os pontos positivos e os maiores desafios enfrentados, e ressaltar a importância dessa prática para a formação profissional. Trata-se de um relato de experiência de estudantes de enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, que realizaram a disciplina de Cuidados de Enfermagem “B” no 3º semestre do curso, em uma ESF do Rio Grande do Sul, no período de outubro a novembro de 2023, com carga horária de 20 horas. Durante as práticas, os estudantes destacaram o acolhimento recebido pela equipe e pelos usuários, o que foi essencial para a adaptação desde o início. Identificaram como pontos positivos a maior confiança para realizar as atividades, aplicando as teorias aprendidas na prática, e o desenvolvimento de habilidades, como a realização de procedimentos como troca de curativos, administração de medicamentos, verificação de sinais vitais, retirada de pontos, testes rápidos, visitas domiciliares e atividades de educação em saúde. Contudo,

também enfrentaram desafios, como a infraestrutura limitada e a carência de recursos financeiros, que impactaram o cuidado prestado. Além disso, momentos de ansiedade, medo e insegurança foram vivenciados, sentimentos comuns em situações novas e desafiadoras. Conclui-se que as atividades práticas foram essenciais para a compreensão do funcionamento da AB e da ESF, e para o papel do enfermeiro. A ansiedade enfrentada pelos estudantes pode ser minimizada por meio de estratégias institucionais de apoio, que fortaleçam os estudantes em suas práticas. As vivências com os usuários e as trocas de experiências entre estudantes, professores e profissionais contribuíram significativamente para a formação acadêmica dos estudantes de enfermagem.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ALEITAMENTO MATERNO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA GESTANTES DE UMA MATERNIDADE DE GRANDE PORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Gabriel Campos Diniz, Walkiria Fernanades Camilo Ferreira Diniz, Ana Barbosa Siqueira Lopes, Ana Luiza Coelho Martins, Gabrielle Rossini de Oliveira Fontes, Giovanna Nunes Lages, Izabela Oliveira de Faria

O Ministério da Saúde orienta a amamentação exclusiva até os 6 primeiros meses de vida, e diversos estudos apontam que a amamentação contribui para a criação de vínculo entre mãe e filho. No entanto, alguns estudos também destacam as dificuldades enfrentadas pelas primíparas durante o processo de amamentação, como lesões ou fissuras mamilares, pega incorreta e apoadura. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência de acadêmicos de Enfermagem na implementação de uma ação educativa sobre boas práticas de aleitamento materno. A ação foi realizada em uma maternidade de grande porte na região metropolitana de Belo Horizonte, pertencente à Iniciativa Hospital Amigo da Criança, com puérperas em alojamento conjunto. A atividade foi conduzida por acadêmicos de Enfermagem, que, por meio de abordagem individual, orientaram as puérperas sobre aleitamento materno e elaboraram uma cartilha intitulada “Dicas para uma amamentação saudável”, que continha orientações sobre o aleitamento, além de um QR code com vídeos relacionados ao tema. A ação ocorreu em maio de 2024 e abordou 14 puérperas, com idades variando de 18 a 37 anos, sendo 50% primíparas. Em relação a via de parto, 70% das mulheres tiveram parto vaginal e 30% cesárea. As principais dúvidas apresentadas pelas puérperas envolviam os termos “posicionamento” e “pega”, seguidos por questões sobre produção de leite e a temperatura adequada da compressa para aliviar os seios. Ao final, as 14 puérperas demonstraram estar aptas a realizar as mudanças propostas, adquiriram conhecimento e sanaram suas principais dúvidas, relatando maior segurança no processo de amamentação. Conclui-se que a experiência adquirida com a educação em saúde sobre aleitamento materno foi essencial para a formação profissional dos estudantes de Enfermagem, destacando a importância da vivência prática na consolidação do conhecimento teórico. Ressalta-se, ainda, a relevância de uma abordagem eficaz sobre o aleitamento materno, além da oportunidade de discutir casos reais e aprender na prática.

A UTILIZAÇÃO DO ÁCIDO ACETILSALICÍLICO (AAS) NA PREVENÇÃO DA PRÉ-ECLÂMPسيا: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Beatriz Lacerda Campos, Marília Gabriela Chalegre Santos,
Maria Clara Alves Ribeiro, Gabriela Vi Ferreira Tavares Pordeus

A pré-eclâmpsia é caracterizada pelo início da hipertensão na gravidez, associada a condições como proteinúria significativa, disfunções orgânicas ou problemas no útero placentário, com início ou após 20 semanas de gestação. Dada a gravidade do quadro, diversas abordagens têm sido propostas para diminuir as complicações para a saúde materno-fetal. O uso do ácido acetilsalicílico (AAS) tem se mostrado promissor na redução dos casos de pré-eclâmpsia e, consequentemente, na diminuição da morbimortalidade associada a essa condição. Este estudo teve como objetivo investigar o acervo científico atual sobre os benefícios do uso do AAS na prevenção da pré-eclâmpsia, sendo uma revisão integrativa da literatura realizada com artigos do PUBMED, utilizando os descritores “aspirina” AND “pré-eclâmpsia”, com filtros de texto completo e dados associados, nas bases de dados MEDLINE e LILACS, nos idiomas português e inglês, com recorte temporal de 2019 a 2024. A pré-eclâmpsia está associada a diversas complicações maternas e fetais, sendo uma das principais causas de morte materna no mundo e a principal causa de morbimortalidade entre mulheres brasileiras, correspondendo a 10% dos casos. Entre as complicações decorrentes da pré-eclâmpsia não tratada, destacam-se a progressão para eclâmpsia, a síndrome HELLP, o aumento do risco de parto prematuro e a alta mortalidade infantil. Por ser uma doença multissistêmica e de início súbito, o manejo adequado, com ênfase na prevenção, tem repercussões significativas para a saúde das mulheres. O rastreio precoce e de qualidade, especialmente no primeiro trimestre, é essencial para modificar o desfecho da doença, conforme a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO). Diversos estudos têm sido conduzidos sobre a profilaxia com aspirina em gestantes com risco de desenvolver pré-eclâmpsia, especialmente aquelas com alto risco. O AAS é considerado uma droga segura, tanto para a mãe quanto para o feto, e seu uso é promissor na redução dos casos. Atualmente, recomenda-se o início do uso de aspirina entre a 12ª e a 28ª semana de gestação, em doses baixas (75 ou 81 mg/dia), e em casos de alto risco, doses de até 150 mg/dia, até a 36ª semana de gestação. Estudos como o ensaio ASPRE demonstraram os benefícios da profilaxia com AAS, com uma redução de 62% na taxa de partos prematuros por pré-eclâmpsia, diminuição do tempo de permanência na UTIN e redução do risco de morte perinatal. Essas medidas de rastreio, classificação de risco e prevenção são ferramentas simples e necessárias para impactar significativamente uma das maiores causas de mortalidade materna. Conclui-se que o uso de AAS na prevenção da pré-eclâmpsia mostra-se promissor, reduzindo significativamente a incidência e a gravidade dessa condição. Estudos demonstram que doses baixas de AAS, iniciadas no primeiro trimestre, são eficazes e seguras para gestantes de alto risco. Contudo, é fundamental realizar uma avaliação individualizada dos benefícios e riscos, além de oferecer orientação adequada aos profissionais de saúde, a fim de otimizar os resultados maternos e fetais, impactando positivamente a saúde da mulher.

TERAPIA OCUPACIONAL E PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CULTURAL, (RE)VIVENDO MEMÓRIAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kelly Sabrine Petry, Laís Martello Cervelin, Helen Carvalho de Souza, Fernanda Raquel Toillier, Yasmim de Oliveira de Abreu, Amara Lucia Holanda Tavares Battistel

O projeto de extensão “UFSM nas Ruas: mais portas, menos muros para catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua” visa promover a cidadania ativa, fortalecer as relações de convivência, incentivar a escuta ativa e sensibilizar a sociedade para a realidade de um público socialmente negligenciado e invisibilizado. Este resumo relata a experiência da festa junina, uma das ações realizadas no âmbito do projeto, em junho de 2023, no hall do prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria. O evento proporcionou a participação social e cultural de indivíduos de todas as faixas etárias, oferecendo acesso a espaços que, de outra forma, estariam fora de seu alcance. O planejamento das atividades e a confecção das decorações iniciaram-se nas reuniões semanais do projeto, com a participação ativa dos envolvidos, que contribuíram para a produção das bandeirinhas, balões de papel e sugestões de brincadeiras. Durante a festa junina, além da degustação de comidas típicas, foram realizadas brincadeiras como pescaria, quadrilha, dança da cadeira, casamento caipira e estátua, explorando sentimentos e sensações muitas vezes negligenciadas nas realidades desses sujeitos. A festa proporcionou às pessoas em situação de rua um espaço de sociabilidade, ludicidade e experimentação, envolvendo crianças, adolescentes, adultos, idosos e alunos de Terapia Ocupacional. As atividades lúdicas fomentaram a integração e a escuta ativa das diferentes perspectivas dessa população, revelando suas histórias de vida, personalidades, desejos e relações interpessoais. Muitos adultos, que nunca haviam participado de uma festa junina na infância, puderam vivenciar essa experiência e desfrutar de momentos de brincadeira. Já os mais jovens ampliaram suas experiências, explorando novas possibilidades de desenvolvimento. A festa junina, portanto, se caracterizou como um ambiente rico em trocas de experiências, permitindo integrar pessoas, resgatar memórias e brincadeiras e criar novas memórias afetivas. Ofereceu um novo espaço de vivência para todos os participantes, especialmente para as pessoas em situação de rua, que frequentemente não têm acesso a atividades de lazer e socialização. Destaca-se a importância da Terapia Ocupacional nesse contexto, que contribui para a promoção de um cuidado mais humanizado, proporcionando espaços recreativos e de experimentação que favorecem a inclusão social. Assim, é fundamental que os profissionais de saúde atuem de forma integrada e eficaz no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, oferecendo alternativas que visem a melhoria de sua qualidade de vida.

PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE: CAMINHOS E MODOS SOLIDÁRIOS DE PRODUZIR VIDA

Michele Neves Meneses, Roberta de Pinho Silveira, Vera Lucia de Azevedo Dantas,
Liciane da Silva Costa Dresch, Lucas Barros dos Santos, Maura Jeisper Fernandes Vieira,
Thiago Perez Jorge, Fernanda Carlise Mattioni, Cristianne Maria Famer Rocha

A Vigilância Popular em Saúde tem como princípio o protagonismo popular na produção da vida, surgindo de cada organização territorial e emergindo da vida cotidiana, com práticas realizadas pelas próprias pessoas que vivem e criam as possibilidades de sua existência. Essas ações são permeadas pela determinação social na produção da saúde. O objetivo deste trabalho é analisar as ações comunitárias como práticas de Vigilância Popular em Saúde. Trata-se de um estudo de inspiração cartográfica, realizado no Rio Grande do Sul, entre 2023 e 2024, aprovado pelo CEP com parecer CAEE 47591021.9.0000.8145. O processo cartográfico é conduzido em conjunto com movimentos populares de saúde, agroecológicos e de reforma agrária, que trazem experiências de origem popular, marcadas pela leitura da realidade, convergindo para a produção de vida e, principalmente, pelo protagonismo popular que atravessa as organizações desses movimentos. Há um acompanhamento do ambiente e dos processos produtivos, com problematizações sobre o modo de vida e atividades de luta pela saúde, sempre com foco no Bem Viver. Assim, essas experiências se configuram como práticas de Vigilância Popular. Destaca-se a resistência dos Movimentos, que defendem seu modo de viver em comunhão com a natureza, com uma perspectiva de não exploração e de integração, guiados pelo horizonte do Bem Viver. O modo de ação desses coletivos, desde seus territórios e saberes locais, pode tensionar o modelo atual de Vigilância em Saúde, promovendo diálogos mais horizontalizados com os diversos saberes. Esses Movimentos nos convocam a compreender que somos natureza, que nossos corpos são territórios, e que tanto eles quanto o ambiente e todos os seres vivos são indicadores da produção de vida ou de morte. Compreender essa relação é fundamental para radicalizar nosso modo de conduzir a vida, que está intimamente ligado ao modelo de desenvolvimento da sociedade. Propagar a potência criativa da vida, do encantamento, do Bem Viver, em coletividade e com solidariedade, a partir da pluralidade e valorização de saberes e culturas, é uma tarefa necessária para a continuidade da vida na Terra. As práticas de Vigilância Popular em Saúde constituem um caminho interessante para articular saúde, ambiente e cosmos, por meio do compartilhamento de saberes e das práticas da vida cotidiana, em cada território, em uma relação solidária de vigilância e cuidado com todas as formas de vida.

ADOLESCER NA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES QUE VIVEM EM UMA CASA LAR: NOTA PRÉVIA

Douglas Henrique Stein, Juliana Traczinski, Andressa da Silveira, Fernanda Beheregaray Cabral

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera adolescente aquele que tem entre doze e dezoito anos, assegurando-lhe todos os direitos relativos à vida humana. Nesse período, ocorrem

transformações corporais, hormonais, emocionais e cognitivas significativas, como a busca por identidade, independência e pertencimento. Por se tratar de uma fase crucial para o desenvolvimento, o apoio de pais, professores e outros adultos é essencial para ajudar os adolescentes a lidarem com as mudanças e desafios dessa etapa. No entanto, em alguns casos, devido à vulnerabilidade social e à complexidade das relações familiares, a família não consegue proporcionar um ambiente seguro ou garantir a proteção, o cuidado e os direitos previstos por lei. O ECA, portanto, dispõe de instituições que acolhem e amparam menores em situação de pobreza, violência, negligência ou abandono familiar. O acolhimento institucional é uma alternativa temporária, visando a reintegração do adolescente à família. Quando isso não é viável, podem ser adotadas medidas de adoção ou permanência no acolhimento até a maioridade. O objetivo deste trabalho é descrever o processo de adotar sob a perspectiva de adolescentes que vivem em uma Casa Lar. Este estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, será realizado em uma Casa Lar na região Sul do Brasil, com adolescentes de 12 a 18 anos que residem na instituição há pelo menos um mês. A coleta de dados será feita por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, além da caracterização dos adolescentes, e a análise dos dados ocorrerá com base na análise temática de Minayo, utilizando a técnica de dupla transcrição. Espera-se, com essa pesquisa, compreender o processo de adotar na perspectiva dos adolescentes institucionalizados, o cotidiano desses jovens na Casa Lar e suas vivências até a chegada à instituição. Com os resultados obtidos, pretende-se criar estratégias de cuidado e atenção à saúde mais eficazes para adolescentes institucionalizados, fornecendo percepções valiosas sobre suas necessidades específicas e desafios, permitindo que as instituições desenvolvam abordagens personalizadas e baseadas em evidências, visando melhorar o bem-estar físico, mental e emocional desses jovens.

BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO DA SIMULAÇÃO CLÍNICA DA MANUTENÇÃO DO CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO

Amanda Nívea Lopes da Silva, Erika Ribeiro de Souza, Luciano Marques dos Santos, Bianka Sousa Martins Silva, Maria Cristina de Camargo, Juliana Genonadio de Oliveira, Manuella Silva da Hora, Sarah Deily de Oliveira Souza Santos, Eula Priscila Brandão Soares

A Simulação Clínica é uma estratégia de ensino e avaliação altamente eficaz para profissionais de saúde, proporcionando diversos benefícios, entre os quais se destacam o desenvolvimento de confiança, uma vez que, ao reproduzir a prática em um ambiente simulado, auxilia os participantes no aprimoramento das habilidades técnicas e no raciocínio clínico. A literatura aponta que essa estratégia é inovadora e permite um maior aperfeiçoamento dos participantes no julgamento clínico e na tomada de decisões. No contexto da Terapia Intravenosa (TIV), especificamente em relação à manutenção do cateter intravenoso periférico (CIVPC), a simulação auxilia os participantes na familiarização com as tecnologias utilizadas na manutenção do CIVPC, como conector sem agulha, cobertura estéril e transparente e seringa pré-enchida, entre outros benefícios. Assim, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de membros de um grupo de pesquisa sobre os benefícios da participação na simulação

clínica para a manutenção do CIVPC. Este relato descreve a experiência de 10 membros de um grupo de pesquisa, incluindo estudantes de graduação, pós-graduação e técnicos de apoio à pesquisa, em uma simulação controlada por um professor especializado em TIV, realizada no Laboratório de Enfermagem de uma Universidade pública da Bahia, em março de 2024. A simulação foi dividida em quatro etapas: briefing, cenário, debriefing e avaliação. O cenário simulou duas situações em que a criança apresentava um CIVPC que demandava a avaliação do sítio de inserção, troca da cobertura, desinfecção do conector sem agulha e realização do flushing. Para avaliar o desempenho, foram utilizados dois instrumentos: a “escala de satisfação e autoconfiança no aprendizado dos participantes”, que avaliava a satisfação dos observadores quanto ao aprendizado dos cenários, e o “checklist para avaliação do cenário de simulação realística”, que verificava as habilidades e conhecimentos esperados dos participantes nos cenários, avaliando se realizaram as etapas corretamente. A simulação clínica possibilitou o desenvolvimento de habilidades na manipulação das tecnologias para manutenção do CIVPC. Durante a discussão dos instrumentos preenchidos pelos observadores, os participantes relataram sentir-se mais preparados para realizar a manutenção do CIVPC em um ambiente clínico real após a simulação. A discussão pós-simulação destacou a importância do feedback imediato e construtivo, fundamental para o aprimoramento das habilidades técnicas e do raciocínio clínico na utilização das tecnologias para manutenção do CIVPC em crianças. A participação na simulação foi, portanto, uma ferramenta valiosa para o treinamento de estudantes de graduação, pós-graduação e técnicos de apoio à pesquisa, resultando em cuidados mais seguros e eficazes.

O DESAFIO DA INSERÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE AMBIENTAL A PARTIR DO YOUTUBE

Igor de Souza Carvalho, Matheus Gabriel dos Santos Cunha, Marcos Vinicio da Silva Soares, Marcos Ewerton Andrade Campos, Maria helena Nascimento de Souza, Rayelly Cristina de Sousa Azevedo, Brenda Letícia Castro de Oliveira, Letícia Barbosa de Sousa, Nádile Juliane Costa de Castro

A interdisciplinaridade é essencial na organização do processo de trabalho em saúde e educação ambiental, especialmente em contextos complexos como os enfrentados pelas populações ribeirinhas. A integração de áreas como geografia, enfermagem e saúde fomenta uma abordagem holística que considera tanto os aspectos físicos quanto os sociais do ambiente, permitindo uma compreensão mais abrangente das necessidades locais e promovendo intervenções mais eficazes. Nesse contexto, plataformas digitais como o YouTube surgem como ferramentas poderosas para iniciar debates e fomentar a formação interdisciplinar, já que, por meio de vídeos e conteúdos interativos, é possível alcançar um público amplo, promover formação contínua, superar barreiras geográficas e facilitar o acesso à informação e ao conhecimento. O objetivo deste trabalho é identificar a inserção da interdisciplinaridade na organização do processo de trabalho orientado para educação

e saúde ambiental. Trata-se de um estudo descritivo e documental, com análise temática, realizado com dados coletados no canal do YouTube de um projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Pará, em maio de 2024. Foram identificados três vídeos no canal do projeto, que abordam educação ambiental e saúde coletiva, o processo de ensino-aprendizagem sobre educação ambiental, saúde coletiva e a interdisciplinaridade entre essas áreas. Participaram enfermeiros, estudantes de enfermagem, geógrafos e pedagogos. A inserção da interdisciplinaridade na organização do processo de trabalho foi caracterizada pela explanação teórica sobre geografia crítica, exemplos práticos no ambiente escolar, e uma apresentação conceitual sobre interdisciplinaridade e a relação com a saúde coletiva. A análise dos vídeos demonstra que a integração interdisciplinar entre geografia, enfermagem e saúde é fundamental para uma abordagem eficaz da educação ambiental. As plataformas digitais, como o YouTube, mostraram-se vantajosas na disseminação de conhecimentos, facilitando debates e promovendo a formação continuada. A inserção da interdisciplinaridade no processo de trabalho proporciona uma compreensão mais ampla e intervenções mais eficazes nas práticas educativas e de saúde ambiental. Conclui-se que a utilização de recursos digitais pode potencializar a formação interdisciplinar e fortalecer a organização do processo de trabalho orientado para a educação. Descritores: Educação em saúde ambiental; Práticas Interdisciplinares; Mídia Audiovisual.

AS ESTRATÉGIAS MICROPOLÍTICAS DO CUIDADO EM SAÚDE ENTRE OS INDÍGENAS URBANOS DE MANAUS.

Fernanda Kavlac, Lucas David de Souza Vital, Fabiana Mânica Martins

No Amazonas, Manaus se destaca como o local com maior concentração de indígenas vivendo na zona urbana, que migraram em busca de uma melhor qualidade de vida, maiores oportunidades de estudo e emprego, além do reconhecimento de suas terras, sendo que muitas etnias residiam nessas regiões antes da colonização. Esse processo migratório, porém, resulta na exclusão e no isolamento desses povos, que ficam à margem das políticas governamentais e são negligenciados pelas instituições públicas de saúde, educação e segurança. A terra, para esses povos, representa o acesso ao alimento, à preservação da cultura, à identidade e à vida indígena, sendo seu descaso um símbolo claro da marginalização. Nesse cenário, surge a Comunidade Parque das Tribos, que abriga cerca de 700 famílias de 35 etnias, tornando-se o maior bairro multiétnico do Brasil, desafiando a ideia de que os povos originários devem permanecer isolados nas florestas. A capital, portanto, também se configura como um território indígena, demandando a formulação de políticas públicas que considerem as especificidades culturais dos povos indígenas urbanos. Durante a pandemia de Covid-19, a comunidade se viu ainda mais exposta à fragilidade das políticas públicas, evidenciando a deficiência no cuidado em saúde com os povos indígenas urbanos. A defesa da vida, o gerenciamento dos riscos de doenças e a construção de ações que promovam a autonomia do indivíduo são essenciais nesse contexto. Além disso, considerando que os povos indígenas possuem seus próprios sistemas de interpretação, prevenção e tratamento de doenças, é fundamental reconhecer e compreender essa diversidade. Para que haja melhorias no estado de saúde dessa população, é necessário integrar os saberes

da medicina ocidental com os conhecimentos tradicionais, criando intervenções mais plurais, públicas, transparentes e engajadas com as necessidades e interesses dessa população. A atenção primária à saúde, estratégia universal e integral, deve ser oferecida a toda a população, incluindo os povos indígenas, com um modelo que busque articulações intersetoriais, fortaleça ideais de nutrição e alimentação, e incentive a participação comunitária e social. Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS) inclui o subsistema de atenção à saúde indígena e a Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. No entanto, essas iniciativas ainda apresentam resultados limitados, com fragilidade na participação social e descontinuidade no cuidado, devido à falta de profissionais ou à alta rotatividade dos mesmos. Assim, é urgente a realização de diagnósticos interculturais que promovam a integração do conhecimento médico ocidental com os saberes tradicionais dos povos da Comunidade Parque das Tribos.

MIGRAÇÃO CLIMÁTICA E DIREITO A UM MEIO AMBIENTE DIGNO: DESAFIOS ATUAIS DESDE A ÓTICA DE AIRTON KRENAK

Ricardo Molina Dominguez, Thiago Nardoto do Carmo, Alexandre Marcondys Ribeiro Portilho, Daniela Marisol Pérez Angarita, Diana Mariluz Pérez Angarita, Rafael Aguilar Zamudio, Brunela Vieira de Vincenzi

A migração climática ocorre quando grupos humanos são forçados a abandonar seus locais de origem devido a desastres naturais exacerbados pelas mudanças climáticas, como secas prolongadas, inundações, terremotos, furacões frequentes, poluição das costas ou degradação do solo. Refugiados e migrantes climáticos enfrentam dificuldades significativas, como o acesso a serviços essenciais como saúde, água potável e moradia digna, impactando regiões que, muitas vezes, não estão preparadas para recebê-los. As mudanças climáticas têm intensificado essa migração, gerando uma crise humanitária. Na visão do filósofo e ambientalista brasileiro Ailton Krenak, é necessário adotar um olhar não extrativista sobre o planeta, reconhecendo a natureza como sujeito e não como objeto a ser explorado, buscando atuar em harmonia com ela e respeitar os povos que nela habitam, pois são esses povos que, há milênios, vivem no planeta sem destruí-lo, mas transformando-o de maneira harmônica. O objetivo deste trabalho é analisar o direito a um ambiente digno para os migrantes climáticos sob uma ótica latino-americana. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura das recentes obras de Ailton Krenak, como *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), *A vida não é útil* (2009) e *Futuro ancestral* (2022), além de revisões de artigos científicos em diferentes bases de dados, com os descritores: migrantes climáticos, refugiados climáticos, meio ambiente digno e mudança climática. Os resultados indicam a necessidade de olhar para os povos originários como fonte de aprendizado, adotando uma postura ética de solidariedade com os migrantes climáticos e com o planeta. As considerações finais destacam que é urgente que os governos do mundo se unam para criar políticas públicas que combatam a mudança climática, solidarizem-se com as regiões afetadas e com os povos deslocados, respondendo de forma ética às calamidades enfrentadas pelos afetados. É essencial que a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992) seja respeitada, com ações concretas para

regular a indústria, reduzir a poluição, expandir as áreas verdes e demarcar áreas naturais protegidas, assegurando o direito a um ambiente digno para todos.

O PAPEL SIGNIFICATIVO DO ENVOLVIMENTO PATERNO NO PRÉ-NATAL DE RISCO HABITUAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Emille Caroline Paes Dias, Thiago Souza Santos

A participação ativa do homem na assistência à gestante oferece inúmeros benefícios, não apenas para ele, mas, principalmente, para a futura mãe e o bebê. A presença e o envolvimento do pai durante a gestação desempenham um papel extremamente positivo, contribuindo para um maior envolvimento nos cuidados com o bebê após o nascimento, o que, por sua vez, fortalece significativamente a relação do casal e cria um ambiente mais acolhedor e harmonioso para a família. A sensibilização dos profissionais de saúde também é crucial, pois estes podem fornecer orientação adequada, estabelecer uma relação de confiança com o pai, incentivar sua participação ativa e esclarecer suas dúvidas. O objetivo deste estudo foi evidenciar os benefícios do envolvimento dos pais durante o pré-natal de risco habitual. A pesquisa foi motivada pela necessidade de aprofundar a compreensão e evidenciar o relevante papel do acompanhamento paterno, considerando as mudanças nas dinâmicas familiares. Para isso, foi utilizada uma abordagem qualitativa com revisão integrativa como método, e a coleta de dados foi exploratória, realizada a partir de consultas nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). A pesquisa resultou nos seguintes achados: três artigos (57,1%) foram publicados em 2017, um artigo (14,2%) em 2019, um artigo (14,2%) em 2020 e dois artigos (28,5%) em 2021. Os estudos analisados destacam que a participação ativa dos parceiros masculinos no pré-natal é benéfica para o bem-estar das gestantes e dos bebês. Além disso, enfatizam a importância de estratégias educacionais, ambientes amigáveis, o uso de tecnologias, suporte emocional e a sensibilização dos profissionais de saúde para promover a participação ativa dos parceiros masculinos no processo de gestação e cuidados com o bebê. Como considerações finais, conclui-se que promover a participação dos parceiros masculinos no pré-natal é fundamental para fortalecer a saúde materna, o desenvolvimento infantil e a dinâmica familiar, independentemente das circunstâncias dos pais.

DESAFIOS PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA DE CONTATOS DE HANSENÍASE

Breno Augusto Silva Duarte, Laura Maria Vidal Nogueira, Haroldo Gonçalves de Jesus, Ingrid Bentes Lima, Camilla Cristina Lisboa do Nascimento

A hanseníase é uma doença infecciosa causada pelo *Mycobacterium leprae*, fortemente relacionada a condições econômicas, sociais e ambientais desfavoráveis. No Brasil, a hanseníase

continua sendo um grande problema de saúde pública devido à sua persistência. As ações de controle visam interromper a cadeia de transmissão, com medidas preconizadas pelo Ministério da Saúde, sendo a vigilância de contatos um importante método para cumprir a agenda de eliminação da doença, especialmente para identificar novos casos. A continuidade do cuidado para os comunicantes do caso índice representa um desafio para os profissionais de saúde, seja por questões operacionais relacionadas ao processo de trabalho na atenção primária, seja pelo letramento insuficiente dos usuários. O objetivo deste estudo foi identificar as dificuldades relacionadas às práticas de cuidado de enfermeiros com os contatos de hanseníase. Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, realizado na cidade de Bragança (PA), com a participação de 29 enfermeiros da atenção primária à saúde. A produção de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada, e a análise dos dados foi conduzida utilizando o software IRAMUTEQ, com a Classificação Hierárquica Descendente como método de interpretação. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Enfermagem Magalhães Barata da Universidade do Estado do Pará. Os resultados, a partir da análise lexical, geraram o dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente, destacando a classe 1. As palavras com maior relevância estatística foram “querer”, “dificuldade”, “UBS”, “visita domiciliar”, “encontrar” e “complicado”, que refletem os entraves operacionais no processo de trabalho do enfermeiro na APS e destacam as dificuldades nas ações de vigilância dos contatos, além de uma relação frágil entre o contato de hanseníase e o enfermeiro. A análise também indicou dificuldades na abordagem dos contatos em momento oportuno, especialmente na visita domiciliar, com relatos de baixa adesão por parte dos contatos, que não percebem sinais e sintomas. Além disso, o estigma relacionado à doença dificulta o processo de trabalho, criando barreiras na abordagem dos contatos e nos retornos programados à unidade de saúde, além da falta de tecnologias que facilitem o acompanhamento dos contatos. As considerações finais apontam para a necessidade de intensificar as ações educativas voltadas aos contatos de hanseníase, a fim de promover uma melhor compreensão da doença e, consequentemente, facilitar a vigilância dos contatos e o processo de trabalho. Destaca-se também a necessidade de investir em mais pesquisas dessa natureza para fortalecer e qualificar o controle da hanseníase, especialmente no monitoramento dos contatos na atenção primária à saúde.

AÇÃO EDUCATIVA DE PREVENÇÃO DE DENGUE PARA POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DO INTERIOR DO AMAZONAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Miguel Afonso da Costa Pontes, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama, Ananias Facundes Guimarães, Rodrigo Silva Marcelino, Samilly Moriz da Frota Santos, Milena Souto Monteiro, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Francisco Ariel Nascimento Silva

O enfrentamento à dengue tem sido um desafio para a sociedade brasileira nos últimos anos, sendo as ações preventivas a forma mais eficaz de reduzir sua incidência. Nesse contexto, a promoção de ações educativas para a conscientização da população é essencial e deve ser realizada de forma

contínua. Este trabalho apresenta a experiência de acadêmicos da disciplina de Saúde Coletiva do curso de Enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas (ISB/UFAM), em parceria com uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Coari, Amazonas. A ação educativa de prevenção à dengue foi desenvolvida na disciplina de Saúde Coletiva, com coordenação de quatro docentes e participação de 12 alunos dos 6º e 7º períodos do curso de Enfermagem do ISB/UFAM. A atividade ocorreu no dia 8 de março de 2024, das 07h às 12h, na Comunidade Itapeuá, uma população ribeirinha do município de Coari (AM), com a UBS local como ponto de realização. O público-alvo foram adultos e crianças usuários da UBS. A ação consistiu na apresentação de informações claras e objetivas para orientar a comunidade sobre a prevenção da dengue, incluindo os procedimentos a serem adotados em caso de suspeita da doença. Para isso, os alunos distribuíram panfletos, exibiram um cartaz com imagens ilustrativas para os adultos e caracterizaram-se com fantasias de mosquito-da-dengue para chamar a atenção das crianças. Os panfletos continham informações sobre sinais, sintomas e prevenção da doença. A ação beneficiou cerca de 60 pessoas da Comunidade Itapeuá, entre adultos e crianças, sendo bem recebida pelo público-alvo, que demonstrou atenção durante as explicações e fez questionamentos sobre como identificar os sintomas e quais os procedimentos a serem tomados em caso de suspeita de dengue. Esses questionamentos foram respondidos pelos alunos, com ênfase nas medidas de prevenção, proporcionando uma experiência significativa para o processo de formação dos acadêmicos. As considerações finais destacam a importância de ações educativas de prevenção à dengue em populações ribeirinhas para reduzir a incidência da doença. O reconhecimento dos sintomas e o conhecimento dos procedimentos a serem seguidos são essenciais, especialmente devido às dificuldades de acesso ao atendimento médico, considerando as distâncias até as unidades de saúde.

PRÉ-CONFERÊNCIA DE SAÚDE: ESTRATÉGIA PARA FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Pauline Schwarzbold, Rosângela Menzel Ellert, Carini Luiza Câmara, Nestor Azeredo

Este relato tem como objetivo apresentar a experiência do Conselho Municipal de Saúde de Venâncio Aires (RS) na realização de nove pré-conferências de saúde entre fevereiro e março de 2023. As Conferências de Saúde são realizadas a cada quatro anos, com o propósito de reunir representantes de diversos segmentos da sociedade para avaliar a situação da saúde e construir propostas para o setor. Pela primeira vez, o Conselho Municipal de Saúde de Venâncio Aires, com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, promoveu as Pré-conferências de Saúde. As atividades ocorreram em cada distrito do município, abrangendo tanto o interior quanto a região central da cidade. As Pré-Conferências, realizadas no formato de rodas de conversa, tiveram como objetivo mobilizar as comunidades e garantir a ampla participação da sociedade, considerando os contextos e territórios em que vivem. Foi possível aproximar a política pública de saúde dos usuários, com base no tema central das Conferências: “Garantir os direitos e defender o SUS, a vida e a Democracia: Amanhã vai

ser outro dia”. Para a organização das pré-conferências, foi fundamental o apoio dos trabalhadores de saúde e das lideranças comunitárias. As atividades ocorreram nas unidades de saúde ou centros comunitários das localidades, em datas e horários nos quais a população já frequentava esses espaços, como grupos de saúde ou encontros de idosos, facilitando a participação do maior número possível de pessoas. As nove pré-conferências mobilizaram 160 pessoas. A partir das reflexões sobre o tema e os eixos de trabalho propostos pela Conferência Nacional, foram elaboradas 55 propostas, algumas agrupadas por semelhança de temas, resultando em 20 propostas que foram encaminhadas para a Conferência Municipal de Saúde. Essas propostas foram lidas, analisadas e votadas nos Grupos de Trabalho, conforme o regulamento estipulado. As discussões nas pré-conferências fizeram com que os participantes compreendessem a importância da organização coletiva. Como resultado dessas reflexões, desde a realização da Conferência Municipal, três localidades do interior passaram a ter representantes em suas comunidades nas reuniões do Conselho de Saúde, ocupando efetivamente os espaços de participação social. Conclui-se que os objetivos foram alcançados, pois as pessoas foram mobilizadas e buscam manter a mobilização em prol da política pública de saúde. As deliberações da Conferência Municipal de Saúde avaliaram, debateram e votaram as propostas geradas nos espaços de participação social das pré-conferências, que, após a deliberação, foram encaminhadas para a Conferência Estadual de Saúde.

COBERTURA VACINAL CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO NO BRASIL

Rita Tracz, Nen Nalú Alves das Mercês, Mairya Lobo da Silva, Wenderson Barros da Silva, Gilberto Domingos Coelho, Vanessa dos Santos Macedo, Luciana Martins da Rosa, Adriana Dutra Tholl, Marli Terezinha Stein Backes

Este estudo aborda a cobertura vacinal contra o Papilomavírus Humano (HPV) em crianças, adolescentes e imunodeprimidos no Brasil, com o objetivo de identificar a cobertura vacinal e o número de doses aplicadas nesse público. O HPV é um vírus de DNA, imunoprevenível e sexualmente transmissível, com mais de 100 tipos, sendo que os tipos 6 e 11 causam condilomas anogenitais, enquanto os tipos 16 e 18 são responsáveis por 70% dos casos de câncer do colo do útero e lesões pré-neoplásicas. Em 2024, o Ministério da Saúde alterou o esquema de doses, passando de duas para uma dose única na faixa etária de 9 a 14 anos e para imunocomprometidos até 45 anos. Em 2020, a Assembleia Mundial da Saúde divulgou a Estratégia Mundial para Acelerar a Eliminação do Câncer do Colo do Útero, com metas a serem alcançadas até 2030, incluindo 90% de cobertura vacinal contra o HPV, 70% de cobertura do exame de rastreamento e 90% de tratamento de lesões pré-invasivas. Este estudo documental utilizou dados sobre a cobertura vacinal contra o HPV no Brasil, extraídos de fontes como a OMS/UNICEF e o Ministério da Saúde, com foco nos anos de 2019 a 2023. Os resultados mostraram que, na população feminina, a taxa de cobertura vacinal administrativa foi de 47% em 2019, 46,79% em 2020, 57,15% em 2021, 57,72% em 2022 e 58,27% em 2023 (sem dados oficiais de 2023). Para a população masculina, a cobertura vacinal administrativa foi de 19% em 2019, 35,57% em 2020, 37,62% em 2021, 21,72% em 2022 e 58,27% em 2023 (novamente sem dados oficiais de 2023).

Em relação às doses aplicadas, em 2019 e 2020, cerca de 5 milhões de doses foram administradas, com uma queda em 2021 e 2022, mas um aumento para mais de 5,6 milhões em 2023. Esses dados incluem meninas e meninos de 9 a 14 anos, além de mulheres e homens imunodeprimidos de 9 a 45 anos, evidenciando uma cobertura vacinal insatisfatória, especialmente entre a população masculina, com a Pandemia de covid-19 provavelmente contribuindo para a queda. O Ministério da Saúde recomenda uma meta de 80% de cobertura vacinal, mas os dados indicam fragilidade na adesão, impactando diretamente o Sistema Público de Saúde devido ao alto custo do tratamento de neoplasias. Diante disso, é fundamental promover ações de conscientização sobre a importância da vacinação e realizar novos estudos para melhorar a adesão à vacina.

EU BRINCO EM SERVIÇO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LÚDICO NOS PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Renata Savian da Rosa, Michele Eichelberger

Frequentemente, nas relações de trabalho em saúde, encontramos a reprodução de processos gerenciais vinculados à escola administrativa tradicional, que enfatiza a burocracia, regras e procedimentos estabelecidos, nos quais os sujeitos frequentemente se percebem afastados de sua potência criativa e da construção coletiva da autonomia. Em contraste, trazemos à tona o debate sobre a ludicidade como uma possibilidade de disparar um outro modo de conduzir os processos de ensino-aprendizagem, com foco na formação da força de trabalho no Sistema Único de Saúde. Essas reflexões surgiram durante o processo de gestão da recente implementação de equipes interdisciplinares de apoio matricial na atenção primária do município de São Leopoldo (RS). Utilizamos a noção de ludicidade como princípio formativo, onde a experiência oferece uma sensação de liberdade aos sujeitos, permitindo-lhes uma entrega plena à vivência. No contexto da produção de saúde, dentro dos pressupostos da clínica ampliada, a composição de um corpo técnico que crie as condições necessárias para efetivar a função de apoio exige o uso de tecnologias leves, que considerem a participação de todos os atores nos processos decisórios. Nesse sentido, acreditamos que a construção de uma abordagem organizativa, realizada pelo efeito paidéia na interação com a cultura, onde as pessoas desenvolvem suas possibilidades de intervenção em um campo estruturado, deve ser permeada pela criação de uma ambiência acolhedora, colaborativa e, necessariamente, lúdica. Tal abordagem deve ser indutora de autonomia e possibilitar, por meio do sensível, a implicação dos trabalhadores nas problemáticas e desafios colocados nos diversos territórios de existência onde as políticas de saúde circulam.

COLABORAÇÕES DO PROGRAMA QUALIFICAR ES PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE ACS E ACE: AS EXPERIÊNCIAS DO EIXO TECNOLÓGICO AMBIENTE E SAÚDE

Elisangela Coco dos Santos, Renata Resstel, Sabrina Santos Colodette, Alexandra de Oliveira Aragão, Solange Maria Batista de Souza, Angela Maria Bissoli Saleme, Leandro de Oliveira Coelho

O Programa Qualificar ES é uma política pública estadual criada em 16 de maio de 2019, com foco na promoção da empregabilidade, empreendedorismo e inovação. Ele oferece três modalidades de qualificação: presencial, semipresencial e ensino a distância, e, desde 2003, expandiu seus polos presenciais para todos os 78 municípios capixabas. O catálogo de cursos abrange diversos eixos tecnológicos, entre eles o de Ambiente e Saúde, que visa a qualificação de profissionais voltados para os cuidados e o bem-estar. Em alinhamento com o modelo do Guia Pronatec do Ministério da Educação, foram selecionados os cursos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) em 2019 e Agente de Combate a Endemias (ACE) em 2023, com carga horária variável entre 60 e 120 horas, dependendo da realidade da comunidade local onde o curso é ministrado. O programa conta com componentes como Qualificar ES Mulher, Qualificar ES Estado Presente, Qualificar ES Turismo e Qualificar ES Demanda Induzida. O objetivo deste relato é descrever a experiência do programa na oferta de cursos de ACS e ACE em polos presenciais municipais. A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental, com o acervo hospedado na homepage do programa, incluindo editais, catálogo de cursos e a legislação vigente. Após a coleta de dados, os mesmos foram organizados, catalogados e analisados numericamente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) regulamenta a formação conforme o nível de aperfeiçoamento e de curta duração, e o programa tem levado a qualificação profissional gratuita, priorizando municípios em estado de vulnerabilidade, com o objetivo de capacitá-los para o ingresso no mercado de trabalho. O Programa Qualificar ES realiza a publicação de três editais de qualificação por ano e, entre 2019 e 2023, ofereceu 140 vagas para o curso de ACS e 18 para o curso de ACE em todo o estado. A metodologia dos cursos é cuidadosamente elaborada para promover o conhecimento dos alunos sobre a história do Sistema Único de Saúde (SUS), a Reforma Sanitária, a importância dos Movimentos Sociais, o fortalecimento dos Conselhos de Saúde, o funcionamento das Redes de Atenção e a Atenção Primária como Porta de Entrada do Sistema. Durante os cursos, os alunos são incentivados a visitar as Unidades de Saúde de seu território, mapear problemas de saúde e interagir com diretores dos serviços sobre o Conselho Local, entre outras atividades. Para os alunos, esses cursos representam uma mudança significativa sobre o entendimento do SUS enquanto política pública. O Programa Qualificar ES, portanto, contribui para qualificar a população capixaba para o mundo do trabalho e incentivar a elevação da escolaridade. Em relação aos cursos de ACS e ACE, o programa vai além, propondo reflexões sobre direitos e cidadania, políticas de saúde, acesso, redes de atenção e saúde da família, proporcionando uma nova percepção da comunidade sobre as potencialidades do SUS.

INFRAESTRUTURA SANITÁRIA EM ASSENTAMENTOS EMERGENCIAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE REFUGIADOS VENEZUELANOS EM RORAIMA, UMA PERSPECTIVA DESDE O BEM VIVER

Daniela Marisol Pérez Angarita, Thiago Nardoto do Carmo, Rafael Aguilar Zamudio, Juliano Prata Honorato, Diana Mariluz Pérez Angarita, Adriana Esperanza Blanco González

As estruturas emergenciais para o acolhimento de pessoas em situação de migração e vulnerabilidade são instalações temporárias que podem acomodar um número determinado de indivíduos, considerando a diversidade de suas populações, com variações em número, gênero, etnia, língua e necessidades específicas. O conceito de bem viver, que abrange qualidade de vida, harmonia com a comunidade e o ambiente, e satisfação das necessidades básicas dignamente, deve ser incorporado ao planejamento dessas estruturas. Isso significa que os serviços e a infraestrutura devem garantir não apenas a sobrevivência, mas também o bem-estar integral dos indivíduos. Este trabalho tem como objetivo analisar, com base na literatura e em documentos nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário, a composição básica da infraestrutura sanitária voltada ao atendimento de migrantes e refugiados, com ênfase na situação dos refugiados venezuelanos em Roraima. O foco recai sobre as condições sanitárias dos abrigos, o tempo de permanência das famílias e como esses fatores influenciam o bem viver dos migrantes, promovendo uma vida digna e respeitosa durante o período de acolhimento.

RASTREAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

Rita Tracz, Nen Nalú Alves das Mercês, Mairya Lobo da Silva, Wenderson Barros da Silva, Gilberto Domingos Coelho, Graciele de Matia, Silvia Francine Sartor, Luciana Martins da Rosa, Adriana Dutra Tholl

Este estudo aborda o percentil de rastreamento do câncer do colo do útero em diferentes regiões do Brasil, com o objetivo de identificar a cobertura do rastreamento citopatológico realizado no Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2023, o Ministério da Saúde lançou a estratégia nacional de eliminação do câncer do colo do útero, destacando a necessidade de aumentar a cobertura vacinal contra o Papilomavírus Humano (HPV), principal causador da doença, além de qualificar o cuidado no SUS, com foco no rastreamento e tratamento de lesões pré-cancerosas. O rastreamento é realizado por meio do exame citopatológico em mulheres de 25 a 64 anos, com intervalo trienal após dois resultados anuais consecutivos negativos. Este estudo é documental, baseado nos dados sobre câncer do colo do útero divulgados pelo Instituto Nacional do Câncer no relatório anual de 2023, que abrange os anos de 2018 a 2022. Em 2018, cerca de 80% dos exames citopatológicos realizados ocorreram na população-alvo (25–64 anos), e em 2022 esse percentual chegou a 84%, com 16% dos exames realizados fora da faixa etária preconizada. A análise por regiões revelou que, em 2018, a Região Norte teve uma cobertura de 79,80%, alcançando 84,19% em 2022; a Região Nordeste passou de 78,82%

em 2018 para 82,68% em 2022; a Região Sudeste foi de 81% em 2018 para 84,33% em 2022; a Região Sul variou de 79,26% em 2018 para 83,18% em 2022; e a Região Centro-Oeste aumentou de 80,91% em 2018 para 84,10% em 2022. Observou-se que, entre as grandes regiões, a Região Norte teve o maior aumento no indicador de rastreamento. A Pandemia de covid-19, ao priorizar o atendimento às demandas respiratórias, pode ter impactado negativamente na cobertura. Os dados indicam fragilidade na cobertura do exame na faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde, cuja meta é de 40% no indicador Previne Brasil. Portanto, é essencial que os profissionais de saúde mantenham os registros adequados nos sistemas de informação ao realizar a coleta.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE CUIDADOS COM O COTO UMBILICAL DO RECÉM-NASCIDO A PUÉRPERAS DE UMA MATERNIDADE DO INTERIOR DO AMAZONAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Jean Carlos de Lima Deveza, Nelita Luana Rivera Sigura de Moraes, Milena Souto Monteiro, Syrrame Guimarães Diniz, Josiane Montanho Mariño, Leticia Costa Wanderley, Daniele Muniz da Costa, Lorena Gleice Azevedo da Silva, Cássio da Silva Cavalcante

As ações educativas fazem parte da prática social da enfermagem, seja em atividades planejadas ou na atenção a intercorrências, sendo uma ferramenta fundamental no processo de ensino-aprendizagem e na promoção da saúde, especialmente no contexto de orientar pais e cuidadores de recém-nascidos sobre os cuidados com o coto umbilical. Por meio de informações claras, precisas e acessíveis, a educação em saúde permite que os pais compreendam a importância dos cuidados com o coto umbilical, aprendam as técnicas corretas de higiene e curativo e identifiquem sinais de alerta que exigem atenção médica. O objetivo deste trabalho é descrever as vivências dos discentes de enfermagem sobre as ações educativas de cuidados com o coto umbilical para puérperas e cuidadores na maternidade de um hospital no município de Coari, Amazonas. O estudo configura-se como um relato de experiência vivenciado por discentes do curso de graduação em enfermagem do ISB-UFAM, entre os dias 11 e 20 de março de 2024. Trata-se de uma atividade educativa sobre cuidados com o coto umbilical do recém-nascido, direcionada a puérperas e acompanhantes da maternidade. A ação consistiu em palestras interativas e objetivas, com duração de sete minutos, com o objetivo de orientar as puérperas sobre como cuidar do coto umbilical, prevenindo infecções e promovendo a cicatrização adequada. Foi enfatizado que o coto umbilical, remanescente do cordão umbilical após o nascimento, composto por vasos sanguíneos e tecido conjuntivo, se atrofia e cai naturalmente entre sete a dez dias, devendo ser mantido limpo e seco para evitar infecções graves. A ação beneficiou cinco mães e seus respectivos acompanhantes, totalizando dez pessoas. As puérperas demonstraram interesse e envolvimento durante as atividades, e a avaliação final revelou um aumento significativo em seus conhecimentos sobre o cuidado com o coto umbilical, como a importância da higienização, os sinais de infecção, o tempo de cicatrização e as medidas preventivas.

Além disso, as mães se sentiram mais seguras e confiantes para cuidar do coto umbilical de seus filhos, contribuindo para a promoção da saúde infantil e o bem-estar familiar. Conclui-se que as informações adquiridas pelos pais e cuidadores são fundamentais para a prevenção de infecções, cicatrização adequada do coto umbilical e promoção da saúde do bebê.

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA POR BIOIMPEDÂNCIA COMO AÇÃO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA FEIRA SUSTENTÁVEL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jane Katia Vivas Taveira, Gabrielly Santana, Gabrielly Aparecida Nery de Souza, Rodrigo César de Oliveira Carvalho, Rosiene Rosa Pires, Mariane Alves Silva, Thayza de Souza Carvalho, Nadir Caetano de Souza Almeida

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma estratégia fundamental para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. Entre as recomendações do Guia, destaca-se a orientação de que alimentos in natura e minimamente processados devem ser a base da alimentação, enquanto o consumo de alimentos processados e ultraprocessados deve ser limitado ou evitado. Diante disso, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de acadêmicos da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em uma atividade de EAN realizada na Feira SUStentável. A atividade foi realizada no mês de abril de 2024, no âmbito do estágio curricular de Nutrição Social, desenvolvido na Secretaria de Estado de Saúde (SES), na Coordenadoria de Promoção e Humanização da Saúde (COPHS), com a participação da Equipe Técnica de Alimentação e Nutrição (ETAN) e da Equipe de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável (EPAMACS). A ação aconteceu durante a Feira SUStentável, um projeto da SES criado em 2017 com o objetivo de promover uma alimentação saudável e adequada aos trabalhadores da secretaria. A atividade consistiu em uma avaliação antropométrica por bioimpedância dos servidores presentes na feira e teve duração de três horas. Foram aferidos dados como estatura, peso, percentual de gordura corporal total, percentual de massa magra e gordura visceral. Após a avaliação, os participantes receberam orientações sobre a importância de uma alimentação saudável, juntamente com um folder contendo o resultado da avaliação e as devidas orientações. A atividade contou com a participação de 54 indivíduos, dos quais 85,2% eram do sexo feminino, com idade média de $43,8 \pm 9,9$ anos. Desses, 1,9% apresentaram baixo peso, 33,3% estavam eutróficos, 29,6% apresentaram sobrepeso e 35,2% estavam com obesidade. Os valores médios encontrados foram: peso de 71,5 kg (variando de 49,3 a 139,6 kg), altura de 1,64 m (variando de 1,49 m a 1,86 m) e IMC de $27,5 \text{ kg/m}^2$ (variando de 16,5 a $51,9 \text{ kg/m}^2$). Em relação à composição corporal, a mediana do percentual de massa magra foi de 23,7% (variando de 18,1% a 39,7%), o percentual de massa gorda foi de 42,2% (variando de 15,3% a 58,5%) e o nível de gordura visceral foi de 8% (variando de 0,5% a 21%). Os resultados revelam

uma elevada prevalência de sobrepeso e obesidade entre os participantes, reforçando a necessidade de intensificar as ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente de trabalho. A promoção de uma alimentação adequada e saudável, com base nas diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, é essencial para melhorar a relação das pessoas com os alimentos e ajudá-las a fazer escolhas alimentares mais saudáveis.

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO PARA O “EMPODERAMENTO” NA PROMOÇÃO DE SAÚDE

Cinthia Roso Oliveira

Este trabalho visa refletir sobre a importância do diálogo no estímulo ao “empoderamento” na Promoção da Saúde. Para construirmos sociedades mais justas, pacíficas e sustentáveis, é fundamental empoderar as pessoas e as comunidades para que possam lutar por seus direitos. No entanto, surge a questão: como promover o diálogo na Promoção da Saúde de forma que ele realmente promova o empoderamento? A pesquisa é bibliográfica e fundamenta-se na experiência de preparação de estudantes de medicina do segundo semestre para atividades de Educação em Saúde. Primeiramente, será apresentado o conceito de “saúde” conforme a Carta de Ottawa, elaborada na I Conferência Internacional de Saúde, em 1986. Em seguida, será discutido o conceito de empoderamento com base nas ideias de Paulo Freire. Por fim, será feita a distinção entre diálogos que promovem o empoderamento e aqueles que minam a autonomia dos sujeitos. Na I Conferência Internacional de Saúde, em 1986, a Promoção da Saúde foi discutida e documentada na Carta de Ottawa, a qual afirma que ela se dá por meio de um processo que promove o maior controle da pessoa sobre sua saúde, sendo capaz de mobilizar recursos pessoais e sociais. Essa autonomia, que permite ao ser humano controlar sua saúde e mobilizar recursos, depende de uma compreensão ampla da realidade, da consciência de direitos, do desenvolvimento da capacidade de identificar problemas na realidade e da proatividade para participar das decisões sociais. Esses aspectos foram abordados por Paulo Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), em que ele enfatiza a importância da educação no empoderamento dos sujeitos, pois esta desenvolve a autoestima, a consciência crítica e a capacidade de transformar a realidade. Essa transformação se dá a partir de um diálogo respeitoso, pautado pela alegria e esperança. Portanto, não é qualquer diálogo que pode promover o empoderamento, pois nem todo diálogo respeita a autonomia dos sujeitos. Um diálogo respeitoso, além de promover o empoderamento – condição essencial para a busca por sociedades mais justas – pode também contribuir para a adesão ao tratamento na área da saúde. Por isso, é crucial que os profissionais de saúde desenvolvam as habilidades necessárias para realizar uma promoção da saúde baseada no diálogo cuidadoso e respeitoso, que reconheça a autonomia e a liberdade das pessoas de decidirem sobre sua própria saúde.

ANÁLISE DO PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS ATENDIDOS NO AMBULATÓRIO DE DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNEROS DA POLICLÍNICA CODAJÁS, MANAUS, NA CIDADE DE MANAUS

Dária Barroso Serrão das Neves, André Luiz Machado das Neves, Denison Melo de Aguiar, Helder Brandão Góes

A implantação do primeiro Ambulatório de Diversidade Sexual e Gêneros foi realizada por meio de uma parceria entre a Policlínica Codajás e a Universidade do Estado do Amazonas, com o apoio do Serviço de Residência Médica de Ginecologia e Obstetrícia, da Clínica de Direito LGBT e do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Assistência à Saúde Integral de LGBTQIAPN+ da universidade. Este estudo busca compreender a realidade da promoção da saúde para a população de travestis e transexuais em Manaus. O objetivo é descrever o perfil clínico e epidemiológico dos atendidos no Ambulatório de Diversidade Sexual e Gêneros da Policlínica Codajás. A pesquisa utilizou uma metodologia quantitativa e retrospectiva, analisando prontuários médicos e exames. As variáveis estudadas incluíram gênero, orientação sexual, faixa etária, renda, hormonização, serviços procurados e modificações corporais de afirmação de gênero. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CAAI: 16706919.0.0000.5016). Entre 2017 e 2023, foram atendidos 753 travestis e transexuais. Os resultados mostraram que 49,05% se identificaram como homens trans, 45,04% como mulheres trans/travestis e 5,91% como não-binários. Quanto à orientação sexual, 30,4% se consideraram bissexuais, 25% heterossexuais, 21,7% pansexuais, 19,6% homossexuais e 3,3% assexuais. A faixa etária predominante foi de 20 a 30 anos (70,2%), seguida de 18 a 20 anos (13,6%), menores de 18 anos (6,8%) e de 40 a 50 anos (9,4%). Em relação à renda, 40,3% recebiam entre R\$ 1200 e R\$ 2000, 30,6% acima de R\$ 2000, 23,3% entre R\$ 600 e R\$ 1200, 4,1% entre R\$ 0 e R\$ 600 e 1,3% não tinham renda. No que tange à hormonização, 89,3% iniciaram ou ajustaram a dose desde o início do atendimento no ambulatório, enquanto 10,7% não realizam o tratamento. Em relação às modificações corporais de afirmação de gênero, 4,7% realizaram próteses mamárias, 6% aplicaram silicone industrial e 89,3% não fizeram nenhuma cirurgia. Quanto aos serviços procurados, 94,3% buscavam hormonização e 5,7% cirurgias de afirmação de gênero. Conclui-se que o ambulatório atende a uma demanda significativa dessa população, oferecendo, pela primeira vez, um atendimento adequado no SUS em Manaus. A faixa etária de 20 a 30 anos se destaca na busca por hormonização. O perfil epidemiológico evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir o acesso à Política Nacional de Saúde Integral de LGBT e a continuidade do atendimento especializado em Manaus.

ALECRIM PIMENTA: EFEITOS DA UTILIZAÇÃO EM CURATIVOS NA ATENÇÃO BÁSICA

Geanne Maria Costa Torres, Luciana Rodrigues Cordeiro, Mary Anne Medeiros Bandeira,
Geilson Gonçalves de Lima, Jéssica Pinheiro Carnaúba

A atuação dos membros da equipe da Estratégia Saúde da Família é fundamental no cuidado de feridas, tanto simples quanto crônicas, exigindo uma abordagem que vá além do tratamento local, abrangendo a situação do paciente, sua cultura, questões sociais, patologias, alimentação, emoções, acesso aos serviços de saúde e o uso correto da medicação. Desde agosto de 2022, a Unidade de Atenção Primária à Saúde Pedro Celestino Romero tem incorporado o uso de fitoterápicos manipulados pela Farmácia Viva da Prefeitura de Fortaleza no tratamento de feridas. Produtos como o sabonete de alecrim pimenta, utilizado para a limpeza das feridas, e a tintura de alecrim pimenta, com atividade antimicótica, são prescritos racionalmente pela equipe de enfermagem. O objetivo deste estudo é demonstrar os efeitos do uso do alecrim pimenta no cuidado de feridas. Trata-se de um estudo descritivo que foca na atuação dos profissionais de enfermagem na Atenção Primária. Os resultados indicam que a introdução dos produtos fitoterápicos com alecrim pimenta acelera a cicatrização das feridas, reduz o prurido local e diminui o desenvolvimento de fungos, especialmente nos curativos realizados nos pés. Além disso, observou-se uma melhoria no bem-estar dos pacientes e suas famílias, com relatos de redução do odor em feridas infectadas. Conclui-se que é necessário ampliar o uso desses produtos nas Unidades de Atenção Primária à Saúde, pois os benefícios observados contribuem para a melhoria do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), além de valorizar o conhecimento popular que deu origem à Farmácia Viva. No entanto, é importante aprimorar o serviço de curativos, com ênfase na educação em saúde, especialmente no que diz respeito à higiene para prevenir complicações.

CUIDADO CENTRADO NA PESSOA: A ESCUTA ATIVA NA GRADUAÇÃO DE MEDICINA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Geanne Maria Costa Torres, Luciana Rodrigues Cordeiro, Mary Anne Medeiros Bandeira, Geilson Gonçalves de Lima

Desde o início de 2023, o Posto de Saúde Pedro Celestino Romero, em Fortaleza, passou a receber acadêmicos de medicina e residentes para aulas práticas. No contexto da formação médica, os acadêmicos aprendem a realizar um conjunto de perguntas, colher informações relevantes, elaborar orientações e prescrições, com o objetivo de obter respostas adequadas dos pacientes. Segundo a Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS, a humanização envolve a valorização dos usuários, trabalhadores e gestores no processo de produção de saúde. Ao receber a devida atenção, o paciente começa a refletir sobre sua situação de saúde, desenvolvendo maior autonomia e buscando transformar a realidade em que vive. O objetivo deste estudo é descrever a atividade de ensino que utilizou a escuta

terapêutica, realizada por acadêmicos de medicina, na atenção primária em Fortaleza. Trata-se de um relato de experiência, descrito pela enfermeira da equipe que participou de uma aula prática em junho de 2023, guiada pelo médico tutor, com foco na valorização da escuta e no reconhecimento da importância da história de vida dos usuários do SUS, promovendo a atuação dos futuros médicos. O momento entre acadêmicos e usuários antecede a articulação do médico com os demais membros da equipe da Estratégia Saúde da Família, como enfermeiros, agentes comunitários de saúde e membros da comunidade católica local. Com esforço conjunto, a ação foi realizada em uma igreja, equipamento social na área de abrangência. Os acadêmicos foram orientados a utilizar a técnica de comunicação terapêutica para acolher diversas situações, sejam elas relacionadas a patologias, família, ambiente ou comunidade, com a orientação de deixar a fala livre e agradável. Os resultados mostraram que o contato dos acadêmicos com os usuários do SUS no primeiro semestre de 2023, durante sua formação em uma universidade particular, permitiu que eles conhecessem a realidade vivenciada pela maioria da população brasileira, desenvolvendo empatia, estabelecendo vínculos solidários e valorizando as pessoas e suas histórias de vida. Reconheceu-se que o cuidado vai além da prescrição de medicamentos. A importância dessas iniciativas educacionais na graduação se reflete na promoção da humanização, trazendo conforto, emoção e saúde para todos os envolvidos. Conclui-se que a aplicação desse modelo de ensino, focado em um atendimento mais abrangente e interativo à família, poderia despertar nos acadêmicos o desejo de atuar na Medicina de Família e Comunidade.

CONSTRUINDO CAMINHOS PARA O CUIDADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DE UM INSTRUMENTO PARA DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM EM PEDIATRIA

Jéssica Ribeiro de Almeida Xavier, Amanda Nunes da Cunha, Jessica Emanuely Duarte, Jessica Tamires Silva Duarte, Maysa Albojin Sotte, Patrícia Angélica Martins Cãnfora, Walkiria Fernandes Camilo Ferreira Diniz

No campo da enfermagem pediátrica, a comunicação eficaz e o cuidado individualizado são essenciais para garantir um ambiente de assistência de qualidade. O diagnóstico de enfermagem, como segunda etapa do processo, é fundamental na saúde coletiva, pois permite uma compreensão detalhada das necessidades dos pacientes, orientando o planejamento de ações para uma assistência mais qualificada. O objetivo deste relato é narrar a experiência de acadêmicas do 9º período de enfermagem na construção de uma ferramenta de diagnóstico de enfermagem em pediatria. Durante a prática clínica em uma unidade de internação pediátrica da região metropolitana de Belo Horizonte, entre fevereiro e março, foi identificada a ausência de uma ferramenta para a realização do Diagnóstico de Enfermagem. A partir disso, foram realizadas reuniões com a preceptora para a criação do material, que incluiu 13 diagnósticos segundo a NANDA (sendo 7 reais, 4 de risco e 2 de processo), baseados nas vivências assistenciais. A ferramenta foi elaborada para ser de fácil manuseio pelos profissionais e será testada pelos próximos grupos para posterior validação pelo

serviço. Além de criar um instrumento para qualificar o cuidado de enfermagem em pediatria, a experiência proporcionou o desenvolvimento do pensamento crítico no grupo. A oportunidade de executar uma assistência baseada em gestão de riscos, planejamento e individualidade permitiu o fortalecimento de aspectos essenciais para um cuidado humanizado em saúde coletiva. A vivência na unidade pediátrica ofereceu às acadêmicas uma compreensão aprofundada dos desafios assistenciais enfrentados por esse público. Conclui-se que a aplicação do instrumento é necessária para seu aperfeiçoamento, dado seu impacto no processo de enfermagem.

DESAFIANDO ESTIGMAS: A LUTA DO MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL

Jéssica Ribeiro de Almeida Xavier, Amanda Nunes da Cunha, Jessica Emanuely Duarte, Jessica Tamires Silva Duarte, Maysa Albojin Sotte, Patrícia Angélica Martins Cãnfora, Samuel Barroso Rodrigues

O movimento antimanicomial, iniciado no Brasil no final dos anos 70, busca defender os direitos das pessoas com sofrimento mental, combatendo estigmas e a exclusão social, além de criticar as internações psiquiátricas e promover serviços comunitários. Esse movimento culminou na Lei nº 10.216/2001, que fortaleceu a reforma psiquiátrica e possibilitou práticas mais humanizadas no tratamento de sofrimentos psíquicos, como a arteterapia, que auxilia no resgate integral do indivíduo por meio de processos de autoconhecimento e transformação. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência de acadêmicos de enfermagem na luta pelos direitos das pessoas em sofrimento mental. Trata-se de um relato de experiência realizado por acadêmicos do 9º período de enfermagem de uma faculdade privada de Belo Horizonte, em maio de 2024, em preparação para o desfile da luta antimanicomial, dividido em quatro etapas: 1) Estudo da temática, com o tema “Do Rio ao Mar”, representando liberdade, autonomia e a busca por direitos humanos; 2) Customização dos materiais, com a confecção de fantasias a partir de materiais recicláveis; 3) Preparação para o desfile, com concentração e trajeto definido, passando por pontos turísticos importantes da cidade; 4) Imersão e vivência no desfile, com interação dos acadêmicos com usuários, familiares e profissionais da rede de atenção psicossocial, em alas que abordaram questões sociais relevantes, como a inclusão social. Os resultados dessa experiência permitiram a troca de vivências com os usuários, a compreensão da importância do desfile e a observação da relevância da descentralização da assistência para promover a inclusão social. Conclui-se que a participação no movimento fortaleceu a compreensão sobre a importância de combater os estigmas e reforçou a necessidade de serviços de saúde mental humanizados, permitindo que os usuários vivenciem suas dificuldades de maneira menos dolorosa, estreitando a relação entre loucura e saúde por meio da arte.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À SAÚDE MENTAL NO ESTADO DO AMAZONAS: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Adriane Vinhote Moraes Viana, Lorena Martins de Sá Torres Antunes,
Elberth Henrique Miranda Teixeira, Fabiana Mânica Martins

A condição das pessoas com distúrbios psicológicos em países desenvolvidos e em desenvolvimento é preocupante. O cenário global revela que os direitos humanos frequentemente são desrespeitados, com recursos financeiros inadequados e um número reduzido de profissionais de saúde mental, resultando na indisponibilidade ou baixa qualidade dos serviços psicossociais. No Brasil, a reforma psiquiátrica busca substituir o tratamento baseado no isolamento dos pacientes por uma abordagem mais humanizada, com o objetivo de reintegrar os indivíduos com transtornos mentais na sociedade. No estado do Amazonas, a Lei Estadual 3.177, sancionada em outubro de 2007, trata da reintegração social dessas pessoas, especialmente aquelas sem suporte familiar ou acesso a serviços de assistência psicossocial, por meio da criação de residências terapêuticas, garantindo acesso à habitação adequada e à participação na vida social. Dados indicam que, embora o número de pessoas com transtornos mentais no Amazonas seja significativo, a implementação da reforma psiquiátrica na região é insatisfatória em comparação a outros estados. A referência no acompanhamento dos pacientes passou a ser os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que são pontos estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Em Manaus, há cinco unidades de CAPS, correspondendo a 0,32 CAPS para cada 100 mil habitantes, um número insuficiente para atender à demanda da população psiquiátrica. O objetivo deste trabalho é avaliar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, as políticas públicas de saúde mental voltadas para o acesso da população amazonense aos serviços de saúde, bem como identificar as dificuldades e lacunas na rede de assistência no estado. Para isso, foi realizado um levantamento de dados da literatura, abrangendo publicações de 2010 a 2023 nas bases de dados PUBMED, SciELO, Lilacs, BVS-Bireme e Portal de Periódicos da CAPES. Os descritores “saúde mental”, “política de saúde”, “serviços de saúde mental”, “Amazonas” e “Brasil” foram utilizados em português e inglês, de acordo com as especificidades de cada base. A busca resultou em 406 artigos, que foram importados para o Rayyan para o processo de exclusão e inclusão. Espera-se que essa revisão revele lacunas e fragilidades na rede de acesso aos serviços para pacientes psiquiátricos no Amazonas, contribuindo para a formulação de leis, diretrizes e políticas públicas que fortaleçam a rede de cuidado integral à saúde mental na região.

SÍNDROME DE BURNOUT EM ENFERMEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA

Camila Nunes de Souza, Alice Silva Menezes, Moacir Lira de Oliveira

Os enfermeiros são profissionais frequentemente expostos a situações de estresse laboral, o que pode levar ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout, caracterizada por um conjunto de sintomas

físicos e psicossociais, como mau-humor, irritabilidade, baixa produtividade, entre outros, que comprometem tanto a qualidade da assistência prestada quanto a saúde dos próprios profissionais. Durante a Pandemia da covid-19, a ocorrência dessa síndrome tornou-se mais frequente entre enfermeiros, pois, no contexto pandêmico, o foco estava no controle da disseminação da doença, deixando a saúde mental dos profissionais muitas vezes negligenciada. O objetivo deste estudo foi identificar, na literatura, as ocorrências da Síndrome de Burnout entre enfermeiros da área hospitalar durante a Pandemia de covid-19. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de abordagem qualitativa, realizada em seis etapas distintas: 1) identificação do tema e formulação da questão norteadora; 2) definição dos critérios de elegibilidade, inclusão e exclusão; 3) extração das informações dos estudos selecionados; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação dos resultados; e 6) apresentação da revisão integrativa. Foram selecionados nove artigos nas bases de dados PUBMED, LILACS e SCIELO, publicados entre 2020 e 2023, que atenderam aos critérios de inclusão. A seleção dos artigos seguiu os critérios estabelecidos pelo fluxograma PRISMA, com quatro fases distintas. O estudo revelou que a Pandemia da covid-19 contribuiu significativamente para o aumento da incidência da Síndrome de Burnout entre os enfermeiros, destacando as graves consequências dessa condição para a saúde mental e o desempenho desses profissionais durante a crise sanitária.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DOIS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NAS COLETAS DE UMA COORTE ODONTOLÓGICA DE GESTANTES E SEUS BEBÊS EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL

Échiley da Silva Rios, Mateus Zilch Scheuermann, Gabriela de Araujo, Bruno Emmanuelli

A gestação implica uma série de mudanças hormonais, comportamentais e psicológicas que podem impactar a saúde bucal. Nesse contexto, o aumento do suprimento sanguíneo nos tecidos periodontais, a maior ingestão de alimentos açucarados e as dificuldades na manutenção dos hábitos de higiene oral durante a gestação são fatores responsáveis pela maior incidência ou progressão de problemas como cárie dentária, gengivite e periodontite. Além disso, os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para o estabelecimento de hábitos saudáveis, especialmente relacionados à higiene oral. Os conhecimentos adquiridos nesta fase têm um impacto significativo nos comportamentos do indivíduo ao longo da vida, uma vez que mudar hábitos se apresenta como um desafio complexo. Por isso, é importante avaliar as relações entre os determinantes e desfechos em saúde bucal durante esses períodos. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de dois alunos de iniciação científica (ICs) que integram uma equipe composta por mestrandos, doutorandos e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Odontológicas da UFSM, envolvidos na coleta de dados de uma coorte odontológica com gestantes e seus bebês. A primeira etapa da coleta foi realizada em 2022, durante o pré-natal, nas Unidades Básicas de Saúde de Santa Maria, com uma amostra de 520 gestantes, e consistiu na aplicação de questionários e exames clínicos. A segunda etapa está sendo realizada em

2024, com a aplicação de questionários via ligações telefônicas feitas pelos ICs, totalizando dois anos de acompanhamento. Durante essa fase, diversos empecilhos surgiram para a obtenção do contato telefônico, como dificuldades no agendamento de horários e problemas com a mudança de números e ligações não atendidas. A aplicação do questionário exigiu diferentes abordagens e técnicas de manejo, dado que continha questões pessoais que poderiam gerar respostas variadas. A abordagem dos ICs foi crucial para garantir a adesão e qualidade das respostas. Além disso, a participação dos ICs contribuiu significativamente para a compreensão de diferentes realidades, para a vivência das etapas de um projeto de pesquisa, e para a realização de coletas por telefone, ajudando a relacionar fatores contextuais e desfechos em saúde bucal das gestantes e seus bebês. Esse processo demonstra a importância da presença de graduandos em projetos de pesquisa, pois permite a consolidação de competências metodológicas e incentiva a autonomia e eficiência dos alunos na pesquisa e na busca por conhecimento baseado em evidências.

AVALIAÇÃO DO RISCO DE CÁRIE DENTÁRIA EM CRIANÇAS POR ODONTOPEDIATRAS BRASILEIROS: UM ESTUDO TRANSVERSAL

Échiley da Silva Rios, Mateus Zilch Scheuermann, Lilian Toledo Reyes, Jessica Klöckner Knorst, Bruno Emmanuelli, Thiago Machado Ardenghi

A cárie dentária é uma doença multifatorial evitável, principalmente quando são adotadas estratégias de prevenção adequadas. Para isso, é essencial que os cirurgiões-dentistas estejam bem preparados, possuindo o conhecimento necessário e implementando ações eficazes para modificar o cenário atual, caracterizado pela alta incidência de cáries, especialmente na infância. O objetivo do presente estudo foi investigar o uso de ferramentas de Avaliação de Risco de Cárie (ARC) entre odontopediatras brasileiros e classificar a autopercepção desses profissionais sobre a importância dos preditores associados ao prognóstico e ao tratamento da cárie. A metodologia adotada foi um estudo transversal, baseado em um questionário de perguntas fechadas autoaplicável, de abrangência nacional, direcionado a odontopediatras brasileiros, abordando o perfil demográfico e profissional dos participantes, o uso de ARC e a autopercepção sobre a importância dos preditores da cárie. A população-alvo foi composta por 7.718 odontopediatras cadastrados no Conselho Federal de Odontologia. A amostra foi recrutada por e-mail e por meio das redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp). Foram selecionados profissionais com cadastro regular no conselho, independentemente da região de atuação ou do ano de graduação, que concordaram em participar da pesquisa. O cálculo do tamanho da amostra foi feito considerando um erro padrão de 5%, nível de confiança de 95% e avaliação do risco de cárie por 26% dos dentistas. A amostra mínima foi estimada em 342 odontopediatras, considerando uma margem de 20% para possíveis recusas. Os questionários foram aplicados entre outubro de 2020 e julho de 2022, utilizando o Google Formulários, com um total de 344 participantes. A análise dos dados foi realizada por meio de análises descritivas e análise múltipla

de Regressão Logística, apresentando resultados em Odds Ratio (OR) e intervalo de confiança (IC) de 95%. Os resultados indicaram que 70% dos entrevistados não utilizam ARC em sua prática clínica cotidiana. Dentistas com especialização concluída (OR 0,44; IC 95%: 0,35-0,55) ou em andamento (OR 0,20; IC 95%: 0,10-0,39) apresentaram maior probabilidade de não usar modelos padronizados em comparação àqueles com doutorado. Profissionais que utilizavam ARC formalmente avaliaram como importantes para o prognóstico da cárie fatores como idade, experiência anterior de cárie, restaurações extensas, uso de flúor e utilização de serviços odontológicos. Esses achados revelam a baixa utilização da ARC formal e a necessidade urgente de priorizar estratégias de prevenção. A autopercepção dos profissionais que adotam a ARC esteve em grande consonância com as evidências científicas sobre os fatores associados à cárie dentária, com maior ênfase em fatores de fácil avaliação na atenção primária à saúde. Diante disso, é fundamental que gestores e profissionais se comprometam mais ativamente em integrar a ARC no atendimento odontológico cotidiano, a fim de promover uma prática mais preventiva e fundamentada nas melhores evidências científicas.

A VIDA URBANA E OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA SAÚDE NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Thiago Nardoto do Carmo, Juliano Prata Honorato, Rafael Aguilar Zamudio,
Beatriz de Barros Souza, Wayne Souza Ribeiro

A crise climática planetária, que afeta diferentes partes do mundo de formas variadas, já demonstra seus impactos, apesar da resistência negacionista nas redes sociais. Eventos extremos, como cheias, deslizamentos e inundações no extremo sul do Brasil e no norte da Argentina em 2023 e 2024, incêndios no Chile em 2023 e a crise hídrica no México, que expõe milhões de pessoas à vulnerabilidade, são exemplos claros dessa realidade. Além disso, o aumento das temperaturas na América Latina e no Caribe tem afetado significativamente a saúde das populações urbanas entre 2000 e 2023, com consequências diretas no clima e microclima urbano. Fatores como impermeabilização do solo, ausência de vegetação e a densificação urbana têm resultado na formação de ilhas de calor, intensificando a temperatura local. O calor excessivo nas cidades da região afeta principalmente idosos e crianças, aumentando as taxas de mortalidade, como registrado nas últimas duas décadas, e provocando um crescimento das mortes por doenças tropicais, como a dengue. Para compreender os impactos na saúde urbana, é essencial considerar fatores determinantes, como o ambiente físico e social, além das decisões políticas globais e ambientais. Este estudo analisou a relação entre o ambiente construído e os efeitos das mudanças climáticas nas principais cidades da América Latina e do Caribe, com foco no aumento das temperaturas urbanas e no consequente aumento da mortalidade relacionada ao calor. Para isso, foi realizado um levantamento dos dados oficiais de cada país da região, com ênfase nas estatísticas de mortes por insolação, hipertermia e outras doenças causadas pela elevação da temperatura. Também foi feita uma análise dos eventos climáticos extremos, como ondas de

calor, secas prolongadas e temperaturas recordes, correlacionando-os com os dados de mortalidade. Outras variáveis, como o índice de urbanização de cada país, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a implementação de políticas públicas de adaptação climática nas principais cidades, foram consideradas na análise. Os resultados indicam a necessidade urgente de ações globais e locais para mitigar os efeitos da crise climática, com especial atenção à adaptação das cidades da América Latina e do Caribe aos impactos das altas temperaturas, a fim de reduzir os riscos à saúde das populações urbanas e aumentar a resiliência frente aos eventos climáticos extremos.

APLICAÇÃO DA TELESSAÚDE COMO INSTRUMENTO DE DISSEMINAÇÃO DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT NO ESTADO DO AMAZONAS

Dária Barroso Serrão das Neves, André Luiz Machado das Neves, Denison Melo de Aguiar, Helder Brandão Góes

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT é crucial para garantir o amparo adequado dessa população nas diversas áreas da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), e a telessaúde pode ser uma ferramenta estratégica para disseminação de informações, especialmente em estados como o Amazonas. O objetivo deste estudo foi avaliar o nível de conhecimento dos profissionais de saúde que atuam nos polos de telessaúde da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) sobre a saúde da população LGBT. A pesquisa, de natureza qualitativa, busca evidenciar os benefícios da telessaúde como instrumento de atualização e disseminação de novos conceitos aos profissionais de saúde dos municípios amazonenses, atendendo à necessidade de maior conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UEA (CAAI: 08329219.0.0000.5016). Participaram da teletransmissão 150 pessoas, sendo que 78 responderam ao questionário. Os resultados indicaram que 57,7% conheciam a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, 61,5% tinham conhecimento sobre direitos sexuais e reprodutivos, 84,6% sabiam do direito ao uso do nome social por travestis/transsexuais nos serviços de saúde, e 57,7% estavam informados sobre hormonioterapia em travestis/transsexuais. A maioria considerou a palestra muito importante (79,5%) e relatou que as informações eram bastante aplicáveis ao seu dia a dia profissional (69,2%). Conclui-se que muitos profissionais têm conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, mas ainda existe um entendimento limitado sobre alguns aspectos, como direitos sexuais/reprodutivos e o uso do nome social. Profissionais mais familiarizados com a causa LGBT ainda necessitam de maior integração nos serviços de saúde, enquanto aqueles com pouco conhecimento tendem a apresentar atitudes preconceituosas e discriminatórias. A pesquisa destaca a importância de institucionalizar a educação continuada por meio da telessaúde para aprofundar o conhecimento sobre os direitos e a saúde da população LGBT.

RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DO PROJETO EDUCACIONAL: UFSM CONTRA A DENGUE

Maria Eduarda Liberalesso, Amanda Caroline Kipper Buss, Djuliana Bester Speroni, Terimar Ruoso

A dengue é uma doença viral aguda transmitida principalmente pelo mosquito fêmea *Aedes aegypti*, podendo se manifestar de forma clássica, com sintomas leves a moderados, ou de forma hemorrágica, com complicações graves e risco de morte. Presente no Brasil desde 1846, a doença tem gerado surtos recorrentes, sendo um dos maiores desafios de saúde pública no país, com números elevados de casos confirmados. Embora a vacina contra a dengue seja uma estratégia eficaz, ela não é a principal forma de prevenção, sendo essencial focar na eliminação do mosquito vetor. Nesse contexto, o objetivo deste projeto foi realizar oficinas de prevenção e cuidados sobre a dengue para a comunidade escolar, promovendo a disseminação de informações claras e acessíveis, sensibilizando os alunos para a importância da eliminação de focos do mosquito e ensinando-os a construir armadilhas para o vetor. Trata-se de um relato de experiência de três alunas do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões, que realizaram as oficinas em parceria com o Centro de Análises Microbiológicas (CEMICRO) da mesma instituição. As oficinas ocorreram na Escola Estadual Três Mártires, com turmas do 5º e 6º ano do ensino fundamental, envolvendo 280 crianças da cidade de Palmeira das Missões. Durante as oficinas, as crianças demonstraram grande interesse e curiosidade sobre a temática, interagindo e compartilhando experiências pessoais, como casos de dengue em familiares e colegas. Embora já possuíssem conhecimentos básicos sobre a doença, as crianças levantaram diversas dúvidas e questionamentos, evidenciando a necessidade de uma abordagem contínua sobre o tema. Além disso, expressaram o desejo de construir armadilhas para o mosquito *Aedes aegypti* em suas casas, com o auxílio dos pais. Os resultados indicam que o projeto foi bem-sucedido, com os alunos aderindo ativamente às práticas preventivas e se comprometendo a repassar o conhecimento adquirido para seus familiares. Mesmo com o conhecimento prévio, ficou evidente que a dengue ainda é uma pauta que precisa ser discutida de forma contínua e ampliada, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, para fortalecer as estratégias de combate e prevenção e promover a saúde na comunidade.

ATUAÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS POR MEIO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vinícius Soares Mitouso, Raicielly Abreu da Silva

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), são uma das causas mais comuns de doenças no mundo e representam um grave

problema de saúde pública, especialmente quando diagnosticadas e tratadas tardiamente, o que pode resultar em complicações de saúde. Os adolescentes estão entre os grupos mais vulneráveis, frequentemente iniciando a vida sexual de maneira precoce, sem a orientação necessária sobre os riscos e formas de prevenção das ISTs. Estudos indicam que o início precoce da atividade sexual está associado a um maior risco de contrair essas infecções. A adolescência é uma fase de intensas mudanças biológicas, psicológicas e sociais, na qual a sexualidade é um componente central do desenvolvimento. No entanto, muitos adolescentes carecem de informações adequadas sobre saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para comportamentos de risco. A falta de educação sexual nas escolas e a insuficiência de diálogos abertos sobre o tema no ambiente familiar agravam essa vulnerabilidade. Assim, é essencial realizar ações educativas para estudantes da rede pública de ensino, abordando os tipos de ISTs, métodos de prevenção, manifestações clínicas e tratamentos disponíveis. O objetivo deste estudo é relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem durante ações educativas sobre ISTs. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por acadêmicos do curso de bacharelado em enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB/UFAM), nos dias 8 de março e 14 de maio de 2024. As atividades foram realizadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), por meio do projeto “Prevenção de ISTs para Estudantes da Rede Pública de Ensino no Município Amazônico”. Para isso, foram utilizadas dinâmicas e palestras audiovisuais. As ações aconteceram em duas escolas estaduais de ensino médio, no turno da noite, com duração média de 2 horas. Durante as palestras, foram abordados temas como HIV/AIDS, HPV, HBV, HCV e sífilis, suas manifestações clínicas, tratamentos e formas de prevenção. Participaram das ações 87 alunos, dos quais a maioria demonstrou ter pouco conhecimento sobre os tópicos, mas apresentou grande interesse em aprender. Na ação mais recente, foram realizados testes rápidos para os estudantes, com a coleta dos exames feita por profissionais de saúde de uma Unidade Básica de Saúde. Os resultados indicam que a atuação de acadêmicos de enfermagem na prevenção das ISTs, por meio de palestras educativas, foi eficaz na promoção do conhecimento e na possível mudança de hábitos de risco. A replicação dessas intervenções em outras escolas pode contribuir significativamente para a redução da incidência de ISTs, além de formar uma sociedade mais informada sobre a importância da saúde sexual. Ao mesmo tempo, essa experiência prepara os acadêmicos para enfrentar os desafios reais da saúde pública, tornando-os mais qualificados para o mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: QUALIFICANDO A EQUIPE INTERDISCIPLINAR DE UM HOSPITAL ESCOLA POR MEIO DE BONECOS SIMULADORES

Betina Breyer Figueiró, Francine Xavier Guterres Cruvinel, Marina Möhleck de Souza, Luana dos Passos Vieira, Laura Lersch Bellini, Fabiana de Mello, Djennifer Raquel da Rosa, Alexander Romao Vieira Morinelli, Dulciane Nunes Paiva

A Educação Permanente em Saúde (EPS) se caracteriza pela inter-relação entre as esferas de serviço, educação e saúde, com o principal objetivo de promover o crescimento profissional e aprimorar a

qualidade do atendimento. Essa abordagem é fundamentada nos desafios vivenciados pelos profissionais e nas estratégias necessárias para implementar medidas práticas. O uso de bonecos simuladores no contexto da EPS proporciona uma interação mais realista com dispositivos frequentemente utilizados no ambiente hospitalar, facilitando a compreensão de profissionais, residentes e acadêmicos, e permitindo um treinamento mais eficaz. O presente estudo teve como objetivo aprimorar a aplicação de técnicas assistenciais em procedimentos hospitalares utilizando bonecos simuladores, identificar possíveis fragilidades e aperfeiçoá-las, com a finalidade de diminuir a ocorrência de eventos indesejados e garantir maior segurança ao paciente durante a internação. A aplicação metodológica dos bonecos simuladores foi realizada com profissionais, residentes e acadêmicos da área da saúde de um hospital de ensino no interior do Sul do Brasil, no período de fevereiro a dezembro de 2023. Os simuladores incluíam dispositivos hospitalares invasivos e não-invasivos comumente utilizados pelas equipes assistenciais da instituição, como cateter nasal, cateter óculo nasal, cânula de traqueostomia com balonete, acesso venoso central e periférico, dreno de mediastino e de tórax, sonda nasointestinal e pulseira de identificação. O uso desses simuladores permitiu o aperfeiçoamento do manejo de dispositivos terapêuticos e procedimentos comuns no ambiente hospitalar, visando qualificar as respostas a vulnerabilidades que podem surgir, com foco na notificação de eventos adversos. A utilização de bonecos simuladores no ambiente hospitalar demonstrou ser eficaz no aprimoramento da EPS nas equipes de saúde, com o objetivo central de minimizar erros e melhorar a segurança do paciente. É evidente que o uso desses recursos simuladores oferece às equipes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos por meio de práticas educativas que se baseiam em experiências reais do cotidiano profissional, potencializando a formação dos profissionais envolvidos.

PROMOÇÃO À SAÚDE MASCULINA NO AMBIENTE DE TRABALHO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mirna Almeida Nobre, Júlia Kathelen Barbosa França, Nicolle Lima Magalhães Silva

A saúde masculina envolve diversas instâncias, como a prevenção e promoção da saúde, questões relacionadas à reprodução, sexualidade, violência, uso de álcool e drogas, e morbimortalidade. No entanto, aspectos sociais e culturais, como o trabalho, a falta de tempo, o sentimento de invulnerabilidade em relação às doenças, a procura pelos serviços de saúde somente após o surgimento de sintomas, e a tendência masculina em negligenciar suas próprias necessidades, dificultam a manutenção da saúde dos homens. Este estudo teve como objetivo relatar a experiência das ações assistenciais de saúde oferecidas aos funcionários de uma empresa de telecomunicações em Itabuna, sul da Bahia, durante o mês de abril de 2024. As ações de prevenção e promoção da saúde foram realizadas por acadêmicos do 6º semestre do curso de Enfermagem e contaram com a participação de 60 colaboradores da empresa. As atividades incluíram acolhimento, entrevistas para identificar as necessidades individuais, palestras educativas, aferição de pressão arterial e dosagem de glicemia, com o intuito de detectar possíveis enfermidades, além de orientações baseadas nos resultados e distribuição de material informativo. Dos 60 homens

presentes, 40 participaram efetivamente das ações. Desses, oito apresentaram pressão alta, sendo que três relataram ser hipertensos, mas não tomaram medicação no dia da ação. Quanto ao teste de glicemia, embora os participantes não estivessem em jejum, apenas um apresentou resultados elevados e afirmou não ser diabético. Metade dos participantes referiu não realizar exames de rotina, enquanto dez relataram buscar informações sobre saúde devido a comorbidades já diagnosticadas. Aqueles que não participaram das atividades mencionaram falta de tempo, medo dos resultados ou desinteresse pela monitorização. As atividades realizadas permitiram uma compreensão mais profunda das condições de saúde da população masculina, de sua relação com o trabalho e das limitações relacionadas à saúde, além de proporcionar aos discentes uma experiência prática do que aprendem na teoria. Com base nessa análise, foi possível propor intervenções e recomendações de saúde conforme as demandas individuais de cada colaborador, incentivar práticas de autocuidado, promover educação em saúde e reforçar a importância da prevenção de condições recorrentes na saúde masculina.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: O USO DA AURICULOTERAPIA PARA ACOLHER VOLUNTÁRIOS E ATINGIDOS DA CATÁSTROFE DE MAIO DE 2024 EM BENTO GONÇALVES (RS)

Núbia Beche Lopes, Ângela Kemel Zanella, Zuleica Aléssio Orso, Clarissa Iensen, Fátima Inês Alff Vargas, Marcio Rossato Badke, Luana Antunes Sigaran, Dhaiane Lebtag Silva, Berenice Macedo de Oliveira

Desastres de grande escala, como enchentes e desmoronamentos, causam sérios problemas clínicos e psicossociais nos indivíduos afetados, além de enormes encargos econômicos nas comunidades, exigindo intervenções rápidas, eficazes, simples e seguras para atender os sobreviventes. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é um dos problemas psicológicos mais comuns após tais eventos, e a Auriculoterapia tem se mostrado uma abordagem eficaz para melhorar os sintomas associados ao TEPT e à insônia (KWON et al., 2020). Em maio de 2024, o município de Bento Gonçalves (RS) sofreu mais de 100 desmoronamentos, deixando várias comunidades isoladas, com vítimas fatais, desaparecidos e muitos desabrigados. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência de promoção e assistência à saúde em cenário de catástrofe, por meio da aplicação de auriculoterapia em voluntários e vítimas dos desmoronamentos ocorridos na região da Serra Gaúcha. A auriculoterapia foi aplicada por profissionais voluntários em abrigos e locais de distribuição de doações entre o 6º e o 15º dia após a catástrofe, em sessões realizadas de 6 a 15 de maio de 2024. Após o consentimento dos participantes, foi realizada uma escuta das queixas, seguida de inspeção e avaliação individual do pavilhão auricular, com higiene usando algodão e álcool a 70%, e a aplicação de esferas de ouro, prata, cristal, sementes, sticker e bandagem auricular. Durante as sessões, 61 pessoas foram atendidas, sendo 37 voluntários e 24 desabrigados, com 44 pontos auriculares diferentes utilizados. Dos atendidos, 31 relataram dor (com média de 7,6 na avaliação pré-sessão, que reduziu para 3,0 após a sessão, conforme a Escala Visual Analógica para Dor – EVA). Entre os pontos mais utilizados estavam Shenmen, Ansiedade,

Relaxamento muscular, Coluna Lombar, Tronco cerebral, Insônia, Cérebro, Coluna torácica, Intestino grosso, Subcórtex, Imunidade, Simpático, Yang do fígado, Ombro, San Jian, Alegria, Pulmão, Rim, Pés, Anti-inflamatório e Pernas. Os resultados demonstraram que a auriculoterapia foi uma ferramenta complementar eficaz no restabelecimento da saúde física, mental e emocional de vítimas e voluntários, com uma significativa redução da dor e do desconforto, conforme evidenciado pelos relatos pós-sessão. A auriculoterapia, aplicada nas vítimas e envolvidos nos desmoronamentos da Serra Gaúcha, mostrou-se eficaz, segura e viável, sugerindo a necessidade de novos estudos para aprofundar seus benefícios em cenários de catástrofes.

CICLO DE FORMAÇÃO CRÍTICA: A LUTA PELO DIREITO A SAÚDE DESDE A PERSPECTIVAS GLOBAL E BRASILEIRA

Patrícia Genro Robinson, Leonardo Mattos, Denis Saffer, Silvia Guiliani, Damiana Neto

O Movimento Saúde dos Povos (MSP) tem um histórico global de formação ativista pelo direito à saúde, com destaque para a 5ª Assembleia Mundial da Saúde dos Povos (ASP5). Nesse contexto, o Círculo Brasil propôs o Ciclo de Formação Política Crítica, com o objetivo de fortalecer o debate sobre os eixos da ASP5 e ampliar a interlocução com movimentos e ativistas comprometidos com a luta pelo direito à saúde. O ciclo teve como propósito potencializar a preparação para a ASP5 e fortalecer o movimento no Brasil, estimulando a troca de saberes e experiências que considerassem tanto a realidade local quanto as grandes pautas globais. O objetivo central foi capacitar os participantes a analisar criticamente o processo de determinação social, política, econômica, ambiental e cultural da saúde, propondo alternativas emancipatórias e solidárias para sua promoção. Além disso, buscou-se apresentar as principais temáticas, linhas políticas e produções do movimento pela saúde dos povos, articulando as lutas globais com a realidade brasileira e aprofundando o conhecimento sobre a história, os princípios, as estratégias e as ações do MSP no cenário global e regional. Ao longo de cinco encontros, abordaram-se os seguintes temas: Encontro 1: Introdução ao MSP – história, princípios, estratégias e ações; A Carta pela Saúde dos Povos - conceitos, valores e compromissos; Encontro 2: Neoliberalismo, financeirização, saúde global, reformas dos sistemas de saúde e Sistemas universais de saúde e APS; lutas pelo direito à saúde, pela equidade, contra a privatização e precarização dos sistemas de saúde; Encontro 3: Equidade, racismo e as lutas em saúde por justiça social – diálogos entre o global e o local; Encontro 4: Modelos de desenvolvimento, crise climática e saúde; soberania alimentar e nutricional, agroecologia X agrotóxicos, vigilância popular em saúde; Encontro 5: Saberes populares, saberes ancestrais e as práticas de saúde; educação popular em saúde. O ciclo buscou, ainda, preparar a comitiva brasileira para a participação na 5ª Assembleia Mundial da Saúde dos Povos, aprofundar o conhecimento sobre temas emergentes para a saúde, como economia política da saúde, sistemas universais de saúde, gênero, raça, sexualidade e saúde, crise ambiental e saúde, conflitos armados, migração e saúde pública, saberes populares e ancestrais no cuidado em saúde, e estabelecer redes de articulação e cooperação entre os participantes e as organizações e movimentos sociais da saúde.

Acreditamos que os processos de formação política devem ser contínuos, com o objetivo de formular propostas a serem levadas à ASP5, mobilizar diferentes atores em defesa do direito à saúde e fortalecer a presença e a interlocução do MSP nos cenários políticos no Brasil.

UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO DE PRECEPTORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jacqueline Oliveira de Carvalho, Letícia Lourenço Vieira, Michelle Adrienne da Costa de Jesus

Este trabalho relata a experiência com o uso de metodologias ativas na formação e qualificação de preceptores no Programa de Residência em Enfermagem de Família e Comunidade, destacando sua importância na capacitação desses profissionais. O objetivo foi promover um ambiente de aprendizagem mais interativo, colaborativo e participativo, contribuindo para a formação de profissionais de saúde mais preparados para os desafios do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto, realizado entre outubro de 2021 e outubro de 2023, consistiu em três módulos principais: aprimoramento das habilidades de preceptoria, treinamentos clínicos e eventos científicos voltados para a formação crítica. As metodologias ativas utilizadas, como rodas de conversa, dramatizações, simulações realísticas, aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, estudos de caso e brainstorms, foram escolhidas para estimular a reflexão crítica, criatividade e resolução de problemas, além de promover a interação e troca de experiências entre os participantes. A formação envolveu 100 enfermeiros preceptores e proporcionou o desenvolvimento de habilidades práticas e conhecimentos necessários para criar um ambiente de ensino mais dinâmico e colaborativo. Os preceptores relataram maior confiança em aplicar essas metodologias, o que resultou em uma melhoria significativa na qualidade da formação dos residentes. As simulações realísticas, por exemplo, possibilitaram a prática de habilidades em um ambiente controlado, preparando os preceptores para situações reais da prática clínica. As rodas de conversa e dramatizações incentivaram o compartilhamento de experiências, enquanto a sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em projetos promoveram o protagonismo dos preceptores na busca de soluções inovadoras. A experiência mostrou que as metodologias ativas são essenciais para a melhoria das práticas de ensino e qualificação dos profissionais de saúde, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados. A formação crítica e complementar proporcionada pelos eventos científicos garantiu a atualização constante dos preceptores. Apesar do investimento inicial em tempo e recursos, a implementação dessas metodologias resultou em um impacto positivo tanto na qualidade do ensino quanto na satisfação dos preceptores e residentes. Recomenda-se, portanto, a continuidade e ampliação do uso dessas metodologias na formação de preceptores, visando à construção de um sistema de saúde mais eficiente, humanizado e preparado para atender às necessidades da população.

ALÉM DA RUA: EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO POP

Iasmine Lima Favaro, Ananda Coelho Pereira de Souza, Luana Alves Martinez, Monique Lima Martins, Rodrigo Lucas Ferreira do Carmo, Etna Kaliane Pereira da Silva

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência do projeto de extensão “Além da Rua: Práticas de Promoção de Saúde no Centro Pop”, desenvolvido pelos discentes de medicina da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), com a população em situação de rua atendida pelo Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) de Barreiras (BA). O projeto foi idealizado a partir da observação de lacunas nas atividades de educação em saúde realizadas pela universidade e pelos serviços de saúde, que eram esporádicas e não sistematizadas. Com o apoio da equipe do Centro Pop, foi planejado um ciclo de encontros semanais com a população, buscando criar um vínculo entre os usuários do Centro e os discentes, por meio de atividades interativas e lúdicas. O projeto iniciou em maio de 2024 e, no primeiro mês, foram realizados quatro encontros: o primeiro abordou as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) com um jogo de verdadeiro ou falso; o segundo utilizou arteterapia para trabalhar a relação dos usuários com o álcool, tabaco e outras drogas; o terceiro focou na violência, abordando seus tipos e formas, incluindo a arquitetura hostil, com a dinâmica de quiz; e o quarto teve como tema a atividade física e seus benefícios para o corpo e a mente, com a realização de um circuito de treino funcional. Os resultados das primeiras atividades mostraram um grande potencial do projeto para gerar conhecimento sobre saúde, tanto para os discentes quanto para a população atendida. As atividades interativas, como os jogos e os exercícios físicos, engajaram positivamente os participantes e facilitaram o aprendizado coletivo sobre os temas propostos. No entanto, o tema da violência, por ser mais sensível, gerou maior dificuldade para a participação dos usuários. A arteterapia, por sua vez, permitiu uma expressão mais livre, sem a necessidade de verbalizar sentimentos. O projeto tem proporcionado experiências significativas ao abordar temas cruciais para a saúde da população em situação de rua, como as ISTs, a violência, o uso de substâncias e a importância da atividade física. As atividades lúdicas e interativas contribuíram para o fortalecimento dos vínculos entre os discentes e os usuários, além de promoverem o aprendizado coletivo. Essas ações destacam a importância da educação popular em saúde como ferramenta de promoção da saúde, tanto para a população em situação de rua quanto para a formação dos futuros profissionais de saúde.

PRÁTICA HOSPITALAR EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Miguel Afonso da Costa Pontes, Samilly Moriz da Frota Santos, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Milena Souto Monteiro, Ananias Facundes Guimarães, Rodrigo Silva Marcelino, Abel Santiago Muri Gama, Paula Andreza Viana Lima, Patrícia dos Santos Guimarães

A prática hospitalar é uma etapa essencial na formação de profissionais de saúde, pois permite que o estudante aplique os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula na realidade

do ambiente hospitalar. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de pós-graduandos durante a realização de práticas hospitalares na área de Urgência e Emergência. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por enfermeiros do Curso de Especialização em Enfermagem em Urgência e Emergência da Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), no Hospital e Pronto Socorro Platão Araújo, em Manaus, Amazonas, Brasil, durante dois dias consecutivos, 30 e 31 de março de 2024. Durante as práticas, os estudantes realizaram diversos procedimentos e cuidados, como gasometria arterial, aspiração orotraqueal, nasal e oral, sondagem nasointestinal e limpeza de acesso venoso central. Além disso, receberam instruções sobre os parâmetros do gasômetro, manuseio de ventiladores mecânicos, incluindo seus parâmetros e modos ventilatórios, e o uso do desfibrilador. Também foram orientados sobre a verificação dos materiais do carrinho de emergência e a administração de medicações. A experiência vivenciada foi crucial para aprimorar a formação dos enfermeiros, proporcionando-lhes maior preparo para realizar procedimentos técnicos e gerenciar situações de urgência e emergência com eficácia e segurança, evidenciando a importância da prática hospitalar na qualificação dos profissionais de saúde.

EXPERIÊNCIA EXITOSA NO PROCESSO DA DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS NO AMAZONAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ACADÊMICO DE ENFERMAGEM

Victor Costa Castro, Francisca Félix da Rocha, Nathalie Rezende Batalha Gomes, Sara Pessoa Leocadio, Geane de Souza Cruz, Matheus Mark de Oliveira Silva, Fernanda Santos de Almeida, Raiane Vieira dos Santos, Tayssa da Silva Abraão

A Doação e Transplante de Órgãos no Brasil é regulamentada pela Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, e pelo Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017. Esse processo envolve uma abordagem sistemática e multidisciplinar, com a participação de equipes de hospitais notificantes, hospitais transplantadores e as Centrais Estaduais (CETs) e Nacional de Transplantes (CNT), coordenados pelo Sistema Nacional de Transplantes (SNT) por meio do Sistema Informatizado de Gerenciamento (SIG). O enfermeiro desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo responsável pela notificação compulsória de morte encefálica, seleção e distribuição de órgãos e tecidos para os receptores em lista de espera, e pela logística que assegura a captação e o implante dos órgãos no hospital de destino. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de um acadêmico de enfermagem em estágio na Central Estadual de Transplantes do Amazonas, durante o período de um ano e três meses, a partir de fevereiro de 2023. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com caráter observacional e experimental, extraído do cotidiano de enfermeiros atuantes no processo de doação de órgãos e transplantes. Os resultados indicaram que, para uma compreensão profunda do trabalho, foi essencial realizar uma busca na literatura, nas diretrizes e na legislação atualizada, incluindo a Resolução do CFM nº 2.173/2017, que define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. No cotidiano dos enfermeiros, observou-se que a tomada de decisão é uma atividade central no processo de doação e transplante. A utilização de formulários e checklists em todas as etapas do processo

contribuiu para garantir segurança, qualidade, redução de tempo e uma comunicação mais eficaz entre os membros da equipe. Em um caráter experimental, o acadêmico pôde vivenciar a importância e a autonomia do enfermeiro no processo, especialmente nas fases de notificação do potencial doador, manutenção, validação da doação e captação de órgãos. A experiência foi enriquecedora não apenas pelos ganhos curriculares, mas também pela reflexão sobre o ciclo da vida e a morte. Conclui-se que as experiências vividas na Central de Transplantes proporcionaram uma base sólida na formação do futuro enfermeiro, destacando a relevância do seu papel em todas as etapas da doação e transplante, na tomada de decisões, no alinhamento com a equipe multiprofissional e no desenvolvimento de uma maior sensibilidade social. O enfermeiro, atuando como gestor, educador e executor, desempenha um papel essencial e nobre nesse processo, contribuindo significativamente para a sociedade por meio da doação de órgãos.

ESF SANTA RITA: UMA CONSTRUÇÃO FEITA POR MUITAS MÃOS

Thaís Scalco, Leila Juliana Antunes Riggo, Fabiana Schneider, Mylena Soares Frey, Carolina Dambrós dos Reis, Stéfanni Vargas Silveira, Marindia Biffi, Iury Daron, Vilmar Nicolao

A Política Nacional de Humanização propõe a ambiência como um dispositivo essencial para qualificar o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), entendendo o espaço físico não apenas como um local de atendimento, mas como um ambiente social, profissional e de relações interpessoais. Este trabalho aborda a história da construção da nova sede da Estratégia Saúde da Família (ESF) Santa Rita, localizada no município de Marau (RS), com equipe atuando desde 2001. O bairro foi escolhido para receber uma das primeiras equipes de saúde do município, devido à necessidade de atenção especial da comunidade, que, além de contar com uma indústria alimentícia na região, recebia trabalhadores oriundos do êxodo rural, migrantes e imigrantes em busca de novas oportunidades de trabalho. Inicialmente, o espaço destinado à implantação da ESF foi um pavilhão reformado pela própria comunidade, que acolheu os profissionais de saúde e possibilitou o acesso da população aos serviços de saúde. Com o passar dos anos e a inserção do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, em 2011, o atendimento foi ampliado. A antiga estrutura, conhecida como “postinho”, se transformou em uma importante escola de formação, recebendo também alunos de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul. Em 2016, uma reunião da comunidade, realizada por meio do Conselho Local de Saúde (CLS), apontou a necessidade de uma nova estrutura para melhorar a qualidade do atendimento. Em resposta, uma comissão formada por profissionais, residentes e membros do CLS foi ao poder executivo buscar recursos e melhorias no espaço. A mobilização envolveu diversos atores, com destaque para a comunidade, que foi protagonista da conquista. O papel do CLS foi essencial, composto por líderes comunitários e agentes de transformação democrática. A destinação financeira para a construção do novo prédio foi garantida por meio de uma emenda parlamentar, atendendo às necessidades locais. A fase seguinte foi o desenvolvimento do projeto, realizado em parceria com a gestão de saúde e os profissionais que utilizariam o espaço, levando em

consideração a ambiência necessária. O novo ambiente foi planejado de maneira acolhedora, com espaços para consultas interprofissionais, atividades que estimulam o autocuidado e a autonomia dos usuários, além de grupos de convivência, proporcionando melhorias na qualidade das ações de promoção e prevenção em saúde. A construção da nova sede da ESF Santa Rita foi um esforço coletivo, envolvendo a comunidade, os profissionais de saúde, a gestão municipal e os membros do CLS, e é uma prova de que a mobilização coletiva e a participação popular podem gerar mudanças significativas. Mais do que investir em tratar doenças, é necessário investir em espaços que promovam a saúde, e a nova sede da ESF Santa Rita exemplifica como a união de esforços pode transformar positivamente o território e abrir novas possibilidades de cuidado.

ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A IMPLANTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE EM MUNICÍPIO DO NORTE DO PARANÁ

Amanda Alzira Polvani Pedroso, Adriana Prestes do Nascimento Palú

A atenção à saúde deve englobar proteção, prevenção e reabilitação, e, nesse contexto, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) contribuem significativamente para essa abordagem, centrando-se no sujeito e promovendo a integralidade no processo saúde-doença. A implementação dessas práticas nos serviços públicos de saúde tem o potencial de superar o paradigma biomédico, sendo validadas por evidências científicas. Embora exista uma política federal orientadora, ela não assegura a oferta desses serviços nos municípios. No norte do Paraná, movimentos sociais locais demandam a introdução dessas práticas, mas não havia informações suficientes que embasassem essa proposta. O objetivo deste estudo foi identificar o contexto local, o conhecimento e as habilidades dos profissionais da atenção primária em saúde do município em relação às PICS. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, transversal e exploratória, realizada em 2023, com participação de profissionais de saúde efetivos que atuam nos serviços públicos municipais, totalizando uma população de 264 profissionais. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por 15 questões. Os resultados mostraram que o perfil dos profissionais abrange nove categorias da área da saúde. Cerca de 37,5% dos participantes afirmaram conhecer as PICS, mas apenas 12,5% possuem alguma formação na área, e desses, 33,33% realizam PICS na rotina de trabalho, relatando os desafios e benefícios dessas práticas. Além disso, 151 participantes demonstraram interesse em participar de formações para atuar com PICS. Conclui-se que os dados indicam um interesse significativo dos trabalhadores em processos formativos voltados para as PICS, oferecendo subsídios para a elaboração de dispositivos legais que sustentem a implementação dessas práticas no município.

CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PESQUISA DOCUMENTAL, 2008 – 2022

Rosane de Carvalho Felix Mineo de Almeida, Lucas Eduardo Carneiro, Adriana Prestes do Nascimento Palú

A odontologia no Brasil, apesar do grande número de escolas e profissionais, ainda se configura como uma prática elitista, com acesso restrito e centrada na doença. As mobilizações em prol do direito à saúde culminaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que visa implementar os princípios da universalidade, integralidade e equidade, e a Estratégia Saúde da Família (ESF) propôs uma reorientação no modelo de atenção à saúde, integrando a odontologia a esse novo modelo. Este estudo teve como objetivo analisar o modelo de atenção à saúde bucal em um município do norte do Paraná, a partir da inserção da odontologia na ESF, examinando a produção ambulatorial do SUS entre 2008 e 2022. Trata-se de um estudo histórico, descritivo, quantitativo e transversal, com dados coletados no DataSUS/Tabnet e e-Gestor entre maio e junho de 2023 e analisados por estatísticas descritivas simples. O município estudado apresenta 100% de cobertura da ESF, mas apenas 63,31% de cobertura pelas equipes de saúde bucal da ESF. No período analisado, foram avaliadas ações preventivas, a primeira consulta odontológica programática (PCOP), procedimentos restauradores, cirúrgicos e periodontais, e observou-se uma redução expressiva na produção odontológica, de 298.690 procedimentos entre 2009 e 2012 para 49.404 entre 2017 e 2020, representando uma diminuição de 83,45%. Isso é contraditório, pois houve um aumento de 56% no número de equipes de saúde bucal no mesmo período. A análise revelou que 86% das ações odontológicas foram curativas, enquanto as ações preventivas caíram 84,74%. A queda significativa na produção de procedimentos odontológicos, mesmo com o aumento das equipes de saúde bucal, sugere falhas na gestão e nos registros de dados. Conclui-se que, entre 2008 e 2022, o modelo odontológico adotado foi predominantemente curativo, em vez de preventivo e promotor da saúde bucal. A redução de 97,21% na oferta de serviços odontológicos, em contraste com o aumento de 72% nas equipes, indica que as equipes inseridas na ESF não garantiram aumento no acesso nem mudanças no modelo de atenção à saúde bucal. Esses dados revelam fragilidades nos sistemas de informação e na gestão dos serviços odontológicos, além de fornecerem subsídios para o planejamento de ações que contemplem os princípios do SUS e atendam melhor às necessidades da população.

AÇÃO SOCIAL ALUSIVA AO DIA DAS MÃES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Luiza Ruberg Falcone, Fernanda de Oliveira Espínola, Amanda Lins de Farias Mousinho Meira, Débora Medeiros Toledo Neves, Adriana Ruberg

O Dia das Mães é uma data comemorativa que celebra o amor e a força das mulheres mães, que se doam e se esforçam para formar e educar seus filhos. No dia a dia, essas mulheres frequentemente

se sentem sobrecarregadas, cansadas e desmotivadas, e momentos de lazer podem trazer benefícios significativos para sua saúde física e mental. Com isso em mente, a Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia Clínica e Cirúrgica da Paraíba (LAGOC-PB) organizou uma ação social com o objetivo de proporcionar momentos de lazer e interação entre mães e filhos na comunidade de Cabedelo (PB). O evento aconteceu no dia 4 de maio de 2024, na Arena Intermare, e contou com a participação das alunas de medicina ligantes da LAGOC-PB, em parceria com a Liga Acadêmica de Especialidades Pediátricas da Paraíba (LACEP-PB). Durante a manhã, foram realizadas aulas de dança e alongamento, ministradas por um professor de educação física, além de atividades recreativas e educacionais para mães e filhos, como uma palestra informativa sobre introdução alimentar. O evento também ofereceu um café da manhã e cada mulher recebeu itens para cuidados de beleza. As participantes demonstraram grande entusiasmo, relatando que a manhã foi descontraída e que essas atividades ajudaram a elevar sua autoestima e suavizar a rotina desgastante, além de proporcionar momentos de lazer e recreação prazerosa com seus filhos. Conclui-se que a inserção de momentos de lazer como esse pode melhorar a qualidade de vida das mães, promovendo a valorização da autoestima, a diminuição do estresse e uma melhor interação entre mãe e filho.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA DURANTE O PERÍODO GRAVÍDICO PUERPERAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Leticia Vieira dos Santos, Marilaine Menezes dos Santos,
Vallesca Ithasmim Oliveira Chaves, Adeânio Almeida Lima

A violência obstétrica é caracterizada por diversas ações que podem ocorrer durante a gestação, parto, pós-parto ou em situações de abortamento, e pode se manifestar de forma verbal, física, moral, psicológica ou institucional. Ela está frequentemente associada a fatores como a falta de acesso à saúde, assistência negligente, intervenções desnecessárias, procedimentos realizados sem o consentimento da gestante ou de seus acompanhantes, e outras situações que colocam em risco a saúde da mulher e do bebê. Nos últimos anos, a violência obstétrica tem sido amplamente discutida entre a população, as unidades de saúde e os profissionais de saúde. Nesse contexto, a educação em saúde desempenha um papel crucial, especialmente ao longo do período de pré-natal e, em particular, durante a última consulta de enfermagem. O objetivo dessa prática é fornecer à mulher informações sobre seus direitos e privilégios durante o período gravídico-puerperal e orientá-la sobre como identificar a violência obstétrica e o que fazer caso ela ocorra. Este estudo tem como objetivo analisar, na literatura, as estratégias utilizadas pelos enfermeiros para prevenir a violência obstétrica durante esse período. Trata-se de uma revisão integrativa de natureza qualitativa, com a seleção de artigos provenientes de bases de dados como LILACS, MEDLINE e BDNF, acessadas através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A análise de dados, com uma amostra final de 8 artigos, revelou que o enfermeiro é o profissional mais capacitado para atuar de forma autônoma, com conhecimentos e habilidades necessárias para

garantir uma assistência humanizada à gestante, assegurando-lhe condições legais e oferecendo apoio físico, psicológico e moral. Conclui-se que o enfermeiro, por ser o profissional de saúde mais próximo da mulher, desempenha um papel fundamental na prevenção da violência obstétrica, especialmente no acompanhamento do pré-natal de risco habitual, ao minimizar intervenções desnecessárias e proporcionar um cuidado integral à mulher e sua família. Os resultados desta pesquisa destacam a importância do enfermeiro no combate à violência obstétrica, evidenciando que, por meio de práticas educativas e tecnológicas, como o fornecimento de informações de qualidade durante o pré-natal, valorização da voz da gestante e o esclarecimento sobre o trabalho de parto, o enfermeiro contribui diretamente para a redução dessa violência. Além disso, práticas educativas que envolvem gestantes e seus acompanhantes, informando-os sobre parto humanizado e seus direitos, criam um espaço de reivindicação e garantia de direitos, sempre que necessário.

ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES DE ENSINO PROMOVIDAS PELAS LIGAS ACADÊMICAS UNIFICADAS DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UFSM NO CONTEXTO DA CATÁSTROFE CLIMÁTICA DE MAIO DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mateus Zilch Scheuermann, Échiley da Silva Rios, Cristiane Cademartori Danesi, Kivia Linhares Ferrazzo

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas que provocaram alagamentos e destruições em grande escala, afetando várias residências e forçando um número significativo de pessoas a buscar abrigo em outros locais. Diante desse cenário, surgiu a necessidade de mobilização de diversos setores da sociedade para auxiliar as vítimas dessa catástrofe climática de maneira organizada e eficaz. Assim, os presidentes das Ligas Acadêmicas do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em parceria com a Coordenação do Curso, idealizaram as Ligas Acadêmicas Unificadas, com o objetivo de unir os esforços dos acadêmicos para atuar em prol da comunidade. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de dois alunos de graduação, representantes da Liga Acadêmica de Patologia Oral e Maxilofacial (LAPOM) e da Liga de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial (LABUCO) da UFSM, na liderança das ações de ensino interligas e os reflexos dessas atividades no contexto social. Diversos setores foram formados nas Ligas Acadêmicas Unificadas, como criação de conteúdos, divulgação de eventos e gestão financeira, com responsabilidades específicas: elaboração de materiais gráficos e imagens, administração das redes sociais e destinação das doações para entidades confiáveis. Como parte da estratégia de arrecadação, foram realizados eventos online com a disponibilização de uma chave PIX na tela, incentivando os participantes a contribuir com doações para as vítimas das tragédias climáticas. Durante três dias, seis palestras interdisciplinares foram ministradas por cirurgiões-dentistas egressos do curso de Odontologia da UFSM, com o intuito de democratizar o acesso a conhecimentos muitas vezes pouco explorados. As percepções que surgiram dessas atividades foram marcantes, pois a oportunidade de

auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que estimulava a participação de colegas em ações solidárias, foi extremamente gratificante. As Ligas Acadêmicas Unificadas, portanto, desempenharam um papel multifacetado: além de ajudar as vítimas das enchentes por meio de doações, também preencheram a lacuna educacional gerada pela interrupção das aulas, especialmente para os estudantes da área da saúde. Ao valorizar as ações de ensino, foi possível promover a interação entre os acadêmicos durante a paralisação das aulas devido às chuvas e suas consequências, enquanto, ao mesmo tempo, se gerava um impacto positivo direto para as pessoas necessitadas. Assim, especialmente em momentos de calamidade pública, a universidade deve buscar alternativas para cumprir seu papel de se conectar à sociedade e fornecer benefícios a ela, podendo essas iniciativas ser replicadas em outras campanhas, como de agasalho ou de combate à fome, tornando-se ações contínuas e efetivas.

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO ENQUANTO UMA FERRAMENTA PARA FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO ESTADO DA BAHIA

Janaína Peralta de Souza, Caique de Moura Costa, Claudia Cristiane Moura Silva Souza,
Carolina Pereira de Jesus Piancó, Marilía Santos Fontoura

O Plano Anual de Capacitação (PAC), vinculado à Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB), é um instrumento de gestão que visa planejar, coordenar e executar atividades voltadas à qualificação dos servidores públicos estaduais. A Superintendência de Recursos Humanos (SUPERH) da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) utiliza o PAC desde 2007 como estratégia para fortalecer as ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), gerenciando e monitorando a execução dessas ações, além de alocar recursos financeiros anuais para sua implementação. As ações do PAC são definidas pelos próprios servidores da SESAB, considerando as demandas e necessidades formativas dos trabalhadores, garantindo a adequação das ações ao cotidiano de trabalho de cada local. Este estudo analítico descritivo teve como foco as ações de EPS planejadas para 2024, agrupando-as nos eixos de Gestão do Trabalho, Atenção à Saúde e Educação Permanente. Em 2024, foram planejadas 123 ações educativas, distribuídas da seguinte forma: 14% voltadas à Gestão do Trabalho, com ações focadas no fortalecimento de ambientes e processos de trabalho, totalizando R\$ 68.940,00; 42% direcionadas à Atenção à Saúde, com iniciativas para aprimorar as técnicas e a saúde da população, com investimento de R\$ 97.110,00; e 44% em Educação na Saúde, com propostas para a implantação, qualificação e melhoria da Gestão em Saúde, com um valor de R\$ 73.139,97, totalizando um orçamento de R\$ 239.189,97. A existência de um processo anual de capacitação fortalece a motivação das equipes de EPS que atuam no estado, incentivando a identificação de ações de qualificação para os trabalhadores da Rede SUS/BA. Embora o PAC seja um instrumento de gestão vinculado à Administração Pública em geral, ele foi adaptado pela SESAB para atender às especificidades das ações educativas no contexto do SUS. Os dados de financiamento refletem o comprometimento da SUPERH em fortalecer as ações

de EPS no estado, por meio do direcionamento de recursos ao PAC, sendo esta uma das estratégias de financiamento das ações de Educação Permanente. Além disso, a divulgação contínua do PAC e as reuniões de alinhamento com os trabalhadores têm contribuído para expandir o número de ações planejadas, abrangendo uma maior diversidade de públicos e temáticas.

ATUAÇÃO DAS LIGAS ACADÊMICAS UNIFICADAS DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UFSM EM AÇÕES DE EXTENSÃO NO AUXÍLIO ÀS VÍTIMAS DA CATÁSTROFE CLIMÁTICA DE MAIO DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mateus Zilch Scheuermann, Échiley da Silva Rios, Cristiane Cademartori Danesi, Kivia Linhares Ferrazzo

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi severamente afetado por alagamentos e destruições, o que gerou uma mobilização social para ajudar as vítimas da tragédia. No entanto, paralelamente, pessoas mal intencionadas passaram a atuar disseminando golpes e “fake news”, o que dificultou o enfrentamento da calamidade. Apesar de a internet ser uma ferramenta valiosa para a divulgação de informações úteis e formas de auxílio, ela também se tornou um espaço propício para a propagação de desinformação, o que agravou a situação. O objetivo deste trabalho é relatar as ações realizadas pelas Ligas Acadêmicas Unificadas do Curso de Odontologia da UFSM por meio das redes sociais, especialmente no Instagram, durante este período. Para isso, as Ligas adotaram estratégias coordenadas, com a realização de posts conjuntos e stories publicados nos perfis de cada Liga, além da criação de um Instagram específico (@launiodonto.ufsm) para a divulgação das atividades, fornecimento de informações de qualidade e combate às fake news. Para melhor coordenação, foi formado um setor de mídias, composto por membros de várias ligas acadêmicas com experiência em redes sociais. A união de diferentes ideias e experiências visou potencializar a criatividade e ampliar o alcance das publicações. Os resultados foram satisfatórios, com uma interação significativa da comunidade acadêmica com a causa. Na primeira semana após a criação do perfil, mais de 250 seguidores foram conquistados, e o número continuou a crescer à medida que o feed e os stories eram atualizados com novos conteúdos. Espera-se que as ações realizadas tenham alcançado diversos setores da sociedade, sensibilizando-os para a situação no RS e valorizando os esforços dos estudantes envolvidos. Dessa forma, o ambiente virtual se mostrou uma plataforma importante para a disseminação de conhecimento baseado em evidências científicas, atuando no combate à desinformação. Essa tarefa está intrinsecamente ligada ao papel social das universidades, que, por meio das suas ações de ensino, pesquisa e extensão, devem cumprir seu compromisso com a sociedade, especialmente em momentos de crise, oferecendo um retorno imediato e efetivo.

FLORESCENDO CONSCIENTIZAÇÃO NO MAIO LARANJA: CULTIVANDO GERBERAS DA PROTEÇÃO EM UMA USF MANAUARA

Kethely Araujo Maia, Bárbara Seffair de Castro de Abreu, Letícia Feleol Gomes, Paloma de Sousa Passos, Sérgio de Luna Silva Júnior

Em 18 de maio de 1973, Araceli, de oito anos, foi sequestrada, drogada, violentada sexualmente e assassinada em Vitória (ES). Seus abusadores foram absolvidos e o crime permaneceu impune, gerando a ideia de criar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes. A data escolhida foi o dia do assassinato de Araceli, com a aprovação da Lei Federal 9.970/2000, dando origem à campanha “Faça Bonito”, que destaca a gravidade do problema persistente até hoje, em que, a cada hora, três crianças são abusadas no Brasil, e cerca de 51% delas têm entre 1 e 5 anos. Diante disso, é fundamental abordar frequentemente esse tema nas Unidades de Saúde da Família e em outros ambientes, para conscientizar a população e fortalecer a proteção de crianças e adolescentes. Uma das iniciativas dessa campanha foi a plantação da flor símbolo, inspirada na cor laranja da gérbera, uma flor conhecida no Brasil, que representa a fragilidade e vulnerabilidade das crianças, que necessitam de proteção e cuidado. O objetivo da ação foi aumentar a conscientização sobre o tema, envolver os pacientes e a comunidade na luta contra o abuso infantil e promover a prevenção por meio da educação e de ações envolventes. A atividade foi realizada em uma USF da Zona Leste, em Manaus, e contou com a participação de médicos, enfermeiros, psicólogos e acadêmicos. O público alvo incluiu os pacientes que aguardavam atendimento na sala de espera e a equipe multidisciplinar da unidade. Foram utilizados cartazes e materiais educativos, com cuidado na escolha de uma linguagem acessível. Primeiramente, os profissionais de saúde realizaram uma palestra sobre o tema, promovendo interação com os participantes para entender seus pensamentos sobre o assunto, esclarecer dúvidas e trocar conhecimentos. Em seguida, foi realizada uma dinâmica de “verdade ou mentira” com perguntas sobre o tema, com o intuito de esclarecer possíveis dúvidas dos participantes. Após isso, flores de gérberas foram plantadas com os membros participantes. A ação contou com cerca de 30 pessoas e teve duração de 40 minutos. Após a palestra, os pacientes foram convidados a participar da plantação simbólica das flores. Uma grande parte dos ouvintes demonstrou interesse e se mostrou entusiasmada com a atividade, tirando fotos com a equipe e pedindo fotos individuais. Isso demonstra que a ação conseguiu alcançar muitas pessoas, pois agora os participantes podem disseminar as informações adquiridas, conscientizando outras pessoas sobre esse importante assunto. O Dia 18 de maio, portanto, desempenha um papel crucial ao reforçar a importância da sensibilização contínua e da ação coletiva na prevenção desses crimes hediondos. É essencial que a sociedade esteja constantemente engajada e orientada sobre os sinais de abuso e exploração sexual, as medidas preventivas e os recursos disponíveis para apoiar as vítimas. Além disso, é fundamental envolver a comunidade nesse esforço, promovendo a conscientização e criando redes de apoio sólidas para proteger as crianças e adolescentes.

UTILIZAÇÃO DO INSTAGRAM COMO FERRAMENTA DE UNIFICAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DAS CATÁSTROFES CLIMÁTICAS DE MAIO DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

Échiley da Silva Rios, Mateus Zilch Scheuermann, Cristiane Cademartori Danesi, Kivia Linhares Ferrazzo

O estado do Rio Grande do Sul foi severamente impactado por alagamentos e destruições em maio de 2024. Nesse contexto, uma rede de solidariedade foi formada para ajudar a minimizar os danos decorrentes dessa tragédia. No entanto, também surgiram pessoas mal-intencionadas que se aproveitaram da situação para aplicar golpes e espalhar “fake news”. Embora a internet seja uma ferramenta útil para divulgar informações relevantes e formas de ajudar no enfrentamento das dificuldades causadas pela calamidade, ela também se tornou um meio para atividades que dificultaram a resolução do problema. Assim, o objetivo deste trabalho é relatar as ações realizadas pelas Ligas Acadêmicas Unificadas do Curso de Odontologia da UFSM, especialmente no Instagram, durante esse período. As ligas adotaram estratégias coordenadas, com posts conjuntos e stories publicados nos perfis de cada Liga; além disso, foi criado um Instagram específico para as ações interligas, que facilitou a divulgação de atividades, a disponibilização de informações confiáveis e o combate às fake news. Para coordenar essas ações, formou-se um setor de mídias, composto por integrantes de diversas ligas acadêmicas com experiência no uso das redes sociais. A união de diferentes ideias e experiências visou potencializar a criatividade e ampliar o alcance das publicações. Os resultados foram positivos, com uma interação significativa da comunidade acadêmica. Na primeira semana após a criação do perfil das Ligas Unificadas (@launiodonto.ufsm), o número de seguidores superou 250. Com o desenvolvimento de conteúdo para alimentar o feed e os stories, os números seguiram crescendo progressivamente. Espera-se que o trabalho realizado tenha alcançado diversos setores da sociedade, sensibilizando sobre a situação enfrentada pelo RS e destacando o esforço dos estudantes envolvidos. Em resumo, o ambiente virtual deve ser utilizado como uma plataforma para disseminação de conhecimentos baseados em evidências científicas, a fim de combater a desinformação. Essa é uma tarefa crucial para as universidades, pois a promoção de ações que envolvam ensino, pesquisa e extensão é essencial para que o papel social das instituições seja cumprido, proporcionando um retorno imediato e efetivo, especialmente em tempos de crise.

PERCEPÇÃO DOS PACIENTES SOBRE A RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA

Échiley da Silva Rios, Mateus Zilch Scheuermann, Gabriela Liedke,
Geraldo Serpa, Lucas Maracci, Gabriela Ortigara

As radiografias são essenciais na prática clínica odontológica; no entanto, muitos pacientes ainda têm uma compreensão limitada sobre os benefícios desses exames e os riscos mínimos associados

à exposição à radiação. Informações parciais ou incorretas sobre os exames radiográficos podem impactar a percepção dos pacientes e afetar negativamente suas decisões sobre a realização desses exames, comprometendo o diagnóstico, tratamento e manejo de possíveis doenças. De acordo com dados da literatura, entre 57% e 80% dos indivíduos acreditam que exames radiográficos devem ser evitados por mulheres grávidas, enquanto cerca de 35% pensam que devem ser evitados em crianças. Diante da importância dos exames de imagem na odontologia, este estudo teve como objetivo avaliar a percepção dos pacientes sobre as prescrições e práticas associadas às radiografias, bem como sua compreensão a respeito da segurança relacionada às radiações ionizantes. A pesquisa, de caráter transversal, envolveu pacientes das clínicas odontológicas da Universidade Federal de Santa Maria entre agosto de 2022 e dezembro de 2023, que aceitaram participar e responderam a um questionário semiestruturado de 15 questões. Foram coletados dados demográficos e informações sobre o conhecimento dos raios-x, exames por imagem e a percepção do risco da exposição à radiação X. A análise dos dados foi feita por meio de estatística descritiva e teste qui-quadrado. O questionário foi respondido por 235 participantes, dos quais 60% eram do sexo feminino, 68,1% tinham mais de oito anos de estudo e a média de idade era de 44 anos. Apenas 14,5% da amostra nunca haviam realizado um exame e 3% se recusaram a fazê-lo. Observou-se uma associação entre a realização de exames radiográficos e o gênero, com mais mulheres realizando esses exames, além de uma relação com a explicação dada pelo dentista sobre a necessidade do procedimento. Quanto ao conhecimento sobre raios-x e radiografias odontológicas, 74,5% e 85,1% afirmaram ter conhecimento, respectivamente, sendo essa variável influenciada pelo gênero feminino, maior escolaridade e as informações fornecidas pelos dentistas. No quesito sobre os efeitos da radiação, a maioria (71,8%) declarou desconhecer tais efeitos, associando a realização de exames ao desenvolvimento de câncer (especialmente na tireoide), mutações genéticas e infertilidade. Conclui-se que uma parte significativa dos pacientes possui conhecimento básico sobre radiologia odontológica, influenciado por fatores como gênero, idade, escolaridade e experiência anterior com exames. Portanto, é fundamental incentivar uma comunicação eficaz entre dentistas e pacientes, destacando que, quando realizados adequadamente e com indicação, os benefícios dos exames radiográficos superam os riscos. Os profissionais da odontologia devem oferecer informações claras, acessíveis e precisas sobre radiologia odontológica, visando reestruturar e corrigir conceitos errôneos e medos infundados dos pacientes.

CONHECIMENTO E PRÁTICAS SOBRE O DESCARTE DE MEDICAMENTOS NÃO UTILIZADOS E VENCIDOS

Leonardo Santos de Jesus

O aumento do consumo de medicamentos, sem o conhecimento adequado sobre seu manuseio, armazenamento e descarte após o prazo de validade, tem gerado impactos significativos na saúde pública e no meio ambiente. Nesse cenário, é fundamental discutir os efeitos negativos do descarte inadequado e a necessidade de conscientização sobre práticas seguras. Esta pesquisa explorou o nível

de conhecimento sobre o descarte correto de medicamentos não utilizados e vencidos, evidenciando sua importância diante do crescente consumo de fármacos, por meio de uma revisão integrativa. Foram utilizadas bases de dados como MEDLINE, VHL, CINAHL, Cochrane Library, SCOPUS, SciELO e Web of Science, utilizando palavras-chave como “medicamentos não utilizados”, “práticas de descarte” e “padrão de descarte de medicamentos”. A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2023 e abril de 2024, incluindo estudos publicados entre 2013 e 2023 que mensuraram o nível de conhecimento e as práticas de descarte de medicamentos. A seleção dos estudos seguiu um processo em duas etapas, com dois revisores realizando a análise independente e resolvendo discordâncias por meio de um terceiro. Dentre os estudos selecionados, 71 (69,60%) eram transversais, publicados entre 2014 e 2023, com o Brasil se destacando com o maior número de publicações (n=36; 35,29%). As amostras apresentaram tamanhos variando de 15 a 4.302 participantes. A maioria dos artigos revelou um nível inadequado de conhecimento (n=55; 53,92%) sobre práticas de descarte, sendo que a maioria dos medicamentos foi descartada de maneira incorreta (n=96; 93,20%), tendo o lixo comum como o principal local de descarte (n=92; 94,11%). A revisão integrativa demonstrou uma alta prevalência de práticas inadequadas de descarte e níveis de conhecimento aquém do esperado entre os entrevistados, evidenciando uma lacuna significativa entre teoria e prática. Para garantir um descarte seguro e ambientalmente responsável, a implementação de programas de coleta e logística reversa se apresenta como uma solução eficaz, enquanto políticas públicas, como o Decreto nº 10.388 no Brasil, são essenciais para promover a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis. Portanto, é crucial direcionar esforços para mitigar os impactos negativos do descarte inadequado de medicamentos na saúde pública e no meio ambiente, ressaltando a importância de ações coordenadas e contínuas para promover práticas sustentáveis.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE

Débora da Silveira Siqueira, Alexandre Rieger, Janine Koepp, Rejane Frozza, Guilherme Ferreira

A Inteligência Artificial (IA) tem desempenhado um papel cada vez mais relevante no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, contribuindo para a eficiência, segurança e sustentabilidade das instituições de saúde. Contudo, ainda há uma lacuna significativa de estudos e tecnologias voltadas para a educação em saúde dos trabalhadores sobre o gerenciamento desses resíduos. Este estudo tem como objetivo identificar os tipos de IA aplicados ao desenvolvimento de educação em saúde no contexto do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS). Para tanto, foi conduzida uma pesquisa utilizando bibliometria e o método PRISMA para organizar as estratégias de busca. As bases de dados consultadas foram PubMed, Scopus, Web of Science e Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE), empregando os descritores “artificial intelligence”, “waste management” e “environment health education”, combinados pelo operador booleano AND. Inicialmente, foram encontrados 3.097 artigos na PubMed, 864 na Scopus, 626 na IEEE e 576 na Web of

Science ao utilizar os descritores isoladamente; entretanto, ao combiná-los com o operador booleano AND, nenhum trabalho foi encontrado. Isso evidencia que, embora a IA esteja em expansão em diversas áreas da saúde, não há estudos publicados que abordem sua aplicação na educação em saúde sobre o gerenciamento de RSS. Conclui-se, portanto, que é essencial promover a inovação no uso da IA para capacitar trabalhadores nesse âmbito, superando as fragilidades evidenciadas nas publicações atuais e potencializando a eficiência operacional, a conformidade regulatória e a mitigação de riscos ambientais, aspectos cruciais para a segurança pública e a sustentabilidade do planeta.

CIRURGIA ORAL MENOR: AVALIAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL NO PRÉ, TRANS E PÓS-OPERATÓRIO

Mateus Zilch Scheuermann, Échiley da Silva Rios, Jorge Abel Flores,
Felipe Wehner Flores, Pâmela Gutheil Diesel

O cirurgião-dentista (CD) desempenha um papel fundamental na identificação e análise de aspectos sistêmicos que influenciam a saúde dos pacientes, considerando que procedimentos cirúrgicos odontológicos, especialmente aqueles envolvendo anestesia, podem gerar temor. Variáveis psicológicas, como medo e ansiedade, somam-se a fatores biológicos e de saúde geral, influenciando as decisões clínicas. A escolha do anestésico e o uso de vasoconstritores são questões que frequentemente geram dúvidas, devido ao receio de provocar alterações sistêmicas, ainda que os vasoconstritores proporcionem benefícios ao reduzir a dose necessária de anestésico, aumentar a eficácia e duração da anestesia e diminuir a toxicidade. Este estudo avaliou as variações da pressão arterial (PA) em diferentes momentos de procedimentos de exodontia e analisou a relação dessas alterações com fatores psicológicos, como medo e ansiedade, sob a hipótese de que tais variações não são exclusivamente causadas pelos anestésicos ou seus vasoconstritores. Foram realizadas três aferições de PA: antes da administração de mepivacaína 2% com adrenalina 1:100.000, após a anestesia e ao término da cirurgia, sempre no mesmo braço, com esfigmomanômetro e estetoscópio "P.A. Med", pelo mesmo examinador. A amostra foi composta por 90 pacientes, com idades entre 18 e 70 anos, submetidos a exodontias simples na Clínica de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial da Universidade Federal de Santa Maria (RS). A maioria dos participantes era do sexo masculino (53,33%), branca (81,11%) e tinha entre 36 e 50 anos (40%). A maioria já havia sido submetida a procedimentos anestésicos (96,67%) e extrações dentárias (88,89%), mas mais da metade nunca teve a PA verificada durante procedimentos odontológicos. Apenas 4,4% relataram complicações com anestesia. Houve diferença significativa na PA sistólica entre o momento anterior e o posterior à anestesia ($p=0,0177$), mas não entre os momentos pré-anestesia e pós-cirurgia ($p=0,0606$), nem entre os momentos pós-anestesia e pós-cirurgia ($p=0,6775$). Esses achados sugerem que as variações de PA são mais associadas ao medo, à tensão e a experiências negativas prévias do que ao vasoconstritor presente no anestésico local. Assim, é essencial que o CD adote uma abordagem integral, considerando aspectos sistêmicos e psicológicos para garantir um cuidado mais abrangente e eficaz.

RODAS DE CONVERSA SOBRE EPIDEMIOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS) COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE APS E VIGILÂNCIA EM SAÚDE (VS): RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lílian Martins Iahnke, Évelin Maria Brand, Luciana Barcellos Teixeira, Juliana Zavaski

Este relato de experiência descreve a implementação de rodas de conversa sobre epidemiologia como uma estratégia de integração entre a Atenção Primária em Saúde (APS) e a Vigilância em Saúde (VS), com o objetivo de promover ações conjuntas para enfrentar as baixas coberturas vacinais e doenças transmissíveis selecionadas, visando à integralidade da assistência à saúde. A APS, como porta de entrada preferencial dos usuários no Sistema Único de Saúde (SUS), é responsável por resolver grande parte dos problemas de saúde da população, enquanto a VS se dedica a identificar, monitorar e intervir nos determinantes e condicionantes da saúde e doença, atuando de forma estratégica na prevenção e controle de agravos. A integração entre esses serviços permite uma abordagem ampla e articulada, capaz de identificar riscos e promover ações preventivas e de promoção da saúde. As rodas de conversa foram planejadas para reunir profissionais da APS e da VS em espaços de interação, focados na discussão de aspectos epidemiológicos alinhados às necessidades evidenciadas por análises situacionais dos territórios. Realizadas durante as reuniões das equipes nas Unidades de Saúde (US), elas facilitaram a participação dos profissionais e abordaram temas como prevalência de doenças transmissíveis, baixa cobertura vacinal, fatores de risco, estratégias de prevenção e manejo clínico. Também foram debatidas ações para fortalecer a vigilância epidemiológica e a imunização, promovendo articulação entre os serviços. Desenvolvidas em nove US prioritárias, sendo oito Unidades de Saúde da Família (USF) e uma Unidade Básica de Saúde (UBS), as rodas de conversa resultaram em maior compreensão dos profissionais sobre a importância da integração entre APS e VS para ampliar coberturas vacinais e combater doenças transmissíveis e notificáveis. Identificaram-se oportunidades de atuação conjunta na identificação precoce de casos, acompanhamento de pacientes e promoção de ações preventivas na comunidade. Concluiu-se que as rodas de conversa foram eficazes em fortalecer o vínculo entre profissionais de diferentes serviços, promover a troca de experiências e qualificar a comunicação, contribuindo para uma abordagem holística centrada no usuário e para a melhoria da qualidade da assistência, em consonância com o princípio da integralidade do SUS. Essas práticas fortalecem o SUS e a promoção da saúde coletiva, ampliando a articulação e a efetividade das ações em saúde.

UMA ANÁLISE DOCUMENTAL ACERCA DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO PARA TRABALHADORES DA SAÚDE

Adriane Silvia Costa, Lorena de Carvalho dos Santos, Caique de Moura Costa, Luna Boaventura da Silva, Maiara Muniz Neres, Yris Ferreira Santos, Carolina Pereira Jesus Piancó, Marília Santos Fontoura

Diferentes conceitos relacionados à Educação na Saúde têm sido disseminados nos diversos sistemas de saúde. No Brasil, o conceito que operacionaliza a educação voltada aos trabalhadores

da saúde é o da Educação Permanente em Saúde (EPS), que abrange ações de qualificação voltadas à força de trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS). Embora este conceito, inicialmente proposto pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), esteja alinhado aos princípios e valores do SUS, observa-se uma carência de orientações práticas para a realização dessas ações. Com base nessa lacuna, este estudo teve como objetivo analisar conceitualmente os termos relacionados à educação para trabalhadores da saúde adotados por sistemas de saúde das Américas e Europa. A metodologia incluiu análise documental de conteúdos extraídos de sites institucionais de governos em nível ministerial, como relatórios, documentos técnicos, normativas e apresentações institucionais sobre o tema, coletados entre abril e maio. Foram encontrados nove documentos, incluindo quatro livros técnicos, um relatório governamental e quatro páginas de sites institucionais, oriundos de países como Estados Unidos, Espanha, México, Peru, Argentina e Inglaterra, além de duas menções provenientes da OPAS. Esses documentos foram sistematizados em uma matriz contendo categorias como Tipo de Documento, Termo, Conceito, Ano de Publicação, Autor e Endereço Virtual. A análise identificou três eixos temáticos principais: “Educação Continuada”, “Educação Permanente” e “Treinamento”. Os documentos sobre educação continuada abordavam o desenvolvimento profissional vinculado às necessidades dos trabalhadores em práticas de saúde, sem considerar especificidades territoriais. Por outro lado, os documentos sobre educação permanente enfatizavam o desenvolvimento e aprimoramento dos trabalhadores com base nas particularidades territoriais. Já os documentos agrupados no eixo de treinamento relacionavam-se a ações pontuais voltadas ao desenvolvimento de habilidades profissionais, sem contemplar as necessidades dos trabalhadores nem as especificidades do território. Os resultados revelam a coexistência de diversas concepções sobre a educação para trabalhadores da saúde, com diferenças associadas aos modelos de sistema de saúde adotados por cada país, ao entendimento de sua execução e à limitada disponibilidade de materiais que detalhem a operacionalização prática. Conclui-se que, embora o objetivo inicial fosse definir ações práticas de educação permanente, a análise dos conceitos encontrados não permitiu atingir esse propósito, indicando a necessidade de ampliar os estudos e explorar possíveis documentos adicionais em outros níveis governamentais.

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUO DE SERVIÇO DE SAÚDE

Débora da Silveira Siqueira, Alexandre Rieger, Janine Koepp, Rejane Frozza, Guilherme Ferreira

Além de aspectos relacionados à saúde, o enfermeiro desempenha um papel essencial na gestão ambiental ao promover práticas sustentáveis no gerenciamento de resíduos. Isso inclui implementar programas de reciclagem, reduzir o consumo de materiais descartáveis e adotar tecnologias mais sustentáveis. A enfermagem tem a responsabilidade de elaborar, implementar, treinar equipes e avaliar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), com o objetivo de prevenir acidentes de trabalho e minimizar impactos ambientais. Este estudo buscou identificar a

importância da atuação do enfermeiro no gerenciamento de resíduos em serviços de saúde. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Base de Dados de Enfermagem (BDEnf), utilizando os descritores “gerenciamento de resíduos” AND “enfermagem” AND “hospital” AND “atenção básica”. A organização das estratégias de busca seguiu o método PRISMA. Foram selecionados 11 artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão. Os resultados evidenciaram a relevância do papel do enfermeiro ao desenvolver habilidades científicas e técnicas para gerenciar, elaborar, executar e avaliar o PGRSS, destacando a necessidade de capacitação contínua e de abordagens baseadas em evidências. Conclui-se que o enfermeiro, além de compreender a importância de ações relacionadas à segurança do paciente, do trabalhador e financeira institucional, deve estar diretamente envolvido nas estratégias de sustentabilidade e gerenciamento de resíduos. Contudo, observou-se uma fragilidade no conhecimento dos profissionais de saúde sobre as etapas do PGRSS, o que representa um desafio para a efetividade do gerenciamento de resíduos e reforça a necessidade de ações educativas e maior envolvimento na implementação de práticas sustentáveis.

DIAGNÓSTICO DE BULIMIA NERVOSA PELO CIRURGIÃO-DENTISTA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Échiley da Silva Rios, Mateus Zilch Scheuermann, Jorge Abel Flores,
Felipe Wehner Flores, Pâmela Gutheil Diesel

A bulimia nervosa (BN) é um transtorno alimentar (TA) de etiologia multifatorial, caracterizado pelo consumo excessivo de alimentos seguido de comportamentos compensatórios destinados a prevenir o ganho de peso, como o uso de laxantes, diuréticos, exercícios físicos intensos, jejum e indução de vômitos. Esse transtorno é mais prevalente entre adolescentes e mulheres jovens, com taxas de ocorrência que variam entre 1% e 4%. Diversos fatores biológicos, sociais, familiares e psicológicos influenciam tanto o desenvolvimento quanto a perpetuação da BN. Além das manifestações sistêmicas, a BN pode causar impactos significativos na saúde bucal, atribuindo ao cirurgião-dentista (CD) um papel essencial no diagnóstico precoce e no manejo dessa condição. Este estudo objetiva revisar as manifestações bucais associadas à BN e ressaltar a importância do CD no diagnóstico, tratamento e encaminhamento desses casos. A revisão narrativa foi realizada na base de dados PubMed, entre março e maio de 2024, utilizando os descritores Mesh “Bulimia”, “Dentists” e “Diagnosis”, conectados pelo operador booleano AND, sem aplicação de filtros. Dos 45 resultados iniciais, 20 artigos foram selecionados após análise de título e resumo, e 12 foram incluídos após leitura completa. Buscas adicionais foram feitas nas bases Lilacs, Google Scholar e SciELO. Os resultados indicam que a erosão dental, causada pelo pH ácido do refluxo gastroesofágico, é a manifestação bucal mais prevalente da BN. Outras condições comuns incluem hipersensibilidade dentinária, eritema do palato, xerostomia, hipertrofia de glândulas salivares, feridas gengivais, cáries e queilite angular. A influência das mídias sociais, que perpetuam ideais de corpo perfeito, pode exacerbar o distúrbio, agravando suas manifestações clínicas. Como a BN resulta da interação de múltiplos determinantes, suas repercussões

variam entre os pacientes. O diagnóstico precoce e a identificação de comportamentos bulímicos são cruciais para mitigar o avanço dos sinais e sintomas em níveis odontológico, psicológico e sistêmico. O CD desempenha um papel fundamental no reconhecimento e manejo das manifestações orais da BN, além de contribuir para o diagnóstico do TA por meio da avaliação dessas alterações. O encaminhamento dos pacientes a outros profissionais da saúde é indispensável para garantir um tratamento integral e multidisciplinar. Assim, é essencial que o CD tenha conhecimento aprofundado sobre a BN, melhorando o prognóstico e a qualidade de vida dos pacientes.

ACOMPANHAMENTO DOS IMPACTOS DO LARVICIDA VECTOBAC®WG NO COMBATE À DENGUE PELA EQUIPE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO NÚCLEO REGIONAL DE SAÚDE NORDESTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Livia dos Santos Santana, Milena Mota Brito Gama Militão, Engracia Figueiredo Lima, Simone da Silva Oliveira, Wilza Carla Mota Brito Lima

Em 2024, os casos de dengue na Bahia aumentaram significativamente, com um crescimento de 667% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 134.953 casos prováveis até 13 de abril. A propagação da doença, influenciada por diversos fatores externos à saúde, tornou o controle do *Aedes aegypti* um desafio crescente. Em 2022, o Ministério da Saúde recomendou o uso do larvicida VectoBac®WG à base de *Bacillus thuringiensis israelensis*, mas, em setembro de 2023, surgiram relatos de intoxicação exógena entre agentes de combate a endemias na Bahia, possivelmente associados ao uso do produto. Este estudo avalia os impactos da mudança de larvicida no trabalho dos agentes da Região de Alagoinhas, que abrange 18 municípios. Durante visitas a seis municípios prioritários, identificaram-se receios dos agentes quanto à segurança do VectoBac®WG, relacionados a relatos de intoxicação, ausência de comunicação prévia sobre a troca, falta de EPIs específicos, treinamento insuficiente e resistência profissional. Em resposta, o Núcleo Regional de Saúde Nordeste (NRS-NE) realizou, em março de 2024, o Colegiado de Vigilância Epidemiológica (COVIEP), abordando temas como manuseio e preparo do larvicida, notas técnicas emitidas pelo Ministério da Saúde, e a necessidade de EPIs adequados. Os participantes comprometeram-se a replicar as informações em seus municípios e a desenvolver planos de contingência para arboviroses urbanas. Contudo, o VectoBac®WG ainda não foi implantado na região devido a ajustes na aquisição de EPIs e à necessidade de capacitação. A resistência ao novo larvicida evidencia desafios na gestão e na adesão às medidas de controle, demandando esforços conjuntos para superar barreiras, incentivar o uso do produto e reduzir os casos de dengue na região e no estado.

FORMAÇÃO EM SERVIÇO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE DENTISTAS A PARTIR DO USO DE METODOLOGIAS ATIVAS

Andreza de Oliveira Melo Souza, Maiara Soares Baratela, Livia Santana de Oliveira

O componente de provimento e fixação de profissionais, parte do Programa Qualifica-APS do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPI), consiste em iniciativas que promovem a integração sistêmica entre ações de saúde e a formação profissional, com base na educação permanente em saúde e no uso de metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL). No programa, os profissionais bolsistas dedicam 32 horas semanais (80%) a práticas assistenciais e oito horas (20%) a atividades teóricas e teórico-práticas realizadas em encontros semanais, tanto online quanto presenciais. O objetivo principal é efetivar a política de educação permanente através da integração ensino-serviço, qualificando profissionais para atuação no SUS por meio de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Trata-se de um relato descritivo e qualitativo das atividades realizadas entre dezembro de 2023 e maio de 2024, envolvendo 221 cirurgiões-dentistas em 39 dos 78 municípios capixabas. As atividades ocorrem em grupos de cerca de oito participantes, mediados por docentes assistenciais que utilizam PBL. Mensalmente, uma situação-problema real ou fictícia é apresentada com base em temáticas como HIV, dengue e arboviroses, epidemiologia, violência contra a mulher e urgências odontológicas. Os discentes, então, elaboram hipóteses, criam perguntas norteadoras e realizam buscas científicas para responder aos problemas. O uso de PBL foi avaliado positivamente pelos docentes, pois estimula a participação ativa, a colaboração e a criticidade dos discentes. Essa abordagem propicia aprendizado mútuo, onde docentes e discentes ensinam e aprendem juntos, com o docente assumindo o papel de mediador. A aplicação de metodologias ativas na educação permanente não apenas reforça a teoria, mas promove aprendizagens significativas e desenvolve competências essenciais para a atuação profissional. Considera-se que o uso de PBL impacta diretamente a qualidade do ensino-serviço e a realidade dos usuários do SUS, gestores e territórios, favorecendo a transformação da prática assistencial e fortalecendo a assistência no sistema público de saúde.

AVALIAÇÃO SITUACIONAL DAS SALAS DE VACINA DA MACRORREGIÃO NORDESTE POR UMA EQUIPE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO NÚCLEO REGIONAL DE SAÚDE

Milena Mota Brito Gama Militão, Ana Livia dos Santos Santana, Engracia Figueiredo Lima, Simone da Silva Oliveira, Wilza Carla Mota Brito Lima

A vacinação na Atenção Primária é uma ação estratégica crucial, eficaz e prioritária desde a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), que supervisiona, avalia e oferece suporte técnico às iniciativas de vacinação em todo o país, assegurando a qualidade dos imunobiológicos. A equipe

de enfermagem, inserida diretamente nas atividades do PNI nas salas de vacinação, é responsável por conduzir os procedimentos relacionados ao manuseio, conservação, preparação, gerenciamento, anotação e descarte de resíduos de forma segura. Este estudo objetiva descrever as análises realizadas durante as visitas às salas de vacina em municípios da Macrorregião Nordeste da Bahia, realizadas entre agosto de 2023 e abril de 2024. A macrorregião é composta por 34 municípios vinculados ao Núcleo Regional de Saúde Nordeste (NRS-NE), e foram avaliados 7 municípios prioritários, com um total de 21 Unidades Básicas de Saúde (UBS), incluindo áreas rurais e urbanas. A avaliação foi iniciada por meio de um instrumento de visita à sala de vacinação, que abordou itens como a estrutura física, quantidade de profissionais atuantes, conhecimento sobre imunização, sistemas de informações utilizados, presença e utilização dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e o processo de trabalho. Identificou-se um processo de trabalho desafiador nas UBS, demandando melhorias por parte dos gestores para promover a intensificação da cultura de imunização segura. Observou-se que a vacinação diária e terminal nem sempre é realizada conforme o manual do PNI. Desde agosto de 2023, a equipe do NRS-NE tem promovido treinamentos e oficinas para aprimorar o conhecimento dos profissionais de saúde nas salas de vacina e nas coordenações da vigilância epidemiológica e atenção básica, embora ainda sejam evidentes dificuldades no processo de trabalho. A estrutura das salas de vacina continua fragilizada, sendo necessária a continuidade da educação permanente para os profissionais. Além disso, as unidades carecem de adequação estrutural, como higiene inadequada, refrigeração sem identificação, e ambientes sem coordenação eficaz. Em relação à estrutura física e insumos, foram observados refrigeradores com temperaturas variadas, salas insalubres com presença de mofo, paredes não laváveis, pisos lisos, janelas sem filtro solar, pias sem bancadas e caixas de perfurocortantes em alturas inadequadas. A comunicação na equipe e com os usuários também foi considerada fragilizada, assim como a realização de atividades essenciais, como a triagem, acolhimento e orientações sobre os eventos adversos das vacinas. A falta de profissionalismo e a incompletude da equipe, além da ausência de práticas como a lavagem das mãos antes e após a vacinação, impactaram negativamente o processo de trabalho. Essas questões indicam a necessidade urgente de melhorias estruturais e educacionais para otimizar as práticas de vacinação nas UBS.

AMBULATÓRIO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE SOB OS CUIDADOS DE UMA MACROPOLÍTICA TARDIA.

Célia Maria da Rocha Marandola, Thalita da Rocha Marandola, Regina Melchior,
Rossana Staevie Baduy, Josiane Vivian Camargo de Lima

O programa de estimulação precoce (EP), enquanto componente da Linha de Cuidado Materno-Infantil (LCMI), pode ser entendido como um conjunto de ações terapêuticas e estratégicas voltadas para estimular a maturação e minimizar eventuais prejuízos ao desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) de crianças menores de 03 anos, conforme as necessidades avaliadas precocemente por uma equipe multiprofissional. A execução do programa de EP depende das características de gestão de cada município ou regional, variando de acordo com as especificidades locais. O objetivo deste estudo

é discutir os desafios enfrentados pelo ambulatório de estimulação precoce (AEP) localizado ao norte de um Estado sul-brasileiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com perspectiva cartográfica, recorte de uma tese de doutorado, que utilizou ferramentas como o usuário-cidadão-guia (UCG) para conduzir a trajetória do cuidado em saúde e o Diário Cartográfico (DC) para anotações e apreensão dos acontecimentos. O estudo teve como ponto de partida o AEP situado em um Consórcio de Especialidades em Saúde de um município de grande porte na região sul do país, no período de outubro de 2020 a outubro de 2021. As narrativas foram geradas a partir da experiência da equipe multiprofissional de saúde que atende crianças com déficit no DNPM, por meio da estimulação precoce nos primeiros anos de vida, encaminhadas pelos serviços de saúde dos municípios participantes do consórcio. Os resultados indicam que, embora seja consenso a necessidade do programa nacional de EP para crianças com déficits no DNPM, a equipe do AEP enfrenta desafios para a manutenção do seu processo de trabalho, como contratos trabalhistas frágeis e a rotatividade de profissionais, o que gera insegurança e sofrimento à equipe. No entanto, apesar dessas dificuldades, as trabalhadoras do AEP concentram suas energias na produção do cuidado em saúde, utilizando predominantemente as tecnologias leves em suas práticas diárias, o que tem se mostrado um ponto forte no atendimento a familiares e crianças em busca de um cuidado integral e singular. Considerações finais: É fundamental que as macropolíticas, além de propor diretrizes de cuidado, incentivem os Estados e Municípios a reconhecerem e valorizarem a operacionalização dessas diretrizes. A insegurança trabalhista, entre outras questões, pode interferir na construção do vínculo entre trabalhadores e usuários, comprometendo a integralidade das ações de saúde necessárias para proporcionar uma terapêutica adequada e em tempo oportuno às crianças que necessitam de estímulos precoces para o desenvolvimento neuropsicomotor.

CÍRCULO SAGRADO FLOR DA VIDA – A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE REDES DE APOIO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Brunella Gomes Cordeiro, Jéssica Kilppel Arcanjo

O Círculo Sagrado Flor da Vida, criado em 2018, é um espaço de apoio e acolhimento para mulheres em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de ajudá-las a sair de contextos de violência e desigualdade. De caráter feminista e libertário, a instituição se baseia nos princípios do Sagrado Feminino para desenvolver práticas de empoderamento feminino. O Sagrado Feminino valoriza o potencial feminino para além dos papéis de gênero tradicionais, promovendo o despertar das potências das mulheres e sua reintegração como indivíduos atuantes na sociedade, na economia e no mercado de trabalho. Essa ideologia é fundamentada em estudos antropológicos, sociológicos, psicológicos e fisiológicos, com a visão de construir uma sociedade mais justa, igualitária e ecológica. Nos encontros realizados, que abordam temas diversos e arquetípicos das Deusas, busca-se o resgate do potencial intuitivo e curativo feminino. São recuperadas práticas ancestrais como o uso de chás, ginecologia natural e manipulação de

ervas para a criação de emplastos, banhos e unguentos. A sabedoria de parteiras, benzedadeiras e erveiras, muitas vezes negligenciada pela sociedade moderna, é compartilhada nos encontros. O principal momento de cada encontro é a roda de conversa, onde as mulheres compartilham suas experiências e saberes sobre temas como violência doméstica, misoginia, relações abusivas, vulnerabilidade familiar, renda, sexualidade, maternidade, menstruação, menopausa e outros aspectos da vida feminina. É um espaço para partilhas de dores e alegrias, histórias de luta e superação, onde algumas mulheres buscam apoio e outras oferecem suporte. Nesse ambiente, elos de solidariedade são formados e a rede de apoio se estabelece. O trabalho realizado no Círculo Sagrado Flor da Vida é completamente voluntário, com a contribuição de terapeutas holísticas, psicólogas, fisioterapeutas, artesãs, artistas, espiritualistas, yoginis, cozinheiras, maquiadoras e outras profissionais. O espaço é dedicado ao voluntariado terapêutico, onde as mulheres são acolhidas e trocam experiências e saberes ancestrais. Além disso, são construídas propostas de orientação, encaminhamentos e sugestões para aquelas que necessitam de apoio. Todos os serviços são oferecidos gratuitamente ou por valores simbólicos de colaboração entre as participantes. Quando há necessidade de maior investimento, como para a aquisição de materiais ou locação de espaços, o apoio financeiro vem do Projeto Senhora dos Grãos, que organiza rifas e feiras para arrecadar fundos. Dessa maneira, o Círculo Sagrado Flor da Vida tem causado um impacto social transformador, proporcionando acesso a terapias, criando redes de apoio e combate à violência, além de promover um ambiente de acolhimento e afeto. Através da solidariedade, empatia e respeito à natureza, o Sagrado Feminino tem se consolidado como um estilo de vida que busca criar uma sociedade mais harmônica e acolhedora. Como diz Jean Shinoda Bolen (2011) em seu livro *O Milionésimo Círculo*: “Quando o milionésimo círculo se formar, o mundo há de se transformar!” Assim, o Círculo Sagrado Flor da Vida segue acreditando e praticando essa transformação.

DANZAS E MÚSICAS – RESILIÊNCIA ARTÍSTICA DE MIGRANTES EM VITÓRIA (ES)

Diana Mariluz Pérez Angarita, Angela Jinnet Guzmán Viracacha,
Ricardo Molina Domínguez, Adriana Esperanza Blanco González

A arte, juntamente com a ciência, a filosofia e a religião, constitui a totalidade da cultura, e a dança ocupa um papel importante na estética humana. Ela é considerada, junto à música, poesia, pintura, escultura e arquitetura, uma expressão especial do belo, com diferentes graus de qualidade, que vão das danças folclóricas até as danças sagradas, que têm a capacidade de elevar a alma ao cósmico e ao inefável. O presente trabalho tem como objetivo destacar a resiliência artística do grupo de dança Mamburé, criado em 2014 na cidade de Vitória (ES), por seis migrantes colombianos. Desde sua criação, o grupo tem divulgado e levado o folclore colombiano, oferecendo um espaço de acolhimento e integração, permitindo a participação de pessoas de diferentes países como México, Peru, Bolívia, Argentina, Brasil e Paraguai. Este intercâmbio cultural é facilitado pelas danças folclóricas, que envolvem o movimento corporal harmonioso e melodioso, despertando e expandindo as dimensões intelectual, emocional, sensual e cognitiva do ser humano. Por meio da performance, o grupo cria

novos espaços e formas de interação, tanto com o próprio corpo quanto com outros migrantes, além de lidar com novas formas de racialização e com a comunidade que os acolhe. A pesquisa, de caráter bibliográfico e baseada em jornais locais, artigos científicos e relato de experiência, aponta que as danças e músicas populares são fundamentais para os migrantes, pois permitem a manutenção de suas tradições culturais, fortalecendo seu senso de identidade e pertencimento. As apresentações e a participação em eventos culturais, como o Festival de Danças Populares Capixabas, têm um papel importante na aceitação e visibilização dos migrantes no país de acolhimento, promovendo trocas culturais e valorização da diversidade. O grupo Mamburé, portanto, é um exemplo de resiliência, evidenciando a capacidade de adaptação dos migrantes ao novo ambiente, além de destacar a importância da resistência no processo de adaptação. Com suas danças e músicas folclóricas, o grupo não apenas beneficia os migrantes, mas também a comunidade que os acolhe, contribuindo para a diversidade cultural local.

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL E HÁBITO ALIMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Leonardo Santos de Jesus

A avaliação nutricional é fundamental na identificação e compreensão dos distúrbios alimentares e de saúde, fornecendo uma base sólida para intervenções eficazes. Por meio de métodos como exames antropométricos, semiologia e inquéritos alimentares, é possível analisar de forma abrangente o perfil nutricional de indivíduos e grupos, identificando carências e riscos à saúde. Este estudo, com uma abordagem descritiva e exploratória de caráter quantitativo, teve como objetivo analisar o estado nutricional, os padrões de consumo alimentar e a percepção sobre alimentação saudável entre os funcionários do Instituto Federal da Bahia (IFBA) em Santo Antônio de Jesus. A amostra foi composta por nove participantes, sendo três do sexo masculino e seis do feminino, que desempenham diversas funções no instituto, como professores, merendeira, nutricionista e pessoal de serviços gerais. A coleta de dados incluiu medidas antropométricas e de saúde, além de anamnese, recordatório alimentar e questionário de frequência alimentar. Todos os procedimentos seguiram as diretrizes éticas, com consentimento dos participantes, e os dados foram processados utilizando o software Excel. Os resultados mostraram padrões preocupantes nos hábitos alimentares e na saúde dos funcionários, com uma alta prevalência de sobrepeso e obesidade, além de um elevado consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em gorduras saturadas, açúcares e sódio. A ingestão de alimentos ricos em nutrientes essenciais, como frutas, legumes e leguminosas, foi insuficiente. Observou-se também a influência dos fatores socioeconômicos nos hábitos alimentares, com a maioria dos entrevistados possuindo rendimentos que dificultam o acesso a uma alimentação adequada, resultando em escolhas alimentares mais baratas, porém menos nutritivas. Essa realidade socioeconômica também contribui para a falta de conhecimento sobre nutrição e a baixa conscientização sobre a importância de hábitos

alimentares saudáveis. Para promover mudanças positivas, são necessárias medidas como programas de conscientização e workshops sobre nutrição, capacitando os funcionários a fazerem escolhas alimentares mais saudáveis. Além disso, a criação de uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) no instituto poderia oferecer refeições balanceadas e nutritivas, promovendo a educação alimentar e o desenvolvimento de habilidades culinárias entre os funcionários. A abordagem integrada proposta, que combina intervenções educativas com medidas práticas, tem o potencial de melhorar a saúde e o bem-estar dos funcionários, promovendo uma cultura de alimentação saudável na organização. Ao oferecer recursos e apoio para a adoção de hábitos alimentares saudáveis, o instituto pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e para a prevenção de doenças relacionadas à má alimentação, enfrentando os desafios do sobrepeso, obesidade e doenças crônicas, e garantindo uma melhoria significativa na saúde e bem-estar dos funcionários.

ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO E TRATAMENTO ENDODÔNTICO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Mateus Zilch Scheuermann, Échiley da Silva Rios, Layanne Gindri, Wigna Rayane Paiva de Oliveira, Leonardo Costa Gindri, Pedro Celso Alves da Silva

O atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais demanda adaptações para garantir um cuidado adequado, considerando as diversas limitações que esses indivíduos podem apresentar, como deficiências visuais, auditivas ou motoras, que podem ser permanentes ou temporárias, originadas por causas naturais ou acidentes. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 apontam que cerca de 23,9% da população possui algum tipo de deficiência. Diante disso, a prática clínica odontológica, incluindo a especialidade de endodontia, precisa ser ajustada para atender a essas demandas de forma eficaz. O objetivo deste trabalho foi construir um manual, por meio de uma revisão da literatura, para orientar os dentistas no atendimento endodôntico de pacientes especiais. A pesquisa foi realizada em 2023, utilizando a base de dados Google Scholar, com os descritores “tratamento endodôntico” e “pacientes especiais”, aplicando-se um filtro para artigos publicados entre 2013 e 2023. Inicialmente, foram encontrados 5150 resultados, dos quais foram excluídos estudos em idiomas diferentes do português, publicações anteriores a 2013, revisões sistemáticas e editoriais, totalizando 6 artigos selecionados para análise. Os principais achados indicam que a sedação, especialmente com midazolam, é uma abordagem eficaz para controlar a ansiedade e o medo dos pacientes, criando um ambiente calmo durante os procedimentos. A administração da sedação deve ser cuidadosamente monitorada, pois os pacientes com necessidades especiais frequentemente requerem doses elevadas. Além disso, destaca-se a importância da avaliação do medo e pânico do paciente durante a anamnese, que influencia o planejamento do atendimento. Um ambiente acolhedor e a construção de vínculos também são fatores cruciais para a aceitação do paciente. Outro ponto abordado é a necessidade de garantir acesso igualitário a serviços de saúde bucal para essas pessoas, com a possibilidade de

realizar procedimentos tanto em consultório quanto em ambientes hospitalares quando necessário. A conscientização dos dentistas sobre o atendimento a pacientes especiais e o uso seguro da sedação é fundamental. Além disso, enfatiza-se a importância do acesso de pessoas com necessidades especiais às ações de promoção, prevenção e reabilitação da saúde bucal, especialmente em situações que exijam o uso de anestesia geral ou sedação em ambientes hospitalares. Dessa forma, estudos como o presente contribuem para fornecer conhecimento aos profissionais de saúde e auxiliar na escolha das melhores condutas clínicas diante das adversidades enfrentadas no atendimento diário.

A PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM UMA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA ESTATAL 100% SUS

Estella Maris da Silveira Dutra, Lisandrea Caetano, Alex Santos

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) é pioneiro no Brasil ao adotar a compra institucional de alimentos provenientes da agricultura familiar, desempenhando um papel essencial na promoção de uma alimentação saudável e sustentável para seus trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu modelo integra ações de saúde pública, economia solidária e desenvolvimento comunitário, com foco na inclusão de alimentos orgânicos na alimentação hospitalar e na promoção da saúde por meio de práticas coletivas. Através da realização de chamadas públicas para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, o GHC garante a oferta de refeições saudáveis e regulares, ao mesmo tempo em que apoia a economia solidária, gerando renda e promovendo a autonomia comunitária. Além disso, o grupo fomenta o desenvolvimento de hortas comunitárias e o cuidado com o meio ambiente, articulando ações entre os serviços de saúde, a comunidade e a universidade para a educação em saúde e popular. Os resultados incluem contratos com cooperativas de agricultores familiares, que somam R\$ 6,78 milhões anuais, fornecendo 52 tipos de alimentos para a produção de 11 mil refeições diárias, com a participação de 120 cooperados. Também foram implantadas feiras de produtos orgânicos, com 500 kg de alimentos de 35 itens diferentes por semana, atraindo cerca de 150 pessoas por dia nos hospitais. Nas Unidades de Atenção Básica à Saúde e Saúde Mental, o GHC mantém 08 hortas comunitárias e realiza oficinas de hortas em parceria com a UFRGS, promovendo cuidados terapêuticos e fortalecimento do vínculo com a comunidade. Esse trabalho contribui para a segurança alimentar e nutricional, valoriza os produtos da agricultura familiar, estimula práticas sustentáveis e resgata saberes populares, beneficiando tanto os trabalhadores e usuários do SUS quanto a comunidade em geral.

PREVENÇÃO DE CÂNCER DE COLO DO ÚTERO EM HOMENS TRANS: PROTOCOLO DE REVISÃO DE ESCOPO

Julia de Souza Oliveira, Andréa Felizardo Ahmad, Adriana Lemos

O presente estudo propõe o protocolo de uma revisão de escopo com foco na análise das estratégias de prevenção do câncer de colo do útero em homens trans, considerando que nem todos se

submetem à cirurgia de redesignação sexual. Embora o Ministério da Saúde inclua a população trans nas políticas de saúde pública desde 2011, ainda é observada a exclusão de homens trans com útero nos programas de rastreio para o câncer de colo do útero. O objetivo deste protocolo é identificar as estratégias de prevenção do câncer de colo do útero em homens trans, conforme apresentado em publicações científicas. A revisão será conduzida segundo a metodologia do Joanna Briggs Institute (JBI), com o intuito de mapear as evidências científicas existentes. As bases de dados a serem utilizadas incluem a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), enquanto para a literatura cinzenta será empregado o Google Acadêmico. A busca por publicações científicas será realizada por meio dos descritores: “Pessoas transgênero”, “Serviços de saúde para pessoas transgênero”, “Teste de Papanicolau” e “Neoplasias do colo do útero”, com suas respectivas traduções em inglês e espanhol, e operadores booleanos “and” e “or”. Após a busca, os estudos serão integrados no software Rayyan, e a seleção será feita por até três revisores independentes. Este protocolo foi registrado na plataforma Open Science Framework, após uma pesquisa preliminar que não identificou revisões de escopo atuais ou em andamento sobre o tema. Espera-se que este estudo identifique evidências sobre as estratégias de prevenção de câncer de colo do útero para homens trans, mapeando-as de acordo com os objetivos da pesquisa. Com isso, acredita-se que as descobertas contribuirão para o benefício da população trans, fornecendo estratégias específicas para a prevenção do câncer de colo do útero. Além disso, a discussão das evidências científicas sobre os direitos reprodutivos dos homens trans reforça a ideia de que os direitos reprodutivos são direitos fundamentais, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual, promovendo um acesso seguro e autônomo às informações sobre saúde e práticas sexuais, tanto para homens trans quanto para toda a população trans.

CUIDADOS PALIATIVOS NA ODONTOLOGIA: QUALIDADE DE VIDA NA FASE TERMINAL UMA REVISÃO DE LITERATURA

Mateus Zilch Scheuermann, Échiley da Silva Rios, Leonardo Costa Gindri,
Pedro Celso Alves da Silva, Layanne Almeida da Silva

Os cuidados paliativos são uma abordagem interdisciplinar que busca melhorar a qualidade de vida (QV) de pacientes e suas famílias diante de doenças graves ou terminais. Embora os cuidados paliativos sejam aplicáveis e valiosos ao longo da trajetória da doença, é fundamental discutir o prognóstico, as preferências e as prioridades do paciente e seus familiares, para evitar procedimentos invasivos desnecessários, focando na manutenção da QV e na redução da sintomatologia dolorosa. Pacientes em cuidados paliativos frequentemente apresentam restrições e comprometimentos orais, como dor, sangramento, feridas, infecções oportunistas, desnutrição e xerostomia, o que pode afetar significativamente sua QV. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão de literatura

sobre a assistência odontológica ao paciente em cuidados paliativos e a importância da presença de profissionais de saúde bucal em uma equipe multidisciplinar, para garantir uma abordagem integral e a melhoria da QV durante as fases do cuidado paliativo. A revisão de literatura foi realizada com base em artigos publicados entre 2020 e 2024, utilizando os descritores “Cuidados Paliativos na Terminalidade da Vida” e “Atenção Odontológica”, associados pelo operador booleano “AND” nas bases de dados Google Acadêmico e PubMed. O período selecionado justifica-se pela expansão da prática odontológica em ambientes hospitalares durante a Pandemia de covid-19, bem como pelo reconhecimento da odontologia hospitalar como especialidade pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) em agosto de 2023. Foram encontrados 173 resultados no Google Acadêmico e 79 na PubMed, dos quais 5 artigos do Google Acadêmico e 4 da PubMed foram selecionados para análise. Os estudos destacaram a eficácia da intervenção do cirurgião-dentista na redução do risco de mucosites, alívio da sintomatologia dolorosa e melhora na nutrição dos pacientes, evidenciando a relevância do profissional na equipe de cuidados. Na atenção odontológica no contexto paliativo, ressaltam-se os cuidados de controle de sintomas e de conforto, que devem ser considerados em qualquer estágio da doença. À medida que a doença avança, os efeitos indesejados aumentam, demandando a intervenção do cirurgião-dentista para aliviar novos sinais e sintomas, com foco no conforto e na QV do paciente. Assim, a integração dos cuidados paliativos na odontologia durante a fase terminal é crucial para proporcionar alívio sintomático, promover conforto e preservar a dignidade dos pacientes. Considerar os aspectos físicos, emocionais e psicológicos dos pacientes em cuidados paliativos é essencial para oferecer uma abordagem abrangente e humanizada. Embora este campo ainda esteja em desenvolvimento, ele apresenta oportunidades significativas para melhorar a QV dos indivíduos em seus momentos finais, exigindo mais pesquisas e uma abordagem compassiva e colaborativa dos profissionais de saúde.

MIGRAÇÃO E TRABALHO DECENTE: BOAS PRÁTICAS NA PREFEITURA DE SÃO PAULO (2013-2023)

Beatriz de Barros Souza, Adriana Esperanza Blanco González, Brunela Vieira de Vincenzi

A presente análise documental examina as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo para promover o trabalho decente junto à população imigrante na última década (2013–2023). A SMDHC conta com a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, criada pelo Decreto nº 57.533/2016, que unificou duas pastas distintas, a Coordenação de Políticas para Migrantes e a Assessoria de Promoção do Trabalho Decente, estabelecidas pela Lei nº 15.764 de 27 de maio de 2013. Este estudo se refere a essas iniciativas como a “gestão de políticas migratórias” no plano municipal, com o objetivo de analisar suas ações. Para a análise, foram extraídas ações e políticas dos relatórios da gestão de políticas migratórias dos mandatos de 2013–2016 e de 2017–2020, bem como do Plano Municipal de Políticas para Migrantes (2021–2024), com foco na temática do trabalho decente. Como as ações da Assessoria

Especial de Promoção do Trabalho Decente (2013–2016) estiveram mais voltadas para a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE), foram também extraídos excertos de relatórios deste órgão, criado em 2013, que abordam a população migrante. O relatório da gestão de 2013–2016 apresenta os resultados da Coordenação de Políticas para Migrantes em 12 frentes de ação, incluindo uma especificamente voltada à “Promoção da regularização migratória e do trabalho decente”, com ênfase na “Empregabilidade via Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE)”. Já o relatório de 2017–2020 apresenta um item específico para “Trabalho Decente”, detalhando as ações para a população imigrante nesse período. O Plano Municipal de 2021–2024 contempla nove ações no Eixo VI (“Promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional” para pessoas migrantes). Todas as ações, bem como as discussões realizadas na COMTRAE e outros órgãos de participação social, merecem maior atenção em estudos sobre boas práticas na integração local de migrantes. A promoção do trabalho decente é uma frente essencial para a garantia dos direitos humanos das pessoas migrantes. Dada a importância econômica e social da cidade de São Paulo, acreditamos que a investigação das ações da gestão municipal pode servir de inspiração para boas práticas na integração social dessas pessoas na sociedade.

TAXA DE ABSENTEÍSMO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA NO SUL DO BRASIL

Eduardo Martins Ferraz, Giselle Karine Muniz de Melo, Francisco Lindomar de Souza,
Viviane Peixoto dos Santos Pennafort, Ana Elza Oliveira de Mendonça

O absenteísmo, definido como a ausência dos profissionais no trabalho e o tempo perdido devido ao não comparecimento, é um fator relevante e de grandes consequências para a equipe de enfermagem, comprometendo a entrega dos resultados assistenciais e gerando riscos nos processos de trabalho. Trata-se de um fenômeno multifatorial, que envolve desde questões familiares e a condição de saúde do profissional até as condições de trabalho, muitas vezes inadequadas, que podem desencadear fatores psicológicos e emocionais, causando desequilíbrio e desmotivação. O objetivo deste estudo foi avaliar a taxa de absenteísmo da equipe de enfermagem em uma emergência pediátrica no sul do Brasil. Metodologicamente, tratou-se de um estudo descritivo e exploratório, com abordagem quantitativa, focado no absenteísmo dos profissionais de enfermagem atuantes na emergência pediátrica pública municipal. A pesquisa analisou os dados de absenteísmo dos profissionais entre novembro de 2023 e abril de 2024, considerando uma população de 60 profissionais de enfermagem, sendo 11 enfermeiros e 49 técnicos de enfermagem, com jornada de trabalho 12x60 horas. A coleta de dados foi realizada no portal do servidor da prefeitura municipal, após aprovação da comissão permanente de avaliação de projeto e pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do ofício nº 034/2024, e assinatura da carta de anuência pela direção da instituição. Os motivos de absenteísmo foram classificados em licença maternidade, licença médica, falta e licença prêmio. Para a avaliação das ausências, dividiu-se os dados em duas categorias profissionais: enfermeiros e técnicos de enfermagem, utilizando-se dos dados mensais de afastamentos. O cálculo da taxa de absenteísmo foi feito pela fórmula: número

de horas de trabalho perdidas/número ideal de horas trabalhadas x 100. Para comparação entre as categorias, adotou-se a taxa de 6,67% prevista na Resolução COFEN nº 543/2017. Os resultados mostraram uma média de 17,1% de absenteísmo para a equipe de enfermagem, sendo 14,6% para os enfermeiros e 19,6% para os técnicos de enfermagem. Observou-se um aumento expressivo na taxa de absenteísmo para ambas as categorias, destacando a necessidade urgente de identificar as causas desse fenômeno, a fim de implementar intervenções apropriadas. Conclui-se que é fundamental manter um índice de absenteísmo dentro dos parâmetros de segurança técnica recomendados, pois uma taxa elevada aumenta a insatisfação, sobrecarga dos profissionais, compromete a organização do trabalho, a qualidade da assistência e a segurança do paciente, além de reduzir a produtividade e aumentar os custos operacionais. Conhecer o cenário institucional é crucial para a implementação de estratégias eficazes que melhorem tanto o cuidado prestado quanto a qualidade de vida dos profissionais de enfermagem.

ALÉM DAS FRONTEIRAS: MIGRAÇÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA AMÉRICA DO SUL

Thiago Nardoto do Carmo, Karla Mayerling Paz Ledesma, Carlos Allencar Sérvulo Rezende Pereira, Beatriz de Barros Souza, Lucía Belén Pérez, Yelena Maria Garcia Ferrer

As migrações humanas, fenômenos globais complexos, têm sido amplamente estudadas por diversos campos multidisciplinares e sociopolíticos devido ao seu impacto em vários aspectos da vida humana, incluindo a saúde mental. Aproximadamente 281 milhões de pessoas são migrantes internacionais, representando 3,6% da população mundial. O fluxo migratório da América Latina e do Caribe para a América do Norte e a Europa, estimado em cerca de 30 milhões de pessoas, tem sido um objeto de estudo e intervenção política. Em contraste, a migração intra-regional na América do Sul, envolvendo aproximadamente 11 milhões de indivíduos e influenciada por conflitos, violência, instabilidade política ou econômica, desastres naturais e mudanças climáticas, tem recebido menos atenção nas pesquisas e na coordenação de respostas regionais. Os marcos internacionais de direitos humanos e de migração e refúgio estabelecem a saúde mental como um direito fundamental, componente indivisível do bem-estar. Ao longo de décadas, uma vasta literatura tem abordado a medicalização da saúde mental, questionando o modelo biomédico predominante. Nesse sentido, destaca-se que a saúde mental não pode ser limitada apenas à ausência de critérios psicopatológicos; sua compreensão e abordagem devem integrar um quadro mais amplo, que considere as condições e garantias necessárias para o desenvolvimento de recursos e habilidades em nível individual e coletivo, promovendo dignidade, inclusão, justiça e equidade social. Nesse contexto, o sofrimento psíquico-social é uma categoria que permite focar nos significados, sentidos e vivências de desconforto emocional e relacional vividos por migrantes, refugiados e apátridas, em resposta aos processos e contextos que geram sofrimento. Essa percepção subjetiva do mal-estar também reflete problemas sociais, culturais e políticos historicamente presentes na América do Sul. O objetivo deste estudo é analisar e discutir os processos de sofrimento psíquico-social no contexto da migração intra-regional na América do

Sul. Trata-se de um ensaio teórico, fundamentado na revisão crítica de diversas concepções teóricas e evidências empíricas relacionadas à migração intra-regional na América do Sul e seu impacto no sofrimento psíquico-social. Os resultados mostram que a garantia do direito à saúde mental na região enfrenta inúmeros desafios, como a falta de políticas efetivas, o lento avanço da reforma psiquiátrica, dificuldades de acesso e qualidade dos serviços de saúde, e discriminação no atendimento. Este trabalho dá visibilidade às questões de saúde mental que acompanham a experiência de migração e refúgio, destacando processos de subjetivação desencadeados por essa dinâmica. A especificidade dessa situação exige considerar formas singulares de sofrimento, relacionadas a fatores como exposição à violência e discriminação, barreiras linguísticas e culturais, condições que intensificam os processos de vulnerabilização de pessoas em deslocamento territorial. Considerações finais: refletir sobre o sofrimento psíquico-social como um marcador social dos processos migratórios, interligado a outras características, coloca em debate as desigualdades sociais sistêmicas na América do Sul, evidenciando a interseção entre questões de saúde mental e as estruturas de poder, econômicas e sociais, que moldam a experiência dos migrantes na região.

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E MATRICIAMENTO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE (CIEVS) NORDESTE NO ESTADO DA BAHIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tainara Leal Silva, Simone da Silva Oliveira, Samantha de Jesus Andrade

O Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) é um componente essencial para o fortalecimento da rede de vigilância em saúde no Brasil. No estado da Bahia, a implantação do CIEVS Nordeste e o processo de matriciamento desempenharam papel crucial no avanço das ações de vigilância sanitária e epidemiológica na macrorregião de saúde Nordeste, composta por 34 municípios, divididos nas regiões de Alagoinhas e Ribeira do Pombal. Esse processo qualificou a capacidade de resposta às emergências em saúde pública, assegurando a detecção precoce, a notificação oportuna e a coordenação eficiente das ações de vigilância em saúde. O objetivo deste estudo é descrever a experiência dos profissionais de saúde do Núcleo Regional de Saúde Nordeste durante a implantação do CIEVS Regional. A implantação e o matriciamento do CIEVS Nordeste foram experiências bem-sucedidas, com planejamento estratégico realizado em 2023, investimentos em infraestrutura, ações educativas e parcerias com a defesa civil, o corpo de bombeiros e técnicos das áreas de vigilância em saúde. Essas parcerias facilitaram a criação de grupos estratégicos para fornecer informações em tempo real, fortalecendo significativamente a vigilância em saúde e a capacidade de resposta a emergências sanitárias e epidemiológicas na macrorregião e no estado. O CIEVS Nordeste, com a participação ativa de enfermeiros, técnicos de enfermagem e cirurgião-dentista, facilitou a integração das áreas de saúde da macrorregião, promovendo uma abordagem coordenada e eficiente na gestão das emergências em saúde pública. A iniciativa colaborou para a identificação precoce

de surtos, doenças, agravos e eventos em saúde pública, além de contribuir para o monitoramento contínuo dos dados coletados e recebidos, possibilitando a detecção de padrões incomuns e a mitigação de riscos. No processo de matriciamento contínuo, foram realizadas visitas e reuniões técnicas in loco com profissionais de diversas áreas da saúde, o que resultou no reconhecimento do papel e da importância do CIEVS para os profissionais da saúde e outras áreas envolvidas em desastres. Assim, a implantação do CIEVS Nordeste representou um grande avanço na capacidade de vigilância em saúde, contribuindo para a detecção precoce de emergências em saúde pública por meio de um planejamento ativo, ações de educação permanente e monitoramento constante, visando a minimização dos riscos à população e favorecendo a identificação oportuna de doenças, agravos e eventos em saúde pública.

PROJETO VIDA ATIVA: CONSTRUINDO UM NOVO OLHAR PARA A SAÚDE DA PESSOA IDOSA

Rita Layse Ferreira Brito, Luana de castro da Silva de Araújo, Priscila Carminati Siqueira

O envelhecimento é acompanhado por diversos declínios, tanto cognitivos quanto funcionais, entre os quais se destacam a perda de massa muscular, força e potência. Esses declínios, especialmente a diminuição da potência, estão fortemente associados ao aumento do risco de quedas, ou seja, quanto menor a força muscular de um idoso, maior o risco de quedas nessa população, além da redução da função cardiorrespiratória. Diante disso, a prática regular de exercícios se torna fundamental, uma vez que níveis reduzidos de força muscular estão diretamente relacionados ao aumento do risco de morte entre os idosos. O objetivo deste projeto é promover a melhoria da qualidade de vida da população idosa por meio da prática de atividade física. Trata-se de um projeto desenvolvido por uma profissional de educação física da equipe multiprofissional da Atenção Primária do município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, iniciado em outubro de 2023. O público-alvo são os idosos residentes na área adscrita à Unidade Básica de Saúde da Barra do Jucu, com 130 participantes atualmente. A atividade física é realizada ao ar livre, duas vezes por semana no bairro Barra do Jucu, uma vez por semana no bairro Riviera da Barra e uma vez por semana no bairro Santa Paula 2, no período matutino, com duração aproximada de 40 minutos. As atividades são divididas em duas etapas: a primeira, com exercícios de mobilidade para os membros superiores e inferiores, sem impacto, e a segunda, com exercícios aeróbicos, como corrida estacionária, polichinelos adaptados, deslocamento lateral, agachamento, afundo, exercícios de equilíbrio com extensão e flexão de quadril e isometria. As repetições variam de 10 a 20 movimentos, intercalados com alongamentos e relaxamento, com intervalos de descanso de dois a cinco minutos. Os resultados mostraram uma melhoria na qualidade de vida dos idosos participantes, conforme relatado por eles. Entre os benefícios observados estão a melhora na mobilidade, equilíbrio, qualidade do sono, redução de peso, melhora nos níveis pressóricos, maior disposição para as atividades diárias, diminuição das dores crônicas e maior interação social. Considerações finais: A fraqueza muscular está intimamente ligada às limitações funcionais e à incapacidade física dos idosos. Portanto, é essencial estimular a prática regular de atividade física, contribuindo para a melhoria da

qualidade de vida dessa população. A realização de exercícios físicos está diretamente associada à prevenção de doenças crônicas, ao aumento da expectativa de vida e ao desenvolvimento da autonomia dos idosos nas atividades cotidianas. O projeto Vida Ativa proporciona aos idosos um novo olhar sobre o processo de envelhecimento, promovendo um envelhecer mais saudável e ativo.

SAÚDE E URBANIZAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE CONSTRUÍDO E A SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE URBANA

Thiago Nardoto do Carmo, Rafael Aguilar Zamudio, Juliano Prata Honorato, Karla Mayerling Paz Ledesma, Beatriz de Barros Souza, Yelena Maria Garcia Ferrer

A saúde das populações em ambientes urbanos é influenciada por uma série de fatores interconectados e complexos. Um exemplo recente e marcante dessa interligação foi a pandemia de Covid-19, que evidenciou como a densidade populacional, o acesso a serviços de saúde, as condições de moradia e até mesmo as políticas públicas desempenham papéis cruciais na saúde das comunidades urbanas. A pandemia também destacou que esses fatores não se limitam a fronteiras geográficas, mas estão profundamente entrelaçados em um contexto global. Contudo, a relação entre saúde e urbanização não se restringe a crises como a pandemia. O ambiente construído das cidades tem um papel fundamental na determinação da saúde pública a longo prazo. Aspectos como qualidade do ar, acesso a espaços verdes, disponibilidade de água potável e saneamento básico são elementos essenciais que impactam diretamente na qualidade de vida e no bem-estar das populações urbanas. Este trabalho teve como objetivo compreender como o ambiente construído influencia a saúde das populações urbanas no Brasil, com foco na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no estado do Espírito Santo. Foi realizado um levantamento bibliográfico abrangente, analisando a relação entre o processo de urbanização e os desafios enfrentados em termos de saúde pública nas áreas urbanas do país e na RMGV. Além disso, exploraram-se as principais intervenções e políticas públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana, visando a promoção da saúde e o bem-estar das comunidades da RMGV.

A UTILIZAÇÃO DE UM PAINEL DE INFORMAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO CEARÁ

Taiane Emyll Silva Sampaio, Ana Camila Bezerra de Sousa Silva, Antonio Everton de Abreu Sombra, Sayonara Oliveira Teixeira, Karla Corrêa Lima Miranda, Luciana Martins Quixadá

A Pessoa com Deficiência (PCD) é definida como aquela que apresenta impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, ao interagir com diversas barreiras, podem

dificultar sua plena participação na sociedade. Nesse contexto, é fundamental o desenvolvimento de ações conjuntas entre os diversos setores da sociedade para garantir a plena integração dessa comunidade no ambiente socioeconômico e cultural. Este estudo teve como objetivo descrever a utilização de um Painel de Informação no Cadastro da Pessoa com Deficiência residente no estado do Ceará. Trata-se de um estudo descritivo que visa destacar o uso de um painel digital disponibilizado pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), por meio da plataforma IntegraSUS, para apresentar o perfil da população cearense com deficiência auditiva/surda. A plataforma Saúde Digital do estado do Ceará dedica uma seção à pessoa com deficiência auditiva, oferecendo uma abordagem inclusiva, como, por exemplo, um vídeo em Libras na página inicial, explicando sobre os recursos disponíveis. O painel digital permite o cadastro das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de fornecer informações à Secretaria de Saúde para identificar o perfil dessa população, suas necessidades e, assim, planejar ações em saúde. Além disso, a plataforma disponibiliza um painel de informações com acesso em Libras, contendo dados sociodemográficos das Pessoas com Deficiência residentes no estado, além de acesso ao documento base que orienta a construção da Política Estadual de Saúde da Pessoa com Deficiência. Por fim, existe um canal de atendimento para esclarecer dúvidas relacionadas a PCD. A iniciativa demonstra o compromisso do estado em acolher as demandas dessa população e tornar o acesso à informação mais inclusivo para a comunidade surda. Portanto, recomenda-se a divulgação do painel digital para ampliar sua utilização, fortalecendo as políticas voltadas às Pessoas com Deficiência.

ALÉM DA RUA: EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO EM SAÚDE SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Manuela de Freitas Borrelli Achtschin, Natália Cristiny de Oliveira Guimarães, Karina de Fatima Linhares Augusto, Mariana Dantas da Trindade, Ana Luisa de Freitas Campanharo, Vanessa Helena da Fonseca Santos, Érico Guedes Silva, Marco Kyle Lopes de Oliveira, Etna Kaliane Pereira da Silva

As sociedades contemporâneas apresentam uma relação intrínseca entre a vida pessoal e o meio digital, especialmente no que diz respeito à comunicação popular em saúde, que desempenha um papel crucial na promoção da saúde e prevenção de doenças. Em um contexto cada vez mais digital, o projeto de extensão “Além da Rua: Práticas de Promoção de Saúde no Centro POP”, desenvolvido em Barreiras, Bahia, com a população em situação de rua, tem como uma das frentes a produção e compartilhamento de materiais educativos e comunicativos sobre saúde. O objetivo é promover reflexões sobre a saúde dessa população e proporcionar aprendizado sobre comunicação em saúde para os discentes. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de comunicação na perspectiva dos discentes participantes do projeto. Desenvolvido pelos discentes de medicina da turma XVI da UFOB, sob orientação de docente e da equipe do Centro Pop, o projeto iniciou suas atividades em maio de 2024. O Instagram foi escolhido como ferramenta de divulgação devido ao seu dinamismo e grande alcance, criando o perfil @saudepopular.ufob, compartilhado com outros projetos de extensão popular. No primeiro mês, além de divulgar as atividades educativas realizadas com a população em situação de rua, foram publicados conteúdos sobre educação popular em saúde, funcionamento

do Centro Pop, políticas públicas, direito à saúde e saúde mental. Nos stories, foram iniciados três quadros: “Entrelaçando Conhecimentos” (indicações culturais), “Você Sabia?” (curiosidades sobre a população em situação de rua) e um Quiz sobre temáticas relacionadas à saúde. Os resultados mostram que, em um mês, o perfil alcançou 20 mil contas, demonstrando a qualidade e relevância do conteúdo produzido. A maior concentração de seguidores está em Barreiras (BA) (64,7%), seguida por Fortaleza (CE) (3,9%), Aracaju (SE) (2,6%), Rio de Janeiro (RJ) (1,7%) e São Paulo (SP) (1,3%). O público é majoritariamente composto por mulheres (68,8%), com 31,1% de homens. As postagens no feed funcionam como uma biblioteca virtual, onde o público pode consultar informações a qualquer momento, divididas em eixos temáticos e apresentadas de maneira acessível. O conteúdo busca desmistificar aspectos naturalizados sobre pessoas em situação de rua e fornecer informações sobre saúde, aumentando a visibilidade dessa população. Em considerações finais, as publicações no Instagram criaram um espaço de diálogo e troca de conhecimentos, destacando a importância de estratégias inovadoras para promover a saúde e conscientizar a sociedade. A integração entre ações presenciais e plataformas online possibilitou uma abordagem mais ampla e acessível, ampliando o impacto das ações de promoção da saúde.

SALA DE ESPERA: UMA VIVÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMARIA

Juliana Souza Teixeira Kumagai, Mario Olavo Malfatti Lanhez

A experiência relatada sobre a atuação de profissionais na atenção primária à saúde (APS) em Campo Grande (MS), mais especificamente na unidade Dr. Ikeda Sumie Rodrigues (USF Serradinho), evidencia a importância da educação em saúde como ferramenta estratégica para promover mudanças no comportamento dos usuários e na organização do fluxo de serviços. O processo de educação em saúde, por meio de atividades realizadas na “sala de espera”, propiciou a integração entre os conhecimentos científicos e as práticas cotidianas dos usuários, promovendo uma maior compreensão sobre os serviços disponíveis e o autocuidado. A experiência demonstra como a educação continuada, com foco na capacitação dos usuários, pode ser eficaz na promoção da equidade, participação popular e integralidade no cuidado. Ao fornecer informações claras sobre o fluxo da unidade, procedimentos realizados e profissionais responsáveis, os profissionais da saúde estabeleceram um canal direto de comunicação com os usuários, permitindo-lhes entender melhor o funcionamento dos serviços de saúde e como acessar as diferentes demandas de maneira resolutiva. Inicialmente, houve resistências, tanto de colaboradores da unidade quanto dos usuários, devido ao receio de que a poluição sonora da sala de espera interferisse na eficácia da atividade. No entanto, com o tempo, a interação e o interesse dos usuários aumentaram, evidenciando o sucesso da estratégia. Além de reduzir as intercorrências sem resolutividade, a sala de espera, que antes não era um espaço amplamente aproveitado, tornou-se um local de disseminação de informações sobre saúde. Esse espaço passou a ser usado para convidar os usuários a participar de grupos de promoção à saúde e ações específicas, ampliando a

interação entre profissionais e usuários e tornando o atendimento mais eficiente. Esse movimento reflete a importância da educação em saúde como elo entre os saberes científicos e as realidades locais, considerando as especificidades culturais e afetivas dos usuários. A experiência mostra que, ao investir em uma comunicação adequada, os profissionais de saúde podem facilitar a compreensão dos serviços ofertados, reduzir conflitos e promover a mudança de comportamentos que beneficiam a saúde e a qualidade de vida da população.

EDUCAÇÃO E SUAS PRÁTICAS (IN)POSSÍVEIS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Ana Camila Bezerra de Sousa Silva, Karla Corrêa Lima Miranda,
Cleysiane Gonçalves Pequeno, Katamara Medeiros Tavares Melo

A reflexão sobre a relação entre psicanálise e educação é crucial para uma compreensão mais profunda do processo de ensino-aprendizagem, especialmente quando se considera a transferência como um elemento central nessa dinâmica. A psicanálise, ao focar no sujeito e suas subjetividades, oferece uma lente crítica para repensar as práticas pedagógicas, destacando a singularidade de cada educando e a importância da escuta e da atenção do educador. A teoria psicanalítica de Freud sobre a incompletude do sujeito e o campo pedagógico “inacabado” aponta para a impossibilidade de se atingir uma educação plena e definitiva. Isso implica que o processo de ensino não é algo fechado ou acabado, mas sim algo contínuo, que deve levar em consideração as dimensões subjetivas tanto do educador quanto do educando. Nesse contexto, o educador deve estar atento à transferência — o processo pelo qual o educando projeta sentimentos, expectativas e desejos em relação ao professor, que podem influenciar sua forma de aprender e se relacionar com o conhecimento. Zelmanovich, ao refletir sobre a contribuição da psicanálise para a educação, destaca a importância de uma escuta atenta e de uma abordagem que valorize a subjetividade do educando. Esse processo formativo, sustentado pela psicanálise, reconhece que o educando é um sujeito único, com uma história pessoal que deve ser levada em conta, e que as práticas pedagógicas devem ser flexíveis o suficiente para acolher essa singularidade. Ao criticar os modelos tecnicistas que buscam padronizar a educação, os autores sugerem que, ao contrário da busca por métodos universais, a educação deve se adaptar às necessidades e ao desenvolvimento do sujeito, respeitando suas particularidades e subjetividades. O trabalho do educador, nesse sentido, é mais do que transmitir conhecimento: é criar um espaço para que o educando se reconheça e se desenvolva como sujeito. A psicanálise, com sua ênfase no inconsciente e na dinâmica da transferência, oferece contribuições significativas para a formação dos professores, que devem ser capazes de reconhecer e lidar com as transferências que se manifestam na relação com os educandos. Para Lacan, a relação entre educação e psicanálise está fortemente interligada, pois ambas trabalham com o sujeito em sua totalidade, incluindo suas emoções, desejos e fantasias, elementos essenciais para o processo de aprendizagem. Por fim, este estudo teórico-reflexivo sugere que a psicanálise oferece uma chave para compreender a

educação de maneira mais profunda e humana, reconhecendo as limitações do processo pedagógico e destacando a importância de estar atento ao processo de transferência. A educação, quando vista sob a ótica da psicanálise, torna-se não apenas um meio de transmitir saberes, mas um processo terapêutico que favorece o desenvolvimento e o reconhecimento das subjetividades dos sujeitos envolvidos.

A INTERSETORIALIDADE COMO PRÁTICA EMANCIPATÓRIA E DE VALORIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Pedro Henrique de Souza Couto, Josiclea Gomes da Silva, Taisa de Fatima Rodrigues

As ações intersetoriais desempenham um papel essencial na promoção de uma saúde mais equitativa e inclusiva, ao envolver diversos setores da sociedade e da administração pública. A participação ativa da comunidade local em espaços de diálogo sobre os determinantes sociais da saúde é fundamental para entender e enfrentar as desigualdades, promovendo uma abordagem holística que abrange os aspectos sociais, econômicos, culturais, étnico/raciais, comportamentais e psicológicos que impactam o bem-estar das populações. Neste contexto, o estudo sobre a intersetorialidade na Atenção Básica no Distrito Federal, realizado por profissionais em formação no Programa Multiprofissional em Atenção Básica da Fiocruz Brasília, destaca a importância de garantir a participação da comunidade no controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). A intersetorialidade facilita a construção de estratégias coletivas para a redução das desigualdades sociais e a promoção da justiça social, permitindo que os cidadãos se tornem protagonistas de seu próprio cuidado e da saúde de suas comunidades. A metodologia adotada, que inclui reuniões mensais com a comunidade local e encontros da Rede Social Paranoá Itapoã, propõe um diálogo constante entre gestores, instituições e a população. Esses espaços permitem que a população se engaje ativamente na discussão sobre as questões que afetam seu território, colaborando na definição de estratégias para melhorar as condições de saúde e reduzir as iniquidades. A aplicação dos princípios freireanos, que valorizam a educação popular e a participação ativa, é essencial para fomentar uma cultura de controle social, garantindo que as decisões sobre a saúde sejam tomadas de maneira inclusiva e reflexiva. A análise de resultados demonstra que a intersetorialidade, ao promover a participação da população e integrar diferentes setores da sociedade, é um instrumento eficaz para enfrentar as desigualdades em saúde. Ao considerar os determinantes sociais, a saúde é abordada de maneira mais ampla, permitindo a construção de territórios mais saudáveis e sustentáveis. A participação social e o controle popular são elementos-chave para garantir que as políticas de saúde sejam construídas com base nas necessidades reais da população, promovendo a equidade no acesso aos serviços e ações de saúde. Portanto, é crucial continuar incentivando espaços de diálogo horizontal, onde as instituições, gestores e a comunidade possam colaborar integradamente, a fim de construir um sistema de saúde mais justo e acessível a todos. A intersetorialidade não apenas fortalece o controle social, mas também contribui para a criação de soluções mais eficazes para os desafios enfrentados pelas populações em seus territórios.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CIDADÃO AOS ALUNOS DE ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Manuella Ortiz Narciso, Eduarda da Cunha, Jayane de Lima Serafim, Adriana Avelino Leal

Este estudo relata a importância do projeto de extensão Liga Acadêmica de Práticas de Enfermagem (LAPE) da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) no desenvolvimento profissional dos alunos de enfermagem, com foco na conscientização e capacitação para o cuidado à saúde, abrangendo a promoção e prevenção de doenças, a recuperação, a reabilitação e a orientação em saúde. A LAPE realiza ações multifacetadas, permitindo que os acadêmicos aprimorem suas habilidades na educação em saúde, no contato empático com os pacientes e na compreensão das diversas realidades sociais. O estudo descreve as vivências e técnicas aprimoradas pelas alunas durante as atividades realizadas pelo projeto, que proporcionou aprendizado prático e teórico significativo. Ao participar de ações assistenciais nas comunidades, os alunos puderam desenvolver habilidades em procedimentos de enfermagem, comunicação e interação social. O projeto, por meio de mutirões de saúde na Atenção Primária, envolveu a realização de atividades como aferição de pressão arterial, medição de glicemia, anamnese, testes rápidos de ISTs e coleta de preventivos, entre outros. O engajamento direto com a comunidade não só possibilitou a execução de habilidades clínicas, mas também criou um ambiente propício para a troca de experiências entre os participantes, fortalecendo o trabalho em equipe e aprimorando a comunicação. O empenho dos alunos foi fundamental para o sucesso das atividades, e o contato direto com os pacientes contribuiu para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, capacitando-os para enfrentar desafios futuros. Projetos como o LAPE são essenciais para direcionar e capacitar os alunos, preparando-os para oferecer um atendimento humanizado e de qualidade aos seus futuros pacientes.

IMPLANTAÇÃO DA CULTURA DE SEGURANÇA NUMA UNIDADE HOSPITALAR NO INTERIOR DA BAHIA – SEGURANÇA DO PACIENTE UMA PREOCUPAÇÃO DE TODOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Isabela de Souza Silva Liger, Simone da Silva Oliveira

Em abril de 2013, o Ministério da Saúde instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente, com o objetivo de qualificar o cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde no Brasil. Para isso, é necessário que os serviços de saúde implementem estratégias voltadas a gestores, profissionais e usuários, garantindo uma assistência segura que minimize a ocorrência de eventos adversos. Essas ações envolvem a criação de uma cultura de segurança, a integração dos processos de cuidado e a articulação

com os trabalhos organizacionais dos serviços de saúde. O estudo tem como objetivo descrever as ações e avanços relacionados à segurança do paciente em uma instituição hospitalar do interior da Bahia, a partir da implementação do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), que conta com uma equipe multiprofissional e uma enfermeira como referência técnica e executora. A aplicação das metas internacionais de segurança do paciente, que visam melhorar a segurança através de estratégias baseadas em evidências, foi fundamental para o sucesso do programa. As seis metas incluem: identificação correta do paciente, comunicação efetiva, segurança nos medicamentos de alta vigilância, cirurgia segura, redução do risco de infecções associadas a cuidados de saúde e redução do risco de danos ao paciente decorrentes de quedas e lesões por pressão. A primeira ação do NSP foi divulgar para as equipes assistenciais o papel do núcleo e a importância das notificações de eventos adversos de forma não punitiva e confidencial, com o objetivo de promover o aprendizado organizacional. Para isso, foi criado um fluxo de notificações através de QR code. A Educação Permanente foi adotada como estratégia formativa, com um cronograma baseado nas demandas assistenciais e nas metas internacionais a serem abordadas ao longo do ano, visando transformar as práticas profissionais. Além disso, foi utilizado o questionário Hospital Survey on Patient Safety Culture (HSOPSC) para avaliar a cultura de segurança hospitalar, identificando áreas que necessitam de melhorias e analisando a efetividade das ações ao longo do tempo. O monitoramento mensal dos indicadores assistenciais também foi realizado, com base nas notificações de eventos adversos, falhas nos processos de cuidado e nos insumos para a saúde, emitindo relatórios e realizando reuniões com as lideranças para identificar inconformidades e traçar melhorias na assistência. O NSP obteve resultados significativos por meio da identificação precoce das fragilidades e da implementação de protocolos baseados nas metas internacionais, permitindo a realização de capacitações focadas na aprendizagem e no monitoramento contínuo dos indicadores. Conclui-se que a aplicação das metas de segurança do paciente no ambiente hospitalar, apoiada por indicadores assistenciais e literatura especializada, contribui para uma assistência segura e para a definição de processos de trabalho mais eficazes.

IMPACTO DAS COLISÕES COM VEÍCULOS A PEDAL EM PEDESTRES: ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES E DO PERFIL DOS ACIDENTADOS NAS REGIÕES DO BRASIL (2019–2023)

Rachel Castello Aon Moysés, Danilo Brito Sousa, Gabriela Klein Bellotti,
Pedro Henrique Lourenço de Souza, Simone Karla Apolonio Duarte,
Matheus Figueiredo Gouveia, Clara Casagrande Berriel, Gabriel Armani de Moraes

Entre 2019 e 2023, os acidentes envolvendo pedestres no trânsito brasileiro foram uma preocupação nas cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A diversidade das características urbanas e rodoviárias em cada região contribuiu para diferentes dinâmicas e desafios quanto à segurança dos pedestres. O objetivo deste estudo foi descrever os dados das internações hospitalares e o perfil dos pedestres traumatizados em colisões com veículos a pedal (V01-V09) nas

regiões do Brasil, entre 2019 e 2023. Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional, do tipo ecológico, baseado em dados do DATASUS sobre internações hospitalares e o perfil dos pedestres traumatizados em colisões com veículos a pedal. De 2019 a 2023, foram registradas 166.619 internações de pedestres traumatizados em colisões com veículos a pedal no Brasil, com a maior parte ocorrendo na Região Sudeste (40,70%), seguida pela Região Centro-Oeste (26,32%), Nordeste (19,74%), Norte (5,08%) e Sul (8,16%). O perfil dos internados revelou predominância do sexo masculino, com 69,53% dos casos, sendo 46.282 na Região Sudeste. Quanto à cor, na Região Norte, a maioria dos internados se identificou como parda (80,94%), seguida pelas regiões Nordeste (71,17%), Sudeste (47,29%) e Centro-Oeste (79,32%). Já na Região Sul, os internados foram predominantemente brancos (73,06%). Em relação à faixa etária, a Região Sudeste teve o maior número de internações em todas as faixas etárias, destacando-se os jovens de 20 a 29 anos, que corresponderam a 16,59% dos internados, seguidos pelos adultos de 30 a 39 anos (16,41%) e de 40 a 49 anos (15,99%). A faixa etária de menores de 1 ano apresentou internações pouco expressivas, com menos de 0,21%. A taxa de mortalidade variou entre as regiões, com a maior taxa registrada na Região Sudeste (4,56%) e a menor na Região Nordeste (2,56%). Em relação à média de dias de internação, a Região Norte teve o maior tempo de permanência, com 8,3 dias, enquanto a Região Sul teve a menor média, com 5,5 dias. A Região Sudeste registrou a maior quantidade de óbitos, com 3.094 mortes, enquanto as outras quatro regiões somaram 2.965 óbitos. Conclui-se que, no Brasil, houve uma prevalência de internações de pedestres traumatizados em colisões com veículos a pedal na Região Sudeste, especialmente em indivíduos do sexo masculino e de cor parda. A Região Sudeste não apenas teve mais internações, como também registrou a maior quantidade de óbitos. Além disso, observou-se uma concentração de casos entre indivíduos de 20 a 39 anos. Esses dados destacam a necessidade de políticas públicas mais eficazes, educação para a segurança no trânsito e infraestrutura adequada para minimizar os riscos e proteger todos os usuários das vias.

ENTRE: ARTESANIAS DA DIFERENÇA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Inajara Cagliari Fernandes, Daniele Noal Gai, Luiza de Castro Leandro,
Raissa Martini Junqueira, Willian Dominique Campos dos Santos

Este relato de experiência descreve a participação de estudantes de graduação em saúde coletiva e licenciatura em pedagogia no projeto de pesquisa e extensão “Entre: Artesanias da Diferença (encontros com os modos de existir, narrar e aprender com a deficiência e a loucura)”, realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faced/UFRGS). A saúde coletiva, intrinsecamente relacionada à educação, reconhece a educação em saúde como um dos pilares para a formação e campo de atuação desses profissionais. O resumo visa relatar as atividades vivenciadas no projeto sob a perspectiva de uma sanitarista em formação. O período de desenvolvimento das atividades ocorreu entre setembro de 2023 e março de 2024, e os encontros presenciais aconteceram com trabalhadores e usuários da rede de atenção à saúde do Sistema Único

de Saúde (SUS), bem como educadores e estudantes do ensino público nos municípios de Nova Santa Rita e Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Durante os encontros, materiais foram disponibilizados para a confecção de artesanias, momento em que a pesquisa foi conduzida e pontos de tensão nas conversas se manifestaram, especialmente pela intensidade física aplicada ao processo manual de artesanear. Os diálogos com trabalhadores, usuários e estudantes frequentemente levavam os participantes a refletir sobre o espaço de trabalho e suas experiências de vida pessoal e profissional, de modo que as pessoas saíam dos encontros com novas perspectivas. Em relação à autonomia, observou-se que, embora a didática autônoma tenha sido possível em uma pequena parcela de alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o ambiente de aprendizagem, sem a presença do cuidador familiar, propiciou um processo de emancipação. Também foi notada a centralização de várias funções na figura do educador. Entre os serviços de saúde visitados, um não estava formalmente integrado à rede do SUS, embora atendesse há mais de seis anos usuários de saúde mental do SUS e aguardasse inclusão no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Em todas as visitas, foi oferecido aos participantes óleo essencial de lavanda, uma prática de aromaterapia que promove o bem-estar e é parte das políticas de saúde do SUS. O projeto “Entre Artesanias da Diferença” evidenciou a importância das relações interligadas, como rizomas, no trabalho em saúde, que é um trabalho vivo, articulado pela transversalidade que constitui essa exitosa experiência.

OBSERVATÓRIO DE PRÁTICA INTEGRATIVA EM SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (BRASÍLIA-PIS): AÇÕES COLABORATIVAS DE CAPACITAÇÃO E DE PESQUISA

Josenaide Engracia dos Santos, Daniela da Silva Rodrigues, Doralice Oliveira Gomes, Cristian da Cruz Silva

O Observatório de Prática Integrativa em Saúde do Distrito Federal (BrasíliaPIS) tem uma relação direta com a promoção da saúde e amplia o entendimento sobre o processo saúde, propondo experiências pedagógicas por meio da oferta de capacitações para os profissionais da rede pública de saúde e educação. O objetivo deste estudo é compartilhar as ações do Observatório, como um programa de extensão da Universidade de Brasília, em parceria com a Câmara Legislativa Federal. O Observatório, inserido em uma instituição universitária, proporciona liberdade e autonomia de expressão, além de criar amplas possibilidades para a produção acadêmica. O método utilizado envolveu reuniões com diversos atores para construir uma rede a partir de temáticas e questões de pesquisa sobre práticas integrativas, capacitação de profissionais da atenção primária à saúde, especializada, educação e atendimentos. Também foi realizada uma pesquisa sobre o impacto das capacitações na rede pública de educação e saúde. As atividades foram desenvolvidas por uma equipe composta por docentes pesquisadores, profissionais de saúde do Distrito Federal e estudantes de graduação e pós-graduação. Entre os resultados, destaca-se a realização de um seminário com o professor Adalberto Barretto sobre Terapia Comunitária Integrativa (TCI), a capacitação de 300 profissionais da atenção primária, especializada e da educação nos cursos de auriculoterapia, automassagem, ventosaterapia e TCI, além

de atendimentos realizados em auriculoterapia, automassagem e TCI nas Unidades Básicas de Saúde de Ceilândia e a publicação de um capítulo de livro pela Editus, editora da Universidade Estadual de Santa Cruz. Todas as ações foram registradas por meio de narrativas e ponderações, que despertaram um conjunto de ideias sobre a inserção das práticas integrativas como mecanismo de transformação na formação dos profissionais de saúde, educação e no autocuidado durante os atendimentos. As considerações finais apontam que o Observatório, como cenário de conhecimento, é um ambiente significativo para novas possibilidades na formação de profissionais da saúde e educação, por meio da construção colaborativa envolvendo diversos atores e fortalecendo a interlocução institucional para subsidiar políticas públicas, além de ampliar as práticas integrativas na rede de saúde e educação. Os desafios incluem a sustentabilidade do projeto e os passos dados na articulação com outros observatórios do Brasil.

INFLUÊNCIA DO DISPARO DE ARMA DE FOGO NAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES NAS REGIÕES DO BRASIL DE 2019–2023

Rachel Castello Aon Moysés, Danilo Brito Sousa, Lucas Vieira Victor de Souza Pedruzzi, Gabriela Klein Bellotti, Simone Karla Apolonio Duarte

Entre 2019 e 2023, o Brasil enfrentou um preocupante cenário de agressões por disparo de arma de fogo de mão, afetando todas as suas cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Esses incidentes não apenas representaram uma ameaça à segurança pública, mas também refletiram os desafios sociais e políticos específicos de cada região. O objetivo deste estudo foi descrever os dados das internações hospitalares e o perfil dos pacientes vítimas de agressão por disparo de arma de fogo de mão (CID10: X93) nas regiões brasileiras entre 2019 e 2023. A metodologia adotada foi um estudo epidemiológico, observacional e ecológico, utilizando dados coletados do DATASUS, referentes às internações hospitalares e ao perfil dos pacientes em todas as cinco regiões do Brasil durante o período mencionado. Os resultados mostraram que ocorreram 34.576 internações por agressão por disparo de arma de fogo de mão no Brasil entre 2019 e 2023, sendo 15,47% na Região Norte, 43,39% na Região Nordeste, 32,55% na Região Sudeste, 4,12% na Região Sul e 4,47% na Região Centro-Oeste. O perfil dos internados predominou entre o sexo masculino, com 91,55% dos casos nas cinco regiões do país. Quanto à cor, a maioria dos internados na Região Norte foi de pessoas que se consideram pardas (73,90%), seguido pelo Nordeste (50,52%), Sudeste (52,42%) e Centro-Oeste (50,32%). Na Região Sul, as pessoas que se consideram brancas foram a maioria (69,99%). Em relação à faixa etária, os jovens de 20 a 29 anos foram os mais internados (40,76%), seguidos pelos adultos de 30 a 39 anos (22,11%) e jovens de 15 a 19 anos (16,42%). A taxa de mortalidade variou entre as regiões, sendo a maior na Região Sul (10,94%) e a menor no Centro-Oeste (5,7%). Quanto ao tempo médio de internação, a Região Nordeste teve o maior período de permanência, com 8,5 dias, enquanto o Sul teve a menor média, com cinco dias. Em termos de óbitos, a Região Nordeste teve a maior quantidade (1.019 óbitos),

seguida pelo Sudeste (998 óbitos), enquanto as outras três regiões somaram 604 óbitos. Conclui-se que as internações por agressão por disparo de arma de fogo de mão no Brasil entre 2019 e 2023 foram mais prevalentes na Região Nordeste, entre pessoas de cor parda e com idades entre 20 e 29 anos. Além disso, essa região não apenas registrou mais internações, mas também apresentou o maior número de óbitos. A pesquisa destaca que mais de 90% dos internados eram homens, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas para a saúde mental e a prevenção da violência, com foco no sexo masculino, a fim de promover uma cultura de resolução pacífica de conflitos, além de conscientizar sobre os riscos do uso de armas de fogo e incentivar comportamentos responsáveis e a expressão saudável das emoções.

CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS ENTRE OS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO INTERIOR DO AMAZONAS

Marilene Pereira da Silva, Paula Andreza Viana Lima, Matheus Pedrosa da Silva, Miguel Afonso da Costa Pontes, Samilly Moriz da Frota Santos, Paulo Andrey da Silva Araújo, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Cassio da Silva Cavalcante, Abel Santiago Muri Gama

O crescente consumo de drogas psicoativas, tanto lícitas quanto ilícitas, tem sido uma preocupação crescente em diversas sociedades, especialmente entre os universitários. O ambiente universitário, associado a uma nova fase de vida dos jovens, pode torná-los mais vulneráveis ao uso de substâncias. Este estudo objetivou avaliar o consumo de drogas lícitas entre os estudantes de graduação do interior do Amazonas, especificamente na cidade de Coari, como parte de um projeto maior sobre qualidade de vida entre estudantes universitários. O estudo foi um recorte descritivo e transversal, com amostragem não-probabilística, extraído do projeto maior denominado “Qualidade de vida entre estudantes de graduação em uma universidade pública de Coari – Amazonas”, realizado de março a julho de 2018. Participaram 694 estudantes, representando 70% dos alunos matriculados no Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários autoaplicáveis, abrangendo questões sociodemográficas, acadêmicas, hábitos e estilos de vida. A análise dos dados foi feita por estatística descritiva. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. Dos 694 estudantes, 42,2% (n=293) relataram consumo de drogas lícitas. A maioria dos consumidores tinha até 20 anos (33,8%), eram do sexo feminino (50,5%), solteiros (77,5%), católicos (61,8%) e pardos (74,1%). A substância lícita mais consumida foi o álcool, com destaque para a cerveja (68,3%), seguida de vodka (27,0%), vinho (3,1%), Skarlloff (1,0%) e pinga (0,7%). Em relação ao nível de uso, a maioria dos consumidores foi classificada como fazendo uso de baixo risco, com necessidade de prevenção primária (78,0%). A análise da prevalência e dos padrões de uso de drogas lícitas entre universitários é fundamental para compreender o comportamento desse fenômeno, especialmente em contextos regionais específicos. Compreender os padrões de consumo pode ajudar na implementação de ações de prevenção e controle, visando reduzir ou mitigar os efeitos adversos do consumo de substâncias, com ênfase na educação e programas de saúde voltados para a promoção do bem-estar dos estudantes.

COMITÊ DE ENFRENTAMENTO ÀS ARBOVIROSES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Anna Clara Silva Torres, Geanne Maria Costa Torres, Inês Dolores Teles Figueiredo,
Cícea Emanuele do Monte simão, Maria Rocineide Ferreira da Silva

As arboviroses, causadas por vírus transmitidos por mosquitos, como a dengue, chikungunya e zika, representam um grande desafio para a saúde pública no Brasil devido ao potencial de disseminação das doenças. O mosquito *Aedes aegypti*, principal vetor dessas doenças, está presente em todo o território nacional, especialmente em ambientes favoráveis à sua reprodução. O combate eficaz a essas doenças exige ações coletivas e intersetoriais, como a criação de comitês de enfrentamento, que promovem estratégias de prevenção e cuidados com os ambientes para proteger a saúde da população. O objetivo deste relato de experiência é compartilhar as vivências no Comitê de Enfrentamento às Arboviroses em um município da região do Sertão Central, em Pernambuco, destacando o papel das ações coletivas no combate às arboviroses. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, no formato de relato de experiência, que descreve as ações intersetoriais promovidas pelo Comitê de Enfrentamento às Arboviroses. Durante o mês de março de 2024, a Vigilância em Saúde da VII Gerência Regional de Saúde (VII GERES) se uniu a representantes de hospitais, batalhão, escolas, faculdades, Departamento de Trânsito (DETRAN), garis, agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e outros para discutir os indicadores de arboviroses, as características do mosquito *Aedes aegypti* e as formas de prevenção. As reuniões promoveram espaços de diálogo, com apresentações sobre as arboviroses e suas consequências, seguidas de discussões que estimulavam a conscientização social e mudanças comportamentais voltadas à prevenção. O Comitê elaborou um plano de ação para combate à dengue e outras arboviroses, com a atribuição de responsabilidades específicas para cada instituição presente no enfrentamento do mosquito transmissor. A intervenção resultou em várias ações concretas, como mutirões de limpeza, identificação de focos do mosquito nos bairros e nas casas pelos agentes comunitários de saúde, e limpeza das ruas para evitar a proliferação do vetor. Além disso, foram realizadas rodas de conversa e palestras nas escolas, faculdades e cursos técnicos para promover a conscientização coletiva. O DETRAN colaborou removendo veículos abandonados, que eram locais propensos à criação de mosquitos. Também foi realizada capacitação dos profissionais de saúde sobre a importância da notificação dos casos suspeitos e sobre o manejo adequado para identificar precocemente as arboviroses. Espera-se que as ações propostas pelo Comitê de Enfrentamento às Arboviroses contribuam para a redução ou até eliminação da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, pois a mobilização intersetorial e interinstitucional, somada à educação em saúde, potencializa o combate ao vetor. O controle das arboviroses é um desafio constante, principalmente devido às mutações do vetor, mas com ações colaborativas de comitês compostos por integrantes engajados, é possível alcançar o controle da doença e a prevenção de novas infecções.

O CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CIEVS/RS) NO CONTEXTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA CAUSADO PELOS EVENTOS CLIMÁTICOS NO ESTADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Victoria Figueiredo Ribeiro, Sabrina Vizeu

A experiência relatada é um desdobramento das atividades de estágio realizadas no Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS), vinculado ao Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS). O CIEVS/RS foi estabelecido em 2007 com a missão de auxiliar a gestão no monitoramento e detecção de emergências de saúde pública, tanto de âmbito estadual quanto nacional e internacional, por meio de vigilância baseada em eventos, além da tradicional vigilância baseada em indicadores. Com a declaração do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, em 4 de maio de 2024, devido às enchentes, ações emergenciais foram adotadas com parcerias intersetoriais. A primeira ação emergencial foi a produção de um Guia Básico com orientações sobre riscos e cuidados com a saúde em cenários de enchente. O guia abordava desde a remoção de sujeiras até cuidados pessoais essenciais. Além disso, a central de processamento de dados do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (PROCERGS) foi danificada, impactando o envio regular de dados para o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net), entre 6 e 26 de maio. Para contornar esse problema, foi desenvolvido um formulário temporário para o preenchimento das notificações de agravos emergenciais. Esses dados seriam posteriormente integrados ao Sinan Net. A coleta de informações foi acompanhada por *dashboards* e *cards*, compartilhados diariamente com as autoridades e setores de saúde, com destaque para o aumento de casos de leptospirose, uma das doenças emergenciais monitoradas. A integração de tecnologias de comunicação, como o uso de *dashboards* e a criação de um banco de respostas temporário, tem se mostrado uma estratégia eficaz para subsidiar decisões das autoridades competentes e prevenir danos à população. Além disso, com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), foi ministrada uma apresentação sobre a ferramenta EWARS, que auxilia na detecção de alertas e resposta a emergências de saúde. A partir desses dados, o planejamento estadual e nacional visa integrar as informações coletadas nos municípios de maneira mais eficiente. As principais dificuldades enfrentadas refletem os desafios da articulação interinstitucional e a colaboração entre as três esferas de gestão pública (municipal, estadual e federal), especialmente no contexto de uma emergência. A necessidade de uma resposta articulada diante de situações emergenciais requer maior integração e celeridade nas ações, e as lições aprendidas com essa experiência podem ser fundamentais para aprimorar a gestão de futuras emergências em saúde pública no Brasil.

AÇÃO EDUCATIVA DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO AMAZONAS

Francisco Ariel Nascimento Silva, Marilene Pereira da Silva, Miguel Afonso da Costa Pontes, Raul Souza da Cruz, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Samilly Moriz da Frota Santos, Milena Souto Monteiro, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

O relato de experiência descreve uma ação educativa voltada para o tratamento de água para consumo em comunidades ribeirinhas do Amazonas, realizada por estudantes de Enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia – ISB/UFAM, no contexto da disciplina Enfermagem em Saúde Coletiva II. A atividade ocorreu em 8 de março de 2024, na Vila do Itapéua, localizada no Médio Solimões, no interior do município de Coari, Amazonas. A ação teve como objetivo promover práticas de higiene e conscientização sobre a importância do tratamento de água para consumo seguro, visando melhorar as condições de saúde pública da comunidade. Devido à falta de espaços apropriados para reunir a população, as atividades foram realizadas nas residências. Os estudantes distribuíram hipoclorito de sódio 2,5%, com instruções sobre seu uso para desinfecção tanto da água quanto dos alimentos. Os grupos de discentes foram responsáveis pela distribuição de dois a três frascos de hipoclorito por residência. Durante as visitas, foi enfatizada a importância do tratamento da água, apesar de muitas famílias já receberem o material da Unidade Básica de Saúde (UBS) local. No entanto, algumas dúvidas sobre o uso correto do hipoclorito foram identificadas. A comunidade mostrou-se receptiva e participou ativamente das orientações, com destaque para as dúvidas esclarecidas sobre o uso do hipoclorito. A ação educativa gerou um impacto positivo, pois não só distribuiu o produto, mas também incentivou a conscientização sobre a importância da desinfecção da água e práticas de higiene. A ação revelou-se crucial para a saúde das comunidades ribeirinhas, considerando o contexto de vulnerabilidade sanitária dessas populações. Além de ensinar a desinfecção da água, a atividade também promoveu práticas higiênicas essenciais para prevenir doenças infecciosas, como as diarreicas e parasitárias, comuns no consumo de água não tratada. Essa experiência destaca a importância de intervenções locais, adaptadas às especificidades culturais e regionais, para garantir a saúde pública e a promoção da saúde nas comunidades mais vulneráveis.

FALANDO SOBRE O CÂNCER DO COLO DE ÚTERO PARA ESTUDANTES EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI – AMAZONAS

Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Ananias Facundes Guimarães, Rodrigo Silva Marcelino, Leticia Costa Wanderley, Matheus Pedrosa da Silva, Milena Souto Monteiro, Marilene Pereira da Silva, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

O presente relato de experiência descreve uma ação educativa realizada por acadêmicos de

enfermagem da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no âmbito da disciplina Saúde Coletiva II, com o objetivo de promover a conscientização sobre a prevenção do Câncer do Colo de Útero (CCU) entre pré-adolescentes. A atividade ocorreu no dia 18 de março de 2024, na Escola Estadual Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Coari, Amazonas, e envolveu cerca de 200 estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. A ação foi dividida em dois momentos: pela manhã, os alunos do 6º e 7º ano (11 a 12 anos) receberam explicações adaptadas à sua faixa etária, com materiais lúdicos, enquanto à tarde, os estudantes do 8º e 9º ano (13 a 15 anos) participaram de uma abordagem mais detalhada, utilizando imagens reais de casos de CCU e uma dinâmica interativa para reforçar o aprendizado. Em ambos os turnos, após a exposição dos acadêmicos, os alunos tiveram a oportunidade de tirar dúvidas e demonstrar o que haviam aprendido, discutindo a importância das consultas de rotina e a identificação precoce de sinais e sintomas. Essa ação permitiu que os pré-adolescentes se conscientizassem sobre a saúde ginecológica e a prevenção do CCU, além de proporcionar aos acadêmicos uma experiência enriquecedora, ampliando sua atuação para além do consultório e promovendo o entendimento de questões de saúde desde o início da vida reprodutiva.

PROBLEMAS ÁLGICOS EM ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE NO INTERIOR DO AMAZONAS

Matheus Pedrosa da Silva, Marilene Pereira da Silva, Cássio da Silva Cavalcante, Milena Souto Monteiro, Francisco Ariel Nascimento da Silva, Letícia Costa Wanderley, Ananias Facundes Guimarães, Paula Andreza Vianna Lima, Abel Santiago Muri Gama

A dor em estudantes é uma preocupação crescente, pois pode afetar negativamente seu bem-estar físico, emocional e acadêmico. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a dor como um problema de saúde. Assim, este trabalho tem como objetivo descrever os problemas álgicos em estudantes da área da saúde no interior do Amazonas. Trata-se de um estudo descritivo, transversal e de amostragem não-probabilística, extraído de um macro projeto intitulado “Qualidade de vida entre estudantes de graduação em uma universidade pública de Coari – Amazonas”, executado entre março e julho de 2018. Participaram do estudo 694 estudantes (70%) dos cursos de graduação do Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari. A coleta de dados consistiu em questionários autoaplicáveis, abordando informações sociodemográficas, acadêmicas, hábitos e estilos de vida. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva. O macro projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. Entre os 461 participantes, 247 relataram algum tipo de problema álgico nos últimos 30 dias. A maioria dos participantes era do sexo feminino (71,3%), tinha entre 18 e 20 anos (41,3%), era solteira (83,0%), católica (49,8%), com renda familiar de até um salário mínimo (94,1%), sem atividade remunerada (89,1%), cursava Enfermagem (37,7%) e estava no 1º ao 4º semestre (55,9%). Foram identificados 11 tipos diferentes de problemas álgicos, com a dor de cabeça sendo a mais prevalente (52,6%). A maioria dos participantes tratou seus problemas álgicos com medicamentos de venda livre (44,1%), adquiridos em farmácias (74,9%), sendo a dipirona o medicamento mais utilizado (20,2%). Assim, é indispensável investigar a prevalência e os diferentes

tipos de problemas álgicos que afetam os estudantes da área da saúde no interior do Amazonas, pois esses estudos podem contribuir para a implementação de políticas institucionais que priorizem a saúde e o bem-estar dos estudantes.

GANHO PONDERAL INFANTIL: E QUANDO O “PESO” AUMENTA E ALIMENTA TÃO SOMENTE A CULPA EM UMA MÃE?

Célia Maria da Rocha Marandola, Thalita da Rocha Marandola, Regina Melchior,
Rossana Staeve Baduy, Josiane Vivian Camargo de Lima

A prematuridade e o baixo peso ao nascer (BPN) são responsáveis por cerca de 60% dos óbitos infantis no Brasil, e o cuidado à saúde de crianças nessas condições exige dos profissionais de saúde um olhar atento, especialmente no que se refere ao monitoramento de ganho de peso e estatura, parâmetros essenciais para o crescimento e desenvolvimento infantil. Este estudo tem como objetivo refletir sobre os efeitos biopsicossociais na mãe de uma criança que, entre outras necessidades, precisa ganhar peso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com perspectiva cartográfica, utilizando ferramentas como o usuário-cidadão-guia (UCG), que orientou a trajetória rumo ao cuidado em saúde, e o Diário Cartográfico (DC), utilizado para anotações dos acontecimentos. O ponto de partida foi o Ambulatório de Estimulação Precoce (AEP), localizado no Consórcio de Especialidades em Saúde de um município da região sul do país, no período de outubro de 2020 a outubro de 2021. A equipe multiprofissional do AEP indicou a família para o acompanhamento do estudo, e a mãe compartilhou os desafios relacionados ao ganho ponderal de seu filho, prematuro e com BPN. As narrativas sobre a produção de cuidado evidenciam o sofrimento emocional da mãe, marcada pela culpa atribuída a ela pelo não ganho de peso do filho. Esse sofrimento surge tanto nas falas de familiares e amigos, que comparam o peso de crianças da mesma idade, quanto na cobrança dos profissionais de saúde, que analisam os dados antropométricos e gráficos sem considerar o relato da mãe, o contexto social e o histórico de ganho ponderal familiar. Essa abordagem leva à atribuição de “fracasso” à mãe, mesmo quando a criança está saudável, como expressado na seguinte fala: “Me sinto sem chão. É como se tudo que eu fizesse até agora estivesse errado. É como se eu não cuidasse da criança. Sabe? Saio de lá triste de verdade!” Esse quadro demonstra uma redução da potência materna, resultante da associação entre fundamentação científica e a concepção de saúde que alguns profissionais trazem para o encontro com os usuários. Embora os dados antropométricos, como peso e estatura, sejam fundamentais para o diagnóstico nutricional e monitoramento do crescimento, a análise desses dados deve ser acompanhada de uma escuta qualificada, com olhar integral e foco no contexto familiar, sem julgamentos. O risco de quebra de vínculos com os profissionais de saúde, descontinuidade do cuidado e danos à saúde mental do binômio mãe-filho devem ser evitados. É essencial incluir essa discussão nos protocolos e linhas de cuidado, para que a prática de não julgar as mães se torne uma rotina nos atendimentos e não um peso adicional para aquelas com filhos que enfrentam dificuldades no ganho ponderal.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE VOLUNTÁRIOS E INDIVÍDUOS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES EM SANTA MARIA (RS)

Clarissa Iensen Boff, Ângela Kemel Zanella, Marcio Rossato Badke, Núbia Beche Lopes, Luana Antunes Sigaran, Fátima Inês Alff Vargas

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi severamente impactado por desastres ambientais, incluindo enchentes e desmoronamentos que afetaram diversas cidades, deixando muitas famílias sem casas, veículos e até mesmo familiares e amigos. A cidade de Santa Maria, uma das mais atingidas, organizou espaços para arrecadação de doações para ajudar as vítimas. O Centro Desportivo Municipal (CDM) tornou-se um ponto central de coleta, abrigando pessoas que perderam suas residências e com a ajuda de voluntários para organizar as doações. Com a preocupação de cuidar também da saúde mental de todos os envolvidos, o projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), denominado “Laboratório de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (LAPICS)”, coordenado pela professora Ângela Zanella, iniciou ações no CDM. Para viabilizar o atendimento, foi criado um grupo no WhatsApp com terapeutas voluntários especializados em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). A partir disso, foi organizada uma tabela de horários conforme a disponibilidade dos voluntários. A Prefeitura de Santa Maria disponibilizou uma sala no CDM, chamada “Pró-Saúde”, já utilizada pela UFSM para outras atividades comunitárias. Também foi criada uma planilha para coletar dados dos usuários, como nome, CPF e a prática escolhida. As atividades começaram em 8 de maio e incluíram práticas como Auriculoterapia, Reiki, Aura Master e Massagem, com destaque para Auriculoterapia e Reiki. Até o momento, 40 pessoas, entre abrigados, voluntários e servidores públicos, foram atendidas. Os resultados têm sido positivos, com relatos de melhorias na saúde dos participantes, especialmente no que se refere à qualidade do sono, disposição para o trabalho e redução de ansiedade, estresse e angústia causados pelas notícias sobre a situação do estado. Com a continuidade das ações, espera-se que mais pessoas se beneficiem, com repercussões positivas para sua saúde. As PICS, ao adotar uma abordagem integral e humanizada, consideram os aspectos físicos, mentais, culturais e emocionais dos indivíduos. Elas se mostram como ferramentas essenciais no processo de promoção e prevenção da saúde mental, física e emocional. No contexto atual do estado do Rio Grande do Sul, além da responsabilidade do governo e da solidariedade da população por meio das doações, é crucial oferecer cuidados voltados à saúde mental dos afetados pelas enchentes, tanto diretamente quanto indiretamente. O uso das PICS é uma forma de reconhecer os benefícios dessas terapias, que são acolhedoras e eficientes, contribuindo significativamente para a saúde dos indivíduos.

PERFIL DOS USUÁRIOS NO INSTAGRAM DO PET-SAÚDE

Leandra Albino de Oliveira e Silva, Erika Kunze Eikievicius Costa, Thais Andrade dos Santos, Thifanny Teixeira Gonçalves de Azevedo, Hellen Roehrs, Francisca Livia de Abreu Azevedo

O Programa de Educação Tutorial (PET) tem desempenhado um papel fundamental na educação em saúde por meio das mídias digitais, utilizando plataformas como o Instagram para disseminar informações que ajudam a sociedade a se tornar mais autônoma em suas escolhas e práticas de saúde. O projeto de extensão promove conteúdos educativos, capacitando os usuários com conhecimentos que incentivam hábitos saudáveis e bem-estar. Desde a criação das redes sociais na década de 1930, plataformas como o Instagram cresceram significativamente, tornando-se espaços sociais com 3,2 bilhões de usuários, especialmente entre os jovens. O engajamento do público é crucial para a transmissão de conhecimento e orientação em saúde, pois as redes sociais oferecem uma mudança radical na educação para a saúde, proporcionando uma plataforma para educar e engajar a população ativamente. No entanto, a eficácia dessa educação depende de análises críticas e da acessibilidade das informações. O objetivo deste estudo foi analisar o perfil do público que acompanha conteúdos digitais sobre educação em saúde na conta do PET “@acoesdesaude.unirio” no Instagram. A pesquisa utilizou o método descritivo-exploratório, coletando dados a cada 90 dias ao longo de 12 meses de 2023. A população-alvo consistiu nos seguidores da conta de educação em saúde do PET no Instagram. Foram publicados 150 posts, sendo 100 no feed e 50 nos stories, com foco em educação em saúde e engajamento por meio de *quizzes*. A análise dos dados revelou que a conta “@acoesdesaude.unirio” tem 1338 seguidores, a maioria dos quais está no Brasil (98,4%), com uma concentração significativa no Rio de Janeiro (67,8%). A maioria dos seguidores é composta por mulheres (83,8%) e jovens adultos (67,4%). Os *quizzes* nos stories se mostraram altamente eficazes para aumentar o engajamento. Este estudo destaca a importância das plataformas digitais na disseminação de informações sobre saúde e na promoção de comportamentos saudáveis, evidenciando a necessidade de estratégias específicas por parte de profissionais de saúde e educadores para maximizar o impacto das campanhas de saúde pública nas redes sociais, garantindo a precisão e eficácia das informações divulgadas.

USO DA VIBRAÇÃO E CRIOTERAPIA COM BUZZY NA REDUÇÃO DA DOR DURANTE A VACINAÇÃO CONTRA A HEPATITE B EM NEONATOS

Max Douglas de Jesus Carmo, Luciano Marques dos Santos, Karine Emanuele Peixoto Oliveira da Silva, Valesca Silveira Correia, Raquel Líbni Peixoto Moraes, Maysa da Hora dos Santos, Thaís Ferreira da Silva, Davi Fernando Araújo da Silva Almeida, Marielen Goveia Souza

Nos primeiros dias de vida, o recém-nascido (RN) é submetido a diversos procedimentos dolorosos, como a administração da vitamina K na sala de parto e as vacinas contra Hepatite B e BCG, que podem ter repercussões negativas a longo prazo. O uso simultâneo de vibração e crioterapia, por

meio do equipamento Buzzy, tem se mostrado uma medida não-farmacológica eficaz para o alívio da dor durante a aplicação de imunobiológicos. O Buzzy é um dispositivo motor não invasivo que emite frio e vibrações ao ser colocado sobre a área da aplicação. Embora haja poucos estudos na literatura sobre a combinação dessas duas técnicas em neonatos, pesquisas existentes destacam que a vibração isolada já reduz a dor durante procedimentos como a punção de calcâneo. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de graduação em enfermagem, supervisionados por docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), durante a utilização associada da vibração e crioterapia com o Buzzy na administração da vacina contra Hepatite B em neonatos em uma unidade hospitalar pública. O estudo foi realizado entre fevereiro e março de 2024, em unidades de alojamento conjunto de uma maternidade de média complexidade. Durante o procedimento, os estudantes e docentes abordaram as mães no leito, explicando o funcionamento do Buzzy e obtendo o consentimento para seu uso. O RN era posicionado no berço de acrílico por três minutos sem estímulo, e, em seguida, o dispositivo era colocado na região do vasto lateral do membro inferior esquerdo do RN, promovendo tanto vibração quanto crioterapia. Após a aplicação da vacina, o Buzzy permanecia ligado por mais dois minutos. Os resultados mostraram que o uso do Buzzy durante a vacinação foi eficaz no manejo da dor, com redução nas expressões de dor e desconforto, além de um tempo de choro significativamente menor, em comparação com a ausência de qualquer método de alívio da dor. O Buzzy proporcionou uma experiência menos estressante tanto para os RN quanto para suas mães. Conclui-se que a combinação de vibração e crioterapia, oferecida pelo dispositivo Buzzy, representa uma abordagem eficaz e viável para promover maior conforto e alívio da dor durante a administração da vacina contra Hepatite B em neonatos.

SAÚDE E TERRITÓRIOS: RELATO DE UMA JORNADA DE TERRITORIALIZAÇÃO NO INÍCIO DO CURSO DE MEDICINA

Ana Beatriz de Freitas Formiga, Aída Albuquerque Pontes, Antomir Santos Pereira

A territorialização emerge como uma ferramenta essencial no planejamento das ações de saúde, permitindo o entendimento dos aspectos ambientais, sociais, demográficos, econômicos e dos principais problemas de saúde de uma determinada área. Esse conhecimento possibilita o desenvolvimento de intervenções epidemiológicas e atividades voltadas às necessidades da comunidade, favorecendo a concretização da hierarquização e regionalização dos serviços de saúde. O objetivo deste trabalho é discutir o potencial da territorialização no contexto educativo, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do processo saúde-doença e sua relação com o território. Nesse contexto, a territorialização realizada em campo pelos estudantes de Medicina do 1º período da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) permitiu uma melhor assimilação do tema, configurando-se como uma abordagem inovadora na educação em saúde. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado no semestre de 2023.1, por acadêmicos do 1º período de Medicina da

UFPB, na disciplina de Cuidado em Saúde na Comunidade, no bairro Cristo Redentor, Zona Oeste de João Pessoa, mais especificamente na comunidade Boa Esperança. As atividades de campo foram realizadas em colaboração com o docente responsável, uma liderança comunitária e os trabalhadores da Unidade Básica de Saúde (UBS) local. A análise do território revelou aspectos fundamentais para a compreensão do processo saúde-doença, como áreas de risco ambiental e social, condições sanitárias, frequência de coleta de lixo, saneamento básico, distância até os serviços de saúde e pontos de transporte público. Com o conhecimento do território, os estudantes puderam elaborar planos de cuidado mais eficazes, humanos e estratégicos, contribuindo para uma formação sólida no processo de cuidado. A participação ativa na territorialização, com envolvimento das lideranças locais, trabalhadores da saúde e usuários, revelou-se uma ferramenta inovadora que integra os aspectos teóricos da política do Sistema Único de Saúde (SUS) à realidade prática, permitindo aos estudantes compreenderem a importância do território na saúde pública. Além disso, o território, como o espaço concreto da vida social, constitui o principal cenário de atuação do médico de saúde da família, sendo essencial que os futuros profissionais compreendam a relação entre saúde, doença e território amplamente, para atuar de maneira eficaz nas áreas mais afetadas pelas desigualdades socioeconômicas.

DISTÚRBIOS RESPIRATÓRIOS EM RECÉM-NASCIDOS E SUA RELAÇÃO COM A PREMATURIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Sarah Mendes da Silva Araújo, Gisele Barbosa Rocha, Sabrina de Oliveira Gama, Monica Karla Vojta Miranda

Os distúrbios respiratórios em recém-nascidos pré-termo (RNPT) representam uma das principais complicações nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), decorrentes da imaturidade pulmonar, caracterizada pela deficiência de surfactante. O surfactante é uma substância crucial para a maturação pulmonar, reduzindo a tensão superficial nos alvéolos e prevenindo o colapso alveolar durante a expiração. Sua produção começa a partir da 23ª semana de gestação, com pico por volta da 35ª semana. A deficiência desse composto nos RNPT está associada ao aumento da incidência de distúrbios respiratórios, como a síndrome do desconforto respiratório (SDR) e a taquipneia transitória do recém-nascido (TTRN). A revisão de literatura realizada entre 2016 e 2022, envolvendo fontes como Google Acadêmico, PubMed, ACM e Acervo+, revelou que a prematuridade é fortemente relacionada à imaturidade pulmonar e à deficiência de surfactante, sendo um fator de risco para complicações respiratórias. A SDR é uma das condições mais prevalentes, associada diretamente à ausência de surfactante, enquanto a TTRN, que ocorre principalmente em recém-nascidos próximos ao termo, é caracterizada por respiração rápida devido ao acúmulo de líquido nos pulmões. Além da prematuridade, outros fatores de risco, como o baixo peso ao nascer, baixo índice de APGAR no primeiro minuto, cesárea eletiva e o sexo masculino, também são associados ao desenvolvimento de distúrbios respiratórios. A cesárea, em particular, impede benefícios importantes do trabalho de parto, como a expulsão do líquido pulmonar e a secreção do surfactante. O sexo

masculino é outro fator de risco, influenciado pela ação dos andrógenos, que afetam negativamente a maturação pulmonar. Portanto, a imaturidade pulmonar nos RNPT, associada à insuficiência de surfactante, é um dos principais determinantes dos distúrbios respiratórios. Estratégias de prevenção, como a administração de surfactante exógeno e o manejo adequado desses distúrbios, são essenciais para reduzir a morbidade e melhorar os desfechos clínicos. A identificação precoce e o tratamento eficaz dessas condições podem evitar complicações graves, contribuindo para a melhora da qualidade de vida desses recém-nascidos.

GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: ESTRATÉGIA PARA SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Victoria Leslyê Rocha Gutmann, Gisele Cristina Manfrini, Camila Daiane Silva, Sheila Rubia Lindner, Rosane Gonçalves Nitschke, Marli Terezinha Stein Backes, Sandra Mara Corrêa

A Violência contra as Mulheres (VCM) é um fenômeno complexo que envolve múltiplos determinantes culturais, biológicos, psicológicos e sociais. A masculinidade hegemônica, como construção social, tem papel central no comportamento violento, o que é amplificado pelas normas de gênero vigentes. A Lei Maria da Penha (2006) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (2009) incentivam a inclusão dos homens nas estratégias de enfrentamento da VCM, com destaque para a atuação dos grupos reflexivos para Homens Autores de Violência (HAV), como um método para superar essa problemática. O estudo descrito visou analisar as características de dois grupos reflexivos para HAV, localizados em Florianópolis e Blumenau, em Santa Catarina, Brasil, com o objetivo de entender as abordagens desses grupos para o enfrentamento da VCM. O estudo qualitativo, realizado entre maio e julho de 2023, envolveu entrevistas com sete profissionais atuantes nos grupos, cujas áreas de formação eram psicologia e assistência social. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise Temática. Nos dois grupos, a formação profissional foi diversificada, com facilitadores, supervisores e coordenadores, além de uma equipe reflexiva responsável pela observação e pelo compartilhamento das reflexões finais. As abordagens teóricas incluíram as teorias feministas, o construcionismo social e a teoria sistêmica, com o apoio de materiais do Instituto NOOS. Os grupos reflexivos foram compostos por homens encaminhados judicialmente, mas, em Blumenau, houve também adesão voluntária. O grupo de Florianópolis era fechado e presencial, com 12 a 20 homens participando de encontros semanais durante 12 semanas. Já o grupo de Blumenau era aberto e oferecia modalidades presencial e online, com encontros semanais ou quinzenais, de seis meses a um ano por ciclo, envolvendo de 15 a 20 homens por ciclo. A participação dos homens nos grupos estava geralmente vinculada à obrigatoriedade judicial, embora em Blumenau houvesse casos de adesão voluntária. As considerações finais indicam que, dada a complexidade da VCM, as intervenções devem ser interdisciplinares e envolver diversos setores da sociedade. A atuação dos grupos reflexivos para HAV surge como uma estratégia poderosa no enfrentamento da violência, proporcionando um

espaço para reflexão e mudança de comportamentos, além de ser um modelo de intervenção coletiva e multiprofissional que contribui para a superação da VCM.

VIBRAÇÃO E CRIOTERAPIA COM BUZZY: TECNOLOGIA PARA ALÍVIO DA DOR DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DA VACINA BCG EM NEONATOS.

Maysa da Hora dos Santos, Luciano Marques dos Santos, Valesca Silveira Correia, Max Douglas de Jesus Carmo, Davi Fernando Araújo da Silva Almeida, Marielen Goveia Souza, Raquel Líbni Peixoto Moraes, Haniel Felix da Silva, Karine Emanuele Peixoto Oliveira da Silva

O relato de experiência apresentado descreve a aplicação do dispositivo Buzzy como uma estratégia de alívio da dor durante a administração da vacina BCG em neonatos, realizada por acadêmicos de graduação em enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em unidades de alojamento conjunto de um hospital maternidade de média complexidade. O objetivo principal foi avaliar o efeito do Buzzy na redução da dor neonatal, oferecendo uma abordagem não farmacológica. O dispositivo Buzzy utiliza vibração e crioterapia como mecanismos de bloqueio da dor. Ele emite ondas vibratórias por meio de um motor em forma de abelha e asas congeláveis, sendo posicionado sobre a pele do neonato dois cm acima do local da aplicação da vacina. A vibração e a crioterapia interferem nos estímulos dolorosos ao ativar várias fibras sensoriais simultaneamente, confundindo o cérebro e diminuindo a percepção da dor, conforme o mecanismo gate-control. Durante o período de aplicação, as mães foram abordadas e informadas sobre o funcionamento do dispositivo, e, com a autorização delas, o Buzzy foi utilizado após a aplicação da vacina. A experiência indicou que o uso do Buzzy resultou na redução do choro e do desconforto nos neonatos, comparado aos que não utilizaram nenhum método de manejo da dor. A redução dos sinais de dor foi atribuída à diminuição da sensação de dor local, causada pela vibração, que induz dormência e parestesia, e ao efeito bloqueador das asas de gelo, que interferem na condução dos estímulos dolorosos. As considerações finais destacam que o dispositivo Buzzy se mostrou uma alternativa eficaz para reduzir o desconforto durante a administração da vacina BCG em neonatos, evidenciando seu potencial como uma estratégia não farmacológica viável para manejo da dor em recém-nascidos.

O DISCURSO DA MATERNIDADE IDEAL E O CUIDADO EM SAÚDE MATERNA

Gabriela Borsato Scaliante, Thassia Souza Emidio

O trabalho apresentado aborda a crescente presença das mães influenciadoras digitais no Instagram e os impactos dessa representação idealizada da maternidade nas mulheres que seguem esses perfis. Ao se tornarem figuras de referência para seus seguidores, essas influenciadoras moldam

e perpetuam uma visão hegemônica da maternidade, associada a ideias de plenitude, felicidade e sucesso, muitas vezes vinculadas a condições financeiras privilegiadas e acessos a serviços e produtos caros. A pesquisa foi conduzida com sete mães que vivenciam uma maternidade real e seguem perfis de mães influenciadoras no Instagram. Por meio de entrevistas realizadas durante uma iniciação científica, as participantes expressaram sentimentos de culpa, frustração e angústia ao compararem sua realidade com as imagens construídas nas redes sociais. A principal constatação foi que a maternidade apresentada nesses perfis não reflete a realidade da maioria das mães brasileiras, especialmente no que diz respeito a dificuldades financeiras, a ausência de políticas públicas de apoio e o impacto na saúde mental materna. Esse modelo de maternidade hegemônico, ao ser idealizado nas redes sociais, acaba excluindo outras formas de matinar, que não correspondem ao padrão da maternidade glorificada. As entrevistadas relataram que as comparações com os perfis das influenciadoras, especialmente em relação ao poder de compra e aos recursos financeiros, resultaram em sentimentos de inadequação, insegurança e uma sensação de fracasso por não conseguirem atingir o padrão proposto. O trabalho também faz uma reflexão sobre a necessidade de pensar a maternidade de forma plural, considerando as diversas realidades enfrentadas pelas mães, e destaca a importância de os serviços de saúde entenderem e acolherem essas diferentes experiências. Isso inclui considerar a subjetividade da maternidade e as demandas emocionais e psicológicas das mulheres ao longo da gestação e após o parto. Nesse contexto, é fundamental que a rede de cuidados no Sistema de Saúde esteja preparada para apoiar as mães de diferentes contextos sociais, culturais e econômicos, reconhecendo os desafios específicos que elas enfrentam, além de trabalhar para desconstruir a idealização da maternidade perpetuada pelas redes sociais. Em suma, a análise apresentada no trabalho sublinha a necessidade de um olhar mais humanizado e inclusivo para a maternidade, tanto nas práticas sociais quanto nos serviços de saúde, para promover o bem-estar materno e a saúde mental das mulheres, considerando suas diversas realidades.

O PROTAGONISMO DO ENFERMEIRO NAS VISITAS DOMICILIARES AOS PACIENTES COM LESÕES DIABÉTICAS

Sílvia Maria Farias dos Santos, Luana Almeida dos Santos, Irlaine Maria Figueira da Silva, Adria Maia Leitão, Erli Marta Reis da Silva, Juracy Rocha da Silva, Keyla Pereira Tiago, Sheyla Mara Silva de Oliveira, Franciane de Paula Fernandes

O estudo aborda a importância da assistência de enfermagem no cuidado a pacientes com lesões diabéticas por meio das visitas domiciliares realizadas pela Estratégia Saúde da Família (ESF) em Santarém, no Pará, entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024. O objetivo é não apenas tratar as lesões, mas também prevenir agravamentos, minimizando o sofrimento físico, psíquico, biológico e espiritual, e promovendo a integridade da pele e a continuidade do tratamento. O enfermeiro desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo responsável pelo planejamento das visitas, verificação de insumos, reuniões com os familiares, realização de curativos e acompanhamento da evolução das

lesões. As visitas, realizadas semanalmente, permitiram criar um vínculo de confiança entre pacientes, famílias e profissionais de saúde, promovendo uma assistência integrada e humanizada. Ao longo do ano, a equipe de saúde realizou 82 visitas domiciliares, evidenciando a importância dessa modalidade de assistência na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação dos pacientes com diabetes. As visitas domiciliares não só garantem a continuidade do tratamento, mas também reforçam a necessidade da presença regular da equipe multiprofissional para monitorar as condições de saúde, oferecer cuidados especializados e apoiar as famílias. O estudo conclui que as visitas domiciliares são essenciais para prevenir complicações e melhorar o bem-estar dos pacientes, destacando a relevância de estratégias de atenção primária que considerem os aspectos físicos, emocionais e sociais dos pacientes.

EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO: DESAFIOS E APRENDIZADOS

Sabrina de Oliveira Gama, Gisele Barbosa Rocha, Sarah Mendes da Silva Araújo, Monica Karla Vojta Miranda

O Sistema Único de Saúde (SUS) é estruturado em três níveis de atenção: primária, secundária e terciária, com o objetivo de garantir a continuidade do atendimento ao paciente de acordo com a gravidade da sua condição. Nesse contexto, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) se configura como um nível intermediário entre a atenção básica e a hospitalar, prestando assistência resolutive aos pacientes. A enfermagem, como parte essencial da equipe multiprofissional, desempenha um papel fundamental em situações de diferentes complexidades, sendo uma área central na atuação e formação dos profissionais. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por acadêmicas de enfermagem em uma UPA, destacando os desafios e aprendizados decorrentes dessa vivência. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, baseado na vivência de acadêmicas do sétimo período de enfermagem, no estágio curricular obrigatório em Urgência e Emergência. O estágio foi realizado em uma UPA 24 horas, em um município da região Oeste do Pará, entre os dias 8 e 10 de maio de 2024. O estágio obrigatório em Urgência e Emergência desempenhou papel crucial na formação das acadêmicas, permitindo o contato direto com a realidade do sistema de saúde. As estudantes tiveram a oportunidade de vivenciar o ambiente pré-hospitalar, aprimorando habilidades práticas, como a preparação e administração de medicamentos, além de habilidades clínicas essenciais para a formação profissional. Durante o estágio, elas observaram desafios enfrentados pelos profissionais da unidade, como a insuficiência de espaço físico para a preparação e administração de medicamentos, a superlotação, que resulta em sobrecarga e estresse tanto para os trabalhadores quanto para os usuários, aumentando o risco de acidentes, e as dificuldades na classificação de risco devido à alta demanda, comprometendo a avaliação completa dos sinais vitais. Além disso, notaram que os prontuários eram muitas vezes preenchidos antes da finalização das queixas dos pacientes, prejudicando a qualidade do atendimento. A vivência em uma UPA foi fundamental para a formação das acadêmicas, proporcionando-lhes uma aprendizagem prática e reflexiva sobre os desafios enfrentados pelo serviço

de saúde. Essa experiência contribuiu para prepará-las para sua futura atuação como enfermeiras e gestoras, ressaltando a importância de um ambiente de trabalho adequado e da capacitação contínua para garantir a qualidade no atendimento aos pacientes.

RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO ESCORE LATCH DURANTE A AVALIAÇÃO DA MAMADA: REVISÃO INTEGRATIVA

Lissandra Gomes de Andrade, Karine Emanuelle Peixoto Oliveira da Silva, Luciano Marques dos Santos, Kelly Pereira Coca, Maria Cristina de Camargo, Jefferson Lima de Jesus, Roberta Pinheiro Lira Pamponet, Nathália Yasmim dos Santos Assis, Max Douglas de Jesus Carmo

Nas primeiras 24 horas pós-parto, muitas puérperas enfrentam dificuldades na prática correta da amamentação, o que pode levar ao desmame precoce e a desfechos negativos, como lesões no complexo mamilo-areolar e dor mamilar. Para que a amamentação seja eficaz, é essencial que haja uma combinação adequada de posicionamento, pega e sucção. O uso de instrumentos sistematizados para avaliar a amamentação pode otimizar a prática profissional, garantindo intervenções oportunas e resultados favoráveis. Dentre esses instrumentos, destaca-se o LATCH Scoring System, uma ferramenta prática amplamente utilizada para avaliar a amamentação. O objetivo deste estudo foi revisar a literatura científica para verificar os resultados da aplicação do escore LATCH durante a avaliação da mamada. Trata-se de uma revisão integrativa sobre os efeitos dessa ferramenta, realizada por dois revisores independentes, com desempate por um terceiro revisor. Os artigos foram identificados nas bases PubMed (National Center for Biotechnology Information – NCBI) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde do Brasil), utilizando os descritores MeSH: “breastfeeding” e as palavras-chave “latch instrument” e “breastfeeding assessment”. A seleção dos estudos foi feita com o auxílio do software Rayyan, e as informações foram organizadas e apresentadas em quadros sintéticos. Foram encontrados seis artigos publicados entre 2017 e 2023, com predominância de estudos quantitativos, observacionais prospectivos e de coorte. Os estudos indicaram a importância do escore LATCH, que identifica as dificuldades na técnica da amamentação e oferece suporte e orientação às mães, ajudando a prevenir o desmame precoce antes da alta hospitalar. Conclui-se que o LATCH é uma ferramenta prática e simples, eficaz na identificação de dificuldades na amamentação durante a internação, funcionando como um instrumento de orientação para a realização correta da técnica e com potencial para reduzir as dificuldades de aleitamento materno nas puérperas.

TERRITÓRIO DE DESASTRE AMBIENTAL E INTERPROFISSIONALIDADE EM SAÚDE: UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA EM MIMOSO DO SUL (ES)

Suelen Florindo Gonçalves, Livia Santana de Oliveira, Sirlene de Oliveira Mario Inacio, Yanna Soledade Silva Rody

O trabalho apresentado trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, tendo como ponto de partida a atuação imediata da equipe multidisciplinar de docentes-assistenciais de enfermagem (Yanna Rody), odontologia (Livia Oliveira), medicina (Suelen Gonçalves) e a equipe multiprofissional (Sirlene Inácio) após o desastre ambiental no município de Mimoso do Sul (ES), onde atuam. Localizado no sul do Estado do Espírito Santo, o município possui aproximadamente 24.475 habitantes e conta com 11 equipes da Estratégia de Saúde da Família. Em 22 de abril de 2024, o município foi fortemente impactado por chuvas intensas, que causaram 18 mortes e destruíram seis das 11 unidades de saúde, sendo cinco delas localizadas na área urbana. Este relato visa discutir as intervenções e colaborações dos docentes-assistenciais diante dos eventos emergenciais e de desastre. O Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (Qualifica-APS) desempenhou papel fundamental no atendimento e acolhimento das vítimas, além de organizar o processo de trabalho dos profissionais envolvidos no programa. A cooperação entre o Estado, o Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi) e os municípios do Espírito Santo possibilitou a implementação de ações voltadas para a Estratégia de Saúde da Família. A docente-assistencial médica atuou diretamente na primeira semana após o desastre, oferecendo apoio à gestão municipal para reestruturar os serviços de saúde e realizando atendimentos domiciliares, coleta de dados territoriais e organização dos medicamentos doados. A docente de odontologia, por sua vez, deu suporte à Secretaria Municipal de Saúde e atendeu emergências odontológicas em domicílio. A docente-assistencial de enfermagem foi responsável pelas visitas domiciliares para levantar pacientes com necessidades de receitas para medicamentos, identificar casos suspeitos de leptospirose e mapear famílias em situação de vulnerabilidade alimentar. A equipe multiprofissional, junto com os profissionais de Muqui, também participou do matriciamento, planejamento de ações e apoio na limpeza do setor de Fisioterapia, organização e distribuição de insumos, além de acolhimento psicológico e social. Profissionais farmacêuticos e fisioterapeutas atuaram na dispensação de medicamentos e tratamentos. Na segunda semana após o desastre, as três docentes-assistenciais do ICEPi se dividiram em tarefas remotas com os respectivos profissionais assistentes. Este relato evidencia a importância de uma equipe interdisciplinar nos serviços de saúde, destacando a relevância de uma atuação colaborativa no atendimento às vítimas de desastres ambientais.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL: IDENTIFICANDO OS GRUPOS FEMININOS MAIS VULNERÁVEIS (2012–2022)

Giovana Fantoni Guimarães Castro, Rafaella Dhom Ferrari Matos Gomes,
Gabriel da Silva Brazões Pereira, Gabriel Oliveira Forzan

Historicamente, a sociedade atribuiu papéis distintos aos sexos feminino e masculino, estabelecendo uma estrutura patriarcal que, ao longo do tempo, contribuiu para a perpetuação de comportamentos como a violência contra a mulher. Um exemplo disso pode ser observado no Código Criminal de 1830, que atenuava o homicídio cometido pelo marido ao alegar que sua esposa havia cometido adultério. Nesse contexto, as mulheres vêm lutando por avanços no sistema jurídico brasileiro, como evidenciado pela aprovação da Lei Maria da Penha. Este trabalho tem como objetivo analisar, nos últimos 10 anos, a ampliação ou redução das condutas violentas contra as mulheres no Brasil, além de avaliar o perfil demográfico mais afetado por essa problemática. Trata-se de uma pesquisa epidemiológica descritiva que utiliza dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), a fim de observar, entre 2012 e 2022, a incidência de casos de violência contra mulheres em diferentes regiões e estados do Brasil. A pesquisa também analisa variáveis demográficas, como escolaridade, faixa etária e etnia das vítimas. De acordo com os dados do DATASUS, entre 2012 e 2022, a relação entre o número de notificações femininas de violência interpessoal/autoprovocada (2.343.033) e o total de casos notificados (3.287.167) se manteve em torno de 70% ao longo dos anos, sendo aproximadamente 2,33 vezes maior do que as notificações masculinas. Esse padrão também foi identificado quando analisadas separadamente as variáveis escolaridade, etnia, faixa etária e a unidade federal (UF) de ocorrência. Em relação à escolaridade, as mulheres com ensino fundamental incompleto (5ª a 8ª série) (14,07%) e com ensino médio completo (14,16%) foram as que mais notificaram algum tipo de violência. No que diz respeito à etnia, as mulheres brancas (40,25%) e pardas (39,68%) apresentaram o maior número de denúncias. A faixa etária mais afetada pela violência foi a de 20 a 29 anos (23,74%), observando-se também um aumento significativo na faixa de 10 a 49 anos, em comparação com as faixas etárias menores de 10 anos e maiores de 49 anos. A análise dos dados do DATASUS entre 2012 e 2022 revela que a violência contra a mulher continua prevalente no Brasil, representando cerca de 70% das notificações de violência interpessoal e autoprovocada, com maior incidência entre mulheres jovens e com escolaridade intermediária. Para enfrentar essa situação, é fundamental implementar políticas públicas integradas que promovam a igualdade de gênero por meio da educação, fortaleçam e façam cumprir rigorosamente as leis de proteção às mulheres e ofereçam uma rede de apoio abrangente, incluindo serviços de assistência social, psicológica e de saúde, garantindo uma resposta eficaz e sensível às vítimas de violência.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ESCOLA PARA ALÉM DE UM TEMA TRANSVERSAL: CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS E ATUANTES

Thiago Perez Jorge, Fernanda Carlise Mattioni, Maura Jeisper Fernandes Vieira, Cristianne Maria Famer Rocha

Este texto tem como objetivo apresentar uma análise crítica dos limites de considerar a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) apenas como um tema transversal no contexto escolar, a partir dos resultados iniciais de uma pesquisa de pós-doutorado em andamento. O cenário atual, marcado por pandemias, crises alimentares, ambientais e de saúde, exige soluções integradas, das quais a EAN no ambiente escolar é fundamental. Em 2019, a Comissão Lancet lançou um documento inovador que abordava a coexistência de três grandes problemas de saúde pública no mundo, evidenciados pelo conceito de “Síndemia Global”, que descreve a interação entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, compartilhando determinantes que se influenciam mutuamente na sociedade. A infância é uma fase crucial para o desenvolvimento motor, sensorial, afetivo, cognitivo e social, o que nos leva a refletir que, desde a mais tenra idade, as ações educativas relacionadas à alimentação e nutrição devem ser incorporadas ao currículo escolar. Essas ações podem contribuir de forma significativa na formação dos sujeitos, sensibilizando-os para escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis. No contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desde 2009, com a Lei Federal nº 11.947, a EAN é reconhecida como uma diretriz da alimentação escolar, sendo parte do processo de ensino-aprendizagem. A EAN tem sido formalmente reconhecida em documentos oficiais como tema transversal, como a Lei Federal nº 13.666/2018, que a inclui como tema transversal nos currículos da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que também a contempla, e a Resolução nº 06 do FNDE, de 2020, que esclareceu o conceito de transversalidade para a EAN. No entanto, é necessário problematizar a visão de que a EAN se resume a um tema transversal. Para que a EAN seja realmente incorporada ao currículo escolar, ela deve ser tratada como um campo de saberes e práticas, com teoria e método próprios, e não apenas como um complemento à formação em disciplinas tradicionais, como matemática, português e ciências. A EAN deve ser parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, com um método claro e estruturado, e deve ser referenciada adequadamente no currículo. Caso contrário, se continuar sendo tratada apenas como mais um tema transversal, corre-se o risco de que, no ambiente escolar, a EAN seja uma responsabilidade vaga e diluída, sem efetividade ou significância para os sujeitos da educação.

A IMPORTÂNCIA DO SUS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR

Talita Pimentel Bessa, Sarah Cristina Mota Botero, Janaína Nascimento Dias, Mileyde Gordiano da Silva, Yolanda de Matos Cardoso, Fernanda Farias de Castro

A Saúde Coletiva visa promover a proteção, promoção e recuperação da saúde da comunidade, e, nesse contexto, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) desempenham um papel fundamental, oferecendo

serviços essenciais à sociedade e atendendo os usuários da atenção básica com cuidados tanto in loco quanto domiciliares. A atenção domiciliar, em particular, possibilita que o paciente receba cuidados em sua residência, oferecendo um atendimento humanizado e permitindo que o indivíduo conviva com sua família, rompendo com o modelo hospitalocêntrico e, assim, contribuindo para uma recuperação mais eficaz. A experiência vivida durante as aulas práticas da disciplina do 7º período de Enfermagem, no Processo de Cuidar da Saúde da Família e Coletividade, possibilitou aos alunos vivenciar essa abordagem humanizada nas visitas domiciliares, levando o cuidado da UBS diretamente aos pacientes. A UBS Áugias Gadelha, localizada no bairro Cidade Nova, em Manaus, Amazonas, foi o campo de estágio em fevereiro de 2024, para os graduandos de enfermagem da Universidade do Estado do Amazonas, na Escola Superior de Ciências da Saúde. Durante o estágio, os alunos puderam observar a importância da atenção domiciliar, especialmente para os pacientes referenciados pela UBS, e como esse tipo de atendimento é crucial no cenário brasileiro. A atenção domiciliar ultrapassa os muros das instituições de saúde, levando cuidados aos usuários que, por diversos motivos, não podem comparecer aos serviços de saúde convencionais. Esse modelo de atenção proporciona um trabalho multidisciplinar e garante acesso integral à saúde, beneficiando não apenas os pacientes, mas também suas famílias, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e prevenindo hospitalizações desnecessárias. Embora a atenção domiciliar tenha muitos aspectos positivos, também apresenta desafios, como a dificuldade de acesso, a falta de materiais e o investimento insuficiente nessa área da saúde, evidenciando um descaso governamental com essa importante política pública. Durante o estágio, os alunos vivenciaram um exemplo concreto dessa realidade: foram chamados para realizar a troca de uma sonda vesical de demora em domicílio, mas, ao chegar na residência, o ambiente não era adequado para realizar os procedimentos de maneira totalmente estéril. Foi necessário improvisar com os materiais disponíveis, o que demonstrou a falta de infraestrutura e a necessidade de melhor preparo dos futuros profissionais para lidar com essas situações práticas. Esse tipo de vivência é fundamental para capacitar os graduandos e proporcionar-lhes experiência prática para lidar com os desafios do atendimento domiciliar. Além disso, é evidente que a política pública de atenção domiciliar é crucial para a população e que há um grande potencial de melhoria. As instituições responsáveis pela fiscalização e gestão das Redes de Atenção devem investir na reestruturação dessa rede de cuidados, garantindo a integralidade e a humanização dos atendimentos e proporcionando à população que necessita de atenção domiciliar uma melhor qualidade de vida, saúde e dignidade no processo de morte.

ARTICULAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO COM EMPRESAS E INSTITUIÇÕES PARA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Lorena Evangelista Santos, Francis Sodré

A Pandemia de covid-19 evidenciou a necessidade de o Estado Brasileiro investir na indústria estatal de saúde, pois a alta demanda por materiais, equipamentos, serviços e leitos hospitalares gerou

diversas articulações com o setor privado, resultando em pagamentos com valores variados. Este trabalho tem como objetivo identificar a associação do Fundo Estadual de Saúde (FES) do Espírito Santo com empresas e instituições no período de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021 para oferta de assistência à saúde. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, baseado em dados do Portal Transparência do Estado do Espírito Santo, exclusivos para Covid-19, que permitiram identificar os gastos do FES e as empresas que receberam esses recursos, além das finalidades para as quais foram aplicados. Foram identificadas 148 empresas e instituições que receberam recursos, sendo 3 relacionadas ao pagamento de servidores temporários, 15 ao fornecimento de serviços como remoção, locação de equipamentos e realização de exames, 5 ao ramo de obras e adaptações hospitalares, 97 à compra de equipamentos e materiais hospitalares e 28 à oferta de leitos e gestão de hospitais privados com ou sem fins lucrativos. Algumas empresas e instituições participaram de mais de uma categoria de serviço, como no caso das contratadas para fornecer material e gerenciar serviços de remoção. Os dados mostram como a procura influenciou a oferta de serviços, com o FES precisando estabelecer relações comerciais com uma grande variedade de empresas para garantir a aquisição de materiais e a execução de ações emergenciais. A análise revela que algumas ações ficaram restritas a empresas específicas e destaca a presença significativa de instituições privadas no SUS. Esse cenário reforça a necessidade de maior investimento do Estado na saúde pública estatal, ampliando a infraestrutura hospitalar e capacitando uma rede de fornecedores e profissionais que possam atender a população de forma eficiente, especialmente em momentos de crise, como os vivenciados durante a pandemia.

BALAIO MEU, BALAIOS DE OPINIÃO: UMA VIVÊNCIA PARA COMPARTILHAR MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA, SOCIABILIDADE E SAÚDE

Ticiane Osvald Ramos, Mary Lúcia Souto Galvão

O “Balaio de Memórias” surgiu como uma estratégia metodológica em atividades extensionistas e de pesquisa com caráter participativo em comunidades populares e tradicionais. Trata-se de uma intervenção dinâmica voltada para o despertar do diálogo, a rememoração de trajetórias pessoais, o vislumbre de representações e a produção de sentidos a partir de um elemento típico da cultura popular baiana: o balaio. Este cesto de fibras naturais, mais largo do que alto, é um objeto utilitário bastante presente nas feiras, ruas e manifestações religiosas e culturais do Recôncavo, destinado ao armazenamento e transporte de objetos. O “Balaio de Memórias” é apresentado ao coletivo como um espaço repleto de possibilidades interpretativas, no qual cada pessoa contribui com suas experiências de vida, “enchendo” ou “tirando” o balaio. O objetivo da vivência é transformar o balaio físico em um balaio simbólico, no qual as narrativas, memórias, representações e sentidos se desdobram. Este relato compartilha as experiências vividas, o contexto de surgimento, os princípios e elementos conceituais e teóricos que a inspiram, além de fornecer os elementos práticos para a sua realização. Os princípios que orientam essa vivência estão alinhados com as perspectivas da Educação Popular

Freiriana, da Interdisciplinaridade, da Interculturalidade e da decolonialidade/contracolonialidade dos saberes, destacando a criatividade, a ludicidade, a cultura oral, a corporeidade e os valores civilizatórios afro-brasileiros. As conversas em torno do Balaio assumem um caráter de partilha que vai além das capacidades cognitivas, envolvendo emoções, afetos, corpos e posturas éticas diante da diversidade, produzindo “confluências” baseadas nas trajetórias individuais e coletivas e na condição de circularidade dos povos e comunidades orgânicas, conforme aponta Mestre Nego Bispo. O compartilhamento de saberes e o exercício da escuta – tanto do outro quanto de si mesmo – são condições essenciais desse processo. O “Balaio de Memórias” se apresenta como uma ferramenta de grandes potencialidades, podendo ser utilizado em diversas finalidades: pesquisa-ação, mobilização grupal (em grupos focais ou em etapas exploratórias) e atividades comunitárias (para estreitar vínculos ou mobilizar temáticas). As experiências vivenciadas com o Balaio, embora marcadas pela diversidade, formam um complexo mosaico coletivo, que, embora único no tempo e no espaço, apresenta diversas possibilidades de trocas. Essas trocas se entrelaçam, compondo um todo, assim como uma colcha de retalhos ou as tramas de uma cestaria.

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS EM SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL E OS ESPAÇOS CULTURAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Juliana Araújo Silva

A apresentação refere-se a uma parte da pesquisa de pós-doutorado intitulada “*Cartografia das práticas artísticas com crianças e jovens em espaços de arte: propostas e experimentação no contexto nacional*”, financiada com bolsa CAPES do Programa Nacional de Pós-Doutorado e realizada entre junho de 2019 e maio de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo. O objetivo desta comunicação é apresentar alguns resultados da cartografia de práticas artísticas voltadas a crianças e jovens em sofrimento psicossocial, realizadas em espaços culturais da cidade de São Paulo. O processo de pesquisa envolveu estudos bibliográficos, que revelaram resultados bastante limitados, além de momentos de conversa com equipes educativas de museus e profissionais atuantes nesse campo. Os museus estudados foram: Museu de Arte Contemporânea, Museu Afro-Brasil, Pinacoteca do Estado de São Paulo e Museu de Arte Moderna. Também foi investigada a experiência de uma Casa de Cultura localizada na periferia da cidade. Os resultados apontaram que os espaços de arte estão cada vez mais conectados à questão da acessibilidade para diferentes públicos, buscando formar profissionais capacitados para isso. No entanto, as crianças e os jovens, alvo da investigação, têm pouco acesso às propostas culturais. A maioria das crianças chega aos espaços culturais por meio da escola, enquanto aquelas em sofrimento psicossocial tendem a se afastar também desses espaços educacionais, restringindo seus circuitos sociais. A saúde mental tem se aliado às práticas artísticas de maneira variada, principalmente para a população adulta. A intersetorialidade, essencial para a implementação da Atenção Psicossocial Brasileira, especialmente para a população

infantojuvenil, se mostra crucial. Nesse sentido, é importante compreender as dificuldades enfrentadas nesse investimento para garantir que as crianças e os jovens também tenham acesso e fruição cultural, vivendo os benefícios da cultura em seus processos de saúde e de vida.

VACINAÇÃO DE CRIANÇAS E PROFISSIONAIS REALIZADA POR ACADÊMICOS DE MEDICINA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sophia Sales, Marcela Micelli, Julia Sales Issa, Laís Gonçalves

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi criado para integrar saúde e educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral do estudante. Dentre as ações previstas no PSE está o monitoramento e avaliação da saúde dos alunos, incluindo a situação vacinal. A vacinação é reconhecida como a principal estratégia de prevenção de doenças, sendo uma intervenção rotineira, mas que exige habilidades técnicas dos profissionais para garantir a segurança do paciente. Acadêmicos de medicina de uma faculdade privada de Belo Horizonte (BH) tiveram a oportunidade de participar da campanha de vacinação em uma escola localizada em uma comunidade da região centro-sul da cidade. Durante essa experiência, os discentes puderam identificar as competências necessárias para realizar essa ação com eficácia. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência dos estudantes de medicina na vacinação de alunos e profissionais de uma escola pública em BH. Trata-se de um relato de experiência sobre a campanha de vacinação realizada por acadêmicos de medicina a pedido de uma escola pública da comunidade. Antes da ação, a professora responsável pelos acadêmicos orientou-os sobre como conferir os cartões de vacina e as técnicas de aplicação. Além disso, especificou em quais circunstâncias as vacinas deveriam ser aplicadas, considerando critérios como a idade da criança e se ela já havia tomado determinada dose. Todo o processo foi supervisionado pela docente. Os estudantes foram divididos em dois grupos: um ficou responsável por avaliar os cartões de vacina dos alunos, observando as doses que precisavam ser administradas e verificando se os pais haviam assinado o termo de autorização para vacinação; o outro grupo ficou encarregado de aplicar as vacinas. Após algum tempo, as equipes trocaram de função para que todos tivessem a oportunidade de consolidar a técnica de administração das vacinas. As vacinas aplicadas foram: Meningocócica ACWY, Influenza e HPV. Quanto às vacinas não disponíveis para aplicação pelos acadêmicos, foi orientado que as crianças procurassem uma UBS para que a imunização fosse realizada no prazo. Os funcionários da escola também foram imunizados contra a Influenza. Em um único encontro, foram vacinadas 27 pessoas, todas recebendo a vacina contra a Influenza e duas delas contra o HPV. Os acadêmicos relataram uma experiência enriquecedora, destacando a aplicação dos conhecimentos previamente adquiridos e a eficácia das técnicas de comunicação e distração utilizadas para reduzir a ansiedade das crianças. A experiência reforçou a importância do trabalho em equipe e da gestão eficiente do tempo, resultando em uma vacinação organizada e segura. A campanha de vacinação foi bem-sucedida, contribuindo

para a imunização de crianças e profissionais, além de enriquecer a formação dos futuros médicos. A continuidade de ações semelhantes pode ampliar o alcance da imunização e incentivar a formação de profissionais mais capacitados para enfrentar os desafios da saúde pública.

PROGRAMA DE EXTENSÃO PLANTE SABERES: SALVAGUARDA DE PLANTAS MEDICINAIS PROMOVENDO SAÚDE, CULTURA, EDUCAÇÃO E REGENERAÇÃO AMBIENTAL

Ticiane Osvald Ramos, Marianne Neves Manjavachi, Luana Muritiba Lemos

Este trabalho relata a trajetória de um programa de extensão desenvolvido no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e tem como objetivo contribuir com o registro e a promoção de conhecimentos e práticas relacionadas às plantas medicinais no município de Santo Antônio de Jesus, na Bahia, envolvendo representantes comunitários, como mestres e mestras de saberes tradicionais, agentes comunitários de saúde, membros de comunidades escolares, entre outros. O projeto, iniciado no final de 2019, contempla ações de mapeamento dos atores sociais envolvidos com o tema, formação de redes de compartilhamento de saberes, realização de oficinas, implantação e manutenção de Jardins Medicinais em áreas comunitárias, como estratégias de resgate, multiplicação e valorização de saberes e práticas em torno das plantas medicinais. A metodologia adotada é baseada na educação popular de inspiração freiriana, utilizando estratégias como rodas de conversa e oficinas participativas. Ao longo de aproximadamente quatro anos de atividades, o projeto contou com cerca de 124 participantes, abarcando públicos e atividades variadas, além de três apoios em editais e três jardins agroflorestrais medicinais plantados no município. Em relação aos objetivos propostos, houve um avanço significativo, contribuindo para a difusão da Agroecologia e para a promoção de práticas e saberes sobre plantas medicinais. O projeto atesta que a temática, no âmbito da educação, saúde e ambiente, tem potencial para provocar mudanças necessárias, no sentido de promover equidade e regeneração ambiental, além de valorizar os povos e as comunidades originárias e seus saberes, dentro de uma pluralidade epistêmica. As atividades promovem o cuidado, o autocuidado, a saúde e a qualidade de vida, por meio de encontros geracionais e vivências práticas, o que contribui para o reconhecimento da integralidade dos seres, compreendendo-os como corpos físicos, mas também dotados de emoções, sensações, beleza e relações éticas. Entre as potencialidades do projeto, destaca-se o grande interesse público pelo tema, a familiaridade das pessoas com as práticas de plantas medicinais (sempre há uma memória a ser compartilhada), a riqueza das relações com as ciências e a necessidade de meios acessíveis para o bem-estar e a qualidade de vida. Além disso, o tema tem um grande potencial integrador em atividades de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, existem desafios a serem superados, como a comunicação em tempos virtuais, os efeitos da pandemia de Covid-19 e os impactos do processo político do país nos últimos anos, com recrudescimentos anti-democráticos. Também são necessários recursos para a manutenção e expansão das ações, maior

integração de mestres e mestras, o reconhecimento mais efetivo de seus saberes, a construção de uma rede de atores locais e regionais e o engajamento a médio e longo prazo dos participantes.

RESPOSTA À COVID-19: DECISÕES LEGAIS DE MARÇO A AGOSTO DE 2020 EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Michelle Vieira da Silva, Parole Fernanda Paixão Paulino, Moema Monteiro Batista, Kathleen Tereza da Cruz

Para enfrentar a crise sanitária da covid-19, é crucial a integração entre os entes federativos, garantindo uma resposta efetiva enquanto se preserva a autonomia de cada um. A criação de estratégias de coordenação para reduzir a disseminação do vírus ajudou a mitigar as consequências da crise. Em 2020, a covid-19 chegou ao Brasil por meio de centros internacionais como Rio de Janeiro e São Paulo. Sendo uma doença contagiosa, a covid-19 segue aglomerações humanas e seus fluxos, espalhando-se das grandes cidades para as menores. Assim, além dos centros urbanos principais, os municípios de menor porte também enfrentaram desafios relacionados à sobrecarga dos serviços de saúde. A cidade de Campos dos Goytacazes, situada na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, possui uma estrutura demográfica integrada a cidades vizinhas, com intenso movimento pendular, principalmente devido à indústria petrolífera. A escolha de Campos dos Goytacazes para este estudo justifica-se pelo seu cenário de vulnerabilidade à covid-19, devido às conexões intermunicipais e ao fluxo de pessoas impulsionado pela exploração de petróleo, além de ser uma cidade polo com grande concentração de atividades econômicas. Este estudo analisou a resposta de Campos dos Goytacazes ao enfrentamento da Pandemia de covid-19, com foco nas medidas legais adotadas. O objetivo foi identificar os setores governamentais que regulamentaram as decisões e as normativas publicadas. Foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória para analisar as normativas publicadas no Diário Oficial do Município de março a agosto de 2020. Foram considerados todos os documentos relacionados à pandemia, exceto nomeações, exonerações, documentos orçamentários e outros não vinculados à gestão da crise. Realizou-se a contagem das frequências dos tipos de legislações e dos órgãos emissores dos documentos, classificando-os em três categorias: coordenação, distanciamento social e informação/comunicação. O estudo ainda está em andamento, e os resultados são preliminares. Foram analisadas 142 normativas, principalmente portarias e decretos. A maior frequência de normativas se concentrou na categoria de coordenação, seguida de distanciamento social e informação/comunicação. Os órgãos mais frequentes na emissão de normativas foram o prefeito, a câmara municipal e as secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Humano e Social. Em março, os serviços públicos foram os mais regulamentados, com a suspensão das aulas da rede municipal e o atendimento presencial de serviços públicos, com exceção da Defesa Civil e da Secretaria Municipal de Saúde. Em abril, o comércio foi o foco principal, com a suspensão de atividades comerciais presenciais, exceto farmácias, padarias e hipermercados. Em maio, diante da alta de casos e mortes, a prefeitura decretou o *lockdown*.

VISITAS DOMICILIARES COM AGENTES DE COMBATE ÀS ZONOSSES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE UMA COMUNIDADE NA REGIÃO CENTRO-SUL DE BELO HORIZONTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcela Micelli, Laís Aguiar, Sophia Sales, Julia Issa

No Brasil, as atividades de prevenção e controle das arboviroses são fundamentadas na gestão integrada, na qual os agentes de combate às endemias (ACE) desempenham papel central. Este trabalho relata a experiência de acadêmicos de medicina no acompanhamento das atividades dos ACE em uma comunidade na região centro-sul de Belo Horizonte, destacando a importância desses profissionais em áreas urbanas vulneráveis, onde a interação entre humanos e animais pode aumentar o risco de transmissão de doenças. Além de sua atuação direta no controle das arboviroses, os ACE têm um papel crucial na conscientização da população, na promoção de práticas de higiene e na construção de comunidades mais saudáveis e resilientes diante dos desafios epidemiológicos. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência de acadêmicos de medicina de uma instituição privada na realização de visitas domiciliares com os agentes comunitários de endemias. Inicialmente, o grupo de acadêmicos foi dividido entre três ACE para realizar dez visitas domiciliares, sendo que cada acadêmico ficou responsável por uma microárea da comunidade. A movimentação dos profissionais ocorreu em conjunto pelo território, seguindo a ordem das casas de uma mesma rua. Os principais materiais utilizados durante o trabalho foram: pastilhas para combate de larvas em locais de água parada, tabelas para controle das residências visitadas e cartões fixados nos portões para identificar as datas de averiguação. O objetivo principal dos agentes é identificar áreas de risco dentro da comunidade para implementar tratamentos biológicos e químicos contra vetores endêmicos, como o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de arboviroses, e os roedores. Caso animais infectados sejam encontrados, os profissionais podem realizar pequenos tratamentos ou, em situações mais graves, acionar a Vigilância Sanitária e Ambiental. Os resultados mostraram grande aceitação por parte dos moradores em relação às intervenções dos agentes. O envolvimento dos estudantes na comunidade, por meio de conversas sobre as formas de transmissão das arboviroses, cuidados com animais de estimação e a importância de procurar atendimento médico em caso de sintomas, também foi muito relevante. Observou-se, no entanto, uma disparidade na limpeza das residências, com algumas apresentando acúmulo excessivo de lixo e entulho, o que gerava conflitos entre vizinhos e favorecia a propagação de doenças. As visitas também contribuíram para disseminar informações sobre medidas básicas de prevenção contra zoonoses e para controlar as áreas já afetadas. Em conclusão, a experiência de acompanhar a rotina dos ACE foi fundamental para os acadêmicos compreenderem a vulnerabilidade e a desinformação presentes na comunidade. O envolvimento da comunidade com os estudantes foi positivo para todos os envolvidos. Essa iniciativa ressalta a importância de ações sociais diante dos desafios enfrentados pelas áreas periféricas, especialmente em relação à qualidade de vida, saneamento básico e coleta de lixo. Portanto, a continuidade das atividades educativas é essencial para promover a conscientização sobre medidas preventivas, ajudando a criar um ambiente menos propenso ao surgimento de doenças.

GRUPO PRÉ-OPERATÓRIO DE CIRURGIA CARDÍACA: CONSTITUIÇÃO DE UM CUIDADO INTERDISCIPLINAR

Nataly Netchaeva Mariz, Leila Monique Reis Vasques, Thiago de Oliveira Machado

O Grupo Interdisciplinar Preparatório para Cirurgia Cardíaca (GIPRECC) surgiu a partir da observação da equipe interdisciplinar da Unidade Coronariana do Hospital Universitário Antônio Pedro, que identificou que a falta de informação, juntamente com o intenso impacto emocional e social causado pela intervenção cirúrgica, resultava em complicações pós-operatórias. Esse grupo de suporte foi concebido como uma estratégia de acompanhamento interprofissional pré-operatório, com o objetivo de proporcionar acesso à informação, acolhimento e esclarecimento de dúvidas e preocupações. Dessa forma, busca-se aliviar angústias e promover a autonomia dos pacientes no ambiente hospitalar, contribuindo para um atendimento mais humanizado e fortalecendo a integralidade da atenção. As doenças cardiovasculares continuam sendo uma das principais causas de mortalidade e morbidade na vida adulta, com a insuficiência cardíaca destacando-se como uma das mais prevalentes. O tratamento dessa condição envolve diversas implicações, incluindo o risco de morte, a morbidade que impacta diretamente nas atividades cotidianas, além do simbolismo que o coração carrega no imaginário popular. Observa-se que a experiência de cada paciente com a doença é subjetiva, pessoal e dinâmica, influenciada não apenas por características individuais, mas também por fatores socioculturais e pela rede de apoio que envolve os portadores de doenças crônicas. Grandes centros de cardiologia e hospitais que realizam cirurgias cardíacas têm adotado modelos de abordagem pré-operatória, investindo na educação continuada dos pacientes sobre sua condição de saúde. O fornecimento de informações claras sobre o que esperar do processo cirúrgico contribui para reduzir o medo e a apreensão, facilita a aceitação das terapias propostas e tem mostrado efeitos positivos, como a redução do tempo de estadia na unidade coronariana. Foram realizadas abordagens piloto com pacientes submetidos à cirurgia cardíaca no hospital universitário. Os relatos da equipe da unidade coronariana indicaram que os pacientes que passaram pela abordagem interdisciplinar apresentaram evolução mais satisfatória em comparação aos que não participaram da ação. No contexto institucional de um hospital universitário inserido nas diretrizes do SUS, a integralidade do cuidado e o incentivo ao trabalho interdisciplinar são elementos fundamentais para as intervenções oferecidas. A proposta desta apresentação é promover o intercâmbio de experiências entre pares sobre a implementação de um grupo interdisciplinar pré-operatório cardíaco, com o intuito de atenuar os efeitos estressores do processo de intervenção cirúrgica.

CENTRO CIRÚRGICO: VIVÊNCIA E APRENDIZADOS DE ESTUDANTES EM AULAS PRÁTICAS

Juracir Geane da Silva, Bruna Vasconcelos Falcão, Laysa Gomes dos Santos,
Enya Nunes Tobias, Savia Nobre de Araújo Dórea

O presente relato de experiência descreve as vivências de acadêmicas de Enfermagem da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, durante aulas práticas no Centro Cirúrgico

(CC) de um hospital público de Maceió, com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos em um contexto real, aprimorando a formação acadêmica das estudantes. Inicialmente, foi realizada uma visita técnica ao CC, possibilitando o reconhecimento das instalações e do fluxo de cirurgias, além de compreender a divisão das áreas do hospital, conforme o grau de restrição e cuidados necessários: área não restrita (corredores de entrada, secretaria, vestuário e copa), área semi-restrita (sala de recuperação pós-anestésica, corredores internos, salas de descanso e preparo de material) e área restrita (lavabo e salas de operação). As acadêmicas também estudaram o mapa cirúrgico, identificando horários, terminologias cirúrgicas e responsáveis pelos procedimentos. Em seguida, foram realizadas atividades práticas, como a escovação de mãos e antebraços e a antissepsia do paciente, com supervisão docente para garantir a correta execução das técnicas e reforçar a importância desses procedimentos para a prevenção de infecções. A antissepsia foi realizada em três etapas, utilizando materiais como luvas, gaze, compressas estéreis e soluções antissépticas, preparando a pele do paciente para o ato cirúrgico. Essa experiência prática permitiu que as acadêmicas aplicassem os conceitos aprendidos nas aulas teóricas, proporcionando uma compreensão mais profunda dos cuidados necessários no ambiente cirúrgico, além de fortalecer as habilidades práticas essenciais à atuação profissional. Assim, as aulas práticas no CC representaram uma etapa valiosa na formação das acadêmicas, estimulando o desenvolvimento de habilidades técnicas e a reflexão sobre a importância da biossegurança, da antissepsia e do atendimento ao paciente cirúrgico.

VIVÊNCIA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE UMA COMUNIDADE NA REGIÃO CENTRO-SUL DE BELO HORIZONTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Julia Issa, Sophia Sales, Laís Aguiar, Marcela Micelli

A promoção da saúde no contexto escolar adota uma abordagem integral e multidisciplinar, reconhecendo o ser humano em seu contexto familiar, social, comunitário e ambiental. Dessa forma, as ações de promoção da saúde buscam desenvolver conhecimentos, habilidades e práticas para o autocuidado e prevenção de comportamentos de risco, além de fomentar uma reflexão sobre valores, atitudes, condições sociais e estilos de vida dos indivíduos envolvidos. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência de acadêmicos de medicina de uma instituição privada no desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas como estratégia de promoção da saúde em uma escola estadual na região centro-sul de Belo Horizonte. A diretora da escola identificou, entre os alunos do 3º e 4º anos (com idades entre 8 e 10 anos), necessidades específicas relacionadas à compreensão do corpo humano, bullying e sexualidade, e a partir disso foram planejadas três atividades para um total de 42 alunos. No primeiro encontro, foi realizado um jogo de associação entre órgãos do corpo humano e suas funções, seguido de uma atividade de quebra-cabeça sobre o mesmo tema. Essa abordagem inicial permitiu que as crianças compreendessem melhor o próprio corpo, preparando-as para

discussões posteriores sobre o corpo do outro. Na segunda atividade, foi exibido um vídeo sobre bullying, seguido por um jogo de tabuleiro abordando o respeito ao próximo. Ao final, as crianças firmaram um pacto de respeito mútuo, marcando suas digitais em uma cartolina como compromisso. Para abordar a sexualidade, foi desenvolvida uma atividade sobre os limites do corpo, ensinando às crianças onde elas poderiam ou não ser tocadas por outras pessoas, promovendo o respeito aos limites pessoais. As atividades foram planejadas de maneira lúdica, tornando o aprendizado mais acessível e envolvente. Observou-se grande adesão das crianças, que participaram ativamente e demonstraram interesse pelos temas discutidos. Identificou-se também uma carência afetiva significativa, com algumas crianças buscando abraços e proximidade física com os acadêmicos. Além disso, foi notada uma heterogeneidade no nível de aprendizado, com algumas crianças não sabendo ler, o que exigiu adaptações nas atividades para garantir a inclusão de todos. As atividades contribuíram para aumentar a conscientização das crianças sobre o respeito ao próprio corpo, ao corpo dos outros, a importância de evitar e denunciar o bullying e a compreensão dos limites pessoais. Conclui-se que a experiência de realizar atividades educativas com crianças em situação de vulnerabilidade foi extremamente enriquecedora para todos os envolvidos. As crianças mostraram forte interesse e engajamento nas dinâmicas, e as atividades atenderam às necessidades identificadas pela diretora da escola. Essa iniciativa destaca o papel crucial de projetos que promovem um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso, especialmente em comunidades vulneráveis. A continuidade e adaptação dessas atividades são fundamentais para atender às diversas necessidades das crianças, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento pessoal e educacional.

A IMPORTÂNCIA DAS VISITAS DOMICILIARES COM OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PARA ACADÊMICOS DE MEDICINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laís Aguiar, Sophia Sales, Marcela Micelli, Júlia Sales

A promoção da saúde plena para os brasileiros é um desafio para os profissionais de saúde, especialmente devido às diferentes realidades existentes no país. Nesse contexto, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel crucial, pois atuam diretamente na coleta de dados da população e, conseqüentemente, conhecem de perto as condições prevalentes em suas comunidades. Para uma formação adequada dos profissionais de saúde, é essencial que os estudantes vivenciem o máximo de cenários possíveis, incluindo aqueles de maior vulnerabilidade social. As visitas domiciliares realizadas por acadêmicos de medicina, acompanhados pelos ACS, se configuram como uma estratégia valiosa nesse processo, permitindo que os estudantes compreendam melhor a realidade das pessoas, a dinâmica das comunidades e o papel dos ACS na promoção da saúde. Além disso, essas visitas possibilitam o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a prática médica, como comunicação, empatia e humanização. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência

de acadêmicos de medicina durante visitas domiciliares com ACS, destacando os benefícios dessa integração. Durante o curso da disciplina Prática em Saúde Coletiva I, os discentes de uma instituição privada de ensino superior participaram de visitas domiciliares em uma comunidade da região centro-sul de Belo Horizonte. Nessas visitas, os acadêmicos acompanharam os ACS, profissionais responsáveis pela promoção da saúde em populações com maior grau de vulnerabilidade, ajudando na coleta de dados sobre os moradores, como número de pessoas na residência, profissão e escolaridade, com o intuito de traçar o perfil da comunidade e identificar hábitos de vida e condições de saúde preexistentes. Além disso, os estudantes auxiliavam na verificação do acompanhamento médico dos moradores, investigando como estava a progressão do tratamento das enfermidades e se os residentes estavam seguindo a prescrição de medicamentos. Os resultados das visitas domiciliares permitiram aos acadêmicos uma compreensão mais profunda das condições sociais e econômicas que afetam a saúde dos usuários, além de possibilitar o desenvolvimento de competências técnicas e comunicativas. O trabalho colaborativo com os ACS e o contato direto com as condições de vida das famílias fortaleceram o vínculo dos estudantes com a comunidade e ampliaram a compreensão sobre o papel dos ACS na atenção primária à saúde. A experiência foi extremamente enriquecedora, proporcionando um aprendizado prático e humanizado, fundamental para a formação de profissionais de saúde mais sensíveis e alinhados à realidade dos pacientes.

CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS NO CENTRO CIRÚRGICO PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZADO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aryane Maria Claudino de Oliveira Rocha, Savia Nobre de Araújo Dórea

O Centro Cirúrgico (CC) é um setor hospitalar de alta complexidade e risco, caracterizado por um ambiente dinâmico, imediato e imprevisível, que envolve diversos processos essenciais para garantir a realização segura dos procedimentos cirúrgicos e anestésicos, atendendo adequadamente às demandas dos pacientes. Dentro desse contexto, a equipe de enfermagem desempenha um papel fundamental, sendo responsável pela gestão de pessoas, fluxo de pacientes, materiais, equipamentos e instrumentais, além da execução de procedimentos. A atuação da enfermagem é essencial na prevenção de erros e promoção da segurança do paciente durante a cirurgia. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma acadêmica de Enfermagem no ambiente do CC e destacar as contribuições dessa vivência para o processo de ensino e aprendizagem. O estudo, de caráter descritivo e tipo relato de experiência, foi realizado por uma acadêmica do 7º período do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), durante o módulo de CC na disciplina Bases para Intervenção de Atenção na Saúde IV (BIAS IV). A experiência de assistência de enfermagem no ambiente cirúrgico envolveu a observação da dinâmica do setor, com ênfase nas atividades desempenhadas pelos enfermeiros, tanto em funções gerenciais quanto assistenciais, e pelos técnicos de enfermagem, que atuam como circulantes,

instrumentadores e auxiliares de anestesia. A acadêmica teve a oportunidade de se familiarizar com as normas do setor, materiais e equipamentos necessários para as cirurgias, e a variedade de procedimentos realizados no hospital. Além disso, acompanhou de perto a atuação da enfermagem, desde a organização das salas de cirurgia, preparação do paciente, disponibilização de materiais e equipamentos, até o registro das cirurgias e insumos utilizados, além da execução do checklist de cirurgia segura. Durante a prática, a estudante participou de atividades como escovação cirúrgica das mãos, antissepsia e posicionamento do paciente, compreendendo as técnicas e cuidados necessários, e auxiliou na reposição de materiais durante a cirurgia, além de observar a recuperação pós-cirúrgica. Ao longo das aulas práticas, ficou evidente a importância dessas experiências para a formação acadêmica, pois possibilitaram a correlação entre teoria e prática, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e a percepção da atuação profissional no cuidado ao paciente. Em considerações finais, pode-se afirmar que as aulas práticas no CC proporcionaram à acadêmica um aprendizado valioso, estimulando o raciocínio clínico, técnico e prático em um ambiente de alta complexidade. Essas vivências são fundamentais para o enriquecimento da formação profissional, permitindo o desenvolvimento de valores como responsabilidade, empatia e compromisso com a assistência ao paciente, e contribuindo para uma formação mais capacitada para atender com eficiência as demandas do setor.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E PROMOÇÃO À SAÚDE NO PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA (PSE): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) NO RIO DE JANEIRO

Ericka Maria da Silva, Thais do Nascimento de Oliveira, Raquel Nigre Leal Costa, Juliana de Bem Lignani, Jorginete de Jesus Damiano, Claudia Valéria Cardim da Silva

O alto consumo de alimentos ultraprocessados na sociedade tem refletido também no padrão alimentar das crianças e adolescentes no ambiente escolar, impactando diretamente suas necessidades nutricionais e preferências alimentares. Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental na promoção da saúde, especialmente quando articulada com a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Programa Saúde na Escola (PSE). O Internato de Nutrição em Saúde Coletiva de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro, em parceria com uma rede municipal de saúde, tem implementado ações de promoção à saúde em escolas públicas localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social. O objetivo deste trabalho é relatar um conjunto de práticas educativas desenvolvidas no PSE, com o intuito de ampliar o repertório de experiências com alimentos saudáveis, e explorar o reconhecimento desses alimentos por crianças e adolescentes das escolas públicas no território de uma Clínica da Família no Município do Rio de Janeiro. A prática foi organizada a partir de um cronograma temático mensal, planejado pela Clínica da Família e as escolas, com foco na promoção de uma alimentação adequada, incentivando o consumo de alimentos in natura e minimamente processados. Para isso, foi elaborado um jogo de tabuleiro, no qual os participantes avançavam no percurso ao girar uma roleta com tarefas

que envolviam perguntas, experiências e experimentações com alimentos. O objetivo era estimular diferentes habilidades sensoriais e cognitivas, sendo o jogo adaptado para cada faixa etária: turmas de 4º e 6º anos, com crianças de 7 a 8 anos e adolescentes entre 11 e 13 anos. O jogo contemplava desafios com tempo limitado, e os participantes eram organizados em equipes para fomentar a interação. Nos resultados, a atividade com as crianças foi realizada com quatro grupos de cinco alunos, totalizando 20 crianças, e ajustada para atender as que estavam em fase de alfabetização. Observou-se um desafio no reconhecimento de certos alimentos, como canela, caju, pimentão e berinjela, sugerindo um baixo consumo, exposição e aceitação desses alimentos. Com os adolescentes, formaram-se cinco grupos, com aproximadamente cinco participantes cada, e foi possível notar grande interação, adesão à dinâmica e reflexão sobre as práticas alimentares cotidianas. Em considerações finais, apesar da boa adesão e do envolvimento das equipes de saúde e da escola, as atividades de promoção alimentar ainda ocorrem pontualmente e poderiam ser incorporadas de maneira mais regular nos currículos escolares e nas ações das unidades de saúde, ampliando o impacto dessas práticas na saúde e nutrição das crianças e adolescentes.

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM PARA A PREVENÇÃO DE INFECÇÕES EM UNIDADES DE TERAPIAS INTENSIVAS NEONATAL

Monica Karla Vojta Miranda, Sabrina Larissa Ferreira dos Santos, Nicole Marques Silva

A área hospitalar, especialmente a Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI), é um ambiente com alta circulação de microrganismos patogênicos, contribuindo para o aumento de infecções graves nos pacientes. A utilização de antimicrobianos e a realização frequente de procedimentos invasivos tornam a UTI um local altamente suscetível à contaminação. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha um papel crucial na prevenção dessas infecções, implementando ações e medidas que busquem reduzir sua incidência em neonatos. O objetivo deste trabalho é identificar o papel do profissional de enfermagem na prevenção de infecções em unidades de terapia intensiva neonatal. Trata-se de um estudo exploratório, tipo revisão de literatura, baseado em dados das plataformas LILACS, MEDLINE e BDENF, utilizando os descritores “infecção neonatal” e “papel do profissional de enfermagem”. Foram analisados artigos publicados entre 2019 e 2024, em português e inglês, sobre infecções em unidades de terapia intensiva e as medidas de prevenção adotadas pelo enfermeiro. Ao todo, 15 artigos foram encontrados, dos quais nove atenderam aos critérios do estudo. Os resultados evidenciam que o profissional de enfermagem é responsável por elaborar medidas educativas e treinamentos sobre as práticas preventivas contra infecções para a equipe multiprofissional. Além disso, cabe ao enfermeiro incentivar o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante os procedimentos, com o objetivo de reduzir o contato com patógenos e minimizar a disseminação das infecções. A execução correta das técnicas assépticas e a desinfecção adequada dos equipamentos são outras ações importantes. Além disso, a lavagem das

mãos antes e depois dos procedimentos e do contato com os pacientes é considerada uma medida essencial, visto que as mãos dos profissionais de saúde são um dos principais meios de transmissão de microrganismos patogênicos. Conclui-se que o papel do enfermeiro na UTI neonatal é fundamental para a prevenção de infecções hospitalares. Por meio de uma abordagem holística, o enfermeiro deve criar um ambiente de educação continuada para a equipe multiprofissional e desenvolver um planejamento assistencial individualizado para os pacientes, com o objetivo de prevenir e controlar infecções no contexto hospitalar.

VISITA DOMICILIAR À PESSOA IDOSA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Francini Santos Serra, Jandesson Mendes Coqueiro, Welington Serra Lazarini, Amanda Rodrigues Pereira, Pedro Enrique Pereira de Souza, Denise Bussú Lima

O acompanhamento das pessoas idosas no Sistema de Saúde vai além das portas da Unidade Básica de Saúde, especialmente quando esses indivíduos se encontram em situação de vulnerabilidade, exigindo ações mais próximas de sua realidade. Nesse contexto, a visita domiciliar desempenha um papel fundamental, potencializando o cuidado integral ao estabelecer vínculo, confiança, orientação e diálogo entre o profissional de saúde e o idoso. O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de visitas domiciliares a idosos que fazem uso de múltiplas medicações, com foco na orientação sobre o uso adequado dessas medicações. A visita domiciliar permite uma atenção à saúde que abrange tanto a estrutura familiar quanto a infraestrutura do domicílio, possibilitando ao profissional uma visão mais precisa do contexto de saúde do território. Dessa forma, a visita contribui para um cuidado mais eficaz, especialmente no que tange ao autocuidado e à administração das medicações pelos idosos. O método utilizado para este relato de experiência de abordagem qualitativa foi o projeto de extensão “Vivências na Atenção Primária à Saúde” da Universidade Federal do Espírito Santo, no qual estudantes realizaram as visitas domiciliares. Inicialmente, foi feito um levantamento dos dados dos usuários a partir do prontuário, seguido do agendamento das visitas com o apoio dos agentes comunitários de saúde. Os estudantes foram organizados em grupos para o desenvolvimento das ações, e ao final de cada visita, havia um momento para discussão dos casos, encaminhamentos necessários e registros nos prontuários. Durante as visitas domiciliares, observou-se o contexto familiar e socioeconômico dos idosos, com destaque para o uso das medicações em 2024. Dentre as ações realizadas, a orientação sobre o uso correto dos medicamentos, bem como sua organização, foi a mais frequente, com especial atenção à participação dos familiares responsáveis pelo cuidado do idoso. Essas visitas contribuíram significativamente para a promoção do autocuidado e para o acompanhamento adequado do uso de medicações pelos idosos, garantindo uma abordagem integral e personalizada do cuidado.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM CRIANÇAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Viviane Maria Silva Rodrigues, Giuliana Caruso Tangerino, Clarice Miranda, Jorginete de Jesus Damião Trevisani, Michele Linhares, Juliana de Bem Lignani, Amanda da Silva Franco, Claudia Valéria Cardim da Silva

O padrão alimentar das crianças escolares mostra um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados e uma diminuição do consumo de alimentos in natura, interferindo diretamente nas demandas nutricionais e no interesse das crianças por alimentos frescos. Nesse cenário, no primeiro semestre de 2024, o Internato de Nutrição em Saúde Coletiva, desenvolvido em parceria entre uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro e a rede municipal de saúde, tem realizado ações de promoção à saúde em um grupo de alimentação e nutrição para crianças em uma Clínica da Família (CF), com base no Guia Alimentar para a População Brasileira. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência das atividades realizadas no grupo de educação em saúde para crianças e sua contribuição para a formação das discentes. Os encontros do grupo ocorrem quinzenalmente na Clínica da Família, com crianças, preferencialmente de 5 a 12 anos, e têm como foco práticas educativas que abordam a importância do consumo de alimentos in natura, o consumo consciente de alimentos processados e os riscos dos alimentos ultraprocessados. As atividades, realizadas entre março e maio de 2024, foram lúdicas e buscaram relacionar os possíveis prejuízos à saúde causados pelos alimentos ultraprocessados. No total, foram realizadas 4 práticas educativas com 24 participantes, abordando temas como o consumo de sucos e frutas, a quantidade de açúcar presente nos ultraprocessados, o aproveitamento integral dos alimentos e o nível de processamento dos alimentos. A avaliação das atividades foi realizada com base na participação das crianças e nas suas opiniões sobre as atividades desenvolvidas. Observou-se que a interação foi mais eficaz quando as crianças se envolveram de forma ativa, especialmente em atividades culinárias e jogos. A maioria das crianças demonstrou interesse em participar e experimentar alimentos quando o ato de comer ou beber fazia parte da atividade. Embora muitas relataram consumir frutas e compreender sua importância, também indicaram o consumo frequente de alimentos ultraprocessados nos lanches, mostrando resistência ao consumo de hortaliças. As práticas educativas permitiram que as crianças conhecessem novos alimentos e preparações culinárias, reforçando as orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira e estabelecendo a relação entre uma alimentação saudável e a promoção da saúde. As experiências vividas no grupo têm potencial para impactar não apenas as crianças, mas também suas famílias, influenciando positivamente os hábitos alimentares e promovendo um estilo de vida mais saudável na comunidade. Além disso, a participação no grupo proporcionou às discentes valiosas experiências de cuidado e Educação Alimentar e Nutricional com o público infantil, permitindo uma melhor compreensão das potencialidades e limitações desse grupo etário, além de destacar a importância das equipes e-multi na atenção primária à saúde, especialmente na promoção da alimentação adequada e saudável.

MENTORING NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ÂMBITO DAS HUMANIDADES MÉDICAS

Giovana Laís Eckert, Yuri Farias Lima, Carlos Alberto Severo Garcia Júnior

A crescente percepção de que a formação médica, baseada na fragmentação do conhecimento e no reducionismo do cuidado, aliado à supervalorização do aspecto biológico-medicalizante, é inadequada para atender às necessidades da população, tem gerado críticas ao modelo tradicional de ensino. Nesse contexto, o ciclo básico e clínico são vistos como conjuntos disjuntos, e o modelo de formação estimula insuficientemente o desenvolvimento da autonomia, da capacidade investigativa e criativa. Assim, a constituição de um profissional competente, que una habilidades médicas, comunicativas e que considere o processo saúde-doença de forma ampliada, conforme preconiza o SUS, é um desafio crescente para as escolas médicas no país. Experiências acadêmicas que vão além do biológico, abordando aspectos psicológicos, sociais e ambientais, são essenciais para possibilitar aprendizagens teórico-práticas significativas tanto para a futura atuação profissional dos estudantes quanto para seu desenvolvimento pessoal, potencializando suas habilidades, confiança e construção de subjetividades. Dentre essas vivências, destaca-se o mentoring (mentoria), uma atividade que promove uma relação horizontal entre universitários, professores e a comunidade externa. O objetivo do mentoring é proporcionar aos graduandos experiências significativas nas humanidades médicas, buscando ultrapassar a perspectiva biomédica e as limitações do racionalismo científico. O presente estudo tem como objetivo relatar a atividade de mentoring realizada na disciplina “Habilidades e Humanidades II”, no segundo semestre de 2023, no curso de Medicina da UFSC-Araranguá. A atividade teve como finalidade aproximar os alunos da comunidade local, adotando uma perspectiva de ensino-serviço-comunidade. Na abordagem teórica, os graduandos construíram e apresentaram seminários sobre os ciclos da vida (gestação, bebês e primeiro ano de vida, crianças de três a seis anos, adolescência, idade adulta e velhice). Na parte prática, foram realizadas duas conversas presenciais com indivíduos de diferentes faixas etárias, escolhidos aleatoriamente. Essas interações foram sintetizadas por escrito, lidas e discutidas coletivamente em sala de aula após cada vivência. O mentoring constituiu um dos primeiros contatos dos alunos com os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Durante a atividade, foi desaconselhada a adoção de roteiros de entrevistas rígidos, e o enfoque do diálogo deveria ir além da condição de saúde do entrevistado, incentivando os alunos a se conectarem com pessoas fora de seu círculo social. Essa experiência demandou dos estudantes habilidades essenciais para o exercício da medicina, como comunicação, escuta ativa, sensibilidade para com o outro e autoconfiança. Essas competências são fundamentais para a formação humanística do estudante de medicina e contribuem para a formação de profissionais criativos, reflexivos, interdisciplinares, éticos e comprometidos com a construção de práticas de atenção à saúde que rompem com a visão biomédica predominante. A efetivação de princípios como integralidade, equidade e igualdade no cuidado só será alcançada por meio de uma comunicação eficiente, capacidade de diálogo e aproximação com o outro. Assim, a atividade de mentoring realizada logo no início do curso contribuiu significativamente para a formação

pessoal e profissional dos futuros médicos envolvidos, preparando-os para uma prática de saúde mais humana e integrada com as necessidades da população.

PREVENÇÃO HUMANIZADA DE CÂNCER DE COLO UTERINO EM GESTANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danniele Chagas Monteiro

A assistência ao pré-natal na atenção primária à saúde é um direito fundamental de todas as gestantes no Brasil, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a universalidade. A gestação é um período delicado e sensível na vida da mulher, sendo essencial que o atendimento seja pautado pela humanização, como regra geral. Nesse contexto, a realização do exame de colpocitologia oncótica cervical (CCU) em gestantes exige não apenas uma técnica adequada, mas também uma relação de confiança entre a mulher e o profissional de saúde que realiza o exame. As universidades desempenham um papel crucial nesse processo, promovendo a interação entre a população e os estudantes, especialmente os de medicina, e permitindo que esses futuros profissionais se envolvam diretamente com o processo de cuidado e prevenção de doenças. O objetivo deste relato é apresentar a experiência vivenciada nas aulas práticas de atendimento a gestantes no módulo de Ginecologia e Obstetrícia, realizadas durante o semestre letivo para alunos de uma universidade pública. No início da experiência, observou-se que muitas gestantes se mostravam receosas em realizar o exame de CCU. No entanto, com o acolhimento humanizado, utilizando instrumentos de escuta qualificada dos seus medos e receios, as gestantes foram tranquilizadas. Foi esclarecido que não haveria risco para o bebê até os 7 meses de gestação, e que não seria utilizada a escova endocervical, procedimento que muitas temiam. Além disso, reforçou-se a importância do exame, explicando que o rastreamento precoce de câncer uterino aumenta significativamente as chances de cura. Com esses esclarecimentos, as gestantes aceitaram a realização do exame. A prática da humanização no atendimento é um ato singular que cria uma relação de confiança e respeito mútuo entre o profissional e a gestante. A inserção dessa prática no processo de ensino-aprendizagem é fundamental, especialmente para os alunos de medicina, para que compreendam a importância de tratar os pacientes com respeito, empatia e compreensão das suas necessidades. A aula prática, nesse contexto, se revelou de extrema importância na formação de futuros médicos, contribuindo para o desenvolvimento de uma abordagem mais humanizada no atendimento e reforçando a importância da prevenção de doenças. Essa vivência contribui diretamente para a construção de uma prática médica que, além de técnica, seja também cuidadosa e respeitosa com os pacientes, promovendo um atendimento integral e acolhedor.

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA, CEARÁ

Claudio Ferreira do Nascimento, Geanne Maria Costa Torres, Ianna Oliveira Sousa, Alice Maria Correia Pequeno, Ana Patrícia Pereira Morais, Maria Claudia de Freitas Lima, Francisco Elenilton Rodrigues do Nascimento, José Maria Ximenes Guimarães

A incorporação de um modelo de gestão híbrido público-privado no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da contratação de Organizações Sociais (OS), tem se tornado uma tendência crescente em diversas regiões do Brasil. Essa abordagem tem implicações profundas na organização do SUS, especialmente no que se refere à gestão dos processos gerenciais e assistenciais, e pode gerar consequências significativas no que diz respeito à exploração da força de trabalho e à privatização do sistema de saúde. A transição para modelos gerenciais próprios da iniciativa privada, impulsionada por políticas neoliberais desde os anos 1990, tem afetado o SUS, principalmente nos municípios, refletindo-se em processos de precarização e transformação da natureza do serviço público. O objetivo deste estudo foi analisar o fenômeno do modelo de gestão híbrido público-privado na experiência do município de Fortaleza, Ceará, destacando as implicações desse modelo no processo de privatização do SUS e na exploração da força de trabalho no setor da saúde. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, adotando uma perspectiva histórico-social. O estudo foi realizado no município de Fortaleza e contou com a participação de 37 pessoas, incluindo conselheiros de saúde, gestores e trabalhadores da Estratégia Saúde da Família (ESF). Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e análise documental. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica hermenêutica-dialética, sistematizada em uma matriz de análise. A gestão público-privada, com a contratação de OS, gerou um modelo desigual de organização do trabalho, concentrando o poder nas mãos das OS e gerando diversos conflitos entre gestores locais e as empresas contratadas. Um exemplo destacado no estudo foi o caso do Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH), que impediu a circulação de gestores locais, conselheiros e trabalhadores nas unidades de saúde sob sua gestão. Embora a empresa tenha assumido a gestão compartilhada e buscado reequilibrar a distribuição de poderes com a gestão local, as experiências de privatização se tornaram evidentes, principalmente nas dificuldades de acesso aos serviços de saúde pela população. Além disso, surgiram práticas autoritárias de gestão, mercantilização da atenção à saúde e redução dos vínculos entre trabalhadores de saúde, resultando em um ambiente de exploração mútua entre profissionais de saúde que, paradoxalmente, cuidam e são cuidados dentro do próprio sistema. Outro ponto relevante foi a insatisfação crescente entre trabalhadores e gestores com as promessas não cumpridas pelos defensores do modelo e os métodos adotados pelo governo para a sua implementação, o que contribuiu para um clima de frustração e desconfiança. O estudo evidencia que a terceirização da gestão, com a introdução do modelo híbrido público-privado, tem desdobramentos negativos na oferta de cuidados e na gestão da força de trabalho no SUS. A precarização das condições de trabalho, as assimetrias e a perda de autonomia tanto dos gestores locais quanto dos trabalhadores de saúde são algumas das principais consequências desse modelo. Além disso, o estudo aponta que a privatização tem

ampliado processos de mercantilização da saúde, prejudicando a qualidade da assistência prestada à população e comprometendo a concretização dos princípios e diretrizes do SUS. A adoção de modelos de gestão que buscam equilibrar o poder entre a administração pública e a OS, sem considerar os impactos sociais e laborais, tem gerado uma burocratização do trabalho, dificultando a efetivação das políticas públicas de saúde e desqualificando a atuação dos profissionais. Essa situação contribui para o retrocesso das políticas de saúde pública, obstaculizando a construção de um sistema de saúde equitativo e de qualidade. Portanto, a pesquisa revela a necessidade urgente de se repensar a implementação de modelos híbridos público-privados no SUS, de forma a garantir que as práticas de gestão não comprometam a autonomia dos trabalhadores e a efetividade das políticas de saúde, respeitando os princípios do SUS, como a universalidade, integralidade e equidade.

DIÁLOGOS E SABERES NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA MULHERES NO CLIMATÉRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raiane Santos, Darlyane Antunes Macedo, Deisicleia Sousa Silva, Jamille Souza Silva

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o período climatérico, que ocorre entre os 40 e 65 anos, provoca mudanças significativas no corpo da mulher, marcando a transição entre os períodos reprodutivo e não reprodutivo. Durante essa fase, as mulheres enfrentam alterações hormonais que podem resultar em diversos sintomas, os quais, apesar de comuns, influenciam significativamente na qualidade de vida, gerando desafios como preocupações intensas, tristeza, ansiedade, irritabilidade, insônia e medo do envelhecimento, frequentemente acompanhados pela sensação de inutilidade. Diante disso, é essencial garantir que as mulheres recebam acompanhamento contínuo de profissionais de saúde, a fim de reduzir complicações. Diversas intervenções, incluindo terapias hormonais e tratamentos não farmacológicos, podem ser adotadas. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem na educação em saúde sobre o período climatérico. Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, realizado no evento “Arraiá da Mió Idade” na Unidade Básica de Saúde do interior da Bahia, em junho de 2023, promovido por acadêmicos do sexto semestre da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte do projeto de extensão “Ações de Educação em Saúde para Mulheres – Uma Prática Extensionista sobre Climatério e Qualidade de Vida”. Entre as atividades realizadas, destacou-se o stand típico da Unidade Básica de Saúde (UBS), que visou aproximar a comunidade da equipe de saúde, além de orientações com uma linguagem acessível sobre o climatério, sinais e sintomas, diagnóstico, formas de tratamento, medidas de prevenção, sexualidade e alimentação. Para auxiliar nas orientações, foram utilizados materiais como folders e cartilhas desenvolvidas pelo projeto, além de brindes para as participantes. O evento também teve como proposta esclarecer dúvidas, promover orientações sobre autocuidado e qualidade de vida. A realização da ação contou com o preparo das discentes pela universidade e com o levantamento dos materiais necessários. Como resultados, observou-se grande adesão do público-alvo, evidenciando

que as mulheres de meia-idade possuem déficit de conhecimento sobre o climatério e seus impactos na saúde física, emocional e sexual. Foi também perceptível que essas mulheres possuem muitas dúvidas sobre a temática e necessitam de informações claras sobre o que estão vivenciando. Em considerações finais, conclui-se que é fundamental expandir a educação em saúde ao longo de toda a vida da mulher e adotar estratégias que visem reduzir os sintomas do climatério e melhorar a qualidade de vida das mulheres nessa fase. Espera-se, com este estudo, contribuir para a ampliação do conhecimento e a oferta de informações que atendam às necessidades dessas mulheres.

A INTERFACE DE MÚLTIPLOS SABERES E O USO DA SIMULAÇÃO REALÍSTICA DURANTE O PROCESSO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA AS EQUIPES DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

Simone da Silva Oliveira, Deivson Rodrigo dos Santos Souza, Layse Kelle Silva Lírio, Antônio Carlos Estrela de Araújo, Rogério Dourado Souza, Elissa Ingrid Ketiane de Medeiros, Hemilly Kathiellen Lima Nascimento, Moacir Lira de Oliveira, Silvia Maria Silva Telles

O Atendimento Pré-hospitalar Móvel assegura o acesso dos usuários a uma rede hierarquizada dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), exigindo uma avaliação rápida dos agravos de diversas naturezas, os quais podem levar ao sofrimento ou até mesmo ao óbito. O desenvolvimento de habilidades e a aproximação entre conhecimento teórico e prático são ferramentas essenciais para o atendimento em cenários de rua, que demanda atuação das equipes integradas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU/192). Nesse contexto, a simulação realística surge como uma metodologia educativa, permitindo a identificação de erros e possibilitando intervenções corretivas, a fim de melhorar a condução clínica. Este estudo tem como objetivo descrever a experiência de condução das ações educativas por meio da simulação realística para os profissionais que atuarão no SAMU 192, no processo de implantação do serviço na Região de Ribeira do Pombal (BA). Trata-se de um relato de experiência de cenários estruturados em laboratórios de simulação da Faculdade de Medicina de Alagoinhas, com sessões realizadas entre janeiro e abril de 2024. Ao todo, 15 municípios foram contemplados, com a participação de 201 profissionais, tanto da área da saúde quanto de outras áreas, treinados em Suporte Básico e Suporte Avançado de Vida, abordando temas definidos pela Portaria 2048 de 05 de novembro de 2002 e alinhados com as diretrizes e *guidelines* atuais: urgências clínicas no paciente adulto; atendimento inicial ao politraumatizado/ restrição de movimento da coluna/incidente com múltiplas vítimas; urgências clínicas na criança; emergências obstétricas e emergências psiquiátricas. Os cenários foram baseados em casos reais e utilizaram simuladores de média e alta fidelidade, além de vítimas vivas, para disparar as situações de emergência. As estações foram montadas pela equipe de suporte da faculdade, com um checklist de montagem, e conduzidas por facilitadores especializados em simulação e prática assistencial no SAMU 192, após o treinamento teórico. As vítimas vivas, participantes da estação de trauma, eram

orientadas, maquiadas e interagem com o cenário conforme o comando dos facilitadores. Durante a condução dos cenários, os profissionais que observavam os atendimentos das equipes voluntárias, compostas por profissionais de diversas áreas e organizadas por cores, ficavam atentos para posterior discussão. O *debriefing* consistia em um diálogo sobre os erros cometidos, a avaliação das habilidades técnicas e a exploração da comunicação entre as equipes. Constatou-se que a simulação realística, por meio dos cenários de atendimento, favoreceu o desenvolvimento de práticas seguras pelas equipes que atuarão nas Unidades Móveis. A simulação realística se destacou como uma estratégia que potencializou o trabalho em equipe, a comunicação eficaz entre os profissionais e o desenvolvimento de habilidades, além de promover a educação interprofissional, visando a melhoria da qualidade da assistência à saúde em situações de urgência e emergência.

MODELO DE GESTÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E NO PROCESSO DE TRABALHO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Claudio Ferreira do Nascimento, Geanne Maria Costa Torres, Ianna Oliveira Sousa, Carlos Garcia Filho, Maria Claudia de Freitas Lima, José Maria Ximenes Guimarães

A trajetória de luta pela construção do Sistema Único de Saúde (SUS), que se entrelaça com sua história, princípios, propostas de ação, formulações políticas e resultados concretos na saúde da população brasileira, permanece marcada pela percepção de uma crise crônica na atenção à saúde, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS). Essa crise é caracterizada pela precarização das condições e relações de trabalho, subfinanciamento e pela insuficiência de insumos e medicamentos. Em particular, os modelos de gestão adotados refletem processos de contrarreforma do Estado, manifestados na contratação de Organizações Sociais (OS), que introduzem novas modalidades institucionais de gerência nos serviços de APS. O objetivo deste estudo foi analisar as implicações do modelo de gestão e os reflexos da precarização no processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde no município de Fortaleza, Ceará. Trata-se de um estudo de caso com abordagem histórico-social, realizado na gestão da APS de Fortaleza. A coleta de dados envolveu análise documental, sistematizada em uma matriz de análise, e entrevistas semiestruturadas com 37 participantes vinculados à gestão, às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e aos conselhos de saúde (municipal e locais). A análise das informações foi conduzida à luz da hermenêutica-dialética. Os resultados revelaram, nos distintos níveis de gestão — político-social, gerencial e assistencial — os efeitos do modelo de gestão híbrido público-privado, fundamentado nas OS. Esse modelo ocasionou a segregação política e a fragmentação dos processos de gestão, gerando tensões devido à inserção de atores e práticas do setor privado, que contrastam com os princípios e diretrizes da Administração Pública Direta. Esse contexto contribuiu para a ampliação e consolidação da precarização das relações e condições de trabalho na ESF, afetando negativamente os processos políticos e organizativos de participação social. Além disso,

as implicações no acesso dos usuários foram evidentes, uma vez que a prática de acolhimento foi reduzida, com as unidades básicas de saúde sendo reguladas pelas OS, priorizando o atendimento à demanda espontânea na APS. Em considerações finais, constatou-se que as principais implicações desse modelo foram a precarização das relações e condições de trabalho, que comprometeram a gestão do SUS, resultando em uma atenção à saúde fragmentada, restrita e desumanizada, o que afetou a integralidade da atenção. Esse fenômeno reverberou nos serviços, diminuindo a qualidade do atendimento e gerando um ambiente de incertezas e insegurança, ameaçando os princípios e diretrizes do SUS, bem como as ações e serviços da ESE, colocando em risco a continuidade dessas políticas e as bases do sistema de saúde.

CUIDADOS ASSISTENCIAIS DE ENFERMAGEM DENTRO DA UTI NEONATAL E PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Mônica Karla Vojta Miranda, Lucas Silva Lopes, Jayane Carvalho Pereira

Esta revisão da literatura aborda os cuidados de enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e pediátrica, examinando detalhadamente as práticas e intervenções essenciais para o manejo eficaz de pacientes críticos. O objetivo é identificar e compreender as funções que a enfermagem desempenha nesses setores. Estudos recentes destacam que o monitoramento contínuo dos sinais vitais desempenha um papel crucial na detecção precoce de alterações no estado clínico das crianças, permitindo intervenções rápidas e precisas. Esse monitoramento envolve a vigilância de parâmetros como frequência cardíaca, respiratória, pressão arterial, temperatura corporal e saturação de oxigênio, utilizando tecnologia avançada para garantir precisão e prontidão nas respostas clínicas. Além disso, a administração correta e segura de medicamentos é uma prioridade nos cuidados intensivos pediátricos. A dosagem exata, a observação de interações medicamentosas e o monitoramento de efeitos adversos são práticas que exigem dos enfermeiros um alto nível de competência e atenção. A implementação de protocolos rigorosos de prevenção de infecções é essencial para reduzir a incidência de infecções hospitalares, que aumentam a morbidade e mortalidade de pacientes pediátricos críticos. No aspecto emocional, o suporte às famílias é reconhecido como um elemento decisivo no cuidado na UTI pediátrica e neonatal. A hospitalização de uma criança em estado crítico gera um impacto significativo nas famílias, provocando estresse, ansiedade e incerteza. A comunicação empática e a disponibilidade para ouvir são características fundamentais dos enfermeiros, auxiliando no apoio emocional e no envolvimento dos familiares no processo de cuidado. A formação contínua e a atualização profissional dos enfermeiros são essenciais para a prestação de cuidados de alta qualidade. Programas de educação continuada e treinamentos específicos são recomendados para garantir que os profissionais se mantenham atualizados com as melhores práticas e inovações tecnológicas na área de cuidados intensivos pediátricos, o que tem mostrado melhorar a eficácia e a segurança dos cuidados prestados. Os principais desafios enfrentados pelos enfermeiros nesses setores incluem a necessidade

de habilidades técnicas avançadas, a capacidade de tomar decisões rápidas e precisas em situações de alta pressão e a gestão de múltiplas tarefas simultaneamente. A colaboração multidisciplinar é determinante, uma vez que a complexidade dos casos pediátricos e neonatais exige frequentemente a intervenção de uma equipe de profissionais de diferentes especialidades. A adoção de tecnologias avançadas e a adesão rigorosa aos protocolos de prevenção de infecções são fundamentais para a melhoria contínua da qualidade do atendimento. Dessa forma, recomenda-se implementar programas contínuos de capacitação, o fortalecimento da comunicação entre a equipe multidisciplinar e a constante atualização das práticas de cuidados intensivos, visando sempre a melhoria dos resultados clínicos e a qualidade do atendimento aos pacientes pediátricos críticos.

GESTÃO DE RISCO NO SETOR DE MANUTENÇÃO HOSPITALAR

Eduardo Grassioli

Este trabalho é um estudo de caso que aborda o gerenciamento de riscos no setor de manutenção de um hospital de pronto-socorro, localizado na zona norte de Porto Alegre, após um incidente de desabastecimento de água causado por uma falha elétrica. O estudo explora os riscos envolvidos, as ações adotadas para eliminá-los ou mitigá-los e ilustra como uma falha simples em um processo pode desencadear uma reação em cadeia, prejudicando o funcionamento do hospital. O objetivo principal é compartilhar práticas eficazes de gestão de riscos no setor de manutenção, com o intuito de assegurar a operação eficiente da instituição, a durabilidade dos equipamentos e a segurança de todos os profissionais e pessoas que frequentam o estabelecimento de saúde. O estudo foi desenvolvido por um estudante de Gestão Hospitalar e técnico de manutenção, que vivenciou a ocorrência do incidente e a implementação de um plano de gerenciamento de riscos. Esse plano abrangeu manutenção preventiva, preditiva e corretiva, criação de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e *checklists*, além de treinamento contínuo para a equipe responsável pela operação das caldeiras. Também foram estabelecidos protocolos claros para lidar com emergências, como vazamentos e falhas nos sistemas elétricos e de abastecimento. Os resultados dessa abordagem foram significativos. Observou-se uma redução considerável no número de incidentes relacionados ao desabastecimento de água, como interrupções no fornecimento e desgaste das bombas de recalque. Isso contribuiu para o bom funcionamento de áreas essenciais, como o centro de materiais esterilizados e o setor de produção de refeições. Além disso, houve uma diminuição no gasto com manutenções corretivas em bombas, resultando em economia de custos operacionais para o hospital. Em considerações finais, destaca-se que o gerenciamento eficiente dos riscos no setor de manutenção hospitalar é fundamental para garantir a segurança e o funcionamento adequado das instalações. Ao longo do estudo, ficou claro que identificar os riscos específicos de cada setor e adotar ferramentas de gestão de risco é crucial, pois, por mais simples que um processo pareça, sua falha pode causar danos catastróficos. Em um ambiente de alta complexidade, como um hospital, cada setor funciona como uma engrenagem, e o

mau funcionamento de um componente, por menor que seja, pode paralisar todo o sistema. Assim, qualquer falha em um processo, seja ele assistencial ou de apoio, afeta diretamente o atendimento ao usuário. Por isso, é essencial que todos os riscos sejam previstos e que cada colaborador esteja qualificado para agir adequadamente diante de qualquer situação.

EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL NO CUIDADO EM DOENÇA FALCIFORME: PROJETO DE EXTENSÃO E CENTROS DE REFERÊNCIAS DA UFRJ

Marlene do Carmo Cezini, Maria Urania Alves, Raquel de Oliveira Araújo, Victor de Macedo Varela, Cláudia Callegaro de Menezes, Paulo Ivo Cortez de Araújo, Denise Moreira, Denise Moreira, Natália Oliveira Lucena, Maria Cynésia Medeiros de Barros

Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato da experiência de estudantes de Odontologia no Projeto de Extensão “Reorientação da Formação Profissional em Odontologia – UFRJ – Experiências no SUS com Ênfase nos Determinantes Sociais da Saúde e Fatores de Risco para Doenças Periodontais”, cujo foco foi a educação e a qualificação do cuidado em saúde, com ênfase na Doença Falciforme (DF). Considerando a DF como um importante problema de saúde pública no Brasil e a necessidade de formar profissionais capacitados para o seu manejo, o projeto envolveu estudantes, odontólogos, docentes do Departamento de Clínica Odontológica da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especificamente da área de Periodontia, além de profissionais médicos de serviços de referência em hematologia. O objetivo foi desenvolver um processo de ensino-aprendizagem, teórico-prático, no contexto da extensão universitária para o cuidado em saúde relacionado a DF. O projeto foi realizado ao longo de dois semestres letivos, com a participação de 34 alunos de graduação em Odontologia, uma odontóloga referência em DF, cinco professores, sendo um voluntário, e dois médicos pediatras hematologistas de serviços de referência em DF. As atividades ocorreram no contexto da disciplina de Periodontia, por meio de capacitações virtuais e atendimentos clínicos, médicos e odontológicos, com a participação dos envolvidos em eventos científicos de odontologia. No ambulatório médico do centro de referência em DF no IPPMG/UFRJ, foram realizados acolhimentos, avaliações e triagens de pacientes, com encaminhamentos para tratamento odontológico. Já na clínica odontológica, as ações de promoção de saúde, prevenção e assistência foram desenvolvidas com base nos processos de trabalho da Atenção Primária à Saúde na Rede SUS. Durante as capacitações teóricas, buscou-se ressaltar o impacto biopsicossocial da DF e a necessidade do conhecimento científico especializado para oferecer uma abordagem odontológica qualificada, resolutiva e humanizada diante dos desafios e demandas específicos dos pacientes com DF e de suas famílias. Foram realizados grupos de estudo, discussões de casos clínicos e a produção e apresentação de três painéis científicos em eventos de Odontologia. Ao longo das atividades, houve trocas de conhecimento e competências entre todos os envolvidos, e a partir dos relatórios semestrais de cada aluno, foi possível analisar a experiência, a aprendizagem do conteúdo teórico, o desenvolvimento de habilidades e competências, além da percepção dos estudantes sobre essas vivências. A experiência de extensão contribuiu significativamente para qualificar a

formação dos estudantes de Odontologia, alinhando-os com a realidade social e local, promovendo o desenvolvimento de conhecimento e cuidado especializado para a temática e as especificidades da DF. A experiência também foi bem-sucedida ao sensibilizar e qualificar o cuidado integral em saúde, promovendo a colaboração interprofissional, a extensão e a atenção integral em saúde, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e a Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa com DF do Ministério da Saúde.

ESSA CRIANÇA NÃO COME: DESDOBRAMENTOS SOBRE O PAPEL DO ADULTO MEDIADOR NA OFERTA DAS REFEIÇÕES

Natália Campos Maione, Bárbara Galvão Knust, Kelly Cristine Oliveira Gonzaga, Cláudia Valéria Cardim da Silva, Amanda da Silva Franco, Juliana de Bem Lignani

O padrão alimentar das crianças tem sido impactado pelo aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e pela diminuição da ingestão de alimentos in natura, afetando o interesse infantil por alimentos frescos desde os primeiros anos de vida. O Programa de Saúde na Escola (PSE), ao adotar as orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira, tem promovido práticas de alimentação saudável nos ambientes educacionais. No contexto do Internato de Nutrição em Saúde Coletiva, uma parceria entre uma universidade pública do Estado e a rede municipal de saúde do Rio de Janeiro, ações de promoção à saúde têm sido realizadas em creches públicas situadas em territórios de alta vulnerabilidade social. O objetivo deste trabalho foi relatar a experiência de uma ação do PSE voltada para a melhoria da aceitação de alimentos e preparações em crianças com dificuldades alimentares em uma creche pública localizada em um território de saúde no município do Rio de Janeiro. O método envolveu, inicialmente, uma visita à creche para observar o local, conversar com a gestão e profissionais, além de acompanhar o momento das refeições das crianças, com o intuito de entender melhor o contexto. A intervenção foi dividida em duas etapas: A) Profissionais e responsáveis – foi realizada uma atividade de sensibilização sobre a forma de oferecer as refeições, com a degustação de uma preparação em dois momentos. No primeiro, os participantes receberam canapés com pasta de abacate e tinham três segundos para comer, sendo depois convidados a relatar a experiência. Em seguida, o processo foi repetido sem a restrição de tempo, permitindo que os participantes observassem e cheirassem o alimento antes de consumi-lo. O objetivo era promover uma reflexão sobre os sentimentos das crianças durante as refeições. B) Crianças com dificuldades alimentares – foi realizada uma “Oficina de Sabores”, onde as crianças puderam ter contato com 12 tipos de alimentos in natura, explorando suas características, como cheiro, textura e sabor. Nos resultados, as atividades com os educadores (n=21) e responsáveis (n=5) mostraram que, quando não houve pressão de tempo, os participantes demonstraram maior prazer e conforto durante a refeição. Na “Oficina de Sabores”, participaram 16 crianças, das quais 10 colocaram o alimento na boca, 5 experimentaram pelo menos três alimentos diferentes e 1 não experimentou nenhum alimento. A

intervenção evidenciou que, quando os adultos oferecem os alimentos de forma mais atenta e sem pressa, isso influencia positivamente na aceitação das crianças. A regularidade nas refeições e um ambiente adequado também se mostraram essenciais para promover uma boa relação com a comida e ampliar o repertório alimentar das crianças. Considerações finais indicam que, embora a demanda inicial tenha sido relacionada à seletividade alimentar das crianças, é necessário um diagnóstico mais detalhado para compreender melhor os fatores envolvidos. A experiência vivenciada reforça que a forma como os adultos ofertam os alimentos tem grande influência na aceitação das crianças. Além disso, um ambiente adequado e uma abordagem mais atenta e regular podem contribuir significativamente para a ampliação do repertório de alimentos saudáveis, promovendo uma relação mais positiva com a alimentação.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA GESTÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS – SISACIP

Aglay Galvão Francelino Mendonça, Diana Muniz Pinto, Francisca Liliane Torres da Silva, Jonas Loiola Gonçalves, Danielle Silva Felix, José Maria Ximenes Guimarães

Esse relato de experiência descreve o Sistema de Acompanhamento de Internações Psiquiátricas (SISACIP), uma ferramenta inovadora no cuidado da saúde mental desenvolvida pela Secretaria de Saúde do Ceará (SESA) para acompanhar pacientes egressos de internação psiquiátrica. Implantado pela primeira vez em 2021 e atualmente em sua terceira versão, o SISACIP visa melhorar a continuidade do cuidado e prevenir falhas terapêuticas, principalmente para usuários com transtornos mentais e dependência química. A metodologia utilizada no estudo foi um relato de experiência realizado pela equipe do CAPS Ad Dr. Silas Munguba, durante o período de setembro de 2023 a abril de 2024. O SISACIP possibilita o acompanhamento sistemático dos pacientes após a alta hospitalar, com a alimentação das informações tanto no momento da internação quanto após a alta, sendo complementadas pelas equipes dos CAPS. O sistema conta com funcionalidades como notificações, registros e movimentações dos pacientes, além de permitir acesso individualizado para cada operador. Fortaleza tem sido um dos municípios na vanguarda do uso do SISACIP, com reuniões quadrimestrais envolvendo a SESA, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), os CAPS, hospitais psiquiátricos, e o Ministério Público. Essas reuniões são fundamentais para a identificação de falhas, ajustes e melhorias contínuas no sistema. O SISACIP se destaca como uma tecnologia inovadora que fortalece a rede de cuidados, garantindo o acompanhamento efetivo e evitando a perda de seguimento de pacientes graves após a alta hospitalar. Além disso, a plataforma busca reduzir as reinternações e as falhas terapêuticas, priorizando a atenção territorializada através dos CAPS, por meio de acolhimento, suporte médico, busca ativa, visitas domiciliares, e outros serviços. Por fim, o SISACIP contribui para a inovação do cuidado em saúde mental, alinhando-se aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo novas formas de cuidar por meio de programas, softwares e melhorias nos sistemas de informação. A

ferramenta tem o potencial de otimizar o tratamento de pacientes com transtornos mentais, alinhando tecnologia e práticas de cuidado integradas para uma assistência mais eficaz e humanizada.

IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO DE UBS NA VISITA DOMICILIAR NO MUNICÍPIO DE COARI – AMAZONAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raul Souza da Cruz, Cássio da Silva Cavalcante, Leticia Costa Wanderley, Miguel Afonso da Costa Pontes, Milena Souto Monteiro, Ananias Facundes Guimarães, Rodrigo Silva Marcelino, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

Esse relato de experiência reforça a relevância da atuação do enfermeiro no contexto das visitas domiciliares, especialmente em regiões de difícil acesso como Coari, no interior do Amazonas. As dificuldades logísticas, como a necessidade de realizar as visitas a pé devido a becos estreitos e pontes de madeira, refletem os desafios enfrentados pelos profissionais da saúde da família ao atender comunidades em áreas remotas. Apesar desses obstáculos, o enfermeiro desempenha um papel crucial na promoção da saúde e na continuidade do cuidado, atendendo desde gestantes e puérperas até pacientes com doenças crônicas como hipertensão e diabetes. O caráter holístico do atendimento, promovido pelo enfermeiro, é essencial, pois, além de tratar as condições de saúde, ele também identifica os determinantes sociais que influenciam o processo de saúde-doença. Essa visão ampla ajuda a personalizar o cuidado e a planejar estratégias de saúde mais eficazes para a população local. A interação com os determinantes sociais também permite a identificação de questões que podem ser abordadas em nível coletivo, como melhorias nas condições de moradia, saneamento básico, entre outras. As condições climáticas e de segurança da região amazônica são destacadas como fatores de risco para a saúde do profissional de enfermagem. Essas adversidades, como a exposição a doenças tropicais e riscos devido à periculosidade da comunidade, exigem que o enfermeiro esteja preparado para lidar com essas situações de maneira segura e eficaz, protegendo sua própria saúde enquanto oferece cuidados de qualidade à população. Por fim, o relato sugere que a formação do enfermeiro deve ser planejada e preparada para essas realidades, associando conhecimento técnico com uma sensibilidade cultural e ética. A formação deve ser orientada para o contexto específico de cada região, permitindo que o enfermeiro ofereça um atendimento completo, adequado e respeitoso às diversas situações de saúde da população.

VIVÊNCIAS COMUNITÁRIAS E FORMAÇÃO HUMANIZADA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES DE MEDICINA EM MANACAPURU

Vitoria Viana de Oliveira, Lohanna Câmara de Souza, João Pedro Brilhante Bezerra, Vanessa Figueiredo de Almeida

Este relato de experiência da Afya Faculdade de Ciências Médicas demonstra como a vivência em comunidades de alta vulnerabilidade social pode transformar a formação acadêmica de estudantes

de medicina, enriquecendo sua visão sobre os desafios socioambientais e a realidade das populações atendidas pela saúde pública. A visita à senhora residente em uma área de risco de alagamento, que compartilhou sua experiência de vida com os estudantes, revela a importância da escuta ativa e da empatia no cuidado de saúde. Apesar das condições adversas, a idosa expressou gratidão pela vida, pela saúde e pela convivência familiar, um reflexo da valorização do bem-estar além das condições materiais. Esse tipo de contato humaniza a formação, permitindo que os alunos percebam as múltiplas dimensões do cuidado em saúde, que vão além da doença e incluem o contexto social, cultural e emocional dos pacientes. O relato também destaca como as visitas possibilitaram que os estudantes compreendessem o impacto do meio ambiente e da infraestrutura precária, como a falta de saneamento básico, na saúde e qualidade de vida das pessoas. Ao se depararem com as dificuldades socioeconômicas, os alunos desenvolveram um olhar mais sensível e crítico sobre como as condições externas afetam o bem-estar físico e mental, fortalecendo a relação de cuidado integral com o paciente. Essas experiências são essenciais para formar médicos mais humanizados, capazes de lidar com a diversidade das realidades sociais e de fornecer um cuidado que respeite as singularidades de cada indivíduo. A formação prática e imersiva, como essa proporcionada pela Afya, é um exemplo de como as instituições de ensino podem preparar os futuros profissionais para enfrentar os desafios do sistema de saúde com mais empatia, conhecimento contextual e sensibilidade social.

O PRAZER NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA

Caê de Paula Sousa, Eric Campos Alvarenga, Josue Gomes Pinheiro, Dafne Borralho Pimentel, Bruna Katiara Soares Costa Cordeiro, Claudio Ferreira Correa Filho, Roberta Oliveira da Silva, Elon de Sousa Nascimento

O estudo sobre as vivências de prazer no trabalho de profissionais da Atenção Básica em Saúde revela um aspecto importante da dinâmica de trabalho em um cenário frequentemente marcado pelo sofrimento e sobrecarga. A pesquisa realizada em Belém (PA) com trabalhadores da saúde, incluindo Agentes Comunitários de Saúde (ACS), médicos e outros profissionais, mostrou que, embora o sofrimento seja uma vivência predominante, o prazer também desempenha um papel significativo na saúde mental desses trabalhadores. A análise qualitativa, baseada na Psicodinâmica do Trabalho, destacou que o prazer no trabalho está fortemente associado à gratidão dos usuários pelos cuidados recebidos e ao impacto positivo percebido no restabelecimento da saúde da comunidade. O prazer também foi encontrado nas relações duradouras e de confiança estabelecidas com os usuários, especialmente quando os profissionais acompanharam diferentes gerações dentro das famílias. A sensação de reconhecimento, tanto dos usuários quanto dentro da equipe de trabalho, surgiu como um fator importante para transformar o sofrimento diário em prazer, embora esse reconhecimento fosse algo raro. Além disso, o estudo revelou que o trabalho coletivo, o convívio com colegas e a possibilidade de desabafar sobre as dificuldades do dia a dia ajudavam a aliviar as tensões do trabalho. No entanto, a complexidade das relações interpessoais foi evidenciada, já que nem todas as interações com colegas eram pautadas por experiências de prazer — muitas também envolviam tensões e conflitos,

refletindo as dificuldades enfrentadas no ambiente de trabalho. As condições de trabalho, como a falta de materiais e a precariedade das instalações, foram identificadas como grandes fatores de sofrimento. Apesar disso, os profissionais da saúde encontraram fontes de prazer em seu trabalho, principalmente quando perceberam que estavam fazendo a diferença na vida de seus usuários e quando haviam estabelecido vínculos de confiança e respeito com a comunidade. Em termos de considerações finais, a pesquisa evidencia a importância de reconhecer e valorizar os aspectos positivos da prática laboral, como o prazer, para melhorar a saúde mental e o bem-estar dos profissionais da Atenção Básica. Isso implica em uma reestruturação dos ambientes de trabalho e do relacionamento entre a gestão e os trabalhadores, com o intuito de promover a valorização profissional, o reconhecimento e o apoio necessário para que o prazer possa ser mais presente no cotidiano desses trabalhadores.

INFOGRÁFICOS COMO TECNOLOGIA PARA A TRADUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O IMPACTO DO AMBIENTE DO CUIDADO INTENSIVO NA SAÚDE NEONATAL

Paloma Santos Machado Silva, Adriele Almeida Santos de Jesus, Luciano Marques dos Santos, Maria Cristina de Camargo, Luana Trindade dos Santos Mascarenhas, Beatriz Ferreira Santos Oliveira, Andreia Santana Nascimento, Marialda Moreira Christoffel, Max Douglas de Jesus Carmo

O uso de infográficos como estratégia para traduzir o conhecimento científico sobre o impacto do ambiente da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) na saúde de recém-nascidos prematuros é uma abordagem inovadora e eficaz. O estudo realizado entre março e abril de 2024, no qual foram discutidos os impactos da alta luminosidade e do ruído nesses ambientes, demonstrou como essa ferramenta pode facilitar a comunicação entre os profissionais de saúde e promover uma compreensão mais clara e acessível dos temas científicos. O principal objetivo foi relatar o uso de infográficos impressos como recursos educativos para os profissionais de saúde, permitindo-lhes compreender melhor os impactos ambientais na saúde dos neonatos. A experiência incluiu a participação em Journal Clubs, onde os profissionais discutiram artigos científicos sobre os efeitos negativos da luminosidade e do ruído nas UTIN. A partir dessas discussões, foram criados infográficos dinâmicos que sintetizavam as informações mais relevantes de forma visual e verbal, facilitando a compreensão dos temas pelos profissionais das UTIN. Esses infográficos foram apresentados por meio de rodas de conversa, realizadas durante os turnos de trabalho nas unidades de terapia intensiva. Durante as conversas, enfermeiros, médicos e fisioterapeutas puderam trocar experiências, esclarecer dúvidas e se engajar em uma discussão mais profunda sobre como os ambientes das UTIN impactam o desenvolvimento e a saúde dos recém-nascidos prematuros. A utilização dos infográficos foi muito bem recebida pelos profissionais de saúde, promovendo uma compreensão mais profunda dos impactos ambientais. A interação e discussão em torno dos infográficos facilitaram o aprendizado e encorajaram a aplicação prática desse conhecimento, melhorando, assim, os cuidados com os neonatos. Além disso, a abordagem também contribuiu para

aumentar a conscientização sobre a importância de um ambiente controlado na UTIN, estimulando os profissionais a considerarem esses fatores no cuidado diário. Outro benefício importante foi a identificação de lacunas de conhecimento, que surgiram durante as rodas de conversa, permitindo que novas áreas de pesquisa fossem priorizadas e abordadas em futuras discussões científicas. Essa troca entre a prática clínica e a pesquisa foi fundamental para aprimorar a abordagem multidisciplinar no cuidado neonatal. A utilização de infográficos como tecnologia educativa demonstrou ser uma estratégia eficiente para comunicar informações científicas de maneira acessível e aplicável no contexto da UTIN. Esses infográficos não apenas facilitaram a compreensão dos efeitos ambientais sobre os recém-nascidos, mas também tiveram um impacto positivo na prática clínica, promovendo uma maior conscientização e melhoria no cuidado neonatal. Essa abordagem inovadora, ao envolver a equipe de saúde em discussões e intercâmbios de conhecimento, é um exemplo valioso de como ferramentas visuais podem transformar a educação e o cuidado na área da saúde.

JOGOS PARAPAN-AMERICANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ivan Stracke Gomes, Flavio Roberto Samurio Cardoso Junior, Tatiane Motta da Costa e Silva,
Luis Mikael dos Santos Santander, Larissa Malfussi Ancinelo

Em Buenos Aires, em 1951, ocorreu a primeira edição dos Jogos Pan-Americanos, com a mesma finalidade das Olimpíadas: garantir a prática esportiva como um direito para todos. Este resumo tem como objetivo relatar a experiência de discentes dos cursos de Licenciatura em Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa, que participaram como voluntários nos Jogos Parapan-Americanos realizados em Santiago, Chile. O voluntariado envolveu o auxílio esportivo nas modalidades de Para-Tênis de Mesa, Para-Badminton, Para-Tiro com Arco e Para-Tênis, e para participar do evento, os discentes se inscreveram e passaram por um processo de seleção que incluiu entrevistas, testes e capacitação fornecida pelo Comitê Olímpico do Chile. A experiência foi compartilhada por 27 pessoas, sendo 22 estudantes da Universidade Federal do Pampa e 5 docentes dos cursos de Educação Física e Fisioterapia. Ao chegarem ao evento, foram credenciados, recebendo uniformes, crachás para acesso aos locais do evento e cartões de transporte público para locomoção na cidade. Os voluntários atuaram como auxiliares esportivos, apoiando os atletas dentro e fora de quadra, o que permitiu a interação com os atletas durante os treinamentos e os momentos de preparação, seja física ou psicológica. Essa vivência proporcionou uma visão mais profunda sobre como os jogos são organizados, destacando a preparação diferenciada dos atletas, que buscam confiança em suas habilidades e limites para competir em alto rendimento. Além disso, os voluntários tiveram a oportunidade de vivenciar o contato com diferentes culturas, hábitos e idiomas, ampliando o conhecimento sobre outros países. No contexto do auxílio médico, foi possível observar, na prática, como se dá o atendimento a atletas de alto rendimento, aplicando os conhecimentos adquiridos em sala de aula e destacando a troca de aprendizado entre os membros da equipe médica, que atuaram de maneira multidisciplinar. Participar de um evento de grande porte, como os Jogos Parapan-

Americanos, proporcionou uma experiência única, permitindo a interação com atletas e equipes esportivas de diversas modalidades e a troca de saberes entre profissionais de diferentes áreas, além de despertar a compreensão de que a deficiência não é um limitador, mas sim uma forma distinta de ser e estar no mundo, em um evento onde as pessoas com deficiência são as protagonistas.

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE COARI – AMAZONAS, BRASIL

Raul Souza da Cruz, Ananias Facundes Guimarães, Rodrigo Silva Marcelino, Samilly Moriz da Frota Santos, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Miguel Afonso da Costa Pontes, Francisco Ariel Nascimento Silva, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

A Hanseníase é uma doença infecciosa crônica, causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae*, que afeta principalmente a pele e os nervos periféricos. A transmissão ocorre por vias aéreas superiores, por meio de gotículas liberadas por pessoas contaminadas em contato direto e prolongado com outras. A doença pode se manifestar de diversas formas e quadros clínicos. O objetivo deste trabalho foi descrever o perfil epidemiológico dos pacientes diagnosticados com hanseníase no município de Coari, Amazonas. O estudo é retrospectivo, descritivo e de caráter quantitativo, utilizando dados registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação entre os anos de 2020 e 2022. As variáveis sociodemográficas e as características da hanseníase foram analisadas por meio de frequências relativas e absolutas. Durante o período do estudo, foram registrados 23 casos de hanseníase: 11 em 2022, 9 em 2021 e 3 em 2020. Em relação ao sexo, 87% dos casos eram masculinos e 13% femininos, com maior prevalência nas faixas etárias de 15 a 39 anos (47,8%) e de 40 a 59 anos (43,5%). Quanto à etnia, 91,3% dos casos foram de pacientes pardos e 8,7% indígenas. Em relação à escolaridade, 60,9% dos pacientes tinham ensino fundamental incompleto ou completo, 26,1% eram analfabetos e 13% possuíam ensino médio completo. Dos 23 casos registrados, 20 foram classificados como novos, um foi transferência de outro município, um foi recidiva e um foi classificado como outro tipo de ingresso. Em relação à classificação operacional, a forma multibacilar prevaleceu em 91,3% dos casos, seguida pela forma paucibacilar (8,7%). A forma clínica mais comum foi a virchowiana (78,3%), seguida pela tuberculoide (13%) e pela dimorfa (8,7%). Quanto aos desfechos, 12 pacientes evoluíram para cura, e os dados de 11 pacientes não foram preenchidos. Os resultados indicam que o município de Coari (AM) é endêmico para a hanseníase, sendo necessário desenvolver estratégias para ampliar as medidas de prevenção, a detecção ativa de casos e o tratamento precoce, especialmente para prevenir incapacidades. É fundamental focar na faixa etária economicamente ativa e na saúde do homem, que são os grupos mais acometidos.

ATENDIMENTO INTEGRAL AO PORTADOR DE FIBROMIALGIA NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO DO CUIDADO

Cléia Saionara Hoffmann, Anahí da Silva da Cunha Guimarães,
Tatiane Rambo dos Santos, Tácia Borges de Oliveira Miller

A fibromialgia é uma síndrome caracterizada por dor musculoesquelética generalizada e sensibilidade em pontos específicos do corpo, associada a outros sintomas como fadiga, distúrbios do sono, dificuldades cognitivas, e sintomas depressivos e ansiosos. A evolução do atendimento integral aos portadores de fibromialgia no Brasil reflete um percurso histórico marcado por mudanças significativas nas políticas públicas de saúde e nos protocolos de diagnóstico e tratamento, que passaram a adotar uma abordagem mais holística e integrada. O objetivo deste estudo foi analisar essas transformações, identificando as principais políticas implementadas, as mudanças nos protocolos de atendimento, e os desafios enfrentados ao longo do tempo. Foi realizada uma revisão da literatura sobre fibromialgia no Brasil, incluindo documentos oficiais, artigos acadêmicos e relatórios governamentais, abrangendo desde as primeiras iniciativas de atendimento até as diretrizes atuais. A análise forneceu uma visão abrangente da evolução dos serviços de saúde no país, permitindo mapear as principais transformações nas políticas e práticas de atendimento à fibromialgia. Os resultados indicam uma evolução significativa, com destaque para a inclusão da fibromialgia nas diretrizes de saúde pública e a adoção de abordagens multidisciplinares no tratamento. Essas abordagens, que envolvem cuidados médicos, psicológicos e físicos, refletem a busca por um cuidado integral e abrangente, com foco na compreensão global da doença e suas manifestações. A implementação de políticas específicas que reconhecem a fibromialgia como uma condição que demanda atenção especial no sistema de saúde pública possibilitou a criação de programas e diretrizes para um tratamento mais coordenado, integrando diversas áreas da saúde. Contudo, desafios permanecem, como a falta de acesso equitativo aos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas e menos favorecidas, além da necessidade de capacitação contínua dos profissionais para diagnóstico e tratamento eficazes. A complexidade do diagnóstico, devido à natureza multifacetada dos sintomas, também representa um obstáculo para um atendimento eficaz. Em suas considerações finais, o estudo destaca que, embora haja avanços importantes, a gestão do atendimento à fibromialgia precisa superar desafios para melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Isso envolve uma abordagem mais inclusiva, que combine tratamentos médicos e terapias alternativas, com foco na integralidade da saúde. As lições aprendidas devem ser utilizadas para orientar a formulação de novas políticas públicas, com formação contínua dos profissionais de saúde e participação popular na gestão, além de garantir acesso equitativo aos serviços de saúde, reduzindo as desigualdades e assegurando um atendimento de qualidade a todos os portadores de fibromialgia no país.

A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE NO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adriana Drummond de Aguiar, Cândida Calenzani Petri, Kalil Ayres Santana, Ana Cláudia Cordeiro Alvarenga, Caroline Rodrigues Thomes, Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

O envelhecimento demográfico é um fenômeno global, impulsionado por avanços na medicina, melhorias nas condições de vida e a redução das taxas de natalidade. Apesar dos progressos na promoção da saúde dos idosos, ainda existem barreiras de acesso e desafios na prestação de cuidados de saúde de qualidade. O envelhecimento saudável, conforme definido pela Organização Mundial de Saúde, é um processo contínuo de otimização das habilidades funcionais e das oportunidades para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo independência e qualidade de vida. Esse conceito vai além da ausência de doenças, incluindo a capacidade funcional, as características ambientais e o bem-estar subjetivo. Idosos saudáveis e independentes têm um impacto positivo em suas famílias e comunidades. Entre 2021 e 2030, a Organização das Nações Unidas estabeleceu a “Década do Envelhecimento Saudável”, com o objetivo de capacitar os idosos, promover a saúde por meio de abordagens educacionais e criar ambientes de vida seguros e saudáveis ao longo da vida. Esse compromisso de colaboração, que envolve governos, sociedade civil, organizações internacionais, profissionais, academia, mídia e setor privado, visa melhorar a qualidade de vida dos idosos e de suas comunidades. As atividades de arte, cultura e lazer desempenham papel fundamental na promoção da saúde dos idosos, proporcionando oportunidades de diversão, aprendizado e socialização. Nesse contexto, os Centros de Convivência da Terceira Idade (CCTIs), que integram a rede de serviços da Política Nacional de Assistência Social, têm uma função essencial na promoção da saúde e qualidade de vida dos idosos. Eles oferecem atividades que ajudam a reduzir a incidência de doenças crônicas, prevenir incapacidades e restaurar a independência por meio de programas de reabilitação. Além disso, os CCTIs promovem a inclusão social dos idosos, incentivam a educação em saúde e estimulam a participação social, contribuindo para o envelhecimento ativo. Este trabalho objetiva relatar a experiência de pesquisadores da saúde sobre a importância dos CCTIs no envelhecimento saudável. Trata-se de um relato de experiência realizado entre junho e dezembro de 2022, durante pesquisa realizada em quatro CCTIs localizados na capital da região Sudeste. Os resultados indicam que a vivência em grupo, as atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer, além da valorização das experiências de vida, são formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Essas atividades fortalecem os laços familiares e comunitários, previnem o isolamento social e melhoram a qualidade de vida dos idosos. Os CCTIs têm um papel crucial na melhoria das habilidades comunicativas e funcionais dos idosos, valorizam as tradições e saberes locais, promovem a socialização e o sentimento de pertencimento, e estimulam o desenvolvimento de projetos de vida significativos, ampliando a participação social. Conclui-se que, por meio de suas atividades, os CCTIs proporcionam espaços que favorecem o envelhecimento saudável, a qualidade de vida e o fortalecimento de vínculos sociais, tornando-se equipamentos essenciais para a população idosa.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS INIQUIDADES EM SAÚDE POR ESTUDANTES DE MEDICINA NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Ana Isabelle da Silva Cardoso, Larissa Livia Silva Pinto, Guilherme Ricardo Pereira Santos, Tiago de Sousa Cabral, Ozarlan Michel Pereira de Oliveira, Ana Brigida de Oliveira Nemezio, Maria Eduarda Holanda de Melo Lapa

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo no Brasil ao reconhecer a saúde como um direito universal e isento de discriminação. Este marco histórico, conhecido como a Constituição Cidadã, instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo acesso igualitário aos serviços de saúde para todos os cidadãos, independentemente de sua condição social, e promovendo equidade ao combater as desigualdades sociais no país. O Ministério da Saúde tem implementado políticas voltadas para a equidade, visando mitigar as vulnerabilidades enfrentadas por diversos grupos populacionais, que são influenciadas por determinantes sociais da saúde, como níveis educacionais, renda, condições de moradia, acesso a serviços básicos, preconceitos, discriminação, racismo, homofobia e machismo. Minorias sociais, definidas como grupos em situação de desvantagem social, cultural, étnica, econômica e política, têm seus direitos comprometidos devido às suas características diferentes do grupo social dominante. Esses grupos são mais suscetíveis à discriminação e à violência, afetando diretamente sua saúde e bem-estar. Sensibilizar e capacitar os profissionais de saúde para atender de forma inclusiva e adequada às necessidades desses grupos representa um grande desafio. Além das ações práticas, é fundamental abordar questões teóricas, como a compreensão do multiculturalismo e a distinção entre tolerância à diversidade e respeito à diferença. O Grupo de Pesquisa em Saúde das Minorias Sociais da AFYA Faculdade de Ciências de Garanhuns desempenha um papel crucial na conscientização dos estudantes de medicina sobre a importância das políticas públicas de saúde e as causas das desigualdades sociais no Brasil. Ao analisar relatos de pessoas trans, privadas de liberdade e em situação de rua, os alunos podem compreender melhor as barreiras enfrentadas por esses grupos no acesso aos serviços de saúde, capacitando-os para atuar de maneira consciente e inclusiva na promoção da saúde para todos. A metodologia do estudo utilizou uma abordagem qualitativa para explorar as percepções dos estudantes de medicina sobre as iniquidades em saúde no Brasil. Os participantes foram alunos da AFYA Faculdade de Ciências Médicas de Garanhuns, envolvidos no Grupo de Pesquisa em Saúde das Minorias Sociais. A coleta de dados ocorreu por meio de conversas individuais e análise coletiva de relatos de pessoas em situação de vulnerabilidade. Os resultados revelaram uma diversidade de perspectivas entre os estudantes, variando de análises superficiais a reflexões mais profundas sobre as raízes históricas das desigualdades em saúde. Durante as atividades, os alunos construíram árvores de problemas, evidenciando como essas disparidades estão interligadas e persistem ao longo do tempo. Essa abordagem proporcionou uma visão holística da saúde, destacando seu reflexo direto no contexto social e ressaltando a importância da equidade na prestação de serviços de saúde como meio de promover a justiça social. Em síntese, o SUS no Brasil busca enfrentar as desigualdades sociais, oferecendo assistência equitativa e considerando as necessidades da população. Na formação em saúde, é essencial compreender que a saúde é influenciada por diversos fatores sociais, culturais e econômicos, e que os profissionais de saúde devem abordar esses desafios de forma holística, promovendo a equidade no acesso aos serviços de saúde.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE EQUIDADE PARA O TRABALHO NO SUS

Mawusi Ramos, Lara Paixão, Mariana Lisboa, Camila Avarca, Lene Meneses, Camila Tavares, Tainah Mota, Samara Kielmann

O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamentado nas diretrizes de integralidade, universalidade, equidade e participação social, com o objetivo de estabelecer políticas públicas de saúde mais próximas das necessidades da população. Para isso, o SUS preconiza o vínculo com os usuários, a escuta ampliada, o compromisso e a co-responsabilidade, tanto por parte dos profissionais quanto das pessoas usuárias do sistema, além da valorização das trabalhadoras e a produção do trabalho. O Projeto Equidade SUS, inserido no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS) em 2023, iniciou suas ações com a composição de grupos de trabalho estaduais, formados por representantes das secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais, com o objetivo de implantar o Programa de Equidade de gênero, raça, etnia e valorização da trabalhadora no SUS. Este resumo busca dialogar com os processos de construção coletiva e com a participação efetiva de trabalhadores, usuários e gestores de saúde, visando promover e qualificar a valorização das trabalhadoras, apresentando os principais resultados alcançados por meio dessa composição. Destaca-se a presença ativa dos movimentos sociais no processo, que se mostrou uma força potente, incentivando estados e regiões do Brasil a se olharem, se mobilizarem e reconhecerem suas fragilidades em relação à pauta proposta. Essa experiência gerou reflexões e estimulou um olhar mais atento para dentro do SUS, com foco na equidade. Além disso, essas aproximações e discussões contribuíram para a transversalização da temática nos Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e Educação no SUS.

REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CLÍNICA COM ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA EM SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM CLÍNICA-ESCOLA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SUL DO BRASIL

Gleberson de Santana dos Santos, Miriã Garcia Mohnsam Dias, Marta Solange Streicher Janelli da Silva

A profissão de psicólogo foi formalmente instituída no Brasil em 27 de agosto de 1962, por meio da Lei 4.119, que regulamenta os cursos de formação em Psicologia e a prática profissional. No entanto, o primeiro curso de graduação em Psicologia no país foi oferecido pela Universidade de São Paulo em 1958, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Com a necessidade de integrar teoria e prática na formação dos futuros psicólogos, surgiram os serviços-escola, que tinham como objetivo proporcionar a aplicação das técnicas psicológicas aprendidas em sala de aula, dentro das diversas abordagens teóricas. Neste contexto, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre o papel do

estágio clínico na formação de psicólogos com orientação psicanalítica, destacando as competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão. Vale observar que, embora o estágio de clínica psicanalítica na universidade prepare os alunos para a prática, muitas vezes essa formação difere da realizada em instituições psicanalíticas, onde a experiência de análise pessoal é essencial. No contexto universitário, a psicanálise pode ser abordada como uma disciplina ou estágio em atenção à saúde, mas sem a vivência clínica do processo de análise pessoal do estudante. Este trabalho se justifica pela importância do estágio prático na formação profissional do aluno, refletindo suas primeiras experiências no trabalho multiprofissional em saúde, que possibilitam intervenções além da simples observação, estimulando o desenvolvimento de novas ações e uma prática diária de aprendizado. A metodologia utilizada neste estudo foi qualitativa, com uma abordagem descritiva por meio de relato de experiência. As vivências relatadas são oriundas do projeto de estágio universitário de clínica psicanalítica realizado no Serviço Escola de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) entre fevereiro e novembro de 2023. Como resultado da experiência, observou-se que as supervisões realizadas durante o estágio proporcionaram uma valiosa formação aos estudantes, ampliando suas competências terapêuticas e enriquecendo sua prática clínica. As supervisões, especialmente as explanações da docente supervisora, tornaram os desafios da clínica mais acessíveis, oferecendo robustez à prática, mesmo sendo uma experiência inicial, e permitindo aos estudantes desenvolverem uma escuta terapêutica atenta e ativa, fundamental para a formação de um psicólogo competente.

AÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) SOBRE HIGIENE PESSOAL PARA ALUNOS DO 1 AO 4 ANO DO FUNDAMENTAL - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Elaine Ferreira de Araújo, Gisele Miollo, Mariana Oriques Bittencourt, Amanda Segala da Veiga

O Programa Saúde na Escola (PSE), conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde, tem como objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de educação básica, por meio da articulação entre profissionais da saúde, da atenção primária e da educação. O presente trabalho visa relatar a experiência de discentes da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Maria, que atuam em uma Unidade de Estratégia Saúde da Família (ESF) composta pelos núcleos de Nutrição, Enfermagem e Odontologia, em uma ação do PSE no município de Santa Maria (RS), com alunos do 1º ao 4º ano do ensino fundamental. A atividade foi realizada com crianças da educação infantil, com o objetivo de promover a educação em saúde, focando em hábitos e práticas de higiene pessoal, utilizando uma metodologia ativa e lúdica. Para a ação, foi utilizada uma boneca com “bolinhas” de EVA coloridas nas partes do corpo, juntamente com produtos demonstrativos de higiene pessoal (shampoo, sabonete, escova e pasta de dentes, escova de cabelo, cotonete e cortador de unhas), além de um dado colorido que representava as partes do corpo da boneca. A dinâmica consistia

na criança jogar o dado, e conforme a cor resultante, ela demonstrava e explicava aos colegas como realizar os cuidados de higiene nas partes do corpo indicadas, e quais produtos eram utilizados para cada tipo de cuidado. Após as demonstrações, eram feitas orientações educativas sobre as formas corretas de higienização e a importância de manter esses cuidados com o corpo. A ação foi realizada em uma turma do 1º ano, três turmas do 2º ano, duas turmas do 3º ano e três turmas do 4º ano. Destaca-se que as atividades do PSE ocorreram com a junção de turmas do mesmo ano, em que todas as crianças ficaram sentadas em roda, o que contribuiu para o compartilhamento de saberes, pois quando uma criança tinha dúvida sobre como realizar determinado cuidado, ela poderia ser auxiliada pelos colegas. Observou-se que a escola se constituiu como um importante apoio na prática de educação em saúde, aproximando os profissionais da saúde das atividades escolares e favorecendo o vínculo com as crianças, além de envolvê-las ativamente na atividade proposta. A ação também proporcionou um espaço para fornecimento de orientações, promoção de saúde e prevenção de doenças relacionadas à higiene pessoal. A execução da atividade por uma equipe multiprofissional contribuiu para uma atenção integral à saúde, integrando conhecimentos de diferentes áreas. A escola, como ambiente de desenvolvimento das habilidades cognitivas, competências socioemocionais e senso crítico das crianças, foi fundamental para a colaboração de metodologias ativas que possibilitaram a promoção de saúde de forma integral. Portanto, ressalta-se a importância da realização de ações do Programa Saúde na Escola como facilitadoras da integração entre a escola, as crianças e a ESF de referência no território.

PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA DE PERIFERIA PARA O EMPODERAMENTO E O AUTOCUIDADO EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gisele Dhein, Bruna Fiorin, Maurício Fernando Nunes Teixeira

O Projeto de Extensão Cultura de Periferia para o Empoderamento e o Autocuidado em Saúde (CPEAS), desenvolvido no bairro Santo Antônio, em Lajeado (RS), desde 2018, busca integrar o conhecimento acadêmico e as necessidades reais da comunidade por meio da educação popular em saúde. Este projeto envolve adolescentes da Escola Estadual de Ensino Médio Santo Antônio, com o objetivo de promover ações de cuidado em saúde e trabalhar o empoderamento e a autonomia dos jovens, utilizando as manifestações culturais locais como meio de sensibilização e mobilização social. Por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o CPEAS proporciona aos estudantes voluntários a oportunidade de serem protagonistas em sua formação acadêmica, atuando como agentes de transformação social. A atuação dos acadêmicos vai além da sala de aula, pois eles participam diretamente no planejamento e execução das atividades no território, integrando diferentes conhecimentos para abordar temas de promoção à saúde, permanência escolar, sexualidade, e outras demandas levantadas pelos estudantes ou pela própria escola. O uso da arte e da cultura nas atividades fortalece o sentimento de pertencimento local e cultural dos participantes. O projeto trabalha com duas turmas do 8º ano e uma do 7º ano da escola, realizando encontros no turno oposto. Em 2024,

optou-se pela continuidade com as mesmas turmas do ano anterior, com o intuito de realizar um trabalho longitudinal. Essa decisão se baseou nos resultados positivos observados em 2023, como o desenvolvimento de relações mais respeitadas entre os estudantes, aumento do repertório cultural e o conhecimento sobre profissões e o ensino superior. Além disso, o projeto ajudou a manter o vínculo de alguns estudantes com a escola e com a comunidade, especialmente aqueles que estavam em risco de evasão. A continuidade do trabalho visa reforçar esses vínculos e aprofundar as ações no território, como o contato com as unidades de saúde. Os resultados indicam que a integração entre o conhecimento acadêmico e as vivências da comunidade gera uma aprendizagem significativa para os voluntários, ao mesmo tempo em que contribui para o empoderamento da comunidade, promovendo mudanças sociais. No entanto, o projeto enfrenta o desafio do baixo interesse de estudantes voluntários da universidade em participar, o que limita a ampliação das ações. Em síntese, o CPEAS demonstra como a educação popular em saúde pode ser uma ferramenta poderosa de transformação social e empoderamento juvenil, ao integrar saúde, cultura e educação, promovendo uma aprendizagem que beneficia tanto os acadêmicos quanto a comunidade local.

CUIDADO INTEGRAL: ESTRATÉGIAS DE RESILIÊNCIA NAS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL ATRAVÉS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE

Caroline Bozzetto de David, Andreia Moro da Silva

A situação descrita da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) no Rio Grande do Sul, após o desastre climático, exige uma resposta de saúde pública multifacetada e integrada, considerando os desafios tanto para a população quanto para os trabalhadores da saúde. O impacto psicológico do desastre é inegável, e as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) têm um papel fundamental nesse processo de recuperação e resiliência, abordando as necessidades emocionais e físicas de forma mais holística. A implementação das PICS como complemento aos serviços de saúde convencionais é uma estratégia que visa promover o bem-estar de forma integral. Essa abordagem é crucial não só para as vítimas do desastre, mas também para os profissionais de saúde, como equipes de resgate e assistência, que enfrentam grandes desafios emocionais e físicos. A sobrecarga emocional das equipes, que lidam com situações de risco, trauma e a pressão constante, pode ser reduzida com técnicas que promovem o relaxamento, o equilíbrio emocional e o autocuidado, características centrais das PICS. Além disso, considerando a alta rotatividade de secretários de saúde na região e a falta de experiência de muitos deles, uma capacitação focada em estratégias de saúde mental e no uso de PICS poderia ser uma ação importante para fortalecer a gestão local. A formação desses gestores sobre o impacto do trauma e as alternativas terapêuticas que podem ser usadas, como práticas de meditação, acupuntura e terapias corporais, contribuiria para uma resposta mais sensível e eficaz às necessidades da população. O uso de PICS também pode ser uma forma de promover a coesão social, criando espaços de cuidado comunitário e integrando práticas culturais locais nas ações de

recuperação. Isso poderia não apenas ajudar as pessoas a lidarem com o trauma, mas também restaurar a confiança nas instituições de saúde, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e os serviços de saúde. Você acredita que ações de capacitação direcionadas aos gestores e profissionais de saúde da 4ªCRS poderiam melhorar a resposta no enfrentamento dos impactos emocionais do desastre, além de fortalecer a integração entre PICS e os serviços de saúde convencionais.

MULHERES, VIOLÊNCIA E DESASTRES: O CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

Victoria Leslyê Rocha Gutmann, Izaltina Adão, Marcela Possato Correa da Rosa, Gisele Cristina Manfrini

Esse ensaio reflexivo sobre a relação entre a Violência Contra as Mulheres (VCM) e os desastres naturais no Brasil, especialmente em contextos de enchentes e deslizamentos, aponta para uma lacuna significativa na política pública, que, embora técnica e estruturada na proteção civil, ainda carece de uma abordagem de gênero adequada para enfrentar as múltiplas dimensões da vulnerabilidade feminina. A VCM, frequentemente invisível e agravada em períodos de crise, afeta profundamente as mulheres em suas diversas formas de violência física, psicológica, sexual e patrimonial, tanto no contexto imediato do desastre quanto nas fases subsequentes, quando a recuperação e a reconstrução social são desafiadoras. A análise dos desastres recentes no Brasil, como os ocorridos em Santa Catarina, Rio de Janeiro e mais recentemente no Rio Grande do Sul, mostra que os impactos não afetam igualmente todos os segmentos da população, e que as mulheres, em especial, enfrentam dificuldades adicionais. No período pós-desastre, as situações de insegurança habitacional, alimentar e econômica, aliadas ao aumento do estresse e da vulnerabilidade, criam um cenário propício para o agravamento da violência. Além disso, o aumento do número de pessoas desalojadas e a sobrecarga de responsabilidades que recaem sobre as mulheres, como cuidadoras de crianças, idosos e familiares, amplificam as tensões e a exposição à violência. A ausência de uma abordagem que considere essas vulnerabilidades no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC) é um ponto crítico que precisa ser endereçado, visto que ela não reconhece as especificidades de gênero nos planos de resposta a desastres. A inclusão de mulheres como agentes de mudança e sua participação ativa nas políticas de prevenção e resposta aos desastres, além de ser uma questão de justiça social, é uma estratégia fundamental para a construção de comunidades mais resilientes. A criação de políticas públicas que integrem a equidade de gênero e a proteção das mulheres como prioridade é uma ação urgente para mitigar a violência nesse contexto. O empoderamento feminino, como destacado no ensaio, surge como um elemento crucial na superação das adversidades e na busca por soluções sustentáveis. Mulheres empoderadas não são apenas beneficiárias das políticas públicas, mas também se tornam protagonistas na busca por resiliência comunitária e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Serviços de saúde e proteção social, aliados a programas educativos e de conscientização, devem ser implementados de forma integrada e interdisciplinar, criando uma rede de apoio para as mulheres, promovendo a prevenção da violência e a gestão dos riscos de desastres. O que mais poderia ser

feito, a nível local ou governamental, para integrar as questões de gênero nas políticas de proteção e prevenção de desastres no Brasil, e como a sociedade civil poderia apoiar essa transformação.

O EADSUS ENQUANTO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE OFERTADAS NO ESTADO DA BAHIA

Caique de Moura Costa, Alana Barros Nunes, Rafael da Costa Veloso, Manuela Fernandes de Almeida Mello, Carolina Pereira de Jesus Piancó, Marília Santos Fontoura

O estudo sobre o Portal EaD SUS-BA reflete a transformação que a educação a distância (EaD) proporcionou na qualificação e capacitação de profissionais de saúde na Bahia, especialmente entre 2021 e 2024. A análise destaca o papel fundamental do EaD SUS-BA como um instrumento de educação permanente, com um impacto significativo na expansão das ofertas educativas e na descentralização da formação no estado. A plataforma EaD SUS-BA, com seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), foi capaz de promover um aumento substancial na oferta de cursos, que subiram de 4 em 2021 para 17 em 2024, representando um crescimento de 325% no período. Esse crescimento foi mais acentuado no primeiro ano da série histórica, quando houve a necessidade urgente de adaptar cursos devido à Pandemia de covid-19. A resposta rápida à pandemia, com o fortalecimento da plataforma e a ampliação de cursos relacionados ao enfrentamento da crise sanitária, foi essencial para garantir a continuidade da educação e a qualificação dos profissionais de saúde durante um período de grande desafio. O estudo também mostra como a regionalização e a descentralização das ofertas de cursos, promovidas pelo EaD SUS-BA, ajudaram a alcançar um número maior de trabalhadores, incluindo aqueles em regiões mais distantes e com menor acesso a formações presenciais. Isso permitiu não só a capacitação de profissionais, mas também a reorganização dos serviços de saúde no estado da Bahia, potencializando o impacto dessas formações na prática cotidiana dos trabalhadores e na qualidade dos serviços oferecidos à população. Considerando esses resultados, o EaD SUS-BA tem se mostrado uma ferramenta estratégica para a qualificação continuada dos profissionais de saúde e gestores, contribuindo para a melhoria da gestão do SUS na Bahia. Em termos de considerações finais, o crescimento e a descentralização da plataforma são elementos centrais para o futuro da educação permanente no SUS-BA. A adaptação da plataforma para as necessidades emergentes, como a pandemia, e o reforço da regionalização, são aspectos que têm o potencial de transformar a formação de profissionais de saúde e impactar diretamente na reorganização dos serviços de saúde no estado. A continuidade desses esforços será fundamental para garantir a sustentabilidade da plataforma e a inclusão dos profissionais de saúde em cursos e atividades de capacitação, tornando a Educação Permanente um pilar cada vez mais forte na saúde pública baiana. Quais são os próximos passos para a expansão e sustentabilidade do EaD SUS-BA? E como você vê o papel da educação a distância em outras regiões do Brasil, especialmente em locais com maior dificuldade de acesso à formação presencial.

TERRITORIALIZAÇÃO, DESASTRES, VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Izaltina Adão, Victoria Leslyê Rocha Gutmann, Marcela Possato Correa da Rosa

Este trabalho analisa a interseção entre territorialização, desastres, violência e vulnerabilidades sociais, e como esses fatores impactam a promoção da saúde e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A territorialização, entendida como o reconhecimento das especificidades de cada território, é fundamental para a implementação de políticas públicas de saúde eficazes, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social e exposição a desastres naturais, que frequentemente carecem de infraestrutura adequada e serviços de saúde. A violência, tanto estrutural quanto interpessoal, agrava ainda mais essa situação, afetando negativamente a saúde física e mental das populações. As mudanças climáticas, por sua vez, representam uma ameaça crescente, comprometendo recursos essenciais para a saúde, como água potável, alimentos e abrigo, e os custos diretos para a saúde devem aumentar significativamente até 2030. Áreas com infraestruturas de saúde precárias, principalmente em países em desenvolvimento, terão dificuldades em lidar com essas crises sem o apoio adequado. Nesse contexto, os ODS, especialmente o ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 10 (redução das desigualdades) e ODS 13 (ação contra a mudança climática), fornecem um quadro estratégico para enfrentar esses desafios, mas a implementação eficaz exige uma abordagem integrada e intersetorial que considere as particularidades territoriais e as múltiplas dimensões da vulnerabilidade. As políticas transformadoras devem ser baseadas nos direitos humanos, igualdade de gênero e sustentabilidade, buscando a inclusão de todos, sem deixar ninguém para trás. Assim, conclui-se que a promoção da saúde em contextos de alta vulnerabilidade requer uma compreensão profunda das dinâmicas territoriais e a integração de políticas públicas que abordem fatores sociais, econômicos e ambientais de maneira ampliada. A territorialização das políticas de saúde pode fortalecer a resiliência das comunidades, reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Recomenda-se a adoção de abordagens participativas, com a inclusão das comunidades locais na identificação de necessidades e na co-criação de soluções, alinhando as ações aos ODS e garantindo sua implementação mais eficaz e sustentável.

TRANSMISSÃO VERTICAL DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA EM SERGIPE

Ana Beatriz de Lira Souza, Marco Aurélio de Oliveira Góes, Heráclito Menezes da Silva Júnior,
João Pedro Viana de Assis Nunes, Lucas Rosario Chagas

A infecção pelo HIV é uma infecção sexualmente transmissível que também pode ser transmitida verticalmente, ou seja, de mãe para filho, durante a gestação, o parto ou a amamentação,

quando a gestante não recebe tratamento adequado. No Brasil, a meta nacional é reduzir a transmissão vertical para menos de 1%, com o objetivo de eliminar os casos de HIV em crianças. O trabalho tem como objetivo analisar a transmissão vertical do HIV no estado de Sergipe entre 2008 e 2022. Trata-se de um estudo transversal, com componente de avaliação do sistema de vigilância epidemiológica e um estudo longitudinal retrospectivo de gestantes vivendo com HIV, no período de 2008 a 2022, para avaliar a taxa de transmissão vertical e os fatores sociodemográficos associados. A amostra foi composta por 1.326 notificações de gestantes com HIV, com dados obtidos por meio dos relatórios do SINAN, disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde. Os resultados mostraram que o sistema de vigilância de gestantes vivendo com HIV em Sergipe apresentou bons índices de completude, alcançando 90% de registros das variáveis sociodemográficas e obstétricas, com menos de 5% de inconsistências quanto à evolução da gestação. No entanto, o sistema foi avaliado como inflexível, pois não recebeu atualização de normas para notificação desde 2006, e como inoportuno, pois apenas 71% das gestantes fizeram uso de TARV. O perfil sociodemográfico das gestantes com HIV mostrou que a maioria tinha entre 20 e 29 anos, baixa escolaridade, era de raça parda, residia em zonas urbanas e exercia a ocupação de dona de casa. Observou-se um aumento progressivo da taxa de detecção de gestantes vivendo com HIV e de crianças expostas ao vírus, com a taxa de detecção concentrada em áreas urbanas, principalmente na capital e cidades circunvizinhas. A taxa de transmissão vertical em Sergipe foi de 5,56%. Conclui-se que, embora o sistema de vigilância tenha boas taxas de completude, ainda há necessidade de aprimorar o preenchimento correto dos campos, sensibilizando os profissionais para o uso adequado do sistema. O risco de transmissão vertical em Sergipe é elevado, pois apenas 71% das gestantes fizeram uso de TARV. O perfil de gestantes com HIV em Sergipe, composto por mulheres jovens e com baixa escolaridade, revela condições socioeconômicas que podem torná-las mais vulneráveis ao HIV e à transmissão vertical do vírus. A crescente detecção de gestantes vivendo com HIV, e consequentemente mais crianças expostas ao risco de transmissão vertical, reforça a necessidade de educação permanente para a operacionalização do sistema de vigilância e a implementação de ações de busca ativa para o pré-natal, com o objetivo de garantir tratamento adequado e oportuno para prevenir a transmissão vertical do HIV.

DOENÇA FALCIFORME E ODONTOLOGIA: EDUCAÇÃO E CUIDADO EM SAÚDE

Marlene do Carmo Cezini, Ana Beatriz Aragão Mesquita, Andreza Couto Alves Monteiro dos Santos, Beatriz dos Santos Alves, Jenniel Joy Brandon, Sauloh de Freitas Froes, Victor Faria de Almeida, Natalia Oliveira de Lucena, Maria Cynésia Medeiros de Barros

A doença falciforme (DF) é a hemoglobinopatia hereditária mais comum no mundo, caracterizada por uma mutação genética na cadeia beta da hemoglobina A (HbA). Essa mutação resulta na distorção das hemácias, que assumem um formato de “meia-lua” ou “foice”, o que causa vaso oclusão, desoxigenação dos tecidos e lesões crônicas e progressivas em órgãos e tecidos, além de anemia hemolítica pela destruição precoce das hemácias falcizadas. A DF é um problema de saúde

pública no Brasil, dado seu alto impacto em termos de epidemiologia e morbimortalidade, com uma incidência de 1:1.000 nascidos vivos e 1:35 para o traço falciforme, afetando principalmente negros e pardos, em razão de sua origem africana. O diagnóstico é amplamente realizado pelo teste do pezinho, que integra a Triagem Neonatal, e também por exames de eletroforese de hemoglobina em outras faixas etárias, incluindo gestantes e doadores de sangue. Este estudo faz parte do projeto de extensão “Reorientação da Formação Profissional em Odontologia – UFRJ – Experiências no SUS com Ênfase nos Determinantes Sociais da Saúde e Fatores de Risco para Doenças Periodontais”, com o objetivo de esclarecer a relação entre a doença falciforme e a saúde bucal, informando os alunos de odontologia sobre as especificidades da doença, sua epidemiologia e as manifestações clínicas e complicações relacionadas à saúde bucal, promovendo cuidados efetivos. A metodologia incluiu uma avaliação qualitativa das fontes bibliográficas, como artigos e manuais do Ministério da Saúde, publicadas entre 2012 e 2023. A DF é uma doença crônica e progressiva, que afeta múltiplos órgãos e sistemas, com crises agudas de dor e complicações clínicas severas. Na cavidade bucal, pode apresentar manifestações como palidez da mucosa, língua despapilada e pálida, atraso na erupção dentária, opacidade dentária, maloclusões, calcificações pulpares e alterações ósseas. Pacientes com DF têm maior risco para doenças cárie e periodontais, com complicações bucais frequentes, como osteomielite mandibular, neuropatia do nervo alveolar inferior, necrose pulpar assintomática em dentes hígidos e dor orofacial decorrente das crises vaso oclusivas. Diante disso, a educação em saúde é crucial para o controle do estado inflamatório e de infecções, que podem desencadear crises falcêmicas e suas complicações. O cirurgião-dentista, ao compreender as especificidades da DF e suas intercorrências odontológicas, desempenha um papel fundamental na prevenção das crises, proporcionando uma abordagem qualificada e humanizada, com tratamento odontológico adequado, melhorando a saúde, qualidade de vida e longevidade dos pacientes com doença falciforme.

O PROTAGONISMO DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE SAÚDE NO USO DAS TECNOLOGIAS LEVES DURANTE A PRODUÇÃO DE CUIDADO NA LCMI: UMA CARTOGRAFIA

Célia Maria da Rocha Marandola, Thalita da Rocha Marandola, Regina Melchior,
Rossana Staeve Baduy, Josiane Vivian Camargo de Lima

O cuidado em saúde é construído nos encontros entre usuários e trabalhadores, sendo as tecnologias relacionais essenciais para a criação de vínculo, independentemente da complexidade dos serviços de saúde. O objetivo deste estudo é registrar a percepção de uma mulher-gestante-puérpera-mãe-guia em sua busca pelo cuidado para si e para sua criança, nascida prematuramente e com muito baixo peso, ambas acompanhadas pela rede de serviços de saúde instituída para apoiar esse binômio, desde a gestação até os primeiros anos de vida da criança. A pesquisa, de abordagem qualitativa e perspectiva cartográfica, utilizou ferramentas como o usuário-cidadão-guia (UCG), o

Diário Cartográfico (DC) para registrar acontecimentos, e o Fluxograma Narrativo-Cartográfico (FNC) como ferramenta analítica e inventiva, inspirada no Fluxograma Analisador (FA). O estudo foi realizado no Ambulatório de Estimulação Precoce (AEP) de um município de grande porte da região sul do Brasil, entre outubro de 2020 e outubro de 2021, e também percorreu outros serviços da Linha de Cuidado Materno-Infantil (LCMI). As narrativas da mulher-gestante-puérpera-mãe-guia guiaram o estudo, evidenciando a trajetória de cuidado e a construção dos FNC como eixos analisadores. Os resultados mostraram que as narrativas indicaram a presença de bons encontros entre a usuária e os trabalhadores de saúde, com o uso predominante das tecnologias leves nas práticas de cuidado. Além disso, destacou-se a construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS) para o binômio em alguns serviços e o trabalho multiprofissional das equipes de saúde. O protagonismo das equipes de enfermagem também foi enfatizado, sendo consideradas fundamentais pela usuária-mãe-guia na sua trajetória perinatal, tanto nas práticas de cuidado quanto nas decisões sobre o plano de cuidado, no qual ela participou ativamente. O estudo demonstrou que o cuidado satisfatório foi produzido nos encontros entre a usuária e os trabalhadores da rede de cuidado LCMI, com ações singulares que atenderam às necessidades de saúde da usuária. Trata-se de uma experiência exitosa que pode ser replicada em outros contextos e com outros atores, tendo como premissa a integralidade e a equidade na produção do cuidado. Sugere-se, portanto, que os trabalhadores dos serviços envolvidos no cuidado materno-infantil conheçam e adotem estratégias que favoreçam a reflexão das práticas em saúde, visando uma produção de cuidado que potencialize a capacidade de ação do usuário.

SISTEMATIZACIÓN DE LA EXPERIENCIA DE ESCUELA DE SOCIOCUIDADOS LATINOAMERICANOS EN PROCESO EDUCATIVO DE ENFERMERAS EN FORMACIÓN Y COMUNIDADES DEL VALLE DEL ACONCAGUA, CHILE

Karen Ubilla Ruiz, Ricardo Pérez Abarca, Margot Aliste Ibaceta

La formación de enfermeras en el ámbito de la salud comunitaria y pública se atraviesa por diversos hitos en el proceso educativo, permitiendo el desarrollo de competencias en diferentes niveles. Según la evidencia y la experiencia local, los procesos educativos que emplean métodos de enseñanza vivenciales son altamente significativos para los estudiantes, generando beneficios bidireccionales tanto para ellos como para las comunidades con las que trabajan. Estos métodos facilitan un aprendizaje en conjunto, basado en procesos deliberativos y dialécticos. En Chile, desde las universidades estatales se ha reconocido la necesidad de fortalecer el vínculo con los territorios y las comunidades, adoptando perspectivas de derechos, género e interculturalidad, y promoviendo un enfoque preventivo y promocional en salud. Los aprendizajes adquiridos a partir de eventos como el Estallido Social, la Pandemia y el Negacionismo actual, resaltan la importancia de fortalecer los vínculos y las redes de cuidado comunitarias, a la vez que plantean desafíos para la institucionalidad en cuanto al derecho a la salud y la construcción de cuidados. El objetivo de este trabajo es sistematizar

la experiencia de un proceso educativo entre enfermeras en formación y comunidades del Valle del Aconcagua, en la V Región de Valparaíso, Chile. La intervención consistió en un proceso simultáneo con 14 enfermeras en formación, cursando el segundo nivel de competencias en la línea disciplinar de Enfermería de la Familia y Comunidad. Este grupo implementó programas educativos sobre cuidados en comunidades del Valle del Aconcagua, adoptando enfoques disciplinares e intersectoriales. Previo a la práctica experiencial, se llevó a cabo una clase teórica-taller vivencial de Educación Popular en Salud con los estudiantes de enfermería. Los resultados esperados abarcaron tres comunidades, centrados en la formación de enfermeras a través de la influencia de la Educación Popular en Salud, con sesiones y participantes específicos. Los aprendizajes significativos tanto para los estudiantes como para los miembros de las comunidades fueron analizados mediante entrevistas y registros. La intervención incluyó tres grupos de trabajo educativo relacionados con el Cuidado, realizados por las comunidades y las 14 enfermeras en formación, de acuerdo al Plan de Estudio de la Universidad de Valparaíso, en el territorio del Valle de Aconcagua. El análisis descriptivo-analítico de la experiencia y la evidencia disponible, apoyado por la revisión bibliográfica y documental, se centró en la región de Chile. Los registros de estudiantes y comunidades fueron analizados documentalmente. En cuanto a las consideraciones finales, actualmente se está discutiendo la materialización del futuro “Sistema Nacional de Cuidados”, dirigido especialmente a personas que requieren cuidados debido a su situación de discapacidad. Este tipo de experiencias abre nuevos campos de estudio en el área del “Sociociudad latinoamericano: perspectivas en tiempos de pandemia”, según lo descrito por Güida C. y Pérez R. (2020), editado por la editora Rede Unida, Brasil.

SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO EMOCIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UMA RODA DE CONVERSA EM USF

Ronald Lobato de Carvalho, Adriana Victoria Raad Martins, Ana Beatriz Miranda Bezerra, Caio César Fernandes da Silva Araújo, Giovanna de Castro Dias Moreno Salles, José de Arimateia Rodrigues Reis

As emoções, frequentemente classificadas entre boas e ruins, têm sido entendidas de maneira simplificada, o que pode resultar em uma visão distorcida sobre sinais fundamentais para a sobrevivência humana. Quando os indivíduos não desenvolvem formas satisfatórias de enfrentamento, podem se tornar mais vulneráveis ao desenvolvimento de doenças físicas e emocionais. Este relato de experiência descreve uma ação realizada na disciplina de Saúde Coletiva na Unidade de Saúde da Família (USF) Paraíso Verde, em Belém/PA, com o intuito de promover a educação emocional, contribuindo para a saúde mental dos participantes. A atividade, sob a orientação docente, buscou desmistificar as emoções e melhorar a compreensão sobre o impacto delas no bem-estar físico e emocional. O objetivo da intervenção foi favorecer o autoconhecimento e a qualidade de vida dos participantes por meio de uma abordagem que desmistifica as emoções, utilizando a educação emocional como ferramenta para promover a saúde mental. A ação teve como base a promoção de um olhar mais saudável sobre as emoções e a construção de formas assertivas de lidar com os sentimentos. A metodologia da intervenção seguiu uma estrutura de levantamento de necessidades, com entrevistas

e acolhimento de usuários e trabalhadores da USF. A partir disso, com base no referencial teórico do livro *Sentimentos que Causam Estresse*, de Marilda Lipp, e com a supervisão do orientador docente e a colaboração dos professores do curso de Psicologia do Cesupa, foi planejada a intervenção. A dinâmica consistiu em uma roda de conversa com a participação de usuários e trabalhadores da USF, na qual foi utilizado um material de apoio, incluindo um folder com informações sobre o tema e contatos de clínicas que oferecem atendimentos psicológicos gratuitos. Além disso, foi apresentado um quadro com uma paleta de expressões emocionais, destacando três formas de lidar com as emoções: passiva, agressiva e assertiva. Durante a roda, doze emoções foram sorteadas em quatro rodadas, o que instigou a troca de experiências e reflexões sobre como cada participante lida com suas emoções. Inicialmente, os participantes estavam receosos em participar da roda de conversa, especialmente com relação ao sorteio das emoções, mas, à medida que o diálogo se desenvolvia, abriram-se para compartilhar suas vivências. Os trabalhadores da USF também se integraram à conversa, trazendo suas próprias experiências emocionais. Ao longo da atividade, foi possível observar que os participantes se validaram mutuamente e expressaram o desejo de que ações semelhantes ocorressem com mais frequência, conforme registrado nos cartões de feedback. Embora nem todas as emoções tenham sido discutidas devido ao tempo limitado da atividade, a roda de conversa gerou um espaço de grande reflexão e participação ativa. A intervenção demonstrou-se eficaz e adequada aos seus objetivos, promovendo um ambiente de diálogo e troca, e gerando um impacto positivo na saúde emocional dos participantes. A demanda por psico-orientação na USF foi crescente após a intervenção, evidenciando a relevância da roda de conversa como uma ferramenta produtiva e gratificante. A atividade também destacou a importância de incluir conhecimentos psicoeducativos nos espaços de saúde, como as USFs, para promover o cuidado integral. Além disso, a ação foi valiosa para o crescimento dos discentes, mostrando a necessidade de validar as emoções e fortalecer a abordagem de cuidado integral à saúde. A participação ativa de todos, tanto usuários quanto trabalhadores, ressaltou a importância de um cuidado emocionalmente mais sensível e assertivo no contexto da atenção primária à saúde.

RECONSTRUINDO TERRITÓRIOS DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL EM UMA POLÍTICA HABITACIONAL

Milena Schmidt de Oliveira, Bárbara Delazeri, Carine Bagestan, Jamile Maria da Silva Weizenmann, Gisele Dhein

A Tragédia Climática no Vale do Taquari: Desafios e Ações Psicossociais na Reestruturação Habitacional A tragédia climática de setembro de 2023, que atingiu o Rio Grande do Sul, com foco no Vale do Taquari, trouxe à tona uma série de desafios complexos, que foram além dos danos materiais e das perdas humanas. A região enfrentou desastres naturais, episódios de violência e calamidades sociais que marcaram profundamente a memória coletiva do povo gaúcho. Mesmo diante da solidariedade e do trabalho incansável das equipes de Apoio Psicossocial durante a fase de resposta, ficou evidente a necessidade de ampliar o papel desses profissionais, não apenas no atendimento direto às vítimas das

enchentes, mas também na gestão e execução de projetos habitacionais, que envolvem novos territórios de saúde e bem-estar. Dada a complexidade da Política Nacional de Habitação (PNH) e os impactos diretos nas famílias afetadas pelas inundações, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da Universidade do Vale do Taquari (Univates), juntamente com o curso de Psicologia, propôs um projeto de capacitação e acompanhamento da equipe técnica do município para atendimento psicossocial às famílias afetadas pelo processo de realocação e reassentamento. O projeto também buscou estreitar a relação com a gestão municipal, realizando um mapeamento das necessidades socioassistenciais das famílias atingidas, incluindo a rede de saúde, a fim de aprimorar a execução do trabalho da equipe de referência no município. O projeto teve início logo após as inundações de setembro de 2023, mas com as novas cheias em maio de 2024, que também colocaram o estado do Rio Grande do Sul em estado de calamidade, a atuação precisou ser intensificada e ampliada. Isso destacou ainda mais a importância da assessoria e do apoio técnico à gestão municipal, visando o desenvolvimento de políticas públicas de habitação e socioassistenciais. A interação contínua com gestores e a equipe técnica permitiu identificar obstáculos e desafios que dificultavam a execução dessas políticas, refletindo diretamente nas condições de vida das famílias desalojadas e desabrigadas. O projeto do EMAU reflete a resiliência e a determinação diante das adversidades. A colaboração entre a gestão municipal e a universidade se mostrou essencial não apenas para a reconstrução da infraestrutura habitacional, mas também para garantir que as comunidades afetadas sejam reconstruídas com dignidade, respeito e qualidade de vida. A continuidade dessa parceria é fundamental para que as comunidades estejam mais preparadas para enfrentar desafios futuros e garantir que as políticas públicas de habitação e saúde atendam de maneira eficaz as necessidades da população.

O “SOMMELIER DE VACINAS”: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE HESITAÇÃO VACINAL EM UM ENSAIO CLÍNICO COM VACINAS CONTRA COVID-19 EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Carolina Strauss Estevez Gadelha, Fabiana Turino, Fabíola Bersot, Ariane Silva, Izabelle Venturini Signorelli, Tatiane Comério, Valéria Valim, Maria Angélica Carvalho Andrade

O Projeto Curumim, realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2022, foi um ensaio clínico de não inferioridade que avaliou a eficácia, imunogenicidade e segurança das vacinas contra a covid-19 em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. Durante o estudo, 25% dos participantes (119 indivíduos) recusaram a randomização e optaram por receber a vacina Coronavac, em vez da vacina Pfizer (BNT162b2), resultando na criação de um braço aberto no estudo, em que os participantes receberam a Coronavac sem o protocolo de cegamento, permitindo uma análise independente dos grupos. Esse comportamento refletiu a hesitação vacinal seletiva, ou “sommelier de vacinas”, fenômeno em que indivíduos escolhem determinadas vacinas com base em percepções pessoais sobre as tecnologias envolvidas. No caso da vacina Pfizer, que utiliza a plataforma de

mRNA, surgiram preocupações sobre sua segurança a longo prazo, apesar de tais temores não serem respaldados por evidências científicas. Esse padrão de escolha seletiva de vacinas, observado tanto em ensaios clínicos quanto na prática cotidiana, representa um desafio para profissionais de saúde e autoridades sanitárias, pois pode levar a lacunas na cobertura vacinal e aumentar o risco de surtos de doenças preveníveis. Para lidar com a hesitação vacinal, é essencial que os profissionais de saúde aprimorem suas habilidades de comunicação, promovendo diálogos empáticos e esclarecedores, além de oferecerem informações baseadas em evidências para desmistificar preocupações infundadas. Também é crucial que pesquisadores e profissionais reflitam sobre o impacto dessa hesitação nos ensaios clínicos, com o objetivo de aumentar a adesão às vacinas e fortalecer a confiança na ciência, o que é fundamental para o sucesso das campanhas de vacinação e para a promoção da saúde pública.

A IMPORTÂNCIA DA CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES HOSPITALARES E SUA INFLUÊNCIA NA TOMADA DE DECISÃO NA GESTÃO EM SAÚDE: ANÁLISE E GESTÃO DE DADOS EM UMA UNIDADE HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Beatriz Farias Osório, Fabio Henrique Silva Melo, Cintia Carla da Silva Meireles, Zayra de Oliveira Reis, Andressa Pessanha de Lima, Itamar Cabral Monteiro, Rosiane Nunes do Nascimento

Na extremidade da zona oeste do município do Rio de Janeiro, uma equipe de Planejamento e Informação dedicada a uma Unidade Hospitalar trabalha incansavelmente para garantir a eficiência e a qualidade do atendimento de saúde, por meio da administração estratégica de dados estatísticos. A unidade, que conta com 77 leitos de observação de urgência e emergência e 319 leitos de internação, tem como missão não apenas planejar e subsidiar a gestão hospitalar, mas também otimizar os recursos e processos com base na consolidação dos indicadores hospitalares. A coleta de dados é fundamental para esse processo, envolvendo informações detalhadas sobre o fluxo de pacientes, tempos de espera, taxas de ocupação, índices de infecção, entre outros indicadores essenciais, os quais são sistematicamente registrados, desde o acolhimento até a alta do paciente, proporcionando uma visão abrangente e realista do funcionamento da unidade. A união desses dados requer uma estratégia bem definida, que envolve o uso de sistemas de informação modernos, treinamento contínuo dos profissionais e uma cultura organizacional voltada para a transparência e melhoria contínua. A equipe adota metodologias de gestão da qualidade, como o ciclo PDCA, a Matriz SWOT e o 5W2H, para analisar e interpretar os dados, identificando pontos fortes e áreas que precisam de melhorias. Esses dados consolidados tornam-se poderosas ferramentas na tomada de decisões, permitindo aos gestores identificar tendências, prever demandas futuras e alocar recursos de forma mais eficiente. Por exemplo, ao analisar os indicadores de taxa de ocupação, a equipe pode ajustar a distribuição de pacientes entre diferentes setores, evitando sobrecargas operacionais e melhorando a qualidade do atendimento. Além disso, a análise dos indicadores de infecção hospitalar pode levar à implementação de novas práticas

de controle e prevenção, aumentando a segurança do paciente. A transparência desses dados também fortalece a comunicação com as equipes, promovendo um ambiente colaborativo, onde todos estão cientes dos desafios e das metas a serem alcançadas. A introdução dos indicadores na gestão hospitalar vai além da otimização interna, pois é fundamental para o aumento da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e para a transparência com órgãos reguladores e a municipalidade. A divulgação de resultados e o cumprimento de metas de qualidade hospitalar, por exemplo, são facilitados pela existência de dados confiáveis. Portanto, a consolidação dos indicadores desempenha um papel crucial na gestão de uma unidade do SUS, não apenas melhorando a eficiência operacional e a qualidade do atendimento, mas também fortalecendo a tomada de decisões baseadas em evidências. A equipe de Planejamento compreende que, ao transformar dados em informações valiosas, está pavimentando o caminho para um SUS mais ágil, seguro e eficiente, capaz de atender às necessidades da população com excelência. A dedicação e o comprometimento dessa equipe se refletem na melhoria contínua dos serviços prestados, demonstrando que a gestão eficaz de indicadores é uma ferramenta indispensável para alcançar a excelência na saúde pública.

PRODUÇÃO E TRANSLAÇÃO DO CONHECIMENTO NA VALIDAÇÃO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E ATENÇÃO À SAÚDE SEXUAL E SAÚDE REPRODUTIVA DE ADOLESCENTES E JOVENS NO DISTRITO FEDERAL

Ana Luiza Oliveira Leal, Emanuelly Vitoria Barbosa da Silva,
Keyza Loyanne da Costa Silva, Josenaide Engracia dos Santos

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência compreende o período entre 10 e 19 anos, enquanto a juventude vai de 15 a 24 anos. Sob a perspectiva da saúde pública, esse grupo etário está exposto a um volume desproporcional de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e apresenta altas taxas de nascimentos por mil adolescentes, além de uma significativa proporção de nascidos vivos filhos de mães adolescentes. O projeto *Produção e Translação do Conhecimento na Validação de Ações de Promoção, Prevenção e Atenção à Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens do Distrito Federal* busca promover a saúde, com foco na saúde sexual, reprodutiva e mental da população universitária, escolar e da comunidade em geral, investindo no fortalecimento e protagonismo dos jovens. Utilizando a abordagem de educação por pares, o projeto conecta o conhecimento técnico-científico sobre sexualidade, prevenção de IST, diversidade e saúde LGBTQIA+ com a vivência prática desses temas entre os estudantes, que participaram de testagens e aconselhamento em IST. O objetivo principal foi validar e avaliar metodologias de promoção e prevenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, abordando temas como gravidez não intencional, IST e suas repercussões na saúde mental. O trabalho foi desenvolvido por meio de um estudo quali-quantitativo, tipo pesquisa-intervenção, com triangulação de fontes, procedimentos e abordagens. Equipes de trabalho realizaram atividades educativas em saúde com adolescentes e professores de escolas públicas de diversas Regiões

Administrativas do DF, além de capacitar a comunidade jovem da Universidade de Brasília (UnB) e profissionais de saúde para promover a conscientização sobre saúde sexual e temas relacionados à testagem e aconselhamento em IST/HIV/AIDS. O projeto produziu efeitos significativos, validando o protagonismo juvenil por meio de rodas de conversa, grupos focais, projetos de iniciação científica e capacitações sobre testagem e acolhimento em IST. Também ofereceu atendimentos de testagem rápida dentro dos campi da UnB e em comunidades vulneráveis, além de promover a educação em saúde nas escolas e no ambiente acadêmico. Considera-se, portanto, a relevância de abordar a saúde sexual e reprodutiva dos jovens, um grupo especialmente vulnerável, com uma perspectiva que vá além dos aspectos biológicos. A integração entre o ambiente escolar, acadêmico e os espaços de atenção básica em saúde é essencial para compor um trabalho conjunto e eficaz nesse campo.

AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DE IDOSOS DO PROGRAMA VIDA ATIVA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Maria Souza da Costa, Deyvylan Araujo Reis, Rebeca Evangelista Folhadela, Vanessa de Oliveira Gomes, Anathuza Veiga Trindade, Thayza D'avila Pereira Rocha, Emily Gabriele Cavalier de Almeida

A avaliação multidimensional do idoso é considerada o padrão-ouro para o manejo da fragilidade na população idosa. Diversas evidências têm demonstrado sua efetividade tanto em termos de custos para o sistema de saúde quanto em resultados de saúde para os idosos. O objetivo deste estudo é relatar a experiência de uma aluna de pós-graduação durante a avaliação multidimensional de idosos participantes do Programa Vida Ativa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Trata-se de um relato de experiência sobre a imersão vivencial de uma aluna de pós-graduação em enfermagem, realizada durante o estágio de docência no mestrado acadêmico na disciplina de Enfermagem na Atenção Integral à Saúde do Idoso. A vivência ocorreu no Programa Vida Ativa da UFAM, localizado no município de Manaus, Amazonas, durante o período de junho de 2023. O programa visa promover a autoestima dos idosos, a interação social, o envelhecimento saudável e ativo, além de cuidados em saúde por meio da inserção de diversas atividades. Os sujeitos da experiência foram uma discente do mestrado acadêmico, seis acadêmicos de enfermagem e o preceptor da disciplina, todos envolvidos na aula prática de saúde do idoso, que consistiu na realização da avaliação gerontológica de quatro idosos participantes do programa. O relato se desdobrou em dois momentos: o primeiro, que envolveu aulas teóricas abordando temas sobre a saúde do idoso, como conceitos gerontogerítricos, capacidade funcional e síndromes geriátricas; e o segundo, que consistiu na aplicação de um instrumento de consulta de enfermagem gerontológica para avaliar os diversos domínios do envelhecimento. Os alunos foram divididos em grupos, com cada equipe responsável pela avaliação de um idoso. Durante a aula prática, os idosos foram avaliados em 12 domínios, a saber: promoção da saúde, nutrição, eliminação e troca, atividade e repouso, percepção/cognição, autopercepção, relacionamento de papel, enfrentamento/tolerância ao estresse, princípios de vida, segurança/proteção e conforto. Além disso, foram realizados exames físicos gerais e aplicadas escalas

como o Índice de Atividades de Vida Diária de Katz, o Índice de Atividades Instrumentais de Vida Diária de Lawton, o Mini Exame do Estado Mental, a Escala de Morisky e a Escala de Depressão Geriátrica. Os resultados indicaram que os idosos avaliados apresentavam alterações em um ou mais domínios, como no domínio de promoção da saúde, onde foi identificada história de doenças pregressas, e no domínio de atividade e repouso, em que dois dos quatro idosos avaliados relataram dificuldades para dormir, com quadros de insônia. Por outro lado, os idosos também apresentaram boa funcionalidade e escores adequados nas escalas aplicadas. O estágio em docência permitiu um aprofundamento significativo nos conhecimentos relacionados à saúde da pessoa idosa e à avaliação multidimensional, fundamentais para o cuidado integral desses indivíduos.

INDICADORES HOSPITALARES E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA, COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: DESAFIO NA GESTÃO DE DADOS EM UMA UNIDADE HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Beatriz Farias Osório, Fabio Henrique Silva Melo, Cintia Carla da Silva Meireles, Zayra de Oliveira Reis, Andressa Pessanha de Lima, Itamar Cabral Monteiro, Rosiane Nunes do Nascimento

Ao iniciar suas atividades no município do Rio de Janeiro, a Unidade Hospitalar de média complexidade, localizada no bairro de Santa Cruz, na zona oeste, teve como missão enfrentar tanto os desafios quanto as oportunidades presentes no cenário da saúde pública. Com 77 leitos de observação para urgência e emergência e 319 leitos de internação, o hospital desempenha um papel fundamental na região, atendendo 100% da sua média anual, sendo que 87% dos atendimentos são voltados à urgência e emergência, e 13% às internações. O dia a dia da unidade é marcado pela constante movimentação de pacientes e profissionais em busca de eficiência e qualidade no atendimento. Todos os dias, às 9h00, uma equipe multiprofissional se reúne para discutir os indicadores hospitalares coletados no dia anterior, como taxas de ocupação, tempos de espera e índices de infecção hospitalar. A análise minuciosa desses dados é crucial para identificar padrões e áreas que demandam melhorias. A importância dos indicadores se torna evidente nessa etapa, pois, com base em uma base de dados constantemente atualizada, os gestores podem visualizar a real situação do hospital e tomar decisões informadas. Por exemplo, ao identificar, por meio dos indicadores, um aumento no tempo de espera na emergência, medidas são tomadas para redistribuir recursos e otimizar o atendimento. Com base nessa análise matinal, ações estratégicas são implementadas ao longo do dia, com a reorganização da equipe de enfermagem para atender à crescente demanda na emergência, enquanto os médicos priorizam os casos críticos e otimização da ocupação de leitos. A utilização eficiente dos indicadores impacta diretamente na qualidade do atendimento, pois, ao monitorar esses dados em tempo real, o hospital consegue ajustar suas operações de forma ágil, garantindo cuidados oportunos e seguros aos pacientes. Além disso, a transparência na gestão dos indicadores fortalece a confiança da população no SUS, pois demonstra compromisso com a melhoria contínua. Essa rotina de coleta, análise e ação

é um ciclo constante que mantém o hospital em um processo de aprimoramento contínuo, sempre em busca da excelência na qualidade das ações de saúde. O impacto dos indicadores hospitalares na saúde pública é significativo. Eles não só auxiliam na gestão interna, mas também têm um papel fundamental na formulação de políticas públicas. Dados precisos e confiáveis ajudam a gestão a identificar tendências e necessidades emergentes, permitindo a alocação mais eficiente de recursos em todo o SUS. A rotina dessa unidade ilustra como os indicadores são ferramentas essenciais para a gestão da saúde, pois oferecem uma base sólida para decisões estratégicas, melhoram a qualidade do atendimento e, conseqüentemente, têm um impacto positivo na saúde pública. Em um contexto de crescente demanda por serviços de saúde e recursos limitados, o uso eficiente desses indicadores é vital para garantir que todos recebam cuidados adequados e oportunos. Portanto, os indicadores não são apenas números a serem cumpridos, mas instrumentos essenciais para construir um sistema de saúde mais eficaz, universal e humano.

CAPACITAÇÃO DE EMERGÊNCIA: TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NA REGIÃO AMAZÔNICA

Estefany Borges de Sousa, Andreia Paes Oliveira, Meiriane Araújo Carneiro, Carlos Cristiano Espedito Guzzo Júnior

A Atenção Básica desempenha um papel fundamental no cuidado integral da população, abrangendo tanto o acompanhamento contínuo quanto o atendimento de urgência e emergência de baixa gravidade. Diariamente, as equipes de saúde da família enfrentam situações que exigem assistência a indivíduos em instabilidade nas funções vitais, independentemente de riscos imediatos ou mediatos de morte. A falta de treinamento adequado pode comprometer a capacidade da equipe ou do profissional de responder de maneira eficaz, colocando a vida do paciente em risco. Nesse contexto, a educação permanente em saúde emerge como uma estratégia crucial para aprimorar a prática profissional, tornando a implementação de treinamentos sobre assistência a urgências e emergências essenciais para garantir um cuidado integral e eficaz. O objetivo do presente trabalho é implementar um programa de treinamento em primeiros socorros para os funcionários das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Bragança (PA). A capacitação será realizada por meio de oficinas mensais com duração de duas horas, divididas nos seguintes módulos: introdução aos primeiros socorros; avaliação do contexto do acidente e sinais vitais; avaliação do XABCDE do trauma; reanimação cardiopulmonar; lesões osteoligamentares; sufria; insolação e hipotermia; e síncope e convulsão. Para a aplicação prática, serão utilizados materiais reutilizáveis, proporcionando uma vivência realista dos procedimentos. As capacitações serão ministradas pelos residentes do Programa Estratégia Saúde da Família da Universidade do Estado do Pará. Espera-se que o programa capacite os profissionais das UBSs a resolverem problemas emergenciais, promovendo discussões e análises sobre possíveis intercorrências na Atenção Primária à Saúde. Além de contribuir para o aprendizado teórico e prático, o treinamento busca aumentar a autoconfiança dos profissionais na execução de técnicas e procedimentos, especialmente considerando que muitos podem

não ter familiaridade com tais situações. Este programa visa o desenvolvimento de uma capacitação teórico-prática que prepare os profissionais da Atenção Primária à Saúde para lidar adequadamente com situações emergenciais. A oferta desse treinamento permitirá que os profissionais estejam aptos a fornecer os primeiros atendimentos necessários, preservando vidas, minimizando agravos e sequelas, e promovendo um atendimento mais seguro e eficiente nas UBSs.

PREVALÊNCIA DE BRONQUITE E BRONQUIOLITE AGUDA EM LACTENTES NO BRASIL NO PERÍODO DE CINCO ANOS

Amanda Maria e Silva Coelho, Ranielly Mendes Amorim, Míriam Gonçalves de Castro, Sacha Emilia Lins do Nascimento, Maria Letícia Passos Santos, Isabella Freitas Cabral, Mayrlla Riane Maia da Silva, Pedro Silva de Melo

A bronquite aguda e a bronquiolite aguda são doenças respiratórias comuns em lactentes, especialmente nos menores de 1 ano, e representam uma preocupação significativa para a saúde pública devido à alta incidência e gravidade potencial. A análise da prevalência dessas condições é fundamental para compreender sua distribuição geográfica, características demográficas e padrões temporais. O objetivo deste estudo foi analisar a prevalência de casos de bronquite aguda e bronquiolite aguda em menores de 1 ano no período de 2019 a 2023. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, do tipo transversal e observacional, baseado em dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023, foram registrados 218.565 casos de internações por bronquite aguda e bronquiolite aguda no Brasil em lactentes menores de 1 ano. A região Sudeste apresentou a maior prevalência, com 48,2% dos casos, enquanto a região Norte registrou a menor prevalência, com 5,9%. Do total de casos, 129.270 eram do sexo masculino e 89.295 do sexo feminino. Em relação à cor/etnia, a maior parte dos registros correspondeu à cor parda, com 97.977 casos (44,8%), enquanto a menor proporção foi de casos registrados como indígenas, totalizando 1.296. Além disso, 36.352 casos não continham informações sobre cor/etnia. No que se refere à distribuição temporal, 2023 apresentou o maior número de internações, representando 33,4% dos casos, enquanto 2019 registrou a menor incidência, com 4,7%. Quanto ao caráter do atendimento, 97,4% das internações foram classificadas como de urgência. Durante o período estudado, foram registradas 573 mortes relacionadas à bronquite aguda e bronquiolite aguda no Brasil, das quais 233 (40,6%) ocorreram na região Sudeste e 154 (26,8%) na região Nordeste. A análise dos dados de 2019 a 2023 revela uma alta prevalência de bronquite aguda e bronquiolite aguda entre lactentes no Brasil, com a região Sudeste sendo a mais afetada e a região Norte apresentando os menores números. A predominância de casos em 2023, aliada à elevada taxa de atendimentos de urgência, indica uma crescente demanda pelos serviços de saúde. O registro de 573 mortes durante o período evidencia a gravidade dessas condições, especialmente na região Sudeste. Esses resultados destacam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a prevenção, o tratamento e o manejo adequado dessas doenças respiratórias em lactentes, com o objetivo de reduzir internações e a mortalidade associada.

ASSOCIAÇÃO ENTRE LETRAMENTO FUNCIONAL EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DE RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA PARAENSE

Ana Kedma Correa Pinheiro, Widson Davi Vaz de Matos,
Laura Maria Vidal Nogueira, Sheila Nascimento Pereira de Farias

Este estudo revela a relação entre fatores socioeconômicos, educacionais e ambientais e o letramento funcional em saúde e a qualidade de vida da população ribeirinha na Amazônia paraense. A pesquisa identificou que a vulnerabilidade social, caracterizada pela baixa escolaridade e precárias condições de saneamento, impacta diretamente o letramento funcional em saúde, dificultando a compreensão e o uso de informações relacionadas à saúde. Apenas 17% dos ribeirinhos apresentaram letramento funcional adequado, e a faixa etária avançada e a escolaridade limitada (até o ensino fundamental) mostraram associação com o letramento inadequado. Problemas de saúde e coleta de lixo inadequada também se destacaram como fatores relacionados ao letramento limitado. Em relação à qualidade de vida física, a pesquisa apontou que problemas de saúde, letramento inadequado e idade superior a 40 anos estavam associados a uma pior qualidade de vida, enquanto a qualidade de vida mental foi negativamente influenciada pela faixa etária (acima de 40 anos), pelo recebimento de Bolsa Família e pela coleta inadequada de lixo. Esses achados sugerem que a atenção primária à saúde deve ser reestruturada nas comunidades ribeirinhas, considerando as condições socioeconômicas e ambientais, a fim de melhorar o letramento em saúde. Para tanto, é necessário implementar políticas públicas integradas que promovam a educação em saúde, a melhoria das condições de saneamento e o acesso à informação, capacitando a população para tomar decisões informadas sobre seu cuidado e reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de saúde. O estudo serve como base para futuras ações que fortaleçam a atenção primária à saúde nas comunidades ribeirinhas, buscando promover a saúde e o bem-estar dessa população.

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSO SÃO GONÇALO

Lucas Thomaz Vargas, Raíssa Rodrigues Organista

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa de todos os estudantes de uma universidade, com o objetivo de defender seus direitos e interesses, sendo um espaço democrático onde os Centros Acadêmicos (CAs) e outros setores estudantis discutem e decidem questões relevantes para a comunidade acadêmica. A diretoria do DCE é eleita a cada dois anos por eleições diretas entre os estudantes de graduação. Suas principais funções incluem: a defesa dos direitos dos estudantes junto à reitoria e ao governo, promovendo reivindicações, propostas e ideias; a

integração dos alunos, facilitando o contato entre diferentes experiências e áreas de conhecimento; a promoção de projetos e eventos que atendam à diversidade do corpo estudantil; e o atendimento aos estudantes, oferecendo suporte presencial e online para resolver problemas acadêmicos e estruturais, como melhorias nas salas de aula e questões tecnológicas. A experiência do acadêmico de enfermagem em relação à criação do DCE da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) exemplifica como a entidade pode ser um espaço de transformação. Criado em 2023 por seis estudantes de diferentes períodos, o DCE da UNIVERSO, campus São Gonçalo, possui uma diretoria composta por seis setores: Primeira Secretaria e Diretoria de Projetos Estudantis, Secretaria Geral, Diretoria Jurídica, Diretoria de Mulheres, Diretoria de Comunicação e Diretoria de Assistência Estudantil e Políticas Educacionais. A entidade oferece atendimento tanto presencial quanto virtual, por meio de WhatsApp, Instagram e Google Forms. Com uma atuação ativa e uma boa relação com a administração da universidade, o DCE já atendeu mais de 200 alunos, solucionando demandas como melhorias nas salas de aula, problemas com TI durante provas e ajustes nos horários das aulas. Um exemplo concreto de sua atuação foi a solicitação de ventiladores para as salas de aula. O DCE acredita que a educação é uma ferramenta de transformação social e luta por uma educação de qualidade, acessível a todos. Além de defender os direitos estudantis, a entidade também organiza eventos e projetos que buscam melhorar a vida acadêmica e promover a inclusão e diversidade dentro da universidade. Em suma, o DCE desempenha um papel essencial na representação e defesa dos estudantes, contribuindo para a melhoria das condições de estudo e integrando a comunidade acadêmica por meio de sua estrutura organizada e atuação dinâmica.

REFLETINDO A PRÁTICA DE CAMPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA DURANTE VIAGEM A UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NO INTERIOR DO AMAZONAS

Lorena Gleice Azevedo da Silva., Leticia Costa Wanderley., Syrrame Guimaraes Diniz.,
Jean Carlos de Lima Deveza., Daniele Muniz da Costa., Larissa Brito da Costa.,
Denise de Souza Méza., Hyana Kamila Ferreira de Oliveira.

As comunidades ribeirinhas do Amazonas, formadas pela fusão de povos indígenas, nordestinos e outros imigrantes, habitam as margens dos rios e lagos, o que confere à região uma identidade singular. Entre os fatores que tornam essa área peculiar, destacam-se os aspectos sociodemográficos e territoriais, que contribuem para as disparidades no acesso aos serviços e ações de saúde. Estudantes da área da saúde, especialmente os de enfermagem, têm a oportunidade de vivenciar essa realidade através das práticas de campo, favorecendo o aprimoramento prático e a promoção de uma formação mais próxima das necessidades locais. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de graduandos de Enfermagem durante uma prática de campo em uma comunidade ribeirinha no interior do Amazonas. Trata-se de um estudo descritivo, caracterizado como relato de experiência, realizado nos dias 23 e 24 de setembro de 2023, durante as práticas de campo da disciplina Saúde das Populações Amazônicas. A viagem, realizada por transporte fluvial, teve início às 3h da manhã, com chegada à comunidade às

12h do mesmo dia. A equipe de vivência foi composta por acadêmicos de enfermagem, enfermeiros-docentes perceptores e profissionais externos que realizam ações voluntárias na região, como médicos, técnicos de laboratório e bioquímico, atendente de farmácia, técnico de enfermagem, recepcionista, entre outros. A ação envolveu aproximadamente 400 pessoas de diferentes faixas etárias e incluiu uma variedade de atendimentos, tanto na área de enfermagem quanto na médica. Foram realizados procedimentos clínicos, coleta e interpretação de exames laboratoriais, distribuição de medicamentos conforme as prescrições médicas, além de orientações e educação em saúde sobre temas como o uso de hipoclorito de sódio, infecções sexualmente transmissíveis e suas formas de prevenção, higiene corporal e visitas domiciliares. A integração entre teoria e prática desempenha um papel fundamental no aprimoramento das competências necessárias ao profissional de enfermagem, além de fortalecer o domínio do conhecimento científico. As atividades práticas em campo se mostram um ambiente propício para o desenvolvimento pessoal e a construção da identidade profissional do acadêmico, ampliando sua capacidade de prestar cuidados às pessoas dentro de seus contextos específicos.

A CONSTRUÇÃO DO MANUAL TÉCNICO DE SONDAGEM DE DEMANDAS DO/A USUÁRIO/A DO SUS: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DA OUVIDORIA DO SUS DO ESTADO

Luiza Maria Plentz, Ana Cláudia de Fraga Ramos, Raquel Santos Franckini, Fernanda Raíssa Berr Elias

As Ouvidorias do Sistema Único de Saúde (SUS) desempenham um papel crucial como canais de comunicação entre os usuários e a gestão do SUS, sendo fundamentais para garantir que as vozes dos cidadãos contribuam para a melhoria das políticas e serviços de saúde. Este trabalho visa apresentar a experiência da Ouvidoria do SUS da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS) na elaboração do Manual de Sondagem das demandas dos usuários do SUS, além de discutir o processo de criação dessa ferramenta e sua relação com os objetivos das Ouvidorias. A equipe da Ouvidoria do SUS da SES/RS é composta por servidores(as), residentes e estagiários de diversas áreas, como Administração em Sistemas e Serviços de Saúde, Administração Pública, Ciências Sociais, Gestão em Saúde, Políticas Públicas, Psicologia e Saúde Coletiva, o que a torna um importante espaço de formação em serviço no SUS. Acreditando que os coletivos são espaços de invenção e que a educação permanente também ocorre no cotidiano dos serviços, a Ouvidoria do SUS da SES/RS elaborou, em 2023, o Manual Técnico de Sondagem das Demandas, com base no Manual de Tipificação do Sistema OuvidorSUS. A construção desse manual foi feita coletivamente pela equipe multiprofissional, que, ao atender as manifestações dos cidadãos, fomentou debates e criou diferentes estratégias para acolher e tratar as demandas dos usuários do SUS. O manual de sondagem oferece orientações técnicas para as equipes da Ouvidoria, compreendendo a sondagem como a atividade de pesquisa e investigação cuidadosa realizada pelo atendente para entender a demanda do cidadão. A sondagem e o desmembramento das demandas estão intimamente ligados, pois o desmembramento adequado

só é possível após compreender o que o cidadão deseja expressar em seu registro. O manual não visa estabelecer atendimentos padronizados e protocolares, mas sim fornecer ferramentas para facilitar a compreensão da demanda, que pode resultar no registro da manifestação e seu encaminhamento ao órgão responsável ou na disseminação de informações sobre o SUS. Em suma, a construção do manual de sondagem se mostrou um dispositivo importante para a educação permanente da equipe e para a qualificação do atendimento ao cidadão, reforçando o objetivo final das Ouvidorias do SUS como espaços de comunicação entre o cidadão e a gestão, funcionando como canais de escuta, acolhimento, orientação e disseminação de informações. Vale destacar que o manual está em processo de atualização coletiva, envolvendo novos trabalhadores e estudantes na revisão e aprimoramento do material, em função da atualização do sistema OuvidorSUS, que passou a ter uma nova versão em produção a partir de novembro de 2023 pelo Ministério da Saúde.

SUS, CÂMERA, AÇÃO!: QUANDO A PARÓDIA TEATRAL E A EDUCAÇÃO MÉDICA SE ENCONTRAM NO TERRITÓRIO

Amanda de Miranda, Ana Carolina Nuss, Caio Vincenzo Bertoldi Bazzanella,
Manoella de Miranda, Marcos Bagrichevsky

Oficinas que utilizam linguagem lúdica, como a “paródia teatral”, podem ser uma ferramenta poderosa de sensibilização sócio-educativa, especialmente em cenários de integração ensino-serviço-comunidade, ao tratar de temas complexos e de difícil enfrentamento, como a prevenção contra a dengue. O presente estudo articula essas premissas à experiência curricular de 12 estudantes de medicina (2ª fase) durante o 1º semestre de 2024, quando estiveram imersos na realidade de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na periferia de Blumenau, com o objetivo de conhecer os problemas da comunidade e intervir em alguns deles. O trabalho descreve e discute o planejamento, a realização e as repercussões de uma oficina de prevenção à dengue, dirigida a estudantes do ensino básico (3º e 6º ano) de uma escola próxima à UBS. Para o planejamento da paródia teatral, foram incorporadas informações de representantes-chave da comunidade e da equipe da Saúde da Família da UBS, além de outras demandas da direção da escola. A paródia, que vinha sendo pensada desde o início do semestre, foi escolhida por seu potencial atrativo, especialmente devido ao seu formato humorístico. A dramaticidade humorística da paródia foi crucial para atrair o interesse das crianças e adolescentes, envolvendo-os nas discussões subsequentes sobre o tema. Após a encenação, as crianças foram organizadas em pequenos grupos para debater os aspectos centrais da paródia e suas implicações no cotidiano. A atividade, recheada de humor, mobilizou a atenção delas devido à dimensão lúdica e à valorização dos conhecimentos prévios expressos nos diálogos das personagens. As ações sócio-educativas realizadas por meio de paródias teatrais são eficazes por seu aporte simbólico-cultural e pelo formato convidativo e sedutor, criando aberturas para dialogar com crianças e adolescentes sobre temas tão complexos como a busca por ferramentas pedagógicas

mais sensíveis e, conseqüentemente, mais resolutivas, para o enfrentamento da epidemia de dengue, que se tornou endêmica em Santa Catarina.

MOBILIDADE HUMANA E SAÚDE: A PRESENÇA DE MIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS EM MANAUS E SUAS DEMANDAS DE ACESSIBILIDADE ÀS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - RESUMO SIMPLES DA ARTICULAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE

Chrystine Helena Silva Costa, Cecília Maria Alves de Freitas, Eduarda Pereira Martins, José Eduardo Pará Nunes, Julia Evan Mendes Perez, Kariny Moreira Dantas, Munike Rafaela Souza das Chagas

Este trabalho resume a articulação Ensino-Serviço-Comunidade entre docentes e discentes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e migrantes e refugiados venezuelanos em Manaus, com o objetivo de facilitar o acesso dessa população a ações de saúde, promovendo a prevenção de doenças e o conhecimento sobre a organização da rede de atenção socioassistencial do Sistema Único de Saúde (SUS) local, conforme seus níveis de complexidade. Desde 2015, a instabilidade política, econômica e social na Venezuela tem gerado um fluxo migratório, sendo o Amazonas um dos principais destinos, com uma grande população de migrantes venezuelanos. Esses imigrantes, ao chegarem ao Brasil, frequentemente desconhecem o idioma, o sistema de saúde e os serviços públicos, o que torna urgente garantir seu acesso à saúde. O projeto de extensão “Migrações, Vulnerabilidades e Saúde” tem contribuído para fortalecer as ações públicas e de organizações não governamentais, promovendo atividades de saúde em parceria com profissionais da rede local, docentes e discentes da UFAM. Essas ações incluem procedimentos como aferição de pressão arterial e rodas de conversa sobre os serviços de saúde disponíveis, com foco na educação e orientação dos imigrantes. Desde o segundo semestre de 2023, as atividades são realizadas mensalmente na sede da associação Hermanitos, uma organização sem fins lucrativos que oferece suporte a migrantes venezuelanos em Manaus. Em média, entre 100 e 150 migrantes participam mensalmente das ações, com o número variando conforme a capacidade e os recursos disponíveis. Além da articulação com a rede local, o projeto obteve financiamento do Ministério da Justiça para expandir suas atividades. As ações realizadas visam promover o acesso dos migrantes a serviços de saúde, identificar doenças e fornecer orientações sobre o SUS, ajudando-os a compreender o funcionamento e os serviços oferecidos. Dessa forma, os discentes aplicam na prática o conhecimento adquirido em sala de aula, trabalhando com indivíduos em situação de vulnerabilidade. Esse processo exemplifica a conexão entre educação e saúde, reforçando a importância da articulação Ensino-Serviço-Comunidade para a construção de uma sociedade mais equitativa. Em resumo, a migração venezuelana para o Brasil traz desafios no acesso à saúde, e iniciativas como essa são essenciais para apoiar esses indivíduos em sua busca por melhores condições de vida e trabalho.

DESENVOLVIMENTO DE UMA TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA PESSOA IDOSA COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Maria Souza da Costa, Rebeca Evangelista Folhadela, Vanessa de Oliveira Gomes, Anathuza Veiga Trindade, Thayza D'avila Pereira Rocha, Emily Gabriele Cavalier de Almeida

A população idosa tem crescido de forma acelerada tanto no Brasil quanto no mundo, o que exige o desenvolvimento de tecnologias que possam apoiar o enfrentamento de doenças, como a hipertensão arterial sistêmica (HAS). Nesse contexto, os profissionais de enfermagem devem utilizar ferramentas inovadoras para promover a saúde e prevenir doenças. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de discentes de enfermagem no desenvolvimento e implementação de uma cartilha educativa voltada para idosos com diagnóstico de HAS. Trata-se de um relato de experiência baseado na elaboração de um plano de ação realizado em março de 2022, com a criação de uma tecnologia educativa para idosos com hipertensão arterial, no município de Coari, Amazonas. As ações foram realizadas no domicílio dos idosos cadastrados em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e executadas por discentes do curso de enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II. O desenvolvimento do plano de ação seguiu o Processo de Enfermagem, dividido em cinco etapas: 1) Investigação ou histórico; 2) Diagnóstico de enfermagem; 3) Planejamento; 4) Implementação da assistência; e 5) Avaliação. Para a aplicação prática, utilizou-se a Teoria da Intervenção Prática da Enfermagem em Saúde Coletiva (TIPESC). O plano de ação envolveu 20 idosos com diagnóstico de HAS. A cartilha desenvolvida abordou temas como definição da HAS, causas e fatores de risco, sinais e sintomas, complicações, prevenção, tratamento não medicamentoso, adesão ao tratamento medicamentoso e consultas de Hiperdia. A cartilha foi adaptada à linguagem e ao contexto da população idosa, considerando que muitos dos participantes possuíam baixa escolaridade ou nenhuma. Utilizou-se recursos visuais, como ilustrações, para facilitar o entendimento, com parágrafos curtos e objetivos. Durante a aplicação, os idosos foram orientados a circular as figuras com as quais se identificavam, por exemplo, ao relatar sintomas como dor de cabeça ou mal-estar, reforçando o processo de compreensão ativa. Os resultados mostraram que, com a aplicação da cartilha, os idosos adquiriram maior conhecimento sobre a hipertensão, seus sinais e sintomas, formas de controle da doença, cuidados com a alimentação e prevenção de complicações. A atividade contribuiu para a educação em saúde, auxiliando na mudança de hábitos inadequados e na prevenção de agravos relacionados à hipertensão. Dessa forma, a utilização de tecnologias educativas, como a cartilha, mostra-se uma estratégia eficaz no processo de cuidado e educação em saúde para idosos com HAS, potencializando o conhecimento e promovendo a adesão a práticas de autocuidado e prevenção.

MORTE E DIGNIDADE: CUIDADOS PALIATIVOS COMO AFIRMAÇÃO DA VIDA

Luíze Luz de Carvalho, Alberto Manuel Quintana, Leonardo Soares Trentin

Conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), Cuidados Paliativos são uma abordagem que visa assegurar a qualidade de vida de pacientes e suas famílias diante de diagnósticos de doenças que ameaçam a continuidade da vida. Essa modalidade de cuidado ocorre concomitantemente ao tratamento da doença e deve ser iniciada desde o diagnóstico, proporcionando suporte físico, emocional, espiritual, familiar e social em todos os níveis de atenção à saúde. A universalização do acesso aos Cuidados Paliativos é crucial para garantir que os usuários dos serviços de saúde sejam assistidos de maneira ampla e integral por equipes sensibilizadas às suas necessidades, indo além da perspectiva de cura. Nesse contexto, o presente estudo busca compreender os desafios da atuação em Cuidados Paliativos e a importância da interdisciplinaridade nessa construção de saúde. A metodologia utilizada foi a revisão narrativa, com levantamento de artigos publicados entre 2020 e 2024 nas plataformas Scielo e BVS. A partir dessa revisão, observou-se que, frequentemente, a atuação em Cuidados Paliativos é prejudicada pela perpetuação de tabus e preconceitos, que associam essa abordagem ao abandono do paciente ou a um cuidado restrito ao fim da vida. Contudo, identificaram-se movimentos que buscam expandir o conhecimento e a reflexão sobre os Cuidados Paliativos, com o objetivo de repensar o modelo biomédico de saúde. Conclui-se, portanto, que é fundamental promover a conscientização de profissionais e usuários sobre os Cuidados Paliativos, a fim de garantir a integralidade do cuidado e efetivar a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP). Debater Cuidados Paliativos é, assim, promover a dignidade, aliviar o sofrimento e afirmar a vida com qualidade.

INTEGRAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA POR MEIO DE CASOS E SIMULAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA POTENCIALIZAR O PENSAMENTO CRÍTICO NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Widson Davi Vaz de Matos, Mayara Del Aguila Pacheco, Nicole Juca Monteiro, Maria Angélica Almeida Peres, Priscilla Valladares Broca, Marta Sauthier, Márcia de Assunção Ferreira

O crescimento dos novos currículos na área de saúde busca adotar métodos de aprendizagem mais ativos e participativos, com ênfase na educação problematizadora que favorece a participação crítico-reflexiva dos alunos. Entre as estratégias utilizadas, destacam-se as discussões de casos clínicos, acompanhadas de simulações teóricas e práticas. O objetivo deste trabalho foi relatar a experiência didática na construção e discussão de casos clínicos com simulação, na implantação de disciplinas no currículo de graduação em enfermagem da Universidade Pública Federal do Rio de Janeiro. A

equipe, composta por quatro docentes e três doutorandos, desenvolveu duas disciplinas que foram implantadas no primeiro período letivo de 2024 para estudantes do terceiro semestre. A disciplina prática, com 45 horas de carga, abordou os cuidados na Atenção Primária à Saúde (APS), e foi realizada em três instituições: clínicas da família e Centro Municipal de Saúde. A disciplina teórica, com 30 horas de carga, tratou de fundamentos, modelos e processos de cuidar. A turma, composta por 57 estudantes, foi dividida em seis grupos para as atividades práticas. Para integrar as atividades de ambas as disciplinas, a equipe articula os temas das teorias de enfermagem e o processo de enfermagem por meio de simulações de atendimentos, com base em situações clínicas reais dos campos de estágio. Os grupos receberam casos clínicos para estudar e aplicar os conhecimentos adquiridos, estimulando o protagonismo e a criatividade dos alunos na aplicação do conhecimento teórico na resolução de casos práticos. Nos encontros em sala de aula, os grupos apresentaram os casos sob sua responsabilidade por meio de exposições, simulações e gamificação, utilizando links de aplicativos acessados pelos celulares da turma. Cada grupo personificou os casos, contextualizando os indivíduos envolvidos, desenvolveu diagnósticos baseados na taxonomia da North American Nursing Diagnosis Association (NANDA), proposições de intervenções de enfermagem com base no Nursing Interventions Classification (NIC) e avaliação de resultados segundo o Nursing Outcomes Classification (NOC). Essas atividades promoveram discussões qualificadas, reunindo estudantes de diferentes níveis de formação, o que possibilitou o compartilhamento de conhecimentos. A abordagem de aprendizagem ativa e passiva, fundamentada na pirâmide de aprendizagem de William Glasser, foi observada. A integração dos conhecimentos teóricos e práticos através das simulações, em que os estudantes assumiram os papéis de profissionais e usuários (indivíduos e famílias), contribuiu para aprofundar as reflexões em outras disciplinas, como ética aplicada à enfermagem e saúde pública, abordando políticas de saúde e determinantes sociais. O trabalho de leitura, debate, aplicação e integração com a prática, aliado à dimensão relacional com o tema, colegas, docentes e doutorandos, proporcionou reflexões sobre ambas as disciplinas. Apesar de ministradas separadamente, as disciplinas foram integradas com o objetivo de ampliar a visão dos alunos sobre as situações clínicas e potencializar as intervenções e resoluções. A aplicação de estratégias baseadas em casos clínicos com simulação contribuiu significativamente para o desenvolvimento do pensamento crítico no contexto da APS e para a resolução de situações enfrentadas pelos usuários.

BARREIRAS NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO DE MULHERES DA AMAZÔNIA PARAENSE

Letícia Lima Oliveira, Widson Davi Vaz de Matos, Iaci Proença Palmeira, Márcia de Assunção Ferreira

O câncer de colo de útero é o terceiro tipo mais comum entre as mulheres no Brasil, com estimativas de 17.010 casos anuais para o triênio 2023–2025. A Região Norte do Brasil, especialmente o estado do Pará, apresenta uma das maiores taxas de incidência dessa neoplasia, o que reflete

desigualdades regionais, socioeconômicas e assistenciais, impactando diretamente o diagnóstico precoce e as chances de tratamento eficaz. O diagnóstico tardio, muitas vezes em estágios avançados, resulta em opções limitadas de tratamento e reabilitação. A principal causa desse atraso é a carência de serviços oncológicos adequados e o acesso limitado aos serviços de saúde. O objetivo do estudo foi identificar as barreiras enfrentadas pelas mulheres da Amazônia Pareense no diagnóstico e tratamento do câncer de colo de útero. Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, fundamentado na Teoria das Representações Sociais, com uma abordagem processual. Foram entrevistadas 30 mulheres em tratamento oncológico, matriculadas em um hospital de referência no Pará, durante o período de novembro a dezembro de 2021. As entrevistas foram individuais, semiestruturadas e em profundidade. Os dados foram analisados com o software IRAMUTEQ, e o perfil sociodemográfico das participantes foi caracterizado por meio de estatísticas simples. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer número 5.214.281). As participantes tinham idades entre 38 e 57 anos; 50% eram casadas ou viviam em união estável; 53,33% possuíam até o ensino fundamental incompleto, e 56,67% eram residentes no interior do estado do Pará. O processamento dos dados resultou em 674 segmentos de texto, com 76% de aproveitamento da amostra. As principais dificuldades encontradas pelas mulheres para o diagnóstico e tratamento do câncer de colo de útero foram evidenciadas nas classes lexicais três e cinco, que destacaram as barreiras territoriais e logísticas. A distância entre as áreas rurais e a capital dificultava o acesso inicial ao diagnóstico, com fluxos assistenciais ineficazes nas regiões mais distantes. Muitas mulheres relataram a necessidade de buscar consultas e exames particulares para acelerar o processo de diagnóstico e tratamento. Além disso, a demora no início do tratamento, com um tempo de espera superior a 90 dias, foi uma das dificuldades mais citadas, contrariando a Lei nº 12.732/2012, que assegura o início do tratamento dentro de 60 dias após o diagnóstico. Os resultados evidenciam as dificuldades significativas no acesso ao diagnóstico e tratamento adequado para o câncer de colo de útero, especialmente nas áreas mais distantes e carentes do Pará. A pesquisa sugere que é urgente a melhoria da articulação do sistema de saúde, com investimentos em recursos tecnológicos e uma maior organização na atenção às mulheres com câncer de colo de útero. Além disso, é fundamental garantir que a legislação que assegura o diagnóstico e início do tratamento em tempo hábil seja efetivamente cumprida, para oferecer uma assistência de saúde mais eficaz e reduzir os danos do diagnóstico tardio.

DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NA ERA DA PÓS-VERDADE: UM ESTUDO SOBRE A NARRATIVA DA COVID-19

Nicole Juca Monteiro, Mayara Del Aguilal Pacheco, Widson Davi Vaz de Matos, Márcia de Assunção Ferreira

A Pandemia de covid-19 não apenas afetou a saúde física das populações, mas também gerou sérias implicações para o bem-estar mental dos indivíduos, ampliadas pelo contexto de bloqueios sociais e pela disseminação de informações imprecisas e contraditórias. Nesse cenário, a chamada “infodemia”

emergiu como um fenômeno prejudicial para a saúde mental, caracterizando-se pela rápida propagação de desinformações, teorias conspiratórias e conteúdos manipulados, frequentemente associadas ao conceito de “pós-verdade”. Esse fenômeno teve um impacto significativo sobre a percepção pública da pandemia, influenciando tanto as atitudes individuais quanto as decisões coletivas. Investigar como a disseminação de informações na era da pós-verdade influenciou a percepção pública da Pandemia de covid-19, afetando a comunicação sobre a doença e suas implicações para a saúde mental e o comportamento coletivo. Este estudo é uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de compreender a disseminação das informações relacionadas à covid-19 no Brasil, durante o primeiro ano da pandemia, com ênfase na forma como as narrativas de pós-verdade moldaram a percepção pública. Os artigos selecionados para compor o capítulo 2 de um projeto de doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro foram escolhidos a partir da questão central: qual o papel das narrativas de pós-verdade na formação da percepção pública sobre a Pandemia de covid-19, e como essas narrativas afetaram a disseminação de informações e as decisões individuais e coletivas? O estudo revelou que, durante o primeiro ano da pandemia no Brasil, houve uma intensa circulação de informações falsas ou distorcidas, que incluíam a negação da existência do vírus, a promoção de tratamentos caseiros sem comprovação científica, o uso de medicamentos sem eficácia comprovada, e teorias conspiratórias sobre a origem do vírus. Além disso, informações sobre a ocupação de leitos hospitalares foram manipuladas, divulgando dados de leitos desocupados enquanto o sistema de saúde colapsava. Esse cenário é característico da “era da pós-verdade”, onde as emoções e crenças pessoais passaram a ter mais peso do que os fatos objetivos e científicos, criando um ambiente de desinformação. As tecnologias digitais, embora tenham permitido a disseminação instantânea de informações, também facilitaram a formação de “bolhas socioculturais” nas quais as pessoas buscam e compartilham apenas informações que confirmam suas crenças, criando um ciclo de reforço de verdades subjetivas. A proliferação de notícias falsas não só contribui para a desinformação, mas também gera confusão e medo, prejudicando a saúde mental e dificultando a adoção de comportamentos coletivos necessários para o controle da pandemia. Além disso, esse fenômeno ameaça a credibilidade da ciência, a política pública e a liberdade individual. A era da pós-verdade revela um cenário em que os indivíduos tornam-se tanto causa quanto consequência de seu meio, perpetuando um ciclo de desinformação que tem consequências perigosas para a sociedade como um todo.

FELIZIDADE

Luciana de Magalhães Simões, Christiane Mara Goulart, Luana Roberta Oliveira Costa, Jamerson da Silva Santos, Karla Calote, Rafaela Coutinho Nagibo, Priscila Carminati Siqueira

Em 2022, um levantamento sobre os principais problemas no território atendido pela Unidade de Saúde da Família (USF) do Divino Espírito Santo, em Vila Velha (ES), revelou a ausência de atividades físicas e cognitivas para a população idosa. Muitos idosos apresentavam queixas relacionadas à memória, além de dores físicas, especialmente nos ombros e pernas, que dificultavam a realização das atividades diárias, tanto laborais quanto domésticas. A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais

a situação, com relatos de episódios de depressão e ansiedade entre os idosos. Diante dessa demanda, foi criado o projeto *FelizIdade*, amparado por uma equipe multiprofissional formada por profissionais dos Programas Provimto Qualifica APS e da Residência do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi). O objetivo do projeto é identificar as necessidades dessa população e melhorar sua qualidade de vida por meio de ações de promoção da saúde. Realizado na USF do Divino Espírito Santo, o projeto ocorre às sextas-feiras no período da manhã e atende idosos a partir de 60 anos. A equipe é composta por farmacêutica, fonoaudióloga, profissional de educação física, fisioterapeuta e dentistas. As atividades incluem estímulos cognitivos, como exercícios de memória e concentração, e atividades físicas, como alongamentos e exercícios. Além disso, o projeto promove interação social e ações de educação em saúde. Atualmente, o *FelizIdade* conta com 40 participantes, sendo 83% do sexo feminino e 17% masculino, com idade média de 72 anos. Relatos dos participantes indicam que o projeto contribuiu para a diminuição das queixas físicas e emocionais, melhorando significativamente a qualidade de vida, autonomia e independência para a realização de atividades diárias e autocuidado. Ao oferecer um espaço acolhedor e cuidado, o projeto não só promove saúde física e mental, mas também fortalece os laços comunitários, essenciais para uma vida saudável e feliz na terceira idade. A atuação integrada da equipe multiprofissional, dentro da APS, espera consolidar o *FelizIdade* como referência em cuidados para idosos, reforçando a importância de projetos semelhantes em outras unidades de saúde. A iniciativa evidencia o compromisso da APS com a promoção da saúde e o bem-estar da população idosa, um grupo de alta vulnerabilidade com necessidades específicas de cuidado e atenção, e se destaca como uma ação transformadora que visa proporcionar uma vida mais ativa, autônoma e feliz para os idosos atendidos pela Estratégia de Saúde da Família.

GESTÃO AUTÔNOMA EM SAÚDE: DISPOSITIVO COM PARTICIPAÇÃO DE USUÁRIOS QUE INTEGRA CUIDADO E FORMAÇÃO NUM MESMO PROCESSO

Eduardo Kenji Futema Honji, Carlos Cesar David de Carvalho, Eduardo Caron

A Gestão Autônoma da Medicação (GAM), originalmente criada no Canadá para a rede de saúde mental de adultos, tem se expandido no Brasil para incluir a saúde infanto-juvenil, álcool e drogas, e atenção básica, com foco no aumento da participação dos usuários, cogestão do cuidado, ampliação da autonomia coletiva e fortalecimento de redes de relações. Este modelo desafia a abordagem tradicional de atenção centrada na doença e no saber profissional, promovendo uma posição lateral do profissional em relação ao usuário. Desde 2021, a Rede de Apoio e Compartilhamento de Práticas de Gestão Autônoma do Cuidado e da Medicação, um projeto de extensão da UFF, envolve acadêmicos, trabalhadores e usuários de mais de trinta serviços em dezenove municípios e seis estados. O objetivo principal é a construção de dispositivos para ampliar a autonomia em rede e promover o cuidado como um processo de apoio, conhecimento e formação em saúde. O método adotado envolve o intercâmbio de experiências entre usuários e trabalhadores, formando uma rede de compartilhamento onde o cuidado é simultaneamente

um processo de formação e produção de conhecimento. Entre as atividades realizadas estão os Grupos Locais de Gestão Autônoma, que acontecem semanalmente no serviço ou no território, em formato de roda circular pautada no respeito, valorização da diferença e cogestão. Também são promovidos Grupos de Apoio online, mensais, que permitem o compartilhamento de experiências de participantes de diversos serviços e localidades, e Fóruns de Práticas, também online, que visam a formação e o compartilhamento de práticas de GAM com acadêmicos, usuários e trabalhadores. Os Cursos de Extensão online, certificados pela UFF, são outra importante ferramenta de aprendizado, com a participação de até 300 pessoas por encontro e mais de mil acessos offline. Nos resultados observados, destaca-se o aumento da comunicação, participação e escuta distribuída entre usuários e trabalhadores no processo de cuidado, com um incremento na integralidade do processo de trabalho e uma ampliação da rede de cuidado nos serviços e no território. Além disso, houve a incorporação de direitos humanos, cidadania e dignidade no processo de cuidado. Os usuários, além de participarem do cuidado compartilhado, se mostram entusiasmados com o aprendizado em grupo e com as atividades educacionais, enquanto os profissionais se beneficiam da experiência de ocupar uma posição lateral ao usuário, o que contribui para a sua formação em serviço. A participação dos acadêmicos tem impactado positivamente a formação em medicina, psicologia e enfermagem, com muitos profissionais se interessando por cursos de pós-graduação e mestrado. Por fim, as práticas de GAM configuram duas inversões na lógica do modelo de atenção: o processo formativo e de cuidado estão reunidos no mesmo dispositivo, e, ao invés de o cuidado ser uma consequência da clínica, uma rede de cuidado indisciplinado facilita o acesso a clínicas de acordo com as singularidades da experiência.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO GESTAR COM HIV POR GESTANTES DA AMAZÔNIA PARAENSE

Rafaelly da Conceição Barra Portilho, Widson Davi Vaz de Matos,
Iaci Proença Palmeira, Márcia de Assunção Ferreira

A AIDS é uma síndrome infecciosa crônica causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), caracterizada pela destruição progressiva do sistema imunológico. Nas últimas décadas, a distribuição dos casos tem sofrido transformações, e no Brasil, entre 2000 e 2022, cerca de 145 mil gestantes viveram com HIV, com um aumento considerável nos últimos 10 anos. Para essas mulheres, a experiência de gestar com HIV envolve profundas mudanças na percepção da própria vida e da vida do feto, além de impactar suas relações interpessoais devido aos estigmas e estereótipos associados à doença. Este estudo teve como objetivo conhecer as representações sociais de gestantes vivendo com HIV sobre o processo da gestação. Realizou-se uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, fundamentada na Teoria das Representações Sociais, com a participação de 40 gestantes em acompanhamento pré-natal de alto risco em uma unidade referência materno-infantil de Belém do Pará, entre outubro e novembro de 2018. As entrevistas foram semiestruturadas e individuais, e os dados foram analisados com o auxílio do software ALCESTE. A análise revelou que as gestantes, com idades entre 18 e 33 anos, a maioria com ensino fundamental incompleto e renda inferior a um salário

mínimo, associam o HIV à ideia de uma doença incurável e fatal, caracterizada por caquexia, alopecia, múltiplas lesões corporais e inutilidade do corpo. A dimensão afetiva foi marcada por sentimentos de angústia, medo, desespero e revolta, com destaque para a culpa pela possibilidade de transmissão ao feto e o autoisolamento como estratégias de enfrentamento. Constatou-se que, apesar de avanços no tratamento, o HIV ainda é visto como uma ameaça, especialmente pelo temor da transmissão vertical. Compreender como as gestantes lidam com essa realidade pode ajudar os profissionais de saúde a atender suas necessidades biológicas e subjetivas, promovendo um cuidado mais integral e contribuindo para o enfrentamento da doença e a continuidade do tratamento.

PROCESSOS DISRUPTIVOS NO ENSINO DA SAÚDE COLETIVA EM ODONTOLOGIA: UM CAMINHO DE PERSISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Jeffer Haad Ruiz da Silva, Natalia Stefany da Silva Pereira, Márcia Lopes Rocha, Camila Valente Smith

A perspectiva docente no ensino em saúde passa por reformulações metodológicas, especialmente no contexto das faculdades públicas e privadas, com o objetivo de aprimorar as grades curriculares. Nesse cenário, a disciplina de saúde coletiva tem exigido grandes esforços dos docentes, pois seu aporte teórico e problematizador requer metodologias diversificadas para engajar os discentes no processo de ensino-aprendizagem. No caso da graduação em odontologia, esse esforço se torna ainda mais desafiador devido ao caráter técnico e biologicista do curso, que frequentemente prioriza a formação de profissionais voltados às exigências do mercado de trabalho, em detrimento de uma visão mais ampla da profissão. O objetivo deste relato é descrever a experiência docente sobre a valorização da saúde coletiva no currículo de odontologia de uma faculdade particular em Manaus-AM, destacando as dificuldades e avanços ao tentar contextualizar o ensino de saúde coletiva de acordo com as expectativas dos alunos. Na instituição em questão, observou-se uma ênfase no aprimoramento de disciplinas técnicas, que visam refinar as habilidades práticas dos acadêmicos e desenvolver seu senso de gestão clínica. No entanto, essa abordagem tem se mostrado um obstáculo para a aceitação da saúde coletiva como parte essencial da formação, sendo muitas vezes vista como uma “exigência secundária” para o cirurgião-dentista. A odontologia social e coletiva, além de ser subvalorizada pelos próprios alunos, também enfrenta resistência por parte do corpo docente, que raramente busca alternativas criativas e inovadoras para ensinar a importância da saúde pública na prática odontológica. Nesse contexto, uma ação transformadora proposta na faculdade evidenciou que a introdução de metodologias ativas, reflexões baseadas na resolução de problemas e práticas contextualizadas em saúde, resultaram em maior participação e engajamento dos alunos. Conclui-se que, embora o curso de odontologia tenha um caráter tecnicista, iniciativas disruptivas e inovadoras dos docentes têm se mostrado eficazes para resgatar o interesse dos alunos pelos princípios fundamentais da saúde coletiva e pública, essenciais para a formação de um profissional mais completo e sensível às necessidades da sociedade.

O QUE VOCÊ PRECISA PARA VIVER? PELO DIREITO À RESPIRAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ENCONTRO ENTRE GESTÃO AUTÔNOMA DA MEDICAÇÃO, REDUÇÃO DE DANOS E PREVENÇÃO COMBINADA

Paula Emilia Adamy, Analice de Lima Palombini, Clara Lia Costa Brandelli,
Adriano Souza dos Santos, Jullia Kaiser

Este trabalho se origina de uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da autonomia das pessoas vivendo com HIV, abordando a Gestão Autônoma da Medicação (GAM) e a Prevenção Combinada, áreas que ainda carecem de estudos que integrem essas temáticas. A pesquisa foi realizada no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD IV) Céu Aberto, em Porto Alegre (RS), que adota a redução de danos como diretriz de cuidado, atendendo principalmente a população em situação de rua. A proposta central foi explorar, junto aos usuários/as e trabalhadores/as, as dimensões do cuidado, direitos e autonomia, utilizando o Guia GAM como ferramenta inspiradora para práticas criativas. O primeiro passo foi a realização de rodas de conversa com a equipe no espaço de educação permanente, seguidas pela implementação de um grupo-intervenção (GI) com usuários/as para discutir questões relacionadas à autonomia, álcool e outras drogas, racismo, gênero e identidade de gênero, questões socioeconômicas, garantia de direitos e prevenção combinada do HIV. Ao final, foram realizadas rodas de conversa para restituir as narrativas dos encontros do GI, permitindo que os participantes validassem ou criassem novas narrativas coletivas. A pesquisa, de caráter qualitativo e de intervenção, utilizou as Rodas de Conversa no GI e a metodologia do PesquisarCOM, que envolve os/as usuários/as em todo o processo de pesquisa. A análise do contexto da necropolítica e das epidemias de HIV e covid-19, que reforçam políticas de morte, especialmente em populações marginalizadas, também foi fundamental para a compreensão do cenário. O encontro entre GAM, Redução de Danos e Prevenção Combinada, mediado pelas produções inventivas nas Rodas, gerou novas possibilidades de ação. Por um lado, a GAM e o trabalho coletivo funcionaram como dispositivos éticos com potencial antirracista, promovendo um reposicionamento de usuários/as e trabalhadores/as em direção a relações mais horizontais. Acreditamos que a GAM, ao incluir questões de raça, gênero e sexualidade, pode romper formas de silenciamento, levando as questões sociais para o centro dos encontros e desafiando a posição passiva e neutra dos trabalhadores de saúde. Por outro lado, a Prevenção Combinada revelou a necessidade urgente de superar a cisheteronormatividade, profundamente enraizada nas práticas da saúde mental. Embora a resposta brasileira ao HIV tenha avançado consideravelmente em termos farmacológicos, ainda há uma lacuna no acesso das populações-chave mais vulneráveis aos cuidados necessários. Esse estudo aponta para a necessidade de que a política de HIV se desassocie de sua zona de conforto, expandindo a interlocução com outras políticas e serviços de saúde que consigam atingir mais efetivamente as populações marginalizadas.

PROJETO UFSM CONTRA DENGUE – A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES PREVENTIVAS PARA COMBATER A DENGUE

Vanessa Fontana Ribeiro, Ingrid Vitoria Santos, Terimar Ruoso Moresco

A dengue é uma doença infecciosa aguda com duas formas clínicas principais: a clássica e a hemorrágica, causada por vírus de RNA do gênero *Flavivirus*. O ciclo de transmissão é realizado pelo mosquito *Aedes aegypti*, cuja fêmea deposita ovos nas bordas de recipientes com água parada. Esse ciclo dura cerca de 48 horas, com os ovos eclodindo e transformando-se em larvas, que depois passam pela fase de pupa até se tornarem mosquitos adultos. Este projeto teve como objetivo colaborar com a comunidade regional no desenvolvimento de ações de prevenção de doenças infecciosas e promoção da saúde pública, proporcionando um entendimento mais assertivo sobre o ciclo do mosquito e suas implicações. A ação foi realizada por alunas da disciplina de Microbiologia Clínica do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/PM), com a participação dos alunos do 7º ano do ensino fundamental do Colégio Três Mártires. O foco foi orientar e capacitar os estudantes sobre como eliminar criadouros do mosquito e evitar a proliferação do *Aedes aegypti*. Durante a atividade, foi ensinado como fazer uma armadilha simples para capturar o mosquito e impedir que o ciclo de vida do vetor se complete. Também foi realizada uma dinâmica de “verdade ou mito”, com a finalidade de reforçar os conhecimentos adquiridos. O projeto atingiu aproximadamente 80 estudantes, de 12 anos, e conseguiu sensibilizá-los sobre a importância das ações preventivas para combater a dengue, além de promover mudanças nas atitudes relacionadas aos cuidados higiênico-sanitários. Ao final, os estudantes demonstraram bom aproveitamento, contribuindo para a redução dos criadouros do mosquito e a conscientização sobre a importância de combater o vetor. O projeto “UFSM Contra Dengue” possibilitou a integração entre a Universidade e a comunidade, promovendo a troca de experiências e informações sobre saúde pública, fortalecendo o vínculo entre o ensino superior e a sociedade, e destacando a importância da conscientização sobre a prevenção da dengue e o controle do mosquito transmissor. Dessa forma, a ação ajudou a melhorar a educação e saúde da população local, reduzindo casos confirmados da doença e aumentando o entendimento sobre as medidas de prevenção.

ACESSO AMPLIADO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO EM SAÚDE E FORTALECIMENTO DA COBERTURA VACINAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/ RIO DE JANEIRO

Raquel Santos de Queiroz, Gláucia de Oliveira Pinheiro Capibaribe, Thainá Jhulia Jandre Bicego Fratane

São Gonçalo, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, com uma população estimada em 1.098.357 habitantes, segundo o IBGE (2020), apresenta uma cobertura de Atenção Básica de 78%. Na sua organização de Atenção Primária à Saúde, o município conta com unidades de saúde

da família (USF), unidades básicas de saúde (UBS) e polos sanitários, enquanto a atenção especializada é composta por clínicas municipais e policlínicas de atendimento médico (PAM). O município possui 76 salas de vacinação, localizadas nas unidades de atenção básica e especializada, sendo que duas delas funcionam no modelo “Hora a Mais”, atendendo até as 22h de segunda a sexta-feira e até as 13h aos sábados, e uma unidade funciona até as 20h de segunda a sexta. Os principais desafios para o aumento da cobertura vacinal estão relacionados a questões como a escassez de recursos humanos, a disseminação de “fake news” e a presença de áreas com alta vulnerabilidade social. A partir de 2021, São Gonçalo implementou estratégias para aumentar a cobertura vacinal, incluindo a ampliação do horário de atendimento em três unidades de saúde, treinamentos e capacitações regulares, além da intensificação da disseminação de informações corretas para combater as “fake news”, com apoio da Secretaria de Comunicação. Essas estratégias tiveram início com a vacinação contra a covid-19, quando o município se destacou como o primeiro do Estado do Rio de Janeiro a vacinar a população acima de 18 anos. A experiência adquirida durante a vacinação contra a covid-19 possibilitou a adaptação dessas estratégias para as vacinas de rotina, potencializando a cobertura vacinal e fortalecendo as ações de saúde pública em todo o território de São Gonçalo.

DINÂMICA DE INFECÇÃO POR COVID-19 EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM UM HOSPITAL PÚBLICO PARAENSE

Marta Cleonice Cordeiro de Assunção, Widson Davi Vaz de Matos, Antônia Margareth Moita Sá

A covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, é uma síndrome respiratória altamente transmissível, que teve início na China e rapidamente se espalhou pelo mundo, resultando em uma pandemia global. No início, a falta de informações consistentes sobre o vírus e sua história natural, aliada à busca por soluções rápidas, gerou tratamentos duvidosos e desinformação. Esse cenário intensificou a necessidade de adaptações constantes nos serviços de saúde e no trabalho dos profissionais da linha de frente, especialmente para o manejo e controle da doença. Além disso, foi crucial a implementação das medidas de controle, em meio às atividades laborais dos profissionais de saúde. O objetivo deste estudo foi relatar o desenvolvimento das atividades laborais dos profissionais de enfermagem no contexto da infecção por covid-19 em um hospital público no Norte do Brasil, durante o período de junho a agosto de 2022. A pesquisa utilizou como técnica a observação participante, acompanhada de registros em diário de campo, realizados nas enfermarias de um hospital público no estado do Pará, durante a pesquisa de campo vinculada ao mestrado acadêmico em uma instituição pública. As observações ocorreram em dias úteis e horários diurnos, em colaboração com o Núcleo de Epidemiologia Hospitalar. Durante a experiência, foi identificada uma tríade social composta por profissionais de enfermagem, pacientes e familiares, que interagiam mutuamente em um ciclo de relações profissionais e afetivas, tanto em alas com restrição de isolamento quanto em áreas gerais. Observou-se também o comportamento de risco relacionado ao uso irregular de máscaras cirúrgicas

por profissionais de enfermagem, especialmente durante a assistência indireta ou interações sociais com equipes multiprofissionais, em áreas assistenciais e administrativas. Outra dinâmica importante foi a negligência nas medidas preventivas contra a transmissão viral, como a falta de higienização das mãos por parte da equipe de enfermagem durante os atendimentos. Após o período de observação, foi realizado um mapeamento dos setores com maior notificação de casos de covid-19 entre os profissionais de saúde, os quais precisaram ser afastados para tratamento. A partir dessa análise, a gestão local e a Vigilância Epidemiológica implementaram medidas educativas e fortaleceram a cultura de segurança, com foco na higienização das mãos e no uso regular de máscara cirúrgica. Ao final do estudo, foi elaborado um protocolo de boas práticas para enfrentamento da covid-19, com treinamentos periódicos realizados pela Vigilância Epidemiológica, com o objetivo de adaptar as práticas à realidade local. Considera-se fundamental que a cultura de segurança seja reforçada entre os trabalhadores de saúde no contexto assistencial, para garantir a efetiva implementação das medidas de prevenção à covid-19, com o intuito de reduzir o número de casos e proporcionar uma assistência de saúde segura e sem danos.

TELEATENDIMENTO FARMACÊUTICO NA ASMA E DPOC

Sheyla Velasques Paladini, Andreia Turmina Fontanella, Viviane Maura Rubert, Evânia Lopes Martins, Bianca Vendruscolo Bianchini, Taiane Santos Garcia, Michael Ruberson Ribeiro da Silva

Este estudo tem como objetivo demonstrar as potencialidades do serviço de teleatendimento farmacêutico no controle e redução dos sintomas associados à asma e à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), duas doenças respiratórias de alta prevalência global que causam impacto socioeconômico e social significativo. Uma abordagem eficaz para melhorar o prognóstico dessas condições é o teleatendimento farmacêutico, realizado por meio de telefone, mensagem de texto, videoconferência ou outras ferramentas de comunicação remota. Durante a consulta, o farmacêutico avalia a rotina e o estilo de vida dos pacientes, focando especialmente no uso adequado de medicamentos, incluindo dispositivos inalatórios, cujo uso incorreto pode comprometer o controle da doença e afetar diretamente a qualidade de vida do paciente. Além disso, o farmacêutico pode desenvolver programas educativos que identificam os fatores desencadeantes de crises respiratórias e monitoram o controle da doença. A educação em saúde tem sido apontada como responsável por cerca de 90% do sucesso terapêutico, destacando a importância do farmacêutico no controle das doenças respiratórias. Quando oferecido remotamente, o teleatendimento alcança ainda mais pacientes, incluindo aqueles com dificuldades de locomoção ou que residem em locais sem acesso fácil aos serviços de saúde. Esse modelo pode reduzir custos e mitigar desigualdades no acesso à saúde. O teleatendimento farmacêutico realizado pelo grupo de Telecuidado e Assistência Farmacêutica do TelessaúdeRS-UFRGS, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS), através do programa “Cuidar +”, atende pacientes com asma e DPOC em Porto Alegre que recebem medicamentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Desde 2022, foram atendidos mais de 250 pacientes e realizadas mais de 600 teleconsultas, com o objetivo de identificar e orientar sobre problemas relacionados à

farmacoterapia, como a efetividade, segurança e adesão ao tratamento. Durante os atendimentos, são avaliados diversos desfechos, incluindo o controle da doença, o uso correto de dispositivos inalatórios e a adesão ao tratamento. Os resultados preliminares indicam melhorias significativas no controle da asma e da DPOC, no uso adequado dos dispositivos e na adesão ao tratamento, corroborando a literatura que destaca o impacto positivo da teleconsulta farmacêutica. Dessa forma, o sucesso no tratamento dessas doenças parece estar estreitamente ligado ao acesso a programas de saúde que integrem acompanhamento individualizado e educação em saúde.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E ESPIRITUALIDADE EM DESASTRES

Gisele Cristina Manfrini, Marcela Correa da Rosa Possato, Francisco Costa, Antonio Bonacaro

Diante das mudanças climáticas e dos eventos de desastres que atingem diversas partes do mundo, com destaque para a atual situação de catástrofe no Sul do Brasil, alerta-se para os impactos devastadores desses fenômenos na saúde e na vida das pessoas, nas comunidades, nos setores econômicos e no sistema de saúde. Estes desastres causam danos significativos na organização e no trabalho em saúde a nível local e regional, exigindo suporte social imediato e investimentos emergenciais para resposta e recuperação. No entanto, observa-se uma deficiência na preparação dos municípios e estados para enfrentar e mitigar os impactos de desastres. As consequências de desastres de forte intensidade podem perdurar por longos períodos, afetando não apenas os aspectos materiais, mas também os sociais, emocionais, espirituais e culturais das pessoas e das comunidades. O objetivo central deste estudo foi refletir sobre a espiritualidade como um determinante sócio-cultural na promoção da saúde mental e na resiliência em situações de desastres. O estudo foi desenvolvido a partir de uma busca não sistematizada em bases de dados científicas nas áreas de psicologia e saúde, utilizando descritores nos idiomas inglês e português. Após a leitura de textos selecionados, foi realizada uma síntese narrativa da literatura, que apresenta os principais resultados. Entre os aspectos abordados, destacam-se: a concepção positiva de saúde, que inclui uma perspectiva holística e multidimensional; a epistemologia da promoção da saúde, que permite compreender a espiritualidade como um conhecimento legítimo, envolvendo emoções, intuições, metafísicas e ligações ancestrais; as controvérsias sobre a psiquiatria e a religião no cuidado em saúde mental; a importância da atenção psicossocial e da espiritualidade como suporte em contextos de desastres; o papel da fé espiritual no enfrentamento de traumas psicológicos causados por catástrofes; a espiritualidade como um fator potenciador do processo de resiliência; e as recomendações estratégicas para resposta às questões espirituais em situações de crise e desastre, incluindo intervenções religiosas e não religiosas. Em geral, considera-se que a temática é essencial para estudos e práticas interdisciplinares voltados à promoção da saúde mental em desastres. Embora a maioria dos estudos sobre espiritualidade em catástrofes tenha sido realizada em contextos cristãos e ocidentais, os resultados indicam que a associação entre religião e espiritualidade pode ter tanto impactos positivos quanto negativos na resiliência e na saúde mental dos sobreviventes,

dependendo da forma como a representação do Divino e as práticas de enfrentamento religiosas são vivenciadas. Dessa forma, é importante ampliar a rede de apoio em contextos comunitários, promovendo abordagens integradoras e espirituais no enfrentamento de desastres.

SALA DE ESPERA E SEU IMPACTO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luziane Sátiro Martins, Wastânia Degardênia de Oliveira Correia Figueiredo,
Denise Mota Araripe Pereira Fernandes

A educação em saúde desempenha um papel essencial na promoção da autonomia e emancipação do indivíduo, incentivando o autocuidado e o cuidado com a família e as coletividades. Nesse contexto, a sala de espera se configura como uma estratégia de educação preventiva, oferecendo um ambiente propício para o cuidado humanizado e fortalecendo os vínculos entre a comunidade e os serviços de saúde. Pesquisas indicam que o uso desse espaço para metodologias assistenciais pode reduzir sentimentos de ansiedade, medo, tristeza e angústia, ao mesmo tempo em que promove a saúde. Além disso, a implementação de salas de espera por estudantes de medicina permite a aplicação prática dos conteúdos teóricos estudados, estimulando a pesquisa e o uso de mídias na abordagem de informações de saúde de forma didática para a população. O objetivo deste projeto foi implantar as salas de espera em uma USF Integrada de João Pessoa, PB, transformando o tempo de espera dos usuários em uma oportunidade educativa para a promoção e prevenção da saúde. Esta pesquisa, realizada entre agosto e novembro de 2023, descreve a experiência da implantação das salas de espera, conduzidas por estudantes do sexto período de uma faculdade de medicina da Paraíba. O planejamento dos temas para as salas de espera foi feito com base nas demandas dos profissionais de saúde e nas necessidades dos usuários do território. Durante o período de realização, as atividades ocorreram nos turnos da tarde, com um intervalo de 15 dias entre uma abordagem e outra, totalizando oito sessões, com 15 participantes por sessão, abrangendo adultos, jovens, crianças, gestantes e idosos. Os temas abordados foram: diabetes mellitus, hipertensão arterial, alimentação saudável, prevenção do câncer de próstata, infecções sexualmente transmissíveis e testes rápidos, importância das consultas de pré-natal e puericultura, saúde mental e os riscos da automedicação. A experiência resultou em um relato desenvolvido pelos estudantes de medicina, com foco na atenção primária à saúde. Considerações finais: Essa abordagem não só aprimorou a qualidade do atendimento, mas também fortaleceu o acolhimento aos usuários, melhorando a interação entre estes, os estudantes de medicina e os profissionais de saúde. Além disso, contribuiu para uma maior aproximação entre a comunidade e os serviços de saúde de forma contínua. Ressalta-se, no entanto, a importância do comprometimento dos profissionais de saúde para garantir a continuidade do projeto, o que pode impactar positivamente nos hábitos de vida da comunidade atendida.

A PRODUÇÃO DE PORTFÓLIO COM CICLOS DE LEITURAS COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DA ÉTICA E BIOÉTICA ENTRE GRADUANDOS DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laureen Moreira Alves, Iany Costa dos Santos, João Uarlei Mendes de Santana Oliveira, Simone da Silva Oliveira, Lázaro de Jesus Pereira

O portfólio é um instrumento de aprendizagem que promove a independência intelectual e a criatividade, incentivando leituras reflexivas sobre textos, o cotidiano e o mundo, sendo uma ferramenta valiosa na formação dos graduandos de enfermagem. O ensino e aprendizagem de ética e bioética convocam os discentes a refletirem diariamente sobre princípios éticos-morais, deveres e direitos, exigindo métodos de avaliação que superem as abordagens tradicionais. O objetivo deste estudo é relatar a experiência de discentes na produção de portfólios como estratégia de ensino-aprendizagem do componente curricular de Ética e Bioética na Enfermagem. Trata-se de um relato de experiência de alunos de enfermagem, descrevendo as etapas da produção do portfólio durante as aulas de ética e bioética. No primeiro dia de aula, foi apresentada a disciplina, com orientações sobre a construção do portfólio, utilizando um instrumento norteador que estimulava a escrita criativa e reflexiva. O portfólio foi desenvolvido de forma individual, livre e espontânea, refletindo os impactos dos ensinamentos na visão dos discentes ao longo do semestre. A produção do documento envolveu os alunos em uma reflexão social sobre o papel do homem como profissional e como usuário dos serviços de saúde, considerando o respeito ao corpo vulnerável, o uso da verdade em todas as circunstâncias e as decisões tomadas no exercício da profissão, destacando o compromisso do enfermeiro ao cuidar de outra alma humana. Durante a elaboração, os discentes realizaram leituras de textos científicos, jornais, vídeos e filmes, expressando suas ideias por meio de textos narrativos, conexões com outros temas, frases, mapas conceituais, figuras e fotos. Os conteúdos sobre o exercício profissional e bioética foram abordados por meio da problematização de casos éticos, discutidos e apresentados com simulações de resolução, utilizando o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, orientados por princípios, direitos e valores explorados ao longo da disciplina. A devolutiva das produções permitiu perceber a vivência prática dos conteúdos no cotidiano, evidenciando a constante necessidade de sujeitos éticos no exercício da profissão. Assim, com base no olhar acadêmico e nas experiências pessoais, foi possível construir um conhecimento personalizado sobre a relação do enfermeiro com os usuários dependentes de cuidados, expressa por meio de uma escrita reflexiva. A aplicação de metodologias ativas e participativas é essencial para melhorar o sistema de avaliação e fomentar o desenvolvimento da sensibilidade ética entre os graduandos de enfermagem, além de aprimorar a capacidade autorreflexiva e criativa na tomada de decisões diárias.

ESTÁGIO DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ADAPTADA EM GINÁSIO NO INTERIOR DO AMAZONAS: OPORTUNIDADE DE ACADÊMICOS APRIMORAREM SUAS HABILIDADES

Daniele Muniz da Costa, Vinícius Soares Mitouso, Jean Carlos de Lima Deveza, Lorena Gleice Azevedo da Silva, Paula Andreza Viana Lima, Leticia Costa Wanderley, Larissa Brito da Costa, Syrrame Guimarães Diniz, Andriele Valentim da Costa

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são essenciais na atenção primária à saúde, funcionando como a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo assistência integrativa à população, conforme os princípios do SUS. Elas visam a prevenção e o controle de doenças, além de encaminhamentos para serviços especializados quando necessário. A graduação proporciona aos estudantes de enfermagem diversas oportunidades para aprimorar suas habilidades, e as ligas acadêmicas desempenham um papel fundamental no ensino, pesquisa e extensão, facilitando a adaptação ao ambiente de assistência em saúde e capacitando os futuros profissionais. Este estudo, de caráter descritivo e do tipo relato de experiência, tem como objetivo relatar as vivências de acadêmicos de enfermagem durante estágio voluntário na Unidade Básica de Saúde de um município do interior do Amazonas. Durante o estágio, a unidade foi adaptada em um ginásio, o que gerou desafios estruturais, como a utilização simultânea de consultórios por dois profissionais, prejudicando a privacidade dos pacientes e tornando o ambiente estressante para os usuários e para os próprios discentes. As consultas de pré-natal, hiperdia, puericultura, planejamento familiar, demanda livre e coleta para exame citopatológico ocorreram em condições que exigiram a busca por metodologias para amenizar os desconfortos estruturais. A aplicação de uma assistência humanizada, o uso de materiais para preservar a privacidade e a organização dos espaços foram fundamentais para garantir a qualidade do atendimento. Ao final do estágio, ficou evidente a importância da prática em saúde coletiva, especialmente no planejamento e na promoção da saúde pública, mesmo diante das limitações estruturais. A enfermagem em saúde coletiva é crucial no contexto da saúde pública no Brasil, e sua relevância é ainda maior na Amazônia, que apresenta inúmeras peculiaridades. Os profissionais da região necessitam de mais visibilidade, insumos e melhores condições estruturais para desempenharem suas funções adequadamente. O preparo para lidar com as especificidades da atenção primária à saúde também se mostra essencial. Esse tipo de experiência acadêmica é fundamental para capacitar os futuros profissionais, evidenciando a importância de vivências práticas que promovam a reflexão e adaptação a realidades desafiadoras.

MÃOS QUE SUSTENTAM UMA FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIA DA INTEGRAÇÃO DE ATORES LOCAIS NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETO EDUCATIVO DESCENTRALIZADO NA ESCOLA DO SUS BAHIA

Ana Clelia de Freitas Teixeira Goes, Adriana Blender Romano de Oliveira, Cícero Fidelis Lopes,
Clícia de Souza Cardoso Pitangueira, Ivani Santos Andrade Vasconcelos, Roseanne Montargil Rocha

A diabetes mellitus (DM) é considerada um dos maiores problemas de saúde pública mundial, e o Brasil ocupa uma posição preocupante no ranking de países com maior número de casos entre indivíduos de 20 a 79 anos. Uma das complicações mais graves associadas à DM é a Doença do Pé Diabético, que se caracteriza por infecção, ulceração e/ou destruição dos tecidos profundos nos pés, com anormalidades neurológicas e diversos graus de doença vascular periférica nos membros inferiores. Essa condição pode levar a amputações e óbitos, gerando impactos econômicos e sociais significativos. Na Bahia, o número de amputações relacionadas à DM aumentou de 1,2% em 2008 para 5,8% em 2019, representando um incremento de 402%. A prevenção dessa doença envolve, entre outras ações, a educação de profissionais de saúde, familiares e pacientes, além da identificação precoce do pé de risco. No Brasil, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental na implementação de medidas preventivas, considerando a integralidade das ações e seu papel coordenador no cuidado. Diante desse contexto, a Escola de Saúde Pública da Bahia, juntamente com a Diretoria de Atenção Especializada e a Diretoria de Atenção Básica da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, planejou uma ação integrada para a prevenção e tratamento da Doença do Pé Diabético, por meio da qual foi criado o Curso de Prevenção e Tratamento da Doença do Pé da Pessoa com DM. Este curso foi voltado para os paraprofissionais da APS e das Policlínicas Regionais, com o objetivo de qualificar os profissionais de saúde no atendimento à pessoa com DM e na implementação da Linha de Cuidado local. O projeto-piloto, realizado de novembro de 2023 a maio de 2024 na Região de Saúde (RS) de Irecê, matriculou 117 profissionais de saúde. O curso teve uma carga horária de 40 horas, com organização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, cinco aulas síncronas, atividades no cotidiano de trabalho, estudo de caso e um encontro presencial para prática profissional. Devido ao número de discentes e à localização geográfica da RS, a equipe pedagógica foi composta por um coordenador, um apoiador pedagógico e dois docentes. A estratégia adotada foi a organização dos discentes por turma e a integração de atores locais ao projeto. Para facilitar o acompanhamento pedagógico, foram convidados profissionais dos Núcleos Regionais de Saúde, com experiência em educação e proximidade com os discentes, para atuar como facilitadores. Além disso, profissionais da RS com expertise no tema foram convidados para mediar as atividades práticas. Os facilitadores participaram de oficinas de integração, planejamento e vivência das ações a serem desenvolvidas. O acompanhamento contínuo pelos facilitadores contribuiu para a redução das desistências e potencializou os estudos, enquanto os mediadores foram essenciais para o desenvolvimento das atividades práticas. O resultado da experiência confirmou a eficácia da gestão colaborativa, solidária e em rede, que cria conexões e caminhos para o desenvolvimento de ações de Educação em Saúde, fortalece as relações interprofissionais e interinstitucionais e qualifica o cuidado à saúde.

PANDEMIA E O DESENVOLVIMENTO/AGRAVAMENTO DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE

Felipe Benites Martins dos Santos, Helena Bohnen

A ansiedade é uma condição caracterizada por um sentimento vago e desagradável de medo, que gera desconforto ao antecipar eventos futuros, afetando psicologicamente o indivíduo. Durante a pandemia, esse transtorno foi exacerbado, acredita-se principalmente pela duração prolongada das políticas de isolamento social, o constante medo de contrair a covid-19, as informações equivocadas sobre como se proteger e os problemas financeiros, devido ao aumento das taxas de desemprego. Com base nesse contexto, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão da literatura para analisar e compreender as relações entre a Pandemia da covid-19 e o agravamento dos transtornos de ansiedade. A relevância dessa pesquisa reside na possibilidade de proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre os múltiplos fatores que afetam a saúde mental das pessoas, especialmente em tempos de crise pandêmica. Além disso, o estudo buscará fornecer recomendações baseadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre como mitigar esse problema psicológico. Para a execução deste estudo, serão selecionados artigos de fontes como Google Acadêmico e PubMed, com a temática “pandemia e ansiedade”. Os resultados serão analisados de forma crítica, comparando manualmente os dados encontrados, e culminando em uma síntese das informações mais relevantes para o tema em questão.

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE AS ISTs E O USO DE PRESERVATIVO EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE COARI-AM

Leticia Costa Wanderley, Cássio da Silva Cavalcante, Raul Souza da Cruz, Samilly Moriz da Frota Santos, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Francisco Ariel Nascimento Silva, Marilene Pereira da Silva, Abel Santiago Muri Gama, Paula Andreza Viana Lima

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) são uma realidade histórica, com seus modos de transmissão ainda sendo desconhecidos por grande parte da população, especialmente em comunidades ribeirinhas, localizadas a longas distâncias dos centros urbanos, limitando o acesso à informação e à educação em saúde. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de discentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), durante uma ação educativa realizada em uma comunidade ribeirinha do município de Coari, Amazonas, entre os dias 22 e 24 de setembro de 2023. A atividade foi realizada no contexto da disciplina de Saúde das Populações Amazônicas, no oitavo período do curso de Graduação em Enfermagem, e foi conduzida em uma escola temporariamente utilizada como Unidade Básica de Saúde (UBS), enquanto os moradores aguardavam atendimento. Durante a ação, foram abordadas as ISTs mais prevalentes, como HIV/AIDS, sífilis, hepatites B e C, com a oferta de testes rápidos e a distribuição de preservativos femininos e masculinos, além de

demonstrações sobre o uso adequado. Observou-se que, apesar do tema ser amplamente discutido, o tabu e a falta de conhecimento ainda estavam presentes entre os participantes, o que dificultou o repasse das informações. As atividades de educação em saúde se mostraram essenciais para quebrar estigmas e promover a conscientização sobre prevenção, diagnóstico, transmissão e tratamento das ISTs, configurando-se como uma ferramenta crucial para o enfrentamento de barreiras culturais e o empoderamento das comunidades em relação à sua saúde.

POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEXTUALIZADAS NA FLUORETAÇÃO DA ÁGUA EM CIDADES INTERIO- RANAS: REFLEXÕES SOBRE UM MUNICÍPIO DO MÉDIO SOLIMÕES (AM)

Jefter Haad Ruiz da Silva, Maria Augusta Bessa Rebelo

A fluoretação da água para consumo humano é reconhecida como uma medida eficaz de saúde pública na prevenção da cárie dentária. No entanto, embora seja garantida por lei, nem todos os municípios brasileiros implementaram essa prática. Este estudo reflete sobre a situação do município de Manacapuru, no Amazonas, a partir de observações feitas durante a pesquisa de campo vinculada à dissertação de mestrado intitulada “Estudo geoquímico da associação entre fluoreto encontrado na água, no solo e sedimentos de Manacapuru (AM)”, no Programa de Pós-graduação em Odontologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGO-UFAM). A pesquisa envolveu a coleta e análise da água da cidade, aproximando o pesquisador da Estação de Tratamento de Água (ETA), da estrutura de distribuição e das dinâmicas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Embora Manacapuru seja considerado uma “exceção amazônica” por apresentar poços com índices naturais de fluoreto adequados à prevenção da cárie dentária, o município não realiza a fluoretação em suas estações de tratamento. Apenas 12 dos 22 poços da rede estão fluoretados, e a distribuição da água com fluoreto não é homogênea entre os bairros. Observou-se também a falta de interesse por parte das autoridades responsáveis em expandir a fluoretação para os bairros não contemplados, justificando a ausência dessa medida pela limitação orçamentária da prefeitura. Essa postura evidencia fragilidades significativas, visto que o custo-benefício da fluoretação da água é amplamente superior ao custo dos procedimentos odontológicos decorrentes da cárie dentária não tratada na Atenção Primária. Em conclusão, embora Manacapuru possua fontes naturais de fluoreto benéficas para a saúde bucal, uma parte significativa da população não tem acesso a esse benefício, o que está relacionado à falta de valorização de políticas públicas voltadas para a fluoretação da água, especialmente em áreas com poços com fluoreto natural.

QUALIFICA-PREFC: APRIMORAMENTO DE COMPETÊNCIAS DE ENFERMEIROS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Jacqueline Oliveira de Carvalho, Leticia Vieira Lourenço, Edneia Lazzari, Igor Azeredo Cruz,
Tulio Cezar Souza Padilha, Marianne de Lira Maia, Karine Detes Canto,
Alessandra Pimentel Barbosa Pinto de Mattos, Michelle Adrianne da Costa de Jesus

Este trabalho apresenta a experiência do projeto QualificaPREFC, que tem como objetivo fortalecer e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS) no município do Rio de Janeiro, por meio do Programa de Residência em Enfermagem de Família e Comunidade (PREFC). O projeto visa destacar a importância da educação permanente e continuada na formação e qualificação desses profissionais. Implementado em 26 Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPs), o QualificaPREFC envolveu cerca de 300 profissionais por ano, entre residentes e preceptores, no período de junho de 2022 a maio de 2024. A metodologia adotada incluiu atividades teóricas e práticas, utilizando estratégias como rodas de conversa, simulações realísticas, dramatizações e aprendizagem baseada em projetos. A abordagem combinou a formação teórica com a prática supervisionada, criando um ambiente de aprendizado contínuo e colaborativo. Para a coleta de dados, foram aplicados questionários estruturados antes e após a conclusão de cada módulo, além de entrevistas com enfermeiros e gestores para entender suas percepções sobre o projeto. Os resultados indicaram melhorias significativas nas competências dos enfermeiros participantes. Relataram aumento na confiança e na capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no dia a dia. As simulações realísticas mostraram-se eficazes no desenvolvimento de habilidades práticas, enquanto as rodas de conversa e dramatizações promoveram a troca de experiências e aprendizado colaborativo. A análise dos dados quantitativos revelou evolução positiva nos níveis de conhecimento, habilidades e atitudes, e os dados qualitativos mostraram que os participantes valorizam a integração entre teoria e prática, reconhecendo a importância da educação permanente para a sua formação profissional. O projeto qualificou mais de 500 enfermeiros e resultou na publicação de materiais técnicos para a prática clínica desses profissionais. Conclui-se que a experiência com o QualificaPREFC demonstrou que a educação permanente e continuada é fundamental para a formação dos enfermeiros na APS. As metodologias ativas utilizadas no programa contribuíram para o desenvolvimento de competências essenciais, promovendo uma formação mais eficaz e integradora. A continuidade e expansão de iniciativas como essa são essenciais para a construção de um sistema de saúde mais qualificado e preparado para atender às necessidades da população. A educação interprofissional e a integração entre ensino, serviço e comunidade foram cruciais para o sucesso do projeto, refletindo diretamente na qualidade dos serviços de saúde prestados.

CUIDADO AO PACIENTE SUBMETIDO À CIRURGIA CARDÍACA: UMA AUTOAVALIAÇÃO DA EQUIPE INTERPROFISSIONAL QUANTO AO ALTRUÍSMO/CUIDADO

Náthalie da Costa, Éboni Marília Reuter, Dulciane Nunes Paiva, Camilo Darsie de Souza, Dhayan Quevedo Ferrão, Caroline Alegransi

O cuidado interprofissional é fundamental para melhorar o acolhimento dos pacientes, tanto em instituições privadas quanto no sistema público de saúde, como evidenciado por indicadores de saúde positivos relacionados a essa prática. Este estudo analisou a autoavaliação de profissionais de saúde em relação ao altruísmo e cuidado dentro de equipes interprofissionais que atendem pacientes submetidos à cirurgia cardíaca. Trata-se de um estudo transversal qualitativo realizado entre abril e maio de 2024, com profissionais envolvidos na assistência a pacientes de cirurgia cardíaca em um hospital do interior do Rio Grande do Sul. A avaliação foi realizada por meio do questionário de Avaliação Profissional Interprofissional (API), validado para a língua portuguesa do Brasil. O questionário, estruturado em uma escala Likert, com 26 questões divididas em seis subáreas, incluiu a subárea de “altruísmo/cuidado”. O formulário foi disponibilizado por meio do Google Forms a profissionais, residentes e estagiários com pelo menos um mês de experiência nos setores de enfermagem, bloco cirúrgico e/ou unidade de terapia intensiva. Foram obtidas 40 respostas, sendo 45% de enfermeiros, com a maioria das respostas vindo de residentes (50%) e da equipe da enfermagem (50%). Quanto aos critérios de “altruísmo/cuidado”, os profissionais destacaram que, em sua maioria, “concordam totalmente” com afirmações como a de que colaboram com outros profissionais ao cuidar do paciente (58%), demonstram empatia por outros membros da equipe de saúde (58%), e priorizam as necessidades dos pacientes em detrimento das próprias (48%). Entretanto, houve uma porcentagem de respostas neutras (10%) no item relacionado à priorização das necessidades dos pacientes sobre as dos profissionais de saúde. Os resultados indicam que a equipe interprofissional que assiste pacientes de cirurgia cardíaca na instituição não demonstrou total concordância em relação aos quesitos de altruísmo e cuidado durante a autoavaliação. Isso pode impactar negativamente o atendimento ao paciente, a dinâmica do trabalho em equipe e o desempenho institucional. Com base nas respostas, é possível refletir sobre ações de melhoria no curto, médio e longo prazo para aprimorar a assistência. Entre as ações sugeridas estão a troca de conhecimentos entre os profissionais, o compartilhamento de sentimentos relacionados às limitações dos pacientes, e o uso de ferramentas para expor as necessidades tanto dos pacientes quanto da equipe.

PSICOLOGIA DOS GRUPOS: EXPERIÊNCIA EM GRUPO TERAPÊUTICO EM SAÚDE MENTAL SEGUNDO ANÁLISE INSTITUCIONAL DE CUETO & FERNÁNDEZ (1985)

Gleberson de Santana dos Santos, Márcia Leão de Lima

Entende-se por grupo o conjunto de pessoas reunidas com um objetivo comum, que opera e se estrutura à medida que se relaciona. No campo da saúde, o trabalho em grupo é frequentemente associado ao cuidado coletivo à população, refletindo a interlocução como prática de educação em saúde. O cuidado em grupo envolve, por meio de relações interpessoais, a constituição da subjetividade, a elaboração do conhecimento e a aprendizagem em saúde. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo reunir as impressões geradas a partir da observação de um grupo terapêutico, com base na visão de Cueto & Fernández (1985), refletindo sobre a dinâmica das Formações Imaginárias dos Grupos. Segundo as autoras, um grupo se distingue de outro por fatores como tempo, espaço, número de pessoas e objetivo comum, criando as condições para sua constituição. Esses elementos formam um dispositivo específico daquele grupo, não sendo comuns a outros. Além disso, todo grupo contém aspectos repetitivos e transformadores, criando uma dialética permanente. A vida dos grupos é caracterizada por uma tensão constante entre dois polos externos, sendo essa tensão a força motriz da dialética grupal, o que implica que o grupo nunca seja uma totalidade consolidada, mas uma totalização contínua e sempre inacabada. A pesquisa foi realizada em novembro de 2022, com a observação de um grupo de auto e mútua ajuda, focado no encontro de pessoas com ou sem experiência de audição de vozes, sob a perspectiva do Movimento Internacional de Ouvidores de Vozes (MIOV). Um momento marcante da dinâmica foi quando um membro, se sentindo em dificuldades, questionou o grupo: “Será que a saúde mental está melhorando no Brasil todo?”. Esse questionamento gerou uma reflexão sobre o mito grupal, frequentemente evocado, especialmente quando membros manifestam ilusões ou desejos sustentadores do grupo, como a melhoria da saúde mental. Em relação ao sistema institucional, observou-se um espaço aberto e democrático, mediado por um coordenador, mas sem centralização, permitindo aos membros se aproximarem e interagirem livremente, elaborando demandas, iniciando discussões e convocando outros a se posicionarem. Conclui-se que o objetivo do trabalho foi alcançado, pois foi possível identificar os elementos discutidos por Cueto & Fernández (1985). A observação grupal estimulou o pensamento crítico, a análise e a reflexão, além de promover uma escuta qualificada, essencial para a formação de equipes multidisciplinares na área de saúde mental, contribuindo para o cuidado aos usuários desse serviço.

IMPORTÂNCIA DA CONSULTA DE ENFERMAGEM EM PACIENTES INTERNADOS COM LESÕES CUTÂNEAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rodrigo Gonçalves Costa, Amanda Grazielle de Lima Santos, Gabriel Henrique Ferreira do Nascimento, Karen Gabriela Teixeira de Queiroz, Sabrina Maria Moreira Sodré, Ornella Mansur de Souza Melo, Larissa Viana Almeida de Lieberenz

As lesões cutâneas são comuns em pacientes hospitalizados e, quando não avaliadas e tratadas adequadamente, podem levar a complicações graves. O objetivo deste relato é demonstrar a importância da consulta de enfermagem baseada no processo de enfermagem para pacientes com lesões de difícil cicatrização, a fim de prevenir complicações e melhorar o desfecho clínico. Trata-se de uma experiência realizada durante estágio em Clínica Médica, no Hospital Universitário de Belo Horizonte (MG), entre abril e maio de 2024, com a participação de seis estudantes do nono período do curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Durante a prática, os acadêmicos acompanharam pacientes com lesões de diferentes etiologias e realizaram avaliações sistemáticas, considerando aspectos físicos, sociais e específicos das lesões, utilizando protocolos validados para prescrição de tratamentos individualizados. A experiência permitiu aos estudantes aprimorar a compreensão sobre as características clínicas das lesões cutâneas e as melhores práticas para seu manejo, além de desenvolver habilidades de comunicação e empatia no cuidado de pacientes com sérios desafios de saúde. A promoção da saúde e a avaliação criteriosa das lesões cutâneas desempenham papel essencial na prevenção de complicações, redução de infecções e promoção da qualidade de vida dos pacientes hospitalizados. A realização da consulta de enfermagem na admissão é fundamental para proporcionar uma resposta rápida e eficaz, contribuindo para a redução de complicações, melhora do prognóstico e diminuição do tempo de internação. Este relato ilustra como uma abordagem sistematizada e coordenada pode otimizar o manejo clínico e gerar melhores resultados para os pacientes.

O PROTAGONISMO DA ENFERMAGEM DURANTE O ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM UMA UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Carolina Cantuária de Assunção, Monica Karla Vojta Miranda, Caylanne Seixas Viana, Luma Sousa Dias, Maria Eduarda da Silva Souza

O acolhimento inicial em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) envolve um conjunto de ações destinadas a proporcionar um atendimento humanizado, assegurando conforto e segurança ao paciente. Entre as responsabilidades exclusivas do enfermeiro, destaca-se a classificação de risco, que

organiza o atendimento conforme a gravidade dos casos, reduzindo o tempo de espera e minimizando riscos, além de garantir o encaminhamento para outros serviços de saúde, quando necessário. O enfermeiro desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo o primeiro a realizar a triagem dos pacientes. Este trabalho tem como objetivo relatar o protagonismo da enfermagem no acolhimento e na classificação de risco em uma UPA de Santarém, Pará, com base na experiência vivenciada por acadêmicas do sétimo semestre de Enfermagem durante o estágio da disciplina de Urgência e Emergência, realizado de 14 a 16 de maio de 2024. Ao chegarem à unidade, os pacientes tinham suas informações registradas no sistema de atendimento e, na sala de classificação, eram dispostos conforme a ordem de chegada ou prioridade. O enfermeiro, após realizar a anamnese, aferir a pressão arterial e a temperatura, classifica o risco com base nos sintomas apresentados, encaminhando o paciente ao médico quando necessário. O estágio permitiu às acadêmicas compreender a importância do papel da enfermagem no setor de acolhimento, destacando como a aplicação correta dos protocolos reduz o tempo de espera, aumenta a segurança e o conforto dos pacientes, e fortalece o enfermeiro como gestor do cuidado. A atividade prática evidenciou que o enfermeiro é essencial para garantir um atendimento humanizado e eficaz, contribuindo diretamente para a eficiência e qualidade do serviço. Em conclusão, o estágio demonstrou que o protagonismo da enfermagem vai além das competências técnicas, sendo crucial para um atendimento ágil, qualificado e humanizado, promovendo a saúde e o bem-estar da população atendida.

EXPERIÊNCIA DO USO DE LASERTERAPIA DE BAIXA FREQUÊNCIA EM FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rodrigo Gonçalves Costa, Amanda Grazielle de Lima Santos, Gabriel Henrique Ferreira do Nascimento, Karen Gabriela Teixeira de Queiroz, Sabrina Maria Moreira Sodré, Ornella Mansur de Souza Melo, Larissa Viana Almeida de Lieberenz

A aplicação de novas tecnologias no tratamento de feridas visa potencializar a cicatrização e reduzir o tempo de hospitalização dos pacientes. A laserterapia de baixa frequência é uma dessas inovações, sendo eficaz tanto em lesões agudas quanto em feridas de difícil cicatrização, desde que haja tecido de granulação no leito da lesão. Contudo, muitos alunos de graduação ainda desconhecem o uso dessa terapia adjuvante no processo de cicatrização. Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência de seis estudantes do nono período do curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, que participaram de um estágio em Clínica Médica no Hospital Universitário de Belo Horizonte, MG, realizado entre abril e maio de 2024. Durante a prática, os acadêmicos tiveram a oportunidade de explorar diferentes abordagens terapêuticas, incluindo a laserterapia, que potencia a ação das mitocôndrias, proporcionando mais energia para mitose no leito da lesão, além de reduzir a inflamação. A aplicação correta e individualizada da técnica mostrou-se eficaz, resultando em redução da dor, melhora das bordas e da pele peri-ferida, além de alívio do desconforto nos pacientes. A laserterapia, como complemento das terapias tradicionais, proporcionou não apenas benefícios clínicos aos pacientes, mas também uma compreensão abrangente e prática do tema para os estudantes. Em termos gerais, a

incorporação de tecnologias inovadoras no tratamento de feridas representa um avanço significativo na Enfermagem, permitindo práticas baseadas em evidências que aceleram a recuperação dos pacientes e aprimoram a formação dos futuros profissionais de saúde. Investir em terapias avançadas é, portanto, essencial para melhorar as práticas clínicas e oferecer cuidados de alta qualidade.

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO EM SAÚDE: UM RELATO DOCENTE

Elisângela Mara Zanelatto

O ensino em saúde tem sido amplamente debatido e representa um desafio no ambiente acadêmico, com diversas tentativas de aproximar os conteúdos curriculares das necessidades práticas do trabalho. Uma dessas estratégias é a curricularização da extensão, que busca integrar a teoria à prática no contexto real de atuação. Este trabalho descreve a experiência de um componente curricular que incorpora a dimensão de um Atelier Extensionista, com foco no cuidado humanizado de crianças e adolescentes no território. O componente foi oferecido a uma turma de 26 estudantes dos cursos de Psicologia e Fisioterapia de uma universidade do Vale do Taquari, no segundo semestre de 2023, com uma abordagem interprofissional. As atividades práticas ocorreram em conjunto com o projeto de extensão Cultura de Periferia para o Empoderamento e Autocuidado em Saúde, envolvendo 24 alunos do quinto ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal. Durante o processo, foram realizados dois encontros de planejamento das ações no território, após um momento de reconhecimento da escola, do bairro e das necessidades da turma. Esse reconhecimento foi conduzido pelos estudantes do quinto ano, e a partir das demandas observadas, os alunos universitários organizaram suas atividades, que abordaram temas como relacionamento interpessoal, violência e convivência escolar. Foram promovidas atividades grupais, jogos de interação e debates reflexivos sobre os assuntos. No encontro de encerramento, os estudantes do quinto ano visitaram a universidade, conhecendo espaços como o ginásio de esportes, a Clínica de Fisioterapia, o Museu de Ciências Naturais e o Studio de Design. O evento final incluiu uma roda de conversa e confraternização entre todos os envolvidos. Essa atividade revelou-se uma intervenção potente, que favoreceu a interação e o conhecimento sobre diferentes territórios, além de proporcionar uma rica experiência de trabalho interprofissional, abordando temas de grande relevância para a prática em saúde.

AS POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PRECEPTORIA DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE EM FIGUEIRÓPOLIS (TO)

Sondre Alberto Schneck, Rosana Maffaccioli, Roselane Zordam Costella, Saionara Araújo Wagner, Andrea Fachel Leal, Luciana Barcellos Teixeira, Fabiana Shneider Pires, Leandro Raizer, Daniela Riva Knauth

O Programa Saúde com Agente (PSA) foi criado para a formação técnica de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) em todo o Brasil, oferecendo

200.000 vagas em sua primeira edição. O curso, de formato híbrido, combinou tutoria a distância (EAD) e preceptoria supervisionada por profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS). Este relato tem como objetivo compartilhar as atividades de preceptoria realizadas com 9 estudantes em Figueirópolis (TO) durante 2023. A preceptoria foi planejada em colaboração com os gestores locais e executada por docentes da UFRGS, com adaptações de conteúdo para integrar o trabalho de ACE e ACS. Durante 5 dias, 16 disciplinas foram trabalhadas de forma integrada, respeitando a prática cotidiana dos estudantes e visando aprimorar suas habilidades. O conhecimento teórico abordado na tutoria foi aplicado na prática, considerando aspectos biológicos e socioambientais, e promovendo uma reflexão sobre a determinação social do processo saúde-doença, com a mediação da preceptoria. A metodologia de ensino seguiu a abordagem da aprendizagem significativa, considerando a experiência prévia dos estudantes como trabalhadores de saúde. As atividades ocorreram em um espaço organizado pela gestão local, com mesas e cadeiras dispostas em círculo, e incluíram dinâmicas de apresentação, uso de materiais para dinâmicas sobre o território, jogos, encenações, debates, exibição de vídeos, treino de habilidades técnicas (suporte básico de vida, sinais vitais e atendimento a vítimas de acidentes com animais peçonhentos) e análise de registros de indicadores. Durante as saídas de campo, foram avaliados pontos estratégicos para vigilância epidemiológica e ambiental, realizadas visitas domiciliares e oficinas de educação em saúde em uma Unidade Básica de Saúde, abordando agravos crônicos e doenças transmissíveis. No trabalho conjunto entre ACE e ACS, os conceitos de território, saúde, práticas educativas, atenção aos ciclos de vida e saúde ambiental foram integrados. Ao final dos encontros, os estudantes puderam expressar suas percepções sobre o aprendizado e a metodologia, compartilhando relatos por meio de textos no grupo de WhatsApp. Os estudantes também compartilharam histórias de vida e representações da comunidade, refletindo sobre a transição da paisagem para o espaço e a construção do território-vivo. Identificaram desafios no território, particularmente pela presença da BR 153, e propuseram intervenções focadas no acesso à saúde, alinhadas ao escopo de atuação dos agentes. O programa se mostrou uma oportunidade valiosa para integrar saberes e práticas, destacando a importância do trabalho interprofissional na saúde pública. *Portaria GM/MS nº 3.241/2020, Programa executado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o Ministério da Saúde (MS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).*

INTERVENÇÃO SOBRE PREVENÇÃO DE LESÕES POR PRESSÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rodrigo Gonçalves Costa, Amanda Grazielle de Lima Santos, Gabriel Henrique Ferreira do Nascimento, Karen Gabriela Teixeira de Queiroz, Sabrina Maria Moreira Sodré, Ornella Mansur de Souza Melo, Larissa Viana Almeida de Lieberenz

A lesão por pressão é uma ferida na pele e tecidos moles adjacentes, resultante da fricção, cisalhamento ou pressão contínua sobre regiões de proeminências ósseas, ou pelo uso de dispositivos médicos. Fatores como internação hospitalar prolongada aumentam o risco de seu surgimento. Este

relato tem como objetivo descrever a aplicação de uma intervenção de enfermagem para prevenir a ocorrência de lesões por pressão nos pacientes internados na clínica médica. A experiência envolveu 6 acadêmicos do 9º período de enfermagem na Clínica Médica de um Hospital Universitário em Belo Horizonte (MG), realizada em maio de 2024. A intervenção consistiu na elaboração e divulgação de uma cartilha online por meio de QR codes nos leitos das enfermarias. Os acadêmicos apresentaram a cartilha aos pacientes e seus acompanhantes, esclarecendo dúvidas e discutindo o conteúdo. O interesse e a abertura demonstrados pelos pacientes refletem a importância da presença da enfermagem no cuidado preventivo, tornando os pacientes mais atentos e colaborativos. A cartilha, com linguagem clara e acessível, não só colaborou com o tratamento, mas também potencializou as ações de prevenção. Durante a internação, os pacientes ficam expostos a diversos fatores de risco que comprometem sua qualidade de vida e bem-estar, além de aumentar o risco de infecções. O empoderamento do paciente e de seus acompanhantes, por meio da informação, é fundamental para o autocuidado e prevenção das lesões por pressão. Essa intervenção reafirma o papel essencial da enfermagem na promoção da saúde e prevenção de complicações, recomendando a continuidade e expansão de programas educativos semelhantes para melhorar a qualidade do cuidado e a vida dos pacientes.

PASQUIN: PROJETO MULTIDISCIPLINAR DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA E QUILOMBOLA – UMA PROPOSTA INTEGRATIVA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Jhessie Milena Soares de Paula, Jessica Saraiva da Silva, Maria Fernanda de Abreu de Livio, Geovani Fiuza Oliveira, João Matheus Acosta Dallmann, Gisele Agustini Lovatel, Rossana Lopes Pereira de Souza, Ana Beatriz da Silva Barros, Jéssica Fernandes Prates

Reconhecer e abordar as especificidades culturais e históricas das comunidades quilombolas e indígenas, que enfrentam situações como o risco de extinção física e cultural, a expropriação de seus territórios e a ameaça aos seus saberes, sistemas econômicos e organização social, é uma necessidade urgente para promover a equidade na saúde no Brasil. Nesse sentido, o Projeto Multidisciplinar de Atenção à Saúde de Quilombolas e Indígenas (PASQUIN) baseia-se em uma abordagem participativa e colaborativa, envolvendo membros das próprias comunidades quilombolas e indígenas, alunos dos cursos de Medicina e Fisioterapia, docentes e Técnicos Administrativos (TAEs) da UFSC do Campus Araranguá. Este projeto está sendo desenvolvido na UFSC Araranguá desde 2022, com parcerias estabelecidas com as Secretarias Municipais de Araranguá (SC) e Torres (RS), além das lideranças das comunidades indígenas e quilombolas. Essas parcerias possibilitaram o aprofundamento no contexto de vida das pessoas indígenas e quilombolas da cidade e região. As atividades do projeto são desenvolvidas na Aldeia Nhu-Porã, povo guarani, em Torres (RS), e na Comunidade Remanescente de Quilombola Maria Rosalina, em Araranguá (SC). Dentro do projeto, são realizados encontros semanais entre alunos, docentes e TAEs da UFSC para estruturar o projeto, discutir e planejar as atividades. O projeto também inclui oficinas de capacitação antirracista, ações para arrecadação de recursos para o projeto e para as comunidades, além de atividades culturalmente sensíveis. Visitas e encontros com

as comunidades indígenas Nhu-Porã e quilombola Maria Rosalina são realizados com o objetivo de promover educação em saúde, prevenção de doenças e agravos, capacitações antirracistas e adaptações dos serviços de saúde às necessidades locais, sempre respeitando sua cultura, valores e saberes, e evitando intervenções externas. O PASQUIN permite a troca de saberes, o respeito à vida e ao ser humano, além de fomentar a interculturalidade, a pluralidade e a sustentabilidade. As ações fortalecem o compromisso social, político e ético das universidades públicas com as comunidades indígenas e quilombolas locais. Este projeto tem um grande impacto na formação dos estudantes, pois permite a qualificação por meio do envolvimento em atividades extensionistas, tornando-os protagonistas de sua formação técnica e cidadã, com maior conscientização sobre questões raciais. A experiência vivida nas aldeias e comunidades quilombolas representa uma valiosa referência para a prática do cuidado em saúde, pois o conhecimento produzido nessas comunidades é único, precioso e inestimável. Assim, o projeto representa um passo importante na promoção da equidade na saúde brasileira, reconhecendo e abordando as especificidades culturais e históricas dessas populações. Contudo, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a ampliação das iniciativas implementadas, para que o PASQUIN contribua ainda mais para a redução das disparidades em saúde e para a formação de profissionais de saúde capacitados a trabalhar com populações indígenas e quilombolas, respeitando seus saberes e promovendo sua autonomia.

PREVALÊNCIA DE COVID-19 LONGA EM TRABALHADORES DA HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR: DISCUTINDO SAÚDE COMO UM DISPOSITIVO E RESULTADO DA DEMOCRACIA

Anny Caroline Silveira Padilha, Ana Carolina Gomes de Andrade, Robério Marques Bezerra,
Ana Cláudia Souza Pereira, Beatriz Lizarda Moreira, Rafaela Ferreira de Oliveira,
Marizelli Cardoso de Andrade, Sara Oliveira Souza, Marcos André de Matos

A Pandemia de covid-19, causada pelo SARS-CoV-2, teve um impacto global sem precedentes, gerando não apenas uma crise emergencial de saúde pública, mas também levantando preocupações sobre as sequelas de longo prazo em indivíduos que contraíram a doença, atualmente referidas como “covid-19 longa”. Essas sequelas prejudicam a saúde e qualidade de vida dos indivíduos e da coletividade, além de afetar a saúde ocupacional. Entre os trabalhadores, os profissionais de serviço de higienização hospitalar desempenharam um papel crucial na mitigação da disseminação do vírus nas instalações de saúde. No entanto, esses trabalhadores, considerados linha de frente, também enfrentaram um risco elevado de exposição devido à natureza de suas funções. Embora os estudos sobre esse tema ainda sejam incipientes, já se confirma a vulnerabilidade desses profissionais ao SARS-CoV-2 e, mais recentemente, às sequelas pós-covid-19. Contudo, ainda há uma escassez de estudos voltados para esse segmento de trabalhadores. O presente estudo tem como objetivo estimar a prevalência das sequelas pós-covid-19 entre trabalhadores do serviço de higienização hospitalar de Goiânia, Goiás. Trata-se

de um estudo transversal realizado com trabalhadores de higiene e limpeza hospitalar de um hospital escola de um município do Brasil Central. Os dados foram coletados entre maio de 2023 e abril de 2024, utilizando um questionário eletrônico Google Forms, que incluiu informações sociodemográficas, laborais, sobre sequelas da covid-19 e histórico de saúde. Além disso, todos os participantes foram submetidos à coleta de swab nasofaríngeo para diagnóstico de covid-19 por Rt-PCR. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás (CEP: 4.180.881). Participaram do estudo 102 profissionais do serviço de higiene e limpeza do hospital. A maioria dos trabalhadores era mulher (80,2%), autodeclarada parda (61,3%) e solteira (49,1%). Um total de 50 pessoas relataram ter contraído covid-19. A prevalência de sequelas pós-infecção aguda foi estimada em 60%. Entre os sintomas mais frequentes observados, destacam-se perda de memória ou esquecimento, cansaço ou fadiga, alopecia, problemas auditivos, dor nas pernas, anosmia e diminuição da acuidade visual. Os resultados revelaram uma prevalência significativa de sintomas relacionados à covid longa, evidenciando a vulnerabilidade desses profissionais. As sequelas identificadas, que variam desde sintomas respiratórios persistentes a fadiga crônica e problemas neurológicos, apontam para a necessidade urgente de políticas de saúde ocupacional mais robustas e de suporte contínuo a esses trabalhadores, tanto na prevenção de doenças quanto no cuidado especializado para minimizar os impactos das sequelas pós-covid-19. Além disso, é crucial o investimento em políticas de saúde do trabalhador, de forma que os gestores considerem a saúde como um componente essencial e resultado de uma democracia saudável.

ENTRE O SILÊNCIO E A AUSÊNCIA: A INVISIBILIDADE NA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE O IMPACTO DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES QUILOMBOLAS

Jhessie Milena Soares de Paula, Jessica Saraiva da Silva

O racismo é um fenômeno social e estrutural que exerce profundos impactos na saúde mental das populações afetadas. As comunidades quilombolas, descendentes de negros escravizados que resistiram à escravidão, enfrentam desafios históricos ligados à perseguição e marginalização desse povo. As mulheres quilombolas, em particular, experimentam dificuldades exacerbadas pela interseção de gênero, raça e classe social, o que agrava ainda mais os impactos do racismo em sua saúde mental. O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar estudos acadêmicos e a literatura científica brasileira sobre o impacto do racismo na saúde mental das mulheres quilombolas, examinando os principais desafios e lacunas sobre o tema. A elaboração de revisões sistemáticas da literatura é fundamental na área da saúde, pois permite identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes sobre um tema específico, servindo como base para decisões na saúde. Para este trabalho, foram consultados artigos em quatro bancos de dados: PubMed, BVS, SciELO e Google Scholar, utilizando os descritores “Saúde Mental”, “Racismo” e “Mulheres Quilombolas”. Foram adotados critérios de inclusão e exclusão

para selecionar os estudos mais relevantes, e os dados foram analisados considerando indicadores sociais, econômicos e históricos, além da interseção de gênero, raça, experiências, mecanismos de enfrentamento e necessidades específicas das mulheres quilombolas. A análise da literatura revelou uma grande carência de discussões sobre o tema. Embora existam estudos sobre racismo e saúde mental em outras populações, a maioria não aborda a experiência específica das mulheres quilombolas. A lacuna na literatura pode ser explicada pela invisibilidade e marginalização dessas mulheres, o que também se reflete no ambiente acadêmico, resultando em uma escassez de pesquisas direcionadas a essa minoria social. A falta de representatividade e inclusão das mulheres quilombolas nas instituições acadêmicas, consequência do racismo estrutural e institucionalizado no Brasil, como evidenciado pela limitação das vagas afirmativas em programas de graduação e pós-graduação, dificulta a realização de pesquisas colaborativas com as comunidades quilombolas. Além disso, a escassez de investimentos e financiamentos em pesquisas sobre questões raciais, étnicas e de gênero também limita a produção de estudos específicos sobre esse tema. A revisão sistemática das literaturas permitiu uma compreensão mais clara dos estudos disponíveis, identificando lacunas, tendências e desafios na literatura científica sobre o impacto do racismo na saúde mental das mulheres quilombolas. Ressaltamos a necessidade de pesquisas mais profundas e sensíveis, para ampliar o conhecimento científico e promover intervenções mais eficazes voltadas para essa população.

O QUE MOVE E COMO ME MOVO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO CURRICULARIZADA EM UM CURSO DE MEDICINA

Jane Kelly Oliveira Friestino, Graciela Soares Fonsêca, Maira Rossetto

A curricularização da extensão, como estratégia para garantir uma formação alinhada às necessidades da população, tem se mostrado um caminho fundamental a ser percorrido por todos os cursos de graduação. No Projeto Político Pedagógico do curso de Medicina, buscamos incorporar a extensão por meio dos Projetos Integradores Interdisciplinares de Extensão (PIIEX), que são caracterizados como componentes curriculares regulares, com o objetivo de integrar os conteúdos acadêmicos e as ações de extensão ao longo dos 8 primeiros semestres do curso. A proposta visa articular teoria e prática, proporcionando aos estudantes a oportunidade de planejar, executar e avaliar ações de extensão na comunidade regional. A experiência relatada diz respeito às primeiras ações desenvolvidas pelo PIIEX I, voltadas para os estudantes do segundo semestre, com o tema central da Saúde Indígena. A primeira edição do PIIEX I iniciou em março de 2024, e uma das primeiras atividades foi a realização de uma oficina intitulada “O que move e como me movo na Extensão Universitária”, conduzida por uma docente responsável pelo componente curricular. A oficina teve a duração de 2 dias, totalizando 8 horas/aula, e foi iniciada com a exibição do vídeo “Diretrizes para a Extensão na Educação Superior no Brasil”, disponibilizado pela Associação Brasileira de Educação Médica, seguido de uma reflexão coletiva. Os estudantes foram desafiados a elaborar um quadro com falas

significativas sobre a extensão, com o objetivo de compreender inicialmente o que é a extensão e, em seguida, os aspectos relacionados a “como me movo” nesse contexto. Em grupos, os estudantes realizaram a leitura do livro de resumos do último Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), onde puderam explorar diversas possibilidades na área da saúde e em outras áreas do conhecimento. Ao final da oficina, foi realizada uma avaliação da atividade e também um direcionamento das futuras ações relacionadas à Saúde Indígena. A oficina contou com a participação de 41 estudantes do curso de Medicina de uma Universidade Pública do Oeste de Santa Catarina. Durante a atividade, os estudantes foram convidados a escrever em um papel o significado, palavra ou sentimento que associavam à Extensão, e entre os achados mais frequentes destacaram-se: retribuir, interessante, inclusão, prática, experiência, cansativo, conhecimento e importante. Cada estudante teve a oportunidade de se expressar, discutindo e dialogando sobre diferentes formas de compreender “O que move e como me movo na Extensão”. Esses momentos permitiram uma aproximação dos estudantes com uma nova forma de conduzir o processo de ensino-aprendizagem, instigando-os a pensar de forma autônoma e refletir sobre como aproximar o saber acadêmico ao saber popular. A oficina se constituiu como um momento significativo para evidenciar as potencialidades da extensão curricularizada, fortalecendo o vínculo entre a Universidade e a comunidade, e criando um espaço de trocas e experiências valiosas. Além disso, a oficina serviu como base para a organização e desenvolvimento das atividades subsequentes do PIIEX I, que serão realizadas nas comunidades indígenas.

PROTAGONISMO DO ENFERMEIRO NA GESTÃO DO CUIDADO EM RADIOTERAPIA: VIVÊNCIAS DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO

Maria Antônia dos Santos Fontoura, Manoela Nachtigall dos Santos, Josiele de Lima Neves

A radioterapia é um tratamento utilizado no combate às neoplasias, empregando raios ionizantes para reduzir tumores e impedir a multiplicação das células cancerígenas. Este estudo destaca o papel do enfermeiro como gestor do cuidado em um ambulatório de radioterapia, a partir da experiência de acadêmicas de Enfermagem, com o objetivo de descrever as estratégias adotadas pelas enfermeiras nas ações relacionadas à gestão do cuidado. Trata-se de um estudo descritivo, realizado entre outubro de 2023 e março de 2024, durante estágio curricular em um ambulatório de radioterapia vinculado à Universidade Federal de Pelotas. O serviço conta com uma equipe multidisciplinar composta por médicos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, odontólogos, fisioterapeutas, psicólogos e técnicos em radiologia, garantindo a integralidade do cuidado aos pacientes oncológicos. Observou-se o protagonismo das enfermeiras, especialmente durante a consulta de enfermagem realizada semanalmente, com o objetivo de acompanhar adesão ao tratamento, resolução de queixas, reforço de pactuações e orientações e a observação da pele na área irradiada. A avaliação da pele se destacou, pois os raios ionizantes podem causar irritação na epiderme, o que, se não tratado, pode contraindicar a continuidade do tratamento. Durante as consultas, as enfermeiras se mostraram engajadas em acolher os sinais e sintomas apresentados, garantindo segurança e cuidado individualizado, especialmente no

que tange à gestão da saúde da pele irradiada, com orientações sobre cuidados preventivos e prescrição de soluções tópicas. A experiência proporcionada neste estágio impactou positivamente nossa percepção sobre a atuação das enfermeiras, que, além dos cuidados técnicos, dedicam atenção especial às consultas, seguindo etapas preestabelecidas pelo processo de enfermagem. Esse processo exige o uso de ferramentas específicas, como o Eastern Cooperative Oncology Group (ECOG) para avaliar a funcionalidade do paciente e a escala Radiation Therapy Oncology Group (RTOG) para avaliar o grau de radiodermatite. Observamos também a aplicação estratégica do processo de enfermagem, buscando compreender as individualidades dos pacientes e proporcionando o melhor cuidado possível. Concluímos que essa vivência foi fundamental para nossa formação, pois nos permitiu co-participar na gestão do cuidado, assegurando a singularidade de cada paciente, e compreender a importância da enfermagem em um serviço complexo, que exige dedicação constante para proporcionar o melhor cuidado aos pacientes em um dos momentos mais difíceis de suas vidas.

OBSTÁCULOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ACESSO E ACOLHIMENTO EM SAÚDE

Clarissa de Souza Cardoso, Danton Souza, Juliana Cristina Silveira Pereira,
Lisabelle Mariano Rossato, Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira

Crianças e adolescentes enfrentam vários obstáculos no acesso e acolhimento em saúde, obstáculos que podem ser ainda mais exacerbados para aqueles que são transexuais. Frequentemente, crianças e adolescentes transexuais se deparam com atitudes preconceituosas e discriminatórias, tanto na sociedade quanto dentro das instituições de saúde. Esse preconceito pode se manifestar por parte de profissionais de saúde, outros pacientes e até mesmo de suas próprias famílias. Este trabalho tem como objetivo identificar os principais obstáculos enfrentados por crianças e adolescentes transexuais no acesso e acolhimento dentro da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Método: Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, analisando artigos disponíveis na íntegra, envolvendo crianças e adolescentes entre seis e 19 anos incompletos. Os artigos selecionados foram publicados entre janeiro de 2013 e abril de 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol, e focaram apenas nos obstáculos identificados. Resultados: Os principais obstáculos encontrados foram o baixo conhecimento profissional sobre questões relacionadas à transexualidade, interações hostis por parte dos profissionais de saúde e a presunção sexual desses profissionais. Outros obstáculos gerais incluíram a dificuldade de acesso geográfico, especialmente em áreas rurais ou periféricas, onde a distância e a falta de transporte adequado dificultam o acesso a serviços de saúde. Famílias de baixa renda também enfrentam desafios, como a dificuldade em pagar por consultas, medicamentos ou transporte. A falta de conhecimento sobre os direitos e serviços de saúde disponíveis prejudica ainda mais o acesso ao atendimento. O longo tempo de espera nos serviços de saúde pública para consultas, exames e tratamentos também é um obstáculo significativo. Além disso, a exigência de documentação que não reflete a identidade de gênero pode ser um grande impedimento, especialmente no que se refere à retificação de nome e gênero nos registros médicos. A escassez de clínicas e profissionais especializados em saúde trans obriga muitas famílias a buscar atendimento distante de

suas casas, acarretando custos adicionais e grandes inconvenientes. O medo de serem estigmatizados ou rejeitados por profissionais de saúde, ou pela comunidade pode levar crianças e adolescentes transexuais a evitarem procurar atendimento. Além disso, muitos enfrentam problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, agravados pela discriminação e falta de apoio, o que dificulta ainda mais o acesso aos serviços de saúde. Conclusão: Os obstáculos apresentados neste estudo são superáveis. Para garantir um acesso e acolhimento eficazes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes transexuais, é necessário um esforço conjunto de políticas públicas, capacitação profissional e sensibilização social. A implementação de estratégias adequadas pode melhorar significativamente a qualidade do atendimento e a saúde dessa população vulnerável.

AÇÃO EM SAÚDE EM ALUSÃO AO DIA DAS MÃES NO PROGRAMA EJA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Josyara Oliveira da Costa, Isabelle Cristina da Cunha Souto, Rosângela Maria Santana de Souza Lima, Alisson Cleyton Cunha Monteiro (Orientador), Brunno Eduardo Santos Lins, Pedro Henrique Marques da Nóbrega, Maria Emilia Ferreira de Moraes, Ricardo Sérgio Bezerra Cavalcanti Filho

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional voltada para indivíduos que não conseguiram concluir seus estudos de maneira regular, compondo um público plural, em sua maioria pertencente a grupos marginalizados. Nesse contexto, a EJA se configura como uma solução para a continuidade da vida acadêmica e a inserção digna no mercado de trabalho dessa população. Paralelamente, a extensão universitária, que concretiza a função social da educação superior ao compartilhar o conhecimento com a comunidade, tem papel essencial na construção de habilidades relacionadas ao mundo profissional. Este trabalho, um relato de experiência, descreve ações de extensão voltadas à educação popular de discentes do programa EJA, visando aplicar práticas básicas de saúde, desenvolvidas no curso superior, a alunos de nível médio. As ações ocorreram em duas escolas públicas do município de Cabedelo (PB), por meio do projeto de extensão “Descobrimos Anatomia: uma realidade de educação popular”, composto por acadêmicos do curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, com a orientação de um professor. As atividades iniciaram com uma apresentação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em homenagem ao Dia das Mães, e seguiram com dois circuitos integrados, que incluíam acolhimento, coleta de dados pessoais, aferição de pressão arterial, verificação da glicemia, avaliação de medidas antropométricas e orientações sobre o autoexame das mamas. Durante a execução dessas técnicas, os discentes de Medicina explicavam os procedimentos, criando oportunidades para que os participantes aprendessem na prática a realizá-los. Os resultados dessa experiência evidenciam a importância de projetos como este para proporcionar a grupos vulneráveis o acesso ao conhecimento prático em saúde, o que se reflete na alta adesão e participação nas atividades. Além disso, destaca-se a necessidade de incentivos para que os discentes do programa EJA se sintam motivados a continuar seus estudos, garantindo melhor posicionamento no mercado de trabalho. Este trabalho foi fundamental para os estudantes de Medicina, pois a interação com realidades diversas proporciona humanização no processo de formação profissional. A expansão

do conhecimento além da universidade é crucial para construir pontes entre a academia e a sociedade, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento humano.

“QUERO MORAR NA PARTE ALTA DA CIDADE” A PRECEPTORIA REGIONAL DE ACS E ACE DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE NO CONTEXTO DA “ALAGAÇÃO” EM RIO BRANCO NO ACRE

Sondre Alberto Schneck, Roselane Zordam Costella, Rosana Maffacciolli, Saionara Araújo Wagner, Diogo Pilger, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Luciana Barcelos Teixeira, Leandro Raizer

O Programa Saúde com Agente (PSA) foi destinado à formação técnica de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) em âmbito nacional, oferecendo 200.000 vagas em sua primeira edição. O curso, realizado em formato híbrido, contou com tutoria a distância e preceptoria supervisionada por profissionais vinculados à Atenção Primária em Saúde (APS). Este relato tem como objetivo descrever as atividades da preceptoria desenvolvidas em Rio Branco, Acre, no ano de 2024, com nove estudantes. A atividade foi planejada em conjunto com os gestores locais e executada por uma docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram realizadas adaptações dos conteúdos práticos, considerando o trabalho integrado entre ACE e ACS, com apoio da equipe pedagógica da UFRGS e da preceptoria. Durante cinco dias, dezesseis disciplinas foram desenvolvidas de maneira integrada, com um cronograma pactuado entre os gestores locais e os estudantes, buscando qualificar suas práticas cotidianas relacionadas ao enfrentamento da “alagação no território”. Partindo da perspectiva da aprendizagem significativa, os métodos de ensino foram estruturados com base nos conhecimentos e experiências prévias dos estudantes, aliando teoria e prática. Aspectos biológicos, socioambientais e a determinação social do processo saúde-doença foram abordados com mediação da preceptoria. As atividades ocorreram na sede da Vigilância em Saúde, utilizando recursos como dinâmicas de apresentação com narrativas pessoais, produção em papel pardo sobre o território, jogos, encenações, debates, exibição de vídeos, treinamento em suporte básico de vida, atendimento a vítimas de acidentes com animais peçonhentos e análise de indicadores. As dispersões compreenderam visitas a centros de acolhimento para desabrigados e às famílias na periferia da cidade, promovendo reflexões sobre território, saúde, práticas educativas e atenção aos ciclos de vida em uma situação peculiar de emergência ambiental. Ao final de cada encontro, os estudantes compartilhavam suas percepções sobre o aprendizado e a metodologia aplicada, registrando suas impressões em textos compartilhados via grupo de WhatsApp. O processo evidenciou transformações na percepção dos estudantes, especialmente no entendimento dos desejos ambivalentes da população, que, embora não desejasse permanecer nas áreas de alagação próximas ao rio, manifestava o anseio de morar em regiões mais seguras e elevadas da cidade, evidenciando as complexas relações entre território e tecido social.

COMO SE ENSINA A CUIDAR? UM OLHAR PARA O ENSINO EM SAÚDE POR MEIO DA CARTOGRAFIA

Elisângela Mara Zanelatto

Estudar os processos de cuidado em saúde é de grande relevância, especialmente à medida que as inovações tecnológicas têm orientado a organização das ações de saúde pelo modelo anatomoclínico. Este trabalho apresenta o projeto de pesquisa de doutorado em Educação, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que busca se distanciar do modelo tradicional de pesquisa e se aproximar de abordagens que possibilitem conhecer e estimular novas subjetividades. O estudo tem como objetivo criar um “catálogo de sensibilidades” de experiências afetivas, com a intenção de compreender como essas sensibilidades são constituídas e que encontros as forjam. A pesquisa, de caráter qualitativo e com abordagem cartográfica, se configura como uma coleção de passagens vividas pela própria pesquisadora e por estudantes universitários da área da saúde, vinculados a uma universidade no Vale do Taquari. Além das notas registradas no diário de campo, serão realizados encontros no formato de oficinas, que incluem atividades de escrita, fotografia e outras produções artísticas. A metodologia segue os conceitos de psicanálise e filosofia, inspirados em Suely Rolnik e Gilles Deleuze, explorando as ideias de suavidade, sentido, sensação e afecção para desenvolver o conceito de sensibilidade afetiva. Acredita-se que a pesquisa reunirá muitas vozes e revelará experiências de cuidado em saúde que poderão inspirar novos modos de pensar e praticar o cuidado, promovendo a construção de sentidos de acolhimento.

COMUNICAÇÃO INEFICIENTE COMO BARREIRA AO ACESSO À SAÚDE NO SUS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Geraldo de Freitas de Souza Junior, Elisa Rucks Megier, Bruna Cristiane Furtado Gomes, Teresinha Heck Weiller, Letícia Therezinha Prates dos Santos, Evanir Parcianello, Carla Mario Brites

O serviço de atenção especializado, conhecido como serviço ambulatorial, recebe pacientes encaminhados pela atenção básica para consultas e exames especializados, sendo regulados pela secretaria de saúde municipal. O objetivo deste trabalho é relatar as percepções adquiridas durante a vivência como estagiário nesse serviço, analisando de forma crítica e reflexiva os processos de gestão e comunicação na rede de atenção à saúde (RAS) municipal. Durante o estágio, foi possível observar tanto as possibilidades quanto os desafios de acesso dos usuários ao serviço especializado, com destaque para os entraves comunicativos. Identificou-se que a comunicação entre os setores e níveis de saúde é muitas vezes ruidosa e complexa. Embora o serviço receba encaminhamentos formais de pacientes da regulação municipal, conforme protocolo, também ocorrem encaminhamentos informais feitos por profissionais da atenção básica, seja por e-mail ou diretamente pelos pacientes.

Este tipo de comunicação ineficiente representa uma barreira ao acesso ao serviço especializado. Em relação à comunicação com os pacientes, as dificuldades mais comuns eram a dificuldade em contatar os pacientes para agendamento de consultas e confirmação de comparecimento, frequentemente devido a números desatualizados, falta de atendimento nas ligações ou a impossibilidade de envio de mensagens de texto, pois o serviço municipal não disponibiliza um número de telefone móvel para tal. A comunicação é essencial não apenas na relação paciente-profissional, mas também nas relações interprofissionais e intersetoriais, como encaminhamentos e a gestão de referência e contra-referência. Nesse sentido, as competências comunicativas pessoais influenciam diretamente a efetividade do cuidado e a eficiência dos serviços de saúde. Para garantir o acesso adequado ao serviço, é necessário contatar os pacientes eficazmente, educá-los sobre o uso correto dos serviços de saúde e a importância da atualização constante de seus dados cadastrais. Além disso, as filas de espera, comuns no sistema de saúde devido a fatores estruturais como alta demanda e escassez de prestadores de serviço, geram perdas de anos produtivos e agravos evitáveis, prejudicando o planejamento dos pacientes e suas famílias. Acelerando e tornando mais resolutivas essas filas, um desafio discutido em países como Austrália e Estados Unidos, é crucial para a eficiência do serviço público de saúde. A análise revelou a necessidade de bons gestores para o bom funcionamento da comunicação entre os níveis de atenção na RAS. A vivência proporcionou a discussão e implementação de novos caminhos para a comunicação com os pacientes, promovendo diálogos mais eficientes, garantindo os direitos dos usuários e informando-os de suas responsabilidades.

EXPERIÊNCIAS DE QUEM ESPERA PELA CIRURGIA TRAUMATOLÓGICA

Anáira Gisser de Sousa Ribeiro, Prof^a. Dr^a. Mariléia Chaves Andrade,
Prof. Dr. Cristiano Leonardo de Oliveira Dias, Prof^a. Dr^a. Cristina Andrade Sampaio

Pessoas que sofreram fraturas ósseas e necessitam de cirurgia traumatológica para realinhamento muitas vezes enfrentam longos períodos de internação nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), aguardando a realização do procedimento, e, em alguns casos, sendo transferidas para outras instituições. Cada indivíduo vivencia essa espera de maneira única. Este estudo exploratório e descritivo, de abordagem clínico-qualitativa, visa analisar o significado atribuído por pacientes internados em um hospital público do norte de Minas Gerais, que aguardavam transferência para a cirurgia traumatológica. A pesquisa se baseia em entrevistas semidirigidas com o objetivo de responder à seguinte questão: Como é a experiência daqueles que aguardam, hospitalizados, pela transferência para a cirurgia traumatológica? Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo clínico-qualitativa e discutidos à luz de referenciais teóricos da Psicologia da Saúde. Participaram do estudo 20 pessoas, sendo 15 homens e 5 mulheres, com idade média de 40 anos. A maioria era casada, com filhos, não havia completado o ensino fundamental e realizava atividades rurais. As fraturas ocorreram, predominantemente, em acidentes de trânsito e no trabalho. Os participantes foram informados sobre a data prevista para a transferência após uma média de cinco dias de internação e

permaneceram, em média, oito dias internados antes de serem transferidos para a cirurgia. Durante a internação, a maioria dos pacientes não contou com acompanhantes. A partir das narrativas dos participantes, foram construídas as seguintes categorias temáticas: Reações ao diagnóstico de fratura e à necessidade de internação para aguardar a cirurgia; emoções antes e após a comunicação da data da transferência; A espera e suas implicações; relações sociais durante a internação; (Des)conhecimento sobre o procedimento cirúrgico; percepção sobre o processo de transferência e a assistência recebida. Constatou-se que a espera hospitalar gera uma sensação de aprisionamento, sendo a comunicação sobre o agendamento da transferência percebida como uma “libertação”, e a cirurgia vista como uma oportunidade de recuperar a autonomia e retomar a vida interrompida, apesar das incertezas sobre a recuperação e possíveis sequelas. Observou-se que a decisão sobre manter o paciente no hospital ou permitir que espere em casa depende de um equilíbrio entre a rapidez do agendamento da cirurgia e o impacto do ambiente hospitalar em contraste com o conforto do lar. O estudo também identificou fases psicológicas pelas quais os pacientes passam durante a espera e sugeriu que pesquisas futuras aprofundem essa análise para ajudar os profissionais de saúde a melhor compreender e lidar com esses indivíduos. A pesquisa também destaca a importância da psicologia no pré-operatório, oferecendo um espaço de acolhimento e escuta, e a escassez de estudos sobre o impacto das filas de espera, especialmente no ambiente hospitalar, o que torna este estudo relevante para o avanço da psicologia hospitalar, assistência e gestão em saúde.

MEDICINA TRADICIONAL CHINESA E PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES: JARDIM DE CURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Lara Colvero Rockenbach, Gian Silveira da Silva, Janine Fregapani Barbosa,
Daniela Dallegrave, Ana Claudia Honório Freitas

O Brasil, com a maior biodiversidade do mundo e apenas 0,4% de sua flora investigada, possui um uso medicinal de plantas amplamente disseminado, com aproximadamente 82% da população utilizando esses recursos, seja por meio de conhecimentos tradicionais, como os de quilombolas e indígenas, seja por conhecimentos populares, e mais recentemente, orientados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde a década de 80, com a regulamentação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC/2006), alinhada à Organização Mundial da Saúde. A popularização da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) tem contribuído para a disseminação da fitoterapia, uma prática que promove a participação social, a solidariedade e o desenvolvimento comunitário. Com o intuito de aproximar a comunidade da complexa rede de conhecimentos e ações relacionados às Práticas Integrativas e Complementares (PICs), foi criado, em 2023, o Jardim de Cura baseado na MTC, vinculado ao programa de extensão SUStentaPICS da Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva da UFRGS. O Jardim de Cura é um espaço transdisciplinar e intercultural dedicado ao uso medicinal de plantas, com o objetivo de promover a divulgação e o reconhecimento dessas práticas, além de

estimular o exercício da autonomia no cuidado à saúde. A MTC concebe o indivíduo de maneira integral, envolvendo corpo, mente e espírito. O jardim é estruturado em formato de octógono, aonde cada parte representa um órgão ou víscera da MTC, com plantas energeticamente associadas aos elementos e órgãos correspondentes, como manjerição (Sul, Fogo, Coração e Pericárdio), erva-doce, alecrim e mil-folhas (Sudoeste, Terra, Baço-Pâncreas), entre outras. O projeto envolve a participação de docentes, técnicos administrativos, herboristas, estudantes de graduação, mestrado e doutorado, além da comunidade externa. Localizado no campus saúde da universidade, adota práticas de cultivo orgânico, com adubação dos canteiros utilizando matéria orgânica proveniente de esterco curtido, composto orgânico e adubação verde, em parceria com a Faculdade de Agronomia. O controle de pragas é feito por aspersão de soluções naturais, como alho e pimenta, e para as formigas-cortadeiras, utiliza-se folhas e solução de mamona, com a projeção de aumentar a biodiversidade ao redor para substituir o ataque dessas formigas às plantas medicinais. Além de ser um espaço de contato com as plantas para promover o autocuidado, o Jardim de Cura também funciona como um ambiente de aprendizagem, tendo recebido professores e estudantes de diversas áreas, como Educação, Filosofia e Artes Visuais. Em 2023, foram realizadas aulas sobre PICs para turmas do curso “Arte, Saúde e Educação” e para o núcleo de Enfermagem da Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

A PRÁTICA DE GESTÃO DO CUIDADO DO ENFERMEIRO EM DIFERENTES CENÁRIOS: SCOPING REVIEW

Luana Silva Rezende, Carolina Sales Galdino, Kethlin Maia Mariano, Ana Carolina Araújo de Andrade, Bruno Cupertino de Almeida, Lilian Cristina Rezende, Isabela Câncio Velloso, Carolina da Silva Caram

O trabalho do enfermeiro abrange diversas dimensões, como assistir, gerenciar, educar, pesquisar e agir politicamente, todas essenciais para garantir a qualidade do cuidado. A gestão do cuidado é um elemento central nesse processo, pois integra essas dimensões de maneira dinâmica, visando um cuidado integral ao paciente. Contudo, a definição e o referencial teórico sobre a gestão do cuidado ainda carecem de consenso na literatura, impactando na forma como a prática do enfermeiro é concebida. O objetivo deste estudo foi mapear os atributos que configuram a gestão do cuidado em diferentes cenários de atuação do enfermeiro na atenção à saúde. Para isso, foi realizada uma scoping review, seguindo o método do Joanna Briggs Institute. A questão de pesquisa foi: “Quais atributos configuram a gestão do cuidado em diferentes contextos de atuação do enfermeiro?” A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, Web of Science, Scopus, BVS/Lilacs, Embase e Cochrane, resultando em 4921 artigos. A seleção foi feita utilizando o software Endnote, com critérios de elegibilidade alinhados à questão de pesquisa. A amostra final incluiu dezessete artigos científicos, duas dissertações e uma tese, predominantemente de abordagem qualitativa e originária do Brasil. Os estudos analisaram os cenários da atenção primária, secundária e terciária, destacando atributos relacionados às dimensões do processo de trabalho. Na dimensão “assistir”, os atributos identificados foram: assistência direta, escuta terapêutica, integralidade do cuidado, segurança do paciente, processo

de enfermagem e vínculo. Na dimensão “gerenciar”, destacaram-se os atributos: gestão de recursos, materiais, pessoas e tecnologias, coordenação, supervisão, administração do setor, avaliação e uso de ferramentas gerenciais. Na dimensão “ensinar”, foram elencados os atributos: educação permanente, educação continuada e capacitação, preceptoria e formação profissional. Por fim, na dimensão “agir politicamente”, os atributos incluíram: adesão a políticas públicas, protagonismo da enfermagem, autonomia e empoderamento, articulação com o território e matriciamento. O estudo está em fase de organização e apresentação dos resultados. As considerações finais indicam que os atributos relacionados à gestão do cuidado nos diferentes cenários destacam a importância das atividades do enfermeiro para um cuidado integral e de qualidade. Além disso, enfatizam a necessidade de mais estudos que fortaleçam a gestão do cuidado como prática fundamental do enfermeiro, conferindo maior protagonismo profissional e qualificando o cuidado prestado.

SAÚDE EM MOVIMENTO: PRÁTICAS EXTENSIONISTAS DE GINÁSTICA LABORAL DENTRO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA

Helen Carvalho de Souza, Yasmim de Oliveira de Abreu, Laís Martello Cervelin,
Kelly Sabrine Petry, Fernanda Raquel Toillier

O projeto de extensão NEMAEFS – HUSM tem como objetivo formar e qualificar acadêmicos da área da saúde para orientar exercícios físicos de forma multidisciplinar, promovendo a saúde dos profissionais do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) por meio da prática de ginástica laboral (GL). O presente relato de experiência descreve as atividades desenvolvidas pelo projeto NEMAEFS. As ações extensionistas ocorrem semanalmente, nas segundas e sextas-feiras, entre 13h30 e 16h30, sendo realizadas por duas graduandas do curso de Terapia Ocupacional. Até o momento, oito setores do HUSM solicitaram a prática de GL. Cada sessão de exercícios dura entre 10 e 15 minutos, variando conforme o tempo de deslocamento entre os setores. As atividades acontecem no próprio espaço de cada setor, e a quantidade de participantes varia semanalmente. Dada a constante exposição ao risco ergonômico durante a jornada de trabalho, a implementação da GL se mostra essencial, pois promove o bem-estar, a interação entre colegas, e a prevenção de lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT). Além de trabalhar o corpo, a GL também favorece a mente, estimulando a consciência corporal, o autoconhecimento e a autoestima. Durante as práticas, as acadêmicas instrutoras perceberam que os quinze minutos de exercício se tornavam um momento de relaxamento e descontração para os profissionais, que, aos poucos, foram se sentindo mais à vontade para sugerir músicas animadas, exercícios específicos para grupos musculares e até massagens. Essas solicitações, quando atendidas, geraram um aumento na interação entre os colegas e reforçaram o vínculo entre os profissionais e as acadêmicas. Conclui-se que os benefícios da ginástica laboral são evidentes tanto para os profissionais quanto para as acadêmicas. Além disso, o projeto proporciona uma importante experiência de aprendizado, permitindo a

integração entre conhecimento técnico e prática, e proporcionando às acadêmicas uma visão mais aprofundada da dinâmica de trabalho no ambiente hospitalar. O sucesso do projeto se evidencia quando os profissionais reconhecem a importância das práticas e solicitam sua continuidade, e quando as acadêmicas conseguem se qualificar para atuar e orientar adequadamente os exercícios físicos.

QUALIDADE DO LEITE MATERNO EM UM BANCO DE LEITE PÚBLICO

Robinson Moresca de Andrade, Igor Borges Costa, Guilhermina Ravena Lopes Siqueira Silva,
Mariana Pereira da Silva

O leite materno é considerado a principal fonte de nutrição para recém-nascidos, fornecendo todos os nutrientes essenciais para um desenvolvimento saudável, além de proporcionar proteção contra diversas doenças. Contém macronutrientes, como proteínas, gorduras e carboidratos, além de imunoglobulinas, enzimas e células vivas, que conferem propriedades imunológicas exclusivas. Para garantir a segurança e a qualidade desse alimento essencial, é fundamental implementar medidas rigorosas de controle microbiológico e de monitoramento de suas características físico-químicas. Este trabalho tem como objetivo analisar e assegurar a qualidade do leite materno por meio do controle microbiológico, avaliação da acidez Dornic, determinação do crematócrito e do teor de gordura, além de identificar e prevenir a contaminação microbiológica durante a coleta, armazenamento e distribuição do leite materno. As amostras foram coletadas de doadoras voluntárias em bancos de leite humano de um hospital no interior da Bahia, entre janeiro e abril de 2024, seguindo protocolos padronizados de higiene e segurança para evitar contaminações. As amostras foram submetidas a análises microbiológicas para detectar microrganismos patogênicos como *Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli* e *Salmonella spp.*, utilizando o método de cultura em placas. A acidez Dornic foi medida por titulação com NaOH 0,1N, sendo considerado aceitáveis valores entre 1 e 8 °D para leite materno fresco. O crematócrito foi determinado por meio de centrifugação das amostras em tubos capilares, e o teor de gordura foi medido também por centrifugação, utilizando o método Gerber, que envolve a adição de ácido sulfúrico e álcool amílico às amostras. Dos 568 resultados avaliados, apenas uma amostra foi reprovada devido à presença de coliformes após pasteurização. Os resultados encontrados para a acidez Dornic foram 4,01 ($\pm 1,52$), para o crematócrito 0,22 ($\pm 0,12$), e o teor de gordura foi de 5,82 ($\pm 0,24$), com calorias totais de 550,70 ($\pm 138,79$). Esses resultados corroboram com dados de outros bancos de leite e com as normativas relacionadas a esses serviços, confirmando a qualidade do leite materno. Em conclusão, o leite materno é uma fonte inestimável de nutrição para os bebês, mas sua qualidade e segurança dependem de fatores como controle microbiológico, acidez Dornic, crematócrito e teor de gordura. Medidas rigorosas de higiene e manejo adequado são essenciais para garantir que o leite materno fornecido aos bebês seja seguro e nutritivo. A compreensão e monitoramento desses parâmetros são cruciais para otimizar a saúde e o bem-estar dos recém-nascidos.

A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19 NO TRABALHO DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO

Luana Silva Rezende, Kelly Cristina Oliveira de Lima,
Fernanda Martins Azzi de Carvalho, Carolina da Silva Caram

A Pandemia de covid-19 trouxe novos riscos ao trabalho, especialmente devido às mudanças nos processos produtivos e na organização do trabalho. No contexto educacional, a necessidade de isolamento social forçou as instituições de ensino a reconfigurarem as atividades docentes para garantir a continuidade da educação à distância. No entanto, essa reconfiguração envolveu desafios relacionados à cultura de segurança e ao Ambiente de Trabalho Saudável. Este estudo teve como objetivo compreender como a pandemia influenciou o trabalho dos docentes de uma Instituição Federal de Ensino, sob a perspectiva de um Ambiente de Trabalho Saudável. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou o delineamento de estudo de caso único holístico. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 19 docentes de uma instituição federal em Minas Gerais, além da análise de 65 documentos mencionados pelos participantes. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin, com o apoio do software ATLAS.ti. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética, respeitando os princípios éticos e legais. Os resultados indicam que a pandemia afetou profundamente o trabalho docente, trazendo desafios relacionados ao ambiente físico de trabalho, ao desempenho dos docentes, ao aprendizado dos alunos no ensino à distância e aos impactos na vida pessoal dos docentes. A adaptação à nova realidade exigiu esforço tanto da instituição quanto dos docentes, o que, embora tenha permitido a continuidade do ensino, reduziu a qualidade do ambiente de trabalho. Assim, o estudo destaca a importância de investimentos em um Ambiente de Trabalho Saudável para a promoção da saúde e segurança dos trabalhadores. Em conclusão, as instituições de ensino precisam focar na gestão da saúde dos docentes e refletir sobre as melhorias implementadas durante a pandemia, para que possam se preparar melhor para futuras crises.

USO DE ANTIBIÓTICOS NA UTI NEONATAL: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES

Robinson Moresca de Andrade, Danyelle Araujo Cardoso Bento, Indiara Marquene Félix da Silva,
Maria Clara Queiroz Nolêto Sá, Paloma Moura Martins Dantas

O uso de antibióticos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) é uma prática comum devido à alta vulnerabilidade dos recém-nascidos às infecções bacterianas. No entanto, a antibioticoterapia excessiva ou inadequada pode resultar em sérias consequências para a saúde dos pacientes e para o meio ambiente. Este trabalho aborda os desafios associados ao uso de antibióticos na UTIN, com ênfase na resistência microbiana, nos impactos ambientais e nos riscos à saúde relacionados ao uso excessivo. Recém-nascidos internados em UTIs neonatais frequentemente apresentam um sistema imunológico

subdesenvolvido, o que aumenta o risco de infecções. Embora os antibióticos sejam essenciais para tratar essas infecções, seu uso deve ser balanceado para evitar efeitos adversos. A terapia empírica, iniciada antes da identificação específica dos patógenos, é comum, mas deve ser seguida por uma revisão cuidadosa com base nos resultados laboratoriais para ajustar ou descontinuar o tratamento. O uso excessivo de antibióticos pode, ainda, levar à contaminação ambiental, uma vez que resíduos frequentemente são excretados no sistema de esgoto, contribuindo para a presença de antibióticos em água e solo. Isso pode promover o desenvolvimento de bactérias resistentes fora do ambiente hospitalar, afetando ecossistemas naturais e a saúde humana. Além disso, o uso indiscriminado pode causar disbioses, alergias, toxicidades e outras complicações de saúde, como a eliminação da microbiota benéfica, aumentando a vulnerabilidade a infecções fúngicas e bacterianas resistentes. A resistência microbiana, um dos principais problemas associados ao uso excessivo de antibióticos, torna o tratamento das infecções mais difícil, prolonga o tempo de internação e aumenta a mortalidade neonatal. As bactérias multirresistentes podem se espalhar dentro da UTI neonatal e além, exacerbando a crise global de resistência aos antibióticos. O objetivo deste estudo foi analisar o quantitativo de uso de antibióticos na UTIN, considerando aspectos clínicos, ambientais e de saúde pública. O estudo foi observacional e retrospectivo, com análise dos dados clínicos relacionados ao uso de antibióticos na UTIN de um hospital no interior da Bahia. Foram avaliados 112 prontuários de neonatos internados na UTIN, dos quais 77 fizeram uso de antibióticos: quatro pacientes utilizaram apenas um tipo de antibiótico, 58 utilizaram dois antibióticos, e 15 utilizaram três ou mais antibióticos. Além disso, dez pacientes usaram outras medicações, e 26 prontuários não continham registro de uso de medicamentos, o que pode indicar erro de preenchimento. Foram identificados casos de uso excessivo ou inadequado de antibióticos, com terapias empíricas e ausência de realização de antibiogramas. Para garantir a segurança dos pacientes, é essencial desenvolver protocolos institucionais na UTIN que otimizem a prescrição de antibióticos, incluindo diretrizes clínicas atualizadas, educação continuada para os profissionais de saúde e avaliação contínua do Comitê de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).

PROJETO OBSERVACIONAL SOBRE USO INCORRETO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E RISCOS ASSOCIADOS EM ÁREAS HOSPITALARES

Robinson Moresca de Andrade, Daiane Pedreira dos Santos, Jaciane Santana de Menezes,
Luciana Pereira Silva, Wallas da Silva Araújo

O ambiente hospitalar, especialmente em unidades como a UTI neonatal, é de alta complexidade, e a prevenção de infecções é essencial para a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde. O uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a adesão a normas de higiene pessoal, como evitar adornos, maquiagem, esmalte e unhas compridas, são fundamentais para minimizar o risco de contaminação microbiana e a transmissão cruzada de patógenos. A UTI neonatal, por ser um ambiente de grande vulnerabilidade, exige práticas rigorosas de controle de infecção, tornando a adesão a esses cuidados ainda mais crítica. Este trabalho foi motivado pela

identificação de práticas inadequadas no uso de EPIs e na higiene pessoal, que representam riscos significativos para a contaminação microbiana e a transmissão de infecções. O objetivo principal foi avaliar as práticas corretas de uso de EPIs e higiene pessoal entre os profissionais de saúde na UTI neonatal, identificando riscos associados ao uso incorreto desses equipamentos, bem como comportamentos inadequados que contribuem para a transmissão cruzada de infecções. O estudo, de caráter observacional, foi realizado na UTI neonatal de um hospital público no interior da Bahia, e a coleta de dados ocorreu por meio de observação direta. Foram registradas informações sobre o uso incorreto de luvas e máscaras, a presença de adornos, maquiagem, esmalte, roupas inadequadas, cabelo solto e unhas compridas. Observadores treinados realizaram as observações discretamente durante os turnos de trabalho, utilizando uma lista de verificação padronizada. Os resultados mostraram diversas práticas inadequadas, como o uso incorreto de EPIs, falta de higiene das mãos, alimentação em áreas inadequadas, e o uso frequente de celulares pelos profissionais, representando um risco adicional de contaminação cruzada. A ausência de substituição de luvas durante a manipulação de pacientes e o não uso de máscaras ao atender pacientes com sintomas gripais também foram observados. A presença de celulares nas áreas de trabalho foi registrada em praticamente todos os locais avaliados, com risco de dispersão de contaminantes e falhas na higiene. Com base nos achados, recomenda-se a melhoria das práticas de adesão às normas de uso de EPIs e higiene pessoal, além da proibição do uso de celulares nas áreas críticas. Essas medidas são essenciais para reduzir o risco de infecções, garantindo a segurança tanto de pacientes quanto de familiares.

“ARRODEADOS PELAS ÁGUAS SOMOS SUS PASSANTES NOS CAMINHOS DA APS”: A PRECEPTORIA REGIONAL DO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE NO ALTO CIPÓ EM MINAS GERAIS

Sondre Alberto Schneck, Pricila Sleifer, Roselane Zordam Costella, Saionara Araújo Wagner, Carmen Lucia Motim Duro, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Leandro Raizer, Luciana Barcellos Teixeira

O Programa Saúde com Agente (PSA) foi destinado à formação técnica de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) em âmbito nacional, oferecendo 200.000 vagas em sua primeira edição. O curso, realizado em formato híbrido, incluiu tutoria a distância e preceptoria supervisionada por profissionais vinculados à Atenção Primária em Saúde (APS). O presente relato tem como objetivo descrever as atividades de preceptoria desenvolvidas com nove estudantes em Santo Antônio de Itambé (MG), no ano de 2024. A preceptoria foi previamente pactuada com os gestores locais e executada por docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com adaptações práticas elaboradas em conjunto com a equipe pedagógica e a preceptoria, considerando o trabalho integrado entre ACS e ACE. Durante cinco dias, atividades de dezesseis disciplinas foram conduzidas integradamente, com um cronograma ajustado para qualificar as práticas cotidianas dos estudantes. Conhecimentos teóricos contemplados na tutoria foram aplicados na prática, abordando

aspectos biológicos, socioambientais e promovendo reflexões sobre a determinação social do processo saúde-doença, mediados pela preceptoria. A perspectiva da aprendizagem significativa orientou os métodos de ensino, ancorados no conhecimento e nas experiências acumuladas pelos estudantes como trabalhadores de saúde. Em um espaço disponibilizado pela gestão, organizado em forma de círculo, foram utilizados recursos como dinâmicas de apresentação com narrativas pessoais, folhas de papel pardo para atividades sobre o território, jogos de animação, encenações, debates, vídeos, treinamento de habilidades técnicas (sinais vitais e atendimento a vítimas de acidentes com animais peçonhentos) e análise de indicadores. Nas saídas de campo, foram realizadas visitas domiciliares e a pontos estratégicos voltados para a vigilância epidemiológica e ambiental. Noções de território e saúde, práticas educativas, atenção aos ciclos de vida e saúde ambiental foram integradas entre ACS e ACE. Ao final dos encontros, os estudantes expressaram suas percepções sobre o aprendizado e a metodologia, compartilhando relatos por meio de textos no grupo de WhatsApp. Como considerações finais, os estudantes trouxeram histórias de vida e representações da comunidade, orientando-se pelo território como um espaço vivo e relacional. Identificaram desafios característicos das áreas rurais e remotas, como a necessidade de diálogo intercultural, que envolve saberes em saúde coexistindo com práticas de curandeiros. Esse contexto é marcado pelos cursos d'água que permeiam a Serra do Espinhaço, em Minas Gerais. A partir da combinação entre os conhecimentos da saúde coletiva e suas experiências prévias, os estudantes nomearam desafios específicos do território, elaboraram estratégias e propuseram intervenções que ampliam o acesso à saúde conforme o escopo de atuação dos ACS e ACE.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UMA INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF) PARAÍSO VERDE EM BELÉM DO PARÁ

Sophia Nóbrega Puget, José de Arimateia, Ana Vitória Pontes, Júlia Fonseca Gomes,
Sophia Pereira Anaisse, Maria Esther Brito, Maria Geovana Vieira Silva

Este resumo trata de uma atividade de intervenção em saúde mental realizada na Unidade de Saúde da Família (USF) Paraíso Verde, em Belém do Pará, entre os meses de março e maio de 2024, sob orientação docente. Em março, optou-se pela realização do levantamento de necessidades da USF e da comunidade, bem como entrevistas e visitas domiciliares. Observou-se que alguns moradores teriam suas casas retiradas devido à revitalização do canal a céu aberto existente em uma das ruas do bairro, por conta da COP 30. Após a primeira etapa, constatou-se que, em maio, houve uma mudança no projeto urbano do poder público, e os moradores não precisaram mais sair de suas residências. O objetivo da atividade foi inserir discentes em uma intervenção com trabalhadores de saúde e a população atendida pela USF, abordando assuntos relevantes para conscientização e maior esclarecimento sobre saúde mental. As entrevistas, o levantamento de necessidades e as visitas domiciliares realizadas permitiram aos discentes observar preocupações, demandas e sofrimento psicológico das pessoas que habitavam a comunidade. Esse contato direto foi fundamental para entender as necessidades da comunidade

e coletar dados para a intervenção. No entanto, a intervenção, que inicialmente seria realizada na igreja da comunidade, foi redirecionada para a sala de espera da USE, já que a comunidade informou aos Agentes Comunitários de Saúde que não mais se faria presente na roda de conversa sobre saúde mental, após a notícia de que os moradores não seriam mais retirados de suas casas. A intervenção foi realizada durante o mês de maio com usuários presentes na ocasião. A roda de conversa foi dividida em quatro etapas. Iniciou-se com exercícios de respiração para promover autocontrole, seguiu com uma breve explicação da importância da saúde mental, abordou as diferenças entre tristeza e Transtorno Depressivo, bem como os sintomas de ansiedade e Transtorno de Ansiedade, e foi concluída com um feedback, onde os pacientes compartilharam suas perspectivas respondendo quatro perguntas objetivas, além de um espaço para comentários pessoais sobre a atividade, usados para a coleta de dados. A temática abordada impactou os participantes positivamente, sendo possível identificar, por meio do feedback, que 98% estavam satisfeitos com a intervenção na primeira pergunta, e 100% nas demais. Um dos participantes, por exemplo, relatou que essa ação deveria acontecer em todas as unidades de saúde da cidade. Observou-se, com isso, que a saúde mental é uma temática na qual a comunidade tem interesse e que as pessoas sentem necessidade de mais intervenções sobre esse tema. A experiência relatada foi, portanto, transformadora, tanto para a comunidade quanto para a equipe discente. Essa experiência permitiu ao grupo ampliar seus conhecimentos e despertou o desejo de realizar outras intervenções sobre saúde mental e seus impactos. Além disso, ações como essa são cruciais para o fortalecimento da saúde pública e para a promoção de uma sociedade mais consciente. Expandir o alcance e o impacto dessas ações é essencial para atender às necessidades da **população**.

O LÚDICO E A EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA CRIANÇAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Silvia Nayara Leal Teixeira, Gustavo Grangeiro Monteiro, Gabriela Marques Costa,
Jucielton Oliveira Furtado, Jennifer Sousa de Moraes, Yasmin Rodrigues de Oliveira,
Letícia Barbosa de Sousa, Isaac Lima Sousa, Lenna Eloisa Madureira Pereira

A educação em saúde é um processo que busca incitar nos indivíduos um senso de responsabilidade em relação à sua própria saúde, e uma abordagem eficaz para esse estímulo é o uso de atividades lúdicas, como jogos, que se configuram como ferramentas educativas poderosas. Esses jogos têm a capacidade de auxiliar na construção do conhecimento em saúde, esclarecendo dúvidas e facilitando o processo de aprendizagem. Este trabalho visa descrever a experiência vivida por estudantes de enfermagem durante uma atividade de educação em saúde para crianças. Trata-se de um trabalho descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, realizado por graduandos em enfermagem pela Universidade Federal do Pará, vinculado ao projeto de extensão intitulado “A utilização do lúdico no processo de cuidar do enfermeiro na saúde da criança e do adolescente: uma prática transformadora”. A ação foi desenvolvida em dezembro de 2023, na cidade de Belém do Pará, para crianças de 4 a 12 anos do CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil), com o tema “Boas práticas de autocuidado físico e mental”. Primariamente, houve uma breve explanação sobre o

tema. Posteriormente, foi desenvolvido o Jogo da Memória, no qual as crianças deviam encontrar pares com cerca de 10 imagens, nas quais estavam impressas imagens de atividades físicas, de autocuidado e limpeza corpórea. À medida que o jogo acontecia, cada acerto de combinação era seguido por uma breve explicação sobre a imagem e o objetivo dela para a saúde e cuidado físico das crianças, além de demonstrações de como realizar o passo a passo dessas ações. Ao fim da atividade, a música “Cabeça, Ombro, Joelho e Pé” foi então introduzida, guiando as crianças em movimentos coordenados com partes específicas do corpo. A sessão foi encerrada com agradecimentos, destacando a importância do autocuidado físico e mental no contexto da vivência das crianças. Os resultados obtidos indicam que a introdução de estratégias lúdicas e tecnologias educacionais no cuidado à saúde da criança tem um potencial transformador, promovendo não apenas a recuperação física, mas também o bem-estar psicológico e emocional das crianças. O comprometimento dos envolvidos e a flexibilidade para adaptações reforçam a relevância contínua desse recurso na construção de uma abordagem cada vez mais humanizada e efetiva no âmbito do cuidado. A sinergia entre teoria e prática, aliada à participação ativa dos envolvidos, culminou em um processo de aprendizado enriquecedor e na construção de práticas mais humanizadas e eficazes no cuidado pediátrico. Um processo fundamental para a enfermagem é a educação em saúde, sendo um meio crucial para a promoção de hábitos saudáveis e prevenção de doenças. A aplicabilidade de ações educativas lúdicas contribui para o aprendizado mais dinâmico e eficaz, resultando em melhorias na saúde e bem-estar das crianças, além de permitir a absorção do aprendizado de forma mais significativa, incentivando-as a aderir a hábitos saudáveis desde cedo e estimulando-as a responsabilidade em relação à sua própria saúde.

FLORESCEM COM MULHERES INCRÍVEIS: SAÚDE MENTAL E O FAZER COMUNITÁRIO ENTRE MULHERES NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA

Jéssica das Graças Machado Candido

A proposta deste trabalho consiste em compartilhar a experiência de construção do Encontro “Florescer com Mulheres Incríveis”, desenvolvido em um Centro de Convivência e Cultura na Zona Oeste do Rio de Janeiro, como uma estratégia de ampliação do cuidado em saúde mental, territorializado e em rede, por meio dos protagonismos dos saberes e fazeres das mulheres, (re)criando novas rotas e redes para a prática de saúde comunitária. O encontro surge do trabalho em rede, compartilhado entre o Centro de Convivência e Cultura, o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil e um projeto cultural voltado para mulheres que trabalha com escrita afrocentrada. A iniciativa foi pensada após a identificação da demanda de cuidado para mulheres conviventes e seus familiares atendidos pelos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), diante das expressões da questão social que geram iniquidades em saúde no território. Dentre esses desafios, destacam-se os altos índices de violência contra mulheres, a crescente insegurança alimentar, o esvaziamento de equipamentos públicos de arte, cultura e lazer, as dificuldades de acesso a serviços de proteção às mulheres e as barreiras de (i)

mobilidade urbana. Nesse contexto, o “Florescer” foi pensado como uma estratégia para a criação de uma rede de promoção da saúde, cidadania e espaços de convivência entre mulheres. O encontro acontece semanalmente, abertamente às mulheres da comunidade e àquelas que realizam acompanhamento nos serviços da RAPS. Mediado por um café da manhã colaborativo, rodas de conversa, oficinas artísticas e o compartilhamento de conhecimentos, o objetivo é fomentar espaços dialógicos na confluência dos saberes, fazeres e protagonismos. A mediação dos encontros não se limita à figura do profissional de saúde, mas inclui mulheres do território envolvidas em projetos sociais, atividades de geração de renda e economia solidária, além de artistas, escritoras, artesãs e profissionais da rede intersetorial, que orientam sobre direitos sociais e políticas de promoção dos direitos das mulheres. Esse processo é guiado pelas principais demandas de cuidado da Coletiva, construindo um diálogo comum entre as histórias de vida e o fazer comunitário, ampliando e reconhecendo outras redes de cuidado territorial. Observa-se, também, a criação de redes de apoio mútuo entre as mulheres, com ênfase em afeto, representatividade, proteção, conexões ancestrais e uma cultura de pertencimento, que traz à tona diferentes significados e sentidos sobre as “Mulheridades”. O Centro de Convivência e Cultura se configura, assim, como um espaço de produção de encontros e novas rotas para a atenção psicossocial, promovendo sociabilidade e combatendo os estigmas associados à “loucura” e à medicalização da vida. A convivência, como tecnologia de cuidado, contribui para a construção de outras relações sociais, atuando na cultura e na cidade. O encontro de mulheres representa um espaço de convivência na produção do cuidado em saúde mental, estabelecendo relações sociais pautadas no “entre”, onde se valoriza a diversidade, os saberes populares e a coletivização das ações no trabalho em rede, sempre tendo o Território como base na produção da vida e os saberes de sua gente como guia na criação das rotas de cuidado necessárias para uma Saúde Mental Antimanicomial.

UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE USOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS PARA ALÉM DA MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Isadora Ribeiro Meine, Marciele Ferreira Fragoso, Félix Miguel Nascimento Guazina

São consideradas psicoativas as substâncias que possuem o potencial de influir no funcionamento do Sistema Nervoso Central, como o álcool, o ópio, o café, a maconha, a cocaína e os benzodiazepínicos. Com elas, surgem, socialmente, discursos patologizantes e proibicionistas sobre o consumo e o uso abusivo, bem como seus impactos. Diante disso, questiona-se: quais os motivos que levam os sujeitos a usarem ou a abusarem de substâncias psicoativas? Este estudo tem como objetivo entender os fatores que podem propiciar o consumo e o uso abusivo dessas substâncias. Para isso, procurou-se refletir criticamente sobre os marcadores históricos relacionados às substâncias psicoativas, além de abordar os fatores atualmente considerados motivadores desse consumo e uso abusivo. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica não sistemática de abordagem qualitativa, utilizando os descritores “saúde mental”, “substâncias psicoativas” e “psicologia” nas plataformas Lilacs e SciELO, buscando por

estudos publicados entre 2014 e 2024 que tratassem da temática. A construção das categorias se deu pela análise de conteúdo dos artigos, com base na metodologia proposta por Bardin. Os resultados indicaram que as substâncias psicoativas estão presentes na história humana desde seus primórdios, sendo consumidas por diversas motivações, como as culturais, sociais e até religiosas. No entanto, a partir dos séculos XIX e XX, o grande desenvolvimento industrial resultou em ampla produção e consumo dessas substâncias, além de avanços nas pesquisas médicas e científicas relacionadas à saúde e à produtividade humana. Frente a isso, o Estado passou a classificar essas substâncias como lícitas ou ilícitas, e foram elaboradas políticas de proibicionismo que culpabilizavam e patologizavam os sujeitos, negando a realidade multideterminada que envolve o consumo e o uso abusivo. Apesar de, atualmente, haver amplos debates e avanços sobre essas condutas, essa ideologia ainda persiste no meio sociocultural, tornando míopes as compreensões acerca dos motivos que levam ao uso e ao consumo de substâncias psicoativas. Para enriquecer esse debate, entende-se que o consumo e o uso abusivo de substâncias psicoativas podem ter diferentes repercussões sobre o sujeito: no primeiro caso, o consumo é pontual, sem a noção de dependência ou consequências para a saúde física, mental ou social; no segundo, observa-se o oposto. Portanto, adota-se uma concepção etiológica multideterminada, que reconhece que diversos fatores podem, ou não, contribuir para esse fenômeno. Entre eles, destacam-se: os problemas socioeconômicos, os transtornos mentais, o histórico familiar de uso de substâncias psicoativas e as questões de ordem sócioemocional. Conclui-se, assim, que traçar um percurso linear de causa e consequência sobre os fatores que levam ao consumo de substâncias psicoativas é ignorar a complexidade dos fenômenos relacionados a essa temática. Além disso, ideologias proibicionistas e de patologização não contribuem para o auxílio às pessoas que enfrentam as consequências do consumo abusivo dessas substâncias; pelo contrário, apenas as revitimizam, ampliando a problemática e reduzindo as possibilidades de assistência.

TECNOLOGIAS VIRTUAIS EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O CANAL CONTA COMIGO

Denyan Alves Silveira, Ester Elisabete kems Sias, Milena Oliveira Costa, Ígor Protzen Jeske, Rodrigo Esteves Borges, Liamara Denise Ubessi, Valéria Cristina Christello Coimbra, Luciane Prado Kantorski

Inovar no campo da saúde mental envolve encontrar novas formas de enfrentar desafios e buscar soluções acessíveis, sendo que as tecnologias digitais oferecem uma maneira eficaz de promover a saúde e disseminar conhecimento, permitindo alcançar um público amplo de maneira eficiente. Este trabalho apresenta a produção de cuidado em saúde realizada pelo projeto de extensão *Canal Conta Comigo*. O projeto, vinculado ao Grupo de Pesquisa Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), ao Coletivo Rizoma SUS da Universidade Federal do Pampa/Campus Uruguaiana e ao IFRS, está ativo há quatro anos e possui atualmente 3.514 seguidores no Instagram e 2.100 no Facebook. A equipe é composta por 14 colaboradores, incluindo estudantes de graduação e pós-graduação, professores de diversos cursos da UFPel e outras instituições, além de membros da comunidade. Utilizando as redes sociais,

o *Canal Conta Comigo* dissemina conhecimento, promove saúde, compartilha informações de fontes confiáveis e incentiva boas práticas de autocuidado. O projeto organiza grupos online, rodas de conversa virtuais e oficinas à distância, além de oferecer sugestões e orientações. Os seguidores têm acesso a diversos materiais, como sites, recomendações de leituras, filmes e músicas, que contribuem positivamente para o seu bem-estar. O uso das mídias sociais promove autonomia, autoestima e socialização de conhecimentos, resultando em mudanças positivas nos comportamentos de saúde. Dessa forma, o *Canal Conta Comigo* amplia o alcance das ações de conscientização, promovendo uma melhor comunicação entre pesquisadores e o público, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas. Inovações nesse campo têm o potencial de trazer grandes benefícios para indivíduos, grupos e sociedades como um todo.

ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DA RAPS DO RIO DE JANEIRO E O CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UFRJ: CONQUISTAS E DESAFIOS.

Juliana Araújo Silva, Bruna Romano, Kezia Zanco, Caronila Grego, Lisete Vaz

A consolidação da Reforma Psiquiátrica Brasileira tem evidenciado a necessidade de, por um lado, formar profissionais com uma visão crítica, que compreendam as políticas públicas e saibam formular uma práxis coerente com os desafios do Sistema Único de Saúde (SUS), e, por outro, garantir que os profissionais atuantes na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) se envolvam em processos de educação permanente e continuada. Nesse contexto, o Curso de Terapia Ocupacional (TO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tem buscado desenvolver ações para estabelecer um ponto comum entre os trabalhadores da RAPS e os diversos atores da universidade, com a formação como eixo transversal dessas ações. Nesta comunicação, apresentamos as estratégias executadas entre os anos de 2022 e 2024, como encontros, reuniões e um curso de extensão, discutindo suas potências e desafios. Em 2022, foram realizados quatro encontros com profissionais da RAPS, visando identificar os principais desafios e potenciais da atuação dos terapeutas ocupacionais na RAPS do Rio de Janeiro. A articulação com o trabalho de preceptoria de estágio foi o ponto de partida para essa organização. Durante esses encontros, observou-se a precarização da rede no RJ, os impactos da demora na criação do curso de TO e as estratégias utilizadas pelos profissionais para afirmar seus espaços nas equipes e suas propostas de cuidado. Com base nos encontros de 2022, foi realizado em 2023 um curso de extensão, dividido em duas frentes formativas: 1) Aulas virtuais; 2) Encontros de Comunidades de Práticas. Também foi realizado um encontro para discutir as infâncias e questões psicossociais, em parceria com professoras do Curso de TO da Universidade de São Carlos (UFSCar). Em 2024, foi promovido o Encontro em celebração da Luta Antimanicomial, reunindo terapeutas ocupacionais da RAPS, residentes multiprofissionais do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e estudantes da UFRJ. Os resultados demonstram que essas ações são investimentos firmes e persistentes na crença

de que é fundamental apoiar os profissionais e que eles possam contribuir para a formação nos seus campos de prática. Afirmamos que nossa formação é no SUS, apesar do assédio do setor privado aos estudantes. Os desafios são enormes, com destaque para a precarização da RAPS: muitos profissionais não puderam acompanhar as propostas devido à fragilidade das relações de trabalho, ao cotidiano em diferentes locais e à constante movimentação gerada pela quebra de vínculos empregatícios com as OSSs. Entretanto, os estudantes relataram a importância de estar próximos das narrativas dos serviços e a melhor compreensão sobre o funcionamento real da rede. Apesar das dificuldades de participação, causadas pela grade horária e pelo alto custo do transporte na cidade, as ações tiveram um impacto positivo. Produzir comum exige tempo e diversas ações, e o cenário apresentado mostra que colaborar com a educação permanente e as práticas assistenciais passa pelos entraves do campo, exigindo flexibilidade, inventividade e persistência.

“PARCERIA PELA SAÚDE”: PRECEPTORIA REGIONAL DE ACS E ACE NO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE, COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DA APS NO INTERIOR DO ESTADO RIO DE JANEIRO

Simone Martins de Castro, Luciane Maria Cassol, Sondre Alberto Schneck, Roselane Zordam Costella, Saionara Araújo Wagner, Daniela Riva Knauth, Fabiana Schneider Pires, Leandro Raizer, Luciana Barcellos Teixeira

O Programa Saúde com Agente (PSA) foi criado para a formação técnica de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) em âmbito nacional, oferecendo 200.000 vagas em sua primeira edição. Realizado em formato híbrido, o curso incluiu tutoria a distância e preceptoria sob supervisão de profissionais da Atenção Primária em Saúde (APS), sendo a preceptoria essencial para orientar e capacitar os profissionais em formação. Este relato tem como objetivo descrever as atividades de preceptoria realizadas com 18 estudantes em Conceição do Macabú (RJ), no ano de 2024. Pactuada previamente com os gestores locais, a preceptoria foi conduzida por uma docente e uma técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As atividades, adaptadas às condições locais, diferenças culturais e limitações de recursos, foram integradas ao trabalho cotidiano dos agentes, visando qualificar sua prática profissional. Durante cinco dias, conteúdos de dezesseis disciplinas foram abordados de forma integrada, utilizando dinâmicas de apresentação baseadas em narrativas pessoais, atividades sobre território com materiais diversos, encenações, debates, exibição de vídeos, treinamento técnico (como aferição de sinais vitais e atendimento a vítimas de acidentes com animais peçonhentos) e análise de indicadores de saúde. Além disso, os estudantes participaram de saídas de campo que incluíram visitas domiciliares e avaliação de pontos estratégicos para vigilância epidemiológica e ambiental. O trabalho conjunto entre ACS e ACE abordou temas como território e saúde, práticas educativas, atenção aos ciclos de vida e saúde ambiental, integrando conhecimento teórico e prático. Ao final de cada encontro, os estudantes compartilharam suas percepções sobre o aprendizado e a metodologia aplicada, utilizando um grupo de WhatsApp para registrar suas reflexões.

Nas considerações finais, os estudantes relataram histórias de vida e representações comunitárias, refletindo sobre a transformação da paisagem em território vivo e a importância de sua atuação nesse contexto. A preceptoria revelou-se uma ferramenta poderosa para a qualificação do trabalho dos agentes, fortalecendo seu papel como facilitadores do acesso aos cuidados de saúde e promotores da saúde preventiva. Ao oferecer suporte, orientação e oportunidades de desenvolvimento, a preceptoria capacitou os agentes para desempenharem funções mais eficazes, impactando positivamente a saúde e o bem-estar das comunidades atendidas, bem como o crescimento profissional dos participantes.

COMPORTAMENTO OPOSITOR ÀS LEIS DE ESTERILIZAÇÃO MICROBIOLÓGICA ADOTADAS POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE UMA UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO NEONATAL

Robinson Moresca de Andrade, Wallas da Silva Araújo

Este trabalho tem como objetivo explicitar a experiência vivida por um acadêmico de medicina em uma maternidade pública do interior da Bahia, com foco na avaliação da esterilização das incubadoras utilizadas para acomodar recém-nascidos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). O procedimento ideal de sanitização envolve a realização de higienização das mãos, uso de luvas, aplicação de sabão, seguido de compressa úmida, secagem com pano seco, aplicação de biguanida e, após 10 minutos, remoção com compressa seca. O objetivo da experiência foi avaliar a eficácia da esterilização das incubadoras por meio da coleta de swab em pontos específicos das incubadoras antes e depois da esterilização. Após a coleta, o crescimento de microrganismos foi avaliado em Placas de Petri com meios de cultura adequados. O estudo visava verificar se a esterilização estava sendo feita corretamente, em conformidade com as normas microbiológicas, além de observar as práticas dos profissionais envolvidos e avaliar se estavam aderindo às condutas e técnicas sanitárias apropriadas. Os resultados, até o momento, revelaram o crescimento de microrganismos ainda não identificados. Além disso, foi identificado que as práticas sanitárias adotadas pela equipe observada estavam em desacordo com as técnicas corretas ensinadas pela Microbiologia. Exemplos disso incluem o uso inadequado de adornos e uma paramentação deficiente por parte dos profissionais responsáveis pela esterilização das incubadoras. Também ficou evidente o desvio dos procedimentos básicos necessários para uma boa esterilização, com falta de comprometimento em seguir os passos essenciais. Isso demonstra que o comportamento da equipe, ao contrariar as diretrizes microbiológicas, representa um risco significativo à saúde dos recém-nascidos, uma vez que compromete a esterilização das incubadoras e aumenta a probabilidade de crescimento de agentes patogênicos. Esse manejo inadequado é especialmente crítico, dado o índice elevado de sepse neonatal que afeta a unidade em questão. Conclui-se que a falha na execução correta da técnica de sanitização das incubadoras eleva o risco de doenças graves e potencialmente fatais para os recém-nascidos, que necessitam de um ambiente rigorosamente seguro e incubadoras devidamente esterilizadas para se recuperarem de suas condições de saúde em segurança.

SUBNOTIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE: O PANORAMA DA BAIXADA LITORÂNEA

Ana Paula Santos Morato Emidio, Angelica Mauricio Leitão da Cunha,
Maria Paula Cerqueira Gomes, Helvo Slomp Junior

O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento das Notificações de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) na Baixada Litorânea, com o intuito de evidenciar as (Sub)notificações e, assim, contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção e prevenção de doenças mentais relacionadas ao trabalho. Transtornos mentais, como depressão, ansiedade e estresse, muitas vezes estão interligados ao ambiente de trabalho e podem ser causados ou agravados por condições laborais inadequadas. A notificação eficaz desses transtornos permite que os empregadores identifiquem fatores de risco, implementem medidas preventivas e ofereçam apoio aos trabalhadores afetados, além de ser fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas de saúde mental. O SUS, consagrado na Constituição de 1988, pode ser considerado uma das maiores conquistas sociais do Brasil. Seus princípios garantem a democratização das ações e serviços de saúde, tornando-os universais e descentralizados. A atenção primária, que é a porta de entrada do SUS, é responsável por resolver 80% dos problemas de saúde da população. O Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes a contar com um sistema universal, público e gratuito de saúde. A saúde do trabalhador, abrangendo ações de vigilância epidemiológica e sanitária, visa a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores. Contudo, segundo dados da SES/RJ, a Baixada Litorânea registrou apenas 13 notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho de 2014 a 2017, e em 2023, o município de Cabo Frio registrou apenas três. A falta de notificações pode acarretar consequências negativas tanto para os indivíduos quanto para as organizações, pois sem acompanhamento e tratamento adequados, os sintomas desses transtornos tendem a se agravar, levando a maior sofrimento psicológico e ao desenvolvimento de outras doenças. A confidencialidade é um aspecto crucial nesse processo, sendo essencial garantir que os trabalhadores se sintam seguros ao relatar seus problemas sem medo de retaliação ou violação de sua privacidade. Para isso, é necessário estabelecer políticas claras de confidencialidade e canais seguros para comunicação dessas informações. A implementação de políticas públicas que incentivem a notificação de transtornos mentais relacionados ao trabalho é fundamental para promover uma cultura de cuidado com a saúde mental, especialmente entre os profissionais de saúde que atuam nas unidades de saúde, públicas ou privadas, contribuindo para a prevenção e tratamento desses transtornos. É necessário, portanto, reconhecer que as questões clínicas e teóricas sobre os efeitos dos desafios profissionais na saúde mental ainda carecem de um entendimento mais profundo por parte dos profissionais da psiquiatria e psicologia (Dejours, 2017).

A SEMANA DE ENFERMAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA ALCANCE E ENGAJAMENTO DE ESTUDANTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA.

Cindy Medici Toscano Rozetti, Lilian Bertanda Soares, Juliana Mitre da Silva

A Semana de Enfermagem, tradicionalmente comemorada entre os dias 12 e 20 de maio, homenageia Florence Nightingale e Ana Néri, figuras históricas fundamentais para a profissão. Nesse período, Instituições de Ensino Superior (IES) com o curso de Graduação em Enfermagem promovem eventos científicos e comemorações voltadas à categoria. No Centro Universitário Faesa, localizado em Vitória (ES), a programação ocorreu nos dias 14 e 15 de maio, com o tema “Fortalecendo a Enfermagem no mundo atual: aproximando o ensino para superar os desafios do mercado de trabalho”. Este relato busca descrever as atividades realizadas e as experiências exitosas vivenciadas pelo corpo docente do curso de Enfermagem da instituição. A organização do evento, parte do calendário acadêmico, foi conduzida por docentes e discentes e abordou uma temática contemporânea alinhada às pautas divulgadas pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). O objetivo foi tratar questões relevantes à profissão, propor soluções para desafios do mercado e estreitar as discussões acadêmicas com as propostas de entidades reguladoras e instituições de destaque. Diversas atividades foram realizadas, incluindo palestras sobre multiprofissionalidade, mesas-redondas com egressos inseridos em diferentes áreas de atuação e oficinas práticas, como nutrição enteral, transporte intra-hospitalar de pacientes graves, sinais vitais, glicemia, testes rápidos e sondagem vesical de demora, permitindo aos alunos treinarem habilidades e aplicarem os conhecimentos adquiridos. Além disso, com foco no protagonismo discente, um dos pilares institucionais, foi organizada a “Feira da Saúde”, onde os alunos expuseram produções científicas elaboradas ao longo do semestre, por meio de estandes que abordaram temas como estágios de lesão por pressão, pilares da promoção da saúde e qualidade de vida, higienização das mãos e ressuscitação cardiopulmonar. Cerca de 200 alunos participaram, destacando o envolvimento e a integração entre docentes e discentes. A Semana de Enfermagem ofereceu uma experiência rica, abordando temas contemporâneos e relevantes, aliando atividades práticas e teóricas. Esse evento celebrou a história da profissão, promoveu o aprendizado e a interação entre os participantes, fortalecendo a formação acadêmica e profissional dos futuros enfermeiros.

A ATUAÇÃO INTERPROFISSIONAL DE PROFISSIONAIS DO GRUPO DE APOIO TERAPÊUTICO AO TABAGISTA (GATT) PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE NO SUS

Lilian Bertanda Soares, Julia da Penha Mariano de Angeli, Juliana Mitre da Silva, Marcelo Costa Vicente, Adriana Monteiro Pattuzzo, Cindy Medici Toscano Rozetti, Bhenya Ottoni Tostes

O Grupo de Apoio Terapêutico ao Tabagista (GATT) é uma iniciativa destinada a auxiliar pessoas na cessação do tabagismo, alinhada ao Programa Nacional de Combate ao Fumo, criado em

1986 para combater o uso do tabaco no Brasil. Este relato apresenta a experiência bem-sucedida de uma equipe multiprofissional, composta por enfermeiro, dentista, médico e farmacêutico, atuante na Estratégia de Saúde da Família (ESF) de um município de Vitória, Espírito Santo, na implementação do GATT. A ação contou com a parceria do curso de Enfermagem do Centro Universitário Faesa, por meio da disciplina “Saúde Coletiva”, para engajar estudantes e ampliar o impacto na comunidade. A Unidade Básica de Saúde (UBS) onde a experiência ocorreu atende cerca de 9.640 usuários em situação de alta vulnerabilidade social, muitos deles usuários de tabaco e outras substâncias ilícitas. Os profissionais envolvidos, previamente treinados pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), conduziram duas edições do GATT: a primeira no segundo semestre de 2023 e a segunda no primeiro semestre de 2024. Ambas iniciaram com palestras realizadas por acadêmicos de Enfermagem, divulgadas pela equipe da UBS e pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), seguidas de atendimentos individuais e encontros semanais de 50 a 70 minutos, conforme protocolo do INCA. No primeiro grupo, 12 tabagistas participaram da palestra inicial, três completaram o ciclo e um conseguiu parar de fumar; no segundo grupo, ainda em andamento, cinco tabagistas participaram inicialmente, e uma pessoa permaneceu sem fumar até a última sessão. Além disso, no dia 29 de maio, em alusão ao “Dia Mundial Sem Tabaco”, acadêmicos promoveram uma ação de educação em saúde que motivou dez usuários a manifestarem o desejo de parar de fumar. A experiência demonstrou resultados positivos, com conquistas no abandono do tabaco e aprendizado mútuo entre os envolvidos, além de motivar a equipe e engajar a comunidade. No entanto, persiste o desafio de ampliar a oferta de grupos, melhorar a divulgação e expandir as ações de educação em saúde, envolvendo outros equipamentos do território além da UBS.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA FORMAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: EXPERIÊNCIAS EXITOSAS

Ana Beatriz Pinheiro Ferreira, Marilei de Melo Tavares, Thiago Nogueira Silva, Luciana Chagas Duque Estrada

Aprender é uma experiência de vida resultando no fenômeno da aprendizagem, uma conexão entre novos conceitos, estruturas mentais e o ambiente onde o indivíduo está inserido. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel fundamental como elo entre a comunidade e os serviços de saúde, sendo que políticas e iniciativas voltadas à sua formação tendem a aprimorar a qualidade do atendimento prestado. Este relato apresenta as experiências adquiridas na implantação do projeto pedagógico do Curso do “Programa Saúde com Agente”, no qual atuei como preceptora. O programa, fruto de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e o Ministério da Saúde, adota uma metodologia inovadora que promove a convergência entre conhecimento teórico e empírico, capacitando os ACS a desempenharem cuidados de saúde com excelência, mesmo em contextos desafiadores, como em um município com 7.200 habitantes e singularidades territoriais marcantes. Durante a atuação como preceptora, foi evidente o papel crucial dos ACS como ligação entre serviços

e usuários, especialmente em territórios afastados de grandes centros urbanos, onde desafios como difícil acesso, falta de recursos e desinteresse político tornam-se mais pronunciados. O curso forneceu materiais pedagógicos que possibilitaram acompanhar o ritmo de aprendizado dos ACS, incentivando o compromisso com os estudos e a aplicação prática do conhecimento, mesmo diante de dificuldades como o período pós-pandemia e o afastamento prévio de muitos profissionais do ambiente acadêmico e das tecnologias de aprendizado. Apesar das limitações estruturais, observar o impacto positivo do conhecimento na autoestima e na percepção profissional dos ACS foi inspirador. Essas formações fomentaram intensa interação entre os agentes, que, embora compartilhem funções semelhantes, identificaram singularidades nos fatores de risco e determinantes sociais de cada território. Destaca-se, portanto, a necessidade de que a gestão reconheça a importância do protagonismo dos ACS, investindo em espaços adequados para sua formação prática e teórica, de forma permanente e progressiva, como um passo essencial para fortalecer sua atuação e o impacto positivo nos serviços de saúde.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Silvia Nayara Leal Teixeira, Jennifer Sousa de Moraes, Isaac Lima Sousa, Yasmin Rodrigues de Oliveira, Letícia Barbosa de Sousa, Gustavo Grangeiro Monteiro, Gabriela Marques Costa, Jucielton Oliveira Furtado, Sheila Barbosa Paranhos

O hábito da alimentação saudável é crucial para o crescimento e desenvolvimento ideal da criança, uma vez que uma alimentação eficaz resulta da combinação equilibrada de elementos de diferentes grupos alimentares, capazes de suprir as demandas fisiológicas do organismo. No entanto, com a modernização, ocorreram mudanças nos hábitos alimentares infantis, levando ao aumento do consumo de alimentos pouco nutritivos. Nesse contexto, ações educativas tornam-se fundamentais para incentivar hábitos alimentares saudáveis, especialmente em crianças hospitalizadas, visto que a alimentação adequada contribui significativamente para a recuperação do paciente. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma ação educativa sobre alimentação saudável realizada em uma ala pediátrica de um hospital da região metropolitana de Belém, no Pará. Trata-se de um relato de experiência que descreve uma iniciativa conduzida por acadêmicos de enfermagem, com foco na conscientização sobre a importância de escolhas alimentares adequadas para a saúde infantil. A ação foi planejada com uma reunião estratégica para preparar os acadêmicos envolvidos, seguida por uma roda musical, que destacou de forma lúdica e envolvente a relevância de uma alimentação balanceada, principalmente durante a internação hospitalar. Para tornar o aprendizado mais atrativo e memorável, foram distribuídos brindes às crianças presentes. Posteriormente, foi realizada uma dinâmica interativa na brinquedoteca do hospital, utilizando um quadro interativo como ferramenta, no qual as crianças eram estimuladas a identificar e classificar alimentos como mais ou menos saudáveis, enquanto cada item era explicado por um membro da equipe. Essa abordagem educativa, prática e participativa não apenas transmitiu conhecimento sobre alimentação saudável, mas também incentivou reflexões e a

adoção de hábitos mais adequados. Durante a atividade, observou-se que as crianças estiveram atentas e participativas, demonstrando interesse no tema e contribuindo ativamente para a conclusão da ação, mesmo diante de suas condições de saúde. O público-alvo colaborou significativamente, aceitando as propostas apresentadas pelos acadêmicos e relatando suas rotinas alimentares no hospital e fora dele, permitindo discussões sobre práticas que favorecem a saúde. Conclui-se que a educação em saúde para crianças é uma ferramenta estratégica na promoção de mudanças em hábitos alimentares não saudáveis. Para alcançar resultados mais efetivos, é essencial utilizar tecnologias educacionais que integrem a ludicidade, adequando as ações ao público infantil, tornando-as mais atrativas e promovendo uma maior adesão aos conteúdos discutidos.

A EXPERIÊNCIA DA APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E TERRITORIALIZAÇÃO COMO CONTEÚDO PRÁTICO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA PERCEPÇÃO DE UMA ESTUDANTE DE MEDICINA DO ESPÍRITO SANTO

Naomi Shinohara Barbosa Teixeira, Itamar Francisco Teixeira

O diagnóstico situacional e a territorialização da Atenção Primária em Saúde (APS), aliados ao Método de Estimativa Rápida em Saúde (MERS), configuram-se como instrumentos importantes para compreender as comunidades inseridas nos territórios e elaborar estratégias para os serviços de saúde. Este relato tem como objetivo apresentar a percepção de uma experiência de aprendizagem ativa de uma estudante de medicina do Espírito Santo, durante uma atividade prática em uma comunidade local, com ações voltadas ao cadastramento, vinculação e facilitação do acesso dos moradores aos serviços da Unidade de Saúde da Família (USF). A experiência ocorreu durante uma atividade extramuros em uma comunidade, com a participação da equipe da USF da área de abrangência. A estudante de medicina, junto a outros acadêmicos, percorreu as residências do bairro em duplas, sob orientação do enfermeiro e acompanhada pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), aplicando o MERS e realizando o cadastramento no Sistema Único de Saúde (SUS). As instruções para as intervenções das duplas partiram do preceptor extramuros, e o cadastramento das famílias nos domicílios foi realizado por meio de questionários e fichas específicas, abordando aspectos como condições de moradia, organização socioeconômica individual e familiar, condições de saúde e fatores de risco. Em residências onde o contato não foi possível, foram deixados avisos sobre a tentativa de visita. Além disso, foram realizadas testagens de glicemia capilar, aferição de pressão arterial e orientações sobre os resultados obtidos, encaminhando os moradores à USF para acompanhamento e consultas. Os Cartões Nacionais de Saúde (CNS) dos moradores receberam adesivos de identificação da área de saúde de pertencimento, com o objetivo de facilitar o acolhimento na USF. A experiência dos cadastramentos domiciliares contribuiu para o aumento da cobertura populacional, aprimorando os atendimentos e serviços ofertados, além de fortalecer a vinculação das famílias à USF do território.

A intervenção colaborativa e multidisciplinar dos estudantes na territorialização foi essencial para uma melhor identificação da realidade comunitária, ampliando o entendimento sobre os problemas existentes e as possíveis soluções pela equipe de saúde. A diversificação do modelo de ensino promoveu uma aprendizagem ativa e proporcionou à estudante de medicina insumos para a prática de saúde, ampliando seu olhar sobre a realidade das famílias e a dinâmica estrutural das comunidades. O exercício do diagnóstico situacional destacou-se como uma ferramenta metodológica valiosa para a produção de indicadores, o reconhecimento das condições de vida e saúde das famílias e o desenvolvimento de reflexões dialógicas aplicáveis às temáticas das aulas, contribuindo para a formação dos estudantes e para a produção de conteúdos didáticos no curso de medicina. Através da atividade externa, a estudante cumpriu a finalidade pedagógica de desenvolver conhecimentos, habilidades e competências por meio de vivências práticas em realidades sociais, alicerçadas em princípios éticos coletivos e no trabalho multidisciplinar. Conclui-se que a aproximação do estudante de medicina com a comunidade, utilizando os métodos da territorialização na APS e da estimativa rápida em saúde, agrega valores significativos à sua formação, favorecendo a aprendizagem ativa a partir de vivências práticas e realísticas em contextos comunitários.

ATUAÇÃO DE UMA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE LGBTQIA+ NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA

Tainara Poli, Eduarda Chaves Turmina, Marcos Claudio Signorelli,
Renata Bellenzani, Wilson Gabriel Prata Ruas

Durante os seis anos do curso de Medicina, pouco se discute sobre a saúde da população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans e outras minorias sexuais e de gênero). No currículo obrigatório, há poucas horas dedicadas ao tema, e estas geralmente são abordadas estereotipadamente, reforçando estigmas sociais. Em resposta a essa lacuna, surgiu a necessidade de formação extracurricular que contemplasse as especificidades da população LGBTQIA+, o que levou à criação da Liga Acadêmica de Saúde LGBTQIA+ (LiAS+) em 2023. A liga promove discussões sobre temas e demandas específicas dessa população, impactando diretamente a qualidade do atendimento prestado e contribuindo para a formação de profissionais de saúde capacitados. A experiência dos estudantes participantes, chamados de “ligantes”, tem sido enriquecedora no contexto da LiAS+, que se dedica ao estudo, promoção, prevenção em saúde e proteção dos direitos dessa população. A metodologia da liga inclui encontros mensais, presenciais ou online, nos quais os ligantes discutem ou assistem a aulas sobre temas relacionados à saúde LGBTQIA+, sob a mediação de docentes ou profissionais da psicologia. As atividades incluem aulas expositivas, laboratórios de simulação de atendimentos humanizados e rodas de conversa, com temáticas selecionadas pela diretoria da liga. Os ligantes também atuam na divulgação científica por meio de canais digitais, elaborando conteúdo informativo com base em evidências científicas e sob orientação da coordenação. A realização de laboratórios

de simulação, mediados por um psicólogo, tem proporcionado aprendizado prático, ajudando os estudantes a desenvolver uma escuta ativa e a superar o tecnicismo predominante nos atendimentos médicos. Além disso, a parceria estabelecida com o grupo Viveração, coletivo voltado a homens gays e bissexuais vivendo com HIV/AIDS, resultou em rodas de conversa e acolhimento quinzenais na universidade, promovendo maior interação entre a comunidade e a academia. A participação na LiAS+ tem se consolidado como uma oportunidade significativa de aprendizado e crescimento para todos os envolvidos. Apesar de estar em seu segundo ano e ainda passar por ajustes, a liga já se configura como um espaço seguro e acolhedor, centrado na formação de profissionais de saúde sensíveis às demandas da população LGBTQIA+ e em diálogo constante com a comunidade.

ATITUDE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FRENTE À SITUAÇÃO DE TRAUMATISMO DENTÁRIO

Pamela Barbosa dos Santos, Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

O traumatismo dentário, caracterizado por impacto nos dentes que pode comprometer tecidos moles e duros dentro e fora da cavidade oral, é uma ocorrência inesperada que demanda atenção emergencial, sendo reconhecido como um problema de saúde pública devido à sua alta prevalência em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Complicações como alterações de cor, sensibilidade, necrose pulpar e perda de estrutura dentária são frequentes, sendo o ambiente escolar o segundo local mais comum para esses traumas, atrás apenas do ambiente familiar. Nesse contexto, os professores frequentemente são os primeiros a lidar com urgências odontológicas, o que destaca a importância de sua capacitação para atuar adequadamente nesses casos, garantindo a preservação do dente traumatizado e a saúde geral da criança. Este estudo, realizado em 37 escolas da rede municipal de Vitória, teve como objetivo avaliar o conhecimento dos professores em relação a diferentes cenários de traumatismo dentário. Foi conduzido um estudo descritivo, quantitativo e transversal, com aplicação de questionários autogerenciados e validados que abordaram dados sociodemográficos, econômicos, funcionais e conhecimentos sobre o tema. As respostas dos docentes foram classificadas como corretas ou incorretas em três cenários distintos, sendo que o de avulsão dentária apresentou a menor proporção de atitudes corretas, com apenas 53 (18,3%) respostas adequadas em uma amostra de 291 professores. Esse dado é preocupante, pois a avulsão dentária é uma das lesões mais graves em dentes permanentes, cujo prognóstico depende diretamente das ações imediatas no local do acidente. Assim, conclui-se que é urgente a implementação de treinamentos específicos para capacitar professores, promovendo uma melhor resposta inicial a emergências odontológicas e contribuindo para o prognóstico, saúde e bem-estar das crianças no ambiente escolar. CAAE: 65870322.0.0000.5060.

SAÚDE SEXUAL DE MULHERES QUE SE RELACIONAM COM MULHERES

Amanda Yuan da Costa, Júlia de Carvalho Brasil, Leiliane Antonieto Dutra, Eduarda Brito Silva de Araujo, Gabriela Gabi Zanin, Victoria Cristina Thiengo, Ana Carina Mendes Sztajnberg, Julia Harduim da Silva, Révia Maria Pereira de Lima, Simone Santos

Esta pesquisa, realizada em 2023 na disciplina de Seminários Integrados do curso de Medicina da Universidade Estácio de Sá, investigou a invisibilidade de aspectos da sexualidade de mulheres sáficas e como isso impacta a qualidade e eficiência do atendimento médico, perpetuando a alienação social de pessoas LGBT. Até 1990, a Organização Mundial da Saúde classificava a homossexualidade como doença, contribuindo para o estigma e marginalização desse grupo. Paralelamente, a saúde da mulher tem historicamente sido abordada com foco quase exclusivo na reprodução, o que compromete a formação de profissionais de saúde preparados para atender mulheres que se relacionam com outras mulheres. A pesquisa utilizou um questionário estruturado, aplicado a 104 estudantes de medicina no estado do Rio de Janeiro, captados pelo método “bola de neve” em redes sociais, e abordou temas como perfil socioeconômico, saúde sexual, acesso à informação e experiências de atendimento médico. Os resultados mostraram que a maioria das participantes não usava métodos contraceptivos nem proteção contra ISTs, apesar de muitas relatarem sintomas relacionados a essas infecções nos últimos 12 meses. Durante as consultas, a orientação sexual das mulheres raramente foi investigada pelos profissionais de saúde, que, mesmo quando informados sobre a prática sexual entre mulheres, não ofereciam orientações adequadas sobre prevenção de ISTs. Isso reflete uma visão limitada, ainda centrada na saúde reprodutiva, e aponta a negligência de profissionais e usuárias quanto aos riscos associados a relacionamentos sáficos. Diversos relatos destacaram preconceitos explícitos e o despreparo dos serviços de saúde em acolher essa população, o que levou muitas respondentes a considerarem os profissionais incapazes de atender às suas necessidades. As lacunas identificadas evidenciam a urgência de abordar a sexualidade e a prevenção de ISTs de forma ampla e inclusiva durante os atendimentos e na divulgação em saúde pública. Além disso, é fundamental implementar práticas inclusivas e diversificar a formação dos profissionais de saúde para contemplar a diversidade sexual, promovendo diálogos informados e garantindo acesso pleno à saúde sexual para todos.

RODAS DE CONVERSA DE PESSOAS VIVENDO COM HIV COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO NO ENSINO BIOMÉDICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Tainara Polli, Marcos Claudio Signorelli, Renata Bellenzani

No curso de medicina, a abordagem sobre HIV/AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é predominantemente tratada na disciplina de infectologia, o que reforça a prevalência do currículo biomédico e a necessidade de expandir os horizontes do ensino, para além do modelo

biologicista. Este trabalho tem como objetivo descrever a experiência de uma estudante de medicina ao participar de uma roda de conversa com pessoas que convivem com HIV/AIDS. A participação dos ligantes ocorreu por meio de uma parceria entre a LiAS+ (Liga Acadêmica de Saúde LGBTQIA+) e o coletivo Viveração, coordenador da Roda de Conversa I=I, com apoio da RNP+C (Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS). A Liga forneceu o espaço neutro para a realização da roda, enquanto a diretoria do grupo Viveração selecionou dois ligantes para participar, por meio de entrevistas com os coordenadores e o psicólogo mediador. As rodas aconteciam quinzenalmente, às terças-feiras à noite, no Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR) ao longo de 2023. Ao todo, foram realizadas 12 sessões, com a participação média de oito a dez pessoas, sendo a maioria homens cis e gays. Um psicólogo, juntamente com um estudante de psicologia, mediava as conversas. As discussões, em geral, não priorizavam o HIV/AIDS, mas abordavam temas como relacionamentos afetivos, familiares, autoestima, entre outros, conforme surgiam nas demandas do grupo. O HIV nunca foi o foco principal da roda de conversa; os protagonistas eram sempre os participantes e suas experiências. Ficou evidente que o diagnóstico de HIV vai muito além do momento do exame, uma vez que o ensino médico atual ainda não prepara os profissionais para oferecer uma escuta sensível durante esse momento. A vivência também revelou o impacto profundo do diagnóstico, frequentemente acompanhado de isolamento social, angústia, raiva e medo. Poucos relatos mencionaram que profissionais de saúde atuaram para mitigar esse sofrimento. A experiência de uma estudante, inserida no modelo biomédico, participando dessa roda de conversa, foi uma oportunidade transformadora, tanto para as pessoas quanto para os profissionais. Embora a roda esteja atualmente em pausa, a parceria com a Liga continua, e espera-se que mais trabalhos possam ser desenvolvidos no futuro.

PRÁTICAS INOVADORAS NA FORMAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: RISCOS E VULNERABILIDADES A SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE.

Ana Beatriz Pinheiro Ferreira, Angélica Santos de Souza

São José de Ubá, conforme dados do IBGE, é o segundo menor município do estado do Rio de Janeiro, com uma população de 7.070 habitantes (censo 2022). Mais de 60% de seu território é composto por zona rural, destacando-se como um dos maiores produtores de tomate salada do Brasil. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel essencial no cuidado aos trabalhadores rurais, especialmente por meio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que contribuem na prevenção de agravos e na identificação de fatores de risco, vulnerabilidades e danos à saúde. Para desempenharem suas funções de maneira eficaz, os ACS receberam formação técnico-científica no Curso do “Programa Saúde com Agente”. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência de execução de uma atividade sobre risco e vulnerabilidade ambiental realizada durante esse curso. A necessidade de abordar esse tema surgiu de uma constatação crítica, enquanto preceptora,

durante o Curso do “Programa Saúde com Agente”, uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e o Ministério da Saúde. Em um dos encontros presenciais, discutiu-se sobre os Determinantes Sociais de Saúde e Fatores de Risco, com as seguintes atividades propostas: verificar a presença de atividades de risco ambiental no território, identificar pessoas em situação de vulnerabilidade ambiental e desenvolver uma ação para apoiar essas pessoas. A plantação de tomate, por ser um cultivo altamente vulnerável a pragas e dependente das condições do solo e clima, demanda grande esforço, sendo intensificada pelo uso desordenado de agrotóxicos. A análise das respostas, realizadas por grupos de ACS que atuam nas divisas de seus territórios, resultou no planejamento de uma ação conjunta. Os ACS realizaram uma visita às lavouras durante a safra, distribuindo folhetos informativos sobre intoxicação por agrotóxicos, alertando sobre sinais e sintomas comuns, entregando materiais de proteção individual, promovendo atividades educativas sobre a disposição adequada das embalagens de agrotóxicos e finalizando com um café e roda de conversa nos barracos construídos pelos produtores. Este relato evidencia que, por meio da APS, os ACS desempenham um papel crucial na mitigação de riscos e vulnerabilidades ambientais em seus territórios. Com a formação técnico-científica adquirida no Curso do “Programa Saúde com Agente”, os ACS agora são capazes de realizar ações de saúde, desde a identificação de riscos até o planejamento e execução de atividades de promoção da saúde, tornando-se protagonistas no cuidado da comunidade.

NOVO MARCO NA SAÚDE: GOVERNO FEDERAL PUBLICA POLÍTICA INÉDITA DE CUIDADOS PALIATIVOS PARA 2024

Giovana Guimaraes Oliveira

No dia 22 de maio de 2024, foi publicada e decretada a mais recente Política Nacional de Cuidados Paliativos, um marco na história da saúde pública brasileira, que visa a implementação de serviços de cuidados paliativos no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). Essa política traz consigo um planejamento mais estruturado, com acesso a medicamentos, serviços especializados, capacitação de profissionais e educação sobre cuidados paliativos para a população. Os cuidados paliativos têm como objetivo melhorar a qualidade de vida de pacientes e seus familiares diante de doenças graves e crônicas, aliviando o sofrimento, tratando a dor e outros sintomas de natureza física, psicossocial e espiritual. Com essa estratégia, o governo fará grandes investimentos financeiros para proporcionar assistência especializada, buscando resultados significativos no alívio da dor, controle de sintomas, apoio emocional e melhora da qualidade de vida das pessoas afetadas por doenças graves, proporcionando uma experiência mais digna e confortável para pacientes, familiares e cuidadores. Em Brasília, no dia 31 de maio de 2024, o governo federal comunicou e homologou a nova política pública de cuidados paliativos, que visa fortalecer os cuidados humanizados e de qualidade para pacientes com doenças graves em estágio avançado, além de oferecer suporte abrangente às suas famílias.

Anteriormente, os cuidados paliativos estavam inseridos na política nacional de doenças crônicas, com a Resolução nº 41, de 31 de outubro de 2018, que garantia a assistência até a fase terminal. No entanto, devido à importância do tema, diversos movimentos em prol da criação de uma política específica ganharam força, culminando na aprovação da Política Nacional de Cuidados Paliativos no âmbito do SUS (PNCP), nos dias 6 e 7 de dezembro de 2023. A nova política tem como principais características a ampliação da cobertura universal para garantir o acesso a cuidados paliativos em todo o país, promovendo a integração entre os diferentes níveis de assistência à saúde, da atenção primária aos serviços especializados, garantindo cuidados contínuos e coordenados. Também será promovida a capacitação de profissionais de saúde, por meio de programas de formação, para garantir a qualidade na assistência de cuidados paliativos. Além disso, a política inclui medidas para oferecer suporte emocional e prático às famílias dos pacientes, reconhecendo o papel fundamental que elas desempenham no processo de cuidado. A Ministra da Saúde, Dra. Nísia Trindade Lima, destaca a importância da iniciativa, manifestando-se com o seguinte relato: “A nova política de cuidados paliativos reflete nosso compromisso em proporcionar cuidados de saúde humanizados e compassivos a todos os brasileiros, especialmente àqueles que enfrentam doenças graves.

IMUNIZAÇÃO E SITUAÇÃO VACINAL DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS

Pamela Barbosa dos Santos, Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

Os acidentes com instrumentos perfurocortantes são classificados como um dos acidentes ocupacionais mais comuns entre profissionais da saúde. O risco de infecção após tais acidentes é influenciado por diversos fatores, como o estado de vacinação, a imunização prévia ao exercício profissional, as medidas tomadas após a exposição e a gravidade da lesão. Entre as categorias profissionais da saúde, os cirurgiões-dentistas estão entre os mais afetados por acidentes ocupacionais, principalmente os de natureza biológica, devido à intensa exposição a fatores de risco. Na prática odontológica, o contato frequente com saliva e sangue, associado à produção de aerossóis por instrumentos rotatórios e ultrassônicos e ao manuseio de instrumentos pontiagudos, aumenta significativamente o risco de acidentes perfurocortantes e contaminação cruzada entre paciente e dentista. Além disso, fatores como o relacionamento direto com o paciente, o campo restrito de visualização durante os procedimentos e o posicionamento do dentista em relação ao paciente contribuem para a ocorrência desses acidentes, aumentando o risco de infecção cruzada. O objetivo desta pesquisa foi analisar a situação vacinal e a necessidade de imunização entre os cirurgiões-dentistas que estavam realizando especialização ou atualização na Associação Brasileira de Odontologia (ABO). Este estudo transversal de natureza descritiva incluiu 137 cirurgiões-dentistas matriculados nos cursos de atualização ou especialização da ABO-ES, selecionados aleatoriamente. Os dados foram coletados por meio de um questionário validado e autoadministrado, composto por 27 questões que analisaram variáveis sociodemográficas e o esquema vacinal dos participantes, após aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Dos 137

participantes, 94 (68,7%) afirmaram não ter conhecimento sobre o calendário de vacinação. Além disso, 55 (40,1%) relataram já ter sofrido acidente perfurocortante. Em relação à hepatite B, 134 (97,8%) estavam vacinados, mas apenas 61 (45,5%) haviam completado as três doses. Com base nos dados, é evidente a necessidade de adoção de medidas estratégicas para aumentar o índice de vacinação entre os cirurgiões-dentistas. O número significativo de acidentes e o desconhecimento do calendário vacinal reforçam a importância dessa ação. Melhorar a cobertura vacinal e garantir a verificação da imunização pode reduzir consideravelmente a vulnerabilidade desses profissionais a infecções ocupacionais. CAAE: 98554918.7.0000.5060.

INFLUÊNCIA DO ESTÍMULO A EXPRESSÃO ARTÍSTICA E A MUSICALIDADE NO CUIDADO DE PERTURBAÇÕES MENTAIS

José Jefferson Alves da Silva, Mariane Custódio Januário Malheiros,
Nicolas Meirelles Pereira, Maria Katia Gomes

Em 1889, na pintura *Noite Estrelada*, o artista holandês Vincent Willem van Gogh retratou uma noite atormentada, utilizando pinceladas intensas da janela de seu quarto no hospício de Saint-Rémy-de-Provence. A obra não apenas transmite o estado emocional de Vincent, mas também revela suas perturbações mentais e angústia. Além de servir como mecanismo tranquilizante no tratamento de transtornos de ansiedade, a expressão artística – como pintura, escultura, desenho, dança, canto, fotografia, literatura, performance e teatro – e a musicalidade desempenham um papel crucial no cuidado de pacientes com transtornos mentais, pois funcionam como um veículo de comunicação entre o paciente e os profissionais de saúde, como psiquiatras. Diversos estudos têm destacado a música e a arte como alternativas terapêuticas para problemas no aprendizado cognitivo. Por exemplo, tocar um instrumento musical influencia positivamente a capacidade de interpretação e resolução de problemas, o desenvolvimento de habilidades motoras e a expressão de sentimentos. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é descrever a influência do incentivo à expressão artística e musical no cuidado de pacientes com transtornos mentais. Este estudo justifica-se por contribuir com novas abordagens terapêuticas e por promover discussões sobre a importância da manifestação artística e musical no tratamento de pacientes com sofrimento psicológico decorrente de transtornos mentais. O método adotado é uma revisão sistemática de literatura de caráter exploratório e qualitativo. Os artigos serão coletados nas bases de dados PubMed, Science Direct e BVS, com uma restrição temporal de 10 anos (2014-2024), utilizando os termos de busca “musicalidade”, “música”, “expressão artística”, “arte”, “Terapia Cognitiva Comportamental” e “transtornos mentais” em inglês e português. Os resultados serão apresentados após a seleção, avaliação e síntese da informação extraída dos estudos encontrados. Espera-se que os estudos selecionados revelem o uso da arte como uma ferramenta essencial da Terapia Cognitiva Comportamental, promovendo não apenas a melhoria do acolhimento do paciente, mas também uma melhor compreensão das perturbações mentais pelos cuidadores e pelo próprio paciente.

IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA SAÚDE BUCAL NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Claudia Cordeiro Alvarenga, Kalil Ayres Santana, Cândida Calenzani Petri, Adriana Drummond de Aguiar, Caroline Rodrigues Thomes

As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são abordagens que visam integrar tratamentos convencionais com terapias alternativas, com base em uma compreensão holística do processo saúde-doença. Reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde, as PICS têm como objetivo promover a saúde integralmente, utilizando métodos naturais para prevenção e recuperação. No Brasil, foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que inclui 29 práticas, como acupuntura, homeopatia, fitoterapia, entre outras. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) busca fornecer um cuidado contínuo e integral à população, com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças. Dentro dessa abordagem, a odontologia integrativa, fundamentada nos princípios das PICS, tem se mostrado eficaz no atendimento integral ao ser humano. Este estudo, realizado entre abril e julho de 2023, investigou a percepção de cirurgiões-dentistas atuantes nas unidades de ESF de Vitória (ES), sobre a importância das PICS para a saúde bucal. Os resultados mostraram grande aceitação das PICS pelos profissionais, destacando o uso de laserterapia e fitoterapia, que apresentaram benefícios como alívio da dor, redução da ansiedade odontológica e regeneração de tecidos. A integração dessas práticas foi vista como uma maneira de oferecer um atendimento mais holístico e integral, embora tenha sido identificada a necessidade de maior divulgação das políticas de PICS e capacitação contínua dos profissionais. Além disso, a infraestrutura adequada foi considerada um facilitador para a implementação das PICS nas unidades de ESF. Apesar dos desafios, como o desconhecimento das regulamentações, a adoção das PICS representa uma oportunidade para aprimorar os cuidados de saúde e promover um atendimento mais humanizado. Conclui-se que, para garantir uma integração efetiva da saúde bucal com os cuidados gerais de saúde, é fundamental investir na educação permanente dos profissionais e na disseminação das políticas e regulamentações das PICS, alinhando-se aos princípios do SUS e proporcionando um atendimento mais completo e acessível à população.

EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM APS NO BRASIL: CONSTRUÇÃO DE UM MAPA INTERATIVO COMO UMA ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA AGENDA NO PAÍS

Amanda da Silva Bastos Oliveira, Juliana Pereira Casemiro, Carolina de Oliveira Coutinho, Ana Laura Brandão

O Brasil reconhece a alimentação e a saúde como direitos constitucionais, e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição tem como uma de suas principais diretrizes a “Organização da Atenção

Nutricional”, sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) estratégica para o cuidado em alimentação e nutrição (A&N). O aprofundamento das várias manifestações de insegurança alimentar no país tornou o cenário epidemiológico ainda mais complexo, e, apesar dos avanços, persiste o desafio de ampliar o acesso e a capacidade de resposta frente aos diversos agravos de saúde. Nesse contexto, o Laboratório de Inovação em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde (LIS A&N na APS), desenvolvido de junho de 2023 a fevereiro de 2024, teve como objetivo identificar, selecionar e divulgar experiências significativas em A&N para fortalecer a APS nos municípios brasileiros. Para isso, foi elaborado um edital público com quatro eixos principais: Cuidado em A&N na APS; Educação Permanente em A&N na APS; Gestão, Monitoramento e Avaliação das Ações de A&N na APS; e Segurança Alimentar e Nutricional no Território. Dentre os objetivos específicos, destaca-se a construção de um acervo de acesso público, gratuito e online com as experiências selecionadas, que visa contribuir para o aprimoramento dos processos de trabalho e o reconhecimento de soluções e estratégias locais para enfrentar os desafios das ações de A&N na APS. A construção do acervo envolveu não apenas a inscrição das experiências, mas também a atuação de dois comitês: Consultivo e Avaliativo, compostos por especialistas na temática. Das 176 experiências inscritas, 101 foram selecionadas, atendendo aos critérios estabelecidos no edital e alcançando, no mínimo, 70% de avaliação positiva. Essas experiências foram divulgadas por meio de um Mapa Interativo hospedado no site APS Redes, permitindo o acesso aos relatos, objetivos, resultados, processos de avaliação, registros fotográficos, e informações de contato. Ao consultar o Mapa, é possível aplicar filtros para localizar as experiências por região, estado e eixo temático. Acredita-se que esse acervo de acesso público e gratuito, com exemplos inspiradores de práticas em A&N em todo o país, contribuirá para o reconhecimento de novas abordagens e iniciativas, além de subsidiar a implementação de políticas públicas em alimentação e nutrição baseadas na comunidade e no território.

ANÁLISE DO ITINERÁRIO TERAPÊUTICO DE PACIENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA: ABORDAGEM TEÓRICA COM FOCO NOS ASPECTOS DE INTEGRALIDADE E INTERSETORIALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Helena Bohnen, Felipe Benites Martins dos Santos

O itinerário terapêutico refere-se ao percurso que um paciente segue em busca de tratamento para uma doença, envolvendo frequentemente o sistema público de saúde (SUS). Avaliar a integração do SUS é essencial para aprimorar a qualidade do atendimento. Este estudo pretende descrever e analisar o itinerário terapêutico de uma paciente usuária do SUS, desde sua entrada na rede de saúde do município até o tratamento no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) e sua alta médica, comparando esse percurso com os princípios do SUS. Foram realizadas três entrevistas domiciliares com a paciente em julho de 2022, seguindo as diretrizes da disciplina de Saúde Coletiva II, com os

dados registrados no Google Docs. A paciente inicialmente procurou tratamento na rede particular, mas, ao não obter sucesso, recorreu ao SUS, que a encaminhou para o HUSM. Durante a entrevista, ela destacou a comunicação eficaz entre as equipes médicas e de fisioterapia, o que contribuiu para um tratamento bem-sucedido ao longo de cinco anos. A integralidade e a multidisciplinaridade do SUS proporcionaram um percurso de tratamento confortável tanto para a paciente quanto para a equipe de saúde. Quando bem desenvolvido, o SUS conecta de maneira eficaz os diferentes setores do sistema, garantindo uma abordagem ampla no cuidado ao paciente. Em síntese, este estudo evidencia como a coordenação e integração dos serviços de saúde no SUS podem resultar em um itinerário terapêutico eficaz, alinhado aos princípios do sistema público de saúde, beneficiando tanto os pacientes quanto os profissionais envolvidos no cuidado.

MÉTODO CANGURU: TECNOLOGIA LEVE E POTENTE DE SENSIBILIZAÇÃO E INCLUSÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NOS CUIDADOS DO RECÉM-NASCIDO PREMATURO E SUA FAMÍLIA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Laura Cristina Alencastro de Moura

O Método Canguru, enquanto política pública, constitui um modelo de atenção humanizada ao recém-nascido, com foco no cuidado biopsicossocial, especialmente ao prematuro, e envolve a família no processo. Seus pilares incluem a integralidade e qualificação dos cuidados, abarcando desde o contato pele a pele precoce, acolhimento ao recém-nascido e seus pais, cuidados individualizados, estímulo à amamentação, até o cuidado com os profissionais. Para a efetivação desse método, é essencial sensibilizar os profissionais de saúde que atuam desde a atenção primária até a hospitalar. Este relato descreve a experiência da realização do Curso de Sensibilização do Método Canguru para profissionais das equipes de atenção hospitalar no Centro Estadual de Referência do Método Canguru (CER), em Cuiabá (MT), refletindo as repercussões dessa ação no cotidiano da prática profissional. A implantação do Método Canguru exige, conforme o Ministério da Saúde, a sensibilização da equipe interdisciplinar de saúde. Para obter a certificação de referência estadual, as instituições devem investir na capacitação de seus profissionais, reforçando o conhecimento e as evidências que comprovam a eficácia dos resultados dessa tecnologia leve, mas com grande potencial para promover o desenvolvimento integral do recém-nascido, além de proporcionar segurança e confiança à família. Ao longo de 12 anos, o CER tem buscado aprimorar suas práticas por meio da implementação do Método Canguru, realizando cerca de 18 cursos de 24 horas para profissionais de saúde e 7 mobilizações em todos os setores do hospital, organizados e ministrados pelas tutoras do método. Essas ações têm como foco a prematuridade e o Método Canguru, alcançando profissionais de todas as áreas, desde a recepção até a diretoria. Os resultados indicam que os profissionais demonstram grande motivação e empoderamento para aplicar a metodologia na prática, ampliando seus conhecimentos

baseados em evidências científicas. Eles se sentem corresponsáveis no processo de trabalho, buscando estratégias inovadoras para aprimorar as práticas cotidianas, ressignificando sua atuação profissional e se tornando protagonistas na promoção da saúde da população atendida. Conclui-se que o Método Canguru vai além do contato pele a pele, sendo uma ferramenta potente na garantia de direitos e no cuidado singular, contribuindo para a humanização das práticas profissionais e proporcionando um modelo de assistência perinatal com equipes altamente qualificadas e comprometidas com a equidade e resolutividade.

UTILIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO TERAPÊUTICA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: ENTRELAÇAMENTOS POSSÍVEIS NA RELAÇÃO PROFISSIONAL DE SAÚDE E HIPERTENSOS

Geanne Maria Costa Torres, Inês Dolores Teles Figueiredo, Anna Clara Silva Torres, Cícera Emanuel do Monte Simão, Raiza Amanda Gonçalves de Sousa, Jéssica Pinheiro Carnaúba, Maria Irismar de Almeida, José Maria Ximenes Guimarães

A comunicação terapêutica utiliza estratégias que facilitam a expressão de ideias e sentimentos, a compreensão de pensamentos, gestos e comportamentos, permitindo ao profissional verificar se a mensagem expressa pelo usuário foi corretamente compreendida. Profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) devem entender que a comunicação vai além de transmitir orientações, envolvendo também a interação, a compreensão e o compartilhamento das mensagens enviadas e recebidas, com o objetivo de influenciar positivamente o cuidado em saúde. Este estudo teve como objetivo investigar o uso das estratégias de comunicação terapêutica na relação entre profissionais de saúde e hipertensos na ESF de um município do interior do estado do Ceará. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, com a participação de 14 hipertensos e dois profissionais de saúde: um médico e uma enfermeira. A coleta de dados foi realizada por meio de observação sistemática não participante, utilizando um instrumento baseado nas estratégias de comunicação terapêutica (expressão, clarificação e validação), propostas por Stefanelli e Carvalho. Também foi utilizado o diário de campo para registrar observações e anotações pertinentes à pesquisa, com análise baseada na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados indicaram que as estratégias de comunicação terapêutica de expressão, clarificação e validação foram observadas com os valores de 97, 10 e 5, respectivamente, durante as consultas médicas e de enfermagem. A comunicação terapêutica, focada na qualidade da consulta e no atendimento às necessidades explícitas e implícitas dos hipertensos, contribui para o reconhecimento dos usuários como sujeitos do cuidado. No entanto, as estratégias observadas precisam ser aprimoradas na ESF, dada a baixa frequência de sua aplicação. Quando adequadamente utilizada, a comunicação terapêutica valoriza as singularidades de cada usuário, integrando sua história de vida, necessidades e expectativas, ampliando as possibilidades de cuidado integral e, conseqüentemente, melhorando a assistência prestada. Conclui-se que, dada a importância

dessa ferramenta para a continuidade da assistência, o diálogo e o acompanhamento das reflexões dos usuários são essenciais na relação entre profissionais de saúde e hipertensos, visando um cuidado integral, humano e de qualidade.

VIVÊNCIA DE UM ESTAGIÁRIO DE PSICOLOGIA NO CAPSAD: OS DESERTOS NA CIDADE E AS VULNERABILIDADES SOCIAIS

Marcos Eduardo Pereira de Lima, Josiana Boullosa Gesteira

O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSad) é um dispositivo da rede de saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS), com a função de oferecer atendimento especializado a indivíduos que enfrentam problemas relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Este serviço inclui avaliação clínica, tratamento psicoterapêutico, apoio social, grupos de suporte e encaminhamento para outros serviços quando necessário. A experiência aqui descrita refere-se ao período do meu estágio obrigatório em psicologia em um CAPSad II, destacando a vulnerabilidade de um homem jovem, ficticiamente chamado Vitor, de 36 anos, em situação de rua na zona oeste do Rio de Janeiro. Vitor procurou o CAPSad espontaneamente, solicitando ajuda para diversas demandas, e foi atendido pela profissional designada para ser sua referência. Ao chamá-lo para atendimento, percebi que ele estava quieto, lentificado e sua voz era baixa e trêmula, ao ponto de me dizer: “não consigo levantar, estou em crise. Tenho Parkinson e vou demorar uma hora para me mexer”. Com o auxílio de uma cadeira de rodas, consegui transportá-lo para o consultório. Durante o atendimento, Vitor relatou fazer uso de substâncias e estar em situação de rua há quatro meses, após sair de uma comunidade terapêutica. A motivação para sua ida ao CAPS foi o roubo de sua mochila, contendo sua identidade e cartão bancário. Ele portava um frasco de vidro com poucos comprimidos para o uso contínuo do Parkinson e uma pasta danificada, que guardava a xerox de sua certidão de nascimento, a prescrição dos medicamentos e o laudo do neurologista confirmando o diagnóstico de Parkinson. Ao tentar ouvi-lo, a percepção da extrema vulnerabilidade e invisibilidade em que Vitor se encontrava gerou em mim uma angústia profunda. Como poderia uma pessoa estar em situação de rua nessas condições? Como ele sobrevivia, paralisado por uma hora, em um território violento, sem acesso à alimentação ou cuidados adequados? O encaminhamento imediato foi solicitar a segunda via da identidade, oferecer um almoço e orientá-lo a retornar ao CAPS no dia seguinte. Na manhã seguinte, solicitei ao médico a renovação da receita e, junto a Vitor, fui à clínica da família para realizar o cadastro temporário e retirar as medicações controladas. A premissa que orientou minhas ações foi a humanização no cuidado em saúde, a garantia de direitos e a construção do cuidado ampliado e em rede. Conseguimos, ainda, construir interdisciplinarmente, com a assistência social, o seu acolhimento em um abrigo próximo, por meio de uma parceria de corresponsabilidade.

REPRESENTAÇÃO DA FIGURA DO MÉDICO EM OBRAS LITERÁRIAS E EM OUTRAS ARTES

Amanda Yuan da Costa, Júlia de Carvalho Brasil, Julia Harduim da Silva,
César Roma Camargo Filho, Luciana de Paula Lima Shmidt de Andrade

A maneira como os médicos são percebidos e retratados ao longo do tempo nas artes remonta a cerca de dois mil anos, surgindo quase simultaneamente ao próprio desenvolvimento da Medicina. O médico é amplamente visto como alguém capaz de salvar vidas e, muitas vezes, como uma figura digna de respeito e reverência, comparada a um semideus. Contudo, será que essa representação corresponde à realidade dos médicos em geral? Como essa visão evoluiu ao longo da História? Este trabalho busca compreender a percepção da sociedade sobre os médicos, explorando sua representação na literatura e em outras formas de arte. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando como principais fontes a Enciclopédia Itaú Cultural e o acervo do Google Arts & Culture, além de livros e trechos literários que abordam histórias de médicos e seus pacientes. No contexto brasileiro, a investigação revelou dificuldades, dado que as obras sobre a representação dos médicos eram escassas quando comparadas à abundância de materiais internacionais. Nas artes plásticas, a representação dos profissionais da medicina apresenta variações: na Babilônia, os agentes de saúde ocupavam altos cargos religiosos; no Egito, eram influenciados pela mística oriental e pelo contato com a natureza; e na Grécia, Pitágoras contribuiu com a formação da medicina humoral. No Brasil, devido à chegada da primeira faculdade de medicina apenas no século XIX, a pesquisa considerou a representação de outras figuras, como barbeiros sangradores e pajés indígenas, que desempenharam papéis importantes na história da Medicina brasileira e na construção do conceito de saúde. Na literatura brasileira, a figura do médico aparece de maneira diversificada, refletindo os contextos históricos e culturais das diferentes épocas. Em muitas obras, o médico é retratado como herói, um salvador capaz de curar doenças e aliviar sofrimentos, sendo descrito com coragem e compaixão. Por outro lado, também é mostrado como vilão, abusando de seu poder ou utilizando seu conhecimento de maneira negativa, simbolizando os medos e desconfianças da sociedade em relação à medicina. A pesquisa abrangeu obras de autores como Guimarães Rosa e Júlia Rocha. A análise de trechos de livros internacionais, como *Médicos de Homens e Almas*, *As Aventuras de Sherlock Holmes* e *O Físico*, revela que a representação do médico nas obras literárias é rica e multifacetada, mas a figura do médico salvador prevalece. A interpretação histórica da figura do médico nas obras literárias e outras artes, refletindo a complexidade da profissão e as múltiplas perspectivas sobre ela, é um campo de estudo fascinante. Este estudo nos convida a explorar as percepções culturais sobre os médicos ao longo dos séculos, enriquecendo nossa compreensão da profissão médica e de seu impacto na sociedade.

ANÁLISE PREDITIVA DA MORTALIDADE INFANTIL POR CAUSAS EVITÁVEIS NO ESTADO DO PARANÁ: UTILIZANDO MACHINE LEARNING NA SAÚDE PÚBLICA

Elaine Cristina da Silva Schwab Horst

A mortalidade infantil por causas evitáveis é um indicador crucial para avaliar a saúde pública no Brasil, funcionando como um evento sentinela que aponta falhas e áreas que demandam atenção na assistência à saúde. Os óbitos evitáveis são aqueles que poderiam ter sido prevenidos por ações eficazes dos serviços de saúde, realizadas de maneira oportuna e com qualidade. Este estudo visa utilizar algoritmos de aprendizado de máquina (*Machine Learning*) para realizar uma análise preditiva do índice de mortalidade infantil por causas evitáveis no estado do Paraná. A análise preditiva, que se baseia em dados históricos, permite prever comportamentos futuros e identificar riscos, possibilitando intervenções mais eficazes. Se combinados com políticas de saúde pública, modelos preditivos podem contribuir para a redução de custos e para a efetividade de ações preventivas. Este estudo é quantitativo, empregando algoritmos preditivos que utilizam dados históricos e técnicas estatísticas para prever a mortalidade infantil por causas evitáveis. A coleta de dados abrangeu indicadores de saúde infantil do Paraná entre 2012 e 2022, incluindo óbitos infantis até 1 ano, óbitos por causas evitáveis, cobertura da Atenção Primária à Saúde e percentual de gestantes com sete ou mais consultas pré-natal. O modelo de regressão linear foi desenvolvido em Python, alimentado com os dados mencionados, que foram pré-processados e divididos em conjuntos de treinamento e teste. O treinamento utilizou 70% dos dados dos primeiros sete anos (2012–2018), e os dados dos últimos três anos (2019–2021) foram usados para testar a precisão preditiva. Após a fase de aprendizado, as previsões foram feitas utilizando o método `predict()`. Os resultados preliminares indicam que o número de óbitos infantis por causas evitáveis tem diminuído ao longo do tempo. No entanto, ao avaliar o modelo com o Coeficiente de Determinação (R^2), a precisão foi de 43,31%. Embora o modelo tenha feito previsões precisas para os anos de 2011, 2019, 2020 e 2021 (dados de teste), o R^2 sugere que o modelo não explica completamente a variação nos dados e que outras abordagens ou variáveis explicativas devem ser consideradas para melhorar a precisão das previsões.

DESAFIOS NA ATENÇÃO AO CÂNCER NO SUS: CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Raul Rodrigues Fonseca, Cristian Fabiano Guimarães, Kathlyn Silva, Larissa Bragagnolo, Rosemarie Andreazza

Este estudo investiga a produção de conhecimento e as experiências relacionadas à atenção aos pacientes com câncer no Sistema Único de Saúde (SUS), com foco nos desafios enfrentados e nas estratégias adotadas para aprimorar a gestão e o cuidado. O objetivo principal é identificar fragilidades e práticas bem-sucedidas na Atenção Especializada em Saúde (AES). Conduzido pelo Observatório de

Políticas Públicas do SUS da Unifesp, em parceria com a pesquisa Cartografia da Atenção Especializada no Brasil, o estudo utilizou uma revisão integrativa dos resumos apresentados em dois congressos recentes de Saúde Coletiva: o 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (2022) e o 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão da Saúde (2021). Foram analisados 5239 trabalhos, dos quais 190 focaram na AES e 44 especificamente no cuidado ao câncer. A pesquisa foi orientada pela pergunta: “Quais práticas de gestão, cuidado e experiências inovadoras têm sido adotadas na AES no cuidado ao paciente com câncer no SUS?” Entre os 190 trabalhos selecionados, 33,1% trataram do cuidado ao paciente com câncer. Desses, 54,5% abordaram câncer de mama, colo de útero ou ovário. A maior parte dos estudos estava concentrada na região sudeste (29,5%). Os resultados revelaram desigualdades no acesso ao diagnóstico e tratamento, influenciadas por fatores raciais, sociais e geográficos. Os estudos indicaram que as barreiras principais incluem a distância dos centros de referência e as longas filas de espera. A concentração de serviços na região sudeste explica a predominância das experiências relatadas nesta área. A descentralização dos serviços e o desenvolvimento de uma rede regionalizada são necessários para superar essas barreiras. A influência do setor privado, com altos ganhos financeiros e baixa regulação, também acentua as desigualdades. No entanto, experiências exitosas como Unidos Pela Cura (UPC), Projeto Navegadores e o Programa Niterói Mulher demonstram que estratégias como diagnóstico precoce, fluxos ágeis, abordagem multiprofissional, cuidado integral e gestão de casos facilitam o acesso e a continuidade do tratamento. O acesso ao diagnóstico e tratamento do câncer no SUS continua a ser um desafio significativo. Para enfrentá-lo, é crucial fortalecer estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento em todos os níveis de atenção e melhorar a regulação governamental para reduzir desigualdades, além de otimizar a gestão dos prestadores privados no SUS. Iniciativas como Unidos Pela Cura, Projeto Navegadores e Programa Niterói Mulher demonstram sucesso e podem servir como modelos para futuras políticas de saúde.

ELABORAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA EDUCATIVA SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NUMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

Thályson Novaes dos Santos, Pedro Paulo Mussu Costa, Ingrid Nunes da Silva, Carlos Sales Junior

A classificação de risco é um instrumento fundamental para o ordenamento das portas de entrada nos serviços de saúde, baseada no critério de risco clínico, e utiliza protocolos técnicos para identificar os pacientes que necessitam de tratamento imediato, permitindo que a priorização da atenção seja dada conforme a gravidade do agravo à saúde. No Brasil, o protocolo mais utilizado é o de Manchester, que adota cinco cores para indicar o grau de urgência: vermelho (emergência), laranja (muita urgência), amarelo (urgência), verde (menor urgência) e azul (não urgência). Este estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante o estágio supervisionado, com a elaboração de uma tecnologia educativa para ser disposta na sala de espera de uma Unidade de Pronto Atendimento

(UPA). Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, caracterizado como um relato de experiência extraído de aulas práticas do componente curricular Enfermagem em Urgência e Emergência. O embasamento teórico foi o Arco de Maguerez, utilizando as cinco etapas propostas: observação da realidade, levantamento dos pontos-chave, teorização, identificação de hipóteses de solução e aplicação da realidade. Na primeira etapa, foi realizada a ambientação do espaço da UPA pelo orientador, seguida da ambientação com o trabalho de classificação de risco. Na segunda e terceira etapas, foram observados pontos-chave como a alta demanda de atendimento, jornada de trabalho desgastante e estressante dos profissionais de saúde, demora no atendimento aos pacientes, gerando estresse, e falta de conhecimento sobre a classificação de risco. A quarta etapa consistiu na elaboração de uma hipótese de solução, que foi a criação de um produto tecnológico educativo para a comunidade atendida na UPA. Optou-se pela confecção de um cartaz educativo em formato de banner, com informações sobre a finalidade e os critérios da classificação de risco. O uso de materiais educativos lúdicos como banners é uma ferramenta eficiente nas ações de saúde, sendo de fácil assimilação tanto textual quanto visual. A quinta etapa consistiu na aplicação da hipótese, elaborando o banner com base nos protocolos do Ministério da Saúde e no Protocolo de Manchester. A implementação do banner como tecnologia educativa mostrou-se de grande importância para o entendimento dos pacientes sobre o funcionamento da classificação de risco, o protocolo de Manchester, a representação das cores e o tempo de espera de acordo com cada classificação. Além disso, foi essencial para a orientação sobre a organização do fluxo na unidade de pronto atendimento, destacando a relevância das metodologias didáticas e ativas no processo de educação em saúde integral e holística.

EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E OS DESAFIOS DO CUIDADO A PESSOA EM SOFRIMENTO MENTAL

Marcos Eduardo Pereira de Lima

A experiência descrita emerge a partir do grupo de trabalho do Centro de Estudos do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMAS Juliano Moreira). Nos encontros realizados, foram discutidas várias lacunas na formação dos profissionais da rede de atenção primária à saúde (APS) do território ao redor da referida instituição psiquiátrica, especialmente considerando a presença de dispositivos de saúde mental, residências terapêuticas e usuários da saúde mental na região. A partir dessas discussões, realizamos reuniões com a apoiadora da clínica da família para articular capacitações visando a melhoria no atendimento às pessoas com sofrimento mental, buscando qualificar a assistência a essa população. Durante esses encontros, elaboramos os conteúdos da capacitação, divididos em quatro eixos ou módulos que abordavam assuntos essenciais para o cuidado na atenção primária. O primeiro módulo focou em síndromes, classificação de risco em saúde mental, abordagem de pacientes suicidas, abuso sexual, intoxicação por substâncias e medicamentos disponíveis nas redes do Sistema Único de Saúde (SUS). O segundo módulo tratou das técnicas de

escuta, discutindo aspectos como quem escuta e como escuta, além de abordagens de acolhimento. O terceiro eixo foi dedicado às estratégias de cuidado com os profissionais de saúde, incluindo discussões sobre os efeitos da violência contextual sobre esses profissionais, comunicação não violenta e feedback. O último módulo discutiu as políticas integrativas, abordando tanto a teoria quanto a prática. Após a elaboração dos conteúdos, foi estabelecida uma agenda com a gerente da unidade de saúde selecionada para garantir a viabilidade da implementação das capacitações. A capacitação envolveu profissionais de diferentes categorias, como enfermeiros, médicos, dentistas, técnicos de enfermagem, farmacêuticos e, principalmente, agentes comunitários de saúde. Durante o processo, foi possível perceber a marcante vulnerabilidade social presente na comunidade, evidenciada por adversidades e pela fragilidade do cotidiano local. A experiência destacou a sobrecarga enfrentada pelos profissionais da atenção primária, que lidam com diversas frentes de atuação, e a falta de preparo para lidar com as complexas demandas de saúde mental e com as histórias de vida dos usuários, o que frequentemente gera angústia nos trabalhadores. Isso demonstra que os profissionais da atenção primária carecem de capacitações mais alinhadas às suas necessidades de trabalho. As políticas públicas de saúde, portanto, não devem se basear apenas em indicadores de qualidade, mas enfatizar ações concretas no território que promovam cuidado, escuta e acolhimento de qualidade, além de garantir investimento e financiamento em equipes interdisciplinares de apoio, como as chamadas equipes e-multi, com o objetivo de explorar suas potencialidades de forma ampliada e qualificada.

"O ENFERMEIRO COMO PROTAGONISTA NA BUSCA ATIVA NO CONTROLE A SIFILIS CONGENITA". UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA

Sunny Lady Neves Santos, Maria Lucia Gonçalves Rodrigues, Sandra Regina Da Silva Vita

A Sífilis congênita é um agravo significativo à saúde pública, representando sérios riscos sociais e à transmissão vertical entre mãe e bebê, independentemente da fase da gestação. O tratamento inadequado ou a ausência do mesmo pode resultar em consequências graves, como abortos, natimortalidade e prematuridade. A experiência relatada foi vivenciada por uma enfermeira bolsista do Instituto Capixaba de Ensino e Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPI), com a assistência da Docente de Enfermagem. A educação permanente sobre o controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) favoreceu a atuação da equipe de saúde, garantindo a oferta de um atendimento de qualidade após a notificação de que gestantes estavam abandonando o tratamento da sífilis. Essa informação impactou a equipe da saúde da família de um município da Serra (ES), motivando-os a buscar estratégias para o retorno ao tratamento e acompanhamento efetivo do pré-natal das gestantes afetadas pela doença. O objetivo do estudo foi relatar o desafio enfrentado pela equipe de saúde ao buscar estratégias de busca ativa como ferramenta para convencer as gestantes a retornarem ao tratamento da sífilis. A metodologia utilizada incluiu reuniões de equipe e busca ativa das gestantes em abandono do tratamento. No primeiro momento, houve uma reunião com Agentes de Saúde da Família, enfermeiros

e a gerência da unidade. No segundo, foi realizado o estudo dos casos de abandono, com o objetivo de localizar as gestantes, por meio de referências, contatos telefônicos e endereços. A gestante em questão iniciou o pré-natal em 04/01 e iniciou o tratamento para a sífilis um mês depois, mas abandonou o tratamento após duas doses. Após receber a notificação, a enfermeira solicitou a colaboração da agente de saúde, e juntas iniciaram a busca ativa pela gestante. Elas realizaram uma varredura na área onde foi informado que ela poderia estar residindo, até conseguirem encontrá-la e convencê-la a retornar à unidade para dar continuidade ao pré-natal e ao tratamento da sífilis. Contudo, quando parecia que a situação estava sob controle, a paciente novamente abandonou o tratamento e desapareceu. A equipe foi notificada de que a gestante ainda não havia tomado a terceira dose do tratamento. Uma nova estratégia foi planejada, com o apoio da gerente, e a enfermeira contou com a ajuda de um agente de saúde de outra equipe para realizar a busca ativa. O grupo conseguiu localizar a gestante, em um local considerado de risco, e a convenceu a retornar para tomar a última dose do tratamento no prazo estipulado. O tratamento foi concluído com sucesso, e a equipe comemorou o resultado. A interação e união da equipe, a parceria entre os profissionais de saúde, o pacto de sigilo entre os envolvidos, o aumento do vínculo entre a equipe e a paciente, e o comprometimento do retorno das gestantes foram elementos fundamentais para a efetividade do planejamento familiar na unidade, promovendo a captação precoce das gestantes e a realização de testagens rápidas de ISTs.

REDES VIVAS E PRODUÇÕES DE CUIDADO EM SAÚDE ENTRE OS INDÍGENAS URBANOS DE MANAUS.

Catarina Vitória Ozorio Paz, Fabiana Manica Martins, Alexandra de Paula Oliveira, Raniele Alana Lima Alves

A situação dos povos indígenas nas cidades é complexa e desafiadora, especialmente no que se refere ao acesso a serviços essenciais como saúde, educação e saneamento. A Comunidade Parque das Tribos, localizada em Manaus, Amazonas, ilustra essas dificuldades, com a Pandemia de covid-19 exacerbando a falta de acesso a cuidados de saúde. Esses povos, frequentemente em condições precárias nas áreas urbanas, enfrentam barreiras linguísticas, culturais e geográficas, além de dificuldades no acesso à informação sobre prevenção e cuidados com o vírus. As estruturas de saúde, por sua vez, nem sempre estão preparadas para atender às necessidades específicas dessa população, que também sofre com a discriminação e o tratamento inadequado por parte de profissionais de saúde. Para a Comunidade Parque das Tribos, é urgente a implementação de políticas públicas que melhorem o acesso aos serviços básicos e promovam a valorização da cultura indígena nas cidades, respeitando seus direitos fundamentais e assegurando uma vida digna. O reconhecimento da importância dos povos indígenas para a formação do Brasil e a garantia de suas necessidades são essenciais nesse contexto. O tema da presença e dos desafios enfrentados pelos indígenas urbanos é relevante, pois envolve questões de diversidade cultural, direitos humanos e acesso à saúde. O estudo em questão visa identificar as lideranças indígenas e os cuidadores tradicionais que compõem a rede de cuidados em saúde dessa comunidade, além de compreender o processo de organização sociocultural dos indígenas

na área. Com abordagem qualitativa, o estudo busca explorar aspectos subjetivos, valores e crenças, aprofundando-se nas dinâmicas sociais, culturais e ambientais relacionadas à saúde desses povos. A metodologia utilizada é a Observação Participante, na qual o pesquisador se envolve ativamente nas atividades de coleta de dados, adaptando-se às situações. O estudo ainda está em andamento, e espera-se que seus resultados proporcionem uma compreensão aprofundada das experiências, percepções e significados atribuídos pelos indígenas urbanos às suas práticas de cuidado em saúde, fornecendo percepções valiosas sobre os desafios enfrentados e as soluções adaptadas a esse contexto.

O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA COM ÊNFASE EM GESTÃO DE REDES DE SAÚDE ENQUANTO FORMAÇÃO PRECURSORA PARA GESTORES NO SUS

Antonio Silva Neto, Bruna Cabral Albuquerque de Aguiar, Carina Felix Bezerra, Jaqueline Francisca dos Santos, Jhenifer Nicoly Teotonio Teles Pereira, Juliana Sa Marcolino, Maryanna Kiev Calaça de Farias Teixeira

O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva com Ênfase em Gestão de Redes de Saúde (PRMSC-Redes) oferece uma formação essencial para gestores no Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de qualificar profissionais que atuem conforme os princípios e diretrizes do SUS, capazes de enfrentar os desafios diários dos serviços de gestão de redes de saúde de maneira regionalizada, articulada, interdisciplinar e integrada, com uma visão crítica e reflexiva sobre o processo saúde-doença-cuidado. Este relato procura esclarecer como o espaço formativo do PRMSC-Redes contribui para a qualificação no trabalho gerencial na saúde. Trata-se de um estudo descritivo, baseado em um relato de experiência de residentes ingressos em uma Gerência Regional de Saúde (GERES) por meio do PRMSC-Redes, com orientação da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE). Durante dois anos de formação, os residentes são expostos a diferentes aspectos da saúde pública, tanto por meio de disciplinas teóricas quanto pela prática profissional nos serviços da rede de saúde, abordando áreas como políticas de saúde, epidemiologia, gestão de serviços de saúde, vigilância em saúde, entre outras, com ênfase na gestão e governança dos dispositivos de saúde e redes temáticas prioritárias. A abordagem multiprofissional do programa favorece a troca de conhecimentos e o contato com profissionais experientes no SUS, proporcionando uma formação rica em diferentes áreas e processos de trabalho. O programa também conta com acompanhamento pedagógico especializado, incluindo tutoria, orientação clínico-pedagógica e preceptoria, que incentivam não apenas os saberes técnicos, mas também a construção de vínculos entre os residentes e com a equipe pedagógica, por meio de um portfólio contínuo, enriquecendo a formação e preparando os gestores para lidar com a complexidade do sistema de saúde e as relações humanas. Com uma carga horária extensa (5.760 horas), o programa utiliza diversas estratégias pedagógicas para alcançar o padrão-ouro da formação de especialistas em saúde pública, preparando-os para atuar como sanitaristas e fortalecendo a rede de atenção à saúde, que se constrói por meio da pactuação entre diferentes atores sociais em uma região

de saúde. O conteúdo oferecido pelo programa capacita os profissionais de maneira mais profunda que outras formas complementares de formação, como as pós-graduações lato sensu, que não oferecem a mesma carga horária e vivência que a residência proporciona. A formação de profissionais capacitados e comprometidos com a gestão do SUS é essencial para melhorar a qualidade e eficiência da saúde pública no Brasil, sendo crucial que os programas de residência sejam mantidos e aperfeiçoados em todo o território nacional.

PERCEPÇÕES DOS RESIDENTES DE SAÚDE COLETIVA COM ÊNFASE DE GESTÃO DE REDES DE SAÚDE SOBRE O PROGRAMA GERES PERCORRE EM MUNICÍPIO DE UMA REGIÃO DE SAÚDE EM PERNAMBUCO

Antonio Silva Neto, Ana Catarine Tavares da Silva, Bruna Cabral Albuquerque de Aguiar, Carina Felix Bezerra, Jaqueline Francisca dos Santos, Maryanna Kiev Calaça de Farias Teixeira

O programa GERES Percorre, proposto pela Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), tem como objetivo aproximar as 12 Gerências Regionais de Saúde (GERES) dos municípios que integram suas respectivas regiões. Este trabalho apresenta a percepção dos residentes do programa em um dos municípios dessa região, destacando a experiência deles ao ingressar em uma GERES como campo de prática de ensino em serviço, com foco na formação de gestores e sanitaristas. O estudo descritivo é baseado no relato de experiência de residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva com Ênfase em Gestão de Redes de Saúde (PRMSC-Redes), conduzido pela Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), no contexto do GERES Percorre. A experiência ocorreu no município de Goiana, sede da XII GERES, que apoia nove municípios da Zona da Mata Norte e um no Agreste Setentrional. A metodologia adotada foi acolhedora, priorizando ouvir o município sobre suas dificuldades, e iniciou-se com a apresentação do roteiro e pacto de convivência. Em seguida, foram apresentadas até três experiências exitosas nas áreas de Vigilância em Saúde, Planejamento e Regulação e Atenção à Saúde, destacando avanços e desafios, seguidas da apresentação de indicadores positivos do município pela GERES. Reuniões entre os profissionais das áreas técnicas da GERES e do município permitiram discutir indicadores negativos, identificar entraves, estabelecer metas e prazos para superar os problemas e elaborar um plano de ação compartilhado. O programa foi então avaliado pelo município, com o monitoramento pactuado na Comissão Intergestores Regional (CIR). O programa criou um ambiente favorável para discutir e traçar estratégias para resolver problemas técnicos, além de proporcionar aos residentes uma compreensão profunda da situação de saúde local. O GERES Percorre, com seu modelo acolhedor e estruturado, se mostrou essencial para promover mudanças significativas na gestão da saúde pública, sendo fundamental que seja mantido e expandido para outros contextos, com melhorias contínuas e a participação ativa dos residentes e atores da saúde coletiva.

ETNOGRAFIA DO CUIDADO: CARTOGRAFIA JUNTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM NOVO HAMBURGO (RS)

Binô Maurirá Zwetsch, Cláudia Turra Magni

Esta pesquisa tem como objetivo entender as concepções e práticas de cuidado sob a perspectiva de pessoas em situação de rua, além de qualificar a relação dessas pessoas com as políticas públicas. Ao longo da história, esse sujeito foi designado por diversos termos, como clochard, homeless, sem-abrigo, sem-teto, morador de rua, entre outros, que, por um lado, trouxeram visibilidade, mas, por outro, também impuseram estigmas. No contexto das classificações anglo-saxã e francesa, como “homeless” e “sans domicile fixe”, a definição dessas pessoas é pautada pela ausência de moradia. Desde 2009, o governo federal passou a denominar essa população como “população em situação de rua”, entendendo-a como um grupo heterogêneo, caracterizado pela extrema pobreza, vínculos familiares fragilizados ou rompidos, e pela inexistência de moradia convencional. Esses indivíduos frequentemente utilizam espaços públicos, como praças, marquises e áreas degradadas, como locais temporários ou permanentes de moradia, ou ainda, recorrem a serviços de acolhimento. A etnografia foi realizada em Novo Hamburgo/RS, na região metropolitana de Porto Alegre, com encontros realizados ao longo de três anos em espaços públicos e transportes coletivos, envolvendo 215 pessoas mapeadas em censo da Universidade Feevale. Foram realizados 58 encontros, sendo 10 protagonistas do cuidado analisados. A pesquisa utilizou métodos etnográfico e cartográfico, com técnicas de observação participante, observação flutuante, entrevista aberta e desenho, para coletar falas e imagens, ligando os itinerários das pessoas em situação de rua às suas noções de cuidado e autocuidado, além das relações com os serviços públicos especializados. Como conclusão, destaca-se que o cuidar de si e dos outros é uma premissa no contexto da vida precária nas ruas, pois a proteção vem da inserção no coletivo, e qualquer violação das normas sociais é sancionada com agressão ou negação de apoio, como dinheiro, alimentos ou proteção. Esse cuidado é integrado por um conjunto de técnicas e táticas que evoluem ao longo do tempo, incorporando saberes e práticas diversas, além de se relacionar com as redes sociais, lógicas de poder e processos de subjetivação. O dilema identificado nas falas das pessoas entrevistadas é a existência de lugares onde poderiam buscar alívio para a dor ou sofrimento, mas que, devido a fatores conjunturais e à singularidade de quem vive nas ruas, frequentemente se veem impedidos de acessá-los. Nesse cenário, a intervenção dos serviços especializados, como o Consultório na Rua e a Abordagem Social, se mostra essencial, pois esses profissionais atuam como mediadores entre as pessoas em situação de rua e os serviços públicos, desempenhando um papel crucial na garantia de cuidados e apoio.

ESTRATÉGIAS DE ENFERMAGEM PARA O FORTALECIMENTO DA AUTOESTIMA EM MULHERES OSTOMIZADAS

Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Nezilma Ferreira Torres, Maria Clara dos Santos Salgado, Bianca Gato Pereira, Karen Vitória de Souza Caldas, Vanessa Dos Santos Borges, Gealdre da Silva Meireles Junior, Melissa Vitória Lopes Neves, Irinéia de Oliveira Bacelar Simplício

A ostomia é um procedimento cirúrgico que cria uma abertura no sistema digestivo ou urinário, permitindo o desvio do fluxo de fezes ou urina para o exterior, sendo coletado por uma bolsa. Essa intervenção é indicada em casos de compressão ou obstrução que dificultam a excreção natural. Os estomas podem ser temporários ou permanentes, dependendo da condição subjacente e do prognóstico do paciente. No período pós-operatório, as principais preocupações incluem o manejo da bolsa coletora, a higienização do estoma e as adaptações dietéticas necessárias. Este trabalho tem como objetivo identificar estratégias de enfermagem para fortalecer a autoestima em mulheres ostomizadas, conforme descrito na literatura. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa nas bases SCIELO, LILACS e BVS, utilizando os descritores “cuidados de enfermagem”, “ostomia” e “autoimagem”. A seleção foi restrita a estudos publicados entre 2012 e 2022, resultando em quinze artigos, dos quais nove atenderam aos critérios estabelecidos. As estratégias de enfermagem são essenciais para reforçar a autoestima das mulheres ostomizadas, uma fase que muitas vezes desafia sua percepção de si mesmas e sua confiança. Intervenções planejadas e executadas pelos profissionais de enfermagem podem melhorar significativamente a qualidade de vida dessas mulheres, oferecendo o apoio necessário e promovendo uma transição mais suave para essa nova realidade. A capacitação em autocuidado e a educação contínua sobre a gestão da ostomia são fundamentais, pois a falta de conhecimento pode dificultar a aceitação da nova condição e impactar negativamente a autoimagem. Além disso, a socialização entre profissionais de enfermagem e estudantes tem mostrado correlação direta com a autoestima, sugerindo que uma visão positiva da profissão beneficia tanto os profissionais quanto os pacientes. Adotar uma abordagem holística, que considere os aspectos biopsicossociais das ostomias, permite que a equipe de enfermagem desempenhe um papel crucial no apoio aos pacientes, ajudando-os a lidar com as mudanças na percepção corporal. O fortalecimento da autoestima das mulheres ostomizadas deve ser centrado na paciente, reconhecendo suas experiências únicas e desafios pessoais. O cuidado de enfermagem requer uma escuta atenta e uma avaliação detalhada do contexto de vida de cada paciente, com foco na individualidade e no apoio à autonomia, promovendo uma recuperação mais eficaz e significativa.

FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR E INTERPROFISSIONAL: A EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM CURSO DE MEDICINA NO INTERIOR DO CEARÁ

Ana Suelen Pedroza Cavalcante, Dayse Lorrane Gonçalves Alves, Denise Barguil Nepomuceno,
Diego Mendonça Viana, Leidy Dayane Paiva de Abreu, Layanne Cabral da Cunha Araujo,
Agostinho Soares de Alcantara Neto, Leandro Araújo da Costa

A interiorização dos cursos de Medicina no Brasil oferece uma oportunidade importante para conectar os estudantes às diversas realidades sociais do país e ampliar o acesso à saúde. Este trabalho tem como objetivo descrever a experiência de implementação de um curso de Medicina no interior do Ceará, cuja diretriz fundamental é a promoção de uma formação interdisciplinar e interprofissional. Trata-se de um relato de experiência baseado nas vivências docentes de diferentes categorias profissionais da área da saúde, no processo de implementação do curso de Medicina da Universidade Estadual do Ceará, mais especificamente da Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús (FAEC), no período de agosto de 2023 a maio de 2024. Atualmente, o curso conta com 13 docentes efetivos de diversas áreas, como Biomedicina, Ciências Biológicas, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Psicologia, e 76 estudantes matriculados regularmente. No campus, os estudantes de Medicina participam de atividades conjuntas com alunos dos cursos de Biologia, História, Pedagogia e Química. São realizadas ações interdisciplinares, como eventos científicos, vivências extensionistas em movimentos sociais, projetos de extensão, iniciação artística e científica, entre outras atividades extracurriculares. O colegiado de docentes é interprofissional e o curso oferece componentes curriculares que incentivam a educação interprofissional, como “Se liga na extensão” e “Introdução à Formação Interprofissional para o Sistema Único de Saúde”. As estratégias pedagógicas adotadas são diversas, incluindo métodos de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, com foco nas necessidades do cenário acadêmico e da realidade local. Essas estratégias buscam desenvolver a autonomia dos estudantes de Medicina, promovendo um aprendizado ativo, interativo e colaborativo, além de fortalecer o conhecimento, as atitudes e as habilidades necessárias para resolver situações-problema. No entanto, apesar dos esforços para promover o trabalho colaborativo, ainda é evidente a resistência ao modelo biomédico tradicional (modelo Flexner) entre os estudantes de Medicina, o que muitas vezes gera desconforto e evidencia a necessidade de uma mudança de paradigma na formação médica. A experiência de educadores coparticipantes e comprometidos com a proposta de formação em saúde proporciona uma rica troca de saberes, construída de maneira singular por meio da interdisciplinaridade e interprofissionalidade na formação dos estudantes de Medicina. Esse processo resulta de práticas coletivas e compartilhadas entre os saberes científicos da Universidade e a comunidade de Crateús, contribuindo para uma educação emancipatória e para a defesa de um ensino público de qualidade.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM ÀS MULHERES COM INFECÇÃO DE SÍTIO CIRÚRGICO EM PÓS-CESÁREA

Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Janaina Sousa Gonçalves, Sabrina Larissa Ferreira dos Santos, Analice França Lima, Bianca de Andrade Lima, Karen Vitória de Souza Caldas, Bianca Gato Pereira, Yasmim Picanço Leite, Simone Aguiar da Silva Figueira

O parto cesariano é um procedimento cirúrgico realizado para salvar a vida da mãe e/ou do bebê quando há complicações durante a gravidez ou o parto. Embora a ciência e a tecnologia tenham avançado significativamente, a infecção puerperal continua a ser um grande problema de saúde pública, evidenciado pela alta taxa de morbimortalidade materna. Este estudo tem como objetivo identificar evidências científicas sobre os cuidados de enfermagem em mulheres com infecção no sítio cirúrgico após cesariana. Trata-se de uma revisão de literatura exploratória, realizada com base em dados das plataformas SciELO, PUBMED e BVS. Os descritores utilizados na busca foram “Infecção Puerperal”, “Cuidados de Enfermagem” e “Sítio Cirúrgico”, com a seleção de artigos publicados entre 2019 e 2024 em português e inglês. A busca resultou em 13 artigos, dos quais 8 atenderam aos objetivos do estudo. Os cuidados de enfermagem para mulheres com infecção no sítio cirúrgico pós-cesárea englobam tanto a prevenção quanto a assistência às pacientes afetadas. A prevenção da infecção puerperal envolve a aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) durante os períodos pré e pós-operatório, a administração de antibioticoprofilaxia 30 a 60 minutos antes da cirurgia, o banho pré-operatório e os preparativos coordenados pela equipe de enfermagem. Quando a infecção já está presente, a assistência inclui a higienização do local, a troca de curativos, a administração de antibioticoterapia e o esclarecimento de dúvidas da puérpera. Além disso, é essencial uma abordagem holística, pois a parturiente enfrenta várias mudanças físicas e emocionais. A equipe de enfermagem é fundamental para preservar a saúde psicoemocional da puérpera, oferecendo cuidados humanizados e acolhedores. Considera-se que essas práticas são essenciais para a segurança e o bem-estar das pacientes, sendo necessário estudar e implementar medidas mais eficazes para oferecer uma assistência adequada. Assim, a implementação de protocolos de atendimento é fundamental para fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas e garantir uma capacitação contínua para a equipe de saúde, o que resultará em melhorias significativas na assistência a essas mulheres.

ABORDAGEM A PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE.

Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Janaina Sousa Gonçalves, Ana Clara Corrêa da Silva, Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Simone Aguiar da Silva Figueira

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de cuidado em saúde e abrange um conjunto de ações voltadas tanto para o indivíduo quanto para a coletividade, incluindo promoção

da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. No contexto da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), a APS tem um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida dos pacientes, por meio da assistência, distribuição de medicamentos e orientações de educação em saúde. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de acadêmicos do curso de Enfermagem na abordagem a pacientes com hipertensão arterial sistêmica no contexto da APS. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, vivenciado por acadêmicos da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus XII, durante estágio realizado em abril de 2024, em uma Unidade Básica de Saúde no município de Santarém (PA). Durante a vivência, os acadêmicos observaram como a APS influencia o tratamento de pacientes com HAS e como os profissionais desse nível de atenção oferecem assistência. Por meio de visitas domiciliares, realizadas em parceria com Agentes Comunitários de Saúde (ACS), os estudantes participaram ativamente da promoção da saúde dos indivíduos hipertensos, realizando interações com os pacientes, ações educativas e orientações sobre práticas clínicas recomendadas e não recomendadas. Essas atividades permitiram que os acadêmicos se integrassem aos serviços da APS, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento e, conseqüentemente, para a qualidade de vida dos pacientes. Conclui-se que a APS desempenha um papel crucial na prevenção de novos casos de HAS e no controle dos já diagnosticados, evidenciando a importância dos profissionais de saúde desse nível de atenção para a promoção e manutenção da saúde da população. Para os acadêmicos, a experiência foi enriquecedora, proporcionando o contato direto com pacientes hipertensos, mostrando que as interações, visitas domiciliares e, especialmente, a educação em saúde, são essenciais para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. A APS, assim, se revela como um pilar fundamental no atendimento a esses indivíduos no Sistema Único de Saúde.

OS IMPACTOS DA DENGUE NA GRAVIDEZ: UMA ANÁLISE BASEADA EM ESTUDOS

Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Bianca Gato Pereira, Karen Vitória de Souza Caldas, Melissa Vitória Lopes Neves, Raquel Castro Carvalho, Raquel Pinheiro Soares, Amanda Lima Laet, Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Simone Aguiar da Silva Figueira

A dengue é uma arbovirose transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, predominante no Brasil, e é causada por quatro sorotipos distintos do vírus da dengue (DENV), que pertencem à família Flaviviridae e ao gênero *Flavivirus*. A infecção por esse vírus durante a gestação representa um risco crítico tanto para a mãe quanto para o bebê, tornando a prevenção da dengue não apenas essencial para a população em geral, mas também fundamental para a segurança das mulheres grávidas e seus filhos, ao reduzir as complicações graves associadas à doença. Este estudo teve como objetivo destacar os impactos da dengue na gravidez, por meio de uma revisão integrativa da literatura, com pesquisa em bases especializadas, como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), utilizando os descritores “Dengue”, “Gestantes” e “Saúde Pública”, com seleção de artigos publicados entre 2020 e 2024. Ao todo, foram selecionados dez

artigos que atenderam aos critérios estabelecidos. Os resultados evidenciam que as mulheres grávidas são especialmente vulneráveis à infecção por dengue, o que pode resultar em complicações graves tanto para a mãe quanto para o feto. Entre os riscos para a gestante estão a trombocitopenia, que aumenta o risco de hemorragia, e a pré-eclâmpsia, que pode evoluir para eclâmpsia, a principal causa de óbito materno. Para o feto, a dengue pode ser transmitida verticalmente, aumentando o risco de parto prematuro e elevando a mortalidade perinatal. O manejo da doença durante a gravidez requer controle rigoroso dos sintomas e manutenção adequada da hidratação. Em março de 2024, foi publicado o “Manual de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Dengue na Gestação e no Puerpério”, representando um avanço significativo no enfrentamento dessa questão, com diretrizes clínicas abrangentes e atualizadas que ressaltam a necessidade de intervenções especializadas para proteger a saúde das gestantes e dos fetos. Em conclusão, destaca-se a vulnerabilidade das mulheres grávidas à infecção por dengue, com graves implicações para a mãe e o feto, sendo imprescindível a implementação das diretrizes para melhorar os desfechos maternos e neonatais, além de continuar os esforços na prevenção, diagnóstico e tratamento da doença, especialmente entre as populações mais vulneráveis.

RELEVÂNCIA DE UMA LIGA ACADÊMICA NO INTERIOR DO AMAZONAS PARA A INTERAÇÃO ENTRE SERVIÇO, ENSINO E COMUNIDADE.

Raylinne Rhanna de Souza Eloi, Amanda Forster Lopes

A humanidade vive um período de significativas mudanças, com o aumento do excesso de peso coexistindo com a persistência da desnutrição, um cenário decorrente da transição epidemiológica e nutricional, além das mudanças climáticas. Nesse contexto, a implementação de ações contínuas no âmbito da promoção da saúde, por meio da disseminação de informações científicas, de forma intersetorial e focada nos determinantes e condicionantes sociais da saúde, é fundamental para incentivar a autonomia da população na adoção de práticas alimentares saudáveis. Em alinhamento a esse propósito, uma Liga Acadêmica visa reunir estudantes, comunidade e profissionais para criar um espaço de troca de informações e experiências, contribuindo para a promoção da saúde. O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência da interação entre estudantes de graduação, membros da comunidade e profissionais atuantes no município de Coari, Amazonas, através da Liga Acadêmica de Nutrição e Saúde Coletiva (LANSC). Criada em 2022 na Universidade Federal do Amazonas, a LANSC visa possibilitar a integração de discentes em diferentes fases do processo formativo, proporcionando a propagação de conhecimentos técnicos e a exploração prática nas diversas áreas de atuação, influenciando positivamente na identificação dos alunos com seu futuro campo de atuação. As atividades incluem ações de educação alimentar e nutricional em escolas, visitas a comunidades ribeirinhas com outros cursos para atendimentos multiprofissionais, participação em feiras, exposições educativas e capacitação de agentes comunitários de saúde, promovendo o aprendizado no âmbito da Nutrição e Saúde Coletiva. Os resultados mostram que os discentes da LANSC, ao

atuarem diretamente nas realidades locais, compreenderam as dificuldades e necessidades enfrentadas pelas populações, evidenciando o déficit no alcance assistencial da saúde. A carência de cuidados e informações sensibilizou os alunos para a realidade local, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão crítica e humanizada sobre a atuação do nutricionista, além de reforçar que uma alimentação saudável envolve ações para garantir uma vida digna. A integração com funcionários das escolas, unidades básicas de saúde e outros discentes da universidade impulsionou discussões sobre a implementação de políticas públicas de alimentação e nutrição, e destacou a relevância do trabalho multiprofissional e intersetorial para a resolução de problemas nesse contexto. Além disso, as ações de educação alimentar e nutricional beneficiaram crianças, adolescentes e adultos das comunidades, especialmente nas ribeirinhas, com orientações nutricionais individualizadas, em áreas com baixa assistência. Em conclusão, o elo entre teoria e prática proporcionou aos envolvidos uma maior percepção da importância da nutrição na saúde coletiva, além do trabalho em equipe e da união de saberes para promover uma alimentação adequada e saudável.

DESNUTRIÇÃO INFANTIL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Bianca Gato Pereira, Karen Vitória de Souza Caldas,
Melissa Vitória Lopes Neves, Jamilly Eduarda Silva Almeida, Raquel Pinheiro Soares,
Amanda Lima Laet, Ana Clara Corrêa da Silva, Simone Aguiar da Silva Figueira

A desnutrição é uma doença de natureza clínico-social multifatorial, cujas causas estão intimamente relacionadas à pobreza e à escolaridade, com consequências graves, especialmente na primeira infância. Nesse período, a desnutrição está associada a um aumento da mortalidade, maior incidência de doenças infecciosas, atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, baixo desempenho escolar e menor capacidade produtiva na vida adulta. A desnutrição continua prevalente em algumas regiões do Brasil, particularmente em municípios de pequeno porte e em grupos populacionais específicos, com maior concentração na Região Norte. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo destacar o papel da enfermagem na assistência a crianças em estado de desnutrição em comunidades ribeirinhas da região Norte do Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados SCIELO, LILACS e BVS, com a utilização dos descritores “Desnutrição”, “Saúde da Criança” e “Profissionais de Enfermagem”. A seleção foi restrita a estudos publicados entre 2019 e 2023 em português, resultando em quinze textos, dos quais nove atenderam aos critérios estabelecidos. A alta prevalência de crianças ribeirinhas com baixa estatura para a idade está diretamente associada à desnutrição, decorrente da falta de acesso à alimentação adequada, da baixa escolaridade dos pais e da vulnerabilidade socioeconômica das populações ribeirinhas da região Norte. Esse quadro de desnutrição resulta em diversas vulnerabilidades à saúde das crianças, tornando-as mais suscetíveis a doenças e infecções parasitárias devido à baixa qualidade da água. Os profissionais de enfermagem desempenham um papel essencial nessas comunidades, atuando na educação em saúde, administração de antiparasitários,

vitaminas e vacinas, e no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças de 0 a 10 anos. Além disso, orientam os pais sobre o uso de hipoclorito de sódio para tratar a água e fornecem informações sobre como alcançar uma alimentação adequada, mesmo com dificuldades econômicas, além de instruí-los sobre programas governamentais que oferecem apoio para essas vulnerabilidades. No entanto, os profissionais enfrentam desafios significativos, como a falta de transporte, dificultando o acesso a um atendimento de qualidade nessas comunidades. Conclui-se que a atuação dos profissionais de enfermagem pode contribuir significativamente para a redução das taxas de desnutrição na região Norte do país, em colaboração com os demais membros das equipes multiprofissionais. Essa assistência é fundamental para garantir que, apesar das limitações socioeconômicas e educacionais dos pais, as crianças possam alcançar saúde de qualidade e um desenvolvimento adequado.

GESTÃO PET-SAÚDE 2022-2023: UM OLHAR ABRANGENTE ÀS DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Mariana Zamprogno Zottele, Anna Flávia Piccin Henriques de Souza, Kamilla Silva Mathielo, Sara Evelin Penha Gonçalves Soares, Adjane da Silva Vasconcelos, Francine Alves Gratival Raposo

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) é uma iniciativa governamental brasileira que visa promover a integração entre ensino, serviços de saúde e comunidade. No último edital, o tema “Atenção às Pessoas com Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e Diabetes Mellitus (DM) na Atenção Primária à Saúde” foi atribuído aos alunos da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). O objetivo deste trabalho é relatar a imersão no desenvolvimento de ações estratégicas de educação no trabalho, gestão e assistência voltadas à saúde das pessoas com HAS e DM na Atenção Primária à Saúde (APS). O estudo descreve a experiência de alunas dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina, participantes do projeto PET-Saúde: Gestão e Assistência – 2022/2023. As atividades iniciaram com o alinhamento conceitual da Política Nacional de Atenção Básica, do Previner Brasil e do Plano Municipal de Saúde de Vitória 2022–2025. As alunas colaboraram na elaboração da Linha de Cuidado de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e do Plano Municipal de Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis (DANT), participaram de treinamentos sobre o uso do sistema informatizado Rede Bem Estar e realizaram ações educativas no Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, além de atualizar os dados cadastrais de idosos com HAS e DM em uma instituição de longa permanência no município. Durante o recadastramento, foi observado que a maioria dos indivíduos não possuía cadastro atualizado ou sequer estava registrado no sistema Rede Bem Estar, e que a ficha Hiperdia estava incompleta na maioria dos casos. As campanhas educativas revelaram que muitos pacientes não realizam acompanhamento regular nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e não têm informações adequadas sobre as complicações de curto e longo prazo dessas doenças crônicas. A experiência vivenciada no programa levou à conclusão de que é fundamental priorizar medidas que incentivem o uso do sistema de gestão das UBS, com informações

epidemiológicas sobre os portadores de doenças crônicas, como a ficha Hiperdia, para direcionar de maneira mais eficaz as ações de saúde e garantir um acompanhamento adequado dos pacientes. Além disso, a promoção de mais ações de conscientização sobre HAS e DM, possivelmente com incentivos, é essencial, pois o agravamento dessas doenças gera custos socioeconômicos mais elevados do que a prevenção precoce. A participação no PET-Saúde foi de grande relevância para a formação acadêmica e ressaltou a importância do trabalho interdisciplinar na Atenção Primária à Saúde.

INACESSIBILIDADE DE POVOS ORIGINÁRIOS E QUILOMBOLAS A SAÚDE BÁSICA E INTEGRAL: UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE

Mariane Custódio Januário Malheiros, José Jefferson Alves da Silva, Nicolas Meirelles pereira

A ausência de integralidade na saúde vivenciada pelos povos originários e indígenas, apesar de ser uma garantia constitucional o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), reflete as desigualdades sociais e raciais sofridas por essas comunidades, assim como o controle social imposto sobre elas. O processo histórico de desigualdades ao qual esses povos foram submetidos contribui para a manutenção da precariedade do cuidado integral na Atenção Primária à Saúde, o que leva a uma autopercepção negativa da saúde e ao agravamento das condições de saúde, como a prevalência de doenças crônicas e a menor expectativa de vida. Embora a Atenção Primária e órgãos como a PNSIPN e a PNASPI visem garantir a equidade no atendimento dessas populações, as demandas de saúde continuam a ser uma questão a ser superada, pois essas comunidades ainda enfrentam um círculo vicioso de precariedade, sendo punidas pelo elitismo e pelo controle social exercido sobre elas. Adicionalmente, mulheres, pessoas sem ensino fundamental e não brancas, características comuns nos povos indígenas e quilombolas, têm maior probabilidade de sofrer discriminação por parte dos agentes de saúde. O objetivo deste estudo é mitigar as questões sociais e étnico-raciais que dificultam o acesso à saúde básica e integral e à dignidade humana, promovendo discussões sobre os obstáculos burocráticos na Atenção Primária à Saúde e as representações do imaginário coletivo. Para isso, realizamos uma revisão sistemática de publicações científicas, com foco em problemas e especificidades de saúde dessas comunidades, como a necessidade de cuidados ginecológicos, depressão, doenças crônicas e tratamentos oncológicos, além de questões como “dificuldade de acesso”, “falta de profissionais”, “racismo”, “negligência médica” e a necessidade de “cuidado especializado”. O intuito é reduzir a inacessibilidade e a precariedade, permitindo que essas comunidades superem a invisibilidade a que estão submetidas, com o objetivo de promover a criação de novas unidades de saúde e ações planejadas para o desenvolvimento dessas populações. Como critérios de inclusão, adotou-se uma janela temporal de dez anos para a seleção dos artigos, excluindo aqueles que destoassem do contexto do Sistema de Saúde brasileiro. Os resultados serão apresentados após a seleção, avaliação e síntese das informações extraídas dos estudos. Espera-se identificar que as condições de vida, a falta de saneamento adequado e outros fatores contribuem para uma série de problemas de saúde, como parasitoses intestinais, quadros depressivos, síndromes metabólicas e hipertensão arterial, entre outros.

ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO RURAL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL EM PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Camila Franceschi, Bruna Oliveira Ungaratti Garzão, Vanessa Ramos Kirsten

O Sistema Único de Saúde (SUS) orienta que a elaboração dos Planos Municipais de Saúde (PMS) contemple todas as populações equitativamente, respeitando suas especificidades. Na população rural, os modos de vida tradicionais se mesclam aos arranjos próprios dos territórios, refletindo diretamente na saúde dos indivíduos. Os PMS devem, portanto, considerar as particularidades da ruralidade, expressando a configuração social, cultural e de saúde do município. Este trabalho teve como objetivo identificar como o planejamento da atenção à saúde para a população rural está sendo abordado nos PMS. Trata-se de um estudo quantitativo e descritivo, realizado por meio da análise documental dos PMS de 26 municípios da 15ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul, referentes ao quadriênio 2022–2025. Os PMS foram subdivididos nas seções: Introdução e Análise da Situação; Objetivos e Metas; Propostas de Intervenção. Foram selecionadas as palavras-chave “rural”, “rurais”, “campo”, “interior”, “acesso”, “agricultor”, “agrícola” e “agrotóxico” para análise. A presença de cada termo que correspondesse ao objetivo da pesquisa foi contabilizada, e sua ocorrência foi utilizada para avaliar a abordagem dos PMS sobre o tema. O resultado mostrou que 21 municípios mencionaram, ao menos uma vez, a população rural em seus PMS. Desses, 17 mencionaram na introdução e análise situacional, dois nos objetivos e metas, e sete nas propostas de intervenção. Apenas um município abordou a ruralidade nas três seções. Os territórios rurais da região são fortemente marcados pela agricultura, o que limita a compreensão de outras formas de vida nessas áreas. Os termos “agricultor”, “agrícola” e “agrotóxicos” apareceram 24 vezes ao todo, com 14 municípios destacando o alto consumo de agrotóxicos na região e o risco de intoxicação para trabalhadores. O uso intensivo de agrotóxicos agrava a situação alimentar e de trabalho, além de prejudicar o meio ambiente, demandando ações intersetoriais robustas para reconfigurar os sistemas de produção de alimentos. Outro aspecto relevante, citado por 12 municípios, é o acesso à alimentação adequada e saudável, considerado determinante e condicionante da saúde. Sabemos que a ruralidade acarreta dificuldades de acesso físico e econômico a condições essenciais de vida. O acesso a serviços e ações de saúde foi diretamente citado em sete PMS e subentendido no planejamento de ações de Educação em Saúde para a população rural em quatro. A ruralidade compõe a identidade social e econômica de muitos municípios, dos quais dez reconhecem as vulnerabilidades dessa condição, com grande parte da população residente em áreas rurais. No entanto, apesar de serem mencionados na seção inicial dos PMS, as ações voltadas para essa população são muitas vezes genéricas ou incipientes. Conclui-se que, embora a ruralidade impacte diretamente a saúde, os PMS avaliados ainda são limitados em seu planejamento, abordando a população rural principalmente pela ótica econômica. Para promover a saúde integral da população rural, é necessário que a gestão pública adote um planejamento mais próximo às suas necessidades específicas.

A IMPORTÂNCIA DO CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS NO TERRITÓRIO PARA A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Kaiane Fernandes Martins, Rafaela Fernandes Garcia, Juliana Vila Real de Quadros, Isadora Raquel Medeiros de Araujo, Igor de Oliveira, Cristiane Gabim Brizola, Carolina Simonetti Zorzi, Laís Mara Caetano da Silva Corcini

O cadastramento das famílias em uma determinada área está vinculado a projetos sociais, saúde coletiva e outras ações governamentais, sendo realizado em várias etapas para assegurar que os serviços e auxílios sejam fornecidos corretamente. Nesse processo, realiza-se a identificação e o mapeamento de todos os núcleos familiares de uma região, conduzido por agentes comunitários de saúde (ACS) e equipes de saúde da família (ESF), que fazem visitas domiciliares para coletar dados detalhados sobre os integrantes da família, sua saúde, moradia e contexto socioeconômico. O objetivo principal desse cadastramento é conhecer o território e a população, permitindo que a equipe de saúde tenha uma visão ampla dos aspectos socioeconômicos, demográficos e epidemiológicos, a fim de planejar ações de saúde conforme as necessidades locais. O cadastramento é fundamental para o sucesso da Estratégia de Saúde da Família (ESF), pois fornece informações detalhadas que possibilitam a implementação de ações para promover a saúde e prevenir doenças, garantindo um atendimento contínuo e abrangente à comunidade. Ele permite o monitoramento constante da evolução dos usuários, facilitando a criação de um vínculo de confiança entre a equipe e as famílias, aumentando a adesão ao tratamento. Além disso, com os dados obtidos, as equipes podem planejar ações mais eficazes, como campanhas de vacinação, educação em saúde e prevenção de doenças crônicas, ajustadas às necessidades da população. O cadastramento também garante que as populações vulneráveis tenham acesso aos serviços de saúde. Em suma, o cadastramento das famílias no território é uma ferramenta indispensável para a Estratégia de Saúde da Família, pois viabiliza a implementação eficaz das ações de saúde, promove a continuidade do cuidado, assegura o acesso equitativo aos serviços e fortalece o vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade.

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: RELAÇÕES COM VULNERABILIDADES SOCIAIS

Igor de Oliveira, Laís Mara Caetano da Silva Corcini, Carolina Simonetti Zorzi, Cristiane Gabim Brizola, Isadora Raquel Medeiros de Araújo, Juliana Vila Real de Quadros, Júlia Gabriel Silva, Kaiane Fernandes Martins, Rafaela Garcia Fernandes

As infecções sexualmente transmissíveis (IST), causadas por vírus, bactérias e outros microrganismos, são geralmente contraídas por meio do contato sexual desprotegido com pessoas infectadas. No Brasil, as IST continuam sendo uma questão de saúde pública persistente, com destaque para doenças como HIV, sífilis, hepatites B e C, especialmente entre indivíduos em condições de

vulnerabilidade social. Para enfrentar esse cenário, foi lançado em 2024 o Programa Brasil Saudável – Unir para Cuidar, com o objetivo de eliminar doenças e infecções associadas a determinantes sociais, focando naquelas passíveis de prevenção, tratamento ou cura. Este trabalho propõe uma reflexão sobre as políticas de saúde vigentes no enfrentamento das IST, com ênfase na vulnerabilidade social. No processo de formação e nas vivências práticas, os futuros enfermeiros são aproximados das comunidades, promovendo a integração entre ensino e serviço e possibilitando a articulação entre teoria e a realidade dos serviços de saúde. Essa aproximação revela que a vulnerabilidade social tem um impacto direto nas IST, devido a fatores sociais, educacionais, culturais e de acesso aos serviços de saúde. Portanto, é necessária uma articulação intersetorial para promover uma maior compreensão sobre saúde e formas de prevenção dessas infecções. A importância do trabalho interdisciplinar focado nas necessidades da população, especialmente das mais vulneráveis, é crucial para garantir uma abordagem de saúde mais eficaz. Em síntese, é fundamental que as políticas de saúde, incluindo o Programa Brasil Saudável, sejam reforçadas com investimentos focados no enfrentamento das IST, promovendo ações equitativas que atendam às necessidades específicas de cada comunidade, família e indivíduo. Assim, a formação dos futuros enfermeiros deve proporcionar espaços de aprendizado para que compreendam e atendam as necessidades da população, adotando uma abordagem interdisciplinar que valorize não apenas a prestação de serviços de saúde, mas também a promoção de saúde e o fortalecimento das políticas de saúde no enfrentamento das doenças determinadas socialmente.

INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Ana Letícia Cardoso da Silva, Sara Yasmim Rodrigues Bonfim Marques, Ana Suelen Pedroza Cavalcante

A disciplina de Introdução à Formação Interprofissional para o Sistema Único de Saúde (IFISUS) tem como objetivo desenvolver competências que reforçam os princípios e as diretrizes do SUS, além de promover a atuação colaborativa em equipes interprofissionais na Atenção Primária à Saúde (APS) e nas Redes de Atenção à Saúde. Este trabalho visa relatar a experiência de discentes do curso de Medicina de uma universidade do interior do Ceará como monitoras da disciplina IFISUS. O estudo se configura como um relato de experiência, com abordagem qualitativa, realizado na Universidade Estadual do Ceará, campus Crateús, com a segunda turma do curso de Medicina, durante um período de quatro meses. Durante esse intervalo, as monitoras auxiliaram os alunos no processo de aprendizagem, desenvolvendo habilidades e competências essenciais, como organização, comunicação, proatividade, trabalho em equipe e liderança. As atividades realizadas pelas monitoras incluíram gamificação, discussões, questionários, trabalhos em grupo, aprendizagem entre pares, estudos de caso e avaliações de desempenho, com o intuito de aprimorar a abordagem pedagógica e promover a interação entre os alunos. As monitoras foram supervisionadas pela professora responsável pela disciplina. Os resultados

indicam que a monitoria proporcionou diversas responsabilidades e oportunidades de aprendizado, tanto acadêmico quanto pessoal e profissional. Dentre as atividades mais relevantes, destacam-se o apoio acadêmico por meio de tutorias, preparação de materiais didáticos, monitoramento do desempenho acadêmico e a organização de atividades práticas. A experiência de monitoria exigiu planejamento e organização, com a criação de cronogramas semanais de estudo e definição de metas. Além disso, foi importante a revisão de materiais acadêmicos e a participação em formações pedagógicas voltadas ao aprimoramento das habilidades de ensino e avaliação. Observou-se, especialmente por meio da gamificação, que houve dificuldades iniciais de confiança entre os alunos em atividades que envolviam grupos e decisões coletivas, mas com o tempo, essa confiança foi se solidificando, o que contribuiu para otimizar o tempo das atividades e promover uma melhor integração da turma. Ao longo do processo, as monitoras adquiriram uma compreensão mais profunda sobre a importância do trabalho em equipe e da interprofissionalidade, tanto na sala de aula quanto na prática da saúde. Em conclusão, a monitoria na disciplina IFISUS proporcionou uma vivência prática da docência e reforçou a importância de preparar os futuros profissionais de saúde para o trabalho interprofissional, essencial para a integração da equipe e a qualidade do atendimento aos pacientes.

PREVENÇÃO DE HIV (VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA) EM UMA ALDEIA INDÍGENA DO INTERIOR DO AMAZONAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Marcelo Augusto da Silva Seixas, Lorena Gleice Azevedo da Silva, Syrrame Guimarães Diniz,
Jean Carlos de Lima Deveza, Vinicius Soares Mitouso, Caio Cesar Veras Pereira

Este relato de experiência descreve uma ação de educação em saúde sobre prevenção de HIV, realizada por estudantes do oitavo semestre do curso de bacharelado em Enfermagem, em uma comunidade indígena localizada no interior do Amazonas, com acesso exclusivamente por via fluvial. A atividade foi planejada e executada em parceria entre a universidade e o governo municipal, sendo o transporte fluvial essencial para o deslocamento até a comunidade. A ação ocorreu em um espaço comunitário da aldeia durante um evento escolar, o que facilitou o alcance da população, composta principalmente por adultos e jovens. Foram realizadas orientações sobre o HIV, suas formas de transmissão e medidas preventivas, além da distribuição de preservativos masculinos e a instrução sobre o uso correto. A atividade integrou o componente curricular da disciplina *Saúde das Populações Amazônicas*, no curso de graduação em Enfermagem. O enfermeiro, nesse contexto, se torna protagonista ao realizar a educação em saúde, especialmente no cenário amazônico, aproximando os estudantes da população e promovendo a difusão de conhecimento e a promoção da saúde. Ressalta-se a importância de a universidade proporcionar essas experiências aos alunos de Enfermagem, preparando-os para atuar em áreas remotas e refletindo sobre as desigualdades no acesso à saúde enfrentadas pelos povos originários, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais equitativas para essas populações.

A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO SETOR DE CENTRO DE TRATAMENTO PARA QUEIMADOS (CTQ): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriela Pinheiro de Andrade, Tiago de Oliveira Nogueira, Camilly Campos Vasconcelos, Jessé David Nascimento da Costa, Gabriel Ramos da Silva

As queimaduras são lesões nos tecidos do corpo causadas pela exposição a altas temperaturas, substâncias químicas, radiação ou fricção, e variam em gravidade, sendo classificadas em primeiro, segundo ou terceiro grau, conforme a profundidade e extensão da lesão. A assistência em enfermagem aos grandes queimados é complexa e exige um conhecimento técnico-científico especializado para orientar a prática profissional. O objetivo deste estudo é relatar a experiência vivenciada durante o estágio curricular no setor de CTQ de um hospital de Manaus. Trata-se de um estudo descritivo, baseado no relato de experiência do estágio supervisionado de Enfermagem Clínica, realizado no dia 16 de maio de 2024, por acadêmicas do 9º período. Durante a visita hospitalar ao centro de grandes queimados, as acadêmicas tiveram a oportunidade de presenciar os cuidados diários prestados aos pacientes com lesões de segundo e terceiro grau, abrangendo toda a extensão da superfície queimada. Essa experiência contribuiu para a ampliação do conhecimento sobre a rotina do setor e a importância de uma assistência integral especializada, voltada para a segurança e o conforto dos pacientes. Constatou-se que a equipe demonstrou embasamento teórico e científico adequado, aplicando uma assistência qualificada no tratamento dos grandes queimados. Assim, destaca-se a importância de profissionais capacitados, com compreensão das alterações fisiológicas, para garantir uma atenção focada na prevenção de lesões teciduais e sistêmicas aos pacientes da unidade hospitalar.

PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE UMA REGIÃO DE SAÚDE DE VITÓRIA, SOBRE O ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS

Mara Rejane Barroso Barcelos, Maria Esthér Nóra Sanches, Thiago Batista Rocha, Giulia de Souza Cupertino de Castro, Cândida Caniçali Primo

A sífilis é uma doença sistêmica milenar, transmitida por contato sexual ou vertical, causada pela espiroqueta *Treponema pallidum*. Em 2016, o município de Vitória reformulou seu plano de enfrentamento à sífilis, composto por oito eixos: captação precoce de gestantes com sífilis; acompanhamento do pré-natal de todas as gestantes; oferta de tratamento adequado para a sífilis na população geral; monitoramento dos casos de sífilis adquirida; monitoramento das gestantes com sífilis e seus parceiros; monitoramento do plano; ações de prevenção para a sífilis na população geral e gestantes; e seguimento da sífilis congênita. Este estudo descritivo, com abordagem qualitativa, foi realizado nas oito unidades de saúde da região de Maruípe: Andorinhas, Bonfim, Consolação, Bairro da Penha, Itararé, Santa Marta, Maruípe e São Cristóvão/Tabuazeiro. Foram entrevistados 24 profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e referências em sífilis), com três perguntas abordando

as facilidades, dificuldades e contribuições de cada um dos eixos do plano. As falas foram gravadas e transcritas, e a análise foi realizada utilizando o software IRAMUTEQ. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (Parecer nº 3.787.294). Entre as facilidades destacaram-se o acesso aos testes rápidos, o início precoce do tratamento, o acesso facilitado ao pré-natal, a oferta de Penicilina Benzatina nas unidades de saúde, a realização de exames de monitoramento e o acompanhamento de crianças expostas à sífilis. Como dificuldades, foram mencionados a falta de procura pela unidade de saúde para início do pré-natal, dificuldades na abordagem da população em risco social e no tratamento dos parceiros. As principais contribuições apontadas foram o tratamento precoce e oportuno, a busca ativa pelos agentes comunitários de saúde e as ações educativas para a prevenção das ISTs. A análise qualitativa do plano de enfrentamento da sífilis na região de Maruípe possibilitou maior compreensão da problemática e levou à realização de novas ações para aprimorar a atenção pré-natal e a prevenção da transmissão vertical da sífilis. O estudo também evidenciou lacunas persistentes nas estratégias, fornecendo um conhecimento científico para orientar futuras decisões.

OUTUBRO ROSA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO MORAES (HUCAM): A TRAJETÓRIA NO PERÍODO 2022–2023

Mara Rejane Barroso Barcelos, Luiz Alberto Sobral Vieira Júnior, Neide Aparecida Tosato Boldrini, Rosieny de Souza Brandão, Karin Kneipp Costa Rossi, Maria Emília Nogueira Viana, Alice Fernandes Carvalho, Carlos Alberto Faria Leite, Raissa Kirle Kettle, Lara Pin Venturini, Mariana Conceição Luz, Gabriela Santos Silva, Leonardo Lopes Gloor, Carla Guedes Souto, Thiago Batista Rocha, Giulia de Souza Cupertino de Castro, Maria Esther Nóra Sanches, Leonardo Fabem Moreira

Os cânceres de mama e colo uterino são importantes problemas de saúde pública no Brasil e no mundo. O câncer de mama é a principal causa de óbito por câncer entre as mulheres e o segundo mais frequente na população feminina, enquanto o câncer de colo uterino ocupa o quarto lugar em mortalidade feminina no Brasil. A realização de ações educativas voltadas para mudanças no estilo de vida pode contribuir para a prevenção dessas doenças e reduzir a mortalidade. O Projeto Outubro Rosa no HUCAM, criado em 2017, tem como objetivos conscientizar os alunos do internato e residência médica sobre a importância da prevenção do câncer ginecológico, com foco nas mulheres trabalhadoras dos diversos setores do HUCAM, realizando ações educativas em sala de espera, prevenção de câncer ginecológico, detecção e tratamento de patologias, e encaminhamento para atendimentos especializados, quando necessário. Este trabalho descreve os resultados do Projeto Outubro Rosa no HUCAM, realizado de julho de 2022 a junho de 2023. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, no qual o atendimento inicial é realizado por médicos residentes e internos de medicina, que coletam os dados da anamnese, realizam exames físicos e solicitam exames complementares, sob supervisão de um professor responsável. Alunos extensionistas colaboram com questões administrativas. O retorno das pacientes é agendado para apresentação dos resultados e,

quando necessário, as patologias detectadas são tratadas a nível ambulatorial ou hospitalar. Durante o período de 2022/2023, foram agendadas 67 pacientes, das quais 48 compareceram para a consulta e 45 participaram efetivamente do projeto. A idade média das pacientes foi de 43 anos, com menarca média de 12 anos e menopausa média de 48 anos. A média de gestações foi de 1,7, e o período médio de amamentação foi de 12,8 meses. Quanto ao perfil psicossocial, 46,6% das pacientes relataram sedentarismo e 11% eram tabagistas. Do total de participantes, 15,5% apresentaram alterações no exame físico ginecológico. A coleta de colpocitologia oncótica foi realizada em 34 pacientes (82%), e apenas uma delas apresentou alteração (ASC-US). No exame físico das mamas, 6,7% das pacientes apresentaram alterações, destacando a importância do rastreamento das patologias mamárias. Todas as pacientes com alterações foram tratadas ou encaminhadas para ambulatórios especializados, com algumas permanecendo em acompanhamento. O projeto destaca a importância de garantir acesso das servidoras a serviços de saúde de qualidade, evidenciando a necessidade da continuidade das ações médicas para as mulheres trabalhadoras do HUCAM, com o objetivo de promover a saúde e prevenir o câncer ginecológico.

“O UNIVERSO VOCABULAR DE PARTICIPANTES DE OFICINA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE SOBRE CUIDADO POPULAR E A PRODUÇÃO DE RESULTADOS-TRILHAS PARA DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA

Maria Rocineide Ferreira da Silva, Adauto Martins Soares Filho, Gilmara Lúcia dos Santos, Cheila Marina de Lima, Jéssica Procópio de Quadros, José Jocilson Nascimento Silva, Osvaldo Peralta Bonetti, Talita Maria Lima da Silva, Ana Carolina de Araújo Monjardim, Vera Lúcia de Azevedo Dantas

O cuidado, conforme expresso por Leonardo Boff, está relacionado a uma atitude de pré-ocupação, focada em responder às necessidades de outro, muitas vezes de formas sutis ou imperceptíveis. Este conceito tem ganhado relevância atualmente, especialmente com sua incorporação pelas diretrizes do governo federal, sendo discutido em diversos fóruns, além das responsabilidades tradicionais do setor saúde. O objetivo deste trabalho é apresentar as concepções sobre o cuidado popular a partir da análise do vocabulário utilizado por técnicos e gestores do Ministério da Saúde durante o Seminário “Cuidado e Vigilância Popular em Saúde no Enfrentamento das Doenças Crônicas e Violências: Empoderamento de Populações em Situação de Vulnerabilidade”. No início do seminário, os participantes foram convidados a completar a frase: “Para você, cuidado popular é...”, utilizando a ferramenta Mentimeter. As respostas geraram uma nuvem de palavras, cujas dimensões variavam conforme a frequência com que foram mencionadas. O resultado refletiu as percepções dos presentes, destacando termos como “acolhimento” e “coletividade”, que sugerem ações colaborativas nas comunidades, com ênfase nas afecções e no vínculo interpessoal. Outras expressões notáveis foram “rede solidária”, “sabedoria ancestral”, “emancipador”, “reflexão pelo povo”, “população cuida” e “população protagonista do cuidado”. Esses vocábulos fornecem subsídios para refletir sobre como

promover o encontro entre saberes técnicos e populares, além de apontarem a importância de um diálogo qualificado entre diferentes sujeitos, facilitado por mediação, para a construção de políticas públicas mais eficazes e alinhadas com os resultados desejados. Este exercício reafirma a relevância da leitura de mundo e da contextualização das formulações de cuidado, destacando a necessidade de uma abordagem mais integrada e sensível às realidades locais.

GERENCIAMENTO DE RISCOS NA ÁREA DE MANUTENÇÃO HOSPITALAR

Eduardo Grassioli, Daniel Klug

Este estudo de caso aborda o gerenciamento de riscos no setor de manutenção de um hospital de pronto-socorro localizado na zona norte de Porto Alegre, após um incidente de desabastecimento de água causado por uma falha elétrica. O trabalho destaca os riscos identificados e as ações adotadas para eliminá-los ou mitigá-los, evidenciando como uma simples falha em um processo pode desencadear uma reação em cadeia prejudicial ao funcionamento do hospital. O objetivo principal é compartilhar práticas eficazes de gestão de riscos, visando garantir a operação eficiente da instituição, a durabilidade dos equipamentos e a segurança de todos os profissionais e pacientes. Desenvolvido por um estudante do Curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar e técnico de manutenção de um grande hospital especializado em Porto Alegre, o estudo narra a experiência vivida durante o incidente e a implementação de um plano de gerenciamento de riscos, que abrange manutenção preventiva, preditiva e corretiva, criação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) e *checklists*. O plano também incluiu treinamento contínuo para a equipe responsável pela operação das caldeiras e protocolos claros para emergências, como vazamentos e falhas nos sistemas elétricos e de abastecimento. Como resultado, observou-se uma redução significativa no número de incidentes de desabastecimento de água, como interrupções no fornecimento e desgaste das bombas de recalque, o que garantiu o bom funcionamento de áreas essenciais, como o centro de materiais esterilizados e o setor de produção de refeições. Além disso, houve uma diminuição nos custos com manutenções corretivas das bombas, resultando em economia operacional para o hospital. O gerenciamento eficiente dos riscos no setor de manutenção hospitalar é crucial para a segurança e o adequado funcionamento das instalações. Ao final deste estudo, ficou claro que identificar os riscos em cada setor e utilizar as ferramentas de gestão adequadas é fundamental, pois uma falha, por mais simples que pareça, pode causar danos catastróficos. Em um hospital, onde cada setor é uma engrenagem essencial, o mau funcionamento de um componente, por menor que seja, pode paralisar o sistema como um todo. Por isso, é fundamental que todo risco seja previsto e que os colaboradores estejam devidamente qualificados para agir diante das situações.

VIVÊNCIAS DE PRAZER-SOFRIMENTO NA EXPERIÊNCIA DAS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NO PERÍODO DA COVID-19

Stephania Mendes Demarchi, Jeremias Campos Simões, Erika Maria Sampaio Rocha, Rita de Cássia Duarte Lima, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa, Ariane Silva Carvalho, Dherik Fraga Santos, Fabiana Turino, Maria Angélica Carvalho Andrade

Este trabalho descreve as vivências de prazer e sofrimento das profissionais de enfermagem em um hospital universitário, com base em uma pesquisa qualitativa e descritiva. Foram entrevistadas 40 mulheres profissionais de enfermagem, utilizando um roteiro semiestruturado e análise de conteúdo de Bardin. As entrevistas ocorreram entre 20 de julho e 12 de outubro de 2022, em Vitória (ES). A faixa etária das participantes variou entre 30 e 58 anos, sendo 29 delas (72,5%) mães, e 65,5% com filhos menores de idade. Quanto ao estado civil, 23 participantes eram casadas ou em união estável (57,5%), 4 eram divorciadas (10%), 11 eram solteiras (27,5%) e 2 viúvas (5%). O perfil profissional das participantes indicou que 17,5% eram auxiliares de enfermagem, 57,5% técnicas de enfermagem e 25% enfermeiras. Em relação ao tempo de serviço no hospital, 12,5% das participantes tinham até 5 anos, 67,5% entre 6 a 10 anos, 12,5% entre 16 a 20 anos e 7,5% entre 26 a 30 anos. Ressalta-se que 80% da amostra possuía no máximo 10 anos de serviço no hospital, e 30% tinham mais de um emprego. Os fatores que geraram prazer entre as profissionais incluíram a recuperação do paciente, bons relacionamentos com pacientes e acompanhantes, elogios, sentir-se útil e o bom relacionamento com a equipe. Já o sofrimento foi causado por dificuldades em lidar com a dor, doença, morte e sofrimento, além de problemas decorrentes da organização dos processos de trabalho e a falta de reconhecimento e valorização profissional. Ao relatarem seu cotidiano, as participantes mencionaram desafios que comprometem sua saúde física e mental. A pesquisa destaca a importância do comprometimento das instituições em minimizar o sofrimento das trabalhadoras e no reconhecimento e valorização do trabalho dessas profissionais, visando promover sua saúde e satisfação.

AS TRABALHADORAS DE SAÚDE: ATUALIZANDO MEMÓRIAS DE UMA LUTA COLETIVA

Stephania Mendes Demarchi, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa, Maria Cristina Silva Medeiros Corrêa, Rita de Cássia Duarte Lima, Jeremias Campos Simões, Fabiana Turino, Dherik Fraga Santos, Erika Maria Sampaio Rocha, Maria Angélica Carvalho Andrade

A carta escrita em 5 de dezembro de 2020 por uma enfermeira aposentada é um jogo entre tempo e memória, situando-se entre o passado e o futuro, no campo das possibilidades e de um vir a ser, e descreve os desejos da categoria da enfermagem, apresentados em forma de uma utopia, num futuro possível de conquistas. Na carta, a enfermeira reflete sobre os desafios enfrentados pela enfermagem durante a pandemia, como a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs),

jornadas extensas, a falta de respeito por parte dos pacientes, a estrutura física precária, o ritmo de trabalho estressante, o número inadequado de profissionais, salários baixos, os medos e tantas outras situações desafiadoras, incluindo o sofrimento provocado pelas colegas que perderam a vida devido à covid-19. No entanto, a carta também ressalta as conquistas, como a aposentadoria com piso salarial definido, a tão sonhada jornada de 30 horas semanais, a eliminação do ensino a distância na enfermagem, a criação da lei de proteção à mulher trabalhadora, que protege todas de qualquer manifestação de violência e assédio, além de um órgão fiscalizador das instituições hospitalares para garantir a saúde das trabalhadoras. Também houve a reconquista da aposentadoria especial. Assim, a carta se torna um convite à reflexão sobre a necessidade de rupturas com as condições desumanas e negligentes que historicamente marcaram as relações de trabalho, em favor de novos modos de produzir esse trabalho, centrado principalmente no respeito, reconhecimento e responsabilizações, gerando novos modos de ser, pensar e agir na enfermagem. A carta da colega indica que nossa luta precisa ir além da atuação em nossos setores, hospitais e estados, sendo uma luta por novas formas de relações de trabalho e de valorização dos processos de cuidado na sociedade, onde se inclui o trabalho majoritariamente feminino, que envolve todas as categorias da enfermagem. Cabe ressaltar que, embora a utopia vislumbrada pareça distante, ela deve ser entendida como uma utopia ativa, uma semente de esperança de que há conquistas possíveis por meio da potência transformadora e coletiva. Constitui-se, portanto, num imperativo movimento em memória das colegas vítimas da covid-19, que devem ser honradas, e da necessidade de que a realidade e as condições do Brasil, o país que mais perdeu enfermeiros devido à pandemia, sejam modificadas. Diferente dos minutos de silêncio mencionados nesta carta, calculados pelo número de vítimas, hoje no Brasil, seria preciso mais de 650 minutos, ou seja, mais de dez horas de silêncio para honrar todas(os) profissionais de enfermagem que perderam suas vidas durante a pandemia. Esta carta, então, é dedicada à memória de tantas profissionais de saúde que, na missão de cuidar do outro, morreram em campo de batalha, na solidária e incansável luta pela recuperação da saúde dos outros.

ABRAM-SE AS CORTINAS, O MUNDO É UM PALCO: O “FAZER SAÚDE” ATRAVÉS DO TEATRO

Brenda Nunes Melgarejo

Considerar o “fazer saúde” como um instrumento de consciência crítica, utilizando o teatro como prática artística e ferramenta de diálogo, coloca-o no centro dos debates da classe trabalhadora e no enfrentamento das expressões da questão social e dos determinantes sociais de saúde. Além disso, o teatro se configura como uma poderosa ferramenta de promoção da saúde. Para os profissionais da saúde, a linguagem é uma das maiores ferramentas de intervenção junto aos pacientes, e a democratização da comunicação é, antes de tudo, uma questão de justiça social e cidadania, considerada um direito humano à informação, essencial à vida democrática. Desde os primórdios da história, o ser humano tem utilizado a arte e suas diversas expressões para se comunicar, sendo a arte criada com esse intuito,

e o teatro não é exceção. O teatro pode atuar como facilitador do diálogo entre os usuários da saúde e os profissionais, sendo também um ato político e uma maneira lúdica de conversar, utilizando a representação, a atuação, a cena, a dramaticidade e as capacidades de comunicação oral, visual, cênica e corporal para criar e transmitir mensagens. Quando falamos em teatro, os jogos e os exercícios desempenham papel fundamental na construção da reflexão, da crítica e da comunicação, com as técnicas comprometidas com a realidade social dos sujeitos. Como uma estratégia de educação em saúde, é necessário estabelecer um contato com as situações do cotidiano em seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Nesse sentido, desenvolver atividades educativas e culturais torna-se cada vez mais relevante para alcançar a integralidade do cuidado, uma das principais atribuições dos profissionais do SUS. O teatro, portanto, pode ser uma estratégia de promoção da saúde, enriquecendo as ações educativas de forma criativa, estimulante, integrativa e participativa, intensificando as trocas de saberes e favorecendo a construção de novas relações sociais. Assim, ao utilizar tecnologias leves em saúde que promovem a integralidade do cuidado, é possível reduzir o sofrimento, melhorar a qualidade de vida e desenvolver a autonomia dos sujeitos atendidos.

EQUIPE INTEGRADA DE PRÁTICA: EXPERIÊNCIA DA INTERAÇÃO ENTRE RESIDÊNCIA E GRADUAÇÃO EM UMA UNIDADE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Kétinan Gomes Silva, Smirna Tainã Santos Dantas, Caique de Moura Costa,
Carolina Pereira de Jesus Piancó, Marília Santos Fontoura

O Sistema Único de Saúde (SUS), como organizador da formação em saúde, constitui-se como um campo de prática para pesquisa e ensino nos cursos de graduação e pós-graduação da área da saúde, além de oferecer outras ações educativas voltadas para o aprimoramento dos trabalhadores. Reconhecendo a importância da inserção nos cenários de prática, os cursos de Enfermagem incluem os discentes no ambiente de trabalho para o desenvolvimento das habilidades profissionais. Nesse contexto, a residência, considerada uma modalidade de excelência na pós-graduação, surge como uma estratégia para qualificar profissionais por meio da formação no serviço, com o objetivo de atender às necessidades de saúde pública. No cotidiano do SUS, alunos de graduação e residentes se encontram, mas sem uma articulação direta. Este trabalho relata a experiência de uma enfermeira residente e uma estudante de graduação de Enfermagem do 8º semestre, ambas na área de Gestão e Educação na Saúde, e a interação dessa equipe no campo de prática de uma Escola de Saúde Pública na Bahia. O processo de trabalho integrado se mostrou eficiente, promovendo a articulação das atividades entre as duas, resultando em uma ação educativa. Inicialmente, os diálogos entre residente e estagiária aconteceram por meio da análise da situação dos problemas existentes em uma determinada coordenação. Após identificar os problemas, priorizou-se a necessidade de fortalecer a prática de avaliação, tanto em amplitude quanto em profundidade, nos cursos. Um formulário eletrônico foi aplicado às trabalhadoras envolvidas na oferta e avaliação dos cursos para identificar as fragilidades

que enfraqueciam o processo de avaliação. A partir das respostas, observou-se que um dos problemas estava relacionado à metodologia de avaliação utilizada pela Escola, o que demandava qualificação para as trabalhadoras. Assim, a equipe integrada de prática, sob orientação do preceptor, elaborou uma ação educativa. A atividade articulada entre estágio e residência e a troca mútua contribuíram para o aprendizado de ambas, seja pelos conhecimentos não visualizados pela residente durante sua formação ou pelos conhecimentos ainda não adquiridos pela estagiária no campo de prática. Nesse sentido, a relação desenvolvida durante o processo de elaboração das atividades destacou a importância de perspectivas distintas no trabalho, uma vez que cada indivíduo traz consigo um pouco do conhecimento adquirido ao longo de suas experiências pessoais e profissionais. O envolvimento entre os diferentes níveis de formação no serviço proporcionou uma reflexão sobre a relevância da atuação do enfermeiro, não apenas no contexto da “prática assistencial”, mas também em outros cenários, como a educação em saúde. Assim, a colaboração entre residência e estágio de graduação valoriza o aprendizado e as oportunidades de formação, contribuindo para a qualificação profissional.

DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIO SIMULADO PARA MANUTENÇÃO DE CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO CURTO

Nathália Yasmim dos Santos Assis, Mayná Geovana Arruda Lopes, Erika Ribeiro de Souza,
Luciano Marques dos Santos, Bianka Sousa Martins Silva, Juliana Genonadio de Oliveira,
Manuella Silva da Hora, Luana Moraes Santos Souza, Raquel Vieira Farias

A estabilização e cobertura adequadas do cateter intravenoso periférico curto exigem que o profissional desenvolva habilidades técnicas para reduzir a incidência de eventos adversos e melhorar a segurança na assistência. Nesse contexto, a simulação clínica surge como uma ferramenta dinâmica de ensino, permitindo o aprimoramento de competências em um ambiente seguro e controlado, sem causar danos ao paciente. Por meio de cenários fictícios, promove-se a formação do pensamento crítico e o aperfeiçoamento das ações relacionadas à tomada de decisão em situações semelhantes à prática. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de utilização de cenário simulado para a manutenção do cateter intravenoso periférico curto, com foco na formação de estudantes de graduação, pós-graduação e técnicos de apoio à pesquisa de uma Universidade Pública da Bahia. A simulação foi baseada em um *bundle* da Infusion Nurses Society (INS) e ocorreu em março de 2024, no Laboratório de Enfermagem, utilizando a técnica de simulação realística, que seguiu as etapas de organização do cenário, briefing, desenvolvimento, *debriefing* e avaliação. Foram criados dois casos clínicos fictícios, inspirados em eventos de uma instituição pediátrica, para demonstrar as habilidades adquiridas em momentos teóricos. Durante o processo, priorizou-se a precisão nos planos e nas etapas de *briefing* e *debriefing*. No *briefing*, informações principais foram compartilhadas para alinhar todos os envolvidos, minimizando erros e melhorando a execução do cenário. No *debriefing*, os participantes avaliaram o desempenho, refletindo sobre o que funcionou bem, os desafios enfrentados, e os ajustes necessários para futuras atividades. A validação do cenário simulado é essencial para minimizar erros na prática

clínica e contribuir para a formação de profissionais autônomos e responsáveis pela segurança do paciente. Ao integrar teoria e prática, a simulação facilita a evolução das competências dos envolvidos por meio da repetição, avaliação e reflexão sobre o conteúdo estudado.

DEBRIEFING COMO RECURSO PARA O APRENDIZADO DA MANUTENÇÃO DO CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO CURTO

Mayná Geovana Arruda Lopes, Erika Ribeiro de Souza, Luciano Marques dos Santos, Bianka Sousa Martins Silva, Juliana Genonadio de Oliveira, Maria Cristina de Camargo, Manuella Silva da Hora, Verônica Cunha Peixoto, Karine Emanuelle Peixoto Oliveira da Silva

O aprendizado sobre os cuidados para a manutenção de cateteres intravenosos periféricos curtos (CIVPC) deve ser desenvolvido desde a graduação, sendo fundamental para a prevenção de complicações, promoção da saúde e preservação da rede venosa do paciente. Nesse contexto, o *debriefing* se destaca como uma técnica inovadora e eficaz, visando aprimorar o conhecimento e a prática, identificando pontos positivos, negativos e lições aprendidas durante o processo de Simulação Clínica, uma metodologia ativa, para melhorar futuras ações e evitar erros na aplicação prática. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do uso do *debriefing* durante a Simulação Clínica de um *bundle* para a manutenção de CIVPC. Trata-se de um relato de experiência descritivo envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação de uma universidade pública da Bahia. O *debriefing* foi realizado em março de 2024, no Laboratório de Enfermagem, após um cenário de simulação realística baseado no *bundle* da Infusion Nurses Society (INS). O cenário foi estruturado em etapas: preparação, briefing, desenvolvimento, *debriefing* e avaliação, com a participação de duas estudantes de graduação, uma estudante de pós-graduação e uma técnica de apoio à pesquisa. Durante o *debriefing*, os participantes refletiram sobre suas ações, incluindo a avaliação de cada etapa do uso do *bundle*. Identificaram pontos fortes, como a higienização adequada das mãos antes e após o contato com o simulador e os sistemas para infusão intravenosa, a avaliação regular do sítio de inserção e a correta desinfecção do conector sem agulha. No entanto, também reconheceram áreas de melhoria, como a necessidade de maior meticulosidade na observação das condições de estabilização e cobertura do cateter, e discutiram a importância de tocar o sítio de inserção para detectar sinais de complicações, além de comparar os membros do paciente para identificar anormalidades. Essa reflexão permitiu que os participantes aprendessem com suas experiências e desenvolvessem estratégias para aprimorar sua prática futura. Em considerações finais, conclui-se que o *debriefing* é uma estratégia essencial para o aprimoramento contínuo nas práticas de manutenção de CIVPC, promovendo a reflexão, o desenvolvimento do conhecimento crítico e a melhoria contínua, garantindo segurança ao paciente e eficácia no tratamento. A experiência de utilizar o *debriefing* para o aprendizado na manutenção do cateter é complexa, mas estimulante, favorecendo a aquisição de novos conhecimentos e habilidades para a prática profissional. Portanto, o *debriefing* deve ser considerado parte integrante do processo ensino-aprendizagem em saúde.

SAÚDE, ARTE E LITERATURA DE RUA: EXPOSIÇÃO E DIÁLOGOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM UMA FESTA LITERÁRIA

Sophia Santos Arruda, Nayara Seara Santos, Maria Júlia Câmara Moraes, Julia Reimann dos Santos, Izadora Aparecida Assis Costa, Roberts Porto de Jesus, Fábio Lima Evangelista Segundo, Ellen Clara Costa Marques dos Santos, Etna Kaliane Pereira da Silva

A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, caracterizado pela pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e pela falta de moradia convencional regular. O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) é um importante equipamento de assistência para essa população. Com o objetivo de promover ações de educação popular em saúde com os usuários do Centro POP no município de Barreiras (BA), foi criado o projeto de extensão “Além da rua: práticas de promoção de saúde no Centro POP”. Desenvolvido por discentes de medicina da turma XVI da UFOB, sob orientação docente e da equipe da instituição, o projeto realiza encontros semanais com a população em situação de rua, promovendo intervenções dialógicas e lúdicas com foco na temática da saúde. O projeto também visa divulgar as ações do Centro POP para a comunidade barreirense e gerar reflexões sobre a população em situação de rua nos espaços públicos. Nesse contexto, os extensionistas organizaram uma exposição dialogada na Festa Literária Internacional de Barreiras (FLIB). O presente trabalho tem como objetivo relatar essa experiência, utilizando a arte e a literatura como instrumentos de diálogo sobre a saúde da população em situação de rua. A 7ª edição da FLIB, realizada em maio de 2024, teve como tema “Vozes femininas na literatura”, e o projeto “Além da rua” participou do estande da UFOB por meio do Programa Despertar. Foram expostas artes feitas pelos usuários do Centro POP, além de diversos textos da literatura de rua nacional, folders com indicações de livros e documentários e a história de Esmeralda Ortiz, autora homenageada pelos extensionistas. Durante a exposição, o projeto e o Centro POP foram apresentados aos visitantes, muitos dos quais desconheciam o serviço. A iniciativa estimulou diálogos sobre os direitos da população em situação de rua, incluindo o direito à saúde e à cidadania. Os diálogos realizados durante a exposição promoveram visibilidade para o Centro POP e para a população em situação de rua, destacando a necessidade do cuidado em saúde para esse grupo e a importância da Educação Popular em Saúde. Além disso, a arte e a literatura se mostraram poderosos instrumentos para compartilhar saberes, promovendo um intercâmbio de experiências. A exposição surpreendeu positivamente os extensionistas e contribuiu para uma maior popularização do projeto de extensão, o que possibilitou novas oportunidades de apoio institucional. Em considerações finais, a FLIB representou uma oportunidade para expandir o conhecimento sobre o Centro POP e a população em situação de rua para a comunidade barreirense, de maneira acessível e interativa. Os extensionistas conseguiram provocar reflexões sobre a saúde da população em situação de rua por meio das artes e da literatura, gerando um ambiente receptivo, participativo e satisfatório para o público presente no evento.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS ACOMPANHADAS PELO NÚCLEO DE TELESSAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Vanessa de Souza Amaral, Ana Luiza Paes Mingote, Michele Duarte Pereira, Tabata Isabely Souza Neves, Vitória Karoline Rodrigues Molica, Lara Camargo de Oliveira, Emanuele Louise Gomes de Magalhães, Emily de Souza Ferreira, Rosângela Minardi Mitre Cotta

O Núcleo de Telesaúde da Universidade Federal de Viçosa (NUTELES-UFV) foi desenvolvido com base em dois eixos de cuidado: o Telemonitoramento e a Teleducação, com o objetivo de acompanhar pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus (DM) e/ou hipertensão arterial (HA) na Atenção Primária à Saúde (APS) de nove municípios da microrregião de Viçosa (MG). O NUTELES-UFV é composto por um Portal de Informações (NutelesWeb) e um Aplicativo Móvel (NutelesApp). Este estudo pretende descrever o perfil sociodemográfico dos indivíduos acompanhados em um dos municípios da amostra. Trata-se de um estudo transversal e descritivo, com abordagem quantitativa, utilizando a interface do NutelesApp para o cadastro e coleta de dados relacionados à saúde dos pacientes. A análise envolveu dados coletados de 147 indivíduos de um dos municípios da amostra base do grupo controle, sendo realizada uma estatística descritiva para as variáveis sociodemográficas (idade, sexo e cor). O projeto ao qual o núcleo está vinculado foi aprovado pelo CEP/UFV (nº 4.475) e registrado no Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (ReBEC), ID: RBR-45hqzmf. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Programa de Inovação em Docência Universitária (PRODUS) da UFV, a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e o Laboratório de Banco de Dados e Engenharia de Software da Universidade Federal de Tocantins, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os 147 participantes da amostra pertencem a oito Unidades de Estratégia de Saúde da Família, com idades variando de 29 a 98 anos, sendo a média de idade de 66 anos. Desses, 70% são mulheres (n: 103) e 30% são homens (n: 44). Quanto à cor/raça, 32% se autodeclararam brancos (n: 48), 38% pretos (n: 56), 29% pardos (n: 41), 0,5% indígenas (n: 1) e 0,5% amarelos (n: 1). Em conclusão, a análise preliminar mostra o predomínio de doenças crônicas não transmissíveis em mulheres, idosos e indivíduos negros. Novas análises estão em andamento para um entendimento mais aprofundado e correlação dos dados. O uso de tecnologias digitais, como o NUTELES-UFV, fortalece o cuidado longitudinal e aproxima as intervenções assistenciais no planejamento terapêutico, reforçando a Rede de Saúde dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

A REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL DO CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM NA ORGANIZAÇÃO E NA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO CIENTÍFICO NO INTERIOR DA AMAZÔNIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Clara dos Santos Salgado, Bianca Mayana Ribeiro Reis, Juliane Nascimento Costa, Ryan Ferreira Cajaiba, Eudes Felipe Gomes Lopes, Pollyanna Ribeiro Damasceno, Elaine Martins dos Santos, Raquel Pinheiro Soares, Franciane de Paula Fernandesf, Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Raíssa Gabriele da Cruz Vieira, Fabiane Corrêa do Nascimento

O aprendizado na graduação vai além das aulas teóricas, uma vez que o ensino superior tem como objetivo formar indivíduos capazes de exercer suas profissões de maneira crítica e humanista na sociedade. Nesse contexto, o Centro Acadêmico surge como uma importante ferramenta para o desenvolvimento acadêmico, profissional e social dos estudantes, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio da realização de eventos e encontros científicos. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de Enfermagem na organização e realização da XXIII Semana de Enfermagem, evento ocorrido na Universidade do Estado do Pará, em Santarém, no período de 13 a 17 de maio de 2024, com a participação de alunos do Centro Acadêmico de Enfermagem, docentes e demais acadêmicos da instituição. Durante o evento, os estudantes se envolveram no planejamento da programação, criação de um site, convite aos palestrantes, organização de submissão e avaliação de resumos científicos, além da realização de mesas redondas, minicursos, workshops, ações em saúde e divulgação das atividades entre os acadêmicos e outras instituições de ensino da cidade. A supervisão das atividades foi realizada por uma comissão organizadora, composta pela coordenação adjunta do curso de Enfermagem, docentes e presidentes do Centro Acadêmico. A organização da Semana de Enfermagem possibilitou aos acadêmicos o conhecimento de diversos aspectos envolvidos na realização de um evento científico na área da saúde, permitindo que atuassem de maneira autônoma e tomassem decisões sobre o planejamento e execução das atividades, além de desenvolverem habilidades essenciais para a prática profissional, como liderança e trabalho em equipe. Para a comunidade acadêmica, o evento contribuiu para o aprimoramento dos saberes por meio de palestras, minicursos, workshops e mesas redondas sobre temas relevantes para o campo da Enfermagem, como empreendedorismo, especialidades, programas de residência e mestrado. A experiência demonstrou a importância da participação dos acadêmicos em centros acadêmicos e na organização de eventos científicos, uma vez que eles desempenham funções de gestão e integração essenciais para o exercício profissional, desenvolvendo competências que serão fundamentais para sua atuação futura no mercado de trabalho.

O PAPEL DA DIETA CETOGÊNICA COMO TERAPIA COMPLEMENTAR NO TRATAMENTO DA ESCLEROSE MÚLTIPLA

Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes, Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Julia Magalhães Cabral, Diva da Silva Gomes, Larissa Teixeira de Oliveira, Eduarda Tinoco Mariano, Andricea de Brito de Sá Oliveira, Ana Clara Rodrigues Alcantara, Iara Barbosa Ramos, Yve Ferreira, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

A esclerose múltipla (EM) é uma doença crônica autoimune de caráter neurodegenerativo que afeta o sistema nervoso central, cuja progressão clínica resulta em uma ampla gama de sintomas incapacitantes. Apesar dos avanços no tratamento farmacológico e manejo da doença, ainda não foi encontrada uma cura definitiva, o que faz com que muitos pacientes busquem abordagens complementares para gerenciar seus sintomas e a progressão da condição. Entre essas abordagens não farmacológicas, as intervenções dietoterápicas, como a dieta cetogênica (DC), têm emergido como potenciais estratégias terapêuticas para melhorar a qualidade de vida desses pacientes. A DC consiste em uma dieta com baixo teor de carboidratos e alto teor de gorduras, capaz de induzir o estado de cetose, no qual o corpo metaboliza gorduras para gerar energia, produzindo cetonas. Estudos recentes sugerem que, ao induzir cetose, a DC pode apresentar propriedades anti-inflamatórias e neuroprotetoras, contribuindo para atenuar a desmielinização e a neurodegeneração associadas à EM. Este estudo tem como objetivo sintetizar as evidências científicas atuais sobre o uso da DC como intervenção terapêutica complementar para pacientes com EM. A metodologia adotada foi uma revisão integrativa da literatura com base em seis artigos encontrados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) utilizando os termos “Dieta cetogênica” e “esclerose múltipla”, combinados pelo operador booleano “AND”. Foram incluídos apenas estudos em português ou inglês, realizados em humanos e publicados entre 2022 e 2024, com duração mínima de seis meses. Os resultados mostraram que a DC, utilizada como terapia complementar por seis meses, é segura e tolerável para pacientes com EM, promovendo impacto positivo no estado psicológico e na qualidade de vida, com melhorias no sono e redução de medidas antropométricas, fadiga, depressão, deficiência neurológica e inflamação relacionada ao tecido adiposo. Além disso, a intervenção gerou mudanças persistentes nos hábitos alimentares após a conclusão do estudo. Em relação aos níveis de Neurofilamento de cadeia leve (NfL), um importante marcador de danos neuronais e axonais, observaram-se níveis relativamente mais baixos no grupo que aderiu à DC, com reduções ainda mais expressivas em indivíduos que alcançaram níveis elevados de cetose. Conclui-se, portanto, que a adoção da DC como terapia complementar ao tratamento convencional da EM se mostra promissora, sendo uma intervenção segura e capaz de trazer benefícios significativos na qualidade de vida, no sono e nos sintomas clínicos, além de reduzir os níveis plasmáticos do marcador NfL.

COMPONENTES ALIMENTÍCIOS QUE EXERCEM FUNÇÃO POSITIVA OU NEGATIVA NOS SINAIS DE DENGUE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Francisco Ariel Nascimento Silva, Matheus Pedrosa da Silva, Miguel Afonso da Costa Pontes, Leticia Costa Wanderley, Cássio da Silva Cavalcante, Samilly Moriz da Frota Santos, Milena Souto Monteiro, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

A dengue é uma arbovirose endêmica em regiões tropicais e subtropicais, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* e dividida em quatro sorotipos, que causam sintomas variando de febre alta a dores musculares e articulares severas. A doença pode apresentar formas leves ou graves, como a dengue hemorrágica e a síndrome do choque da dengue, que podem ser fatais, especialmente em infecções secundárias por sorotipos diferentes, quando cascatas imunológicas exacerbam a resposta do organismo, aumentando a carga viral. Dentre as complicações graves, destacam-se a coagulopatia e a disfunção plaquetária, que envolvem redução na quantidade e eficácia das plaquetas. O tratamento é baseado em suporte clínico, incluindo hidratação adequada, controle da febre e da dor, e consumo de alimentos ricos em nutrientes essenciais, que desempenham papel crucial na recuperação. Este trabalho teve como objetivo identificar componentes alimentícios que modulam os sinais da dengue, com foco em efeitos terapêuticos ou adversos. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura em bases científicas como PubMed e Scielo, utilizando as palavras-chave “dengue”, “alimentos” e “sintomas”. Foram selecionados artigos publicados nos últimos 10 anos, excluindo publicações de acesso restrito. Após a triagem inicial, foram revisados resumos e textos completos, com os dados extraídos sintetizados qualitativamente. Entre os 11 artigos selecionados, não foram encontrados estudos que associassem alimentos ao desencadeamento de efeitos adversos nos sinais da dengue, mas foi identificada uma série de efeitos terapêuticos positivos. Estudos *in vitro* indicaram que extratos metanólicos de plantas como dente-de-leão (*Taraxacum officinale*) e urtiga (*Urtica dioica*), além de cogumelos culinários como *L. rhinocerotis*, *P. giganteus*, *H. erinaceus* e *S. commune*, possuem atividade inibitória na replicação do sorotipo 2 do vírus. Substâncias como flavonoides (quercetina, naringenina, mangiferina, geraniina, punicalagina) e lectinas de frutas também apresentaram essa capacidade, assim como a eritrosina B (corante industrializado) e a curcumina (açafrão-da-terra), que demonstraram inibir a NS2B-NS3 protease, uma enzima vital para a replicação viral. O extrato de folhas de mamão (*Carica papaya*) destacou-se por estimular a trombopoiese, prevenir a entrada e replicação viral, reduzir a trombocitopenia e diminuir o vazamento vascular. Conclui-se que diversas substâncias presentes em plantas, cogumelos, frutas, temperos e corantes apresentam potencial terapêutico contra a dengue, especialmente por reduzirem a replicação viral, apesar de não haver evidências de que alimentos desencadeiem efeitos adversos relacionados aos sinais da doença.

EXPERIÊNCIA DE UM FARMACÊUTICO NA PRECEPTORIA DA 10ª EDIÇÃO DO PET-SAÚDE (GESTÃO E ASSISTÊNCIA) EM UM CAPSIJ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ítalo Douglas Araujo Pereira

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) é uma iniciativa interministerial entre os setores de saúde e educação, coordenada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), com foco na integração ensino-serviço-comunidade a partir das demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). Em sua 10ª edição, lançada em 2022 com o tema Gestão em Saúde e Assistência à Saúde, houve em Niterói a articulação entre a Universidade Federal Fluminense e a Secretaria Municipal de Saúde para a implementação do projeto no município. Nesse contexto, o preceptor participou do Grupo Tutorial nº 03 – Procedimentos na Atenção Primária em Saúde, acompanhando a formação de quatro estudantes de Farmácia em diferentes períodos do curso. Este relato tem como objetivo descrever a experiência de um farmacêutico atuando como preceptor no âmbito da 10ª edição do PET-Saúde em um CAPSij no Estado do Rio de Janeiro, no período de 2022/2023. Após oficinas de integração realizadas na universidade, o grupo foi acolhido no campo de prática pela gerência e pelo preceptor e, em seguida, apresentado à equipe multiprofissional do serviço em reunião geral. Nos meses iniciais, os estudantes se familiarizaram com a complexidade do processo social envolvido na Reforma Psiquiátrica, sendo introduzidos aos dispositivos e equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município e às múltiplas abordagens de cuidado, com ênfase na clínica ampliada. Nesse contexto, o trabalho do farmacêutico em CAPSij foi compartilhado, abordando a gestão de medicamentos na unidade e a assistência direta aos usuários e suas famílias, com foco na promoção da autonomia e corresponsabilização no cuidado, fundamentados pela lógica do cuidado farmacêutico. As atividades de preceptoria utilizaram referências bibliográficas, recursos audiovisuais e situações-problemas como ferramentas para qualificar a assistência farmacêutica. Além disso, os estudantes participaram de diversas atividades além da farmácia, como acolhimento, convivência, atendimentos compartilhados, reuniões de educação permanente, oficinas, grupos terapêuticos e ações no território, sempre acompanhados por profissionais atentos à coprodução da autonomia. As reuniões de preceptoria, conduzidas de forma uniprofissional, buscaram fortalecer o núcleo de saber farmacêutico, mas evidenciaram a necessidade de ampliar as discussões para uma abordagem multiprofissional. Essa ampliação favoreceria uma aprendizagem colaborativa alinhada à realidade social, potencializando a capacidade de ação-reflexão-ação e aprimorando práticas transformadoras no campo da saúde mental infantojuvenil.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA FORMAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA: EXPERIÊNCIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA

Daphne Sarah Gomes Jacob Mendes, Maria Inez Montagner

Este relato descreve uma experiência formativa realizada na disciplina Pensamento Social em Saúde com estudantes ingressantes do curso de Saúde Coletiva (SC) na Universidade de Brasília (UnB). A disciplina, de caráter introdutório, busca apresentar as principais teorias e paradigmas da Saúde Coletiva, promovendo o conhecimento das bases epistemológicas do pensamento em saúde no Brasil e incentivando reflexões críticas sobre os desafios contemporâneos decorrentes da fragmentação do saber em saúde na modernidade. Compreendendo a Saúde Coletiva como um campo complexo, surgido no Brasil em um contexto de transformação social para atender às demandas da sociedade, ampliar o sistema de saúde e integrar as ciências sociais e humanas, a disciplina promove debates sobre multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, essenciais ao processo formativo. A experiência relatada ocorreu no primeiro semestre de 2023, no câmpus Ceilândia da UnB, durante um estágio em docência que envolveu 51 estudantes, sendo 15 calouros de SC e os demais oriundos de cursos como enfermagem, farmácia, fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia. As atividades incluíram acompanhamento virtual diário, organização de palestras e rodas de conversa com profissionais atuantes no campo e elaboração de avaliações somativas. Os resultados evidenciaram uma transformação nas percepções dos calouros, que inicialmente demonstravam intenção de trocar de curso, mas, ao final do semestre, passaram a valorizar e se entusiasmar com a área, compreendendo sua relevância prática e teórica por meio das atividades propostas. Além disso, os estudantes dos demais cursos reconheceram a importância do profissional de SC no sistema de saúde, ampliando sua visão sobre o campo. Conclui-se que o ensino e a formação em Saúde Coletiva devem evitar tanto a simplificação quanto a exacerbação, transformando o aprendizado em um processo instigante, reflexivo e colaborativo, capaz de promover protagonismo mútuo e superar desafios relacionados à baixa divulgação do curso e ao aprofundamento teórico-profissional.

PERFIL DE SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL DE PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS ACOMPANHADAS PELO NÚCLEO DE TELESSAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Lara Camargo de Oliveira, Vanessa de Souza Amaral, Ana Luiza Paes Mingote, Michele Duarte Pereira, Tabata Isabely Souza Neves, Vitória Karoline Rodrigues Molica, Emanuele Louise Gomes de Magalhães, Emily de Souza Ferreira, Rosângela Minardi Mitre Cotta

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são a principal causa de morbidade e mortalidade no mundo, e a população idosa, devido a fatores biopsicossociais, apresenta significativa

vulnerabilidade. Entre as consequências mais prevalentes, destacam-se a depressão e a ansiedade, que afetam diretamente a qualidade de vida e dificultam a adesão às recomendações terapêuticas. Este estudo tem como objetivo analisar a coexistência desses transtornos em indivíduos diagnosticados com diabetes mellitus (DM) e/ou hipertensão arterial (HA). Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e descritivo, realizado pelo Núcleo de Telesaúde da Universidade Federal de Viçosa, que acompanha pacientes com DM e/ou HA por meio de Telemonitoramento, com inscrições provenientes da Atenção Primária à Saúde (APS) de nove municípios da microrregião de Viçosa (MG). O estudo foi conduzido em um dos municípios pertencentes ao grupo controle e envolveu a análise descritiva de variáveis clínicas autorrelatadas, como idade, diagnóstico de DM, HA, depressão e ansiedade, e o tempo de diagnóstico das condições. O projeto foi aprovado pelo CEP/UFV (nº 4.475) e registrado no Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (ReBEC), ID: RBR-45hqzmf, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A amostra foi composta por 147 indivíduos, com idade média de 66 anos, oriundos de oito Unidades de Estratégia de Saúde da Família. Entre os participantes, 36% foram diagnosticados com DM e 95% com HA. Em relação ao tempo de diagnóstico de DM, 9,4% apresentaram diagnóstico recente (<1 ano), 26,4% entre 1 a 5 anos, 17% entre 5 a 10 anos, 45,3% com diagnóstico superior a 10 anos, e 1,9% não souberam informar. Para a HA, os valores foram 4,3% (<1 ano), 12,2% entre 1 a 5 anos, 14,4% entre 5 a 10 anos, 60,5% com diagnóstico superior a 10 anos e 8,6% sem informação. Quanto à depressão, 24,5% dos participantes foram diagnosticados, e 34% apresentaram diagnóstico de ansiedade. O tempo de diagnóstico de depressão foi distribuído da seguinte forma: 8,3% (<1 ano), 16,7% entre 1 a 5 anos, 13,9% entre 5 a 10 anos, 44,4% com mais de 10 anos e 16,7% não souberam informar. Para a ansiedade, 16% tinham diagnóstico recente (<1 ano), 20% entre 1 a 5 anos, 10% entre 5 a 10 anos, 34% com mais de 10 anos e 20% não souberam informar. O diagnóstico precoce é fundamental para um manejo adequado das condições e para a prevenção de complicações. O uso de ferramentas de saúde digital, como o Telemonitoramento, se mostra um aliado importante nesse processo, pois facilita o monitoramento contínuo e o acesso a informações de saúde, além de promover um cuidado mais eficaz, especialmente em casos com diagnóstico incompleto ou ainda não esclarecido.

UTILIZAÇÃO DO ALEITAMENTO HUMANO NA REDUÇÃO DA DOR DURANTE A VACINAÇÃO CONTRA A HEPATITE B EM NEONATOS

Davi Fernando Araújo da Silva de Almeida, Luciano Marques dos Santos, Karine Emanuele Peixoto Oliveira da Silva, Valesca Silveira Correia, Max Douglas de Jesus Carmo, Thaís Ferreira da Silva, Marielen Goveia Souza, Raquel Líbni Peixoto Moraes, Maysa da Hora dos Santos

O Programa Nacional de Imunização (PNI) estabelece o esquema básico de vacinação para a população, incluindo as crianças, que desde o nascimento estão expostas a procedimentos invasivos, como a vacina contra Hepatite B, representando uma das primeiras experiências dolorosas da vida. A dor não manejada adequadamente, especialmente no cérebro em desenvolvimento dos bebês, pode

gerar déficits motores, cognitivos e comportamentais, além de causar traumas que podem perdurar até a vida adulta, prejudicando procedimentos futuros semelhantes. Nesse contexto, diretrizes recomendam a amamentação como uma alternativa eficaz para o manejo da dor durante a administração da vacina contra Hepatite B. Estudos demonstram que crianças amamentadas durante a vacinação apresentam menor tempo de choro em comparação às não amamentadas. O objetivo deste relato é compartilhar a experiência de estudantes de enfermagem, integrantes de um grupo de pesquisa, ao observarem a oferta de aleitamento como forma de manejo e redução da dor durante a aplicação da vacina contra Hepatite B em uma unidade hospitalar pública. A experiência foi desenvolvida no âmbito de um programa de extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia, em unidades de alojamento conjunto de um hospital de média complexidade. O acompanhamento ocorreu entre fevereiro e março de 2024, com os estudantes e docentes observando as técnicas de enfermagem responsáveis pela vacinação dos recém-nascidos (RN). As mães eram abordadas no leito e informadas sobre o manejo da dor por meio do aleitamento, sendo questionadas sobre o desejo de realizar esse manejo. Após a autorização, seguia-se um protocolo estabelecido: o RN ficava 3 minutos sem estímulos no colo da mãe, 5 minutos mamando no seio, seguido pela aplicação da vacina, e, por fim, o RN continuava mamando por mais dois minutos após a aplicação para bloqueio dos estímulos dolorosos. Caso a mãe tivesse dificuldades para posicionar o RN, oferecia-se auxílio e orientações. Os resultados indicaram que os RN amamentados durante a vacinação apresentaram menor expressão de dor e menor tempo de choro. O efeito analgésico pode ser explicado pela presença de beta-endorfinas e triptofano no colostro, precursores da melatonina, que aumentam os mecanismos de bloqueio da dor. Além disso, os RN demonstraram maior calma e tranquilidade após o procedimento. As mães relataram alívio, satisfação e segurança, além de fortalecimento do vínculo com o bebê. Conclui-se que a amamentação foi eficaz não só no alívio da dor, mas também como uma medida de fortalecimento do vínculo mãe-bebê, oferecendo uma abordagem mais eficiente no manejo da dor durante a administração da vacina, sendo uma prática recomendável para proporcionar conforto durante o procedimento.

TUBERCULOSE CUTÂNEA E A IMPORTÂNCIA DAS INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM

Sabrina Larissa Ferreira dos Santos, Ana Camille Viana Falcão Brito, Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Analice França Lima, Gisela de Matos Maciel, Milena Zila Santos Cândido, Gisele Barbosa Rocha, Andréa Leite de Alencar Salgado

A tuberculose cutânea é uma manifestação rara da tuberculose extrapulmonar causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*. Apesar de sua baixa incidência, sua ocorrência persiste em algumas regiões, especialmente nas áreas endêmicas. O diagnóstico precoce e o tratamento adequado são essenciais para prevenir sequelas e a disseminação da doença. A enfermagem desempenha um papel crucial na identificação precoce, no manejo e na educação dos pacientes com tuberculose cutânea. Este estudo visa avaliar o papel da enfermagem no diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes com tuberculose cutânea, destacando a importância das intervenções de enfermagem

na abordagem holística desses pacientes. Caracterizado como uma revisão da literatura, o estudo consistiu na busca de artigos científicos nas bases de dados LILACS, MEDLINE e BDENF, utilizando os descritores “tuberculose cutânea”, “enfermagem” e “ações de enfermagem”. Foram identificados 10 artigos relevantes, publicados entre 2019 e 2024, abordando o tema e o envolvimento da enfermagem; no entanto, apenas 5 artigos foram selecionados conforme os critérios de elegibilidade. Os estudos revisados evidenciam que a enfermagem desempenha um papel fundamental na identificação precoce da tuberculose cutânea, por meio da avaliação cuidadosa de lesões cutâneas suspeitas e encaminhamento para exames diagnósticos apropriados. Além disso, a enfermagem contribui significativamente para o manejo dos sintomas, administração do tratamento medicamentoso e monitoramento da resposta ao tratamento. Sua atuação vai além do aspecto clínico, incluindo a educação dos pacientes sobre a importância da adesão ao tratamento, realização de cuidados domiciliares e prevenção de complicações. A enfermagem é também essencial na equipe multidisciplinar, proporcionando suporte emocional e educacional ao longo do tratamento. Após análise dos estudos, conclui-se que a enfermagem tem um papel essencial no manejo da tuberculose cutânea, desde o diagnóstico até o acompanhamento pós-tratamento, sendo fundamental para garantir melhores resultados clínicos, qualidade de vida e prevenção de sequelas. Este estudo destaca a importância da enfermagem na detecção e manejo da tuberculose cutânea, especialmente em contextos com recursos limitados. Os resultados podem subsidiar políticas de saúde e programas de capacitação, melhorando a resposta dos profissionais de enfermagem e, assim, contribuindo para melhores desfechos clínicos e qualidade de vida dos pacientes.

NÃO ERA O QUE SE PENSAVA: ESTUDO DAS OCORRÊNCIAS CLÍNICAS DO SAMU 192 NA GRANDE VITÓRIA EM QUE O PACIENTE NÃO FOI TRANSPORTADO

Gabriel Nunes Milagre, Lara Coqui Machado, Renata Almeida de Paula, Simone Karla Apolonio Duarte, Caio Duarte Neto, Julianna Vaillant Louzada Oliveira

O SAMU 192 desempenha um papel vital na Rede de Atenção às Urgências, garantindo assistência e transporte em tempo hábil aos pacientes em situações de emergência. No entanto, uma parte significativa das ocorrências clínicas para as quais se disponibiliza um recurso móvel (ambulância) não resulta no transporte do paciente para um serviço de saúde, gerando custos ao sistema sem oferecer benefício ao paciente. Este estudo visa analisar as ocorrências clínicas, identificando e quantificando os desfechos de atendimento que não culminaram no transporte do paciente. Trata-se de um estudo observacional transversal, com coleta de dados do Sistema de Regulação Médica das Urgências utilizado pelo SAMU 192 do Espírito Santo, nos anos de 2020 e 2021, na Central de Regulação Médica das Urgências de Serra (ES). Foram analisadas ocorrências clínicas nas quais houve envio de recurso móvel, mas o paciente não foi transportado para uma unidade de saúde após o atendimento pela equipe do SAMU. Os dados foram categorizados de acordo com o desfecho da

ocorrência, incluindo liberação no local, óbito, recusa de atendimento, recusa de transporte, remoção por terceiros e não localizados. Do total de 32.665 ocorrências clínicas atendidas pelo SAMU com envio de recurso móvel, 10.204 foram elegíveis após a aplicação do critério de inclusão, representando 31,2% dos envios em que o paciente não foi transportado para um serviço de saúde. Desses, 16,08% foram liberados no local, 8,09% não localizados, 13,69% resultaram em óbito, 12,65% houve recusa de atendimento, 28,92% recusa de transporte e 20,57% foram removidos por terceiros. Os resultados evidenciam um problema significativo no SAMU 192, com possíveis causas relacionadas aos desafios enfrentados pela Central de Regulação de Urgências, como a qualidade das informações recebidas, trotes e dificuldades de localização, além do tempo de resposta. Com base nos resultados apresentados, espera-se contribuir para melhorias no processo de regulação das urgências, incluindo estratégias para identificar trotes e garantir que os pacientes permaneçam no local da ocorrência. Intervenções que orientem os usuários a reportar qualquer mudança na situação, como a remoção do paciente por terceiros, são recomendadas. Além disso, a educação em saúde, por meio de projetos de extensão com estudantes do ensino fundamental, tem se mostrado uma estratégia eficaz para reduzir trotes. A adoção dessas medidas pode otimizar os recursos do SAMU 192, resultando em um atendimento mais eficiente e redução nos custos operacionais, melhorando a qualidade do serviço prestado.

PACIENTES CLÍNICOS ATENDIDOS PELO SAMU 192 EM 2020–2021: UMA DESCRIÇÃO DO PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DO ATENDIMENTO

Gabriel Nunes Milagre, Lara Coqui Machado, Renata Almeida de Paula, Simone Karla Apolonio Duarte, Caio Duarte Neto, Julianna Vaillant Louzada Oliveira

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192 desempenha um papel essencial no atendimento às emergências, com destaque para as ocorrências de causas clínicas. A análise dos padrões temporais das solicitações é fundamental para otimizar a alocação de recursos e aumentar a eficiência do serviço. Este estudo, de caráter observacional transversal, analisou os atendimentos clínicos realizados pelo SAMU 192 na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES) em 2020 e 2021, com dados extraídos do Sistema de Regulação Médica das Urgências, localizado na Central de Regulação Médica no município de Serra (ES). Foram incluídos pacientes de todas as idades atendidos por recursos móveis (ambulâncias) em atendimentos primários, excluindo-se aqueles com dados incompletos ou preenchimento inadequado. As variáveis analisadas incluíram o período de solicitação (matutino, vespertino, noturno, madrugada), o turno (diurno, das 7h às 19h; ou noturno, das 19h às 7h) e o dia da semana. Entre os 32.665 atendimentos analisados, o período vespertino concentrou 33,9% das solicitações, seguido pelo matutino (27,5%), noturno (20,0%) e madrugada (18,6%), com o plantão diurno abrangendo 61,4% dos atendimentos e o plantão noturno, 38,6%. Quanto ao período semanal, a maioria das ocorrências foi registrada de segunda a sexta-feira (72,3%), destacando-se a segunda-feira (15,2%) como o dia mais demandado, seguida por terça-feira (14,9%) e quarta-feira

(14,7%). Esses dados indicam a necessidade de ajustes na alocação de recursos, especialmente para os plantões diurnos, com atenção aos períodos vespertino e matutino e aos picos de segunda-feira. A redistribuição de escalas e a adoção de estratégias específicas podem melhorar a eficiência do serviço, sendo recomendados novos estudos para compreender padrões de atendimentos não clínicos e ampliar a capacidade de resposta do SAMU 192.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PACIENTES CLÍNICOS ATENDIDOS PELO SAMU 192 EM 2020–2021

Gabriel Nunes Milagre, Lara Coqui Machado, Renata Almeida de Paula, Simone Karla Apolonio Duarte, Caio Duarte Neto, Julianna Vaillant Louzada Oliveira

Nos anos 2000, a justificativa para a implementação e expansão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192 foi impulsionada principalmente pela crescente demanda por atendimentos às causas externas. Contudo, estudos realizados em diferentes estados brasileiros evidenciam que os atendimentos clínicos representam a maior parte das ocorrências. Considerando esse cenário, o presente trabalho objetiva traçar o perfil sociodemográfico dos pacientes clínicos atendidos pelo SAMU 192 na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES) (RMGV). Trata-se de um estudo observacional transversal, com coleta de dados do Sistema de Regulação Médica das Urgências, utilizado pelo SAMU 192 do Espírito Santo nos anos de 2020 e 2021, na Central de Regulação Médica localizada no município de Serra (ES). Foram incluídos pacientes classificados como clínicos, de todas as idades, oriundos de atendimentos primários, para os quais houve envio de ambulância, sendo excluídos casos com dados incompletos ou preenchidos de forma inadequada. As variáveis analisadas incluíram idade, faixa etária conforme o ciclo de vida proposto pelo IBGE (0 a 4 anos, 5 a 14 anos, 15 a 24 anos, 25 a 34 anos, 35 a 44 anos, 45 a 54 anos, 55 a 64 anos, 65 a 74 anos e 75 anos ou mais), proporção de idosos (≥ 60 anos), sexo e município de ocorrência (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Fundão e Guarapari). Foram analisados 32.665 atendimentos, com idades variando de 0 a 117 anos (média de 57,6 anos e mediana de 59 anos). A faixa etária mais atendida foi a de 75 anos ou mais (26,1%), seguida pelas de 55 a 64 anos (15,8%) e 65 a 74 anos (15,5%), enquanto as demais somaram 42,7%. Idosos representaram 49,9% dos atendimentos, com predominância de pacientes do sexo masculino (51,5%) em relação ao feminino (48,5%). Vila Velha liderou as solicitações (25,4%), seguida por Serra (22,9%), Cariacica (22,4%), Vitória (17,1%), Guarapari (7,8%), Viana (3,3%) e Fundão (1,1%). A caracterização sociodemográfica dos pacientes clínicos fornece subsídios para decisões estratégicas da gestão do SAMU e para a elaboração de políticas públicas, destacando a necessidade de atenção especial à população idosa e masculina, além da alocação de recursos em áreas com maior demanda, como Vila Velha. Os achados contribuem para o aprimoramento do serviço de emergência e podem fundamentar futuras investigações sobre padrões de atendimento clínico na região.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIA EM UM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E ATENÇÃO A SAÚDE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA REGIÃO DA CALÁBRIA – ITÁLIA

Fernanda Cornelius Lange, Sheila Rubia Lindner, Guido Giarelli

Esse relato de experiência é um desdobramento de um projeto mais amplo sobre violência contra mulheres adultas e idosas, realizado durante um estágio doutoral na *Università degli Studi Magna Graecia di Catanzaro* (UMG), na Itália. A violência contra a mulher, um grave problema de saúde pública mundial, também é uma realidade preocupante no contexto italiano, com repercussões significativas na saúde física, mental e sexual das mulheres, além de aumentar o risco de mortalidade. Este trabalho tem como objetivo relatar a vivência em um serviço de acolhimento e atenção à saúde das mulheres em situação de violência na região da Calábria, Itália. Na Itália, os serviços de saúde são organizados pelo *Servizio Sanitario Nazionale* (SSN), que segue os princípios de universalidade, equidade e igualdade. O sistema é descentralizado e regionalizado, estruturado em três níveis (nacional, regional e local), sendo a região da Calábria o foco deste relato. O serviço em questão é o *Centro Antiviolenza* (CAV), de abrangência municipal e especializado em prevenção, acolhimento, orientação e assistência às mulheres em situação de violência, com uma equipe multiprofissional. A vivência ocorreu entre setembro e novembro de 2023, com 11 inserções no serviço, incluindo três visitas à instituição para compreender o trabalho da equipe e os fluxos de assistência, e oito participações em um grupo de teatro organizado pelo CAV, um espaço de autocuidado e cuidado mútuo compartilhado pelas mulheres assistidas. Os resultados evidenciam que o CAV possui uma organização clara nos atendimentos e no encaminhamento das mulheres para a rede de assistência, oferecendo acolhimento imediato por demanda espontânea, com um profissional de plantão disponível 24 horas, todos os dias da semana, o que facilita o acesso ao serviço. A atuação dos profissionais, além de tecnicamente capacitada, destaca-se pelo comprometimento com as histórias de cada mulher, fortalecendo vínculos e proporcionando um acolhimento empático. Esse envolvimento também se reflete nas interações durante o grupo de teatro, evidenciando um cuidado integral e humanizado. Conclui-se que o CAV é um serviço de referência para mulheres em situação de violência, oferecendo acolhimento e atenção à saúde de forma qualificada, especialmente graças à competência técnica e empática de seus profissionais, sendo uma importante iniciativa no enfrentamento à violência contra as mulheres.

NUMESC – CARNAVAL DA SAÚDE COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE EM IMBÉ (RS)

Ingrid Schmidt Gonçalves, Ana Paula dos Santos Jardim, Cláudia da Rosa Macedo, Daniela da Silva de Jesus, Duane Mendes Morais, Evelize Streher Roque, Fernanda Oppermann Roxo, Kezia Kohler Dacol, Liramar Generosa da Cunha, Milene Pinheiro Machado, Raquel Rosa Lemos, Roqueli de Matos Oliveira

A Clínica Ampliada e Compartilhada busca expandir o objeto de trabalho na saúde, incorporando novos instrumentos e abordagens para alcançar resultados mais efetivos. A construção da saúde, que emerge no encontro singular entre profissional e usuário, pode ocorrer de forma ampliada, fluida e independente de um espaço geográfico fixo. Eventos populares, como o carnaval, representam uma oportunidade valiosa para incentivar o diálogo, promover informações e fortalecer ações de prevenção e promoção da saúde por meio de um processo coletivo. Com essa perspectiva, o Núcleo Municipal de Educação em Saúde Coletiva (NUMESC) propôs a iniciativa *Bloco Saúde na Folia*, composta por equipes multidisciplinares de saúde, incluindo profissionais de enfermagem, odontologia, fisioterapia, medicina veterinária, medicina e agentes de saúde. Durante as noites de carnaval, as equipes realizaram abordagens em espaços coletivos como blocos, festas de rua, clubes e casas noturnas, orientando sobre infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e formas de prevenção, além de distribuir preservativos masculinos e femininos. A bordo de um “carrossauro” temático, as equipes percorreram diferentes locais, utilizando marchinhas adaptadas com letras sobre saúde para atrair a atenção da população. Ao longo de quatro dias de evento, das 19h às 00h, foram distribuídos 14 mil preservativos masculinos e 7 mil femininos, em um total de 20 horas de atuação. Durante as abordagens, houve troca de informações, esclarecimento de dúvidas e incentivo ao autocuidado. Essa dinâmica inovadora desafiou os profissionais de saúde a reverterem a lógica tradicional de atendimento, deslocando o serviço em direção ao usuário, o que ampliou a capacidade de trabalho e gerou relatos de autorrealização profissional. O público, em sua maioria, reagiu com educação e atenção às orientações recebidas. Conclui-se que, ao integrar ações de prevenção e promoção à saúde em espaços públicos e datas comemorativas, o SUS fortalece a criação de vínculos, aumenta a adesão a tratamentos e cuidados, e fomenta a responsabilização do usuário sobre sua saúde, contribuindo para um processo contínuo de cuidado integral e humanizado.

PAPEL DO ACOLHIMENTO NA SAÚDE MENTAL PARA A GARANTIA DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DO CAPS AD III DE PALMAS

Liziane Silva Cruz

O acolhimento é uma prática essencial nos serviços de saúde, alinhada à Política Nacional de Humanização (PNH), que busca oferecer atenção integral e resolutiva aos usuários desde o momento de sua chegada. Fundamentado em dimensões como a postura profissional e o uso de

uma linguagem próxima à realidade do usuário, o acolhimento possibilita a construção de vínculos sólidos e uma comunicação humanizada, promovendo um espaço seguro e inclusivo para todos, independentemente de raça, etnia, identidade de gênero, sexualidade, deficiência, idade ou religião. Este relato aborda a experiência como assistente social e residente em saúde mental na Fundação Escola de Saúde de Palmas, destacando o Acolhimento Inicial no CAPS AD III de Palmas – Tocantins. Esse momento, que marca a admissão do usuário no serviço, é considerado um ponto central para a construção de vínculos e efetivação de direitos. Por meio do instrumental denominado Acolhimento Inicial, realiza-se uma entrevista que explora o contexto social, cultural e econômico do usuário e sua relação com substâncias psicoativas, utilizando uma comunicação clara e didática. Durante esse processo, também são realizadas intervenções e orientações, como educação em saúde, práticas terapêuticas de redução de danos e a reafirmação do CAPS enquanto espaço de direitos e livre acesso. Os resultados evidenciam que o acolhimento vai além de uma recepção administrativa ou da criação de um ambiente confortável, abrangendo ações de avaliação, encaminhamento e articulação com a rede de atenção à saúde, assegurando a continuidade do cuidado. Por meio da escuta sensível, análise criteriosa e tratamento humanizado, o acolhimento inicial no CAPS AD III se configura como um processo dinâmico e fundamental, pautado pela humanização e pelo compromisso dos profissionais em oferecer uma assistência qualificada e respeitosa desde o primeiro contato, garantindo suporte integral ao usuário durante todo o acompanhamento no serviço.

O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E AUTORITÁRIAS NAS POLÍTICAS DE DROGAS E SAÚDE MENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS NORMATIVAS DE 2018 A 2020

Liziane Silva Cruz

O desmonte das políticas públicas no Brasil, exemplificado pelo congelamento dos gastos em saúde e educação com a Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016, as políticas negacionistas e beligerantes do governo Bolsonaro durante a pandemia, e o aumento de medidas de segurança autoritárias, evidencia uma profunda crise política, econômica e sanitária. Esse cenário se agrava com a ascensão de governos de extrema-direita, marcados pelo neoconservadorismo e autoritarismo, que promovem violações de direitos, aumento da violência e mortalidade, enquanto radicalizam o projeto neoliberal, intensificando desigualdades e favorecendo o grande capital internacional. Nesse contexto, as políticas de drogas e os modelos de atenção em saúde mental foram diretamente impactados. Este resumo sintetiza uma dissertação de mestrado que analisou as normativas instituídas e modificadas entre 2018 e 2020, com foco na Resolução nº 1 de 2018 do CONAD e na Lei nº 13.840 de 2019. O estudo, fundamentado no materialismo histórico-dialético, utilizou pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, com análise de conteúdo, para examinar a relação entre o Estado penal neoliberal e a atualização das políticas sobre drogas durante o governo Bolsonaro. Os resultados evidenciam que, no contexto

de radicalização neoliberal e avanço do Estado penal, as políticas sobre drogas foram reformuladas para reforçar e expandir o paradigma proibicionista. Essas mudanças incluíram uma nova orientação orçamentária que reduziu investimentos em políticas públicas de saúde sobre drogas, promoveu o desfinanciamento da RAPS e intensificou uma abordagem repressiva e punitiva, com foco no controle da classe trabalhadora negra. Houve também uma ampliação da perspectiva manicomial, com ênfase na abstinência como principal intervenção e maior facilidade para internações involuntárias, consolidando a reatualização proibicionista das políticas de drogas. A análise das normativas evidenciou um padrão histórico recorrente na conformação das políticas de drogas no Brasil, em que, mesmo nos períodos de avanços nas políticas de saúde coletiva e ações extra-hospitalares, o paradigma asilar permaneceu presente, perpetuando práticas excludentes e autoritárias.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO ÀS DOENÇAS IMUNOPREVINÍVEIS EM UM WORKSHOP: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Nataly Nascimento Martins, Priscilla Araújo dos Santos, Ana Márcia Vieira dos Santos, Jocimara Ferreira Souza, Martha Muryelli Santos Amorim

A reunião de estudantes em workshops oferece uma oportunidade valiosa para ampliar o conhecimento sobre temas específicos, especialmente por meio de práticas colaborativas. No Workshop de Enfermagem, a troca de experiências e capacitações em um ambiente interativo é essencial para o desenvolvimento acadêmico e profissional. Este relato descreve a vivência dos discentes do curso de Enfermagem, durante um workshop focado em doenças imunopreveníveis, como estratégia de aprendizado e construção acadêmica, promovendo qualificação e habilidades práticas. Em 16 de maio de 2024, os estudantes do 6º semestre do Curso de Enfermagem da Faculdade de Excelência de Itabuna (UNEX), na disciplina de Cuidado de Enfermagem em Saúde Coletiva, organizaram um workshop na área externa do Campus 1, das 19h às 22h. O evento reuniu estudantes, familiares, funcionários da faculdade e comerciantes da região, abordando doenças como sarampo, tétano, meningite, rubéola, varicela, coqueluche, poliomielite e rotavírus, destacando a importância da imunização no contexto atual e a magnitude dessas doenças. Além disso, foi montado um stand de vacinação contra a influenza, no qual os estudantes participaram ativamente da administração de 178 doses de imunobiológicos, seguindo normas sanitárias do Ministério da Saúde (MS), sob a supervisão da docente Priscilla Araújo dos Santos. A experiência prática permitiu aos estudantes vivenciar a realidade da atuação profissional, incentivando a busca por conhecimento e aprimoramento técnico. Conclui-se que a formação acadêmica enriquecida por atividades práticas estimula o dinamismo, autonomia e potencial dos futuros profissionais, fortalecendo sua atuação no processo de promoção e cuidado em saúde.

PAPEL DA ENFERMAGEM NO ACOMPANHAMENTO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO NA ATENÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Ananias Facundes Guimarães, Rodrigo Silva Marcelino, Miguel Afonso da Costa Pontes, Samilly Moriz da Frota Santos, Francisco Ariel Nascimento Silva, Raul Souza da Cruz, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

O ciclo gravídico-puerperal, apesar de ser um fenômeno fisiológico, pode apresentar riscos para a mãe e o feto, especialmente em casos de gestação de alto risco, na qual a saúde ou a vida do binômio materno-fetal têm maiores chances de complicações. Tais complicações podem ser decorrentes de características individuais, condições sociodemográficas, histórico reprodutivo anterior, condições clínicas prévias à gestação ou intercorrências na gestação atual. Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel essencial na assistência pré-natal, visando minimizar os agravos e preservar a vida do binômio. Este estudo tem como objetivo descrever as vivências e percepções de estudantes de enfermagem do interior do Amazonas durante o acompanhamento do pré-natal de alto risco. Trata-se de um relato de experiência vivenciado por graduandos em enfermagem da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), durante estágio supervisionado do 7º período na disciplina Saúde Coletiva II, realizado entre 20 de fevereiro e 18 de março de 2024, na Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Coari, Amazonas. Durante o estágio, os acadêmicos acompanharam consultas de pré-natal de alto risco, incluindo dois casos específicos, destacando-se uma gestante com déficit nutricional, infecções urinárias recorrentes, histórico de hipertensão arterial e quadro clínico de hemorroida externa, sendo indicada cesárea pela equipe médica. Observou-se que o enfermeiro exerce um papel fundamental no acompanhamento contínuo ao binômio materno-fetal e à família, identificando determinantes sociais de saúde que influenciam nos riscos e no desenvolvimento fetal. Além de realizar exames físicos e obstétricos, o enfermeiro colabora com a equipe multidisciplinar no planejamento de medidas para assegurar a saúde materna e fetal durante todas as fases da gestação até o pós-parto. Os acadêmicos também atuaram como educadores em saúde, orientando as gestantes sobre a importância do pré-natal, cuidados pós-operatórios, períodos de resguardo e cuidados com o recém-nascido, além de reforçar a importância da rede de apoio. Essa experiência permitiu aos estudantes compreender a relevância de uma assistência contínua, holística e equânime, promovendo o fortalecimento do vínculo entre o binômio materno-fetal e o serviço de saúde, evidenciando o impacto transformador da atuação da enfermagem no cuidado integral à gestante e sua família.

O PAPEL DA COMUNICAÇÃO EFETIVA NA MELHORIA DO DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO DAS INTOXICAÇÕES EXÓGENAS REALIZADAS PELA EQUIPE DO SAMU: IMPLICAÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Lázaro de Jesus Pereira

A comunicação assertiva é essencial na prestação de cuidados de saúde, especialmente em situações críticas, como as intoxicações exógenas de origem química ou biológica. Para uma resposta eficaz, a equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) precisa dispor de um conhecimento teórico e técnico abrangente, envolvendo diversos profissionais. Este estudo tem como objetivo avaliar como os aspectos da comunicação da equipe multiprofissional do SAMU de Alagoinhas (BA) impactam os desfechos relacionados às intoxicações exógenas. Em situações de emergência, como acidentes causados por animais peçonhentos, overdoses, exposição a metais pesados, plantas tóxicas e outros venenos, a identificação da causa da intoxicação pode ser desafiadora. Por isso, destaca-se a necessidade de uma abordagem multiprofissional eficaz para lidar com o problema. A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, utilizando dados do DataSUS e, posteriormente, pesquisa de campo por meio de questionários aplicados aos profissionais do SAMU do município de Alagoinhas-BA. O estudo busca avaliar a mortalidade associada às intoxicações exógenas, discutir a extensão do problema e identificar padrões e características específicas desses casos. A análise permitirá sugerir melhorias na comunicação da equipe, incluindo recomendações para treinamentos, protocolos e estratégias de aprimoramento contínuo. Pretende-se também identificar as principais causas de morte por intoxicação exógena, os casos envolvidos e como a comunicação entre os membros da equipe multiprofissional influencia nesses desfechos, considerando as substâncias envolvidas e o contexto das ocorrências. Diante das inúmeras possibilidades de exposição e intoxicações exógenas a que os indivíduos estão sujeitos no cotidiano, torna-se evidente a relevância de investigar a temática. Este estudo visa não apenas compreender os pontos fortes e as fragilidades no desempenho das equipes do SAMU, mas também fornecer instrumentos e sugestões de aprimoramento que possam otimizar suas atividades e promover respostas mais eficazes em situações de emergência.

MULHERES NO SUS: O PROTAGONISMO FEMININO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE E SUA INFLUÊNCIA PARA NOVAS PROFISSIONAIS

Icary Kaliny Reis da Silva, Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Ana Clara Correa da Silva, Livia de Aguiar Valentim, Franciane de Paula Fernandes, Sheyla Mara Silva de Oliveira

Nos últimos anos, os serviços de saúde passaram por transformações significativas, com as mulheres assumindo um papel de destaque no Sistema Único de Saúde (SUS), onde seu protagonismo se consolidou como um pilar essencial na prestação de cuidados e na formulação de políticas de saúde.

Este estudo, fundamentado em uma revisão sistemática da literatura, aborda a influência das mulheres nesse contexto, destacando sua contribuição inspiradora para novas profissionais e evidenciando tanto as conquistas alcançadas quanto os desafios enfrentados. As pesquisas, realizadas entre 2019 e 2024 em bases de dados como MEDLINE, Scopus e BVS, analisaram cinco artigos selecionados com base em critérios rigorosos, utilizando descritores como “mulheres na saúde”, “protagonismo feminino”, “Sistema Único de Saúde”, “cuidados de saúde” e “formação profissional”. Os resultados apontam para uma crescente ocupação de posições de liderança por mulheres no SUS, promovendo mudanças significativas e influenciando o desenvolvimento profissional de futuras gerações, apesar de persistirem desafios relacionados à equidade de gênero e à valorização do trabalho feminino. Questões como estereótipos de gênero, pressões sociais, culturais e religiosas continuam a impactar a saúde e o bem-estar das trabalhadoras, ressaltando a necessidade de iniciativas que promovam ambientes de trabalho inclusivos e políticas de igualdade de gênero. O protagonismo feminino no SUS reafirma seu papel transformador e essencial para a construção de uma saúde pública mais inclusiva e eficaz, exigindo esforços contínuos para capacitação, apoio e reconhecimento, com vistas a um futuro mais equitativo e promissor.

O PROTAGONISMO DO ENFERMEIRO COMO EDUCADOR DE SAÚDE NA PREVENÇÃO E DETECÇÃO DAS DOENÇAS TROPICAIS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Icary Kaliny Reis da Silva, Letícia Gabriella Castro Pinto de Andrade Mello, Livia de Aguiar Valentim, Franciane de Paula Fernandes, Sheyla Mara Silva de Oliveira

A educação em saúde é uma função imprescindível do enfermeiro, sendo essencial para orientar a população sobre o processo de saúde-doença. Atuando como protagonista no cuidado integral, o enfermeiro busca melhorar a saúde do indivíduo, da família e da população em geral. Na região Amazônica, a alta incidência de doenças tropicais está diretamente relacionada a condições precárias de habitação, saneamento básico, educação e saúde. Nesse contexto, a proximidade dos enfermeiros com as comunidades os posiciona como agentes cruciais na promoção da saúde, por meio da orientação em medidas preventivas, hábitos saudáveis e identificação precoce de sintomas. Este estudo, baseado em uma revisão sistemática da literatura de artigos publicados entre 2018 e 2023, analisou quatro artigos selecionados a partir de bases como MEDLINE e Scopus, utilizando descritores como “Enfermeiro”, “Doenças tropicais”, “Educação em saúde” e “Prevenção”. Os resultados destacam que fatores como saneamento básico inadequado, desmatamento e queimadas contribuem significativamente para a prevalência das doenças tropicais na Amazônia. Os enfermeiros, por sua vez, desempenham um papel essencial na mitigação desses problemas, liderando campanhas de vacinação, conscientização e triagem para a detecção precoce de doenças, além de promoverem educação em saúde. Essas ações são fundamentais para reduzir a incidência e o impacto das doenças tropicais, melhorando os indicadores de saúde pública e o bem-estar das comunidades locais. Conclui-se que o enfermeiro exerce um papel multifacetado na prevenção e detecção de doenças tropicais,

sendo essencial para fortalecer a resiliência das comunidades por meio de uma abordagem integrada e sustentável. Além disso, destaca-se a necessidade de capacitar a população, incentivando o desenvolvimento de autonomia no autocuidado, o que potencializa a eficácia das ações de saúde e promove uma melhoria duradoura nos indicadores de saúde da região.

O DIREITO À SAÚDE E A REALIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQ+: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Icary Kaliny Reis da Silva, Letícia Gabriella Castro Pinto de Andrade Mello, Sheyla Mara Silva de Oliveira

Nos últimos anos, o reconhecimento e a proteção dos direitos da população LGBTQ+ têm sido temas centrais em debates sociais e políticos globais, com destaque para o direito à saúde, que é fundamental, mas ainda enfrenta desafios significativos. Entre esses desafios, destacam-se diferentes formas de violência e discriminação, falta de sensibilidade por parte de profissionais de saúde, lacunas no atendimento às especificidades de gênero e o isolamento social, que comprometem o acesso a uma saúde física e emocional de qualidade. Este estudo, baseado em uma revisão integrativa da literatura que abrange artigos publicados entre 2020 e 2023, consultou bases de dados como MEDLINE, Scopus e o portal de periódicos da CAPES, utilizando os descritores “Desafios”, “Saúde”, “População” e “LGBTQ+”. Os resultados evidenciaram que a população LGBTQ+ frequentemente enfrenta discriminação e estigmatização, tanto nos serviços de saúde quanto na sociedade em geral, o que muitas vezes resulta em hesitação para buscar cuidados de saúde. Além disso, foram identificadas falhas na prestação de serviços, com poucos recursos voltados para o atendimento social, afetando diretamente a saúde física e emocional dessa população e configurando um problema de saúde pública. As pesquisas ressaltaram a necessidade urgente de políticas e práticas que garantam o acesso equitativo aos serviços de saúde, incluindo formação continuada para profissionais, criação de espaços seguros e acolhedores, e a promoção da humanização no atendimento. Conclui-se que o direito à saúde, enquanto direito humano fundamental, deve ser garantido para todos, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero. A implementação de políticas antidiscriminatórias é essencial para assegurar inclusão, bem-estar e equidade, promovendo avanços reais e duradouros na garantia desse direito básico.

SABERES POPULARES: A CONVERGÊNCIA ENTRE O CIENTIFICISMO E A EDUCAÇÃO POPULAR NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Icary Kaliny Reis da Silva, Livia de Aguiar Valentim, Franciane de Paula Fernandes, Sheyla Mara Silva de Oliveira

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é um modelo de atenção primária no Brasil que busca promover a saúde e prevenir doenças por meio de um atendimento integral e contínuo às famílias em

suas comunidades. A integração entre saberes científicos e populares emerge como uma ferramenta essencial para fortalecer a promoção da saúde comunitária, possibilitando intervenções culturalmente sensíveis e mais eficazes. Essa convergência une a metodologia baseada em evidências científicas com a abordagem inclusiva e participativa da educação popular. Este estudo, fundamentado em uma revisão integrativa da literatura com artigos publicados entre 2019 e 2023, utilizou descritores como “Estratégia de Saúde da Família”, “saberes populares”, “cientificismo” e “educação popular” em bases como o portal de periódicos da CAPES, Scielo e Pubmed. Os resultados indicam que a valorização dos conhecimentos tradicionais e a inclusão da comunidade no cuidado aumentam a adesão às práticas de saúde, melhoram os resultados clínicos e fortalecem os vínculos entre profissionais e população. Além disso, a educação popular promove sensibilização quanto à prevenção e ao autocuidado, reduzindo a incidência de doenças e melhorando a qualidade de vida das comunidades atendidas. Contudo, desafios como resistências culturais e a necessidade de formação contínua dos profissionais foram identificados, ressaltando a importância de políticas públicas que incentivem essa integração. Conclui-se que a convergência entre saberes populares e cientificismo é crucial para o sucesso da ESF, promovendo atendimento humanizado, fortalecimento dos laços comunitários e melhorias nos indicadores de saúde, com potencial para tornar o sistema de saúde mais equitativo e eficaz.

EQUIDADE NA SAÚDE INDÍGENA: OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO PRIMÁRIO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS E A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO

Icary Kaliny Reis da Silva, Livia de Aguiar Valentim, Franciane de Paula Fernandes, Sheyla Mara Silva de Oliveira

A equidade na saúde indígena é um tema de grande relevância e complexidade no Brasil, dado que os povos indígenas enfrentam inúmeros desafios no acesso e na qualidade do atendimento primário à saúde, refletindo profundas desigualdades históricas e sociais. Dados do IBGE indicam que a expectativa de vida dessa população é inferior à média nacional, evidenciando as disparidades existentes. Obstáculos como infraestrutura precária, barreiras geográficas, diferenças culturais e linguísticas dificultam o atendimento adequado e integral a essas comunidades. Nesse contexto, a humanização dos serviços de saúde se apresenta como um elemento essencial para garantir um cuidado eficaz e respeitoso, valorizando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas. Este estudo, por meio de uma revisão sistemática da literatura que abrange artigos publicados entre 2019 e 2023, analisou intervenções realizadas no Brasil, utilizando descritores como “equidade na saúde indígena”, “atendimento primário à saúde”, “humanização na saúde” e “povos indígenas”. Os resultados apontaram desafios significativos, como infraestrutura insuficiente, escassez de profissionais capacitados e dificuldades de comunicação e confiança entre profissionais de saúde e comunidades indígenas. Estratégias como os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e adaptações da Estratégia Saúde da Família (ESF) representam avanços importantes, mas ainda demandam melhorias contínuas e maior envolvimento das comunidades indígenas no planejamento das ações de saúde.

A humanização dos serviços, aliada à valorização das tradições indígenas, mostrou-se fundamental para promover um atendimento mais inclusivo e de qualidade. Conclui-se que a equidade na saúde indígena não é apenas um princípio ético, mas uma necessidade urgente para assegurar acesso justo e universal aos serviços de saúde. Recomenda-se o fortalecimento das políticas públicas com foco na participação comunitária, além de programas de formação contínua para profissionais de saúde, que promovam a compreensão e o respeito à diversidade cultural. Assim, é possível avançar em direção a um sistema de saúde mais inclusivo, humanizado e equitativo.

INTERVENÇÃO GRUPAL EM UM CAPS II: UM LUGAR DE REFÚGIO E DE CUIDADO AOS CUIDADORES

Antonio Jocélio Alves, Paula Monte Araújo, Camila Nunes Corrêa, Caroline da Rosa Cechin,
Camila dos Santos Gonçalves, Luana Ribeiro Borges

A Reforma Psiquiátrica brasileira adota como modelo de cuidado a atenção psicossocial, na qual a família desempenha um papel crucial tanto como suporte na reabilitação psicossocial quanto como foco de cuidado nos serviços substitutivos ao manicômio. Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer que os cuidadores também necessitam de escuta e acolhimento. Este trabalho relata a experiência de residentes na construção de um espaço/tempo de acolhimento e cuidados mútuos para cuidadores e familiares de usuários de um CAPS II, localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Foram elaborados convites para envolver os cuidadores, com participação ativa dos servidores na indicação de participantes, e confeccionados materiais informativos, como folders e painéis, em oficinas pedagógicas realizadas com usuários, sob a supervisão de uma pedagoga. Os encontros, organizados quinzenalmente com duração de uma hora e meia no auditório do CAPS, abordaram temas baseados nas demandas dos cuidadores, com apoio de colaboradores do serviço, além de incluir palestras temáticas e rodas de conversa. Até o momento, ocorreram quatro encontros com a participação de dois cuidadores e dois usuários. As práticas em grupo foram concebidas como recurso terapêutico, visando à socialização e ao fortalecimento das relações. Os resultados evidenciam que as principais temáticas emergentes nos encontros estavam relacionadas à sobrecarga dos cuidadores. Embora a adesão tenha sido insuficiente devido a ausências nos encontros subsequentes, o ambiente grupal proporcionou o compartilhamento de experiências, trocas afetivas, sentimento de pertencimento, maior autonomia e o exercício da cidadania. Observou-se que familiares de usuários com maior necessidade de apoio nas atividades de vida diária foram os mais presentes, provavelmente devido à maior sobrecarga e à percepção da necessidade de ajuda. A análise apontou desafios como o horário inadequado das atividades e a fragilidade no acompanhamento longitudinal, ressaltando a necessidade de estratégias que integrem a família de forma contínua às ações do CAPS. Conclui-se que a atenção psicossocial deve incluir a rede afetiva como potencializadora da reinserção social dos usuários, fortalecendo as relações entre equipe, famílias e usuários, e promovendo um cuidado mais abrangente e humanizado para os cuidadores.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICs) MAIS RESOLUTIVAS PARA REDUÇÃO DA DOR CRÔNICA

Carina Suzana Pereira Correa, Pamela Amanda Gralow, Eduarda Marchionatti Guareschi,
Nicole Strassburger, Pedro Augusto Rezende Coelho

As Práticas Integrativas e Complementares (PICs), como acupuntura, aromaterapia, fitoterapia, homeopatia, reiki e yoga, têm ganhado destaque no campo da saúde pública por oferecerem abordagens alternativas à medicina convencional, especialmente no tratamento de condições como a dor crônica. Este estudo tem como objetivo validar e implementar ferramentas na atenção básica para padronizar os atendimentos relacionados às PICs mais relevantes para a redução da dor em usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa utiliza a metodologia de pesquisa-ação, que promove a participação ativa dos envolvidos, buscando transformar práticas e solucionar problemas no contexto estudado. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as principais práticas integrativas usadas na redução da dor crônica, com base em publicações científicas e documentos oficiais do Ministério da Saúde. Em seguida, workshops e treinamentos foram realizados com equipes de saúde da atenção básica em diferentes municípios, capacitando profissionais e sensibilizando-os para a importância das PICs no cuidado integral dos pacientes. A aceitação das PICs tem sido positiva entre profissionais de saúde e pacientes, e a sensibilização dos gestores tem se mostrado essencial para garantir a sustentabilidade dessas práticas, promovendo sua integração nos serviços de saúde. Contudo, desafios como a resistência inicial de alguns profissionais e a necessidade de maior divulgação sobre os benefícios das PICs foram identificados, sendo enfrentados por meio de ações educativas e do fortalecimento da comunicação entre gestores, profissionais e pacientes. Os resultados esperados incluem a validação e implementação de ferramentas que padronizem os atendimentos, contribuindo significativamente para os gestores, profissionais de saúde e serviços municipais. A identificação das potencialidades e deficiências no uso das PICs permitirá aprimorar os serviços e aumentar a resolutividade no tratamento da dor crônica. Este estudo reforça a importância de uma abordagem integrada e colaborativa na saúde pública, promovendo as PICs como parte integrante do cuidado, com potencial de transformar o cenário da saúde no Brasil. Ao apoiar a implementação das PICs por meio de políticas públicas robustas, é possível garantir o acesso universal e equitativo a essas práticas, promovendo uma abordagem mais humanizada e eficiente no tratamento da dor crônica e na construção de um sistema de saúde mais inclusivo e resolutivo.

PRESÍDIO LIVRE DO TABACO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICA INTERDISCIPLINAR DE CONTROLE DO TABACO COM POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE

Beatriz Santana Caçador, Juliane Firmino Conte Penna, Vitória Beccari Gonçalves,
Laylla Veridiana Castória e Silva, Vinícius Roque Coutinho, Maiza Aparecida Belo, Gian Batista Carmo,
Emile Oliveira Batista, Leandro David Venceslau

O Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, com uma taxa de encarceramento crescente ao longo dos anos, enquanto as condições de vida no cárcere pioram, afetando diretamente

a saúde dessa população. O tabagismo, um problema de saúde pública e fator de risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tem seus agravos potencializados pelas condições insalubres do cárcere, como baixa ventilação, umidade, sujeira, baixa luminosidade e superlotação. Considerando a saúde como um direito constitucional e em seu conceito ampliado, é fundamental implementar ações de controle do tabaco no sistema prisional. Este estudo relata a experiência de uma prática interdisciplinar de controle do tabaco em um presídio da zona da mata mineira, realizada entre abril e julho de 2019, com a participação de docentes, estudantes e trabalhadores do presídio. As ações foram organizadas em quatro etapas: 1) identificação dos dependentes de tabaco que necessitavam do uso de bupropiona; 2) aviso aos familiares e privados de liberdade sobre a interrupção da entrada de tabaco no presídio a partir de julho, incentivando a autogestão do consumo com redução gradativa; 3) educação em saúde sobre os efeitos da abstinência ao tabaco; e 4) consultas de enfermagem para acompanhamento. Desde 2019, o presídio é livre do tabaco, resultado da parceria entre universidade e sistema prisional, fortalecendo a integração ensino-serviço e a interdisciplinaridade.

RETROCESSO LEGISLATÓRIO NO PERU: DECRETO CLASSIFICA PESSOAS TRANS COMO PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS E GERA REVOLTA SOCIAL

Carina Suzana Pereira Correa, Isabel Stefany Dei Svaldi, Thaís Soder Kaercher, Larissa de Souza Piardi, Ketlin Aline Felden Soares, Manuela da Silva Weber

No dia 10 de maio de 2024, foi publicado no diário oficial peruano um decreto assinado pela presidente Dina Boluarte, que atualiza o Plano de Seguro de Saúde Essencial (PEAS) e classifica a transexualidade e os transtornos de identidade de gênero como enfermidades mentais, justificando a medida como um facilitador para o acesso a serviços psicológicos gratuitos e tratamentos oferecidos pelo plano de saúde. A decisão gerou revolta em diversos grupos progressistas, incluindo o coletivo Mais Igualdade Peru, que iniciou uma campanha de assinaturas para pressionar o Ministro da Saúde, César Vásquez. A comunidade LGBTQIA+ manifestou-se publicamente contra a medida, criticando o Ministério da Saúde, que, em comunicado oficial, destacou que gênero e diversidade sexual “não são distúrbios”, mas não esclareceu se haverá modificações na norma, reafirmando apenas o respeito pela dignidade da pessoa e pelos direitos humanos. A análise do decreto revela um retrocesso significativo nos direitos LGBTQIA+ no Peru, ao patologizar identidades de gênero não conformistas, contrariando a recente revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) pela OMS, que despatologizou a incongruência de gênero. Essa medida legislativa levanta preocupações sobre possíveis tratamentos coercitivos, marginalização social e jurídica, e restrições nos sistemas de saúde. Em um contexto global, a decisão contradiz os esforços pela despatologização da identidade trans, reafirmando a necessidade de vigilância contra retrocessos em conquistas de direitos. Nesse cenário, a história de luta da população LGBTQIA+ evidencia uma constante oscilação entre avanços e perdas, enquanto movimentos progressistas e disruptivos tentam enfrentar os preceitos heteronormativos que insistem em subjugar identidades dissidentes.

SIGNIFICADO DE CUIDADO E AUTOCUIDADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: INTERFACES COM A INTEGRALIDADE EM SAÚDE

Juliane Firmino Conte Penna, Beatriz Santana Caçador, Laylla Veridiana Castoria Silva, Vitória Beccari Gonçalves, João Vítor Andrade, Thalyta Cássia de Freitas Martins, Gian Batista Carmo, Leyla Gabriela Verner Amaral, Maria José Menezes Brito

O cotidiano no cárcere é caracterizado por superlotação, insalubridade e dificuldades no acesso à saúde, configurando desafios significativos para a produção do cuidado e do autocuidado. Este estudo teve como objetivo compreender os significados de cuidado e autocuidado para pessoas em situação de privação de liberdade. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada em uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) localizada em um município do interior de Minas Gerais. Participaram do estudo 15 recuperandos, sendo a coleta de dados conduzida entre outubro e dezembro de 2023 por meio de entrevistas abertas, orientadas por um roteiro semiestruturado. Os dados foram analisados utilizando a Análise de Conteúdo proposta por Bardin, e a pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 6.187.415). Os resultados revelaram que os significados de cuidado incluem ações de prevenção de agravos à saúde, como adesão a tratamentos medicamentosos, alimentação equilibrada, prática de atividades físicas e garantia de um sono reparador. Além disso, os participantes atribuíram ao cuidado perspectivas mais amplas, alinhadas ao paradigma da integralidade, ao incorporarem dimensões como cuidado com as relações interpessoais e o cuidado de si, entendido como a capacidade de autorreflexão. A espiritualidade também emergiu como uma prática de cuidado, sendo considerada essencial para apoiar decisões éticas e respeitosas. Conclui-se que o cuidado integral no contexto do cárcere requer a promoção de práticas voltadas para a saúde física, mental e espiritual, em consonância com os processos de subjetivação e significados atribuídos por essa população. Além disso, práticas que fomentem reflexões sobre si mesmo e sobre as relações interpessoais são fundamentais para a construção de um cuidado significativo para as pessoas privadas de liberdade.

A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL

Josiclea Gomes da Silva, Pedro Henrique de Souza Couto

A intersetorialidade propõe ampliar as respostas às necessidades de saúde, frequentemente complexas e que ultrapassam a competência de um único setor. A interação entre diferentes áreas constrói um trabalho complementar, no qual os conhecimentos se somam sem se sobrepor. Nesse contexto, a Atenção Básica (AB) desempenha um papel essencial ao articular-se com a rede intersetorial, envolvendo o Conselho Tutelar, Centros de Referência de Assistência Social, instituições de ensino, órgãos de justiça

e organizações comunitárias, aumentando a resolutividade das ações. Este estudo tem como objetivo realizar uma análise descritiva da intersetorialidade no Distrito Federal (DF), destacando seu potencial na AB. A pesquisa foi desenvolvida com base em contribuições crítico-reflexivas de profissionais de saúde vinculados ao Programa Multiprofissional de Atenção Básica (PRMAB) da Fiocruz Brasília, como parte do módulo de Atenção Básica à Saúde do programa. Observou-se que as estratégias de intersetorialidade no DF ocorrem de forma descentralizada e heterogênea, funcionando como um rizoma. Exemplos incluem o “cartão material escolar” e o “cartão creche”, que promovem a permanência de crianças na escola, e os Centros Olímpicos e Paralímpicos, que integram saúde, esporte e lazer, incentivando práticas corporais e atividades físicas. Iniciativas para prevenir a violência incluem a Lei nº 7.314 de 2023, que oferece assistência financeira e psicossocial a órfãos de feminicídio, os Centros de Especialidade para Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (CEPAV), o Projeto Àgora, voltado ao enfrentamento da violência e abuso sexual de crianças e adolescentes, e as Redes Sociais Locais, estruturadas em encontros periódicos. Na segurança alimentar, destacam-se iniciativas como os 14 Restaurantes Comunitários, os programas Cartão Prato Cheio, DF Social, Cartão Gás e o Programa de Terapia Nutricional Enteral Domiciliar (PTNED), que auxilia usuários em recuperação nutricional. Instituições como a Fiocruz, o Hospital Universitário de Brasília e a Escola Superior de Ciências da Saúde colaboram para fortalecer os serviços de saúde, promovendo qualificação e aprimoramento da Rede de Atenção à Saúde (RAS). A RAS, por sua vez, organiza fluxos entre setores e utiliza serviços de informação para encaminhamentos mais resolutivos. Conclui-se que a intersetorialidade é uma ferramenta fundamental para fortalecer a AB e, consequentemente, o Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando as possibilidades de resolutividade no atendimento à população.

REALIZAÇÃO DE MINICURSOS PROPOSITIVOS PARA UMA AMAMENTAÇÃO MAIS DIVERSA, INCLUSIVA E PERTENCENTE EM UM EVENTO ESTADUAL

Rodrigo César de Oliveira Carvalho, Rosiene Rosa Pires, Diogenes Marcondes

No Brasil, as Metas Globais de Nutrição e a Agenda 2030, pactuadas junto à ONU, estabelecem como objetivo alcançar até 2025 uma taxa de 50% de amamentação exclusiva nos primeiros seis meses de vida e 70% até 2030. De acordo com o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019), a prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de 6 meses no Brasil é de 45,8%, enquanto na região Centro-Oeste é de 46,5%. Embora socialmente vista como um ato natural, a amamentação resulta de um processo de aprendizagem que pode ser tradicional, transgeracional ou ancestral. Em agosto de 2023, foram realizados nove minicursos durante o II Encontro Mato-Grossense de Alimentação Complementar Saudável – III EMAMA e II EMACS 2023, promovido pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso. Voltados para profissionais e estudantes da saúde e de outras áreas, além da sociedade civil e comunidade interessada, os eventos visaram fortalecer a saúde integral de crianças pequenas e suas famílias,

destacando a diversidade e inclusão na amamentação, de modo que todas as pessoas envolvidas se sintam pertencentes aos processos. Os minicursos abordaram temas como “Amamentação Diversa e Inclusiva: foco na População LGBTQIAPN+», promovendo um ambiente de cuidado inclusivo e sensível às necessidades dessa população; “Amamentação e Aconselhamento”, reforçando o equilíbrio entre manejo técnico e habilidades de comunicação; “Amamentação é Legal: saiba como proteger a amamentação em seu município”, discutindo os impactos negativos da publicidade de fórmulas infantis, bicos e mamadeiras; “Amamentação e Saúde da População Negra”, enfatizando a equidade racial frente às iniquidades e determinantes sociais de saúde; “Fórmulas infantis industrializadas: marketing versus evidências”, desconstruindo benefícios propagados pela indústria com base em evidências científicas; “Freios orais e amamentação: impactos e evidências”, esclarecendo anormalidades anatômicas e seus impactos na amamentação, respiração, mastigação e fala; “Método Canguru: um convite ao fortalecimento da rede de serviços para a efetivação de direitos”, destacando práticas como o contato pele a pele para aumentar taxas de amamentação; “O que as pesquisas nos mostram sobre os bebês e seus saberes”, atualizando a perspectiva sobre as competências dos bebês; e “Práticas naturais e ecológicas para gestação, parto e amamentação”, incentivando abordagens naturais e ecológicas nesses processos. Cerca de 300 profissionais foram capacitados, com a emissão de 573 certificados pela Escola de Saúde Pública do estado de Mato Grosso para participantes e facilitadores. Os minicursos representam uma contribuição significativa para a promoção da equidade e para uma amamentação mais inclusiva, diversa e representativa no Estado de Mato Grosso.

DESIGUALDADES ASSISTENCIAIS SOB O ENFOQUE ÉTNICO-RACIAL E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DA MULHER

Rosane da Silva Alves Cunha

Este estudo aborda as desigualdades assistenciais na saúde, com ênfase nas repercussões étnico-raciais que impactam a saúde de mulheres negras idosas, buscando identificar barreiras enfrentadas por esse grupo e propor estratégias para melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados. A pesquisa utilizou uma metodologia mista, combinando análise quantitativa de dados demográficos e de saúde com entrevistas qualitativas em profundidade. Os dados quantitativos, extraídos de pesquisas nacionais, identificaram padrões e tendências, enquanto as entrevistas qualitativas, realizadas com mulheres negras idosas em São Paulo, exploraram suas experiências, barreiras no acesso aos serviços e percepções sobre relações étnico-raciais. Os resultados evidenciaram barreiras significativas: o acesso limitado a serviços de saúde de qualidade, especialmente em áreas com infraestrutura insuficiente; discriminação racial, manifestada em preconceitos e tratamentos diferenciados por profissionais, resultando em cuidados inadequados; falta de sensibilidade cultural, com ausência de reconhecimento das experiências históricas e culturais das mulheres negras, gerando um ambiente

de saúde desconfortável; e dificuldades financeiras, como os altos custos de medicamentos e transporte. O estudo conclui que é urgente implementar políticas e intervenções para mitigar essas disparidades, promovendo serviços de saúde culturalmente sensíveis, capacitação profissional em questões étnico-raciais, combate à discriminação e políticas econômicas que assegurem acesso equitativo. Além disso, aumentar a representatividade de profissionais negros na saúde é essencial para fomentar um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

DESAFIOS VIVENCIADOS POR ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DO SEXO MASCULINO NA COLETA DE EXAME CITOPATOLÓGICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vinícius Soares Mitouso, Raicielly Abreu da Silva, Leticia Costa Wanderley, Daniele Muniz da Costa, Syrrame Guimarães Diniz, Marcelo Augusto da Silva Seixas, Jean Carlos de Lima Deveza, Lorena Gleice Azevedo da Silva, Nelita Luana Rivera Sigura de Moraes

A enfermagem é caracterizada por uma ampla diversidade de áreas de atuação e pela multiplicidade de competências exigidas dos profissionais, mas a participação masculina em especialidades tradicionalmente femininas ainda enfrenta barreiras significativas. Historicamente, a profissão foi dominada por mulheres, o que moldou expectativas culturais e sociais sobre o papel dos enfermeiros. Embora a presença masculina na enfermagem tenha crescido, a aceitação desses profissionais em áreas como a saúde da mulher permanece limitada. O exame citopatológico, ou Papanicolau, essencial para a prevenção e detecção precoce do câncer do colo do útero, exemplifica essa resistência: pesquisa de 2018 com 50 mulheres atendidas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) revelou que apenas 20% se sentiriam confortáveis realizando o exame com um enfermeiro homem. Esse cenário é corroborado por relatos de outros estudos que apontam a presença masculina como um fator inibidor para a realização do exame. Este estudo, um relato de experiência de acadêmicos do 6º período de enfermagem em uma UBS no Amazonas, analisou as interações entre pacientes e estudantes de enfermagem homens durante a coleta do exame citopatológico, com dados qualitativos obtidos por meio de anotações de campo e reflexões diárias. Observou-se que muitas pacientes demonstraram desconforto ou recusaram o atendimento ao saber que o exame seria realizado por um homem, enquanto a presença de estudantes mulheres não gerava rejeição. Entre os fatores associados à resistência estão vergonha, ansiedade, medo, insegurança, estereótipos de gênero, tabus culturais e questões de privacidade. Esses desafios destacam a necessidade de sensibilização e treinamento específico para enfermeiros do sexo masculino, além da implementação de estratégias que promovam confiança e conforto, garantindo um atendimento humanizado, respeitoso e de qualidade, capaz de superar barreiras culturais e sociais.

CAPACIDADE FUNCIONAL E CUIDADO NA ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA IDOSA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Julia Fabres do Carmo, Fabíola Fernandes Bersot Magalhães, Jandesson Mendes Coqueiro

Diante do envelhecimento populacional, diversas políticas públicas têm sido desenvolvidas no Brasil para direcionar os cuidados à pessoa idosa, com destaque para a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, de 2006, que identifica a perda da capacidade funcional como o principal problema de saúde nessa faixa etária. Essa política define capacidade funcional como a habilidade de realizar atividades cotidianas de forma independente e autônoma, enfatizando um paradigma de saúde baseado na autonomia e independência, mais do que na ausência de doenças. Este estudo teve como objetivo compreender como a capacidade funcional ou funcionalidade tem impactado as ações em saúde voltadas à população idosa brasileira. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da produção científica brasileira entre 2006 e 2022, abordando o conceito de funcionalidade e o modelo de atenção à saúde do idoso. A questão norteadora foi: “Como o paradigma da funcionalidade influencia o modelo de assistência à saúde da população idosa brasileira?”. Foram incluídos artigos originais ou de opinião e teses realizadas no Brasil, disponíveis em inglês, português ou espanhol, e relacionadas à temática. Excluíram-se artigos duplicados ou que não respondiam à pergunta de pesquisa. A busca nas bases PubMed, LILACS e Scielo, realizada entre agosto e setembro de 2023, utilizou descritores como “idoso”, “Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde”, “Estado Funcional” e “Modelos de Assistência à Saúde”. Das 658 produções iniciais, 58 foram selecionadas após leitura de títulos e resumos, e apenas 5 artigos foram incluídos para análise após leitura integral. Entre eles, um abordou cuidados hospitalares, dois avaliaram a assistência na Atenção Básica, um no Centro-Dia Geriátrico e outro na saúde suplementar. Os artigos, majoritariamente publicados entre 2007 e 2010, mostraram que o paradigma da funcionalidade influenciou positivamente estratégias de cuidado no ambiente hospitalar e no Centro-Dia. Entretanto, os estudos sobre a Atenção Básica revelaram ações ainda incipientes. Conclui-se que a literatura brasileira sobre práticas de cuidado ao idoso pautadas no paradigma da funcionalidade é escassa, destacando a necessidade de mais estudos e intervenções voltadas a esse modelo.

MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UM ESTUDO A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Sara Ester Paes, Camilo Darsie Souza, Rosane Machado Rollo

A saúde pública brasileira passou por transformações significativas a partir da Constituição Federal de 1988, que consolidou a saúde como um direito universal, garantido pelo Estado a todos os indivíduos em território nacional, independentemente de classe, gênero, raça ou religião. Baseada

nos princípios de universalidade, equidade e integralidade, a saúde pública visa promover a saúde, prevenir doenças e oferecer tratamento adequado. Nesse contexto, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), lançada em 2009, destaca-se como uma estratégia para combater o racismo no Sistema Único de Saúde (SUS) e melhorar as condições de vida da população negra. A PNSIPN foi apresentada em três edições (2010, 2013 e 2017) e, nesta investigação, buscou-se compreender como as mulheres negras são representadas em suas páginas e ações, considerando os conhecimentos que conformam a educação em saúde. Entendida como um processo dialógico que articula usuários, profissionais e gestores para construir práticas e saberes significativos, a educação em saúde foi analisada por meio de uma metodologia qualitativa que incluiu a análise documental da PNSIPN e dados do IBGE e do Ministério da Saúde, com base no conceito de interseccionalidade. Os resultados mostram que as primeiras edições da PNSIPN tratam a população negra de forma genérica, sem um enfoque significativo nas mulheres negras. Somente na edição de 2017 houve avanços, com abordagens mais específicas em alguns artigos, embora ainda predominantemente focadas na prevenção de doenças, evidenciando uma lacuna em relação às ações voltadas à promoção da saúde. Assim, conclui-se que, apesar de sua existência há mais de uma década, a PNSIPN não contempla adequadamente os saberes sobre os corpos femininos negros e suas especificidades. É necessário promover novas iniciativas de escuta e diálogo que priorizem práticas de educação em saúde voltadas à melhoria da qualidade de vida das mulheres negras, capacitando usuárias, gestores e profissionais para ações que considerem suas demandas e promovam seu empoderamento.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL ESTADUAL ATRAVÉS DE UM EVENTO SOBRE ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE, INCLUSÃO E PERTENCIMENTO

Rodrigo César de Oliveira Carvalho, Rosiene Rosa Pires, Diogenes Marcondes

A amamentação, ao longo da história da humanidade, tem sido influenciada por diversos fatores, como determinantes sociais e culturais, processos de trabalho, interesses econômicos, controle social e conflitos de interesse, gerando períodos de maior ou menor adesão ao ato de amamentar. Reconhecendo essa complexidade, o III Encontro Mato-Grossense de Amamentação e II Encontro Mato-Grossense de Alimentação Complementar Saudável (III EMAMA e II EMACS 2023) foi realizado em agosto, com duração de três dias, reunindo profissionais, estudantes, sociedade civil organizada e a comunidade para debates sobre saúde integral de crianças pequenas, mães, pais e famílias, reforçando que a amamentação é uma responsabilidade coletiva. O evento promoveu atividades educativas, culturais, ecológicas, encontros de saberes e exposições de vivências nas áreas de amamentação e alimentação complementar saudável, com foco no empoderamento das pessoas que amamentam e suas famílias para práticas alimentares adequadas para crianças menores de dois anos. Buscou-se, com uma abordagem respeitosa e inclusiva, estabelecer proximidade com o público-alvo, valorizando seus conhecimentos e promovendo a conscientização e o pertencimento. Foram

discutidos temas como direitos trabalhistas, territorialidade, amamentação no trabalho, sustentabilidade, parto, desenvolvimento infantil, justiça reprodutiva, parentalidade, identidade de gênero, raça, corporeidade, doação de leite humano, método canguru e marketing de produtos concorrentes à amamentação. As vivências foram apresentadas em diversos formatos – pôsteres, audiovisuais, fotografias e materiais gráficos ou virtuais – no “Espaço Com Vivência”, onde os participantes apreciaram as iniciativas sem avaliações formais. O evento também contou com momentos culturais, como a apresentação da música tema “Leite e Mel”, da compositora Thammy Azambuja, uma intervenção teatral, exposições literárias e o “Momento Sustentabilidade”, com o plantio de 12 mudas de Ipê Amarelo, símbolo da amamentação no estado, e a distribuição de 600 mudas de árvores nativas. Ao final, a Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso certificou 300 participantes e 13 palestrantes, celebrando o compromisso com a promoção da saúde e a transformação social.

HOSPITALIZAÇÃO POR CAUSAS SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA

Mikssael Gomes Ferreira, Maria Lucélia da Hora Sales, Regina Nunes da Silva, Bruno Souza Lopes

A Atenção Primária em Saúde (APS) desempenha um papel essencial na garantia do acesso, na resolutividade e no controle de doenças e agravos na população. Contudo, o elevado número de internações decorrentes de complicações de doenças e agravos crônicos, que deveriam ser controlados pela APS, expõe fragilidades na rede de Atenção à Saúde. Para enfrentar esse desafio, torna-se indispensável compreender as características sociodemográficas associadas às hospitalizações por agravos evitáveis, a fim de subsidiar estratégias mais eficazes de saúde pública, prevenindo danos e problemas sociais. Este estudo teve como objetivo analisar as principais causas de internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP) no estado de Alagoas e compará-las com os demais estados da Região Nordeste. Realizou-se um estudo quantitativo, descritivo e transversal, baseado em dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) disponíveis no DATASUS, abrangendo o período de 2017 a 2022. Foram investigadas internações e óbitos por ICSAP, além de variáveis sociodemográficas como sexo, idade e cor/raça, com foco nas populações adulta e infantil. As condições sensíveis foram classificadas segundo a Portaria do Ministério da Saúde nº 221/2008. Em Alagoas, registraram-se 121.425 internações no período, sendo as principais causas doenças cerebrovasculares (16,05%), gastroenterites infecciosas (14,29%) e insuficiência cardíaca (10,85%). O estado também apresentou alta taxa de óbitos por ICSAP, totalizando 10.960. Comparativamente, Alagoas mostrou índices semelhantes aos demais estados nordestinos, destacando-se a prevalência de doenças cerebrovasculares, insuficiência cardíaca e gastroenterites infecciosas. As internações foram mais frequentes entre mulheres (62.920) e pessoas autodeclaradas pardas (61.501), com maior impacto na faixa etária de 60 anos ou mais, revelando a vulnerabilidade dos idosos. Esses dados evidenciam uma significativa carga de hospitalizações evitáveis na região, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção e ao manejo precoce dessas condições. As disparidades demográficas identificadas apontam para a urgência de uma abordagem mais equitativa e inclusiva na saúde pública, com estratégias que reduzam desigualdades e melhorem a qualidade de vida da população.

ARTE COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E HUMANIZAÇÃO EM UM CURSO DE MEDICINA

Manuela Gonçalves Tasca, Teresa Cristina Brito Ruas Desco, Amanda Aparecida da Silva Machado

A utilização da arte e de dinâmicas interativas como metodologias de ensino-aprendizagem em cursos de medicina busca enriquecer a experiência dos discentes e promover maior inclusão, considerando neurodivergências, diversidades e pluralidades do existir. Este relato de experiência objetiva demonstrar que a arte é uma ferramenta eficaz para desenvolver habilidades como empatia, comunicação e pensamento crítico, além de contribuir para o aprendizado de conteúdos médicos e para práticas de humanização. Desde 2023, o Divercittà, núcleo de apoio às neurodivergências e diversidades, tem utilizado recursos artísticos como ferramentas para potencializar o processo de ensino-aprendizagem e promover a humanização dos estudantes de medicina em uma instituição privada do Rio de Janeiro. Frente a conteúdos mais cartesianos e biológicos, como anatomia, foram propostas abordagens alternativas para a exposição do conhecimento e retirada de dúvidas, além de oferecer espaços para expressão de sentimentos e sensações emergentes durante a formação médica. Em uma sala de convivência, materiais artísticos específicos foram disponibilizados, incluindo atlas de anatomia para colorir, jogos como o “jogo da velha” adaptado para ensinar as divisões do abdome em semiologia, e atividades como amassar e descartar em uma caveira pedaços de papel contendo aborrecimentos, simbolizando a entrega dos problemas. Também foram disponibilizados potes com mensagens motivacionais para apoiar o dia a dia dos acadêmicos. Os feedbacks dos estudantes e a observação ativa indicaram que esses recursos artísticos e lúdicos aumentaram a capacidade de compreensão de perspectivas complexas e criaram um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, afetivo e estimulante. Constatou-se que métodos baseados em arte e interação são estratégias valiosas para a formação médica, alinhando-se à necessidade de uma prática mais humana e diversificada. Recomenda-se que as instituições de ensino superior em medicina adotem a arte como recurso potencializador do ensino-aprendizagem e da humanização, elementos essenciais para a formação médica.

FOLHETIM HUMANIZAMED: UMA FERRAMENTA POTENCIALIZADORA DA HUMANIZAÇÃO NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA

Amanda Aparecida da Silva Machado, Manuela Gonçalves Tasca, Teresa Cristina Brito Ruas Desco

As Diretrizes Curriculares estabelecem critérios para que a formação médica promova profissionais críticos, humanizados, reflexivos e éticos. Nesse contexto, as instituições de ensino superior em medicina devem adotar ferramentas que fomentem a humanização de toda a comunidade acadêmica – discentes, docentes e colaboradores –, assegurando a formação de futuros médicos mais empáticos e preparados para cuidar das pessoas em sua diversidade e pluralidade. Este relato de

experiência apresenta a iniciativa do núcleo Divercittà, que desenvolveu o folhetim *HumanizaMed* como ferramenta para abordar temas sensíveis à humanização e ampliar o conhecimento sobre questões essenciais e atuais na formação médica. Desde março, o folhetim é disponibilizado mensalmente por e-mail, grupos de WhatsApp e repositório institucional, alcançando alunos, professores e funcionários de um curso privado de medicina. Os temas tratados incluem empatia durante a formação e no exercício da prática médica, autismo em crianças e adultos, racismo institucional e saúde, acessibilidade, violência infantil, arte e medicina, e saúde de refugiados. Esses temas foram escolhidos com o objetivo de preparar os discentes para as demandas contemporâneas de inclusão, diversidade e responsabilidade social, além de estimular a reflexão, criatividade e solidariedade. A receptividade da comunidade acadêmica tem evidenciado a relevância do folhetim como instrumento informativo e científico, além de promotor de humanização. A leitura e reflexão sobre os temas abordados têm facilitado o exercício da empatia e ampliado a compreensão das relações humanas, um componente essencial da profissão médica. Como salientou Abel Salazar, “o médico que só medicina sabe, nem medicina sabe”. Conclui-se que ferramentas como o *HumanizaMed* desempenham papel crucial na formação médica, equilibrando o rigor técnico e teórico com uma abordagem humanística. Conforme Jung nos lembra, é fundamental que os médicos sejam, antes de tudo, seres humanos cuidando de outros seres humanos.

CUIDADOS E ALTERNATIVAS AO USO DE AGROTÓXICOS

Taynara Sabrina Lima de Albuquerque, Elane Rafaella Cordeiro Nunes Serafim, Rafaela Cavalcante de Barros, Bianca Regina da Silva Barros, Pedro Henrique de Medeiros Balensifer, Maria da Conceição de Santana, Mário Marcos Moreira Braga

Os impactos negativos do uso intensivo de agrotóxicos na saúde humana, no meio ambiente, no solo, nas águas e em outros animais tornam urgente a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, não poluentes, agroecológicas e acessíveis à população. Na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, a Regional de Saúde, que abrange 21 municípios, destaca-se por atividades econômicas como a indústria têxtil e a agricultura familiar, especialmente na microrregião de Garanhuns. Nesse contexto, sete municípios foram priorizados para vigilância em saúde no monitoramento de riscos e danos associados à exposição a agrotóxicos, com o objetivo de planejar e executar ações específicas alinhadas às necessidades locais, baseadas no modelo de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Em 2024, a Residência em Saúde Coletiva com ênfase em Agroecologia tornou-se apoiadora das discussões sobre o tema junto à Gerência Regional de Saúde. Este relato apresenta a experiência da oficina “Cuidados e alternativas ao uso de agrotóxicos”, ministrada no 6º Seminário de Sementes Crioulas da Rede Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (SEMEAM). A SEMEAM trabalha no levantamento de demandas e construção de ações coletivas para melhorar a agricultura familiar e salvaguardar as Sementes Crioulas. A atividade foi planejada em reunião ordinária da Rede SEMEAM, composta por agricultores, instituições agrônômicas e educacionais, elegendo como foco o uso de caldas naturais e agroecologia. Realizada em 4 de abril

de 2024, no município de Caetés (PE), a oficina contou com a participação de 25 pessoas, entre agricultores, estudantes e técnicos. Na oficina, foram ensinadas práticas como o controle biológico do mandarová (lagarta da mandioca) e o cultivo de fungos para nutrição do solo com arroz. Também foram apresentadas alternativas para a estruturação de sistemas agroflorestais adaptáveis a diferentes cultivos, como tubérculos e hortaliças, promovendo formas sustentáveis de produção. A proposta buscou incentivar o uso reduzido de agrotóxicos, fortalecer vínculos entre agricultores, instituições agronômicas e referências locais em agroecologia, e criar oportunidades para práticas agroecológicas territorializadas. Espera-se que este primeiro debate sirva como semente para fortalecer o diálogo entre saúde e trabalho no campo, com parcerias em rede que promovam acesso à informação e capacitação contextualizada. Além disso, a oficina contribuiu para a construção de laços intersetoriais e reforçou a importância da participação popular no protagonismo das soluções para os desafios vivenciados, destacando a agroecologia como um caminho sustentável e adaptado às realidades locais.

DIVERCITTÀ: UM NÚCLEO DE ACOLHIMENTO ÀS NEURODIVERGÊNCIAS, DIVERSIDADES, PLURALIDADES E ARTE COMO RECURSO PARA O APRENDIZADO NA MEDICINA

Teresa Cristina Brito Ruas Desco, Manuela Gonçalves Tasca, Amanda Aparecida da Silva Machado

As práticas médicas e pedagógicas na medicina devem enfatizar o cuidado integral à saúde por meio de ações interdisciplinares e humanizadas, que unam os conhecimentos das ciências biológicas, humanas e sociais. Este relato de experiência aborda a importância de um núcleo no curso de medicina dedicado ao acolhimento das neurodivergências, diversidades e pluralidades do existir, utilizando a arte como recurso para potencializar o ensino-aprendizagem e humanizar a formação médica. Criado inicialmente como projeto em setembro de 2022 e consolidado como núcleo em 2024, o Divercittà, no curso de medicina do IDOMED-Città, promove mentoria e suporte em todos os níveis educacionais, assegurando ambientes adaptados e capacitando os diversos atores da educação e saúde – discentes, docentes, instituições e sociedade – em atitudes, teoria e conscientização. Suas vertentes incluem: atendimento pedagógico com foco em neurodivergências e adequações curriculares e ambientais; uso da arte como ferramenta pedagógica e de humanização institucional; e ações relacionadas a vulnerabilidades, diversidades e pluralidades. Até o momento, o núcleo realizou atividades como atendimento individualizado para diagnóstico e adaptação curricular de alunos neurodivergentes, ações artísticas no ensino-aprendizagem, dinâmicas sobre doenças raras e no mês da mulher, formações docentes sobre autismo, acolhimento a alunos transferidos, vivências entre calouros e veteranos, intervenções artísticas em disciplinas de Humanidades, envio de folhetins sobre humanização e projetos de educação em saúde em escolas municipais. Relatos e experiências de envolvidos destacam que a

aprendizagem significativa vai além da mera junção de saberes, sendo articulada às necessidades de análise, explicação e transformação da realidade. Depoimentos reforçam como a integração entre arte e biologia, humanidades e saúde, indivíduo e coletividade são viáveis na medicina, permitindo aos discentes aprender sobre promoção da vida, saúde e bem-estar humano em diferentes contextos e pluralidades. Assim, o Divercittà demonstra que é possível uma pedagogia reflexiva, que respeita diferenças e diversidades, evidenciando o papel transformador da arte no aprendizado e na humanização da medicina.

A CARA DA HUMANIDADE: UM AUTORRETRATO DO ESTUDANTE DE MEDICINA

Amanda Aparecida da Silva Machado, Manuela Gonçalves Tasca, Teresa Cristina Brito Ruas Desco

As Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltam que o médico deve ser humano, crítico, reflexivo e ético, exigindo das universidades a criação de espaços que garantam o desenvolvimento dessas qualidades e habilidades ao longo da formação acadêmica, com reflexos na prática profissional. Este relato de experiência descreve uma atividade realizada pelo núcleo Divercittà, em parceria com a disciplina de Humanidades do primeiro período do curso de medicina do IDOMED-Città, cujo objetivo foi promover o exercício de autoconhecimento dos discentes, essencial para a construção de sua identidade pessoal e profissional. A atividade, intitulada “A cara da humanidade”, envolveu a produção de um calendário de aniversário com as fotos dos alunos. Durante a aula, os estudantes foram convidados a refletir sobre suas características pessoais, identificando aspectos positivos que poderiam contribuir para sua carreira médica e características que precisavam ser trabalhadas ao longo da formação acadêmica. Enquanto refletiam, pintaram suas próprias imagens em cartões que compuseram o calendário, no qual registraram seus nomes, datas de aniversário e a característica a ser aprimorada. O calendário acompanhará a turma até o período do internato, sendo utilizado anualmente, nos aniversários, como instrumento de reflexão sobre os avanços pessoais e profissionais realizados. A experiência provocou nos alunos um incômodo inicial, mas se mostrou essencial para fomentar reflexões contínuas sobre si mesmos, sua trajetória estudantil e como desejam construir-se como futuros médicos, com uma prática humanizada e reflexiva. Além de reconhecerem suas qualidades intrínsecas, os discentes aprenderam a utilizá-las como potencializadoras de sua formação, não para alimentar o ego, mas para fortalecer o compromisso com o cuidado humano. Recomenda-se que instituições de ensino médico implementem atividades similares, integrando o autoconhecimento e a construção da identidade profissional ao aprendizado técnico, visando formar profissionais mais humanos, reflexivos e preparados para assistir à vida daqueles sob seus cuidados.

AS REDES SOCIAIS COMO ALIADAS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A ATUAÇÃO DO CANAL CONTA COMIGO

Ester Sias, Milena Oliveira Costa, Valéria Cristina Christello Coimbra, Luciane Prado Kantorski, Liamara Denise Ubessi, Denyan Alves Silveira

A Lei Maria da Penha, importante marco legislativo brasileiro, é fundamental na proteção e prevenção contra a violência doméstica e familiar direcionada às mulheres, sendo nomeada em homenagem à ativista Maria da Penha, símbolo da luta pelos direitos femininos após vivenciar violência doméstica. A lei define violência doméstica como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral e patrimonial. Neste contexto, o Canal Conta Comigo, por meio da produção e disseminação de conteúdos educativos e informativos, contribui para a conscientização e o enfrentamento da violência de gênero. Este relato de experiência apresenta as atividades do projeto de extensão “Canal Conta Comigo – O cuidado que nos aproxima”, vinculado a instituições como a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Coletivo Rizoma SUS da Universidade Federal do Pampa e o IFRS. Por meio de publicações nas redes sociais, o projeto aborda aspectos da Lei Maria da Penha, incluindo atualizações sobre a solicitação de medidas protetivas no momento do registro policial, e promove temas relacionados à saúde física, mental e práticas de autocuidado. Atualmente, o canal alcança 3.514 seguidores no Instagram e 2.100 no Facebook, sendo mantido por uma equipe de 14 colaboradores, composta por graduandos, pós-graduandos e professores. Com conteúdos que explicam os tipos de violência, o ciclo da violência e o uso de ferramentas como o violentômetro, o projeto busca sensibilizar mulheres que, muitas vezes, não reconhecem estar em situação de violência. Essa atuação fortalece a conscientização e promove mudanças sociais, incentivando a ruptura do ciclo de violência por meio de informação e empoderamento. A publicidade de causas sociais, como a realizada pelo Canal Conta Comigo, desempenha um papel essencial na disseminação de conhecimentos sobre os aspectos da violência doméstica e os recursos disponíveis para apoio e proteção. Assim, o projeto não só amplia a compreensão sobre a violência de gênero, como também contribui para que mulheres em situação de vulnerabilidade se sintam encorajadas a buscar ajuda e usufruir dos avanços proporcionados pela Lei Maria da Penha, que agora permite a emissão de medidas protetivas no momento do registro policial, oferecendo maior segurança às vítimas e garantindo o afastamento do agressor.

CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: UMA ABORDAGEM COLABORATIVA E AFETIVA

Ester Sias, Cynthia Luz Yurgel

O município de Morro Redondo/RS enfrenta grandes desafios no atendimento em saúde mental devido à limitação de profissionais, contando apenas com uma psicóloga pelo SUS, o que

gera uma fila de espera de mais de 200 pacientes, com tempo médio de espera de dois anos, agravado pela Pandemia da covid-19. Nesse cenário, o projeto “Cuidado no Morro» apresentou uma solução inovadora por meio de uma parceria entre a Faculdade Anhanguera e a Prefeitura Municipal de Morro Redondo, visando atender à demanda reprimida em saúde mental e oferecer um campo de estágio para acadêmicos de psicologia. A prefeitura disponibiliza o espaço para os atendimentos e o transporte dos estudantes, enquanto a faculdade organiza as atividades, coordenadas pela professora Cynthia Luz Yurgel. O projeto é realizado semanalmente, às segundas-feiras, das 13h às 17h, atendendo cerca de 60 pacientes com idades entre 4 e 75 anos. Os atendimentos, individuais ou em grupo, ocorrem na Câmara de Vereadores, sendo realizados por duplas de estudantes. Com dois anos de atuação, o projeto alcançou resultados significativos, incluindo a redução da fila do SUS a zero, demonstrando sua relevância como uma boa prática em saúde mental. Além disso, proporcionou a mais de 50 estudantes de psicologia uma experiência prática e enriquecedora. O “Cuidado no Morro» evidencia como parcerias entre entidades públicas e privadas podem contribuir para a promoção da saúde mental no SUS e SUAS, ao oferecer acesso qualificado a serviços para a população vulnerável e criar oportunidades de aprendizado prático para os acadêmicos, aproximando-os da realidade da psicologia e fortalecendo sua formação.

LEPTOSPIROSE NAS MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL EM 2022

Leonardo Rosa Monjelo, Beatriz de Almeida Berbet, Gabriela Nascimento Gonçalves,
Paula Caldas do Couto, Pedro Ribeiro Braga, Pedro Augusto Pimenta de Almeida,
Victor de Carvalho Vaz Ferreira, Lélia Cápua Nunes

A regionalização é essencial para compreender as necessidades de saúde dos territórios e, por ser indispensável ao planejamento em saúde, este estudo teve como objetivo analisar a distribuição da leptospirose nas macrorregiões de saúde do Rio Grande do Sul (RS) em 2022, visando subsidiar estratégias de prevenção de agravos em contextos emergenciais. Trata-se de um estudo ecológico exploratório de múltiplos grupos, focado na incidência e mortalidade por leptospirose nas macrorregiões do estado. Os dados de notificações foram extraídos do SINAN (DATASUS), enquanto os óbitos foram obtidos na aba “mortalidade desde 1996 – pela CID 10”, sob a classificação A27. Informações sobre a regionalização e população foram coletadas no site da Secretaria de Saúde do RS. A taxa de incidência foi calculada pela razão entre o número de casos e a população de cada macrorregião multiplicada por 100.000, e a taxa de mortalidade, pela razão entre óbitos e população multiplicada pelo mesmo fator, com as letras “y” e “z” representando as taxas brutas de incidência e mortalidade, respectivamente. Em 2022, a taxa média de incidência de leptospirose no RS foi de 2,48 casos por 100.000 habitantes, com as macrorregiões Norte e dos Vales apresentando valores acima da média estadual. A macrorregião dos Vales registrou a maior incidência ($y=6,31$), seguida pelas macrorregiões Norte ($y=3,21$) e Missioneira ($y=2,43$), enquanto o coeficiente de variação para as incidências foi de 61,29% ($2,74 \pm 1,68$). Em relação à mortalidade, a taxa média foi de 0,12 óbitos por 100.000 habitantes,

sendo superiores à média as macrorregiões Missioneira, dos Vales e Metropolitana, com coeficiente de variação de 84,30% ($0,11 \pm 0,09$). A macrorregião Missioneira apresentou a maior mortalidade ($z=0,23$), seguida pelas macrorregiões dos Vales ($z=0,22$), Metropolitana ($z=0,16$), Centro-Oeste ($z=0,09$) e Norte ($z=0,08$), enquanto as demais não registraram óbitos. Conclui-se que a macrorregião dos Vales, por apresentar a maior incidência e a segunda maior mortalidade, e a macrorregião Missioneira, com a maior mortalidade e a terceira maior incidência, devem ser priorizadas em estratégias de prevenção para minimizar agravos e óbitos associados à leptospirose no estado.

IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO INTERIOR DO SUL DO BRASIL

Betina Breyer Figueiró, Fabiana Rafaela Santos de Mello, Marina Möhleck de Souza, Laura Lersch Bellini, Djennifer Raquel da Rosa, Luana dos Passos Vieira, Francine Xavier Guterres Cruvinel, Alexander Romão Vieira Morinélli, Dulciane Nunes Paiva

Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (PRMS) são uma modalidade de formação baseada no treinamento em serviço, voltada para capacitar profissionais para uma atuação diferenciada no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo qualidade e segurança no atendimento aos pacientes. Esses programas integram as esferas do ensino, serviço e gestão, fortalecendo a interdisciplinaridade e o diálogo multiprofissional. O presente estudo busca destacar a importância dos PRMS na formação de profissionais de saúde. A inserção nesses programas proporciona um aperfeiçoamento teórico e prático estruturado em dois ciclos (R1 e R2), alinhados às políticas públicas de educação e assistência em saúde nos níveis de baixa, média e alta complexidade, com foco na cultura do diálogo interdisciplinar. As ações educativas e formativas visam atender às necessidades de saúde da população local, desenvolvendo habilidades técnicas, cognitivas e humanísticas que conferem autonomia ao residente para tratar o ser humano de forma integral, considerando os determinantes sociais em saúde. Além disso, os PRMS atendem parte da demanda populacional e promovem o desenvolvimento regional. Esses programas capacitam os profissionais para uma atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar, fornecendo conhecimentos técnico-científicos e promovendo a participação popular, bem como a prevenção, o tratamento e a recuperação da saúde. Eles também fortalecem a relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as Secretarias Municipais de Saúde, qualificando o sistema de saúde municipal e consolidando os princípios do SUS. A implementação dos PRMS concretiza a integração entre ensino e trabalho em diversos cenários, como Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde da Família, ambulatórios, Serviços de Atendimento Móvel de Urgência, Unidades de Pronto Atendimento, emergências, Unidades de Terapia Intensiva, enfermarias de retaguarda e unidades gestoras. Esses programas abrangem disciplinas teóricas e ações práticas que contribuem para a formação dos residentes. Como modalidades de formação em serviço, os PRMS promovem a educação permanente em saúde e inserem os profissionais na rede de atenção, priorizando a vivência em diferentes setores e a construção de sistemas de referência e contrarreferência entre

serviços básicos, hospitalares e ambulatoriais. Assim, criam redes de cuidado fundamentadas em ações humanísticas e interdisciplinares, fortalecendo a integração entre ensino e trabalho e resultando em uma formação generalista e multiprofissional que atende ao princípio da integralidade.

VIVÊNCIAS DE UMA ENFERMEIRA PSIQUIÁTRICA NO “CLUBE DA ESQUINA”

Lirys Figueiredo Cedro, Donizete Vago Daher

Este relato de experiência aborda a vivência de uma enfermeira no “Clube da Esquina”, um espaço voltado ao encontro entre pacientes psiquiátricos e profissionais para momentos lúdicos e de troca de experiências. O objetivo é descrever a dinâmica de funcionamento do “Clube da Esquina” e o papel do enfermeiro nesse contexto. Criado em 18 de maio de 1996, por profissionais da saúde, o espaço foi idealizado para acolher pacientes psiquiátricos aos sábados, com atividades lúdicas que promovem integração social. Atualmente, o clube funciona semanalmente, alternando-se entre o Centro de Reabilitação da Infância e Mocidade (CARIM/UFRJ) e o Hospital-Dia do Centro de Psiquiatria do Rio de Janeiro (CPRJ), com a parceria do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB-UFRJ). O nome “Clube da Esquina” é metafórico, simbolizando um ponto de encontro, tal como as esquinas onde muitas pessoas se reúnem. Quando realizado no IPUB, os pacientes são recebidos com um café da manhã, seguido de atividades como jogos, música e votação para escolher passeios. Já no Hospital-Dia do CPRJ, além do café coletivo, há almoço, atividades na “discoteca”, onde os pacientes montam playlists de músicas de sua preferência, e sessões de cinema na videoteca. Durante essas atividades, o papel do enfermeiro é acolher, facilitar o entrosamento, prestar assistência, especialmente aos idosos ou pacientes com dificuldades de locomoção e comunicação, além de mediar discussões sobre os filmes assistidos. Essas iniciativas têm promovido a inclusão social dos participantes, ampliando suas interações e oferecendo experiências que dificilmente vivenciam em outros espaços. Gestos, olhares e manifestações de alegria demonstram o impacto positivo dessas atividades. O resgate da identidade profissional do enfermeiro nesse contexto é considerado inovador e desafiador. Conclui-se que enfrentar os desafios para minimizar a discriminação social e fomentar o protagonismo dos pacientes tem sido essencial para seu bem-estar biopsicossocial, graças à dedicação dos profissionais que transformam o “Clube da Esquina” em um espaço de acolhimento e possibilidades.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE PEDIÁTRICO COM INTOXICAÇÃO POR PLANTA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raicielly Abreu da Silva, Rodrigo Silva Marcelino, Ananias Facundes Guimarães, Vinícius Soares Mitouso, Lorena Gleice Azevedo da Silva, Daniele Muniz da Costa

As plantas medicinais têm grande relevância no cuidado em saúde em diversos contextos socioculturais, devido aos seus efeitos benéficos comprovados, baixo custo e fácil cultivo, sendo

amplamente utilizadas no tratamento de doenças como malária, distúrbios gastrointestinais e em cuidados com bebês e crianças. No entanto, nem todas são seguras para consumo humano, especialmente para pacientes pediátricos, cujos órgãos e sistemas estão em desenvolvimento, o que os torna mais vulneráveis a intoxicações exógenas. Fatores como a tendência das crianças a imitar adultos e a falta de noção dos perigos associados à ingestão de substâncias contribuem para essa vulnerabilidade. Embora o número de óbitos por intoxicação por plantas seja baixo, esses casos representam uma importante causa de morbidade e mortalidade em faixas etárias sensíveis, reforçando a necessidade de medidas preventivas e assistenciais. Este estudo relata a experiência de acadêmicos de enfermagem na assistência a um paciente pediátrico com intoxicação por gergelim, ocorrida durante o estágio curricular supervisionado no setor pediátrico do Hospital Regional de Coari, Amazonas, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2023. Durante a assistência, foram realizados procedimentos como administração de medicamentos prescritos e sondagem nasogástrica para irrigação e aspiração gástrica, seguindo orientações da equipe multiprofissional. Os acadêmicos também destacaram a importância de manter substâncias perigosas fora do alcance das crianças e promoveram orientações sobre o uso seguro de plantas medicinais, prática comum na população tradicional do Amazonas. Após as intervenções, observou-se melhora clínica do paciente. Conclui-se que a enfermagem tem um papel crucial no manejo de intoxicações exógenas, incluindo avaliação, monitoramento, procedimentos técnicos e administração de medicamentos, o que contribui tanto para a recuperação do paciente quanto para a formação prática dos acadêmicos. Além disso, experiências como essa podem fomentar estratégias de educação em saúde, voltadas à prevenção de casos semelhantes e à conscientização sobre o uso seguro de plantas medicinais.

DIFICULDADES DE ACESSO AO PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO PELA GESTANTE RIBEIRINHA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raicielly Abreu da Silva, Rodrigo Silva Marcelino, Vinícius Soares Mitouso, Ananias Facundes Guimarães, Lorena Gleice Azevedo da Silva, Daniele Muniz da Costa

O acompanhamento de pré-natal de alto risco é essencial em situações em que gestantes apresentam condições clínicas, sociodemográficas ou históricas que aumentam o risco de complicações durante a gestação, parto e puerpério. No contexto ribeirinho do Amazonas, desafios como o acesso fluvial aos serviços de saúde e a distância das comunidades rurais comprometem a regularidade das consultas pré-natais, tornando o acompanhamento de enfermagem crucial para assegurar a saúde e o bem-estar do binômio materno-fetal. Este estudo relata a experiência de acadêmicos de enfermagem durante o atendimento a uma gestante de 34 semanas e 2 dias, com gravidez gemelar classificada como de alto risco, que havia realizado apenas quatro consultas pré-natais na Atenção Primária à Saúde (APS) em Coari, Amazonas. Durante a assistência, foram realizadas condutas de enfermagem como medição da altura uterina, manobras obstétricas para identificar o fundo uterino, posição do dorso fetal, apresentação e insinuação, além da verificação dos batimentos cardíacos fetais (BCF). Identificou-se

que um feto estava em apresentação cefálica à direita e o outro em apresentação pélvica à esquerda, ambos apresentando movimentos fetais e sons audíveis dos BCF. A gestante foi novamente encaminhada ao serviço especializado de Pré-Natal de Alto Risco (PNAR), pois, apesar de já ter sido referenciada no início da gestação, não conseguiu realizar os atendimentos necessários. Outras condutas incluíram encaminhamento ao odontologista, prescrição de sulfato ferroso e ácido fólico, e solicitação dos exames do terceiro trimestre. Conclui-se que é indispensável implementar ações para facilitar o acesso ao pré-natal no contexto amazônico, como o investimento em mais Unidades Básicas de Saúde Fluvial, para garantir a saúde das gestantes e dos bebês em áreas de difícil acesso. Essa experiência foi fundamental para os acadêmicos, permitindo compreender as especificidades dos povos tradicionais da região e reforçando a importância de aprimorar as políticas públicas de saúde no contexto amazônico.

CONTINUIDADE DO CUIDADO ENTRE USUÁRIOS DE SERVIÇO DE URGÊNCIA

Keren Cristina Madeira de Abreu, Ana Paula Santana Coelho Almeida

No Sistema Único de Saúde (SUS), as Redes de Atenção à Saúde (RAS) são estruturadas para oferecer cuidado integral e contínuo à população, com a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenhando um papel central na coordenação do sistema e na garantia da continuidade do cuidado. Contudo, barreiras de acesso e desarticulação das redes frequentemente levam à fragmentação e descontinuidade no atendimento. Este estudo teve como objetivo verificar a continuidade do cuidado com médicos e enfermeiros nos serviços municipais após atendimentos em serviços de urgência, ao longo de doze meses, e identificar os fatores associados a essa continuidade. Trata-se de um estudo quantitativo de coorte prospectiva, realizado em Vitória-ES com 1177 indivíduos de 18 anos ou mais que utilizaram um Pronto Atendimento entre novembro e dezembro de 2019. O acompanhamento foi realizado ao longo de um ano por meio do sistema informatizado de saúde municipal, e a análise estatística utilizou regressão de Poisson no software Stata 17. Dos usuários analisados, 65,8% (IC95%: 63,00-68,42) utilizaram ao menos um serviço da rede municipal de saúde, com destaque para a APS (49,9% - IC95%: 47,01-52,73) e os Prontos Atendimentos (43,6% - IC95%: 40,77-46,44). O maior uso da APS esteve significativamente associado ao sexo feminino (P-valor: 0,000), maior idade (P-valor: 0,0001), menor escolaridade (P-valor: 0,0000), classificação socioeconômica mais baixa (P-valor: 0,0100), presença de multimorbidade (P-valor: 0,0001) e vínculo com médicos ou enfermeiros (P-valor: 0,0000). Por outro lado, os Prontos Atendimentos foram mais utilizados por pessoas com multimorbidade (P-valor: 0,0312). Esses resultados mostram que mais da metade da amostra continuou utilizando os serviços municipais de saúde após atendimento em urgência. Indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com multimorbidades e vínculo com profissionais de saúde apresentaram maior propensão a manter o uso contínuo dos serviços. O estudo reforça a relevância da APS na promoção da continuidade do cuidado, especialmente para populações vulneráveis impactadas pela desigualdade social, destacando seu papel essencial na mitigação dessas desigualdades.

A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS RELACIONADA À COVID-19 EM UMA CRECHE NA CIDADE DE SANTARÉM (PA)

Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Lucas Santos de Araújo, Janaina Sousa Gonçalves,
Ana Clara Corrêa da Silva, Amanda Vitória Corrêa da Silva, Simone Aguiar da Silva Figueira

A Pandemia de covid-19 trouxe desafios sem precedentes ao sistema educacional global, exigindo adaptações rápidas para garantir a continuidade do aprendizado. Na educação infantil, as dificuldades foram ainda maiores devido à importância da interação presencial no desenvolvimento social das crianças. O fechamento das creches, consequência das medidas de distanciamento social, impactou milhões de crianças em idade pré-escolar, comprometendo não apenas o aprendizado, mas também o desenvolvimento emocional e social, conforme apontado pela UNESCO. Neste contexto, este trabalho objetiva descrever a relevância das práticas educativas em creches como forma de prevenir agravos à saúde infantil. Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, baseado em um relato de experiência vivenciada por acadêmicas de enfermagem do quinto semestre da Universidade do Estado do Pará (UEPA), campus XXI, durante o estágio da disciplina Enfermagem Comunitária II, realizado na Escola Paulo Freire, em Santarém (PA), sob supervisão da preceptora. Durante as práticas educativas, conduzidas de forma lúdica, foi evidente o interesse e a participação ativa das crianças nas atividades. As orientações, que incluíram práticas de higiene como a lavagem das mãos e o uso correto de máscaras, foram realizadas por meio de contação de histórias infantis adaptadas para abordar o tema da saúde e higiene em tempos de covid-19. Essas ações contribuíram significativamente para a formação de hábitos saudáveis que se estenderão além da pandemia. Os resultados destacam a importância dessas práticas para promover o desenvolvimento infantil, fortalecer a colaboração entre escola e família e implementar estratégias de cuidado no ambiente escolar. As adaptações pedagógicas, o uso de tecnologias e o engajamento familiar demonstraram ser ferramentas essenciais para mitigar os impactos negativos da pandemia. Além de beneficiar as crianças atendidas pela creche, essas iniciativas contribuíram para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da comunidade. A experiência ressalta a necessidade de estratégias educativas flexíveis e integradas, capazes de responder a crises futuras e garantir uma educação de qualidade, reafirmando o papel fundamental das práticas educativas na promoção da saúde e no fortalecimento do desenvolvimento infantil.

A INFLUÊNCIA DOS DETERMINANTES SOCIAIS NO CUIDADO COM A SAÚDE

Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Lucas Santos de Araújo, Janaina Sousa Gonçalves, Icarly Kaliny Reis da Silva,
Felipe Braga Corrêa, Larrisa Silva Araújo, Maria Eduarda da Silva Souza, Simone Aguiar da Silva Figueira

Os determinantes sociais da saúde, que englobam fatores socioeconômicos, culturais e ambientais, influenciam diretamente a saúde dos indivíduos e comunidades, sendo fundamentais para

o desenvolvimento de políticas e práticas de saúde eficazes. Este estudo tem como objetivo descrever como esses determinantes impactam o cuidado com a saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, baseada em estudos e relatórios da Pan American Health Organization (PAHO), que exploram a relação entre determinantes sociais e saúde. Os principais fatores identificados incluem condições socioeconômicas, como renda, educação e ocupação, que influenciam o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde, sendo que populações com menor poder aquisitivo enfrentam barreiras significativas; ambiente físico, onde aspectos como saneamento básico, acesso à água potável e habitação adequada têm impacto substancial na saúde; contexto social e comunitário, no qual redes de apoio social e coesão comunitária são cruciais para melhores resultados de saúde, enquanto comunidades menos seguras enfrentam desafios maiores; acesso aos serviços de saúde, que depende da disponibilidade e acessibilidade de unidades de saúde e profissionais qualificados; e políticas públicas, com programas governamentais voltados à equidade social, os quais influenciam diretamente a saúde populacional. Os achados destacam que indivíduos em condições socioeconômicas desfavoráveis enfrentam maior dificuldade para acessar serviços de qualidade, enquanto redes de apoio social fortes e políticas públicas inclusivas estão associadas a melhores resultados de saúde. A pesquisa confirma que os determinantes sociais têm um impacto profundo e multifacetado, evidenciando a necessidade de abordagens integradas que considerem esses fatores para reduzir disparidades e melhorar a saúde pública. Recomenda-se que políticas de saúde sejam elaboradas com uma perspectiva abrangente, incorporando os contextos sociais, econômicos e ambientais nos planejamentos e intervenções, promovendo uma saúde mais equitativa e sustentável. A continuidade das pesquisas nessa área é essencial para aprimorar estratégias de intervenção e assegurar que a saúde pública evolua de maneira inclusiva e adaptada às necessidades da população.

CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA ENTRE IDOSOS SEGUNDO RAÇA/COR, NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL, EM 2022

Leonardo Rosa Monjeló, Daniel Madeira Cardoso, Camila Teixeira Vaz, Lélia Cápua Nunes

Integrar o tema da violência contra o idoso ao debate público é essencial para dar visibilidade a essa população, especialmente considerando as iniquidades relacionadas à raça/cor na distribuição dos problemas de saúde. Este estudo teve como objetivo caracterizar as taxas de incidência de violência entre idosos nas cinco regiões do Brasil, segundo raça/cor, no ano de 2022. Trata-se de um estudo ecológico, exploratório, com dados extraídos do SINAN (DATASUS) e do Censo 2022 (IBGE). As categorias de cor preta e parda foram agrupadas na categoria raça negra. Foram calculadas taxas brutas de incidência de violência (representadas pela letra k), considerando o número de casos de violência por 10.000 idosos, além das taxas médias de incidência por região e raça/cor. Em 2022, foram notificados 31.341 casos de violência interpessoal/autoprovocada em pessoas acima de 60 anos no Brasil. A região Norte apresentou a maior taxa média de incidência (k média=21,77), seguida

das regiões Centro-Oeste (k média=18,01) e Nordeste (k média=13,50). Idosos da raça/cor branca apresentaram a menor taxa média de incidência (k média=6,68). As maiores taxas de violência foram observadas entre idosos indígenas nas regiões Centro-Oeste (k=34,86), Sul (k=19,28) e Sudeste (k=10,73), e entre idosos amarelos nas regiões Norte (k=46,13) e Nordeste (k=33,07). Em contrapartida, idosos da raça/cor branca apresentaram as menores taxas de incidência em todas as regiões, exceto no Sul. Notou-se que, em algumas regiões, as taxas de violência contra idosos brancos foram mais que o dobro das registradas entre idosos negros. Conclui-se que as maiores taxas de violência foram registradas na região Norte e entre idosos indígenas e amarelos, evidenciando profundas iniquidades na distribuição dos casos. Essas disparidades refletem desigualdades raciais e inter-regionais que ainda estruturam o país, ressaltando a necessidade de ações direcionadas para assegurar a integridade física e social dos idosos, especialmente para indígenas, amarelos e negros, e para aqueles na região Norte. Embora as taxas possam estar sujeitas ao impacto da subnotificação devido ao acesso desigual aos serviços de saúde e à coleta de dados populacionais, os resultados reforçam a urgência de estudos mais aprofundados para compreender e enfrentar essas iniquidades.

HARMONIZANDO A MENTE E O CORPO: OS BENEFÍCIOS TRANSFORMADORES DA MUSICOTERAPIA EM UM IDOSO ACAMADO

Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Lucas Santos de Araújo,
Janaina Sousa Gonçalves, Simone Aguiar da Silva Figueira

A musicoterapia é uma abordagem terapêutica que utiliza elementos musicais como ritmo, melodia, harmonia e timbre de forma criativa e sistemática, com o objetivo de facilitar a expressão, comunicação, aprendizado, relaxamento e o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. Fundamentada na ideia de que a música possui propriedades únicas capazes de acessar áreas profundas da experiência humana, essa prática busca promover cura e crescimento pessoal. Este estudo tem como objetivo descrever a singularidade e o poder transformador da música como recurso terapêutico. Trata-se de um relato de experiência descritivo, com abordagem qualitativa, vivenciada por uma acadêmica de enfermagem do quarto semestre da Universidade do Estado do Pará (UEPA), durante a realização de uma Atividade Integrada em Saúde (AIS) no domicílio de um paciente idoso, acamado, diagnosticado com Alzheimer e Parkinson, atendido pela UBS de Aparecida, Santarém (PA), em dezembro de 2023. Durante a sessão de musicoterapia, adaptada às preferências musicais do paciente, observou-se uma redução significativa no estresse e na ansiedade, além de melhorias na comunicação e expressão emocional. À medida que canções marcantes de sua trajetória de vida eram executadas, o paciente demonstrou maior interação, expressando afeto, sorrisos e gestos de carinho. A música também estimulou sua memória e cognição, proporcionando momentos de maior clareza mental e conexão com memórias afetivas, facilitando a comunicação e permitindo a expressão de emoções de forma não verbal. Além disso, o estímulo musical promoveu leve movimentação muscular, envolvendo as mãos, e atuou

no sistema nervoso parassimpático, inibindo o sistema simpático, o que contribuiu para o relaxamento e o bem-estar do paciente. A experiência demonstrou os benefícios significativos da musicoterapia como intervenção complementar para melhorar a qualidade de vida de idosos acamados. Especialmente em pacientes com Alzheimer, a musicoterapia mostrou-se útil ao estimular áreas cerebrais associadas à memória e cognição, promovendo interação social e bem-estar emocional. Embora sejam necessárias mais pesquisas para avaliar a eficácia a longo prazo e compreender os mecanismos subjacentes, os resultados sugerem que a musicoterapia é uma ferramenta valiosa no cuidado holístico de pacientes idosos, destacando seu potencial como prática terapêutica integrada.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE BASEADA EM ESTUDOS

Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Lucas Santos de Araújo, Icarly Kaliny Reis da Silva, Felipe Braga Corrêa, Larissa Silva Araújo, Maria Eduarda da Silva Souza, Simone Aguiar da Silva Figueira

A educação em saúde é um processo político-pedagógico que abrange aspectos culturais, filosóficos, políticos, sociológicos e religiosos, permitindo propor ações transformadoras que promovem autonomia e emancipação individual e coletiva. Nesse contexto, atividades participativas de promoção à saúde nas escolas, que conciliam conhecimentos prévios e novos, são particularmente benéficas, pois ajudam a reduzir a distância entre teoria e prática no modelo educacional brasileiro. Este estudo investigou a importância da educação em saúde nas escolas e sua contribuição para os cuidados em saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada em bases de dados como MEDLINE e LILACS, utilizando os descritores “Educação em Saúde», “Saúde na Escola» e “Serviços de Saúde Escolar», combinados pelo operador booleano “AND». Os critérios de inclusão envolveram artigos publicados entre 2019 e 2024, em português, disponíveis na íntegra e que abordassem diretamente a temática, enquanto os critérios de exclusão descartaram duplicatas, teses, monografias, dissertações, artigos de revisão, incompletos ou sem acesso livre. Após a aplicação dos critérios, 17 artigos foram inicialmente identificados, dos quais quatro atenderam plenamente aos critérios de inclusão e compuseram a amostra final. Os estudos analisados evidenciaram que a educação em saúde nas escolas é crucial para o desenvolvimento de habilidades de vida, prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis entre os alunos. Atividades educativas voltadas à saúde auxiliam na tomada de decisões, na resolução de problemas e na comunicação interpessoal, além de contribuírem para a redução das taxas de evasão escolar. Ao promover um ambiente escolar acolhedor e seguro, esses programas fazem com que os estudantes se sintam valorizados e apoiados, incentivando sua permanência na escola. Conclui-se que a educação em saúde é essencial para promover o bem-estar integral dos estudantes, trazendo benefícios que perduram para os indivíduos e para a comunidade. Assim, investir em atividades de promoção à saúde no ambiente escolar é indispensável para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes e melhorar a qualidade de vida da sociedade como um todo.

OUVINDO COM EMPATIA: A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA QUALIFICADA AOS IDOSOS NAS AÇÕES DE HIPERDIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Lucas Santos de Araújo, Janaina Sousa Gonçalves,
Ana Clara Corrêa da Silva, Simone Aguiar da Silva Figueira

A população idosa enfrenta desafios únicos relacionados à saúde, especialmente no manejo de doenças crônicas como a hipertensão arterial. Segundo o Ministério da Saúde, a Atenção Primária à Saúde (APS) é essencial na prevenção, diagnóstico precoce e controle dessas condições. Contudo, a eficácia das intervenções depende não apenas dos tratamentos prescritos, mas também da capacidade de compreender as necessidades e experiências dos pacientes, valorizando a escuta empática como um elemento essencial no cuidado centrado no idoso. Ouvir os idosos na APS fortalece a relação terapêutica, promove uma assistência mais eficaz e amplia a visão holística do cuidado, indo além do controle de parâmetros clínicos. Este trabalho tem como objetivo descrever a importância da escuta qualificada no Programa Hiperdia, destacando seu impacto positivo na adesão ao tratamento e na construção de uma relação sólida entre profissionais de saúde e idosos. Trata-se de um relato de experiência descritivo, com abordagem qualitativa, vivenciada por acadêmicas de enfermagem do quinto semestre da Universidade do Estado do Pará (UEPA), durante estágio na Unidade Básica de Saúde Jardim Santarém, sob supervisão de preceptora. No dia 3 de maio, durante um encontro do Grupão do Programa Hiperdia, observou-se que os idosos valorizam profundamente a oportunidade de expressar seus sentimentos. Foi evidente a sensação de alívio ao compartilharem suas preocupações e ansiedades, contribuindo para uma melhor adesão ao tratamento e maior compreensão de suas condições de saúde. Esse espaço de escuta revelou que os encontros do Hiperdia não são apenas uma oportunidade para busca de medicações, mas também momentos de apoio terapêutico, fortalecimento de laços sociais e redução do isolamento. Conclui-se que a expressão verbal dos sentimentos pelos idosos desempenha um papel crucial na melhoria de sua saúde emocional e física. Criar oportunidades para essa escuta durante os encontros do Hiperdia fortalece o vínculo terapêutico, promove uma abordagem mais humanizada e permite aos profissionais de saúde identificar preocupações específicas, adaptar planos de tratamento e atender às necessidades individuais. Dessa forma, a escuta empática se consolida como um componente indispensável para um cuidado integral e eficaz aos idosos.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

Milene Scapin Duarte, Célia Scapin Duarte, Antonia Branco de Borba,
Gabriela de Azevedo Silva, Anna Júlia Rosa, Elisa Gonçalves Dornelles

A ocorrência de casos de abuso infantil é uma preocupação constante para autoridades, gestores, pais, professores e profissionais das áreas de saúde mental e jurídica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência contra crianças e adolescentes como qualquer forma

de maus-tratos emocionais ou físicos, abuso sexual, negligência ou exploração comercial ou de outras naturezas, que possa causar danos reais ou potenciais à saúde, desenvolvimento, dignidade ou sobrevivência da criança, no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (OMS, 2002). O abuso sexual, por sua vez, é caracterizado como qualquer relação envolvendo sexualidade sem o consentimento de uma das partes (Carla Faiman, 2004). No caso de crianças e adolescentes, o abuso sexual apresenta maior complexidade, pois geralmente ocorre dentro do círculo de convivência próximo da vítima, envolvendo parentes de primeiro e segundo graus, padrastos, vizinhos, amigos ou outros indivíduos que frequentam a casa da vítima. Esse crime costuma acontecer em espaços privados, como o domicílio, e é frequentemente acompanhado de ameaças que silenciam a vítima, retardando a descoberta do caso por autoridades ou pessoas capazes de oferecer acolhimento e proteção. Os números são alarmantes: entre 2015 e 2021, o Brasil registrou 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Destes, 81% dos agressores eram do sexo masculino, sendo que 76,9% das vítimas crianças e 92,7% adolescentes eram do sexo feminino. A violência afetou majoritariamente crianças de até nove anos de idade e adolescentes entre 10 e 19 anos. O presente estudo teve como objetivo identificar as responsabilidades dos pais ou garantidores frente aos casos de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, utilizando os descritores “infantil”, “criança”, “adolescente”, “vítimas”, “sexual” e “agressor” em português, com artigos publicados entre 2019 e 2023. Os resultados apontaram que, nos casos em que o agressor é familiar, há uma sobreposição significativa de poder, especialmente pela diferença de idade entre vítima e agressor. Quando o abusador não pertence ao núcleo familiar, estratégias de persuasão, como o oferecimento de doces e presentes, são frequentemente utilizadas para conquistar a confiança da vítima. Conclui-se que pais e responsáveis devem ser informados e orientados sobre medidas preventivas desde a gestação ou durante o preparo para adoção. As escolas, por sua vez, devem criar espaços seguros para que crianças e adolescentes possam expressar-se sobre situações de violência sexual. A conscientização e o preparo de pais, responsáveis e instituições educacionais são fundamentais para prevenir e identificar casos de abuso, garantindo proteção e segurança às vítimas.

SEXO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE: O IMPACTO NA IDEAÇÃO SUICIDA E NA SÍNDROME DE BURNOUT

Camila Cristina Lunardelli Zanfrilli, Daniela Frizon Alfieri, Edmarlon Giroto, Camilo Molino Guidoni

A relação entre ideação suicida (IS) e síndrome de Burnout (SB) é amplamente documentada na literatura, mostrando que a prevalência de IS é significativamente maior em indivíduos com burnout grave. Reconhecer a prevalência da IS e os fatores associados pode contribuir para estratégias de prevenção do suicídio e de outras condições relacionadas à saúde mental. Este estudo teve como objetivo identificar a taxa de IS em estudantes universitários, além de avaliar como variáveis sociodemográficas e experiências de violência influenciam a SB e, consequentemente, como esta contribui para a IS.

Realizou-se um estudo transversal com estudantes de graduação de uma universidade pública, com coleta de dados no primeiro semestre de 2019. A SB foi avaliada por meio da escala *Copenhagen Burnout Inventory-Student Version*, enquanto a IS foi medida com a última questão do *Patient Health Questionnaire-9* (PHQ-9). Um modelo explicativo foi construído utilizando análise de regressão linear ajustada pelo AICC para identificar as variáveis mais relevantes para a SB e seu efeito na IS. A amostra incluiu 3.058 estudantes, dos quais 32,4% relataram IS. Identificou-se que fatores como ser do sexo feminino (25%), sofrer violência verbal (37%) ou sexual durante a vida acadêmica (7%) e ser não-heterossexual (5%) contribuíram significativamente para a SB, que, por sua vez, explicou cerca de 7,6% da variância da IS nas duas semanas anteriores à pesquisa. Os resultados destacam que a IS entre estudantes é um problema grave, mesmo antes do período pandêmico, sendo agravado por fatores frequentemente vivenciados por mulheres, como dificuldades financeiras e violência sexual por parceiro íntimo, bem como por violências enfrentadas por estudantes não-heterossexuais, que frequentemente ocultam sua identidade devido ao medo de preconceito, aumentando o estresse e contribuindo para o esgotamento. Além disso, a violência verbal demonstrou significativa influência no modelo explicativo. Por fim, enfatiza-se que tanto a SB quanto a IS são transtornos multifatoriais, atravessados por fatores culturais, socioeconômicos e sociodemográficos que interagem em um contexto complexo e interdependente.

O PAPEL DA ETNIA E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA IDEIAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

Camila Cristina Lunardelli Zanfrilli, Daniela Frizon Alfieri, Edmarlon Giroto, Camilo Molino Guidoni

A ideação suicida (IS) e as tentativas de suicídio (TS) representam os principais fatores de risco para o suicídio completo, tornando essencial a identificação de fatores associados e a compreensão de seus efeitos para a formulação de políticas específicas de prevenção. Este estudo avaliou a taxa de IS e suas variáveis preditoras nas últimas duas semanas entre estudantes de uma universidade pública. Trata-se de um estudo transversal, realizado no primeiro semestre de 2019, com estudantes de todos os cursos de graduação de uma universidade pública paranaense. Para confirmar a associação entre etnia, orientação sexual e IS (definida como ao menos um pensamento suicida no último mês), aplicou-se análise de regressão logística binária em múltiplos passos, visando avaliar variáveis explanatórias que pudessem confundir a associação de interesse. O ajuste do modelo foi avaliado por meio do Critério de Informação de Akaike corrigido (AICC) e do R^2 de Nagelkerke, e a multicolinearidade das variáveis foi testada pelo índice de inflação da variância (VIF). Foram calculados Odds Ratio (OR) e intervalos de confiança (IC). O estudo contou com 3.058 estudantes, dos quais 32,4% relataram IS, sendo que 7,9% manifestaram pensamentos suicidas quase todos os dias nas duas últimas semanas. O melhor modelo de ajuste demonstrou associação significativa entre cor da pele não-branca e IS (OR=1,300; IC95% 1,077-1,589; $p=0,006$), bem como entre identidade não-heterossexual e aumento da probabilidade de IS (OR=1,635; IC95% 1,327-2,015; $p<0,001$). Essas associações podem ser explicadas, em parte, pela

aculturação, ou seja, a assimilação da cultura dominante e a consequente perda de valores do contexto cultural de origem, intensificada por sentimentos de não pertencimento social e discriminação no ambiente acadêmico. É importante destacar que os comportamentos suicidas resultam de uma interação complexa de fatores biológicos, psicológicos e sociais, sendo evidente que os fatores identificados neste estudo refletem preconceitos e discriminações sociais. Esses fatores devem ser combatidos por meio da educação, campanhas de conscientização sobre diversidade e legislações rigorosas contra crimes de ódio, contribuindo para a construção de uma sociedade mais receptiva à pluralidade e para a redução dos determinantes sociais que impactam negativamente a saúde mental.

MANTENDO PRÁTICAS RELIGIOSAS NO LUTO: EXPERIÊNCIA DE FAMILIARES

Caroline dos Santos Silveira, Nara Marilene Oliveira Girardon-Perlini, Karine Rossato, Angela Yasmin Gracioli

As práticas religiosas são frequentemente acessadas por familiares de pacientes durante processos de adoecimento, especialmente em internações atípicas em unidades de terapia intensiva (UTI), como as ocorridas no recente período pandêmico da covid-19. Contudo, ao contrário do que se pode imaginar, após o falecimento do internado, os familiares geralmente não desacreditam de suas crenças religiosas, mantendo suas práticas. Este estudo teve como objetivo compreender as práticas religiosas adotadas pelos familiares no enfrentamento do luto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritivo-exploratória, realizada com familiares de pacientes internados na UTI covid do Hospital Universitário de Santa Maria. Os dados foram coletados entre junho de 2022 e fevereiro de 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas com 12 famílias, totalizando 15 participantes, selecionados com base em critérios de inclusão e exclusão. A análise dos dados seguiu o referencial teórico-metodológico da Teoria Fundamentada nos Dados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer CEP nº 5.346.454. Os resultados evidenciaram a categoria “Mantendo práticas religiosas no luto”, que abrange estratégias de cunho religioso adotadas ou preservadas pelos familiares após a perda. Essas práticas incluíram frequentar centros religiosos, manter o hábito de orações, ir à igreja ou ao túmulo do falecido, além de participar de lives de louvor a Deus via Facebook. Tais práticas contribuíram para assegurar o equilíbrio emocional, tornar o cotidiano mais confortável, fortalecer a união familiar e buscar informações espirituais sobre o ente perdido. Preservar a religiosidade mostrou-se essencial para lidar com o contexto da perda, fortalecendo a espiritualidade e promovendo um enfrentamento mais resiliente do luto. Compreender essas estratégias religiosas utilizadas no pós-morte oferece subsídios para que os profissionais de saúde reconheçam, desde a internação, a importância da religiosidade para os familiares e se sensibilizem para respeitar cerimônias e rituais, especialmente na preparação do corpo. Garantir que a religiosidade seja preservada é uma forma de ajudar os familiares a suportar a dor do luto, retomarem suas vidas e cuidarem da saúde física, mental e espiritual.

A EXPERIÊNCIA DO ECOMAPA COMUNITÁRIO NA FORMAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Iriel Ferreira Passos, Madlene de Oliveira Souza, Cecília Pedreira Machado de Santana, Caroline Silva Mota, Maria Zilda Farias Rocha, Aline Nascimento da Hora, Suellen Oliveira Venturi, Gustavo Emanuel Cerqueira Menezes Junior, Joilda Silva Nery

O Ecomapa, desenvolvido na década de 1970 pela assistente social Ann Hartman, é uma ferramenta que busca compreender as relações e conexões dos sujeitos ou famílias com o território onde estão inseridos. Originalmente usado no campo social, foi adaptado para a área da saúde, sobretudo na Atenção Básica, onde a dinâmica de trabalho exige um entendimento aprofundado da realidade local, suas potencialidades e desafios para um planejamento e cuidado eficazes. O Ecomapa comunitário, por sua vez, é uma adaptação que analisa a interação de uma comunidade com suas redes sociais de apoio em determinado momento, sendo particularmente útil na Saúde Coletiva como uma atividade formativa que apoia o planejamento de ações setoriais e intersetoriais, além de fomentar uma atenção integral à saúde das populações. Este relato aborda a construção de ecomapas comunitários como parte da formação na graduação em Saúde Coletiva, no âmbito do componente curricular “Práticas Integradas em Saúde Coletiva II” da Universidade Federal da Bahia. Em parceria com as comunidades das Ocupações Quilombo Manoel Faustino, Paraíso, e o Conjunto Habitacional Paraguari II, localizados no Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA), foram elaborados dois ecomapas comunitários para analisar a rede socioassistencial entre agosto e dezembro de 2023. A construção envolveu discussões em sala de aula, observações e diálogos com as comunidades, identificando os equipamentos sociais disponíveis e as relações estabelecidas (ou não) com estes. Visualmente, as comunidades foram posicionadas no centro dos ecomapas, orbitadas pelos equipamentos sociais mapeados, como serviços de saúde, escolas, creches, Centros de Referência de Assistência Social, Conselhos Tutelares, instituições de ensino e pesquisa, um parque florestal municipal e o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB). As relações foram representadas por linhas de diferentes tipos, indicando sua intensidade: fortes, fracas, estressantes ou inexistentes, com outras categorias adaptadas às particularidades locais. Ambas as comunidades apresentaram uma forte conexão com o MSTB, o parque florestal municipal e instituições de ensino e pesquisa, enquanto as relações com serviços de saúde, educação e assistência social foram descritas como problemáticas ou inexistentes. Diversos fatores contextuais interferem nessas relações, como a distância dos serviços públicos, falta de transporte público, ausência de infraestrutura territorial para saúde e educação, além de vulnerabilidades sociais, estigmas e preconceitos raciais. Além disso, a baixa cobertura de serviços ou equipes incompletas afeta diretamente a capacidade de atendimento às demandas das comunidades, impactando sua situação de saúde. A construção e interpretação gráfica dos ecomapas demonstraram a complexidade das relações e destacaram a necessidade de revisões constantes, considerando a dimensão temporal das transformações nos territórios, nas políticas públicas e nos atores envolvidos, uma vez que os ecomapas refletem as dinâmicas em constante mudança desses contextos.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA EM BELÉM (PA): RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jair de Oliveira Silva, Crissia Adrielly Ferreira da Silva, Jhenyfer Victória da Silva Dantas Cavalcante, Jorge Victor da Silva Dantas Cavalcante, Juliene Silva da Silva, Melissa Orlanda Costa do Nascimento, Thais dos Santos Moraes, Thalyta Fernandes Vaz, Cláudia Patrícia Machado Leite da Silva

O câncer de mama é uma patologia caracterizada pela multiplicação de células anormais na mama, resultando no surgimento de tumores que podem ser benignos ou malignos. Quando não identificado precocemente ou tratado de forma adequada, pode se tornar mais invasivo, atingindo outros órgãos e, em casos graves, levando ao óbito. Este trabalho relata a experiência de estudantes do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Pará durante a execução de um projeto de extensão voltado para Educação em Saúde e Prevenção do Câncer de Mama, realizado com mulheres que frequentam a área de lazer da Praça da República, em Belém (PA). Os procedimentos metodológicos adotados incluíram o uso de diário de campo, registro fotográfico e observação participante, sendo os dados analisados de forma descritiva com abordagem qualitativa. Os resultados demonstraram que o projeto de extensão contribuiu significativamente para a educação em saúde, promovendo a socialização de informações sobre a prevenção do câncer de mama entre mulheres de diferentes faixas etárias. Foram utilizados instrumentos pedagógicos como folders, panfletos, orientações individuais e rodas de conversa, permitindo aos estudantes orientar tanto individual quanto coletivamente sobre os fatores de risco, medidas preventivas, direitos à saúde, qualidade de vida e hábitos saudáveis. A experiência revelou que a maioria das pessoas abordadas ainda desconhecia informações básicas de prevenção, como a autoavaliação por meio do toque das mamas, destacando a necessidade de campanhas contínuas sobre o tema, com ênfase também no público masculino, que, embora menos comum, também pode ser acometido pela doença.

A LEPTOSPIROSE NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL NO ANO DE 2022

Pedro Ribeiro Braga, Beatriz de Almeida Berbet, Gabriela Nascimento Gonçalves, Leonardo Rosa Monjeló, Paula Caldas do Couto

A leptospirose, causada pela exposição direta ou indireta à urina de roedores infectados pela bactéria do gênero *Leptospira*, é um problema de saúde pública relevante no Brasil, frequentemente associado à precariedade dos serviços de saneamento, especialmente em grandes centros urbanos. Em uma mesma região do país, diferentes estados podem apresentar índices variados de incidência e letalidade, com episódios de enchentes funcionando como facilitadores para o contágio. No caso do Rio Grande do Sul, a tragédia humanitária ocorrida em maio de 2024 evidenciou a vulnerabilidade histórica da região a esse tipo de fenômeno. Este estudo teve como objetivo avaliar se o estado apresenta índices de incidência e letalidade superiores aos demais estados da região sul. Realizou-se

um estudo transversal comparativo abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, bem como a região sul como um todo. Os dados, obtidos do SINAN por meio do DATASUS, foram analisados quanto à incidência (y), calculada pelo número de casos por 100.000 habitantes, e à letalidade (p), medida pelo número de óbitos por 100 casos. Por se tratar de informações de domínio público, não foi necessária aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa. Os resultados indicaram 758 notificações de leptospirose na região sul, sendo 303 casos (39,97%) no Paraná, 270 (35,62%) no Rio Grande do Sul e 185 (24,41%) em Santa Catarina. A incidência média nos três estados foi de $y=2,51$ ($2,51 \pm 0,11$), com o Paraná apresentando $y=2,64$, seguido pelo Rio Grande do Sul com $y=2,48$ e Santa Catarina com $y=2,43$. A variância de 0,043 indicou homogeneidade nos dados de incidência. Já a letalidade média foi $p=7,06$ ($7,06 \pm 2,71$), destacando o Paraná com $p=8,25$. Apesar de uma variância maior (0,23), os dados de letalidade ainda demonstraram relativa homogeneidade. Quando considerada a região sul como um todo, os valores foram $y=2,53$ e $p=7,12$. Os achados não sustentaram a hipótese de que o Rio Grande do Sul apresentaria as maiores taxas de incidência e letalidade, embora se destaque a possibilidade de aumento expressivo nos casos em decorrência das enchentes de maio de 2024, o que pode alterar o cenário para este ano específico. Por fim, os resultados reforçam a necessidade de medidas mais eficazes para diagnóstico, tratamento e monitoramento das populações acometidas, além da identificação de áreas de maior risco, como estratégia para mitigar os impactos da doença na região.

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DA SÍFILIS EM ALAGOINHAS (BA)

Lázaro de Jesus Pereira, Alessandra Sena de Jesus, Jeane Denise de Souza Menezes

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) representam um grande desafio de saúde pública em todo o mundo devido à sua disseminação descontrolada, sendo a sífilis um foco significativo deste estudo, pois é transmitida tanto por via sexual quanto verticalmente durante a gravidez. Apesar de a prevenção ser simples, exigindo apenas comunicação entre parceiros e o uso de preservativos, a negligência e a irresponsabilidade sexual continuam a dificultar a erradicação do problema. Este estudo exploratório e quantitativo analisou os diagnósticos de sífilis na cidade de Alagoinhas (BA) entre 2010 e 2023, com base em dados de livros, artigos e do DATASUS, abrangendo tanto o município quanto a macrorregião de saúde, que inclui 33 municípios. Foram examinados padrões de prevalência e incidência, com destaque para variáveis como escolaridade, sexo, idade, raça, faixa etária, óbitos e tratamentos. Observou-se que a prevalência da sífilis em Alagoinhas varia conforme o nível educacional, sendo menor entre analfabetos e alunos do ensino superior, mas aumentando progressivamente do ensino fundamental I ao ensino médio. Dados do Censo de 2022 do IBGE indicam que Alagoinhas possui 151.055 habitantes, dos quais 9.111 são analfabetos. A sífilis é mais comum entre indivíduos de 20 a 39 anos, especialmente entre pardos e pretos da região Nordeste, mas não se restringe a esses grupos. A ausência de políticas públicas eficazes voltadas para homens e idosos agrava a desinformação e limita o acesso ao tratamento, sendo

comum que muitos, mesmo diagnosticados, não realizem o tratamento por desconhecerem a gravidade da patologia. A transmissão vertical para recém-nascidos foi evidenciada, reforçando a importância do pré-natal, embora persistam casos de gestantes sem acompanhamento, resultando em mortes por sífilis congênita. É essencial superar estereótipos sociais e alcançar indivíduos em situação de risco, uma vez que a falta de educação em saúde e de políticas públicas adequadas contribui para a sobrecarga do sistema de saúde, com maior demanda por diagnósticos, tratamentos e acompanhamentos. Os profissionais de saúde desempenham papel crucial na disseminação de informações e no incentivo à detecção e ao tratamento precoces, especialmente considerando que o tratamento é gratuito pelo SUS. A educação sexual nas escolas e em outros setores da sociedade surge como um recurso essencial para prevenir ISTs e promover a saúde pública, sendo fundamental para reduzir a incidência e a prevalência de infecções sexualmente e verticalmente transmissíveis, não apenas em Alagoinhas-BA, mas em todo o país.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O ARCO DE MAGUEREZ NA MAIOR FEIRA LIVRE DA AMÉRICA LATINA: MERCADO DO VER-O-PESO EM BELÉM (PA)

Jair de Oliveira Silva, Crissia Adrielly Ferreira da Silva, Jhenyfer Victória da Silva Dantas Cavalcante, Jorge Victor da Silva Dantas Cavalcante, Juliene Silva da Silva, Melissa Orlanda Costa do Nascimento, Thais dos Santos Moraes, Thalyta Fernandes Vaz, Karina Saunders Montenegro

O Arco de Magueréz é uma metodologia que promove práticas de intervenção, incluindo ações de educação em saúde, em diversos contextos. Este trabalho descreve a experiência de discentes do curso de Saúde Coletiva na aplicação dessa metodologia na maior feira livre da América Latina, o Ver-o-Peso, em Belém do Pará, com foco no setor de extração e produção do tucupi. Observou-se a necessidade de socializar conhecimentos para promover boas práticas no armazenamento, produção e manipulação do alimento, minimizando riscos à saúde da população. O desenvolvimento do trabalho seguiu as cinco etapas do Arco de Magueréz. Na primeira etapa, “Observação da realidade”, realizou-se uma observação direta no setor do tucupi. Na segunda, “Pontos-chave”, refletiu-se sobre os principais problemas identificados na produção, manipulação e comercialização do produto. Na terceira, “Teorização”, foram coletadas informações em estudos sobre o Ver-o-Peso, o tucupi, condições de trabalho, vigilância ambiental e contaminação alimentar. A quarta etapa, “Hipóteses de solução”, consistiu no planejamento das ações de intervenção. Por fim, na quinta etapa, “Aplicação à realidade”, foi realizada uma intervenção educativa sobre o armazenamento e manuseio adequados do tucupi, junto aos trabalhadores. Os resultados revelaram deficiência no acesso a serviços básicos de saneamento, vigilância ambiental e sanitária no Ver-o-Peso, comprometendo o manejo adequado do produto em todas as etapas do processo produtivo. Assim, evidencia-se a necessidade de educação em saúde e de um acompanhamento mais efetivo dos serviços públicos no local. Conclui-se que é fundamental que o poder público desenvolva políticas para a revitalização do espaço, implemente projetos de educação em saúde, fortaleça a vigilância ambiental e sanitária e promova cursos de qualificação profissional de forma intersetorial, visando o manuseio correto dos instrumentos e a segurança alimentar no Ver-o-Peso.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DISCENTES DURANTE O ESTÁGIO DE ENFERMAGEM EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE COARI DO ESTADO DO AMAZONAS

Leticia Costa Wanderley, Syrrame Guimarães Diniz, Jean Carlos de Lima Deveza, Daniele Muniz da Costa, Lorena Gleice Azevedo da Silva, Vinícius Soares Mitouso, Paula Andreza Viana Lima

As comunidades ribeirinhas, localizadas às margens de rios, lagos e igarapés, são fruto da miscigenação de povos indígenas, quilombolas e nordestinos. Muitas dessas comunidades estão situadas a grandes distâncias das áreas urbanas, e, devido à geografia da região amazônica, o acesso a elas ocorre majoritariamente por transporte fluvial. Essa dificuldade logística torna escassa a procura por serviços de saúde, já que o deslocamento até os centros urbanos pode levar horas ou até dias. Este estudo busca relatar as vivências de discentes do curso de Enfermagem durante uma ação em uma comunidade ribeirinha, proporcionando reflexões sobre o atendimento a essas populações. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa do tipo relato de experiência, realizado no âmbito das atividades práticas de estágio do 8º período da disciplina de Saúde das Populações Amazônicas, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A ação ocorreu entre os dias 22 e 24 de setembro de 2023, em parceria com um projeto social que leva serviços de saúde a comunidades distantes da cidade. Os serviços oferecidos incluíram consultas de enfermagem e medicina de livre demanda, realização de curativos e atividades educativas, como orientações sobre o tratamento da água. Devido à infraestrutura precária da comunidade, uma escola local foi adaptada para as atividades, com salas de aula utilizadas para os procedimentos e, em alguns casos, consultas sendo realizadas embaixo de uma árvore próxima à escola. A experiência revelou a importância do estágio direcionado para o atendimento dessas populações, pois permite que os futuros profissionais compreendam a realidade, o contexto cultural e as necessidades específicas dessas comunidades, que diferem significativamente da realidade urbana, onde os serviços de saúde são mais acessíveis. Este tipo de vivência é essencial para formar enfermeiros capazes de atuar de forma sensível e adaptada às particularidades da região amazônica.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA PELO UNICEF-BRASIL

Mario Nunes Nascimento Neto, Flávia Cristina Silveira Lemos, Júlia Teodósio Rodrigues Coelho, Paula Fabiana de Oliveira Palheta, Anderson Reis de Oliveira, Maria Vitória Rocha de Jesus

As problematizações apresentadas nesta exposição visam provocar reflexões sobre como são elaboradas políticas públicas para crianças e adolescentes com deficiência a partir das intervenções do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e os impactos dessas diretrizes sobre esses sujeitos

e suas famílias. O estudo utiliza uma abordagem histórica para compreender como as categorias de deficiência, infância e direitos humanos foram moldadas ao longo do tempo, atendendo a interesses políticos, econômicos e sociais específicos de cada época, os quais continuam a se manifestar nas diversas esferas de controle social. Por meio de uma metodologia histórico-documental, são analisados os relatórios anuais do UNICEF, adotando-se uma perspectiva arqueogenealógica para identificar os efeitos de poder que tais documentos exercem nos processos de subjetivação de crianças e adolescentes com deficiência. Essa abordagem confere ao estudo um caráter de luta e insurgência contra as dinâmicas de poder que disciplinam e governam essas vidas através da biopolítica. O UNICEF, enquanto instituição da ONU, declara seu compromisso com os direitos de todas as crianças e adolescentes, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença ou qualquer outra condição, conforme os princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). No entanto, observa-se que a garantia de direitos para crianças e adolescentes com deficiência frequentemente se limita ao acesso à escola, enquanto os sem deficiência têm acesso a uma gama mais ampla de atividades em seus contextos sociais. Essa diferença evidencia uma forma de institucionalização que, embora avance no campo do direito à educação, permanece restritiva diante do princípio de igualdade de direitos. Pensar a articulação entre infância, deficiência e assistencialismos exige uma análise crítica sobre a produção dessas categorias, considerando as modificações históricas que refletem interesses de controle das condutas. Donzelot (1986) aponta para a distinção histórica na assistência entre famílias ricas e pobres, enquanto Lobo (2015) analisa a configuração da deficiência no Brasil sob o impacto de transformações políticas e sociais. A institucionalização promovida pelo UNICEF reforça a necessidade de questionar: se a Convenção prevê a ausência de distinções na garantia de direitos, por que os esforços para crianças e adolescentes com deficiência permanecem concentrados no acesso escolar, enquanto outras dimensões de suas vidas são negligenciadas? Dessa forma, encerro esta reflexão com um questionamento central: qual é a participação efetiva de crianças e adolescentes com deficiência na construção dos próprios direitos que lhes dizem respeito? A resposta a essa questão pode revelar caminhos para superar barreiras históricas e promover a emancipação desses sujeitos frente às formas de opressão que enfrentam diariamente.

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NO BAIRRO DA SACRAMENTA EM BELÉM-PA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jair de Oliveira Silva, Jhenyfer Victória da Silva Dantas Cavalcante, Jorge Victor da Silva Dantas Cavalcante, Melissa Orlanda Costa do Nascimento, Roberto Carlos Figueiredo, Thais dos Santos Moraes, Claudia do Socorro Carvalho Miranda

A prevenção de doenças na atenção primária é essencial para reduzir a incidência de agravos e promover ações e serviços de saúde multidisciplinares, contribuindo para o bem-estar e a melhoria

da qualidade de vida da sociedade. Este trabalho relata a experiência de estudantes do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no 5º semestre, que participaram de uma atividade de ensino e pesquisa sobre os desafios enfrentados pelos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) Pirajá na prevenção de doenças e promoção da saúde. A pesquisa bibliográfica realizada reuniu estudos sobre estratégias adotadas por diferentes profissionais da unidade (enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, médicos, dentistas e gerência) para prevenir doenças e promover a saúde no bairro da Sacramento, periferia de Belém. Esses conhecimentos foram compartilhados em sala de aula por meio de um seminário com os demais graduandos e a docente. Os resultados permitiram uma reflexão crítica sobre a atenção primária, destacando seu papel como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e como espaço para ações de promoção da saúde e prevenção de doenças. A ESF Pirajá, considerada pela população local como uma instituição que desenvolve estratégias preventivas a partir da educação em saúde, tem buscado ampliar a cobertura vacinal e prevenir doenças como câncer de mama, diabetes, hipertensão e doenças infecciosas. No entanto, diversos desafios impactam a efetividade das ações, incluindo verbas insuficientes, escassez de profissionais, problemas de infraestrutura e falta de recursos materiais informativos e educativos. Diante disso, destaca-se a necessidade de parcerias intersetoriais envolvendo a ESF Pirajá, instituições sociais, universidades e institutos de ensino e pesquisa para fortalecer ações multidisciplinares e contínuas de educação em saúde. Além disso, é fundamental ampliar o investimento público para viabilizar projetos que integrem cuidados de saúde e reduzam a exposição da população local a fatores de risco.

A INTERFACE DE MÚLTIPLOS SABERES E O USO DA SIMULAÇÃO REALÍSTICA DURANTE O PROCESSO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA AS EQUIPES DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

Simone da Silva Oliveira, Deivson Rodrigo dos Santos Souza, Layse Kelle Silva Lírio, Antônio Carlos Estrela de Araújo, Rogério Dourado Souza, Elissa Ingrid Ketiane de Medeiros, Hemilly Kathielen Lima Nascimento, Moacir Lira de Oliveira, Silvia Maria Silva Telles

O Atendimento Pré-hospitalar Móvel assegura o acesso dos usuários a uma rede hierarquizada no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), exigindo um reconhecimento rápido, por parte das equipes, de agravos de diversas naturezas que podem causar sofrimento ou até mesmo óbito. Nesse cenário, o desenvolvimento de habilidades e a integração entre conhecimento teórico e prático tornam-se indispensáveis para o atendimento em ruas, ambiente que demanda atuação efetiva das equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192). A simulação realística, utilizada como ferramenta educativa e metodológica, permite identificar erros e oportuniza a intervenção de mediadores para corrigir falhas e implementar melhorias na condução clínica. Este relato de experiência descreve a realização de ações educativas, com o uso da simulação realística, para capacitar profissionais que atuarão no SAMU

192, como parte do processo de implantação do serviço na Região de Ribeira do Pombal/BA. A iniciativa envolveu cenários estruturados com práticas realizadas no laboratório de simulação da Faculdade de Medicina Estácio/IDOMED, em Alagoinhas, e em salas montadas para estações de atendimento. As atividades, realizadas entre janeiro e abril de 2024, contemplaram 15 municípios e envolveram 201 profissionais, oriundos ou não da área da saúde, capacitados em Suporte Básico e Avançado de Vida. Os treinamentos foram baseados na Portaria nº 2048 de 2002 e em diretrizes atuais, abordando temas como urgências clínicas em adultos, atendimento inicial ao politraumatizado, incidentes com múltiplas vítimas, urgências pediátricas, emergências obstétricas e psiquiátricas. Os cenários foram disparados por casos reais simulados com o uso de simuladores de alta fidelidade e vítimas vivas, maquiadas e orientadas para interagir conforme os comandos dos facilitadores, que possuíam expertise em simulação e prática assistencial no SAMU 192. Durante os atendimentos, equipes multiprofissionais organizadas por cores observavam as habilidades e a condução dos casos para posterior discussão em briefings. Nessas sessões, os participantes refletiam sobre erros, avaliavam habilidades técnicas e exploravam a comunicação interprofissional. Os resultados indicaram que a simulação realística promoveu o desenvolvimento de práticas seguras, reforçou o trabalho em equipe, aprimorou a comunicação entre os profissionais e potencializou a educação interprofissional, contribuindo para a qualidade da assistência em situações de urgência e emergência.

EXAME CLÍNICO OBJETIVO E ESTRUTURADO GESTÃO EM ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriela Pinheiro de Andrade, Elielza Guerreiro Menezes, Aline Gomes Sidrone, Maria Luiza Silva dos Santos, Amanda Silva Souza de Araújo, Camilly Campos Vasconcelos

O Exame Clínico Objetivo e Estruturado (OSCE) é uma abordagem eficaz para avaliar o conhecimento de estudantes da área da saúde, promovendo a integração entre teoria e prática. Este relato descreve a experiência vivenciada durante o OSCE da disciplina de Gestão em Enfermagem, realizado em fevereiro de 2024, no 8º período do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O estudo, de natureza descritiva, foi desenvolvido no Laboratório de Habilidades, Simulação e Tecnologias de Cuidado em Saúde (LAHSim). A atividade consistiu em estações de simulação com um minuto para leitura de cenários que abordavam conteúdos vistos em sala de aula, como indicadores de gestão hospitalar, gestão do cuidado, montagem de escalas, gestão de conflitos e manejo de resíduos. Os acadêmicos tiveram cinco minutos para executar as atividades em cada estação, com um minuto para transição entre elas. Após a conclusão, foi realizada uma reunião com acadêmicos, professores e pacientes atores para fornecer feedbacks. Observou-se que o sucesso no método exigiu grande dedicação dos estudantes para aprimorar habilidades práticas e, sobretudo, a comunicação, aspecto essencial para uma assistência de qualidade. Conclui-se que a experiência reforça a relevância de expandir o uso do OSCE para outras disciplinas com componentes práticos, promovendo o desenvolvimento interdisciplinar de competências clínicas e profissionais cruciais para a formação de enfermeiros. Além disso, os acadêmicos relataram melhorias na avaliação de suas

habilidades de comunicação clínica e no profissionalismo ao serem testados em situações práticas simuladas como as proporcionadas pelo OSCE.

A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE DISCENTES DE ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jordana Camile Cardoso de Aquino, Ana Eliza Ferreira de Brito, Amanda Fernandes Sá,
Jamilly Eduarda Silva Almeida, John Lennon da Costa Sousa

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) destacam a integração ensino-serviço-comunidade (IESC) como um dos pilares fundamentais para os cursos da saúde, com o objetivo de fortalecer a convergência entre teoria e prática e promover a formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de atuar como agentes de mudança. Este estudo descritivo, do tipo relato de experiência, busca descrever a importância da interação ensino-serviço-comunidade no âmbito da Atenção Primária, visando estimular a autonomia profissional e intelectual dos discentes de enfermagem. A experiência ocorreu com acadêmicos de enfermagem da Universidade do Estado do Pará (UEPA) em uma Unidade Básica de Saúde da Família no município de Santarém, Pará, Brasil. Inicialmente, os alunos realizaram o reconhecimento da unidade e da equipe multiprofissional, composta por médico, enfermeiro, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS), adquirindo uma visão geral do espaço físico e das funções de cada profissional. Em seguida, aprofundaram-se nas atribuições dos ACS e nos desafios enfrentados durante as visitas domiciliares, realizadas após a análise dos prontuários dos pacientes. Os discentes também participaram de consultas de enfermagem no pré-natal, sob orientação da enfermeira perceptora, desempenhando atividades como anamnese, exame físico, interpretação de exames laboratoriais e orientações sobre aleitamento materno e alimentação na gravidez. A experiência revelou que a aproximação dos discentes com a comunidade estimulou reflexões sobre as iniquidades sociais em saúde, evidenciadas pelas distintas realidades da população atendida, até então desconhecidas pelos alunos. Além disso, os acadêmicos compreenderam os três fundamentos das Redes de Atenção à Saúde (RAS) na Atenção Primária – população, estrutura operacional e modelo de atenção à saúde –, que buscam garantir a integralidade do cuidado. Observou-se também a influência dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) no processo saúde-doença, articulando elementos como biologia humana, ambiente, estilo de vida e organização dos serviços de saúde. Durante as visitas domiciliares, os discentes identificaram desafios enfrentados pelos ACS, como a irresolução dos casos, escassez de materiais, dificuldades de acesso às famílias e questões relacionadas à privacidade. Conclui-se que as experiências vivenciadas no campo prático foram fundamentais para o aprendizado dos discentes, especialmente no que tange à prestação de serviços à comunidade. Contudo, evidencia-se a necessidade de estratégias de intervenção que reconheçam e abordem as desigualdades sociais na Atenção Primária, ampliando o acesso das populações mais vulneráveis aos serviços integrais de saúde.

ARTETERAPIA APLICADA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA REGIÃO OESTE DO PARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Pollyanna Ribeiro Damasceno, Ruan Nogueira do Nascimento, Paulo Cesar Rodrigues Miranda, Cássia Kelen Almeida Feitosa, Edna Ferreira Coelho Galvão

A Arteterapia tem sido amplamente utilizada em ambientes de saúde como uma estratégia para promover comunicação mais criativa e eficaz entre profissionais de saúde e usuários, empregando a linguagem artística com objetivos terapêuticos. Essa abordagem permite a expressão de situações, sentimentos e emoções muitas vezes difíceis de verbalizar, além de estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais. Estudos apontam que as artes podem identificar padrões comportamentais, fomentar o autoconhecimento, reduzir estresse e ansiedade, e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Diante da crescente demanda por serviços e da limitação de ações voltadas à educação em saúde, especialmente no campo da saúde mental, a Arteterapia emerge como um recurso terapêutico complementar valioso. Este relato apresenta a experiência de acadêmicos dos cursos de Enfermagem e Educação Física em ações de Arteterapia realizadas com usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) em Santarém, Pará, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/PAPESPA). O projeto envolveu 25 usuários indicados por profissionais do CAPS e incluiu oficinas de Arteterapia e atividades físicas e recreativas, realizadas semanalmente entre março e junho. Os encontros envolveram dinâmicas diversas, como alongamentos, quebra-gelos, pintura em tecido, bordado, construção de mandalas, produção de pulseiras e brinquedos com sucatas, entre outras atividades, com todos os materiais fornecidos pelo projeto. Além de proporcionar apoio social e compartilhar experiências, as atividades contribuíram para reduzir sentimentos de isolamento, desenvolver habilidades motoras e criativas, aliviar o estresse e promover tranquilidade e qualidade de vida. Diante dos benefícios observados, acredita-se que a integração da Arteterapia ao cuidado e tratamento no CAPS pode proporcionar uma abordagem mais holística e eficaz, valorizando a expressão artística como uma ferramenta essencial para o bem-estar dos pacientes e fortalecendo práticas inovadoras no campo da saúde mental.

ATIVIDADES FÍSICAS E AUTOESTIMA: UMA INVESTIGAÇÃO COM ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DA AMAZÔNIA (PA)

Pollyanna Ribeiro Damasceno, Luiza Máximo Andrade Santana, Calebe Marinho Chahini Barros, Edna Ferreira Coelho Galvão

O estilo de vida contemporâneo, moldado pelo avanço tecnológico e científico do século XXI, tem impactado significativamente a saúde das pessoas, especialmente crianças e adolescentes. Maus

hábitos alimentares, inatividade física, ansiedade e estresse estão cada vez mais presentes na vida dessa faixa etária, resultando em doenças crônicas não transmissíveis, antes associadas a adultos, como doenças cardiovasculares, hipertensão e doenças metabólicas. Paralelamente, o aumento das doenças psicossociais entre jovens tem chamado a atenção, com o uso intensivo de tecnologias online e a exposição constante em redes sociais contribuindo para um ambiente de grande pressão psicológica. Essa realidade é agravada pelas mudanças biológicas e sociais que os adolescentes enfrentam, levando-os a se sentirem obrigados a participar de um mundo hiperconectado ou a aspirar um estilo de vida distante de sua realidade. Em contrapartida, diversos estudos destacam os benefícios da atividade física regular na prevenção, promoção e reabilitação de condições físicas e psíquicas. Este estudo teve como objetivo verificar o nível de atividade física e a autoestima de adolescentes de escolas públicas em Santarém, no interior da Amazônia. Participaram da pesquisa 171 adolescentes, de 15 a 17 anos, que responderam ao Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ), validado no Brasil, e à escala de autoestima de Rosenberg, composta por dez itens que avaliam a autoestima em adolescentes e adultos. Os resultados revelaram que, embora a maioria dos participantes realize atividades físicas moderadas, um terço relatou não realizar nenhuma atividade física. Além disso, 43,4% dos adolescentes afirmaram passar de cinco a dez horas sentados durante o dia, e 18% declararam passar mais de 10 horas nessa condição. Aos fins de semana, 36,2% permanecem sentados de cinco a dez horas por dia, enquanto 24,46% ficam mais de 10 horas. Esses dados sugerem um desequilíbrio preocupante, pois as atividades físicas realizadas competem com longos períodos de inatividade, potencialmente contribuindo para sobrepeso e riscos futuros de saúde com o aumento do uso de tecnologias. Quanto à autoestima, 75,4% dos participantes apresentaram níveis muito baixos, reforçando a associação entre baixa autoestima e irregularidade na prática de atividades físicas. Assim, os resultados indicam a necessidade de intervenções que incentivem estilos de vida mais ativos e promovam a autoestima entre adolescentes, visando prevenir complicações físicas e psíquicas futuras.

A TERRITORIALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO DE TRABALHO EM UMA EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

Izadora Rangel Camargo Saraiva, Elisa Rucks Megier, Teresinha Weiller, Felipe Campos Palmeira Fraga, Gabriela Favero Alberti, Aline Camarano Ribeiro, Silviamar Camponogara

O conhecimento detalhado da população atendida por um sistema de atenção à saúde é fundamental para superar a lógica da oferta característica de sistemas fragmentados e estabelecer um modelo de cuidado baseado nas necessidades reais da população, conceito central nas Redes de Atenção à Saúde. Esse modelo requer que o sistema identifique as necessidades de saúde de uma população específica, avalie os riscos envolvidos e implemente intervenções sanitárias culturalmente sensíveis e alinhadas às preferências dos indivíduos. Em resposta à ausência de cobertura em uma área de ocupação no território de uma Equipe de Atenção Primária (EAP) no município de Santa

Maria, RS, foi realizado um processo de territorialização que incluiu cadastramento, estratificação de risco das famílias e mapeamento da região para promover ações de promoção, prevenção e cuidados. O presente relato de experiência descreve o trabalho realizado por uma acadêmica do 9º semestre do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em conjunto com servidores municipais, para gerenciar a territorialização e o mapeamento de um território conhecido como “Babilônia», situado na região oeste do município, no período de 11 de março a 23 de maio de 2024, durante o estágio supervisionado na unidade EAP Centro Social Urbano. Como parte do plano de ação, realizado entre abril e maio de 2024, foram executadas atividades como cadastramento individual dos moradores, análise dos domicílios, estratificação de risco dos usuários e mapeamento do território por meio do geoprocessamento com o aplicativo My Google Maps. Crianças menores de 6 anos foram vinculadas ao programa Primeira Infância Melhor (PIM), e os resultados incluíram o fortalecimento do vínculo dos usuários com a EAP e o aumento da percepção da gestão pública sobre a área. O trabalho evidencia a relevância do enfermeiro no fortalecimento dos quatro atributos essenciais da Atenção Primária à Saúde (APS) – acesso, longitudinalidade, abrangência e coordenação do cuidado – e aponta para a necessidade de novas investigações que contribuam para a melhoria de territórios específicos e o avanço da saúde pública.

DESAFIOS ENCONTRADOS NOS ESTUDOS COM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorrayne Cesario Maria, Camila Lampier Lutzke, Gabriela Almeida Souza Leão Simonton,
Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

O Brasil é historicamente reconhecido como um país multicultural, formado por diversos povos e culturas desde sua fundação, incluindo uma parcela significativa de povos e comunidades tradicionais que lutam pela preservação de sua identidade. Entre essas comunidades está o povo pomerano, que mantém vivas suas tradições, cultura, língua e modos de vida no território brasileiro, especialmente em regiões como o distrito de Melgaço, no município de Domingos Martins, Espírito Santo. Apesar de seu reconhecimento, essas comunidades ainda são pouco estudadas em comparação a outros grupos, o que limita a implementação de políticas públicas eficazes. Este relato descreve a experiência de pesquisa de uma discente que estuda a qualidade de vida de uma comunidade pomerana em Melgaço, destacando sua importância para futuras investigações. A pesquisa, de caráter transversal, foi iniciada em outubro de 2023 e permanece em andamento. Entre os desafios encontrados, destacam-se a dificuldade de acesso devido à localização rural e remota do distrito, que também dificulta a comunicação com órgãos responsáveis para obtenção de documentos necessários, e as barreiras culturais, como diferenças linguísticas e de costumes, que restringem a abertura para interações com pessoas de fora da comunidade. No entanto, esses desafios têm sido superados com a colaboração de uma moradora local que facilita o contato com as famílias pomeranas. Essa experiência tem

proporcionado um aprendizado que vai além dos aspectos metodológicos da pesquisa, promovendo uma rica vivência cultural e ressaltando a importância de valorizar e respeitar as peculiaridades de comunidades tradicionais. A formação de um pesquisador não deve se limitar ao cumprimento de requisitos acadêmicos, mas incluir a superação de desafios e a imersão no campo estudado como parte essencial para transformar a realidade dessas comunidades.

FATORES PREDOMINANTES ASSOCIADOS A QUALIDADE DE VIDA EM POPULAÇÕES RURAIS

Lorrayne Cesario Maria, Camila Lampier Lutzke, Gabriela Almeida Souza Leão Simonton,
Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

A qualidade de vida de um indivíduo abrange múltiplos fatores, que vão além da saúde física e mental, incluindo sua integração social, valores pessoais e as características do ambiente em que vive. Trata-se de uma combinação de parâmetros objetivos, como o atendimento às necessidades básicas, e subjetivos, como o prazer e o bem-estar. No caso da população rural, fatores sociodemográficos e econômicos distintos em relação às zonas metropolitanas exercem influência direta em sua qualidade de vida. Enquanto aspectos como altos índices de tabagismo e exposição a agrotóxicos representam riscos significativos à saúde, benefícios como maior frequência de atividade física e menor poluição do ar também são identificados. Dada a relevância desses fatores, torna-se essencial compreender os principais elementos associados à qualidade de vida da população rural. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os termos “Qualidade de vida” e “População rural”, em português e inglês, no período de 2019 a 2024. Foram incluídos artigos que apresentavam essas palavras-chave no título, totalizando oito estudos selecionados, enquanto teses e outras publicações foram excluídas. Os resultados destacam que a dificuldade de acesso aos centros urbanos é o principal fator que compromete a qualidade de vida da população rural, dificultando o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, alimentação e emprego. A infraestrutura de saúde limitada, somada à reduzida oferta de serviços, não atende adequadamente às demandas da população, tornando o deslocamento até zonas urbanas uma necessidade frequente. Além disso, os baixos índices de escolaridade, mais prevalentes nas áreas rurais devido a maiores taxas de analfabetismo, estão associados a hábitos prejudiciais, como menor consumo de alimentos saudáveis e maior ingestão de álcool, agravando a saúde dos indivíduos. A distância geográfica também dificulta o monitoramento das condições de saúde e a eficácia das ações implementadas, contribuindo para maior vulnerabilidade a agravos. Por fim, a desigualdade na distribuição de recursos econômicos, decorrente da baixa representatividade da população rural, emerge como um obstáculo adicional à melhoria das condições de vida. Conclui-se que fatores como distância, baixa escolaridade e infraestrutura deficiente em saúde exercem influência significativa na qualidade de vida dessa população, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam mudanças para alcançar condições de vida mais adequadas e satisfatórias no meio rural.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS GENÉRICOS DE MENSURAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Lorrayne Cesario Maria, Camila Lampier Lutzke, Gabriela Almeida Souza Leão Simonton,
Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida é definida como a percepção do indivíduo sobre sua inserção na vida, considerando o contexto cultural e social em que está inserido, associado a seus anseios, valores, preocupações e expectativas. A mensuração da qualidade de vida é relevante em diversas áreas, especialmente na saúde, onde auxilia no monitoramento da evolução dos pacientes e na escolha do tratamento mais adequado. Além disso, os resultados obtidos por esses instrumentos são reconhecidos como parâmetros válidos e reprodutíveis. Nesse contexto, é essencial conhecer os principais instrumentos genéricos utilizados para mensurar a qualidade de vida. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os termos “Qualidade de vida”, “Indicadores de qualidade de vida” e “Questionários”, em português e inglês, abrangendo o período de 2010 a 2024. Foram incluídos artigos que apresentavam a palavra-chave “Qualidade de vida” no título, resultando na seleção de dez estudos, enquanto publicações como teses foram excluídas. Os instrumentos encontrados podem ser classificados como discriminativos, avaliativos ou preditivos, sendo necessário que apresentem propriedades como reprodutibilidade, validade e sensibilidade para serem considerados confiáveis. Os questionários podem ser aplicados por entrevistas ou autoaplicados, destacando-se os seguintes instrumentos principais: WHOQOL-100, WHOQOL-bref, SF-36, TQWL-42, SF12, SF-6D e NHP. Entre esses, o WHOQOL-100 e o SF-36 são amplamente reconhecidos. O WHOQOL-100, desenvolvido por especialistas da OMS, é um instrumento transcultural que considera a qualidade de vida como um parâmetro subjetivo. Ele é composto por 100 itens organizados em seis domínios e 24 facetas. Sua versão reduzida, o WHOQOL-bref, possui 26 itens divididos em quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente, mantendo propriedades psicométricas satisfatórias. Já o SF-36 é um questionário multidimensional, aplicável à população em geral, fácil de compreender e utilizar, independentemente de idade, condição de saúde, etnia ou gênero. Ele contém 36 itens distribuídos em oito escalas: capacidade funcional, aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, emocionais e saúde mental, além de um item que compara as condições de saúde atuais com as de um ano atrás. Ambos os instrumentos, validados no Brasil, destacam-se por sua abrangência e aplicabilidade. Conclui-se que, dada a reconhecida importância da análise de qualidade de vida, instrumentos como o WHOQOL-100 e o SF-36 se destacam na literatura atual por sua confiabilidade e relevância para estudos nessa área.

O PROCESSO DE ADMISSÃO HOSPITALAR EM INSTITUTO NO RIO DE JANEIRO: UMA REVISITA À TEÓRICA E À PRÁTICA

Daniele de Amorim Pires Moreth, Eliane Ramos Pereira, Larissa Gonçalves Aquino, Deise Mara Correa da Silva, Alexandra Maria de Almeida Bellosi, Jéssica Martins de Almeida, Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva, Kyara Ligia de Souza e Silva, Maria Cristina Alcantara de Freitas

Um instituto especializado em traumatologia e ortopedia no Rio de Janeiro foi premiado com a certificação da Norma ISO 9001 para o processo de admissão hospitalar, uma norma técnica que estabelece modelos de gestão da qualidade para organizações. A avaliação ocorreu em 29 de novembro de 2019, com validade até novembro de 2022, envolvendo avaliadores, a equipe de qualidade e a alta gestão do instituto. Para enfrentar os desafios relacionados à admissão hospitalar, todas as etapas do processo foram revisadas, visando melhorar a qualidade e reduzir o tempo de espera desde a chegada do paciente até sua internação. A certificação Self-Audit, emitida pela COPPE, foi uma iniciativa da Área de Qualidade para certificar e assegurar a melhoria contínua da gestão. Como resultado, o setor foi premiado com o troféu Ouro, indicando a elaboração completa de 100% dos métodos e uma pontuação de avaliação entre 80 e 89 pontos. Este relato de experiência busca destacar a importância da certificação para o fortalecimento do sistema de gestão do instituto, além de revisitar os fundamentos teóricos que embasaram esse processo. O processo de certificação, conforme a ISO 9001:2015, exigiu o envolvimento de várias equipes, incluindo a direção, as áreas de qualidade, admissão, infraestrutura e os avaliadores responsáveis. Esse esforço promoveu uma revisão crítica dos processos de trabalho, das descrições das atividades e do diagnóstico da maturidade gerencial da área de admissão. Além disso, aproximou a Alta Gestão e a Área de Qualidade à Área de Admissão Hospitalar, fortalecendo a comunicação e promovendo um entendimento mais profundo da realidade operacional do setor. A premiação destacou o impacto positivo do trabalho individual e em equipe na qualificação da assistência, gerando grande satisfação em todo o instituto. Contudo, logo após a certificação, a Pandemia de covid-19 trouxe a necessidade de adaptações urgentes nos fluxos de trabalho para atender à alta demanda de pacientes, evidenciando a importância de novas certificações e esforços contínuos pela qualidade na gestão e na assistência prestada. Conclui-se que, embora parecesse inicialmente um objetivo inalcançável para uma instituição pública lidar com os desafios diários de obtenção de leitos, a certificação revelou a capacidade de superação por meio do trabalho em equipe, com foco no paciente como elemento central. Essa experiência demonstra que o investimento em sistemas de gestão da qualidade é essencial para alcançar uma assistência eficiente e humanizada, recomendando-se a continuidade desses esforços para sustentar e aprimorar os padrões de qualidade no futuro.

CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E ÀS DISCRIMINAÇÕES NO TRABALHO NA SAÚDE

Patricia Ferrás Araújo da Silva, Érica Cristina Silva Bowes, Élcio de Sousa Oliveira, Eufélia Lima Gonçalves, Stefany Rodrigues da Silva, Lorena Ribeiro Soares dos Santos, Thailma Alves de Jesus, Renata Damásio de Araújo

Este trabalho apresenta a construção do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e às Discriminações no Trabalho na Saúde, a ser implementado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de promover um ambiente de trabalho livre de assédio, pautado no respeito às diversidades e singularidades de todas(os) as(os) trabalhadoras(es). O programa busca desenvolver estratégias eficazes para prevenir e enfrentar assédio, discriminação e violência no ambiente de trabalho. Sua elaboração contou com um Grupo de Trabalho (GT), formado por representantes da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGETS), responsável pela coordenação das atividades. As reuniões do GT, realizadas entre 2023 e 2024, totalizaram 20 encontros e cerca de 80 horas de trabalho, incluindo oficinas de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que contribuíram para o aprofundamento conceitual e alinhamento das diretrizes do programa. Ao longo desse processo, foram realizadas nove oficinas, que resultaram na construção da minuta do programa, finalizada em maio de 2024, com base em quatro pilares: Prevenção, por meio de estratégias de educação permanente e sensibilização; Acolhimento, com a criação do Núcleo Integrado de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e às Discriminações no Trabalho na Saúde (NIPEADTS); Detecção, Apuração Ética e Atos Correicionais, garantindo monitoramento e um sistema ágil para tratamento de denúncias; e Monitoramento e Avaliação, com indicadores específicos para acompanhar a implementação e eficácia do programa. Este esforço será essencial para estabelecer um ambiente de trabalho mais digno, seguro e saudável no setor da saúde.

EXPANSÃO DOS CENTROS DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL E A CAPACIDADE ENTRE AS REGIÕES BRASILEIRAS

Kamyla de Arruda Pedrosa, Geanne Maria Costa Torres, Maria Cláudia de Freitas Lima, Francisco Elenilton Rodrigues do Nascimento, Cristina Albuquerque Douberin, José Maria Ximenes Guimarães, Ana Patricia Pereira Moraes

No Brasil, os serviços de saúde mental são organizados na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), fundamentada na Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) e nas recomendações da Organização Mundial da Saúde presentes no Plano de Ação Global para a Saúde Mental 2013-2030. Com o objetivo de promover a saúde mental, prevenir riscos e ampliar a cobertura universal, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) desempenham papel estratégico como porta de entrada da rede, após a reestruturação do modelo assistencial com a Reforma Psiquiátrica. Dentre as diretrizes da PNSM destaca-se a expansão e qualificação dos CAPS. Este trabalho objetivou identificar a

capacidade de abrangência dos CAPS no Brasil por meio de um estudo descritivo, retrospectivo e quantitativo, considerando o sistema de saúde brasileiro entre janeiro de 2017 e dezembro de 2023. Os registros do Sistema de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) foram utilizados para mapear a quantidade de CAPS, enquanto a cobertura regional foi calculada com base nos dados populacionais de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando a proporção por 100 mil habitantes. Dados da plataforma web do Conasems foram analisados para indicadores, produção de serviços e provimento profissional na saúde mental, com última atualização em 16 de abril de 2024. Observou-se um aumento de 82,4% no número de CAPS registrados no SCNES, acompanhado por um incremento nos atendimentos, de 2,83 milhões em 2017 para 4,78 milhões em 2023. As regiões Nordeste (2,07 CAPS/100 mil habitantes) e Sul (1,76 CAPS/100 mil habitantes) apresentaram cobertura superior à média nacional (1,67 CAPS/100 mil habitantes). Em 2023, 49,77% dos atendimentos foram para pessoas do sexo masculino, com predominância na faixa etária de 19 a 59 anos (acima de 70%) e maioria de pessoas pardas e brancas. Quanto às condições atendidas, os diagnósticos predominantes foram CID F99 (transtorno mental não especificado) e CID F20 (esquizofrenia), sendo que anteriormente destacavam-se CID F20 e CID F200 (esquizofrenia paranoide). A origem da maioria dos atendimentos foi dos serviços de urgência (>50%), seguida pela atenção básica (<50%), e cerca de 90% dos pacientes permaneceram em acompanhamento, com taxas de alta administrativa abaixo de 2%. O procedimento mais comum foi o atendimento individual. Os dados evidenciam o fortalecimento da PNSM por meio da expansão dos CAPS e do aumento no volume de atendimentos, embora desafios ainda persistam na promoção e prevenção, considerando a predominância de atendimentos oriundos de urgências e a baixa taxa de altas.

ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriella Linhares Siqueira, Agnes Fernanda Souza Silva Oliveira de Paula,
Gabriela Muniz Vidigal dos Santos, Nicole Coelho Granato, Tayane Cristina de Oliveira,
Yasmim Nathany Ferreira Santos, Larissa Viana Almeida de Lieberenz

A prática da enfermagem exige habilidades teórico-práticas que fundamentam intervenções destinadas à prevenção de agravos e promoção da saúde. Para consolidar o cuidado prestado, a formação dos profissionais de enfermagem necessita de campos práticos que favoreçam a imersão dos acadêmicos no ambiente hospitalar. Nesse contexto, a vivência em unidades de internação hospitalar adulto possibilita a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação. Este trabalho relata a experiência de acadêmicos do nono período de Enfermagem em uma unidade de internação hospitalar adulto. Durante 45 dias, foram desenvolvidas atividades privativas do enfermeiro, de natureza assistencial e educativa, buscando integrar teoria e prática para aprimorar a formação profissional. As atividades realizadas incluíram cuidados ao paciente com lesão, organização de leitos, sondagens vesicais de alívio e demora, mensuração de débito urinário, discussões de casos

clínicos, consultas de enfermagem fundamentadas no processo de enfermagem, atendimentos na sala de emergência e registros em prontuários. Essa experiência demonstrou a importância da teoria como base para as práticas clínicas, permitindo aos acadêmicos desenvolver maior aptidão e confiança na execução dos procedimentos, além de aprimorar estratégias de gestão organizacional. A prática supervisionada reafirmou a relevância do estudo contínuo e do apoio pedagógico no fortalecimento do compromisso com uma assistência embasada em evidências.

BENEFÍCIOS DO USO DE SUPLEMENTOS DIETÉTICOS EM PACIENTES COM ENDOMETRIOSE

Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes, Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Ludmylla Cristina Guerra Silva, Lara Emanuely Resende Coelho, Amanda Tollini de Moraes, Maria Cristina Falleiro da Costa, Beatriz Caetano de Oliveira Rego, Daniele Kaline da Silva Barbosa, Elisângela Pacheco Cabral, Francisca Samila Pinto Romão, Aureliana Barboza da Silva Nóbrega, Natássia de Oliveira Maracajá, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

A endometriose é uma doença inflamatória crônica e multifatorial que acomete principalmente mulheres em idade fértil, impactando significativamente sua qualidade de vida e sendo uma importante causa de incapacidade. Caracteriza-se pelo crescimento de tecido endometrial fora do útero, em locais como ovários, intestino e outras regiões abdominais e pélvicas, provocando sintomas variados, como dismenorreia, dispareunia, dor pélvica, disúria e alterações intestinais. Apesar dos avanços no entendimento da fisiopatologia e no tratamento, ainda não há cura para essa enfermidade. Estudos recentes apontam que a suplementação de vitaminas com potencial antioxidante, como as vitaminas C, D e E, pode auxiliar no alívio dos sintomas e na contenção da progressão da doença, apresentando-se como uma terapia complementar ao tratamento convencional. Este estudo teve como objetivo investigar os efeitos da suplementação de vitaminas C, D e E em mulheres em idade fértil diagnosticadas com endometriose, por meio de uma revisão integrativa na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde. A busca utilizou os descritores “vitamin D”, “vitamin E”, “vitamin C” e “endometriosis”, combinados pelos operadores booleanos OR e AND, e incluiu artigos publicados entre 2019 e 2024, resultando em quatro estudos selecionados. Os resultados evidenciaram que a suplementação de vitamina C (1.000 mg/dia) e vitamina E (800 UI/dia) por oito semanas reduziu significativamente a intensidade da dor pélvica, dismenorreia e dispareunia. A suplementação de vitamina D3 (2.000 UI/dia) por 6 meses em pacientes que utilizavam analgésicos não narcóticos também resultou em melhorias na dor pélvica, embora similares às observadas no grupo placebo. Já a suplementação de vitamina D em concentrações de 50.000 UI a cada 15 dias por 12 semanas mostrou melhorias na dor pélvica e na relação colesterol total/HDL, impactando positivamente a qualidade de vida. Além disso, a administração de vitamina D (100 nmol/L ou 4.000 UI) no fluido peritoneal reduziu a expressão de fatores de crescimento (EGF, MGDF e PDGFB) associados à patogênese e progressão da endometriose, indicando potencial terapêutico. Conclui-se que a suplementação das vitaminas C, E e D apresenta benefícios como terapia complementar para aliviar os sintomas físicos da

endometriose e melhorar a qualidade de vida das mulheres afetadas, além de reduzir fatores associados à progressão da doença. Contudo, são necessários mais estudos para definir as concentrações ideais de suplementação, especialmente para a vitamina D.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO COTIDIANO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR: RELATO SOBRE AS HABILIDADES NO ACONSELHAMENTO EM AMAMENTAÇÃO

Angélica Santos de Souza, Cláudia Maria Messias, Ana Clementina Vieira de Almeida, Luciana Chagas Duque Estrada, Deise Mara Corrêa da Silva, Ana Beatriz Pinheiro Ferreira, Rodrigo Monteiro dos Santos Bandeira, Cinthia de Souza Azevedo, Abilene Gouvea

Este relato resulta de reflexões vivenciadas no cotidiano de profissionais de um Banco de Leite Humano que prestam cuidados a nutrizes em processo de aleitamento e busca contribuir para a adoção de boas práticas no aconselhamento de mulheres em amamentação. Reconhecido como padrão ouro, o aleitamento humano é o método mais natural e seguro de alimentação infantil, recomendado de forma exclusiva até os seis meses de vida e complementado com alimentos saudáveis até os dois anos ou mais. Para alcançar melhores indicadores de amamentação, destaca-se a importância da Educação Permanente em Saúde (EPS), que capacita os profissionais a oferecer apoio assertivo às nutrizes. A EPS permite desenvolver habilidades fundamentais, como empatia, escuta ativa, não julgamento e comunicação clara, essenciais para estabelecer confiança com as mães e ajudá-las a superar dificuldades no processo de amamentação. Este relato tem como objetivo descrever a utilização de práticas de aconselhamento em amamentação por uma equipe interdisciplinar e o papel da EPS na qualificação desses profissionais. A experiência, iniciada em abril de 2024, envolveu a equipe de enfermagem e nutrição de um Banco de Leite Humano em rodas de conversa realizadas durante o expediente, abrangendo todos os plantões. Durante os encontros, discutiu-se amplamente o uso de habilidades de aconselhamento em amamentação, e os profissionais relataram a necessidade de melhorar a abordagem às mães, priorizando a escuta ativa, evitando julgamentos e considerando o contexto social e cultural das nutrizes para oferecer orientações práticas e contextualizadas. As discussões reforçaram a relevância das habilidades de aconselhamento para qualificar o cuidado. Esta experiência demonstra que investir na EPS por meio de rodas de conversa é uma ação eficaz, promovendo o domínio de habilidades de aconselhamento, facilitando o diálogo entre profissionais e nutrizes, e contribuindo para o sucesso do aleitamento. Além disso, constatou-se que a abordagem de aconselhamento proposta pela OMS/UNICEF é uma ferramenta essencial para oferecer suporte adequado e personalizado, fortalecendo o aleitamento humano como prática segura e benéfica.

A PRÁTICA DA BIODANZA COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO PARA MULHERES IDOSAS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Marina Fagundes Gueiros, Juliana de Souza Silva, Mayara Cassimira de Souza, Jaqueline Ferreira

O envelhecimento é um processo natural e universal, mas não homogêneo, que conduz cada indivíduo por caminhos únicos até a velhice, etapa da vida marcada por múltiplas facetas. Refletir sobre o envelhecimento de uma população implica reconhecer a pluralidade de experiências, moldadas pelas realidades sociais, condições de vida e necessidades singulares de cada pessoa. No Brasil, a transformação da estrutura etária tem destacado uma população mais longa e predominantemente feminina, o que demanda dos profissionais e pesquisadores da saúde a ampliação e o aprofundamento de estratégias de cuidado específicas para esse público. Nesse contexto, a Biodanza, prática integrativa complementar em saúde (PICS), surge como uma abordagem promotora de bem-estar por meio de movimentos e danças realizados individualmente ou em grupo. Este trabalho busca refletir sobre os achados de uma pesquisa de doutorado em Saúde Coletiva realizada com mulheres praticantes de Biodanza em uma Unidade de Saúde do SUS, no Rio de Janeiro. O estudo, de abordagem qualitativa, utilizou entrevistas semiestruturadas com dez mulheres acima de 60 anos, frequentadoras da prática na unidade de saúde. A análise das narrativas revelou benefícios significativos, como a sensação de estar viva e mais disposta, o acolhimento proporcionado pelas companheiras de grupo e pelo professor, indicando que os vínculos afetivos contribuem para a promoção da saúde, além da possibilidade de distrair-se e aliviar preocupações. Esses resultados nos convidam a refletir sobre a importância de estratégias de cuidado que preparem as mulheres para a velhice, promovendo saúde e qualidade de vida desde antes dos 60 anos, para que possam viver a longevidade de forma mais saudável e plena.

A RELEVÂNCIA DO ESTUDO SOBRE ENVELHECIMENTO E VELHICE NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE IRÃO ATUAR NA ÁREA DA SAÚDE

Marina Fagundes Gueiros, Juliana de Souza Silva, Mayara Cassimira de Souza, Jaqueline Ferreira

Embora a população idosa esteja crescendo no Brasil, ainda persiste uma expressiva desinformação sobre as particularidades do envelhecimento e da velhice. Apesar dos avanços da Geriatria e da Gerontologia, que buscam consolidar conhecimentos e práticas voltadas para essa etapa da vida, muitos profissionais que lidam com pessoas idosas ainda reproduzem comportamentos que comprometem uma assistência equânime. A infantilização do paciente idoso ou a sua invisibilização quando acompanhado de um familiar são exemplos de idadismo estrutural que desconsidera o idoso como adulto e sujeito de direitos e desejos. Além disso, é fundamental que profissionais da arquitetura e engenharia sejam formados para incorporar às suas práticas as necessidades específicas desse público,

promovendo adaptações que respeitem o direito de acesso e deslocamento nas unidades de saúde. A infraestrutura dessas unidades deve considerar a circulação de usuários com limitações motoras, como garantir que o acesso às salas de atividades voltadas para idosos não dependa de escadas. Observações realizadas ao longo da pesquisa que embasou esta reflexão evidenciaram que a estrutura física pode se tornar um obstáculo significativo, dificultando a participação de pessoas idosas em atividades de grupo destinadas à sua faixa etária. Este trabalho busca discutir a relevância do letramento dos profissionais de saúde para a construção de uma sociedade inclusiva, que valorize as pessoas idosas sem reduzi-las a estereótipos de decrepitude. A aposentadoria de gestores com mais de 60 anos, por exemplo, pode resultar na perda de um olhar experiente e sensível para adequar espaços às necessidades de todas as idades e condições físicas. Fica evidente, portanto, que a formação de profissionais da saúde deve acompanhar as mudanças demográficas do país e do território, promovendo práticas e ambientes que assegurem o bem-estar e a inclusão das pessoas idosas.

RIO GRANDE DO SUL: PANORAMA DE CASOS E MORTES POR LEPTOSPIROSE DURANTE A ENCHENTE

Caroline Bozzetto de David, Andreia Moro da Silva

A leptospirose é uma doença bacteriana causada pela *Leptospira*, comumente transmitida pela exposição direta ou indireta à urina de animais infectados, especialmente roedores. A contaminação ocorre por meio do contato com a pele lesionada, imersão prolongada em água contaminada ou pelo contato com mucosas. O período de incubação varia de 1 a 30 dias, manifestando-se geralmente entre 7 e 14 dias após a exposição. No contexto das enchentes no Rio Grande do Sul (RS), a leptospirose é uma preocupação significativa devido ao maior contato humano com águas contaminadas. Até o momento, foram registradas 16 mortes relacionadas à doença no Estado, além de 4.238 casos notificados e 242 confirmados, conforme boletim da Secretaria da Saúde do RS (SES) publicado em 11/06/2024. Esses dados evidenciam a urgência de medidas eficazes para proteger a saúde da população, trabalhadores e voluntários. De acordo com a Nota Técnica nº 16/2024 CGZV/DEDT/SVSA/MS, o Ministério da Saúde (MS) não recomenda a quimioprofilaxia como medida preventiva em situações de exposição em massa devido à falta de evidências científicas sobre seus benefícios e riscos em larga escala. Entretanto, uma Nota Técnica conjunta da Sociedade Brasileira de Infectologia, Sociedade Gaúcha de Infectologia e SES recomenda a quimioprofilaxia para grupos prioritários, como socorristas e voluntários expostos prolongadamente a água de enchentes, especialmente quando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) não evitam a exposição completa, além de indivíduos com contato prolongado com água contaminada, sujeitos a avaliação médica criteriosa. Nesse contexto, a notificação compulsória desempenha papel essencial na implementação de medidas de controle e prevenção. A Atenção Primária à Saúde (APS), como coordenadora e ordenadora do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS), também tem papel fundamental na prevenção e controle da leptospirose, com a responsabilidade de educar a população sobre os riscos da doença, orientar medidas preventivas,

identificar casos precocemente e iniciar o tratamento adequado. Essa atuação integrada é essencial para garantir uma resposta eficaz e coordenada na proteção da saúde da população.

A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO SOCIAL E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA NA ILHA DE MOSQUEIRO-PA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jhenyfer Victória da Silva Dantas Cavalcante, Tamara Rose Bentes da Silva, Jorge Victor da Silva Dantas Cavalcante, Thais dos Santos Moraes, Melissa Orlanda Costa do Nascimento, Jair de Oliveira Silva

O câncer de mama é uma anomalia que se forma nas células mamárias devido a alterações genéticas, provocando o aparecimento de nódulos nos seios, que podem ser benignos ou malignos, afetando a saúde de homens e mulheres. Em sua fase inicial, o tumor geralmente é pequeno, raramente causa dor e pode ser imperceptível, mas a ausência de tratamento contribui para a progressão da doença, com a disseminação de células cancerígenas para outros órgãos e tecidos, podendo levar ao óbito. Este trabalho relata a experiência de estudantes do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Pará durante a ação social “Educação em Saúde e Prevenção do Câncer de Mama», realizada com mulheres residentes nas proximidades da Escola Municipal Ana Barreau Mininéia, localizada na Ilha de Mosqueiro, no Pará. Os procedimentos metodológicos incluíram registro fotográfico, observação participante e diário de campo das ações realizadas. A ação social promoveu a educação em saúde, permitindo a socialização de conhecimentos por meio de materiais informativos, dinâmicas de grupo e orientações individuais voltadas à prevenção do câncer de mama, uma doença que pode acometer mulheres em todas as faixas etárias e tem causado elevado número de óbitos no Brasil, especialmente na região Norte e em Mosqueiro. Constatou-se que muitas participantes desconhecem a forma correta de realizar o autoexame, que consiste no toque das mamas para identificar nódulos, além de necessitarem de maior atenção por parte do poder público, sobretudo no acesso a serviços de saúde, realização de exames, ações intersetoriais e projetos contínuos de educação em saúde voltados à prevenção do câncer de mama.

GRUPOS DE AJUDA MÚTUA: ESPAÇO DE EMPODERAMENTO E AUTONOMIA DAS PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL

Laís Chagas de Carvalho, Mônica de Oliveira Nunes Torrenté

A partir da década de 1970, o movimento de usuários de saúde mental nos países anglo-saxões começou a se mobilizar em defesa da liberdade institucional e dos direitos humanos, culminando na criação de grupos de ajuda mútua que oferecem acolhimento, troca de experiências e apoio emocional

em momentos difíceis. Entre esses grupos, destaca-se o “Voice Hearers” ou “Ouvidores de Vozes”, conhecido a partir da década de 1980, que busca superar a patologização da experiência de ouvir vozes. Este trabalho discute a relevância dos grupos de ajuda mútua na recuperação de pessoas em sofrimento mental no Brasil, com ênfase nos “Ouvidores de Vozes”. A pesquisa baseou-se em um levantamento bibliográfico de 2017 a 2022 nas bases Medline, Scielo e Lilacs, com nove artigos selecionados por meio dos descritores “ajuda mútua”, “Recovery” e “Voice Hearers”. Os grupos de ajuda mútua são espaços emancipatórios, onde a liderança deve ser exercida pelos próprios usuários, com atenção cuidadosa à participação de profissionais de saúde. Os estudos analisados identificaram que o significado de ouvir vozes é moldado pela história de vida, contexto socioeconômico e autoestigma, sendo uma experiência única e multifacetada. Alguns artigos destacaram o uso de mídias sociais criadas pelos “ouvidores de vozes”, vinculadas ao “Movimento Intervoice”, que ampliam as possibilidades de ajuda mútua entre pessoas de diferentes contextos. Estratégias compartilhadas nesses grupos incluem trocas de informações, construção de narrativas sobre as vozes e modos de enfrentamento no cotidiano, promovendo conexões sociais e relações significativas. Contudo, dificuldades em interagir durante episódios de vozes depreciativas e ameaçadoras podem levar ao isolamento, intensificando o ciclo de sofrimento, algo que os grupos ajudam a atenuar. Apesar de “ouvir vozes” ser frequentemente associado a experiências psicóticas pelos critérios diagnósticos, essa vivência tem raízes históricas e culturais e pode ser resignificada nos grupos de ajuda mútua. Esses espaços oferecem acolhimento e estratégias para uma vida mais saudável, com autonomia e empoderamento, promovendo um cuidado singular para essa experiência tão complexa e estigmatizada.

O “ISOLAMENTO ABSOLUTO” DE MULHERES QUE FAZEM SEXO COM MULHERES NO PENSAR EM SAÚDE SEXUAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Myrian Giovanna Viana Lourenço, Cristiane Ribeiro da Silva Castro

O debate sobre os direitos sexuais das mulheres ressalta a importância de garantir a livre expressão de sexualidades plurais, livres de riscos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). No entanto, quando se trata de mulheres que fazem sexo com mulheres, é evidente que os dispositivos de prevenção disponíveis são improvisados e pouco práticos, levando ao seu não uso e, conseqüentemente, à exposição a infecções. Essa realidade reflete processos históricos de apagamento da sexualidade feminina e suas necessidades, especialmente no âmbito da saúde, com destaque para as práticas não heteronormativas. Este trabalho tem como objetivo evidenciar a vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres ao risco de ISTs, causada pela ausência de ferramentas de proteção específicas. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura com base em estudos publicados nos últimos dez anos nas bases Scielo, Google Acadêmico, LILACS e Medline-Pubmed, utilizando os descritores “Mulheres que Fazem Sexo com Mulheres”, “Infecções Sexualmente Transmissíveis”, “Prevalência” e “Incidência”. Foram identificados 2.350 artigos, dos quais 31 foram selecionados após leitura de

títulos e resumos, e 11 incluídos após análise integral, atendendo a critérios de inclusão como estudos epidemiológicos com acesso gratuito em português, inglês ou espanhol, publicados nos últimos dez anos. Excluíram-se revisões de literatura, estudos de caso, relatórios e documentos governamentais. Os dados obtidos indicam que mulheres que fazem sexo com mulheres estão vulneráveis a ISTs, devido ao uso inconsistente de preservativos ou métodos de barreira inadequados para suas práticas sexuais. Além disso, os estudos apontam um desconhecimento generalizado sobre ISTs transmitidas durante sexo entre mulheres, o que reduz a percepção de risco e dificulta a implementação de estratégias de prevenção. Esse desconhecimento alcança também profissionais da saúde, resultando em lacunas nos cuidados específicos para esse grupo. Foi observada alta prevalência de vaginose bacteriana, infecções por HPV, *Chlamydia trachomatis*, *Neisseria gonorrhoeae* e HIV, além de fatores como ausência de testagens regulares e histórico de relações sexuais com homens, associados a maiores chances de ISTs. Esses dados evidenciam a necessidade de repensar práticas de saúde que contemplem esse grupo nos processos de cuidado, assegurando o direito à expressão da sexualidade de forma segura e protegida.

UM “SORRISO PERFEITO” COMO REFLEXO DA ESTÉTICA GENERALISTA, EUROCÊNTRICA E RACISTA PERPETUADA PELA ODONTOLOGIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Myrian Giovanna Viana Lourenço, Cristiane Ribeiro da Silva Castro, Jamerson da Silva Santos

Historicamente, a odontologia tem se mostrado pouco sensível às demandas sociais, priorizando tratamentos motivados por questões estéticas. Entre essas práticas, destaca-se a modificação do periodonto de proteção para eliminar a pigmentação melânica racial, que ignora as técnicas minimamente invasivas e de baixo risco, atualmente valorizadas. Esse procedimento mutilador, que busca uma gengiva monocromática, rósea e desprovida de melanina, segue uma lógica eurocentrada, justificando-se pelo argumento de um sorriso mais harmônico e saudável. Contudo, trata-se de um processo malicioso de embranquecimento estético que obedece a lógicas coloniais e racistas, demonizando a estética negra. Este estudo tem como objetivo evidenciar práticas mutiladoras voltadas ao embranquecimento do sorriso negro. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, considerando estudos publicados nos últimos dez anos nas bases Scielo, Google Acadêmico, LILACS e Medline-Pubmed. Foram encontrados 118 estudos utilizando os descritores “odontologia”, “etnocentrismo”, “estética” e “pigmentação”, dos quais 11 foram incluídos após aplicação de critérios de inclusão: artigos completos, gratuitos, em português, inglês ou espanhol, publicados no período analisado e que abordassem as técnicas de clareamento gengival e seu viés racista. Estudos fora desse escopo foram excluídos. As informações obtidas revelam que a prática de clareamento gengival, conhecida como melanoplastia ou peeling gengival, é amplamente realizada, especialmente no setor privado, e considera a pigmentação fisiológica da gengiva como uma lesão ou um obstáculo à harmonia do sorriso. Diversas técnicas são empregadas, como gengivectomia,

gengivoplastia, dermoabrasão, crioterapia, uso de laser por fototermólise seletiva e fresas cerâmicas, todas descritas como eficazes para alcançar resultados estéticos satisfatórios. No entanto, essa prática reflete a normalização do racismo na odontologia, sustentando métodos eugenistas que buscam apagar características fenotípicas do povo negro sob uma estética universalista e eurocêntrica, que patologiza ou inferioriza a pigmentação melânica frente aos padrões hegemônicos de branquitude. Esse cenário expõe a urgência de discutir saúde e estética sob perspectivas étnicas, reconfigurando o entendimento de beleza e saúde na odontologia, desde o ensino até a prática clínica, para eliminar a perpetuação de práticas discriminatórias e criminosas que mutilam os sorrisos negros.

AS TENDAS DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE COMO FERRAMENTAS DE APROXIMAÇÃO DE GRADUANDOS DE ODONTOLOGIA A NOVAS PERSPECTIVAS DE VIVER A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Myrian Giovanna Viana Lourenço, Jamerson da Silva Santos, Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira, Franqueline Terto dos Santos, Ana Maria da Hora, Tereza Angélica Lopes de Assis, Suely do Nascimento Silva, Tobias de Souza Falcão

As Tendas de Educação Popular em Saúde são espaços de construção coletiva de saberes, nos quais ocorrem rodas de conversa, oficinas, intervenções artísticas e práticas integrativas populares de cuidado à saúde, fundamentadas na perspectiva freiriana. Esses espaços também oferecem atendimentos médicos, com o objetivo de avaliar a saúde das pessoas envolvidas ou visitantes e fornecer os cuidados necessários. No entanto, a interação da odontologia com a educação popular e, especificamente, com as tendas, ainda é incipiente, refletindo a resistência da prática odontológica em transcender modelos de saúde tradicionais e ultrapassados. Diante desse contexto, o presente trabalho busca sistematizar a experiência de estudantes de Odontologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) durante a 11ª Tenda de Educação Popular em Saúde, realizada na 22ª Feira da Reforma Agrária, em Maceió, Alagoas, em 2023. A sistematização foi conduzida por meio do resgate das vivências no evento. A odontologia, tradicionalmente focada em atividades técnicas, enfrenta dificuldades para desenvolver processos de promoção da saúde e educação em formatos que reconheçam a autonomia e as especificidades das comunidades, destoando da abordagem horizontal e equânime da educação popular. Entretanto, na 11ª Tenda, essa lógica foi parcialmente rompida pela participação de dois estudantes de Odontologia, que se engajaram em atividades junto aos feirantes, assentados e acampados do Movimento Sem Terra (MST), além de visitantes e outros colaboradores. Eles realizaram avaliações da saúde bucal, levantamento de índices de necessidades odontológicas, encaminhamentos para atendimento na clínica odontológica da UFAL e participaram ativamente de rodas de conversa e atividades multidisciplinares. A presença dos estudantes causou surpresa tanto nos colaboradores habituais da tenda quanto nos feirantes, que relataram nunca ter tido acesso a esses serviços ou diálogo com profissionais ou estudantes da área odontológica em edições anteriores das

feiras da reforma agrária. Entre as ações desenvolvidas, destacou-se a conscientização individualizada sobre câncer de boca e seus fatores de risco, promovendo momentos de escuta e sensibilização. Apesar desse avanço, a presença de apenas dois estudantes reflete o ainda tímido envolvimento da odontologia com os princípios da educação popular. Muito precisa ser feito para transformar a lógica de cuidado na odontologia, promovendo práticas mais inclusivas, que valorizem os saberes populares e fomentem a autonomia das comunidades, construindo, assim, caminhos efetivos para a conquista de direitos e a promoção da saúde de forma integral.

MANEJO MULTIPROFISSIONAL E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA

Juracy Rocha da Silva, Danielly Lima Clauss, Andressa de Souza Vaz, Monica Karla Vojta Miranda

A Atrofia Muscular Espinhal (AME) é uma doença genética recessiva caracterizada pela degeneração progressiva dos neurônios motores, resultando em atrofia muscular simétrica. O diagnóstico envolve testes como eletroneuromiografia e análise genética, e a condição é classificada em diferentes tipos conforme a idade de início e a progressão dos sintomas. Pacientes com AME enfrentam desafios como dificuldades de postura, deglutição, tosse, locomoção e, frequentemente, comprometimento respiratório, que leva a internações recorrentes. O manejo multiprofissional é essencial, com destaque para a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que proporciona cuidados embasados no conhecimento da condição e no desenvolvimento infantil. Este estudo visa relatar o manejo multiprofissional de pacientes com AME em Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, enfatizando o papel da enfermagem na melhoria da qualidade de vida. Por meio de uma revisão integrativa da literatura, foram analisados estudos primários que abordam o tema, selecionados com base em critérios como ano de publicação e disponibilidade completa. Os resultados mostram que pacientes com AME apresentam fraqueza muscular simétrica generalizada, incapacidade de sustentar a cabeça e controle limitado do tronco, o que destaca a necessidade de um diagnóstico precoce e de intervenções multiprofissionais. A enfermagem tem papel crucial na manutenção da integridade da pele, prevenção de úlceras, cuidados com ostomias, alimentação por sonda, administração de medicamentos, higiene corporal e orientação familiar para os cuidados pós-alta. A fisioterapia, por sua vez, é fundamental no suporte respiratório, remoção de secreções, melhora da oxigenação e tratamento de atrofias e deformidades musculares. Conclui-se que a assistência de enfermagem desempenha papel vital no aumento da sobrevida e na qualidade de vida dos pacientes, enquanto a abordagem multiprofissional integra diferentes especialidades para atender às necessidades individuais, promovendo cuidados personalizados e eficazes.

VISITA AO NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE (NPS) DE UM HOSPITAL ESCOLA REFERÊNCIA EM MANAUS, AMAZONAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriela Pinheiro de Andrade, Thalyta Mariany Rego Lopes Ueno, Camilly Campos Vasconcelos, Gabriel Ramos da Silva, Jessé David Nascimento da Costa

O Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) é uma instância criada nos serviços de saúde para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente, com o objetivo de reduzir, a um nível mínimo aceitável, o risco de danos desnecessários associados à atenção à saúde. Dentre os principais incidentes que o NSP busca prevenir estão falhas ou ausência de identificação do paciente, higiene das mãos, segurança cirúrgica, prescrição, uso e administração de sangue e hemocomponentes, quedas de pacientes, lesões por pressão, infecções relacionadas à assistência à saúde e erros em terapias nutricionais enteral e parenteral. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante o estágio curricular supervisionado em Clínica Médica no setor do NSP de um hospital em Manaus. Trata-se de um estudo descritivo, baseado no relato de experiência dos acadêmicos de Enfermagem do 9º período, realizado nos dias 2, 3 e 7 de maio de 2024. Durante o estágio, os estudantes acompanharam a equipe do setor, observando suas práticas e refletindo sobre a importância das notificações de eventos adversos, frequentemente estigmatizadas devido à persistência de uma cultura punitiva. Ressaltou-se que a notificação é compulsória e sua ausência pode configurar infração sanitária, sujeita à fiscalização dos órgãos de vigilância. O estudo destacou que o NSP desempenha papel essencial ao encorajar os serviços de saúde a seguirem as normativas estabelecidas, promovendo uma assistência mais segura para pacientes e profissionais. Conclui-se que estruturar adequadamente os Núcleos de Segurança do Paciente não apenas atende às exigências regulatórias, mas também é uma estratégia fundamental para fomentar uma cultura de segurança do paciente, conforme preconizado pelo Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA PRÁTICA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA UPA

Juracy Rocha da Silva, Ana Carolina Cantuária de Assunção, Gabriel de Andrade Lima, Monica Karla Vojta Miranda, Sílvia Maria Farias dos Santos, Franciane de Paula Fernandes

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) desempenha um papel fundamental na Política Nacional de Atenção às Urgências, oferecendo assistência eficaz e contínua a pacientes com condições clínicas de complexidade intermediária. Operando 24 horas por dia, sete dias por semana, a UPA conta com equipes multiprofissionais, sendo um ambiente essencial para a formação de acadêmicos da área da saúde, permitindo a aplicação prática do conhecimento teórico em situações reais de atendimento.

Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de Enfermagem durante aulas práticas na UPA, realizadas de 17 a 22 de maio de 2024, em Santarém, Pará. A pesquisa descritiva, na modalidade relato de experiência, abrangeu atividades em áreas específicas, como acolhimento, classificação de risco e sala de medicação, com coleta de dados por observação direta das práticas assistenciais e interações com a equipe de saúde. Durante as aulas práticas, os estudantes participaram do acolhimento e da classificação de risco por meio do Sistema de Triagem de Manchester (STM), amplamente utilizado para determinar a prioridade e o tempo recomendado para avaliação médica. O STM utiliza uma codificação por cores: vermelho (emergência), laranja (muito urgente), amarelo (urgente), verde (pouco urgente) e azul (não urgente), sendo a classificação conduzida pelo enfermeiro. Na sala de medicação, os acadêmicos acompanharam a administração de medicamentos por vias oral, inalatória, subcutânea, intramuscular e endovenosa, com destaque para a via endovenosa devido à sua rápida absorção, que exige preparação cuidadosa para a punção venosa. No entanto, foi identificado que a unidade enfrenta limitações em suprimentos e equipamentos, comprometendo a qualidade do atendimento. A experiência na UPA revelou-se essencial para consolidar os conhecimentos teóricos da disciplina Urgência e Emergência, proporcionando aprendizado prático em um ambiente desafiador. Apesar das dificuldades, a equipe de enfermagem demonstra esforço constante para oferecer um atendimento humanizado, mesmo diante da superlotação, frequentemente causada pela procura de assistência para condições de baixa complexidade. Esse contexto reforça a necessidade de estratégias que otimizem o fluxo de pacientes e aprimorem os recursos disponíveis, garantindo uma assistência mais eficiente e resolutiva.

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA NUTRICIONAL INFANTIL

Juracy Rocha da Silva, Ana Carolina Cantuária de Assunção, Gabriel Lima de Andrade,
Franciane de Paula Fernandes, Sílvia Maria Farias dos Santos, Andréa Leite de Alencar salgado,
Lucicleide Kubiczewski Goto, Danielly Lima Clauss

Os distúrbios nutricionais na infância estão associados à morbimortalidade, comprometimento do desenvolvimento cognitivo e baixo desempenho escolar em diversas partes do mundo. A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental na promoção do crescimento e desenvolvimento infantil por meio de intervenções nutricionais, especialmente com programas de monitoramento infantil. Nesse contexto, o enfermeiro tem um papel crucial ao oferecer aconselhamento nutricional e promover práticas alimentares saudáveis. Este estudo busca descrever o papel da enfermagem na APS em relação à assistência nutricional infantil. Trata-se de um estudo descritivo baseado em Revisão Integrativa da Literatura, com busca realizada de janeiro a fevereiro de 2024 nas bases Medline, Scielo e Archice. Os descritores estratégicos, combinados com os operadores booleanos OR e AND, foram utilizados em português e inglês: “nutrição infantil», “Enfermagem pediátrica», “Profissionais de Enfermagem Pediátrica», “Educação em Enfermagem» e “Assistência de Enfermagem». Após aplicação de critérios de inclusão, como artigos completos publicados entre 2019

e 2023 em português e inglês, e exclusão de duplicados e estudos incompletos ou fora do escopo, seis artigos compuseram a amostra final. Os resultados mostram que o enfermeiro é um membro essencial da equipe multiprofissional da Estratégia de Saúde da Família (ESF), desempenhando papel ativo no programa de crescimento e desenvolvimento infantil. As consultas de enfermagem realizadas na APS são voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças, incluindo a avaliação do crescimento por medições antropométricas e a educação contínua de pais e familiares. Essas ações abrangem parâmetros motores, linguísticos e cognitivos do desenvolvimento infantil, caracterizados como um processo dinâmico e contínuo. Além disso, os enfermeiros orientam os pais sobre alimentação saudável, identificam fatores de risco e desenvolvem estratégias específicas para atender às demandas nutricionais durante as diferentes fases do desenvolvimento infantil. Conclui-se que as consultas de enfermagem são ferramentas indispensáveis para incentivar e promover hábitos alimentares saudáveis, fortalecendo o vínculo entre família e serviço de saúde. A capacitação contínua dos enfermeiros é essencial para aprimorar suas orientações e aconselhamentos nutricionais. Por fim, a busca ativa por crianças em idade de acompanhamento no programa de desenvolvimento infantil é uma estratégia necessária para assegurar que todas recebam os cuidados adequados para um crescimento e desenvolvimento saudáveis.

GRUPO OPERATIVO E TERAPÊUTICO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA PESSOA IDOSA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “BEM VIVER”

Aline Fabiane da Silva Moura, Gabriel Luchi, Maria Aparecida Vieira Bonatti, Mirela Dias Gonçalves

Os grupos operativos, atualmente, configuram-se como espaços privilegiados que reúnem pessoas com características específicas e um propósito comum: realizar ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e estímulo ao autocuidado. Presentes nos diversos níveis do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), principal porta de entrada para os serviços de saúde, esses grupos são fundamentais para captar pacientes e ofertar cuidados integrais, longitudinais e coordenados. A promoção da saúde busca reduzir danos e prevenir o adoecimento por meio da participação ativa da sociedade, visando solucionar problemas e assegurar a manutenção do bem-estar. Além de ampliar o acesso aos serviços de saúde, essa participação promove melhorias nas condições econômicas, valoriza a cultura, a religião e a segurança da comunidade, contribuindo para a qualidade e a expectativa de vida, especialmente dos idosos. Nesse contexto, o Projeto “Bem-Viver”, desenvolvido em São Roque do Canaã-ES, busca promover a saúde da pessoa idosa a partir de um cuidado integral. Trata-se de um estudo descritivo, baseado na experiência de profissionais de saúde (enfermeiros) que atuam na APS do município junto a idosos de diferentes comunidades desde 2022. O grupo realiza encontros semanais com educadores físicos, fisioterapeutas e farmacêuticos, e mensais com psicólogos e outros profissionais, desenvolvendo atividades que incluem rodas de

conversa, práticas corporais e exercícios físicos, sempre acolhendo os participantes de forma a criar um ambiente propício à transformação e ao envolvimento. Os resultados demonstram evolução positiva na saúde dos idosos, evidenciada por observações clínicas e relatos que indicam maior aptidão para o autocuidado e mudanças no estilo de vida, favorecendo a qualidade de vida. O projeto comprova que as atividades realizadas nos grupos operativos promovem atitudes mais saudáveis entre os integrantes. Por fim, destaca-se a importância do enfermeiro na organização, liderança e criação de vínculos nesses grupos, reforçando que eles são espaços estratégicos para a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, oferecendo escuta ativa e práticas alinhadas às necessidades das pessoas.

FUNDAMENTOS DA CANNABIS MEDICINAL NA ODONTOLOGIA

Monique Xavier de Sousa, Marcelo Ventura Andrade

A Cannabis, também conhecida como maconha, é uma planta milenar utilizada em diversas culturas ao redor do mundo por suas propriedades medicinais, industriais e alimentícias. Além de ser fonte de nutrição e suplementação, a planta é amplamente empregada na produção de papel, tecido, plástico, combustível e outros produtos. Atualmente, seu uso em diferentes formas cresce em um ritmo acelerado globalmente. Embora as pesquisas na área sejam relativamente recentes, o interesse por informações científicas tem se mostrado crescente e necessário. Foi apenas no final do século XX que se elucidaram os mecanismos celulares e as propriedades medicinais da Cannabis, com o isolamento das moléculas tetrahydrocannabinol (THC) e canabidiol (CBD) e a descoberta do sistema endocanabinoide (SEC). Este sistema, responsável por modular sistemas de neurotransmissão como GABA, glutamato e serotonina, tem como objetivo principal promover a homeostase no organismo. O SEC é composto por endocanabinoides (produzidos pelo corpo), receptores (CB1 e CB2, os mais estudados) e enzimas que sintetizam e degradam essas moléculas. Quando a produção endógena é insuficiente, medicamentos à base de Cannabis podem suprir essa necessidade. A aquisição desses medicamentos no Brasil ocorre via Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa, como a RDC 660, que regula a importação, e a RDC 327, que trata da disponibilização em farmácias e associações. Há uma vasta literatura médica que respalda o uso da Cannabis para condições como dor, epilepsia, síndrome de Lennox-Gastaut, esclerose tuberosa, entre outras. Na Odontologia, a Cannabis Medicinal tem ganhado espaço em aplicações como controle de biofilme, modulação de inflamação periodontal, controle de dor orofacial, tratamento de ansiedade pré-atendimento e modulação de comportamento e fobia, com alternativas terapêuticas tópicas e sistêmicas. Essa abordagem tem se mostrado eficaz, com poucos efeitos adversos, contribuindo significativamente para a prática de cirurgões-dentistas, que possuem liberdade para prescrição de acordo com a Lei 5.081, em comum acordo com o paciente. A Cannabis está em transição de seu histórico como droga ilícita para um reconhecimento cada vez maior de sua relevância na medicina, exigindo mais estudos para consolidar suas aplicabilidades e potencialidades. O estabelecimento de normativas, maior reconhecimento por conselhos de classe

e acesso ampliado à informação são essenciais para profissionais e sociedade compreenderem plenamente os benefícios dessa planta.

MULHERES QUE DANÇAM: QUE EFEITOS SÃO PRODUZIDOS PARA E NA SAÚDE MENTAL?

Larissa de Souza, Elisângela Mara Zanelatto

O conceito de saúde como um estado de bem-estar físico e mental, influenciado por fatores como acesso à alimentação, moradia, educação e lazer, passou a ser amplamente compreendido no Brasil após a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990). A partir disso, a promoção da saúde ganhou destaque no cenário nacional, sendo incentivada por estratégias voltadas à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos à saúde. Nesse contexto, a dança é mencionada na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (Brasil, 2018) como uma das práticas corporais e atividades físicas a serem incorporadas e promovidas na atenção básica. Além dos benefícios físicos, a dança contribui para a auto-observação e atua como um importante meio de socialização, com benefícios notáveis para mulheres de meia-idade. Este estudo, desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia por uma universidade do interior do Rio Grande do Sul, tem como objetivo investigar e analisar a relação entre a prática regular de dança e a produção de saúde mental, a partir da percepção de mulheres de meia-idade. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, os dados serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres de 40 a 65 anos que participam de um grupo de dança no Vale do Taquari há pelo menos seis meses. A produção de dados ocorrerá no primeiro semestre de 2024, sendo analisada posteriormente com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Espera-se que o estudo evidencie a importância da dança para essa população, destacando-a como um instrumento eficaz na promoção da saúde mental, capaz de ser integrado à Atenção Básica por meio de Grupos de Promoção à Saúde. A dança também é apontada como uma alternativa de atividade física e de reinserção social para mulheres de meia-idade. Por fim, acredita-se que este trabalho contribua para o debate acadêmico sobre o tema, além de incentivar a ampliação das possibilidades de oferta dessa prática nos serviços de saúde do SUS.

PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA

Nathali Ribeiro Batistel, Camila Bohn, Rosemarie Gartner Tschiedel

A Constituição Federal de 1988 deu origem ao Sistema Único de Saúde (SUS), marcando uma mudança significativa na concepção da Atenção à Saúde no Brasil. Antes, essa abordagem era centrada

em princípios assistencialistas e curativos, focados na doença e desvinculados das condições de vida. Com o SUS, o conceito de saúde foi ampliado, reconhecendo sua relação com a qualidade de vida. Dividido em três níveis de atenção – Primária, Secundária e Terciária –, este trabalho foca na Atenção Primária, representada pela Estratégia Saúde da Família (ESF) e pelas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Nesse contexto, destaca-se a atuação da psicologia, tanto para a saúde dos usuários quanto para a formação de estudantes-estagiários(as) e para o apoio a profissionais de outras áreas. A Atenção Primária é a principal porta de entrada e organizadora dos serviços de saúde, oferecendo atendimento coordenado e resolutivo, com corresponsabilização. Nesse cenário, é essencial desenvolver métodos de atenção, tratamento e apoio para sujeitos em sofrimento psíquico, considerando seu contexto de vida. Também é necessário superar a visão limitada do psicólogo como restrito à clínica individual no modelo biomédico, ampliando sua atuação em dispositivos como matriciamento, consultas conjuntas, visitas domiciliares, grupos de apoio e participação no Programa Saúde na Escola (PSE), alinhados aos princípios do SUS. Essa abordagem contribui para a formação integral de estudantes de psicologia, alinhando-se à política pública de saúde e fortalecendo uma psicologia social crítica que questiona as desigualdades vividas por comunidades latino-americanas e promove seu empoderamento. O relato de experiência dos estagiários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em uma UBS evidencia estratégias que fortalecem laços sociais e contribuem para o bem-estar dos usuários, integrando saberes técnicos e dos próprios usuários, promovendo autonomia no cuidado em saúde. Conclui-se que essa experiência enriquece a formação dos futuros psicólogos e os conecta diretamente à realidade complexa da saúde pública no Brasil, fortalecendo estratégias de atenção básica e ampliando sua atuação crítica e contextualizada.

MULHERES VIVENTES DE RUA NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO (SP): UMA CARTOGRAFIA SENTIMENTAL DE VIDAS (IN)VISÍVEIS

Helena Andreoli Martins Figueiredo, Rosemarie Andreazza, Lumena Almeida Castro Furtado

O aumento da população em situação de rua está intrinsecamente relacionado ao agravamento das desigualdades sociais, e, embora essa parcela represente uma minoria, exige cuidados e atenções específicos. Nesse contexto, uma pesquisa qualitativa realizada em 2021 no município de São Paulo, com o uso da cartografia sentimental, buscou dar visibilidade às produções de vida das mulheres em situação de rua na região central da cidade. A pesquisadora, que também atuava como redutora de danos no território, desenvolveu o estudo a partir de encontros diretos com essas mulheres, empregando a metodologia de “escrivência” nos diários de campo, o que possibilitou a construção de mapas cartográficos e narrativas detalhadas e sensíveis. A análise cartográfica revelou temas centrais, como as “redomas (in)visíveis” que protegem e, simultaneamente, tornam determinados corpos invisíveis; a sede de viver em meio à “necropolítica”, que condiciona e atravessa as existências; a “redução de danos” como estratégia de cuidado essencial; e as múltiplas “mulheridades”, ou seja, os diferentes

modos de ser mulher que emergem dessas vivências. Conceitos como “redomas”, “necropolítica” e “(in)visíveis” foram utilizados como ferramentas analíticas para compreender os modos de vida dessas mulheres e para a elaboração dos mapas resultantes da pesquisa, permitindo uma análise aprofundada sobre as dinâmicas de proteção, invisibilização, controle e resistência que permeiam suas vidas. Dessa forma, a pesquisa não apenas deu visibilidade a essas existências, mas também contribuiu para uma compreensão mais ampla e complexa das questões que envolvem a vida nas ruas, bem como das estratégias de sobrevivência e resistência das mulheres nesse contexto.

A IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO NO INTERIOR DO AMAZONAS – BRASIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Milena Souto Monteiro, Daniele Muniz da Costa, Matheus Pedrosa da Silva, Miguel Afonso da Costa Pontes, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Samilly Moriz da Frota Santos, Francisco Ariel Nascimento Silva, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

A iniciação científica durante a graduação desempenha um papel essencial no desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes, proporcionando a aquisição de saberes necessários para a construção de projetos de pesquisa, além de estimular o pensamento crítico e a resolução de problemas fundamentados em evidências científicas. Este trabalho tem como objetivo relatar a relevância da iniciação científica para estudantes de enfermagem em regiões remotas, com foco no interior do Amazonas. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, vivenciado por estudantes de enfermagem durante o desenvolvimento de projetos de iniciação científica na Universidade Federal do Amazonas, situada no interior do estado. Os projetos, com duração de um ano, iniciaram em 2023 e foram concluídos no primeiro semestre de 2024, sendo produtos do “Núcleo de Estudos em Saúde das Populações Amazônicas (NESPA)”, que foca em problemas de saúde recorrentes em populações tradicionais amazônicas. Por se tratar de um relato de experiência, o estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, mas os preceitos éticos foram respeitados na apresentação dos dados. Para os discentes, o desenvolvimento dos projetos proporcionou a aquisição de competências que representam um diferencial na futura atuação profissional, sobretudo no campo da pesquisa. Trabalhar em grupo e desenvolver estudos voltados às populações tradicionais amazônicas foram experiências cruciais para compreender fenômenos relacionados às principais doenças negligenciadas, como dengue, malária e doença de Chagas, bem como para aprimorar o embasamento teórico sobre essas enfermidades e as especificidades dos grupos vulneráveis. Além disso, a experiência favoreceu o desenvolvimento de habilidades para a construção e execução de pesquisas e para o trabalho em equipe, despertando o interesse pela pesquisa e pela realização de programas de pós-graduação Stricto Sensu após a formação. A experiência, portanto, ressaltou a importância da iniciação científica na formação do enfermeiro, especialmente em contextos desafiadores como o interior da Amazônia. Espera-se que mais estudantes possam participar de programas semelhantes, contribuindo para a formação de jovens pesquisadores em áreas remotas da região Amazônica.

ESCREVIVÊNCIA COMO METODOLOGIA: NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CARTOGRAFIA SENTIMENTAL

Helena Andreoli Martins Figueiredo

A escrevivência, conceito desenvolvido pela escritora Conceição Evaristo, emerge como uma metodologia potente na pesquisa qualitativa, especialmente na documentação e elaboração de experiências. Esse método combina escrita autobiográfica e ficcional para criar narrativas que não apenas registram, mas também transformam e recontam as vivências de seus sujeitos, integrando atravessamentos pessoais e coletivos. Conceição Evaristo propõe a escrevivência como uma prática que transcende a mera escrita autobiográfica, fundindo vivências individuais e coletivas em narrativas que refletem as múltiplas dimensões das experiências de vida. Esse conceito dialoga com as obras de Annie Ernaux, que une autobiografia e ficção para explorar suas experiências de maneira universal, e encontra ressonância nas ideias de Isabelle Stengers, Donna Haraway e Ursula Le Guin. Stengers e Haraway destacam a narrativa como uma ferramenta epistemológica que desafia hegemonias do conhecimento, enquanto Le Guin utiliza a ficção especulativa para moldar percepções e propor novas perspectivas sobre o mundo. No contexto da pesquisa com mulheres em situação de rua, a escrevivência se apresenta como uma das “geringonças” utilizadas para realizar uma cartografia sentimental, permitindo a escuta ativa e a documentação das vivências dessas mulheres. Por meio de mapas afetivos, revela as “redomas (in)visíveis” que permeiam suas vidas, expondo questões como a “necropolítica” que condiciona existências, a busca pela sobrevivência em condições adversas e as diversas formas de “mulheridades” que emergem como estratégias de resistência e resiliência. Assim, a escrevivência se afirma como uma metodologia inovadora e transformadora, que não apenas elabora narrativas sobre violências de gênero, mas também constrói novas possibilidades de existência, resistência e compreensão mais ampla das realidades e desafios enfrentados por essas mulheres.

PREVENÇÃO DA INFECÇÃO PUERPERAL COMO ATIVIDADE EDUCATIVA NA SAÚDE DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA MATERNIDADE DO INTERIOR DO AMAZONAS

Milena Souto Monteiro, Josiane Montanho Mariño, Jean Carlos de Lima Deveza, Cássio da Silva Cavalcante, Francisco Ariel Nascimento Silva, Samilly Moriz da Frota Santos, Miguel Afonso da Costa Pontes, Raul Souza da Cruz, Paula Andreza Viana Lima

As atividades de educação em saúde constituem uma prática essencial da enfermagem, tanto em ações planejadas quanto na atenção a intercorrências. Este relato descreve uma atividade educativa realizada por alunos do curso de enfermagem na maternidade do Hospital Regional de Coari,

direcionada a puérperas e seus acompanhantes. O objetivo principal foi capacitar esses indivíduos a reconhecer precocemente os sinais de infecção puerperal e a buscar assistência médica adequada. Para o desenvolvimento da atividade, os alunos organizaram ações educativas que abordaram sinais e sintomas da infecção puerperal, fatores de risco associados e a importância da busca precoce por atendimento médico. Durante a intervenção, as puérperas e acompanhantes participaram ativamente, fazendo perguntas que permitiram esclarecer dúvidas e aumentar significativamente seu conhecimento sobre o tema. Como resultado, observou-se uma maior confiança dos participantes em identificar possíveis complicações pós-parto e procurar assistência médica de forma oportuna, contribuindo para a potencial redução das taxas de morbidade e mortalidade materna. Essa experiência evidencia que as atividades educativas promovidas por alunos de enfermagem durante os estágios de saúde da mulher são uma ferramenta eficaz no processo de ensino-aprendizagem e na promoção da saúde. Além de auxiliar puérperas e seus acompanhantes na identificação de sinais de infecção puerperal, destaca a importância de envolver ativamente os indivíduos na promoção de sua própria saúde, com o objetivo de prevenir complicações pós-parto, especialmente em mulheres que frequentemente carecem de informações essenciais.

ATIVIDADE EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO DA INFECÇÃO PUERPERAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA MATERNIDADE NO INTERIOR DO AMAZONAS

Milena Souto Monteiro, Josiane Montanho Mariño, Jean Carlos De Lima Deveza, Cássio da Silva Cavalcante, Francisco Ariel Nascimento Silva, Samilly Moriz da Frota Santos, Miguel Afonso da Costa Pontes, Raul Souza da Cruz, Paula Andreza Viana Lima

As atividades de educação em saúde são uma prática essencial da enfermagem, presentes tanto em ações planejadas quanto no atendimento a intercorrências. Este relato descreve uma atividade educativa realizada por alunos do curso de enfermagem na maternidade do Hospital Regional de Coari, destinada a puérperas e seus acompanhantes. O objetivo foi capacitá-los a reconhecer precocemente os sinais de infecção puerperal e a buscar assistência médica adequada. Para isso, os alunos organizaram atividades que abordaram sinais e sintomas da infecção puerperal, fatores de risco associados e a importância do atendimento precoce. A interação ativa das puérperas e acompanhantes, por meio de perguntas, permitiu o esclarecimento de dúvidas e resultou em um aumento significativo do conhecimento sobre o tema. Como consequência, foi observado maior nível de confiança desses indivíduos para identificar possíveis complicações pós-parto e buscar ajuda médica, contribuindo potencialmente para a redução das taxas de morbidade e mortalidade materna. Conclui-se que as atividades educativas realizadas por estudantes de enfermagem durante os estágios na área de saúde da mulher são estratégias eficazes tanto para o processo de ensino-aprendizagem quanto para a promoção da saúde. Além de facilitar a identificação de sinais de infecção puerperal, essas ações reforçam a importância do envolvimento ativo dos indivíduos na promoção de sua própria saúde, com o objetivo de prevenir complicações pós-parto, especialmente entre mulheres que carecem de informações essenciais.

OFICINA DE QUALIFICAÇÃO DA VISITA DOMICILIAR DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Paula de Paula, Giselle Schmidt Santos

O projeto de Apoio Institucional, integrante do Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (Qualifica-APS) do ICEPi, tem como objetivo fortalecer e qualificar a Atenção Primária à Saúde (APS) por meio da cooperação entre Estado e municípios, com foco na formação de profissionais. Este relato descreve a experiência do apoio institucional na região central de Saúde do Espírito Santo, onde, durante visitas institucionais para escuta qualificada junto à gestão e aos trabalhadores, identificou-se a necessidade de resgatar as atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), prejudicadas pelo contexto da pandemia de coronavírus. Com o intuito de ressignificar o vínculo e a aproximação com os usuários, fundamentais para qualificar os processos de trabalho, foi criada a Oficina de Qualificação da Visita Domiciliar do ACS. A oficina utilizou um bingo pedagógico, no qual as pedras sorteadas traziam afirmações verdadeiras ou falsas sobre as atribuições e a legislação que regem a atuação dos ACS. Para alcançar a premiação, os participantes precisavam acertar todas as respostas, promovendo um momento de interação, reflexão e valorização do conhecimento prévio dos profissionais. Após cada premiação, as questões eram debatidas e contextualizadas com base nas especificidades de cada território, e, para consolidar a prática, foi elaborado um roteiro orientador para as visitas domiciliares. Em parceria com o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do ICEPi, o roteiro foi informatizado em um aplicativo gratuito, em fase de ajustes, que reúne informações como perfil do usuário, calendário nacional de imunização, localização das UBS de referência e quadro de metas. Essa abordagem inovadora tem sido replicada em outros municípios, com aprimoramento contínuo do aplicativo, consolidando-se como um instrumento prático e acessível que valoriza a atuação dos ACS, qualifica as visitas domiciliares e promove uma maior integração entre a atenção básica e a comunidade.

RODA DE CONVERSA “O MILAGRE DA VIDA QUE NASCE EM TI” COMO ESTRATÉGIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sílvia Maria Farias dos Santos, Luana Almeida dos Santos, Irlaine Maria Figueira da Silva, Adria Maia Leitão, Erli Marta Reis da Silva, Ingrid da Silva Leite, Keyla Pereira Tiago, Juracy Rocha da Silva, Juliana Farias Vieira, Franciane de Paula Fernandes

Uma das vertentes da saúde coletiva é a promoção da saúde sob a perspectiva do atendimento multidisciplinar, considerando as singularidades e particularidades do território, que é dinâmico e em constante transformação. Nesse contexto, visando à saúde da mulher durante o período gestacional, elaborou-se uma ação em saúde voltada para melhorar as condições de vida e promover uma atenção compartilhada e participativa. O período gestacional, marcado por alterações no corpo, nos

hormônios e no comportamento, frequentemente gera incertezas e dúvidas para a mulher, destacando a importância de ações que fomentem o cuidado integral. Este relato descreve a experiência de profissionais de enfermagem na realização de uma roda de conversa, conduzida em maio de 2024 na UBS do bairro Diamantino, em Santarém-PA, com a participação de 26 gestantes e dois familiares. A atividade contou com o envolvimento de acadêmicos de enfermagem da Universidade da Amazônia, enfermeiras, médicos, agentes comunitários de saúde, nutricionista, assistente social, odontólogos e educador físico. A roda de conversa promoveu interação entre profissionais e gestantes, criando um ambiente acolhedor para o diálogo e o alívio de inquietações. Por meio de uma dinâmica sobre mitos e verdades, as participantes esclareceram dúvidas sobre o período gestacional, parto e puerpério, temas que frequentemente geram ansiedade em futuras mães inexperientes. O evento também incluiu momentos de descontração, como sorteios de brindes, sessões de Yoga e ventosaterapia, além de ações práticas, como atualização vacinal e avaliação odontológica, focando no bem-estar das gestantes. Essa experiência demonstrou a importância de ações que instigam a participação do usuário, reforçando a necessidade de espaços para diálogo entre a pessoa assistida e a equipe de saúde, rompendo com métodos tradicionais centrados no palestrante e colocando o usuário como protagonista. A metodologia da roda de conversa, amplamente utilizada em Santarém, destaca-se por romper paradigmas tradicionais e reforça o papel da atenção básica em implementar medidas que minimizem os agravos à saúde da mulher, especialmente no eixo relacionado à mortalidade materno-infantil.

COMUNICAÇÃO DIGITAL EM SAÚDE: UMA ANÁLISE DO INSTAGRAM DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Daphne Sarah Gomes Jacob Mendes, José Rafael Cutrim Costa,
Miguel Ângelo Montagner, Sandra Mara Campos Alves

O uso de tecnologias virtuais tem se tornado cada vez mais presente na vida de cidadãos e instituições, especialmente como ferramentas para informar e comunicar sobre diversos temas. No campo da saúde, essas tecnologias desempenham um papel importante na proteção e garantia do direito à saúde. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) utiliza o Instagram como uma ferramenta de comunicação com a sociedade. Este estudo analisou as publicações do CNS nessa plataforma, com o objetivo de compreender o teor e o alcance dos conteúdos divulgados. Foram avaliadas 64 postagens realizadas entre 5 de julho e 5 de setembro de 2023, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo para identificar indicadores relevantes. As publicações foram organizadas em quatro temáticas principais: conferências de saúde (9 postagens), fortalecimento da participação social (10 postagens), atuação do conselho (20 postagens) e questões gerais de saúde (25 postagens). Apesar de a 17ª Conferência Nacional de Saúde ter sido encerrada em 5 de julho, apenas algumas postagens abordaram o tema, sem gerar interação significativa sobre esse evento relevante para a participação social em saúde. De forma geral, o alcance médio dos conteúdos representou cerca de 15% dos 96,4 mil seguidores da página, evidenciando um nível de interação relativamente baixo. Assim, embora a presença do CNS no Instagram demonstre seu compromisso em manter um canal de comunicação

ativo com a sociedade, os resultados indicam uma necessidade de fortalecer a interação com o público. Melhorar essa comunicação é essencial para engajar a sociedade de forma mais eficaz e promover uma participação ativa na defesa e promoção do direito à saúde.

A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO GESTOR EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Leonardo Martins de Magalhães, Daniel Klug

A redução da participação social nas instituições públicas de saúde, resultado de políticas de gestão que enfraqueceram a escuta da população, limitou a inclusão da sociedade nos processos de tomada de decisão. No Grupo Hospitalar Conceição (GHC), um complexo de instituições públicas de saúde de Porto Alegre voltado integralmente ao SUS, o Hospital Cristo Redentor (HCR) emerge como espaço estratégico para o fortalecimento das políticas de participação social. O objetivo foi ampliar e consolidar os canais de comunicação entre o Conselho Gestor e o HCR, promovendo uma tomada de decisão inclusiva, participativa e representativa, além de incorporar diferentes vozes, saberes e perspectivas, assegurando uma gestão democrática e transparente na aplicação de recursos públicos e no atendimento às demandas dos usuários do SUS. Alinhado à resolução da 77ª reunião da Organização Mundial da Saúde, que destaca a importância da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, o projeto de extensão buscou fortalecer o papel do Conselho Gestor por meio de workshops, capacitações e reuniões. A metodologia incluiu o uso da matriz SWOT, que permitiu identificar desafios e promover ajustes contínuos, com foco na capacitação dos conselheiros e na implementação de práticas inclusivas e sustentáveis. Como resultados, observou-se maior engajamento do Conselho Gestor nos espaços institucionais, ampliando a representatividade das comunidades e melhorando a qualidade das decisões, que passaram a refletir a diversidade de perspectivas e necessidades dos usuários. Além disso, consolidou-se uma cultura organizacional voltada à participação social, diversidade e transparência, resultando em avanços no acesso, atendimento e satisfação dos usuários do SUS. Assim, o fortalecimento da participação do Conselho Gestor no HCR é essencial para alinhar as decisões às reais necessidades das comunidades atendidas, promovendo uma gestão pública mais democrática, eficiente e inclusiva.

PRIMEIROS SOCORROS NA ESCOLA: ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Jhoenny Christiny Correa de Souza, Raíssa Rodrigues Organista,
Anna Vitória Marques de Oliveira, Bianca Campos de Oliveira

A atividade educativa na escola, planejada de forma dinâmica, leve e objetiva, buscou facilitar o entendimento de leigos sobre primeiros socorros por meio de metodologias específicas. Este relato

descreve a experiência dos acadêmicos de Enfermagem do primeiro período da disciplina de Primeiros Socorros, da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), campus São Gonçalo, na promoção de educação em saúde sobre o tema em uma escola. Após orientação da docente sobre metodologias aplicáveis e sua prática, os acadêmicos optaram por três métodos principais: apresentação em slides informativos, cartilha educativa impressa e dramatização. A cartilha abordou situações comuns no cotidiano escolar, como síncope (desmaio), engasgo (manobra de Heimlich) e sangramento nasal (epistaxe), apresentando orientações sobre prevenção e manejo. Além disso, o grupo realizou encenações demonstrativas sobre como lidar com engasgos em bebês e adultos, como agir em caso de síncope e quais medidas tomar em emergências até a chegada de socorro especializado. A atividade foi realizada em maio de 2024, com uma turma de oitavo ano do ensino fundamental, composta por 25 alunos, em parceria com uma escola particular anexa à universidade. A interação foi significativa tanto para os acadêmicos quanto para os estudantes do ensino fundamental, pois o tema abordado e as orientações práticas contribuíram para o entendimento sobre como agir adequadamente em situações emergenciais, auxiliando na preservação de vidas. A construção da atividade, com a orientação docente, destacou-se pela abordagem estruturada e eficaz, que facilitou o entendimento dos conteúdos de forma acessível. A interação entre acadêmicos e alunos do ensino fundamental alcançou todos os objetivos propostos, promovendo uma absorção eficiente do conteúdo, comprovada por testes e perguntas realizadas ao final da apresentação. A experiência foi singular e satisfatória, contribuindo para o aprendizado dos estudantes e para o desenvolvimento profissional dos graduandos em Enfermagem ao longo do curso.

NEABI: ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA RELAÇÕES ETNICORACIAIS E DIVERSIDADES

Jessica Saraiva da Silva, João Matheus Acosta, Gisele Agustini Lovatel, Rossana Lopes Pereira de Souza

O Núcleo de Estudos Afro-Latino-Americanos, dos Povos Originários, Quilombolas e Diversidades (NEABI) do Campus Araranguá da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem como objetivo apresentar ações antirracistas e de equidade desenvolvidas pela instituição. Dedicado à discussão das relações étnico-raciais na sociedade latino-americana, brasileira e catarinense, o NEABI busca fomentar estudos, pesquisas e extensão por meio de programas e projetos em diversas áreas do conhecimento. Criado em 2017, a partir da colaboração entre o grupo de pesquisa Ìlera (saúde em iorubá) e o Setor de Apoio ao Estudante da UFSC, o núcleo se consolidou com atividades voltadas ao enfrentamento do racismo institucional e à promoção da educação para a igualdade racial, fundamentando-se nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que determinam a inclusão de temáticas afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares. Entre as ações realizadas, destacam-se o “Novembro Negro” desde 2017, a participação na construção do NEABI, em bancas de heteroidentificação e em grupos de trabalho para a formulação da política de enfrentamento ao racismo da UFSC, além da criação de espaços de debate sobre expressões de racismo. Projetos extensionistas como PASQUIN, Ijó

e Aquilombar e cursos de formação têm promovido a saúde e o enfrentamento ao racismo. Resultados importantes incluem a formação de estudantes que elaboraram TCCs vinculados ao NEABI e ao Ìlera, o ingresso do primeiro estudante da Comunidade de Remanescentes Quilombolas Maria Rosalina na graduação após 14 anos do campus na cidade e a inclusão de representantes indígenas e quilombolas no colegiado do curso de medicina. O NEABI também realiza visitas de promoção à saúde à Aldeia Indígena Nhu Porã, campanhas de solidariedade para populações vulneráveis e eventos acadêmicos e culturais. Embora o Conselho de Unidade do Campus Araranguá tenha aprovado o regimento de criação do NEABI em 2022, a ausência da portaria oficial evidencia as barreiras impostas pelo racismo institucional. Ainda assim, a luta antirracista segue em andamento, com importantes avanços, como parcerias interinstitucionais para ações afirmativas e o fortalecimento do acesso ao ensino superior, reafirmando o compromisso do núcleo com a inclusão e a equidade social.

CAPACITAÇÃO EM INSERÇÃO DE IMPLANTE SUBDÉRMICO NA APS: A EXPERIÊNCIA DE PORTO ALEGRE NA META DE REDUÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV

Denise Loureiro Pedroso, Daila Alena Raenck da Silva, Luciana Silveira Egres, Kelly Vanessa Iguiny da Rocha, Larissa Soares Chagas, Edilena Leite de Oliveira, Kauã Vianna de Moura

Porto Alegre apresenta a maior taxa de detecção de HIV em gestantes no Brasil, com 17 casos para cada 1.000 nascidos vivos em 2022, conforme o boletim epidemiológico de AIDS de 2023, enquanto a média nacional foi de 3,1 por 1.000. Uma estratégia essencial para eliminar a transmissão vertical do HIV é o planejamento familiar, visto que gestações não planejadas frequentemente resultam em piores desfechos materno-fetais. Em 2016, Porto Alegre implementou um projeto pioneiro de oferta de LARC (contraceptivos reversíveis de longa duração) para pessoas vivendo com HIV (PVHA). O estudo “Long-Acting Contraceptive Methods at the Public Setting in Women Living With HIV in Porto Alegre City – South Brazil», de Regis Kreitchmann et al., revelou que, entre maio de 2016 e fevereiro de 2023, houve uma redução de 43% nas gestações entre PVHA, comparada a uma redução de 27% na população geral no mesmo período. Em 2023, a oferta de LARC foi expandida para pessoas em PrEP (profilaxia pré-exposição) e casais sorodiferentes em risco de gestação indesejada. Inicialmente, a inserção desses métodos era limitada a ambulatórios especializados e maternidades públicas no pós-parto, mas, visando equidade no acesso, a inserção de implantes hormonais subdérmicos foi descentralizada com capacitações na Atenção Primária à Saúde (APS). Entre 2021 e 2024, foram realizadas nove capacitações, abrangendo 72 médicos, com duas novas edições previstas para o segundo semestre de 2024, como parte da Educação Permanente conduzida pela Coordenação de Atenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis e Tuberculose de Porto Alegre. Espera-se que essas ações contribuam para reduzir a taxa de detecção de HIV em gestantes e eliminar a transmissão vertical do vírus na cidade.

TUBERCULOSE COMO DOENÇA SOCIALMENTE DETERMINADA: A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL PARA SEU CONTROLE

Leonardo Pilger Hermes, Laís Mara Caetano da Silva Corcini

A tuberculose (TB) permanece como um relevante problema de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Essa doença infecciosa, causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, impacta não apenas a saúde física, mas também possui ramificações sociais significativas. A Portaria nº 709, de 16 de março de 2023, reconhece os determinantes sociais da TB e enfatiza a necessidade de uma abordagem intersetorial para seu controle, demandando colaboração coordenada entre setores para enfrentar os desafios associados à doença. Este trabalho tem como objetivo analisar, à luz dessa portaria, a influência dos determinantes sociais no controle da TB e a importância da articulação intersetorial para sua mitigação. Por meio da análise de documentos oficiais, políticas e programas de saúde pública, são discutidos fatores como pobreza, desigualdades sociais, condições de vida precárias e acesso limitado aos serviços de saúde, que impactam diretamente a incidência, diagnóstico e tratamento da TB no Brasil. A Portaria nº 709/2023 propõe estratégias que envolvem governos, sociedade civil, setor privado e comunidades afetadas, abordando não apenas os aspectos biológicos da doença, mas também os determinantes sociais subjacentes que ampliam sua prevalência em populações vulneráveis. Diretrizes como a universalização do acesso à saúde, melhoria na qualidade do diagnóstico e tratamento, estratégias de prevenção e controle, e fortalecimento da vigilância epidemiológica são destacadas como fundamentais para a redução da incidência da TB. Assim, conclui-se que a TB é uma doença socialmente determinada, cujo controle efetivo depende de uma abordagem intersetorial integrada, como preconizado pela Portaria nº 709/2023, que fornece uma base estratégica para discutir a doença à luz dos determinantes sociais e promover a equidade em saúde.

DESAFIOS PSICOLÓGICOS DOS PAIS NA UTIN: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E NECESSIDADE DE SUPORTE

Ana Carolina Cantuária de Assunção, Gabriel Lima de Andrade,
Juracy Rocha da Silva, Monica Karla Vojta Miranda

A unidade de terapia intensiva neonatal (UTI neonatal) é um ambiente especializado para cuidados intensivos de recém-nascidos prematuros ou com condições médicas graves, mas também representa um cenário desafiador para os pais, que enfrentam uma separação precoce e inesperada de seus filhos. Essa separação altera a dinâmica familiar, fundamental para o estabelecimento do vínculo afetivo, exigindo dos pais constantes adaptações e suporte emocional diante das incertezas do prognóstico e da sensação de impotência frente à fragilidade médica de seus bebês. Este estudo, baseado em uma revisão de literatura, analisou os desafios psicológicos enfrentados por pais com

bebês internados na UTI neonatal e os impactos dessa experiência na saúde mental. A pesquisa incluiu artigos publicados entre 2019 e 2024 nas bases MEDLINE, LILACS e Scopus, com descritores como “ansiedade”, “depressão”, “transtornos do humor”, “recém-nascido prematuro” e “unidades de terapia intensiva neonatal”. Foram analisados 25 artigos, dos quais dez atenderam aos critérios de qualidade e relevância prática, abordando a relação entre a experiência dos pais e transtornos psicológicos, bem como estratégias de suporte. Os resultados apontam que cerca de 60% dos pais apresentam ansiedade significativa e 40% relatam sintomas de depressão durante e após a internação do bebê. A incerteza quanto ao prognóstico, a preocupação constante com a saúde do recém-nascido, a separação precoce e a limitação do contato físico intensificam o sofrimento emocional, dificultando a formação do vínculo afetivo. Intervenções como aconselhamento psicológico, grupos de apoio e manejo do estresse são recomendadas para mitigar esses impactos. Conclui-se que a experiência de ter um bebê na UTI neonatal demanda suporte psicológico estruturado, sendo fundamental que as UTIs implementem programas de apoio parental, sessões regulares de terapia e capacitação da equipe de saúde para promover o bem-estar dos pais e facilitar a construção de um vínculo saudável com seus bebês.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS À AMPLIAÇÃO DO ACESSO À PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO AO HIV (PREP) NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) DE PORTO ALEGRE (RS)

Lara Colles de Oliveira Araújo, Luciana Silveira Egres, Daila Alena Raenck da Silva, Inajara Cagliari Fernandes, Patricia da Silva Fernandes, Laura Morrone Gastaud, Raphael Silva e Pires, Sabrina

A Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) é uma estratégia essencial para o controle da epidemia de HIV/Aids, especialmente em Porto Alegre, que ocupa posições preocupantes no cenário nacional, com a terceira maior taxa de detecção de HIV (45,9 casos/100 mil habitantes) e o maior coeficiente de mortalidade por Aids (23,8 óbitos/100 mil habitantes) em 2023. Esses índices refletem causas multifatoriais, incluindo barreiras de acesso aos Serviços de Atenção Especializada (SAE). Nesse contexto, a ampliação da oferta de PrEP na Atenção Primária à Saúde (APS) surge como uma alternativa potente para superar desafios geográficos e ampliar o acesso à prevenção combinada. Entre 2022 e 2023, 100% das Unidades de Saúde (US) da APS de Porto Alegre foram capacitadas para a prescrição de PrEP, envolvendo 573 profissionais de saúde, incluindo médicos e enfermeiros. Apesar desse esforço, o aumento nas prescrições foi discreto, evidenciando obstáculos como a precarização da APS, alta rotatividade de profissionais capacitados, desconhecimento da população sobre o direito ao acesso à profilaxia e dificuldades de preparo técnico entre novos ingressantes, mesmo após a capacitação. Para superar essas barreiras, propõe-se a realização de ações educativas sistemáticas voltadas aos profissionais da APS, com encontros periódicos para reforçar a segurança e o preparo técnico na prescrição da PrEP. Além disso, é fundamental investir em educação em saúde direcionada à população usuária do SUS, promovendo maior divulgação sobre as estratégias de prevenção combinada e incentivando a autonomia no cuidado. Tais iniciativas são essenciais para aumentar

a adesão à PrEP, reduzir novos casos de HIV e enfrentar o grave cenário epidemiológico de Porto Alegre, com foco especial nas populações vulneráveis mais expostas ao risco.

EDUCAÇÃO PERMANENTE SOBRE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS PARA PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE UM PRONTO SOCORRO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriela Pinheiro de Andrade, Tiago de Oliveira Nogueira, Gabriel Ramos da Silva,
Jessé David Nascimento da Costa, Camilly Campos Vasconcelos

A higienização das mãos é uma medida simples, econômica e eficiente para prevenir a transmissão de microrganismos durante o atendimento aos pacientes, uma vez que a derme pode abrigar diversos patógenos. Este relato de experiência aborda uma atividade de educação permanente realizada durante o estágio curricular em Enfermagem Clínica, com foco na higienização das mãos entre profissionais de enfermagem em um Hospital e Pronto Socorro de Manaus. A ação, realizada em 17 de maio de 2024 por acadêmicos do 9º período de Enfermagem, abrangeu os setores de observação clínica, cirúrgica, enfermarias ortopédica, vascular, médica e nefrológica. Durante a atividade, buscou-se conscientizar os profissionais sobre a importância da lavagem das mãos, promovendo segurança para pacientes e equipes de enfermagem, além de abrir espaço para sugestões de melhoria, como a ampliação da oferta de produtos de higienização. Os resultados indicaram que a ação educativa foi significativa, considerando que a intensidade da rotina hospitalar pode contribuir para a não adesão ou execução incorreta dessa prática. Assim, recomenda-se a realização periódica de atividades similares, envolvendo não apenas a equipe de enfermagem, mas também outros profissionais ligados ao cuidado, como forma de reforçar a conscientização e promover uma prática assistencial mais segura e eficaz.

SAÚDE GINECOLÓGICA E OBSTÉTRICA DE PESSOAS TRANS: DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EQUIPE DE PESQUISA DE UM ESTUDO ACERCA DO ATENDIMENTO E ACESSO À SAÚDE DESSA POPULAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Lyvia do Prado Pacheco, Lara Meira Pratti, José Lucas Souza Ramos

Este relato de experiência aborda o desenvolvimento do estudo “Atendimento e Acesso à Saúde Ginecológica e Obstétrica de Pessoas Trans pelo Sistema Único de Saúde (SUS)», que analisou as condições de atendimento a pessoas trans nessas áreas. Realizada entre outubro de 2022 e agosto de 2023, a pesquisa foi conduzida por dois estudantes de graduação, orientados por um mestre em obstetrícia e ginecologia, com o objetivo de evidenciar as carências e dificuldades enfrentadas por essa população, além de identificar

possíveis avanços. A coleta de dados ocorreu via formulário online, divulgado em mídias sociais, e alcançou 55 participantes, majoritariamente homens trans atendidos em Unidades Básicas de Saúde, principalmente para hormonização. Os resultados revelaram uma insatisfação generalizada com o atendimento ginecológico e obstétrico no SUS, marcada por negligência significativa e falta de adequação às necessidades específicas da população trans. Um dos maiores desafios foi a baixa adesão dos participantes, que relataram cansaço de participar de pesquisas que não resultam em mudanças efetivas no sistema de saúde. Essa realidade impactou profundamente a equipe de pesquisa, que se deparou com a negligência enfrentada por um grupo marginalizado. Sensibilizada pelos relatos, a equipe buscou transformar sua abordagem, promovendo palestras, leituras aprofundadas e diálogos com os participantes para tornar o processo mais confortável e significativo. Este estudo destaca a urgência de mudanças estruturais no SUS, tanto na capacitação de profissionais quanto na criação de políticas inclusivas que promovam um atendimento mais digno e respeitoso para a população trans, especialmente em áreas como ginecologia e obstetrícia.

ACIDENTES OFÍDICOS BOTRÓPICOS EM GESTANTES NO BRASIL

Carla Rebeca da Silva Campos, Camila Freire Albuquerque, Júlia Naré de Oliveira Andrade, Livia Colares dos Santos, Larissa Aparecida Eleres Campos, Sheila Vitor-Silva

Os acidentes ofídicos representam um problema de saúde pública significativo no Brasil, especialmente em regiões rurais e menos desenvolvidas, onde a interação entre humanos e serpentes peçonhentas, como as do gênero *Bothrops*, é mais frequente. Esses acidentes, que são os mais prevalentes no país, podem levar a complicações graves, incluindo hemorragias, necroses e morte, se não tratados adequadamente. O impacto dos acidentes ofídicos em gestantes é uma questão crítica que requer atenção para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e intervenções específicas. Este estudo descreve o perfil epidemiológico dos acidentes botrópicos em gestantes no Brasil, utilizando dados do SINAN e DATASUS entre 2007 e 2019, com o objetivo de identificar padrões e vulnerabilidades. Foram registrados 1.335 casos nesse período, com maior prevalência na Região Norte (720 casos), atribuída à biodiversidade de serpentes e às condições socioeconômicas e geográficas que dificultam o acesso ao atendimento médico. O segundo trimestre gestacional foi o mais afetado (606 casos), e mulheres jovens (20 a 34 anos) representaram a maioria (752 casos). A maior parte das picadas ocorreu nos membros inferiores (1.127 casos), com 466 vítimas recebendo atendimento em tempo hábil, o que contribuiu para que 683 casos fossem classificados como leves e 1.143 evoluíssem para cura. No entanto, as limitações nos registros do banco de dados destacam a necessidade de melhorias nos sistemas de notificação. A alta prevalência de picadas nos membros inferiores reforça a importância de campanhas educativas sobre prevenção e primeiros socorros, especialmente em áreas rurais. A administração eficaz de soroterapia evidenciou a relevância de uma resposta rápida aos acidentes. Embora os casos sejam relativamente pouco frequentes, os acidentes ofídicos em gestantes expõem desigualdades regionais e sociais, exigindo esforços para melhorar a coleta de dados, ampliar o acesso à saúde e implementar estratégias educativas para reduzir a morbimortalidade associada a esses eventos.

AÇÕES EDUCATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA HIGIENE CORPORAL DE CRIANÇAS RIBEIRINHAS NO INTERIOR DO AMAZONAS

Samilly Moriz da Frota Santos, Milena Souto Monteiro, Vivianny Kemelly de Souza Nunes , Miguel Afonso da Costa Pontes, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Cássio da Silva Cavalcante, Marilene Pereira da Silva, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

A higiene compreende práticas e condições essenciais para a promoção e manutenção da saúde de indivíduos e comunidades. Ações educativas voltadas para hábitos de higiene corporal são fundamentais para orientar a população, especialmente crianças, sobre cuidados que devem integrar sua rotina diária. Este relato apresenta a experiência de acadêmicos de Enfermagem em ações educativas sobre higiene corporal para crianças ribeirinhas de Coari, Amazonas, durante a prática de campo da disciplina Enfermagem em Saúde Coletiva II, do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB/UFAM). Realizada em 8 de março de 2024, a ação ocorreu na Escola Municipal José Manuel de Souza, na comunidade Vila do Itapéua, Médio Solimões, para crianças do ensino fundamental, com idades entre 6 e 10 anos. A atividade consistiu em uma palestra objetiva e interativa, de sete minutos, abordando hábitos como lavar as mãos antes das refeições e após o uso do banheiro, tomar banho após brincadeiras, cuidados com os cabelos para evitar pediculose e atenção com roupas e lençóis para prevenir escabiose. O diálogo foi adaptado à linguagem das crianças, garantindo melhor compreensão. A ação beneficiou 25 crianças, que se mostraram interessadas e interativas durante a palestra. Relatos de parasitoses, como pediculose, reforçaram a relevância da iniciativa. Ao final, as crianças demonstraram boa assimilação do conteúdo ao responderem corretamente sobre práticas de higiene. Este trabalho destacou-se como uma oportunidade valiosa de promover saúde, capacitando as crianças com conhecimentos práticos para prevenir doenças relacionadas à higiene corporal. Assim, conclui-se que ações educativas como esta são essenciais para a saúde de crianças ribeirinhas, proporcionando conhecimento que contribui para a melhoria de sua qualidade de vida e prevenção de enfermidades na região do interior do Amazonas.

A TRAGÉDIA ALÉM DO CLIMA: FAKE NEWS QUE ACOMETEM O RIO GRANDE DO SUL

Camila Lampier Lutzke, Lorryne Cesario Maria, Maria Angelica Carvalho Andrade, Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

A propagação de desinformação tem dificultado a resposta aos impactos das chuvas históricas que atingem o Rio Grande do Sul desde abril de 2024, comprometendo cuidados de saúde e bem-estar. Este trabalho busca caracterizar as fake news que circulam na internet, contribuindo para compreender seus efeitos em situações de emergência climática e ressaltando a importância de estratégias eficazes de comunicação e regulação de redes sociais no combate à desinformação. Para tanto, foram coletadas e

classificadas notícias falsas registradas entre 29 de abril e 10 de junho de 2024 no site da Agência Lupa, membro verificado da International Fact-checking Network (IFCN), que segue rigorosos princípios éticos e é auditada anualmente. Cada notícia falsa foi analisada com base na data de circulação, título, canal e formato de divulgação, além do conteúdo, que poderia abranger mais de uma categoria. Foram identificadas 46 fake news relacionadas às chuvas, com a primeira apuração realizada em 3 de maio, dois dias após o decreto de calamidade pública, evidenciando a rapidez de propagação. A maioria das desinformações consistiu em vídeos (80,43%), seguidos por imagens, textos, áudios e podcasts, sendo recorrente o uso de vídeos antigos (21,0%) ou de outros locais (15,22%) para embasar os boatos. Notavelmente, 6,5% dos casos envolveram o uso de inteligência artificial, destacando novas formas de criação de notícias falsas. As principais categorias identificadas foram doações (30,43%), com potencial de prejudicar a ajuda aos atingidos, imagens sensacionalistas e resgates (26,0%), além de tópicos relacionados a políticos, helicópteros e atuação do governo federal (10,87% cada). Inicialmente, as notícias falsas abordavam destruição e mortes de forma sensacionalista, mas, com o tempo, passaram a focar em narrativas políticas, especialmente com viés de direita. A tragédia revelou a vulnerabilidade da população à desinformação, demandando que governos e organizações desenvolvam estratégias robustas, como campanhas educativas, monitoramento de redes sociais e regulação de plataformas digitais, além de fortalecer a comunicação de risco e a alfabetização midiática para mitigar os impactos das fake news em emergências futuras.

CULTURA PARA POPULAÇÃO SEM VISIBILIDADE SOCIAL COMO TEATRO CÍNEMA E DANÇA

Eliane de Oliveira Campos

O estigma em torno da saúde mental é amplamente alimentado por diversos fatores que dificultam a compreensão e o apoio adequados às pessoas afetadas. O desconhecimento e a falta de compreensão são aspectos centrais, já que muitas pessoas possuem um conhecimento limitado sobre questões de saúde mental, o que resulta em concepções equivocadas e estereotipadas. Essa falta de entendimento pode gerar medo, discriminação e marginalização daqueles que enfrentam esses problemas. Além disso, em algumas culturas, falar sobre questões emocionais ou psicológicas é considerado tabu ou sinal de fraqueza, criando uma cultura de silêncio que impede as pessoas de buscarem ajuda. A representação nos meios de comunicação também desempenha um papel importante, pois a maneira como os transtornos mentais são retratados nem sempre é precisa, frequentemente perpetuando estereótipos negativos e sensacionalismo. Experiências pessoais de discriminação no dia a dia podem levar à internalização do estigma, aumentando a relutância em buscar tratamento. Além disso, crenças culturais e religiosas muitas vezes associam questões de saúde mental à fraqueza espiritual ou falta de fé, o que pode resultar em ostracismo e estigmatização. Para combater esse cenário, é fundamental promover o diálogo aberto, investir na educação e fomentar uma cultura de apoio, de modo a construir uma sociedade mais inclusiva e compreensiva em relação à saúde mental.

IMPACTO DE GRUPOS PSICOSSOCIAIS DE APOIO PARA MULHERES NA SAÚDE MENTAL

Alexandra maria de Almeida Bellosi, Magda de Souza Chagas, Ana Clementina Vieira de Almeida, Daniele de Amorim Pires Moreth, Larissa Gonçalves Aquino, Deise Mara Correa da Silva, Jesica Martins de Almeida

Grupos psicossociais de apoio para mulheres têm se destacado como intervenções eficazes na promoção da saúde mental e no fortalecimento do empoderamento feminino, oferecendo um espaço seguro para compartilhar experiências, trocar conhecimentos e construir redes de apoio. Esses encontros têm como objetivo fortalecer a autoestima, reduzir a ansiedade, amenizar sintomas de depressão e fomentar o desenvolvimento pessoal por meio de atividades que incentivam o autoconhecimento e a construção de vínculos interpessoais significativos. Este relato aborda a experiência do desenvolvimento de grupos psicossociais realizados no Ambulatório Ampliado de Saúde Mental de uma unidade municipal em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. As atividades, iniciadas em 20 de fevereiro de 2024 e ainda em curso, são voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade emocional que buscam atendimento psicológico. O grupo, composto por oito mulheres entre 20 e 75 anos, reúne-se quinzenalmente por uma hora e meia, promovendo discussões e atividades voltadas ao desenvolvimento emocional. Os resultados iniciais indicam redução nos níveis de ansiedade relatada por algumas participantes, além de um aumento na confiança para compartilhar experiências e buscar apoio emocional. O ambiente acolhedor e seguro proporcionado pelas sessões tem sido fundamental para que as participantes se expressem livremente e construam relações significativas. A experiência demonstra que grupos psicossociais são uma abordagem eficaz na redução de ansiedade, mitigação de sintomas depressivos e fortalecimento das redes de apoio, especialmente para mulheres enfrentando desafios emocionais e sociais. A resposta ao grupo tem sido positiva, com crescente interesse de outras mulheres em participar, reforçando o potencial dessa prática como ferramenta valiosa para o fortalecimento emocional e criação de redes de apoio. Embora o trabalho esteja em andamento, os resultados iniciais destacam benefícios significativos, apontando um caminho promissor para o alcance dos objetivos propostos.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, O CAPS E AS OFICINAS: A NECESSIDADE DE REVER CAMINHOS NA SUSTENTAÇÃO DA AUTONOMIA

Alexandra Maria de Almeida Bellosi, Magda de Souza Chagas

A Reforma Psiquiátrica, iniciada no Brasil na década de 1980 durante o processo de redemocratização, visa transformar o modelo de atendimento em saúde mental, promovendo a desinstitucionalização, a desospitalização e a integração dos usuários na sociedade. Após os anos 2000, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi instituída como essencial para as regiões de saúde,

conforme o Decreto Presidencial nº 7508/2011, e passou a oferecer dispositivos substitutivos ao modelo manicomial, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Centros de Convivência (Cecos), enfermarias de saúde mental em hospitais gerais e oficinas de geração de renda. Nesse contexto, os CAPS desempenham papel central ao fornecer tratamento interdisciplinar e atividades terapêuticas para pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. Por meio de oficinas e programas que estimulam a autonomia, esses espaços promovem o desenvolvimento de habilidades práticas, sociais e emocionais para que os usuários enfrentem os desafios do cotidiano. Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar, a partir da perspectiva dos usuários, como as oficinas oferecidas pelo CAPS contribuem para sua autonomia, além de criar espaços de diálogo e promover a Educação Permanente em Saúde entre os profissionais da unidade. A pesquisa, de abordagem qualitativa e perspectiva crítica e reflexiva, será realizada por meio de três rodas de conversa, abrangendo as oficinas de redução de danos, culinária e cuidados, com a participação de aproximadamente cinco usuários por oficina. Espera-se levantar questões como autonomia, autocuidado, enfrentamento do estigma e cuidados ofertados pelo CAPS, além de fomentar o compartilhamento de vivências e estratégias de enfrentamento. O projeto também visa criar uma cultura de melhoria contínua por meio da Educação Permanente em Saúde, permitindo que os profissionais revisem e aprimorem suas práticas com base nos insights obtidos. Os resultados esperados incluem uma abordagem mais inclusiva e centrada no indivíduo, fortalecendo a cidadania, a autonomia dos usuários e a qualidade do cuidado oferecido no CAPS, além de oferecer uma base para futuros projetos que promovam a inclusão social e o fortalecimento das práticas de saúde mental.

REORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM SANTA TERESA (ES) A PARTIR DA PNAB 2017: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Victor Alvaro Fernandes Bregonci, Maria Fernanda Moratori Alves

A implementação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), publicada em 2017, trouxe impactos significativos na organização dos processos de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no município de Santa Teresa (ES), sendo efetivada em 2018 por meio de uma ação conjunta entre a Procuradoria Jurídica e a Secretaria Municipal de Saúde. Esse movimento teve como objetivo alinhar a legislação municipal à Lei Federal 11.350/2006, que regulamenta as atividades dos ACS e dos Agentes de Combate a Endemias, resultando na publicação da Lei Complementar Municipal 020/2018. Este estudo, de caráter descritivo-reflexivo, relata a experiência de implementação e reorganização da gestão da atuação dos ACS no município, destacando como a PNAB foi aplicada em conformidade com suas diretrizes para gestão, financiamento e organização dos processos de trabalho das equipes de saúde. Utilizando dados secundários obtidos no Portal da Transparência de Santa Teresa e em conformidade com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o estudo dispensa registro

e avaliação pelo sistema CEP/CONEP. A nova legislação levou à realização de um processo seletivo público (Edital 030/2019), com provas de conhecimentos específicos e análise de experiência e títulos, seguido de uma capacitação de 40 horas para os ACS, abordando temas como contrato celetista, PNAB 2017, territorialização, estratificação de risco familiar, ética e planejamento estratégico situacional. Essa formação ampliou o perfil de competências dos ACS, atribuindo maior dinamismo e proatividade aos profissionais. A reorganização permitiu identificar famílias com médio e alto risco, evidenciar desigualdades no perfil epidemiológico e intensificar visitas domiciliares qualificadas e sensíveis às situações de vulnerabilidade. Como resultado, a implementação da PNAB ampliou o acesso aos serviços de saúde e direcionou os ACS aos perímetros mais necessitados, promovendo uma atuação mais estratégica e eficaz. Contudo, o estudo ressalta a necessidade de investigações técnicas que estratifiquem as demandas de saúde do território, a fim de fornecer melhores subsídios para a tomada de decisão pelos gestores, garantindo maior eficiência e equidade na atenção básica.

MOBILIDADE SEGURA E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TRÂNSITO

Aparecido Samuel de Castro Cavalcante, Milton Gustavo Fleury, Ademar Sales Macaúbas

O enfrentamento aos sinistros de trânsito, com foco na promoção da saúde, foi intensificado em Mato Grosso após a adesão ao Projeto Vida no Trânsito pela Secretaria de Saúde em 2010, que conseguiu implementar a iniciativa em 2019, próximo ao final da década dedicada à segurança no trânsito pela OMS e ONU. A temática foi assumida pela Coordenadoria de Promoção e Humanização da Saúde (COPHS), que estruturou um Comitê Intersetorial envolvendo instituições como SAMU, Corpo de Bombeiros, Delegacia Especializada de Delitos de Trânsito, Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Educação, Vigilância Epidemiológica, Conselho Estadual de Trânsito e DETRAN/MT. Esse comitê se dedicou a discutir soluções para os acidentes de trânsito, responsáveis por 70% das entradas em serviços de urgência e emergência no estado. A integração intersetorial incluiu a criação de uma Comissão de Coleta de Dados e Gestão da Informação, que corrigiu discrepâncias nas bases estatísticas entre as instituições, resultando em análises mais precisas e reconhecimento nacional pela eficiência no enfrentamento dos sinistros. Como consequência, houve redução de acidentes e óbitos no trânsito, interrompida apenas durante a Pandemia da covid-19, quando o aumento de velocidade nos períodos de *lockdown* fez crescer os índices. A Secretaria de Saúde também promoveu o tema nos Regionais de Saúde, na Comissão Intergestores Bipartite e no Conselho Estadual de Saúde, destacando a relevância do SUS na redução de acidentes, dado o impacto financeiro significativo para o sistema. Foram realizadas ações voltadas para equipar os territórios com medidas de proteção, especialmente em áreas de grande circulação, como portas de escolas, além de abordar a reabilitação de vítimas, frequentemente necessária por anos. Outro destaque foi a mortalidade infantil, com os acidentes de trânsito sendo a principal causa de morte entre crianças de 5 a 14

anos no Brasil, enquanto a mortalidade de recém-nascidos também permanece preocupante. A iniciativa em Mato Grosso reforçou a importância da promoção da saúde como estratégia central para preservar vidas e reduzir os custos relacionados aos sinistros de trânsito.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PARA A COMPREENSÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Manuella Ortiz Narciso, Adriana Avelino Leal

Este relato aborda a imersão na rotina de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) como ferramenta essencial para o aprimoramento profissional de estudantes de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS). O estágio obrigatório em uma UBS tem como objetivo sensibilizar e capacitar os acadêmicos para o cuidado integral ao longo do ciclo de vida, proporcionando uma perspectiva clínica, empática, gerencial e interdisciplinar indispensável à prática abrangente e eficaz. Busca-se desmistificar a visão de que a enfermagem carece de autonomia, reforçando sua atuação interprofissional e estratégica. Durante o estágio, os estudantes vivenciam atividades voltadas à promoção e prevenção da saúde, com ênfase na importância da Estratégia Saúde da Família (ESF) como pilar do Sistema Único de Saúde (SUS). A interação com a comunidade evidencia a relevância da integralidade e longitudinalidade do cuidado, fortalecendo o vínculo entre equipe de saúde e usuários. As práticas realizadas incluem atendimentos como aferição de pressão arterial, glicemia, acompanhamento pré-natal, puericultura, exames preventivos, testes rápidos de ISTs, educação em saúde, curativos, administração de medicamentos e saúde na escola. Essa experiência promoveu não apenas a troca de conhecimentos com os profissionais da unidade, mas também o desenvolvimento de habilidades técnicas, a comunicação empática e o trabalho em equipe, preparando os estudantes para exercerem autonomia e enfrentarem desafios futuros com confiança. O estágio revelou-se uma etapa crucial na formação profissional, assegurando um cuidado centrado no bem-estar dos pacientes e na superação das barreiras cotidianas enfrentadas pela enfermagem. Assim, reforça-se a contribuição da APS e da ESF para o fortalecimento de uma saúde integral, humanizada e centrada nas necessidades da comunidade, promovendo a prevenção, recuperação e manutenção da saúde com excelência.

A TORTURA COMO OBJETO DO CONTROLE SOCIAL

Aparecido Samuel de Castro Cavalcante, Rosiene Rosa Pires

O texto trata da organização conjunta entre a sociedade civil e o poder executivo estadual para discutir e enfrentar a questão da tortura no estado de Mato Grosso, onde essa prática se revela frequente.

Com o objetivo de promover a prevenção e o enfrentamento dessa violação, o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Mato Grosso, em alinhamento com o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, uniu-se ao governo estadual para atender às recomendações do Ministério da Justiça. Uma das principais ações foi a criação do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura de Mato Grosso (CEPET-MT), por meio de decreto, como parte da adesão ao Pacto Federativo de Prevenção e Combate à Tortura (PFPCT). Esse comitê está vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SETASC) e conta com a participação de diversas instituições, como a Secretaria de Estado de Saúde, representada pela Coordenadoria de Promoção e Humanização da Saúde, que tem assento titular e suplente devido à relevância da saúde na temática. O CEPET-MT tem como finalidade a formulação de políticas estaduais de prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, abordando casos que transcendem o sistema prisional e socioeducativo. A composição do comitê é deliberativa e garante 50% dos assentos para a sociedade civil, permitindo o acompanhamento de denúncias feitas pela população e instituições participantes, como a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Segurança Pública, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT), a Secretaria de Educação e a Casa Civil. A visibilidade dada ao tema já resultou na redução de maus-tratos em unidades prisionais e no sistema socioeducativo, além de oferecer um espaço seguro para discussões sobre direitos humanos, ressocialização e inclusão produtiva. As reuniões do comitê também têm abordado o enfrentamento de outras formas de violência e violações de direitos, como contra mulheres, idosos, crianças, adolescentes, comunidades LGBTQIA+, além do combate ao trabalho escravo e análogo à escravidão. Os debates e ações promovidos pelo comitê são acompanhados de diligências e encaminhamentos sigilosos, quando necessário, garantindo a saúde e a segurança das pessoas assistidas. Acredita-se que, no futuro, os esforços já em andamento trarão ainda mais resultados positivos e fortalecerão a promoção de uma sociedade mais justa e humanizada.

TRANSPONDO BARREIRAS DA INTERCULTURALIDADE NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luiza Figueiredo Farias, Gisele Martins Gomes, Rita Buttes Silva

O Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecido como modelo mundial, acolhe qualquer cidadão no território nacional e é regido pelos princípios de Universalidade, Integralidade e Equidade. Em Porto Alegre (POA), a Atenção Primária à Saúde (APS) conta, desde 2021, com mediadores interculturais – quatro profissionais contratados por instituições parceiras da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) – que acompanham imigrantes haitianos, senegaleses e venezuelanos. Esses mediadores, oriundos dos mesmos países e fluentes em português, possuem vínculos com as comunidades em diáspora. A APS de POA é estruturada em 17 distritos sanitários conforme o processo de territorialização, e sua gestão conta com a Coordenação de Políticas Públicas de Saúde (CPPS), dividida em núcleos, sendo o de equidade responsável pela área técnica (AT) de saúde de migrantes, refugiados e apátridas.

O contato da população migrante com os mediadores ocorre por meio de aplicativo de mensagens, ligações ou e-mails. Este relato problematiza a vivência de profissionais de enfermagem da APS no atendimento à comunidade migrante, baseada na interculturalidade como marcador das interações em saúde, no período de 2021 até o presente, dispensando submissão ao Comitê de Ética por tratar-se de uma experiência cotidiana. A enfermagem, utilizando o acolhimento como ferramenta de ordenação de demandas, enfrenta desafios específicos no atendimento aos imigrantes, especialmente aqueles provenientes de países com sistemas de saúde distintos do SUS, o que pode gerar demandas reprimidas. Questões culturais influenciam a promoção da saúde, com relatos de xenofobia, racismo, barreiras linguísticas e violência institucional afastando usuários de exercerem plenamente seu direito à saúde, criando barreiras invisíveis como: “não venho mais aqui porque me tratam mal”, “o profissional não entendeu o que eu precisava”, “precisei voltar porque não me entenderam” e “usa o Google Tradutor para me ajudar”. Além disso, dificuldades tecnológicas e burocracias para agendamentos via aplicativo agravam esses desafios. Assim, conclui-se que o conhecimento técnico-científico, embora necessário, não é suficiente; é fundamental convocar elementos culturais e um olhar subjetivo sobre processos interculturais para garantir a integralidade nos atendimentos, conforme preconizado pela Lei 8080/1990 e a Política de Atenção Primária do Município de Porto Alegre.

INFOGRÁFICOS: UMA FORMA DE TORNAR DISPONÍVEL O CONHECIMENTO DAS PRINCIPAIS AFECÇÕES

Ygor Patrick Gualiume Marques, Ana Caroline Moura de Oliveira,
Fernando Santos Souza, Ilson Dias da Silveira

Os infográficos são ferramentas essenciais para transmitir informações complexas de forma rápida e acessível, especialmente na área da saúde, onde auxiliam na sistematização de sintomas, análises laboratoriais e tratamentos, otimizando o tempo e a análise de dados na atenção primária. A série de infográficos bioquímicos, voltada para a bioquímica clínica, foi desenvolvida com o objetivo de destacar sua importância e propor seu uso nas unidades de saúde da atenção básica. Este material sintetiza informações sobre definições de patologias, sinais, sintomas, classificações, marcadores, enzimas, testes, terapias, valores de referência e metas, proporcionando uma análise abrangente. Divididos em três categorias – críticos, importantes e emergentes –, os infográficos abordam doenças como Diabetes Mellitus, Hipertensão, Anemias, Sífilis e Dengue, totalizando 32 infográficos em 43 páginas, baseados em literatura científica de fontes como PubMed, SciELO, DataSUS e Google Acadêmico. Produzidos em plataformas como Canva e PowerPoint, os materiais foram entregues em formato de livro a profissionais de saúde das Estratégias de Saúde da Família (ESFs), sendo doados a duas ESFs e bibliotecas universitárias, com alcance estimado de 15.000 pessoas. Este material oferece aos profissionais uma visão integral sobre pontos-chave de suspeitas clínicas, promovendo formação contínua na atenção básica. A inclusão de múltiplas afecções em um único recurso contribui para o enfrentamento de doenças de alta mortalidade e impacto negativo na qualidade de vida quando não detectadas precocemente. Assim, os infográficos se destacam como métodos eficazes na educação

médica, combinando didática e planejamento para facilitar o acesso às informações sanitárias cruciais. Com elementos visuais e interativos, promovem eficiência e resolutividade nos serviços de atenção primária, tornando-se ferramentas indispensáveis para os profissionais das ESFs.

ABORDAGEM DA SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS NO AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ygor Patrick Gualiume Marques, Anna Lídia Lopes Braz Braga Lata,
Maria Carla Bonfim Correia, Daiana de Paula Fontoura

A Síndrome do Ovário Policístico (SOP) é uma das principais causas de infertilidade em mulheres, frequentemente manifestando-se na adolescência, com prevalência estimada entre 6% e 10% no Brasil. Caracteriza-se por sintomas como hirsutismo, acne e alopecia androgênica, que podem variar entre as pacientes. Este relato aborda a experiência de Acadêmicos de Medicina de uma Universidade Federal do interior do Rio Grande do Sul, durante as atividades práticas do componente curricular Saúde da Mulher I, realizadas no primeiro semestre de 2024 no Ambulatório de Saúde da Mulher. O caso envolve uma adolescente que procurou o ambulatório com queixas relacionadas à SOP, como irregularidades menstruais e acne, além de compartilhar insatisfações com mudanças físicas, como o aumento de pelos faciais e peso, que afetaram sua autoestima. Após avaliação, foi prescrito o uso de anticoncepcionais e reforçada a importância de hábitos saudáveis, como prática de exercícios físicos e alimentação balanceada, para melhoria dos sintomas. O atendimento destacou-se pelo acolhimento baseado no cuidado integral, esclarecendo dúvidas da paciente, fornecendo informações sobre a SOP e enfatizando a relevância do autocuidado. Essa experiência evidenciou que a SOP ultrapassa os aspectos físicos, exigindo do médico sensibilidade para considerar também os impactos emocionais e sociais. A escuta ativa e empática, associada ao conhecimento técnico, mostrou-se essencial para um cuidado centrado nas necessidades particulares da paciente. Ao permitir que a adolescente expressasse seus sentimentos sobre os sintomas da SOP, foi possível estabelecer uma conexão mais profunda e demonstrar empatia, criando um ambiente acolhedor. Essa vivência reforça a importância de integrar os aspectos biopsicossociais no cuidado médico e aprimorar habilidades de escuta e empatia para oferecer um atendimento mais completo. Assim, o diálogo, a escuta qualificada e a consideração das queixas emocionais contribuíram para um cuidado direcionado além da patologia, promovendo uma relação médico-paciente mais humana e efetiva.

HANSENÍASE NO ESTADO DO PARÁ: PERFIL CLÍNICO, EPIDEMIOLÓGICO E SOCIODEMOGRÁFICO

Aloma Sena Soares, Erlon Gabriel Rego de Andrade, Breno Augusto Silva Duarte, Lucas Ferreira de Oliveira, Maria das Graças Carvalho Almeida, Michelle de Oliveira Borges, Ivaneide Leal Ataíde Rodrigues, Laura Maria Vidal Nogueira

A hanseníase, doença infectocontagiosa crônica, permanece um desafio global de saúde pública, causando repercussões físicas, psicológicas e socioeconômicas significativas, apesar de estratégias de controle bem estabelecidas. Este estudo teve como objetivo descrever o perfil clínico, epidemiológico e sociodemográfico dos casos de hanseníase no estado do Pará. Realizou-se uma pesquisa descritiva e retrospectiva utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, disponibilizados pela Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará em setembro de 2020. Foram incluídos casos notificados entre 2009 e 2018, residentes no estado, com grau de incapacidade física (GIF) avaliado no diagnóstico, excluindo-se notificações duplicadas ou com informações incompletas/inconsistentes. A análise foi realizada no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 23.0, incluindo o cálculo de dois indicadores epidemiológicos definidos pelo Ministério da Saúde: taxa de detecção geral de casos novos e proporção de casos novos com GIF 2 no diagnóstico. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 4.241.488). Foram identificados 19.486 casos de hanseníase no período, com predominância de classificação multibacilar (67,7%), forma dimorfa (49,7%), sexo masculino (60,7%), faixa etária de 30 a 44 anos (28,3%) e pessoas com ensino fundamental incompleto (57,2%). As taxas de detecção geral de casos novos apresentaram parâmetros muito altos ao longo de todos os anos analisados, enquanto a proporção de casos novos com GIF 2 esteve em parâmetros médios. Esses resultados destacam a alta endemicidade da hanseníase no Pará, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão dos serviços de saúde pública, ações de educação permanente, vigilância e controle epidemiológico. Investir no aprimoramento dessas iniciativas pode qualificar profissionais para o manejo adequado da doença e capacitar grupos sociais para reconhecer sinais suspeitos, promovendo diagnóstico e tratamento oportunos, contribuindo para a redução dos indicadores de adoecimento.

REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM BELÉM DO PARÁ

Aloma Sena Soares, Georgia Helena de Oliveira Sotirakis, Erlon Gabriel Rego de Andrade, Ivaneide Leal Ataíde Rodrigues, Laura Maria Vidal Nogueira, Marcio Yrochy Saldanha dos Santos, Paula Sousa da Silva

A Pandemia de covid-19 exigiu profundas mudanças na rotina de trabalho da Atenção Primária à Saúde (APS) em todo o Brasil, com destaque para a intensificação de cuidados de biossegurança e a reorganização dos fluxos de atendimento para lidar com as demandas frequentes e manejar casos suspeitos ou confirmados. Este estudo objetivou identificar as repercussões da pandemia na APS por

meio de uma pesquisa qualitativa descritiva com 31 enfermeiros atuantes em unidades de saúde do município de Belém, Pará, Brasil. Os dados foram coletados entre março e dezembro de 2023, por meio de formulários online individuais, e analisados com o software IRaMuTeQ® 0.7, alpha 2, utilizando a classificação hierárquica descendente. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 5.956.628). Com 79,2% de aproveitamento do corpus, identificaram-se quatro classes lexicais. A primeira abordou as modificações no processo de trabalho, como o aumento das medidas de proteção, revezamento de profissionais para atender casos suspeitos, vigilância de casos confirmados e implantação de pré-atendimentos para classificação de risco. A segunda e a terceira classes destacaram a relevância da APS e do papel dos enfermeiros em emergências sanitárias, mesmo diante do medo causado pela imprevisibilidade da pandemia. A quarta classe revelou estratégias para manutenção dos serviços, incluindo aumento dos atendimentos domiciliares, redução de atendimentos espontâneos, priorização de grupos específicos, e a incorporação de agendamentos e atendimentos online para evitar aglomerações. Conclui-se que, apesar dos desafios enfrentados na gestão em saúde durante a pandemia, a APS no município de Belém demonstrou êxito na elaboração de estratégias adaptativas, constituindo uma experiência valiosa para a gestão do trabalho em saúde. Este período representou um aprendizado significativo para o fortalecimento da APS em cenários de crise sanitária global.

VISITA DOMICILIAR Á UMA CRIANÇA COM CASO DE ANEMIA FERROPRIVA GRAVE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorena Gleice Azevedo da Silva, Denise de Souza Méza, Marcelo Augusto da Silva Seixas, Vinícius Soares Mitouso, Raicielly Abreu da Silva, Hyana Kamila Ferreira de Oliveira

A visita domiciliar (VD) é uma prática essencial no cuidado à saúde, permitindo a observação direta das condições de vida e saúde dos pacientes em seu ambiente, sendo especialmente relevante no caso de crianças com anemia ferropriva grave, uma condição prevenível e de fácil tratamento, mas que ainda figura como uma das principais problemáticas de saúde pública mundial. Caracterizada por baixos níveis de ferro circulante, a anemia ferropriva resulta na redução do volume de células sanguíneas responsáveis pelo transporte e oxigenação dos tecidos. A VD, além de ser uma experiência enriquecedora para acadêmicos de enfermagem, promove o desenvolvimento de habilidades críticas e resolução de problemas, fundamentais para a prática profissional. Este estudo descritivo, do tipo relato de experiência, envolveu a assistência clínica em ambiente domiciliar realizada por uma equipe multidisciplinar composta por acadêmicos de enfermagem, médica e enfermeira da Estratégia de Saúde da Família (ESF), nutricionista, assistente social e agente comunitário de saúde (ACS). A realização da VD demandou o uso de transportes fluviais conhecidos como “catraias”, e o trajeto de cerca de sete minutos permitiu alcançar uma comunidade vulnerável onde foi possível identificar a perda de peso ponderal da criança, evidenciada pela baixa curva de desenvolvimento infantil, inapetência e palidez, além de condições socioeconômicas precárias, alimentação inadequada, vulnerabilidade

habitacional e ausência de saneamento básico. As atividades incluíram anamnese, coleta de dados sobre condições de vida e saúde, mensuração de sinais vitais, medidas antropométricas, leitura de exames laboratoriais e avaliação clínica detalhada da criança, complementadas por orientações nutricionais aos cuidadores, novas solicitações de exames e encaminhamento para especialistas em pediatria. Essas vivências proporcionam valiosas oportunidades de aprendizado aos acadêmicos, permitindo-lhes aplicar conhecimentos teóricos em contextos práticos, compreender os determinantes sociais da saúde e desenvolver habilidades de comunicação e empatia, aumentando significativamente sua autoconfiança para realizar avaliações clínicas e interagir com pacientes e familiares em ambientes não hospitalares, beneficiando a formação dos futuros enfermeiros e potencializando a assistência a crianças com anemia ferropriva e suas famílias.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE PREVENÇÃO PRECOCE DA DETERIORAÇÃO CLÍNICA EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO ADULTO

Deise Mara Corrêa da Silva, Claudia Maria Messias, Ana Clementina Vieira de Almeida, Angélica Santos de Souza, Rodrigo Monteiro dos Santos Bandeira, Larissa Gonçalves Aquino, Alexandra Maria de Almeida Bellosi, Jéssica Martins de Almeida, Daniele de Amorim Pires Moreth

A identificação precoce de sinais de agravamento clínico em pacientes hospitalizados é essencial para garantir uma resposta rápida e efetiva da assistência de enfermagem, elevando os padrões de segurança e qualidade do cuidado. Alterações nos parâmetros vitais podem atuar como sinais de alerta para a equipe de saúde, permitindo intervenções precoces e adequadas na prevenção de eventos críticos. Este relato descreve a experiência da implementação do “Protocolo de Prevenção Precoce da Deterioração Clínica” em uma Unidade de Internação Adulto de um Hospital Estadual do Rio de Janeiro, entre 2022 e 2023, com o objetivo de relatar dificuldades, potencialidades e impactos sobre a equipe de enfermagem e a segurança do paciente. O protocolo utiliza uma escala de pontuação baseada em sete parâmetros vitais: frequência respiratória, saturação de oxigênio, oxigenioterapia suplementar, temperatura, pressão arterial sistólica, frequência cardíaca e nível de consciência. A avaliação sistemática desses parâmetros permite identificar precocemente anormalidades clínicas e revisar o plano de cuidados, contribuindo para maior segurança e prognósticos positivos. Após a implementação, observou-se redução de óbitos nas enfermarias, aumento de transferências para a Terapia Intensiva e diminuição de paradas cardiorrespiratórias, evidenciando melhora nos desfechos clínicos e na qualidade do atendimento. A intervenção da equipe, fundamentada no protocolo, destacou a necessidade de maior engajamento dos profissionais para garantir avaliações mais precisas e seguras. O papel dos enfermeiros e técnicos de enfermagem foi fundamental, reforçando sua responsabilidade e empoderamento na identificação precoce de complicações e na definição de ações de cuidado para assegurar a segurança do paciente. Conclui-se que o protocolo possui grande potencial para aprimorar a assistência de enfermagem, contribuindo para a capacitação da equipe, o fortalecimento do papel do enfermeiro e a melhoria dos indicadores de segurança e qualidade do cuidado.

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM UMA OFICINA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Débora Maciel Kuhn, Teresinha Eduardes Klafke

Este trabalho relata as atividades desenvolvidas por uma graduanda em Psicologia durante seu estágio no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II, em um município do Vale do Rio Pardo, RS, por meio da oficina “Autonomia e Independência”, que teve como objetivo treinar atividades da vida diária e instrumentais da vida diária de usuários do serviço e seus familiares, em encontros com temas predefinidos. A proposta baseou-se na premissa de que o CAPS, enquanto serviço público de saúde mental, pode contribuir para a reabilitação psicossocial, a autonomia e a inclusão social de pessoas com dificuldades em tarefas cotidianas devido a transtornos mentais ou uso de medicamentos psicotrópicos. Entre junho e setembro de 2023, foram realizados dez encontros abordando temas como: importância do cuidado; saúde bucal, com participação de profissionais e estudantes de Odontologia; cuidados capilares, com a presença de um barbeiro convidado; desempenho no banho e cuidados com as unhas, orientados por uma técnica de enfermagem; organização e cuidados com a casa; preparo culinário; e oficina de automaquiagem, com alunas do curso de Estética e Cosmética, além de um barbeiro para cortes de cabelo. A cada encontro, foi necessária a flexibilização do planejamento para atender a demandas emergentes e imprevistos. Os resultados foram positivos, destacando a promoção de autonomia, empoderamento e melhorias no desempenho em atividades essenciais para uma vida funcional e saudável. A oficina também ajudou os familiares a compreender melhor os desafios enfrentados pelos usuários, promovendo conscientização e suporte. Essa experiência acadêmica e profissional proporcionou à graduanda um aprendizado significativo sobre práticas em saúde pública, permitindo a interação com as particularidades, dificuldades e potencialidades dos participantes, cujos feedbacks reforçaram a eficácia da atividade e a satisfação com as experiências vivenciadas.

REFLEXÃO SOBRE A RESOLUÇÃO 736/2024

Bruno Leonardo Winter, Luisa Fontella Barroso, Natalia Montiel Sponchiado, Eliane Raquel Rieth Benetti, Eduarda de Oliveira Sela, Vanessa Oliveira, Roberto Cigainski Lisbinski

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre as principais mudanças no Processo de Enfermagem (PE) e a importância de sua aplicabilidade na prática profissional, com base na Resolução 736/2024 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), que atualiza a Resolução 358/2009. A nova resolução busca alinhar-se às demandas atuais da profissão, redefinindo aspectos importantes do PE, como a exclusão do termo Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), frequentemente confundido com o PE e cujas diferenças não eram bem compreendidas pelos próprios profissionais. Entre as alterações, destaca-se a renomeação da primeira etapa do processo, de “Coleta de dados de Enfermagem” para “Avaliação de Enfermagem”, com uma descrição mais detalhada das técnicas

baseadas em evidências científicas. A quarta etapa também foi reformulada, ampliando o conceito de Implementação de Enfermagem, ao incluir competências profissionais, padrões de cuidados interprofissionais e programas de saúde. Ademais, a última etapa, antes chamada de Avaliação de Enfermagem, passou a ser denominada Evolução de Enfermagem. A resolução também prevê a participação do técnico em enfermagem na execução do PE, demonstrando o caráter inclusivo e adaptável da profissão às necessidades históricas, científicas e contextuais. Ao estabelecer diretrizes para a aplicabilidade do PE em diferentes contextos socioambientais, a resolução reafirma seu papel norteador e exige que profissionais e instituições adotem estratégias para sua implementação, como capacitações, programas de educação continuada e introdução gradual no ambiente de trabalho. Com isso, espera-se atender integralmente às disposições da nova resolução, gerando benefícios tanto para os profissionais e instituições quanto para os indivíduos assistidos, ao promover identidade e autonomia profissional, melhorar a qualidade do cuidado, reduzir o tempo de internação e alcançar uma atenção holística e integral aos pacientes.

DEVOLUTIVA DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO COLETIVA: O RESPEITO E CONEXÃO COM OS(AS) PARTICIPANTES

Suellen Vidal Werner, Magda de Souza Chagas

A devolutiva dos resultados da pesquisa é uma forma de reconhecer e incluir os(as) participantes como protagonistas do conhecimento, sendo também um direito assegurado por documentos e resoluções éticas, especialmente em estudos na área da saúde. Este trabalho teve como objetivo relatar a devolutiva realizada para uma equipe multidisciplinar em saúde, promovendo uma conexão respeitosa e afetuosa. A pesquisa, de caráter qualitativo e intervenção, utilizou rodas de conversa como ferramenta para produção e coleta de dados, realizada em um hospital público de grande porte na região Serrana do Rio de Janeiro. Aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (CAAE: 62821222.2.0000.8160), a pesquisa seguiu todos os protocolos éticos, incluindo a leitura coletiva do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com espaço para esclarecimentos antes da assinatura. As rodas de conversa, realizadas em março e junho de 2023, foram estruturadas em quatro blocos com intervalo de três meses entre os períodos. Para análise dos dados, utilizou-se a hermenêutica dialética de Minayo, com enfoque na análise temática. Os encontros proporcionaram interação participativa, troca de experiências e escuta ativa, como ressaltado pelo participante Ceará: “Aqui a gente vê como que a gente aprende ouvindo os outros. [...] Tudo o que é complexo, é difícil para um, é difícil para todo mundo”. As reflexões coletivas, resultado das interações, foram devolvidas aos participantes como parte do compromisso ético da pesquisa. A adesão expressiva destacou a relevância da Educação Permanente em Saúde, evidenciada na fala do participante Paraná: “Se a gente não discute, fica sempre no limbo do tabu [...] Colocar na mesa-redonda mostra que todos partilham os mesmos medos e anseios, o que gera conforto”. No segundo período de rodas de conversa, a devolutiva

foi realizada, fortalecendo o vínculo entre pesquisador(a) e participantes, e despertando interesse em continuar os encontros, evidenciando que, além de um compromisso ético, a devolutiva enriquece o processo de pesquisa, cria elos e valoriza a troca de saberes.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA COM UMA COMUNIDADE INDÍGENA: ITINERÁRIOS EM SAÚDE

Michele de Carvalho dos Santos Borba, Julia Iorrany Correia Ribeiro, Gisele Viana Arantes, Liamara Denise Ubessi

A saúde dos povos indígenas no Brasil é uma questão complexa, permeada por desafios decorrentes de fatores sociais, psicológicos, culturais e históricos. Os itinerários de saúde, que representam as trajetórias percorridas em busca de cuidados e tratamentos, envolvem tanto o acesso a serviços biomédicos e psicossociais quanto a valorização de práticas e saberes tradicionais. Nesse contexto, este trabalho busca relatar a experiência inicial de construção de uma pesquisa sobre os itinerários e práticas de cuidado de integrantes de uma comunidade indígena na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, abordando suas vivências de saúde e adoecimento. Inspirado na perspectiva de Paulo Freire, que legitima a experiência como forma de conhecimento, o estudo surgiu da iniciativa de uma estudante indígena do curso de Medicina da Universidade Federal do Pampa. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, prioriza a participação de mulheres indígenas, reconhecendo o protagonismo histórico feminino, e adota uma abordagem culturalmente sensível, respeitando as práticas de cura tradicionais, os sistemas de crenças e o papel dos líderes espirituais. A participação comunitária foi considerada essencial, com os membros indígenas ativamente envolvidos na formulação do projeto. Um encontro inicial foi realizado com a comunidade, onde ocorreram apresentações mútuas e a proposta do projeto foi apresentada e discutida, solicitando-se a permissão para co-construção. A comunidade acolheu a iniciativa, destacando a importância de preservar a identidade indígena, enfrentar preconceitos e afirmar seus direitos. Como encaminhamento, planejou-se um evento na praça central para celebrar a diversidade cultural e a retomada de uma horta de plantas medicinais. Assim, a pesquisa, construída de forma colaborativa e em constante evolução, busca amplificar a voz dos povos indígenas no campo da saúde.

DISTRIBUIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS PARA CRIANÇAS EXPOSTAS AO HIV: A EXPERIÊNCIA DE PORTO ALEGRE DURANTE O PERÍODO DA ENCHENTE

Denise Loureiro Pedroso, Daila Alena Raenck da Silva, Sabrina Terezinha de Souza Gilli Brundo, Lia Fernanda Trajano da Silva, Pauline Soares Ferrugem

Porto Alegre apresenta a maior taxa de detecção de HIV em gestantes no Brasil, com uma taxa de 17 casos para cada 1000 nascidos vivos em 2022, segundo o boletim epidemiológico de AIDS

de 2023. Diante desse cenário, é significativa a demanda por fórmulas lácteas destinadas às crianças expostas ao HIV, como parte das medidas de prevenção da transmissão vertical pela amamentação. A Coordenação de Atenção às IST e Tuberculose (CAIST) é responsável pela distribuição dessas fórmulas, que ocorre de forma descentralizada para oito maternidades (cinco públicas e três privadas), Unidades de Saúde (US) e Serviços de Atendimento Especializado (SAE). No entanto, em maio de 2024, uma enchente inundou o almoxarifado que armazenava as fórmulas, resultando na perda total do estoque e na interrupção do funcionamento de diversas US, o que inviabilizou novas inscrições e a entrega local das fórmulas. Além disso, a catástrofe forçou milhares de famílias a abandonarem suas casas, deixando para trás medicamentos e alimentos especializados. Frente a essa crise, medidas emergenciais foram implementadas para assegurar o acesso às fórmulas lácteas. Primeiro, foi realizada a substituição imediata do estoque perdido e o armazenamento em um local provisório cedido pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), além de um quantitativo de segurança em um SAE para emergências. Segundo, criou-se um formulário para identificar crianças expostas em abrigos, possibilitando o envio imediato das fórmulas a esses locais, independentemente da origem territorial. Terceiro, as fórmulas destinadas a crianças de US fechadas foram redirecionadas para as sedes das coordenadorias regionais de saúde (Norte, Sul, Leste e Oeste). Por fim, aumentou-se de quatro para seis unidades o número de fórmulas fornecidas na alta de recém-nascidos pelas maternidades. Essas ações emergenciais visam minimizar as dificuldades impostas pela enchente e garantir a continuidade da distribuição de fórmulas lácteas, essencial para a prevenção da transmissão vertical do HIV.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Masakazu Lavandoskin Iida, Felipe Ewerton Gonçalves da Silva, Luana Nóbrega dos Santos, Giovanna Olinda de Vasconcelos Dias, Anthony Matheus dos Santos Gomes, Leonardo Gouvea de Oliveira, Cássio Rodrigo Silva Lima, Rafael Herenio Franco, Matheus Rego dos Santos, Thayse Moraes de Moraes, Rosiane Pinheiro Rodrigues

A Educação Interprofissional (EIP) é uma abordagem pedagógica que promove a colaboração e o compartilhamento de aprendizado entre profissionais, visando ao melhor gerenciamento de casos, à otimização das habilidades dos membros da equipe e à prestação de serviços de qualidade à comunidade. Este estudo teve como objetivo mapear evidências na literatura sobre a EIP em saúde, destacando sua importância e os desafios de implementação na graduação. Utilizando a metodologia proposta pelo Instituto Joanna Briggs, foi empregada a estratégia População, Conceito e Contexto para elaborar a pergunta norteadora, abordando o conceito de EIP em saúde e suas características, no contexto de estratégias político-pedagógicas de formação acadêmica nos níveis de graduação e pós-graduação. As bases de dados consultadas incluíram Pubmed, LILACS, Scielo, Embase, Web of Science e Scopus, e os artigos foram analisados segundo o modelo adaptado de Kirkpatrick. Entre 252 estudos identificados, 14 atenderam aos critérios de elegibilidade. Os resultados indicaram que as atividades de EIP aprimoram competências colaborativas individuais e coletivas na atenção primária

à saúde (APS), integrando teoria e prática e permitindo aos estudantes vivenciar a realidade dos serviços de APS. Isso promove uma melhor compreensão das diferentes áreas de atuação e reduz a competitividade no mercado de trabalho. Contudo, a análise revelou obstáculos significativos, como a compreensão inadequada do conceito de EIP, especialmente pelos preceptores, e a resistência de médicos da APS em compartilhar condutas com outros membros da equipe. Além disso, as estratégias atuais para institucionalizar o processo interprofissional são insuficientes. Assim, conclui-se que a EIP tem relevância significativa para a comunidade, contribuindo para um cuidado holístico ao paciente, mas enfrenta desafios substanciais para sua implementação.

PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE COMO PROMOTORA DA QUALIDADE DE VIDA

Jane Kátia Vivas Taveira, Andressa Fantim Giroldo Pinho, Rosiene Rosa Pires

A promoção da saúde é definida como o processo de capacitação das comunidades para melhorar sua qualidade de vida e saúde, agindo sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde (ODS) de maneira intersetorial e com ampla participação popular. Esse processo busca estimular escolhas saudáveis, tanto individuais quanto coletivas, dentro dos territórios onde as pessoas estão inseridas (BRASIL, 2014). Em 2006, com a Portaria GM/MS nº 687, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Saúde, reafirmando o compromisso do Sistema Único de Saúde (SUS) em adotar uma abordagem ampliada. Essa política vai além do tratamento de doenças, promovendo a intersetorialidade, o diálogo entre setores e a articulação de redes de compromisso e corresponsabilidade para sua implementação e gestão. Entre os desafios enfrentados pelo SUS, destacam-se o envelhecimento populacional e a alta incidência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como câncer, hipertensão e diabetes, que estão entre as principais causas de morbimortalidade global, além de impactarem negativamente a funcionalidade e qualidade de vida. Nesse cenário, o Programa Academia da Saúde surge como uma iniciativa central para fomentar práticas de cuidado em saúde, com foco na promoção da saúde e prevenção de DCNT, integrando-se às ações da Atenção Primária como parte fundamental da integralidade do cuidado. Reconhecendo que nossas escolhas, hábitos e redes de relacionamento influenciam diretamente nossa qualidade de vida, o programa adota estratégias e políticas que incentivam escolhas saudáveis, mudanças comportamentais para a redução de riscos, além de promover a solidariedade e a confiança comunitária. Suas ações incluem a ampliação do acesso a práticas saudáveis, como alimentação adequada, espaços públicos para atividades físicas e a criação de espaços coletivos de diálogo. Dinâmico e prospectivo, o Programa Academia da Saúde promove ações intra e intersetoriais, envolvendo diferentes atores, além da gestão pública. No estado do Mato Grosso, o programa é implementado em diversos municípios, com atividades voltadas a diferentes faixas etárias e realizadas em polos, parques, praças, escolas e outros espaços comunitários. Também são realizadas oficinas e capacitações para fortalecer o conhecimento e as práticas de cuidado em saúde. Dessa forma, o Programa Academia da Saúde se destaca como uma das maiores iniciativas de promoção da saúde no Brasil. Deveria ser complementar ao cuidado em todos

os municípios, devido ao seu impacto positivo na qualidade de vida da população, prevenindo DCNT e contribuindo para estilos de vida mais saudáveis.

PRÁTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE PORTADOR DE HIPERPLASIA PROSTÁTICA BENIGNA

Samilly Moriz da Frota Santos, Francisco Ariel Nascimento Silva, Raul Souza da Cruz, Viviani Kemelly de Souza Nunes, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Miguel Afonso da Costa Pontes, Letícia Costa Wanderley, Paula Andreza Viana Lima, Abel Santiago Muri Gama

A próstata, glândula do sistema reprodutor masculino localizada à frente do reto e abaixo da bexiga, desempenha funções essenciais, como a produção do antígeno prostático específico (PSA), uma glicoproteína que auxilia na mobilidade dos espermatozoides. Devido à sua localização e função, alterações na próstata podem impactar significativamente o sistema urinário, causando problemas como retenção e incontinência urinária. Dentre essas condições, destaca-se a Hiperplasia Prostática Benigna (HPB), caracterizada pelo crescimento excessivo das células prostáticas, com maior incidência em homens acima de 50 anos. Esse aumento comprime a uretra, resultando em sintomas como retenção urinária, disúria, algia abdominal e edema. Para aliviar esses sintomas e melhorar a qualidade de vida, o uso de Sonda Vesical de Demora (SVD) é frequentemente necessário. Este trabalho descreve as vivências de estudantes de Enfermagem durante o atendimento a um paciente com HPB no município de Coari, Amazonas. O relato baseia-se em uma experiência vivenciada durante o estágio na disciplina de Saúde Coletiva II, do curso de Enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia – ISB/UFAM, na Unidade Básica de Saúde Maria Fernandes Dantas, localizada no bairro Centro de Coari. O paciente atendido, diagnosticado com HPB há três anos, é recorrente na UBS, e suas consultas visam monitorar sintomas, uso de medicamentos e a necessidade de SVD. Inicialmente, ele relatou controle miccional e ausência de dor, indicando estar apto a retornar ao trabalho como pescador. Após avaliação clínica sem alterações, recebeu orientações sobre o uso correto das medicações, boas práticas de higiene e cuidados com a SVD, sendo então encaminhado para remoção da sonda, optando por permanecer sem ela devido ao controle miccional relatado. Entretanto, horas depois, o paciente retornou à UBS relatando dificuldade para urinar, necessitando de nova passagem de SVD. Os acadêmicos, preparados para o procedimento, executaram-no com firmeza e cuidado devido à sensibilidade apresentada, enfrentando dificuldades decorrentes da dor referida pelo paciente durante a introdução. Apesar disso, o procedimento foi concluído sem intercorrências. A experiência com a passagem de SVD em um paciente com HPB proporcionou aos acadêmicos não apenas a prática técnica, mas também o desenvolvimento de habilidades de comunicação adaptadas à condição do paciente e o aprendizado sobre a gestão de especificidades clínicas. Essas vivências destacam a importância da formação prática no processo de cuidado e no aprimoramento da abordagem integral ao paciente.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UM ABRIGO NA CIDADE DE PELOTAS EM DECORRÊNCIA DA CATÁSTROFE CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

Aline Vaniel Radtke Bach Pereira, Cynthia Luz Yurgel

Os alagamentos e enchentes no Rio Grande do Sul têm se tornado um problema recorrente, exacerbando os desafios socioemocionais enfrentados pela população, especialmente pelas pessoas com deficiência desalojadas, que encontram barreiras adicionais devido à falta de infraestrutura adequada para atender às suas necessidades específicas. O estudo evidencia a importância de incluir essas pessoas nos planos de emergência e na concepção de abrigos temporários acessíveis, garantindo recursos que atendam suas demandas médicas, de mobilidade e comunicação. Entre os principais desafios estão a ausência de capacitação da equipe dos abrigos para lidar com essas necessidades, bem como a carência de recursos e equipamentos especializados, fatores que ampliam a sensação de isolamento e vulnerabilidade, agravando o trauma das emergências. Além disso, reforça-se a urgência de políticas inclusivas e medidas preparatórias que assegurem a segurança e o bem-estar das pessoas com deficiência durante crises, acompanhadas de ações de sensibilização para a sociedade e autoridades quanto ao respeito aos seus direitos em todas as fases da resposta a desastres naturais. Nesse contexto, o cuidado em saúde mental e o serviço de psicologia são cruciais, destacando-se como questão de dignidade e direitos humanos, especialmente quando oferecidos de forma acessível nos abrigos. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa com métodos como observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental, investigando o acolhimento de pessoas com deficiência em abrigos, as barreiras enfrentadas e as políticas locais e nacionais relacionadas à inclusão em emergências. Os resultados enfatizam o papel essencial da Psicologia nesses contextos, incluindo a avaliação e intervenção para sinais de trauma, apoio emocional em um ambiente seguro, fortalecimento da resiliência individual e coletiva, e a garantia de acessibilidade em espaços e serviços. Através de uma abordagem terapêutica, humanizada e inclusiva, é possível oferecer suporte fundamental para essa população vulnerável, ajudando-a a superar desafios e a reconstruir suas vidas com segurança e esperança.

A SEMANA DE ENFERMAGEM COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM PARA ACADÊMICOS DE UMA UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda Silva Souza de Araújo, Elielza Guerreiro Menezes, Gabriela Pinheiro de Andrade

A Enfermagem, em seus primórdios, referia-se a práticas realizadas por pessoas empenhadas em garantir saúde e dignidade aos enfermos. Com o tempo, passou a ser exercida por sacerdotes até que, em 1860, Florence Nightingale fundou a primeira Escola de Enfermagem na Inglaterra, no

Hospital Saint Thomas, conferindo à profissão um caráter científico e acadêmico. Em homenagem ao nascimento de Florence, a Semana de Enfermagem é celebrada em todo o Brasil entre os dias 12 e 20 de maio. Atualmente, a profissão está consolidada pelo compromisso com a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico voltados ao bem-estar e à saúde da humanidade. Este relato tem como objetivo descrever a experiência vivenciada durante a mostra científica da XXI Semana de Enfermagem em uma universidade pública em Manaus. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre a participação na referida semana e a submissão do relato na XV Mostra Científica da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), realizada nos dias 14 e 15 de maio de 2024, por uma acadêmica do terceiro período de Enfermagem da UEA. Durante o evento, ocorreram oficinas, palestras e minicursos de 13 a 15 de maio, sendo a apresentação dividida em duas modalidades: Comunicação Coordenada e Pôster Eletrônico, realizadas no último dia. Na Comunicação Coordenada, os relatores tinham 8 minutos para expor seus trabalhos e eram avaliados pelo Comitê Científico do evento. Já na modalidade Pôster Eletrônico, escolhida pela acadêmica, as apresentações eram realizadas simultaneamente em sete totens, com tempo médio de três minutos para cada relator e mais dois minutos para avaliação pelos jurados. Caso ultrapassassem o tempo, os relatores eram interrompidos para realizarem suas considerações finais. A categoria escolhida foi Relato de Experiência, com o título: *A contribuição da extensão para o ensino-aprendizagem de estudantes de uma universidade*. A Enfermagem, cada vez mais, exerce um papel crucial na produção de inovação e tecnologia para qualificar e aprimorar os cuidados em saúde. A participação na XXI Semana de Enfermagem proporcionou uma valiosa troca de saberes e experiências relacionadas ao cuidado e à profissão, além de possibilitar o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos essenciais à formação dos estudantes. Participar e apresentar pela primeira vez em um evento dessa relevância foi um grande desafio para muitos relatores, especialmente para aqueles que estão no início da graduação, marcando o início de suas trajetórias científicas e acadêmicas.

DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE UM TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA CRIANÇAS DE 1 A 8 ANOS

Rodrigo Gonçalves Costa, Karen Gabriela Teixeira de Queiroz, Patrícia Angélica Martins Cãnfora, Claudirene Milagres Araújo, Isabela Mie Takeshita

As crianças possuem direitos e deveres garantidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Embora ainda não exerçam plenamente sua liberdade devido à fase de desenvolvimento físico, psíquico e social, necessitando da supervisão e cuidados de seus responsáveis, é essencial que sejam respeitadas em sua individualidade. Nesse contexto, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) é um documento elaborado em linguagem acessível e, frequentemente, lúdica, que tem como finalidade esclarecer os objetivos e procedimentos de uma pesquisa, registrando a anuência dos menores de idade em sua participação. O objetivo deste relato foi criar um TALE que permitisse integrar as crianças no

processo de concordância para participar de uma pesquisa. A metodologia consistiu em um relato de experiência acadêmica conduzido por três estudantes de enfermagem de uma faculdade privada de Belo Horizonte, que buscaram na literatura subsídios para a construção e aplicação do TALE em crianças de um a oito anos, no ambulatório da instituição. Foram elaboradas duas versões do TALE: uma em formato de história em quadrinhos, destinada às crianças em idade pré-escolar, e outra com atividades pedagógicas, voltada às crianças em idade escolar. A aplicação desses formatos demonstrou ser eficaz, contribuindo para que as crianças compreendessem os objetivos da pesquisa, esclarecessem dúvidas, e participassem de forma adaptada ao seu nível cognitivo, permitindo seu assentimento e colaboração na coleta de dados. O desenvolvimento e a implementação do TALE em formatos lúdicos revelaram-se estratégias bem-sucedidas para pesquisas envolvendo crianças, sendo uma oportunidade de inseri-las de maneira respeitosa nas decisões, proporcional ao seu entendimento, e favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia.

AÇÕES INTERSETORIAIS DO GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SAÚDE

Danielle Abujamra Slufy Nardez, João Antonio de Sousa Barros

O relato aborda a experiência de organização dos processos de trabalho no acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) nas unidades de atenção básica do município de Santos, destacando o potencial de atuação intersetorial do programa. Criado em 2004 pela Lei 10.836, o PBF unificou programas sociais existentes, priorizando a redução da pobreza extrema por meio da transferência direta de renda e da inclusão social, promovendo o acesso a serviços públicos. O monitoramento das ações ocorre por meio de condicionalidades que auxiliam na organização da vigilância e assistência, responsabilizando os beneficiários a manterem atualizados os dados cadastrais, a frequência escolar das crianças e o cuidado com a saúde básica, incluindo monitoramento antropométrico, vacinação e pré-natal. Atualmente, cerca de 20.000 beneficiários são acompanhados no município, com extensão do cuidado a familiares não diretamente contemplados pela política de saúde, quando necessário. O grupo de trabalho, composto por profissionais de diferentes categorias, busca aprimorar a qualidade do acompanhamento na rede de atenção básica, identificar dificuldades locais, fomentar discussões sobre o significado do PBF nos diferentes territórios, promover ações extramuros de saúde, planejar em conjunto com outras políticas públicas e estabelecer contatos intersetoriais relevantes para o cuidado integral dos beneficiários. Além disso, o grupo alimenta semestralmente o sistema E-gestor AB com dados antropométricos e de acompanhamento. A intersetorialidade é central às ações do grupo, que também visa ampliar a compreensão dos profissionais de saúde sobre o acompanhamento integral. A organização dos cadernos familiares, contendo nomes e composições familiares, facilita a vigilância, o monitoramento de ações preventivas e pode ser considerado um indicador relevante de vulnerabilidade territorial. No município, além de encontros mensais entre os

profissionais do grupo de saúde, são realizadas reuniões conjuntas com representantes das políticas de educação e assistência para tratar questões relacionadas ao PBF. O acompanhamento realizado pelas equipes da atenção básica tem apresentado resultados positivos, com taxas de 86,77% no primeiro semestre e 85,93% no segundo semestre do último ano, superando os índices do estado de São Paulo (70,27% e 70,80%) e do país (78,22% e 78,96%). Esses resultados reforçam o potencial dos encontros do grupo de trabalho para aprimorar a qualidade do acompanhamento e propor novas estratégias de cuidado integral às populações em situação de vulnerabilidade social.

O IMPACTO DO GRUPO ABC NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO NO BAIRRO DO CAJU

Thiago Jesus de Oliveira, Karla Michelly Carvalho Candreva, Jéssica martins de Almeida

O profissional de educação física e primeiro autor identificou, ao tentar se comunicar com suas alunas por um aplicativo de mensagens, que elas preferiam mensagens de áudio devido à dificuldade em ler e escrever, evidenciando uma carência no alfabetismo. Investigando essa questão, constatou que o bairro do Caju possuía a terceira maior taxa de analfabetismo entre pessoas acima de 25 anos na cidade do Rio de Janeiro. Diante da relevância dessa informação, implementou o grupo ABC na Clínica da Família São Sebastião, no Caju, com uma metodologia baseada nos princípios de Paulo Freire, promovendo a alfabetização de adultos por meio da discussão de suas experiências de vida e da decodificação de palavras do cotidiano. O grupo ABC tem como objetivo não apenas ensinar leitura e escrita, mas também abordar temas como estilos de vida saudáveis, prevenção de doenças, apoio à saúde mental e atenção psicossocial, integrando pedagogia e questões de saúde de maneira lúdica e relevante para a realidade dos participantes. A metodologia começa com um bate-papo informal, trazendo à tona temas do território, eventos marcantes no bairro ou aspectos relevantes compartilhados pelos participantes. A discussão identifica uma “palavra geradora”, que é decomposta em sílabas, permitindo a criação de novas palavras e culminando em exercícios pedagógicos que fortalecem a prática da escrita. Os resultados têm sido satisfatórios, com melhorias significativas nas habilidades de leitura e escrita, maior conscientização sobre questões de saúde, além de avanços na saúde mental e no bem-estar geral das participantes, destacando a importância dessa iniciativa para a promoção da saúde no território. Compartilhar essa experiência busca inspirar outras clínicas e profissionais a implementar práticas semelhantes, reforçando o compromisso com a promoção da saúde pública e da alfabetização em comunidades vulneráveis, como a do Caju, e proporcionando aos usuários ferramentas para se tornarem protagonistas de suas histórias, com autonomia para ler, escrever e cuidar de sua saúde.

DESENVOLVIMENTO DE ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS E INTERDISCIPLINARES EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Marcia Leão de Lima, Camila Irigonhé Ramos, Patrick Dias das Neves, Mariana Reis Rodrigues,
Rayssa Ferreira Ribeiro, Gabriel Del Savio Guazzelli, Letícia Borba de Souza

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre os atendimentos realizados por acadêmicos de diferentes áreas da saúde em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Sul do Brasil, como parte de um projeto de extensão intitulado *Territórios de/em ação: aprendendo e desenvolvendo saúde na/pela rede de atenção psicossocial*, liderado por uma professora do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas. Inicialmente, o projeto foi apresentado à equipe do CAPS para discutir a proposta e ajustar as atividades, sendo nesse momento definida a prática de atendimento com dois estudantes de áreas distintas, supervisionados pela professora. A cada semana, a equipe do CAPS selecionava de três a quatro usuários que necessitavam desse atendimento, e os agendamentos eram realizados pela equipe ou pela professora. Para a execução das atividades, foi elaborada uma anamnese multiprofissional, incluindo avaliação física e psicossocial, que pudesse ser aplicada por estudantes de diferentes áreas de formação. Entre fevereiro e maio de 2024, 15 usuários foram acolhidos, dos quais 13 eram mulheres, com idades entre 40 e 60 anos, baixo perfil socioeconômico e baixo nível de escolaridade. A maioria apresentava diagnóstico de esquizofrenia, transtorno depressivo maior ou transtorno afetivo bipolar. Durante os atendimentos, ficou evidente a necessidade dos usuários de contar com alguém para conversar, além de enfrentarem desafios como doenças crônicas não transmissíveis, que ampliam as demandas por medicamentos e cuidados de saúde. A ausência de uma rede de apoio estável e os conflitos familiares frequentemente agravavam suas condições, dificultando a adesão aos tratamentos. Os estudantes também vivenciaram os desafios enfrentados pela equipe do CAPS, como infraestrutura inadequada, falta de linha telefônica para agendamentos, obrigando o uso de celulares pessoais, e problemas de acessibilidade na instituição, que não conta com rampas para pessoas com deficiência física nem com demarcações táteis para pessoas com deficiência visual. Os atendimentos realizados contribuíram para identificar demandas individuais e encaminhá-las a grupos, oficinas ou outros núcleos profissionais ainda não atendidos pela rede de saúde. A experiência tem se mostrado extremamente enriquecedora para os estudantes, promovendo formação interdisciplinar e ampliando o conhecimento sobre técnicas de outras áreas, além de proporcionar uma compreensão mais aprofundada das complexidades da saúde mental. Os estudantes relataram que a prática tem aprimorado sua comunicação com os usuários, fortalecido o trabalho em equipe e humanizado sua atuação. Para muitos, foi o primeiro contato com usuários e a primeira experiência em atendimentos clínicos ou na área de saúde mental, permitindo o desenvolvimento de maior flexibilidade e preparo para atuar em equipes multiprofissionais no futuro.

RODAS DE CONVERSAS – SOBRE “VIVER”: AÇÕES DE PREVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA

Samara Soares Santos, Neila de Oliveira Cabral, Mário Silva de Oliveira, Adriana Madeira Álvares da Silva, Pedro Luiz Ferro, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa

O adoecimento de profissionais da segurança pública é um tema amplamente debatido, mas as ações direcionadas à saúde mental desses servidores ainda são escassas, enfrentando barreiras como a resistência de muitos policiais em buscar ajuda devido à dificuldade em demonstrar fragilidades emocionais e ao estigma associado às questões de saúde mental no ambiente de trabalho. A relevância do cuidado com o bem-estar desses profissionais torna-se ainda mais evidente diante do aumento de casos de transtornos mentais, que podem levar à violência e até ao suicídio. Nesse contexto, a proposta de intervenção busca implementar rodas de conversa nas unidades da Força de Segurança Pública, oferecendo um espaço seguro para compartilhamento e orientação sobre saúde mental no trabalho. Essas rodas de conversa, com duração de uma hora, utilizarão recursos como vídeos, músicas e dinâmicas para promover diálogos sobre as relações entre saúde mental e o trabalho de segurança pública, fomentando a problematização, a troca de saberes e a reflexão para a ação. Divulgada às chefias para organização de horários e grupos, a iniciativa visa criar um ambiente de acolhimento, onde os servidores possam discutir o impacto da saúde mental em suas atividades e conhecer os serviços e redes de atendimento disponíveis. Espera-se, com isso, facilitar a comunicação e o debate sem julgamentos, incentivar a busca por ajuda, desconstruir conceitos distorcidos sobre saúde mental e identificar fatores que contribuem para o adoecimento. Além de melhorar a qualidade de vida e o rendimento laboral dos profissionais, a proposta pretende beneficiar as instituições e a sociedade, promovendo uma cultura de cuidado, apoio mútuo e prevenção, com impactos positivos nos níveis individual, organizacional e social.

NOVOS GRUPOS, ANTIGOS DESAFIOS: UM OLHAR DOS ESTUDANTES DA SAÚDE

Marcia Leao de Lima, Camila Irigónhé Ramos, Patrick Dias das Neves, Mariana Reis Rodrigues,, Rayssa Ferreira Ribeiro, Gabriel Del Savio Guazzelli, Letícia Borba de Souza

O presente trabalho relata a experiência de grupos realizados por acadêmicos da área da saúde em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Sul do Brasil, como parte de um projeto de extensão liderado por uma professora do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas. Intitulado *Territórios de/em ação: aprendendo e desenvolvendo saúde na/pela rede de atenção psicossocial*, o projeto teve como objetivo atender a uma demanda da equipe do CAPS, criando um novo grupo de usuários a partir da necessidade de liberar vagas em uma oficina conduzida por uma técnica. Esses usuários, com longo vínculo com o CAPS, necessitavam de um espaço que funcionasse

como transição para a alta das atividades coletivas, promovendo maior autonomia e reinserção social. No primeiro encontro, o grupo, composto por usuários, estudantes, professores e a equipe do CAPS, iniciou com apresentações e escuta atenta para compreender as expectativas e sentimentos dos participantes em relação à mudança. Nos encontros subsequentes, os estudantes apresentaram atividades voltadas para práticas integrativas e complementares, como ioga chinesa, escalda-pés com meditação e exercícios de respiração, buscando incentivar a autonomia dos participantes e explorar alternativas de vida fora do CAPS. A partir da leitura de prontuários, identificou-se que muitos usuários possuíam mais de cinco anos de vínculo com o CAPS, sem previsão de alta ou perspectiva de vida além da instituição. Apesar disso, os integrantes do grupo, nomeado por eles como *Novos Horizontes*, têm demonstrado crescente interesse por atividades externas. Estão planejadas visitas a museus, praças e outros espaços comunitários, visando ampliar o contato dos participantes com o território e a sociedade. A experiência destacou a importância da participação dos estudantes na promoção de um olhar mais amplo sobre a trajetória dos usuários, incentivando tanto os estudantes quanto os participantes a explorarem atividades para além do que o serviço oferece. Essa abordagem busca facilitar a reinserção social de pessoas que, muitas vezes, passaram por institucionalizações prolongadas e que, ao longo dos anos, perderam a liberdade e a autonomia. Assim, o grupo *Novos Horizontes* tem se mostrado uma iniciativa promissora para estimular a interação social e contribuir para a construção de novos caminhos na vida dos usuários do CAPS.

PROJETO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL PREVENTIVA AOS POLICIAIS MILITARES DE VITÓRIA (ES)

Christina Caldas Araújo, Gisele Luisa Medeiros Simonetti, Luiz Gustavo Albergaria Stadler, Marcionília Menezes Andrade, Sandro Roberto Campos, Adriana Madeira Álvares da Silva, Pedro Luiz Ferro, Suzanny Oliveira Mendes, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa

O presente projeto de intervenção tem como objetivo promover ações preventivas na área de saúde mental voltadas às equipes de viaturas de Rádio Ocorrências (RO) do 1º Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo, que atuam no município de Vitória. A taxa média de suicídio de 22,2 mortes por 100 mil profissionais da segurança pública no estado, registrada entre 2013 e 2022, evidencia a necessidade urgente de estudos e intervenções sobre o tema. Os policiais dessas viaturas enfrentam demandas variadas, encaminhadas pelo CIODES (Centro Integrado de Operações de Defesa Social), que vão desde ocorrências simples até situações de alta complexidade, sendo que, em 2022, o município de Vitória registrou 55.493 atendimentos, demonstrando a intensa carga de trabalho desses profissionais. Este projeto busca oferecer ferramentas de relaxamento para atenuar os efeitos do estresse e incentivar a autogestão emocional, promovendo o equilíbrio após situações críticas. Inicialmente, o projeto será implementado em Vitória, abrangendo policiais que atuam em regime de 24 horas e lidam com o maior volume de ocorrências, organizados em cinco equipes para melhor distribuição das atividades. As ações preventivas incluem orientações sobre a importância da saúde mental, rodas de conversa para troca de experiências e identificação de padrões que afetam o bem-estar, dinâmicas de grupo para

explorar e modificar hábitos prejudiciais, distribuição de materiais informativos com orientações e contatos de apoio psicossocial, oficinas de relaxamento e autoconhecimento com exercícios aplicáveis no cotidiano, além de exames ambulatoriais para monitorar indicadores de saúde como pressão arterial e taxas sanguíneas. Espera-se fomentar o autocuidado por meio das oficinas, ampliar a adesão ao tema da saúde mental, sensibilizar gestores para questões relacionadas à ansiedade, depressão e suicídio, e melhorar significativamente a qualidade de vida e o bem-estar dos policiais. O projeto propõe-se como uma ferramenta para avaliar e implementar abordagens eficazes na saúde coletiva, contribuindo para a formulação de políticas públicas que valorizem e cuidem da saúde mental de profissionais que atuam em contextos de alta pressão e conflito.

O SISTEMA DE OUVIDORIA NO ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO SEXUAL ÀS POLICIAIS MILITARES NO ESPÍRITO SANTO

Bianca Claudio de Santana, Aderico dos Santos Correa Filho, Paulo Victor Pitanga Farias, Pietro Malamace, Ted Candeias Silva, Vinicius Scardua Rocha, Adriana Madeira Álvares da Silva, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa

A desigualdade de gênero, consolidada ao longo dos séculos, perpetua assimetrias e relações violentas que submetem as mulheres, sendo o assédio sexual uma forma de violência recorrente nas relações de trabalho, capaz de degradar o ambiente laboral e afetar profundamente a saúde mental das profissionais. Pesquisa recente aponta que 40% das policiais femininas nas guardas municipais, perícia criminal, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Federal já sofreram assédio moral ou sexual, embora apenas 11,8% dessas mulheres registrem denúncias. Frente a essa realidade, esta proposta de intervenção visa ampliar o conhecimento sobre a utilização das ouvidorias no enfrentamento à violência sexual contra as militares femininas no Estado do Espírito Santo. O projeto será desenvolvido em duas etapas. A primeira consiste em uma revisão de literatura sobre a aplicação de ouvidorias no enfrentamento à violência contra trabalhadoras militares. Na segunda etapa, será mapeada e descrita a estrutura e o fluxo de atendimento das ouvidorias, com foco nas demandas das militares, utilizando como referência o canal já existente para registro de denúncias no âmbito do Poder Executivo Estadual. Essa etapa envolverá a análise de documentos, como relatórios, regulamentos e políticas, além de parcerias com a SESP, SEGER e Corregedoria do Estado para acesso às informações. Os resultados serão compartilhados com gestores em palestras, destacando pontos que necessitem adequações para aumentar a efetividade das ouvidorias nesse contexto. Espera-se, com essa intervenção, identificar fragilidades no atendimento das ouvidorias quanto ao registro de denúncias de assédio sexual, considerando as especificidades das servidoras militares, e propor medidas que possibilitem uma apuração, coerção e prevenção mais eficazes. O assédio sexual contra mulheres, enquanto violência de gênero, manifesta-se como expressão de misoginia e discriminação, contribuindo para a criação de ambientes laborais hostis à presença feminina. Assim, intervenções que promovam a participação social no enfrentamento desse crime por meio de sistemas adequados de ouvidoria podem assegurar

desde o acolhimento de mulheres vitimizadas até a responsabilização dos agentes, colaborando para um ambiente de trabalho mais equitativo e seguro.

RELATO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE EXAMES PRECONIZADOS NO PRÉ-NATAL EM UM GRUPO DE GESTANTES E PUÉRPERAS

Larissa Pereira Dorneles, Bruna de Oliveira Arnhold, Emily de Oliveira Andrade, Sahmira Vargas Chamorro, Lisie Alende Prates

A gestação é um período marcado por diversas mudanças fisiológicas, sociais, culturais e emocionais que envolvem a pessoa gestante e sua família. Diante dessas transformações, o acompanhamento pré-natal é essencial para assegurar o desenvolvimento saudável dos processos de gestar, parir e nascer, reduzindo riscos de complicações obstétricas e desfechos perinatais negativos. Entre as ações do pré-natal, destacam-se consultas regulares, imunizações, exames laboratoriais e de imagem, acompanhamento multiprofissional e atividades de educação em saúde. No âmbito da Atenção Primária em Saúde, o enfermeiro possui autonomia e respaldo legal para atender gestantes de risco habitual, com a competência de solicitar exames, prescrever medicações protocoladas, realizar acolhimento e escuta qualificada, além de conduzir atividades educativas que forneçam informações relevantes para o período gravídico-puerperal. Neste contexto, o presente trabalho relata a experiência de discentes de Enfermagem no desenvolvimento de um grupo de gestantes e puérperas, com foco nos exames preconizados no pré-natal. A atividade descrita integra o projeto de extensão “Mamãe do Pampa: grupo de gestantes, puérperas, familiares e acompanhantes na Atenção Primária à Saúde”, que promove encontros mensais e presenciais nas Estratégias de Saúde da Família de um município na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. No encontro realizado em junho de 2024, participaram duas gestantes, uma puérpera, duas agentes comunitárias de saúde, uma docente orientadora e seis discentes de enfermagem, sendo um bolsista do projeto. A atividade foi conduzida em formato de roda de conversa, utilizando um folder informativo desenvolvido pelos discentes, contendo detalhes sobre os exames recomendados no pré-natal e os agravos que cada um deles pode detectar. Durante a explanação, houve ampla troca de experiências entre as participantes e a equipe, revelando crenças transmitidas intergeracionalmente, que foram desmistificadas quando necessário. A dinâmica permitiu levantar questionamentos e ampliar o conhecimento de todos os envolvidos, além de sensibilizar os discentes sobre a importância da educação em saúde em formato dialógico, como propiciado pela roda de conversa. Foi possível constatar que iniciativas nessa perspectiva fortalecem vínculos e promovem relações horizontais entre profissionais e usuários, incentivando maior autonomia para o autocuidado durante o período gravídico-puerperal.

AÇÕES DE CONTROLE DAS ARBOVIROSES EM UMA ÁREA DE RISCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jéssica Pinheiro Carnaúba, Francisca Laura Ferreira de Sousa Alves, Ellen Rose Sousa Santos, Iasmin Belém Silva Queiroz, Luciana Rodrigues Cordeiro, Reangela Cintia Rodrigues de Oliveira Lima, Juliana Cunha Maia, Marli Teresinha Gimenez Galvão

Arboviroses como dengue, Zika e chikungunya representam um grave problema de saúde pública no Brasil, especialmente em virtude do clima tropical, que favorece a disseminação e permanência do mosquito *Aedes aegypti*, além das dificuldades no controle do vetor. Fatores como deficiência no abastecimento de água em períodos de seca, ausência de políticas públicas e saneamento básico inadequado também contribuem para as elevadas taxas dessas doenças. Este relato de experiência tem como objetivo descrever ações de controle de arboviroses em uma área de risco adscrita à Unidade Básica de Saúde (UBS) Antonina Caeté Pedrosa, na cidade de Mombaça, Ceará, realizadas em abril de 2022. As ações, desenvolvidas em parceria com os Agentes Comunitários de Endemias (ACE), Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária, ocorreram em resposta ao aumento expressivo de casos de dengue na região, especialmente no conjunto habitacional Francisco Castelo de Castro, caracterizado por baixa condição socioeconômica, ausência de saneamento básico, casas abandonadas e presença de animais de rua. Um “Dia D” foi promovido em conjunto com a equipe de saúde da UBS Recreio, envolvendo enfermeiros, ACS, ACE e membros da Vigilância Sanitária e Epidemiológica. Foram realizadas vistorias domiciliares para identificação de focos do mosquito, ações educativas sobre prevenção, manejo de arboviroses e reconhecimento de sinais e sintomas, além de palestras em escolas locais. Durante as visitas, foram identificados focos relacionados à presença de lixo, pneus, garrafas e sucatas nos quintais, com alguns moradores recusando-se a realizar a limpeza, o que levou ao acionamento da Vigilância Sanitária. Após a implementação dessas ações e a intensificação das orientações pelos ACS, observou-se uma redução significativa nos casos de arboviroses na área. Esta experiência reforça a relação entre a ocorrência de dengue e fatores como vulnerabilidade socioeconômica e precariedade no saneamento básico, destacando a importância de ações intersetoriais no controle dessas doenças. Apesar dos avanços, a resistência de moradores em adotar práticas adequadas de limpeza ambiental permanece como um desafio para a efetividade das medidas de controle.

RODA DE CONVERSA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR NO INTERIOR DO AMAZONAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Antônio Abeu da Rocha Lima, Jéssica Karoline Alves Portugal, Andriele Valentim da Costa, Adriana Oliveira da Silva, Joesly dos Santos Tabosa, Manuela Costa dos Santos, Edmaira de Souza Medeiros, Allan Augusto Maciel dos Santos

O planejamento familiar é um conjunto de práticas e métodos que auxilia casais e indivíduos a tomarem decisões conscientes sobre o número de filhos que desejam ter, os intervalos entre as gestações

e os métodos contraceptivos mais adequados às suas necessidades e preferências, considerando aspectos de saúde, sociais, econômicos e pessoais. Apesar de sua relevância, essa prática ainda é pouco discutida e valorizada pelos usuários da atenção básica de saúde. Este relato de experiência descritivo aborda uma roda de conversa sobre Planejamento Familiar, conduzida por acadêmicos de enfermagem da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) durante práticas de estágio em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Coari (AM). Durante a atividade, foi destacada a importância da adesão ao Planejamento Familiar e seu impacto positivo na saúde da mulher e da família. Foram apresentados os diferentes métodos contraceptivos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como pílulas, injeções anticoncepcionais, dispositivos intrauterinos (DIU), preservativos masculino e feminino, e o anticoncepcional de emergência. Também foram explicados os procedimentos e critérios para intervenções cirúrgicas, como laqueadura e vasectomia. Ao final da roda de conversa, os participantes foram divididos em dois grupos para uma dinâmica lúdica de perguntas e respostas, que avaliou o nível de aprendizagem e premiou aqueles que responderam corretamente. A atividade permitiu um diálogo mais próximo e seguro sobre o tema, especialmente com o público feminino, promovendo um ambiente de troca de experiências, dúvidas e relatos empíricos. A dinâmica incentivou a participação ativa e o trabalho em equipe, contribuindo para fixar os conhecimentos apresentados. Essa iniciativa reforça a importância da educação em saúde como ferramenta de empoderamento e conscientização, além de evidenciar o papel do enfermeiro na promoção do Planejamento Familiar. Para os acadêmicos de enfermagem, a experiência representou uma aplicação prática dos pilares do ensino, pesquisa e extensão, consolidando a formação profissional e a relevância das políticas públicas em saúde, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA EM SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Antônio Abeu da Rocha Lima, Jéssica Karoline Alves Portugal, Adriana Oliveira da Silva, Joesly dos Santos Tabosa, Manuela Costa dos Santos, Edmaira de Souza Medeiros, Allan Augusto Maciel dos Santos

A disciplina de Semiologia e Semiotécnica marca o início do contato dos estudantes de enfermagem com a assistência ao paciente, sendo fundamental para a formação dos futuros enfermeiros. Essa disciplina aborda conteúdos teóricos e práticos, como curativos, sondagem vesical, sondagem nasogástrica e nasoentérica, verificação de sinais vitais e realização de acesso venoso periférico, entre outros. Nesse contexto, a participação do acadêmico como monitor desempenha um papel crucial no processo ensino-aprendizagem dos estudantes e na preparação do monitor para a docência. Este relato de experiência descreve a atuação de um acadêmico de enfermagem como monitor na disciplina de Semiologia e Semiotécnica I. Durante o período da disciplina, seis alunos monitores participaram, orientando os colegas nas práticas clínicas, que incluíram o ensino do exame físico completo e específico, demonstrando técnicas de inspeção, palpação, ausculta e percussão. Foram também

revisados cálculos de medicamentos, diluições de fármacos e práticas de vias de administração, além de procedimentos como curativos em feridas operatórias e infectadas, sondagem vesical de alívio e de demora. Para preparar os alunos para a prova prática ao final do curso, os monitores organizaram um simulado prévio, além de auxiliarem as docentes na aplicação da prova e na organização do laboratório. Essa experiência favoreceu uma interação mais significativa dos discentes com a disciplina, refletindo em um melhor desempenho acadêmico. Para os monitores, a atividade proporcionou uma vivência prática da docência, permitindo o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, de comunicação e de trabalho em equipe. A monitoria em Semiologia e Semiotécnica, além de enriquecer o aprendizado dos alunos, contribuiu para a formação acadêmica dos monitores, aprimorando competências essenciais para a prática da enfermagem e reforçando o compromisso com a formação de profissionais competentes e dedicados à assistência de qualidade.

REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL E SAÚDE MENTAL: DIALOGANDO COM ADOLESCENTES EM UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO

Hellen de Paiva Szkura, Elisa Hellen Gonçalves Pimentel, Mauro Moura Brito Filho,
Thaís Lara Batista Menezes, Joyce Mazza Nunes Aragão

A reabilitação psicossocial, fortalecida pela luta antimanicomial, busca romper paradigmas e práticas nocivas relacionadas a distúrbios mentais, promovendo mudanças, reinserção e transformação dos indivíduos. Essa abordagem é especialmente relevante para adolescentes institucionalizados, um grupo vulnerável cuja institucionalização, medida excepcional e provisória, visa preservar sua integridade biopsicológica diante de direitos ameaçados ou violados, garantindo a convivência familiar e comunitária. Este estudo descreve uma ação extensionista voltada para a saúde mental desses adolescentes, com ênfase na reabilitação psicossocial, desenvolvida por acadêmicos de enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), integrantes da Liga Interdisciplinar de Promoção à Saúde do Adolescente (LIPSA). A atividade, realizada em maio de 2024, no Centro Socioeducativo de Sobral (CE), contou com a participação de cinco adolescentes e sete socioeducadores, organizada em quatro etapas. Inicialmente, foi levantado o conhecimento prévio dos adolescentes sobre saúde mental e suas repercussões. Em seguida, foi realizada uma apresentação utilizando slides para explicar o conceito de saúde mental, seus agravos, como ansiedade e depressão, e medidas para promoção e prevenção de fatores agravantes. A etapa principal utilizou uma tecnologia educativa do tipo tabuleiro humano, com 10 casas contendo perguntas sobre o tema e afirmativas de mitos e verdades. Por fim, os participantes ofereceram feedback sobre o aprendizado e a importância da ação. Os adolescentes demonstraram atenção e interesse, relatando experiências próprias e familiares relacionadas à saúde mental, como ansiedade, depressão e queixas de sintomas dermatológicos e respiratórios. A dinâmica do tabuleiro promoveu reflexões sobre autocuidado e atitudes com os outros, evidenciando uma maior compreensão do tema e sua aplicação prática. Contudo, foram observadas limitações, como

sentimentos de vergonha e medo ao debater saúde mental e a falta de conhecimento sobre sintomas de transtornos mentais. A ação destacou a relevância de tecnologias inovadoras no cuidado e proteção da saúde mental de públicos vulneráveis, promovendo a ressocialização integral dos jovens. Assim, reforça-se a necessidade de debater e refletir sobre saúde mental com esses adolescentes, considerando seus sintomas, inquietações e o contexto em que estão inseridos, para mitigar os prejuízos e promover sua reintegração à sociedade.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DA GESTANTE NO ESTADO DO MARANHÃO

Morganne Arruda Gomes Vieira, Dayse Keyliane Vieira Ramos, Eduardo Martins Ferraz, Samuel Vieira Rodrigues Dumont, Lorena Carvalho Braga, Iana Raíssa Neves Pereira

O fortalecimento da assistência ao pré-natal busca estruturar e hierarquizar boas práticas no acompanhamento das gestantes, alinhando a atuação da equipe de atenção primária em saúde de forma humanizada, integrada e eficaz, considerando os diferentes níveis de complexidade do sistema (primário, secundário e terciário). O objetivo central é melhorar a assistência ao pré-natal, ampliando e facilitando o acesso das gestantes a uma rede assistencial eficaz e qualificada. Este relato de experiência descreve o processo de qualificação de profissionais da atenção primária, por meio de oficinas presenciais, voltadas à realização da estratificação de risco das gestantes no estado do Maranhão. Entre janeiro e maio de 2024, foram realizadas 17 oficinas presenciais, nas quais 476 profissionais foram capacitados, sendo 372 enfermeiros e 104 médicos. O treinamento seguiu quatro etapas principais: 1) apresentação da ficha de estratificação de risco da gestante, 2) organização dos níveis de risco, 3) estimativa de gestantes de risco habitual, e 4) abordagem de gestantes sob maior vigilância e alto risco, com foco no controle de fatores que podem trazer complicações. Além disso, foram realizados estudos de casos para discussão e fixação do aprendizado. A qualificação profissional mostrou-se essencial para a identificação de fatores de risco nas gestantes, demandando atenção contínua das equipes assistenciais. Essa capacitação não apenas melhora a segurança e a qualidade do atendimento, mas também reduz os riscos de complicações que podem impactar negativamente a morbimortalidade materno-perinatal. A realização das oficinas de qualificação contribuiu para a redução da mortalidade materna, promovendo um atendimento mais seguro e assertivo, bem como um cuidado contínuo e compartilhado entre os profissionais de saúde. Observou-se uma melhoria significativa na assistência prestada e no processo de tomada de decisão, reforçando a importância de ações permanentes de capacitação para garantir uma atenção pré-natal de qualidade.

VIDA MAIS LEVE: GRUPO DE CONVIVÊNCIA E PRÁTICAS POSITIVAS

Luiza Pereira de Menezes, Thiago Nunes Barcelos, Maribela de Moura, Isadora Nunes Fernandes

Este trabalho relata a experiência de uma enfermeira residente do primeiro ano de um programa multiprofissional em Saúde da Família, em um grupo de convivência e promoção da saúde mental em uma unidade de saúde na capital gaúcha. A participação ocorreu no grupo “Vida mais leve”, realizado semanalmente nas manhãs de sexta-feira, organizado por um técnico de enfermagem e uma assistente social, com o apoio de outros membros da equipe multiprofissional. As atividades do grupo incluíram momentos de leitura e reflexão, práticas de meditação e alongamentos, compartilhamento de experiências, escrita de gratidão, música e dança, com o objetivo de promover a atenção ao presente e incentivar o bem-estar. Como principal resultado, os participantes relataram sentir-se mais relaxados, animados e com uma nova perspectiva para começar o dia, valorizando a positividade diária. Profissionais envolvidos reconheceram o grupo como uma estratégia de promoção de saúde para si mesmos e para os usuários, além de um espaço para fortalecer vínculos entre a equipe e a comunidade. A iniciativa possibilitou a troca de experiências entre usuários e entre usuários e profissionais, valorizando o presente e promovendo cuidados integrados à saúde física e mental. Ademais, aproximou a unidade de saúde dos moradores do território, evidenciando o compromisso da equipe com a prevenção, promoção e cuidado em saúde. Esses espaços de convivência e promoção da saúde mental são essenciais para o bem-estar dos usuários e profissionais, contribuindo para uma abordagem integral na Atenção Primária e fortalecendo os laços entre a comunidade e os serviços de saúde.

CONTRIBUIÇÕES DO EXAME CLÍNICO OBJETIVO ESTRUTURADO (OSCE) PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Camille Viana Falcão Brito, Vanessa dos Santos Borges, Analice França Lima, Icarly Kaliny Reis da Silva, Amanda Lima Laet, Milena Zila Santos Cândido, Renê Silva Pimentel

O exame clínico objetivo estruturado (OSCE – Objective, Structured, Clinical Examination) é uma metodologia que avalia as habilidades, conhecimentos e práticas de profissionais de saúde, permitindo uma análise individualizada da competência e desempenho clínico durante o processo de aprendizagem. Utilizando cenários simulados, acadêmicos de enfermagem são desafiados em seu conhecimento, conduta e habilidades práticas. Este trabalho tem como objetivo destacar as contribuições do OSCE para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da formação profissional do enfermeiro. No dia 4 de janeiro de 2024, estudantes do quarto semestre de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará participaram do OSCE no laboratório de habilidades da universidade, como parte da avaliação

da disciplina de semiologia e semiotécnica. Essa metodologia ativa possibilitou identificar dificuldades a serem corrigidas antes do contato direto com pacientes. O professor apresentou o funcionamento do OSCE no início do semestre, detalhando a duração de cada estação prática e as competências avaliadas. Os discentes, organizados em grupos de cinco, passaram por estações de seis minutos, sendo um minuto destinado à leitura do caso clínico e cinco à execução prática. As estações abordaram exame neurológico, exame físico do tórax, exame físico cardíaco, avaliação de feridas e exame físico abdominal. Durante a atividade, os alunos realizaram anamnese e exames físicos em pacientes modelos e simuladores, sob supervisão de avaliadores qualificados, utilizando um instrumento de análise estruturado e padronizado com checklists que abrangiam desde a higienização das mãos até procedimentos específicos. Na etapa final, formularam hipóteses diagnósticas com base nos sinais e sintomas apresentados, relacionando-os às patologias estudadas. O OSCE representou um marco transformador na trajetória acadêmica, conectando teoria e prática, e preparando os estudantes para situações reais na área da saúde. Entre os benefícios observados, destacaram-se a agilidade e eficácia em cenários clínicos, bem como o desenvolvimento do raciocínio clínico para decisões assertivas. Além de avaliar habilidades técnicas, o OSCE contribuiu para o crescimento pessoal e profissional, capacitando os acadêmicos para oferecer cuidados de alta qualidade e promover o bem-estar dos pacientes. A experiência também aumentou a autoconfiança dos estudantes, otimizou os estudos e demonstrou grande potencial para aprimorar a formação de enfermeiros com excelência.

CUIDADOS PALIATIVOS NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Fernanda da Silva Vasconcelos, Willian Fernandes Luna

Diante do aumento da expectativa de vida, do envelhecimento populacional e da crescente incidência de doenças crônicas não transmissíveis, destaca-se a relevância da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, especialmente no que se refere à necessidade de aperfeiçoamento em Cuidados Paliativos (CP). Na APS, é fundamental oferecer assistência interdisciplinar às pessoas sem alternativas de tratamento curativo, visando o alívio do sofrimento. Este estudo analisa o desenvolvimento dos CP na APS com base em produções científicas, por meio de uma revisão de literatura realizada entre abril e junho de 2024, utilizando as bases de dados científicas disponíveis no portal da CAPES. Os descritores aplicados foram “Cuidados Paliativos” e “Atenção Primária à Saúde”, selecionados a partir do vocabulário estruturado DeCS. Incluíram-se artigos primários nacionais e internacionais, em português, inglês e espanhol, integralmente disponíveis e publicados nos últimos cinco anos (2019-2024). Teses, dissertações e artigos fora do escopo da pesquisa foram excluídos após a análise de títulos, resumos e textos completos. Os dados extraídos dos 17 artigos selecionados foram organizados em uma tabela com informações sobre título, periódico, objetivo, metodologia, resultados e conclusões. A análise evidenciou produções voltadas às equipes de saúde (7 artigos), práticas de cuidados (5),

pacientes (3), cuidado ao familiar (1) e políticas públicas (1). Todas as publicações selecionadas eram de origem nacional, embora algumas estivessem em revistas internacionais. Os resultados mostram que os profissionais da APS percebem a necessidade de ampliar conhecimentos sobre CP, apontando para a importância de ações de educação continuada que integrem equipes e promovam formação qualificada. Dificuldades como comunicação de más notícias e abordagem da espiritualidade foram frequentemente mencionadas. A pesquisa também destacou a escassez de produção científica sobre CP e revelou que fragilidades na prática profissional estão associadas à formação acadêmica, na qual a disciplina de CP é frequentemente ausente ou superficial. A incorporação de CP na APS enfrenta desafios relacionados à experiência predominantemente hospitalar dessa assistência, um ambiente de maior controle. Por fim, observou-se que a formação de profissionais para atuar em CP na APS ainda é incipiente, com poucas iniciativas de educação voltadas aos profissionais, pacientes e familiares.

ABSENTEÍSMO NO AMBIENTE HOSPITALAR: CAUSAS PREPONDERANTES E DESAFIOS GERENCIAIS

Lisiane Krolikovski da Silva, Cesar França Abrahão, Anderson Procópio Viana,
Ana Lúcia da Costa Coutinho, Adriana Pacheco dos Santos Pierre

O absenteísmo no ambiente hospitalar representa um desafio significativo para a gestão, influenciado por fatores como condições de trabalho, saúde dos profissionais, estresse ocupacional, recursos laborais inadequados e questões pessoais. Este estudo piloto, de natureza transversal, exploratória e com enfoque epidemiológico, teve como objetivo identificar as principais causas de ausência dos profissionais em um hospital de pequeno porte localizado em São José dos Pinhais, durante o período de junho a dezembro de 2023. A pesquisa iniciou-se com um levantamento de dados realizado em parceria com o departamento de Recursos Humanos, para identificar os principais motivos dos afastamentos. Os índices encontrados refletiram padrões semelhantes aos dados nacionais de hospitais públicos no que diz respeito ao tipo e à natureza das causas. Entre os atestados que apresentavam códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), as causas mais frequentes foram distúrbios do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo (20,1%), episódios de depressão e/ou ansiedade (16,3%), infecções virais respiratórias (14,4%) e gástricas (13,4%), enquanto as demais causas somaram 35,8% do total. A ausência de profissionais impacta diretamente a segurança do ambiente hospitalar, afetando tanto o funcionamento da instituição quanto a qualidade dos cuidados prestados aos pacientes. As fragilidades locais identificadas incluíram a falta de treinamento das equipes, a inadequação de equipamentos e a ausência de políticas de autocuidado. Assim, torna-se crucial desenvolver estratégias específicas voltadas à implementação de programas de bem-estar para os colaboradores, acompanhados de investimentos na construção de uma cultura organizacional que equilibre as demandas operacionais com a promoção da saúde integral dos profissionais, enquanto agentes promotores de saúde.

LUDICIDADE NA CIÊNCIA: O RELATO DE UMA OBRA CIENTÍFICA QUE EXPÕE EXPERIÊNCIAS DURANTE A COVID-19

Daphne Sarah Gomes Jacob Mendes, Carolyn Victoria dos Santos Silva, José Rafael Cutrim Costa, Miguel Ângelo Montagner, Maria Inez Montagner

Apresentamos a obra *Retratos e Memórias de uma Pandemia*, publicada em 2020, organizada por cientistas que buscaram conectar ciência, arte e saúde. Este livro é um produto acadêmico originado das experiências vivenciadas pelos autores durante o primeiro ano da Pandemia de covid-19, um período marcado por uma crise sanitária global sem precedentes. A pandemia trouxe medidas inesperadas, como o distanciamento social, que isolou grande parte da população em suas casas e paralisou atividades cotidianas. No campo científico, emergiu o desafio de manter a continuidade das pesquisas nesse cenário adverso. Nesse contexto, nasceu este livro, um projeto que propõe um novo tipo de comunicação ao integrar a escrita científica ao cotidiano doméstico, ao cuidado com os filhos e aos sentimentos mais profundos suscitados por esse momento histórico. A obra é composta por 21 capítulos que convidam os leitores a explorar a arte da escrita científica através de uma linguagem criativa, íntima e carregada de emoção. Relatos que vão desde a perspectiva de crianças até de intelectuais da área da saúde expressam percepções e experiências vividas durante esse período. Poesias, prosas, contos e desenhos são utilizados como formas de expressão, refletindo os sentimentos mais genuínos e extraordinários de quem enfrentou esse momento inesperado. As narrativas apresentadas revelam uma diversidade de experiências e sentimentos: o amor por pessoas queridas, os anseios por concretizar sonhos, as angústias e desesperos diante da incerteza. Acima de tudo, oferecem um olhar atento para os sentimentos mais íntimos e demonstram como a ludicidade pode ser incorporada à ciência. Ao integrar arte, ciência e saúde, o livro suscitou reflexões sobre a cura, não apenas do corpo, mas também da alma, por meio da expressão aberta das emoções. Ele criou conexões entre indivíduos, mostrando que os sentimentos compartilhados podem gerar empatia e aliviar a sensação de solidão. A abordagem artística da ciência estimulou um pensar mais leve e humano sobre a vida, demonstrando que a ciência pode ser acessível, criativa e profundamente conectada à essência humana, sem perder sua eficácia e propósito.

ARTE COMO INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ANEMIA FALCIFORME: UM RELATO DE CASO

Lorena Taynan Vasconcelos Queiroz, André Franco Ludwig, Katiane Tremarin Morsch, Fabiane Cristina Siebel Anderson

A anemia falciforme (AF), também chamada de doença falciforme, afeta cerca de três milhões de indivíduos globalmente e é causada por mutações no gene da globina β , que resultam na formação de hemoglobina em formato de foice (falciforme). Essa alteração leva à hemólise crônica e vaso-

oclusão, causando dores agudas e crônicas, além de danos a órgãos-alvo, o que resulta em morbidade significativa e uma expectativa de vida média de 43 anos no Brasil. Este estudo apresenta o relato de caso de uma paciente de 24 anos com diagnóstico de AF desde 2009, internada na unidade de Oncologia e Hematologia de um hospital terciário para controle álgico devido à osteonecrose de cabeça femoral à direita e múltiplas internações. Acompanhada pelo Serviço Social, a paciente enfrentava limitações impostas pela doença e impacto significativo em seu núcleo familiar, agravado pela perda de contato com grupos de apoio após transferência hospitalar. Inicialmente, demonstrou pouco interesse em interações e atendimentos multiprofissionais, mas, após avaliação social, foi identificada exaustão da rotina hospitalar, desejo de alta e afinidade com atividades artísticas. Como intervenção, utilizou-se o bordado livre em oficinas supervisionadas, o que promoveu adesão positiva, fortalecimento do vínculo profissional-paciente e percepção diferenciada desta internação em relação às anteriores. A paciente relatou melhora no enfrentamento da hospitalização prolongada, reconhecendo o impacto da intervenção social e da prática artística em seu desfecho clínico e social, além de demonstrar maior adesão ao tratamento clínico e fisioterapêutico, com boa interação com a equipe multidisciplinar. A utilização da arte como ferramenta de intervenção, especialmente o bordado livre, mostrou-se eficaz no ambiente hospitalar ao promover desenvolvimento humano, mediar a atuação do assistente social e melhorar as condições de vida de pacientes com AF. Conclui-se que a AF, por apresentar prognóstico desafiador e gerar sequelas físicas, emocionais e sociais, demanda acompanhamento contínuo do serviço social e de equipes multidisciplinares, sendo a arte uma aliada no fortalecimento do vínculo profissional-paciente e na adesão ao tratamento.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA PRÁTICA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA UPA

Juracy Rocha da Silva, Ana Carolina Cantuária de Assunção, Gabriel Lima de Andrade, Monica Karla Vojta Miranda, Sílvia Maria Farias dos Santos, Franciane de Paula Fernandes

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) desempenha um papel central na Política Nacional de Atenção às Urgências, estabelecida pelo Ministério da Saúde, ao oferecer assistência contínua, eficaz e de alta qualidade a pacientes com condições clínicas de complexidade intermediária. Funcionando 24 horas por dia, sete dias por semana, a UPA conta com uma equipe multidisciplinar, sendo um espaço essencial para a formação de acadêmicos de saúde, especialmente de enfermagem, que, por meio da prática em campo, têm a oportunidade de vivenciar situações reais de atendimento e aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Este estudo, na modalidade de relato de experiência, descreve as atividades práticas desenvolvidas por acadêmicos do sétimo período de Enfermagem durante o período de 17 a 22 de maio de 2024, em uma UPA localizada em Santarém, Pará. As atividades abrangeram setores como acolhimento, classificação de risco e sala de medicação, sendo a coleta de dados realizada por observação direta e interação com a equipe de saúde. Durante o

estágio, os acadêmicos participaram do acolhimento e da classificação de risco utilizando o Sistema de Triagem de Manchester (STM), amplamente reconhecido pela sua eficácia em priorizar o atendimento e determinar o tempo recomendado para avaliação médica, com base em um sistema de cores que classifica a gravidade dos casos. Na sala de medicação, realizaram a administração de medicamentos por diferentes vias, especialmente a endovenosa, que requer preparo adequado para punção venosa e atenção rigorosa à técnica. Contudo, identificaram-se limitações relacionadas à carência de suprimentos e equipamentos, que impactam a qualidade do atendimento. A experiência prática evidenciou a importância do estágio para consolidar os conhecimentos da disciplina de Urgência e Emergência, destacando o esforço da equipe de enfermagem em oferecer atendimento humanizado, apesar dos desafios estruturais e da superlotação decorrente da procura frequente por atendimentos de baixa complexidade. Esses fatores ressaltam a relevância do aprimoramento contínuo da organização e das condições de trabalho na UPA, assegurando tanto a qualidade do atendimento quanto a formação dos futuros profissionais de saúde.

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE A DISCIPLINA LABORATÓRIO DE SENSIBILIDADES

Beatriz Santana Caçador, Caroline de Freitas Silva, Laylla Veridiana Castoria Silva, Gian Batista Carmo, Thalyta Cássia de Freitas Martins, João Vítor Andrade

O processo formativo na área da saúde enfrenta o desafio de superar o paradigma biomédico e resgatar a dimensão cuidadora, ética e humanista das práticas em saúde. Este estudo buscou compreender as percepções de estudantes sobre a disciplina *Laboratório de Sensibilidades*, ofertada como optativa no primeiro semestre de 2024 em um curso de Enfermagem de uma universidade pública no interior de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com 12 estudantes de enfermagem, cuja coleta de dados foi realizada por meio de formulário online (Google Forms) em abril de 2024, com análise de conteúdo baseada em Bardin. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer: 6.416.646). Os resultados indicaram que a disciplina tem mobilizado nos estudantes a capacidade de autoreflexão e cuidado de si, permitindo que se reconectem com sua dimensão sensível, frequentemente negligenciada no ambiente acadêmico. As estratégias pedagógicas utilizadas na disciplina, ao promoverem experiências sensíveis, têm ajudado os estudantes a se compreenderem melhor e a refletirem sobre quem desejam ser, ressaltando que o desenvolvimento da sensibilidade consigo mesmo é essencial para praticá-la com o outro. A disciplina tem oferecido um espaço protegido para que os estudantes cuidem de suas próprias emoções, promovendo maior consciência de si mesmos. Esse processo contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais e sensibilidade moral, favorecendo a identificação e reflexão sobre emoções, sentimentos e significados, constituindo, assim, um exercício autêntico de cuidado de si.

PARTICIPAÇÃO DE ACADÊMICOS DE ODONTOLOGIA EM PROJETO DE PESQUISA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laura Maria Becker, Alessa Oliveira de Lima, Atilio Arthur Rossato, Beatriz Baldo Marques, Daniele Weis Fernandes de Moura, Helena Muller, Luana Pritsch, Magda de Sousa Reis, Renita Baldo Moraes

O presente trabalho relata a experiência de acadêmicos do Curso de Odontologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) em um projeto que integra ensino e serviço, realizado pela UNISC em parceria com as Secretarias da Saúde e da Educação do município de Santa Cruz do Sul (RS), a 6ª Coordenadoria Regional de Educação e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O projeto visa avaliar as condições de saúde bucal de escolares de 5 e 12 anos da rede pública, urbana e rural, do município, além de identificar necessidades de tratamento odontológico e estimar o impacto de determinantes socioeconômicos, como a insegurança alimentar e a qualidade da alimentação, na ocorrência de cárie dentária. Planejado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNISC em 2023, o projeto conta com a participação de bolsistas voluntários do Programa UNISC de Iniciação Científica (PUIC), orientados por docentes do curso. No primeiro semestre de 2024, os acadêmicos participaram de capacitações sobre condições bucais, seguindo os critérios da Organização Mundial da Saúde e do projeto SB Brasil 2020. Além disso, foram treinados para registrar exames bucais, realizados por cirurgiões-dentistas da rede municipal, e conduzir entrevistas com escolares de 12 anos. Os cirurgiões-dentistas passaram por treinamentos e calibrações prévias, utilizando imagens. Os bolsistas colaboraram no desenvolvimento de formulários no Google Forms, aplicação de questionários-piloto, elaboração de manuais de orientação para coleta de dados, digitação de informações em planilhas de Excel e apoio na aplicação de questionários. A participação no projeto permitiu aos acadêmicos conhecer diferentes contextos sociais e compreender a cárie dentária como uma doença multifatorial, impactada pela alimentação e por condições socioeconômicas. A experiência também promoveu o aprimoramento de habilidades de comunicação, pensamento crítico, trabalho em equipe e senso de responsabilidade social, além de proporcionar uma melhor compreensão sobre a autopercepção dos escolares em relação à saúde bucal. A pesquisa reforça a importância de ações de saúde nas escolas, promovendo a conscientização da comunidade sobre hábitos alimentares e de higiene que influenciam na saúde geral. A atuação dos acadêmicos potencializou a coleta de dados de maneira confiável e ética, contribuindo para a ampliação do estudo e a identificação de problemáticas relacionadas à saúde bucal, além de fomentar o desenvolvimento de futuras ações que visem melhorias na qualidade de vida da população.

A IMPORTANCIA DO ESTÁGIO EM GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA NA FORMAÇÃO DE GRADUANDOS EM PSICOLOGIA

Iris Carvalho dos Passos, Francely Dias dos Anjos, Yuri Costa de Freitas, David Lacerda Barbosa, Nicole Menezes Viana, Cinthia de Castro Santos

Este trabalho relata a experiência de graduandos em Psicologia durante o Estágio em Gestão em Saúde Pública, realizado na Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA), especificamente na

Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CESMAD/SESPA), entre fevereiro e junho de 2024. A narrativa destaca as oportunidades e desafios enfrentados, ressaltando a importância dessa vivência para a formação de futuros profissionais e gestores em saúde. No estágio, foi possível compreender melhor a dinâmica da saúde pública, que se encontra em constante transformação, e o papel dos órgãos gestores e fiscalizadores na definição de parâmetros que atendam às demandas territoriais do estado do Pará. A experiência permitiu um aprofundamento na gestão da Política Nacional de Saúde Mental, especialmente em nível estadual, e possibilitou observar a articulação entre diferentes profissionais de saúde, bem como a importância de uma gestão eficiente de recursos e cuidados. Identificou-se a necessidade de acompanhar como as políticas públicas são efetivamente aplicadas no território, considerando as particularidades locais e alinhando-as aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como equidade e universalidade. Durante o estágio, foram realizadas visitas técnicas, incluindo a Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV) e a República Terapêutica de Passagem (RTP), no município de Ananindeua. Nessas ocasiões, os graduandos participaram de uma reunião técnica para discutir o caso de um paciente que, em surto psicótico, cometeu um homicídio, esteve internado no Hospital Psiquiátrico de Custódia do Pará (HGP), e, após sua alta, passou por diversos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo um CAPS III, até sua transferência para a RTP. Os graduandos acompanharam o processo de transferência, aprofundando sua compreensão sobre o funcionamento e os desafios da rede. Essa vivência representou um diferencial na formação dos estudantes, proporcionando uma análise crítica e abrangente sobre a saúde mental em uma perspectiva macropolítica. Foi possível identificar desafios e oportunidades de intervenção em diferentes territórios, além de observar falhas na articulação entre os níveis municipal e estadual, especialmente no que diz respeito à qualificação de profissionais para atender às diversas demandas da população em situação de vulnerabilidade. O estágio em gestão revelou-se fundamental para ampliar a visão sobre a complexidade da gestão de políticas públicas em um estado com a diversidade geográfica e cultural do Pará. Essa experiência não apenas enriqueceu a formação em Psicologia, mas também preparou os graduandos para atuar como gestores em saúde pública, com um olhar mais crítico e sensível às especificidades territoriais e sociais.

CUIDADOS PALIATIVOS EM PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS PERSISTENTES: REVISÃO INTEGRATIVA

Thalyta Cássia de Freitas Martins, Caroline de Freitas Silva, Beatriz Santana Caçador,
Érica Toledo de Mendonça, Vitória Beccari Gonçalves, João Vitor Andrade

Este trabalho aborda a prática de cuidados paliativos para pacientes com transtornos mentais persistentes, um campo ainda pouco explorado na saúde, com o objetivo de analisar as evidências disponíveis sobre a prestação desses cuidados a indivíduos com transtornos mentais crônicos na rede de atenção à saúde. Trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura que busca responder à

pergunta: “Quais as evidências disponíveis concernentes à oferta de cuidados paliativos a pessoas com transtornos mentais crônicos na rede de atenção à saúde?”. A pesquisa utilizou a estratégia PICO e consultou as bases de dados PubMed, Web of Science, SCOPUS, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e CINAHL, empregando operadores booleanos AND e OR para a combinação dos descritores. Os resultados foram exportados para o aplicativo Rayyan para identificação, remoção de duplicações e seleção dos estudos. Dos 164 estudos encontrados, quatro estudos quantitativos de coorte, com nível de evidência IV, foram selecionados, evidenciando disparidades na oferta de cuidados paliativos: pessoas com transtornos mentais crônicos recebem menos cuidados paliativos e são submetidas a mais cuidados de alta intensidade no fim da vida. O acesso a serviços paliativos é limitado para essa população, agravado por comorbidades adicionais que complicam o quadro clínico. A escassez de cuidados paliativos representa um desafio significativo, intensificado pelo estigma e pela falta de capacitação dos profissionais de saúde. Assim, é imperativo revisar e fortalecer as políticas públicas para garantir assistência adequada, integrando cuidados paliativos na rede de atenção à saúde e adotando abordagens holísticas.

PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DE INDÍGENAS NOS CONTEXTOS URBANOS BRASILEIROS: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Julio Cesar Mutti, Willian Fernandes Luna

Conforme dados do Censo 2022, atualmente há 1.693.535 pessoas autodeclaradas indígenas no Brasil, um aumento de 88% em relação ao levantamento de 2010. Quanto à territorialidade, 36,73% residem em terras indígenas, enquanto os demais vivem em diferentes contextos, incluindo áreas urbanas, resultado de um processo socio-histórico marcado pela colonização, violência e interação com populações não indígenas. Estudos sobre migrações indígenas para zonas urbanas na América Latina têm ganhado relevância, analisando a reestruturação multifatorial desses grupos nos territórios, envolvendo modos de vida e relações sociais e culturais. Essas migrações trazem desafios, incluindo marginalização e desigualdades que influenciam os processos de saúde e doença em contextos urbanos. Este estudo busca discutir os processos saúde-doença vivenciados por indígenas nos contextos urbanos brasileiros. Realizou-se uma revisão narrativa de literatura, com busca de publicações no Portal de Periódicos da Capes, utilizando descritores relacionados à temática. O levantamento, realizado entre abril e junho de 2024, revelou um aumento significativo de estudos sobre vivências indígenas em áreas urbanas, destacando as desigualdades sociais e as barreiras de acesso no Sistema Único de Saúde (SUS), reflexos do racismo estrutural. A atenção à saúde indígena no contexto urbano enfrenta dificuldades em considerar concepções de saúde-doença-cuidado distintas das ocidentais. Para muitas etnias, saúde e doença estão relacionadas a questões como direito territorial, mudanças climáticas e influências urbanas, impactando os modelos de atenção biomédico e tradicional. Por exemplo, indígenas em territórios demarcados apresentam maior incidência de Síndrome Respiratória Aguda Grave, enquanto aqueles

nas cidades enfrentam mais casos de covid-19, apesar da precariedade dos registros sobre adoecimento urbano indígena. Diversos fatores impulsionam a migração para as cidades, frequentemente resultando em sofrimento étnico-político, agravado por desigualdades que sustentam violências invisíveis, somadas às dificuldades de acesso à renda, educação e moradia. No entanto, há um fluxo contínuo de trocas entre espaços urbanos e territórios demarcados, revelando uma dinamicidade cultural característica. Evidencia-se a necessidade de análises mais profundas sobre as diversas experiências indígenas de adoecimento em contextos urbanos, que refletem relações com territórios tradicionais, mas também apresentam especificidades ligadas às condições precárias de moradia e trabalho, bem como às barreiras no SUS. Recomenda-se a formulação de novas Políticas Públicas que garantam o direito de acesso diferenciado e intercultural aos povos indígenas residentes em áreas urbanas, alinhadas ao respaldo já previsto pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas para aqueles em territórios demarcados, reafirmando que saúde é um direito de todos os indígenas e dever do Estado.

AÇÃO EDUCATIVA DE PREVENÇÃO DE IST'S PARA ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DO AMAZONAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cássio da Silva Cavalcante, Miguel Afonso da Costa Pontes, Milena Souto Monteiro, Marilene Pereira da Silva, Matheus Pedrosa da Silva, Francisco Ariel Nascimento Silva, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Jean Carlos de Lima, Paula Andreza Viana Lima

O enfrentamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) representa um grande desafio para a sociedade nos últimos anos, sendo as medidas preventivas a forma mais eficaz de reduzir sua incidência. Nesse contexto, ações educativas voltadas para a conscientização são essenciais. Este trabalho relata a experiência de estudantes da disciplina de Saúde e Sociedade do curso de Enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas (ISB/UFAM) em uma escola pública do município de Coari, Amazonas. A ação educativa, realizada em 8 de novembro de 2022 no bairro Chagas Aguiar, foi coordenada por um docente e envolveu 18 alunos do primeiro período do curso. O local escolhido foi uma escola pública que atende crianças e adolescentes de 12 a 18 anos, público-alvo da atividade. Foram selecionadas duas turmas para participar da apresentação, que consistiu na exposição de informações claras e objetivas sobre as ISTs, abordando formas de prevenção, sinais e sintomas, e procedimentos a serem adotados caso fossem identificados sinais dessas infecções. A ação beneficiou cerca de 40 adolescentes e teve retorno amplamente positivo, com estudantes manifestando dúvidas, discutindo formas de prevenção e desconstruindo mitos comuns sobre o tema. Todas as questões foram esclarecidas pelos alunos e pelo docente, promovendo um ambiente educativo de confiança. A iniciativa demonstrou a importância de ações desse tipo para reduzir a incidência de ISTs, especialmente em comunidades mais afastadas, onde o acesso à informação e aos serviços de saúde é limitado. Além disso, reforçou o papel da educação em saúde como ferramenta essencial para promover conscientização e cuidado, mostrando que iniciativas como essa precisam ser valorizadas e replicadas.

SOLICITAÇÕES DE ABORTO LEGAL NO PRIMEIRO ANO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM PROGRAMA DE ATENDIMENTO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL (ES)

Laura Locatel Gomes Silveira, Alexsandra Martins Entringer, Karina Fardin Fiorotti

A temática do abortamento carrega em seu cerne a estigmatização e a invisibilização, fatores que comprometem o reconhecimento dos serviços de referência em abortamento legal e a efetivação dos direitos reprodutivos como parte dos direitos de gênero. Nesse contexto, o Programa de Atendimento à Vítima de Violência Sexual (PAVÍVIS), vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo, surge como um projeto de extensão para oferecer acompanhamento médico, laboratorial e psicossocial a adolescentes e adultos em situação de violência sexual. Esse atendimento ocorre no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM), instituição pública de referência em saúde. Historicamente, a luta pelo aborto legal enfrenta desafios e criminalizações, agravados pela pandemia de Covid-19 em 2020, que aumentou a vulnerabilidade das mulheres. Com o início do lockdown no Espírito Santo em 28 de março de 2020, o acesso ao serviço de abortamento tornou-se ainda mais restrito. Este estudo analisou as solicitações de interrupção legal de gestação registradas entre 28/03/2020 e 28/03/2021, período em que 34 gestantes vítimas de estupro, incluindo de vulnerável, foram atendidas pelo PAVÍVIS. Cada paciente recebeu um acompanhamento singular de uma equipe multidisciplinar antes, durante e após a solicitação do abortamento legal. Dados dos Relatórios Anuais de 2020 e 2021 revelaram que a idade média das pacientes era de 24,4 anos e que a maioria residia em Vitória, capital do estado. A demanda espontânea foi a principal porta de entrada, representando 41,18% dos casos, seguida por encaminhamentos de instituições como a Defensoria Pública, o Departamento Médico Legal (DML) e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Um dado alarmante foi que 52,94% das pacientes relataram terem sido violentadas sexualmente por agressores conhecidos, como padrastos, namorados, familiares e ex-cônjuges, evidenciando o contexto de insegurança enfrentado por essas mulheres. Esses achados reforçam a urgência de discutir os direitos reprodutivos como uma questão de saúde pública e de tratar o aborto legal como um direito democrático das mulheres, enquanto seu cerceamento perpetua uma narrativa de violência de gênero. Assim, destaca-se a importância de manter e ampliar os serviços de apoio e atendimento às vítimas de violência sexual, garantindo o acesso ao abortamento legal e protegendo os direitos reprodutivos e a saúde das mulheres, prioridades fundamentais na luta contra a violência de gênero.

DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES NO MUNICÍPIO DE ICONHA, NO ESPÍRITO SANTO

Rômulo de Souza Ribeiro, Solange Barboza Fernandes Thompson, Giovana Machado Souza Simões

As Práticas Integrativas e Complementares (PICs), reconhecidas pelo Ministério da Saúde no Brasil, têm como finalidade promover a prevenção de doenças, a manutenção da saúde e o tratamento

de diferentes patologias de forma integral e complementar à medicina convencional. Essas práticas abrangem cuidados em saúde que combinam conhecimentos profissionais com saberes familiares e populares, sem substituir os tratamentos tradicionais, mas funcionando como um complemento indicado conforme as necessidades clínicas de cada paciente. No município de Iconha, localizado no sul do Espírito Santo, foram implementadas algumas PICs na Atenção Primária à Saúde (APS), visando ampliar o cuidado aos usuários do sistema de saúde, seguindo a regulamentação do SUS pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída pela Portaria GM/MS nº 971, de 2006. Com o apoio da Equipe Multiprofissional e do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi), vinculado à Secretaria de Saúde do Espírito Santo (SESA), estratégias foram desenvolvidas para efetivar a implementação das PICs. Das 29 práticas oferecidas pelo SUS, Iconha disponibiliza Auriculoterapia, Moxabustão, Ventosaterapia e Acupuntura, integradas às atividades da APS por meio de profissionais como educadores físicos, nutricionistas, médicos, psicólogos, farmacêuticos e fisioterapeutas. Em 2023, foram realizados 1.662 atendimentos e 5.504 procedimentos relacionados às PICs no município, enquanto em 2024, até o momento, houve 495 atendimentos e 1.138 procedimentos. Observou-se um crescente uso dessas práticas, com relatos de significativa melhora na qualidade de vida e nas condições de saúde dos usuários. A experiência demonstra que as PICs não apenas promovem benefícios clínicos, mas também incentivam a adesão dos profissionais na organização e execução dessas atividades, contribuindo para a consolidação de um modelo de cuidado mais abrangente e humanizado na APS.

E-BOOK SOBRE ALERGIA ALIMENTAR

Jane Katia Vivas Taveira, Catiúscia Farias de Souza, Mohana Epaminondas Barros,
Rosiene Rosa Pires, Diógenes Marcondes

A elaboração do e-book sobre alergia alimentar pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) teve como objetivo orientar a população sobre alimentos alergênicos, diagnóstico, tratamento, prevenção de contaminação cruzada e leitura de rótulos de alimentos alergênicos. Segundo a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, a prevalência de alergia alimentar no Brasil acompanha os índices mundiais, com 8% das crianças e 2% dos adultos afetados. Esse cenário, somado à escassez de materiais oficiais atualizados sobre o tema, motivou a criação de um documento científico acessível, com informações claras e objetivas para esclarecer dúvidas e combater a disseminação de informações incorretas que podem levar a autodiagnósticos imprecisos e riscos graves à saúde. O desenvolvimento do e-book envolveu a consulta a fontes confiáveis, como o Ministério da Saúde, a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, legislações e artigos científicos. A edição foi realizada na plataforma Canva, com textos resumidos e apoio de imagens. Reuniões frequentes entre os envolvidos permitiram ajustes no conteúdo e no design, resultando em um e-book de 42 páginas composto por seis capítulos. Esses capítulos abordam tipos e sintomas de alergias alimentares, alimentos alergênicos mais comuns, diagnóstico, tratamento, prevenção da contaminação cruzada, leitura de rótulos e um capítulo bônus com receitas práticas para promover a inclusão e segurança alimentar de indivíduos alérgicos. O material

também esclarece dúvidas frequentes e destaca a importância do acompanhamento por nutricionistas para evitar prejuízos nutricionais e realizar substituições adequadas. O e-book foi lançado durante a Semana Estadual de Alergia Alimentar de Mato Grosso, em maio de 2024, e está disponível no site da SES-MT. Esse trabalho não apenas amplia o conhecimento sobre alergias alimentares, mas também promove a disseminação de informações científicas e seguras, ressaltando a relevância de práticas alimentares seguras e inclusivas para melhorar a qualidade de vida de indivíduos alérgicos.

A “ENTRADA PRINCIPAL” E O OLHAR GUIADO PELO SUJEITO: UM RELATO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE CUIDADO DO CONSULTÓRIO NA RUA EM CENA DE USO

Priscilla Victória Rodrigues Fraga, Paloma Ferreira Coelho Silva, Celina Maria Modena

O presente resumo, extraído da dissertação de mestrado intitulada “Tá normal! Tá normal! A saúde chegou”: Etnografia da atuação do Consultório na Rua de Belo Horizonte nas Cenas de Uso, apresenta reflexões a partir de entrevistas realizadas com trabalhadores das equipes Consultório na Rua (eCR). Um ponto marcante na análise foi a percepção de uma trabalhadora sobre o espaço físico do Parque Guilherme Lage, local público que abriga uma cena de uso de drogas atendida pela eCR. Segundo seu relato, a equipe utilizava a “entrada principal” para facilitar o acesso às pessoas em situação de rua (PSR) e ofertar atendimentos de saúde, mas, devido à pandemia de Covid-19, essa entrada foi bloqueada com uma tela pela prefeitura, dificultando o acesso aos usuários. Como resposta, os usuários abriram uma fresta na tela para continuar entrando e saindo da cena de uso, o que levou a equipe a utilizar outra “entrada lateral”, embora o acesso fosse mais difícil e demandasse o uso de uma van por ficar distante da cena de uso. Curiosamente, a trabalhadora identificava como “entrada principal” o pequeno portão nos fundos do parque, próximo à cena de uso, enquanto a verdadeira portaria, única sinalizada pela prefeitura, era referida como “entrada lateral”. Essa inversão de lógica evidencia como o olhar da profissional estava profundamente centrado nos usuários, extrapolando as delimitações institucionais e mostrando como o saber do profissional de saúde passou a ser guiado pelas necessidades dos sujeitos atendidos. Essa dinâmica remete à lógica do usuário-guia, que coloca o usuário no centro da produção do saber, conduzindo pesquisadores e profissionais pelos seus caminhos e desafios. Nessa perspectiva, o cuidado em saúde é orientado pela centralidade do usuário, alinhando-se aos princípios da Redução de Danos como uma ética de cuidado centrada no sujeito. Assim, permitir-se ser guiado pelo usuário abre novas possibilidades de cuidado, gerando estratégias singulares que promovem a autonomia, a equidade e o aprimoramento técnico, ao deslocar o trabalhador do centro do saber e reconhecer a potência da relação centrada no usuário.

FALTA DE ACESSO AOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS ENTRE MULHERES EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE POR PLANO ODONTOLÓGICO E CLASSE ECONÔMICA

Larissa Hitomi Morigaki, Wellen Góbi Botacin, Bárbara Cássia de Santana Farias-Santos, Thiago Dias Sarti, Ana Paula Santana Coelho Almeida, Carolina Dutra Degli Esposti

O acesso aos serviços de saúde envolve tanto a entrada nos serviços quanto o recebimento dos cuidados subsequentes, sendo as desigualdades entre diferentes grupos, como o de mulheres, um desafio significativo para o pleno funcionamento do Sistema Único de Saúde. Nesse contexto, este estudo transversal analisou o acesso aos serviços odontológicos por 1.107 mulheres com 18 anos ou mais, residentes em Vitória, Espírito Santo. A amostra foi selecionada aleatória e sistematicamente por conglomerados em dois estágios: primeiro, a escolha dos setores censitários com base no censo de 2010 do IBGE; segundo, a seleção de domicílios nesses setores. Entre setembro e dezembro de 2021, dados foram coletados por meio de entrevistas individuais com aplicação de questionário estruturado, abordando acesso aos serviços odontológicos e características sociodemográficas. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (Protocolo 43958.686.21698.3010/2020) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES) (processo nº 160/2021). A variável dependente foi definida como a falta de acesso aos serviços odontológicos, caracterizada pela busca sem sucesso por atendimento, enquanto as variáveis independentes incluíram posse de plano odontológico e classe econômica. A análise descritiva, conduzida no software Stata 13, incluiu prevalências e intervalos de confiança, seguida por análises bivariadas para investigar associações entre variáveis independentes e o desfecho. Entre as participantes, 76% não possuíam plano odontológico e 23,9% possuíam; quanto à classe econômica, 8,9% pertenciam à classe A, 43,8% à classe B, 38,4% à classe C e 8,6% às classes D/E. Mulheres sem plano odontológico apresentaram maior prevalência de falta de acesso aos serviços (13,9%, IC95% 10,9-17,4%) em comparação às que possuíam plano (2,7%, IC95% 1,1-6,4%). Além disso, a falta de acesso foi mais elevada nas classes D/E (37,8%, IC95% 23,8-54,2%), seguida pela classe C (14,9%, IC95% 10,8-20,2%), classe B (6,3%, IC95% 4,0-9,6%) e classe A (1,4%, IC95% 0,2-9,6%). Os resultados evidenciam desigualdades no acesso aos serviços odontológicos nessa população, destacando que a posse de plano odontológico está associada a menor prevalência de falta de acesso, enquanto mulheres das classes econômicas mais baixas enfrentam maiores barreiras para acessar esses serviços.

CARTOGRAFIA DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO ESTADO DO RS

Carla Fabiane Wojciekowski, Gabriel Calazans Baptista, Cristian Fabiano Guimaraes, Rosimarie Andreazza, Luis Tofani, Arthur Chioro

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada em parceria com a Unifesp/MS com o objetivo de compreender os desafios da Atenção Especializada (AE), produzindo informações qualitativas para

qualificar o diagnóstico situacional da AE no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa aborda questões estratégicas relacionadas ao financiamento, contratualização e regulação da AE, considerando a percepção e atuação de diversos atores. Foi analisada a organização e funcionamento do sistema a partir de macrorregiões de saúde, utilizando a estratégia cartográfica para identificar dinâmicas e forças que influenciam a realidade acessada (Barros e Passos, 2009; Paulon e Romagnoli, 2010). O estudo contou com análise documental, entrevistas com atores-chave, rodas de conversa, participação em reuniões e eventos com gestores municipais, trabalhadores dos serviços e das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), além de visitas a serviços municipais. Essas ações permitiram identificar questões estruturantes do Sistema Único de Saúde Gaúcho e da Política Nacional de Atenção Especializada (PNAES). A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética da UNIFESP (parecer n. 6.621.336), contribuiu para um estudo nacional mais amplo. A operacionalização da AE no RS revelou desafios relacionados ao planejamento estadual, à distribuição de recursos e às tensões nas relações público-privadas no processo de regulação e contratualização. Destacam-se iniciativas como a metodologia ASSISTIR para alocação de recursos, os sistemas GERCON e GERINT para regulação de consultas e internações, respectivamente, e a pactuação regional por meio da CIB 50/2022. A pesquisa identificou fragilidades na governança interfederativa entre municípios, Estado e outros atores, evidenciando a necessidade de maior autonomia regional para decisões coletivas e apontando dificuldades nas instâncias de pactuação regional (CIR) e estadual (CIB). Observou-se que os sistemas regulatórios criaram uma fila única, embora persistam vazios assistenciais não regulados. Na Macro Vales, a modelagem da rede de traumatologia, integrando emergência, centro especializado e atenção básica, destacou-se como prática criativa para qualificar a AE no RS, com um tripé formado pela regulação, gestão do cuidado e transporte sanitário, articulado por uma metodologia relacional que promove diálogo e qualificação entre os diferentes níveis do sistema.

I ENCONTRO MATO-GROSSENSE EM HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE, COM O SLOGAN “CULTIVANDO EMPATIA, VALORIZANDO VIDAS E CONSTRUINDO MUDANÇAS”

Rosiene Rosa Pires,, Cássio Fernando Oliveira da Silva, Aurea Kelly de Oliveira Campos, Ciene Conceição da Silva

A saúde é um elemento central para o desenvolvimento humano, social e econômico, sendo uma dimensão essencial da qualidade de vida. Fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos podem impactar positiva ou negativamente a saúde (CONASS, 2014). Segundo a Organização Mundial da Saúde, a humanização na saúde busca oferecer o melhor atendimento aos pacientes e melhores condições para os trabalhadores, promovendo a qualidade nos serviços de saúde. Nesse sentido, a Política Nacional de Humanização (PNH) procura aplicar os princípios do SUS no cotidiano dos serviços, fomentando mudanças nos modos de gestão e cuidado. A PNH incentiva o diálogo entre gestores, trabalhadores e usuários, construindo processos coletivos para enfrentar relações de poder, trabalho e afeto que, frequentemente, resultam em práticas

desumanizadoras, prejudicando a autonomia e corresponsabilidade dos profissionais e usuários (Ministério da Saúde, 2003). Com esse propósito, no dia 9 de novembro de 2023, a Coordenação de Promoção e Humanização de Saúde realizou o I Encontro Mato-Grossense em Humanização da Saúde, com o slogan “Cultivando Empatia, Valorizando Vidas e Construindo Mudanças”. O evento contou com a participação de serviços de destaque nacional, como o PROADI-SUS Cuidados Paliativos do Hospital Sírio-Libanês e o Projeto de Humanização do Hospital das Clínicas de São Paulo, além de dar visibilidade a iniciativas desenvolvidas em municípios do estado de Mato Grosso, como Cuiabá, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Xavantina, Nova Mutum, São José do Rio Claro, Peixoto de Azevedo e Cáceres. Esses municípios compartilharam projetos voltados à humanização de pacientes e familiares por meio da troca de experiências. Os temas abordados incluíram atendimento ao “Grupo Melhor Idade”, atividades dos CAPS, confraternização junina para profissionais do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, ações do Setembro Amarelo com o projeto “Eu Posso Fazer a Diferença na Vida de Alguém! – Abraço Aproxima do Coração”, campanhas do Outubro Rosa, palestras para pacientes de ambulatorios, rodas de conversa sobre autoexame, exercícios de Kegel e mindfulness. No “Dia D”, foram oferecidos serviços gratuitos para funcionárias, como consultas com oncologista e ginecologista, coleta de preventivos, mamografias, ultrassonografias e práticas integrativas de saúde (PICS) no Hospital Regional de Peixoto. Além disso, destacaram-se projetos como a cartilha PICS HUMANIZA SUS para mães, o Toquinho do Amor e o Idoso Ativo e Feliz. O encontro também evidenciou os esforços de muitos municípios em implementar os princípios da PNH, como acolhimento qualificado, ambientes favoráveis à saúde física e psicossocial, valorização dos trabalhadores e a clínica ampliada. Realizado em formato on-line, com carga horária de oito horas e mais de 1.000 visualizações, o evento disseminou conhecimento para inúmeros profissionais de saúde, incentivando a criação e ampliação de projetos voltados à humanização nos serviços de saúde.

EXPERIÊNCIA DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO “ESTILO DE VIDA FANTÁSTICO” NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ITARARÉ (VITÓRIA (ES))

Lara Zordenoni Xavier, Ana Luísa Vieira Morellato, Ana Clara do Nascimento Santos, Ana Beatriz Bison, Ana Alice de Andrade Campo, Beatriz Gonçalves de Almeida, Valentina Torres, Ana Júlia de Almeida Santana

A qualidade de vida da população brasileira é um tema de grande relevância, o que motivou a realização de um estudo descritivo e quantitativo com o objetivo de investigar a saúde e o bem-estar dos idosos que frequentam a Unidade Básica de Saúde (UBS) de Itararé, na capital do Espírito Santo. O estudo foi conduzido por estudantes do primeiro período do curso de Fisioterapia da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), que aplicaram um questionário estruturado a uma amostra de 27 idosos frequentadores regulares da UBS e que aceitaram participar da pesquisa. A coleta de dados ocorreu de março a maio de 2024 e incluiu informações sociodemográficas, além de aspectos relacionados à saúde física, mental e qualidade de vida. Os dados coletados foram

analisados quantitativamente e categorizados para identificar a condição dos participantes em cinco níveis: excelente, muito boa, boa, regular ou necessitando melhorias. Os resultados apontaram um desempenho excelente em interação familiar, uso do cinto de segurança, introspecção geral e satisfação com a atividade profissional. Contudo, os participantes relataram dificuldades em lidar com o estresse, manter constância em atividades físicas, adotar uma dieta equilibrada e garantir um sono de qualidade. Com base nesses resultados, foi implementada uma proposta de intervenção que incluiu a contratação de fisioterapeutas, educadores físicos e nutricionistas para promover a prática de atividades físicas e a conscientização sobre alimentação saudável, além de psicólogos para apoiar a saúde emocional dos idosos. Foram também distribuídos panfletos e cartilhas com orientações práticas e adaptadas às necessidades identificadas, entregues durante visitas de acompanhamento na UBS, com o objetivo de incentivar mudanças positivas nos hábitos de vida e na gestão da saúde. O estudo destacou a importância de intervenções multidisciplinares, evidenciando que estratégias voltadas à promoção da atividade física, alimentação saudável e suporte psicológico são essenciais para atender às demandas dos idosos e melhorar significativamente sua saúde física, mental e emocional. A atuação integrada dos profissionais da saúde, aliada ao uso de materiais informativos personalizados, representou um avanço concreto na busca por melhorias na qualidade de vida desse grupo atendido pela UBS de Itararé.

O TDAH E A CLÍNICA AMPLIADA EM SAÚDE: QUE ARTICULAÇÕES PODEM SER TECIDAS? UM RELATO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE A PRODUÇÃO DE CUIDADO NESSA PERSPECTIVA

Luana Hofstätter Eidelwein, Diego Paulo Sotoriva, Carolina Teles Curioni, Elisângela Mara Zanelatto

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento cuja prevalência tem aumentado significativamente nos últimos anos, sendo os sintomas evidenciados em diversos contextos, como escolas, clínicas e serviços públicos de saúde. Dada a relevância do tema, é essencial que profissionais de saúde em formação adquiram conhecimento sobre o TDAH e suas interfaces, de modo a oferecer um cuidado que considere os princípios da Clínica Ampliada em Saúde (CAS). Este trabalho tem como objetivo relatar uma proposta de aula desenvolvida no componente curricular Seminário I – Clínica Ampliada em Saúde, do curso de Psicologia de uma Universidade Comunitária do Vale do Taquari (RS), visando à compreensão dos estudantes sobre o TDAH em articulação com a CAS. A aula, em formato de seminário, foi organizada por estudantes do 9º semestre do curso, que escolheram o tema por sua pertinência às práticas observadas em seus campos de estágio curricular específico. A metodologia adotada privilegiou o estudo do tema aliado à articulação com experiências práticas. Para sensibilizar a turma, foram utilizadas dinâmicas que estimularam a empatia em relação aos sintomas do TDAH, complementadas por recursos audiovisuais, leitura de artigos sobre a relação do transtorno com políticas públicas, discussões sobre o aumento do diagnóstico e as questões sociais que o envolvem. Além disso, abordou-se a aplicação dos princípios da CAS para

um cuidado humanizado aos usuários com TDAH, destacando aspectos como a escuta atenta e ativa, o olhar integral para o sujeito e seu contexto, a articulação de diferentes possibilidades de tratamento e o vínculo como eixo central do cuidado. Os resultados mostraram que a turma se envolveu ativamente nas discussões, articulando o TDAH com a Clínica Ampliada em Saúde e compreendendo que o cuidado extrapola o diagnóstico em si, exigindo do profissional de saúde uma postura crítica e reflexiva. A intervenção permitiu aos estudantes refletirem sobre os desafios da construção de um diagnóstico e sobre a prática do cuidado fundamentado nos preceitos da CAS durante sua formação. Conclui-se que a metodologia e a temática abordadas configuraram uma prática inovadora, contribuindo para a formação de futuros profissionais capacitados a atuar no Sistema Único de Saúde, preparados para lidar com demandas complexas de forma humanizada e integral.

O TERRITÓRIO COMO DISPOSITIVO PARA A PROMOÇÃO E O CUIDADO EM SAÚDE

Tatiane da Rosa Vasconcelos, Alcindo Antônio Ferla

Os saberes tradicionais das coletividades manifestam-se de diversas formas e estão intrinsecamente conectados à natureza, ao espaço, ao território e à vida. O território, nesse contexto, é compreendido como algo além de um cenário físico, sendo uma construção social que emerge das relações e ações humanas. Refletir sobre o território enquanto dispositivo para o cuidado em saúde implica reconhecer suas especificidades e seu potencial para promover saúde. Os espaços de cuidado são produzidos no território de maneira mais ampla do que seu aspecto geográfico, representando aquilo que impacta a vida das pessoas, permitindo-lhes transcender e enfrentar as questões cotidianas. Esses territórios constroem subjetividades e linguagens que geram pertencimento, vínculos e modos de viver. É essencial considerar o território como um espaço subjetivo, carregado de histórias e respeito pelas realidades alheias, conectando-se à palavra como instrumento de expressão e existência no mundo. A escuta, nesse sentido, vai além do discurso, sendo uma escuta da realidade que produz algo em conjunto por meio da relação com o outro. O saber relacional fundamenta as estratégias de cuidado, influenciando todo o processo e consolidando o cuidado como prática de vida, respeito aos saberes tradicionais, política de vida e produção de saúde. Apropriar-se de si mesmo enquanto território, por meio da escrita, da voz, do corpo e da vivência, fortalece o ser e o estar no mundo. A vivência de outros aspectos da vida, da cultura e da sociedade enriquece o indivíduo, mostrando que a formação está integrada à troca de conhecimentos e saberes, conectando tudo. Esse processo abre possibilidades para novas formas de aprender e formar, para refletir sobre a diversidade cultural, e para produzir conhecimentos que se interliguem com outras áreas e culturas. Assim, desvelar o cotidiano e os modos de vida permite enxergar o mundo sob novos olhares, criando conexões que promovem transformações e novas maneiras de ver, sentir e produzir o mundo.

SUTILEZAS DA ARTE(TERAPIA) NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA E PSICOSSOCIAL

Marielly de Moraes, Charles Dalcanale Tesser, Janine Fregapani Barbosa, Carina de Lima Ferreira, Claudia Honorio Freitas, Patrícia Lane Araújo Reis

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) ampliam e transformam as formas de cuidado, promovendo maior humanização e integralidade na atenção. Dentre elas, a arteterapia, tradicionalmente mais comum no atendimento individual do setor privado, tem ganhado relevância no SUS como uma abordagem de cuidado em saúde mental. Este estudo relata a experiência de um grupo de arteterapia voltado para mulheres em situação de grande vulnerabilidade econômica e psicossocial, desenvolvido em 2024 por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e a Organização da Sociedade Civil Amurt/Amurtel, como parte das ações de atenção primária e assistência social. O grupo, iniciado em março, contou com sete participantes, entre 16 e 75 anos, além de três crianças, filhas das mulheres, todas em contextos de extrema vulnerabilidade. Essas mulheres, pela primeira vez, vivenciaram a arteterapia, compartilhando histórias marcadas por abusos, violência, situação de rua, uso de substâncias, detenção e privação de direitos básicos. Nos primeiros encontros, a timidez inicial rapidamente cedeu lugar à criação de um espaço seguro, acolhedor e livre de julgamentos, onde cada mulher era vista, ouvida e respeitada em sua singularidade. Com a delicadeza da arteterapia e o afeto catalisador, como definido por Nise da Silveira, surgiram momentos de inclusão e fortalecimento da essência própria. Para muitas, foi a primeira vez usando giz de cera, tinta e pincel ou ouvindo uma contação de histórias. A sororidade emergiu desde o início, expressa em olhares afetuosos, escuta respeitosa e cuidado mútuo, estendendo-se também às crianças presentes. Ao longo dos encontros, novas perspectivas foram compartilhadas, como a conquista de uma casa nova por uma participante e a entrada de outra em um grupo de alimentação saudável, ambos viabilizados pelo Projeto PICS. A necessidade de acolhimento e escuta revelou-se urgente, trazendo histórias intensas com rapidez, surpreendendo até mesmo os profissionais que já conheciam as participantes. Nesse processo, a arte atuou como um elo sutil de reconexão consigo mesmas e com o outro, tecendo afeto, cuidado, percepções e transformações, revelando novos coloridos para suas vidas.

CONEXÕES ARTE – CUIDADO – SAÚDE: A ARTETERAPIA EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Marielly de Moraes, Charles Dalcanale Tesser

Dentre as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), a arteterapia destaca-se como uma abordagem de cuidado alinhada à Atenção Primária à Saúde (APS), à atenção psicossocial e à promoção da saúde, promovendo a integração entre arte, cuidado e saúde. Essa prática reforça o

direito à saúde integral e aponta caminhos para a construção do cuidado coletivo em saúde mental na APS. Este resumo apresenta narrativas de três arteterapeutas sobre suas vivências em abordagens arteterapêuticas realizadas em serviços de APS vinculados ao SUS. Trata-se de um estudo qualitativo exploratório-descritivo, parte de uma pesquisa de doutorado, que envolveu visitas a sete serviços em três municípios e entrevistas narrativas com arteterapeutas identificadas via DATASUS e convidadas por conveniência. Realizadas no segundo semestre de 2023, as entrevistas revelaram experiências de trabalho com grupos variados, incluindo mulheres idosas e pessoas com transtornos de ansiedade e depressão. As abordagens utilizam arte e artesanato como meios de expressividade, mobilizando criatividade, sensações, ludicidade e simbolismo, sempre centradas na pessoa e permeadas por um afeto catalizador, conforme descrito por Nise da Silveira. Duas das arteterapeutas destacaram o caráter interdisciplinar de suas práticas, integrando outros membros das equipes de APS. Os grupos de arteterapia foram descritos como espaços acolhedores, leves e prazerosos, que promovem confiança, interação social, diálogo, escuta atenta e fortalecimento de vínculos, além de proporcionar reflexões, apoio mútuo e trocas significativas. Esses ambientes favorecem a expressão individual e social, alívio da ansiedade, desenvolvimento da resiliência e melhora na saúde mental e no bem-estar dos participantes. A prática também impacta positivamente as famílias e comunidades, sendo reconhecida como uma ferramenta de baixo custo, eficaz e sustentável na APS. As entrevistadas enfatizaram os benefícios a médio e longo prazo, incluindo a redução da demanda por consultas, do uso de medicações e da necessidade de internações psiquiátricas. Além disso, a arteterapia fortalece os vínculos entre os profissionais e os usuários, consolidando-se como uma potente estratégia de prevenção de agravos e promoção da saúde mental e física.

REORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA INTEGRADA À ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE POR MEIO DE MICROSSISTEMAS REGIONAIS DE SAÚDE NO ES: A EXPERIÊNCIA DO MICROSSISTEMA DE SAÚDE CAPARAÓ

Juliana de Paula, Fabiana Tavares Lima Martins, Fabiane Lima Simões, Viviane de Souza Barbosa

A reorganização da Atenção Especializada no Espírito Santo (ES) adota como modelo organizativo os Microssistemas Regionais de Saúde (MSRS), integrados à Atenção Primária em Saúde (APS), conforme instituído pela Resolução CIB/SUS-ES n.º 073/2022. Os MSRS buscam promover atenção integral e resolutividade, garantindo que o serviço de saúde atenda de forma satisfatória as necessidades do usuário, desde a consulta inicial, exames e tratamentos nos serviços da APS e da Atenção Ambulatorial Especializada (AAE) até a solução do problema em outros níveis de atenção. A Política de Atenção Especializada do ES visa, por meio de planejamento microrregionalizado, integrar APS, AAE e Vigilância em Saúde, fundamentando-se na descentralização, inicialmente com consultas e exames especializados, gráficos e de imagem, compondo uma Carteira de Serviços com 30 itens e

cofinanciamento tripartite. O MSRS é concebido como um espaço para reorganização da atenção à saúde, sustentado por um processo regulatório de acesso assistencial, onde o profissional regulador atua como educador permanente e assistente de referência, operacionalizando o acesso assistencial, o cuidado longitudinal e a formação profissional, com foco no desenvolvimento de competências clínicas ampliadas para a APS. Este modelo se alinha ao conceito de organização sistêmica, promovendo inovações na reorganização do sistema de saúde, aprofundando a descentralização e estratificando os espaços territoriais das Regiões de Saúde em polos municipais com maior autonomia, aproximando os serviços de saúde das pessoas. No ES, propõe-se a implantação de 15 MSRS, sendo apresentado o exemplo do MSRS Caparaó, que abrange 12 municípios e 181.547 habitantes, com regulação realizada por meio da ferramenta eletrônica MV Soul, desenvolvida pelo governo estadual. Entre os resultados estão a oferta de 52.378 procedimentos (consultas e exames), redução das filas de espera, diminuição do tempo de deslocamento da população, menor circulação de veículos de transporte sanitário, redução do absenteísmo, diminuição dos custos municipais com atenção especializada e maior satisfação dos usuários. A delimitação dos MSRS considera critérios de suficiência em APS e parte da AAE, alinhando-se à organização das Redes de Atenção, e os resultados alcançados reforçam que a descentralização do acesso a consultas e exames especializados configura uma estratégia efetiva para garantir o direito constitucional à saúde.

INTEGRAÇÃO DO PSE NA FORMAÇÃO MÉDICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA AVALIAÇÃO DA SAÚDE OCULAR DE CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Felipe de Lima Torres, Kamilly de Oliveira Araújo, Marcelo Jamal Barros,
Murilo Oberdan dos Santos Gouveia, Rayane Scaratti Campiolo, Samara Gonçalves Pereira,
Thina Tany Ferreira Vieira, Graciela Soares Fonsêca

Na fase escolar, as crianças desenvolvem atividades intelectuais e sociais que demandam boa acuidade visual, sendo essencial que a avaliação ocular faça parte da atenção integral à saúde desde o nascimento. Essa avaliação é realizada nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) durante o acompanhamento do crescimento infantil. O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial criada em 2007, ampliou essas ações, permitindo que acadêmicos do segundo ano de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no componente curricular de Saúde Coletiva IV, realizassem a aplicação do teste de Snellen para avaliar a acuidade visual de crianças em uma Escola Básica Municipal (EBM) em Chapecó, Santa Catarina. Sob orientação docente, os estudantes visitaram a escola em duas ocasiões. A atividade envolveu capacitação prévia sobre o uso do teste e a interpretação dos resultados, além da aplicação prática, que ocorreu na biblioteca da escola, abrangendo crianças da fase pré-escolar até o 4º ano do ensino fundamental. Durante o exame, as crianças foram medidas e pesadas, e os acadêmicos explicaram e demonstraram o procedimento de forma acolhedora. Os dados, incluindo sinais e sintomas como lacrimejamento, cefaleia, estrabismo e inclinação de cabeça, foram anotados em fichas específicas e organizados

em planilhas eletrônicas, sendo compartilhados com a gestão escolar e da Atenção Básica. Dos 77 alunos avaliados no turno vespertino, 40,25% apresentaram dificuldades visuais, com baixa acuidade visual identificada em 12 meninas (15,58%) e 13 meninos (16,88%), sem diferenças significativas entre os sexos. Cerca de 7,79% das crianças apresentaram sinais que requerem atenção especializada. A experiência prática permitiu aos acadêmicos aplicar os conhecimentos teóricos sobre o PSE, favorecendo a detecção precoce de problemas visuais, essencial para a saúde integral, o desempenho escolar e a qualidade de vida das crianças. Além disso, a continuidade dessas ações promove encaminhamentos para consultas especializadas e conscientiza pais e educadores sobre a importância da saúde ocular no contexto escolar e social.

CATANDO CONHECIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PARA FILHOS DE CATADORES DE RECICLÁVEIS

Anna Lídia Lopes Braz Braga Lata, Ana Caroline Moura de Oliveira, Valeria Aydos Rosario

Conforme a Organização Mundial da Saúde, cerca de 36% da população brasileira sofre de alguma parasitose, percentual que sobe para 55% quando se trata de crianças. Esse cenário reflete fatores como a precariedade do saneamento básico, a carência de hábitos de higiene e a falta de orientação sobre o tema, evidenciando a necessidade de ações que promovam a disseminação e democratização do conhecimento, considerando a realidade das populações afetadas e a viabilidade de replicação dos saberes adquiridos. Nesse contexto, o presente estudo relata uma ação de extensão realizada por acadêmicas de medicina, proporcionada pela disciplina de Ações Comunitárias Integrativas durante o segundo semestre de 2023, em uma Universidade Federal no Rio Grande do Sul. A ação teve como objetivo promover atividades dinâmicas que integrassem as temáticas de saneamento básico e doenças parasitárias, utilizando brincadeiras como ferramentas de cuidado para além da medicação. Desenvolvida em uma instituição filantrópica gerida por catadores de recicláveis, a atividade foi precedida por um diagnóstico situacional da comunidade e por reuniões com a professora e coordenadores da escola-creche para levantamento de demandas locais. Em seguida, foi realizado um estudo teórico que embasou o desenvolvimento de temáticas e brincadeiras apresentadas às crianças. Com a participação de sete crianças, dinâmicas lúdicas, desenhos e jogos abordaram temas como doenças parasitárias, cuidados com os alimentos, lavagem correta das mãos e saneamento básico. Os resultados demonstraram a importância da educação em saúde na democratização do conhecimento, especialmente em contextos vulneráveis onde o acesso à informação é limitado. As brincadeiras se mostraram eficazes no cuidado infantil além da medicação, facilitando o entendimento e a adesão a hábitos saudáveis. Um momento de feedback ao final, em forma de desenhos, revelou que as crianças compreenderam os conteúdos de maneira produtiva e significativa, evidenciando a pertinência da abordagem à realidade local. Conclui-se que mitigar desigualdades informacionais é essencial para a equidade social e para a promoção

efetiva da saúde. A atividade demonstrou ser uma ferramenta criativa e eficaz na autorreflexão das crianças sobre temas sanitários e de saúde, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

APRENDENDO A CUIDAR DA SAÚDE DOS POVOS ORIGINÁRIOS JUNTO AO AMBULATÓRIO INDÍGENA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Giordana Salles Iracet, Vanderléia Laodete Pulga, Júlia Roberta Berner da Paixão, Daniela Teixeira Borges

O acesso ao direito à saúde dos povos originários no Brasil é um desafio histórico, e a criação da Política Nacional de Atenção à Saúde da População Indígena representa uma importante conquista resultante das lutas dessas comunidades no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Em articulação com a implementação dessa política, em parceria com a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e o Hospital São Vicente de Paulo, foi estabelecido o ambulatório indígena na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Passo Fundo. Essa iniciativa, além de integrar profissionais médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e colaboradores indígenas, presta atendimento diário especializado às pessoas indígenas encaminhadas pelo SUS, promovendo cuidados que respeitam suas especificidades culturais. Paralelamente, o ambulatório contribui para a formação dos estudantes de medicina da UFFS, ao aliar teoria e prática em um contexto de atenção humanizada. Historicamente negligenciados quanto ao acolhimento sociocultural no cuidado à saúde, os povos indígenas passaram a ter, desde 2021, suas necessidades mais amplamente reconhecidas por meio desse projeto de extensão da UFFS em colaboração com a SESAI e o Hospital São Vicente de Paulo. A estrutura do ambulatório não só garante assistência em saúde, tratando casos de adoecimento e mapeando o perfil dos usuários, como também fortalece o ensino e a pesquisa em saúde indígena. Os resultados até aqui apontam para a superação de barreiras culturais e linguísticas, possibilitada pela atuação de profissionais indígenas fluentes em línguas como guarani e kaingang. Essa experiência tem promovido uma formação mais humanizada de médicos(as), capacitando-os a acolher as diversidades culturais e integrar saberes práticos e teóricos. Além disso, o ambulatório reafirma o valor e a representatividade da população indígena, funcionando como espaço de saúde e de reconhecimento étnico. A alta demanda por seus serviços evidencia a relevância da iniciativa, que contribui para a efetivação dos princípios do SUS, como universalidade, equidade e integralidade. Nesse cenário, torna-se essencial investir em planejamento estrutural que democratize ainda mais o acesso à saúde e amplie o número de unidades voltadas para as populações indígenas, promovendo um sistema de saúde inclusivo e respeitoso às especificidades dos povos originários e seus modos de vida.

O IMPACTO DA MUSICALIZAÇÃO COMO MEIO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Gabriel Veiga Pedroso, Ygor Patrick Gualiume Marques, Liamara Denise Ubessi

A música exerce uma influência significativa nas emoções e comportamentos, e no contexto escolar, a musicalização se destaca como uma ferramenta essencial para a promoção da saúde mental. Este trabalho, fundamentado na contribuição para a expressão emocional, linguística e matemática, busca ampliar as possibilidades de expressão dos indivíduos e reafirma a importância da musicalização no ambiente escolar para o bem-estar mental. Durante o segundo semestre de 2023, atividades musicais foram realizadas em escolas públicas vinculadas à Estratégia de Saúde da Família (ESF), utilizando figuras musicais como a semínima e a colcheia, didaticamente denominadas “pão” e “quem-quer”, respectivamente. A dinâmica baseou-se na relação entre tempo musical e sílabas, promovendo uma compreensão prática e interativa. Inicialmente, os alunos solfejavam quatro semínimas com o vocábulo “pão”, passando, em seguida, a combinar semínimas para formar colcheias, solfejadas como “quem-quer”. Essa abordagem permitiu que os discentes entendessem que a colcheia tem metade do valor da semínima. Posteriormente, ambas as figuras musicais foram associadas para criar variações, culminando em um desafio no qual os alunos improvisavam combinações com os vocábulos. Ao final, foi promovido um diálogo sobre a relação entre o aprendizado musical e o desenvolvimento de habilidades sociais, como a interação. A avaliação dos resultados foi realizada pelos próprios alunos, que atribuíram notas à atividade em papéis em branco. Entre as 22 avaliações, duas foram representadas apenas por desenhos de notas musicais. Dos demais, 64,3% deram nota máxima (10), 7,14% atribuíram 9,5, 21,3% deram nota 8 e 7,14% avaliaram com nota 7, evidenciando o alto nível de engajamento e apreciação. Assim, conclui-se que a musicoterapia pode ser uma ferramenta eficaz para abordagens voltadas à saúde mental de crianças e adolescentes, especialmente no contexto da ESF. A ludicidade e a interseção entre arte, educação e saúde demonstraram ser estratégias valiosas para promover o interesse e o engajamento na saúde mental. Atividades contínuas como esta podem não apenas estimular o aprendizado musical, mas também contribuir para a difusão de práticas de saúde mental entre crianças no ambiente escolar.

METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sílvia Maria Farias dos Santos, Greice Nara Viana dos Santos, Greice Nivea Viana dos Santos, Juliana Farias Vieira, Luana Almeida dos Santos, Keyla Pereira Tiago, Sheyla Mara Silva de Oliveira, Juracy Rocha da Silva, Irlaine Maria Figueira da Silva, Franciane de Paula Fernandes

O preceptor exerce um papel crucial na formação profissional em saúde, atuando como mediador entre teoria e prática e desenvolvendo nos alunos competências e habilidades essenciais

para uma atuação eficiente e humanizada. A escolha da metodologia utilizada pelo preceptor é determinante para o engajamento e aprendizado dos alunos, sendo capaz de potencializar a relação entre o ensino e a prática. Este relato descreve a experiência de uma enfermeira preceptora na utilização de metodologias ativas durante o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, realizado em parceria com o Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no município de Santarém (PA), entre janeiro e outubro de 2023. Em uma das atividades práticas, a preceptora identificou que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) enfrentavam dificuldades em compreender os níveis de determinação social segundo o modelo de Dahlgren e Whitehead. Para abordar essa lacuna, foi adotada uma metodologia ativa utilizando pintura livre como recurso pedagógico. Os ACS receberam cartolinas e pincéis coloridos e foram incentivados a produzir desenhos que representassem os determinantes sociais em saúde observados em suas comunidades. Posteriormente, os desenhos foram apresentados e discutidos em uma roda de conversa, permitindo que cada profissional compartilhasse casos práticos onde os determinantes sociais influenciaram o processo saúde-doença. Essa abordagem facilitou a compreensão sobre o impacto dos determinantes sociais na saúde das populações atendidas, integrando os conceitos teóricos à realidade vivenciada no território. A experiência demonstrou que a pintura livre foi uma metodologia eficaz para concretizar o entendimento dos ACS sobre os determinantes sociais e sua aplicação na atenção primária à saúde. Conclui-se que metodologias ativas, como a pintura, são ferramentas valiosas na preceptoria, pois tornam o aprendizado mais dinâmico e relevante, além de promoverem uma visão mais ampla e contextualizada da realidade profissional.

O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA PROFISSIONAIS DO SUS: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO

Victor de Carvalho Vaz Ferreira, Leonardo Rosa Monjeló, Davi Silveira Martins,
Luís Felipe de Lima Rezende, Pedro Augusto Pimenta de Almeida

A conclusão de um curso na área da saúde marca o início de um processo contínuo de aprendizado e aperfeiçoamento, especialmente para os profissionais inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS). A formação continuada e a educação permanente são pilares fundamentais para garantir um atendimento de qualidade, alinhado às constantes evoluções científicas e tecnológicas da área médica. Este trabalho apresenta uma reflexão, baseada em uma revisão narrativa da literatura, sobre a importância dessas práticas para os profissionais do SUS. A formação continuada é essencial para que os profissionais se mantenham atualizados sobre os avanços científicos e inovações, assegurando que os pacientes recebam os melhores tratamentos disponíveis. Além de beneficiar os pacientes, ela promove a realização profissional, ao aumentar a segurança e a eficácia no desempenho das funções, o que se traduz em maior satisfação no trabalho. A educação permanente, por sua vez, é um processo mais abrangente, diretamente ligado à prática cotidiana. Por meio dela, os profissionais têm a oportunidade

de aprender colaborativamente, compartilhar experiências e aprimorar habilidades, fomentando uma cultura de aprendizado e melhoria contínua no SUS. Ambas as práticas também desempenham um papel crucial na adaptação às mudanças constantes enfrentadas pelo sistema de saúde, como a introdução de novas tecnologias, mudanças em políticas públicas ou o surgimento de crises sanitárias. Equipar os profissionais com habilidades e conhecimentos atualizados permite que eles respondam de maneira eficaz a esses desafios. Conclui-se, portanto, que a formação continuada e a educação permanente constituem pilares centrais da prática médica no SUS, não apenas elevando a qualidade do atendimento ao paciente, mas também fortalecendo a satisfação profissional e a resiliência diante das transformações e demandas do setor.

PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES NA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Tâmara Luíza Barroso de Araújo Alves, Vinicius dos Santos Lemos Pereira, Kalyne Araújo Bezerra, Maria Luíza dos Santos, Sâmara Luíza Barroso de Araújo Alves, Jonas Sâmí Albuquerque de Oliveira

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde pública brasileira adquiriu um caráter universal, equitativo e integral. As ações e serviços de saúde são organizados de forma descentralizada, com participação comunitária assegurada pela Lei 8.142/1990, que institui Conselhos e Conferências nas esferas municipal, estadual e nacional como mecanismos de participação popular. A 10ª Conferência Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte (10ª CES/RN) teve como objetivo consolidar as discussões iniciadas nas pré-conferências e nas Conferências Municipais, promovendo o diálogo entre sociedade e governo para identificar as prioridades do território, alinhadas às possibilidades sociais e políticas. Este relato descreve as atividades realizadas por alunos do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que atuaram como membros da organização da 10ª CES/RN. O relato é resultado de um projeto de extensão conduzido por monitores da disciplina de Introdução às Políticas de Saúde no Brasil, que participaram da organização do evento realizado entre 23 e 25 de maio de 2023. Os monitores integraram as comissões organizadoras da conferência, contribuindo para o planejamento e execução de diversas atividades, como a divisão das propostas municipais por eixos temáticos, cadastramento de delegados, controle de frequência dos participantes, além da contagem de votos durante a plenária e nos grupos de trabalho. O evento representou um marco na formação profissional e cidadã dos estudantes, ao possibilitar vivências práticas do processo de construção da saúde no Brasil. Além de aprofundar o entendimento de conteúdos teóricos abordados durante a graduação, a participação na conferência inspirou os alunos para futuras atuações como enfermeiros, gestores e agentes ativos no controle social do SUS. A experiência também permitiu que os monitores compartilhassem suas vivências em sala de aula, fortalecendo o aprendizado coletivo e promovendo uma maior compreensão sobre a criação e implementação de políticas públicas em saúde.

A REGIONALIZAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Victor de Carvalho Vaz Ferreira, Leonardo Rosa Monjeló, Davi Silveira Martins,
Luís Felipe de Lima Rezende, Pedro Augusto Pimenta de Almeida

A regionalização em saúde no Brasil é um processo complexo que busca organizar a rede de serviços de saúde com base nas especificidades, necessidades e demandas de cada região, considerando fatores demográficos, epidemiológicos, socioeconômicos e culturais. Sua relevância está em promover um atendimento mais eficiente e equitativo por meio de diagnósticos territoriais, permitindo o desenvolvimento de políticas e estratégias de saúde mais adequadas e articuladas. Esse processo também viabiliza melhor coordenação e integração dos serviços, otimizando a logística do atendimento. Contudo, apesar do potencial promissor, a regionalização enfrenta desafios significativos, como as disparidades entre regiões mais ricas e mais pobres, que refletem iniquidades de saúde e contrariam o princípio da equidade do SUS. Regiões menos favorecidas frequentemente enfrentam dificuldades básicas, como acesso a medicamentos e tratamentos, o que evidencia a necessidade de uma gestão eficiente e articulada dos recursos para garantir serviços de qualidade a toda a população. Essa gestão exige sistemas de informação robustos, capacitação contínua de gestores e financiamento sustentável, ajustado às necessidades locais. Apesar desses desafios, a regionalização também apresenta oportunidades, como a maior participação comunitária na gestão da saúde, resultando em serviços mais responsivos e integrados, capazes de promover um cuidado mais holístico e coordenado. Assim, a regionalização da saúde no Brasil, quando efetivamente implementada, possui o potencial de ser uma ferramenta poderosa para assegurar a boa gestão de recursos e garantir o direito universal à saúde, exigindo, para isso, investimento, compromisso político, planejamento estratégico e uma abordagem centrada no paciente, alinhada ao princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

A RELAÇÃO ENTRE DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE E A TUBERCULOSE EM INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA

Ana Camille Viana Falcão Brito, Analice França Lima, Bianca Gato Pereira, Vanessa dos Santos Borges,
Amanda Lima Laet, Milena Zila Santos Cândido, Simone Aguiar da Silva Figueira

A tuberculose é uma doença respiratória causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, cuja transmissão ocorre por via respiratória, afetando especialmente grupos vulneráveis, como as pessoas em situação de rua. Esse grupo enfrenta condições que aumentam o risco de adoecimento, como extrema pobreza e falta de moradia permanente. Este estudo tem como objetivo analisar os determinantes sociais de saúde que tornam as pessoas em situação de rua mais suscetíveis à tuberculose. Realizou-se uma revisão da literatura em bases como SCIELO, PubMed, LILACS e BVS, utilizando os descritores “Tuberculose”, “Pessoas em Situação de Rua” e “Vulnerabilidade em Saúde”. Foram selecionados artigos

publicados em português entre janeiro de 2020 e maio de 2024, resultando em uma amostra final de 10 estudos. A análise evidenciou determinantes sociais significativos que desafiam as estratégias de eliminação da tuberculose no Brasil. Entre eles, destacam-se as condições de vida precárias, como má alimentação, abuso de álcool e outras drogas, vínculos familiares frágeis, falta de higiene, coinfeção pelo HIV e dificuldade de acesso a serviços de saúde. Adicionalmente, a exclusão social e o baixo nível educacional, com alta incidência de analfabetismo, limitam o acesso a direitos básicos, como emprego, agravando ainda mais a vulnerabilidade dessa população. A interseção desses fatores reforça a necessidade de uma atuação intersetorial, envolvendo centros de assistência social e entidades beneficentes para mitigar os impactos da pobreza extrema e melhorar o acesso aos serviços de saúde. A análise revela como as desigualdades sociais e estruturais amplificam o risco de transmissão da tuberculose nesse contexto. Assim, é imperativo implementar políticas públicas que melhorem as condições de vida dessa população, promovendo ações integradas e holísticas que atendam às suas necessidades específicas e reduzam as desigualdades existentes.

O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS

Vinicius dos Santos Lemos Pereira, Tâmara Luíza Barroso de Araújo Alves, Kalyne Araújo Bezerra, Maria Luiza dos Santos, Sâmara Luíza Barroso de Araújo Alves, Jonas Sâmí Albuquerque de Oliveira

As políticas de saúde são ações, estratégias e diretrizes voltadas a promover e garantir o bem-estar da população nos cuidados específicos de saúde. Nesse contexto, a Lei 8.142/90 regulamenta a participação popular e o controle social na formulação e fiscalização das políticas públicas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). As Conferências de Saúde, como mecanismos de participação social, reúnem representantes de diversos segmentos da sociedade para debater, formular propostas e votar estratégias que visam fortalecer o SUS e criar novas políticas de saúde. Em 2023, durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), foi destacada a criação da Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP), resultado de um movimento articulado entre diferentes setores sociais. Este trabalho tem como objetivo descrever o papel do controle social na criação da PNCP. Trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa, sobre o processo de construção da PNCP e sua relação com o controle social. Segundo o Ministério da Saúde, aproximadamente 590 mil adultos no Brasil necessitam de cuidados paliativos, que buscam melhorar a qualidade de vida de pessoas com doenças graves, crônicas ou em estado terminal, focando no alívio da dor, controle de sintomas e suporte emocional. Para atender a essa demanda, foi criada a Frente Paliativista, movimento social que mobilizou profissionais de saúde, usuários e gestores do SUS para defender a implementação da PNCP durante a 17ª CNS. Essa frente organizou a I Conferência Livre Nacional de Cuidados Paliativos (I CLN-CP) em 19 de maio de 2023, promovendo o alinhamento e fortalecimento da proposta em todos os estados. Posteriormente, seus integrantes participaram das conferências municipais e estaduais de saúde, culminando com a aprovação da Portaria GM/MS nº 3.681, de 7 de maio de 2024, que institui a PNCP no âmbito do SUS. A PNCP fortalece as redes de atenção à saúde, com ênfase na atenção

primária, e promove a capacitação em cuidados paliativos no SUS, trazendo avanços significativos, como a humanização do atendimento e uma assistência pautada nas necessidades individuais, proporcionando mais qualidade de vida aos pacientes. O controle social, representado pela Frente Paliativista, desempenhou papel crucial ao reivindicar os cuidados paliativos como um direito humano. Assim, evidencia-se a relevância da participação social nas conferências de saúde, que se mostram espaços essenciais de diálogo entre diversos setores da sociedade, permitindo a construção de políticas públicas que atendam às necessidades reais da população.

JURI SIMULADO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Silvia Maria Farias dos Santos, Greice Nara Viana dos Santos, Greice Nivea Viana dos Santos, Juliana Farias Vieira, Luana Almeida dos Santos, Keyla Pereira Tiago, Sheyla Mara Silva de Oliveira, Juracy Rocha da Silva, Franciane de Paula Fernandes, Livia de Aguiar Valentim

O estágio docente, atividade obrigatória do curso de mestrado em Enfermagem em Saúde Pública e Epidemiologia de Doenças na Amazônia pela Universidade do Estado do Pará, incluiu a realização de um júri simulado com estudantes do primeiro semestre de enfermagem. Essa metodologia interativa teve como objetivo explorar temas complexos de saúde de forma dinâmica, promovendo o engajamento e o aprendizado dos estudantes. O objetivo deste relato é avaliar o impacto do júri simulado na compreensão dos discentes sobre anemia falciforme. A atividade, realizada em 09/05/2024, consistiu na divisão de uma turma de 30 alunos em três equipes: uma defendendo a paciente com anemia falciforme, outra representando os profissionais e o hospital que prestaram assistência, e uma terceira atuando como júri, responsável pela decisão final. As equipes prepararam argumentos embasados em evidências científicas e práticas de saúde, abordando aspectos relacionados ao tratamento, assistência e desfechos da anemia falciforme. Durante a simulação, a equipe que defendeu os profissionais e o hospital apresentou argumentos consistentes e venceu a atividade. O júri simulado proporcionou aos estudantes a oportunidade de explorar profundamente a temática da anemia falciforme, discutir diferentes perspectivas e desenvolver habilidades críticas e argumentativas. A interação entre os grupos, o engajamento e a aplicação prática dos conhecimentos teóricos tornaram a experiência enriquecedora. Os alunos demonstraram boa compreensão da doença e avançaram em competências como pesquisa, trabalho em equipe e argumentação. Essa abordagem contribuiu para a formação de futuros profissionais de enfermagem ao facilitar a compreensão de aspectos clínicos e assistenciais, além de estimular o aprendizado ativo. Assim, o júri simulado mostrou-se uma ferramenta pedagógica eficaz para abordar temas complexos em saúde, promovendo um ambiente de aprendizado dinâmico e significativo tanto para os estudantes quanto para o acadêmico do mestrado.

A FARMÁCIA DOS ALIMENTOS: O FERRO E O ÁCIDO FÓLICO NA GESTAÇÃO

Jéssica Martins de Almeida, Thiago Jesus de Oliveira, Larissa Gonçalves Aquino, Deise Mara Corrêa da Silva, Daniele de Amorim Pires Moreth, Alexandra Maria de Almeida Bellosi, Magda de Souza Chagas, Ana Clementina Vieira de Almeida, Carla Patrícia Figueiredo Antunes de Souza, Ranieri Carvalho Camuzi

No grupo de gestantes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Centro Municipal Oswaldo Cruz (CMS OC), no Rio de Janeiro, uma farmacêutica discutiu a importância do ferro e do ácido fólico na gestação, ressaltando que as necessidades nutricionais aumentam significativamente durante a gravidez devido ao papel essencial desses nutrientes no desenvolvimento do feto e na saúde da mãe. O ácido fólico (vitamina B9) é crucial para a síntese de DNA, divisão celular e desenvolvimento do tubo neural do feto, prevenindo defeitos como espinha bífida e anencefalia, motivo pelo qual o Ministério da Saúde (MS) recomenda a suplementação de 0,4 mg/dia desde o período pré-gestacional até a 12ª semana de gravidez. Já o ferro é fundamental para a produção de hemoglobina e o transporte de oxigênio no sangue, sendo recomendada a suplementação de 40 mg de ferro elementar/dia, desde a confirmação da gestação até o terceiro mês pós-parto, para prevenir anemia ferropriva e complicações associadas. Apesar da eficácia da suplementação prescrita por profissionais de saúde, a adoção de uma dieta equilibrada que contemple esses nutrientes também é essencial, e a combinação de ambas as estratégias contribui para uma gestação saudável. Com o objetivo de conscientizar as gestantes sobre a importância do ferro e do ácido fólico, foi realizada uma palestra informativa seguida de uma oficina prática de suco verde, que buscou capacitá-las a incorporar esses nutrientes em suas dietas de forma acessível. Este estudo, de caráter descritivo e qualitativo, relata a experiência da farmacêutica no grupo de gestantes da CMS OC. Durante a palestra, que utilizou slides ilustrativos para apresentar a relevância dos nutrientes e suas principais fontes, foram levantadas questões pelas gestantes sobre o desabastecimento de sulfato ferroso na região, às quais a farmacêutica respondeu orientando sobre a temporariedade da falta e a importância de adquirir o suplemento. Na oficina prática, alimentos previamente higienizados foram usados para preparar o suco verde, com proporção aproximada de uma folha de couve, uma maçã e 200 mL de água por participante, envolvendo a colaboração de uma gestante e uma técnica de enfermagem. Embora inicialmente receosas, as participantes se surpreenderam com o sabor agradável do suco e manifestaram interesse em reproduzi-lo em casa. A atividade foi eficaz em promover a conscientização sobre a importância dos nutrientes para a saúde materna e fetal, além de incentivar hábitos alimentares saudáveis e fortalecer o apoio mútuo entre as gestantes. A iniciativa revelou-se inspiradora para ações futuras, contribuindo para uma gestação saudável e um desenvolvimento adequado dos bebês, além de sugerir o monitoramento da taxa de replicação dessas práticas para avaliar seu impacto na adesão às orientações e tratamentos propostos pelos profissionais de saúde.

ACOLHEPAMPA: UM DISPOSITIVO GRUPAL COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO DE AGRAVOS ENTRE UNIVERSITÁRIOS

Odaiza Padilha Mena, Lizia Nardi Menegassi, Rayssa Paz Rodrigues Cogorni,
Elisa de Oliveira Rosa, Suelem Lopes Silva, Camila dos Santos Gonçalves

A saúde mental é uma questão crucial no contexto universitário, considerando a vulnerabilidade psicológica dos estudantes frente a desafios como o amadurecimento emocional, o afastamento da família e as demandas internas e externas impostas pelo ambiente acadêmico. Nesse cenário, dispositivos grupais de acolhimento e escuta ativa mostram-se eficazes ao incentivar a expressão de vivências e sentimentos, promovendo a troca de experiências e fortalecendo redes de apoio entre os universitários. A dimensão da saúde mental coletiva busca, assim, fomentar o protagonismo dos estudantes no cuidado de si e dos outros por meio de intervenções em grupo. Foi com esse propósito que surgiu o projeto AcolhePampa, um espaço formal de assistência no campus Saúde da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), em Uruguaiana, fruto da colaboração entre o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), o Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva (PRIMSMC) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município. A divulgação do grupo ocorreu por meio de peças gráficas elaboradas por residentes em saúde mental coletiva – enfermeira, psicóloga e nutricionista – e distribuídas digitalmente (Instagram, e-mail) e fisicamente em pontos estratégicos do campus. Após um projeto piloto em 2023, os encontros regulares tiveram início em 2 de abril de 2024 e estão previstos até 16 de julho, acompanhando o calendário acadêmico. Realizados às terças-feiras, das 17h às 18h30, os encontros contaram, até o momento, com a participação de 4 estudantes, majoritariamente do curso de Medicina (n=3), seguidos por Farmácia (n=1), destacando-se maior fragilidade entre calouros do primeiro semestre devido às mudanças de cidade e rotina. Durante os encontros, mediados por residentes do segundo ano (R2) em saúde mental coletiva e pautados pelo método de roda e sigilo inviolável, os principais temas abordados foram mudanças, descobertas, saudade, ansiedade, diferenças culturais, relacionamentos, sexualidade, produtivismo, primeiras vivências e espiritualidade. Apesar da variação na assiduidade, com dois encontros sem participantes, o grupo possibilitou a formação de vínculos entre graduandos e entre graduandos e mediadores, expandindo a rede de apoio e a divulgação do projeto. Casos que necessitaram acompanhamento especializado foram articulados com a RAPS. O AcolhePampa revelou-se um espaço potente para a promoção da saúde mental e a prevenção de agravos, permitindo a elaboração de vivências e relações por meio da identificação em meio às semelhanças e diferenças das narrativas acadêmicas. Os resultados reforçam a relevância do dispositivo no cuidado dentro do ambiente universitário e no fortalecimento das políticas de permanência estudantil, incentivando a criação de coletivos organizados que promovam espaços democráticos de diálogo sobre saúde mental no meio acadêmico.

MASTALGIA: ORIENTAÇÕES GERAIS E FISIOTERAPÊUTICAS

Adelson Lopes Monteiro Junior, Samilly Ramos da Silva,
Salatiel da Conceição Luz Carneiro, Cibele Nazare Camara Rodrigues

A mastalgia, caracterizada por dor ou desconforto nas mamas, pode ou não estar relacionada ao ciclo menstrual e, na maioria das vezes, não está associada ao câncer de mama. Esse esclarecimento é fundamental, assim como a orientação fisioterapêutica sobre exercícios que auxiliem na melhoria do quadro clínico das pacientes. Nesse contexto, em maio de 2024, o Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (CASMUC) da Universidade Federal do Pará (UFPA) promoveu ações de educação em saúde direcionadas aos pacientes adultos presentes na sala de espera. Durante essas ações, foram apresentadas informações sobre mastalgia, incluindo sua definição, classificação e fatores etiológicos, com ênfase na não relação direta com o câncer de mama. Adicionalmente, foram abordados sinais, sintomas e tratamentos do câncer de mama, buscando desmistificar a associação entre as duas condições. Para concluir, foram demonstrados exercícios de alongamento para a coluna cervical, membros superiores e coluna, com o objetivo de reduzir a sobrecarga na região mamária e aliviar a dor das pacientes atendidas. Observou-se que a maioria dos participantes possuía pouco conhecimento sobre o tema, frequentemente associando a mastalgia ao câncer de mama, possivelmente devido à origem em regiões rurais com limitado acesso à informação científica de qualidade. No entanto, constatou-se que os alongamentos apresentados foram bem aceitos para a prática diária em casa e contribuíram para o relaxamento e alívio do desconforto. Assim, momentos como esses se mostram indispensáveis para promover melhor qualidade de vida aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando a importância de ações educativas no cuidado integral à saúde.

ATENÇÃO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO INFANTIL EM UMA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jéssica Pinheiro Carnaúba, Francisca Laura Ferreira de Sousa Alves, Ellen Rose Sousa Santos,
Iasmin Belém Silva Queiroz, Ana Karen Pereira de Souza, Dalverlanio Pereira de Oliveira,
Reangela Cintia Rodrigues de Oliveira Lima, Juliana Cunha Maia, Marli Teresinha Gimenez Galvão

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, e a literatura apresenta lacunas em relação às estratégias de acolhimento e cuidado multidisciplinar, especialmente no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF), principal porta de entrada e base de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Durante os atendimentos na ESF Recreio, em Mombaca, Ceará, identificou-se uma quantidade significativa de crianças com TEA, evidenciando a necessidade de ações voltadas para o cuidado dessas crianças e suas famílias. Diante disso, este estudo tem como objetivo relatar as ações interprofissionais desenvolvidas para usuários com TEA e seus familiares. Com base nessa demanda, a

equipe da ESF Recreio buscou a colaboração de uma equipe multiprofissional, incluindo um Profissional de Educação Física (PEF) com experiência no cuidado de crianças com TEA. Reuniões de planejamento foram realizadas para estruturar as ações, resultando na criação de um grupo de cuidado com frequência mensal, direcionado inicialmente às mães e cuidadores, que ocorre desde outubro de 2023. As participantes do grupo relataram atrasos ou ausência de fala, pouco contato visual e físico, hiperatividade e interação social diferente nos primeiros anos de vida das crianças, com diagnósticos geralmente realizados entre 3 e 5 anos, embora alguns casos tenham sido identificados tardiamente, após os 10 anos. O diagnóstico das crianças foi frequentemente conduzido por profissionais de fonoaudiologia, enfermagem e médicos, mas muitas vezes sem especificar o nível de suporte necessário. Além disso, foi constatado o desconhecimento dos cuidadores sobre direitos relacionados ao TEA e estratégias de cuidado domiciliar, além da sobrecarga e estresse enfrentados pelas famílias. Os encontros grupais têm proporcionado momentos de acolhimento e compartilhamento de experiências, além de práticas voltadas ao cuidado das mães, como o uso de ventosas e Práticas Integrativas Complementares (PIC). Essa abordagem exitosa tem sido disseminada para outras unidades de saúde, como a ESF Cipó, que está em fase de visitas domiciliares para mapeamento das necessidades das famílias no território. As ações implementadas revelaram-se fundamentais para aprimorar o acolhimento de crianças com TEA e suas famílias, fortalecendo vínculos e promovendo suporte emocional e prático. A iniciativa também fomentou a troca de conhecimentos entre os profissionais, possibilitando a construção de caminhos inovadores e efetivos para o cuidado, evidenciando a importância da articulação interprofissional no contexto da ESF.

O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E O VÍNCULO AFETIVO COM A COMUNIDADE COMO DISPOSITIVO DE INTEGRAÇÃO DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOB UM OLHAR DA PSICOLOGIA

Giselle Correa da Silva, Maria Lúcia Chaves Lima

O Projeto Multicampi Saúde da Criança, realizado em Belém pela Universidade Federal do Pará (UFPA), tem como objetivo integrar ensino, comunidade e Sistema Único de Saúde (SUS) através da formação e participação de graduandos da área da saúde em instituições de Atenção Básica (AB). Essa iniciativa promove a vivência multiprofissional entre 10 áreas da saúde, possibilitando a interação com profissionais e processos dinâmicos da AB, incluindo o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Os ACS desempenham papel essencial como porta de entrada aos serviços da AB, atuando no acompanhamento e na prevenção na comunidade, mediando a relação entre as famílias e as equipes de saúde, desenvolvendo ações educativas e identificando fatores de risco. Nesse contexto, destaca-se o vínculo afetivo estabelecido entre os ACS e a comunidade como um elemento central do cuidado. Este relato de experiência refere-se ao estágio em psicologia do projeto Multicampi, realizado na Estratégia Saúde da Família (ESF) – Terra Firme, em Belém (PA), durante quatro semanas em

fevereiro de 2024. A equipe de estágio foi inserida em um time composto por dois médicos, duas enfermeiras e nove ACS, participando de atividades como triagem, gestão de consultas, entrega de exames e visitas domiciliares. Durante as visitas, foi possível observar o vínculo estabelecido entre três ACS do sexo feminino, residentes no bairro, e os usuários da comunidade. Essas agentes eram reconhecidas facilmente em suas áreas e recebiam demonstrações de afeto, como abraços, orações e preparativos especiais para recebê-las nas casas dos usuários, especialmente de idosos. Em diversos momentos, as famílias demonstraram preocupação com o bem-estar das ACS, enviando mensagens e convidando-as para visitas. As ACS relataram que, muitas vezes, as famílias têm dificuldade em acessar os serviços de saúde e informações sobre campanhas e direitos. Contudo, as visitas domiciliares permitiram informar os usuários, identificar suas necessidades em saúde e sensibilizá-los para buscar atendimento e aderir aos tratamentos. A participação dos ACS na AB é crucial para a prevenção e promoção da saúde, funcionando como pontos de apoio psicossocial que fortalecem a confiança e segurança dos usuários quanto ao atendimento de suas demandas. Essa relação de cuidado e afeição entre os ACS e a comunidade é fundamental, mas é preciso destacar que a sobrecarga de trabalho e a desvalorização dos agentes podem comprometer a qualidade do vínculo e do atendimento prestado, evidenciando a necessidade de melhores condições para esses profissionais.

O CUIDADO E A SOLIDARIEDADE EM SITUAÇÕES DE CATÁSTROFES SOCIO AMBIENTAIS COMO AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

Vanderléia Laodete Pulga, Fabiana Schneider, Livia de Oliveira Sabioni, Thalia Araujo Bezerra

As enchentes no Rio Grande do Sul, ocorridas em maio de 2024, destruíram cidades inteiras, infraestrutura, equipamentos públicos e impactaram a vida de milhões de gaúchos e gaúchas que perderam tudo, além de deixar centenas de vítimas fatais, afetando toda a população. Este relato descreve a experiência vivida por estudantes, residentes, preceptoras e docentes, em parceria com a ANEPS e a Rede Unida, no cuidado à vida em situações de desastres. Quando a enchente começou, o desespero tomou conta das pessoas diretamente afetadas, assim como de toda a população. Para aqueles que atuam na saúde ou na formação dessa área, tais situações impõem grandes desafios. Diante disso, as entidades se engajaram em ações de solidariedade às famílias afetadas, promovendo espaços de reflexão sobre como agir em catástrofes e trazendo experiências de políticas públicas e vivências de outras regiões do Brasil, como Sudeste, Nordeste e Norte. Com a participação da Residência Multiprofissional em Saúde e da Saúde Coletiva do Curso de Medicina, foram realizadas ações de solidariedade, momentos de aprofundamento com equipes de saúde da Atenção Básica no município de Marau, e o protagonismo estudantil na criação do Comitê pela Vida na UFFS, além da articulação com o Comitê Popular e de Mulheres, o Movimento de Luta pela Moradia, organizações indígenas, entidades e grupos de voluntariado para a construção de ações integradas. Realizou-se um levantamento da realidade das famílias nas ocupações urbanas, coletas de alimentos e donativos,

apoio em cozinhas solidárias e organização das coletas pela Defesa Civil, entre outras ações, com um engajamento fundamental de estudantes de medicina, residentes, técnicos, docentes da UFFS e centenas de voluntários. Também foram realizadas Tendas de Afeto e Cuidado junto às Ocupações Urbanas. Como resultados, destacou-se a criação do Comitê pela Vida, com liberação de parte da carga horária, a coleta de milhares de litros de água, centenas de quilos de alimentos, produtos de limpeza, higiene, roupas e medicamentos. Mais de trezentos estudantes de medicina, todos os residentes, preceptores e docentes da Residência Multiprofissional em Saúde, assim como as equipes de saúde de Marau e centenas de lideranças populares das ocupações urbanas, participaram ativamente das ações. A emergência climática e seus impactos representam um dos maiores desafios para a determinação social da saúde neste século, afetando a vida de todos. É fundamental refletir sobre essa realidade, enfrentar o negacionismo climático, fortalecer os conhecimentos científicos aliados aos saberes populares, e consolidar as organizações populares e a luta por direitos, além de reforçar o papel do Estado como ente central neste processo. A ação do governo federal foi crucial, com presença, recursos e um compromisso ético-político, assim como o apoio dos poderes públicos, fortalecendo a solidariedade e a organização popular. A reconstrução do Rio Grande do Sul deve ser pautada pelo desenvolvimento sustentável e por uma relação mais justa com a natureza, superando formas mercantis de exploração e rompendo com preconceitos, para garantir o cuidado de todas as vidas.

A VISITA DOMICILIAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO

Janaina Sousa Gonçalves, Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Amanda Vitória Corrêa Cardoso,
Ana Clara Corrêa da Silva, Simone Aguiar da Silva Figueira

A visita domiciliar é uma prática essencial no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF), desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde, prevenção de doenças e no acompanhamento contínuo das condições de saúde de indivíduos e famílias. O objetivo central dessa prática é atender às famílias e à comunidade, entendendo-as como influenciadoras no processo de adoecimento dos indivíduos, que são moldados pelas relações nos contextos em que estão inseridos. Além de fortalecer o vínculo e a confiança entre profissionais e atendidos, a visita domiciliar permite identificar necessidades ocultas, frequentemente não mencionadas em consultas formais. Este estudo possibilitou observar a importância da visita domiciliar na educação e promoção do autocuidado em pacientes cadastrados no Programa de Hipertensão e Diabetes. O objetivo deste trabalho é descrever a experiência de realização da visita domiciliar acompanhada por uma Agente Comunitária e sua relevância no cuidado à saúde. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa e tipo relato de experiência, vivenciado pelas acadêmicas de enfermagem do quinto semestre da Universidade do Estado do Pará (UEPA) Campus XII, durante as práticas da disciplina de Enfermagem Comunitária II, realizada na UBS do bairro Jardim Santarém. Durante a visita domiciliar a um paciente de 77 anos, a

equipe foi cordialmente recebida em sua residência. O idoso respondeu às perguntas feitas pela equipe e relatou sentir dores no estômago. Ao investigar os medicamentos de uso contínuo, como Metformina 500 mg, Valsartana 320 mg e Bisoprolol 5 mg, foi constatado que todos estavam sendo ingeridos de forma incorreta, antes do café da manhã, apesar de a receita médica indicar horários distintos para cada medicação, que deveriam ser tomados após as refeições. A equipe orientou o paciente quanto ao horário correto de uso de cada medicamento, organizando-os em sacolas separadas para diabetes e hipertensão. Além disso, foi observado o uso indevido de Alodipino 10 mg, sem prescrição médica, sendo orientado ao paciente que não utilizasse medicações sem orientação médica, e agendada uma nova consulta para esclarecimentos sobre a necessidade de novos medicamentos. A pressão arterial do paciente foi aferida, registrando 160 mmHg por 80 mmHg, e foram dadas orientações sobre alimentação com redução de sódio e açúcares, além do reforço sobre o horário correto para o uso das medicações. A visita domiciliar permitiu uma compreensão mais profunda das necessidades individuais do paciente, facilitando intervenções preventivas e suporte contínuo. Além de ser uma estratégia eficaz na promoção da educação em saúde e no autocuidado de pacientes com diabetes e hipertensão, a visita domiciliar se revela como uma ferramenta essencial para os profissionais de saúde, ampliando a eficácia e qualidade do atendimento e garantindo que o paciente siga corretamente o plano terapêutico prescrito.

A IMPORTÂNCIA DA CONSULTA DE ENFERMAGEM NO PRÉ-NATAL: UMA EXPERIÊNCIA NO CUIDADO INTEGRAL E BEM-ESTAR MATERNO-INFANTIL

Janaina Sousa Gonçalves, Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Amanda Vitória Corrêa Cardoso,
Ana Clara Corrêa da Silva, Simone Aguiar da Silva Figueira

A gravidez é um período crucial na vida de uma mulher, caracterizado por significativas transformações físicas, emocionais e sociais. A assistência pré-natal realizada por enfermeiros é essencial para a detecção precoce de riscos, educação em saúde e suporte emocional às gestantes. Através de um acompanhamento contínuo e humanizado, os enfermeiros proporcionam cuidados integrais, orientando sobre hábitos saudáveis, monitorando parâmetros vitais e preparando a gestante para o parto e a maternidade. A consulta de enfermagem é uma peça-chave na assistência integral da gestante, com um olhar atento a todo o ciclo gravídico-puerperal. Este trabalho tem como objetivo descrever a experiência vivenciada durante uma consulta de enfermagem no pré-natal, na atenção básica. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, vivenciado pelas acadêmicas de enfermagem do quinto semestre da Universidade do Estado do Pará (UEPA) campus XII, durante as práticas em campo da disciplina de Enfermagem Comunitária II, realizadas na UBS do bairro Jardim Santarém. A paciente atendida nesse dia estava gestante de 17 semanas. Durante a vivência, as acadêmicas puderam observar e acompanhar uma consulta de enfermagem de pré-natal. A gestante compareceu para sua segunda consulta, sendo monitorada em

intervalos mais curtos, devido a fatores de risco, como idade de 38 anos, obesidade e uma gravidez não planejada com intervalo interpartal superior a 20 anos em relação à gestação anterior. Ela necessita de atenção redobrada devido a esses fatores. Desde a primeira consulta, a paciente apresentou perda de peso, mantendo a pressão arterial dentro dos parâmetros normais. Foi possível realizar uma educação em saúde, destacando a importância da prática regular de caminhadas e uma reeducação alimentar, com a redução da ingestão de açúcares, sódio e gorduras, para prevenir complicações como a pré-eclâmpsia. Durante o atendimento, realizou-se a anamnese seguida de um exame físico completo, com atenção especial à ausculta cardíaca fetal, que apresentou 140 bpm, normal para a fase gestacional. Todos os procedimentos realizados foram anotados na carteira da gestante, ferramenta vital para garantir o acompanhamento adequado e seguro durante a gravidez. A gestante saiu do atendimento mais tranquila e confiante em relação à sua gestação. A consulta de enfermagem no pré-natal é um componente essencial da assistência à gestante, contribuindo significativamente para a saúde materno-infantil. Com um cuidado integral, os enfermeiros conseguem intervir precocemente em complicações, como hipertensão gestacional e sobrepeso, minimizando riscos para a mãe e o bebê. Além disso, estabelece-se um vínculo de confiança com a gestante, o que é determinante para a adesão ao acompanhamento gestacional, resultando em uma assistência pré-natal mais eficaz, humana e centrada na gestante, promovendo o bem-estar materno-fetal.

NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E PODER

Senhorinha Ribeiro de Oliveira Santos Silva, Patrícia Pinto Braga, Virgínia Junqueira Oliveira

A função de agente comunitário de saúde (ACS) é essencial na estruturação do SUS e, em sua grande maioria, é ocupada por mulheres. As desigualdades de gênero, raça e classe impõem a esse grupo um cenário peculiar, repleto de desafios. Este estudo parte da premissa de que as trabalhadoras negras, atuando como ACS no SUS, vivenciam, no cotidiano de trabalho, relações de poder atravessadas por interseccionalidades de gênero, raça e classe. As evidências científicas e a prática assistencial indicam a necessidade de analisar como esse tensionamento pode afetar a vida laboral dessas profissionais e a comunidade que elas atendem. O objetivo deste estudo é analisar como as relações de gênero, raça, classe e poder se manifestam no cotidiano de trabalho de mulheres negras que são agentes comunitárias de saúde. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, orientada pelo referencial conceitual da Escrivência, realizada em um município do centro-oeste de Minas Gerais, Brasil. Os dados foram coletados a partir de entrevistas de história oral, guiadas por um roteiro, com 12 agentes comunitárias de saúde que se autodeclararam negras. Após a transcrição das entrevistas, foram construídas narrativas que foram analisadas por meio da análise temática indutiva. A análise revelou quatro categorias: (1) Práxis de mulheres negras como agentes comunitárias de saúde; (2) Características e subjetividades das ACS: relações de poder e gênero; (3) Cenário de trabalho; e (4) Relações de poder. As considerações

preliminares indicam as potencialidades e os desafios enfrentados pelas participantes na função que desempenham, especialmente nas áreas rurais, além de caracterizar o perfil das famílias assistidas, suas necessidades e exigências. Foi identificado como as desigualdades de gênero, raça e classe impactam na experiência de trabalho das ACS negras, com evidências de situações relacionadas a aspectos sociodemográficos e econômicos, escolaridade, expectativas de vida, qualidades e características pessoais, dificuldades de autoidentificação, vivências de maternidade e de relacionamentos abusivos. A análise destacou as diferenças e semelhanças entre ser uma mulher ou um homem na função de ACS. Em relação à raça, foram observadas situações diretamente relacionadas à opressão racial, como transição capilar, sistema de cotas, vivências de racismo no ambiente de trabalho e a valorização da pessoa negra no espaço de trabalho. Por fim, a análise evidenciou como essas mulheres compreendem as relações de poder e saber no ambiente de trabalho, seja na diversidade de opiniões e posturas dos profissionais da unidade de saúde, no trato com a população, no exercício da função e nas gestões (da UBS, do município e do sistema). Observa-se que essas relações de poder se sintetizam em uma hierarquia, indicando uma escala de importância dentro da organização da assistência à saúde.

A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cláudia Ellen Lorenzetti, Érica Cristina Foschiera, Vivian Luft, Amauri Junior Sievers,
Gabriel Sampaio, Marta Kolhs, Lucimare Ferraz

A Comunicação Não Violenta (CNV) é uma abordagem empática e compassiva para a comunicação, fundamentada na premissa de que todas as pessoas têm necessidades legítimas. Seu objetivo é promover a conexão e a compreensão mútua por meio da expressão honesta de sentimentos e necessidades, sem julgamentos ou críticas. Nesse contexto, o Programa de Extensão Promovendo a Saúde Mental e o Bem-Estar da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Chapecó - SC, organizou materiais sobre a linguagem não violenta, com o intuito de oferecer ferramentas práticas para evitar e resolver conflitos, construindo relacionamentos saudáveis no ambiente de trabalho. A empatia foi utilizada como guia para uma comunicação mais autêntica e harmoniosa, especialmente no setor da construção civil, que, devido ao trabalho pesado e exaustivo, possui um histórico de conflitos por violência verbal. O objetivo deste trabalho foi desenvolver materiais técnicos e didáticos que fossem bem recebidos pelos trabalhadores da construção civil. Para isso, a equipe de extensão, composta por professores e acadêmicos de enfermagem, se dedicou a estudos sobre o tema, realizou reuniões e, com o apoio da plataforma Canva, elaborou pôsteres com exemplos de linguagens violentas e suas versões não violentas, além de breves explicações sobre os efeitos de uma boa conduta na resolução de problemas no ambiente de trabalho. Termos como empatia, sentimentos, necessidades próprias, generalizações de linguagem, responsabilidade

emocional, linguagem agressiva e acusatória, resolução de conflitos, harmonia e paciência foram destacados. Após a produção dos materiais, estes foram enviados ao Sindicato para validação e, em seguida, encaminhados às empresas, que se encarregaram de repassá-los de forma adequada aos trabalhadores, além de publicá-los nas redes sociais para atingir o maior número possível de pessoas. Os resultados esperados com este trabalho são a minimização dos conflitos entre os trabalhadores, especialmente na forma de comunicação das problemáticas existentes, e a otimização da conduta na resolução de antagonismos. Considerando que a região recebe muitos trabalhadores estrangeiros, especialmente venezuelanos, os materiais também foram produzidos em espanhol para alcançar todos os trabalhadores. Em conclusão, uma vez que a saúde mental está diretamente relacionada ao ambiente de trabalho e suas relações internas e externas, é urgente que as empresas de construção civil mobilizem seus trabalhadores para a prática da Comunicação Não Violenta. A harmonia no ambiente de trabalho não só melhora a qualidade de vida do trabalhador, mas também qualifica o trabalho da empresa e promove a saúde mental dos empregados.

SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ENVOLVIDOS EM EA COMO SEGUNDA VÍTIMA

Karine Escerda Lemos, Patricia Bitencourt Toscani Greco,
Emanuelli Mancio Ferreira da Luz, Oclaris Lopes Munhoz

O termo “segunda vítima” foi mencionado pela primeira vez nos anos 2000, referindo-se aos eventos adversos envolvendo profissionais de saúde, sendo o paciente considerado a primeira vítima. A partir de 2009, a terminologia foi expandida para incluir outros profissionais da saúde envolvidos em eventos adversos, com ou sem danos ao paciente. O objetivo deste resumo é apresentar um panorama das publicações nacionais sobre os impactos na saúde mental dos profissionais de enfermagem envolvidos em eventos adversos (EA) como segunda vítima. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada na Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando a seguinte estratégia de busca: (“segurança do paciente”) AND (“segunda vítima”), ambos os termos pesquisados nos campos título, resumo e assunto. A busca resultou em 12 estudos nas bases Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados da Enfermagem (BDENF). Foram selecionados os estudos que abordaram aspectos da saúde mental dos profissionais de enfermagem que se configuraram como segunda vítima, sem recorte temporal, considerando os idiomas inglês, português e espanhol, e excluindo teses e dissertações. Dentre os 12 materiais encontrados, dois eram teses, dois envolviam estudantes de enfermagem, um era sobre adaptação transcultural de instrumento para experiência de segunda vítima, dois tratavam do suporte à equipe, um era uma revisão de escopo sobre estratégias para atenção à segunda vítima, e um estudo focava em instrumentadores cirúrgicos, além de um editorial. Após a avaliação dos títulos e resumos, três artigos foram selecionados por abordarem a população e o objetivo do estudo. Os estudos indicaram que os profissionais de enfermagem como segunda vítima frequentemente experimentam

sentimentos negativos, como medo, angústia, flashbacks, insegurança e culpabilização. Além disso, um dos estudos revelou que a maioria dos trabalhadores de enfermagem que vivenciaram a experiência de ser segunda vítima relataram sofrimento emocional, frustração, culpa, tristeza, estresse, incapacidade, constrangimento e insegurança no exercício de suas funções. Destacou-se também que o impacto na vida profissional e no ambiente de trabalho pode levar a questionamentos sobre as habilidades, a qualidade e a escolha profissional. Conclui-se que discutir a segurança do paciente é essencial, especialmente no contexto dos eventos adversos, e que é necessário ampliar a visão sobre a segunda vítima, que, ao sofrer, pode comprometer sua saúde e, conseqüentemente, a qualidade da assistência prestada.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Eduarda Melotti Barcelos, Ana Rafaela Moreira da Rocha, Dryelle de Souza Santos, Rhaysla Denise da Silva, Pedro Luiz Ferro, Suzanny Oliveira Mendes, Adriana Madeira Álvares da Silva, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa

O assédio moral configura-se como uma problemática grave no ambiente de trabalho dos profissionais de segurança pública, com impactos negativos tanto na esfera individual quanto institucional. Esse fenômeno se agrava no contexto militarizado das forças de segurança, onde a cultura organizacional rígida e hierarquizada pode perpetuar um ciclo de violência psicológica, causando danos psicológicos e afetando o desempenho profissional. O objetivo desta proposta de intervenção é compreender as experiências dos profissionais da Polícia Penal com o assédio moral no trabalho, analisando seus efeitos na saúde mental e no desempenho profissional. A pesquisa adotará uma abordagem quantitativa, coletando dados por meio de questionários online, distribuídos aos Policiais Penais de Vitória, de diferentes áreas e níveis hierárquicos. Os questionários serão autoadministrados e anônimos, garantindo o sigilo das respostas. A análise dos dados será feita com estatísticas descritivas, identificando padrões e tendências nas respostas. Os resultados da pesquisa serão apresentados aos superiores hierárquicos e compartilhados por meio de palestras e mídias sociais, visando à implementação de práticas preventivas e ao combate ao assédio moral nos profissionais de segurança pública. Espera-se que este estudo contribua para a compreensão do assédio moral no âmbito da segurança pública, oferecendo um panorama das diversas formas de manifestação desse problema, os impactos na saúde dos profissionais e nas operações do sistema de segurança, além de subsidiar medidas necessárias para prevenir e combater essa questão. Investigar o assédio moral na segurança pública é fundamental para a criação de um ambiente de trabalho mais saudável. As descobertas desta pesquisa poderão apoiar a implementação de políticas públicas focadas na prevenção e no cuidado com o bem-estar dos profissionais, além de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO TERRITÓRIO E IMPACTOS NA FORMAÇÃO MÉDICA, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alcindo Abrantes da Silva Neto, Sérgio Márcio Dantas Maniçoba Filho,
Ana Catarina Barbalho da Silva Soares, Luisiane de Avila Silva

A idealização mais comum de território refere-se à delimitação geográfica de um espaço por divisões administrativas, formando bairros, cidades, estados e países. No entanto, o território não se resume apenas à divisão de espaços, mas envolve a ideia de posse, domínio e poder, correspondendo ao espaço geográfico socializado. A localização das populações resulta da história da apropriação e ocupação do território, além das circunstâncias de vida impostas. O objetivo deste estudo é elaborar um diagnóstico situacional do território da área da Unidade de Saúde da Família Jardins, no município de Cabedelo (PB). Trata-se de um relato de experiência que visa demonstrar a vivência dos discentes de Medicina da AFYA FCM na elaboração desse diagnóstico situacional, por meio de caminhadas no território da USF e do acompanhamento das atividades laborais dos profissionais da unidade. A pesquisa permitiu identificar os atores significativos no território, que atuam como fatores atenuantes ou agravantes no processo de adoecimento da população local, como escolas, praças, segurança pública e saneamento básico. Esse panorama ampliou a compreensão do conceito de saúde, ressaltando o meio ambiente como condicionante do processo de saúde e doença. Além disso, os discentes vivenciaram o funcionamento da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (SUS), com a realização de buscas ativas e visitas domiciliares pelos Agentes Comunitários de Saúde, atendimento pré-natal com a enfermagem, triagem de patologias crônicas e encaminhamentos para níveis mais complexos de atendimento. Também foi possível avaliar a percepção dos usuários sobre a qualidade do atendimento da USF por meio de entrevistas não estruturadas. As considerações finais apontam que os discentes, ao participar deste projeto, tiveram a oportunidade de aprender como é realizada a coleta e o processamento de dados para a construção de um diagnóstico situacional, que subsidia o planejamento das ações de Atenção Básica. Além disso, a interação com usuários e profissionais de saúde da USF permitiu o desenvolvimento e aprimoramento de aptidões interpessoais essenciais na prática médica, como comunicação efetiva, escuta ativa e adaptabilidade.

CUIDANDO DA SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: EXPERIÊNCIAS DO IASES NO “ABRIL VERDE”

Gláycan Gomes Araújo, Hanelore de Paula Martins, Igor Pinheiro dos Santos Jasper, Marcelo Bessa Pereira, Mayara Wetler Christ, Roclana Almeida da Costa, Vanderson Santos de Oliveira, Adriana Madeira Álvares da Silva, Pedro Luiz Ferro, Suzanny Oliveira Mendes, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa

Os servidores de segurança pública e do sistema socioeducativo enfrentam eventos de crise, como confrontos, acidentes e desastres naturais, o que pode acarretar transtornos mentais

como TEPT, ansiedade e depressão. A cultura organizacional muitas vezes estigmatiza a busca por ajuda, vista como fraqueza e prejudicial à carreira. Dados como os do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelam a escassez de informações sobre vitimização e suicídio desses profissionais, refletindo a subnotificação dos problemas de saúde mental. Fatores como questões hereditárias, problemas familiares e o ambiente de trabalho estressante agravam o quadro. A falta de informações adequadas impede tratamentos eficazes, o que compromete a eficácia do trabalho, aumenta os afastamentos e os riscos à segurança pública, além de gerar custos sociais elevados. Este relato de experiência aborda os desafios e estratégias adotadas no Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES) para lidar com os problemas de saúde mental entre seus servidores, destacando a necessidade de intervenções amplas para melhorar o bem-estar desses profissionais. Durante o mês “Abril Verde”, dedicado à segurança e saúde no trabalho, o IASSES implementou ações voltadas aos servidores, como agentes socioeducativos, técnicos e gestores, com oficinas de Meditação, Dança Circular, Auriculoterapia, Mindfulness, Alongamento e Boas Práticas em Saúde, realizadas em diversas unidades e no escritório central. As atividades, conduzidas por colaboradores voluntários e profissionais do programa Qualivida da Secretaria de Gestão de Recursos Humanos, variaram de uma a quatro horas de duração e foram planejadas pela Subgerência de Saúde do Servidor do IASSES, que organizou a metodologia e os materiais necessários. As oficinas ocorreram nos espaços institucionais, utilizando recursos humanos, audiovisuais e materiais básicos, como bolinhas de tênis, jarros de flores, tapetes acolchoados, papel toalha, esparadrapos, álcool, pinças e esferas. A programação diversificada alcançou 146 servidores e obteve resultados significativos para a saúde e o bem-estar deles, promovendo momentos de interação, relaxamento e aprendizado, o que contribuiu para a melhora da saúde física e mental dos participantes. Nas unidades socioeducativas, 17 servidores participaram de uma oficina de Mindfulness, 22 de uma sessão de alongamento e boas práticas de saúde, e 35 da atividade de Dança Circular. A oficina de Auriculoterapia alcançou 58 colaboradores no Escritório Central, oferecendo um dia de cuidados alternativos para a saúde. Para enfrentar os desafios de saúde mental entre os servidores do sistema socioeducativo e da segurança pública, é essencial continuar e expandir as estratégias do IASSES, com conscientização constante para reduzir o estigma e incentivar a busca de ajuda profissional. É fundamental garantir o acesso a serviços de saúde mental de alta qualidade, com profissionais bem treinados, além de incluir treinamentos regulares em habilidades de enfrentamento do estresse e resiliência. A cultura organizacional deve priorizar o bem-estar dos servidores, investindo em pesquisas contínuas para ajustar políticas e programas de saúde mental, garantindo sua eficácia e alinhamento com as necessidades dos profissionais, o que, por sua vez, beneficiará o bem-estar dos servidores, a eficácia da força de trabalho, a segurança pública e o bem-estar da sociedade.

PERCURSO FORMATIVO EM SAÚDE: (RE)CONSTRUINDO CONHECIMENTO SOBRE EQUIDADE EM UM GRUPO DE PETIANOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Camile da Silva Martins, Mirela Prestes Müller, Ygor Patrick Gualiume Marques, Ana Beatriz Godoy de Barros Alves, Diego de Matos Noronha, Helter Luiz da Rosa Oliveira, Raquel Cristina Braun da Silva

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde Equidade), inserido nas Políticas de Promoção da Equidade em Saúde, tem como objetivo promover a educação pelo trabalho por meio da integração ensino-serviço-comunidade. Com a equidade como princípio orientador, o Programa considera a complexidade, a multideterminação e a multifatoriedade dos marcadores da diferença e suas interseccionalidades no contexto do trabalho do SUS, além de suas repercussões na saúde mental dos trabalhadores. Também aborda as diversas formas de violência presentes nas relações nesse contexto, propondo ações baseadas na dialogicidade e considerando as construções narrativas coletivas como potenciais geradoras de micromudanças. Este relato de experiência visa destacar a importância das capacitações realizadas no PET-Saúde Equidade, focando no fortalecimento da Política de Equidade na formação dos petianos, futuros trabalhadores da saúde. O programa envolve discentes dos cursos da área da Saúde e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), nos Campi Uruguaiana e São Borja, contando com uma equipe composta por uma coordenadora geral, duas coordenadoras de grupo, dois orientadores de serviço, dois tutores, dois tutores voluntários, quatro preceptores, 16 discentes bolsistas e 8 discentes voluntários. O projeto iniciou suas atividades com capacitações online semanais via Google Meet, visando maior acessibilidade, interação e disponibilidade dos discentes, abordando temas relacionados à equidade e aos determinantes sociais. O objetivo dessas capacitações foi promover o letramento sobre os conceitos de interseccionalidade e equidade no SUS, contribuindo de maneira positiva para a formação profissional e humana dos participantes. As capacitações enfocaram o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e afetivas, essenciais no ambiente de saúde. Em formato de oficinas, foram tratados temas como os impactos sociais das catástrofes climáticas, acolhimento em saúde mental, aspectos socioculturais e de saúde, legislação de proteção à mulher, performances de gênero no âmbito da saúde, entre outros. Essas temáticas, muitas vezes negligenciadas na formação curricular das profissões da área da saúde, demonstraram sua relevância durante o processo formativo, estimulando o aprofundamento dos conhecimentos e promovendo maior visibilidade a questões frequentemente invisibilizadas, além de criar espaços de reflexão sobre possíveis intervenções. As capacitações proporcionaram aos discentes uma maior compreensão e orientação sobre como abordar diversas situações nos serviços de saúde, preparando-os para responder às necessidades da população com sensibilidade, acolhimento e competência. Além disso, os saberes adquiridos deram aos acadêmicos uma sensação de segurança e capacidade para atuar nos serviços de saúde, garantindo o êxito em suas abordagens. Assim, as capacitações no percurso formativo em saúde se mostram essenciais para a construção do conhecimento sobre equidade, interseccionalidade e marcadores sociais no trabalho do SUS, além de contribuir para o aprimoramento da conduta e comunicação dos petianos.

DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO VIRTUAL PARA ADOLESCENTES NA ATENÇÃO BÁSICA: PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Edilaine Mayara Pires dos Anjos, Keytli Cardoso Paulino,
Thiago Boeke Cunha, Michele Garcia Bolsoni Nascimento

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência, que abrange o período de 10 a 19 anos, é um momento crítico para o surgimento de problemas relacionados à individualidade, envolvendo fatores culturais, socioeconômicos, biológicos, psicológicos, políticos, étnicos e raciais. Nessa fase da vida, ocorrem mortes e agravos à saúde em dimensões consideráveis. A Atenção Primária à Saúde (APS) se caracteriza como um importante instrumento de intervenção diante das demandas geradas pelas mudanças comportamentais, físicas e sexuais desse público. Nesse contexto, a gamificação surge como uma ferramenta poderosa para a educação em saúde, pois torna o aprendizado mais agradável e atrativo, favorecendo a adesão e o seguimento das orientações em saúde. O presente estudo tem como objetivo descrever o processo de desenvolvimento e criação de um jogo virtual sobre sexualidade, cuidados de higiene, hábitos de vida saudáveis e mudanças físicas e hormonais, direcionado a adolescentes atendidos em uma Unidade de Saúde da Família em Vitória (ES). Trata-se de um estudo descritivo, na forma de relato de experiência, sobre a construção de um jogo virtual com perguntas e respostas relacionadas à saúde do adolescente. O planejamento e a criação do jogo foram realizados de forma interdisciplinar, envolvendo enfermagem, psicologia e serviço social, em três etapas. Na primeira etapa, foram realizadas buscas em bancos de dados e bibliotecas virtuais, com artigos científicos sobre a temática abordada. Na segunda etapa, desenvolveu-se a ideia do jogo e escolheu-se a ferramenta online adequada para criação do design. Na terceira etapa, foi elaborado um rascunho com as perguntas e respostas, incluindo comentários curtos explicando o conteúdo de cada questão e as regras do jogo. Em seguida, na plataforma de criação de design online, selecionou-se um modelo gráfico editável, no estilo de jogo virtual, e organizou-se as perguntas em sequência lógica. O desenvolvimento do jogo virtual provocou uma reflexão crítica sobre a viabilidade de utilizar a gamificação como estratégia eficaz para a educação em saúde dos adolescentes, destacando a importância de os profissionais se atualizarem quanto a essa metodologia, a fim de impactar positivamente as necessidades de saúde dessa população. Além disso, gerou o interesse em aplicar essa tecnologia educacional em atividades coletivas com o público-alvo em diversos equipamentos do território. Conclui-se que o jogo desenvolvido contribuirá significativamente para a educação em saúde dos adolescentes do território, com foco na promoção e prevenção, transformando-se em uma fonte confiável de disseminação de conhecimento de forma lúdica, divertida e de fácil compreensão, capaz de fomentar a adoção de práticas que melhorem o bem-estar e a qualidade de vida.

A PRÁTICA DO MÉTODO FISIOTAICHI NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE IDOSOS CADASTRADOS NO PROGRAMA SAÚDE DA PESSOA IDOSA DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE BELÉM/PA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luiz Augusto Costa Duarte, Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada,
Natália do Socorro Oliveira dos Santos, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

O campo das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) abrange sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, frequentemente chamados de medicina tradicional e complementar/alternativa (MT/MCA) pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Diversas técnicas e terapias foram incorporadas a programas de saúde, destacando-se, neste estudo, os exercícios terapêuticos chineses, com ênfase no Tai Chi e no Qi Kung. O Tai Chi Chuan (TCC), reconhecido pela OMS desde 2000, é uma prática voltada para a prevenção e o tratamento de diversas patologias, especialmente aquelas que afetam os idosos, devido ao baixo impacto nas articulações, movimentos suaves e controlados, e a combinação de controle respiratório e motor, que envolve concentração e percepção corporal. Os exercícios proporcionam benefícios físicos, mentais, emocionais e espirituais, promovendo o equilíbrio entre a energia interna (metabolismo e respiração) e a energia externa (músculos, tendões, nervos), favorecendo o fortalecimento e o condicionamento geral. O Fisiotaichi é a junção do Tai Chi Chuan com a fisioterapia, com o objetivo de adaptar os exercícios às condições clínicas individuais, visando uma resposta mais rápida e eficaz na prevenção e no tratamento de patologias. No método de estudo, idosos cadastrados no programa Saúde da Pessoa Idosa foram convidados a participar mensalmente da prática de TCC, em sessões de uma a uma hora e meia, divididas em três fases: aquecimento e alongamento com Lian Gong, exercícios de Tai Chi Chuan e exercícios de respiração e relaxamento. A atividade, com média de 35 idosos (90% mulheres), alcançou os objetivos propostos pelo fisioterapeuta instrutor voluntário, estimulando o grupo a sair do sedentarismo, praticar atividades que favorecessem a saúde e respeitar suas limitações e condições de saúde. Durante os três anos de participação (2015 a 2018), observou-se melhoria na força, agilidade, controle respiratório, consciência corporal, coordenação e equilíbrio, aspectos essenciais para a prevenção de quedas em idosos. A maior interação do grupo com a UBS também contribuiu para o engajamento no processo de tratamento de saúde. O Tai Chi Chuan promove benefícios significativos para a saúde do idoso, melhora sua autonomia e independência e proporciona uma meditação durante a prática, gerando bem-estar e serenidade tanto para os praticantes quanto para os instrutores. É crucial que essa prática seja mais reconhecida e ampliada na rede de cuidados, com incentivo à capacitação profissional dos trabalhadores.

A PSICOLOGIA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BRINQUEDOTECA EM SALA DE ESPERA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

A inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS) é um campo vasto de conhecimento, cujo objetivo é fomentar estratégias de cuidado abrangentes para a população. Nesse contexto, a Unidade Básica de Saúde (UBS), também conhecida como “posto de saúde”, se destaca como um campo privilegiado para expandir o trabalho do psicólogo, para além do consultório tradicional. O estágio curricular obrigatório surge como uma ferramenta para inserir os estudantes nas atividades da Atenção Primária, sob a supervisão de um preceptor, ampliando o entendimento da saúde além dos limites biomédicos. Entre as experiências realizadas, este relato aborda a criação de uma brinquedoteca na sala de espera da UBS. O espaço lúdico foi idealizado em equipe como uma forma de incluir crianças e pais no cuidado em saúde. Dada a ausência de uma área específica para crianças, uma parte da UBS foi transformada em um cenário de aprendizagem com brinquedos, doados pela população, estudantes e trabalhadores, utilizados em atividades como pintura, desenho, música e teatro. O grupo, composto por cerca de cinco acadêmicos do 8º semestre de Psicologia de uma instituição superior da Amazônia, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Belém (PA), realizava semanalmente atividades lúdicas na UBS, com temas voltados para a prevenção de doenças, sempre com a autorização dos pais. Não havia critérios de inclusão, e as atividades eram abertas e gratuitas, ocorrendo ao longo de seis meses. A utilização do brincar como componente essencial do desenvolvimento humano sensibilizou para a importância de ações voltadas ao público infantil, frequentemente negligenciado na UBS. Além disso, contribuiu para a organização da sala de espera, promovendo a socialização das crianças e evitando aglomerações nas portas dos consultórios. O compartilhamento dos brinquedos estimulava o cuidado, a cooperação e a construção de vínculos. A criação da brinquedoteca também proporcionou maior envolvimento dos alunos com o campo de estágio, aprimorando a interação e o engajamento social, e tornou a ida à UBS um momento mais agradável para todos os envolvidos. Dentre as dificuldades enfrentadas, destaca-se a falta de material fornecido pelo serviço público, que dependia de doações. As possibilidades para melhoria do serviço incluem o fornecimento de melhores condições e a capacitação profissional contínua.

POTENCIALIDADES DO APOIO INSTITUCIONAL E OS DESAFIOS PARA MONITORAMENTO DOS RESULTADOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO

Priscilla Caran Contarato, Albina de Fatima Fanni Santos, Bárbara Magnago Pedruzzi, Lorena Gasparini Caran

O apoio institucional (AI) é um dispositivo de gestão compartilhada que visa desenvolver, em parceria com as coordenações municipais de Atenção Primária à Saúde (APS), uma gestão inovadora

baseada no vínculo, na aproximação do território e na Educação Permanente em Saúde (EPS). Seu objetivo é integrar a Rede de Atenção e Vigilância em Saúde. No Espírito Santo, o AI foi criado como parte do Programa Estadual de Qualificação da APS do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi) e iniciou suas atividades em março de 2022. O objetivo deste relato é descrever as potencialidades do processo de trabalho do AI e os desafios de mensurá-lo quantitativamente. O projeto começou sem uma definição clara sobre as funções das apoiadoras, sendo que a equipe da região metropolitana construiu seu processo de trabalho com base em referências bibliográficas focadas na criação de vínculo, estudo das legislações vigentes e levantamento de indicadores de saúde, com o intuito de induzir a qualificação dos processos de trabalho municipais e transformar suas práticas. As habilidades individuais das apoiadoras, como escuta ativa, saber se relacionar e estimular o diálogo, foram fundamentais para a definição da atuação nos municípios, já que o trabalho do AI não seguia normas ou documentos institucionais específicos. A atuação das apoiadoras incluiu visitas técnicas aos municípios, cursos de capacitação para gerentes de Unidades Básicas de Saúde, qualificação das equipes de Saúde da Família (ESF) com atualização de protocolos, estímulo à educação permanente para gestores e profissionais, apoio às gestões municipais no monitoramento e análise dos sistemas de informação/regulação, contribuição para a integração das ações de APS e Vigilância em Saúde, além de fortalecer a APS na região metropolitana e na Secretaria Estadual de Saúde. As visitas institucionais representaram mais que encontros com orientações técnicas, indo além da perspectiva tradicional de transmissão de conhecimentos. A ativação de rodas de conversa permitiu gerar reflexões, perceber os silêncios, pactuar atividades, construir espaços democráticos de diálogo, mediar conflitos, valorizar saberes, orientar decisões e propor capacitações. No entanto, surgem questionamentos sobre como construir o nexo causal entre a atuação do AI, pautada nas subjetividades, e o alcance dos indicadores de saúde, bem como a consolidação dos atributos da APS e a adesão às normativas federais. Nesse sentido, mensurar os impactos do apoio em números se revela um grande desafio, embora sejam observadas mudanças incrementais nos municípios.

AÇÃO EDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA LEVE SOBRE A PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO AO HIV PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM UNIDADE DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BELÉM, PARÁ

Erick Clayton Gonçalves Feio, Lucas Alencar Queiroz, João Carlos Almeida Mendes da Mota, Maria Beatriz Loiola Viana, Thayse Moraes de Moraes

Atualmente, o HIV é considerado uma epidemia mundial, e no Brasil, em 2022, foram diagnosticados 43.403 novos casos da doença. O estado do Pará registrou a terceira maior taxa de diagnóstico, ficando atrás apenas de Roraima e Amazonas. Com a introdução da Profilaxia Pré-exposição (PrEP) contra o HIV, é essencial que os profissionais de saúde possuam conhecimento adequado sobre o tema, a fim de orientar corretamente os pacientes em risco quanto ao uso da medicação. Esse tipo de

orientação deve ocorrer desde a atenção primária, especialmente pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que frequentemente são os primeiros profissionais a terem contato com os pacientes de risco. O objetivo deste estudo é compreender a percepção dos ACS de uma Unidade de Saúde do Pará sobre seus conhecimentos em relação à PrEP. Trata-se de um estudo preliminar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), que avaliou a educação dos ACS sobre a prevenção do HIV com a PrEP. Foi aplicado um questionário objetivo de múltipla escolha para avaliar a percepção dos profissionais sobre seus conhecimentos sobre o tema, com respostas variando entre “Baixo”, “Médio” e “Alto” para o nível de conhecimento, e “Sim” ou “Não” para perguntas diretas. O projeto foi realizado na Unidade de Saúde Pirajás, em Belém – Pará, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (número 73239122.40000.5174). A amostra final incluiu 12 ACS. A maioria dos ACS relatou já ter ouvido falar da PrEP (10/12; 83,3%), mas uma grande parte também indicou ter um conhecimento técnico “Baixo” (6/12; 50,0%) ou “Médio” (5/12; 41,6%) sobre a aplicação da PrEP, com apenas uma resposta indicando um nível de conhecimento “Alto”. De maneira semelhante, a maioria dos profissionais informou ter “Baixo” (5/12; 41,6%) ou “Médio” (5/12; 41,6%) nível de confiança para fornecer informações precisas sobre a PrEP, com apenas duas respostas indicando um nível “Alto” de confiança. Além disso, 5 dos 12 profissionais (41,6%) relataram já ter enfrentado dificuldades para explicar ou discutir a PrEP com pacientes, enquanto 11 (91,6%) unanimemente afirmaram conseguir identificar barreiras individuais e sociais que poderiam influenciar o uso da PrEP na unidade. Apenas 5 (41,6%) indicaram identificar barreiras estruturais para o uso da PrEP. Os resultados indicam que, embora os ACS tenham conhecimento prévio sobre a existência da PrEP, há uma lacuna significativa no conhecimento técnico sobre sua aplicação, o que resulta em baixa confiança ao orientar os pacientes quanto ao uso adequado da profilaxia. Embora tenham conseguido identificar barreiras individuais e sociais, poucos identificaram barreiras estruturais. Esse cenário ressalta a necessidade de uma melhor capacitação dos ACS, garantindo que eles estejam preparados para identificar candidatos à PrEP e fornecer informações completas e precisas sobre a medicação.

SÍFILIS: VULNERABILIDADE MATERNA E RISCOS CONGÊNITOS

Isabela Moura de Freitas, Antonia Salianny da Silva Pereira, Angella Nobre Mendes Santos, Fernanda da Costa Valadares, Gabriel Willian Ferreira da Silva, Reginaldo Pereira de Oliveira

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) são causadas por vírus, bactérias e fungos, podendo ser classificadas de acordo com o local de comprometimento e apresentação clínica. Entre as mais conhecidas e preocupantes estão o vírus da imunodeficiência humana (HIV), as hepatites virais e a sífilis, que podem evoluir para complicações graves. O diagnóstico precoce da sífilis é especialmente importante em mulheres gestantes, a fim de evitar a sífilis congênita. O presente estudo tem como objetivo relatar um caso de IST identificado durante a triagem sorológica para inscrição no programa de pré-natal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, do tipo relato de caso, realizada após o atendimento de uma gestante diagnosticada com sífilis no serviço de gestação de

alto risco de uma unidade de referência especializada no Oeste do Pará. A gestante compareceu para consulta especializada e apresentou teste sorológico para sífilis reagente, por meio de testagem rápida e VDRL reagente em soro puro, após triagem de rotina do pré-natal. Após avaliação obstétrica, a gestante iniciou o tratamento com Bezentacil 4.000.000. Quanto aos seus antecedentes ginecológicos, relatou coitarca aos 16 anos com parceiro sexual único até o momento, com uso esporádico de método preventivo de barreira. Após o diagnóstico, foi solicitada investigação sorológica para conhecer o estado sorológico do parceiro, confirmando a positividade para sífilis e hepatite B. Compreendendo a gravidade da situação, que não se limitava ao casal, mas também ao risco de complicações fetais, foram repassadas orientações para a gestante sobre a importância do tratamento do casal e o uso rotineiro de preservativo para evitar uma maior exposição da mãe e do bebê. Observou-se a vulnerabilidade do casal, que, apesar de estarem juntos há cinco anos, só foram diagnosticados devido aos exames de triagem sorológica do pré-natal. Diante do caso apresentado, ressaltamos a importância de pessoas sexualmente ativas realizarem exames sorológicos com regularidade, buscando diagnósticos precoces e evitando que exames sejam realizados apenas durante o período gestacional, minimizando as possibilidades de complicações materno-fetais.

GRUPO “PAPAI CORUJA”: A EXPERIÊNCIA DE OFICINAS EDUCACIONAIS SOBRE GESTAÇÃO E PUERPÉRIO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE BELÉM (PA)

Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada, Juliana Benjamin Bellard,
Natália do Socorro Oliveira dos Santos, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em suas novas recomendações para gestantes em 2016, orienta uma maior frequência e contato das mulheres com os profissionais de saúde durante a gravidez, a fim de tornar esse período uma experiência positiva de cuidados, com respeito e dignidade. A Atenção Primária em Saúde (APS), por ser o principal local de acompanhamento pré-natal dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenha um papel fundamental na promoção de ações que incentivem o cuidado da saúde desde o início até o final da gestação. Nesse contexto, o presente relato descreve a criação de um grupo voltado para gestantes e seus acompanhantes em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Denominado “Papais Coruja” e gerido pela Secretaria Municipal de Saúde de Belém/PA (SESMA), o grupo foi criado com o objetivo de acolher as participantes, esclarecendo dúvidas sobre mitos relacionados ao puerpério e ao parto, promovendo o conhecimento e a adesão às vacinas, fortalecendo o vínculo entre os membros da família, e oferecendo ações educativas que valorizassem também o conhecimento das mulheres sobre as mudanças em seus corpos, aspectos clínicos, sociais, psicológicos e legais da gravidez, com a presença de convidados da área do Direito, além de incentivar e valorizar a prática do aleitamento materno. As grávidas que realizavam acompanhamento pré-natal na Unidade de Saúde eram convidadas a participar, duas vezes por semana, de reuniões multidisciplinares,

com uma hora de duração, acompanhadas pela enfermeira, fisioterapeuta e psicóloga da UBS. Nessas reuniões, as participantes podiam tirar dúvidas sobre a gestação e cuidados com sua saúde e a do bebê, fazer perguntas, participar de dinâmicas, assistir a filmes sobre gestação, sugerir temas, apoiar umas às outras e, quando necessário, serem encaminhadas para atendimento especializado. Os encontros e oficinas trouxeram maior visibilidade às gestantes na UBS. Mais atuantes e participativas, elas passaram a protagonizar o momento da gestação e, por meio da construção de conhecimento coletivo e trocas de experiências, houve maior aproximação com os profissionais de saúde. A vivência também refletiu na satisfação do grupo, que aumentava a cada encontro, demonstrando confiança e colaboração com a equipe, o que resultou em uma melhora na autoestima das gestantes. O acompanhamento pré-natal, quando realizado de forma eficiente, pode contribuir para melhorar a assistência à gestante e diminuir os índices de mortalidade materna e perinatal. Dessa forma, é urgente e necessário um maior empenho de gestores, profissionais e comunidade para promover ações que melhorem a qualidade de vida das mulheres durante o pré-natal.

ATUAÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM UM BANCO DE LEITE HUMANO (BLH): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rodrigues Ferreira de Souza, Ana Paula Ribeiro da Costa Faria, Felipe Albuquerque Cesar, Raiany Nascimento de Almeida, Fabíola Falcão de Lima Ferreira, Bruno Felipe Vargas Julião

O aleitamento materno desempenha um papel crucial no aumento da sobrevivência, desenvolvimento e promoção da saúde das crianças. Por ser um alimento completo, o leite materno contém fatores antimicrobianos e imunológicos, além dos nutrientes necessários para o crescimento adequado do bebê. Recomenda-se que o leite materno seja oferecido exclusivamente até os 6 meses de idade e complementado até os 2 anos. Nesse contexto, os bancos de leite humano têm uma função fundamental na promoção e proteção do aleitamento, oferecendo suporte às puérperas e nutrizas em suas dificuldades com a amamentação, realizando a coleta e o processamento do leite materno, e assegurando a segurança alimentar e nutricional das crianças. Este relato de experiência descreve o trabalho de acadêmicos de enfermagem em um projeto de extensão realizado em uma maternidade de alto risco em Manaus, Amazonas. A metodologia utilizada foi um relato de experiência no banco de leite de uma maternidade, com coleta de dados a partir de relatórios das atividades desempenhadas, anotações e observação participante. No primeiro semestre de 2024, o projeto de extensão incluiu diversas atividades, como orientações às puérperas e nutrizas sobre as técnicas de extração do leite, a importância da doação e da oferta de leite materno aos seus filhos em livre demanda, visando aumentar a eficácia da amamentação. O processo de pasteurização do leite foi realizado, aquecendo-o a 63°C para eliminar coliformes totais e termotolerantes, seguido de um choque térmico a 5°C para prolongar seu armazenamento. Além disso, foram realizadas atividades de distribuição e coleta de leite nos alojamentos conjuntos da maternidade, onde também se ensinavam técnicas alternativas

de alimentação, como relactação e translactação. As puérperas receberam orientações sobre o uso de copinhos e colherzinha para amamentação, destacando-se a importância de não utilizar bicos artificiais. Este relato evidencia a importância da atuação do profissional de enfermagem no banco de leite, orientando as puérperas e nutrizes sobre as técnicas de amamentação, meios alternativos de oferta e a relevância do aleitamento materno pleno. Além disso, destaca a necessidade de promover a conscientização sobre os bancos de leite, aumentando o número de doadoras para suprir não apenas as necessidades da maternidade, mas também da comunidade assistida, contribuindo para a redução da mortalidade neonatal e infantil.

O REIKI COMO FORMA DE CUIDADO NA SAÚDE OCUPACIONAL. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Julia Gallego Gomez

O reiki, uma prática milenar oriental, foi trazido ao ocidente pelo Mestre Mikao Usui no final do século XIX. Por meio da imposição de mãos, o reiki canaliza energia com o objetivo de promover equilíbrio físico, mental e espiritual, além de favorecer a autorestauração do estado de saúde e bem-estar. Reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 2007 como uma das Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas (MTCI), em 2017, foi oficialmente incorporado às 29 Práticas Integrativas em Saúde (PICs) do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo regulamentado pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC, 2006). As PICs oferecem uma abordagem alternativa de cuidado, focada na promoção e prevenção da saúde, compreendendo o ser humano como um ser holístico em constante interação com seu ambiente e as energias ao seu redor. Este trabalho relata a experiência do uso do reiki como alternativa na prevenção e promoção da saúde em trabalhadores de uma instituição pública de saúde no sul do Brasil. No final de 2021, foi formada a primeira equipe de saúde ocupacional em um hospital público estadual de médio porte (cerca de 500 servidores) em uma capital do sul do Brasil. A equipe enfrentou diversos desafios, como a aceitação pela direção e o baixo interesse e participação dos próprios trabalhadores. Considerando os dados de saúde do Brasil, especialmente após a Pandemia de covid-19, que indicam um aumento nos casos de problemas de saúde mental, como burnout, ansiedade e depressão, a equipe buscou várias formas de abordar os servidores, incluindo a implementação de práticas integrativas e complementares. Essas terapias foram realizadas por voluntários de fora da instituição e por profissionais capacitados internos. Para viabilizar o programa de PICs e garantir a aceitação pela direção, foi necessário negociar espaço físico e estabelecer uma gestão prática e concreta. Criou-se um sistema de agendamento online de fácil acesso, permitindo que todos os servidores tivessem a possibilidade de participar. O reiki foi uma das alternativas mais acessadas pelos trabalhadores durante o horário de expediente, com sessões de 20 minutos realizadas por terapeutas formados na técnica. Ao longo de dois anos de experiência, mais de 2000 aplicações de reiki foram realizadas. Os servidores relataram uma melhora significativa em vários aspectos de suas vidas, incluindo controle da ansiedade e estresse, qualidade do sono e até na maneira

de se relacionar com os outros e com os desafios do cotidiano. Esses resultados corroboram com a literatura científica existente sobre o tema. A procura expressiva pela aplicação de reiki demonstra como a técnica é percebida como uma forma eficaz de cuidado pelos trabalhadores, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e promovendo a saúde. Assim, o reiki se consolidou como uma ferramenta valiosa na saúde ocupacional, podendo ser utilizado pelos profissionais da área para promover o bem-estar dos usuários.

A IMPORTÂNCIA DA DANÇA NA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS CADASTRADOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada, Amanda Carmona,
Natália do Socorro Oliveira dos Santos, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

O envelhecimento ativo, bem-sucedido, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é um processo que visa otimizar a saúde da pessoa idosa, considerando aspectos físicos, mentais e sociais, com o objetivo de preservar sua autonomia, capacidade funcional, dignidade e fortalecer os laços sociais ao longo da vida. Nesse contexto, a dança surge como uma importante ferramenta para o cuidado dos aspectos fundamentais da saúde física, como mobilidade, equilíbrio, força muscular e respiração, além de beneficiar a saúde mental, ao proporcionar formas de expressão por meio do movimento, o que resulta em maior bem-estar, prazer, consciência corporal, autoestima e benefícios psicossociais, especialmente quando realizada em grupo. Este relato descreve a realização de oficinas de ritmos e dança de salão para idosos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) municipal de Belém/PA, vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS). O estudo ocorreu quando uma bailarina profissional voluntária, convidada pela equipe multidisciplinar da UBS, iniciou a oferta mensal de oficinas de dança como recurso terapêutico para os idosos cadastrados no Programa Saúde da Pessoa Idosa (cerca de 50 participantes). A prática, que passou a integrar o calendário da UBS, acontecia no salão ou estacionamento da unidade, com duração de 1 hora, sempre pela manhã, sendo os participantes orientados a utilizar roupas de ginástica e calçado adequado. A equipe, composta por fisioterapeuta e psicóloga, acompanhava as atividades. Os resultados mostraram benefícios significativos, como o aumento da participação ao longo do tempo, a promoção de momentos de lazer e união entre os idosos, maior envolvimento com o processo de cuidado, aumento da consciência corporal, respeito aos limites e possibilidades individuais, treinamento de memória por meio do aprendizado das coreografias, melhoria do equilíbrio, coordenação motora e aspectos cognitivos, redução do sedentarismo, e a quebra de preconceitos em relação à dança, com destaque para a introdução de novos ritmos sugeridos pelos próprios participantes e a inclusão dos homens no grupo. Conclui-se que a prática sistemática de dança pode promover um envelhecimento mais saudável, melhorando a condição geral do idoso. A dança, como atividade recreativa ativa, favorece a formação de vínculos grupais e deve ser mais estimulada pelos profissionais de saúde, especialmente na Atenção Primária, valorizando a expressão e o cuidado de si entre os idosos.

A INFLUÊNCIA DA DIABETES MELLITUS EM UM PACIENTE COM ARTROSE: BASE VIVENCIADA NO ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

Fernanda da Costa Valadares, Gabriel Willian Ferreira da Silva, Isabela Moura de Freitas, Antonia Salianny da Silva Pereira, Angella Nobre Mendes Santos, Reginaldo Pereira de Oliveira

O diabetes mellitus (DM) é uma doença que pode ser causada tanto por fatores genéticos quanto por estilo de vida, caracterizando-se pela má absorção ou produção insuficiente de insulina. Existem diversos tipos de diabetes, sendo o mais comum o DM tipo 2. Este, por sua vez, é considerado um fator de risco para o desenvolvimento de osteoartrite, uma vez que a DM atua de forma patogênica nessa condição, gerando várias complicações para o indivíduo. Diante disso, o objetivo deste trabalho é destacar a importância da assistência de enfermagem no processo de educação em saúde, visando à prevenção de complicações em pacientes com doenças crônicas. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada no local onde o fenômeno foi observado, utilizando como método o Arco de Maguerez, com suas cinco etapas: observação da realidade, identificação de pontos-chave, teorização, hipótese de solução e aplicação à realidade. O cenário da pesquisa foi uma residência coberta por uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) em um bairro do município de Altamira (PA), onde, por meio de visita domiciliar, foi realizada uma consulta de enfermagem associada à educação em saúde. Durante a anamnese, constatou-se que a moradora não possuía histórico de úlceras ou amputações, foi tabagista por 25 anos, apresenta grau leve de miopia, é hipertensa, diabética, tem hipercolesterolemia, artrose e um nódulo no pulmão. Ela relatou crises de dores articulares frequentes, causando desconforto ao se mover, e faz uso de anti-hipertensivos, antidiabéticos, corticoides e medicamentos inibidores da HMG-CoA redutase, apresentando sinais vitais normais. Na avaliação dos pés, observou-se um leve quadro de ressecamento, e ao realizar o teste de sensibilidade tátil com o monofilamento Semmes-Weinstein de 10g, detectou-se algumas áreas insensíveis. Para prevenir complicações decorrentes dessas condições crônicas, foi disponibilizado à paciente um folder educativo contendo informações sobre práticas de autocuidado e higiene dos pés, incentivo a uma alimentação saudável, a importância da atividade física e a adesão ao tratamento medicamentoso. Espera-se que, após essa intervenção em saúde, haja uma melhoria na qualidade de vida da paciente, uma vez que a adesão às boas práticas pode reduzir significativamente o risco de complicações associadas ao diabetes mellitus.

ABORDAGENS DIRETAS A PACIENTES DE UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA: PERSPECTIVAS DE PROFISSIONAIS EM BIOMEDICINA

Helena Brandão Araújo, Fernanda Marques Reis

A biomedicina é uma profissão que oferece diversas possibilidades de especialização, muitas das quais são associadas à ideia de que o profissional não precisa ter contato direto com o paciente, algo frequentemente enfatizado durante a graduação. Muitos discentes escolhem o curso justamente para evitar esse contato, o que não ocorre em outras áreas da saúde, nas quais o atendimento direto ao paciente é imprescindível. No entanto, essa concepção é limitada e equivocada, pois o profissional da saúde é formado para promover o conhecimento e ações de saúde para a comunidade. Saber lidar com as pessoas e compreender suas principais queixas permite que o profissional entenda as necessidades da coletividade em que está inserido, possibilitando melhores resultados para essas demandas. Afinal, no contexto da saúde, profissionais qualificados são o elo entre as pessoas e seu bem-estar. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo compartilhar a visão de uma acadêmica e profissional de biomedicina sobre as experiências adquiridas durante a atuação em um projeto de pesquisa. O projeto foi realizado em parceria com uma equipe multiprofissional de agentes comunitários de saúde (ACS) em uma comunidade periférica de Manaus, Amazonas, com a coleta de dados por meio de visitas domiciliares. O contato com o público e com outros profissionais da saúde representa um marco importante, especialmente para discentes acostumados a trabalhar apenas em laboratórios, com colegas da mesma área, e que não enfrentam as diversas situações cotidianas que surgem em campo. No local, os ACSs atuam como intermediários entre os serviços das unidades básicas de saúde e a comunidade, identificando e monitorando suas necessidades. Eles desempenharam um papel fundamental na mudança de nossa postura, transformando-nos de meras observadoras em participantes ativas, incentivando a comunicação durante as visitas domiciliares e ajudando a criar um ambiente no qual os moradores se sentiam mais à vontade. Isso facilitou o acesso da comunidade aos serviços de saúde, uma vez que muitos estavam relutantes devido a sentimentos de vergonha, falta de conhecimento ou experiências negativas anteriores com outros profissionais. Ao longo dessa vivência, foi possível observar aspectos do cotidiano dessa população, que frequentemente são chocantes quando comparados à realidade de comunidades mais privilegiadas. Essa experiência nos leva à reflexão de que, como profissionais de saúde, nosso papel é ser um catalisador de mudança, e, por isso, devemos estar sempre dispostos a corresponder ao direito à saúde da população.

A DANÇA CIRCULAR COMO PRÁTICA INTEGRATIVA E COMPLEMENTAR NO CUIDADO DE IDOSOS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mayra Cristina Silva Faro, Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICs), implementada no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2006 e ampliada em 2017, engloba abordagens terapêuticas com o objetivo de estimular ações de prevenção, recuperação e tratamento da saúde, indo além do paradigma médico tradicional. Essas práticas, que podem ser realizadas de forma individual ou coletiva, visam promover cuidados ampliados, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS). Atualmente, 29 atividades compõem as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no SUS. A Dança Circular é uma dessas práticas e se caracteriza por uma atividade de roda tradicional que não exige experiência prévia ou habilidades específicas. Ela é conduzida por um focalizador, que orienta os movimentos ou coreografias, e surge como uma importante ferramenta de promoção de saúde, especialmente voltada para a pessoa idosa. Este relato tem como objetivo descrever uma experiência de dança circular com usuários idosos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) da Secretaria Municipal de Saúde de Belém do Pará. A atividade foi coordenada pela equipe da UBS, composta por um fisioterapeuta, uma psicóloga e uma professora de dança voluntária da Rede Pública de Ensino, que também atuou como focalizadora da prática. O grupo de idosos foi convidado a participar semanalmente de encontros de práticas de saúde, nos quais a dança circular estava inclusa. Realizada na área externa da UBS, a atividade proporcionou grande adesão e maior interação entre os participantes, em sua maioria mulheres com diagnóstico de doenças crônicas, totalizando uma média de 30 idosos. Os resultados mostraram que a dança circular estimulou o protagonismo dos idosos no processo de cuidados em saúde, fortalecendo sua participação ativa na UBS. O estímulo à afetividade e o fortalecimento de vínculos ocorreram por meio do toque das mãos, da liberdade para expressar sentimentos, do autoconhecimento corporal e da unidade com o coletivo, além do aumento do apoio mútuo entre os participantes, que passaram a convidar mais pessoas para a atividade. Como recurso terapêutico, a prática também trabalhou habilidades como equilíbrio, capacidade motora e postural. No aspecto psicológico, observou-se uma melhora na autoestima, no estímulo à imaginação e memória, além de um aumento geral do bem-estar. Conclui-se que a dança circular trouxe inúmeros benefícios para a saúde dos idosos, funcionando como uma expressão de socialização e contribuindo para a diminuição do sentimento de isolamento, comum nessa faixa etária. Destaca-se que essa ação só foi possível graças à participação de uma professora voluntária, o que é de grande importância para a efetivação da política pública. Assim, é fundamental que os gestores busquem capacitar os profissionais das UBS para implementar as PICs, reduzindo a dependência de recursos externos, o que permitirá a continuidade e expansão dessas práticas de saúde na Atenção Básica a longo prazo.

ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AGENDAMENTO EFICAZ DAS PICS A PARTIR DO GOOGLE FORMS

Julia Gallego Gomez

A implementação do Programa de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) destinado aos trabalhadores em uma instituição hospitalar de saúde pública envolveu desafios tanto burocráticos quanto estruturais, além de questões de gestão e recursos limitados. O programa ofereceu diversas terapias, cada uma com características próprias, como Reiki, Meditação, Ioga, Massoterapia, Cura Reconectiva, Acupuntura, Vivências Sistêmicas e Auriculoterapia. Para a aplicação dessas terapias, foi necessário organizar de forma eficaz o uso do tempo, dos espaços físicos e dos horários disponíveis dos terapeutas. A gestão do capital humano foi um desafio adicional, já que a demanda dos trabalhadores pelas terapias foi alta. Para atender a essa demanda, foi preciso criar um sistema de agendamento acessível e interativo. Baseado em uma experiência anterior com o uso do Google Forms, foi desenvolvido o primeiro formulário para agendamento de Reiki via link. A partir daí, procurou-se uma solução que permitisse a cancelamento de horários já agendados, encontrando no próprio Google uma funcionalidade que atendia a essa necessidade. O sistema foi implementado com sucesso, mas logo surgiram situações em que o sistema travava, desafiando a equipe a se apropriar cada vez mais da ferramenta. Com o tempo, a demanda por outras terapias e equipes aumentou, o que exigiu a criação de um novo instrumento para gerenciar toda a agenda de terapias. Esse novo sistema incorporou todos os formulários das terapias disponíveis e foi estruturado de maneira a permitir alterações rápidas sempre que necessário. A solução adotada envolveu a criação de um grupo no WhatsApp, onde os trabalhadores podiam acessar a agenda semanal por meio de um link. O link direcionava para um formulário com as opções de terapias disponíveis, com os horários divididos em turnos de manhã, tarde e noite. O trabalhador escolhia o horário desejado e agendava sua terapia, sabendo que, caso não pudesse comparecer, deveria avisar para ativar a lista de espera. O formulário registrava automaticamente o nome, contato, horário e setor da pessoa, permitindo ao gestor entrar em contato em caso de necessidade. Esse sistema se mostrou muito eficaz para o agendamento, economizando tempo e recursos humanos, embora exigisse acompanhamento diário. O uso dessa ferramenta trouxe agilidade ao processo e contribuiu significativamente para a organização das terapias dentro da instituição.

OFICINAS SOBRE O ESTATUTO DA PESSOA IDOSA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA SAÚDE DA PESSOA IDOSA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Letícia Martins Bitar de Moraes, Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

As informações mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam um aumento significativo da população idosa em todo o território brasileiro, destacando

a importância de assegurar um envelhecimento saudável, com respeito aos direitos fundamentais e acesso de qualidade aos cuidados de saúde. Apesar de a legislação brasileira prever dispositivos para garantir esses direitos, a efetividade das políticas públicas depende do conhecimento e da aplicação prática das leis, incluindo aspectos relacionados à saúde e ao adoecimento. Com esse propósito, o presente relato descreve a experiência de oficinas sobre direitos dos idosos realizadas em uma Unidade Municipal de Saúde (UBS) em Belém (PA). Voltadas para cerca de 40 idosos cadastrados no programa Saúde da Pessoa Idosa, predominantemente mulheres, as oficinas ocorriam mensalmente, com duração de duas horas, na sala de reunião da UBS. Ministradas por professores de Direito de universidades locais e advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA), Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, essas atividades abordavam a Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), com exemplares distribuídos aos participantes para consulta posterior. Os encontros proporcionaram maior visibilidade e compreensão sobre a legislação, sua aplicabilidade e desafios, enquanto dúvidas eram esclarecidas pelos profissionais de forma interativa. A equipe multiprofissional da UBS, que coordenava as oficinas, foi solicitada pelos idosos a organizar novas atividades relacionadas a outros temas envolvendo direitos e envelhecimento. Os resultados evidenciaram a carência de informação, e até desconhecimento total, sobre o Estatuto do Idoso, mostrando que as oficinas, em seu caráter socioeducativo, não apenas promoveram o compartilhamento de conhecimento e orientação sobre violações de direitos, como também estimularam ações em prol do respeito e da dignidade da pessoa idosa. Constatou-se, assim, a necessidade de transformar essa iniciativa em uma prática contínua no âmbito da Atenção Básica.

IMPACTOS DO DIABETES MELLITUS NO COTIDIANO DE UM PACIENTE NEFROPATA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Angella Nobre Mendes Santos, Fernanda da Costa Valadares, Gabriel Willian Ferreira da Silva, Isabela Moura de Freitas, Antonia Salianny da Silva Pereira, Reginaldo Pereira de Oliveira

O diabetes mellitus é uma doença metabólica que se destaca como uma das principais causas de insuficiência renal crônica, levando muitos pacientes a iniciar o tratamento dialítico, tendência que tem se mantido ao longo dos anos. Nesse contexto, torna-se fundamental fornecer educação em saúde sobre as complicações renais decorrentes do diabetes, permitindo a identificação precoce de sintomas e fatores de risco específicos, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos pacientes. Este relato trata de uma pesquisa de campo cujo objetivo foi buscar informações diretamente com a população pesquisada, utilizando o método baseado no Arco de Maguerez, estruturado em cinco etapas: observação da realidade, identificação de pontos-chave, teorização, formulação de hipóteses de solução e aplicação na realidade. A ação foi realizada na residência de um paciente diabético e nefropata, acompanhada por uma Unidade de Saúde da Família (USF) localizada em Altamira (PA). Durante a visita domiciliar, foi realizada uma consulta de enfermagem, na qual o paciente relatou

conviver com diabetes há 25 anos, controlado com o uso de metformina. Nesse período, desenvolveu nefropatia diabética e, há um ano e quatro meses, realiza hemodiálise três vezes por semana, por quatro horas diárias. Como complicações adicionais, o paciente apresentou anemia, tratada com Hemax e ácido fólico, ansiedade elevada e sintomas iniciais de retinopatia e feridas diabéticas nos membros inferiores. Em 2020, contraiu covid-19 e, devido à erisipela não tratada adequadamente, sofreu a amputação da perna esquerda. Além disso, o falecimento dos pais agravou sua depressão, impactando negativamente seus padrões alimentares e de sono. Os resultados esperados incluem melhor adesão ao tratamento medicamentoso, já que o uso irregular dos fármacos para controle das comorbidades compromete o sucesso do tratamento; adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, dado que sua dieta, rica em carboidratos e pobre em fibras e proteínas, agrava sua condição; e maior adesão aos serviços da USF, com encaminhamentos à equipe multiprofissional, incluindo fisioterapia e atenção psicossocial, promovendo acompanhamento contínuo e integrado. Por fim, a visita domiciliar evidenciou o impacto da nefropatia diabética no cotidiano do paciente e diversas complicações associadas, além de permitir a implementação de estratégias que favoreceram sua conscientização sobre o estado de saúde e os fatores de risco, promovendo maior autonomia por meio do conhecimento.

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Liviani Marques Palheta, Livia Marques Palheta, Jaqueline Souza Chagas, Thayse Moraes de Moraes

A adolescência é um período marcado por mudanças fisiológicas e psicológicas, construção de valores morais e adaptações no ambiente de convivência, fatores que influenciam significativamente essa fase, inclusive na questão da sexualidade. No Brasil, muitos adolescentes iniciam a vida sexual sem a devida orientação e com conhecimentos restritos, o que contribui para o aumento dos casos de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e das taxas de gravidez na adolescência, configurando um problema de saúde pública. Para enfrentá-lo, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007 pelo Decreto nº 6.286/2007, busca levar ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, incluindo o diálogo sobre saúde sexual. Essa abordagem visa informar os jovens sobre práticas sexuais seguras, reduzindo os riscos de IST e outras complicações. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de círculos de cultura sobre saúde sexual e reprodutiva para adolescentes no ambiente escolar, fundamentada na Educação Popular em Saúde. A iniciativa integra o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Forma Pará, conduzida por discentes do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Pará, com alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Prof.^a Antônia Rosa, no município de São João da Ponta (PA). A abordagem da Educação Popular possibilitou a aproximação ao grupo, respeitando suas particularidades, valores, crenças e realidades comunitárias, visando um impacto positivo. Foram realizados três encontros, com apresentações por meio de slides e materiais visuais, seguidos de dinâmicas para fixação do conteúdo.

O primeiro encontro abordou “Direitos Sexuais e Reprodutivos e prevenção do HIV”; o segundo tratou de “Gravidez na adolescência, ciclo menstrual e liberação de espermatozoides”; e o terceiro enfocou “Saúde Sexual na Adolescência, mudanças fisiológicas, PCCU, métodos contraceptivos e ISTs – Sífilis e Herpes”. Participaram 17 alunos com idades entre 16 e 19 anos, sendo seis meninas e nove meninos. Inicialmente, a turma mostrou-se tímida, com pouca participação ativa nas conversas, mas, ao longo dos encontros, as interações tornaram-se mais frequentes, com dúvidas e relatos pessoais sendo compartilhados de forma segura e espontânea. Constatou-se a presença de informações limitadas e equívocos sobre sexualidade, direitos e cuidados relacionados às ISTs, bem como muitas dúvidas sobre métodos contraceptivos. A experiência evidenciou que a Educação Popular promove aprendizado mútuo e o compartilhamento de novos saberes, impactando positivamente as futuras decisões dos adolescentes sobre sua saúde sexual.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES RELACIONADA À DIABETES MELLITUS

Isabela Moura de Freitas, Antonia Salianny da Silva Pereira, Angella Nobre Mendes Santos, Fernanda da Costa Valadares, Gabriel Willian Ferreira da Silva, Reginaldo Pereira de Oliveira

O diabetes mellitus é uma doença caracterizada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, resultando em níveis elevados de glicose no sangue. Suas causas podem ser atribuídas tanto ao estilo de vida quanto a fatores genéticos. Em Altamira, a alta prevalência de diabetes mellitus, associada às complicações físicas e ao impacto psicológico nos pacientes, tem se tornado um problema alarmante, evidenciando a necessidade de ações de educação em saúde para prevenir complicações que afetam diretamente a qualidade de vida dos pacientes. Este trabalho trata de uma pesquisa de campo que buscou informações diretamente com a população-alvo, utilizando o método do Arco da Problematização de Maguerez, que organiza o processo em cinco etapas: observação da realidade, identificação de pontos-chave, teorização, formulação de hipóteses de solução e aplicação à realidade. A ação foi realizada em uma residência atendida por uma unidade básica de saúde de Altamira (PA), com uma paciente diabética há mais de 20 anos. Durante a visita domiciliar, foi conduzida uma consulta de enfermagem, na qual a paciente relatou não apresentar histórico de úlceras, amputações ou tabagismo, mas mencionou dor e desconforto nos membros inferiores ao caminhar e dificuldades visuais. A anamnese revelou o uso diário de insulina e metformina, enquanto a avaliação neurológica constatou sensibilidade preservada em todas as áreas dos pés. A pressão arterial e a glicemia estavam controladas. Para reforçar a importância da educação em saúde no controle do diabetes, a equipe de acadêmicos de enfermagem utilizou um folder educativo para conceituar a doença, destacar os principais cuidados com unhas e calçados na prevenção de feridas diabéticas e orientar sobre o tratamento medicamentoso adequado. Como resultado da ação, espera-se uma redução significativa nas complicações relacionadas ao diabetes, fortalecendo a prevenção e sensibilizando os pacientes

para a adesão ao tratamento. Além disso, foram abordados aspectos como a importância de uma alimentação equilibrada, que ajuda a evitar complicações, e o controle rigoroso da glicemia como estratégia para reduzir agravos. Conclui-se que a visita domiciliar possibilitou a disseminação de conhecimento acadêmico além do ambiente universitário, promovendo conscientização sobre a adesão ao tratamento medicamentoso e os principais cuidados necessários para prevenir complicações decorrentes do diabetes.

FECHAMENTO DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO: DESAFIOS DA GESTÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL

Maria Carolina da Costa Pinheiro

A Reforma Psiquiátrica, enquanto instrumento de luta e prática contínua pelo cuidado em liberdade, busca como um de seus principais objetivos a construção de redes comunitárias de saúde mental que eliminem a necessidade de estruturas e práticas manicomiais. Esse desafio demanda ações abrangentes de gestão, atenção, formação e controle social, envolvendo o impedimento da abertura de novos manicômios, o fechamento dos existentes e a criação de redes de atenção psicossocial capazes de assegurar um cuidado integral, equitativo, centrado nas pessoas e fundamentado em direitos. Nesse contexto, o fechamento do Hospital Psiquiátrico Vicença Maria da Fontoura Lopes, com 100 leitos, no município de Rio Grande, em 15 de abril de 2023, representou um marco. Simultaneamente, foi inaugurada a Unidade de Saúde Mental no Hospital Geral da Santa Casa do Rio Grande, fruto de decisões administrativas pautadas em viabilidade financeira e defesa de novas práticas de saúde mental, enfrentando resistências e disputas entre modelos de cuidado. Essa transição envolveu ações de planejamento, redução e regulação de leitos, além de educação permanente, visando construir a nova unidade e modificar processos de trabalho, com a participação de trabalhadores, gestores e representantes do controle social, num esforço coletivo que se estendeu por dois anos. Esse fato insere-se em um cenário regional marcado por duas décadas de esforços iniciados em 2001, com habilitações e ampliações dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a implantação do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares-Psiquiatria, que promoveram a redução de leitos em hospitais psiquiátricos e a criação de leitos de saúde mental em hospitais gerais, incentivados pelo estado. Além disso, a Rede de Atenção Psicossocial foi expandida, incorporando diversos componentes como oficinas, núcleos de apoio, redução de danos, unidades de acolhimento, CAPS 24h e Serviços Residenciais Terapêuticos, abrangendo atenção básica, especializada, hospitalar e desinstitucionalização. O fechamento do hospital psiquiátrico reflete décadas de avanços e contradições nos processos da Reforma Psiquiátrica, evidenciando que a luta antimanicomial vai além de mudanças estruturais, demandando práticas e princípios alinhados a diferentes concepções sobre a loucura e os cuidados. A redução de três hospitais psiquiátricos e 500 leitos para os atuais 151 leitos em um único hospital na região simboliza os avanços concretos da Reforma Psiquiátrica. Contudo, a manutenção de

estruturas manicomiais perpetua práticas contrárias aos princípios das redes de atenção psicossocial, retardando e desqualificando o desenvolvimento de abordagens comunitárias e inovadoras de cuidado em liberdade, fundamentais para consolidar os objetivos da reforma.

PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA: VIVÊNCIAS ENTRE ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE E PESQUISADORES SÊNIORES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PESQUISA COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Onézimo Tadeu D'Assunção, Lucas Barbi, Tuliola Almeida de Souza Lima, Priscilla Victória Rodrigues Fraga, Anelise Andrade de Souza, Rômulo Paes-Sousa

A experiência de formação para o desenvolvimento da pesquisa intitulada “Análise das barreiras e facilitadores de acesso aos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial destinados ao cuidado em álcool e outras drogas pela população em situação de rua (PSR) no município de Belo Horizonte/MG”, conduzida pelo Grupo de Pesquisa de Políticas de Saúde e Proteção Social do Instituto René Rachou (Fiocruz Minas), teve como objetivo analisar o acesso à saúde dessa população. O relato descreve as vivências do processo de formação de pesquisadores(as) seniores e alunos(as) da iniciação científica. Inicialmente, realizou-se uma formação presencial utilizando metodologias ativas, abordando temas como Políticas sobre Drogas, Fenômeno da PSR no Brasil, Direitos Humanos, Rede de Atenção Psicossocial, Políticas Públicas para a PSR, além de Metodologia e Atuação em campo de pesquisa. A formação foi construída de maneira dialogada, promovendo reflexões sobre concepções dos(as) alunos(as) a respeito de drogas, estigmas enfrentados pela PSR e os dispositivos das políticas de saúde e assistência social. Também foram discutidas metodologias de coleta de dados, estratégias de abordagem da PSR, aplicação de questionários, uso de diário de campo e manejo de situações complexas, além de temas como discriminação, políticas proibicionistas, redução de danos e os modelos de cuidado. Após essa etapa, organizou-se o campo e aplicaram-se os questionários em serviços das políticas de assistência social e saúde, como Centros POPs, abrigos, albergues, Casas de Passagem e CAPS AD. Durante o trabalho de campo, os(as) alunos(as) tiveram a oportunidade de complementar sua formação em saúde coletiva ao se depararem com histórias de vida que desmistificaram imaginários sociais sobre pessoas em situação de rua e usuárias de drogas. Essa experiência permitiu reflexões críticas sobre temas como violação de direitos, violências físicas, psicológicas e estatais, preconceito, racismo estrutural, exclusão social e fragilização de vínculos afetivos e familiares. Concluiu-se que o processo formativo contribuiu para o desenvolvimento crítico dos(as) alunos(as) em relação ao tema e para uma maior segurança no trabalho de campo, além de provocar impactos subjetivos e profissionais ao envolver-se com histórias que afetam e desafiam as perspectivas de quem atua nesse contexto.

OFICINAS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU

Isaac de Araujo Castro Vasconcelos, Thaisa Macedo Lenz, Luis Ignacio Martinez Segura, Luz Adriana Vitar Julio, Leidy Katherine Vega Mahech, Thaissy Fernanda de Oliveira, Gladys Amelia Velez Benito, Juliana Domingues

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) é uma iniciativa governamental intersetorial que visa integrar o ensino superior ao sistema de saúde, proporcionando aos discentes vivências práticas no trabalho em saúde, com ênfase na atenção básica. Em Foz do Iguaçu, município do Oeste do Paraná, localizado na tríplice fronteira com Paraguai e Argentina, foi reconhecida a relevância do papel do Agente Comunitário de Saúde (ACS) no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS). Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo promover oficinas educativas voltadas à educação permanente dos ACSs, atendendo demandas identificadas pelos profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Cidade Nova. A partir de reuniões entre discentes, orientadores e preceptores do PET Saúde, foram planejadas e executadas três oficinas: a primeira consistiu em uma conversa inicial para compreender as demandas dos ACSs; a segunda abordou a relevância desse profissional na saúde mental da comunidade; e a terceira discutiu a saúde mental dos próprios ACSs, com foco no adoecimento por burnout, além de oferecer orientações sobre tratamento e busca de auxílio. Os resultados evidenciaram a importância de tratar a saúde mental dos trabalhadores da saúde, revelando, durante as oficinas, um espaço de troca de experiências em que os ACSs compartilharam suas angústias, desafios e potencialidades. Essa abordagem dialógica permitiu que os discentes se inserissem de forma significativa no cotidiano desses profissionais, promovendo um aprendizado mútuo e uma compreensão mais profunda da realidade dos ACSs. As oficinas, além de cumprirem com sucesso seus objetivos educativos, mostraram-se proveitosas ao fortalecer o vínculo entre discentes e profissionais, ampliando as perspectivas dos alunos sobre a prática em APS. Por fim, destaca-se a necessidade de confrontar as orientações técnicas com as condicionantes sociais dos trabalhadores, promovendo uma educação permanente que vá além de conteúdos padronizados, valorizando abordagens dialogadas e contextualizadas.

PROMOÇÃO DO CUIDADO DO GRUPO DE GESTANTES NA ATENÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lilian Lopes Mattos, Paulo Antônio Barros Oliveira, Andressa dos Santos Shoen

O Sistema Único de Saúde (SUS) organiza suas ações e serviços de forma descentralizada e capilarizada, com a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenhando um papel central na ordenação da rede de atenção à saúde e na coordenação do cuidado centrado no usuário. Essa abordagem envolve a responsabilidade pelas ações individuais e coletivas, estruturadas com base nos processos de trabalho

das equipes de saúde. A APS tem contribuído para a universalização do cuidado, ao incorporar elementos fundamentais para uma abordagem mais abrangente, que considera as necessidades de saúde de cada pessoa e comunidade, indo além da consulta médica para incluir cuidado integral, prevenção de doenças e melhoria das condições de vida. Para isso, é imprescindível o conhecimento prévio da comunidade para um planejamento eficaz das ações. Nesse contexto, surgem os Grupos na Atenção Primária, que promovem maior vínculo com a população, uma escuta qualificada e a troca de experiências, favorecendo a construção coletiva de saberes e estratégias de enfrentamento que muitas vezes não são percebidas pela equipe de saúde. Entre os públicos atendidos, gestantes se destacam como um coletivo que necessita de espaços para compartilhar conhecimentos, frustrações, angústias, experiências e alegrias relacionadas ao período gestacional e ao puerpério. A Unidade de Saúde Mathias Velho, em Canoas (RS), criou o grupo Gestar, ativo há mais de um ano com reuniões quinzenais, reunindo gestantes, puérperas, profissionais de saúde, residentes multiprofissionais e a Equipe E-multi. Nessas reuniões, são discutidos temas propostos pelas participantes, serviços disponíveis, dúvidas sobre gestação e puerpério, além de iniciativas como doações, escambo e criação de itens para os bebês. Complementando as consultas de pré-natal e puericultura, o Gestar oferece um espaço de cuidado relacional, utilizando tecnologias leves para promover um atendimento integral e centrado nas necessidades dos sujeitos. Contudo, devido às enchentes no município, as atividades presenciais do grupo estão temporariamente suspensas. Durante esse período, o grupo Gestar permanece ativo pelo WhatsApp, onde Agentes Comunitárias de Saúde organizam demandas e as encaminham para a enfermeira e a médica responsáveis.

SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E DESIGUALDADE DE GÊNERO A PARTIR DA CRISE CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camile da Silva Martins, Letícia de Araújo Pinto, Jessica Lemos Grings, Raquel Cristina Braun da Silva, Diego de Matos Noronha, Helter Luiz da Rosa Oliveira, Susane Graup, Taise Silva da Rosa

A desigualdade de gênero se manifesta de diversas formas na vida das mulheres, com múltiplas estratégias de controle sobre seus corpos e cerceamento de suas possibilidades de existência. Nesse contexto, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde Equidade) da Universidade Federal do Pampa promoveu discussões online sobre os impactos dos desastres climáticos no Rio Grande do Sul para as mulheres, além de realizar visitas a abrigos destinados a pessoas afetadas pelas enchentes do Rio Uruguai, oferecendo escuta ativa. Este relato de experiência busca refletir sobre os impactos das enchentes na vida de mulheres desalojadas, analisando reportagens divulgadas pelas mídias e confrontando essas informações com as vivências observadas nos abrigos em Uruguaiana (RS). Foi identificado que as mulheres, além de sofrerem os efeitos diretos das catástrofes climáticas, muitas vezes são revitimizadas, enfrentando expressões de violência de gênero. As reportagens destacaram a insegurança nos abrigos, que aumentam o risco de assédio e violência, especialmente para

mulheres e crianças, mesmo sendo espaços destinados a acolhê-las após perdas materiais e familiares. Durante as visitas, observou-se também a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas mulheres, que acumulavam responsabilidades domésticas, cuidados com a família e atividades fora do lar, resultando em estresse físico e mental, com relatos frequentes de dores de cabeça e pressão arterial elevada. O perfil das mulheres afetadas revelou, predominantemente, mulheres negras, em idade reprodutiva e em situação de vulnerabilidade econômica, refletindo as desigualdades estruturais do Brasil, onde mulheres negras enfrentam condições de trabalho precárias e recebem salários inferiores aos de homens negros e brancos. Essa realidade evidencia a urgência de ações e políticas públicas voltadas às mulheres, bem como a revisão e fiscalização das iniciativas já existentes, pois, como afirmou Simone de Beauvoir, “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Assim, torna-se essencial criar espaços de discussão com participação popular, promovendo a construção coletiva de estratégias para minimizar as violências e desigualdades de gênero, especialmente em cenários de calamidade.

ESTÁGIOS CURRICULARES DE MEDICINA: UMA EXPERIÊNCIA PARA A VIDA

Ryan Geraldo Dantas Carreiro, Eduarda Lopes de Araújo, Mariza de Lurdes Lopes Cavalcanti Melo, Rafaella Fonseca Medina Pereira, Layza de Souza Chaves Deininger

A comunidade São Rafael, localizada às margens do Rio Jaguaribe, enfrenta constantes inundações durante os períodos de chuva, quando o nível do rio aumenta e invade as casas. Essas águas, poluídas e contendo resíduos de lixo e esgoto, representam um grave risco à saúde dos moradores, contribuindo para o surgimento de diversas doenças. Este relato tem como objetivo apresentar a experiência de acadêmicos de medicina durante estágios curriculares realizados na comunidade São Rafael, no município de João Pessoa, Paraíba, nos meses de abril e maio de 2024. As visitas, realizadas no território atendido pela Unidade de Saúde da Família (USF) local, possibilitaram a observação do funcionamento e das rotinas de atendimento da USF, além de proporcionar um aprendizado significativo. Durante os períodos chuvosos, as inundações nas residências resultaram em um aumento na incidência de doenças endêmicas, como parasitoses, gastroenterites, infecções de pele, síndromes gripais e casos suspeitos de leptospirose. Essas situações reforçam a importância da atenção básica no enfrentamento das necessidades de saúde da população, especialmente em momentos de maior vulnerabilidade. Foi observado que os desafios da saúde pública vão além do tratamento de doenças, envolvendo questões relacionadas aos determinantes sociais da saúde. A promoção de uma sociedade mais equânime exige esforços intersetoriais, integrando saúde, educação, habitação, assistência social e outros setores. Somente por meio dessa abordagem integrada será possível promover melhorias significativas na qualidade de vida das comunidades mais vulneráveis.

USO PREJUDICIAL DE SUBSTÂNCIAS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Samarah Gracielly Santos Prates, Tulíola Almeida de Souza Lima, Onezimo Tadeu D'Assunção, Priscilla Victória Rodrigues Fraga, Lucas Barbi, Anelise Andrade De Souza, Rômulo Paes-Sousa, Karina Alves Melo Ferreira, Miguel Luiz de Moraes Tiberio, Ana Clara Vasconcelos, Luisa Fonseca Ramos

O presente relato apresenta as experiências vivenciadas por alunos de graduação durante a realização de uma pesquisa do Instituto René Rachou – Fiocruz Minas Gerais, nos meses de maio e junho de 2024. A investigação teve como objetivo identificar barreiras e facilitadores no acesso da população em situação de rua (PSR) aos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) voltados ao cuidado em álcool e outras drogas, no município de Belo Horizonte (MG). Sob a coordenação dos pesquisadores responsáveis, os alunos de Iniciação Científica participaram da aplicação de questionários quantitativos junto à PSR durante visitas a dispositivos de saúde e assistência social que integram a RAPS. Entre os diversos elementos que compõem a trajetória da PSR, o uso de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas, surge frequentemente, seja como causa anterior à situação de rua ou como estratégia para lidar com a difícil realidade de viver nas ruas. Essa complexidade suscita questionamentos sobre os significados que o uso dessas substâncias assume para indivíduos marginalizados, vivendo sob o imperativo constante da sobrevivência. Durante a aplicação dos questionários, a escuta acolhedora revelou nuances sensíveis da violação de direitos presentes na vida dessa população, como na resposta à pergunta: “Quais motivos te levaram à situação de rua?”, que frequentemente expôs vivências marcadas pela exclusão social, fome e ausência de moradia. Observou-se que, para muitos, o uso de substâncias funciona como estratégia de enfrentamento, proporcionando alívio temporário para dores físicas e emocionais. No entanto, o objetivo deste relato não é ignorar os prejuízos associados ao uso dessas substâncias, mas enfrentar o estigma que associa a condição de rua exclusivamente ao consumo de álcool e drogas, como se a interrupção desse uso fosse suficiente para resolver todos os problemas enfrentados pela PSR. Tal estigma simplifica a questão e negligencia fatores estruturais, como desigualdade social, falta de acesso a direitos básicos e ausência de moradia, que inviabilizam a vida digna para essas pessoas.

SOBRE A PRODUÇÃO DE CUIDADO NA OFICINA DE CRIATIVIDADE DO CAPSAD – RESENDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lirys Figueiredo Cedro, Isabel Dreyfuss

Trata-se de um relato de experiência de uma enfermeira em saúde mental e uma musicoterapeuta em sua atuação na Oficina Terapêutica de Criatividade. O objetivo é descrever o funcionamento

dessa oficina e os efeitos percebidos nos usuários. Realizada às quintas-feiras, das 10h às 11h30, no CAPSad ou em locais externos, como exposições, parques e praças, a oficina é planejada anualmente com temas previamente definidos, mas também oferece espaço para atividades livres, respeitando os desejos dos pacientes. As atividades incluem colagem, escrita, habilidades manuais com linhas, origami, mandalas e rodas de conversa temáticas, sempre priorizando a autonomia e a liberdade de escolha dos participantes. Além disso, são desenvolvidos itens decorativos com organização prévia de materiais e ideias. Essa oficina, no contexto do CAPSad, atua como uma estratégia de redução de danos, diminuindo a exposição dos usuários a situações de risco relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas. Ao final de cada ano, é realizada uma avaliação com os usuários, que destacam a oficina como um recurso terapêutico eficaz, promovendo socialização, autonomia, autoestima e a valorização de suas habilidades. Por fim, é essencial considerar a importância da continuidade do cuidado de forma integrativa, criando espaços que estimulem a expressão e a valorização do sujeito como protagonista de sua história.

DIÁLOGO COM PARTEIRAS TRADICIONAIS SOBRE O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO CUIDADO ÀS ALTERAÇÕES BUCAIS COMUNS DA GESTAÇÃO

Sabrina Ellen Costa Kato, Caroline Almeida dos Santos, Carla Sueli do Vale Marinho,
Bruna Melo Amador, Haroldo Gonçalves de Jesus

As parteiras tradicionais desempenham um papel representativo nas comunidades rurais, sendo responsáveis pelo acompanhamento de gestantes com base em saberes tradicionais, uma atuação reconhecida pelo Ministério da Saúde na assistência ao parto domiciliar. Dentre as transformações do ciclo gravídico, destacam-se aquelas que impactam a saúde bucal, frequentemente tratadas com plantas medicinais pelas populações tradicionais. Contudo, o uso de substâncias durante a gestação pode trazer riscos à saúde materna e fetal. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de odontólogas residentes em saúde da família no desenvolvimento de uma ação educativa sobre o uso seguro de plantas medicinais no manejo de alterações bucais comuns na gestação. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, baseado em uma ação integrada com o Programa de Parteiras Tradicionais de Bragança, Pará. O programa promove a articulação entre parteiras tradicionais e equipes de saúde da família por meio de reuniões mensais de caráter formativo e colaborativo. Utilizando rodas de conversa como estratégia, foi possível discutir alterações bucais no período gravídico-puerperal, práticas odontológicas e o uso seguro de plantas medicinais. Dinâmicas como “mitos e verdades”, apoiadas por placas de linguagem não verbal, facilitaram a interação, destacando benefícios e riscos associados ao uso dessas plantas. O diálogo estabelecido permitiu às parteiras transmitir seus conhecimentos ancestrais, enquanto as cirurgiãs-dentistas compartilharam informações científicas, resultando na construção de um cuidado compartilhado e seguro. As parteiras, ao exercerem um papel culturalmente respeitado em seus territórios, podem atuar como elo entre a

comunidade e as equipes de saúde bucal, contribuindo para a identificação de queixas e estimulando a busca por cuidados odontológicos. Assim, a intersecção entre conhecimentos científicos e tradicionais fortalece o cuidado integral e sustentável à saúde bucal materna, valorizando as práticas ancestrais e promovendo uma abordagem mais holística e eficaz durante a gestação.

RODA DE CONVERSA SOBRE A INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joesly dos Santos Tabosa, Jéssica Karoline Alves Portugal, Andriele Valentim da Costa, Antônio Abeu da Rocha Lima, Adriana Oliveira da Silva, Edmaira de Souza Medeiros, Manuela Costa dos Santos

A Infecção do Trato Urinário (ITU) é uma das infecções mais comuns, afetando principalmente pessoas do sexo feminino devido à menor extensão anatômica da uretra e à maior proximidade entre a vagina e o ânus, em comparação ao sexo masculino. Gestantes estão particularmente vulneráveis às consequências graves da ITU, pois alterações fisiológicas da gravidez, como a produção hormonal, podem reduzir o fluxo urinário, favorecendo a proliferação de bactérias no trato urinário. Entre os principais problemas associados à ITU em gestantes estão o risco de aborto espontâneo, parto prematuro, restrição do crescimento intrauterino, baixo peso ao nascer, pneumonia neonatal e até mortalidade infantil. Diante disso, é crucial reconhecer sinais e sintomas como disúria, polaciúria, desconforto supra-púbico e febre, promovendo o diagnóstico precoce para evitar complicações. Este trabalho relata uma roda de conversa sobre ITU realizada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no interior do Amazonas, com foco nos impactos da infecção na saúde da mulher. A ação, conduzida durante estágio, abordou de forma participativa o conceito de ITU, suas razões anatômicas, sinais e sintomas, fatores de risco, métodos diagnósticos, adesão ao tratamento e medidas preventivas, especialmente para gestantes, destacando complicações como eclâmpsia. As orientações abrangeram a higiene íntima correta, ingestão hídrica adequada e adoção de hábitos saudáveis, além de esclarecer dúvidas e incentivar o compartilhamento de experiências em um ambiente seguro. A atividade também explorou os impactos emocionais e sociais da ITU, reforçando a importância de buscar atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) quando necessário. A ação destacou a relevância da educação em saúde como ferramenta de sensibilização, promovendo a disseminação de informações e a interação entre pacientes e estudantes de enfermagem, contribuindo para o enriquecimento da prática profissional e o fortalecimento do cuidado integral.

CONSTRUINDO SABER DURANTE A FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS

Bruno Santos Moreira, Luzia da Conceição de Araujo Marques, Roberta Ribeiro Loureiro Pinto, Juliane Fernanda Messias da Conceição, Ana Beatriz Cardoso Teles Lamego, Marcelly Vitória Cardozo, Wendrik da Silva Ribeiro e Wesley Custódio da Silva, Gabriel Cardoso de Mesquita, Maria Regina A. R. Pimentel

Na formação de enfermeiros, a subárea de Ética Social utiliza oficinas pedagógicas como principal estratégia de ensino, promovendo espaços de reflexão e aprendizagem sobre Valores Éticos e Direitos Humanos. Essas oficinas possibilitam a análise da realidade, a realização de dinâmicas interativas e a troca de experiências, promovendo a construção coletiva do conhecimento, alinhada à concepção de Paulo Freire, segundo a qual ensinar é criar possibilidades para a produção ou construção do saber. A experiência é realizada com graduandos do primeiro período da Faculdade de Enfermagem da UERJ, ao longo de nove oficinas semestrais, sendo duas coletivas e sete em pequenos grupos de cinco a seis estudantes. Cada oficina é desenvolvida com base em um roteiro orientador fornecido pela equipe docente, e os temas abordados incluem Valores Éticos, Direitos Humanos, Diversidade Étnica, Gênero e Sexualidade, e Direitos como à Alimentação, Moradia, Meio Ambiente, Educação, Trabalho, Saúde, Liberdade de Expressão Religiosa e Participação Social, permeados pela temática da sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os estudantes elaboram relatórios, folders e slides para apresentar, refletir e debater os temas com a turma, sob orientação de monitores. Os resultados evidenciam que o protagonismo dos estudantes torna o processo ensino-aprendizagem mais eficaz, promovendo autonomia, criatividade e uma compreensão mais profunda dos Valores Éticos e Direitos Humanos. Avaliações dos trabalhos apresentados mostraram que 90% dos grupos alcançaram resultados de excelência. A subárea de Ética Social, ao adotar metodologias dinâmicas, fomenta a busca pelo conhecimento e a compreensão crítica sobre como os temas abordados influenciam a saúde, a vida, e as realidades sociais e políticas. Essa estratégia promove autonomia, criatividade e uma construção orgânica do conhecimento, formando profissionais críticos, conscientes da realidade social e capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade para solucionar problemas ao longo de suas trajetórias.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL PARA GESTANTES EM UMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda Segala da Veiga, Gisele Miollo, Elaine Ferreira de Araújo, Sabrina Dalla Costa Saurim, Maria Laura Braccini Fagundes, Jessye Melgarejo do Amaral Giordani, Orlando Luiz do Amaral Júnior

O período gestacional é marcado por mudanças, dúvidas e incertezas, o que justifica a importância de estratégias de promoção da saúde nos territórios. Alterações fisiológicas durante a gestação, como o aumento dos níveis hormonais, podem exacerbar a inflamação periodontal,

enquanto mudanças comportamentais, como alterações na dieta e hábitos de saúde, também impactam as condições bucais. Nesse contexto, o pré-natal odontológico desempenha um papel essencial ao viabilizar um plano de tratamento, a classificação de riscos e a formação de gestantes como multiplicadoras de hábitos saudáveis para seus bebês e famílias. Este relato de experiência descreve um encontro realizado com um grupo de gestantes em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Santa Maria. A atividade foi conduzida por residentes multiprofissionais de Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Maria, composta por enfermeira, nutricionista e cirurgiã-dentista, sob supervisão de uma preceptora cirurgiã-dentista. Os encontros do grupo de gestantes ocorrem mensalmente, na primeira sexta-feira, na unidade de saúde. Após a apresentação dos profissionais e participantes, foi promovida uma roda de conversa sobre a importância do pré-natal odontológico, alterações hormonais, mudanças comportamentais e condições bucais comuns na gestação. As gestantes receberam uma cartilha com orientações sobre higiene bucal adequada e um kit contendo escova, creme dental fluoretado e fio dental. Foram discutidos tópicos como a relação da amamentação com o desenvolvimento do sistema estomatognático, cárie de mamadeira, hábitos deletérios, e mitos e verdades sobre saúde bucal, incentivando as gestantes a serem exemplos para seus filhos. Para criar um ambiente acolhedor, foi servido chá com bolo preparado pela nutricionista, e um grupo de WhatsApp foi criado para manter o contato entre profissionais e gestantes, facilitando a adesão aos encontros. Além das gestantes, familiares também participaram, expondo dúvidas sobre o tema e evidenciando a necessidade de maior adesão ao pré-natal odontológico. Muitos relataram que a falta de adesão às consultas está relacionada à crença equivocada de que procedimentos odontológicos podem ser arriscados durante a gestação. Durante o encontro, as gestantes demonstraram interesse e compreenderam que a saúde bucal é parte integrante da saúde geral, comprometendo-se a priorizar as consultas odontológicas. A atividade promoveu a educação e a prevenção em saúde bucal, desmistificou crenças, estimulou o cuidado contínuo e estreitou o vínculo entre equipe, gestantes e famílias. Ressalta-se a relevância da residência multiprofissional no fortalecimento de estratégias de promoção da saúde e na construção de um cuidado integral e longitudinal.

TELESSAÚDE-BA COMO ESTRATÉGIA PARA ACESSO E RESOLUTIVIDADE ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Elias Damacena Lima, Daniela Gomes dos Santos Biscarde

O Telessaúde, iniciativa do Sistema Único de Saúde (SUS), visa ampliar a autonomia e resolutividade da Atenção Primária em Saúde (APS). Entre suas modalidades destaca-se a teleconsultoria, definida como consultas entre profissionais de saúde via telecomunicação bidirecional para esclarecer dúvidas clínicas, ações de saúde e processos de trabalho. O Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes implementa essas práticas por meio de núcleos estaduais, intermunicipais e regionais, ofertando serviços como teleconsultoria, tele-educação e telediagnóstico, presentes na Bahia desde 2013. Este

trabalho tem como objetivo descrever a evolução do número de teleconsultorias intermediadas pelo Telessaúde-BA entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023. Trata-se de um levantamento realizado na plataforma Telessaúde-BA em fevereiro de 2024, de domínio público, que sistematiza registros de teleconsultorias por categorias como número total de atendimentos, tipos de profissionais solicitantes e Classificações Internacionais da Atenção Primária (CIAPs) associadas. A análise utilizou tabulações da própria plataforma e, em março de 2024, os dados foram discutidos sob a ótica das inovações tecnológicas e suas implicações para a saúde pública. Observou-se um crescimento expressivo no número de teleconsultorias, com 2.475 atendimentos em 2020, 3.923 em 2021, 9.031 em 2022 e 14.905 em 2023, totalizando 30.334 atendimentos. Entre os profissionais solicitantes, médicos lideraram com 54,21%, seguidos por enfermeiros (27,51%) e assistentes sociais (10,26%). Quanto aos temas, foram identificadas 467 categorias da CIAP, variando de patologias prevalentes a demandas raras. Os problemas mais frequentes incluíram audição (5.108 solicitações), diabetes insulínica (1.963), outras doenças endócrinas (1.836) e obesidade (1.542), representando juntas 34,44% das solicitações. Conclui-se que os recursos tecnológicos no campo da saúde promovem a democratização do acesso, especialmente em áreas remotas, beneficiando pacientes e profissionais. As informações baseadas em evidências garantem a qualidade e confiabilidade dos serviços. Além disso, a diversidade temática das teleconsultorias, abrangendo especialidades com diferentes níveis de complexidade tecnológica, destaca a relevância do Telessaúde na resolutividade da APS, reduzindo a sobrecarga nos demais níveis de atenção.

A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE SÃO LEOPOLDO EM DIREÇÃO AO TERRITÓRIO: REORDENAMENTO A PARTIR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Cristina Lima da Rocha Cannas, Marina Lagunas, Paloma Mendes Dall'Osto, Júlia Fraga, Mariana Soares Teixeira, Vinícius Tonollier Pereira

Este trabalho apresenta o processo de reordenamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de São Leopoldo, iniciado em 2021 a partir da Conferência Municipal de Saúde Mental e da construção coletiva do Plano Municipal de Saúde. Naquele momento, a RAPS foi convocada a avaliar sua condição e estruturar um planejamento frente ao cenário de “encapsulamento” dos serviços especializados, composto por um Caps adulto, um Caps AD, um Caps ij e um Ambulatório de Saúde Mental, que funcionavam de forma centralizada, com encaminhamentos restritos aos especialistas e pouca incidência de ações de cuidado em saúde mental no território. Em busca de um retorno aos princípios da Reforma Psiquiátrica, investiu-se na ampliação da RAPS por meio da expansão de equipes e serviços, além de processos de gestão e de Educação Permanente em Saúde para reordenar os processos de trabalho em direção à territorialização e à descentralização do cuidado, articulando-se com a Atenção Primária em Saúde (APS) e dispositivos comunitários. Como ação concreta, o

Ambulatório de Saúde Mental foi transformado em equipes territorializadas que passaram a atuar na APS, ampliando o atendimento a casos leves e de média complexidade no território e facilitando o acesso dos usuários ao acompanhamento em saúde mental. Nos CAPS, o reordenamento reafirmou seu papel central na organização da RAPS, com acolhimento irrestrito a casos graves e integração do território nos processos de trabalho. Atualmente, todas as regiões do município são cobertas por equipes territoriais de apoio à saúde mental, e os três CAPS possuem equipes completas. Em termos operacionais, destacam-se avanços no reordenamento dos processos de trabalho, como o fortalecimento das equipes de referência e a institucionalização do apoio matricial, realizado de forma sistemática no cotidiano dos trabalhadores, com carga horária protegida para atuação nos territórios, o que os torna articuladores do cuidado na rede. Esse modelo possibilitou a qualificação da discussão de casos e a análise dos processos de trabalho, promovendo ações de corresponsabilização, cuidado compartilhado e encaminhamento implicado. Contudo, persistem desafios, pois a sustentabilidade desse modelo depende de forças coletivas. Conclui-se que é essencial fortalecer as bases da Reforma Psiquiátrica no SUS, mantendo os processos de trabalho da atenção especializada orientados pela produção de saúde no território, onde a vida acontece, sempre articulados com a APS para garantir a integralidade do cuidado e tecer redes eficazes.

ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DA ABS PARA O CUIDADO DE PESSOAS COM COVID-19 OU SINTOMAS RESPIRATÓRIOS DURANTE A PANDEMIA

Fernando Tureck, Arthur Chioro, Luís Fernando Nogueira Tofani, Carolina Loyelo Lima, Amanda da Cruz Santos Vieira, Mariana Prado Freire, Marcelo Dayrell Vivas, André Luiz Bigal, Rosemarie Andreazza

Ainda que, no início da pandemia, tenha havido um grande esforço para ampliar leitos hospitalares e de suporte ventilatório, a maioria das pessoas com covid-19 foi tratada de forma ambulatorial pela Atenção Básica à Saúde (ABS), que, simultaneamente, enfrentou o desafio de manter a oferta dos serviços regulares para a população. A forma como a ABS participou do cuidado às pessoas com covid-19 ou sintomas respiratórios pode servir como um analisador da resposta de cada município à pandemia. Este trabalho, uma pesquisa qualitativa de casos múltiplos, foi realizado em seis municípios de duas regiões de saúde do estado de São Paulo. A coleta de dados, conduzida entre novembro de 2021 e dezembro de 2022, incluiu 29 entrevistas com gestores e profissionais de saúde, registradas, transcritas e codificadas com o software Atlas.TI. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP e financiada pela FAPESP (PPSUS-2020). Este resumo apresenta resultados parciais da investigação. A análise do material empírico revelou quatro movimentos distintos de organização da ABS para atender usuários com covid-19 ou sintomas respiratórios. O primeiro movimento consistiu na centralização do atendimento em locais específicos, destinando à ABS a demanda não covid. Essa centralização ocorreu pela criação de polos exclusivos ou pela adaptação de unidades básicas, com o objetivo de preservar as equipes e manter a ABS funcional,

ainda que com restrições. O segundo movimento destacou a atuação direta das equipes da ABS no atendimento a casos de covid-19 e sintomas respiratórios, implementando fluxos diferenciados para evitar contaminações. O terceiro movimento, motivado pelo aumento da demanda, levou à redução e, posteriormente, à suspensão de consultas eletivas, seja por decisão gestora visando minimizar riscos de contágio, seja pela falta de profissionais. O quarto movimento emergiu com a vacinação e a queda no número de casos, resultando na desmobilização dos polos exclusivos e na reintegração do atendimento às rotinas das UBS, com medidas de proteção, como uso de EPI e distanciamento social. Conclui-se que a capilaridade e a plasticidade da ABS permitiram que gestores e profissionais do SUS desenvolvessem estratégias loco-regionais para atender às especificidades e necessidades de cada município ao longo das diversas fases da pandemia.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 5 MIL HABITANTES DO RIO GRANDE DO SUL

Marina Soares Buralde, Luciane Maria Pilotto

A partir do processo de municipalização instituído após a promulgação da Constituição de 1988, os municípios brasileiros adquiriram autonomia como entes federativos para legislar e executar ações em seus territórios. Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do Pacto pela Saúde de 2006, promoveu a descentralização do sistema, atribuindo aos municípios a responsabilidade pela organização e gerenciamento da Rede de Atenção à Saúde (RAS), com especial ênfase na Atenção Primária à Saúde (APS). O Pacto pela Vida, componente do Pacto pela Saúde, estabeleceu a Estratégia de Saúde da Família como modelo prioritário para a organização do sistema em seu nível primário, sendo a APS encarregada de ordenar o cuidado e coordenar a rede de atenção. No Rio Grande do Sul, onde 237 municípios (47,68% do estado) possuem até 5 mil habitantes, surgem desafios significativos para a estruturação e gestão da RAS, muitas vezes limitada exclusivamente à oferta de serviços de APS no âmbito municipal. Este trabalho busca realizar uma análise comparativa entre esses municípios e outros de maior porte populacional, visando identificar fragilidades e potencialidades a partir da perspectiva da APS e propor estratégias para qualificar e fortalecer a gestão e assistência nesses contextos. A análise considerará aspectos como processos de trabalho, estrutura organizacional, resultados em saúde, recursos financeiros transferidos pelos entes federal e estadual e despesas com ações e serviços públicos de saúde, utilizando dados de sistemas públicos como o e-Gestor, o SISAB e o SIOPS. A hipótese é que municípios de pequeno porte, muitos classificados como rurais pelo IBGE, apresentam menor capacidade instalada para gestão e assistência em saúde, enfrentam dificuldades na articulação com a atenção especializada e enfrentam desafios para atrair e fixar profissionais de saúde, especialmente médicos, o que impacta negativamente a organização e a oferta de serviços de APS. Contudo, estratégias como o apoio institucional da Secretaria Estadual de Saúde, a integração ensino-serviço em parceria com Universidades e o uso de teleconsultorias, como o Telessaúde, podem

contribuir para superar essas barreiras. Além disso, a colaboração entre municípios de uma mesma região de saúde, incluindo a contratação de equipes multiprofissionais com abrangência territorial ampliada, pode potencializar a capacidade instalada e melhorar os resultados em saúde.

AÇÕES DE CUIDADO COLETIVO IMPLANTADAS PELA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DURANTE A PANDEMIA

Fernando Tureck, Arthur Chioro, Luís Fernando Nogueira Tofani, Carolina Loyelo Lima, Amanda da Cruz Santos Vieira, André Bigal, Marcelo Dayrell Vivas, Rosemarie Andreazza

A Atenção Básica à Saúde (ABS) é a base organizacional dos sistemas de saúde, possibilitando o primeiro contato dos usuários com a rede e a coordenação longitudinal do cuidado. Além do atendimento individual de pessoas com covid-19 ou sintomas respiratórios, a ABS desempenhou um papel crucial na implementação de ações de cuidado coletivo durante a pandemia. Este estudo qualitativo, do tipo estudo de casos múltiplos, foi realizado em seis municípios de duas regiões de saúde do estado de São Paulo, entre novembro de 2021 e dezembro de 2022, com apoio da FAPESP (PPSUS-2020) e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP. Foram conduzidas 29 entrevistas com gestores e profissionais de saúde, gravadas, transcritas e codificadas por meio do software Atlas.TI. Os resultados parciais indicam que a ABS assumiu a vigilância dos pacientes do território, monitorando pessoas com covid-19, seus contatos e pacientes com sintomas respiratórios, principalmente utilizando tecnologias de informação como telefones e WhatsApp. Entretanto, resistências surgiram em algumas equipes, que consideravam essa função exclusiva da vigilância epidemiológica e sanitária. As UBS ampliaram a testagem, inicialmente restrita a pacientes sintomáticos ou de risco, tornando-a rotina com a maior disponibilidade de insumos e treinamentos. As equipes da ABS também foram deslocadas para testagem em locais públicos e barreiras sanitárias. Com a chegada das vacinas contra a covid-19, a ABS liderou a imunização, utilizando estratégias como horários estendidos, mutirões e unidades exclusivas de vacinação, visando alcançar rapidamente a população-alvo de forma segura. Os achados revelam que a plasticidade e capilaridade da ABS ampliaram seu escopo de atuação durante a pandemia, permitindo a operacionalização de novas funções e a efetivação de práticas previamente previstas, mas ainda não implementadas, reafirmando seu papel central no enfrentamento da crise sanitária.

PROMOÇÃO DO CUIDADO E DA PREVENÇÃO A PEDICULOSE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Vinícius Nascimento de Santana, Kailane Taísa Medeiros Galdino, Jarliene Lourenço dos Santos, Ivan Lucas da Silva, Beatriz Oliveira Ferraz, Cellyane Fernanda de Araujo Salustiano, Arthur Patrick Santos Dantas, Mariana Lais Dantas de Araújo

A pediculose, causada pelo parasita *Pediculus humanus var. capitis* (piolho), é uma infecção parasitária do couro cabeludo, frequentemente associada a questões de higiene e ao contato com

indivíduos infectados, afetando principalmente crianças em idade escolar. Dada a relevância dessa condição, é essencial abordar estratégias de tratamento e prevenção com o público infantil, principal grupo acometido. Este estudo tem como objetivo descrever a vivência de estudantes de enfermagem na prevenção da pediculose infantil em uma instituição de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por estudantes do quinto período de enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, durante a disciplina de Atenção Básica, no município de Santa Cruz (RN), em novembro de 2023. A intervenção ocorreu em uma organização sem fins lucrativos que acolhe crianças até que a justiça determine seu retorno à família ou encaminhamentos para adoção. Participaram quatro crianças, com quem foram desenvolvidas três dinâmicas: uma peça teatral interativa, um quebra-cabeça e pinturas de desenhos representando medidas de prevenção contra a pediculose. As atividades, elaboradas para promover aprendizado ativo e participativo, buscaram fixar orientações de forma lúdica e avaliar a efetividade por meio do envolvimento das crianças. A experiência permitiu aos estudantes explorar diferentes abordagens de educação em saúde e adaptar os desfechos às respostas das crianças. Além do tema central, emergiram demandas relacionadas à comunicação e interação social, evidenciando que, apesar do ambiente da ONG promover qualidade de vida, as crianças enfrentam limitações de convivência devido às circunstâncias judiciais, que as tornam mais tímidas e retraídas. Ainda assim, a adesão foi significativa: todas participaram ativamente da peça teatral, decidiram os rumos das cenas e ajudaram os personagens a combater os piolhos, montaram o quebra-cabeça e identificaram corretamente as medidas de prevenção representadas nos desenhos. A realização de ações educativas para a prevenção da pediculose infantil mostrou-se enriquecedora, destacando a eficácia de métodos lúdicos e interativos na promoção da saúde. Além disso, a intervenção proporcionou às crianças oportunidades de ampliar seu contato social, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de relacionamento, como demonstrado pela redução da timidez ao longo das atividades.

GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE SÃO LEOPOLDO

Vinícius Tonollier Pereira, Cristina Lima da Rocha Cannas, Mariana Soares Teixeira, Júlia Fraga

O presente trabalho relata a experiência de implementação de um modelo de colegiado gestor em saúde mental no município de São Leopoldo (RS), com o objetivo de caracterizar sua atuação. A construção desse modelo teve início em 2011, com a formação de um Grupo de Trabalho Intersetorial derivado da I Conferência Intersetorial de Saúde Mental, responsável pela elaboração do primeiro plano de saúde mental do município. Esse processo, amplo e democrático, resultou em uma gestão alinhada aos princípios do SUS, baseada em um modelo participativo, democrático e colegiado, que inovou ao integrar o controle social em sua estrutura por meio de eleições anuais realizadas em assembleias coletivas com a participação de trabalhadores, usuários e familiares. O plano definiu que o Colegiado Gestor de Saúde Mental seria composto pelo Diretor de Saúde Mental,

pelos Assessores Institucionais dos serviços especializados e por um representante do Controle Social, geralmente indicado pela Associação de Usuários e Familiares dos CAPS. Os mandatos, com duração de um ano, permitem reeleições aprovadas em assembleias, enquanto a Assembleia Geral de usuários, familiares e trabalhadores foi estabelecida como instância decisória final. A primeira eleição ocorreu em janeiro de 2013, com o Colegiado instituído e nomeado pelo Secretário Municipal de Saúde, organização que permanece até hoje. Desde sua implementação, o modelo trouxe avanços significativos, como a habilitação do CAPS ij e CAPS AD junto ao Ministério da Saúde, aprovação de projetos para expansão da rede, organização do apoio matricial na atenção primária, estabelecimento de parcerias ensino-serviço com abertura de campos de residência e estágio, construção de fluxos da RAPS municipal, realização de encontros sistemáticos de rede, consolidação do grupo condutor da RAPS e reordenamento da RAPS para o território, com 100% das UBS do município cobertas por equipes de apoio em saúde mental. Além disso, destaca-se a participação em ações regionais, como as semanas da luta antimanicomial na Linha do Trem, a elaboração de dois novos planos de saúde mental e, atualmente, a finalização da Política Municipal de Saúde Mental. Desde 2023, o modelo enfrenta o desafio da transição de gestão de diversos equipamentos da RAPS para uma Fundação Municipal de Saúde, mas a experiência prévia de co-gestão tem sido fundamental para incorporar a Fundação ao coletivo, assegurando que todos os dispositivos da RAPS atuem alinhados às diretrizes do SUS e da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Assim, a gestão colegiada é entendida como uma garantia da execução da política de saúde mental no município.

ENTRE A SAÚDE E A EDUCAÇÃO: INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS MIGRANTES

Luisa Klix de Abreu Pereira, Náthally Gabriela de Carvalho,
Natália Schroeder Henn, Rosane Machado Rollo, Betina Hillesheim

O ato de migrar pode ser entendido como o deslocamento de indivíduos ou grupos em busca de melhores condições de vida, como oportunidades de emprego, educação, saúde e proteção. Dentre os migrantes, as crianças merecem atenção especial, pois suas necessidades e direitos muitas vezes são negligenciados. No contexto da proteção infantil, saúde e educação se destacam como direitos fundamentais e interligados. Considerando o conceito ampliado de saúde, que abrange alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais, este trabalho propõe que a educação é um fator protetivo e integrante do conceito de saúde. Com esse enfoque, analisou-se a realidade de crianças migrantes venezuelanas em um município do interior do Rio Grande do Sul. Entre 2010 e 2019, o número de estudantes migrantes matriculados em escolas brasileiras cresceu significativamente e continua aumentando em todos os níveis da educação básica. Nesse contexto, a escola se posiciona como um espaço de interseção entre saúde e educação, exercendo um papel crucial por meio do acolhimento e do investimento no desenvolvimento dos alunos, ao mesmo tempo em que tensiona diversas questões sociais. A pesquisa, conduzida em uma escola estadual com expressiva matrícula de estudantes migrantes, utilizou a cartografia como metodologia, caracterizada por sua abordagem dinâmica

e processual. A produção de dados envolveu observações participantes e encontros com crianças migrantes, seus familiares e professores. Os resultados preliminares indicam que a escola é um elemento central na vida das crianças migrantes e de suas famílias, possibilitando articulações essenciais para sua integração. Muitos migrantes escolhem seus destinos considerando as oportunidades educacionais disponíveis, o que reforça a importância da escola como espaço de acolhimento. Contudo, desafios como falta de recursos, orientação e estratégias para a inclusão de alunos estrangeiros tornam esse espaço também permeado por dificuldades, isolamento e invisibilidade, afetando a inclusão não apenas escolar, mas também social e integral dos estudantes. Esses achados evidenciam a necessidade de aprofundar a compreensão das tensões nos processos de inclusão e exclusão escolar desse público, extrapolando os limites da escola e reforçando que o acesso à educação é essencial para a promoção de um estado pleno de saúde.

A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO FORTALECIMENTO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO IDOSO COM HIPERTENSÃO E DIABETES: EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA MULTICAMPI SAÚDE EM UMA ESF DE BELÉM

Ananda Vitória Cardoso Rodrigues, Maria Lúcia Chaves Lima

Este trabalho relata a experiência de uma estudante de psicologia no Programa Saúde da Criança da Universidade Federal do Pará, que reúne estudantes de dez cursos de graduação e atua na Atenção Básica por meio de estágios em Unidades Básicas de Saúde. O programa busca capacitar os estudantes no gerenciamento do cuidado, integrando ensino, serviço e comunidade em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na Atenção Integral à Saúde da Criança e no acompanhamento de outros programas de saúde. A experiência descrita concentra-se no acompanhamento de consultas de idosos inscritos no Programa Hiperdia, uma Estratégia da Saúde da Família que promove o cuidado de pacientes hipertensos e diabéticos, visando o controle das doenças e a melhoria da qualidade de vida. Na unidade designada, as consultas com idosos aconteciam às quartas-feiras, e muitos enfrentavam dificuldades para adotar mudanças essenciais, como reduzir o consumo de carboidratos e sódio, aumentar a ingestão de água e incorporar práticas saudáveis em suas rotinas. Sendo as doenças crônicas incuráveis e exigindo tratamento contínuo, o vínculo afetivo entre profissionais e usuários se destacou como elemento crucial para o cuidado integral, possibilitando maior compreensão da rotina do paciente e a personalização do tratamento. Observou-se que esse vínculo promovia confiança, adesão ao tratamento e o respeito à autonomia do paciente, incentivando sua participação ativa no processo. A experiência proporcionou aprendizados valiosos sobre o cuidado em saúde no SUS, evidenciando a importância do vínculo na promoção do bem-estar e na eficácia dos tratamentos, especialmente entre os idosos acompanhados.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE PERINATAL: A INFLUÊNCIA CLIMÁTICA COMO FATOR DE RISCO A VIDA

Naiara Gabrielly Costa Freire, Andressa Tavares Parente, Thamyles da Silva Dias, Gabriela Melo de Maria, Cibele Couto de Freitas Bordalo, Deborah Carolina Lucena Oliveira, Fabíola Leonir Moreira Campos, Auxiliadora Pantoja Ferreira de Vilhena, Isis Silva o de Almeida Almeida, Virna portela Costa Deusdará, Elyade Nelly Pires Rocha Camacho, Elisângela da Silva Ferreira

O período neonatal, compreendido entre o nascimento e o 28º dia de vida, é caracterizado como a fase de maior vulnerabilidade para o recém-nascido, sendo influenciado por diversos fatores, como ambiente familiar, alimentação, condições sanitárias e impactos ambientais, especialmente alterações climáticas. Estas podem interferir no crescimento, peso, desenvolvimento pulmonar e intelectual do neonato. A saúde nesse período está associada, desde o pré-natal, à atenção humanizada à mulher no ciclo gravídico-puerperal e ao planejamento reprodutivo, visando, entre outros objetivos, reduzir a mortalidade neonatal. Alterações climáticas, como o aumento de doenças zoonóticas devido à modificação no ciclo de vida dos vetores, representam um impacto significativo na saúde perinatal. Este estudo tem como objetivo discutir a assistência de enfermagem na saúde perinatal, considerando a relação entre recém-nascidos e os impactos das mudanças climáticas. Trata-se de uma revisão de literatura realizada na Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando descritores como “recém-nascido AND mudança climática”, “recém-nascido AND insetos vetores” e “arboviroses AND enfermagem” nas bases Medline, Lilacs e Scielo. Foram incluídos artigos completos e gratuitos, em inglês e português, publicados nos últimos cinco anos, além de um Trabalho de Conclusão de Curso de 2018, totalizando quatro materiais relevantes, após a exclusão de 71 artigos que não atendiam aos critérios de inclusão. Os resultados destacam que, para reduzir a mortalidade neonatal e os riscos associados às alterações climáticas, a enfermagem deve adotar uma abordagem multifatorial, atuando desde o pré-natal até a puericultura. Atenção imediata aos desvios de normalidade nos primeiros 28 dias de vida, monitoramento de sinais como febre, dor e alterações cutâneas, e a integração em equipes multiprofissionais em casos de infecções congênicas são práticas essenciais. Doenças como dengue, zika e chikungunya, relacionadas às mudanças climáticas, exigem vigilância entomológica e epidemiológica contínua, educação em saúde da população e aprimoramento no cuidado infantil. Assim, a assistência de enfermagem deve aliar competência técnica e compreensão dos fatores climáticos e ambientais, assegurando qualidade no cuidado ao neonato em todas as etapas de sua vida.

MAPEAMENTO DE PROGRAMAS COMO ESTRATÉGIA DE APOIO À SAÚDE MENTAL DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Achley Ravena de Mattos, Alberto Pereira da Silva, Gabriel Grain Lemos Gonçalves, Johny Rios Manhães, Monica Marangoni Dezan, Adriana Madeira Álvares da Silva, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa

Estudos apontam um aumento significativo nos casos de ansiedade e depressão entre os profissionais de Segurança Pública no Espírito Santo, consequência dos altos níveis de estresse e traumas

enfrentados, frequentemente resultando em afastamentos funcionais. Nesse contexto, é essencial discutir como as instituições podem apoiar esses agentes durante períodos de indisponibilidade, aproveitando projetos sociais e terapêuticos existentes, como a Equoterapia. Este trabalho tem como objetivo mapear e categorizar os programas disponíveis no estado, visando criar uma rede unificada de suporte social e terapêutico para agentes afastados por questões de saúde mental. A pesquisa será de caráter exploratório, iniciando com o levantamento dos órgãos de segurança pública do estado, como polícia, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelos projetos sociais e terapêuticos e análises documentais, buscando informações sobre os programas existentes. Os dados serão processados e classificados conforme critérios como tipo de intervenção, localização, público-alvo e recursos disponíveis, culminando na elaboração de um relatório final, que será compartilhado com gestores da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Espera-se, com o mapeamento, ampliar o acesso dos servidores afastados aos projetos sociais e terapêuticos, promovendo cuidado integral e acompanhamento contínuo, indispensáveis para a recuperação da saúde e reintegração gradual ao trabalho. Além disso, o fortalecimento de uma rede centralizada e acolhedora pode contribuir tanto para o tratamento quanto para a prevenção do agravamento de transtornos mentais, beneficiando não apenas os profissionais de segurança, mas também a sociedade, que se apoia na atuação plena e preparada desses agentes.

INFLUÊNCIA DA AMBIÊNCIA NO ACOLHIMENTO DE USUÁRIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Caroline de Freitas Silva, Érica Toledo de Mendonça, Clara de Castro Fajardo, Lorena de Freitas Fabres Robaina

Este estudo analisa a ambiência de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em um município da zona da mata mineira, refletindo sobre como fatores físicos, organizacionais e humanos influenciam o acolhimento dos usuários na atenção primária à saúde. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou a técnica de observação participante para coletar dados, registrados em um caderno de campo durante dez dias, totalizando 21 horas de observação na sala de espera e recepção da UBS. A análise de dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin, sendo este estudo um recorte parcial de uma pesquisa maior intitulada “Roda de Conversa como Estratégia para Acolhimento na Atenção Primária em Saúde”, aprovada sob parecer 6.174.510. Os resultados indicam desafios na estrutura física e organização do espaço, como uma sala de espera pequena, equipada com apenas seis cadeiras muito próximas umas das outras, informações desatualizadas nos quadros e a ausência de elementos que promovam um ambiente acolhedor e confortável, como figuras, cartazes educativos e uma visualização clara da agenda da unidade. Além disso, a proximidade das cadeiras e a falta de privacidade na recepção comprometem a experiência dos usuários, gerando desconforto físico e emocional, observado em pacientes que preferiram aguardar na calçada sob o sol, mesmo havendo cadeiras disponíveis. Apesar dessas limitações estruturais, a interação entre usuários e profissionais de

saúde se mostrou eficiente e humanizada, com um vínculo positivo e tempos de espera iniciais de até dez minutos, favorecendo a qualidade do atendimento. Conclui-se que, para aprimorar o acolhimento, é essencial reestruturar a sala de espera, aumentando o espaço entre cadeiras, introduzindo elementos visuais educativos e brinquedos para crianças, e garantindo privacidade na recepção. Ao considerar a ambiência como um fator crucial no acolhimento, este estudo reforça que melhorias no ambiente físico, combinadas com práticas de comunicação eficazes, podem potencializar a satisfação e o bem-estar de usuários e profissionais, promovendo um atendimento mais humanizado e eficiente.

MULHERES QUE GESTAM: PERFIL DAS MULHERES MAIS AFETADAS PELA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Ananda Vitória Cardoso Rodrigues, Gilce Tereza Gondim Távora de Albuquerque

No Brasil, a maternidade é marcada por desigualdades estruturais que afetam o acesso e a qualidade do cuidado oferecido às mulheres grávidas, especialmente nos serviços de saúde pública. Durante o período gestacional, muitas mulheres enfrentam violência institucional e obstétrica, manifestada por omissão de informações, maus-tratos e abusos físicos ou psicológicos no pré-natal, parto e pós-parto. Essas práticas resultam em complicações no parto, medo, depressão e, em casos extremos, morte materna. Esta pesquisa objetiva identificar na literatura o perfil das gestantes mais suscetíveis à violência obstétrica e descrever os tipos mais frequentes dessas violências. A revisão integrativa foi realizada nas bases SciELO, BVS e CAPES, utilizando os descritores “Violência Obstétrica AND Interseccionalidade AND Mulheres”. Foram analisados artigos publicados no Brasil entre 2012 e 2022, resultando na seleção de cinco estudos. A análise revelou que mulheres negras, de baixa renda, baixa escolaridade, sem companheiro, adolescentes ou consideradas idosas são as mais vulneráveis à violência obstétrica. Situações como estar em situação de rua, uso abusivo de substâncias ou encarceramento intensificam essa vulnerabilidade. As formas mais frequentes de violência incluem episiotomia, manobra de Kristeller, falta de anestesia, número inadequado de consultas pré-natais e violência psicológica, como a estigmatização da mulher negra como resistente à dor. Mulheres negras, em particular, sofrem negligências devido à interseção de fatores de raça, classe e gênero, que determinam a qualidade do atendimento. A pesquisa evidencia a necessidade urgente de mudanças nas práticas profissionais, com a implementação de um cuidado humanizado e adequado para reduzir a desumanização e a violência no processo gestacional.

PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM FRENTE AO FENÔMENO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Lorena Costa Soprani Pereira, Rosália Maria do Sacrário, Rafaela Ferreira Nascimento,
Raila Souza Quinto, Jeremias Campos Simões

A violência de gênero exerce graves impactos na vida das mulheres e, atualmente, é reconhecida como um problema crítico de saúde global, representando uma violação dos direitos humanos e uma

realidade alarmante que permeia a sociedade. O enfrentamento dessa problemática exige a atuação de diferentes setores sociais, incluindo a saúde, evidenciando a importância de os profissionais de enfermagem, especialmente os técnicos, possuírem conhecimento sobre o tema para oferecer uma assistência que envolva escuta qualificada. Nesse contexto, a notificação compulsória surge como uma ferramenta essencial para o enfrentamento da violência, pois fornece dados à vigilância epidemiológica, auxilia no planejamento em saúde, estabelece prioridades de intervenção e avalia seus impactos. O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos técnicos de enfermagem de uma unidade básica de saúde (UBS) de Vitória (ES) em relação ao fenômeno da violência contra a mulher e à relevância da notificação compulsória. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e de abordagem quanti-qualitativa, realizado em novembro de 2022 por meio de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, aplicado presencial e individualmente aos técnicos de enfermagem que atuavam na UBS. A análise dos dados foi realizada com base no método de Bardin e referenciada na literatura para garantir validade e confiabilidade, respeitando os aspectos éticos, conforme aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (parecer nº 5.640.771). Os resultados evidenciaram que, entre os quatro técnicos entrevistados, todos mulheres de 40 a 60 anos, 75% se declararam pretas/pardas, 50% eram católicas e todas solteiras, com metade atuando na UBS há menos de dois anos. As profissionais demonstraram conhecimento sobre os diversos tipos de violência contra a mulher, mas apresentaram compreensões heterogêneas e, em alguns casos, distorcidas sobre o sistema de notificação compulsória, incluindo seu propósito, implementação e relevância na atenção primária à saúde (APS). Constatou-se a necessidade de fortalecer estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher, especialmente por meio da capacitação de técnicos de enfermagem para o uso efetivo do sistema de notificação compulsória, visto que este é fundamental para a formulação de medidas de promoção, proteção e controle da violência. Por fim, conclui-se que a saúde, enquanto instituição, deve assumir um papel central na capacitação e desenvolvimento de estratégias para aprimorar o enfrentamento dessa problemática e proteger as mulheres de forma eficaz.

ENVELHECER ATIVAMENTE UMA AÇÃO DESENVOLVIDA COM IDOSOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Vinício Nascimento de Santana, Mariana Lais Dantas de Araújo, Cellyane Fernanda de Araujo Salustiano, Arthur Patrick Santos Dantas, Beatriz Oliveira Ferraz, Jarliene Lourenço dos Santos, Ivan Lucas da Silva, Kailane Taísa Medeiros Galdino, Rafaela Carolini de Oliveira Tavora

O processo de envelhecimento traz consigo diversas mudanças que impactam o indivíduo, desde comprometimentos físicos até alterações cognitivas e no estilo de vida. O envelhecimento populacional intensifica o debate sobre como as perdas cognitivas afetam a autonomia e o convívio social dos idosos, evidenciando a importância de estratégias que promovam a preservação cognitiva e a autonomia, assegurando um envelhecimento mais ativo e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida. Este estudo tem como objetivo descrever a vivência de estudantes de enfermagem na promoção do envelhecimento ativo e saudável. Trata-se de um relato de experiência vivenciado

por estudantes do quinto período de enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no âmbito da disciplina de Atenção Básica, em novembro de 2023, no município de Santa Cruz/RN. A atividade envolveu sete idosos e foi realizada em três etapas: apresentação, aplicação de dinâmicas e encerramento. As dinâmicas, elaboradas com materiais simples, visaram estimular o cognitivo, a memória, a coordenação motora, o trabalho em equipe e a percepção visual. Os resultados indicaram que as atividades ofereceram aos estudantes novas perspectivas sobre o trabalho em educação em saúde para idosos, ampliando a compreensão de suas necessidades e aperfeiçoando a comunicação entre aluno e idoso. Observou-se que as especificidades individuais influenciam a execução das dinâmicas mais do que a idade, reforçando que o envelhecimento é multifacetado e demanda abordagens personalizadas. Além disso, as dinâmicas promoveram socialização e expressão de questões de saúde entre os idosos, fortalecendo vínculos, trocas de conhecimento e a promoção de saúde em grupo. Conclui-se que atividades que estimulam aspectos cognitivos, físicos e sociais são fundamentais para a saúde dos idosos, demonstrando a necessidade de ampliar tais práticas nos serviços de saúde e espaços sociais, com foco em um envelhecimento ativo e saudável.

PERCEPÇÃO DOS AUXILIARES DE ENFERMAGEM FRENTE AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

Lorena Costa Soprani Pereira, Mayara Cristina Nascimento Lira Borges,
Rafaela Ferreira Nascimento, Raila Souza Quinto, Jeremias Campos Simões

A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública, cujo enfrentamento exige a integração de fatores políticos, legais e culturais para que seja desnaturalizada pela sociedade. Tanto os serviços de saúde públicos quanto privados têm a obrigação de notificar, no sistema de notificação compulsória, casos suspeitos ou confirmados de violência contra a mulher. Nesse contexto, os profissionais de enfermagem, especialmente os auxiliares, desempenham um papel fundamental ao protagonizar o acolhimento e a escuta qualificada dos usuários. Este estudo teve como objetivo traçar o perfil socioeconômico das auxiliares de enfermagem e identificar o conhecimento dessas profissionais sobre o processo de notificação compulsória em relação às mulheres vítimas de violência em uma UBS do município de Vitória, ES. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e de abordagem quali-quantitativa, com coleta de dados realizada por meio de questionário semiestruturado, aplicado presencial e individualmente entre outubro e novembro de 2022. Os critérios de inclusão consideraram trabalhadores com vínculo empregatício há mais de três meses e atuação ativa. Os dados foram analisados segundo o método de Bardin, com referências na literatura para assegurar maior validade e confiabilidade, e o estudo atendeu aos aspectos éticos, com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (parecer nº 5.640.771). Foram entrevistadas sete auxiliares de enfermagem, todas mulheres, com idades entre 46 e 61 anos. Entre elas, 80% eram casadas, 40% se autodeclararam brancas, 80% afirmaram ser católicas e 70% possuíam até 20 anos de formação

na área, com vínculo empregatício estatutário. Um dado relevante foi que 80% das participantes relataram já ter sofrido algum tipo de violência contra a mulher. Contudo, ao serem questionadas sobre o sistema de notificação compulsória, ficou evidente o pouco ou nenhum entendimento sobre sua importância em casos de suspeita ou confirmação de violência. O estudo revelou fragilidades no conhecimento sobre a temática, especialmente no que tange à notificação compulsória, o que impacta diretamente a assistência prestada e compromete a implementação de políticas públicas efetivas para proteção das mulheres. Destaca-se a relevância do papel do profissional de saúde, pois, em algum momento, a mulher em situação de violência recorre aos serviços de saúde, seja para relatar a violência ou por apresentar sinais desse tipo de crime. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o enfrentamento da violência contra a mulher, evidenciando a necessidade de ações de educação permanente para os trabalhadores de saúde, com vistas a ampliar o entendimento sobre o fenômeno da violência, suas características, causas, grupos de risco e estratégias de prevenção.

EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA: FORMAÇÃO EM SAÚDE MEDIADA PELO DIREITO À SAÚDE, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL NO SUS

Daniela Gomes dos Santos Biscarde, Elias Damacena Lima, Gisele da Paz Norte, Rafael Damasceno de Barros

A educação requer uma formação técnica, social, ética e humanística, e os ambientes de ensino-aprendizagem devem oferecer ferramentas que favoreçam esse desenvolvimento, promovendo reflexões críticas sobre as transformações sociais, políticas e econômicas e suas implicações na saúde e nas condições de vida. Nesse contexto, a Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS ENFC 52) da Escola de Enfermagem da UFBA promove debates sobre Direito à Saúde, Participação Popular e Controle Social do SUS, buscando uma formação interdisciplinar, multidimensional e crítico-reflexiva que fortaleça a cidadania e a participação popular na melhoria do SUS. Este relato tem como objetivo descrever as experiências formativas vivenciadas na ACCS ENFC 52 durante o semestre letivo de 2023.1. Trata-se de um componente curricular em que estudantes e professores da UFBA, em colaboração com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão voltadas à criação, tecnologia e inovação, promovendo intercâmbio, produção e reelaboração de conhecimentos sobre a realidade com vistas à sua transformação. Os estudantes atuaram como agentes ativos da aprendizagem, realizando atividades educativas na comunidade e identificando dilemas do SUS relacionados à participação popular e ao controle social, sob as perspectivas de usuários, gestores e profissionais de saúde. Essa dinâmica permitiu compreender a importância da organização comunitária e da participação popular para o fortalecimento da cidadania e do SUS. As ações foram realizadas na Comunidade do Calabar, em Salvador-BA, em três etapas: visitas para identificação de demandas e reconhecimento do território; planejamento de atividades de Educação em Saúde; e implementação dessas atividades. Na primeira etapa, foram realizadas duas visitas ao bairro: a primeira com uma roda de conversa na biblioteca comunitária com lideranças locais, e

a segunda para reconhecimento das estruturas do bairro, incluindo a unidade de saúde e escolas. Em seguida, os estudantes planejaram atividades e materiais educativos baseados nos princípios de Paulo Freire. Por fim, as atividades educativas foram implementadas junto à comunidade, discutindo desafios relacionados ao acesso aos serviços de saúde e aos determinantes sociais do processo saúde-doença. Durante essas atividades, profissionais de saúde apresentaram à população demandas relacionadas ao funcionamento da USF local. Conclui-se que essas experiências proporcionaram uma formação universitária crítica e multidimensional, incentivando a participação conjunta de discentes, docentes, profissionais de saúde, gestores e lideranças comunitárias em processos educativos voltados ao enfrentamento dos dilemas do SUS, especialmente no que tange ao Direito à Saúde, à Participação Popular e ao Controle Social.

DOENÇAS NEGLIGENCIADAS E SUAS REPERCUSSÕES NA ENFERMAGEM

Naiara Gabrielly Costa Freire, Andressa Tavares Parente, Thamyles da Silva Dias, Gabriela Melo de Maria, Carliene Fiel Valente, Danielen Furtado Lobo, Jéssica Habr Tavares, Maria Luiza Maués de Sena, Denize Negrão de Miranda, Edficher Margotti, Samantha Wiziak de Castro Cervantes

O Ministério da Saúde, em janeiro de 2024, destacou a Oncocercose, Doença de Chagas, Esquistossomose mansoni, Leishmaniose Visceral e Leishmaniose Tegumentar como doenças negligenciadas, caracterizadas por estarem associadas à vulnerabilidade e precariedade social, influenciadas por condições econômicas e ambientais desfavoráveis, especialmente em áreas tropicais e subtropicais. Entre elas, a Leishmaniose Tegumentar Americana se destaca como uma das mais omitidas mundialmente, vinculada a fatores como pobreza, geografia e condições de habitação. Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel fundamental na promoção da saúde, indo além dos cuidados clínicos, ao considerar as repercussões dessas doenças de maneira multilateral. O objetivo deste estudo foi analisar as doenças negligenciadas sob a perspectiva da enfermagem e suas implicações no processo de cuidado, utilizando uma revisão de literatura de abordagem descritiva. A pesquisa foi realizada na Plataforma Periódico Capes, abrangendo artigos publicados entre 2019 e 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, com os descritores “enfermagem AND saúde AND doenças negligenciadas”, a partir de fontes como Directory of Open Access Journals e Scielo Brazil. Foram incluídos materiais completos e de acesso gratuito, resultando em 20 artigos identificados, dos quais três e um boletim epidemiológico compuseram o estudo. Um dos artigos analisados entrevistou nove enfermeiros que destacaram métodos eficazes no cuidado dessas doenças, como acolhimento, busca ativa, imunização, tratamentos profiláticos e educação em saúde, mas também apontaram a falta de recursos, como medicamentos e exames, como desafios críticos. Outra pesquisa, com base em dissertações de mestrado sobre doenças tropicais negligenciadas na região amazônica, encontrou 105 dissertações publicadas entre 2012 e 2019, sendo 30 relacionadas ao tema e 11 focadas em patologias específicas, como Doença de Chagas, Leishmaniose e Malária. Essa análise reforça a necessidade de valorizar as

particularidades regionais para elaborar ações de saúde mais eficazes e reivindicar políticas públicas resolutivas que fortaleçam o cuidado de enfermagem. A discussão frequente sobre essas doenças é essencial para retirá-las da condição de negligenciadas, promovendo a inclusão de políticas de controle, combate e tratamento que considerem tanto os pacientes quanto os cuidadores, em uma abordagem holística. Essa visão integral potencializa o cuidado, fortalece o vínculo entre paciente e profissional, apoia a defesa dos direitos à qualidade de vida e estimula o engajamento em pesquisas voltadas ao tema.

ETARISMO E SEXUALIDADE FEMININA

Lígia Maria Dias de Oliveira Castro, Raphael Ferreira de Avila, Daniel Mendonça de Oliveira Neto,
Débora Cristina de Oliveira Boschini, Sabrina Chagas Lannes

O envelhecimento é um processo inerente a todos os seres vivos, que tem início no nascimento, mas, no caso humano, destaca-se por sua complexidade e pelos atravessamentos biopsicossociais e culturais que o influenciam. Embora afete a todos, independentemente de etnia, classe social, orientação sexual ou gênero, a velhice tem sido historicamente interpretada de maneiras diversas, refletindo aspectos sociais e culturais que atribuem significados e valores ao envelhecer, não apenas ao corpo envelhecido, mas também à psiquê. No contexto capitalista, observa-se uma preferência por corpos jovens e produtivos, enquanto corpos envelhecidos são desvalorizados por sua suposta improdutividade, o que reforça visões negativas que podem gerar sofrimentos psíquicos. A crescente população idosa motivou o desenvolvimento de estudos e ciências voltados à compreensão do envelhecimento sob uma perspectiva biopsicossocial, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Contudo, os impactos psíquicos desse processo não são uniformes; mulheres, por exemplo, enfrentam pressões adicionais decorrentes de normas sociais e culturais que rejeitam seu envelhecimento natural, afetando suas percepções de si mesmas e de seu papel na sociedade. A subjetividade, construída no território existencial e moldada pelas desigualdades sociais, é marcada por relações de poder que colocam as mulheres em desvantagem, tanto pelo fato de serem mulheres quanto por envelhecerem. O envelhecimento feminino carrega especificidades, agravadas por uma discriminação de gênero que atravessa toda a trajetória dessas mulheres, enquanto o capitalismo perpetua a imagem de juventude e beleza eternas, gerando cobranças e angústias relacionadas ao envelhecimento natural. Este cenário, aliado ao medo, vergonha e limitações físicas, intensifica os desafios enfrentados por mulheres idosas, especialmente no que diz respeito à sexualidade, tema ainda pouco explorado pela Psicologia e outras ciências. A pesquisa bibliográfica realizada aponta para a carência de estudos sobre a sexualidade da mulher idosa, evidenciando a necessidade de enfrentamento das relações de poder que continuam a oprimir corpos envelhecidos, sobretudo os femininos, em um desafio contemporâneo à Psicologia e demais áreas do conhecimento.

SABONETES MEDICINAIS – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA EM UM ABRIGO COM PESSOAS ACOLHIDAS DURANTE OS ALAGAMENTOS EM PELOTAS (RS)

Josiane Könzgen Schneid, Teila Ceolin

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma grave catástrofe climática devido ao excesso de chuvas em algumas regiões, resultando em alagamentos que impactaram moradores de diversos bairros de Pelotas. Nesse contexto, destaca-se o uso de plantas medicinais, prática milenar que se consolidou por suas propriedades terapêuticas. Essas plantas são consideradas medicinais por conterem substâncias capazes de prevenir, tratar ou curar doenças quando administradas ao ser humano. Em junho de 2006, foi instituída a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com o objetivo de assegurar à população brasileira o acesso seguro e o uso racional dessas plantas. O projeto de extensão “Práticas Integrativas e Complementares na Rede de Atenção em Saúde» (PIC-RAS), vinculado à Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, atua desde 2017 e busca fomentar essas práticas. Dentro dessa iniciativa, realizou-se uma oficina de sabonetes medicinais em um dos abrigos temporários de Pelotas, em 18 de maio, utilizando instalações da Universidade Federal de Pelotas. Durante a oficina, foram preparados sabonetes utilizando base glicerínada derretida em banho-maria, à qual foram adicionados óleo de amêndoas doce, tinturas de calêndula (*Calendula officinalis* L.) e transagem (*Plantago major* L.), além de óleo essencial de lavanda. Após a mistura, os ingredientes foram vertidos em formas plásticas para secagem, embalados, etiquetados e distribuídos entre os participantes, que incluíam majoritariamente adultos e algumas crianças. Os participantes demonstraram grande receptividade, compartilhando relatos sobre o uso de plantas medicinais e mostrando interesse em reproduzir a técnica como fonte de renda. A oficina promoveu a divulgação da técnica de fabricação de sabonetes medicinais, orientou sobre a produção de tinturas e reforçou o uso correto das plantas medicinais. Apesar das adversidades enfrentadas, os participantes identificaram na prática uma possibilidade de auxílio às suas famílias, comunidades e até mesmo como uma oportunidade de geração de renda.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA INTEGRALIDADE DO CUIDADO ÀS PESSOAS COM OBESIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS

Mayara Magalhães Felipe, Ana Laura Brandão, Cristiane Marques Seixas, Bianca Cristine Gama da Silva, Gabriella Labatut Teixeira, Juliana Pereira Casemiro

O cuidado às pessoas com obesidade requer recursos, saberes e práticas cada vez mais complexos e alinhados às diversas necessidades dos sujeitos, sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) estratégica para a efetivação dos princípios da integralidade do cuidado e equidade. Nas últimas três décadas, o

Brasil vivenciou profundas mudanças sociais, incluindo transições demográfica e epidemiológica, que resultaram em alterações nos padrões de saúde e consumo alimentar da população, culminando em um aumento significativo do excesso de peso em todas as camadas sociais e trazendo novos desafios ao setor saúde. Este estudo qualitativo buscou compreender diferentes percepções de profissionais e usuários sobre os cuidados necessários às pessoas com obesidade, utilizando entrevistas semiestruturadas realizadas entre 2022 e 2023 com 20 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), seis profissionais de saúde de nível superior e oito usuários de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Rio de Janeiro. A análise temática revelou que profissionais de nível superior frequentemente destacam a resistência dos usuários em aderir às orientações e a falta de renda como principais barreiras, enquanto os ACS enfatizam o sofrimento dos usuários, seja pelo estigma, seja por comorbidades como diabetes, hipertensão e dores osteoarticulares. Por outro lado, os usuários apontam as frustrações de repetidas tentativas de perda de peso e as condições de vida como principais desafios ao autocuidado. Apesar das diferenças, há consenso sobre a necessidade de melhorias no cuidado prestado pela UBS, como adequação do espaço físico e ampliação da equipe multiprofissional. Conclui-se que ampliar as oportunidades de cuidado em alimentação e nutrição na APS é essencial, exigindo o fortalecimento da Vigilância Alimentar e Nutricional, da Educação Permanente em Saúde e do autocuidado, além do desenvolvimento de estratégias que promovam integralidade, intersetorialidade e acompanhamento multidisciplinar e longitudinal, com olhares mais sensíveis e atitudes mais assertivas em relação às pessoas com obesidade.

RACISMO E ANTIRRACISMO NOS CURRÍCULOS DE FISIOTERAPIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Ana Beatriz da Silva Barros, Jéssica Saraiva da Silva, Gisele Agustini Lovatel, João Matheus Acosta Dallmann

O trabalho intitulado “Fisioterapia como recurso para atenção da saúde da população indígena brasileira”, desenvolvido junto ao grupo de pesquisa Ìlera/UFSC, aborda a importância da formação profissional antirracista no contexto da saúde coletiva. Apesar das duas décadas desde a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a implementação dessas discussões nos currículos de graduação ainda enfrenta desafios significativos. Considerando que mais de 52% da população brasileira é autodeclarada negra, conforme o IBGE, e a relevância da Lei 14.231/2021, que inclui fisioterapeutas nas equipes de saúde da família do SUS, torna-se essencial incorporar temas antirracistas na formação dos profissionais de fisioterapia. O cuidado intercultural em saúde, especialmente para comunidades indígenas, é uma abordagem integral que considera as práticas tradicionais e costumes no cotidiano dessas populações, exigindo equipes multiprofissionais para ações de saúde culturalmente sensíveis e eficazes. A interdisciplinaridade entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, antropólogos e outros profissionais é crucial para promover uma visão holística e fortalecer o sistema de saúde nessas comunidades. A pesquisa analisou a formação de fisioterapeutas no cuidado às populações indígenas, considerando desde a prevenção de lesões até o tratamento de condições músculo-esqueléticas, respiratórias e neurológicas, enfatizando a necessidade de uma abordagem intercultural

e interdisciplinar. Para avaliar a presença desses temas na formação acadêmica, foram analisados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das 30 universidades federais brasileiras que oferecem o curso de fisioterapia, com foco em aspectos curriculares relacionados às questões étnico-raciais. Dos PPCs analisados, 60% mencionam termos como “racismo”, “indígena”, “povos originários” e “relações étnico-raciais”, mas apenas 30% incluem disciplinas obrigatórias sobre o tema. Além disso, somente 30% fundamentam-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, evidenciando uma lacuna significativa na implementação prática dessas diretrizes nos cursos superiores.

O CUIDADO DE SI A PARTIR DO MONTANHISMO EM TERESÓPOLIS: CARTOGRAFIAS EXISTENCIAIS

Lígia Maria Dias de Oliveira Castro, Ana Maria Pereira Brasilio de Araújo

Este trabalho discute as dimensões geográficas, simbólicas e existenciais do território, conectando-as às experiências e à afetividade vivenciadas como acadêmica de psicologia em uma cidade da região serrana do Rio de Janeiro durante a Pandemia de covid-19, com destaque para o montanhismo como forma de cuidado de si. A prática do montanhismo é aqui abordada também sob a perspectiva do corpo como território, favorecendo a construção de novas sensibilidades. Os objetivos incluem explorar o conceito de território, a história do montanhismo no município, as reinvenções do cuidado de si durante a pandemia, revisitar a história de vida e refletir sobre possíveis formas de promoção de saúde mental para estudantes de psicologia, tomando como base a experiência com o montanhismo. A metodologia empregada foi a cartografia, de natureza qualitativa, que, como método processual, busca identificar elementos do território e as marcas deixadas pelos encontros ao longo do percurso. Foram utilizados diários cartográficos para acessar as experiências vividas, complementados por uma revisão bibliográfica descritiva e análise de conteúdo dos textos selecionados. Ao investigar os benefícios do montanhismo na cidade, reconhecida como a capital nacional dessa prática esportiva, o estudo propõe discutir seu potencial como prática de cuidado em saúde, com possibilidades de aplicação por outros acadêmicos da área. Sugere-se a formação de grupos interprofissionais para debater, compartilhar saberes e vivenciar o montanhismo como uma prática promotora de saúde, reforçando a conexão entre natureza e vida.

DO PEITO A COMIDA CASEIRA: PROPOSTA EXTENSIONISTA DE FORMAÇÃO DISCENTE E PROFISSIONAL

Fernanda da Motta Afonso, Elda Lima Tavares, Ana Carolina Cavalcante da Silva, Giulia Nascimento Pessoa, Andressa da Silva Bragança Ribeiro, Amanda da Silva Monteiro, Yeladianne Barbosa

O Projeto “Alimentação Infantil: Do Peito à Comida Caseira”, de extensão universitária, foi iniciado em 2016 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e tem como foco o incentivo

ao aleitamento materno (AM) e à introdução da alimentação complementar saudável (IACS) para crianças menores de dois anos. Seu objetivo é promover e apoiar essas práticas junto à tríade Hospital Amigo da Criança, Unidade Básica de Saúde (UBS) e creches. Composto por alunas do curso de Nutrição da UERJ (voluntárias e bolsistas), professores e uma nutricionista, o projeto conta com parcerias importantes, como a Prefeitura do Rio de Janeiro, o Grupo Técnico de Aleitamento Materno do Estado do Rio de Janeiro e o Departamento de Nutrição da Policlínica Piquet Carneiro (PPC). As participantes recebem formação nos cursos “Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação” (IUBAAM), promovido pelas Secretarias Municipal e Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, e “Manejo da Amamentação”, oferecido pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS (AVASUS). Entre os resultados alcançados, destacam-se a inclusão dos temas AM e IACS em seminários e oficinas de disciplinas do curso de Nutrição da UERJ, além de atividades realizadas em UBS junto a profissionais de saúde e usuários. Duas alunas do projeto se tornaram multiplicadoras e facilitadoras IUBAAM, contribuindo, em 2023, para a capacitação de aproximadamente 360 profissionais de saúde em UBS de diferentes áreas programáticas da cidade do Rio de Janeiro (AP 1.0 - Centro, AP 2.1 - Zona Sul e AP 3.3 - Zona Norte). O projeto oferece benefícios significativos às alunas, como a ampliação de networking com profissionais de saúde, abrindo portas para estágios e oportunidades de emprego, além de agregar experiência prática valorizada no mercado. Um exemplo é o caso de uma voluntária que, após sua formação, conquistou uma vaga em um Banco de Leite Humano graças à expertise adquirida no projeto. Por fim, o projeto integra conteúdos diferenciados, ampliando o conhecimento sobre alimentação infantil e saúde materno-infantil, gerando impacto direto na qualidade da assistência a esse público e na formação profissional das estudantes, que adquiriram competências relevantes e contribuíram para o aprimoramento do cuidado materno-infantil na cidade do Rio de Janeiro.

ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO: GESTÃO E ATUAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE EM PERNAMBUCO

Célia Maria Borges da Silva Santana

As Escolas de Saúde Pública surgiram antes do SUS, inicialmente com o objetivo de formar trabalhadores de nível elementar e médio para atuar na área da saúde. Com a criação do SUS, essas escolas ganharam centralidade e legitimidade na concretização do preceito constitucional de “Ordenação da Formação de Recursos Humanos para o SUS”. A Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), além de se dedicar à qualificação e formação dos trabalhadores do SUS no estado, desempenha um papel de destaque na Política Estadual de Educação Permanente em Saúde (EPS), articulando suas ações com as políticas de fortalecimento das redes de atenção à saúde (RAS), com foco na regionalização. Este relato descreve a gestão e a atuação da ESPPE na promoção da educação em saúde em Pernambuco. A ESPPE, instituição de ensino do SUS, tem a missão de

promover e executar ações de ensino e pesquisa alinhadas às necessidades locais e regionais de saúde, com o objetivo de oferecer uma formação ética, política e técnica aos trabalhadores. Suas diretrizes incluem a interiorização do ensino, articulada à regionalização em saúde e à criação de campos de formação em rede. A gestão da ESPPE organiza suas ações em torno das dimensões político-institucional e pedagógica, sustentando agendas formativas alinhadas às demandas do SUS e suas interfaces. Atualmente, a ESPPE ocupa espaços estratégicos em âmbitos local e nacional, como a Coordenação da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU ESPPE), a Presidência da Comissão Descentralizada de Residências Multiprofissionais em Saúde de Pernambuco (CODEMU PE) e o Fórum Estadual das COREMU de PE. Também atua como membro de diversas instâncias, incluindo a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Rede de Ensino Técnico do SUS (RET-SUS), a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola) e a Coordenação de Educação na Saúde da Rede Unida. Além disso, a ESPPE participa ativamente no planejamento e execução de processos formativos junto às Gerências Regionais de Saúde e áreas técnicas da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, fortalecendo a política de formação. Essa presença em espaços de gestão e formulação de políticas no SUS, em níveis local e nacional, permite a troca de experiências, amplifica a atuação da ESPPE como articuladora em rede e fortalece as relações interinstitucionais. Assim, a ESPPE contribui significativamente para a inserção e consolidação da pauta da Educação em Saúde nas instâncias do SUS, potencializando a formação dos trabalhadores e a qualidade da assistência à saúde em Pernambuco.

MUSICOTERAPIA NO CONTEXTO ODONTOLÓGICO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Giovana Werle Soares, Adriana Werle Soares, Alexandre Werle Soares

A musicoterapia, no contexto odontológico, apresenta-se como uma abordagem promissora para mitigar o medo e a ansiedade frequentemente associados às visitas ao dentista, historicamente marcadas por procedimentos dolorosos e técnicas rudimentares de controle da dor. Apesar dos avanços tecnológicos e clínicos, muitos pacientes ainda enfrentam desconforto significativo durante o atendimento odontológico, evidenciando a necessidade de estratégias que promovam o bem-estar. A musicoterapia, ao utilizar a música de forma terapêutica, funciona como um distrator cognitivo, promovendo relaxamento e desviando a atenção dos pacientes dos procedimentos. Este estudo teve como objetivo analisar a eficácia e os benefícios dessa abordagem no bem-estar de pacientes submetidos a tratamentos odontológicos, por meio de uma revisão da literatura baseada em seis artigos da base de dados Scielo, utilizando os descritores “musicoterapia”, “consultório” e “odontologia”. Os resultados destacaram, entre outros, um ensaio clínico realizado com 40 crianças na Clínica da PUC-Campinas, que demonstrou redução significativa na frequência cardíaca e na ansiedade em comparação ao grupo controle. Pacientes que ouviram música durante consultas relataram maior satisfação com o ambiente clínico, enquanto os profissionais observaram melhorias na comunicação e colaboração durante os

tratamentos. Em casos específicos, como o de crianças autistas, a musicoterapia mostrou-se ainda mais eficaz, reduzindo a ansiedade e promovendo maior cooperação, além de diminuir a frequência cardíaca, indicando maior estado de calma. Assim, conclui-se que a musicoterapia contribui para o bem-estar dos pacientes e facilita a interação entre profissionais e pacientes, sendo uma ferramenta valiosa, especialmente em grupos com maiores vulnerabilidades, como crianças autistas. Essa abordagem não apenas otimiza a experiência odontológica, mas também constrói uma relação de confiança, promovendo uma base sólida para a saúde bucal ao longo da vida.

TESSITURAS SOBRE O CUIDAR E O ACOLHER FAMÍLIAS CUIDADORAS DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS: RELATO SOBRE UM PROGRAMA DE ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO PARENTAL

Cintia Aparecida Ataíde, Karina Prado Fontes, Luana Karina de Almeida Nascimento

O Programa Acolhimento e Orientação Parental (PAOP) tem como objetivo criar um espaço de acolhimento, escuta humanizada e fortalecimento da integração entre família e o serviço prestado a crianças com deficiência atendidas pelo Centro Especializado de Reabilitação (CER) IV, localizado em uma região do Nordeste brasileiro. Essa iniciativa busca promover maior assertividade nas atividades terapêuticas realizadas pela equipe de saúde que assiste crianças com Transtornos do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Intelectual (DI), ampliando o repertório das famílias para o manejo do cuidado e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes, com vistas à melhoria da qualidade de vida e à maior autonomia dos pacientes. O cuidado em saúde humanizado tem demonstrado impacto positivo no desenvolvimento infantil, na saúde mental e no contexto interpessoal dos pacientes com atraso no desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem. O PAOP, nesse sentido, amplia o cuidado em saúde, promovendo acolhimento às mães e cuidadores de pacientes assistidos no CER IV. As reuniões, realizadas semanalmente com duração média de 60 minutos, incluem atividades como orientação psicoeducacional, fornecendo informações sobre diagnóstico, características e tratamento; acompanhamento psicopedagógico para integrar os cuidados em saúde; capacitação parental para identificar dificuldades no manejo terapêutico; desenvolvimento de ações multidisciplinares para esclarecer dúvidas sobre condutas terapêuticas; fortalecimento da autoestima, resgate de potencialidades e construção de vínculos entre a família e a equipe assistencial; e estratégias para o gerenciamento do estresse e autocuidado dos familiares. Ao criar um espaço de convivência, troca de experiências e orientação, o programa potencializa a autonomia da família e do paciente, promovendo uma nova sensibilidade aos temas de inclusão, acessibilidade e cuidado. Como resultado, a assistência em saúde tornou-se mais efetiva, com ações integradas que aproximam a equipe das necessidades reais dos pacientes, fortalecendo o vínculo, a autonomia e a corresponsabilidade da família no cuidado e acompanhamento.

MULHERES COMO PROTAGONISTAS NA PROMOÇÃO DE SAÚDE NOS TERRITÓRIOS: A EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO PSICOSSOCIAL NO ACAMPAMENTO MARGARIDA ALVES NO DISTRITO FEDERAL

Joyce Karen Rocha Alves Lima, Laura Vilaça Melo Santos

Este estudo sistematiza a experiência do cuidado em saúde mental de uma população acampada no Distrito Federal, por meio da Estratégia de Saúde da Família. O objetivo foi compreender a interação dos determinantes psíquicos e sociais nas trajetórias de vida de mulheres engajadas na luta pela terra, além de promover a saúde mental por meio de encontros coletivos que fortalecessem vínculos, promovesse o pertencimento comunitário, estimulasse a autonomia, implementasse estratégias de cuidado ampliado e contribuísse para a transformação social. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa-ação fundamentada na Psicologia Social, Comunitária e Políticas Públicas, com a sistematização da experiência baseada em registros de diário de campo e planejamento de atividades coletivas realizadas entre março e abril de 2024, totalizando seis encontros. As ações, conduzidas por uma residente psicóloga do Programa Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase em Saúde da População do Campo, da Fundação Oswaldo Cruz – Brasília, envolveram um grupo de dez mulheres do acampamento Margarida Alves, na Rota do Cavalo, em Sobradinho (DF). Os resultados evidenciaram a construção coletiva e o diálogo entre saberes científicos e populares sobre saúde mental, utilizando rodas de conversa, recursos culturais, artísticos e práticas integrativas. Foram abordadas dimensões como vínculos, responsabilidade social, direitos das mulheres, autonomia, organização comunitária, geração de renda, educação popular e valorização de saberes ancestrais de cuidado. Concluiu-se que as práticas desenvolvidas fortaleceram o coletivo, influenciaram experiências futuras e fomentaram uma cultura de saúde comunitária, com benefícios que incluem a produção de novos conhecimentos na Psicologia Social e Comunitária e o potencial de replicação das estratégias de cuidado em saúde mental para populações acampadas. Além disso, destacou-se a importância de integrar essas temáticas às equipes da Atenção Primária à Saúde (APS).

GRUPO DE IDOSOS – QUALIFICANDO A “MELHOR IDADE” NAS UBSF!

Fernnanda Castellari Bagatol, Aline Brizon Menegardo, Elisa Barreto dos Santos Daroz,
Mariza Pereira Magalhaes Daroz, Solange Barboza Fernandes Thompson

Este trabalho aborda a fragilidade de acesso à informação da população idosa e busca promover saúde, bem-estar e qualidade de vida por meio das Equipes de Saúde da Família (ESF) nas Unidades Básicas de Saúde, priorizando a autonomia e o protagonismo no autocuidado. Para isso, são realizadas atividades preventivas, educativas, recreativas e de acompanhamento contínuo, adaptadas de forma

lúdica e reflexiva ao conhecimento prévio, cultura e modo de vida dos idosos em seu ambiente. Os temas abordados incluem: Processo de Envelhecimento, Saúde Mental, Saúde Emocional, Saúde Bucal, Direitos da Pessoa Idosa, Situação Econômica/Financeira, Sexualidade, Principais Doenças Crônicas, Uso e Acondicionamento de Medicamentos, Prevenção de Quedas, Condicionamento Físico com Investigação do Equilíbrio Corporal, Alimentação Saudável e Economicamente Adequada, Higiene Corporal e Utilização de Tecnologias. Como resultados, observou-se a socialização e construção de vínculos entre os participantes e os profissionais da ESF, reduzindo a solidão e o isolamento social, além de melhorar o humor e a qualidade de vida dos idosos. Os participantes relataram maior autoestima e autoconfiança, tornando-se mais empoderados e capazes de manter sua independência por mais tempo. O trabalho é desenvolvido em grupos reflexivos conduzidos pela psicóloga Fernanda e a enfermeira Aline, com participação de profissionais convidados, como educador físico, bacharel em Direito e técnico em tecnologia digital, conforme necessário para abordar as diversas temáticas. As atividades são organizadas em um calendário alinhado a datas comemorativas, como Carnaval, Páscoa, Natal, Dia do Idoso, e incluem celebrações de aniversariantes do mês. Este grupo, implementado no território da UBSF Ivo Olioza, em Rio Novo do Sul (ES), vem qualificando o acesso à informação e promovendo melhorias significativas na vida da população idosa local.

LEILÃO DA VIRGINDADE: A SUA (IM)POSSIBILIDADE JURÍDICA DIANTE DA ESTRUTURA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luísa Negrini Spall, Iuri Bolesina

Este trabalho analisa a (im)possibilidade jurídica do leilão da virgindade, considerando os limites dos direitos da personalidade e do exercício regular de direitos. O caso de Catarina Migliorini, em 2012, trouxe notoriedade ao tema, quando ela tentou leiloar sua virgindade por um lance de R\$ 1,5 milhão. O leilão ocorreu no exterior, levantando a questão central: é possível, juridicamente, realizar tal prática no Brasil? Utilizando o método hipotético-dedutivo, procedimento monográfico e pesquisa documental indireta, o estudo aborda os direitos da personalidade, incluindo o direito ao corpo e à integridade psicofísica. O direito fundamental ao próprio corpo protege tanto a dimensão defensiva, contra lesões promovidas por terceiros ou pelo Estado, quanto a dimensão de fruição, garantindo o livre e digno desenvolvimento da personalidade. Contudo, esse direito não é absoluto, devendo respeitar a dignidade da pessoa humana e evitar práticas que objetifiquem o indivíduo ou desrespeitem o mínimo existencial. O Código Civil, no art. 13, também veda o uso do próprio corpo em situações que causem diminuição permanente, salvo por ordem médica, ou quando contrarie os bons costumes, evidenciando um aspecto moral. Além da análise jurídica, o tema suscita debates sobre liberdade e autonomia pessoal versus exploração pelo patriarcado, capitalismo e neoliberalismo, considerando a sociedade de consumo e a fetichização do corpo, especialmente o feminino. Duas hipóteses jurídicas são discutidas: a primeira, que considera o leilão inviável por violar os bons

costumes e representar auto-objetificação, configurando abuso de direito; e a segunda, que reconhece a prática como exercício regular do direito ao próprio corpo e da liberdade pessoal, similar a contratos firmados por artistas pornográficos, lutadores ou trabalhadores em geral. O Direito brasileiro tende a proibir o leilão da virgindade para evitar a mercantilização de aspectos humanos existenciais, com fundamentos na dignidade da pessoa humana e nos bons costumes, além de questões estruturais relacionadas ao patriarcado e ao conservadorismo. Contudo, a autonomia corporal e moral, enquanto elemento do livre desenvolvimento da personalidade, poderia justificar a prática, desde que fossem estabelecidos limites claros. Nesse caso, a regulamentação seria essencial para prevenir abusos, exploração e expropriação dos corpos e valores envolvidos.

REDE CUIDAR DA VIDA – BEM GESTANDO PARA BEM MATERNAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOB A ÓTICA ACADÊMICA

Edson César dos Santos Seixas, Alexandra de Paula oliveira, Luisa Joaquina Rocha Lima, Rafaella Bitar Bezerra, Mayara Silva Veloso, Raniele Alana Lima Alves, Fabiana Mânica Martins

A gestação é um processo único, influenciado por determinantes sociais de saúde, entre os quais as redes de apoio desempenham papel essencial, garantindo assistência nos momentos delicados, suporte para comparecimento às consultas pré-natais e apoio emocional em um período de vulnerabilidade. Reconhecendo os benefícios do convívio em grupo, este relato apresenta, sob a perspectiva de acadêmicos de medicina da Universidade Federal do Amazonas, as experiências vividas em um grupo de gestantes indígenas da Comunidade Parque das Tribos, em Manaus, Amazonas. O projeto Bom Parto, inserido como atividade curricular de extensão (PACE), realizava encontros semanais em uma igreja local, espaço cedido para acolher as gestantes. Criado pela equipe de saúde itinerante para suprir a necessidade de atendimento semanal, o projeto enfrentou desafios logísticos que foram superados pela atuação de profissionais como fisioterapeutas, enfermeiras, assistentes sociais e técnicas de enfermagem, que buscavam as gestantes em suas casas para levá-las ao local de atendimento. As atividades incluíam consultas de pré-natal, práticas integrativas, aconselhamento sobre direitos e deveres, além de um acolhimento humanizado. Durante rodas de conversa, as gestantes compartilhavam vivências, promovendo uma troca de saberes enriquecedora, especialmente entre as múltiparas e primíparas, o que impactou profundamente a formação dos acadêmicos. Essa experiência mostrou que o aprendizado na universidade deve ser complementado pelo conhecimento comunitário, rico e aplicável, especialmente na Atenção Primária à Saúde. Os acadêmicos observaram como a competência cultural era respeitada nos atendimentos, integrando cuidados indígenas, como o uso de chás e banhos de assento com ervas regionais, ao pré-natal biomédico. A integralidade foi percebida na atuação multiprofissional da equipe, enquanto a longitudinalidade se manifestava na relação próxima entre gestantes e profissionais, e a coordenação do cuidado era assegurada em parceria com a unidade-base. Essa vivência, além de complementar

a formação acadêmica ao aplicar conhecimentos teóricos, ensinou aos participantes formas eficazes de educação em saúde que vão além da panfletagem e palestras tecnicistas, promovendo um aprendizado transformador e integrador.

TERRA TERAPIA: OFICINAS SOBRE PLANTAS MEDICINAIS E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO FITOTERÁPICO COMO PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE MENTAL

Laura Vilaça Melo Santos, Joyce Karen Rocha Alves Lima

A pesquisa foi realizada no âmbito de um estágio de duas residentes psicólogas do Programa Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase em Saúde da População do Campo, da Fundação Oswaldo Cruz - Brasília, no Centro de Referência em Práticas Integrativas em Saúde (Cerpis), um equipamento de atenção primária da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. O estágio, ocorrido em maio de 2024, teve como foco facilitar vivências terapêuticas e educativas relacionadas ao uso de plantas medicinais e à saúde mental, promovendo interações comunitárias e fortalecendo o autocuidado entre os usuários do Cerpis por meio de grupos terapêuticos e práticas integrativas. Durante o período, foram conduzidas duas oficinas com a participação de 15 mulheres, de 35 a 70 anos, que compartilharam suas experiências e processos de saúde e adoecimento mental. As oficinas empregaram dinâmicas de integração para criar um ambiente acolhedor, facilitando a comunicação e permitindo a identificação coletiva de questões específicas de saúde mental e bem-estar. Um dos aspectos centrais foi a troca de saberes sobre plantas medicinais, com estímulo à construção participativa de conhecimentos sobre seu uso e benefícios no cotidiano de autocuidado. Esse diálogo ampliou o entendimento coletivo sobre o potencial terapêutico das plantas e inspirou abordagens integrativas para questões de saúde. As oficinas também incluíram a prática do escalda-pés, explorando os benefícios das plantas medicinais de forma tangível. Os participantes participaram ativamente da colheita das plantas no Cerpis, promovendo uma conexão direta com o ambiente e incentivando uma relação consciente com a natureza. Eles também contribuíram no preparo da prática, que proporcionou relaxamento, alívio de tensões musculares e um espaço para meditação guiada. Observou-se durante as atividades o fortalecimento da autonomia dos participantes e a apropriação dos conhecimentos compartilhados, resultando na construção de fluxos de saberes teóricos e empíricos sobre o uso tradicional das plantas medicinais. Conclui-se que os Centros de Práticas Integrativas em Saúde oferecem um espaço significativo para aplicar práticas de educação popular em saúde, e que a facilitação de grupos terapêuticos e o estímulo ao autocuidado por meio das PICS demonstram ser estratégias potentes para a promoção da saúde mental.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL EM TEMPOS PANDÊMICOS E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SP)

Alexandra Cristina Gomes de Almeida, Mariá Lanzotti Sampaio, Denise Martin

O relatório do Observatório das Migrações aponta que, desde 2010, os fluxos migratórios no Brasil têm se caracterizado pela heterogeneidade, incluindo tanto solicitações de refúgio quanto outros pedidos de residência. Os dados indicam mudanças significativas na dinâmica migratória, com o Brasil deixando de ser um local de trânsito para se tornar um destino de moradia, reflexo da redução das saídas de migrantes. Nesse contexto, a Lei de Migração nº 13.445/2017 foi promulgada, promovendo, ainda que de forma lenta, atualizações nas práticas políticas e legislativas de acolhimento, reconhecendo os migrantes como sujeitos de direitos. Contudo, o acesso efetivo a direitos sociais, como saúde, ainda está longe de ser garantido, lacuna evidenciada pela Pandemia de covid-19, que impactou severamente os migrantes internacionais, agravando desigualdades pré-existentes em suas condições de vida e saúde. A presente pesquisa, realizada no município de São Paulo, um dos principais destinos de migrantes no país, analisa o acesso dessa população às políticas públicas de saúde durante a pandemia, no âmbito do projeto “Acesso à saúde e vulnerabilidades de migrantes internacionais no contexto de disseminação da covid-19: uma pesquisa interinstitucional em rede colaborativa”, com apoio da FAPESP e CNPq (CEP nº 5.452.965). Entre outubro de 2022 e junho de 2023, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com 14 migrantes da Bolívia, Venezuela e Haiti, além de um gestor público, quatro representantes de ONGs atuantes no campo da migração e uma profissional de saúde. Os critérios de inclusão para os migrantes foram ter mais de 18 anos e residir no Brasil por pelo menos um ano durante a pandemia; para os demais entrevistados, atuar diretamente com questões relacionadas à migração internacional. A análise dos dados, fundamentada nos pressupostos de Strauss e Corbin e em um eixo teórico interdisciplinar de migrações transnacionais e saúde coletiva, revelou que o isolamento social limitou o acesso à renda, restringiu oportunidades laborais e fragilizou a garantia de moradia, dificultando a adoção de medidas de proteção sanitária. Além disso, foram identificadas fragilidades nas políticas públicas no enfrentamento da covid-19, contribuindo para um cenário caótico que afetou especialmente os grupos mais vulneráveis.

PROJETO DE VIVÊNCIAS E ESTÁGIOS NA REALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO BRASIL: PERCEPÇÕES DE EGRESSOS

Ana Suelen Pedroza Cavalcante, Maria Rocineide Ferreira da Silva, Juliana Oliveira Mota, Thais Nascimento da Silva, Maria Eduarda Oliveira Pessoa, Ana Vitória Lima de Moura, Marcos Aguiar Ribeiro, Lucas Dias Soares Machado, Gabriel Perdigão Walcher, Eduardo Carvalho de Souza, Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho

O Projeto de Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS), desde 2012, tem sido uma ferramenta importante na formação de estudantes de diferentes áreas

da saúde e afins, ao promover imersão nos serviços de saúde e comunidades, contribuindo para o desenvolvimento de competências interprofissionais. Este estudo tem como objetivo analisar as percepções dos egressos sobre as contribuições do projeto em suas formações. Trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa realizada com 416 egressos do VER-SUS que participaram entre 2012 e 2019 como viventes, membros de comissões organizadoras ou facilitadores. Os dados foram coletados em 2022 por meio de um questionário online enviado a participantes de 23 estados brasileiros, e a análise foi conduzida segundo o referencial de análise temática de Minayo. Os resultados indicaram que as vivências proporcionadas pelo projeto estimularam o desenvolvimento de autonomia, protagonismo e senso crítico, permitindo a desconstrução e reconstrução de paradigmas a partir da imersão em diferentes contextos sociais, culturais e de realidades distintas. A experiência formativa desempenhou um papel essencial na construção de competências para o trabalho interprofissional, promovendo transformações significativas tanto na formação profissional quanto pessoal dos egressos. A motivação para contribuir com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) levou os participantes a se engajarem em atividades extracurriculares, a participarem de outras edições do projeto como facilitadores, a buscar residências multiprofissionais e a atuarem como profissionais do SUS. Assim, o VER-SUS demonstrou ser um projeto potente na formação de profissionais capacitados e comprometidos com o fortalecimento do SUS, ao instrumentalizá-los para a tomada de decisões no exercício de suas profissões.

1º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE EM PARINTINS (AM): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Beatriz Vieira da Silva, Thiago Oliveira Santa Luzia

A formação educacional dos trabalhadores é uma atribuição constitucional do SUS, abrangendo o desenvolvimento tecnológico, inovações na saúde, ensino técnico, tecnológico, graduação e a produção de pesquisas. Além de ser uma obrigatoriedade dos órgãos governamentais, a regulamentação dos cursos na área da saúde também é avaliada pela sociedade civil, dada a necessidade de “preservação da integridade física e subjetiva”. Nesse contexto, a articulação entre trabalho e educação em saúde tem sido debatida há anos nas políticas públicas brasileiras. Este trabalho relata a experiência na participação da primeira conferência municipal de gestão do trabalho e educação na saúde em Parintins (AM), realizada em 6 de junho de 2024, com a presença de 92 participantes, entre gestores, profissionais da saúde, estudantes de medicina e membros da sociedade civil. O evento foi organizado em dois momentos: inicialmente, os participantes foram divididos em três grupos correspondentes a eixos temáticos, onde discutiram e elaboraram cinco propostas para cada eixo. Em seguida, essas propostas foram apresentadas, debatidas, revisadas e votadas. No eixo 3, “Educação para o desenvolvimento do trabalho na produção da saúde e no cuidado das pessoas que fazem o SUS acontecer”, foram formuladas cinco propostas principais: 1) Instituir

termos de cooperação técnica com instituições de ensino superior para garantir vagas em cursos de Lato sensu, Stricto sensu e residências em saúde, promovendo a Educação Permanente em Saúde (EPS) para trabalhadores do SUS, considerando o cenário local; 2) Estabelecer cooperação técnica entre a gestão e instituições de ensino médio e técnico para garantir a devolutiva e aplicabilidade dos resultados de projetos de pesquisa no município na Rede SUS; 3) Implementar um programa de EPS com aporte financeiro da gestão para qualificar trabalhadores do SUS municipal em diversas áreas de atuação; 4) Criar um Fundo Municipal com cofinanciamento para a implantação de uma Escola Técnica Municipal de Saúde Pública, visando aprimorar e qualificar profissionais técnicos conforme as necessidades locais; 5) Instituir um Programa Municipal de Avaliação de Desempenho para trabalhadores de saúde que atinjam metas e indicadores preconizados, com bonificações como premiações e incentivos remunerativos. Observou-se o empenho de todos os envolvidos na conferência, com inspeção, revisão, votação e encaminhamento das propostas às esferas municipal, estadual e nacional. A conferência destacou-se pela condução democrática das decisões e pela contribuição significativa para o fortalecimento da educação permanente em saúde nos serviços, redes e sistemas locais, além de promover avanços no ensino em saúde.

O PROCESSO DA ESCOLHA DE TEMAS PARA OFICINAS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU

Isaac de Araujo Castro Vasconcelos, Thaisa Macedo Lenz, Luis Ignacio Martinez Segura,
Luz Adriana Vitar Julio, Leidy Katherine Vega Mahech, Thaissy Fernanda de Oliveira,
Gladys Amelia Velez Benito, Juliana Domingues

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) visa integrar o ensino de cursos superiores na área da saúde com o serviço de saúde, promovendo a troca de conhecimentos e ações entre profissionais, estudantes e docentes. Em Foz do Iguaçu, as práticas do PET Saúde destacam-se por ocorrerem em um município de fronteira, contexto que apresenta desafios e potencialidades singulares. Realizadas pela Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), essas práticas têm contribuído significativamente para a Atenção Primária em Saúde (APS), com foco nas atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Um dos elementos cruciais no planejamento das oficinas educacionais é a escolha do tema, que deve atender às demandas dos profissionais e beneficiar o serviço como um todo. O objetivo das atividades foi identificar as necessidades de educação permanente de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e realizar oficinas que abordassem essas demandas. Inicialmente, o planejamento das oficinas foi orientado pela enfermeira responsável por uma das equipes da UBS, que sugeriu temas como ações de combate à dengue, promoção de segurança alimentar por meio de ações intersetoriais e participação popular, e a importância de LIBRAS na APS. No entanto, o primeiro encontro, dedicado à apresentação dos membros do PET Saúde aos ACSs, incluiu uma dinâmica de integração e uma conversa para identificar temas de interesse. Após uma suspensão temporária das atividades, as oficinas foram

retomadas com um tema sugerido pelos ACSs: saúde mental e síndrome de Burnout no trabalho da Atenção Básica. Essa escolha revelou-se acertada, gerando maior interesse e participação dos profissionais, que contribuíram com perguntas e reflexões. As dinâmicas de grupo realizadas durante as oficinas também promoveram um ambiente mais participativo e engajado, enriquecendo o processo de aprendizagem. A abordagem dialógica, que respeitou as demandas do grupo, demonstrou ser essencial tanto para o aprendizado dos ACSs quanto para a formação dos discentes envolvidos. Incluir os ACSs como protagonistas em seu próprio processo de capacitação não apenas fortaleceu suas habilidades, mas também empoderou essa categoria, que desempenha um papel central na APS. Assim, o projeto evidenciou que ouvir os profissionais de saúde e integrar suas perspectivas no planejamento das atividades é um caminho promissor para o fortalecimento da educação permanente e da atenção básica.

A PRODUÇÃO DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: SOB O OLHAR DOS TRABALHADORES E USUÁRIOS

Bruna Medeiros Molina, Rita de Cássia Maciazeki-Gomes

Este estudo, articulando conceitos de saúde mental coletiva, psicologia social e práticas de cuidado em rede, apresenta um recorte de um trabalho de conclusão de curso em Psicologia, cujo objetivo é analisar desafios e possibilidades no cuidado em saúde mental de pessoas em situação de rua, associado a um Consultório na Rua em uma cidade do extremo sul do Rio Grande do Sul. Parte-se da premissa de que o cuidado em saúde mental para essa população não é exclusivo da psicologia, mas construído a partir de uma diversidade de estratégias interdisciplinares que envolvem diferentes saberes, desde várias especialidades da saúde e assistência até a participação ativa dos próprios usuários. A pesquisa inclui entrevistas narrativas com trabalhadores e usuários do dispositivo, além de registros no diário de campo sobre o acompanhamento do serviço, que conta com uma equipe formada por um enfermeiro, um técnico de enfermagem e uma psicóloga. Os resultados obtidos até o momento destacam potencialidades no cuidado, como o atendimento multidisciplinar, a escuta ativa, a promoção da autonomia e a produção de encontros, enquanto as adversidades identificadas incluem a alta demanda de pacientes e o desmonte de políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua. A análise das narrativas de trabalhadores e usuários permite vislumbrar novas possibilidades de cuidado, viabilizando a construção de outras tecnologias assistenciais a partir das relações estabelecidas na rede de saúde e no território. Assim, conclui-se que o cuidado em saúde mental para essa população deve considerar suas especificidades e garantir o acesso e a ampliação de políticas públicas que assegurem seus direitos.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM A UM PACIENTE COM PÊNFIGO FOLIÁCEO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Manuela Costa dos Santos, Jéssica Karoline Alves Portugal, Adriana Oliveira da Silva, Antônio Abeu da Rocha Lima, Edmaira de Souza Medeiros, Joesly dos Santos Tabosa

O pênfigo foliáceo, ou fogo selvagem, é uma rara doença autoimune que afeta a pele, resultando na formação de bolhas intraepidérmicas e subsequentes erosões cutâneas. A patologia é causada pela ação de autoanticorpos IgG contra proteínas desmossômicas ou, em menor grau, pela interação de IgC com acantócitos, o que compromete as moléculas de adesão celular, provocando acantólise e perda de coesão entre os queratinócitos. Esse processo culmina na formação de vesículas e bolhas características. A prevalência global estimada em 2017 era de 25 casos por milhão de habitantes em áreas endêmicas, enquanto no Brasil registrava-se 3,4 casos por 100.000 habitantes. Neste contexto, este relato descreve a experiência de uma acadêmica de enfermagem no cuidado a um paciente com pênfigo foliáceo em um hospital no interior do Amazonas. Trata-se de um estudo descritivo baseado na vivência da acadêmica da Universidade Federal do Amazonas durante o estágio supervisionado na disciplina de saúde do adulto, no setor de clínica médica de um hospital regional. O paciente, um homem de meia-idade, já havia passado por internações anteriores e não contava com uma rede de apoio sólida, dependendo de terceiros para moradia e alimentação. Durante a assistência, constatou-se que cerca de 80% do corpo do paciente estava comprometido por erosões, com áreas de derme exposta, associado a dores intensas, dificuldade respiratória, higiene precária e forte odor, fatores que aumentavam o risco de infecções. Relutante em realizar a higiene corporal diária, o paciente também enfrentava isolamento social, sem receber visitas e interagindo apenas com os profissionais de saúde. A assistência de enfermagem incluiu administração de medicamentos, auxílio nas necessidades básicas, cuidados com as lesões (como limpeza e hidratação da pele) e suporte emocional por meio da escuta ativa. Essa abordagem holística contribuiu para o alívio das dores e demais queixas, possibilitando a alta hospitalar do paciente nos dias subsequentes. Ao final do estágio, a vivência foi considerada fundamental para o aprendizado prático sobre a patologia e a implementação de cuidados farmacológicos e não farmacológicos, enriquecendo significativamente a formação e atuação profissional da acadêmica.

ESTUDO DE CASO: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UMA PACIENTE COM TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA

Adriana Oliveira da Silva, Jéssica Karoline Alves Portugal, Antônio Abeu da Rocha Lima, Edmaira de Souza Medeiros, Joesly dos Santos Tabosa, Manuela Costa dos Santos

A ansiedade, embora uma resposta comum do ser humano, pode, em algumas situações, intensificar-se de forma excessiva, configurando-se como patológica e evoluindo para um transtorno psiquiátrico, com prejuízos significativos à vida do indivíduo. Nesse contexto, o presente trabalho

objetiva relatar o estudo de caso de uma paciente diagnosticada com Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) em uma unidade hospitalar pública no município de Coari-AM, utilizando o processo de enfermagem como abordagem sistemática de cuidado. Trata-se de um relato de experiência descritivo, desenvolvido durante estágio do curso de enfermagem no setor de clínica médica de um hospital. A paciente, admitida na unidade acompanhada do esposo, apresentava dor torácica irradiada para o braço esquerdo, dificuldade para dormir, preocupação excessiva, pensamentos suicidas, cefaleia, fraqueza e vertigem. Esses sintomas, característicos do TAG, comprometiam significativamente sua qualidade de vida. Durante a intervenção terapêutica, foram realizadas avaliações físicas abrangentes, monitoramento contínuo dos sinais vitais, administração dos medicamentos prescritos e educação em saúde, abordando o entendimento sobre a ansiedade generalizada. O acompanhamento clínico resultou em uma melhora gradual, evidenciada pela redução dos sintomas de ansiedade, diminuição da preocupação excessiva e da dor torácica, melhora da qualidade do sono e alívio de cefaleia, fraqueza e vertigem. A paciente foi orientada a seguir com tratamento especializado. A assistência de enfermagem destacou-se pelo atendimento humanizado, com escuta ativa e acolhimento individualizado, promovendo uma abordagem holística e estruturada que contribuiu significativamente para a recuperação clínica e melhoria da qualidade de vida da paciente. Conclui-se que o estágio e a metodologia do estudo de caso proporcionaram um aprendizado enriquecedor, permitindo aos estudantes aplicar conhecimentos teóricos na prática clínica e desenvolver habilidades para oferecer cuidados humanizados, holísticos e eficazes. Essa experiência prática capacitou os discentes a serem mais ágeis, empáticos e preparados para promover uma recuperação otimizada, reafirmando a relevância de um atendimento estruturado e centrado nas necessidades do paciente.

ESTUDO DE CASO: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UMA CRIANÇA VÍTIMA DE ACIDENTE OFÍDICO EM UM HOSPITAL DO INTERIOR DO AMAZONAS

Edmaira de Souza Medeiros, Jéssica Karoline Alves Portugal, Adriana Oliveira da Silva, Antônio Abeu da Rocha Lima, Arlesson Henrique Costa Cordovil, Joesly dos Santos Tabosa, Manuela Costa dos Santos

Acidentes ofídicos, causados pela mordedura de serpentes peçonhentas, podem desencadear envenenamento e alterações sistêmicas e locais, podendo, em casos graves, levar à morte. No Brasil, esses acidentes ocorrem com maior frequência nas regiões Centro-Oeste e Norte, como no Amazonas, que abriga um dos maiores ecossistemas do país, favorecendo o crescimento de inúmeras espécies, incluindo serpentes nativas. Nesse contexto, a convivência da população ribeirinha com esses animais, em atividades como pesca, caça e agricultura, torna a interação quase inevitável, resultando em casos de ofidismo. Este trabalho relata o caso de um paciente infantil com manifestações clínicas de acidente ofídico atendido em um hospital público do interior do Amazonas, detalhando as etapas da assistência de enfermagem prestada. Trata-se de um relato descritivo de um estudo de caso realizado durante a prática da disciplina de Enfermagem na Atenção Integral à Saúde da Criança, utilizando o Processo

de Enfermagem como metodologia para o cuidado e recuperação da criança. O paciente foi admitido no Hospital Regional de Coari com sinais flogísticos no membro inferior direito, como equimoses, edema e dor intensa. Após a administração de soro antiofídico, foi internado no setor pediátrico para tratamento farmacológico, sendo realizados exames físicos, inspeção da pele, monitoramento da temperatura, teste de cacifo, verificação de sinais vitais e administração de medicamentos conforme prescrição médica, além de terapias não medicamentosas. Durante a internação, a equipe de enfermagem buscou ir além dos procedimentos técnicos, utilizando estratégias para aliviar o estresse infantil, como desenhos para distração, e orientando a genitora sobre cuidados com a pele, mobilidade e alimentação. Houve melhora significativa no quadro clínico do paciente, com redução do edema, melhora na mobilidade e diminuição da dor. A experiência reforça a importância do estágio em enfermagem pediátrica como momento crucial para o desenvolvimento de habilidades técnicas, empatia e cuidado humanizado, essenciais à formação do enfermeiro.

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TUBERCULOSE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMAZONAS DE 2012 A 2022

Luíza Tereza da Silva Lisboa, Ana Clara Maia Semen, Manuella Fernandes Martins,
Pedro Henrique Camargo Taborda, Maiara Leal da Trindade

No Brasil, foram diagnosticados 78.057 novos casos de tuberculose (TB) em menores de 15 anos em 2022, sendo o Amazonas (AM) o estado com maior risco de infecção e grandes desafios relacionados ao tratamento e controle da doença. Apesar disso, não há literatura específica que analise o perfil epidemiológico de TB na infância e adolescência no AM. Este estudo teve como objetivo descrever as características epidemiológicas da TB na população infantil e adolescente do estado. Trata-se de uma pesquisa observacional, ecológica e quantitativa baseada em dados secundários obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), abrangendo os anos de 2012 a 2022. Os casos incluídos foram distribuídos em cinco faixas etárias (<1 ano, 1 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos) e analisados por sexo, cor/raça (branca, preta, amarela, parda, indígena) e localização (Manaus ou interior). Foram detectados 5.002 casos de TB entre 0 e 19 anos, com predominância no sexo masculino (54,64%) em relação ao feminino (45,36%). A maior incidência ocorreu na faixa etária de 15 a 19 anos (58,92%), seguida por 10 a 14 anos (16,05%) e menores de 5 anos (15,15%). A população parda representou 74,96% dos casos, enquanto 75,81% dos registros ocorreram em Manaus, evidenciando a disparidade entre áreas urbanas e rurais. Os resultados estão alinhados com dados de outros estados, destacando uma elevada concentração de casos em adolescentes do sexo masculino, pardos e residentes em áreas urbanas. Conclui-se que há necessidade de estratégias específicas para prevenção e controle da TB, incluindo programas voltados para adolescentes de 15 a 19 anos, redução de desigualdades

raciais, fortalecimento da infraestrutura de saúde em Manaus, ampliação da vacinação para crianças menores de 5 anos, respeito às práticas culturais indígenas, descentralização de serviços de saúde com uso de telemedicina, capacitação de profissionais e monitoramento epidemiológico contínuo. Essas ações são fundamentais para melhorar a gestão da saúde pública e enfrentar a tuberculose de forma eficaz, especialmente nas áreas mais vulneráveis do Amazonas.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE INCENTIVO AO AUTOCUIDADO A MULHERES RIBEIRINHAS DO AMAZONAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Edmaira de Souza Medeiros, Jéssica Karoline Alves Portugal, Adriana Oliveira da Silva, Antônio Abeu da Rocha Lima, Arlesson Henrique Costa Cordovil, Joesly dos Santos Tabosa, Manuela Costa dos Santos

A educação em saúde é compreendida como um conjunto de ações realizadas por equipes multiprofissionais para fornecer à população conhecimentos sobre os fatores condicionantes e determinantes de saúde, sensibilizando-a a adotar hábitos mais saudáveis e, assim, melhorar sua qualidade de vida. No entanto, persistem inúmeros desafios relacionados à saúde da mulher em diferentes fases da vida, especialmente na gestação, agravados em populações com acesso limitado a serviços de saúde, como as mulheres ribeirinhas. Essas mulheres enfrentam barreiras como baixo nível educacional e socioeconômico, isolamento geográfico devido às grandes distâncias entre comunidades e sedes municipais, além das dificuldades impostas pela variação climática da região amazônica, que restringem o acesso a serviços essenciais. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma ação de educação em saúde direcionada às mulheres ribeirinhas, realizada durante o estágio supervisionado na disciplina de Saúde da Mulher, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ribeirinha no interior do Amazonas. Trata-se de um relato descritivo de uma ação promovida por acadêmicos de enfermagem na UBS de Coari, abordando temas como o Programa de Prevenção e Controle do Câncer do Colo do Útero (PCCU), consultas de pré-natal e exames iniciais, aleitamento materno, cuidados com o coto umbilical, calendário de consultas e vacinação infantil. A ação utilizou linguagem clara e adaptada à realidade local, apoiada por panfletos ilustrativos. Com duração de 40 minutos, a atividade incluiu momentos para esclarecimento de dúvidas e interação, evidenciando tanto o interesse quanto a carência de informações por parte das participantes, lacunas que foram supridas no decorrer da ação. Ao final, houve sorteio de kits maternidade e um café da manhã saudável, promovendo engajamento e bem-estar. A experiência demonstrou o impacto positivo da educação em saúde extramuros, proporcionando maior sensibilização e promoção da saúde entre as mulheres ribeirinhas, especialmente gestantes, ao compartilhar informações fundamentais para a melhoria da qualidade de vida.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À UMA PACIENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Manuela Costa dos Santos, Jéssica Karoline Alves Portugal, Adriana Oliveira da Silva, Antônio Abeu da Rocha Lima, Edmaira de Souza Medeiros, Joesly dos Santos Tabosa

A violência infantil é um problema de saúde pública global, manifestando-se em formas físicas, psicológicas ou sexuais, com estimativa de que cerca de um bilhão de crianças no mundo sofram algum tipo de violência. No Brasil, a cada hora, quatro crianças são violentadas, e no estado do Amazonas, em 2023, houve um aumento de 35% nos casos de abuso envolvendo menores de 8 anos, com predominância de vítimas do sexo feminino, sendo 68% dos casos perpetrados por familiares ou conhecidos. Este relato descreve a experiência de uma acadêmica de enfermagem na assistência a uma criança vítima de violência sexual no Hospital Regional de Coari Dr. Odair Carlos Geraldo. Trata-se de um estudo descritivo baseado em um relato de experiência, com o objetivo de analisar o papel do profissional de enfermagem na assistência a pacientes infantis vítimas de violência. Os cuidados ocorreram no setor de pediatria, envolvendo anamnese, solicitação de exames, administração de medicação e atividades recreativas. O estágio, parte obrigatória da grade curricular do curso de enfermagem, incluiu duas semanas de prática hospitalar na pediatria, período em que foi registrado o caso de uma menina de três anos admitida por sangramento vaginal, dor pélvica e suspeita de ruptura do hímen, sinais que indicavam violência sexual. Durante a internação, a criança foi acompanhada pela genitora, que demonstrava desconforto e negava qualquer ocorrência de abuso, apesar de exames realizados pela equipe médica e de enfermagem evidenciarem sinais preocupantes, incluindo a ausência de relutância da criança diante de exames invasivos. A acadêmica ficou responsável por coletar a anamnese, administrar os medicamentos prescritos, contatar o serviço social, acompanhar exames complementares, como ultrassom abdominal, e realizar atividades recreativas para aliviar o desconforto causado pelo ambiente hospitalar, aplicando prescrições de enfermagem voltadas a crianças. O estágio proporcionou um aprendizado significativo, aprimorando a consciência pessoal e profissional da acadêmica ao lidar com um caso desafiador e complexo, que evidenciou a necessidade de adaptação a cada situação para oferecer a melhor assistência possível. A criança recebeu alta sob supervisão do conselho tutelar, e a experiência, embora impactante, contribuiu para o desenvolvimento de pensamento crítico e conhecimento sobre o tema, promovendo o aperfeiçoamento profissional.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DE PACIENTES EM USO DE OXIGENOTERAPIA EM UTI PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Maria Beatriz Holanda Munhoz Lourinho, Suellen Victoria Viana Pereira Santana, Liliane do Nascimento Florêncio, Monica Karla Vojta Miranda

A oxigenoterapia em UTI pediátrica é uma intervenção essencial para crianças com insuficiência respiratória ou hipóxia, garantindo níveis adequados de oxigenação no sangue, prevenindo hipoxemia

e reduzindo o esforço respiratório. Nesse contexto, a enfermagem assume um papel fundamental ao desenvolver planos de cuidados personalizados às necessidades terapêuticas do paciente pediátrico. Este estudo teve como objetivo identificar, por meio de evidências científicas, o papel da enfermagem na assistência a esses pacientes. Foi realizada uma revisão de literatura utilizando as bases de dados BVS e Scielo, com os descritores controlados Decs: “oxigenoterapia”, “cuidados de enfermagem” e “UTI pediátrica”. Dos 20 artigos encontrados, dez foram incluídos na análise, respeitando os critérios de inclusão: publicações dos últimos dez anos, disponíveis na íntegra e em português, inglês ou espanhol. A oxigenoterapia é crucial no tratamento de condições respiratórias como pneumonia, asma, síndrome da angústia respiratória neonatal (SARN) e hipoxemia, garantindo a oxigenação adequada de tecidos e órgãos e prevenindo complicações. Sua administração é feita por dispositivos como cânula nasal, tubo endotraqueal, CPAP e halo, selecionados conforme a necessidade clínica. O monitoramento contínuo dos sinais vitais e da saturação de oxigênio no sangue é indispensável, evitando tanto a hipoxemia quanto a toxicidade por oxigênio. Em casos de terapia prolongada, o tratamento pode ser realizado no domicílio, promovendo conforto e qualidade de vida ao paciente. O enfermeiro exerce papel central nessa assistência, desde a avaliação inicial até a escolha do dispositivo apropriado, administração do oxigênio, monitoramento contínuo e educação da família, além de prever complicações e treinar a equipe em protocolos de segurança e uso dos dispositivos. Esse cuidado estruturado garante segurança, reduz riscos e promove uma recuperação eficaz. Conclui-se que a enfermagem é indispensável no cuidado aos pacientes pediátricos em UTI submetidos à oxigenoterapia, contribuindo para a monitorização adequada, manejo eficiente do oxigênio e manutenção dos equipamentos. Além disso, o suporte emocional às famílias e a formação especializada do enfermeiro são elementos essenciais para a recuperação do paciente. A revisão da literatura evidencia que a assistência de enfermagem baseada em evidências tem impacto positivo significativo na qualidade de vida e na sobrevivência desses pacientes.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS E IST'S COM ESTUDANTES DE UM INSTITUTO FEDERAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Oliveira Ferraz, Ivan Lucas da Silva, Jarliene Lourenço dos Santos, Cellyane Fernanda de Araujo Salustiano, Kailane Taísa Medeiros Galdino, José Vinícius Nascimento de Santana, Arthur Patrick Santos Dantas, Mariana Lais Dantas de Araújo

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos e são transmitidas, principalmente, por meio de contato sexual com pessoas infectadas. O uso de camisinha, seja externa ou interna, em todas as relações sexuais, é o método mais eficaz para prevenir o HIV e outras ISTs, estando disponível gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar disso, estudos revelam que muitos adolescentes desconhecem formas de contágio dessas infecções, evidenciando a necessidade de ações educativas sobre o tema. Este relato descreve a experiência de uma ação educativa realizada por estudantes de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na disciplina de Atenção Básica, em um Instituto

Federal no interior do estado. A ação, que utilizou explanação oral, slides e materiais didáticos, buscou disseminar informações sobre métodos contraceptivos, alertar para os riscos das ISTs e reforçar a importância do uso de preservativos na prevenção de complicações de saúde. Participaram quatro turmas de estudantes que aprenderam sobre os métodos contraceptivos disponíveis no SUS, seu uso adequado, os principais sinais e sintomas das ISTs mais comuns e esclareceram dúvidas em um debate. Além de conscientizar os jovens, a atividade permitiu aos discentes de Enfermagem aplicar na prática os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação, preparando-os para atuar em diversas situações e públicos na educação em saúde. A ação mostrou-se altamente relevante ao expandir informações, esclarecer dúvidas e estimular o uso de contraceptivos para prevenir ISTs e gravidezes indesejadas, promovendo conscientização sobre essas temáticas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DE CUIDAR EM DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adriana Oliveira da Silva, Jéssica Karoline Alves Portugal, Patrícia dos Santos Guimarães, Antônio Abeu da Rocha Lima, Edmaira de Souza Medeiros, Joesly dos Santos Tabosa, Manuela Costa dos Santos

No curso de graduação em Enfermagem, o acadêmico participa de diversas atividades que visam o aperfeiçoamento de suas habilidades, abrangendo disciplinas teóricas e práticas que compõem o ensino curricular universitário. Entre essas atividades, destaca-se o estágio curricular supervisionado, que permite ao estudante enfrentar os desafios da prática profissional. Este relato aborda a experiência de uma acadêmica de Enfermagem durante o estágio supervisionado no Instituto de Medicina Tropical do município de Coari (IMTC). Trata-se de um estudo descritivo que detalha as ações realizadas no âmbito da disciplina *Enfermagem no Processo de Cuidar em Doenças Transmissíveis*. Durante o estágio, os alunos tiveram a oportunidade de vivenciar a rotina do IMTC, realizando atividades como triagem de pacientes, organização do fluxo de atendimento e acompanhamento da equipe de enfermagem, o que promoveu maior interação com os profissionais e compreensão de suas responsabilidades. Entre as ações desenvolvidas, destacou-se o acompanhamento da coleta de amostras de sangue para testes rápidos de infecções sexualmente transmissíveis e exames de carga viral e sorológicos para HIV e hepatites. O estágio supervisionado, realizado ao longo de uma semana, proporcionou aos acadêmicos o aprimoramento não apenas das habilidades práticas e teóricas, mas também do desenvolvimento ético, considerando o atendimento a pacientes com patologias infectocontagiosas que ainda sofrem estigmatização social. Essa experiência possibilitou aos estudantes observar como oferecer assistência qualificada e humanizada, ampliando seu conhecimento sobre boas práticas de enfermagem e fortalecendo sua confiança profissional. Em síntese, o estágio no IMTC integrou teoria e prática, favorecendo a aplicação de conhecimentos técnicos e o desenvolvimento de habilidades éticas e relacionais. Foi uma vivência de grande relevância, que contribuiu para a formação de profissionais mais preparados e capacitados para oferecer um atendimento técnico e humanizado a pessoas com doenças transmissíveis.

ATUAÇÃO DE ACADÊMICAS DE FISIOTERAPIA NA USF EM MEIO A UM TERRITÓRIO VIOLENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Miriã Costa de Oliveira, Izabela Zuccon Côco, Yasmim Soares Barcelos,
Letícia Nogueira da Silva Puppim, Flávia Azevedo de Brito

A fisioterapia desempenha um papel fundamental nos três níveis de atenção em saúde, sendo que, na atenção primária, pode atuar em Unidades de Saúde da Família (USF), promovendo e prevenindo condições de saúde e atendendo às demandas da comunidade. Apesar de a USF de Itararé, localizada em Vitória/ES, não contar com um fisioterapeuta na equipe, a Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam) ofertou o serviço de fisioterapia nessa unidade, proporcionando aos acadêmicos vivências práticas em diversas áreas de atuação. Este relato descreve as ações realizadas pelos graduandos de fisioterapia entre maio e julho de 2024 e os principais desafios enfrentados no cotidiano de trabalho. Localizada em um bairro marcado por violência associada ao tráfico de drogas, a USF limitou os atendimentos domiciliares, sendo os atendimentos realizados exclusivamente no consultório, com foco em pacientes com dores crônicas, doenças neurológicas e condições ortopédicas, utilizando recursos da atenção primária. Além disso, foram promovidos atendimentos em grupo, como o grupo da pessoa idosa, com atividades funcionais e cognitivas voltadas à prevenção de quedas e promoção da saúde, e o grupo de gestantes, que abordava aspectos da fisiologia e biomecânica do parto, embora este último tenha enfrentado baixa adesão. Reuniões diárias com a equipe multiprofissional permitiram a resolução de demandas específicas da população, e, no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), foi realizada uma palestra sobre combate ao tabagismo para adolescentes. Seminários semanais também foram promovidos para discussão de casos clínicos e aprofundamento sobre os fundamentos do SUS. Apesar do cenário adverso, observou-se um interesse significativo da população pelas atividades propostas, ainda que dificuldades como a baixa adesão das gestantes e o contato telefônico limitado com os usuários tenham sido desafios notáveis. Conclui-se que, mesmo em condições adversas, o serviço de fisioterapia contribuiu positivamente para a saúde da população, promovendo melhorias na qualidade de vida e reforçando a relevância da atuação fisioterapêutica na atenção primária.

ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM UNIDADES PÚBLICAS DE SANTARÉM (PA): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Beatriz Holanda Munhoz Lourinho, Monica Karla Vojta Miranda,
Suellen Victoria Viana Pereira Santana, Liliane do Nascimento Florêncio

A prática supervisionada é indispensável para a formação do acadêmico de enfermagem, pois possibilita a aplicação de conhecimentos teóricos, o aprimoramento de competências técnicas

e o desenvolvimento de habilidades críticas, racionais e humanizadas. Em situações de urgência e emergência, exige-se do enfermeiro agilidade, capacidade de tomar decisões conscientes e comunicação eficiente com a equipe. A qualidade do ambiente de trabalho é determinante para uma assistência eficaz, enquanto condições hostis e insalubres podem comprometer o desempenho dos profissionais e a satisfação dos usuários. Este relato descreve as adversidades e vantagens enfrentadas por estudantes de enfermagem durante práticas em hospitais públicos de Santarém (PA), no cenário da urgência e emergência, com base na vivência de alunas da Universidade do Estado do Pará em maio de 2024. Entre os dias 02 e 07, o grupo, composto por três acadêmicas e sua preceptora, atuou no Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Santarém. No HRBA, observaram um ambiente organizado, com sala de estabilização bem equipada, enfermarias divididas por gênero e ausência de superlotação. Por outro lado, a UPA apresentou um cenário menos estruturado, com carência de materiais, superlotação nas enfermarias e espaço reduzido para armazenamento de medicações, o que gerava estresse entre pacientes e profissionais, configurando um ambiente hostil. As acadêmicas notaram que a desorganização e a escassez de insumos na UPA comprometiam a assistência prestada, enquanto as condições adequadas no HRBA favoreciam a execução correta dos procedimentos. A prática proporcionou às estudantes uma compreensão mais ampla do funcionamento das unidades e as desafiou a desenvolver agilidade, resolutividade e habilidades de trabalho em equipe. Em conclusão, apesar das dificuldades enfrentadas, a experiência prática foi fundamental para a formação das acadêmicas, contribuindo significativamente para o fortalecimento de competências essenciais à atuação no contexto da urgência e emergência.

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE CÂNCER DE MAMA EM MULHERES E HOMENS COM OS TRABALHADORES DE UMA UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ivan Lucas da Silva, Kailane Taísa Medeiros Galdino, Arthur Patrick Santos Dantas, Cellyane Fernanda de Araujo Salustiano, Beatriz Oliveira Ferraz, Jarliene Lourenço dos Santos, José Vinícius Nascimento de Santana, Mariana Lais Dantas de Araújo

O câncer de mama é a neoplasia maligna mais comum entre mulheres em todo o mundo, sendo a principal causa de morte por câncer no público feminino e a quinta na população geral. Embora raro, também pode acometer homens, com uma incidência estimada de um caso para cada mil mulheres. A identificação precoce do câncer de mama é essencial para melhorar o prognóstico e ampliar as opções terapêuticas disponíveis. A educação em saúde desempenha um papel crucial nesse processo, pois promove reflexões e motiva comportamentos saudáveis. Este relato descreve a experiência de acadêmicos de enfermagem durante uma ação educativa na disciplina de Atenção Básica e Saúde da Família, com foco no câncer de mama em mulheres e homens, realizada no segundo semestre de 2023 pelos graduandos do quinto período do curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A atividade utilizou a metodologia “mitos e verdades”, na qual perguntas relacionadas ao tema foram

debatidas com trabalhadores presentes no local. A ação proporcionou um momento enriquecedor de discussão, despertando a curiosidade e atenção dos participantes. Os acadêmicos desenvolveram habilidades como criatividade e comunicação, ao abordar a temática de maneira simples e atrativa, além de aprofundarem seus conhecimentos sobre o câncer de mama, dado que a dinâmica exigia embasamento sólido. A interação com os trabalhadores foi marcada por relatos e questionamentos que demonstraram interesse e engajamento com o tema. Conclui-se que discutir o câncer de mama na formação do enfermeiro é fundamental, pois este profissional desempenha um papel central em ações educativas e deve incluir a saúde do trabalhador em suas atividades. A experiência destacou a relevância de práticas educativas para conscientização e promoção da saúde no contexto da enfermagem.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA DE REPELENTE COM PLANTAS MEDICINAIS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO EM PELOTAS (RS)

Josiane Könzgen Schneid, Teila Ceolin

Arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos, principalmente, por mosquitos, sendo a dengue, chikungunya e zika as mais comuns em ambientes urbanos, transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Em 2024, houve um aumento de casos notificados à Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul. A proteção da pele, por meio de barreiras físicas e químicas, reduz a incidência de casos, e o uso de repelentes caseiros, preparados com plantas medicinais que exalam princípios ativos aromáticos, tem se destacado como alternativa natural. Plantas como citronela (*Cymbopogon winterianus*) e cravo-da-índia (*Syzygium aromaticum*) produzem óleos essenciais ricos em compostos como eugenol, geraniol e limoneno, utilizados na fabricação de repelentes, com propriedades antissépticas e desinfetantes. Reconhecidas pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813/2006), essas plantas promovem a prevenção e o tratamento de doenças. Nesse contexto, o projeto de extensão “Práticas Integrativas e Complementares na Rede de Atenção em Saúde” (PIC-RAS), vinculado à Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, realiza oficinas desde 2017 em parceria com uma associação comunitária de bairro em Pelotas (RS), onde há uma horta comunitária que fornece plantas para as atividades. Em uma oficina realizada em abril deste ano, as participantes aprenderam a preparar repelentes com tinturas previamente elaboradas pelo projeto, utilizando citronela e cravo-da-índia como base. Elas relataram já utilizar plantas medicinais no cotidiano e demonstraram interesse nas oficinas, recebendo orientações e levando amostras do repelente para casa, atuando como multiplicadoras da receita. Essa prática promove a prevenção de doenças por meio de componentes naturais, estimula o cultivo de plantas medicinais e incentiva práticas ecológicas que contribuem para a sustentabilidade e a preservação ambiental.

ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE PLUVIOSIDADE E NÚMERO DE CASOS DE LEPTOSPIROSE NA CAPITAL DO RIO GRANDE DO SUL EM 2022

Beatriz de Almeida Berbet, Gabriela Nascimento Gonçalves, Leonardo Rosa Monjeló, Paula Caldas do Couto, Pedro Ribeiro Braga

Em regiões com enchentes e inundações recorrentes, o combate a doenças transmitidas pelo contato da pele com patógenos, como a leptospirose, é uma prioridade das secretarias de saúde. Transmitida pelo contato com a urina de roedores infectados, a leptospirose apresenta maior transmissibilidade em cenários de aumento expressivo do nível dos rios, associado a índices pluviométricos elevados, como no atual estado de emergência no Rio Grande do Sul. O presente trabalho avaliou a correlação entre o número de casos de leptospirose em Porto Alegre em 2022 e a variação da pluviosidade monitorada pela estação meteorológica Jardim Botânico de Porto Alegre. Trata-se de um estudo longitudinal que utilizou dados da zoonose disponibilizados pelo SINAN/DATASUS e dados pluviométricos obtidos pelo INMET. A análise baseou-se em estatística descritiva (tendência central, posição e dispersão), sendo dispensada a aprovação ética, pois as informações são de domínio público. Durante 2022, foram notificados 53 casos de leptospirose, com março registrando o maior número de casos (12) e o segundo maior índice de pluviosidade (184,8 mm). Em janeiro, embora tenha ocorrido o maior volume de chuvas (195,2 mm), apenas dois casos foram notificados. Em fevereiro, com o menor índice pluviométrico anual (29 mm), foram registrados oito casos, o segundo maior número no ano. Junho, outubro e dezembro apresentaram apenas um caso cada, com pluviosidades de 99, 96,2 e 63,6 mm, respectivamente. Abril, maio, agosto e setembro registraram 2, 7, 6 e 3 casos, acompanhados de pluviosidades de 116,2; 153,8; 103,6 e 73,2 mm, respectivamente. A média e a mediana de casos foram 4,41 e 4, enquanto a pluviosidade média e mediana foram 109,75 e 101,3 mm. A análise de correlação revelou uma relação direta, mas desprezível ($R=0,225$), e o coeficiente de regressão linear indicou alta dispersão dos dados ($R^2=0,051$). Concluiu-se que não há correlação significativa entre os índices pluviométricos e o número de notificações de leptospirose em Porto Alegre-RS, sugerindo que fenômenos naturais, como chuvas intensas, têm menor impacto sobre a quantidade de casos do que inicialmente se supunha. Estudos adicionais são necessários para aprofundar o entendimento epidemiológico dessa zoonose.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA: PRESENÇA/AUSÊNCIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Walkiria Jordana Saldanha Grijó, Ilson Marcelos de Souza Júnior, Lucas Rodrigo Batista Leite

A Saúde Coletiva é um campo interdisciplinar que busca compreender o processo saúde-doença considerando os determinantes sociais. Sua institucionalização nas universidades, por meio de

departamentos acadêmicos, reflete seu processo de consolidação como campo de conhecimento e prática. Nesse sentido, uma análise de sua atuação nos cursos de graduação é fundamental para compreender como esse campo se afirma como base na formação de profissionais de saúde. Este estudo objetiva descrever a atuação do Departamento de Saúde Coletiva (DSC) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) nos cursos de graduação entre 2005 e 2023. Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo que analisa a oferta de disciplinas pelo DSC, com dados obtidos do Sistema de Informação para Ensino (SIE) da Pró-reitoria de Ensino de Graduação da UFAM, via solicitação formal pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI). A análise seguiu postulados do Campo da Saúde Coletiva. No biênio 2005-2006, o DSC ofertava disciplinas para cinco cursos (Medicina, Enfermagem, Educação Física, Farmácia e Ciências Naturais), evidenciando uma atuação ampla, incluindo licenciaturas. Nos biênios seguintes, 2007-2008 e 2009-2010, ocorreram mudanças, como a retirada da disciplina de Educação Física (2007) e a inclusão no recém-criado curso de Fisioterapia (2007). De 2011 a 2018, o DSC passou a oferecer disciplinas apenas para Medicina, Fisioterapia e Enfermagem, com destaque para o aumento de três para sete disciplinas em Medicina. Em 2019, o DSC deixou de ofertar disciplinas no curso de Enfermagem, concentrando-se cada vez mais no curso de Medicina. As mudanças na oferta de disciplinas podem indicar um recrudescimento das práticas do DSC, refletindo um momento mais amplo do Campo da Saúde Coletiva, que disputa espaço com áreas como Saúde da Família, Medicina de Família e Comunidade, e outras vertentes como Interação Ensino-Serviço-Comunidade. Por outro lado, é possível que unidades acadêmicas anteriormente dependentes do DSC tenham alcançado autonomia ao formar seus próprios corpos docentes, permitindo a inserção da Saúde Coletiva de acordo com as demandas específicas de cada curso.

IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I NO HUGV PARA ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DE COARI (AM)

Vivianny Kemelly de Souza Nunes, Victor Wesley Ferreira da Silva

O Estágio Curricular Supervisionado I integra a grade curricular do curso de Enfermagem e requer a aprovação prévia nas disciplinas ofertadas no 8º período, como Suporte Básico de Vida para o Enfermeiro, Saúde das Populações Amazônicas e Vigilância em Saúde. Esse estágio possui grande relevância, pois proporciona prática de campo tanto na atenção primária quanto na rede hospitalar, onde os acadêmicos realizam atividades regulamentadas para a profissão, sob supervisão de um preceptor enfermeiro da universidade. No entanto, devido à ausência de um hospital de grande porte com diversas especialidades no município de Coari, os alunos do 9º período precisam deslocar-se por 40 dias a Manaus para realizar as atividades no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV). Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência vivenciada pelos acadêmicos de Enfermagem no HUGV. Durante o 9º período, os acadêmicos realizaram o estágio entre 9 de março e 13 de abril de 2024, em cinco semanas de rodízio pelas diferentes clínicas do hospital, incluindo clínica traumato-ortopédica, neurológica, centro cirúrgico, clínica cirúrgica e clínica médica. As atividades desenvolvidas incluíram escuta qualificada, aplicação das escalas de Fugulin e Braden,

realização de curativos, organização de prontuários, admissão de pacientes e elaboração de evoluções diárias. O estágio foi de grande importância, pois permitiu aos alunos vivenciarem uma realidade distinta, ampliando sua formação por meio do contato com diversas especialidades e experiências práticas. Essa diversidade contribuiu significativamente para o desenvolvimento de competências técnicas e práticas, fundamentais na formação do profissional de enfermagem. Dessa forma, o estágio proporcionou um enriquecimento acadêmico, promovendo uma visão ampliada e humanizada das necessidades e especificidades dos pacientes, o que é essencial para a atuação profissional.

A OFICINA DE TEATRO COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO E CUIDADOS COM IDOSOS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA CIDADE DE BELÉM (PA)

Luciana Maria Corrêa Malcher, Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada,
Leonel Ferreira, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

O envelhecimento, como condição do desenvolvimento humano, implica diversas mudanças nos âmbitos biológico, social e psicológico, muitas vezes associadas a perdas significativas que podem levar ao surgimento de quadros de depressão, ansiedade e outras comorbidades. Para prevenir esses problemas, é essencial promover atividades que valorizem e estimulem as competências dos idosos, além de reforçar sua dinâmica de autocuidado no cotidiano. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde, principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenha um papel fundamental na prevenção de doenças e no controle de agravos. Este estudo descreve a experiência de um grupo de idosas de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em Belém (PA) com aulas de teatro como intervenção terapêutica e recurso de cuidado à saúde. Ministradas por um multiartista e sociólogo paraense, as aulas utilizaram exercícios, jogos e técnicas teatrais para trabalhar, de forma criativa e humanizada, temas relacionados ao cotidiano e ao autocuidado das idosas. O estudo, de caráter descritivo e qualitativo, foi realizado com idosas cadastradas no Programa Saúde da Pessoa Idosa, com encontros mensais ao longo de três meses, realizados na sala de reunião da UBS. A proposta foi recebida unanimemente de forma colaborativa pelo grupo, que, composto exclusivamente por mulheres, demonstrou entusiasmo e engajamento, ampliando sua participação nas reuniões semanais. A atividade proporcionou benefícios como melhora da autoimagem, maior consciência corporal, estímulo à memória e à criatividade, além de redução do isolamento social. Ao integrar o lúdico e temas da velhice, o teatro deu voz à comunidade, promovendo maior autonomia das participantes na definição das atividades realizadas. Essa forma inovadora de cuidado rompeu com modelos tradicionais, favorecendo a expressão da individualidade e o envolvimento das idosas em seu próprio processo de cuidado, com reflexos positivos na qualidade de vida. Os resultados destacam o potencial do teatro como intervenção em saúde e a necessidade de ampliar sua aplicação em diferentes territórios e instituições, além de fomentar novas pesquisas na área.

CONEXÕES PARA O FUTURO: ALUNOS DE MEDICINA DA UFFS E O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM GUATAMBU

Guilherme Francisquini Rocha, Bernardo Ribeiro Böhm, Guilherme Fernando Nunes, Harlan Cleyton de Ávila Pessoa, Jaisa Santana dos Santos, Karine Rohrbacher, Lorraine Queiroz Oliveira Pereira, Yamila Barrios Beserra, Graciela Soares Fonsêca

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal alicerce da saúde pública no Brasil, desempenhando um papel essencial na promoção e inserção de ações de saúde em diferentes contextos. Como política pública, o SUS utiliza estratégias específicas para superar as dificuldades de cada ambiente, destacando-se o Programa Saúde na Escola (PSE) como um importante mecanismo de integração entre os setores de saúde e educação. O PSE busca estabelecer uma relação permanente entre esses campos, abordando temas relevantes para a saúde de crianças e adolescentes. Este artigo relata a experiência de estudantes de medicina no desenvolvimento de ações do PSE em Guatambu, um pequeno município de Santa Catarina, no ano de 2023. As ações foram direcionadas a crianças de 3 a 10 anos, matriculadas na rede pública de ensino, com foco em três temas centrais: alimentação saudável, prática de atividades físicas e prevenção de doenças. As atividades físicas realizadas no projeto trouxeram benefícios significativos, promovendo o desenvolvimento infantil e a prevenção de doenças como obesidade, diabetes, ansiedade e depressão, além de estimular a socialização por meio de jogos em grupo. As ações incluíram um circuito de atividades dinâmicas que abordaram a importância dos exercícios físicos e da alimentação saudável, utilizando brincadeiras e representações visuais de alimentos para facilitar a interação e reflexão das crianças sobre hábitos saudáveis. Também foram coletadas medidas antropométricas, como altura e peso, permitindo o cálculo do Índice de Massa Corpórea (IMC) para identificar casos de sobrepeso ou obesidade, o que embasará futuras ações do PSE. Na prevenção de doenças, abordou-se a Hepatite A por meio de atividades lúdicas, como músicas, teatro e explicações adaptadas às diferentes faixas etárias. Demonstrações anatômicas e comparações entre fígados saudáveis e patológicos facilitaram a compreensão do tema, enquanto a abordagem interativa promoveu o engajamento das crianças. As atividades realizadas demonstraram ser eficazes na promoção de hábitos saudáveis e no fortalecimento da conscientização sobre saúde, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e capazes de multiplicar esses conhecimentos junto a seus familiares. O impacto positivo reforça a importância do PSE como estratégia para promover saúde e bem-estar desde a infância.

GESTÃO DE ENFERMAGEM NO SETOR DE NEFROLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eduardo Carvalho de Souza, Bianca Porchat de Assis Bernardo, Gabriel Cavalcanti Guerreiro Louro, Cláudia Renata Pedroso Périco, Larissa Kozloff Naves

A gestão de um setor especializado em um hospital envolve desde responsabilidades simples até as mais complexas, com o objetivo de atender às necessidades do setor e otimizar o funcionamento

tanto para os pacientes quanto para os trabalhadores. Essa gestão deve considerar recursos, ambientação e qualificação da equipe, buscando equilíbrio nas atividades diárias, nos serviços intersetoriais, na atuação da equipe multiprofissional e na comunicação efetiva. Não se limita apenas à assistência, abrangendo também aspectos sociais, individuais e profissionais. O presente estudo, do tipo relato de experiência, realizado entre maio e junho de 2024 durante o Estágio Curricular de Enfermagem em uma Unidade Hospitalar filantrópica de Nefrologia da Baixada Santista conveniada ao Sistema Único de Saúde, descreve a experiência de acadêmicos no desenvolvimento de competências necessárias à gestão eficaz na área de saúde. Durante o estágio, os estudantes acompanharam a rotina do setor, observando habilidades dos enfermeiros relacionadas ao atendimento individualizado, atribuições privativas, resolução de intercorrências e conhecimento sobre as especificidades do setor, como o processo de hemodiálise, funcionalidade e durabilidade de fistulas arteriovenosas e cateteres diversos (Shilley e Permcath), além da análise estrutural do local e sua adequação às resoluções vigentes. No aspecto social, destacaram-se a comunicação efetiva e a coerência entre setores e equipes multiprofissionais, gerando impacto positivo na assistência ao paciente, especialmente em um público predominantemente crônico que depende do tratamento a longo prazo. Essa experiência proporcionou aos acadêmicos a assimilação da proposta do estágio, a realização de atividades práticas, a participação na rotina do setor e o desenvolvimento de um Plano Estratégico Situacional, evidenciando o êxito na formação em Enfermagem ao aproximá-los de problemas reais e integrando teoria e prática para propor melhorias no ambiente de atuação.

AÇÃO EM SAÚDE NA SALA DE ESPERA PARA ATENDIMENTO EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kailane Taísa Medeiros Galdino, José Vinícius nascimento de Santana, Jarliene Lourenço dos Santos, Ivan Lucas da Silva, Beatriz Oliveira Ferraz, Cellyane Fernanda de Araujo Salustiano, Arthur Patrick Santos Dantas, Mariana Lais Dantas de Araújo, Juliane Rangel Dantas, Silvia Kalyma Paiva Lucena

Os momentos de espera em atendimentos de saúde frequentemente são longos, gerando ansiedade e cansaço nos usuários, que muitas vezes possuem poucas alternativas de distração. Essa situação é ainda mais desafiadora para pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que buscam um atendimento especializado em saúde mental e podem sentir desconfortos mais intensos. Nesse contexto, ações de saúde em sala de espera oferecem um momento de distração e conforto, promovendo um cuidado humanizado. Este relato descreve a experiência de estudantes de enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte durante uma ação de saúde em sala de espera no CAPS, realizada em outubro de 2023 como parte da disciplina de Atenção Básica. A atividade foi dividida em duas etapas: inicialmente, os participantes formaram um círculo e utilizaram um barbante para criar uma teia, permitindo relatos pessoais e promovendo interação; em seguida, foi realizada uma ação educativa sobre o câncer de mama, utilizando um simulador de mama para demonstrar como identificar nódulos no tecido. Essa experiência permitiu promover discussões relevantes durante o

tempo de espera dos atendimentos, alcançando o objetivo proposto. Além disso, proporcionou aos estudantes um crescimento pessoal e profissional, evidenciando a importância de ações educativas na enfermagem e despertando o interesse e conhecimento dos pacientes sobre o tema. Constatou-se que a enfermagem pode desempenhar um papel crucial não apenas nos consultórios, mas também em espaços como a sala de espera, promovendo saúde de forma criativa e educativa. A atividade, além de contribuir para o bem-estar e aprendizado dos pacientes, foi uma experiência enriquecedora para os futuros enfermeiros, fortalecendo sua formação profissional e ressaltando a relevância do cuidado humanizado na atenção básica.

A Psicoeducação dentro do contexto da Atenção Primária: relato de experiência em uma Unidade Básica de Saúde de Belém (PA)

Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

A Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como um direito de toda a população brasileira e um dever do Estado, garantindo acesso pleno, integral e universal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Na Atenção Primária, considerada a porta de entrada do SUS, o foco recai sobre a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o acompanhamento terapêutico a longo prazo, incluindo reabilitação, centralizando o sujeito nos cuidados relacionados aos seus processos de adoecimento. Nesse contexto, a psicologia, por meio da psicoeducação, busca ampliar as formas de atuação profissional, tradicionalmente centradas na patologia, e oferece uma estratégia que capacita os sujeitos a adquirirem conhecimento, competências e habilidades para lidar melhor com seu tratamento e formas de prevenção. A psicoeducação considera o paradigma da complexidade humana, integrando teorias distintas que fornecem aos indivíduos uma compreensão holística e teórica sobre os cuidados consigo mesmos, promovendo equilíbrio e bem-estar. Este trabalho, de abordagem qualitativa, utilizou como instrumentos materiais impressos, como folders e informativos, abordando questões de saúde mental (ansiedade, depressão, fobias) e esclarecimentos sobre programas e campanhas realizadas na Unidade Básica de Saúde (UBS), como o HIPERDIA e as campanhas “Setembro Amarelo”, “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”. As ações de psicoeducação foram realizadas no corredor da unidade, com a psicóloga convidando usuários a participarem espontaneamente e esclarecendo dúvidas sobre os temas apresentados, compondo assim parte das atividades da psicologia na UBS. Como resultado, a intervenção alcançou seu objetivo principal de proporcionar conhecimento sobre saúde-doença e fortalecer ações de autocuidado, evidenciado pelo aumento da adesão aos programas da UBS, especialmente entre mulheres e idosas, além de promover redução da ansiedade e do estresse, maior adesão ao tratamento e espaços para trocas de experiências. Por fim, a psicoeducação demonstrou ser uma estratégia eficaz para o acolhimento e a prevenção na saúde pública, apesar dos desafios impostos pelas demandas da psicologia e pelas limitações de recursos no sistema público, ressaltando a importância de novos estudos e incentivos à sua implementação.

RÁDIO CURUPIRA: BEM VIVER, EMANCIPAÇÃO E FLORESTANIA

Márcio Mariath Belloc, Larissa Alves Sousa

A Rádio Curupira é uma iniciativa de discentes para discentes da Universidade Federal do Pará, criada com o objetivo de promover e proteger o bem-viver amazônida. Esse projeto é apoiado pela Superintendência de Assistência Estudantil e tem como base o trabalho dos professores Márcio Mariath Belloc e Károl Veiga Cabral, cujas pesquisas de doutorado, realizadas junto à Asociación Socio Cultural Rádio Nikosia, de Barcelona, Espanha, inspiraram essa ação. Com experiência em projetos comunicacionais voltados à saúde mental coletiva no Brasil, os docentes trazem para a Rádio Curupira a perspectiva de criar espaços contra-hegemônicos e plurais que valorizam o Comum, tecido pelas singularidades dos participantes, diagnosticados ou não com problemas de saúde mental. Inspirada pela experiência catalã, a Rádio Curupira adapta e reinventa o modelo de Rádio Nikosia, promovendo espaços de produção coletiva fora das redes institucionais de cuidado em saúde mental e construindo suas ações de forma assembleária e transversal. Não se trata de uma terapia no sentido clássico, mas de criar, com as potencialidades e limites de cada participante, o melhor programa de rádio possível. Essa construção demonstra que a cidadania pode ser um caminho para a saúde mental. No entanto, a Rádio Curupira reconhece os desafios e ensinamentos únicos do território amazônico, agregando o conceito de bem-viver, inspirado nos saberes ancestrais dos povos originários, como eixo central de suas ações. O projeto transcende a clássica divisão entre corpo e mente, biológico e psíquico, ao incorporar o coletivo em relação ao meio ambiente, à floresta, suas águas, fauna, flora e ancestralidades. Produz-se conhecimento com a natureza, sendo parte dela, enquanto se tece um espaço de resistência e reinvenção que busca abrir a academia à cidadania e à florestania. Convoca-se o Curupira, símbolo de proteção e guardião dos saberes, energias e vidas amazônicas, como um devir antirracista, antipatriarcal e decolonial. O grupo é composto por discentes de diversos cursos e pelos professores coordenadores, organizando-se em assembleias quinzenais para planejar, produzir, gravar, veicular e divulgar conteúdos. A Rádio Curupira opera como um dispositivo de baixa exigência, permitindo que participantes contribuam conforme suas possibilidades, seja presencialmente ou de forma remota. Com um grupo plural, o projeto valoriza as singularidades para construir o Comum, almejando alcançar não apenas os envolvidos diretamente, mas também os ouvintes que acessam suas produções no Spotify e Instagram (@radiocurupirafpa), promovendo, assim, um horizonte emancipatório e coletivo.

CRIANÇA, TERRITÓRIO E SAÚDE BUCAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Iasmyn Silva Souza, Maria Goretti Andrade Rodrigues

Ao buscar estratégias para promover o encontro entre cirurgiões-dentistas e crianças na Atenção Primária à Saúde, identificamos a boca como um território vivo, ressaltando as implicações

da produção de saúde no acolhimento ao paciente no cotidiano da Saúde Coletiva. Inspiradas pelo conceito de bucalidade, proposto por Botazzo, que atribui à boca humana a realização de seus papéis sociais, ou seja, sua capacidade de “ser boca”, fomos instigadas a refletir sobre a aplicação desse conceito nos atendimentos odontológicos infantis. A pesquisa tem como objetivo investigar a importância da atuação do cirurgião-dentista em conjunto com a equipe de saúde bucal na construção de uma odontologia mais humanizada, alinhada aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Para delinear o caminho metodológico, adotamos a abordagem cartográfica de Deleuze e Guattari, desenvolvendo uma revisão integrativa da literatura com a pergunta norteadora: “Como o cuidado em saúde bucal se relaciona com as crianças no Brasil?”. A revisão teve início em agosto de 2023, com o propósito de reunir informações para compor, com maior precisão, o corpo da pesquisa. Após a definição dos objetivos, selecionamos os termos de busca “bucalidade”, “saúde bucal”, “primeira infância” e “território”, e utilizamos as plataformas Scielo, Lilacs, Bireme e Google Acadêmico, sendo que apenas a última retornou resultados relevantes. O estudo revelou a urgência de ampliar as pesquisas sobre odontologia no contexto da saúde coletiva, uma vez que poucos artigos abordaram essa perspectiva. Concluímos que a saúde deve ser compreendida como um processo construído na relação com o Outro, reconhecendo a alteridade como elemento fundamental para que o sujeito seja percebido e integrado como singular e potente desde a primeira infância.

ELABORAÇÃO DE PLANO DE CURSO A PARTIR DA REVISÃO DA LITERATURA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Peterson Carvalhal Sousa, Antônia Evilânnia Cavalcante Maciel

O objetivo deste estudo foi descrever as impressões dos facilitadores em relação aos conteúdos e à metodologia aplicados no processo de ensino-aprendizagem voltado ao enfrentamento das Fake News. Trata-se de um relato de experiência baseado na elaboração de um plano de curso desenvolvido a partir de uma revisão de literatura e da vivência em quatro oficinas promovidas pelo projeto coordenado pela Fiocruz Amazonas, que reuniu 145 participantes de estados como Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia, Rio de Janeiro e São Paulo em 2023. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a infodemia – termo que abrange desinformações e fake news – demanda das autoridades sanitárias mecanismos eficazes para seu enfrentamento. Acredita-se que a educação popular em saúde oportunize diálogos entre saberes técnico-científicos e saberes populares, sendo este último capaz de alcançar dimensões mais amplas das interações sociais, como no caso da hesitação vacinal. Além disso, o apoio coletivo das classes populares é uma estratégia essencial para preservar os benefícios da imunidade coletiva. O plano de curso elaborado inclui seis sequências didáticas que utilizam recursos e dinâmicas participativas para estimular uma visão crítica sobre o contexto sanitário durante a Pandemia de covid-19, as implicações políticas do avanço da extrema-direita no Amazonas e a atualização do calendário vacinal. A intervenção buscou ampliar a capacidade de resposta às doenças e agravos associados às repercussões da pandemia, promovendo valores e práticas

emancipadoras como solidariedade ativa, controle social e a defesa de direitos humanos fundamentais, incluindo saúde, alimentação e segurança pública.

BRINCANDO QUE SE APRENDE: PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL INFANTIL UTILIZANDO O BRINCAR COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Iasmyn Silva Souza, Maria Goretti Andrade Rodrigues

A cárie severa e precoce na primeira infância pode ser prevenida com o apoio de professores, pais e da equipe de saúde bucal atuante na Atenção Primária à Saúde, por meio de ações de promoção de saúde e medidas preventivas, como a distribuição de kits de higiene bucal e a realização de cursos sobre letramento em saúde para pais e professores. Nesse contexto, a ludicidade se apresenta como uma ferramenta efetiva para a transmissão de informações a crianças em idade pré-escolar, pois o aprendizado por meio do brincar tende a ser apreendido e reproduzido ao longo da vida, inclusive na fase adulta. Assim, o docente, com o suporte dos pais e da equipe de saúde bucal, desempenha um papel central nesse processo, especialmente porque o ambiente escolar é o espaço mais acessível ao público infantil. Aprender brincando, seja de forma consciente ou inconsciente, é um valor crucial, embora o uso de jogos na educação infantil ainda seja subvalorizado por alguns educadores. Temas como saúde bucal e esquema corporal, frequentemente abordados sem planejamento adequado, reforçam a necessidade de destacar a relevância dos jogos e brincadeiras no contexto da educação em saúde e o papel essencial do educador nessa abordagem. A presente pesquisa tem como foco o uso da ludicidade na educação infantil como estratégia para promover a saúde bucal em crianças. Apesar de os profissionais da educação infantil estarem aptos a orientar sobre cuidados básicos com a saúde bucal, muitos ainda não reconhecem plenamente a importância de trabalhar essa dimensão com dedicação. Nesse sentido, torna-se imprescindível incorporar intencionalmente a ludicidade no ambiente escolar, de forma planejada e gradativa, como estratégia eficaz para promover a saúde bucal, respeitando as especificidades de cada território.

A IMPORTÂNCIA DA ARTETERAPIA EM UM LAR DE IDOSOS NO INTERIOR DA AMAZÔNIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Felipe Braga Corrêa, Larissa Silva Araújo, Laura Rafaela Ferreira de Abreu, Ana Carolina Cantuária de Assunção, Keyla Pereira Tiago, Maria Eduarda da Silva Souza, Renê Silva Pimentel, Sheyla Mara Silva de Oliveira, Franciane de Paula Fernandes

O envelhecimento populacional é um processo natural da vida humana que envolve alterações físicas, psíquicas e sociais, trazendo preocupações crescentes à sociedade. Com o aumento da população

idosa, há um crescimento proporcional de indivíduos com necessidades específicas de saúde, muitas vezes excedendo os limites da autonomia e demandando auxílio para funções que antes eram realizadas sem apoio de cuidadores ou familiares. Nesse contexto, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) têm se tornado uma alternativa frequente, com o objetivo de garantir cuidado, bem-estar e conforto integral. Contudo, a mudança para uma ILPI pode acarretar consequências negativas, como sentimentos de abandono, incapacidade e tristeza profunda. Reconhecendo a relevância de estudos voltados às ILPI, este trabalho busca relatar a experiência de acadêmicos atuando em um lar de idosos no interior da Amazônia, utilizando recursos psicopedagógicos para promover a expressão de sentimentos e criatividade dos residentes, facilitando sua comunicação e reintegração ao convívio social. Este relato de experiência, de caráter qualitativo e descritivo, apresenta a vivência de acadêmicos da área da saúde em um projeto de extensão intitulado “Projeto Envelheser”, realizado em um lar de idosos em Santarém, Pará. Entre abril de 2023 e março de 2024, os discentes participaram semanalmente de atividades vespertinas, desenvolvendo práticas lúdico-pedagógicas para os residentes. Durante o projeto, os acadêmicos observaram e praticaram cuidados holísticos, com foco na humanização e na inserção social dos idosos, assumindo o papel do voluntariado, no qual dedicaram tempo e esforço sem remuneração, em benefício da comunidade. Foram aplicados diversos métodos lúdicos para facilitar a interação social, com destaque para a arteterapia, que incluiu atividades como desenho, pintura em tela e modelagem com massa. Essas práticas tiveram como propósito terapêutico estimular a comunicação, externalizar sentimentos e experiências, além de promover, manter e recuperar a saúde dos idosos. A arteterapia revelou-se uma abordagem multifacetada, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos idosos, ao criar um espaço seguro para a expressão criativa e a comunicação não verbal, além de estimular funções cognitivas, interações sociais e o senso de autonomia. Este relato de experiência evidencia a importância de investir em abordagens terapêuticas acessíveis e culturalmente relevantes, destacando seu papel na promoção da qualidade de vida e no envelhecimento saudável em contextos desafiadores e diversos.

HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO AO IDOSO EM SITUAÇÃO DE SOLIDÃO EM UMA ZONA RURAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICAS DE GESTÃO MEDICAMENTOSA

Beatriz Santana Caçador, Arlete Maria dos Reis Assis Maurílio, Bruno David Henriques, Maiza Aparecida Belo, Denise do Carmo Sales Oliveira, Delaine Aparecida do Carmo, Elizabeth Cristiana do Carmo, Isabel Rosa dos Anjos, Laylla Veridiana Castoria Silva, Gian Batista Carmo

O avanço tecnológico e a melhoria da qualidade de vida no Brasil têm contribuído para o aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, para o crescimento do grupo populacional de idosos. Considerando a integralidade como premissa fundamental, torna-se essencial reconhecer as singularidades dessa população para desenvolver práticas de cuidado adequadas às suas necessidades

de saúde. Nesse contexto, além das fragilidades orgânicas comuns, é crucial refletir sobre a solidão enfrentada por muitos idosos e os impactos desse estado emocional no processo de autocuidado. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de práticas de gestão medicamentosa no cuidado de idosos em situação de solidão, realizadas em 2023 por uma equipe de Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) em uma zona rural de Minas Gerais. Para cinco idosos identificados nessa condição, as ACS, sob supervisão da enfermeira, registraram as condições de saúde e as medicações prescritas, organizando quinzenalmente uma tabela em papel A4 com horários e medicamentos recortados e fixados com fita transparente, de acordo com as prescrições. Essa abordagem demonstrou que reconhecer as particularidades dos idosos em situação de solidão possibilita a construção de práticas de saúde alinhadas aos princípios de humanização e integralidade, enquanto a gestão medicamentosa implementada fortalece o vínculo, o acompanhamento longitudinal e o autocuidado possível, considerando as realidades materiais, sociais e simbólicas desses indivíduos.

IMPLICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Wanne Leticia Santos Freitas, Lays Oliveira Bezerra, Mirelli Ferreira Nobre,
Thainara Carina Almeida Dezincourt, Matheus Sallys Oliveira Silva, Thaís Mara Silva Dezincourt

Devido às dimensões territoriais da região amazônica, o transporte pré-hospitalar assume características típicas e regionais do norte do Brasil. As ambulanchas, como são chamadas popularmente, assumem o papel da ambulância e oferecem um suporte rápido e integral às comunidades ribeirinhas diante de situações de urgência e emergência, o qual, muitas das vezes, possui apenas suporte para realizar procedimentos de baixa complexidade. O objetivo é relatar a experiência sobre a assistência de enfermagem aos usuários de comunidades ribeirinhas durante o atendimento pré-hospitalar nas regiões de rios do Baixo Amazonas. Estudo descritivo do tipo relato de experiência durante a residência multiprofissional de ortopedia e traumatologia no serviço de atendimento móvel de urgência. Localizado na região do Baixo Amazonas, no estado do Pará, Santarém é o terceiro município mais populoso do estado, sendo seu território dividido em área urbana, rural e de várzeas. As áreas de várzeas correspondem a áreas marginais inundadas periodicamente pelas águas dos rios, igarapés e furos, e após as inundações há a fertilização natural do solo, facilitando o processo agrícola da terra. Tal processo estimula a população a aglomerar-se em comunidades ribeirinhas, nas quais o transporte é realizado exclusivamente de barcos, canoas e balsas. Apesar de as comunidades possuírem unidades básicas de saúde, há a dificuldade de encontrar profissionais dispostos a morar ou atender diariamente nas comunidades, deixando o serviço descoberto na região. Dessa forma, em situações de urgência e emergência, o município de Santarém disponibiliza a ambulancha para atender e transportar usuários que necessitam de assistência hospitalar imediata. O transporte é realizado pela equipe do serviço de atendimento móvel de urgência, composta por um enfermeiro, um técnico de enfermagem e dois pilotos. Para que o transporte seja efetuado de maneira

segura e eficaz, a equipe necessita de habilidades de navegação e práticas de enfermagem para efetuar o atendimento primário ainda na lancha. Ademais, conhecer o percurso das comunidades é essencial devido à ausência de meios de comunicação durante o trajeto e equipamentos tecnológicos para a assistência. Apesar das dificuldades de acesso às comunidades, em suma, o transporte fluvial é realizado com eficiência, e os usuários possuem atendimento imediato logo após a chegada em Santarém, com tempo médio de transporte de 1 hora e 40 minutos. Além disso, é realizado o atendimento primário de urgência obedecendo os critérios do mnemônico do atendimento pré-hospitalar. Outrossim, em comunidades mais distantes, que demandam aproximadamente 3 horas de navegação, a secretaria municipal de saúde disponibiliza, além das ambulancias, o transporte aéreo de urgência para dar suporte durante o atendimento. Dessa forma, considerar as dimensões territoriais do Brasil é essencial para garantir os direitos fundamentais de saúde, determinados nos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde. A regionalização e a hierarquização, portanto, garantem que os serviços sejam organizados de forma crescente de complexidade, circunscritos em uma determinada área geográfica e planejados a partir de suas especificidades regionais. Observa-se, portanto, a necessidade de atender aos usuários de maneira integral no processo de prevenção, promoção e recuperação da saúde em todo o território brasileiro.

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE VIDA FANTÁSTICO EM UM GRUPO DE IDOSOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Júlia Belarmino, Glaucia Novelo, Lara Doriguetto, Sophia Bernabé, Elisa Batista, Ana Vivian Gonçalves, Iasmim do Carmo, Beatriz Força, Helen Campos, Isabela Carvalho Ortelan, Letícia Guimarães Peyneau

O grupo social correspondente à terceira idade constantemente não apresenta a ênfase necessária, o que, por conseguinte, afeta a saúde física, social e emocional. Idosos são frequentemente negligenciados e marginalizados em vários âmbitos, sendo fatores de risco para transtornos, como depressão e ansiedade. Sob essa ótica, a solidão e o isolamento fazem parte da realidade de muitos indivíduos dessa faixa etária, ocasionando o declínio da qualidade de vida e propiciando o desenvolvimento de doenças mentais e distúrbios motores por conta da ausência de atividades físicas. A prática de exercício físico para indivíduos idosos é muito importante, havendo a adaptação às suas necessidades e capacidades individuais, propiciando a manutenção da saúde cardiovascular, melhora da coordenação motora e melhora da saúde mental. Isso resulta em idosos mais independentes em suas atividades de vida diária, como ir ao mercado e praticar autocuidado, oferecendo assim longevidade com qualidade. Diante dos fatos apresentados, cabe mencionar que é indubitável que a sociedade reconheça a importância da valorização e respeito aos idosos para sanar o cenário apresentado e gerar uma convivência mais harmoniosa em sociedade. Dessa forma, esse estudo possui como objetivo descrever a percepção de acadêmicos de fisioterapia a respeito da realidade no setor do Idoso da clínica de fisioterapia da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Trata-se de uma coleta de dados por intermédio do questionário de Saúde de Vida

Fantástico disponibilizado na disciplina de Saúde e Comunidade 1 da instituição. Foram realizadas visitas semanais no setor de saúde do idoso, no qual foram levantadas reflexões que, de fato, não eram aguardadas. Como mencionado anteriormente, idosos são constantemente segregados, o que os leva a desenvolver transtornos ou problemas de saúde, tanto físicos quanto emocionais. Devido, sobretudo, à falta de companhia, tanto para conversar como para realizar atividades, percebeu-se uma diminuição da rede de apoio, por meio de perguntas como: “você sempre encontra pessoas para conversar sobre o que sente?”, “você se sente satisfeito com a posição que ocupa?” e “você se sente deprimido e desapontado constantemente?”. Foi observado que muitos idosos aos quais o questionário foi apresentado demonstraram solidão e o desenvolvimento de possíveis transtornos mentais na terceira idade, tornando-se indispensável a aplicação de medidas para amenizar e reparar tal quadro apresentado. Contudo, foi analisado também que todos os idosos presentes eram ativos e semanalmente realizavam atividades físicas, tendo em vista que a instituição disponibilizava circuitos funcionais, danças para idosos e demais atividades. Assim, sabendo da realidade do cenário exposto, torna-se necessário um olhar diferenciado para os idosos, tendo em vista que possuem necessidades emocionais e físicas específicas. Além disso, a prática de atividade física se mostra indispensável e protetora, uma vez que fornece autonomia, contribui para a prevenção de quedas e doenças crônicas, além de ajudar nas relações interpessoais e socialização.

BRILHANDO COM SORRISOS: A MEDICINA SOBRE O OLHAR DE UMA CRIANÇA

Ariana Albertina de Assis Leal, Joana Dourado Martins Cerqueira, Alessivânia Mota, Washington Luiz Abreu de Jesus, Fernanda de Souza Agapito, Victor de Oliveira Nery Sousa, Argemiro Oliveira de Souza, Daniel Ribeiro Santos, Gabriela Gonçalves Martins, Larissa Costa Araújo Diniz

A Promoção em Saúde nas Escolas (PSE) foi implementada com o intuito de propagar a saúde em sentido amplo para a população em período escolar, a fim de desenvolver bons hábitos de higiene e autonomia no processo saúde-doença. No entanto, o foco da maioria dos projetos escolares não se encontra na educação em saúde, mas no controle de patologias endêmicas, o que desintegra a adesão dos estudantes às temáticas abordadas. Assim, objetiva-se relatar a experiência de uma estudante de medicina durante as práticas do componente Medicina de Família e de Comunidade, em uma ação escolar voltada para a instalação de bons hábitos de higiene bucal entre crianças de oito a doze anos. O projeto de extensão foi realizado em uma escola da zona rural do município de Feira de Santana-Bahia, como atividade obrigatória do componente Medicina de Família e de Comunidade. A atividade focou na temática de higiene bucal, considerando a necessidade proposta pela própria escola. Inicialmente, foi elaborado um roteiro para o debate com as crianças, o qual continha instruções claras acerca dos bons hábitos de limpeza oral. Na aplicabilidade do projeto de extensão, foram divididos seis grupos de sete a dez alunos, com o objetivo de produzirem cartazes referentes à pequena palestra interativa que nós, estudantes de medicina, realizamos sobre a temática proposta. Durante a infância, o cérebro precisa realizar um número maior de sinapses, a fim de consolidar a aprendizagem. Esse

período de maiores conexões é denominado “período crítico”, o qual garante que a fala, a motricidade e os hábitos sejam instaurados no indivíduo. Nesse contexto, crianças que são instruídas a uma boa rotina de higiene bucal podem transformar o ensino em bons hábitos de saúde, por manterem esses ensinamentos ao longo da vida. Além disso, muitos fatores podem determinar a transformação de memórias de curto prazo em longo prazo, mas a principal delas é o impacto que tais informações podem gerar para o indivíduo. Assim, não basta realizar somente ações nas escolas que falem acerca das boas condições de higiene; elas precisam ter significado e impacto para as crianças. Somente ao palestrar, muitas informações não fizeram sentido para os discentes, mas à medida que eles foram interagindo e colocando a criatividade em pauta (desenhos no cartaz e apresentação), as informações se tornaram relevantes o suficiente para serem fixadas na memória de cada criança participante do projeto. Logo, crianças instruídas a portarem bons hábitos de higiene garantem uma prevenção tão eficaz quanto ações pontuais baseadas em índices epidemiológicos. As práticas de Medicina de Família e de Comunidade do Centro Universitário de Excelência (UNEX) nas escolas são uma oportunidade de conhecimento em campo. Essas atividades permitem o desenvolvimento de um olhar crítico acerca da promoção em saúde como estratégia para evitar muitas doenças que poderiam ser desenvolvidas pelos nossos pacientes. Na atividade em destaque, vemos a importância das ações de prevenção não baseadas em índices epidemiológicos entre escolares, que brilham com saúde.

PRÁTICAS ESPORTIVAS PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Flavio Roberto Samurio Cardoso Junior, Laura Monzon Goulart, Tatiane Motta da Costa e Silva

O presente relato tem por objetivo descrever a vivência de discentes da graduação com o desenvolvimento de práticas esportivas para adolescentes em situação de restrição de liberdade. Trata-se de um relato de experiência de discentes do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Uruguaiana/RS. A iniciativa partiu de um projeto institucional intitulado *Unipampa Cidadã*, que tem por objetivo incentivar ações de extensão dos discentes em diferentes espaços da comunidade. Desta forma, os discentes se voluntariaram para realizar ações de extensão no Centro de Atendimento Socioeducativo Regional (CASE), localizado no município de Uruguaiana. A instituição visa à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens infratores submetidos a medidas socioeducativas. Foram ofertadas oficinas de práticas esportivas durante o período de janeiro a fevereiro de 2024. Entre as práticas, destacam-se os esportes coletivos (voleibol, handebol, futsal, basquete) e esportes de raquete, com o intuito de proporcionar diferentes formas de ensino-aprendizagem, advindas de futuros profissionais da Educação Física através das modalidades esportivas. Para tal finalidade, as práticas foram aplicadas na quadra da instituição durante o período noturno, executadas às quintas-feiras, com início às 19 horas e término às 21 horas, totalizando 2 horas semanais durante seis semanas.

No período das atividades, estavam alocados na instituição 14 adolescentes, do sexo masculino, com idades entre 16 e 19 anos. Visto que a instituição tem carência de materiais esportivos para a prática esportiva, o que resulta na perda de oportunidades de introdução a diferentes esportes que poderiam ser oferecidos além do habitual *futsal*, a Universidade disponibilizou alguns materiais para auxiliar no desenvolvimento das atividades planejadas. Vale destacar que a maioria dos adolescentes tinha como preferência a prática do futsal, sendo uma modalidade popular e mais praticada entre os meninos. Por mais que estejam reclusos socialmente, a prática da Educação Física, da atividade física e do esporte é um direito fundamental de todos (UNESCO). Com isso, os adolescentes foram apresentados e estimulados a praticar outras modalidades esportivas, mesmo com a escassez de recursos materiais. Para além das vivências com outras modalidades esportivas, as atividades propostas contribuíram para melhorar a sensação de bem-estar e a qualidade de vida, assim como para o relacionamento interpessoal dos adolescentes entre si e com os agentes sociais, auxiliando na consolidação de boas relações na instituição.

ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO VOLUNTÁRIO PARA VÍTIMAS DAS ENCHENTES NO VALE DO RIO PARDO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laura Maria Becker, Ilana Pedroso Santos, Magda de Sousa Reis, Beatriz Baldo Marques, Marcia Helena Wagner, Daniel Renner, Renita Baldo Moraes, Sonia Renner Hermes, ALESSA Oliveira de Lima

O Rio Grande do Sul, em maio de 2024, enfrentou a maior enchente de sua história, onde, dos 497 municípios do estado, 478 foram atingidos. O Vale do Rio Pardo foi uma das regiões afetadas, com milhares de pessoas desabrigadas e ilhadas, tendo acesso restrito a produtos e serviços básicos de saúde, entre eles o atendimento odontológico. Diante dessa situação, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) mobilizou a comunidade acadêmica para auxiliar os municípios da região. Os cursos de graduação e pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão participaram com diferentes ações. Desta forma, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estudantes do curso de odontologia no atendimento de urgência na clínica da UNISC, realizado de forma voluntária às vítimas das enchentes. Os danos gerados pelas enchentes foram muito além dos materiais e sociais. Diferentes perdas produziram dores emocionais e físicas consideráveis à toda população atingida. As vítimas, que tiveram suas residências destruídas, foram abrigadas em alojamentos temporários e enfrentaram diversas dificuldades, incluindo a falta de acesso a serviços de saúde bucal. O acolhimento e atendimento odontológico foi uma das necessidades, pois muitas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e consultórios da região foram inundados ou ilhados. Para sanar a dor e o desconforto dentário de forma imediata às vítimas, as urgências odontológicas foram realizadas na clínica-escola, por estudantes voluntários, sob supervisão docente direta. Os procedimentos incluíram extração dentária e remoção seletiva de cárie em pacientes que necessitavam de cuidados especiais e outros atendimentos de origem endodôntica. Ademais, a educação em saúde bucal com os pacientes e seus familiares também foi

abordada e praticada. Através dessa ação, os estudantes compreenderam a situação de vulnerabilidade que as vítimas estavam passando, pela perda de todos os bens materiais, destruição de suas casas e espaços em que haviam construído memórias felizes. Em momentos de desamparo, ansiedade e stress, como os vividos por aqueles que experimentaram as tragédias das enchentes, o acesso a pessoas que oferecem afeto e carinho se torna muito importante. Desta forma, durante o atendimento, os estudantes e professores realizaram o diagnóstico e os procedimentos para o alívio da dor física com o tratamento indicado e propiciaram um ambiente acolhedor de escuta e empatia. Além do aprendizado clínico-profissional, ajudar com o conhecimento adquirido pelo estudo e dedicação durante um momento difícil na vida das pessoas atingidas de diferentes formas pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul tornou a experiência ainda mais gratificante para os envolvidos durante o atendimento: estudantes, professores e funcionários dos diversos setores da clínica de odontologia da UNISC. A experiência com as vítimas das enchentes, que apresentavam múltiplas dores além das dentárias, demonstra a importância da participação da comunidade acadêmica através da solidariedade e responsabilidade em situações tão críticas e abrangentes. O voluntariado de estudantes tem o potencial de contribuir para o acesso à saúde e promoção do bem-estar, além de propiciar novos conhecimentos técnicos, pois cada caso é diferente e deve ser cuidado com singularidade.

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA REGIÃO DO BAIXOS AMAZONAS, PARÁ

Wanne Leticia Santos Freitas, Lays Oliveira Bezerra, Mirelli Ferreira Nobre, Thainara Carina Almeida Dezincourt, Matheus Sallys Oliveira Silva, Thaís Mara Silva Dezincourt, Daniela Orlayne de Sousa Pereira

O acesso aos serviços de saúde é um importante indicador das desigualdades socioeconômicas encontradas na Região Norte. Sua extensão territorial, a presença da floresta tropical e as diversas bacias hidrográficas são características que a distinguem das demais regiões brasileiras, interferindo no modo de vida das comunidades locais. As populações ribeirinhas, pessoas que vivem à margem do rio, encontram dificuldades no acesso à saúde devido à falta de transporte, meios de comunicação e infraestrutura nas comunidades, o que interfere na qualidade de vida da população. O objetivo é relatar a experiência acerca das ações em saúde desenvolvidas em comunidades ribeirinhas no município de Santarém-PA. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado durante o primeiro semestre de 2024. Com a implementação do Sistema Único de Saúde, diversas políticas governamentais foram criadas com o intuito de promover a inclusão social e atender a população de forma integral. Destaca-se a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, que tem como objetivo promover a saúde dessas populações por meio de ações e iniciativas que reconhecem as características típicas da região. Diante disso, as ações de saúde nas comunidades visam minimizar a desigualdade de acesso e suprir as necessidades da população. Durante a realização das ações de saúde nas comunidades que vivem em torno dos rios Tapajós e Arapiuns, observou-

se as dificuldades de estabelecer Unidades Básicas de Saúde devido à escassez de profissionais e materiais médico-hospitalares no município. Tal problemática é certamente impulsionada pela falta de investimento em saúde, dificuldade de comunicação e ausência de infraestrutura para exercer o serviço. Em virtude disso, o município possui as Unidades Básicas Fluviais em um navio-hospital que acompanha as 40 comunidades ribeirinhas, oferecendo consultas médicas, de enfermagem, odontológicas e farmacêuticas, além de realizar vacinas e exames. As viagens realizadas pelo navio-hospital duram, em média, 10 dias, sendo realizadas por uma equipe de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e residentes multiprofissionais. Apesar das viagens acontecerem mensalmente, não é possível implementar programas de acompanhamento contínuo, como Hiperdia, pré-natal e crescimento e desenvolvimento, por não se conseguir contemplar todas as comunidades durante uma única viagem e manter a periodicidade das consultas. Na região amazônica, especialmente nas comunidades ribeirinhas, observa-se que, devido às características geográficas, culturais e sociais, existem muitos desafios para a promoção da saúde. Para alcançar a universalidade da assistência e garantir o cumprimento dos direitos à saúde, é possível identificar algumas dificuldades, como a escassez de profissionais de saúde, as condições precárias de saneamento, as grandes distâncias, além das dificuldades de transporte e comunicação. Conclui-se, com este trabalho, que é necessário melhorar o acesso das populações das comunidades ribeirinhas a serviços essenciais, especialmente aos serviços de saúde de forma regular e contínua, para possibilitar a efetiva realização de atividades de educação e promoção da saúde. Além disso, verificou-se a necessidade de implementar amplas políticas sociais e de saúde que abordem os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença, visando a melhorar a saúde dessa população.

O PAPEL DO PRECEPTOR ENFERMEIRO NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Michele Garcia Bolsoni Nascimento, Edilaine Mayara Pires dos Anjos, Thiago Boeke Cunha, Cilia Zucolotti

A Residência Multiprofissional em Saúde da Família tem se destacado como um importante espaço de formação e aprimoramento para profissionais da saúde, proporcionando uma abordagem integrada e humanizada no cuidado à população. No contexto enriquecedor e desafiador desse espaço de prática, o preceptor desempenha papel fundamental na supervisão, orientação e apoio aos residentes, contribuindo para o desenvolvimento de competências e práticas voltadas à atenção primária em saúde. Objetiva-se relatar as vivências e percepções de um preceptor enfermeiro atuante na Estratégia de Saúde da Família do município de Vitória/ES. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, referente à vivência do enfermeiro preceptor em residência multiprofissional no período de março de 2023 a março de 2024, que busca compartilhar os desafios, aprendizados e impactos da preceptoria no campo de prática, evidenciando sua importância na construção de uma atenção à saúde qualificada e centrada no indivíduo e na família. No período

do estudo, foram desenvolvidos trabalhos pautados na promoção da integração entre as diferentes áreas da saúde, fomentando o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade, por meio de supervisões clínicas e discussões de casos. Tais ações buscaram estimular os residentes no raciocínio crítico e na tomada de decisões fundamentadas em evidências, proporcionando um ambiente propício para o aprendizado teórico e prático dos mesmos. Foram desenvolvidas também atividades de educação permanente e capacitação, de modo a ampliar o conhecimento dos residentes e atualizá-los sobre as mais recentes diretrizes e protocolos na área da saúde da família. Os resultados obtidos a partir da experiência vivida como preceptora foram expressivos e impactantes tanto para os residentes e o preceptor quanto para a comunidade atendida. Os residentes relataram uma maior segurança e autonomia em suas práticas clínicas, demonstrando uma evolução significativa em termos de competências profissionais e resolutividade nos atendimentos. Além disso, observou-se uma melhora na qualidade da atenção primária prestada, traduzida em indicadores de saúde positivos e em uma maior satisfação por parte dos usuários do serviço. O impacto da preceptoria não se restringiu apenas ao âmbito técnico-científico, mas reverberou no fortalecimento do vínculo entre os profissionais de saúde, na disseminação de práticas colaborativas e na construção de uma abordagem mais humanizada e integral no cuidado à saúde da família. O preceptor, nesse cenário educacional, pôde vivenciar de forma intensa a complexidade e a gratificação de acompanhar a trajetória de novos profissionais em formação, compartilhando conhecimento, experiências e valores essenciais para a prática em saúde da família. Conclui-se que a atuação da residência multiprofissional proporciona mudanças no processo de trabalho do campo de prática e se configura como uma oportunidade singular para uma atuação interprofissional centrada no indivíduo e na família, contribuindo para a qualificação da assistência. Mostra também que a integração ensino-serviço fortalece o sistema de saúde no enfrentamento das adversidades e que o acompanhamento individualizado ofertado aos residentes contribuiu não apenas para sua formação técnica, mas também para o desenvolvimento de competências essenciais na prática clínica e na relação com os pacientes e suas famílias.

ALERGIA ALIMENTAR E DESASTRES NATURAIS: PROPOSTA DE UM GUIA ALIMENTAR COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO

Letícia Rios Dias

Estima-se que aproximadamente 10% da população infantil no mundo tenha algum tipo de alergia a alimentos. No Brasil, a prevalência é de cerca de 8%. Qualquer alimento pode causar alergia alimentar, sendo os mais comuns o leite, o ovo, a soja e o trigo. Os sintomas da manifestação da alergia podem ser variados e aparecem poucos minutos após a ingestão do alimento alergênico. Esses sintomas incluem desde placas vermelhas que coçam pelo corpo, edema de mucosas, náuseas e vômitos, até casos graves que envolvem respostas sistêmicas severas, como anafilaxia, podendo levar ao óbito. Indivíduos com alergias alimentares podem ter reações adversas graves mesmo com a

ingestão de mínimas quantidades do alimento, o que requer vigilância constante na alimentação. Em meio à tragédia que assolou o Rio Grande do Sul em maio de 2024, aqueles que possuem restrições alimentares enfrentam ainda outro desafio: consumir produtos que não prejudiquem sua saúde. Dentre as diferentes ações estratégicas de resposta à atenção à saúde em contextos de desastres naturais, o processo de comunicação é um fator essencial, servindo como subsídio para a tomada de decisão, divulgação de informações e orientações para os diversos públicos, incluindo gestores, técnicos envolvidos, meios de comunicação, voluntários e a população atendida. Este trabalho tem por objetivo fomentar a necessidade de conscientização a respeito das alergias alimentares, visando comunicação e informações assertivas sobre o manejo e cuidado em cenários de desastres naturais. Assim, propõe-se o desenvolvimento de um guia explicativo com orientações sobre as melhores práticas e condutas diante de uma reação alérgica, desde a observação dos sintomas até a necessidade de uma ação de emergência – um desafio ainda maior em um cenário crítico e caótico como o instalado durante a tragédia climática. Considerando que a prevalência das alergias alimentares tem aumentado e apresenta tendência a perdurar por mais tempo ao longo da vida, evidencia-se a necessidade de um guia como este dentre as recomendações e ações no atendimento às vítimas de desastres naturais.

PERCEPÇÃO DE GRAVIDADE DO PROBLEMA DE SAÚDE E VÍNCULO A SERVIÇO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM ADULTOS ATENDIDOS EM PRONTO ATENDIMENTO

João Pedro Gregório de Almeida e Silva

A Atenção Primária à Saúde (APS) enfrenta desafios ao fornecer atendimento de urgência de baixa complexidade para pacientes que chegam espontaneamente. Consequentemente, muitas pessoas optam pelos serviços de pronto atendimento de emergência, buscando uma resposta imediata ao seu problema de saúde. A discussão enfrenta o desafio de conectar os fatores que predizem o uso não urgente dos serviços de saúde com a própria definição do que constitui um uso não urgente. Por exemplo, as unidades básicas de saúde atendem diariamente uma proporção maior de idosos do que as unidades de pronto atendimento. Isso sugere que o vínculo com a APS pode resultar em maior adesão para atendimentos de baixa urgência, destacando a relação entre a percepção da gravidade do problema de saúde e o vínculo estabelecido com o serviço de atenção primária. Trata-se de um estudo transversal realizado em um Pronto Atendimento em Vitória, Espírito Santo, com uma amostra de 1217 indivíduos. Utilizou-se um questionário estruturado abordando questões sociodemográficas, características do motivo da busca ao PA, gravidade do problema atual, entre outros. As variáveis analisadas incluíram a percepção de gravidade do problema de saúde e a continuidade com a atenção primária à saúde. Os dados foram analisados utilizando o teste do qui-quadrado, com nível de significância de 5%. Na amostra, composta majoritariamente por mulheres (62,4%) com faixa etária entre 18 a 44 anos (67,8%), ao se questionar sobre a percepção de gravidade dos usuários do PA,

observou-se que 76,17% consideravam que o problema de saúde era muito grave e necessitava de tratamento imediato. Ao analisar o vínculo com a atenção primária, 72,19% da amostra afirmou que tinha uma unidade básica de saúde onde costumava buscar atendimento quando apresentava problemas de saúde. Por conseguinte, foi feita a análise do desfecho da gravidade do problema, observando que 77,02% dos indivíduos que não possuem vínculo acham que seu problema de saúde é grave, enquanto entre as pessoas que possuem vínculo essa proporção é de 75,85%, resultando em um valor-p de 0,676. Em outro momento, a fim de analisar a influência da idade, foi realizada a análise estratificada por idade, que revelou que 81,82% das pessoas com mais de 60 anos e com vínculo na APS consideram seu problema de saúde grave, em comparação com 84,21% sem vínculo, com um valor-p de 0,798, sugerindo pouca variação nos desfechos com base na faixa etária. Os resultados deste estudo revelaram que o vínculo com a atenção primária em saúde, embora essencial para a continuidade do cuidado, não influenciou na percepção de gravidade da amostra na busca por atendimento médico em serviço de urgência, refutando a hipótese inicial do estudo. Em síntese, sugere-se que o vínculo com a APS não está sendo de qualidade a ponto de garantir a busca por atendimento em serviços de urgência apenas em situações de maior gravidade que exigem atendimento imediato, ou que a acessibilidade às unidades básicas de saúde não está sendo garantida.

CARTOGRAFIAS DO CUIDADO: A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS NOS HOSPITAIS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE

Vitória Trentin Perin, Daniele Noal Gai

Esta pesquisa debruçou-se sobre narrativas de Pedagogas que atuam em hospitais públicos de Porto Alegre. Diante disso, tive como objetivo mapear as narrativas de Pedagogas que atuam no apoio pedagógico, psicopedagógico e em classe hospitalar em hospitais públicos de Porto Alegre, a fim de problematizar os princípios, os benefícios e as limitações desta atuação. Além disso, busquei analisar e problematizar a legislação que ampara a atuação da(o) Pedagoga(o) na área da saúde, sobretudo em hospitais públicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS); investigar as demandas, as práticas e os planejamentos que circundam a atuação da(o) Pedagoga(o) no espaço hospitalar; e analisar os vínculos dessas profissionais com o restante da equipe multiprofissional, assim como com as famílias, as escolas e os pacientes. A pesquisa se teceu através da Cartografia, uma metodologia que se constitui no acompanhamento dos movimentos, das subjetividades e dos territórios. Cartografar é habitar um território e operar na transversalidade. Por isso, para dar conta das modulações e movimentos da rede na qual o objeto que estudo está inserido, dediquei-me aos estudos que abrangem a legislação, os documentos orientadores e a literatura relacionada ao tema de pesquisa. Em seguida, fiz um mapeamento das Pedagogas que realizam essa atuação, utilizei a observação participante nos primeiros contatos e segui com entrevistas semiestruturadas. Para a análise, optei pela transcrição cuidadosa de trechos selecionados das entrevistas, identificando nuances e temas recorrentes que se destacam

como fundamentais para a minha pesquisa. Além disso, realizei conexões com trechos de estudos anteriores, estabelecendo um diálogo crítico entre os achados atuais e as descobertas preexistentes na literatura. Para ir além da tradicional transcrição textual, incluí elementos visuais, como fotografias dos encontros e retratos dos colaboradores da pesquisa, para proporcionar uma dimensão mais rica e contextualizada às minhas análises. Como resultado, encontro narrativas de profissionais que inspiram, que promovem a interconexão entre educação e saúde, que, com árduo suor, são incluídas nos rounds multiprofissionais e que transformam o hospital em um espaço mais acolhedor. Contudo, na mesma intensidade, emergem narrativas de profissionais desgastadas pela enorme demanda, pela falta de troca entre pares, pelo baixíssimo investimento em seus trabalhos e por uma legislação insuficiente para amparar a atuação. Por isso, entre caminhos e escutas, entre alegrias e dores, continuo a lutar pelo trabalho das Pedagogas no ambiente hospitalar, com maior reconhecimento e amparo legal. Seja com suor, com batalhas ou com disputas, é a atuação das Pedagogas nos hospitais que oferece continuidade nos estudos e proporciona saúde, no sentido mais pleno de bem-estar e pertencimento, para crianças em momentos de fragilidade na saúde e, em consequência, afastamento da escola regular.

INTERVENÇÕES FARMACÊUTICAS NA TRAJETÓRIA DO TRATAMENTO DA INFECÇÃO PELO HIV

Dirce Ines da Silva, Pedro Henrique Emygdio

As intervenções farmacêuticas por meio da Farmácia Clínica vêm sendo evidenciadas e demonstram melhorias nos desfechos clínicos e epidemiológicos em pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHAS) na trajetória do tratamento. A infecção pelo vírus HIV, desde a década de 80, revolucionou o mundo, trazendo impacto na ciência, política, sociedade e economia. Muitas conquistas ao longo dos anos contribuíram para que se tornasse uma doença de caráter crônico e controlável. Na trajetória do tratamento das PVHAS, alguns desfechos clínicos são relevantes e, neste estudo, foram monitorados: primodiagnóstico, abandono e a troca de esquemas antirretrovirais. O objetivo deste estudo foi relatar os principais desfechos clínicos na trajetória do tratamento da infecção pelo HIV/AIDS de um centro de referência da América Latina, localizado no sudeste brasileiro. Foi desenvolvido um estudo de vida real em um centro de referência no sudeste brasileiro. O período do estudo foi de fevereiro de 2023 a abril de 2024. Aprovação no Comitê de Ética da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) sob o CAAEE: 23692713.2.3001.5124, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob o CAAEE: 23692713.3.0000.5149. Os desfechos clínicos monitorados foram: primodiagnóstico, abandono e trocas de esquemas. Os casos foram obtidos de dois sistemas de informação: Sistema Logístico de Medicamentos (SICLOM) e Sistema de Gestão Hospitalar (SIGH). Com os dados obtidos, foram criadas planilhas de monitoramento no Excel®. As intervenções farmacêuticas foram aplicadas nos seguintes desfechos clínicos: 204 casos de primodiagnóstico. Nesta fase inicial, o farmacêutico atuou na orientação sobre o tratamento a ser utilizado e na educação em saúde. Após 15 dias de utilização da terapia antirretroviral (TARV), é realizada uma consulta farmacêutica para avaliação da adesão e

tolerância. Nesta etapa, a adesão foi monitorada e verificado como estava sendo a utilização da TARV, se houve perda de doses e esquecimentos. Também foi avaliada a ocorrência de algum evento adverso (tolerância). Outro desfecho que também foi monitorado é o abandono. Constatado o abandono, é realizado o contato telefônico e marcada consulta médica e farmacêutica. Detectamos 123 casos de abandono. Na consulta farmacêutica, foram realizadas intervenções abordando os motivos do abandono, sendo múltiplas situações para este desfecho. Com relação às trocas, foram detectados 105 casos, e durante o monitoramento pelo farmacêutico, cabe ressaltar que as trocas ocorreram devido a reações adversas, otimização da TARV e simplificação do tratamento. As intervenções farmacêuticas por meio da Farmácia Clínica se mostram importantes na melhoria dos desfechos clínicos na trajetória do tratamento das PVHAS. O cuidado farmacêutico demonstra sua importância no enfrentamento desta pandemia, fortalecendo as estratégias de uso racional de medicamentos e promovendo a melhoria da qualidade de vida. O monitoramento destes desfechos traz melhorias na adesão ao tratamento e na retenção no serviço de saúde. O cuidado farmacêutico direcionado às PVHAS melhora a qualidade de vida e fortalece o papel do profissional neste centro de referência, contribuindo para o enfrentamento desta condição crônica de grande impacto global.

O PROCESSO DE GESTÃO DOS ATENDIMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS EM UMA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA COM DEMANDAS OCULTAS AO SERVIÇO DE FISIOTERAPIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dhayan Quevedo Ferrão, Náthaliie da Costa, Éboni Marília Reuter, Dulciane Nunes Paiva

A atuação da fisioterapia na Estratégia de Saúde da Família (ESF), infelizmente, não é uma realidade comum, devido ao profissional de fisioterapia não compor a “equipe mínima”, ao contrário de profissionais de medicina, enfermagem e odontologia. Isso faz com que o fisioterapeuta seja facilmente vinculado apenas à atenção secundária e terciária em saúde. A partir disso, refletir sobre a gestão da assistência fisioterapêutica no âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS) torna-se um desafio: os atendimentos ambulatoriais de fisioterapia representam uma descaracterização da atenção primária ou um avanço assistencial às populações dos territórios? O presente relato de experiência surge da vivência de profissionais residentes de fisioterapia inseridos em uma ESF no período de março a novembro de 2023. Por um longo período, a atuação direta da fisioterapia no local não representava relevância para alguns profissionais envolvidos com o encaminhamento de pacientes, o que levou ao surgimento de diversas demandas ocultas ao serviço de fisioterapia. O processo de gestão dos atendimentos fisioterapêuticos na ESF, quanto às demandas ocultas, resultou na organização de uma agenda de horários de atendimentos individuais junto à equipe de enfermagem, médica e de agentes comunitários de saúde (principais conhecedores do território e de suas necessidades assistenciais). Foram realizados seis atendimentos diários na academia anexa à unidade. Os atendimentos obedeceram a um grau de

necessidade estabelecido pelas condições de melhor assistência com o material disponível. Observou-se melhores condições para atendimentos fisioterapêuticos em orto-traumatologia e neurologia; assim, pacientes em pós-operatórios recentes, com eventos ou patologias neurológicas, e crianças com neuroadversidades foram priorizados no recrutamento para o atendimento, por se beneficiarem do atendimento fisioterapêutico individual próximo às residências. Dessa forma, cerca de 26 usuários que aguardavam avaliação fisioterapêutica foram contemplados com atendimento na APS próxima de onde habitam e em suas residências, quando necessário. Esse fluxo instaurou-se de forma permanente, e atualmente os usuários contam com a assistência realizada pelos residentes na unidade. A gestão em saúde consiste em uma complexa articulação do processo gerencial da demanda ao atendimento e da prevenção à reabilitação, especialmente no que se refere à assistência fisioterapêutica, o que representa um grande desafio ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, a fim de minimizar casos em que as necessidades de assistência no território permanecem elípticas aos profissionais que poderiam solucionar queixas, reduzir agravos e propiciar uma melhor qualidade de vida, torna-se pertinente inserir fisioterapeutas à equipe da ESF. Assim, é possível concluir que o atendimento ambulatorial de fisioterapia inserido à APS não a descaracteriza, mas representa avanços no nível de assistência e reduz a restrição de acesso aos serviços de reabilitação. Isso ocorre quando o processo de gestão é vinculado diretamente às equipes que conhecem as características do território, os usuários e as possibilidades de facilitação, contemplando todos os indivíduos que necessitam do serviço específico de fisioterapia

DOR TORÁCICA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: UMA ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MULHERES ATENDIDAS PELO SAMU 192

Júlia Ferri Leal Borges, Júlia Hubner Carvalho Venturini, Mayara Serrano de Melo Antonio, Simone Karla Apolonio Duarte, Caio Duarte Neto, Julianna Vaillant Louzada Oliveira, Leonardo Vieira França, Hudson Pereira Pinto, Lucas Crespo de Barros, Luciana Carrupt Machado Sogame

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) é um componente da Rede de Urgência e Emergência que visa o atendimento pré-hospitalar móvel de qualidade e o socorro precoce às vítimas. A dor torácica se caracteriza como uma queixa frequente nos serviços de emergência e seu diagnóstico diferencial é amplo, variando de etiologias musculoesqueléticas não graves a condições cardíacas ou não cardíacas com risco de vida. Para um bom prognóstico nesse cenário, é essencial o conhecimento sobre as características epidemiológicas das pacientes do sexo feminino acometidas por dor torácica, visto que, de acordo com dados do DATASUS, 39.231 mulheres morreram devido ao infarto agudo do miocárdio (IAM) no Brasil em 2021. Nesse sentido, compreende-se a relevância do tema. O objetivo é avaliar o perfil das mulheres com dor torácica assistidas pelo SAMU 192/ES na Região Metropolitana da Grande Vitória. Estudo observacional transversal, integrante da pesquisa “Rede de Urgência e Emergência: Estudo do SAMU 192 no Espírito Santo”, realizada na Central de Regulação

Médica das Urgências do SAMU 192/ES, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, sob o parecer 4.308.858. A amostra foi composta por pacientes do sexo feminino acometidas por dor torácica assistidas pelo SAMU 192/ES nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória), cujos atendimentos primários resultaram no envio de equipe, durante o período de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2021. As variáveis categóricas elencadas pelo estudo foram analisadas de forma descritiva para definir o perfil epidemiológico das pacientes com dor torácica. Entre os anos de 2020 e 2021, na Região Metropolitana da Grande Vitória, foram identificados 1.389 atendimentos em mulheres com dor torácica. A assistência prevaleceu na faixa etária de 45 a 54 anos (21,6%), ciclo de vida adulto (54,1%), idade média de 58 anos, no ano de 2021 (51,0%), na quarta-feira (15,6%), durante o plantão diurno (54,2%), com origem domiciliar (91,6%), no município de Vila Velha (25,3%), com gravidade presumida pelo médico regulador nível 2 / urgência prioridade moderada (50,3%) e nível 1 / urgência prioridade absoluta (44,9%). As pacientes foram socorridas pela Unidade de Suporte Básico (78,1%), com transporte para serviço de saúde (72,9%), tendo como destino PA/UPA (62,8%). Observou-se óbito no ambiente pré-hospitalar em 0,4% dos casos. Observou-se no perfil das pacientes que houve predominância na faixa etária de 45 a 54 anos, com grande parcela dos atendimentos ocorrendo na quarta-feira, de origem domiciliar, prioridade nível 1, utilização de Unidade de Suporte Básico e com destino ao PA/UPA. Sendo assim, é fundamental que políticas públicas sejam direcionadas para fortalecer a capacidade e eficiência dos serviços de saúde nesse contexto, visando uma resposta mais efetiva às necessidades específicas deste grupo demográfico.

O LUGAR DA EDUCADORA E EDUCADOR NA FORMAÇÃO PARA O CONTROLE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Jaqueline Miotto Guarnieri, Jorge Alfredo Gimenez Peralta

Apesar de mais de 30 anos da promulgação das legislações que versam sobre as conferências e conselhos de saúde, reconhecendo sua importância para a qualificação das ações e serviços em saúde, os desafios para a efetividade desses espaços são reflexos e se refletem nas iniquidades de saúde ainda existentes. Diante disso, e tendo em vista a necessidade de fortalecimento dos espaços democráticos, iniciativas amparadas na educação popular surgem como possibilidade de transformação, uma vez que abrem caminhos para o aprendizado de forma dialógica, com horizontalidade e respeito aos diferentes saberes. Assim é o projeto Participa+ - Formação para o Controle Social no SUS, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), através da Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (CIEPCSS), financiado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e executado pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP). Em sua quarta edição, o projeto pretende realizar 82 oficinas, distribuídas de forma descentralizada em todos os estados do país, tendo como público-alvo os conselheiros de saúde e lideranças sociais (70% e 30%,

respectivamente). O objetivo deste resumo, em especial, é compartilhar a experiência a partir do lugar de educadores pedagógicos, responsáveis pela condução de parte das oficinas, tanto na etapa virtual quanto presencial. Trata-se, então, de um relato desta vivência, iniciada em março de 2024. Apesar da diversidade e riqueza cultural que refletem o tamanho continental do país, os problemas enfrentados pelos conselhos de saúde se repetem. Entre eles, destacam-se: a baixa representatividade, o desconhecimento sobre as atribuições dos conselhos e sobre a legislação que os rege, os conflitos de interesse e as interferências negativas dos gestores e de interesses mercadológicos. A ausência de espaços de formação e a desvalorização dessas instâncias também aparecem nas narrativas, o que resulta em uma incidência limitada dos conselhos na política pública de saúde. Tais questões podem ser diretamente ligadas à lógica capitalista, que se reinventa e sistematicamente fragiliza as lutas coletivas. Conduzir a formação de forma a superar o lugar fatalista e culpabilizante é um dos maiores desafios do educador. Da mesma forma, é necessário enfrentar os preconceitos e estratégias de subjugação do outro (machismo, racismo, LGBTfobia, capacitismo), que historicamente servem para oprimir e violentar e que se reproduzem, de igual maneira, nesses espaços formativos. Soma-se a isso a fragilidade dos movimentos e organizações sociais, populares e sindicais que, na proporcionalidade de representação nos conselhos, correspondem a 75% desses espaços. Ou seja, movimentos e organizações frágeis implicam em conselhos de saúde igualmente frágeis, o que compromete ainda mais a capacidade de incidência desses conselhos na política pública. Nesse sentido, e considerando os princípios da educação popular, é preciso criar condições para que haja amorosidade, confiança e diálogo, tendo no horizonte a vocação ontológica de “ser mais”. Além disso, é fundamental problematizar e desnaturalizar as violências. Destaca-se que entendemos que as mudanças almejadas tanto para os conselhos quanto para o SUS só serão possíveis se, enquanto sociedade, formos capazes de construir comum/unidades e compreendermos que não existem soluções individuais para problemas coletivos.

PADRÕES DE UTILIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS POR MULHERES EM VITÓRIA: COMPARAÇÃO ENTRE SETORES PÚBLICO E PRIVADO EM 2022

Melissa dos Santos Matos, Pâmela de Souza Campanha, Ana Paula Santana Coelho

Os serviços de saúde desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar, sendo essenciais tanto no setor público quanto no privado. A escolha dos serviços de saúde por parte das usuárias reflete suas percepções de qualidade e eficiência. Este estudo visa descrever o perfil de utilização dos serviços de saúde entre mulheres adultas, destacando suas diferenças, bem como os níveis de satisfação com o atendimento recebido. O estudo busca contribuir para uma compreensão mais profunda das escolhas e percepções das mulheres em relação aos serviços de saúde, visando aprimorar a eficiência e a qualidade do atendimento em ambos os setores. Este estudo transversal de base populacional utilizou um questionário estruturado, aplicado a mulheres com 18 anos ou mais, por meio da plataforma Research Electronic Data Capture. A amostra foi selecionada em duas etapas,

de forma aleatória e sistemática. A coleta de dados ocorreu entre janeiro e maio de 2022, realizada por equipes de entrevistadores e supervisores nos domicílios escolhidos, resultando em uma amostra de 1.077 mulheres. Os dados foram analisados utilizando frequência relativa com o software Stata, versão 17. Entre as mulheres que buscaram consultas médicas, o consultório médico particular foi o serviço mais utilizado (88,9%), seguido pelo Centro de Especialidades (6,4%) no setor privado. Na esfera pública, a Unidade Básica de Saúde foi a preferência de 89,6% das usuárias, enquanto a Unidade de Pronto Atendimento, Pronto Socorro ou Emergência foi escolhida por 5,7%. Sobre o tempo de espera para atendimento no serviço público, 59,5% das mulheres conseguiram atendimento no mesmo dia, enquanto no serviço particular esse número foi de 45,3%. Houve diferença na satisfação com o atendimento entre os dois grupos: No serviço público: 5,1% das mulheres não ficaram satisfeitas, 19,3% ficaram parcialmente satisfeitas e 75,7% ficaram completamente satisfeitas; No serviço particular: 4,8% não ficaram satisfeitas, 16,6% ficaram parcialmente satisfeitas e 78,6% ficaram completamente satisfeitas. A partir dos resultados apresentados, observa-se que a maioria das mulheres prefere utilizar consultórios médicos particulares quando recorrem ao serviço privado, o que pode indicar uma maior percepção de qualidade ou confiança nesses serviços. Em contraste, no setor público, a Unidade Básica de Saúde é o serviço mais procurado, o que reflete sua importância como porta de entrada no sistema público de saúde. Além disso, o tempo de espera para atendimento no serviço público foi menor para a maioria das pacientes, com uma parcela significativa sendo atendida no mesmo dia, o que pode indicar uma eficiência na triagem inicial, mas também uma alta demanda por serviços de urgência. A satisfação com o atendimento foi ligeiramente maior no setor particular, embora a maioria das mulheres tenha expressado contentamento em ambos os setores. Esses achados sugerem a necessidade de aprimorar a qualidade e a percepção dos serviços públicos, além de balancear a distribuição da demanda entre os diferentes níveis de atendimento para evitar a sobrecarga de certos serviços e garantir um atendimento mais equitativo e eficiente.

DIVERSIDADE SEXUAL NA ATENÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE CONTRA A HOMOLESBOTRANSFOBIA

Katamara Medeiros Tavares Melo, Ana Camila Bezerra de Sousa Silva, Karla Corrêa Lima Miranda, Magda Fabiana do Amara Pereira, Luís Pereira da Silva Neto

Neste relato de experiência, abordamos nossas vivências enquanto docentes em estágio de saúde na atenção básica, na cidade de Mossoró - RN, a respeito da abordagem sobre diversidade sexual. Enquanto espaço de construção e projeção de saberes, sabemos que o contexto institucional reflete saberes e ações necessárias à visibilidade existencial de pessoas LGBTQIA+, sobre as quais incide a homolesebotransfobia, desde o contingente familiar até outras instituições, entre elas os serviços de saúde. Nesses serviços, existem referências, inclusive, de transfobias veladas, seja por desconhecimento, resistências pessoais/morais ao tema ou negação, por parte de trabalhadores da saúde, das necessidades

específicas de saúde do público LGBTQIA+. Como resultado, observa-se o receio, medo e resistência de pessoas LGBTQIA+ em exercer seus direitos universais de busca aos serviços de atenção básica em saúde. Essa realidade contribui para a baixa expectativa de vida de pessoas transgênero, principalmente corpos afeminados, que é de apenas 35 anos, em comparação com a média de 75 anos da população em geral. Por essa razão, a literatura mostra que não é comum encontrar pessoas trans idosas. Outra dimensão a ser considerada é o fato de o Brasil, atualmente, ser o país com o maior número de crimes de homofobia no mundo. Nesse contexto, visualiza-se a interdisciplinaridade entre educação, saúde e modos materiais de manutenção da existência, que incidem sobre os corpos de pessoas dissidentes em sexo, gênero e orientação sexual. Ademais, reconhece-se a realidade de abjeção, invisibilidade e fobia a que essas pessoas são submetidas. Partindo dessa problemática, o objetivo foi identificar, nas narrativas dos trabalhadores de saúde de uma UBS, entre os anos de 2018 e 2019, suas concepções e experiências no trato e atenção às pessoas LGBTQIA+ desde sua entrada nos serviços. O intuito foi entender os limites e as possibilidades quanto aos saberes e ao respeito à diversidade sexual por parte dos trabalhadores de saúde. Os encontros foram realizados no período de 3 meses, em seis reuniões quinzenais, durante as práticas de estágios em saúde da mulher. Foram conduzidas oficinas e dinâmicas de grupo, com média de 5 a 10 participantes, envolvendo trabalhadores da saúde, incluindo ASG, SAME, equipe de enfermagem, equipe médica e residentes/estudantes de outros estágios. Os posicionamentos, saberes, possíveis resistências e pontos de articulação dos trabalhadores de saúde em relação à atenção às pessoas LGBTQIA+ refletem uma realidade marcada por abjeção, desconhecimento, tabus e preconceitos. No entanto, entre essas limitações, identificaram-se profissionais dedicados a entender as particularidades e necessidades específicas desse público. Os resultados evidenciaram que, mesmo diante das limitações situacionais e culturais de desrespeito à diversidade sexual no Brasil, há profissionais interessados e articulados com a abordagem da diversidade sexual em suas práticas. Embora a maioria das instituições de saúde ainda não tenha em seu Projeto Político Pedagógico menções à diversidade sexual, existe o potencial de exercer, com ética profissional universal, o acolhimento e a atenção à saúde, promovendo o respeito à diversidade sexual.

PROJETO CONECTA-SUS UNAERP: RELATO DA EXPERIÊNCIA INICIAL COM A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE MEDICINA

Eduardo Carvalho de Souza, Geraldo Magela Nogueira Marques, Nazareti Pereira Ferreira Alves,
Priscilla Maria Bonini Ribeiro, José Cláudio Garcia Lira Neto

A curricularização da extensão vem sendo amplamente discutida nas Instituições de Ensino Superior brasileiras nos últimos anos. Os cursos de graduação estão se adequando às exigências do Ministério da Educação no que diz respeito à reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), para que atendam às recomendações, garantindo no mínimo 10% das cargas horárias com atividades de extensão incorporadas ao currículo. Desta forma, o Projeto Conecta-SUS foi o primeiro a ser curricularizado no curso de medicina da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), Campus

Guarujá, inspirado pelo Projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS). Seu objetivo é proporcionar aos ingressantes no curso uma aproximação com o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de vivências e experiências, a partir de imersões nas comunidades, nos serviços de saúde, no controle social, na gestão do sistema e em discussões com atores intrínsecos ao SUS. Desta forma, o presente estudo objetivou relatar a experiência da curricularização da extensão através do Projeto Conecta-SUS. Trata-se de um relato de experiência, realizado em junho de 2024 na Unaerp-Guarujá. O Projeto Conecta-SUS acontece semestralmente, teve seu início em 2022 e está na sua 4ª edição. As experimentações ocorrem durante uma semana, perfazendo uma carga horária de 60 horas. Além disso, os alunos têm mais 40 horas de atividades para a produção de conteúdos relacionados aos direitos dos usuários do SUS e intervenções junto à comunidade. Para descrever a experiência supracitada, trabalhou-se em duas frentes: 1) Gestão acadêmica do Projeto; 2) Gestão organizacional do Projeto. No que concerne à gestão acadêmica, pode-se afirmar que foi o momento no qual se discutiu a estrutura do Projeto, a carga horária, os atores envolvidos, o impacto, os instrumentos de avaliação e a parte burocrática no que diz respeito à inserção na matriz curricular. Já em relação à gestão organizacional do Projeto, trata-se da parte operacional, com ações como: construção da programação; solicitações de visitas técnicas; organização das dinâmicas a serem desenvolvidas durante as vivências; organização de palestras e rodas de conversa; itinerários dos transportes; aplicação de instrumentos de avaliação, dentre outros. Para os gestores acadêmicos e coordenadores do Projeto, foi uma experiência rica, na qual pôde-se refletir de forma crítica e reflexiva sobre o processo de curricularização da extensão e sua operacionalização. A experiência inicial com a curricularização da extensão possibilitou um amadurecimento dos envolvidos em relação à pauta, bem como desvelou as fortalezas e desafios inerentes ao processo. Com isso, esta experiência ajudou a pensar e desenvolver novas competências no campo da gestão acadêmica. Por fim, afirma-se que a implementação do Projeto foi um desafio, pois o mesmo precisou ser edificado a partir de uma reestruturação do PPC. Diante desses pontos, acredita-se que a curricularização da extensão precisa ser mais debatida, para que os seus propósitos de fato impactem a formação acadêmica e contribuam para a solução dos problemas existentes na sociedade.

O LUTO NAS HISTÓRIAS DE VIDA E DE SAÚDE DE REFUGIADOS RESIDENTES EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Carolina Assmann, Hildegard Hedwig Pohl, Suzane Beatriz Frantz Krug

O fenômeno das migrações forçadas é uma realidade cada vez mais presente no mundo: sujeitos e famílias inteiras deixam seus países de origem contra a sua vontade devido à conjuntura política, histórica, social e econômica, buscando refúgio em outros países. Conforme dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Agência da ONU para Refugiados no Brasil (UNHCR, 2022), no primeiro semestre de 2021, milhares de pessoas tiveram que se

deslocar à força, a fim de fugir de situações que envolviam conflito armado, violência generalizada e violação de direitos humanos. O presente trabalho apresenta-se como um recorte do projeto de tese de doutorado em Promoção da Saúde, que objetiva analisar como os processos de luto emergem de forma determinante nas histórias de vida e de saúde de refugiados de um município do Vale do Taquari, localizado no estado do Rio Grande do Sul. Como metodologia de pesquisa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com refugiados/pessoas deslocadas à força de seu país, lançando mão da Análise de Discurso (AD) de orientação francesa para a análise das narrativas. Isto é, pretende-se analisar como essas existências ou (re)existências forçadas, vistas como vidas nuas e populações sacer (Agamben, 2010; 2008), trazem as narrativas de luto em suas histórias de vida. O luto desses sujeitos migrantes, que assumem o status de refugiado, é denominado luto migratório e pode ser incluído na categoria dos lutos não reconhecidos, nos quais os espaços para expressão e validação das emoções são restritos ou mesmo inexistentes (Jacobucci; Carvalho, 2020; Tizón, 1993). Destaca-se que o presente trabalho é inovador ao aliar, em um mesmo tema, a problemática dos lutos não reconhecidos e a forma como aparecem nas narrativas de vida dos sujeitos refugiados no interior do RS. Ou seja, a pesquisa traz visibilidade às questões relacionadas à promoção da saúde mental, ao luto e às políticas públicas de atenção, proteção e garantia de direitos dos refugiados no estado e no país.

DOENÇA DE CHAGAS AGUDA NO PARÁ: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA NO PERÍODO DE 2017 E 2021

Luana Cardoso Tavares, João Carlos do Nascimento Martins, Caren Silva Sanches, Renan de Jesus da Silva Albuquerque, Giovanna Fontelles Barbalho Gueiros, Micael Douglas de Souza Gomes, Luiz Felipe de Lima Raiol, Alysson Furtado Cabral, Rosiane Rodrigues Pinheiro, Thayse Moraes de Moraes

A Doença de Chagas Humana é classificada como uma doença tropical negligenciada causada pelo *Trypanosoma cruzi*, cujo vetor de transmissão é o inseto barbeiro. Dentre os modos de transmissão da doença, destacam-se a infecção por via vertical, devido às características hematófagas do inseto vetor, oral, vetorial ou por transfusão sanguínea. É válido ressaltar, ainda, que, após a infecção, a doença pode ser dividida em duas fases: aguda e crônica, sendo a fase aguda o foco deste trabalho. No Brasil, a região amazônica é considerada endêmica para a doença, onde o estado com maior taxa de incidência é o Pará. Nesse cenário, objetivou-se analisar os indicadores epidemiológicos que se relacionam com a Doença de Chagas Aguda (DCA), como sexo, faixa etária, etnia e modo de infecção provável, no Pará, no período de 2017 a 2021. Trata-se de um estudo ecológico, de caráter analítico e quantitativo, com estatística inferencial mediada pelo teste qui-quadrado (X^2) de independência, com resultados significativos obedecendo ao valor $p < 0,05$, e pelo coeficiente V de Cramér: $V \leq 0,2$ (fraca associação); $0,2 \leq V \leq 0,6$ (moderada associação); $V > 0,6$ (forte associação), para analisar as variáveis epidemiológicas. Os dados foram obtidos através do banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) no Sistema de Informação de Agravos Notificáveis (SINAN). Foi dispensada a submissão e aprovação do Comitê de Ética por se tratar de dados obtidos em fontes secundárias. No período analisado, foram notificados 1.225 casos de DCA no Pará, sendo observado o

maior número de casos no ano de 2018, com 289 registros (23,59%). Observou-se estatística significativa entre as variáveis epidemiológicas analisadas, exceto sexo ($p > 0,05$). Houve forte associação entre os casos registrados para faixa etária ($V = 4,25$) e moderada associação para etnia ($V = 0,267$) e forma provável de infecção ($V = 0,21$). Registrou-se uma prevalência da forma provável de infecção oral, com 1.073 casos totais registrados (87,59%), sobretudo no segundo semestre de cada ano, com pico no mês de setembro. Observa-se que o Pará apresentou um quantitativo relevante de casos de DCA, com a infecção oral como modo predominante, especialmente no segundo semestre de cada ano, sugerindo uma relação entre a infecção oral e o período de safra do açaí. As variáveis epidemiológicas estatisticamente relevantes foram faixa etária, etnia e modo de infecção provável, o que justifica a importância de estudos epidemiológicos que possam nortear o planejamento estratégico de atividades de vigilância à saúde, buscando o controle da doença.

POLÍTICAS DAS SENSações: NARRAR MEMÓRIAS DO FUTURO

Juliano Andre Kreutz, Raquel Trentin Oliveira

É possível narrar dissidências por vir, começos indefinidos, instaurados como sensações (sem ideias, sem imagens, sem emoções codificadas pela cultura), no atrito entre formas reconhecidas e forças de ruptura? A pesquisa de Doutorado em Letras, intitulada *Políticas das sensações: narrar memórias do futuro*, realizada na Universidade Federal de Santa Maria, investiga as potências das indefinições de sentidos em narrativas literárias, com a hipótese de que as margens à inventividade se tecem com o que não se adaptou às ordens discursivas instituídas. Essa inadaptação se manifesta como figuração dissidente, atípica, desviante; ou como uma “dança impessoal dos átomos” (Rancière, 2017), partículas em movimento, que, no instante em que se tenta capturá-las, reverberam a passagem em meio à proliferação de detalhes insignificantes, à profusão de vozes discordantes e à equivocidade dos signos. Os pontos de partida são contraintuitivos: afirmam-se políticas pré-reflexivas; pensa-se a arte como acontecimento clínico-político, causa de “movimentos salutares”, que incrementam as potências dos corpos. Pergunta-se: além de construir imagens de outros mundos possíveis, como as narrativas participam da “reapropriação da força vital” (definição de Rolnik, 2023), da ativação de processos de emancipação? Compreende-se que as impressões sensíveis de um corpo não adaptadas aos esquemas dominantes de percepção e de inteligibilidade se inscrevem como “memórias do futuro” (expressão de David Lapoujade, 2017). Investiga-se como essas inscrições inadaptadas, potências de ruptura, se expressam nas narrativas literárias, inclusive nas apresentadas como mítico-históricas. Uma das hipóteses é que, nos usos da linguagem, a indefinição dos referentes, associada à descontextualização de signos, cria condições para a política (ação, gesto que instaura começos e futuros imprevisíveis). Denominam-se os efeitos dessas indefinições de sentidos como “políticas das sensações”. Quatro artefatos estéticos intercedem no pensamento: a obra-acontecimento *Caminhando*, de Lygia Clark (1963); a canção-narrativa *Alegria, alegria*, de Caetano Veloso (1967); as narrativas de

Umbigo do mundo, de Francy Baniwa (2023); e o romance *A ordem natural das coisas*, de António Lobo Antunes (1996). O que entrelaça as análises desses artefatos estético-culturais é a insubmissão ao presente. Experimenta-se a elaboração teórico-crítica como ato de criação, efetuando potências de variação, mais atenta aos traços singulares do que às séries e estruturas, instaurando os pontos de não sentido como existências mínimas, virtuais, começos de “processos criadores, antagonistas à ordem estabelecida de significações” (Guattari, 2022). A crítica literária engendra-se como processo de criação que envolve uma disposição sonhadora (associações expandidas, inadaptadas), imoralista (não normativa, aberta às dissidências éticas, políticas e estéticas nos temas, nas formas e nos afetos) e de admiratio (hesitação, suspensão dos sentidos). Conceitos, obras-acontecimentos e maneiras de ler entrelaçam-se como práticas de outramento do pensamento e de invenção de novas formas de vida.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POVOS ORIGINÁRIOS: IMPACTOS, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Gabriela Brasil Severgnini, Pablo Diego dos Santos de Aguiar, Maurício Polidoro,
Graciela Salvador, Marcia Fernanda de Mello Mendes

O Projeto Guardiões e Guardiãs do Clima foi concebido como uma iniciativa em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Alvorada, visando promover os Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas. O projeto colabora com as ações de enfrentamento à crise climática, com foco na produção de três volumes de histórias em quadrinhos ilustradas. Esses materiais abordarão temas como eventos climáticos extremos e seus impactos nos povos indígenas, além de estratégias de mitigação e adaptação baseadas no conhecimento tradicional indígena. O objetivo central é promover a educação, sensibilização e preservação das comunidades indígenas diante das mudanças climáticas, por meio da produção de histórias em quadrinhos que relatem eventos climáticos extremos e seus impactos nos povos originários, bem como as práticas de adaptação e mitigação. As histórias incluem registros das experiências e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas, coletando e incorporando práticas indígenas de adaptação frente às mudanças climáticas, reforçando, valorizando e disseminando a cultura indígena com o engajamento direto nas comunidades. As mudanças climáticas têm alterado significativamente o Bem Viver dos povos indígenas e suas tradições. Alterações nos ciclos das estações, queimadas, enchentes, ondas de calor, aumento do nível do mar, grandes secas e a morte de rios impactam diretamente seus territórios. Essas mudanças forçam adaptações na alimentação, dificultam ou impedem atividades como caça, pesca, plantio e colheita, além de prejudicar o acesso às medicinas tradicionais e hábitos de higiene, afetando a saúde individual e coletiva. Além disso, o ataque à biodiversidade, as invasões territoriais e a ameaça à demarcação das terras atingem a cultura tradicional dos povos indígenas, que compreendem a natureza como um ser vivo e mantêm uma relação de proteção e cooperação com ela. A mitigação envolve estratégias para atenuar os efeitos das mudanças climáticas. Nós, brancos, discutimos muito o uso de energias renováveis em substituição aos combustíveis fósseis, o reuso e a reutilização de produtos têxteis e plásticos, processos industriais

com menor emissão de carbono, a proteção da biodiversidade, o combate ao desmatamento, e práticas como plantações em policultura e agroflorestas, em detrimento à monocultura. Porém, o que temos a aprender com os indígenas? O Ministério dos Povos Indígenas e a FUNAI estão comprometidos com a proteção e promoção do bem-estar das comunidades indígenas. Este projeto representa uma oportunidade única para abordar diretamente as questões relacionadas às mudanças climáticas que afetam essas comunidades. O envolvimento do IFRS alinha-se à sua missão de promover a educação inclusiva e de qualidade, oferecendo uma oportunidade para aplicar a expertise acadêmica em um contexto socialmente relevante. Após um período de imersão do cartunista e da coordenação do projeto durante o Festival Cultural Berê Xikrin Kwyrkango, na região de Altamira, as entrevistas foram transcritas e sistematizadas para identificar as temáticas de cada volume a ser desenvolvido: impactos, mitigação e adaptação.

ALINHAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) DE SÃO LEOPOLDO PARA ATUAÇÃO DIANTE DO CONTEXTO DE CALAMIDADE

Elissandra Siqueira da Silva, Cristina Lima da Rocha Cannas, Kaciely de Lima Jacino, Paulo Crochemore Mohnsam da Silva, Renata Savian da Rosa, Matheus Baneiro Cardoso, Ana Carolina Rios Simoni, Nataele da Cunha, Eduarda Bandeira

Desde o início de maio de 2024, São Leopoldo enfrentou complexidades decorrentes da enchente que inundou centenas de cidades gaúchas, afetando cerca de 180 mil pessoas em nosso município, destituindo-as de suas casas e acolhendo-as em mais de 120 abrigos provisórios. Nesse contexto, a necessidade de sustentar a proteção social, a garantia de direitos, o cuidado à saúde e a equidade na execução de políticas públicas se impôs como um desafio tecno-assistencial e um imperativo ético-político. Uma força-tarefa foi composta por trabalhadoras e trabalhadores dos serviços de saúde mental, da gestão municipal e de voluntários, que não mediram esforços na missão de salvar vidas e acolhê-las. Neste trabalho, apresenta-se a experiência de resposta da atenção psicossocial de São Leopoldo diante do desastre vivenciado pela população. O objetivo é testemunhar os acontecimentos nos territórios afetados, sob a perspectiva de quem os vivenciou como comunidade afetada e, simultaneamente, como agente público responsável pela organização da atenção em um cenário de fechamento de estruturas de serviços, redução da força de trabalho, ampliação dos cenários de intervenção e, sobretudo, trauma coletivo pelas inúmeras perdas. Lembramos do relato de M., uma mulher abrigada, que testemunhou: *“Aqui [no abrigo], a gente perdeu a privacidade, a identidade e o passado”*. M. nomeou distintas dimensões do impacto sofrido, dialogando com a literatura que aponta os efeitos de desorganização subjetiva decorrentes dos processos de desagregação das redes sociais e comunitárias em situações de desastre. Nestes cenários dolorosos, a gestão municipal reorganizou suas redes de atenção para alcançar os territórios provisórios de vida das pessoas afetadas, com ética do acolhimento e um olhar voltado à equidade, garantindo o acesso à atenção à crise em saúde mental, numa perspectiva despatologizante, na qual se articulam cuidados e direitos. Para tal, organizaram-se Equipes Territoriais de Acolhimento em Saúde Mental, compostas por trabalhadores

dos diversos pontos da RAPS, que eram acionadas pelos abrigos, pelas equipes do CAPS ou pelas equipes volantes e unidades de saúde da Atenção Básica (AB) para atendimentos. Estes ocorriam por meio de visitas aos abrigos, visitas domiciliares ou interconsultas com a AB. Tais equipes tinham como objetivo: realizar mapeamento das demandas em saúde mental; intervenções coletivas de cuidado; articulações com as coordenações dos abrigos para troca de informações; mapeamento de especificidades de pessoas abrigadas (gestantes, puérperas, pessoas atípicas, etc.); escuta acolhedora e qualificada; atenção à crise, promoção de vida e prevenção do sofrimento em saúde mental nos territórios. Na estrutura do CAPS Capilé, organizou-se o “CAPS Unificado”, composto por uma equipe mista com trabalhadores dos três CAPS do município, como ponto de referência fixo da atenção especializada em saúde mental, atendendo crianças, adolescentes e adultos. O CAPS Unificado atendeu em livre demanda tanto os usuários já acompanhados quanto aqueles que buscaram o serviço pela primeira vez. Tecendo redes com as equipes itinerantes, serviços intersetoriais e a comunidade, buscou-se, apesar das adversidades imensuráveis, fortalecer o cuidado comunitário na relação com os territórios de vida, por meio da mediação entre os sujeitos e seus contextos, em situações concretas enfrentadas por indivíduos e coletivos.

DE UMA PONTA A OUTRA: PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS DA EXPERIMENTAÇÃO CAMINHANTE NO PERCURSO FORMATIVO DA RESIDÊNCIA EM SAÚDE MENTAL

Júlia Fraga, Mariana Soares Teixeira, Marina Lagunas, Paloma Mendes Dall’Osto,
Cristina Lima da Rocha Cannas

Este trabalho apresenta construções e reflexões advindas da experiência de residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, no campo da gestão de saúde mental do município de São Leopoldo. A Residência Multiprofissional em Saúde oportuniza aos profissionais residentes a possibilidade de realizar um curso de especialização com caráter de ensino em serviço, formando trabalhadores para o SUS através da inserção em pontos de atenção da rede de saúde. No programa referido, no município de São Leopoldo, o percurso formativo dos residentes do segundo ano contempla a circulação pelo campo do Colegiado Gestor de Saúde Mental, de forma simultânea à atuação assistencial nos serviços de atenção à saúde mental. Esse formato de percurso, que possibilita o exercício simultâneo de funções de gestão da rede e de assistência direta à população, em muitos momentos incorre na “duplicidade de atuação” desses profissionais, que, por vezes, são convocados a responder, em um campo, por determinadas demandas do outro. Além disso, atuar concomitantemente em campos de duas instâncias diferentes no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) permite que o profissional residente habite esses campos de um outro modo, à medida que transita pelos espaços de planejamento e gestão e naqueles referentes à intervenção em ato. Tal convergência promove um borramento das fronteiras da atuação entre os campos e do papel do residente nesta intersecção e tem como um dos efeitos a possibilidade de dimensionar as

distâncias e as proximidades entre o tempo da gestão e aquele da assistência direta. De um lado, esta duplicidade traz a potência de disparar a qualificação de ambas as instâncias de atuação, por meio de espaços de Educação Permanente e de outros movimentos de articulação que interroguem os processos de trabalho, na perspectiva de uma construção compartilhada do fazer saúde. Por outro lado, quando este duplo lugar não é colocado em análise, corre-se o risco de fragilizar e até inviabilizar a atuação em um desses espaços e a relação com os demais trabalhadores. Conclui-se que essa atuação caminhante, ao se encontrar com os diferentes cenários de práticas concomitantemente, pode borrar os limites da atuação do profissional residente em ambos os campos, constituindo-se tanto como um disparador de movimentos potentes de transformação em direção à articulação de relações de proximidade e cogestão, quanto no sentido de gerar impeditivos e tensionamentos no espaço entre as duas pontas. O profissional residente precisa, dessa forma, colocar em análise sua atuação e sua implicação nos campos de prática e no percurso da residência, destacando-se, para isso, a importância do fortalecimento de espaços de encontros de preceptoria e tutoria nesse processo de análise e formação profissional, de modo a atentar para os diferentes movimentos que se atravessam na dinâmica dos campos, nas relações com as equipes e usuários, garantindo a construção compartilhada do cuidado.

A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE MENTAL PARA JOVENS EM ESCOLAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jarliene Lourenço dos Santos, Mariana Laís Dantas de Araújo, Cellyane Fernanda de Araujo Salustiano, Ivan Lucas da Silva, Beatriz Oliveira Ferraz, José Vinícius Nascimento de Santana, Arthur Patrick Santos Dantas, Kailane Taísa Medeiros Galdino, Silvia Kalyma Paiva Lucena, Juliane Rangel Dantas

A saúde mental nas escolas é um aspecto crucial do desenvolvimento infantil e adolescente, impactando significativamente o bem-estar geral, o desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes. A ansiedade, em particular, é uma questão crescente que afeta muitos alunos e merece atenção especial. Fornecer suporte emocional adequado no ambiente escolar pode prevenir ou minimizar esses problemas. O objetivo é relatar a experiência vivenciada por discentes de enfermagem durante as práticas do curso em cenários reais no ambiente escolar. Trata-se de um relato de experiência, baseado na prática de acadêmicos de enfermagem, como parte da disciplina de “Atenção básica e saúde da família em saúde mental” na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí, em 16 de maio de 2023, em uma Escola Estadual no interior do Rio Grande do Norte. Sob orientação da docente responsável, as atividades na escola escolhida foram voltadas para o acolhimento dos alunos em uma turma do ensino fundamental, sendo utilizados cartazes com figuras e uma dinâmica sobre saúde mental e a importância da motivação. Foi perceptível que este momento proporcionou aos discentes pensar em novas formas de tratar a saúde mental com o público infanto-juvenil, trabalhando, portanto, as habilidades de comunicação, acolhimento e de escuta dos discentes, além da consolidação dos conhecimentos adquiridos na graduação. Ademais, cabe destacar que a saúde mental é algo ainda pouco discutido na graduação de enfermagem, e momentos como esses alicerçam a formação do acadêmico e fortalecem o conhecimento sobre saúde mental,

tornando-os mais preparados para suas vidas profissionais enquanto enfermeiros. Desse modo, essas atividades favorecem uma maior compreensão sobre a importância e a necessidade da realização de ações educativas sobre saúde mental nas escolas, visto que esse é um ambiente favorável para a discussão dessa temática ainda pouco trabalhada. A experiência não apenas consolidou os conceitos aprendidos em sala de aula, mas também destacou a importância crucial de ser fornecido um suporte emocional aos alunos dentro do ambiente escolar, pois existem dados na literatura que comprovam a ocorrência de questões emocionais nestes grupos de jovens. Ao reconhecer e abordar essas questões, as escolas podem promover um desenvolvimento acadêmico, social e emocional mais saudável para todos os alunos. Implementar programas e estratégias focados em saúde mental não apenas pode apoiar os alunos em suas vidas escolares, mas também os prepara para lidar com desafios futuros de maneira mais eficaz. Além disso, as atividades realizadas com os estudantes possibilitaram a associação do conhecimento teórico-prático, contribuindo significativamente para a nossa formação profissional como futuros enfermeiros.

“NO CEARÁ É ASSIM!” OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA REGIONALIZAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Ana Paula Silveira de Moraes Vasconcelos, Maria Goretti Araújo Sousa, Francisco Rodrigues Soares Filho

O presente relato tem o objetivo de apresentar a construção do processo de regionalização do Controle Social no Estado do Ceará e apontar os desafios para a sua efetivação. O método utilizado é o relato de experiência. A regionalização nos foi apresentada como um dos princípios do SUS. No Estado do Ceará, a integração no âmbito do Sistema Único de Saúde das ações e dos serviços de saúde em regiões de saúde foi regulamentada pela Lei 17.006/2019. O Conselho Estadual da Saúde do Ceará (CESAU), órgão do controle social, na busca de organização do processo de planejamento e governança nas Regiões de Saúde, deliberou na 9ª Conferência Estadual de Saúde, realizada em 2020 na modalidade virtual, com o tema “Regionalização da Saúde e Controle Social no SUS”, por uma nova composição do seu colegiado, garantindo, assim, que todas as regiões pudessem ter representantes dos três segmentos. A Lei Estadual 17.438/2021, que dispõe sobre a organização e as atribuições do Conselho Estadual da Saúde do Ceará, além de definir em seu escopo a estrutura do mencionado conselho, também apresenta a caracterização das suas representações e as condições materiais para o seu pleno funcionamento. As sequelas deixadas pela pandemia de Covid-19, bem como o processo de desfinanciamento do SUS vivenciado a partir da Emenda Constitucional nº 95/2016, têm se apresentado como alguns dos obstáculos no processo de consolidação da regionalização do controle social. Desde a regulamentação da atual legislação, já se compuseram dois colegiados no CESAU, que, por meio da coordenação de suas respectivas mesas diretoras e secretaria executiva, têm buscado o cumprimento do novo ordenamento. No entanto, as dificuldades materiais de garantir a atuação consubstanciada de todas as pessoas conselheiras mensalmente têm demandado uma forte articulação com os/as representantes da Secretaria da Saúde do Estado, de forma a garantir o que é preconizado

na mencionada legislação. Percebe-se que esse processo de descentralização vem sendo fortalecido nas regiões de saúde, mas ainda são necessários maiores investimentos do Estado para estabelecer regionalmente os espaços do controle social previstos na lei. O processo de regionalização do controle social é tão fundamental no Estado do Ceará como precisará dispensar mais esforços e investimentos nos próximos anos para que ele, de fato, se consolide. A participação social mediada pelos espaços do controle social é fundamental para que o SUS se fortaleça, no entanto, isso deve acontecer a partir da escuta dos territórios, acolhendo suas diversidades e singularidades.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Pollyanna Ribeiro Damasceno, Regilene da Conceição Almeida,
Marcílio Duque Tavares Malheiros, Edna Ferreira Coelho Galvão

A Educação Física (EF) nas escolas passou por vários processos de transformação desde que se tornou um componente curricular obrigatório no sistema de educação brasileiro, em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A partir dessa década, a EF assumiu uma abordagem mais tecnicista, com o método desportivo generalizado em suas aulas, contrapondo-se aos antigos métodos tradicionais de ginástica. Nos anos 1980, os princípios biológicos e esportivistas que guiavam a EF passaram a ser questionados por um grupo de autores que, com fundamentos das ciências humanas, defenderam a EF como uma disciplina voltada para uma formação humana mais ampliada. Muitas abordagens de ensino da EF surgiram na década seguinte, com a intenção de traçar novos rumos para a disciplina. Com um olhar especial para um município no interior da Amazônia, distante 1003 km da capital, surgiu o interesse em conhecer como a EF se desenvolve nas escolas desse município. O objetivo é investigar como a Educação Física é desenvolvida nas escolas da rede municipal de ensino em um município do interior do estado do Pará. Esta é uma pesquisa de campo desenvolvida com 115 alunos de escolas de Ensino Fundamental II da região urbana de um município no interior do Pará. Os dados foram levantados por meio de questionário. Os resultados mostraram que a grande maioria (98%) dos alunos participa das aulas de EF, que apresentam uma diversidade de conteúdos: 29% esportes, 23% exercícios físicos, 13% ginástica, 12% dança, 9% práticas corporais de aventura, 8% jogos lúdicos e 6% lutas. Contudo, afirmaram que gostam mais dos esportes. Além disso, 84% afirmaram que os professores diversificam as aulas e 88% se sentem motivados para participar delas. O desenvolvimento de conteúdos esportivos e exercícios físicos nas aulas ainda é predominante, mas percebe-se um esforço para trazer outras vivências aos alunos, talvez influenciado pela BNCC. Outra preocupação foi a relação professor/aluno: 64% afirmaram que se sentem à vontade para participar ativamente das aulas, dando suas opiniões, e 77% disseram que os professores estimulam a participação dos alunos no planejamento e na definição das atividades. Isso indica que os professores priorizam uma relação mais aberta e colaborativa com os alunos, engajando-os ativamente no

processo de ensino-aprendizagem e distanciando-se, assim, de posturas mais tradicionais do ensino. Os resultados demonstram que a EF nas escolas de Ensino Fundamental II ainda prioriza conteúdos alinhados com as décadas de 1960 e 1970, mas também permite outras vivências, mediadas por acordos participativos entre professores e alunos. Após 40 anos de revisão dos caminhos da EF na escola, observa-se que poucos passos foram dados no município, necessitando de novos estudos e processos de intervenção para ampliar essa discussão.

CONSTRUINDO PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO NA UNIVERSIDADE: ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM FALANDO SOBRE INSTRUMENTO PRÁTICO

Raíssa Rodrigues Organista, Ana Carolina Oliveira do Nascimento, Damiana Cristina Marques

A qualidade nos serviços de saúde tem sido objetivo de estudo entre diversos pesquisadores. Nos níveis de complexidades assistenciais, tanto primário quanto secundário, também tem surgido essa preocupação com o tema, haja vista as citações sobre a qualidade em vários documentos oficiais e definições em normas e diretrizes que organizam as ações e práticas, assim como os conhecimentos técnicos e científicos atuais respeitando valores culturalmente aceitos. Na equipe dos serviços de saúde, a busca pela qualidade tem ocorrido principalmente com investimento em processos educativos. Nesse sentido, é preponderante que as práticas profissionais sejam direcionadas por evidências científicas seguras. Assim, a padronização da assistência, por meio da implementação de protocolos, emerge como importante no âmbito da segurança do paciente. O objetivo é relatar a experiência dos acadêmicos de Enfermagem da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) do campus São Gonçalo na construção de Procedimento Operacional Padronizado (POP) referente à temática da disciplina Semiologia e Semiotécnica. Tratava-se do trabalho final do sexto período do primeiro semestre de 2024. A docente disponibilizou informações sobre o que se tratava o instrumento POP e as instruções para confecção do documento, estipulando um prazo de 20 dias para sua elaboração. O POP elaborado foi sobre a verificação correta da frequência cardíaca, a fim de identificar diversas patologias e anormalidades. Para sua confecção, foram utilizadas fontes consultadas na Biblioteca Virtual de Saúde, Prefeitura de São Paulo, Autarquia Municipal de Saúde de Londrina e Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Destas, foram utilizados três manuais e um POP. Ao realizar a construção do POP, os acadêmicos de enfermagem destacaram a importância desta padronização no entendimento de sua finalidade e na oportunidade de melhoria da qualidade do serviço de saúde com o uso do mesmo. A elaboração desse instrumento proporcionou um contato inédito com o POP e gerou uma reflexão sobre a valorização da construção e planejamento das ações baseadas em procedimentos operacionais padronizados.

ADOLESCENTES DE TERRA SANTA NO ESTADO DO PA: UMA INVESTIGAÇÃO DA RELAÇÃO AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM

Pollyanna Ribeiro Damasceno, Ademilson Pereira Corrêa, Edna Ferreira Coelho Galvão

Os adolescentes passam por inúmeras transformações nesta fase da vida, que devem ser entendidas para além das mudanças físicas. Também é importante considerar os aspectos psíquicos, sociais e de formação de identidade e personalidade, e, por isso, deve-se ter uma atenção especial por parte da família, da escola e da sociedade em geral. Logo, é necessário adquirir conhecimentos teóricos, experiências e vivências que possam auxiliar o adolescente a viver esta fase da melhor forma possível. Estudos vêm apontando um aumento das taxas de prevalência de problemas mentais entre crianças e adolescentes em todo o mundo. A autoestima e a autoimagem são dimensões que se destacam consideravelmente neste contexto. As transformações vivenciadas pelos adolescentes podem gerar sofrimento e preocupação com a imagem corporal, uma vez que eles são mais suscetíveis aos padrões impostos pela sociedade. Da mesma forma, a mídia e o mercado ligados ao culto do corpo podem ser fatores de risco para as insatisfações corporais vivenciadas por esse grupo. O objetivo é analisar a autoestima de adolescentes do município de Terra Santa, no Pará. Participaram da pesquisa 24 adolescentes com faixa etária de 13 a 18 anos, que cursam o ensino fundamental e ensino médio no município de Terra Santa, no Pará. Os participantes responderam à Escala de Autoestima de Rosenberg. Os resultados mostraram que 40% dos participantes têm autoestima elevada e 50% relataram já ter sofrido bullying na escola. Dos dados levantados, chamam a atenção duas questões: a afirmação em relação ao sentimento de, às vezes, se sentir inútil (20,8% afirmaram concordar totalmente, enquanto 29,2% disseram concordar com essa afirmação), totalizando 50% dos participantes. Em relação à afirmação *“gostaria de ter mais respeito por mim mesmo”*, 62,5% disseram concordar com a afirmação e 16,7% disseram concordar totalmente, totalizando 79,2% dos participantes. São resultados importantes que demonstram o quanto a fase da adolescência está em situação de risco quanto à autoestima, necessitando que a escola, assim como os professores em suas disciplinas, criem estratégias para que os alunos se sintam importantes e colaborativos no ambiente escolar. Da mesma forma, há que se direcionar ações específicas para potencializar o respeito e o convívio sem violência no ambiente escolar, criando um espaço de convivência que favoreça a aprendizagem não só de conteúdos disciplinares, mas também de formação humana e ética entre todos que ali convivem. Os resultados são preocupantes e indicam a necessidade de intervenção qualificada da escola a fim de mudar essa realidade. Todos na escola, assim como a família e a sociedade em geral, são responsáveis por criar um ambiente favorável ao desenvolvimento saudável, em todos os aspectos, de crianças e adolescentes. Logo, faz-se necessário aprofundar esse tipo de estudo, trazendo aspectos mais qualitativos e de intervenção no ambiente escolar, para nortear ações que possam ser efetivas no aumento da autoestima e da autoimagem.

CULTURA ALIMENTAR E A VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA DE LGBTQIAP+ EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL: EXPERIÊNCIA DA CASA DIVERSA

João Gabriel de Andrade Ferraz

Este trabalho é uma análise antropológica desenvolvida a partir de material etnográfico coletado e reunido com o objetivo de entender o acesso, o não acesso e as violências sofridas por pessoas LGBTQIAP+ egressas do sistema prisional, a partir da experiência de socialização, capacitação e inclusão promovidas pelo projeto Casa Diversa e pelo projeto que o originou, o Diversidade à Mesa. A revisão bibliográfica e documental contextualiza a dura realidade das pessoas que cumpriram pena em presídios e tentam se recolocar socialmente em trabalhos e ocupações formais, uma vez que são egressas do sistema prisional, além das dificuldades de acesso a alimentos seguros e saudáveis. A pesquisa parte do entendimento de que a alimentação é um fator cultural, mas também um elemento-chave para a promoção da saúde. A coleta de relatos e falas nativas demonstrou um cenário ainda mais preocupante. As violências e exclusões sofridas por essas pessoas resultam em um quadro de insegurança alimentar grave e em uma diminuição significativa da expectativa de vida. Essa condição afeta a percepção do que é alimento, do que é seguro e do que é saudável sob uma perspectiva simbólica e cultural. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é constantemente violado nas exclusões que as pessoas participantes do programa Casa Diversa enfrentam cotidianamente, tanto dentro quanto fora do presídio. O curso representa, justamente, um espaço e momento de mudança dessa realidade, proporcionando não apenas a inclusão dessas pessoas em empregos formais e dignos, mas também treinando as empresas para recebê-las. Os relatos coletados permitem concluir que os projetos têm um impacto significativo, inclusive em relação à redução de danos quando necessária, e à promoção de qualidade e maior expectativa de vida. Ainda é possível perceber que a busca por um DHAA pleno e efetivo só será concretizada após uma profunda mudança cultural, que permita a desnaturalização das situações de opressão e violação de direitos. Alimentação e segurança alimentar dependem não apenas do comer, mas do cozinhar, compartilhar e de outras comensalidades que ocorrem à mesa. Por fim, o trabalho expõe políticas públicas e iniciativas internacionais que, atualmente, têm contribuído para uma mudança positiva nessa realidade.

CORPO EVIDENCIADO, CORPO VIOLENTADO

Maria Augusta Duraes Trindade, Márcio Mariath Belloc

A autora aborda o relato de experiência do acolhimento psicológico presencial, um serviço de apoio emocional que não tem caráter de psicoterapia, nem se caracteriza como serviço de urgência e emergência psicológicas. Visa ofertar escuta para a dor e o sofrimento psíquico, sem necessidade de agendamento prévio. Realiza-se na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Trata-se de fragmentos da narrativa de uma situação de violência contra uma mulher que se declara

preta. A marcação da alteridade pela cor da pele parece enlaçar a subjetividade, colocando em evidência um corpo preto de mulher, violentado e desmanteado. Objetiva-se refletir sobre a experiência de sofrer discriminação racial e ser acolhida por uma psicoterapeuta preta. Constatou-se que a escuta psicanalítica, ao se colocar como mediadora do ato racista e engendrar uma postura ética sensível à alteridade, é capaz de ser uma ferramenta para o enfrentamento do desamparo no espaço psicoterapêutico. Conclui-se que a demanda por cuidado em saúde mental evidenciou as subjetividades implicadas e colocou o desafio de buscar compreender os diversos fatores emocionais envolvidos na questão, bem como pensar na construção de outras metodologias de abordagem para a problemática.

DIAGNÓSTICO DE SAÚDE DA COMUNIDADE NAS ALDEIAS INDÍGENAS DE SANTA MARIA

Gabriela de Jesus Lourenço, Daniel Pereira Oliveira, kayan Alkimim Mota, Luan Alkimim Mota, Daniel Campos Sales, Gilnei Candinho, Inaê Jacinto, Marinel Mór Dall' Agnol

Com o objetivo de realizar um diagnóstico de saúde da comunidade nas aldeias de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, do povo indígena Kaingang e Mbyá Guaraní, discentes da Liga Acadêmica de Assuntos Indígenas - Yandê e do Programa Educação Tutorial Indígena Ñande Reko realizarão um estudo transversal descritivo com revisão sistemática. O estudo busca analisar os perfis demográficos, de saúde, cultural, socioeconômico, educacional e ambiental, bem como as demandas da comunidade e a utilização dos serviços de saúde existentes, compreendendo como esses determinantes influenciam a vida na comunidade e o processo saúde-doença. A análise da situação de saúde auxiliará a estabelecer ações direcionadas e diferenciadas, com competência intercultural, focadas em educação, promoção, prevenção e recuperação em saúde. Além disso, pretende-se promover a discussão sobre saúde indígena no ensino superior da Universidade Federal de Santa Maria, propondo uma educação superior diferenciada por meio da construção de novos projetos, como estágios, ensino, pesquisa e extensão. O período de coleta de dados está previsto para 2024.

A PRODUÇÃO DO CUIDADO NO ÂMBITO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS

Rayane dos Santos Oliveira, Glenda Maria Pereira Monteiro, Dhyana Araújo Bonet, Victória Christinne Freitas da Silva, Thayná Pereira da Costa, Jade Aline de Souza Deveza, Leonardo Leal da Silva, Alice de Almeida Felinto, Natanael Jaques Soares Ribeiro, Amanda Forster Lopes

Abordagens de temáticas relacionadas à alimentação e nutrição vêm ganhando destaque nos tempos atuais, demandando que gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) tenham mais atenção para

os diversos aspectos da alimentação, como possibilidade de trabalhar a percepção dos fatores que determinam o processo saúde-doença. O objetivo é descrever a experiência de capacitação sobre as temáticas relacionadas à alimentação e nutrição, com enfoque no Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB), direcionadas aos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) atuantes em comunidades ribeirinhas do município de Coari (AM). Trata-se do relato de experiência de uma atividade de extensão universitária realizada por alunos do curso de Nutrição de uma universidade pública localizada na região do Médio Solimões, interior do Amazonas. O projeto do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), intitulado “Ações de Alimentação e Nutrição em Saúde Pública: um assunto para todos”, iniciou-se a partir do planejamento e discussões para a tomada da decisão do público-alvo, que foram os ACSs atuantes em comunidades ribeirinhas. Para a capacitação, o enfoque foi em realizar atividades dinâmicas, permitindo a troca de experiências e conhecimentos, e foram definidas três temáticas: transição epidemiológica e nutricional, a classificação NOVA dos alimentos adotada pelo GAPB, e a importância da identificação do estado nutricional. A capacitação ocorreu no dia 1º de junho de 2023, com um total de 85 ACSs. Pode-se perceber um relevante interesse dos participantes quanto às temáticas, e as abordagens baseadas em aspectos da realidade despertaram a identificação com os cenários relativos às mudanças nos hábitos de vida e de consumo alimentar, vivência diária dos ACSs nas comunidades. Para além dos padrões apresentados pelos alunos, o aprendizado ocorreu com o compartilhamento de vivências do modo de vida da população ribeirinha. Constatou-se que poucos ACSs possuíam conhecimentos sobre a existência do GAPB, as informações sobre a classificação NOVA também pareceram novidade, assim como a classificação do estado nutricional, cuja coleta de informação de peso e estatura, quando ocorre, no geral, é para registro dos programas municipais. Há carência de informações sobre aspectos da alimentação e nutrição entre os ACSs atuantes em comunidades ribeirinhas no Médio Solimões. A capacitação oferecida foi de grande valia para a transmissão de informações relevantes e que possam ser aplicadas na prática; no entanto, tratou-se de uma ação pontual de extensão universitária. Ressalta-se a importância de que gestores reconheçam as lacunas e busquem alternativas continuadas de capacitação aos ACSs. Destaca-se que a realização dessa ação foi imprescindível para integrar os conhecimentos científicos adquiridos pelos alunos com os conhecimentos populares e a vivência dos ACSs, e, ainda que de forma pontual, para suprir lacunas tão importantes para a prevenção de doenças e promoção da saúde da comunidade no âmbito da saúde pública.

SÍNDROME DE BURNOUT E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Eduardo Carvalho de Souza, Eliza Augustos Lucatti, Maria Eduarda Vicente Martins,
Yasmin Cairo Modesto, Ana Cláudia Marcondes de Souza Pereira,
Graziele Cuba Leal Gonçalves, Dayana de Souza Almeida, Luzana Mackevicius Bernardes

A síndrome de burnout, também conhecida como esgotamento profissional, é uma condição psicológica que resulta de um estresse crônico no ambiente de trabalho que não foi administrado adequadamente. Esse transtorno tem sido cada vez mais reconhecido como um problema significativo de saúde pública, afetando milhares de trabalhadores em diversas áreas e impactando negativamente a

produtividade e a qualidade de vida. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo apresentar dados de produções científicas acerca da síndrome de burnout. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada no mês de maio de 2024. Para a busca dos estudos, utilizaram-se os seguintes descritores: Síndrome de Burnout; Estresse; Saúde Mental. A síndrome de burnout é caracterizada por três dimensões principais: exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal. A exaustão emocional refere-se a um esgotamento extremo, no qual o indivíduo sente-se incapaz de oferecer mais de si mesmo. A despersonalização envolve um distanciamento emocional e um cinismo em relação ao trabalho e aos colegas, frequentemente manifestado por uma atitude negativa e insensível. A redução da realização pessoal é marcada por sentimentos de incompetência e falta de realização no trabalho. Diversos fatores contribuem para o desenvolvimento do burnout. Entre os principais estão a carga excessiva de trabalho, a pressão por resultados, a falta de controle sobre as atividades, a ausência de apoio social no ambiente de trabalho e a incongruência entre os valores pessoais e os da organização. Ambientes de trabalho tóxicos, com liderança inadequada e comunicação deficiente, também são gatilhos importantes para essa síndrome. Os sintomas do burnout incluem cansaço físico, problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, insônia, irritabilidade e dificuldade de concentração. Estes podem se estender para a vida pessoal do indivíduo, prejudicando suas relações e seu bem-estar. A prevenção e o tratamento da síndrome de burnout envolvem uma abordagem multifacetada. É crucial que os trabalhadores desenvolvam habilidades de gestão do estresse, como técnicas de relaxamento, prática regular de exercícios físicos e estabelecimento de limites claros entre a vida profissional e pessoal. O apoio psicológico é valioso para lidar com os sintomas e identificar estratégias de enfrentamento. As organizações têm um papel fundamental na prevenção do burnout. Isso inclui a criação de um ambiente de trabalho saudável, onde os funcionários se sintam valorizados e apoiados. Medidas práticas incluem a promoção de um equilíbrio saudável entre trabalho e vida pessoal, reconhecimento e recompensa pelo bom desempenho, oportunidades de desenvolvimento profissional e a criação de uma cultura organizacional aberta e comunicativa. Em suma, a síndrome de burnout é um fenômeno complexo e debilitante que requer uma resposta coordenada tanto de indivíduos quanto de organizações. Ao reconhecer os sinais precoces e implementar estratégias eficazes de prevenção e intervenção, é possível mitigar os efeitos dessa condição e promover um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo. A saúde mental dos trabalhadores é um pilar essencial para o sucesso e a sustentabilidade de qualquer organização, e cuidar dela deve ser uma prioridade contínua.

TECNOLOGIA EDUCATIVA SOBRE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: POSSIBILIDADE FORMATIVA PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Adriano Potugal Oliveira, Haroldo Gonçalves de Jesus, Yure Henrique Andrade de Oliveira, Josias da Costa Junior

As comunidades quilombolas do norte do país vivenciam sequelas de um passado histórico de opressões que repercutem até hoje em questões estruturais que as mantêm alijadas de políticas

públicas. Nesse contexto, a constituição populacional das comunidades quilombolas é muito variada; nos territórios residem pessoas de inúmeras idades, porém destaca-se o período da adolescência, que notoriamente é marcado por transformações biopsicossociais, bem como pelo despertar sexual, processo natural de cada ser humano. Diante deste cenário, os profissionais de saúde inseridos nas comunidades exercem papel salutar na promoção e prevenção à saúde, cabendo a estes a orientação de práticas seguras, identificação de comportamentos de risco e uso adequado dos métodos contraceptivos. Assim, este trabalho objetiva relatar a experiência de uma ação desenvolvida junto aos profissionais de saúde em uma comunidade quilombola, apresentando uma tecnologia educativa no formato de Álbum Seriado (AS) sobre o uso de Métodos Contraceptivos (MC). O estudo é de cunho descritivo, com abordagem qualitativa na modalidade relato de experiência de ação de cunho formativo realizada em uma comunidade quilombola no município de Abaetetuba/PA, em fevereiro de 2024. Participaram do estudo 6 profissionais de saúde, de nível superior e técnico, entre 25 e 48 anos de idade, que explicitaram interesse em participar da formação. O AS foi organizado de maneira a contemplar o conteúdo referente aos métodos de barreira, hormonais e comportamentais. O material apresenta textos objetivos conectados a fotografias que ilustram o contexto abordado, destacando a utilização do material como uma possibilidade de abordar o público em consultas individuais, visitas domiciliares e em outras oportunidades de ações educativas. Durante a formação, ficou evidente o interesse dos profissionais sobre a temática em questão, sendo nítido o compromisso com o bem-estar da população quilombola e a preocupação pelo não uso dos MC. Na ocasião, puderam compartilhar suas experiências do cotidiano de trabalho na comunidade e esclarecer dúvidas quanto aos MC. Nos discursos dos profissionais, nota-se as dificuldades de abordagem do tema devido a certa resistência de alguns moradores sobre a adesão aos MC. Assim, o AS foi apresentado como uma possibilidade mais didática para favorecer o diálogo com a comunidade durante as ações educativas, ofertando outras formas de interação com os indivíduos e despertando o interesse ao interagir com as imagens e gráficos contidos no material. O uso de tecnologias educativas, tais como o AS, deve ser potencializado na abordagem aos adolescentes quilombolas. O AS oportuniza um momento descontraído, lúdico e com temática de grande importância à saúde nesta fase do ciclo de vida. Além disso, as formações para profissionais que atuam em comunidades quilombolas e/ou em outras comunidades tradicionais devem acontecer de forma constante, oportunizando atualização e subsidiando o cuidado qualificado.

DELIMITAÇÃO DE UMA LINHA DE BASE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLAS PROMOTORAS DE SAÚDE DA AFFORDABLE HEALTH INITIATIVE EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BELO HORIZONTE

Leonardo Menezes dos Santos, Viviane Elisângela Gomes, João Henrique Lara do Amaral

O Programa Escola Promotora de Saúde da Iniciativa para uma Saúde Acessível (PEPS-ISA), conduzido pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com

a Affordable Health Initiative (AHI), visa intensificar a promoção de saúde de crianças e adolescentes em escolas públicas por meio de um modelo sustentável de intervenções. Este programa busca melhorar o bem-estar físico, mental e social dos estudantes, criando um ambiente escolar saudável e propício ao aprendizado. Este estudo realiza uma pesquisa de implementação do PEPS-ISA, organizada em várias etapas. A construção de uma linha de base está sendo desenvolvida por meio de análises transversais de dados sobre exames clínicos antropométricos e de saúde bucal, questionários sobre infraestrutura das escolas, avaliação de professores e das condições socioeconômicas, além de dados sobre saúde, hábitos, estilo de vida, impacto da saúde no desempenho escolar e comportamento social dos alunos. Esta linha de base é essencial para monitorar e avaliar a eficácia do programa ao longo do tempo. Atualmente, a pesquisa encontra-se na fase de aplicação dos questionários socioeconômicos e de saúde e hábitos, coleta do formulário de infraestrutura das escolas, aplicação dos questionários para os professores e coleta dos exames antropométricos e de saúde bucal. Durante a realização desses exames, o banco de dados está sendo automaticamente alimentado. Paralelamente, produtos técnicos estão em produção. Os facilitadores do processo incluem o apoio das direções escolares e a participação ativa das famílias e professores. No entanto, a pesquisa também enfrentou desafios, como a logística de aplicação nas escolas e a necessidade de adaptação dos instrumentos de coleta de dados às diferentes realidades escolares. Este trabalho apresentará os facilitadores e desafios da implementação da pesquisa para a construção da linha de base necessária à aplicação do PEPS-ISA. A pesquisa resultará na produção de um artigo científico e de um produto técnico instrucional: um audiovisual descrevendo o PEPS-ISA e o processo de construção da linha de base, proporcionando uma visão abrangente das escolas e dos alunos antes da implementação completa do programa. Esta pesquisa reforça a integração das práticas de saúde e educação, contribuindo significativamente para a promoção da saúde e do bem-estar dos alunos.

UTILIZAÇÃO DE CONSULTA MÉDICA ENTRE MULHERES

Pâmela de Souza Campanha, Ana Paula Santana Coelho Almeida, Melissa dos Santos Matos, Thiago Dias Sarti

O Sistema Único de Saúde (SUS) visa proporcionar cuidado integral e contínuo, com foco na saúde, qualidade de vida, prevenção e promoção da saúde, além de garantir acesso universal ao sistema de saúde. Neste âmbito, o acesso e a utilização de serviços de saúde entre mulheres devem ser proporcionados com qualidade e excelência. Todavia, o sistema de saúde brasileiro demonstra adversidades, tais quais: desarticulação das redes, barreiras ao acesso aos serviços de saúde e escassez de suporte à prestação de serviços de saúde, os quais configuram, muitas vezes, ineficiência no acesso, utilização e continuidade do cuidado entre mulheres. Isto posto, o objetivo do estudo foi verificar o acesso e a utilização de consultas médicas entre mulheres ao longo de doze meses, identificando os serviços, público ou privado, utilizados pelas mesmas. Deste modo, concerne-se a um estudo quantitativo transversal realizado no município de Vitória, Espírito Santo, com 1177 mulheres de 18 anos ou mais que tiveram, ou não, acesso ao atendimento médico, possuindo, ou não, plano de saúde entre novembro e dezembro de 2019. O acompanhamento por doze meses foi realizado pelo sistema de informatização de saúde da prefeitura do município de Vitória. A análise de associação foi realizada

através de regressão de Poisson no software Stata 17. Em relação às mulheres que participaram da pesquisa, 64,4% (IC95%: 61,54 - 67,18) perceberam que precisavam de uma consulta médica, das quais 91,9% (IC95%: 89,62 - 94,18) procuraram por atendimento, sendo elas 94,9% (IC95%: 92,17 - 96,74) mulheres com plano de saúde e 88,5% (IC95%: 84,63 - 91,49) sem plano de saúde. Ademais, 6,6% (IC95%: 4,90 - 8,74) não conseguiram ser atendidas na última vez que procuraram por consulta médica. Dentre essas mulheres, 1,4% (IC95%: 0,59 - 3,34) possuíam plano de saúde, enquanto 12,7% (IC95%: 9,35 - 16,94) não possuíam plano. Além disso, o principal motivo pelo qual 81,4% (IC95%: 66,49 - 90,61) das mulheres não foram atendidas foi a falta de vaga/senha disponível ou a ausência de médico atendendo. Destas, 86,8% (IC95%: 71,48 - 94,56) não possuíam plano de saúde, ao passo que 40,0% (IC95%: 9,55 - 80,80) dispunham de plano de saúde. Por conseguinte, observa-se que ainda são necessárias melhorias no acesso e na utilização dos serviços de saúde/consultas médicas por indivíduos do sexo feminino. Outrossim, torna-se perceptível a disparidade entre mulheres que têm ou não posse de plano de saúde no que se refere à utilização dos serviços de saúde, haja vista a desigualdade na utilização de consultas médicas. À vista disso, nota-se que mulheres que dispõem de plano de saúde são mais propensas a manter a utilização dos serviços e a continuidade do cuidado. Estes achados destacam a importância do sistema público de saúde para a qualidade e constância do cuidado às mulheres, a fim de acabar ou, ao menos, amenizar tais disparidades.

A IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO MATRICIAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Thais Bennemann, Michele Eichelberger, Matheus Baneiro Cardoso, Renata Savian da Rosa

O serviço “Núcleo de Apoio Matricial da Atenção Primária à Saúde” compõe a rede de um município de médio porte populacional da região metropolitana de Porto Alegre - RS. Suas diretrizes operacionais estão alinhadas à metodologia do Apoio Matricial e Equipe de Referência, implementada pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em 2008 e retomada, recentemente, em 2023, por meio da proposição das Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti) pelo Ministério da Saúde. Após a habilitação das eMultis para o município, a Fundação de Saúde local assumiu sua implementação, inicialmente com enfoque na saúde mental, conforme demandado pela gestão municipal. O Núcleo estruturou-se a partir da composição de cinco eMultis regionalizadas, vinculadas às unidades de APS. Consiste em um modelo de trabalho interprofissional, de lógica colaborativa, que retoma a dimensão territorial do cuidado, compreende articulações com a RAS e intersetoriais, reduz encaminhamentos e promove a integralidade do cuidado. Assim, objetiva-se fortalecer o papel da APS como ordenadora do cuidado; ampliar o acesso e a resolutividade da APS; garantir a longitudinalidade da atenção próxima aos territórios de vida dos sujeitos; impulsionar a mudança de modelo de atenção na RAS; qualificar o cuidado às pessoas com sofrimento psíquico junto às suas unidades de referência e fomentar estratégias de EPS junto às equipes. O Núcleo, em conjunto com unidades de APS, realiza o acolhimento em saúde mental por meio da avaliação da

situação de sofrimento psíquico dos sujeitos e da pactuação do plano de cuidado com os mesmos e suas redes de apoio. O processo de trabalho constitui-se a partir das demandas emergentes dos territórios e dos recursos que os compõem; as ações a serem desenvolvidas são pactuadas em reuniões mensais de matriciamento e em turnos fixos nas unidades, bem como em reuniões de microrredes dos territórios. Estas ações contemplam atividades de EPS, discussão de caso, atendimentos individuais, visita domiciliar, atividades coletivas e uma diversidade de intervenções compartilhadas que aprimoram a produção do cuidado na RAPS. Também fez-se necessária a construção de instrumentos de monitoramento do cuidado compartilhado e de planos de cuidado singulares com os sujeitos, de modo a contribuir para a avaliação das intervenções já realizadas pela APS e das modalidades de acompanhamento pela equipe especializada em saúde mental no território. Após um período de desinvestimento na APS, a estruturação deste dispositivo, a partir da criação das eMultis pelo Ministério da Saúde, afirma um modelo de atenção balizado pelo território vivo, pela construção do trabalho em equipe interprofissional e pela produção de cuidado em rede. Ademais, é necessário fomentar estratégias que visem à superação da fragmentação do cuidado e da clínica centrada no diagnóstico, que suscitem ações individualizantes e isoladas. O arranjo de equipes de apoio matricial e equipes de referência traz desafios metodológicos para a gestão do processo de trabalho, que retomam a Função Apoio como uma relação a ser contratualizada nos diferentes contextos dos espaços coletivos de produção da saúde, e não como uma intervenção que se define previamente ao encontro com a realidade dos territórios.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: LIMITES E POTENCIALIDADES DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Fabiana de Oliveira, Vanessa Gomes Magalhães,
Luiz Henrique Gregorio do Nascimento, Thayane Martins da Silva Cruz,
Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

A violência contra a mulher é uma realidade alarmante e crescente na sociedade, representando uma grave violação dos direitos humanos, manifestada de maneira insidiosa no cotidiano de parcela substancial do público feminino. Tal forma de opressão infringe os direitos à vida, à saúde física e mental das mulheres, comprometendo sua integridade física, além do bem-estar emocional e psicológico. A assistência prestada por profissionais de Enfermagem a essas mulheres é atravessada por diversas limitações e potencialidades que impactam diretamente a eficácia do atendimento. Embora a Lei Maria da Penha represente um avanço na luta contra a violência doméstica, persistem desafios a serem superados na prática clínica, a fim de garantir um cuidado mais humanizado e eficiente. Nesse contexto, mostra-se relevante analisar e refletir sobre a abordagem de Enfermagem a esse público, visando aprimorar a qualidade do cuidado prestado e desenvolver estratégias que reduzam os impactos negativos vividos pelas vítimas dessa violência. O objetivo é determinar o papel da Enfermagem frente às mulheres vítimas de violência na Atenção Básica de Saúde. Trata-se de uma revisão integrativa

nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), por meio das palavras-chave “violência contra mulher”, “assistência de Enfermagem” e “cuidado”, incluindo trabalhos dos últimos cinco anos, no idioma português, disponíveis gratuitamente online na íntegra. Excluindo os trabalhos repetidos, foram eleitos 24 artigos para compor a presente pesquisa. Destacam-se como aspectos cruciais para o fornecimento de apoio adequado a escuta qualificada e o acolhimento – a primeira deve ser ativa, livre de preconceitos e sensível às necessidades das vítimas, enquanto o segundo deve fortalecer a relação entre profissional e paciente, promovendo um ambiente de proteção e amparo. Além disso, a abordagem intersetorial mostra-se essencial, visto que a complexidade na identificação de sinais de abuso emerge como um desafio significativo devido à sutileza e à não fisicalidade de muitas formas de violência. Nesse sentido, é necessário envolver diversos setores, como saúde, educação, justiça e assistência social, para uma intervenção holística e eficaz. Por fim, a formação e capacitação profissional emergem como componentes essenciais para uma assistência eficaz, visto que as dificuldades em reconhecer os sinais e tomar as medidas apropriadas resultam em práticas inadequadas e no sentimento de impotência tanto para a vítima quanto para o profissional. Os resultados apontam que a identificação de sinais de abuso, o fornecimento de apoio adequado e a formação profissional são fundamentais para enfrentar os desafios na assistência de Enfermagem às mulheres vítimas de violência. Urge a capacitação contínua, a educação permanente e a criação de protocolos específicos para o atendimento às vítimas de violência. Embora sejam identificadas diferentes limitações e potencialidades em cada área analisada, destaca-se a necessidade de apoio institucional, pesquisas contínuas e abordagens interdisciplinares mais integradas e bem estruturadas para promover uma assistência eficaz e empática.

MANEJO DE ENFERMAGEM ÀS COMPLICAÇÕES DA HANSENÍASE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Fabiana de Oliveira, Vanessa Gomes Magalhães,
Luiz Henrique Gregorio do Nascimento, Thayane Martins da Silva Cruz,
Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

A hanseníase é uma doença infecciosa crônica, endêmica e incapacitante, considerada um problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Seus sintomas progridem do nível cutâneo às manifestações nervosas, podendo atingir o sistema nervoso periférico, mucosas nasal e orofaríngea, olhos e vísceras, comprometendo todo o organismo do indivíduo. O diagnóstico é essencialmente clínico, confirmado com base na perda de sensibilidade, espessamento nerval, características das lesões de pele e presença do bacilo na própria lesão. Após receber o diagnóstico, o paciente tem direito a tratamento gratuito com a poliquimioterapia (PQT), capaz de interromper a transmissão em poucos dias e alcançar a cura por completo. Embora seja necessário o acompanhamento da equipe multidisciplinar em saúde, a enfermagem desempenha papel essencial na prevenção, tratamento e cura da doença, incluindo desde a busca ativa de casos até a educação em saúde. Considerando o

protagonismo dessa classe profissional e a necessidade de compreender e sistematizar o conhecimento sobre as complicações mais comuns da hanseníase e as abordagens de manejo em Enfermagem na Atenção Básica, o objetivo deste trabalho é investigar as abordagens de manejo em Enfermagem mais eficazes na Atenção Primária à Saúde (APS), voltadas à recuperação do paciente diagnosticado com complicações associadas à hanseníase. Trata-se de uma revisão integrativa na base de dados EbscoHost, a partir dos descritores disponibilizados pelo DeCS/MS: “Enfermagem”, “complicações”, “hanseníase” e “atenção primária à saúde”, com auxílio do operador booleano AND e o uso de aspas. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos publicados em periódicos disponíveis integralmente online, nos idiomas português ou inglês, entre 2019 e 2023. A pesquisa alcançou 44 trabalhos e, após leitura criteriosa, foram selecionados 8 artigos para compor a presente revisão. As intervenções realizadas por enfermeiros, visando prevenir incapacidades físicas causadas pela hanseníase, ganham destaque nessa assistência. Nesse sentido, o cuidado envolve a avaliação neurológica, o grau de incapacidade física e a educação em saúde para o autocuidado. Caso a prevenção não seja efetiva e ocorram incapacidades (como funções táteis e força muscular deficientes e dificuldade para realização das atividades de vida diária), são realizadas adaptações de calçados, férulas, instrumentos de trabalho e encaminhamentos aos serviços especializados ou serviços gerais de reabilitação. Além disso, o enfermeiro realiza a identificação de reações hansênicas (respostas exacerbadas aos antígenos do *Mycobacterium leprae* e ao seu tratamento), encaminhando o paciente ao médico para prescrição de prednisona, visando o controle de manifestações inflamatórias e danos neurais. Quanto aos prejuízos relacionados à qualidade de vida, por tratar-se de uma doença estigmatizante, as intervenções de Enfermagem envolvem a identificação de sinais de alerta para depressão, ofertando os serviços de saúde mental disponíveis na rede de atenção à saúde (RAS). A análise mostrou que as incapacidades causadas pela hanseníase não se restringem a aspectos dermatológicos, incluindo também comprometimentos neurológicos e sociais significativos, os quais podem ser prevenidos e manejados na APS por profissionais capacitados. As recomendações visam orientar a prática clínica, promovendo uma abordagem mais eficaz e humanizada, essencial para melhorar os resultados de saúde dos pacientes.

PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL EM UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Eduardo Carvalho de Souza, Eliza Augustos Lucatti, Maria Eduarda Vicente Martins, Yasmin Cairo Modesto, Ana Cláudia Marcondes de Souza Pereira, Grazielle Cuba Leal Gonçalves, Dayana de Souza Almeida, Luzana Mackevicius Bernardes

A saúde mental, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida como um estado de bem-estar em que o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, lida com o estresse rotineiro, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto para contribuir à sua comunidade. A saúde mental pode ser analisada em vários contextos e segmentos, inclusive no universitário. Sendo assim, é válido destacar que a universidade desempenha um papel crucial no desenvolvimento da vida, pois promove a ampliação de habilidades e competências tanto profissionais quanto pessoais, além de

aperfeiçoar o funcionamento cognitivo, tornando-se um círculo gerador de impactos positivos para seus universitários. Esse novo momento de transformações típicas gera novas exigências, fazendo com que o indivíduo precise se ajustar a essa nova realidade. Por conta de todas essas mudanças, esse processo pode ser visto como uma fonte de estresse, afetando diretamente a saúde dos estudantes. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo apresentar reflexões de produções científicas acerca de problemas de saúde mental em universitários. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada no mês de maio de 2024. Para a busca dos estudos, utilizaram-se os seguintes descritores: saúde mental, estudantes universitários e ensino. Dentro do ambiente universitário, considera-se que o estresse engloba variáveis complexas inter-relacionadas, como estressores acadêmicos e experiências subjetivas de estresse. A universidade pode proporcionar um conjunto de situações altamente estressantes, já que o indivíduo pode experimentar, mesmo que temporariamente, uma falta de controle sobre o novo ambiente, o que potencialmente gera estresse e também pode levar a fracassos acadêmicos. Entre os fatores de risco para o adoecimento mental de estudantes, relacionados às vivências acadêmicas, pode-se elencar: o período do curso, pensar em abandonar o curso, dificuldade em equilibrar a graduação com outras atividades, excesso de horas de estudo, desconforto com avaliações, insatisfação ou falta de interesse com o curso e baixa expectativa em relação ao futuro profissional. Os estudos demonstram que há uma grande quantidade de distúrbios psicológicos entre universitários em comparação com a população em geral. Eles também ressaltam a necessidade de aprofundar o entendimento sobre a fragilidade e saúde mental desse grupo, devido aos sinais que frequentemente apontam para níveis elevados de estresse, esgotamento, ansiedade e depressão. Por fim, os estudos trazem diversas reflexões sérias que precisam ser analisadas de forma crítica pelas instituições de ensino superior, bem como pelos próprios estudantes, proporcionando, assim, caminhos e estratégias de trabalho para evitar o adoecimento mental nos espaços acadêmicos.

A ATUAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM UMA ESCOLA ESTADUAL DA REDE PÚBLICA DE ALAGOAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Aline Rodrigues Oliveira, Amábile Vinsenteiner Cunha Ferreira, Naira Gabriela Protazio de Oliveira Lessa, Jayanne Claire do Nascimento Souza, Maria Lucélia da Hora Sales, Tânia Kátia de Araújo Mendes

O projeto de extensão Vigilância e Tecnologias em Saúde – VIGITECS, da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, vinculado ao Programa Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) – Ministério da Saúde, tem atuado no sentido de potencializar, na formação, a compreensão e o desenvolvimento de ações articuladas entre a Vigilância e a Atenção Primária em Saúde - APS, fortalecendo, assim, a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Em suas estratégias organizativas, a política orienta o acolhimento e a resposta às demandas dos representantes da comunidade, além da articulação com instituições existentes no território. O objetivo é descrever a experiência vivenciada

por discentes extensionistas do Projeto de Extensão Comunitária - VIGITECS na realização de ações de educação em saúde voltadas aos adolescentes em uma Escola Estadual na cidade de Maceió/AL. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. As ações foram desenvolvidas em uma escola pública estadual de nível fundamental e médio, localizada no 2º distrito sanitário de saúde de Maceió/AL, com estudantes na faixa etária de 13 a 18 anos, com periodicidade quinzenal, às sextas-feiras, nos horários das 14h às 17h. Na fase inicial, motivados pelo perfil de atendimento na UBS, que evidenciou elevado número de gestantes adolescentes e incidência alta de infecções sexualmente transmissíveis, com destaque para sífilis, optou-se por priorizar o trabalho com esse público. A partir dessa demanda, os extensionistas se aproximaram da diretora e articuladora da escola local. Desse diálogo, foi elaborado um plano de ação com cronograma pactuado entre as partes, no qual foram realizadas atividades educativas visando intervir nesse cenário. Ao todo, foram realizados 10 encontros que trataram sobre: prevenção da gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a importância do uso do preservativo, saúde mental na adolescência, autoestima e autocuidado, planejamento familiar e reprodutivo, e a importância da vacinação. Foram utilizadas metodologias ativas, observou-se participação crescente dos professores, construíram-se recursos educativos e houve divulgação dos serviços oferecidos pela UBS, uma vez que muitos os desconheciam. As ações do projeto VIGITECS, para além dos muros da academia, vêm potencializando, na formação, a percepção da importância do trabalho integrado entre os campos da vigilância e da APS. O projeto promove o estreitamento de laços com os profissionais de saúde e educação, oportunizando o conhecimento da realidade da comunidade. Recomenda-se a perenização dessas ações na rotina escolar, esperando-se que, a médio prazo, elas venham a impactar na mudança dos atuais indicadores de saúde no território.

AS CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS EM ALAGOAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amábil Vinsenteiner Cunha Ferreira, Ana Aline Rodrigues Oliveira, Jayanne Claire do Nascimento Souza, Maria Lucélia da Hora Sales, Tânia Kátia de Araújo Mendes, Naira Gabriela Protazio de Oliveira Lessa

O projeto de extensão Comunitária, Vigilância e Tecnologias em Saúde – VIGITECS, vinculado ao Programa Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) – Ministério da Saúde (MS), norteado pela resolução nº 7, de 18/12/2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, surgiu com o intuito de potencializar, na formação, a compreensão e o desenvolvimento de ações articuladas entre a Vigilância em Saúde (VS) e a Atenção Primária em Saúde – APS. O objetivo é descrever a experiência vivenciada por discentes extensionistas no campo da educação em saúde voltada para mulheres, em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Maceió/AL. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. Foram desenvolvidos 6 encontros, quinzenalmente, às sextas-feiras, no horário das 14h às 17h, com um grupo de mulheres com faixa etária

entre 45 e 70 anos, envolvendo em média 35 a 50 participantes por encontro. Todas essas mulheres eram vinculadas a esse CRAS, localizado no 2º distrito sanitário de saúde de Maceió/AL. A fim de nortear as ações a serem desenvolvidas, inicialmente foi realizado um encontro com a coordenação do serviço (CRAS), onde foi possível conhecer um pouco do perfil daquelas mulheres e identificar demandas que poderiam ser supridas a partir da realização de ações de natureza pedagógica. Desse encontro, foram delineados temas a serem desenvolvidos e, em seguida, elaborado um plano de ação com cronograma de execução. A partir daí, com apoio integral de alguns membros da equipe da Unidade Básica de Saúde (UBS) local, foram abordados os seguintes temas: saúde mental e bem-estar na terceira idade; saúde sexual na terceira idade; prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs); doenças crônicas não transmissíveis e o uso correto de medicações. Todas as abordagens tiveram foco na prevenção de doenças, no cuidado terapêutico nos casos de mulheres com doenças já existentes e na elevação da autoestima das participantes. As ações foram desenvolvidas com o uso de metodologias ativas de aprendizagem, buscando o envolvimento das participantes na construção coletiva dos diversos saberes e práticas. O partilhamento de experiências foi constante a cada encontro, favorecendo a compreensão do grupo sobre o protagonismo de cada uma em seu processo saúde-doença. Todo esse processo vivenciado, desde a aproximação dos discentes a um dispositivo social diferente do de saúde, a escuta aos líderes de serviços, a escuta à população, até os momentos de encontros educativos com as mulheres, permitiu inferir que a extensão universitária promove o estreitamento de laços entre a academia, a comunidade e os diferentes serviços existentes, revelando-se, portanto, uma ferramenta potente no fortalecimento da Vigilância em Saúde no território.

EXPERIÊNCIA DE ENGAJAMENTO DO CONTROLE SOCIAL PARA SUPERAÇÃO DE VAZIO ASSISTENCIAL NA REGIÃO COREDE FRONTEIRA OESTE

Arthur Oliveira Domingues, Liamara Denise Ubessi, Éthel de Almeida Ribas, Cheila Denise Ottonelli Stopiglia, Olibio Estevão Nunes de Freitas, Maria Medianeira Ibanez Alberto

O controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é instituído pela Lei 8142/90, que estipula as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde como instâncias propositivas e deliberativas para formulação de novas políticas públicas em saúde no país, respectivamente. Soma-se a isso a formulação do Plano Plurianual (PPA), que, ao lado da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), constitui uma das três leis do ciclo orçamentário no Brasil. O PPA é elaborado de 4 em 4 anos, no primeiro ano de governo, com vigência no ano seguinte. O PPA 2024-2027 contou com um modelo de consulta popular direta para sua elaboração, através do PPA-participativo. Neste contexto, destaca-se que, no Rio Grande do Sul, a região do Conselho Regional de Desenvolvimento Fronteira Oeste (COREDE-FO) possui a maior extensão territorial regional, com 13 municípios, e, paradoxalmente, a menor densidade demográfica do Estado, com aproximadamente meio milhão de pessoas. Há anos essa região carece de acesso ao atendimento de

média e alta complexidade em saúde, permanecendo com péssimos índices de saúde ao longo do tempo e ferindo o princípio da descentralização do SUS. Ao considerar o exposto, este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de engajamento na busca pela superação deste vazio assistencial na região Corede Fronteira Oeste. Após a criação da Universidade Federal do Pampa e a definição do município de Uruguaiana como campus da Saúde, observa-se que, desde 2011, a Universidade, os sindicatos, os movimentos populares, entre outras entidades, estão mobilizados pela criação de um hospital que possa atender essa região do Pampa. Para se tomar de exemplo, nas áreas de UTI pediátrica e cardiologia, os habitantes têm que percorrer longas distâncias, entre 381 e 632 km, em modalidades de transferência fora domicílio, em um regime que denunciamos como “ambulâncioterapia”. Muitos perdem a vida no meio do caminho. Nesse contexto, acadêmicos, usuários e trabalhadores do SUS, Conselho Municipal de Saúde e gestores locais instituíram a Comissão Pró-Hospital Universitário do Pampa. Essa comissão tem percorrido todas as instâncias do controle social em busca de recursos para a criação de um hospital universitário 100% SUS em Uruguaiana, visando cobrir o vazio assistencial da média e alta complexidade. Estivemos em todas as etapas das conferências de Saúde (municipal, estadual e nacional) e inserimos a proposta no PPA-participativo, ficando em 7º lugar no país para a área da Saúde. Além disso, estamos em permanente reivindicação junto a setores da administração estadual e ministerial, bem como fundos de financiamento nacionais e internacionais. Para além da assistência, destaca-se que o projeto do Hospital Universitário do Pampa também se insere no contexto da formação e fixação de profissionais de saúde na região. Hoje, os acadêmicos dos anos finais dos cursos de saúde da Unipampa realizam em torno de 30 mil atendimentos em saúde/mês no município, já atingindo seu limite de saturação, com a necessidade de estabelecimento de convênios com hospitais locais de cidades vizinhas para completar sua grade curricular, sem que haja superlotação do único hospital da cidade, no caso, a Santa Casa.

EXPERIÊNCIAS NO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA CATÁSTROFE CLIMÁTICA, POLÍTICA, SOCIAL E HUMANITÁRIA QUE ATINGIU A CIDADE DE PORTO ALEGRE (RS) E SUA REGIÃO METROPOLITANA

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schilindwein, Jaqueline Tittoni, Jeferson Silveira, Adriana Guedes, Edyson Alves, Mattheus Pessano, Vanessa Soares de Castro, Vanessa Baroni, Vincent Goulart

O primeiro final de semana de maio de 2024 marcou significativamente muitas vidas na cidade de Porto Alegre: algumas pela invasão abrupta da água nas ruas, nas praças e nas casas; outras, pela comoção em meio ao caos generalizado que tomava conta da cidade e já se instalava em várias regiões do estado do Rio Grande do Sul - RS. Um estado que aprendeu, de forma dura e sofrida, os efeitos das políticas ambientais flexibilizadas e dos poucos investimentos na prevenção de eventos como este, que já haviam deixado um rastro de destruição meses antes. Talvez tenha olhado, com certo estranhamento, o Rio Grande que compõe o seu nome e que expressava toda sua força naquele momento. A necessidade

de organização de resgates, abrigos, fornecimento de alimentos, roupas e medicamentos para as pessoas desabrigadas, ilhadas e desamparadas se impôs com o avanço das enchentes. Trabalhadores/as voluntários/as tomaram iniciativas para ajudar a população no enfrentamento desse momento marcado pela falta de ordem, controle e diretrizes organizativas, na pior crise climática, ambiental e humanitária da história do país – ainda que não se possa comparar situações, dada a singularidade de cada uma. A situação exigiu de todos ações e reposicionamentos de territorialidades e afetos, gerando pânico e desespero coletivo em meio a perdas reais e simbólicas em grande escala. Além da experiência traumática evidenciada pelas imagens transmitidas em tempo real pela mídia digital, foi necessário lidar com a enxurrada de água e lama que inundou a capital e as cidades do interior, o que gerou ações em rede voltadas ao cuidado dos/as atingidos/as. Tendo vivido essas situações de diferentes pontos de vista, mas sempre realizando trabalho voluntário, propomos, nesta roda de conversa, compartilhar experiências de atuação como voluntários/as, problematizando a noção de trabalho voluntário em momentos de crise e de desastres. Para tanto, apresentamos narrativas de situações vivenciadas, refletindo sobre o lugar do voluntariado como um espaço emblemático e tensionado pelo discurso assistencialista. A ideia de um trabalho de cuidado realizado em uma situação de emergência e em um contexto sócio-político neoliberal, de Estado mínimo, revela faces do cuidado que se articulam tanto à prestação de atenção necessária às pessoas quanto à emergência de lógicas individualizantes que criam salvadores e heróis, recriando alternativas colonialistas já amplamente criticadas nas abordagens do trabalho de cuidado. As narrativas mostram que a ausência de diretrizes orientadoras advindas, sobretudo, do poder público evidenciou a riqueza de ações comunitárias de cuidado, ao mesmo tempo em que abriu espaço para práticas individualizantes e de cunho colonialista. A perspectiva teórica adotada abordará conceitos da “descolonização da mentalidade” por meio de autores como Hooks (2020), Fanon (2010), Faustino (2019) e outros. Também buscará refletir os efeitos dessas experiências para o ensino engajado e crítico da Psicologia Social do Trabalho, a fim de pensar o trabalho de cuidado nessas situações.

ECOANDO VOZES COMUNITÁRIAS: CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Fernanda Haskel

Por orientação coletiva deste trabalho de doutoramento em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), há um recado: preparem-se para quebrar casulos perceptivos que sustentam a degradação ambiental. Trata-se do *Ler* e do *Escrever* experimental, ficcional, que não se localizam fora do território do vivido. Estou aqui a escrever narrativas de antecipação, cartografias para depois do fim com Krenak, que brinca na Beira do Rio Sangradouro, com Paulo Freire sussurrando para Manoel de Barros o vento do esperar como verbo – levantar e ir atrás, construir em coletivo. Curioso que só, Manoel de Barros estava aprendendo a *transver* mundos com as baleias da Praia do Matadeiro, que ouviam, ao fundo, o coordenador do Fórum Ecoar dizer: “Com profundo

*respeito e imensa alegria, nos dirigimos ao público leitor deste relatório de diagnóstico – Olhares dos Distritos da Cidade: produzido pelo Observatório de Inovação Social de Florianópolis em parceria com o Fórum de Governança Ecosocial dos Bens Comuns de Florianópolis (Fórum Ecoar)”. Escutavam o ecoar de movimentos populares em rede, desde o Sul da Ilha da Magia, um lugar com remanescentes da Mata Atlântica, um dos hotspots do planeta. Rede Ecoar, uma iniciativa de articulações entre coletivos, conselhos comunitários e associações de bairro – amigos e moradores – para fazer ponte de viabilização da curricularização das extensões universitárias nos territórios onde vivemos, tornando nossos distritos, bairros e áreas de preservação em escolas abertas, ambientes vivos de aprendizagem dialógica. No encontro entre saberes e fazeres plurais – comunitários, populares, da natureza, técnicos e universitários – busca-se coproduzir conhecimento desde e com o território, cocriando alternativas ecológicas, inclusivas e regenerativas frente à emergência climática. Em meio à perda de confiança em processos democráticos, destaca-se o protagonismo das articulações comunitárias para incluir desafios, demandas e potencialidades locais e produzir cuidado para o *viver bem*. A professora disse: “A universidade é um labirinto de cristal. Parece que não tem barreira, mas tem; ela está invisível.” Vivemos na carne as hierarquias das institucionalidades e o quase descompasso entre os tempos e formas universitárias e comunitárias. Enquanto isso, a Associação da Therolinguística – nova e revolucionária área da ciência que estuda a literatura selvagem – tem avançado por aqui, com foco na política das plantas e na filosofia das flores, perguntando: *Como produzir cuidado no encontro entre saberes plurais, quando leis e acordos não são suficientes para sustentar A Queda do Céu com os Yanomami?**

DO NORMATIVA AO ESTRATÉGICO: UM LONGO CAMINHO A SER PERCORRIDO

Évilin Costa Gueterres, Teresinha Heck Weiller, Carla Mario Brites,
Bruna Cristiane Furtado Gomes, Elisa Rucks Megier

É notória a evolução do planejamento em saúde, com vistas a alcançar as mudanças vislumbradas no âmbito da saúde pública. O planejamento rígido, sem espaço para o diálogo, não abre brechas para a discussão coletiva na busca por soluções ou para que a tomada de decisão passe a considerar os diversos aspectos que permeiam o processo. Planejar requer organização, para que ocorra de modo sistemático, com a finalidade de alcançarmos resultados a curto, médio e longo prazo. A literatura nos mostra a superação do modelo normativo; contudo, neste relato de experiência, buscarei redigir sobre a necessidade de superarmos as amarras normativas do planejamento, para que de fato possamos chamá-lo de estratégico. O presente resumo trata-se de um relato de experiência sobre as ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS), local onde atuei como prestadora de serviços, via contrato de cooperação técnica OPAS/OMS, com base nas vivências e observações do cenário, embasadas em minhas leituras e compreensão da temática. Essas vivências ocorreram no período de junho de 2022 a março de 2024. Durante o período, notei as diversas maneiras pelas quais as equipes técnicas da SES/RS buscavam superar o caráter apenas normativo do planejamento. Porém, para que de fato a cultura de planejar, observando os resultados

por meio de processos de monitoramento e avaliação, ocorra, torna-se fundamental uma mudança na cultura institucional. A SES/RS conta com um Grupo de Trabalho de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, espaço onde são discutidas pautas transversais e os instrumentos de gestão. Entretanto, foi possível observar o potencial desse grupo de trabalho, que possui uma capacidade de se tornar ainda mais potente, embora careça de auxílio e amparo das direções. Para que ocorra uma mudança neste paradigma, o olhar sobre as questões do planejamento deve ocorrer de modo global. A tomada de decisão não pode ser apenas política, mas deve ser respaldada em questões técnicas, baseadas no monitoramento e avaliação das ações e políticas públicas. Isso é essencial para superar os desafios da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

REFLEXÕES PÓS-PANDEMIA: SERIA O TELETRABALHO UMA ALTERNATIVA PARA EVITAR O BURNOUT EM SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS QUE ATUAM NA PÓS-GRADUAÇÃO?

Tatiane Rambo dos Santos, Anahí da Silva da Cunha Guimarães, Tácia Borges de Oliveira Miller, Thayane Regina Gonçalves, Cléia Saionara Hoffmann

O teletrabalho ganhou força com a Pandemia de covid-19, em 2020, devido às limitações impostas pela situação de saúde global, que exigiu diversas modificações comportamentais e impactou diretamente as formas e relações de trabalho. Os avanços tecnológicos proporcionaram a realização de atividades laborais fora do espaço físico definido pelo empregador; todavia, para além da existência de ferramentas, é necessário torná-las acessíveis aos trabalhadores. Reorganizar as atividades e implantar novos modelos de trabalho é uma realidade latente em diversos setores. As normativas do Programa de Gestão do Ministério do Trabalho e Emprego procuram regular a atuação dos agentes públicos nesse novo formato de trabalho. Esta pesquisa trata do teletrabalho e de seu impacto na qualidade de vida dos servidores técnico-administrativos em educação que atuam em secretarias de cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de uma Universidade Pública do Sul do Brasil. O objetivo é analisar as impressões desses servidores quanto ao seu desempenho profissional e à qualidade de vida durante a experiência de teletrabalho. Trata-se de uma pesquisa com metodologia quanti-qualitativa, que envolverá a aplicação de um questionário com perguntas fechadas e uma questão aberta adicional. A finalidade da questão aberta é possibilitar que os servidores manifestem suas opiniões e/ou sugestões de mudanças no trabalho, visando à melhoria da qualidade de vida e do desempenho profissional. Serão consultados todos os servidores que atuam na pós-graduação. Além do questionário específico sobre qualidade de vida no trabalho, para fins de mapeamento do grupo e quantificação do percentual de servidores que atuam na modalidade de teletrabalho, serão incluídas duas questões extras: uma para identificar se o servidor aderiu ou não ao plano de gestão e outra para os que aderiram informarem quantos dias/horas de trabalho presencial realizam. Espera-se encontrar evidências de que o teletrabalho impacta positivamente a qualidade de vida e o desempenho profissional dos servidores técnico-administrativos

envolvidos neste estudo. Entretanto, dada a natureza das atividades universitárias e seu importante componente presencial, estima-se que a adoção do formato de trabalho híbrido seja a modalidade mais adequada. O modelo híbrido permite ao servidor manter o contato presencial com os colegas e oferece maior liberdade na definição de tarefas e prioridades a serem executadas presencialmente ou em teletrabalho. O tema da qualidade de vida é de suma importância e amplamente abordado em diversos estudos, inclusive sobre servidores públicos de instituições federais de ensino superior. Contudo, há uma escassez de estudos que considerem o componente do teletrabalho. Estudar a temática da qualidade de vida atrelada ao teletrabalho é essencial, especialmente após a Pandemia de covid-19, período em que foi necessário adaptar as atividades administrativas da Universidade para que ocorressem de forma não presencial, devido ao distanciamento físico obrigatório. Ao analisar os efeitos do teletrabalho e suas possíveis limitações, podemos identificar a melhor forma de utilizá-lo como estratégia de atendimento em situações adversas, como, por exemplo, em cenários de calamidade pública, quando o deslocamento dos servidores fica comprometido.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DAS VISITAS DOMICILIARES NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS GRADUANDOS DE ENFERMAGEM

Syrrame Guimarães Diniz, Leticia Costa Wanderley, Lorena Gleice Azevedo da Silva, Jean Carlos de Lima Deveza, Daniele Muniz da Costa, Marcelo Augusto da Silva Seixas, Nelita Luana Rivera Sigura de Moraes, Vinícius Soares Mitouso, Larissa Brito da Costa

A visita domiciliar é fundamental para o aprendizado do acadêmico de enfermagem, oferecendo uma chance valiosa de colocar em prática o que foi aprendido durante a graduação de maneira humanizada e realística. O relato de experiência ressalta a relevância das visitas domiciliares para os estudantes de enfermagem, demonstrando como essa experiência auxilia no crescimento das habilidades acadêmicas, contribuindo para um melhor desenvolvimento profissional e colaborando na promoção da saúde na comunidade. As visitas em domicílio são frequentes quando se trata de saúde pública e visam fornecer cuidados de saúde de forma direta nas residências dos indivíduos. Essas visitas, inclusas no currículo de enfermagem, possibilitam aos estudantes uma compreensão mais aprofundada acerca do cotidiano e das condições de saúde dos pacientes, assim como a influência desses fatores em seu bem-estar. Este relato baseia-se nas experiências vivenciadas por estudantes do curso de Enfermagem de uma Universidade Pública enquanto estagiavam em uma Unidade Básica de Saúde no interior do Amazonas. As visitas ocorreram semanalmente e tiveram como foco pacientes crônicos, idosos, gestantes e crianças. Os alunos executaram tarefas como aferir sinais vitais, administrar remédios, realizar curativos e orientar sobre a prevenção de doenças. Além de prestar atendimento técnico, também conversaram com pacientes e seus familiares, promoveram educação em saúde e fortaleceram as relações entre a comunidade e os profissionais. As principais dificuldades enfrentadas foram a resistência inicial de alguns pacientes em receber visitas domiciliares e a organização das viagens para os atendimentos nas áreas rurais. Para superar esses desafios, os acadêmicos aprenderam habilidades

de comunicação e organização, trabalho em equipe e desenvolveram estratégias de estruturação para maximizar o tempo e os recursos durante as visitas domiciliares. As visitas são essenciais à carreira acadêmica e proporcionam aos estudantes de enfermagem uma valiosa oportunidade de desenvolver habilidades técnicas e interpessoais. Os exercícios de campo ajudaram os alunos a melhorar suas competências de avaliação, análise e intervenção, além de promover o desenvolvimento da sensibilidade cultural e da empatia. Essa experiência é fundamental na formação dos futuros profissionais de saúde, que sairão da academia mais preparados e humanizados. Para a comunidade local atendida, as visitas domiciliares melhoraram significativamente o acesso dos pacientes aos cuidados de saúde e à qualidade de vida. Esses efeitos positivos refletem a importância das visitas às casas dos pacientes e o impacto benéfico na formação dos acadêmicos nos programas de saúde pública. A vivência das visitas domiciliares é de grande magnitude para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes de enfermagem, pois atua de forma direta na promoção da saúde nas comunidades locais. Este estágio não só amplia o conhecimento teórico e prático dos acadêmicos, mas também impulsiona os cuidados na atenção primária. Portanto, é crucial a participação acadêmica durante as visitas domiciliares, pois serve como incentivo na formação desses futuros profissionais e no empenho com a saúde e o bem-estar da comunidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIA DO DISCENTE DE ENFERMAGEM NAS PRÁTICAS DE CLÍNICA CIRÚRGICA

Larissa Brito da Costa, Daniele Muniz da Costa, Syrrame Guimarães Diniz,
Lorena Gleice Azevedo da Silva, Hyana Kamila Ferreira de Oliveira

Neste relato, o paciente assistido possuía diagnóstico de abscesso perianal com encaminhamento ao centro cirúrgico para remoção do abscesso. Posteriormente, o diagnóstico evoluiu para síndrome de Fournier, uma doença bacteriana não contagiosa que afeta o saco escrotal nos homens e, nas mulheres, o períneo abaixo da vulva e do ânus. Essa condição pode ser causada pela falta de higiene adequada no local e por enrugamentos na pele que favorecem a proliferação de bactérias. Os sinais característicos incluem odor fétido na região, febre e outros sintomas. A síndrome apresenta gangrena, que é a morte do tecido; na ausência de tratamento ou em caso de tratamento inadequado, o paciente pode evoluir para sepse e vir a óbito. O objetivo é relatar a experiência vivenciada por uma acadêmica de enfermagem durante as atividades práticas da disciplina Enfermagem na Atenção Integral à Saúde do Adulto I, no atendimento a um paciente diagnosticado com síndrome de Fournier. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com ênfase na assistência de enfermagem prestada por uma acadêmica a um paciente diagnosticado com síndrome de Fournier. O paciente estava internado no setor de clínica cirúrgica em um hospital público de um município do interior do Amazonas. A assistência ocorreu ao longo de três dias, sendo supervisionada por uma docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O paciente recebeu assistência adequada, humanizada e respeitosa, levando em consideração seu quadro clínico, considerado grave e de grande risco. Foram realizados curativos diários no local afetado pela síndrome de Fournier, administração de

medicamentos conforme prescrição médica e escuta qualificada do paciente. Além disso, foi realizada a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) individualizada. Este caso clínico foi de grande valia para o domínio técnico e desenvolvimento de confiança por parte da acadêmica. As atividades práticas propiciaram à discente segurança na realização dos procedimentos e na assistência ao paciente, resultando em 100% de aproveitamento da assistência prestada. Com o passar dos dias, foi perceptível a melhora do quadro clínico do paciente. Neste contexto, torna-se excepcional a participação prática dos acadêmicos de enfermagem na assistência aos pacientes. Essa vivência é fundamental para construir uma relação teoria-prática sólida nos discentes, além de atuar no desenvolvimento do senso crítico e da tomada de decisões diante das situações cotidianas que podem surgir na atuação do(a) enfermeiro(a) na prestação de cuidados aos seus pacientes.

IMAGENS E NARRATIVAS DAS ENCHENTES: QUANDO AS EXPERIÊNCIAS TRANSBORDAM E NOS DEIXAM SEM PALAVRAS

Jaqueline Tittoni, Vanderleia de Lurdes Dal Castel Schlindwein, Jeferson Silveira, Adriana Guedes, Edyson Alves, Mattheus Pessano, Vanessa Soares de Castro, Vanessa Baroni, Vincent Goulart

O mês de maio de 2024 marcou a vida das pessoas que vivem no Rio Grande do Sul de uma forma avassaladora. As águas dos rios transbordaram, não encontrando nada em suas margens que pudesse detê-las. Nas cidades, como Porto Alegre e na região metropolitana, assentadas nas margens dos rios, havia ruas, pedras, asfalto, estradas e casas – e pouca coisa que pudesse fazer a água abundante seguir outro fluxo. As bombas, preparadas para fazer recuar a água desde a famosa enchente de 1941, estavam sem manutenção e refletiam a falta de políticas públicas que lhes garantissem finalidade e uso adequado. Primeiro, veio a água e a necessidade de acolher pessoas desabrigadas, ilhadas e deslocadas de seus locais de moradia, em abrigos que se montavam às pressas e careciam de diretrizes organizativas. Isso ocorreu em uma cidade onde a gestão neoliberal e privatista tem sido orientada pela minimização da presença do Estado na definição de políticas para a cidade e seus habitantes. Depois, veio a lama, que se acumulava e deixava um rastro de destruição. A lama fétida, que acabamos por entender como o “odor de enchente”, característico destas situações. A lama contaminada, grudada nos móveis, nos brinquedos, nas paredes, deixava a cidade e as ruas cobertas de entulhos e restos de coisas que outrora foram sonhos e desejos materializados às custas de muito trabalho e dedicação. Havia tempo, sonhos e memórias tomados pela lama. Havia uma tristeza no ar que nos deixava (e deixa) sem palavras. Esta situação foi vivenciada por autores e autoras desta proposta, que têm em comum o estudo da fotografia como estratégia de pesquisa e como ferramenta para problematizar nossos modos de ver o mundo e habitá-lo com olhares, afetos e memórias. Tomamos, assim, as fotografias como registros, como produção de mundos e como possibilidade de inventar outros mundos, pensando nas suas articulações tanto com a arte, quanto com sua função como estratégia de comunicação e de criação de narrativas visuais, midiáticas e de redes sociais. Nos chamou a atenção, em especial, a preocupação das pessoas com as fotografias que se

havia perdido, que a água e a lama haviam levado ou danificado. Considerando todos esses aspectos, propomos compartilhar imagens colhidas durante nossa experiência nesta situação – fotografias e, em algumas ocasiões, fotografias das fotografias. Elas mostram nossos andares pela cidade e as narrativas que pudemos produzir nesta calamidade. Situação que nos fez refletir sobre a potência da imagem para falar onde faltam palavras ou onde novas palavras precisam ser inventadas. Pensamos a fotografia como dispositivo para olhar e refletir sobre a experiência vivida, destacando o lugar dos registros e das memórias quando resta o corpo como principal testemunha do vivido. A perspectiva teórica se constrói a partir da noção de narrativa em Walter Benjamin e da “descolonização da mentalidade” em autores como Frantz Fanon, bell hooks e Susan Sontag, focando na fotografia e na sua potência como dispositivo de reflexão ética, política e estética.

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO UTILIZADAS PARA O ENFRENTAMENTO DA CATÁSTROFE CLIMÁTICA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA (RS)

Ana Paula Seerig, Teresinha Heck Weiller

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) foi assolado por uma catástrofe ambiental, com tempestades e chuvas intensas, causando deslizamentos, inundações, destelhamentos e alagamentos. Da mesma forma, o município de Santa Maria, localizado na região central e com uma população de 271.633 habitantes, também sofreu os efeitos dessa catástrofe, tendo decretado estado de calamidade pública. Inicialmente, o planejamento e a organização das ações do município concentraram-se no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), local que reúne representantes das forças de segurança do município (Brigada Militar, Guarda Municipal, Polícia Civil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros), além da base da central de regulação remota do SAMU. Essa articulação foi fundamental para a tomada de decisão de modo mais célere e assertivo. O presente resumo visa discorrer sobre as estratégias utilizadas pela Secretaria de Município da Saúde neste processo. Primeiramente, muitos serviços de saúde apresentaram avarias, precisando suspender seus atendimentos. Houve a abertura de dois abrigos/espços de acolhimento da Prefeitura, sendo um no Centro Desportivo Municipal (CDM) e outro no Salão Paroquial da Igreja Santa Catarina. O abrigo localizado no território da Estratégia de Saúde da Família Itararé recebeu usuários da área, motivo pelo qual a equipe dessa unidade ficou referência no cuidado em saúde desses indivíduos. Como a população do CDM foi mais heterogênea, o que não permitiu vinculá-la a apenas uma equipe, o cuidado foi prestado por servidores de diferentes serviços, além de voluntários da área da saúde (profissionais liberais e Instituições de Ensino). O cuidado inicial foi focado nas queixas e situações agudas, seguido pelo monitoramento dos crônicos, avaliação da situação vacinal e encaminhamentos para os serviços de referência. No que tange à questão da assistência farmacêutica, houve descontinuidade no abastecimento de alguns insumos e dificuldades na dispensação na Farmácia de Medicamentos Especiais (FARME). Tivemos um volume considerável de doação de medicamentos, o qual necessitou, para sua organização – incluindo recebimento,

armazenamento, dispensação e controle –, do auxílio das Instituições de Ensino. O cuidado com a atenção psicossocial dos acolhidos foi conduzido sob orientação do serviço municipal Santa Maria Acolhe, do Conselho Regional de Psicologia (CRP), da SES e da Secretaria de Saúde de Brumadinho. Foi ofertada escuta aos usuários, visitas de profissionais de referência dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) nos abrigos, atividades em grupo, além da promoção de Práticas Integrativas e Complementares (PICS). Sendo assim, cabe ressaltar o suporte das Instituições de Ensino, além da estrutura logística e da presença de órgãos como o Exército Brasileiro e a Aeronáutica. Destaca-se ainda a relevância de termos um Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), o qual facilitou a comunicação entre os atores, otimizando tempo e recursos (insumos e pessoas). No entanto, percebeu-se a necessidade de catalogar e instrumentalizar voluntários para atuarem em situações como essa. Cabe também corroborar a centralidade do papel da APS no cuidado em saúde nos territórios, justificando a necessidade constante de investimento e ampliação de sua cobertura.

PRÉ-NATAL DO PARCEIRO COMO ESTRATÉGIA PARA O FORTALECIMENTO DO VÍNCULO PAI-FILHO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ryanne Clivia Conceicao Monteles, Vinícius dos Santos Maciel,
Hevelly Camila da Costa Pereira, Nely Dayse Santos da Mata

No Brasil, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), prevista pela portaria GM/MS nº 1994, de 27 de agosto de 2009, tem por objetivo ampliar o acesso à saúde da população masculina. Inserida nessa política, existe uma estratégia que tem o propósito de estimular o envolvimento consciente e ativo de parceiros em todo o ciclo gravídico-puerperal e ao longo do desenvolvimento da criança. Essa estratégia, que antes era atribuída exclusivamente à mulher, é a Estratégia do Pré-natal do Parceiro. O objetivo é relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem de uma Universidade Federal durante consultas pré-natais em uma Unidade Básica de Saúde. Trata-se de um estudo descritivo, de caráter qualitativo, no formato de relato de experiência, que busca descrever a vivência de acadêmicos de Enfermagem da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) durante consultas pré-natais em uma unidade básica de saúde, promovidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Materno-Infantil (GEPMI), nos anos de 2023-2024. Ao comparecerem às consultas, os parceiros ainda se mostram muito tímidos para esclarecer suas dúvidas. Portanto, são orientados quanto aos exames que devem realizar e sobre a importância de sua participação no pré-natal, visto que, junto à gestante, são protagonistas na vida do feto. Assim, faz-se necessário que também cuidem de sua saúde e realizem rastreamentos de rotina, garantindo seu próprio bem-estar, o de sua parceira e do filho que está por vir. Além disso, ressalta-se ao homem o quanto sua participação no período gestacional é essencial para fortalecer o vínculo com seu filho, já que, ainda no ventre, ele começa a experienciar a relação com seus pais, seja através da percepção dos sons ou dos sentimentos da mãe, que o alcançam através do cordão umbilical. É importante ressaltar que, apesar dos benefícios

observados na participação ativa do parceiro no pré-natal, ainda é perceptível que muitos pais se mostram tímidos ou inseguros em relação ao seu papel nesse processo. Diante disso, promove-se, durante a consulta, a superação desse comportamento retraído por parte do parceiro para que ele possa estar mais inserido no período gestacional. Ademais, os acadêmicos puderam observar que o envolvimento do parceiro desde as etapas iniciais da gestação, além de auxiliar no fortalecimento do vínculo afetivo com o bebê futuramente, também promove o fortalecimento do vínculo afetivo do parceiro com a gestante. Paralelo a isso, observou-se que a oportunidade de compartilhar informações, dúvidas e expectativas durante as consultas pré-natais não apenas empodera o parceiro, mas também estabelece bases sólidas para a construção de uma paternidade consciente e participativa. Dessa forma, reforça-se a importância de ampliar e incentivar a presença do parceiro no contexto pré-natal, visando não apenas o bem-estar individual, mas também o fortalecimento dos laços familiares.

CUIDADO MUSICAL: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA O ENSINO DA INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE

Suelen Gomes Malaquias, Vinícius Inácio Carneiro, Denise Pinheiro Marques Alves dos Santos, Valéria Pagotto, Lara Teixeira Karst, Mateus Costa Jaime, Debora Matheus Campelo, Thalita de Paula França, Martiniano Marcelino de Macedo Torres, Nathan Lacerda Cardoso, Jessica de Paula Castro, Daniel Mombach Sidegum, Jessyka Antunes Costa, Elizabeth Esperidião Cardozo, José Mauro Goulão Mendonça, Michele Dias da Silva Oliveira, Cynthia Assis de Barros Nunes, Mariane de Souza Benjamin

Trata-se de um relato de experiência sobre as contribuições do Projeto de extensão *Cuidado Musical* na formação de acadêmicos, predominantemente de enfermagem, para a atuação de forma integral nos cuidados em saúde. A integralidade, como princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, constitui um desafio para implementação nos diversos cenários da assistência. Requer compreensão das demandas multidimensionais do indivíduo, assim como a perspectiva interdisciplinar para os cuidados em saúde, os quais devem incluir a própria unidade de cuidado nas decisões terapêuticas. As atividades artístico-criativas têm demonstrado, cada vez mais nas pesquisas, contribuições para a intersecção dos saberes disciplinares, por meio de embasamento dialógico que amplia a reflexividade e democratização dos espaços de cuidado (Archibald et al., 2016). Assim, o Projeto *Cuidado Musical* objetiva desenvolver entre seus envolvidos – equipe executora e públicos-alvo – a expansão do papel da música na assistência em saúde. Esse é um projeto de extensão universitária iniciado em 2017 que, no decorrer dos anos, organizou-se em três eixos: 1) capacitação sobre o uso da música no contexto da assistência em saúde de forma interdisciplinar; 2) colaborações musicais em eventos da Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Goiás (FEN/UFG), em que o projeto está vinculado, especialmente no Ambulatório de Práticas Integrativas em Saúde (AmbPIS) dessa unidade acadêmica; 3) atividades musicais integradas predominantemente aos atendimentos de enfermagem em cenários de ensino e extensão da FEN/UFG. Nesse período, foram realizados: colóquios sobre o uso da música com abordagem interdisciplinar; cursos de curta duração sobre

aspectos introdutórios de teoria musical, incluindo essa atividade como parte de uma disciplina de núcleo livre da Universidade; participação em diversos eventos da FEN/UFG; produção de podcast com episódios direcionados ao contexto das repercussões psicoemocionais e sociais da Pandemia de covid-19; apresentações musicais em ambiente hospitalar acompanhando atividade da capelania desse hospital; atividades musicais periódicas com idosos vinculados a instituições de longa permanência e de organização religiosa, onde se intercalavam a Dança Sênior e intervenções educativas sobre temas diversos, articuladas com prática musical ao vivo. Estas atividades, com duração média de 30 minutos, eram conduzidas por membros da equipe executora com formação musical, e os idosos eram convidados a participarem com instrumentos de percussão da bateria da associação atlética acadêmica da FEN/UFG. O repertório musical executado constituía-se do cancionário caipira e das músicas solicitadas pelos idosos. Por fim, compreende-se que cada uma das atividades agrega aos participantes, especialmente os estudantes, saberes e valores sutis acerca da integralidade da assistência de enfermagem. As experiências musicais evidenciam, mais facilmente, questões sobre as demandas de cuidado dos indivíduos e a atuação da equipe multiprofissional. Observam-se, ainda, contribuições para o ensino sobre estratégias de acolhimento, promoção à saúde e bem-viver, além da integração de aspectos culturais à assistência de enfermagem. Vislumbram-se desdobramentos do Projeto Cuidado Musical quanto à inclusão sistematizada de práticas musicais com abordagem interdisciplinar, a partir do desenvolvimento de pesquisas futuras sobre o tema nos cenários descritos.

CORPOS EM GUERRA E O SOFRIMENTO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Liciane da Silva Costa Dresch, Fernanda Carlise Mattioni, Maura Jeisper Fernandes Vieira, Michele Neves Meneses, Roberta de Pinho Silveira, Tanisa Brito Lanzarini

Durante o período pandêmico, o distanciamento social, preconizado mundialmente como medida de segurança contra a transmissão e contágio, era a principal arma da população. Neste momento, apresentava-se a metáfora do cenário de guerra, em que havia um inimigo oculto, imprevisível e potente: o vírus. A mídia serviu como fonte importante de interlocução com os desdobramentos dessa guerra, pois, a partir dela, emergiam informações que se relacionavam com certa compreensão de como o restante do mundo se preparava para o enfrentamento da pandemia. Dessa forma, países, instituições, enfermeiros e outros profissionais passaram a ser envolvidos metaforicamente em um “combate sem quartel” da humanidade contra uma ameaça global. Nesse sentido, esta pesquisa, ao analisar a produção de regimes de verdade sobre o sofrimento de mulheres trabalhadoras de Enfermagem veiculadas na mídia no contexto pandêmico do Brasil, a partir de teorizações sobre discurso, governamentalidade, biopoder, resistência e contraconduta em articulação com o conceito de necropolítica, cunhou um percurso metodológico próprio, chamado de Tessitura Analítica de Mídia (TAM), inspirada em alguns elementos da análise de mídia. Os resultados apresentam o que foi nomeado como uma trilogia que, atravessada pelo histórico da pandemia

brasileira, nos revela as seguintes discursividades midiáticas: 1) Corpos que cuidam: sobre a missão do cuidado e o sofrimento pandêmico aponta que o neoliberalismo produz condições nas quais ativamente extrai produtividade do sofrimento, dispondo uma individualização da culpa e da solução do sofrimento; 2) Corpos-escudo: sobre o sofrer e o morrer em tempos pandêmicos apresenta os acontecimentos da pandemia em uma linha do tempo e, diante disso, conclui-se que naturalizou-se o sofrimento dessas trabalhadoras de tal forma que seus corpos, ao servirem de escudo na linha de frente de uma guerra, em combate contra o vírus, invisibilizaram sua precariedade e as colocaram como heroínas, mas também as dispuseram em sacrifício; 3) Corpos em luta: sobre resistências e lutas (para além) da pandemia apresenta a potência e a necessidade das lutas coletivas como práticas estratégicas para reconfigurar as condições de trabalho da Enfermagem. Espera-se que tais análises contribuam para o campo teórico-metodológico da Enfermagem e sobre como ser-agir na profissão. Assim, ampliam-se, a partir de constructos e dispositivos pedagógicos, as possibilidades de se pensar o cuidado sob uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe social, considerando que problematizar questões importantes inclui a compreensão do sofrimento enquanto produto da racionalidade neoliberal com marcas necropolíticas.

TRAVESSIAS: NARRAÇÕES DA DIFERENÇA. EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO AUTÔNOMA DE DROGAS PRESCRITAS OU PROSCRITAS

Rafael Wolski de Oliveira, Paula Emília Adamy, Douglas Casarotto de Oliveira,
Thales William Borges Lindenmeyer, Ligia Castegnaro Trevisan, Letícia Rossini dos Santos Souto,
Luís D'Agord Caon, Matheus Schmidt Gomes, Analice de Lima Palombini

Somos integrantes do grupo de pesquisa *Travessias: narrações da diferença - Clínica, pesquisa e intervenção*, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, sob coordenação da docente Analice de Lima Palombini. Somos um grupo de aprendizes conectados/as com experiências diversas. Somos pais, mães, filhas, filhos; docentes da área da saúde ou implicados/as na formação de jovens; trabalhadores/as e gestores/as do Sistema Único de Saúde e da Saúde Mental em diferentes espaços e esferas de governo. Somos clínico-políticos/as. Militamos pela saúde coletiva e por uma sociedade sem manicômios, pelo fim de todas as formas de encarceramentos – pelo cuidado, pela educação, pela vida, em liberdade. Neste trabalho, propomos apresentar intersecções entre recentes pesquisas que realizamos como estudantes de iniciação científica, mestrandos/as e doutorandos/as, afirmando a potência do método narrativo como prática investigativa que prioriza o *fazer com* entre pesquisador/a e sujeitos/as pesquisados/as, que juntos/as constroem o processo de pesquisa. As diferentes experiências de pesquisa aqui reunidas têm como temáticas a Gestão Autônoma da Medicação (GAM); o uso de drogas prescritas ou proscritas; a Redução de Danos como estratégia clínico-política; relações étnico-raciais, de gênero e classe; e agravos em saúde, como HIV e outros. Buscamos apresentar de que formas pesquisas-intervenção como estas podem operar no sentido de reposicionar lugares, papéis e relações entre usuários/as das diferentes políticas públicas, gestores/as, trabalhadores/as e os/as próprios/as pesquisadores/as. Esse

reposicionar-se, perturbando as relações de força instituídas no campo, situa eticamente a pesquisa como potência de descolonização do pensamento, implicada com uma construção de conhecimento que é alicerce para a produção de práticas antirracistas, anti-LGBTfóbicas e antipatriarcais.

FATORES ASSOCIADOS AO RISCO AUMENTADO DE DEPRESSÃO E COMPORTAMENTOS DE RISCO À SAÚDE EM UNIVERSITÁRIOS DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Gabrielly Aparecida Nery de Souza, Mariane Alves Silva, Kély Camargos da Rocha, Karine de Oliveira Gomes

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão pode ser definida como um transtorno mental comum, caracterizado por tristeza persistente e falta de interesse ou prazer em atividades que antes eram consideradas gratificantes ou agradáveis. Os estudantes universitários, especialmente os da área da saúde, são um grupo de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns, apresentando elevada prevalência de ansiedade, tristeza persistente, medo e pânico. Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa foi avaliar os fatores associados ao risco aumentado de depressão em estudantes universitários do interior de Minas Gerais. Trata-se de um estudo transversal de base populacional, realizado entre outubro e novembro de 2018, na Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba (UFV/CRP). A população do estudo foi composta por estudantes de graduação da UFV/CRP. Os dados foram coletados por meio de um questionário autoaplicável, com o auxílio da ferramenta Google Forms, disponibilizado para preenchimento online. Foram analisadas questões relacionadas às condições socioeconômicas, acadêmicas, estilo de vida, comportamento sexual, qualidade da alimentação, avaliação antropométrica e sintomas de depressão. A magnitude das associações entre a variável dependente (risco aumentado para depressão) e as variáveis explicativas (sexo, idade, estado civil, renda, com quem mora, área de estudo e auxílio estudantil) foi estimada pela razão de prevalência (RP), com seus respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFV (parecer nº 2.763.068). Dos 412 estudantes que participaram do estudo, a maioria era composta por mulheres (63,1%), com idade média de 22,1 anos ($\pm 3,7$ anos) e renda $\leq$ R\$ 477,00 (62,1%). Predominaram estudantes da área de exatas e tecnológicas (47,6%), que não fumavam (82,2%), cuja alimentação precisava de melhorias (72,1%) e com risco aumentado para depressão (64,1%). As mulheres apresentaram maior prevalência de risco aumentado para depressão (RP: 1,65; IC95%: 1,36-1,99; $p < 0,001$). Por outro lado, os estudantes de outros cursos (RP: 0,80; IC95%: 0,69-0,93; $p = 0,004$) apresentaram menor prevalência de risco aumentado para depressão quando comparados aos estudantes da área da saúde. Diante do exposto, percebe-se que o público mais exposto ao risco aumentado de depressão é composto por estudantes do sexo feminino e por aqueles matriculados nos cursos da área da saúde.

EXPERIÊNCIAS DE (DES)USO DE PSICOFÁRMACOS

Ligia Castegnaro Trevisan, Analice Palombini

A medicalização da vida tornou-se objeto de estudo na contemporaneidade, sendo uma de suas facetas preocupantes a crescente medicamentação do sofrimento. Amplia-se a necessidade de um debate qualificado sobre o atual uso excessivo de psicofármacos, o que envolve pensar em contextos de prescrição e também de desprescrição. A presente pesquisa de doutorado teve como objetivos cartografar experiências de redução/interrupção do uso prolongado de psicofármacos, analisar propostas de redução gradual e narrar experiências envolvidas nas suas tentativas de redução/interrupção. O método utilizado foi o cartográfico e a produção de dados aconteceu em duas etapas: 1) análise de três guias elaborados por experts por experiência; 2) entrevistas com pessoas que experimentaram reduzir ou cessar o uso de psicofármacos. Os guias analisados foram a proposta canadense da *Gestão Autônoma da Medicação (GAM)* e as propostas norte-americanas *The Withdrawal Project (TWP)* e o *Guia de Redução de Danos para a Saída de Drogas Psiquiátricas* (versão traduzida para o português). Os guias se propõem a fornecer subsídios para que a opção de parar de tomar psicofármacos seja uma escolha ponderada de busca de saúde – e não uma escolha intempestiva –, refletindo sobre indicações, diagnósticos em saúde/doença mental, efeitos desejáveis/indesejáveis das medicações e abstinência esperada caso se faça a opção de retirá-los, num processo que precisa ser lento e gradual. A análise dos guias proporcionou também uma reflexão sobre a Redução de Danos voltada às drogas prescritas. Na segunda etapa da pesquisa, as entrevistas foram transformadas em narrativas e analisadas. As narrativas são testemunhos de pessoas brasileiras, usuárias dos serviços do SUS, que passaram por diversas internações psiquiátricas ao longo de suas vidas e utilizaram vários tipos de psicofármacos. Os testemunhos proporcionaram entrar em contato com o *pharmakon* – o ponto em que a substância pode ser simultaneamente veneno e remédio, causar mal-estar e alívio, ser promessa de sanidade e, ao mesmo tempo, rótulo assinalador da loucura. Aproximações entre os testemunhos levaram à análise dos modos singulares de gestão da medicação realizados por cada usuário, da posição experimentada por quem se supõe tomar medicação sem prazo para o fim e, ao mesmo tempo, da força dos coletivos para a construção de alternativas de cuidado, em meio a tantas violências sofridas. São testemunhos da história da reforma psiquiátrica no Brasil, proporcionando reflexões sobre surto e crise, fazendo-nos refletir sobre o medicamento, que pode ser tanto uma panaceia quanto um recurso para o cuidado em saúde.

A LANCHEIRA SAUDÁVEL E SEU PAPEL NA PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL

Geovanna Alves Lima, Maryana Alves Pedroza, Simone Cortes Coelho, Cristine Savi Fontanive

A obesidade infantil é um sério problema de saúde pública no Brasil, afetando cerca de 13,2% das crianças entre 5 e 9 anos, de acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa preocupação surge

do risco de desenvolvimento precoce de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e problemas cardíacos, além de complicações como má formação óssea, dificuldades em atividades físicas, isolamento social, bullying e baixa autoestima. Para combater a obesidade infantil, é essencial priorizar a parceria entre escolas e famílias, bem como implementar o projeto “Lancheira Saudável”. Durante o período escolar, é fundamental fornecer lanches ricos em nutrientes e energia, optando por alimentos frescos e caseiros, em vez daqueles com alto teor de sódio, gorduras, açúcares e aditivos. A substituição de lanches processados, tanto nas cantinas escolares quanto nos enviados pelos pais, é uma medida importante. Essa abordagem colaborativa entre escolas e famílias, aliada à promoção do projeto “Lancheira Saudável”, é crucial para garantir que as crianças tenham acesso a alimentos saudáveis durante o período escolar, promovendo nutrição adequada e bem-estar. A prevenção da obesidade infantil deve ser uma prioridade, visando à saúde e ao futuro das crianças, e esse foi o principal objetivo do projeto desenvolvido com as crianças. Recentemente, a Liga Acadêmica de Nutrição Materno-Infantil da Universidade Católica de Brasília realizou um projeto em colaboração com uma escola particular no Distrito Federal. No projeto, as crianças do período integral tiveram a oportunidade de ir à cozinha e preparar opções simples, saudáveis e práticas de lanches. A iniciativa priorizou o uso de alimentos in natura, ricos em valor nutricional. Durante a realização do projeto “Lancheira Saudável”, as crianças participaram ativamente da preparação de receitas simples e seguras, resultando em interações animadas e aprendizado prático. Elas não apenas aprenderam a criar lanches nutritivos, mas também questionaram e compreenderam os motivos dessas escolhas saudáveis. A experiência na cozinha estimulou suas habilidades práticas e promoveu a conscientização sobre a importância de alimentos frescos e nutritivos. Essas lições culinárias não ficaram restritas ao ambiente escolar; as crianças levaram para casa receitas saudáveis e fáceis de preparar, compartilhando com seus pais e incentivando práticas alimentares mais conscientes em suas famílias. Dessa forma, o projeto não apenas ensinou a importância da nutrição, mas também trouxe mudanças positivas no ambiente doméstico. Promover uma lancheira saudável tem um impacto positivo na vida das crianças, mostrando que alimentos saudáveis podem ser igualmente saborosos e incentivando escolhas mais conscientes. A comunicação entre escola e família desempenha um papel fundamental para acompanhar as escolhas alimentares das crianças e para o aprendizado contínuo sobre educação alimentar e saúde. O envolvimento ativo dos pais é essencial, e permitir que as crianças participem ativamente das escolhas alimentares torna o processo educativo mais envolvente e divertido. Esses esforços beneficiam diretamente a saúde das crianças e estabelecem bases sólidas para hábitos alimentares saudáveis ao longo de suas vidas.

AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO MERCURIAL NA FUNÇÃO RENAL DE RIBEIRINHOS

Amanda Luyta Monteiro da Mota, Cristiano Gonçalves Morais, Johnnasson de Medeiros Soares, Marcela Poenna de Sousa Farias, Moniky Rayanne Silva dos Santos, Erivaldo Yori Munduruku, Sabrina de Oliveira Gama, Heloisa do Nascimento de Moura Meneses

Na Amazônia, a exposição mercurial é um importante fator de risco à saúde da população ribeirinha, principalmente quando considerada a extensão dos seus efeitos, que abrangem a função dos

rins. O objetivo é avaliar a taxa de filtração glomerular estimada em relação à exposição mercurial. Trata-se de um estudo descritivo, transversal, de cunho quantitativo, realizado no período de 2022 a 2023 com os residentes de comunidades ribeirinhas localizadas às margens do rio Tapajós, Pará. Participaram do estudo 168 pessoas. A coleta de dados utilizou um questionário semiestruturado, e também foi feita a coleta de 10 mL de sangue para quantificação de mercúrio e análise de marcadores bioquímicos. Para a estimativa da taxa de filtração glomerular, foi utilizada a equação *Chronic Kidney Disease Epidemiology Collaboration* (CKD-EPI). Para os valores de mercúrio no sangue, foi adotada a classificação de baixa e alta exposição, considerando o ponto limite de 5,8 µg/L, valor recomendado pela *Environmental Protection Agency* (EPA). Para a taxa de filtração glomerular estimada (TFGe), a classificação foi de normal e alterada, considerando como parâmetro o limite de 60 mL/min/1,73 m². Foi realizada a análise descritiva dos dados. A pesquisa contou com aprovação no comitê de ética e pesquisa sob parecer nº 6.326.716. A idade dos participantes variou entre 18 e 88 anos, com média de 48 anos. Houve predominância de participantes expostos ao mercúrio com altas concentrações no sangue (92%), apresentando média de 33,17 µg/L. Na avaliação da TFGe, observou-se que 15,5% dos participantes apresentaram alteração. Desses, todos apresentaram alta exposição ao mercúrio, sendo a maioria do sexo feminino (84,6%), casados (34,6%), com idade ≥ 60 anos (57,7%) e que informaram ter cursado o ensino fundamental incompleto (50%). Considerando a temática do mercúrio, chama a atenção a expressiva presença de participantes com alterações na TFGe. É importante salientar que outros fatores podem estar relacionados com os achados identificados. Diante disso, reforça-se a importância de estudar as repercussões da exposição mercurial na saúde, o que inclui os efeitos na função renal.

DIAGNÓSTICO VIVO E APOIO À GESTÃO: EXPERIÊNCIA DE UMA CARTOGRAFIA DO TRABALHO DE ENFRENTAMENTO A DESASTRES EM EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA

Rhuan Alexander da Silva Dornelles, Alcindo Antônio Ferla, Caterina Ferrari,
Luana Teles de Resende, Maria da Conceição Mendonça Costa

As emergências de saúde pública, resultantes de desastres socioambientais, são eventos predecessores à desestrutura sociopolítica, econômica e sanitária da região afetada durante um espectro de tempo – delimitado, entre outros fatores, pela extensão do desastre. Nessas situações, é premente a organização coordenada de atores de todos os níveis e esferas para a tomada de decisão frente ao evento, uma vez que, em meio à situação de calamidade, as decisões tendem a ser tomadas de forma empírica, sob pressão e, por vezes, sem embasamento técnico-científico. Por conseguinte, tecnologias leves que dimensionem o impacto do desastre e que sirvam, em consonância, de base às decisões técnico-políticas dos gestores assumem importante papel de resposta ao evento. Portanto, nesse viés, em consideração às fortes chuvas e enchentes que assolaram o pampa brasileiro em 2024, foi proposta pela equipe da Força Nacional do SUS (FN-SUS) a construção de um instrumento de mapeamento

capaz de dimensionar fisicamente o território antes e no decorrer do evento. Essa ferramenta incumbem-se de realizar o levantamento do dano causado aos estabelecimentos de saúde – sejam eles assistenciais ou gerenciais –, acompanhar as respostas locais instituídas, quantificar as necessidades assistenciais em termos de recursos humanos e materiais e, dessa forma, desenhar parecer técnico, interpondo nível de resposta e consequentes ações necessárias por parte da FN-SUS. Após elencadas as zonas de maior confluência das chuvas e da destruição física do território, o instrumento encarrega-se de auxiliar as equipes que realizariam a missão exploratória e, quando tabuladas, tornaria-se um importante denotador do índice de vulnerabilidade territorial, além de apoio às negociações de recursos por parte do governo federal. Intitulado “diagnóstico vivo” – que, (des)propositadamente, poderia representar a ideia de trabalho vivo em ato, conforme Emerson Mehry –, o instrumento ganha dimensão na sua replicabilidade de forma contínua, mediante a fluidez do desastre, como também assume um corpo readaptável às diferentes naturezas dos eventos. O diagnóstico vivo incorporou um conjunto de instrumentos e variações ao longo do tempo, que não apenas foram capazes de dar subsídio aos processos de gestão interinstitucional e de reorganização da atenção, mas também registraram o percurso do trabalho realizado pela equipe da FN-SUS e articularam as diferentes fases de resposta. Esse registro permite analisar, por meio de relatórios e publicações, as respostas da gestão local e regional, bem como as lógicas que operaram em cada fase de resposta. O trabalho vivo em ato também é representado pela forma como tecnologias de diferentes naturezas são utilizadas e combinadas para responder às necessidades da gestão no momento de emergências. No caso relatado, foram criados dispositivos de gestão da operação de emergência que combinaram saberes especializados (da vigilância, da atenção à saúde, da gestão setorial e de disciplinas do campo da saúde e da informática) e de diferentes áreas de ação (assistência de emergência, atenção primária, atenção especializada, gestão de sistemas e serviços). Essas respostas, por certo, minimizaram os efeitos da catástrofe e geraram conhecimentos no campo da saúde coletiva, de modo a qualificar as respostas em eventos futuros.

REDES DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM TRANSTORNOS ALIMENTARES: UMA CARTOGRAFIA DOS ACESSOS E BARREIRAS AO CUIDADO EM SAÚDE

Ana Maria Pereira Brasílio de Araujo, Nereida Lúcia Palko dos Santos

O presente trabalho centra-se na pesquisa de tese, em desenvolvimento, que aborda as redes assistenciais às pessoas com transtornos alimentares (TAs), no intuito de cartografar os acessos e barreiras ao cuidado em saúde. Os transtornos alimentares são multifatoriais, manifestando-se em seus aspectos e formas sob enfoques biopsicossociais, atravessados pela cultura e pelos tempos históricos. Mesmo com a percepção de que os TAs são transtornos ligados à cultura ocidental, eles afetam muitas pessoas ao redor do mundo, e identificar sua prevalência global ainda é um desafio. Há omissões nas pesquisas nacionais de saúde, com dados escassos e mudanças constantes ao longo do tempo nas formas de classificação. Contudo, estima-se que, no Brasil, aproximadamente

5% da população seja afetada. Os TAs quase sempre têm suas primeiras manifestações na infância e adolescência, embora possam persistir até a vida adulta. Esta pesquisa centra-se no encontro com as experiências das pessoas com TAs e nas dinâmicas das equipes de saúde nas redes assistenciais de produção de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito da atenção primária e secundária, em um município da região serrana do RJ. Esses encontros são compreendidos como experiências vivenciadas por usuários, seus familiares e trabalhadores da saúde na produção do cuidado. Neste sentido, busca-se mapear uma rede assistencial de cuidados que pretenda e possa ser continente aos usuários e familiares, entendendo que ser continente é ser território, com acolhimento e pactuação permanente. Contudo, expande-se a noção de território, considerando que pessoas com TAs são redes de si próprias, redes vivas que estão produzindo e compartilhando cuidados. O encontro com as experiências dos usuários, de suas redes familiares e dos trabalhadores da saúde possibilita analisar as barreiras e os acessos aos cuidados em saúde para os TAs. O entendimento é de que acesso e barreira não se pautam apenas na lógica da falta ou da existência de ofertas de serviços assistenciais para TAs, a partir de indicadores externos. Pelo contrário, acesso e barreira comportam os sentidos dados por quem os vivencia no cotidiano das redes de cuidado investigadas. Dessa forma, a proposta de apostar na cartografia como método de estudo fundamenta-se na compreensão de acompanhar os movimentos e os diversos sentidos atribuídos ao território investigado. Como pesquisa processual, compreende-se que, enquanto se traçam os movimentos ocorridos, também se constrói o traçado da cartógrafa, que vai fazendo-desfazendo as paisagens psicossociais. Na produção da pesquisa, trabalharemos com os seguintes instrumentos: diário cartográfico, entrevistas semiestruturadas, procedimentos em grupo e a ferramenta do usuário-guia. A análise será conduzida processualmente por meio da estratégia de triangulação dos dados coletados no diário cartográfico, nas entrevistas semiestruturadas/procedimentos em grupo e nos percursos com os usuários-guia. Falar das redes assistenciais de cuidados significa vivenciar o cotidiano de usuários, familiares e trabalhadores nas micropolíticas do cuidado em saúde. Pretende-se que esta pesquisa promova visibilidade às redes assistenciais às pessoas com TAs, gerando reflexões sobre a temática e desdobramentos no cuidado em saúde focados nas necessidades dos usuários e de seus familiares.

ASSOCIAÇÃO ENTRE DOR CRÔNICA E SAÚDE MENTAL

Alicia Josiele Klafke, Marina Möhleck de Souza, Djennifer Raquel da Rosa, Betina Breyer Figueiró, Laura Lersch Bellini, Luana dos Passos Vieira, Gabriel Sebastião Cardoso, Paula Bianchetti

A dor apresenta fatores etiológicos multifatoriais e interfere de forma significativa nos aspectos biopsicossociais e nas atividades de vida diária, podendo se tornar o foco principal na vida do indivíduo. A dor crônica é identificada como um problema de saúde pública e representa um grande desafio para o sistema de saúde, sobrecarregando-o e causando impactos desfavoráveis nos sistemas econômico e social. A dor crônica pode estar relacionada às disfunções da saúde mental, podendo ocasionar ansiedade, depressão e isolamento social, afetando diretamente o cotidiano, as relações sociais e a qualidade de vida do indivíduo. Dessa forma, o presente estudo objetivou avaliar a associação entre

a ocorrência de dor crônica e as disfunções no estado de saúde mental. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, realizada de abril a junho de 2023, em que foram selecionados artigos científicos nos idiomas inglês e português consultados em bases de dados *Google Acadêmico*, *PubMed*, Portal de Periódicos CAPES e *SciELO*, utilizando as seguintes palavras-chave: dor, dor crônica, saúde mental, depressão, *pain*, *chronic pain*, *mental health* e *depression*. Foram incluídos artigos científicos, independentemente do delineamento da pesquisa, que abordassem relatos envolvendo indivíduos de 16 a 60 anos de idade. Foram excluídas literaturas cinza e não houve delimitação de ano de publicação dos estudos selecionados, objetivando realizar uma construção histórica da relação entre dor crônica e o estado de saúde mental do indivíduo. A amostra final da presente revisão integrativa foi constituída por 8 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Destes, 4 artigos foram acessados no *Google Scholar*, 1 artigo foi acessado no Portal de Periódicos CAPES e 3 artigos foram acessados no *SciELO*. Da amostra selecionada, 4 artigos discorreram sobre lombalgia crônica e 4 artigos correlacionaram a fibromialgia com outras comorbidades, indicando que a lombalgia e a dor miofascial também podem estar presentes em pacientes com fibromialgia. Foi evidenciada a ocorrência de depressão e ansiedade nos pacientes com dor crônica, sendo a depressão mais prevalente, com índices aumentados em todos os grupos controle dos artigos avaliados. Ressalta-se que alguns estudos avaliaram a existência de relação direta entre a qualidade de vida e o aumento da ocorrência de doenças mentais nos indivíduos com dor crônica. Os indivíduos com dor crônica apresentam ansiedade e depressão como os sintomas mais prevalentes, tornando-se importante o reconhecimento de tal associação para possibilitar uma abordagem terapêutica mais assertiva nos campos da reabilitação física e da saúde mental.

A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES INTEGRADAS EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES EM PACIENTES COM PÉ DIABÉTICO: UM RELATO DE EXPERIENCIA

Antonia Salianny da Silva Pereira, Angella Nobre Mendes Santos, Fernanda da Costa Valadares, Gabriel Willian Ferreira da Silva, Isabela Moura de Freitas, Reginaldo Pereira de Oliveira

A Diabetes Mellitus é uma doença que ocorre tanto pelo estilo de vida quanto por questões genéticas, advinda de uma má absorção de insulina. Pacientes com essa condição têm a capacidade reduzida no processo de cicatrização de feridas, devido às células do sistema imunológico estarem menos eficazes pela hiperglicemia. Nesse sentido, as ações integradas em saúde são um instrumento de ensino-aprendizagem interdisciplinar e multiprofissional no âmbito da saúde. Com esse recurso, é possível a promoção e compreensão das práticas do cuidado e educação em saúde. O presente estudo objetiva relatar a experiência vivida em uma ação de pesquisa de campo. Trata-se de um relato de experiência, desfrutando da metodologia ativa, por meio da utilização do Arco de Charles Maguerez, seguindo as cinco etapas: Observação da Realidade, Pontos-chave, Teorização, Hipótese de Solução e Aplicação à Realidade. A atividade foi realizada por acadêmicos do quinto período de

Enfermagem, sob orientação do docente da prática e do Agente Comunitário de Saúde. A ação buscou levar educação em saúde sobre cuidado, formas de prevenção e adesão ao tratamento para pacientes portadores de diabetes, diagnosticados ou não com pé diabético. Durante a realização da ação, efetuou-se a consulta de enfermagem, abrangendo a anamnese, exame físico e avaliação neurológica do cliente. Durante a visita, o paciente relatou descobrir a doença do Diabetes Mellitus há 5 anos, fazendo uso de medicamento antidiabético (Metformina) e anti-hipertensivo (Losartana). Tem como história de complicação um princípio de infarto, não possuindo úlceras ou amputações. No exame físico, o paciente apresentava bom estado nutricional, deambulava normalmente, e observou-se pele e mucosas normocoradas, ausculta rítmica cardíaca regular em dois tempos e bulhas normofonéticas, sem sopros. Possuía anatomia dos pés normais, normohidratados, com unhas e pele apresentando lesões esfoliativas úmidas nos espaços interdigitais. Na avaliação neurológica, a sensibilidade tátil estava preservada em todas as áreas e os pulsos pedioso e tibial posterior eram palpáveis em ambos os pés. Após estes procedimentos, iniciou-se a entrega de um folder educativo, contendo orientações de identificação e prevenção de lesões, pontuando dicas de boas práticas e formas adequadas de higienização, curativo e uso de calçados adequados para evitar lesões. Como resultado da ação, espera-se uma melhor compreensão, entendimento e adesão dos clientes sobre como prevenir lesões e complicações advindas do Diabetes, evitando complexidades sérias como: a perda de um membro (amputações), hospitalização ou até morte. Espera-se também que o paciente introduza hábitos saudáveis como: prática de exercícios, caminhadas e bons hábitos alimentícios, colocando em seu cardápio mais legumes, frutas e vegetais. Diante da experiência relatada, pontua-se a importância da educação e de ações integradas em saúde, demonstrando um impacto positivo e construtivo tanto na vida dos discentes quanto na dos pacientes portadores do Diabetes. Nesse viés, estas ações não só promovem a saúde e previnem complicações, mas também fortalecem a formação dos discentes, formando futuros enfermeiros que integram teoria e prática de maneira eficiente.

AVALIAÇÃO DOCENTE PARA PROPOSIÇÃO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM PLATAFORMA DIGITAL A PARTIR DA OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

Eduardo Cesar Rios Neto, Lucas Melgaço da Silva, Marcos Kubrusly, Ana Suelen Pedroza Cavalcante

A avaliação tem papel fundamental na busca pela qualidade. No âmbito da educação, ela assume variadas formas e objetivos, se delineando no contexto da aprendizagem, da instituição, da política, dos programas, dos sujeitos e suas práticas. Seja de característica interna ou externa, ela desempenha importante papel no desenvolvimento da educação brasileira, pois é a partir dela que se torna possível identificar avanços e retrocessos na aprendizagem dos estudantes, bem como na ação de ensinar do docente, possibilitando o aprimoramento dos processos formativos. Em cursos da área da saúde, uma vez que os docentes não passam pela formação pedagógica, característica das licenciaturas, pouco se discute esse processo, principalmente quando o ponto de partida é o próprio docente e sua

ação de ensinar. Neste sentido, este trabalho, oriundo de uma pesquisa de mestrado em ensino em saúde e tecnologias educacionais, objetivou avaliar estratégias pedagógicas dos docentes em sala de aula, a partir do uso da observação em vídeo, com o intuito de fomentar a proposição de formações continuadas, ante o desenvolvimento de uma Plataforma para Formação Docente no Ensino Superior em Saúde. Para isso, foi considerado o uso da ‘apresentação em PowerPoint’ como categoria de análise da prática pedagógica. Metodologicamente, tratou-se de um estudo do tipo qualitativo, de cunho descritivo, desenvolvido a partir da aplicação de questionários, observação em vídeo, pesquisa-ação e grupo focal para coleta de dados. Os participantes do estudo foram docentes vinculados aos cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada da capital Cearense. A coleta de dados foi realizada no período de 2023 e 2024. Os dados foram organizados a partir da categorização dedutiva e analisados pela literatura existente sobre avaliação do docente, formação de professores e uso de apresentação como estratégia pedagógica. Foi possível constatar necessidades formativas do docente da área da saúde, considerando a ausência de contextos didáticos-pedagógicos em sua formação, tanto em nível de graduação como em pós-graduação, fato esse que fragiliza a prática em sala de aula. Logo, considerando isso, foi possível construir aportes teóricos, técnicos e tecnológicos que possibilitam a contínua formação docente, a partir da proposição de práticas educativas mais qualitativas para a efetivação do ensino por parte do docente e aquisição da aprendizagem por parte dos alunos dos cursos da área da saúde. Verifica-se a necessidade de ações de desenvolvimento docente de forma contínua, para que se possa aprimorar as estratégias formativas utilizadas por docentes, as quais reverberam no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

EQUIPE ITINERANTE: COLETA PARA EXAMES LABORATORIAIS NOS ABRIGOS DE PORTO ALEGRE/RS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM 2024

Daila Alena Raenck da Silva, Lara Colles de Oliva Araujo, Lia Fernanda Trajano da Silva, Sabrina Terezinha de Souza Gilli Brundo, Victor Hugo Fros Boni, Juliana Comelli Valadão, Miriã Ferrão Maciel Fiuza, Ilza Teresinha Angonese

Porto Alegre enfrentou uma das maiores catástrofes climáticas de sua história em maio de 2024. Uma vez que, com esta situação, inúmeros serviços de saúde ficaram inoperantes e milhares de pessoas foram alocadas em abrigos temporários, a Coordenação de Atenção à Tuberculose, IST, HIV/ Aids e Hepatites Virais (CAIST) reorganizou a sua dinâmica de trabalho para garantir a manutenção do tratamento das pessoas atendidas no seu escopo de atuação. Após a estruturação do fluxo de entrega de medicamentos e insumos nos abrigos, foi organizada uma equipe itinerante de coleta para a realização de exames laboratoriais, como carga viral de HIV, HBV, HCV, contagem de linfócitos T CD4 e BAAR, nas pessoas que fazem parte dos públicos prioritários elencados na Nota Técnica nº 16/2024-DATHI/SVSA/MS. O objetivo é relatar o trabalho realizado pela equipe de coleta itinerante durante o período de calamidade pública em Porto Alegre. A ONG Médicos do Mundo disponibilizou insumos e coletadores voluntários para possibilitar a criação da equipe e a realização dos exames.

A demanda para coleta era sinalizada pelos profissionais que atuavam nos abrigos do município, a partir do preenchimento de um instrumento de comunicação criado pela CAIST. As solicitações eram analisadas por uma equipe técnica multiprofissional, composta por profissionais da enfermagem, farmácia e infectologia, na qual era avaliada a adesão ao tratamento e a necessidade de demais exames ou encaminhamentos. Após a análise da solicitação, era acionada uma equipe que realizava o acolhimento, a coleta de exames e a orientação sobre o tratamento no abrigo. Durante o período de maio a junho de 2024, foram realizadas 27 coletas de exames laboratoriais pela equipe itinerante. Salienta-se que todas essas pessoas estavam sem realizar exames laboratoriais de controle do HIV há mais de seis meses, tempo superior ao estipulado pelo Ministério da Saúde. Além disso, mesmo que não fosse solicitado pelo profissional atuante no abrigo, se uma pessoa estivesse em processo de Aids avançada ou em perda de seguimento, uma equipe era mobilizada para a realização de uma consulta e da coleta de exames laboratoriais no abrigo. Com isso, foi realizada a coleta de exames em 16 pessoas vivendo com HIV/Aids que estavam em perda de seguimento ou em Aids avançada. Com a criação de uma equipe itinerante de coleta de exames laboratoriais, foi possível ofertar às pessoas abrigadas um acesso facilitado e rápido a exames laboratoriais importantes para o controle de agravos como HIV, hepatites virais e tuberculose, ao mesmo tempo em que se garantiu o sigilo dos diagnósticos. Assim, observa-se a importância desta estratégia para assegurar a integralidade do cuidado às pessoas abrigadas mesmo durante uma situação de calamidade climática, além de reduzir as barreiras de acesso às tecnologias de cuidado em saúde e facilitar a vinculação de pessoas que vivem com HIV/Aids e estavam em perda de seguimento ou em Aids avançada na rede de cuidado em saúde do município.

NARRATIVAS SOBRE SAÚDE MENTAL E POVOS INDÍGENAS NA FOLHA DE SÃO PAULO: O QUE SE FALA SOBRE O CUIDADO À SAÚDE MENTAL?

Janis Rodrigues de Souza Way Way, Fernanda Teixeira Paes,
Andressa Tavares Parente, Nádile Juliane Costa de Castro

A saúde mental dos povos indígenas no Brasil é um tema que atravessa diversas camadas de complexidade, envolvendo interseções significativas entre saúde mental, identidade cultural e territorialidade. Essas situações representam desafios únicos, moldados por um contexto histórico de marginalização e conflitos territoriais intensos. Apesar da crescente atenção à saúde indígena como um todo, persiste uma lacuna significativa no que diz respeito ao entendimento e à abordagem das questões de saúde mental a partir das perspectivas e realidades específicas dos povos indígenas. Este estudo visa preencher parte dessa lacuna, explorando como as narrativas sobre a saúde mental indígena são construídas em grandes veículos de comunicação e como estas se relacionam com os conflitos territoriais que esses povos continuam a enfrentar. O objetivo é mapear narrativas sobre saúde mental dos povos indígenas em um grande veículo de comunicação nacional e relacioná-las com os conflitos territoriais. Estudo documental de abordagem histórica. A fonte de dados foi o jornal

Folha de São Paulo. Foi considerado o intervalo de cinco anos, desde 2019, a partir dos descritores *saúde mental* e *indígenas*. Para a organização dos dados, elencaram-se quatro itens no processo: título, ano, autor e conteúdo na íntegra. Foram incluídas as matérias jornalísticas e excluídas fotos e blogs. Os dados foram coletados entre abril e maio de 2024. Foram identificadas inicialmente 137 notas, que, após execução de elegibilidade, resultaram em quatro conteúdos. Estes trataram de alertas sobre a necessidade de atenção à saúde mental, suicídio entre Guaranis, violações de direitos contra os Guarani-Kaiowá, território e suicídio. Este estudo destacou a escassa, mas relevante, cobertura da saúde mental indígena em um meio de comunicação de massa, correlacionando-a com os persistentes conflitos territoriais. Há pouco destaque sobre o tema, considerando os conflitos territoriais expostos na mídia, principalmente pelo fato de somente um povo ter sido mencionado. As narrativas identificadas ressaltam a urgência de abordagens que se aproximem da saúde mental dos povos indígenas. É necessário que os serviços de saúde ampliem seus horizontes para incluir e respeitar as singularidades culturais dos povos indígenas, promovendo, assim, um cuidado singular e diferenciado. A integração de perspectivas indígenas nos discursos sobre saúde mental é essencial para combater as desigualdades históricas e promover a justiça social, inclusive no enfrentamento de informações falsas.

ESTUDOS CARTOGRÁFICOS NA ÁREA DA SAÚDE: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISADORES SANITARISTAS

Ana Suelen Pedroza Cavalcante, Maria Rocineide Ferreira da Silva, Eduardo Carvalho de Souza,
Mayana de Azevedo Dantas, Ines Dolores Teles Figueiredo, Olga Maria de Alencar

A cartografia na área da saúde vem expandindo-se, permitindo inovações nas pesquisas científicas, sobretudo na psicologia e na saúde coletiva. No entanto, ainda é desafiadora, uma vez que os pesquisadores da área da saúde, mesmo os que se identificam com a abordagem qualitativa, permanecem aprisionados no cartesianismo de se fazer pesquisa, guiando-se por passos pré-estabelecidos por referenciais metodológicos. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é descrever as experiências de pesquisadores sanitários no desenvolvimento de estudos cartográficos, a fim de refletir sobre as potencialidades e os desafios desse referencial teórico-metodológico. Trata-se de um relato de experiência a partir de pesquisas realizadas no Ceará e no Piauí, com o referencial teórico-metodológico da cartografia proposta por Deleuze e Guattari. As pesquisas foram realizadas no período de 2020 a 2024, por pesquisadores(as) vinculados a programas de pós-graduação na área da saúde coletiva e da enfermagem. Os objetos de estudo concentravam-se na área da formação em saúde, com base em ações de reorientação da formação da saúde, e no processo de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde. A formação cartesiana dos profissionais da área da saúde enrijece os saberes de seus egressos, baseando-se em técnicas pré-estabelecidas. Ao realizar os estudos cartográficos, os pesquisadores(as) depararam-se com os desafios da leitura dos teóricos da filosofia da diferença, como textos de Guattari, Deleuze e Spinoza. Verificou-se que a cartografia é processual e desenvolve-se no decorrer do estudo, permitindo que os pesquisadores alterem a escolha das técnicas de coleta. Além disso, nota-se o envolvimento e a implicação entre os pesquisadores e os participantes com o

objeto de estudo, promovendo um engajamento colaborativo. Dentre as técnicas utilizadas, elencam-se: entrevistas semiestruturadas presenciais ou virtuais, entrevistas coletivas realizadas por meio de oficinas ou grupos focais e questionários. Observou-se a transformação tanto dos cartógrafos quanto dos sujeitos que colaboraram para a produção coletiva dos dados, uma vez que a cartografia oportuniza reflexões importantes sobre os objetos de estudo. É importante salientar também os desafios relacionados aos trâmites éticos, muitas vezes elaborados para pesquisas com padrões rígidos, inviabilizando a realização de coletas em diversos contextos. Os estudos cartográficos permitiram aos pesquisadores imersões profundas nas realidades dos objetos de estudo, possibilitando que os sujeitos, por meio de múltiplos olhares, incorporassem informações, percepções, conhecimentos, sentimentos, afetos e outros elementos experimentados. Isso contribuiu para análises complexas e críticas materializadas em dissertações e teses. Todavia, ainda existe resistência no meio acadêmico em relação ao método cartográfico, o que representa, para nós, uma visão inadequada e um aprisionamento acadêmico a métodos tradicionais, especialmente os cartesianos. A cartografia precisa ser mais difundida para, junto aos outros métodos de pesquisa, proporcionar uma maior amplitude de olhares e possibilidades de análise dos objetos. Com isso, poderemos alcançar uma ciência múltipla, ética e responsável com os dilemas intrínsecos à sociedade.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: CONTEXTO DO TELESSAÚDE NO OESTE DO PARÁ

Cristiano Gonçalves Morais, Leida Caldeira Aguiar, Sabrina de Oliveira Gama

O telessaúde incorpora tecnologias digitais de informação e comunicação no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS) e pode ser utilizado para a formação profissional e para a resolubilidade das demandas de saúde existentes da população. Apesar de sua potencialidade, existem poucos avanços na implementação em território nacional. A região Norte se destaca enquanto uma das menores prevalências do serviço implementado. O objetivo é analisar a implementação do telessaúde em equipes da atenção básica atuantes nos municípios da região do Oeste do Pará. Trata-se de um estudo descritivo, transversal, de cunho quantitativo, realizado com base nos dados do 3º ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica. O recorte realizado abrangeu a região Oeste do Pará, composta por 20 municípios de duas regiões de saúde: Baixo Amazonas (14) e Tapajós (6). As variáveis utilizadas foram referentes às entrevistas das equipes, no item relacionado ao telessaúde na atenção básica. A análise descritiva dos dados foi feita no software *Statistical Package for Social Science for Windows*. A análise dos dados evidenciou que a maioria das equipes não utiliza o telessaúde (76%). Os problemas destacados para a não utilização foram: infraestrutura (18,9%), conectividade (37,9%), falta de tempo ou oportunidade para utilização do programa (2,1%), dificuldades com o uso do computador (3,2%), ausência de qualificação do sistema/plataforma (6,3%) e dificuldades em acessar o sistema/plataforma (6,3%). Ainda foi destacada a pouca divulgação do programa (10,5%) e a inexistência do telessaúde na Unidade Básica de Saúde (50,5%). Entre as equipes que informaram realizar o uso do telessaúde (24%),

mais da metade indicou utilizá-lo para: telediagnóstico (53%) e tele-educação (57%), enquanto 47% relataram o uso para teleconsultoria. Em sua maioria, essas equipes avaliaram que suas necessidades eram contempladas pelo telessaúde (50%). A falta de infraestrutura e conectividade demonstraram ser duas das principais barreiras para o uso do telessaúde na APS. Estratégias como o telessaúde são um caminho ainda pouco estabelecido, cujos problemas, se sanados, podem favorecer um cuidado em saúde mais abrangente na região. As equipes que utilizam o telessaúde demonstraram o seu uso para diagnóstico e formação, algo essencial a ser ainda mais implementado, considerando a forte carência de serviços e profissionais de saúde na região Amazônica.

A PSICOLOGIA HOSPITALAR E O CUIDADO ÀS PESSOAS QUE VIVEM COM HIV E AIDS: A EXPERIÊNCIA DE UMA PSICÓLOGA RESIDENTE

Beatriz Gonçalves Ferreira, Mariana Zuleica Corrêa Massoud

O vírus da imunodeficiência humana, popularmente conhecido como HIV, é o agente etiológico da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). Embora existam diversas pesquisas em andamento, ainda não há cura para a doença, mas há uma proposta de tratamento que auxilia na diminuição da mortalidade e no aumento da sobrevida do sujeito. Contudo, em alguns casos, pessoas com o sistema imunológico mais fraco podem se tornar suscetíveis a doenças oportunistas devido à diminuição das suas células de defesa. Destarte, alguns sujeitos necessitam de atendimento mais especializado, demandando um período de internação hospitalar para a realização do tratamento. Dessa forma, o psicólogo desempenha um papel fundamental ao auxiliar nos aspectos psicológicos em torno do adoecimento. Este estudo tem o objetivo de descrever a experiência do atendimento psicológico em uma enfermaria de infectologia e as repercussões nos pacientes vivendo com HIV durante o período de internação. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, ocorrido em um Hospital Universitário referência em infectologia no município de Belém, Pará, de março a maio de 2024, durante a residência em psicologia em Atenção ao Paciente Crítico. Utilizou-se como técnica a observação e a escuta qualificada durante os atendimentos na enfermaria do hospital. Foram realizados, em média, sete acompanhamentos a pacientes vivendo com HIV, sejam por diagnóstico recente ou abandono de tratamento. Inicialmente, era realizada uma entrevista de anamnese para identificar as demandas do paciente, seguida de um acompanhamento psicológico breve durante o período de hospitalização. Nesse processo, percebeu-se, entre as pessoas vivendo com HIV, um sentimento de preocupação com as doenças oportunistas que motivaram a hospitalização, tais como tuberculose, meningite, neurotoxoplasmose, entre outras, sendo elas o foco principal de atenção e engajamento nesse contexto. Contudo, o contexto da vivência com o HIV ou os atravessamentos desta condição de saúde acabaram não sendo abordados. Tal situação pode ocorrer devido aos estigmas ainda existentes nos dias atuais e ao fato de abordar essa temática ser algo difícil para os pacientes. Nesta conjuntura, ressalta-se que o paciente é um ser biopsicossocial e

espiritual. Isto é, ele adentra no hospital com vários repertórios comportamentais moldados por suas experiências de vida. Na maioria dos casos, esses repertórios são perpassados por um sentimento de medo ao falar abertamente sobre a temática, devido ao receio de experienciar o preconceito, seja dos próprios familiares, de outros pacientes ou dos acompanhantes. Por conta disso, os pacientes preferem abordar com mais intensidade a doença que ocasionou a internação. Sendo assim, a psicologia auxilia o indivíduo nos momentos de maiores angústias relacionadas ao adoecimento, oferecendo acolhimento psicológico e psicoeducação para desmistificar algumas questões sobre o HIV, além de dar suporte psicológico para enfrentar o período de hospitalização. Percebe-se que, durante o processo de internação, o medo e os estigmas sobre o HIV ainda estão bastante presentes. Por isso, é necessário implementar mais estratégias de educação em saúde à população, não apenas no ambiente hospitalar, mas também em outros níveis de atenção à saúde. Dessa forma, a comunidade poderá ter acesso a informações sobre o assunto, contribuindo para a redução do estigma.

ANÁLISE DO ITINERÁRIO TERAPÊUTICO DE UMA PESSOA COM ARTRITE REUMATOIDE E LÚPUS EM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO SUL (RS)

Beatriz Sarmento Fontes, Laura Patrícia Scarton, Michel Ângelo Ferreira de Sousa,
Tatiele da Rosa Cezar, Felipe Martins da Silva

Embora o SUS seja pensado em Redes, reconhece-se que são privilegiadas práticas assistencialistas em detrimento daquelas que contemplam a integralidade do cuidado. Isso posto, identificar como o cuidado se realiza é fundamental para visualizar a Rede de Atenção à Saúde (RAS) existente, bem como reconhecer potências, falhas e promover melhorias. Nesse sentido, o trabalho objetivou registrar e identificar o Itinerário Terapêutico (IT) de um usuário da RAS na Macrorregião Centro-Oeste do RS, confeccionar o mapa dos fluxos percorridos, verificar os desafios do cuidado e detectar as redes que o compõem. Trata-se de uma pesquisa qualitativa analítica, realizada por meio de entrevista narrativa. A seleção do entrevistado ocorreu por convite a pacientes presentes em um setor do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), utilizando como critério de inclusão a utilização da Rede de Atenção à Saúde às Pessoas com Doenças Crônicas. Para a realização da entrevista, utilizou-se um roteiro; porém, o entrevistado expressou livremente sua experiência. A entrevista foi gravada e transcrita a fim de permitir a produção do IT, sendo posteriormente realizada a análise dos dados. DG, mulher, 50 anos, casada, mãe, natural do RS, apresenta Artrite Reumatoide (AR) e Lúpus, relatando que os sintomas iniciaram em 2000, quando morava em Jaguari. Inicialmente, tentou controlar os sintomas por meio de chás, que se mostraram ineficazes, levando-a a buscar atendimento no serviço de saúde ofertado pelo Sindicato Rural, onde foi encaminhada para um reumatologista. Em Santa Maria-RS, DG iniciou seu tratamento, financiado por recursos próprios. Ao enfrentar dificuldades financeiras, suspendeu o acompanhamento e, após se mudar para Santiago, sofreu piora dos sintomas. Buscou novamente atendimento na rede particular, informando que, ocasionalmente,

conseguia realizar exames por meio da Unidade Básica de Saúde. Considerando sua dificuldade financeira, seu reumatologista a encaminhou ao HUSM. Neste serviço, a paciente relata que continuou o acompanhamento para AR, sendo realizado o diagnóstico de Lúpus tardiamente devido a falhas na atenção médica, que negavam suas suspeitas. Atualmente, DG utiliza os serviços do HUSM, com todo o tratamento sendo realizado pela rede pública, incluindo translados, consultas, exames e medicações. Sobre seu cuidado, informou que apenas a família a ajuda, não buscando apoio na comunidade ou em instituições. Relata também que se sente feliz com o cuidado dispensado por todos os setores. Nota-se que os caminhos percorridos são complexos, evidenciando a transição entre rede pública e privada de saúde. Inicialmente, observou-se desafios para a inserção da usuária na rede de cuidado formal, sendo utilizadas principalmente redes invisíveis e existenciais. Já integrada à RAS, rede formal do SUS, DG apresentou desafios quanto à validação de suas queixas, o que resultou em diagnóstico tardio e prolongou o tempo de remissão dos sintomas. Apesar disso, nota-se que a rede formal obteve êxito no que se refere ao cuidado longitudinal, logrando na manutenção da remissão das doenças. Entretanto, é importante ressaltar que a integralidade do cuidado não pôde ser avaliada, pois não foram relatadas experiências em saúde referentes a demandas para além das doenças crônicas.

MANEJO DO USUÁRIO APÓS TENTATIVA DE SUICÍDIO NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: UM OLHAR DA ENFERMAGEM

Rayssa Lene Pereira Brasileiro de Souza, Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes, Kelcione pinheiro Lima Joter, Sandra Fernandes Lima, Elisângela Pacheco Cabral, Eloyse Antonelly Silva Lima, Aline Lehar Feitosa Rios, Elaine Cristina de Souza Ferreira, Jalmes Silva Pereira dos Anjos

A depressão é reconhecida como um transtorno mental grave e incapacitante que acomete milhões de indivíduos em todo o mundo. Seus sintomas mais relevantes, como desesperança e desinteresse pela vida, estão associados a diversos fatores sociais, pessoais e psíquicos, que culminam no comportamento suicida. Nesse sentido, considerando que cerca de 43,2% dos pacientes com Depressão Maior cometem suicídio, ao socorrer e encaminhar um paciente com histórico de tentativa de suicídio a serviços de urgência e emergência, este torna-se objeto de cuidado da equipe de saúde, em especial, da equipe de Enfermagem. Contudo, sabe-se que a abordagem dispensada a esses pacientes nem sempre é adequada, podendo haver lacunas na identificação do risco, no acolhimento, no tratamento e no encaminhamento para acompanhamento psicossocial. O objetivo é determinar o manejo de Enfermagem a pacientes admitidos nos serviços de urgência e emergência após tentativa de suicídio, considerando a prevenção de novas tentativas. Trata-se de uma revisão integrativa elaborada com 5 artigos. Como estratégia de busca, foi realizada pesquisa no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando a seguinte estratégia de busca: (“Nursing care” OR “Cuidados de Enfermagem”) AND (“Suicide attempt” OR “Tentativa de Suicídio”). Foram incluídos trabalhos disponíveis integralmente online em português ou inglês, publicados nos últimos 5 anos (2019-2024). As práticas relacionadas a esse público-alvo

devem considerar a integridade biopsicosocioespiritual, realizando as intervenções necessárias, como tratamento de intoxicações ou ferimentos, e iniciar intervenções psicossociais visando abordar a causa subjacente do comportamento suicida. Nesse sentido, toda interação com o paciente deve prezar pela empatia, suporte e escuta ativa, bem como evitar estigmatização e coerção, considerando as experiências individuais dos pacientes e seus recursos próprios para a construção conjunta do cuidado em saúde mental. A intervenção imediata pretende oferecer suporte emocional, tratando o paciente com dignidade e respeito, enquanto se planeja a articulação com outros níveis de atenção à saúde, desenvolvendo planos de cuidado individualizados que considerem a história pessoal do paciente, suas experiências e recursos próprios, além de envolver a família e outros indivíduos pertencentes à sua rede de apoio no planejamento e execução dos cuidados. Deve-se garantir a continuidade do cuidado, realizando encaminhamentos para serviços de saúde mental e suporte contínuo e fornecendo informações sobre o comportamento suicida, a fim de desmistificar e reduzir o estigma tanto para o paciente quanto para suas famílias. Isso contribui para mitigar a culpabilização do sujeito e favorecer sua melhoria a longo prazo. Percebe-se que os profissionais de Enfermagem devem ser treinados para reconhecer sinais de complicação em indivíduos com Depressão Maior e avaliar o risco de tentativas de suicídio. Além disso, o monitoramento constante contribui para a prevenção de novas tentativas dentro dos serviços de urgência, avaliando sinais de risco como agressividade e impulsividade, para promover a recuperação através de um cuidado integrado e contínuo. Assim, o manejo eficaz exige um compromisso com a avaliação precisa, intervenção empática e monitoramento contínuo, transformando momentos de crise em oportunidades de recuperação e esperança para pacientes, familiares e profissionais envolvidos no cuidado à saúde.

UMA ABORDAGEM IMPRESCINDÍVEL SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL PARA ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marlyara Vanessa Sampaio Marinho

O cuidar faz parte do cenário laboral do profissional enfermeiro. Através disso, o enfermeiro, na maioria das vezes, é quem faz o primeiro contato com a vítima de abuso sexual. No entanto, o enfoque sobre abuso sexual ainda é uma temática pouco abordada nas faculdades de enfermagem, não estando o tema explícito em disciplinas voltadas para a infância e para a adolescência. Sendo assim, é necessário frisar que a faculdade é um importante espaço na promoção de reflexões, bem como na formação de profissionais preparados para lidar com as mais variadas assistências. Logo, este tem como objetivo relatar a experiência sobre a abordagem do tema abuso sexual infantojuvenil para acadêmicos de enfermagem. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, ocorrido por meio de uma vivência de um minicurso ministrado para acadêmicos de enfermagem de uma universidade pública sobre abuso sexual infantojuvenil. Inicialmente, utilizou-se a ferramenta WordCloud para a criação de uma Nuvem de Palavras, com o intuito de verificar a percepção dos acadêmicos sobre a temática. Então, fez-se a seguinte pergunta: “O que é o abuso sexual?”. Por conseguinte, abordou-

se aspectos voltados para as leis que regem os direitos das crianças e dos adolescentes, assim como anamnese, cuidados de enfermagem, fluxo da rede de proteção à criança e ao adolescente, a importância da interprofissionalidade nessa assistência e o registro de notificação. Verificou-se que algumas das palavras citadas foram: “violência”, “violação”, “crime”, “um ato sem autorização”, “violação dos limites”, sendo a palavra “violência” a mais citada. No decorrer do minicurso, notou-se que os acadêmicos demonstraram-se participativos por meio de perguntas e colocações sobre o tema abordado. Portanto, é imprescindível que o acadêmico, como futuro profissional enfermeiro e parte integrante da equipe, seja preparado para atuar na assistência de vítimas de violência, tornando-se agente de mudanças por meio de um olhar atento e de um atendimento integral, qualificado e empático.

TRANSFORMANDO O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Juliane Fernanda Messias da Conceição, Luzia da Conceição de Araujo Marques,
Douglas Morais Santana, Bruno Santos Moreira

O projeto de extensão *O negro no mundo contemporâneo: empoderamento e direitos*, juntamente com a subárea de Ética Social, realizou uma oficina coletiva com a temática “*Erguer a voz: Escrivivência, o lugar de fala de pessoas pretas e indígenas no ambiente universitário*”, onde os alunos do 1º período e convidados externos abordaram o tema, promovendo reflexão e debate sobre as dificuldades e desafios vividos por estudantes pretos e indígenas na comunidade acadêmica. Tem como objetivo identificar as barreiras estruturais de cunho racista e preconceituoso que a sociedade impõe na vida de homens e mulheres pretas e apontar a metodologia “*Escrivivência*” como ferramenta para o enfrentamento dessas questões. Trata-se de um relato de experiência do projeto de extensão “*O negro no mundo contemporâneo: empoderamento e direitos*”. A oficina coletiva, para abordar questões referentes a pessoas pretas e indígenas, foi realizada na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a presença de 2 palestrantes convidados externos, 2 palestrantes do 1º período, coordenadoras do projeto e turma. Ao final da palestra, foi realizado um debate com a turma, na qual foram divididos em 7 grupos debatedores cujos temas foram: *Direito dos povos indígenas*, *Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas*, *A visibilidade da violência e a violência da invisibilidade sobre o negro no Brasil*, *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, *De uma branca para outra* e *Preconceito de marca*. A mesa 1 foi composta por Matheus Marques Ferreira, Nayara Carvalho e Juciane da Silva. Após a palestra, tivemos os grupos debatedores e finalizamos com o convidado artístico musical Jorge Sant’Anna. Os resultados demonstraram que os participantes adquiriram uma maior conscientização sobre as dificuldades enfrentadas no ambiente universitário. Além disso, possibilitou aos alunos entender sobre as questões de raça e desigualdade. Dessa forma, a universidade desempenha um papel crucial na promoção de integralidade e na luta contra todas as formas de discriminação e exclusão. Foi possível debater as questões que envolvem as populações negras e indígenas. Espera-se, com esses debates, contribuir para a melhoria de tradições culturais. Desse modo, gostaríamos que o projeto fosse ampliado para outros cursos de graduação, a fim de expandir temáticas como essas que abordam

a luta pelo lugar de fala. Ao celebrar essas vozes, a universidade não expande apenas seus horizontes acadêmicos, mas também se compromete com um futuro mais inclusivo.

A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO (POP's) NO CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO (CME)

Vitória Letícia Soares Vilhamor, Kássia Marcela Silva Sousa, Sara Fernanda Silva do Nascimento, Tony Vinícius Santos Miranda, Samara Silva de Souza, Thamyres dos Santos Silva, Reginaldo Pereira de Oliveira

O Centro de Material e Esterilização (CME) é uma unidade funcional de cuidado indireto, responsável pelo processamento de produtos para saúde (PPS) não críticos, semi-críticos e críticos, de conformação complexa e não complexa. A implementação de Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) nesse ambiente é de extrema importância para garantir a eficácia e a segurança em todos os processos realizados no setor, pois os POP's são documentos que oferecem instruções detalhadas e sistemáticas para a realização de tarefas específicas, promovendo uniformidade e controle sobre o processamento dos artigos, com o intuito de manter um padrão de qualidade satisfatório. Diante disso, este estudo tem como objetivo identificar a importância da implementação de POP's no CME. Trata-se de uma revisão de literatura com base em artigos disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde, no idioma português, publicados entre 2019 e 2024, disponíveis gratuitamente e na íntegra. Utilizou-se o descritor "Centro de Materiais e Esterilização", seguido das palavras-chave "CME", "Procedimento Operacional Padrão" e "POP", intercedidos pelos operadores booleanos AND e OR. Foram identificados 3.381 artigos e selecionados 10 para compor a revisão de literatura. Os estudos indicam que os POP's são instrumentos eficazes responsáveis por padronizar o processo de trabalho da equipe atuante no CME, especialmente no que se refere ao processamento de PPS. São uma ferramenta essencial para a gestão do local, de modo que sua implementação é de extrema importância, pois contribui para a melhoria na qualidade dos serviços, no processamento eficaz dos PPS, na segurança do paciente e dos profissionais operantes no CME. Além disso, os POP's auxiliam na redução da contaminação cruzada, prevenção de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), redução do tempo de internação e custos hospitalares, manutenção e preservação de artigos médico-hospitalares, rastreabilidade e auditoria dos processos. Dessa forma, torna-se relevante a implementação de POP's no CME, tendo em vista que o cumprimento desse documento proporciona eficácia e segurança nos processos, atuando na prevenção de IRAS e garantindo a segurança tanto dos pacientes, que serão submetidos a procedimentos que utilizam artigos processados nesse setor, quanto dos profissionais responsáveis pelo processamento de PPS.

CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES DE FISIOTERAPIA

Jadyane Souza santos, Rayane Maria Claudino de Oliveira Rocha, Marília Beltrão Siqueira Wanderley Veríssimo, Thiago da Silva Taroco, Elenildo Aquino dos Santos

Durante o estágio em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), o estudante tem a oportunidade de adquirir habilidades técnicas e humanas essenciais para cuidar do paciente crítico, que frequentemente apresenta disfunções em vários órgãos e corre risco de morte. Essas competências são fundamentais para a sua formação como fisioterapeuta generalista. A experiência significativa que os estagiários de fisioterapia vivenciam visa fornecer ensinamentos importantes em suas carreiras, com o objetivo primordial de garantir o bem-estar daqueles pelos quais serão responsáveis. A fisioterapia tem como objetivos, dentro da UTI, melhorar a capacidade funcional global, restaurando a independência respiratória e reduzindo o risco de complicações associadas à permanência no leito. Para isso, são aplicadas técnicas fundamentais no cuidado, envolvendo desde o posicionamento no leito, cinesioterapia, técnicas de higiene brônquica, reexpansão pulmonar, ajustes ventilatórios, monitorização, dentre outras funções que são de responsabilidade do fisioterapeuta. Assim, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de fisioterapia no estágio na UTI e descrever as contribuições dessa vivência no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por discentes do curso de Fisioterapia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, durante o estágio obrigatório. A experiência do estágio em UTI, vivenciada pelos discentes de fisioterapia, constituiu-se pelo conhecimento da dinâmica hospitalar na UTI, como funcionam os atendimentos, a importância da fisioterapia no tratamento do paciente, a atuação do fisioterapeuta e o aprimoramento de conhecimentos teóricos e práticos, despertando raciocínio clínico com vista ao paciente crítico. Foram realizadas a avaliação e o diagnóstico cinético-funcional, bem como o planejamento dos objetivos e condutas a serem aplicadas. Além disso, o estágio permitiu presenciar discussões multidisciplinares sobre a evolução dos pacientes e possíveis ajustes a serem realizados para proporcionar o bem-estar deles. O estágio possibilitou o acesso a diversas doenças e condições clínicas, envolvendo traumas como arma de fogo, arma branca, acidente vascular encefálico, acidente automobilístico, violência, câncer, quedas, suicídio, dentre outras situações que levaram os pacientes a necessitar de cuidados intensivos. As técnicas fisioterapêuticas utilizadas na UTI incluíam: técnicas de desobstrução pulmonar nos pacientes, tanto em vias aéreas fisiológicas quanto artificiais (como tubo orotraqueal e traqueostomia), técnicas de reexpansão pulmonar, ajustes dos parâmetros ventilatórios, ajustes da pressão do cuff, realização de ajustes posturais e posicionamento no leito, cinesioterapia global, evoluindo da mobilização passiva à ativa resistida, desmame ventilatório e extubação. Assim, ao longo do tempo de estágio, foi possível vivenciar e observar a importância do fisioterapeuta no contexto da terapia intensiva, aprimorando conhecimentos e técnicas fundamentais na prática fisioterapêutica, tendo papel crucial na formação de profissionais competentes e

preparados para o mercado de trabalho. O estágio em UTI é uma experiência transformadora que contribui significativamente para o desenvolvimento técnico/científico, emocional e profissional dos estudantes de fisioterapia. Ele prepara os estagiários para atuarem de maneira competente, empática e colaborativa, enriquecendo a prática clínica, melhorando a qualidade do atendimento e preparando-os para a prática profissional.

ESTRATÉGIAS INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NA REDE VIGIFLUOR/SC

Kathleen Louise Costa, Juliana da Silva, Anna Carolina Pereira Thimoteo, Renata Goulart Castro

A efetivação do Sistema Único de Saúde - SUS - enfrenta muitos desafios. A formação de profissionais com habilidades e competências para atuação em seus serviços é um desses. A integração ensino-serviço-comunidade busca articular a formação na área da saúde aos serviços do SUS e às necessidades da população brasileira. Essa abordagem é essencial para a implementação da educação permanente em saúde, a qual proporciona, além do fortalecimento da área técnica, o desenvolvimento de competências sociais e de trabalho em equipe. Este trabalho tem como objetivo relatar as estratégias utilizadas para integração e aprofundamento teórico na Rede VIGIFLUOR no estado de Santa Catarina. A Rede VIGIFLUOR é uma rede colaborativa brasileira que reúne Universidades, Serviços de Saúde do SUS e a comunidade dos territórios, na perspectiva da vigilância em saúde, especificamente dos teores de fluoretos nas águas de abastecimento para consumo humano. A fluoretação das águas é uma política pública voltada para a prevenção da cárie dentária, sendo considerada uma medida democrática, segura e eficaz. No estado de SC, a equipe da Rede VIGIFLUOR é formada por estudantes e professores da Universidade Federal de Santa Catarina, e por profissionais das equipes de Vigilância Sanitária e Ambiental, e da Coordenação de Saúde Bucal da Secretaria Estadual de Saúde. A roda de conversa é a dinâmica base de interação nas atividades. A fala e a escuta são mobilizadas a partir da leitura prévia de um texto sobre a temática a ser discutida, e incentivadas pelos professores. Os temas são levantados a partir de situações-problema emergentes na região. Este método proporciona discussões em que todos os participantes têm a oportunidade de expressar suas opiniões e ouvir as perspectivas dos outros membros. A troca dos diferentes olhares contribui para um entendimento mais profundo das questões estudadas, levando à identificação de outras situações-problema. Durante esses encontros, os estudantes são incentivados a refletir sobre os temas e a compartilhar suas considerações com o grupo. Essa abordagem não só facilita a compreensão aprofundada, mas também estimula o pensamento crítico e a troca de ideias. A diversidade de temas abordados enriquece o debate e amplia o conhecimento dos participantes sobre diferentes aspectos relacionados à fluoretação da água e à saúde pública. Uma outra estratégia utilizada é a construção colaborativa de documentos. Os participantes trabalham em conjunto na elaboração de materiais, seleção de artigos/livros e suas respectivas sínteses, ou ainda no relato das discussões ocorridas em momentos anteriores. A intenção é produzir informações de qualidade, além de possibilitar o registro das atividades desenvolvidas. A

publicação de informativos envolve pesquisa de materiais, discussão, desenvolvimento do material, revisão e publicação, podendo ser realizada por meio de newsletters, e-mails, notícias em portais online ou impressos. Além dessas, são realizadas reuniões de planejamento que possibilitam a organização das atividades, a distribuição das tarefas, e a reavaliação e o redirecionamento quando necessário. Os estudantes têm a possibilidade de participar de uma Rede Colaborativa com estratégias de interação ensino-serviço-comunidade, melhorando o conhecimento e a apreensão da realidade.

GÊNERO, RACIALIDADE, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIAS: O LUGAR DAS MULHERES EM UM CAPS AD

Paula Emilia Adamy, Analice de Lima Palombini, Clara Lia Costa Brandelli, Adriano Souza dos Santos, Jullia Kaiser

Este trabalho parte de uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social e Institucional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que trata sobre o encontro entre a Prevenção Combinada do HIV, a Redução de Danos e a Gestão Autônoma da Medicação (GAM) como condição de possibilidade para o fortalecimento do protagonismo e promoção da autonomia às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas e que vivem com HIV. Esta pesquisa se deu em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas 24 horas - CAPS AD IV. Experienciamos juntas e juntos, com os/as usuários/as e trabalhadores/as, as dimensões do cuidado, direitos e autonomia, tendo o Guia GAM como instrumento e o grupo como dispositivo, a partir de Rodas de Conversa como processo metodológico. Durante as 10 Rodas que ocorreram, um total de 43 usuários/as participaram, sendo 33 homens cis e 10 mulheres (7 cis e 3 trans). Além deles/as, participaram 3 trabalhadores/as (duas mulheres cis brancas e 1 homem cis negro) e 1 pesquisadora (mulher cis branca). Do total de participantes, 9 pessoas tinham HIV. Dessas 9, 6 eram mulheres: 2 mulheres trans negras e 4 mulheres cis, sendo 3 negras e 1 branca. Nas Rodas de Conversa dos grupos da pesquisa, os homens cisgênero tiveram maior participação quantitativa entre os/as usuários/as na maior parte dos encontros, mas, dentre as pessoas vivendo com HIV, a maioria era de mulheres, mesmo estas sendo a minoria nos serviços de CAPS AD. O uso de álcool e outras drogas carrega em si várias concepções sociais e de gênero, que se presentificam nos contextos dos serviços de saúde voltados a esse campo. Enquanto, na Atenção Primária, são as mulheres cis que mais buscam cuidado, nas diversas realidades encontradas nos CAPS AD ainda existe maior prevalência de homens cisgênero e menor participação de mulheres cis e trans. As mulheres encontram diversas barreiras para acessar esses serviços e, quando estão dentro dos mesmos, veem, muitas vezes, a masculinidade tóxica se expressar nas relações entre usuários/as e trabalhadores/as, de forma que não se sentem à vontade para prosseguir em seu processo de cuidado. Para as mulheres trans, aparece ainda a transfobia como mais uma camada de opressão, fazendo com que elas não permaneçam no serviço ou tenham dificuldade em sustentar a sua identidade de gênero. As mulheres cis e trans que participaram, embora estivessem em menor número, puderam compartilhar histórias e experiências carregadas de toda a intensidade que as relações entre gênero, uso de drogas, sexualidade e situação de rua podem construir como marcadores de opressão. Estas

histórias foram trazidas a partir do método da Escrivivência, de Conceição Evaristo. Nossa escolha de trazer estas narrativas demarca uma posição: a de ampliar a visibilidade para as mulheres que fazem uso de drogas no que toca à política de HIV, cujas ações seguem direcionadas prioritariamente para a população masculina (homens cis gays) e jovens, e, sobretudo, no fortalecimento de uma direção de clínica-política antirracista e anti-cisheteronormativa.

DESAFIOS E DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DE SAÚDE NO SUS: UMA ANÁLISE TÉCNICA

Aline Penna, Fábio Mello, Itamar Monteiro, Rosiane Nunes

Para uma unidade de atendimento de urgência e emergência, o tempo é um fator crucial, e todos os recursos devem contribuir para salvar vidas. Simultaneamente, algumas unidades de saúde do SUS são regidas por indicadores, metas e discriminação de faturamento, exigindo a apresentação precisa das informações. Esses dois aspectos, frequentemente interligados, devem ser seriamente considerados ao selecionar um prontuário eletrônico. Nesse projeto, é imprescindível considerar os impactos da implantação, especialmente ao projetar a substituição de um sistema em uma unidade de referência no atendimento de emergência, onde o atendimento não pode ser interrompido. A continuidade do atendimento é vital, e qualquer transição deve ser meticulosamente planejada para evitar interrupções que possam comprometer a qualidade do serviço e a segurança dos pacientes. Um dos primeiros passos é mapear os processos, considerando tanto os objetivos da gestão quanto a agilidade necessária para os usuários do sistema na assistência. Negligenciar esse equilíbrio e focar apenas na perspectiva do gestor pode resultar em um sistema excessivamente complexo, com muitos campos a serem preenchidos, levando à demora, insatisfação dos usuários e perda de tempo essencial. Por outro lado, considerar apenas a visão do usuário pode resultar em um sistema que coleta informações insuficientes para a elaboração dos indicadores necessários. Nesse momento, são necessárias reuniões para o mapeamento dos fluxos assistenciais e de como estes serão tratados no sistema de prontuário eletrônico. É extremamente importante que cada liderança de área expresse as necessidades das equipes assistenciais e o que pode representar um desafio à rotina de atendimento. Essas reuniões são fundamentais para identificar potenciais obstáculos e alinhar expectativas, garantindo que o sistema seja desenvolvido e implementado de forma a atender às demandas práticas e gerenciais de maneira equilibrada. Considerando a seleção de um sistema por meio de licitação, pregão ou outros processos em que o principal critério é o menor preço, é essencial documentar previamente os recursos esperados. Esse é um procedimento bastante trabalhoso, pois as necessidades de cada etapa devem ser detalhadas minuciosamente. Desde os campos e regras necessários na recepção para identificação do paciente e abertura da ficha de atendimento, passando pela anamnese inicial na triagem e culminando no atendimento médico, cada uma das etapas precisa ser documentada. É raro encontrar uma solução pronta que atenda perfeitamente a todas as unidades de saúde; no entanto, a

documentação prévia detalhada ajuda a garantir que as principais necessidades sejam contempladas e facilita a adaptação do sistema às especificidades de cada unidade. No avançar das etapas, chegamos à fase de implantação. Esta é a de maior impacto no processo. Minimamente, encontramos basicamente três cenários desafiadores: uma unidade de atendimento que, de forma geral, ainda vai inaugurar; uma unidade que está migrando do prontuário de papel para o eletrônico; e uma unidade que necessita trocar o sistema já em uso por outro. No primeiro cenário, podemos pensar que é o mais fácil; porém, com todos os profissionais iniciando juntos, não há, dentro da equipe, um aporte de experiência por conhecer a ferramenta.

CULTURA CAPACITISTA E FORMAÇÃO MÉDICA: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTICAPACITISTA

Anna Lídia Lopes Braz Braga Lata, Edgar Leonardo Vargas, Valeria Aydos Rosario

De acordo com os Estudos da Deficiência, a difusão de dinâmicas de exclusão e estigmatização dos corpos dissidentes é resultado da produção compulsória do conceito de capacidade, uma vez que o capacitismo atravessa tanto indivíduos quanto instituições ao emergir no contexto social. Além disso, nota-se que as práticas capacitistas implicam na falta de acessibilidade dentro das instituições de ensino, o que frequentemente impossibilita a participação de estudantes com deficiência nas atividades propostas pelos docentes. Destarte, evidencia-se a importância da exposição dos desafios impostos, durante a formação médica, sobre o discente com deficiência. Este trabalho objetiva expor a falta de acessibilidade vivenciada nas universidades e fomentar a construção de práticas anticapacitistas no meio acadêmico, visando o estabelecimento de uma educação inclusiva e acessível. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos que contemplassem a temática do capacitismo e sua intersecção com a educação, bem como leituras que englobassem os Estudos da Deficiência. Em seguida, foram efetuadas reuniões no grupo de pesquisa para debater os conteúdos teóricos presentes na literatura e analisar a realidade acadêmica. Por fim, foram realizados encontros com pesquisadores e entrevistas abertas com discentes com deficiência, a fim de correlacionar os materiais teóricos com os relatos pessoais de vivências das pessoas que sofrem com as práticas capacitistas no meio universitário. Primeiramente, nota-se que as estruturas capacitistas não apenas informam a atuação docente, mas também estão difundidas institucionalmente no meio acadêmico, perpetuando normas que reforçam a exclusão social dos corpos dissidentes por meio do processo de higienização do heterogêneo. Dessa forma, a corponormatividade se expressa explicitamente na inacessibilidade das atividades propostas pelos docentes, dado que as práticas frequentemente ignoram as necessidades particulares de cada sujeito presente. Isso se comprova a partir das entrevistas, nas quais estudantes com deficiência relatam desempenhar comportamentos que emulam a corponormatividade, objetivando se furtarem ao ostracismo praticado pelos docentes ou por outros sujeitos em “hierarquias superiores”. Destaca-se ainda que, durante os depoimentos, foram referidos outros exemplos de entraves para a acessibilidade,

tais como a falta de oferta de provas com tamanho de letra aumentado e material prévio para discentes com deficiência visual (em prol da consumação de um método de ensino), além da imposição de formas de comunicação e comportamentos corporais neurotípicos a autistas (em defesa do “respeito” e da “ordem”). As análises realizadas ao longo do estudo evidenciam as violências institucionais e atitudinais vivenciadas pelos estudantes com deficiência no meio acadêmico. Nesse sentido, torna-se perceptível a fragilidade do atual modelo educacional em relação à acessibilidade dos discentes com deficiência. Portanto, são necessárias adaptações anticapacitistas nas escolas médicas, seja no ambiente, seja no padrão de ensino, visando contribuir para a participação efetiva de todos durante as atividades universitárias e, assim, promover uma maior inclusão dos estudantes com deficiência ao longo da formação médica.

IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMAZÔNIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE HUMANA

Ana Camille Viana Falcão Brito, Milena Zila Santos Cândido, Alexandre de Oliveira Magalhães

As mudanças climáticas estão diretamente ligadas às atividades humanas, como o aumento da emissão de gases de efeito estufa, a ocorrência de queimadas, o desmatamento e a formação de ilhas de calor urbanas. A Amazônia desempenha um papel fundamental no ciclo global do carbono e, devido a essa influência, é considerada uma região particularmente suscetível a diversos riscos ambientais. O objetivo deste estudo é analisar as enfermidades na saúde pública causadas pelas mudanças climáticas drásticas na região amazônica. Este estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura de pesquisas publicadas no período de 2020 a 2024. Foram realizadas buscas nas plataformas de acervo científico SCIELO, LILACS, PubMed e BVS, com base nos descritores “Amazônia”, “Mudança Climática” e “Saúde Humana”. A pesquisa inicial resultou em 25 artigos publicados em língua portuguesa, dos quais, após análise detalhada, apenas 10 artigos foram selecionados para a amostra final. Os estudos indicam que as mudanças climáticas na Amazônia têm impactos profundos na saúde pública, apresentando desafios significativos para a gestão e prevenção de doenças. O aquecimento global e as mudanças nos ecossistemas influenciam o aumento do número de vetores, facilitando a transmissão de patógenos. Eventos climáticos extremos, como a seca, aumentam o risco de doenças de veiculação hídrica, como cólera, hepatites virais e doenças diarreicas agudas, devido à falta de acesso à água limpa. Além disso, queimadas, altas temperaturas e desmatamento na Amazônia aumentam a produção de partículas alergênicas e a exposição a poluentes atmosféricos, exacerbando doenças respiratórias, especialmente em idosos, crianças e pessoas com condições graves de saúde. Os efeitos das mudanças climáticas podem ser acentuados pelo grau de vulnerabilidade das populações amazônicas, influenciado por determinantes sociais como saneamento básico, logística, alimentação, acesso a serviços de saúde e condições de moradia. Esses fatores agravam os quadros clínicos, resultando em um aumento da demanda e dos custos dos serviços de saúde. Esse cenário aponta para um crescimento no risco de

hospitalizações e atendimentos de emergência, principalmente por doenças respiratórias, o que pode levar à sobrecarga do sistema de saúde. A partir da análise da influência das mudanças climáticas na propagação e agravamento de doenças respiratórias, transmitidas por vetores e de veiculação hídrica, torna-se indispensável reforçar políticas ambientais preventivas. O setor da saúde precisa adotar medidas de adaptação para minimizar os impactos ambientais inevitáveis, tais como discussões intersetoriais, melhorias na vigilância de doenças, abastecimento de água e saneamento, visando aumentar a capacidade de resposta aos riscos decorrentes das mudanças climáticas. Além disso, é essencial que os profissionais de saúde promovam ações educativas para conscientizar a população amazônica sobre as mudanças climáticas globais, incentivando o pensamento crítico e sensibilizando a comunidade quanto à gravidade das alterações climáticas no cenário atual e suas consequências drásticas para a saúde.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: SAÚDE NA PONTA DA LÍNGUA: ENTENDENDO AS MANIFESTAÇÕES BUCAIS DO HIV

Cássio da Silva Cavalcante, Miguel Afonso da Costa Pontes, Allan Augusto Maciel dos Santos, Rian Aragão Sampaio, Raul Souza da Cruz, Eliabe Castro de Paiva, Liliane Fernandes da Costa Wanderley, Paula Andreza Viana Lima, Gerson de Oliveira Paiva Neto

No dia 03/10/23, foi realizado um projeto de extensão pelos discentes do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB/UFAM), em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no interior do Amazonas, sob a orientação do docente da disciplina de Patologia Geral, com o objetivo de fornecer à população educação em saúde voltada para as manifestações bucais do HIV. O projeto foi desenvolvido com a coordenação de 1 docente e a participação de 7 alunos do curso de Enfermagem do ISB/UFAM. A atividade foi realizada no Bairro Itamaraty, localizado na periferia do município de Coari/AM. O local escolhido foi a Unidade Básica de Saúde (UBS), tendo como público-alvo adultos usuários do serviço de saúde. A apresentação consistiu na exposição de informações sobre as manifestações bucais do HIV, os procedimentos a serem tomados em caso de suspeita e a importância do autoexame bucal. Para isso, os discentes fizeram uma pequena apresentação com informações sobre os sinais e sintomas das manifestações bucais do HIV. Após a apresentação para o público presente na UBS, foi reservada uma sala onde os discentes, juntamente com o docente, puderam realizar o exame intrabucal das pessoas presentes no local. O projeto beneficiou, na ocasião, cerca de 25 pessoas presentes na Unidade Básica de Saúde. O feedback foi positivo por parte do público-alvo, com relatos de dúvidas sobre os sinais das manifestações. Alguns participantes mencionaram que já conheciam os sinais, enquanto outros não os conheciam. Todas as dúvidas foram sanadas pelos discentes presentes no local. Projetos de extensão voltados para as manifestações bucais do HIV são fundamentais para ajudar a população a reconhecer esses sinais, identificar casos e procurar o serviço de saúde mais próximo, que é o elemento principal. Como acadêmico de Enfermagem, pude concretizar que ações como essas são essenciais para bairros mais longínquos, onde a educação integral também precisa ser alcançada e evidenciada.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA INTEGRAÇÃO DE SABERES INDÍGENAS NAS MATRIZES CURRICULARES DE ENFERMAGEM: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORTE DO BRASIL

Janis Rodrigues de Souza Way Way, Fernanda Teixeira Paes, Andressa Tavares Parente, Nádile Juliane Costa de Castro, Ezequiel Sakew Way Way, Nayure Ribeiro Lopes

A educação superior tem enfrentado desafios crescentes na sua missão de se tornar verdadeiramente inclusiva e representativa da diversidade cultural do Brasil. Neste contexto, a adaptação das matrizes curriculares para incluir e valorizar a presença de estudantes indígenas torna-se fundamental. Tais adaptações não são apenas uma questão de cumprimento de políticas de ações afirmativas, elas são essenciais para construir um ambiente educacional que respeite e celebre a multiplicidade de saberes e perspectivas. Adicionalmente, ao incorporar as perspectivas de diferentes grupos étnicos e sociais nas matrizes curriculares, as instituições de ensino superior podem desempenhar um papel importante na descolonização do saber e na promoção de práticas mais inclusivas e adaptativas, que respondam às necessidades de todas as comunidades. As resoluções que regem essas matrizes são, portanto, de importância estratégica para moldar currículos. Este estudo tem como objetivo identificar e analisar as matrizes curriculares e as resoluções institucionais que podem ser beneficiadas e aprimoradas pela inclusão e formação de estudantes indígenas no ensino superior, visando a promoção de uma educação mais inclusiva e representativa. Estudo qualitativo, descritivo e documental. Foi realizada uma análise documental detalhada de matrizes curriculares e resoluções em universidades federais da região Norte do Brasil, que possuem programas de inclusão de estudantes indígenas referentes ao curso de Enfermagem. Esta análise utilizou como fontes de dados o sítio eletrônico do Ministério da Educação para identificação dos cursos e os sites oficiais das universidades federais envolvidas para identificação de ações de inclusão. Excluiu-se as universidades estaduais, institutos federais e cursos desativados. A pesquisa foi realizada entre janeiro e abril de 2024. Foram identificados cursos em todos os Estados da região. A análise revelou a ausência de ofertas de vagas por meio da lei de cotas para pessoas indígenas em várias instituições, destacando-se a Universidade Federal de Manaus. Além disso, observou-se a falta de atividades curriculares específicas sobre temas indígenas na maioria das universidades da região. Contudo, as universidades que incluem estudantes indígenas demonstram possuir políticas robustas de inclusão e permanência. Embora haja políticas de inclusão, estas ainda não refletem completamente a diversidade e as necessidades regionais. O fato de a Universidade Federal de Manaus, situada na região Norte do Brasil, uma área de significativa diversidade indígena, não implementar uma política de cotas para indígenas revela uma lacuna significativa na representação e inclusão dessas populações no ensino superior. Esta ausência não apenas contraria o espírito das políticas de ação afirmativa promulgadas em nível federal, mas também destaca um descompasso entre as necessidades regionais específicas e as políticas implementadas pelas instituições de ensino superior. Essa discrepância sugere uma oportunidade perdida de fortalecer o

diálogo intercultural e de promover a equidade educacional em uma região que poderia beneficiar imensamente da contribuição e participação ativa de suas comunidades indígenas. Além disso, reforça a necessidade urgente de revisão e adaptação das políticas de inclusão, para que as universidades não apenas atendam às exigências legais, mas também reflitam e celebrem a rica diversidade cultural.

CONDIÇÕES BUCAIS PRECÁRIAS EM POPULAÇÃO INDÍGENA ALDEADA DO ESPÍRITO SANTO

Deise Berger Velten, José Geraldo Mill, Maria Helena Monteiro de Barros Miotto

Estudos realizados em comunidades indígenas têm demonstrado uma situação de maior vulnerabilidade e condições de saúde bucal mais precárias do que na população em geral. Nesse contexto, destaca-se também a perda dentária, que é mais acentuada nesses povos e provavelmente gera uma grande demanda por tratamentos protéticos, representando um desafio para a saúde pública e uma grande responsabilidade para os gestores na oferta de um atendimento em saúde bucal adequado às necessidades dessa população. O objetivo é avaliar a existência de associação entre perda de dentes, utilização de serviços odontológicos, necessidade de prótese, características sociodemográficas e impacto dos problemas bucais na qualidade de vida na população indígena aldeada residente no município de Aracruz (ES). Esta é uma pesquisa de delineamento transversal na qual participaram 1.084 indígenas e não indígenas residentes nas aldeias Guarani e Tupinikin do município de Aracruz. Os participantes, maiores de 20 anos, foram avaliados quanto às condições sociodemográficas, utilização de serviços odontológicos, necessidade de prótese, impacto dos problemas bucais na qualidade de vida e perda dentária. Utilizou-se o método de entrevista padronizada, na qual os participantes responderam a formulários referentes a cada questionamento. Após a entrevista, foi realizado exame clínico para avaliar a condição de perda dentária dos participantes. Os resultados demonstraram que os indígenas com idade maior ou igual a 51 anos, com menos de 10 anos de estudo, que relataram menos dor dentária e apresentaram maior impacto dos problemas bucais na qualidade de vida, tiveram mais perdas dentárias. Além disso, percebeu-se que 38,1% dessa população necessita de prótese parcial removível (PPR) e 13,8% necessitam de prótese total removível. Ao analisar os resultados, percebe-se que a perda dentária está significativamente associada a maior idade, menor escolaridade, menos dor dentária e maior impacto dos problemas bucais na qualidade de vida, evidenciando um componente social importante e a existência de desigualdades no acesso a serviços de saúde bucal. Esse cenário deixa clara a vulnerabilidade das populações indígenas e representa um alerta para os gestores de saúde pública. As iniquidades têm sido ampliadas devido a intervenções em saúde sem planejamento adequado, dificultando a universalização e a equidade no acesso aos atendimentos. É indispensável que os gestores realizem um planejamento adequado em saúde pública, atuando de forma integrada e resolutiva, de modo a possibilitar acessibilidade com eficiência para essa população, promovendo melhorias na saúde bucal e na qualidade de vida dessas pessoas.

RODA DE CONVERSA PARA GESTANTES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SOBRE IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL ENCORAJANDO AS GESTANTES A SEREM ACOMPANHADAS NAS CONSULTAS E REALIZAÇÃO DOS EXAMES. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jean Carlos de Lima Deveza, Marcelo Augusto da Silva Seixas,
Josiane Montanho Mariño, Vinícius Soares Mitouso

A gestação é um período de transformações físicas, emocionais e sociais para as mulheres. No interior da Amazônia, essa jornada pode ser ainda mais desafiadora devido às dificuldades de acesso à saúde de qualidade e à carência de informações confiáveis. Nesse contexto, as rodas de conversa surgem como ferramentas valiosas para promover a educação em saúde, o acolhimento e a troca de experiências entre gestantes. Este trabalho apresenta a experiência de discentes de enfermagem em ações educativas sobre a importância do pré-natal e em encorajar as gestantes a serem acompanhadas nas consultas e na realização dos exames. O principal objetivo da roda de conversa foi conscientizar as gestantes sobre a importância do acompanhamento pré-natal, da realização de exames e dos cuidados durante a gestação. Através da troca de experiências, buscamos fortalecer a rede de apoio entre as mulheres e criar um espaço acolhedor para dúvidas e esclarecimentos às gestantes da unidade. Trata-se de um relato de experiência realizado por discentes de enfermagem no período de 10 de abril de 2024. Tivemos a oportunidade de realizar uma roda de conversa para gestantes em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A iniciativa, que contou com a participação de 5 gestantes e 2 profissionais de saúde (enfermeiras), teve duração de 20 minutos e consistiu em um ambiente interativo e amistoso entre as participantes. O foco principal foi conscientizar as gestantes sobre a importância do acompanhamento pré-natal, da realização de exames e dos cuidados durante a gestação. No total, foram beneficiadas 5 gestantes. No início, foram distribuídos folders interativos com informações essenciais para o acompanhamento pré-natal. A roda de conversa teve uma boa aceitação pelas gestantes, que se mostraram bastante interessadas e participativas. Esses momentos revelaram-se de suma importância para que as gestantes recebessem orientações, tendo em vista que, durante as conversas, percebeu-se que algumas não iam às consultas acompanhadas de seus maridos devido ao trabalho, enquanto outras desconheciam alguns exames pré-natais, fatores que poderiam comprometer a saúde de ambos. A realização de rodas de conversa para gestantes em Unidades Básicas de Saúde, especialmente em áreas remotas como o interior do Amazonas, é uma estratégia fundamental para garantir o acesso à informação de qualidade e promover a saúde integral da mulher e do bebê. Através dessa metodologia participativa e dialógica, as gestantes se sentem acolhidas, valorizadas e protagonistas de seu cuidado, construindo uma gestação mais saudável e feliz.

A PREPONDERÂNCIA DA RACIONALIDADE BIOMÉDICA NA PRODUÇÃO DIAGNÓSTICA DO AUTISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA FORMAÇÃO MÉDICA ANTICAPACITISTA

Edgar Leonardo Vargas, Anna Lídia Lopes Braz Braga Lata, Valeria Aydos Rosario

O pouco entendimento acerca do espectro autista, a hegemonia da racionalidade biomédica no processo diagnóstico, as disputas em torno do status nosológico do autismo e os estigmas sociais representam entraves substanciais para a obtenção do laudo médico e, consequentemente, para o acesso a políticas públicas de saúde direcionadas às pessoas com deficiência (PcD). Destarte, verifica-se a importância de uma perspectiva interdisciplinar e anticapacitista durante a formação médica, a fim de qualificar e capacitar os profissionais para a produção do diagnóstico do autismo enquanto uma deficiência e uma neurodivergência. Este trabalho tem como objetivo expor as problemáticas de saúde pública decorrentes da predominância da concepção biomédica hegemônica nos itinerários diagnósticos durante a formação médica brasileira. Ademais, busca-se oferecer novas perspectivas baseadas na Medicina Centrada na Pessoa e nos Estudos da Deficiência, visando o desenvolvimento de competências que qualifiquem o diagnóstico do autismo. A pesquisa foi iniciada por meio de uma revisão bibliográfica utilizando a combinação dos descritores: autismo, gênero, deficiência e diagnóstico tardio. A partir disso, realizou-se o processo de pré-seleção sociodemográfica por meio de um formulário, com o objetivo de caracterizar a população estudada. Esta etapa foi sucedida por 15 entrevistas autobiográficas com mulheres pretas ou pardas e autistas. Por fim, cada pesquisador participante assistiu a todas as entrevistas e redigiu diários de campo registrando suas impressões e analisando criticamente os dados coletados para obter uma interpretação crítica dos relatos. Os relatos de diagnósticos tardios evidenciaram limitações na formação médica para detecção de sinais e sintomas atípicos, especialmente em pacientes que diferem do estereótipo do homem branco com altas habilidades ou do autismo não verbal com estereotípias bem marcadas, amplamente difundidas pela mídia. Destaca-se ainda que a privação de um laudo médico preciso resultou na exclusão do acesso às políticas públicas de saúde, uma vez que o laudo é pré-requisito para a obtenção de grande parte dos direitos da PcD. Dessa forma, verifica-se que o ensino seletivo centrado no modelo biomédico oferece uma capacitação insuficiente para a identificação qualificada dessa condição. Constatou-se que tal conjuntura se deve ao caráter “clínico” do diagnóstico e ao desconhecimento de modelos alternativos, que poderiam oferecer perspectivas mais inclusivas para a identificação de pessoas autistas. Observa-se que a maioria dos discentes de medicina são instruídos a partir do viés da biomedicina, sem que haja uma postura crítica em relação a esse sistema ou a apresentação de diagnósticos baseados no paradigma da neurodiversidade. Por fim, infere-se a importância de que perspectivas baseadas na Medicina Centrada na Pessoa e nos Estudos da Deficiência sejam lecionadas durante a formação médica. Essas abordagens qualificam a produção dos laudos médicos e promovem o acesso aos direitos da PcD, uma vez que a legislação brasileira adota o modelo social da diferença. Portanto, observa-se que o modelo biomédico é insuficiente para a consumação de um processo diagnóstico inclusivo.

Constata-se a necessidade de que outros paradigmas sejam ensinados durante a formação médica, visando solucionar o atual problema de saúde pública.

A ACESSIBILIDADE DA PESSOA SURDA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Isabela Emerick Mendes, Arthur Rodrigues Teixeira Marra

Este estudo tem como objetivo descrever a acessibilidade das pessoas surdas sinalizadas na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, destaca-se que a atenção integral é um dos princípios fundamentais do SUS, pautada na assistência em todos os níveis de atenção. Sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) a porta de entrada da rede, centro de comunicação e ordenadora do cuidado, ela se torna um ponto fundamental quando falamos da acessibilidade da pessoa surda no SUS. Dessa maneira, este trabalho busca descrever como ocorre a acessibilidade da pessoa surda sinalizada na Atenção Primária à Saúde. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica não sistemática, que consistiu na revisão de diversas obras e estudos relacionados ao tema escolhido. Os resultados da análise das referências bibliográficas levantadas indicam que a acessibilidade na APS para pessoas surdas é limitada, principalmente no que se refere à comunicação e às atitudes dos profissionais de saúde. Um dos maiores problemas enfrentados pelos surdos é o desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por parte dos profissionais de saúde, o que impede uma comunicação eficaz e, conseqüentemente, um atendimento adequado. Dessa forma, a falta de capacitação dos profissionais para atender pessoas surdas em Libras é um dos principais desafios identificados. Portanto, para melhorar a acessibilidade e garantir um atendimento de qualidade para as pessoas surdas na APS do SUS, é necessário investir em capacitações contínuas para os profissionais de saúde. Essas capacitações devem incluir o aprendizado de Libras, a compreensão da cultura surda e a sensibilização sobre como se posicionar eticamente e legalmente durante o atendimento. Assim, espera-se que os profissionais de saúde sejam capazes de oferecer um atendimento mais humanizado e inclusivo, respeitando os direitos das pessoas surdas e promovendo a equidade no acesso aos serviços de saúde. Em conclusão, a melhoria da acessibilidade na APS é essencial para garantir que as pessoas surdas recebam um atendimento de qualidade, evitando, assim, que os seus direitos sejam violados.

ALEXANDRE E SUAS HISTÓRIAS: SOBRE ANDARILHO(Z) QUE AFETAM

Paula Monteiro de Siqueira, Laura Camargo Macruz Feuerwerker

Este trabalho fala sobre os andarilhos que têm o dom de ser poesia, instaurar e fazer circular afetos, engendrando afecções e provoc(AÇÕES). Esta aproximação às Pessoas em Situação de Rua (PSR)

foi feita inicialmente dentro da pesquisa “RAC - Rede de Avaliação Compartilhada”, cujo termo trata-se de um coletivo de pesquisa que desenvolve uma Rede de Avaliação Compartilhada no campo da saúde coletiva a partir das redes temáticas. Compreende acompanhar como se dá a formação das Redes Vivas de Cuidado diante da demanda dos usuários. O trabalho foi desenvolvido de forma cartográfica na Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste de São Paulo. Posteriormente, a esse caminho aberto por esses arrastões de vida ou vida-arrastões, continuamos nossa experiência com esses viventes, a qual deu substância à dissertação de mestrado “(Des)Aprendências nômades com os viventes da rua: sobre os modos outros de estar na vida”. Esta dissertação teve substância em um mergulho em vários contextos e espaços que tangenciavam os viventes da rua (Encontros com as Equipes de Consultório na Rua e Pacientes da Equipe, Reuniões da Comissão de Saúde da População em Situação de Rua - Secretaria Municipal de Saúde/SP, Movimentos da População de Rua, dentre outros). Desses mergulhos, recortamos as andarilhagens com Alexandre, tal vivente da rua, que após muitas andanças mundo afora, fixara moradia numa praça entre as Ruas São João e Duque de Caxias, região central de São Paulo, nas vizinhanças da famigerada Cracolândia. Utilizando o termo margem, cunhado por João Guimarães Rosa no conto “*A terceira margem do rio*”, apresentaremos cenas da vista do ponto de nossas margens de pesquisadores in-mundo sobre as margens de vida de Alexandre, compostas por falas (que aparecerão entre aspas) e cenas (que aparecerão em textos recuo) daquilo que foi v(i/i)vido com ele. Trata-se de um texto-narrativa que, através de uma viagem cartográfica, tem o intuito de dar visibilidade para certos aspectos da autoipse desse vivente. Sem pretensão de construir verdades absolutas, porém, buscaremos dar visibilidades sobre os modos outros de estar na vida.

AVALIAÇÃO DO ESTILO DE VIDA DOS PACIENTES DO SETOR DE ORTOPEDIA

Isabela Carvalho Ortelan, Andrey Alves do Nascimento, Larissa Cardoso Vergna, Maria Eduarda Kaiser, Maria Fernanda Colnaghi, Micaelly Nascimento Fudcheller, Milena Martins Pinheiro, Sabrina Silva dos Santos, Letícia Guimarães Peyneau

A busca por soluções imediatas através de medicamentos e procedimentos cirúrgicos tem crescido cada vez mais, enquanto a busca por mudanças no estilo de vida, que podem ter efeitos mais duradouros e preventivos, ainda é subestimada. Com o passar do tempo, o uso contínuo de medicamentos gera uma dependência que, sem a mudança nos hábitos de vida, pode resultar em danos irreversíveis a longo prazo. A aplicação do questionário “Estilo de Vida Fantástico” permite a compreensão da qualidade de vida dos indivíduos e possibilita o desenvolvimento de soluções que promovam a saúde. Dessa maneira, este estudo tem como objetivo avaliar o estilo de vida dos pacientes do setor de ortopedia da clínica-escola de fisioterapia da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Vitória. Inicialmente, o instrumento foi aplicado em 25 pacientes do setor de ortopedia, local frequentado, em sua grande maioria, por pessoas entre 30 e 50 anos de idade. O questionário é composto por um total de 25 perguntas, divididas em nove áreas, sendo elas: família e amigos; atividade física; nutrição; cigarro e drogas; álcool; sono, cinto de segurança, estresse e sexo seguro; tipo de

comportamento; introspecção e trabalho. Em seguida, foi realizado o cálculo do *score* e identificada a posição na escala de valores de referência do *score* final, sendo: excelente (85 a 100 pontos); muito bom (70 a 84 pontos); bom (55 a 69 pontos); regular (35 a 54 pontos); necessita melhorar (0 a 34 pontos). Por fim, a partir dos resultados gerados pela pesquisa, elaborou-se um folder com orientações para conscientizar o estilo de vida dos pacientes e para que possam ser aplicadas no cotidiano. Em síntese, foi contabilizado que, para 80% dos pacientes entrevistados, “quase sempre” existe alguém com quem conversar, sejam familiares ou amigos; apenas 30% optam por seguir uma dieta balanceada; a prática da atividade física é realizada de forma consideravelmente ativa, uma vez que 80% dos pacientes praticam exercícios mais de duas vezes por semana; e 70% das respostas foram favoráveis quanto à introspecção dos pacientes em relação a pensamentos positivos e otimistas. Com base na pesquisa, ao analisar as respostas individualmente, é possível notar o quanto o relacionamento com a família e amigos, a alimentação saudável e a prática de exercícios físicos influenciam diretamente no comportamento social do indivíduo. Isso ocorre porque, nas respostas em que o relacionamento era consideravelmente bom, a pessoa se considerava otimista e feliz, havendo uma redução na percepção de rebaixamento do humor. Através da contabilização das respostas, verificou-se que os pacientes do setor de ortopedia, em geral, prezam por uma vida saudável, tendo em vista que o *score* do questionário foi considerado “excelente” (92 pontos). Mesmo apresentando um bom *score*, esse resultado pode melhorar ainda mais mediante alterações no estilo de vida. A aplicação do questionário “Estilo de Vida Fantástico” é imprescindível por proporcionar um maior entendimento da vida do paciente e garantir soluções efetivas que se adequem às necessidades do mesmo, prezando por uma vida mais saudável e duradoura.

PSICOLOGIAS INDÍGENAS EM DESASTRES: CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE CUIDADO AO BEM VIVER DE POVOS ORIGINÁRIOS

Luiz Felipe Barboza Lacerda, Débora da Silva Noal, Beatriz Schmidt,
Camila Pinheiro Medeiros, Ytanajé Coelho Cardoso, Lara Gonçalves Coelho

O trabalho intitulado *Psicologias Indígenas em Desastres: Construção de Linhas de Cuidado ao Bem-Viver de Povos Originários* parte das análises experienciais de profissionais da saúde na ocasião em que, no ano de 2021, os povos indígenas Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá, na Bahia, foram atingidos por inundações intensas. A situação exigiu respostas imediatas das equipes locais de saúde, contando com a assessoria de especialistas em desastres e emergências. Esse estudo de caso aborda o processo de construção de linhas de cuidado ao *Bem-Viver* dos povos originários afetados, por meio do trabalho colaborativo entre etnias indígenas e equipes de políticas públicas de saúde. Foram analisados registros de reuniões, um curso de formação para profissionais de saúde indígena e três documentos de referência, discutindo-se os desafios do cuidado ao *Bem-Viver* na fase de resposta pós-desastres e emergências em saúde pública, com o protagonismo das comunidades atendidas. As análises apontam que os preceitos de respeito à diversidade cultural, concepção de sujeito, assim como

de territorialidade e coletividade, foram observados ao longo da construção desses materiais, gerando indicativos aos trabalhadores de saúde sobre as concepções etnoculturais ampliadas acerca de tais categorias para as populações indígenas. Contudo, mostraram-se ainda incipientes as abordagens que aprofundem especificamente a saúde mental para tais populações. Avalia-se que isso se deve menos a uma falha na construção de tais estratégias e mais a uma ausência histórica dessa reflexão dentro do campo da Psicologia. Frente a estas ausências, portanto, de forma propositiva, as conclusões deste estudo apresentam considerações pertinentes ao processo contextualizado de construção de linhas de cuidado ao *Bem-Viver* de povos originários, buscando oferecer subsídios à conformação de políticas públicas consoantes às particularidades sócio-histórico-culturais de cada etnia.

TUTORIA EAD DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRECEPTORIA MULTIPROFISSIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gardenia Maria Oliveira Alves, Clarice Maria Araújo Chagas Vergara, Sandra Ferreira Cordeiro, Georgiana Álvares de Andrade Viana, Djânula de Sousa Victor Braga, Isabel Cristina Veras Aguiar, Ana Cláudia Feitosa Lima, Nancy Costa de Oliveira Caetano, Ana Alice Fernandes de Castro Falcão, Raquel Tavares Nobre de Freitas, Soraia Rolim Caldas, Maria Josane Pereira

Os Programas de Residências em Saúde trazem como proposta educacional a formação de residentes para atuarem no âmbito do SUS, tendo o preceptor como um dos atores essenciais na condução dos processos de ensino e aprendizagem. Entende-se por preceptor aquele profissional que desenvolve suas atividades em um serviço do SUS, com o objetivo de orientar as práticas no seu *locus* de atuação. Para o exercício da preceptoria, os preceptores necessitam do domínio do conhecimento técnico associado ao conhecimento pedagógico, devendo ser, para além de um professor tradicional, alguém que encadeie a prática e o conhecimento científico. Deve ser, ainda, um mediador dos aspectos teóricos e práticos da formação, por meio de sua prática clínica, levantando problemas, instigando a busca por explicações e dialogando com os diversos espaços e atores da residência. Este trabalho é um relato de experiência de uma Supervisora Geral da Residência Multiprofissional em Saúde com ênfase em Infectologia, que atuou na tutoria do Curso de Especialização em Preceptoria Multiprofissional na área da Saúde, para preceptores da Residência Multiprofissional, ofertado pelo PROADI SUS em parceria com o Hospital Moinhos de Vento, voltado para a qualificação de preceptores multiprofissionais selecionados de todas as regiões do Brasil, realizado no período de junho de 2022 a dezembro de 2023. Os momentos formativos foram elaborados a partir da compreensão de necessidades pedagógicas e desenvolvidos através de processos de educação permanente, permitindo o aperfeiçoamento da prática docente assistencial, ao mesmo tempo em que ocorria o exercício da preceptoria. Na tutoria do curso EAD, cujo público foram preceptores das Residências Multiprofissionais, houve atuação da tutoria pela gestora do Programa de Residência, onde se pôde comprovar a relevância do material disponibilizado aos cursistas, fazendo um paralelo entre as fragilidades e necessidades reais de formação desses profissionais, percebidas pela gestão em seus territórios de atuação, quando no desenvolvimento

de atividades práticas ou teóricas com residentes. A atuação na tutoria nos leva a refletir quanto à importante contribuição dada na formação desses formadores, tanto pelo conhecimento da gestão da Residência, bem como pelo exercício da tutoria na mediação do processo de ensino-aprendizagem, utilizando estratégias metodológicas de ensino por meio do Ambiente Virtual, na interação e troca de experiências, assim como no estímulo ao pensamento crítico-reflexivo acerca das práticas docentes durante o exercício da preceptoria. O compromisso e engajamento da tutoria, aliados à oferta relevante do curso para preceptores em saúde, nos leva a acreditar no êxito da formação didático-pedagógica destes, reverberando na qualificação do ensino prestado aos residentes em saúde, bem como na oferta dos serviços de saúde.

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES: CONTRIBUIÇÕES E VIVÊNCIAS DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM

Ana Clara Corrêa da Silva, Janaina Sousa Gonçalves, Andreza Gabriela Pinto Ferreira,
Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Simone Aguiar da Silva Figueira

A adolescência é um período de transformações e descobertas, marcado por mudanças físicas, emocionais e sociais. É nesse período que ocorre a descoberta da sexualidade, muitas vezes sem orientação, seja dos familiares ou da escola, deixando os adolescentes sem informações corretas e seguras acerca do assunto. No contexto da educação sexual, a enfermagem desempenha um papel fundamental, uma vez que atua na atenção primária em contato direto com os pacientes, sendo uma das atribuições da profissão. Desse modo, o trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicas do curso de Enfermagem acerca da importância da promoção da educação sexual de adolescentes. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, vivenciada por acadêmicas do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará (UEPA), campus XII, durante o estágio da disciplina de Enfermagem Comunitária, em uma Unidade Básica de Saúde, no mês de abril de 2024, no município de Santarém/PA. Durante o estágio na Unidade Básica de Saúde, foram realizados atendimentos em que as acadêmicas puderam observar e acompanhar consultas de enfermagem. Dentre essas consultas, destaca-se a realizada com um adolescente de 14 anos, acompanhado de sua mãe, com queixas de desconforto no órgão genital. Para investigar a possível causa das queixas, foram feitas perguntas ao adolescente e à sua mãe, abordando temas como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e cuidados com a saúde íntima. Foi possível observar a vergonha de ambos na abordagem sobre o assunto. Além disso, destacou-se a falta de diálogo entre mãe e filho, com a genitora ainda enxergando o adolescente como uma criança, considerando-o novo para tratar tais questões. Coube à enfermeira realizar a educação sexual e evidenciar para a mãe a importância do diálogo para estabelecer uma relação de confiança na família, promover informações seguras sobre o assunto e prevenir infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), quando o início da atividade sexual ocorrer. Os profissionais de enfermagem têm um papel fundamental na promoção da

educação sexual, não apenas nas escolas, mas também em consultas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), atuando como educadores e facilitadores do aprendizado para um conhecimento seguro. Além disso, ao fornecer educação e apoio emocional, eles ajudam a reduzir os riscos de ISTs e a promover comportamentos sexuais saudáveis, especialmente em contextos em que a vergonha dos pais e a omissão dos filhos prevalecem. Em suma, a experiência vivenciada amplia a compreensão das graduandas sobre as realidades enfrentadas pelos adolescentes, aumentando a sensibilidade e a empatia em relação às questões de saúde sexual e reprodutiva, fundamentais para o desenvolvimento de profissionais mais preparados e capazes de promover a saúde integral e o bem-estar dos jovens.

IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE AMBULATÓRIO TRANSGÊNERO

Gisella Maria Lustoza Serafim, Jean Douglas Moura dos Santos, Zilma Maria Bento Cavalcante, Erierberth Rodrigues de Sousa Ibiapina, Ana Luísa Sousa, Vinicius Isaac Sousa de Oliveira, Luna Mara Sousa Pinheiro, Raissa Ester de Abreu Martins, Maria Leticia Chaves Saraiva de Menezes, Isabel Mariano de Sousa França, Adna Nayara Reis da Silva, Sara Isabel Marques Sousa, Anna Roberta Pereira Nascimento

A comunidade trans frequentemente enfrenta obstáculos que as distanciam do acesso pleno ao sistema de saúde pública. O estigma social, profundamente enraizado, pode se manifestar nas estruturas de saúde, levando à criação de centros segregados, mesmo para necessidades de saúde mais amplas ou generalizadas. Esse cenário é agravado quando se trata de tratamentos específicos, como a hormonioterapia, devido à falta de capacitação dos profissionais de saúde em geral ou especializados nessa área. Além disso, a concentração desses serviços em áreas urbanas de grande porte pode excluir geograficamente parte da população trans que vive em locais mais distantes ou de menor densidade populacional. Este estudo visa relatar a experiência de um ambulatório especializado no atendimento integral à comunidade trans. Durante um período de 04 anos, foram realizados atendimentos ambulatoriais a indivíduos trans, incluindo travestis, homens e mulheres transexuais, no único centro de referência hospitalar do Estado do Piauí - Hospital Getúlio Vargas, em Teresina-PI. Os serviços oferecidos compreendem desde o acolhimento de demandas variadas, relacionadas ou não à transexualidade, até o manejo integrado de comorbidades, incluindo a prescrição e acompanhamento da hormonioterapia, sob a supervisão de uma equipe composta por endocrinologista, psicólogo, ginecologista, urologista, assistente social e enfermeiro. A demanda por hormonioterapia é predominante. Apesar de o centro situar-se na cidade de Teresina, o ambulatório atende pessoas não apenas da região, mas também de outras partes do país. A diversidade de contextos clínicos e sociais enriquece a experiência oferecida. A criação de serviços de saúde especializados é essencial para garantir o acesso equitativo à população trans. No entanto, ainda existem desafios significativos em muitas partes do mundo, incluindo o acesso limitado a serviços de saúde transcompetentes, discriminação por parte de profissionais de saúde e barreiras financeiras. A equipe multiprofissional pode desempenhar um papel crucial nesse processo, assumindo a responsabilidade pelos cuidados médicos gerais e específicos relacionados à transexualidade, como a hormonioterapia.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE USUÁRIOS QUE ESTÃO EM USO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO PARA O HIV EM UMA CAPITAL NO ANO DE 2023

Inajara Cagliari Fernandes, Luciana Silveira Egres, Sabrina Terezinha de Souza Gilli Brundo, Adriano Cordeiro de Oliveira, Pauline Soares Ferrugem, Lara Colles de Oliveira Araújo, Daila Alena Raenck da Silva

Profilaxia pré-exposição (PrEP) é uma estratégia que visa à prevenção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), direcionada a pessoas que não vivem com o vírus e possuem vida sexual ativa. O medicamento é ofertado através do Sistema Único de Saúde (SUS) desde o ano de 2022, de forma descentralizada, nas Unidades de Saúde (US) da Atenção Primária à Saúde (APS) de Porto Alegre, permitindo a ampliação territorial da profilaxia no município. A capital, em 2023, ocupou o terceiro lugar no ranking nacional na taxa de detecção para o HIV (45,9 casos/100 mil habitantes), conforme dados extraídos do Boletim Epidemiológico 2023 do Ministério da Saúde. O objetivo é apresentar o perfil sociodemográfico de usuários em PrEP em Porto Alegre no ano de 2023. O método utilizado baseia-se na descrição dos dados publicizados através do painel de monitoramento da PrEP HIV, considerando as variáveis raça/cor, escolaridade, faixa etária e população. No ano de 2023, 1.997 pessoas fizeram uso da PrEP, das quais 80% se autodeclararam brancas/amarelas, 11% pardas e 9% pretas. A escolaridade de 80% dos usuários foi de 12 anos ou mais de estudo, enquanto 16% mencionam de 8 a 11 anos de estudo e 4% não possuem educação formal ou relatam escolaridade de até 7 anos. A faixa etária de 30 a 39 anos representa 40% dos usuários, seguida da faixa etária de 25 a 29 anos (22%) e de 40 a 49 anos (19%). As demais faixas etárias representaram menos de 10% dos usuários. A população de Gays e outros HSH cis concentra 81% dos usuários de PrEP, enquanto Mulheres cis correspondem a 7,5%, Homens heterossexuais cis a 6,6%, Mulheres trans a 2,6% e Homens trans a 1,7%. Não binários e Travestis representaram menos de 0,5% dos usuários cada. A profilaxia pré-exposição foi acessada principalmente por pessoas que se autodeclararam brancas/amarelas, com escolaridade acima de 12 anos, com idade entre 30 e 39 anos, do grupo populacional “gays e outros HSH cis” no período mencionado. A partir da leitura dos dados epidemiológicos, constata-se informações primordiais para o planejamento e tomada de decisão em saúde, principalmente aquelas relacionadas às populações-chave e prioritárias à exposição do vírus, visto que a PrEP é acessada por uma pequena parcela da população. O estreitamento do diálogo com Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam junto a essas populações é uma estratégia de extrema importância devido à proximidade e representatividade que possuem junto às populações historicamente vulnerabilizadas.

SITUAÇÃO DE CALAMIDADE E O ATENDIMENTO/ BUSCA DE GESTANTES E PUERPERAS NO MUNICÍPIO DE CANOAS: NARRATIVAS SOBRE VIOLÊNCIAS

Lilian Lopes Mattos, Paulo Antônio Barros Oliveira

No mês de maio de 2024, o Rio Grande do Sul viveu uma das piores catástrofes climáticas, com as enchentes atingindo diversos municípios, causando destruição, desabrigados e mortes. O município de Canoas, sendo um dos mais atingidos, deixou cerca de quase 10 mil pessoas em abrigos. Dentro dessa perspectiva, formas de cuidados foram sendo ofertadas para a população, através de voluntários e profissionais de saúde que compõem a rede municipal, em uma estratégia nova, nunca vivenciada antes, devido ao caos formado pela metade da cidade ter sido atingida pelas águas. Os serviços de saúde foram gravemente afetados: dezenove unidades de saúde, três Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e um hospital, deixando a população em uma situação crítica. Uma das estratégias em relação à saúde foi buscar identificar as gestantes e puérperas nos abrigos, com um dos projetos voluntários que vieram para o município para auxiliar na situação. O projeto SOS Obstetizes foi criado por obstetras da USP, com o objetivo de auxiliar gestantes, puérperas e recém-nascidos em áreas afetadas pela inundação em Canoas. Nesses atendimentos, são realizadas consultas de pré-natal, encaminhamentos para alto risco, solicitação de exames laboratoriais e de imagem, vacinação contra Hepatite A e outras do calendário, discussão de casos, prescrições, entre outras atribuições. Como enfermeira do município de Canoas, pertencente a uma das Unidades de Saúde que teve seu alagamento por completo, a Mathias Velho, compoño a equipe com o conhecimento de coordenadora do Grupo Gestar da unidade. Na realização dessas atividades itinerantes, foram percorridos muitos abrigos e realizadas visitas domiciliares para os atendimentos. Como o projeto ainda está em andamento, uma das observações já presenciadas e relatadas são os tipos de violências que ocorrem em diferentes lugares: violência verbal, violência econômica e patrimonial, violência psicológica e emocional e até violência física dessas mulheres que estão gestando ou até com recém-nascido. O que já se constata é que muitos dos casos de violência já ocorriam no âmbito familiar e residencial. Contudo, com a situação da crise climática, as pessoas abrigadas expõem situações do cotidiano e acabam reproduzindo violências nos espaços coletivos. Nesse cenário, todos os casos relatados e constatados já foram encaminhados para os serviços de competência. No entanto, preocupa que essas situações possam aumentar com o contexto de calamidade, estresse e incertezas que todos os atingidos pelas enchentes estão passando. Em situações de calamidade, é de extrema importância que as políticas públicas existentes se mostrem eficazes e que gestores discutam e planejem ações, contando com parceiros (voluntários ou não) para realizar ações rápidas e com impacto positivo na população existente.

EMPODERAMENTO E PARTICIPAÇÃO DE ENFERMEIROS INDÍGENAS EM ESPAÇOS DE PODER: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO EFETIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Jomara da Silva Tembé, Fernanda Teixeira Paes, Janis Rodrigues de Souza Way Way, Rúbia Gabriela da Silva Lacerda, Nádile Juliane Costa de Castro

A inserção e o fortalecimento de enfermeiras e enfermeiros indígenas em espaços de poder são essenciais para a inclusão efetiva de diálogos sobre saúde, diversidade e pautas específicas dos povos indígenas. Esse processo de empoderamento pode começar já na educação superior, por meio da atuação em entidades de classe, associações estudantis, movimentos indígenas e grupos de trabalho focados em temáticas de âmbito político e social. Ao promover esses espaços como centros de poder e decisão, abre-se caminho para que essas vozes sejam não apenas ouvidas, mas também atuantes na formulação de políticas de saúde e educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural. A presença de indígenas nos cursos de enfermagem e nos subsequentes espaços profissionais deve ser vista como um vetor de transformação social, onde práticas de saúde culturalmente adaptadas podem ser desenvolvidas e implementadas, contribuindo para uma abordagem mais inclusiva e eficaz no cuidado à saúde. Este estudo tem como objetivo identificar espaços políticos e sociais que podem servir de referência para implementar o fortalecimento de estudantes e trabalhadores de enfermagem indígenas como sujeitos políticos ativos. Este estudo descritivo e documental utilizou como fontes de dados o sítio eletrônico da Universidade Federal do Pará e a Câmara Municipal de Belém. A coleta de dados foi realizada em abril de 2024, e a análise foi de conteúdo, focando nos apontamentos sobre o papel da educação na transformação social. Foram identificados como espaços associados ao tema a Coordenação Antirracista, a Associação de Estudantes Indígenas, o Movimento Indígena de Belém e a Associação Multiétnica. Esses espaços têm desempenhado papéis fundamentais na promoção de pautas indígenas e na inserção de temas relevantes para a comunidade indígena nos diálogos regionais e nacionais. Os povos indígenas, como sujeitos de direitos políticos e sociais plenos, devem ter sua participação em espaços de poder decisivamente fortalecida desde a formação acadêmica. A participação ativa de estudantes de enfermagem indígenas em movimentos sociais e políticos desafia e propõe a revisão dos modelos pedagógicos tradicionalmente eurocentrados, favorecendo a emergência de uma pedagogia intercultural. Esta abordagem não só enriquece o currículo educacional, mas também prepara os futuros enfermeiros para engajar-se em temas emergentes e vitais, como as mudanças climáticas e o protagonismo indígena nas questões étnicas e de atenção à saúde, estabelecendo um novo paradigma na saúde pública que valoriza saberes diversos e promove uma atuação mais inclusiva.

PERFIL EPIDEMIOLOGICO DA MORTALIDADE MATERNA EM ADOLESCENTES NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS, ESTADO DO PARÁ, NOS ANOS DE 2011 A 2022

Ana Clara Corrêa da Silva, Ana Eduarda Corrêa da Silva

A adolescência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), compreende o período de 10 a 19 anos. Durante essa fase, a ocorrência de gravidez está associada a fatores de risco e a complicações materno-fetais, podendo ocasionar desfechos negativos, como o óbito materno. As principais causas de morte materna são as síndromes hipertensivas, hemorragias, infecções puerperais e as complicações do aborto. Desse modo, o trabalho tem como objetivo caracterizar o perfil epidemiológico da mortalidade materna em adolescentes na região do Baixo Amazonas, no estado do Pará, nos anos de 2011 a 2022. Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, com abordagem quantitativa, utilizando dados coletados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no período de 2011 a 2022. Selecionaram-se as variáveis: região de saúde, número de óbitos, raça/cor, estado civil, faixa etária (10 a 19 anos) e escolaridade. Os dados foram tabulados e analisados estatisticamente, relacionando as variáveis encontradas. Foram registrados 18 óbitos maternos, com predomínio da faixa etária de 15 a 19 anos, representando a totalidade dos casos. Em relação à raça/cor, houve preponderância de pardas (15 óbitos). A respeito da escolaridade, observou-se que 10 óbitos foram de adolescentes que tinham de 4 a 7 anos de estudos, seguidos de 5 óbitos de adolescentes que apresentavam de 8 a 11 anos. No que tange ao estado civil, verificou-se que 10 adolescentes eram solteiras e 7 estavam na categoria “outros”, sem registro definido de estado civil. Dessa forma, observou-se a tendência de mortalidade materna em adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos, com um perfil predominante de jovens pardas, solteiras e com baixa escolaridade. O maior número de óbitos de gestantes solteiras demonstra possíveis lacunas no suporte social e familiar, enquanto a categoria “outros” para estado civil impede a caracterização precisa do perfil das gestantes investigadas, o que também sinaliza falhas no registro e preenchimento das fichas de declaração de óbito. Além disso, a alta incidência de mortalidade materna de adolescentes pardas e de baixa escolaridade indica que desigualdades socioeconômicas e raciais têm um papel significativo nas dificuldades de acesso a serviços de saúde e educação sexual. Em suma, os dados ressaltam a importância de políticas públicas direcionadas à educação sexual de adolescentes, principalmente da população em situações de vulnerabilidade, cujo acesso a serviços de saúde é escasso. Essas ações de promoção de saúde incluem iniciativas nas instituições de ensino para abordar os métodos contraceptivos, a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e a atribuição da Estratégia de Saúde da Família (ESF) para realizar a busca ativa das adolescentes grávidas que não estão comparecendo ao pré-natal. Além disso, é necessário reforçar o papel crucial do pré-natal na prevenção e detecção precoce de complicações durante a gestação, visando a redução da mortalidade materna em adolescentes.

AUTOMEDICAÇÃO ENTRE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Cássio da Silva Cavalcante, Raul Souza da Cruz, Francisco Ariel Nascimento Silva, Letícia Bárbara Batista Da Silva, Raissa Gabrielly Guimarães Sá, Mariana Paula da Silva, Gerson de Oliveira Paiva Neto, Samilly Moriz da Frota Santos, Abel Santiago Muri Gama

Os medicamentos são amplamente utilizados pelo homem como estratégias terapêuticas para o alívio ou inibição da dor, e entre os estudantes de enfermagem, a prática de automedicação representa um risco à saúde, visto que o conhecimento adquirido pode influenciar tal prática. O objetivo é identificar na literatura as evidências científicas sobre a prática da automedicação com medicamentos entre os estudantes de enfermagem do Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada em abril de 2021. A questão norteadora foi: “Quais as evidências científicas disponíveis na literatura sobre a prática da automedicação entre estudantes de graduação em enfermagem do Brasil?”. Os critérios de elegibilidade pautaram-se nos artigos disponíveis na íntegra e gratuitos nas bases de dados SCIELO, LILACS, MEDLINE e BDENF, nos idiomas português, inglês ou espanhol, divulgados nos últimos dez anos e que respondessem à pergunta norteadora. Já os critérios de inelegibilidade foram: relato de experiência, de reflexão, teses, dissertações e artigos duplicados, sendo estes computados apenas uma vez para análise. Foram selecionados 09 artigos para a revisão. Ao analisar os estudos, identificou-se que a automedicação entre os estudantes de enfermagem variou entre 38,8% e 100,0% dos participantes. Dos 09 estudos, 05 foram encontrados em periódicos da enfermagem. A maioria dos autores abordou em seus estudos a prevalência da automedicação, os medicamentos mais utilizados e os motivos que levaram a essa prática. Os analgésicos foram a classe terapêutica mais consumida entre os participantes em 07 estudos. Em relação aos motivos que mais influenciaram essa conduta, os artigos mencionaram os problemas álgicos (05 estudos), a falta de tempo para consultar-se (04 estudos) e o conhecimento sobre a ação dos medicamentos (03 estudos). Portanto, fica o alerta da necessidade de sensibilizar os estudantes de enfermagem no ambiente universitário quanto ao uso racional dos medicamentos.

PET-SAÚDE EQUIDADE NA RECONSTRUÇÃO DE CONCEITOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gisella Maria Lustoza Serafim, Jean Douglas Moura dos Santos, Zilma Maria Bento Cavalcante, Erierberth Rodrigues de Sousa Ibiapina, Ana Luísa Sousa, Vinicius Isaac Sousa de Oliveira, Luna Mara Sousa Pinheiro, Raissa Ester de Abreu Martins, Maria Leticia Chaves Saraiva de Menezes, Isabel Mariano de Sousa França, Adna Nayara Reis da Silva, Sara Isabel Marques Sousa, Anna Roberta Pereira Nascimento

O Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras no SUS prevê o enfrentamento às desigualdades de gênero e raça, reconhecendo o papel do Estado como

promotor de estratégias e políticas públicas que buscam combater as desigualdades sociais presentes no País, por meio de mudanças na formação dos estudantes, docentes e profissionais que atuam nas áreas envolvidas. Essas mudanças só serão possíveis a partir da integração entre práticas de saúde no SUS e práticas pedagógicas das Instituições de Ensino Superior, visando à iniciação ao trabalho científico, estágios e vivências do cotidiano do serviço, contribuindo para a formação de profissionais mais comprometidos com a realidade das desigualdades de gênero e raça, consolidando o SUS como sistema universal, integral e equitativo. O presente trabalho trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo, com o objetivo de relatar a experiência da construção de atividades de um grupo de docentes, discentes e profissionais da saúde, vinculados ao PET-Saúde Equidade da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). O cenário das atividades desse grupo do programa se desenvolve no Ambulatório Integrado Dirceu Mendes Arcoverde, o maior hospital público do estado. A unidade concentra casos de alta complexidade, com 15 especialidades realizando, em média, 800 atendimentos por dia e contando com um amplo quadro de profissionais. A dinâmica de trabalho compreendia encontros semanais, com tutores, preceptores e alunos do grupo, com duração média de duas horas, em que se realizava atividade de estudos, ensino e pesquisa, discussões sobre o processo de trabalho em saúde, juntamente com a articulação de formas de abordagem e planejamento das novas ações a serem desenvolvidas para os trabalhadores, foco da ação. A composição da equipe de trabalho é multidisciplinar, composta por alunos e tutores das áreas da saúde e das ciências sociais, possibilitando, dentro das discussões, uma visão ampliada e multifacetada da realidade apresentada no ambulatório. O processo de elaboração de estratégias revelou as dificuldades que enfrentaremos dentro do contexto social estabelecido, mas, além disso, demonstrou a capacidade da colaboração entre acadêmicos e profissionais de diferentes áreas no exercício da equidade de gênero e raça no âmbito do SUS. As metodologias utilizadas serviram como instrumento no aprimoramento do trabalho dos profissionais e da comunidade de saúde, levando inovação no serviço, a fim de promover uma adaptação às necessidades particulares dessas comunidades locais. Percebe-se que a integração ensino-serviço-comunidade pode ser utilizada como um instrumento valioso na promoção social e no exercício da cidadania, tornando-se fundamental na diminuição das problemáticas sociais existentes. A união de conhecimentos diversos não só fortalece as estratégias de equidade, mas também potencializa a capacidade do SUS de responder às variadas necessidades da população. Portanto, a continuidade desse trabalho conjunto é vital para garantir um sistema de saúde mais justo e eficaz, que respeite e atenda às diferenças de gênero e raça.

O LÚDICO COMO DE ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Clarissa Dantas de Carvalho, Sabrina Maria de Sá Moreira Braga, Daniela de Brito Guedes, Leilson Lira de Lima

O presente texto consiste de um relato de experiência acerca da realização de uma ação de educação em saúde sobre o uso racional de medicamentos, que ocorreu em um centro de atenção

psicossocial álcool e outras drogas – CAPS ad do tipo III. Teve como objetivo avaliar e discutir o conhecimento dos participantes a respeito do tema. A atividade realizada sucedeu de modo itinerante, ao passo que foi inserida nos grupos terapêuticos do serviço, bem como junto aos usuários internados na unidade de desintoxicação, cuidadores, profissionais de saúde e estudantes universitários, totalizando 30 participantes. A atividade proposta foi um jogo que se destacou ao utilizar o lúdico como estratégia pedagógica e intervenção. como material foi utilizado: dado, dois tapetes de corrida e quiz de perguntas. as etapas do jogo foram: dividir o grupo em duplas para jogar. Entre a dupla, ambos lançam o dado. O jogo inicia pelo participante que tiver tirado a maior numeração no dado. A pergunta é direcionada para o participante; se acertar, pula uma casa no tapete; se errar, o adversário pula a casa. 1) após a resposta do participante, o facilitador explica e discute a respeito da pergunta realizada. Ao final, todos que participaram ganhavam um brinde. a atividade possibilitou o aprendizado acerca do uso racional de medicamentos, através do direcionamento de perguntas que foram relacionadas ao armazenamento, ingestão, descarte, compra de medicamentos e também foram realizadas perguntas considerando o perfil dos pacientes do serviço. exemplo: *para eu não fumar mais, o adesivo de nicotina é o suficiente? Sim ou não? E por quê?; não há problema eu tomar meus medicamentos e continuar bebendo. (verdadeiro ou falso); posso comprar meu medicamento em qualquer local? exemplo: feira, bodega. sim? ou não?; meu médico passou um medicamento em cápsula, mas não estou conseguindo engolir. como eu faço?; basta eu pegar os remédios e não faltar ao médico para eu ficar livre das drogas?* foram utilizadas 50 perguntas para condução da dinâmica. Observamos a boa adesão do público-alvo durante a atividade, onde se estabeleceu um clima de integração, ludicidade, interesse e descontração entre os participantes, em que foram expressadas dúvidas acerca dos assuntos abordados, além de outros assuntos que envolvem o uso de medicamentos. os usuários ficaram muito satisfeitos e solicitaram que eu voltasse mais vezes com esse tipo de dinâmica, porque eles aprendem e se divertem. diante do ocorrido, podemos observar que ações de educação em saúde com atividades lúdicas proporcionam um maior nível de assimilação e interesse, com isso, uma maior efetividade.

SOLETRANDO DE TERMOS TÉCNICOS DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

Raquel Pinheiro Soares, Simone Aguiar da Silva Figueira

O uso de tecnologias educativas e a inovação de metodologias de ensino buscam potencializar os processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para uma prática educativa transformadora e eficaz. Diante disso, destacamos o uso de uma tecnologia educativa facilitadora da memorização e compreensão dos termos técnicos essenciais na prática diária dos enfermeiros. O objetivo é descrever a implementação da atividade, destacando os métodos utilizados, a receptividade dos participantes e os resultados observados. Pretende-se demonstrar como esta ferramenta contribui para o aprimoramento do vocabulário técnico dos estudantes de enfermagem, promovendo o aprendizado e

a familiarização com as terminologias utilizadas na prática profissional, por meio de uma abordagem interativa e dinâmica. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que destaca a vivência de uma acadêmica de enfermagem do 3º semestre na organização da atividade *Soletrando de Termos Técnicos da Saúde*, realizada durante a XXIII Semana da Enfermagem da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Para a atividade, foram cuidadosamente selecionados termos técnicos da área da saúde mais utilizados, classificados de acordo com o seu grau de complexidade: fáceis, médios e difíceis. A competição contou com a participação de 5 acadêmicos, sendo um de cada turma do curso de enfermagem do campus, e foi estruturada em rodadas eliminatórias, conduzidas por uma docente do curso. Inicialmente, as regras do jogo foram explicadas detalhadamente aos participantes e a ordem de soletração foi estabelecida. A atividade começou com o sorteio de termos considerados fáceis, e cada participante teve a oportunidade de soletrar, continuando até que dois acadêmicos erraram a soletração. Em seguida, foram sorteadas palavras de dificuldade média e difícil para os três acadêmicos restantes, e a competição prosseguiu até que outros dois acadêmicos erraram novamente, restando apenas um vencedor. Para a definição do segundo e terceiro lugares, os dois finalistas competiram soletrando palavras difíceis. Ao final da competição, foram distribuídas premiações de acordo com o pódio alcançado pelos estudantes. Durante a atividade, foi possível observar um alto nível de engajamento e entusiasmo entre os participantes, que se mostraram competitivos e motivados a acertar os termos. Foi evidente, ainda, que alguns participantes encontraram desafios, especialmente ao lidar com a dificuldade de soletrar determinados termos mais complexos, necessitando, dessa forma, adaptar suas abordagens de aprendizado para superar essas dificuldades. A atividade foi bem recebida pelos participantes, que demonstraram maior interesse e compreensão dos termos técnicos após a competição, corroborando para a eficácia da abordagem competitiva como um catalisador para o aprendizado efetivo e duradouro. A proposta da dinâmica se baseou em estimular e despertar o interesse dos acadêmicos em compreender a ortografia e o significado das palavras, expandindo seu vocabulário a partir de uma competição saudável e divertida. Destaca-se a eficácia da tecnologia educacional no processo de aprendizagem contínua dos estudantes de enfermagem e ressalta o impacto positivo de uma educação baseada em experiências práticas e interativas.

CLIMA, POVOS, BRASIS: A EXPERIÊNCIA NAS EXTREMIDADES DO PAÍS NO QUE TANGE A RESPOSTA A EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Vanderson Gomes de Brito Huni Kui

Este trabalho descreve a formação e atuação do Comitê de Resposta a Eventos Extremos na Saúde Indígena (CRESI), destacando experiências em várias regiões do Brasil. O objetivo é relatar a criação de um comitê interinstitucional para enfrentar emergências de saúde causadas por eventos climáticos extremos em comunidades indígenas, respeitando suas especificidades culturais e territoriais. O estudo aborda desafios como interdisciplinaridade, organização do trabalho, territorialização em saúde e vigilância

em saúde. A experiência foi mais intensa na Amazônia, onde comunidades indígenas frequentemente enfrentam enchentes e secas. Recentemente, o comitê respondeu às chuvas e inundações que afetaram populações indígenas no Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul. A formação do comitê foi uma resposta para melhorar a coordenação e a eficácia das ações de saúde em emergências. Etapas da Criação do Comitê: 1) Mapeamento das Necessidades e Recursos: equipes interdisciplinares, incluindo profissionais de saúde, líderes comunitários indígenas e representantes de ONGs e órgãos governamentais, mapearam as necessidades de saúde das comunidades e os recursos disponíveis por meio de reuniões com pontos focais dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), relatos de parentes e análise de dados dos Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), SESAI e DSEIs; 2) Formação do Comitê: Foi formado o CRESI, integrado por SESAI, Força Nacional do SUS, Departamento de Emergência em Saúde Pública (DESMP/SVSA/MS) e OPAS. O comitê se reúne regularmente para discutir estratégias e ações de resposta, garantindo uma abordagem coordenada e inclusiva; 3) Capacitação e Sensibilização: Workshops e treinamentos são necessários para capacitar os membros do comitê sobre os desafios específicos das emergências em saúde indígena, incluindo aspectos culturais, logísticos e técnicos; 4) Implementação de Ações: O comitê coordenou ações como reorganização de equipes, distribuição de insumos, monitoramento contínuo da saúde das comunidades afetadas e elaboração de ferramentas de comunicação de risco. A atuação do Comitê trouxe diversos benefícios: 1) Resposta Rápida e Eficaz: Melhorou a capacidade de resposta a emergências de saúde, com intervenções rápidas e coordenadas. A presença de organizações parceiras facilitou a comunicação e a execução das ações; 2) Fortalecimento da Interdisciplinaridade: A colaboração entre profissionais de diferentes áreas e membros da comunidade indígena promoveu uma abordagem integrada e eficaz para enfrentar os desafios de saúde; 3) Empoderamento Comunitário: A participação ativa dos indígenas aumentou o senso de pertencimento e responsabilidade, fortalecendo a capacidade das comunidades de responder autonomamente a crises futuras; 4) Respeito às Especificidades Culturais: O comitê adotou práticas culturalmente sensíveis, integrando conhecimentos tradicionais e promovendo o respeito às especificidades culturais das comunidades indígenas. A experiência do CRESI demonstra a importância de uma abordagem integrada e sensível ao contexto cultural para enfrentar emergências de saúde em territórios indígenas. A formação de comitês interdisciplinares, envolvendo diretamente as comunidades afetadas, mostrou-se eficaz na resposta a crises e na promoção da saúde indígena. Esta experiência pode servir de modelo para outras regiões, adaptando-se às particularidades locais, e reforça a necessidade de políticas públicas que valorizem as especificidades culturais das populações indígenas.

GAMIFICAÇÃO COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DA ÉTICA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Daniel Marcos de Sousa Santos, Dirce Bellezi Guilhem

Apesar dos avanços notáveis, a prática científica, ao longo da história, tem sido marcada por episódios sombrios, que evidenciam a necessidade de uma reflexão ética contínua. Exemplos de violações

ocorridas, como os experimentos médicos no Estudo de Tuskegee, as atrocidades cometidas na Alemanha nazista, bem como as preocupações contemporâneas sobre manipulação genética, demonstram dilemas persistentes na ciência. Assim, o papel central da ética e da integridade científica emerge como essencial, não apenas para salvaguardar a dignidade humana, mas também para garantir que o progresso científico seja alcançado, considerando os requisitos éticos necessários. O objetivo é investigar a adoção de novas tecnologias educacionais nos processos de ensino-aprendizagem sobre o tema da ética e integridade científica. Pesquisa com abordagem qualitativa e natureza exploratória, buscando construir proximidade com o tema, tornando-o mais compreensível e estabelecendo relações entre diferentes elementos. Adicionalmente, desenvolvemos o projeto-piloto de uma estratégia que utiliza técnicas de gamificação para simular cenários éticos, com o aporte de narrativas fílmicas, servindo de recurso didático para estimular discussões profundas e promover reflexões críticas sobre ética e integridade científica. A gamificação, por ser muito atrativa e adaptável a contextos com baixa ou nenhuma conectividade, tem se consolidado como uma estratégia de ensino-aprendizagem cada vez mais explorada, cumprindo o papel de construção do conhecimento e possibilitando avanços em diferentes áreas. A possibilidade prática de usar os elementos surge na abordagem de tópicos relacionados à ética e integridade científica, pois, ao usar recursos lúdicos na discussão dessas questões, é possível intensificar o engajamento e a motivação dos indivíduos, incentivando o desenvolvimento de comportamentos positivos. Destacamos que a integridade científica é um requisito essencial para a confiabilidade do conhecimento produzido durante as pesquisas, portanto, é fundamental fomentar uma cultura que valorize condutas adequadas. Neste sentido, a gamificação oferece um meio de abordar essas questões, proporcionando um ambiente favorável para transmitir conceitos complexos de maneira acessível e atrativa. Entendemos que a gamificação, por si só, não resolveria todos os desafios presentes no processo científico. No entanto, essa abordagem se apresenta como uma forma possível de complementar métodos mais amplos de educação e conscientização. Porém, a implementação efetiva da estratégia requer uma série de cuidados e um profundo entendimento das questões apresentadas. A gamificação torna-se, portanto, uma ferramenta valiosa no desenvolvimento educacional e um meio possível para fomentar a prática de valores éticos e integridade no contexto científico, representando, consequentemente, um passo importante para cultivar uma sociedade mais eticamente responsável.

INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PROAPI, EM PELOTAS

Gleberson de Santana dos Santos, Marta Solange Streicher Janelli da Silva

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é um conjunto de ações direcionadas a crianças com necessidades educativas especiais, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento integral e inclusão social. Consiste na identificação precoce de possíveis atrasos ou dificuldades no desenvolvimento e na implementação de estratégias específicas para apoiar a criança e sua família. As práticas de IPI incluem avaliações multidisciplinares, elaboração de planos individuais de intervenção e atividades que estimulam habilidades motoras, cognitivas, linguísticas e sociais. As estratégias podem envolver

terapias ocupacionais, fonoaudiológicas, psicológicas e pedagógicas, realizadas tanto em ambientes familiares quanto educativos. Já é amplamente reconhecida a eficácia da IPI, pois intervenções realizadas nos primeiros anos de vida têm um impacto significativo no desenvolvimento da criança, melhorando suas capacidades e promovendo uma inclusão mais efetiva na sociedade. Estudos demonstram que a adoção de estratégias de intervenção precoce resulta em melhores desempenhos acadêmicos e sociais a longo prazo, evidenciando a importância de um suporte adequado desde a primeira infância. Diante desse contexto, foi implementado o ProAPI – Programa de Atenção Precoce na Infância, pelo Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), contando com a participação de acadêmicos dos cursos de Psicologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Enfermagem e Educação, e com o apoio da Secretaria de Educação do município de Pelotas/RS. O ProAPI, baseando-se em estudos e investigações nacionais e internacionais, busca adaptar e aplicar as práticas de Atenção Precoce na Infância ao contexto brasileiro, focando nas crianças da Educação Infantil em risco de desenvolvimento e nas crianças apoiadas pela educação especial, considerando as famílias e os contextos culturais. O programa será desenvolvido em rede, integrando Educação, Saúde e Assistência Social, e atenderá crianças de 0 a 6 anos em risco de desenvolvimento ou público apoiado pela Educação Especial, matriculadas em oito escolas públicas de Educação Infantil no Bairro Fragata. Entre os objetivos do ProAPI estão: identificar as crianças apoiadas pela Educação Especial ou em risco de desenvolvimento, matriculadas nas escolas de Educação Infantil da microrregião Fragata, município de Pelotas; organizar redes de apoio e desenvolvimento, tendo os ambientes culturais da criança como foco, a saber: escola, família e comunidade; assegurar às crianças em risco ou público da Educação Especial a garantia de seus direitos, autonomia e desenvolvimento, em ambientes inclusivos e emancipatórios; assegurar o apoio às famílias, professores e demais ambientes culturais da criança, no que se refere ao desenvolvimento, aprendizagem e oportunidades; apoiar as famílias e crianças no acesso a serviços e recursos dos sistemas de educação, assistência social e saúde. A presente pesquisa assume metodologicamente uma abordagem qualitativa e tem, conforme seus objetivos, característica de pesquisa descritiva. Trata-se de um relato de experiência a partir do olhar de uma estudante do curso de Psicologia da UFPel. Conclui-se que as práticas de intervenção precoce têm logrado êxito e demonstrado eficácia no desenvolvimento infantil, sobretudo quando suas ações estão centradas nas necessidades essenciais da família. Nessa perspectiva, atribui-se à família o papel de protagonista no processo de apoio às crianças, por meio de seu envolvimento ativo e emancipatório.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE NUTRIÇÃO NO CAMPO DE SAÚDE COLETIVA

Gabrielly Aparecida Nery de Souza, Rodrigo Carvalho, Thayza Carvalho, Rosiene Rosa Pires, Mariane Alves Silva

O estágio curricular supervisionado é uma forma de alicerce para que o acadêmico possa colocar seus conhecimentos teóricos em prática. Este trabalho tem por objetivo abranger todas as experiências vivenciadas no campo do estágio curricular supervisionado. O estágio curricular realizado no campo de saúde

coletiva tem diversos órgãos disponíveis para tal função, porém este relato se refere ao estágio realizado na Secretaria de Estado de Saúde, tendo como setor a Coordenadoria de Humanização à Saúde e como Equipe de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável a atuação da estagiária. O estágio tem carga horária total de 272 horas, sendo 6 horas diárias, com horário fixado das 07h da manhã às 13h da tarde, com 15 minutos de intervalo, podendo ser realizadas até 8 horas por dia quando necessário. Durante o estágio, o acadêmico deve realizar as atividades descritas no cronograma e também produzir um projeto de contribuição para o serviço, além de apresentar um relatório final quando o mesmo se findar. Durante o estágio, a acadêmica teve a oportunidade de participar de reuniões de rotina, como: reunião ordinária do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Mato Grosso; reunião da Rede Mato-Grossense de Banco de Leite; reunião de planejamento da Semana Mato-Grossense de Doação de Leite Humano - 2024; reunião sobre Academia da Saúde e atividade física; reunião sobre Termo de Gestão (educação permanente); reunião sobre Planejamento Estratégico da SAS 2024-2027 - desdobramento das ações estratégicas; e reunião com o Centro de Referência de Banco de Leite Humano de Mato Grosso. Após as reuniões, a estagiária produzia as súmulas referentes aos assuntos tratados. Ademais, a estagiária também produziu 2 boletins que trazem temas relevantes sobre amamentação, sendo que um deles foi divulgado também através de vídeo. Durante as 9 semanas de estágio, também foram realizados cursos online com as temáticas: “Reconhecendo a Norma Brasileira de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL): formação para profissionais da Rede de Atenção à Saúde”; “Manejo do Aleitamento Materno”; “Amamenta e Alimenta Brasil: recomendações baseadas no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos”; e “Sensibilização da Atenção Humanizada ao Recém-nascido – Método Canguru”. Além disso, foram realizadas leituras sobre as “Bases para a Discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno” e a “Política Nacional de Promoção da Saúde”. Ademais, foi desenvolvido um trabalho de contribuição durante o estágio, que analisou os indicadores de aleitamento materno exclusivo, aleitamento materno complementado e introdução alimentar dos anos de 2017 a 2023 da macrorregião norte de Mato Grosso. Durante todo o período de estágio, todas as atividades foram enriquecedoras para que o acadêmico tenha um olhar amplo sobre a atuação do nutricionista nessa área, além de poder colocar todo o conhecimento teórico em prática e receber auxílio para superar os desafios encontrados.

A PERCEPÇÃO DE DISCENTES SOBRE A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ESTILO DE VIDA FANTÁSTICO NA CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA DA EMESCAM NO SETOR DE PEDIATRIA

Isabela Carvalho Ortelan, Isabely Lopes Silva, Ana Paula Oliveira, Júlia Falqueto de Souza, Mariana Amaral Martins, Maryana Pereira Silva, Maria Clara Pereira da Conceição, Maria Júlia Falcão, Letícia Guimarães Peyneau

São múltiplos os determinantes da saúde, como saneamento básico, moradia, entre outros. Por isso, para a elaboração deste trabalho, foi utilizado o instrumento “*Estilo de Vida Fantástico*”, que consiste em um questionário aplicado a adultos jovens para medir o estilo de vida de pacientes da

área da saúde. Entretanto, nesse relato, o público-alvo analisado é o pediátrico, visando levantar uma reflexão sobre o estilo de vida e qualidade de vida das crianças que vivem sob auxílio dos pais. Dessa forma, este trabalho possui como objetivo descrever a percepção de discentes de fisioterapia perante a experiência de vivência com pais e pacientes durante a aplicação do questionário no setor de pediatria da clínica escola de fisioterapia da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Vitória (EMESCAM). Trata-se de uma rota de experiência realizada por acadêmicos do curso de fisioterapia da EMESCAM, a partir da realização de entrevistas com aplicação do instrumento com pais ou responsáveis de pacientes pediátricos da clínica-escola. Segundo a percepção dos discentes no decorrer das entrevistas, pode-se entender a atuação do setor da pediatria, a vivência da rotina e a compreensão de sua relevância e do seu funcionamento perante a sociedade. Além disso, as entrevistas possibilitaram um amplo entendimento a todos os envolvidos acerca da realidade de cada família. Sob essa ótica, foi notória também a influência e importância dos familiares no tratamento. Ademais, as visitas no setor resultaram na aproximação entre mães dos pacientes e as discentes, fornecendo momentos enriquecedores, compostos por rodas de conversas. Portanto, é possível afirmar a importância do monitoramento e das dificuldades quanto aos incentivos de hábitos saudáveis desde o princípio na vida das crianças, bem como a percepção de cuidado e dedicação diária dos pais perante a educação dos filhos e a adesão ao tratamento. Dessa forma, foi percebido, através da aplicação do instrumento, o papel protetor do fisioterapeuta, que exerce impacto na saúde das crianças, bem como o papel dos pais como facilitadores quando colaborativos durante as intervenções de fisioterapia. As entrevistas realizadas apontaram uma visão ampla da individualidade de cada grupo familiar e sua influência perante as crianças.

PROJETO CONSCIENTIZA: MOTIVAÇÃO E DESAFIOS NA JORNADA POR HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

Eliza Sella Battisti, Bruna Ungaratti Garzão, Greisse Viero da Silva Leal

A busca por orientação nutricional vem crescendo diante da conscientização sobre o papel da alimentação na prevenção de doenças e na qualidade de vida. Compreender as percepções, as atitudes e os determinantes alimentares é crucial para direcionar intervenções eficazes, evitando um discurso de culpabilização dos indivíduos e promovendo mudanças factíveis e passíveis de manutenção a longo prazo. O trabalho teve por objetivo analisar o comportamento de indivíduos adultos que buscaram atendimento em um projeto de extensão. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, com amostra por conveniência, utilizando dados de um projeto de extensão do curso de Nutrição da Universidade Federal de Santa Maria. O Projeto Conscientiza dispõe de atendimentos individuais e em grupo para a comunidade, pautando-se na abordagem da Nutrição Comportamental. Para participar das atividades presenciais ou online, os(as) interessados(as) preenchem uma anamnese via Google Forms, que inclui o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), dados pessoais e questões relacionadas a percepções e práticas sobre alimentação e peso corporal. A anamnese conta com o questionário “Como está sua alimentação”, do Guia Alimentar para a População Brasileira, utilizado para caracterizar o consumo alimentar inicial. Para esta pesquisa, foram

incluídas todas as anamneses do projeto preenchidas entre setembro de 2020 e fevereiro de 2024, com a devida confirmação de concordância com o TCLE. Anamneses incompletas e de participantes menores de 18 anos foram excluídas. Na análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva simples. A pesquisa recebeu o número de aprovação CAAE 63053522.2.0000.5346 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM. Foram analisadas 101 anamneses, cuja amostra foi composta predominantemente por mulheres (93%), jovens (57,4%), brancas (83,2%), com ensino superior incompleto (32,7%), casadas/com companheiro(a) (49,5%) e com renda familiar de até 2 salários-mínimos (55,4%). A maioria (74,26%) buscava o serviço para mudar hábitos alimentares; 37,62% disseram-se motivados por questões estéticas e 17,82% por questões de saúde. Cerca de 38,6% já haviam realizado dietas restritivas, dos quais 20,51% afirmaram não terem perdido peso. Entre os que relataram alguma perda, 21 mantiveram o resultado, 7 recuperaram o peso e 3 ganharam mais do que haviam perdido. Todos os participantes reconheciam a necessidade de melhorar sua saúde, mas identificavam barreiras para tal: 34,65% relataram falta de força de vontade, e 12,9% indicaram o estresse como possível impeditivo para a mudança do comportamento alimentar. Os hábitos de 21,8% dos pacientes indicaram necessidade de mudança; 37,6% pontuaram na faixa regular, e 40,6% tiveram pontuação excelente, segundo a classificação do questionário do Guia Alimentar. Os dados revelam a necessidade de trabalhar a motivação para a mudança do comportamento alimentar e as atitudes em relação ao peso corporal do público estudado. Verificou-se que, mesmo aqueles com hábitos alimentares bons a regulares, procuravam o serviço com foco na mudança de peso corporal. A autopercepção negativa é um desafio a ser enfrentado no acompanhamento nutricional, pois a culpabilização fragiliza o processo de mudança e induz a práticas ineficazes e prejudiciais, como as restrições alimentares. Destaca-se a urgência de abordagens personalizadas e suporte contínuo para promover mudanças efetivas e sustentáveis na saúde nutricional dessa população.

O RACISMO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUA INFLUÊNCIA NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA CONTRA MULHERES NEGRAS

Raquel Pinheiro Soares, Simone Aguiar da Silva Figueira, Benedito Caldeira Rodrigues Neto, Pollyanna Ribeiro Damasceno, Rosana Soares Lisboa Silva

A violência obstétrica contra mulheres pretas é caracterizada pelas diversas formas de violação dos direitos humanos. Durante o atendimento desumanizado à gestante, perpetua-se a discriminação racial e os ciclos de abusos, incluindo maus-tratos psicológicos e físicos. O racismo institucional no Sistema Único de Saúde (SUS) se concretiza por meio de atitudes preconceituosas e tratamentos negligenciadores direcionados às gestantes negras. Apesar de existirem políticas que reconhecem as iniquidades e as violências resultantes do racismo, essas medidas utópicas, na prática, não têm se concretizado, em sua grande maioria, como evidenciado pela persistência do racismo sistêmico. Este trabalho busca apresentar as evidências científicas sobre o racismo institucional no âmbito do SUS e sua influência na prática de violência obstétrica às mulheres negras. Foi conduzida uma revisão

integrativa da literatura, com estudos encontrados nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no período entre os anos 2019 e 2023, utilizando os seguintes descritores: “Racismo Sistêmico” e “Violência Obstétrica”. No sucessivo a uma análise detalhada, foram encontrados 23 artigos e, desses, apenas 11 atenderam os critérios de inclusão e exclusão predeterminados, englobando somente aqueles publicados no período especificado, de acesso público e em consonância com os objetivos do tema. Resultados: O racismo institucional se faz presente nas redes de assistência à saúde, em uma dimensão estrutural que vai além do racismo individual. De acordo com os achados, o atendimento de saúde às gestantes no SUS, seja no pré-natal, parto e puerpério, tem sido marcado pelas diversas formas de violência obstétrica, em que mulheres negras são as maiores vítimas. Entre essas formas de violência, destacam-se a física, a verbal, a psicológica e a negligência. No âmbito dos maus-tratos físicos, observa-se que as gestantes negras apresentam maior risco de não receber anestesia durante o procedimento de episiotomia. Isso se embasa nos estereótipos e na nefasta ideologia racista de que as mulheres negras são mais resistentes à dor. A exposição da paciente a sofrimentos desnecessários, as agressões verbais, os traumas, os discursos de ódio, ofensas e ataques por parte de profissionais de saúde durante os atendimentos são algumas das formas de violência psicológica experienciadas. Os autores destacam ainda que, no contexto da negligência, as longas esperas para receber atendimento, a oferta insuficiente de informações e orientações, e a privação da autonomia da gestante estão diretamente relacionadas com a discriminação racial. Em síntese, evidencia-se que o racismo se destaca como um fator central na persistência histórica do sofrimento da população negra. É imperativo que o primeiro passo seja reconhecer que o racismo institucional faz parte do SUS nos seus diversos âmbitos. Remodelar a assistência de saúde às gestantes negras se faz necessário para proporcionar equidade no atendimento obstétrico digno, assegurando o direito inalienável à saúde a todas as gestantes, independentemente de sua origem étnico-racial.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO COMO PROTAGONISTA NA ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Marlyara Vanessa Sampaio Marinho

O enfermeiro desempenha um importante papel cuidativo nos serviços de saúde. Nesse processo, a assistência a crianças e adolescentes com o Transtorno do Espectro Autista – TEA volta-se para a integralidade do cuidado em todas as suas especificidades, dentro de um contexto biológico, psicológico e social, junto às suas famílias. Concomitante a isso, o enfermeiro desempenha um papel de protagonista na assistência a crianças e adolescentes autistas. Sendo assim, este tem como objetivo relatar o protagonismo da enfermagem na assistência a crianças e adolescentes com o Transtorno do Espectro Autista. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado através de vivências de uma enfermeira na assistência a crianças e adolescentes autistas, no Sistema Único de Saúde. Verificou-se que o enfermeiro assiste o público autista infantojuvenil através do acolhimento,

anamnese, consulta de enfermagem, assim como no processo de identificação de hipóteses diagnósticas, no direcionamento de condutas e redução de danos, orientações de higiene e autocuidado, e promoção do convívio social. Geralmente, dentro de um fluxo de atenção, o enfermeiro é o profissional com quem a criança e o adolescente possuem o primeiro contato dentro do serviço, o que possibilita criar vínculos, assim como se apropriar de conhecimentos sobre as inter-relações criança/adolescente-família-escola, bem como colaborar com o acompanhamento multiprofissional. Portanto, a assistência do enfermeiro a crianças e adolescentes autistas é imprescindível. Isso porque, por meio de um olhar atento, qualificado e empático, esse profissional realiza sua assistência colaborando com as mais variadas vertentes de necessidades dessas crianças e adolescentes.

9ª SEMANA DE ENFERMAGEM DO INSTITUTO DE SAÚDE E BIOTECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Martha Suzan Lima dos Santos

A região amazônica apresenta um perfil epidemiológico distinto em comparação com outras regiões do Brasil devido às suas características únicas em termos de bioma, diversidade populacional e condições socioambientais. Este bioma, um dos maiores e mais ricos em biodiversidade do planeta, é habitado por uma variedade de populações tradicionais, incluindo indígenas, quilombolas e ribeirinhos, cujas práticas culturais e modos de vida influenciam diretamente suas condições de saúde e adoecimento. Dessa forma, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) promoveu a 9ª Semana de Enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), com o tema “*Desafios do Exercício da Enfermagem no Contexto Amazônico: Resistir para Existir!*”. O evento foi organizado pelos docentes e discentes do curso de Enfermagem, com apoio financeiro de demais contribuintes. O presente resumo trata-se de um relato de experiência de discentes do curso de Enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do município de Coari, durante a realização da 9ª Semana de Enfermagem, realizada no período de 27 a 28 de maio de 2024. A Semana de Enfermagem foi dividida em dois dias com atividades distintas e contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas, incluindo acadêmicos da UFAM, UEA, docentes e profissionais da saúde do município de Coari (AM). No dia 27/05/2024, foi realizada toda a cerimônia de abertura, e logo em seguida deu-se início à primeira palestra do dia, com o tema “O impacto das tecnologias para o futuro da enfermagem: Formação ética e cuidado”, ministrada pela Conselheira do Coren/AM, Enfermeira Eurides Lima. A segunda palestra do dia teve como tema “Os instrumentos de gestão do SUS aplicado aos profissionais de saúde”. Pela tarde, as atividades continuaram com a palestra “Vivências e desafios da enfermagem em uma unidade de terapia intensiva do interior do Amazonas”. Encerrando as atividades deste primeiro dia, o evento contou com uma roda de conversa abordando o tema: “O enfermeiro e suas experiências nas diversas áreas de atuação”. No dia 28/05/2024, as atividades começaram com minicursos específicos para o curso de Enfermagem e profissionais da

área que necessitassem de capacitação. Os minicursos ofertados foram: Sutura perineal; Primeiros socorros; Prontuário Eletrônico do Cidadão; Classificação de risco na gestação; Elaboração do Currículo Lattes; Assistência de Enfermagem no pré-natal e desafios da assistência no contexto amazônico. Durante as atividades, ficou evidenciado que a Enfermagem, como maior contingente de trabalhadores da área da saúde, desempenha um papel crucial na atenção à saúde em todo o território nacional, incluindo a região amazônica. A presença significativa de profissionais de Enfermagem é essencial para a implementação eficaz de políticas de saúde e para a prestação de cuidados em regiões com características específicas e desafios únicos, como a Amazônia. A participação no evento proporcionou aos acadêmicos a oportunidade de evidenciar um pouco das dificuldades presentes no contexto amazônico brasileiro e a importância da saúde neste território.

POLIMORFISMOS EM GENES DA VIA METABÓLICA DO ÁCIDO FÓLICO E OS NÍVEIS DE MERCÚRIO EM UMA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DO BAIXO TAPAJÓS

Johnnasson de Medeiros Soares, Amanda Luyta Monteiro da Mota, Manoela Luany Monteiro da Mota, Roberta Caldeira Mota, Ana Sofia Sousa de Holanda, Heloisa do Nascimento de Moura Meneses

A exposição ao mercúrio (Hg) está associada a diversos males à saúde, como lesões gastrointestinais e problemas neurológicos. Diversos fatores podem influenciar a toxicocinética do Hg no organismo, incluindo fatores genéticos. O objetivo é avaliar se existe associação entre polimorfismos em genes da via metabólica do ácido fólico e os níveis de mercúrio em moradores de comunidades ribeirinhas do Baixo Tapajós. Estudo observacional do tipo transversal, descritivo e quantitativo, realizado entre julho e setembro de 2022, com 166 adultos de sete comunidades do rio Tapajós. Foram coletados 10 mL de sangue para a realização da análise dos níveis de Hg e extração de DNA. Foi considerada alta exposição os níveis de Hg superiores a 10 µg/L, conforme recomendado pela OMS. A genotipagem dos SNVs *rs1801133 677C>T* do gene *MTHFR* e *rs2236225 1958G>A* do gene *MTHFD1* foi realizada através de PCR em tempo real. O teste Kruskal-Wallis foi aplicado para comparar a mediana dos níveis de Hg entre os genótipos de cada polimorfismo. Esta pesquisa tem aprovação do CEP sob o parecer: 5.964.823. Dos participantes, 85,5% apresentaram alta exposição, e a mediana dos níveis de Hg foi 26,6 µg/L. Considerando o SNV *rs1801133*, o genótipo variante (TT) (34,4%) apresentou a mediana de Hg mais elevada entre os genótipos dos expostos (37,21 µg/L); no entanto, não houve diferença estatisticamente significativa entre os genótipos ($\chi^2 = 3,694$; $p = 0,158$). Quanto ao SNV *rs2236225*, o genótipo selvagem (GG) (58,6%) apresentou mediana dos níveis de Hg mais elevada (29,9 µg/L), sendo observada diferença estatisticamente significativa ($\chi^2 = 11,932$; $p = 0,0026$). A maior parte dos participantes deste estudo apresentou níveis de Hg acima do recomendado pela OMS. Foi observado que os participantes com a variante genética (AA) do gene *MTHFD1 1958G>A* apresentaram os menores níveis de Hg quando comparados ao genótipo selvagem.

VISITA DOMICILIAR AOS PACIENTES PORTADORES DE HANSENÍASE NO INTERIOR DO AMAZONAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raila Keila da Silva Lima, Maria das Dores Alves da Silva, Nelcilene dos Santos Braz, Michely Rocha da Silva, Esthefany Antonia Amorim Pereira, Eidy Naelly Inuma dos Santos, Hangel de Souza Soares, Tayane Rodrigues de Sena, Paulo Roberto Dias de Oliveira, Andressa Mesquita da Silva, Sabrina Pereira de Lima, Sebastião Rodrigo Gomes de Sousa, Rafaela Ribeiro de Oliveira, Manuele de Andrade Maricaua, Fernando Miguel de Lima Martins, Gleyciane Tananta da Silva, Mara Araujo Celani Mota, Fabiola da Rocha Suterio, José Nelson Sales de Araujo, Ana Maria Souza da Costa, Rebeca Evangelista Folhadela

A hanseníase é uma doença infectocontagiosa crônica causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae*. As mudanças no corpo da pessoa afetada pela hanseníase são inerentes à doença e causam profundo impacto na autoimagem do indivíduo, levando esses pacientes a desenvolver sentimentos de medo e rejeição. Além disso, precisam enfrentar a exclusão social e, sobretudo, a estigmatização. O objetivo deste estudo é descrever a experiência de acadêmicos de enfermagem durante as visitas domiciliares a pacientes com hanseníase no interior do Amazonas. Trata-se de um relato de experiência de cinco acadêmicos do sétimo período do curso de enfermagem da Universidade Paulista. A experiência ocorreu durante o estágio supervisionado da disciplina de saúde coletiva, no mês de março a abril de 2024, em uma unidade básica de saúde (UBS) localizada no município de Tefé, Amazonas. A vivência se deu por meio de visitas domiciliares aos pacientes com hanseníase. A partir das visitas domiciliares, observou-se que os pacientes se sentiam receosos ao falar sobre sua situação de saúde. Estes destacaram que, após o diagnóstico, suas vidas mudaram completamente: os dias passaram a ser envoltos por medo, isolamento e preconceito social. A falta de apoio, a repulsa de alguns membros da família, os estigmas impostos pela comunidade e a escassez de informações contribuíram para desencadear sentimentos de apreensão e dificuldades no enfrentamento e no tratamento da doença. Diante do cenário evidenciado, os acadêmicos realizaram orientações acerca do uso correto das medicações para hanseníase e destacaram o quanto a adesão ao tratamento medicamentoso é necessária para o controle da doença. Abordaram também sobre a importância do autocuidado, com ênfase na higiene pessoal e no cuidado com as extremidades dos membros afetados. Ademais, elucidou-se a respeito da necessidade de os pacientes realizarem com frequência o autoexame para a investigação da presença de novas lesões ou possíveis complicações das lesões já existentes. Outrossim, os estudantes pensaram em estratégias para fortalecer os pacientes no enfrentamento de possíveis discriminações e romper com barreiras que dificultam sua inclusão social e os deixam à margem da sociedade. Mediante isso, as intervenções planejadas objetivaram empoderar o paciente, a partir da escuta ativa, acolhimento humanizado, assistência holística e difusão de informações. Uma vez que desmistificar estigmas se inicia com a disseminação de conhecimento, torna-se pertinente promover educação em saúde sobre as formas de transmissão e tratamento da doença. Em face do exposto, conclui-se que as visitas domiciliares realizadas aos portadores de hanseníase foram relevantes aos acadêmicos, pois proporcionaram uma vivência única no âmbito assistencial. Os cuidados prestados contribuíram para o processo de aceitação individual, melhoria da autoestima, autoconfiança e no enfrentamento eficaz

durante o tratamento do ser humano acometido por essa doença. Além disso, a promoção de ações educativas voltadas para a comunidade ajuda a minimizar a construção de estereótipos e a impedir que os pacientes desistam do tratamento.

A CONTRIBUIÇÃO DA ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DO CUIDADO HUMANIZADO A PACIENTES ACAMADOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE SANTARÉM

Ana Clara Corrêa da Silva, Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Janaina Sousa Gonçalves, Simone Aguiar da Silva Figueira

A enfermagem desempenha um papel crucial no cuidado integral e holístico dos pacientes, especialmente por ser a equipe de saúde com maior contato direto com eles. No caso dos pacientes acamados, a escuta qualificada torna-se ainda mais necessária, devido à sua condição de vulnerabilidade e dependência do suporte constante da equipe e de familiares. A abordagem empática e acolhedora do profissional de enfermagem é fundamental para promover um atendimento que considera não apenas as necessidades físicas, mas também os aspectos emocionais, psicológicos e sociais dos indivíduos. Desse modo, o trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicas do curso de enfermagem acerca da importância da contribuição da enfermagem na promoção do cuidado humanizado a pacientes acamados em um hospital público. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, vivenciada por acadêmicas do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus XII, durante o estágio da disciplina Clínica Médica e Cirúrgica, em um Hospital Público de Santarém – Pará, no mês de maio de 2024. Durante o estágio no hospital, foram realizadas atividades de monitoramento para verificar a necessidade de troca de sondas e acessos, identificar se os pacientes estavam sentindo alguma dor e avaliar se estavam conseguindo realizar suas necessidades básicas. A partir dessas perguntas feitas aos pacientes, foi notório que, especialmente os idosos que estavam há algum tempo no hospital, aproveitavam a oportunidade para prolongar a conversa, compartilhando sentimentos e experiências com as acadêmicas. Muitos relataram sentir-se sozinhos e, entre os anseios e preocupações com a situação em que se encontravam, utilizavam esse tempo para desabafar e se sentir acolhidos. Essa prática da escuta qualificada, além de ajudar a criar um ambiente confortante em meio ao sofrimento que o indivíduo está enfrentando, também enriquece a formação durante a graduação em enfermagem, destacando o acolhimento e a empatia como cruciais para uma relação de confiança entre profissional e paciente. Fica evidente a importância do papel da enfermagem na escuta qualificada de pacientes hospitalizados. Essa abordagem visa desconstruir o olhar focado apenas em tratar a doença, permitindo que os profissionais vejam o paciente de forma holística. Assim, o atendimento torna-se mais humanizado e integral. Além disso, é necessária uma mudança para que haja incentivo aos futuros profissionais de saúde, que foquem não apenas em transmitir informações para o paciente, mas também em ouvir de forma empática. Essa prática trata-se de uma atitude simples, mas incrivelmente significativa.

RODA DE SABERES: REDUÇÃO DO RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS RESIDENTES NA CIDADE DE MANAUS

Ana Karoline Maia Moreira Pinto, Jessica Albuquerque Araújo, Victória Villar Viana Araújo, Nathalia das Neves Bruno, Franci Rodrigues Lima, Fernanda Sindeaux Camelo

O processo de envelhecimento está atrelado a mudanças fisiológicas que ocorrem de forma gradativa. Esse processo é denominado senescência e se diferencia do processo de senilidade por não estar relacionado ao envelhecimento patológico. Isto é, o envelhecimento somado às doenças gera limitações, refletindo na qualidade de vida do idoso. Por isso, faz-se necessário fortalecer a discussão quanto às necessidades de políticas sociais, distribuição de renda e saúde dessa população. Um dos riscos nessa população que mais alerta as autoridades e os serviços de saúde são os traumas relacionados às quedas, classificadas como uma síndrome geriátrica de causa multifatorial, pois impulsionam agravos na condição de saúde, especialmente quando há presença de doenças crônicas e degenerativas. Estudos recentes demonstram que prevalece como consequência no idoso que sofreu uma queda: a fratura e o medo de uma nova queda, gerada por um trauma físico e psicológico, respectivamente. O estudo, do tipo relato de experiência, tem como objetivo promover uma roda de conversa com troca de saberes quanto à compreensão do processo de envelhecimento e das medidas de redução do risco de quedas à luz das falas das pessoas idosas, experiências prévias e vivências ao longo da vida. Um grupo de 6 discentes do mestrado acadêmico em Saúde Coletiva da Fiocruz Amazônia realizou, no dia 05 de junho de 2024, uma roda de conversa na Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia (ADCAM), uma instituição filantrópica localizada na zona leste de Manaus, por meio do Núcleo de Capacitação e Serviço à Comunidade, que atende idosos, adolescentes e crianças de baixa renda residentes na comunidade e proximidades. Participaram dessa atividade um grupo de 25 idosos integrantes do núcleo. A atividade ocorreu em dois momentos: no primeiro momento, foi realizada uma roda de conversa guiada por perguntas disparadoras, tais como: “Qual atividade vocês têm mais dificuldade para fazer sozinhos no dia a dia?”, “Para você, o que é uma pessoa idosa, você se considera uma pessoa idosa?”, “Você já sentiu medo de cair?”, “Você já caiu alguma vez? Se sim, o que fizeram?”, “Na sua opinião, o que podemos fazer para evitar uma queda?”. No segundo momento, foram trabalhadas as medidas de prevenção de quedas aplicáveis ao dia a dia do idoso, com ênfase nas atividades realizadas no domicílio, a fim de promover sensibilização quanto às práticas que reduzem os riscos, por meio de uma dinâmica utilizando imagens de certo e errado. A partir da realização dessa atividade, as discentes puderam aplicar, de forma prática, os conhecimentos quanto à abordagem participativa com um determinado público, a fim de não apenas realizar uma atividade informativa, mas se inserir nesse processo e construir o conhecimento a partir de experiências prévias, como fez Paulo Freire no modelo freiriano, respondendo a uma demanda social que reflete diretamente na saúde da pessoa idosa. Esse aprendizado foi de grande valia e abre espaço para novas formas de ver a produção acadêmica e científica.

REDES VIVAS DE RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CUIDADO EM TERRITÓRIOS DIVERSOS: SABERES E PRÁTICAS POPULARES, COMUNIDADES AGROECOLÓGICAS E A PROMOÇÃO DO BEM-VIVER

Claudia Mara Pedrosa, Emerson Elias Merhy

A prática da agricultura urbana e rural, pautada na agroecologia, tem mobilizado encontros em territórios diversos que se organizam para ações de impacto social e ambiental sob a perspectiva do bem viver. Na área rural, a prática ancestral de cuidado ao solo, de cultivo de alimentos livres de agrotóxicos e de preservação das sementes crioulas tem se constituído como um movimento de resistência ao avanço de projetos hegemônicos que assolam os territórios. Da mesma forma, na área urbana, onde as hortas comunitárias utilizam áreas públicas sem funcionalidades ou abandonadas, ressignificam a ocupação dos espaços imobiliários. Estes movimentos têm apresentado à Saúde Coletiva uma nova configuração sobre o que é a produção do cuidado e nos convocam a ampliar a reflexão sobre os dispositivos que potencializam e fragilizam a existência das vidas nos territórios. O presente trabalho parte do pressuposto de que o conhecimento é situado, parcial e crítico e, pela lente da perspectiva feminista, antirracista e popular, busca compreender como tem sido a construção destas redes vivas de existências e de resistência, que se apresentam como um projeto político ancestral. O objetivo do estudo tem sido investigar os modos de produção de cuidado nos territórios de encontros das mulheres em torno da produção agroecológica rural na região do Distrito Federal e Goiás, e analisar os dispositivos que potencializam e fragilizam a preservação da identidade sociocultural e sustentabilidade ambiental, na perspectiva da micropolítica da produção de saúde. A pesquisa qualitativa de abordagem cartográfica convoca, com seus resultados, a reflexão de como estes encontros possibilitam o surgimento de um processo singular com um produto que se faz em ato para ampliar o cuidado de si e do território. Busca fortalecer a formação em saúde com a emergência de novas propostas democráticas e libertadoras, com uma práxis comprometida com a emancipação dos sujeitos e preservação da natureza. Além disso, visa fomentar no debate da Saúde Coletiva a necessidade de implicação com o desenvolvimento local e ambiental, com as tecnologias sociais e com a agroecologia como direitos que devem ser garantidos no saber e fazer dos/as estudantes e profissionais da área.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: BOLETIM INFORMATIVO UTILIZANDO FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PARA ALCANÇAR MAIOR ENGAJAMENTO, TENDO COMO TEMA A AMAMENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM AMAMENTAÇÃO

Gabrielly Aparecida Nery de Souza, Mariane Alves Silva, Rodrigo Carvalho, Thayza Carvalho, Rosiene Rosa Pires

O boletim informativo é um meio digital de comunicação constante entre os servidores da Secretaria de Estado e Saúde e também com o público externo. O boletim da Equipe de Promoção

do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável (EPAMACS) divulga informações relevantes sobre a amamentação. Desta forma, o boletim visa conscientizar a população civil, acadêmicos, servidores e profissionais da saúde. Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência acadêmica na elaboração do boletim. Trata-se de um relato de experiência do boletim informativo do mês de março, com o tema “*o mês da mulher e sua relação com a amamentação*”. Foram realizadas buscas de artigos relacionados ao tema na plataforma SciELO e Google Acadêmico. Posteriormente, o texto foi redigido no Word e, após aprovação do preceptor e orientadora, realizou-se a criação da arte visual pelo aplicativo Canva, criando assim uma abordagem visual e mais dinâmica. Em seguida, foi realizada a divulgação através do e-mail para os servidores, Instagram e WhatsApp, para maior engajamento. Sendo assim, o processo incluiu redação, correção, criação visual pelo aplicativo Canva, roteiro e edição de vídeo. O boletim habitualmente tem engajamento pelo e-mail de 1600 pessoas. Porém, com a elaboração do vídeo, que foi gravado na Faculdade de Nutrição (FANUT) da Universidade Federal de Mato Grosso, com duração de 01:39 segundos, o alcance de visualizações dobrou, passando para 3.246 visualizações ao todo e 24 comentários pelo Instagram. Ademais, estratégias de cenário e plano de fundo foram utilizadas para atrair a atenção do espectador. Observou-se que, a partir da ferramenta utilizada para produzir o boletim do mês de março, o engajamento conseguiu duplicar, sendo também uma maneira mais dinâmica para os espectadores.

GESTÃO PARTICIPATIVA NA SAÚDE INDÍGENA EM ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS RÍGIDAS

Vanderson Gomes de Brito Huni Kui

Este trabalho explora a implementação da gestão participativa na saúde indígena dentro de estruturas organizacionais rígidas, com foco em emergências de saúde, regionalização em saúde e experiências bem-sucedidas. O objetivo é relatar uma iniciativa que busca melhorar a resposta a eventos climáticos extremos em Territórios Indígenas, respeitando suas especificidades culturais e sociais. O estudo aborda também as dimensões ético-políticas das relações de trabalho e a saúde do trabalhador no contexto da saúde indígena. A experiência descrita ocorreu de forma simultânea, mas não sinérgica, em 13 Distritos Sanitários Especiais Indígenas na Amazônia, onde um projeto de resposta a emergências em saúde foi implementado com base na gestão participativa. Esta abordagem incluiu a participação ativa dos membros dos DSEI em todas as etapas do planejamento, execução e avaliação das ações de saúde. Inicialmente, foram realizadas reuniões com a gestão e áreas técnicas, incluindo o controle social, para identificar as principais necessidades de saúde, promovendo um diálogo aberto entre a comunidade e os gestores de saúde. O método adotado incluiu a sugestão de formação de comitês de emergência locais, compostos por representantes das comunidades, líderes indígenas, profissionais de saúde e gestores. Esses comitês se reuniam periodicamente para discutir questões emergentes, avaliar progressos e planejar novas estratégias, visando melhorar a comunicação e o entendimento mútuo. A implementação da gestão participativa trouxe diversos benefícios significativos para a resposta às emergências. A

articulação interfederativa e o diálogo interinstitucional ajudaram para que os indígenas se sentissem mais valorizados e capacitados a participar das decisões relacionadas à sua saúde, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada. O respeito às especificidades culturais e a incorporação dos conhecimentos tradicionais no planejamento das ações de saúde aumentaram a eficácia das intervenções, mesmo em situações de emergência. Impacto na saúde do trabalhador: houve melhoria no ambiente de trabalho, que se tornou mais colaborativo e inclusivo, promovendo relações interpessoais baseadas no respeito e na valorização das diferenças culturais. A experiência destacada evidencia que a gestão participativa na saúde indígena é viável e benéfica, mesmo em estruturas organizacionais rígidas. A inclusão das comunidades indígenas no processo de gestão não apenas melhora a qualidade do atendimento, mas também fomenta a equidade e o respeito às especificidades culturais. Esta abordagem requer comprometimento contínuo dos gestores e profissionais de saúde para um diálogo intercultural genuíno. A experiência apresentada serve como exemplo positivo e pode ser replicada em outras regiões, adaptando-se às particularidades de cada contexto.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE

Yasmin Farias de Souza, Ana Lúcia Abrahão

Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento pela Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Programa Acadêmico de Ciências do Cuidado em Saúde (PACCS) da Escola de Enfermagem Aurora Afonso Costa (EEAAC), que possui como objetivo a análise do processo de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF) no Município de Boa Vista, situado no Estado de Roraima/RR. No ano de 2023, o município de Boa Vista, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, estabeleceu uma meta mínima de 70% de acompanhamento dos beneficiários a ser alcançada. Em virtude dessa informação, o interesse pela pesquisa surgiu devido ao baixo percentual de acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF que possuem perfil de saúde. Por isso, os objetivos da pesquisa direcionam-se a entender como ocorre a gestão da condicionalidade de saúde deste programa no município de Boa Vista. A pesquisa possui abordagem metodológica qualitativa, em que serão utilizadas duas formas de coleta de dados: a entrevista semiestruturada e a observação participante. Ambas serão realizadas com os gestores responsáveis pelas condicionalidades de saúde do PBF e com os servidores da saúde responsáveis pelo acompanhamento das famílias beneficiárias do programa no município. Espera-se, com a pesquisa, identificar os empecilhos existentes no acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF com perfil saúde. Além da possível identificação desses empecilhos, será construído um fluxograma da gestão das condicionalidades de saúde do PBF em Boa Vista como produto técnico da pesquisa. A realização deste fluxograma tem como objetivo mapear e analisar o fluxo das informações e o acompanhamento das famílias entre os setores responsáveis por essa gestão. Os resultados, com a possível identificação das lacunas que impossibilitam a cobertura efetiva

dos beneficiários, serão importantes para a Secretaria de Saúde de Boa Vista. Os gestores poderão se utilizar dos resultados da pesquisa para traçar estratégias de maior alcance deste público, contribuindo assim com o fortalecimento contínuo do PBF no Município de Boa Vista/RR.

AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: INTEGRAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA COM O ENSINO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE INFANTIL

Ana Clara Corrêa da Silva, Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Janaina Sousa Gonçalves,
Amanda Vitória Corrêa Cardoso, Simone Aguiar da Silva Figueira

Na infância, as crianças passam por um período de intensas transformações físicas, emocionais, sociais e cognitivas. Durante essa fase, torna-se crucial o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, e as Instituições de Ensino, em conjunto com as Unidades Básicas de Saúde, desempenham um papel fundamental na garantia do cuidado integral à saúde da criança. Nesse contexto, o Programa Saúde na Escola (PSE) é uma iniciativa que visa integrar as secretarias de educação e de saúde, utilizando de forma estratégica a escola como espaço para promoção de saúde, visto que se trata de um ambiente propício, em que as crianças passam grande parte do seu tempo. Essa parceria facilita o acesso aos serviços de saúde, beneficiando não somente os alunos, mas também a equipe da UBS, a comunidade escolar e os familiares, na garantia do desenvolvimento saudável dos escolares. Desse modo, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicas do curso de enfermagem acerca da importância da integração entre a unidade básica de saúde e o ambiente escolar para promoção da saúde infantil. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, vivenciada por acadêmicas do Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus XII, durante o estágio da disciplina de Enfermagem Comunitária, junto à equipe da Unidade Básica de Saúde e à Escola Paulo Freire, no mês de abril de 2024, no município de Santarém/PA. Durante a visita à escola, foram realizadas atividades educativas sobre higiene bucal e doenças como dengue e covid-19 para os escolares da educação infantil. Além disso, apesar de não ter ocorrido a adesão integral por parte dos pais à solicitação para que os alunos trouxessem a “caderneta da criança”, a maioria dos estudantes a apresentou, possibilitando o acompanhamento do peso e altura para verificar possíveis irregularidades relacionadas à nutrição e ao crescimento. A partir desse cenário, foi possível observar que, por meio das atividades desenvolvidas pelas acadêmicas, que abordaram informações através de narrativas, atividades lúdicas e ilustrações visuais, as crianças mostraram-se interessadas em aprender, participativas ao responder as perguntas realizadas e demonstrando conhecimento prévio sobre os temas propostos, já estimulados anteriormente em sala de aula. Essas atividades são relevantes, pois além de promoverem a prevenção e conscientização da criança desde cedo, também possibilitam o compartilhamento com os familiares do que foi ensinado, contribuindo assim para a prevenção de doenças frequentes e a promoção da saúde de forma integral. Diante disso, destaca-se o importante papel das Unidades Básicas de Saúde em parceria com as Instituições de

Ensino, assim como a importância do Programa Saúde na Escola, para levar a promoção à saúde e a prevenção de doenças ao ambiente escolar. Essa experiência foi enriquecedora para as acadêmicas de enfermagem, visto a necessidade de um olhar mais direcionado às particularidades das crianças e a relevância da intersetorialidade para a eficácia das ações.

DESIGUALDADES E DIREITO À SAÚDE: O IMPACTO DAS CATÁSTROFES AMBIENTAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Daniel Marcos de Sousa Santos, Osvaldo Peralta Bonetti, Kelly Dandara da Silva Macedo, Mayara Suelirta da Costa

As catástrofes ambientais têm se tornado uma preocupação crescente, especialmente no contexto das mudanças climáticas. Recentemente, uma série de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul, causados por ações antrópicas negativas, trouxe à tona questões críticas sobre desigualdades sociais e o acesso à saúde. Este trabalho busca, portanto, refletir, sob uma perspectiva teórica, os impactos dessas catástrofes sobre o direito à saúde de populações vulnerabilizadas. As discussões apresentadas partem do referencial teórico trazido por Potter em seu livro *Bioética Global*, que propõe uma visão integradora da saúde humana e ambiental. Potter argumenta que a saúde não pode ser dissociada do cuidado com o meio ambiente, destacando que a degradação ambiental afeta desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. Em um contexto capitalista, onde o lucro se sobrepõe ao bem-estar coletivo, essas populações enfrentam inúmeras barreiras no acesso a serviços de saúde adequados, sobretudo durante momentos de crise. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa não empírica e natureza exploratório-descritiva, baseada em uma revisão de literatura e análise teórica. Esse tipo de estudo tem a finalidade de construir proximidade com o assunto, tornando-o mais compreensível, formular hipóteses e estabelecer relações entre elementos diversos, fornecendo, assim, informações adicionais sobre o fenômeno. As reflexões dessa investigação indicam que as catástrofes ambientais agravam as desigualdades sociais existentes, sendo que as populações vulnerabilizadas enfrentam desafios adicionais associados à perda de moradia, deslocamentos forçados e falta de acesso a serviços básicos de saúde. As respostas governamentais às crises ambientais muitas vezes falham em abordar as necessidades específicas dessas populações, refletindo uma ausência de planejamento inclusivo e equitativo na formulação e execução de políticas públicas de saúde. Ao traçar um paralelo com os pensamentos de Potter, entende-se que a negligência ao cuidado ambiental configura-se como uma falha ética grave, característica de uma sociedade capitalista que perpetua a violação dos direitos humanos. Esses eventos demonstram a urgência da integração da sustentabilidade ambiental nas políticas de saúde pública, uma vez que a abordagem capitalista resulta em práticas ineficazes e injustas. As populações mais afetadas pelas catástrofes são frequentemente as que menos contribuíram para a degradação ambiental, mas que sofrem as maiores consequências. Esse paradoxo destaca a necessidade urgente de incorporar uma perspectiva ecológica que reconheça a interdependência entre saúde humana e saúde ambiental. Conclui-se que a defesa do direito à saúde exige um compromisso com a justiça ambiental e social. É imperativo que as políticas de saúde pública

sejam redesenhadas para incorporar a sustentabilidade ambiental como um componente essencial, garantindo que as respostas a catástrofes ambientais sejam inclusivas e equitativas. Somente através de uma abordagem holística e interseccional será possível promover a justiça social e proteger os direitos das populações mais vulneráveis, fortalecendo o SUS como um sistema verdadeiramente inclusivo e equitativo, mesmo diante dos momentos mais difíceis.

SAÚDE DA CRIANÇA RIBEIRINHA: PRINCIPAIS DEMANDAS ATENDIDAS EM CONSULTAS DE ENFERMAGEM REALIZADAS EM UMA UBS FLUVIAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE DIFÍCIL ACESSO LOCALIZADAS NO AMAZONAS

Kemily Bezerra de Souza

Os enfermeiros atuam como protagonistas na Estratégia de Saúde da Família, estando aptos para realizar consultas e cuidados de enfermagem em todas as etapas da vida dos usuários, sendo um importante fator no funcionamento e resolutividade da Atenção Básica. Entre as principais atividades desenvolvidas pelo enfermeiro na atenção básica está a atenção integral à saúde da criança em todas as etapas do desenvolvimento. Esse estudo tem como objetivo descrever os principais problemas de saúde identificados por enfermeiros em crianças ribeirinhas durante a consulta de enfermagem no atendimento em comunidades e distritos ribeirinhos isolados na floresta amazônica. Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, do tipo relato de experiência, realizado em uma Unidade Básica de Saúde Fluvial - UBSF. As atividades ocorreram entre março e abril de 2024, em distritos e comunidades de um município isolado, localizados no centro amazonense e na microrregião do município de Parintins-AM. A Unidade Básica de Saúde Fluvial partiu do município com um roteiro de viagem de dez dias ao longo do Rio Andirá, Amazonas. Os critérios de planejamento da rota da balsa levaram em consideração a distância até as unidades de saúde mais próximas e o tempo em que as comunidades e distritos estiveram sem a visita da UBSF. Os problemas de saúde com maior incidência entre as crianças levadas para atendimento pelas enfermeiras da UBSF compreendem as manifestações clínicas das doenças infecciosas e parasitárias. Entre as manifestações clínicas relacionadas às doenças parasitárias e infecciosas relatadas pelos cuidadores incluíram um histórico de diarreia, inapetência, dor abdominal, irritabilidade e perda de peso, além de lesões em pápulas eritematosas com presença de prurido intenso, disseminadas pela superfície corporal. Além da entrevista clínica e do exame físico, durante a visita da equipe à comunidade foram encontradas evidências que confirmam o desenvolvimento dessas doenças, como a ingestão de água não própria para consumo, alimentos com higienização e armazenamento inadequado, ausência de tratamento de esgoto e coleta de lixo, sendo este descartado a céu aberto e despejado nas ruas de barro da comunidade, no mesmo espaço físico onde as crianças se reúnem em grupos para brincadeiras, frequentemente sem usar calçados. A assistência à saúde da criança ribeirinha apresenta desafios além dos esperados nesta fase do desenvolvimento

infantil. A realidade ribeirinha é profundamente impactada pelos determinantes sociais em saúde, uma vez que afetam necessidades humanas básicas, como a água adequada para consumo, essencial para a ingestão e preparo de alimentos. Nesse contexto, as crianças e idosos são os grupos mais vulneráveis ao desenvolvimento de doenças evitáveis. Além do tratamento medicamentoso das doenças, faz-se necessária uma atuação focada em educação em saúde, diminuição das desigualdades em saúde e garantia do acesso aos serviços básicos para promoção e proteção da saúde. Dessa forma, os enfermeiros são fundamentais na resolutividade dessas questões, uma vez que possuem um olhar educativo, assistencial e gestor em saúde.

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE VIDA FANTÁSTICO EM UM GRUPO DE IDOSOS DE UMA CLÍNICA ESCOLA EM VITÓRIA-ES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Isabela Carvalho Ortelan, Júlia Belarmino, Glaucia Novelo, Lara Doriguetto, Elisa Batista, Ana Vivian Gonçalves, Iasmim do Carmo, Beatriz Força, Letícia Guimarães Peyneau

O grupo social correspondente à terceira idade, constantemente, não apresenta a ênfase necessária, o que, por sua vez, afeta a saúde física, social e emocional. Idosos são frequentemente negligenciados e marginalizados em vários âmbitos, sendo fatores de risco para transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade. Sob essa ótica, a solidão e o isolamento social fazem parte da realidade de muitos indivíduos dessa faixa etária, ocasionando o declínio da qualidade de vida e propiciando o desenvolvimento de doenças mentais e distúrbios motores devido à ausência de atividade física. A prática de exercício físico para indivíduos idosos é muito importante, havendo adaptações às suas demandas e necessidades individuais, a fim de propiciar a manutenção da saúde cardiovascular, a melhora da coordenação motora e da saúde mental, o que resulta em idosos mais independentes em suas atividades de vida diária, como ir ao mercado e realizar o autocuidado, oferecendo assim longevidade com qualidade. Diante dos fatos apresentados, cabe mencionar que é indubitável que a sociedade reconheça a importância da valorização e do respeito aos idosos, para amenizar o atual cenário e gerar uma convivência mais harmoniosa. Dessa forma, esse estudo possui como objetivo descrever a percepção de acadêmicos de fisioterapia a respeito da vivência no setor do Idoso da clínica escola de fisioterapia da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Trata-se de uma coleta de dados por intermédio do questionário de Saúde de Vida Fantástico, disponibilizado na disciplina de Saúde Comunidade 1 da instituição. Foram realizadas visitas semanais no setor de saúde do Idoso, nas quais foram levantadas reflexões que, de fato, não eram aguardadas. Como mencionado anteriormente, idosos são constantemente segregados, desenvolvendo transtornos ou problemas tanto físicos quanto emocionais. Isso ocorre, sobretudo, devido à falta de companhia, tanto para conversar quanto para realizar atividades, sendo percebida uma diminuição da rede de apoio por meio de perguntas como: “Você sempre possui pessoas para conversar?”, “Você possui pessoas para conversar sobre o que sente?”, “Você se sente satisfeito com

a posição que ocupa?” e “Você se sente deprimido ou desapontado?”. Pôde-se observar que muitos idosos, aos quais o questionário foi apresentado, demonstraram como a solidão e o desenvolvimento de transtornos mentais na terceira idade são indiscutíveis, tornando-se indispensável a aplicação de medidas de proteção para reparar o quadro apresentado. Contudo, foi observado também que todos os idosos presentes eram ativos e exerciam semanalmente atividades como circuito funcional, raciocínio lógico e dança, que são disponibilizadas pela instituição. Torna-se necessário um olhar biopsicossocial e diferenciado para a população idosa, tendo em vista que possuem necessidades e demandas físicas e emocionais específicas. Além disso, a prática de atividade física é indispensável, visto que a manutenção da saúde e da autonomia contribui para a prevenção de doenças crônicas, a redução de quedas e o fortalecimento das relações interpessoais e da socialização.

TERAPIAS INTEGRATIVAS: O USO DA ACUNPUTURA EM PACIENTE COM PARKINSON NA CIDADE DE SANTARÉM/PARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Janaina Sousa Gonçalves, Andreza Gabriela Pinto Ferreira, Simone Aguiar da Silva Figueira

As terapias integrativas, também conhecidas como práticas integrativas e complementares em saúde (PICS), referem-se a abordagens terapêuticas que visam integrar diferentes modalidades de tratamento. Elas buscam considerar o paciente de maneira holística, contemplando não apenas os sintomas físicos, mas também os aspectos emocionais, mentais e espirituais. Um dos principais métodos de tratamento da doença de Parkinson como terapia complementar é a acupuntura, uma técnica que utiliza agulhas pequenas e finas em várias regiões do corpo, chamadas meridianos, que estimulam as fibras sensitivas do sistema nervoso, liberando neurotransmissores como noradrenalina e serotonina, promovendo o bem-estar. O relato de experiência possibilitou observar como a acupuntura proporcionou ao paciente uma experiência relaxante e prazerosa. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo descrever a experiência de presenciar a técnica milenar da acupuntura em um paciente com Parkinson. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, vivenciada por uma acadêmica de enfermagem do quarto semestre da Universidade do Estado do Pará (UEPA), campus XII, durante a realização de uma Atividade Integrada em Saúde (AIS). A atividade foi desenvolvida em dezembro de 2023, realizada no domicílio de um paciente idoso, acamado e diagnosticado com Parkinson, atendido pela UBS de Aparecida, Santarém-PA. A prática da acupuntura foi realizada no paciente por uma fisioterapeuta especializada na área, aplicando a técnica nos pontos meridianos energéticos F3, R3, VB34 e IG11, por um período de 10 minutos. A fisioterapeuta também realizou a auriculoterapia no paciente, com o objetivo de manter e prolongar o estímulo dos pontos de acupuntura trabalhados durante o atendimento. O estudo demonstrou como o paciente foi receptivo à terapia, percebendo-se seus benefícios, uma vez que proporcionou sensações de relaxamento e conforto. Durante o procedimento, o paciente não esboçou nenhum tipo de rejeição ou dor, mesmo que não verbal, devido à perda da capacidade de fala. A sessão de acupuntura deixou-o

sonolento e calmo, demonstrando ser uma terapia complementar que poderia ser implementada como parte de seu tratamento. O uso da acupuntura, apesar de momentâneo, demonstrou ter grande impacto na vida do paciente, oferecendo benefícios como tratamento complementar para a doença de Parkinson, especialmente no alívio dos sintomas motores e não motores. As PICS buscam considerar o paciente de maneira holística, contemplando não apenas os sintomas físicos, mas também os aspectos emocionais, mentais e espirituais. A enfermagem tem um papel vital na integração das práticas integrativas no SUS, atuando como educadores, implementadores e avaliadores dessas terapias. Nesse caso em especial, a acupuntura mostrou-se eficaz. Com a formação adequada e uma abordagem colaborativa, os enfermeiros podem ajudar a promover um cuidado mais holístico, contribuindo para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de indivíduos nessa condição.

A IMPORTÂNCIA DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA PROMOÇÃO DE SAÚDE A COMUNIDADE QUILOMBOLAS DO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Ana Clara Corrêa da Silva, Ana Eduarda Corrêa da Silva, Icarly Kaliny Reis da Silva,
Jamilly Eduarda Silva Almeida, Simone Aguiar da Silva Figueira

As comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais formados historicamente por descendentes de povos escravizados e que se autodefinem pela sua relação singular com a cultura e o território que ocupam. A escravidão deixou marcas profundas no país que impactam até hoje, especialmente nas comunidades quilombolas, como a desigualdade socioeconômica, o racismo e a dificuldade de acesso a serviços de saúde devido à localização geográfica dessas comunidades. Nesse contexto, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) desempenha um papel crucial na qualificação e consolidação da atenção básica, promovendo a saúde dessa população e amenizando os impactos históricos e sociais que enfrentam. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo descrever a influência da Estratégia de Saúde da Família na promoção de saúde em comunidades quilombolas no interior da Amazônia. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, abrangendo artigos consultados nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), publicados entre 2019 e 2023. Os descritores utilizados na pesquisa foram: “Estratégia de saúde da família na promoção de saúde”, “Promoção de saúde a comunidades quilombolas”, “Quilombolas” e “Atenção básica”. Foram identificados 10 artigos científicos relevantes para o estudo em questão. Após uma análise minuciosa, verificou-se que 5 desses artigos eram condizentes com o objetivo proposto. Os estudos evidenciaram a relevância da Estratégia de Saúde da Família para as comunidades vulneráveis, destacando as comunidades quilombolas e os desafios enfrentados na implementação dessa prática em um contexto de desigualdades socioeconômicas, culturais e religiosas. Em 2004, foi criada a **Portaria n.º 1.434, de 14/07/2004**, uma iniciativa voltada para a inclusão de equipes da Estratégia de Saúde da Família nas comunidades quilombolas. Essa estratégia permite uma abordagem integral e humanizada, respeitando suas práticas culturais e tradicionais, integrando-as aos cuidados de saúde oferecidos.

Com isso, fortalece-se os laços comunitários e promove-se uma maior adesão aos tratamentos e medidas preventivas. Além disso, a ESF surge como uma ferramenta fundamental para abordar os diversos determinantes sociais da saúde que influenciam essa população, agindo para amenizá-los. Trata-se de uma atuação que vai além do tratamento de doenças, incluindo ações de promoção, prevenção, atividades educativas e acompanhamento de grupos específicos, como gestantes e crianças, proporcionando cuidados personalizados de acordo com as necessidades da população. Portanto, apesar das limitações no acesso à saúde das comunidades quilombolas, a Estratégia de Saúde da Família representa um papel crucial no enfrentamento dessas barreiras e constitui um passo importante para a garantia dos direitos dessa população. Reitera-se também que a escassez de literatura sobre o uso de serviços de saúde pela população quilombola é um obstáculo significativo para compreender de maneira plena a realidade vivenciada por essa comunidade.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA PARA O ACESSO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO

Daniel Marcos de Sousa Santos, Osvaldo Peralta Bonetti, Jacinta de Fatima Senna da Silva

A Estratégia Saúde da Família foi instituída pelo Ministério da Saúde para reorganizar a Atenção Básica à Saúde no Brasil, promovendo a proximidade dos serviços de saúde às comunidades. Este modelo visa substituir o enfoque fragmentado e médico-centrado por uma abordagem integral e contínua, proporcionando um primeiro contato mais eficiente dos indivíduos com o Sistema Único de Saúde. No entanto, desafios persistem, especialmente no contexto das populações do campo, que enfrentam barreiras significativas no acesso à saúde. O objetivo deste estudo foi analisar os desafios enfrentados pela população do campo no acesso à saúde no contexto da Atenção Básica à Saúde, sobretudo em uma Unidade Básica de Saúde na região rural de Planaltina, Distrito Federal. A metodologia qualitativa e exploratória-descritiva combina relato de experiência e reflexão teórica, vivenciados no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase na Saúde da População do Campo, desenvolvido pela Escola de Governo Fiocruz. Foram utilizados revisão bibliográfica e análise de registros de campo, focando nas dimensões de acesso definidas por diferentes referenciais teóricos. A análise revelou que as populações do campo enfrentam dificuldades expressivas no acesso aos serviços de saúde. Entre os principais desafios estão a escassez de unidades de saúde em áreas rurais, as longas distâncias percorridas sem transporte público adequado e a infraestrutura inadequada dos serviços de saúde. Muitas pessoas usuárias precisam caminhar mais de 10 km para acessar serviços básicos de saúde. A infraestrutura das unidades frequentemente não atende às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida, e os horários de funcionamento das unidades não são compatíveis com as rotinas de trabalho das populações camponesas. Apesar dos objetivos de equidade em saúde da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, sua implementação enfrenta desafios devido à falta de recursos e coordenação intersetorial. Contudo, a presença de programas

de residência multiprofissional contribuiu para melhorias significativas, como a reorganização dos serviços ofertados, promovendo um atendimento mais acessível e eficiente. Conclui-se que a Estratégia Saúde da Família desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e universalidade da assistência à saúde, mas enfrenta desafios significativos na sua implementação, especialmente em áreas rurais. Este estudo destaca a necessidade de políticas públicas integradas que considerem as especificidades das populações do campo. A integração de conceitos como acolhimento, vínculo e cuidado continuado é essencial para desconstruir o modelo biomédico e promover um cuidado mais humanizado e integral. Além disso, a presença de programas de residência multiprofissional mostra-se promissora na superação de barreiras de acesso, mas também é imperativo o compromisso contínuo de gestores, profissionais de saúde e comunidade para garantir o direito à saúde para todas as pessoas, ou seja, na garantia de um Sistema Único de Saúde do tamanho do povo brasileiro.

ADAPTAÇÃO DE UM GINÁSIO ESPORTIVO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO AMAZONAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Martha Suzan Lima dos Santos

O presente relato busca apresentar a realidade da infraestrutura de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Coari, no Estado do Amazonas, do ponto de vista de estagiários do curso de bacharelado em enfermagem da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A mudança de local ocorreu em janeiro de 2023, quando, por motivos de reforma, fez-se necessário transferir a UBS para o Ginásio Francisco Alberto da Luz - Tanta. Por fazer parte dos campos de estágio dos acadêmicos da UFAM, a UBS se tornou um ambiente observável e questionável em quesitos de conforto e acessibilidade tanto para os clientes do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto para os profissionais da unidade. Todas as demandas e necessidades são atendidas pela UBS, desde o acolhimento, triagem, consultas médicas, odontológicas e de enfermagem. Também é realizada a vacinação, com foco nas doses das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde (MS). A UBS atende três bairros com grande demanda de atendimento e baixa condição socioeconômica e de moradia, sendo eles Vale da Bênção, Ciganópolis e Nazaré Pinheiro. Mesmo com a distância entre a UBS e as áreas mais remotas, os serviços de saúde alcançam a população, com visitas domiciliares e o mapeamento da área, que cresce a cada ano. Na UBS, as salas de atendimento de saúde comportam materiais e instrumentos necessários para as consultas. No entanto, por se tratar de saúde primária no interior, os materiais para a realização de certos procedimentos são escassos. A sala de consulta de enfermagem é compartilhada entre duas enfermeiras, o que dificulta o atendimento devido à quantidade de clientes a serem assistidos diariamente, especialmente considerando que a unidade abrange três bairros com elevação na densidade demográfica. Mesmo com as precariedades na infraestrutura, a equipe multidisciplinar da UBS tem executado um bom trabalho no alcance da população com as consultas de saúde. Essa

confirmação pode ser evidenciada pelos indicadores da unidade. A proposta da secretaria de obras do município é que, até o final de 2025, a reforma seja finalizada. Até lá, a UBS continuará realizando as atividades de saúde, prezando pelo completo bem-estar físico, mental e social da população.

BUSCA ATIVA DE CRIANÇAS COM FALTA DE ADEÇÃO AO CALENDÁRIO VACINAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Karolina Moraes dos Santos, Rafaela Ribeiro de Oliveira, Gleyciane Tananta da Silva, Manuele Andrade Maricaua, Fernando Miguel de Lima Martins, Juscelino Lopes da Silva, Hangel de Souza Soares, Maiki Cardoso Dionizio, Francimara Vasconcelos Coelho, Naiara Benchimol, Gideão da Rocha Silva, Sebastião Rodrigo Gomes de Sousa, Eidy Naelly Inuma dos Santos, Maria das Dores Alves da Silva, Emily Cavalier, Michely Rocha da Silva, Thayza D'ávila Pereira Rocha, Fabiola da Rocha Suterio, José Nelson Sales de Araujo, Ana Maria Souza da Costa, Rebeca Evangelista Folhadela

Profissionais de enfermagem, especialmente os enfermeiros, desempenham um papel crucial na orientação sobre vacinação, visando evitar informações falsas que possam impedir os pais de vacinar seus filhos. Torna-se essencial monitorar a cobertura vacinal regularmente, planejando buscas ativas para garantir que as crianças recebam as vacinas conforme o calendário. Além disso, destaca-se a importância do enfermeiro em acompanhar de perto os casos de desistência e buscar ativamente as famílias ausentes para evitar atrasos na vacinação. Assim, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência de discentes de enfermagem durante a busca ativa de crianças com falta de adesão ao esquema vacinal. Desenvolvimento do trabalho: Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, realizado por uma acadêmica de enfermagem do oitavo período da Universidade Paulista (UNIP) durante a disciplina de Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada no Município de Tefé, interior do Amazonas, no período de 18 a 22 de março de 2024. Para a interpretação dos esquemas vacinais, utilizou-se o Calendário Nacional de Vacinação da Criança como referência, facilitando a identificação das vacinas pendentes. Durante o estágio, identificou-se que havia uma baixa procura de vacinas para o público infantil. Assim, surgiu uma discussão entre os profissionais com o objetivo de definir estratégias para estimular a adesão à imunização infantil. Em vista disso, a equipe da UBS programou uma busca ativa, tendo como público-alvo as crianças do território, na qual a acadêmica participou. Durante a busca ativa, foram identificadas dificuldades dos pais em manter as vacinas de suas crianças atualizadas. Um dos fatores evidenciados que favorecem a não adesão às vacinas foi a falta de tempo e a desinformação. Diante disso, por meio de uma abordagem empática e uma conversa dinâmica, a acadêmica foi capaz de esclarecer dúvidas e ressaltar a importância de manter atualizada a caderneta de vacinação da criança. Após a realização da busca ativa, identificou-se a necessidade de realizar outras visitas, especialmente para executar ações educativas relacionadas à vacinação e sensibilizar os genitores sobre o quanto suas crianças precisam estar vacinadas para prevenir doenças. Ademais, a experiência proporcionou uma compreensão mais aprofundada das dificuldades enfrentadas pelas famílias em relação à imunização de suas crianças. Em face do exposto, o tema abordado despertou o interesse na acadêmica, apesar

da pouca afinidade com a área de imunização. Portanto, a vivência relatada se mostrou desafiadora, porém enriquecedora para a formação acadêmica e profissional da discente. A aproximação da prática possibilitou que a acadêmica vislumbasse a realidade na qual a comunidade está inserida e que, na maioria das vezes, a falta de informação limita os indivíduos no acesso à saúde. Com isso, faz-se necessário que os profissionais de saúde estejam engajados em promover orientações a respeito dos benefícios da vacinação infantil.

AÇÃO VOLUNTÁRIA EM SAÚDE DURANTE A CALAMIDADE PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO COLETIVO “VOLUNTÁRIOS DA SAÚDE”

Brenda Barros Dias, Vanessa Gallas Brito, Júlia Roberta Santana Cordeiro, Maitê Freitas Ranheiri, Jackeline de Aguiar, Marlete Andrize de Oliveira, Amanda Vek Krainovic Vitorino

O presente resumo tem como objetivo apresentar o relato de experiência sobre a vivência de voluntariado do coletivo “Voluntários da Saúde” durante a situação de calamidade pública vivida pelo estado do Rio Grande do Sul, enquadrando-se no eixo trabalho. Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por uma catástrofe climática sem precedentes, caracterizada por chuvas intensas e contínuas. Esse evento resultou em enchentes severas que afetaram mais de 460 municípios. Diante dessa situação, cerca de 70 mil pessoas foram abrigadas em locais temporários devido à destruição causada pelas chuvas intensas. Com a abertura de abrigos emergenciais nos primeiros momentos da catástrofe, percebeu-se a necessidade de profissionais da saúde capacitados para atuar em primeiros socorros emergenciais e no tratamento continuado da saúde mental e física da população acometida pela tragédia. Assim, devido à grande quantidade de desabrigados em um curto período de tempo, atrelada ao despreparo das autoridades locais para lidar com a situação, o coletivo “Voluntários da Saúde”, composto por uma equipe multidisciplinar com discentes de enfermagem, farmácia, fonoaudiologia e medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como profissionais formados em enfermagem, fonoaudiologia, nutrição e terapia ocupacional, surgiu com o objetivo de conectar profissionais da saúde voluntários aos abrigos necessitados. O trabalho do coletivo foi estruturado em três grandes eixos: recursos humanos, logística e comunicação. Inicialmente, foram criados dois formulários online: um para os profissionais voluntários, contendo questões de identificação pessoal, registro profissional e a principal zona/bairro da cidade que poderiam acessar; e outro para os abrigos que necessitavam de equipes de saúde. Esses formulários foram amplamente compartilhados em redes sociais. Após o preenchimento, os voluntários interessados eram adicionados a uma comunidade em um aplicativo de mensagens instantâneas, onde os membros do coletivo disseminavam informações atualizadas no campo da saúde, sempre embasadas cientificamente e oriundas de fontes oficiais. Além disso, quando um abrigo solicitava um profissional, a equipe administrativa do coletivo contatava o responsável pelo abrigo para confirmar a demanda. Após a confirmação, mensagens eram enviadas

no aplicativo aos voluntários disponíveis para atender à solicitação. Caso a demanda não fosse suprida por meio das mensagens, iniciava-se a busca ativa por ligação telefônica aos profissionais da região onde o abrigo se encontrava. A atuação do coletivo iniciou-se no dia 04/05/2024 e se estendeu por 12 longos dias, durante os quais os membros eram divididos em turnos, conciliando suas vidas pessoais e trabalhos formais com as atividades do “Voluntários da Saúde”. Estima-se que cerca de 600 demandas foram atendidas em mais de 100 abrigos, majoritariamente em Porto Alegre. A iniciativa proporcionou suporte essencial em saúde física e mental para os desabrigados, contribuindo para uma recuperação mais rápida e estruturada. Para os voluntários, a experiência permitiu a aplicação prática de conhecimentos teóricos, o desenvolvimento de habilidades profissionais e o fortalecimento de valores como solidariedade e empatia. Assim, a atuação do coletivo demonstrou a importância e o impacto positivo do voluntariado em saúde organizado em situações de emergência.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA ESCOLARES: ABORDANDO A TEMÁTICA DA DENGUE E COVID-19 PARA CRIANÇAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO INFANTIL EM SANTARÉM (PA)

Raquel Pinheiro Soares, Geovanna Caroline Silva de Farias, Myrian Henrique Santos,
Thaís Pereira Trindade, Amanda Vitória de Oliveira da Cruz

A Dengue e a covid-19 são doenças infecciosas e representam um desafio para a saúde pública brasileira. Transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypti*, cujos principais sintomas incluem febre, dores de cabeça, dores musculares e erupções cutâneas, a Dengue se dissemina em ambientes com água parada. A covid-19, por outro lado, é uma doença respiratória causada pelo coronavírus (SARS-CoV2), transmitida pelo contato com pessoas, objetos e superfícies contaminadas, provocando tosse, febre, dor e dificuldade para respirar. Assim como os adultos, as crianças também estão sujeitas a contrair essas doenças, especialmente no ambiente escolar. As ações em saúde permitem uma abordagem sobre temas recorrentes que necessitam de maior atenção, contribuindo para a prevenção e promoção da saúde na sociedade. O presente relato busca evidenciar a prática benéfica das ações em saúde voltadas para o público infantil em escolas públicas. Trata-se de um estudo descritivo, caracterizado como relato de experiência a partir de ações em saúde realizadas em maio de 2024, em duas escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental, por estudantes do 3º semestre do curso de graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no município de Santarém (PA). Foram utilizados materiais didáticos, como desenhos impressos do mosquito *Aedes Aegypti*, assim como do Coronavírus, tintas guache, papéis A4 e lápis de cor. O grupo de acadêmicos visitou as salas de aula, conduzindo uma dinâmica com a narração de uma historinha. Em seguida, foi explicado de forma lúdica como ocorre a transmissão, citando os sintomas e destacando os cuidados preventivos necessários. Houve a distribuição de desenhos relacionados ao tema e de materiais para que as crianças pudessem colorir e expressar sua compreensão e criatividade. Participaram da atividade

cerca de 120 crianças, com idades entre 6 e 8 anos, que se mostraram muito interessadas, fazendo perguntas e contando sobre suas experiências acerca da temática. Algumas delas, inclusive, já tinham conhecimento prévio sobre os assuntos abordados, mencionando a importância de não deixar água parada para evitar a Dengue, além de enfatizarem que sabiam da necessidade de vacinação e do uso da máscara para a prevenção. Os acadêmicos, por sua vez, identificaram que algumas crianças não sabiam identificar informações quanto à exposição a essas doenças, haja vista que algumas delas não demonstraram nenhum ou pouquíssimo conhecimento sobre a temática. Ressalta-se a importância de promover ações de saúde que fortaleçam o conhecimento sobre práticas saudáveis para a prevenção de doenças como a Dengue e a covid-19. O incentivo desde a infância permite que crianças aprendam como se proteger e contribuir para a prevenção de doenças infecciosas que ainda fazem parte da realidade atual. A implementação dessas ações, em síntese, é crucial para enfrentar os desafios que afligem a saúde pública, além de proporcionar aos acadêmicos uma experiência prática e um olhar mais crítico sobre a questão, preparando-os para lidar com a saúde comunitária.

VIVÊNCIAS DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DURANTE AS CONSULTAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR

José Nelson Sales de Araujo, Ana Karolina Moraes dos Santos, Maiki Cardoso Dionizio,
Gideao da Rocha Silva, Thayza D'ávila Pereira Rocha, Emily Gabriele Cavalier de Almeida,
Ana Maria Souza da Costa, Rebeca Evangelista Folhadela

A saúde reprodutiva é um componente essencial da saúde pública, especialmente nas regiões remotas do Brasil, como no interior do estado do Amazonas, onde o acesso e a diversidade cultural complicam a disponibilização e aceitabilidade dos métodos contraceptivos. A aceitabilidade desses métodos é influenciada por fatores culturais, educacionais, socioeconômicos e religiosos, nos quais existe uma diversidade de opiniões e percepções sobre o uso de contraceptivos. Portanto, o objetivo desse estudo é relatar a experiência dos acadêmicos de enfermagem durante as consultas de planejamento familiar (PAFLAM) às mulheres em fase menacme. Trata-se de um relato de experiência que descreve as vivências de acadêmicos de enfermagem do sétimo período do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Paulista-UNIP. A vivência ocorreu durante o estágio supervisionado de saúde coletiva em duas unidades básicas de saúde (UBS) da área periférica do município de Tefé, localizado no centro da região Amazônica. Foram realizadas 40 consultas de PLAFAM, onde a maioria das pacientes estava na faixa etária entre 21 e 35 anos. Dentre essas, algumas tinham histórico prévio no uso de anticoncepcionais, porém desconheciam o intervalo correto de aplicação e os efeitos adversos do medicamento. No decorrer das consultas, os acadêmicos apresentaram os métodos contraceptivos disponíveis, explicando as características farmacológicas da medicação a fim de ajudar a paciente na escolha do método mais adequado à sua realidade. Por conseguinte, os anticoncepcionais mais procurados foram os injetáveis trimestrais, como o acetato de medroxiprogesterona, também conhecido como injetável de longa duração. Além disso, os acadêmicos enfatizaram a importância do uso do preservativo para prevenir infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), já que os métodos injetáveis ou comprimidos não previnem

contra ISTs. Em um segundo momento, os discentes realizaram educação em saúde sobre a importância de as mulheres comparecerem às consultas do planejamento familiar e fazerem o acompanhamento necessário para evitar uma gravidez indesejada. Para realizar as ações supracitadas, foram utilizados folders informativos e cartazes, a fim de facilitar o entendimento das pacientes. A vivência descrita contribuiu significativamente para a formação acadêmica e profissional dos acadêmicos de enfermagem. O relato destaca a importância da assistência integral de enfermagem à saúde da mulher em todas as fases da vida, com ênfase na saúde reprodutiva. Assim, as aulas práticas possibilitaram o desenvolvimento teórico e prático dos discentes no que diz respeito aos métodos contraceptivos. Destaca-se que as consultas realizadas corroboraram para que os discentes se propusessem a disseminar informações corretas e detalhadas sobre cada método contraceptivo disponível na unidade de saúde, orientando as mulheres na tomada de decisão quanto a qual anticoncepcional utilizar.

PERFIL SOCIAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DURANTE O ISOLAMENTO CAUSADO PELA COVID-19

Ana Letícia Soares Valdivino, Wesley Josinaldo Andrade de Farias, Emanuele Isabel Araújo do Nascimento, Maria Luísa Cabral da Cunha, Ana Luíza Cabral da Cunha de Almeida Chagas, Igor de Sousa Nóbrega, Lindemberg Arruda Barbosa, Kalyne Araújo Bezerra

A violência é um problema de saúde pública que afeta negativamente a sociedade, principalmente os grupos mais vulneráveis. No contexto da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), o lar tornou-se um dos ambientes mais prevalentes para a ocorrência desse fenômeno, devido ao isolamento e ao distanciamento social obrigatório. Nesse ínterim, o lar, que deveria ser sinônimo de proteção e segurança, tornou-se equivalente a medo, insegurança e experiências violentas. O objetivo é traçar o perfil social de mulheres vítimas de violência durante o isolamento social causado pela covid-19. Trata-se de um estudo transversal, de caráter descritivo e de abordagem quantitativa, realizado com 510 mulheres residentes de uma cidade do interior da Paraíba, Brasil. A captação da amostra se deu de forma intencional, através de veiculação digital. Os critérios de inclusão foram: mulheres maiores de 18 anos e residentes no município de Campina Grande. Já como critério de exclusão, adotou-se: aquelas que responderam não permanecer em isolamento social durante a Pandemia de covid-19. Observou-se prevalência de violência em mulheres que se autodeclararam pardas (47,3%), que têm ensino superior (51,6%), são solteiras (53,7%), residem com os familiares (52,1%), não residem com o parceiro (55,5%), não dependem das pessoas com quem residem (51,2%), que trabalham (65,9%), recebendo de 1 a 3 salários-mínimos (42,3%), trabalham sem carteira assinada (36,5%) e com idade entre 18 a 29 anos (62,0%). O distanciamento social acarretou no aumento da violência doméstica contra a mulher, principalmente entre adultas, com idade entre 18 e 29 anos, pardas, com ensino superior, solteiras e assalariadas. Nesse contexto, aponta-se para a necessidade de desenvolvimento de pesquisas mais abrangentes acerca desta temática, viabilizando o reconhecimento do perfil das mulheres que sofrem violência e, com isso, oportunizando o desenvolvimento de ações de prevenção desse fenômeno e, consequentemente, a proteção das vítimas.

APRENDIZAGEM EM SAÚDE COLETIVA A PARTIR DA MONITORIA

Lynda Beckman do Carmo, Letícia Guimarães Maciel, Antônio Luís Machado Crespo Filho, Samara Andréa da Costa Fonseca, Nadia Alves Aquino, Manuella Rangel Silva, Fabiana Mânica Martins, Raniele Alana Lima Alves

Apresentação: A Saúde Coletiva (SC) considera fatores socioeconômicos, ambientais e comportamentais que influenciam a saúde das pessoas. Este presente estudo aborda a aprendizagem, destacando a importância da monitoria como uma estratégia pedagógica eficaz. Pretende-se demonstrar como ela pode promover o aprendizado, fortalecendo habilidades para a atuação na área. **Desenvolvimento do trabalho:** A disciplina de SC possui módulos teóricos e práticos que visam solidificar o conhecimento acerca da Atenção Primária à Saúde (APS). As aulas teóricas são ministradas a partir de metodologias participativas como rodas de conversa, que impulsionam debates com os temas da APS e suas nuances. Já nas práticas, os estudantes são conduzidos a acompanharem as Unidades Básicas de Saúde (UBS) com os profissionais que as englobam, promovendo ações de saúde. Eles realizam uma visita técnica à UBS, dialogam e analisam com a gestão da unidade sobre quais são as principais necessidades do território, a partir dos indicadores de saúde, para então, ao final, elaborar um Projeto Micropolítico. Os discentes escolhem o público-alvo, descrevem a proposta e metodologia. O diagnóstico da unidade (como endereço, perfil, serviços oferecidos, estruturas) e os resultados esperados são de fundamental importância para a visão ampla do projeto. Desenvolvem, então, soluções práticas e viáveis, considerando os recursos disponíveis e as possíveis parcerias com entidades locais. O documento final inclui não apenas uma descrição dos problemas identificados, mas também um plano de ação claro e objetivo, com etapas e metas bem definidas, seu desenvolvimento em busca de melhoria no cuidado produzido pela UBS. **Resultados:** A disciplina de SC dispõe de módulos teóricos e práticos, preparando os alunos na APS por metodologias ativas, como rodas de conversa, debates e práticas em UBS. Dessa maneira, espera-se que os acadêmicos tenham uma formação introdutória ao aplicar esse conhecimento durante as práticas da atenção primária em saúde, analisando o perfil da UBS e introduzindo a educação em saúde com a metodologia aplicada pelos alunos, para que assim possam aprender sobre cidadania e autonomia dos usuários, através da interação com a população e equipes de saúde, sobre resolutividade de problemas e envolvimento com resultados da assistência. Além disso, a prática em UBS ajuda os alunos a entenderem a reorientação do modelo assistencial, focando no território e nos problemas da comunidade, aproximando-os da realidade do SUS. Por isso, com este método de ensino, permite-se criar vínculos com a comunidade e trabalhar em equipe multidisciplinar com a equipe da saúde primária daquela região, desenvolvendo responsabilidade social, comunicação interpessoal e compartilhamento de experiências com outros membros da área da saúde. Desse modo, essas práticas formam profissionais críticos, versáteis e comprometidos com a melhoria do sistema de saúde e bem-estar das comunidades, por meio da própria imersão dos alunos na APS. **Considerações finais:** A monitoria em SC proporciona a troca de experiências entre alunos e produção de conhecimento. Assim, o entendimento do cuidado no território, as características da APS e as demandas do usuário é consolidada. O que evidencia a importância da formação do profissional de saúde inserida na realidade do SUS.

PROBLEMAS DE GOBIERNO EN TORNO A LAS VULNERABILIDADES DE LOS AGROTÓXICOS A LA SALUD. EL CASO DE LA CIUDAD DE GUICHÓN, PAYSANDÚ- URUGUAY

Nicolás Rodríguez, Andrés Trotta, Damián Herkovits

En las dos primeras décadas del siglo XXI se profundizó la industrialización de la agricultura en los países del cono sur latinoamericano. Esta tecnificación agrícola implicó un incremento en el uso de agrotóxicos. En Uruguay, entre el 2002 y el 2015, la importación de estas sustancias aumentó un 250%. La exposición a los agrotóxicos adquirió relevancia socio- sanitaria en el contexto de comunidades rurales o agrociudades. Las investigaciones en la región abordaron las percepciones de colectivos expuestos a agrotóxicos, y son limitados los estudios que analizan las perspectivas gubernamentales. En función de esto, esta investigación indagó los discursos sobre las vulnerabilidades a la salud de la exposición a agrotóxicos entre autoridades estatales relacionadas con la ciudad de Guichón, Paysandú- Uruguay. Desde una perspectiva cartográfica y con un enfoque cualitativo, se trabajó con autoridades locales, departamentales y nacionales vinculadas a temas agropecuarios, ambientales y sanitarios que acontecieron en dicha ciudad. Entre el 2018 y el 2020, se realizaron doce entrevistas en profundidad, observaciones en espacios comunitarios, y se analizaron tres documentos de denuncia ministerial. Entre los resultados se destacó, por un lado, que las autoridades estatales identificaban a las fumigaciones con agrotóxicos como una dificultad de gobierno. Sin embargo, se observaron controversias en cuanto a sus riesgos a la salud. Un conjunto de actores destacaba ciertas problemáticas socio-sanitarias y otros las relativizaban. Por otro lado, en el diálogo, observación y análisis documental se identificó una organización segmentada de los establecimientos estatales, lo cual dificultaba las coordinaciones para la intervención en cuanto al tema. Por último, se cuestionaron los alcances de las denuncias y de la asistencia sanitaria de personas expuestas a agrotóxicos, tanto por las debilidades que poseían (subregistro, uso político, etc.) como porque no permitían intervenciones preventivas. La investigación concluye que, si bien las vulnerabilidades a los agrotóxicos constituyen un problema de gobierno, la minimización, despolitización y singularización de los abordajes limitaba la gestión colectiva de las prácticas gubernamentales en salud.

IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL NO CUIDADO DE INDIVÍDUOS MARGINALIZADOS: EXPERIÊNCIAS EM UMA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO LOCALIZADA EM MUNICÍPIO DE PASSADO ESCRAVISTA

Raisa Soares Estevão da Graça, Kathleen Tereza da Cruz

Apresentação: o município de Macaé, no interior do Rio de Janeiro, teve sua economia pautada no trabalho escravo durante séculos. Entretanto, com o tempo, o município se tornou caracterizado por dois extremos: o sul, de indivíduos de maior poder aquisitivo; e o norte, de bairros periféricos e de

indivíduos negros e pobres. Enquanto cursava o segundo período de medicina no Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, realizei aulas práticas - através da disciplina Saúde da Comunidade II - numa Unidade de Pronto Atendimento (UPA) localizada no norte de Macaé. Com isso, fui confrontada com situações que evidenciaram os desafios salutar e sociorraciais enfrentados pelos pacientes atendidos no local. Nesse sentido, tendo em vista a minha formação sociopolítica enquanto negra e periférica, este trabalho objetiva relatar minhas experiências nessa unidade de saúde, analisando as dinâmicas entre profissionais da saúde e pacientes e seus impactos no cuidado destes indivíduos e na formação dos futuros médicos que ali estudam. Desenvolvimento do trabalho: ao todo, 14 estudantes de medicina realizaram visitas, de duas horas de duração, nas terças-feiras entre os dias 17 de outubro e 7 de novembro de 2023. Inicialmente, reparamos a estrutura precária daquela UPA, inadequada para pacientes e profissionais. Também pude constatar que boa parte dos pacientes eram mulheres negras, aparentemente de classes sociais mais baixas, e que a maioria dos médicos e enfermeiros eram brancos, enquanto a maioria dos funcionários da limpeza e dos pedreiros eram negros. Ao acompanhar as recepcionistas, reparei que as fichas eram incorretamente preenchidas, sobretudo o campo “cor/raça”, pois os pacientes não eram questionados quanto a sua autodeclaração racial. Além disso, a maioria dos profissionais constantemente destacavam episódios de violência por parte do público atendido, o caracterizando, de forma generalista e preconceituosa, como extremamente vulnerabilizado e sem livre direito de ir e vir de suas comunidades, devido ao crime organizado. No último dia, após 4 semanas sendo expostos a tais discursos, ao ver uma ficha preenchida de forma incomum, imediatamente considerei a ligação do paciente a ilegalidades; e, ao acompanhar a farmácia do local, após uma técnica administrativa citar que o setor era foco frequente de confusões, pois muitos pacientes insistiam em receber medicamentos sem seus documentos, uma aluna perguntou se eles não portavam identificação por estarem “envolvidos com algo”. Resultados: no decorrer de todas essas cenas, o racismo estrutural se faz presente, especialmente nos discursos dos profissionais de saúde, os quais refletem a marginalização histórica sofrida pelos moradores do norte de Macaé. Tais falas racistas se tornam especialmente alarmantes ao se considerar a desumanização sofrida por esses pacientes - a qual prejudica em seus processos saúde-doença-cuidado - e ao analisar sua influência negativa na formação dos estudantes de medicina que as interiorizam, pois estes um dia serão responsáveis pelo cuidado de pacientes semelhantemente marginalizados. Considerações finais: a partir das experiências analisadas, torna-se evidente que o histórico escravocrata da região repercute no racismo sistêmico hoje encontrado na UPA em questão, cujas relações interpessoais se fazem desafiadoras para o um sistema de saúde equitativo, humanizado e antirracista.

PERCEPÇÃO DE FATORES DE RISCO DE ADOECIMENTO EM DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Karina Seibel, Kátia Carli Farias, Anieli da Costa Copatti, Sedinei Lopes Copatti, Clodoaldo Antônio de Sá, Vanessa da Silva Corralo

A pandemia da covid-19 influenciou diretamente o contexto de vida e trabalho dos docentes universitários. A rápida adaptação para manter o ensino impactaram de diferentes formas na vida

e saúde dessa população. O uso de novas ferramentas tecnológicas, atividades remotas, ausência de relações interpessoais e exigências impostas pelas instituições, somadas ao isolamento social potencializaram o risco de adoecimento destes profissionais. Neste sentido, objetivou-se avaliar os fatores de risco para o adoecimento físico e mental em docentes do ensino superior em tempos de pandemia de covid-19. A pesquisa de abordagem quantitativa, analítica e de corte transversal, foi realizada com os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), de diferentes áreas de conhecimento e que atuavam nas IES há no mínimo três meses. A pesquisa foi realizada em ambiente virtual, utilizando um questionário semi-estruturado, via Survey, no período de novembro a dezembro de 2021 e março a junho de 2022. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, sob parecer número 5.052.182. Participaram da pesquisa 268 docentes, sendo que a maioria era do sexo feminino (60,1%), residiam com cônjuge (76,5%) e possuíam de um a quatro filhos (64,5%). A maioria dos docentes atuava na área das Ciências da Saúde (39,2%), seguida das Ciências Sociais e Aplicadas (23,5%) e das Ciências Humanas (13,1%). A amostra, em sua maioria, foi composta por docentes atuantes há mais de 10 anos no ofício da docência universitária (60,8%) e com carga horária de 31 a 40h/aula (60,8%). Em relação aos fatores de risco prejudiciais à saúde física e mental durante a pandemia foram citados: excesso de trabalho (69,4%), mudanças na rotina de trabalho (63,8%), distanciamento social (61,9%), mudanças na rotina de vida diária (59,7%), maior tempo exposto a mídias e internet (59,7%), diminuição da prática de atividade física (42,9%), sedentarismo (41,4%), alterações no convívio familiar (39,6%), medo (34,3%), instabilidade financeira (28,7%) e solidão (13,1%). Os docentes relataram a presença de diversos sintomas, incluindo alterações na qualidade do sono (63,8%), dores articulares ou musculares (61,2%), enxaquecas e dores de cabeça (56,3%), além de quadros de estresse, ansiedade e depressão (75,0%). O sexo feminino esteve significativamente associado a maior percepção da exposição a fatores de risco durante a pandemia para além da contaminação com a covid-19. Os resultados fortalecem a necessidade de reflexão sobre a saúde dos docentes, ao direcionamento de investimentos e medidas de proteção à saúde desta população.

USO E CONHECIMENTO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES POR DOCENTES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Kátia Carli Farias, Karina Seibel, Anieli da Costa Copatti, Sedinei Lopes Copatti, Clodoaldo Antônio de Sá, Vanessa da Silva Corralo

A pandemia da covid-19 trouxe consigo um desafio sem precedentes para os docentes universitários, impactando não apenas seu contexto de trabalho, mas também suas vidas pessoais e saúde. A rápida adaptação exigida para manter a continuidade do ensino levou a uma série de mudanças, desde a implementação de novas tecnologias até a ausência de interações

interpessoais significativas, o que aumentou a procura por assistência de saúde, em especial, pelas Práticas Integrativas Complementares (PIC's) que são direcionadas ao cuidado integral do indivíduo, centradas em uma visão holística do ser humano. Neste sentido, objetivou-se avaliar o conhecimento e uso das PIC's por docentes durante a pandemia da covid-19. A pesquisa de abordagem quantitativa, analítica e de corte transversal, foi realizada com os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), de diferentes áreas de conhecimento e que atuavam nas IES há no mínimo três meses. A pesquisa foi realizada em ambiente virtual, utilizando um questionário semi-estruturado, via Survey, no período de novembro a dezembro de 2021 e março a junho de 2022. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, sob parecer número 5.052.182. Participaram da pesquisa 268 docentes, a maioria do sexo feminino (60,1%), de cor branca (96,3%), com idade entre 40 e 59 anos (55,6%), média de idade de $43,9 \pm 10,0$ anos. A maioria dos participantes (57,5%) conheciam as PIC's e em relação ao seu uso, 56,0% assinalaram não terem feito durante a pandemia. Dentre os docentes que utilizaram as PIC's durante a pandemia, 32,5% sinalizaram ter utilizado apenas uma (16,8%) ou até três terapias combinadas (15,7%). Por outro lado, 81,3% dos docentes relataram não conhecer de uma a 15 das terapias apresentadas, e somente 3,7% dos docentes entrevistados conheciam todas as 29 terapias disponíveis pelo Sistema Único de Saúde. Os docentes relataram que conheceram as PIC's por meio da indicação de amigos (28,7%) e internet (10,1%), e apenas 5,6% afirmaram ter sido por indicação médica e 1,9% por meio da Unidade de Saúde. As PIC's mais utilizadas pelos docentes durante a pandemia foram meditação (20,2%), aromaterapia e reiki (12,7%) e fitoterapia/plantas medicinais (11,2%), entretanto, 10,1% dos docentes sinalizaram ter utilizado alguma das práticas citadas, mas não sabiam que eram consideradas PIC's. As terapias foram utilizadas para o bem-estar mental (37,7%), bem-estar físico (31,3%), para sintomas da covid-19 (4,10%) e para tratar doenças crônicas (5,60%). Os resultados revelam um interesse significativo nas PIC's, com uma proporção considerável relatando ter utilizado essas práticas durante a pandemia. No entanto, também fica evidente que há lacunas no conhecimento, com muitos docentes desconhecendo várias delas ou confundindo algumas com outras formas de cuidado, evidenciando a necessidade de estratégias de divulgação.

CONTROLE SOCIAL NO SUS: POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Carolina Santana Krieger, Ageu Quintanilha Viana Nascimento,
Elma Galdino Brandão, Emanoela Therezinha Bessa Mendes

O controle social é um princípio democrático que visa assegurar que as decisões e ações na área da saúde. Através dos debates e exposições técnico-científicas, a conferência de saúde é um importante espaço de formulação de políticas a partir da abordagem de temas que buscam refletir as demandas e desafios do Sistema Único de Saúde (SUS) tais como acesso, qualidade do atendimento,

financiamento e políticas de saúde. O objetivo é explanar acerca da relevância do controle social para a efetivação das políticas públicas em saúde. A participação social em saúde foi introduzida no Brasil em 1988, sendo crucial para a consolidação do SUS. Assim, o controle social é compreendido como o acompanhamento da população sobre as políticas públicas, através de suas instâncias: conselhos locais, municipais, distritais, estaduais e nacional de saúde. O engajamento popular como instrumento de gestão participativa fomenta a cidadania, democracia, corresponsabilização dos atores envolvidos, como governantes e sociedade civil. O controle social constitui uma potente ferramenta na garantia de direitos à saúde, pois assegura às demandas comunitárias a efetivação das políticas públicas, de maneira efetiva, na gestão participativa. A composição de diferentes atores sociais é essencial para viabilizar a saúde como direito e o fortalecimento do controle popular como política pública. A construção de um sistema de saúde democrático impõe a necessidade ininterrupta de formação de uma sociedade consciente de seu papel com a inclusão ativa dos seus cidadãos no processo decisório, conferindo acesso e poder à comunidade para influenciar decisões que afetam diretamente seu direito à saúde.

POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E A SUPERAÇÃO DE BARREIRAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Letícia Pontes de Oliveira, Gabriel Confalonieri Bertoldi, Bruna Couto Domingos, Estela Sangiacomo Gonçalves, Thaís Campolina Cohen Azoury

Apresentação: Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura, cujo tema aborda as potencialidades da educação popular na atenção primária à saúde. Objetivo: Conhecer, de forma integrativa, as potencialidades da educação popular em saúde do paciente dentro da atenção primária à saúde. Desenvolvimento do trabalho: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura de artigos buscados nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores “saúde na comunidade” AND “promoção da saúde”. Foram incluídas literaturas publicadas nos últimos dez anos e foram excluídos os artigos que fugiam ao tema principal. Resultados: A Educação Popular, assim como a Educação Permanente em Saúde - instituída na década de 1980 dentro da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS), têm como aspecto norteador a autonomia do sujeito, valorizando tanto os saberes populares quanto os técnicos. Neste contexto, o indivíduo, a partir da consciência crítico-reflexiva, se mostra como um ente, por si só, mobilizador de ações promotoras de saúde nas situações cotidianas de vida, marcando a participação cidadã e o respeito à diversidade. As práticas desenvolvidas pelas pessoas expressam suas vivências e significados, agregando sentido ao autocuidado e às relações como meios de promoção à saúde e ressaltando que saúde não se promove estritamente por profissionais de saúde. Dessa forma, o saber popular e a sua potencialidade na geração de saúde devem ser reconhecidos como fatores de valor e de

estratégia, podendo ser somados ao diálogo com os profissionais de saúde com o objetivo de ampliação de vínculo, autonomia e autocuidado para cada indivíduo e para a comunidade. Como resultado, a Educação Popular pode ser estratégica para maior aderência ao plano de cuidado em saúde, melhorando a experiência do indivíduo dentro do Sistema de Saúde. Considerações finais: na Educação Popular (EP) há uma ênfase na valorização do conhecimento individual, estimulando uma visão crítica e reflexiva acerca das ações de promoção à saúde, ora restritas aos profissionais da saúde. Assim, a EP dá ênfase ao diálogo aberto sobre saúde com os membros da sociedade, valorizando suas identidades culturais e reconhecendo-os como agentes críticos mobilizadores e promotores de saúde.

DESAFIOS PARA UM CUIDADO INTERPROFISSIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Gabriel Confalonieri Bertoldi, Estela Sangiacomo Gonçalves, Bruna Couto Domingos,
Letícia Pontes de Oliveira, Thaís Campolina Cohen Azoury

Apresentação: Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura, cujo tema aborda os desafios para um cuidado interprofissional na Atenção Primária à Saúde. **Objetivo:** Conhecer, de forma integrativa, os desafios para um cuidado interprofissional na Atenção Primária à Saúde. **Desenvolvimento do trabalho:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura de artigos buscados nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores “Atenção Primária à Saúde” AND “Relações Interprofissionais” AND “Assistência ao Paciente”. Foram incluídas literaturas publicadas nos últimos cinco anos e foram excluídos os artigos que fugiam ao tema principal. **Resultados:** A Atenção Primária à Saúde (APS) possui como um dos seus princípios a integralidade do cuidado, que é marcada pela ampliação do escopo de atenção em saúde a um cuidado que contemple as diversas necessidades do paciente em seu contexto de vida. Nesse sentido, a atenção interprofissional mostra-se como estratégia essencial para o alcance da visão holística do indivíduo, baseada na lógica do cuidado compartilhado, da integração profissional e colaboração nas tomadas de decisões e tratamento. Entretanto, na prática, é possível observar entraves para o funcionamento adequado dessas estratégias, levando a um prejuízo para o próprio usuário do sistema. A dificuldade de comunicação entre os profissionais leva à fragmentação da análise de necessidades dos pacientes e a não implementação do cuidado integral e integrado, considerando o conceito ampliado de saúde. Essa questão pode ter origem na grande demanda de atendimentos da APS, que impossibilita o diálogo entre a equipe; a divergência de agenda entre diferentes profissionais nos serviços e ineficácia das reuniões periódicas para discussão dos casos presentes na unidade. O serviço centralizado na atuação médica também contribui para essa redução de atividades, levando a uma atuação individual e sem envolvimento das demais áreas. Não obstante ainda há fragilidade no desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes interprofissionais na formação dos profissionais da saúde. **Considerações finais:** O cuidado baseado num modelo interprofissional é importante para uma transformação da saúde individual, que foque no indivíduo como um todo e que não seja exclusivo a um tratamento bioclínico. Ainda existem,

entretanto, entraves que dificultam essa abordagem de uma forma assertiva e efetiva. Logo, mostra-se de fundamental importância uma transformação nas políticas públicas da Atenção Primária à Saúde e da formação profissional para um processo de trabalho interprofissional e centrado no usuário. Ademais, entende-se a relevância da mudança da mentalidade dos próprios profissionais visando uma melhor comunicação entre si.

Coordenação Comissão Científica

Daniel da Silva Fernandes
Jaqueline Miotto Guarnieri
Virgínia de Menezes Portes

Comissão Científica

Adriana Prestes do Nascimento Palú
Berenice de Freitas Diniz
William Pereira Santos
Susana Cararo Confortin
Alana Santos de Souza
Fabiane Perondi
Fernanda Cornelius Lange
Cristiane Damiani Tomasi
Carlos Alberto Severo Garcia Junior
João Batista de Oliveira Junior
Roger Flores Ceccon
Camila Fontana Roman
Stephany Yolanda Ril
Thalita Renata Oliveira das Neves Guedes
Carolina Londero Araujo
Maiara Leal da Trindade
Vitória Monteiro Rodrigues
Guilherme Lamperti Thomazi
Izi Caterini Paiva Alves Martinelli dos Santos
Jessica Somensi Comin

XVI Congresso Internacional da Rede Unida
As mil e uma saúdes dos territórios:
cuidados, bem viver, liberdade e democracia
como atributos éticos da educação e do trabalho no SUS

31 de julho a 03 de agosto de 2024 - Santa Maria/RS